



^a**O SEMOC**
NUCSAL

Saúde, Tecnologias e Desenvolvimento Humano

Salvador, Bahia, Brasil, 23 a 28 de outubro de 2017

ANAIS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL

Reitor

Prof. Dr. Pe. Mauricio da Silva Ferreira

Pró Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho

EQUIPE TÉCNICA

Normalização

Priscila Góes

Michele Paiva Pereira

Editoração

Andréa Bulcão

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

S471 Semana de Mobilização Científica - SEMOC (20: 2017 out. 23 a 27:
Universidade Católica do Salvador)
 Anais da XX SEMOC - Semana de Mobilização Científica:
Saúde, Tecnologias e Desenvolvimento Humano: 23 a 27 de outubro
de 2017 [Recurso Eletrônico].

Modo de acesso: <http://www.ucsal.br/semoc/anais>

ISSN 2448-1858

1. Saúde, Tecnologias e Desenvolvimento Humano - Congressos - Brasil
2. Ciência - Brasil. I. Universidade Católica do Salvador II. Título.

CDU 061.3:364.26(81)

Saúde, Tecnologias
e Desenvolvimento Humano



23 a 27 de outubro
de 2017



ANAIIS

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Profa. Dra. Katia Nunes Sá, Coordenadora Científica
Prof. Dr. Edilson Machado de Assis, Coordenador Acadêmico

Representantes da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Andrea Bulcão, Editora
Cintia Rocha, Gabinete das Pró-Reitorias
Mario Espírito Santo, PROPPG
Roberta Hatty, Assessoria de Relações Internacionais

Representantes dos PPGs

Coordenadores dos Programas de Stricto Sensu
Profa. Dra. Maria de Fátima Pessoa Lepikson

Representante dos Grupos de Pesquisa e PIBIC

Prof. Dr. Marcelo César Lima Peres

Representante do Eixo de Formação Geral

Prof. MSc. Marcelo Couto Dias

Representante da Pró-Reitoria de Extensão

Profª. MSc. Barbara Cristina Teodoro de Carvalho

Representantes da Pró-Reitoria de Graduação e dos Centros Acadêmicos

Coordenadores de Curso de Graduação
Prof. Dr. Raimundo Forte Filho - Centro de Educação, Cultura e Humanidades
Profa. MSc. Elisângela Conceição Dantas Leão e Prof. Osvaldo Requião - Centro de Engenharias e Ciências Tecnológicas
Profa. MSc. Erika Pedreira da Fonseca e Prof. MSc. Carlos Amorim Alves - Centro de Ciências da Natureza e da Saúde
Profa. Dra. Sônia Regina Caldas - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Representantes da Pró-Reitoria Administrativo-Financeira

André Ramos de Jesus, Administração dos Campi
Andréa Minas, Setor de Compras
Ana Elisa Rocha, Assessoria de Comunicação
Jorgenaldo Silva, Setor de Transportes
Renilson Roberto Santos, Representante Financeiro

Representante do Gabinete

Cláudio Cunha, Assessoria de Eventos

Representante do Sistema de Bibliotecas

Linda Carla V. Bulhosa Gomes

Representantes Estudantis da Pós

Erica Carvalho, Programa de Políticas Sociais e Cidadania
Murilo Santos, Programa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Adilton Pinto Lopes, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Ana Cecília S. Bittencourt Bastos, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Ana Francisca Barros Ferreira, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Ana Maria Fernandes Pitta, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Ana Thereza Meirelles Araújo, UCSal, Brasil
Prof. Dr. André Alves Portella, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Anete Brito Leal Ivo, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Ângela Maria de Carvalho Borges, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Antônio Alberto M. de Freitas, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Antônio Carlos da Silva, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Antônio Thadeu Oliveira Xavier, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Aparecida Netto Teixeira, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Camilo de Lelis Colani Barbosa, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Cristina M. Macêdo de Alencar, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Diogo Nunes de Oliveira, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Dirley da Cunha Junior, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Éder Carvalho da Silva, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Edilson Machado de Assis, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Edilton Meireles de O. Santos, UCSal, Brasil
Prof.^a Me. Erika Pedreira da Fonseca, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Fabio Roque da Silva Araújo, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Fernanda Ravazzano L. Baqueiro, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Filipe Ferreira de Almeida Rego, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Gilca Oliveira Carrera, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Giorgio Borghi, UCSAL, Brasil
Prof. Dr. Ilzver Matos Oliveira, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho, UCSAL, Brasil
Prof.^a Dra. Isabel M. Sampaio Oliveira Lima, UCSAL, Brasil
Prof. Dr. Joaci de Sousa Cunha, UCSal, Brasil

Prof. Dr. João Glicério de Oliveira Filho, UFBA, Brasil
Prof. Dr. José Luis Sepulveda Férriz, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Juan Carlos Rossi Alva, UCSal, Brasil
Prof.^a Me. Juliana Viana Freitas, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Julie Sarah Lourau A. da Silva, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Kátia Nunes Sá, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Kátia Regina Benati, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Kátia Siqueira de Freitas, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Laila Nazem Mourad, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Luana Leandro Góis, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Marcello R. Chamusca Pimentel, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Marcelo César Lima Peres, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Ma. Auxiliadora Fidelis Barboza, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Ma. de Fátima Pessoa Lepikson, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Maria Helena Matue Ochi Flexor, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Miriam de Fátima Carvalho, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Moacir Santos Tinoco, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Paulo Sérgio Dantas Vasconcelos, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos, UCSal, Brasil
Prof. Dra. Rujane Mota Alves, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Silvana Sá de Carvalho, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Sumaia Midlej Pimentel Sá, UCSal, Brasil
Prof. Dr. Tagore Trajano de Almeida Silva, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Tânia Márcia Baraúna Teixeira, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Thais Novaes Cavalcanti, UCSal, Brasil
Prof.^a Dra. Vanessa Ribeiro S. Cavalcanti, UCSal, Brasil
Profa. Me. Verena Loureiro Galvão, UCSal, Brasil

SUMÁRIO

Apresentação 21

EIXO 1 - Saúde, Tecnologias e Desenvolvimento Humano 23

<i>Título</i>	<i>Autores-Coautores</i>	<i>Pág.</i>
ANÁLISE DOS ÍNDICES MORFOMÉTRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS PEDRAS/PITUAÇU, SALVADOR, BA	Carlos Romay Pinto da Silva	25
ANÁLISE ISOCINÉTICA DOS FLEXORES E EXTENSORES DOS JOELHOS EM ATLETAS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL PROFISSIONAL FEMININO: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS	Paulo Henrique Viana de Souza; Lauro Gurgel O. Junior	35
ASPECTOS RELACIONAIS ENTRE AVÓS PATERNOS E NETOS, APÓS SEPARAÇÃO CONJUGAL DOS FILHOS	Gabriele Batista Peixoto	37
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Carla Bianca dos Santos; Carla Carolina Ferreira Gomes Querino; Lisiane da Silva Santos; Vanessa Cristina dos Santos Conceição	45
CLÍNICA E DSM: É PRECISO COMEÇAR A POLÍTICA E NÃO RECOMEÇAR	Milena Rocha Nadier Barbosa	61
CONHECIMENTO ETNOECOLÓGICO E ETNOFARMACOLÓGICO DE PESCADORES ARTESANAIS DO DISTRITO DE VILAS DE ABRANTES, CAMAÇARI – BA: UMA PROPOSTA DE SENSIBILIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Fernanda Vera Cruz Silva Meneses; Patrícia Carla Barbosa Pimentel; Marcelo Cesar Lima Peres	69
CONTRIBUIÇÃO DOS ACORDOS SETORIAIS DE LOGÍSTICA REVERSA DE LÂMPADAS PARA O DESCARTE E ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DO SALVADOR, (A)	Lívia Azevedo Palma Torrico; Laila Nazem Mourad	79
CUIDAR É PRECISO: ENFERMAGEM E MEIO AMBIENTE	Ana Emília Rosa Campos; Letícia Alves dos Santos; Marcelo Cesar Lima Peres	93
EFEITOS DAS CLAREIRAS NATURAIS SOBRE A BIODIVERSIDADE EM FLORESTA ATLÂNTICA	Marcelo Peres, Kátia Benati, Alessandra Rodrigues Santos de Andrade e Jacques Hubert Charles Delabie	101
EQUILÍBRIO EM INDIVÍDUOS COM MIELOPATIA ASSOCIADA AO HTLV-1 OU PARAPARESIA ESPÁSTICA TROPICAL (HAM/TSP): UM ESTUDO TRANSVERSAL	Rebeca Freitas Reis Nunes; Erika Pedreira da Fonseca; Katia Nunes Sá	115
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A TIPOLOGIA JUNGUIANA E CONFLITOS DE CASAIS DE	Bianca Reis de Matos; Camila Barreto Matos Barros; José Felipe Rodriguez	127

CLASSE MÉDIA, DA CIDADE DE SALVADOR-BA	de Sá; José Maurilon Santos Bomfim; Maria Lúcia Garcia Rosas; Michele Campos Almeida de Jesus; Vinícius Farani Lopez	
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MÉTODOS DE COLETA EM ARANEOFAUNA DE SERRAPILHEIRA	Amanda O. de Carvalho, Victoria Emanuelle O. Rodrigues, Kátia R. Benati, Francisca Piñeiro Passos	155
FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DE ESTUDANTES DE CLASSES POPULARES, DO ENSINO BÁSICO, NO BRASIL E PORTUGAL: EM BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES	Clara Maria Almeida Rios	163
HABITAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL: RETRATO DA MORADIA EM COMUNIDADE DE RISCO	Nádia Rangel Cruz Andrade	181
HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA EM IDOSOS: PRÁTICAS DE CUIDADOS DE ENFERMAGEM	Emanuele Cardoso dos Santos; Camlile Pereira da Silva; Rejane Santos Barreto	195
IMPACTO DA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS NA PREVENÇÃO DA INFECÇÃO HOSPITALAR	Emanuele Cardoso dos Santos; Camlile Pereira da Silva; Rejane Santos Barreto	211
IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES EDUCATIVAS NA ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL	Rosane França Bastos; Fernanda Cardeal Mendes	225
IMPORTÂNCIA DO MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO PARA VIABILIZAR USINAS DE RECICLAGEM, (A)	Mirela Carvalho Ribeiro Bohana, José Luiz Borja Fernandez; Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi	241
MÍDIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: LETRAMENTO E TRANSVERSALIDADE, (AS)	Rose Mary Plácido dos Santos Ferreira	259
ORALIDADE SE ENSINA?, (A)	Marta Maria de Almeida Nery	275
PERCEPÇÃO DE PUÉRPERAS QUANTO À ASSISTÊNCIA AO PARTO VAGINAL EM UM CENTRO DE PARTO NORMAL DE SALVADOR-BA	Ana Paula Andrade Pereira; Fernanda Cardeal Mendes	279
PODE BRINCAR COM A COMIDA POR ALTERAÇÕES NA INTRODUÇÃO ALIMENTAR PARA FORMAÇÃO DE UM PALADAR MAIS SAUDÁVEL	Larissa Ramos	307
PREVALÊNCIA DE SINAIS E SINTOMAS PARA DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR EM LUTADORES DE BOXE	Yuri Santos Duplat, Achilles Motta Nunes	317
PRINCIPAIS IMPACTOS NO PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NOS HOSPITAIS GERAL DE CAMAÇARI E ERNESTO SIMÕES FILHO APÓS A MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA, (AS)	Liana Almeida de Arantes; Beatriz Silva	331

RESISTÊNCIA BACTERIANA À QUINOLONAS NA INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO	Aisla Mércia Lázaro de Oliveira; Taís de Sousa Sá Teles; Thassila Nogueira Pitanga	347
SUBSTÂNCIAS ATRATIVAS AUXILIAM NO CONTROLE DO CARAMUJO INVASOR “ACHATINA FULICA” (MOLLUSCA, GASTROPODA)?	Paulo Henrique da Paixão Salles, Rafaela Rodrigues Cardoso e Silva; Eder Carvalho da Silva	355
TERAPÊUTICAS PARA O TRATAMENTO DA DOENÇA DE PARKINSON - UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Marcos Vinicius Lima de Oliveira Francisco; Barbara Odette Nunes dos Santos; Jullia Lima da Silva Almeida; Thassila Nogueira Pitanga	367
TIPOLOGIA JUNGUIANA E OS CONFLITOS DE CASAIS, (A)	Bianca Reis de Matos; Camila Barreto Matos Barros; Elaine Pedreira Rabinovich; José Felipe Rodriguez de Sá; José Maurilon Santos Bomfim; Kátia Nunes Sá; Maria Lúcia Garcia Rosas; Michele Campos Almeida de Jesus; Vinícius Farani López	379
TRABALHO PSICOSSOCIAL COMO PROMOTOR DE MUDANÇA DA PESSOA: UM ESTUDO DE CASO EM UM CRAS DE SALVADOR/BAHIA, (O)	Wanderlene Cardozo Ferreira Reis; Ana Cecília de Sousa B. Bastos	391
USO DE HORTALIÇAS NA BIORREMEDIAÇÃO DE “ACHATINA FULICA” (GASTROPODA: PULMONATA)	Gabriela Guimarães Fernandes; Ana Carolina Oliveira da Silva; Bianca Antão dos Santos; Marcelo Henrique Guedes Cabral; Eder Carvalho da Silva	401
USO DE JOGOS DIDÁTICOS COMO FERRAMENTA FACILITADORA NA EDUCAÇÃO FORMAL	Eric Jó Moura Lopes; Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade; Francisca Piñeiro Passos	409
VIOLÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS NA CIDADE DE SALVADOR	Katayane Silva Reis; Maria Auxiliadora Carteador Leal; Selton Diniz dos Santos	423

EIXO 2 - Ciência e Ciclo da Vida

435

<i>Título</i>	<i>Autores-Coautores</i>	<i>Pág.</i>
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA AGUA DA LAGOA DO PARQUE DE PITUAÇU, SALVADOR-BA COMO DIREITO FUNDAMENTAL DA VIDA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	Davi do Carmo da Silva; Shirly Damian Palomino; Juan Carlos Rossi Alva	437
COMPOSIÇÃO DE ARANHAS (ARANEAE) DE SERAPILHEIRA EM DIFERENTES ESTÁGIOS SUCESSIONAIS	Kátia Regina Benati, Marcelo Cesar Lima Peres; Antonio Domingos Brescovit & Jacques Hubert Charles Delabie	453
DIVERSIDADE MORFOLÓGICA DE PORÍFEROS NO AFLORAMENTO ROCHOSO DA PRAIA DE ITAPUÃ, SALVADOR-BA	Marcus Vinicius P. Costa, Ana Teresa M. Caldas, Hillo Paes de A. Rodrigues, Israel Fortuna C. Neto, Jomar Carvalho Silva e Rafaela Mori Calil	465

FLORÍSTICA E FITOSSOCIOLOGIA EM TRECHO DE RESTINGA EM GUARAJUBA, CAMAÇARI, BAHIA	Raphael Rodrigues Rocha; Christiano Marcelino Menezes; Kae Lana Dankan de Morais	475
FLORÍSTICA E FITOSSOCIOLOGIA EM TRECHO DE RESTINGA EM IMBASSAÍ, MATA DE SÃO JOÃO, BAHIA	Raphael Rodrigues Rocha; Christiano Marcelino Menezes; Kae Lana Dankan de Morais	483
FLORÍSTICA E FITOSSOCIOLOGIA EM TRECHO DE RESTINGA NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL KLAUS PETERS EM PRAIA DO FORTE, MATA DE SÃO JOÃO, BAHIA: DADOS PRELIMINARES	Antonio Marcelino Souza Bomfim; Marcelo Henrique Guedes Cabral; Christiano Marcelino Menezes	491
INCIDÊNCIA DA PNEUMONIA ASSOCIADA À VENTILAÇÃO MECÂNICA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA PEDIÁTRICA EM SALVADOR	Andressa Sousa Lisboa; Fátima Maria Nery Fernandes	499
INFLUÊNCIA DOS PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS NA MICROBIOTA DO POÇO REDONDO, RPPN - ADÍLIA PARAGUASSÚ BATISTA, MUCUGÊ, BA	Vitória dos Santos Ribeiro; Bianca Lins Sant'ana de Lima; Lucas Cordeiro Kalabric; Ticiania Salles Nogueira; Paulo Tadeu Silva Costa	511
LEVANTAMENTO DE ARTRÓPODES DE SERRAPILHEIRA EM TRÊS FITOFISIONOMIAS DA RPPN - ADÍLIA PARAGUASSÚ BATISTA, MUCUGÊ, BA	Ticiania Salles Nogueira; Vitória dos Santos Ribeiro; Letícia de Sá Azevedo; Kátia Benati; Anderson Abbehusen	519
PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE INDÍGENAS FULNI-Ô DE ÁGUAS BELAS/PE: ESTUDO TRANSVERSAL	Natanna Barbosa Bigdêdd; Diana Cerqueira Santana; Amélia Borba Costa Reis; Amanda Valente Silva	529
PROJETO DE UMA COLUNA DE DESTILAÇÃO BINÁRIA	Carolina Pinheiro Aragão dos Santos; Fernanda Brito Rocha; Michelle Lima Barbosa	537
RIOS NO SUBÚRBO FERROVIÁRIO DE SALVADOR (BA): CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA	Cassio de Jesus Viana, Juliana Petronílio Santos, Plínio Martins Falcão	561

EIXO 3 - Tecnologia e Inovação para a Manutenção e Promoção da Vida

573

<i>Título</i>	<i>Autores-Coautores</i>	<i>Pág.</i>
ANÁLISE DE CONFIABILIDADE APLICADA NA DETERMINAÇÃO DA COMPRESSÃO DO CONCRETO	Alex Victor Matos Gama; Ana Luiza Brasileiro Costa, Edilson Machado de Assis, Juliana Araújo de Magalhães, Isabela Almeida Miranda, Pedro Henrique Fonseca D'Oliveira	575
ANÁLISE DE CONFIABILIDADE DE EQUIPAMENTO DE INSTALAÇÃO INDUSTRIAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Ana Luiza Brasileiro Costa; Celso Luiz Santiago Figueiroa Filho; Edilson Machado de Assis; Lucas Jordi Silva	591
CULTURA DA PINHA (<i>ANNONA SQUAMOSA</i> L.) NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA BA E	Adriano Pinto Galvão	607

SUA EQUIDADE		
DESENVOLVIMENTO HUMANO: TECNOLOGIAS PARA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	Ana Paula Mendes Geitenes	613
INTERAÇÃO MEDICAMENTOSA CAUSADA PELOS FITOTERÁPICOS <i>ALLIUM SATIVUM</i> , <i>GINGKO BILOBA</i> E <i>VALERIANA OFFICINALIS</i> COM OUTROS MEDICAMENTOS	Cíntia Gomes de Santana, Patrícia Carla Barbosa Pimentel e Mabel Barbosa Esteves	625
PERFIL DA MORTALIDADE INFANTIL POR DIARREIA E GASTROENTERITES EM SALVADOR, BAHIA, 2005-2014	Bruna dos Reis Pereira; Grazielle Fioravanti; Maísa Mônica Flores Martins	639
PERFIL DAS NOTIFICAÇÕES SOBRE TUBERCULOSE NO ESTADO DA BAHIA, NO PERÍODO DE 2010 A 2016	Lais Silva Souza Muniz de Andrade, Nalgia Ines Silva Santos, Tássia Vitorina de Santana, Maísa Mônica Flores Martins	653
REFLEXÃO SOBRE A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA HUMANIDADE: A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO	Marcelo Magno S. Costa, Claudio César Cana Brasil	665
RESISTÊNCIA DO CONCRETO: INFLUÊNCIA DA HETEROGENEIDADE DO CORPO DE PROVA	Alex Victor Matos Gama, Ana Luiza Brasileiro Costa, André Del Grande Borim, Edilson Machado De Assis, Isabela Almeida Miranda, José Marcílio Vilasboas	673
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO: PROPOSTA DE UM PLANO DE GESTÃO CIRCULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA A CONSTRUÇÃO INDUSTRIALIZADA DE CONCRETO	Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi; José Luiz Borja Fernandez	687

EIXO 4 - Sociedade e seus Movimentos - Grupos Sociais e uso da Tecnologia 703

Título	Autores-Coautores	Pág.
ACESSIBILIDADE: IDOSOS E OS ESPAÇOS CIDADINOS DE SOCIABILIDADES	Sheila Marta Carregosa Rocha	705
AGRICULTOR FAMILIAR E BIOCOMBUSTÍVEL: EM BUSCA DE UMA POLÍTICA INTERSETORIAL	Jandira Dantas dos Santos	719
ALIENAÇÃO PARENTAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA CONTEMPORANEIDADE	Érica Santana Barros de Oliveira Nery Rodrigues; Teresa Cristina Ferreira de Oliveira	729
BAIRRO DO COMÉRCIO EM SALVADOR/BA: DO APOGEU AO ESPAÇO CONSTRUÍDO VAZIO	Franklin Rami Cavalcanti Oliveira Regis	745
BALANÇO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E EPISTEMOLÓGICA DA PERTINÊNCIA DA	Cláudio dos Santos Costa, Kátia Oliver de Sá	769

REALIDADE OBJETIVA EM PROCESSOS DE INCLUSÃO NO ENSINO – 2013 A 2016		
BALANÇO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E EPISTEMOLÓGICA DA PERTINÊNCIA DA REALIDADE OBJETIVA DO ENSINO DE JOGOS APLICADOS NA MATEMÁTICA – 2013 A 2016	Elisangela Santos do Monte, Antonio Gilmar de Carvalho Santos	773
BALANÇO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E EPISTEMOLÓGICA DA PERTINÊNCIA DA REALIDADE OBJETIVA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – 2013 A 2016	Gabriel Soares dos Santos; Daniele Silva de Paulo; Antônio Gilmar de Carvalho Santos	785
BALANÇO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E EPISTEMOLÓGICA DA PERTINÊNCIA DA REALIDADE OBJETIVA DE ESTUDOS DO LAZER PROMOVIDOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – 2013 A 2016	Cláudio dos Santos Costa, Kátia Oliver de Sá	797
BEIJO GAY NAS TELENÓVELAS E SUA CONTRIBUIÇÃO NO ESPAÇO SOCIAL, O	Denis Harmony Santos da Silva	811
BREVE DEBATE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E O CASO DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)	Osmaria Rosa Souza	825
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TRAZIDAS POR MEIO DE CONVÊNIO INTERNACIONAL	Cristina Marchi; Pedro Yago Portela Barreto	839
CONCEITUANDO DEFICIÊNCIA: A EVOLUÇÃO NORMATIVA SOBRE O TEMA E SEUS REFLEXOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS	Milton Silva de Vasconcellos, Joacir da Costa Pereira	855
CONCEPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS NO ESTUDO DA CIDADE: UMA PROPOSTA	Valter Luiz dos Santos Marcelo, Pedro de Almeida Vasconcelos	871
DEMOCRACIA, FETICHE, NEOLIBERALISMO E TRABALHO: O PAPEL DO DIREITO NO ATUAL ESTADO DE COISAS	Diego Gabriel Oliveira Budel	881
DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO: UM CONFLITO DOCUMENTADO NO FILME MARTÍRIO	Fernando Barreto Nunes Filho; Maiesse Pinto El Sayegh Nunes	897
ESPAÇO CEMITERIAL COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE ARTE, CULTURA E MANIFESTAÇÃO SOCIAL, O	Giovanna Vitória Nunes de Oliveira Alves; Filipe Farias Rocha	909
ESPELHO, ESPELHO MEU: REFLEXÃO SOBRE A TRANSGENERIDADE E A ABORDAGEM RELACIONAL DA FAMÍLIA	Bianca Reis de Matos	917

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE	Vanuza Silva Souza da Conceição; Amílcar Baiardi	931
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS EM TECNOLOGIAS: DESAFIOS E ENTRAVES	Joselito Silva do Espírito Santo; Orivalda de Souza Reis; Maria da Conceição Reis Teixeira	939
IDENTIDADE, GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA TERRITORIAL NO RECÔNCAVO BAIANO	Murilo Pinto Silva Santos; Cristina Maria Macêdo de Alencar	947
INFOINCLUSÃO COMO PROPONENTE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL ATRAVÉS DA INCLUSÃO DIGITAL, A	Marinalva Batista dos Santos Neves; Christiane Andrade Regis Tavares	959
MOVIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: HISTORIA DE RESISTÊNCIA	Iraci Santos	969
MULHERES NEGRAS E OS ESPAÇOS VIRTUAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA TRAJETÓRIA DE YOUTUBERS	Ana Júlia Sateles Vieira, Yasmin Sousa Carvalho	985
NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E GÊNERO: ENTRE VIOLÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS	Mariana Risério Chaves de Menezes; Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	997
NOVO CONTEXTO EDUCACIONAL E FORMAÇÃO DOCENTE	Juliana Vieira Barbosa da Conceição Teixeira; Tiago Pereira Muniz	1005
PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL: PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DA MATEMÁTICA	Ana Cristina Silva de Souza Baqueiro	1019
PORTUGUÊS PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS NA BAHIA: AVANÇOS E DESAFIOS, O	Robson Batista Moraes; Iracema Luiza de Souza	1029
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO SOBRE O ENFRENTAMENTO DA POBREZA	Adilma Pinto Galvão; Maria de Fátima Pessoa Lepikson	1039
QUANDO O DANO É UM “MERO DISSABOR”?!: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS PROFERIDAS PELO PODER JUDICIÁRIO DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE ANTE A MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA	Giúlia Karine Vasconcelos Ribeiro; Andréa Santana Leone de Souza	1051
QUARTA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A DISTINÇÃO ENTRE OS TEMPOS DE TRABALHO E TEMPOS DE NÃO-TRABALHO, A	Pablo Fernandez Patterson	1065
QUARTO DE DESPEJO: A AUTOFICÇÃO CONSTRUINDO O MITO DO ESCRITOR	Priscila Goes da Silva; Liliane Vasconcelos.	1079
RÁDIO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA NAS ONDAS DA REDE/ IAT-SEC, O	Carlos Antônio Barros de Oliveira, Geize Gonçalves Oliveira, Joalva Menezes de Moraes	1087
REPRODUÇÃO ASSISTIDA NO BRASIL E AS	Poliana de Sousa Rodrigues; Aline	1095

NOVAS CONFIGURAÇÕES DE FAMÍLIA, A	Moerbeck da Costa	
SANTO ANTÔNIO DE JESUS: RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA - ANÁLISES HISTÓRICO-CULTURAL, ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA DA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS COM ENFOQUE NO CARÁTER NÃO PRESERVATIVO DE SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO PELOS SEUS HABITANTES E SUAS POSSÍVEIS CAUSAS DESSE FENÔMENO	Silva, Bruna Andrade; Santos, Jade Andrade Malta; Rosendo, Vitória Maria Barreto	1103
SISAL: POTENCIALIDADES E INTER-RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO	Maria Gorete Borges Figueirêdo	1115
SKOLORS: A DESCONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOCIAIS E O POLÍTICAMENTE CORRETO NA MÍDIA BRASILEIRA	Alex Chaves Gomes; Ana Cláudia Souza e Sônia Regina Caldas	1129
TERRITÓRIO, IDENTIDADE, URBANIDADE RURAL KAIMBÉ	Alfons Heinrich Altmicks	1139
TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL	Tâmara Leite Galvino de Almeida	1153
USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA E A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, O	Christiane Andrade Regis Tavares; Marinalva Batista dos Santos	1167
USO DO CINEMA NO CONTEXTO DA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA, O	Maria das Graças Auxiliadora Fidelis Barboza	1179

EIXO 5 - Acessibilidade e Eficiência - Tecnologia a favor do Homem

1195

<i>Título</i>	<i>Autores-Coautores</i>	<i>Pág.</i>
ALTERNATIVAS DE TRANSPORTE COLETIVO EM LOCAIS COM TOPOGRAFIA ACIDENTADA: O CASO DAS FAVELAS BRASILEIRAS	Kaíc Fernando Ferreira Lopes	1197
BENEFÍCIOS DA TECNOLOGIA: A UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS INTELIGENTES DE TRANSPORTES NO AUXÍLIO DE INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS DOS TRANSPORTES, (OS)	Kaíc Fernando Ferreira Lopes; Camila Fernanda de Sousa Lopes	1205
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA SOCIEDADE: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA E IMPLICAÇÕES SÓCIO-JURÍDICO, (A)	Erisângela Nunes Hohenfeld Santos; Teresa Cristina Ferreira de Oliveira	1215

EIXO 6 - Planejamento e Gestão para a Saúde Integral e Desenvolvimento Humano 1231

<i>Título</i>	<i>Autores/Coautores</i>	<i>Pág.</i>
AGENDA 2030 NO ÂMBITO MUNICIPAL: O DESAFIO DA SAÚDE AMBIENTAL EM SÃO FELIPE-BA	Patrícia Carvalho Lefrançois; Vinnie Mayana Lima Ramos; Cristina Maria Macêdo de Alencar	1233

ENCÍCLICA <i>LAUDATO SI</i> E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL, A	Shirly Damian Palomino; Juan Carlos Rossi Alva	1249
GÊNERO E CONSUMO DE DROGAS: UM OLHAR SOB O CUIDADO DE MULHERES USUÁRIAS DE CRACK	Luana Malheiro; Fernando Meira; Emanuelle Silva	1267
IMPORTÂNCIA DOS PLANOS DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A SAÚDE AMBIENTAL, A	Mayara Luize Rebouças Nascimento Silva	1285
VÍNCULOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	Amine Lopes Benevides; Fabianna Fonseca de O. Figueiredo; Alcyone de Brito Sampaio; Katia Nunes Sá	1293

EIXO 7 - Ética, Alteridade e Direitos Fundamentais

1305

<i>Título</i>	<i>Autores/Coautores</i>	<i>Pág.</i>
ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL: DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA BAHIA	Núbia Sacramento; Jéssica Silva da Paixão; Samanta Alves de Barros; Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima	1307
ADOLESCENTE: ALGUMAS LEITURAS SOBRE O ADOLESCER, O	Evandro Luís Santos de Jesus	1317
ALIENAÇÃO PARENTAL E O EFETIVO DEFERIMENTO DA GUARDA COMPARTILHADA, A	Caio Galvão de Lucena de Araújo; Teresa Cristina Ferreira de Oliveira	1329
ALTERIDADE INDIANA: SUJEITOS PÓS-COLONIAIS NA FICÇÃO DE ANITA DESAI, A	Sandra de Jesus dos Santos	1343
ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL CONTRA A MULHER: UM OLHAR JURISPRUDENCIAL ACERCA DA LEGITIMAÇÃO DA DIGNIDADE DA MULHER NO AMBIENTE LABORAL	Karine Leite Simões; ¹ Joana Rego Silva Rodrigues	1357
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO CASO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES EM SALVADOR	Gilmar Santos de Brito; Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado	1381
AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL “MORAR MELHOR” NO BAIRRO DA PAZ (SALVADOR/BA)	Fernanda Brandão; Marlon Oliveira; Felipe Canto; Janyne Kémille; Aparecida Netto Teixeira; Cristina Filgueiras Araujo	1397
“CALA BOCA JÁ MORREU, QUEM MANDA NA MINHA BOCA SOU EU”: AS VOZES DOS TERREIROS DE RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NA LUTA PELA CONQUISTA E MANUTENÇÃO DE DIREITOS	Celio Silva Meira; ¹ Silvana de Sá Carvalho	1411
CIDADANIA NA RUA, A	Lívia Nascimento Vital	1423
COLETIVO PESSOA: A COMPLEXIDADE DO CUIDADO A FAMÍLIA COM UM MEMBRO	Vera Lucia Silva Santos	1433

DEPENDENTE QUÍMICO, O		
CONSEQUÊNCIAS PSICOJURÍDICAS NA VIDA DO FILHO(A) PELO ABANDONO AFETIVO DO PAI, AS	Ludmila Araújo Planzo Sandes; Teresa Cristina Ferreira de Oliveira	1443
CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN, UMA EXPECTATIVA DE IDENTIDADE FAMILIAR E SOCIAL, A	Andréa Paula dos Reis Santos Oliveira; Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima; Sílvia Oliveira Pereira	1457
CRIMINALIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO DO HIV E AS DISCUSSÕES NO CAMPO DA BIOÉTICA, A	José Maurilon Santos Bomfim; Luana Barreto de Oliveira; Ludmilla Khatarina Rocha de Lima; Vera Lúcia Silva Santos	1465
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: Uma Questão de Alteridade	Guilhermina Elisa Bessa da Costa	1479
DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CONCEBIDO <i>POST MORTEM</i> À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, OS	Ana Paula Costa Cerqueira; Deivid Carvalho Lorenzo	1491
DISCUTIR COM OS JOVENS, NO ENSINO MÉDIO, RACISMO, BAIANIDADE E DEMOCRACIA RACIAL	Gustavo Ribeiro de Araújo; Lúcio Gomes Dantas	1515
DO AFETO À AFETIVIDADE JURÍDICO OBJETIVA	Fernanda Daltro Costa Knoblauch	1529
DUMPING SOCIAL E MOBILIDADE REGIONAL	Rangel Evangelista Freitas; Vander Luiz Pereira Costa Junior	1539
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA	Laís de Almeida Veiga; Jéssica Silva da Paixão; Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima	1563
ERRO MÉDICO E A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO PELO DANO, O	Sandra Crispina Franca Conrado Santana; Fernando Sérvulo Mota de Barros	1573
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE	Naiane Ribeiro Bezerra; Maria Auxiliadora Lisboa Moreno Pires	1591
FALSA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL, A	Evandro Luís Santos de Jesus	1601
GÊNESE DO TERRITÓRIO E SUA RELEVÂNCIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL, A	Tatiana Larissa Mendes Sampaio; Amílcar Baiardi	1609
IMPORTÂNCIA DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA DO PLANO DE SAÚDE PÚBLICA CONCERNENTE AO PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE, A	Vanessa Mascarenhas de Araújo	1623
INTERFERÊNCIA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL NO DIREITO À DESCONEXÃO NAS RELAÇÕES	Patrícia Faneca Correia; Vander Luiz	1639

DE TRABALHO, A	Pereira Costa Junior	
"LEIXAI À MULHER O TRAUMA": CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM SALVADOR E ANÁLISE DE SENTENÇAS SOB UM ENFOQUE DE GÊNERO	Flávia Costa Cohim Silva	1653
LIMITE ENTRE A PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS E O DIREITO À INTIMIDADE NA DIVULGAÇÃO DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS DA OPERAÇÃO LAVA JATO, O	Isaane Sodré de Oliveira dos Santos	1665
MÃE TERRA COMO NOVO PARADIGMA PARA TEORIA GERAL DO DIREITO: REFLEXÕES SOBRE PACHAMAMA, A	Natalie Coelho Lessa	1679
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE E O DESAFIO FRENTE A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA FUNDAC, A	Cinara Agda Lisboa de Souza; Liana Almeida de Arantes; Ana Maria Fraguas Garcia	1699
MONITORAMENTO ELETRÔNICO E A EXECUÇÃO PENAL, O	Hosanah Pereira de Santana Filho; Ângelo Maciel Santos Reis	1711
MORAL, A ÉTICA E O VALOR HUMANO NA FILOSOFIA DE FARIAS BRITO, A	Bruno Nascimento dos Santos	1725
OLHAR EDUCACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DO LEGAL AO REAL, UM	Tereza Joelma Barbosa Almeida; Ana Sueli Teixeira de Pinho	1739
OLHAR SOBRE A MATEMÁTICA FINANCEIRA ACERCA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO, UM	Joelma da Silva dos Santos; Luciana Santana Costa; Luciano Reis de Santana	1755
OUTRO E O DIREITO À NÃO LIBERDADE, O	Danilo Miranda Ribeiro; Georgeocohama Duclerc Almeida Archanjo	1769
PENSAMENTO MARXIANO E SUA EFETIVIDADE NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA, SEGUNDO PAOLO SYLOS LABINI, O	Amilcar Baiardi	1781
PORNOGRAFIA DE VINGANÇA E SEUS REFLEXOS SOCIOJURÍDICOS	Clara Janaina dos Santos; Teresa Cristina Ferreira de Oliveira	1797
PRÁTICAS RESTAURATIVAS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E FAMÍLIA: REFLEXÕES SOBRE A LITERATURA	Ludmilla Khatarina Rocha de Lima; Monique Sena Pinheiro	1813
PRESENÇA DA DÁDIVA NA VIDA DOS(AS) MORADORES(AS) DE UM BAIRRO POPULAR DE FEIRA DE SANTANA – BA, A	Franciele Engelmann; Giancarlo Petrini	1823
PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO: ENTRE A FORMAÇÃO DO ESTADO E A APORIA DA CIDADANIA, O	Maíra Souza Calmon de Passos	1831

PROCESSO DE RESTAURAÇÃO DOS AZULEJOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVIII, NA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – CACHOEIRA – BA, O	Luciene Pires Lisboa; Maria Auxiliadora Lisboa Moreno Pires	1847
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): UMA POLÍTICA SOCIAL DE ACESSIBILIDADE AO ENSINO SUPERIOR	Carla Morais Chaves das Neves; Marina Tereza Meira de Almeida; Dirley da Cunha Júnior; Sheila Marta Carregosa Rocha	1861
REALIDADE DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, A: Uma Releitura a partir da Violação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	Lorena Silva dos Santos; Joana Rêgo Silva Rodrigues	1871
REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE DEMOCRACIA	José Santos de Jesus	1895
REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA NA ESCOLA PÚBLICA	Andrea Oliveira D'Almeida	1907
RELAÇÕES ENTRE OS BRICS, A EDUCAÇÃO, A FORMAÇÃO DOCENTE E ÉTICA, AS	Franklin Rami Cavalcanti Oliveira Regis	1919
REPÚBLICA JUVENIL: ALTERNATIVA COMO ESPAÇO DE EMPODERAMENTO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA	Daniella Cerqueira Bonfim de Sousa; Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva	1933
REVOLTA COMO RESPOSTA AO ABSURDO: UMA BUSCA PELO RECONHECIMENTO DO SUJEITO ÉTICO-MORAL, A	Sheila Santos Rolemberg	1947
SEXUALIDADES E DIVERSIDADE DE GÊNEROS NA ESCOLA: Narrativas e Interlocução entre categorias no Ensino Médio Público	Pollyanna Rezende Campos; Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	1959
VÍNCULOS NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: REFLEXÕES A PARTIR DE DONATI E LEVINAS	Amine Lopes Benevides; Katia Nunes Sá	1971
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE INTRAFAMILIAR: A PERSPECTIVA DA RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESSOR	Danielli Rocha dos Santos; Teresa Cristina Ferreira de Oliveira	1979
ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL EM SALVADOR/BA, AS	Aparecida Netto Teixeira; Emerson Silva Serra; Mariane Carolina Gomes da Silva Rocha	1993

APRESENTAÇÃO

Apresentamos os artigos aprovados pela Comissão Científica da 20ª Semana de Mobilização Científica – SEMOC, evento anualmente organizado pela Universidade Católica do Salvador. Durante a avaliação dos 197 trabalhos inscritos, o rigor e a confidencialidade na análise foram garantidos pela Comissão Científica formada por 58 professores doutores e mestres, através da utilização do sistema *blind view*. Os 153 trabalhos selecionados foram apresentados por seus autores, nas Sessões de Comunicação e na Sessão de Pôster. A boa qualidade dos trabalhos apresentados foi atestada pelos professores coordenadores das sessões, chancelando a criteriosa seleção realizada pela Comissão Científica. A 20ª SEMOC realizada no período de 23 a 27 de outubro de 2017, debateu o tema “Saúde, Tecnologias e Desenvolvimento Humano”, o que possibilitou experienciar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e entre as grandes áreas do conhecimento: exatas, da saúde e humanas. Este tema se sincroniza, assim, com a diretriz institucional de pautar agendas que privilegiam reflexões de relevância social, que sejam efetivas e inovadoras na perspectiva de soluções para problemas reais que afetam a vida humana. Os EIXOS TEMÁTICOS propostos para ordenar as exposições e debates promovidos no evento foram: 1. Saúde, Tecnologias e Desenvolvimento Humano (Temática Central), 2. Ciência e Ciclo da Vida, 3. Tecnologia e Inovação para a Manutenção e Promoção da Vida, 4. Sociedade e seus Movimentos - Grupos Sociais e uso da Tecnologia, 5. Acessibilidade e Eficiência - Tecnologia a Favor do Homem, 6. Planejamento e Gestão para a Saúde Integral e Desenvolvimento Humano e 7. Ética, Alteridade e Direitos Fundamentais. Finalizadas as atividades, agradecemos a todos que participaram da 20ª SEMOC, aos que compartilharam direta ou indiretamente do planejamento e execução do evento, à comunidade UCSal (professores, alunos e funcionários), aos órgãos e instituições parceiras pelo importante apoio financeiro.

Prof. Dra. Silvana Sá de Carvalho

EIXO I

**Saúde, Tecnologias e Desenvolvimento
Humano (Temática Central)**

ANÁLISE DOS ÍNDICES MORFOMÉTRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS PEDRAS/PITUAÇU, SALVADOR, BA.

*Carlos Romay Pinto da Silva**

Resumo

A bacia hidrográfica do Rio das Pedras/Pituaçu é uma bacia inteiramente situada no município de Salvador. De acordo com a classificação climática de Köppen está caracterizado como tropical, com temperaturas médias anuais acima de 25 C e precipitação em torno de 1800 mm. A extração das variáveis morfométricas é importante para verificar a vocação da bacia para a geração de inundações. Para a extração das variáveis utilizou-se de dados de área, perímetro, altitude e hidrografia da bacia. A partir daí, concluiu-se que há um equilíbrio entre os índices morfométricos que contribuem e que desfavorecem a formação de inundações.

Palavras-Chave: Geomorfologia. Bacia hidrográfica. Morfometria. Inundação.

1 INTRODUÇÃO

O conceito tradicional de bacia hidrográfica é a de uma área drenada por um rio e seus tributários, separada das outras bacias por meio de altos topográficos. Segundo CARVALHO (2014), as bacias hidrográficas são unidades espaciais de dimensões variadas, onde se organizam os recursos hídricos superficiais em função das relações entre a estrutura geológica e a geomorfológica e as condições climáticas.

A paisagem natural é o resultado da interação de forças endógenas, tectônicas com as forças intempéricas. A modelagem resultante é o objeto de estudo da geomorfologia. Segundo CHRISTOFOLETTI (1979) geomorfologia é a ciência que estuda as formas de relevo. Para a melhor caracterização e maior compreensão dos processos que geram o modelado natural, o estudo geomorfológico se dividiu em morfogênese e na morfometria. A primeira se preocupa em explicar as causas e a evolução e a segunda em mensurar a geometria resultante.

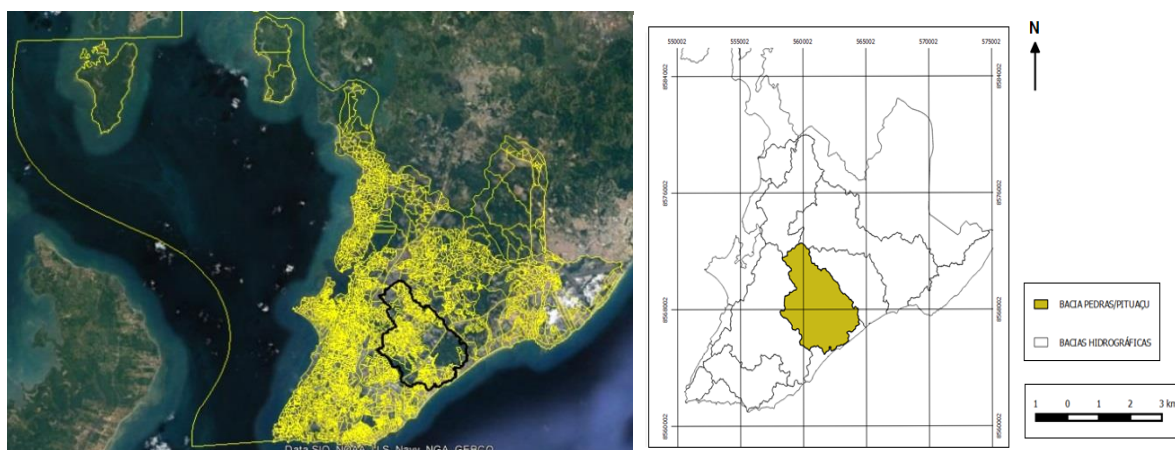
* Universidade Católica de Salvador. E-mail: romaysilva@gmail.com

Os índices morfométricos são derivados da relação entre as variáveis: área, perímetro, canais de drenagem, cotas altimétricas etc. Com base na análise dos índices morfométricos, torna-se possível estabelecer a vocação da bacia quanto a sua propensão ou tendências em gerar inundações.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A área de estudo é a Bacia Hidrográfica do Rio das Pedras/Pituaçu; localiza-se inteiramente na área urbana do município de Salvador-Ba, entre as coordenadas geográficas de 12°54' de latitude sul e 38°28' de longitude oeste. Possui uma área de 27 km² que corresponde a quase 10% do território municipal; a população total alcança quase 360.000 habitantes; sua densidade demográfica é superior a 13.000 hab./km², superior até a da cidade de Salvador (Censo, 2010); ela está situada, geograficamente, entre a Rodovia BR-324 e a avenida Luís Viana filho (Paralela) na região denominada de miolo de Salvador.

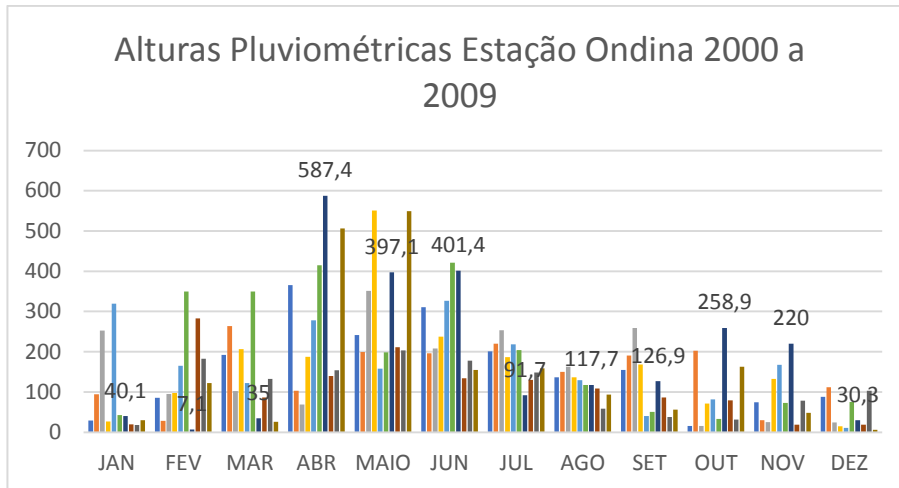
Figura 01. Localização do município de Salvador, com destaque para área de estudo



Fonte: Elaboração própria. Dados do *Google Earth*

A região apresenta, com relação aos fatores climáticos, temperaturas elevadas e uniformes ao longo do ano; alta umidade do ar, devido à forte influência marítima; e alto índice de precipitação no período entre maio e julho. A faixa de precipitação média anual da região está entre 1800 e 1700 mm. Segundo a classificação de Köppen e Geiger o clima da região é do tipo Af que caracteriza-se por temperatura média acima de 25°C e pluviosidade maior que 1700 mm.

De acordo com o gráfico abaixo, que apresenta as alturas pluviométricas entre 2000 e 2009, dados registrados na Estação Ondina em Salvador-Ba, nota-se a concentração de chuva no período entre abril e junho.



Fonte: INMET

Quanto à hidrografia, a bacia hidrográfica do Rio das Pedras/Pituaçu é formada pelos Rios Cascão, Saboeiro e Cachoeirinha afluentes da margem direita e pelo Rio Pituaçu, margem esquerda. O Rio das Pedras possui um pequeno curso, pois como é formado pela confluência dos rios acima citados, somente é chamado de Rio das Pedras em seu curso final, com menos de três quilômetros de comprimento, durante sua passagem pelo bairro da Boca do Rio, onde deságua (SANTOS, 2010)

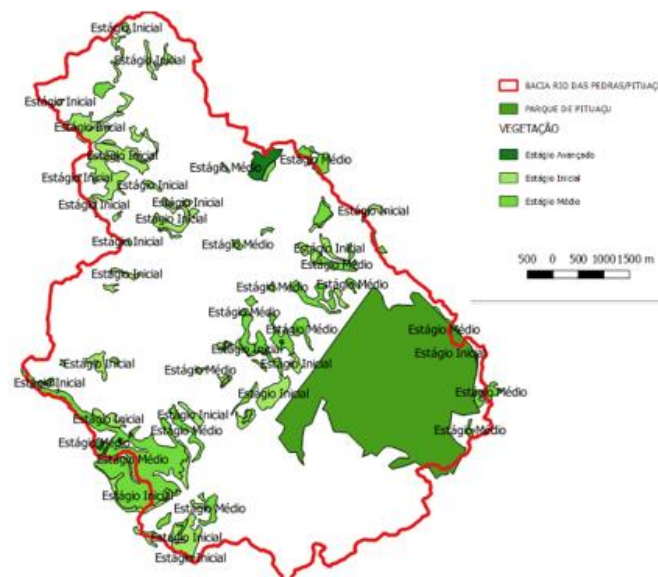
Com relação à geomorfologia da área de estudo, as morfologias que predominam são os Tabuleiros Costeiros, de idade Cretácea, os quais possuem relevos com altimetrias entre 70 a 100 metros, próximos da BR-324; em direção à costa Atlântica, aproximadamente no meio da bacia, começa a aparecer os Planaltos Dissecados, que representam a evolução dos Tabuleiros Costeiros, com altitudes entre 30 a 60 metros, chegando à planície costeira, com altitudes de 0 a 10 metros, em que aparece as coberturas arenosas quaternárias, na forma de cordões e dunas.

A floresta primária, caracteriza-se pela presença de árvores altas e exuberantes, sempre verdes, latifoliadas e representadas por poucos indivíduos pertencentes a muitas espécies formando vários estratos, desde as árvores emergentes, o dossel, estrato intermediário e sub-bosque formado por espécies arbustivas e herbáceas. Além disso, podem apresentar abundantes epífitas e trepadeiras. Em estágio avançado, médio e inicial de regeneração, essa floresta é caracterizada por uma vegetação resultante de processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária, por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária. No estágio avançado de regeneração, apresenta fisionomia arbórea dominante sobre as demais, formando

dossel fechado e relativamente uniforme no porte, apresentando árvores emergentes em diferentes graus de intensidade. As copas superiores são horizontalmente amplas (PANGEA, 2000 apud SANTANA, 2014).

Na Bacia do Rio das Pedras/Pituaçu, como pode ser observado pela figura abaixo, é possível encontrar remanescentes de vegetação em estágio avançado de recuperação, porém, o comum é encontrar os estágios inicial e médio.

Figura 02. Classificação da vegetação em classes de recuperação



Fonte: Elaboração própria – Dados: Salvador, 2010.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia para o cálculo das variáveis morfométricas foi a seguinte:

A base cartográfica utilizada foi a da CONDER, escala 1:10.000; com intervalos de 10 em 10 metros;

A área, o perímetro e os valores de altimetria da Bacia foram extraídos do arquivo no formato kml, elaborado pelos autores do trabalho Caminho das Águas: bacias hidrográficas, bairros e fontes, UFBA, 2010. Este arquivo é gerado e manipulado no *Google Earth Pro*.

Os dados de hidrografia foram extraídos do Modelo Digital de Terreno - MDE, proveniente da manipulação por meio de QGIS, versão 2.18.7 de imagens de satélite STRM, resolução de 30 metros, obtidos no site do INPE.

A partir daí, as seguintes variáveis puderam ser obtidas:

- Área (A) refere-se a toda área drenada pelo conjunto do sistema fluvial, fornecida em km^2 e trata-se da variável morfométrica mais importante, uma vez que define de modo geral o volume de água que será escoado pela bacia;
- Perímetro (P) em quilômetros é o contorno da bacia hidrográfica;
- Forma da bacia (K_f): $K_f = A/L^2$, A, é a área da bacia e L é o comprimento do percurso mais longo (seguindo-se o curso d' água desde a cabeceira da bacia até a desembocadura); quanto maior o fator de forma, maior poderá ser a predisposição a enchentes e alagamentos, por ter uma área de captação transversal grande direcionada para um curso d'água curto.

$$K_f = \frac{A}{L^2}$$

- Amplitude Altimétrica (Hm); diferença altimétrica entre a altitude da foz e a altitude do ponto mais alto do divisor topográfico. É a relação do relevo e declividade; definem, em parte, a velocidade de escoamento. Quanto maiores forem os valores, mais rápido é o escoamento, reduzindo o acúmulo de água na bacia. Geralmente, no interior de Bacias com elevados valores desses índices, ocorrem poucas enchentes, predominantemente de rápida duração. Por outro lado, esse fluxo em alta velocidade pode incrementar o efeito das enchentes a jusante da subacia;
- Relação de relevo (Rr): $Rr = Hm/Lb$, onde Rr é a relação de relevo; Hm é a amplitude altimétrica e Lb é o comprimento da bacia;
- Densidade de drenagem (D_d): correlaciona o comprimento total dos canais com a área da bacia hidrográfica. Aplica-se a fórmula $D_d = L_t/A$, onde D_d é a densidade de drenagem; L_t o comprimento total dos canais e A, é a área da bacia. Quanto maior a densidade de drenagem, maior é a velocidade com que a água atinge o rio, incrementando o efeito de enchentes a jusante da bacia;

$$D_d = \frac{L_t}{A}$$

- Densidade de rios (D_r): neste caso aplica-se a fórmula $D_r = N/A$, onde D_r é a densidade de rios; N é o número de canais; A, é a área da bacia;

- Índice de circularidade (Ic): $Ic = 12,57 * A/P^2$, onde Ic é o índice de circularidade; A, é a área da bacia e P é o perímetro da bacia. A forma da Bacia influencia na retenção da água das chuvas. Quanto mais circular, maior a retenção de água na Bacia, aumentando a suscetibilidade às enchentes na Bacia e reduzindo os efeitos a jusante;
- Índice de sinuosidade (Sin): $I_{sin} = L/L_t$, onde I sin é o índice de sinuosidade; L é o comprimento do rio principal e; L_t é o comprimento do eixo da bacia; A sinuosidade, Sin, é calculada como a razão entre a distância que une o ponto inicial e final do canal de drenagem principal, L, da bacia, medida sobre o curso do mesmo, e a distância em linha reta entre os mesmos, L_t . Quanto maior a sinuosidade, maior é a resistência ao escoamento; trata-se de um parâmetro adimensional. A relação entre o comprimento verdadeiro do canal e o seu comprimento vetorial permite identificar a sinuosidade. Quanto maior o índice, menor a velocidade do escoamento e, conseqüentemente, menor a influência nas enchentes a jusante da bacia (maior retenção de água no interior da bacia);

$$Sin = \frac{L}{L_t}$$

- Índice de Compacidade (K_c), P, é o perímetro (m) e A, é a área de drenagem (m²). Quanto mais irregular for uma bacia, maior será seu perímetro comparado com um círculo da mesma área, o que leva ao aumento do coeficiente de compacidade, definido como:

$$K_c = 0,28 \times P/\sqrt{A}$$

ou

$$K_c = \frac{P}{2.\pi.r} = \frac{P}{\sqrt{\pi.A}}$$

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após os cálculos realizados, foram obtidos os seguintes índices:

VARIÁVEIS MORFOMÉTRICAS VALOR	
ÁREA (km ²)	27,02
PERÍMETRO (km)	28,8
L (km)	8,95
Hm (m)	100
Lt (km)	77,11
N	40
L2	7,29
Kf	0,33
Lb	8
Rr	0,0125
Dd	2,85
Dr	1,48
Kc	1,55
Ic	0,41
Isin	1,23

Fonte: Elaboração própria

- L = L é o comprimento do percurso mais longo (seguindo-se o curso d' água desde a cabeceira da bacia até a desembocadura)
Hm = diferença altimétrica entre a altitude da foz e a altitude do ponto mais alto do divisor topográfico
Hf = a altitude da foz
Hh = a altitude do ponto mais alto
Lb = comprimento da bacia
Lt = o comprimento total dos canais
L2 = a distância em linha reta entre os mesmos, L
N = Número de canais
Kf = Forma da bacia
L/L2 = Índice de Sinuosidade = Isin
Hm/Lb = Rr = Relação de relevo
N/A = Densidade de rios = Dr
Ic = Índice de Circularidade
Lt/A = Dd = Densidade de Drenagem
Kc = Índice de Compacidade

A área da bacia é de 27,02 km² e nos informa o volume de água da chuva que será transformado em escoamento. A forma da bacia é de 0,33; quanto maior o fator de forma, maior poderá ser a predisposição a inundações, por ter uma área de captação transversal grande direcionada para um curso d'água curto. Por este valor baixo, a bacia não apresenta tendência a formar inundações.

A amplitude altimétrica foi de 100 metros e isso implica na maior ou menor velocidade de escoamento. Quanto maior é a amplitude, maior é o impulso e velocidade do rio, propiciando um melhor escoamento a montante do rio e pior a jusante, pois o maior acúmulo de água desencadeia inundações.

O comprimento do canal principal foi de 8,95 km e o Comprimento vetorial do canal principal 7,29 Km sendo a distância da nascente a foz pequena devido ao tamanho da bacia, quanto menor a distância da nascente a foz, maior é a possibilidade de enchentes, pois menor é a distância para a descarga de água (BRUBACHER et al.,2011).

Segundo Christofolletti (1969) citado por Silva et al. (2003), densidades de drenagem menores que 7,5 km/km² são classificadas como de baixas, as entre 7,5 km/km² e 10 km/km²

médias e as superiores a 10 km/km² altas. Deste modo a densidade de drenagem da bacia foi de 2,85 Km/km², ou seja, considerada baixa. Esse fator sugere que esta bacia seja menos susceptível a inundações, porém não é um fator isolado, tendo a necessidade de avaliar em conjunto.

O índice de sinuosidade (Isin) é influenciada pela carga de sedimentos, pela característica litológica, estrutura geológica e pela declividade dos mesmos. O índice de sinuosidade da bacia foi de 1,23 que retrata um canal retilíneo e que favorece uma maior velocidade e volume de água e sedimentos da nascente à foz.

O índice de circularidade da bacia não ficou tão próximo de 1,0; o índice foi de 0,41 o que indica que a bacia possui formato mais alongado, por não ser circular, mas com pequena área, pode haver ocorrência de inundações após chuvas intensas; bacias alongadas possuem menor concentração do deflúvio ao contrário de bacias circulares (Villela e Mattos, 1975 apud Santos, 2016). A relação de relevo deu um resultado inconsistente e será descartado

O coeficiente de compacidade mostra-se maior que a unidade (1,55); esse valor, associado ao fator de forma (0,41), indica que a bacia não possui formato semelhante ao de uma circunferência e não possui vocação para formar inundações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os índices morfométricos extraídos da bacia hidrográfica do Rio das Pedras/Pituaçu, vemos que existem fatores que favorecem a formação de inundações como a pequena área da bacia; a amplitude altimétrica e a pequena sinuosidade dos canais e os fatores que desfavorecem como a forma da bacia mais alongada e o coeficiente de compacidade que a torna menos susceptível. Porém, sabe-se que as ocorrências são grandes, o que se pode concluir que os fatores antrópicos como impermeabilização do solo, desmatamentos e ocupação de várzeas pode ser os fatores mais importantes para a geração de inundações nesta bacia.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Enner Herenio; AMORIM, A. de J. Análise morfométrica de uma bacia hidrográfica costeira: um estudo de caso. **Caminhos de Geografia**, v. 7, n. 14, p. 70-77, 2005.

AVELINO, E. Caracterização Geomorfológica: Uma Contribuição Ao Planejamento Ambiental Do Município De Aratuípe, Bahia. **REVISTA GEONORTE**, v. 5, n. 23, p. 234-239, 2014.

CARDOSO, Josenete Assunção; AQUINO, Claudia Maria Saboia. Caracterização Morfométrica Da Sub-Bacia Do Riacho Do Roncador, Timon (Ma). **Revista GeoNordeste**, n. 1, p. 02-22, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. Análise morfométrica de bacias hidrográficas. **Notícia Geomorfológica**, v. 9, n. 18, p. 35-64, 1969.

DA SILVA, Enio Fraga et al. Características, morfogênese e morfodinâmica dos Tabuleiros Costeiros e suas implicações nas coberturas pedológicas do litoral Norte da Bahia. In: **Embrapa Semiárido-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 33., 2011, Uberlândia. Solos nos biomas brasileiros: sustentabilidade e mudanças climáticas: anais. Uberlândia: SBCS: UFU: ICIAG, 2011.

SANTOS, Marilaine Alves; CARVALHO, Silvia Méri; ANTONELI, Valdemir. Suscetibilidade De Enchentes A Partir Da Análise Das Variáveis Morfométricas Na Bacia Hidrográfica Rio Bonito Em Irati-Pr-Brasil. **REVISTA EQUADOR**, v. 5, n. 5, p. 152-167, 2016.

TUCCI, C. E. M. Controle de Enchentes. In: TUCCI, C. Drenagem Urbana. Porto Alegre: Universidade: ARBH, 1993. p. 16-36.

ANÁLISE ISOCINÉTICA DOS FLEXORES E EXTENSORES DOS JOELHOS EM ATLETAS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL PROFISSIONAL FEMININO: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

*Paulo Henrique Viana de Souza**
*Lauro Gurgel O. Junior***

1 INTRODUÇÃO

A análise isocinética realizada no futebol é feita através do dinamômetro isocinético, aparelho eletromecânico com sistema senso-motor, que vem sendo utilizado para avaliação de força, potência e balanço muscular em atletas. Ele também contribui para o alto rendimento com objetivo de estabelecer alvos para reabilitação e prevenção de lesões.

2 OBJETIVO

Identificar a partir de uma revisão literária os aspectos positivos e negativos da avaliação isocinética dos flexores e extensores dos joelhos da seleção brasileira de futebol feminino profissional.

3 METODOLOGIA

Para o presente estudo foram realizadas pesquisas através de artigos que analisaram aspectos positivos e negativos da análise isocinética no futebol como Avaliação Isocinética da Força Muscular em Atletas Profissionais de Futebol Feminino, Caracterização da Performance Muscular em Atletas Profissionais de Futebol e Desequilíbrio Muscular no Futebol.

4 AVALIAÇÕES ISOCINÉTICA DOS EXTENSORES E FLEXORES DOS JOELHOS

* *Bacharelado em Educação Física, UCSal*

** *Doutor em Educação, Universidade da Madeira (Portugal). Professor e Coordenador de Curso, UCSal.*

No dinamômetro isocinético, o indivíduo realiza um esforço muscular máximo ou submáximo acomodando-se à resistência do aparelho, que se apresenta todo computadorizado, com um sistema senso-motor. Través dele é possível analisar força, potência e balanço muscular.

De acordo com uma pesquisa feita por Fonseca e Ocarino (2007), em analogia ao futebol feminino, a avaliação isocinética conseguiu identificar um desequilíbrio com diferença de força de até 100% dos extensores em relação aos flexores dos joelhos na pena dominante em atletas de futebol masculino.

Em um outro estudo feito por Neto e Cardone em 2004, com 21 atletas da seleção Brasileira de futebol feminino profissional, analisou o torque máximo em 60°, e identificou força maior nos extensores em relação aos flexores dos joelhos, com uma razão de 80% nas duas pernas.

Neste mesmo estudo os flexores e extensores do quadril também foram avaliados, e apresentaram uma razão de apenas de 10% entre eles, resultado bem menor do que o apresentado pelos joelhos.

Segundo Terreri (1999), o ideal é que essa diferença entre os extensores e flexores dos joelhos seja até de 60%, com maior força nos extensores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta revisão literária foi possível identificar como aspecto positivo neste estudo, que a avaliação isocinética contribui de forma eficaz para análise do balanço muscular dos flexores e extensores dos joelhos, e através dela foi possível identificar que na seleção brasileira de futebol feminino a força muscular dos extensores dos joelhos é 80% maior do que a dos flexores. Já o aspecto negativo, é que esse desequilíbrio muscular pode ser o principal causador das lesões no futebol.

REFERÊNCIAS

ALVES NETO, J. CARDONE, C. R.; Avaliação da Força Muscular em Atletas Profissionais de Futebol Feminino. Rev Bras Med Esportes – Vol. 16, Nº 1 – Jan/Fev, 2010

OCARINO, J. FONSECA, S.; Caracterização da Performance Muscular em Atletas Profissionais de Futebo. Rev Bras Med Esportes – Vol. 13, Nº 1 – Mai/Jun, 2007

TERRERI, A. S; AMBRÓSIO, M.A; PEDRINELLI, A; ALBUQUERQUE, R.F.M; ANDRUSAITIS, F; GREVE, J.M.D; Isokinetic assessment of the flexor-extensor balance in athletes with total rupture of the anterior cruciate ligament. Rev Hosp Clin Fac Med S Paulo 1999;54:53-60.

ASPECTOS RELACIONAIS ENTRE AVÓS PATERNOS E NETOS, APÓS SEPARAÇÃO CONJUGAL DOS FILHOS

Gabriele Batista Peixoto

INTRODUÇÃO

Para Simionato e Oliveira (2003), a família é como uma unidade constituída por várias partes em que há interação entre cada uma delas, funcionando como um sistema que afeta e é afetado tanto interna quanto externamente, compondo uma história natural através das fases vividas por parte desse grupo. Através dos mais variados conceitos de família e da vivência de cada um na mesma, pode-se perceber que mesmo em contextos diferentes e constituídos por pessoas não similares, o seio familiar é um conjunto que compartilha sentimentos e valores, tendo uma dinâmica de funcionamento próprio.

Conceituar família é algo muito subjetivo, visto que tal conceito irá depender de quem o significou, bem como, do contexto social, político e de cultura familiar em que se está inserido. Torna-se necessário então, conhecer o ambiente de cada família para que assim se possa conceituá-la de forma fiel (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003).

Sob essa perspectiva é importante pensarmos na família, como um todo. Os avós, por exemplo, apresentam sua importância por fazer-se presentes na vida dos netos pela transmissão de histórias de vida e informações (Rabinovich e Moreira, 2008), na tarefa de cuidar de netos cujas mães estão trabalhando (Coutrim et al, 2007), oferecendo cuidados e apoio à família quando do nascimento de uma criança com problemas de saúde ou com necessidades especiais, minimizando a ausência das mães, envolvidas nas intensas demandas de cuidados (MATSUKURA; YAMASHIDO, 2012).

Para Coelho (2001), a família, é como um sistema, e o seu adequado funcionamento, pode entrar em ruptura caso os processos psicológicos ou de interação social se tornem desorganizados, distorcidos ou sofra outro tipo de tensão. Podemos considerar então que a separação conjugal dos filhos pode afetar diretamente na relação dos avós com seus netos tendo diversos fatores contributivos para o distanciamento ou não dessa relação. Estudos

constatam que nos casos em que os filhos ficam sob custódia materna, grande parte destes apresentam rupturas relacionais com seus avós paternos.

É sabido que a separação conjugal é uma fase difícil para todos os membros familiares envolvidos nessa relação que se destitui. No entanto pensando no pai, uma das dificuldades enfrentadas pelo genitor que não possui a guarda dos filhos é perder o contato diário que tinha com eles. Segundo Freire (2009), estes pais podem ter um sentimento de perda e falta de continuidade da família por uma fragmentação dos vínculos afetivos. Além disso, traz como riscos desta fase o fato do pai, possivelmente, perder o senso de conexão primária com seus filhos e/ou de que o apego da mãe aos filhos não deixe espaço para o pai. Os abalos emocionais destinados ao pai, por sua vez, podem dificultar a aproximação dos avós paternos dos netos inseridos em tal contexto.

Diante disto, o objetivo do presente texto é levantar à reflexão os impactos sofridos na relação avós – netos após separação conjugal dos pais da criança, enfatizando o possível distanciamento e até ruptura dessa relação no que se refere aos avós paternos, uma vez que, ainda, na maioria dos casos, os filhos ficam sob guarda materna o que pode propiciar a diminuição do contato desses com a família do pai e, por conseguinte, com os avós por parte do genitor.

RELAÇÕES DE VÍNCULO ENTRE AVÓS-NETOS

As questões relacionais estão cada vez mais complexas no âmbito familiar, pois estas são produzidas, consumidas e modificadas dia após dia, uma vez que se apresentam de forma líquida, conforme traz Bauman (2004). Ainda segundo Bauman (2004), líquidos são incapazes de manter a mesma forma por muito tempo, não se fixam no espaço e nem no tempo, estando sempre propensos a mudanças. Por esse motivo, pensar em como se dão as relações na contemporaneidade, se faz imprescindível para um entendimento mais amplo da realidade familiar e suas complexidades e peculiaridades.

Na ocorrência de um divórcio as relações parentais podem ficar comprometidas e por vezes ocasionar o distanciamento entre os membros familiares. Segundo Fraiman (1996), no caso da relação avós-netos após a separação conjugal dos filhos, mesmo que sofra grande influência, é provável que os avós estejam em uma fase do curso de vida mais estável, possibilitando que prestem um melhor suporte emocional, físico e material a seus filhos,

genros/ noras e netos. Ele também salienta que esta contribuição depende de fatores como distância geográfica, idade, sexo, guarda dos netos, estado civil dos avós, situação empregatícia, dentre outros. Dias e Silva (1999), traz ainda que o acesso dos netos é controlado pelos pais que podem limitar ou não este contato.

Mesmo com a lei que confere, em caso de separação conjugal, a guarda compartilhada dos filhos, ainda ocorre que na maioria dos casos, é a mãe quem fica com a custódia das crianças após a separação, o que possivelmente facilita mais contato de seus filhos com os avós maternos. Por consequência, os avós paternos, provavelmente, possuem mais dificuldade ao acesso de seus netos. Para, além disto, o divórcio pode originar a perda de contato entre avós e netos, originando a perda de cuidados, a tolerância por parte dos avós, a transmissão histórica que estes têm para oferecer aos seus descendentes, e podendo também afetar a saúde psíquica dos mesmos. Para Drew e Silverstein (2007) os avós que perdem o contato com os netos revelam maior incidência de sintomas depressivos quando do processo de envelhecimento, em comparação com os avós que não experienciam essa perda. O grau de perturbação psicológica nos avós aumenta quando a perda de contato pode ser repentina e inesperada.

A literatura apresenta diferenças no contato e apoio prestado por avós maternos e paternos, tendo estes últimos, menos contato com os netos. Esta diferença prende-se ao fato de após a separação conjugal, as crianças ficarem habitualmente a viver a maior parte do tempo com a mãe, o que implica um maior envolvimento e contato das crianças com os avós maternos. Enquanto os avós paternos podem experienciar uma transição mais complexa no contexto pós-separação, com possibilidade de sofrer deterioração na relação com os netos, necessitando de reestruturar a relação com os mesmos (EHRENBERG; SMITH, 2003).

A chegada de um neto pode representar uma realidade de novas responsabilidades, mas também gerar sentimentos que os levem a se afastar do convite à intimidade. Griffa e Moreno (2001), comentam que “alguns avós fogem de seu papel (‘já criei meus filhos e já cumpri meu papel’); outros competem com os pais pela educação dos netos e são então recriminados por ser intrometidos e controladores”. Sobre os aspectos levantados, vale ressaltar que a avosidade no homem se dá de maneira distinta daquela manifestada pela mulher, logo o distanciamento dos avós e seus netos no contexto supracitado, que também se difere por questão de gênero.

Dphil e Ruicheva (2010), realizaram um estudo com avós (apenas mulheres) e mães “solteiras”, sendo um terço destas divorciadas. Os resultados apontam para dois papéis distintos das avós: avós como substitutos dos pais e avós como substitutos dos parceiros. Também Ferguson (2004) referiu o papel das avós maternas como "pais substitutos" depois do divórcio. No caso das avós como substitutos dos pais, há um foco na satisfação das necessidades dos netos e, este papel, é altamente desejado e apreciado pelas mães, que são ajudadas na educação das crianças. No caso das avós como substitutas dos parceiros, há um foco na satisfação das necessidades das filhas, assumindo tarefas que seriam dos parceiros, a nível doméstico e a nível emocional. Isto pode fazer com que, por vezes, as avós sintam que os netos são como seus filhos e essa responsabilidade acrescida pode elevar os níveis de stress por estarem demasiadamente envolvidas nesse papel. Para Dphil e Ruicheva (2010), estes papéis adquiridos pelas avós, além de serem de extrema importância para a família e para a própria identidade, podem funcionar como substitutos de perdas já experienciadas como isolamento social, ninho vazio, separação ou morte do cônjuge. Existem, ainda, estudos que afirmam que são os avós maternos, na maioria das vezes, que oferecem apoio e abrigo aos netos nos momentos de dificuldade, dada a maior afinidade que existe entre mãe e filha (DIAS; SILVA, 1999).

A relação entre avós e netos oferece benefícios aos avós, aos netos e aos pais. Segundo Carson (2001) a ligação intergeracional entre netos e avós traz consequências para as relações familiares em longo prazo. Os netos têm uma grande importância na vida dos avós, podendo o contato entre ambos, ser essencial para a integração emocional da pessoa em processo de envelhecimento. Ser avô/avó permite que se torne a vivenciar a parentalidade sem as responsabilidades e obrigações inerentes às mesmas. Com os netos, os avós podem ter contato com novos ideais culturais, adotar posturas menos conservadoras, assim como aprofundar um sentido de continuidade, de renovação biológica (CUNHA, 2008).

Os netos oferecem um sentido de imortalidade aos avós, por saberem que parte das suas vidas persistirá no tempo e, desta forma, os avós podem sentir-se mais preparados para aceitar a morte. Os netos podem ainda representar a oportunidade de realizar desejos não realizados enquanto netos, filhos ou pais (KIPPER; LOPES, 2006). Além disto, os avós podem também ver os seus filhos a serem pais, possibilitando originar um sentimento de orgulho pela educação que lhes deram e desta forma, os avós percebem os netos como uma extensão de eles próprios e sentem-se usualmente felizes neste papel.

Também é importante considerar que, não obstante a ênfase esteja voltada, na maioria das vezes, para os benefícios que os avós podem trazer; sobretudo no que tange ao desenvolvimento de seus netos, a influência no curso de vida de ambos, é recíproca. Pode-se dizer, portanto, que a relação entre essas duas gerações é mutuamente influente. Neste sentido, Bonalume (2004) afirma que os netos exercem fundamental importância na vida dos avós e que o contato entre avós e netos pode ser essencial para as pessoas que estão envelhecendo. Ele também salienta que a importância dos netos para os avós é eloquente e negar o acesso dos avós aos seus netos pode ser nocivo para ambos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o processo de divórcio possa constituir uma situação desestabilizadora para toda a família, a maneira como tal fato pode repercutir nos membros do sistema familiar dependerá de algumas variáveis como: a fase do curso de vida em que a família se encontra; o ambiente psicossocial; o status socioeconômico; como foram construídos os vínculos familiares; a motivação da separação; dentre outros aspectos. Sob essa perspectiva, vale salientar que embora o presente texto tenha salientado as consequências negativas na relação entre avós paternos e seus netos após o descasamento de seus filhos, convém frisar que, em alguns casos, o divórcio constitui em uma oportunidade e reestruturação familiar, e na possibilidade de melhora das relações afetivas no contexto de tal família.

Sendo assim, é preciso avaliar cada família levando em consideração todos os fatores e, em meio à transição ocasionada pelo divórcio, é importante considerar o papel que os avós podem desempenhar, pois sua participação nesse momento, possivelmente, ajudará a diminuir os conflitos que tal processo irá trazer tanto aos filhos, quanto aos netos e aos próprios avós que também são atingidos pela separação.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BONALUME NETO, R. Avós que Vivem Muito Aumentam a Chance de Sobrevivência de Netos. *Folha de São Paulo*. Disponível em

><http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2403200402.htm>.> Acesso em: 20 de junho de 2017.

CARSON, L. *A Importância dos Avós: como se tornar uma referência positiva na vida dos netos*. São Paulo: Paulinas, 2001.

COELHO, L.; COELHO, R. (2001). *Impacto psicossocial da deficiência mental*. Revista Portuguesa de Psicossomática, 2001, p. 123-142.

COUTRIM, R. M. E. *O que os avós ensinam aos netos? A influência da relação intergeracional na educação formal e informal*. GT12: Gerações – Entre Solidariedades e Conflitos, Recife, XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 maio a 01 junho de 2007. Disponível em

<http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=572&Itemid=171>. Acesso em 19 de junho de 2016.

CUNHA, B.M.R. (2008). *Significados da relação netos-avós e crenças acerca dos idosos: A perspectiva dos adolescentes*. 2008. 89 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto, 2008.

DPHIL, S.H.; RUICHEVA, I. *Grandmothers replacement parents and partners: The role of grandmotherhood in single parent families*. Journal of Intergenerational Relationships, 2010, p 219-233.

DREW, L.M.; SILVERSTEIN, M. *Grandparents psychological well-Being after loss of contact with their grandchildren*. Journal of Family Psychology, 2007, p 372-379.

EHRENBERG, M.F.; SMITH, T.L. *Grandmother-grandchild contacts before and after an adult daughter's divorce*. Journal of Divorce & Remarriage, 2003, 27-43.

FERGUSON, N. *Children's contact with grandparents after divorce*. Family Matters, 2004, 36-41.

FREIRE, G. O. *A vivência da paternidade por homens separados: a construção de uma nova paternidade?* 2009. 107 f. Dissertação de Mestrado, Programas de Pós-Graduação da CAPES, Universidade Federal de Fortaleza, Fortaleza, 2009.

FRAIMAN, A. P. *O fim da vida na percepção do jovem e do velho*. A Terceira Idade, São Paulo, SESC, 1994, p. 44-50.

GRIFFA, M. C.; MORENO, J. E. *Chaves para a Psicologia do Desenvolvimento, tomo I: vida pré-natal, etapas da infância*. São Paulo: Paulinas, 2001.

KIPPER, C.; LOPES, R.S. *O tornar-se avó no processo de individuação*. Psicologia: teoria e pesquisa, 2006, p. 29-34.

MATSUKURA, T. S. & YAMASHIRO, J. A. *Relacionamento intergeracional, práticas de apoio e cotidiano de famílias de crianças com necessidades especiais*. Rev. Bras. Educ. Espec. 2012, p. 647-660.

PIRES, M. F. F. *Presença e papel dos avós: Estudo de caso*. 2010. 105f Dissertação de mestrado. Departamento de Educação da Universidade de Aveiro. Retirado de <<http://hdl.handle.net/10773/3601>>, acesso em 20 de junho de 2017.

RABINOVICH, E. P.; MOREIRA, L. V. C. *Significados de família para crianças paulistas*. *Psicol. Estud.* 2008, p.447-455.

SILVA, N. P.; DIAS, C. M. S. B. *Avôs e avós: percepção do papel*. Symposium, ano 3, n. esp. *Psicologia*, 1999.

SIMIONATO, M. A. W. & OLIVEIRA, R. G.. *Funções e transformações da família ao longo da História*. I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPppr – nov./2003.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

*Carla Bianca dos Santos**
*Carla Carolina Ferreira Gomes Querino**
*Lisiane da Silva Santos***
*Vanessa Cristina dos Santos Conceição****

Resumo

O Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) é uma doença crônica, autoimune, multissistêmica, que atinge majoritariamente mulheres em idade fértil, possui diversos sinais, sintomas e manifestações clínicas que, em casos mais graves, podem incapacitar o indivíduo para o desenvolvimento de atividades cotidianas. Desta forma, objetivou-se discutir a importância do papel da equipe de enfermagem na assistência ao paciente com Lúpus Eritematoso Sistêmico, descrever a sua fisiopatologia e epidemiologia, conhecer os impactos da doença para os pacientes, bem como compreender as ações da equipe de enfermagem e multiprofissional na assistência aos portadores dessa doença. Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, através da busca nas bases de dados Lilacs, Bireme, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scielo, do período entre 2012 e 2017, publicados em língua portuguesa. A análise dos dados constituiu-se através de comparação direta entre os dados dos estudos incluídos na pesquisa e sem interferência pessoal. Os resultados apontam que no Brasil, o estado do Rio Grande do Norte, é o que possui maior incidência de casos de LES, entretanto há poucos estudos realizados nesta população; que as manifestações clínicas relacionadas à doença podem levar a incapacidade para atividades cotidianas, necessitando de um atendimento holístico, através de uma equipe multiprofissional, com vistas a minimizar estes impactos na vida do paciente e de sua família. Foi identificado também que a equipe de enfermagem possui os profissionais mais aptos a identificar suas necessidades e colaborar com sua melhora, especialmente através do processo de educação em saúde.

Descritores: Lúpus Eritematoso Sistêmico. Equipe de Enfermagem. Qualidade de Vida.

1 INTRODUÇÃO

O Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) é uma doença crônica, autoimune e inflamatória que afeta diversos órgão e tecidos do corpo, sendo, portanto, multissistêmica. Caracteriza-se por uma existência de produção de autoanticorpos, especialmente anticorpos antinucleares (AAN), com uma posterior formação e acúmulo de imunocomplexos o que gera inflamação nos diversos órgãos e lesão aos tecidos (BRASIL, 2013; KUMAR et al, 2016).

* Enfermeiras graduadas pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL; alunas do Curso de Extensão em Enfermagem em Clínica Médica e Clínica Cirúrgica – CEPEn, das Obras Sociais de Irmã Dulce.

** Enfermeira de Educação Permanente do Hospital Santo Antônio, Pós-graduada em Emergência e UTI – Faculdade Social da Bahia. E-mail: lisiane.santos@irmadulce.org.br

*** Enfermeira Líder do Centro de Ensino e Pesquisa em Enfermagem do Hospital Santo Antônio, Pós-graduada em Enfermagem em Emergência e Docência do Ensino Superior: Saberes e Práticas do Ensino Presencial e EAD. E-mail: vanessa.conceicao@irmadulce.org.br

Sobre sua etiologia esta é ainda incerta, porém é conhecido o significativo papel de vários fatores no desencadeamento da doença, dentre eles destacam-se os fatores genéticos, visto que os familiares dos doentes apresentam um maior risco a doença, principalmente nos parentes de primeiro grau, ambientais destacando-se a luz ultravioleta e tabagismo, imunológicos e também hormonais (DALL'ERA, 2014; SANTOS, 2015).

Pode ocorrer em qualquer faixa etária, mas afeta, principalmente, jovens em idade reprodutiva com maior frequência na faixa etária de 15 a 45 anos. É mais incidente na população feminina, sendo capaz de atingir de 10 a 15 mulheres para cada homem. A cada ano são diagnosticado, aproximadamente, de 14,6 a 122 novos casos /100.000 habitantes no Brasil, sendo Natal, no estado do Rio Grande do Norte, a cidade com maior incidência, cerca de 8,7 novos casos/100.000 habitantes no ano de 2000 (NEDER et al, 2015; MATOS et al, 2016; MARTINS et al, 2013).

As manifestações clínicas do LES podem se apresentar de diversas formas, visto que pode atingir qualquer órgão ou sistema do corpo, além do que a doença apresenta picos de exacerbação e remissão fazendo com que haja uma grande variedade de sinais e sintomas que também irão variar de um paciente para outro, indo desde comprometimento cutâneo ao renal, hematológico, imune e articular, além de sintomas como febre, cefaleia, artrite, serosite, alopecia, astenia, mialgia, vasculite, pneumonite, quadros neuropsiquiátricos, entre outros (BRASIL, 2013; SILVA et al, 2016; ERRANTE, 2016).

Devido a essa heterogeneidade de manifestações o diagnóstico do LES pode ser um desafio, por esse motivo o American College of Rheumatology (ACR) propôs em 1982, sendo revisado em 1997, 11 critérios de classificação com objetivo de uniformizar os estudos da doença. Para o indivíduo ser diagnosticado com LES, ele teria que apresentar, pelo menos, 4 desses critérios. Além dos critérios é indispensável à realização de um anamnese e exame físico detalhado no indivíduo, bem como a realização de exames laboratoriais que vão dar suporte ao diagnóstico do LES. O tratamento, portanto, irá depender dos órgãos e sistemas que foram afetados e a gravidade, ou seja, individualizado (BRASIL, 2013; MATOS, 2016; DALL'ERA; WOFYSY, 2014; KUMAR et al, 2016).

Por se tratar de uma doença crônica, com períodos de exacerbação e remissões, o paciente com LES vivência uma série de sentimentos e tem a qualidade de vida afetada comparada a população em geral. Visto que a doença afeta não apenas o biológico, mas também pode levar

ao sofrimento psicossocial, pois a incapacidade trazida pela LES, bem como a perda da função física impacta nas tarefas diárias, na independência do indivíduo, nas relações sociais e familiares, podendo levar a ansiedade e até depressão (CORDEIRO; ANDRADE, 2012; SILVA et al, 2013; SILVA et al, 2016).

Nesse sentido, a sensibilidade da equipe multiprofissional que atenderá o paciente, poderá interferir positivamente no tratamento destes indivíduos, pois as orientações dos profissionais de saúde proporcionam segurança ao paciente que vê na equipe uma fonte segura de informação, dando enfoque a formas de conviver com a patologia, sem abrir mão do tratamento e do convívio saudável com os seus entes queridos (NEDER et al,2015; SILVA et al, 2013).

Segundo Almeida et al (2013), a individualização do cuidado pela equipe de enfermagem proporciona um atendimento singular, humanizado e holístico, de acordo com as necessidades de cada um, salientando que as necessidades individuais dos pacientes, são melhores percebidas pela equipe de enfermagem, que possuem relação mais próxima com estes.

Em virtude dos fatos mencionados e do grande número de pacientes internados em um Hospital filantrópico da cidade de Salvador – BA para tratamento do LES e suas complicações, despertou-se o interesse das autoras do estudo em aprofundar o conhecimento acerca da patologia e como a equipe de enfermagem pode assistir esse paciente.

O estudo torna-se relevante, uma vez que pode contribuir para dirimir dúvidas dos pacientes acometidos com esta patologia acerca das suas causas e do seu tratamento, com vista a melhorar a qualidade de vida. Além disto, este estudo poderá subsidiar o conhecimento dos profissionais de enfermagem, sobre a melhor conduta na atenção aos pacientes com LES, uma vez que existem especificidades do seu tratamento que precisam ser observadas cautelosamente.

Diante desses pressupostos, este estudo tem como objetivos discutir a importância do papel da equipe de enfermagem na assistência ao paciente com Lúpus Eritematoso Sistêmico, descrever a fisiopatologia e epidemiologia do Lúpus Eritematoso Sistêmico, conhecer os impactos do Lúpus Eritematoso Sistêmico na vida dos portadores da doença e compreender as ações da equipe de enfermagem e multiprofissional na assistência aos portadores dessa doença.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão da literatura narrativa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, produzida sobre a importância da equipe de enfermagem no tratamento aos pacientes com Lúpus Eritematoso Sistêmico, que vem sendo divulgado em livros e revistas científicas nacionais, disponíveis nas bases de dados Bireme, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Lilacs e Scielo, disponíveis no formato online. Para a busca dos dados foram utilizados os seguintes descritores: Lúpus Eritematoso Sistêmico; Equipe de Enfermagem; Qualidade de Vida.

No total, foram encontrados: 21 artigos; 3 dissertações; 1 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), 1 estudo de caso, 1 protocolo e 5 livros. Dos 21 artigos, 8 foram excluídos por estarem fora do período estabelecido de 5 anos, entre as dissertações 2 foram excluídas pelo mesmo motivo.

Foram incluídos 13 artigos científicos publicados em periódicos nacionais, 1 dissertação, 1 TCC, 1 estudo de caso, 1 protocolo e 5 livros, disponíveis na íntegra e gratuitamente, publicados em língua portuguesa, entre os anos de 2012 e 2017, que abordavam a temática referente à importância da equipe de enfermagem no tratamento ao paciente com Lúpus Eritematoso Sistêmico.

A coleta de dados das publicações e livros foi realizada no período de fevereiro a abril de 2017. Posteriormente, foram realizados fichamentos e leitura analítica dos estudos e interpretação dos conceitos e dados trazidos pelos autores, com vistas a encontrar pontos convergentes e divergentes para comparação e discussão.

A análise dos dados foi constituída através de comparação direta entre os dados dos estudos incluídos na pesquisa e sem interferência pessoal. Após leitura criteriosa dos artigos foram encontrados resultados de acordo com três categorias: A fisiopatologia e epidemiologia do Lúpus Eritematoso Sistêmico, os impactos do Lúpus na vida dos portadores da doença e as ações da equipe de enfermagem e multiprofissional na assistência aos portadores dessa doença.

Os aspectos éticos foram respeitados, considerando o estabelecido nas Leis e Resoluções que amparam o exercício profissional, bem como no que se refere ao ensino, pesquisa e produção técnico-científicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da leitura sistemática da dissertação, do TCC, do estudo de caso, dos livros e artigos, pode-se identificar as principais categorias. A análise dos materiais disponíveis possibilitou obter um panorama geral sistematizado. A maioria dos estudos foram publicados na Região Sudeste o que corresponde 45% do total, seguido da Região Nordeste com 27%, Norte com 14% e o Distrito Federal é o que conta com a menor porcentagem sendo 5%. Os anos que mais obtiveram publicações foram os anos de 2013, 2015 e 2016 todos com o total de 6 publicações; O ano de 2012 foi o que teve o menor número de publicações sendo 3 no total, sendo que em 2017 nenhum estudo foi localizado. A análise e discussão dos resultados foram realizadas após leitura e fichamentos, através da interpretação das ideias de cada autor, comparando os dados e fatos, identificando as concordâncias e divergências entre os estudos, visando atingir os objetivos propostos. Os resultados encontrados foram discutidos nas três categorias seguintes.

3.1 A fisiopatologia e epidemiologia do Lúpus Eritematoso Sistêmico

Dentre os estudos que contemplam os objetivos propostos e critérios estabelecidos, 11 (onze) deles tratam da fisiopatologia e da epidemiologia do Lúpus Eritematoso Sistêmico, ou seja, 50% dos estudos.

O Lúpus Eritematoso Sistêmico além de uma doença crônica e inflamatória é também autoimune, sabe-se que essas doenças têm uma predisposição genética que favorece o seu surgimento. Em relação ao LES é conhecido que o defeito fundamental é uma falha nos mecanismos de autotolerância, devido a isso há o desenvolvimento dos autoanticorpos chamados de anticorpos antinucleares (AAN), que tem a capacidade de reconhecerem antígenos nas células do próprio indivíduo e com a existência da falha o corpo não consegue eliminar os imunocomplexos fazendo com que ocorram inflamação e lesão das células. O AAN pode estar presente em indivíduos saudáveis, mas existem alguns como anti-DNA e anti-Sm que servem como marcadores do LES, pois são encontrados apenas em pessoas com a doença (DALL'ERA, 2014; KUMAR et al, 2016).

A causa da falha dos mecanismos de autotolerância é desconhecida, mas acredita-se que fatores ambientais e genéticos tenham influência nisto. Os fatores genéticos estão envolvidos no caso do lúpus eritematoso sistêmico, visto que os familiares dos doentes apresentam um maior risco a doença, principalmente nos parentes de primeiro grau, 20 % destes, apresentam autoanticorpos e outras anormalidades imunológicas, mesmo não sendo afetados clinicamente. Há também uma maior taxa de concordância em gêmeos monozigóticos, sendo maior que 20% se comparado a gêmeos dizigóticos, quando a taxa é em torno de 1% a 3% (RUBIN, 2013; IANNOTTI; PARKER, 2014; KUMAR, 2016).

Sobre os fatores ambientais alguns estudos sugerem que a influência deles acabe desencadeando a doença em indivíduos que já tenham uma suscetibilidade genética. Dentre os fatores ambientais que possivelmente podem influenciar no surgimento do LES, destacam-se o tabagismo e a luz ultravioleta. O tabagismo, por exemplo, teve associação à produção de anticorpos anti-DNA em pacientes com a doença, já a exposição ultravioleta tem uma relação sobre os sintomas cutâneos e viscerais do LES, mas ainda não há indício que ela inicie a doença (DALL'ERA, 2014). Nesse sentido, é importante destacar que no caso do Brasil, país de clima tropical, especialmente no caso da região Nordeste, onde as temperaturas costumam ser elevadas, pode haver uma maior incidência de manifestações clínicas, especialmente manifestações cutâneas por conta da exposição ao sol. (MATOS et al, 2016).

A maior parte dos pacientes acometidos pelo LES é do sexo feminino, porém ainda não se sabe exatamente porque há uma predileção para essa população. Acredita-se que os hormônios sexuais tenham influência nesse aspecto, pois maiores níveis de estrógeno estão relacionados ao maior número de linfócitos B autorreativos e de anticorpos. Sugere-se que também exista um risco relativo relacionado a mulheres que tiveram menarca precoce, fizeram uso de anticoncepcionais orais ou realizam uso de reposição hormonal pós-menopausa, bem como há um risco de desenvolver o LES que chega a ser 14 vezes maior em homens com síndrome de Klinefelter (47, XXY), se comparado a homens sem a síndrome (DALL'ERA, 2014; IANNOTTI, PARKER, 2014).

Os autores são unânimes quando apontam etiologia incerta do LES, mas os estudos sugerem que vários fatores podem desencadear a doença, dentre eles destacam-se os fatores genéticos, ambientais, imunológicos, hormonais e uso de alguns medicamentos. Outro fator de concordância entre os autores dos diversos estudos é que a doença apresenta períodos de exacerbação e períodos de remissão das diversas manifestações clínicas. Dentre estas os

autores destacam como mais recorrentes: emagrecimento, febre, alopecia, cefaleia, astenia, mialgia, acometimento cutâneo e renal, confusão mental, fotossensibilidade, distúrbios de humor, fadiga, em casos graves, há relatos de Síndrome de Guillain-Barré (DALL'ERA, 2014; OLIVEIRA et al, 2016; SILVA et al, 2016).

Para se chegar a um diagnóstico, é indispensável à realização de uma anamnese e exame físico detalhado no indivíduo, bem como a realização de exames laboratoriais. São os exames laboratoriais, associados às manifestações clínicas que vão dar suporte ao diagnóstico do LES. A Portaria nº 100, de 7 de fevereiro de 2013, retificada em 22 de março de 2013, traz o Protocolo de Diretrizes Terapêuticas do LES do Ministério da Saúde uma lista de exames laboratoriais com intuito de auxiliar na detecção das alterações clínicas da doença (BRASIL, 2013).

Achados laboratoriais também foram descritos. Proteinúria, anemia, linfopenia, leucopenia, trombocitopenia, são as principais alterações identificadas nos exames laboratoriais (AZULAY, 2015; ERRANTE, 2016; MATOS et al, 2016). Matos et al (2016) destacam que a anemia é uma condição comum em portadores de LES. De acordo com Errante (2016), as alterações que surgem nos achados hematológicos, são utilizadas como critério para a classificação do LES, ainda que o diagnóstico não tenha sido confirmado, e indica que este pode ser o primeiro sinal da doença, que pode surgir meses ou até anos antes das demais manifestações clínicas.

No mundo, a incidência de LES é de cerca de 1 a 22 casos para cada 100.000 habitantes por ano, enquanto que a prevalência circula por volta de 7 a 760 pessoas. No caso do Brasil, a incidência é de 7- 8 casos para cada 100.000 habitantes por ano. As mulheres em idade fértil são as que mais sofrem com a doença (BRASIL, 2013; RUBIN, 2013). Em seu estudo Santiago et al (2014) estabelece uma comparação com relação à incidência do LES, cujos números apontam uma incidência maior de casos no Rio Grande do Norte – RN com 8,7 casos por 100.00 habitantes, enquanto que em Cascavel –PR a incidência é de 4,8 casos por 100.000 habitantes por ano, e sugere a radiação ultravioleta, etnicidade e o desenvolvimento socioeconômico como principais fatores associados

De acordo com Matos et al (2016) o Rio Grande do Norte – RN é o estado com maior incidência de LES no Brasil, confirmando os dados apresentados por Santiago et al (2014). Segundo o mesmo autor em um estudo realizado nos Estados Unidos, verificou-se uma

prevalência de LES de 3 a 4 vezes maior em mulheres negras quando comparadas com as mulheres brancas, em contrapartida, o seu estudo realizado no Hospital Geral Universitário de Cuiabá - HGU, 50% das pacientes se auto referenciaram pardas e 40% negras, e ainda ressalta a dificuldade na classificação racial no Brasil devido ao elevado grau de miscigenação no país. Em estudo realizado com dez mulheres do Estado do Piauí, Santos et al (2016) identificou que 50% das participantes analisadas tinham entre 23 e 33 anos, ou seja, mulheres jovens e em idade fértil.

3.2 Os impactos do Lúpus Eritematoso Sistêmico na vida dos portadores da doença

De um total de 22 referências, entre artigos, livros e outros trabalhos, 7 (sete) tratam dos impactos do LES na vida de seus portadores, o que representa aproximadamente 31% das pesquisas. Nos anos de 2014 e 2017, não foram identificadas publicações que tratassem da temática proposta nesta seção.

O LES pode apresentar efeitos relevantes na vida dos pacientes, tanto do ponto de vista físico, quanto do ponto de vista psicossocial. Nesse sentido, se faz necessária uma abordagem focada na melhoria dos sintomas e estabilização da doença e na adesão ao tratamento, com vistas à possibilidade de uma melhor qualidade de vida (BOTELHO et al, 2012). De acordo com Salicio et al (2013), a qualidade de vida dos portadores de LES é regular, evidenciando a dor musculo esquelética como um fator limitante e de grande impacto na vida dos doentes.

Por se tratar de uma doença que apresenta manifestações clínicas cutâneas, que podem ser exacerbadas no período agudo da doença, Rodrigues et al (2012) ressalta que a representação desses pacientes pode ficar abalada, uma vez que além de atingir o físico, o psicológico também é afetado, já que provoca alterações em sua beleza e sua auto imagem. Cordeiro e Andrade (2012) apontam ainda que por se tratar, em sua grande maioria, de mulheres em período reprodutivo, o sofrimento psicológico é ainda maior. Assim, o controle da doença não é o único aspecto a ser considerado, mas também a subjetividade das pacientes.

O tratamento de longo prazo, os danos provocados pela doença e os efeitos colaterais que o tratamento promovem, são apontados por Santos (2015) como fatores que desencadeiam a diminuição da qualidade de vida dos doentes. Ansiedade e depressão são as principais alterações psicológicas sofridas por estes, relatadas pelo autor, que destaca ainda que tais fatores podem estar relacionados com a diminuição da adesão ao tratamento, especialmente ao uso das medicações (SANTOS, 2015; NEDER et al, 2015).

Nesse sentido, Neder et al (2015) aponta que as orientações acerca da doença, os sintomas e seu tratamento, são de extrema importância para aproximar o paciente e sua família do tratamento, uma vez que cerca de 15% de pessoas com doenças crônicas desenvolvem depressão, entretanto, quando se trata de Lúpus, esse número cresce para 60%. Segundo Silva et al (2013) de uma forma geral, as doenças crônicas exigem uma alteração no estilo de vida do paciente e conseqüentemente da família, que está envolvida neste contexto. É comum que o paciente se isole do seio familiar, ficando assim, mais susceptível a transtornos emocionais. Assim, é crucial o fortalecimento de vínculos e o estreitamento dos laços sociais.

Além das questões relacionadas à imagem, por acometer majoritariamente mulheres, o LES pode promover limitações físicas por conta de outros sintomas como dores articulares, fadiga, tendinite, Cordeiro e Andrade (2012) chamam atenção para a necessidade de um olhar holístico em relação às mulheres, para que haja uma maior e melhor adesão e comprometimento com o tratamento.

O curso clínico da doença é apontado por Neder et al (2015) como um dos fatores que dificultam a adesão ao tratamento, e acabam aumentando as taxas de morbidade e mortalidade dos pacientes com LES, e salienta a necessidade da adesão de estratégias que visem um melhor enfrentamento da doença.

3.3 As ações da equipe de enfermagem e multiprofissional na assistência aos portadores dessa doença.

Contemplando o terceiro e último objetivo deste trabalho, foram utilizados 6 (seis) estudos do total encontrado, representando aproximadamente 27%. No ano de 2016, não foi localizado nenhum trabalho que tratasse da importância e/ou das ações da equipe multiprofissional na assistência aos portadores de LES.

Diante de manifestações clínicas que podem ser severas e afetar os doentes não apenas do ponto de vista clínico, mas considerando aspectos psicossociais, a sensibilidade da equipe multiprofissional que atenderá o paciente, poderá interferir positivamente no tratamento destes indivíduos. A individualização do cuidado pela equipe de enfermagem é destacado por Almeida et al (2013), no sentido de proporcionar um atendimento singular, humanizado e holístico aos pacientes, de acordo com as necessidades de cada um, salientando que as necessidades individuais dos pacientes, são melhor percebidas pela equipe de enfermagem, que possuem relação mais próxima com este. Esta atenção pormenorizada, é melhor realizada,

através da Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE, que permite avaliar e intervir de maneira mais integral.

O profissional de enfermagem, lançando mão da SAE, pode propor um plano de cuidados individualizado, com vistas a minimizar tanto as manifestações clínicas, quanto os efeitos colaterais decorrentes do seu tratamento, considerando para isso, os cinco passos que integram o Processo de Enfermagem, a saber, coleta de dados, diagnóstico de enfermagem, planejamento de enfermagem, implementação de enfermagem e avaliação de enfermagem; de forma que, conhecendo as reais necessidades do paciente, seja prestado um cuidado holístico, integral e humanizado (SOARES, 2014).

A desinformação acerca de sua patologia é um elemento que pode dificultar a adesão do paciente ao tratamento e o auxílio por parte da família. De acordo com Corrêa et al (2015) o conhecimento acerca da doença melhora o prognóstico do paciente que pode identificar sinais e sintomas do período de exacerbação, podendo tomar medidas de prevenção e controle. Questões relacionadas a prevenção e o tratamento do LES são as que mais suscitam dúvidas e indagações por parte dos pacientes (CORRÊA, 2015).

O tratamento medicamentoso requer alguns cuidados da equipe de saúde para com os pacientes, uma vez que dele podem advir efeitos colaterais significativos. Não há um período pré-estabelecido para a duração do tratamento, e espera-se o controle da doença, contudo, as drogas utilizadas podem provocar efeitos comuns, porém indesejados, que necessitam de acompanhamento, em alguns casos até internação para a sua administração. Se tratando especialmente da pulsoterapia, a equipe de enfermagem é a que acompanha mais de perto a administração dos medicamentos ao paciente, orientando-o e atentando para quaisquer alterações que possam surgir (BRASIL, 2013; SOARES, 2014).

Além do tratamento medicamentoso, cabe destacar a necessidade de envolver a família nesse processo, orientando-os quanto ao uso e reações adversas das drogas utilizadas no tratamento, quanto à exposição aos raios ultravioleta e sobre como trabalhar a autoestima dos pacientes, que podem ficar inseguros com relação a sua aparência (RODRIGUES et al, 2012). O conhecimento dos profissionais sobre a doença também é essencial para a orientação destes.

Em seu estudo, Guimarães et al (2015) destaca a necessidade do acompanhamento psicológico para o paciente e sua família, para que haja uma melhor adesão ao tratamento e uma aceitação das mudanças que o corpo sofre em detrimento da doença e do tratamento

medicamentoso, além de apoio fisioterápico, já que em fases agudas, pode incapacitar o paciente para desenvolver algumas atividades rotineiras, especialmente em pacientes jovens, público alvo do estudo.

De acordo com Almeida et al (2013) o enfermeiro é o profissional que melhor compreende as necessidades dos pacientes neste processo saúde-doença, e atribui este fato ao estreitamento dos laços interpessoais, podendo assim individualizar e sistematizar melhor o cuidado, uma vez que são os profissionais de enfermagem os mais capacitados para identificar as necessidades de saúde dos clientes.

A orientação dos profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, dentre outros, proporciona segurança ao paciente, que vê nestes profissionais, uma fonte segura de informação, dando enfoque a formas de conviver com a patologia, sem abrir mão do tratamento e do convívio saudável com os seus entes queridos (GUIMARÃES et al, 2015).

4 CONCLUSÃO

Como uma doença multissistêmica, o Lúpus Eritematoso Sistêmico, apresenta uma incidência relativamente alta no Brasil, e que para além de repercussões orgânicas, pode apresentar impactos nas relações sociais e familiares dos indivíduos.

A análise dos dados permitiu conhecer os diversos sinais e sintomas, que, a depender da gravidade com a qual se apresente, pode incapacitar o doente para a realização de atividades que antes eram cotidianas. As causas do LES ainda não são totalmente claras, contudo, sabe-se que alguns mecanismos podem desencadear o surgimento dos primeiros sinais que podem se manifestar com considerável antecedência, inclusive com alterações nos exames laboratoriais. Sinais e sintomas mais evidentes podem surgir apenas na fase aguda da doença.

Mulheres jovens e em idade fértil, são as que apresentam maior incidência. No Brasil, o estado do Rio Grande do Norte é o que apresenta maior número de casos. Entretanto, só foi localizado um estudo que abordasse, dentro dos critérios de inclusão, a temática. Alguns autores destacam que o clima tropical do país, e a alta incidência de radiação ultravioleta nos estados da região Nordeste, podem estar relacionados com a alta incidência de Lúpus no Rio Grande do Norte.

As manifestações clínicas do Lúpus podem ser incapacitantes, tanto do ponto de vista físico e psicológico quanto do ponto de vista social, cultural e familiar. As manifestações álgicas, neurológicas e reumatológicas podem impedir que o paciente desenvolva atividades do cotidiano. Manifestações cutâneas são as principais responsáveis pelo isolamento social e familiar, uma vez que os pacientes passam a ter uma percepção ruim sobre a sua beleza e autoimagem. Importante destacar também que os dados revelaram uma forte tendência ao desenvolvimento de depressão e ansiedade.

Desta forma, pode-se perceber que o LES é uma doença sistêmica, de causa indefinida, que apresenta uma série de manifestações clínicas que além de incapacitar para as atividades sociais e laborais em períodos de exacerbação, possui outras manifestações que estão relacionadas a múltiplos fatores. O diagnóstico é feito através do reconhecimento destas manifestações associados a alterações nos achados laboratoriais.

Os autores estudados destacaram a importância de um atendimento multidisciplinar, individualizado e sistematizado, envolvendo profissionais de enfermagem, medicina, psicologia e fisioterapia que auxiliem o paciente no conhecimento da sua doença, as principais manifestações clínicas e o tratamento mais adequado, com vistas a uma maior adesão e envolvimento e participação da família.

O profissional de enfermagem aparece nesse contexto como o melhor habilitado para lidar diretamente com estes pacientes, uma vez que é o profissional que está mais próximo ao cliente, permitindo o estabelecimento de vínculos e de uma relação de confiança entre ambos, para que seja possível prestar um cuidado holístico. Contudo, a busca pelos dados evidenciou que há poucos estudos sobre a LES desenvolvidos por estes profissionais, e que se tratando daquele que está mais próximo do portador de Lúpus, diversos trabalhos poderiam ter sido elaborados, avaliando, inclusive, a efetividade das ações da equipe de enfermagem para os pacientes, propondo mudanças e melhorias no cuidado. Bem como foi evidenciado também parte dos outros profissionais que compõe a equipe multiprofissional uma escassez de estudos, deixando uma lacuna sobre a uma melhor forma de compreender o cuidado integral do paciente com LES.

Mesmo sendo uma doença de alta incidência no país, existe uma carência se estudos sobre o LES. Em se tratando, do Nordeste, especialmente, do Rio Grande do Norte, que possui a maior incidência da doença, essa carência se torna ainda mais evidente, comprovada por ter

sido localizado apenas um estudo sobre o tema, que faz uma abordagem do ponto de vista psicológico. Assim, importante se faz que, novos estudos sejam desenvolvidos, visando, inclusive, compreender se existe relação com o clima e emissão de raios ultravioletas e outros fatores ambientais nesta região, com a patologia, e seus mecanismos de ação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A.; PEQUENOS, G.A.; ALMEIDA, F.C.A.; BASTOS, R.A.A.; BARROS, M.E.S. Aplicando o processo de enfermagem no cuidar de um paciente de Lúpus Eritematoso Sistêmico. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. v.17, n. 2. P.121-126, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/view/12408/9704>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

AZULAY, Rubem David. **Dermatologia**. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

BOTELHO, E.C.; SILVA, J.P.; AMADEI, J.L. Pessoas vivendo com Lúpus Eritematoso Sistêmico e qualidade de vida. **Anais**. VI Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica. Maringá – PR, 23-26 Out. 2012. Disponível em: <http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/mostras/vi_mostra/erlen_cristina_botelho_2.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2017.

BRASIL. Portaria n. 100, de 7 de fevereiro de 2013, retificada em 22 de março de 2013. O Ministério da Saúde e Secretaria de Atenção à Saúde aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Lúpus Eritematoso Sistêmico. **Diário Oficial da União, Brasília**, n. 56, 22 mar.2013. Seção i, p. 70. Disponível em:<http://conitec.gov.br/images/Protocolos/LupusEritematoso_Sistemico.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CORDEIRO, S.M.; ANDRADE, M.B.T. Ser mulher e ter lúpus. **Revista de Enfermagem**. Rio de Janeiro: UERJ, v.20, n.1, dez. 2012, p. 648-653. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/5965/4281>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

CORRÊA, R.D.; OLIVEIRA, L. de P.; SANTANA JÚNIOR, W.B.; TELLES, R. W.; FERREIRA, G.A. LANNA, C.C.D. “O que você sempre quis saber sobre o lúpus mas nunca teve coragem de perguntar: proposta de programa de educação do paciente. **Revista Médica de Minas Gerais**. Minas Gerais: MG, v.25, n.3, 2015. p. 387-392. Disponível em: <<http://rmmg.org/exportar-pdf/1849/v25n3a13.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

DALL’ERA, M. Lúpus eritematoso sistêmico. In: IMBODEN, J.B.; HELLMANN, D.B.; STONE, J.H. (Org.). **Current diagnóstico e tratamento: reumatologia**. Porto Alegre: AMGH editora Ltda, 2014. p. 187-197.

DALL’ERA, M.; WOFYSY, D. Tratamento do lúpus eritematoso sistêmico. In: IMBODEN, J.B.; HELLMANN, D.B.; STONE, J.H. (Org.). **Current diagnóstico e tratamento: reumatologia**. Porto Alegre: AMGH editora Ltda, 2014. p. 198-203.

ERRANTE, P.R. Lúpus eritematoso sistêmico: achados clínicos e laboratoriais. **Revista UNILUS Ensino e Pesquisa**. v.13, n.32, jul.-set., 2016. p. 45-51. Disponível em: <<http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/754/u2016v13n32e754>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

GUIMARÃES, M.L.L.; FERREIRA, E.A.P.; NAJJAR, E.C.A.; MORAES, A.J.P. Elaboração de manual de orientações para pacientes com lúpus eritematoso sistêmico juvenil. **Revista Mudanças – Psicologia da Saúde**. v.23, n.2, jul-dez 2015, p. 59-67. . Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/5704>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

IANNOTTI, J.P.; PARKER, R.D. **Coleção Netter de ilustrações médicas: sistema musculoesquelético**. Ilustração: Frank H. Netter. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MATOS, M.B.P.; LEITE, C.A.; ARRUDA, A.C.; AGUIAR JUNIOR, N.A.; Galera MF, Dias EP. Alterações eritrocitárias em pacientes com Lúpus Eritematoso Sistêmico. **Revista da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, v.49, n.1, p.45-51, 2016. Disponível em: <<http://revista.fmrp.usp.br/2016/vol49n1/AO6-Alteracoes-eritrocitarias-em-pacientes-com-Lupus-Eritematoso-Sistemico.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

NEDER, P.R.B.; CARNEIRO, J.R.M.; FERREIRA, E.A.P. Relação entre ansiedade, depressão e adesão ao tratamento em pacientes com lúpus. **Revista Paraense de Medicina**, Belém, v.29, n.2, p.7-16, 2015. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2015/v29n2/a4976.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

OLIVEIRA, Ciane Martins de , et. al. – Lúpus eritematoso sistêmico: Uma falha do Sistema Imune. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 1. v. 6, p. 52-67. Agosto 2016. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/lupus-eritematoso-sistemico-falha-sistema-imune?pdf=3564>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

KUMAR, Vinay. **Patologia: bases patológicas das doenças**. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

RODRIGUES, C.S.; SANTANA, E.R.; SANTANA, R.B.A. Representações sociais de uma portadora de lúpus eritematoso sistêmico (LES): algumas reflexões a cerca do processo saúde-doença-cuidado. **III Encontro Baiano de Estudos em Cultura**. 14 f. UFRB: 2013. Disponível em < <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult>> Acesso em: 09 abr. 2017.

RUBIN, Emanuel. **Patologia: bases clinicopatológicas da medicina**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

SALICIO, V. A.M.M.; LEITE, C.A.; ARRUDA, L.K.A.; SANTIN, A.C.W.; MATOS, M.B.P.; GALERA, M.F.; DIAS, E.P. Avaliação da qualidade de vida em pacientes com Lúpus Eritematoso Sistêmico, atendidos no Hospital Universitário em Mato Grosso – Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. Ano 11, n.36, abr./jun. 2013. p. 50-56. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/1883>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SANTIAGO, M.P.B.; DANTAS, N.C.B.; FIGUEIREDO, S.B.; VIANA, R.M.; FONTENELE, S.M.A. **Atividade, gravidade e prognóstico de pacientes com Lúpus Eritematoso Sistêmico – antes, durante e após prima internação**. **J Health Biol Sci**. 2014 Abr-Jun; n.2, v.2. p. 65-73. Disponível em:

<<http://periodicos.unichristus.edu.br/index.php/jhbs/article/view/56>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

SANTOS, L.M. de O. **Mulheres com Lúpus Eritematoso Sistêmico: sintomas depressivos e apoio social percebido**. 2015. 98f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Humanas, Natal-RN, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/20902>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

SILVA, A.C.S.; AMORIM, E.C.; SILVA, G.G.; SILVA, J.S.; CORREIA, D.S. Lúpus: efeitos nos cuidados de si e nas relações familiares. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 19, n.1, p.30-42, Abr., 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682013000100004>. Acesso em: 6 mar. 2017.

SILVA, E.B.; LIMA, R.B.O.; SILVA, J.S.; CABRAL, C.V.S. O lúpus eritematoso sistêmico e a autoimagem da mulher portadora. **Revista de Enfermagem da UFPI**. v.5, n.1, Jan.-Mar. 2016. p. 67-72. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/4719>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

SOARES, F. da S. **Proposta de protocolo de Enfermagem: assistência na administração da pulsoterapia**. 2014. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso de Especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem em Doenças Crônicas não transmissíveis, Belém, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/170147>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CLÍNICA E DSM: É *PRECISO COMEÇAR A POLÍTICA E NÃO RECOMEÇAR*

*Milena Rocha Nadier Barbosa**

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a importância da vigilância epistemológica frente a realização da crítica ao DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, como aquilo oposto a uma clínica ética. Discute-se o conceito de clínica e suas similaridades com a iniciativa classificatória dos DSM. E, por fim, indica-se como orientação, não uma reforma do campo, mas a ruptura, tão necessária ao fazer político.

Palavras-chave: clínica. DSM. Reforma. Ruptura. Política.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the importance of epistemological vigilance towards the critic to DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, as it was the opposite of an ethical clinic. It approaches the concept of clinic and its similarities with the classificatory enterprise of DSM, and it suggests, not a reform of the field in question, but a rupture, so important to politics.

Keywords: Clinic. DSM. Reform. Rupture. Politics.

DSMs – Diagnostic Statistic Manual

Os DSM são, por definição, manuais de diagnóstico e estatística de doenças mentais. Sua primeira edição, lançada em 1952, é fruto do esforço da Associação Psiquiátrica Americana para uniformizar as classificações diagnósticas e, por conseguinte, os dados obtidos nos hospitais psiquiátricos. O intuito era gerar estatísticas mais precisas sobre o estado psíquico de soldados e da população civil no contexto pós-guerra.

Na ocasião, o manual foi fortemente influenciado pela psicanálise, dado o predomínio da chamada psiquiatria dinâmica, que considerava os transtornos mentais como efeitos secundários de conflitos inconscientes. Entretanto, o apelo por um texto de base mais empirista não tardou. E, em 1958, foi então publicada a segunda edição do Manual, o DSM-II.

* Psicóloga, especialista em Metodologia do Ensino Superior e em Teoria da Psicanálise de Orientação Lacaniana. Mestranda do programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (PPGPSC/UCSal).

Cerca de vinte anos se passaram sob o empoderamento crescente da psicofarmacologia que se consolidava desde a década de 1950. E, neste contexto que, em 1980, ocorreu o lançamento o DSM-III. Essa edição marcou o rompimento definitivo do manual com qualquer fundamento psicanalítico ou psicológico pré-existente. Na época, a proposta era a de uma leitura objetiva, descritiva e atórica das categorias nosológicas que figuravam no manual.

As mudanças operadas no DSM-III foram lançadas no Brasil como um anúncio de novidade científica: “O fim da neurose. O fim da Psicose” [...]. Naquele contexto, o anúncio demarcava, com autoridade “científica”, os transtornos mentais como território da gestão psiquiátrica. Disciplinas como a psicologia e a própria psicanálise foram excluídas da propedêutica e do tratamento dos problemas psíquicos, que definitivamente foram transformados em “doenças”, sob a denominação de transtornos, foram subordinados a condições médicas gerais. Tratava-se de um anúncio que deixava a impressão de que, **finalmente, a psiquiatria recobriria a verdade sobre as doenças mentais, não havendo mais nada que outra disciplina pudesse acrescentar sobre o assunto.** (MOREIRA, 2010, p.14, [grifo nosso]).

Desde então, seguindo a proposta elaborada na década de 1980, o manual ganhou mais três versões, o DSM-III-R, uma revisão feita em 1987, o DSM-IV, lançado em 1994 e o DSM-V, publicado em 2013. Nessas edições e revisões, tanto as categorias quanto o número de páginas seguiram uma ordem crescente: das 106 categorias em 130 páginas originais até as 300 categorias em 947 páginas na edição atual.

O contexto de produção e uso dos manuais se assemelha ao descrito por Mbembe, no qual:

El terror no está ligado a la única creencia utópica del poder sin límites de la razón humana. También está claramente relacionado con los diferentes relatos de la dominación y la emancipación, que se han apoyado mayoritariamente en concepciones de la verdad y el error, de lo “real” y lo simbólico (MEMBE, 2011, p.28)

O horror, aqui, não estaria tanto no “Manual” que conteria a verdade definitiva sobre o real. Mas, no seu uso a serviço da estratégia de manutenção do poder institucional. Uma política que se faz então como um “trabalho de morte” (MBEMBE, 2011, p.21). Morte, nesse caso, não no plano real, mas na posição. Morte na conversão de sujeitos em objeto dejetos da Instituição Psi¹ em seu pleno exercício do biopoder (FOUCAULT, 2001).

O Poder e o Furo ou o Furo e o Poder

¹ Termo usado com frequência para descrever uma instituição ampliada através do saber comum à psiquiatria, psicologia e psicanálise.

Lido pela filosofia, o DSM e qualquer outra iniciativa classificatória se revela furada. Um furo que é próprio do processo de significação, no qual um significante sempre desliza para o outro em metonímia, nunca dizendo da coisa em si, do real (LACAN, 2007) em questão. Algo que é próprio à linguagem, ela mesma equívoca; e imprópria à coisa, ou seja, ao real que sempre escapa ao nome.

É precisamente isso que a empreitada DSM parece insistir em recalcar desde o início: os limites óbvios de qualquer intenção de classificação. Mas, se a medicina “escolheu” ignorá-los, a filosofia foi prodigiosa em apontá-los seja através dos sorites, do paradoxo de Russell (SANTOS, 2014), paradoxo de Grelling-Nelson (SANTOS, 2014), do fenômeno da vagueza (SANTOS, 2015), ou mesmo as questões concernentes à nomeação apontadas por Kripke (2012).

De todo o modo, essa “opção” pela ignorância não é sem efeitos.

É precisamente a angústia frente à impossibilidade de nomeação que garante poder no uso do manual e de outras iniciativas afins.

Padecer do indizível angustia em si. E, o verbete no manual não só nomeia o sofrimento como uma doença, mas também, lhe confere uma borda. Circula os sintomas e as comorbidades apontando para o que se pode esperar em um quadro como tal. Aponta a prevalência na população, fazendo do sujeito doente não mais um ser sozinho, mas alguém que pertence a um grupo: todos aqueles que padecem do mesmo. Por outro lado aparta-o da sociedade sadia e expia a responsabilidade por qualquer desenlace social. Visto que, frente às limitações de ordem médica ninguém pode ser moralmente responsável.

É assim que o nome tem poder sobre o doente e o social. Um poder que ao longo de séculos colaborou para legitimar a Instituição Psi (FOUCAULT, 2000). Poder esse que colocou aquela instituição e seus agentes como sujeitos em oposição aos demais convertidos objetos dejetos nessa operação.

Exatamente por isso, é plenamente compreensível que esse instrumento de poder mereça a crítica e a observância social. Entretanto, se por um lado o DSM encontra seu furo nos limites da classificação, por outro a crítica a ele dirigida também se revela, em muitos casos, claudicante para não dizer equívoca.

A clínica dos DSM e outra política

O aumento progressivo no número de verbetes e páginas das edições dos manuais é citado por muitos como uma tendência a patologização (GARCIA, et al., 2015; IZAGUIRRE, 2011; LAIA, 2013; RODRIGUES, 2003). Uma tendência à serviço da produção de mercadorias, nesse caso transtornos, que podem ser consumidos como um *cluster* que inclui entre outras coisas, nome, medicação psicotrópica, tratamento psiquiátrico, tratamento psicológico, simpatia social, entre tantos outros produtos.

Em geral, é este o argumento que serve de bandeira a movimentos que por vezes se apresentam como resposta ao rompimento declarado pelo DSM-III. Movimentos que insistem em demarcar o DSM como uma prática psiquiátrica cega, em oposição uma dita clínica ética, que seria aquela da prática psicanalítica, psicológica ou, ainda, da dita psiquiatria esclarecida.

São movimentos internacionais como o Stop DSM, contra a produção e aplicação do manual, ou o manifesto “Por uma psicopatologia clínica não estatística”, iniciado em Barcelona, e ainda o brasileiro manifesto de São João del-Rei “em prol da psicopatologia clínica”.

Talvez mesmo, por tudo dito, é que se tenha causado tanto espanto à comunidade psicanalítica, quando em 10 de dezembro de 2008, durante o curso “*Chose de finesse em psychanalyse*”², Miller afirmou deixar de bom grado o termo clínica para os DSM.

A questão que intrigava a audiência era: como, de repente, a clínica que era tão frequentemente defendida como o campo da psicanálise e das psicologias seria “deixada” para os DSM?

O que apontava, Miller, na quinta aula daquele ano era o uso do termo clínica, em sua origem, e alcance, ainda atual, marcando o aspecto epistemológico que lhe concerne. Dizia, ele:

O que é a clínica? Ela se faz classicamente à cabeceira do paciente e é essencialmente uma arte de classificar os fenômenos a partir de sinais e de índices previamente repertoriados. É um exercício de ordenação, de classificação e de objetivação – uma clínica é como um herbário. Assim, essas coletâneas que aparecem periodicamente sob o acrônimo DSM, façamos-lhes justiça, são indiscutivelmente uma clínica. Respondem a seu conceito, apresentam uma lista de sinais e de índices. Ela é, sem dúvida, um pouco mais fraca quanto à classificação. Podemos censurar nessa clínica sua dispersão, sua fragmentação, mas parece-me que o espírito da clínica anima a empreitada. Deixo de bom grado o termo clínica para os DSM. (MILLER, 2011, p.77).

Miller não é o primeiro a apontar a pertinência do termo clínica ao DSM. No Brasil, Amarante (2003), também o fez, ainda que indiretamente. O fato é que, tomando por base “o

² O curso é parte de uma série de seminários que o filósofo e psicanalista ministra no Departamento de Psicanálise da Universidade de Paris VIII desde 1980 sob o nome: Orientação Lacaniana.

nascimento da clínica” (FOUCAULT, 2007), os processos que a engendram e a consolidação do saber e poder médico que esta promoveu e ainda promove no campo da saúde, sugere-se que talvez haja mesmo uma adequação do termo clínica àqueles manuais.

A clínica por vezes comparada a um “herbário” ou “dicionário”, parece sobreviver a sistemas teóricos que são postos e despostos, instalando a imutabilidade do patológico e com ele a perenidade do médico. Ela é, sem dúvidas,

[...] uma figura muito mais complexa do que um puro e simples conhecimento de casos. E, no entanto, ela não desempenhou papel específico no movimento do conhecimento científico; forma uma estrutura marginal que se articula com o campo hospitalar sem ter a mesma configuração que ele; visa à aprendizagem de uma prática que ela resume mais do que analisa; agrupa toda a experiência em torno dos jogos de um desvelamento verbal que nada mais é do que sua simples forma de transmissão, teatralmente retardada. Ora, em alguns anos, os últimos do século [XX], a clínica vai ser bruscamente reestruturada: separada do contexto teórico em que nasceu, vai receber um campo de aplicação não mais limitado àquele em que se *diz* um *saber*, mas coextensivo àquele em que nasce, se experimenta e se realiza: ela fará corpo com a *totalidade* da experiência médica. (FOUCAULT, 2007, p.70).

Assim, talvez seja mesmo necessário precisar melhor o que concerne à clínica e o DSM. Afinal, essa aparente possibilidade de afinidade epistêmica entre os termos, revela uma importante abertura para a realização de outra crítica. Uma crítica que inclua o argumento da recente criação das instituições e dos métodos que envolvem a produção dos manuais compreendidos através da referência à narrativa do ideal da clínica em sua origem.

E, é possível que essa perspectiva indique que o que chamamos de medicalização passaria invariavelmente pelo fazer clínico. Dito de outra forma, na clínica atual talvez não houvesse outra maneira de fazer que não a da medicalização.

Essa indicação aponta para os limites de pensar um movimento reformista, como a reforma psiquiátrica, por exemplo. Afinal, uma reforma não é senão um ajuste sobre uma estrutura preexistente. Um movimento no qual não se muda as fundações, a base. Em uma reforma, como o próprio nome sugere, apenas se altera a superfície, aquilo que está apoiado, alicerçado, pelo que é estrutural.

Nesse sentido, compreender o que é o fundamento daquilo que se critica é essencial para propor ou não uma mudança efetiva, uma ruptura. Trata-se de realizar uma vigilância epistemológica ao invés de simplesmente hastear bandeiras. Afinal, é precisamente a teoria que:

[...] atualiza o primado epistemológico da razão sobre a experiência. Não é, portanto, surpreendente que ela constitua a condição fundamental da ruptura, da construção e da experimentação, em virtude da sistematicidade que a define: somente uma teoria científica pode opor [...] às falsas sistematizações da ideologia a resistência organizada de um elenco sistemático de conceitos e relações definido tanto pela coerência do que exclui, quanto pela coerência do que estabelece. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p.80).

Dito de outra maneira, a questão é que “o que conta nas coisas ditas pelos homens não é tanto o que teriam pensado aquém ou além delas, mas [...] o princípio [que] as sistematiza, tornando-as, pelo tempo afora, infinitamente acessíveis a novos discursos e abertas a tarefa de transforma-los” (FOULCAUT, 2007, p. XVIII).

Por isso que, pensar a possibilidade do termo clínica como adequado aos DSM é criticá-la, para poder, ou não, separar-se dela. Transmutá-la. Ou, quem sabe, ainda, fazer existir uma prática apesar dela. Uma prática menos afetada pela instituição psiquiátrica e mais aberta a um novo discurso.

Sim, pois é preciso desconfiar da naturalidade do discurso. E, para tanto, é necessário transitar fora e além do campo epistemológico de origem, estranhar-se consigo e com o outro. Para, assim, romper com os pontos de partida prévios e estabelecer não só outros caminhos, mas novos começos.

Essa tarefa requer a quebra de identificações. Rompimento da relação de identidade e pertencimento a movimentos pró clínica, contra DSM, pró DSM e afins. Pois, de certa forma, o falar contra ou a favor de algo, ainda que na superfície, contribuí para firmar identidades ao invés de contribuir para a compreensão do fenômeno si. Nesse processo parecemos esquecer que:

O sujeito da política forma-se na palavra partilhada e na relação com os outros não atribuídos a sua identidade. A política emana de uma parte do todo que é mais do que a soma das partes (com as suas próprias ideias feitas), não está ligada a composição e as divisões do corpo social, distinguindo-se, assim, de qualquer política indentitária. Por isso, algo se deve passar fora e para além do habitual de modo a que a política ocorra. (AGIER, 2011, p.178)

Deslocar-se da segurança do discurso que gera a sensação de causa não é simples, mas é, sobretudo, ético. Afinal, como nos lembra Angier, “[...] é necessário começar sempre a

política, e não recomeçar”. (AGIER, 2011, p.183). Diríamos então, começar a clínica e não recomeçá-la. Não mais uma reforma, mas um novo início.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. A cidade, a rua e o princípio da política. In. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AMARANTE, P. **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. **A história da loucura: idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- _____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- GARCIA, C. et al. A nomeação diagnóstica e o sujeito prêt-à-porter. In: **Curinga**. Belo Horizonte, n 25, 2015.*
- IZAGUIRRE, G. Elogio ao DSM-IV. In: JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (orgs). **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011.
- KRIPKE, Saul. **Nomear e necessidade**. Lisboa: Gradiva, 2012.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 23: o sinthoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- LAIA, S. **O desabonamento do DSM-5 pelo National Institute of Mental Health (NIMH): considerações lacanianas**. EBP Debates. Disponível em: http://www.diretorianarede.com.br/ebp_deb/ebp_deb001/sergio.html. Acessado em 13 de maio de 2016
- MBEMBE, Achile. **Necropolítica seguido de Sobre El Gobierno Privado Indirecto**. Santa Cruz de Tenerife. Melusina. 2011. p. 19-41.
- MILLER, J. A. **Perspectivas dos Escritos e Outros escritos de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- MOREIRA, M. **O DSM, o sujeito e a clínica**. Dissertação de Mestrado programa de pós-graduação de psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. [manuscrito] Belo Horizonte, 2010.
- RODRIGUES, J. T. A medicação como única resposta: uma miragem do contemporâneo. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. 1, p. 13-22, jan./jun, Maringá: 2003.

SANTOS, Ricardo. **Paradoxos semânticos:** compêndio em linha de filosofia analítica. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.

_____. **Vagueza:** compêndio em linha de filosofia analítica. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2015.

CONHECIMENTO ETNOECOLÓGICO E ETNOFARMACOLÓGICO DE PESCADORES ARTESANAIS DO DISTRITO DE VILAS DE ABRANTES, CAMAÇARI – BA: uma proposta de sensibilização em Educação Ambiental

*Fernanda Vera Cruz Silva Meneses**
*Patrícia Carla Barbosa Pimentel***
*Marcelo Cesar Lima Peres****

RESUMO

Diante de questões ambientais que comprometem a qualidade de vida na atualidade e das futuras gerações fruto de degradações ambientais, a ausência de reflexão crítica sobre atitudes e ações sobre o meio ambiente muitas vezes atinge a saúde e a qualidade de vida de populações humanas. Faz-se necessária observação de comunidades tradicionais, índios, marisqueiras, caiçaras que, apesar das transformações sociais, continuam existindo e estabelecendo aproximação com a natureza. O objetivo do artigo é identificar conhecimentos locais de pescadores artesanais do distrito de vilas de Abrantes, especificamente, Jauá como proposta de reflexão sobre questões ambientais em espaços não formais de educação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória e coleta de dados realizada através de entrevista semiestruturada. Os pescadores artesanais de Jauá apresentam saberes *ethnos* que ao serem valorizados, podem ser incluídos em processos de educação ambiental na comunidade local.

Palavras-Chave: valorização. educação ambiental. peixes medicinais. saberes locais.

* Bióloga e docente da Prefeitura de Camaçari, Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental/UCSal, Especialista em Ensino de Ciências e Matemática/UFRPe e Gerenciamento Ambiental/UCSal. E-mail: nandavcs@gmail.com

** Bióloga e Professora da FTC – Faculdade Tecnologia e Ciências, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente / UESC e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UESC. E-mail: patriciacbp@gmail.com

*** Biólogo e Professor no Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal, Doutor em Ecologia, Mestrado em Biologia Animal pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marcelo.peres@ucsal.br

**ETHNOECOLOGICAL AND ETHNOPHARMACOLOGICAL
KNOWLEDGE OF ARTISANAL FISHERMEN FROM THE DISTRICT
OF ABRANTES, CAMAÇARI - BA: a proposal to raise awareness in
environmental education**

*Fernanda Vera Cruz Silva Meneses
Patricia Carla Barbosa Pimentel
Marcelo Cesar Lima Peres*

ABSTRACT

Face with of environmental issues that compromise the quality of life nowadays and the of future generations as a result of environmental degradation, the lack of critical reflection on attitudes and actions on the environment often affects the health and quality of life of human populations. It is necessary to observe traditional communities, indians, shellfish, caiçaras that, despite social transformations, continue to exist and establish rapprochement with nature. The objective of this article is to identify local knowledge of artisanal fishermen in the district of Abrantes, specifically Jauá as a proposal for reflection on environmental issues in non - formal spaces of education. This is a qualitative and exploratory research and data collection performed through a semi-structured interview. The artisanal fishermen of Jauá present *ethnos* knowledge that when valued, can be included in processes of environmental education in the local community.

Keywords: valorization. environmental education. medicinal fish. local knowledge.

INTRODUÇÃO

Estudos que envolvem a etnociência proporcionam acessar conhecimentos sobre a natureza que são de propriedade de pessoas, grupos e comunidades, que acumulam saberes sobre o meio natural, estabelecida por uma relação longa e muitas vezes não registrada por escrito, muitas vezes mais ricos e detalhados do que o conhecimento da ciência moderna. Em virtude da ação de degradação da natureza, e falta de ações eficientes para a proteção da natureza, o regaste e valorização dos conhecimentos tradicionais é uma forma de auxiliar a conservação da natureza (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

Para Freitas, Nogueira, Moura (2015), os pescadores possuem amplo conhecimento sobre a comunidade aquática, sobre os processos de degradação do ecossistema e no que diz respeito à legislação pesqueira. Eles estão cientes da realidade local, de suas necessidades e de seu papel enquanto pescadores artesanais, de preservar aquilo que é fonte de seu sustento, tradição e identidade.

No sistema zooterápico tradicional de uma população afrodescendente em Remanso, (Chapada Diamantina-Bahia), sobre como as sobras constituem remédio ou lixo, Moura e Marques (2008, p.2185), fazem a seguinte observação sobre aproveitamento de materiais pela comunidade tradicional: “do ponto de vista da teoria ecológica, o uso de sobras poderia ser justificado como uma tentativa de maximizar os recursos obtidos dos ecossistemas locais, uma vez que a maioria das partes medicinais – chifres, couros, escamas – são impróprias para consumo alimentar devido à dificuldade mecânica para sua ingestão. Assim, a população estaria maximizando o que retira da natureza, utilizando como medicamento partes que, apresentando dificuldades para serem usadas na alimentação diária, seriam descartadas”.

No entanto, para que isso seja alcançado é preciso um diálogo entre tradição e modernidade, associação cultural e valorização de saber local, do saber tradicional. A educação ambiental coloca a necessidade de amplificar a interação entre o homem e a natureza, entre os conhecimentos científicos e conhecimentos não científicos (ANDREOLI; ANACLETO, 2006; LEFF, 2000).

O panorama atual requer uma reflexão menos linear, e isto produz relações entre os saberes e práticas de coletividade que criam identidades e valores comuns, ações solidárias e reapropriação da natureza, isto resulta em diálogo entre saberes (JACOBI, 2003).

O arcabouço teórico do campo da etnociência, tratando-se aqui, especificamente, do conhecimento etnobiológico/etnoecológico, possui um potencial de interação entre os conhecimentos globais, locais e de conexão entre a cultura de tradições e os conhecimentos acadêmicos, sem dispensar a experiência humana e o ambiente, ocupa, portanto, uma posição de destaque na interação dos conhecimentos científicos e não científicos na compreensão e meio para conservação do ambiente local. *Ethno* significa como grupos locais veem o mundo. O prefixo é utilizado antes dos nomes de disciplinas acadêmicas e relacionados a pesquisas com os de grupos humanos e o conhecimento científico (ALBURQUERQUE; ALVES, 2014; MARTIN, 2004).

A pesca artesanal é uma atividade de grande importância para a sobrevivência de muitas famílias, por ser uma fonte de renda para muitos povoados, vilas e comunidades. É um modo de vida, que une em uma relação de troca e irmandade entre os envolvidos na atividade, além de fornecer fonte de alimentação e renda (FREITAS; NOGUEIRA; MOURA, 2015).

No exercício da pesca artesanal é necessário um domínio amplo, ancestral, histórico e especializado sobre o ecossistema aquático, percebidos pela vivência com a natureza, oriundo da relação direta com o desenvolvimento da atividade. O acúmulo desses conhecimentos possibilita ao pescador artesanal o contínuo aprendizado com a natureza (ANACLETO; ANDREOLI, 2006).

Ultrapassando as questões de renda e de sobrevivência inerentes à pesca artesanal possibilita ao pescador, outra compreensão desse universo é que os pescadores são cúmplices históricos, e conhecedores da natureza de forma profunda, nessa relação de dialética entre ser humano e natureza (RAMALHO, 2004).

A educação ambiental nesse contexto (comunidades tradicionais e educação ambiental) deve fomentar a ação cooperativa entre os indivíduos, os grupos culturais, sociais e escolas. Os processos ecológicos interdependentes provam que o ser humano está ligado a uma teia de interações complexa. Não somos dono do planeta, fazemos parte dele e de um todo, portanto, temos responsabilidades com as futuras gerações e precisamos exercitar pensar no todo (DIAS, 2013; OLIVEIRA JUNIOR; SATO, 2006).

O objetivo principal foi identificar conhecimentos locais de pescadores artesanais do distrito de vilas de Abrantes, especificamente, Jauá como proposta de reflexão sobre questões ambientais em espaços de não formais de educação.

MATERIAL E MÉTODO

Com base no objeto proposto, a investigação foi realizada na localidade de Jauá, distrito de Vila de Abrantes, município de Camaçari, Bahia, em dezembro de 2016. Jauá foi escolhida por possuir atividade pesqueira para aplicação de um piloto de entrevista semiestruturada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória. Foram entrevistados cinco pescadores artesanais identificados aleatoriamente através do método “bola de neve” (*snow ball*). Segundo Bailey (1982 apud SILVANO, 2004, p.197), o método consiste em identificar pessoas que entendam sobre o assunto e, solicitar a estas que apontem outros membros outros membros da comunidade que tenham também conhecimento do assunto, até que se repita a pessoa do contato inicial. A coleta dados seguiu o roteiro de entrevista semiestruturada, que para Marconi e Lakatos (2010, p. 178), entrevista “é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional que pode ser entendida como uma conversa orientada para um fim específico”. A escolha do método de aplicação da entrevista semiestruturada deu-se a partir de leituras de artigos e livros, nos quais há um predomínio dessa metodologia para trabalhos nos campos conceituais etnobiológico/etnoecológicos. Categorias (dados socioeconômicos, cultura/método/tradição, natureza da pesca/hábito animal) foram inseridas no roteiro de entrevista, necessários para a organização das informações. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa-CEP/UCSal, obtendo aprovação para a realização da mesma.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Caracterização Socioeconômica

A distribuição etária dos pescadores entrevistados é composta 31 anos (idade mínima) e 67 anos (idade máxima), todos os entrevistados afirmam que são nativos de Jauá. Dos entrevistados, apenas um pescador afirma que a esposa é marisqueira e que assim como ele, utiliza os recursos do ambiente para a composição de renda e sobrevivência. Os pescadores expressam viver exclusivamente da pesca e que, é sim possível viver da atividade pesqueira. Na sua grande maioria os pescadores artesanais tiveram acesso em idade escolar em escolas da comunidade. Assim como seus filhos também estudam ou estudaram na localidade em questão. O nível de escolaridade dos pescadores entrevistados é constituído por: dois estudaram até ensino fundamental I e três dos entrevistados estudaram até o fundamental II.

Cultura/Método/Tradição

A pesca artesanal esta fundamentada em uma organização familiar como um sistema produtivo inscrito em práticas culturais tradicionais. Essa atividade de produção secular está fundada em rede local e durável da produção de pescado, com trabalhos e tarefas bem divididos, apresenta modo de solidariedade e cooperação que contém objetivos comerciais e de sobrevivência (PENA; GOMEZ, 2014). Na comunidade é desenvolvida a pesca artesanal, envolve a puxada de rede e pesca com linha, anzol e chumbada. O método de pesca é manual, sem utilização de máquinas, com pequenas embarcações.

A pesca é realizada por orientação e transmissão do conhecimento pelos mais antigos. Foram citados como transmissores da tradição, tios, avós, pais e amigos que labutam com a pescaria. O conhecimento local é passado através de diálogo direto entre o indivíduo, seus avós, pais com a natureza (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

Tratando-se de tradição, a puxada de rede está se extinguindo e é uma prática apenas dos nativos. Sobre a transmissão dos conhecimentos acumulados pelos pescadores entrevistados, 60% afirmam que ensina ou que já chegou a ensinar a arte da pesca para interessados e, 40% não ensinam, ou seja, não transmitem o conhecimento.

O interesse pela pesca foi motivado por gosto e afinidade, influência do pai, lado financeiro e falta de opção, pois Jauá era uma vila. O barco é comandado pelo mestre e a tribulação. O mestre é o organizador da tribulação, para que seja atingido o objetivo exato, ou seja, o pesqueiro (RAMALHO, 2004). Quanto à localização dos pesqueiros, a triangulação ainda é realizada, via marcos em terra, morros, antenas de celulares, casas. Mas o GPS é utilizado pelos pescadores. Sobre o uso de apetrechos de pesca, não há regras de utilização. Riscos registrados sobre natureza da atividade são: preocupação com o barco virar, temporal e saída na boca da barra.

Os pescadores de Jauá negam a participação em atividades culturais, e não reconhecem a Chegança. A Chegança é uma atividade cultural que ocorre na localidade de Arembepe, no mesmo distrito de Jauá. A Chegança masculina é composta por 30 integrantes do sexo masculino, a apresentação narra através da música e da dança, uma luta em alto-mar entre Mouros e Cristãos (Revista do Festival, 2016).

No entanto, afirmam que a tradição de pescador deve continuar, pois:

“Tem que manter. O pescador já tinha acabado há muito tempo” – E2

“Acho. É muito bonito” – E3.

Natureza da Pesca/ Hábito Animal

Os envolvidos na pesquisa costumam sair para o mar e retornam no mesmo dia da atividade pesqueira, permanecendo no mar até o final da tarde. Apenas um dos entrevistados disse ficar no mar cinco dias.

Segundo Ramires, Molina e Hanazaki (2006, p.104), em pesquisa realizada nos municípios do Vale do Ribeira, Cananéia e Ilha Comprida, no sul do estado de São Paulo, ali: “segundo os pescadores, cada peixe pode ter mais de uma variedade. No grupo dos paratis, por exemplo, foram citados vários tipos como o parati-guaçú, paratipema, parati-poá, entre outros”. O mesmo acontece com pescadores de Jauá, tratando-se neste caso do peixe vermelho, que estão entre os mais pescados, e classificados como vermelho carapitanga, vermelho dentão, “consideradas como etnoespécies” (RAMIRES, MOLINA, HANAZAKI, 2006, p.104). Costa-Neto (2002), em pesquisa realizada no município de Barra, os pescadores ali também classificam os peixes com os quais lidam, organizando as etnoespécies sob um mesmo etnogênero.

Os pescadores relataram que há um predomínio em detrimento de outras em se tratando de clima. No verão (alvocora, dourado, cavala) entre peixes pescados durante o inverno (olho de boi), e aqueles pescados durante o ano todo (vermelho carapitanga). Segundo Ramires, Molina e Hanazaki (2006, p.109): “os pescadores diferenciam as épocas do ano em verão (outubro a março, aproximadamente) e inverno (abril a setembro, aproximadamente). Desse modo, em relação à sazonalidade de captura dos peixes, existem os "peixes de safra de verão", os "peixes de safra de inverno" e os "peixes de ano todo", ou seja, aqueles que podem ser capturados em qualquer época do ano”.

Conhecimento etnofarmacológico foi identificado durante a abordagem. Estudo realizado sobre etnooictologia, desenvolvimento e sustentabilidade por Costa-Neto (2001), registra-se que: “no uso integral, os animais são geralmente secos ao sol, torrados, moídos ou posados e, reduzidos a pó, utilizados, em sua grande maioria, sob a forma de chás para o tratamento de processos asmáticos. Pescadores citam o uso medicinal do peixe pegador para tratamento de asma, cansaço. Descrevem que a estrutura (chapa) fica sobre a cabeça do peixe, a chapa é removida, torrada e moída, resultando em um pó. O pó é colocado em água morna e

bebido. A utilização de animais como fonte medicinal é considerada por alguns como sem fundamento, todavia há importância nesses relatos, pois fármacos têm sido produzidos com recursos animais. Do fígado de tubarão é extraído o óleo ômega -3, capaz de controlar aterosclerose (COSTA- NETO, 2002). Os pescadores ainda mencionam o peixe denominado bonito, peixe de couro, e restrito seu consumo alimentar, pois é um peixe “carregado”. Mulher “parida” não pode comer. Proibição associada à restrição alimentar é comum em várias partes do mundo (COSTA-NETO, 2002). Segundo Madi et al. (1998 apud COSTA-NETO, 2002, p.567), faz consideração sobre o estudo realizado na represa de Três Marias “os peixes de couro não são consumidos pelas mulheres locais porque podem despertar ou acentuar doenças”.

Conclusão

Relações que comunidades tradicionais desempenham com a natureza constitui um importante cenário para reflexão, sensibilização e atenção sobre o meio ambiente. Os resultados apresentados nesta pesquisa possibilitaram o ajuste do instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada, através da aplicação do piloto. Além disso, possibilitou acesso a conhecimentos que pescadores artesanais têm sobre o ecossistema aquático, resultado de conhecimentos acumulados pela atividade empírica. Da fauna é extraído medicamento, além de importante fonte alimentar. O conhecimento especializado fruto da relação direta com a natureza, como conhecimento sazonal, ou seja, a oferta de determinados peixes por período de tempo, evidencia a observação intensa com o meio ambiente que é passada de geração a geração. Destacar esses conhecimentos em processo reflexivos de sensibilização em educação ambiental constitui-se um meio para que possamos olhar nossas ações sobre a natureza, uma vez que dependemos diretamente da natureza para existir, bem como respeitar e valorizar as comunidades tradicionais.

Agradecimentos

Aos pescadores artesanais de Jauá que gentilmente concederam a entrevista, pois sem sua paciência e generosidade o desenvolvimento dessa reflexão não seria possível.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, U.P.; ALVES, G.C.A. O que é etnobiologia? In: ALBUQUERQUE, U.P. **Introdução à Etnobiologia**. Recife, NUPPEA, 2014, p.17-22.
- ANDREOLI, V.M.; ANACLETO, A. Compartilhando saberes: os conhecimentos tradicionais e a educação ambiental. In: **Encontro Paranaense de Educação Ambiental- EPEA, IX**, 2006, Guarapuava, s/p.
- COSTA-NETO, E.M. **A cultura da pescaira do litoral norte da Bahia: Etnoociologia, desenvolvimento e sustentabilidade**. Edufba/EdUfal,Salvador/Maceió, 2001.
- COSTA-NETO.E.M;DIAS, C.V;MELO, M.N. O conhecimento ictiológico tradicional dos pescadores da cidade de Barra, região do médio São Francisco, Estado da Bahia, Brasil. **Acta Scientiarum**, Maringá, v.24, n.2, p 561-572,2002.
- DIAS, F. G. **Educação Ambiental Princípios e Práticas**. São Paulo, Editora Gaia, 9º edição, 5 ° reimpressão, 2013.
- FREITAS, L.O; NOGUEIRA, E.M.S; MOURA, G.J.B. A pesca artesanal no cânion do rio São Francisco: modo de vida, desafios e percepções. A pesca Artesanal no Baixo São Francisco: atores, recursos, conflitos. In: NOGUEIRA, E.M.S (Org), SÁ, M.F (Org). **A pesca Artesanal no baixo São Francisco: Atores, Recursos, Conflitos**. Petrolina, 1 edição SABEH, 2015, p. 45-103.
- JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Caderno Pesquisa**. São Paulo, n.118, p.189-206, Mar. 2003.
- LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI, Jr. (Ed) **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**, São Paulo, Editora Signus, 2000, p. 20-48.
- MARCONI, M; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, 7º edição, Ed: Atlas, 2010.
- MARTIN, G.J. **Etnobotany, a methods manual**. Earthscan, London, 2004.
- MOURA, F.B.P, MARQUES,J.G.W. Zooterapia popular na Chapada Diamantina: uma medicina incidental? **Ciência e Saúde Coletiva**. 2008
- OLIVEIRA JUNIOR, S.; SATO, M. Educação Ambiental e Etnoconhecimento: parceiras para a conservação da diversidade de aves pantaneiras. **Ambiente e Educação**. Volume 11, 2006, p.125-137.
- PENA, G.L.P.; GOMEZ, C.M. **Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador**. Disponível em< http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n12/pt_1413-8123-csc-19-12-04689.pdf>
- PEREIRA, B. E; DIEGUES, A.C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da

etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. s.l, Editora UFPR n.22, p.37-50, jul/dez 2010.

RAMALHO, C. O mundo das águas e seus laços de pertencimento. **Raízes**. Campina Grande, v.23, n 01 e 02, p. 62-72, jan-dez. 2004.

RAMIRES, M; MOLINA, S.M.G.; HANAZAKI. Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. **Biotemas**, p.101-113, 2007.

REVISTA DO FESTIVAL, SECULT, 1ª edição, jul, 2016, p.36-37.

SILVANO, R.A.M. Pesca artesanal e etnoictiologia. In: BEGOSSI, A (Org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. Editora HUCITEC/NEPAM/UNICAMP/NUPAUB/USP. São Paulo, 2004.

TOLEDO, V.C, BARRERA-BASSOLS,N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais, **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora UFPR n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009 (versão eletrônica).



A CONTRIBUIÇÃO DOS ACORDOS SETORIAIS DE LOGÍSTICA REVERSA DE LÂMPADAS PARA O DESCARTE E ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DO SALVADOR.

*TORRICO, Livia Azevedo Palma**
*MOURAD, Laila Nazem***

RESUMO

O presente estudo visa compreender o Acordo Setorial de Lâmpadas e as contribuições que esse instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, gera para a gestão pública do Município de Salvador, através da concepção de um descarte ambientalmente adequado das lâmpadas utilizadas na iluminação pública. Em seguida será abordada a necessidade de ser efetivada a responsabilidade compartilhada através da logística reversa das lâmpadas utilizadas na iluminação pública da cidade do Salvador. A metodologia utilizada para desenvolver o presente artigo apoia-se em pesquisa bibliográfica através da leitura de textos, livros, periódicos e artigos científicos que tem fundamento na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938/81), na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), na Constituição Federal de 1988, e no Acordo Setorial de Lâmpadas, dentre outras legislações que disciplinam a matéria. O problema do descarte dos resíduos da Iluminação Pública no município de Salvador reforça a importância do Acordo Setorial como instrumento de efetivação da PNRS na redução dos impactos provocados pelo mau acondicionamento e/ou inadequado descarte desses resíduos ao meio ambiente.

Palavras chaves: Resíduos sólidos. Lâmpadas. Gestão Pública. Descarte. Impactos.

ABSTRACT

The present study will comprehend the Sectorial Agreement of Lamps and the contributions that this instrument of the National Policy of Solid Waste, generates for the public management of the Municipality of Salvador, through the conception of an environmentally adequate disposal of the bulbs used in public lighting. Next, the need to be carried out shared responsibility through the reverse logistics of the lamps used in public lighting in the city of Salvador. The methodology used to develop this article is based on bibliographical research through the reading of texts, books, periodicals and scientific articles based on the National Environmental Policy (Law 6938/81), in the National Solid Waste Policy (Law 12,305 / 2010), in the Federal Constitution of 1988, and in the Sectorial Agreement of Lamps, among other legislations that discipline the matter. The problem of the disposal of waste from public lighting in the municipality of Salvador reinforces the importance of the Sectorial Agreement as an instrument to implement the PNRS in reducing the impacts caused by poor packaging and / or inappropriate disposal of these wastes to the environment.

Key-words: Solid waste. Light bulbs. Public management. Disposal. Impacts.

* Discente do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, UCSal.

** Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA. Professora do Programa *Strictu Sensu* em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, UCSal. E-mail: laila.mourad@ucsal.br

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos regulamentada pela Lei 12.305/2010 instituiu o acordo setorial de lâmpadas, como instrumento responsável em efetivar a responsabilidade compartilhada através da logística reversa.

A logística reversa caracteriza-se como meio de realizar a responsabilidade compartilhada entre o setor privado produtivo englobando os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes quanto ao recebimento, tratamento e destinação ambientalmente adequada dos produtos e resíduos produzidos (PNRS).

Os acordos setoriais, portanto, refletem o amadurecimento da relação existente entre o setor público, privado e a sociedade civil buscando equacionar a relação existente entre a crescente produção dos resíduos e os impactos oriundos dessa produção pós-uso.

Os resíduos sólidos são produzidos por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, por conta das atividades que desenvolvem, incluindo o consumo, conforme prescreve o artigo 25 da Lei 12.305/2010.

O município de Salvador, pessoa jurídica de direito público, no exercício de sua competência institucional é responsável em garantir a Iluminação Pública da cidade e por conta disso, consome lâmpadas que após o uso, se transformam em resíduos que precisam de um descarte ambientalmente adequado.

Todavia, a Iluminação Pública faz parte do processo de urbanização, e sendo parte desse movimento, produz resíduos que devem ser descartados em conformidade com a Constituição Federal, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12305/2010 e demais legislações vigentes que disciplinam a matéria, evitando com isso danos ao meio ambiente e a vida humana.

A Iluminação Pública caracteriza-se por ser essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno.

A luz adequada à via pública facilita a hierarquia viária, conduz a formação de um ambiente agradável, mais seguro e orienta a circulação das pessoas no período noturno. Além disso, a iluminação urbana quando concebida qualitativamente ao espaço construído, valoriza monumentos históricos, prédios públicos e paisagens, permite o melhor aproveitamento das áreas de lazer.

Em que pese à responsabilidade do Poder Público Municipal na gestão dos resíduos sólidos, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, a Lei 12.3050/2010, introduz responsabilidade compartilhada incumbindo aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes o manejo desses resíduos sólidos através do recebimento, reaproveitamento e destinação ambientalmente adequados das lâmpadas pós-uso utilizadas na Iluminação Pública da Cidade do Salvador, objeto deste presente estudo.

1. HISTÓRICO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Estudos relatam que o homem desde a pré-história sempre utilizou a iluminação, sendo ela natural ou artificial, como algo essencial para desenvolver suas atividades. (ROSITO, 2009).

Conforme descreve Rosito(2009) o homem sempre buscou utilizar e extrair da natureza os elementos necessários para a geração de energia e produção da iluminação a exemplo do óleo de baleia.

Quanto ao surgimento da Iluminação Pública, esta teve origem na Inglaterra por volta do ano 1415, fruto do processo de urbanização, para atender as reivindicações dos comerciantes da época que sofriam com a incidência de crimes provenientes da ausência de iluminação nos centros urbanos, sendo difundida para todo mundo a partir desse período. (ROSITO, 2009).

Assim, podemos perceber que o processo de urbanização contribui para que a iluminação das ruas, avenidas seja expandida de forma a atender a necessidade de toda coletividade que vive nos centros urbanos face às consequências oriundas desse processo urbanização.

No Brasil, podemos destacar as cidades do Rio de Janeiro em 1794, com a instalação de 100 luminárias a óleo de azeite espalhados nos postes da cidade e em Porto Alegre, como pioneiras na instalação de Iluminação Pública, podendo ser comprovado através de registros fotográficos da época dos acendedores de lampiões, já no início do século XIX, conforme descreve Rosito(2009).

Visando atender o crescimento urbano e a expansão das cidades, na cidade de Porto Alegre, foi inaugurada a usina de gásômetro e em 1874 foram instalados nos postes de iluminação publica a gás, no chafariz central e em 1887, foi inaugurada uma usina elétrica dando origem ao primeiro serviço municipal de iluminação elétrica do país.

No século XX a iluminação pública no país se intensifica com a evolução de energia elétrica no Brasil.

A partir de 1960, é iniciada a utilização em larga escala das lâmpadas de descarga.

Importante destacar que a lâmpada elétrica foi um grande salto para o mundo da iluminação, trazendo transformações para sociedade e o seu modo de vida e organização social.

Rosito(2009) afirma ainda, que a iluminação pública tem papel fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população na ocupação dos espaços públicos.

Conforme apresenta Ferreira (2009, p. 5) através do levantamento histórico da condição evolutiva da iluminação pública na cidade do Rio de Janeiro aponta as condições de instalação que estas possuíam:

Poucos documentos existem desses primeiros tempos [...] lanternas, como eram então chamadas as luminárias de iluminação externa [...] Elas iluminavam a entrada de edifícios públicos e de residências de pessoas de maiores recursos, instaladas ao lado das ombreiras das portas. [...] A iluminação das vias públicas limitava-se [...] como referência para o logradouro do que a um propósito de iluminação.

Na cidade de Salvador, os relatos atinentes a Iluminação Pública se referem a três etapas diferentes, primeiro em 1829 o sistema de iluminação composto por lampiões, assim como aconteceu em diversas cidades do país. No segundo momento, em 1862 surgiu o gasômetro da Calçada que produzia e distribuía energia para iluminar as vias da cidade, no terceiro momento em 1885 surge a Iluminação elétrica para atender as vias da cidade.

Atualmente a iluminação pública do Município de Salvador é fornecida através de energia elétrica, por meio de lâmpadas em sua grande maioria em vapor de sódio, representando 80,5%, sendo encontrada também 14,6% de lâmpadas de Vapor Metálico e 2,4% por LED's.

2. A IMPORTÂNCIA DAS CÂMARAS E DOS ACORDOS SETORIAIS PARA EFETIVAÇÃO DA PNRS

As câmaras setoriais são responsáveis em promover os acordos setoriais através de alternativas e meios de negociação entre empresários, a sociedade civil e o governo.

O objetivo principal das câmaras setoriais de lâmpadas é através de discussões e debates acerca do tema, realizar a formalização de um instrumento com força normativa que vai estabelecer as regras e procedimentos que serão adotados para realizar o descarte

ambientalmente adequado das lâmpadas pós uso através de uma responsabilidade compartilhada.

Os acordos setoriais previstos na Lei 12.305/2010 direcionam a gestão dos resíduos sólidos através da responsabilidade compartilhada e da logística reversa.

Art. 8o São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

(...)

XVI - os acordos setoriais;

A responsabilidade compartilhada pode ser entendida, segundo Barsano (2014, p. 129) como conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume destes de forma a reduzir os impactos causados à saúde humana e a qualidade ambiental face o ciclo de vida dos produtos, conforme prevê também o art. 30 da citada Lei:

“Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante às atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.”

Destarte, a responsabilidade compartilhada se instrumentaliza através da formalização do acordo setorial firmado entre a União e o setor empresarial responsável em realizar a logística reversa dos resíduos. Essa logística reversa acontece por meio de uma reestruturação do modelo empresarial que passa a realizar a coleta e a restituição desses resíduos a sua origem para reaproveitamento ou descarte final ambientalmente adequado, levando em consideração o valor comercial que esses materiais inservíveis possuem no mercado.

Assim o artigo 25 da PNRS estabelece que o poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

A referida Lei 12.305/2010, no artigo 33, define ainda que são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso das lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista como um dos seguimentos prioritários no cumprimento da implantação da logística reversa, através do

retorno dos produtos pós uso, independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

Segundo a boa doutrina, quando da implantação e operacionalização da logística reversa as empresas deverão se cercar de meios que viabilizem o retorno dos resíduos aos setores produtivos de origem, como também devem implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados, disponibilizar postos de entrega, como também devem atuar em parceria com cooperativas de catadores (Barsano, 2014).

Atentamos ainda, quanto à necessidade de serem implementadas técnicas e metodologias adequadas para o acondicionamento e posterior descarte das lâmpadas fluorescentes conforme prescreve às normas vigentes para os devidos ganhos ambientais e econômicos (Barsano, 2014).

Nesse sentido, fica patente que a responsabilidade compartilhada constante na PNRS para o descarte ambientalmente adequado das lâmpadas da iluminação pública deve ser realizado pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, pois a Gestão Municipal caracteriza-se como consumidor na relação.

Cabe destacar que, a responsabilidade compartilhada é um instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos que visa atender não só os geradores domiciliares, os cidadão/consumidores que adquirem as lâmpadas para iluminação de suas residências, mas também, os geradores não domiciliares, a exemplo do Município de Salvador, que consome as lâmpadas nas ruas, vias da Cidade e posteriormente passa a gerar resíduos, conforme prevê a cláusula 12^a do Acordo Setorial firmado que diz:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS REPONSABILIDADES DOS GERADORES NÃO DOMICILIARES DE RESÍDUOS

Quando houver acordo com a anuência prévia da ENTIDADE GESTORA responsável, formalizado mediante instrumento jurídico próprio que estabeleça o recebimento, pelo SISTEMA, das lâmpadas descartadas pelo gerador não domiciliar, este gerador poderá incorporar seus pontos de entrega ao SISTEMA, observado os termos acordados com a entidade gestora sobre as condições técnicas, custeio, e cronograma de implantação.

O Acordo Setorial de lâmpadas define ainda, que caso não exista forma desenvolvida pelos geradores não domiciliares de resíduos outras estratégias de recebimento deverão ser implantadas a exemplo da criação pontos de consolidação ou até mesmo fornecer ou recomendar que o gerador não domiciliar utilize recipientes para o acondicionamento desses resíduos até um limite estabelecido quando este deverá ser retirado pelas entidades gestoras conforme preconiza o referido acordo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Entre outras estratégias de recebimento para tais LÂMPADAS DESCARTADAS oriundas de GERADOR NÃO DOMICILIAR DE RESÍDUOS incorporado ao SISTEMA podem as ENTIDADES GESTORAS:

I - organizar PONTOS DE CONSOLIDAÇÃO por meio dos quais o GERADOR NÃO DOMICILIAR poderá levar e dispor as LÂMPADAS DESCARTADAS; e

II - fornecer ou recomendar ao GERADOR NÃO DOMICILIAR recipientes, que serão por estes utilizados e, posteriormente, entregues nos PONTOS DE CONSOLIDAÇÃO mencionados no item I acima.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A criação de PONTOS DE ENTREGA e/ou PONTOS DE CONSOLIDAÇÃO em locais diversos ou número superior ao previsto no cronograma do SISTEMA implicará custos não previstos ou suportados pelo SISTEMA, razão pela qual tais custos deverão ser arcados pelo GERADOR NÃO DOMICILIAR interessado, salvo disposição em contrário em contrato específico a ser celebrado entre a ENTIDADE GESTORA e o GERADOR NÃO DOMICILIAR.

O Acordo Setorial de lâmpadas firmado em 2014, prevê que após o uso as lâmpadas deverão ser devolvidas aos fabricantes/ fornecedores de modo seguro e correto para serem tratadas e descartadas nos pontos de coleta específicos, onde posteriormente serão acondicionadas seguindo os critérios estabelecidos nas normas.

O objetivo principal do Sistema de Logística Reversa é garantir uma solução ambientalmente adequada, sem que ocorra a contaminação do solo, ar, água, face o alto poder contaminante dos elementos que contêm.

Portanto, a partir do momento que essas lâmpadas são descartadas seguindo os procedimentos de segurança voltados para a proteção do meio ambiente, haverá redução na produção dos resíduos provenientes da Iluminação Pública, como também, haverá diminuição significativa dos impactos provocados ao meio ambiente.

Cumprido dizer que, foi necessário estabelecer dentro do acordo setorial o passo a passo que os fabricantes conjuntamente com o poder público com o intuito de realizar a coleta das lâmpadas pós uso, no caso das lâmpadas domésticas.

Assim, analisando a situação das lâmpadas utilizadas na pelo Município de Salvador são denominadas de *Não Domiciliares*, devendo, portanto, receber mesmo tratamento, ou seja, serem acondicionadas, transportadas e descartadas conforme procedimentos ambientalmente adequados estabelecidos no Acordo Setorial.

3. A LOGÍSTICA REVERSA E A EFETIVAÇÃO DOS ACORDOS SETORIAIS DE LÂMPADAS NO CENÁRIO BRASILEIRO.

A geração de resíduos é atualmente um dos grandes problemas enfrentados pela humanidade e pela gestão pública, que muitas vezes não tem condições técnicas e financeiras para garantir o descarte adequado desses resíduos produzidos, pois a sua produção cresce constantemente no mesmo ritmo de crescimento da população.

O crescimento da população contribui para o aumento da produção industrial, da produção de alimentos visando atender a crescente demanda.

Ao passo que esse crescimento da população e da produção gera desenvolvimento há também uma grande produção de resíduos provocada por esse crescimento que impacta diretamente na qualidade de vida da população face à inexistência de instrumentos em tecnologia, educação e gestão para promover um correto descarte aos resíduos produzidos (Fonseca, 1999).

Conforme preceitua Marchi (2011), há que se disseminar e difundir informações e procedimentos juntos as empresas, a população quanto a necessidade de praticas que conduzam retorno desses resíduos as organizações, pós uso.

No cenário atual o Brasil, ainda está bastante atrasado, poucas e tímidas práticas são implantadas visando o atendimento da logística reversa constante na Política Nacional de Resíduos Sólidos, apesar da cobrança da sociedade na implementação de práticas ambientalmente adequadas, principalmente no setor de reciclagem. Existem algumas empresas, que diante da necessidade de desenvolver praticas ambientalmente sustentáveis se especializaram na implantação da logística reversa através de tecnologias voltadas para coleta, desmontagem, descaracterização, como também, destinação final dos resíduos inservíveis (Marchi, 2011).

4. METODOLOGIA

Segundo LAKATOS (2011) e MARCONI (2011) a finalidade da atividade científica pauta-se na obtenção da verdade por intermédio da comprovação de hipóteses, que são a ponte entre observação da realidade e a teoria específica.

LAKATOS (2011) e MARCONI (2011) compreendem e conceituam o método da seguinte maneira:

“Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo –

conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.”

Diante desses conceitos o método de abordagem adotado é o teórico-metodológico, através do levantamento bibliográfico de livros, textos periódicos objetivando alcançar os resultados propostos, de modo a realizar o levantamento de dados existentes na Diretoria de Serviços de Iluminação Pública da Secretaria Municipal de Ordem Pública da Cidade do Salvador.

A pesquisa bibliográfica será alcançada através de consultas as fontes impressas, como livros, revistas, periódicos, leis, fontes iconográficas, utilizando ainda o auxílio de conceitos históricos e sociais, bem como os fundamentos do Planejamento Ambiental e da legislação brasileira em vigor.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA AREA ESTUDADA

A cidade de Salvador capital do Estado da Bahia é o local escolhido para ser desenvolvido o estudo sobre o uso das lâmpadas utilizadas na iluminação pública e como essas são acondicionadas e descartadas no seu pós uso. Nesta perspectiva, entender o papel do Acordo Setorial de Lâmpadas pode contribuir no processo de descarte e na redução dos resíduos produzidos.

De acordo com informações do IBGE/2010, Salvador tem população com mais de 2,9 milhões de habitantes, caracteriza-se por ser o município mais populoso do Nordeste e o terceiro na escala do país, distribuídos em 693,276Km². Hoje o Parque de Iluminação Pública do Município de Salvador está entre os 5 maiores do Brasil. Atualmente a cidade de Salvador, possui aproximadamente 170 mil pontos de Iluminação Pública, a competência para operacionalizar, gerir e direcionar os investimentos é da Secretaria Municipal de Ordem Pública- SEMOP, através da Diretoria de Serviços de Iluminação Pública- DSIP, instituída desde 2013 (DSIP, 2016).

Portanto, em razão do seu alto poder contaminante, conforme previsto na norma NBR 10004 as lâmpadas não devem ser descartadas no lixo comum, nem em aterros sanitários, porque possuem na sua composição alguns metais pesados como, por exemplo, mercúrio e fósforo.

A lâmpada é composta por vidro, alumínio, chumbo e com vapor de mercúrio e fósforo a baixa pressão, por conta da sua composição o seu destino final deve ser realizado de

forma ambientalmente adequada, pois o seu descarte inadequado polui o ar, o solo, os lençóis freáticos, os rios e conseqüentemente toda cadeia alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme abordado ao longo do estudo, um dos grandes problemas que cercam a iluminação pública é a poluição decorrente da geração dos resíduos sólidos produzidos, fenômeno que corresponde a todo material pós uso utilizado na manutenção e operacionalização do sistema de iluminação pública do Município.

A poluição produzida em razão da produção desses resíduos sólidos, em especial das lâmpadas utilizadas na iluminação pública, gera impactos negativos ao meio ambiente e a saúde humana. Assim, diante desses impactos negativos causados é imprescindível a preocupação com os problemas provocados pela geração desses resíduos sólidos e como acontece o seu descarte e acondicionamento. É notória a importância da iluminação pública para o funcionamento do Município, caracteriza-se como um instrumento necessário ao desenvolvimento urbano.

Nesse contexto, o descarte quanto à eliminação devem ser realizados com cuidado, face o poder contaminante que esses elementos possuem.

Assim, diante dos danos e perigos que esses produtos causam ao meio ambiente e a saúde do homem foi instituído a logística reversa como um sistema de recolhimento e destinação final desses materiais independente dos sistemas públicos de limpeza urbana.

O referido Acordo Setorial de Lâmpadas, firmado em 2014, desenvolveu um plano de descarte, no qual prevê que, através da responsabilidade compartilhada, após o ciclo de vida das lâmpadas, sejam elas domésticas ou não domésticas, estas deverão ser devolvidas aos fabricantes/ fornecedores de modo seguro e correto para serem tratadas e descartadas de forma ambientalmente adequadas.

O descarte deverá ocorrer nos pontos de coleta específicos, designados pelo poder público, onde posteriormente serão acondicionadas seguindo os critérios estabelecidos na PNRS, para serem recolhidos pelos fabricantes.

Nesse sentido, pode-se constatar que a administração municipal tem direito de requer junto aos fornecedores que realize o recolhimento e o acondicionamento das lâmpadas pós uso dentro dos parâmetros constantes no Acordo Setorial firmado, pois também faz parte da cadeia de consumo.

Em consulta ao Setor de Projetos – SEPRO, setor integrante da Diretoria de Serviço de Iluminação Pública – DSIP/SEMOP pode-se aferir que atualmente a maioria das lâmpadas utilizadas no Parque de Iluminação da Cidade de Salvador é de tecnologia de Vapor de Sódio (80,5%), sendo encontrada também 14,6% de lâmpadas de Vapor Metálico e 2,4% por LEDs, pode-se constatar que do ponto de vista tecnológico e ambiental a utilização de material mais eficiente tem sido uma prioridade, posto que essas três tecnologias somam 97,5% do total empregado na Iluminação Pública.

Ainda sobre as lâmpadas de Vapor Metálico e de LEDs – que juntas somam 17% da Iluminação Pública – pode-se afirmar que há sim uma busca na melhor qualidade da iluminação pública. Estas fontes proporcionam, além do excelente rendimento energético, alta qualidade de luz, por possuírem IRC (Índice de reprodução de cor) alto, o que se traduz em maior acuidade e riqueza na percepção do objeto iluminado, ainda são fontes menos contaminantes. As outras fontes de luz totalizam 2,5%, que incluem situações, ainda não completamente erradicados, como as lâmpadas de Vapor de Mercúrio. Estas representam apenas 131 unidades, o que indica que vêm sendo sistematicamente retiradas do parque. As lâmpadas mistas detêm 1.684 unidades, e a sua remoção deve ser priorizada (DSIP, 2016)

O grande percentual de tecnologia de Vapor de Sódio e Vapor Metálico – 95,1% do total – demonstra que as campanhas de efficientização promovidas ao longo dos últimos 10 anos tiveram um impacto positivo sobre o uso de tecnologias de maior eficiência, bem como na erradicação de tecnologias ultrapassadas, e com maior índice de contaminação.

Diante dos dados analisados, apesar de ter sido assinado em 2014 o Acordo Setorial de Lâmpadas, a adesão dos fabricantes/ fornecedores apresenta-se de forma tímida, sem aderência dos fabricantes/fornecedores ao sistema de responsabilidade compartilhada, através da logística reversa de lâmpadas apesar dos grandes danos que são provocados face o descarte incorreto desses resíduos.

Além da insignificante adesão das empresas signatárias, apenas cinco cidades estão na relação daquelas que iriam iniciar o processo efetivo de logística reversa, mas até o presente momento não existe no país um trabalho efetivo de conscientização e educação voltado ao cumprimento do Acordo Setorial de Lâmpadas, apesar dos impactos negativos que essa omissão possa causar ao meio ambiente e a saúde humana.

Apesar das poucas ações voltadas a sustentabilidade, reciclagem e o descarte ambientalmente adequado conforme preconiza a Lei 12.305/2010 faz-se necessário que os fabricantes incorporem práticas de gestão e de sustentabilidade desses resíduos sólidos

visando à redução dos impactos negativos que estes provocam ao meio ambiente e a nossa saúde.

Assim, é patente a importância de ações conjuntas entre os fabricantes, poder público e a sociedade para obtenção de resultados positivos como uma tendência que merece ser propagada e difundida para toda sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raissa da Matta; JESUS, Daniele Balbino Moura de; OLIVEIRA, Anderson Gomes de; SILVA Harlan Rodrigo Ferreira da; SILVA Patrick Passinho, TORRES, Maira Tamara de Menezes; **Mapeamento e avaliação de índices de cobertura vegetal do município de Salvador – BA, para os anos de 2001 e 2009, com uso de imagens orbitais.** Disponível: http://www.cartografia.org.br/cbc/trabalhos/4/454/CT04-66_1404407935.pdf. Acesso em: Maio de 2016.

AMADO, Frederico. **Direito Ambiental esquematizado**. 3º edição. São Paulo: Editora Método, 2012.

BARSANO, Paulo Roberto, BARBOSA, Rildo Pereira, DIAS, Francini Imene. **Legislação Ambiental**. 1ª edição. São Paulo: Érica, 2014.

BIDONE, Francisco Ricardo Andrade. **Conceitos básicos de resíduos sólidos**. São Carlos: EESC/USP, 1999.

BRASIL. **Estatuto da cidade** (2002). Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL, **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/ctgt/ct.cfm?cod_ct=209> acesso em: 20 de outubro 2016.

BRASIL. **Lei 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, 2012. Disponível em Acesso em: 27 out. 2012. <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador-ba>. Disponível: Abril 2016

_____. **Constituição Federal** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

COPOLA, Gina. **A lei dos crimes ambientais comentada artigo por artigo**. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

ELETROBRÁS Procel. **Iluminação Eficiente**: Iniciativas da Eletrobras Procel e Parceiros / Organizadores: Luiz Eduardo Menandro de Vasconcellos e Marcos Alexandre Couto Limberger. – Rio de Janeiro : Eletrobras/ Procel, 2013.

FERNANDES, Wilson. COELHO, Marcel Serra. CAIRES, Tarcísio. **O impacto ambiental da poluição luminosa**. Disponível em: http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo_01.pdf. Acesso em: 15/10/2016.

FILHO, Paulo de A. Penteado. **Planejamento Urbano em Salvador**: Publicado em: Veracidade, v. 1, n. 2, p. 5-11, out./dez. 1991.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=292740&idtema=16&search=bahia|salvador|sintese-das-informacoes>> Acesso em: Abr. 2016.

MARCHI, C. M. D. F. Cenário mundial dos resíduos sólidos e o comportamento corporativo brasileiro frente à logística reversa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 1, n. 2, art. 7, p. 118-135, 2011. Acesso em: 16/11/2016.

ROSITO, Luciano Haas. **A origem da iluminação pública no Brasil**. O Setor Elétrico. Edição 36. 2009. Disponível em: <http://www.osetoreletrico.com.br/web/component/content/article/45-desenvolvimento-da-iluminacao-publica-no-brasil/946-capitulo-i-as-origens-dailuminacao-publica-no-brasil.html>> Acesso em setembro 2016.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina dos Textos, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências**. Ilhéus: Editus, 2002.

CUIDAR É PRECISO: ENFERMAGEM E MEIO AMBIENTE

*Ana Emília Rosa Campos**
*Letícia Alves dos Santos***
*Marcelo Peres****

RESUMO

As alterações ambientais provocadas pelo crescimento acelerado das cidades e pela falta de saneamento básico vem interferindo diretamente no processo saúde-doença. Trata-se de um estudo reflexivo, com o objetivo de repensar a importância do cuidado com o ambiente e seus efeitos na saúde da população. Estudos apontam a necessidade da ampliação da dimensão ambiental na prática da Enfermagem, visto que problemas ambientais, são simultaneamente problemas de saúde. O trabalho de promoção do enfermeiro, com ações antecipadas, que superem as práticas assistencialistas, além de emponderar as comunidades na responsabilidade de cuidar do meio em que vivem, melhoram as condições de saúde da população.

Palavras-chaves: processo saúde-doença, meio ambiente, enfermagem.

ABSTRACT

The environmental changes brought about by the accelerated growth of cities and the lack of basic sanitation have directly interfered in the health-disease process. This is a reflexive study, with the objective of rethinking the importance of caring for the environment and its effects on the health of the population. Studies point to the need to expand the environmental dimension in Nursing practice, since environmental problems are simultaneously health problems. The nurses' promotion work, with early actions that overcome welfare practices, besides empowering communities to take care of the environment in which they live, improve the health conditions of the population.

Keywords: health-disease process, environment, nursing.

INTRODUÇÃO

Os efeitos das alterações ambientais no processo saúde-doença tornam se cada vez mais evidentes. Compreender as consequências dessas alterações impõe questionamentos

* Psicóloga, Mestranda em Planejamento Ambiental, Professora UCSal. E-mail: ana.campos@ucsal.br

** Estudante de Enfermagem PUC-Campinas, integrante PET (programa de extensão tutorial). E-mail: lelepln@hotmail.com.

*** Doutor em Ecologia (UFBA) e líder do Grupo de Pesquisa "Centro de Ecologia e Conservação Animal" (ECO/UCSal), professor do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, UCSal, Coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)- UCSal, Membro do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UCSal) e Conselheiro Suplente do Conselho Regional de Biologia - 8ª Região (CRBio 8).

sobre as condições de saúde da população e a influência direta e indireta na qualidade de vida (AYACH et al., 2012).

A qualidade de saúde da população depende das condições básicas de infraestrutura (BRASIL, 2007). O abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos, entre outros (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011), impactam diretamente na saúde da população.

Frente ao exposto, os enfermeiros precisam atentar para a conexão existente entre homem-ambiente-saúde e saneamento, devendo incorporar a dimensão ambiental em suas ações, indo além do modelo biomédico.

As ações de assistência às vítimas de alterações ambientais devem ser antecipadas (RIBEIRO e BERTOLOZZI, 2002), através de um controle melhor dos fatores que exercem efeitos na saúde das populações.

Pautada em uma consciência ecológica e no cuidado ampliado com o meio ambiente, a Enfermagem possibilitaria uma melhor conexão entre o homem e o meio em que ele vive.

Essa conexão poderia se dar através de ações mais próximas das comunidades, na realização de intervenções participativas (SOUZA, 2007; SCHMIDT, 2007), possibilitando mudanças graduais na forma de pensar o cuidado com o ambiente, e estabelecendo relações mais saudáveis no meio em que se vive (SCHMIDT, 2007; MOISÉS et al., 2010; CAMPONOGARA et al., 2012).

Por meio da mobilização comunitária e do acesso a informações e orientações sobre os efeitos provocados pelas alterações ambientais na saúde do homem,

O empoderamento da comunidade permitiria o exercício de responsabilidade com sua saúde e com meio em que vive, fazendo valer seus direitos enquanto cidadãos (SOCHARA ORG., 2015; MOISÉS et al., 2010).

Dessa forma, Sochara (2015) aponta que se torna provável que a melhora da saúde venha, no futuro, da modificação das condições que conduzem a doenças, e não da intervenção nos mecanismos da doença depois que ela ocorreu.

DESENVOLVIMENTO

O crescimento desordenado das cidades e a falta de acompanhamento de infraestrutura básica provocou alterações que afetam diretamente o ambiente urbano,

exercendo efeitos negativos, que diminuem a expectativa de vida das populações (AYACH *et al.*, 2012; MOISÉS *et al.*, 2010).

Problemas como as condições deficientes de higiene, à falta de abastecimento de água de boa qualidade e em quantidade suficiente (AYACH *et al.*, 2012), o esgotamento sanitário e de manejo inadequado dos resíduos sólidos, o controle de vetores e da poluição do ar e sonora (SOUZA, 2007), e ainda a canalização interna e esgotamento sanitário (BRASIL, 2007), afetam diretamente a saúde da população.

Kronemberger *et al.* (2011) acrescentam aos problemas citados: a poluição de rios, lagos, lagoas, aquíferos, erosão acelerada, assoreamento, inundações frequentes, impactando diretamente na saúde da população. Desastres que causam sérios riscos à saúde, como as catástrofes naturais que podem levar a graves consequências como lesões e mortes, e ainda a seca, como calamidade natural e os incêndios florestais, que afetam a flora, a fauna também são colocados por Sochara (2015).

Os impactos das alterações ambientais na saúde humana deixam a população susceptível ao adoecimento (SOUZA, 2007), ou seja, falar em saúde é falar em alterações ambientais e suas consequências, acrescentando a necessidade do controle epidemiológico e da educação entre outras necessidades (AYACH *et al.*, 2012).

Qualidade de vida e saúde estão atreladas às condições básicas de infraestrutura não só do domicílio, como também do ambiente urbano (BRASIL, 2007). E a compreensão dos riscos, suas causas e consequências, leva a esclarecimentos sobre as condições de saúde da população e a influência direta e indireta da qualidade ambiental das cidades (AYACH *et al.*, 2012).

SCHMIDT (2007) é bastante precisa ao afirmar a importância da conexão entre homem-ambiente-saúde, saneamento e condições de trabalho. Baseado no exposto cabe ressaltar que a relação estabelecida entre a saúde e o ambiente constitui uma preocupação em relação ao déficit de saneamento no Brasil (SOUZA, 2007), sendo que cerca de 80% das doenças humanas estejam relacionadas, direta ou indiretamente, à água não tratada e ao saneamento precário (AYACH *et al.*, 2012).

Dados apontados por BRASIL (2007) indicam que, para cada R\$ 1,00 (um real) investido no setor de saneamento, economiza-se R\$ 4,00 (quatro reais) na saúde. Sochara (2015) apresenta outros dados, demonstrando que, a cada US \$ 1,00 (um dólar) gasto em saneamento, o retorno na saúde das pessoas corresponde a US \$ 5,50 (cinco dólares e cinquenta), e os ganhos econômicos globais do investimento em saneamento e água são

estimados em US \$ 260 bilhões por ano. Por outro lado, o saneamento inadequado custaria aos países entre 0,5 e 7,2% do seu PIB.

Como objetivos do saneamento, autores destacam a importância do controle de fatores do meio físico que exercem efeitos sobre a saúde do homem, que inclui o abastecimento de água, a drenagem urbana, o controle ambiental de vetores, a coleta e serviços de limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais, e ainda a poluição do ar e sonora, entre outros (SOUZA e FREITAS, 2008; MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011; KRONEMBERGER *et al.*; 2011; AYACH *et al.*, 2012).

Junto a medidas eficazes de saneamento e melhor controle de fatores que exerçam efeitos na saúde das populações, é fundamental o trabalho educativo dos profissionais de saúde, em especial, dos enfermeiros junto às comunidades.

Para tanto, os enfermeiros precisam atentar para os impactos do meio e seus efeitos, devendo incorporar a dimensão ambiental na assistência e na administração dos serviços (RIBEIRO e BERTOLOZZI, 2002), sem reduzir suas práticas de assistência às vítimas de alterações ambientais.

Dessa forma Vaz-Cezar e Sena (2010) ressaltam que na formação do enfermeiro, é urgente ir além do modelo biomédico, contemplando também conhecimentos da relação saúde ambiente, ultrapassando a visão que é mais voltada a doença e ao adoecimento das populações, como também apontam Camponogara *et al.* (2012) e Ribeiro e Bertolozzi (2002).

Cabe a Enfermagem uma valorização do meio ambiente, que é uma força capaz de promover e recuperar a saúde das populações (CAMPONOGARA *et al.*, 2012), pautado numa consciência ecológica que visa a teia de conexões entre o homem e o meio em que vive.

O trabalho desses profissionais seria um desafio ecológico, em relação às doenças provenientes do ambiente e a mortalidade infantil, associadas a questões sociais, econômicas, políticas, culturais (SOCHARA ORG, 2015). Para tanto, é necessário um contato maior desses profissionais com práticas mais próximas das comunidades, na realização de intervenções participativas (SOUZA, 2007; SCHMIDT, 2007).

As ações dos enfermeiros, de forma interdisciplinar, no contexto da saúde e do saneamento seria uma prática social que possibilitaria uma mudança gradual na forma de pensar o cuidado com o ambiente, estabelecendo assim, relações mais saudáveis com o meio em que se vive, destacando o senso de identificação com a natureza e do sentimento de pertença (SCHMIDT, 2007; MOISÉS *et al.*, 2010; CAMPONOGARA *et al.*, 2012).

SOCHARA ORG. (2015), ainda apontam que processos sustentáveis de saneamento precisam ser construídos com equidade e a capacitação da comunidade, incluindo o respeito, os sentimentos, a cultura, os valores e as crenças da comunidade.

Por meio do acesso a informações e orientações, o encontro de alternativas práticas de superação das situações de vulnerabilidade, a participação popular pode alcançar melhores condições de vida e de saúde (SOUZA, 2007), incluindo ainda programas de higiene pessoal e o envolvimento das escolas (SOCHARA ORG., 2015).

O trabalho da enfermagem precisa estar focado na proteção e no cuidado com o meio ambiente, dentro de um modelo participativo envolvendo toda a população (SOUZA, 2007). Um trabalho voltado para uma mudança gradual na forma de pensar, sentir e agir com este meio, como apontam Moisés et al. (2010).

Sochara Org. (2015), acrescentam como estratégias, a realização de reuniões incluindo a sociedade civil e o mapeamento de práticas de saneamento, possibilitando o aumento da autonomia individual, familiar e comunitária sobre os efeitos das alterações ambientais e a saúde das populações.

O processo de mobilização comunitária permitiria às pessoas a exercerem coletivamente a sua responsabilidade com sua própria saúde e meio em que vivem, fazendo valer seus direitos enquanto cidadãos (SOCHARA ORG., 2015; MOISÉS et al., 2010), em um movimento com ações antecipadas, pautadas em informações/orientações e acompanhamento na mudança de hábitos e de cuidado.

Dessa forma, SOCHARA ORG. (2015) apontam que se torna provável que a melhora da saúde venha, no futuro, da modificação das condições que conduzem a doenças, e não da intervenção nos mecanismos da doença depois que ela ocorreu.

BACKES et al. (2011) colocam que para tanto, é necessário uma visão ampliada, um olhar mais integral das diversas dimensões que integram a saúde, por parte dos profissionais. Para os autores, pensar em qualidade de vida, é pensar em defesa e em cuidado com o ambiente, tanto natural quanto relacional.

Dessa forma o conceito amplo de saúde, seria sustentado por um cuidado integral e integrador, que vai além da dimensão física e que possa incluir a saúde ambiental. (VARGAS e OLIVEIRA, 2007; BACKES et al., 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações ambientais e suas consequências diretas e indiretas na saúde da população demandam uma visão mais ampliada por parte dos profissionais de Enfermagem. A inclusão da dimensão ambiental torna-se necessária nas ações do profissional, visando um cuidado integral e integrador.

No contexto da saúde e do saneamento é necessário uma mudança gradual na forma de promover um ambiente saudável, e o trabalho do enfermeiro precisa estar focado na proteção e no cuidado com esse meio. Estratégias de trabalho com a comunidade através de ações antecipadas possibilitariam mudanças de hábitos e de novas formas de cuidar do ambiente em que se vive.

Para tanto, reflexões sobre as ações da enfermagem são necessárias frente ao desafio ambiental, possibilitando práticas mais próximas das comunidades, com intervenções mais participativas, indo além da intervenção na doença depois que ela ocorreu.

REFERÊNCIAS

AYACH, Lucy Ribeiro et al. Saúde, saneamento e percepção de riscos ambientais urbanos. 2012. **Caderno de Geografia**, v.22, n.37, 2012.

BACKES, Marli Terezinha Stein et al. Cuidado ecológico como um fenômeno amplo e complexo. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília (DF), v. 64, n. 5, p. 876, outubro de 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 56 p.(Série B. Textos Básicos de Saúde).

CAMPOGARA, S., SOARES, S., VIERO, C., ERTHAL, G., DIAZ, P., PERES, R., ROSSATO, G.. Responsabilidade ambiental na visão de acadêmicos da área da saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 20 set. 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuernj/article/view/3973/2756>>. Acesso em: 13 Jul. 2017.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. et al. **Saneamento e meio ambiente**. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Atlas de saneamento 2011 <file:///C:/Users/Asus/Downloads/liv53096_cap3%20SANEMAENTO%20AMBIENTAL.pdf>. Acesso em: 01 de abr. de 2017.

MINISTÉRIOS das Cidades – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Política e plano municipal de saneamento ambiental**. Brasília 2011

MOISES, Márcia et al . **A política federal de saneamento básico e as iniciativas de participação, mobilização, controle social, educação em saúde e ambiental nos programas governamentais de saneamento.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2581-2591, agosto de. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232010000500032&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 abril de 2017.

RIBEIRO, Maria Celeste; BERTOLOZZI, Maria Rita. Reflexões sobre a participação da enfermagem nas questões ecológicas. **Rev Esc Enferm USP** 2002; 36(4): 300-8. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n4/v36n4a01>> Acesso 13 abr. 2017

SOUZA, Cezarina M. N. Relação Saneamento-Saúde-Ambiente: os discursos preventivista e de promoção da saúde. **Saúde Soc. São Paulo**, v.16, n.3, p.125-137, 2007.

SCHMIDT, Rosana Andreatta Carvalho. A Questão Ambiental na Promoção da Saúde: uma Oportunidade de Ação Multiprofissional sobre Doenças Emergentes. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio d Janeiro, 17(2):373-392, 2007. Disponível em: http://www.midiasspsjv.fiocruz.br/upload/d/A_questao_ambiental_na_promocao_da_saude_-_uma_oportunidade0.pdf. Acesso em: 02 de abril de 2017.

SOCHARA (Org.). **Environmental Sanitation** - “Reflections from Practice” A Module for Community Health Practitioners March 2015. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.sochara.org/sites/default/files/Environmental-sanitation-module_1.pdf&gws_rd=cr&ei=alfrWO7KJ4qLwgSMIYLYDA>

SOUZA, Cezarina Maria Nobre; FREITAS, Carlos Machado de. O saneamento na ótica de profissionais de saneamento-saúde-ambiente: promoção da saúde ou prevenção de doenças? **Eng. Sanit. Ambient.**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 1, p. 46-53, Mar. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522008000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 13 Jul 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-41522008000100007>>.

VARGAS, Liliana Angel; OLIVEIRA, Thaís Fonseca Veloso de. Saúde, meio ambiente e risco ambiental: um desafio para a prática profissional do enfermeiro. **Revista Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2):451-5. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v15n3/v15n3a21.pdf>> Acesso em: 13 de maio 2016.

VAZ-CEZAR, Marta Regina; SENA, Janaina. A relação saúde ambiente nos processos de formação do profissional enfermeiro: um ensaio teórico. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. 24, janeiro a julho de 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1562/Rela%C3%A7%C3%A3o%20saude%20-%20ambiente.pdf?sequence=1>> Acesso em: 22 maio 2016.

EFEITOS DAS CLAREIRAS NATURAIS SOBRE A BIODIVERSIDADE EM FLORESTA ATLÂNTICA

Marcelo Peres

Kátia Benati

Alessandra Rodrigues Santos de Andrade

Jacques Hubert Charles Delabie

RESUMO

Este estudo investiga o efeito das clareiras naturais sobre a assembleia de formigas e aranhas em três fragmentos de floresta atlântica da Bahia (Brasil). O estudo foi realizado na Reserva Ecológica Michelin- REM (Igrapiúna-Bahia), num remanescente de 180 ha, Reserva Ecologia de Dois Irmãos (REDI) (Recife- PE) com 382 ha e Parque Metropolitano de Pituaçu (PMP) com 325 ha. Foram analisadas através de 5 métodos de amostragem, 21 clareiras naturais e 21 trechos de floresta adjacente. Foram identificadas diferenças significativas em relação a biodiversidade e estrutura do habitat entre clareiras naturais e trechos de floresta adjacente. Entendemos que as clareiras naturais desempenham um papel acentuado na dinâmica espacial da biodiversidade, e, portanto, contribuem para a prevenção da exclusão competitiva, favorecendo a biodiversidade local.

Palavras-chave: Floresta Atlântica, Perturbações naturais, seleção de habitat, fauna Neotropical.

INTRODUÇÃO

O papel das perturbações naturais é amplamente reconhecido na estruturação biológica de comunidades em florestas tropicais (Levey, 1988; Richard, 1996). As perturbações naturais aumentam a heterogeneidade de habitats, permitindo a especialização e a divisão de recursos entre as espécies, e, portanto, previnem a exclusão competitiva e promovem a diversidade (Connell, 1978; Denslow, 1980; Pickett & White, 1985). A forma mais visível de perturbação em ambientes de florestas é a formação de clareiras, causadas pela queda de uma ou mais árvores, formando uma abertura no dossel (Green, 1996; Richard, 1996). As clareiras naturais são consideradas as principais responsáveis pela regeneração de florestas tropicais, contribuindo de forma significativa para sua diversidade florística (Brokaw, 1982a; Denslow & Hartshorn, 1994).

A regeneração via clareiras promove o desenvolvimento de espécies pioneiras e primárias, provocando mudanças acentuadas na dinâmica de populações de árvores, composição de espécies e taxa de crescimento (Brokaw, 1985b, Fraver et al., 1998). Portanto,

tem sido considerado um mecanismo essencial para a manutenção da diversidade nas florestas (Denslow, 1980; Whitmore, 1996; Schnitzer & Carson, 2001).

As clareiras naturais influenciam a distribuição espacial e temporal de plantas e, conseqüentemente, afetam os animais que interagem com estes organismos (Stiles, 1975; Thompson, 1980; Dunn, 2004). Entretanto, poucos tratam de animais, a maioria foca nos aspectos estruturais, como área, idade, geometria e tipo de queda, assim como nos organismos vegetais (Runkle, 1985; Brokaw 1982a; Whitmore, 1996; Armelin & Mantovani, 2001; Lima, 2005). Estes estudos têm verificado influências significativas das clareiras naturais sobre comunidades vegetais. Dentre os quais, podemos citar: estudos com árvores (Denslow, 1980), plantas pioneiras (Brokaw, 1982a; Tabarelli & Mantovani, 1999), bambus (Tabarelli & Mantovani, 2000), crescimento de plântulas (Brown, 1996) e interação da área da clareira e herbivoria com o estabelecimento, crescimento e sobrevivência de espécies pioneiras (Pearson *et al.*, 2003).

Dentre os estudos com animais, podemos mencionar as aves (Levey, 1988), formigas (Basu, 1997; Feener & Schupp, 1998; Patrick *et al.*, 2012) e aranhas (Peres *et al.*, 2007; Peres *et al.*, 2010). Nestes estudos, foram encontradas diferenças significativas na estrutura e composição das comunidades de aves e aranhas tecedeiras entre clareiras naturais e florestas maduras (Levey, 1988; Peres *et al.*, 2007). Já para as formigas, os resultados foram conflitantes. Num estudo realizado numa floresta na Índia, a riqueza em espécies diferiu entre as formações de mata e clareira (Basu, 1997). Porém, num estudo feito numa floresta no Panamá, a abundância, riqueza e composição de espécies não diferiram (Feener & Schupp, 1998). Mais recentemente, num estudo realizado numa floresta na Costa Rica, verificou-se que a riqueza estimada (Chao 2) diferiu entre clareira e floresta madura adjacente, embora a composição de espécies não diferiu (Patrick *et al.*, 2012). Também foi verificado que não existe uma tendência da assembleia de formigas das clareiras se assemelharem às assembleias das matas adjacentes à medida que as clareiras envelhecem (Patrick *et al.*, 2012).

As aranhas (*Arachnida: Araneae*) estão entre os animais mais abundantes e diversos, constituindo a sétima maior ordem animal em riqueza (Coddington & Levi, 1991), com 46.774 espécies descritas ao nível global (WORLD SPIDER CATALOG, 2017). Na estrutura trófica agem como predadoras secundárias (Riechert & Bishop, 1990; Wise 1993), regulando direta ou indiretamente a abundância de táxons que atuam em importantes processos ecossistêmicos, como herbivoria, polinização, decomposição e dispersão (Churchill, 1997). As formigas (Hymenoptera: Formicidae), assim como as aranhas, estão entre os animais mais abundantes e diversos (Hölldobler & Wilson, 1990) com 14.893 espécies descritas no Planeta,

sendo que 3.729 ocorrem na Região Neotropical (Bolton, 2012). Nestas florestas as formigas são um componente importante na serrapilheira (Ward, 2000). Estudos indicam que a diversidade de formigas está fortemente correlacionada com a complexidade estrutural do habitat (Santana-Reis & Santos, 2001; Lassau & Hochuli, 2004; Hites *et al.*, 2005; Delabie *et al.*, 2007). As atividades de forrageio e a distribuição dos ninhos têm estreita relação com a luminosidade, umidade e temperatura (Levings, 1983; Hölldobler & Wilson, 1990). Distúrbios também podem influenciar fortemente a riqueza e composição da assembléia de formigas de serrapilheira (Campos *et al.*, 2007; Palladini *et al.*, 2007).

Este estudo investiga se as clareiras naturais exercem algum efeito sobre a biodiversidade local em três fragmentos florestais no Nordeste do Brasil. Abordamos duas questões centrais: (i) A estrutura de habitat (microclima e micro-habitat) encontrada em clareira natural difere significativamente daquela encontrada em floresta madura adjacente? (ii) A composição e riqueza em espécies (formigas e aranhas) encontradas em clareira natural diferem significativamente daquelas encontradas em floresta madura adjacente?

ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado em três fragmentos florestais de Floresta Atlântica do Nordeste brasileiro:

1. Reserva Ecológica Michelin (REM): Localizada entre os municípios de Igrapiúna e Ituberá – Bahia (13°50'S 39°10'W), com uma área total de 3.096 ha, a 18 km do litoral. A área da REM é formada por um mosaico vegetacional com diferentes estágios sucessionais, alterado por diferentes tipos de perturbações antrópicas provenientes da extração de madeira, e outras formas de pressão antrópica, tais como caça e exploração do palmito, além de algumas áreas convertidas em agricultura e pastagens. No interior da REM, a floresta ombrófila compõe um mosaico com os seringais e está dividida em quatro fragmentos: Mata de Pacangê - 550 ha, Mata da Vila Cinco - 180 ha, Mata de Pancada Grande - 172 ha e Mata Luís Inácio - 140 ha (Flesher, 2013). A precipitação média anual é de 2.051 mm e a temperatura oscila entre 18° e 30°C, sem período de estiagem (Flesher, 2013).

2. Reserva Ecológica Dois Irmãos (REDI): Localizada em Recife- PE (7° 55' S, 34° 52'W), A reserva possui 387,4 ha de florestas cercadas por uma matriz predominantemente urbana (Tabarelli, 1998). Precipitação média de 2,460 mm/ano (Coutinho *et al.*, 1998). A

vegetação dominante é a floresta ombrófila densa. A altura do dossel varia entre 15-20 m, com árvores emergentes altas (Coutinho *et al.*, 1998).

3. Parque Metropolitano de Pituáçu (PMP): Localizado em Salvador (Bahia) (12 ° 56'S, 38 ° 24'W). Quando o estudo foi realizado o PMP contava com 425 ha de Mata Atlântica em estágio secundário, cercada por uma matriz predominantemente urbana (Benati *et al.*, 2005). Entretanto, atualmente conta com uma poligonal de 382 ha (Decreto 14.480/2013). A Precipitação média é de 1840 mm por ano (Batista, 1998), sendo a vegetação dominante é a floresta ombrófila densa.

AMOSTRAGEM DA BIODIVERSIDADE

Foram analisadas 21 clareiras naturais e 21 trechos de mata adjacente com dimensões similares as clareiras (ver Peres *et. al.*, 2007, Peres *et. al.*, 2011 e Peres *et al.* 2014). Nestes 42 sítios de amostragem foram aplicados 5 métodos de coletas para as aranhas (adaptados de Coddington *et al.*,1991) e um método de amostragem, Extrator de Winkler, para as formigas (ver Bestelmeyer *et al.*, 2000). A diversidade de métodos aplicados permitiu alcançar uma parcela significativa dos organismos analisados.

(i) Extrator de Winkler: durante 18 meses de trabalho, foram coletados 480 quadrantes de 50 x 50cm de serrapilheira, totalizando 120m² de serrapilheira, que foram submetidos a 24h de exposição em mini extrator de Winkler para extração dos organismos.

(ii) Pitfall trap: durante 6 meses de trabalho, foram instaladas 180 armadilhas de queda tipo pitfall, contendo liquido conservante no seu interior. As armadilhas foram confeccionadas com potes plásticos de 500ml (12cm de diâmetro) e permaneceram ativas durante cinco dias em cada campanha de coleta, totalizando 30 dias de amostragem.

(iii) Coleta manual diurna (*looking up e looking down*): Durante 18 meses de trabalho, foi realizada a busca ativa das aranhas durante 192h. A coleta foi realizada no início da manhã, sendo examinados os troncos caídos em decomposição, serrapilheira, vegetação arbustiva e herbácea, buracos e todos os micro habitats onde podem ser encontradas as aranhas.

(iv) coleta manual noturna (*looking up e looking down*): Durante 18 meses de trabalho, foi realizada a busca ativa das aranhas durante 80h. A coleta foi realizada no início da noite,

sendo examinados os troncos caídos em decomposição, serrapilheira, vegetação arbustiva e herbácea, buracos e todos os micro habitats onde podem ser encontradas as aranhas.

(v) Funil de Berlese: durante 12 meses de trabalho, foram coletados quadrantes de 1m² de serrapilheira, totalizando 36m² de serrapilheira, que foram submetidos a 24h de exposição em Funil de Berlese para extração dos organismos

As formigas e aranhas foram identificadas e depositadas, respectivamente, na coleção entomológica da CEPLAC, Ilhéus, BA (curador: Dr. Jacques Delabie) e na coleção Aracnológica do Instituto Butantan, São Paulo, SP (IBSP, curador: Dr. Antônio Brescovit).

ESTRUTURA DO HABITAT (Microclima e micro-habitat)

Para caracterizar a estrutura ambiental das clareiras naturais e matas adjacentes, foram mensuradas ou estimadas, em paralelo a amostragem da biodiversidade, as variáveis ambientais de micro-habitat e microclima: (1) temperatura e umidade relativa do ar (amplitude); (2) temperatura do solo, (3) temperatura do substrato, (4) espessura da serrapilheira; (5) estimativa de cobertura da serrapilheira, (6) estimativa de cobertura de herbácea, (7) volume de madeira (troncos e galhos caídos) em decomposição, (8) volume da serrapilheira (9) luminosidade, (10) densidade da vegetação entre 0,5 e 2m (ver Peres *et. al.*, 2007, Peres *et. al.*, 2011 e Peres *et al.* 2014).

ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Estrutura do habitat

Para comparar a estrutura do habitat entre as duas formações (clareira natural e mata madura) foram construídas as matrizes com as variáveis de micro-habitat e microclima. Na REM e PMP aplicamos o Procedimento de Permutação e Resposta Múltipla (MRPP) - (PC-ORD© 6.0) (McCune & Mefford, 1999), utilizando a distância de *Sorensen* (Bray-Curtis). Os valores foram padronizados (n/soma(n)) pelo programa. Na REDI aplicamos o teste de Mann-Whitney, utilizando o programa Biostat 2.0 (Ayres *et al.*, 2000). Em todas as análises o nível de significância adotado foi de 0,05.

Biodiversidade

Para a REM a matriz de espécies foi construída com base na presença (1) ou ausência (0) da espécie em cada unidade amostral (ver Longino, 2000). Para o PMP e REDI foi considerada a abundância dos organismos em cada unidade amostral.

As seguintes análises foram realizadas:

(1) Nos três fragmentos REM, REDI e PMP as matrizes foram utilizadas para as estimativas de riqueza em espécies de formigas e aranhas, calculadas com o auxílio do programa EstimateS 8.2.0 (Colwell, 2006). No intuito de remover o efeito da sequência ordenada da tomada das amostras, os dados foram randomizados 100 vezes (Cowell, 1997). Um bom estimador deve fornecer estimativas que não diferem drasticamente dos demais; a finalização da curva de acumulação de espécies deve convergir para a curva de espécies observadas; sendo que essa deve ter uma tendência ao formato assintótico, com um número de amostras menor que a curva de espécies observadas precisou para tender à estabilização (Toti *et al.*, 2000).

(2) A riqueza em espécies das formigas e das aranhas foram comparadas entre as duas formações (clareira natural e mata adjacente). Na REM e PMP comparamos através do teste Kruskal-Wallis (Anova não paramétrica) - programa GraphPad InStat 3.0, pois, os dados não apresentaram distribuição normal (teste de Kolmogorov-Smirnov). Na REDI utilizamos o teste do qui-quadrado.

(3) Para comparar a composição de aranhas na REM e PMP e formigas na REM entre as duas formações (clareira natural e mata madura) aplicamos o Procedimento de Permutação e Resposta Múltipla (MRPP) - (PC-ORD© 6.0) (McCune & Mefford, 1999), utilizando a distância de *Sorensen* (Bray-Curtis). Os valores foram padronizados ($n/\text{soma}(n)$) pelo programa e o nível de significância adotado foi de 0,05.

RESULTADOS

Estrutura do habitat

Foram verificadas diferenças significativas entre os trechos de floresta adjacente e clareiras naturais nos três fragmentos estudados, REDI (Tabela 1), PMP ($T = -2.4742605$; $p = 0.020855$; Tabela 2) e REM (MRPP: $p < 0.001$; $T = -32.642779$; $A = 0.15145932$, Tabela 3).

Tabela 1. Comparação da estrutura do habitat entre floresta adjacente e clareiras naturais. Média e \pm desvio padrão na Reserva Ecológica de Dois Irmãos (Recife- PE).

Variáveis	Floresta adjacente	Clareira natural	<i>p</i>
Densidade da vegetação			
0.5 m	8.8±4.2	12.3 ±4.8	<0.001
1.0 m	7.4 ±4.2	7.6 ±4.9	>0.05
2.0 m	6.5 ±4.4	2.2 ±2.4	<0.001
Serrapilheira			
Espessura (cm)	2.1 ±1.2	1.4 ±0.9	<0.01
Volume (g/m ²)	802.1 ±320.6	621.4 ±241.1	<0.001
Densidade (kg/m ³)	44.7 ±23.5	52.6 ±29.2	<0.001

Tabela 2: Médias das variáveis de microclima e micro-habitat em clareiras naturais e trechos de floresta adjacentes no Parque Metropolitano de Pituáçu (Salvador – Bahia - Brasil).

Variáveis	Clareira natural	Floresta adjacente
Amplitude térmica (°C)	5.6	5.0
Espessura da serrapilheira (cm)	4.5	5.3
DAP (cm)	20.5	31.1
Cobertura de herbáceas (*)	2.5	3.6
Cobertura de serrapilheira (*)	2.2	1.8
Frequencia de troncos caídos	10.5	5.9

* Mensuradas na escala de Fournier (1974).

Tabela 3: Média e desvio padrão (dp) das variáveis da estrutura do habitat de clareiras naturais e floresta adjacentes na Reserva Ecológica Michelin (Igrapiúna- Bahia).

Variáveis ambientais	Clareira	Mata
Espessura da serrapilheira (cm)	2,7 (0,58)	3,2 (0,70)
Cobertura da serrapilheira *	3,5 (0,64)	3,9 (0,35)
Cobertura de herbácea*	3,3 (0,82)	2,2 (0,79)
Volume total de troncos caídos e galhos (m ³)	2,05 (0,04)	1,40 (0,03)
Temperatura do solo (°C)	23,8 (1,88)	23,6 (1,51)
Temperatura do substrato (°C)	25,9 (3,73)	24,3 (3,20)
Amplitude térmica do ar (°C)	3,8 (1,28)	3,3 (1,52)
Umidade relativa do ar (%)	73 (10,78)	76 (10,14)

Luminosidade	4406 (11634)	412 (1444)
--------------	--------------	------------

**Mensurados na escala de Fournier (1974)*

Biodiversidade

Na REDI foram capturadas 1996 aranhas distribuídas em 57 espécies capturadas através do pitfall e 117 através da coleta manual diurna (CMD). O número de indivíduos e espécies não diferiu entre clareira natural e floresta adjacente ($p > 0.05$). Entretanto, o número de espécies exclusivas foi significativamente maior em trechos de floresta adjacente do que nas clareiras (38 vs. 22, respectivamente; $\chi^2 = 4.2$; $df = 1$; $p < 0.05$). Além disso, o número de espécies exibindo preferência e habitat foi significativamente maior que o esperado ao acaso ($\chi^2 = 5.8$; $df = 1$; $p < 0.05$).

No PMP foram capturadas 550 aranhas distribuídas em apenas 36 espécies. O número de indivíduos e espécies não diferiu entre clareira natural e floresta adjacente ($p > 0.05$). Entretanto, verificou-se um elevado número de espécies exclusivas nos trechos de floresta adjacente, 13 espécies exclusivas, representando 32% das aranhas coletadas e nas clareiras naturais 10 espécies, representando 27%. Além disso, o número de espécies exibindo preferência e habitat foi significativamente maior que o esperado ao acaso ($\chi^2 = 4.9$; $df = 1$; $p < 0.05$).

Na REM foram coletadas 144 espécies de formigas e 128 espécies de aranhas. Houve diferença significativa na composição de espécies de formigas e de aranhas entre as duas formações vegetais (MRPP, $p = 0.000038$, $A = 0.0825$, $T = -4.7718$; MRPP, $p = 0.00398857$, $A = 0.01368813$, $T = -3.0830481$), respectivamente). Não encontramos diferença na riqueza em espécies entre as duas formações para ambos os organismos analisados, formigas e aranhas ($p > 0.05$). Entretanto, verificou-se um elevado número de espécies exclusivas nos trechos de floresta adjacente, 20 espécies exclusivas de formigas e 26 de aranhas, representando, respectivamente 17% das formigas e 21% das aranhas coletadas. Já nas clareiras naturais foram 19 espécies exclusivas de formigas e 19 de aranhas, representando 16% e 15%, respectivamente.

DISCUSSÃO

Estrutura do habitat

Analisando os resultados dos três fragmentos estudados percebe-se notoriamente que a estrutura do habitat difere significativamente entre as clareiras naturais e os trechos de floresta adjacente. A formação das clareiras naturais de fato promoveu mudanças significativas na estrutura ambiental em relação à mata adjacente, especificamente em relação às variáveis microclimáticas e de micro-habitat. Estas diferenciações têm sido reportadas em diversos estudos em florestas tropicais (Hubbell & Foster, 1986; Levey, 1988; Whitmore *et al.*, 1993, Feener & Shupp, 1988; Peres *et al.*, 2007; Patrick *et al.*, 2012). Desta forma, nossos resultados comprovam o papel das perturbações naturais no aumento da heterogeneidade de habitat (Connell, 1978; Denslow, 1980; Pickett & White, 1985).

Biodiversidade

Analisando os resultados dos três fragmentos, percebe-se notoriamente que a biodiversidade difere significativamente entre as clareiras naturais e os trechos de floresta adjacente. Especialmente em relação a composição de espécies e ocorrência de espécies exclusivas. Entretanto, verifica-se que a influência das clareiras naturais sobre a biodiversidade é mais tênue em fragmento florestais mais depauperados como PMP, que se caracteriza como um fragmento urbano inserido em uma matriz tipicamente urbana. Na REM que apresenta um melhor estado de conservação, a influência da CN é mais pronunciada.

Nossos resultados convergem com os estudos para comunidades de plantas tropicais (Levey, 1988; Connell, 1978; Denslow, 1980; Pearson *et al.*, 2003) e corroboram com estudos envolvendo comunidades animais em florestas tropicais: aves na Costa Rica (Levey, 1988), aranhas no Nordeste Brasileiro (Peres *et al.*, 2007) e formigas na Índia (Basu, 1997). Especificamente em relação as aranhas, nossos resultados corroboram um estudo realizado numa remanescente de mata atlântica no Nordeste brasileiro, que verificou que as clareiras naturais influenciam a distribuição de aranhas (Peres *et al.*, 2007). Desta forma, atestamos que a abertura de dossel altera a estrutura do habitat e promove alterações acentuadas nas assembléias de aranhas e formigas. Portanto, defendemos que as clareiras naturais, mesmo as pequenas, têm papel relevante na promoção da diversidade de aranhas e formigas em floresta atlântica. Lembramos que não existe uma relação linear entre o tamanho da clareira e as alterações microclimáticas (Brown, 1993; Whitmore, 1996).

Como as formigas e aranhas executam funções essenciais nos ecossistemas, na estrutura trófica agem como predadoras secundárias (Riechert & Bishop, 1990; Wise 1993), regulando direta ou indiretamente a abundância de táxons que atuam em importantes

processos ecossistêmicos, como herbivoria, polinização, decomposição e dispersão (Churchill, 1997), como a dispersão de sementes, é provável que estas diferenciações tenham implicações sobre outros organismos. Desta forma, inferimos que mesmo pequenas perturbações naturais, como as clareiras, podem exercer forte influência na dinâmica espacial de artrópodes terrestres, que representam cerca de 85% da biodiversidade animal. Assim, recomendamos a realização de estudos comparando outros artrópodes, como besouros e opiliões, no intuito de verificar esse efeito das clareiras naturais sobre a distribuição espacial de artrópodes terrestres neotropicais. Por fim, reafirmamos que as clareiras naturais, mesmo que pequenas, têm um papel importante na dinâmica espacial da biodiversidade local.

CONCLUSÕES

As clareiras naturais, mesmo as pequenas (86 a 110m²), promovem a heterogeneidade habitat, aumentam a diversidade de espécies e tem papel determinante na regeneração de floretas tropicais. Os artrópodes representam 85% da biodiversidade e regulam direta ou indiretamente importantes processos ecossistêmicos. Portanto, este estudo corrobora o papel das clareiras xxxxxxxx e contribui com subsídios para planos de manejo e conservação em florestas tropicais.

REFERÊNCIAS

- ARMELIN, R. and MANTOVANI, W. 2001. Definição de clareira natural e suas implicações no estudo da dinâmica sucessional das florestas. *Rodriguésia*, **52**:5-15.
- AYRES M, AYRES M Jr, AYRES DL, SANTOS AS. 2000. BioEstat 2.0-aplicações e estatísticas na área de Ciências Biológicas Médicas Belém (Brazil): Sociedade Civil Mamirauá. CNPq.
- BAIDER, C.;TABARELLI M.and MANTOVANI, W. 1999. O banco de sementes de um trecho de uma floresta atlântica montana (São Paulo-Brasil). *Revista Brasileira de Biologia*, **59**(2):319-328.
- BASU, P. 1997. Seasonal and spatial patterns in ground foraging ants in a rain forest in the Western Ghats, India. *Biotropica*. 29:489–500.
- BENATI, K.R. et al. Aspectos comparativos das comunidades de aranhas (Araneae) em dois remanescentes de Mata Atlântica do Estado da Bahia, Brasil. *Biota Neotropica*, v 5, n.1a.Disponível:<http://www.biotaneotropica.org.br/v5n1a/pt/abstract?article+BN005051a2005>.

- BESTELMEYER, B.T., D. AGOSTI, F. LEEANNE, T. ALONSO, C.R.F. BRANDÃO, W.L. BROWN, J.H.C. Delabie & R. SILVESTRE. 2000. Field techniques for the study of ground-living ants: An Overview, description, and evaluation, p. 122-144. In D. Agosti, J.D. Majer, A. Tennant & T. de Schultz (eds), *Ants: standart methods for measuring and monitoring biodiversity*. Smithsonian Institution Press, Washington, 280p.
- BOLTON, B. 2012. AntWeb. Copyright© 2002-2008. The California Academy of Sciences, USA. Online available at: <http://www.antweb.org/>; accessed on 27/04/2016.
- BROKAW, N.V.L. 1982a. The definition of treefall gap and its effect on measures of forest dynamics. *Biotropica*, **14**:158-160.
- BROKAW, N.V.L. 1982b. Treefalls: frequency, time, and consequences. In: E. G. Leight, Jr.; A. S. Rand; D. M. Windsor (eds.). *The Ecology of a Tropical Forest: Seasonal Rythms and Long-Term Changes*. Washington, *Smithsonian Institution Press*, pp.101-108.
- BROKAW, N.V.L. 1985b. Gap-phase regeneration in a tropical forest. *Ecology*, **66**:682-687.
- BROWN, N. 1996. A gradient of seedling growth from the centre of a tropical rain forest canopy gap, *Forest Ecology and Management*, **82**, 239-244.
- CAMPOS, R.B.F.; SCHOEREDER J. H. and SPERBER, C.F. 2007. Small-scale patch dynamics after disturbance in litter ant communities. *Basic and Applied Ecology*, **8**:36-43.
- CODDINGTON, J.A. and LEVI, H.W. 1991. Systematics and evolution of spiders (Araneae). *Annual Review of Ecology and Systematics*, **22**:565-592.
- CONNELL, J.H. 1978. Diversity in tropical rain forest and coral reefs. *Science*, **199**:1302-1310.
- COUTINHO RQ, LIMA FILHO MF, SOUZA NETO JB, SILVA EP. 1998. Características climáticas, geológicas, geomorfológicas e geotecnicas da Reserva Ecoógica de Dois Irmão. In: Machado IC, Lopes AV, Porto KV, editors. *Reserva Ecológica de Dois Irmãos: estudo de um remanescente de Mata Atlântica em área urbana (Recife—Pernambuco—Brasil)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. p. 21–49.
- DELABIE, J.H.C.; JAHYNY, B.; NASCIMENTO, I.C.; MARIANO, C.S.F. LACAU, S.; CAMPIOLO, S.; PHILPOTT, S.M. and LEPONCE, M. 2007. Contribution of cocoa plantations to the conservation of native ants (Insecta: Hymenoptera: Formicidae) with a special emphasis on the Atlantic Forest fauna of southern Bahia, Brazil. *Biodiversity and Conservation*. **16**:2359–2384.
- DENSLOW, J.S. 1980. Gap partitioning among tropical rain forest trees. *Biotropica*, **12**:47-55.
- DENSLOW, J.S. and HARTSHORN, G.S. 1994. Treefall Gap Environments and Forest Dynamic Process. In: L. A. McDade; K. S. Bawa; H. A. Hespenheide; G. S. Hartshorn (eds.). *La Selva – Ecology and Natural History of a Neotropical Rain Forest*. Chicago, U.S.A, The University of Chicago Press, pp. 120-128.

DUNN, R.R. 2004. Recovery of faunal communities during tropical forest regeneration. *Conservation Biology*, **18**(2): 302-309.

FEENER, JR., D.H. and SCHUPP, E.W. 1998. Effect of treefall gaps on the patchiness and species richness of neotropical ant assemblages. *Oecologia*, **116**(1-2): 191-201.

FLESHER, K.M. and Laufer, J. (2013) Protecting Wildlife in a Heavily Hunted Biodiversity Hotspot: A Case Study from the Atlantic Forest of Bahia, Brazil. *Tropical Conservation Science*, **6**, 181-200.

FOURNIER, L.A., 1974. Un método cuantitativo para la medición de características fenológicas en árboles. *Turrialba*, **24**:422-423.

GREEN, P.T. 1996. Canopy gaps in rain forest on Christmas Island, Indian Ocean: size distribution and methods of measurement. *Journal of Tropical Ecology*, **12**:427-434.

HITES, N.L.; MOURÃO, M.A.N.; ARAÚJO, F.O.; MELO, M.V.C.; BISEAU, J.C. and QUINET, Y. 2005. Diversity of the ground-dwelling ant fauna (Hymenoptera: Formicidae) of a moist, montane forest of the semi-arid Brazilian Nordeste. *Revista de Biologia Tropical*. **53**(1-2):165–173.

HÖLLDOBLER, B. and WILSON, E.O. 1990. *The ants*. Harvard University Press, Cambridge, Mass. 732 p.

HUBBELL S.P and FOSTER R.B. 1986. Canopy gaps and the dynamics of a Neotropical forest. In: Crawley MJ (ed). *Plant ecology*. Blackwell Scientific, Oxford, pp. 77-96.

LASSAU, S. A. and HOCHULI, D.F. 2004. Effects of habitat complexity on ant assemblages. *Ecography*, **27**(2):157-164.

LEVEY, D.J. 1988. Tropical wet forest treefall gaps and distributions of understory birds and plants. *Ecology*, **69**:1076-1089.

LEVINGS S.C. 1983. Seasonal, annual, and among-site variation in the ground ant community of a deciduous tropical forest: some causes of patchy species distributions. *Ecological Monographs*. **53**:435-455.

LIMA, R.A.F. 2005. Estrutura e regeneração de clareiras em Florestas Pluviais Tropicais. *Revista Brasileira de Botânica*. **28**(4):651-670.

MCCUNE, B. and GRACE, J.B. (2002) *Analysis of Ecological Communities*. MjM Software, Gleneden Beach.

PALLADINI, J.D.; JONES, M.G.; SANDERS, N.J. and JULES, D.E.S. 2007. The recovery of ant communities in regenerating temperate conifer forest. *Forest Ecology and Management*, **242**:619–624.

PATRICK, M.; FOWLER, D.; DUNN, R.R. and SANDERS, N.J. 2012 (*in press*). Effects of Treefall Gap Disturbances on Ant Assemblages in a Tropical Montane Cloud Forest. *Biotropica*. **0**(0):1-7.

- PEARSON, T.R.H., BURSLEM, D.F.R.P., GOERIZ, R.E. & DALLING, J.W. 2003. Interactions of gap size and herbivory on establishment, growth and survival of three species of neotropical pioneer trees. *Journal of Ecology*. **91**:785-796.
- PERES, M.C.L., J.M.C. SILVA and A.D. BRESCOVIT. 2007. The influence of treefall gaps on the distribution of web building and ground hunter spiders in an Atlantic Forest remnant, Northeastern Brazil. *Studies on Neotropical Fauna and Environment*. **42**:49-60.
- PERES, M.C.L.; SOUZA-ALVES, J.P.; BENATI, K.R., DIAS, M.A.; OLIVEIRA-ALVES, A.; MÁXIMO, C.O. and BRESCOVIT. A.D. 2010. Distribution of leaf litter spider (Araneae) in treefall gaps and on adjacent forest in an atlantic rainforest remnant in Bahia State , Brazil. *Revista Biociências Unitaui*, **16**(2):109-115.
- PERES, M.C.L.; BENATI, K.R., ANDRADE, A.R.; GUIMARÃES, M.V.A., MELO, T. S., BRESCOVIT. A.D. & DELABIE, J.H. C. 2014. Tree-Fall Gaps Effects on Spider (Araneae) Assemblages in an Atlantic Forest Landscape in Northeastern Brazil. *Open Journal of Animal Sciences*, 2014, 4, 118-133
- PICKETT, S. T. and WHITE, P. S. 1985. The ecology of natural disturbances and patch dynamics. New York, Academic Press. 472 p .
- PLATNICK, N. I. 2012. The World Spider Catalog, Version 12.5 American Museum of Natural History, New York. On line available at <http://http://research.amnh.org/iz/spiders/catalog/COUNTS.html>. accessed on 15/06/2012.
- RICHARD, P.W. 1996. *The tropical rain forest: an ecological study*. Cambridge, London, Cambridge University Press, 574 p.
- RIECHERT, S.E. and L. BISHOP, L. 1990. Prey control by an assemblage of generalist predators: spiders in a garden test system. *Ecology*. **71**(4):1441-1450.
- RUNKLE, J.R. 1985. *Disturbance regimes in temperate forests*. In: The ecology of natural disturbance and patch dynamics (S.T. Pickett and P.S. White, eds.). New York, Academic Press, p. 17-33.
- SANTANA-REIS, V.P.G. & G.M.M. de SANTOS. 2001. Influência da estrutura do habitat em comunidades de formigas em Feira de Santana, Bahia, Brasil. *Sitientibus*. **1**:66-70.
- SCHNITZER, S.A. and CARSON W.P. 200. Treefall gaps and the maintenance of species diversity in a tropical forest. *Ecology*. **82**(4):913-919.
- STILES, F.G. 1975. Ecology, flowering phenology, and hummingbird pollination of some Costa Rica Heliconia species. *Ecology*. **56**:285-301.
- TABARELLI M. 1998. Dois Irmãos: o desafio da conservação biológica em um fragmento de floresta tropical. In: Machado IC, Lopes AV, Porto KV, editors. Reserva Ecológica de Dois Irmãos: estudo de um remanescente de Mata Atlântica em área urbana (Recife—Pernambuco—Brasil). Recife: Universidade Federal de Pernambuco. p. 311–326.
- TABARELLI, M and W. MANTOVANI. 1999. Clareiras naturais e a riqueza de espécies pioneiras em Floresta Atlântica Montana. *Revista Brasileira de Biologia*. **59**:251-261.

THOMPSON, J.N. 1980. Treefalls and colonization patterns of temperate forest herbs. *American Midland Naturalist*. **104**:176-184.

TOTI, D.S.; COYLE, F.A. and MILLER, J.A. 2000. A structured inventory of Appalachian grass bald and heath bald spider assemblages and a test of species richness estimator performance. *The Journal of Arachnology*. **28**:329–345.

WARD, P. S. 2000. Broad-Scale Patterns of Diversity in Leaf Litter Ant Communities. *In*: Ward, P.S.; D. Agosti; J. Majer; L. Alonso and T. Schult. *Ants standard methods for measuring and monitoring biodiversity*. Publisher: Smithsonian Institution Press, pp: 99-121.

WHITMORE, T.C.; BROWN, N.D.; SWAINE, M.D.; KENNEDY, D.; GOODWIN-BAILEY C.I. and GONG, W.K. 1993. Use of hemispherical photographs in forest ecology: measurement of gap size and radiation totals in Bornean tropical rain forest. *Journal of Tropical Ecology*, **9**:131-159.

WHITMORE, T.C. 1996. A review of some aspects of tropical rain forest seedling ecology with suggestion for further enquiry. *In*: *The ecology of tropical forest tree seedlings* (M.D. Swaine, ed.). Unesco, Paris, pp. 3-39.

WISE, D.H. 1993. Spiders in ecological webs. Cambridge University Press, Cambridge, U.K.328 p.

EQUILÍBRIO EM INDIVÍDUOS COM MIELOPATIA ASSOCIADA AO HTLV-1 OU PARAPARESIA ESPÁSTICA TROPICAL (HAM/TSP): UM ESTUDO TRANSVERSAL

Rebeca Freitas Reis Nunes^{*}
Erika Pedreira da Fonseca^{**}
Katia Nunes Sá^{***}

RESUMO

Introdução: Indivíduos com HTLV-1-Associated Myelopathy or Tropical Spastic Paraparesis (HAM/TSP) podem cursar com alterações motoras, que podem repercutir no equilíbrio postural com consequente risco de quedas. **Objetivo:** Comparar o equilíbrio de indivíduos com HAM/TSP e indivíduos saudáveis. **Método:** Estudo transversal, realizado com indivíduos com HAM/TSP, atendidos em um centro de referência, capazes de se manter em ortostase sem assistência. Foram excluídos os que apresentaram amputação em membros inferiores, gravidez, distúrbios psiquiátricos, doenças reumáticas ou ortopédicas, outras afecções neurológicas associadas e aqueles que apresentaram dificuldade de compreender os instrumentos de avaliação utilizados. Foram recrutados para um grupo comparativo, indivíduos hígidos, pareados por sexo, idade e nível de escolaridade. Foram coletados os dados sociodemográficos e clínicos e a avaliação de equilíbrio foi realizada por meio da Escala de Equilíbrio de Berg (EEB). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal sob o CAAE 49634815.2.0000.5628. Foi considerada diferença estatisticamente significativa um $p < 0,05$. **Resultados:** Foram selecionados 42 indivíduos, 29 (69%) com HAM/TSP e 13 do grupo comparativo, sendo 69% do gênero feminino, 45,2% casados, 47,6% com a cor da pele parda. Verificou-se que os indivíduos com HAM/TSP obtiveram uma mediana e intervalo interquartil de 40 (36-48) e o grupo comparativo 55 (55-56) pontos na EEB. Ao comparar os dois grupos, em relação ao equilíbrio, observou-se diferença estatisticamente significante ($p < 0,001$). **Conclusão:** Indivíduos com HAM/TSP apresentam perda significativa do equilíbrio de acordo com a EEB em relação a indivíduos hígidos, o que pode explicar a presença de risco de quedas nesta população. **Palavras-chave:** Equilíbrio postural. Paraparesia Espástica Tropical. HTLV-1, HAM/TSP.

ABSTRACT

Introduction: Individuals with HTLV-1-Associated Myelopathy or Tropical Spastic Paraparesis (HAM / TSP) may present with motor alterations, which may have repercussions without postural balance and consequent risk of falls. **Objective:** to compare the balance of individuals with HAM / TSP and healthy individuals. **Method:** A cross-sectional study of individuals with HAM / TSP, attended at a referral Center. Excluding those with lower limb amputation, pregnancy, psychiatric disorders, rheumatic or orthopedic diseases, other associated neurological disorders, and those who are difficult to evaluate the evaluation instruments used. A healthy group was recruited for a comparative group, matched by sex, age and level of schooling. Sociodemographic and clinical data were collected and an equilibrium evaluation was performed using the Berg Balance Scale (BBS). The project was

* Acadêmica da Universidade Católica do Salvador.

** Fisioterapeuta, Mestre, Docente da Universidade Católica do Salvador.

*** Fisioterapeuta, Doutora em Medicina e Saúde.

approved by the Research Ethics Committee of UCSal under CAAE 49634815.2.0000.5628. A $p < 0.05$ was considered more statistically significant. **Results:** A total of 42 subjects were selected, 29 (69%) with HAM / TSP and 13 from the comparative group, being 69% female, 45.2% married, and 47.6% brown. It was found that the individuals with HAM / TSP obtained a median and interquartile range 40 (36-48) points in BBS and those in the comparative group 55 (55-56) points in BBS. When comparing the two groups, in relation to the balance, we observed a statistically significant difference ($p < 0.001$). **Conclusion:** Individuals with HAM / TSP found significant balance according to the BBS in relation to healthy individuals, which may explain the presence of risk of falls in population.

Keywords: Postural balance. tropical spastic paraparesis. HTLV-1. HAM/TSP.

1 INTRODUÇÃO

O vírus linfotrófico da célula T humana tipo 1 (HTLV-1) é um retrovírus pertencente a família *Retroviridae*¹⁻³. Transmitido, principalmente, através das vias: transfusional⁴, sexual⁵, vertical ou materno-infantil e pelo compartilhamento de agulhas infectadas^{6,7}. A infecção pelo HTLV-I é endêmica no sudoeste do Japão, África Subsaariana, América do Sul, Caribe, Oriente Médio⁸. No Brasil, Salvador é a cidade que apresenta a maior prevalência da infecção do país, com cerca de 1,74%⁶ pessoas contaminadas na população. Estima-se que, mundialmente, existam entre 5 e 10 milhões de indivíduos infectados⁹. Dentre os indivíduos infectados, cerca de 3 a 5% podem apresentar a mielopatia associada ao HTLV ou paraparesia espástica tropical (HAM/TSP)¹⁰.

A HAM/TSP é uma condição clínica progressiva e incapacitante, de caráter inflamatório, que compromete principalmente a medula espinal^{2,11} e pode repercutir negativamente no equilíbrio dos indivíduos com esta mielopatia^{12,13}. Sobre este fato, sabe-se que o controle postural pode ser alterado devido à hipertonia e a espasticidade presentes na musculatura antigravitacionária da cadeia posterior e dos membros inferiores e interferir na manutenção contra a gravidade e no alinhamento do quadril, joelho e tornozelo respectivamente e, conseqüentemente, afetar o controle motor¹² e a funcionalidade dos indivíduos que apresentam HAM/TSP¹⁴.

As alterações do equilíbrio e sua relação com o risco de quedas já vêm sendo pesquisadas e estudadas em indivíduos com HAM/TSP¹⁰⁻¹⁵. No entanto, ainda muito pouco se sabe sobre o equilíbrio e suas alterações, conseqüente risco de queda e sobre os comprometimentos neurológicos, sensoriais e biomecânicos que podem ser considerados possíveis justificativas para estas alterações do equilíbrio nessa população.

Em virtude da insuficiência encontrada na literatura que possibilite maiores informações envolvendo as alterações do equilíbrio e sua relação com o risco de quedas em indivíduos com HAM/TSP, a realização desse estudo se torna pertinente já que visa favorecer a comunidade científica e aos profissionais de saúde, ao informar se existe, efetivamente,

alteração ou não do equilíbrio em indivíduos com HAM/TSP e contribuir na seleção de medidas preventivas para a ocorrência de quedas, as quais resultam do déficit de equilíbrio e podem progredir para agravos importantes de saúde. Sendo assim, o presente estudo objetiva comparar o equilíbrio entre os indivíduos com e sem HAM/TSP.

2 MATERIAL E MÉTODO

Foi realizado um estudo de corte transversal, cuja população foi composta por indivíduos que possuíssem diagnóstico prévio de HAM/TSP, confirmado segundo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), que conseguiram se manter em ortostase sem necessidade de assistência, vinculados ao Centro de Referência de Assistência e Pesquisa ao paciente com HTLV (CHTLV) da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) localizada na cidade de Salvador-Bahia. Foram excluídos os indivíduos que apresentaram amputação em membros inferiores, gravidez, distúrbios psiquiátricos, doenças reumáticas ou ortopédicas, outras afecções neurológicas associadas e aqueles que apresentaram dificuldade de compreender os instrumentos de avaliação utilizados.

Foi efetuada uma avaliação em momento único, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando foram coletados os dados sociodemográficos, clínicos, com uma ficha composta por itens para identificação dos participantes como nome, idade, sexo, raça/ cor da pele e foi feita a avaliação do equilíbrio com a Escala de Equilíbrio de Berg (EEB), a qual é um instrumento para avaliação do equilíbrio funcional que foi criada em 1989¹⁶ e validado para idosos em 1992 pela fisioterapeuta Canadense Catharine Berg¹⁷ e para a Língua Portuguesa foi validada em 2004 por Myamoto *et al*¹⁸. A EEB é composta por 14 itens que retratam movimentos simples do dia-a-dia, pontuados de zero a quatro pontos, na qual zero evidencia maior limitação e 4 maior independência do indivíduo avaliado. A pontuação máxima corresponde a 56 pontos e a mínima a zero ponto. Os elementos da escala compreendem as atividades de transferência de ortostase para sedestração, manutenção em ortostase sem apoio, transferência de sedestração para ortostase, manutenção em sedestração sem apoio, transferências, sendo de cadeira para cadeira ou cadeira para cama, manutenção em ortostase com olhos fechados, manutenção em ortostase com pés juntos, inclinação para frente sem deslocamento de membros inferiores, abaixar-se para pegar objeto no chão, virar-se para olhar para trás, dar a volta de 360 graus, colocação dos pés alternadamente sobre um degrau, permanência em ortostase com um pé a frente do outro e ortostase com apoio unipodal. E apresenta risco de queda, em pontuações inferiores ao ponto de corte, o qual não

apresenta um consenso na sua determinação. No entanto, neste estudo, considerou-se o valor de 48 pontos¹⁹.

A variável de exposição do estudo é a presença de HAM/TSP e a variável de desfecho é o equilíbrio postural a partir do escore da EEB. O banco de dados foi criado no Excel e analisado no software R v.3.1.3. A partir disso foi feita uma análise descritiva para identificar as características gerais e específicas da amostra estudada, utilizando frequência absoluta e relativa para variáveis qualitativas, média e desvio padrão para variáveis quantitativas de distribuição normal, e mediana e quartis para variáveis de distribuição não normal. Para verificar a distribuição de normalidade dos dados foi utilizado o Teste de Shapiro-Wilk. Para testar a existência de diferença entre cada grupo foi usado o Teste t ou o Teste não paramétrico de Mann-Whitney quando as variáveis eram quantitativas ou teste Qui-Quadrado quando eram qualitativas. O nível de significância estabelecido para este trabalho foi de 5%.

Este estudo é um subprojeto pertencente a um projeto maior, intitulado por Exercícios Sensoriomotores em Plataforma de Realidade Virtual e Equilíbrio de Indivíduos com HTLV-1: Ensaio Clínico Randomizado, o qual já foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e que apresenta como Certificado de Apresentação para Apreciação Ética o número 49634815.2.0000.5628.

O presente estudo apresentou como principal risco aos indivíduos participantes da pesquisa, o risco a quedas, haja vista que o objetivo do estudo foi avaliar o equilíbrio. Com o objetivo deste risco ser evitado, durante o procedimento de coleta, houve um fisioterapeuta e/ou um estudante de Fisioterapia ao redor do participante para conferir maior segurança ao mesmo. Assim como o risco de abalo emocional, que poderia estar presente caso existisse alteração de equilíbrio e o participante não conseguisse realizar alguns dos 14 itens contidos na EEB, para diminuir as consequências deste risco, os indivíduos que apresentaram algum impacto emocional foram acolhidos emocionalmente pela equipe da pesquisa. Como benefício aos participantes, o estudo forneceu um laudo com a informação de como se encontrava o equilíbrio desses indivíduos.

3 RESULTADOS

Participaram do estudo 42 indivíduos que foram distribuídos em dois grupos, sendo 29 (69%) pertencentes ao grupo de indivíduos com HAM/TSP e 13 (31%) ao comparativo. A Tabela 1 apresenta a descrição da amostra quanto à presença de HAM/TSP e

dados sociodemográficos, o que evidenciou um predomínio de indivíduos do sexo feminino nos dois grupos, solteiros e da raça/cor da pele no grupo de indivíduos com HAM/TSP e casados e da raça/cor da pele parda no grupo comparativo. Os grupos não apresentaram diferença estatisticamente significativa, o que evidencia que são homogêneos, exceto para o estado civil.

Tabela 1. Descrição da amostra quanto à presença de HAM/TSP, idade, sexo, estado civil e raça/cor da pele segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Salvador, Bahia, 2017.

Variável	TOTAL (n=42)	Grupo HAM/TSP (n=29)	Grupo Comparativo (n=13)	Valor de p
Idade em anos (Média/DP) ^a	51,02±9,83	51,79 ±10,05	49,31 ±9,48	0,45
Sexo				
Feminino n(%)^b	29 (69,0)	19 (65,5)	10 (34,5)	0,46
Estado Civil n(%)^b	Casado 19 (45,2)	Solteiro 14 (87,5)	Casado 9 (47,4)	0,05
Raça/cor da pele – IBGE n(%)^b	Parda 20 (47,7)	Preta 14 (82,4)	Parda 7 (35,0)	0,19

^a Teste t

^b Teste Qui-quadrado

Fonte: Elaborados pelos autores com base em dados coletados. Salvador, 2017.

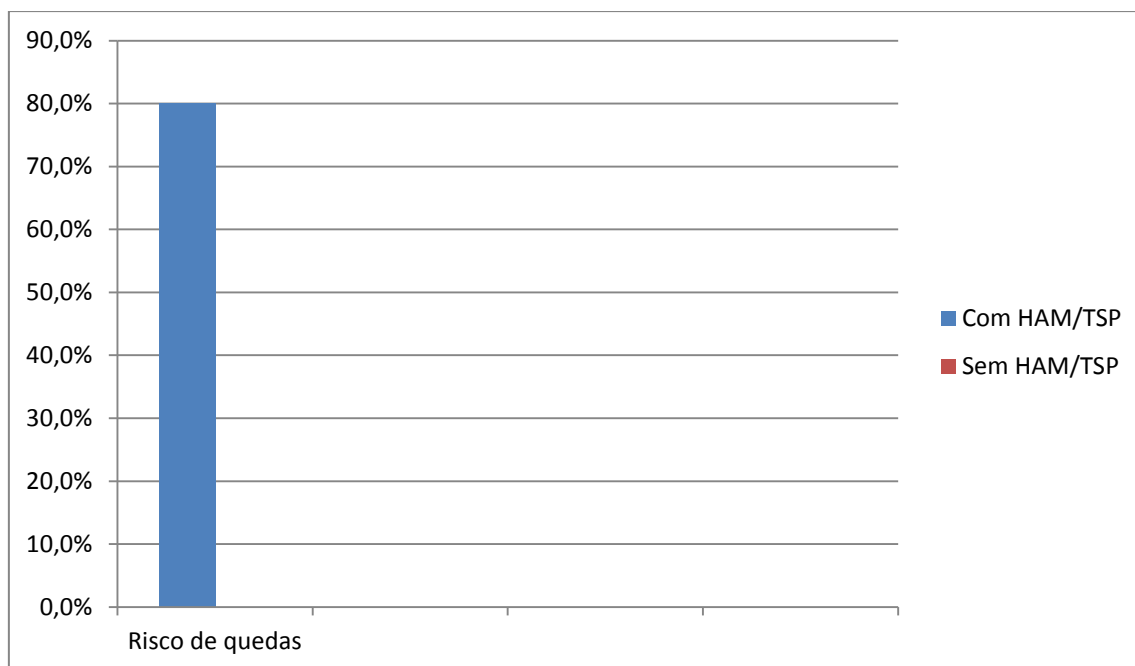
Em relação à avaliação do equilíbrio com a EEB foi encontrada uma diferença estatisticamente significativa com valor de $p=0,001$. O grupo de indivíduos com HAM/TSP obteve uma mediana e intervalo interquartil de 40 (36-48) pontos e o grupo comparativo 55 (55-56), respectivamente, conforme representação na Tabela 2. Este dado demonstrou que os indivíduos do grupo com HAM/TSP apresentaram um eminente risco de queda de acordo com demonstração no Gráfico 1.

Tabela 2. Desempenho do equilíbrio intergrupos pela EEB. Salvador, Bahia, 2017.

Variável	Grupo HAM/TSP n=29	Grupo Comparativo n=13	Valor de p
EEB (Mediana/Quartis) ^a	40 (36-48)	55 (55-56)	<0,001

^a Mann-Whitney

Fonte: Elaborados pelos autores com base em dados coletados. Salvador, 2017.

Gráfico 1. Risco de quedas intergrupos. Salvador, Bahia, 2017.

Nota: Valor de $p=0,05$

Foi utilizado o teste Qui-quadrado.

Fonte: Elaborados pelos autores com base em dados coletados. Salvador, 2017.

4 DISCUSSÃO

A avaliação do equilíbrio dos participantes do estudo com a EEB evidenciou que os indivíduos com HAM/TSP apresentam um significativo déficit de equilíbrio e, conseqüentemente, um considerável risco de quedas. Além disso, houve uma predominância no grupo com HAM/TSP de pessoas do sexo feminino, solteiros e de cor da pele preta.

No presente estudo, o grupo com HAM/TSP apresentou importante alteração do equilíbrio pela EEB, quando comparados ao grupo de indivíduos sem a doença. Esse dado é corroborado com os achados de um estudo no qual os pesquisadores utilizaram a Realidade Virtual com Nintendo Wii como intervenção para a reabilitação do déficit de equilíbrio presente em indivíduos com HAM/TSP²⁰. Este comprometimento do equilíbrio pode ser justificado pela presença de lesões em áreas específicas do Sistema Nervoso Central²¹⁻²⁹, conseqüente alteração do controle motor²⁰, alteração do Sistema Somatossensorial^{30, 31} e lesão em músculos dos membros inferiores³².

A alteração sensorial é um fator aditivo que pode repercutir negativamente no equilíbrio e predispor o risco de quedas em indivíduos com HAM/TSP, uma vez que o equilíbrio necessita da interação e integridade de diversos sistemas do corpo, como os visuais,

neuromusculoesqueléticos e sensoriais³³. Autores verificaram a presença de hipoestesia aos estímulos táteis, vibratórios, térmicos e dolorosos em pessoas com a mielopatia²⁹.

Existe uma correlação entre a alteração do equilíbrio e a sintomatologia de caráter muscular em indivíduos com HAM/TSP, pois autores verificaram que a hipertonía e a espasticidade presente na musculatura antigravitacionária da cadeia posterior e dos membros inferiores pode afetar o controle postural¹². Outros autores identificaram que os principais músculos afetados com a redução da força muscular foram os flexores de joelho e dorsiflexores e com maior grau de espasticidade, foram adutores de quadril e flexores plantares³². Esta alteração do equilíbrio presente em indivíduos com HAM/TSP repercute na função, levando a uma limitação durante a realização das AVD's^{14,33}. Ademais, os acometimentos musculares podem ainda afetar as estratégias de movimento para manutenção do equilíbrio, importantes frente a perturbações do controle postural, já que as mesmas são associadas a sinergias musculares³⁴⁻³⁶.

O sexo com maior prevalência de HAM/TSP neste estudo foi o feminino, dado que corrobora com os resultados desenvolvidos por outros autores³⁷⁻⁴⁰. Isso pode ser justificado pelo fato das mulheres terem a vida sexual iniciada muito precocemente, e maior número de parceiros sexuais ao longo da vida⁴¹. Além disso, estudos pesquisados relataram que a transmissão sexual do HTLV-1 ocorre mais do sexo masculino para o feminino⁴². Autores identificaram que a doença é mais prevalente em indivíduos solteiros¹⁴, corroborando com os dados do presente estudo. Esse dado é justificado por alguns autores pelo fato de solteiros terem relações sexuais com parceiros distintos⁴¹. No entanto, isso difere de outro estudo, cuja maioria foi de indivíduos casados¹⁵. E a cor da pele preta, que predominou no grupo de indivíduos com HAM/TSP, corrobora com os achados de outros estudos^{15, 43} e a genética foi a justificativa encontrada para essa alta prevalência em indivíduos da cor da pele preta apresentarem HAM/TSP⁴⁴.

O presente estudo apresentou como vantagens o fato de ter sido inovador ao avaliar especificamente o equilíbrio de indivíduos com HAM-TSP. Além disso, este estudo pode contribuir como precursor no embasamento de outros, que objetivem a seleção de efetivas intervenções no tratamento do déficit de equilíbrio presente na HAM-TSP. E como limitações a não identificação da ocorrência de quedas e o fato do desenho de estudo não possibilitar o acompanhamento dos participantes por um período de tempo maior.

5 CONCLUSÃO

Indivíduos com HAM/TSP apresentam uma perda significativa do equilíbrio o que resulta em um conseqüente risco de quedas, além de comprometimento na realização das AVD's. Este dado pode servir como fundamentação para a seleção de melhores condutas terapêuticas no tratamento do déficit de equilíbrio presente na HAM/TSP e na elaboração de medidas profiláticas para a ocorrência de quedas. No entanto, recomenda-se que outros estudos, com um número maior de participantes, sejam realizados para que maiores informações acerca das alterações do equilíbrio em indivíduos com HAM/TSP sejam obtidas.

REFERÊNCIAS

1. Boxus M, Willems L. Mechanisms of HTLV-1 persistence and transformation. *British Journal of Cancer*, Londres, v.101, n. 1497, 2009.
2. Souza LA. et al. Caracterização molecular do HTLV-1 em pacientes com paraparesia espástica tropical/mielopatia associada ao HTLV-1 em Belém, Pará. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. Belém, v.39, n. 504, 2006.
3. Reis JGAC. et al. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em HTLV; Filho, OAM. Avaliação do desempenho de parâmetros imunológicos como indicadores de progressão clínica da infecção crônica pelo HTLV-1. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. Belo Horizonte, v.40, n. 29, 2007.
4. Feigal E. et al. HTLV-I and HTLV-II in intravenous drug users in San Francisco: risk factors associated with seropositivity. *J Infect Dis*. San Francisco, v.164, p. 36, 1991.
5. Murphy EL. et al. Sexual transmission of human T-lymphotropic virus type-I (HTLV-1). *Ann Intern Med*.v. 111, p. 555,1989.
6. Melo A, Gomes I, Mattos K. Mielopatias por HTLV-1 na cidade de Salvador, Bahia. *Arquivo de Neuropsiquiatria*. Salvador, v. 52, p. 320-325.1994.
7. Khabbaz RF. et al. HTLV-I and II prevalence among intravenous drug users and persons in clinics for sexual transmitted diseases. *N Engl J Med*.v. 326, p. 375-380, 1992.
8. Gessain A, Cassar O. Epidemiological aspects and world distribution of HTLV-1 infection. *Frontier Microbiology*. Paris, v. 3, p. 388, 2012.
9. Dourado I. et al. HTLV-I in the general population of Salvador, Brazil: a city with African ethnic and sociodemographic. *J Acquir Immune Defic Syndr*. Salvador, v.34, p.527-531, 2003.

10. Ribas JGR, Melo GCN. Mielopatia associada ao vírus linfotrópico humano de células T do tipo 1 (HTLV-1). *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. Belo Horizonte, v. 35, p. 377-384, 2002.
11. Champs APS. et al. Mielopatia associada ao HTLV-1: Análise clínico-epidemiológica em uma série de casos de 10 anos. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. Belo Horizonte, v. 43, p. 668-672, 2010.
12. Macêdo MC. et al. Postural profile of individuals with HAM/TSP. *Brazilian Journal of Medicine Health*. Salvador, v. 2, p. 99-110, 2013.
13. Kirk PDW. et al. Plasma proteome analysis in HTLV-1 associated myelopathy/tropical spastic paraparesis. *Retrovirology*. Londres, v. 81, p. 1-6, 2011.
14. Coutinho IJ. et al. Impacto da mielopatia associada ao HTLV/paraparesia espástica tropical(TSP/HAM) nas atividades de vida diária(AVD) em pacientes infectados pelo HTLV-1. *Acta Fisiátrica*. Salvador, v. 18, p. 6-10, 2011.
15. Delazery LM. et al. Impacto dos Aspectos Sociodemográficos e Clínicos na Qualidade de Vida de Portadores de HTLV-I com HAM/TSP. *Revista Pesquisa em Fisioterapia*. Salvador, v. 2, p. 43-55, 2012.
16. Berg KO. Measuring balance in the elderly: preliminary development of an instrument. *Physiotherapy Canada*. Canada, v. 41, p. 304-311, 1989.
17. Berg KO. et al. Measuring balance in the elderly: validation of an instrument. *Canadian Journal of Public Health*. Canada, v. 83, p. 7-11, 1992.
18. Miyamoto ST. et al. Brazilian version of the Berg balance scale. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*. Ribeirão Preto, v. 37, p. 1411-1421 2004.
19. Harada U. et al. Screening for balance and mobility impairment in elderly individual living in residential care facilities. *Physical Therapy*. Los Angeles, v.75, p. 462-469, 1995.
20. Arnault VACO. et al. Virtual Reality Therapy in Treatment of HAM/TSP Individuals: Randomized Clinical Trial. *Revista Pesquisa em Fisioterapia*. Salvador, v. 2, p. 99-106, 2014.
21. Kira J. et al. Leukoencephalopathy in HTLV-I-associated Myelopathy/Tropical Spastic Paraparesis: MRI Analysis and a Two Year Follow-Up Study After Corticosteroid Therapy. *Journal Neurological Science*. Fukuda, v. 106, p. 41-49, 1991.
22. Mattson DH. et al. Central-nervous-system lesions detected by magnetic resonance imaging in an HTLV-1 antibody positive symptomless individual. *The Lancet*. v. 2, p 49. 1987.
23. Tournier-Lasserre E. et al. HTLV-I, brain abnormalities on magnetic resonance imaging, and relation with multiple sclerosis. *The Lancet*. v. 330, p. 49-50, 1987.
24. Champs APS. et al. Encephalomyelopathy associated with HTLV-1. A primary disease or coexisting with multiple sclerosis? *Dement Neuropsychology*. São Paulo, v. 7, p.439-443, 2013.

25. Newton M. et al. Antibody to human T-lymphotropic virus type 1 in West-Indian-born UK residents with spastic paraparesis. *The Lancet*. v. 1, p. 415-416, 1987.
26. Rocha AJ. et al. Central nervous system infectious diseases mimicking multiple sclerosis: recognizing distinguishable features using MRI. *Arq Neuropsiquiatr*.v. 71, p. 738-746, 2013.
27. Taki M. et al. A case report of HTLV-I associated myelopathy presenting with cerebellar ataxia and nystagmus. *Auris Nasus Larynx*. v. 38, p; 411–414,2011.
28. Carod-Artal FJ. et al. Cerebellar Syndrome and Peripheral Neuropathy as Manifestations of Infection by HTLV-1 Human T-Cell Lymphotropic Virus. *Rev Neurol. Brasília*, v. 29, p. 932-935,1999.
29. Castillo LC. et al. Spinocerebellar syndrome in patients infected with human T-lymphotropic virus types I and II (HTLV-I/HTLV-II): report of 3 cases from Panama. *Acta Neurol Scand.Panamá*, v. 101, p. 405-412, 2000.
30. Suga R. et al. Motor and somatosensory evoked potential findings in HTLV-I associated myelopathy. *Journal of the Neurological Sciences*. Fukuaka, v. 167, p. 102-106, 1999.
31. Castillo JL. et al. HTLV-I seronegative idiopathic progressive spastic paraparesis: clinical and neurophysiological study of the sensory features.*Rec Med Chil. Chile*, v. 129, p. 734-741,2001.
32. Caiafa RC. et al. Muscular weakness represents the main limiting factor of walk, functional independence and quality of life of myelopathy patients associated to HTLV-1. *Arq Neuropsiquiatr São Paulo*, v. 74, p. 280-286, 2016.
33. Horak FB, Hemy SM, Shumway-Cook A. Postural Perturbations: New Insights for Treatment of Balance Disorders. *Physical Therapy*. Portland, v. 77, p. 517 – 533, 1997.
34. Nashner LM. Fixed Patterns of Rapid Postural Responses among Leg Muscles during Stance. *Experimental Brain Research*.Portland, v. 30, p. 13-24, 1977.
35. Nashner LM, Woollacott M, Tuma G. Organization of rapid responses to postural and locomotor-like perturbations of standing man. *Experimental Brain Research*.v. 36, p.463–476, 1979.
36. Horak FB, Nashner LM. Central programming of postural movements: adaptation to altered support-surface configurations. *J Neurophysiol*. Portland, v. 55, p. 1369–1381, 1986.
37. Vernant JC. et al. Endemic tropical spastic paraparesis associated with human T-lymphotropic virus type I: a clinical and seroepidemiological study of 25 cases. *Ann Neurol*. v. 21, p.123-130, 1987.

38. Olindo S. et al. History of Human T-Lymphotropic Virus 1–Associated Myelopath A 14-Year Follow-up Study. *Arch Neurol. França*, v. 63, p. 1560-1566, 2006.
39. Martin F. et al. A 15 year prospective longitudinal study of disease progression in patients with HTLV-1 associated myelopathy in the UK. *Journal of Neurology, Neurosurgery and Psychiatry, BMJ Publishing Group. França*, v. 81, p. 1336, 2010.
40. Tanajura D. et al. Neurological Manifestations in Human T-Cell Lymphotropic Virus Type 1 (HTLV-1)–Infected Individuals Without HTLV-1–Associated Myelopathy/Tropical Spastic Paraparesis: A Longitudinal Cohort Study. *Neurological Signs in HTLV-1 Carriers. Salvador*, v. 61, p. 49-56, 2015.
41. Sequeira CG. et al.. Descriptive study of HTLV infection in a population of pregnant women from the State of Pará, Northern Brazil. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Pará*, v. 45, p. 1-4, 2012.
42. Paiva A, Casseb J. Sexual transmission of human T-cell lymphotropic virus type 1. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Uberaba*, v. 47, p. 265-274, 2014.
43. Costa CMC. et al. Brazilian Studies on Tropical Spastic paraparesis a meta-anaylis. *Arqv Neuropsiquiat. São Paulo*, v. 52, p. 585-59, 1994.
44. Manns A. et al. Human Leukocyte Antigen Class II Alleles Associated With Human T-Cell Lymphotropic Virus Type I Infection and Adult T-Cell Leukemia/Lymphoma in a Black Population. *J Natl Cancer Inst. Bethesda*, v. 90, p. 617-622, 1998.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A TIPOLOGIA JINGUIANA E CONFLITOS DE CASAIS DE CLASSE MÉDIA, DA CIDADE DE SALVADOR-BA

*Bianca Reis de Matos
Camila Barreto Matos Barros
José Felipe Rodriguez de Sá
José Maurilon Santos Bomfim
Maria Lúcia Garcia Rosas
Michele Campos Almeida de Jesus
Vinícius Farani Lopez*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central a compreensão da relação entre aspectos da personalidade da pessoa, estudados aqui através dos tipos psicológicos desenvolvido pela psicologia analítica, com os conflitos conjugais. Levando em conta a complexidade dos temas “conflitos conjugais” e “personalidades”, a pesquisa se limita a compreender se a forma como cada cônjuge lida com os conflitos típicos do cotidiano do casal está vinculado ao seu tipo psicológico. Ou seja, o elemento central não são os conflitos com suas múltiplas origens, mas, como cada membro da relação lida com conflitos que interferem no dia a dia da vida conjugal e, se esta particular forma possui vínculo com os tipos psicológicos de cada membro desta relação.

As relações familiares e conjugais vêm passando por diversas mudanças tanto no que tange seus papéis sociais, quanto em suas relações de intimidade. A complexidade de se trabalhar com o tema conjugalidade está associada à diversidade de casais, dos distintos tipos de relações e das particularidades de cada pessoa que compõe tais relações. A família tem capacidade de modificar suas estruturas quando se produzem mudanças em seu meio. Conflitos contemporâneos como ansiedades e temores frente à violência urbana, desemprego, sobrecarga de trabalho, globalização, doenças sexualmente transmissíveis, violência doméstica e o abuso de drogas lícitas e ilícitas etc., vem afetando e gerando desafios aos casais (DIOS, 1999; SILVA, 2001).

A família contemporânea vem lidando com o despertar de novas formas de ser e se comportar no mundo de relação. A busca pela liberdade e emancipação da pessoa - mulher,

filhos etc.- tem se tornado cada vez mais frequente nos espaços públicos, gerando desafios e possibilidades ao casal. Se para uns, a liberdade de expressão é compreendida como aspecto a ser valorizado, em outros contextos familiares, a convivência com a violência doméstica, abusos de poder e/ou relações intergeracionais pautadas por hierarquias rígidas ainda vigoram (MIRANDA, 2007).

Conflitos conjugais possuem múltiplas origens e fazem parte do cotidiano de relações de intimidade. O conflito não é uma peça externa que se apresenta como um erro, ao invés, faz parte do dia a dia. Choques de ideias, diferenças de desejos pessoais, além das mudanças naturais de fases de vida da pessoa nem sempre irão coincidir entre os cônjuges. O casal passa a ser compreendido então como um espaço de convivência entre duas pessoas com histórias, personalidades e perspectivas de mundo particulares que decidem constituir um vínculo, uma relação. A relação passa então a lidar com o difícil convívio entre as individualidades e a conjugalidade (FERÉS-CARNEIRO, 1998).

O casamento contemporâneo passa a ser compreendido não apenas como um encontro social, mas como uma escolha emocional pelo estar com o outro. Aspectos projetivos profundos se tornam presentes na escolha e no cotidiano da vida do casal, que passa a explorar a liberdade, as suas próprias potencialidades, a realização de seus desejos, mas também a escolha de estar em união. Uma experiência complexa que pode pender tanto para o individualismo e a ruptura, quanto para um encontro mais total entre personalidades que podem agir de maneira complementar. A condição de reconhecimento das particularidades e subjetividades individuais presentes na relação expressam a partir da “Liberdade a Dois” a autonomia de estar em comunhão (LÓPEZ, 2008).

Termos como subjetividade, individualidade, particularidades são amplos e multifatoriais, sendo necessário o trabalho do pesquisador em categorizar e decodificar seus sentidos e significados. Como meio de identificar a relação entre subjetividade e conflitos conjugais, a presente pesquisa se detém ao uso dos Tipos Psicológicos desenvolvido pelo psiquiatra Carl Gustav Jung. Para a abordagem junguiana, as particularidades da pessoa não se dão apenas através das aprendizagens sociais, mas também através de conteúdos pessoais, arquetípicos, que produzem tanto sentidos e significados à pessoa quanto o contexto externo. A particularidade de ser, as maneiras de perceber e reagir aos conflitos da vida dependem, portanto, das experiências e aprendizagens da pessoa no meio social em consonância aos seus aspectos subjetivos expressos, entre outras formas, através de sua tipologia.

A tipologia junguiana é dividida em duas partes elementares: Atitude e função psíquica. Jung indicou que a energia psíquica flui em dois sentidos: Extrovertida e

Introversão. Na atitude extroversão, a libido flui na direção do objeto e na atitude introversão, a libido é orientada por fatores subjetivos e a pessoa tem a impressão que o objeto a oprime. A extroversão e a introversão estão presentes em todas as pessoas de duas formas opostas e complementares. Contudo, além dessas duas disposições (Introversão e Extroversão) citadas acima, a psique possui quatro funções: Sensação, Pensamento, Sentimento e Intuição (VON FRANZ,1971). Os estudos dos Tipos Psicológicos apontam para tendências da pessoa se expressar consigo e com o mundo. Maneiras de reagir, perceber, julgar, sentir, não são iguais em todas as pessoas. Dependendo de sua tipologia, características específicas se tornam mais predominante no lidar com a vida cotidiana e seus conflitos. Portanto, tal pesquisa busca averiguar se o uso deste instrumento pode ser útil na identificação de causas psíquicas que interferem na solução de conflitos de casais.

2 DESFECHO

No que concerne à relevância deste projeto, deve-se abordar essa questão por entender que a família é um sistema complexo de relações que permite a seus membros grande mobilidade e variabilidade. Tem relação dialética e dialógica com a sociedade, influenciando e sendo influenciada por valores, ensinamentos, costumes e culturas. O desenvolvimento do ser humano se inicia na família, perdurando ao longo do seu ciclo vital. É na dinâmica familiar que se tem as primeiras aprendizagens, sendo o casamento a representação do início e base de uma família. O estudo visa explorar as variáveis que envolvem discussões, desacordos e/ou conflitos entre os casais, ampliando e inter-relacionando os tipos psicológicos com os principais conflitos dos mesmos.

Entre tantas mudanças e construções, a presente pesquisa visa encontrar, através da teórica e técnica dos Tipos Psicológicos, elementos que possam ser elucidativos para que casais possam lidar melhor com os seus conflitos da vida cotidiana, causados tanto por motivadores externos quanto pelo envolvimento de suas tipologias.

3 REVISÃO DA LITERATURA

As relações de intimidade vêm passando por diversas transformações nas últimas décadas. Tanto no contexto internacional quanto no contexto brasileiro mudanças sociais vêm

sendo apontadas, tendo como elemento central a valorização da individualidade e suas consequências. As relações hierárquicas pautadas em papéis de gênero e de filiação pré-determinados passam a sofrer críticas, abrindo espaço para a valorização do sujeito, da flexibilidade e da expressão da subjetividade. Tais mudanças vêm gerando novas formas de ser e de pensar casal, família e suas relações. Autores como Giddens (1993), Bauman (2001, 2004), Lypovestky (1983, 1989, 2004, 2015) desde a década de 80 vêm apontando para as mudanças sociais e os impactos nos relacionamentos de intimidade. Se por um lado, a cultura se expressa em múltiplas cores, mais leve e flexível, por outro, parece se tornar mais líquida, individualista e com maior disposição à fragmentação. Entre tantas mudanças, o diálogo, a busca por soluções de conflitos e o lidar com as subjetividades em sido tarefas constantes do casal contemporâneo.

Ríos-González (2005), menciona que, no lugar de alardear que a família está em crise, é importante focar que o que ocorre, na verdade, é uma crise do modelo tradicional de família. Parte-se da premissa de que já não se tem parâmetros que definam de forma precisa o conceito de família, sua composição e funcionamento, sendo imprescindível que se faça uma análise mais aprofundada das famílias atuais.

Ao falar sobre famílias contemporâneas, Minayo (2010) traz a teoria da complexidade, explicando que os seres vivos se constituem como sistemas autônomos, abertos e ao mesmo tempo integrados. Ou seja, o outro não se confunde com o outro, mas já nasce dentro de uma rede social, familiar e comunitária, por exemplo. Assim, dizem os estudiosos da complexidade que todos os seres vivos apresentam uma capacidade de auto-organização e quanto mais aberto for, mais tal capacidade aumenta. Esse sistema é hierárquico e só pode ser compreendido do nível mais complexo para o menos complexo.

Complexidade não é reduzir a palavra ao senso comum que, na maioria das vezes, é utilizada como sinônimo de complicação. A complexidade está para além disso e tem emergido pelas diferentes transformações nas variadas ciências da natureza e do ser humano. E o problema da complexidade tornou-se uma exigência social e política vital no século: “damo-nos conta de que o pensamento mutilante [...] conduz a acções mutilantes” (MORIN, 2002, p. 14).

Dessa forma, a teoria complexa supera os conceitos de interdisciplinaridade¹ e de transdisciplinaridade² para se transformar numa forma, num método de olhar as coisas e a

¹ Constitui uma articulação de várias disciplinas em que o foco é o objeto, o problema ou o tema complexo, para o qual não basta a resposta de uma área só. Quando demandada, ela responde a uma pergunta trazida por um

vida, na medida em que entendemos os sistemas vivos como autoproduzidos, auto-organizadores, autorreguladores, de maneira que sua estrutura determine interações com o meio. Acreditar nessas habilidades de todos os seres vivos, sobretudo do ser humano, achar aquele ponto em que ajudar as pessoas a traçar seu próprio caminho é pedagógico e é crer em sua auto-organização (MINAYO, 2010).

Portanto, para a autora, a ideia de complexidade da realidade retomou o início da história do pensamento ocidental, mas, de outra maneira, evidenciando que todos os seres vivos estão intrincados num sistema hierárquico e articulado e, mais que analisá-los, é preciso entendê-los como parte e todo simultaneamente: dois olhares são mais complexos do que um olhar, e 10 olhares são mais complexos do que dois olhares e assim por diante.

O central do pensamento de Morin é a complexidade. Ele traz em seu bojo o princípio que permite ligar as coisas que estão disjuntas umas em relação às outras. Para isso, faz-se necessária a construção de um conhecimento multidimensional, que privilegie o pensamento complexo desse religar, ao invés do pensamento reducionista, simplista e disjuntivo, pois vive-se hoje uma realidade que é, ao mesmo tempo, psicológica, política, econômica, sociológica e, também, mitológica (RIBEIRO, 2010).

Morin exprime as ideias de uno e de múltiplo, presentes no todo. Dessa forma, o autor tem como sustentação de seu pensamento a epistemologia da complexidade “que compreende quantidades de unidades, interações diversas e adversas, incertezas, indeterminações e fenômenos aleatórios” (PETRAGLIA, 1995, p. 40).

Tendo em vista a contemporaneidade com a crescente busca pela autonomia da pessoa, López (2008) apresenta o conceito da “Liberdade a Dois”. Apesar de conceber a presença de relações pautadas em laços hierárquicos de poder, compreende a tendência para a busca pela autonomia de seus membros. Embasado no conceito Individuação (C. G. Jung) e de Amartya Sen (2001) de liberdade como autonomia de poder (de poder ir e vir, de poder realizar, de ter direito a), liberdade é então compreendido como espaço democrático. “Liberdade a Dois”, portanto, não é um conceito pautado no individualismo, mas ao invés, na condição de reconhecimento do valor da pessoa, em seu direito de ser autônomo, inclusive para escolher estar a dois. Casamento não como laço de compromisso apenas social, mas como fruto da liberdade da pessoa em poder estar em relação. As mudanças na família e no

tema, de tal forma que ultrapasse a multidisciplinaridade e a multiprofissionalidade, ao mesmo tempo em que conta com elas.

² Ao produto final da interdisciplinaridade, que inclui triangulação de perspectivas e métodos. É a resultante da capacidade de ultrapassar as fronteiras das disciplinas pelo investimento articulado e a contribuição das diferentes disciplinas em jogo, num processo de investigação que inclui articulação de teorias e conceitos, métodos e técnicas e, não menos importante, do diálogo entre as pessoas.

casamento então, apesar de ser observada maior fragilidade no que tange a durabilidade da relação, ela, por outro lado, também está mais pautada no desenvolvimento das pessoas, na busca por relações mais igualitárias e na realização daqueles que compõem os laços de intimidade.

A descrição literária e histórica da família, ou da vida das famílias, foi substituída entre 1861 e 1871, por uma abordagem estrutural dos sistemas de parentesco posta em prática pelas novas ciências humanas: sociologia, antropologia, psicologia. E a transformação do olhar dirigido a essa realidade teve como consequência valorizar a consideração de funções simbólicas, regras da aliança, da filiação ou da germanidade, em detrimento de uma abordagem mais tradicionalista centrada no estudo das origens míticas do poder paterno, do patriarcado ou do matriarcado (SARTI, 2004).

Se a família ontem era a que a história registra como autoritária, triunfal ou melancólica, ela é sucedida pela família de hoje, mutilada, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas:

Finalmente para os pessimistas que pensam que a civilização corre o risco de ser engolida por clones, bárbaros, bissexuais, toxicômanos ou delinquentes da periferia, concebidos por pais desvairados e mães errantes, observamos que essas desordens não são novas – mesmo que se manifestem de forma inédita -, e, sobretudo que não impedem que a família seja atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições. Todas as pesquisas sociológicas mostram isso. (ROUDINESCO, 2003, p. 198).

As possibilidades de relações, especialmente no caso do Brasil, não dependem necessariamente, portanto, da configuração deste lar, até porque a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade, que precisa ser olhada sem discriminação, preconceito ou conservadorismo (SARTI, 2004). Compreendendo a elasticidade dos tipos de relações que hoje ganham voz e se tornam cada vez mais visíveis na sociedade contemporânea, o presente trabalho não estabelecerá modelos de conjugalidade, tomando como parâmetro de análise a coabitação com estado de permanência mínimo de 2 anos de durabilidade do laço de intimidade.

As negociações conjugais requerem o reconhecimento da autonomia e da independência dos parceiros, considerando a satisfação das necessidades individuais, sem deixar de levar em conta a complementaridade conjugal. O mito da busca da “cara metade”, da “alma gêmea” ou da “metade da laranja”, que tem suporte num modelo absolutamente

complementar, supondo a existência de seres incompletos e dependentes que encontrariam no parceiro amoroso a completude plena, tende a se revelar cada vez mais inoperante. Na sociedade contemporânea, os ideais individualistas entram em conflito com os ideais de complementaridade que embasam a dependência conjugal, tornando cada vez mais complexo o convívio entre individualidade e conjugalidade.

Na tentativa de compreender melhor o significado das palavras “personalidade”, “subjetividades”, a psicologia junguiana vêm se debruçando ao estudo da psique. De natureza heterogênea, a psique na abordagem junguiana é compreendida como ambiente de convivência de múltiplos personagens autônomos, além de diversas camadas que compõem a estrutura da personalidade. A personalidade é então entendida como um todo, um campo que engloba múltiplos aspectos. Para Hall & Nordby (1980), a psique possui uma estrutura cujos componentes interagem uns com os outros e com o mundo exterior. Subdivide-se em diversos níveis, dentre os quais se distingue a *consciência* e o *inconsciente*. Segundo Jung (1995), o *inconsciente* se estrutura em duas camadas. A primeira camada seria formada pelo *inconsciente pessoal* que é formada por percepções dos sentidos que não ultrapassaram o limiar da consciência por falta de intensidade, além de lembranças perdidas, reprimidas ou recalçadas e evocações dolorosas, (correspondendo àquilo que Jung chamou de *sombra*). A segunda camada seria definida pelo autor como *inconsciente coletivo*, de cunho hipotético dedutivo. Para Jung, esta camada seria transpessoal tendo em vista o caráter universal que a configura. Esta camada carrega imagens e padrões universais que ultrapassam a noção de cultura e podem ser observadas empiricamente, através das imagens e padrões de comportamentos que se repetem ao longo da história da humanidade. Assim, para Jung, a pessoa não viria como uma folha em branco, como preconizava os atomistas, mas dotado de conteúdo (arquétipos), assim como temperamentos e impulsos que dialogam dialeticamente com a cultura.

A classificação do comportamento humano é tão antiga quanto a própria humanidade. A percepção de características distintas e semelhantes entre as pessoas levou à reflexão e às tentativas de agrupamentos de diferentes tipos. O horóscopo e o estudo dos zodíacos certamente são algumas das inúmeras tentativas de classificar pessoas através de seu temperamento. Na antiga Grécia, Galeno, por volta de 190 d.C., desenvolveu o conceito de “Sanguíneo”, “Melancólico”, “Colérico” e “Fleumático” para caracterizar o temperamento. (ZACHARIAS,1995). Jung, baseando-se em suas observações ao longo de seus anos como psiquiatra e clínico da psicologia, desenvolve os Tipos Psicológicos.

Inicialmente, Jung concluiu então que há dois tipos de atitude nas pessoas, uma que se interessa mais pelo objeto e outra que se interessa mais por aspectos subjetivos, chegando ao conceito de extroversão e introversão (HALL, 1986). Posteriormente, percebeu que essa classificação separa as pessoas em dois grupos, contudo, ele achou essa divisão “tão superficial e genérica que não permite mais do que uma distinção igualmente genérica” (JUNG, 1991a, p.22). Por isso, em 1921, ele lançou sua obra denominada *Tipos Psicológicos*, criando um modelo de tipologia que explica o comportamento com base na diferença entre estruturas especificamente psíquicas.

Cloninger (1999) diz que Jung descreveu quatro funções psicológicas fundamentais que mostram os processos cognitivos e de que maneira as pessoas usam esses processos dando origem à definição da tipologia de cada um. Essas funções são descritas como: *pensamento, sentimento, intuição e sensação*. Elas se dividem em: *funções racionais* e *funções irracionais*. O *pensamento* e o *sentimento* são denominados funções racionais, já que, através dessas funções, ordena-se episódios e atitudes. As funções irracionais, *sensação* e *intuição*, são consideradas modos complementares de obter informações sobre o mundo, são formas de percepção.

De acordo com Jung:

A experiência mostra que é praticamente impossível, devido às circunstâncias adversas em geral, que alguém desenvolva todas as suas funções psicológicas simultaneamente. A exigência social obriga o homem a aplicar-se, antes e acima de tudo, à diferenciação da função com a qual ele está mais bem equipado pela natureza, ou que irá lhe assegurar o maior sucesso social. Muito freqüentemente, de fato como regra geral, um homem se identifica mais ou menos completamente com sua função mais favorecida e, portanto, mais desenvolvida. (JUNG, citado por SHARP, 1993, p. 73).

A psicologia Junguiana entende que todas as pessoas possuem as quatro funções, contudo, uma atua de forma mais predominante e se diferencia das outras. Essa função predominante é denominada de *função principal*. A segunda função mais atuante é a *função auxiliar* e a função menos desenvolvida e, por isso inconsciente, é a *função inferior*. Como as quatro funções podem ser extrovertidas ou introvertidas, resultam em oito tipos psicológicos básicos: *pensamento introvertido, pensamento extrovertido; sentimento introvertido, sentimento extrovertido; sensação introvertida, sensação extrovertida; intuição introvertida, intuição extrovertida*. A combinação dessas funções e das atitudes deu origem a oito tipos que foram escritos originalmente por Jung. As pesquisadoras norte-americanas, Katharine Briggs e Isabel Briggs Myers, adicionaram uma predileção a mais, dando o nome de atitude perceptiva (P) e uma atitude Julgadora (J) como maneira de lidar com o mundo

(ZACHARIAS, 1995). As combinações entre os tipos e atitudes formam 16 tipos psicológicos.

Cada uma destas complexas combinações entre atitudes e funções psicológicas geram probabilidades de comportamentos típicos em pessoas que seguem cada uma desta tipologia. Este estudo torna-se relevante justamente na possibilidade de avaliar comparativamente como lidam com os conflitos conjugais e os tipos psicológicos. Caso a prevalência do reconhecimento de determinados conflitos conjugais com tipos psicológicos seja comprovada, pode-se averiguar a possibilidade de não apenas lidar com os conflitos existentes, mas com a probabilidade de sua ocorrência, servindo de tarefa preventiva na atuação e cuidado aos casais.

Descrição de atitudes e funções típicas de cada tipo psicológico:

• Introverso

Está sempre preocupado em retirar a libido do objeto, como também em prevenir-se contra um superpoder que este (o objeto) possa ter. Pessoas com tendência a valorizar mais o mundo interno, a imaginação e fantasias do que o mundo externo, que tende a ser observado com certo temor e receio.

• Extroverso

Comporta-se de modo positivo diante do objeto, orienta-se por ele e a ele se reporta; aparentemente, afirma sua importância na medida em que, constantemente, orienta-se por ele. Mas, no fundo, o objeto nunca apresenta valor suficiente, motivo pelo qual sua importância é aumentada. Logo, sendo o contrário do introverso, tende a valorizar mais o mundo externo que o interno, tendendo a ter maior dificuldade na autoanálise.

Sobre as funções:

Sensação

A “sensação” constata a presença das coisas, seu enfoque é na experiência direta dos sentidos. E a partir dos nossos sentidos, é que entramos em contato com os detalhes e características de tudo que está a nossa volta. Ela compreende todas as experiências produzidas por estímulos dos órgãos do sentido: visão, audição, paladar, olfato e tato, assim como as que se originam dentro do corpo. A sensação não deve incluir nenhum juízo, nem ser influenciada ou dirigida.

Intuição

A intuição vai aparecer na consciência como se fosse uma percepção pura, mas na verdade não é. Ela chega à experiência imediata por processar, de maneira rápida e automática, os dados relevantes das experiências relacionadas ao passado ou ao futuro. É uma função pouco usada em nosso cotidiano. Mas, em situações desconhecidas, quando nos encontramos em terrenos nunca antes percorridos, surgem, como por encanto, soluções que a princípio nos parecem mágicas; ficamos “inspirados” e, imediatamente, utilizamos nossa função intuitiva como algo natural.

Pensamento

O pensamento é a função esclarecedora do significado das coisas, portanto esta função julga e exclui, para definirmos o que as coisas são. Apreende as coisas na sua especificidade, as diferencia do que elas não são. Relaciona-se com julgamentos derivados de critérios impessoais, lógicos e objetivos.

Sentimento

Jung (1991[1921]) admite que o sentimento é um conceito muito impreciso e que apresenta enorme variação e ambigüidade. E também que expressa algo característico e apreensível em sua existência e, quando a intensidade aumenta, surge um afeto. Para Jung, afeto é o mesmo que emoção, um estado de sentimento que ao atingir certo grau de intensidade, liberta inervações corporais, causando alterações no comportamento.

4 METODOLOGIA

4.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

A presente pesquisa será desenvolvida por meio de perguntas face a face, com o uso de questionários fechados e entrevistas semiestruturadas, objetivando melhor entendimento e aprofundamento sobre a relação entre tipos psicológicos e conflitos conjugais. Vale salientar que as entrevistas semiestruturadas serão realizadas com número reduzido de participantes. Utiliza-se o método da triangulação, associando uma pesquisa quantitativa e

uma qualitativa em um único plano. Trata-se de um trabalho empírico, descritivo, comparativo e reflexivo.

A triangulação significa a combinação entre diversos métodos qualitativos, mas também a combinação entre métodos qualitativos e quantitativos. Neste caso, as diferentes perspectivas metodológicas complementam-se para a análise de um tema, sendo este processo compreendido como a compensação complementar das deficiências e dos pontos obscuros de cada método isolado. No entanto, os diversos métodos permanecem autônomos, seguem operando lado a lado, tendo como ponto de encontro o tema em estudo. E, por fim, nenhum dos métodos combinados é visto como sendo superior ou preliminar (FLICK, 2009).

Baseando-se em Flick (2009), nesta pesquisa se esboça o primeiro plano de integração, em que as duas estratégias (quantitativa e qualitativa) são adotadas paralelamente. De acordo com o mesmo autor, na pesquisa qualitativa e quantitativa, a triangulação pode focalizar o caso único. As mesmas pessoas são entrevistadas e preenchem um questionário, sendo suas respostas comparadas entre si, reunidas e relacionadas umas às outras para a análise. As decisões relativas à amostragem são tomadas em duas etapas. As respostas dos questionários são analisadas quanto à frequência em que ocorrem e quanto a sua distribuição ao longo de toda a amostra. As respostas obtidas nas entrevistas são, então, analisadas e comparadas, desenvolvendo-se, por exemplo, uma tipologia. A seguir, a distribuição das respostas do questionário e a tipologia são associadas e comparadas.

Basicamente, a partir dessa combinação podem resultar três tipos de consequências: 1) os resultados qualitativos e quantitativos convergem, confirmam-se mutuamente e sustentam as mesmas conclusões; 2) ambos os resultados focalizam aspectos diferentes de uma questão, mas são complementares entre si, conduzindo, assim, a um quadro mais completo daquela situação; 3) os resultados qualitativos e quantitativos são divergentes ou contraditórios. Estes resultados são úteis na medida em que o interesse em combinar a pesquisa qualitativa com a quantitativa concentram-se em conhecer melhor o assunto (FLICK, 2009).

Quanto aos participantes, serão entrevistados, no mínimo, 30 casais, todos habitantes da cidade de Salvador-BA. O somatório de renda do casal deverá ser de, ao menos, 7 salários mínimos, tendo em vista que os conflitos estudados precisam estar mais focados na relação do que em fatores externos como dificuldades financeiras, o que pode interferir nos resultados da pesquisa. A escolaridade de um dos cônjuges deverá ser de nível superior completo ou incompleto e o outro deverá, pelo menos, ter concluído o ensino médio. Serão incluídos voluntários de ambos os sexos que refiram vínculo conjugal (casamento civil e/ou

religioso ou união estável), em co-habitação, não sendo pré-estabelecidos os modelos afetivos de conjugalidade (relacionamentos homoafetivos, heterossexuais, dentre outros). Serão excluídos os participantes cujos seus parceiros não preencham os questionários aplicados, preenchimento incompleto dos instrumentos, além da presença de transtornos mentais e/ou em uso de substâncias psicotrópicas.

Os entrevistados serão selecionados a partir da técnica da “bola de neve”, através da rede de contatos dos pesquisadores. Para esta fase, se adotará o critério de saturação para interromper o número de entrevistados. As entrevistas serão realizadas em local de conveniência dos participantes e, ao término, os mesmos indicarão outros possíveis participantes.

4.2. ANÁLISE DE RISCOS E BENEFÍCIOS

Riscos: os participantes podem sentir constrangimento pelo fato de serem abordados conteúdos íntimos de si, do casal ou da família. Caso isto ocorra, os entrevistadores lhes informarão sobre seu direito de interromper a entrevista ou deixar de responder a questão que lhes causem mal estar. Pode-se encaminhar para serviços especializados até o completo reestabelecimento do participante. *Benefícios:* os participantes podem refletir sobre si, sua relação conjugal e sua realidade familiar, além dos dados obtidos fornecerem subsídios para o trabalho educativo e terapêutico com casais e famílias contemporâneas.

4.3 INSTRUMENTOS

O instrumento de pesquisa conta com dois questionários integrados e um roteiro de entrevista semi-estruturada. Os questionários integrados são: a) Questionário de Levantamento Sociodemográfico com variáveis de análise de qualidade dos relacionamentos conjugais e seus principais conflitos desenvolvidos pelos pesquisadores e b) Aplicação do teste de Tipos Psicológicos, QUATI (*Questionário de Avaliação Tipológica*), visando obter a tipologia de cada um do par da relação conjugal.

O QUATI (*Questionário de Avaliação Tipológica*) foi criado pelo psicólogo e analista junguiano, José Jorge de Moraes Zacharias, tendo como base a teoria dos Tipos Psicológicos. De acordo com Zacharias (2003), as tipologias buscam identificar, de modo geral, o que algumas pessoas têm em comum com as outras e também suas diferenças. O questionário tem a finalidade de avaliar a personalidade através de escolhas situacionais que cada sujeito faz, através da definição de estilos cognitivos e de preferências de comportamento individual.

De acordo com Zacharias (2003), o QUATI procurou manter-se fiel às definições propostas por Jung. A interação entre as disposições (atitudes) e as funções deu origem a 16 tipos psicológicos:

Quadro 1: POSSIBILIDADES TOTAIS DE TIPOS PSICOLÓGICOS

Tipo	Atitude	Função principal	Função auxiliar	Função menos preferida
EStIn	extrovertida	sentimento	intuição	pensamento
EInSt	extrovertida	intuição	sentimento	sensação
EPsIn	extrovertida	pensamento	intuição	sentimento
EInPs	extrovertida	intuição	pensamento	sensação
EStSs	extrovertida	sentimento	sensação	pensamento
ESsSt	extrovertida	sensação	sentimento	intuição
EPsSs	extrovertida	pensamento	sensação	sentimento
ESsPs	extrovertida	sensação	pensamento	intuição
IInSt	introvertida	intuição	sentimento	sensação
IStIn	Introvertida	sentimento	intuição	pensamento
IInPs	introvertido	intuição	pensamento	sensação
IPsIn	introvertida	pensamento	intuição	sentimento
ISsSt	Introvertida	sensação	sentimento	intuição
IStSs	introvertida	sentimento	sensação	pensamento
ISsPs	introvertida	sesnsação	pensamento	intuição
IPsSs	introvertida	pensamento	sensação	sentimento

4.4 METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados será iniciada após a análise e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Católica do Salvador - UCSal. Além disso, os pesquisadores se comprometem a seguir as orientações e determinações éticas que constam na Resolução 466/2012 e 511/2016, do Conselho Nacional de Saúde – Brasília – DF. Os participantes assinarão o TCLE antes da coleta de dados.

Os dados dos participantes serão identificados com um código, e não com o nome. Apenas os pesquisadores têm conhecimento dos dados, assegurando, assim, sua privacidade.

Os arquivos ficarão armazenados no computador dos pesquisadores, para posterior transcrição, sendo arquivados por um período de cinco anos quando, então, serão apagados. Logo após o preenchimento dos questionários, os dados serão tabulados em planilha *Excell* e exportados para o *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*.

Com relação aos dados qualitativos, haverá a necessidade das entrevistas serem gravadas e, posteriormente transcritas. As análises serão realizadas por psicólogos especialistas em terapia analítica.

4.5 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados quantitativos será realizada por meio de estatística descritiva (porcentagens, frequências, média, desvio padrão, mediana, valor mínimo e máximo), sendo utilizado o *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*, versão 21.0. As variáveis escalares serão descritas como médias \pm desvio-padrão e comparadas com o teste t de *Student* ou *Mann-Whitney* (dependendo da normalidade da distribuição); as variáveis nominais serão descritas como proporções e comparadas com o teste *Qui-Quadrado*. Serão considerados como estatisticamente significantes valores de *p* inferiores ou igual a 5% ($p < 0,05$).

Devido às múltiplas variáveis de Tipos Psicológicos, assim como do alto número de comportamentos típicos de cada um dos tipos psicológicos, o método de análise dos dados seguirá o padrão de estudo comparativo. De um lado, estarão selecionados os 16 Tipos Psicológicos, cada um contendo o grupo de comportamentos típicos, de outro lado, a tabela contendo a lista de comportamentos que favorecem os conflitos conjugais listados por cada um dos cônjuges. Comparando as respostas dos questionários e o roteiro de entrevista semiestruturada com os resultados do teste de Tipos Psicológicos, almeja-se, com isso, averiguar se a tipologia pode servir de referência para compreensão dos possíveis conflitos conjugais baseados nas personalidades.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	2ª Semestre 2016	1ª Semestre 2017	2ª Semestre 2017	1ª Semestre 2018
PROCEDIMENTOS				
Elaboração do Projeto	X			
Reflexão sobre o tema, problema	X	X		
Levantamento Bibliográfico	X	X	X	X
Orientações do trabalho	X	X	X	X
Definição de instrumento para a pesquisa	X	X		
Pesquisa de campo		X	X	
Coleta de dados		X	X	
Discussão de resultados com o orientador			X	X
Análise dos dados			X	X
Redação dos capítulos da dissertação		X	X	X
Revisão do trabalho final			X	X
Apresentação da Pesquisa				X

ORÇAMENTO DO PROJETO

CATEGORIAS	VALOR TOTAL PREVISTO
Equipamento (Computador e Impressora)	R\$2.048,00
* Teste Psicológico	
(Manuais, crivos de correção, folhas para resposta e cadernos de questões)	R\$1.123,00
Consultoria (especialista em estatística)	R\$4.000,00
Papelaria	
(2 cxs de lápis, 1 cx de borracha, 1 cx de caneta, 1.000 folhas de A4 e 4 cartuchos)	R\$278,40
Programa (Microsoft Office)	R\$289,00
Publicação	
(valor convertido para moeda brasileira)	R\$948,18
Outros serviços e encargos	R\$100,00
TOTAL DO PROJETO	R\$8.786,58

* O valor total previsto corresponde ao valor unitário multiplicado pelo número de pesquisadores, 7.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CLONINGER, S. C. *Teorias da personalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DIOS, V. C. Droga, família, escola e o grupo de pares no processo de socialização de crianças e adolescentes em situação de rua. Em CARVALHO, D. B. B.; SILVA, M. T. (orgs.). *Prevenindo a drogadição entre crianças e adolescentes em situação de rua: a experiência do PRODEQUI – Cadernos do PRODEQUI 1*. Brasília: MS/COSAM; UnB/PRODEQUI; UNDCP, 1999.

FÉRES-CARNEIRO, T. *Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade*. (In) *Psicologia: reflexão e crítica*, vol. 11, n. 2, Porto Alegre, 1998 [Aula magistral proferida em 25/05/98, PuC-RJ].

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. *Qualidade na pesquisa qualitativa*.- Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

HALL, C. S.; NORDBY, V. J. *Introdução à psicologia Junguiana*. São Paulo: Cultrix, 1980.

HALL, J. A. *A experiência Junguiana: análise e individuação*. São Paulo: Cultrix, 1986.

JUNG, C. G. *Tipos psicológicos*. Petrópolis: Vozes, 1991.

JUNG, C. G. *Psicologia do inconsciente*. Vol. 7/1 Obras completas de Carl G. Jung. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LÓPEZ, V. F. *Vínculo conjugal: entre o individualismo e a busca pelo outro*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia, Brasil, 2008.

LYPOVESTKY, G. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Antropos, 1983.

_____. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Temos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

MINAYO, M. C. S. *Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade*. *Emancipação*, Ponta Grossa, 10(2) : 435-442, 2010.

MIRANDA, M. B. S. *Os sentidos das drogas na sociedade contemporânea: ecos entre os jovens e a família*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Universidade Católica do Salvador-UCSal, 2007.

MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. 3.ed. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2002.

PETRAGLIA, I. C. *Edgar Morin: A educação e a complexidade do ser e do saber*. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

RIBEIRO, F. N. Complexidade e o pensamento complexo de Edgar Morin: interlocuções com a educação ambiental e formação. *Pró-Discende: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Progr. Pós-Grad. Educação*. Vitória; v. 16; n. 2; Jul./dez. 2010.

RÍOS-GONZÁLEZ, J. A. (Coord.). *Los ciclos vitales de la familia y la pareja*. Madrid: Editorial CCS, 2005.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; 2003.

SARTI, C. A. *Algumas Questões sobre Família e Políticas Sociais*. In JACQUET, C.; COSTA, L. F. (Org). *Família em Mudança*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.

SELLTIZ, WRIGHTSMAN & COOK. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. 2ª ed. Brasileira. – São Paulo: EPU, 1987.

SHARP, D. *Tipos de personalidade: o modelo tipológico de Jung*. São Paulo: Cultrix, 1993.

SILVA, E. A. Abordagens familiares. *J. Bras. Dep. Quím.* v. 2, supl. 1, p. 21-24, 2001.

VON FRANZ, M. L. *A função inferior*. In: *A tipologia de Jung*. São Paulo: Cultrix, 1971.

ZACHARIAS, J. J. M. *QUATI: Questionário de Avaliação Tipológica*. 5. ed.rev.e ampl. – São Paulo: Vetor, 2003.

ANEXOS

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O / A senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada “*Estudo comparativo entre a tipologia junguiana e conflitos de casais de classe média, da cidade de Salvador-BA*”, que está sendo desenvolvida por pesquisadores do GEPPAF – Grupo de Estudo e Pesquisa do Pensamento Analítico e Família, sob a orientação da professora e Doutora *Elaine Pedreira Rabinovich*, do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador - UCSal.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a relação entre aspectos da personalidade da pessoa, estudados aqui através dos tipos psicológicos desenvolvido pela psicologia analítica, com os conflitos conjugais. Levando em conta a complexidade dos temas “conflitos conjugais” e “personalidades”, a pesquisa se limita a compreender se a forma como cada cônjuge lida com os conflitos típicos do cotidiano do casal está vinculado ao seu tipo psicológico. Ou seja, o elemento central não são os conflitos com suas múltiplas origens, mas, como cada membro da relação lida com conflitos que interferem no dia a dia da vida conjugal e, se esta particular forma possui vínculo com os tipos psicológicos de cada membro desta relação.

Sua participação consiste em ser entrevistado(a) por, aproximadamente, uma hora, com base em roteiro que contém perguntas relacionadas ao tema estudado, como tipos psicológicos, conflitos e relacionamentos conjugais.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, o(a) senhor(a) poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para o(a) senhor(a) (Res. 466/12 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, o(a) senhor(a) poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo;
- As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e que a sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato;
- As informações obtidas serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo;
- Sua participação não implica em nenhum custo financeiro, mas caso tenha alguma despesa decorrente de tal participação, haverá ressarcimento por parte dos pesquisadores;
- O estudo apresenta como benefícios: o(a) senhor(a) poderá refletir sobre si e a sua realidade conjugal. Além disso, com os dados obtidos poderão ser fornecidos subsídios para o trabalho educativo e/ou terapêutico com casais;

- Há o risco de o(a) senhor(a) sentir-se constrangido(a) pelo fato de serem abordados conteúdos íntimos seus e do cônjuge. Caso isto ocorra, tem o direito de interromper a entrevista ou deixar de responder a questão que lhe cause mal estar;
- O(a) senhor(a) receberá uma via deste termo de *Consentimento Livre e Esclarecido*.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com os responsáveis pela pesquisa, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato conosco pelo telefone/endereço: Michele Campos Almeida de Jesus - (71) 98858-5221 / E-mail: dra.michelecampos@gmail.com e Elaine Pedreira Rabinovich – (71) 98601-0332 / E-mail: elainepedreira@gmail.com Universidade Católica do Salvador – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea – Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.231-92.

Eu, _____ aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

ANEXO B: QUATI - FOLHA DE RESPOSTAS

QUATI - FOLHA DE RESPOSTAS

NOME: _____ CPF: _____ IDADE: _____

SEXO: M F ESCOLARIDADE: _____ LOCAL DE NASC.: _____

DATA DE APLIC.: ____ / ____ / ____ DATA DE NASC.: ____ / ____ / ____ PROFISSÃO: _____

A FESTA				O TRABALHO				
01 a	05 a	09 a	13 a	01 a	05 a	09 a	13 a	a _____ E
b	b	b	b	b	b	b	b	b _____ I
02 a	06 a	10 a	14 a	02 a	06 a	10 a	14 a	R1 _____
b	b	b	b	b	b	b	b	a _____ In
03 a	07 a	11 a	15 a	03 a	07 a	11 a	15 a	b _____ Ss
b	b	b	b	b	b	b	b	R2 _____
04 a	08 a	12 a		04 a	08 a	12 a		a _____ Ps
b	b	b		b	b	b		b _____ St
								R3 _____

A VIAGEM				O ESTUDO			
01 a	05 a	09 a	13 a	01 a	05 a	09 a	13 a
b	b	b	b	b	b	b	b
02 a	06 a	10 a	14 a	02 a	06 a	10 a	14 a
b	b	b	b	b	b	b	b
03 a	07 a	11 a	15 a	03 a	07 a	11 a	15 a
b	b	b	b	b	b	b	b
04 a	08 a	12 a		04 a	08 a	12 a	
b	b	b		b	b	b	

O LAZER				PESSOAL				
01 a	05 a	09 a	13 a	01 a	05 a	09 a	13 a	17 a
b	b	b	b	b	b	b	b	b
02 a	06 a	10 a	14 a	02 a	06 a	10 a	14 a	18 a
b	b	b	b	b	b	b	b	b
03 a	07 a	11 a	15 a	03 a	07 a	11 a	15 a	
b	b	b	b	b	b	b	b	
04 a	08 a	12 a		04 a	08 a	12 a	16 a	
b	b	b		b	b	b	b	

RESULTADO:				ATTITUDE _____
Qualitativo				FUNÇÃO PRINCIPAL _____
Quantitativo				FUNÇÃO AUXILIAR _____
	R1	R2	R3	

Esta folha está impressa em AZUL e PRETO. Se lher apresentarem impressa em qualquer outra cor ou de qualquer outro modo, trata-se de uma reprodução ilegal. Recuse-se a utilizá-la.

EDITORIA PSICO-PEDAGÓGICA LTDA.
 Rua Cubatão 48 - CEP 04013-000 - SP
 Tel. (11) 3146-0333 - Fax. (11) 3146-0340
www.vetoreditora.com.br vendas@vetoreditora.com.br

Copyright © 1999/2009 - Vetor Editora Psico-Pedagógica Ltda. São Paulo. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra, por qualquer meio existente, sem autorização por escrito da Editora.

ANEXO C: QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO SÓCIODEMOGRÁFICO

Entrevistador(a): _____ Data: _____ Duração: _____

Casal Nº (exemplo: 1/30)	
Entrevista com	Parceiro 1
	Parceiro 2

	Parceiro(a)1		Parceiro(a)2	
1. Sexo (Registro feito pelo pesquisador)	Homem: (1) Mulher: (2)		Homem: (1) Mulher: (2)	
2. Idade				
	Anote acima a idade exata		Anote acima a idade exata	
3. Escolaridade (Aqui, registre também a do cônjuge)	Pós-graduação	1	Pós-graduação	1
	Superior	2	Superior	2
	Médio completo	3	Médio completo	3
4. Trabalha atualmente?	Sim: _____ (Anote a profissão)	1	Sim: _____ (Anote a profissão)	1
	Está desempregado	2	Está desempregada	2
	Está aposentado	3	Está aposentada	3
	Não exerce trabalho remunerado por opção. Motivo de não trabalhar: () para cuidar dos filhos () não precisar financeiramente () outro _____	4	Não exerce trabalho remunerado por opção. Motivo de não trabalhar: () para cuidar dos filhos () não precisar financeiramente () outro _____	4
5. Carga horária semanal de trabalho	(anote nº de horas) →		(anote nº de horas) →	
	Desempregado/não realiza trabalho remunerado	99	Desempregada/não realiza trabalho remunerado	99
6. Salário mensal em R\$ (registre também o do cônjuge) Se <u>autônomo</u>, peça <u>valor aproximado</u>.	R\$		R\$	
7. Renda familiar mensal	R\$			
8. Estado civil	Casados no civil (1) Casados no religioso e civil (2) União estável (3)			
9. Local onde mora				
10. Tipo de moradia	Casa própria (1) Alugada (2) Casa dos pais (3) Casa de terceiros (4)			

	Outros: (5) _____
11. Quanto tempo de relação? (Namoro + Casamento)	
12. Quanto tempo de casados?	
13. Número de filhos	
14. Idade dos filhos	
15. Sexo dos filhos <i>Anotar número de filhos por sexo</i>	Homen(s) _____ Mulher(es) _____

16. Dados da sexualidade do casal

Heterossexual	1
Homossexual	2
Bissexual	3
Transexual	4
Outros	5

DADOS DE ETNIA E RELIGIÃO:**17. Etnia ou cor auto-atribuída:**

Branca	1
Preta	2
Parda	3
Amarela.....	4
Indígena.....	5
Outra _____	6

18. Religião que pratica:

Afrodescendente.....	1
Católica.....	2
Espírita.....	3
Judaica.....	4
Protestante (denominação: _____)	5
Outra _____	6
Nenhuma	7

ANEXO D: QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE CONFLITOS DE ACORDO COM A TIPOLOGIA

Tipologia encontrada a partir da aplicação do QUATI:

19. Atitude:

Introvertido: (1)

Extrovertido: (2)

20. Função de julgamento:

Pensamento: (1)

Sentimento: (2)

21. Função de percepção:

Intuição: (1)

Sensação: (2)

Vamos agora entregar duas tabelas apresentando características próprias de cada Tipo.

22. A partir das características apresentadas nas tabelas de tipologia, estas representam os principais conflitos que seu (sua) parceiro(a) tem com você na vida cotidiana de casal?

Sim: (1)

Não: (2)

23. Você identifica essas mesmas características da tabela no seu(sua) parceiro(a)?

Sim: (1)

Não: (2)

24. Você acredita que seu(sua) parceiro(a) apresenta características opostas às identificadas por você na tabela?

Sim: (1)

Não: (2)

ANEXO E: TABELAS DE CARACTERÍSTICAS DAS TIPOLOGIAS

<p>I Ss Os</p> <ul style="list-style-type: none"> -Sério e calado; -Prático e disciplinado; -Concentrado e minucioso; -Lógico e realista em suas ações; -Aceita responsabilidades e é decidido -Despreza protestos de outros ou fatores de distração; -Conservador 	<p>I Ss St</p> <ul style="list-style-type: none"> -Calado, responsável e amigável; -Sensível aos detalhes; -Confiável; -Trabalha devotadamente para cumprir suas obrigações; -Minucioso e preciso; -Preocupado em como as pessoas estão se sentindo
<p>I Ps Ss</p> <ul style="list-style-type: none"> -Discreto, tranquilo e reservado; -Confiam nos próprios pensamentos; -Organiza os fatos através de princípios lógicos; -Sentimento fiel verdadeiro e arrebatado. -Pegajoso, primitivo e sem controle 	<p>I St Ss</p> <ul style="list-style-type: none"> -Evita desavenças e não impõe a outros suas opiniões ou valores; -Não se preocupa em liderar; -Frequentemente fiel seguidor; -Modesto em relação a suas qualidades e habilidades. - Não exterioriza seus sentimentos; autoritário, pode ser rígido.
<p>I In St</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inovadoras no campo das ideias; - Independentes, individualistas; - Intuição voltada para o mundo interior; -Têm inclinações artísticas e poéticas. - Imprecisão em relação aos fatos -Dificuldade em acessar e elaborar sentimentos; 	<p>I In Ps</p> <ul style="list-style-type: none"> - Independente e determinado; - excelente força para organizar -- Não costumam levar em consideração valores sentimentais - Céptico, crítico e algumas vezes teimoso - Dificuldade de perceber suas necessidades corporais.
<p>I St In</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reservados; - Cheio de entusiasmo e lealdade -Pouco preocupado com posses ou ambiente físico. - Complexo de culpa e de inferioridade; - Sobrecarrega de tarefas; -Não exterioriza seus sentimentos; 	<p>I Ps In</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prestam mais atenção a idéias do que nas pessoas - resolvem problemas através da análise lógica - Dificuldade em simplificar as coisas; - Pode ser influenciado por outras pessoas; - Pouco interesse a assuntos corriqueiros

ANEXO E: TABELAS DE CARACTERÍSTICAS DAS TIPOLOGIAS (cont.)

<p>E Ss Ps</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resolução imediata de problemas objetivos; - Adaptável, tolerante e bem-humorado; - Não gosta de explicações longas; - Dificuldade em lidar com frustrações; - Dificuldade em confiar na sua imaginação; - Decisões baseadas na lógica do pensamento; 	<p>E Ss St</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expansivo, complacente, receptivo e amigável; - Busca soluções satisfatórias em vez de impor as opiniões pessoais; - Amistosos, adaptáveis e realistas; - Tende a divertir-se com as coisas, tornando-as agradáveis para todos os que o cercam;
<p>E Ps Ss</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prático, realista e simplista; - Dificuldade de valorizar e expor sentimentos. - Precisa fazer esforço para valorizar os sentimentos; - Problema em confiar - Não tem interesse em assuntos para os quais não vê utilidade; - Propensos a atitudes rígidas e dogmáticas; - fechados a determinados diálogos 	<p>E St Ss</p> <ul style="list-style-type: none"> - Afetuoso, comunicativo, simpático e cooperador nato; - Tem grande capacidade de valorizar as opiniões alheias; - Sempre procura fazer algo de bom para alguém; - Trabalha melhor com elogio e encorajamento; - Dificuldade de estar sozinho; - Dificuldade de decidir o que é útil e necessário; - Falta de objetividade, - Costuma se colocar em situações complicadas em busca de aprovação
<p>E In St</p> <ul style="list-style-type: none"> - Personalidade criativa. - inovador, entusiasta, gostam de desafios; - Personalidade criativa; capacidade de intuir o que não é visível. - Idealiza excessivamente as pessoas; - Por sua capacidade criativa, é aquele que inventa, mas tem dificuldade de concretizar; - Perde interesse em situações de rotina; - Pode ter dificuldade em planejar; 	<p>E In Ps</p> <ul style="list-style-type: none"> - Companhia estimulante, alerta e franco; - Cheio de recursos para a solução de novos e desafiantes problemas; - Criativos - Tende a negligenciar atribuições de rotina; - Tende a ser impacientes e inflexíveis; - Pode ser reativos em ambientes estressores
<p>E St In</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pensam melhor quando interagem com outras pessoas; - Receptivo e responsável; - Sociável, simpático, popular e solidário; - Baseia-se em valores pessoais tendendo a conclusões precipitadas - É receptivo a críticas e elogios; - Comete sacrifícios pelos outros; - Dificuldade de estar sozinho; 	<p>E Ps In</p> <ul style="list-style-type: none"> - Líder em atividade, é cordial, franco e determinado; - Utilizam o pensamento para controlar o mundo que as rodeia; - Tem boa habilidade de ver além do presente; - Dificuldades na valorização e aceitação de opiniões alheias, - Tendem a tomar decisões precipitadas; - O Sentimento é profundo, forte e arrebatador, mas quase nunca aflora; - No contato íntimo pode ser autoritário;

ANEXO F: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

As perguntas que vamos fazer referem-se a como você percebe sua relação conjugal e seus principais conflitos.

Pense em momentos que você teve alguma discussão com seu(sua) parceiro(a)

1. Quais os principais conflitos que você identifica?
2. Quais as principais causas geradoras desses conflitos relatados na questão anterior?
3. Qual(is) a(s) principal(is) característica(s) do seu(sua) parceiro(a) que te incomoda?
4. Qual(ia) a(s) sua(s) característica(s) que mais incomoda(m) o(a) seu(sua) parceiro(a)?
5. Baseado no resultado do teste do Quati, algo te faz refletir sobre os conflitos de sua relação conjugal?

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MÉTODOS DE COLETA EM ARANEOFAUNA DE SERRAPILHEIRA

*Amanda O. de Carvalho
Victoria Emanuelle O. Rodrigues
Kátia R. Benati*

Resumo

As aranhas estão entre os animais mais diversos do planeta, com 46.449 espécies. São animais que apresentam diferentes estratégias para captura de presas e ocupam uma grande variedade de habitats, sendo a serrapilheira um deles. Vários métodos podem ser utilizados para amostragem de aranhas de serrapilheira, sendo o pitfall trap e o extrator Winkler os mais utilizados. O objetivo deste trabalho foi avaliar a eficiência na captura de aranhas pelos métodos de coleta citados, comparando a riqueza e composição em espécies de aranhas em um fragmento de Mata Atlântica na Bahia. Foram coletadas 291 aranhas, distribuídas em 18 famílias e 19 espécies. O extrator Winkler coletou 173 indivíduos, distribuídos em 8 famílias e 9 espécies, o pitfall trap 118 aranhas, 10 famílias e 10 espécies. O pitfall coletou 3 espécies a mais que o Winkler. No entanto, não houve diferença significativa ao comparar a composição de espécies entre os dois métodos (MRPP: $A = 0.000686550$, $T = -0.81598395$, $p = 0.15877046$). Sugere-se que utilizando um método ou outro, os resultados obtidos não serão tão diferentes.

Palavras-chave: Aranhas, Extrator Winkler, Pitfall trap, Mata Atlântica.

INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica é um dos ecossistemas com maior diversidade de espécies no planeta, apresenta elevado número de espécies endêmicas e está entre os biomas mais ameaçados do planeta, sendo classificado, portanto, como um dos “hot spot” mundiais (Conservação Internacional, 2005). Abrange diversas formações vegetais o que evidencia uma composição extremamente heterogênea, oferecendo uma série de habitats (Tabarelli et al. 2000) sendo um deles a serrapilheira.

A serrapilheira forma um conjunto de microhabitats para diversos organismos e é constituída de matéria orgânica de origem vegetal e animal depositado sobre a superfície do solo, em diferentes estágios de decomposição (Barbosa;Faria, 2006), sendo importante fonte para a regeneração e manutenção de florestas (Schumacher et al., 2004). Sua deposição introduz heterogeneidade temporal e espacial ao ambiente, podendo afetar a estrutura e a

dinâmica da comunidade vegetal (Facelli;Pickett 1991) e animal, principalmente para invertebrados, devido à sensibilidade as mudanças no habitat (Tourinho 2007).

Muitos artrópodes vivem na serrapilheira e desempenham papéis importantes nos ecossistemas, auxiliando nos processos de decomposição do solo e da matéria orgânica (Höfer et al., 2001).

As aranhas pertencem ao filo Arthropoda e estão entre os animais mais diversos do planeta, com 46.449 espécies descritas (World Spider Catalog 2017), ocupando uma grande variedade de habitats e possuem diferentes estratégias para a captura de presas (Wise, 1993; Dias et al. 2010). São ainda, facilmente coletadas e utilizadas em estudos de qualidade ambiental (Uetz;Unzicker, 1976), devido à sensibilidade às variações na estrutura de seu hábitat (Souza 2007; Benati et al, 2010).

Vários métodos podem ser utilizados para amostragem de aranhas de serrapilheira, dentre eles: a coleta manual diurna ou noturna, amostra de serrapilheira (utilizando funil de Berlese ou extrator de Winkler) e armadilha de queda ou *pitfall trap* (Coddington et al, 1991), sendo o extrator winkler e *pitfall trap* os mais aplicados. Essa ampla possibilidade de métodos se dá ao fato das aranhas serem organismos que ocupam uma grande variedade de habitats (Wise, 1993), e constituírem um grupo megadiverso, principalmente em relação aos seus diferentes hábitos, como o forrageamento em busca do alimento, nidificação e proteção contra predadores. Logo, é necessária a aplicação de diferentes métodos de coleta para a obtenção de dados ecológicos estatisticamente significantes (Churchill;Arthur, 1999), sendo essencial pesquisar quais métodos são mais adequados e eficientes em diferentes ambientes, para favorecer um esforço amostral adequado e um bom custo benefício.

O *pitfall trap* é um método de captura que vem trazendo bons resultados quanto à riqueza e abundância de aranhas. No entanto, esse tipo de armadilha fornece amostras que podem ser influenciadas pela atividade de deslocamento das aranhas (Churchill; Arthur, 1999). Já a coleta da amostra da serrapilheira com extrator Winkler pode apresentar uma ampla densidade, porém existe influência da atividade dos organismos, a partir do momento em que a amostra é recolhida. Isso ocorre porque ao coletar a serrapilheira e apenas os indivíduos presentes naquele intervalo são capturados (Uetz; Unzicker, 1976), o que pode proporcionar maior abundância de aranhas das guildas de “senta e espera” as quais se movimentam menos que as cursoriais.

Carvalho *et al.* (2010) comparando o extrator Winkler e o *pitfall trap* na captura de aranhas demonstrou que o pitfall foi o mais eficiente na captura de aranhas em relação a riqueza e composição, capturando seis espécies a mais que o extrator Winkler. Já (Barreiros;

Pinto-da-rocha; Bonaldo,2005) utilizando funil de berlese, extrator Winkler e coleta manual em serrapilheira, mostrou que o extrator Winkler foi responsável por capturar 63% do total de indivíduos de *Ricinulei*, sendo considerado a melhor técnica .

Ambos os métodos estão sujeitos a viés devido à variedade de fatores influentes (Uetz;Unzicker, 1976). A exemplo do pitfall, no qual a queda de muita matéria orgânica tais como folhas e galhos, no pote, podem servir como meio de fuga para os animais presentes na armadilha (Indicatti et al., 2005). Assim como o tamanho da armadilha pode influenciar no tipo de indivíduo que será coletado (Timothy et al. 2002)

O trabalho teve como objetivo avaliar a eficiência na captura de aranhas pelos seguintes métodos de coleta: extrator winkler e *pitfall trap*, comparando a riqueza e composição em espécies de aranhas em um fragmento de Mata Atlântica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de estudo

O estudo foi realizado em um fragmento de Mata Atlântica, localizado no entorno da Baía de Aratu (12°47'32"5S 38°28'41,7"W), em Salvador, Bahia, pertencente à Empresa Grande Moinho Aratu. O fragmento possui aproximadamente cinco hectares e encontra-se totalmente isolado de outras áreas de mata (Figura 01). Um estudo desenvolvido com aranhas de serrapilheira demonstrou que a área encontra-se depauperada, com a presença de várias espécies generalistas (Benati; Peres; Tinôco,2007).



Figura 01: Imagem de satélite (Google Earth) evidenciando a localização do fragmento estudado e a Empresa Grande Moinho Aratu (Salvador – Bahia). A área circulada representa o fragmento estudado.

Amostragem

No estudo foram realizadas cinco coletas, entre julho de 2006 e julho de 2008, com intervalo de seis meses entre elas, mas para esse estudo foi utilizada apenas uma coleta ocorrida em janeiro de 2007.

Foram selecionados aleatoriamente 30 pontos amostrais de 3m x 3m, sendo que em cada ponto foram aplicados simultaneamente dois métodos de coleta: extrator winkler (amostras de 50 x 50 cm) e *pitfall trap* (copos com abertura de 9cm de diâmetro), para fins de comparação entre eles.

O extrator winkler consiste na retirada de toda serrapilheira da superfície do solo até atingir a base do solo orgânico. Para tanto, é jogado aleatoriamente um quadrante de 50x50 cm no solo, em cada ponto amostral, e em seguida o material coletado é depositado em uma peneira de mão, com malha de 5 mm, que irá separar o material mais fino e particulado das folhas e gravetos. O material resultante é colocado no Extrator Winkler, onde serão extraídos os organismos num período mínimo de 24h. (Bestelmeyer et al., 2000).

O *pitfall trap* ou “armadilha de queda” consiste, em geral, num recipiente plástico no qual diâmetro e profundidade variam, enterrado ao nível do solo com cerca de 1/3 do volume preenchido com um líquido que serve para matar e conservar os animais capturados. É importante destacar que o diâmetro da armadilha interfere na eficiência de captura (Parr;Chown, 2001).

O material coletado foi triado e posteriormente enviado para o Instituto Butantan, onde foi identificado e o testemunho está depositado na Coleção Aracnológica do Instituto Butantan, São Paulo (IBSP, curador: A.D. Brescovit).

Análise dos Dados

O Procedimento de Permutação de Resposta Multipla - MRPP (PcOrd: McCune e Mefford, 1999) foi utilizado para testar se há diferenças entre os métodos de coleta, em relação a composição de espécies de aranhas (*Euclidean – Pythagorean distance*) os valores foram padronizados ($n/soma(n)$) pelo programa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao total foram coletadas 291 aranhas, classificadas em 19 espécies e distribuídas em 18 famílias, pelos dois métodos de coletas.

No método do extrator Winkler, foi coletado um total de 173 indivíduos, distribuídos em 8 famílias. As mais abundantes foram: Theridiidae (52,02%), Ctenidae (14,4%), Salticidae (11,5%), Oonopidae (9,25%). Já com o pitfall trap, foram coletadas 118 aranhas, distribuídas em 10 famílias, sendo as mais abundantes: Theridiidae (41,53%), Oonopidae (17,80%), Linyphiidae (11,8%), Ctenidae (9,3%). Em estudos realizados em fragmentos de Mata Atlântica, Benati *et al.* (2010), Carvalho *et. al* (2010), utilizando o pitfall trap, as famílias mais presentes foram: Ctenidae, Oonopidae, Salticidae e Theridiidae, que no entanto foram mais coletadas por extrator Winkler, nesse estudo.

As famílias Actinopodidae (n= 4) e Pholcidae (n=2), ocorreram exclusivamente na coleta com o extrator Winkler. As Actinopodidae são indivíduos de hábitos noturno, que habitam o solo e são errantes, ou seja, são organismos que se deslocam no ambiente. De acordo com Dias *et al.* 2010 são aranhas facilmente coletadas com pitfall trap, porém nesse estudo foram capturadas apenas pelo método do extrator Winkler, provavelmente foram capturadas enquanto se deslocavam. Entretanto, as Pholcidae, que são aranhas de hábitos diurnos e construtoras de teia, podem ter sido coletadas pelo extrator Winkler por esses motivos, já que, além das características citadas, elas constroem teias entre as folhas (Dias et al.2010) o que fortalece a razão de seu aparecimento, pois a serrapilheira é constituída por folhas e a amostragem ocorreu durante o período diurno. Não houve famílias exclusivas utilizando o *pitfall*.

As espécies mais abundantes coletadas por ambos os métodos foram: *Coleosoma floridanum* (48,2%), *Ischnothyreus peltifer* (10,4%), *Lepthyphantes* sp.1 (7,6%), *Salticidae* sp.3 (6,7%). Com o extrator winkler, foram coletados 65 indivíduos adultos, distribuídos em 9 espécies, sendo as mais abundantes: *Coleosoma floridanum* (40%) e *Ischnothyreus peltifer* (18,4%). Com o *pitfall trap*, foram coletados 78 indivíduos, distribuídos em 10 espécies, das quais as mais abundantes foram: *Coleosoma floridanum* (55%) e *Lepthyphantes* sp.1 (8,9%).

Das espécies identificadas, 3 foram exclusivas do extrator Winkler e 5, exclusivas do *pitfall*. No entanto, não houve diferença significativa ao comparar a composição de espécies entre os dois métodos (MRPP: A= 0.000686550, T= -0.81598395, p= 0.15877046). Esses resultados indicam que para o presente estudo, o pitfall e o extrator Winkler tiveram eficiências semelhantes na captura de aranhas de serrapilheira, ou seja, não houve destaque de um método específico. Apesar do estudo realizado por Carvalho *et. al* (2010), comparando pitfall trap e extrator Winkler em fragmento de Mata Atlântica, mostrar que o pitfall foi o método mais eficiente em relação ao extrator quanto à riqueza de espécies. É relevante ressaltar que a composição de espécies de aranhas encontradas em ambos os estudos

divergiram. No presente estudo, as espécies coletadas foram em sua maioria generalistas, ou seja, são aranhas que conseguem viver em ambientes muitas vezes empobrecidos, o que nos permite inferir que o fragmento estudado encontra-se depauperado.

CONCLUSÃO

Não houve diferenças significativas na eficiência de captura pelo extrator winkler e pitfall trap. A variação na composição de aranhas de serapilheira em ambos os métodos não foi expressiva, ou seja, com este estudo pode-se sugerir que utilizando um método ou outro, os resultados obtidos não serão tão diferentes. Contudo, a aplicação de apenas um dos métodos de coleta pode deixar de capturar algumas espécies, que seriam capturadas pelo outro. As características do fragmento também podem ter contribuído para este resultado. A amostragem também não foi extensa, o que pode ter sido outro fator influente, logo, sugere-se ampliar o esforço amostral para que se possa ter repostas mais robustas.

REFERÊNCIAS

- BARREIROS, J.A.P.; PINTO-DA-ROCHA, R.; BONALDO, A.B. Abundância e fenologia de *Cryptocellus simonis* Hansen & Sorensen, 1904 (Ricinulei, Arachnida) na serapilheira do Bosque Rodrigues Alves, Belém, Pará Brasil, com a comparação de três técnicas de coleta. *Biota Neotropica*, 5:69-77. 2005.
- BENATI, K.R.; PERES, M.C.L.; TINÔCO, M.S. The influence of small Atlantic Forest remnants structural complexity on the leaf litter spider species composition on Salvador, Bahia, Brasil. **In: 17th International Congress of Arachnology**. São Pedro – SP. 2007.
- BENATI, K.R.; PERES, M.C.L.; TINÔCO, M.S; BRESCOVIT, A.D. Influência da estrutura do habitat sobre as aranhas (Araneae) de serrapilheira em dois pequenos fragmentos de Mata Atlântica. *Neotropical Biology and Conservation*, 5(1):39-46. 2010.
- BESTELMEYER, B.T., D. AGOSTI, F. LEEANNE, T. ALONSO, C.R.F. BRANDÃO, W.L. BROWN, J.H.C. DELABIE & R. SILVESTRE. Field techniques for the study of ground-living ants: An Overview, description, and evaluation, p. 122-144. In D. Agosti, J.D. Majer, A. Tennant & T. de Schultz (eds), **Ants: standart methods for measuring and monitoring biodiversity**. Smithsonian Institution Press, Washington, 280p. 2000.
- BARBOSA, J. H. C. & FARIA, S. M. Aporte de serrapilheira ao solo em estágios sucessionais florestais na Reserva Biológica de Poço das Antas, RJ. **Rodriguésia. Brasil**: v. 57, n. 3, p. 461-476, 2006.

CARVALHO, D.M.; PERES, M.C.L.; DIAS, M.A.; QUEIROZ, M.C.R.; FERREIRA, T.T. 2010. Araneofauna de serapilheira em um fragmento de Mata Atlântica do nordeste brasileiro: estudo comparativo entre dois métodos de coleta. **Neotropical Biology and Conservation**, 5(2):93-100.

CODDINGTON, J.A. & LEVI, H.W. Systematics and evolution of spiders (Araneae). **Annual Review of Ecology and Systematics**. 22:565–592. 1991.

CHURCHILL, T.B.; ARTHUR, M.J. Measuring spider richness: effects of different sampling methods and spatial and temporal scales. **Journal of Insect Conservation**, 3:287-295. 1999.

DIAS SC.; BONALDO AB.; CARVALHO L.S.; BRESCOVIT AD. Refining the establishment of guilds in Neotropical spiders (Arachnida: Araneae) **Journal of Natural History** Vol. 44, Nos. 3–4, 219–239. 2010.

FACCELLI, J.M. & PICKETT, S.T.A. Plant litter: its dynamics and effects on plant community structure. **The Botanical Review**. 57:1-32. 1991.

HÖFER, H.; HANAGARTH, W.; GARCIA, M.; MARTIUS, C.; FRANKLIN, E.; RÖMBKE, J.; BECK, L. Structure and function of soil fauna communities in Amazonian anthropogenic and natural ecosystems. **Euro Journal Soil Biology**. 37: 229-235. 2001.

INDICATTI, R.P.; CANDIANI, D.F.; BRESCOVIT, A.D.; JAPYASSÚ, H.F. Diversidade de aranhas de solo (Arachnida, Araneae) na bacia do Reservatório do Guarapiranga, São Paulo, São Paulo, Brasil. **Biota Neotropica**, 5(n1A). 2005.

MATA ATLÂNTICA: biodiversidade, ameaças e perspectivas. Fundação SOS Mata Atlântica - Belo Horizonte: **Conservação Internacional, Centro de Ciências Aplicadas à Biodiversidade**, 2005.

PARR, C.L. & CHOWN, S.L. Inventory and bioindicator sampling: Testing pitfall and Winkler methods with ants in a South African savanna. **Journal of Insect Conservation**, v.5, p.27–36. 2001.

SCHUMACHER, M. V. et al. Produção de serapilheira em uma floresta de Araucaria angustifolia (Bertol) Kuntze no município de Pinhal Grande-RS. **Revista Árvore**, v.28, p.29-37, 2004.

SOUZA, A.L.T. 2007. Influência da estrutura do habitat na abundância e diversidade de aranhas. In: Gonzaga, M.O., Santos, A. & Japyassú, H.F. **Ecologia e Comportamento de Aranhas**. Editora Interciência, Rio de Janeiro. 2007.

TABARELLI, M., J.M.C. SILVA, A.M.M. SANTOS & A. VICENTE. Análise de representatividade das unidades de conservação de uso direto e indireto na caatinga. **Relatório do Projeto Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da biodiversidade da Caatinga**, Petrolina, Brasil. 2000.

TIMOTHY, T. WORK.; CHRISTOPHER M. BUDDLE.; LUISIANA M. KORINUS.; JOHN R. SPENCE. Pitfall Trap Size and Capture of Three Taxa of Litter-Dwelling Arthropods:

Implications for Biodiversity Studies. **Entomological Society of America. Environ. Entomol.** 31(3): 438-448. 2002.

TOURINHO, A. L. M. 2007. Padrões de distribuição e fatores condicionantes da riqueza e composição de opiliões na várzea do Rio Amazonas–Brasil (Arachnida, Opiliones). **Tese.** 2007.

UETZ, G.W.; UNZICKER, J.D. Pitfall trapping in ecological studies of wandering spiders. **Journal of Arachology**, 3:101-111. 1976.

WISE, D.H. *Spiders in ecological webs*. **Cambridge, Cambridge University Press**, 328 p. 1993.

WORLD SPIDER CATALOG. **Disponível em:** <<http://www.wsc.nmbe.ch/statistics/>>. Acesso em: 19 fev 2017.

FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DE ESTUDANTES DE CLASSES POPULARES, DO ENSINO BÁSICO, NO BRASIL E PORTUGAL: EM BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Clara Maria Almeida Rios¹

RESUMO

Esse ensaio tem como objetivos apresentar dados e refletir sobre os resultados de pesquisas realizadas no Brasil, Inglaterra, Portugal e outros países, acerca dos fatores associados ao desempenho e abandono escolar de estudantes de classes populares. Resultados esses, que foram obtidos mediante revisão da literatura. O texto discute as consequências deste fenômeno, que ocorre mundialmente, embora em índices diferenciados, mas que repercute negativamente, tanto no âmbito pessoal/individual, quanto no âmbito social. A autora deseja retomar e socializar conhecimentos construídos por pesquisadores nacionais e internacionais, envolvendo a tríade: Família- Educando-Escola. As pesquisas realizadas, que serão aqui mencionadas, tiveram como foco, identificar quais fatores familiares, individuais e escolares estão correlacionados ao desempenho e ao abandono escolar de estudantes de classes populares. (RUMBERGER; LIM, 2008 *apud* SOARES, et al, 2015); (VASCONCELOS, 2003). Nessa oportunidade, considera-se também pertinente apresentar uma análise comparativa dos dados apontados no Brasil e em Portugal, sobre o fenômeno em pauta. Este ensaio contém informações acerca da identidade da autora, destacando vivências familiares e profissionais, as quais contribuíram para a construção do seu objeto de estudo e ingresso no Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica de Salvador. A autora tece comentários acerca da metodologia de pesquisa que considera mais adequada às Ciências Sociais, destacando a importância da abordagem bioecológica do desenvolvimento humano, (BRONFENBRENNER, 1979, 1996 *apud* KOLLER, 2010) por possibilitar uma investigação sistêmica, capaz de contemplar, simultaneamente, várias dimensões do fenômeno a ser estudado; principalmente quando o estudo envolve família.

Dialoga sobre as categorias teóricas, pertinentes às respectivas pesquisas, destacando as características da Sociedade Contemporânea e as novas estruturas e configurações familiares, específicas da sociedade hodierna, as quais surgiram em decorrência do próprio processo histórico-social. (PETZOL; 1996 *apud* GOMES, 2015). Ressalta ainda, as consequências de tais mudanças para o convívio e para a construção de diferentes formas de relações interpessoais; tanto no âmbito familiar quanto no âmbito social. Reporta-se aos teóricos e estudiosos específicos do tema em estudo e ratifica a importância e a permanência da família como *locus* essencial à formação humana (PEIXOTO; CICCHELLI, 2000 *apud* ENGELMANN; PETRINI, 20016). Por fim, tece considerações acerca da discussão apresentada, enfatizando a análise comparativa referente aos dados obtidos acerca do abandono escolar no Brasil e Portugal. Espera-se que este artigo possa contribuir para a ampliação de conhecimentos dos leitores e para mobilização de novas pesquisas acerca da importância da família, para a formação de cidadãos do mundo e para a sociedade; independente da sua estrutura e configuração.

¹ Pedagoga, Psicopedagoga, Mestra em Educação e Contemporaneidade (UNEB), aluna do Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Família na Sociedade Contemporânea - Universidade Católica de Salvador (UCSAL). E-mail: clara.ensinomedio@yahoo.com.br.

Palavras-chave: Família. Educação. Abandono Escolar. Classes Populares. Desempenho Escolar. Exclusão.

ABSTRACT

This essay aims to present data and reflect about the results of researches conducted in Brazil, England, Portugal and other countries concerning on the factors associated with the performance and drop out of students of popular classes. These results were obtained by reviewing the literature. The text discusses the consequences of this phenomenon, which occurs worldwide, although in differentiated indexes, but that has negative repercussions, both in the personal / individual scope and in the social sphere. The author wants to retake and socialize knowledge built by national and international researchers, involving the triad: Family-Teaching-School. The surveys performed, which will be mentioned here, focused on identifying which family, individual and school factors are correlated with the performance and dropout rate of students from popular classes. (RUMBERGER; LIM, 2008 *apud* SOARES et al, 2015); (VASCONCELOS, 2003). In this opportunity, it is also considered relevant to present a comparative analysis of the data pointed out in Brazil and Portugal, about the phenomenon in question. This essay contains information about the author's identity, highlighting family and professional experiences, which contributed to the construction of her object of study and admission to the Doctorate- Postgraduate Program in Family at the Contemporary Society of the Catholic University of Salvador. The author comments about the research methodology, she considers most appropriate to the social Science Highlighting the importance of the bioecological approach to human development, (BRONFENBRENNER, 1979, 1996, *apud* KOLLER, 2010) for enabling a systemic investigation, capable of simultaneously contemplating several dimensions of the phenomenon to be studied; especially when the study involves family. Discusses the theoretical categories pertinent to their research, highlighting the characteristics of Contemporary Society and the new family structures and configurations specific to modern society, which emerged as a result of the historical-social process itself. (PETZOL, 1996 *apud* GOMES, 2015). It also emphasizes the consequences of such changes for the conviviality and the construction of different forms of interpersonal relationships; both within the family and in the social sphere. It refers to the specific theorists and scholars of the topic under study and ratifies the importance and permanence of the family as an essential locus for human formation (PEIXOTO; CICCHELLI, 2000 *apud* ENGELMANN; PETRINI, 20016). Finally, it analyzes the presented discussion, emphasizing the comparative analysis of data obtained about school dropout in Brazil and Portugal. It is hoped that this article may contribute to the expansion of readers' knowledge and to mobilize new research about the importance of the family, for the formation of citizens of the world and for society; Regardless of its structure and configuration.

Keywords: Family. Education. School Dropout. Popular Classes. School Performance. Exclusion.

1 INTRODUÇÃO

Irmão, conheces alguém que realizou grandes feitos sem ter um grande sonho? (...) sê um bravo sonhador! Conscientiza que teu sonho é onipotente! Ao conscientizares que és onipotente, realmente o serás (...).

(Massaharu Taniguchi)

A problemática do abandono escolar tem sido foco de interesse de inúmeros pesquisadores e também da UNESCO, pelo duplo impacto causado: ao educando que, ao constituir este fenômeno, torna-se impossibilitado de ascender socialmente e, ao mesmo

tempo, emperra o crescimento e o desenvolvimento da sociedade na qual se encontra inserido (VASCONCELOS, 2015). À priori, percebe-se que este é um tema de grande relevância social, e por isso, tem sido estudado, analisado e discutido em diferentes culturas e contextos. Contudo, ainda carece de olhar cuidadoso e investigação apurada, a fim de interpretá-lo corretamente, de acordo com cada realidade estudada, para criar estratégias que possibilitem minimizar e/ou sanar a existência deste fenômeno social, complexo e sistêmico que abarca inúmeros fatores e prejudica os atores sociais e a sociedade, como um todo.

Para uma melhor elucidação sobre as intenções e desejos que motivaram a elaboração do presente texto, faz-se necessário apresentar algumas referências subjacentes à identidade² da autora, as quais são consideradas extremamente relevantes, pois situa o leitor no tempo, no espaço e na “cultura” de quem fala, possibilitando assim uma melhor comunicação. O sujeito que fala, fala sempre a partir de uma posição histórica e cultural específica. (HALL, 1990, *apud* SILVA, 2000).

Cabe salientar que, “cultura” é aqui considerada como:

[...] a totalidade dos produtos materiais e espirituais do homem em um período determinado e em uma determinada nação (cultura nacional), ou no sentido mais amplo, abarcando a totalidade do gênero humano (cultura universal), ou enfim no sentido de uma parte isolada da humanidade em escala supranacional (neste último caso o critério pode ser territorial, mas pode também basear-se em uma comunidade de língua, religião, ideias, símbolos, crenças, práticas sociais, e comportamentos, aprendidos de geração em geração, através da vida em sociedade. (SCHAFF, 2001).

Nesse sentido, vale destacar que a pesquisadora e autora deste ensaio é oriunda de uma família de camponeses nordestinos, domiciliados no interior do Estado da Bahia, no Município de Mairi³ - BA, região do polígono das secas.

Quanto ao seu percurso acadêmico, é importante mencionar que foi alfabetizada em casa, pelos próprios pais, que mesmo sem escolaridade, possuíam visão ampla de mundo e valorizavam a importância dos estudos, projetando sempre um futuro acadêmico promissor para os seus filhos.

² Identidade significa o ponto de encontro, o ponto de *sutura* entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos discursos particulares, e por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar.” As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições -de- sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. (HALL, *apud* SILVA, 2000, p. 111-112). Na linguagem do senso comum, identidade significa reconhecimento de alguma origem comum, de características, hábitos, costumes e ideais que são partilhados entre pessoas ou grupo de pessoas de um determinado espaço geográfico. (SILVA, 2000, p. 105-106).

³ Mairi/BA, pequena cidade localizada no centro-norte Baiano, com clima semi-árido e seco, temperatura média de 23° 6 C (graus centígrados), população estimada no município, em 2010, de 19.259 habitantes, com uma área de 906 Km², distante 284 Km de Salvador/BA. (Fonte IBGE - Censo Demográfico 2010).

Cabe ressaltar que, tanto a história de vida, marcada pelo desejo incessante de construir conhecimentos, *atitude construída mediante estímulo existente no próprio ambiente familiar*, quanto o exercício profissional e trajetória acadêmica, contribuíram para que, no momento, se debruçasse a estudar, na tentativa de identificar quais fatores familiares estão associados ao abandono escolar de estudantes de classes populares, do Ensino Básico, no Brasil e Portugal.

Essa identificação se respalda, essencialmente, pelo fato da pesquisadora, em seu percurso acadêmico e profissional, sempre dedicada à Educação, com experiência de atuação como Professora e Coordenadora Pedagógica, tanto na Educação Básica, como no Ensino Superior, atuando na rede privada e pública de ensino, em Salvador.

Por conta de ter acompanhado o percurso acadêmico de estudantes de classes populares, do Ensino Fundamental II, convivendo com inúmeros desafios, e situações-problemas, referentes à tríade: **educando/família/escola**, a autora sentiu-se motivada a buscar respostas para seus questionamentos e indagações sobre as relações de interdependência, intercessões, concepções, percepções e diálogos existentes neste tripé, os quais poderão contribuir ou interferir na trajetória acadêmica de estudantes, em diferentes contextos.

Cabe ressaltar que os estudos encontrados, mediante revisão de literatura e levantamento das publicações existentes sobre o assunto, inclusive no banco de produções científicas da Capes, possibilitou a constatação de que há trabalhos realizados nesta área, tanto no Brasil, como em Portugal, na Inglaterra e noutros países. Porém, a literatura ainda é escassa e os resultados variam, de acordo com a subjetividade e método utilizado pelo pesquisador, assim como contexto sócio político e econômico, nos quais os estudos foram realizados.

Com base nos dados do Scielo e Google Acadêmico, percebe-se que foram desenvolvidas pesquisas acerca desta problemática, desde o ano de 2000, até 2015. Porém, com foco no ambiente familiar e o desempenho acadêmico de estudantes, contemplando diversas etapas escolares.

Ferreira e Marturano (2002) realizaram uma pesquisa com objetivo de analisar a associação de comportamentos externalizantes, que se desenvolvem em contextos de adversidade ambiental, em crianças com desempenho escolar baixo. Participaram deste estudo, meninos e meninas, com idades entre sete e onze anos, encaminhados para atendimento por dificuldades escolares. Do total de 141 crianças, formaram-se dois grupos extremos de acordo com as pontuações na Escala Comportamental Infantil: G1 (crianças sem problema de comportamento, n= 30) e G2 (crianças com problema de comportamento, n= 37).

As mães foram entrevistadas, obtendo-se informações sobre recursos e adversidades do ambiente familiar. Os resultados indicaram que o ambiente familiar de G2 apresentou menos recursos e maior adversidade, incluindo problemas nas relações interpessoais, falhas parentais quanto à supervisão, monitoramento e suporte, indícios de menor investimento dos pais no desenvolvimento da criança, práticas punitivas e modelos adultos agressivos.

As dificuldades escolares aumentaram a vulnerabilidade da criança para inadaptação psicossocial. Enfatizou-se a importância de incluir a família em intervenções preventivas voltadas para essa clientela.

Cia, Barham (2004) realizaram uma pesquisa com o objetivo de estudar o impacto da qualidade do relacionamento entre pai e filho sobre o desempenho acadêmico de crianças. Participaram do estudo 58 pais e seus filhos da 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental. Os pais preencheram o questionário Qualidade da interação familiar na visão paterna e os filhos preencheram o questionário Interação pai-filho. Para investigar como o envolvimento dos pais afetou o desempenho acadêmico dos seus filhos, as crianças foram avaliadas com o Teste de Desempenho Escolar. Observou-se que, quanto maior a frequência de comunicações entre pai e filho e quanto maior o envolvimento dos pais nas atividades escolares, culturais e de lazer do filho, melhor o desempenho acadêmico dos educandos.

Cia, D´Affonseca e Barham (2004) realizaram uma pesquisa para analisar a relação de uma das dimensões do envolvimento parental, as atitudes em relação ao desempenho acadêmico, com o autoconceito, a autoestima e as orientações motivacionais em adolescentes que frequentavam o 3º ciclo do ensino básico. Participaram no estudo 320 alunos do 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, de duas escolas. As análises correlacionais mostraram que as atitudes parentais, centradas nos processos de aprendizagem se relacionaram positivamente com o desempenho acadêmico dos educandos. Os resultados deste estudo permitiram ainda, evidenciar que os estudantes, cujos pais se concentraram predominantemente no processo de aprendizagem, apresentaram valores mais elevados para a autoestima e auto-conceito acadêmico.

De acordo com as pesquisas de (LAHIRE, 2004) pode-se afirmar que para compreender comportamentos e resultados escolares é imprescindível reconstruir a rede de relações familiares dos estudantes em questão. Além disso, ele acredita os esquemas comportamentais, cognitivos e de avaliação das crianças são constituídos a partir das relações com as pessoas que estão constantemente a sua volta, o que é caso de suas famílias. Ou seja, os traços que vemos como individuais são na realidade formados através das relações entre a criança e o mundo que a cerca, através de sua socialização com este

mundo desde a sua primeira infância. O autor afirma que para entender as “condições de existência” de uma pessoa é necessário antes compreender suas “condições de coexistência”. Os indivíduos internalizariam aspectos de sua vivência como propriedades, capitais ou recursos e então construiriam a sua relação com o mundo. Daí a pluralidade de formas individuais de sentir e viver.

Ele aponta como grande causa para os fracassos escolares a solidão dos alunos, ou a falta de estímulos familiares, em relação ao seu universo escolar. As dificuldades que algumas crianças encontram na escola são enfrentadas por elas de modo solitário, mesmo quando retornam às suas casas e às suas famílias.

Cia e Barham (2007) realizaram uma pesquisa que objetivou comparar o envolvimento materno de crianças que residiam com a mãe e com ambos os pais e o desempenho acadêmico de crianças que viviam nestes dois contextos, relacionando a frequência de envolvimento materno com o desempenho acadêmico das crianças. Esse estudo foi realizado com 30 crianças, com idades entre nove e 11 anos, que cursavam a 3ª e 4ª Séries do Ensino Fundamental. A metade deles convivia em famílias monoparentais e metade com ambos os pais.

Os resultados mostraram que houve diferenças significativas no envolvimento materno nos dois grupos. Além disso, o envolvimento materno no grupo monoparental apresentou uma relação muito maior com o desempenho escolar de seus filhos do que no grupo biparental.

A pesquisa de Guidetti e Martinelli (2007) teve como objetivo analisar os recursos materiais e humanos do ambiente familiar, mediante relatos dos familiares e os suportes e recursos do ambiente familiar, mediante relatos das crianças do Ensino Fundamental, para verificar se os diferentes níveis de compreensão em leitura e escrita correspondiam às diferenças de recursos utilizados no ambiente familiar.

O *locus* da pesquisa constou de três escolas Municipais do Estado de São Paulo, perfazendo um total de 148 crianças e respectivos familiares. Eram crianças de ambos os sexos, com idades entre 8 e 12 anos. Este estudo evidenciou uma relação nítida entre os recursos do ambiente familiar e o desempenho escolar infantil.

Fabiana Cia e Carlos Williams Jacques Morais (2008) realizaram uma pesquisa com o objetivo de estudar a relação entre o envolvimento dos pais na educação e desempenho acadêmico dos filhos. Os resultados deste estudo indicaram provável importância do envolvimento positivo dos pais no desenvolvimento social e desempenho escolar dos filhos. Além disso, verificaram que quanto maior a frequência de comunicação e participação dos

pais nas atividades escolares, culturais e de lazer dos filhos, menor será o índice de hiperatividade e de problemas de comportamento apresentados. Contudo, destacaram a necessidade da realização de estudos acerca desse fenômeno complexo e multideterminado.

Segundo Gomes (2015) a pesquisa de Salvador, realizada em (2007) verificou as interações entre pais e filhos, procurando identificar as relações existentes entre as seguintes variáveis: práticas educativas parentais, envolvimento dos pais nas tarefas escolares de seus filhos, envolvimento dos filhos em suas tarefas escolares, sintomas depressivos dos filhos e desempenho acadêmico. Participaram desta pesquisa 348 adolescentes de 6^a, 7^a e 8^a séries de escolas públicas e particulares de Curitiba. Os estudos constataram que há uma relação positiva e bastante significativa entre as práticas parentais e as variáveis supracitadas, especialmente o desempenho acadêmico, que se mostrou fortemente correlacionado com as eleitas para o estudo.

A análise qualitativa apresentou convergência com os resultados quantitativos e adicionou detalhes importantes, constatando-se, por exemplo, que houve predominância de práticas parentais coercitivas na família de um adolescente com baixo desempenho acadêmico, e predominância de práticas parentais não-coercitivas nas famílias de dois adolescentes com alto desempenho acadêmico.

A revisão da literatura possibilitou comprovar que as pesquisas existentes nesta área englobam inúmeros fatores, obtendo-se resultados diversos, a depender do objetivo de cada pesquisa, da experiência do pesquisador, do contexto e da metodologia utilizada.

Considerando que a capacidade de produção/construção de conhecimentos e saberes, uso da razão e emoção, desejos e capacidade de fazer escolhas, são comportamentos essencialmente humanos, os quais justificam a própria humanidade (ARENDDT, 2003), compreende-se que, a pesquisa científica consiste em contemplar todas essas peculiaridades do SER humano. Significa mobilizar esforços para atendimento ao ser desejante, existente em cada um de nós.

Como em qualquer estudo, as categorias teóricas antecedem às categorias de análise, torna-se oportuno mencionar as categorias teóricas relacionadas a esta discussão, a saber:

Sociedade contemporânea - refere-se à sociedade hodierna, na qual estamos inseridos. Segundo (HOBSBAWM, 1995), é uma sociedade que encontra-se permeada pelo processo de desumanização, egoísmo e exploração alarmante, do homem pelo próprio homem, pelo fato de ter herdado uma geração do século XX, que foi o período mais catastrófico da humanidade, devido ao grande número de conflitos e guerras vivenciadas. Caracterizada pelo processo de globalização e pelo capitalismo selvagem, que gera exclusões

e desigualdades sociais de diversas ordens. É sistêmica e complexa, segundo (MORIN, 2000); uma sociedade denominada, por Schaff (2001) como “sociedade informática”, “sociedade do conhecimento”, marcada pelo avanço tecnológico informatizado, que exige a formação de “cidadãos do mundo”, com capacidade de adaptação às mudanças, incertezas e novos modos de vida, que surgem em decorrência destes avanços e da inter-relação entre o local e global, os quais afetam o modo como aprendemos, educamos, nos relacionamos e nos organizamos.

Família - diante deste cenário social supracitado, o tema Família tem sido de grande interesse das Ciências Sociais, considerando que no processo histórico-social da humanidade, a Família tem passado por mudanças substanciais no que diz respeito à sua configuração, estrutura e valores, em decorrência da própria dinâmica sócio-cultural.

Contudo, cabe ressaltar que a família é a base da sociedade, ainda que passe por toda e qualquer modificação, a família não desaparece, como pensaram alguns teóricos, mas muda de sentido (PETRINI, 2015). Apesar das inúmeras alterações que a família vem passando, ela permanece como local privilegiado e essencial ao processo de formação humana (DONATI, 2008; CARVALHO, 2005 *apud* ENGELMANN; PETRINI, 20016).

Os laços de consanguinidade, os formatos legais de união, o grau de intimidade nas relações, as formas de moradia, o compartilhamento de renda são algumas dessas variáveis que, combinadas, permitem a identificação de inúmeros tipos de famílias (PETZOLD, 1996 *apud* GOMES, 2015).

Mudando os padrões tradicionais familiares, muda-se também a função social de cada indivíduo, o que conseqüentemente, reflete no desempenho de cada sujeito na sociedade, conforme afirma Petrini (2004):

A família participa dos dinamismos próprios das relações sociais e sofre as influências do contexto político, econômico e cultural no qual está imersa. A perda de validade de valores e modelos da tradição e a incerteza a respeito das novas propostas que se apresentam, desafiam a família a conviver com certa fluidez e abrem um leque de possibilidades que valorizam a criatividade numa dinâmica do tipo tentativa de acerto/erro. A família contemporânea caracteriza-se por uma grande variedade de forma que documentam a inadequação dos diversos modelos da tradição. (SARACENO, 1997 *APUD* PETRINI, 2004).

Nesse sentido, embora esse trabalho não contemple diretamente em suas análises os tipos de família, cabe apresentar o quadro demonstrativo das tipologias familiares contemporâneas, conforme apresentadas por (CANIÇO *et al.* 2010 *apud* GOMES, 2015).

Quadro1. Tipologias familiares contemporâneas

TIPO	CARACTERÍSTICAS
Família Díade Nuclear	Duas pessoas em relação conjugal sem filhos, não há descendentes comuns nem de relações anteriores de cada elemento.
Família Grávida	Família em que uma mulher se encontra grávida, independente da restante estrutura.
Família Nuclear ou simples	Uma só união entre adultos e um só nível de descendência pais e seu(s) filho(s).
Família Alargada ou Extensa	Co-habitam ascendentes, descendentes e/ou colaterais por consanguinidade ou não, para além de progenitor (es) e/ou filho(s).
Família com prole extensa ou numerosa	Família com crianças e jovens de idades muito diferentes, independentemente da restante estrutura.
Família Reconstruída, Combinada ou Recombinada	Família em que existe uma nova união conjugal, com ou sem descendentes de relações anteriores, de um ou dos dois cônjuges.
Família Homossexual	Família em que existe uma união conjugal entre 2 pessoas do mesmo sexo, independentemente da restante estrutura.
Família Monoparental	Família constituída por um progenitor que co-habita com o(s) seu(s) descendente(s).
Família Dança a Dois	Família constituída por familiares, de sangue ou não, sem relação conjugal ou parental. Exemplo: avó e neto, tia e sobrinha, irmãos, primos e cunhados.
Família Unitária	Família constituída por uma pessoa que vive sozinha, independentemente de relação conjugal, sem co-habitação
Família de Co-habitação	Homens e /ou Mulheres que vivem na mesma habitação sem laços familiares ou conjugais, com ou sem objetivo comum. Exemplo: estudantes universitários, amigos, imigrantes.
Família Comunitária	Família composta por homens e/ou mulheres e seus eventuais descendentes, co-habitando na mesma casa ou em casas próximas. Exemplo: comunidades religiosas, seitas, comunas, ciganos.
Família Hospedeira	Família em que ocorre a colocação temporária de um elemento exterior à família. Exemplo: criança, idoso, amigo, colega.
Família Adotiva	Família que adotou uma ou mais crianças não consanguíneas, com ou sem habitação de filhos biológicos.
Família Consanguínea	Família em que existe uma relação conjugal consanguínea, independentemente da restante estrutura.
Família com Dependente	Família em que um dos elementos é dependente dos cuidados de outros por motivo de doença: acamado, deficiente mental e/ou motor, requerendo apoio.

Família com Fantasma	Família com desaparecimento de um elemento de forma definitiva (falecimento) ou dificilmente reversível, como: divórcio, rapto, desaparecimento, motivo desconhecido, em que o elemento em falta continua presente na dinâmica familiar, dificultando a reorganização familiar e impedindo o desenvolvimento individual dos restantes membros.
Família Acordeão	Família em que um dos cônjuges se ausenta por períodos prolongados ou frequentes. Exemplo: trabalhadores humanitários expatriados, militares em missão, emigrantes de longa duração.
Família Flutuante	Família em que os elementos mudam frequentemente de habitação. Exemplo: progenitores com emprego de localização variável ou em que o progenitor muda frequentemente de parceiro.
Família Descontrolada	Família em que um membro tem problemas crônicos de comportamento por doença ou adição. Exemplo: esquizofrenia, tóxico, dependência, alcoolismo etc
Família Múltipla	Família em que o elemento identificado integra duas ou mais famílias, constituindo agregados diferentes, eventualmente com descendentes em ambos.

Analisando o quadro acima, percebe-se a diversidade de configuração familiar existente na contemporaneidade, o que se torna bastante polêmico estabelecer um conceito de família neste contexto.

Assim, não há uma configuração familiar ideal, porque são inúmeras as combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias contemporâneas: nuclear tradicional, recasada, monoparental, homossexual, dentre outras combinações.

Mesmo diante da dinâmica social que ensejou várias tipologias familiares, ainda permanece a configuração da família tradicional, que diante das mudanças, alguns teóricos sobre o assunto projetaram o seu desaparecimento (PETRINI, 2004). Vale salientar que as informações e concepções citadas acerca das categorias teóricas aqui apresentadas, não se esgotam. Existem inúmeras outras possibilidades de elucidação.

Educação - embora existam várias formas de conceber a educação, considera-se importante ressaltar que:

Educação é aqui considerada como uma *teckné*,⁴ como processo social, histórico e cultural, essencialmente humano, criado para suprir suas próprias necessidades cuja filosofia e concepção varia de acordo com o tempo e o

⁴ *tecknè*: palavra de origem grega, que significa fabricar, produzir, construir. Para Aristóteles, a *tecknè* é um hábito, uma disposição permanente, adquirida e criadora, acompanhada da razão, devendo ser considerada como inerente à condição humana. (ARENDDT, 2003, p. 106 e LIMA JUNIOR, 2003, p. 5)

espaço no qual é realizado. É um ato político, de poder conservador ou transformador da sociedade, a depender de quem a gerencia. (RIOS, 2011).

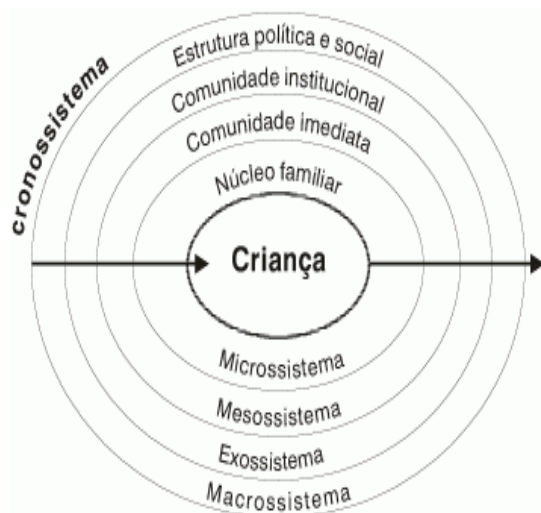
Diante desta concepção, pode-se considerar o processo educativo como essencialmente humana, inacabado, específico dos seres racionais, em processo de evolução.

Abandono escolar- Ato ou efeito do estudante que deixa o curso iniciado, com perspectiva de retorno. Geralmente abandona e retorna no ano seguinte para estudar.

2 ENFOQUES METODOLÓGICOS DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A pesquisa etnográfica é específica das Ciências Sociais e desenvolvida especialmente pelos antropólogos. Caracteriza-se pelo estudo em campo, em convivência diária com os atores que fazem parte do objeto de estudo. Tem sido muito aplicada à educação e denominada por alguns autores como "naturalística" ou "qualitativa", pelo fato de caracterizar-se pelo estudo do fenômeno em seu acontecer natural. Defende uma visão holística dos fenômenos, ou seja, leva em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. Inclusive porque ela fará “[...] uso das técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia, ou seja, observação participada, entrevista intensiva e a análise de documentos”. (ANDRÉ, 1995, p.16). O foco da investigação deve centrar-se na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos e às suas ações. Esta abordagem de pesquisa que tem suas raízes teóricas na fenomenologia (BERGER E LUCKMANN, 1985, *apud* ANDRÉ, 1995), concepção idealista – subjetivista de conhecimento que enfatiza os aspectos subjetivos do sujeito e afirma que a realidade é socialmente construída. Esta corrente teórica deu origem à abordagem qualitativa de pesquisa na qual também estão presentes as ideias do interacionismo simbólico (BLUMER, 1969; *apud* MINAYO, 1993; ANDRÉ, 1995), que assume como pressuposto de que a experiência humana é mediada pela interpretação, a qual não se dá de forma autônoma, mas à medida que o indivíduo interage com o outro. Cabe ressaltar que, as fundamentações teóricas de (BRONFENBRENNER, 1979, 1996 *apud* KOLLER, 2010) são extremamente relevantes como metodologia de pesquisa nas Ciências Sociais. O seu modelo bioecológico do desenvolvimento humano, permite inserir a dimensão cultural e transcultural aos delineamentos de pesquisa e propõe a investigação entre diferentes subculturas e diferentes macrossistemas. Trata-se de uma abordagem sistêmica, que considera todo o contexto dos “sujeitos” pesquisados. Esta abordagem é imprescindível para a pesquisa qualitativa, naturalística, em que o pesquisador não simplesmente verifica hipóteses, mas busca

interpretar e descrever a realidade estudada, integrando-se ao ambiente do fenômeno a ser investigado. Muito utilizada como metodologia em pesquisas que envolvem famílias, por possibilitar a investigação do fenômeno sobre vários aspectos e de forma simultânea. O diagrama a seguir, representa com clareza, o panorama geral sobre a teoria e o modelo bioecológico do desenvolvimento humano na concepção de Iwrie Bronfrenbrenner.



Observando-se o desenho ao lado, fica claro que na concepção do autor, o desenvolvimento humano acontece interligado ao Núcleo Familiar, que ele denomina (Microsistema) à Comunidade Imediata (Mesossistema), à comunidade Institucional (Exossistema) e à Estrutura política e Social, na qual o indivíduo encontra-se inserido (Macrossistema).

Diante desta concepção, a lupa do pesquisador/observador, torna-se ampliada, possibilitando-o uma interpretação mais precisa acerca do respectivo objeto de estudo.

2.1 O ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL E PORTUGAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Segundo Vasconcelos (2013), o abandono e absentismo escolar têm sido alvo de inúmeros estudos, reflexões e preocupações, tanto por parte dos governantes quanto de investigadores das Ciências da Educação, bem como de todos os agentes sociais envolvidos no processo. Em Portugal, Segundo o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo da Assembleia da República, a taxa de abandono escolar precoce, geralmente provocada por insucesso repetido, atingia 28,7% em 2010, quando a média da União Europeia se situa em menos de metade 14,1%. Pais, professores e alunos encontram-se no centro da discussão. Continua-se a registrar uma elevada taxa de abandono escolar em Portugal. Importa, por isso, conhecer os fatores que permitam identificar as suas causas. Há já alguns anos que inúmeros investigadores têm vindo a dedicar-se ao estudo do abandono escolar, procurando perceber quem são estas crianças, adolescentes e jovens que abandonam precocemente a escola, que razões as levam a tomar esta decisão e que consequências têm a nível individual, social e econômico (Monteiro, 2009). Estima-se, com base no relatório da UNESCO (2009), que cerca

de 99 milhões de crianças em abandono e absentismo escolar no Concelho de Ponta Delgada. Apesar de todos os esforços globais para tornarem a educação universal. Quando falamos de abandono escolar, inevitavelmente surgem várias questões ligadas à problemática, como as desigualdades sociais e a exclusão escolar (Monteiro (2009), questões estas importantes para o fenómeno em estudo até porque, segundo Nunes (2000), são os alunos das camadas menos favorecidas, económica, social e culturalmente, que engrossam as estatísticas da repetência e do abandono escolar. Não podemos deixar de pensar na qualidade do apoio familiar e na sua importância para o sucesso académico de uma criança. Segundo o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (PNPAE), 2004, a qualidade do apoio familiar condiciona o percurso académico da criança ou jovem. Refere-se, pois, a atividades e atitudes dos pais, como manifestações de interesse/desinteresse pelo trabalho escolar do seu educando, participação nas atividades escolares, bem como uma boa relação com a escola e com os professores. As expectativas, relativamente ao sucesso/insucesso escolar, poderão estimular a aprendizagem das crianças e jovens ou, pelo contrário, levá-los a um processo de desinteresse pela escola. É importante reforçar a ideia de que as baixas expectativas dos pais, assim como uma supervisão fraca ou inadequada, são variáveis que, segundo o PNPAE (2004), estão fortemente associadas ao abandono escolar. Amado e Freire (2002), *apud* Vasconcelos, (20013) referem como fatores fortemente associados ao desempenho escolar e, por conseguinte, ao abandono precoce da escola, a existência de um ambiente familiar negativo e à falta de apoio familiar. Nesta perspectiva, e com base nos muitos estudos sobre o abandono escolar precoce, podemos desenhar o perfil da criança ou jovem abandonador como alguém proveniente de um meio socioeconómico e cultural desfavorecido e, por isso, com menores oportunidades de desenvolvimento físico, emocional e intelectual. O fenómeno do abandono escolar é visto atualmente como um problema sério, com repercussões negativas não só para o indivíduo como para toda a sociedade, com reflexos no desenvolvimento de todo um país. Torna-se, portanto, nos dias de hoje, urgente a sua análise e prevenção (MONTEIRO, 2009, *apud* VASCONCELOS, 20013).

Segundo Gomes, (2015) a pesquisa de Salvador, realizada em (2007) verificou as interações entre pais e filhos, procurando identificar as relações existentes entre as seguintes variáveis: práticas educativas parentais, envolvimento dos pais nas tarefas escolares de seus filhos, envolvimento dos filhos em suas tarefas escolares, sintomas depressivos dos filhos e desempenho académico. Participaram desta pesquisa 348 adolescentes de 6^a, 7^a e 8^a séries de escolas públicas e particulares de Curitiba. Os estudos constataram que há uma relação positiva e bastante significativa entre as práticas parentais e as variáveis supracitadas.

Especialmente, o desempenho acadêmico, que se mostrou fortemente correlacionado com as variáveis eleitas para o estudo.

A análise qualitativa apresentou convergência com os resultados quantitativos e adicionou detalhes importantes, constatando-se, por exemplo, que houve predominância de práticas parentais coercitivas na família de um adolescente com baixo desempenho acadêmico, e predominância de práticas parentais não-coercitivas nas famílias de dois adolescentes com alto desempenho acadêmico.

Com base nas pesquisas acessadas pela autora acerca do tema em pauta e dados do Ministério da Educação do Brasil, e informe do Instituto Nacional de Estatística, a taxa de abandono escolar desceu em 2015 para 13,7%. Trata-se do valor mais baixo, em comparação com os anos anteriores, e traduz uma redução importante relativamente a 2014. Se considerarmos a evolução dos últimos anos, o abandono escolar caiu para quase metade em cinco anos, passando de 23% em 2011, para os 13,7% em 2015.

Esta taxa mede a percentagem da população, entre 18 e 24 anos, que não concluiu o ensino secundário e que não recebeu qualquer tipo de educação ou formação no ano de referência. No fundo mede o abandono escolar no final do Ensino Básico.

O Ministério da Educação, numa nota distribuída depois de conhecidos estes números, assinalou a evolução favorável desta taxa que, entre 2014 e 2015 e considerou que eles reforçam possibilidade de alcançar, em 2020, um nível não superior a 10% de abandono escolar precoce. Essa meta é a que consta da agenda Estratégia da Europa para a Educação 2020, defendida pela Comissão Europeia.

Os dados de 2016 sobre este indicador e publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), apontam para 14% de jovens entre os 18 anos e os 24 anos sem o ensino secundário completo, a nível nacional, que em 2016 não frequentavam nem ofertas da educação nem outras ofertas equivalentes de formação qualificantes. Portugal, com 17,4%, tinha em 2014, a quarta maior taxa de abandono escolar precoce da União Europeia.

A taxa de abandono precoce de educação e formação vem decrescendo desde 2011, ano em que se fixava em 23%. Portugal comprometeu-se com a meta europeia do programa Horizonte 2020, que preconiza uma taxa de 10% em 2020.

Os dados de 2016 sobre este indicador e publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no seu website, apontam para 14% de jovens entre os 18 anos e os 24 anos sem o ensino secundário completo, a nível nacional, que em 2016 não frequentavam nem ofertas da educação nem outras ofertas equivalentes de formação qualificantes. Portugal, com 17,4%, tinha em 2014 a quarta maior taxa de abandono escolar precoce da União Europeia.

Não constituindo uma variação estatisticamente relevante, esta ligeira subida do abandono escolar precoce tende a refletir, entre outros fatores, a recuperação do mercado de trabalho, e o aumento das taxas de retenção escolar registrado nos últimos anos. A taxa de abandono precoce de educação e formação tem vindo a descer desde 2011, ano em que se fixava em 23%. Portugal comprometeu-se com a meta europeia do programa Horizonte 2020, que preconiza uma taxa de 10% em 2020.

Os dados de 2016 invertem uma tendência de descida que se mantinha desde 2011 e colocam Portugal mais longe de atingir a meta europeia.

O ministério da Educação defende que Portugal continua a registrar níveis preocupantes de abandono escolar, o que reforça a necessidade de prosseguir e reforçar o investimento nas políticas de qualificação dos portugueses, apontando medidas como o programa Qualifica, para educação e qualificação de adultos, o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, reforço do ensino profissional e da ação social escolar e políticas territoriais de combate ao abandono escolar.

O Eurostat coloca Portugal entre os quatro primeiros países, dentro da União Europeia, com a maior taxa de abandono escolar, referente aos jovens da faixa etária entre os 18 e os 24 anos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas vivências, estudos realizados e argumentos supracitados, acerca das inter-relações existentes na tríade “Família –Educação – Escola” e consequências resultantes destes entrelaçamentos, especificamente no que concerne ao fenômeno do abandono escolar, torna-se possível destacar que:

O abandono escolar é um fenômeno mundial, que atinge todas as nações e níveis de ensino, embora apresente taxas mais relevantes nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Quanto aos fatores associados ao referido fenômeno, estudiosos sobre o assunto apontam os mais diversos, a saber: dificuldade econômica dos estudantes, gravidez na adolescência, fatores de ordem individual, familiar, intra/extra – escolares, ou seja, fatores decorrentes de influências da estrutura *micro, meso, exo e macro*, conforme as concepções de (BRONFENBRENNER, 1979, 1996 APUD KOLLER, 2010).

É importante ressaltar que o abandono escolar, contempla inúmeros países, inclusive, os países desenvolvidos. Porém, vale considerar que este fenômeno traduz-se em impedimento ao processo de crescimento e desenvolvimento pessoal e social. Embora existam programas e políticas públicas direcionadas ao combate do abandono e evasão escolar, tanto por parte da UNESCO, como da União Europeia e demais instâncias federais, estaduais e municipais, dos demais países, inclusive no Brasil. Este fenômeno tem permanecido com frequência, especialmente no Brasil e em Portugal. Nesse sentido, embora localizados em territórios distintos, percebe-se semelhanças entre eles, as quais poderão ser mais aprofundadas e esclarecidas, mediante outros estudos que possam vir a ser realizados.

De qualquer forma, torna-se necessário que sejam identificados os fatores mais relevantes da evasão escolar, para que seja estabelecido metas prioritárias de combate à este fenômeno social, que se torna visível, frequente e específico das classes populares.

Diante dos estudos científicos realizados até então, numa abordagem interdisciplinar, com apoio da sociologia, antropologia, psicologia e demais Ciências Sociais, considera-se pertinente perceber que o contexto e a estrutura sócio-política e econômica das sociedades capitalistas, se constituem a partir das exclusões. E o abandono escolar é uma destas formas de exclusão. Portanto, a autora não tem a intenção de concluir a discussão aqui proposta, mas apresentar mais um desafio, expresso a partir dos seguintes questionamentos:

Como incluir a grande maioria de excluídos, numa sociedade capitalista, cujo sustentáculo é a exclusão?

Para onde caminha o futuro da humanidade?

De que forma a Família, a Escola/Academia pode contribuir para a compreensão do sentido da nossa existência?

Enfim, espero que os assuntos aqui abordados sirvam para ampliação do universo cultural dos leitores e para mobilizar os pesquisadores interessados nesta temática do abandono escolar, no sentido de realizarem estudos mais aprofundados sobre os questionamentos apresentados, assim como acerca do tema em pauta.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

ALVARENGA, P. P. Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. **Revista Psicologia: reflexão e crítica**, v. 14, p. 449-460, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0d/prc/v14n3/7832.pdf>>. Acesso em: 15 jul 2016.

ARENDDT, H. **A condição Humana**. (Trad.) Roberta Raposo. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2003.

BACARJI, K. M. G. D.; MARTURANO, E. M.; Elias. Suporte parental: um estudo sobre crianças com queixas escolares. **Revista Psicologia em estudo**, Maringá- PR pdf. Acessado em: 20 jul 2016.

BONETI, L. W. (Coord.) **Educação Exclusão e Cidadania**. Ijuí, RS: Unijuí, 2000.

CIA, F. ; WILLIAMS, C. J. M. Antropologia e educação: breve nota acerca de uma relação necessária. Trabalho apresentado no **III Encontro de Educação do Oeste Paulista**- Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, SP., ago 2001.

CIA, F.; BARHAM, E. J. O envolvimento paterno e o desenvolvimento social de crianças iniciando as atividades escolares. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-74, jan./mar. 2009.

DEMO, P. **Charme da Exclusão Social**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998 (Coleção Polêmicas do nosso tempo: 61).

ENGELMANN, F.; PETRINI, G. **Dádiva, Tempo e Sacrifício**: espaços possibilitadores para satisfação das exigências originais nas relações familiares. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos (Org) **Relações familiares**, VI 2. Curitiba, PR, CRV, 2016.

FERREIRA, M. C. T. ; MATURANO, E. M. **Ambiente Familiar e os Problemas do Comportamento apresentados por Crianças com Baixo Desempenho Escolar**. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2002.

GOMES, J. A. M.. **Relações entre ambiente familiar e desempenho acadêmico**. 2015.232 f. Dissertação de Mestrado-Faculdade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre-MG, 2015.

HOBSBAM, E. **A era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KOLLER, H. S. (Org) . Conversando com Bronfenbrenner. In: KOLLER, Helena Silva, **Ecologia do Desenvolvimento Humano**: Pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**. São Paulo: Ática, 2004.

LIMA JÚNIOR, A. S. de. **Tecnologização do currículo escolar**: um possível significado proposicional e hipertextual do currículo contemporâneo. 2003. 231 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Estado da Bahia, Salvador, 2003.

_____. **Tecnologias Inteligentes e Educação**: currículo hipertextual. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

MARTURANO, E. M. **O inventário de recursos do ambiente familiar**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Brasília, DF, v. 19, n. 03, p. 498-506. 2006. ISSN 1678-7153. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/8637508-19618-2-PB.pdf> Acesso em: 14 out 2016.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2000.

O OBSERVADOR: Taxa de Abandono escolar em Portugal. Disponível em: <<http://observador.pt/2017/02/08/taxa-de-abandono-precoce-na-educacao-e-formacao-sobepara-os-14/>> Acessado em 15 maio 2017.

PETRINI, J. C. A relação nupcial no contexto das mudanças familiares. In: JCQUET, Christiane; COSTA, Livia Fialho (Orgs). **Família em Mudança**. São Paulo, Companhia Ilimitada, 2004.

_____. **Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia**. Memorandum, 8, abr/2005, p. 20-37. Belo Horizonte, UFMG. Disponível em: <http://fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/petrini01.htm>. Acesso em 10 ago 2016.

PORTAL DO MEC/ Relatório, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file>>. Acessado em 07 maio 2017.

REIS, I. G; PEIXOTO, F. **Os meus pais só me criticam: relações entre práticas educativas parentais (perfeccionismo e crítica) e a autoestima, o autoconceito acadêmico**. Instituto Universitário- ISPA /UIPCDE.

RIOS, C. M. A. **A educação de jovens e adultos no contexto contemporâneo da formação continuada de professores e das tecnologias da informação e comunicação**. Salvador, EDUNEB, 2012.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo, SP, 1999. (Coleção os Pensadores).

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre a Ciência**. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHAFF, A. **Sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial**. 4. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2001.

SILVA, L. H..(Org.) **A escola cidadã no contexto da globalização**. 4 ed. Petrópolis, Vozes, 2000.

SILVA, T. T. (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, T. M. et al. Fatores associados ao Abandono Escolar no Ensino Médio Público de Minas Gerais. **Revista de Educação e Pesquisa Faculdade de Educação da USP**. São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0757.pdf>> Acesso em 03 maio 2017.



HABITAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL: RETRATO DA MORADIA EM COMUNIDADE DE RISCO¹

HOUSING AS A SOCIAL RIGHT: PORTRAIT OF RESIDENCES IN THE COMMUNITY OF RISK

Nádia Rangel Cruz Andrade²

RESUMO

Este artigo, baseado na experiência profissional cotidiana da autora, bem como em estudo bibliográfico e coleta de dados em campo, trata das questões que mais nos inquietam a respeito do direito à moradia para pessoas que vivem nas áreas de risco na cidade de Salvador, Ba. Busca analisar quais são os direitos sociais dessas pessoas estabelecidos em lei e o abismo existente entre o que determina a lei que trata sobre habitação de interesse social e o que efetivamente se faz para que ela se cumpra. Além disso, como forma de entender e fazer um retrato da situação da moradia em comunidade de risco, busca compreender como os indivíduos se vêm nesse processo, quais suas perspectivas para o futuro, qual a sua consciência sobre os direitos sociais que envolvem o sistema nacional de habitação e como podem ser acessados. Ao final desse artigo, espera-se fazer uma analogia entre o direito estabelecido em lei e a realidade da vida em comunidades de risco, usando como principal fonte a voz do próprio morador.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação. Moradia. Direitos Sociais. Comunidade de risco.

ABSTRACT

This article, based on the daily professional experience of the author, as well as bibliographical study and data collection on the field, addresses the issues that most concern us about the right to housing for people living in risk areas in the city of Salvador, Ba. It seeks to analyze what are the social rights of these people established in law and the abyss existing between what determines the law that deals with housing of social interest and what is effectively done so that it is fulfilled. In addition, as a way to understand and make a picture of the situation of housing in a community at risk, it seeks to understand how individuals see themselves in this process, what their perspectives for the future, what their awareness of the social rights that involve the national housing system and how they can be accessed. At the end of this article, it is expected to draw an analogy between the established law and the reality of life in communities at risk, using the voice of the resident as the main source.

Keywords: Housing. Home. Social rights. Riskcommunity.

INTRODUÇÃO

Existe hoje na cidade de Salvador, mais de 500 comunidades de risco. Quando falamos em risco estamos nos referindo a locais não propícios à construção de casas, pois

¹ O presente artigo é fruto da experiência profissional da autora em comunidades de risco na cidade de Salvador-Bahia, bem como resultado do estudo bibliográfico e da coleta de dados em campo.

² Assistente Social da Defesa Civil Municipal de Salvador (CODESAL), graduada pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL); autora dos artigos “A Reconfiguração do Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS)”, sob Orientação da Profa. Dra. Ângela Borges – Ago/2014; “A ética atuação do Serviço Social em equipe multidisciplinar junto às famílias cuidadoras de pacientes em cuidados paliativos” – Jul/2015.

estão sujeitas a desastres naturais como desabamento e inundações. As encostas de morros e as beiras de rios são locais considerados como áreas de riscos, onde deve haver um constante monitoramento.

Essas áreas estão crescendo devido a ação irregular do homem contra a natureza, como a alteração de cursos d'água, ocupação de várzeas e encostas, queimadas, produção e deposição inadequada de lixo e desmatamentos, a ausência do poder governamental na efetivação dos direitos estabelecidos em lei para essas populações e o desconhecimento e falta de informação dos moradores dessas comunidades acerca dos riscos e danos ambientais causados por essas intervenções.

Este artigo trata das questões que mais nos inquietam a respeito do direito à moradia para pessoas que vivem nas áreas de risco na cidade de Salvador. Busca analisar quais são os direitos sociais dessas pessoas estabelecidos em lei e o abismo existente entre o que determina a lei sobre habitação de interesse social e o que efetivamente se faz para que ela se cumpra. Além disso, como forma de entender e fazer um retrato da situação da moradia em comunidade de risco, busca compreender como os indivíduos se vêm nesse processo, quais as suas perspectivas para o futuro, qual a sua consciência sobre os direitos sociais que envolvem o sistema nacional de habitação e como podem ser acessados.

No município de Salvador, através da prefeitura municipal, são adotados projetos que visam criar uma parceria entre o poder público e a comunidade, na perspectiva da melhoria de qualidade de vida através da informação e da ação positiva. O foco desses projetos é a capacitação de voluntários da própria comunidade para, em parceria com o poder público, trabalhar na prevenção de desastres e redução de riscos.

Mas essas comunidades não são consideradas de risco apenas pelas condições geográficas e geológicas em que se encontram, mas também porque no interior das mesmas encontra-se um risco tão danoso quanto o físico, o risco social. Está presente, a fome, a miséria, o desemprego, a submissão ao poder paralelo, entre tantas outras coisas que agravam a condição de pobreza dessa população, tornando-a permanente.

No que toca à relevância social, este estudo tem grande importância para os profissionais que pretendem estudar a vida em comunidades de risco, conhecer o trabalho realizado hoje nessas comunidades, bem como propor novas alternativas para o enfrentamento do grave problema da habitação nessas áreas.

Espera-se que os resultados desse estudo possam contribuir de forma positiva para uma nova forma de pensar os moradores de comunidade de risco e as dificuldades que os mesmos encontram para acessar o seu direito à moradia digna.

1 O RETRATO DA MORADIA DE RISCO EM SALVADOR

No Brasil, após a revolução de 1930, presenciamos um crescimento urbano intenso e desordenado, que ocasiona a exclusão sócio-espacial de uma grande maioria da população, principalmente as que vivem em médias e grandes cidades. Este fenômeno tem gerado uma enorme demanda por habitação, emprego e renda e, em contrapartida as políticas governamentais tem se mostrado totalmente ineficientes para atendê-las.

A Lei 11.124 de 16 de junho de 2005³ sancionada pela Presidência da República, dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, e tem entre seus objetivos viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e a habitação digna e sustentável, além de implementar políticas e programas de investimento e subsídios que viabilizem o acesso à habitação para essa população.

Baseada em princípios que envolvem a compatibilidade entre as políticas de habitação nas estâncias federal, estadual e municipal; a moradia digna como direito e vetor da inclusão social; democratização, descentralização, controle social e transparências do processo decisório e a garantia de coibição da especulação imobiliária, a lei estabelece diretrizes que envolvem a priorização de áreas dotadas de infra estrutura, utilização de áreas do poder público para projetos habitacionais de interesse social e quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como de menor renda.

Integram o SNHIS, órgãos e entidades como o Ministério das Cidades, *Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS*, Caixa Econômica Federal - CEF como agente operador do FNHIS e o Conselho das cidades, conselhos, órgãos e instituições públicas, fundações, sociedades, sindicatos, associações comunitárias, cooperativas habitacionais com funções afins com a habitação e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional a atuar no Sistema Financeiro de Habitação – SFH.⁴

Os recursos do SNHIS, são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e outros fundos ou programas incorporados do SNHIS.⁵ Porém a liberação de

³Lei 11.124 de 16/06/2005 - Presidência da República.

⁴ Conforme Art. 5º da mesma Lei

⁵ Conforme Art. 6º da mesma Lei

valores do FAT e FGTS, estão sujeitos às condições estabelecidas pelo Conselho Deliberativo e Conselho Curador, respectivamente.

Porém, existe um abismo entre o que diz a letra da lei e a realidade da habitação para pessoas de menor renda. O que assistimos hoje é uma precariedade no sistema de habitação e um aumento cada dia maior de construções irregulares em áreas de risco, conforme descreve Maricato (1994).

Enquanto isso, a população vem buscando formas alternativas de sobrevivência no meio urbano, ocupando áreas de risco situadas na periferia, com salubridade precária, ambientes miseráveis e com tensões sociais, onde edificam suas moradias feitas de material de baixo custo, geralmente colhidos do lixo como restos de madeiras, papelão, plásticos, espumas, eletrodomésticos, metais e de material de construção. Para sobreviverem nessa precariedade, vem explorando o máximo do meio para garantir sua sobrevivência dentro dos mínimos possíveis, muitas vezes de forma insalubre para eles e predatória para a natureza (MARICATO, 1994, p.15).

Existe hoje na cidade de Salvador, mais de 500 comunidades de risco. Quando falamos em risco estamos nos referindo a locais não propícios à construção de casas, pois estão sujeitas a desastres naturais como desabamento e inundações. Essas áreas estão crescendo devido a ação irregular do homem contra a natureza, como a alteração de cursos d'água, ocupação de várzeas e encostas, queimadas, produção e deposição inadequada de lixo, desmatamentos, dentre outros.

Agrava essa situação, a ausência do poder governamental na efetivação dos direitos estabelecidos em lei para essas populações e o desconhecimento e falta de informação dos moradores dessas comunidades acerca dos riscos e danos ambientais causados por essas intervenções.

Quando se inicia o período chuvoso, tende a aumentar os riscos de inundação e desabamentos de casas e deslizamentos de terra. Em função da condição topográfica da cidade de Salvador, as áreas com maior risco concentravam-se nas regiões próximas a falha geológica que separa a cidade alta e a cidade baixa. A questão das moradias irregulares e desordenadas é um problema das grandes cidades e decorre principalmente do aumento do fluxo migratório campo-cidade.

A prefeitura Municipal de Salvador, através da Defesa Civil Municipal – CODESAL, possui hoje um projeto denominado NUPDEC - Núcleo de Proteção e Defesa Civil, que visa criar uma parceria entre o órgão e os moradores das comunidades de risco, a fim de que os mesmos sejam capacitados para, através do trabalho voluntário, atuar dentro da sua comunidade. As capacitações são realizadas dentro da própria comunidade em igrejas, escolas ou associações e é dividida em três módulos que abordam: defesa civil institucional,

percepção de risco e primeiros socorros. As mesmas são ministradas por assistentes sociais, engenheiros e o Corpo de Bombeiros Militar - CBM.

Durante quatro dias profissionais da área da defesa civil mobilizam a comunidade cadastrando moradores porta a porta para participar das capacitações. Durante seis dias essas capacitações acontecem. O Projeto NUPDEC tem um efeito extremamente positivo para a comunidade, pois leva até eles conhecimento e informação para lidar com as dificuldades que enfrentam cotidianamente nas áreas em que residem. Ao final do NUPDEC é possível identificar lideranças potenciais que poderão dar continuidade ao trabalho do núcleo em suas comunidades.

Embora não se possa questionar o valor desse projeto como ação educativa e informativa para a redução de desastres em áreas de risco, o que se questiona é o alcance do mesmo, haja vista que existem mais de 500 comunidades de risco em Salvador e em 2016, pela falta de capacidade estrutural, apenas 21 dessas foram atendidas, sendo esse número considerado o mais elevado desde a criação do projeto.

Questiona-se, no entanto, a necessidade de obras estruturais que demandam um investimento governamental e que dependem da vontade política dos gestores que, frequentemente, preferem investir em áreas de maior relevância para interesses que são contraditórios aos interesses da população das áreas de risco.

Avaliando os resultados dos dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD⁶, acende-se um alerta para a forma como essas pesquisas são realizadas, pois a mesma é fonte essencial para a análise das condições habitacionais e vai dar suporte à formulação e ao gerenciamento de projetos, planos e políticas públicas de habitação.

Depois do fracasso da política habitacional, conforme relata MASSENA, é que surgiu uma investigação mais articulada sobre as questões básicas ligadas à produção da moradia:

A procura por um entendimento mais abrangente das condições de vida da população levou à elaboração de novos modelos e abriu diferentes perspectivas de estudo sobre o fenômeno habitação. Assim, partindo do conceito de assentamentos humanos, hoje os serviços urbanos e a habitação são entendidos como processos que se relacionam entre si e com o meio ambiente, coparticipantes que são do desenvolvimento sustentável (MASSENA, 2002, p.9).

Esse fracasso está relacionado a um pensamento equivocado de que as políticas públicas podem ser trabalhadas isoladamente, cada projeto atendendo a uma demanda específica. Não se pensa as políticas públicas de forma transversal. No entanto, torna-se

⁶ Ano 2000 e 2001

impossível atender às reais necessidades da população se pensarmos, por exemplo, uma política de habitação sem pensar em saúde, educação, transporte, saneamento básico e outras, pois habitação não contempla somente os serviços prestados dentro da unidade domiciliar mas também em seu entorno.

Em função disso, a PNAD demandou novos requisitos que tem como objetivo a obtenção de dados de fundamental importância para o desenvolvimento de análises de caráter transversal, onde a habitação está associada à saúde, mobilidade, deseconomias locais e a disponibilidade de serviços públicos adquire uma importância impar na redução da pobreza urbana, *“sobretudo numa sociedade onde os recursos são escassos, a renda é concentrada e o mercado de trabalho não cresce”* (MASSENA, 2002).

A realidade da moradia das famílias que vivem nas áreas de risco pesquisadas é a ausência de esgotamento sanitário e drenagem, insalubridade, condições inadequadas de construção, lixo e entulhos descartados indevidamente gerando as mais diversas doenças, falta de segurança e outros fatores que, acrescidos pelos problemas ambientais, nos levam a pensar que os moradores dessas comunidades, para além do risco físico, também vivem em constante risco social e psicológico, afetando o sistema familiar que é a base para uma vida saudável e feliz.

A família funciona como um sistema vivo, de maneira que tudo que acontece a um de seus membros repercute sobre os demais. Assim, os efeitos não se restringem apenas a uma pessoa em particular, mas afetam normalmente todos os demais membros. [...] o cuidado familiar é, portanto, essencial para que a vida em sociedade siga um ritmo harmônico. Os efeitos das pressões sofridas pelas famílias em qualquer que seja a área, estarão presentes em seus membros para sempre (SILVA, 2001, p.27).

Segundo JACOBI (1990), a qualidade da habitação decorre das condições em que o imóvel se encontra e condições inadequadas afetam o bem estar da população. Por isso, *“observa-se uma relação estreita entre doenças respiratórias e gripes e moradias com alta umidade, infiltração e inadequada isolamento e ventilação como é o caso de dormitórios sem janelas”*.

Diante do exposto, questiona-se a contradição entre o que diz a lei sobre viabilizar para população de menor renda a habitação digna e saudável⁷ e o que enfatiza a Política de Habitação de Interesse Social – PHIS⁸ que concebe a moradia digna como direito social,

⁷ Art. 2º da Lei 11.124 de 16 de junho de 2005.

⁸ Título VI – Habitação, Capítulo I da Lei 7400/2008 sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2007

independente de renda, educação, cultura e posição social e o que assistimos na prática e que pode ser visto nos dados relatados abaixo.

2 RESULTADO DA PESQUISA COM MORADORES DE COMUNIDADE DE RISCO

Como resultado da pesquisa realizada, por amostragem, em três comunidades de risco na cidade de Salvador nos bairros de Alto da Terezinha, Sussuarana e Capelinha de São Caetano, foram realizadas durante os meses de abril, maio e junho de 2017, entrevistas com moradores dessas áreas, consideradas pela Defesa Civil Municipal como áreas de risco. A entrevista foi estruturada com seis questões, sendo três abertas e três fechadas. Os resultados dessas entrevistas estão sistematizados nas tabelas abaixo.

TABELA Nº 01

SEXO	
Sexo	<i>f</i>
Masculino	7
Feminino	5
Total	12

FONTE: Comunidades no A. Terezinha, Sussuarana, Capelinha S. Caetano. Salvador-Ba, 2017.1.

Na tabela nº 1 os números indicam que a maioria dos entrevistados são do sexo masculino. Questiona-se a visão de habitação saudável, uma vez que entre os homens é mais comum uma preocupação maior com a parte estrutural da habitação, enquanto as mulheres se preocupam com as condições de localização, higiene e salubridade.

TABELA Nº 02

IDADE	
Idade	<i>f</i>
18 – 30 anos	4
31 – 50 anos	3
Maior de 50 anos	5
Total	12

FONTE: Comunidades no A. Terezinha, Sussuarana, Capelinha S. Caetano. Salvador-Ba, 2017.1.

Na tabela nº 2 os números demonstram que 33,33% dos entrevistados estão com idade entre 18 e 30 anos. 25,00% entre 31 e 50 anos e 41,67% com mais de 50 anos. A variação de faixa etária nos permitiu acessar diferentes gerações de moradores dessas áreas de risco. O que se percebe é que os moradores mais antigos relatam um estilo de vida mais

saudável, com extensas áreas verdes, árvores frutíferas e cachoeiras e riachos, o que evidencia a imensa degradação ambiental existente hoje, enquanto os mais jovens enfatizam mais a presença do tráfico de drogas e ausência de oportunidades de trabalho.

TABELA Nº 03

RENDA FAMILIAR	
Renda	<i>f</i>
Menos de 1 SM	9
1 a 2 SM	3
3 a 4 SM	0
Acima de 5 SM	0
Total	12

FONTE: Comunidades no A. Terezinha, Sussuarana, Capelinha S. Caetano. Salvador-Ba, 2017.1.

Observa-se que, com relação à renda familiar, existe uma concentração de 75% dos entrevistados na faixa de menos de 1 salário mínimo, apenas 25% na faixa entre 1 e 2 salários mínimos e nenhum dos entrevistados nas faixas maiores de renda. Dos 75% com renda menor de um salário, encontramos os beneficiados pelos programas de distribuição de renda do governo federal.

Estes números denotam uma condição financeira precária tornando-se comum, além das privações econômicas, privações de origem social, emocional e cultural, que tendem a se agravar, pois a maioria das pessoas que compõem a renda familiar dos entrevistados, são vítimas da precarização do trabalho, do trabalho informal, da revogação da política salarial e da flexibilização da jornada de trabalho (Borges, 2012)⁹. Portanto, ganham pouco, trabalham muito e não têm garantias.

TABELA Nº 04

COMO SE SENTE VIVENDO EM ÁREA DE RISCO	
Bem estar	<i>f</i>
Bem	5
Muito Bem	0
Mal	7
Muito Mal	0
Total	12

FONTE: Comunidades no A. Terezinha, Sussuarana, Capelinha S. Caetano. Salvador-Ba, 2017.1.

⁹ Para um maior aprofundamento sobre mercado de trabalho, emprego, desigualdades de gênero e faixa etária, ver BORGES, Ângela. O Emprego no Brasil Urbano nos anos 2000: recuperação e reconfiguração. In: Revista em Pauta, v.10, nº 30, p. 17-34, Rio de Janeiro, 2012.

Ao serem questionados sobre como se sentiam vivendo em uma comunidade de risco, 41,67% dos entrevistados responderam que se sentiam bem e 58,33% responderam que se sentiam mal. Os extremos muito bem e muito mal receberam percentual zero. Dos que responderam bem 90% relataram se sentir assim por ter nascido e se criado no local e dos que responderam mal, 60% alegaram a falta de segurança pelo risco de desabamentos e pelo trafico de drogas e 40% pela falta de acesso a serviços públicos adequados. Os serviços mais citados foram transporte, saúde e coleta de lixo. Confirma-se aqui a necessidade de políticas transversais como citado no início deste artigo.

TABELA Nº 05

DESEJO DE DEIXAR DE MORAR EM ÁREA DE RISCO	
Mudança de área	<i>f</i>
Sim	6
Não	6
Total	12

FONTE: Comunidades no A. Terezinha, Sussuarana, Capelinha S. Caetano. Salvador-Ba, 2017.1.

Ao serem questionados sobre o desejo de se mudar para outro local, 50% dos entrevistados disseram sim e 50% dos entrevistados disseram não. A maioria dos que disseram sim relataram a falta de segurança gerada pelo trafico de drogas, a ausência de serviços públicos e a condição de insegurança para quem vive nas encostas por falta de obras de infraestrutura. A maioria dos que disseram não alegaram ser feliz na comunidade, gostar de estar perto da família e dos vizinhos e desejar melhorias para continuar vivendo no local.

Destacam-se aqui dois importantes fatores: para os que disseram não, a importância da rede de apoio e proteção dada pela família, vizinhos e a igreja. Para os que disseram sim, a segurança é muito mais importante no que diz respeito a se distanciar do poder paralelo, do que das áreas de risco de desabamento e alagamento.

TABELA Nº 06

DIREITO A MORADIA FORNECIDA PELO PODER PÚBLICO	
Direito a moradia	<i>f</i>
Sim	10
Não	1
Não sei	1
Total	12

FONTE: Comunidades no A. Terezinha, Sussuarana, Capelinha S. Caetano. Salvador-Ba, 2017.1.

Os números acima demonstram que 83,33% dos entrevistados têm consciência de que tem direito a uma moradia com mais qualidade fornecida pelo poder governamental. Dos 83,33% que responderam que sim 80% alegaram que tinham direito, pois trabalhavam e pagavam impostos. O único morador que respondeu não relatou que não precisava de casa, pois já possuía a sua.

Encontramos aqui uma dicotomia. Embora 83,33% dos entrevistados tenham dito sim para o direito a moradia, 98% deles ao serem questionados sobre saber como alcançar esse direito, responderam que não. Entendemos que essa discrepância pode ser gerada pela falta de informação, baixa escolaridade das comunidades pesquisadas e dificuldade de acesso aos direitos, coisa comumente encontrada nas populações que vivem em comunidade de risco.

TABELA Nº 07

CADASTRO EM PROGRAMA DE HABITAÇÃO	
Minha casa minha vida	<i>f</i>
Sim	2
Não	10
Total	12

FONTE: Comunidades no A. Terezinha, Sussuarana, Capelinha S. Caetano. Salvador-Ba, 2017.1.

Ao serem questionados sobre estarem cadastrados no programa de habitação *Minha Casa Minha Vida*, 16,67% responderam sim e a grande maioria, 83,33%, responderam não.

Os números acima mostram uma contradição entre os resultados da TABELA 04 onde 58,33% dizem se sentir mal vivendo em área de risco e da TABELA 06 onde 83,33% afirmam ter direito a moradia com mais qualidade dada pelo poder governamental. Esses números também reafirmam as observações feitas a respeito dos 98% de entrevistados que alegaram não saber como acessar o direito a moradia fornecida pelo poder público.

3 AS CONTRADIÇÕES DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS

Um relatório produzido em 2015 pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas¹⁰ considera que a falta de moradia adequada constitui grave violação dos direitos humanos, já que interfere na garantia de outros direitos fundamentais para a manutenção de uma vida digna, como segurança e saúde.

¹⁰ Revista RADIS Nº 165, JUN 2016 – Reportagem de capa: Cidadania de papelão

Na maioria das comunidades de risco de Salvador pessoas vivem sob a proteção simbólica de uma casa, pois as condições são tão precárias que os mínimos intempéries da natureza os deixa desabrigados.

Ninguém escolhe viver em áreas risco e é impossível garantir dignidade humana a pessoas que não têm seus direitos efetivados através das políticas públicas que, embora estejam inscritas na lei, não se efetivam na prática.

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV¹¹ tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) e compreende os seguintes subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU e Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.

Em seu Art. 3º, inciso III, esta Lei determina “*prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas*”. Esta determinação, quando vista à luz da realidade relatada nos resultados da pesquisa anteriormente citada, perde totalmente o sentido.

Existem famílias residentes em área de risco, que recebem benefícios assistenciais emergenciais do município nos períodos de chuva, são obrigadas a deixar suas casas durante pelo menos três meses e alguns são retirados definitivamente dos imóveis que serão posteriormente demolidos e estão cadastradas a mais de seis anos no PMCMV sem que exista qualquer previsão de receber um imóvel.

Outros dados da pesquisa confrontam com a forma de adoção do programa e merecem destaque. A grande maioria dos moradores de área de risco, que disseram não estar cadastrados no programa, questionaram a seriedade deste e a falta de fiscalização, pois convivem no cotidiano e tem em suas famílias casos de pessoas que recebem as casas, vendem ou alugam e voltam a residir nas áreas de risco. Também foram identificados casos de pessoas que informam terem sido beneficiadas e recebido o imóvel, porém não terem tido condições de se manter, pois estavam desempregadas e precisavam pagar condomínio e energia.

É necessário uma crítica à forma como as famílias são retiradas dos locais onde já vivem, muitas vezes por 50 anos, para serem levadas a locais distantes e sem qualquer

¹¹ Lei 12.424 de 16/06/2011

infraestrutura básica de serviço público como escolas, farmácias, transporte, postos de saúde, etc.

Há que se considerar também, que essas pessoas quando saem da área de risco, não carregam consigo a rede de proteção e apoio que possuíam como família, vizinhos e a igreja.

Muitos moradores mantêm relação de compadrio e de vizinhança, além de uma identidade comum, embasada na origem, no analfabetismo, no desemprego e na permanente condição de pobreza e, conseqüentemente, na luta cotidiana pela sobrevivência. Poucos, ou quase nenhum dos moradores vivenciaram uma relação diferenciada, prevalecendo o vínculo de trabalho informal e a faixa de rendimentos, com muito esforço, chega a um salário mínimo (SOARES, 2015).

Em função disso, é comum o relato de moradores que dizem terem sido beneficiados, mas que foram morar muito longe e tiveram um gasto muito alto com transporte. As mulheres, principalmente, alegam que para trabalhar deixavam seus filhos com parentes e vizinhos e como eles não foram contemplados não tinha com quem deixar as crianças para ir ao trabalho.

Essas pessoas, por uma questão de sobrevivência, abandonam, alugam ou vendem seus imóveis e voltam para suas comunidades de origem, retornando ao estado de vulnerabilidade e risco físico, ambiental e social, gerando um círculo vicioso que não tem perspectiva de acabar. A reboque, essa população também sofre, de forma perversa, com a especulação imobiliária que acontece em torno dos programas de habitação, promovido por donos de construtoras e comerciantes do ramo da construção civil.

Além disso, outros fatores, inclusive burocráticos, tornam a vida dessas pessoas mais difícil, pois os que são “beneficiados” pelo programa e não conseguem ficar nos imóveis, perdem o direito aos benefícios emergenciais, pagos pelo município no período das chuvas, e não podem mais se cadastrar em programas de habitação, pois são considerados como contemplados.

Não existe, portanto, dispositivos institucionais que possam normatizar e desburocratizar a questão da habitação de áreas de risco e muito menos um programa humanizado que possa tirar essas pessoas dos locais onde nasceram, viveram e criaram seus filhos e levá-los para uma nova experiência de moradia com o apoio e a infra estrutura que uma mudança dessa natureza demanda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os resultados encontrados, fruto da análise dos dados coletados nessa pesquisa, demonstram a necessidade de políticas públicas mais efetivas, não somente de habitação, mas também as demais políticas destinadas à população de renda menor, para o atendimento a aqueles que vivem em comunidades de risco.

O que podemos afirmar é que inúmeras famílias hoje vivem um processo de precariedade e exclusão social expressos nas péssimas condições de vida, no que diz respeito à alimentação, moradia, saúde, educação, higiene, segurança e saneamento básico.

Esta constatação nos faz reafirmar que de nada adianta uma política de habitação legislativamente perfeita se na prática, essa e as demais políticas não estiverem entrelaçadas para atender a população de forma efetiva. Está mais que provado que a política de habitação adotada hoje é ineficaz e não atende às reais necessidades da população que vive em comunidades de risco.

Percebe-se sim, que o beneficiado pelos programas de habitação “deve” se sentir privilegiado e feliz por ter sido contemplado, “sem questionar” a forma como isso acontece. O que assistimos, portanto, é uma inversão de valores, onde as políticas públicas tomam um caráter de favor e o cidadão de direito deve aceitá-las como vierem e ainda agradecer. Infelizmente, esse posicionamento é muitas vezes encontrado e difundido nos meios em que essas políticas são gestadas.

As reflexões acima nos fazem pensar na forma como a população residente em áreas de risco está sendo olhada pelo poder público. Estariam então essas pessoas pela condição precária em que vivem e por não estarem aptas a participar e desenvolver a economia de mercado - dentro do que deseja o modo de produção capitalista, sendo negligenciadas e alijadas das políticas públicas?

Entendemos que para que se estabeleça uma garantia efetiva de cidadania, é preciso superar a demanda fragmentada por habitação e trabalhar para a concretização da universalização desse direito, dentro de um processo humanizado e respeitoso para com aqueles que acessarem essa política, fazendo, inclusive, com que eles participem do processo decisório no momento da sua concretização, pois eles conhecem como ninguém suas necessidades.

No que toca à relevância social, esperamos que este estudo tenha importância para os profissionais que pretendem estudar a vida em comunidades de risco, conhecer o trabalho realizado hoje nessas comunidades, bem como propor novas alternativas para o enfrentamento do grave problema da habitação nessas áreas.

Espera-se que os resultados desse estudo possam contribuir de forma positiva para uma nova forma de pensar os moradores de comunidade de risco e as dificuldades que os mesmos encontram para acessar o seu direito à moradia digna; que abra espaço para o debate sobre a atuação dos mais diversos profissionais na área da habitação e que, por fim, possa ser utilizado como base para que novos estudos e pesquisas sejam desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar; ética do humano**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1999, p. 199.

BORGES, Ângela. O Emprego No Brasil nos anos 2000: recuperação e reconfiguração. In: **Revista em Pauta**, v. 10, nº 30, p. 17-34, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Legislação Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS. **Lei Nº 11.124 – 16/06/2005**

_____. **Lei Nº 7400/2008**– Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de do Salvador – PDDU 2007.

_____. **Lei Nº 12.608–10/04/2012** – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC

_____. **Lei Nº 12.424 de 16/06/2011**– Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV

_____. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio - PNAD. Manual do Entrevistador, 2001.

Defesa Civil do Município do Salvador – CODESAL. Disponível em: www.codesal.salvador.ba.gov.br/. Acesso em: Julho/2017.

JACOBI, P. **Habitat e saúde na periferia**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v.4, n.3/4, p. 121-130, 1990.

MARICATO, E. **Exclusão social e reforma urbana**. Proposta, Rio de Janeiro, ano 22, n.62, Fase, 1994.

MASSENA, Rosa M.R. **O tema habitação na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD)**. Texto para discussão, n.895, Brasília, Publicações PEA, 2002.

Revista RADIS. Reportagem da Capa “Cidadania de Papelão”, n. 165, ano 2016.

SOARES, Maria de Lourdes. **A exclusão de comunidades em situação de vulnerabilidade e de risco social**. Texto para discussão, PUC, São Paulo, 2015.

HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA EM IDOSOS: Práticas de cuidados de enfermagem.

*Emanuele Cardoso dos Santos**
*Camille Pereira da Silva***
*Rejane Santos Barreto****

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica descritiva, objetivando conhecer a hipertensão arterial e seu manejo clínico, e identificar as práticas de cuidados de enfermagem ao hipertenso idoso. A coleta de dados foi realizada através de buscas por artigos publicados em sites como Google Acadêmico, SCIELO, PUBMED, LILACS no período de 2002 a 2014. A HAS que é uma doença crônica, caracterizada pelo aumento da pressão sistólica e diastólica que atinge a população idosa cerca de 50% com faixa etária entre 60 e 69 anos, causando lesões nos órgãos alvos, tais como; coração, encéfalo, rins e vasos sanguíneos. O enfermeiro é um agente facilitador, na qual o mesmo busca estratégias educacionais de promoção e prevenção de risco e agravamento da HAS, bem como o conhecimento científico para a restauração e manutenção do paciente idoso.

Palavras Chaves: Hipertensão Arterial Sistêmica, Idoso, Enfermagem.

ABSTRACT

It is a descriptive bibliographical review research, aiming to know the arterial hypertension and its clinical management, and to identify the nursing care practices to the elderly hypertensive. Data collection was performed through searches for articles published in sites such as Google Scholar, SCIELO, PUBMED, LILACS from 2002 to 2014. The SAH is a chronic disease, characterized by an increase in systolic and diastolic blood pressure reaching the population Aged approximately 50% with age between 60 and 69 years, causing lesions in the target organs, such as; Heart, brain, kidneys and blood vessels. The nurse is a facilitating agent, in which he seeks educational strategies for the promotion and prevention of risk and aggravation of hypertension, as well as scientific knowledge for the restoration and maintenance of the elderly patient.

Keywords: Systemic Arterial Hypertension, Elderly, Nursing.

INTRODUÇÃO

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença que na maioria das vezes se apresenta assintomática, causada pelo aumento dos níveis pressóricos, estes níveis são determinados pela pressão sistólica e diastólica com o valor de 140mmHg x 90mmHg. Para

* Graduanda do curso de Bacharel em Enfermagem da Universidade Regional da Bahia

** Graduanda do curso de Bacharel em Enfermagem da Universidade Regional da Bahia;

*** Enfermeira Intensivista Hospital São Rafael, Residência em Clínica Médico-Cirúrgica pela Universidade Federal da Bahia (2008); contato: rejeenf@hotmail.com

determinar a HAS estes valores devem ser encontrados em mais de uma aferição, sendo realizados no mesmo tempo ou em momentos diferentes (MOCHEL EG, *et al.*, 2006).

No Brasil estudos apontam que nos últimos 20 anos ocorreu uma prevalência de HAS acima de 30%. Levando em consideração o valor da pressão arterial maior ou igual 140/90mmHg, obteve-se em 22 estudos uma prevalência entre 22,3% e 43,9% , mais de 50% eram de pessoas entre 60 e 69 anos e 75% acima de 70 anos. (VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO, 2010).

Corroborando com esse dado, a relação da hipertensão arterial e o idoso se dá devido à alterações fisiológicas que ocorrem durante o envelhecimento. O mecanismo que explica esse aumento da pressão arterial ocorre devido à perda da distensibilidade e elasticidade dos vasos de grande capacitância. Uma das consequências do envelhecimento é o aumento da resistência periférica que é causada devido ao processo de aterosclerose, acumulando gordura nos vasos. (FREITAS EV, *et al.*, 2006).

A equipe de enfermagem tem um papel fundamental na educação e promoção à saúde do idoso hipertenso, incentivando o mesmo a praticar o autocuidado. Desta forma, buscou-se reunir informações com a finalidade de responder o seguinte problema de pesquisa: Qual a importância do enfermeiro na promoção à saúde de pacientes idosos portadores de hipertensão arterial sistêmica? Deste modo, como objetivos, buscou-se conhecer a hipertensão arterial sistêmica e seu manejo clínico e identificar as práticas de cuidados de enfermagem ao hipertenso idoso.

Sabe-se que com o aumento das doenças cardiovasculares, a HAS se tornou um problema de saúde pública, devido ao seu alto índice de morbimortalidade. Assim, este estudo visa contribuir com ferramentas necessárias para que o idoso hipertenso venha encontrar uma equipe de enfermagem preparada para acolhê-lo, e prestar os cuidados necessários para promoção à saúde, e consequente melhoria da qualidade de vida.

METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se de uma revisão de literatura de caráter qualitativo e exploratório. Os dados foram obtidos através de consultas nos seguintes bancos de dados: Google Acadêmico, SCIELO, PUBMED, LILACS, *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, Ministério da Saúde, Revista Brasileira de Hipertensão, Revista Gaúcha de

Enfermagem, Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Tendo como principais autores FREITAS (2006), BRASIL (2013), CORRÊA, et al., (2006) e JUNIOR, et al., 2006.

Durante o período da pesquisa foram encontradas 28 publicações relacionadas ao tema e que atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos: artigos originais, em português, disponibilizado na íntegra, e que estivessem em concordância com o objeto de estudo, na temporalidade de 2002 e 2014.

A análise de dados foi feita através da leitura e seleção dos artigos, baseados no tema de estudo. Para a produção da presente pesquisa foi avaliado os conteúdos obtidos nos artigos, e sua relação direta com a Hipertensão Arterial sistêmica, sintomas, tratamento, diagnóstico, paciente idoso e subsequente à presença do papel do enfermeiro em frente à HAS.

Durante a construção da pesquisa, houve o comprometimento de referenciar todos os autores, evitando plágio e apropriação indevida respeitando a norma brasileira regulamentadora (NBR), o que é ético e de direito. De acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

REVISÃO DE LITERATURA

HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA E SEU MANEJO CLÍNICO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é um estado de saúde, resultante da combinação de fatores determinados pelo alto nível da pressão arterial. O aumento da pressão arterial está relacionado a alterações dos principais órgãos do organismo, tais como: coração, cérebro, rins e vasos sanguíneos, como também o risco do aumento de episódios cardiovasculares. (VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO, 2010).

A HAS é caracterizada com o aumento da pressão sistólica e diastólica, na qual os níveis pressóricos para determinar a hipertensão é de 140mmHg x 90mmHg ou mais. Para determinar estes níveis, são levadas em consideração as pessoas que não estão fazendo uso de fármaco anti-hipertensivo, tendo observado esses valores em duas aferições feitas no mesmo momento ou em situações próximas. Com isto é caracterizada uma síndrome por elevados níveis pressóricos, agregado a alterações metabólicas, hormonais e a fenômenos tróficos, causando lesões em órgãos e tecidos. (MOCHEL, 2006).

Os níveis pressóricos são utilizados para definir o tipo de hipertensão em cada paciente.

Hipotensão pós-prandial: é definida por diminuição dos níveis de 20 mmHg ou mais, meia a duas horas após a refeição, e é mais encontrada no idoso,

podendo induzir a síncope, tonturas e quedas, além de levar a medidas errôneas de níveis tensionais. Parece ser atribuída a efeito vasodilatador por resposta insulínica exagerada a uma carga de glicose. Hipertensão do avental branco: acomete 15% a 20 % dos hipertensos, sendo mais comum em idosos especialmente em mulheres, deve ser suspeitada quando o paciente refere que as medidas domiciliares são mais baixas que as obtidas no consultório médico e é uma das condições para utilização da monitorização ambulatorial da pressão (MAPA) em idosos. Hipotensão ortostática: é diagnosticada quando os níveis de pressão sistólica diminuem 20mmHg ou mais ou os níveis diastólicos diminuem 10mmHg ou mais, um a três minutos após o paciente assumir a postura ereta, com ocorrência em um de cada seis idosos hipertensos. (JOBIM, 2008, p. 253).

Por ter evolução lenta e progressiva a HAS compromete a função dos órgãos, atingindo os sistemas vasodilatadores e vasoconstritores, elevando a pressão no interior dos vasos sanguíneos causando lesões nos órgãos nobres, a exemplo disso o cérebro e os olhos. (GOLDMAN, CECIL, 2005).

O aparecimento da hipertensão arterial em idosos, não se desenvolve de um dia para o outro, uma associação de fatores está relacionado ao aparecimento e o agravamento da doença. De acordo com VI Diretrizes Brasileira de Hipertensão, os fatores de risco como a idade, gênero, etnia, excesso de peso, ingestão de sal, álcool, sedentarismo, genética, fatores socioeconômicos, contribuem para o desenvolvimento da doença. (VI DIRETRIZES BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO, 2010).

Em um estudo realizado por Pinotti, Mantovani e Giomozzi (2008), na qual 15 pessoas de ambos os sexos com diagnóstico de hipertensão arterial, foram entrevistadas levando em conta seu peso, altura, estado civil, idade, sexo, pressão arterial, renda familiar entre outros. No estudo mostrou que as 15 pessoas que fizeram parte da pesquisa a faixa etária que se destacou foi entre 61-71. Mostrando que a idade é um fator de risco para HAS, pois ocorre o aparecimento de processos ateroscleróticos das artérias.

Outro fator de risco exposto por Pinotti e colaboradores, durante um estudo realizado numa unidade básica de atenção à saúde da família, com 85 pacientes, mostrou que a maioria era de baixa renda, o que dificulta na adequação de hábitos de vida saudável. O estresse é um fator que também predispõe o aumento da pressão arterial, a exemplo disto problemas com o trabalho, raiva, ansiedade e irritação interferem na HAS, pois este provoca a ativação do sistema nervoso, devido à oscilação da pressão arterial, aumentando a produção dos vasoconstritores.

Aliado ao estresse, a ingestão de álcool auxilia no agravamento da hipertensão arterial. Na corrente sanguínea o álcool aumenta os níveis da pressão, numa proporção de 2mmHg para cada 30ml de álcool etílico ingeridos diariamente. (CONTIEIRO, *et al.*, 2009).

Quando o individuo consome álcool, o organismo rapidamente responde com a vasodilatação em inúmeros leitos vasculares, causando uma redução da pressão arterial. O uso frequente do álcool causa o aumento dos níveis pressóricos devido a modificações neuro-hormonais. A atividade simpática e o aumento do cálcio intracelular da musculatura lisa são as alterações significativas que levam a pessoa que consome álcool a se tornar um hipertenso. (SOUZA, PÓVOA, 2014).

O tabagismo eleva as chances do desenvolvimento da hipertensão. A nicotina que é uma substancia presente no cigarro, causa o aumento do trabalho cardíaco, a disfunção do endotélio capilar, a liberação de catecolaminas e a hiper-reatividade vascular, esse conjunto de alterações eleva a pressão arterial. Vale ressaltar que o tabagismo é mais presente no sexo masculino, conseqüentemente o sexo masculino tem uma maior probabilidade de adquirir a HAS. (MORENO, TOLEDO, FONSECA, 2004; NUNES, *et al.*, 2007).

O excesso de sal esta associado à elevação da PA. O sal é composto pelo sódio que é um forte estimulante cardíaco, exercendo atividades hipertensivas nos vasos sanguíneos periféricos. (SMELTZER, BARE, 2006).

Em pacientes com hipertensão arterial, a obesidade é considerada um fator de risco, devido às respostas que o organismo exerce na presença dos tecidos adiposos, esta relacionada, com o aumento dos níveis pressóricos, fazendo com que haja expansão do volume extracelular e o aumento do fluxo sanguíneo produzindo o aumento do debito cardíaco. (BARRETO, COLOMBO, LOPES, 2002).

Em relação à etnia, os negros tem mais predisposição a terem seus níveis pressóricos elevados. Comparado aos brancos, os negros tem duas vezes mais prevalência em desenvolver a HAS. Sobretudo, ainda não se conhece o impacto da hipertensão sobre a miscigenação no Brasil. (IV DIRETRIZES BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO, 2010).

Dentre os sintomas da hipertensão arterial, o mais especifico que acomete os indivíduos decorrentes da hipertensão arterial é a cefaleia. Existem dois tipos de cefaleia: suboccipital e pulsátil, normalmente aparecem nas primeiras horas da manha e vai desaparecendo com o passar do dia, contudo outros tipos de cefaleia podem aparecer no paciente hipertenso. Os sintomas associados quando a HAS esta no seu estagio mais avançado, são: sonolência, confusão mental, distúrbio visual, náusea e vômito (vasoconstrição arteriolar e edema cerebral). (OIGMAN, 2014).

Por ser assintomática, a HAS é diagnosticada através da medição da pressão arterial, sendo realizada em toda avaliação medica de toda especialidade e aos demais profissionais de saúde, detectando níveis elevados e sustentados da PA. (VI DIRETRIZES BRASILEIRAS

DE HIPERTENSÃO, 2010).

O exame físico e a anamnese detalhada são fundamentais para fechar o diagnóstico da HAS. Para diagnosticar a HAS, é necessário um acompanhamento deste paciente, cujos níveis pressóricos elevados que caracteriza a presença da hipertensão, tenha sido mensurados duas ou mais vezes com valores maiores ou iguais a 140/90 mmHg, em dias e horários diferentes, sendo verificada essa PA com a técnica correta, sem que o paciente tenha consumido qualquer tipo de substância como : ingestão de álcool e café, ou a falta de repouso antes da verificação da PA, pois pode prejudicar no diagnósticos tendo valores não verdadeiros. (V DIRETRIZ BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2006).

Para medição da pressão arterial nos pacientes idosos é imprescindível tomar aos cuidados como: a posição para verificar a pressão mais pertinente é a decúbito, no momento da aferição o profissional deve deixar o paciente mais tranquilo e relaxado, pois muitos destes acabam ficando ansiosos. Deve realizar no mínimo duas tomadas da pressão arterial, quando intervalo de tempo mínimo de cinco minutos entre cada medida, se notado que o paciente encontra-se com grande ansiedade o ideal é repetir em outro dia no próprio consultório a medida da PA, medir em domicílio, ou fazer o uso do MAPA, para afastar a hipertensão do avental branco. (FREITAS EV, *et al.*, 2006).

Para medição da PA, são usados equipamentos como o esfigmomanômetro de coluna de mercúrio ou aneroides devidamente calibrados além da técnica oscilométrica pelos aparelhos semiautomáticos digitais de braço estando devidamente calibrados, com a utilização desses equipamentos é realizado o método indireto com a presença da ausculta. Por conta do risco de toxicidade o esfigmomanômetro de coluna de mercúrio foi substituído por equipamentos semiautomáticos ou aneroides validados. (VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO, 2010).

A utilização da auto medida da pressão arterial tem sido muito eficaz para o esclarecimento do diagnóstico e principalmente para identificar a hipertensão do avental branco e hipertensão mascarada, tendo como vantagem um valor mais real, pois a aferição da PA é feita nos ambientes onde o paciente se sente mais tranquilo e confiável. O profissional de saúde deve orientar aos pacientes quanto a medida da PA, que deve pode ser realizado três medidas pela manhã, antes do desjejum e da tomada do medicamento, e três a noite, ante do jantar, durante cinco dias, ou duas medidas em cada sessão, durante sete dias, podendo ser realizado pelo próprio paciente ou por outra pessoa, com os equipamentos validados. (VI DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO, 2010).

Para complementar o diagnóstico da HAS, deve ser feito avaliação laboratorial,

contendo os seguintes exames: eletrocardiograma com 12 derivações, hemograma, análise de urina, dosagens de potássio, creatinina, glicemia de jejum, colesterol total e frações. Em pacientes diabéticos ou com doença renal, incluir dosagem da proteinúria de 24 horas e microalbuminúria anualmente, mesmo que a taxa de alteração glomerular esteja normais, nestes pacientes existe o risco cardiovascular. (CORRÊA, *et al.*, 2006).

Cada exame complementar para diagnosticar a Hipertensão Arterial Sistêmica, demonstram alterações significativas que devem ser avaliados pelo profissional de saúde.

- O eletrocardiograma é razoavelmente sensível para demonstrar repercussões miocárdicas da hipertensão, como sobrecarga de ventrículo esquerdo.
- A presença de proteinúria leve a moderada no sedimento urinário é, geralmente, secundária à repercussão de hipertensão sobre os rins. Proteinúria mais acentuada, leucocitúria e hematúria (excluídas outras causas), especialmente se acompanhadas dos cilindros correspondentes, indicam hipertensão grave ou hipertensão secundária à nefropatia.
- O potássio sérico anormalmente baixo sugere o uso prévio de diuréticos. Excluída essa causa, o paciente deve realizar, via encaminhamento, investigação de hiperaldosteronismo primário.
- A dosagem do colesterol e da glicemia visa detectar outros fatores que potencializam o risco cardiovascular da hipertensão. (BRASIL, 2013, p. 46 e 47).

O tratamento para hipertensão arterial sistêmica, é baseado no diagnóstico do paciente, no estágio da doença arterial e nas comorbidades associadas a HAS, que muitos destes apresentam, nesta forma existem dois tratamentos: O não medicamentoso e medicamentoso. O tratamento não medicamentoso está baseado nas alterações no estilo de vida, dentre elas estão: a redução do peso corporal, redução na ingestão de sódio, aumento na ingestão de potássio, redução do consumo de bebidas alcoólicas e exercício físico. (FREITAS EV, *et al.*, 2006).

Na maioria dos casos a redução de peso é indicada, para aqueles pacientes que estejam com a massa corpórea acima do normal, favorecendo a diminuição da pressão arterial e o risco da diabetes mellitus e dislipidemia. (FILHO, 2011).

A reeducação alimentar, ajuda na eficácia do tratamento diminuindo o risco cardiovascular, incluir alimentos saudáveis, com uma dieta rica em vegetais, frutas e alimentos pobres em colesterol e gorduras saturadas, são favoráveis ao hipertenso. (CORRÊA, *et al.*, 2006).

No tratamento medicamentoso, antes de definir o fármaco a ser utilizado, devem ser levadas em consideração as alterações fisiológicas próprias do envelhecimento, nas quais está incluída a diminuição da atividade dos barorreceptores, alteração da composição corpórea, do

metabolismo basal, do fluxo sanguíneo hepático e do ritmo de filtração glomerular, com modificações da absorção, da distribuição e metabolização dos medicamentos. (ROSA, FRANKEN, 2007).

As principais classes de medicamentos anti-hipertensivos utilizados no tratamento das HAS, além dos diuréticos, são: Betabloqueadores, Antagonista de canais de cálcio, Inibidores da enzima conversora de angiotensina. (FREITAS EV, *et al.*, 2006).

Para os pacientes portadores da HAS primária não complicada, é indicado diurético tiazídico, associado ou não a outra classe de anti-hipertensivo. No caso de contra indicação ao uso do diurético, a escolha de outros agentes anti-hipertensivos é uma opção para terapia inicial ou quando existe uma indicação formal de determinada droga para pacientes portadores de comorbidades. O valor dos níveis pressóricos é fundamental para definir qual droga será usada, na ocasião em que a pressão sistólica inicial é 20 mmHg maior que a pressão-alvo e a pressão diastólica inicial é 10 mmHg maior que a pressão diastólica-alvo, é aconselhado a introdução no primeiro momento de duas ou mais medicações anti-hipertensivas. (CORRÊA, *et al.*, 2006).

A finalidade do uso de anti-hipertensivos é garantir a diminuição da pressão arterial, principalmente auxiliar para redução de taxas de eventos cardiovasculares fatais e não fatais. (FREITAS EV, *et al.*, 2006).

Os betabloqueadores são drogas que agem na transmissão simpática, possuindo inúmeros mecanismos de ação dentre elas: diminuição do débito cardíaco, efeitos centrais, readaptação dos barorreceptores, diminuição da liberação de renina e inibição simpática periférica. Em pacientes portadores de algumas comorbidades como: insuficiência cardíaca e coronariana, angina, infarto do agudo do miocárdio, os betabloqueadores possuem como efeito adicional propriedades antiarrítmicas e antianginosas. (LONGO, MARTELLI, ZIMMERMANN, 2011).

Já os antagonistas dos canais de cálcio, tem a finalidade na redução da resistência vascular periférica causada pela diminuição da quantidade de cálcio nas células musculares lisas. A estrutura química dos antagonistas e cálcio, esta representada por três grupos diferentes que são eles: verapamil, diltiazem e nifedipina. Os pacientes que fazem o uso deste fármaco são indicados a ficar atentos aos efeitos adversos causados pela droga, que estão incluídos a cefaleia, tontura, rubor facial e edema periférico. Nos grupos de verapamil e diltiazem são observados a bradicardia excessiva, depressão miocárdica e bloqueio atrioventricular. (FREITAS EV, *et al.*, 2006).

A classe dos inibidores da enzima conversora da angiotensina (ECA) atua na

diminuição dos eventos cardiovasculares em pacientes de alto risco. Este medicamento tem na sua propriedade reações adversas, como tosse seca e alteração do paladar. Nos pacientes com insuficiência renal crônica apresenta risco de hiperpotassemia. (PERROTTI, TC., *et al.*, 2006).

Vale a pena ressaltar que o idoso hipertenso apresenta varias comorbidades associadas, que exigem a individualização principalmente do tratamento farmacológico. As comorbidades, mas frequentes são: Doença pulmonar Obstrutiva Crônica ou Asma Brônquica, que neste caso os pacientes portadores desta doença estão restritos ao uso de betabloqueadores, que podem causar broncoespasmo. Outra comorbidade é a obesidade, nestes pacientes os anorexígenos quando possível devem ser evitados, pelo risco do aumento da pressão arterial, diuréticos e betabloqueadores devem ser usados com cuidados, pois apresenta possibilidade de aumentar a resistência á insulina e determinar a intolerância á glicose. No caso da Hipertrofia do Ventrículo Esquerdo todos os medicamentos são eficazes, não havendo restrições. (FREITAS EV, *et al.*, 2006).

Ao decorrer do processo do envelhecimento normal, são acarretadas por alterações fisiológicas e vasculares. No sistema cardiovascular são causadas alterações nas valvas cardíacas ficando mais espessas e rígidas, havendo a perda do musculo e as artérias cardíacas a sua elasticidade. O sistema respiratório a principal mudança relacionada à idade é a rigidez ou perda do recolhimento elástico no pulmão resultando no aumento da quantidade de volume residual pulmonar, dificultando na troca gasosa e capacidade de difusão. Já nos sistema nervoso existe uma redução no fluxo sanguíneo cerebral, além da perda de células nervosas contribuindo para redução da massa cerebral. Com isto os impulsos nervosos são levados de forma mais lenta, fazendo com que este idoso demore a responder e agir. (BRUNNER., *et al.*, 2005).

A Insuficiência renal crônica é uma das complicações da hipertensão arterial, pois os pacientes com a HAS tem uma perda progressiva da capacidade renal de eliminar sódio, causando uma sobrecarga salina e de volume. Além disto, outros fatores podem influenciar para o desenvolvimento da IRC, a exemplo disto maior produção de vasoconstritores, como a angiotensina II, diminuição de vasodilatadores, como as prostaglandinas, e alterações na função endotelial com síntese prejudicada do óxido nítrico. (BORTOLOTTI, 2008).

PRÁTICAS DE CUIDADOS DE ENFERMAGEM AO HIPERTENSO IDOSO

O enfermeiro tem um papel fundamental no tratamento da hipertensão arterial, sendo

este inerente ao processo de educação, incentivando o portador da HAS a realizar o autocuidado, fazendo uso de estratégias de ensino- aprendizagem, efetivando a comunicação do paciente e a expressão dos seus problemas. Para a família e paciente, o enfermeiro é considerado uma pessoa de confiança compartilhando problemas, na maioria das ocasiões os pacientes pretendem não só o esclarecimento de dúvidas, mas também de alguém que lhe passe tranquilidade diminuindo seus anseios. (JÚNIOR, *et al.*, 2006).

Para prestar os cuidados necessários para este tipo de paciente, o enfermeiro requer de um direcionamento específico, de forma que o profissional entenda as questões do processo de envelhecimento, com o intuito de facilitar o acesso do idoso aos diversos níveis de atenção, estando qualificado e estabelecendo uma relação de respeito para com ele. (PROCHET, *et al.*, 2012).

As ações de promoção e prevenção de risco e agravo da HAS, bem como o acompanhamento do paciente, são de responsabilidade do enfermeiro, bem como instruir o portador da doença em relação a seu tratamento, a fim de melhorar a sua qualidade de vida. (VITOR, *et al.*, 2011).

No cotidiano do enfermeiro, a consulta de enfermagem está ligada ao processo educativo e deve motivar a pessoa em relação aos cuidados necessários para a manutenção de sua saúde. Na prática, representa importante instrumento de estímulo à adesão às ações na Atenção Primária à Saúde e tem sido fundamental no acompanhamento de pessoas com pressão arterial limítrofe e portadoras de HAS, sensibilizando-as sobre a sua condição de saúde e pactuando com elas metas e planos de como seguir o cuidado. (BRASIL, 2013 p. 37).

Durante a consulta de enfermagem, é efetuada a aferição da pressão arterial, avaliações físicas, interpretações de diagnóstico, incluído leitura do eletrocardiograma e orientações sobre os aspectos psicossociais, na qual o paciente é orientado quanto a utilização e administração dos medicamentos. (JÚNIOR, *et al.*, 2006).

Para prestar o cuidado de enfermagem, devemos individualizar cada paciente, de modo que as crenças, valores e significados de situações vivenciadas pela pessoa que esta com a doença, devem ser levadas em conta, ao interagir com as práticas de saúde. (AYRES, 2004).

O enfermeiro realiza orientações educacionais que ajudam no controle da pressão arterial interferindo no hábito de vida do paciente, cuidados este que é a sinalização do sobre peso, ingestão de sódio, consumo de álcool, atividades físicas e tabagismo. (JÚNIOR, *et al.*, 2006).

Muitos pacientes não aderem ao tratamento devido à dificuldade de mudança do

estilo de vida e não seguem a prescrição terapêutica de maneira correta, e na maioria das vezes o mesmo não tem informações sobre a doença, estes problemas citados podem ser resolvidos com a ajuda do enfermeiro, na qual deve esclarecer ao paciente sobre a sua doença e os benefícios na prescrição terapêutica atendendo as dosagens e horários. Vale ressaltar que, a família e o cuidador deste idoso devem acompanhá-lo sempre as consultas de enfermagem, para incentivar na adesão ao tratamento (COSTA, 2014).

O processo de enfermagem durante uma consulta com o hipertenso, é classificado por etapas, dentre elas: entrevista, exame físico na qual é realizada a ausculta, palpação, inspeção e percussão para detectar alguma alteração, além disto, diagnóstico de enfermagem, prescrição de enfermagem e implementação da assistência atendendo as necessidades deste hipertenso (CODOGNO, TOLEDO, DURAN., 2011).

À atenção à saúde do hipertenso, o enfermeiro tem a autonomia de realizar encaminhamento ao médico quando necessário, a administração de serviços quando incluem aqueles pacientes que não frequentam regularmente a consulta de enfermagem, o controle de retornos e de consultas agendadas, como também a delegação e supervisão de atividades ao técnico ou auxiliar de enfermagem (SILVA, 2006).

A relação entre o idoso e o enfermeiro deve ser valorizada, pois além da terapêutica, exames e atendimentos as necessidades físicas, o enfermeiro não pode esquecer-se de considerar os aspectos emocionais, que muitas das vezes, afetam no tratamento deste idoso, causando a elevação da PA. (PROCHET, *et al.*, 2011).

Para avaliação da pressão arterial (PA) o enfermeiro deve tomar alguns cuidados no caso dos pacientes com diabetes mellitus, portadores de disfunção do sistema autônomo e usuários de medicações anti-hipertensivas, durante a avaliação a posição mais adequada seria a ortostática, vale lembrar que na primeira consulta o interessante seria obter as medições em ambos os membros superiores e inferiores. Nestes pacientes em especial, à posição ortostática é ideal, pois nestes casos estes podem apresentar hipotensão postural. (CORRÊA, *et al.*, 2006).

Quando o paciente chega ao consultório, é recomendando que antes da aferição, haja um descanso de 5 a 10 minutos. Vale ressaltar que o profissional de saúde deve averiguar se o paciente não esta com a bexiga, praticou atividades físicas, ingeriu bebidas alcoólicas, café, alimentos ou fumou até 30 minutos antes. Para melhor resultado, orienta-se que o paciente deve manter as pernas descruzadas e o braço na altura do coração, utilizando o manguito adequado. Durante a ausculta é identificados dois sons: o primeiro que é a pressão sistólica chamado de Korotko, e o segundo chamado de pressão diastólica no desaparecimento dos

sons. (CORRÊA, *et al.*, 2006).

Nos pacientes idosos alguns cuidados devem notados ao verificar a PA. O exemplo disto é a pseudo-hipertensão, que é causado devido o aumento da resistência vascular periférica decorrente á calcificação com rigidez da parede arterial que acontece quando a artéria se encontra muito endurecida, calcificada, fazendo com que durante a insuflação máxima do manguito não faz desaparecer o pulso radial, registrando pressões muito elevadas não compatíveis com a realidade do paciente. (FREITAS EV, *et al.*, 2006).

Contudo, o enfermeiro deve ter conhecimento científico para buscar estratégias, prestando um cuidado adequado ao paciente idoso hipertenso, cujo plano de ação deve ser pautado na anamnese, buscando a queixa principal, o levantamento de fatores de riscos, aplicação do exame físico minucioso, buscando alterações significativas, verificar peso, altura e IMC (risco de obesidade, manter entre 18,5e 24,9 kg) verificar pressão arterial, frequência cardíaca, pulso radial e carotídeo, além de observar presença de dor, edema, mobilidade, lesões e extensão de membros superiores e inferiores e presença de complicações relacionadas à hipertensão. Deve ainda realizar orientações, esclarecimentos de dúvidas, encaminhamentos para exames e apoio familiar, estimulando a co-participação da família na adesão terapêutica. (BRASIL, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou observar a relação entre a hipertensão arterial sistêmica e o paciente idoso, de forma que com o envelhecimento ocorre uma alteração de processos ateroscleróticos tornando o idoso susceptível ao desenvolvimento da HAS, elevando os custos médicos e socioeconômicos, tornando-se um problema de saúde pública.

A HAS é uma doença assintomática na qual é diagnosticado através da medição da pressão arterial, cabendo o enfermeiro um papel fundamental no processo de investigação, educação, promoção e controle da doença, de modo que muitos destes idosos têm uma dificuldade na adesão ao tratamento que requer uma mudança do estilo de vida e aceitação da doença. Assim, faz-se imprescindível a presença da equipe de enfermagem na orientação de hábitos saudáveis e investigação de exames complementares bem como na busca de minimizar os danos decorrentes da HAS, aumentando deste modo a qualidade de vida destes idosos.

Compete ao enfermeiro ser um agente facilitador para que seus pacientes, familiares e grupos, sejam competentes, tendo um “agir” consciente, e que o mesmo possua um conhecimento científico para desenvolver ações interdisciplinares em uma atenção integral para este idoso.

REFERÊNCIAS

AYRES, JRCM. O cuidado, os modos de ser do humano e as praticas de saúde. *Saúde Soc.* 2004; 13(3): 16-29.

BARRETO, JASB., COLOMBO, FMC., LOPES, HF. Hipertensão arterial e obesidade: causa secundária ou sinais independentes da síndrome plurimetabólica. *RevBrasHipertens* vol 9(2): abril/junho de 2002.

BORTOLOTTI, Luís Aparecido. Hipertensão arterial e insuficiência renal crônica. *RevBrasHipertens* vol.15(3): 152-155 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2013. 128 p.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção á Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília; 2007.

BRUNNER&SUDDARTH, *et al.* Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

CODOGNO, Larissa., TOLEDO, VP., DURAN, ECM. Consulta de enfermagem e hipertensão arterial na estratégia saúde da família: proposta de instrumento. *Rev Rene*, Fortaleza, 2011; 12(n.esp);1059-65.

COSTA, YF. O papel educativo do enfermeiro na adesão ao tratamento da hipertensão Arterial Sistêmica: Revisão integrativa da literatura. *O mundo da Saúde*, São Paulo-2014; 38(4): 473-481.

CORRÊA, Iago Domingos., *et al.* Hipertensão arterial sistêmica: atualidade sobre sua epidemiologia, diagnostico e tratamento. *ArqMed ABC.* 2006; 31(2): 91-101. Filho, Celso Ferreira. Hipertensão Arterial Sistêmica. *RBM Jul/Ago 11 V68 N7/8.*

FILHO, FF. Hipertensão Arterial Sistêmica. *RBM Jul/Ago 11 V68 n718.*

FREITAS, Elizabete Viana., *et al.* Tratado de geriatria e gerontologia. 2.ed- Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

GOLDMAN, L., AUSIELLO, D. Cecil. Tratado de Medicina Interna. In: 22a Ed. Rio de

Janeiro, Brasil: SaundersElsevier; 2005. P. 399-411.

JOBIM, EFC. Hipertensão Arterial no Idoso: Classificação e Peculiaridades. Sociedade Brasileira de Clínica Médica. 2008; 6:250-253.

JUNIOR, DPL., *et al.* A farmacoterapia no idoso: Revisão sobre a abordagem multiprofissional no controle da hipertensão arterial sistêmica. Rev latino-am enfermagem 2006 maio-junho; 14(3): 435-41.

LONGO, MAT., MARTELLI, Anderson., ZIMMERMANN, Anita. Hipertensão arterial sistêmica: aspectos clínicos e análise farmacológica no tratamento dos pacientes de um setor de Psicogeriatria do Instituto Bairral de Psiquiatria, no Município de Itapira SP. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro, 2011;14(2):271-282.

MOCHEL, EG., *et al.* Hipertensão Arterial Sistêmica. Revista do Hospital Universitário/UFMA 7(1): 30-37, jan-jun, 2006.

MORENO, Junior H., TOLEDO, JCY., FONSECA, FAH. Hipertensão refrataria e tabagismo. Ver BrasHipertens. 2004; 11(4): 256-261.

NUNES, Filho., *et al.* Prevalência dos fatores de risco cardiovascular em adultos de Luzerna. Santa Catarina, 2006. Arq. Bras. Cardiol. 2007; 89(5): 319-324.

OIGMAN, Wille. Sinais e Sintomas em Hipertensão Arterial. JBM setembro/outubro, 2014 VOL 102 Nº 5.

PERROTTI, TC., *et al.* Tratamento farmacológico da hipertensão no idoso. RevBrasHipertens. Vol. 14(1):37-41,2006.

PINOTTI, Suzana., MANTOVANI, MF., GIACOMOZZI, LM. Percepção sobre a Hipertensão Arterial e Qualidade de vida: Contribuição para o cuidado de enfermagem. CogitareEnferm. 2008 out/dez; 13(4): 526-34.

PROCHET, TC. Afetividade no processo de cuidar do idoso na compreensão da enfermeira. RevEscEnferm USP, 2011.

ROSA, RF., FRANKEN, RA. Fisiopatologia e diagnóstico da hipertensão arterial no idoso: papel da monitorização ambulatorial da pressão arterial e da monitorização residencial da pressão arterial. RevBrasHipertens 2007 14(1): 21-24.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. VI Diretrizes brasileiras de hipertensão. ArqBrasCardiol 2010; 95(Supl1):1-51.

SOUZA, Dilma., PÓVOA, Rui. Álcool e Hipertensão Arterial. Revista factores de risco. Nº32 Abr-Jun 2014 Pág.33-39.

SMELTZER, SC., BARE, BG. Histórico e tratamento de pacientes com hipertensão. Tratado de Enfermagem médico cirúrgica. 10º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan;2006. P. 904-916.

V Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial. Rev Bras Hipertens; 2006.

VITOR, AF., *et al.* Perfil das condições de seguimento terapêutico em portadores de hipertensão arterial. Esc Anna Nery. 2011; 15(2):251-60.

IMPACTO DA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS NA PREVENÇÃO DA INFECÇÃO HOSPITALAR

Emanuele Cardoso dos Santos^{*}
Camille Pereira da Silva^{**}
Rejane Santos Barreto^{***}

RESUMO

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e exploratório, tendo como objetivos: reconhecer os elementos envolvidos no processo de higienização das mãos e conseqüente controle da infecção hospitalar, e descrever as ações do enfermeiro nesse processo. A coleta de dados efetivou-se através das buscas por artigos publicados no SCIELO, BVS, PUBMED, LILACS, ANVISA, Revistas Eletrônicas de Enfermagem, com temporalidade de 2000 a 2016. A higienização das mãos é uma medida preventiva na remoção de agentes bacterianos que causam doença nos pacientes internados. É estimado que cerca de 3-15% dos indivíduos hospitalizados desenvolvem infecção e 5 a 12% chegam a óbito em decorrência da infecção hospitalar. O enfermeiro é notado como o fundamental responsável pelo papel educativo com os trabalhadores de saúde, deve participar dos programas de formação, implementar, planejar a promoção da saúde dos trabalhadores e a qualificação contínua.

Palavras-chaves: Higienização das Mãos, Infecção Hospitalar, CCIH, Enfermagem.

ABSTRACT

The present study is a bibliographic review of a qualitative and exploratory character, with the following objectives: to recognize the elements involved in the process of hand hygiene and consequent control of hospital infection, and to describe the actions of the nurse in this process. The data collection was carried out through the search for articles published in SCIELO, BVS, PUBMED, LILACS, ANVISA, Electronic Nursing Magazines, with temporality from 2000 to 2016. Hand hygiene is a preventive measure in the removal of bacterial agents that Disease in hospitalized patients. It is estimated that about 3-15% of hospitalized individuals develop infection and 5 to 12% come to death as a result of hospital infection. The nurse is noted as the fundamental responsible for the educational role with health workers, should participate in training programs, implement, plan the promotion of workers health and continuous qualification.

Keywords: Hand Hygiene, Hospital Infection, CCIH, Nursing.

INTRODUÇÃO

As mãos são estruturas corporais muito empregadas no contato direto com o paciente, tornando-se o fundamental meio de transporte de microrganismos. A importância da execução da prática da higienização das mãos é fundamentada na possibilidade das mãos de

* Graduanda do curso de Bacharel em Enfermagem da Universidade Regional da Bahia

** Graduanda do curso de Bacharel em Enfermagem da Universidade Regional da Bahia;

*** Enfermeira Intensivista Hospital São Rafael, Residência em Clínica Médico-Cirúrgica pela Universidade Federal da Bahia (2008); contato: rejeenf@hotmail.com

hospedar microrganismos e transportar de uma superfície para outra, por contato direto, indireto por meio de objetos, ou pele com pele (SILVA, MACHADO, COSTA, *et al.*, 2012).

A higienização das mãos deve suceder antes e após o contato com o paciente, antes de calçar as luvas e retirá-las, entre procedimentos com o mesmo paciente e após o contato com sangue, líquidos corporal, secreções, excreções e artigos ou equipamentos contaminados. No Brasil, foi estabelecido pela Portaria 2616/98 do Ministério da Saúde o controle de infecções hospitalares, que exige que os ambientes hospitalares mantenham um Programa de Controle de Infecções Hospitalares (PCIH) e gerem uma Comissão de Controle de Infecções Hospitalares (CCIH) (BRASIL, 2009).

Neste contexto, Infecção Hospitalar (IH) é toda infecção contraída ou disseminada no âmbito hospitalar. Anualmente, é estimado que cerca de 3 - 15% dos indivíduos hospitalizados desenvolvem este tipo de infecção, destes, 5 a 12% chegam a óbito em decorrência disso. Esta circunstância ocasiona elevados custos do Sistema Único de Saúde, isto ocorre devido ao aumento no tempo de internação, medidas terapêuticas e diagnósticas adicionais. Em torno de 30% dos casos das infecções nosocomiais associadas à assistência à saúde podem ser evitadas por medidas simples, sendo a lavagem de mãos pelos profissionais de saúde a mais efetiva delas (GIAROLA, BARATIERI, COSTA, *et al.*, 2012).

Visto que a incidências de infecções nosocomiais associadas à assistência hospitalar é alta, a prevenção e o controle dependem, dentre outras medidas, da adesão e da motivação do profissional de saúde em higienizar corretamente e freqüentemente as mãos. Diante disso, surgiu a seguinte problemática de pesquisa: Quais elementos estão envolvidos no processo de higienização das mãos e conseqüente controle da Infecção Hospitalar?

Sendo assim, os objetivos deste estudo foram: reconhecer os elementos envolvidos no processo de higienização das mãos e conseqüente controle da infecção hospitalar; e descrever as ações do enfermeiro neste processo.

Espera-se com esse estudo contribuir aos profissionais de saúde sobre a importância da lavagem das mãos para combater o controle das infecções hospitalares, que é a principal causa de morbimortalidade na contemporaneidade.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e exploratório. Os artigos foram coletados nos seguintes bancos de dados: *ScientificElectronic*

Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), PUBMED, Ministério da Saúde, Revista Brasileira de Enfermagem, Revista Eletrônica de Enfermagem, Revista Gaúcha em Enfermagem, Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde, Acervo Bibliográfico da UNIRB.

Como os principais autores citados neste trabalho foram: BARBOSA (2007), BRASIL (2009), CORDEIRO (2016), GIAROLA (2012), GIORDANI (2014), MOTA (2014), SILVA (2012).

Foi selecionado num primeiro momento um total de 37 artigos, atendendo a temporalidade de 16 anos (2000 – 2016). Os critérios de inclusão dos artigos/materiais utilizados foram: textos disponíveis na íntegra para consulta e ou impressão, escritos em português, e os que se aproximaram dos objetivos de pesquisa proposto no estudo, foram estabelecidos descarte dos artigos por repetição nas bases de dados ou por não se adequar aos critérios de inclusão.

Por fim, 23 artigos dos consultados foram selecionados com base na aplicação dos critérios de escolha, aspectos metodológicos, relevância e aplicabilidade ao estudo. Os descritores aplicados foram: Higienização das Mãos, Infecção Hospitalar, CCIH; Enfermagem.

Esse trabalho houve o comprometimento de referenciar todos os autores, evitando plágio e apropriação indevida respeitando a norma brasileira regulamentadora (NBR), o que é ético e de direito. De acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

ELEMENTOS QUE ENVOLVEM O PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS PATÓGENOS

As mãos podem ser apontadas como o principal meio pelo qual se efetua as atividades executadas pelos profissionais de saúde, elas são fundamentais para realização de quase todos os procedimentos realizados. No que se diz respeito à assistência prestada no ambiente hospitalar, podem servir como disseminadora de microrganismos patogênicos causadores de doenças (SILVA, MACHADO, COSTA, *et al.*, 2012).

Nas mãos existe uma microbiota composta por dois tipos de populações: transitória e residente. A microbiota residente é formada por elementos que compõe os estratos mais fundos da camada da córnea, nesta camada há a formação de colônias de microrganismos que

se multiplicam, proliferam e permanecem em equilíbrio com as defesas do corpo. Os microrganismos presentes nesta flora possuem mecanismos de defesas contra a remoção mecânica ou por agentes químicos, tornando-se assim, de remoção dificultosa (CORDEIRO; LIMA, 2016).

Contudo, a flora transitória é formada por microrganismos que colonizam temporariamente os estratos superficiais da pele, oriundos de fontes externas. Geralmente, são compostas por bactérias gram-negativas, bactérias aeróbicas formadoras de esporos, fungos e vírus, possuindo uma patogenicidade mais elevada. Devido a sua facilidade de remoção da pele, por ação mecânica, estes microrganismos propagam-se e são eliminados mais facilmente pelo contato. (CORDEIRO; LIMA, 2016).

Os procedimentos em que há possibilidade de contaminação microbiana das mãos (ex: contato com fluídos, sangue, secreções, excreções) devem ser seguidos pela higienização das mãos. O principal meio de prevenir e reduzir as infecções, sem encargos significativos para as instituições é a lavagem das mãos (SILVA, MACHADO, COSTA, *et al.*, 2012; CARDOSO, LOPES, SILVA, *et al.*, 2012).

O ATO DA LAVAGEM DAS MÃOS

O ato da lavagem das mãos pelos profissionais da saúde tem como o objetivo limpá-las, seja por intermédio da utilização de água e sabão ou por intermédio de soluções alcoólicas com fricção rigorosa e seqüencial das mãos. A duração média necessária para a lavagem das mãos é de 40 a 60 segundos, com o uso de água e sabão, para a remoção de sujidades, suor, oleosidades, microrganismos que ficam situados nas camadas superficiais da pele e células mortas, fazendo com que remova à permanência e proliferação de microrganismos e do uso de álcool de 20 a 30 segundos, instituindo assim a redução da carga microbiana das mãos. Ainda que seja um gesto simples e ensinado desde criança como auto-cuidado, na área de saúde essa prática acrescenta produtos e técnicas que objetivam aumentar sua eficiência (MOTA, BARBOSA, SILVEIRA, *et al.*, 2014; CORDEIRO; LIMA, 2016).

A lavagem das mãos é realizada da seguinte maneira: são esfregadas todas as superfícies das mãos com sabão, como os dedos e punhos, unhas, que devem estar curtas e limpas, o punho e as palmas das mãos seguindo por último com enxágüe sob jato de água corrente. Os profissionais de saúde devem estar sem nenhum tipo de adornos, como relógios, pulseiras, anéis, evitar uso de esmaltes, pois restringe a visualização de sujidades (SILVA, MACHADO, COSTA, *et al.*, 2012).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a higienização das mãos deva ser realizada essencialmente em cinco ocasiões específicas: após o contato com áreas próximas ao paciente, antes e depois do contato com o paciente, após a exposição a fluídos corporais e antes de procedimentos assépticos (CORDEIRO; LIMA, 2016).

A higienização das mãos, diversas vezes, é realizada pelos profissionais de saúde de maneira inadequada ou incorreta por esquecer algumas fases de realização do procedimento, por poupar tempo, pela sobrecarga de serviço importando-se com a quantidade e não com a qualidade. Contribuindo, assim, para a elevação do número de infecções e a duração do internamento hospitalar (SILVA, MACHADO, COSTA, *et al.*, 2012; MOTA, BARBOSA, SILVEIRA, *et al.*, 2014).

MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS.

Os produtos que podem ser utilizados para a lavagem das mãos, são: os anti-sépticos, como: clorexidina, triclosan, álcool, iodo/iodóforos, e o sabonete/detergente comum (não antimicrobiano) (BRASIL, 2009).

Os sabonetes/detergentes para uso de atividades de saúde é apresentado em forma de: espuma, barra e preparações líquidas, sendo a mais comum. Já os sabonetes comuns não contêm ação antimicrobiana, agindo assim sob forma de conservantes. É recomendado o uso de sabão do tipo refil para que não haja risco de contaminação do produto (BRASIL, 2009).

Os anti-sépticos não devem ser alergênicos, tóxicos ou irritantes para a pele. Eles devem ter efeito residual ou persistente e com ação antimicrobiana. Orienta-se que sejam de custos-efetivos, agradáveis de manusear e suaves (BRASIL, 2009).

Os produtos alcoólicos são mais eficazes quando confrontados aos sabonetes comuns ou sabonetes relativos a anti-sépticos na higienização das mãos dos membros das equipes de saúde. Diversos estudos compararam redução bacteriana das mãos aplicando sabonete associado a anti-séptico versus produtos alcoólicos e sabonete comum, a higienização das mãos com o uso do álcool teve uma diminuição bacteriana maior que lavar as mãos com sabonetes contendo hexaclorofeno, clorexidina a 4%, PVPI ou triclosan. Nos estudos referentes às bactérias multiresistentes, os produtos alcoólicos foram mais eficientes na diminuição destes patógenos de mãos de membros da equipe de saúde do que a higienização das mãos com água e sabonete (BRASIL, 2009).

Conforme a Resolução da Diretoria Colegiada, nº 42, de setembro de 2010, da ANVISA, o preparo alcoólico para a higienização das mãos sob as formas de espuma, gel e

outras, deve-se abranger uma concentração mínima de 70% com ação antimicrobiana comprovada, na mesma proporção que a preparação alcoólica para a higienização das mãos sob o estado líquido deve conter álcool com concentração final entre 60% a 80%. Em vista disso, pode-se concluir que o álcool a 70% em qualquer elaboração pode ser usado para higienização das mãos, já que contem concentração recomendada para a sua ação (SANTOS, ROSEIRA, MORAIS, *et al*, 2014).

Neste contexto, a ANVISA publicou em 2002, a RDC nº 50 que dispõe sobre normas e projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, determinando a indispensabilidade dos lavatórios de uso exclusivo para a higienização das mãos pela equipe de assistência (SANTOS, ROSEIRA, MORAIS, *et al*, 2014).

Os equipamentos essenciais para a lavagem das mãos são: lavabo cirúrgico, os lavatórios/pias, os dispensadores de sabonete e anti-sépticos, porta papel toalha e a lixeira para descarte (BRASIL, 2009).

O lavabo cirúrgico é privativo para o preparativo cirúrgico das mãos e antebraço. Apresenta uma profundidade satisfatória para possibilitar a lavagem do antebraço sem que o mesmo toque no equipamento. O lavatório ele é especialmente para a lavagem das mãos. Deve-se estar sempre limpo e funcionante. Apresenta em formatos e dimensões variadas, tendo que existir uma profundidade satisfatória para que o membro da equipe de saúde lave as mãos sem tocá-las nas paredes laterais ou bordas da peça e muito menos na torneira. Evitando respingos no profissional, nas laterais do lavatório e no piso. A pia da lavagem, reservada de preferência à lavagem de material podendo ser também utilizadas para a higienização das mãos. Deve-se possuir uma profundidade variada, formato retangular ou quadrado e dimensões diversas (BRASIL, 2009).

Os dispensadores de sabonete e anti-sépticos devem ser analisados, antes da compra de produtos para a lavagem das mãos, para garantir seu correto funcionamento, facilidade de funcionamento, liberação de volume satisfatório do produto e existência de dispositivos que não beneficiem a contaminação do produto. O acionamento destes dispensadores pode ser automático ou manual. São encontrados diversos tipos de dispensadores que favorecem aos requisitos básicos evitando a contaminação da solução e de fácil manuseio (BRASIL, 2009).

O porta papel toalha deve ser fabricado, de preferência, com material que não contribuam para a oxidação, sendo de fácil limpeza. É indispensável a implantação de rotinas de limpeza e de protocolos de substituição do papel, pelos serviços de saúde. A instalação do mesmo deve ser de maneira que ele não receba respingos de água e sabonete (BRASIL, 2009).

A lixeira pra descarte esta sempre junto aos lavatórios e às pias para a disposição do material utilizado na secagem das mãos. Deve ser de fácil limpeza, não sendo obrigada a permanência da tampa. Se por ventura escolher por mantê-lo fechado, o recipiente terá que ter uma tampa articulada com acionamento de abrimento sem o uso das mãos (BRASIL, 2009).

O papel toalha e a água compõem, relativamente, insumo e suprimento fundamental para o ato da higienização das mãos nas unidades de serviços de saúde (BRASIL, 2009).

A propriedade da água usada em serviços de saúde é de suma importância para as práticas de higienização das mãos. Os reservatórios devem ser feito de acordo com normas vigentes. Deve ser utilizadas tampas, desinfetados e limpos, com realização de controle microbiológico semestral. Qualquer outro controle fica a critério da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) (BRASIL, 2009).

CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

INFECÇÃO HOSPITALAR (IH)

Para Paulino (2000), as IH são inerentes ao ambiente hospitalar. As taxas dessas infecções dependem de alguns aspectos dos hospitais, como: clientes (nível socioeconômico, cultural e nutricional); sistema de controle e de vigilância epidemiológica; tipo de hospital.

Autores afirmam que as Infecções Hospitalares surgiram a partir da formação de instituições destinadas a cuidar de indivíduos doentes, como a execução de procedimentos terapêuticos e diagnósticos gradativamente mais invasores. Estima-se que 3% a 15%, no Brasil, pacientes internados desenvolvem alguma Infecção Hospitalar (GIAROLA, BARATIERI, COSTA, *et al.*, 2012).

Conforme a Portaria n. 2616 de 12 de maio de 1998, apontada pelo Ministério da Saúde, relata que a infecção hospitalar desenvolve-se a partir de uma infecção adquirida após a internação do paciente e que se apresenta durante a internação ou após a alta podendo ser relacionada com a internação ou procedimentos hospitalares ou revelada antes de 72 horas da internação, associadas a procedimentos diagnósticos e terapêuticos, realizados durante este período. São infecções causadas pelos microrganismos oriundos da microbiota normal, ou seja, de germes que habitam o próprio corpo humano (GIAROLA, BARATIERI, COSTA, *et al.*, 2012; PAULINO, 2000).

A IH é relativa à condição da hospitalização, quando a causa da infecção for desconhecida, sendo vista a partir do período de incubação do patógeno, e quando não houver

indício clínico que confirme que é conseqüência de uma infecção comunitária, ou seja, que já existe desde o momento da internação. Pode ser considerada, como uma infecção hospitalar, após 48h da admissão do paciente. (PRADO, OLIVEIRA, NASCIMENTO, *et al.*, 2012; NOGUEIRA, MOURA, COSTA, *et al.*, 2009).

Segundo Cordeiro, Lima (2016), as IH podem ser agrupadas em: não evitáveis que ocorrem mesmo quando todas as medidas de prevenção são praticadas e podem acabar se manifestando. Já as preveníveis, são quando elas podem ser praticadas por medidas simples como utilização de equipamento de produção individual, higienização das mãos, processamento de artigos.

Neste contexto, são considerados patógenos potenciais os agentes biológicos, que demonstra os microrganismos como um traço de multirresistência aos antibióticos tradicionais ou usados regularmente. Esses principais agentes biológicos que são os principais microrganismos responsáveis por causar infecções nos hospitais são: *Staphylococcus aureus*, *Escherichia coli*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Enterococcus faecalis* (CORDEIRO; LIMA, 2016).

COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (CCIH)

A Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) é um órgão de assistência, autoridade máxima da associação e de organização e padronização das ações de controle de infecção hospitalar, que serão realizadas pelo Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH). A CCIH é formada por profissionais da área da saúde de nível superior (BRASIL, 2004).

De acordo com a normativa federal determinado a respeito da implantação de CCIH desde 1983, Portaria Ministério da Saúde nº 196/1983, que induzia aos hospitais a constituição de CCIH. A portaria determina que a CCIH tem como papel executar, praticar, preservar e analisar o Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH), apropriado às necessidades e características da instituição sendo formado por membros executores e consultores. Os consultores têm que ser profissionais da enfermagem, da administração, da farmácia, da medicina, e do laboratório de microbiologia (BARBOSA, 2007).

Fernandes (2000), afirma que para construir uma equipe de CCIH, o acompanhamento do enfermeiro é indispensável. Deste modo, determina as instituições a admitirem esse profissional, com domínio ou não para a função, determinando, desse modo, uma especialidade para a profissão de enfermagem numa área complexa e específica, uma vez

que atuar o controle de infecção não seja uma função simples.

Assim, são vantagens básicas para que a CCIH consiga intervir: ter proximidade com o paciente e seu médico no momento essencial; pedir exames complementares que não tenham sido solicitados, com a finalidade de explicitação de diagnóstico e da cadeia epidemiológica de IH depois do boletim com o médico encarregado pelo paciente, da mesma forma como demais exames habilitados podem ser pedidos para identificar disseminadores e analisar técnicas, artigos e produtos; ter livre ingresso aos âmbitos do hospital e prontuários (FERNANDES, 2000).

Neste contexto, as atuações atribuídas aos enfermeiros são: regime de aplicação de antimicrobianos; compreender diagnóstico; verificação de surtos, em que se fiscalizam as práticas condutas assistenciais; indicadores de isolamento e medidas para se impedir a transmissão de doenças transmissíveis, em que, freqüentemente, a CCIH sugere medidas protetoras complementares para o atendimento dos pacientes; vigilância epidemiológica das infecções; adaptação e fiscalização das normas técnicas, analisando normatizações e regulamentações existentes no hospital; concretização e notificação de informações, analisando a prática profissional pelos indicadores de infecções; descrição de regras para indicação de medicamentos e construção de protocolos clínicos para tratamento das IH (FERNANDES, 2008).

De acordo com a diretriz da ANVISA, o diagnóstico da IH é responsabilidade específica da CCIH, sendo comprometimento dos integrantes executores, em função da busca ativa dos casos. Para diminuir a probabilidade de erros nos procedimentos, é considerável que a maneira de dar-se o diagnóstico seja sempre a mesma (BARBOSA, 2007).

As anotações das ocorrências e as resoluções da CCIH em atas equivalem um precioso mecanismo de comunicação. Nelas sucedem os documentos de todas as medidas tomadas pelos executores e consultores em longo prazo. Através da ata nota-se o desenvolvimento dos fatos ocorridos no domínio do controle e prevenção do controle de IH, como uma maneira de assistência sobre os procedimentos decisivos, apresentando a força da equipe. Pela ata da CCIH entende-se a biografia do hospital, devido a procedimentos de controle e prevenção (SILVA; SANTOS, 2001).

PAPEL DO ENFERMEIRO

De acordo com Gomes (2008), compreender e envolver-se de comissões de controle de infecção; averiguar a respeito dos índices de IH, que na realidade contemplam o paradigma de atendimento, e estar alerta às medidas de cuidados escolhido pela unidade, estabelecem os meios para uma assistência efetiva e para a formação de facilidades na evolução da assistência a serem apresentados pelo enfermeiro.

Os Enfermeiros são considerados como responsáveis e cuidadosos, num contexto que a infecção hospitalar ocorre de uma forma proporcional na evolução da tecnologia invasiva, no entanto o conhecimento dos membros da equipe de saúde sobre as intervenções de prevenção e controle das infecções não tem seguido este desenvolvimento (MOURA, RAMOS, SOUSA, *et al.*, 2008).

Algumas pesquisas foram averiguadas que para a diminuição nos índices de infecção hospitalar é indispensável investir em qualificação dos profissionais, ficando sobre a responsabilidade do enfermeiro conceder educação continuada a sua equipe (GIAROLA, BARATIERI, COSTA, *et al.*, 2012).

Estudos revelaram que, no ponto de vista da equipe de enfermagem sobre infecção hospitalar, existe um entendimento limitado ao senso comum e a princípios destacados das relações do processo infeccioso, o que recomenda que as intervenções e medidas de prevenção e controle de infecção hospitalar sejam exclusivamente parciais e, desse modo, não efetivas (ALVES; ÉVORA, 2002).

A qualidade do trabalho da enfermagem engloba a prestação de cuidados físicos e a realização de procedimentos terapêuticos e diagnósticos, tornando-se assim um elemento fundamental nas intervenções de controle e prevenção das Infecções Relacionada à Assistência à Saúde (IRAS) (PRIMO, RIBEIRO, FIGUEIREDO, *et al.*, 2010).

Gomes (2008), ainda afirma que o enfermeiro transfigura-se responsável na realização dos padrões de medidas de combate à infecção. Seu papel, cuidadoso e firme, deve proporcionar aos pacientes e aos membros da equipe de saúde a assistência desejada durante o atendimento, contra o contágio de doenças infecciosas e a infecção cruzada.

É significativa a atuação do enfermeiro no processo de prevenção de infecção hospitalar, visando que pode ser apontado como um elo entre os profissionais. Ademais, o enfermeiro precisa estar adaptado com a Comissão de Controle de Infecções Hospitalares (CCIH), do mesmo modo que é necessário envolvimento e comprometimento de todas as partes, tanto dos profissionais que se encontram diretamente em contato com paciente, tal como as chefias, através da viabilização de recursos humanos e materiais (FONTANA, LAUTERT, 2006).

Corroborando com o contexto, vale ressaltar sobre a inserção da família no enquadramento da infecção hospitalar é de extraordinário valor, visto que o enfermeiro deve abranger no seu rol de funções a atenção à comunidade e à família. Não deve apenas monitorar o horário das visitas, regimentar normas e proibir o ingresso de objetos e a sua permanência, mas também englobar em todo o seu método de cura contribuindo-lhe a respeito do tratamento, a comunicar sobre o que se passa no seu desenvolvimento enquanto internado, será capaz de encorajar a uma melhora acelerada (BARBOSA, 2007).

O profissional enfermeiro é notado como o fundamental responsável pelo papel educativo com os trabalhadores de saúde, considerando a melhor junção com a equipe, bem como sua supervisão contínua, possuindo uma função participar dos programas de formação e implementar, planejar, promoção da saúde dos trabalhadores e qualificação contínua (PEREIRA, SOUZA, TIPPLE, *et al.*, 2005; SANTOS, CABRAL, BRITO, *et al.*, 2008).

O sentimento de compromisso deriva-se do ato do próprio trabalho ou do trabalho de outras pessoas. Encarar desafios novos e obter maiores obrigações é motivador. Dessa maneira, uma forma de favorecer o incentivo da enfermagem é conceder superioridade e compromisso aos profissionais, reconhecendo, por exemplo, a educação permanente e a comunicação (GIORDANI, SONOBE, EZAIAS, *et al.*, 2014).

A autonomia é viável na prática do dia a dia do trabalho da enfermagem, obedecendo às habilidades e a formação de cada integrante da equipe. Este aspecto influencia sua adesão à higiene das mãos, já que concebe um incentivo significativo à efetuação de trabalhos e, em consequência, na manutenção do seu encorajamento profissional. Contudo, o enfermeiro hierarquicamente pode conceder ou não a viabilidade dos membros de sua equipe praticar a autonomia no trabalho. No decorrer do tempo, é capaz de conseguir estender o grau de decepção, levando a possuir menor nível de comprometimento na efetuação do trabalho e interesse e, por conseguinte, na adesão à lavagem das mãos. A autonomia com empenho proporciona ao trabalhador cumprir os excelentes resultados de maneira inovadora e criativa (GIORDANI, SONOBE, EZAIAS, *et al.*, 2014).

Considerando vários fatores motivacionais, para o desenvolvimento da adesão à higiene das mãos, preconiza-se que a instituição possibilite maior área para auscultação e conversação com seus profissionais da Enfermagem, em todos os níveis hierárquicos. O discernimento de seus princípios, demandas e obrigações, em especial as associadas à autoestima e promoção, proporciona a instituição cogitar e lidar com relevantes questões vinculadas à satisfação e encorajamento no trabalho. As conseqüências mais sérias designam que as fontes de crescimento e desenvolvimento na profissão/carreira, maior presença nas

decisões, maior soberania na prática de cuidados de Enfermagem e encorajamento à agilidade na escolha de ações são essenciais à intervenção da adesão à higiene das mãos (GIORDANI, SONOBE, EZAIAS, *et al.*, 2014).

É necessário que o enfermeiro alie a pesquisa à prática e estar atento aos desenvolvimentos para poder seguir as transformações indispensáveis de acordo com o desempenho da doença e do doente e assim ser um articulador das condutas de controle de infecção no contexto hospitalar (BARBOSA, 2007).

Em síntese, as infecções existirão sob um comando mais vasto, na unidade, se o enfermeiro se apresentar a uma atenção constante, a organização de regras e condutas em relação às mesmas e a atividade de um expediente cauteloso. O cuidado deve ser um estímulo global, constante e íntegro, ligada a concepções ético-morais precisos, que dão o caráter de compromisso integral às práticas assessoriais nas unidades (GOMES, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou analisar a importância das lavagens das mãos no âmbito hospitalar para a prevenção e controle de infecções hospitalares. Foi possível enfatizar que temos as mãos como o principal meio de transmissão de microrganismos, pois elas acabam sendo utilizadas direta e indiretamente com os pacientes tanto para preparação de medicamentos, manuseio de materiais estéreis, dentre outros, tendo como responsabilidade do enfermeiro tornar-se mais participativo nos cuidados diretos com o paciente, para sinalizar as possibilidades de possíveis riscos para infecções.

Foi notado que um dos grandes motivos da higienização das mãos, não é a ausência de produtos e sim a negligência causado pela inadequada ou incorreta lavagem das mãos, por esquecer algumas fases de realização do procedimento, por encontrar-se atrelado á sobrecarga de trabalho, “para poupar tempo” implicando assim com a quantidade e não com a qualidade, sendo que essa higienização deva ser realizada em cinco ocasiões, como foi citado no referencial teórico.

Assim, para intervir no controle de infecção o enfermeiro tem como uma grande função: motivar e treinar sua equipe, deve dispor de papeis educativo, organizando programas de formação, envolvendo os atores da equipe de enfermagem no planejamento, implementação de ações preventivas, contribuindo para promoção da saúde, e consequente

redução de agravos e morbimortalidade hospitalar, tendo também uma boa comunicação com os familiares relatando com o que se passa no seu desenvolvimento enquanto internado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, DCI., ÉVORA, YDM. **Questões éticas envolvidas na prática profissional de enfermeiros da comissão de controle de infecção hospitalar.** Rev Latino-AmEnferm 2002 MaioJun; 10(3):265-75
- BARBOSA, Maria Emília Marcondes. **A atuação do enfermeiro no controle de infecção hospitalar no estado do Paraná.** 2007. 126f. Tese de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Setor de Ciências da Saúde). Universidade Federal do Paraná. Orientada pela Prof^{Dr}a. Denise Siqueira de Carvalho.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Módulo 1: Legislação e Criação de um Programa de Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar (Infecção Relacionada à Assistência à Saúde – IRAS).** São Paulo. 2004.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Segurança do paciente em serviços de saúde: Higienização das mãos.** Brasília. 2009.
- CARDOSO, Thiago., LOPES, Joanilva Ribeiro., SILVA, Carla Silvana Oliveira e., *et al.* **A importância da lavagem das mãos para a realização dos cuidados de enfermagem.** Revista Digital. Buenos Aires. Año 16. N°164. Enero de 2012.
- CORDEIRO, Valquiria de Brito., LIMA, Carlos Bezerra de. **Higienização das mãos como ferramenta de prevenção e controle de infecção hospitalar.** Temas em Saúde. V.16. N°2. P.425-444. João Pessoa. 2016.
- FERNANDES, A. T., **As Infecções Hospitalares e suas interfaces na área da saúde,** São Paulo: Atheneu, 2000.
- FERNANDES, A. T. **Percepções de profissionais de saúde relativas à infecção hospitalar e às práticas de controle de infecção.** 2008. 234 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FONTANA, Rose Teresinha., LAUTERT, Liana. **A prevenção e o controle de infecções: um estudo de caso com enfermeiras.** Ver. Brás. Enferm. 2006; 59(3):257-61.
- GIAROLA, Luciana Borges., BARATIERI, Tatiane., COSTA, Andrea Monastier., *et al.* **Infecção hospitalar na perspectiva dos profissionais de enfermagem: um estudo bibliográfico.** CogitareEnferm. 2012. Jan/Mar; 17(1): 151-7.
- GIORDANI, AnecyTojeiro., SONOBE, Helena Megumi., EZAIAS, Gabriela Machado., *et al.* **Adesão da equipe de enfermagem à higienização das mãos: fatores motivacionais.** Rev Rene. 2014. Jul/Ago; 15(4):559-68.

GOMES, Alice Martins. **Emergência: Planejamento e organização da Unidade. Assistência de Enfermagem.** 2ªed. Atualizada e Ampliada. São Paulo: EPU, 2008. 142, 143p.

MOURA, Maria Eliete Batista., RAMOS, Maria Natália., SOUSA, Cristina Maria Miranda de., *et al.* **Infecção Hospitalar no olhar dos enfermeiros portugueses: representações sociais.** Texto contexto enferm. 2008 Out-Dez; 17(4): 743-9.

MOTA, Écila Campos., BARBOSA, Dulce Aparecida., SILVEIRA, Beatriz Rezende Marinho da., *et al.* **Higienização das mãos: uma avaliação da adesão e da prática dos profissionais de saúde no controle das infecções hospitalares.** Revista de epidemiologia e controle de Infecção. V.4. Nº 1. Jan/Mar 2014.

NOGUEIRA, Paula Sacha Frota., MOURA, Escolástica Rejane Ferreira., COSTA, Marta Maria Freitas., *et al.* **Perfil da Infecção Hospitalar em um Hospital Universitário.** Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2009 jan/mar; 17(1):96-101.

PAULINO, Ivan. **Manual de Enfermagem.** 2ªed. São Paulo: Ícone, 2000. 157p.

PEREIRA, M. S.; SOUZA, A. C. S.; TIPPLE, A. F. V.; PRADO, M. A. A infecção hospitalar e suas implicações para o cuidar de enfermagem. **Rev. Texto & Contexto Enfermagem**, v. 14, n. 2, Florianópolis, abril-junho, 2005.

PRADO, Maria Fernanda do., OLIVEIRA, Ângela Cristina Jorge., NASCIMENTO, Tânia Mara Barreto do., *et al.* **Estratégia de promoção à higienização das mãos em unidade de terapia intensiva.** CiencCuidSaude. 2012. Jul/Set; 11(3):557-564.

PRIMO, Mariusa Gomes Borges., RIBEIRO, Luana Cássia Miranda., FIGUEIREDO, LanyFranciely da Silva., *et al.* **Adesão à prática de higienização das mãos por profissionais de saúde de um Hospital Universitário.** Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2010; 12(2):266-71.

SANTOS, Thaíne Cristina Romualdo dos., ROSEIRA, Camila Eugenia., MORAIS, Thaís Helena Piai., *et al.* **Higienização das mãos em ambiente hospitalar: uso de indicadores de conformidade.** Rev. Gaúcha Enferm. 2014 marc;35(1):70-77.

SANTOS, Ana Maria Ribeiro dos., CABRAL, Luciane dos Anjos Formiga., BRITO, David Soares., *et al.* **As representações sociais da infecção hospitalar elaboradas por profissionais de enfermagem.** Rev. Bras. Enferm. 2008;61(4):441-6.

SILVA, F. I; SANTOS, B. M. O. **Estudo histórico organizacional da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar de um hospital universitário.** Medicina, Ribeirão Preto, n.34, p.170-179, São Paulo, abr./jun. 2001.

SILVA, Jorge Luiz Lima., MACHADO, Emanoele Amaral., COSTA, Felipe dos Santos., *et al.* **Conhecendo as técnicas de higienização das mãos descritas na literatura: refletindo sobre os pontos críticos.** Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde. 2012; 14(1): 81-93.



IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES EDUCATIVAS NA ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL

Rosane França Bastos^{}*
*Fernanda Cardeal Mendes^{**}*

RESUMO

Na gestação a mulher pode apresentar dúvidas, medos e despreparo quanto ao parto, no que interfere negativamente para a assistência. No sentido de contemplar melhorias para a assistência prestada no pré-natal o estudo objetivou-se em conhecer a percepção dos enfermeiros, quanto à importância das ações educativas na assistência pré-natal. Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter descritivo - qualitativo realizada na Unidade Mista Dr. José Carneiro de Campos no município de Salvador, através de entrevistas no período de outubro de 2015, tendo como sujeito 4 enfermeiras da unidade. Os achados do estudo emergiram através de quatro categorias, Acolhimento no pré-natal, Roteiro de atendimento para as consultas, a Importância das ações educativas e Práticas educativas na atenção pré-natal objetivando a relevância do estudo. Assim ficou demonstrado que as ações educativas são de extrema importância para melhoria da qualidade da assistência pré-natal na medida em que contribuem para uma melhor qualidade de vida e um parto e nascimento saudáveis.

Palavras-chave: Ações Educativas. Educação em Saúde. Pré-natal. Assistência de Enfermagem. Ações de Enfermagem.

ABSTRACT

During pregnancy the woman may have doubts, fears and lack of preparation on the delivery in which interferes negatively for assistance. In order to consider improvements to the care provided in prenatal study aimed to know the perception of the nurses, the importance of educational actions in prenatal care. It is a descriptive field research - qualitative held in the Mixed Unit Dr. José Carneiro de Campos in the city of Salvador, through interviews from October 2015, with the subject four nurses from the unit. The study findings emerged through four categories Home in prenatal care map for the consultations, the importance of educational activities and educational practices in pre-natal care aiming the relevance of the study. Thus, it was show that the educational activities are extremely important for improving prenatal care quality as they contribute to a better quality of life and a healthy labor and birth.

Key words: Actions Education. Education in Health. Prenatal. Nursing assistance. Nursing actions.

1 INTRODUÇÃO

A gravidez e o parto são considerados eventos fisiológicos na vida das mulheres. No entanto, podem levar á alterações físicas e emocionais, requerendo cuidados por parte da

* Graduada de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador. Contato: rosanebastos2009@hotmail.com.

** Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador. Contato: fcardealmendes@yahoo.com.br

família e dos profissionais de saúde que prestam assistência pré-natal, justificando a atenção para além de um útero gravídico.¹

É uma experiência complexa com aspectos diferentes para cada mulher, além da dimensão biológica é um processo social que envolve o coletivo, mobilizando a família e o meio, em que a mulher está inserida, para que a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a detecção precoce de situações de risco ocorram de maneira segura, sendo importante o envolvimento da mulher, do seu parceiro, da família e dos serviços de saúde.²

O pré-natal é o período anterior ao nascimento da criança, em que um conjunto de ações é aplicado à saúde individual e coletiva das mulheres grávidas.³ Assim o pré-natal configura-se como um fator importante na redução da mortalidade materna e perinatal. Muitas patologias no período gravídico-puerperal podem ser tratadas e/ou controladas evitando-se assim efeitos danosos a gestante puérperas e/ou recém-nascidos.⁴

Com o PHPN, os municípios se responsabilizam em garantir o acesso e melhorias da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, assistência ao parto e ao puerpério e assistência neonatal, definida como condição indispensável da assistência a realização da primeira consulta de pré-natal até o quarto mês de gestação, bem como a realização de no mínimo seis consultas no pré-natal e pelo menos uma consulta no puerpério.⁴

Assim a garantia de uma adequada assistência pré-natal significa prevenir, diagnosticar e tratar os eventos indesejáveis na gestação, visando ao bem-estar da gestante e de seu conceito, além de orientar sobre possíveis problemas específicos do parto e obre determinados cuidados ao recém-nascido.⁵ Na dimensão educativa objetiva-se contribuir com o fortalecimento das informações prévias que as mulheres possuem a respeito do próprio corpo, além disso a educação em saúde deve valorizar a história de vida e permitir que as mulheres sejam sujeitos do processo.¹

Assim, educação em saúde é entendida como um conjunto de saberes e práticas norteadas para a prevenção de doenças e promoção da saúde.¹ Ressalta-se que no pré-natal ela é um meio para que o profissionais da saúde, principalmente o enfermeiros que realizam a primeira consulta, possam dotar a mulheres e seu familiares de conhecimentos. Além de esclarecer dúvidas, contribui com a autonomia do cuidado.¹

Portanto, as ações educativas devem ser desenvolvidas pelo profissional de saúde em todo o contato que a clientela tiver com o serviço, abrindo um espaço de reflexão das pessoas acerca da própria saúde, estimulando mudança e adoção de novos meios para solução de seus problemas.¹

Isso nos faz refletir sobre orientações e programas de educação á saúde desenvolvidos durante a assistência pré-natal, assim o presente estudo desenvolvido com 4 enfermeiras na Unidade Mista Dr. José Carneiro de Campos, verificou que é importante realizar ações educativa e desta forma as mulheres grávidas sentem-se mais preparadas quando bem orientadas no pré-natal.Com base no exposto, o presente estudo teve por objetivo conhecer a percepção dos enfermeiros da Unidade Mista Dr. José Carneiro de Campos, quanto à importância das ações educativas na assistência pré-natal.

Apesar da importância dessas ações no pré-natal, poucos resultados foram encontrados, o que dificulta a abrangência em si do perceber a importância dessas ações. A partir dessas reflexões buscou-se determinar a percepção do enfermeiro quanto à importância das ações educativas na assistência pré-natal.

A pesquisa tem o intuito de despertar nos profissionais a importância de se realizar essas ações no pré-natal, no sentido de que a cliente se sinta preparada e satisfeita com o atendimento e possa ter o seu filho com saúde e sem intercorrências.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter descritivo, com abordagem qualitativa que visa conhecer a percepção das enfermeiras da Unidade Mista Dr. José Carneiro de Campos quanto a importância das ações educativas na assistência pré-natal. A unidade está situada na Mansão do Caminho, departamento social do Centro Espírita Caminho da Redenção no bairro de Pau da lima onde são atendidas pessoas do próprio bairro e adjacências. Foram entrevistadas 4 enfermeiras da unidade que realizam consultas pré-natal, na Unidade Mista Dr. José Carneiro de Campos.

Os critérios de inclusão dos participantes do estudo foram: Ser enfermeira, realizar as consultas de pré-natal independente do título de pós-graduação e do tempo de atuação na área; Concordar em participar livremente do estudo; Assinar o termo de consentimento livre e esclarecido.

Os dados foram de fonte primária, obtidos por depoimentos orais através da entrevista semiestruturada totalizando 11 questões abordando a percepção das enfermeiras quanto aos benefícios das ações educativas no pré-natal. A coleta de dados foi realizada em outubro de 2015 na sala de espera do local onde são feitas as consultas de pré-natal. As

entrevistas foram gravadas, após o consentimento das enfermeiras através do TCLE e transcritas na íntegra.

Foram contempladas as variáveis: sexo, idade, tempo de formação, profissão, especialização, percepção das enfermeiras quanto aos benefícios das ações educativas no pré-natal.

A análise dos dados foi feita com base na análise de conteúdo, objetivando compreender o problema pesquisado. As etapas da análise foram a ordenação, classificação e triangulação dos dados. Na ordenação dos dados foram transcritas as entrevistas na íntegra com objetivo de sistematizar as ideias iniciais; Na classificação dos dados foi feita a leitura das entrevistas transcritas.

A seguir foram identificadas as estruturas relevantes dos agentes, as ideias centrais transmitidas pelos profissionais e a partir daí, os dados foram organizados em categorias, sendo feita a triangulação, onde é confrontado e articulado os achados nas entrevistas sempre apontando para o pressuposto teórico e os objetivos do estudo.

O estudo envolveu seres humanos, trabalhado com uma população, correspondendo a enfermeiros (as) que realizam consultas de pré-natal sendo a instituição Unidade Mista Dr. José Carneiro de Campos na Mansão do Caminho no município de Salvador.

Atendendo à Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, que define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, este estudo foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador, e pela Plataforma Brasil que o mantém sob o n.º de CAAE 49557915.7.0000.5628. Os sujeitos da pesquisa foram informados sobre os procedimentos éticos e legais e, antes de concederem a entrevista, concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, ficando uma cópia com a pesquisadora e outra com a entrevistada. Vale ressaltar ainda que, o anonimato dos sujeitos foi garantido, bem como o sigilo das informações prestadas, sendo as mesmas utilizadas somente para fins de pesquisa.

Portanto, foram contemplados os princípios éticos conforme a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde-Ministério da Saúde seguindo diretrizes e normas regulamentadora para esse tipo de pesquisa, atendendo aos requisitos básicos da seguinte forma: elaboração e respectiva assinatura do consentimento livre e esclarecido pela instituição da pesquisa, medidas para minimizar os riscos e benefícios, garantindo aos participantes do estudo princípio da beneficência e não maleficência, e principalmente, garantir a confidencialidade e a privacidade das informações obtidas e a não utilização de informações

para prejuízo do participante, assegurando os direitos e deveres informantes da pesquisa, à comunidade científica, bem como a instituição dos profissionais e até mesmo da instituição.

Foram assegurados o anonimato dos participantes e da instituição. E o participante tem o direito de desistir a qualquer momento da pesquisa. E que todas as despesas necessárias para a realização do estudo não será da responsabilidade do participante. Também foi solicitada a autorização da Instituição para utilização dos dados na pesquisa.

Por ser uma pesquisa envolvendo seres humanos, os princípios éticos serão respeitados, interrompendo a pesquisa na presença de qualquer perigo e à integridade da pessoa; Respeitar os princípios da honestidade e fidedignidade, bem como os direitos autorais no processo de pesquisa, especialmente na divulgação dos resultados; Disponibilizar os resultados de pesquisa à comunidade científica e sociedade em geral; e Promover a defesa e o respeito aos princípios éticos e legais da profissão no ensino, na pesquisa e produções técnico-científicas. Conforme Resolução COFEN 311/2007

Tendo em vista a possibilidade de potenciais riscos de desconforto para os participantes em relação aos gestores da Instituição, devido à natureza do tema que busca a percepção das enfermeiras quanto a importância das ações educativas no pré-natal, foi garantido a privacidade e a confidencialidade em relação às informações obtidas, buscando evitar quaisquer confrontos desnecessários com a Equipe Gestora. Por outro lado, os benefícios que o estudo poderá trazer a ampliação de enfermagem sobre a realidade local no que se refere as ações de enfermagem no pré-natal, bem como a importância dessas ações percebidas pelas enfermeiras na assistência pré-natal que poderão favorecer a qualificação da rede de atenção pré-natal.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Das quatro enfermeiras nota-se que apenas duas possuem especialização em Obstetrícia, uma em Enfermagem do Trabalho e a outra em Emergência; UTI e Controle de Infecção Hospitalar, o tempo de formação das enfermeiras variam de 4 a 26 anos e o tempo de atuação como pré-natalista variam de 1 a 15 anos, podendo ser observados na tabela abaixo.

TABELA 1. Características das enfermeiras entrevistadas da Unidade Mista Dr. José Carneiro de Campos.

ENFERMEIRA	ESPECIALIZAÇÃO	TEMPO DE FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO COMO PRÉ-NATALISTA
E1	Emergência, UTI e Controle de Infecção Hospitalar.	4 Anos	1 Ano e 8 Meses
E2	Obstetrícia	15 Anos	15 Anos
E3	Obstetrícia	4 Anos	3 Anos
E4	Enfermagem do Trabalho	26 Anos	1 Ano

ACOLHIMENTO NO PRÉ-NATAL

As enfermeiras que realizam os cuidados pré-natais afirmaram que há um roteiro que norteia a assistência pré-natal. Na primeira consulta, é realizado o acolhimento das gestantes na unidade. Nota-se pelas falas das participantes do estudo que as consultas são realizadas pelas enfermeiras da unidade de saúde.

“A primeira consulta inclusive é o acolhimento.” (E2)

“Nós temos um roteiro de pré-natal, que a 1ª consulta da gestante é um acolhimento.” (E3)

“A primeira consulta de pré-natal na verdade é feita pela enfermeira que faz o acolhimento no serviço onde eu trabalho.” (E4).

“Toda essa primeira consulta [...] é realizada pela enfermeira obstetra.” (E3)

Vale ressaltar que, de fato, apenas uma das enfermeiras realiza o acolhimento de todas as gestantes que iniciam a assistência pré-natal.

“Sou eu quem faço todos os acolhimentos”(E2)

“Quem realiza a 1ª consulta é a enfermeira do acolhimento.” (E4)

Na atenção pré-natal qualificada e humanizada, a gestante é a protagonista no âmbito de um sistema que se propõe a utilizar da escuta efetiva como um dos instrumentos fundamentais da assistência à saúde da mulher no ciclo gravídico-puerperal. Nesse sentido, a

inserção da prática do acolhimento no processo de trabalho muda o foco do modelo de serviço centrado na pessoa do médico e passa a ter o acolhimento como o ponto principal do atendimento às usuárias.¹

O acolhimento não exige equipamentos sofisticados, entretanto, demanda que o profissional de saúde, em especial a enfermagem, esteja preparado para ouvir e respeitar, em todos os contextos, a usuária nesse momento delicado em que se encontra.² O acolhimento, desde a chegada, à recepção até a saída do consultório, é importante para um pré-natal satisfatório.⁶

Outro aspecto importante a ser destacado são as características do acolhimento realizado pelas enfermeiras. Nesse acolhimento também chamado como palestra por duas enfermeiras, são realizadas algumas orientações gerais a gestantes a respeito da consulta pré-natal com o médico obstetra. Os exames laboratoriais trazidos pelas gestantes são vistos e solicitados outros. Se necessários, além da ultrassonografia obstétrica. As pré-natalistas destacaram a importância desses exames e a necessidade do preparo físico e emocional das mulheres grávidas para a gravidez e o parto. Nesse sentido, oferecem a possibilidade de participação nos grupos terapêuticos disponíveis no serviço.

“A gente sinaliza que terá uma consulta ou mais com o médico obstetra no final da gestação, então durante o acolhimento, se tiver necessidade, falo da importância dos exames do pré-natal, quais são os exames, para que serve cada um deles [...]” (E2)

“[...] falo também dos grupos que nós temos o grupo de yoga, de fisioterapia, o grupo de gestantes [...] Ultrassom morfológica quem tá na época de fazer, que não fez ainda, então tudo gera dentro desse acolhimento” (E2)

“A enfermeira solicita a ultrassom, se estiver dentro do prazo, ela pede a morfológica já do 1º trimestre e pede os exames iniciais, da 1ª triagem do pré-natal, faz uma orientação que é geral porque é uma palestra [...]” (E3)

As falas das enfermeiras parecem sinalizar que o acolhimento no atendimento pré-natal tem caráter resolutivo, na perspectiva da consulta pré-natal. No entanto, não aparece em nenhuma das falas das enfermeiras. Nesse primeiro contato com as gestantes, ocorre a escuta ativa das dúvidas, inquietações, sentimentos e emoções e/ou dos acompanhantes a respeito dos diversos aspectos relativos à gravidez e o parto.

No entanto, o Ministério da Saúde propõe que um dos objetivos da assistência pré-natal é promover a escuta ativa da gestante e de seus (suas) acompanhantes, considerando

aspectos intelectuais, emocionais, sociais e culturais e não somente um cuidado biológico. Somente o conhecimento técnico-científico não é suficiente para atender às necessidades expressas e latentes da mulher que está grávida, as atitudes de sensibilidade e afetividade demonstrada pelo profissional desde o início do pré-natal, mediante a escuta dos problemas, observação das reações e o oferecimento de apoio, favorecerão a interação enfermeiro-gestante.⁶

Roteiro de atendimento do pré-natal

As enfermeiras realizam a assistência pré-natal baseadas em um protocolo interno da unidade de saúde, além de seguirem as diretrizes estabelecidas no Manual de Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco do Ministério da Saúde. Ressalta-se, pela fala das participantes do estudo, a necessidade de orientar a conduta assistencial para manter um padrão de atendimento comum a todas as enfermeiras coerente com o protocolo assistencial da instituição e o Manual técnico do Ministério da Saúde.

No entanto, nenhuma das enfermeiras entrevistadas descreveu de forma sistematizada as etapas sequenciais do roteiro de atendimento pré-natal.

“Aqui o roteiro a gente se baseia na verdade, para o atendimento das consultas é o manual do pré-natal e puerpério do Ministério da Saúde e também tem o manual interno daqui da instituição.” (E1)

“O roteiro na verdade que todas seguem a mesma linha, as mesmas coisas [...] segue o da instituição e o do Ministério da Saúde para prescrever alguns antibióticos, mas tem o da instituição que podemos prescrever antibióticos como para tratamento ITU por exemplo, inflamações vaginais[...]”(E2)

“Aqui nós temos, um protocolo que a gente sempre tenta fazer realmente, junto com o que o ministério da saúde solicita, a gente segue as normas do ministério da saúde.”(E3)

“[...] Existe um roteiro que segue as normas do programa que é nacional de pré-natal, nós não fugimos do roteiro, [...] nós temos o protocolo do Ministério da Saúde que a gente segue e temos as nossas rotinas [...]” (E4).

Nesse sentido, desempenhar tarefas de acordo com os protocolos estabelecidos é importante, pois estes proporcionam aos profissionais prestar um serviço de qualidade. O

desenvolvimento das competências, de acordo com os protocolos, é a base de sustentação para um adequado atendimento de saúde. É importante que os protocolos sejam construídos a partir de consensos, normas técnicas, manuais, protocolos e demais documentos do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde. Faz-se necessário observar a aplicação dessas normas estabelecidas às realidades locais para que produza impactos positivos sobre a qualidade de vida da população assistida pela equipe com a utilização de seu protocolo.³

O protocolo é instrumento normativo que orienta os profissionais na realização de suas funções. Ele tem como base conhecimentos científicos e práticos do cotidiano do trabalho em saúde, de acordo com uma realidade extremamente dinâmica, o que o obriga, necessariamente, a ser avaliado permanentemente e modificado segundo as circunstâncias envolvidas.³

Vale salientar que a atenção pré-natal baseada em protocolos técnicos e científicos favorece a organização do cuidado assistencial e do processo de trabalho de modo que resulta em uma assistência qualificada certamente com repercussões positivas no que diz respeito à saúde materna e perinatal.

A importância das ações educativas no pré-natal

Para as enfermeiras do estudo, as ações educativas no pré-natal têm grande relevância pela finalidade precípua de promover a saúde à gestante e ao conceito nos seus diversos aspectos biopsicossociais. Orienta sobre os hábitos de vida e as implicações na saúde materna e fetal. Nesse sentido, as ações educativas possibilitam fazer a prevenção e o tratamento das doenças próprias ou intercorrentes na gestação. A educação em saúde no âmbito do pré-natal promove a saúde através de uma proposta de qualidade de vida.

“[...] Educação em saúde no pré-natal, é de uma importância ímpar no sentido de promover a qualidade de saúde do binômio mãe e bebê, [...] É nesse momento que através das ações educativas a gente consegue modificar os padrões dos estilo de vidas, que predispõe as gestantes aos riscos de saúde, o que torna a meta da educação em saúde na verdade ensinar as pessoas a viver de forma mais saudável possível.”(E1)

“A gente estimula a gestante a participar de atividades, [...] temos grupos para gestantes então tudo isso a gente estimula, a gente incentiva, para que ela participe, a escuta ativa também, porque às vezes tem gestante que precisa falar, precisa desabafar e a gente esta ali pronta para escutar também é uma ação educativa.” (E3).

“É vital, a ação educativa no pré-natal ela é, para mim ela é indispensável, porque você previne complicações com a educação daquela gestante, [...] então para mim educação é vital, pré-natal é sim educação, porque você não acompanha essa gestante no dia a dia dela, [...] o período que você fica com essa gestante é pequeno, então ela precisa realmente cuidar da sua saúde, da sua gravidez e é através do esclarecimento, da educação, do conhecimento do que é o processo de gravidez, o que acontece com o corpo dela durante a gravidez, que ela pode dar seguimento as nossas orientações, então para mim é educação no pré-natal é tudo.”(E4).

Nota-se pela fala das gestantes, que as ações educativas também podem ser desencadeadas através da escuta da mulher grávida no que diz respeito as suas necessidades físicas e sócio emocionais. Nessa perspectiva, o acolhimento da gestante parece se dá com maior profundidade a cada consulta de pré-natal e com os diversos membros da equipe multiprofissional através dos espaços específicos que são os grupos terapêuticos propostos pela instituição.

Desse modo, as ações educativas devem ser desenvolvidas pelos profissionais de saúde em todo contato que a clientela tiver com o serviço, abrindo um espaço de reflexão das pessoas acerca da própria saúde, estimulando mudanças e adoção de novos meios para solução de seus problemas.¹ Ressalta-se que a educação em saúde no pré-natal é um meio para que os profissionais da saúde, especialmente os enfermeiros que realizam a primeira consulta de pré-natal, possam dotar as mulheres e seus familiares de conhecimentos, além de esclarecerem as dúvidas, contribuindo com a autonomia do cuidado.¹

Práticas educativas na atenção pré-natal

Percebe-se que as práticas educativas são realizadas através da dinâmica denominada “roda de conversas”. As enfermeiras abordam vários aspectos relativos à gravidez, parto e puerpério, incluindo os cuidados com os recém-nascidos.

A roda de conversas tem por essência partir da escuta de cada gestante, no que diz respeito aos seus sentimentos e emoções, dúvidas e inquietações. Nessa dinâmica, a conversação tem caráter educativo, através de um compartilhar de experiências entre as mulheres que vivem as experiências da gravidez, de partos anteriores, da amamentação, sejam elas bem ou malsucedidas.

“São grupos que acontece toda quinta feira a tarde nesses grupos são abordados diferentes temas pertinentes a gestação, parto e puerpério, acontece também a roda de gestantes que é as duas sextas feiras no mês.” (E1)

Eu tenho um grupo de gestantes, então nesse grupo de gestantes agente aborda vários requisitos do pré-natal, em relação a alimentação, em relação a sexualidade, as vezes agente faz tema aberto, elas chegam com algum problema, querem conversar, tem dias que elas querem falar da vida delas, agente fala, agente conversa, agente dar risada, fala da amamentação, cuidados com o bebê, temas diversos. (E3)

“[...] acolher essa gestante, ouvir as queixas, tirar as duvidas, esclarecer o que está acontecendo com elas, estar atento as mudanças, as queixas que as vezes elas não falam, mas que agente percebe no exame, na avaliação.” (E4)

As dinâmicas de grupo geram aprendizagem de várias formas aos seus integrantes, tanto na vivência pessoal como na interpessoal. Isso nas dinâmicas promove maior aproximação entre as gestantes, possibilitando o vínculo de confiança, diminuindo a timidez e favorecendo o esclarecimento de dúvidas, como o cuidado com as mamas, a alimentação, medicamentos usados na gestação e lactação, desenvolvimento fetal e cuidados com o bebê.¹

4 CONCLUSÃO

A importância das ações educativas possui grande relevância para a assistência pré-natal. As enfermeiras mostraram a importância do acolhimento como um componente fundamental na primeira consulta. Nesta consulta são realizadas orientações gerais às gestantes a respeito do atendimento pré-natal, os cuidados básicos necessários e suas implicações na saúde materna e fetal. O roteiro de atendimento seguido pelas enfermeiras é baseado no protocolo interno da instituição e as normas técnicas do Ministério da Saúde. As ações educativas no pré-natal expressas pelo atendimento individual e as rodas de conversas, contribuem para que a gestante tenha uma educação em saúde e possa aprender a ter um autocuidado. Com isso, elas têm uma melhor qualidade de vida, estabelecendo as bases para uma gestação saudável e um parto e nascimento saudáveis.

REFERÊNCIAS

1. Duarte SJH, Borges AP, Arruda GL. **Ações de enfermagem na educação em saúde no pré-natal**: relato de experiência de um projeto de extensão da Universidade Federal do Mato Grosso. Rev Enferm Cent O Min. 2011Abr Jun; 1(2):277-282.
2. Santos AL, Radovanovic CAT, Marcon SS. **Assistência pré-natal: Satisfação e expectativas**. Rev Rene. 2010;(11):61-71.
3. Barbieri A, Fonseca LM, Ceron MI, Fedosse E. **Análise da atenção pré-natal na percepção de puérperas**. Distúrb comun SP. 2012 Abril; 24(1): 29-30.
4. Domingues RMSM, Hartz ZMA, Dias MAB, Leal MC. **Avaliação da adequação da assistência pré-natal na rede SUS do município do Rio de Janeiro, Brasil**. Cad saúde pública, Rio de Janeiro. 2012 Mar; 28(3): 425-437.
5. Guerreiro EM, Rodrigues DP, Silveira MAM, Lucena NBF. O cuidado pré-natal na atenção básica de saúde sob o olhar de gestantes e enfermeiros. Reme Rev Min Enferm. 2012 Jul Set; 16(3): 315-323.
6. Gonçalves ITJP, Souza KV, Amaral MA, Oliveira ARS, Ferreira WFC. Prática do acolhimento na assistência pré-natal: limites, potencialidades e contribuições da enfermagem. Rev Rene. 2013; 14(3): 620-9

APÊNDICE A

INSTRUMENTO DA PESQUISA - ENTREVISTA

I - Caracterização do Profissional

1. Possui especialização? Qual?
2. Tempo de formação.
3. Tempo de atuação como pré-natalista.

II- Características da Instituição

1. Quem realiza a primeira consulta pré-natal?
2. A instituição realiza roteiro de atendimento pré- natal?
3. A instituição possui regras para atender a demanda de consultas?
4. Promove cursos de qualificação para o profissional?

III – Ações educativas

1. O que você entende por educação em saúde?
2. Qual a importância das ações educativas na assistência pré-natal?
3. Você realiza ações educativas na sua prática de atenção pré-natal? Caso positivo, quais são essas ações?
4. Qual a sua visão como profissional quanto à importância das ações educativas, precisa-se de mais qualificações?

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre Esclarecido ao Sujeito da Pesquisa

O pré-natal tem por finalidade, promover para a gestante uma gravidez saudável e sem riscos. As ações educativas fazem parte de uma assistência humanizada e qualificada prestada pelos profissionais durante o período gestacional. Desenvolvendo assim ações de prevenção e promoção, proporcionando bem-estar físico emocional e social para o cliente, seu bebê e familiares. O (A) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada **IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES EDUCATIVAS NO PRÉ-NATAL**. O estudo será desenvolvido pela Universidade Católica do Salvador. O objetivo desse projeto é conhecer a percepção das enfermeiras da Unidade Mista Dr. José Carneiro de Campos da Mansão Do Caminho quanto a importância das ações educativas no pré-natal. Ficando definido como objetivo específico, Identificar as ações educativas realizadas pelas enfermeiras no pré-natal. Trata-se de um estudo descritivo, usando metodologia qualitativa. A coleta de dados acontecerá com enfermeiros (as) envolvidos na assistência pré-natal onde será realizada uma entrevista contendo dados referentes à assistência pré-natal e ações educativas. Os participantes serão abordados no local de consultas da instituição. Os benefícios que o estudo poderá trazer são a ampliação do conhecimento sobre a realidade local no que se refere às ações educativas na assistência de enfermagem, bem como a importância dessas ações educativas na assistência pré-natal que poderão favorecer a qualificação da rede de atenção pré-natal prestada pelo município. Em relação a quaisquer potenciais riscos, você terá assegurado os seus direitos de: Retirar seu consentimento a qualquer momento e assim deixar de participar do estudo, sem que isso traga qualquer prejuízo a sua pessoa; Não será identificado e terá suas informações mantidas em sigilo; Não receberá qualquer valor em dinheiro, e todas as despesas necessárias para a realização do estudo não será da sua responsabilidade. Os dados encontrados poderão ser apresentados em eventos científicos e publicados em artigos de periódicos científicos ou livros, estritamente para os fins dessa pesquisa. O (A) senhor (a) receberá uma cópia desse termo no qual consta o telefone, o endereço e o e-mail da pesquisadora responsável que poderá esclarecer quaisquer dúvidas sobre o projeto e a sua colaboração, agora ou em qualquer outro momento.

Salvador, ___ / ___ / _____

FERNANDA CARDEAL MENDES
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL
RUA JORGE GÓES MASCARENHAS, NÚMERO 130, QUADRA E, JARDIM BELVEDERE,
BONFIM, SALVADOR - BA. CEP 40415 – 115
TEL. (71) 99258649. E- MAIL: fcardealmendes@yahoo.com.br

_____, certo de estar contribuindo com o conhecimento nesta área, concordo em participar da pesquisa, conforme as condições assim apresentadas.

Eu, _____ após os devidos esclarecimentos apresentados em participar da pesquisa: **IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES EDUCATIVAS NO PRÉ-NATAL.**

Estou ciente de que minha participação realizar-se-á através das respostas à entrevista e que esta pesquisa não terá prejuízos a minha pessoa e que não terei nenhum ônus em realização da mesma.

ASSINATURA

___ / ___ / _____

APÊNDICE C

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO



**CENTRO ESPÍRITA
CAMINHO DA REDENÇÃO**

Rua Jayme Vieira Lima, 104 – Pau da Lima
CEP: 41235-000 – Salvador – Bahia – Brasil
e-mail: adm@mansaodocaminho.com.br
Tel.: (71) 3409-8303

Eu, José Carlos Jesus Gaspar, responsável pelo Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira, estou ciente e autorizo a pesquisadora Rosane França Bastos, a desenvolver nesta instituição seu projeto de pesquisa intitulado “ IMPORTANCIA DAS AÇÕES EDUCATIVAS NA ASSISTENCIA PRÉ NATAL”.

Declaro conhecer as normas e resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS 466/12 e estar ciente das co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, bem como do compromisso com a segurança e bem estar dos sujeitos de pesquisa recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Salvador, 18 de Junho de 2015

Demétrio Ataíde Lisboa

Presidente Centro Espírita Caminho da Redenção

José Carlos Jesus Gaspar

Diretor CPN Marieta de Souza Pereira



A IMPORTÂNCIA DO MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO PARA VIABILIZAR USINAS DE RECICLAGEM

Mirela Carvalho Ribeiro Bohana *

José Luiz Borja Fernandez **

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi ***

RESUMO

Os resíduos da construção civil e demolição causam graves impactos ambientais, tornando-se um grande desafio para a sociedade. Uma alternativa eficiente para a diminuição destes impactos é a reciclagem ou a reutilização desses resíduos. Para a viabilidade desse processo é importante a prévia segregação e o correto manejo dos resíduos, permitindo a produção de agregados reciclados de qualidade, preconizado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010), e destaca-se a então Resolução n.º 307/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que definiu responsabilidades e deveres do poder público municipal e das empresas em relação aos rejeitos produzidos pela construção civil. Este artigo tem como objetivo levantar as práticas de manejo dos resíduos da construção e demolição (RCD) desenvolvidas por gestores de obras de micro e pequeno porte, a fim de apontar caminhos sustentáveis que favoreçam a viabilidade na existência de uma usina de reciclagem. A metodologia de pesquisa adotada foi o estudo exploratório sobre o estado da arte do manejo dos resíduos da construção e demolição (RCD) e, posteriormente, a realização de um estudo investigativo através de entrevistas e questionários com gestores de obras de empresas de construção civil de micro e pequeno porte na Região Metropolitana de Salvador. Pode-se constatar, a partir dos dados levantados, que existe um desconhecimento, por parte dos responsáveis, em relação aos arcabouços legais e normativos, e até mesmo sobre a classificação dos resíduos, que pode acarretar no manejo inadequado dos RCD, inviabilizando a reutilização e reciclagem.

Palavras-chave: Resíduos da Construção e Demolição. Reaproveitamento. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A indústria da construção civil tem grande participação no crescimento econômico brasileiro. Além de gerar emprego e renda para a população, contribui significativamente para o PIB (Produto Interno Bruto) nacional, alavancando diversos negócios na cadeia produtiva, devido ao seu poder de encadeamento. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria

* Graduanda em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Salvador, Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC (email: mirela.bohana@gmail.com).

** Mestrando em Planejamento Ambiental pela Universidade Católica do Salvador, Especialista em Aplicações Pedagógicas dos Computadores, graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. (email: joselbf@hotmail.com).

*** Administradora, Mestre em Planejamento Urbano e Doutora em Geologia. Professora do Programa de Pós graduação em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador, Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais – GAMDES. (e-mail: cristina.marchi@ucsal.br).

de Materiais de Construção (ABRAMAT, 2016), a cadeia produtiva da construção civil teve uma participação em 2015 no PIB nacional de 8,32%, gerando 12 milhões de empregos diretos e indiretos.

Apesar da crise econômica iniciada a partir de 2014, o setor ainda possui uma grande tendência de crescimento, haja vista dados da Fundação José Pinheiro (2016), que mostram que entre 2013 e 2014 o déficit habitacional cresceu 1,9%.

Mesmo sendo considerado como importante contribuinte para o desenvolvimento econômico do país, este setor ainda é o maior consumidor de recursos naturais do planeta e o maior gerador de resíduos, provocando impactos negativos ao meio ambiente, principalmente nos grandes centros urbanos. (MARQUES NETO, 2005).

Com base em dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (ABRELPE, 2015), em 2015 foram coletados nos municípios brasileiros 45 milhões de toneladas de resíduos da construção e demolição (RCD), 1,2% maior que o volume coletado em 2014, correspondendo a 56,32% da massa total dos resíduos sólidos urbanos (RSU) coletados. Deve-se atentar para o fato de que esses valores não consideram os RCD lançados ou abandonados nos logradouros.

De acordo com pesquisas de Pinto e González (2005), 80% dos RCD são de classe A, que são aqueles que, segundo resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 2002), podem ser recicláveis e reutilizáveis. Como seu processo de reciclagem não demanda grande investimento em tecnologias são considerados como material de grande potencial, gerando agregados reciclados que podem ser produzidos e reaproveitados diretamente na obra. Porém, a qualidade desses agregados depende do correto manejo dos RCD.

Como busca pelo desenvolvimento sustentável na construção civil surgem conceitos como a ecoeficiência, ou seja, modelo de gestão que busca tornar as empresas mais competitivas, produzindo produtos ou serviços que consumam menos recursos naturais, que tenham um tempo de vida maior, que impactem o mínimo possível no meio ambiente e que possuam os custos de produção reduzidos.

A fim de evidenciar e apontar novos rumos em obras de micro e pequeno porte da construção civil elaborou-se o presente artigo, que objetiva levantar as práticas de manejo dos resíduos da construção e demolição (RCD) desenvolvidas por gestores de obras de micro e pequeno porte, afim de apontar caminhos sustentáveis que favoreçam a viabilidade da existência de uma usina de reciclagem.

Este trabalho originou-se da pesquisa intitulada “Mapeamento das Tecnologias e dos Processos para Controle e Mitigação de Impactos Ambientais Negativos Causados por Pequenos e Médios Geradores de Resíduos Sólidos da Construção Civil (RCD) em Municípios da RMS, Bahia”, realizado pelos membros do Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Desenvolvimento de Empreendimentos Sociais – GAMDES, da Universidade Católica do Salvador, do qual a autora faz parte.

Espera-se, com esse artigo, contribuir, mesmo que minimamente, para alertar, a comunidade acadêmica e os gestores de micro e pequenas empresas, para a importância do manejo adequado na viabilidade do processo de reciclagem dos RCD, etapa de grande valor na redução dos impactos ambientais causados pela indústria da construção civil.

2 METODOLOGIA

A fim de delimitar o foco do estudo, definiu-se a seguinte pergunta norteadora: A prática de manejo dos resíduos da construção civil e demolição aplicada por gestores de obras de micro e pequeno porte favorece a viabilidade da existência de uma usina de reciclagem de RCD?

A metodologia para responder a esse questionamento foi dividida em duas etapas. Na primeira etapa utilizou-se o estudo bibliográfico com fontes secundárias, artigos e textos científicos a fim de se ampliar o conhecimento sobre o manejo adequado dos resíduos da construção e demolição destinados para a produção de agregados reciclados. A segunda etapa foi um estudo de caso junto a uma amostra de 16 gestores de microempresas e empresas de pequeno porte, especializados em obras e reformas de micro e pequeno porte, com formação em arquitetura ou engenharia. Foi aplicado questionário semi-estruturado junto aos entrevistados, com questões quanti-qualitativas com propósito de compreender e interpretar o comportamento destes gestores referente ao manejo dos resíduos em suas obras. Para o tratamento dos dados usou-se o editor de planilhas Microsoft Office Excel 2013 e a análise dos dados foi baseada nos indicadores presentes na Política Nacional de Resíduos Sólidos no que se refere ao manejo dos RCD.

Para a definição do porte da obra, usou-se como indicador a classificação do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – COEMA do estado do Ceará, Resolução N.04/2012, anexo II, que define o porte do empreendimento com base na área construída, considerando micro porte como construções de até 250 m² e pequeno porte, construções que vão de 251 até 1000 m². Para a classificação do porte da empresa, o indicador adotado foi o

número de funcionários das empresas do setor industrial, de acordo com a classificação do SEBRAE (2013), que considera como Microempresa aquelas que têm até 19 funcionários e Empresa de pequeno porte as que possuem de 20 a 99 empregados.

3 CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL

Conhecida como *Construbusiness*, a cadeia produtiva da construção civil engloba diversos setores que vão desde a extração dos recursos naturais até a construção em si. Mesmo enfrentando um período de crise, com redução no nível de crescimento, o setor da construção civil é o principal elo de ligação entre os participantes dessa cadeia, pois é aquele que mais contribui para o PIB, gerando emprego e renda direta e indiretamente para a população, conforme visto na Tabela 1.

Tabela 1 – O perfil da cadeia produtiva

Setores da cadeia	PIB		Pessoal Ocupado	
	R\$ milhão	%	Pessoas	%
Construção civil	325.081	66,2	8.236.340	70,2
Indústria de materiais	55.153	11,2	720.449	6,1
Comércio de materiais	43.048	8,8	1.028.463	8,8
Serviços	23.042	4,7	754.338	6,4
Máquinas e equipamentos	6.610	1,3	57.628	0,5
Outros fornecedores	38.320	7,8	939.404	8,0
Total da cadeia	491.254	100,00	11.736.621	100,00

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2015) apud ABRAMAT (2016).

Além da importância econômica, a construção civil tem grande importância social, pois proporciona um ambiente de maior conforto para as pessoas, através da construção de moradias, transpõem barreiras físicas com a construção de pontes, viadutos e rodovias, realiza obras de saneamento básico e de usinas hidroelétricas, tornando-se imprescindível à vida das pessoas.

Por ser um setor de obras de grandes dimensões, o volume de resíduos gerados pela construção civil é proporcional a sua relevância, impactando negativamente e de forma direta no ecossistema, assim como, consumindo de maneira irracional os recursos naturais.

2.1. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da Lei 12.305/2010 define resíduos sólidos como:

... material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis, em face da melhor tecnologia disponível. (BRASIL, 2010, p. 1).

Essa mesma lei determina resíduos da construção civil (RCC) como “(...) aqueles gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis” (BRASIL, 2010, p. 6). Este estudo considerará resíduos da construção e demolição (RCD) como parte integrante dos resíduos da construção civil (RCC).

Com base nos riscos que podem causar ao meio ambiente, a ABNT/NBR 10004/2004 classifica os resíduos da construção civil em: Classe I – perigosos, Classe II – não perigosos, Classe II – A não perigosos e não inertes e Classe II – B não perigosos e ineres.

Além disso, a resolução nº 307 do CONAMA (2002), alterada pela Resolução nº 431, de 24 de maio de 2011, classifica os resíduos da construção civil conforme apresentado na Tabela 2.

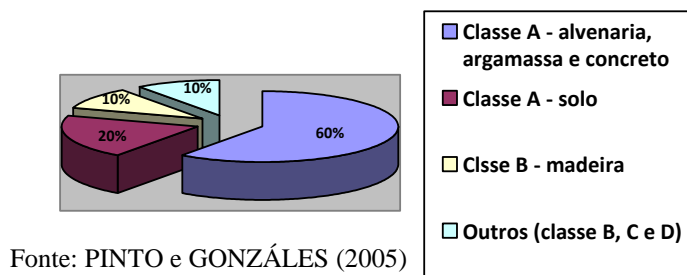
Tabela 2 – Classificação e composição dos resíduos da construção civil

Classificação	Composição
Classe A	Solos provenientes de terraplanagem; Tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, argamassa e concreto; Blocos, tubos, meio-fios pré-moldados em concreto
Classe B	Plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e gesso
Classe C	Louças sanitárias e outros
Classe D	Tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

Fonte: BRASIL (2002 e 2011), PINTO e GONZÁLES (2005) (adaptado).

Sabe-se que a composição dos RCD é bastante heterogênea, com variadas dimensões e que pode variar de região para região, pois são decorrentes das perdas de diferentes materiais e variados processos construtivos. Entretanto, Pinto e Gonzáles (2005), com base em estudo que considerava a geração em vários municípios, chegaram a uma composição média, como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Composição média aproximada do RCD



A partir dos estudos de Pinto e Gonzáles (2005) pode-se observar que os resíduos provenientes de obras de construção civil no Brasil são, em sua maioria, compostos por alvenaria, argamassa, concreto e solo, materiais que possuem alto potencial de reciclagem para a produção de agregados reciclados e para utilização em aterros.

Segundo pesquisa efetuada em São Paulo, dentre os RCD produzidos nas cidades, 75% são provenientes de obras de reformas e demolições, realizadas, geralmente, pelos próprios usuários ou por micro e pequenas empresas (SINDUSCON, 2005 apud FERNANDEZ et al, 2017).

A Resolução nº 307/2002 do CONAMA estabelece que “Os resíduos da construção civil não poderão ser depositos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei” (BRASIL, 2002, p. 4).

Ainda assim são gastos aproximadamente R\$ 2 milhões/mês no Brasil com recolhimento de entulho depositado de maneira clandestina nos centros urbanos de médio e grande porte (BLUMENSCHHEIN, 2007). A prática de deposição ilegal de RCD é muito comum no Brasil. Alguns fatores podem corroborar para tal situação, dentre eles, a carência de locais apropriados para a destinação, grandes distâncias entre a obra e o local legalizado para o descarte e custos elevados com transporte e destinação correta. Outro fator a ser considerado são os custos que os municípios têm com a coleta dos resíduos sólidos urbanos, como pode-se observar na Tabela 3.

Tabela 3 - Recursos aplicados na coleta de RSU

Região	2014	2015
	Recursos aplicados na Coleta de RSU Total (R\$ milhões/ano) / Per capita (R\$/mês)	Recursos aplicados na Coleta de RSU Total (R\$ milhões/ano) / Per capita (R\$/mês)
Norte	681/3,29	685/3,28
Nordeste	2.019/2,99	2.152/3,17
Centro-Oeste	572/3,13	587/3,17
Sudeste	4.917/4,81	5.117/4,97
Sul	1.231/3,54	1.286/3,67
Brasil	9.420/3,87	9.827/4,00

Fonte: ABRELPE (2015)

Devido a magnitude do problema ambiental causado pela geração e descarte dos RCD, as leis têm se tornado cada vez mais exigentes no que se refere à questão ambiental, pois há também uma maior pressão por parte da sociedade civil por solução.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) através da resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais. A Lei 12.305/2010 rege os princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

As disposições da Lei reforçam e apoiam o desenvolvimento sustentável. Alterações ambientais, físicas e biológicas ao longo do tempo modificam a paisagem e comprometem a qualidade de vida do cidadão, principalmente, aqueles que habitam em áreas empobrecidas.

Atendendo às disposições da Lei, a ecoeficiência apresenta grande potencial no setor da construção civil, reduzindo o uso de recursos naturais e aproveitando ao máximo as suas propriedades, gerando produtos mais duráveis, capazes de serem reutilizados ou recuperados e trazendo ganhos ambientais e financeiros para as empresas.

2.2 A ECOEFICIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

A Lei 12.305/2010, no capítulo II, cita no V Princípio a ecoeficiência, como sendo,

... compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de

recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta (BRASIL,2010, p.03).

O conceito da ecoeficiência surgiu em 1987 durante a Assembleia da Organização das Nações Unidas. Nesse momento foi criado o Relatório Brundtland, um grande passo para a preservação ambiental, pois definia desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (Relatório Brundtland, 1991, p. 46). Além disso, o relatório listava diversas ações a serem adotadas pelos países para promoverem o desenvolvimento sustentável.

Inspirada no relatório Brundtland, em 1992, gerou-se A Agenda21, documento que representava o compromisso de 179 países em adotarem ações que promovessem o desenvolvimento sustentável no mundo.

A Agenda21 deixou claro para a construção civil a necessidade de mudança de paradigma. A ausência de controle nos canteiros de obra, onde ainda não prevalece o reaproveitamento de materiais e processos que visem a preservação ambiental e o reaproveitamento de recursos naturais.

Dessa forma, se faz necessário buscar por alternativas que objetivem diminuir impactos ambientais causados por obras civis, mesmo porque a Política Nacional de Resíduos Sólidos exige e define no Artigo 3º, item XIII, os padrões sustentáveis de produção e consumo, como produção e consumo de bens e serviços que visem atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem trazer danos a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras.

Mesmo com as Leis que buscam incorporar a ecoeficiência ao processo de produção, a maioria dos envolvidos na cadeia da construção civil utiliza a tecnologia “fim de tubo” para atenuar os impactos ambientais (conforme figura 1). Essa prática possui pouca eficácia, pois foca no problema e não na causa. Oliveira Filho (2001) apud Pimentel (2009, p. 23) afirma “que a solução tecnológica do tipo fim-de-tubo corre atrás dos prejuízos ambientais causados por um sistema produtivo, remediando os seus efeitos, mas sem combater as causas que os produziram”.

Figura 1. Cadeia produtiva da Construção Civil.

Fonte: Fernandez, 2017.

Pinto e Gonzáles (2005) e John (2000) apontam a redução na produção de resíduos em obras, o gerenciamento dos resíduos produzidos e a sua reciclagem e reuso como práticas que em conjunto são fundamentais para a redução dos impactos ambientais gerados pela construção civil.

Souza (1999) apud Pinto e Gonzáles (2005) elaborou um estudo considerando diversas obras em que observou uma média de 27% de perda em massa, situando-se, portanto, o percentual de perdas num intervalo de 20 a 30%, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Perda de materiais em processos construtivos convencionais, conforme pesquisa nacional em 12 estados e pesquisas anteriores

Materiais	Pinto ⁽¹⁾	Soibelman ⁽²⁾	FINEP/ITQC ⁽³⁾
Concreto usinado	1,5%	13%	9%
Aço	26%	19%	11%
Blocos e tijolos	13%	52%	13%
Cimento	33%	83%	56%
Cal	102%	-	36%
Areia	39%	44%	44%

(1) Valores de uma obra (PINTO, 1989)

(2) Média de 5 obras (SOIBELMAN, 1993)

(3) Mediana de diversos canteiros (SOUZA et al., 1998)

Fonte: PINTO, 2005.

Essas perdas acontecem principalmente por ineficiência no planejamento e gestão das obras, permitindo falhas no processo produtivo e retrabalho.

A gestão responsável dos resíduos gerados em canteiros de obras requer uma compreensão das complexidades do processo de construção de um edifício e as dificuldades em combinar as formas de disposição dos resíduos (BLUMENSCHNEIN, 2007, p. 09).

Cada vez mais a reciclagem vem se desenhando como alternativa eficaz para o problema ambiental. Ela diminui o uso dos recursos naturais, reduz custos e volume total de resíduos dispostos e evita o descarte inadequado.

Para o êxito desse processo de reciclagem é fundamental o manejo adequado dos RCD: a caracterização, identificando e quantificando os resíduos produzidos; a triagem, que é a segregação dos resíduos por classe; o acondicionamento, garantindo que sejam mantidos em locais específicos para tal função e evitando a contaminação; o transporte, preservando as características fundamentais para a reciclagem; e a destinação, garantindo a deposição legalmente correta.

No próximo capítulo será descrita uma pesquisa de campo para conhecer como os gestores de microempresas e pequenas empresas lidam com os resíduos gerados em suas obras.

3 ANÁLISE DE RESULTADOS

A partir da pesquisa bibliográfica, observou-se a importância das Leis na busca da minimização dos impactos ambientais gerados pela construção civil.

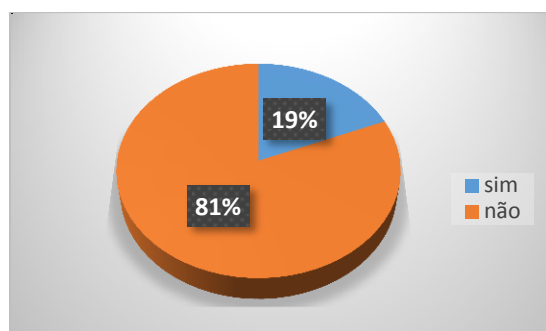
Com base na análise dos resultados obtidos nas entrevistas e pesquisas realizados com gestores de empresas de micro e pequeno porte, pode-se constatar que 81% dos entrevistados afirma não conhecer a Resolução 307/2002 do CONAMA (conforme gráfico 2). Isso demonstra que a gestão dos resíduos nessas empresas está sendo realizada de forma empírica, e em não conformidade com a Lei, uma vez que essa Resolução estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, conforme Art. 1º.

As Políticas Públicas definem o licenciamento de áreas para disposição dos rejeitos, a fiscalização do processo produtivo e a implantação do plano integrado municipal de gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil e Demolição (RCD) possibilitando a reutilização dos resíduos.

Dos gestores entrevistados, 75% desconhecem a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010 (conforme gráfico 3). A PNRS determina, no Art. 7º, os seus objetivos e cita no item II, como ordem de prioridade “não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL, 2010, p. 4). O fato da maioria dos entrevistados não

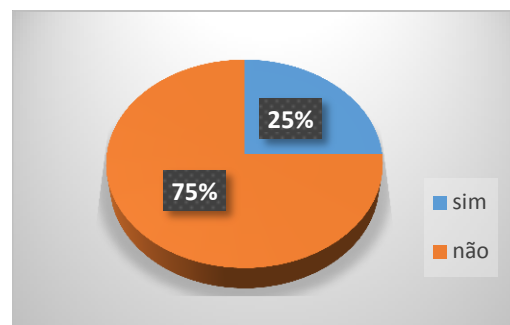
conhecer essa Lei, vem reforçar os dados obtidos durante a pesquisa bibliográfica que demonstra que a maioria dos RCD são originados de obras de micro e pequeno porte.

Gráfico 2 - Conhece a resolução CONAMA Nº. 307/2002



Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Gráfico 3 - Conhece a Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei 12.305/2010



Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

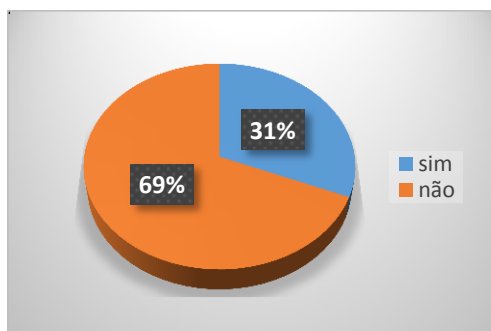
A maioria dos entrevistados (69%) não elabora o plano de gestão de resíduos sólidos (PGRS) para suas obras (conforme gráfico 4), justificando estarem desobrigados de tal responsabilidade, uma vez que suas obras são de micro e pequeno porte. Pode-se considerar tal comportamento como consequência do desconhecimento das leis. A Lei 12.305/2010 determina que as empresas de construção civil estão sujeitas à elaboração do PGRS (Art. 20º), independente do seu porte, mesmo que no município onde está localizado o empreendimento não tenha o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, Art.21º, §2º. A Lei faz uma ressalva para empresas de micro e pequeno porte, autorizando-as a elaborarem um PGRS com critérios e procedimentos simplificados, desde que não gerem resíduos perigosos, conforme Seção V, Art. 22, § 3º, item II.

A Resolução nº. 307/2002 do CONAMA, no Art. 8, § 1º e a Lei 12.305/2010, no Art. 24, § 1º especificam que nos empreendimentos e atividades não impostos a licenciamento ambiental, é de responsabilidade da autoridade municipal competente a aprovação do plano de gerenciamento.

Dos 31% que realiza o plano de gestão de resíduos para as suas obras, 80% afirma elaborarem o documento apenas para cumprir as exigências da lei (conforme gráfico 5), confessando que não implantam o referido plano de gestão no canteiro de suas obras. A não implantação do plano de gestão de resíduos compromete a eficiência da gestão dos RCD, uma vez que esse documento é instrumento normativo que estabelece e explicita as etapas de gerenciamento, informa o diagnóstico dos resíduos gerados, considerando origem, volume e

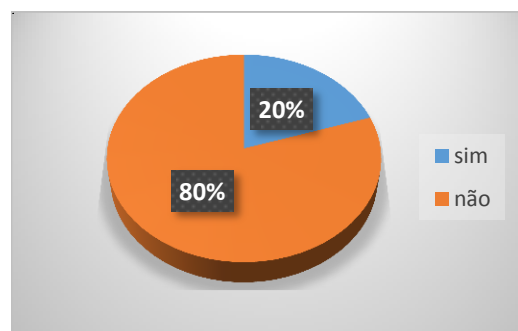
caracterização, e estabelece metas e procedimentos necessários para a minimização da geração de resíduos (Art. 9º do CONAMA).

Gráfico 4 - Elabora o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos



Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Gráfico 5 - Implanta o PGRS no canteiro de obra

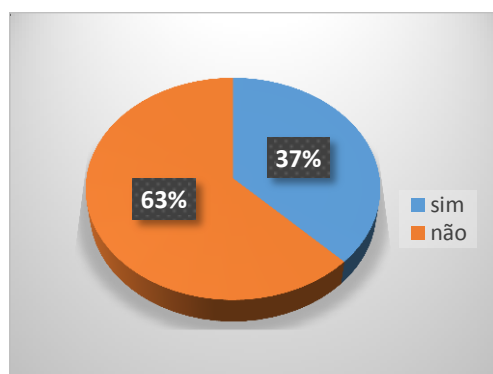


Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

A Resolução nº. 307/2002 do CONAMA, no Art. 10º, classifica os RCD, e com base nessa classificação determina o correto manejo, considerando os resíduos que podem ser reciclados ou não. A consequência do desconhecimento dessa Resolução fica evidente quando 63% dos gestores respondem não conhecerem a classificação dos RCD (conforme gráfico 6).

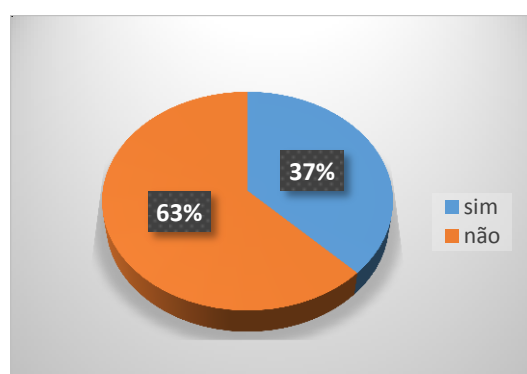
Do total da amostra 63% dos entrevistados afirma não realizarem a triagem dos resíduos no canteiro de obras (conforme gráfico 7).

Gráfico 6 - Conhece a classificação dos resíduos da construção civil



Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Gráfico 7 - Realiza a triagem no canteiro de obra



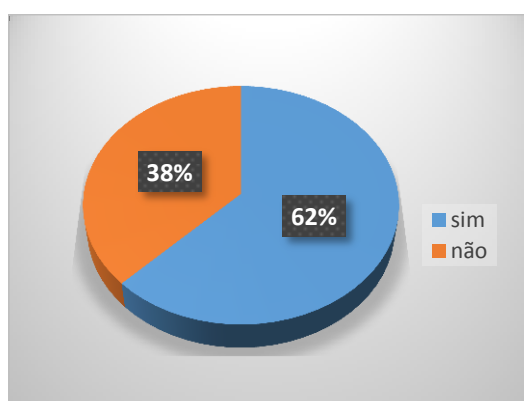
Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Dos 37% que respondeu fazer essa triagem, 100% não realiza a triagem adequada, conforme a Resolução nº. 307/2002 do CONAMA, Art. 10º, que determina que os rejeitos devem ser separados por classe, onde cada classe terá uma destinação específica. Essas pessoas dizem separar apenas os rejeitos que podem ser reutilizados no canteiro de obra. O restante é armazenado junto para descarte, inviabilizando a possibilidade de reciclagem, uma

vez que o fato de estarem misturados permite a contaminação. A maioria (62%) informou reutilizar os resíduos, apenas buscando reduzir os custos da obra (conforme gráfico 8).

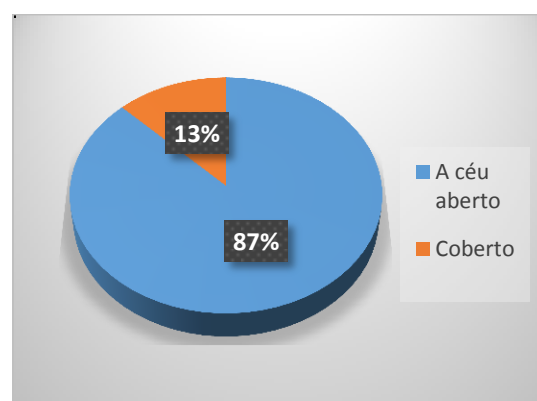
Em relação ao modo como armazena os resíduos antes de dar a destinação, 87% deixa a céu aberto (conforme gráfico 9), comprometendo a possibilidade de serem reutilizados ou reciclados.

Gráfico 8 - Reutiliza os RCD no canteiro de obra



Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

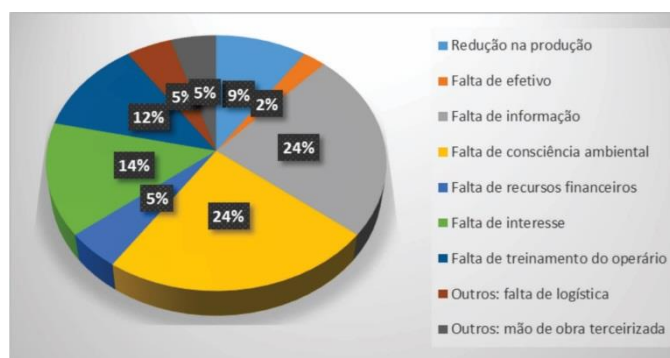
Gráfico 9 – Como é feito armazenamento dos RCD para acondicionamento



Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Quando perguntados sobre quais fatores dificultam o gerenciamento dos RCD no canteiro de obra, 43,75% dos gestores ouvidos consideraram mais de um fator. Os fatores relacionados na pesquisa foram: falta de consciência ambiental (24%), falta de informação (24%), falta de interesse (14%), falta de treinamento do operário (12%), redução na produção (9%), falta de recursos financeiros (5%), falta de efetivo (2%). 25% dos entrevistados relacionaram como outros fatores: falta de logística (5%) e mão de obra terceirizada (5%), conforme gráfico 10. O fato de 24% afirmar que não tem conhecimento suficiente para realizar o gerenciamento dos RCD comprova o desconhecimento das leis que versam sobre resíduos.

Gráfico 10 - Fatores que dificultam o gerenciamento dos RCD no canteiro de obra

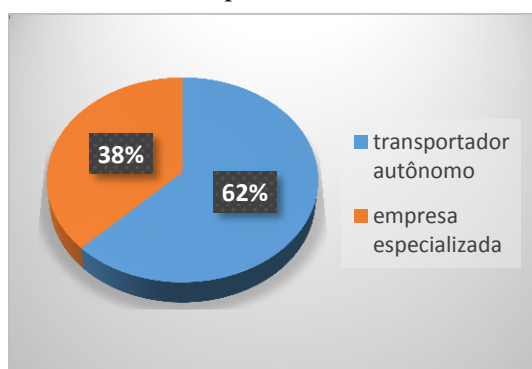


Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Um ponto preocupante a ser destacado diz respeito ao percentual que confirma ser falta de consciência ambiental um dificultador para o gerenciamento dos RCD no canteiro de obra (24%). Todos os envolvidos no *Construbusiness* precisam estar atentos aos impactos ambientais gerados pelo setor, e o primeiro passo para uma mudança no cenário atual é a consciência ambiental.

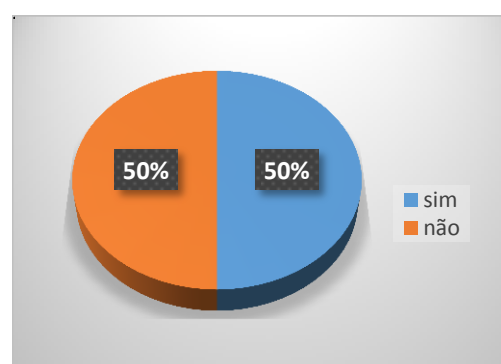
A maioria dos entrevistados (62%) utiliza o serviço de transportadores autônomos para realizar o transporte dos RCD gerados (conforme gráfico 11). A Lei 12.305/2010, no Art. 27, § 1º, determina que a responsabilidade pelos resíduos é dos geradores, considerando que essa responsabilidade se estende desde a geração até a disposição final. Então, quando 50% dos entrevistados afirma não saber a destinação dada aos resíduos gerados em suas obras (conforme gráfico 12), favorece a possibilidade do descarte inadequado, estando estes indo de encontro à Lei e sujeitos às penalidades legais.

Gráfico 11 - Como é feito o Transporte dos RCD



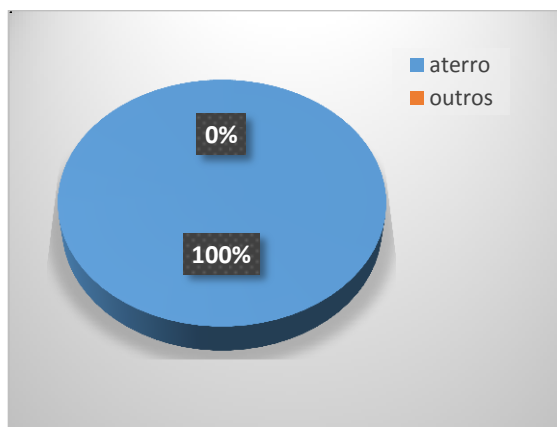
Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Gráfico 12 – Conhece o destino dos rejeitos



Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Dos gestores que responderam saber o destino dos RCD, 100% afirma irem para o aterro de inertes (conforme gráfico 13), destinação final ambientalmente adequada, como especifica a Lei 12.305/2010, no Capítulo II, Art. 3º, item VII e a Resolução nº. 307/2002 do CONAMA, Art. 10, item I.

Gráfico 13 - Destino do rejeito

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

O CONAMA, na Resolução nº. 448/2012, de 18/01/12, define aterro de resíduos de classe A como local devidamente licenciado por órgão ambiental, com tratamento próprio para a destinação de RCD, onde deverão ser depositados os resíduos para que possam ser utilizados ou beneficiados no futuro.

As usinas de reciclagem são locais destinados a realizar o beneficiamento dos RCD, onde esses passam por processos que permitem a sua transformação, para que sejam utilizados como matéria-prima ou produto.

Flores (2016), em seu estudo realizou uma pesquisa na usina de reciclagem da Revita Engenharia, localizada no bairro de Águas Claras, no município de Salvador. No momento da realização da pesquisa a usina estava desativada, com expectativa de voltar a funcionar em novembro de 2016. A autora apontou como problemas que corroboraram para a não operação da usina de reciclagem, os seguintes pontos:

... entulho recebido não era segregado na origem, chegando ao aterro contaminado por resíduos como: gesso, material orgânico, tintas e solventes, óleos e graxas e solo, dentre outros, gerando um custo adicional para a segregação na usina, reduzindo o volume de resíduos com qualidade necessária para a reciclagem, impossibilitando à produção contínua da planta, inviabilizando economicamente a sua operação (FLORES, 2016).

A análise dos resultados das entrevistas e pesquisa realizadas neste estudo com os 16 gestores de empresas participantes permite constatar o que foi levantado por Flores (2016), quando se confirma que a segregação adequada dos resíduos não é realizada pelas micro e pequenas empresas, impactando diretamente na qualidade dos resíduos que chegam ao aterro de inertes, inviabilizando a atividade de reciclagem realizada nas usinas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou levantar as práticas de manejo dos resíduos da construção e demolição (RCD) realizadas por gestores de obras de micro e pequeno porte, afim de apontar caminhos sustentáveis que favoreçam a viabilidade da existência de uma usina de reciclagem. Observou-se pelos achados da pesquisa que os gestores de micro e pequenas obras da amostra desconhecem as leis e normas ambientais, que impulsionam adequada prática de gestão e gerenciamento dos RCD em canteiro de obra, acarretando em graves impactos ambientais.

É de fundamental importância que a caracterização, a triagem, o acondicionamento, o transporte e a destinação final, etapas do correto manejo dos resíduos, sejam obedecidas, para que o agregado reciclado produzido a partir desses resíduos tenha qualidade suficiente para o fim ao qual será destinado.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que o fato dos gestores não adotarem o correto manejo dos RCD compromete a excelência do resíduo, pois o agregado reciclado obtido é de baixa qualidade, o que inviabiliza o funcionamento da usina.

Apesar da existência das Leis é imprescindível a contínua fiscalização, com penalidades mais rigorosas para que se tenha uma mudança no comportamento dos geradores. Além disso, se faz necessário atuações conjuntas do governo e das organizações de ensino superior, na divulgação e conhecimento das Leis, dos impactos ambientais causados pelo setor da construção civil e da importância da ecoeficiência frente a esse problema.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – ABRAMAT. **Perfil da Indústria de Materiais de Construção**. FGV Projetos, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Mirela%20Bohana/Downloads/ABRAMAT_2016%20(1).pdf>. Acesso em: 25 abr.2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT - NBR 10004: **Resíduos Sólidos – classificação**. Rio de Janeiro, 2004.
- ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA - ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2015**. São Paulo, 2015. 92p. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2015.pdf>>. Acesso em: 25 abr.2017.
- BRASIL. Lei n. 12.305 – 02 ago. de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em 22 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução n° 307, de 5 de julho de 2002. **Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/36_09102008030504.pdf>. Acesso em 22 mar. 2017.

BLUNENSCHNEIN, Raquel Naves. **Gestão de Resíduos Sólidos em Canteiros de Obras**. Brasília, DF: Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, Universidade de Brasília, 2007. Dossiê Técnico.

CABRAL, Eduardo B. C, MOREIRA, Kelvya M. de V. **Manual sobre resíduos sólidos da construção civil**. SINDUSCOM-CE, 2011. 44p. Disponível em: <http://www.sindusconce.org/ce/downloads/pqvc/Manual-de-Gestao-de-Residuos-Solidos.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL - CBIC. **Guia de boas práticas em sustentabilidade na indústria da Construção**. Disponível em <http://www.cbic.org.br/arquivos/Guia_de_Boas_Praticas_em_Sustentabilidade_CBIC_FDC.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

CEARÁ. **Resolução N. 04/2012 do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – COEMA**. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-COEMA-N%C2%BA-04-DE-12-DE-ABRIL-DE-2012.pdf>>. Acesso em: 15 de mai. 2017.

EVANGELISTA, Patrícia P. de A.; COSTA, Dayana B.; ZANTA, Viviana M. **Alternativa sustentável para destinação de resíduos de construção classe A: sistemática para reciclagem em canteiros de obras**. Ambiente Construído, v. 10, n. 3. Porto Alegre. jul./set. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ac/v10n3/a02.pdf>>. Acesso em: 24 de mar. 2017.

FERNANDEZ, J. L. B. **Resíduos sólidos da construção civil: Proposição de uma matriz para o gerenciamento do fluxo de resíduos de construção civil em obras de pequeno porte**. Projeto de mestrado em planejamento ambiental. Universidade Católica do Salvador. Salvador, Bahia. 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informações Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte, 2016. 90 p.

FLORES, Fernanda. **Usina de reciclagem de resíduos sólidos da construção civil: Estudo de caso da usina da Revita Engenharia na RMS**. Trabalho de conclusão (Engenharia Civil) - UCSAL. Salvador, Bahia. 2016.

JOHN, Vanderley M. **Reciclagem de resíduos na construção: Contribuição à metodologia de pesquisa e desenvolvimento**. 2000. 113 f. Tese (Livre docência). São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.ietsp.com.br/static/media/media->

files/2015/01/23/LV_Vanderley_John_-_Reciclagem_Residuos_Construcao_Civil.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

JÚNIOR, Nelson Boechat Cunha (Coord.). **Cartilha de gerenciamento de resíduos sólidos para a construção civil**. SINDUSCON-MG, 2005. 38p.

MARQUES NETO, José da Costa. **Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição no Brasil**. São Carlos: RIMA, 2005. 162p.

MARTINS, Flávia Gadêlha, **Gestão e gerenciamento de resíduos da construção civil em obras de grande porte – estudos de caso**. 2012. 188 f. Tese de mestrado (Mestre em ciências). São Carlos, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18138/tde-19102012-093525/publico/FlaviaGadelhaMartins.pdf>>. Acesso em: 24 de mar. 2017.

PIMENTEL, Sheila R. **Produção Mais Limpa Aplicada à Construção Civil**. 2009. 72 f: Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Ambiental) – UPF. Passo Fundo, 2009. Disponível em: <<http://usuarios.upf.br/~engeamb/TCCs/2009-2/SCHEILA%20H.%20PIMENTEL.pdf>>. Acesso em: 22 de mar. 2017.

PINTO, Tarcísio de Paula, GONZÁLES; Juan Luís Rodrigo (coord). **Guia profissional para uma gestão correta dos resíduos da construção**. São Paulo: CREA-SP Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – SNSA. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2015**. Brasília: MCIDADES.SNSA, 2017. 173p.

SEBRAE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. 2013. p.17. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trablho%20Na%20Micro%20e%20pequena%20Empresa_2013.pdf>. Acessado em: 15 de mai. 2017.

AS MÍDIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: LETRAMENTO E TRANVERSALIDADE

Rose Mary Plácido dos Santos Ferreira ¹

RESUMO

Ninguém sabe tudo, todos sabem alguma coisa, todo o saber está na humanidade (Pierre Lévy).

Na prática da leitura tradicional, o leitor envereda pelos caminhos do mundo do conhecimento na busca do saber a partir do texto literário, pois a Educação sempre teve como referencial o texto escrito. Com o avanço das novas tecnologias, surge um novo tipo ou paradigma de letramento que passa a ser um degrau a mais na formação do cidadão, o digital. Diante desse novo desafio, este trabalho de pesquisa tem como principal objetivo apresentar uma breve leitura de alguns textos fílmicos, musicais e publicitários como um recurso pedagógico que valoriza as novas tecnologias digitais na construção do conhecimento formal e promove discussões sobre temas transversais visando o bem-estar dos estudantes e o fortalecimento das relações interpessoais com base no conceito de “inteligência coletiva” do filósofo Pierre Lévy.

Palavras chave: Mídias Digitais. Letramento. Inteligência Coletiva. Transversalidade.

INTRODUÇÃO

Segundo Varão (2010, p, 1), no século XXI, já não é suficiente ser um leitor competente apenas de livros e/ou do texto oral, pois estamos vivendo uma evolução constante das novas tecnologias em vários setores e as práticas sociais exigem um leitor capaz de ler e compreender códigos e linguagens variados, principalmente a linguagem imagética, visual e gestual, tanto na leitura do livro quanto de textos virtuais.

A internet é uma ferramenta que permite a distribuição em larga escala de qualquer informação. Antes da internet, qualquer tipo de informação precisava vir em um meio material, físico, seja um livro, um disco ou até mesmo um DVD contendo um filme, mas agora, tudo circula livremente pela rede. Com as transformações e utilização massiva da Internet em nosso cotidiano, surge uma nova forma de linguagem, denominada de letramento digital, compreendido como a capacidade que tem o indivíduo de responder adequadamente

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela UCSAL. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade da Cidade do Salvador. Aluna do curso de Licenciatura em Letras-Inglês da UCSAL. Email: beyplacido@yahoo.com.br

às demandas sociais que envolvem a utilização dos recursos tecnológicos e da leitura e escrita no meio digital.

Com as novas tecnologias, a transversalidade, que consiste em trazer para os conteúdos e para a metodologia da área questões importantes, urgentes e presentes na vida cotidiana, tem esse novo desafio, pois o ciberespaço é um lugar onde os acontecimentos estão em constante transformação. Portanto, tendo em vista a importância da educação para a cidadania e a compreensão dos temas transversais, torna-se essencial a busca por uma prática pedagógica que facilite esse processo.

Para a realização desta pesquisa, destacou-se o seguinte questionamento: é possível dar aulas utilizando diversas mídias para a construção do conhecimento formal das disciplinas e promover a discussão de temas transversais?

O trabalho de pesquisa foi subdividido em duas seções: “Fundamentação Teórica”, que explicita a base científica utilizada no texto para a análise da utilização das mídias como proposta pedagógica, e “Sugestões de utilização das Mídias”, que apresenta um estudo acerca do filme “Sreck, O casamento”, “O Rap do Feio”, música de Gabriel O Pensador; a coleção literária “Antiprincesas”; o vídeo-poema “O pássaro em si”; as Campanhas Publicitárias do Mc Donald’s, Johnson’s e Fundação Síndrome de Down; “Fake Plastic Trees”, música da banda britânica Radiohead.

A metodologia utilizada tem base nas experiências, daí sua aproximação com a fenomenologia. Essa aproximação fenomenológica coloca a crença na intencionalidade, na necessidade do autoconhecimento, na intersubjetividade e no diálogo institucional. É uma concepção que se concentra no ser humano que ensina.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Lévy (1999, p.17), o letramento digital está relacionado a um conjunto de técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

Em “novos campus virtuais”, os professores e os estudantes partilham os recursos materiais e informacionais de que dispõem. Os professores aprendem ao mesmo tempo que os estudantes e atualizam continuamente tanto seus saberes “disciplinares” como suas competências pedagógicas (1999, p.171).

De acordo com Xavier (2010, p.3), o letramento digital implica realizar práticas de leitura e escrita diferentes das formas tradicionais de letramento e alfabetização. Ser *letrado*

digital pressupõe assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não verbais, como imagens e desenhos, se compararmos às formas de leitura e escrita feitas no livro, até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital.

Dorigoni e Silva (2013, p. 01) argumenta que, tradicionalmente, a sociedade atribuiu a instituições escolares à responsabilidade na formação do indivíduo tendo em vista a transmissão cultural e do conhecimento acumulado historicamente, por intermédio dos livros. Contudo, estamos vivendo um momento em que a educação para as mídias configura um novo campo de saber e de intervenção no universo educacional formal.

Podemos nos conectar de forma global e multidisciplinar com pessoas de diversas idades e culturas, temos acesso à pesquisa de várias áreas do conhecimento, o que pertence, segundo Pierre Levy (2010), ao novo estado da inteligência coletiva.

É uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. (...) a base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas (LEVY, 2005, p.28-29).

As mídias digitais cumprem o papel de influenciar no modo de pensar e agir das pessoas, por isso é importante que o leitor seja capaz de ler e compreender códigos e linguagens variados. É cada vez mais extensa a quantidade de informações e novas produções compartilhadas, com linguagens que se misturam e formam novos significados no contexto virtual. Por isso, “pesquisadores somam esforços para criar métodos, abordagens e atividades de leitura e apropriação crítica da informação e da linguagem neste novo cenário” (CERIGATTO. CASARIN, 2015. p. 39).

SUGESTÕES DE UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS

O Filme

De acordo com Varão (2010, p, 2), o texto fílmico é um terreno fértil de encantamento e sedução, decorrente de um cruzamento de diferentes formas de dizer, planos, personagens, tramas, diálogos, imagens, cores e sons, que compõem a macroestrutura desse texto e participam da construção de sentido do mesmo. O filme favorece o desenvolvimento de uma prática de leitura interativa. As possibilidades de análise do texto fílmico são ilimitadas, devido às suas características peculiares e às infinitas interpretações que ele

favorece. Por tudo isso, as disciplinas tradicionais e os temas transversais, estão cobertos pelos filmes.

Shrek, Casamento

Shrek é um filme norte-americano de 2001 de animação computadorizada do gênero fantasia. Shrek é um ogro verde.

A definição *ogro* varia muito, mas quase sempre é retratado como um homem maior do que o normal e de aparência brutal. Sua origem² é controversa, provavelmente uma alteração do latim *Orcus*, ‘divindade infernal’, ou do alemão antigo *Ögr*, ‘feio’ ou ‘muito desajeitado’, sabe-se que é uma designação comum utilizada em histórias infantis na França e que corresponde ao bicho-papão.

O filme começa com Shrek³ lendo uma história de contos de fadas. A história é sobre uma *linda princesa* adormecida que é trancafiada em uma torre guardada por um dragão, esperando ser salva pelo verdadeiro amor. Nesse momento, Shrek rasga a página do livro, exclamando: “Como se isso fosse acontecer”! Porém, acontece. Shrek sai ao resgate da princesa Fiona, que está presa no alto de uma torre, guardada por um dragão. Ele a encontra, linda, forte e geniosa. Apaixona-se por ela, e ela por ele, mas Fiona está sobre um encantamento imposto pela *bruxa*, e sempre no por do sol, aquela bela princesa se torna uma ogra. E só um beijo de amor verdadeiro poderá quebrar esse encantamento. “À noite de um jeito, de dia de outro”. Esta será a regra até encontrar o beijo do seu verdadeiro amor”.

Durante o casamento⁴ da princesa Fiona com o Lord Farquaad, Shrek surge para declarar seu amor por Fiona. Esta diz que precisa lhe falar a verdade e espera o pôr do sol para mostrar-se como ogra. Shrek diz que a ama e os dois se beijam. Começa a transformação: a cena remete-nos ao filme *A Bela e a Fera*, quando esta se transforma em príncipe encantado. Essa transformação parece surpreender, pois há certa expectativa de que Fiona torne-se novamente uma princesa humana. É como se o final feliz fosse merecedor apenas para ‘o belo’, e Fiona, ao perceber que continua ogra, diz: “Eu deveria estar linda”, ao que Shrek responde: “mas você está linda!”.

Quem ama o feio bonito lhe parece, diz a expressão popular brasileira. A beleza de Fiona fez Shrek, um ogro ‘feio’ e solitário, ser um ogro com uma bela família e bons amigos!

² <https://www.dicio.com.br/ogros/>

³ Anexos- Figura 1. Imagem de Shrek.

⁴ Link. Shrek O casamento. <https://www.youtube.com/watch?v=aUF1TU8F3aQ>

O texto musical

A música é um grande recurso pedagógico por sua capacidade de refletir e retratar as ideias e anseios da sociedade. Além de permitir a afirmação dos direitos, a música pode contribuir na preparação de cidadãos e cidadãs conscientes do seu papel social na luta contra as desigualdades e injustiças.

‘O Rap do Feio’

Na música ‘O Rap do Feio’, Gabriel O pensador faz uma abordagem bem-humorada sobre o tema e, fazendo uso da expressão “era uma vez”, utilizada no conto de fadas, nos conta a história de ‘dois irmãos gêmeos, um bonito e um feio’.

O bonito bolava se aparecia uma *espinha*
 "Que espinha nem *cravo*, meu irmão, não esquenta!
 Eles apagam a luz antes da música lenta!"

O texto tem potencial para despertar os estados de autoconhecimento e de auto expressão de ideias, sentimentos e emoções; tem os elementos básicos para que o professor possa trabalhar no ensino das disciplinas de Língua Portuguesa: classes gramaticais, flexão de gênero e número, sociolinguística, função emotiva da linguagem; e Ciências: as causas dos problemas de pele na puberdade, ‘cravo e espinha’, levando em conta os significados múltiplos que a música comporta para a transversalidade.

Eu sou feio, mas *te faço feliz* com *palavras gentis*
 Mais vale um feio maduro que dez galãs infantis
 O feio sabe *o que faz*, o feio sabe *o que diz*
 Apaga a luz e vem que *o amor é cego*, meu bem
É dos feios que elas gostam mais
 O feio não vacila, o feio corre atrás

A letra tem o elemento necessário para que o professor leve o aluno a perceber que todo texto é resultado de outros textos, pois Gabriel O Pensador se apropria de uma marchinha de carnaval dos anos quarenta “Nós os carecas”⁵ para endossar o discurso original e incluir abertamente os que estão fora dos padrões ‘comuns’ de beleza. “É dos feios que elas gostam mais”, dos carecas, gordos, baixos, com acne, etc., e atualmente, convém discutir, muitos têm sido vítimas de comentários torpes dos que fazem mau uso da internet.

O corpo perfeito é associado à beleza e tem sido destaque na mídia, e nos filmes infantis não encontramos protagonistas mais “cheinhas”. Essa representação geralmente é

⁵ 1942. Compositor: Roberto Roberti

feita com as vilãs ou criadas e empregadas das histórias. Há também uma preocupação em relação ao uso de roupas apropriadas ao personagem, evidenciando belas formas. Assim, essas formas marcadas servem como regulação social que indicam as identidades dos sujeitos e o seu destino na história.

O filme Shrek foi considerado pela crítica como um “anti-contos de fadas”, talvez por retratar intimidades que não costumam aparecer na mídia e por ter como personagens principais figuras que fogem ao padrão de beleza estabelecido pela sociedade. O mocinho é um ogro e seu companheiro um burro falante, a princesa ao final assume a forma de um ogro, e o Lord Farquaad ⁶ é de estatura baixa, dito ‘nanico’.

Com a utilização do filme Sreck e o ‘Rap do feio’, o professor pode introduzir a discussão sobre a ideia de belo, do ponto de vista filosófico e subjetivo, e as diferenças individuais para sensibilizar quanto aos preconceitos contra pessoas consideradas ‘anormais’ para os ‘padrões comuns’ e à prática de bullying e cyberbullying entre os alunos da escola, na internet, e também no círculo social em que vivem; o encantamento imposto pela bruxa sobre Fiona pode vir a ser uma sugestão de pesquisa acerca do ‘dia das bruxas’: história, origem e símbolos do Halloween.

Coleção literária ‘Antiprincesas’⁷

A nova coleção infanto-juvenil ‘Antiprincesas’⁸ pode ser usada com o filme Shrek, nas aulas de Literatura e História, para aprofundar a discussão acerca dos estereótipos femininos criados culturalmente e contar a história de personagens reais.

Destinada a ‘meninos e meninas’, a coleção traz ‘quatro mulheres, quatro heroínas, quatro histórias inspiradoras’: as protagonistas são a pintora mexicana Frida Kahlo, citada na música ‘Esquadros’⁹, composição de Adriana Calcanhoto, - “*eu ando pelo mundo prestando atenção em cores que eu não sei o nome / cores de Frida Kahlo / pela tela / quem é ela*”? - Uma mulher que mostrou o corpo embora fosse manca, pintou em uma tela os momentos mais tristes e felizes de sua vida, “*eu vejo tudo enquadrado*”- Apesar de todos os seus sofrimentos, procurou na arte - “*como uma segunda pele / um calo / uma cápsula protetora*”- a alegria e lutou pelo bem do mundo; a escritora e jornalista brasileira Clarice Lispector, uma das mais importantes escritoras da nossa literatura, nascida na Ucrânia, naturalizada no Brasil,

⁶ Anexos - figura 2. imagem do Lord Farquaad.

⁷ <http://www.revistaprosaveroearte.com/antiprincesas-mulheres-reais-que-inspiram-novas-geracoes/>

⁸ Anexos – Figura 3. Coleção Antiprincesas

⁹ Link letra e vídeo - <https://www.letras.mus.br/adriana-calcanhoto/43856/>

teve a infância marcada pela perseguição aos judeus, o que fez com que sua família fugisse da Europa; a cantora e artista chilena Violeta Parra, e a militar boliviana Juana Azurduy.

Cada uma destas mulheres reais, no volume da coleção infanto-juvenil ao qual dá nome, mostra como derrubou barreiras no seu tempo e espaço, ajudando no combate às desigualdades sociais e aos estereótipos que crescem junto das camadas mais jovens.

Vídeo-poema

A literatura, por meio da poesia, precisa estar presente no ambiente escolar para que os estudantes adolescentes possam ter acesso a esse gênero.

Segundo Xavier e Silva (2010, p. 2), no contexto em que a sociedade se encontra, entre e-books, tablets e iPads, a leitura ganha um novo prestígio, principalmente para o público que vê surgir nas telas produções artísticas como a ciberliteratura, um fazer literário com recursos de uso simultâneo de cores, sons, formas, movimentos e texturas, próprios das artes visuais, cinéticas e sonoras, que passaram a compor a produção de textos poéticos e ganharam novos meios e suportes como as tecnologias móveis e a tela do computador.

Segundo Lima (2012, p. 1), autor do vídeo-poema ‘O pássaro em si’, clicando no endereço¹⁰, o leitor acessará facilmente o vídeo-poema, o qual não se presta a outro tipo de demonstração, a não ser através da sua própria performance em tela, onde se encontram os recursos multimídia que dão vida a esse tipo de arte digital.

Na avaliação de um videopoema, diversas variáveis que não fazem parte da leitura crítica do poema tradicional passam a interessar, como: o design da página, a interação texto-imagem-som (se houver), os efeitos especiais, a combinação de cores e tons, o nível de interatividade, etc. (LIMA, p. 9).

No vídeo-poema, a música de fundo e a imagem do pássaro influenciam na compreensão do texto escrito. O ritmo da música instrumental provoca uma ideia da velocidade do voo do pássaro e da amplitude do espaço por ele percorrido, embora esteja estático. De certa forma, o vídeo-poema coloca o leitor em sintonia com o pássaro, na medida em que o texto, ao ser lido, ganha a mesma dimensão da visão de mundo de quem o lê.

O pássaro do vídeo-poema é um cardeal, sua principal característica é o topete eriçado de um vermelho intenso, ‘*vermelho natural*’, e nos convida a rever os conceitos construídos culturalmente acerca do ‘vermelho’, a cor da paixão, e de santa Bárbara, a Iansã oyá.

Vermelho, vermelhaço¹¹

¹⁰ Acesse o site www.uneb.br/lucianolima, e clique em vídeo-poema, “O pássaro em si”.

¹¹ Fafá de Belém. <https://www.vagalume.com.br/fafa-de-belem/vermelho.html>

Vermelhusco, vermelhante, Vermelhão
 O velho comunista se aliançou
 Ao rubro do rubor do meu amor
 O brilho do meu canto tem o tom
 E a expressão da minha cor [indígena]
 Vermelho!

Na verdade, há várias possibilidades de leitura para o vídeo-poema. Há tantas leituras quantos são os leitores. Percebe-se que autor e leitor são produtores do texto, mas a recepção, como em qualquer texto, pode ter a sua beleza comprometida quanto mais o leitor estiver preso a conceitos e preconceitos, bem como o voo do pássaro dentro e fora da gaiola. “O pássaro bonito é minha pura construção” (LIMA).

Campanha Publicitária

Segundo Lara e Souza (2009, p. 1), o texto publicitário ou propaganda é um dos gêneros mais usados no ensino de leitura e produção de textos, está presente na mídia impressa (jornais, revistas, cartazes, prospectos, folhetos) e na eletrônica (cinema, televisão, internet). Um dos motivos é que o gênero em questão apresenta-se, em geral, rico em elementos de linguagem não-verbal, que, se bem explorados, podem ajudar significativamente o leitor no processo de compreensão do texto.

‘Todo bebê é um bebê JOHNSON’S’

Endereçado às mães, em maio de 2017, a marca de produtos infantis Johnson’s apresenta um vídeo¹² sobre a diversidade quebrando os padrões da publicidade. O vídeo, segundo a marca Johnson’s, busca apresentar visão moderna sobre a maternidade e valorizar a diversidade.

Com muita delicadeza nas imagens, o vídeo mostra partes de pés, mãos e olhos de um bebê, revelando as descobertas que um filho traz para a mãe ao nascer. Aparentemente, nada muito diferente de outros vídeos com o mesmo tema. Porém, o final é emocionante e poderoso. A publicação postada pela marca sensibiliza ao mostrar o rosto do bebe com síndrome de Down e transmitir uma mensagem de inclusão e empatia com a assinatura da campanha “Para nós e para todas as mães, todo bebê é um bebê Johnson’s”.

O vídeo pode ser um instrumento pedagógico para promover discussão sobre os preconceitos e reflexão sobre a escola como um lugar de diversidade e, assim, contribuir para

¹² Link do vídeo da Johnson’s: <https://www.youtube.com/watch?v=q977nSSYXMo>

que os alunos entendam a necessidade de inclusão e da boa convivência com colegas portadores de necessidades educativas especiais em turmas regulares.

Dentro dos conteúdos de Biologia, em uma aula sobre cromossomos, o vídeo é um recurso para que o professor explique que a origem das características físicas de um ser humano - como a cor dos cabelos e dos olhos - são armazenadas dentro dos cromossomos, nas células. Olhinhos puxadinhos, as crianças que têm Síndrome de Down geralmente têm essa característica. “Mas você sabe por quê”?

A melhor forma de combater o preconceito é através da informação e da inclusão. Para tanto, o professor pode propor uma pesquisa acerca do tema.

Síndrome de Down - Carlinhos - Radiohead

Tocante, criativo, primoroso e histórico, um clássico da propaganda brasileira. Criado pela agência Adnews para a Fundação Síndrome de Down, o vídeo exibe dois garotos brincando, enquanto as mensagens abaixo vão sendo exibidas na tela para informar sobre a rotina de Carlinhos.

Carlinhos vai à escola todos os dias. O amigo dele, não.
Carlinhos faz natação todos os dias. O amigo dele, não.
Carlinhos tem aulas de piano. O amigo dele, não.

No final, o vídeo muda a percepção de quem achava que Carlinhos era o garoto sem a síndrome de Down e mostra que ‘a pior síndrome é a do preconceito’.

Ei, este é o Carlinhos. E este o amigo dele. Ele é um menino de rua.
Milhares de crianças no Brasil precisam da sua ajuda.
Os portadores da síndrome de Down só precisam do seu respeito.

O amigo de Carlinhos é um menino de rua e por isso não tem acesso à escola, o que viola todo o ideal de dignidade humana. O amigo de Carlinhos precisa de respeito, moradia, alimento, saúde e escola. Carlinhos só precisa de respeito. É importante compreender e não culpar o menino de rua por sua condição, nem Carlinhos.

A música ‘Fake Plastic Trees’¹³, da banda britânica Radiohead, foi utilizada como trilha sonora na campanha publicitária da Fundação Síndrome de Down. Em português ‘Falsas árvores de plástico’. A letra trata da obsessiva importância dada à aparência do corpo entrelaçada aos padrões de beleza disseminados pela sociedade.

¹³ Link da música em vídeo. <http://radiatorama.com.br/?/musica/Fake-Plastic-Trees/>
Letra e tradução: <https://www.vagalume.com.br/radiohead/fake-plastic-trees-traducao.html>

O autor traça um paralelo entre o que é verdadeiramente natural e artificial na cidade e na vida das pessoas. Fala de um mundo superficial em que tudo parece ser feito de plástico¹⁴ e borracha, (materiais moldáveis) “*In a town full of rubber plans*”, uma cidade cheia de planos de *borracha*¹⁵, “*To get rid of itself*” para se livrar de si mesmo. ‘*Her green plastic watering can*’, o regador verde de plástico dela.

A matéria-prima do plástico é o petróleo, um óleo natural que foi modificado; ‘o regador de plástico dela’ tem a cor natural das plantas. “*For her fake Chinese rubber plant*”, para regar sua planta artificial de *borracha*, feita do látex, extraído de uma planta natural, a seringueira.

O autor vai pontuando a ação do homem que, ao modificar a Natureza, passa a viver em um mundo artificial, de plástico e de borracha (tema para a aula sobre o Meio Ambiente: as consequências da ação do homem sobre a Natureza).

Curiosamente, o homem passa a modificar o próprio corpo, -‘*a cracked polystyrene man*’-, o homem é um cirurgião plástico, e operava mulheres na década de 80, mas a gravidade sempre vence. ‘It wears him out’, e isso o desgasta. “*If I could be who you wanted all the time*”, se eu pudesse ser quem você quisesse o tempo todo.

A crítica aos modos como o corpo vem sendo concebido e tratado tornou-se tarefa de diversas especialidades disciplinares: a psiquiatria, a psicologia, a educação física, entre outras, todavia, parece-nos relevante buscar contribuir com o debate no ambiente escolar sobre as novas formas de se relacionar com o corpo.

A TV, o cinema, a medicina, a publicidade, a moda, os esportes asseguram o sucesso do corpo e colocam a aparência corporal como núcleo da felicidade. Contudo, a obsessão com a magreza e o controle do peso são características fundamentais para entender dois distúrbios que vem aumentando o número de casos, especialmente em adolescentes do sexo feminino e com boa condição socioeconômica e cultural: a anorexia e a bulimia.

O desejo fixo pela magreza e a busca pelo corpo ideal, os exercícios físicos, os alimentos diet e light, o consumo de hormônios, de anabolizantes na produção de um corpo “perfeito e ideal” são questões que devem ser discutidas no ambiente escolar.

O clipe da banda com a música ‘Fake Plastic Trees’ foi gravado dentro de um supermercado, provavelmente por ser o local onde encontramos maior quantidade de matérias-primas transformadas, embaladas com plástico e comercializadas.

¹⁴ Resina flexível sob a ação do calor, matéria-prima dos copos descartáveis e de embalagens.

¹⁵ A borracha apaga o que escrevemos. Látex da seringueira; Fonte: Wikipédia

Slogan

Segundo Rodrigues e Cordeiro (2015, p. 8), a utilização do Slogan como encaminhamento à argumentação é necessária, pois desempenha um papel de grande importância na consolidação da criatividade discursiva e o desenvolvimento de estratégias significativas e plausíveis à construção e interpretação textual.

‘Amo muito tudo isso’¹⁶

As crianças têm sido cada vez mais influenciadas pela publicidade. O fenômeno é uma das causas do crescimento da obesidade infantil. O aumento do consumo de alimentos industrializados e o sedentarismo são apontados como as principais causas da obesidade infantil. Paralelo a isso, o programa mercadológico do alimento, no mundo pós-moderno, induz ao consumo de lanches em quantidades prejudiciais à saúde, associado à obesidade e consequentes problemas crônicos, o que têm afetado especialmente aos jovens e as crianças. Estes acabam desenvolvendo a compulsão alimentar, quando a comida passa a ser vista como compensação.

Os fast-food atuam sobre o imaginário infantil fazendo apelo diretamente ao envolvimento que a criança tem com o alimento, que engloba aspectos: lúdicos, de saúde e da própria relação sócio-familiar. Parafraseando Zygmunt Bauman¹⁷, ‘materializa o amor’: “*Amo muito tudo isso*”.

A publicidade do Mc Donald’s seduz as crianças oferecendo-lhes pequenos brinquedos como brindes¹⁸, o que na verdade acaba funcionando como reforço para o consumo dos alimentos, e atuando como instrumentos que instigam as crianças a persuadirem seus pais a comprarem lanches e diversão, “*Amo muito tudo isso*”.

Sabemos que a alimentação, do ponto de vista fisiológico, funciona como um combustível para prover a manutenção da vida. Contudo, a alimentação vincula o contato e toda relação de amor entre familiares, desde a amamentação, e amigos, o que vai muito além do simples ato de se alimentar. Daí nasce a ideologia do amor associada à venda dos produtos do Mc Donald’s.

Na aula de Português, o slogan do Mac Donald’s é um recurso para que o professor possa dar aula sobre a classificação do sujeito, que no caso em questão, está oculto: (Eu) ‘amo

¹⁶ <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/reportagem-especial/464324-a-influencia-da-publicidade-na-alimentacao-das-criancas-bloco-3.html>

¹⁷ Sociólogo polonês, 1925-2017.

¹⁸ Anexos: figura 5.

muito tudo isso'. Eu, pronome pessoal singular; palavra que representa a individualidade da pessoa humana. Em outras palavras, significa dizer que, apesar das influências do mercado, a escolha ainda está em poder do indivíduo, e cabe a todos nós desenvolvermos hábitos alimentares saudáveis e educar as crianças e jovens com uma visão crítica sobre a ideologia atual quanto ao consumo dos alimentos.

A escola, instituição de grande influência na vida das crianças, é o lugar ideal para se desenvolver ações de promoção à saúde e o desenvolvimento de uma alimentação saudável.

Os professores podem estimular os alunos a desenvolverem atividades sobre alimentação e nutrição de forma transversal e interdisciplinar, - Língua Portuguesa, Ciências, Educação Física -, promovendo a construção do conhecimento crítico e estimulando um viver mais saudável, hoje e no futuro, para minimizar os problemas de saúde que crescem assustadoramente por conta dos maus hábitos alimentares.

Desenho animado

Crianças e adolescentes, geralmente, se mostraram bastante atraídos e interessados ao assistirem os desenhos animados, e isso proporciona uma maior interação dos estudantes na aula e na compreensão dos conteúdos. Além de repassar valores ideológicos, sociais e culturais, o desenho animado autoriza temáticas diferentes, basta trilhar um desses caminhos, de acordo com a temática percebida.

‘Marvin, o marciano’

Da série Looney Tunes, ‘Marvin, o marciano’¹⁹ (também em videogame) é um personagem de desenho animado que difere do marciano tradicional. Ele possui um rosto negro, usa um capacete tipo vassoura e aparece acompanhado de seu cão alienígena K-9²⁰. O desenho é uma boa estratégia para por em discussão a demarcação das diferenças que ainda não são devidamente reconhecidas e respeitadas, atuam como objeto de exclusão e atinge também as nossas crianças.

O professor tem condições para indicar uma pesquisa (na aula de História) sobre o grande líder do povo negro Nelson Mandela; promover um estudo (na aula de Literatura)

¹⁹ Anexos, figura 6. Link do desenho animado https://www.youtube.com/watch?v=3W_bIe_PJUG / videogame, http://www.pandajogosgratis.com/jogar/Marvin_o_Marciano

²⁰ Alusão à personagem Secret Agent X-9 - publicado 1934. No Brasil, X9 significa delator, ‘dedo duro’, alguém que avisa quando algo está para acontecer “vida de X9 é vida curta”, verso da música “Se vacilar o bicho pega”, da banda carioca O Rappa.

acerca do poema “Invictus”²¹, citado por Nelson Mandela como fonte de inspiração durante o tempo em que esteve na prisão.

Embora estreito o portão, sigo adiante,
Mesmo tendo ao lado o castigo e o desatino,
Da minha alma eu sou comandante;
Eu sou o senhor do meu destino.

Os estereótipos construídos historicamente, a questão dos preconceitos contra o povo negro e sua cultura surge com tema transversal e pode ser proposta (na aula de Português) como tema para a redação.

A ideia é fazer com que o aluno perceba que o pano de fundo para a construção do desenho animado tem como fonte de referência o mundo real e que as relações entre sujeito e tecnologias deve ter como meta o bem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo apresentado, temos que o trabalho com a utilização das mídias digitais no processo de ensino-aprendizagem amplia a percepção do mundo, aperfeiçoa as possibilidades de comunicação, forma o leitor competente para que este seja capaz de aceitar ou recusar as posições ideológicas no ciberespaço. Para tanto, é preciso desenvolver competências e habilidades constituintes de múltiplos letramentos, principalmente do letramento digital. A assimilação de novos elementos favorece tanto a interação para o aprendizado do conteúdo das disciplinas, em virtude das imagens, sons, cenário e enredo, como na transversalidade, na discussão da dimensão ética, pelas atitudes dos personagens, pelo agir em determinadas situações, as posturas por eles assumidas, o gestual, o ponto de vista do compositor, do autor do poema, e os valores imprescindíveis para a convivência em uma sociedade. Concluí-se, então, que a utilização das mídias digitais favorece alunos e professores no que diz respeito à comunicação, à informação e a interação com o mundo do conhecimento. E para finalizar, vale retomar as palavras de Lévy quando diz que essa interação resulta em uma mobilização efetiva das competências, reconhece as habilidades que se distribuem nos indivíduos a fim de coordená-las para serem usadas em prol da coletividade.

²¹ Do poeta inglês William Ernest Henley (1849-1903). <http://www.revistaprosaversoarte.com/invictus-o-poema-que-inspirou-nelson-mandela-na-prisao/>

REFERÊNCIAS

CERIGATTO, Mariana Pícaro. CASARIN, Helen de Castro Silva. Novos leitores, novas habilidades de leitura e significação: desafios para a media e information literacy. Disponível em: www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/039/13199 > Acessado em: 10/04/2017.

DORIGONI, Gilza Maria Leite, SILVA, João Carlos da. 2007. Mídia e Educação: o uso das novas tecnologias no espaço escolar. Disponível em: URL: < <http://www.diaa.dia.educacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1170-2.pdf> > Acessado em: 27/02/2012.

LARA, Ana Gabriela da Costa. SOUZA, Lívia Cristina Pereira de. O gênero propaganda na escola: uma análise de aulas de leitura. Acesso: 07/07/2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistagatilha/files/2009/12/O-gnero-propaganda-na-escola-Artigo-Gatilha1.pdf> > Acessado em 05/03/2017.

LEVY, Pierre. A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2007. 5. ed. São Paulo

LIMA, Luciano Rodrigues. O vídeo-poema como performance: Movimento e corporeidade virtual da palavra. Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens. UNEB - Departamento de Ciências Humanas – DCH I Disponível em: http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_01/pdf/artigo_vol01_04.pdf. Acessado em: 10/07/2017

PICCOLOTTO, Denize Carvalho Levy. Estratégias de comunicação: mídias sociais na educação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. PE 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1139-1.pdf> > Acessado em: 13/02/2017.

RODRIGUES, Hugo Wesley da Silva. CORDEIRO, Hugo Bulhões. Estratégias publicitárias no ensino de Língua Portuguesa e Produção Textual: a contribuição do slogan no conhecimento linguístico. Disponível em: <http://www.pe.senac.br/congresso/anais/2015/arquivos/pdf> > Acessado em 13/06/2017.

VARÃO, Maria Goreth de Sousa. Práticas de leitura virtual: análise de um texto fílmico. 3º. Simpósio hipertexto Tecnologias e Educação. Redes sociais e aprendizagem. Disponível em: <http://www.nethe.com.br/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Maria-Gorth-Sousa-Varao.pdf> Acessado: 20/09/2013.

XAVIER, Antonio C. S. Letramento Digital e Ensino. Acesso: 09/06/2017. Disponível em: <http://www.ufpe.br/nethe> > Acessado em: 01/08 2013.

XAVIER, Nara Rúbia Gomes Duarte. SILVA, Débora Cristina Santos e. Poéticas possíveis: criação e recepção de poesia em meio digital. Disponível em: https://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/vocabulo/pdf/nono/5_nara_e_debora_volume_IX.pdf. Acessado em: 10/07/2017.

ANEXOS

Figura 1. Shrek e Fiona



Fonte: Wikipédia

Figura 2. Lord Farquaad



Figura 3. Coleção 'Antiprinças'



Fonte: Revistapazes.com

Figura 4.



Fonte: Wikipédia

Figura 5.



Fonte: Wikipédia

Figura 6.



A ORALIDADE SE ENSINA?

*Marta Maria de Almeida Nery**

O ser humano está em constante desenvolvimento físico e mental a partir do momento da concepção, recebendo influências internas e externas, interagindo ininterruptamente com todas elas. A partir do seu nascimento todas as linguagens (verbal e não verbal) contribuirão para o seu desenvolvimento integral – o homem “fala” através de diversas formas de expressão: a oralidade, a escrita, a música, a dança, a pintura etc. etc. etc. Família e escola são seus grandes mundos de aprendizagem, onde várias destas formas de expressão lhe serão apresentadas.

Ao ingressar na escola, sua oralidade já está desenvolvida para sua comunicação e interação imediatas, cotidianas; a língua materna já foi apreendida. Questiona-se então: não mais se precisa trabalhar a oralidade em sala de aula?

Oralidade e escrita “são modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas” (Marcuschi, 2000). As práticas sociais ocorrem de maneira formal/informal, pública/privada, através de gêneros orais e gêneros escritos. Por este motivo, é imprescindível a participação direta da escola na apresentação e treinamento de gêneros públicos, formais, muitos dos quais não fazem parte da realidade cotidiana do ser humano. Assim orientam muitos pesquisadores, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), conforme se pode verificar na citação a seguir:

[...] cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações. A aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e de escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la. (BRASIL, 1998, p. 25).

O trabalho com a oralidade em sala de aula será genuíno à medida que os alunos forem expostos a textos representativos de diversos gêneros orais, analisarem suas características básicas (conteúdo temático, forma composicional e estilo) e tiverem a

* Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2012). Docente do curso de Pedagogia da Universidade Católica do Salvador. Contato: marta.nery@ucsal.br

oportunidade de criar seus próprios textos, em situações (ou simulações) de uso real, reavaliando-os. Paralelamente, os aspectos intrínsecos à oralidade precisam ser salientados, de maneira gradativa, a depender da série e, portanto, da maturidade dos alunos.

O privilégio da língua padrão nas práticas escolares, sem conscientizar os alunos de que não existe o falar errado e sim o falar diferente, tem levado à discriminação e ao preconceito. Cabe à escola desenvolver a capacidade intelectual e lingüística dos alunos, para que possam adequar seu registro oral às mais diversas situações interlocutivas.

Todos os aspectos abordados neste artigo estão embasados nos estudos da Lingüística Textual que assim definem língua e texto hodiernamente: a **língua** como instrumento de comunicação e interação social, sendo a dialogicidade inerente à atividade verbal; o **texto**, verbal, não verbal ou verbo-visual, objeto de estudo da Lingüística Textual, é “a unidade comunicativa, o próprio *lugar* da interação”, no qual os interlocutores são sujeitos ativos que, dialogicamente, nele se constroem e por ele são construídos (KOCH, 2004, p. 33).

Na pesquisa realizada durante o Mestrado (2006-2008), a autora deste trabalho aqui apresentado pôde fazer algumas constatações que serão compartilhadas:

a) O aspecto do trabalho insuficiente com gêneros orais já pôde ser imediatamente observado no sumário de cada volume das duas coleções analisadas. São diversos os gêneros solicitados como produção textual, sempre a partir da leitura e compreensão de textos, representativos do gênero focalizado. Contudo, a grande maioria destes gêneros pertence à modalidade escrita, em sua variedade culta.

b) O texto falado não é o ponto de partida para o processo ensino-aprendizagem nos Livros Didáticos de Português utilizados, pois, nas cinco atividades representativas da modalidade oral, o ponto de partida é o texto escrito, quer nas informações sobre as características do gênero, quer nas leituras que dão fundamento ao tema abordado, impedindo, desta forma, que as estratégias de processamento e reformulação do texto oral fiquem evidentes.

c) A modalidade falada não é tratada a partir do *continuum* tipológico dos gêneros textuais, pois nenhuma informação deste *continuum* é fornecida. Os estudos lingüísticos mais recentes enfocam a importância deste *continuum* porque é através dele que a visão dicotômica da língua (fala *versus* escrita), que perdurou por tanto tempo, vem a ser modificada. Portanto, ao se trabalhar com os gêneros orais formais e públicos, necessário se faz conscientizar os aprendizes sobre as semelhanças e diferenças das duas modalidades.

d) Quanto aos traços intrínsecos à oralidade, ou seja, os fenômenos prospectivos (hesitações, interrupções) e os retrospectivos (repetições, correções, paráfrases), nem os

autores das duas coleções analisadas os contemplaram, nem os PCN os propuseram, bem como vários dos autores que sugerem um trabalho em sala de aula com os gêneros orais formais públicos.

e) Para que os LDP possam desenvolver um trabalho eficiente com a modalidade oral, faz-se necessária a inclusão de um CD ou DVD para que os alunos sejam expostos aos diversos gêneros orais de uma forma real, verificando suas características dentro da situação de produção.

f) É a “Conversação”, o gênero oral prototípico, que deve ser tomada como ponto de partida para o trabalho com a oralidade e, em seguida, se fazer o cotejo com outros gêneros orais.

Falar e escrever são atividades que fazem parte de nossas rotinas: práticas sociais que vão do mais privado ao público, do mais informal ao mais formal, no uso cotidiano da linguagem verbal em suas duas modalidades – falada e escrita.

Até os anos 80, oralidade e escrita eram vistas como **opostas**, predominando a supremacia da escrita, por seus valores cognitivos intrínsecos no uso da língua. Com o desenvolvimento dos estudos lingüísticos, sobretudo da Lingüística Textual, considera-se que falar e escrever são atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais. São as formas que se adequam aos usos; o que determina as variações em todas as suas manifestações são os **usos** que fazemos da língua.

Cronologicamente a fala antecede a escrita, o valor social desta até supera aquela, mas os seus usos são o resultado de práticas sociais e seu relacionamento pode ser melhor estudado em um contínuo sócio-histórico. Enquanto a fala (manifestação da prática oral) é adquirida em contextos e interações diárias, a escrita (manifestação formal do letramento) é, normalmente, adquirida através da escola. Ambas as modalidades apresentam dialogicidade, usos estratégicos, funções interacionais, envolvimento, negociação, situacionalidade, coerência, dinamicidade.

Reforçando a necessidade do trabalho escolar com os gêneros orais formais, públicos, para que o cidadão desenvolva plenamente sua capacidade discursiva em variadas situações sociais que sua vida acadêmica e profissional exigirão, leia-se o que dizem os estudiosos genebrinos:

A prioridade dada aos gêneros públicos formais não decorre somente de razões pedagógicas, mas também psicológicas e didáticas. Os alunos geralmente dominam bem as formas cotidianas de produção oral [...] O papel da escola é levar os alunos a ultrapassar as formas de produção oral cotidianas para os confrontar com outras formas mais institucionais,

mediadas, parcialmente reguladas por restrições exteriores (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 175).

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com todos os profissionais da área do ensino da Língua Portuguesa, interessados em oferecer aos alunos não apenas conceitos teóricos dos fenômenos lingüísticos estudados na modalidade oral, mas também torná-los reflexivos e críticos, vivenciando em sua realidade escolar diversos gêneros textuais, pois a comunicação humana se dá, principalmente, através de textos orais e escritos. A freqüente e gradativa exposição aos e prática dos diversos gêneros textuais orais privados e públicos, informais e formais permitirão aos alunos desempenharem seu papel de falantes e escritores competentes em suas mais diversas situações de comunicação: pessoal, social, acadêmica e profissional.

REFERÊNCIAS

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (2ª tiragem 2006).

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **O livro didático de português**. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2001.

_____. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: MACHADO, Anna Raquel; DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2002.

_____. **Da fala para a escrita: atividades de re-textualização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Trad. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PERCEPÇÃO DE PUÉRPERAS QUANTO À ASSISTÊNCIA AO PARTO VAGINAL EM UM CENTRO DE PARTO NORMAL DE SALVADOR-BA

Ana Paula Andrade Pereira^{*}
Fernanda Cardeal Mendes^{**}

RESUMO

Introdução: A busca pela verificação da qualidade da assistência ao parto sob a ótica das puérperas é uma indispensável ferramenta para formulação de estratégias de gestão e prática assistencial em prol de uma melhora na qualidade, pois é através da cliente que podemos avaliar o nível de assistência prestado, sendo ela a peça fundamental neste serviço. **Objetivo:** Conhecer os níveis de satisfação da assistência ao parto vaginal na percepção de puérperas. **Método:** Realizou-se uma pesquisa de caráter descritiva e abordagem quali-quantitativo no Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira de Salvador, através de um formulário semi-estruturado no período de abril de 2017. A população constituiu-se de 15 puérperas que pariram na referida instituição. **Resultados:** Foi evidenciado que são realizadas na instituição as práticas humanizadas que visam acolhimento, suporte emocional, atenção e orientações referentes ao parto que traduzem uma experiência positiva para a mulher. **Considerações finais:** Conclui-se que um serviço de saúde que promove boas práticas de atenção à saúde proporciona a mulher um parto com mais tranquilidade e satisfação, além de oferecer aspectos e parâmetros para estratégias de gestão que visam uma melhor qualificação e humanização da assistência prestada a puérpera.

Palavras-chave: Parto Humanizado. Satisfação Pessoal. Práticas Humanizadas

ABSTRACT

Introduction: The search for quality inspection of delivery care from the point of view of the puerperal women is an indispensable tool for the formulation of management strategies and assistance practice in favor of an improvement in quality, since it is throughout the client that we can evaluate the level of care provided, being her fundamental to this service. **Goal:** To understand the satisfaction levels of vaginal delivery care in the perception of puerperal women. **Method:** A descriptive and quantitative study was carried out at the Marieta de Souza Pereira Normal Birth Center in Salvador, through a semi-structured form in April 2017. The population consisted of 15 woman who gave birth at the mentioned institution. **Results:** It was evidenced that the institution carries out the humanized practices that aim at reception, emotional support, attention and orientations referring to childbirth that reflect a positive experience for the woman. **Final considerations:** It is concluded that a health service that promotes good health care practices provides women with a calmer and more satisfying delivery, besides offering aspects and parameters for management strategies that aim at a better qualification and humanization of care given to the puerperal woman.

Keywords: Humanized delivery. Personal satisfaction. Humanized practices

1 INTRODUÇÃO

* Graduanda de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador. Contato: paula_giazzi@hotmail.com

** Docente do curso de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador. Contato: fcardealmendes@yahoo.com.br

Na Antiguidade, só existia um tipo de parto, o normal, vaginal, natural ou fisiológico, no qual se caracteriza como expulsão do feto por meio das vias genitais¹. No entanto, a atenção integral à saúde da mulher, especialmente na fase reprodutiva, vem sendo campo de imensa preocupação, pois, o parto tornou-se um ato hospitalar, promovido por intensa medicalização e rotinas cirúrgicas, reduzindo o protagonismo da mulher durante o parto² ³.

Nesse sentido, a experiência gestacional é um momento muito intrínseco na vida de uma mulher e deve ser visto de maneira particular pelos profissionais envolvidos, por gestores e pelo governo, pois se caracteriza como um momento único².

A qualidade no atendimento pressupõe cuidado individualizado e para isso é significativo conhecer as diferenças de valores culturais, necessidades pessoais, crenças e expectativas quanto à gravidez, parto e ao nascimento de cada mulher, a fim de prestar uma assistência de forma humanizada⁴.

Nessa perspectiva, uma assistência de qualidade à mulher no ciclo gravídico-puerperal é necessariamente baseada na humanização ao parto e ao nascimento e se fundamenta no respeito, dignidade e autonomia das mulheres e também das crianças⁵. Portanto, para que esses eventos culminem em uma experiência gratificante e saudável é imprescindível que atenda as expectativas e necessidades da mulher que é a protagonista do próprio parto.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2010, cerca de meio milhão de mulheres morrem em todo mundo por complicações na gravidez e cerca de 10 milhões apresentam sequelas das complicações durante o processo. No ano de 2009, o relatório do Ministério da Saúde analisou a situação do Brasil e verificou que mais da metade das mortes maternas e neonatais decorrem durante a internação para o parto; 70% ocorrem por causas obstétricas diretas; 15% decorrentes de aborto inseguro e cerca de 51% das mortes neonatais decorrem da primeira semana de vida e são relacionadas a problemas do parto⁶.

Baseado no paradigma e necessidade da humanização da assistência, o MS propôs na década de 90 um modelo assistencial de cuidado humanizado à gestante, ao recém-nascido e a família, o Centro de Parto Normal (CPN)⁷. O CPN é descrito como uma unidade que tem como finalidade um acolhimento de qualidade e exclusivo ao parto normal, atuando no sentido de ampliar o acesso e melhorar o cuidado. Nesse cenário, a proposta se baseia na premissa de que a mulher se destaca como protagonista do próprio parto, na qual suas expectativas e desejos são relevantes e norteiam o processo do cuidar levando à satisfação na vivência da experiência da parturição.

Portanto, a busca pelo conhecimento a respeito da satisfação de mulheres usuárias do serviço de atenção ao parto normal em um centro de Parto normal é uma indispensável ferramenta para formulação de estratégias de gestão e prática assistencial em prol de uma melhora na qualidade da assistência. Diante dessas reflexões, esse estudo se propõe conhecer os níveis de satisfação da assistência ao parto vaginal na percepção de puérperas em um centro de parto normal de Salvador, Bahia.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter descritivo e abordagem quanti-qualitativo, desenvolvido no centro de parto normal da cidade de Salvador, Bahia. O referido Centro tem como princípio a assistência humanizada ao parto, considerando-o como um acontecimento de cunho familiar, social, cultural e fisiológico. Este CPM é o primeiro do Norte e Nordeste do País, construído com materiais de excelente qualidade e equipado com 06 leitos PPP (pré-parto, parto e pós-parto), apropriados para o máximo conforto e funcionalidade da parturiente e dos profissionais que oferecem assistência ao parto, enfermeiras obstétricas e médicos obstetras.

São **critérios para internação no CPN:** Gestante com IG > 37 e < ou = a 41 semanas; Pacientes que tenham realizado no mínimo 04 consultas de pré-natal (em qualquer clínica ou unidade de saúde); Gestação de risco habitual (baixo risco); Fase ativa do trabalho de parto; 03 contrações eficazes em 10 minutos, 04 cm de dilatação; Ausência de intercorrências clínicas pregressas ou atuais.

Participaram deste estudo 15 puérperas. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: Puérperas que pariram no Centro de Parto Normal (CPN) Marieta de Souza Pereira e que estiveram em consulta de revisão puerperal; idade superior ou igual a 18 anos, independente da formação profissional, raça ou condição social, estar presente na consulta de revisão puerperal; não ter patologia materna associada. Além desses aspectos, foi necessária a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido antes da aplicação do questionário. Critérios de exclusão: Foram excluídas as puérperas que apresentaram alguma patologia materna associada durante a gestação e/ou complicação durante o parto e que por algum motivo se recusaram a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Os dados foram coletados através da aplicação de um questionário semi-estruturado contendo seis questões abertas e seis fechadas a respeito da satisfação das puérperas quanto à assistência ao parto vaginal. A coleta foi realizada no mês de abril do ano de 2017, onde cada entrevista teve duração média de 15 minutos. Durante a coleta, a aplicação do formulário foi realizada após a obtenção da autorização individual, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Durante a análise foi utilizado um código de números para garantir a preservação da identidade das participantes do estudo. Por se tratar de uma pesquisa que avalia grau de satisfação, cada participante do estudo recebeu as orientações do significado de cada nível de satisfação. Foi considerado como nível ruim quando não foram atendidas nenhuma das expectativas da participante do estudo. Regular quando foram parcialmente atendidas as expectativas da puérpera e ótima (o) quando foram plenamente atendidas as expectativas da puérpera.

A análise dos dados inicialmente foi realizada de forma conjunta para as partes do questionário quali/quantitativo. O processo de análise da parte qualitativa do estudo partiu da leitura exaustiva das respostas dadas pelos participantes, as quais foram organizadas em um quadro síntese utilizando-se as seguintes categorias: Acolhimento; Explicações recebidas sobre os procedimentos realizados; Atenção recebida em relação às queixas e segurança transmitida; Presença do acompanhante; Percepção das puérperas quanto à assistência ao parto. Os resultados foram apresentados de forma descritiva, utilizando-se as informações obtidas dos participantes e comparadas com a literatura pertinente ao tema.

O projeto foi submetido ao Comitê em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador, com a aprovação por meio do parecer de nº 1.978.044. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido elaborado de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As 15 puérperas participantes deste estudo tinham prevalência entre 20 a 30 anos que apresentou 73,3% da população, sendo 6,6% mulheres entre 18 a 19 anos e, aproximadamente 20,0% mulheres acima de 30 anos. No que diz respeito à raça/cor, 60,0% se auto declararam negra, 26,6% de cor parda, 6,6% indígena e 6,6% de cor branca. Quanto a escolaridade, 40,0% das mulheres relataram ter ensino médio, 40,0% ensino superior e apenas 20,0% destas

tinham ensino fundamental. Com relação ao estado civil, 40,0% eram solteiras, 40,0% casadas e 20,0% destas declararam outro estado civil. A maioria das mulheres (53,3%) referiam não ter renda, apenas 46,6% informaram ter algum tipo de trabalho. Quanto a histórico obstétrico, cerca de 53,3% eram primigestas. (Tabela 1).

Tabela 1. Características sócio-demográficas e obstétricas das puérperas entrevistadas. Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira, 2017.

Características das puérperas	N	%
Idade 20 – 30	11	73,3
Raça Negra	9	60,0
Escolaridade E. fundamental /médio	12	80,0
Estado civil Solteira/casada	12	80,0
Possui renda	7	46,6
Primigesta	8	53,3

*Informação disponível para total de 15 puérperas entrevistadas

Acolhimento

O acolhimento é construído através de ações práticas no cotidiano da assistência, pois favorece a construção de uma relação de confiança entre as mulheres e os profissionais de saúde. Isso denota a importância de um acolhimento individualizado e equiparado as possíveis expectativas de uma gestante, visto que este é o primeiro momento do processo de parturição.

Tabela 2. Acolhimento referente à assistência ao parto, segundo o grau de satisfação relatado pelas puérperas entrevistadas. Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira, 2017.

Grau de satisfação	N	%
Ruim	0	0,0
Regular	0	0,0
Ótimo	15	100,0

*Informação disponível para total de 15 puérperas entrevistadas

A tabela 2 mostra a relação entre os graus de satisfação relatado pelas puérperas sobre o acolhimento prestado pela equipe do Centro de Parto Normal (CPN), podemos

observar que as 15 puérperas entrevistadas neste estudo relataram grande satisfação sobre este momento, visto que as mesmas classificaram como “ótimo” o acolhimento recebido no ato da admissão no CPN.

Os depoimentos de algumas mulheres revelam essa importância, onde uma assistência dedicada e afetiva tem grande magnitude sobre o momento especial dessa mulher.

“Eu senti acolhimento e humanidade das pessoas na forma do tratamento” (Puérpera 07)

“Bem recepcionada” (Puérpera 06)

“Forma de acolhimento foi ótimo” (Puérpera 05)

Estes achados estão de acordo com um estudo realizado em uma maternidade pública estadual em Teresina-PI com 18 puérperas no qual buscou-se conhecer a percepção de puérperas sobre a assistência à saúde em um centro de parto normal³. Observou-se, que embora estas mulheres não tivessem informações adequadas a respeito do CPN, percebiam que era um ambiente positivo e acolhedor para a vivência do trabalho de parto.

“Pois fui acompanhada desde o início e me sinto acolhida” (Puérpera 10)

*“Através da recepção pôde-se quebrar um preconceito oriundo da falta de informação”
(Puérpera 09)*

É fundamental para a humanização do parto o preparo da gestante para o momento do nascimento, e esse preparo deve ser iniciado precocemente desde o pré-natal. Além dos aspectos técnicos, o preparo para o parto envolve, também, uma abordagem de acolhimento da mulher e seu companheiro no serviço de saúde, incluindo o fornecimento de informações desde as mais simples, de onde e como o nascimento deverá ocorrer, o preparo físico e psíquico da mulher, idealmente uma visita à maternidade para conhecer suas instalações físicas, o pessoal e os procedimentos rotineiros, entre outros⁸.

“Fui bem atendida por todos os profissionais desde a chegada até a saída” (Puérpera 13)

“O tratamento dos funcionários foi impecável” (Puérpera 12)

“Assistência e agilidade do atendimento” (Puérpera 15)

Estes depoimentos refletem a relevância de uma continuidade e homogeneidade da assistência por todos os profissionais envolvidos no processo. Isso significa que o acolhimento se inicia na porta de entrada da Unidade de Saúde através do primeiro profissional que recebe a gestante e o acompanhante e não apenas do profissional que realiza a assistência ao parto. Deste modo, é essencial que as parturientes tenham condições de manter a calma e se sintam acolhidas na instituição.

Nessa perspectiva, a prática do acolhimento nas ações assistenciais envolve também a mudança de atitude da instituição, que deve estar estruturada e preparada para esta nova postura, incentivando, favorecendo, estimulando e treinando seus profissionais para o desempenho destas tarefas. Além disso, as unidades de saúde devem também estar administrativa e estruturalmente preparadas para o processo, amparadas e suportadas por normas e diretrizes emanadas pelos órgãos responsáveis pela saúde no país. É neste contexto que o Ministério da Saúde tem envidado todos os esforços no sentido de estimular e propiciar a introdução destas novas práticas nas maternidades brasileiras⁸.

Explicações recebidas sobre os procedimentos realizados

O acolhimento ofertado a gestante no momento de sua integração à instituição foi constatado que gera um sentimento de satisfação quanto a assistência recebida. Portanto, a problemática de cada paciente deve ser vista e depende da maleabilidade do profissional, sendo ele o responsável por esclarecer suas dúvidas e prepara-lo para qualquer procedimento que venha a ser realizado⁹.

Portanto, torna-se necessário o estabelecimento de ações profissionais humanizadoras, como por exemplo, se apresentar; chamar a gestante pelo nome; garantir a privacidade e confidencialidade do atendimento; escutar as dúvidas e inquietações da mulher e do seu acompanhante, além de oferecer informações sobre condutas e procedimentos que necessitam ser realizados.

Tabela 3. Explicações recebidas sobre os procedimentos realizados referente à assistência ao parto, segundo o grau de satisfação relatado pelas puérperas entrevistadas. Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira, 2017.

Grau de satisfação	N	%
Ruim	0	0,0
Regular	1	6,6
Ótimo	14	93,3

*Informação disponível para total de 15 puérperas entrevistadas

A prevalência do grau de satisfação em relação as explicações recebidas sobre os procedimentos realizados no trabalho de parto das puérperas deste estudo foram de 93,3% (14 puérperas) como “ótimo” e apenas 6,6% da população como “regular” (Tabela 3). Apenas uma puérpera não se sentiu plenamente satisfeita com as explicações recebidas.

“Foram explicados parcialmente, não foi 100%” (Puérpera 14)

Um estudo realizado em um hospital público de grande porte do Município de São Paulo vinculado ao SUS comprova a relevância sobre as orientações fornecidas pelos profissionais, pois este cuidado gerou sentimentos positivos, como satisfação, tranquilidade, bem-estar e segurança, evitando possível solidão. Quando os profissionais não estavam presentes para prestar assistência, houve insatisfação⁹.

O ambiente hospitalar é um espaço associado a procedimentos invasivos e por este motivo gera e intensifica o sentimento de medo do processo de parturição e possível agravamento da dor, sendo assim, o processo envolve cuidado¹⁰.

Desse modo, a maleabilidade do profissional de saúde, depende de uma rede de comunicação já pactuada entre outros profissionais, ou seja, assegurando além da assistência, o esclarecer de dúvidas, o compartilhamento das aflições e das inseguranças das pacientes. Uma probabilidade de que as gestantes expressem seus sentimentos acerca do seu momento, acarreta em uma abertura de comunicação entre a equipe, com resultados positivos para o relacionamento entre eles e seus acompanhantes⁹.

“Tudo o que foi feito, foi explicado antes” (Puérpera 15)

“Deixaram ciente de tudo, então não tive dúvida” (Puérpera 13)

Neste contexto, é preciso que sejam reconhecidos os diferentes valores culturais, crenças, necessidades e expectativas em relação ao parto e ao nascimento, buscando a individualização do cuidado objetivando a expectativa desta mulher. Portanto, todos os procedimentos passíveis de serem realizados devem ser explicitados sobre o motivo de adoção e todo seu processo, além de fazer com que mulher se sinta segura e perceba que o mesmo é necessário e que poderá contribuir para sua saúde e de seu filho ou filha⁴.

“Foram bem explicativos e tiraram todas as minhas dúvidas” (Puérpera 10)

“Os profissionais têm controle do processo que está acontecendo” (Puérpera 09)

Nesse sentido, o principal objetivo dos profissionais envolvidos no parto e também das mulheres que recebem seus serviços, é obter ao fim da gestação, um recém-nascido saudável, e também uma mulher/mãe com saúde e não traumatizada por conta do processo de nascimento que acabou de experimentar⁸.

Atenção recebida em relação às queixas e segurança transmitida

Através da perspectiva de mulheres que viveram a experiência do trabalho de parto e parto, buscou-se compreender como elas percebem o conforto recebido durante este momento e como se sentem seguras em relação à equipe de enfermeiras obstétricas do CPN.

Todavia, poucos são os estudos brasileiros que descrevem a assistência prestada tão somente por enfermeiras obstétricas no âmbito do CPN. Estas têm responsabilidade pelo cuidado prestado à parturiente na esfera de locais que fazem uso criterioso de intervenções obstétricas¹¹.

Desse modo, é relevante perceber se a assistência durante o processo parturitivo está sendo associada a práticas baseadas em evidências, das quais são recomendadas pela OMS na assistência à mulher e ao recém-nascido.

Tabela 4. Atenção recebida em relação às queixas na assistência ao parto, segundo o grau de satisfação relatado pelas puérperas entrevistadas. Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira, 2017.

Grau de satisfação	N	%
Ruim	1	6,6
Regular	0	0,0
Ótimo	14	93,3

*Informação disponível para total de 15 puérperas entrevistadas

A tabela 4 revela a prevalência do grau de satisfação como “ótimo” na categoria, atingindo a porcentagem de 93,3%, porém, pôde-se encontrar um resultado de 6,6% como “ruim”.

O grande desafio para uma assistência de qualidade neste processo é conseguir proporcionar conforto, pois o tema envolve individualidade e subjetividade. O processo parturitivo da mulher envolve dores que não podem ser descritas, desconfortos particulares, além de uma gama de sentimentos conflitantes, ou seja, se sentir confortável neste momento é um estado muito íntimo de cada mulher. Dessa maneira, não existem fórmulas prontas para

confortar nesse período, porém recursos oferecidos a mulher pela equipe e acompanhante podem tornar um meio de conforto eficaz¹².

Os resultados encontrados enfatizam essa particularidade do conforto apresentado, existindo divergência de opiniões entre uma das puérperas e as demais participantes do estudo.

“Sentia dor na recepção, diziam que ia me atender mas demorava” (Puérpera 14)

“Quando eu senti dor, eu relatei isso e fui prontamente medicada” (Puérpera 15)

“Não tive queixas” (Puérpera 04,05,09,08)

“Foram procurar saber sobre as queixas” (Puérpera 01)

Por este motivo, o profissional deve estabelecer juntamente com a mulher, um vínculo onde possa reconhecer suas necessidades e sua capacidade de lidar com o processo de nascimento que está próximo a acontecer. Esse estabelecimento gera relações menos desiguais e autoritárias no momento que o profissional entende que a mulher é protagonista e comanda a situação, e começa a adotar ações que gerem bem-estar e segurança para esta mulher.

Um estudo relacionado a conforto no processo parturitivo, apresentou duas subcategorias: conforto físico e conforto relacional. O conforto físico é representado por todas as ações que causem bem-estar físico e alívio da dor, este conforto foi relacionado pelas puérperas do estudo como uso de bolas de conforto, banhos relaxantes, massagens, ar-condicionado e caminhadas. Por outro lado, o conforto relacional é relatado pelas relações estabelecidas com a equipe e com seus acompanhantes, que proporcionaram satisfação e bem-estar. O conforto foi destacado pela proximidade com os profissionais ou acompanhantes, através do apoio oferecido¹².

“Me senti bem confiante com as enfermeiras” (Puérpera 10)

As parturientes observam que, um ambiente acolhedor e confortável conduz a mulher a um relaxamento psíquico e físico, do seu acompanhante e equipe de saúde, além de indicar uma qualidade de assistência⁸. Os achados desta investigação permitiram conhecer as práticas humanizadas desenvolvidas pela equipe assistencial, verificado através dos argumentos que a instituição tem aderido bem à utilização desses métodos.

Nesse sentido, um dos indicadores de qualidade da assistência ao parto é relacionado a segurança sentida pela parturiente pelo serviço de saúde que está sendo oferecido a ela, um bom grau de segurança pode propiciar um momento calmo e prazeroso.

Tabela 5. Segurança sentida durante trabalho de parto, segundo o grau de satisfação relatado pelas puérperas entrevistadas. Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira, 2017.

Grau de satisfação	N	%
Ruim	0	0,0
Regular	0	0,0
Ótimo	15	100,0

*Informação disponível para total de 15 puérperas entrevistadas

As mulheres entrevistadas reconheceram que a segurança é um fator importante, valorizaram a presença da equipe devido ao apoio prestado e por perceber o domínio técnico e científico desses profissionais durante o trabalho de parto e parto. Vale ressaltar, que relatos de outras mulheres que vivenciaram a experiência do parto no CPN também contribuíram para reforçar o sentimento de segurança. A tabela 5 mostra unanimidade do grau de satisfação “ótimo” (100,0%).

“Por conhecer a casa de parto e ter relatos, eu me senti segura, além dos profissionais que me passava segurança” (Puérpera 15)

“Totalmente confiante com os profissionais” (Puérpera 10)

Por esse motivo, a equipe de saúde necessita estar preparada para acolher a parturiente, e seus familiares, respeitando-os sempre em todos os momentos, proporcionando o vínculo entre eles, transmitindo confiança e tranquilidade, sobretudo garantindo os direitos desta mulher nas ações de saúde, permitindo e estimulando o exercício da cidadania feminina, resgatando a autonomia da mulher no parto³⁻⁸.

Para isto, a equipe precisa desenvolver ações de saúde com criatividade, senso crítico, capacidade para planejar, organizar, colaborar e avaliar seu resultado, sendo importante que haja comunicação clara e objetiva nas tarefas solicitadas e compartilhadas³.

“Senti segurança passada pelos profissionais envolvidos” (Puérpera 09)

“Estava confiante e tranquila em relação ao serviço” (Puérpera 13)

A confiança depositada nos profissionais se destaca em seis dos sete depoimentos, confirmando que a prática assistencial da maioria das Enfermeiras obstétrica valoriza a mulher, fortalecendo-a no processo de parir.

Nesse sentido, mostrar-se ao lado, preocupado e disposto a cuidar e escutar a parturiente são ações importantes para a criação de laços de confiança e afeição, há situações em que não são necessárias palavras ou ações; basta um olhar que inspire confiança, para confortar¹².

Assim, os profissionais ao assistirem a parturiente compreendem como sua clientela vivencia a sua parturição, sua participação ativa e poder de escolha, vislumbrando um modelo que possa levar a uma efetiva humanização do parto¹³.

“Me senti segura por saber que estava acompanhada dos familiares e dos profissionais por assistirem ao trabalho de parto” (Puérpera 07)

Nota-se pela fala das puérperas que, além dos aspectos relacionados à atenção, a forma de acolhimento e proximidade na relação entre o profissional e parturiente para a prestação de uma assistência integral e humanizada, a presença de um acompanhante durante este momento é significativo no que diz respeito ao trabalho de parto ter mais possibilidades de acontecer com mais tranquilidade e benefícios para a parturiente.

Presença do acompanhante

A presença do acompanhante é um direito amparado por lei e de livre escolha da paciente, esse direito vem sendo assegurado pela lei 11.108, de 2005¹⁴. Esta lei regulamenta que os serviços de saúde sejam eles, Sistema único de Saúde ou rede privada permita a presença do mesmo durante todo o período parturitivo da mulher.

A criação desta lei e o incentivo a humanização do parto surge através do reconhecimento de que esta prática é benéfica e que a vivência da mulher que teve essa oportunidade é diferente das que não tiveram, mesmo quando os profissionais de saúde oferecem um cuidado mais específico. O poder de escolha da mulher sobre quem será seu acompanhante foi comprovadamente útil e deve ser incentivado, pois existem evidências científicas¹⁴.

Tabela 6. Acolhimento recebido pelo acompanhante, segundo o grau de satisfação relatado pelas puérperas entrevistadas. Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira, 2017.

Grau de satisfação	N	%
Ruim	0	0,0
Regular	0	0,0
Ótimo	15	100,0

*Informação disponível para total de 15 puérperas entrevistadas

Dados da tabela 6 revelam que, 100,0% das puérperas, ou seja, as 15 puérperas participantes do estudo relataram como “ótimo” o acolhimento recebido pelos seus acompanhantes durante seu trabalho de parto e parto.

Um estudo que investigou a relação do acompanhante e sua atuação, percebeu que é necessário dar espaço à ele e que estes, muitas vezes sentem-se intimidados e desestimulados em participar, fazendo papel muitas vezes de apenas fiscalizadores da assistência. Essa participação limitada é decorrente do modelo intervencionista e dos preconceitos antigos. Mostrou-se também que, esses dois pontos têm influência através da falta de acolhimento e inserção pelos profissionais para com o acompanhante¹⁵.

“Todos os acompanhantes foram tratados da mesma forma que eu” (Puérpera 09)

“Super bem atendidos” (Puérpera 10)

Através destes depoimentos podemos perceber que o CPN cumpre com os regulamentos da lei que garante o acompanhante de livre escolha da parturiente e notou-se também que presença do acompanhante nestes momentos foi uma maneira de apoio e segurança às mulheres.

Foi constatado através das falas das puérperas que após escolher um acompanhante, este, tem autonomia para participar de atividades de controle da dor, oferecimento de apoio emocional e físico, elogios e incentivos, portanto, a equipe de saúde neste momento deve respeitar e dar espaço para ele.

Neste sentido, variados estudos demonstram que a mulher precisa de um suporte contínuo durante seu trabalho de parto, e que, proporcionando este suporte através de um acompanhante, estas mulheres obtiveram maiores avaliações positivas sobre sua experiência com o parto, contribuindo para o bem-estar físico e emocional dessa mulher¹⁴.

“Ele gostou muito da forma que fui tratada e ele também” (Puérpera 15)

A maneira como o acompanhante é tratado dentro do serviço de saúde requer muito cuidado, pois, tem influência sobre a opinião da mulher quanto à assistência, visto que, aquele acompanhante tem um significado muito especial e particular para ela. O ambiente familiar gerado pelo acompanhante fornece a esta mulher um encorajamento e conforto, reduzindo sentimentos de solidão, medo, ansiedade e estresse causado pelo desconforto de estar fora do seu ambiente de costume e por estar rodeada de pessoas desconhecidas.

Estudos recentes enfatizam e asseguram essa ideia de que é extremamente importante a presença de alguém que ofereça apoio a parturiente. Porém, é fundamental que não exista um desequilíbrio entre o que se propõe e a prática, pois embora o direito ao acompanhante seja legalmente assegurado à parturiente, muitas instituições ainda não cumprem essa determinação. Desta forma, através da adoção de medidas de ordem gerencial e educativa, é uma maneira de propiciar às mulheres brasileiras um parto verdadeiramente humanizado¹⁶.

É importante enfatizar que, a inserção deste sujeito no trabalho de parto e parto requer uma preparação pregressa dos profissionais, como uma conexão entre profissional-acompanhante, fazendo com que este profissional saiba lidar e orientar estes de uma forma também humanizada e afetuosa, pois, além do apoio ocasionado, existe também uma melhor aceitação das boas práticas do parto por parte das mulheres e estimuladas pelos enfermeiros, e que poderão também ser incentivadas por esses acompanhantes.

Percepção das puérperas quanto à assistência ao parto

Em busca da humanização do parto e seus processos, o Ministério da Saúde (MS) tem implantado conjuntos de ações necessárias que tem objetivo de mudar o modelo intervencionista para o sistema humanizado e focado nos direitos reprodutivos das mulheres, no direito às tecnologias e nas evidências científicas que estimulem um parto natural sem traumas ou percepções ruins¹⁷.

Nessa perspectiva, as percepções das puérperas quanto à assistência recebida demonstram a importância da humanização da assistência ao parto e seus benefícios para elas.

Tabela 7. Percepção sobre a assistência recebida, relatado pelas puérperas entrevistadas. Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira, 2017.

Grau de satisfação	N	%
Ruim	0	0,0
Regular	0	0,0
Ótimo	15	100,0

*Informação disponível para total de 15 puérperas entrevistadas

De acordo com os resultados apresentados na tabela 7, as puérperas do presente estudo referiram ter 100,0% de aprovação em relação à assistência recebida durante sua estadia no CPN Marieta de Souza Pereira. Para elas, os cuidados assistenciais proporcionaram tranquilidade, segurança e bem-estar.

“Foi uma assistência bem direcionada que proporcionou tranquilidade, segurança e bem-estar” (Puérpera 07)

“O acompanhamento aqui é sem igual” (Puérpera 10)

De acordo com os depoimentos verifica-se que a humanização das práticas de atenção ao parto é aquela que busca transformar esse momento no mais fisiológico possível, priorizando as necessidades e voz da parturiente, tornando-a protagonista do seu próprio parto.

Desse modo, a vivência da mulher durante o cuidado recebido no âmbito de um centro de parto normal aponta que o modelo de assistência pregado ali tem grande potencial de oferecer a mulher um cuidado baseado nas suas necessidades particulares, cuidado este que não depende apenas de rotinas hospitalares e estrutura física do local, mas especialmente de uma conduta profissional engajada na humanização de forma sensível e competente¹⁸.

“O acolhimento aqui é maravilhoso” (Puérpera 13)

“O maior bacana da casa de parto é o profissionalismo e comprometimento com as parturientes e seus acompanhantes” (Puérpera 09)

“Atenção, pessoal prestativo e dedicado” (Puérpera 04)

Os puérperas do presente estudo enfatizaram o respeito, acolhimento e a segurança proporcionada pela atuação dos profissionais na assistência ao parto como os principais fatores de humanização, tornando a mulher mais confiante na equipe e bem acolhida pela

mesma. Desta maneira, o trabalho de parto terá mais possibilidades de acontecer com mais tranquilidade e benefícios para a parturiente.

Se pensarmos no serviço de saúde como local que decorre de interações e se empregarmos a escuta ativa e principalmente sensível, podemos perceber que o que mais se exige de uma assistência é tão somente a sensibilidade do ser humano, visto que isso é potencialmente presente em cada indivíduo, basta esforço e vontade de ser mais aberto a novas experiências¹⁸.

Esta atitude torna a mulher mais confiante, ou seja, esse empoderamento das parturientes proporciona a possibilidade de assumirem o papel principal como protagonista do próprio trabalho de parto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo verificou que de fato uma assistência de qualidade e baseada em práticas humanizadas é de grande importância, pois visam suprir as necessidades e expectativas da parturiente. O conhecimento e divulgação dos direitos das mulheres no momento do parto têm ajudando-as a exigir e perceber quando não estão plenamente satisfeitas, isso vem de grandes conquistas feministas no Brasil.

Os aspectos abordados, tais como acolhimento e atenção recebida são os fatores mais relatados pelas puérperas como prioridade no atendimento prestado pela equipe de saúde. Observou-se que a instituição garante a mulher desde a sua admissão um serviço de qualidade, enfatizado no respeito e todos os direitos da parturiente, é nítido que esta postura gera uma melhor evolução durante todo trabalho de parto.

Sobre os benefícios que o estudo pôde trazer, se sobressaem a possibilidade dos dados coletados e resultados serem analisados para servir como parâmetro para estratégias de gestão com objetivo de alcançar sempre uma melhor qualidade da assistência ao parto. Por isso é de tamanha importância proporcionar a abertura de um espaço para as clientes se manifestarem sobre a assistência que necessitam e a que estão recebendo, bem como atuar, observando os resultados obtidos, em prol de uma melhor qualidade do serviço prestado à clientela.

REFERÊNCIAS

- 1 Melo JKF, Davim RMB, Silva RAR. Vantagens e desvantagens do parto normal e cesariano: opinião de puérperas. [Internet]. 2015 [Acesso em 2017 abr 02]; 7(4): 3197-3205. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2015.v7i4.3197-3205>
- 2 Vieira SM, Bock LF, Zocche DA, Pessota CU. Percepção das puérperas sobre a assistência prestada pela equipe de saúde no pré-natal. [Internet]. 2011 [Acesso em 2016 set 03]; 20 (Esp): 255-62. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072011000500032>
- 3 Ribeiro JF, Lima MR, Cunha SV, Luz VLES, Coelho DM, Feitosa VC et al. Percepção de puérperas sobre a assistência à saúde em um centro de parto normal. [Internet]. 2015 [Acesso em 2017 abr 03];5(3):521-530. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2179769214471>
- 4 Brasil. Ministério da Saúde. Caderno Humaniza SUS: Humanização do parto e do nascimento. [Internet]. 2014 [Acesso em 2016 set 05] v.4 Disponível em: http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno_humanizaus_v4_humanizacao_parto.pdf
- 5 Brasil. Ministério da Saúde. Gravidez, parto e nascimento com saúde, qualidade de vida e bem-estar. Brasília. [Internet]2013 [Acesso em 2016 set 08]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/epub/orientacoes_atencao_saude_adolescentes_escolas.epub
- 6 Narchi NZ, Cruz EF, Gonçalves R. O papel das obstetrias e enfermeiras obstetras na promoção da maternidade segura no Brasil. [Internet]. 2013 [Acesso em 2017 abr 04]; 18(4): 1059-1068. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400019>
- 7 Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 11, de 7 de janeiro de 2015.Redefine as diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 2015 jan. 8; Seção 1. P. 30-35
- 8 Brasil. Ministério da saúde. Parto, Aborto e Puérperio: Assistência humanizada à mulher. Brasília, 2001.
- 9 Jamas MT, Hoga LAK, Reberte LM. Narrativas de mulheres sobre a assistência recebida em um centro de parto normal. [Internet]. 2013 [Acesso em 2017 abr 28] vol.29, n.12, pp.2436-2446. ISSN 1678-4464. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00039713>.
- 10 Soares R, Silva S, Lessa P, Moura E, Pinheiro P, Damasceno A. Parturient's companion and their relationship with the nursing team: a qualitative study. [Internet]. 2010 [Acesso em 2016 out 05] Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1676-4285.20102867>
- 11 Silva FMB, Paixão TCR, Oliveira SMJV, Leite JS, Riesco MLG, Osava RH. Assistência em um centro de parto segundo as recomendações da Organização Mundial da Saúde. [Internet]. 2013[Acesso em 2016 out 15]; 47 (5): 1031-8. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420130000500004>

12 Frello IAT, Carraro TE. Conforto no processo de parto sob a perspectiva das puérperas. [Internet]. 2010 [Acesso em 2016 out 01]; 18(3):441-5. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v18n3/v18n3a18.pdf>

13 Silva LM, Barbieril, M Fustinonol, SM. Vivenciando a experiência da parturição em um modelo assistencial humanizado. [Internet]. 2011[Acesso em 2016 out 19] 64(1): 60-5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n1/v64n1a09.pdf>

14 Dodou HD, Rodrigues DP, Guerreiro EM, Guedes MVC, Lago PN, Mesquita NS. La contribución del acompañante para La humanización del parto y nacimiento: percepciones de mujeres después del parto. [Internet].2014 [Acesso em 2017 abr 10] vol.18, n.2, pp.262-269. ISSN 1414-8145. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20140038>

15 Longo CSM, Andraus LMS, Barbosa MA. Participação do acompanhante na humanização do parto e sua relação com a equipe de saúde. [Internet]. 2010[Acesso em 2017 abr 18];12(2):386-91. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v12i2.5266>.

16 Souza TG, Gaíva MAM, Modes PSSA. A humanização do nascimento: percepção dos profissionais de saúde que atuam na atenção ao parto. [Internet]. 2011 [Acesso em 2017 abr 30]; 32(3):479-86. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472011000300007>

17 Narchi NZ, Diniz CSG, Azenha CAV, Schneck CA. Women's satisfaction with childbirth' experience in different models of care: a descriptive study. [Internet]. 2010[Acesso em 2016 out 04]; 9(2):6. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1676-4285.20103102>

18 Gonçalves R, Aguiar CA, Merighi MAB, Jesus MCP. Vivenciando o cuidado no contexto de uma casa de parto: o olhar das usuárias. [Internet] 2011. [Acesso em 2017 abr 30]; vol.45, n.1, pp.62-70. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342011000100009>

APÊNDICE A
INSTRUMENTO DE PESQUISA

INSTITUIÇÃO: _____	DATA: ___/___/___
---------------------------	--------------------------

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

Idade: 18 a 19 a e 11 meses () 20-30 anos e 11 meses () maior que 30 ()

Raça: Branca () Negra () Amarela () Parda () Indígena ()

Escolaridade: Analfabeto () Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior ()

Estado civil: Solteira () Casada () Viúva () Outro ()

Possui renda? Sim () Não ()

Primigesta? Sim () Não ()

RAZÕES PARA GRAU DE SATISFAÇÃO

Considere:

Ruim: Quando não forem atendidas nenhuma das expectativas

Regular: Quando forem parcialmente atendidas suas expectativas

Ótima (o): Quando forem plenamente atendidas suas expectativas

1) O QUE VOCÊ ACHOU DO ACOLHIMENTO NO MOMENTO DA SUA ADMISSÃO NO CPN?

() Ruim () Regular () Ótimo

Qual a razão da sua escolha:

2) O QUE VOCÊ ACHOU DAS EXPLICAÇÕES RECEBIDAS SOBRE OS PROCEDIMENTOS REALIZADOS DURANTE O TRABALHO DE PARTO?

() Ruim () Regular () Ótima

Qual a razão da sua escolha:

3) O QUE VOCÊ ACHOU SOBRE ATENÇÃO RECEBIDA EM RELAÇÃO AS SUAS QUEIXAS?

() Ruim () Regular () Ótima

Qual a razão da sua escolha:

4) QUAL GRAU DE SEGURANÇA SENTIDO POR VOCÊ DURANTE O TRABALHO DE PARTO ?

() Ruim () Regular () Ótimo

Qual a razão da sua escolha:

5) O QUE VOCÊ ACHOU SOBRE O ACOLHIMENTO RECEBIDO PELO (A) SEU (SUA) ACOMPANHANTE DURANTE O TRABALHO DE PARTO?

() Ruim () Regular () Ótimo

Qual a razão da sua escolha:

6) O QUE ACHOU SOBRE A ASSISTÊNCIA RECEBIDA DURANTE O TRABALHO DE PARTO?

() Ruim () Regular () Ótima

Qual a razão da sua escolha:

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PARA O PARTICIPANTE****DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Título do Projeto: Percepção de puérperas quanto à assistência ao parto vaginal

Pesquisadoras responsáveis: Prof^ª Mestre Fernanda Cardeal Mendes e Ana Paula Andrade Pereira

Instituição a que pertencem os pesquisadores responsáveis: Universidade Católica do Salvador

Telefones para contato: (71) 99335-2857 / (71) 99925-8649

O Sr.(^a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa Percepção de puérperas quanto à assistência ao parto vaginal, de responsabilidade das pesquisadoras Fernanda Cardeal Mendes e Ana Paula Andrade Pereira, ambas da Universidade Católica do Salvador, docente e discente respectivamente. A sua participação nesse estudo é importante para que os objetivos sejam alcançados.

Conhecer sobre a percepção de puérperas durante a assistência ao parto, é de grande importância afim de proporcionar um melhor atendimento ao paciente. Em relação aos riscos, estes envolvem a insegurança do entrevistado quanto há exposição do nome e medo de se prejudicar devido às informações prestadas; com tudo para minimizar os mesmos, o voluntario torna-se protegido pela regulamentação 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080/90 e pela Lei nº 8.142/90 que preconiza sobre o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, além de que o sigilo da pesquisa é de total garantia. Os benefícios que o estudo poderá trazer se sobressaem visto que, com os dados coletados poderá ser analisado os níveis de satisfação das puérperas no centro de parto normal servindo como parâmetro para estratégias de gestão com objetivo de alcançar sempre uma melhor qualidade da assistência ao parto. Para que a senhora torne-se participante desta pesquisa se faz necessário a assinatura do presente termo, o qual a senhora receberá uma cópia igualmente registrada; e caso conceda a vossa participação, esta acontecerá a partir desta data até a finalização do estudo, no mês de junho deste ano. É de suma importância esclarecer que todos os custos financeiros da pesquisa serão por conta dos responsáveis pela mesma, e que caso ocorra danos devidos a eventos adversos a senhora será devidamente indenizado; além de que os pesquisadores estão abertos a retirar qualquer dúvida que a senhora participante venha a ter. A

obtenção dos dados será por meio de formulário semi-estruturado realizada com puérperas da instituição, e a participação destas deverá ser voluntária, podendo ser requisitado à sua exclusão da pesquisa mesmo após a coleta, sendo o mesmo excluído dos resultados e sem acarretar nenhum dano à instituição ou as voluntárias participantes. Ainda em respeito aos princípios éticos este projeto será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador no qual seus dados são: Endereço: Av. Cardeal da Silva, n. 205 – Federação – Salvador/BA; Telefone: Tel.: (71) 3320-3891 e e-mail: cep@ucsal.br.; e os resultados obtidos serão utilizados pra fins científicos.

Eu, _____, RG _____ declaro que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar da presente Pesquisa

Salvador, _____ de _____ de 2017.

Ana Paula Andrade Pereira – Acadêmica
Tel.: (71) 9 9335-2857
E-mail: Paula_giazzi@hotmail.com

Fernanda Cardeal Mendes – Orientadora
Tel.: (71) 9 9925-8649
E-mail: fcardealmendes@yahoo.com.br

Assinatura do colaborador

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO DA INSTITUIÇÃO



**CENTRO ESPÍRITA
CAMINHO DA REDENÇÃO**

Rua Jayme Vieira Lima, 104 – Pau da Lima
41235-000 – Salvador – Bahia – Brasil
e-mail: presidencia@mansaodocaminho.com.br
Tel.: +55 71 - 3409-8301

Eu, José Carlos Jesus Gaspar, responsável pelo Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira, estou ciente e autorizo a pesquisadora Ana Paula Andrade Pereira a desenvolver nesta instituição seu projeto de pesquisa intitulado “Percepção de puérperas quanto à assistência ao parto vaginal em um Centro de Parto Normal de Salvador-BA”

Declaro conhecer as normas e resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS 466/12 e estar ciente das co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, bem como do compromisso com a segurança e bem estar dos sujeitos de pesquisa recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Salvador, 05 de janeiro de 2017

Demétrio Ataíde Lisboa

Presidente Centro Espírita Caminho da Redenção

Dr. José Carlos Jesus Gaspar

Diretor CPN Marieta de Souza Pereira

ANEXO B
PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO DE PUÉRPERAS QUANTO À ASSISTÊNCIA AO PARTO VAGINAL EM UM CENTRO DE PARTO NORMAL DE SALVADOR-BA

Pesquisador: Fernanda Cardeal Mendes

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 64926317.6.0000.5628

Instituição Proponente: Universidade Católica do Salvador

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.978.044

Apresentação do Projeto:

O presente projeto refere-se a um estudo de caráter descritivo, observacional e abordagem quali-quantitativa. Esta pesquisa será realizada em um centro de referência. Os participantes deste estudo serão 30 puérperas que pariram em um Centro de Parto Normal e que estarão em consulta de revisão puerperal. O levantamento dos dados será realizado nos meses de abril a maio do ano de 2017, no qual o mesmo será exclusivamente de fontes primárias, através de um formulário semi-estruturado contendo 6 questões abertas e fechadas a respeito da satisfação de puérperas quanto à assistência ao parto vaginal. Por se tratar de uma pesquisa que avalia grau de satisfação, cada participante do estudo receberá as orientações do significado de cada nível de satisfação. Será considerado como nível ruim quando não forem atendidas nenhuma das expectativas da participante do estudo. Regular quando forem parcialmente atendidas as expectativas da puérpera e ótima (o) quando forem plenamente atendidas as expectativas da puérpera.

Trata-se de um projeto relevante que visa avaliar a satisfação das puérperas com o parto vaginal em um centro de referência e se alinha à política nacional de prática clínica centrada no paciente com população socialmente relevante.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205

Bairro: Federação

CEP: 40.231-902

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

Fax: (71)3203-8975

E-mail: cep@ucsal.br

Continuação do Parecer: 1.978.044

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer os níveis de satisfação da assistência ao parto vaginal na percepção de puérperas em um centro de parto normal de Salvador.

Objetivo Secundário:

Traçar o perfil sócio-demográfico de puérperas em um Centro de parto Normal de Salvador; Identificar as razões ao grau de satisfação quanto à assistência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador apresenta como Riscos: "Qualquer pesquisa que tenha como objeto o ser humano é suscetível a riscos para todos os que serão envolvidos, por este motivo, os riscos expostos aos indivíduos que participarão da pesquisa são caracterizados pelo medo da exposição seja por nome ou foto, medo de se prejudicar ou de prejudicar o outro ou vazamento de informações apresentadas de maneira equivocada, estes, são alguns dos itens que estabelecem a relação medos-riscos. Dessa forma, será garantido o total sigilo do participante, não havendo exposição de nomes, fotos ou nenhum outro artifício que exponha o mesmo."

E como Benefícios: "Sobre os benefícios que o estudo poderá trazer se sobressaem visto que, com os dados coletados poderá ser analisado os níveis de satisfação das puérperas no centro de parto normal servindo como parâmetro para estratégias de gestão com objetivo de alcançar sempre uma melhor qualidade da assistência ao parto."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa é relevante do ponto de vista científico e social, apresenta-se bem detalhado e fundamentado cientificamente e respeita a legislação do Conselho Nacional de Saúde para pesquisa envolvendo seres humanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresentou o TCLE, o projeto completo, cronograma, orçamento, carta de anuência da instituição e a folha de rosto devidamente assinada.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião do colegiado, ocorrida em 22/03/2017, fica deliberado que o projeto se encontra

Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205

Bairro: Federação

CEP: 40.231-902

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

Fax: (71)3203-8975

E-mail: cep@ucsal.br

Continuação do Parecer: 1.978.044

aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_867134.pdf	17/02/2017 16:45:39		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_INST2.pdf	17/02/2017 16:41:54	Fernanda Cardeal Mendes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO1.docx	14/02/2017 15:08:17	Fernanda Cardeal Mendes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_INST1.docx	14/02/2017 15:07:08	Fernanda Cardeal Mendes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PART.docx	14/02/2017 15:06:45	Fernanda Cardeal Mendes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_INST.pdf	14/02/2017 15:06:20	Fernanda Cardeal Mendes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	14/02/2017 15:05:55	Fernanda Cardeal Mendes	Aceito
Orçamento	CUSTO.docx	14/02/2017 15:05:32	Fernanda Cardeal Mendes	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	14/02/2017 14:59:08	Fernanda Cardeal Mendes	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO1.pdf	14/02/2017 14:58:09	Fernanda Cardeal Mendes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não


Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205**Bairro:** Federação**CEP:** 40.231-902**UF:** BA**Município:** SALVADOR**Telefone:** (71)3203-8913**Fax:** (71)3203-8975**E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR



Continuação do Parecer: 1.978.044

SALVADOR, 22 de Março de 2017


Assinado por:
Laila Nazem Mourad
(Coordenador)

PODE BRINCAR COM A COMIDA. Por alterações na introdução alimentar para formação de um paladar mais saudável

Larissa Ramos

RESUMO

A alimentação da população mundial é uma questão de saúde pública. Sobrepeso e muitas doenças poderiam ser evitadas a partir de escolhas mais saudáveis à mesa. Este trabalho reflete sobre o tema a partir da associação do prazer e da ludicidade durante a introdução alimentar e formação do paladar no período da lactância. Uma nova abordagem nos primeiros contatos com a comida poderia ajudar a corrigir este problema que vem afetando cada vez mais adultos e crianças na atualidade.

INTRODUÇÃO

Comer é muito mais do que nutrir-se. “[...] a comida não é e nunca foi uma mera atividade biológica.” (HERNÁNDEZ e ARNAÍZ, 2005, p. 33)¹. A alimentação tem um peso muito grande na cultura e identidade de cada povo e indivíduo. Demonstra-se afeto, recebem-se visitas, celebram-se os momentos mais importantes da vida e da morte, entre tantas outras situações emblemáticas da vida humana, ao redor de alimentos. Tal relação é ensinada para as novas gerações. Por isso o contato do bebê e da criança com o que eles vão entender como comida é tão importante. Neste primeiro momento da vida estabelecem-se hábitos, percepções, predileções e aversões alimentares que podem acompanhar uma pessoa pelo resto da vida.

A formação do paladar começa ainda durante a vida uterina e é reforçado durante todo o período de lactância (RAPLEY, 2008). Antes de ter contato com outros alimentos, os pequenos já têm mais experiência com o sabor do que podem supor seus pais e cuidadores. A dieta da gestante e da nutriz é importante (SBP, 2012), tanto para aquisição de nutrientes como também para que o bebê tenha contato com uma diferente gama de sabores. É importante lembrar que as crianças que são alimentadas com leite materno levam vantagem no quesito de formação de paladar, já que há uma variação no sabor do leite, o que não acontece com quem só toma fórmula. Estes podem se acostumar à monotonia de um único sabor conhecido.

Estudar a relação entre o sabor e a maneira como ocorre a introdução alimentar aos

lactentes é importante porque pode significar entender como se dá uma convivência mais harmônica com a comida, resultando em predileções e escolhas alimentares mais saudáveis ao longo de toda a vida. Lembrar que o ser humano é sobretudo cultural é preciso porque durante muito tempo o que foi estudado e difundido a partir de estudos que focam as áreas médica e nutricional são as necessidades deste novo ser humano, mas na prática as mães sentem dificuldade para seguir as recomendações porque quesitos vitais para a introdução alimentar, como experiências prévias com sabores saudáveis, rotinas da casa de hábitos alimentares e de comportamento à mesa muito rígidos ou permissivos, não são levados em conta, o que resulta em uma má experiência de introdução alimentar.

O século XXI trouxe avanços para os estudos voltados à introdução alimentar, com uma maior repercussão do papel ativo da criança no seu processo, respeitando-se seu ritmo de desenvolvimento, nível de saciedade e gostos (RAPLEY, 2008). Uma questão vital, que reflete em todo este amadurecimento, foi a recomendação do aleitamento materno exclusivo em livre demanda até o sexto mês de vida (SBP, 2012). O bebê que mama dentro deste modelo é quem lida com suas próprias demandas, cabe à mãe respeitar e saber interpretar os pedidos do filho e ao profissional de saúde acompanhar o desenvolvimento que se dá a partir deste processo.

A autonomia conseguida a partir da amamentação em livre demanda encontra um caminho natural a partir da sistematização do Baby-led Weaning (BLW), no ano de 2008. A denominação em inglês, resultado do trabalho da nutricionista inglesa Gill Rapley, pode ser traduzida como o bebê conduz o próprio desmame² e pode ser explicado de maneira genérica como a habilidade do bebê, a partir dos seis meses, de comer com as próprias mãos, sem precisar ser alimentado com as papinhas pelos pais e cuidadores.

O interesse por esta área surgiu a partir da experiência da autora com a maternidade, aliada ao trabalho em sala de aula com cultura alimentar e degustação de sabores nos cursos tecnológicos superiores em gastronomia. O estudo tem como objetivo entender como dar autonomia ao bebê na introdução alimentar pode contribuir para hábitos futuros mais saudáveis à mesa. Trata-se de uma pesquisa em fase preliminar. A bibliografia referente a esta área é escassa e não conta com muitos títulos traduzidos para o português. Para se chegar aos pontos enfocados faz-se uma comparação entre o que é exposto no livro BLW e no Manual de orientação para a alimentação da Sociedade Brasileira de Pediatria e utilizam-se conceitos de cultura alimentar e gosto, a partir de duas referências européias no assunto: Jesús Contrera Hernández e Mabel Garcia Arnáiz.

Relações entre paladar e saúde

O processo de evolução da espécie humana deixou marcas concretas no paladar. Desde a mais terna idade já existe uma predisposição, atribuída a questões biológicas, para predileção pelo sabor doce e aversão ao amargo e (algumas vezes) ao azedo. Na natureza, a distinção entre eles pode significar vida ou morte. A suculência de um fruto que alimenta ou de uma planta que envenena. Segundo Hernández e Arnáiz esta relação tão próxima com o sabor doce é observada em todas as sociedades. Eles afirmam que nenhuma delas rejeita a presença do doce, ainda que ocorram variações na predileção de ingredientes e intensidade do sabor entre as diferentes culturas e também entre indivíduos de uma mesma cultura. “Os sabores doces ocupam um lugar privilegiado em contraste com as atitudes mais variadas em relação azedo, o salgado e o amargo [...]”, (HERNÁNDEZ e ARNÁIZ, 2005, p. 26)³.

Tal relação pode ser comprovada tanto na história coletiva do homo sapiens (e de seus ancestrais), como na vida particular de cada indivíduo já que o primeiro gosto que o ser humano sente fora do útero é o do leite materno⁴. Há uma variação de sabor de acordo com a dieta da lactante, mas a doçura presente no mesmo é comprovada por todos aqueles que souberam se despir do tabu que envolve a prova deste alimento quando já não se é mais um bebê. A descrição que esta autora considera mais apropriada é a de um sabor doce, porém bem delicado e leve, sem ser nem um pouco enjoativo. Tal complexidade se daria pela associação entre a lactase, açúcar presente no leite, a untuosidade e sabor conferidos pela gordura e também à presença de um leve toque de umami⁵, conhecido como o quinto sabor.

Antes de voltar a falar de sabor, fazem-se necessárias algumas observações sobre questões nutricionais que envolvem a sensação de saciedade e por sua vez interferem na percepção do gosto. Para crescer saudável um bebê precisa basicamente dos mesmos nutrientes essenciais que as pessoas de outras idades – carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas e minerais (HERNÁNDEZ e ARNÁIZ, 2005; RAPLEY, 2008). O que muda neste caso é a proporção entre os grupos alimentares e as quantidades necessárias nesta primeira fase da vida, com destaque para o papel das gorduras e carboidratos, em particular o açúcar.

Hernández e Arnáiz colocam como um paradoxo o fato desta predisposição para gostar de doce tenha ajudado na evolução de muitas sociedades, mas, no entanto, acabou virando uma ameaça para homens e mulheres da atualidade. Pode-se explicar isso da seguinte forma: o fato de o açúcar (e outros carboidratos de composição mais simples) contribuir para aquisição de um significativo aporte calórico de resposta bastante rápida no organismo tornou-o um combustível oportuno para trabalhos com grande desgaste de energia. Acontece

que o desenvolvimento trouxe a valorização do capital mental e a simplificação das atividades cotidianas. A tendência atual é exigir mais da mente e menos do corpo. Grande parte da população mundial tem uma vida sedentária, mas consome altas doses de produtos industrializados com grandes doses de açúcar e gordura. Este já é, há algum tempo, um problema de saúde pública em diversos países, que resulta em muitas doenças relacionadas ao sobrepeso e à obesidade.

Quanto ao aporte calórico, a gordura é o nutriente da alimentação humana que mais concentra energia, são 9 kcal por grama de lipídio. É sabido que a gordura tem um papel muito importante no funcionamento de diferentes partes do organismo humano. Mais uma vez questões que vão desde necessidades da alimentação celular a manifestações do prazer gustativo se conectam para auxiliar na manutenção da espécie.

“[...] os ácidos graxos essenciais nos aportam vitaminas (A, D, E e K), que não podemos fabricar e que estão ligadas aos corpos gordurosos, as chamadas lipossolúveis; e as gorduras contribuem para as qualidades gustativas dos alimentos e transportam os aromas, conferindo qualidades de untuosidade a nossas comidas”

(HERNÁNDEZ e ARNÁIZ, 2005, p. 29)⁶

As questões abordadas anteriormente nos auxiliam a entender, em termos evolutivos, a necessidade do sabor dos carboidratos (entre eles os doces) e das gorduras terem um efeito tão prazeroso nos seres humanos, sobretudo na infância. Ao introduzir a criança no universo da alimentação, não há nenhuma dificuldade de fazê-la apreciar estes sabores, eles fazem parte do leite materno. O contato prévio reforça este elo.

O grande problema está na escolha dos tipos de alimentos de cada um destes grupos que será dada prioridade na escolha alimentar, pois há tanto carboidratos e gorduras classificados como bons ou ruins para a saúde. É curioso observar que quanto mais prejudicial é o “alimento” parece que haver uma relação inversamente proporcional de apelo da indústria alimentícia e do convívio social, porque as propagandas são de chocolate e comida processada e as celebrações são regadas a massas, doces, álcool e gorduras. As comidas saudáveis não encontram tanta exposição.

É importante lembrar que açúcar e gordura em excesso viciam, mas com esforço, se possível de toda a família, é possível educar o paladar para ter prazer em ingerir substâncias mais saudáveis. A grande evidência de que isso é possível vem justamente da apreciação, em escala mundial, de itens (não necessariamente saudáveis) que, no entanto, ao primeiro contato não são realmente apreciados. Segundo Hernández e Arnáiz, aprende-se a gostar de pimenta, café, álcool, gengibre, entre outros. Ainda de acordo com os autores, é uma “[...]”

particularidade que diferencia os seres humanos do resto dos mamíferos onívoros. Se trata da façanha dos humanos de consumir produtos cujo sabor se mostra desagradável ao menos nas três ou quatro primeiras vezes em que os provam.” (HERNÁNDEZ e ARNÁIZ, 2005, p. 29)⁷.

Por um método de introdução alimentar mais prazeroso

O Manual de orientação para alimentação da sociedade brasileira de pediatria começa o seu primeiro capítulo da seguinte forma: “O conhecimento correto e atualizado sobre a alimentação da criança é essencial para avaliação e a orientação de sua nutrição.” (SBP, 2012, p. 17). É uma frase muito importante que demonstra a necessidade constante dos profissionais de saúde e também dos pais de pesquisar as novidades que orbitam este meio. Os últimos anos trouxeram avanços nesta área.

A primeira está na amamentação, um aspecto muito importante na posterior introdução a outros alimentos, a partir do sexto mês de vida da criança. A divulgação constante nos meios de comunicação tradicionais e também na internet; a proliferação dos cursos de aleitamento e uma postura mais explícita de pediatras e nutricionistas trouxe uma nova conduta em relação ao ato de amamentar, que já pode ser sentida, ao menos, nas principais cidades do Brasil. Mulheres sentem-se à vontade para amamentar em público e estabelecimentos também investem em espaços família para acolher mães e filhos, o que contribui para a amamentação em livre demanda ser bem sucedida.

O primeiro passo para uma introdução alimentar de qualidade já foi dado, mas apenas ele não basta. Mesmo sendo difícil no começo, o ato de amamentar facilita a vida de mães e filhos, mas uma introdução alimentar correta após o sexto mês pode ser muito mais complicada, pois torna-se algo que precisa envolver questões de alteração sociais/comportamentais. É preciso introduzir a criança a alimentos saudáveis, sem muitas vezes ter tal conduta dentro da própria casa. Gostar de doces e frituras é fácil, o mais difícil é treinar o paladar para gostos mais sutis, que não estimulam as papilas gustativas ao excesso. Para isto é preciso treino e também o exemplo, afinal a criança é um ser social. As memórias gustativas estão associadas também à postura das suas principais influências.

Fazer uma criança ter prazer em comer frutas, verduras e legumes sem agregar sal, açúcar e gordura, quando o resto da família vive à base de salgadinhos, doces e refrigerantes é difícil. O manual da SBP adota o sistema de dez passos básicos para facilitar a assimilação destes conceitos, os passos seis, sete e oito, respectivamente, expressam de maneira muito objetiva o que deve e não deve ser ofertado.

“Passo 6 - Oferecer à criança diferentes alimentos todos os dias. Uma alimentação variada é uma alimentação colorida.

Passo 7 - Estimular o consumo diário de frutas, verduras e legumes nas refeições.

Passo 8 - Evitar açúcar, café, enlatados, frituras, refrigerantes, balas, salgadinhos e outras guloseimas nos primeiros anos de vida. Usar sal com moderação” (SBP, 2012, p. 18)

Segundo Rapley (2008), os bebês copiam os pais e responsáveis. Fazer a coisa certa envolve mudar os hábitos alimentares de toda família no que se refere tanto ao próprio alimento como também à maneira de consumi-lo. É adotar as refeições à mesa e em família, sem a interferência dos meios eletrônicos. Ainda de acordo com Rapley, tudo é novidade para o bebê, ele precisa de concentração e tempo para assimilar tantas informações novas. É preciso que a criança seja estimulada a tocar e descobrir o alimento. Comer em família é realmente fazer parte e, como tal, não há necessidade de que os pais ou qualquer outra pessoa alimente o bebê com a colher, ao contrário do que propõe o Manual da SBP e tantos outros livros de alimentação infantil.

A novidade do trabalho de Rapley é propor que para a criança realmente ter autonomia ela deve comer sozinha a partir dos seis meses, quando já tem a habilidade de sentar sem auxílio. Para isso propõe que sejam oferecidos primeiramente pedaços de frutas e vegetais (e posteriormente outros grupos alimentares) em formato de haste nos quais a criança possa segurar e colocar na boca, sob supervisão. No início será mais uma brincadeira, mas ela faz parte da abordagem deste processo de aprendizagem. De preferência o bebê deve comer uma variação da refeição que está sendo degustada por toda família. A nutricionista inglesa lembra que não se trata de um método criado⁸, e sim sistematizado, por ela, uma vez que famílias fazem isto há décadas sem dar um nome para este método de alimentação.

Ainda há muita polêmica entre críticos e defensores do BLW. De maneira geral, entre as críticas há desperdício, sujeira, falta de noção da real quantidade de alimento/nutrientes ingerida e o grande medo de que a criança engasgue, uma vez que há séculos é costume dar comida processada e sucos para garantir que o bebê não passe por nenhum risco. Ao longo do livro, Rapley discorre satisfatoriamente sobre a maioria das críticas.

Uma que deve ser ressaltada é em relação a aquisição de nutrientes. O texto é enfático ao ressaltar que até um ano, quando a alimentação começa a ser mais variada e bem sucedida, o leite materno (ou fórmula) ainda é o principal componente da alimentação infantil. Tal fato também é enfatizado dentro do texto do manual da SBP, quando se refere a alimentação como algo complementar. Ambos os trabalhos só diferem na quantidade de

nutrientes que esta alimentação complementar precisa/ deve ter até o primeiro ano de vida. SBP fala em periodicidade e quantidade⁹, já o BLW fala em liberdade para o bebê, como acontece no período de amamentação em livre demanda, pois, segundo a pesquisa da autora, trata-se de uma habilidade desenvolvida pelo próprio lactente e a ele precisa ser confiada.

Em matéria de benefícios, vale reproduzir um trecho de Baby-led Weaning, ressaltando que trata-se de tradução nossa, já que até a conclusão deste artigo a versão em português ainda não estava disponível para leitura.

BLW vai desenvolver as habilidades do bebê de mastigação, coordenação motora e visual. Com a sua ajuda, ele descobrirá uma grande variedade de comidas saudáveis e vai aprender a importância dos hábitos sociais. E ele comerá somente o que precisar, fazendo com que seja mais improvável que tenha sobrepeso mais velho. Mas, o mais importante de tudo, ele vai curtir isso – e ficará feliz e confiante durante as refeições como resultado.”

(RAPLEY, 2008, p. 132)

Em termos de descoberta de sabores, a proposta do BLW mostra-se válida uma vez que a experiência das papinhas tende a misturar/ uniformizar uma gama de sabores e texturas com perdas consideráveis para a experiência do paladar. Como a recomendação do método é por uma comida compartilhada por toda família, a possibilidade é de que isso resulte em um sabor muito mais interessante para o paladar do bebê, acabando com papinhas insossas e combinações esdrúxulas. É claro que é preciso ter em mente as recomendações da Organização mundial de saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria quanto ao consumo mínimo, se possível zero, de sal e açúcar nos primeiros anos de vida. Para isso o BLW apresenta como solução os temperos e a autora deste artigo lembra a possibilidade de separar a comida do lactente antes da adição destes dois ingredientes tão nocivos à saúde dos bebês.

CONSIDERAÇÕES

Este é um estudo em andamento. Muito ainda precisa ser pesquisado e novos patamares devem ser traçados para adequar o estudo à realidade brasileira, mas já é possível fazer algumas considerações sobre o assunto.

Mudanças na conduta de introdução da alimentação infantil no Brasil ainda são muito recentes. Há menos de uma década os manuais de pediatria e nutrição ressaltam explicitamente a importância de destacar o papel do bebê neste processo. Outro fato é que até agora só há em português fontes secundárias sobre o BLW. O principal livro que fala sobre autonomia do lactente na alimentação ainda estava em processo de tradução para o português

durante a realização desta pesquisa. Lembra-se que o trabalho foi lançado originalmente na Inglaterra há nove anos, o que mostra nosso considerável atraso referente ao tema quando comparamos com o que está em andamento em outros países.

É importante lembrar que mesmo encontrando mudanças nas orientações, a presença de tais informações em livros não é indicativo de que houve alterações nas práticas em consultórios pediátricos ou nas residências dos bebês em processo de introdução alimentar. Há indícios de uma tímida, porém crescente, adoção de alguns fundamentos do BLW no país, aliado ao método tradicional de introdução através da papinha com colher. Isso já representa um avanço. Tal fato ainda está passando por modificações muito lentas e há resistência por parte da sociedade, sobretudo a qual teve menos acesso à educação formal. Este fenômeno é esperado, já que existe mais receio de inovar quando isso precisa ser feito com implicações diretas nos membros mais indefesos das famílias.

A cultura está sempre sendo modificada, mas a observação de mudanças substanciais de comportamentos e crenças arraigadas no seio de uma comunidade geralmente levam, em média, algumas gerações para serem sentidas. Tratando-se da maneira de cuidar dos bebês, a adoção das práticas ditadas pelas pessoas mais experientes das famílias e comunidades ainda é comum. A associação entre brincadeira e ludicidade com a alimentação não é bem interpretada nesses meios

Outra questão bem destaca por Gil Replay (2008), ao traçar um histórico da maneira de alimentar os bebês nos últimos três séculos, é a de que a sociedade tende a considerar um bebê rechonchudo como sendo sinônimo de bebê um saudável. É importante alertar que se trata de uma inverdade. Basta lembrar questões relacionadas ao sobrepeso decorrente da ingestão de muitos alimentos processados e calorias vazias.

Dar muita comida a uma criança representa, para a grande maioria da população, que o pequeno ser precisa de um adulto para determinar que sua saciedade, e conseqüente nutrição, esteja garantida. O adulto não deve se colocar como parâmetro para determinar qualquer medida de quantidade de alimento oferecido a um bebê, mesmo acreditando que está fazendo as devidas adequações.

É necessário que haja mudanças cada vez mais significativas na maneira de proceder com a introdução alimentar. Os ganhos podem ser muitos no que se refere a garantir experiências mais prazerosas. A ludicidade pode ser uma aliada no desbravamento de diferentes tipos de alimentos. Isso pode resultar em uma alimentação mais balanceada e a predileção por sabores mais saudáveis – o que pode representar um futuro (um pouco distante) com menos doenças ligadas aos maus hábitos alimentares.

NOTAS

¹ Tradução nossa.

² Chamar de desmame pode passar a falsa impressão de que o objetivo é cessar o aleitamento, quando na verdade o objetivo é complementar o aleitamento (que deve ser mantido por dois anos ou mais) com outros alimentos.

³ Tradução nossa.

⁴ Observa-se que mesmo havendo casos nos quais o leite materno não é dado ao recém nascido, este deveria ser o primeiro e único alimento de qualquer ser humano até os seis meses de vida, segundo recomendação da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2017).

⁵ Umami é o sabor relacionado à presença de proteínas (cárneos, vegetais – principalmente tomates maduros, cogumelos e lácteos). Ainda de difícil detecção em grande parte do mundo ocidental, tem representação química na indústria alimentícia com o glutamato de monossódio. Para mais informações: MORITSEN e STYRBAEK – Umami: unlocking the secrets of the fifth taste e <umamiinfo.com>.

⁶ Tradução nossa.

⁷ Tradução nossa.

⁸ “BLW é seguro, natural e fácil – e como a maioria das boas ideias em termo de paternidade não é nova. Pais por todo o mundo descobriram isso eles mesmos, simplesmente observando seus bebês.” (RAPLEY, 2008, p. 132) (tradução nossa)

⁹ Os números apresentados são: três a cinco vezes por dia para bebês alimentados com leite materno e fórmula, respectivamente, e 30 a 40 mL/kg de peso corporal (SBP, 2012).

REFERÊNCIAS

HERNÁNDEZ, J. C.; ARNÁIZ, M. G. **Alimentación y cultura: perspectivas antropológicas**. Barcelona: Ariel, 2005.

RAPLEY, G.; MURKETT, T. **Baby-led Weaning**. Londres: Vermilion/ Ebury Publishing, 2008

SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria. **Manual de orientação para a alimentação do lactente, do pré-escolar, do escolar, do adolescente e na escola**. Rio de Janeiro: SBP, 2012.

WHO. **World Health Organization**. Disponível em:<who.int>. Consultado em: jun, 2017.

PREVALÊNCIA DE SINAIS E SINTOMAS PARA DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR EM LUTADORES DE BOXE

*Yuri Santos Duplat,
Achilles Motta Nunes*

INTRODUÇÃO

A disfunção temporomandibular (DTM) é um conjunto de distúrbios que envolvem os músculos mastigatórios, a articulação temporomandibular(ATM) e estruturas associadas¹⁻³. A DTM possui origem multifatorial, dentre eles, os mais relevantes são: os fatores psicossociais, fisiopatológicos e traumáticos⁴⁻⁶. Entre os fatores traumáticos, o boxe é um esporte de contato que impõe grande energia cinética no seu gestual esportivo que afeta, na maioria das vezes, a face, conseqüentemente a ATM, o que pode gerar uma possível predisposição a DTM⁷. Sabe-se que a prevalência de DTM é maior no sexo feminino em relação ao sexo masculino⁸, no entanto, devido à população geral do boxe ter maiores praticantes do sexo masculino, essa situação do gênero se inverte, por isso é mais prevalente o acometimento da ATM nos homens⁹⁻¹¹.

O boxe é um dos esportes mais antigos e, grande parte de suas lesões faciais são decorrentes dos golpes característicos dessa modalidade. Seu principal objetivo é aplicar golpes agressivos com a articulação do punho, permitidos apenas nas regiões acima do quadril do adversário⁷. Esse fator, associado à grande exposição da face, torna essa região a mais acometida e, dependendo da intensidade da lesão, afeta a qualidade de vida do atleta que sofre impactos psicológicos, físicos e técnicos¹²⁻¹⁴.

Estudos epidemiológicos apontaram que, 40% a 75% da população apresentam ao menos um sinal de DTM, como ruídos articulares e que 33%, pelo menos um sintoma, como dor orofacial ou na ATM^{1,15,16}. De acordo com a National Youth Sports Foundation, órgão responsável por prevenir lesões no esporte, qualquer atleta, que tenha participação em um

esporte de contato, tem até 10% de chances de sofrer uma lesão facial, sendo que, de 35% a 56% desses indivíduos poderão ter sequelas em toda sua carreira¹⁷.

As lesões que afetam o sistema bucomaxilofacial estão presentes nos esportes de contato, principalmente no boxe, porém, essa informação não é considerada importante por muitos atletas¹⁸. Tais lesões podem ser minimizadas com a utilização de um protetor bucal, que é um aparelho responsável por separar o tecido mole do tecido duro, aumentando a absorção de carga provocada pelos socos¹⁹. Logo, seu uso durante treinamentos e competições é fundamental para prevenção de DTM²⁰.

As evidências são escassas acerca dessa disfunção em lutadores de boxe. A prevenção dessa lesão é essencial, afinal, a DTM, independente de sua etiologia, gera dor e desconforto, além de afastar os atletas de suas atividades e competições. À frente da limitação que é causada no desempenho do atleta, a DTM se torna um problema de saúde pública devido à prevalência de sinais e sintomas apresentados pela população associados aos impactos psicossociais que podem ser causados. Um conhecimento mais amplo é necessário para que sejam tomadas as medidas de prevenção, com o propósito de contribuir no desenvolvimento da fisioterapia e minimizar o afastamento do esporte como atividade laboral e de lazer. Os objetivos deste estudo foram estimar a prevalência de sinais e sintomas para DTM em lutadores de boxe; verificar se o uso do protetor bucal altera a intensidade de sinais e sintomas da DTM, e verificar a diferença de variação dos sinais e sintomas em lutadores de boxe amador ou profissional.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um estudo transversal com amostra composta por indivíduos lutadores de boxe em uma academia particular (Academia André Bolinha), localizada no bairro do Pau Miúdo, na cidade de Salvador, Bahia, no mês de Abril de 2017. O critério de inclusão estabelecido foi: ser praticante da modalidade com frequência semanal de pelo menos duas vezes na semana. Foram excluídos do estudo lutadores que sofreram fraturas de mandíbula, que exercem mais atividades de ensino do que prática esportiva, que realizaram exodontia do 3º molar superior e/ou inferior nos últimos dois anos e outras cirurgias bucomaxilofaciais que pudessem gerar viés confundidor como fator etiológico das DTM's.

Os instrumentos utilizados foram uma ficha clinicoanamnésica (contendo questionário com dados sociodemográficos, profissionais e clínicos) e o Índice Anamnésico de Fonseca (IAF)²¹. A ficha contendo o questionário clinicoanamnésico é composta por: nome, sexo, idade, peso, altura, tempo da prática do boxe, frequência semanal, participação em competição, lesões prévias da ATM, realização de tratamento dentário específico (exodontia de algum 3 molar), se sofreu alguma fratura de mandíbula ou maxilar e se faz uso ou não de protetor bucal e seus tipos (tipo I ou pré-fabricado e tipo III ou sob medida). O IAF é composto de dez perguntas que verificam a presença de dor na articulação temporomandibular, na nuca, ao mastigar, de cabeça, dificuldades de movimento, ruídos, hábitos parafuncionais (apertar e ranger os dentes), percepção da má oclusão e sensação de estresse emocional onde se responde: sim, não ou às vezes (valendo 10, 0 e 5 pontos, respectivamente). Através da soma dos pontos, o Índice pode classificar os participantes em categorias de severidade de sintomas, como: sem DTM (0 a 15 pontos), DTM leve (20 a 40 pontos), DTM moderada (45 a 65 pontos) e DTM severa (70 a 100 pontos).

Como variáveis para o estudo foram adotadas como preditoras: sexo, idade, tempo de prática do boxe, frequência semanal, participação em competição, lesão prévia de ATM, tratamento dentário específico anterior, fratura de mandíbula, uso do protetor bucal e seus tipos (tipo I ou pré-fabricado e tipo III ou sob medida); e, a variável de desfecho: grau de severidade da DTM.

O banco de dados foi analisado no software R (versão 3.4.0). Foi feita análise descritiva (frequência absoluta/relativa, média e desvio padrão e mediana e intervalo interquartil) com a finalidade de identificar as características gerais e específicas da amostra estudada. A normalidade da distribuição dos dados foi verificada por meio do teste de Shapiro-Wilk e homogeneidade de variâncias pelo teste de Levene. Para verificar a existência associação entre os grupos de estudo e variáveis de interesse usamos o teste Qui-Quadrado ou Exato de Fisher quando estas variáveis eram qualitativas e o teste t-student ou o teste de Mann-Whitney, a depender da normalidade da distribuição dos dados, quando a variáveis eram quantitativas. O nível de significância estabelecido para este trabalho é de 5%.

Todos os sujeitos da pesquisa receberam uma cópia e foram submetidos à leitura e preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), com esclarecimento ao

participante sobre a natureza da pesquisa, objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e orientações sobre a DTM, com garantia de privacidade e proteção da sua imagem, com sigilo total de suas respostas, evitando qualquer tipo de constrangimento.

Os riscos e benefícios foram descritos no TCLE, estando o pesquisador totalmente apto no caso de alguma situação emocional. Como benefícios, o voluntário recebeu orientações com exercícios de alívio da dor, relaxamento muscular, com avaliação de forma mais criteriosa pelos pesquisadores, e, quando necessário, foram orientados com exercícios domiciliares e quanto à necessidade de um tratamento mais direcionado e sugestões para encaminhamento ao atendimento na clínica escola (UNAFISIO) da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Este trabalho seguiu as normas da Resolução 196/96, e obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (CAAE 64281616.8.0000.5628).

RESULTADOS

A amostra foi composta por 51 indivíduos, que apresentaram média de idade de 20,76 anos ($dp \pm 7,92$), o que mostra uma população de indivíduos adultos jovens. De acordo com as características clínicas de saúde da população (Tabela 1), a média do peso foi de 66,24 kg ($dp \pm 14,79$). Quanto à altura, os participantes apresentaram uma média de 1,69 m ($dp \pm 0,12$) e a média do IMC foi de 22,65 kg/m² ($dp \pm 3,34$). O tempo de prática do boxe teve mediana de dois anos e a frequência semanal apresentou uma média de 4,92 dias ($dp \pm 1,56$).

Quanto à distribuição da amostra segundo o sexo, escolaridade e dados profissionais (Tabela 2), 41 indivíduos eram homens (80,4%) e dez eram mulheres (19,6%). Quanto à distribuição da amostra com relação à participação em campeonatos, 25 atletas (49%) relataram ter participado de campeonatos e 26 atletas nunca participaram (51%). Sobre o uso de protetor bucal, 13 atletas (25,5%) não utilizam o protetor bucal e 38 utilizam (74,5%). Dos 38 indivíduos que utilizam o protetor bucal, 27 relataram utilizar o protetor tipo I (71,1%) ou pré-fabricado, enquanto que 11 relataram utilizar o tipo III (28,9%) ou feito sob medida pelo cirurgião dentista. Quanto à atuação como professor de boxe, cinco participantes atuam como professores (9,8%) e 46 não (90,2%).

Os resultados demonstraram que na categorização dos lutadores através do IAF, 26 atletas (51%) não evoluíram com sinais e sintomas para DTM. Dentre os que evoluíram, houve uma maior prevalência para a categoria leve, representada por 22 indivíduos (43,1%), seguido da categoria moderada, com apenas três indivíduos (5,9%) (Gráfico 1). Nenhum atleta apresentou disfunção em sua categoria severa.

De acordo com a distribuição segundo a presença de sinais e sintomas para DTM, 25 atletas apresentaram sintomatologia, sendo seis mulheres e 19 homens, enquanto que quatro mulheres e 22 homens não apresentaram. Não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($p = 0,49$) (Tabela 3).

Associando a variável de atuação como professor à presença de sinais e sintomas para DTM, dos cinco indivíduos que atuam como professor, apenas um apresentou. Dos 46 indivíduos que não atuam, 22 não manifestaram nenhum grau de lesão e 24 manifestaram ($p = 0,35$).

A respeito da utilização do protetor bucal associado à presença de sinais e sintomas para DTM, dos 38 atletas que utilizam, 20 não desenvolveram a síndrome e 18 desenvolveram, correspondendo a 52,6% e 47,4%, respectivamente. Dos 13 indivíduos que não utilizam protetor, seis não apresentaram disfunção e sete apresentaram ($p = 0,68$). Quanto ao tipo de protetor utilizado associado à presença ou não de sintomatologia para DTM, 27 atletas utilizam protetor do tipo I sendo que 13 não evoluíram com a lesão e 14 evoluíram. O protetor do tipo III foi utilizado por 12 indivíduos, sendo que oito não cursaram com DTM e quatro cursaram.

Ao combinar a variável participação em competições com a presença ou não de sinais e sintomas para DTM, observou-se que nove atletas (36%) que participam de competição não desenvolveram DTM, enquanto 16 atletas (64%) desenvolveram. Dos que não participam, 17 atletas (65,4%) não apresentam DTM enquanto nove (34,6%) apresentam. Os resultados são estatisticamente significativos ($p < 0,05$).

DISCUSSÃO

Os resultados encontrados no estudo demonstraram que parte dos atletas não possuem DTM e a outra parte possui DTM leve e moderada, enquanto nenhum atleta apresentou DTM severa. A literatura mostra que a exposição facial em qualquer esporte de contato está

diretamente proporcional a grande incidência de lesões nessa região²². Estes achados são convergentes com o estudo de Tim et al²³, que avaliou 1.219 lesões nos atletas de uma equipe de boxe norte americana de 1977 a 1992, concluindo que 18% das lesões foram na face, sendo as mais frequentes: lacerações dos tecidos moles e perda de um ou de vários dentes e de menor frequência: fraturas de mandíbula, alveolares e lesões traumáticas na ATM. O estudo de Cavalcanti et al²⁴, mostrou que após a análise da ocorrência de injúrias orofaciais em 85 indivíduos praticantes de esportes de luta, 64,9% haviam sofrido injúrias nas regiões da cabeça e face e 16,5% na região da ATM. Dessa forma, sugere-se que o esporte de contato seja um importante fator causal de lesões na região facial, mas não está diretamente relacionado ao processo de lesão na ATM e causa da DTM.

Com relação ao uso de protetor bucal, foi encontrado que é comum e frequente o uso deste recurso entre os atletas, que geralmente relatam saber a sua importância, como mostra o estudo de Cavalcanti et al²⁴, no qual foi feita uma análise com o tipo de esporte praticado e o uso de protetor bucal e o boxe foi o esporte em que os atletas mais fazem uso desse instrumento (58,1%), corroborando assim os resultados encontrados neste estudo que foi de 74,5%. O protetor mais utilizado foi do tipo I ou pré-fabricado, que possui um valor mais acessível e medida padrão para qualquer boca²⁵, mas apresentam uma falsa percepção de segurança²⁶. O uso do protetor do tipo III ou sob medida foi relatado com menos frequência em relação ao primeiro, demonstrando que uma pequena parte da amostra utiliza o protetor que é confeccionado sob medida pelo cirurgião dentista, respeitando a anatomia de cada indivíduo e apresentando melhor absorção dos socos e distribuição das cargas²⁷. Ao comparar os atletas que utilizam protetor do tipo I e do tipo III associado à presença ou não de DTM, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ($p = 0,386$). No entanto, de acordo com Di Leone et al²⁸, a prevalência do uso de protetor do tipo III vem aumentando e Lages²⁹, relata que os protetores bucais feitos à medida garantem uma boa adaptação de mordida e uma boa estabilidade da ATM para prevenir lesões, confirmando sua importância durante os treinamentos e competições.

Neste estudo, ao comparar atletas que participam de competição com os que não participam, foi notada maior prevalência de DTM no primeiro grupo em relação ao segundo ($p < 0,05$). Newlsome et al³⁰, confirmaram esse resultado ao relatar que independente do evento esportivo ser profissional ou amador, os lutadores apresentam risco de DTM, porém, as partidas profissionais são mais perigosas. De acordo com Shiraniet al^{31,32}, as lesões que acometem os

atletas profissionais são mais severas quando comparadas aos amadores. Portanto, sugere-se que o nível de competitividade de uma partida associado à grande intensidade da luta neste momento seja um fator de predisposição ao surgimento de sinais e sintomas para DTM, conseqüentemente, sendo maior em atletas profissionais do que em atletas amadores.

Diversos autores relatam mais praticantes do sexo masculino em relação ao sexo feminino em esportes de contato como boxe³³⁻³⁵ como foi apresentado neste estudo. No entanto, mesmo o número de atletas do sexo feminino sendo menor nesse estudo e não havendo diferenças estatisticamente significativas ao associar gênero com a presença de DTM ($p = 0,49$), ainda assim, de forma proporcional, a prevalência de DTM foi maior no sexo feminino, corroborando com o que se encontra na literatura³⁶⁻³⁷. Alguns autores explicam essa situação devido aos fatores de risco que acometem as mulheres, como fatores hormonais e emocionais, influenciem de tal forma que, a prevalência de sinais e sintomas para disfunção seja maior no sexo feminino mesmo quando o esporte de contato possui maior população do sexo masculino.

Observando a prevalência de DTM em alguns esportes, Tozobglu&Tozobglu³⁸ relataram 27% em praticantes de futebol, já Jagger et al³⁹ avaliaram 35 mergulhadores autônomos e confirmaram 44% de frequência de dor na região orofacial, sendo 16% desses relacionado à ATM. Ainda entre os praticantes de mergulho, Aldrige&Fenlon⁴⁰ constataram uma prevalência variando em 47,6% exibindo apenas um sintoma e 9,5% exibindo três sintomas, sendo que nesse estudo só foram considerados os pacientes que exibiram sintomas múltiplos. Os indivíduos que apresentavam um ou dois sintomas não foram considerados como sintomáticos para DTM. Portanto, de acordo com a literatura é possível verificar que o boxe apresenta maior prevalência quando comparado a outros esportes, sejam eles de contato ou não, confirmando assim a hipótese alternativa do estudo.

Diante dos resultados encontrados neste estudo, sua relevância pode ser demonstrada pelo baixo custo de execução, praticidade na aplicação dos questionários, utilização de um índice validado cientificamente, contribuindo positivamente para a prática clínica baseada em evidências. Por outro lado, como limitações, podem ser relatados os fatores emocionais despertados nos atletas e a baixa sensibilidade para detecção dos sinais e sintomas da disfunção apresentados pelo IAF.

CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que 51% dos atletas não manifestaram sinais e sintomas para DTM. Houve maior prevalência de sintomatologia na disfunção em sua categoria leve correspondendo a 43,1%, seguido da categoria moderada representando 5,9%. Nenhum atleta apresentou sinais e sintomas para DTM severa. Após a análise dos resultados, pode-se concluir que houve associação entre participação em campeonatos e presença de DTM e que o uso de protetor bucal do tipo III ou feito sob medida, deve ter seu uso incentivado tendo em vista que pode ser um fator de prevenção para DTM.

A literatura mostra-se escassa acerca de estudos que relacionem DTM e boxe. Dessa forma, mais estudos são necessários a fim de estabelecer possíveis relações entre a disfunção e a essa modalidade esportiva, tendo em vista que esse tema sugere novas abordagens preventivas, devendo ser explorado como uma vasta lacuna do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Leeuw R. Dor orofacial: guia de avaliação, diagnóstico e tratamento. 4ª ed. Quintessence Nacional: São Paulo; 2010.
2. Nassif NJ, Al-Salleeh F, Al-Admawi M. The prevalence and treatment needs of symptoms and signs of temporomandibular disorders among young adult males. *J Oral Rehabil.* 2003; 30 (9): 944-50.
3. Pompeu JGF, Ramos MJA, Costa TM, Prado VLG, Santos SM. Disfunção Craniomandibular – Análises de Parâmetros para sua identificação. *J. bras. ortodon. ortop. facial.* 2001; 5 (26): 37-41.
4. Carrara SV, Conti PCR, Barbosa JS. Termo do 1º consenso em disfunção temporomandibular e dor orofacial. *Dental Press J Ortho.* 2010; 15 (3): 114-20.
5. Luther F, Layton S, McDonald F. Orthodontics for treating temporomandibular joint (TMJ) disorders. *Cochrane Database of Systematic Reviews.* 2010; 7: 1-17.
6. Machado MB, Nitsch GS, Pitta NC, Oliveira AS. Tempo de ativação muscular em portadores de disfunção temporomandibular durante a mastigação. *Audiology Communication Research.* 2014; 19 (2): 202-7.
7. Masterson DW. The ancient Greek origins of sports medicine. *Br J Sports Med.* 1976; 10 (4): 196-202.

8. Luther F, Layton S, McDonald F. Orthodontics for treating temporomandibular joint (TMJ) disorders. *Cochrane Database of Systematic Reviews*.2010; 7: 1-17.
9. Unterharnscheidt F. About Boxing. Review of historic and medical aspect. *Tex Rep Biol Med*. 1970; 28(4):421-95.
10. Popó Deputado Federal. Disponível em:<http://www.popo.com.br/?pg=home>. [atualizada em 2017; acesso em 2017 Mar 15].
11. Fu FH, Stones DA. *Sports injuries*.Baltimore: Williams &Willians, 1994.
12. Beltrani Filho CA, Vivácqua Neto I, Navarro MS, Fujiki EN, Valenti VE, Abreu L C et al. Lesões esportivas durante lutas no boxe amador. *Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde*. 2009;35(1):15-18.
13. Shira RB, Alling CC. Traumatic injuries involving the temporomandibular joint articulation. In: Schwarz L, Choyes C (Ed.). *Facial pain and mandibular dysfunction*. Philadelphia: WB Saunders Co; 1968.
14. Valentić-Peruzović M, Jerolimov V. i sur. *Temporomandibularniporemećaji – multidisciplinarnipristup*. I ed. Zagreb: StomatološkifakultetSveučilište u Zagreb uAkademijamedicinskihznanostiHrvatske, 2007.
15. Shi Z, Guo C, Awad M. Hyaluronate for temporomandibular joint disorders. *Cochrane Database of Systematic Reviews*.2002; 1: 1-30.
16. Souza RF, Silva CHL, Nasser M, Fedorowicz Z, Al-Muharragi MA. Interventions for the management of temporomandibular joint osteoarthritis. *Cochrane Database of Systematic Reviews*.2011; 4: 1-56.
17. National Youth Sports Safety Foundation. *Sports dentistry facts: facts from the National Youth Sports Foundation for Safety*. Disponível em: <http://www.qualitydentistry.com/dental/sdentistry/s-dent.html> [2002 Maio 8].
18. Shirani G, Motamedi MHK, Ashuri A, Eshkevari PS. Prevalence and patterns of combat sport related maxillofacial injuries. *J Emerg Trauma Shock*. 2010; 3(4): 314-7.
19. Lages FS, Rivera CP, Araújo DCE, Oliveira DWD. Protetor bucal para esportistas: relato de caso clínico. *Faculdade de Odontologia de Lins/Unimep*. 2014; 24 (2): 32-36.
20. Maeda Y, Kumamoto D, Yagi K, Ikebe K. Effectiveness and fabrication of mouthguards. *Dent Traumatol*. 2009; 25(6):556-64.
21. Fonseca DM, Bonfate G, Valle AL, Freitas SFT. Diagnóstico pela anamnese da disfunção craniomandibular. *RevGaucha Odontol*. 1994; 42: 23-8.
22. Souza JGS, Souza, TCS, Souza, AGS, Soares, LA, Pereira, AR. Traumatismos faciais decorrentes da prática esportiva. *Rev. Bras. Cir. Cabeça Pescoço*, v.42, nº 1, p. 53-57, janeiro / fevereiro / março 2013.

23. Timm KE, Wallach JM, Stone JA, Ryan EJ. Fifteen Years of Amateur Boxing Injuries/Illnesses at the United States Olympic Training Center. *J Athl Train.* 1993; 28 (4):330-334.
24. Cavalcanti AL, Xavier AFC, Dias CHS, Gonzaga AKG, Peixoto LR, Santos FG. Ocorrência de Injúrias Orofaciais em Praticantes de Esportes de Luta. *PesqBrasOdontopedClinIntegr*, 2012, 12(2):223-28, abr./jun.
25. Santiago E, Simões R, Soares D, Pereira JA, Caldas T. Protector Bucal "Custom-Made": Indicações, Confecção e Características Essenciais. *Arquivos de Medicina.* 2008, 22(1), pp. 25-33.
26. Jerolimov V. (2010). Temporomandibular injuries and disorders in sport. *Medical Sciences*, 34 [Em linha]. Disponível em <<http://hrcak.srce.hr/file/78822>>. [Consultado em 20/04/2012].
27. Anacleto F, Schneiders R, Santos J. Uso de protetores bucais nas práticas esportivas. In: XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, Universidade do Vale do Paraíba, 2007.
28. Di Leone CCL, Barros IRCN, Salles AG, Antunes LAA, Antunes LS. O uso do protetor bucal nas artes marciais: consciência e atitude. *RevBrasMed Esporte.* 2014, v. 20, n. 6, p. 451-55.
29. Lages FS, Rivera CP, Araújo DCE, Oliveira DWD. Protetor bucal para esportistas: relato de caso clínico. *Faculdade de Odontologia de Lins / Unimep.* 2014, v. 24, n. 2, p. 32-36.
30. Newsome PR, Tran DC, Cooke MS. The role of the mouthguard in the prevention of sports-related dental injuries: a review. *Int J PaediatrDent* 2001; 11(6):396-404.
31. Shirani G, KalantarMotamedi MH, Ashuri A, Eshkevari PS. Prevalence and patterns of combat sport related maxillofacial injuries. *J Emerg Trauma Shock* 2010; 3(4):314-7.
32. Shirani G, KalantarMotamedi MH, Ashuri A, Eshkevari PS. Prevalence and patterns of combat sport related maxillofacial injuries. *J Emerg Trauma Shock* 2010; 3(4):314-7.
33. McPherson M, Pickett W. Characteristics of martial art injuries in a defined Canadian population: a descriptive epidemiological study. *BMC Public Health* 2010; 30;10:795.
34. Tulunoglu I, Ozbek M. Oral trauma, mouthguard awareness, and use in two contact sports in Turkey. *DentTraumatol* 2006; 22(5):242-6.
35. Oliveira AS, Dias EM, Contato RG, Berzin F. Prevalence study of signs and symptoms of temporomandibular disorder in Brazilian college students. *Brazilian Oral Research*, 2006, v. 20, n. 1.
36. Rocha APF, Nardelli MR, Rodrigues MF. Epidemiologia das desordens temporomandibulares: estudo da prevalência da sintomatologia e sua inter-relação com a idade e o sexo dos pacientes. *Rev Serviço ATM.* 2002, 2:5-9.

37. McPherson M, Pickett W. Characteristics of martial art injuries in a defined Canadian population: a descriptive epidemiological study. *BMC Public Health* 2010; 30; 10: 795.
38. Tozoglu S, Tozoglu U. A one-year review of craniofacial injuries in amateur soccer players. *J Craniofac Surg*. 2006, Sep; 17(5): 825-7.
39. Jagger RG, Shah CA, Weerapperuma ID, Jagger DC. The prevalence of orofacial pain and tooth fracture associated with SCUBA diving. *PrimDentCare*. 2009, APR; 16(2):75 – 8.
40. Aldridge, RD, Fenlon, MR. Prevalence of temporomandibular dysfunction in a group of scuba divers *Br J Sports Med* 2004,38:69–73.

ANEXOS

TABELA 1 - Característica de saúde dos lutadores, tempo de prática de boxe e frequência semanal de treino dos lutadores de boxe de uma academia de referência da cidade de Salvador, Bahia.

Variável	Média	Desvio padrão	Mediana
Idade	20,76	7,92	18
Peso	66,24	14,79	66
Altura	1,69	0,12	1,7
IMC	22,65	3,34	22,13
Tempo de prática	-	-	2,0
Frequência semanal	4,92	1,5	5

IMC = Índice de massa corporal

TABELA 2 - Distribuição dos atletas segundo sexo, escolaridade e dados profissionais de saúde dos lutadores de boxe de uma academia de referência da cidade de Salvador, Bahia.

Variável	N	%
Sexo		
Feminino	10	19,6%
Masculino	41	80,4%
Escolaridade		
Básico	17	34,7%
Médio	26	53,1%
Superior	4	8,2%
Pós-graduação	2	4,1%
Participação em competição		
Sim	25	49%
Não	26	51%
Atua como professor		
Sim	5	9,8%
Não	46	90,2%
Uso de protetor bucal		
Sim	38	74,5%
Não	13	25,5%
Tipo de protetor bucal		
Pré-fabricado	27	71,1%
Sob medida	11	28,9%

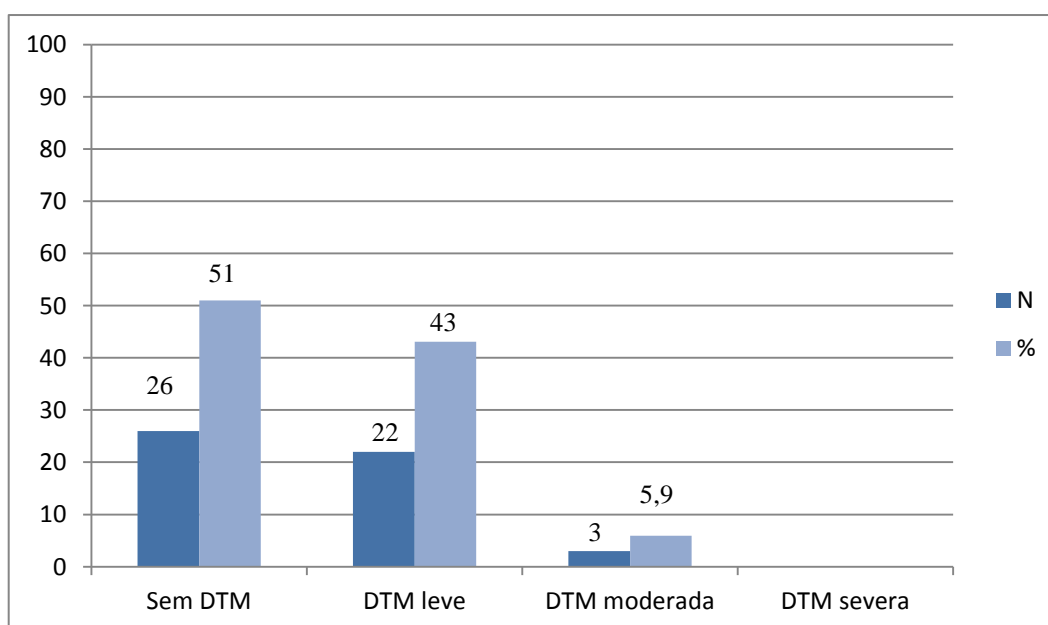
N = número de indivíduos

TABELA 3 - Distribuição segundo a presença de DTMs dos lutadores de boxe de uma academia de referência da cidade de Salvador, Bahia.

Variável	Nº de indivíduos sem DTM	Nº de indivíduos com DTM	p valor
Sexo			
Feminino	4 (40%)	6 (60%)	0,49
Masculino	22 (53,7%)	19 (46,3%)	
Atua como professor			
Sim	4 (80%)	1 (20%)	0,35
Não	22 (47,8%)	24 (52,2%)	
Uso de protetor bucal			
Sim	20 (52,6%)	47,4%	0,68
Não	6 (46,2%)	7 (53,8%)	
Tipo de protetor			
Pré-fabricado	13 (48,1%)	14 (51,9%)	0,38
Sob medida	7 (63,6%)	4 (36,4%)	
Participa de competições			
Sim	9 (36%)	16 (64%)	0,03
Não	17 (65,4%)	9 (34,6%)	

DTM = Disfunção Temporomandibular

Gráfico 1 - Distribuição da população geral quanto ao Índice Anamnésico de Fonseca dos lutadores de boxe de uma academia de referência da cidade de Salvador, Bahia.



OS PRINCIPAIS IMPACTOS NO PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NOS HOSPITAIS GERAL DE CAMAÇARI E ERNESTO SIMÕES FILHO APÓS A MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA

Liana Almeida de Arantes*
Beatriz Silva**

RESUMO

O atual trabalho vem apontar os impactos na atuação cotidiana dos assistentes sociais de um Hospital Geral após a municipalização da saúde pública, tendo em vista à conjuntura política, econômica e social do Brasil. A descentralização do Sistema Único acarretou várias mudanças nesse âmbito já que o mecanismo de saúde central eram os hospitais gerais, os quais concentravam a prática da promoção, proteção e recuperação da saúde. Os impactos devem ser analisados de forma bem ampliada, sendo ela mais geral e sobre vários pontos de vista, já que seus rebatimentos são mundiais, ao que se observa a municipalização foi um avanço no SUS, mas ainda está caminhando, bem como as ações do profissional da assistência nos hospitais de grande e médio porte, ações estas que passam por uma necessidade de ser reavaliada e reafirmada a todo momento. Aliamos a este cenário o campo empírico do HGC- Hospital Geral de Camaçari e do HGESF- Hospital Geral Ernesto Simões Filho, onde as autoras desenvolvem pesquisas.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde. Municipalização. Processo de Trabalho.

ABSTRACT

The present work shows the impacts on the day-to-day work of social workers of the one General Hospital after the municipalization of public health, considering the political, economic and social conjuncture of Brazil. The decentralization of the Single System brought about several changes in this area since the central health mechanism was the general hospitals, which concentrated the practice of the promotion, protection and recovery of health. The impacts should be analyzed in a very broad way, being more general and from several points of view, since its repercussions are worldwide, to what is observed the municipalization was an advance in the SUS, but is still going, as well as the actions of the Professional care in large and medium-sized hospitals, which are subject to a need to be reassessed and reaffirmed at all times. We associate this scenario with the empirical field of HGC and HGESF, where the authors developed research.

Keywords: Health System. Municipalization. Work Process.

* Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL. Especialista em Administração Hospitalar, Universidade Federal da Bahia - UFBA. Especialista em Terapia Comunitária, SEDES, Mestre em Gestão Social, Escola de Administração da UFBA. Atualmente desenvolve atividades na Escola do SINASE da FUNDAC – Fundação da criança e do adolescente, e no Hospital Ernesto Simões Filho, como Assistente Social. E-mail: lianarantes@yahoo.com.br.

** Graduada em Serviço Social pela Unime Salvador. Pós-graduada em Serviço Social em práticas contemporâneas em Saúde, pela UNIJORGE. Graduada em Direito, pela Universo. E-mail: beatrizs08@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O sistema único de saúde do Brasil é instituído pela lei 8.080 e 8.142 de 1990, as diretrizes desse sistema foram construídas pela iniciativa Estatal e participação da sociedade civil organizada, incentivado por mobilizações sociais, chamada de Reforma Sanitária como respostas às necessidades da população, que se fez necessária pelo aumento exorbitante de acidentes de trabalho na conjuntura de industrialização e surtos pela urbanização do país. Na maioria das vezes esse sistema é gerido pelo Estado, terceirizado em alguns serviços para a iniciativa privada, em formas de licitações.

Desde a sua criação o SUS já passou por inúmeras modificações a partir de análise de resultados e alterações no cotidiano, tendo em vista o constante *dever*, adequando-se ao contexto social, político e econômico, sempre privando os princípios e diretrizes essenciais contidas na lei; e a cada iniciativa tenta-se ampliar a garantia de direitos, não obstante a ampliação da equipe de saúde e humanização do sistema.

A temática que iremos abordar perpassa pela iniciativa a partir de 2001 com os esforços da sociedade civil e estatais para a criação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), com a ideia de aproximar os profissionais de saúde à população, descentralizando cada vez mais o poder de gestão dos recursos, serviços e das instituições de saúde, dividindo a questão saúde entre a esfera municipal, estadual e federal.

Assim como o *dever* do cotidiano, as políticas, ações, planos e projetos que gestam a vida em sociedade necessitam de melhorias contínuas, e, para isso, que hoje a política do SUS conta com equipamentos e instituições de participação social e educação continuada fazendo com que as atividades desenvolvidas e serviços prestados não fiquem atrasados e ineficazes.

Os profissionais de serviço social, em sua maioria, tem a consciência dessa necessidade de mudança e educação continuada, sendo a essência da profissão, contido em seu projeto ético-político, nos parâmetros de atuação do serviço social na área da saúde, dentre outros conteúdos bibliográficos da profissão visando uma melhor atuação e compreensão dos espaços sócio-ocupacionais, para que executem suas atividades de forma ética, justa e efetiva, buscando sempre a transformação societária na qual acreditam, e se abstendo cada vez mais da atuação assistencialista incentivada por desconhecedores da finalidade da profissão.

A realidade a ser observada é de dois hospitais públicos, de grande porte, geridos pelo estado da Bahia, compostos por pessoas diferentes e com subjetividades próprias, o que ambos tem em comum é o trabalho na área de saúde, ratifica-se assim a complexidade da pesquisa.

2 O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E A MUNICIPALIZAÇÃO

Desde Getulio Vargas se propôs a construção dessa política, várias questões foram abordadas em vários momentos do século XX para efetivação do direito universal a saúde. Sabendo da conjuntura social, política e econômica, mesmo com avanços como a construção da CLT (consolidação das leis trabalhistas) por Getúlio, a realidade era de surto industrial, mecanização, profissionalização da força de trabalho, crise econômica, ditadura militar, milagre econômico, desemprego, desgaste da força de trabalho como assevera Bravo.

A assistência à saúde dos trabalhadores, com a industrialização nos países centrais, foi sendo assumida pelo Estado, aliada ao nascimento da medicina social na Alemanha, França e Inglaterra. A conquista de alguns direitos sociais pelas classes trabalhadoras foi mediada pela interferência estatal, no seu papel de manutenção da ordem social capitalista e de mediação das relações entre as classes sociais. No século XX, esta interferência será aprofundada com a elaboração de políticas para o setor e o surgimento de diversas propostas. (BRAVO, Maria Inês; 2001).

Logo, foi necessária a criação de alguns mecanismos e locais para cuidado, controle e formação da população, como o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social), Ministérios, Sistemas S's (Serviço Social do Comércio, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, etc), que refracionalizava ou cuidava dos funcionários e familiares para funcionar e produzir dentro do Sistema Capitalista. E, assim, o investimento na área da saúde se deu como sempre foi na história da sociedade,

Suponhamos que nos domínios do rei existam 9 milhões de pessoas, das quais 360.000 morram a cada ano, e dos quais nasçam 440.000. E suponhamos que, pelo avanço da arte da Medicina, morra uma quarta parte a menos. Então o rei ganhará e poupará 200.000 súditos por ano que, avaliados a 20 libras por cabeça, o mais baixo preço de escravos, significará 4 milhões de lucro para a Coroa. Considero que pela ampla e profunda busca no estado natural dos animais pela anatomia e em seu estado depravado e viciado pelas observações comparativas e contrastadas em hospitais, pode ser que em 10 anos avance a arte da medicina como dito acima. Desta forma, não é do interesse do Estado deixar os Médicos e Pacientes (como agora) a seus próprios cuidados. (BRAGA; PAULA apud Rosa G., 1974).

Essas iniciativas sempre acabavam sucateadas pela precarização dos produtos e serviços que o sistema capitalista sempre causa ao longo da sua produção, a partir do momento que esse circuito não gera lucro, os empresários abrem mão das parcerias com o Estado, em paralelo as

lutas são desencadeadas por grupos que queriam legitimar o Sistema Único de Saúde, em seus princípios, gestão e planejamento; que, paulatinamente, foi criando força e alcançando a legitimação e participação social desejada, representada pela Reforma Sanitária ou Sanitarista em contraposição com Projeto de Saúde vinculada ao Mercado ou Privatista, que culminou na criação do Tripé da Seguridade Social pela promulgação da Constituição Federal de 1988, a Saúde, Previdência e Assistência Social foram apresentadas como direitos sociais contidos num sistema de proteção social.

Dessa forma não só o Assistente Social, mas vários profissionais de saúde passaram a participar de forma mais efetiva na viabilização e garantia de direitos, agora com um âmbito e ações mais definidas e técnicas, amparadas em lei, já que houve aprimoramentos técnicos, éticos, políticos, operativos, teórico e metodológico, por parte das próprias categorias profissionais e pelo Estado.

Contudo ainda havia um descontentamento dos resultados no atendimento, dos assistentes sociais, por alguns grupos da categoria, então construíram Documentos de Araxá, Teresópolis, entre outros; realizaram Encontros de Profissionais e Congressos que proporcionaram uma legitimação e tecnificação da profissão.

Pode-se datar um período histórico da saúde em que se estruturou a proposta de se municipalizar e descentralizar os serviços do SUS, visando uma prática aproximada da população, pretendendo atingir de forma mais eficiente a promoção e prevenção da saúde.

A saúde da família foi estruturada pelo Ministério da saúde a partir de 1994, por meio do PSF. Busca a integração entre as ações preventivas e curativas para cada seiscentas a mil famílias em territórios definidos, contando com o trabalho de equipes constituídas, basicamente, por médico, enfermeira, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde(ACS).[...] (PAIM, jairnilson;2009).

Jairnilson Paim aponta que “A Política Nacional de Atenção Básica- PNAB, formalizada em 2006, propõe que o PSF seja utilizado como estratégia para a reorganização da atenção básica.[...]”, assim sendo o modo como a Atenção básica foi moldada apresenta uma maior assistência à população através da análise da cobertura populacional, tendo sua equipe multiprofissional, atuando com multidisciplinaridade e humanização, política essa que acompanha as diretrizes do SUS.

No entanto, o questionamento que fica a partir da leitura da PNAB é: Como fica a atuação da média e alta complexidade com toda essa modificação na sua atuação, depois de ter todo o processo de saúde do paciente na mão ficaram só com a recuperação, como se concentrar só na recuperação se o sujeito é um todo, o sistema de informação do SUS ficará sempre atualizado com todo prontuário do paciente, todos os profissionais vão ter acesso ao histórico do paciente.

O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL GERAL DE CAMAÇARI E NO HOSPITAL ERNESTO SIMÕES FILHO

O tema processo de trabalho gera discussões dentro do âmbito das ciências sociais, tendo em vista o conflito capital x trabalho, observando o trabalho como forma de produção da mais valia pelos donos do meio de produção, ou seja, o lucro.

A condição de trabalhador assalariado não só enquadra o Assistente Social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira. Essas relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. (CAMARGO, 2010).

O aspecto mais importante para observamos é que o profissional da assistência que está inserido no campo empírico do atual trabalho, passa por todas as precarizações, desregulamentações e flexibilizações do trabalho assalariado, vende a sua força de trabalho em troca de um salário estando inserido no ambiente socioinstitucional.

Os Hospitais, campos empíricos desse artigo, foram inaugurados, em períodos distintos, o HGC- Hospital Geral de Camaçari, no dia 18 de agosto de 1988, pelo governador Waldir Pires e o Secretário de Saúde Luiz Umberto Ferraz Pinheiro. Sendo uma unidade médico-hospitalar, em nível estadual, vinculada à SESAB (Secretaria do Estado da Bahia) e pertencente a 1ª Dires (Diretoria Regional de Saúde), uma instituição pública, rede própria do SUS (Sistema Único de Saúde), atuando na prestação de serviços da saúde integral a toda população. O Hospital Geral está localizado na região metropolitana de Salvador, em Camaçari.

O HGESF- Hospital Geral Ernesto Simões Filho é um hospital de assistência de médio porte, que tem por objetivo prestar assistência médico-hospitalar, em nível de emergência,

ambulatorial e de internamento à população. Localizado na Praça Conselheiro João Alfredo s/n, no bairro do Pau Miúdo nesse município. Tendo como missão atender de forma universal e incondicional oferecendo serviços gratuitos, com base nos princípios do Sistema Único de Saúde – SUS. Foi fundado no dia 28 de outubro de 1982, e reinaugurado no ano de 2016 após reforma estrutural. Localiza-se na região metropolitana de Salvador, no bairro do Pau Miúdo.

O HGC

O Hospital foi a primeira instituição da região metropolitana a receber o título de “Hospital Amigo da Criança” concedido em 1996 pelo Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescência (UNICEF/Brasil) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), por se tratar de um centro de referência em incentivo ao aleitamento materno. Ressaltando-se também o Programa de Qualidade com o foco em Controle de Infecção Hospitalar, obedecendo à portaria estadual nº 1.083/2001.

O Hospital Geral, hoje, é considerado pelo organograma funcional e assistencial da SESAB como uma unidade de assistência de médio porte, que visa o pronto atendimento em emergência pediátrica e adulta, obstetrícia, ambulatório e de tratamento intra-hospital com internamento, tido como um hospital de referência da região.

O Serviço Social origina-se um pouco depois da inauguração do hospital, com um quadro pequeno de assistentes sociais (quatro componentes) que se dividiam entre as alas/enfermarias (clínica obstétrica, emergência adulta e pediátrica), a rotina de trabalho dentro desse âmbito sempre apresentou demandas ao Serviço Social.

As profissionais de serviço social, inicialmente foram capacitadas pelo Estado para implantação do Serviço Social na unidade e para desenvolver as atividades nessa área, pois, a organização do SUS ainda caminhava lentamente e o aprimoramento dos profissionais na política de saúde era necessário, e assim que passaram no concurso, fizeram visitas a outros Hospitais para conhecer os trabalhos desenvolvidos pelos demais profissionais.

O suporte foi grande para a implementação dos profissionais da assistência, bem como de outras áreas, participaram de palestras, criaram um projeto de implantação e após esse

processo continuaram a familiarização, especialização e aprimoramento, inovando projetos e ações junto aos pacientes.

Inicialmente, trabalhavam num regime de 12 horas, em escala de SD (serviço diurno), uma plantonista por dia, com dois dias fixos e um dia de rodízio, tendo assim um acompanhamento e um trabalho mais contínuo dentro desses espaços, situação que era bem vista pelas profissionais.

No entanto, acompanhando as modificações sociais e políticas ocorridas na década passada, com a promulgação da Constituição e criação de novos parâmetros de atuação do SUS, como a municipalização de algumas ações que compreendem a gestão, a prevenção tornou-se função do município, retirando a centralidade das ações ambulatoriais e colocando o foco nos internamentos, investindo assim nos procedimentos cirúrgicos.

A oferta de novos serviços incentivou a inauguração de novas alas, apontando para uma nova atuação do assistente social na área da saúde, resultando na contratação de mais assistentes sociais, assim como outros profissionais; bem como a modificação das rotinas de trabalho.

O serviço social do Hospital Geral tem duas salas para o setor, sendo uma para setor de emergência e UTI e a outra para as demais clínicas (médica, pediátrica, cirúrgica, obstétrica, ortopédica).

O quadro de assistentes sociais é composto por 16 (dezesesseis) assistenciais, no entanto, 15 (quinze) delas são concursadas pelo Estado e uma pela prefeitura, a maioria atende o regime de 30h semanais, as mais antigas ainda estão no regime de trabalho de 40h semanais. As assistentes sociais trabalham em regime de plantão 24h e durante o dia, dois profissionais se revezam na emergência e nas demais clínicas junto a dois auxiliares administrativos fixos para o setor; duas estagiárias, em média por dia.



Fonte: Google.com.br

O HGESF

Segundo consta em seu histórico, o HGESF, inicialmente era um Hospital de Urgência e Emergência, em 1988 a instituição foi reformada pela primeira vez e transformou-se em Hospital Pediátrico. Portanto, foi em 1991 que a instituição voltou a prestar atendimento público de saúde a toda população, tornando-se conhecido como HGESF (Hospital Geral de Urgência e Emergência), e tendo como seu público alvo a comunidade local e bairros adjacentes (HGESF, 2013).

No que diz respeito, ao perfil dos pacientes em sua maioria são adultos e idosos de classe baixa e média residentes em Salvador, Região Metropolitana e interior do Estado da Bahia, salientando que há uma diversidade significativa nas pessoas atendidas nesta Instituição (gênero, raça, religião, orientação sexual etc.). As demandas atendidas são diversas, inclusive muitos dos pacientes chegam ao hospital através da regulação, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), e quase sempre acompanhados por familiares. Isto aponta para o despreparo das cidades do interior do Estado que não se equipam para o atendimento, assoberbando as unidades da capital.

A instituição disponibiliza 175 leitos inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), atendendo diversas especialidades, tendo como valores: a valorização humanista, a ética profissional, a acessibilidade, a responsabilidade social, a qualificação científica e suporte tecnológico (HGESF, 2013).

Atualmente a unidade dispõe de 10 assistentes sociais, todas concursadas, uma coordenadora e duas auxiliares administrativas de nível médio. O setor possui três salas: uma na Emergência e duas salas próximas às clínicas, sendo uma para atendimento e outra para a coordenação. O setor funciona, em regime de plantão, 24 horas por dia, com revezamento dos profissionais. As áreas de abordagem são clínica médica, clínica ortopédica, clínica cirúrgica, e emergência que se subdivide em Sala Vermelha, sala amarela, sala verde e sala de medicação, de acordo com os critérios da classificação de risco.



Fonte: Google.com.br

3 OS IMPACTOS DA MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE NO PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

A ideia de municipalização no Brasil veio acompanhando toda uma fragmentação dos direitos, como a construção das políticas específicas para mulheres, crianças e pessoas com deficiência; e a descentralização do poder do Estado, acompanhado por planos, estratégias e reorganização da gestão, inclusive no acesso aos recursos da saúde, temos como referência a política nacional de atenção básica.

Para o assistente social dos hospitais de médio e grande porte se observa uma redução das demandas aparentemente, pois houve uma ampliação dos campos de trabalho, com a Portaria nº 2.488, onde fica estabelecido a estratégia de saúde da família (ESF) e o programa de agentes comunitários de saúde (PACS) como também, representa um ganho no acesso e promoção da saúde, contudo, ainda se tem caminhos a percorrer no que tange a integralidade, humanização, eficiência e o trabalho em redes, situações que ainda deixam a desejar.

A rotina de trabalho do assistente social, em ambos os hospitais tem seu alicerce no preenchimento do controle de pacientes internados, para posterior acompanhamento; a verificação de todos os prontuários, para realizar a evolução social e verificar os procedimentos que foram e os que serão realizados; o preenchimento da ficha social de todos os pacientes internados, ou seja, que estejam com a Autorização de Internação Hospitalar - AIH, dando prioridade às crianças e adolescentes e idosos; e, ao final do processo do trabalho repassar todos os procedimentos realizados, como também situações ocorridas, que julgar necessária, para o Livro Ata da devida ala/enfermaria, de acordo com os parâmetros de atuação do serviço social na saúde deliberada pelas entidades da categoria profissional e estabelecidos pelo SUS e seus respectivos gestores hospitalares.

Há algumas situações que ocorrem com maior frequência em uma enfermaria do que na outra, mas não deixa de ser necessário o conhecimento e aprendizagem da resolução geral dos casos.

A atuação do assistente social tanto do HGC, quanto do HGESF é baseada em dois aparatos legais, os Parâmetros de Atuação dos assistentes sociais na área da saúde e o Protocolo de Atendimento na Urgência e Emergência, ambos construídos pelas instituições representantes da categoria e por deliberações especiais do diretor do hospital.

Diante deste contexto, outros expedientes como os movimentos sociais, inclusive da categoria profissional, devem ser novamente pensados e redimensionados de maneira a tornarem-se alternativas para um trabalho de base, de mobilização, de educação, de organização popular em contraposição à naturalização do discurso neoliberal. (CAMARGO, 2010).

Em especial um dos parâmetros de atuação da política nacional de atenção básica para seu corpo profissional, que perpassa pela maior aproximação e conhecimento do seu público alvo, da forma que pretende agrupar e concentrar a população de determinado bairro, aproxima-se de uma as anteriores atividades e objetivos também da atual saúde pública de alta e média complexidade.

A rede de atenção à saúde (RAS) criada pelo Estado serve para integralizar os serviços de saúde promovidos pelo SUS de forma a facilitar o acesso dos usuários ao serviço que devem ser articulados com a atenção básica e a média e alta complexidade, no entanto, a falta de recursos, mecanismos e tecnologias torna isso inviável.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

O atual trabalho consiste numa pesquisa exploratória, que de acordo com Antonio Gil, compreenderá uma etapa de construção da teoria a partir de observação e vivência juntamente com o acervo bibliográfico existente; utilizando como método o materialismo dialético, analisando o ponto de vista do serviço social sobre o que foi a municipalização da saúde no Hospital Geral de Camaçari e no Ernesto Simões Filho.

Como mencionado acima trata-se em princípio de uma pesquisa exploratória que tem como finalidade se familiarizar com a realidade do tema a ser estudado, deste modo possibilitando a concepção de teses ou tornando-os mais claros. O investigador, no decorrer da pesquisa pode utilizar dados bibliográficos e entrevistas com indivíduos que tiveram algum tipo de experiência com o tema.

Assim, com a pouca documentação específica do tema no nível local e global, foram feitas algumas adequações ao conteúdo, utilizado assim artigos escritos por profissionais de outras formações, apresentando um caráter multidisciplinar e teve a sua fundamentação bibliográfica ampla com autores já utilizados cotidianamente sobre saúde e o sistema público.

As entrevistas foram realizadas de forma aberta, construindo com os entrevistados todo o caminho feito pelo serviço social desde a sua implementação nos hospitais HGC e HGESF utilizando a observação sensível como técnica do serviço social, os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais do setor.

Na coleta de dados foram aplicados questionários de investigação com Assistentes Sociais, que atuam no HGC e HGESF, tendo como a finalidade de conhecer o perfil social e o ponto de vista de cada uma sobre: a atuação, limites, possibilidades, nos hospitais. Vale ressaltar, que nesta entrevista ficou garantido o anonimato dos entrevistados, sendo utilizados nomes fictícios.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em suma, este trabalho tem a finalidade de apontar os principais impactos no cotidiano profissional, com ênfase nas atividades desempenhadas pelos assistentes sociais no decorrer dos anos, apresentando as duas faces da municipalização da saúde, tendo em vista todo o processo de avanço na saúde pública e construção de uma política mais acessível e igualitária, no HGC e no HGESF.

No processo de trabalho do assistente social em Hospitais Gerais de médio e grande porte vê-se uma falha na construção de saídas para o atendimento da urgência e emergência após a municipalização da saúde, apesar de existir como aparato legal, os Parâmetros de Atuação do assistente social na saúde e o Protocolo de Atendimento de Urgência e Emergência, criados ambos pelo conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social), sendo em sua maioria ações imediatistas.

O que pode trazer modificações nessa realidade são as novas atuações dos profissionais de saúde, com iniciativas integralizadas e em equipe, a atual rede de atendimento do SUS, delimitando as unidades dos bairros como porta de entrada para devido acesso, dando prioridade à atenção básica e a criação de políticas de promoção à saúde, com mecanismos novos criados para agilizar e tornar o serviço de saúde mais eficiente, contudo se faz necessário que os recursos sejam bem geridos, de forma impessoal e justa.

A discrepância entre as realidades geograficamente e popularmente de Salvador onde se localiza o HGESF e Camaçari onde se encontra o HGC, não deixa espaços para comparações e igualdades no tratamento do paciente e acessibilidade aos serviços de saúde, ao tratarmos das especificações regionais, o HGESF está mais desenvolvido que o HGC.

Assim sobre a realização da entrevista com os profissionais, quando questionados sobre a importância da atuação do profissional de Serviço Social na instituição, afirmaram:

“O Serviço Social é um expressivo canal para a viabilização e facilitação de demandas pertinentes aos direitos e deveres dos seus usuários” (Lírio, 2016).

“Viabiliza os meios da assistência buscando garantir os direitos respaldados na lei. E dar maior resolutividade nas demandas apresentadas pertinentes ao Serviço Social” (Violeta, 2016).

“Em virtude do Assistente Social ser um profissional de garantia de direito, é necessário que tenha na instituição” (Margarida, 2016).

É fundamental ressaltar que os limites e possibilidades existem em todas as áreas de atuação do Serviço Social, no entanto, na área da saúde não é diferente. Diante disto, foi perguntado as assistentes sociais quais os limites e possibilidades em sua atuação no HGC e HGESF.

Quanto aos Limites responderam:

“Falta de espaço físico para garantia de sigilos nos momentos de atendimento, ampliação do quadro de assistentes sociais da unidade, o desconhecimento de outras categorias profissionais da nossa prática” (Girassol, 2016).

“Limites, muitos. Em função desta tentativa administrativa de impor serviços não competentes aos assistentes sociais; as pessoas tendem ao usar o serviço social para resolver os problemas daqui” (Margarida, 2016).

“Limitações de ordem técnicas, ausência de treinamento e reciclagens, falta de estrutura física adequada e falta de continuidade das ações” (Lírio, 2016).

Com base nas falas das assistentes sociais pode-se verificar como limites principais a falta de estrutura física para atendimentos, a necessidade de ampliação do quadro das assistentes sociais, o desconhecimento das outras categorias sobre a atuação do Serviço Social, ausência de treinamento e reciclagens e a falta de continuidade das ações.

E no que se refere às possibilidades da atuação na instituição, as profissionais afirmaram:

“Um canal para viabilizar direitos” (Lírio, 2016).

“Muitos, tendo consciência dos seus limites, você abre caminhos através de redes e contatos, com base em legislações e tentando quebrar os paradigmas que surgem” (Margarida, 2016).

“Acesso direto a pacientes e familiares e a garantia do sigilo permite que a atuação flua de forma positiva e proveitosa” (Rosa, 2016).

Pode-se observar durante as entrevistas que as possibilidades de atuação do profissional de Serviço Social na saúde devem ter como base as doutrinas do SUS para a efetivação da promoção à saúde com foco na universalidade, visando garantir a todos os cidadãos brasileiros independente de raça, religião, cor, classe social, entre outros o atendimento integral a saúde de acordo com a realidade e a necessidade de cada indivíduo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se observa na organização e gerenciamento das ações na saúde pública é que, talvez, um trabalho maior da gestão nessa política faria a diferença no processo de planejamento e orçamento; e que não podem passar despercebidos os escândalos públicos de orçamentos, os quais não fecham, recursos que não chegam, falta de acesso aos serviços e gastos desnecessários, não só na esfera municipal, mas em todas elas, como é possível ser observada no cotidiano da nossa sociedade.

Na atualidade já se vê uma mobilização social que pode e deve ser utilizada para melhoria da situação da saúde, observam-se algumas iniciativas públicas como a ouvidoria, o portal da transparência, a construção de cartilhas, como a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) promovendo o acesso à informação.

No entanto não é invisível aos olhos os problemas e crises que enfrentamos por causa do nosso sistema econômico, o qual influencia toda estrutura e superestrutura da sociedade, proporcionando um ciclo de crise interminável de escassez de recursos e desemprego, incentivando uma ideologia egoísta, excludente e injusta; crise constante da qual nos estudos não se vê solução em curto prazo.

O trabalho desenvolvido pelo serviço social, como o dos demais profissionais precisa ser integralizado, de forma a priorizar o bem estar do paciente, ultrapassando os limites de recursos, pois o que já observamos é o desgaste do debate, passam-se anos desenvolvendo

pesquisas e construindo sistemas para aproximar o sujeito e os serviços de saúde, mas por vezes devido aos profissionais e funcionários públicos não funcionam.

Na prática profissional do assistente social, apesar de ter meios legislativos, como o Código de Ética da Profissão, ainda há muitos paradigmas a serem quebrados como, por exemplo, as demandas que não são de suas competências profissionais e são impostas pela instituição.

Enfim, mecanismos de transparência e os instrumentos de controle sociais existem para ser ocupados, como conselhos de saúde, Ministério Público, ouvidorias, entre outros; os cidadãos precisam tomar consciência do seu papel político, mobilizador e se aproximar das instituições a qual pertencem à classe trabalhadora para unificar a causa, afinal todos um dia precisaram, precisam ou precisarão dos serviços de saúde

REFERÊNCIAS

BRAGA, J. C. de S.; PAULA, S. G. de. **Saúde e Previdência – Estudos de política social**. São Paulo, CEBES/HUCITEC, 1987.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.110 p.

BRAVO, Maria Inês. Política de Saúde no Brasil. 2001

Disponível em:

<http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/Politica_de_Saude_no_Brasil_Ines_Bravo.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2017.

CAMARGO, Karen R. **Os Processos de Trabalho do Serviço Social em um Desenho Contemporâneo**. Revista EGP, v. 1. Porto Alegre, 2010

Disponível em

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sma/revista_EGP/Os_processos_de_trabalho_do_Servico_Social_KarenCamargo.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2017.

PAIM, Jairnilson Silva. **O QUE É SUS**. – Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2009.

RESISTÊNCIA BACTERIANA À QUINOLONAS NA INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO

BACTERIAL RESISTANCE TO QUINOLONES IN URINARY TRACT INFECTION

Aísla Mércia Lázaro de Oliveira *

Taís de Sousa Sá Teles **

Thassila Nogueira Pitanga *** ♦

RESUMO

A infecção do trato urinária (ITU) é comum em todos os continentes, com elevada prevalência. O uso indiscriminado de antimicrobianos contribui para o aumento da resistência ao tratamento. O presente trabalho tem como objetivo avaliar o perfil de resistência bacteriana, a farmacocinética e farmacodinâmica da ciprofloxacina e norfloxacina, medicamentos utilizados no tratamento da ITU. O principal agente etiológico dessa patologia é a *Escherichia coli* (*E. coli*). O uso desordenado desses antibióticos está contribuindo para a geração de cepas resistentes ao tratamento. Ambas as quinolonas utilizadas são eficazes, contudo a norfloxacina possui maior ação antimicrobiana.

Palavras-chave: ITU. Resistência bacteriana. Quinolonas. *Escherichia coli*.

ABSTRACT

Urinary tract infection (UTI) is a very common on all continents pathology and has high prevalence. The study objective evaluation profile of resistance antimicrobial, the action and absorption mechanisms of ciprofloxacina and norfloxacina, medicines very used in the treatment of this infection type. It was concluded a high incidence infection of *Escherichia coli* (*E.coli*), And the factor resistance has as one of its causes, the indiscriminate use of antibiotics. Both quinolones used are effective, however norfloxacina has a broader spectrum for bacteria and sites of action

Keywords: UTI. Bacterial resistance. Quinolones. *Escherichia coli* (*E. coli*).

INTRODUÇÃO

A infecção do trato urinário (ITU) afeta várias pessoas de diferentes idades, em todo o mundo. A estimativa é que 150 milhões de pessoas são diagnosticadas com infecção

* Graduanda em Biomedicina, Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: aislamercia@gmail.com

** Graduanda em Biomedicina, UCSAL. E-mail: tayssatelles@gmail.com

*** Professora e pesquisadora do curso de Biomedicina, UCSAL. Graduada em Farmácia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: thassila.pitanga@ucsal.br.

♦ *Correspondência para:* Thassila Nogueira Pitanga, Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituacu, Salvador - BA, 41740-090, tel.71- 3206-7870.

urinária por ano no mundo (FASUGBA et al, 2016). Fatores como raça, genética, sexo, idade, enurese noturna e atividade sexual, contribuem para a maior suscetibilidade à ITU (MAHMOUD et al., 2016; YILMAZ et al., 2016). A ITU pode se estabelecer quando há microrganismos que não são naturais dos tecidos urinários, e corresponde ao segundo tipo de infecção bacteriana mais comum, atrás apenas das infecções do trato respiratório (GUERRA et al., 2012).

Os principais agentes causadores das infecções urinárias são as bactérias gram-negativas, responsáveis por cerca de 80 a 85% das infecções (MAHMOUD et al, 2016). Os agentes causadores da infecção urinária são as bactérias gram-negativas como as da família Enterobacteriaceae, a *Escherichia coli*, a *Klebsiella pneumoniae* e a *Proteus mirabili* e das espécies gram-positivas são os *Staphylococcus spp.* e *Streptococcus spp* (REIS et al, 2016). O tratamento geralmente é feito com fluoroquinolonas, especialmente norfloxacin, pois possui boa eficácia contra os patógenos do trato urinário, e ciprofloxacina, pelo fato de estar disponível para ser preparado e administrado por via oral e intravenoso (FASUGBA et al., 2016).

Apesar das infecções do sistema urinário apresentar normalmente boa resposta ao tratamento com antibióticos, o uso indiscriminado destes tem levado ao aumento da resistência bacteriana, o que tem resultado numa maior incidência de infecções provocadas por bactérias resistentes, tornando difícil a escolha do tratamento ideal (MAHMOUD et al., 2016). Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma breve revisão abordando a utilização da norfloxacin e ciprofloxacina na ITU, e os mecanismos de resistência bacteriana frente a esses fármacos. Assim teremos uma gama de infecções que não poderão ser tratadas e a estimativa de morte por essa causa poderá alcançar índices elevados.

RESISTÊNCIA BACTERIANA NA INFECÇÃO URINÁRIA

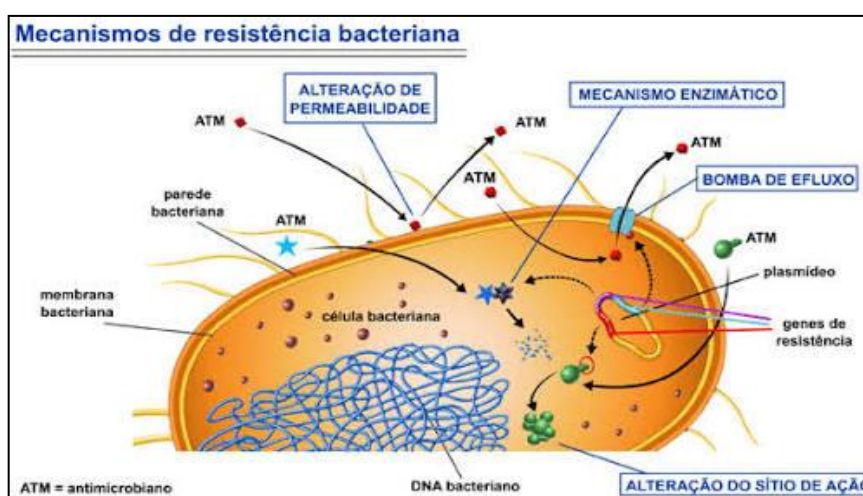
Essa patologia possui altos índices de prevalência em mulheres, na oscilação do pH que favorece a colonização de alguns tipos de bactérias como as enterobacteriaceae. Sabe-se que o principal agente etiológico é a *E. coli*, contudo outras espécies possuem papel significativo no desenvolvimento da patologia, entre elas *Proteus spp*, *Staphylococcus spp*, *Enterococcus spp*, *Klebsiella*, *Pseudomonasaeruginosa* (YILMAZ et al., 2016). Existem diversos mecanismos através dos quais as bactérias adquirem resistência. Dessa forma é importante ter conhecimento sobre taxa de susceptibilidade, padrão e frequência do tipo de

resistência para facilitar a escolha ideal da terapia antimicrobiana e o seu período de duração para o tratamento do paciente. (CUNHA et al., 2016)

Os mecanismos de resistência são estratégias que as bactérias desenvolvem para evitar a ação dos antimicrobianos. Estes precisam ter a capacidade de ultrapassar a membrana celular, alcançar os alvos moleculares intracelulares, desencadear a morte da bactéria ao interagir com uma molécula alvo, evitar a ação das bombas de efluxo bem como a inativação por enzimas capazes de modificar o fármaco dentro ou fora da célula (FASUGBA et al., 2016).

A resistência ao antimicrobiano pode ocorrer de forma intrínseca ou uma capacidade adquirida da bactéria. Essa resistência se dá com a alteração do DNA bacteriano; através da introdução de um DNA estranho (genes de resistência), que são transferidos entre gêneros ou espécies diferentes de bactérias, ou por indução de mutação no DNA nativo. Os principais mecanismos de resistência são a alteração da permeabilidade, alteração do sítio de ação do antimicrobiano, a bomba de efluxo de drogas, e mecanismos enzimáticos (Figura 1). (MARTINS et al., 2016; ALDRED et al., 2014).

Figura 1: Representação do mecanismo de resistência das bactérias.



Fonte: <http://www.anvisa.gov.br> (2008)

O uso indiscriminado de antimicrobianos e a automedicação conferem uma enorme pressão seletiva para a manutenção e resistência bacteriana. Torna-se essencial aliar a indicação médica adequada ao uso racional do medicamento a fim de reduzir as taxas dessa resistência crescente aos antimicrobianos (MAHMOUD et al., 2016; FASUGBA et al., 2016; YILMAZ et al., 2016).

CIPROFLOXACINA

Os antibióticos são compostos inalterados ou sintéticos capazes de impedir o desenvolvimento microbiano ou ocasionar a morte de bactérias ou fungos. Os quinolonas são antimicrobianos que tiveram maior evolução nos últimos anos (REIS et al., 2016). A primeira geração desses fármacos - ácido nalidíxico, cinoxacina e ácido oxolínico – é representada por antimicrobianos de baixo espectro de ação e, portanto, com baixa resolução no tratamento da ITU. Com a adição do átomo de flúor, surgiram as fluoroquinolonas, antibióticos mais eficazes, com maior espectro de ação e melhor eficácia, representados principalmente pelos fármacos norfloxacinina e ciprofloxacina (KOCSIS et al., 2016).

A ciprofloxacina pertence à segunda geração das quinolonas. O átomo de flúor possui ação contra bactérias Gram negativas e espécies positivas tais como estafilococos. O anel de piperazina apresenta atividade mais extensa contra bactérias Gram negativas aeróbias e *P. aeruginosa* (BRUGUEIRA et al., 2005). Atuam inibindo as enzimas DNA topoisomerase II (girase de DNA) e IV, em bactérias gram-negativas e gram-positivas, respectivamente. Este bloqueio enzimático proporciona o efeito bactericida dessa classe de antibióticos (SCOTT et al., 2017).

As vias de administração da ciprofloxacina são orais e intravenosas, e com rápida absorção após a administração. A ciprofloxacina tem uma biodisponibilidade superior a 50%. Na administração intravenosa e oral foram analisados os níveis séricos equivalentes, logo quando o paciente está em boas condições é indicado o tratamento via oral (ALDRED et al., 2014). A eliminação terminal da ciprofloxacina é de oito horas. Pacientes com insuficiência renal grave apresentam um aumento na meia vida da ciprofloxacina, devendo, portanto, haver um ajuste de dose acompanhamento a depuração da creatinina endógena (BRUGUEIRA et al., 2005).

NORFLOXACINA

A norfloxacinina assim como a ciprofloxacina pertence à segunda geração de quinolonas de amplo espectro, contudo norfloxacinina possui maior atividade microbiana. (BRUGUEIRA, et al., 2005). Age inativando a enzima topoisomerase II, o que compromete a síntese do DNA. Apresenta atividade aperfeiçoada, maior penetração em organismos Gram-positivos, e a farmacocinética e farmacodinâmica aprimorada (SCOTT et. al., 2017).

Trata-se de um dos primeiros medicamentos com maior eficácia, mas por ter baixos níveis séricos e a fraca penetração nos tecidos a norfloxacin ainda está limitado ao uso no tratamento de infecções do trato urinário e doenças sexualmente transmissíveis (ALDRED et al., 2015). Quando administrados via oral a absorção chega a 50%, os níveis séricos são semelhantes para administração oral e venosa. A ligação á proteínas plasmáticas fica em torno de 20 a 40%. O volume de distribuição é superior ao volume total de água do corpo, permitindo atingir elevadas concentrações intracelulares. A eliminação terminal do fármaco é de até 8h. (BRUGUEIRA et al., 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos fatores levam a ITU, assim não é possível determinar uma causa única. O tratamento depende da condição do paciente, vale ressaltar o fato de várias espécies de bactéria causarem esse tipo de infecção.

Os quinolonas apresentados são eficazes no tratamento das infecções do trato unitário, devido a capacidade de dificultarem a síntese de DNA bacteriano e assim impedirem a sua disseminação. Contudo, devido ao fato de a norfloxacin possuir maior ação antimicrobiana nos locais de ação é o fármaco de melhor escolha em casos mais graves.

A automedicação sem diagnóstico e acompanhamento médico ou farmacêutico, os usos indiscriminados induzem a resistência bacteriana, nesse contexto faz-se necessário o estudo para o desenvolvimento de novos fármacos que reduzam esse mecanismo de escape bacteriano. Para minimizar tal situação, deve se procurar profissionais de saúde que garantam acompanhamento e/ou orientação e de forma que possam ser evitadas complicações relacionadas à resistência bacteriana e outras formas de agravo à saúde.

REFERÊNCIAS

ALDRED, K. J., Kerns, R. J., & Osheroff, N. (2014). Mechanism of Quinolone Action and Resistance. *Biochemistry*, 53(10), 1565–1574. <http://doi.org/10.1021/bi5000564>. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3985860/#>>. Acesso em: 01 de nov. de 2016 às 11h17min.

BRUGUEIRA, Manuel Cué; MOREJÓN, Moisés García; DIAZ, Salup Rosa. Quinolonas Hoje. *Rev Cubana Farm.* v.39 n.1. Havana Janeiro/abril 2005. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75152005000100011>. Acesso em: 20 de set. de 2016 às 14h45min.

CUNHA, M. A., ASSUNÇÃO, G. L. M., MEDEIROS, I. M., & FREITAS, M. R. (2016). Antibiotic Resistance Patterns Of Urinary Tract Infections In A Northeastern Brazilian Capital. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, **58**, 2. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26910446>>. Acesso em: 06 de Nov. de 2016 às 16h25min.

FASUGBA, O., Gardner, A., Mitchell, B. G., & Mnatzaganian, G. (2015). Ciprofloxacin resistance in community- and hospital-acquired *Escherichia coli* urinary tract infections: a systematic review and meta-analysis of observational studies. **BMC Infectious Diseases**, **15**, 545. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4660780/>>. Acesso em: 23 de ago. de 2016 às 14h45min.

GUERRA, Gláucia Virgínia de Queiroz Lins. et al.,. Exame simples de urina no diagnóstico de infecção urinária em gestantes de alto risco. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** Vol.34 n.11. Rio de Janeiro. Novembro de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010072032012001100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 de ago. de 2016 às 10h44min.

KOCSIS, B., Domokos, J., & Szabo, D. (2016). Chemical structure and pharmacokinetics of novel quinolone agents represented by avarofloxacin, delafloxacin, finafloxacin, zabofloxacin and nemonoxacin. **Annals of Clinical Microbiology and Antimicrobials**, **15**, 34. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4878067/>> Acesso em: 01 de nov. de 2016 às 10h34min.

MARTINS, M., & McCusker, M. P. (2016). Editorial: Alternative Therapeutics against MDR Bacteria – “Fighting the Epidemic of Antibiotic Resistance.” **Frontiers in Microbiology**, **7**, 1559. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27774086>>. Acesso em: 26 de out. de 2016 às 18h09min.

MOHAMMED Mahmoud A. et al. Prevalence and antimicrobial resistance pattern of bacterial strains isolated from patients with urinary tract infection in Messalata Central Hospital, Libya. **Asian Pacific Journal of Tropical Medicine**. Volume 9, Issue 8, August 2016, Pages 771- Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1995764516301286>>. Acesso em: 19 de ago. de 2016 às 11h03min

REIS, A. C. C., SANTOS, S. R. da S., de SOUZA, S. C., SALDANHA, M. G., PITANGA, T. N., & OLIVEIRA, R. R. (2016). Ciprofloxacin Resistance Pattern Among Bacteria Isolated From Patients With Community-Acquired Urinary Tract Infection. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, **58**, 53. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4964322/>>. Acesso em: 06 de nov. de 2016 as 15h32min

SCOTT, S. Walker. Antibacterial small molecules targeting the conserved TOPRIM domain of DNA gyrase. **Journals Plos Published**: July 10, 2017. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article/metrics?id=10.1371/journal.pone.0180965#citedHeader>>. Acesso em 12 de jul. de 2017 às 14h 57min.

YILMAZ, Y., Tekkanat Tazegun, Z., Aydin, E., & Dulger, M. (2016). Bacterial Uropathogens Causing Urinary Tract Infection and Their Resistance Patterns Among Children in Turkey. **Iranian Red Crescent Medical Journal**, 18(6), e26610. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5003060/>>. Acesso em: 19 de ago. de 2016 às 10h45min.

SUBSTÂNCIAS ATRATIVAS AUXILIAM NO CONTROLE DO CARAMUJO INVASOR *ACHATINA FULICA* (MOLLUSCA, GASTROPODA)?

*Paulo Henrique da Paixão Salles **
Rafaela Rodrigues Cardoso e Silva
Eder Carvalho da Silva.

RESUMO

A bioinvasão foi reconhecida como a segunda maior ameaça à biodiversidade, sendo o caramujo gigante africano *Achatina fulica* considerado uma das cem piores espécies invasoras do planeta. A forma de controle para o caramujo africano mais indicado pelo meio científico é a coleta manual periódica dos animais e dos ovos, considerada pouco eficiente em alguns casos. Esse trabalho tem como objetivo avaliar a eficiência de substâncias atrativas como iscas para o molusco invasor. Os organismos teste foram coletados manualmente nas cidades de Salvador e Lauro de Freitas (BA) e, após um período de aclimação foram submetidos a testes com substâncias atrativas. Em laboratório foram testados seis atrativos e as substâncias que tiveram os melhores resultados na atração foram a cerveja, a cebolinha e o chuchu. Outros estudos também atestam a eficiência da cerveja como atrativo para *A. fulica*. A fim de que se comprove a eficiência dos atrativos, sugerimos que o experimento seja repetido utilizando outras substâncias (e.g. plantas nativas) e em outros locais.

Palavras-chave: caramujo gigante africano; substância atrativa; bioinvasão.

CAN ATTRACTIVE SUBSTANCES HELP THE CONTROL OF NON-NATIVE SNAIL *ACHATINA FULICA* (MOLLUSCA, GASTROPODA)?

ABSTRACT

Bioinvasion was recognized as the second biggest threat to biodiversity, with the African giant snail *Achatina fulica* being considered one of the 100 worst invasive species on the planet. The control method for the African snail more indicated by the scientific means is the periodic manual collection of animals and eggs, considered inefficient in some cases. This work aims to evaluate the efficiency of attractive substances as baits for the invading mollusc. The test organisms were collected manually in the cities of Salvador and Lauro de Freitas (BA) and, after a period of acclimatization, they were submitted to tests with attractive substances. In the laboratory were tested six attractions and the substances that had the best results in the attraction were beer, chives and chuchu. Other studies also attest to the efficiency of beer as an attractive for *A. fulica*. In order to prove the efficiency of the attractions, we suggest that the experiment be repeated using other substances (e.g., native plants) and elsewhere.

Key words: giant African snail, attractive substance, bioinvasion.

* Universidade Católica do Salvador - UCSal, Núcleo Integrado de Estudos em Zoologia - NIEZ. Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Campus de Pituacu. CEP 40710-000. Salvador, Bahia, Brazil.

INTRODUÇÃO

Bioinvasões ocorrem quando organismos vivos são introduzidos em ambientes onde anteriormente não tinham ocorrência e podem causar uma série de danos ambientais (e.g. afetam a estrutura e função dos ecossistemas), econômicos (e.g. prejuízos financeiros como danos a imóveis e à produção de alimentos) e/ou sociais (e.g. afetam à saúde e segurança das pessoas pela transmissão de patógenos) (Bright 1999; Shrader-Frchette 2001; Charles & Dukes 2008). As espécies invasoras passam a ocorrer em outros ambientes devido a expansões - dispersão que ocorre por mecanismos naturais ou introduções - processo pelo qual a espécie é, intencionalmente ou não, transportada pelo homem, sendo considerada poluição biológica (Souza 2010;Freitas et al. 2011). O impacto causado pelas espécies invasoras evidencia a ineficiência na prevenção das invasões, bem como na detecção e no controle dos casos diagnosticados. Apesar dos vários estudos sobre invasões biológicas, a falta de diretrizes para elaboração de programas de manejo, que conciliem a teoria ecológica e a prática conservacionista, tem impedido a efetivação das ações de manejo (Colley et al. 2009).

Oriundo do leste da África, o caramujo gigante africano *Achatina fulica* (Bowdich, 1882) é considerado uma das cem piores espécies invasoras do planeta, pois representa uma ameaça à saúde pública, aos ambientes naturais e a agricultura em diferentes países (Lowe et al. 2000). Foi introduzido no Brasil em uma feira agropecuária no Paraná ao final da década de 1980, como alternativa para criação comercial de escargot (Colley & Fischer, 2009). Devido a falta de fiscalização, assistência, cuidado, controle e, principalmente, mercado consumidor para a carne produzida, muitas criações foram abandonadas o que auxiliou na fuga ou descarte dos animais em áreas abertas que, no decorrer de poucos anos, essas populações rapidamente se estabilizaram e se tornaram evidentes (Colley & Fischer, 2009).

Podendo atingir em torno de 20 cm de comprimento de concha, são animais hermafroditas de cópula cruzada que atingem a sua maturidade sexual com quatro a cinco meses, sendo capaz de gerar de 50 a 400 ovos por postura, tendo uma maior capacidade de reprodução em períodos chuvosos. São animais herbívoros, com hábito alimentar generalista alimentando-se de mais de 500 espécies de plantas. Com seu grande potencial adaptativo a fatores bióticos e abióticos, são resistentes ao frio, a seca, sol intenso e na ausência de alimentos naturais, podem se alimentar de papel, sacolas plásticas, isopor e o que mais tiverem acesso (Carvalho

2014; Freitas & Serrano-Junior 2011; Garcia & Chaveiro 2011; Brasil 2014; Silva & Omena 2014).

O método mais indicado para o controle de *Achatina fulica* pelo meio científico é a coleta manual frequente dos indivíduos e ovos, onde os mesmos são queimados e posteriormente suas conchas destruídas. Essa ação impede o acúmulo de água que possibilitaria o desenvolvimento de larvas de mosquitos vetores de doenças (Boaventura 2011). A utilização de armadilhas atrativas juntamente a coleta manual é uma ação muito comum em outros países, que consiste basicamente em iscas feitas de panos umedecidos com plantas preferidas pelos caramujos, instaladas próximas a locais que servem como refúgio para esses moluscos (Arruda et al. 2013).

O uso de atrativos, associado a coletas manuais, diminuiria o esforço de captura e facilitaria o controle da espécie. Portanto, esse trabalho tem como objetivo avaliar, de forma experimental, a eficiência de substâncias atrativas como iscas para o caramujo invasor *A. fulica*.

MATERIAIS E MÉTODOS

Origem do material biológico e cuidados preliminares

Os exemplares de *Achatina fulica* foram coletados em Salvador e em Lauro de Freitas, Bahia, após os dias chuvosos. Foram coletados 170 indivíduos entre 40 e 60 mm de comprimento de concha, considerados adultos de tamanho médio, em plena atividade sexual (Silva et al. 2010). Estes foram armazenados em uma caixa plástica de 50x35x20cm (comprimento x largura x altura) contendo uma camada de 5 cm de terra, mantidos sob temperatura ($24 \pm 2^\circ\text{C}$), umidade (mantida com borrifadas de água) e alimentados com alface. Para a execução do experimento foram mantidos em jejum pelo período de 48 horas e posteriormente submetidos aos testes.

Experimento em laboratório

Baseado em estudos prévios (Fischer et al. 2008; Zorzenon & Campos 2009; Arruda et al. 2013) para o experimento foram utilizados seis tratamentos: cerveja, chuchu, cebolinha, melão, café e água (controle)(Figura A1). O chuchu, a cebolinha, o melão e o café foram batidos separadamente no liquidificador com um pouco de água até que se tornassem líquidos

para banhar as estopas. A água foi utilizada como controle para eliminar a possibilidade de ser a estopa que estivesse atraindo o caramujo.

Estopas de tamanhos iguais foram inteiramente banhadas nos atrativos e colocadas em bandejas plásticas levemente inclinadas para evitar que o líquido escorresse para o lado onde estavam os caramujos. Seis bandejas, cada uma com um atrativo, foram dispostas pelo laboratório de Biologia Aquática do Núcleo Integrado de Estudos em Zoologia da Universidade Católica do Salvador e em cada bandeja foram colocados três exemplares de *Achatina fulica* distantes 20 cm e de frente para os atrativos, totalizando 18 caramujos por repetição (Figura A2). Mediu-se o tempo em que o primeiro caramujo de cada bandeja chegava ao atrativo, limitando o tempo máximo de 15 minutos. Após esse tempo, nas bandejas onde nenhum caramujo chegou ao atrativo, mediu-se a distância entre os animais mais próximos aos seus respectivos atrativos. Este procedimento foi realizado 6 vezes alterando as posições das bandejas e com um novo grupo de caramujos. Levando em consideração estudos realizados por Ishikawa et al. (2015), onde explica que a baixa atratividade registrada em laboratório pode estar relacionada as condições do ambiente, os experimentos ocorreram sempre com a sala escura a fim de considerar o hábito noturno dos indivíduos.

Análise dos dados

Foi criado um ranking e confeccionados gráficos relacionando os tempos e distâncias com intuito de classificar a substância que atraía mais rapidamente os caramujos para si. Neste ranking os atrativos foram ordenados, em todas as repetições, de 1 a 6, sendo 1 aquele em que os caramujos chegaram mais rápido e 6 o que mais demoraram ou ficaram mais distantes. Não foi possível fazer comparações de tempos, pois em pelo menos uma das repetições, os caramujos não chegaram os atrativos, assim não tendo tempo.

Foi confeccionado um gráfico com os rankings dos tratamentos do experimento para relacionar os atrativos com menor tempo como os mais eficientes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A forma mais eficiente, sugerida pela literatura para o controle de *A. fulica* é a coleta manual (Boaventura 2011; Brasil 2005; Brasil 2006). Porém este procedimento pode ser pouco eficiente e o uso de atrativos poderia torna-lo mais efetivo.

As substâncias que tiveram os melhores resultados na atração foram a cerveja, a cebolinha e o chuchu (Fig. 1). Estas essências foram as que atraíram com mais eficiência os caramujos para si. Os caramujos invasores precisaram de um mínimo de 6:32 minutos para percorrer os 20 cm entre eles e a cerveja, um tempo máximo de 14:25 minutos, e em uma repetição não chegaram aos atrativos, assim sendo este o atrativo com maior eficiência. A cebolinha apresentou tempo mínimo de 5:40 minutos e máximo de 9:38 minutos), porem em duas das seis repetições os caramujos testes não se moveram. E o chuchu apresentando uma grande variação nos tempos de atração, de 4:32 minutos até 14:42 minutos (10:10 minutos de diferença), e os caramujos testes não chegaram ao atrativo em três repetições.

Foi possível observar que houve uma diferença mínima nos resultados entre o controle (água) e o chuchu. A água e o chuchu por não possuírem cheiro, tem sua capacidade de atração reduzida, sendo assim, sugere-se que não houve atração dos indivíduos por esses dois atrativos, que sua chegada a eles aconteceu de forma aleatória. Outro fator observado aconteceu quando o atrativo era o café, apesar do resultado não classificar esse atrativo como o pior foi possível perceber os indivíduos sendo repelidos, e em alguns casos até saindo das bandejas.

Como foi apontado em estudos realizados por Zorzenon & Campos (2009) a cerveja se mostrou como uma das iscas mais eficientes na utilização em armadilhas no manejo desses moluscos. Além da cerveja, o estudo de Arruda et al. (2013) aponta a cebolinha como atrativo bastante eficiente na atração dos caramujos.

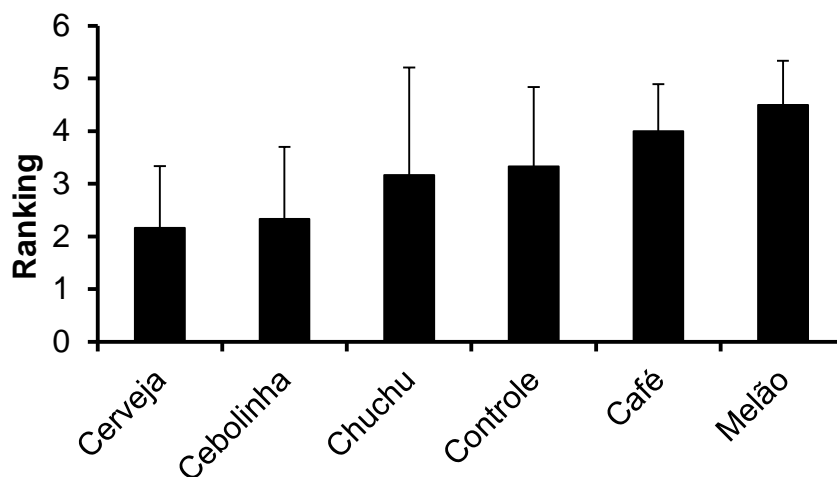


Figura 1. Ranking dos atrativos mais eficientes para *Achatina fulica*, média e desvio padrão (n = 6).

Segundo as Instruções Normativas do IBAMA nº 73, de 18 de agosto de 2005 (BRASIL, 2005) e nº 109, de 3 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006), o controle do caramujo africano ocorre a partir da coleta manual dos indivíduos e de seus ovos, sempre utilizando proteção nas mãos e armazenando os indivíduos em reservatórios plásticos, para posteriormente serem incinerados. Não é recomendada a utilização de produtos tóxicos, sal ou moluscidas. Vale ressaltar a necessidade de uma identificação prévia evitando o extermínio de caramujos nativos. Fischer et al (2015) afirma que a coleta manual é o método mais eficiente para o controle do caramujo invasor, porém há a necessidade e uma repetição periódica deste procedimento para uma maior eficiência, visto que alguns indivíduos podem passar despercebidos, e para que não haja o risco de uma recolonização.

CONCLUSÃO

Com o intuito de potencializar a coleta manual, este estudo testou a eficiência de alguns atrativos e mostrou que alguns deles são mais eficientes do que outros.

Dessa forma, concluímos que a cerveja ou a cebolinha possam ser o atrativo preferencial a ser adotado associado às coletas manuais. Os atrativos testados nesse estudo funcionam como facilitador do processo de controle do caramujo africano pela coleta manual, pois diminuem o esforço da coleta, podem ser usados em qualquer tipo de cultivo, não são tóxicos e não prejudicam o solo.

Sugerimos que o experimento seja repetido utilizando outros atrativos (e.g. plantas nativas), em outros locais para que se comprove a eficiência dos mesmos e com algum atrativo usado como um controle. O caramujo africano representa um risco grande ao ambiente, é evidente a necessidade de iniciativas voltadas para o controle e combate da espécie, evitando assim possíveis danos ambientais.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E.S.; OLIVEIRA, W.P.; GHARIB, N.F.S.; ZANELLA, M. S.; CONCEIÇÃO, C.A.; REIS, R.C.; FONSECA, T.P.L.; BRANCO, O.D.; FEIDEN, A.&B, VINICIUS, A.. 2013. **Controle de caramujos (Molusca: Gastropoda) utilizando armadilhas atrativas na cultura da cebolinha verde no Assentamento 72, Ladário-MS**. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013. <Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/990915/1/14690624441PB.pdf>>

BOAVENTURA, M.F.F.; THIENGO, S.C & M., SIMONE. 2011. **Infestações por caramujo africano (*Achatina fulica*): análise de conteúdo das matérias jornalísticas e de materiais educativos sobre o tema no Rio de Janeiro, Brasil**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências. <Disponível em: revistas.if.usp.br/rbpec/article/download/259/237>

BRASIL. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Parecer Técnico no 006/03- GGFAUBrasília**. Brasília: IBAMA, 2013. <Disponível em: http://www.institutohorus.org.br/download/marcos_legais/Parecer_IBAMA_2003_Achatina_fulica.pdf>

BRASIL. **Instrução Normativa no 73, de 18 de agosto de 2005**. 2005. <Disponível em: www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacaofederal/inst_normativa/2005_instr_norm_IBAMA>. Acesso em: 01 de Abr. 2015

BRASIL. 2014. **Informe Técnico para o Controle da *Achatina Fulica* em Santa Catarina**. DIVE. <Disponível em: http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/zoonoses/publicacoes/INFORME_TECNICO_ACATHINA_2014_SITE.pdf>

BRIGHT, C. 1999. **Globalization at work: Invasive species: pathogens of globalization**. Foreign Policy, 116: 51-64.<Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1149643?seq=1#page_scan_tab_contents>

CARVALHO, S. S. S. 2014. **Ocorrência e impactos socioambientais do caramujo africano (*Achatina fulica* Bowdich, 1822) em área urbana de Macapá: estudo de caso do loteamento Açai**. <Disponível em: <http://www2.unifap.br/cambientais/files/2014/08/OCORR%C3%80NCIAS-E-IMPACTOS-SOCIOAMBIENTAIS-DO-CARAMUJO-AFRICANO-Achatina-fulica-Bowdich-1822-EM-%C3%81REA-URBANA-DE-MACAP%C3%81-ESTUDO-DE-CASO-DO-LOTEAMENTO-A%C3%87A%C3%8D.pdf>>

CHARLES H. & DUKES J.S. 2008. **Impacts of invasive species on ecosystem services**. In biological invasions, ed. Wnentwig, pp. 217–38. Berlin: springer.

COLLEY, E&F, LUCIANE, M.. 2009. **Avaliação dos problemas enfrentados no manejo do caramujo gigante africano *Achatina fulica* (Gastropoda: Pulmonata) no Brasil**. Sociedade Brasileira de Zoologia. <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/zool/v26n4/v26n4a12>>

COLLEY, E&F; LUCIANE,M. 2010. **O caramujo gigante africano *Achatina fulica* no Brasil. Curitiba: Champagnat**. <Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/BS?dd1=5953&dd99=pdf>

FARIA, T. A. 2007. **O aparecimento do *Achatina Fulica* na cidade de Paracatu-MG e os possíveis problemas de saúde pública. 2007**. <Disponível em: <http://www.atenas.edu.br/faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAJURI2007/5.pdf>>

FISCHER, M.L & COLLEY, E. 2005. **Espécie invasora em reservas naturais: caracterização da população de *Achatina fulica bowdich*, 1822 (Mollusca – Achatinidae) na ilha rasa, Guaraqueçaba, Paraná. Brasil**. Biota Neotropica 5 (1): <http://www.biotaneotropica.org.br/v5n1/pt/download?article+bn03305012005+item> (último acesso em: 22/08/2007)

FISCHER, M.L.; COSTA, L.C.M & NERING, I.S. 2008. **Utilização de recursos alimentares presentes no ambiente antrópico pelo caramujo gigante africano *Achatina fulica* Bowdich, 1822: subsídios para o manejo**. Bioikos, Campinas, 22(2): 91-100. <Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/bioikos/article/viewFile/736/716>>

FISCHER, M.L.; SIMIÃO, M.S.; COLLEY, E.; LENY CRISTINA MILLÉO & RUBIO, GISELIA. 2015. **Panorama do caramujo gigante africano *Achatina fulica* BOWDICH, 1822 no Estado do Paraná: O provável ponto de entrada da espécie invasora no Brasil**. Setor de Zoonoses - Secretaria do Estado da Saúde do Estado do Paraná. <Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/174/_arquivos/174_05122008110051.pdf>

FREITAS, V.P. & SERRANO-JÚNIOR, O. 2011. **Poluição ambiental por espécies exóticas invasoras**. Lusíada. Direito e Ambiente, Lisboa, nº. 2/3 de 201. pp. 263-285.<Disponível em: revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lda/article/download/2139/2258>

GARCIA, A.N. & CHAVEIRO, E.F. 2011. **A invasão perigosa do caramujo africano: Desafios da educação ambiental diante do desequilíbrio ambiental**. II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade. <Disponível em: https://nupeat.iesa.ufg.br/up/52/o/1_CARAMUJO_AFRICANO.pdf>

ISHIKAWA, A. T. V.; FRANCO, A. J. S.; FISCHER, M. L. **Elaboração de armadilha atrativa para controle do caramujo gigante africano: influência de variáveis individuais de filhotes na atratividade**. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - SEMIC, 23., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2015. p. ZOO1T. ISSN 2176-1930.<Disponível em: <https://cip.pucpr.br/semic/index.php/semic/view/0007808>>

LOWE, S., BROWNE, M. & BOUDJELAS, S. 2000. **100 of the world's worst invasive alien species. A selection from the global invasive species database.** <Disponível: http://www.planta.cn/forum/files_planta/100_worst_invasive_species_english_941.pdf>

SILVA, E.C. & ALELUIA, F.T.F. 2010. **Ocorrência de *Achatina fulica* Bowdich, 1822 (Mollusca, Gastropoda) em Salvador, Bahia, Brasil.** Revista Brasileira de Zoociências. 12(2): 199-204. <Disponível em: <http://zoociencias.ufjf.emnuvens.com.br/zoociencias/article/view/1586>>

SILVA, E.C. & OMENA, E.P. 2014. **Dinâmica Populacional e Biologia Reprodutiva *Achatina fulica* Bowdich, 1822 (Mollusca, Gastropoda) in Salvador - Bahia.** Biota Neotropica. 14(3): 1–11. <http://dx.doi.org/10.1590/1676-0603000414>

SIMIÃO, M.S. & FISCHER, M.L. 2004. **Estimativa e inferências do método de controle do molusco exótico *Achatina fulica* Bowdich 1822 (Stylommatophora; Achatinidae) em pontal do Paraná, litoral do estado do Paraná.** Cad. Biodivers. 4: 74-82.

SOUZA, R.C.C.L.. 2010. **Água de lastro: Uma ameaça á biodiversidade.** Anais da 62ª Reunião Anual da SBPC - Natal, RN. <Disponível: http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/mesas_redondas/MR%20Rosa%20Cristina%20Corr%C3%AAa%20Luz%20de%20Souza.pdf>

TELES, H.M.S.; FONTES, L.R.; AMARAL, W. 2004. **Pesquisa nacional de opinião pública sobre a espécie do caramujo *Achatina fulica*.** Instituto brasileiro de helicicultura – ibh/cedic; 01-24.

TELES, H.M.S.; VAZ, J.F.; FONTES, L.R.; DOMINGOS, M.D. 1997. **Registro de *Achatina fulica* Bowdich, 1822 (Mollusca, Gastropoda) no Brasil: caramujo hospedeiro intermediário da Angiostrongilíase.** Rev Saúde Pública; 31:310-2.

THIENGO, S.C., FARACO, F.A., SALGADO, N.C., COWIE, R.H. FERNANDEZ, M.A. 2007. **Rapid spread of an invasive snail in South America: the giant african snail, *Achatina fulica*, in Brazil.** Biological Invasions 9:693-702.

ZORZENON, F.J. & CAMPOS, T.B. 2009. **Controle de caracóis e lesmas em hortaliças e plantas ornamentais.** <Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2009_1/Caracois/index.htm>

ANEXOS

Figura A1. Atrativos utilizados no experimento em laboratório.



Figura A2. Distância dos caramujos para a substância atrativa dentro da bandeja no experimento em laboratório e disposição das bandejas com as substâncias no laboratório.



TERAPÊUTICAS PARA O TRATAMENTO DA DOENÇA DE PARKINSON - UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Marcos Vinicius Lima de Oliveira Francisco *

Barbara Odette Nunes dos Santos **

Jullia Lima da Silva Almeida ***

Thassila Nogueira Pitanga **** ♦

RESUMO

A doença de Parkinson (DP) ocorre frequentemente de forma idiopática e é geralmente mais comum em idosos. Caracteriza-se por uma neurodegeneração progressiva na região da via nigroestriatal, levando a uma significativa redução na produção do neurotransmissor dopamina no estriado. Pacientes com a DP apresentam sinais motores típicos que vão desde tremores e rigidez muscular até instabilidade postural e bradicinesia. Associados a estes, ainda há os sintomas não motores como déficits cognitivos, distúrbios do sono e depressão os quais interferem diretamente na qualidade de vida desses pacientes. O tratamento farmacológico da DP visa controlar os sintomas, já que não há alternativas que impeçam a progressão da doença. Assim, esse estudo tem como objetivo principal analisar as principais farmacoterapias existentes para o tratamento da DP, assim como sua farmacocinética e farmacodinâmica.

Palavras-chave: Medicamentos. Tratamentos. Parkinson. Farmacologia.

TRADITIONAL THERAPIES AND NEW DRUGS FOR THE PARKINSON'S DISEASE TREATMENT - A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT

Parkinson's disease (PD) often occurs idiopathically and is generally more common in the elderly. It is characterized by progressive neurodegeneration in the region of the nigrostriatal pathway, leading to a significant reduction in the production of the neurotransmitter dopamine in the striatum. Patients with PD present typical motor signals ranging from tremors and muscular rigidity to postural instability and bradykinesia. Associated with these, there are still non-motor symptoms such as cognitive deficits, sleep disorders and depression, which directly interfere in the quality of life of these patients. The pharmacological treatment of PD is aimed at controlling the symptoms, since there are no alternatives that prevent the progression of the disease. Thus, this study has as main objective to analyze the main

* Graduando em Biomedicina, Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: marcosv19@live.com

** Graduanda em Biomedicina, UCSAL. E-mail: barbara.nunes94@gmail.com

*** Graduanda em Biomedicina, UCSAL. E-mail: jullialimaa@gmail.com

**** Professora e pesquisadora do curso de Biomedicina, UCSAL. Graduada em Farmácia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: thassila.pitanga@ucsal.br.

♦ Correspondência para: Thassila Nogueira Pitanga, Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituçu, Salvador - BA, 41740-090, tel.71- 3206-7870

pharmacotherapies existing for the treatment of PD, as well as their pharmacokinetics and pharmacodynamics.

Key-words: Medicines. Treatment. Parkinson's. Pharmacology.

1 INTRODUÇÃO

A doença de Parkinson (DP), um distúrbio que atinge o sistema nervoso humano, é uma doença neurodegenerativa e progressiva, levando à morte de neurônios dopaminérgicos da substância negra e de outros núcleos pigmentados do tronco encefálico, resultando na redução inexorável da produção e secreção do neurotransmissor dopamina. Apresenta uma prevalência que varia de 41 casos a cada 100.000 pessoas na faixa etária dos 40 anos a 1900 casos a cada 100.000 mil pessoas acima de 80 anos de idade e ocorre com maior frequência em homens do que em mulheres (CACABELOS, 2017).

A DP é frequentemente idiopática, porém pode ser consequência de um acidente vascular cerebral (AVC) ou infecção viral, e pode ser também induzida por fármacos. O sintoma mais comum decorrente do surgimento e desenvolvimento da doença é a perda de controle motor, o que causa tremores que afetam de forma mais perceptível as mãos, além de problemas na marcha e espasmos descontrolados em diversas regiões do corpo. Para se avaliar o desenvolvimento destas complicações motoras, assim como eficácia de tratamentos, foi criada, em 1987, a escala unificada para avaliação da doença de Parkinson, conhecida pela sigla em inglês UPDRS (*Unified Parkinson's Disease Rating Scale*) (SZETO et al., 2016).

Além dos sintomas motores, estudos apontam que o declínio cognitivo também está sendo mais amplamente aceito como parte do espectro clínico na DP. Além disso, uma série de outros sintomas, incluindo psicose, alucinações, agitação, agressão, distúrbios do sono e depressão se apresentam com frequência durante a progressão da DP (SZETO et al., 2016). O surgimento e progressão destes sintomas motores, neuropsiquiátricos e comportamentais irão frequentemente agravar a qualidade de vida do paciente com DP. Até o presente momento, não existe nenhum tratamento que impeça a progressão da doença; a farmacoterapia visa apenas o controle dos sintomas (OERTEL, 2017).

A farmacoterapia da DP é altamente individualizada, pois deve-se considerar que existem fatores que dificultam ou facilitam o tratamento farmacológico como, por exemplo, os aspectos ligados ao fármaco, como a sua eficácia, o perfil de segurança e seus possíveis efeitos adversos, chegando a fatores ligados ao paciente como idade, características dos sintomas e grau de progressão da doença. Os pacientes portadores de DP geralmente são

tratados com agonistas do receptor da dopamina (DAs), como a Levodopa (L-DOPA), que atualmente é o padrão ouro para o tratamento da doença, ou com inibidores da monoamina oxidase B (IMAO-B), como uma terapia de primeira linha nos estágios iniciais do desenvolvimento da patologia. O objetivo do tratamento utilizando os IMAO-B é atrasar o início da farmacoterapia com levodopa e retardar o aparecimento de flutuações motoras decorrentes deste tratamento, principalmente em pacientes mais jovens, pois eles podem apresentar complicações motoras com mais facilidade devido ao uso deste fármaco (GILADI et al., 2016). Nos últimos anos vêm crescendo o desenvolvendo de fármacos que atuam no tratamento dos distúrbios neuropsiquiátricos decorrentes da DP como agonistas inversos dos receptores de serotonina, diretamente ligados ao surgimento da psicose decorrente da doença de Parkinson (PDP).

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada na literatura especializada através de consulta a artigos científicos em inglês selecionados através de busca no banco de dados do SciELO e PubMed, preferenciando artigos publicados no período entre 2012 e 2017, utilizando as palavras-chave: *Parkinson Disease; Treatments; Pharmacotherapy*.

3 TRATAMENTOS ATUALMENTE UTILIZADOS

3.1 Levodopa (L-DOPA)

A levodopa (L-DOPA) é um fármaco administrado via oral, precursor metabólico da dopamina, e conhecido como padrão ouro no tratamento farmacológico da DP, pois permite restabelecer a neurotransmissão dopaminérgica na região nigroestriatal. Ao chegar ao cérebro ela é rapidamente descarboxilada e convertida em dopamina. Analisando-se a farmacocinética da L-DOPA, observa-se que ela possui um tempo de meia-vida curto, variando de 36-96 min. A introdução da L-DOPA na década de 1960 representou um avanço no tratamento da DP e continua a ser a terapia sintomática mais eficaz nos distúrbios de Parkinson (CACABELOS, 2017). Inicialmente a levodopa oferece um alívio estável de sintomas de DP. No entanto, há uma probabilidade de 40% dos pacientes desenvolverem complicações motoras após 4-6 anos de utilização, embora os mecanismos que levam a complicações motoras não sejam totalmente compreendidos.

Após o diagnóstico da doença, o tempo apropriado para a introdução da terapia deve ser analisado com cautela. Alguns ensaios clínicos demonstram que há benefícios muito limitados de pacientes com DP que iniciam o tratamento com levodopa mais cedo em detrimento daqueles que utilizam posteriormente. Um estudo recente mostrou que pacientes tratados com L-DOPA, acompanhados por um período de 4 anos, apresentaram complicações motoras decorrentes do tratamento relacionadas a uma dose diária elevada de levodopa e maior duração do tratamento, concluindo que retardar a introdução da levodopa pode ser eficaz na manutenção da qualidade de vida do portador da DP (Dong et al., 2016).

A monoterapia com L-DOPA não costuma ser utilizada nos pacientes. Este fármaco sofre intensa descarboxilação em dopamina periférica, resultando em efeitos colaterais que incluem náusea, arritmias cardíacas e hipotensão. Atualmente a formulação de levodopa com benserazida + carbidopa (inibidores da dopa-descarboxilase) vem sendo bastante utilizada, pois esses inibidores reduzem a degradação periférica da L-DOPA e seus possíveis efeitos colaterais subsequentes. Várias novas formulações de levodopa têm sido desenvolvidas para proporcionar uma concentração plasmática mais estável do fármaco, ou diminuir os efeitos colaterais do tratamento a longo prazo. Uma destas novas formulações é o IPX066 que apresenta uma liberação prolongada de levodopa/carbidopa (LD / CD) no organismo. Um estudo clínico de fase 3 com o IPX066 concluiu que este fármaco tem uma maior duração apresentando cerca de 1,17h além do que a LD / CD de liberação imediata (DONG et al., 2016).

3.2 Rasagilina

A enzima monoaminoxidase-B (MAO-B) localiza-se na superfície externa das mitocôndrias e em maiores concentrações nas terminações dos nervos no cérebro, atuando na conversão metabólica da dopamina em seu metabolito, o ácido homovanílico. É, portanto, uma das enzimas responsáveis pela remoção natural da dopamina após ter sido utilizada pelo seu receptor. As drogas inibidoras da MAO-B, como por exemplo a rasagilina e selegilina, atuam reduzindo a velocidade de remoção da dopamina, aumentando o seu tempo de vida útil e elevando os seus níveis. Nos últimos 15 anos, a rasagilina juntamente com a selegilina foram os dois únicos inibidores para MAO-B aprovados pela FDA (*Food and Drug Administration*). A selegilina foi aprovada para utilização pela FDA em 1996, e a rasagilina, em 2006, pelo mesmo órgão. Estes medicamentos são relativamente seletivos e se ligam de maneira irreversível a MAO-B, apresentam algumas diferenças significativas entre eles, principalmente em seus metabolitos: as anfetaminas derivadas da selegilina e o aminoindano derivado da

rasagilina, o que a torna mais recomendada para o tratamento. A rasagilina, pode ser usada associada ou não à levodopa. O uso deste fármaco como monoterapia e como terapia adjuvante à L-DOPA é retratado em diversos estudos clínicos. Uma das características farmacocinéticas da rasagilina é sua rápida absorção. O fármaco atinge o pico de concentração plasmática (C_{máx}) em aproximadamente 30 minutos (PERETZ et al., 2016).

Uma pesquisa realizada em Israel por Peretz e colaboradores (2006), entre os anos 2001 e 2012, acompanhou pacientes diagnosticados com DP aos quais foram prescritos a selegilina ou a rasagilina como primeiro antiparkinsoniano (APD). Neste estudo, 834 pessoas diagnosticadas com a doença foram acompanhadas, 349 destes tiveram como primeiro APD a Selegilina, utilizada no período entre 2001-2006, e para os outros 485 pacientes, o primeiro APD foi a rasagilina, utilizada no período de 2007-2012. Estes pacientes foram acompanhados até se iniciar o tratamento com agonistas da dopamina (DA) como a levodopa (L-DOPA). Este estudo mostrou que pode existir um possível efeito resultante da interação entre a rasagilina e o agonista da dopamina. Porém a selegilina apresentou-se mais eficaz do que a rasagilina no controle dos sintomas nos estágios iniciais da DP.

Em outro estudo realizado por Hauser e colaboradores (2014) observou-se que a presença de alimento no trato gastrointestinal não afeta a C_{máx} da rasagilina além disto este fármaco sofre quase completa biotransformação no tecido hepático antes da sua excreção, a eliminação ocorre primariamente por via urinária (62,6%) e secundariamente pelas fezes (21,8%), também se observou que menos de 1% da rasagilina é excretada inalterada na urina e sua meia-vida terminal é de 0,6 a 2 horas.

Neste mesmo estudo foi possível determinar a dose recomendada de rasagilina no tratamento da DP: 1 mg/dia, em monoterapia, ou de 0,5mg/dia, como adjuvante da Levodopa. A eficácia da rasagilina é, geralmente, demonstrada pelos escores da *Unified Parkinson Disease Rating Scale* – UPDRS (Escala Unificada de Avaliação da Doença de Parkinson), em comparação com placebo ou em estudos abertos.

Nos últimos cinco anos, apenas dois ensaios clínicos avaliando os efeitos do mesilato de rasagilina foram publicados na base de dados PubMed o que demonstra a necessidade de maiores pesquisas envolvendo estes tipos de fármaco, ambas as pesquisas tinham como objetivos a avaliar a eficácia dos medicamentos. Não foram encontrados registros de estudos avaliando a eficácia ou outras características farmacológicas da rasagilina, sobre os sintomas avaliados na UPDRS, em pacientes com Doença de Parkinson precoce. Entre os resultados encontrados, a eficácia pode ser considerada o principal ponto de discussão (MARCONI; ZWINGERS, 2014).

4 TRATAMENTOS NOVOS

4.1 Pimavanserin

A psicose decorrente da doença de Parkinson (PDP) é uma complicação que geralmente se desenvolve em cerca de 60% dos pacientes portadores desta patologia. Até a descoberta do pimavanserin a (PDP) era tratada com baixas doses de antipsicóticos atípicos como a clozapina, que mostrou eficácia em alguns ensaios clínicos, mas também foi relacionada ao aumento da mortalidade e morbidade quando usado em pacientes acima dos 60 anos. A clozapina é um agonista inverso altamente seletivo para o receptor 5HT-2A, o bloqueio deste receptor pode proporcionar um bom controle dos sintomas em pacientes com PDP, partindo deste princípio novos estudos foram realizados até a síntese do Pimavanserin (DIVAC et al., 2016).

Pimavanserin é um fármaco não dopaminérgico, ou seja, que não está relacionado com a atividade da dopamina, atravessa com facilidade a barreira hematoencefálica e é um agonista inverso seletivo para o receptor 5HT-2A, que pertence à família de receptores de serotonina e é um membro da família de receptores acoplados a proteína G (GPCR), além disto o pimavanserin é desprovido de afinidade para receptores histaminérgicos, muscarínicos ou adrenérgicos. O pimavanserin é uma opção de tratamento viável para paciente com PDP, uma vez que não piora os sintomas motores e não causa sedação, além de ser seguro e bem tolerado com a utilização em longo prazo. Recentemente este medicamento foi aprovado pela *Food and Drug Administration* (FDA), para o tratamento de delírios e alucinações ligadas a DP nos Estados Unidos, tornando-se o primeiro fármaco registrado para o tratamento dos sintomas psicóticos em distúrbios do movimento (HACKSELL et al., 2014).

Hacksell e colaboradores (2014) desenvolveram um estudo para avaliar e para testar a eficácia do pimavanserin no tratamento de PDP, neste estudo citado foi utilizado um modelo de DP em roedores, onde os animais receberam lesões na substância negra do cérebro. Após a lesão os animais desenvolveram dificuldade em iniciar e manter comportamentos motores, este quadro foi revertido pelo tratamento com L-DOPA, além dos problemas motores as cobaias exibiram um padrão psicótico de mudanças comportamentais.

Logo após o pimavanserin foi administrado nos roedores, como resultado notou-se que o fármaco não só reverteu os comportamentos semelhantes a psicose como também não

aumentou os problemas motores ou bloqueou a capacidade de ação da L-DOPA. Após os testes em roedores foram realizados estudos clínicos em humanos normais e saudáveis que mostraram que a administração de pimavanserin nestes indivíduos foi bem aceita pelo organismo, após 14 dias de administração oral diária com 150mg do fármaco o surgimento de náuseas e vômitos foram os parâmetros utilizados como limitantes da dose, por conseguinte estimou-se que a dose máxima tolerada sem causar estes efeitos era de 100mg por dia. A meia vida do pimavanserin foi estipulada entre 55 e 60h, e notou-se que a biodisponibilidade não foi alterada devido ao alto teor de gordura corporal de alguns participantes da pesquisa, mostrando que esta seria eficaz em pacientes com distúrbios relacionados ao peso como a obesidade (HACKSELL et al., 2014).

Por conseguinte, foi realizado um estudo controlado por placebo em 12 pacientes com DP destes 4 receberam placebo, 4 receberam 25mg de pimavanserin e 4 receberam 100mg do mesmo fármaco, uma vez ao dia durante 14 dias, os resultados sugeriram que o pimavanserin é seguro e bem tolerado por portadores da DP (HACKSELL et al., 2014). O Pimavanserin mostra-se como um fármaco eficaz para o tratamento da (PDP) porém por se tratar de um fármaco novo seus efeitos a longo prazo devem ser analisados em pesquisas futuras.

4.2 Sabinamida

A L-DOPA é o tratamento padrão ouro para a DP porém o seu uso prolongado está associado a complicações como flutuações motoras entre fases de funcionamento normal com bom controle voluntário dos movimentos (fase ON) e períodos com funcionamento voluntário diminuído (fase OFF) que resultam em baixa mobilidade, lentidão nos movimentos e rigidez, além disto pacientes tratados com altas doses de L-DOPA por muitos anos apresentam movimentos involuntários, conhecidos como discinesia induzida por levodopa. Com o progresso da doença as vias não dopaminérgicas como a via do glutamato se envolvem na causa dos sintomas da DP sendo necessária uma terapia complementar para controle das flutuações motoras (CATTANEO et al., 2015).

Nesse cenário surge a Sabinamida (SAF) que é um fármaco com um mecanismo de ação dupla (dopaminérgico e não dopaminérgico). É uma α -aminoamida e seus efeitos incluem: inibição da monoamina oxidase-B (MAO-B), bloqueio dos canais de sódio (Na^+) e por possui alta afinidade pelo canal de sódio (Na) do tipo 2 inibe as rápidas correntes deste mineral, sendo assim um maior número de canais de Na^+ são mantidos no estado inativo causando um efeito normalizante na atividade desregulada destes canais, sem afetar os

movimentos voluntários. Além disto, a SAF modula a liberação estimulada de glutamato (um aminoácido não essencial que tem participação em funções cognitivas cerebrais), sabe-se, que a variação da sua concentração está relacionada com distúrbios que atingem o sistema nervoso humano como o Parkinson e o Alzheimer. Por ser altamente seletiva e reversível a SAF pode ser utilizada com outras drogas sem causar interação. É um medicamento desenvolvido para tratamento auxiliar na Doença de Parkinson (DP), proporcionando ação neuroprotetora e melhoria da função cognitiva (CATTANEO et al., 2015).

A Safinamida administrada oralmente apresenta uma taxa de absorção máxima ($T_{máx}$) de duas a três horas, a concentração máxima ($C_{máx}$) não é alterada em indivíduos alimentados, a sua biodisponibilidade é de 95% e sua meia vida é de aproximadamente 20-26 h. Aproximadamente 5% da droga inalterada e 75% dos metabolitos inativos são excretados na urina (FABBRI et al., 2015).

Borghain e colaboradores (2014) realizaram um ensaio de dois anos, onde foram analisadas a safinamida de 50 mg e 100 mg. No final deste período notou-se que ambos os grupos que utilizaram safinamida demonstraram aumento nos períodos da fase ON em detrimento ao grupo controlado por placebo. Além disto, os indivíduos demonstraram um aumento no desenvolvimento de atividades cotidianas e apresentaram melhora nos casos de depressão confirmando a eficácia do medicamento. No grupo que apresentava discinesia mais grave a safinamida causou uma redução na escala de discinesia (DRS- *Dyskinesia Rating Scale*) em relação ao placebo, sendo observado um resultado mais significativo em pacientes com dose diária de 100mg de safinamida. Mais estudos para análise dos efeitos do uso da Safinamida em longo prazo devem ser realizados com o passar dos anos.

5 NOVAS PERSPECTIVAS

5.1 Canabinoides

Canabinoides são compostos derivados da Cannabis (neste caso: *Cannabis sativa*) e incluem Δ^9 -tetra-hidrocanabinol (Δ^9 -THC) e o canabidiol. O organismo humano apresenta dois subtipos de receptores para estes compostos: o CB1 que está localizado nos gânglios da base do cérebro e no sistema límbico, e o CB2 que se encontra em maior quantidade em células do sistema imunológico, esses receptores são acoplados a proteínas G que inibem a ação da AdenilatoCiclase (CARROLL et al., 2012).

Segundo estudo realizado por Carroll e equipe (Carroll et al., 2012) existem evidências

de que além de combater os sintomas da DP os canabinoides possuem propriedades neuroprotetoras. Não se sabe ao certo se esta propriedade neuroprotetora tem alguma relação com os receptores para os canabinoides (CB1 e CB2) embora alguns testes de excitotoxicidade in vivo e in vitro apontem uma relação deste efeito com o CB1. Um efeito neuroprotetor deste composto foi observado em modelos animais com DP, esta propriedade pode ser atribuída a ações antioxidantes provenientes da ativação do receptor CB2, ou a ativação do receptor CB1 da glia. O papel do receptor CB1 foi demonstrado num modelo de DP em ratos, deste modo, conclui-se que os efeitos neuroprotetores mediados por CB1, podem então ser responsáveis diretos, pelo resultado na modulação da libertação dos neurotransmissores ou na modulação da ativação microglial (CARROLL et al., 2012).

Durante a pesquisa ao banco de dados PubMed foram encontrados apenas 2 artigos que tratavam acerca do papel neuroprotetor do Δ -THC e que se enquadravam na metodologia utilizada neste trabalho, o que demonstra que o tema ainda necessita de uma análise mais detalhada e atualizada quanto ao seu uso e seus efeitos no organismo do portador de DP.

5.2 Acupuntura

Em um estudo realizado por Wang et al., (2015) foi avaliada a eficácia da eletroacupuntura (EA) e seus mecanismos nos pacientes com doença de Parkinson (DP) quando utilizados como terapia adjuvante de medicamentos convencionais, neste estudo os pacientes utilizavam Levodopa junto a Pramipexol ou Selegilina. Foram recrutados 50 pacientes diagnosticados com DP que utilizaram medicação anti-DP por pelo menos dois meses sem apresentar nenhum efeito adverso, destes, 30 pacientes foram tratados com fármaco e eletroacupuntura e 20 tratados apenas com medicamento sendo caracterizado como grupo controle, durante o período do estudo os doentes não mudaram de medicação.

Os pacientes do grupo tratado com EA receberam estímulo em 6 pontos de acupuntura previamente selecionados com base em estudos realizados por Cho et al. (2012) e Zeng, Salvage e Jenner (2013) os pontos incluíam o GB20 (Fengchi) e LI4 (Hegu), Du14 central (Dazhui) e Du16 (Fengfu). Após a inserção das agulhas nestes pontos estas receberam pulsos elétricos de 9 V, 1 A, 9 W e 100 Hz, durante 30 minutos, num total 20 sessões foram realizadas uma vez a cada 3 dias em todos os pacientes e durou um período de 2 meses.

Foram avaliados neste estudo os efeitos do tratamento com EA juntamente com fármacos anti-DP comumente utilizados sobre os sintomas motores e não motores, sobre o desenvolvimento da linguagem e sobre a qualidade de vida dos pacientes, utilizando as

escalas padronizadas no caso dos sintomas motores a: Escala Unificada para Avaliação da Doença de Parkinson III (UPDRS III sigla em inglês para: *Unified Parkinson's Disease Rating Scale*), já para os sintomas não motores foram utilizadas: *Montreal Cognitive Assessment* (MoCA) e *Mini-Mental State Examination* (MMSE) para avaliação da função cognitiva, *Hamilton Depression Scale* (HAMD) utilizando 24 itens para avaliação de depressão, *Hamilton Anxiety Scale* (HAMA) analisando 14 itens da escala para medição do grau de ansiedade, e por fim a *Pittsburgh Sleep Quality Index* (PSQI) para avaliar a qualidade do sono. Para avaliação do comprometimento da linguagem e da qualidade de vida foram utilizadas as escalas: UPDRS II e escala ADL (Avaliação do desenvolvimento da Linguagem) (WANG et al., 2015).

Analisando-se os resultados obtidos após o uso das escalas, chegou-se à conclusão de que o tratamento complementar com eletro acupuntura reduz significativamente os escores de UPDRS III, além de outros fatores incluindo tremor, rigidez e bradicinesia, mostrando-se assim como uma ferramenta eficaz para o combate da maioria dos sintomas motores em pacientes com DP. Porém um acompanhamento a longo prazo e a realização de maiores estudos são essenciais para obtenção de resultados conclusivos.

REFERENCIAS

ARNULF, I. et al. Sleepiness in Idiopathic REM Sleep Behavior Disorder and Parkinson Disease. **Sleep**, [s.l.], v. 38, n. 10, p.1529-1535, out. 2015.

BORGOHAIN, R. et al. Randomized trial of safinamide add-on to levodopa in Parkinson's disease with motor fluctuations. **Movement Disorders**, [s.l.], v. 29, n. 2, p.229-237, 9 dez. 2013.

CACABELOS, R. Parkinson's Disease: From Pathogenesis to Pharmacogenomics. **International Journal Of Molecular Sciences**, [s.l.], v. 18, n. 3, p.551-561, 4 mar. 2017.

CARROLL, C. B., Zeissler, M.-L., Hanemann, C. O. e Zajicek, J. P., $\Delta 9$ -tetrahydrocannabinol ($\Delta 9$ -THC) exerts a direct neuroprotective effect in a human cell culture model of Parkinson's disease. **Neuropathology and Applied Neurobiology**, [s.l.] v. 38, p. 535-547, 2012.

CATTANEO, C. et al. Long-Term Effects of Safinamide on Dyskinesia in Mid - to Late-Stage Parkinson's Disease: A Post-Hoc Analysis. **Journal Of Parkinson's Disease**, [s.l.], v. 5, n. 3, p.475-481, 14 set. 2015.

CIBULCIK, F. et al. Effects of rasagiline on freezing of gait in Parkinson's disease-an open-label, multicenter study. **Biomedical Papers**, [s.l.], p.327-345, 21 abr. 2016.

CHO, S. et al. Effectiveness of acupuncture and bee venom acupuncture in idiopathic

Parkinson's disease. **Parkinsonism & Related Disorders**, [s.l.], v. 18, n. 8, p.948-952, set. 2012.

DIVAC, N. et al. The Efficacy and Safety of Antipsychotic Medications in the Treatment of Psychosis in Patients with Parkinson's Disease. **Behavioural Neurology**, [s.l.], v. 2016, p.1-6, 2016.

DONG, J. et al. Current Pharmaceutical Treatments and Alternative Therapies of Parkinson's Disease. **Current Neuropharmacology**, [s.l.], v. 14, n. 4, p.339-355, 8 abr. 2016.

FABBRI, M. et al. Clinical pharmacology review of safinamide for the treatment of Parkinson's disease. **Neurodegenerative Disease Management**, [s.l.], v. 5, n. 6, p.481-496, dez. 2015.

GILADI, N. et al. Rotigotine in Combination with the MAO-B Inhibitor Selegiline in Early Parkinson's Disease: A Post Hoc Analysis. **Journal Of Parkinson's Disease**, [s.l.], v. 2, n. 6, p.401-411, jun. 2016.

HACKSELL, U. et al. On the Discovery and Development of Pimavanserin: A Novel Drug Candidate for Parkinson's Psychosis. **Neurochemical Research**, [s.l.], v. 39, n.10, p.2008-2017, 30 mar. 2014.

HAUSER, R. A. et al. Randomized, controlled trial of rasagiline as an add-on to dopamine agonists in Parkinson's disease. **Movement Disorders**, [s.l.], v. 29, n. 8, p.1028-1034, 11 jun. 2014.

MARCONI, S.; ZWINGERS, T.. Comparative efficacy of selegiline versus rasagiline in the treatment of early Parkinson's disease. **European Review For Medical And Pharmacological Sciences**, [s.l.], v. 18, n. 13, p.1879-1882, jul. 2014.

OERTEL, W. H. Recent advances in treating Parkinson's disease. [s.l.], v. 6, p.260-270, 13 mar. 2017.

PERETZ, C. et al. Comparison of Selegiline and Rasagiline Therapies in Parkinson Disease. **Clinical Neuropharmacology**, [s.l.], v. 39, n. 5, p.227-231, 2016.

SZETO, J. Y.; LEWIS, S. J. Current Treatment Options for Alzheimer's Disease and Parkinson's Disease Dementia. **Current Neuropharmacology**, [s.l.], v. 14, n. 4, p.326-338, 8 abr. 2016.

VAN VLIET, S. A. et al. Therapeutic effects of Δ^9 -THC and modafinil in a marmoset Parkinson model. **European Neuropsychopharmacology**, [s.l.], v. 18, n. 5, p.383-389, maio 2008

WANG, F. et al. Effect and Potential Mechanism of Electroacupuncture Add-On Treatment in Patients with Parkinson's Disease. **Evidence-based Complementary And Alternative Medicine**, [s.l.], v. 2015, p.1-11, 2015.

YU, S. et al. Potential biomarkers relating pathological proteins, neuroinflammatory factors and free radicals in PD patients with cognitive impairment: a cross-sectional study. **Bmc Neurology**, [s.l.], v. 14, n. 1, 22 maio 2014.

ZENG, B.; SALVAGE, S.; JENNER, P. Current Development of Acupuncture Research in Parkinson's Disease. **International Review Of Neurobiology**, [s.l.], p.141-158, 2013.



A TIPOLOGIA JUNGUIANA E OS CONFLITOS DE CASAIS

*Bianca Reis de Matos¹
Camila Barreto Matos Barros²
Elaine Pedreira Rabinovich³
José Felipe Rodriguez de Sá⁴
José Maurilon Santos Bomfim⁵
Kátia Nunes Sá⁶
Maria Lúcia Garcia Rosas⁷
Michele Campos Almeida de Jesus⁸
Vinícius Farani López⁹*

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo estudar e compreender a relação entre a personalidade, conflitos conjugais e tipos psicológicos. O tema da conjugalidade é bastante complexo devido aos diversos tipos de relações e as particularidades de cada indivíduo. O estudo dos tipos psicológicos, desenvolvido por Carl Gustav Jung, aponta para tendências da pessoa se expressar nas relações e no mundo. O trabalho visa compreender como cada membro da relação lida com conflitos que interferem no dia a dia da vida conjugal e, se esta particular forma possui vínculo com os tipos psicológicos de cada membro desta relação.

Palavras-chave: Conjugalidade, Conflitos, Tipos Psicológicos, Jung.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Salvador (UNIFACS). Pós-Graduada em Psicoterapia Analítica pelo Instituto Junguiano da Bahia (IJBA). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: biancareispsicologia@gmail.com.

² Graduada em Psicologia pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). Pós-graduada em Psicoterapia Analítica pelo Instituto Junguiano da Bahia (IJBA). Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: psicamilabarreto@yahoo.com.br.

³ Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Psicologia Experimental pela USP. Doutora em Psicologia Social pela USP e pós-doutora (USP). Professora da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: elainepedreira@gmail.com.

⁴ Graduado em Psicologia pela Universidade Salvador (UNIFACS). Pós-Graduado em Psicoterapia Analítica pelo Instituto Junguiano da Bahia (IJBA). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: jrodriguez@triapsicologia.com.br.

⁵ Graduado em Psicologia pela Universidade Salvador (UNIFACS). Pós-graduando em Psicoterapia Analítica pelo Instituto Junguiano da Bahia (IJBA). Aluno Especial do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: jmaurilon.psi@outlook.com.

⁶ Graduada em Fisioterapia pela Sociedade Universitária Augusto Motta (SUAM/RJ). Doutora em Medicina e Saúde Humana pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Pós-doutora em Ciência da Informação e Comunicação Científica no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/RJ). Professora adjunta da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. E-mail: katia.sa@ucsal.br.

⁷ Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mediadora Familiar formada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Salvador do Salvador (UCSAL). E-mail: luciarosas8@gmail.com.

⁸ Graduada em Psicologia pela Universidade Salvador (UNIFACS). Pós-Graduada em Psicoterapia Junguiana pelo Centro de Estudos C. G. Jung – Psiquê, chancelada pela Faculdade Hélio Rocha. Mestre do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: dra.michelecampos@gmail.com.

⁹ Graduado em Psicologia pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). Especialista em Psicoterapia Junguiana pela Associação Paulista de Psicologia Junguiana de São Paulo (APPJ-SP). Mestre e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: viniciusfaranilopez@gmail.com.

ABSTRACT

This study aimed to study and understand the relationship between personality, conjugal conflicts and psychological types. The theme of conjugality is quite complex because of the different types of relationships and the particularities of each individual. The study of psychological types, developed by Carl Gustav Jung, points to the tendency of the person to express himself in relationships and in the world. This work aims to understand how each member of the relationship deals with conflicts that interfere in the daily life of the conjugal life, and if this particular form has a link with the psychological types of each member of this relation.

Key-words: Conjugality, Conflicts, Psychological Types, Jung.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central a compreensão da relação entre aspectos da personalidade da pessoa e conflitos conjugais, com base nos estudos dos tipos psicológicos através de uma análise bibliográfica. Levando em conta a complexidade dos temas “conflitos conjugais” e “personalidades”, o trabalho se limita a compreender se a forma como cada cônjuge lida com os conflitos típicos do cotidiano do casal está vinculado ao seu tipo psicológico. A complexidade de se trabalhar com o tema conjugalidade está associada à diversidade de casais, seus distintos tipos e particularidades de cada pessoa que compõe tais relações.

A família contemporânea vem lidando com o despertar de novas formas de ser e se comportar no mundo. A busca pela liberdade e emancipação da pessoa - mulher, filhos etc.- tem se tornado cada vez mais frequente nos espaços públicos, gerando desafios e possibilidades ao casal. Conflitos conjugais possuem múltiplas origens e fazem parte do cotidiano de relações de intimidade. O conflito não é uma peça externa que se apresenta como um erro, ao invés, faz parte do dia a dia. Choques de ideias, diferenças de desejos, além das mudanças naturais de fases de vida da pessoa nem sempre irão coincidir entre os cônjuges. O casal passa a ser compreendido então como um espaço de convivência entre duas pessoas com histórias, personalidades e perspectivas de mundo particulares que decidem constituir um vínculo, uma relação. A relação passa então a lidar com o difícil convívio entre as individualidades e a conjugalidade (FERÉS-CARNEIRO, 1998).

O casamento contemporâneo passa a ser compreendido não apenas como um encontro social, mas como uma escolha emocional. Aspectos projetivos profundos se tornam presentes na escolha e no cotidiano da vida do casal, que passa a explorar a liberdade, as suas próprias potencialidades, a realização de seus desejos, mas também a escolha de estar em união. Uma experiência complexa que pode pender tanto para o individualismo e a ruptura,

quanto para um encontro mais total entre personalidades que podem agir de maneira complementar. A condição de reconhecimento das particularidades e subjetividades individuais presentes na relação expressam a partir da “Liberdade a Dois” a autonomia de estar em comunhão (LÓPEZ, 2008).

A identificação da relação entre subjetividade e conflitos de casais se detém ao uso dos Tipos Psicológicos desenvolvido pelo psiquiatra Carl Gustav Jung, com a finalidade de explorar o impacto existente entre Tipos e Conflitos Conjugais. O livro “Tipos Psicológicos” foi lançado em 1920 por Jung, representando uma possível forma de exploração e investigação de traços de personalidade, oferecendo uma compreensão científica a respeito de prováveis diversidades tipológicas com descrição inicial de oito Tipos Psicológicos - posteriormente a quantidade de tipologias foi dobrada. Para a Abordagem Junguiana, as particularidades da pessoa não se dão apenas através das aprendizagens sociais, mas também através de conteúdos pessoais inconscientes, que produzem sentidos e significados à pessoa tanto quanto o contexto externo. A particularidade de ser, as maneiras de perceber e reagir aos conflitos da vida dependem, portanto, das experiências e aprendizagens no meio social em consonância aos seus aspectos subjetivos expressos, entre outras formas, através de sua Tipologia. A Tipologia Junguiana é dividida em duas partes: Atitude e Função Psíquica. Jung indicou que a energia psíquica flui em dois sentidos: Extrovertida e Introversa. Na atitude extrovertida, as ações estão direcionadas ao mundo externo, enquanto na introversa, ao interno. A extroversão e a introversão estão presentes em todas as pessoas de duas formas opostas e complementares. Contudo, além dessas duas disposições (Introversão e Extroversão) citadas acima, a psique possui quatro funções: Sensação, Pensamento, Sentimento e Intuição (VON FRANZ, 1971).

2 REVISÃO DA LITERATURA

As relações de intimidade vêm passando por diversas transformações nas últimas décadas. Tanto no contexto internacional quanto no contexto brasileiro mudanças sociais vêm sendo apontadas, tendo como elemento central a valorização da individualidade e suas consequências. As relações hierárquicas pautadas em papéis de gênero e de filiação pré-determinados passam a sofrer críticas, abrindo espaço para a valorização do indivíduo, da flexibilidade e da expressão da subjetividade. Tais mudanças vêm gerando novas formas de ser e de pensar os casais, as famílias e suas relações.

Autores como Giddens (1993), Bauman (2001, 2004), Lypovestky (1983, 1989, 2004, 2015), desde a década de 80, vêm apontando para as mudanças sociais e os impactos nos relacionamentos de intimidade. Entre tantas mudanças, o diálogo, a busca por soluções de conflitos e o lidar com as subjetividades tem sido tarefas constantes do casal contemporâneo.

Ríos-González (2005), menciona que, no lugar de alardear que a família está em crise, é importante focar que o que ocorre, na verdade, é uma crise do “modelo tradicional de família” que consiste no casal homem e mulher e os filhos. Parte-se da premissa de que já não se tem parâmetros que definam, de forma precisa, o conceito de família, sua composição e funcionamento, sendo imprescindível que se faça uma análise mais aprofundada das famílias atuais.

Tendo em vista a contemporaneidade com a crescente busca pela autonomia da pessoa, López (2008) apresenta o conceito da “Liberdade a Dois” nas relações de casais. Apesar de conceber a presença de relações pautadas em laços hierárquicos de poder, compreende a tendência para a busca pela autonomia de seus membros. Embasado no conceito *Individuação* – “realizar-se na sua própria essência” de C. G. Jung e de Amartya Sen (2001) de liberdade como autonomia de poder (de poder ir e vir, de poder realizar, de ter direito a). Liberdade é então compreendido como espaço democrático.

“Liberdade a Dois”, portanto, não é um conceito pautado no individualismo, mas ao invés, na condição de reconhecimento do valor da pessoa, em seu direito de ser autônomo, inclusive para escolher estar a dois. Casamento não como laço de compromisso apenas social, mas como fruto da liberdade da pessoa em poder estar em relação. As mudanças na família e no casamento também estão mais pautadas no desenvolvimento das pessoas, na busca por relações mais igualitárias e na realização daqueles que compõem os laços de intimidade.

A descrição literária e histórica da família, ou da vida das famílias, foi substituída entre 1861 e 1871 por uma abordagem estrutural dos sistemas de parentesco posta em prática pelas novas ciências humanas: sociologia, antropologia, psicologia. E a transformação do olhar dirigido a essa realidade teve, como consequência, valorizar a consideração de funções simbólicas, regras da aliança, da filiação ou da germanidade, em detrimento de uma abordagem mais tradicionalista centrada no estudo das origens míticas do poder paterno, do patriarcado ou do matriarcado. As possibilidades de relações, especialmente no caso do Brasil, não dependem necessariamente, da configuração deste lar, até porque a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade que precisa ser olhada sem discriminação, preconceito ou conservadorismo (SARTI, 2004).

As negociações conjugais requerem o reconhecimento da autonomia e da independência dos parceiros, considerando a satisfação das necessidades individuais, sem deixar de levar em conta a complementaridade conjugal. O mito da busca da “cara metade”, da “alma gêmea” ou da “metade da laranja”, que tem suporte em um modelo absolutamente complementar, supondo a existência de seres incompletos e dependentes que encontrariam no parceiro amoroso a completude plena, tende a se revelar cada vez mais inoperante. Na sociedade contemporânea, os ideais individualistas entram em conflito com os ideais de complementaridade que embasam a dependência conjugal, tornando cada vez mais complexo o convívio entre individualidade e conjugalidade.

Na tentativa de compreender melhor o significado das palavras “personalidade”, “subjetividades”, a psicologia junguiana vem se debruçando ao estudo da psique. De natureza heterogênea, a psique, na abordagem Junguiana, é compreendida como ambiente de convivência de múltiplos personagens autônomos, além de diversas camadas que compõem a estrutura da personalidade. A personalidade é então entendida como um todo, um campo que engloba múltiplos aspectos. Para Hall & Nordby (1980), a psique possui uma estrutura cujos componentes interagem uns com os outros e com o mundo exterior. Subdivide-se em diversos níveis, dentre os quais se distingue a *consciência* e o *inconsciente*.

Segundo Jung (1995), o *inconsciente* se estrutura em duas camadas. A primeira camada seria formada pelo *inconsciente pessoal* que é formada por percepções dos sentidos que não ultrapassaram o limiar da consciência por falta de intensidade, além de lembranças perdidas, reprimidas ou recalçadas e evocações dolorosas, (correspondendo àquilo que Jung chamou de *sombra*). A segunda camada seria definida pelo autor como *inconsciente coletivo*, de cunho hipotético dedutivo. Para Jung, esta camada seria transpessoal tendo em vista o caráter universal que a configura. Esta camada carrega imagens e padrões universais que ultrapassam a noção de cultura e podem ser observadas empiricamente, através das imagens e padrões de comportamentos que se repetem ao longo da história da humanidade. Assim, para Jung, a pessoa não viria como uma folha em branco, como preconizava os atomistas, mas dotado de conteúdo (arquetipos), assim como temperamentos e impulsos que dialogam dialeticamente com a cultura.

A classificação do comportamento humano é tão antiga quanto a própria humanidade. A percepção de características distintas e semelhantes entre as pessoas levou à reflexão e às tentativas de agrupamentos de diferentes tipos. O horóscopo e o estudo dos zodíacos certamente são algumas das inúmeras tentativas de classificar pessoas através de seu temperamento. Na antiga Grécia, Galeno, por volta de 190 d.C., desenvolveu o conceito de

“Sanguíneo”, “Melancólico”, “Colérico” e “Fleumático” para caracterizar o temperamento. (ZACHARIAS, 1995). Jung, baseando-se em suas observações ao longo de seus anos como psiquiatra e clínico da psicologia, desenvolveu os Tipos Psicológicos.

Inicialmente, Jung concluiu então que há dois tipos de atitude nas pessoas, uma que se interessa mais pelo objeto e outra que se interessa mais por aspectos subjetivos, chegando ao conceito de extroversão e introversão (HALL, 1986). Posteriormente, percebeu que essa classificação separa as pessoas em dois grupos, contudo, ele achou essa divisão “tão superficial e genérica que não permite mais do que uma distinção igualmente genérica” (JUNG, 1991a, p.22). Por isso, em 1921, ele lançou sua obra denominada *Tipos Psicológicos*, criando um modelo de tipologia que explica o comportamento com base na diferença entre estruturas especificamente psíquicas.

Cloninger (1999) diz que Jung descreveu quatro funções psicológicas fundamentais que mostram os processos cognitivos e de que maneira as pessoas usam esses processos, dando origem à definição da tipologia de cada um. Essas funções são descritas como: *pensamento, sentimento, intuição e sensação*. Elas se dividem em: *funções racionais* e *funções irracionais*. O *pensamento* e o *sentimento* são denominados funções racionais, já que, através dessas funções, ordena-se episódios e atitudes. As funções irracionais, *sensação* e *intuição*, são consideradas modos complementares de obter informações sobre o mundo, são formas de percepção.

De acordo com Jung:

A experiência mostra que é praticamente impossível, devido às circunstâncias adversas em geral, que alguém desenvolva todas as suas funções psicológicas simultaneamente. A exigência social obriga o homem a aplicar-se, antes e acima de tudo, à diferenciação da função com a qual ele está mais bem equipado pela natureza, ou que irá lhe assegurar o maior sucesso social. Muito frequentemente, de fato como regra geral, um homem se identifica mais ou menos completamente com sua função mais favorecida e, portanto, mais desenvolvida. (JUNG, citado por SHARP, 1993, p. 73).

A psicologia Junguiana entende que todas as pessoas possuem as quatro funções, contudo, uma atua de forma mais predominante e se diferencia das outras. Essa função predominante é denominada de *função principal*. A segunda função mais atuante é a *função auxiliar* e a função menos desenvolvida e, por isso inconsciente, é a *função inferior*. Como as quatro funções podem ser extrovertidas ou introvertidas, resultam em oito tipos psicológicos básicos: *pensamento introvertido, pensamento extrovertido; sentimento introvertido, sentimento extrovertido; sensação introvertida, sensação extrovertida; intuição introvertida,*

intuição extrovertida. A combinação dessas funções e das atitudes deu origem a oito tipos que foram escritos originalmente por Jung. As pesquisadoras norte-americanas, Katharine Briggs e Isabel Briggs Myers, adicionaram uma predileção a mais, dando o nome de atitude perceptiva (P) e uma atitude Julgadora (J) como maneira de lidar com o mundo (ZACHARIAS, 1995). As combinações entre os tipos e atitudes formam 16 tipos psicológicos.

Cada uma destas complexas combinações entre atitudes e funções psicológicas geram probabilidades de comportamentos típicos em pessoas que seguem cada uma desta tipologia. Este estudo torna-se relevante justamente na possibilidade de avaliar comparativamente como lidam com os conflitos conjugais e os tipos psicológicos. Caso a prevalência do reconhecimento de determinados conflitos conjugais com tipos psicológicos seja comprovada, pode-se averiguar a possibilidade de não apenas lidar com os conflitos existentes, mas com a probabilidade de sua ocorrência, servindo de tarefa preventiva na atuação e cuidado aos casais.

Descrição de atitudes e funções típicas de cada tipo psicológico

Introverso

Está sempre preocupado em retirar a libido do objeto, como também em prevenir-se contra um superpoder que este (o objeto) possa ter. Pessoas com tendência a valorizar mais o mundo interno, a imaginação e fantasias do que o mundo externo, que tende a ser observado com certo temor e receio.

Extroverso

Comporta-se de modo positivo diante do objeto, orienta-se por ele e a ele se reporta; aparentemente, afirma sua importância na medida em que, constantemente, orienta-se por ele. Mas, no fundo, o objeto nunca apresenta valor suficiente, motivo pelo qual sua importância é aumentada. Logo, sendo o contrário do introverso, tende a valorizar mais o mundo externo que o interno, tendendo a ter maior dificuldade na autoanálise.

Sobre as funções:

Sensação

A “sensação” constata a presença das coisas, seu enfoque é na experiência direta dos sentidos. E a partir dos nossos sentidos, é que entramos em contato com os detalhes e características de tudo que está a nossa volta. Ela compreende todas as experiências produzidas por estímulos dos órgãos do sentido: visão, audição, paladar, olfato e tato, assim como as que se originam dentro do corpo. A sensação não deve incluir nenhum juízo, nem ser influenciada ou dirigida.

Intuição

A intuição vai aparecer na consciência como se fosse uma percepção pura, mas na verdade não é. Ela chega à experiência imediata por processar, de maneira rápida e automática, os dados relevantes das experiências relacionadas ao passado ou ao futuro. É uma função pouco usada em nosso cotidiano. Mas, em situações desconhecidas, quando nos encontramos em terrenos nunca antes percorridos, surgem, como por encanto, soluções que a princípio nos parecem mágicas; ficamos “inspirados” e, imediatamente, utilizamos nossa função intuitiva como algo natural.

Pensamento

O pensamento é a função esclarecedora do significado das coisas, portanto, esta função julga e exclui para definirmos o que as coisas são. Apreende as coisas na sua especificidade, as diferencia do que elas não são. Relaciona-se com julgamentos derivados de critérios impessoais, lógicos e objetivos.

Sentimento

Jung (1991[1921]) admite que o sentimento é um conceito muito impreciso e que apresenta enorme variação e ambigüidade. E também que expressa algo característico e apreensível em sua existência e, quando a intensidade aumenta, surge um afeto. Para Jung, afeto é o mesmo que emoção, um estado de sentimento que, ao atingir certo grau de intensidade, liberta inervações corporais, causando alterações no comportamento.

Segue, abaixo, o quadro das possibilidades totais dos tipos psicológicos:

Quadro 1: POSSIBILIDADES TOTAIS DE TIPOS PSICOLÓGICOS

Tipo	Atitude	Função Principal	Função Auxiliar	Função menos Preferida
EStIn	extrovertida	sentimento	intuição	pensamento
EInSt	extrovertida	intuição	sentimento	sensação
EPsIn	extrovertida	pensamento	intuição	sentimento
EInPs	extrovertida	intuição	pensamento	sensação
EStSs	extrovertida	sentimento	sensação	pensamento
ESsSt	extrovertida	sensação	sentimento	intuição
EPsSs	extrovertida	pensamento	sensação	sentimento
ESsPs	extrovertida	sensação	pensamento	intuição
IInSt	introvertida	intuição	sentimento	sensação
IStIn	Introvertida	sentimento	intuição	pensamento
IInPs	introvertido	intuição	pensamento	sensação
IPsIn	introvertida	pensamento	intuição	sentimento
ISsSt	Introvertida	sensação	sentimento	intuição
IStSs	introvertida	sentimento	sensação	pensamento
ISsPs	introvertida	sesnsação	pensamento	intuição
IPsSs	introvertida	pensamento	sensação	sentimento

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é um sistema complexo de relações que permite a seus membros grande mobilidade e variabilidade. Tem relação dialética e dialógica com a sociedade, influenciando e sendo influenciada por valores, ensinamentos, costumes e culturas. O desenvolvimento do ser humano se inicia na família, perdurando ao longo do seu ciclo vital. É na dinâmica familiar que se tem as primeiras aprendizagens, sendo o casamento a representação do início e base de uma família.

O estudo revisa as variáveis que envolvem discussões, desacordos e/ou conflitos entre os casais, ampliando e inter-relacionando os tipos psicológicos com os principais

conflitos dos mesmos. Através da teórica e técnica dos Tipos Psicológicos, o trabalho mostra elementos que possam ser elucidativos para que casais possam lidar melhor com os seus conflitos da vida cotidiana, causados tanto por motivadores externos quanto pelo envolvimento de suas tipologias.

O conflito faz parte de todas as relações humanas e pode apresentar seu lado positivo e transformador, através, por exemplo, do aprendizado e crescimento adquiridos ao lidar com as diferenças entre seus membros. Contudo, o conflito também pode ser negativo no sentido de estagnar a relação conjugal, tornando um vínculo adoecido, dependente e/ou desadaptativo. O estudo dos tipos psicológicos pode proporcionar um melhor conhecimento sobre a personalidade dos cônjuges, além de auxiliar no entendimento da forma como os casais lidam com seus conflitos diariamente. Sugere-se que mais pesquisas sejam realizadas na prática com esse intuito, utilizando as ideias da tipologia junguiana, com diversos casais e em diferentes contextos, como relacionamentos transexuais.

4 REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CLONINGER, S. C. *Teorias da personalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FÉRES-CARNEIRO, T. *Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade*. (In) *Psicologia: reflexão e crítica*, vol. 11, n. 2, Porto Alegre, 1998 [Aula magistral proferida em 25/05/98, PuC-RJ].

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

HALL, C. S.; NORDBY, V. J. *Introdução à psicologia Junguiana*. São Paulo: Cultrix, 1980.

HALL, J. A. *A experiência Junguiana: análise e individuação*. São Paulo: Cultrix, 1986.

JUNG, C. G. *Tipos psicológicos*. Petrópolis: Vozes, 1991.

JUNG, C. G. *Psicologia do inconsciente*. Vol. 7/1 Obras completas de Carl G. Jung. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LÓPEZ, V. F. *Vínculo conjugal: entre o individualismo e a busca pelo outro*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia, Brasil, 2008.

LYPOVESTKY, G. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Antropos, 1983.

LYPOVESTKY, G. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LYPOVESTKY, G. *Temos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

RÍOS-GONZÁLEZ, J. A. (Coord.). *Los ciclos vitales de la familia y la pareja*. Madrid: Editorial CCS, 2005.

SARTI, C. A. *Algumas Questões sobre Família e Políticas Sociais*. In JACQUET, C.; COSTA, L. F. (Org). *Família em Mudança*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.

SEN, A. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHARP, D. *Tipos de personalidade: o modelo tipológico de Jung*. São Paulo: Cultrix, 1993.

VON FRANZ, M. L. *A função inferior*. In: *A tipologia de Jung*. São Paulo: Cultrix, 1971.

ZACHARIAS, J. J. M. *QUATI: Questionário de Avaliação Tipológica*. 5. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Vetor, 2003.

O TRABALHO PSICOSSOCIAL COMO PROMOTOR DE MUDANÇA DA PESSOA: UM ESTUDO DE CASO EM UM CRAS DE SALVADOR/BAHIA

Wanderlene Cardozo Ferreira Reis *
Ana Cecília de Sousa B. Bastos **

RESUMO

Esse artigo busca analisar uma experiência vivida por uma psicóloga numa Unidade do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), na cidade de Salvador-Bahia. A metodologia utilizada foi um estudo qualitativo com um caso de uma família residente no Subúrbio Ferroviário. Foram realizados acompanhamentos individualizados, em grupo comunitário e grupo familiar. Discutiu-se a possibilidade da teoria da Tecnologia Social (TS), como sugerido por Dagnino (2004), instrumentalizar trabalhos psicossociais voltados às políticas públicas no Brasil. Apontou-se como principais resultados, que a participação efetiva do grupo familiar e do grupo comunitário, trouxeram benefícios como, aumento do nível de resiliência e maior protagonismo social (agency). Utilizou-se, como recorte teórico, os autores Mogens (2011;2017) e Hundeide (2005), que apontam o papel eficaz do modelo contexto-ambiente e suas condições de influência e o trabalho social promovendo a mudança da pessoa.

Palavras-chave: Família. Cras. Resiliência. Protagonismo.

ABSTRACT

This article seeks to analyze an experience lived by a psychologist in a Unit of the Reference Center on Social Assistance (CRAS), in the city of Salvador-Bahia. The methodology used was a qualitative study with a case of a family resident in the Railway Suburb. Individual follow-ups were performed in a community group and a family group. The possibility of the Social Technology theory (TS), as suggested by Dagnino (2004), was instrumental in the instrumentalisation of psychosocial works focused on public policies in Brazil. It was pointed out as main results, that the effective participation of the family group and the community group, brought benefits like, increase of the level of resilience and greater social protagonism (agency). The authors Mogens (2011; 2017) and Hundeide (2005), who point out the effective role of the context-environment model and its influence conditions and the social work promoting the person's change were used as a theoretical cut.

Keywords: Family. Cras. Resilience. Protagonism.

1 INTRODUÇÃO

* Psicóloga e Pedagoga. Aluna do Programa de Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea, Pesquisadora do grupo Família (auto) biografia e poética (FABEP) Universidade Católica do Salvador. E-mail: jnd1232@hotmail.com.

** Doutora em Psicologia-Universidade de Brasília. Psicóloga e Pesquisadora do grupo Família (auto) biografia e poética (FABEP) Universidade Católica do Salvador. E-mail: anaceciliabastos@gmail.com.

A família tem sido, e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas. Para Cardoso (2012), “a família representa a extraordinária invenção cultural incumbida de desempenhar o papel de “útero social” para os recém-chegados (p. 167)”. E esta “invenção cultural” é a chave para a manutenção e transmissão de todas as outras invenções realizadas pelos seres humanos. Enquanto que para Petrini (2003, 2007), a família representa uma complexidade inerente ao seu modo de articular relações, as discussões acerca do que é a família se guiam em todos os sentidos epistemológicos e interdisciplinares, ou seja, diversas disciplinas e áreas do conhecimento se debruçam sobre o estudo da família, e assim “cada um desses olhares constrói um discurso particular do que seja a família”. (RABINOVICH & MOREIRA, 2008, p. 448)

Contudo a família sofre pressões, tanto internamente, quando provém de mudanças evolutivas de seus próprios membros, quanto externamente, quando provém de exigências de outras instituições sociais significativas, como a escola e a igreja.

Com efeito, muitos fatores externos à família entram em jogo para redefinir os valores e os critérios, os modelos de comportamento de cada membro, a começar pela escola dos filhos, nas diversas etapas de seu desenvolvimento, pela influência exercida pelo ambiente de trabalho do homem e da mulher, por outras instâncias formativas, grupos, clubes, associações, comunidade religiosas, cursos que podem introduzir no diálogo familiar elementos de discussão e até de conflito. (PETRINI, 2004, p. 19)

Devido à necessidade de se afirmar e reconhecer o papel essencial da família como o principal canal de socialização de diversas práticas sociais, formadoras de uma cultura pessoal e coletiva, é mister possibilitar o apoio incondicional a esta instituição social. Desse modo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2011), sugere a matricialidade sociofamiliar e a prerrogativa de integração entre diversos serviços, programas, projetos e benefícios, estabelecendo um protocolo de gestão integrada. Com isso, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), instituída nos Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), busca atender famílias em situação de vulnerabilidades sociais decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização dos vínculos de pertencimento e sociabilidade ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009/2013).

Para Beato et al. (2011),

a política de Assistência Social parte do pressuposto de que a construção da autonomia e do protagonismo social só são possíveis quando a família é efetivamente referenciada em seu território e inserida na rede de proteção social. A família seria, nessa perspectiva, um espaço de ressonância das

questões coletivas e um vetor de mudança social (BRASIL, 2009a). Para tal, a política sugere o exercício de uma cidadania participativa e reserva, aos trabalhadores que a executam, a tarefa de aprimoramento de estratégias de fomento à participação. (BEATO et al. 2011, p. 14)

Com essa política, sugere-se que o trabalho realizado pelos profissionais, nos CRAS, representam uma tecnologia social (TS), partindo-se do pressuposto de que a TS, como apontado por Dagnino (2004), é uma construção social que proporciona à comunidade crescimento. Como sugeriram Gomes e Becker (2013, p.13),

se todo o instrumento, equipamento, método ou artefato criado pelo – que tem como objetivo potencializar as ações humanas ou permitir um salto de qualidade na organização social, econômica, política ou cultural– é tecnologia, então toda a tecnologia é social, pois essas ações só podem ocorrer em sociedade.

Dias (2013), relata suas experiências nomeadas como TS, onde organizou um grupo de mulheres com o objetivo de realizar debates e atividades externas. Assim ela descreve a metodologia de trabalho:

O grupo, uma vez por mês, realiza várias ações que propiciam a capacidade de desenvolvimento pessoal e do grupo. Nestas ações, são previstos seminários, debates e dinâmicas de grupo sobre temas selecionados pelas participantes e pela equipe técnica: Higiene e Saúde, Doenças que derivam da falta de higienização, Reciclagem de Lixo e cuidados com a saúde, Violência doméstica, DSTs, Relacionamentos amorosos saudáveis e patológicos, Cidadania, Direito da mulher, Lei Maria da Penha e outros. (DIAS, 2013, p. 33)

Para as autoras Fernandes e Maciel (2013), é necessário apontar que as Tecnologias Sociais poderão trazer efetivas mudanças de ordem social e econômica, pois promovem e rompem com o ciclo de pobreza, vulnerabilidades e risco social, pelos quais vivem diversas famílias, “e que, de forma coletiva, vivenciam experiências que incidem não somente nas suas condições de vida, transformando a si mesmos, como transformando o cenário socioeconômico da comunidade na qual vivem e do país”. (FERNANDES & MACIEL, 2013, p. 11)

Dito isso, coloca-se o psicólogo na Assistência Social, num papel de colaborador, que, propondo diversas ações socioeducativas que visem o empoderamento das famílias, possibilite a superação das vulnerabilidades sociais impostas a estas e, conseqüentemente, o alcance de uma melhor qualidade de vida.

Deste modo, a proposta deste artigo foi analisar uma experiência vivida por uma psicóloga numa Unidade do Centro de Referência em Assistência Social na cidade de

Salvador-Bahia, relacionando o trabalho com famílias em relação ao grupo comunitário, buscando a mudança da pessoa, baseada no conceito de Tecnologias Sociais (TS). A metodologia utilizada foi um estudo qualitativo com um caso de uma família residente no Subúrbio Ferroviário, participante do grupo do PAIF no CRAS.

O caso foi vivenciado por uma das autoras, no ano de 2016, quando atuava como Psicóloga em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), localizado na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia. De forma a manter a privacidade dos sujeitos descritos neste relato de experiência, foram usados nomes fictícios. Todo controle ético foram seguidos rigorosamente neste estudo, os participantes concordaram quando foram informados dos riscos e benefícios do mesmo, assim como foram informados do sigilo absoluto quanto aos seus nomes e endereços residenciais. Vale ressaltar que a família fora dispensada do acompanhamento no CRAS, por ter alcançado o pleno desenvolvimento psicossocial, planejado conjuntamente entre a família e a Psicóloga, através do instrumento denominado “Plano de Acompanhamento Psicossocial”.

2 O CASO

No mês de março de 2016, chega ao CRAS, a Sr^o Maria, trazendo seus dois filhos, (Ivo de sete anos de idade e Caio com nove anos), e uma queixa escolar: segundo ela, a professora de Caio disse-lhe que ele tem “déficit de atenção”! Contudo, neste mesmo atendimento, a Sr^a Maria informa que o filho foi atendido pelo neurologista e oftalmologista, fez teste audiométrico, que “deu resultado normal”. Tanto professores quanto a mãe achavam que ele não escutava normalmente. Caio está no 4^o ano do Ensino Fundamental I. Realizo alguns atendimentos, com o garoto e seus pais, que ora se revezavam nos atendimentos. Realizamos, juntos, um plano de acompanhamento psicossocial (PAP), que incluía participação da família e da psicóloga. Vale ressaltar que este trabalho não se constituía numa prática clínica, mas atender a demanda, seja da família, da escola ou outras instâncias, era imprescindível.

Uma das atribuições da família era participar ativamente do grupo de convivência, denominado de PAIF (Serviço de Atenção Integral à Família), realizado quinzenalmente com todas as famílias que eram atendidas e acompanhadas no CRAS. A competência da psicóloga era interagir neste grupo de famílias, propondo atividades de intervenção psicossocial, contudo, a maior protagonista era a comunidade naquele grupo representada (ajuda mútua).

Foram realizados palestras, debates e dinâmicas de grupos, cujos temas foram propostos pelos participantes (todos os grupos familiares acompanhados pela psicóloga e assistente social), visitas domiciliares e à escola.

Foram realizadas duas visitas à escola de Caio e feito a escuta de seus/suas professores (as) (anteriores e atual). Neste caso, os discursos eram os mesmos que fora apresentado à mãe do garoto, quando em reunião pedagógica. Nos atendimentos à criança foi percebido que o mesmo não tinha “déficit de atenção”, mas estava com dificuldades em realizar leituras dinâmicas (assoletrava na maioria das vezes as palavras), contudo na oralidade era bem desenvolvido, inclusive para sua idade, se mostrou tímido e expressou acreditar no que os outros diziam dele. Para ajudar o garoto e sua família, Caio foi encaminhado a uma psicopedagoga que, nas primeiras avaliações, informou à psicóloga que o garoto não tinha dificuldades de aprendizagem.

Enquanto isso, a família de Caio (mãe, pai e irmão menor) participavam das atividades propostas, contudo, a maior frequência era da Sr^a Maria (mãe de Caio).

Uma família nuclear, (pai, autônomo, mãe, dona de casa e os dois filhos), baixa renda e beneficiários da Bolsa Família. Maria, uma mulher jovem (32 anos), tinha concluído o Ensino Médio, antes de ter os dois filhos; realizava alguns trabalhos como autônoma (fazia applies em cabelos) e cuidava da casa. Não aceitava o diagnóstico dado pelas professoras e, algumas vezes, revelou ter ido à escola para “brigar” com estas, pois achava que Caio era “um menino inteligente”, contudo, dizia que “era um pouco manhoso”. Ela revelou que fazia “tudo para o menino”, desde o banho a dar-lhe comida “na boca” como ela mesma dizia. Aos poucos ela fora percebendo que precisava se reposicionar diante de suas próprias atitudes para com Caio.

À medida que o tempo ia passando, houve outro reposicionamento diante dela própria. Chegou eufórica no atendimento, para informar que entrara numa Faculdade, para fazer o curso de Pedagogia. Em outro momento, chegou demonstrando bastante insegurança, pois tinha sido alocada numa turma que já estava no quinto semestre do curso, e ela sem sentia “um peixe fora d’água”, como expressou. Dizia que as colegas não queriam fazer trabalhos com ela, pois a considerava incompetente para tal. Após novo reposicionamento, Maria tomou a iniciativa de fazer um trabalho e apresentar sozinha, da qual fora muito elogiada pela professora. A partir daí, ela se sentiu mais confiante e “foi aceita em um grupo de colegas”.

No mês de dezembro, quando na atividade de autoavaliação dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano no CRAS, no grupo de famílias, Maria deu seu depoimento,

dizendo que “agora ficou tudo bem”, Caio passou de série, seus professores elogiaram sua mudança, e ela concluiu o semestre no curso de Pedagogia.

Discussão do caso:

Neste caso, brevemente apresentado, discutiremos sobre resiliência, protagonismo (agency), o modelo contexto-ambiente e suas condições de influência e o trabalho social promovendo a mudança da pessoa. Tomarei como recorte teórico os autores Mogens (2011;2017) e Hundeide (2005).

Sobre resiliência:

Mogens (2017) aborda a questão da resiliência, não como um traço do indivíduo, como sendo ou não sendo, mas como processo característico da relação da pessoa mais o ambiente (entendido como contexto social). Discussão corroborada ao longo do seu curso, um termo complexo que exige uma máxima atenção no que diz respeito às ideologias e estereótipos que podem ser construídos por força de um mau entendimento da abordagem teórica. Penso que a resiliência esteve presente, não em um sujeito específico, mas na relação que a família de Maria, e nos diferentes papéis sociais desempenhados na trama: a família se relacionando com o ambiente escolar, com suas forças e tensões próprias, a família se relacionando com a instituição CRAS, enquanto instância mediadora de conflitos e a família se relacionando através dos seus membros.

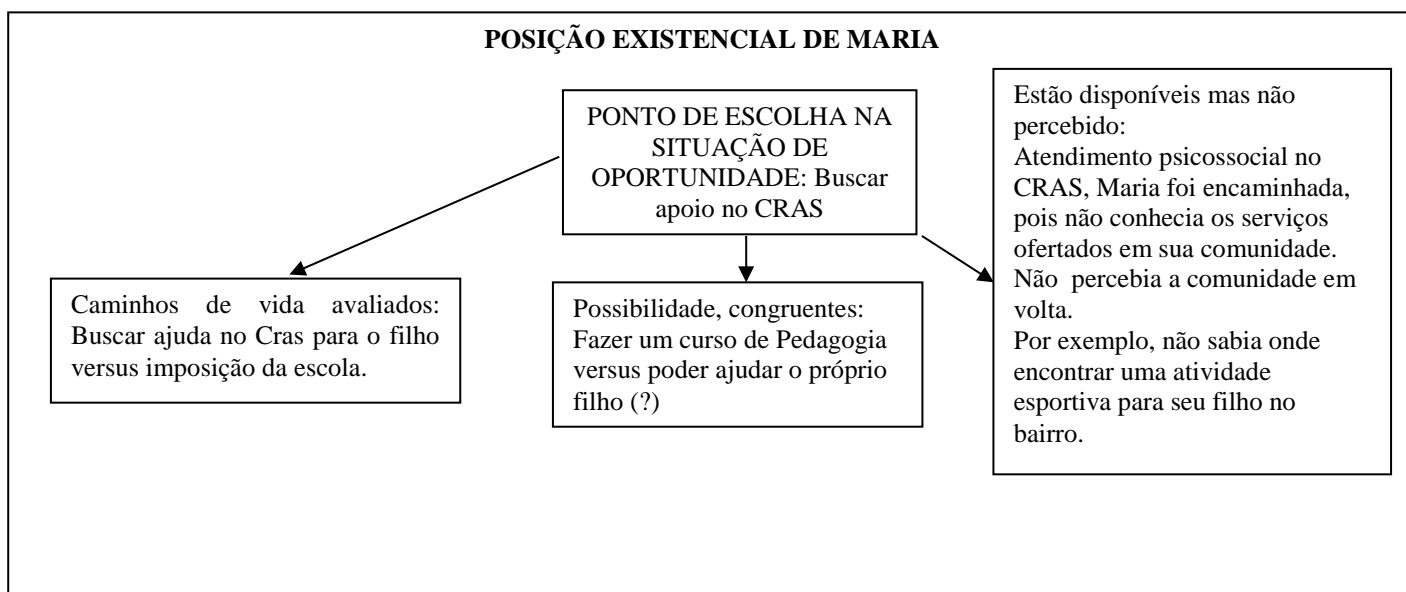
Para os tópicos Agency, o modelo contexto-ambiente e suas condições de influência e o trabalho social promovendo a mudança da pessoa, utilizaremos a palavra “protagonismo” por ser mais explicativo na língua portuguesa. Como mencionamos anteriormente, a comunidade, representada na formação grupal de famílias do PAIF, colaborou com o próprio protagonismo de Maria. Vejamos o que diz Mogens (2011),

(...) é uma característica do homem que o desenvolvimento ocorre em comunidades sociais. Uma pessoa não pode desenvolver certo grau de saúde se isolada do contato humano, e a comunidade facilita a expressão de certas possibilidades, bem como afeta o desenvolvimento de formas específicas. (MOGENS, 2011, p. 3)

De modo a especificar os reposicionamentos aqui abordados, utilizaremos duas representações (figuras 1 e 2) elaboradas por Hundeide (2005, p. 248 e 256), a primeira sobre o modelo de situação de oportunidade, e a segunda, o modelo de mudança através do suporte social.

Mapeamento das oportunidades nos caminhos das pessoas

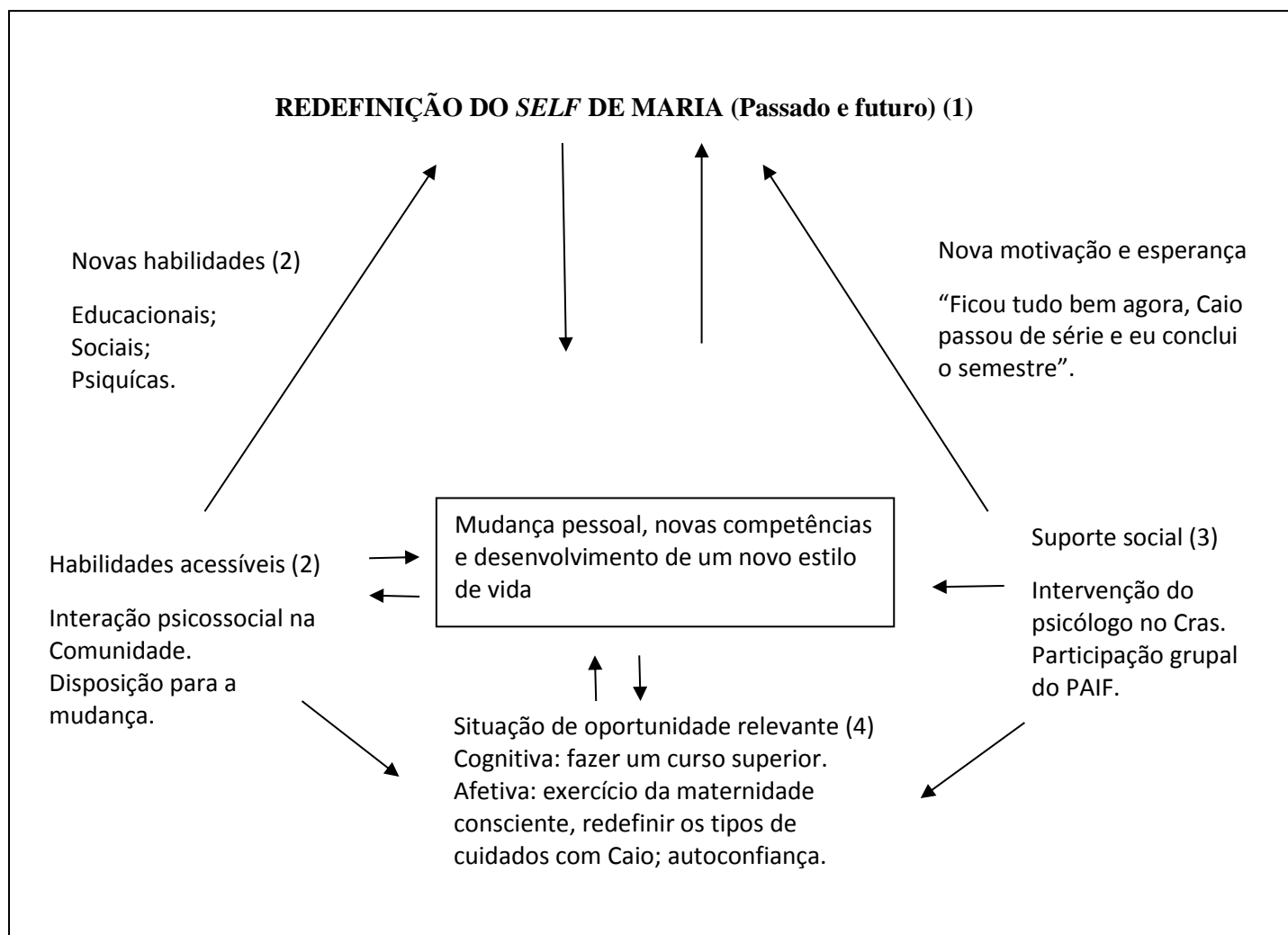
Figura 1. Modelo psicológico de situação de oportunidade.



Maria foi solicitada pela escola de Caio a buscar apoio psicológico para o filho que estava com “dificuldades de aprendizagem” em uma Unidade do CRAS. Diante disso, aproveita a oportunidade surgida no contexto. Para Hundeide (2005), isso se configura um ponto de escolha que estava disponível, mas não era percebido. Contudo, a imposição da escola em levantar “diagnósticos” que para ela, como mãe de Caio, soavam “falsos”, poderia ter comprometido sua ida ao CRAS, caso sofresse uma avaliação negativa. No entanto, percebe-se na apresentação do caso que Maria tomou outro caminho, ou seja, buscar apoio na Instituição. Outra oportunidade surge na vida de Maria: poder realizar um curso superior em Pedagogia, (obtivera uma bolsa integral numa Faculdade particular). Surge neste contexto uma dimensão avaliativa da trajetória de Maria, pois “poderia ajudar o próprio filho, nas questões escolares”.

Na maioria das vezes, a escola, na tentativa de buscar auxílio, impõe às famílias o exercício de um papel que não lhe cabe, que é alfabetizar as crianças. Com essa tensão sofrida, a mãe do garoto, busca suas próprias estratégias para atender a demanda da escola.

Figura 2. Modelo de mudança através do suporte social.



Na figura 2, se discute o modelo de mudança através de um suporte social que fora ofertado à família de Maria, com o objetivo de redefinição dos selves. Hundeide (2005) apresenta como pré-requisitos essenciais para a mudança da pessoa em contextos sociais de modo a adquirir novas habilidades para lidar com os vários eventos da vida familiar e comunitária (3). A redefinição do passado e uma nova definição de futuro (1) possibilitou a Maria, criar novas competências sociais (2), tornando-se relevante para sua família. A situação de oportunidade não somente foi um sentido objetivo, mas como uma motivação subjetiva para esta pessoa (4), novo estilo e maneiras, e mais importante, competências e habilidades (2): como por exemplo, maior interação psicossocial na Comunidade e disposição para a mudança.

3 CONCLUSÃO

Como fora dito anteriormente, o trabalho junto às famílias do CRAS não é clínico psicológico, mas psicossocial, deste modo, compreende-se que o “tratamento sociopedagógico”, enquanto uma Tecnologia Social, como desenvolvido por Mogens, apresenta características similares ao que nos é proposto pelos manuais de orientação do trabalho psicossocial em CRAS.

Por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Esta normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. (BRASIL, 2009/2013)

Sugere-se ampliar o escopo de investigação e análise deste trabalho aqui apresentado, visto não ser objetivo da atividade proposta. Sobremaneira, diversas interpretações teóricas poderão colaborar para melhor compreensão do fenômeno discutido, por exemplo, a respeito da criação de vínculos entre escola e comunidade, assim como, estudar um modelo mais dinâmico das interações, pessoa-ambiente-contexto- tempo.

REFERÊNCIAS

BEATO, Mônica Soares da F. et al. **A psicologia e o trabalho no CRAS**. Belo Horizonte: CRP 04, 2011.

BRASIL. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CARDOSO, Amauri M. A benção paterna. In: MOREIRA, Lúcia V. e CARVALHO, Ana M. (orgs). **Família e Educação: olhares da psicologia**. São Paulo Paulinas, 2012, p. 167.

DIAS, Adriana. Educação em saúde: um sabonete medicinal como tecnologia social. In: FERNANDES, Rosa Maria C. e MACIEL, Ana Lúcia S. (org.). **Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010. p. 31-34.

FERNANDES, Rosa Maria C. e MACIEL, Ana Lúcia S. Caminhos das tecnologias sociais: reflexões iniciais. In: FERNANDES, Rosa Maria C. e MACIEL, Ana Lúcia S. (org.). **Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010. p. 09-12.

GOMES, Gilmar e BECKER, Cássio Luciano. Tecnologia social: isso serve para que mesmo? In: FERNANDES, Rosa Maria C. e MACIEL, Ana Lúcia S. (org.). **Tecnologias sociais:**

experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010. p. 13-16.

HUNDEIDE, Karsten. Socio-cultural Tracks of Development, Opportunity Situations and Access Skills. University of Oslo, Norway. **Culture & Psychology.** SAGE Publications, v. 11. p. 241–261, 2005.

JENSEN, M. Desired Ambiguities and dealing with ambivalences in the context of social work. Dinamarca: Aalborg, 2017. (MANUSCRITO)

_____. A concept of social-pedagogical treatment. Dinamarca: Aalborg, 2011.

PETRINI, João C. Políticas sociais dirigidas à família. Em A. Gorges & M. G. Castro (orgs). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais.** p. 207-231. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. A relação nupcial no contexto das mudanças familiares. In: JACQUET, Christine & COSTA, Livia F. (orgs.) **Família em mudança.** São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.

_____. **Pós-modernidade e família: um itinerário de compreensão.** Bauru: EDUSC, 2003.

RABINOVICH, Elaine P.; MOREIRA, Lucia V. Significados de família para crianças paulistas. **Revista Psicologia em Estudo,** Maringá, v.13, n. 3, p. 447-455, jul/set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722008000300005&script.>> Acesso em: 20 maio 2017.

USO DE HORTALIÇAS NA BIORREMEDIAÇÃO DE *ACHATINA* *FULICA* (GASTROPODA: PULMONATA)

Gabriela Guimarães Fernandes*
Ana Carolina Oliveira da Silva*
Bianca Antão dos Santos*
Marcelo Henrique Guedes Cabral*
Eder Carvalho da Silva**

RESUMO

Uma das principais causas da perda de biodiversidade é a substituição das espécies nativas por espécies exóticas invasoras. O caramujo invasor *Achatina fulica* Bowdich, 1822 é originário do leste da África, onde evoluiu nas margens de florestas. Foi introduzido no Brasil no estado do Paraná em meados da década de 1980 para ser comercializado como "escargot". No entanto a baixa demanda no mercado consumidor fez com que os criadores desativassem seus plantéis, gerando assim a liberação intencional onde, livres no ambiente, espalharam-se rapidamente e resultaram num grande impacto ambiental. Diante da tentativa de controlar esses organismos o presente estudo objetivou avaliar o comportamento desses caramujos à presença de três plantas herbáceas que, segundo a sabedoria popular, atuam na biorremediação desses organismos: Hortelã (*Mentha sp.*), Salsa (*Petroselinum crispum*) e Manjeriço (*Ocimum basilicum*). As plantas foram dispostas em caixas plásticas com caramujos invasores e foram observadas as reações dos organismos. O experimento foi repetido duas vezes com um grupo distinto de caramujos. Esperava-se algum tipo de reação negativa dos caramujos quando em contato com a planta, contudo, por ser uma espécie generalista em seus hábitos alimentares, não apresentou nenhuma variação no padrão comportamental durante o experimento, inclusive consumindo as plantas. Por se tratar de uma espécie invasora potencialmente perigosa pra biodiversidade e que deve ser controlada, sugere-se que novos testes com outras plantas sejam realizados.

Palavras-chave: Moluscicida. Biorremediação. Bioninvasão.

1 INTRODUÇÃO

As invasões biológicas são consideradas a segunda causa da perda de biodiversidade, pois podem alterar os ciclos ecológicos e homogeneizar a biota (BYERS et al., 2002). A perda de biodiversidade ocorre em substituição das espécies nativas por um pequeno número de espécies exóticas invasoras (COWIE; ROBINSON, 2003). Ao chegar em um novo ambiente

* Graduandos em Ciências Biológicas (UCSal). Universidade Católica do Salvador, Avenida Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituvaçu, CEP: 41.740-090 - Salvador / BA. Endereço Eletrônico: gabiufernandes@hotmail.com; carolinapesttana@hotmail.com; antao.bianca@hotmail.com; marcelohgc@gmail.com

** Doutor em Ecologia (UFBA). Coordenador do Núcleo Integrado de Estudos em Zoologia – NIEZ. Orientador. Endereço eletrônico: eder.silva@ucsal.br

as espécies exóticas podem interagir com as nativas de diversas formas. A espécie exótica pode se estabelecer ao novo meio e manter-se em equilíbrio com a comunidade já existente. Porém se a espécie invasora apresentar certas características como, alta taxa de crescimento e dispersão, potencial reprodutivo e adaptativo, e ausência de inimigos naturais na nova área, pode se expandir rapidamente e ocupar de modo efetivo o território (DARRIGRAN, 1997).

O caramujo *Achatina fulica* Bowdich, 1822 é originário do leste da África, onde evoluiu nas margens de florestas (RAUT; BARKER, 2002). Foi introduzido no Brasil no estado do Paraná, em meados da década de 1980 para ser comercializado como “escargot”. No entanto, em virtude da baixa demanda do mercado consumidor, os criadores desativaram seus plantéis, gerando fuga ou liberação intencional de exemplares que, livres no ambiente, espalharam-se rapidamente por quase todo país (PEREIRA, 2010).

A presença desse caramujo, principalmente em áreas urbanas (SIMIÃO; FISCHER, 2004, FISCHER; COLLEY, 2005), resulta em impactos ambientais, econômicos e de saúde pública em várias regiões do mundo (RAUT & BARKER 2002), inclusive no Brasil (TELES; FONTES 1998). No campo da saúde pública, o caramujo gigante africano pode hospedar formas intermediárias de vermes comuns em pulmões de roedores, mas que, por vezes, estes vermes, podem parasitar os seres humanos. Os principais vermes que podem ser transmitidos são o *Angiostrongylus cantonensis* (causador da meningite eosinofílica) e o *Angiostrongylus costaricensis* (causador da angiostrongilíase abdominal). *A. fulica* pode também ser inadvertidamente consumido juntamente com hortaliças frescas, pois as formas jovens dos caracóis são pequenas e transparentes e, deste modo, de difícil visualização podendo ser esmagadas durante o corte de hortaliças folhosas no preparo de saladas. Portanto, para evitar esse tipo de contaminação, é indispensável redobrar os cuidados de limpeza e higiene no preparo de hortaliças provenientes de áreas infestadas por esse molusco (CARVALHO, 2012).

O potencial invasor de *A. fulica* está associado às estratégias de defesa contra condições ambientais desfavoráveis, fato que dificulta o manejo e controle desses animais. Dentre esses mecanismos tem-se a estratégia reprodutiva, o hábito de se enterrar, a estivação e a produção do epifragma (RAUT; BARKER, 2002). Como estratégia reprodutiva, a espécie alia o hermafroditismo, cópula simultânea e produção de centenas de ovos de pequena alocação de energia (TOMIYAMA 1996) que podem ser liberados ao meio faltando poucos dias para eclosão (RAUT; BARKER, 2002).

Diante da necessidade do controle destes organismos, opta-se geralmente pelo uso de moluscicidas sintéticos (LEYTON, 2005). A preocupação com o desenvolvimento de

resistência dos caramujos a essas substâncias, a baixa seletividade que apresentam, atuando sobre outras espécies da fauna, podendo perturbar o equilíbrio ecológico local (CANTANHEDE. et al. 2010), motiva a busca de novas opções para o controle destes caramujos. Desta forma, diversos estudos mostram o potencial uso de produtos mais facilmente biodegradáveis (AFONSO-NETO, et. Al., 2010; COSTA, et. Al., 2015; PINHEIRO, et. Al., 2015). O conhecimento popular, muitas vezes ignorado, mas que pode auxiliar e servir de estímulo para o estudo científico, aponta algumas alternativas como o uso de hortaliças no controle de caramujos como Hortelã (*Mentha sp.*), Salsa (*Petroselinum crispum*) e Manjericão (*Ocimum basilicum*). Dessa forma, este estudo teve como objetivo testar se estas hortaliças, citadas pelo conhecimento popular podem ser usadas na biorremediação dos caramujos *A. fulica*.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Origem do material biológico e cuidados preliminares

Os exemplares de *Achatina fulica* foram coletados em Salvador, Bahia, após os dias chuvosos. Foram coletados 32 indivíduos entre 40 e 60 mm de comprimento de concha, considerados adultos de tamanho médio, em plena atividade sexual (Silva et al. 2010). Estes foram armazenados em caixas plásticas de 22 cm x 22 cm x 11 cm (comprimento x largura x altura) contendo uma camada de terra, mantidos sob temperatura ($24 \pm 2^\circ\text{C}$) e umidade (mantida com borrifadas de água) constantes e alimentados com vegetais pelo período de 48 horas (aclimatação).

Delineamento experimental

Um terrário foi utilizado como controle e os outros três para os testes das hortaliças, Hortelã (*Mentha sp.*) Manjericão (*Ocimum basilicum*) e Salsa (*Petroselinum crispum*), sendo uma para cada terrário, ocupando um quadrante de apenas $\frac{1}{4}$ da divisão feita na camada de terra úmida do terrário. Durante tal processo, foi observado o comportamento e reações dos organismos em relação às hortaliças testes inseridas. O experimento teve duração de 15 dias e foi repetido duas vezes com grupos diferentes de caramujos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o período de aclimação, os testes foram iniciados colocando cada uma das três hortaliças em cada terrário teste. Sete dias após o início dos testes, os organismos não apresentaram nenhuma mudança em seu padrão de comportamento e as hortaliças foram consumidas pelos mesmos. Quinze dias após o ocorrido, um dos organismos que se alimentou com a Salsa morreu, porém não se verificou nenhuma relação com a ingestão do alimento. Após 15 dias um novo grupo de caramujos foi testado e as hortaliças foram redistribuídas. Foram novamente observadas as reações dos mesmos, que não apresentaram alterações no comportamento ou morte. E novamente, as hortaliças foram consumidas.

A inexistência de outros trabalhos semelhantes, testando hortaliças como biorremediadores para os caramujos da espécie *Achatina fulica*, faz com que seja necessário mais estudos à respeito do assunto.

As medidas de controle químico conhecidas para o controle da espécie, se dão por uso de moluscicidas, à base principalmente de metaldeído. E as formas de controle físico se dão por medidas de plantio direcionado, barreiras físicas, saneamento e coleta manual, reunindo todos os indivíduos após a coleta e ateando fogo nos mesmos (COLLEY, 2010).

Como conclusão, foi possível observar diante dos acontecimentos que o Hortelã (*Mentha sp.*), o Manjericão (*Ocimum basilicum L.*) e a Salsa (*Petroselinum crispum*), conhecidas popularmente como biorremediadoras, não apresentaram efeito repelente ou moluscicida sobre os organismos da espécie *Achatina fulica*. Uma vez que, além de não evitarem o quadrante com as hortaliças, as mesmas foram consumidas pelos caramujos, que permaneceram vivos, com exceção de apenas um organismo, e com comportamentos dentro dos padrões observados. Porém sugere-se que o experimento seja repetido com maior número de replicas e utilizando outras plantas citadas pelo conhecimento popular, para que, seja refutado ou afirmado o conhecimento popular quanto a esta questão.

REFERÊNCIAS

AFONSO-NETO, I.S. et al. Avaliação da atividade moluscicida do látex de três espécies de Euphorbia (Euphorbiaceae) sobre *Leptinaria unilamellata* D' Orbigny, 1835 (Gastropoda-Subulinidae). Revista Brasileira de Plantas Mediciniais, v. 12, n.1, p. 90-95, 2010.

BYERS, J.E.; S. REICHARD; J.M. RANDALL; I.M. PARKER; C.S. SMITH; W.M. LONDALE; A.E. ATKINSON; T.R. SEASTEDT; M. WILLIAMSON; E. CHORNESKY & D. HAYES. Directing research to reduce the impacts of nonindigenous species. Conservation Biology 16: 630-640, 2002.

CANTANHEDE, S. P. D. et al. Atividade moluscicida de plantas: uma alternativa profilática. Rev. bras. farmacogn., Curitiba, v. 20, n. 2, p. 282-288, Maio 2010.

CARVALHO, R. A.. CONTROLE DO CARACOL GIGANTE AFRICANO (*Achatina fulica* BOWDICH, 1822): AMEAÇA ECOLÓGICA, SANITÁRIA, AGRÍCOLA E PAISAGÍSTICA. Apresentação oral, João Pessoa. 2012. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iKul07AGsNkJ:www.mma.gov.br/estruturas/174/_arquivos/174_05122008111625.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 24 de Maio de 2017.

COLLEY, E. 2010. Medidas de controle do *Achatina fulica*. p. 203-228. In: FISCHER, M.L. & COSTA, L.C.M. O Caramujo Gigante Africano *A. fulica* no Brasil. Curitiba: Editora Champagnat – PUCPR, Coleção Meio Ambiente 1.; 269 p.

COSTA, A.V. et al. Efeito moluscicida do óleo essencial de *Cymbopogon winterianus* Jowitt (Poaceae) sobre *Lymnaea columella* (Say, 1817) e *Biomphalaria tenagophila* (D'Orbigny, 1835). Rev. bras. plantas med., Botucatu, v. 17, n. 4, supl. 1, p. 707712, 2015.

COWIE, R. H; RONBINSON, D. G. Pathways of introduction of nonindigenous land and freshwater snails and slugs. Invasive species: vectors and management strategies. Island Press, Washington, DC, p. 93-122, 2003.

DARRIGRAN, G. Invasores en la Cuenca del Plata. Ciencia Hoy, v. 7, n. 38, p. 17-22, 1997.

FISCHER, M. L. & E. COLLEY. Diagnóstico da ocorrência do caramujo gigante africano *Achatina fulica* Bowdich, 1822 na APA de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Estudos de Biologia 26: 43-50, 2004.

FISCHER, M. L. & E. COLLEY. Espécie invasora em reservas naturais: caracterização da população de *Achatina fulica* Bowdich, 1822 (Mollusca – Achatinidae) na Ilha Rasa, Guaraqueçaba, Paraná. Biota Neotropica 5: 1-18, 2005.

LEYTON, Vilma et al. Atividade moluscicida de princípios ativos de folhas de *Lycopersicon esculentum* (Solanales, Solanaceae) em *Biomphalaria glabrata* (Gastropoda, Planorbidae). Iheringia, Sér. Zool., Porto Alegre, v. 95, n. 2, p. 213-216, Junho 2005.

PINHEIRO, Lucimar et al. Estudo fitoquímico e avaliação da atividade moluscicida da *Kielmeyera variabilis* Mart (Clusiaceae). Quím. Nova, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 157160, Março, 2003.

RAUT, S.K. & G.M. BARKER. *Achatina fulica* Bowdich and other Achatinidae as Pests in Tropical Agriculture, p. 55- 114. In: G.M. BARKER (Ed.). Molluscs as Crop Pests. New Zealand, Ed. CAB Publishing, p. 576, 2002.

SIMIÃO, M.S. & M.L. FISCHER. Estimativa e inferências do método de controle do molusco exótico *Achatina fulica* Bowdich 1822 (Stylommatophora; Achatinidae) em Pontal do Paraná, litoral do Estado do Paraná. Cadernos de Biodiversidade 4: 74-82, 2004.

SILVA, E.C. & ALELUIA, F.T.F. 2010. Ocorrência de *Achatina fulica* Bowdich, 1822 (Mollusca, Gastropoda) em Salvador, Bahia, Brasil. Revista Brasileira de Zoociências. 12(2): 199-204. <Disponível em: <http://zoociencias.ufjf.emnuvens.com.br/zoociencias/article/view/1586>>.

TELES, H.M.S. & L.R. FONTES. Escargot: mais um perigo à mesa. Nova Ameaça à saúde pública e à agricultura. Revista Vetores e Pragas 1: 4-8, 1998.

TOMIYAMA, K. Mate-choice criteria in a protandrous simultaneously hermaphroditic snail *Achatina fulica* (Férussac) (Stylommatophora: Achatinidae). Journal of Molluscan Studies 62: 101-111, 1996.

ANEXOS

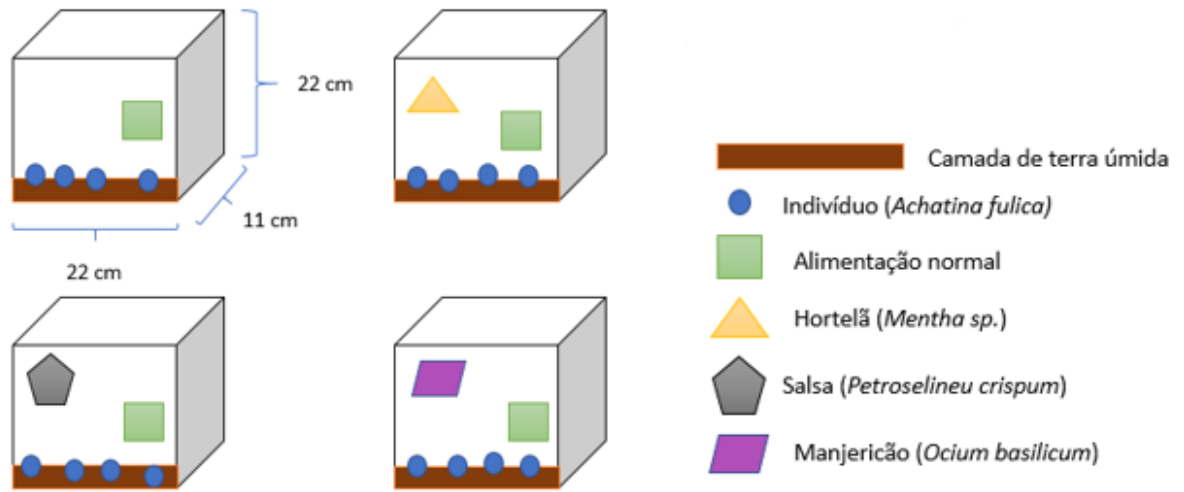


Figura 1.:Esquema ilustrativo do delineamento amostral.





Figura 2: Testes com as hortaliças. Caramujo *Achatina fulica* se alimentando de Manjeriço (A e D); Testes com Salsa (B); Testes com Hortelã (C).

Fotos: Ana Carolina Oliveira da Silva e Marcelo Henrique Guedes Cabral

USO DE JOGOS DIDÁTICOS COMO FERRAMENTA FACILITADORA NA EDUCAÇÃO FORMAL

*Eric Jó Moura Lopes **

*Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade ***

*Francisca Piñeiro Passos ****

RESUMO

O universo dos jogos está cada vez mais próximo da realidade dos alunos, pois num mundo cada vez mais globalizado a evolução tecnológica permite com que estes sujeitos estejam a maior parte do tempo de suas vidas conectado via rede. Os jogos sejam os virtuais ou físicos fazem parte das experiências na infância e na adolescência e diante desta realidade a inserção dos mesmos no contexto escolar também trazem repercussões significativas nos processos de ensino e aprendizagem. Diferente dos demais, o jogo pedagógico é aquele fabricado com o objetivo de proporcionar determinada aprendizagem, tendo o aspecto lúdico como principal subterfugio, tornando-se uma excelente alternativa para se melhorar o desempenho dos estudantes em alguns conteúdos de difícil aprendizagem. Desse modo, o presente trabalho tem como principal objetivo apresentar a importância da incorporação dos jogos educativos como ferramentas facilitadoras do processo de ensino e aprendizagem nos componentes curriculares, Geografia e Biologia, do Ensino Médio da Educação Básica. Vale ressaltar que diversas pesquisas demonstram a efetividade dos jogos e do ato de brincar na construção de novos saberes nas diversas áreas do conhecimento. Desta maneira o trabalho busca apresentar um modelo alternativo de ensino e aprendizagem para os estudantes e professores, pois propõe a introdução de um jogo que articula o contexto de vida destes sujeitos, como os conhecimentos sobre os biomas brasileiros e suas principais características, destacando a fauna e flora dentre outros aspectos típicos destes diferentes espaços geográficos.

Palavras-chave: Jogos Educativos; Ensino e Aprendizagem; Ludicidade, Aprendizagem Significativa.

ABSTRACT

The world of games is getting closer to the reality of the students, because in an increasingly globalized world the technological evolution allows that these subjects are most of the time of their lives connected via network. The games are virtual or physical part of the experiences in childhood and adolescence and before this reality inserting them in the school context also bring significant impact on teaching and learning processes. Unlike the others, the educational game that is made in order to provide certain learning, and the playful aspect as the main subterfuge, making it an excellent alternative to improve the performance of students in some difficult learning content. Thus, this study aims to present the importance of incorporating educational games and tools that facilitate the process of teaching and learning in the curriculum components, Geography and Biology, School of Basic Education. It is noteworthy that several studies have demonstrated the effectiveness of the games and the act of playing in the construction of new knowledge in the various fields of knowledge. Thus the study aims to present an alternative model of teaching and learning for students and teachers, because it proposes the introduction of a game that articulates the context of life of these subjects, as the

* Aluno especial do Mestrado em Ecologia e Biomonitoramento – UFBA, Licenciado em Biologia – UCSAL, Pesquisador no Centro de Ecologia e Conservação Animal – ECOA / Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Avenida Professor Pinto de Aguiar, 2.589, Pituaçu, CEP 40.710-000, Salvador, Bahia, Brasil. ericjolopes@hotmail.com

** Especialista em Metodologia do Ensino em Geografia e Educação Especial – Uniasselvi, Licenciado em Geografia – UFBA., filipetrindade551@hotmail.com

*** Graduanda em Ciências Biológicas – UCSAL, Bolsista UCSAL, Pesquisadora no Centro de Ecologia e Conservação Animal – ECOA / Universidade Católica do Salvador – UCSAL francisca_pineiro@yahoo.com.br

knowledge of the Brazilian biomes and its main features, highlighting the fauna and flora among other typical aspects of these different geographical areas.

Keywords: Educational games; Teaching and learning; Playfulness, Meaningful Learning.

1 INTRODUÇÃO

O universo dos jogos está cada vez mais próximo da realidade dos alunos, pois num mundo cada vez mais globalizado a evolução tecnológica permite com que estes sujeitos estejam a maior parte do tempo de suas vidas conectado via rede. Diante deste cenário os jovens fazem uso da internet e das novas tecnologias de informação e comunicação- TICs cada vez mais cedo, alterando as formas de interagir com o outro e com o mundo, pois seja através de jogos individuais e/ou coletivos nos computadores ou smartphones a exemplo dos *Massive Multiplayer Online -MMO*¹e *Role Playing Game - RPG*².

Diante desta realidade de consumo vale ressaltar que também estamos assistindo um crescimento de mercado exponencial na área de produção dos jogos, inclusive os com fins educativos.

Segundo dados da SAGA - *School of Art, Game and Animation* (2016), atualmente somos o 11º maior mercado do mundo no ranking de jogos e a movimentação foi de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão em 2015. Em relação à produção nacional, houve um aumento de cerca de 15% nos últimos anos, assim este interesse nacional na produção de jogos nos elevou a uma posição de destaque frente a outros países com tradição nesta atividade, pois diante deste cenário o Brasil destaca-se em inovação e criatividade quanto a produção, como também no mercado de consumo, caracterizando um cenário econômico potencial nesta área de jogos, a exemplo do *League of Legends* e do *World of Warcraft* que apresentam números impressionantes quanto ao número de jogadores em todo o globo, numa estimativa de 2 bilhões de jogadores/mundo.

Porém vale lembrar que não só na esfera virtual os jogos assumem uma posição de destaque, os jogos físicos, a exemplo dos jogos de tabuleiro apresentam benefícios quando incorporados no dia a dia dos jovens, pois conforme Pereira (2009) evidencia estes outros tipos de jogos permitem também uma experiência coletiva bastante rica:

¹ MMO: Massive Multiplayer Online (Jogos Online para Múltiplos Jogadores na sigla em inglês) RPG jogado online via computador e internet com interação com centenas ou até milhares de pessoas no mesmo jogo. Ex. World of Warcraft.

² RPG: Role Playing Game - jogo no qual você interpreta uma personagem, baseado em probabilidades e pontos que melhoram sua chance de ter sucesso.

Existem muitos tipos de jogos, dentre os mais conhecidos, estão os que se encaixam na categoria de tabuleiros, tais como: Dama, Trilha, Gamão, Xadrez, Banco Imobiliário, Jogo da Vida, Detetive, Scotland Yard e War. Cada jogo possui sua característica e benefícios próprios. São muito difundidos culturalmente e podem ser jogados a qualquer hora e lugar, enquanto um jogo sem tabuleiro pode depender de condições que muitas vezes não podemos controlar (tempo e lugar) e podem acomodar várias pessoas ao mesmo tempo. Quase todas as formas de entretenimento eletrônico são individualizadas. Mesmo jogos de computador “multiplayer” forçam uma situação de cada um em seu lugar, ou no seu micro. Há pouco ou nenhum contato real entre as pessoas. (Pereira, p.13 2009)

É importante destacar que esses jogos físicos são ferramentas também bastante interessantes para a promoção da socialização e interação de crianças e jovens, em geral, são introduzidos no cotidiano destes sujeitos com a coparticipação da família com o intuito de promover uma ação educativa e posteriormente são também adotados pelas no contexto escolar como ferramentas facilitadoras do processo de ensino e aprendizagem nas diferentes séries/anos da Educação Básica.

Segundo Teles (1999) o jogo e a brincadeira na fase infante/juvenil são estratégias que possibilitam que as crianças e os jovens experimentem e vivenciem a simulação de situações a fim de prepara-los melhor para enfrentar a realidade na qual estão inseridos:

Brincar se coloca num patamar importantíssimo para a felicidade e realização da criança, no presente e no futuro. Brincando, ela explora o mundo, constrói o seu saber, aprende a respeitar o outro, desenvolve o sentimento de grupo, ativa a imaginação e se autorealiza. (Teles, 1999, p.5)

Assim os jogos e o brincar são formas que as crianças e os jovens podem expressar sentimentos, emoções e reações, pois através dos jogos estes sujeitos aprendem: regras, normas, posturas, valores, sentimentos de ganho e preda, enfim, aprendizados que serão levados para o resto da vida.

2 A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NA ESCOLA

Conforme Cunha (1988) e Gomes et al. (2001) o jogo pedagógico ou didático é aquele fabricado com o objetivo de proporcionar determinadas aprendizagens, diferenciando-se do material pedagógico, por conter o aspecto lúdico, e utilizado para atingir determinados objetivos pedagógicos, sendo uma alternativa para se melhorar o desempenho dos estudantes em alguns conteúdos de difícil aprendizagem.

Como já foi discutido, os jogos, sejam os virtuais ou físicos, fazem parte das experiências na infância e na adolescência e, diante desta realidade, a inserção dos mesmos no contexto escolar também trazem repercussões significativas nos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que permitem novas abordagens e se configuram como novas ferramentas facilitadoras dos processos educativos.

Educar não se trata apenas ensinar a teoria, seguir o livro e escrever no quadro os números e letras, educar é algo vai muito além. Segundo Sneyders (1996, p.36) “Educar é ir em direção à alegria.”, sem alegria e amor não existe educação, o jovem não é livre e não será feliz, estará na escola apenas por obrigação, absorvendo conteúdos que lhe são impostos.

Negrine (1994) sustenta que:

As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança. (Negrine 1994, p.19)

Então deve-se fazer uso dessas atividades cada vez mais, se existe uma ferramenta que está ao nosso alcance de maneira simples, bastando usar nossa criatividade, devemos aplicá-la em sala de aula, pois estamos dessa maneira fortalecendo o aprendizado de nossos alunos, ou seja, contribuindo para uma formação integral a partir de uma aprendizagem significativa, uma vez que estas ferramentas articulam a ludicidade e a contextualização dos conteúdos e podem ser aplicadas em qualquer fase da vida escolar dos estudantes.

Aquino Apud Silveira (2004), ressalta a importância dos jogos em geral, afirmando:

Acredito que, informalmente, já temos os jogos eletrônicos como objetos de aprendizagem, principalmente para crianças maiores e adolescentes. Jogos de ação que incentivam a melhoria da habilidade, jogos de estratégia que estimulam o raciocínio lógico e jogos de RPG onde o trabalho em grupo e a liderança são o ponto forte. (AQUINO, p.3, 2004)

Ainda que não possua o intuito educativo em geral os jogos de alguma maneira vão interferir direta ou indiretamente no aprendizado, seja através da atenção, da agilidade, do conhecimento de novos termos e palavras, interações sociais, dentre outros aspectos. Todos os jogos ainda que não tenham sido criados com intuito de educar, mas sim com intuito de entreter e compreender a realidade na qual os sujeitos estão inseridos possibilitarão de alguma forma que crianças e jovens aprendam.

3 OS JOGOS COMO UMA PRÁTICA ALTERNATIVA

Quando falamos de metodologias de ensino estamos acostumados a estabelecer automaticamente uma relação com falar sobre as tendências pedagógicas, ou seja, nos reportamos a estratégias de ensino mais tradicionais ou mais libertadoras. Assim quando é proposto a inclusão dos jogos como uma prática alternativa de ensino estamos buscando fortalecer as tendências de ensino libertadoras no contexto escolar contemporâneo, pois esta prática ou estratégia busca viabilizar formas de fazer com que o aluno se sinta mais próximos da realidade frente aos assuntos abordados durante o período de escolarização.

Métodos alternativos são todos aqueles que “fogem” do padrão tradicional, que buscam trazer para a sala de aulas estratégias diferentes de ensino e aprendizagem, aproximando o aluno dos temas abordados na disciplina e dos seus próprios contextos de vida. Com a globalização, as formas de comunicação se modernizaram e as crianças e os jovens por terem acesso mais fácil às informações também clamam por esta modernização nos métodos de ensino.

A internet vem contribuindo expressivamente para um novo olhar do educador sobre como adotar modelos diferenciados que envolvam os alunos com dinamicidade. Acompanhada das novas metodologias de inclusão digital, o uso destas novas mídias no ambiente formal de ensino estabelece um formato novo de relacionamento entre professor e aluno dentro da sala: ambos podem partilhar das mesmas informações de forma igual, através do acesso ao mundo virtual, que possibilita aos dois fazer uso do conteúdo da rede para adquirir mais conhecimento.

Os professores necessitam fazer uso dessas tecnologias com intuito de trazer o aluno para sala de aula, tornando esse ambiente agradável para ele, o professor não pode ensinar aquilo que não conhece, assim como não pode fazer uso de um material que não tem domínio, em passagens, Carvalho, 2000, ressaltam esse ponto:

A educação em suas relações com a Tecnologia pressupõe uma rediscussão de seus fundamentos em termos de desenvolvimento curricular e formação de professores, assim como a exploração de novas formas de incrementar o processo ensino-aprendizagem. (CARVALHO, 2000, p. 15).

É preciso também como cita a autora Carvalho (2000) que o professor tenha conhecimento, possua técnica, pois de nada serve, ter as tecnologias sem que se possua as técnicas, o professor que não se sente preparado precisa buscar acrescentar em sua formação cursos que aperfeiçoem a utilização dessas tecnologias, buscando estar sempre próximos à realidade do aluno. O uso dessas tecnologias pelo professor faz também com que a

proximidade entre professor e aluno aumente, pois o aluno vê no educador uma pessoa próxima de sua realidade tecnológica.

4 CARACTERIZAÇÃO DO JOGO

Estudos têm apontado a eficácia dos jogos, como instrumento de aprendizagem e agente de conscientização ambiental. Segundo Hewitt (1997),

A atmosfera da sala de aula aumenta a participação dos alunos na sua própria aprendizagem, permitindo a cooperação uns com os outros e colocando menos pressão sobre a obtenção de um grau do que na aprendizagem real. Ao aprender mais sobre o funcionamento do meio ambiente, os alunos irão se tornar mais conscientes do que estão a contribuir para a saúde global do planeta em que vivem (Hewitt, 1997, p.3).

Tendo como referência os estudos sobre aprendizagem e conscientização ambiental este jogo foi elaborado com base na literatura existente sobre jogos didáticos, aprendizagem e conscientização ambiental, elencando conteúdos específicos das disciplinas de Biologia e Geografia, como: Biomas Brasileiros, Fauna, Flora, Qualidade de vida, Clima, Relevô, Vegetação e Cartografia. O jogo foi intitulado de “**CONTRA-BANDO**”, e confeccionado com a utilização de diversos materiais reciclados.

No início do jogo, 3 cartas - 1 Suspeito, 1 ave e 1 bioma - são escolhidos aleatoriamente e postos dentro de um envelope, sem ninguém vê-las. Essas cartas são a verdade do crime. As outras são distribuídas. O objetivo é encontrar a solução do crime, isto é, as cartas do envelope. São 7 suspeitos, 6 biomas e 9 aves, dando 567 possibilidades de crime. No decorrer do jogo, os jogadores devem dar palpites aos outros, por exemplo: "Acho que foi o Phellipe Rose, no Cerrado, após capturar uma Arara-azul-de-lear”.

Os outros jogadores devem contradizer o palpite, se eles puderem. Isso é feito no sentido horário pela mesa. O palpite é desmentido mostrando uma carta que seja parte do palpite, por exemplo, "Cerrado", provando que ela não está no envelope. A carta deve ser mostrada apenas a quem palpitou. E apenas uma carta é mostrada, mesmo que outro jogador possua alguma outra, apenas mostra o primeiro na ordem ao redor da mesa. Um palpite só pode ser dado pelo jogador no local em que ele está, assim, ele não pode estar no Pantanal e dizer que o crime foi cometido na Caatinga (afinal, como ele investigou?). Quando o jogador acha que descobriu a verdade, ele faz uma **Acusação**. A **Acusação** pode ser feita de qualquer lugar. O Acusador verifica as cartas do envelope em segredo, se estiver correto, ele ganhou e acaba o jogo. Caso esteja errado, o jogador é eliminado e apenas continua para desmentir os

palpites dos outros jogadores. De acordo com as regras, se o peão do jogador eliminado estiver obstruindo uma porta, ele deve colocá-lo dentro do aposento, para os outros poderem circular. A emoção aumenta com o maior número de jogadores, pois, caso sejam apenas dois, o processo de palpites difunde logo toda a informação, fazendo o jogo ficar extremamente curto.

O tabuleiro foi desenhado com base nos biomas brasileiros (segundo o Ministério do Meio Ambiente), para que o jogador ao visualizar o tabuleiro tenha uma visão geral da caracterização geográfica dos biomas. As cartas com espécies de aves contêm um verso informativo com os aspectos ecológicos da espécie (hábitat, hábito e curiosidades), além de conter seu *status* de perigo com base na IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza, na sigla em inglês), como pode ser observado na figura 1. Já a referente aos biomas contém dados sobre clima, relevo e vegetação retirados do MMA (Ministério do Meio Ambiente), como pode ser visto na figura 2. Em relação às cartas dos contrabandistas, informações sobre seu sua ficha criminal encontram-se no verso.

Figura 1 - Cartas referentes às aves



Figura 2 - Cartas referentes aos biomas



Recomenda-se que este jogo seja jogado, preferencialmente, de três a cinco pessoas ou equipe (neste último caso, representado por um membro), com idade superior a sete anos.

5 COMO FOI AVALIADO

Para esta investigação, quanto ao seu modo operativo e natureza, optamos pelo Estudo de Caso, cujo trabalho de campo na sua delimitação temática, foi realizado em uma unidade escolar da rede particular e uma da rede pública nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador, respectivamente, no trabalho as escolas serão chamadas de X e Y com intuito de preservar as instituições. Vale ressaltar que este estudo permitiu realizar uma comparação entre as duas unidades, ampliando mais a visão sobre a temática. De forma voluntária, contamos com a participação dos alunos e professores das referidas escolas que se propuseram a participar da aplicação do jogo, como também responder aos questionamentos sobre a inserção dos jogos no processo de ensino e aprendizagem, através de questionários aplicados no período de outubro de 2015 a agosto de 2016.

Os questionários elaborados tiveram o objetivo de verificar se o jogo precisava de alterações; se alunos e professoras gostavam do mesmo, e se os objetivos educativos do jogo proposto haviam sido atingidos, possibilitando assim que a versão final fosse confeccionada posteriormente.

Assim participaram inicialmente, na pesquisa de triagem, 10 sujeitos. Vale ressaltar que a opção por um número restrito de participantes se deu para que fosse possível avaliar melhor o comportamento dos alunos enquanto jogavam, o que seria mais difícil se jogassem em equipes. Os alunos demoraram cerca de 50 minutos para terminar o jogo, e, depois disso, responderam ao questionário composto por questões subjetivas e objetivas (vide anexo 1). Estes questionários apresentavam uma linguagem de fácil compreensão, com termos utilizados no cotidiano dos alunos, a fim de favorecer o preenchimento do mesmo. Vale destacar ainda que apenas uma professora pôde acompanhar o desenvolvimento do jogo na instituição estadual, e sua avaliação foi restrita a: “muito legal”.

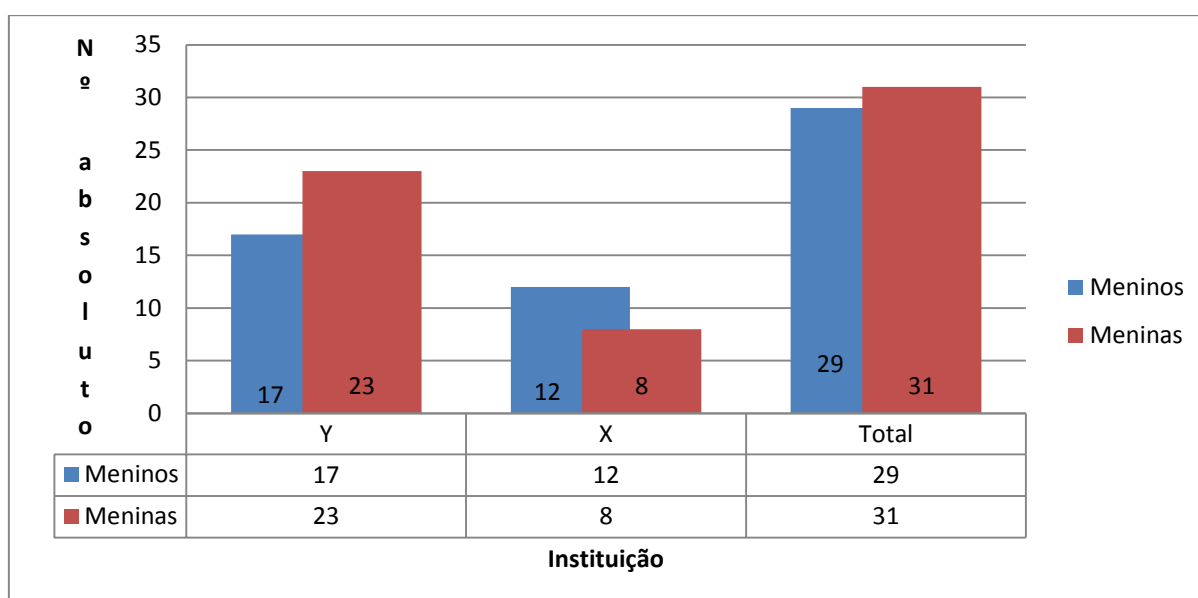
Posteriormente foi aplicado a versão final, com regras e normas mais claras e objetivas, para um público maior em duas unidades escolares. Assim participaram da avaliação final do jogo *Contra-Bando*, 60 alunos e 3 professores das redes de ensino particular e pública.

6 RESULTADO

Primeiramente realizou-se a análise e discussão dos dados constantes no Apêndice 01 – Caracterização do perfil dos sujeitos da pesquisa, para que fosse traçado o perfil dos discentes e docentes das escolas pesquisadas.

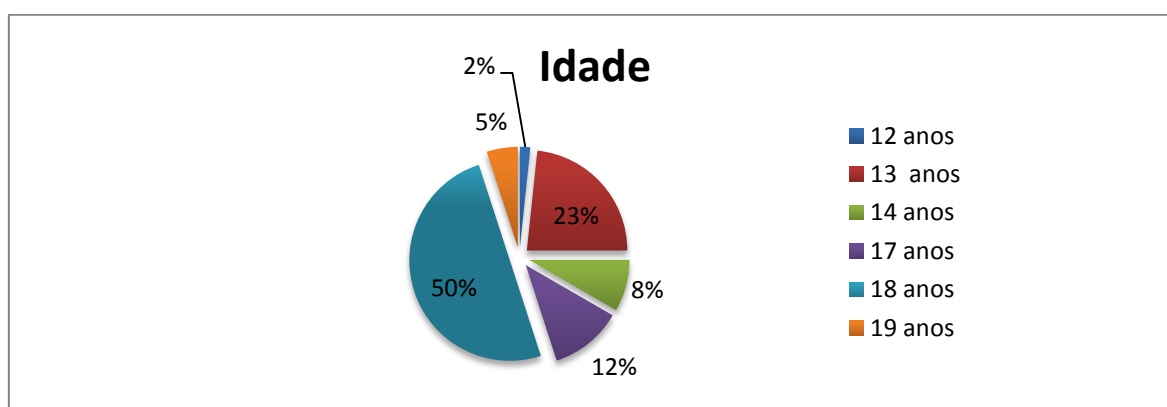
Assim, essas informações constantes no referido Apêndice 01 correspondem às quatro primeiras questões objetivas que auxiliaram na análise dos dados para caracterização do perfil geral dos sujeitos pesquisados, constam dos seguintes itens: sexo, faixa etária, escolaridade e unidade escolar a que pertencente, conforme apresentados no gráfico 1.

Gráfico 1 - Perfil dos sujeitos da pesquisa colégios X e Y:



As salas eram bem heterogêneas, composta 63,3% de meninos e 36,6% de meninas, sendo que desse total 50% tinha 18 anos de idade (Os demais podem ser observados no gráfico 1).

Gráfico 2 - Faixa etária



A referida pesquisa também demonstrou que 100% dos alunos dedicam seu tempo livre a jogos como pode ser visto no gráfico 2, em sua grande maioria os jogos são, *League of Legends*, *Minecraft*, FIFA e PES (jogos de futebol) entre uma diversidade enorme de jogos para smartphones. Outro dado interessante revelado por este estudo foi que 70% jovens dedicam entre 6 e mais de 8 horas da sua semana para esses jogos, conforme demonstrado nas tabelas 1 e 2:

Tabela 1 - Horas diárias dedicadas aos jogos do Colégio X em Lauro de Freitas

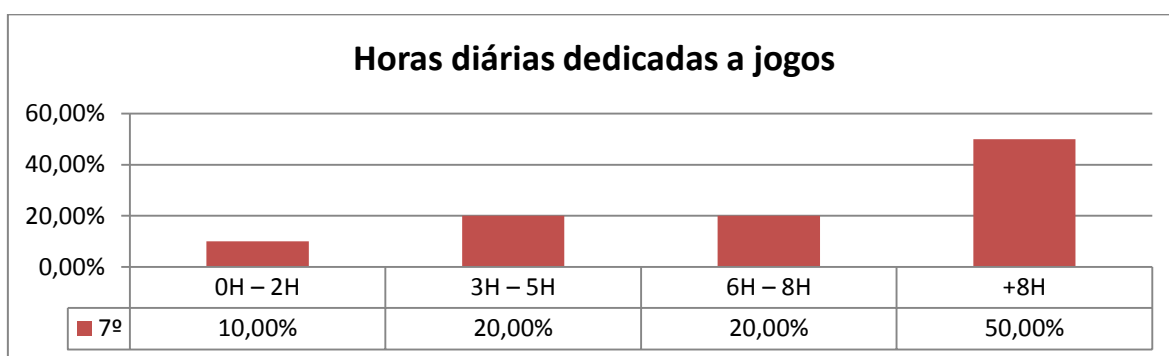
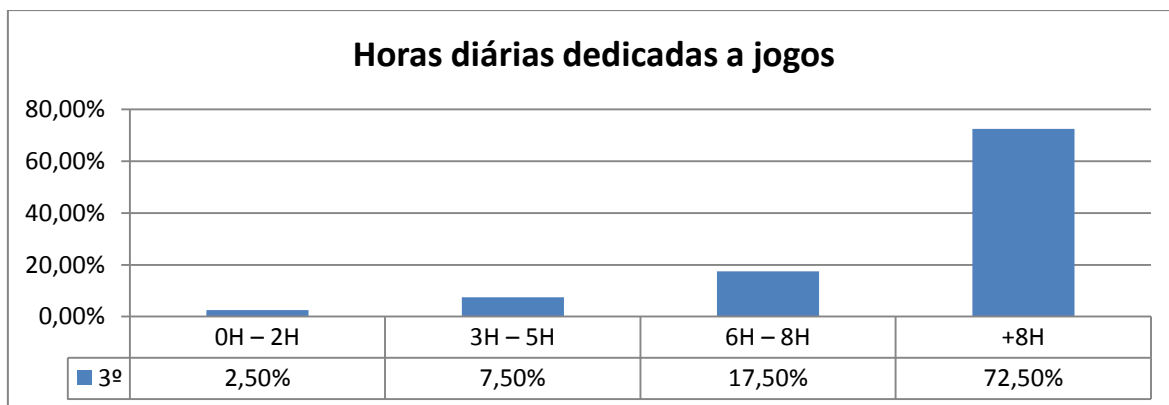


Tabela 2 - Horas diárias dedicadas aos jogos do Colégio Y em Salvador



Foi percebido que no colégio X localizado em Lauro de Freitas—a utilização de material eletrônico em sala de aula é constante e diário, diferente da instituição Y localizada em Salvador. Em relação à atração dos alunos pelo uso de tecnologia em sala de aula, a resposta foi unânime nas duas instituições, 100 % dos discentes se sentem mais atraídos pelas aulas quando o professor utiliza recursos tecnológicos.

Em geral os alunos avaliaram o jogo positivamente, gostando da ideia central do jogo, se sentiram atraídos pelo layout das cartas, tabuleiro, algumas mudanças que foram sinalizadas foram em relação ao material utilizado, alguns alunos esperavam um visual mais industrializado do jogo. Foi consenso também a questão do aprendizado proporcionado pelo jogo, 100% dos alunos se mostraram espantados e sensibilizados com os riscos de extinção que as aves vêm sofrendo ao longo dos anos. O jogo foi bem aceito e reconhecido pelos docentes e discentes como uma ferramenta lúdica e inovadora capaz de facilitar o aprendizado dos conteúdos trabalhados nas disciplinas de Biologia e Geografia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente que no cenário atual os jogos são recursos bastante presentes no cotidiano das nossas crianças e jovens e que a escola vem adotando-o como ferramenta lúdica importante para a construção de novos saberes nas diferentes componentes curriculares, especialmente em Biologia e Geografia, disciplinas foco de estudo desta pesquisa. Nesse contexto, os Jogos Educativos se comportam como um recurso didático que pode trazer uma série de benefícios para as práticas de ensino e de aprendizagem, comportando-se como uma ferramenta que cumpre o objetivo de disseminar informação de forma lúdica.

A adoção de jogos de tabuleiro como recurso em sala de aula vem como opção viável para solucionar os problemas relacionados à infraestrutura das instituições de ensino pelo país. Outra ressalva está na preparação dos educadores para lidarem com o aspecto das tecnologias de informação como recurso pedagógico, tornando-se necessária formação aos mesmos para lidar com o uso e o desenvolvimento de novos recursos e incorporá-los no cotidiano do processo de ensino-aprendizagem.

Desse modo, devido a grande maioria dos desenvolvimentos de projetos com cunho educacional serem desenvolvidos em ambientes acadêmicos envolvendo pouco investimento financeiro, tornando os mesmos pouco atrativos e muitas vezes estando restritos a simples experimentos realizados em universidades mostra-se presente a necessidade de se juntar o potencial dos comerciais aliados aos princípios pedagógicos, permitindo um acesso mais motivador e eficaz na busca de novos conhecimentos.

Os jogos quando incorporados na prática do cotidiano escolar promovem uma aprendizagem significativa, contribui para a formação de atitudes sociais como respeito mútuo, cooperação, obediência às regras, senso de responsabilidade, senso de justiça,

iniciativa pessoal, além de desenvolver capacidades para então construir e transformar a si e ao mundo em que vive. Assim, espera-se que este trabalho possa contribuir com a comunidade de Jogos, e, principalmente, auxiliar no processo de inovação do ensino-aprendizagem no país, servindo como modelo para o desenvolvimento de novos jogos educativos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Renata. Jogos de aprendizagem no Brasil. **Portal Universia**, dez, 2004.

CARVALHO, Marília G.; BASTOS, João A. de SL, Kruger, Eduardo L. de A. **Apropriação do conhecimento tecnológico. CEEFET-PR**, 2000.

CUNHA, N. Brinquedo, desafio e descoberta. Rio de Janeiro: **FAE**. 1988.

GOMES, R. R.; FRIEDRICH, M. A Contribuição dos jogos didáticos na aprendizagem de conteúdos de Ciências e Biologia. **In: EREBIO**,1, Rio de Janeiro, 2001, Anais..., Rio de Janeiro, 2001, p.389-92.

HEWITT, Patricia. Games in instruction leading to environmentally responsible behavior. **The Journal of Environmental Education**, v. 28, n. 3, p. 35-37, 1997.

INTELLIGENCE, D. F. C. DFC Intelligence Forecasts Worldwide Video Game Market to Reach \$81 Billion by 2016. **DFC Intelligence**, v. 7, 2011.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Propil, 1994.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. **Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**, p. 65, 2007.

MORATORI, Patrick Barbosa. Por que utilizar jogos educativos no processo de ensino aprendizagem. **UFRJ. Rio de Janeiro**, 2003.

PEREIRA, Ricardo Francisco; FUSINATO, Polônia Altoé; NEVES, Marcos Cesar Danhoni. Desenvolvendo um jogo de tabuleiro para o ensino de física. **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. 12-23, 2009.

RUIZ, Juliana; SCHWARTZ, Gisele Maria. O jogo e a arte como estratégias para a educação ambiental no contexto escolar. **Journal of Physical Education**, v. 13, n. 2, p. 127-132, 2008.

SNEYDERS, Georges. **Alunos felizes**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TELES, Maria Luiza Silveira. **Socorro! É proibido brincar!** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SAGA. **O Mercado de Games**. Disponível em:< <https://www.saga.art.br/o-mercado-de-games/#sthash.tOfEoMC.dpuf> />. Acesso em: 15 de out. 2016.

ANEXOS 1

Questionário

Caro aluno:

Eu _____, estou conduzindo este questionário para avaliar o jogo “**CONTRA-BANDO**”. É necessário responder todas as perguntas. O anonimato será preservado em todos os questionários. Obrigado pela sua contribuição.

1. Idade: ___ anos
2. Sexo: M () F ()
3. Escolaridade: () 7º ano () 3º ano
4. Qual o nome da sua escola?
5. Você dedica seu tempo livre a algum jogo online ou de tabuleiro? Sim () Não ()
6. Qual o nome do jogo que você joga?
7. Quantas horas você dedica a esse(s) jogo(s) no dia?
() 0H – 2H () 6H – 8H
() 3H – 5H () +8H
8. O professor utiliza materiais tecnológicos em sala frequentemente, como: Vídeos, slides, computadores ou semelhantes? () Sim () Não.
9. Você se sente mais interessado nas aulas quando o professor faz uso dessas tecnologias? () Sim () Não.
10. Como você avalia o jogo?
11. Que melhorias você propõe para o jogo?
12. Quais materiais poderiam tornar as aulas mais interessantes?
13. O design do jogo é atraente (interface ou objetos, como cartas ou tabuleiros)?
14. Qual a informação que mais lhe chamou atenção?

ANEXO 2

		7º		3º		Total	
		A	%	A	%	A	%
Série	7º	20	100%	00	00%	20	33,3%
	3º	00	00%	40	100%	40	66,6%
Instituição	X	20	100%	00	00%	20	33,3%
	Y	00	00%	40	100%	40	66,6%
Você dedica seu tempo livre a algum jogo online ou de tabuleiro?	SIM	20	100%	40	100%	60	100%
	NÃO	00	00%	00	00%	00	00%
Quantas horas você dedica a esse(s) jogo(s) na semana?	0 – 2H	02	10%	01	2,5%	03	5,0%
	3 – 5H	04	20%	03	7,5%	07	11,6%
	6 – 8H	04	20%	07	17,5%	11	18,3%
	+8H	10	50%	29	72,5%	39	65%
O professor utiliza materiais tecnológicos em sala frequentemente?	SIM	20	100%	04	10%	24	40%
	NÃO	00	00%	36	90%	36	60%
Você se sente mais interessado nas aulas quando o professor faz uso dessas tecnologias?	SIM	20	100%	40	100%	60	100%
	NÃO	00	0%	00	0%	00	0%
Como você avalia o jogo?	SIM	20	100%	40	100%	60	100%
	NÃO	00	0%	00	0%	00	0%
Que melhorias você propõe para o jogo?	SIM	02	10%	06	15%	08	13,3%
	NÃO	18	90%	34	85%	42	70%
O design do jogo é atraente?	SIM	20	100%	40	100%	60	100%
	NÃO	00	0%	00	0%	00	0%

A = Numero absoluto

% = Percentual

VIOLÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS NA CIDADE DE SALVADOR

Katayane Silva Reis *
Maria Auxiliadora Carteado Leal **
Selton Diniz dos Santos ***

RESUMO

A violência sexual cometida contra crianças e adolescentes pode ser caracterizada como um agravo social estabelecido na sociedade contemporânea. O estudo tem como objetivo apresentar os índices da violência sexual contra crianças entre os anos de 2012 a 2016 em Salvador (BA). Tratou-se de estudo epidemiológico, retrospectivo, analítico e descritivo dos registros da violência sexual contra crianças entre os anos de 2012 a 2016 através do Tabnet Salvador. A violência sexual contra criança do sexo feminino correspondeu 81.57% dos casos, com maior frequência entre 10 e 14 anos (48.47%) para ambos os sexos. Transcorreu 39.55% para uma única vez e 37.09% outras vezes. 3.76% das vítimas apresentavam alguma deficiência, 2.82% desenvolveram estresse pós-traumático, 1.53% herdaram transtornos mentais e 1.17% adquiriram uma gravidez. O abusador foi um conhecido da família, correspondendo 33.92% dos casos. Houve uma assistência especializada as vítimas, 27.77% foram encaminhadas para o Conselho Tutelar, 27.34% das vítimas realizaram coleta de sangue. O distrito com a maior incidência foi o centro histórico (53.58) e o de menor incidência foi cajazeiras (19.48). Através dos resultados encontrados, evidenciou-se que foram atendidos os objetivos propostos, de maneira que, permitiu-se traçar um perfil da vítima e do abusador da violência sexual.

Palavras-chave: Violência sexual; Crianças; Defesa da criança e do adolescente.

ABSTRACT

Sexual violence committed against children and adolescents can be characterized as a social grievance established in contemporary society. The study aims to present the indices of sexual violence against children between the years of 2012 to 2016 in Salvador (BA). This was an epidemiological, retrospective, analytical and descriptive study of the records of sexual violence against children between the years 2012 to 2016 through the Salvador Tabnet. Sexual violence against female children accounted for 81.57% of the cases, most frequently between 10 and 14 years (48.47%) for both sexes. There was 39.55% for a single time and 37.09% for other times. 3.76% of the victims had some deficiency, 2.82% developed posttraumatic stress, 1.53% inherited mental disorders and 1.17% acquired a pregnancy. The abuser was an acquaintance of the family, corresponding to 33.92% of the cases. There was specialized assistance to the victims, 27.77% were referred to the Guardianship Council, 27.34% of the victims performed blood collection. The district with the highest incidence was the historic center (53.58) and the lowest incidence was cajazeiras (19.48). Through the results found, it was evidenced that the proposed objectives were met, so that a profile of the victim and the abuser of sexual violence could be traced.

* Discente da Graduação em Enfermagem da Universidade Católica do Salvador. Contato: katayanereis@gmail.com

** Enfermeira. Discente do Mestrado em Ciências Sociais e Cidadania (UCSal). Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador. Contato: doracartead@yahoo.com.br.

*** Enfermeiro. Mestre em Saúde Comunitária (ISC/UFBA). Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador. Contato: selton.santos@ucsal.br.

Key words: Sexual violence; Children; Defense of children and adolescents.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual cometida contra crianças e adolescentes podem ser caracterizadas como um agravo social já estabelecido na sociedade contemporânea. Ao partir para a vertente que se refere ao processo do registro da ocorrência do caso, é constatada a escassez das notificações, visto que, por se tratar de um ato no âmbito íntimo e está relacionada diretamente ao envolvimento de uma criança ou adolescente no processo dificulta a exposição do caso.

Estima-se que no Brasil 165 crianças sofrem violência sexual por dia, porém, são dados parciais devido à subnotificação dos eventos ocorridos. Dados sócios demográficos demonstram que a grande maioria dos atos de violência sexual ocorre na residência das crianças o que corresponde a 64,5%. Já 45,6% apontam que o provável autor da violência é do sexo masculino¹.

Apesar de tratar-se de um ato negativamente recorrente em nossa sociedade, a violência sexual cometida contra crianças é um ato que necessita ser evidenciado no que se refere à importância do registro das ocorrências dos casos, pois envolvem questões emocionais e sociais que irão refletir na saúde e desenvolvimento interpessoal da vítima². Desta forma, o estudo tornou-se necessariamente importante por propor a exposição dos fatores que envolvem esta prática levando em consideração a relevância do mesmo a nível de conhecimento para a sociedade.

Considerando o contexto proposto o presente estudo tem como objetivo geral apresentar os índices da violência sexual contra crianças entre os anos de 2012 a 2016 na cidade de Salvador – BA, e, como objetivo específico mostrar o perfil do abusador e da vítima de violência sexual, verificar os aspectos que envolvem a prática da violência sexual as vítimas, identificar os bairros de Salvador que apresentam mais registros de casos de violência.

2 METODOLOGIA

Foi desenvolvido um estudo epidemiológico, retrospectivo, analítico e descritivo dos registros da violência sexual contra crianças entre os anos de 2012 a 2016 em Salvador (BA) a partir de uma fonte secundária.

O estudo foi realizado com informações contido na base de dados Tabnet Salvador. O tabnet é uma plataforma digital de tabulação de dados com finalidade de permitir às equipes técnicas do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde a tabulações rápidas de arquivos sobre a situação de saúde que envolve a população, constituindo os componentes básicos dos sistemas de informações do SUS dentro dos intranets ou em sites de internet. Desta forma, foram-se utilizados dados de fonte secundária referente às notificações de violência sexual. Estabeleceu-se como critério de inclusão: casos de violência sexual contra crianças residentes em Salvador. (Ministério da Saúde, DATASUS)

A população estudada foram crianças entre 2012 e 2016, de ambos os sexos, vítimas de violência sexual residentes em Salvador. Os dados foram coletados através das informações geradas na base de dados.

Para a estruturação dos dados foi utilizada uma análise das informações, estimando o registro da violência sexual contra crianças entre os anos de 2012 e 2016 em Salvador. Os resultados foram apresentados em forma de gráficos e tabelas utilizando as ferramentas do programa Microsoft Excel 2010, semelhante aos gerados na base de dados.

Por se tratar de um estudo com uso de dados secundários de utilização pública, não se faz necessário à submissão deste trabalho ao comitê de ética. Desta forma a pesquisa não oferece risco potencial ou individual aos proprietários das informações colhidas na base de dados. De maneira que, a mesma está adequada aos princípios éticos que regem a pesquisa envolvendo seres humanos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram registrados 852 casos de violência sexual contra crianças no período de 2012 a 2016.

Tabela 1 – Perfil de crianças violentadas sexualmente (n=852). Salvador. 2012-2016

VARIÁVEIS	N	%
Sexo		
Masculino	156	18.30
Feminino	695	81.57
Não registrado	1	0.13
Faixa etária		
< 1 ano	25	2.93
1 a 4 anos	165	19.37
5 a 9 anos	249	29.23
10 a 14 anos	413	48.47
Raça		
Branco	74	8.69
Preto	167	19.61
Pardo	472	55.39
Indígena	4	0.47
Não registrado	135	15.84
Ocorrência da violência		
Única vez	337	39.55
Outras vezes	316	37.09
Ignorado	199	23.36
Deficiência		
Sim	32	3.76
Não	820	96.24
Consequências da violência		
Gravidez	10	1.17
DST	7	0.82
Aborto	1	0.12
Transtornos mentais	13	1.53
Estresse pós-traumático	24	2.82
Outras	15	1.76
Ausentes	782	91.78
TOTAL	852	100

Fonte: Tabnet Salvador (2017)

De acordo com a tabela 1, a violência sexual contra criança do sexo feminino, corresponde aproximadamente 81.57% dos casos, evidenciando ser mais frequente no sexo feminino quando comparado ao sexo masculino.

Desse modo, as crianças do sexo feminino constituem um grupo de maior vulnerabilidade³. Se tratando de vítimas, as mulheres são as principais, independentes da sua idade, aspectos sociais e econômicos. O sexo feminino mais precisamente a classe de crianças e adolescentes apresentam um maior risco de sofrer esse tipo de violência, onde as diferenças relativas ao

gênero são convertidas em desigualdades o que facilita o processo de exploração e dominação⁴.

Em relação à faixa etária, foi evidenciada maior frequência entre 10 e 14 anos (48.47%). Diante disso, as crianças que estão nessa faixa etária podem ser consideradas como grupo de risco. Esses dados confluem com os achados em um estudo realizado em Ribeirão Preto, no qual declara que a faixa etária mais acometida está entre 12 a 14 anos completos⁴. Dados da OMS estimam que 150 milhões de crianças no mundo com idade de 0 a 18 anos sofrem com o quadro de violência sexual de todas as formas

Pode-se estabelecer como uma justificativa plausível para o elevado índice de violência, nessa faixa etária, a motivação dos agressores sexuais, além do gênero, pois essa categoria enquadra-se numa parte de sujeitos que são facilmente dominados ao poder do exercício do mais velho sobre o mais novo e do masculino sobre o feminino. As crianças como um ser em desenvolvimento, psicologicamente e moralmente imaturos, não tem capacidade de resistir a um familiar ou um adulto qualquer que impõe sua autoridade transformando-os em objetos sexuais, onde o autoritarismo, o machismo e os preconceitos se articulam com as condições de vida das famílias e as questões de poder que se manifestam nas relações afetivas e na sexualidade⁴.

Avaliando o indicador para estabelecer um diagnóstico efetivo no que se refere ao fator intrínseco que poderá instigar o abusador da violência sexual, podemos estabelecer a precocidade do crescimento e desenvolvimento corporal e mental da criança. Por se tratar de uma prática que abrange desde o pronunciamento das palavras até o ato consumado, a prática erotizada e sexual vai impor para as crianças por meio da violência. A peculiaridade do fator instigante para o agressor, se tratando de um ato multifatorial, também pode estar associado as características físicas precocemente desenvolvidas da criança.

Até o presente momento ainda não dispomos de pesquisas brasileiras que direcionem para a questão de crescimento e desenvolvimento da criança associado à violência ou abuso sexual. Apenas hipóteses estabelecidas através das análises dos eventos para ambos os sexos.

Em se tratando da variável raça o maior número de caso foi na raça parda (55.39%). Carecem estudos que analisem tal aspecto, levando a impossibilidade de comparar o resultado do estudo com a literatura já disponibilizada.

Apesar na violência sexual ser de causas multifatoriais e que atinge qualquer classe etnia, o presente estudo traz evidências que na raça parda houve uma representatividade exacerbante no número de casos. O que reafirma a ideia que não existe um padrão de vítima para a violência sexual. O que irá diferir neste contexto é o grau de vulnerabilidade, além dos aspectos comportamentais de ambos, agressor e vítima.

No que tange ao número de ocorrências, o evento sucedeu uma única vez em 39.55% dos casos enquanto que 37.09% o ato foi recorrente. Entre a totalidade da população de estudo, 3.76% das vítimas apresentavam alguma deficiência. Dessa forma, estudos realizados pelo mundo apontam que, a frequência é desconhecida, já que muitas crianças não revelam o abuso no período que foram acometidas, apenas consegue falar na fase adulta².

No contexto do quadro da deficiência apresentada pela vítima, há uma carência de estudos neste âmbito. Torna-se fundamental entrar neste mérito visto que, a deficiência apresenta-se como um fator condicionante na situação do indivíduo pelo seu grau de vulnerabilidade, a questão da incomplexidade da vítima acaba afastando o abusador. Contudo, mesmo não se enquadrando no perfil da vítima comum, percebem-se no resultado do estudo que mesmo estabelecendo esta hipótese foram notificados casos de vítimas que apresentavam alguma fragilidade física ou mental.

A preocupação com a violência sexual são as possíveis sequelas biopsicossociais. Diante disso 8.22% tiveram consequências sendo, 2.82% de estresse pós-traumático, 1.53% desenvolveram transtornos mentais e 1.17% acabaram engravidando.

Um estudo realizado com 205 crianças e adolescentes com idade de 6 a 14 anos, refere ao aspecto psiquiátrico apresentando pelas vítimas pós-violência, para o gênero feminino a depressão representou significativamente 59.2% e 38.6% para o masculino, transtorno do estresse pós-traumático foi de 36.1 % (feminino) e 29.3% (masculino). Os aspectos comportamentais através dos relatos dos pacientes e responsáveis legais foram de 33% no fator de isolamento para o sexo masculino e 23% o comportamento erotizado para o feminino

Em relação ao baixo rendimento escolar apresentaram 14% para o feminino, comparado ao masculino que foi de 5%².

De maneira que nota-se que há um resultado negativo diante de um quadro de violência sexual. A vítima pode herdar fatores que poderão influenciar no seu contexto social, emocional e profissional, quando efetivada a vida adulta ou até mesmo ainda na fase infanto-juvenil. Como se pode evidenciar que as vítimas, de ambos os sexos, desenvolveram estresse pós-traumático².

Observou-se nesse estudo que, 77.6% da população apresentaram aspectos efetivos e emocionais evidenciados, como culpa, vergonha, medo e insegurança².

Tabela 2 – Relação de vínculo/parentesco agressor da violência sexual contra a criança. Salvador. 2012-2016

VARIÁVEIS	N	%
Pai	105	12,32
Mãe	13	1,52
Padrasto	89	10,48
Madrasta	3	0,35
Irmão (a)	16	1,87
Conhecidos da família	289	33,92
Desconhecido	82	9,62
Cuidador (a)	5	0,58
Outros vínculos	250	29,34
TOTAL	852	100

Fonte: Tabnet Salvador (2017)

Na tabela 2, é apresentado o vínculo/grau de parentesco do agressor. A maioria dos casos de violência sexual contra crianças foi cometida por alguém que era conhecido da família, correspondendo assim 33,92%. Importante também salientar a ocorrência de violência partindo do seio familiar, sendo mais frequente pelo pai (12,32%), seguido do padrasto (10,48%).

Os abusos sexuais ocorre, mais frequentemente, dentro dos lares ou dentro da residência do abusador, ou seja, alguém já conhecido^{2,6}. Quando dentro do próprio lar significa que o agressor trata-se de alguém do grupo familiar, trazendo insegurança e desconforto para a vítima. Esses achados confluem com os achados de outros autores^{3,4}.

Tabela 3 – Assistência social prestada à criança vítima de violência sexual. Salvador. 2012-2016

VARIÁVEIS	n	%
Conselho tutelar	60	27.77
Vara da infância e juventude	9	4.16
Abrigo	1	0.46
Programa Sentinela	2	0.92
Delegacia de proteção à criança	51	23.61
Outras delegacias	5	2.33
Ministério Público	8	3.73
Instituto Médico Legal	29	13.42
Delegacia de atendimento à mulher	4	1.85
Outros setores	47	21.75
TOTAL	216	100

Fonte: Tabnet Salvador (2017)

Na tabela 3, são apresentados dados relacionados à assistência social prestada à vítima. Quanto ao tipo de assistência no âmbito social prestada à criança que foi vítima da violência sexual, a maioria foram encaminhadas para o Conselho Tutelar (27.77%), seguido da Delegacia de Proteção à Criança (23.62%) e Instituto Médico Legal (13.42%).

Os profissionais de saúde que interagem com o segmento da violência sexual têm além do dever de realizar a notificação as autoridades quando ocorre um caso também tem a responsabilidade de desencadear medidas de proteção, embora todas as pessoas tenham o dever de notificar. Dentre eles, o médico tem um papel fundamental na identificação, tratamento e prevenção das crianças quando vítimas⁷.

O recurso de Considerações do Código de Ética de Enfermagem relata que, o profissional tem o dever de proteger seus clientes em situações graves, e se considera justa causa à comunicação das situações de violência às autoridades competentes. Outro dever do enfermeiro é o compartilhamento de informações com outros profissionais da equipe com objetivo proteger a criança e o adolescente⁸.

Como subsídio, a equipe de saúde deve identificar organizações e serviços disponíveis na comunidade no qual possa contribuir na assistência, como: delegacias especializadas, creches, Instituto Médico Legal, conselho tutelar, dentre outros⁷.

Em concordância com o resultado do estudo, as vítimas de violência sexual foram devidamente encaminhadas aos serviços competentes, a fim de dar seguimento ao processo de assistência integral à vítima.

Tabela 4 – Assistência à saúde prestada à criança vítima de violência sexual. Salvador. 2012-2016

VARIÁVEIS	N	%
Profilaxia HIV	59	21,23
Profilaxia Hep B	42	15,11
Contracepção de emergência	20	7,19
Profilaxia DST	69	24,83
Coleta de sangue	76	27,34
Coleta de sêmen	5	1,79
Coleta de secreção vaginal	4	1,44
Aborto previsto por lei	3	1,07
TOTAL	278	100

Fonte: Tabnet Salvador (2017)

Na tabela 4, é apresentado o tipo de assistência à saúde prestada à criança. Destas 27.34% realizou coleta de sangue. Apesar do predomínio dessa primeira categoria, tem-se a profilaxia DST com 24.83% embarcando em segundo lugar e profilaxia HIV com 21.23% logo após.

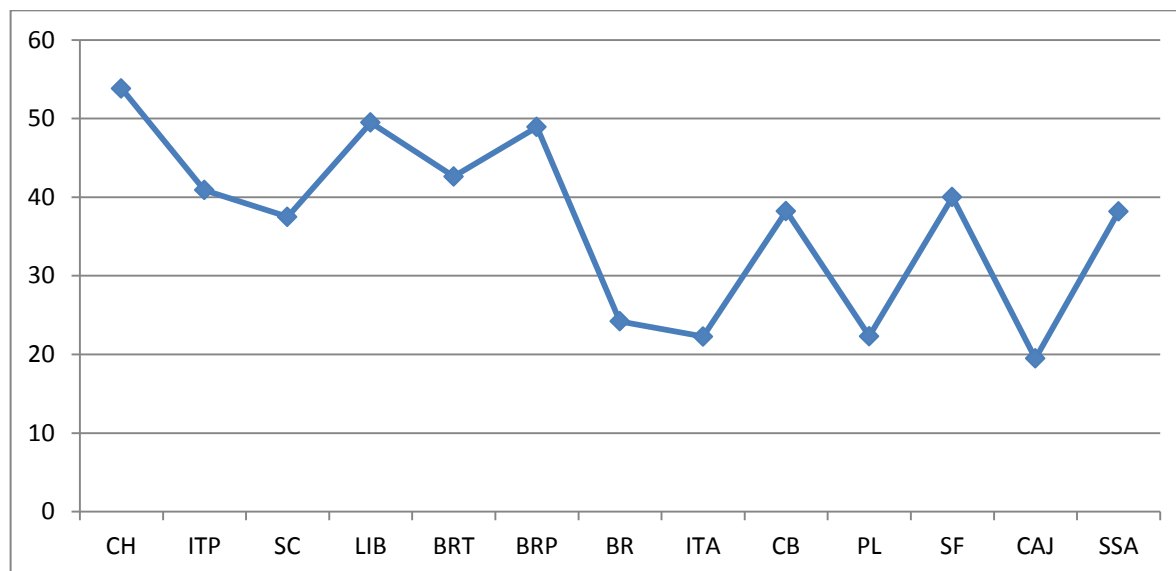
De acordo com a norma técnica de prevenção de agravo a violência sexual contra mulheres de adolescentes preconiza um fluxo para o atendimento à saúde a vítima. É necessário que o serviço de saúde realize o exame físico completo, exame ginecológico, coleta de amostras para diagnóstico de infecções genitais e coleta para identificação do provável autor da agressão, além de preencher a ficha de notificação e investigação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências.

Além de, em casos de gravidez, sendo suspeita ou confirmada, considera-se o desejo da mulher ou da adolescente de interromper ou não a gravidez. Cabendo aos profissionais de saúde fornecer as informações necessárias para a continuidade da assistência a saúde da vítima, bem como, apresentando as alternativas à interrupção da gravidez, assistência ao pré-natal e/ou a entrega da criança para a adoção¹⁰.

Conforme os dados da tabela 3 e tabela 4, não se tratam na totalidade, ou seja, a população de estudo (852 casos), devido à impossibilidade de averiguar se a vítima usufruiu de algum outro serviço, seja se assistência social ou se assistência à saúde. Esse método não foi possível

devido à pesquisa basear-se em casos de notificações disponibilizados no sistema de saúde Tabnet Salvador, desta forma, há a possibilidade de duplicidade de assistência prestada.

Gráfico. Incidência da violência sexual contra crianças por Distrito Sanitário. Salvador. 2012-2016.



Fonte: Tabnet Salvador (2017)

Legenda: Centro Histórico (CH); Itapagipe (ITP); São Caetano/Valéria (SC); Liberdade (LIB); Brotas (BRT); Barra/Rio Vermelho/ Pituba (BRP); Boca do Rio (BR); Itapoan (ITA); Cabula/Beirú (CB); Pau da Lima (PL); Subúrbio Ferroviário (SF); Cajazeiras (CAJ); Salvador (SSA).

Gráfico acima demonstra a incidência por violência sexual contra crianças por distrito sanitário, o mesmo está organizado por siglas, dos respectivos distritos. O distrito com a maior incidência foi o centro histórico (53,58/10.000 habitantes) e o de menor incidência foi cajazeiras (19,48/10.000 habitantes).

Possivelmente essa situação ocorre pelo nível de desigualdade social nesses distritos associada à falta de conhecimento e até mesmo estrutura para apoio das vítimas. Além disso, atenta-se a hipótese da subnotificação frequentemente comum na violência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados encontrados, evidenciou-se que foram atendidos os objetivos propostos, de maneira que, permitiu-se traçar um perfil da vítima e do abusador da violência sexual, através dos dados disponibilizados no sistema de informação em saúde.

Contudo, houve limitações na elaboração do estudo no que tange a disponibilidade de dados para subsidiar a pesquisa. Esta escassez deve-se a subnotificação dos dados, o que implica nos resultados fidedignos a situação real da sociedade em que o indivíduo está inserido. Além de outros estudos com a mesma metodologia para propiciar o aprofundamento da pesquisa, porém foram achados o que foi julgado essencial para chegar a finalidade estabelecida.

Para tal, necessário é que sejam instigados mais estudos neste âmbito, mesmo se tratando de uma situação crítica e recorrente, se faz importante para o levantamento de uma problemática para estabelecer uma reflexão e alerta que poderá implicar em possíveis programas de políticas públicas direcionadas a população alvo de acordo com o perfil traçado.

REFERÊNCIAS

- 1 Silva CB, Bastos BLA, Santos CR, Moraes MS, Possuelo LG. Caracterização do perfil da violência sexual em crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul. Brasil. **Rev Epidemiologia e Controle de Infecção** [Internet]. 2016 out [citado 01 set 2016]. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/8223>.
- 2 Serafim AP, Saffi F, Achá MFF, Barros DM. Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Rev Psiquiatria Clínica** [Internet]. 2011 [Citado 29 set 2016];28(4);[cerca de 6 p.]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832011000400006.
- 3 Soares EMR, da Silva NL, de Matos MAS, Araújo ETH, da Silva LR, Lago EC. Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes, Brasil. **Rev interdisciplinar** [Internet]. 2016 jan. fev. mar [citado 21 set 2016];9(1):[cerca de 10p.]. Disponível em: <http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/754>.
- 4 Ribeiro MP, Ferriani MGC, Reis JN. Violência sexual contra crianças e adolescentes: Características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2004 mar/abr [Citado 29 set 2016];20(2);[cerca de 9 p.]. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0857.pdf>.
- 5 Drezett J et al. Estudo de mecanismos e fatores relacionados com o abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino. [Internet]. 2001 [citado 08 mai 2017]; 77(5);[cerca de 7 p.]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v77n5/v77n5a13.pdf>.
- 6 Pacheco FCP, Marques SP. Intervenção interdisciplinar no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e seus familiares. Brasil. [Internet]. 2009 jan/abr [citado 01 ou 2016]; 9(1):[cerca de 8p]. Disponível em: <http://publicacoes.unifran.br/index.php/investigacao/article/view/40>
- 7 Magalhães MLC, Reis JTL, Furtado FM, Moreira AMP, Filho FNFC, Carneiro PSM et al. O profissional de saúde e a violência na infância e adolescência. **FEMINA** [INTERNET].

2009 out [citado 25 out 2016]; 37(2):[cerca de 5p.]. Disponível em:
<http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2009/v37n10/a006.pdf>.

8 Silva LMP, Ferriani MGC, Silva MAI. A atuação da enfermagem frente à violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasil. **Rev Brasileira de Enfermagem** [Internet]. 2011 set-out [citado 11 out 2016];64(5):[cerca de 6 p.]. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000500018.

9 Brasil. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Distrito Federal [Internet]. 2010.

10 Brasil. Ministério da Saúde. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. Normas Técnicas. Brasília [Internet]. 2012.

EIXO II

Ciência e Ciclo da Vida

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA AGUA DA LAGOA DO PARQUE DE PITUAÇU, SALVADOR-BA COMO DIREITO FUNDAMENTAL DA VIDA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

*Davi do Carmo da Silva¹
Shirly Damian Palomino²
Juan Carlos Rossi Alva³*

RESUMO

A Água é um recurso natural presente no meio ambiente e é um bem indispensável para a sobrevivência da humanidade, portanto um direito fundamental de vida e da dignidade da pessoa humana. Corpos de água estão sendo cada vez mais utilizadas por seres humanos para fins recreativos, podendo estar expostos a um risco particular de contaminação de característica microbiana. Dentre estes microrganismos incluem as Enterobactérias que são causadoras de várias doenças. Os indicadores da qualidade da água, geralmente utilizados, incluem coliformes totais e termotolerantes. O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise bacteriológica para verificar a qualidade da água na lagoa do parque de Pituaçu, Salvador - BA, que fica localizada na Cidade de Salvador/BA, com base na Resolução nº 274/00 do CONAMA. A lagoa sofre diversas ações antrópicas, como descarte de esgoto na lagoa, degradação da mata ciliar, tráfego intenso de moradores, introdução de animais silvestres e problemas fundiários e infraestrutura. Após a visita in loco para verificar as condições da lagoa foram colidas as amostras de água, sendo transportadas para o Centro de Estudos em Meio Ambiente da UCSAL. O método para a análise das águas foi a de Tubos Múltiplos, no qual apresentou fornece o número mais provável de microrganismos presentes na Lagoa e para a identificação das bactérias foram utilizados meios específicos para testes bioquímicos. Como resultado, a lagoa ela é considerada PRÓPRIA para a balneabilidade de acordo com a resolução CONAMA 274/00, pois apresentou, em todos os pontos características visuais sem óleos outros objetos flutuantes e uma baixa concentração de coliformes termotolerantes.

Palavras-chave: Bactérias. Qualidade ambiental. Lagoa do Parque de Pituaçu.

1 INTRODUÇÃO

A água é o recurso natural mais imprescindível do planeta, essencial a todos os seres vivos e a preservação de sua qualidade, é de grande importância para o bem estar de todos, sendo o constituinte inorgânico mais numeroso na matéria viva.

¹ Graduando em Ciências Biológicas na Universidade Católica do Salvador – UCSal. Núcleo de Estudos em Biotecnologia e Conservação - NEBIC, Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

² Coautora, Graduando em Direito na Universidade Católica do Salvador – UCSal.

³ Coautor, Professor-Pesquisador do Mestrando em Planejamento Ambiental, Professor do Curso de Ciências Biológicas e Líder do Núcleo de Estudos em Biotecnologia e Conservação/ NEBIC - UCSAL

As lagoas estão sendo cada vez mais utilizadas para fins recreativos, como por exemplo, pesca e natação, no qual está normalmente exposto a um risco particular de contaminação seja de característica microbiana, física ou química.

A qualidade da água é representada por um conjunto de características, geralmente mensuráveis. Sua determinação está relacionada com a finalidade que se destina (consumo humano, irrigação, transporte ou manutenção da vida aquática).

A Água é um recurso natural presente no meio ambiente e é um bem indispensável para a sobrevivência da humanidade, portanto um direito fundamental de vida, de dignidade da pessoa humana, de satisfação de valores mínimos (piso vital mínimo de direitos) de forma a exigir ao Estado para o desfrute da sadia qualidade de vida, respaldado nos seguintes artigos da Constituição da Republica Federativa do Brasil (BRASIL, 1988):

Art. 1º inciso III a dignidade da pessoa humana; Art.5º§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata; Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição; Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Conforme (Fiorillo, 2012 p.183), os fundamentos da Republica federativa do brasil, enquanto estado democrático de direito: são os bens fundamentais garantia da dignidade da pessoa humana, portanto ter uma vida sadia é ter uma vida com dignidade. Destarte, a água ao ser definida constitucionalmente como exemplo didático de “bem essencial á sadia qualidade de vida”, passou a ser caracterizada juridicamente como bem ambiental.⁴

Historicamente (Fiorillo 2012 p.303) a água no mundo greco-romano era de muita preocupação, não só por sua importância vital, mas também pela relação das águas á incolumidade físico-psíquicas da pessoa humana no sentido de observar os fatores do meio físico em face das doenças tanto endêmico como epidêmicas. Quando Roma conquistou o mundo mediterrâneo, assumiu o legado da cultura grega como também a medicina e as ideias sanitárias gregas, daí a genialidade dos romanos como construtores de sistemas de esgotos e

4 O art. 225 da constituição federal do Brasil ratifica a existência jurídica de um bem que se estrutura como uso comum do povo e essencial á sadia qualidade de vida, configurando uma nova realidade jurídica disciplinando bem que não é publico nem, muito menos particular fixando a norma ao meio ambiente equilibrado, reafirmando que todos são titulares desse direito. O bem ambiental é, portanto, um bem de uso comum do povo, podendo ser desfrutado por toda e qualquer pessoa dentro dos limites constitucionais e, ainda um bem essencial à qualidade de vida. É, portanto, a somatório de dois aspectos bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida que se estrutura constitucionalmente o bem ambiental. (FIORILLO 2012, p.182)

de banhos e de suprimentos de água e outras instalações sanitárias oferecendo exemplo ao mundo com a construção de aquedutos.

A água é um direito fundamental de vida, como destaca a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 mostrando sua preocupação com o meio ambiente, ecologicamente saudável, ao estabelecer em seus princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana Art. 1º, inciso III como fundamento destinado a interpretar todo o sistema constitucional.

O princípio do Desenvolvimento Sustentável é considerado um direito fundamental, ditos de terceira geração, incorporado nos textos constitucionais dos Estados Democráticos de Direito. Sendo um direito fundamental, é um direito inato como o direito à vida, a liberdade, etc. Trata-se realmente do valor da pessoa humana e da democracia, sua universalidade como expressão da própria experiência social de valor. A palavra principia em sua raiz latina, *Principium* significa “aquilo que se toma primeiro” (*primum capere*), designando início, começo, ponto de partida. (MILARÉ, 2015, p. 1064). É muito importante citar algumas definições de doutrinadores sobre a interpretação de princípio:

Segundo Cretella Jr (MILARÉ, 2015, p.129) “São as proposições básicas, fundamentais típicas, que condicionam todas as estruturas subsequentes”. Ou como averba Bandeira de Mello (MILARÉ, 2015, p. 1064).

Princípio é por definição mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a inteligência das diferentes partes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo. Violar ao princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos.

É importante ressaltar que com o advento do pós-positivismo⁵ os princípios passaram de meras fontes de integração a espécie de normas jurídicas, dotados, portanto, de conteúdo normativo. Amado (2012) define princípio da seguinte forma:

Os princípios são normas jurídicas que fundamentam o sistema jurídico, com maior carga de abstração, generalidade e indeterminação que as regras, não regulando situações fáticas diretamente, carecendo de intermediação para a aplicação concreta. Devem ser pesados com outros princípios em cada caso concreto, à luz da ponderação casual (Princípio da Proporcionalidade). Ou

⁵ De acordo com Luis Roberto Barroso (2006, p.27), o pós-positivismo é a designação provisória e genérica de um ideário difuso, no qual se incluem a definição das relações entre valores, princípios e regras, aspectos da chamada nova hermenêutica e a teoria dos direitos fundamentais.

seja, inexistente princípio absoluto. Eles se diferenciam das regras por ter maior grau de abstração, de indeterminabilidade, pela condição de *standart* e função morfogenética. Em que pese a inexistir hierarquia jurídica entre princípios e regras os primeiros são axiologicamente superiores, tendo as funções dimensional ou morfogenética (os princípios são fundamentos das regras), interpretativa, limitadora e integrativa.

Os Princípios são desta forma o pedestal que permitem a construção de um sistema dotado de força normativa, de caráter axiológico como no Brasil, um Estado Constitucional Democrático de Direito.

O mero crescimento econômico, calçado na mutilação do mundo natural e na imprevisão das suas funestas consequências - acabou por criar um antagonismo artificial e totalmente indispensável entre o legítimo desenvolvimento econômico e a sustentabilidade da preservação da qualidade ambiental. A falta de clareza sobre esta questão obscurece e dificulta a disputa, quanto a concepções e atitudes entre as diferentes forças da sociedade, por sua vez plasmadas em estratégias também diferenciadas quanto a projetos de desenvolvimento e suas respectivas, dimensões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas, jurídicas, culturais, educacionais, e ambientais, assim podemos compreender o porquê da confusão entre as noções de progresso, crescimento e desenvolvimento.

A relação sociedade-meio ambiente já estava expresso parcialmente na resolução 44/228, de 22.12.1989, da Assembleia Geral das Nações Unidas, quando foi convocada a Conferencia sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, nessa conferencia, o desenvolvimento sustentável foi adotado na declaração do Rio e na Agenda 21 como meta a ser buscada e respeitada por todos os países. O desenvolvimento sustentável é definido pela Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento como:

(...) aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades, podendo também ser empregado com o significado de melhorar a qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. (MILARÉ, 2011, p.77).

Esse novo direito fundamental vem conquistando espaço nas constituições mais modernas, como por exemplo, as de Portugal, de 1976 (Art. 66), da Espanha, de 1978 (Art. 45) e do Brasil, de 1988 (Art. 225), é, sem dúvida, o princípio transcendental de todo o ordenamento jurídico ambiental, ostentando o status de verdadeira *clausula pétrea* (MILARÉ, 2015).

A sustentabilidade está relacionada a diferentes fatores, sociais, econômicos, naturais. A população mundial, hoje em 7 bilhões de pessoas, deverá chegar a 9 bilhões em

2050, no entanto os recursos naturais, cada vez são mais escassos, a desigualdade também é um fator negativo de insustentabilidade, infelizmente o Brasil está entre os países mais desiguais do Mundo. Sustentabilidade exige um padrão de vida decente para todos hoje, sem comprometer as necessidades de gerações futuras, isto é diminuir a pobreza sem agredir o meio ambiente, acesso a energia limpa, ter acesso a água, alimentação, etc.

Em 04 de setembro de 1973 foi criado o Parque Metropolitano de Pituçu (PMP) com a finalidade de proteção do manancial hídrico, preservação e conservação da natureza, realização de atividades científicas, educativas e recreativas por meio do Decreto Estadual nº 23.666 que definiu a área como de utilidade pública. Em 1977, através do Decreto Municipal nº 5.158, de 20 de junho, foi estabelecida uma área de preservação ecológica de 660 hectares. Essa área inicial sofreu sucessivas reduções com o passar dos anos até que, através do Decreto Estadual nº 10.182, de 15 de dezembro de 2006, o PMP teve sua área reduzida para 3.780.272,20 m² (aproximadamente de 378 ha²) (GOMES, 2008).

O reservatório do PMP possui aproximadamente 76 hectares de espelho d'água e pode ser considerado como o elemento central do parque. Este parque, além de envolver importante função de preservação de Mata Atlântica e de fauna associada é utilizado como uma das principais áreas de lazer da cidade, contando com equipamentos como a ciclovia de aproximadamente 14,7 km e representando à população um espaço não urbano de convivência. No local, apesar de ainda existir focos de contaminação de esgotos domésticos, é possível identificar animais e diversas plantas.

O lodo do esgoto, além de conter alto teor de matéria orgânica e quando a carga dos esgotos lançados excede a capacidade de autodepuração do corpo de água, este corpo fica sem oxigênio, provocando problemas estéticos e liberação de odor e impedindo a sobrevivência de seres aquáticos (CETESB, 1988), os peixes morrem não por toxicidade, mas por asfixia. Todos os organismos vivos dependem de uma forma ou de outra do oxigênio para manter os processos metabólicos de produção de energia e de reprodução (SILVA, 2008). A quantidade de alimento (contidos no esgoto ou outros despejos orgânicos assimiláveis) lançado ao corpo de água deve ser proporcional à vazão ou ao seu volume, isto é, à disponibilidade de oxigênio dissolvido (CUNHA, 2010).

Em lagoas, devido ao tamanho reduzido e a ausência de escoamento, a poluição da água revela, aparentemente, um grande problema, tendo em vista que estes corpos hídricos são menos eficientes em sua restauração por exibirem fluxo restrito, baixa diluição de poluentes e incluir camadas estratificadas que passam por pouca mistura vertical. Os referidos

fatores tornam esses ambientes naturais mais debilitáveis, especialmente no que diz respeito à renovação e/ou troca de água (ARIAS et al., 2006).

Para análise de qualidade de água, índices e indicadores expressam-se como ferramentas capazes no sentido de transformar dados técnicos facilmente utilizáveis e assimiláveis. Um importante aliado no planejamento de projetos que objetiva o uso da água, tendo em vista, também, o impacto causados em lagoas, são os indicadores de qualidades de água, tais como algumas bactérias (CUNHA et al., 2010).

No Brasil, os registros do Sistema Único de Saúde (SUS) indicam que 80% das internações hospitalares do país são correspondentes às doenças de veiculação hídrica ou doenças transmitidas através da água, tais como diarreias. Estes microrganismos incluem as Enterobactérias, onde são bacilos Gram negativos, com motilidade variável, que não formam esporos, podendo ser encontrados no trato gastrointestinal de humanos, no reino animal, na água, solo e vegetais. Constituído atualmente de 42 gêneros e mais de 100 espécies, onde uma parte é considerada enteropatógenos por causarem preferencialmente infecções gastrointestinais, como a *Salmonella typhi* e *S. paratyphi*, *E. coli* enteropatogênicas, *Shigella*, *Yersinia* e *Campylobacter*, onde os causadores de cerca de 70% das infecções urinárias e 50% das septicemias (ANVISA, 2004).

Desta forma, como a lagoa é um dos principais espaços públicos de lazer da cidade, o objetivo principal deste trabalho é realizar uma análise bacteriológica para verificar a qualidade da água na lagoa do parque de Pituacu, Salvador - BA, com base na Resolução nº 274/00 do CONAMA, enfatizando na qualidade dos corpos hídricos para fins recreativos, como pesca e natação, obtendo assim dados preliminares para futuros estudos.

METODOLOGIA

Área de estudo

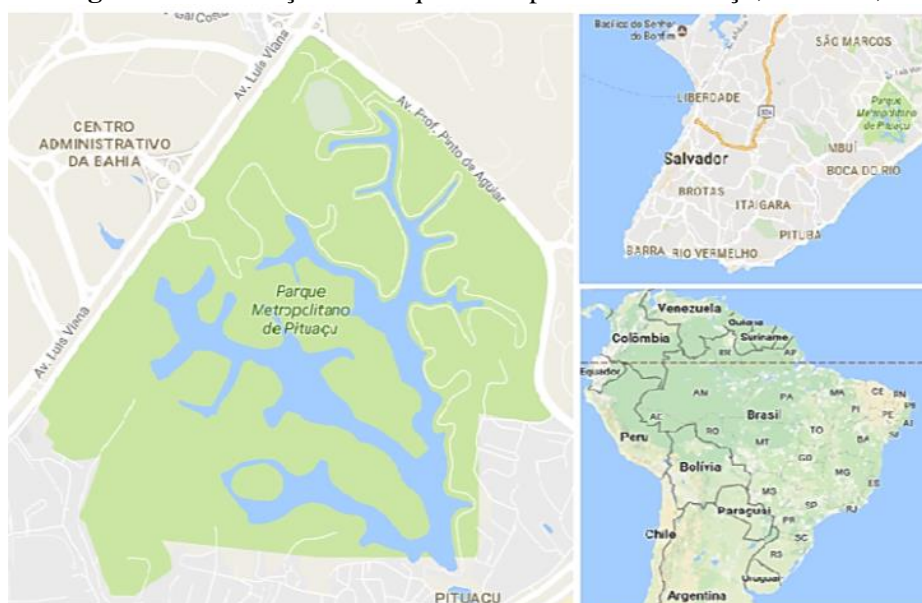
O Parque Metropolitano de Pituacu – PMP (12°56'53"S e 38°24'47"O) possui uma ciclovia de 15 km de extensão e uma lagoa artificial com 4 Km de espelho d'água, onde está localizado no oeste da Praia de Pituacu e entre os bairros da Boca do Rio e Patamares (GOMES, 2008).

A lagoa surgiu com a construção da represa de Pituacu (GOMES, 2008). A admissão do plano geral de aproveitamento da água da represa de Pituacu foi definida a partir do Decreto Municipal nº 5.168, visando estabelecer, preservar ecologicamente e a recomposição

ambiental, dando origem ao Parque de Pituvaçu, ficando definido seu uso para lazer, urbanização dos recursos naturais, ocupação do solo e preservação da lagoa. As suas águas deixaram de ser usadas para o abastecimento, em 2002, devido a sua poluição (TEXEIRA, 2011) por consequência de um vazamento de uma tubulação de esgotamento sanitário, onde provocou uma aparente eutrofização (GOMES, 2008).

O Parque de Pituvaçu possui formações geológicas e pedológicas variadas, e presença de remanescentes da mata Atlântica, no forma uma ampla unidade de conservação dentro de Salvador, abrangendo 425 ha de área conservada com formações vegetais de restinga. Apesar de ser um fragmento de Mata Atlântica, padece diversas ações antrópicas, como por exemplo, atividade de pesca ilegal, descarte de esgoto na lagoa, degradação da mata ciliar, tráfego intenso de moradores, introdução de animais silvestres e problemas fundiários e infraestrutura (ALVES et al, 2005).

Figura 1. Localização do Parque Metropolitano de Pituvaçu, Salvador, BA



Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As amostras foram coletadas em 5 pontos (Figura 2), de forma manual, levando em consideração a incidência de contato primário com a lagoa. As amostras de água foram colhidas em frascos de plástico de 500mL estéreis, a 30 cm da superfície da água, e transportadas para o laboratório acondicionadas em recipiente isotérmico com gelo. Os métodos para a coleta, transporte e análise das amostras foram baseados nos recomendados e

adotados no manual prático de análises de águas da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2006).

Figura 2 – Imagem de Satélite com marcação dos pontos amostrais



Fonte: Google Earth adaptado pelo autor

O período decorrido entre a coleta e inoculação nos meios de culturas não ultrapassou às 6h, como o exigido pelas normas NF EN ISO 9308-1 e NF EN ISO 7899-2. Para avaliação os parâmetros físico-químicos, como: Temperatura da água, Potencial Hidrogeniônico (pH), Oxigênio dissolvido (OD) e Turbidez, foram utilizados instrumentos, como: Oxímetro, Termômetro digital, Ph-metro digital e Turbidímetro, no qual foram tabelados.



Figura 3. Primeira coleta. Ponto 5, Lagoa de Pituaçu



Figura 4. Segunda coleta. Ponto 5, Lagoa de Pituaçu

Tubos Múltiplos

Para a obtenção dos resultados, foi utilizada a técnica de tubos múltiplos, no qual permite a quantificação do “número mais provável” (NMP) de microrganismos presentes na água, na fase presuntiva se usou tubos com Caldo Lauril Triptose com tubos de Durhan invertidos no interior. A fase confirmativa para coliformes totais, foi usado o Caldo Lactosado Verde Brilhante Bile 2%, também com tubos de Durhan invertidos. Já na fase confirmativa para coliformes termotolerantes foi usado o Caldo EC com tubos de Durhan invertidos. Após 48h de incubação foi interpretado o resultado conforme as tabelas do “número mais provável” (NMP).

Seleção e isolamento de microorganismos

A seleção e isolamento de bactérias Gram-negativas, foi realizado através da inoculação das amostras positivas em meio seletivo como o Ágar MacConkey, incubando a placa à 37°C por 24 horas. Após o crescimento das colônias, verificou-se macroscopicamente as diferenças entre as mesmas, sendo então purificadas utilizando placas de petri descartáveis com meio TSA; depois da purificação das colônias foram realizadas identificações morfológicas com posterior confirmação da integridade e da pureza das mesmas realizando a coloração de Gram (OPLUSTIL, 2000; TORTORA, 2005), através desta coloração, obteve-se maiores informações sobre a morfologia dos isolados microbianos.

Análise Bioquímica das bactérias isoladas

As bactérias isoladas foram semeadas em tubos e placas com meios de diferenciação bioquímica, a saber, Agar MacConkey, Agar lisina, Agar Simm Medium, Agar Salmonella-Shigella e Agar uréia, incubando à 37°C por 24 horas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Entre os fenômenos observáveis na lagoa do Parque, e seu entorno, que contribuem para o processo de degradação da lagoa estão:

- a) O assoreamento provocado pela implantação de loteamentos e ocupações irregulares, o que implica em cortes, aterros e outros movimentos de terra para as construções.
- b) A impermeabilização do solo, provocada pela urbanização, que também provoca o aumento da capacidade de transporte de partículas até atingir a lagoa.

c) A drenagem pluvial urbana e o esgotamento sanitário, responsável pelo transporte de uma elevada carga de nutrientes para o interior do corpo hídrico.

d) O elevado grau de eutrofização em alguns pontos da lagoa.

Na tabela 01 são apresentados os valores dos parâmetros físico-químicos apresentaram normalidade e conforme estabelecidos na resolução CONAMA 357/2005, apresentando pH neutro e turbidez abaixo de 100. Mesmo o pH se mantendo na faixa recomendada o uso humano, de acordo com Soares & Maia, (1999) a maioria das bactérias de desenvolve em uma oscilação de pH entre 6,5 e 7,5. Para temperatura, não foi encontrado valores limites. É fundamental destacar que turbidez deve ser monitorado para assegurar a qualidade microbiológica da água, pois apresenta de alguns microrganismos tem relação direta com esse padrão (Medema et al., 1998).

TABELA 01. Parâmetros físico-químicos da lagoa de Pítuaçu. Salvador-BA. 2017.

Parâmetro	Data	Ponto 1	Ponto 2	Ponto 3	Ponto 4	Ponto 5
Temperatura da água	24/fev	25°C	25,2°C	24,7°C	24,7°C	24,6°C
	01/jun	24°C	24°C	23,4°C	23,4°C	23,6°C
Oxigênio Dissolvido	24/fev	8.6	9.4	9.0	10.7	12.7
	01/jun	7.6	10.4	10.2	11.1	11.8
Ph	24/fev	7,35	7,32	7,37	7,44	7,27
	01/jun	7,4	7,27	7,34	7,46	7,44
Turbidez	24/fev	20.8	9.45	12.0	8,13	8.10
	01/jun	25.3	12.5	15.4	12.0	12.7
Condutividade	24/fev	341.6 us/cm	353.1 us/cm	360.3 us/cm	350.5 us/cm	360.5 us/cm
	01/jun	356.2 us/cm	355.0 us/cm	367.3 us/cm	354.9 us/cm	366.0 us/cm

Observa-se na tabela 02 os resultados dos tubos múltiplos usando uma média das duas campanhas amostrais nos cinco pontos de coleta divididos em P (1,2, 3, 4 e 5). Neste resultado, foram considerados como positivos os tubos que apresentarem, além do crescimento (turvação do meio de cultura), o acúmulo de gases no tubo de Durham. Após os resultados microbiológicos das amostras, houve a classificação de acordo com a balneabilidade da lagoa conforme a Resolução nº 274 do CONAMA.

TABELA 2. Crescimento bacteriano nos Tubos de EC nos Pontos (P) e nas diluições (D) das amostras da Lagoa de Pituáçu.

P1D1	Presente	P2D1	Presente	P3D1	Presente	P4D1	Presente	P5D1	Presente
P1D1	Presente	P2D1	Presente	P3D1	Presente	P4D1	Presente	P5D1	Presente
P1D1	Presente	P2D1	Presente	P3D1	Presente	P4D1	Presente	P5D1	Presente
P1D2	Presente	P2D2	Presente	P3D2	Presente	P4D2	Presente	P5D2	Presente
P1D2	Presente	P2D2	Presente	P3D2	Presente	P4D2	Presente	P5D2	Presente
P1D2	Presente	P2D2	Presente	P3D2	Presente	P4D2	Presente	P5D2	Presente
P1D3	Ausente	P2D3	Ausente	P3D3	Ausente	P4D3	Presente	P5D3	Presente
P1D3	Ausente	P2D3	Ausente	P3D3	Ausente	P4D3	Ausente	P5D3	Ausente
P1D3	Ausente	P2D3	Ausente	P3D3	Ausente	P4D3	Ausente	P5D3	Ausente

Figura 6. Métodos de tubos múltiplos. Verde Brilhante, Ec Broth e Lauril.



De acordo com a resolução, as águas classificadas próprias podem divide-se em excelente (possuindo, no máximo, 250 UFC de coliformes termotolerantes por 100 ml); muito boa (até 500 coliformes termotolerantes por 100 mL) e satisfatória (até 1000 coliformes fecais por 100 mL). As águas classificadas como impróprias quando esses valores são superiores a 2.500 UFC coliformes termotolerantes por 100 mL.

Na tabela 03, observou-se, nos 5 pontos analisados, que não ultrapassou os limites de coliformes termotolerantes, descrito na resolução CONAMA 274/00, classificando em excelente a água da lagoa. Os parâmetros físico-químicos se apresentaram dentro dos padrões. Mesmo toda metodologia ter-se apresentado dentro das conformidades, exige atenção tanto

por parte das autoridades sanitárias, quanto dos consumidores em geral, monitorarem as águas de da lagoa de Pituauçu, verificando se as mesmas se encontram em condições de balneabilidade de forma que não ofereça risco à saúde da população.

TABELA 03. Número Mais Provável em 100 mL de água para cada um dos pontos de coleta, e o padrão para a Resolução nº 274/00 do CONAMA. Salvador-BA. 2017.

Dia da Coleta	Ponto	Coliformes fecais (NMP/100mL)	CONAMA nº 274
			Balneabilidade
24/fev	1	240	Excelente
	2	240	Excelente
	3	240	Excelente
	4	240	Excelente
	5	240	Excelente
01/jun	1	240	Excelente
	2	240	Excelente
	3	240	Excelente
	4	240	Excelente
	5	240	Excelente

A lagoa do Parque de Pituauçu, de acordo com a resolução nº 274/00 do CONAMA pode ser considerado próprio para a balneabilidade, visto que a análise de todas as amostras não excedeu o limite de 250 coliformes fecais por 100 mL. Verificou-se que não houve diferença bacteriológica entre o período de estiagem e chuvoso, o que era esperado, uma vez que no 2017 as chuvas fortes se retrasaram não chegando aos altos índices pluviométricos que em meses chuvosos que normalmente interferiam na qualidade das lagoas, visto que a chuva é um dos fatores do carregamento de microrganismos do solo para água e acarretam a diluição de materiais poluidores nas lagoas (Silva e Ueno, 2008), levando o aumento do índice de coliformes e de contaminação por patógenos.

A lagoa de pituaçu, pode ser classificada de acordo com a resolução CONAMA 357/2005 como uma lagoa de classe 2, podendo ser destinada ao abastecimento para consumo humano depois do tratamento padronizado, a irrigação da flora, atividade de pesca e recreação de contato primário.

A presença do gênero *Enterobacter* pode ser atribuída a ampla distribuição destes na lagoa, pois apresenta uma fácil adaptação e sobrevivência nesses ambientes (TORTORA, 2005). A presença de do gênero *Salmonella* um indicador de um local bastante rico em matéria orgânica (OLIVEIRA et al, 2006). A espécie *E. coli* é um bom indicador de qualidade

de água, uma vez que sua presença indica contaminação fecal recente e indicador a presença de outras bactérias entéricas como, *Enterobacter* e *Salmonella* (MELO, 2006).

Tabela 04. Resultado do crescimento em meios para testes bioquímicos.

Bactéria	Meios de Culturas						
	Lisina	Mac Conkey	Simmons	Uréia	Sim		SS
	H2S	Lactose	Citrato	Coloração	H2S	Gás	Característica
<i>Citrobacter</i>	-	+/-	+	Amarelo	-	+	Colônias Roxa
<i>Enterobacter</i>	-	+	+	Amarelo	-	+	Colônias Roxa
<i>Escherichia Coli</i>	-	+	-	Amarelo	-	+	Colônias Roxa
<i>Salmonella</i>	+	-	+	Amarelo	+	+	Colônias incolores
<i>Shiguella</i>	+	-	+	Amarelo	+	-	Colônias incolores
(+) POSITIVO (-) NEGATIVO							

Finalmente, observa-se nos cinco pontos analisados que não houve a presença de resíduos sólidos, elementos flutuantes, óleos, graxas e outras substâncias, capazes de oferecer riscos à saúde ou tornar desagradável a recreação, somado ao índice de coliformes termotolerantes que não ultrapassou as 250 UFC/ 100ml estando de acordo com os limites descrito na resolução CONAMA 274/00, a água da lagoa no momento das 2 coletas pode ser classificada como excelente para o banho. Os parâmetros físico-químicos se apresentaram dentro dos padrões. Mesmo toda metodologia ter-se apresentado dentro das conformidades, exige atenção tanto por parte das autoridades sanitárias, quanto dos consumidores em geral, monitorarem as águas de da lagoa do parque de Pituaçu, verificando se as mesmas se encontram em condições de forma que não ofereça à saúde da população.

O meio ambiente que é patrimônio da sociedade atual e a futura, precisa crescer sim, mas de maneira sustentável, em harmonia e equilíbrio com o desenvolvimento econômico-social, a participação do governo no modo de garantir um mínimo de qualidade de vida para todos. No ultimo relatório do Programa para nações Unidas para o Desenvolvimento Humano o Brasil se manteve no posto 79º, que utiliza indicadores como saúde, renda e educação Brasil os índices de desenvolvimento humano não hão acompanhado o discurso de desenvolvimento econômico por parte de nossas autoridades.

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Deteção e identificação de bactérias de importância médicas.** 2004.
- ALMEIDA, N. R.; H. M. J. AFFE; S. A.V. BARBONI; E. M. PAULO. **Parâmetros microbiológicos e condição sanitária da água de uma lagoa urbana em Salvador, Bahia.** Ver. Inter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade, v. 6, n. 2, p. 62-74, Jun. 2013.
- ALVES, A. O.; M. C. L PERES; M. A. DIAS; G. S. C. FERREIRA; L. R. A. SOUTO. **Estudo das comunidades de aranhas (Arachnida: Araneae) em ambiente de Mata Atlântica no Parque Metropolitano de Pituacu – PMP, Salvador, Bahia.** Rev. Biota Neotropica, v. 5, n. 1^a, 2005.
- ARIAS, A. R. L.; D. F. BUSS; C. ALBURQUERQUE; A. F. INÁCIO; M. M. FREIRE; M. EGLER; R. MUGNAI; D. F. BAPTISTA. **Utilização de bioindicadores na avaliação de impacto e no monitoramento da contaminação de rios e córregos por agrotóxicos.** Ciência Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, Agosto 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) – Resoluções nº 357 de 2000.
- BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 274, de 29 de novembro de 2000. Recomenda a adoção de sistemáticas de avaliação de qualidade das águas.
- CUNHA, A. H.; N. TARTLER; R. B. SANTOS; J. L. FORTUNA. **Análise microbiológica da água do rio Itanhém em Teixeira de Freitas-BA.** Revista Biociências, UNITAU. v. 16, n. 2, 2010.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA. **Manual prático de análise de água.** 3º ed. rev. Brasília, 2009. 144p.
- GIATTI, L. L. et al. **Condições de saneamento básico em Iporanga, estado de São Paulo.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 571-577, 2004.
- GOMES, F. B. **Encantos e desencantos do Parque Metropolitano de Pituacu: da preservação aos problemas ambientais.** 144f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.
- MELO, S. K. **Caracterização de fatores de virulência em amostras de Escherichia coli isoladas de lagoas do parque estadual do Rio Doce.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.
- MILARÉ, Edis **Direito do ambiente.** 10º, edição, Thomson Reuters, 2015.
- OLIVEIRA M. F.; E. B. PILZ; G. S. BELLINCANTA; N. LIMBERGER; N. T. MACEDO; G. CORÇÃO; J. C. GERMANI; S. T. V. D. SAND. **Avaliação da eficácia do tratamento de esgotos de um sistema de lagoa de estabilização através da identificação de população**

bacteriana. Acta Scientiae Veterinariae, v. 34, n. 1, 2006. Revista Biociências, Taubaté, v. 14, n. 1, p. 82-86, 2008,.

SILVA, A. B. A.; UENO, M. **Qualidade sanitária das águas do rio Una, São Paulo, Brasil, no período das chuvas**. Revista Biociências, Taubaté, v. 14, n. 1, p. 82-86, 2008.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.894 p.

COMPOSIÇÃO DE ARANHAS (ARANEAE) DE SERAPILHEIRA EM DIFERENTES ESTÁGIOS SUCESSIONAIS

*Kátia Regina Benati**
*Marcelo Cesar Lima Peres**
*Antonio Domingos Brescovit***
*Jacques Hubert Charles Delabie****

RESUMO

A distribuição atual das espécies depende da frequência e intensidade perturbação no ambiente. Para compreender como as espécies estão distribuídas em remanescentes florestais, buscamos identificar o padrão de distribuição das espécies de aranha de serapilheira ao longo de um gradiente sucessional. Coletamos 480 amostras de 1 m² de serapilheira em quatro áreas em diferentes estágios (de 30 anos a mais de 100 anos). Identificamos 43 espécies de aranhas. Não houve diferenças na riqueza e composição das espécies entre os estágios sucessionais, com o número de espécies semelhantes. O estágio maduro apresentou menor semelhança com os outros estágios, indicando que mantém espécies mais especializadas na utilização de alguns recursos. Reforçamos com esse estudo que o estágio sucessional contribui para a manutenção da diversidade das espécies na área.

Palavras-chave: Mata Atlântica. Regeneração. Biodiversidade. Assembleia de aranhas.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, muitas modificações que ocorrem no ambiente natural, alteram a estrutura do hábitat (i.e., exploração dos recursos naturais; perda de hábitat) e afetam a dinâmica dos ecossistemas terrestres (TOWNSEND et al., 2010). Como consequência, formam-se manchas de hábitats que se encontram em diferentes estágios sucessionais (CONNELL; SLATYER, 1977; TOWNSEND et al., 2010) e provocam variações na riqueza e composição das espécies. Assim, entender como as espécies se distribuem em determinada área pode contribuir com o aumento do conhecimento sobre o funcionamento dos ecossistemas.

* Centro de Ecologia e Conservação Animal (ICB/UCSal), Av. Profº. Pinto de Aguiar, 2.589, Campus de Pituvaçu, Pituvaçu, 40710-000, Salvador, BA, Brasil.

** Laboratório de Artrópodes Peçonhentos, Instituto Butantan, Av. Vital Brasil, 1500, Butantan, 05503-000, São Paulo, SP, Brasil.

*** Laboratório de Mirmecologia, Convênio UESC/CEPLAC, Centro de Pesquisas do Cacau, Km 22 Rodovia Ilhéus/Itabuna, BA, Brasil.

Vários estudos têm evidenciado que processos ecológicos, que variam naturalmente ou por consequência da antropização, podem provocar alteração na distribuição das espécies de aranhas no ambiente, devido principalmente à sucessão florestal, perturbações naturais (i.e., clareiras) ou práticas florestais que resultem em mudanças estruturais que afetam a diversidade destes grupos (ver OXBROUGH et al., 2005; SIMÓ et al., 2011; PERES et al., 2007, 2014). Por exemplo, um estudo realizado na floresta Amazônica comparou áreas em diferentes estágios sucessionais e não verificou alteração na riqueza em espécies de aranhas ao longo do tempo, enquanto que a composição variou espacialmente entre as áreas (RAUB et al., 2014). Outro estudo comparando a composição de aranhas entre mata madura e floresta secundária no sul da Bahia, também detectou um padrão de distribuição relacionado ao estágio sucessional, mas não evidenciou relação com as características do micro-habitat (PINTO-LEITE et al., 2008).

Estudos apontam que aranhas apresentam forte relação com a estrutura da serapilheira em diferentes tipos de ambientes (BULTMAN; UETZ, 1984; BENATI et al., 2010; PERES et al., 2007, 2014), seja fornecendo abrigo e recursos alimentares (BULTMAN; UETZ, 1984; WISE, 2004). Assim, esse estudo teve o objetivo de comparar a riqueza e composição das espécies de aranhas que habitam a serapilheira entre quatro áreas que se encontram em diferentes estágios sucessionais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Área de estudo

O estudo foi realizado na Reserva Ecológica Michelin (13°50'S 39°10'W), situada no litoral sul baiano, entre os municípios de Ituberá e Igrapiúna (FLESHER; LAUFER, 2013). A área possui 1.800 ha de Floresta Ombrófila, que corresponde a aproximadamente 65% da área da reserva (Flesher, dados não publicados), distribuídos em três remanescentes principais: Vila 5/Pancada Grande com 625 ha, Luis Inácio (140 ha) e Mata do Pacangê (550 ha) (FLESHER; LAUFER, 2013).

Todos os remanescentes florestais da reserva têm uma história semelhante de uso humano, que vai da caça ao cultivo de mandioca e exploração de madeira (intensiva e seletiva) em algumas áreas (FLESHER; LAUFER, 2013). Por conta disso, não existe área intacta na reserva e atualmente a maior parte da floresta está caracterizada como floresta secundária em vários estágios de desenvolvimento, com pequenas manchas de floresta

primária nas encostas mais íngremes e topos de morro. O restante da reserva consiste em regiões de várzea, pequenos fragmentos florestais, seringais (plantações de *Hevea brasiliensis*) e áreas abandonadas enriquecidas com plantios de árvores nativas, além de zonas com nascentes de rios e cursos d' água.

A região não apresenta estação seca distinta, podendo chover em qualquer período do ano. A precipitação média anual é de 1.859 milímetros, as temperaturas médias mensais variam entre 20.7°C a 28.9°C e a umidade relativa do ar variam entre 75% e 87% (informações baseadas na série histórica 1997-2013, obtidas pela estação meteorológica da reserva).

O estudo foi conduzido em dois remanescentes da reserva: Mata da Vila 5 (190 ha) e Mata do Pacangê (550 ha), que eram contíguos até a década de 80. Ambos apresentam vegetação em diferentes estágios de desenvolvimento, sendo a maior parte (cerca de 64%) composta por Floresta que sofreu Corte de Madeira (intensivo ou seletivo); seguido por Floresta Secundária (Jovem e Tardia), que representam 29% e manchas de Floresta Madura, com 3,6% da área de floresta (FLESHER, dados não publicados).

Nesse estudo, consideramos esses quatro principais estágios sucessionais, sendo a idade baseada no tempo aproximado em que cada um não sofre grandes perturbações, principalmente corte de madeira, de acordo com a descrição de estudos realizados na Reserva (Santos, 2011; K. FLESHER, dados não publicados). Estes foram denominados de *Floresta Secundária Jovem (FSJ)*; *Floresta Secundária Tardia (FST)*; *Floresta com Corte de Madeira (FCM)* e *Floresta Madura (FM)* considerando do menor para o maior tempo sem perturbações (25, 60, 80 e mais de 100 anos, respectivamente).

As unidades amostradas não apresentaram cursos de rios próximos, mas tinham porções de declive ou morros em quase todas as áreas.

2.2. Delineamento amostral

As coletas ocorreram nos meses de Julho e Setembro de 2013, onde selecionamos 480 unidades amostrais distribuídas nos quatro estágios sucessionais, nos dois remanescentes: Mata da Vila 5 e Mata do Pacangê. Em cada estágio, selecionamos quatro áreas para a coleta (=16 áreas amostradas) e em cada área amostramos 30 unidades, totalizando 120 unidades amostrais de cada estágio sucessional.

Cada área amostral foi formada por um transecto de 150 m, com início a partir da trilha principal existente na mata. Perpendiculares a cada transecto, foram delimitadas 10

linhas com 90 m de comprimento, sendo cinco linhas inseridas a cada lado do transecto, com distância de 30 m entre si. Em cada linha, foram amostradas três unidades (plot com 3 m²) a intervalos de 30 m.

As unidades e os estágios sucessionais foram amostrados igualmente nas duas series de coletas, sendo que na primeira, foram amostrados todos os pontos pares e na segunda, os pontos ímpares das duas áreas.

2.3. Amostragem da fauna

A coleta da serapilheira foi feita em um quadrante de 50 x 50 cm em todas as unidades amostrais. Para tanto, retiramos todo material vegetal em decomposição na superfície do solo até atingir a base do solo orgânico. Esse material foi colocado em um concentrador na forma de peneira de mão, com malha de 5 mm, onde as amostras foram peneiradas durante 5 minutos. O material mais fino e particulado que passou pela peneira foi colocado no Extrator de Winkler para a extração de pequenos invertebrados (BESTELMEYER et al., 2000), durante 24h.

O material testemunho foi depositado na Coleção do Museu de Zoologia da Universidade Federal da Bahia, Setor de Invertebrados Terrestres, Salvador, BA (MZUFBA, curador: Dr. Adolfo Ricardo Calor), no Laboratório de Coleções Zoológicas do Instituto Butantan, São Paulo, SP (LECZ, curador: Dr. Roberto Henrique Pinto Moraes).

2.4. Análise de dados

Como ambos os remanescentes florestais passaram pelo mesmo histórico de uso e apresentam composição de espécies vegetais semelhantes (K. FLESHER, com. pess.; SANTOS, 2011), analisamos as amostras de ambos conjuntamente.

A fim de reduzir o efeito da heterogeneidade e maximizar a variação entre os estágios sucessionais, consideramos cada estágio como um “bloco” nas análises (QUINN; KEOUGH, 2002) e o nível de significância adotado foi $\alpha = 0,05$.

O esforço de coleta foi estimado com auxílio do EstimateS versão 9.0 (COLWELL, 2013). Para remover o efeito da sequência ordenada das amostras, randomizamos 50 vezes os dados (TOTI et al. 2000). As curvas de rarefação foram produzidas para comparar a riqueza entre os estágios, com intervalos de confiança de 95% (EstimateS versão 9.0, COLWELL, 2013).

Para comparar a riqueza em espécies foi aplicado o teste de Friedman, pois as variâncias não foram homogêneas (teste de Bartlett: $p < 0,05$) (GraphPad InStat 3.0).

Para comparar a composição das espécies, as matrizes foram submetidas ao método de Procedimento de Permutação de Resposta Múltipla em blocos – MRBP (PcOrd[®]: MCCUNE; MEFFORD, 1999), utilizando a distância Euclidiana e os valores foram padronizados ($n/\text{soma}(n)$). Esta análise gera o teste estatístico **T**, que descreve a separação entre os grupos, indicando que quanto mais negativo for, maior será a heterogeneidade entre os grupos. A variação dentro do grupo é descrita por **A** e quanto mais próximo de 1, mais homogêneo é o grupo. Em estudos ecológicos, geralmente $A < 1$, assim valores $> 0,3$ são considerados altos, principalmente quando o tamanho da amostra é grande. Assim, para se avaliar o resultado de p é necessário avaliar o **T** e **A** juntos, além de considerar a biologia do grupo (MCCUNE; GRACE, 2002).

3 RESULTADOS

Foram identificadas 25 famílias de aranhas, considerando indivíduos jovens e adultos, somando todas as áreas. As famílias mais abundantes foram Salticidae (24,7%), Araneidae (15,1%) e Zodariidae (11,4%). Dentre as aranhas adultas, foram identificados 35 gêneros, sendo um novo para a ciência (família Oonopidae), em 22 famílias e 43 espécies e/ou morfoespécies. Os gêneros mais abundantes foram *Corythalia* (27,4%), *Otiotrops* (14,4%) e *Meioneta* (9,4%) e, as espécies *Corythalia* sp.2 (24,7%), *Otiotrops atlanticus* (Platnick, Grismado and Ramírez, 1999) (13,3%) e *Tenedos* sp.1 (8,7%), que juntos representaram 50% dos gêneros e 56% das espécies coletadas.

Considerando-se os estágios sucessionais separadamente, foram registradas 15 famílias de aranhas na Floresta Secundária Jovem (FSJ), sendo Salticidae (22,8%), Zodariidae (16,2%) e Araneidae (15,4%) as mais abundantes, 17 famílias na Floresta Secundária Tardia (FST), sendo Salticidae (26,9%) e Araneidae (15,7%) as mais abundantes, 21 famílias na Floresta com Corte de Madeira (FCM), sendo Salticidae (19,0%) e Araneidae (14,3%) as mais abundantes, e 20 na Floresta Madura (FM), sendo Salticidae (24,3%) e Corinnidae (13,5%) as mais abundantes. Aranhas da família Salticidae apresentaram preferência por FSJ e FST, assim como Zodariidae e Araneidae por FSJ. Todos os estágios sucessionais apresentaram famílias exclusivas, exceto FST, sendo Anapidae exclusiva de FSJ, Anyphaenidae e Pholcidae (FCM) e Trechaleidae e Caponidae (FM). No entanto, não podemos realizar inferências sobre

a real distribuição devido ao baixo número de indivíduos (≤ 3 indivíduos) por estágio sucessional.

Com relação aos gêneros, foram registrados 19 na FSJ, sendo *Corythalia* (14,9%) a mais abundante; 16 gêneros na FST, sendo os mais abundantes *Corythalia* (28,9%) e *Otiotrops* (10,5%); 21 gêneros na FCM, sendo *Corythalia* (17,6%) e *Otiotrops* (14,7%) os mais abundantes e, 16 gêneros na FM, *Corythalia* (17,9%). O gênero mais rico apresentou três morfoespécies (*Salticidae* sp.), os demais gêneros apresentaram uma ou duas espécies e/ou morfoespécies.

Já para as espécies e/ou morfoespécies, foram registradas 23 na FSJ, sendo as mais abundantes *Corythalia* sp.2 (14,9%) e *Tenedos* sp.1 (10,6%); 19 espécies na FST, sendo *Corythalia* sp.2 (23,1%) e *Otiotrops atlanticus* (10,3%) as mais abundantes; 21 espécies na FCM, sendo *Corythalia* sp.2 (17,6%) e *O. atlanticus* (14,7%) as mais abundantes, e 18 espécies na FM e a mais abundante: *Corythalia* sp.2 (13,8%) (ver Tabela 1). No geral, as famílias que apresentaram maior riqueza foram *Salticidae* (14,1%), *Theridiidae* (12,3%), *Corinnidae* (9,1%) e *Oonopidae* (9,0%). Todos os estágios apresentaram um número relativamente elevado de espécies.

Assim como acontece frequentemente em floresta tropical, as curvas de rarefação indicam que os estágios não atingiram a assíntota (Figura 1) e que falta um número razoável de espécies a ser amostrada na serapilheira. Considerando o corte pelo menor número de indivíduos coletados ($n=30$; (Figura 1), FCM apresentou a maior riqueza em espécies e FST apresentou a menor riqueza em espécie. *Jackknife* 1 e *Bootstrap* foram os estimadores que apresentaram melhor desempenho para estimar o número de espécies em cada estágio (Tabela 1).

Figura 1: Curva de rarefação das espécies ou morfoespécies de aranhas de serapilheira, (método do extrator de Winkler), em um gradiente de sucessão em dois remanescentes florestais da Reserva Ecológica da Michelin (Ituberá-Igrapiúna, BA). *Obs.:* FSJ= Floresta Secundária Jovem, FST= Floresta Secundária Tardia, FCM= Floresta com Corte de Madeira; FM= Floresta Madura.

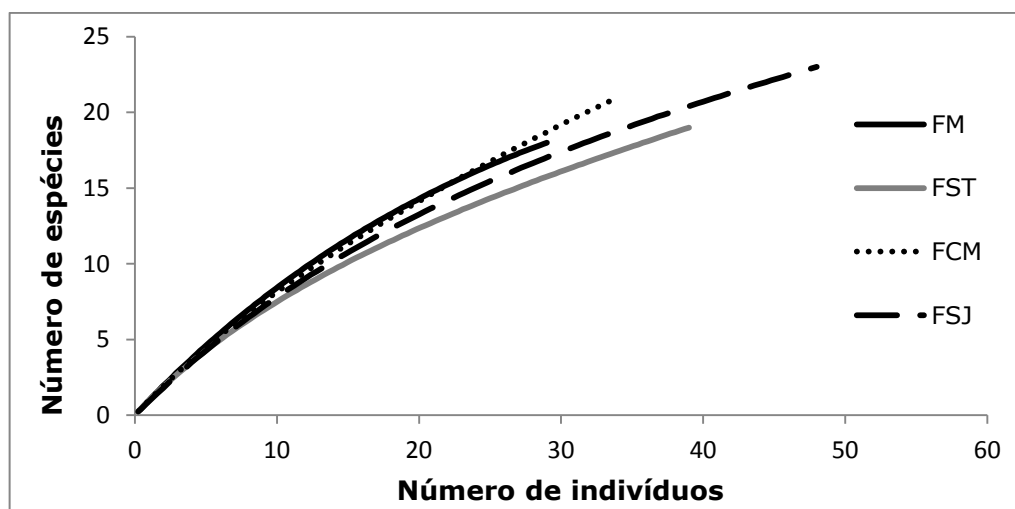


Tabela 1: Riqueza observada (Sobs), estimada e número de espécies ou morfoespécies de aranhas exclusivas em cada estágio sucessional dos remanescentes florestais da Reserva Ecológica da Michelin (Ituberá-Igrapiúna, BA). *Obs.:* FSJ= Floresta Secundária Jovem, FST= Floresta Secundária Tardia, FCM= Floresta com Corte de Madeira; FM= Floresta Madura.

	Aranhas			Espécies exclusivas*
	Riqueza(Sobs)	Riqueza (estimada)	Riqueza (estimada)	
		<i>Bootstrap</i>	<i>Jack 1</i>	N (%)
FSJ	23	30	36	6 (26,1)
FST	19	25	31	8 (38,1)
FCM	21	28	36	2 (10,5)
FM	18	25	28	6 (33,3)

*baixo número de indivíduos cada uma (≤ 3 indivíduos)

Apesar da análise de agrupamento ter revelado uma baixa similaridade das espécies de FM e FCM com os outros estágios sucessionais, não encontramos diferenças significativas com relação à composição (MRBP: $A= 0,0004$; $T= -0,1162$; $p= 0,4149$), ou mesmo com a riqueza em espécies (FRIEDMAN: $Fr= 2,340$; $p= 0,505$) entre os estágios. O número de espécies de aranhas, inclusive, foi muito semelhante nos quatro estágios, embora todas as áreas tenham tido espécies exclusivas, como visto anteriormente.

4 DISCUSSÃO

Diversos estudos propõem que as aranhas são organismos que apresentam forte relação com a estrutura do hábitat em diferentes tipos de ambiente (UETZ, 1976, 1991; STEVENSON; DINDAL, 1982; BULTMAN; UETZ, 1984; LAWRENCE; WISE, 2000; SIMÓ et al., 2011; BENATI et al., 2010, 2011; VARJÃO et al., 2010; PERES et al., 2014). Entretanto, não existe um consenso nos estudos que relatam a resposta das aranhas em gradientes sucessionais. Alguns estudos encontraram variação na composição e/ou riqueza (FLOREN; DEELEMAN-REINHOLD, 2005; NOGUEIRA et al., 2006) ou no padrão de distribuição das espécies em relação à gradientes sucessionais (PINTO-LEITE et al., 2008). Entretanto, outros estudos não encontraram tal relação (ZIESCHE; ROTH, 2008; RAUB et al., 2014), mas verificaram que a composição específica varia em função das variáveis locais (i.e. fechamento do dossel, umidade, dentre outros), independentemente do estágio sucessional (ZIESCHE; ROTH, 2008).

Nesse estudo, as aranhas também não apresentaram diferenças na riqueza e composição das espécies no gradiente sucessional, com o número de espécies semelhantes, sendo FSJ a formação mais rica (23) e FM a menos (18). Entretanto, FM apresentou cinco gêneros exclusivos, indicando que, embora o número de espécies seja similar, esse estágio mantém espécies que o diferenciam dos outros. Com base nisso, podemos sugerir que todos os estágios possuem suporte para a manutenção das espécies, fornecendo diversas formas de exploração dos recursos, como já foi observado em outros estudos (BALDISSERA et al., 2003; TEWS et al., 2004; PERES et al., 2007, 2014; RAUB et al., 2014), inclusive para mamíferos (FLESHER, com. pess.). As aranhas que vivem na serapilheira dependem das condições ou recursos nela disponíveis, a exemplo da forma das folhas (VARJÃO et al., 2010), espessura da serapilheira (UETZ, 1976; BENATI et al., 2011) e disponibilidade de presas (BULTMAN; UETZ, 1984), além da sensibilidade às variações ambientais (HUHTA, 1971; CHALADZE et al., 2014). Por isso, é esperado que respondam a alguma variação local na estrutura do hábitat, independente do tipo de formação, como verificado em outros estudos (ZIESCHE; ROTH, 2008; RAUB et al., 2014). Assim, é possível que algum fator não avaliado, como características estruturais da serapilheira (i.e., espessura, disponibilidade de presas) seja mais importante para a distribuição das aranhas do que o gradiente sucessional, já que mesmo com um número razoável de morfoespécies exclusivas em cada formação a composição não foi diferente entre as áreas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aranhas não apresentaram diferenças na riqueza e composição das espécies ao longo do gradiente sucessional, apesar de termos identificado um padrão de distribuição onde existe substituição das espécies ao longo desse gradiente. Portanto, sugerimos que todos os estágios sucessionais estudados possuem suporte para a manutenção das espécies, pois fornecem diversas formas de exploração dos recursos. Acreditamos ainda que, as aranhas estejam respondendo a alguma variação local na estrutura do hábitat, independente do estágio sucessional em que a área se encontra.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Empresa Plantações Michelin da Bahia, em especial ao Kevin Flesher, pelo apoio logístico e financeiro. Aos estagiários e pesquisadores do ECOA pela ajuda na coleta e triagem do material. Estudo realizado como parte da Tese de Doutorado do PPGEBOBIO da UFBA da primeira autora. JHCD agradece ao CNPq por sua bolsa de produtividade. M.C.L.P. recebe apoio do Regime de Tempo Continuo (RTC) da UCSal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDISSERA, R.; GANADE, G.; FONTOURA, S.B. Web spider community response along an edge between pasture and Araucaria forest. *Biological Conservation*, 118:403–409. 2003.
- BENATI, K.R.; PERES, M.C.L.; TINOCO, M.S.; BRESCOVIT, A.D. Influência da estrutura de hábitat sobre aranhas (Araneae) de serrapilheira em dois pequenos fragmentos de mata atlântica. *Neotropical Biology and Conservation*, 5(1):39-46. 2010.
- BENATI, K.R.; PERES, M.C.L.; SANTANA, F.D.; BRESCOVIT, A.D.; DELABIE, J.H.C. Avaliação de duas técnicas de translocação de serrapilheira sobre as assembleias de aranhas (Arachnida: Araneae) e formigas (Hymenoptera: Formicidae). *Neotropical Biology and Conservation*, 6(1):13-26. 2011.
- BESTELMEYER, BT; AGOSTI, D; ALONSO, LE; BRANDÃO, CRF; BROWN, WL, Jr; DELABIE, JHC & SILVESTRE, R. **Field techniques for the study of ground-living ants: an overview, description, and evaluation.** In: D. AGOSTI; J.D. MAJER; L.T. ALONSO; T. SCHULTZ (orgs). *Ants: Standart Methods for Measuring and Monitoring Biodiversity*. Smithsonian Institution, Washington, p. 122-144. 2000.

BULTMAN, T.L.; G.W. UETZ. Effect of structure and nutritional quality of litter on abundances of litter-dwelling arthropods. *American Midl. Nat.*, 111: 165–172. 1984.

CHALADZE, G.; OTTO, S.; TRAMP, S. A spider diversity model for the Caucasus Ecoregion. *Journal of Insect Conservation*, 3(18): 407-416. 2014.

COLWELL, R.K. **EstimateS**: Statistical estimation of species richness and shared species from samples. Versão 9.0. <http://purl.oclc.org/estimates>. 2013.

CONNELL, J. H.; SLATYER, R.O. Mechanisms of Succession in Natural Communities and Their Role in Community Stability and Organization. *The American Naturalist*, 111(982):1119-1144.

FLESHER, K.M.; LAUFER, J. Protecting wildlife in a heavily hunted biodiversity hotspot: a case study from the Atlantic Forest of Bahia, Brazil. *Tropical Conservation Science*, 6: 181-200. 2013.

FLOREN, A.; DEELEMAN-REINHOLD, C. Diversity of arboreal spiders in primary and disturbed tropical forests. *Journal of Arachnology*, 33:323-333. 2005

HUHTA, V. Succession in the spider communities of the forest floor after clear-cutting and prescribed burning. *Ann. Zool. Fenn*; 8:483-542. 1971.

LAWRENCE, K.L.; WISE, D.H. Spider predation on forest-floor Collembola and evidence for indirect effects on decomposition. *Pedobiologia*, 44: 33–39. 2000.

McCUNE, B.; GRACE, J.B. *Analysis of Ecological Communities*. Glendene Beach, Oregon, USA, 2002. 300p.

McCUNE, B. ; MEFFORD., M. J. *Multivariate Analysis of Ecological Data*. Version 4.25, MjM Software, Glendene Beach, Oregon, U.S.A. 1999.

NOGUEIRA, A.A. ; PINTO-DA-ROCHA, R.; A.D. BRESOVIT Comunidade de aranhas orbitelas (Arachnida, Araneae) na região da Reserva Florestal do Morro Grande, Cotia, São Paulo, Brasil. *Biota Neotropica*. 2006.

OXBROUGH, A.G.; GITTINGS, T.; HALLORAN, J.O.; PAUL S. GILLER, P.S.; SMITH, G.F. Structural indicators of spider communities across the forest plantation cycle. *Forest Ecology and Management*, 212: 171–183. 2005.

PERES, M. C. L.; SILVA, J. M.C.; BRESOVIT, A. D. The influence of treefall gaps on the distribution of web building and ground hunter spiders in an Atlantic Forest remnant, Northeastern Brazil. *Studies on Neotropical Fauna and Environment*, 42: 49-60. 2007.

PERES, M.C.L.; BENATI, K.R.; ANDRADE, A.R.S.; GUIMARÃES, M.V.A.; MELO, T.S.; BRESOVIT, A.D.; DELABIE, J.C.H. Tree-Fall Gaps Effects on Spider (Araneae) Assemblages in an Atlantic Forest Landscape in Northeastern Brazil. *Open Journal of Animal Sciences*, 4:118-133. 2014.

- PINTO-LEITE, C.M.; GUERRERO, A.C. & BRAZIL, T.K. 2008. Non-random patterns of spider species composition in an Atlantic rainforest. *The Journal of Arachnology*, 36:448–452.
- QUINN, G.P.; KEOUGH, M.J. *Experimental Design and Data Analysis for Biologists*. 5ª ed. Cambridge University Press, 2002. 537p.
- RAUB, F.; HÖFER, H.; SCHEUERMANN, L.; BRANDL, R. The conservation value of secondary forests in the southern Brazilian Mata Atlantica from a spider perspective. *The Journal of Arachnology*, 42:52-73. 2014.
- SANTOS, L.R. *Fenologia e estrutura do componente arbóreo em áreas de diferentes estágios sucessionais de Floresta Atlântica na Reserva Ecológica da Michelin, Bahia, Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2011.76p.
- SIMÓ, M.; LABORDA, A.; JORGE, C.; CASTRO, M. Las arañas em agroecosistemas: bioindicadores terrestres de calidad ambiental. *Revista del laboratorio tecnológico del Uruguay*, 6:51-55. 2011.
- STEVENSON, B.G.; DINDAL, DL. Effect of leaf shape on forest floor spiders: Community organization and microhabitat selection of immature *Enoplognatha ovata* (Clerck) (Theridiidae). *The Journal of Arachnology*, 10(2):165–178. 1982.
- TEWS, J.; BROSE, U.; GRIMM, V.; TIELBORGER, K.; WICHMANN, M.C.; SCHWAGER, M.; JELTSCH, F. Animal species diversity driven by habitat heterogeneity/diversity: the importance of keystone structures. *Journal of Biogeography*, 31:79-92. 2004.
- TOTI, D.S.; COYLE, F.A.; MILLER, J.A. A structured inventory of appalachian grass bald and heath bald spider assemblages and a test of species richness estimator performance. *Journal of Arachnology*, 28:329-345. 2000.
- TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J.L. **Fundamentos em ecologia**. Porto Alegre: ArtMed, 2010.576p.
- UETZ, G.W. 1976. Gradient analysis of spider communities in a Streamside Forest. *Oecologia*, 22:373-385.
- UETZ, G.W. 1991. **Habitat Structure and Spider Foraging**. In: E.D., McCOY; S.A., BELL; R.R. MUSHINSKY (orgs). *Habitat Structure; the Physical Arrangement of Objects in Space*. Chapman and Hall. London, p. 325–348.
- VARJÃO, S.L.S.; BENATI, K. B.; PERES, M.C.L. 2010, Efeitos da variação temporal na estrutura da serrapilheira sobre a abundância de aranhas (Arachnida: Araneae) num fragmento de Mata Atlântica (Salvador, Bahia). *Revista Biociências UNITAU*, 1(16).
- ZIESCHE, T.M.; ROTH, M. 2008. Influence of environmental parameters on small-scale distribution of soil-dwelling spiders in forests: What makes the difference, tree species or microhabitat? *Forest Ecology and Management*, 255:738–752.

WISE, D.H. Wandering spiders limit densities of a major microbi-detritivore in the forest-floor food web. *Pedobiologia*, 48:181-188, 2004

DIVERSIDADE MORFOLÓGICA DE PORÍFEROS NO AFLORAMENTO ROCHOSO DA PRAIA DE ITAPUÃ, SALVADOR-BA

Marcus Vinicius P. Costa *♦
Ana Teresa M. Caldas **
Hillo Paes de A. Rodrigues *
Israel Fortuna C. Neto *♦
Jomar Carvalho Silva *
Rafaela Mori Calil **

RESUMO

Os afloramentos rochosos abrigam uma quantidade bastante rica de fauna e flora. Alguns dos animais mais presentes nessas estruturas são os Poríferos ou as popularmente conhecidas esponjas (Filo Porífera). Estes, portanto desempenham diversos papéis, como filtragem da água e desempenham a função de ser um local de abrigo para diversos animais. O presente trabalho teve como objetivo identificar morfologicamente a espongiofauna na área do afloramento rochoso da praia de Itapuã, Salvador – BA. O trabalho foi realizado através da coleta de dados por observação prática *in loco* e registro de imagens por meio de equipamento fotográfico. No entanto a procura por organismos do filo Porífera foi de busca livre. Foram encontrados um total de 10 morfotipos diferentes com variâncias de cores, formas, consistências e texturas superficiais. Foi observada uma expressiva diversidade de morfotipos, uma vez que estes organismos são usados como biomonitorios de poluição, já que existe uma íntima relação entre o organismo filtrador e a qualidade da água filtrada pelo mesmo. Podendo assim concluir que o local de estudo se trata de um ambiente conservado, já que as esponjas, por serem filtradoras, são indivíduos que não sobrevivem em águas turvas e poluídas, além da ausência de fortes correntes e baixo hidrodinamismo (batimento de ondas) que parecem ser os fatores principais para a alta diversidade de esponjas. Essas são as características que comprovaram a elevada diversidade de morfotipos com variações de cores, consistência, texturas e tamanhos.

Palavras chave: Poríferos, Afloramento rochoso, Morfotipos.

ABSTRACT

Rocky outcrops shelter a fairly rich amount of fauna and flora. Some of the most present animals in these structures are the Poríferos or the popularly known sponges (Porífera Phylum). These, therefore, play several roles, such as water filtration and serve as a shelter for several animals. The present work aimed to morphologically identify the spongiofauna in the rocky outcrop area of Itapuã beach, Salvador - Bahia. The work was done through the collection of data by practical observation *in loco* and recording of images by means of photographic equipment. However the search for organisms of the porous edge was of free search. A total of 10 different morphotypes were found with variances of colors, shapes, consistencies and surface textures. An expressive diversity of morphotypes was observed, since these organisms are used as biomonitors of pollution, since there is an intimate relationship between the filtering organism and the quality of the water filtered by it. It can thus conclude that the place of study is a conserved environment, since the sponges, because they are filtering, are individuals that do not survive in murky and polluted waters, besides the absence of

* Curso de Ciências Biológicas – Universidade Católica do Salvador – UCSal

♦ Núcleo Integrado de Estudos em Zoologia – NIEZ

** Centro de Ecologia e Conservação Animal – ECOA

Orientador: Paulo Tadeu Silva Costa

strong currents and low hydrodynamic (beat of waves) that appear to be the main factors for the high diversity of sponges. These are the characteristics that have proven the high diversity of morphotypes with variations of color, consistency, textures and sizes.

Keywords: Poriferous, Rocky outcrop, Morphotypes.

1 INTRODUÇÃO

As áreas com substrato rochoso geralmente abrigam uma flora e fauna mais rica do que as de praias com areia. Uma dessas áreas de substrato rochoso são os afloramentos, que são estruturas descontínuas localizadas geralmente no supralitoral com penetração restrita abaixo da linha de marés (SEELINGER et al., 1998). Muitos animais na faixa entre marés podem tolerar a subida e descida da água e o bater das ondas, quando conseguem fixar-se firmemente a um substrato estável (SANTOS. 2010).

Uns dos animais marinhos (Condição *SINE QUA NON*) muito frequentes em afloramentos rochosos são os poríferos (VAN SOEST, 2009). As esponjas (Filo Porifera) são os animais mais simples dentro dos Metazoários, apresentando uma organização morfológica bastante diferente da dos outros metazoários. Devido a esta característica, pesquisadores resolveram considerá-las um grupo a parte dentro do Reino Animalia (SANTOS. 2010). O nome do Filo – Porifera (do latim *porus* = poro; e *ferre* = portador) significa poroso, esponjoso, e deve-se à presença de numerosos poros na superfície destes animais (HADJU & PEIXINHO, 2011). São animais bentônicos sésseis, filtradores de partículas em suspensão, que utilizam células flageladas chamadas coanócitos para promover a circulação da água através de um sistema de canais exclusivo do filo, o sistema aquífero (HADJU et al. 2004). O sistema aquífero das esponjas pode apresentar três tipos básicos de organização, do mais simples para o mais complexo-asconóide, siconóide e leuconóide, mas com alguns padrões intermediários, por exemplo, sileibide, transição de siconóide para leuconóide (HADJU & PEIXINHO, 2011). O filo porífero reúne as popularmente conhecidas esponjas do mar. São considerados os metazoários mais primitivos existentes, possuindo seu primeiro registro fóssil datado de 750 milhões de anos atrás (REITNER & WÖRHEIDE, 2002). Os poríferos apresentam quatro classes, uma extinta (Archaeocyata) e três atuais (Calcarea, Demospongiae e Hexactinellida). Dessas, a Demospongiae é a mais abundante, abrigando cerca de 90% de todas as espécies

identificadas (MURICY et.al, 2008). Além da Sclerospongiae que alguns especialistas as colocam dentro das Demospongiae (BARNES, 1984).

O interesse pelos organismos marinhos, particularmente algas, esponjas, cnidários, briozoários e ascídias, cresceu significativamente nas últimas décadas, principalmente pelo fato de terem servido como fonte de numerosos metabólitos com atividades farmacológicas (MURICY et al., 2007; BLUNT & MUNRO, 2003; VAN SOEST et al., 1994).

As esponjas constituem uma parte importante da maioria das principais comunidades bentônicas incluindo regiões temperadas e habitats marinhos tropicais, sendo assim um local de abrigo para diversos organismos marinhos como: poliquetas, crustáceos, equinodermos e peixes (HADJU & LOPES 2007; PICTON, 1990). Os poríferos que ocorrem em recifes desempenham diversos papéis, como filtragem da água, ampliação de complexidade tridimensional, bioerosão e cimentação do arcabouço recifal (HADJU et.al, 2004). Os poríferos estão geralmente associados a uma microfauna abundante e bastante diversificada, que inclui bactérias, algas e fungos (BUGNI & IRELAND 2004). Embora as exatas relações sejam em grande parte ainda desconhecidas, sabe-se que estes microrganismos são fundamentais para a fisiologia dos hospedeiros (HADJU & LOPES 2007). Há também uma associação com a macrofauna, onde se unem a crustáceos (RIBEIRO et al. 2003, ABDO 2007), poliquetos (ÇINAR et al. 2002), equinodermos (TURON et al.2000, HENKEL & PAWLIK 2005) e peixes (ROCHA et al. 2000).

Nesse sentido, o objetivo do trabalho, foi analisar a diversidade morfológica de poríferos, localizados no afloramento rochoso da praia de Itapuã, Salvador-BA.

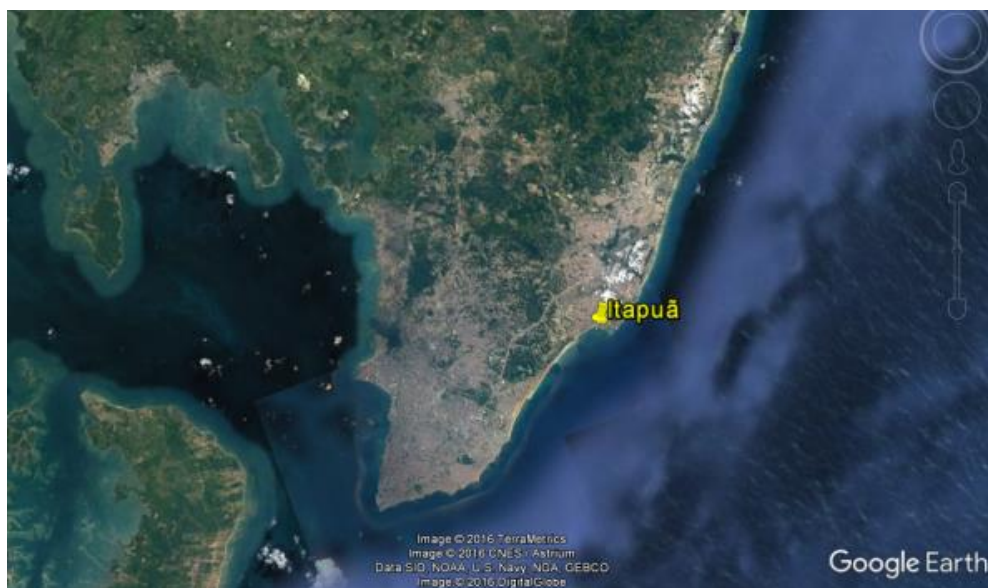
2 MATERIAIS E MÉTODOS

Área de estudo

A praia de Itapuã está localizada na orla atlântica de Salvador, ao norte da cidade. É um ponto turístico e recreativo muito conhecido da capital baiana, sendo muito visitada por turistas e pela população local. Com o aumento da presença humana, isso traz consequências graves a região costeira, como a superlotação das praias, poluição e supressão da vegetação nativa.

A praia de Itapuã apresenta cerca de 1,5 km de margem, em uma área situada entre a Praia da Sereia e a Praia do Farol, sendo essa última uma referência local, pois é onde se ergue o Farol de Itapuã, construído em 7 de setembro de 1873 e que se apresenta situado entre as coordenadas LAT 12° 7.41"S e LONG 038° 21.22"W. Trata-se de uma área de proteção ambiental (Decreto na Lei Estadual nº 7.799, de 07 de fevereiro de 2001).

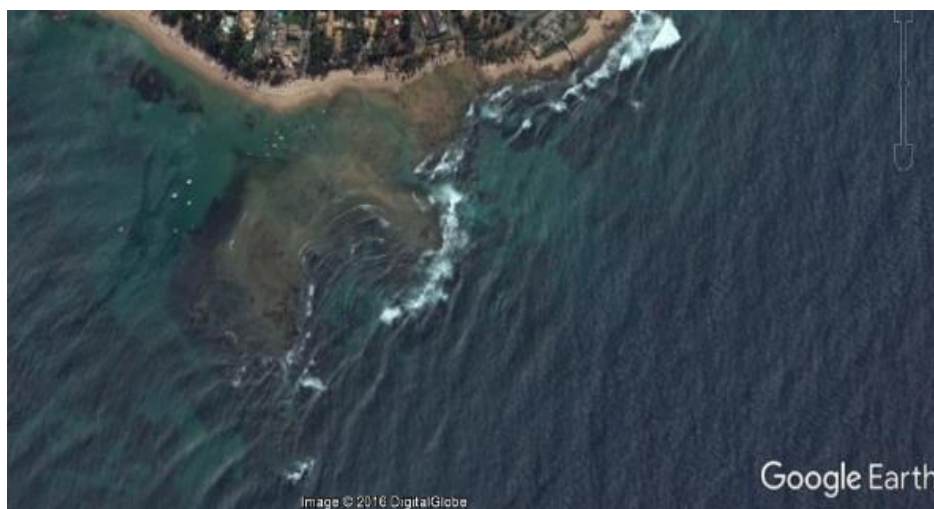
Figura 1: Mapa da localização do bairro de Itapuã.



Fonte: Google Earth, 2017

O Farol de Itapuã está instalado na Pedra Piraboca, na Ponta de Itapuã. Em seu entorno existe uma ampla área de afloramentos rochosos onde está inserida no setor de menor energia da orla, com estirâncios relativamente largos (25 a 35 m ao nível da baixa-mar) e declives suaves (ALVES & CERQUEIRA, 2000), sendo este o local de estudo.

Figura 2: Mapa do afloramento rochoso de Itapuã, onde foi realizado o estudo.



Fonte: Google Earth, 2017

Procedimentos Metodológicos

O trabalho foi realizado através da coleta de dados por observação prática *in loco* e registro de imagens por meio de equipamento fotográfico. Entretanto o exame foi realizado em uma parte do afloramento, por um motivo, em que o local é grande e que sempre que tentávamos aumentar a área de cobertura, a maré acabava por subir. No entanto a procura por organismos do filo Porífera foi de busca livre. Na realização do trabalho de campo, o grupo responsável pela pesquisa esteve no local da coleta de dados na hora em que a maré estava relativamente baixa, nos dois dias determinados (29 de Outubro - 0.2 m, das 09 as 11 horas) e (17 de Novembro – 0.1 m das 12 as 13 horas). O grupo esteve equipado com duas câmeras (Uma canon PowerShot SX530 HS e uma GoPro Hero 3 White Edition) para a realização dos registros fotográficos, caderno de campo para anotação dos registros visuais e tabela com características a serem observadas nos organismos.

Análise de dados

A partir dos dados coletados em campo foi montado um quadro com uma descrição comparativa qualitativa (presença/ausência) dos diferentes morfotipos, mediante aos critérios para identificação visual, a saber: cor, forma, textura da superfície e consistência.

Quadro 1: Quadro exemplificativo para a identificação dos morfotipos encontrados.

	MORFOTIPO 1	MORFOTIPO 2	MORFOTIPO 3	MORFOTIPO 4
COR				
FORMA				
TEXTURA DA SUPERFÍCIE				
CONSISTÊNCIA				

3 RESULTADOS

Após as duas buscas realizadas na maré baixa, no afloramento rochoso do farol de Itapuã, foram identificados no estudo, 10 morfotipos diferentes de esponjas, que portam diferentes

cores, consistência, texturas e tamanhos. Em relação a forma delas, todas apresentaram uma única, a incrustante.

Quadro 2: Tabela de características morfológicas das esponjas

	Cor	Forma	Textura da Superfície	Consistência
Morfotipo 1	Branca	Incrustante	Liso	Mole
Morfotipo 2	Transparente	Incrustante	Áspera	Dura
Morfotipo 3	Marrom mesclado	Incrustante	Liso	Mole
Morfotipo 4	Marrom amarelado (tapete)	Incrustante	Enrugada	Mole
Morfotipo 5	Nude	Incrustante	Enrugada	Mole/Frágil
Morfotipo 6	Avermelhada	Incrustante	Liso	Mole
Morfotipo 7	Laranja	Incrustante	Liso	Mole
Morfotipo 8	Verde	Incrustante	Enrugada	Mole/Frágil
Morfotipo 9	Rosa	Incrustante	Liso	Duro
Morfotipo 10	Marrom	Incrustante	Liso	Mole

É possível observar que há uma grande variedade de cores, também é perceptível a diversidade de consistência e texturas superficiais, no entanto a forma incrustante determina os principais morfotipos encontrados.

4 DISCUSSÕES E CONCLUSÃO

Levando em conta que o estudo foi feito em parte do afloramento rochoso, o local pode apontar uma boa qualidade na água, pois já foi verificado que esponjas de cerca de 1 kg são capazes de bombear mais de 10.000 L de água por dia, retendo desde matéria orgânica coloidal até partículas de 50 µm (DE GOEIJ et al. 2008, WEISZ et al. 2008). Desta forma, são extremamente importantes nos ecossistemas onde se encontram, influenciando diretamente a qualidade da água em seus habitats, assim como na quantidade de morfotipos encontrados.

Com a maré baixa, foram achados 10 morfotipos que apresentam diferenças nas cores, texturas, consistência e tamanhos, mostrando assim certa diversidade entre os achados. No entanto, foi observado que todos os morfotipos eram de uma só forma, a incrustante, mostrando que provavelmente só tenha este único tipo de forma naquele local, isso pode ser explicado pela boa adaptação desses tipos de esponjas ao local em questão, por ser um ambiente costeiro, onde, quando a maré baixa essas esponjas fiquem no limite da luz e da água, tendo assim sua sobrevivência garantida (VAN SOEST et al., 2012). Os Poríferos

apresentam alta plasticidade em respostas a variáveis locais e geográficas, isso é refletido na grande variedade de cores, formas e tamanhos (SHIMABUKURO, 2007).

Outro fato a ser destacado é que em muitas vezes, foram encontradas algumas associações entre poríferos e estruturas coralinas e até mesmo, entre as próprias esponjas, exemplificando assim as relações extremamente variadas que estes seres apresentam. As associações entre grupos de animais e espécies de poríferos são relativamente bem conhecidas e apresentadas na literatura. Dentre os grupos de Cnidaria, a maior diversidade de associação com Porifera é encontrada com representantes de Hydrozoa (PUCE et al., 2005), incluem também associação com crustáceos (RIBEIRO et al. 2003, ABDO 2007), poliquetos (ÇINAR et al. 2002), equinodermos (TURON et al.2000, HENKEL & PAWLIK 2005) e peixes (ROCHA et al. 2000). As esponjas são componentes significativamente estruturais e funcionais de qualquer ambiente marinho, este grupo bentônico apresenta valores elevados de diversidade e abundância de espécies, alta produtividade, participa da ciclagem de nutrientes e tende a ocupar os primeiros lugares na biomassa na maioria dos habitats marinhos (ALCOLADO, 1989).

Foi encontrado também um tapete de esponjas, algo curioso, pois mostra que é mais conveniente o aparecimento desses seres vivos em substratos consolidados. Esponjas são boas colonizadoras de substratos duros. (SARÀ & VACELET 1973). A maioria das esponjas prefere águas relativamente rasas, com algumas exceções, que vivem em águas profundas (BARNES, 1984).

Algo que também é notável é essa diversidade de morfotipos, que pode ser comprovada através da observação de ambientes primitivos que apresentam maior diversidade, e por vezes menor abundância de espécies, ao passo que ambientes com algum nível de alteração, costumeiramente possuirão menor diversidade, apesar de em alguns casos poder abrigar maior abundância destas espécies mais resistentes. Outra questão que pode com certeza estar ligado a esse abastamento é a ausência de fortes correntes e baixo hidrodinamismo (batimento de ondas) parecem ser os fatores principais para a alta diversidade de esponjas (MORAIS et al. 2003).

Esses organismos são usados como biomonitores de poluição, já que existe uma íntima relação entre o organismo filtrador e a qualidade da água filtrada pelo mesmo, essa íntima

relação está relacionada a alimentação desses organismos, pois elas são filtros que dependem da corrente da água passando através do corpo como fonte de alimento (Barnes 1984). Assim, as propostas de biomonitoramento incluem tanto o uso de espécies indicadoras, como o de índices ecológicos que avaliam a diversidade e representatividade de espécies que integram (HADJU & PEIXINHO, 2011).

De acordo com o estudo realizado no afloramento rochoso do Farol de Itapuã – BA houve uma grande diversidade nos morfotipos encontrados, o que nos leva a interpretação de que se trata de um ambiente conservado, já que as esponjas, por serem filtradoras (se alimentam através das correntes da água), são indivíduos que não sobrevivem em águas turvas e poluídas, já que existe essa íntima relação entre organismos filtradores e a qualidade da água filtrada pelo mesmo. Essa abundância pode estar relacionada à baixa atividade de correntes e ondas no local. Desta forma o objetivo do estudo foi alcançado pois encontramos uma quantidade de morfotipos satisfatória e conseguimos apresentar as possíveis características do local para comprovar a adaptabilidade dos organismos no local. Apesar da diversidade morfológica apresentada no afloramento rochoso da Praia de Itapuã, a pesquisa exigirá novas buscas para uma melhor definição das características morfológicas dos poríferos e das condições ambientais do local, inclusive observando uma possível influência sazonal nos tipos identificados.

REFERÊNCIAS

- ABDO, D.A. **Endofauna differences between two temperate marine sponges (Demospongiae; Haplosclerida; Chalinidae) from southwest Australia.** Mar. Biol. 2007.
- ALCOLADO, P. M. **Estructura ecológica de las comunidades de esponjas del arrecife de Rincón de Guanabo.** Reporte de Investigación del Instituto de Oceanología, Havana, 1989.
- ALVES, O. F. S. & CERQUEIRA, W. R. P. Echinodermata das praias de Salvador (Bahia, Brasil). **Rev. Bras. Zool.** Curitiba, 2000.
- BARNES, R. D. **Zoologia dos Invertebrados** 4ª ED. EDITORA ROCA, SÃO PAULO, 1984.
- BIOTA MARINHA DA COSTA OESTE DO CEARÁ. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/24_03_introducao.pdf>. Acesso em: 11 de Novembro de 2016.
- BLUNT, J. W. & MUNRO, M. H. G. **MarinLit. A database of the literature on marine natural products for use on a macintosh computer prepared and maintained by the**

Marine Chemistry Group. Canterbury, New Zealand: Department of Chemistry, University of Canterbury, 2003.

BUGNI, T. & IRELAND, C. **Marine-derived fungi: a chemically and biologically diverse group of microorganisms.** Nat. Prod. Rep. 2004.

ÇINAR, M.E.; KATAGAN, T.; ERGEN, Z. & SEZGIN, M. **Zoobenthos-inhabiting *Sarcotragus muscarum* (Porifera: Demospongiae) from the Aegean Sea.** Hydrobiologia. 2002.

DE GOEIJ, J.M.; VAN DEN BERG, H.; VAN OOSTVEEN, M.M.; EPPING, E.H.G. & VAN DUYL, F.C. **Major bulk dissolved organic carbon (DOC) removal by encrusting coral reef cavity sponges.** Marine Ecology Progress Series. 2008.

HAJDU, E.; PEIXINHO, E.; FERNANDEZ, J. C.C. **ESPONJAS MARINHAS DA BAHIA: Guia de campo e laboratório.** Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2011.

HAJDU, E.; SANTOS, C.P., LOPES, D.A., OLIVEIRA, M.V., MOREIRA, M.C.F., CARVALHO, M.S. & KLAUTAU, M. **Filo Porifera. Região Sul. In Biodiversidade bentônica da região sudeste-sul do Brasil - Plataforma Externa e Talude Superior.** Ulhôa Cintra Ed., São Paulo, 2004.

HENKEL, T. P. & PAWLIK, J. R. **Habitat use by sponge dwelling brittle stars.** Mar. Biol. 2005.

MORAES, F. C.; VILANOVA, E. P.; MURICY, G. **Distribuição das Esponjas (Porifera) na Reserva Biológica do Atol das Rocas, Nordeste do Brasil.** Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2003.

MURICY, G., ESTEVES, E.L., MORAES, F., SANTOS, J.P., SILVA, S.M., KLAUTAU, M. & LANNA, E. **Biodiversidade Marinha da Bacia Potiguar: Porifera.** Série Livros 29. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2008.

MURICY, G., HAJDU, E., OLIVEIRA, M.V., HEIM, A.S., COSTA, R.N., LOPES, D.A., MELÃO, M., RODRIGUEZ, P.R.D., SILVANO, R., MONTEIRO, L. & SANTOS. **Filo Porifera. In Atlas de Invertebrados Marinhos da região Central da Zona Econômica Exclusiva brasileira.** Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2007.

PICTON, B. E. The sessile fauna of sublittoral cliffs. In: **The ecology of Lough Hyne. Proceedings of a Conference, Cork, Ireland, 4-5 September 1990.** Dublin: Royal Irish Academy, 1990.

PUCE, S.; CALCINAI, B.; BAVESTRELLO, G.; CERRANO, C.; GRAVILLI, C. & BOERO, F. **Hydrozoa (Cnidaria) symbiotic with Porifera: a review.** Marine Ecology. 2005.

REITNER, J; WÖRHEIDE, G. **Non-lithistid fossil Demospongiae—origins of their palaeobiodiversity and highlights in history of preservation.** Springer US, SystemaPorifera, New York, 2002.

RIBEIRO, S. M.; OMENA, E. P. & MURICY, G. **Macrofauna associated to *Mycale microsigmata* (Porifera, Demospongiae) in Rio de Janeiro State, SE Brazil.** Estuar. Coast. Shelf Sci. 2003.

SANTOS, G. J. G. **Poecilosclerida (Porifera, Demospongiae) da Baía de Camamu e adjacências: Taxonomia e distribuição.** UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Salvador, 2010.

SARÀ, M. & VACELET, J. **Écologie des démosponges.** In: **Traité de Zoologie.** Spongiaires. Paris: Masson, 1973.

SEELIGER, U.; ODEBRECHT, C.; CASTELLO, J. P. **Os Ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil.** RS: Ecocientia. Rio Grande, 1998.

SHIMABUKURO, V. **As associações epizóicas de Hydrozoa (Cnidaria: Leptothecata, Anthoathecata e Limnomedusae): I) Estudo faunístico de hidrozoários epizóicos e seus organismos associados; II) Dinâmica de comunidades bentônicas em substratos artificiais em São Sebastião, SP.** Dissertação de Mestrado. 2007.

SOEST, R. W. M. VAN; BOURY-ESNAULT, N.; VACELET, J.; DOHRMANN, M.; ERPENBECK, D.; DE VOOGD, N. J.; SANTODOMINGO, N.; VANHOORNE, B.; KELLY, M. & HOOPER, J. N. A. **Global Diversity of Sponges (Porifera).** . PLoS ONE. 2012.

SOEST, R. W. M. VAN; KEMPEN, TH. M. G. VAN & BRAEKMAN, J. C. **Sponges in time and Space.** Rotterdam: Balkema, 1994

SOEST, R. W. M. VAN. **New sciophilous sponges from the Caribbean (Porifera: Demospongiae).** Zootaxa. 2009.

TURON, X.; MERITXELL, C.; TARJUELO, I.; URIZ, M. J. & BECERRO, M. A. **Mass recruitment of *Ophiothrix fragilis* (Ophiuroidea) on sponges: settlement patterns and post-settlement dynamics.** Mar. Ecol. Prog. Ser. 2000.

WEISZ, J.B., LINDQUIST, N., MARTENS, C.S. **Do associated microbial abundances impact marine demosponge pumping rates and tissue densities?** Oecologia. 2008.

FLORÍSTICA E FITOSSOCIOLOGIA EM TRECHO DE RESTINGA EM GUARAJUBA, CAMAÇARI-BA.

Raphael Rodrigues Rocha^{*}
Christiano Marcelino Menezes^{**}
Kae Lana Dankan de Moraes^{***}

RESUMO

O município de Camaçari faz parte da Região metropolitana de Salvador. A vegetação de restinga se estende aproximadamente por 200km de Salvador até a fronteira do Estado de Sergipe e é uma relíquia florística. Foram locadas 06 transecções, com 05 parcelas de 400m² cada, equidistantes 50m entre si. Em cada parcela foram coletados o número de indivíduos, o CAS (Circunferência à Altura do Solo) \geq 5 cm e a altura estimada visualmente. Os parâmetros fitossociológicos calculados foram: Densidade Absoluta e Relativa, Dominância Absoluta e Relativa, Frequência Absoluta e Relativa e índice de valor de importância (IVI). Os valores relativos de dominância, densidade e frequência foram utilizados para determinar o VI. Foram registradas até o momento 27 espécies pertencentes a 21 famílias botânicas, sendo que Rubiaceae, Myrtaceae e Fabaceae foram às famílias mais representativas, e dentre as 27 espécies encontradas 16 são endêmicas para o Brasil. *Erythroxylum leal-costae*, espécie endêmica para as restingas da Bahia, merece especial atenção, haja vista os valores obtidos para o VI.

Palavras-chave: Florística. Fitossociologia. Restinga.

1 INTRODUÇÃO

As formações de vegetação de restinga são predominantes por toda a costa brasileira e diversas são as conotações empregadas para essas formações, seja referindo-se à composição vegetal, ou seja, no sentido geológico (SUGUIO & TESSLER, 1984). Uma variedade de habitats compõem as restingas do Litoral Norte do Estado da Bahia, contudo os estudos não se convergem para essa região. Dias & Menezes (2008), Menezes (2007) e Queiroz (2001, 2007) foram alguns dos poucos estudos florísticos e fisionômicos voltados para a costa Norte da Bahia. Menezes (2007) para a mesma região considerou oito fitofisionomias distintas, classificadas com base nas terminologias empregadas em outros estudos sobre vegetação de restinga no Brasil (ARAÚJO & HENRIQUES 1984; HENRIQUES et al., 1986; SILVA, 1998; ASSUMPCÃO & NASCIMENTO, 2000).

^{*} Universidade Católica do Salvador- Núcleo de Estudos em Biotecnologia e Conservação – NEBIC. Salvador, Bahia, Brasil.

^{**} Universidade Católica do Salvador- Núcleo de Estudos em Biotecnologia e Conservação – NEBIC. Salvador, Bahia, Brasil. Email: rapha_ph41@hotmail.com

^{***} Menezes Menezes Servicos Ambientais Ltda.

A vegetação ocorrente sobre as planícies costeiras brasileiras, onde se enquadram as restingas, tem recebido um tratamento muito heterogêneo pelos pesquisadores e estudiosos que atuaram ou atuam na área. Esta heterogeneidade manifesta-se tanto nas abordagens dos estudos realizados, como no maior ou menor esforço de investigação em uma área específica, muitas vezes de abrangência geográfica restrita. Na literatura concernente à costa brasileira podem ser encontrados relatos genéricos sobre os principais aspectos fitofisionômicos dos seus diferentes tipos vegetacionais, listagens e descrições detalhadas de diferentes regiões do litoral, e ainda propostas de mapeamento e denominação das suas diferentes formações ou comunidades vegetacionais (SILVA, 1998). Para Ormond (1960), as restingas constituem-se em inúmeras formações vegetacionais de características próprias, a partir de uma relação particular com o ambiente. Essa heterogeneidade vegetal observada nas restingas é também considerada por Rizzini (1997) ao utilizar o termo “complexo da restinga”, demonstrando a complexidade de formações. Para Peixoto et al. (2005), a vegetação está relacionada com a temperatura, no entanto sabe-se que o solo é crucial para a composição vegetal de restingas desde a formação praial, que sofre com o déficit hídrico e com a proximidade com o mar. Um grande incremento do porte dos indivíduos nesse tipo de vegetação é indicado por Menezes (2007), além de apontar que o sistema de dunas “*blowout*” é controla a origem e diferenciação das fitofisionomias locais.

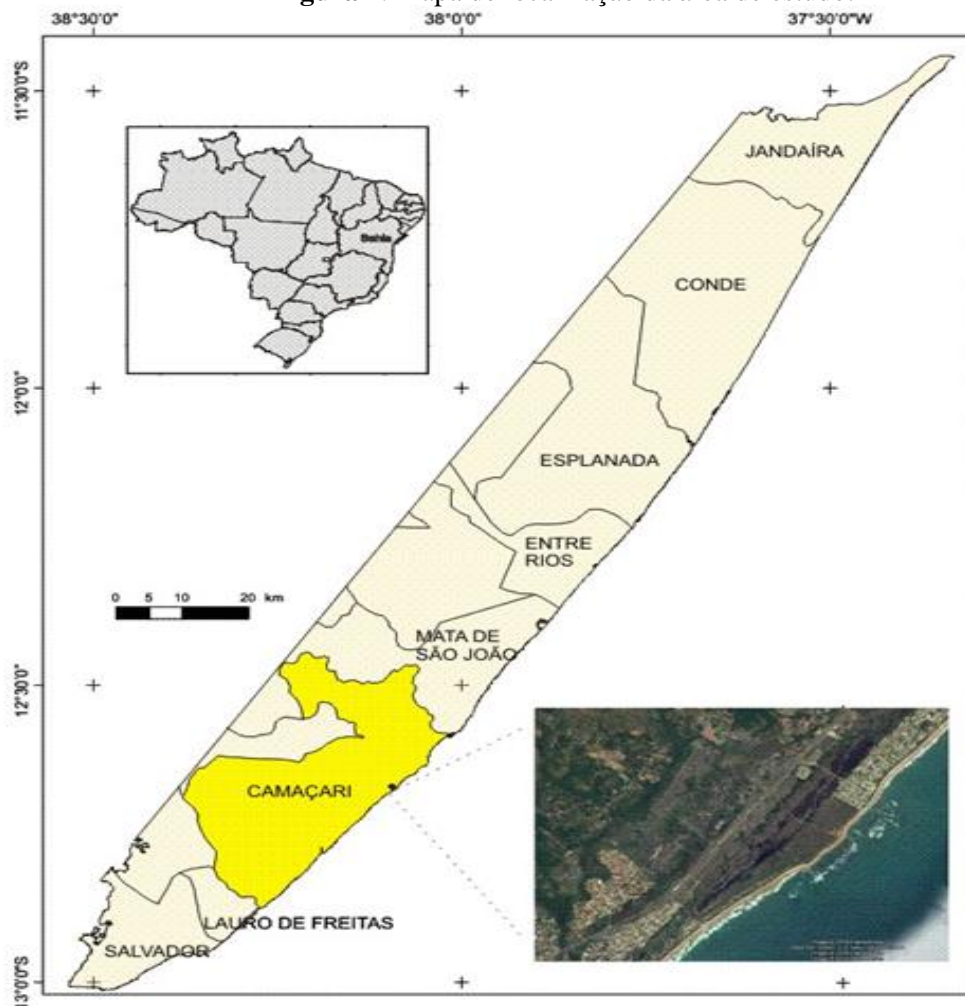
Menezes (2007), na localidade de Santo Antônio, identificou oito formações de restinga: Mata Seca, Mata Periodicamente Alagável sobre Terraço Marinho Pleistocênico, Mata Periodicamente Alagável sobre Leque Aluvial Pleistocênico, Mata de Duna, Restinga em Moitas Esparsas e Restinga em Moitas Densas, Vegetação Hidrófila e Formação Praial. O Litoral Norte da Bahia vem sofrendo vários impactos em virtude da especulação imobiliária, e com isso a faixa de extensão dessa vegetação predominante tem se tornado menor se comparada a outros estados do Brasil. Diante desses aspectos sabe-se que há poucos estudos para essa região e que dados da composição e estrutura desta vegetação constituem ferramentas fundamentais para o entendimento dos processos ecológicos das restingas e sua conservação. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi avaliar a composição de espécies lenhosas em um trecho de Restinga na localidade de Guarajuba, Camaçari, Bahia.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de Estudo

A área está situada no município de Camaçari- BA, Distrito de Monte Gordo, em uma região conhecida como Genipabu, localidade de Guarajuba, na rodovia BA-099 (Estrada do Coco), está inserida na Área de Proteção Ambiental – APA de Lagoas de Guarajuba.

Figura 1. Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Christiano Menezes

2.2 Identificação botânica

Diante da brevidade dos trabalhos de campo e o período em que foram realizados os mesmos, muitas plantas encontravam-se estéreis (sem flores e frutos), o que impossibilitou a identificação botânica e consequentemente a coleta de material, já que os sistemas reprodutivos são utilizados na identificação de plantas superiores. Nesse caso foi dada preferência a identificação de espécimes através da observação direta e uso de bibliografia específica (BARROSO, et al., 1978, LORENZI, 1992, SOUZA e LORENZI, 2005). A revisão nomenclatural foi feita utilizando-se das informações do site Flora do Brasil, enquanto que para a classificação dos taxa foi utilizado o sistema APG II (APG II, 2003).

2.3 Parâmetros Fitossociológicos

Os parâmetros fitossociológicos calculados foram: Densidade Absoluta e Relativa (DA e DR), Dominância Absoluta e Relativa (DoA e DoR), Frequência Absoluta e Relativa (FA e FR) e Índice de Valor de Importância (IVI). Os valores relativos de dominância (cobertura), densidade e frequência foram utilizados para determinar o IVI.

2.4 Delineamento Amostral

Foi utilizado o método de parcelas semi-fixas (Muller-Dombois & Ellenberg 1974), com parcelas de 20X20m (400 m²) distribuídas ao longo de 6 transecções. Em cada parcela foi coletado o número de indivíduos por espécie, o CAS (Circunferência à Altura do Solo) ≥ 5 , além da altura estimada de todos os indivíduos. (Figura 3). As transecções foram distribuídas ao longo das manchas de vegetação existentes e de forma a abranger diferentes estágios de regeneração da vegetação.

Figura 2. Coleta de dados para análise fitossociológica.



Fonte: Christiano Menezes

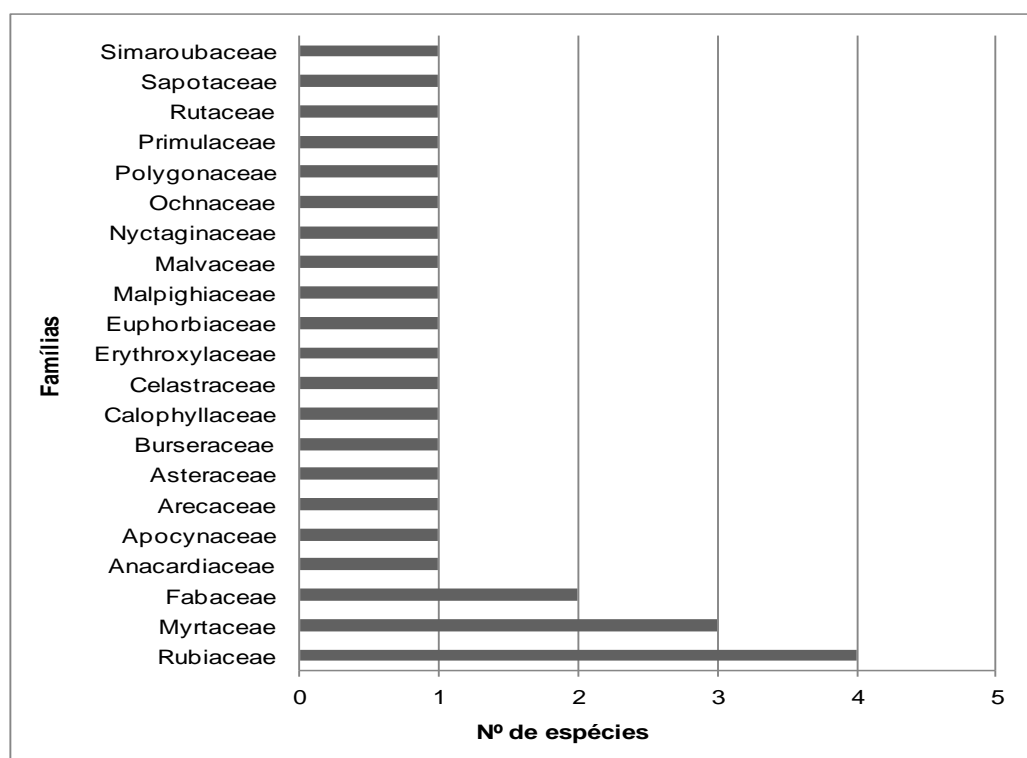
Figura 3. Croqui da transecção com as 05 parcelas utilizadas na amostragem.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

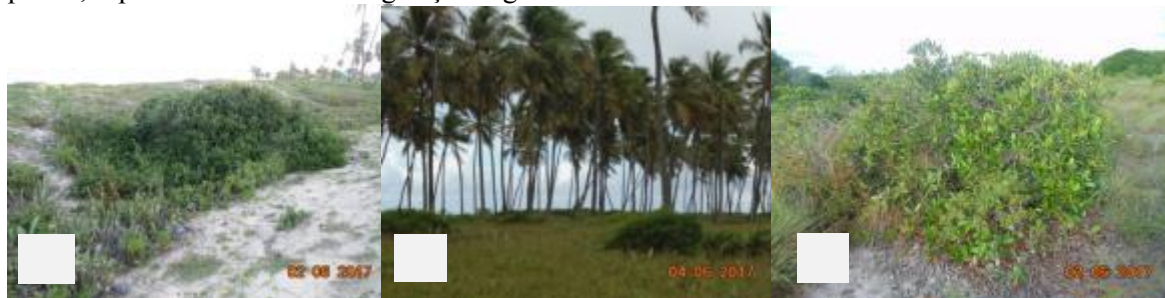
Até o momento 27 espécies foram identificadas, estas distribuídas em 21 famílias. As famílias mais representativas foram Rubiaceae com 4 espécies, Myrtaceae com 3 espécies e Fabaceae com 2 espécies. As demais famílias citadas neste trabalho constam apenas com uma espécie cada. Vale ressaltar que outras espécies ocorrentes na área de estudo encontravam-se estéreis, portanto impossibilitando as identificações (Figura 4). 16 espécies endêmicas do Brasil na área de estudo, sendo os endemismos mais restritos referentes à *Erythroxylum leal-costae* Plowman Saddi, onde se encontram nas restingas de Salvador e do Litoral Norte do Estado, a *Poecilanthe itapuana* e *Kielmeyera reticulata* ocorre apenas na Bahia, enquanto que *Protium bahianum* ocorre na Bahia e em Sergipe (Rizzine, 1996).

Figura 4. Gráfico de riqueza de espécies por família botânica identificada.



No total 442 indivíduos vivos foram amostrados e se encontram organizados em ordem decrescente de Valor de Importância – VI (Tabela 2). As espécies, *Eugenia astringens*, *Maytenus distichophylla*, *Cocos nucifera*, *Manilkara salzmannii*, *Myrciaria floribunda*, *Guapira pernambucensis*, *Coccoloba laevis*, *Protium bahianum*, *Tocoyena bullata*, *Myrcia guianensis*, *Croton sellowii*, *Guettarda platypoda* e *Ouratea suaveolens* juntas apresentaram 63,86% do VI total.

Figura 05. A) *Eugenia astringens* e *Cereus fernambucensis* a sotavento dos cordões; B) *Cereus fernambucensis*, *Cocos nucifera* e *Eugenia astringens* C) *Manilkara salzmannii* – “massaranduba-de-praia”, espécie dominante na vegetação organizada em moita.



Fonte: Christiano Menezes

Tabela 02. Parâmetros fitossociológico das espécies amostradas.

Espécies	DA	DR	DoA m ² /ha	DoR m ² /ha	FA	FR	VI
<i>Eugenia astringens</i>	67,500	18,37%	56,262	30,93%	0,300	6,16%	55,460
<i>Maytenus distichophylla</i>	49,167	13,38%	50,030	27,64%	0,467	9,46%	50,481
<i>Cocos nucifera</i>	28,333	7,71%	43,143	23,84%	0,167	3,38%	34,925
<i>Manilkara salzmannii</i>	32,500	8,84%	6,876	3,80%	0,367	7,43%	20,075
<i>Myrciaria floribunda</i>	22,500	6,12%	7,149	3,95%	0,333	6,76%	16,829
<i>Guapira pernambucensis</i>	15,000	4,08%	1,078	0,60%	0,333	6,76%	11,434
<i>Coccoloba laevis</i>	14,167	3,85%	3,468	1,92%	0,267	5,41%	11,177
<i>Protium bahianum</i>	12,500	3,40%	2,156	1,19%	0,300	6,08%	10,673
<i>Tocoyena bullata</i>	17,500	4,76%	2,066	1,14%	0,233	4,73%	10,633
<i>Myrcia guianensis</i>	15,833	4,31%	1,159	0,64%	0,267	5,41%	10,354
<i>Croton sellowii</i>	13,333	3,63%	0,066	0,04%	0,267	5,41%	9,070
<i>Guettarda platypoda</i>	13,333	3,63%	1,170	0,65%	0,233	4,73%	9,005
<i>Ouratea suaveolens</i>	7,500	2,04%	1,273	0,70%	0,233	4,73%	7,474
<i>Myrsine parvifolia</i>	10,000	2,72%	1,273	0,70%	0,133	2,70%	6,127
<i>Inga</i> sp.	13,333	3,63%	2,934	1,62%	0,033	0,68%	5,925
<i>Byrsonima microphylla</i>	6,667	1,81%	0,879	0,49%	0,167	3,38%	5,678
<i>Esenbeckia grandiflora</i>	5,833	1,59%	0,242	0,13%	0,133	2,70%	4,424
<i>Lepidaploa cotoneaster</i>	5,000	1,36%	0,009	0,01%	0,133	2,70%	4,068
<i>Calotropis procera</i>	3,333	0,91%	0,203	0,11%	0,100	2,03%	3,046
<i>Chiococca</i> sp.	3,333	0,91%	0,022	0,01%	0,100	2,03%	2,946
<i>Poecilanthe itapuana</i>	3,333	0,91%	0,024	0,01%	0,067	1,35%	2,272
<i>Anacardium occidentale</i>	2,500	0,68%	0,342	0,19%	0,067	1,35%	2,221
<i>Simaba floribunda</i>	1,667	0,45%	0,036	0,02%	0,033	0,68%	1,149
<i>Erythroxylum leal-costae</i>	0,833	0,23%	0,024	0,01%	0,033	0,68%	0,916
<i>Kielmeyera reticulata</i>	0,833	0,23%	0,024	0,01%	0,033	0,68%	0,916
<i>Alibertia</i> sp.	0,833	0,23%	0,001	0,00%	0,033	0,68%	0,903
<i>Waltheria cinerescens</i>	0,833	0,23%	0,001	0,00%	0,033	0,68%	0,903
Total	367,500	100,00%	181,909	100,00%	4,867	100,00%	300,000

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manutenção da conectividade entre as diferentes fitofisionomias na área mantém a conectividade entre as comunidades vegetais, permitindo dessa forma, o fluxo genético entre estas, aspecto esse, que deve ser considerado em possíveis ações de manejo e conservação dessas áreas. *Erythroxylum leal-costae* Plowman, espécie endêmica para as restingas da Bahia, merece especial atenção, haja vista o valor obtido para o VI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPTÃO, J. & NASCIMENTO, M. T. (2000) - **Estrutura e composição florística de quatro formações vegetais de restinga no complexo Lagunar Grussaí/Iquipari, São João da Barra, RJ, Brasil**, Acta Bot. Brasileira 14 (3): 301-315.

DIAS, F. K. & MENEZES, C. M. (2008) - **Fitossociologia da vegetação sobre um cordão-duna**. Revista Brasileira de Biociências, 5: 1171-1173.

DOMINGUEZ, J. M. L. **Sistema de Informações Geográficas para o Suporte à Gestão e ao Monitoramento do Litoral Norte do Estado da Bahia**. Salvador. MMA/GERCO/Governo do Estado da Bahia / CRA. 2006. 30p.

FLORA DO BRASIL 2020 EM CONSTRUÇÃO. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: < <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/> >. Acesso em: 13 Jun. 2016

HENRIQUES, R. P. B, Araújo, D. S. D. de, & Hay, J.D. (1986) - **Descrição e classificação dos tipos de vegetação da restinga de Carapebus, Rio de Janeiro** - Revista Brasileira de Botânica, 9: 173-189.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE UE/BA (2004) - **Flora das Restingas do Litoral Norte da Bahia. Costa dos Coqueiros e Salvador**. 137p. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Projeto Flora/Fauna - UE/BA - Herbário Radambrasil, Salvador, BA, Brasil. ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/levantamento/florarestinga.pdf. (acedido em Abril de 2013).

MENEZES, C. M. *et al.* (2012) - **Florística e fitossociologia em um trecho de restinga no Litoral Norte do Estado da Bahia**. *Revista Biotemas*, 25(1):31-38. DOI: 10.5007/2175-7925 MUELLER-DOMBOIS, D. & ELLENBERG, H. **Aims and methods of vegetation ecology**. John Wiley & Sons, New York. 1974.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. & KENT, J. **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. *Nature*, n. 403, p. 853-858. 2000.

ORMOND, W. T. (1960) - **Ecologia das restingas do Sudeste do Brasil - Comunidades vegetais das praias arenosas**, Arq. Museu. Nacional, 50:158-236.

QUEIROZ, C. M. 2007. **A Vegetação de Restinga no Litoral Norte da Bahia: influência da Evolução Quaternária da Zona Costeira**. Instituto de Geociências. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 99p.

QUEIROZ, E.P. (2001) - **A subfamília Faboideae (Leguminosae) nas dunas e ante-dunas das restingas da Apa Lagoas e Dunas do Abaeté e Apa Litoral Norte do Estado da Bahia.** , 102p., Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

QUEIROZ, E. P. **Levantamento florístico e georreferenciamento das espécies com potencial econômico e ecológico em restinga de Mata de São João, Bahia, Brasil**. Revista Biotemas (ISSN 2175-7925), 20, n.4, p. 41-47. 2007. Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/20604/18792ZALUAR>.

PEIXOTO, G. L.; Martins, S. V.; Silva, A. F. & Silva, E. (2005) - **Estrutura do componente arbóreo de um trecho de floresta atlântica na Área de Proteção Ambiental da Serra da Capoeira Grande, Rio de Janeiro, RJ, Brasil**, Acta Botanica Brasílica, 19(3): 539- 547.

RIZZINI, C. T. 1997. **Tratado de Fitogeografia do Brasil**. vol 2. HUCITEC/EDUSP, São Paulo.

SILVA, S. M. 1998. **As Formações Vegetais na Planície Litorânea da Ilha do Mel, Paraná, Brasil: Composição Florística e Principais Características Estruturais**. Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Biologia Vegetal. Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, V. I. S.; Menezes. C. M. (2012) - **Contribuição para o Conhecimento da Restinga de Massarandupió, Município de Entre Rios, BA, Brasil**. Revista de Gestão Costeira Integrada / Journal of Integrated Coastal Zone Management 12(2):239-251. DOI: 10.5894/rgci287

SUGUIO, K. & TESSLER. M. G. (1984): **Planícies de cordões arenosos quaternários do Brasil: Origem e nomenclatura**. In: **Anais Simpósio sobre Restingas Brasileiras**. 12p, 15-26, CEUFF, Brasil.

FLORÍSTICA E FITOSSOCIOLOGIA EM TRECHO DE RESTINGA EM IMBASSAÍ, MATA DE SÃO JOÃO, BAHIA

Raphael Rodrigues Rocha *♦
Christiano Marcelino Menezes *♦
Kae Lana Dankan de Moraes ♦

RESUMO

O município de Mata de São João faz parte da Região metropolitana de Salvador, cerca de 98 quilômetros da capital. A vegetação de restinga se estende aproximadamente por 200km de Salvador até a fronteira do Estado de Sergipe e é uma relíquia florística. Foram locadas 02 transecções, com 05 parcelas de 100m² cada, equidistantes 50m entre si. Em cada parcela foram coletados o número de indivíduos, o CAS (Circunferência à Altura do Solo) ≥ 5 cm e a altura estimada visualmente. Os parâmetros fitossociológicos calculados foram: Densidade Absoluta e Relativa, Dominância Absoluta e Relativa, Frequência Absoluta e Relativa e índice de valor de importância (IVI). Os valores relativos de dominância, densidade e frequência foram utilizados para determinar o VI. Foram registradas até o momento 66 espécies pertencentes a 32 famílias botânicas, sendo que *Fabaceae* e *Myrtaceae* foram as famílias mais representativas, e dentre as 66 espécies metade são endêmicas para o Brasil. *Erythroxylum leal-costae*, espécie endêmica para as restingas da Bahia, merece especial atenção, haja vista os valores obtidos para o VI.

Palavras-chave: Florística, fitossociologia, restinga.

1 INTRODUÇÃO

As formações de restinga são predominantes por toda a costa brasileira e diversas são as conotações empregadas para essas formações, seja referindo-se à composição vegetal, ou seja, no sentido geológico (SUGUIO & TESSLER, 1984). Uma variedade de habitats compõem as restingas do Litoral Norte do Estado da Bahia, contudo os estudos não se convergem para essa região. Dias & Menezes (2008), Menezes (2007) e Queiroz (2001, 2007) foram alguns dos poucos estudos florísticos e fisionômicos voltados para a costa Norte da Bahia. Menezes (2007) para a mesma região considerou oito fitofisionomias distintas, classificadas com base nas terminologias empregadas em outros estudos sobre vegetação de restinga no Brasil (ARAÚJO & HENRIQUES 1984; HENRIQUES et al., 1986; SILVA,

* Universidade Católica do Salvador - Núcleo de Estudos em Biotecnologia e Conservação – NEBIC. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: rapha_ph41@hotmail.com

♦ Menezes Menezes Servicos Ambientais Ltda.

1998; ASSUMPCÃO & NASCIMENTO, 2000).

A vegetação ocorrente sobre as planícies costeiras brasileiras, onde se enquadram as restingas, tem recebido um tratamento muito heterogêneo pelos pesquisadores e estudiosos que atuaram ou atuam na área. Esta heterogeneidade manifesta-se tanto nas abordagens dos estudos realizados, como no maior ou menor esforço de investigação em uma área específica, muitas vezes de abrangência geográfica restrita. Na literatura concernente à costa brasileira podem ser encontrados relatos genéricos sobre os principais aspectos fitofisionômicos dos seus diferentes tipos vegetacionais, listagens e descrições detalhadas de diferentes regiões do litoral, e ainda propostas de mapeamento e denominação das suas diferentes formações ou comunidades vegetacionais (SILVA, 1998). Para Ormond (1960), as restingas constituem-se em inúmeras formações vegetacionais de características próprias, a partir de uma relação particular com o ambiente. Essa heterogeneidade vegetal observada nas restingas é também considerada por Rizzini (1997) ao utilizar o termo “complexo da restinga”, demonstrando a complexidade de formações. Para Peixoto et al. (2005), a vegetação está relacionada com a temperatura, no entanto sabe-se que o solo é crucial para a composição vegetal de restingas desde a formação praial, que sofre com o déficit hídrico e com a proximidade com o mar. Um grande incremento do porte dos indivíduos nesse tipo de vegetação

Menezes (2007) na localidade de Santo Antônio identificou oito formações de restinga: Mata Seca, Mata Periodicamente Alagável sobre Terraço Marinho Pleistocênico, Mata Periodicamente Alagável sobre Leque Aluvial Pleistocênico, Mata de Duna, Restinga em Moitas Esparsas, Restinga em Moitas Densas, Vegetação Hidrófila e Formação Praial. A Restinga em Moitas Esparsas ocupa quase que completamente toda a bacia de deflação do sistema de dunas *blowout*, que são caracterizadas por possuírem o aspecto digitaliforme e formadas pela ação de ventos fortes que removem de forma drástica os sedimentos formando os Lobos Depositionais (Dominguez, 2006; Menezes, 2007).

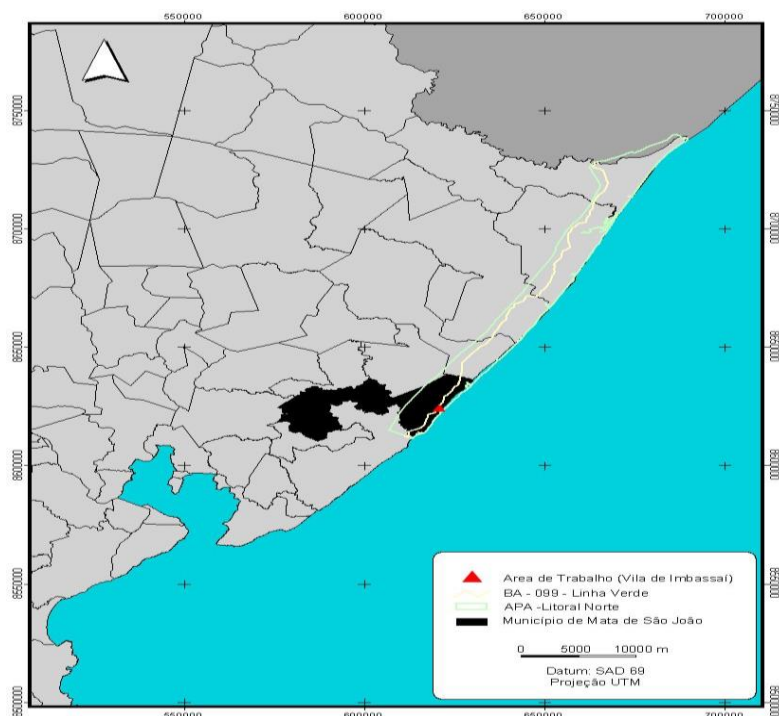
Segundo o IBGE (2004) e Queiroz (2007) o Litoral Norte da Bahia vem sofrendo vários impactos em virtude da especulação imobiliária, e conseqüente perda da vegetação de restinga. Diante desses aspectos sabe-se ainda que há poucos estudos para essa região e que dados da composição e estrutura desta vegetação constituem ferramentas fundamentais para o entendimento dos processos ecológicos das restingas e sua conservação. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi avaliar a composição de espécies lenhosas em um trecho de Restinga na localidade de Imbassaí, Mata de São João, Bahia.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de estudo

A área de trabalho está localizada na Vila de Imbassaí, a cerca de 62 quilômetros de Salvador podendo ser acessada pela BA 099 (Linha Verde) (Figura 1).

Figura 1. Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Christiano Menezes

2.2 Identificação botânica

Diante da brevidade dos trabalhos de campo e o período em que foram realizados os mesmos, muitas plantas encontravam-se estéreis (sem flores e frutos), o que impossibilitou a identificação botânica e consequentemente a coleta de material, já que os sistemas reprodutivos são utilizados na identificação de plantas superiores. Nesse caso foi dada preferência a identificação de espécimes através da observação direta e uso de bibliografia específica (BARROSO, et al., 1978, LORENZI, 1992, SOUZA e LORENZI, 2005). A revisão nomenclatural foi feita utilizando-se das informações do site Flora do Brasil, enquanto que para a classificação dos taxa foi utilizado o sistema APG II (APG II, 2003).

2.3 Parâmetros Fitossociológicos

Os parâmetros fitossociológicos calculados foram: Densidade Absoluta e Relativa (DA e DR), Dominância Absoluta e Relativa (DoA e DoR), Frequência Absoluta e Relativa (FA e FR) e Índice de Valor de Importância (IVI). Os valores relativos de dominância (cobertura), densidade e frequência foram utilizados para determinar o IVI.

Figura 2. Coleta de dados para análise fitossociológica.



Fonte: Christiano Menezes

2.4 Delineamento Amostral

Foi utilizado o método de parcelas semi-fixas (Muller-Dombois & Ellenberg 1974), com parcelas de 10X10m (100 m²) distribuídas ao longo de 2 transecções. Em cada parcela foi coletado o número de indivíduos por espécie, o CAS (Circunferência à Altura do Solo) ≥ 5 , além da altura estimada de todos os indivíduos. (Figura 3). As transecções foram distribuídas ao longo das manchas de vegetação existentes e de forma a abranger diferentes estágios de regeneração da vegetação. As parcelas foram georreferenciadas com auxílio de GPS utilizando o sistema de referência UTM FUSO 24S com SAD 69.

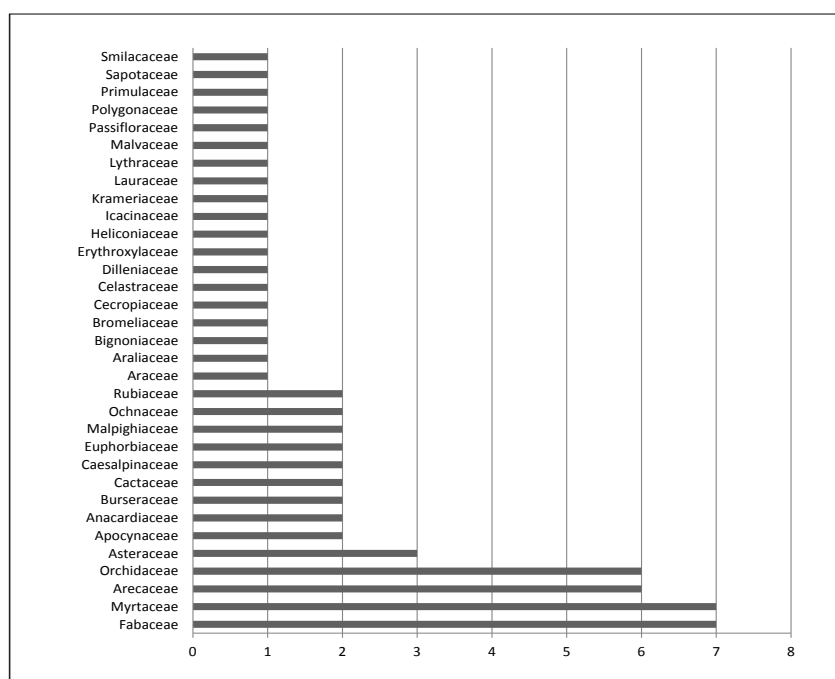
Figura 2. Transecção com as 05 parcelas utilizada na amostragem.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas 66 espécies pertencentes a 32 famílias. As famílias de maior riqueza específica foram *Fabaceae*, com 09 espécies e *Myrtaceae*, com 07 espécies, seguidas de *Arecaceae* e *Orchidaceae*, com 06 espécies cada, *Asteraceae* com 03 espécies e *Apocynaceae*, *Anacardiaceae*, *Burseraceae*, *Cactaceae*, *Euphorbiaceae*, *Malpighiaceae*, *Ochnaceae*, *Rubiaceae* com 02 espécies cada (Figura 4). As demais famílias citadas neste trabalho constam apenas com uma espécie cada. Destacando que as *Fabaceae* e *Myrtaceae* costumam estar entre as mais ricas em espécies na vegetação de restingas no Brasil. No total 203 indivíduos, em ordem decrescente de Valor de Importância (VI) (Tabela 2). As espécies, *Myrcia guianensis*, *Myrcia sp* e *Manilkara salzmannii*, apresentaram os maiores VI's (49,56%, 33,78% e 27,65%) respectivamente. *Myrcia guianensis*, *Myrcia sp.*, *Manilkara salzmannii* *Protium bahianum*, *Coccoloba alnifolia*, *Ouratea sp.*, *Byrsonima microphylla*, *Emmotum affine* e *Myrsine guianensis* que juntas correspondem a 76.34% do Vi total. Diversos parâmetros podem caracterizar uma espécie com alto VI como, por exemplo, poucos indivíduos amostrados, mas com diâmetro extremamente elevado, o que resultaria em restrições quanto à possibilidade de exploração. No entanto, as espécies observadas no estudo com alto VI foram assim caracterizadas não somente pelo diâmetro elevado, mas pela maior representatividade em termos de densidade e frequência.

Figura 3. Gráfico de riqueza de espécies por família botânica identificada.



No total, 33 espécies endêmicas para o Brasil foram registradas, sendo os endemismos mais restritos referentes à *Erythroxylum leal-costae* Plowman, onde se encontra apenas nas restingas de Salvador e do Litoral Norte do Estado. *Calycolpus legrandii* e *Attalea funifera* que ocorrem em Alagoas, Bahia e Sergipe, enquanto que a palmeira acaule *Allagoptera brevicalyx* (Arecaceae), com ocorrência somente para o estado da Bahia e Sergipe (LORENZI, 1996).

Figura 04. A) *Abarema filamentosa* (falso barbatimão); B) Mata de Restinga com indicação de *Tabebuia elliptica* (pau-dárco); C) *Byrsonima microphylla*, em moita monoespecífica.



Fonte: Christiano Menezes

Tabela 01. Parâmetros fitossociológico das espécies amostradas.

Espécies	DA	DR	DoA m ² /ha	DoR m ² /ha	FA	FR	VI
<i>Myrcia guianensis</i>	155,00	15%	49,49	28%	1,00	6%	49,54
<i>Myrcia sp.</i>	95,00	9%	34,36	20%	0,80	5%	33,78
<i>Manilkara salzmannii</i>	105,00	10%	17,76	10%	1,20	7%	27,65
<i>Protium bahianum</i>	95,00	9%	10,19	6%	1,80	11%	25,91
<i>Coccoloba alnifolia</i>	70,00	7%	15,25	9%	1,40	8%	23,96
<i>Oureata sp.</i>	85,00	8%	9,75	6%	1,20	7%	21,10
<i>Byrsonima microphylla</i>	70,00	7%	7,85	4%	0,80	5%	16,15
<i>Emmotum affine</i>	35,00	3%	13,12	8%	0,80	5%	15,72
<i>Myrsine guianensis</i>	50,00	5%	7,60	4%	1,00	6%	15,23
Indet 02	30,00	3%	3,70	2%	1,00	6%	11,03
<i>Tabebuia elliptica</i>	45,00	4%	1,18	1%	0,80	5%	9,87
<i>Guettarda platypoda</i>	25,00	2%	0,34	0%	0,80	5%	7,42
<i>Calycolpus legrandii</i>	30,00	3%	1,01	1%	0,60	4%	7,10
Indet 03	25,00	2%	0,75	0%	0,60	4%	6,46
Indet 01	20,00	2%	1,25	1%	0,60	4%	6,26
<i>Erythroxylum leal-costae</i>	15,00	1%	0,21	0%	0,60	4%	5,17
<i>Eugenia sp.</i>	20,00	2%	0,78	0%	0,40	2%	4,80

<i>Asteraceae</i>	20,00	2%	0,09	0%	0,40	2%	4,40
<i>Abarema filamentosa</i>	10,00	1%	0,03	0%	0,40	2%	3,38
<i>Psidium sp.</i>	5,00	0%	0,02	0%	0,20	1%	1,70
<i>Inga vera subsp. Affinis</i>	5,00	0%	0,01	0%	0,20	1%	1,69
<i>Indet 04</i>	5,00	0%	0,01	0%	0,20	1%	1,69
TOTAIS	1.015,00	100%	174,76	100%	16,80	100%	300,00

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manutenção da conectividade entre as diferentes fitofisionomias na área mantém a conectividade entre as comunidades vegetais, permitindo dessa forma, o fluxo genético entre estas, aspecto esse, que deve ser considerado em possíveis ações de manejo e conservação dessas áreas. *Erythroxylum leal-costae* Plowman, espécie endêmica para as restingas da Bahia, merece especial atenção, haja vista os valores obtidos para o VI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPCÃO, J. & NASCIMENTO, M. T. (2000) - **Estrutura e composição florística de quatro formações vegetais de restinga no complexo Lagunar Grussaí/Iquipari, São João da Barra, RJ, Brasil**, Acta Bot. Brasileira 14 (3): 301-315.

DIAS, F. K. & MENEZES, C. M. (2008) - **Fitossociologia da vegetação sobre um cordão-duna**. Revista Brasileira de Biociências, 5: 1171-1173.

DOMINGUEZ, J. M. L. **Sistema de Informações Geográficas para o Suporte à Gestão e ao Monitoramento do Litoral Norte do Estado da Bahia**. Salvador. MMA/GERCO/Governo do Estado da Bahia / CRA. 2006. 30p.

FLORA DO BRASIL 2020 EM CONSTRUÇÃO. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: < <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/> >. Acesso em: 13 Jun. 2016

HENRIQUES, R. P. B, Araújo, D. S. D. de, & Hay, J.D. (1986) - **Descrição e classificação dos tipos de vegetação da restinga de Carapebus, Rio de Janeiro** - Revista Brasileira de Botânica, 9: 173-189.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE UE/BA (2004) - **Flora das Restingas do Litoral Norte da Bahia. Costa dos Coqueiros e Salvador**. 137p. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Projeto Flora/Fauna - UE/BA - Herbário Radambrasil, Salvador, BA, Brasil. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/levantamento/florarestinga.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

MENEZES, C. M. *et al.* (2012) - **Florística e fitossociologia em um trecho de restinga no Litoral Norte do Estado da Bahia**. *Revista Biotemas*, 25(1):31-38. DOI: 10.5007/2175-7925

MUELLER-DOMBOIS, D. & ELLENBERG, H. **Aims and methods of vegetation ecology**. John Wiley & Sons, New York. 1974.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. & KENT, J. **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. *Nature*, n. 403, p. 853-858. 2000.

ORMOND, W. T. (1960) - **Ecologia das restingas do Sudeste do Brasil - Comunidades vegetais das praias arenosas**, Arq. Museu. Nacional, 50:158-236.

QUEIROZ, C. M. 2007. **A Vegetação de Restinga no Litoral Norte da Bahia: influência da Evolução Quaternária da Zona Costeira**. Instituto de Geociências. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 99p.

QUEIROZ, E.P. (2001) - **A subfamília Faboideae (*Leguminosae*) nas dunas e ante-dunas das restingas da Apa Lagoas e Dunas do Abaeté e Apa Litoral Norte do Estado da Bahia**. , 102p., Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

QUEIROZ, E. P. **Levantamento florístico e georreferenciamento das espécies com potencial econômico e ecológico em restinga de Mata de São João, Bahia, Brasil**. *Revista Biotemas* (ISSN 2175-7925), 20, n.4, p. 41-47. 2007. Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/20604/18792ZALUAR>.

PEIXOTO, G. L.; Martins, S. V.; Silva, A. F. & Silva, E. (2005) - **Estrutura do componente arbóreo de um trecho de floresta atlântica na Área de Proteção Ambiental da Serra da Capoeira Grande, Rio de Janeiro, RJ, Brasil**, *Acta Botanica Brasílica*, 19(3): 539- 547.

RIZZINI, C. T. 1997. **Tratado de Fitogeografia do Brasil**. vol 2. HUICITEC/EDUSP, São Paulo.

SILVA, S. M. 1998. **As Formações Vegetais na Planície Litorânea da Ilha do Mel, Paraná, Brasil: Composição Florística e Principais Características Estruturais**. Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Biologia Vegetal. Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, V. I. S.; Menezes. C. M. (2012) - **Contribuição para o Conhecimento da Restinga de Massarandupió, Município de Entre Rios, BA, Brasil**. *Revista de Gestão Costeira Integrada / Journal of Integrated Coastal Zone Management* 12(2):239-251. DOI: 10.5894/rgci287

SUGUIO, K. & TESSLER. M. G. (1984): **Planícies de cordões arenosos quaternários do Brasil: Origem e nomenclatura**. In: *Anais Simpósio sobre Restingas Brasileiras*. 12p, 15-26, CEUFF, Brasil.

FLORÍSTICA E FITOSSOCIOLOGIA EM TRECHO DE RESTINGA NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL KLAUS PETERS EM PRAIA DO FORTE, MATA DE SÃO JOÃO, BAHIA: DADOS PRELIMINARES

Antonio Marcelino Souza Bomfim *
Marcelo Henrique Guedes Cabral *
Christiano Marcelino Menezes *

RESUMO

O município de Mata de São João faz parte da Região metropolitana de Salvador. A vegetação de restinga se estende aproximadamente por 200km de Salvador até a fronteira do Estado de Sergipe e é uma relíquia florística. Foram locadas 40 parcelas semifixas, com um total de 4000m², equidistantes 50m entre si. Em cada parcela foram coletados o número de indivíduos, o CAS (Circunferência à Altura do Solo) ≥ 10 cm e a altura estimada visualmente. Até o momento foram identificados 50 espécies de 26 famílias diferentes, sendo que Myrtaceae, Rubiaceae e Malpighiaceae foram as famílias mais representativas, e dentre as 50 espécies encontradas 22 são endêmicas para o Brasil, segundo o Flora do Brasil. *Erythroxylum leal-costae*, espécie endêmica para as restingas da Bahia, merece especial atenção, pelo seu grau de endemismo.

Palavras-chave: Florística. Fitossociologia. Restinga.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio natural brasileiro apresenta grande importância para a conservação da biodiversidade global, devido à sua extensão territorial, à diversidade e ao endemismo de espécies, ao patrimônio genético e à heterogeneidade ecossistêmica de seus biomas (Assunção & Felfili 2004).

A restinga é composta por formações vegetais florística e estruturalmente diferenciadas distribuídas ao longo do litoral brasileiro, sobre planícies arenosas construídas através de processos eólicos ou flúvio-marinhos durante o Quaternário (Suguio & Tessler 1984; Martin et al. 1997).

A variedade de formações vegetais encontradas na restinga está estreitamente ligada à variação geomorfológica e de outras condições ambientais associadas, incluindo variação na topografia, influências marinhas, continentais e da flutuação do nível do lençol freático

* Universidade Católica do Salvador - Núcleo de Estudos em Biotecnologia e Conservação – NEBIC. Salvador, Bahia, Brasil.

(Araújo & Henriques 1984; Menezes et al. 2010; Magnago et al. 2011). As variações topográficas e o nível do lençol freático podem influenciar a diversidade, composição florística e estrutura da vegetação, constituindo um mosaico de formações vegetais desde herbáceas, tornando-se arbustivas, até arbóreas (Menezes & Araújo 2005).

Alguns estudos têm sido realizados com comunidades vegetais em restingas, buscando compreender o padrão de zonação das espécies (e.g. Henriques et al. 1984) e diferentes fatores tais como a salinidade do solo e o movimento da areia têm sido sugeridos como responsáveis pela zonação das espécies vegetais (e.g. Ormond 1960; Franco et al. 1984; Henriques et al. 1986).

No Nordeste, Andrade-Lima (1960) reconheceu a vegetação da restinga como um tipo de vegetação da zona do litoral, podendo ser subdividida em mata de restinga e campo de restinga. O critério adotado pelo autor em sua classificação foi exclusivamente florístico. Contudo, os estudos de florística e de fitossociologia desenvolvidos nesse ecossistema a partir do ano 2000 (Zickel et al. 2004; Medeiros et al. 2007; Zickel et al. 2007; Sacramento et al. 2007; Silva et al. 2008) reúnem evidências mostrando que as terminologias de fisionomias propostas por Silva & Britez (2005), ou seja, campo, fruticeto e floresta, são mais adequadas e flexíveis para classificar as restingas até o momento estudadas no Nordeste, devido à baixa ocorrência de *Clusiaceae* e de *Myrtaceae*, que se destacam nas fisionomias “scrub” e “thicket” das restingas do Sudeste.

Segundo o IBGE (2004) e Queiroz (2007) o Litoral Norte da Bahia vem sofrendo vários impactos em virtude da especulação imobiliária, e com isso a faixa de extensão dessa vegetação predominante tem se tornado menor se comparada a outros estados do Brasil. Diante desses aspectos sabe-se que há poucos estudos para essa região e que dados da composição e estrutura desta vegetação constituem ferramentas fundamentais para o entendimento dos processos ecológicos das restingas e sua conservação. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi identificar as espécies lenhosas em um trecho de Restinga na localidade de Praia do Forte, Mata de São João, Bahia.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de estudo

O Parque Municipal Klaus Peters está localizado em Praia do Forte e inserido na Área de Proteção Ambiental – APA Litoral Norte – Estado da Bahia, criada pelo Decreto nº

1.046, de 17/03/1992 abrangendo os municípios de Jandaíra, Esplanada, Conde, Entre Rios e Mata de São João, apresentando um total de 142.000 ha. (Figura 1). Esta APA é considerada a segunda maior do estado e a sua criação deu-se por ocasião da implantação da Linha Verde (rodovia BA-099) que, potencializou um intenso processo de ocupação imobiliária com a implantação de condomínios residenciais, juntamente com a atividade turística na região.

Tais eventos fizeram nascer a necessidade maior de conservar os remanescentes de Mata Atlântica, associados a manguezais, áreas estuarinas, restingas, dunas e lagoas, além da implantação efetiva de um plano de manejo para resguardar os recursos ambientais, o ordenamento e o uso e ocupação do solo.

Figura 1. Mapa de localização da área de estudo.



2.2 Identificação botânica

O material foi identificado em campo, ou através da utilização de chaves analíticas de determinação, chegando a nível específico sempre que possível. O material botânico foi prensado e herborizado segundo as técnicas usuais e será posteriormente depositado no Herbário Alexandre Leal Costa (HLCB) do Instituto de Ciências Biológicas - Universidade Federal da Bahia - UFBA, a fim de constituir o material testemunho do estudo.

2.3 Parâmetros Fitossociológicos

Os parâmetros fitossociológicos calculados foram: Densidade Absoluta e Relativa (DA e DR), Dominância Absoluta e Relativa (DoA e DoR), Frequência Absoluta e Relativa (FA e FR) e Índice de Valor de Importância (IVI). Os valores relativos de dominância (cobertura), densidade e frequência foram utilizados para determinar o IVI (Figura 2).

Figura 2. Coleta de dados para análise fitossociológica.



2.4 Delineamento Amostral

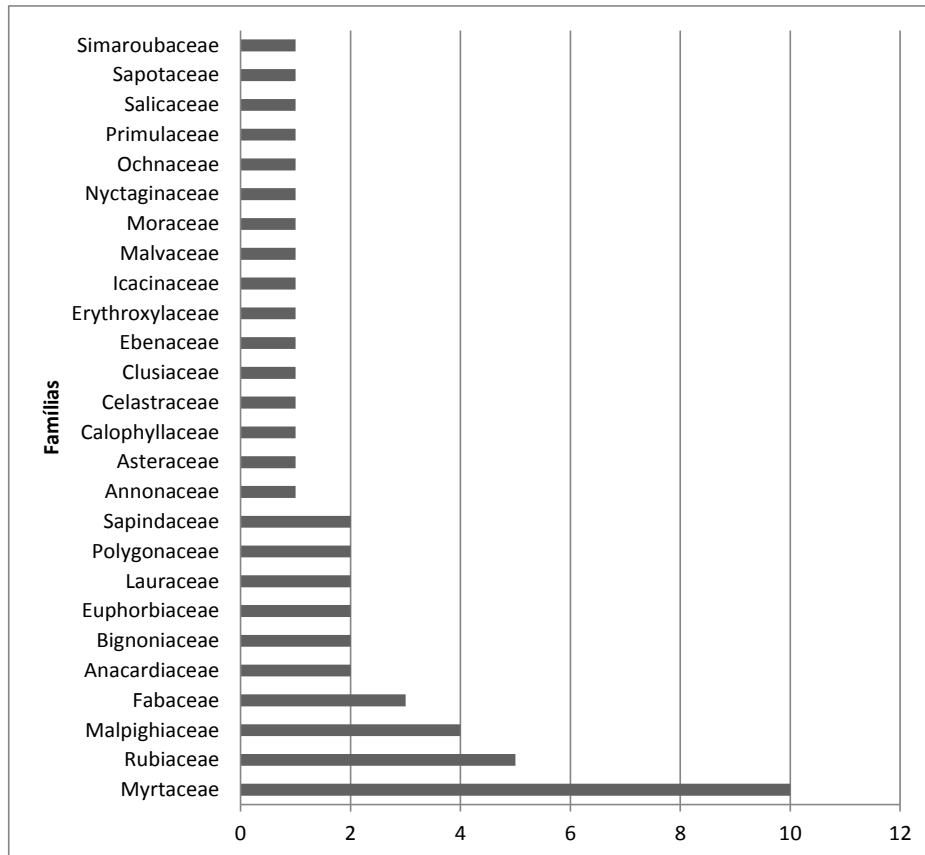
Para análise da florística das espécies no Parque Klaus Peters foram alocadas um total de 40 parcelas semifixas de 100m² cada, ao longo da trilha existente na Ilha dos Pássaros, totalizando 4000m² de área amostrada (Figura 3). Foi adotado um afastamento de 5m da borda da trilha de forma a evitar possíveis efeitos de borda, e um distanciamento de 50m entre estas.

Figura 3. Imagem com a localização das parcelas (unidades amostrais).



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento foram identificados 3 indivíduos a nível de família, 12 indivíduos a nível de gênero e 35 a nível de espécie e distribuídas em 26 famílias. As famílias mais representativas foram *Myrtaceae* com 10 espécies; *Rubiaceae* com 5 espécies; *Malphiaceae* com 4 espécies; *Fabaceae* com 3 espécies; *Euphorbiaceae*, *Bignoniaceae*, *Lauraceae*, *Sapindaceae*, *Anacardeaceae* e *Polygonaceae* com 2 espécies. As demais famílias citadas neste trabalho constam apenas com uma espécie cada. Vale ressaltar que outras espécies ocorrentes na área de estudo encontravam-se estéreis, portanto impossibilitando as identificações (Figuras 4 e 5).

Figura 4. Gráfico de riqueza de espécies por família botânica identificada.

Para a checagem de espécies endêmicas, foram realizadas consultas ao Herbário Virtual Reflora. Foram identificadas 22 espécies endêmicas do Brasil na área de estudo, sendo os endemismos mais restritos referentes à *Erythroxylum leal-costae* Plowman Saddi, onde se encontram nas restingas de Salvador e do Litoral Norte do Estado e *Calycolpus legrandii* com ocorrência na Bahia, Alagoas e Sergipe.

Figura 5. *Alibertia* sp. (Rubiaceae) e *Coccoloba leavis* (Polygonaceae), espécies de famílias representativas na área de estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manutenção da conectividade entre as diferentes fitofisionomias na área mantém a conectividade entre as comunidades vegetais, permitindo dessa forma, o fluxo genético entre estas, aspecto esse, que deve ser considerado em possíveis ações de manejo e conservação dessas áreas. *Erythroxylum leal-costae* Plowman, espécie endêmica para as restingas da Bahia, necessita de uma atenção maior, pelo seu grau de endemismo, principalmente por estar em uma área de crescente desmatamento, podendo afetar o futuro da espécie.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE-LIMA, D. 1960. **Estudos fitogeográficos de Pernambuco**. Instituto de Pesquisa Agrônômica de Pernambuco. v.2. Recife.

ARAUJO, D.S.D. & HENRIQUES, R.P.B. 1984. **Análise florística das restingas do estado do Rio de Janeiro**. In: Lacerda, L.D.; Araujo, D.S.D.; Cerqueira, R. & Turc, B. (orgs.). Restingas: origem, estrutura e processos. CEUFF, Niterói. Pp. 150-193.

ASSUNÇÃO, S.L. & FELFILI, J.M. 2004. **Fitossociologia de um fragmento de cerrado sensu stricto na APA do Paranoá, DF, Brasil**. Acta Bot. Bras. 18(4):903-909.

BARBOSA, M.R., ZAPPI, D., TAYLOR, C., CABRAL, E., JARDIM, J.G., PEREIRA, M.S., CALIÓ, M.F., PESSOA, M.C.R., SALAS, R., SOUZA, E.B., DI MAIO, F.R., MACIAS, L., ANUNCIACÃO, E.A. DA, GERMANO FILHO, P. & OLIVEIRA, J.A. 2012. **Rubiaceae**. In Lista de Espécies da Flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

DELPRETE, P. G., 1999. Rondeletieae (Rubiaceae) – Part I (Rustia, Tresanthera, Condaminea, Picardaea, Pogonopus, Chimarrhis, Dioicodendron, Molopantha, Dolichodelphys, and Parachimarrhis). Flora Neotropica 77: 1-225.

FRANCO, A.C., VALERIANO, D.M., SANTOS, F.M., HAY, J.D., HENRIQUES, R.P.B. & MEDEIROS, R.A. 1984. **Os microclimas das zonas de vegetação da praia da restinga de Barra de Maricá, Rio de Janeiro**. In Restingas: Origem, estrutura e processos. (L.D. Lacerda, D.S.D. Araujo, R. Cerqueira & B. Turcq, orgs.). CEUFF, Niterói, p.413-425.

HENRIQUES, R.P.B., ARAUJO, D.S.D. & HAY, J.D. 1986. **Descrição e classificação dos tipos de vegetação da restinga de Carapebus, Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Botânica. 9:173-189.

HENRIQUES, R.P.B., MEIRELLES, M.L. & HAY, J.D. 1984. **Ordenação e distribuição de espécies das comunidades vegetais na praia da restinga de Barra de Maricá, Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Botânica. 7:27-36.

MAGNAGO, L.F.S.; PEREIRA, O.J. & MARTINS, S.V. 2011. **Caracterização das formações ribeirinhas na restinga do Parque Natural Municipal de Jacarenema, Vila Velha, ES, Brasil.** In: Felfili, J.M.; Eisenlohr, P.V.; Melo, M.M.R.F.; Andrade, L.A. & Meira-Neto, J.A.A. (eds.). *Fitossociologia do Brasil: métodos e estudos de caso*. Vol. 1. Ed. UFV, Viçosa. Pp. 415-440.

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; DOMINGUEZ, J.M.L. & FLEXOR, J.M. 1997. **Geologia do quaternário costeiro do litoral norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.** CPRM/FAPESP, Belo Horizonte. 112p.

MARTINS, S. E. et.al. **Caracterização florística das comunidades vegetais de restinga em Bertioaga, SP, Brasil.** *Acta botanica brasílica*, São Paulo, v. 22, n.1, p.249-274,2008.

MENEZES, L.F.T. & ARAUJO, D.S.D. 2005. **Formações vegetais da Restinga da Marambaia.** In: Menezes, L.F.T.; Peixoto; A.L. & Araujo, D.S.D. (orgs.). *História natural da Marambaia*. Seropédica, Ed. da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pp. 67-120.

MENEZES, L.F.T.; ARAUJO, D.S.D. & NETTESHEIM, F.C. 2010. **Estrutura comunitária e amplitude ecológica do componente lenhoso de uma floresta de restinga mal drenada no Sudeste do Brasil.** *Acta Botanica Brasilica* 24:825-839.

ORMOND, W.T. 1960. **Ecologia das restingas do Sudeste do Brasil: comunidades vegetais das praias arenosas.** Parte I. *Arquivos do Museu Nacional* 50:185-236.

SILVA JÚNIOR, M. C. da. **Fitossociologia e estrutura diamétrica da mata de galeria do Taquara, na Reserva Ecológica do IBGE, DF. R. *Árvore***, Viçosa-MG, v. 28, n. 3, p. 419-428, 2004.

SOUZA, V.C. & LORENZI, H. **Botânica Sistemática: Guia Ilustrado para Identificação das Famílias de Fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, Baseado em APG III.** 3 ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda, 2012. 569 p.

INCIDÊNCIA DA PNEUMONIA ASSOCIADA À VENTILAÇÃO MECÂNICA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA PEDIÁTRICA EM SALVADOR

Andressa Sousa Lisboa *
Fátima Maria Nery Fernandes **

RESUMO

A Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica PAV é um grave problema de saúde pública, sobretudo nas Unidades de Terapia Intensiva UTIs, em virtude da morbimortalidade nessa faixa etária. Objetivou-se analisar a incidência da PAV nas UTIs Pediátrica da cidade de Salvador em 2015. Trata-se de um estudo epidemiológico, documental, retrospectivo, descritivo e exploratório, baseado em dados obtidos na Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar (CECIH) do estado da Bahia, referente aos indicadores de IRAS dos hospitais de Salvador com leitos de UTI Pediátrica. A população do estudo foi pacientes pediátricos que estiveram internados por mais de 24 horas nas UTIs Pediátrica em Salvador em 2015, utilizando como instrumento uma planilha. Verificou-se uma densidade de incidência de IRAS de 15,1‰ pac-dia e de paciente com IRAS de 14‰ pac-dia; sendo a infecção mais frequente a Infecção do Trato Respiratório Superior com 34,9%; a taxa de letalidade por IRAS de 7,4%; à PAV observa-se incidência de 8,1‰ VM-dia. As taxas de IRAS e de PAV do estudo corroboraram com os indicadores nacionais. Conclui-se que há necessidade de implementação de medidas assim como novos estudos da PAV em pediatria.

Palavras-chave: Infecção Relacionada à Assistência a Saúde. Intubação traqueal. Pneumonia. Ventilação Mecânica. Unidade de Terapia Intensiva.

ABSTRACT

Pneumonia Associated with Mechanical Ventilation PAV is a serious public health problem, especially in Intensive Care Units (ICUs), due to morbidity and mortality in this age group. The objective of this study was to analyze the incidence of VAP in the Pediatric ICUs in the city of Salvador in 2015. This is an epidemiological, documental, retrospective, descriptive and exploratory study, based on data obtained from the State Coordination of Hospital Infection Control (CECIH) State of Bahia, referring to the IRAS indicators of the hospitals of Salvador with beds of Pediatric ICU. The study population were pediatric patients who were hospitalized for more than 24 hours at the Pediatric ICUs in Salvador in 2015, using a spreadsheet as an instrument. An incidence density of IRAS of 15.1 æ pac-day and of IRAS patient of 14 æ pac-day was found; Being the most frequent infection the Infection of the Superior Respiratory Tract with 34,9%; The IRAS lethality rate of 7.4%; The incidence of 8.1 % VM-day was observed. The study's IRAS and EPI rates corroborated with the national indicators. It is concluded that there is a need to implement measures as well as new studies of PAV in pediatrics.

Key words: Related Infection Assistance Health. Tracheal intubation. Pneumonia. Mechanical ventilation. Intensive care unit.

* Graduada de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador. Contato: andressalis@live.com

** Enfermeira. Mestre em Enfermagem na Atenção a Criança e Adolescente. Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador. Contato: fatimaneryfernandes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Por volta da década de 1990, a expressão Infecções Hospitalares (IH) passa por uma ampliação conceitual, sendo convolado para Infecções Relacionadas à Assistência em Saúde (IRAS), termo que incorpora todas as infecções adquiridas e relacionadas à assistência em qualquer ambiente. Posteriormente a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece que as IRAS, representam um problema de saúde pública e preconiza ações e estratégias que visem reduzir o risco de aquisição. ^(1,2)

As IRAS evidenciam altas taxas de morbidade e mortalidade, bem como o aumento dos custos direcionado a saúde, sobretudo em Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica (UTIP). Apesar de representam uma pequena porcentagem dos pacientes internados, os clientes sob cuidados intensivos corroboram para mais de 20% das IRAS. ⁽¹⁾

As Infecções de Corrente Sanguínea (ICS), destacam-se como pioneira, representando de 28 a 52% dos índices de IRAS. Seguido das pneumonias e Infecção do Trato Urinário (ITU). Sendo os dois primeiros responsáveis por aproximadamente 50% das IRAS e ITU causando um adicional de 12% a 22%. Por conseguinte, destaca-se como o maior causador de morte nas UTIP's a sepse. ⁽¹⁾

A assistência em terapia intensiva é constantemente desafiada por infecções relacionada a procedimentos invasivos. Sendo assim, a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia classifica a Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica (PAV) como “a infecção pulmonar que ocorre de 48 a 72 horas após a intubação endotraqueal e instituição de ventilação mecânica invasiva”. ⁽³⁾

Estudos realizados pelo Estudo Nacional de Vigilância de Infecção Nasocomial americana (NNIS) referem que a incidência da PAV em pacientes pediátricos é de 20%. Outros estudos, destacam que a PAV é uma grave infecção e de incidência elevada, podendo variar entre 6 e 52%, esses dados irão depender da população estudada, do tipo de UTI, e do tipo de critério diagnóstico utilizado, até porque há uma grande dificuldade de se firmar um diagnóstico no paciente gravemente enfermo. ⁽⁴⁾

Não obstante, a Agência Nacional de Vigilância a Saúde (ANVISA), reporta que os índices de mortes globais decorridas da PAV oscilam de 20 a 60%, sendo a maioria de acordo com a severidade da doença de base destes pacientes, a falência de órgãos e mediante a característica da população estudada além do agente etiológico em questão. ⁽⁵⁾

Baseado nestas considerações resolveu-se realizar um estudo com a seguinte questão norteadora: “Qual a incidência da Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica (PAV) na Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica (UTIP) na cidade de Salvador em 2015?”. Ressalta-se que a hipótese desse estudo considera que a PAV é elevada nas UTIP’s e que pode variar a depender do tipo de instituição de saúde.

Trata-se de um estudo de relevância técnico-científico que irá descrever a magnitude da PAV em hospitais pediátricos, o que contribuirá para implementação de medidas que promovam a redução da incidência e gravidade desses indicadores, garantindo a segurança do paciente e qualidade da assistência prestada.

Determinou-se como objetivo geral analisar a incidência da PAV em UTIP’s na cidade de Salvador em 2015 e como objetivos específicos: verificar a distribuição das IRAS nas Unidades de Terapia Intensiva pediátrica da cidade de Salvador e identificar a taxa de letalidade de IRAS em pacientes pediátricos.

2 METODOLOGIA

A referida pesquisa configura-se por ser um estudo epidemiológico, documental e retrospectivo, com caráter descritivo, exploratório, realizada com base nos dados notificados à Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar (CECIH) no estado da Bahia, referente aos indicadores de IRAS dos hospitais de Salvador com leitos de UTI Pediátrica.

A população do estudo foi constituída dos pacientes pediátricos (bebês com mais de 28 dias e adolescentes até 18 anos) que estiveram internados por mais de 24 horas nas Unidades de Terapia Intensiva Pediátrica na cidade de Salvador, no ano de 2015. Foram excluídos os hospitais que não apresentaram casos de infecção durante todo ano, considerando que poderia trazer risco de viés para o estudo. Ressalta-se que não foi necessária a autorização dos pais já

que trata-se de um estudo documental, respaldado na solicitação de dispensa do termo de consentimento livre e esclarecido.

A coleta de dados foi realizada, a partir de fontes secundárias, no período de outubro de 2016, obtidas através dos relatórios de notificações de IRAS enviados pelos hospitais, com dados agregados, para a Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar (CECIH), mensalmente. Foi utilizado como instrumento um formulário, elaborado em planilha no Excel. A referida coleta se deu a partir da aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Católica do Salvador (UCSal), através do parecer consubstanciado pelo número 1.728.755.

Foi realizada uma análise estatística, através de frequência simples, para estimar a incidência de PAV, considerando o número de pacientes em Ventilação Mecânica (VM) em relação aos pacientes submetidos à VM; incidência de IRAS, considerando os casos de IRAS e pacientes com IRAS por pacientes-dia de internação no mês; além da distribuição percentual dos casos segundo as demais variáveis selecionadas: PAV, IRAS, óbitos e topografia das infecções no estudo. Os resultados foram apresentados através de tabelas e gráficos.

O indicador por paciente-dia considera o somatório do número de pacientes internados (dia-a-dia) no mês; e ventilação mecânica-dia, o somatório dos pacientes em ventilação mecânica (dia a dia) no mês, sendo estes indicadores mais adequados, pois consideram o risco em virtude do tempo de permanência internados e em uso de procedimento invasivo (ventilação mecânica).

Para o diagnóstico da PAV, são utilizados como critérios critérios radiológicos seriados de preferência com o achado de infiltrado persistente novo ou progressivo, sinais e sintomas como hipertermia sem outra causa, leucopenia ou leucocitose, secreção purulenta ou mudança na secreção, critérios laboratoriais como lavado broncoalveolar e aspirado traqueal com contagem de colônias.

Os princípios éticos legais foram respeitados conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as diretrizes e normas de pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil e a Resolução COFEN Nº311/2007 que diz respeito ao Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem do Brasil, que visa o respeito com os princípios da

honestidade e fidedignidade, bem como os direitos autorais da pesquisa, inclusive na divulgação dos resultados e promover a defesa e o respeito aos princípios éticos e legais da profissão, no ensino, na pesquisa e produções técnico-científicas.

Em relação aos participantes da pesquisa foi, conferida a proteção de imagem, a privacidade pela pesquisadora, bem como, o abono de prejuízo em decorrência das informações geradas ao decorrer da pesquisa.

De acordo com a Resolução 466/12 “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados.” Dessa forma, as autoras consideraram riscos mínimos, em virtude de a coleta ser de fonte documental e não envolver diretamente o ser humano. Ainda assim, foi garantido o anonimato das instituições envolvidas no estudo, assim como a fidedignidade e confidencialidade dos dados obtidos.

Os benefícios apontados são os de delinear estratégias e medidas preventivas para redução da incidência da patologia. Sendo totalmente vantajoso para diminuição dos índices de IRAS e benéfico para novas internações, além de contribuir para garantir a qualidade assistencial e redução dos óbitos nas UTIs.

3 RESULTADOS

Os seguintes dados representam as taxas de IRAS nos pacientes internados em 11 unidades hospitalares com leitos de UTI Pediátrica da cidade de Salvador, de diferentes instituições mantenedoras.

A densidade de incidência de IRAS nas UTIPs dos hospitais de Salvador em 2015 foi de 15,1‰ pacientes-dia e a densidade de incidência de paciente com IRAS foi de 14‰ pacientes-dia, representando uma razão de 1,08‰ IRAS por paciente pediátrico.

A tabela 1 apresenta a densidade de incidência de IRAS, demonstrando maior frequência no hospital H7 com um índice de 31,5‰ pac/dia. Os hospitais H2 e H8 não apresentaram IRAS nas UTIPs no ano de 2015, sendo o H11 o terceiro menor índice, representado por 5,5‰.

Em relação à densidade de incidência de paciente com IRAS, verifica-se o H7 com maior frequência, com 27,8%o pac/dia.

Tabela 1 - Densidade de incidência de IRAS e Pacientes com IRAS nos hospitais com leitos de UTIP na cidade de Salvador, Bahia, 2015.

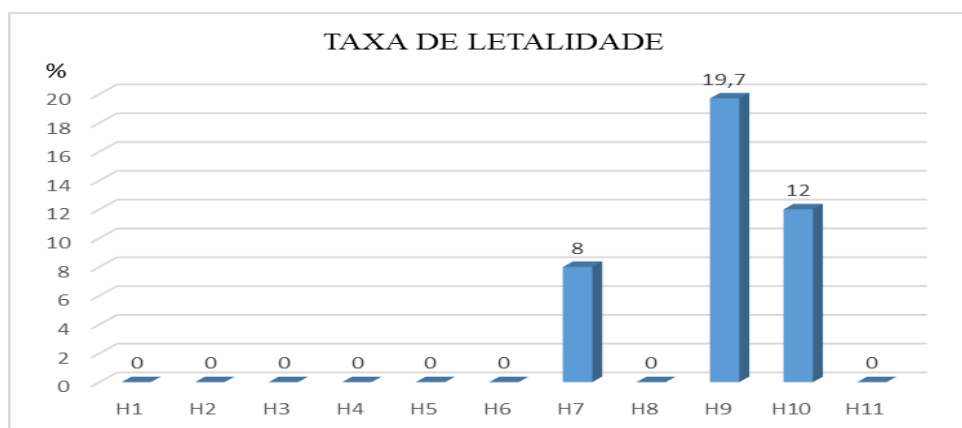
Hospitais	Pac/Dia		IRAS		Pac/IRAS	
	Nº	Nº	%o	Nº	%o	
H1	1062	6	5,6	5	4,7	
H2	795	0	0	0	0	
H3	691	11	15,9	11	15,9	
H4	3117	39	12,5	36	11,5	
H5	3089	63	20,4	60	19,4	
H6	1753	10	5,7	9	5,1	
H7	2697	85	31,5	75	27,8	
H8	0	0	0	0	0	
H9	4404	64	14,5	61	13,8	
H10	2489	56	22,5	50	20,1	
H11	3073	17	5,5	17	5,5	
TOTAL:	23170	351	15,1	324	14	

Fonte: Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar (CECIH) / Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental (DIVISA) / Secretaria Estadual de Saúde da Bahia (SESAB).

Nota: H - Hospitais / Pac - Paciente / IRAS - Infecção Relacionada a Assistência a Saúde / UTIP – Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.

No gráfico 1 observa-se que a taxa de letalidade por IRAS nas UTIPs dos hospitais de Salvador em 2015 foi de 7,4%, sendo que os hospitais H9 e H10 apresentaram as maiores taxas, representados por 19,7% e 12%, respectivamente.

Gráfico 1 - Taxa de letalidade por IRAS, nas UTIPs dos hospitais de Salvador, Bahia, 2015.



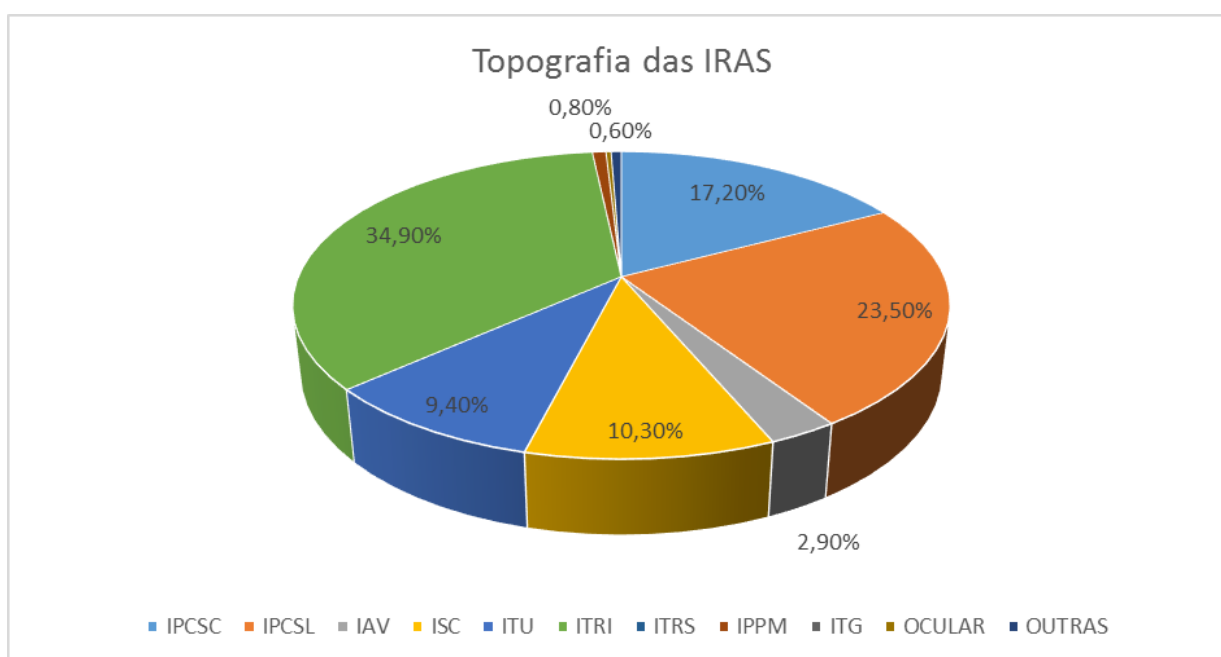
Fonte: Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar (CECIH) / Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental (DIVISA) / Secretaria Estadual de Saúde da Bahia (SESAB).

Nota: H - Hospitais / IRAS - Infecção Relacionada a Assistência a Saúde / UTIP - Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.

O Gráfico 2, reflete a distribuição topográfica das IRAS nas UTIPs, de acordo com o sítio de infecção. As Infecções do Trato Respiratório Inferior (ITRI) apresentam o maior percentual, correspondendo a 34,9%, seguida das Infecções Primárias de Corrente Sanguínea Laboratorial (IPCSL) com 23,5%, das Infecções Primárias de Corrente Sanguínea Clínica (IPCSC) com 17,2% e das Infecções de Sítio Cirúrgico com 10,3%.

Dentre as menos frequentes, observam-se as Infecções causadas por Acesso Vascular 2,9%, Infecções de Pele e Partes Moles (IPPM) com 0,8% e Outras infecções compondo 0,6%. Vale ressaltar que não houveram casos notificados de Infecções do Trato Respiratório Superior (ITRS) e Infecções do Trato Gastrointestinal (ITG).

Gráfico 2 – Distribuição percentual das IRAS por localização topográfica nas UTIPs dos hospitais de Salvador, Bahia, 2015.



Fonte: Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar (CECIH) / Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental (DIVISA) / Secretaria Estadual de Saúde da Bahia (SESAB).

Nota: IPCSC - Infecção Primária de Corrente Sanguínea Clínica / IPCSL - Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorial / IAV - Infecção de Acesso Venoso / ISC - Infecção de Sítio Cirúrgico / ITU - Infecção do Trato Urinário / ITRI - Infecção do Trato Respiratório Inferior / ITRS - Infecção do Trato Respiratório Superior / IPPM - Infecção de Pele e Partes Moles / ITG - Infecção do Trato Gastrointestinal.

A Tabela 2 representa a densidade de incidência da PAV, sendo estratificada de acordo com as instituições mantenedoras dos hospitais.

Verifica-se que as maiores incidências de PAV ocorreram no hospital filantrópico H5, seguido do hospital público H10, representado por 16,2‰ e 12,3‰ VM/dia, respectivamente. Entre os hospitais privados, o H3 apresentou 6,9‰ VM/dia e o hospital terceirizado H11 possui uma incidência de 2,4‰ VM/dia.

Quanto a incidência de PAV encontrada nas UTIPs de Salvador foi representada por 8,1‰VM-dia.

Tabela 2 – Incidência de PAV de acordo com a instituição mantenedora dos hospitais, na cidade de Salvador, Bahia, 2015.

INSTITUIÇÃO MANTENEDORA	HOSPITAIS	V.M DIA		PAV	
		Nº	Nº	Nº	%
PÚBLICO	H7	0	0	0	0
	H8	118	0	0	0
	H10	1453	18	12,3	
PRIVADO	H1	44	0	0	0
	H2	175	0	0	0
	H3	144	1	6,9	
FILANTRÓPICO	H4	1815	16	8,8	
	H5	1295	21	16,2	
	H6	396	0	0	0
	H9	2008	11	5,4	
TERCEIRIZADO	H11	1236	3	2,4	
TOTAL:		8684	70	8,1	

Fonte: Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar (CECIH) / Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental (DIVISA) / Secretaria Estadual de Saúde da Bahia (SESAB).

Nota: H- Hospitais / V.M dia – Ventilação Mecânica dia / PAV – Pneumonia Associada a Ventilação Mecânica.

4 DISCUSSÕES

Este estudo apresentou uma taxa de incidência de IRAS de 15,1‰ pac-dia, estando de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que apontam que as taxas de infecção hospitalar em UTI Pediátrica podem variar de 3 a 27%. Já os dados de um estudo realizado no estado do Paraná em 2009, demonstram uma taxa de 18,7‰ pac-dia, colocando-se superior a taxa encontrada neste estudo. ^(2,6)

Outras publicações destacam que unidades de terapia intensiva que atendam a população pediátrica com patologias mais severas como doenças oncológicas, cardiovasculares e pulmonares crônicos, apresentarão taxas de infecção hospitalares mais elevadas, isso não significa dizer que haverá falha no controle das infecções hospitalares. Outros estudos nacionais demonstram a taxa global de IRAS varia de 19,2 a 49 infecções por mil pacientes-dia. ^(2,11)

Em relação as topografias das infecções, o presente estudo aponta as Infecções do Trato Respiratório Inferior (ITRI), com 34,9%, estando em consonância com estudo onde descreve que dentre as infecções mais frequentes nas UTIPs, encontram-se as infecções respiratórias e por conseguinte a infecção de corrente sanguínea. Fato reafirmado pela ANVISA, que relata que diferentemente do que acontece em UTIs Adulto, nas UTIPs os principais sítios de infecções são as pneumonias e infecção de corrente sanguínea. ^(2,11)

O estudo demonstra que, no estado da Bahia, a taxa de incidência de PAV é de 8,1‰ VM-dia, corroborando com os dados do Sistema de Vigilância de Infecção Hospitalar do Estado de São Paulo no ano de 2010, no qual apresenta taxa símil de 8,2‰ VM-dia. Colocando-se inferior aos indicadores publicados pelo Departamento de Vigilância Sanitária no estado do Paraná, que demonstra uma taxa de 14,7‰ VM-dia. ^(6,7)

Publicações demonstram que pacientes submetidos a cuidados intensivos encontram-se frequentemente expostos a patógenos, estando vulneráveis a diversos fatores de risco para aquisição de IRAS. Estudo realizado numa UTIP no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, analisou dois grupos, o primeiro grupo paciente com PAV e o segundo grupo de pacientes sem PAV, sendo listado como principais fatores de risco a idade, sexo, tempo de internação (dias), tempo de ventilação mecânica (dias), re-internação e transferências, uso prévio de antibióticos e procedimentos invasivos, corroborando com outros estudos que destacam os mesmos fatores, acrescentando a faixa etária de risco como menor de dois anos e tempo de permanência sendo acima de uma semana. ^(8,11)

Torna-se relevante destacar que o diagnóstico da PAV é realizado através do aparecimento de um novo infiltrado pulmonar evidenciado na radiografia de tórax, associados a presença de sinais clínicos como por exemplo hipertermia e alterações nos exames laboratoriais. Destaca-se ainda que a PAV, ainda se constitui um desafio diagnóstico e terapêutico em virtude da

dificuldade em ter um “padrão-ouro” para o diagnóstico; além do fato de haver uso indiscriminado de antimicrobianos. O diagnóstico e o manejo das infecções em pacientes internados na unidade de terapia intensiva (UTI) é um desafio, pois um terço dos pacientes que são internados apresenta febre sem foco em algum momento da internação^(3,10)

Embora o padrão-ouro para o diagnóstico das pneumonias seja a radiografia de tórax, este pode ser realizado em bases clínicas como recomenda a OMS, entretanto radiografias mal posicionadas podem levar a erros diagnósticos, podendo causar uma dificuldade na interpretação do exame.⁽¹²⁾

Estudo de revisão sistemática apontou que a validade diagnóstica da clínica, radiológica e laboratorial de pneumonia na infância é delicada não configurando, portanto, padrão ouro, e em parte por causa disso, que os indicadores têm precisão muito diferentes, fato que demanda a necessidade de identificação de um padrão-ouro amplamente aceito para o diagnóstico de pneumonia bacteriana em crianças.⁽¹³⁾

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) regulamenta medidas gerais de profilaxia para o controle de infecção hospitalar em unidades pediátricas, que são treinamentos adequados com ênfase em higienização das mãos corretamente, área física em condições adequadas, pias em número suficiente, racionalização na utilização de antimicrobianos e procedimentos invasivos, internação criteriosa dentre outros.⁽²⁾

Uma das formas de prevenção da PAV, é a implementação de pacotes de medidas de prevenção e controle, como demonstrado em uma publicação realizada numa UTIP em Londrina-PR, no qual mostrou que a frequência da PAV é reduzida após a implementação do *bundle*, sendo a junção de práticas de prevenção para melhoria dos resultados.⁽⁹⁾

A ANVISA ainda destaca medidas fundamentais para prevenção das pneumonias hospitalares e da mortalidade relacionada à ventilação mecânica, que são: a manutenção dos pacientes com a cabeceira elevada entre 30 e 45°; avaliação diariamente a sedação, diminuindo sempre que possível; aspiração de secreção subglótica e realização da higiene oral com antissépticos (clorexidina via oral).⁽⁵⁾

Vale ressaltar que as taxas zero de infecção encontradas no estudo, possivelmente, deva-se ao fato que as medidas estão sendo reforçadas ou que há subnotificações já que trata-se de um perfil de população que encontram-se submetidos a cuidados intensivos com prolongamento de ventilação mecânica e submetidos a procedimentos invasivos.

Entretanto, este estudo não pode comprovar tais suposições já que trata-se de um estudo retrospectivo e com dados secundários, havendo portanto a necessidade de novos estudos para suprir essas lacunas.

Tais conclusões encontram-se pautadas na publicação onde destaca que as infecções em UTI pediátricas é limitado. Salientando a incrementação de métodos de vigilância e utilização de escores de severidade de patologias prévias para melhoria da análise e manejo das infecções hospitalares em UTIPs, bem como avaliação da microbiologia específica a faixa etária pediátrica. ⁽¹¹⁾

A limitação desse estudo se deu em decorrência da baixa quantidade de publicações, sobretudo em Unidades de Terapia Intensiva Pediátrica que pudesse contribuir para ampliar a discussão desse estudo, já que as publicações encontradas apresentam taxas referentes as topografias em Unidades de Terapia Intensiva Adulto e Neonatal, fato reforçado por estudo que ressalta que atualmente a maioria do que se tem padronizado e acompanhado tem como base o que sucede com pacientes adultos. ⁽¹¹⁾

5 CONCLUSÃO

O acompanhamento dos indicadores das IRAS e da PAV é de suma importância, servindo de parâmetros relevantes para qualidade do serviço em saúde. Dessa forma, conclui-se que há necessidade da intensificação da vigilância, para garantir a redução ao mínimo possível, além de aplicação de critérios diagnósticos pautados na utilização de critérios clínicos, laboratoriais e de imagem para que se tenha uma taxa real, com medidas eficazes para redução da incidência da PAV, garantindo a segurança do paciente e qualidade da assistência prestada. Além da necessidade de se realizar mais estudos no Brasil sobre a real epidemiologia da PAV na Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica.

REFERÊNCIAS

1. Porto JP, Mantese OC, Arantes A, Freitas C, Filho PPG, Ribas RM. Nosocomial infections in a pediatric intensive care unit of a developing country: NHSN surveillance. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical* 2012 jul-aug; 45(4):475-479.
2. ANVISA (BR). *Pediatria: prevenção e controle de infecção hospitalar*. Brasília, 2005.
3. Silva RM, Silvestre MO, Zocche TL, Sakae TM. Pneumonia associada à ventilação mecânica: fatores de risco. *Revista Brasileira de Clínica Médica* 2011 jan-fev;9(1):5-10.
4. Carvalho CE, Berezin EN, Pistelli IP, Mímica L, Cardoso MRA. Monitoramento microbiológico seqüencial da secreção traqueal em pacientes intubados internados em unidade de terapia intensiva pediátrica. *Jornal de Pediatria* 2005; 81(1).
5. ANVISA (BR). *Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada a Assistência a Saúde. Série segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde. Capítulo 1: Medidas de Prevenção de Infecção do Trato Respiratório*. Brasília, 2013.
6. Paraná. Secretaria do Estado de Saúde. *Análise dos dados das Infecções Hospitalares / Infecções Relacionadas à Assistência a Saúde do Estado do Paraná no período entre Junho a Dezembro de 2009*. Paraná, 2010.
7. São Paulo. Centro de Vigilância Epidemiológica. *Análise dos dados do Sistema de Vigilância de Infecção Hospitalar*. São Paulo, 2010.
8. Rodrigues DO, Mantese OC, Filho PPG. Etiologia e Fatores de Risco de Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica em Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica. *RBTI – Revista Brasileira Terapia Intensiva* 2005 abr/jun; 17(2).
9. Perugini MRE, Perugini VH, Figueira FD, Fontana LMS, Diniz JJ, Santos DL, ET AL. Impacto de um *bundle* nas taxas de pneumonia associada à ventilação mecânica (PAV) em uma unidade de terapia intensiva pediátrica em Londrina-PR. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, 2015 ago; 36(1):259-266.
10. Ventura SSC, Pauletti J. Pneumonia associada á ventilação mecânica (PAVM) em UTI pediátrica: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Ciências Médicas e da Saúde* 2011 jul/dez; 1(1): 35-43.
11. Carvalho ES, Marques SR. Infecção Hospitalar em Pediatria. *Jornal de Pediatria* 1999; 75(1):31-45.
12. Souza EL. Pneumonias adquiridas na comunidade. *Pediatria Moderna* 2010 mar/abr; 46(2).
13. Lynch T, Bialy L, Kellner JD, Osmond MH, Klassen TP, Durec T, Leicht R, Johnson DW. A systematic review on the diagnosis of pediatric bacterial pneumonia: when gold is bronze. *PLoS one* 2010 ago;5(8).

INFLUÊNCIA DOS PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS NA MICROBIOTA DO POÇO REDONDO, RPPN - ADÍLIA PARAGUASSÚ BATISTA, MUCUGÊ, BA.

Vitória dos Santos Ribeiro *
Bianca Lins Sant'Ana de Lima *
Lucas Cordeiro Kalabric *
Ticiano Salles Nogueira *
Paulo Tadeu Silva Costa **

RESUMO

Neste estudo o objetivo foi a caracterização da microbiota aquática do Poço Redondo, na RPPN Adília Paraguassú Batista localizada na cidade de Mucugê, Chapada Diamantina - Bahia - Brasil, e a relação da ocorrência dos organismos dessa microbiota com as variáveis ambientais que compõem a dinâmica do ecossistema dulcícola do Poço Redondo. Foram realizadas coletas de material biológico e mensurados os fatores físicos e químicos do meio. Sendo registradas as variáveis ecológicas da água com uma sonda de multiparâmetros. As variáveis estudadas foram: concentração de sólidos totais, pH, oxigênio dissolvido e temperatura da água. Identificou-se no Poço Redondo, 9 táxons da microbiota aquática: Microalgas (*Spirogyra sp.*, *Navicula sp.*, *Pediastrum sp.*) Protozoários (*Euplotes sp.*, *Arcella sp.*), Vermes (Gastrotricha, Rotífero) Microcrustáceos (*Daphnia sp.* (Cladocera) e Copepodos) Sendo eles diretamente ligados com a dinâmica do ecossistema e os recursos que este oferece, influenciados pelas variáveis ambientais mensuradas.

Palavras-chave: Microbiota. Variáveis Ambientais. Poço Redondo. Táxons.

1 INTRODUÇÃO

A utilização dos recursos hídricos é fonte de numerosas questões que envolvem sua conservação. No caso do Brasil, é considerado um país privilegiado nessa questão, pois possui cerca de 12% de toda a água doce que escorre na superfície do mundo. Porém, a distribuição dessa água no território nacional é desproporcional: 72% desses 12% localizam-se na região norte do país, enquanto no Nordeste possui 3% dessa água. (SUASSUNA, 2004). Esses valores implicam não somente na distribuição para a sociedade, mas também no modo de conservação e da dinâmica do ecossistema aquático da região nordestina. Para isso, é fundamental a análise de como as variáveis ambientais influenciam na dinâmica do ecossistema e nos organismos aquáticos que ali vivem.

* Discente do Bacharelado em Ciências Biológicas - Universidade Católica do Salvador, UCSAL.

** Licenciado em Ciências Biológicas - Universidade Católica do Salvador, UCSAL;

Professor Assistente – Ciências Biológicas - Universidade Católica do Salvador, UCSAL;

No que se refere aos estudos desses processos de interações, envolve-se a origem dos lagos, a biota aquática e seus principais mecanismos de interações com fatores físico e químico, descrevendo como os funcionamentos dos ecossistemas aquáticos continentais ocorrem. Essas interações com aspectos físico-químicos e microbiológicos do ambiente estão relacionadas com a microbiota aquática, que possibilitam realizar uma série de reações bioquímicas importantes nos ciclos ambientais e as alterações no meio abiótico e biótico na dinâmica do ecossistema. (PUPO, HALAN, 2006). Tal microbiota, contribui para o sistema de fluxo de energia e do ciclo de materiais, promovendo o funcionamento desses ecossistemas continentais aquáticos. Os organismos que as constituem abrangem protozoários, rotíferos, cladóceros, copépodes, detritívoros, fungos e bactérias, que estão diretamente ligados aos fatores abióticos e as mudanças que ocorrem nele.

Dessa forma, a limnologia estabelece critérios para o estudo científico do conjunto das águas continentais em todo o planeta e as interações dos seus processos. Podendo assim, colaborar com a implementação de mecanismos de identificação e controle da qualidade da água (ESTEVES, 2011) para que ela possa ser mais bem conservada e distribuída.

Este trabalho tem como objetivo caracterizar a microbiota aquática do Poço Redondo, situado na RPPN Adília Paraguassu, localizada na cidade de Mucugê, Chapada Diamantina - Bahia - Brasil, e relacionar os tipos de organismos encontrados na microbiota e sua ocorrência com as variáveis ambientais mensuradas no ecossistema dulcícola em questão.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O Parque Nacional da Chapada Diamantina, criado em 1985 cobre uma área de 152.575,00 hectares é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação Ambiental (ICMBio) e fica no centro do estado da Bahia abrangendo 5 municípios: Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Mucugê e Ibicoara.

Um dos principais motivos para manutenção desta área está na conservação dos principais rios da Bahia, estes que escondem suas nascentes nas encostas da Chapada. O rio Paraguaçu, principal rio baiano, é responsável pelo abastecimento de 60% da população da capital baiana, além de resguardar um banco genético importantíssimo para a conservação da biodiversidade e pesquisa científica.

Este estudo foi realizado na Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Adília Paraguassu Batista, localizado no município de Mucugê as margens do rio Paraguaçu. A

coleta foi executada, no Poço Redondo do Paraguassu, este que consiste de um represamento natural do rio Paraguassu, devido as formações geológicas da região.

Tal represamento corresponde a um ecossistema aquático lântico, que é caracterizado como um ambiente de água calma, sem correntes ou de águas paradas, sendo sistemas diretamente influenciados pela composição do solo do território, pelos fenômenos naturais e pela ação das atividades humanas. (LÉVÊQUE, 2001). Além disso, esse ecossistema possui fronteiras bem definidas na paisagem (FORBES, 1887), maior susceptibilidade a distúrbios (GILLER et al., 2004), maior força de interações diretas e indiretas entre as espécies, permitindo maior conectividade entre microhabitats (SHINDLER & SCHEURELL, 2002). O Poço Redondo também apresenta vegetação arbórea em sua margem, envolvidas por pedras que compõem um ambiente atrativo para turistas.

2.2 PROCEDIMENTO AMOSTRAL

O procedimento consistiu inicialmente em uma coleta, realizada no dia 20 de maio de 2017 no Poço Redondo, onde foram medidas as variáveis físicas e químicas do ambiente e coletado o material biológico. Posteriormente, o material coletado em recipientes foi armazenado em caixas de isopor e transportado para triagem e análise no laboratório de Biologia da Universidade Católica do Salvador, através de microscopia óptica, com o objetivo de identificar os táxons dos organismos encontrados. Por fim, ambos os dados foram relacionados para evidenciar como as variáveis influenciam no ecossistema e organismos aquáticos.

2.2.1 Coleta do Material Biológico

A coleta do material biológico foi realizada de duas formas: Com a rede de plâncton e manualmente.

No procedimento utilizando a rede de plâncton de 68 μm , foi feito o arrasto na região Limnética ou Pelágica, ou seja, na superfície do poço, em que suas comunidades características são o plâncton e o nécton. (ESTEVEES 1998). A rede de plancton foi arrastada no sentido horizontal e o material coletado foi armazenado em recipientes de 250ml, ao todo foram coletadas 4 amostras.

O procedimento da coleta manual foi realizado na área litorânea do poço, que corresponde ao compartimento do lago que está em contato direto com o ecossistema terrestre, sendo diretamente influenciado por ele. Trata-se de um compartimento com grande

número de nichos ecológicos e cadeias alimentares. Dentre os organismos presentes nessa área destacam-se várias espécies de oligoquetas, moluscos, crustáceos e insetos. (ESTEVEES 2011). Nessa coleta foi incorporado substrato com a água coletada e o material foi inserido e transportado da mesma maneira que o material da rede de plâncton, ao todo foram coletadas 2 amostras.

2.2.2 Coleta do Material Físico-Químico

Foram registradas as variáveis ambientais da água com uma sonda de multiparâmetros. As medidas das variáveis foram obtidas após a sua leitura na água e acompanhamento digital. As variáveis analisadas foram: Concentração de sólidos totais, pH, oxigênio dissolvido e temperatura.

3 RESULTADOS

A partir das análises laboratoriais, foram encontrados 9 táxons da microbiota. São eles: Protozoários (*Euplotes sp.* e *Arcella sp.*), Microalgas (*Spirogyra sp.*, *Navicula sp.*, e *Pediastrum sp.*), Vermes (Rotífero e Gastrotricha) e Microcrustáceos (Copepoda e Cladocera (*Daphnia sp.*)). Somente a microalga do gênero *Spirogyra sp.* e o verme do Filo Rotífero, foram encontrados tanto na coleta manual quanto na de rede de plâncton. Os demais, apenas apresentaram-se em um tipo dos dois métodos usados. (**Quadro 1**)

Quadro 1. Presença de organismos no ambiente lântico do Poço Redondo de acordo com o método de coleta.

Organismos	Manual	Rede de arrasto
Gastrotricha		x
Copepoda		x
<i>Daphnia sp.</i>		x
<i>Spirogyrs sp.</i>	x	x
<i>Navicula sp.</i>	x	
<i>Pediastrum sp.</i>	x	
Rotífero	x	x
<i>Euplotes sp.</i>	x	
<i>Arcella sp.</i>	x	

Em relação aos parâmetros físico-químicos, foram analisados: Concentração dos Sólidos Totais Dissolvidos (STD), pH, Oxigênio Dissolvido e Temperatura da Água.

(Quadro 2)

Quadro 2. Medidas dos parâmetros físico-químicos.

PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS	
Temperatura	25,4°C
Oxigênio Dissolvido	6,3mg/L
Sólidos Totais Dissolvidos	0,023g/L
pH	3,4

4 DISCUSSÃO

A comunidade caracterizada pode ser considerada uma boa bioindicadora e a análise de sua distribuição pode contribuir para o entendimento dos diferentes processos que ocorrem no ecossistema em escala de tempo e espaço diferenciados (NOGUEIRA, 2001). Não somente a presença ou ausência, mas também a abundância de determinadas espécies, podem ser indicativos de distúrbios nos ecossistemas aquáticos, pois as comunidades planctônicas vivem sob influência direta de um ambiente com determinadas características físicas e químicas, refletindo intimamente alterações na qualidade da água (LEITÃO et al., 2006).

Dentre as variáveis analisadas, temperatura é o fator mais influente no metabolismo dos seres vivos, pois afeta a velocidade de suas reações metabólicas, exercendo um importante papel sobre o tempo de desenvolvimento, alimentação, movimento, as taxas de reprodução e a longevidade dos animais, alterando suas taxas de crescimento populacional (WINBERG, 1971). Há ainda uma influência na composição de espécies, uma vez existem espécies com tolerância a temperaturas mais baixas enquanto outras necessitam de uma temperatura maior para se desenvolverem (SAINT-PAUL, 1985). No ambiente estudado, temperatura a estava com uma média de 25,4°C.

A temperatura também faz com que as moléculas da água fiquem mais agitadas, possibilitando a saída das moléculas de O₂ e resultando em uma concentração de oxigênio dissolvido nesse ambiente lântico de 6,3 mg/L. A decomposição de matéria orgânica em

maior velocidade em temperaturas mais altas também é um fator que afeta o oxigênio dissolvido, pois o consumo deste é acelerado.

Um dos gases de maior importância nos ambientes aquáticos é o oxigênio dissolvido, uma vez que influi decisivamente nas comunidades aquáticas (SCHAFER, 1984). A concentração desse gás é mantida pela troca com a atmosfera, que é determinada pela temperatura e pressão atmosférica. Além disso, processos biológicos como a fotossíntese e respiração, influenciam na concentração desse gás, sendo que a fotossíntese eleva a concentração desse gás e a respiração apresenta efeito inverso. (ALLAN CASTILLO, 2007)

As principais fontes de oxigênio para a água são a atmosfera e a fotossíntese. Por outro lado, as perdas são o consumo pela decomposição de matéria orgânica (oxidação), perdas para a atmosfera, respiração de organismos aquáticos e oxidação de íons metálicos como, por exemplo, o ferro e o manganês. A temperatura influencia diretamente tanto a respiração dos organismos, como outros processos oxidativos (por ex.: decomposição da matéria orgânica por microorganismos). (ESTEVES, 1998).

Dentre as variáveis limnológicas, a manutenção do pH é importante pois este influencia diretamente a microbiota através da seleção de espécies tolerantes aos diferentes valores de pH encontrados, como indiretamente, através das modificações nas concentrações e especiações químicas dos nutrientes e gases do sistema. Os valores de pH da água são influenciados pelas concentrações de sais, ácidos e bases do meio (ESTEVES, op.cit). Em que nesse caso, o pH foi 3,4, considerado ácido.

A medição dos sólidos totais foi de 0,023, e é importante para definir as condições ambientais, baseado na premissa de que estes sólidos podem causar danos à vida aquática em geral, como por exemplo, a diminuição da incidência de luz, aumento da sedimentação no leito dos rios destruindo organismos que fornecem alimentos, ou também danificar no fundo dos rios, promovendo decomposição anaeróbia. (ÁGUAS E GESTÃO, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise, foram constatadas duas situações: a primeira que os métodos de coleta, manual e rede, se diferenciam em questão dos organismos encontrados, mostrando que ambos foram efetivos; A segunda, que foi possível a caracterização da comunidade de microbiota existente no ambiente do poço redondo na reserva RPPN Adília Paraguassú Batista, Mucugê - BA. O estudo também refletiu sobre de que forma as variáveis físico-

químicas interferem na presença da microbiota, contribuindo para iniciar entendimento a cerca da dinâmica do ecossistema aquático lântico do poço redondo e a manutenção do seu equilíbrio.

Desse modo, a partir da comparação dos dados conclui-se que a água apresenta o pH ácido, isso pode decorrer da concentração de ácidos presentes na água, advindos do ferro e da grande quantidade de matéria orgânica presente no ambiente. Além disso, a temperatura do poço foi aproximadamente 25,4°C, o que é alto se comparar com regiões de clima temperado, mais baixo ao relacionar com os de clima tropicais, isso por conta da elevada altitude em que se encontra o Poço Redondo e do período da coleta. No que se refere a quantidade de oxigênio dissolvido foi de 6,3 mg/L, o que implica na influência do processo de fotossíntese dos organismos e pela temperatura e pressão do local de coleta. Já a concentração dos sólidos totais, corresponde a toda matéria que permanece na água como resíduo.

Pode-se inferir, portanto, a utilidade do presente trabalho, ao introduzir estudos sobre a microbiota aquática local e, conseqüentemente, do controle da qualidade da água, visando à preservação do ecossistema e da vida de todos os seres ali presentes.

REFERÊNCIAS

ÁGUAS E GESTÃO. **Monitoramento da Qualidade da Água em Rios e Reservatórios**. Variáveis e Parâmetros de Qualidade de Água em Rios e Reservatórios. 2014. 30 p.

BAPTISTA, D. F., NESSIMIAN, J. L., BUSS, D. F.. Bases conceituais para a aplicação de biomonitoramento em programas de avaliação da qualidade da água de rios.

Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), Artigo Publicado - JCR Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 465-473, n. 2003.

COELHO-BOTELHO, M. J. **Dinâmica da comunidade zooplanctônica e sua relação com o grau de trofia em reservatórios**. In: IV Simpósio e IV Reunião de Avaliação do Programa Biota/FAPESP, 2003, Águas de Lindóia. Resumo expandido de Mini-Curso, 2003.

ESTEVES, F. A. **Fundamentos de Limnologia**. 2a ed. Rio de Janeiro: Interciência – FINEP, 1998.

FREITAS, L. D. **Heterogeneidade espacial e temporal do zooplâncton em sistemas lóticos e lânticos da bacia hidrográfica do Lobo (Itirapina-Brotas/SP)**, 2012.

GOMES E SOUZA, M. B. Composição e descrição do zooplâncton de 5 lagoas marginais do Rio São Francisco, Pirapora/Tres Marias/Minas Gerais/Brasil. **Revista Brasileira de Biologia**, v. 55, n. 4, p. 831-845, n. 1995.

GIOVANINI, F. B.; AZEVEDO, F.. **Levantamento Faunístico das Assembléias Zooplantônicas do Ribeirão Piracema**, Distrito de Paranavaí/PR. 2010, (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

PRATTE-SANTOS, R. SIMOES, L. N. **Estudo das variáveis físico-químicas em níveis de estratificação espacial num ambiente lêntico** na Reserva Biológica de Duas Bocas, Cariacica, ES.. *Natureza On Line (Espírito Santo)*, v. 8, p. 74-77, n. 2010.

PEIRÓ, D. F., GORNI, G. R. Diferença na composição da entomofauna aquática associada a duas plantas de hábitos diferentes em um tanque de piscicultura. **Multiciência (ASSER)**, v. 10, p. 149-160, n. 2010.

RUPPERT, E. E.; BARNES, R.D. **Zoologia dos Invertebrados**. 6 ed. São Paulo: Ed. Roca.1996.

THOMAZ, S. M.; ROBERTO, M. C.; LANSAC-TOHA, F. A.; LIMA, A. F. ESTEVES, F. A. Características Limnológicas de uma Estacao de Amostragem do Alto Rio Parana e Outra do Baixo Rio Ivinheima - (Pr, Ms -Brasil). **Acta Limnologica Brasiliensia**, v. 4, p. 32-51, n. 1992.

LEVANTAMENTO DE ARTRÓPODES DE SERRAPILHEIRA EM TRÊS FITOFISIONOMIAS DA RPPN ADÍLIA PARAGUASSÚ BATISTA, MUCUGÊ – BA

Ticiane Salles Nogueira *
Vitória dos Santos Ribeiro *
Letícia de Sá Azevedo *
Kátia Benati **
Anderson Abbehusen ***

RESUMO

Neste estudo foi realizado um levantamento de artrópodes de serrapilheira, onde investigamos a relação entre a composição de artrópodes e as variáveis ambientais em três fitofisionomias (Campo Sujo, Pasto e Mata Ciliar) que compõem a paisagem da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Adília Paraguassú Batista, Mucugê - BA. Foi delimitada uma parcela de 20m por 20m subdividida em 4 subparcelas de 10m por 10m. Em cada uma dessas subparcelas coletamos uma amostra de serrapilheira, de 50 x 50 cm. O material foi destinado ao Extrator Winkler, por 24h para a extração dos artrópodes. Foram encontrados no total 341 organismos, de 13 ordens distintas. As variáveis ambientais, a exemplo da temperatura, foram coletadas a partir de diversos instrumentos multiparâmetros. Concluímos que a região de Mata Ciliar, em relação ao pasto e ao Campo Sujo, é onde há uma maior quantidade de artrópodes. No que se refere ao Pasto, foi a área mais degradada e com maior interferência humana dentre as três fitofisionomias, apresentando também uma baixa diversidade de vegetação, conseqüentemente, de serrapilheira, que foi um das variáveis ambientais que mais limitaram a biodiversidade de artrópodes dessa região.

Palavras-chaves: Campo Sujo. Mata Ciliar. Pasto. Variáveis ambientais. Mucugê. Biodiversidade.

1 INTRODUÇÃO

A região da Chapada Diamantina, no centro da Bahia, está inserida no contexto do bioma Caatinga, apesar de apresentar características de outros biomas, como o Cerrado. Nela, estão situadas as maiores altitudes da Região Nordeste do Brasil e sua formação geográfica faz parte do conjunto de serras e planaltos. De modo geral, devido às condições especiais de altitude, o clima é mesotérmico, apresentando médias anuais inferiores a 22°C e temperaturas baixas no inverno (FUNCH, ROY. 2002).

* Discente do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador.

** Doutora em Ecologia. Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

*** Mestre em Ecologia e Biomonitoramento. Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

Entre os municípios da Chapada Diamantina, Mucugê abrange elevada riqueza de flora e fauna, apesar de ser uma área fragmentada, apresenta um mosaico de fisionomias vegetacionais incluindo Cerrado (Campos Gerais), Campo Rupestre, Mata de Encosta, Mata de Grota, Mata Ciliar e áreas de transição. (MENEZES 2003). Além disso, possui relevo acidentado, com grutas e cavernas, cânions, rios, sendo o abrigo de diversas espécies e um grande ponto de turismo.

No município de Mucugê, está localizada a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Adília Paraguassú Batista, que foi a área referente ao estudo em questão. Uma unidade de conservação de domínio privado, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Os artrópodes correspondem a grande agrupamento de animais que foram descritos pelo menos em três quartos de milhão de espécies. Sua enorme capacidade adaptativa permitiu que sobrevivessem em praticamente todos os ambientes, são os animais com maior sucesso na colonização de habitats terrestres (RUPPERT & BARNES, 2005). Além disso, os artrópodes desenvolvem grande função ecológica no ecossistema, pois ocupam uma grande diversidade de microhabitats e nichos (LONGCORE apud ROCHA, et al, 2005). São considerados bons bioindicadores da interferência humana na qualidade do habitat, devido à alta diversidade de espécies e sua ligação física e biológica indicando o grau de alteração que ocorreu em determinado ambiente (FISCHER, 2007). Além de que, são organismos que exercem as mais variadas funções, alterando as propriedades físicas, químicas e biológicas, promovendo a decomposição de resíduos orgânicos e estruturação do solo. (FERREIRA & KATO, 2003). Dessa forma, diante da área de estudo escolhida, e toda diversidade de organismos que compõem o ambiente definido, os artrópodes foram escolhidos como objeto do estudo em questão.

Diante disso, procuramos a partir desse estudo, realizar um levantamento dos artrópodes em três das fitofisionomias existentes na RPPN que compõem a paisagem de Mucugê - BA: Campo sujo, Pasto e Mata Ciliar, com o intuito de promover conhecimento da fauna dessa região e compreender a relação entre esses organismos e as variáveis ambientais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de Estudo

A coleta foi realizada no mês de maio de 2017, na Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Adília Paraguassu Batista (Coordenadas 12° 59' 47" – 41° 23' 04"), que está localizada no município de Mucugê, no centro do estado da Bahia, região pertencente à Chapada Diamantina.

O clima da região corresponde a temperaturas entre 20°C no inverno e 22°C a 30°C graus no verão. Conta com uma das paisagens mais bonitas da região, às margens do Rio Paraguassú, apresentando um mosaico de fisionomias do Cerrado (TINÔCO et al. 2004, p 449). A reserva está sob o processo de implantação de um plano de manejo com vistas à elaboração do zoneamento ambiental, como instrumento legal de ações para conservação. (TINÔCO et al. 2004, p 449).

2.2 Procedimento de Coleta

Para a coleta, foi delimitada uma parcela de 20m por 20m com divisão de 4 subparcelas de 10m por 10m em cada fitofisionomia. Em cada subparcela foi utilizado o método de coleta: Extrator de Winkler para a coleta dos organismos da serapilheira (Bestelmeyer et al. 2000). A coleta de serapilheira foi realizada em um quadrante de 50x50cm em cada subparcela amostrada. O material coletado foi colocado em um concentrador na forma de peneira de mão, onde foi peneirado. A parte mais fina e particulada foi colocada no Extrator de Winkler durante 24 horas para a extração dos animais. E em seguida, o material coletado foi triado para a identificação a nível de ordem em cada fitofisionomia.

Para avaliar a relação entre as fitofisionomias e os artrópodes coletados, foram mensuradas as seguintes variáveis ambientais: pH do solo, utilizando um equipamento de multiparâmetro, termômetro espeto para medir a temperatura do solo, medidor de nível para o conhecimento da inclinação do solo, termômetro capela para medir temperatura máxima e mínima. As variáveis como: Cobertura da serapilheira, cobertura rochosa, cobertura herbácea, abertura do dossel, altura da vegetação foram medidos de acordo com a escala de Fournier (1994).

3 RESULTADOS

Na coleta de artrópodes foram encontrados no total 341 organismos, nas 3 áreas estudadas, sendo que Campo Sujo apresentou 29 organismos das ordens: Hymenoptera (Formicidae) (n= 21), Araneae (n= 5), Blattaria (n= 1) e Larva de insetos (n= 2).

Já na Mata Ciliar foram identificados 204 organismos, sendo eles: Díptera (n= 2), Ixodida (n= 1), Hymenoptera (Formicidae) (n= 167), Araneae (n= 5), Pseudoescorpionida (n= 5), Acari (n= 7), Blattaria (n= 1), Colembola (n= 1), Isopoda (n= 1), Larva de insetos (n= 11), Dermaptera (n= 3).

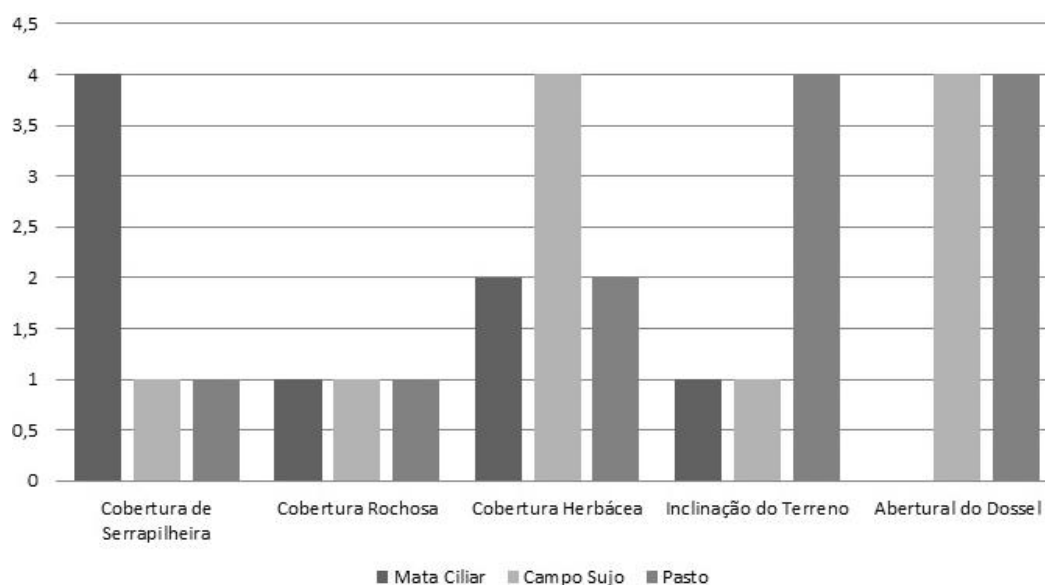
Enquanto no Pasto foram identificados 108 organismos sendo eles: Hemíptera (n= 1), Hymenoptera (Formicidae) (n= 71), Araneae (n= 6), Pseudoescorpionida (n= 8), Acari (n= 8), Blattaria (n= 4), Colembola (n= 3), Coleoptera (n= 1), Larva de insetos (n= 6). (Quadro 1)

Quadro 1. Levantamento de artrópodes feito em 3 áreas na Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Adília Paragua

ORDENS	MATA CILIAR	CAMPO SUJO	PASTO
Diptera	2	0	0
Ixodida	1	0	0
Hymenoptera (Formicidae)	167	21	71
Araneae	5	5	6
Pseudoescorpionida	5	0	8
Acari	7	0	8
Blattaria	1	1	4
Colembola	1	0	3
Isopoda	1	0	0
Coleoptera	0	0	1
Larva de insetos	11	2	6
Hemiptera	0	0	1
Dermaptera	3	0	0
TOTAL	204	29	108

Das variáveis ambientais coletadas os resultados foram; Mata Ciliar (Cobertura de serapilheira = 4, Cobertura Rochosa = 1, Cobertura Herbácea = 2, Inclinação do Terreno = 1, Abertura do Dossel = 0), Campo Sujo (Cobertura de serapilheira = 1, Cobertura Rochosa = 1, Cobertura Herbácea = 2, Inclinação do Terreno = 1, Abertura do Dossel = 4), Pasto (Cobertura de serapilheira = 1, Cobertura Rochosa = 1, Cobertura Herbácea = 2, Inclinação do Terreno = 4, Abertura do Dossel = 4). (Figura 1)

Figura 1. Gráfico de variáveis ambientais coletadas em 3 áreas na Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Adília Paraguassú Batista, Mucugê-BA. – Mata Ciliar, Campo Sujo e Pasto, através da escala de Fournier. 1 = 1 a 25%; 2 = 26 a 50%; 3 = 51 a 75%; 4 = 76 a 100%.



Com um termômetro espeto foi medida a temperatura do solo e os resultados nas 3 áreas foram: Mata Ciliar = 23,4°C; Campo Sujo = 23,6°C; Pasto = 25,2°C. O termômetro capela mediu a temperatura do ar, máximas e mínimas: Mata Ciliar - máxima = 28°C e mínima = 22°C; Campo Sujo - máxima = 27°C e mínima = 17°C; Pasto - máxima = 27°C e mínima = 17°C.

Os resultados encontrados em relação a espessura da serrapilheira: Mata Ciliar = 3cm; Campo Sujo = 2cm; Pasto = 1,5cm. A altura da vegetação os dados colhidos foram: Mata Ciliar = 200cm; Campo Sujo = 200cm; Pasto = 160cm. (Quadro 3)

Quadro 3. Levantamento de variáveis ambientais feito em 3 áreas na Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Adília Paraguassú Batista, Mucugê-BA. – Mata Ciliar, Campo Sujo e Pasto.

Variáveis Ambientais	Mata Ciliar	Pasto	Campo Sujo
Temperatura do Solo	23,4°C	25,2°C	23,6°C
Temperatura do Ar (máxima)	28°C	27°C	27°C
Temperatura do Ar (mínima)	22°C	17°C	17°C
Espessura da serrapilheira	3cm	1,5cm	2cm
Altura da vegetação	200cm	160cm	200cm

4 DISCUSSÃO

Na comparação entre os artrópodes encontrados, a Mata Ciliar se destaca por apresentar maior diversidade nas amostras coletadas na serrapilheira, isso ocorre por conta da

Mata Ciliar formar corredores que contribuem para a conservação da biodiversidade; fornecendo alimento e abrigo para a fauna; e mantendo o equilíbrio térmico que é muito importante para os artrópodes, invertebrados que sofrem severamente com mudanças climáticas. Por conta desses fatores, ela se torna um local que possibilita o desenvolvimento desta comunidade, sendo assim eles se apresentam em maior quantidade nesta área.

A Mata Ciliar também se destacou por apresentar a maioria das ordens na coleta, com uma maior expressividade na ordem Hymenoptera (Formicidae), que são as formigas, organismos generalistas que foram encontrados em grande quantidade nas três áreas. As ordens Diptera e Ixodida só foram encontradas nas amostras de Mata Ciliar, provando a diversidade da área. Larvas foram encontradas em maior concentração também na Mata Ciliar, isso pode ser pelo fato de ser uma área com mais recursos e um ambiente mais favorável para reprodução.

Já no caso da área do Pasto, é a que apresenta uma menor densidade e diversidade de composição florística, por conta das áreas de pastagem se encontrar severamente degradadas, ocasionando o aumento da erosão e a perda da fertilidade do solo e redução da biomassa (CHAVES et al., 2001). A identificação das regiões de pastagem é difícil porque a degradação dos pastos pode, por exemplo, influenciar na porcentagem da cobertura vegetal e na resposta dos índices de vegetação. (FERREIRA et al., 2013b).

Na comparação entre os artrópodes encontrados, o Pasto, que como já foi dito é uma área que já sofreu por processo de degradação e/ou continua sofrendo com fatores antrópicos ou físicos como as erosões. Com isso, acaba sendo um lugar menos propício para perpetuação de artrópodes, diminuindo então a frequência nesta área. Em comparação com Campo Sujo, o mesmo também apresenta pouca composição vegetativa, é uma área que possui arbustos e subarbustos espaçados entre si e uma significativa cobertura herbácea.

Na comparação entre artrópodes encontrados, o Campo Sujo é onde encontra-se uma menor quantidade de indivíduos, isso pode dever-se ao fato da vegetação ser arbustiva e bem espaçada, não compondo uma serrapilheira que seja favorável para a progressão da comunidade de artrópodes.

As variáveis ambientais servem como reforço para tudo que já foi salientado sobre as características das três fitofisionomias. Em que se tem como primeira medida a cobertura de serrapilheira, que é quase 100% na área de Mata Ciliar, que como mostram os dados possui uma quantidade maior de serrapilheira, que o pasto e o campo sujo. A cobertura rochosa não tem destaque em nenhuma das áreas, pois nenhuma das três possuem característica de formação rochosa acentuada. A cobertura herbácea é mais expressiva no campo sujo por ser

um padrão de sua composição arbórea, se tornando menos presente nas outras duas áreas. A inclinação do solo é maior no pasto, por conta da degradação da área, por ser um fragmento de pastagem que sofria pisoteio de animais que contribui tanto para compactação do solo como para o inclino, a erosão é outro fator que acentua essa alta inclinação do solo no pasto, já o campo sujo e a mata ciliar possuem um maior padrão quanto ao nível do solo. O pasto e o campo sujo possuem uma total abertura do dossel por conta da sua formação vegetal que não forma corredores e nem é de grande porte, caracterizando as duas, em áreas muito abertas, diferentemente da mata ciliar que forma corredores, com um dossel quase todo fechado, isso contribui para manter a temperatura, a umidade, ciclagem de nutrientes, propiciando um equilíbrio na área, isso pode ser evidenciado pela diversidade e densidade de formação de fauna.

Nos valores de temperatura o pasto apresenta uma alta temperatura no solo, isso se dá por conta de ser uma área com 100% de abertura de dossel, aumenta a superfície de incidência solar e por não ter uma quantidade significativa de cobertura de serrapilheira, a temperatura do solo fica realmente muito quente. O pasto tem uma diferença de mais ou menos 2°C a mais na temperatura do solo, o que influencia muito na vida dos artrópodes que são seres muito pequenos e percebem com facilidade essas mudanças. A mata ciliar apresenta a menor temperatura do solo por ser uma área fechada e com expressiva cobertura de serrapilheira mantendo o solo mais úmido.

O pasto possui a menor espessura de serrapilheira e também menor altura da vegetação porque sua composição arbórea é baixa e de pequeno porte e por ser uma área aberta e degradada não possui tanta vegetação nem recursos que mantenham a produção de serrapilheira. A mata ciliar apresenta a maior espessura de serrapilheira por ter uma grande composição vegetativa e fechada que possibilita a ciclagem dos nutrientes e da serrapilheira que permanece naquela área. Quanto a altura da vegetação mata ciliar e campo sujo apresentam igualdade de 200cm em média, mas na mata ciliar as árvores são de grande porte apresentando então uma diferença em relação ao campo sujo que tem vegetação arbustiva e herbácea, o que influencia na serrapilheira que tem um valor menor do que encontrado na mata ciliar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a região de mata ciliar, em relação ao pasto e ao campo sujo, é onde há uma maior comunidade de artrópodes, devido à grande oferta de nutrientes e um equilíbrio

na temperatura que é proporcionado pela vegetação, sendo, assim, o local de preferência para estabelecimento de comunidades destes animais. Há uma abundância maior nessa área, é importante levar em conta o fato de que alguns artrópodes não se adaptam tão bem a meios antropizados, que é o caso do pasto, o qual é a área mais degradada e com maior interferência humana, a pobreza na flora também contribui para a escassez de nutrientes, o que não irá atrair esses animais. A baixa quantidade de vegetação e, conseqüentemente, de serrapilheira do pasto é outro fator que limita a biodiversidade da região, já que com a escassez destes recursos os artrópodes não têm abrigo e ficam mais expostos à predação e a mudanças climáticas significativas. A inclinação no terreno se destacou muito em relação as outras, isso evidencia o fato de não poder oferecer abrigo as comunidades presentes já que essa inclinação sem uma abundância de flora para segurar o solo, deixa o ambiente totalmente propício a erosões. Também apresenta uma grande variação na temperatura, essa amplitude térmica não é confortável para esses invertebrados. Sendo então, um ambiente pouco habitado, principalmente por aqueles animais não generalistas que possuem exigências mais específicas para sobreviver e se reproduzir.

Dentre as fitofisionomias apresentadas, o Pasto apresenta um grande potencial em relação à regeneração da sua área. Apesar de ter sofrido degradação e passar por processos erosivos, com a incorporação de um manejo que possa desenvolver novamente a vegetação dessa área, como por exemplo, a implantação de espécies pioneiras ou que estejam relacionadas com dispersão de sementes e polinização, seriam soluções para a regeneração dessa área e conseqüentemente em uma melhor dinâmica do ambiente e de todos os artrópodes que ali vivem.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. P. S.; TINÔCO, M. S. **Caracterização de habitat ao longo da RPPN Adília Paraguassu:** uma análise quantitativa de gradientes ambientais e estruturais. In: Semana de Mobilização Científica, 2005, Salvador. SEMOC. Salvador: UCSAL, 2005. v. VIII.

COSTA, W. S.; FONSECA, L. M. G.; KORTING, T.S. **Classificação de pastagens cultivadas e formações campestres nativas no Cerrado brasileiro** a partir da análise de séries temporais extraídas de índices EVI do sensor MODIS. 2015.

FUNCH, ROY. **Livro Um Guia Para a Chapada Diamantina.** Gráfica e Editora Nova Civilização Ltda, 2002.

GARBELOTTO, TA.; CAMPOS, LA. **Metodologias de coleta e conservação.** In: Pentatominae do Sul de Santa Catarina. Curitiba: Sociedade Brasileira de Zoologia, 2014, pp. 77-78. Zoologia: guias e manuais de identificação séries.

JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L. (Org.) ; ROCHA, W. (Org.) **Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina** - Série Biodiversidade. 1. ed. Distrito Federal- Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. v. 1.

MENEZES, C. M. **Proposta do Zoneamento Ecológico da RPPN Adíla Paraguassú Batista**, Mucugê, Bahia, Brasil. 2003.

SILVA, C. G.; OLIVEIRA, S. S. **Levantamento da artropodofauna de um fragmento de mata e de uma pastagem**, localizados próximo ao campus da Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra – MT. Junho, 2009.

PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE INDÍGENAS FULNI-Ô DE ÁGUAS BELAS/PE: ESTUDO TRANSVERSAL

*Natanna Barbosa Bigdêdd**
*Diana Cerqueira Santana***
*Amélia Borba Costa Reis****
*Amanda Valente Silva*****

RESUMO

As influências de outras culturas sobre o estilo de vida indígena podem explicar diversas mudanças comportamentais entre as diferentes tribos que ocupam o território brasileiro. No que tange as alterações no âmbito da saúde, entendendo que as práticas alimentares estão submetidas também às influências externas, observa-se alterações no perfil antropométrico desses indivíduos. Assim, o objetivo desse estudo foi descrever o perfil antropométrico de uma população indígena da etnia Fulni-ô de Águas Belas (PE). Foram coletados dados antropométricos de 234 indivíduos, de ambos os gêneros, com idades entre 20 a 59 anos, contudo apenas os dados de 162 indígenas permaneceram na base de dados, considerando perdas por insuficiência de informações válidas. Para os homens, verificou-se 50,9% de sobrepeso e para as mulheres, 34,28% de obesidade. Não ocorreram prevalências de déficit de peso para ambos os gêneros. Quanto à avaliação da medida de circunferência da cintura, considerando que sua elevação indica risco para o desenvolvimento de complicações metabólicas associadas à obesidade, destacou-se os resultados: 59,04% das mulheres com risco muito elevado e 43,86% dos homens com risco elevado e muito elevado, somando-se as duas categorias. O caso da população adulta indígena Fulni-ô deixa clara a importância de avaliar o perfil antropométrico de grupos indígenas, primordialmente pelas consequências acarretadas no que se refere às mudanças sociais e culturais que afetam diretamente às questões biológicas.

Palavras chave: Indígenas Fulni-ô; Excesso de peso; Antropometria.

1 INTRODUÇÃO

O perfil antropométrico da população brasileira reflete o declínio da ocorrência da desnutrição num ritmo bem acelerado, com aumento da prevalência de excesso de peso. A projeção dos resultados de estudos efetuados desde a década de 1970 é indicativa de um comportamento claramente epidêmico do problema. Estabelece-se, dessa forma, um

* Autora; Discente do curso de Bacharelado em Nutrição – UCSAL.

** Estudante participante da equipe de pesquisa; Discente do curso de Bacharelado em Nutrição – UCSAL; Bolsista de iniciação científica da Fundação Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

*** Docente participante da equipe de pesquisa; Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde – UFBA; Docente assistente no curso Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Membro do grupo de pesquisa CNPq/UCSAL Nutrição e Saúde.

**** Orientadora; Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde – UFBA; Coordenadora e docente do curso de Bacharelado em Nutrição – UCSAL; Membro do grupo de pesquisa CNPq/UCSAL Nutrição e Saúde.

antagonismo de tendências temporais entre desnutrição e obesidade, definindo uma das características marcantes do processo de transição nutricional do país¹.

O censo demográfico 2010 indicou, a partir das declarações fornecidas pelos indivíduos a respeito do quesito cor ou raça, que 0,4% da população consideram-se indígenas².

No contexto de vida dos indígenas, percebe-se um desequilíbrio nutricional devido à incorporação de hábitos alimentares industrializados, mudando o perfil antropométrico dos indivíduos para sobrepeso e obesidade, enfatizando a associação às doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus tipo II e entre outras³.

As tribos indígenas no Brasil vivenciam, portanto, um processo de distanciamento das suas tradições culturais, levando a mudanças no estilo de vida, cenário que pode estar fortemente associado a um quadro socioeconômico de insuficiência de recursos financeiros. Ainda é possível construir um processo de aproximação entre o cenário de transição nutricional vivenciado pela população nacional, de forma geral, e as características antropométricas que começam a se tornar mais evidentes na população indígena.

No contexto acima descrito, demonstra-se a necessidade de investigações mais detalhadas e atuais a respeito das condições nutricionais dos indígenas no Brasil. É perceptível que o tema ainda se faz pouco explorado entre os pesquisadores da área da Nutrição. A produção de conhecimento científico, nesse sentido, vislumbra contribuir para a melhor compreensão de medidas e indicadores antropométricos entre adultos indígenas residentes no território pernambucano. Assim, o objetivo deste estudo foi descrever o perfil antropométrico de uma população adulta indígena da etnia Fulni-ô de Águas Belas (PE).

2 METODOLOGIA

Desenho de estudo

Trata-se de um estudo analítico, transversal, de base populacional, com dados primários, com adultos da tribo indígena Fulni-ô de Águas Belas (PE).

População amostral

Os dados primários são oriundos de um projeto maior intitulado “Associação entre o Processo de Urbanização, o Risco Cardiovascular e Doença Cardiovascular Subclínica em

Populações Indígenas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: Efeitos das Barragens e Transposição do São Francisco”.

Questões éticas

A todos os participantes foram realizados esclarecimentos a respeito do projeto maior (acima descrito), assegurando a compreensão e aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, antes da sua inclusão no estudo.

Os participantes podiam requerer exclusão do estudo, a qualquer momento, sem prejuízos de qualquer tipo. O projeto de pesquisa “Associação entre o Processo de Urbanização, o Risco Cardiovascular e Doença Cardiovascular Subclínica em Populações Indígenas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: Efeitos das Barragens e Transposição do São Francisco” foi submetido e aprovado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, de acordo com as normas estabelecidas pela resolução n.466/12 do (CONEP), apresentando número de parecer 1.488.268.

Coleta de dados

Foram coletados dados antropométricos de 234 indivíduos, de ambos os gêneros, com idades entre 20 a 59 anos, contudo apenas os dados de 162 indígenas permaneceram na base de dados, considerando perdas por insuficiência de informações válidas.

Na avaliação antropométrica, foram mensuradas as medidas de peso, estatura e circunferência da cintura. Utilizou-se para aferir o peso uma balança digital portátil, com capacidade máxima de 200kg e graduação de 50g; para medir a estatura, usou-se um estadiômetro portátil e para aferir a circunferência da cintura, usou-se uma fita inelástica.

Ao aferir a medida de peso, o indivíduo foi posicionado em pé, descalço, sem adornos e no centro da plataforma⁴. A estatura foi aferida seguindo os cuidados de o indivíduo permanecer descalço, olhando em um ponto fixo, de forma ereta⁴.

A circunferência da cintura (CC) foi realizada com o indivíduo apresentando roupa suspensa e em pé, com os pés juntos e braços estendidos lateralmente e abdômen relaxado na hora da aferição. O método utilizado foi o do ponto médio, verificando a localização da última costela e o arco costal da crista ilíaca, certificando a marcação dos dois pontos e a média entre os mesmos⁵.

As medidas de peso e estatura foram utilizadas para o cálculo do índice de massa corporal (IMC), seguindo a fórmula: $IMC = \text{Peso atual (kg)} / \text{Altura}^2 \text{ (m)}^6$.

Análise estatística

Os dados coletados serão organizados em planilha do software *Microsoft Excel*® e seus resultados analisados a partir dos referenciais propostos pela Organização Mundial de Saúde.

De acordo com World Health Organization (1997), os pontos de corte utilizados para o IMC de adultos são: de 18,6 a 24,9 kg/m² (eutrofia), de 25,0 a 29,9 kg/m² (sobrepeso), de 30 a 34,9 kg/m² (obesidade grau I), de 35,0 a 39,9 kg/m² (obesidade grau II) e acima de 40 kg/m² (obesidade grau III)⁷.

Para avaliação da CC considerou-se, de acordo com os gêneros: para homens, CC ≥ 94 cm e CC ≥ 102 cm indicando, respectivamente, risco elevado e muito elevado para complicações metabólicas associadas à obesidade; em mulheres, CC ≥ 80 cm e CC ≥ 88 cm, respectivamente, risco elevado e muito elevado para complicações metabólicas associadas à obesidade.

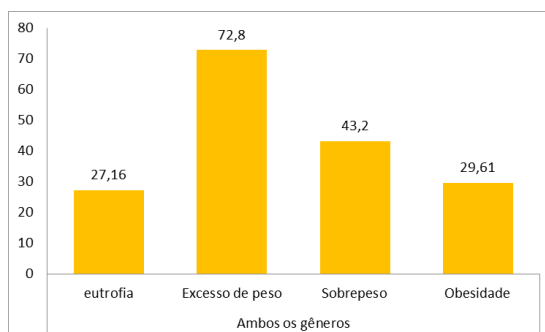
Para a análise estatística, será utilizado o *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS)® e serão aplicados o teste T *student* e o teste qui-quadrado.

3 RESULTADOS

Entre os 162 indivíduos da etnia Fulni-ô avaliados, observou-se que 35,19% eram do gênero masculino e 64,81% do gênero feminino, portanto em sua maioria mulheres.

Verificou-se elevada prevalência de excesso de peso, sendo 72,8% entre os indivíduos avaliados, para ambos os gêneros (gráfico 1), sendo 43,20% de sobrepeso e 29,61% obesidade (somando-se as três categorias de classificação do IMC para obesidade).

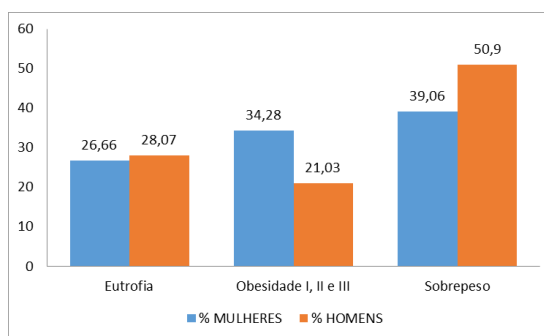
Gráfico 1. Resultados da avaliação do índice de massa corporal (IMC) expressos em percentuais por categorias de classificação, de adultos indígenas Fulni-ô de Águas Belas (PE), de ambos os gêneros, 2017.



Avaliando o IMC, considerando os dois gêneros, observou-se que para os homens expressou-se um maior percentual de sobrepeso (50,9%), se comparado às mulheres (39,06%). Quanto à obesidade, para o gênero feminino, encontrou-se 34,28% de prevalência de obesidade e 21,03% para homens, somando-se as três categorias de classificação do IMC para obesidade. Entre os níveis de obesidade, destaca-se os percentuais obtidos para a obesidade grau I, em ambos os gêneros: 20% (mulheres) e 15,78% (homens) (gráfico 2).

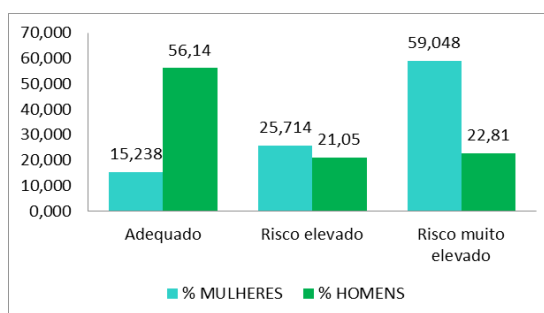
Entre os indivíduos com diagnóstico antropométrico de eutrofia, revelaram-se prevalências de 28,07% (homens) e 26,66% (mulheres) (gráfico 2). Não foram verificadas prevalências de déficit de peso, segundo o IMC.

Gráfico 2. Resultados de avaliação do índice de massa corporal (IMC) expressos em percentuais por categorias de classificação, de adultos indígenas Fulni-ô de Águas Belas (PE), por gênero, 2017.



A avaliação da CC apresentou 56,14% de adequação entre homens, porém ao comparar com o risco muito elevado, torna-se um valor discrepante. Apesar dessa adequação, o somatório dos riscos entre homens apresenta 43,86%, revelando um número bem próximo da adequação (gráfico 3).

Gráfico 3. Resultados da avaliação da circunferência da cintura expressos em percentuais por categorias de classificação, de adultos indígenas Fulni-ô de Águas Belas (PE), por gêneros, 2017.



4 DISCUSSÃO

As tribos indígenas no Brasil vivenciam um processo fortemente associado a um quadro socioeconômico com insuficiência de recursos financeiros, demonstrando evidências nas características antropométricas, mudando o perfil antropométrico para excesso de peso.

Estudos recentes realizados com outras etnias indígenas no Brasil tem ressaltado a frequente presença de sobrepeso e obesidade em indivíduos adultos de ambos os gêneros^{3,8-11}.

Analisando separadamente os gêneros feminino e masculino, chama atenção a prevalência de excesso de peso, entretanto quando é observado o sobrepeso de forma isolada, identifica-se claramente uma maior proporção de homens neste grupo e destacam-se as mulheres no grupo da obesidade, não sendo verificadas prevalências de déficit de peso, segundo o IMC. Essas evidências apresentadas nos resultados dos indígenas Fulni-ô são encontradas em outros estudos realizados com outras tribos^{3,8-11}.

Para melhor análise, destacando a circunferência da cintura percebe-se risco muito elevado com prevalência no gênero feminino com 25,714% e adequado no masculino indicando 56,14%, porém ao somar os riscos elevado e muito elevado houve destaque 43,86% no público masculino, apresentando um número agravante nessa população, destacando cada vez mais a prevalência de excesso de peso.

O tema sobre as condições nutricionais dos indígenas ainda se faz pouco explorado entre os pesquisadores da área da Nutrição. A produção de conhecimento científico, nesse sentido, vislumbra contribuir para a melhor compreensão de medidas e indicadores antropométricos entre adultos indígenas residentes no território pernambucano.

A análise do nível microssocial possui relevância em estudos com populações indígenas por permitir conhecer detalhes do processo histórico do processo socioeconômico e o modo de vida, influenciando no estado nutricional desses indivíduos. O caso da população indígena Fulni-ô deixa clara a importância de avaliar o perfil nutricional de grupos indígenas, primordialmente aos povos que vem sendo inseridos no mercado, acarretando em mudanças sociais, culturais e biológicas.

REFERÊNCIAS

- 1 BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cad saúde pública**, v. 19, n. Supl 1, p. 181-91, 2003.

- 2 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010 do Brasil**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça, 2012. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em 12 jun 2017.
- 3 CARDOSO A. M., MATTOS I. E., KOIFMAN R. J. Prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares na população Guarani-Mbyá do Estado do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública**, 2001.
- 4 MUSSOI, T D. **Avaliação nutricional na prática clínica**: da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro, 2015. p. 06-94.
- 5 WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity**: preventing and managing the global epidemic. World Health Organization, Geneva, 251p., 2000.
- 6 SAMPAIO, L R. **Avaliação Nutricional**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 78-84.
- 7 World Health Organization. **Obesity**: preventing and managing the global epidemic. Report of the WHO Consultation of Obesity. Geneva, 3-5 June, 1997.
- 8 CAPELLI J. C. S., KOIFMAN S. Avaliação do estado nutricional da comunidade indígena Parkatêgê, Bom Jesus do Tocantins, Pará, Brasil. **Cad.saúde pública**, 2001.
- 9 GIMENO, S. G. A. et al. Perfil metabólico e antropométrico de índios Aruák: Mehináku, Waurá e Yawalapití, Alto Xingu, Brasil Central, 2000/2002. **Cad Saúde Pública**, 2007.
- 10 GUGELMIN, S. A.; SANTOS, R. V. Ecologia humana e antropometria nutricional de adultos Xavánte, Mato Grosso, Brasil - Human ecology and nutritional anthropometry of adult Xavánte Indians in Mato Grosso, Brazil. **Cad. Saúde Pública**, v. 17, n. 2, p. 313-322, 2001.
- 11 LOURENÇO, A. E. P. **Avaliação do estado nutricional em relação a aspectos sócio-econômicos de adultos indígenas Suruí, Rondônia, Brasil**. 2006. Tese de Doutorado.



PROJETO DE UMA COLUNA DE DESTILAÇÃO BINÁRIA

Carolina Pinheiro Aragão dos Santos *
Fernanda Brito Rocha *
Michelle Lima Barbosa *

RESUMO

O presente artigo foi realizado na Universidade Católica do Salvador (UCSal) e tem por objetivo descrever o passo-a-passo do projeto de uma coluna de destilação binária através do Método de McCabe-Thiele e comparar os resultados obtidos pelo método com os dados obtidos utilizando o simulador comercial *Aspen Plus V.9*.

Palavras-chave: Destilação, McCabe-Thiele, *Aspen Plus V.9*.

ABSTRACT

The present article was conducted at the Catholic University of Salvador (UCSal) and aims to describe the step-by-step design of a binary distillation column using the McCabe-Thiele method and compare the results obtained by the method with the data obtained Using the *Aspen Plus V.9* commercial simulator.

Keywords: Distillation, McCabe-Thiele, *Aspen Plus V.9*.

1 INTRODUÇÃO

A destilação é uma operação unitária antiga, e tem sido amplamente praticada por milhares de anos. As primeiras aplicações utilizaram equipamentos de vaporização e condensação em bruto, muitas vezes com o objetivo de concentrar o teor alcoólico de bebidas. A primeira destilação contínua em coluna vertical foi desenvolvida por Cellier-Blumenthal na França, em 1813. Posteriormente, Perrier introduziu uma versão inicial da bandeja tampa bolha na Inglaterra, em 1822. Em 1820, embalagens foram utilizadas inicialmente por um tecnólogo chamado Clement que usou bolas de vidro em um alcool. Em 1830, Coffey desenvolveu a primeira coluna com bandeja de peneira. O primeiro livro sobre fundamentos da destilação foi *La Rectification de l'alcohol*, escrito por Ernest Sorel em 1893. Houve uma

* Discentes do curso de Engenharia Química da Universidade Católica do Salvador, Campus de Pituáçu (UCSal/Pituáçu).

expansão da aplicação da destilação no início do século XX, a partir de uma ferramenta para aumentar o teor alcoólico de bebidas na técnica de separação primária na indústria química. O processo de destilação foi então conhecido como um meio efetivo de separação de petróleo bruto e a partir daí, a aplicação da destilação se espalhou para a maioria dos processos químicos (KISTER, 1992).

A destilação é um processo de separação física de uma mistura que forma dois ou mais produtos e que possuem diferentes pontos de ebulição, fazendo com que os componentes mais voláteis da mistura evaporem. Quando uma mistura líquida com dois materiais voláteis é aquecida, o vapor que sai terá uma concentração maior do material mais volátil (ou seja, ponto de ebulição inferior) do que o líquido que foi desenvolvido. Por outro lado, quando um vapor é resfriado, o material menos volátil (ou seja, ponto de ebulição superior) deve condensar em uma proporção maior do que o material mais volátil. (KISTER, 1992)

A destilação é uma operação unitária que existe há muito tempo e continua sendo o principal método de separação nas plantas de processamento, apesar da sua eficiência termodinâmica inerentemente baixa. A preeminência da destilação para a separação de misturas fluidas não é acidental, mas fundamental e, portanto, é improvável que seja deslocada (KISTER, 1992).

Os métodos gráficos são extremamente úteis para visualizar as relações entre um conjunto de variáveis, e por isso, são comumente usados na engenharia química. (HENLEY e SEADER, 1981) O método gráfico McCabe- Thiele utiliza a curva de equilíbrio líquido-vapor para determinar o número de estágios teóricos requeridos para realizar a separação de uma mistura binária. O mesmo assume escoamento molar constante e isso resulta que os calores molares de vaporização dos componentes são aproximados grosseiramente como iguais, os efeitos caloríficos são negligenciáveis e para cada mol de vapor condensado, um mol de líquido é vaporizado. O procedimento do projeto consiste em plotar em um mesmo gráfico o diagrama de equilíbrio x-y e as retas de operação definidas pelas relações x-y fornecidas pelos balanços de massa na seção de fundo da coluna (vaporiza os mais voláteis e enriquece o líquido no componente menos volátil) e na seção de topo (condensa os menos voláteis e enriquece o vapor no componente mais volátil).

O diagrama de equilíbrio de fases relaciona as composições x e y das correntes que saem de um estágio de equilíbrio para o componente mais volátil. Essa curva pode ser obtida através do diagrama T-x-y ou estimada a partir de modelos termodinâmicos. A reta de operação da seção de Absorção relaciona as composições x e y das correntes que passam entre os estágios acima da carga de alimentação, assim como a reta de operação da seção de

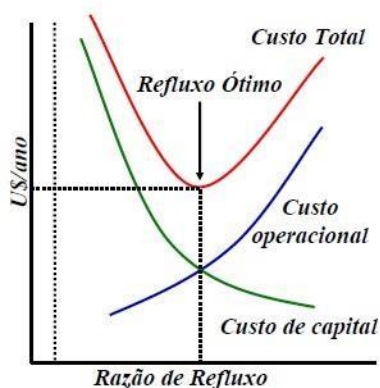
Stripping relaciona as composições x e y das correntes que passam entre os estágios abaixo da carga de alimentação. O local geométrico de todas as interseções das retas de operação que se encontram no estágio de alimentação é a reta q . Como q é a fração da alimentação que é líquida, o estado de vaporização em que se encontra a carga reflete diretamente na inclinação da reta e , conseqüentemente, o ponto de interseção das retas. A localização ideal do prato de carga se dá no estágio onde se localiza a interseção das retas de operação. Nesse estágio, troca-se de reta de operação.

A equação da reta de operação da seção de Absorção é escrita como:

$$Y_n = \frac{X}{R+1}, \text{ onde } R \text{ é a razão de refluxo.}$$

Quanto maior o R , menor o número de pratos e , conseqüentemente, melhor a separação. R mínima ocorre quando as linhas de operação tocam a curva de equilíbrio. O ponto de interseção das três curvas é conhecido como “Ponto de Pinch”. Nesta condição, é requerido um número de estágios infinitos. Razão de refluxo menor que a mínima torna a operação impossível. O Ponto de Pinch também pode ocorrer em um ponto onde as linhas de operação não tocam a curva de equilíbrio, nesse caso, chama-se Ponto de Pinch tangente. No caso da razão de refluxo ser infinita, as linhas de operação coincidem com $y=x$ e o número de estágios teóricos será mínimo.

Quando se possui uma coluna nova, não é conhecido o número de estágios e a razão de refluxo ideal. É necessário então um ponto ótimo (menor custo total), obtido através do cálculo do custo de capital e dos custos operacionais para várias combinações de nº de estágios e razão de refluxo.



Em relação ao cálculo de eficiência, para colunas de pratos utiliza-se o conceito de eficiência de Murphree para fase vapor. A eficiência global pode ser calculada pela divisão

entre o número de estágios teóricos e número de estágios reais e existe também a correlação de O'Connell que determina a eficiência ao longo da coluna de destilação, onde:

$$\eta_{O'Connell} = 0,495 \times (\alpha_{A,B} \times \mu_{liq})^{-0,242}$$

2 RESULTADOS

2.1 BALANÇO MATERIAL

O primeiro passo para a realização do projeto da coluna de destilação consiste em fazer o balanço material e checar se as unidades do problema estão coerentes.

Observa-se que a vazão da corrente de alimentação (F) foi fornecida em toneladas por hora, enquanto que as composições dos produtos na corrente de carga são dadas em frações molares, sendo necessária a conversão da corrente de alimentação para uma base molar.

$$F = 30.000 \text{ kg/h}$$

Tabela 1. Conversão da base mássica para base molar.

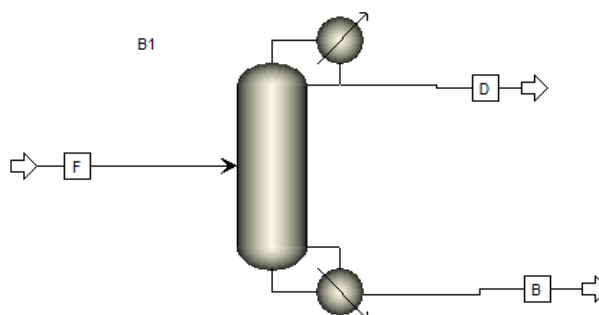
Base F = 100kmol	n(kmol/h)	MM(kg/kmol)	m(n.MM) (kg/h)
Etano (XF=0,5)	50	30	1500
Propano	50	44	2200
		Somatório (m)	3700

$$\text{vazão molar } (n) = 100 \text{ kmol} \cdot \text{h}^{-1} \div 3700 \text{ kg} \cdot \text{h}^{-1} \times 30.000 \text{ kg} \cdot \text{h}^{-1}$$

$$\text{vazão molar em } F = 810,8108 \text{ kmol h}$$

Convertida a vazão da corrente de alimentação, realiza-se o balanço material da coluna de destilação em base molar.

Figura 1. Representação esquemática da coluna de destilação B1.



Balanco Material Global:

$$F = B + D \text{ (I)}$$

$$B = F - D \text{ (II)}$$

Balanco Material para o Etano:

$$F \times x = D \times x_D + B \times x_B \text{ (III)}$$

Substituindo a equação (II) em (III) e utilizando as especificações do projeto (Topo: 95% mol de Etano e Fundo: 95% mol de Propano), temos que:

$D = 405,4054 \text{ kmol/h}$, sendo D a vazão de destilado.

Substituindo o valor de D na equação (I), encontram-se a vazão do produto de fundo (B)

$$B = 405,4054 \text{ kmol/h.}$$

A realização do balanço material é imprescindível, pois, uma das variáveis especificadas no simulador Aspen Plus V.9 ao início da simulação é a vazão de destilado (D) e uma boa aproximação pode ser fornecida pelo balanço material, evitando-se que o programa faça muitas iterações até encontrar um valor razoável e consequentemente diminuindo a probabilidade de erros no projeto futuro devido a possíveis erros de convergência no simulador.

Figura 2. Vazão de Destilado fornecida no Aspen Plus V.9.

	Units	D
Molar Density	mol/cc	0,0155135
Mass Density	gm/cc	0,477366
Enthalpy Flow	cal/sec	-2,72155e+06
Average MW		30,771
+ Mole Flows	kmol/hr	404,497
+ Mole Fractions		
+ Mass Flows	kg/hr	12446,8
+ Mass Fractions		
Volume Flow	l/min	434,564
+ Liquid Phase		

Fonte: *Aspen Plus V.9*

2.2 AVALIANDO A PRESSÃO DE OPERAÇÃO

O segundo passo do projeto consiste em avaliar a pressão de operação para condensação com ciclo de refrigeração com propeno evaporando à pressão atmosférica.

Através da equação de Antoine:

$$\ln(P_v) = A - \frac{B}{T + C}$$

Sendo P_v (propeno) = 760mmHg, definiu-se que a temperatura de saturação do propeno é de -47°C .

Inicialmente para obter as temperaturas de saturação do propano e do etano e conseqüentemente as temperaturas de fundo e topo e, vislumbrando uma melhor separação, visto que o aumento de pressão implica em uma redução na volatilidade relativa, através da equação de Antoine sendo a pressão de vapor = 760mmHg, obtemos os seguintes dados:

$T_{\text{topo}} = -88,6^\circ\text{C}$ = Temperatura de Saturação do Etano

$T_{\text{fundo}} = -42^\circ\text{C}$ = Temperatura de Saturação do Propano.

No entanto para conseguir condensar com propeno a -47°C , é necessário que a temperatura de topo seja, pelo menos, 10 graus mais alta que a temperatura do fluido refrigerante, sendo assim, a temperatura do topo deve ser forçada, com o aumento de pressão, à atingir -37°C , reduzindo a volatilidade relativa e conseqüentemente aumentando o número

de estágios da coluna, o que ainda assim é vantajoso visto que evitamos a construção de um sistema de frio, que comumente são sistemas bastante onerosos na indústria química e petroquímica.

Para diversas pressões de vaporização (P_v), obteve-se os seguintes conjuntos de dados:

Tabela 2. Variação da temperatura do topo com o aumento da pressão de saturação

P (mmHg)	T (topo) °C
760	-88
2000	-68
3000	-58
4000	-50
5000	-44
5500	-41
6000	-38
6300	-37

Conclui-se, dessa forma, que a pressão de topo da coluna será de 6300 mmHg ou 8,3 atm. Uma aproximação foi feita, considerando a perda de carga na coluna de destilação = 1 atm. Dessa forma, a pressão no fundo da coluna será de 9,3 atm. É recomendável evitar valores de perda de carga muito altos, visto que o aumento de pressão no fundo da coluna ocasionará conseqüentemente um aumento de temperatura e a depender do produto que se deseja obter, esse aumento na temperatura poderá ocasionar degradação ou polimerização.

Na simulação do *Aspen Plus*, consideramos a perda de carga no condensador de 0,2 atm, já que como mencionado anteriormente, o aumento da pressão implica em diminuição da volatilidade relativa.

Figura 3. Input de pressões considerando perda de carga no condensador de 0,2 atm.

Fonte: *Aspen Plus* V.9.

2.3 CONSTRUÇÃO DA RESOLUÇÃO GRÁFICA DO PROBLEMA ATRAVÉS DO MÉTODO DE MCCABE-THIELE

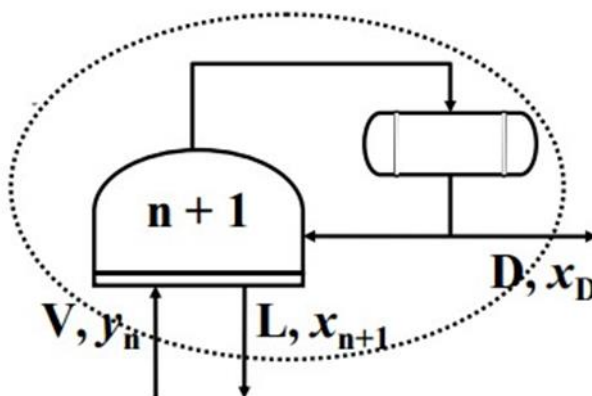
É um método gráfico que usa a curva de equilíbrio líquido-vapor para determinar o número de estágios teóricos.

O procedimento do projeto consiste em plotar em um mesmo gráfico o Diagrama do Equilíbrio $x - y$ e as retas definidas pelas relações entre $x - y$ dadas pelos balanços de massa na seção de fundo da coluna e na seção de topo denominadas: “Retas de Operação”.

Idealizações do método:

- As vazões molares de líquido e vapor em cada seção da torre são constantes, ou seja, o calor molar de vaporização dos componentes é igual. Essa consideração é imprescindível visto que o balanço material do prato, por exemplo, $(n+1)$, fornece uma relação entre a composição do vapor que entra no prato, e a composição do líquido que o deixa, e nos fornece a equação de uma reta:

Figura 4. Prato $n+1$ de uma coluna de destilação.



Fonte: Desconhecida

Considerando a seção de topo, por exemplo:

$$\text{Balanço material: } y_n V = X_{(n+1)} L + D x_D$$

$$y_n = (L/V) X_{(n+1)} + (D/V) x_D$$

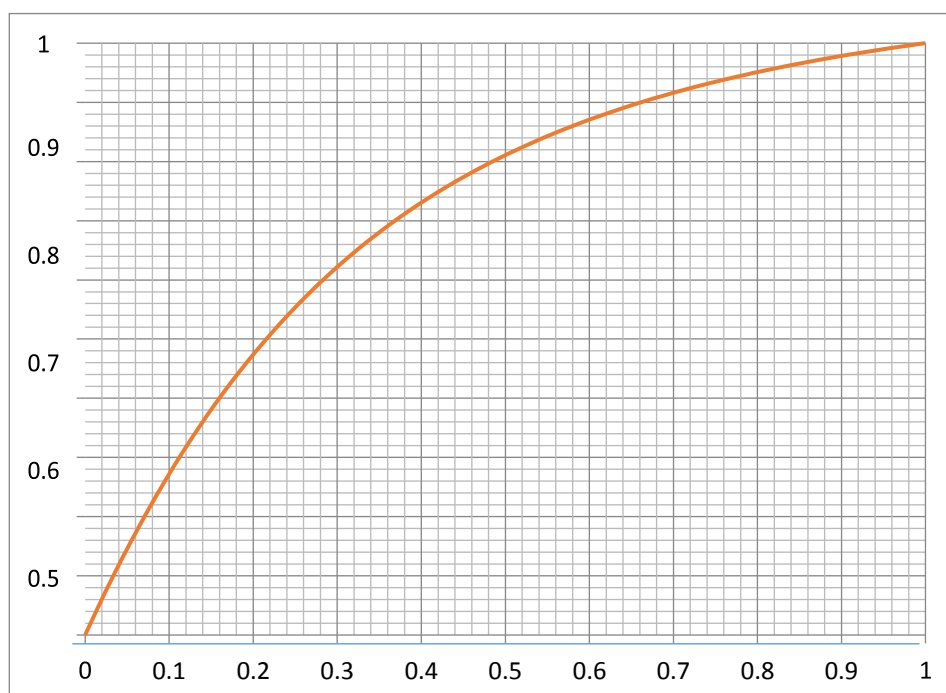
Sendo: L/V o coeficiente angular da reta e D/V o coeficiente linear. Tal consideração, não seria possível se assumíssemos que as vazões molares da coluna (L e V) não são constantes e inviabilizaria a resolução gráfica simples do método.

- Considera estágios de equilíbrio;
- Pressão constante na coluna de destilação, já que o diagrama x-y é construído a pressão constante, utilizando-se a pressão média da coluna (Pressão do topo + pressão de fundo) / 2;
- Válida somente para sistemas binários. Essa consideração é bastante válida, já que muitos sistemas da indústria são binários.

Modelagem do problema:

- Com os dados de equilíbrio líquido-vapor obtidos do simulador comercial para a pressão média da coluna de 8,8 atm, traçou-se o diagrama x-y e a reta x=y.

Figura 5. Diagrama x-y a pressão média de 8,8 atm.



- Definiu-se o primeiro ponto da reta de topo: XD (composição de etano no destilado)
- Como a carga é parcialmente vaporizada ($\psi = 0,1$), a fração de líquido na carga é:

$$1 - 0,1 = 0,9.$$

- Calculou-se a inclinação da reta de alimentação:

$$\text{Inclinação} = q/(q-1)$$

$$\text{Inclinação} = -9$$

- Com o valor da inclinação e da composição de etano na carga ($X_F = 0,5$) que é o primeiro ponto da reta, descolou-se no diagrama x-y nove pontos para cima e um ponto para a esquerda, traçando-se posteriormente a reta da carga.

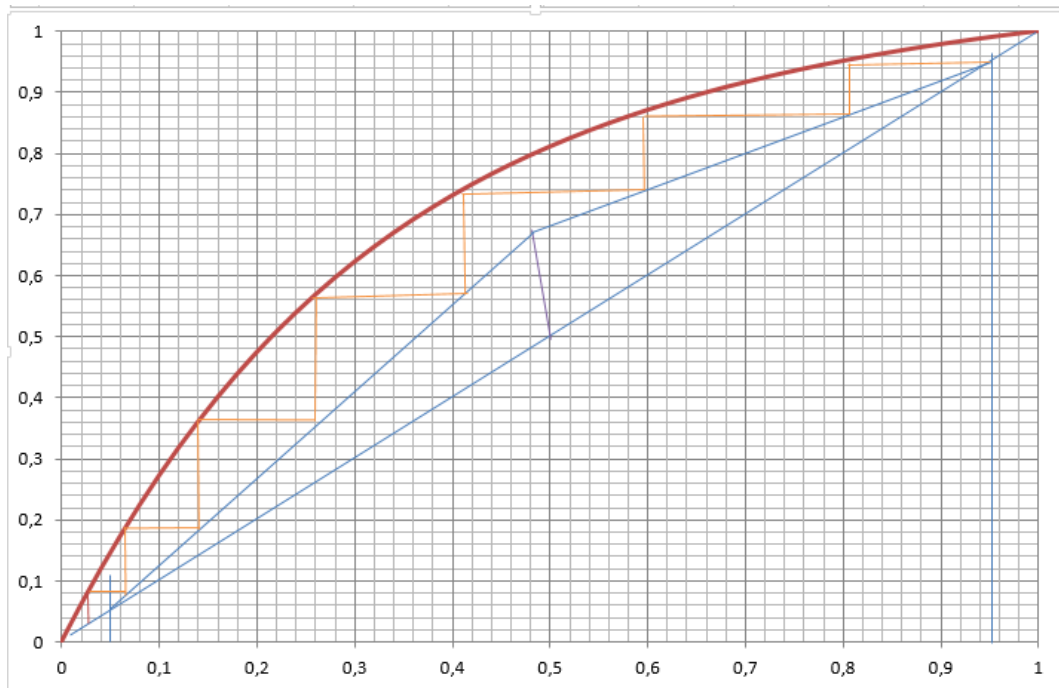
- Com a reta da carga e o primeiro ponto da reta de topo (XD), traçou-se a reta de operação da seção de topo.

- Com o primeiro ponto da reta de fundo, a composição de etano na corrente de fundo (XB) e a interseção das retas de topo e de carga, traçou-se a reta de operação da seção de *stripping* (seção de fundo).

Para calcular o numero de estágios teóricos:

XB é a mesma composição de vapor do estágio teórico 1 (y_1), sendo o estágio 1 representado pelo retervedor. O vapor que sai do estágio teórico 1, está em equilíbrio com o líquido que sai do estágio teórico 1, ou seja, x_1 e y_1 estão em equilíbrio.

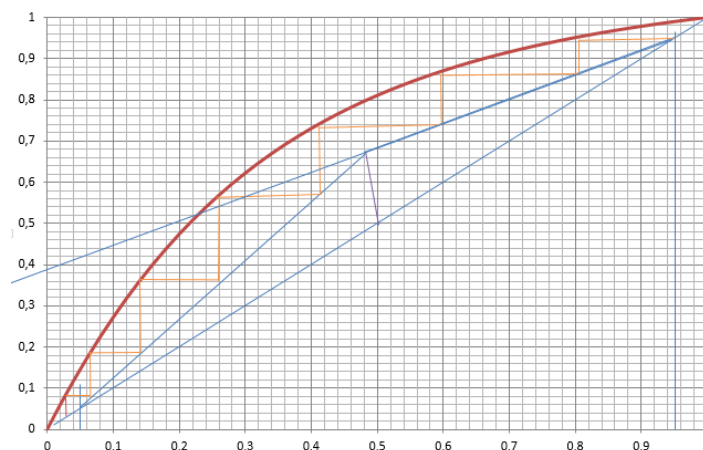
O vapor que sai do estágio teórico 2 (y_2) e o líquido que sai do estágio teórico 1 (x_1) estão relacionados entre si pelo balanço material. Através do balanço material, é possível calcular valores de y_2 , tendo-se disponível o valor de x_1 . Essas considerações definem graficamente uma espécie de “escada” entre o equilíbrio e o balanço material, que fornece o número de estágios teóricos.

Figura 6. Método de McCabe-Thiele.

A partir da solução gráfica, observa-se que o número de estágios teóricos (NT) da coluna é igual a 6,7, o que equivale a 5,7 pratos teóricos + 1 refeedor, já que o refeedor também é um estágio de equilíbrio, ao contrário do condensador que é total.

A alta volatilidade relativa do sistema propano-etano permite uma grande separação de fases a cada estágio, diminuindo dessa forma a quantidade de estágios necessários para a separação e o custo em investimentos se comparado com sistemas que possuem volatilidades relativas baixas, menores que 1,15.

Para definir a razão de refluxo do sistema, prolongou-se a reta de topo até que ela tocasse a ordenada, ou seja, o coeficiente linear da reta, que é expresso por $XD / (R + 1)$.

Figura 7. Prolongamento da reta de topo.

Pelo diagrama de McCabe-Thiele, temos que:

$$XD / (R + 1) = 0,39$$

$$\text{Sendo } XD = 0,95$$

$$R = 1,436.$$

No simulador, utilizamos outra abordagem para definir a razão de refluxo.

Existe uma razão de refluxo mínima para uma dada separação (R_{min}), para este R_{min} , serão necessários infinitos estágios para realizar a separação. Um projeto real emprega uma razão de refluxo maior que a mínima.

Ao iniciarmos a simulação, não sabemos quantos estágios a coluna irá ter, a abordagem utilizada para definir o número de estágios, é colocar um número de estágios muito grande, para que o refluxo seja o mínimo possível (Ponto de Pinch), assim define-se a razão de refluxo mínima (R_{min}).

Tabela 3. Variação da razão de refluxo com o número de estágios

Número de estágios	Razão de refluxo
150	0,636504
50	0,636361
20	0,639624

Fonte: *Aspen Plus V.9.*

A razão de refluxo mínima = 0,6365

O projeto ótimo de uma coluna de destilação é um projeto que concilia o número de estágios da coluna com o consumo de energia. Com muitos estágios, é possível fazer a separação com um refluxo menor e consumo de energia menor, com poucos estágios, no entanto, o refluxo deve ser maior e por consequente o gasto de energia.

Para ser definido qual o mais vantajoso é necessário realizar o cálculo do capital *expenditure* (CAPEX) e *operational expenditure* (OPEX) e visualizar em qual caso a soma dos dois é menor.

Esse cálculo já fora realizado outrora e constatou-se que na execução do projeto, a solução de compromisso, é utilizar uma razão de refluxo de 30% acima do refluxo mínimo, para o caso de resfriamento com água, 20% acima do refluxo mínimo para resfriamento com um estágio de frio e 10% acima do mínimo para refluxo com dois estágios de frio.

Sendo assim, concluímos que:

Razão de refluxo do projeto = $1,2 \times 0,6365$

Razão de refluxo de projeto = 0,7638

O prato ótimo de alimentação é aquele que conduz ao menor número de estágios teóricos, a partir do diagrama de McCabe-Thiele visualiza-se que o prato ótimo de alimentação (NT,F) = 3.

No simulador a abordagem é feita realizando um estudo de sensibilidade. Para o número de estágios fixo, o prato ótimo de alimentação é aquele que conduz ao menor consumo de energia, ou seja, a menor razão de refluxo de projeto.

Figura 8. Estudo de sensibilidade.

Row/Case	Status	VARY 1 B1 F FEEDSSTAGE	RR
1	Errors	3	1
2	OK	4	0,863507
3	OK	5	0,775073
4	OK	6	0,80245
5	OK	7	0,926577
6	Errors	8	1
7	Errors	9	1

Fonte: Aspen Plus V.9.

A partir do estudo de sensibilidade verificou-se que a coluna terá 11 estágios teóricos e que o prato ótimo de alimentação é o 5, visto que nos oferece a menor razão de refluxo de projeto. Para calcular o número de pratos reais a partir do diagrama de McCabe-Thiele, precisamos estimar a eficiência de prato. Utilizaremos a correlação de O'Connell para estimar essa eficiência:

$$\eta_{o-c} = 0,495 * (\alpha * \mu L)^{-0,242}.$$

Essa correlação é considerada conservativa para os pratos atuais: pratos valvulados de bom desempenho. Ou seja, ela prevê valores de eficiência menores do que as que os pratos valvulados dão, preservando a segurança dos processos.

A viscosidade (μL) é a da carga, considerando que ela representa em média o líquido que está dentro da coluna. Na época que essa correlação foi elaborada, ainda não existiam simuladores comerciais mais complexos, que permitem fazer o cálculo da viscosidade de líquido em cada prato.

Nesse contexto, utilizou-se a viscosidade de líquido em cada prato e os valores de K1 e K2 fornecidos pelo Aspen Plus para calcular a volatilidade relativa e, por consequente, calcular a média das eficiências prato a prato.

Tabela 4: Cálculo da Eficiência de O'Connell prato a prato.

PRATO	K1	K2	alpha	Viscosity liquid(cP)	η_{o-c}
1	1,0422	0,1974	5,28000	0,0950	0,5849
2	1,1972	0,2422	4,94365	0,0990	0,5885
3	1,4124	0,3075	4,59311	0,1025	0,594
4	1,5946	0,3677	4,33635	0,1038	0,6004
5	1,6985	0,4051	4,19250	0,1039	0,6053
6	1,7732	0,4338	4,08759	0,1036	0,6095
7	1,9122	0,4870	3,92648	0,1032	0,616
8	2,1301	0,5740	3,71132	0,1023	0,6257
9	2,3993	0,6894	3,48009	0,1008	0,6378
10	2,6527	0,8081	3,28258	0,0990	0,6497
11	2,8379	0,9033	3,14182	0,0976	0,659

Fonte: Aspen Plus V.9.

Com os valores da eficiência de cada prato, calcula-se a eficiência média:

$$\eta_{o-c}(\text{med}) = 0,6155$$

Em posse da eficiência de prato, podemos calcular o número de pratos reais, a partir da equação:

$$\text{Número de pratos reais (NR)} = \text{Número de pratos teóricos (NT)} / \text{eficiência de prato } (\eta_{o-c}(\text{med}))$$

Definindo-se o número de pratos reais da coluna utilizando o número de pratos teóricos calculado pelo método de McCabe-Thiele:

$$\text{NR} = 5,7 / 0,6155 \quad \text{NR} = 9,3$$

Majorando o número de pratos reais, temos que:

$$\text{NR} = 10.$$

$$\text{NR, F (Prato real de alimentação)} = 3 / 0,6155$$

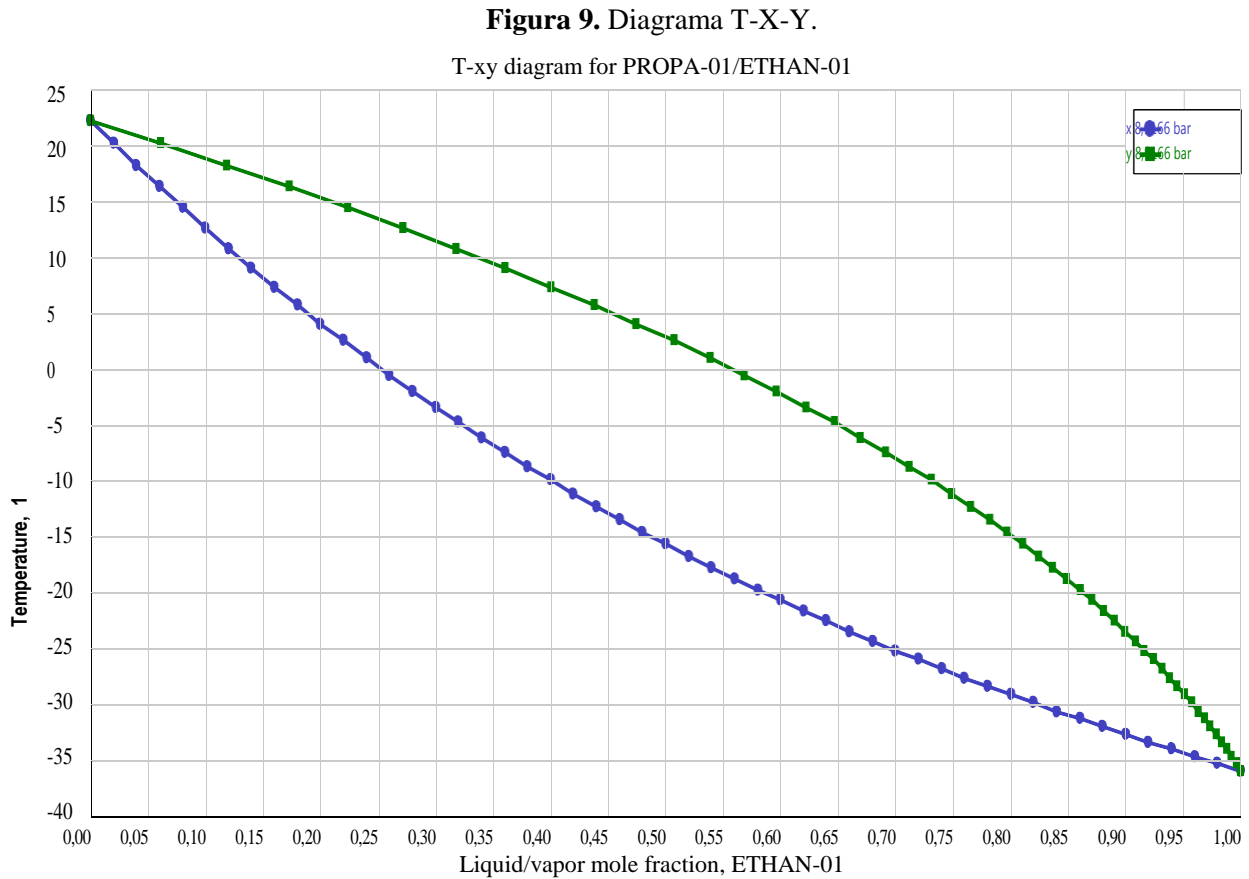
$$\text{NR, F} = 4,88$$

$$\text{NR, F} = 5$$

A posição do prato ótimo de alimentação pelo método de McCabe-Thiele coincidiu com a posição encontrada no simulador, demonstrando que o método forneceu uma boa aproximação.

2.4 PERFIL DE TEMPERATURAS

O perfil de temperaturas é identificado utilizando o diagrama T-X-Y fornecido pelo *Aspen Plus V.9*.

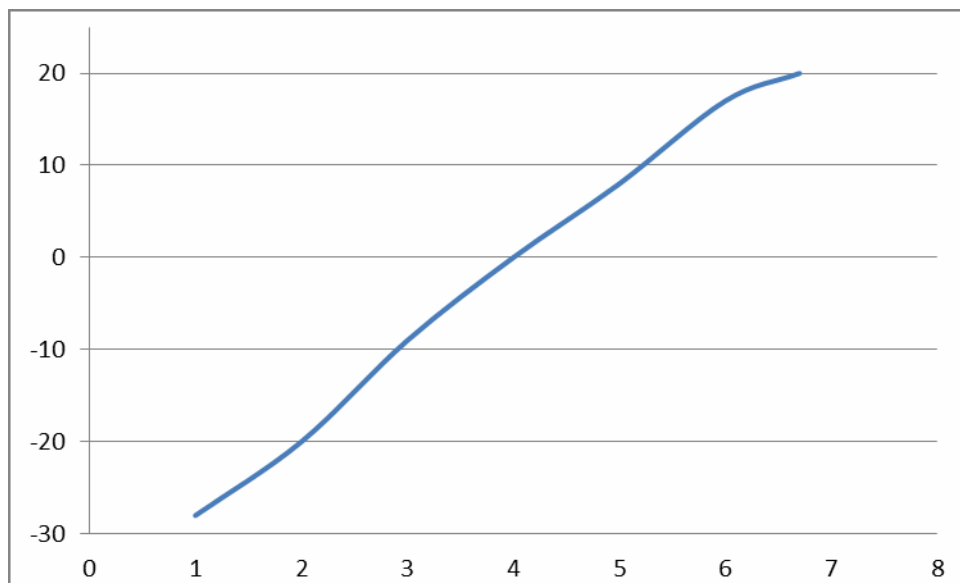


A partir do gráfico do método de McCabe-Thiele, têm-se as frações de líquido e vapor em cada estágio teórico. Com as frações e o diagrama T-X-Y, entra na curva de líquido ou de vapor com as suas respectivas frações, e encontram-se as temperaturas correspondentes.

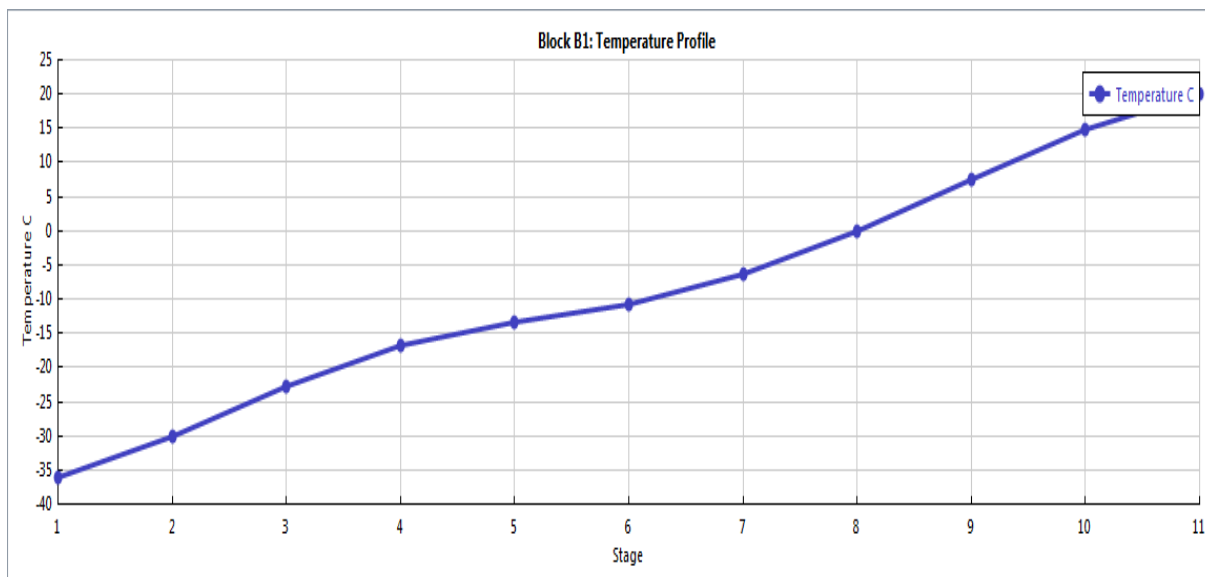
Tabela 5. Temperaturas correspondentes a cada estágio teórico.

Número de Estágios Teóricos	Xn	Yn	T (°c)
1	0,8	0,94	-28
2	0,59	0,86	-20
3	0,42	0,74	-9
4	0,26	0,56	0
5	0,14	0,35	8
6	0,06	0,18	17
6,7	0,021	0,08	20

Com os números dos estágios teóricos e as temperaturas de cada estágio, obtêm-se o perfil de temperaturas:

Figura 10. Perfil de Temperaturas pelo método de McCabe-Thiele

O perfil de temperaturas obtido através do simulador comercial divergiu um pouco do perfil encontrado pelo método, visto que o número de estágios teóricos necessários também divergiu um pouco.

Figura 11. Perfil de Temperaturas

Fonte: Aspen Plus V.9.

2.5 CARGAS TÉRMICAS DE CONDENSADOR E REFERVEDOR

O cálculo do calor de vaporização foi realizado usando a equação do Design Institute for Physical Property Data American Institute of Chemical Engineers (DIPPR):

$$Y = A(1 - T_r) [B + CT_r + DT_r^2 + ET_r^3]$$

Onde Y é o calor de vaporização em J/kmol, T é a relação entre a temperatura do fundo da coluna e a temperatura crítica dos componentes em Kelvin e as constantes A,B,C,D, e E para o etano são:

Tabela 6. Constantes para o Etano

A	20903000
B	0,572
C	-0,5061
D	0,3133
E	0

Fonte: Design Institute for Physical Property Data American Institute of Chemical Engineers (DIPPR).

Através da equação tem-se que:

$$Q \text{ vaporização: } 6194579,626 \text{ J/kmol}$$

Como a fração de etano no fundo da coluna é de 5%, multiplicando o calor de vaporização pela fração de etano têm-se o calor de vaporização gerado pelo etano:

$$Q \text{ vaporização: } 309728,9813 \text{ J/kmol}$$

$$Q \text{ vaporização: } 309,7289813 \text{ kJ/kmol}$$

Analogamente para o propano:

Tabela 7. Constantes para o Propano

A	26720000
B	0,3855
C	0,086
D	0,0686
E	0

Fonte: Design Institute for Physical Property Data American Institute of Chemical Engineers (DIPPR).

Através da equação tem-se que:

$$Q \text{ vaporização: } 12196750,48 \text{ J/kmol}$$

Como a fração de propano no fundo da coluna é de 95%, multiplicando o calor de vaporização pela fração de propano têm-se o calor de vaporização gerado pelo propano:

$$Q \text{ vaporização: } 11586912,95 \text{ J/kmol}$$

$$Q \text{ vaporização: } 11586,91295 \text{ kJ/kmol}$$

Somatório dos calores de vaporização do etano e do propano:

$$Q_{\text{refervedor}} = 11896,64193 \text{ KJ/kmol}$$

Sendo a vazão molar que vai para o refervedor

$$(L') = \text{Vazão de refluxo (L)} + \text{vazão de líquido na carga}$$

$$L' = L + (1-\Psi)F$$

E sabendo que:

$$\text{Razão de refluxo} = L/D = 1,436$$

$$L = 582,16 \text{ kmol/h}$$

$$L' = 1311,89 \text{ Kmol/h} \rightarrow L' = 0,3644 \text{ kmol/s}$$

$$Q'_{\text{refervedor}} = L' \times Q_{\text{refervedor}} \rightarrow Q'_{\text{refervedor}} = 4335,30 \text{ kJ/s}$$

Figura 12A. Calor do refeedor obtido pelo simulador.

Reboiler / Bottom stage performance			
	Name	Value	Units
▶	Temperature	20,1604	C
▶	Heat duty	2509,37	kJ/sec

Fonte: Aspen Plus V.9.

Comparando o resultado obtido com o resultado do simulador, encontrou-se um erro de 73%.

Esse erro é proveniente do valor encontrado da razão de refluxo através do método de McCabe-Thiele, que foi muito superior ao encontrado no simulador, valores de carga térmica do refeedor próximos ao encontrado no simulador e por consequente erros menores seriam obtidos utilizando a relação do DIPPR para a razão de refluxo fornecida no Aspen.

Para o condensador, a mesma equação foi utilizada, já que o calor de condensação = - calor o de vaporização. Para tal, a temperatura da corrente de topo foi considerada em vez da temperatura da corrente de fundo atentando-se para o fato de que agora se têm 95% de etano e 5% de propano no topo. Através da equação tem-se que:

◆ Para o Etano:

$$Q \text{ vaporização: } 12135783,73 \text{ J/kmol}$$

Como a fração de etano no topo da coluna é de 95%, multiplicando o calor de vaporização pela fração de etano têm-se o calor de vaporização gerado pelo etano:

$$Q \text{ vaporização: } 11528994,54 \text{ J/kmol} \rightarrow Q \text{ vaporização: } 11528,99454 \text{ kJ/kmol}$$

$$Q \text{ condensação} = - 11528,99454 \text{ kJ/kmol}$$

◆ Para o propano:

$$Q \text{ vaporização: } 16617821,63 \text{ J/kmol}$$

Como a fração de propano no topo da coluna é de 5%, multiplicando o calor de vaporização pela fração de propano têm-se o calor de vaporização gerado pelo propano:

$$Q \text{ vaporização: } 830891,0816 \text{ J/kmol} \rightarrow Q \text{ vaporização: } 830,8910816 \text{ kJ/kmol}$$

$$Q \text{ condensação} = - 830,8910816 \text{ kJ/kmol}$$

Somatório dos calores de condensação do etano e do propano:

$$Q_{\text{condensação}} = -12359,88563 \text{ KJ/kmol}$$

Sendo a vazão molar que vai para o condensador (V) = Vazão de refluxo (L) + Vazão de destilado (D)

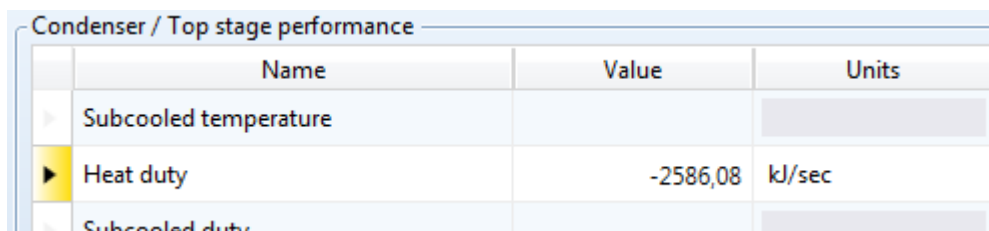
$$V = L + D$$

$$V = 987,5676 \text{ kmol/h} \rightarrow V = 0,274324333 \text{ kmol/s}$$

$$Q'_{\text{condensador}} = V \times Q_{\text{condensador}}$$

$$Q'_{\text{condensador}} = -3390,617384 \text{ kJ/s}$$

Figura 12B. Calor do condensador obtido pelo simulador



Condenser / Top stage performance		
Name	Value	Units
Subcooled temperature		
Heat duty	-2586,08	kJ/sec
Subcooled duty		

Fonte: Aspen Plus V.9.

Comparando o resultado obtido com o resultado do simulador, encontrou-se um erro de 31%.

Esse erro é proveniente do valor encontrado da razão de refluxo através do método de McCabe-Thiele, que foi muito superior ao encontrado no simulador, valores de cargas térmicas de condensadores próximos ao encontrado no simulador e por consequente erros menores seriam obtidos utilizando a relação do DIPPR para a razão de refluxo fornecida no Aspen.

2.6 CÁLCULO DO FLASH P, Ψ PARA DETERMINAR A TEMPERATURA DA CORRENTE DE ALIMENTAÇÃO (F)

O cálculo do *flash* foi executado por tentativas utilizando o método de Newton-Raphson e a equação 7-11 do Henley & Seader:

Equação 7-11 do Henley & Seader:

$$(T) = z_1 * (1 - K_1) / 1 + \Psi * (K_1 - 1) + z_2 * (1 - K_2) / 1 + \Psi * (K_2 - 1)$$

Derivando-a:

$$f'(T) = z_1 * (1 - K_1)^2 / 1 + \Psi * (K_1 - 1)^2 + z_2 * (1 - K_2)^2 / 1 + \Psi * (K_2 - 1)^2$$

$$\text{Newton-Raphson: } T(k+1) = T(k) - f(T(k)) / f'(T(k))$$

Onde k é o número de iterações.

$P = 8,8$ atm é a pressão média da coluna

$\Psi = 0,1$ é a fração de líquido na carga

$Z_1 = 0,5$ fração da carga de etano

$Z_2 = 0,5$ fração da carga de propano

As constantes de Antoine para o Etano são:

A	15,6637
B	1511,42
C	-17,16

As constantes de Antoine para o Propano são:

A	15,726
B	1872,46
C	-25,16

Através da equação de Antoine:

$$\ln(P_v) = A - \frac{B}{T+C}$$

Sendo $P_v = 6688$ mmHg = 8,3 atm

Temos que:

Temperatura de saturação do etano = 237,6240615K

Temperatura de saturação do propano = 295,8276769K

Para estimar uma temperatura inicial (chute inicial) precisamos utilizar o seguinte critério:

$$237 < T_{\text{estimado}} < 295$$

$$T_{\text{estimado}} = 258\text{K}$$

Com T estimado, calcula-se a pressão de vapor do etano (P_{v1}) e do propano (P_{v2}) através da equação de Antoine, com essas pressões de vapor calcula-se k_1 e k_2 , sendo $K_i = P_{vi}/P$, com os valores de k_1 , k_2 , z_1 , z_2 e Ψ através da equação 7-11 do Henley & Seader, calcula-se $f(T)$ e sua derivada até que a temperatura convirja com um erro aceitável.

Figura 13. Cálculo da temperatura de entrada por tentativas utilizando Newton-Raphson.

Iterações	T (K) [estimado]	Pv1 (mmHg)	Pv2 (mmHg)	K1	K2	Z1	Z2	Ψ	f(T)	f'(T)	T(k+1)	Erro (%)
1	258	11945,15854	2173,662256	1,786058	0,325009	0,5	0,5	0,1	-0,00246	0,508845	258,0048372	0,001875
2	258,0048	11946,6642	2174,025423	1,786284	0,325064	0,5	0,5	0,1	-0,00259	0,508968	258,0099246	0,001972
3	258,0099	11948,24791	2174,40743	1,78652	0,325121	0,5	0,5	0,1	-0,00272	0,509098	258,0152751	0,002074
4	258,0153	11949,91368	2174,809247	1,786769	0,325181	0,5	0,5	0,1	-0,00287	0,509235	258,0209022	0,002181
5	258,0209	11951,66572	2175,231896	1,787031	0,325244	0,5	0,5	0,1	-0,00301	0,509379	258,0268201	0,002294
6	258,0268	11953,50848	2175,676448	1,787307	0,32531	0,5	0,5	0,1	-0,00317	0,50953	258,0330436	0,002412
7	258,0330	11955,44661	2176,144032	1,787597	0,32538	0,5	0,5	0,1	-0,00334	0,509689	258,0395883	0,002536
8	258,0396	11957,48501	2176,635831	1,787901	0,325454	0,5	0,5	0,1	-0,00351	0,509857	258,0464705	0,002667
9	258,0465	11959,62881	2177,153089	1,788222	0,325531	0,5	0,5	0,1	-0,00369	0,510033	258,0537077	0,002805
10	258,0537	11961,88342	2177,697114	1,788559	0,325613	0,5	0,5	0,1	-0,00388	0,510218	258,0613176	0,002949
11	258,0613	11964,2545	2178,269278	1,788914	0,325698	0,5	0,5	0,1	-0,00408	0,510413	258,0693194	0,003101
12	258,0693	11966,74801	2178,871024	1,789286	0,325788	0,5	0,5	0,1	-0,0043	0,510618	258,077733	0,00326

Erro médio (%) = 0,002510

Figura 14. Temperatura de entrada obtida no simulador comercial.

	Units	
Maximum Relative Error		F
Cost Flow	\$/hr	
- MIXED Substream		
Phase		Mixed
Temperature	C	-13,1333

Fonte: Aspen Plus V.9.

O cálculo iterativo através da equação de Newton-Raphson, apresenta um erro entre a temperatura de entrada obtida no simulador e a temperatura calculada de 0,77%, demonstrando que o método fornece boa aproximação.

3 CONCLUSÃO

O método de McCabe-Thiele, embora não seja mais utilizado no dimensionamento de colunas de destilação, ainda é muito útil didaticamente, visto que a nossa mente é visual e a sua resolução é gráfica. Além disso, ele fornece uma aproximação razoável entre os cálculos obtidos pelo método e os dados gerados no simulador, deixando o engenheiro menos vulnerável a possíveis erros cometidos nos simuladores comerciais. Portanto, é aconselhável que a resolução de qualquer projeto de coluna de destilação, que siga as restrições do método, seja realizada por McCabe-Thiele antes de seu cálculo no simulador para comparações de resultados.

REFERÊNCIAS

HENLEY, J. Ernest; SEADER, D. **Equilibrium-Stage Separation Operations in Chemical Engineering**. New York: John Wiley & Sons, Inc, 1981.

KISTER Z, Henry. **Distillation Design**. California: McGraw-Hill, Inc, 1992.

RIOS NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR (BA): CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA

Cassio de Jesus Viana *
Juliana Petronílio Santos *
Plínio Martins Falcão **

RESUMO

O presente artigo busca analisar a situação dos rios da cidade de Salvador que possuem desembocadura na Baía de Todos os Santos (BTS). Para a abordagem desse tema os métodos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e o levantamento cartográfico com a finalidade de localizar os rios e caracterizar a situação dos seus principais trechos, considerando as nascentes, alto e baixo cursos e a desembocadura de cada rio. Os resultados apontaram para dois rios de caráter perene, cujas nascentes se encontram na cidade de Salvador e desaguam na BTS, sendo esses os rios do Cobre e Paraguari. Verificou-se a existência de um quadro atual de degradação e poluição dos mesmos por diversos motivos relacionados à ausência ou dificuldades com infraestrutura, carecendo de estudos que ampliem o tema no sentido de prover as políticas públicas no futuro.

Palavras-chave: Bahia. Cidade Baixa. Hidrografia. Geografia Física.

RIVERS AND SUBURBAN AREAS IN SALVADOR (BA): CHARACTERISTICS AND DYNAMICS

ABSTRACT

The present article seeks to analyze the situation of the rivers in the city of Salvador, which have the mouth in the Todos os Santos Bay (BTS). For the approach to this subject the methods used were the bibliographic research and the survey map data with the purpose of locating the rivers and to characterize the situation of its main parts, considering the sources, high and low courses and the mouth of each river. The results pointed to two rivers character perennial, whose headwaters are located in the city of Salvador and flow in the BTS, and these are the rivers of the Cobre and Paraguari. It was found the existence of a current Picture of the degradation and pollution of the same for a number of reasons related to the absence or difficulties with the infrastructure, the lacking of studies that emphasize the theme in the sense of providing public policies in the future.

Keywords: Bahia. Cidade Baixa. Hydrography. Physical Geography.

* Discentes da Licenciatura em Geografia-IFBA (Salvador). Bolsistas de IC / PIBIC – FAPESB&IFBA.
E-mail: cassioviana1992@gmail.com / juliana2pere@gmail.com.

** Orientador – Departamento de Geografia / Líder do grupo de pesquisa Terra&Mar (IFBA/CNPq).
E-mail: plinio@ifba.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Com uma população estimada em 2.938.092 habitantes e uma área de 313 Km² (IBGE, 2016), a cidade de Salvador está, atualmente, entre as três capitais mais populosas do Brasil e geograficamente margeada pela Baía de Todos os Santos (Figura 1), segunda maior baía do Brasil, com uma área de 1.233 Km² (HATJE, ANDRADE, 2009). Esses dados referenciam a importância de se conhecer a sua condição fisiográfica e os problemas de ordem socioambiental associados, visando a projeção de estudos e propostas mitigadoras que suscitem ações no planejamento da cidade, com atenção especial aos seus recursos ambientais.

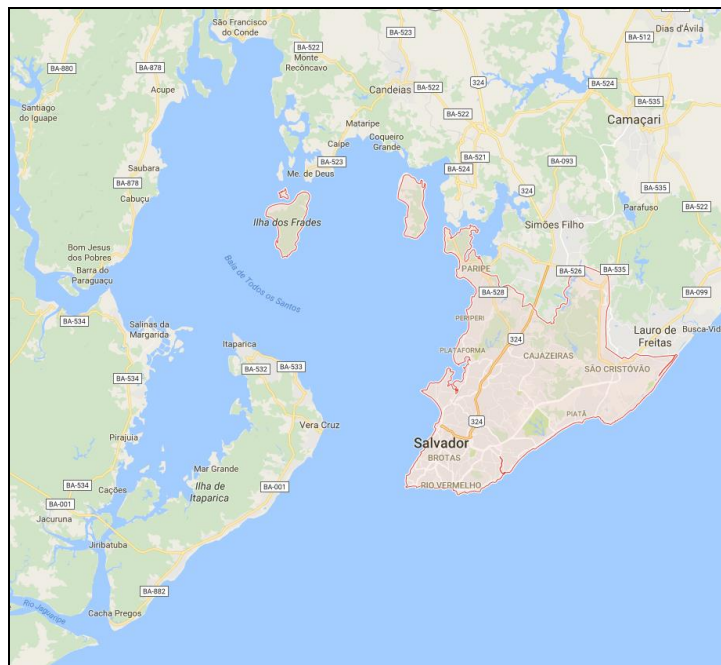


Figura 1. Salvador e a Baía de Todos os Santos

Fonte: Adaptado de Google Maps®, 2016.

Desde que os portugueses aportaram em Salvador, foi percebida uma grande quantidade de rios, lagoas e riachos. Mapas históricos do século XVII já destacam claramente a presença de vários rios em direção à baía (Figura 2). Os rios são cursos de água de grande dimensão que serve de canal natural para a drenagem de uma bacia (GONÇALVES, 2002). Press et al. (2006) acrescenta que estes se constituem como os principais agentes geológicos que atuam na superfície da Terra. E justamente por esta importância, a representação dos rios como elemento geográfico foi evidenciada ainda em documentos antigos.



Figura 2. Baía de Todos os Santos, 1612 e 1640
 Fonte: Guia virtual de mapas históricos da Bahia, 2016

Entretanto, as águas da cidade, exuberantes e de grande importância para a localização e atividade econômica no período colonial, passam, atualmente, por inúmeros problemas, dentre os quais o odor decorrente de esgoto, presença de resíduos e águas escuras. Uma vez que a baixa eficiência do sistema de esgotamento sanitário é característica de países em desenvolvimento, o lançamento irregular de efluentes e resíduos nos rios acaba contribuindo bastante para a poluição.

Nos últimos anos obras de infraestrutura vêm sendo realizadas com intuito de amenizar o estado dos rios. Entretanto, são obras de canalizações e tamponamentos, ou seja, não se trata de resolver os problemas com revitalização dos cursos fluviais afetados, mas fazer com que estes não sejam mais visualizados pela população. Para Nunes (2009), cobrir os rios acarreta em uma série de problemas, dentre os quais:

Perda das referências, noção e da história do patrimônio natural da cidade; perda dos benefícios ambientais: função estética, função paisagística, meio de comunicação e condução com as águas subterrâneas; desproteção à fauna (abrigo, refúgio, alimento, dessedentação); piora da qualidade de águas acumuladas em seu interior; favorece a proliferação de vetores (ratos, mosquitos, etc); aumenta os custos de manutenção e limpeza. (NUNES, 2009).

Ao todo, Salvador é cortada por 12 bacias hidrográficas (SANTOS et al, 2010). Todavia, apenas os rios principais das bacias com desembocadura na Baía de Todos os Santos compuseram o objeto do presente estudo. Assim, o trabalho consistiu em dois objetivos, que foram: (a) identificar os principais rios da cidade que deságuam na Baía de Todos os Santos

(BTS); (b) levantar, em literatura especializada, os principais problemas associados a esses cursos de água.

Desse modo, o presente trabalho se justifica pelo exercício científico de identificação de cursos fluviais e caracterização de problemas de ordem socioambiental no que tange à formação acadêmica do autor. Em segundo plano, pela sua importância para a cidade, devido a sintetização de informações relevantes que podem auxiliar no processo de conscientização da população sobre o estado das águas na metrópole soteropolitana.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O desenvolvimento metodológico do trabalho contou com duas etapas de atividades, a saber: (i) pesquisa bibliográfica, que teve o intuito de identificar os principais conceitos atinentes ao tema e as referências que embasaram os procedimentos de identificação; (ii) levantamento cartográfico e de dados referentes à distribuição de rios em Salvador, com destaque para os da área estudada.

2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

É sabido que os cursos de água nas grandes metrópoles do Brasil, em geral, estão submetidos a diversos problemas ambientais relacionados com a infraestrutura. Tundisi (2005) afirma que o próprio crescimento da população urbana no Brasil promoveu aumento considerável nas demandas hídricas, associado à expansão urbana, à degradação dos mananciais e à contaminação e poluição.

Estudos de casos apontam para um cenário crítico e cada vez mais ávido pela expansão das políticas públicas relacionadas à proteção dos mananciais (REBOUÇAS et al. 2006; TUNDISI, 2006). Em Salvador, a situação dos cursos fluviais que deságuam na Baía de Todos os Santos não se difere desse panorama, apresentando diferentes aspectos na inter-relação entre localidade, processos de ocupação e periferização socioespacial (SANTOS et al. 2010).

2.2 LEVANTAMENTO CARTOGRÁFICO E DE DADOS

Foram consultados diversos mapas da cidade de Salvador, com o intuito de se verificar a disposição dos cursos fluviais na cidade que deságuam diretamente na Baía de Todos os Santos. Tomou-se como referência os rios perenes, ou seja, o curso de água cujo

leito menor está sempre transportando o deflúvio da bacia hidrográfica contribuinte e que correm ininterruptamente durante todo o ano (GUERRA, 2001; GONÇALVES, 2002).

A partir dessas informações, adotou-se os mapas de bacias hidrográficas de Salvador elaborados por Santos et al. (2010) para a identificação dos cursos presentes nessa área, a partir das principais bacias existentes. Na etapa seguinte, partiu-se para a verificação dos pontos referentes a nascentes, alto curso, baixo curso e foz (desembocadura). Por fim, buscou-se compilar as informações referentes ao estado atual de cada um dos rios delimitados, permitindo, assim, construir o panorama de análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Baía de Todos os Santos (BTS) localizada nas bordas da capital baiana, centrada entre a latitude de 12°50' S e a longitude de 38°38' W, apresenta uma área de 1.233 km², dado que a classifica como a segunda maior baía do território nacional, ficando atrás apenas da Baía de São Marcos, no Maranhão (HATJE; ANDRADE, 2009). Ao longo de sua abrangência, recebe rios advindos do Recôncavo Baiano e de Salvador.

Entretanto, no presente estudo foram identificados e analisados apenas os rios de fluxo perene, cujas nascentes se encontram na cidade de Salvador e que desembocam, por sua vez, na Baía de Todos os Santos, sendo estes os rios do Cobre e Paraguari. (Tabela 1)

Principais rios de Salvador que desaguam na Baía de Todos os Santos				
Rios	Nascentes	Alto curso	Baixo curso	Foz
COBRE	Moradas da Lagoa	Moradas da Lagoa	São João do Cabrito	São João do Cabrito
PARAGUARI	Coutos/Nova Constituinte	Coutos/Nova Constituinte	Periperi	Periperi

Tabela 1. Informativo rios que desaguam na BTS.

Fonte: Elaborado por Viana, 2016.

Rio do Cobre

O rio do Cobre possui ampla representatividade histórica e religiosa para o povo soteropolitano. Foi em Pirajá, um dos bairros que o rio passa, que o General Labatut derrotou as tropas portuguesas, na famosa batalha do Pirajá em um dos principais embates pela

independência do Brasil. Além disso, está intrinsecamente relacionado às religiões de matriz africana, pois durante seu curso possui diversas representações sagradas, como as nascentes e cascatas de Nanã, Oxum, a nascente e a queda d'água de Oxumaré. (Figura 3)



Figura 3. Foz do rio do Cobre, Salvador
Fonte: Elaborado por Falcão, 2016.

Acerca das suas nascentes, localizadas nos bairros de Altos de Pirajá, Periperi, Paripe e Valéria, Cordeiro (2009) apresenta parâmetros críticos e aprofundados sobre o rio. Além disso, é referenciada a Lagoa da Paixão, localizada no Bairro Moradas da Lagoa, no alto curso, como a principal nascente (SANTOS et al. 2010). Entretanto, é importante salientar que a lagoa é fruto de um represamento e hoje encontra-se bastante poluída, sendo as suas comportas abertas apenas em períodos chuvosos para evitar o transbordamento (CORDEIRO, 2009). (Figura 4)

No que diz respeito ao seu curso, o Rio do Cobre corta os bairros de Valéria, Pirajá, onde está localizada a barragem do Cobre, no médio curso, construída entre 1920 e 1930 e que serviu de abastecimento para a população do Subúrbio Ferroviário de Salvador. No entanto, esta encontra-se desativada desde 2006 por apresentar índices elevados de contaminação das suas águas por efluentes doméstico (CORDEIRO 2009 apud CRA, 2002).

Chegando ao bairro de São João do Cabrito (figura 4), onde está localizada uma parte do seu baixo curso, a qual é considerada a parcela mais comprometida pela ação antropogênica, nesse trecho a mata ciliar foi mais removida e concentra maiores níveis de ocupação, comprometendo a qualidade das águas. É neste último bairro que se encontra a sua desembocadura, precisamente na península de Itapagipe (no interior da BTS), outro local bastante comprometido devido aos níveis de ocupação humana irregular nas margens, com graves problemas de saneamento e a presença de um manguezal degradado.

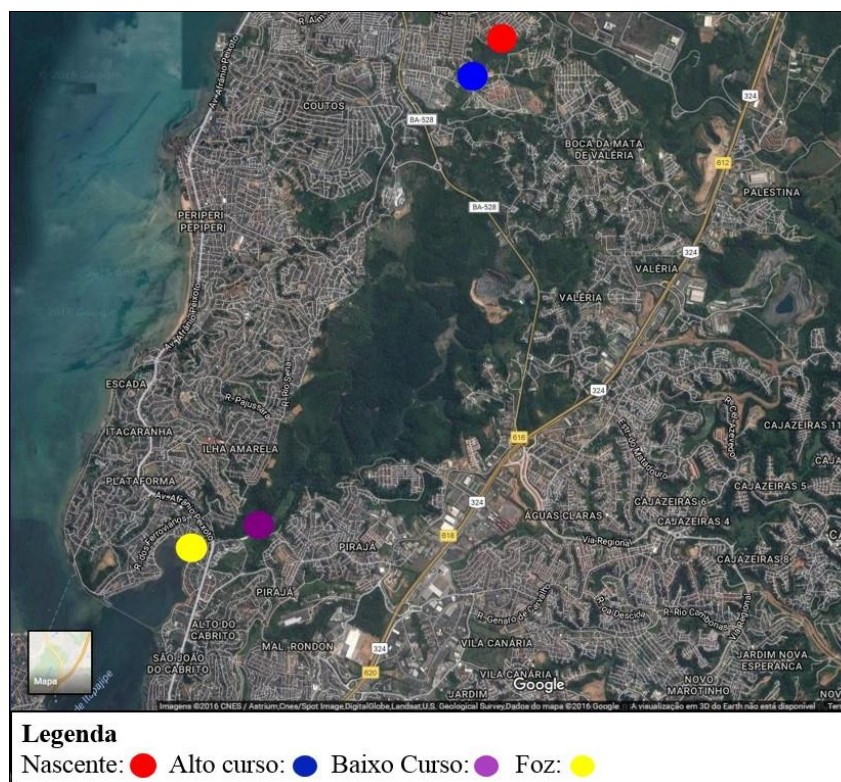


Figura 4. Rio do Cobre, Salvador

Fonte: Elaborado por Viana, 2016.

Apesar dos problemas citados anteriormente, o Rio do Cobre é considerado um dos mais salvaguardados da cidade de Salvador e o mais preservado dentre os que desembocam na BTS. Isto decorre da fundação do Parque São Bartolomeu, em 2001, por meio do Decreto de nº 7.970, que ajuda a preservar um dos maiores remanescentes de mata atlântica em áreas urbanas do Brasil e as suas águas.

Rio Paraguari

O rio Paraguari, que significa rio dos papagaios, foi protagonista de grandes enchentes entre as décadas de 1980 a 1990 nos bairros do Subúrbio Ferroviário localizados no entorno do seu curso, as quais foram responsáveis por causarem grandes transtornos para a população ribeirinha (SANTOS et al. 2010). Entretanto, esses transbordamentos ocorriam nos períodos de cheia do rio, relacionados ao grande volume pluviométrico da capital baiana, se relacionando às ocupações irregulares nas suas margens, ou seja, ao longo da sua planície de inundação. (Figura 5)



Figura 5. Foz do rio Paraguari, Salvador
Fonte: Elaborado por Falcão, 2016.

Estes problemas somente foram amenizados após as obras de macrodrenagem, concluídas na década de 1990, responsáveis por canalizar o rio, principalmente no final do seu curso (SANTOS, 2014). Devido à canalização e a ocupação massiva das suas margens pela população do bairro de Periperi, toda a mata ciliar deste trecho foi removida.

O rio Paraguari tem suas nascentes localizadas em áreas alagadas do bairro de Coutos, na Estrada Velha de Periperi e em Nova Constituinte (SANTOS et al. 2010). Nesta última, o rio encontra-se bastante poluído, devido ao lançamento de esgotos domésticos sem tratamento e de lixo em suas margens e leito. Ainda segue pelo bairro de Periperi, com o quadro de poluição cada vez mais agravado, até a sua foz em uma praia voltada para a Baía de Todos os Santos, que leva o mesmo nome do bairro, tornando as suas águas impróprias para atividades de consumo e recreativas.

O que comprova os problemas mencionados anteriormente é que o rio passa por área de elevado adensamento populacional, na qual se localizam os seus principais trechos, com destaque para as áreas onde se encontram as suas nascentes e desembocadura. (Figura 6)



Figura 6. Rio Paraguari, Salvador
 Fonte: Elaborado por Viana, 2016.

Segundo Santos et al. (2010), o rio Paraguari encontra-se extremamente antropizado, com presença elevada de lixo no seu leito, coloração das águas escuras e com odor de esgoto durante todo o seu curso. Fato este que, devido à quantidade lançada de esgotos domésticos sem tratamento, possivelmente tem acarretado problemas graves a exemplo do menor Índice de Qualidade da Água (IQA) e elevados níveis de eutrofização, um sério desafio para a cidade de Salvador nos próximos anos.

4 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa ficou concluído o estado atual dos rios soteropolitanos que desaguam na Baía de Todos os Santos. O descaso apresentado vem ocasionando um nível de poluição que torna esses rios e as praias onde desaguam impróprias para o banho, a exemplo das praias de Periperi e da Península de Itapagipe. Portanto, o desenvolvimento deste trabalho suscitou questões que podem originar novos trabalhos nessas áreas, com o intuito de aprofundamento temático e, sobretudo, com impactos sociais futuro no que tange à gestão participação na construção e atualização de políticas públicas para o setor.

AGRADECIMENTOS

À FAPESB, pela concessão da bolsa PIBIC-IC-COTAS; Ao Grupo de Pesquisas *Terra&Mar* (IFBA / CNPq); Ao IFBA / Campus Salvador, pelo apoio às atividades pesquisa.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, M. R. A. **Estudo da influência da urbanização na condição hídrica da bacia do rio do cobre – Salvador-Bahia**. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) Escola Politécnica - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GONÇALVES, M.J.S. **Glossário de Hidrologia**. Salvador: Santa Helena, 2002.

GUIA HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA BAHIA, **Mapas históricos**. Disponível em: <http://http://www.historia-bahia.com/mapas-historicos/mapas.htm> Acessado em: 29 de agosto de 2016.

GUERRA, A.T.; GUERRA, A.J.T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HATJE, V.; ANDRADE J. B. Introdução. In: HATJE, V.; ANDRADE J. B. (Orgs.) **Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 19.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Informações demográficas – 2016**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessa do em: 26 de setembro de 2016.

NUNES, C. Recursos hídricos – Rios sufocados. **CREA-BA**, Salvador, BA, v. 29, p. 19, out. 2009.

PRESS, F.; SIEVER, R.; THOMAS, J.; GROTZINGER, J. **Para entender a Terra**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

REBOUÇAS, A.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil**. São Paulo: Escrituras, 2006.

SANTOS, E; PINHO, J.A.G.; MORAES, L.R.S.; FISCHER, T. (Orgs.). **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2010.

SANTOS, N. M. **O Saneamento e a Questão Social em Periperi (Salvador/Ba):** um olhar sob o enfoque da drenagem urbana – 1989 a 2013. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) UCSal, Salvador, 2014.

TUNDISI, J.G. **Água no século XXI:** enfrentando a escassez. São Paulo: Rima, 2005.

EIXO III

**Tecnologia e Inovação para a Manutenção e
Promoção da Vida**

ANÁLISE DE CONFIABILIDADE APLICADA NA DETERMINAÇÃO DA COMPRESSÃO DO CONCRETO

Alex Victor Matos Gama¹
Ana Luiza Brasileiro Costa²
Edilson Machado de Assis³
Juliana Araújo de Magalhães⁴
Isabela Almeida Miranda⁵
Pedro Henrique Fonseca D'Oliveira⁶

RESUMO

Este artigo trata da análise de resultados de ensaios de resistência à compressão de corpos de prova de concreto por meio de distribuições estatísticas não usuais nesta área. Modelos estatísticos tradicionalmente usados em análise de confiabilidade foram testados. Os valores de resistências à compressão foram modelados por métodos paramétricos conforme as distribuições normal, exponencial, weibull e também modelos q-gaussiana, q-exponencial e q-Weibull. Três traços diferentes foram utilizados e a orientação dos corpos de prova na máquina foi observada. Em metade dos corpos de prova a base foi colocada sobre o prato inferior da prensa e no restante a o topo foi colocado sobre o mesmo prato. Os resultados dos ajustes foram comparados por meio de dois indicadores diferentes, o índice de Akaike (AIC) e o coeficiente de determinação (R^2). Amostras foram obtidas a partir do corte transversal dos corpos de prova em duas metades. As resistências das duas camadas (inferior e superior) foram modeladas por meio de metodologia utilizada em confiabilidade e mostraram comportamentos distintos entre elas.

Palavras-chave: Resistência à compressão. Ajuste paramétrico. Análise de confiabilidade. Camadas do corpo de prova

ABSTRACT

The aim of this article deals is an analysis of results of compressive strength tests of concrete specimen by means of unusual statistical distributions in this area. Statistical models traditionally employed in reliability analysis were tested. The compressive strength data were modeled by parametric methods according to the normal, exponential, Weibull distributions and also q-Gaussian, q-exponential and q-Weibull were used. Three different dosages were used and the orientation of the specimens in the machine was observed. In half of the specimens the base was placed on the bottom plate of the press and the other half the top of the specimens was placed on the same plate of the machine. The results of the adjustments were compared using two different indicators, the Akaike index (AIC), and the coefficient of determination (R^2). Samples were created from the transversal section of the specimens into two halves. The resistances of the two layers (lower and upper) were modeled using reliability methods and showed different behaviour among them.

Keywords: Compressive strength. Parametric fitness. Reliability analysis. Layers of specimen.

¹ Discente do Curso de Engenharia Civil na Universidade Católica do Salvador

² Discente do Curso de Engenharia Civil na Universidade Católica do Salvador

³ Professor Doutor, Instituto de Ciências, Exatas e Engenharia da Universidade Católica do Salvador

⁴ Discente do Curso de Engenharia Civil na Universidade Católica do Salvador

⁵ Discente do Curso de Engenharia Civil na Universidade Católica do Salvador

⁶ Discente do Curso de Engenharia Civil na Universidade Católica do Salvador

1 INTRODUÇÃO

A ruptura dos materiais, segundo Weibull (1939), é determinada pelas tensões internas em um ponto, assumindo que, por meio de uma combinação adequada das três principais tensões ou cortantes, um valor característico para o material em questão pode ser calculado. Este valor é considerado como definitivamente decisivo no julgamento se a ruptura foi alcançada ou não.

Ainda para Weibull (1939), medidas experimentais conduzem a resultados que dificilmente estarão de acordo com esta teoria. Entretanto, considerando as leis elementares da probabilidade como ponto de partida, uma teoria pode ser desenvolvida com uma formulação de acordo com os resultados considerados inconsistentes com a teoria clássica.

Weibull (1939) assume que para um material existem vários pontos de fraqueza em um determinado volume. Se todos os pontos de fraqueza são de natureza tal que provocam a ruptura no instante em que falham dentro de um volume sujeito a um esforço e , supondo ainda que existam n destes pontos de fraqueza na unidade de volume e que o esforço é concentrado dentro de um pequeno volume dv , então a probabilidade de ruptura será $dS = n dv$. Se, ao invés disso considerarmos P elementos de volume dv , a probabilidade de ruptura S é:

$$S = 1 - (1 - ds)^P, \quad (1)$$

ou seja,

$$S = 1 - (1 - n dv)^P, \quad (2)$$

O volume total sujeito ao esforço é

$$p dv = v, \quad (3)$$

e

$$S = 1 - \left(1 - \frac{nv}{p}\right)^P, \quad (4)$$

Ainda segundo Weibull (1939), fazendo P aumentar infinitamente enquanto dv diminui na proporção necessária para que v permaneça constante obtém-se:

$$S = 1 - \lim_{\frac{P}{nv} \rightarrow \infty} \left(1 - \frac{nv}{p}\right)^{\frac{P}{nv} nv} = 1 - \exp(-nv), \quad (5)$$

Observa-se que se $nv = 1$, isto é, o volume sujeito ao esforço é igual ao volume médio ocupado por cada local de fraqueza, então a probabilidade de ruptura é de apenas 63%.

Em Weibull (1951), a expressão,

$$P(X \leq x) = F(x) = 1 - \exp[-\varphi(x)], \quad (6)$$

onde $\varphi(x)$ é uma função positiva, não decrescente e se reduz a zero para $x = x_u$, é citada como uma forma de representar qualquer função de distribuição acumulada. A forma

mais simples de satisfazer estas condições é:

$$F(x) = 1 - \exp\left[-\left(\frac{x-x_u}{x_0}\right)^m\right], \quad (7)$$

onde x_u é a raiz de $F(x)$, x_0 é um parâmetro de escala.

No mesmo artigo são apresentados alguns exemplos de aplicação da Equação 7, dentre os quais:

- a) elasticidade de aço;
- b) distribuição da dimensão de cinzas;
- c) resistência da fibra de algodão indiano;
- d) fadiga do aço.

As deduções das expressões de confiabilidade são comumente feitas a partir do tempo como variável independente. Isto ocorre porque no contexto de manutenção para o qual a confiabilidade ganhou mais notoriedade, as ações de correção ou prevenção se tornam mais administráveis quando uma variável correlacionada ao tempo é utilizada. Muitas outras variáveis, em diversos contextos diferentes, podem ser modeladas pela distribuição Weibull.

Inúmeros trabalhos sobre a distribuição Weibull foram apresentados em diversas áreas do conhecimento. A Tabela 1 a seguir mostra alguns exemplos de aplicação.

Tabela 1-Aplicações da distribuição Weibull

Aplicação	Referência
Corrosão perfurante em tubo	Sheikh et al. (1990)
Danos em materiais laminados	Kwon e Berner (1994)
Desgaste adesivo de metais	Quereshi e Sheikh (1997)
Distribuição da velocidade do vento	Seguro e Lambert (2000), Lun e Lam (2000)
Falha de revestimentos	Almeida (1999)
Falha em materiais em fibras de carbono	Durham e Padgett (1997), Padgett et al. (1995)
Falhas em rolamentos	Lieblein e Zelen (1956)
Falhas latentes de produtos eletrônicos	Yang et al. (1995)
Finos do carvão	Rosen e Rammler (1933)
Fratura em concreto	Xu e Barr (1995)
Granulometria	Fang et al. (1993)
Material duro e quebradiço	Fok et al. (2001)
Resistência de fibras de cascas de coco	Kulkarni et al. (1973)
Resistência de vidro	Keshvan et al. (1980)
Rupturas dielétricas por tensão	Nossier et al. (1980), Mu et al. (2000), Wang et al. (1997)
Tamanho da gota de chuva	Jiang et al. (1997)
Tamanho de fragmentos de rochas	Rad e Olson (1974)
Tamanho de gotas em sprays	Fraser e Eisenklam (1956)
Terremotos	Huillet e Raynaud (1999)

Fonte: Adaptado de Murthy et al. (2004, p. 13).

Algumas publicações com aplicações de confiabilidade em área estrutural como Seo et al. (2010), tratando de elemento de concreto armado, H. Zao et al. (2017) construindo modelo por meio de redes neurais e W. Zhao et al, (2017) usando mínimos quadrados parciais (PLS) em situações de amostras pequenas e multidimensionais.

A análise de confiabilidade usa frequentemente a distribuição Weibull que é um modelo empírico simples e poderoso. Para mais detalhes ver (Weibull, 1951). A função densidade de probabilidade (fdp) para a variável x , é dada por:

$$f(x) = \frac{\beta}{\eta - x_0} \left(\frac{x - x_0}{\eta - x_0} \right)^{\beta-1} \exp \left[- \left(\frac{x - x_0}{\eta - x_0} \right)^\beta \right], \quad (8)$$

onde $\beta > 0$, $\eta > 0$, $x \geq x_0$, $\int_{-\infty}^{\infty} f(x) dx = 1$. β é o parâmetro de forma, $\eta - x_0$ forma um modificador de escala e x_0 é o parâmetro de localização. A distribuição exponencial é um caso particular da Equação 8 quando $\beta = 1$ Para $\beta = 2$ a distribuição Weibull se transforma na distribuição Rayleigh. Para $\beta = 2,5$ a distribuição de Weibull se aproxima da Lognormal. A distribuição de Weibull tem formato similar ao da distribuição normal para $\beta \approx 3,5$.

Conforme visto em Pham et al. (2007) e Nadarajah et al. (2005) não há clareza quanto à originalidade das funções densidade de probabilidade usadas em confiabilidade. Segundo Berberan-Santos et al. (2008), o uso da exponencial esticada⁷ tem registro anterior ao artigo de Weibull (1951) em um trabalho de Kohlrausch descrevendo a descarga de capacitor.

Muitas propostas de generalização do modelo de Weibull têm sido feitas. Quase todas apresentam a estrutura exponencial, seja simplesmente exponencial, exponenciais aninhadas⁸ ou exponenciais de várias funções.

As funções exponenciais são usualmente encontradas em sistemas com interação fraca ou sem interação. Sistemas complexos usualmente apresentam interações espaciais de longo alcance, ou memória de longa duração, ou efeitos de cooperação/competição, como pode ser visto em Bak (1997). Para sistemas complexos, as distribuições estatísticas são geralmente leis de potência, ao passo que para sistemas simples ocorrem leis exponenciais.

A definição da entropia por (Tsallis, 1988), que é a generalização da entropia BGS por meio do índice entrópico q , introduziu a possibilidade de estender a mecânica estatística para sistemas complexos de forma natural e coerente, levando o contexto de memória de longa duração (processos não markovianos) para as distribuições baseadas em q -funções. Esta

⁷ A distribuição Weibull também pode ser chamada de exponencial esticada.

⁸ São exponenciais em cascata como por exemplo $\exp[-\exp(x)]$

evolução ultrapassou os limites da física e proporcionou aplicações em outras áreas do conhecimento como, por exemplo, matemática aplicada.

A função q -exponencial aparece naturalmente no contexto de não extensividade e é definida por:

$$\exp_q(x) = [1 + (1-q)x]^{1/(1-q)}, \quad (9)$$

com $x, q \in \mathbb{R}$. O símbolo $[a]_+$ significa $[a]_+ = a$ se $a > 0$ e $[a]_+ = 0$ se $a \leq 0$. A q -exponencial se reduz à função exponencial no limite $q \rightarrow 1$. Desta forma $\exp_1 x = \exp x$ e a Equação 9 é uma generalização da exponencial. Para valores grandes de x e $q > 1$, a q -exponencial é assintoticamente uma lei de potência, pois $\exp_q(-x) \sim 1/x^n$, com $n = 1/(q-1)$. A q -exponencial passa continuamente do comportamento em lei de potência (assintoticamente para $q > 1$) para um comportamento exponencial (com $q = 1$).

A função inversa da q -exponencial é o q -logaritmo

$$\ln_q x = \frac{x^{1-q} - 1}{1-q} \quad (x > 0, q \neq 1), \quad (10)$$

onde $x, q \in \mathbb{R}$. As funções \exp_q e \ln_q são inversas uma da outra, ou seja, $\exp_q(\ln_q(x)) = \ln_q(\exp_q(x)) = x$ e as funções usuais são recuperadas no limite $q \rightarrow 1$

O modelo q -Weibull é obtido a partir do modelo Weibull (Equação 8), por meio da substituição da função exponencial pela q -exponencial. Em (Costa, 2006) são mostrados mais detalhes sobre esta substituição. Ainda na Equação 8, x_0 é o parâmetro de localização ou vida mínima, ou seja, é um valor abaixo do qual não são previstas ocorrências. Desta forma a função densidade de probabilidade da q -Weibull é definida por:

$$f_q(x) = (2-q) \frac{\beta}{\eta - x_0} \left(\frac{x - x_0}{\eta - x_0} \right)^{\beta-1} \exp_q \left[- \left(\frac{x - x_0}{\eta - x_0} \right)^\beta \right], \quad (11)$$

onde $\beta > 0$, $\eta - x_0 > 0$ e $x - x_0 \geq 0$. O fator $(2-q)$ e a restrição $q < 2$ são necessários para garantir a normalização de $f_q(x)$. Fazendo o limite $q \rightarrow 1$, a função densidade de probabilidade q -Weibull torna-se a Weibull e pode ser escrita, daqui em diante, como $f_1(x)$. O valor $\eta - x_0$ é conhecido como θ , o parâmetro de escala da distribuição. A função

acumulada da distribuição q -Weibull é definida
$$F_q(x) = \int_0^x f_q(y) dy$$
 e vale:

$$F_q(x) = 1 - \left\{ \exp_q \left[- \left(\frac{x-x_0}{\eta-x_0} \right)^\beta \right] \right\}^{2-q}, \quad (12).$$

A distribuição q-Weibull se torna a distribuição q-exponencial ao fazer $\beta = 1$.

A função q-exponencial também é usada em outros contextos, a exemplo da distribuição q-Gaussiana que tem a seguinte função densidade de probabilidade:

$$f_q(x) = C \exp_q \left[- \frac{1}{2} \left(\frac{x-\mu}{\sigma} \right)^2 \right], \quad (13)$$

onde o parâmetro μ é a média, mas σ é o parâmetro de escala e só é igual ao desvio padrão para $q=1$. O fator C vale $1/(\sigma\sqrt{2\pi})$ para $q=1$, retornando a distribuição normal, $C = 1/(\sigma\sqrt{2\pi}) \times \sqrt{q-1} \times \Gamma[1/(q-1)] / \Gamma[(3-q)/(2q-2)]$ quando $1 < q < 3$, e temos $C = 1/(\sigma\sqrt{2\pi}) \times \sqrt{1-q} \times \Gamma[3/2 + 1/(1-q)] / \Gamma[1 + 1/(1-q)]$ se $q < 1$ e $-1 \leq 1/\sqrt{2} \times (x-\mu) \times \sqrt{(1-q)}/\sigma^2 \leq 1$. O. Para intervalos não listados faz-se $C = 0$. Naturalmente a função acumulada é calculada por. $F_q(x) = \int_0^x f_q(y) dy$

2 METODOLOGIA EMPREGADA PARA A ANÁLISE PARAMÉTRICA DO FENÔMENO DE RUPTURA À COMPRESSÃO

2.1 Experimento de compressão

Segundo a NBR 5739 (ABNT, 2007) para a execução do ensaio deve ser determinar o diâmetro utilizado para o cálculo da área da seção transversal com exatidão de $\pm 0,1$ mm, pela média dos diâmetros, medidos ortogonalmente na metade da altura do corpo-de-prova, além de determinar a altura do corpo-de-prova que deve ser medida sobre seu eixo longitudinal, com precisão de 0,1 mm, incluindo o capeamento. Os corpos-de-prova devem ser rompidos à compressão em uma idade específica, nesta pesquisa fizemos os rompimentos aos 28 dias.

Ainda segundo a NBR 5739 (ABNT, 2007) antes de iniciar o ensaio, as faces dos pratos e do corpo-de-prova devem estar limpas e secas e os corpos-de-prova deve ser cuidadosamente centralizado no prato inferior, com o auxílio dos círculos concêntricos de referência, observando-se o sentido de moldagem.

Tomados esses cuidados da NBR 5739 (ABNT, 2007) devemos observar a escala de força escolhida para o ensaio de forma que a força de ruptura do corpo-de-prova ocorra no intervalo em que a máquina foi calibrada. O carregamento de ensaio deve ser aplicado

continuamente com velocidade constante e sem choques, com a velocidade de carregamento de $(0,45 \pm 0,15)$ MPa/s , encerrando o carregamento quando houver uma queda de força que indique sua ruptura.

Os ensaios de compressão foram realizados com uma prensa hidráulica de acionamento elétrico, sistema servo controlado, modelo 2401290, série 11659, com resolução de 0,01 tf e de capacidade máxima de 100 tf. O referido equipamento foi calibrado em 09/01/2017 e atende aos requisitos da NBR NM ISO 7500-1 (ABNT, 2004).

2.2 Critérios de moldagem

Para uma melhor moldagem a NBR 5738 (ABNT, 2015) determina que as dimensões do corpo de prova deve ser no mínimo três vezes maior que a dimensão nominal máxima do agregado graúdo do concreto e para isso as partículas de dimensão superior à máxima nominal devem ser eliminadas por peneiramento do concreto, de acordo com a ABNT NBR NM 36. Antes de proceder à moldagem dos corpos de prova, os moldes e suas bases devem ser convenientemente revestidos internamente com uma fina camada de óleo mineral ou outro lubrificante que não reaja com o cimento. A superfície de apoio dos moldes deve ser rígida, horizontal, livre de vibrações e outras perturbações que possam modificar a forma e as propriedades do concreto dos corpos de prova durante sua moldagem e início de pega.

Ainda segundo a NBR 5738 (ABNT, 2015) deve ser realizada uma prévia remistura da amostra para garantir a sua uniformidade e preencher os moldes em duas camadas de concreto determinado pela Tabela 3 da norma para formas de dimensões de 100x200mm, utilizando uma concha de seção U. Os golpes, distribuídos uniformemente em toda a seção transversal do molde para um melhor adensamento devem ser com uma haste que penetre aproximadamente 20 mm, tendo o cuidado de atravessar toda a espessura da primeira camada, evitando-se golpear a base do molde, além de cada uma das camadas seguintes também deve ser adensada em toda sua espessura, fazendo com que a haste penetre aproximadamente 20 mm na camada anterior. Deve-se bater levemente na face externa do molde, até o fechamento de eventuais vazios. A última camada deve ser moldada com quantidade em excesso de concreto, de forma que, ao ser adensada, complete todo o volume do molde e seja possível proceder ao seu rasamento, eliminando o material em excesso. Em nenhum caso, é aceito completar o volume do molde com concreto após o adensamento da última camada. Ainda segundo a NBR 5738/2015 independentemente do método de adensamento utilizado, após o adensamento da última camada, deve ser feito o rasamento da superfície com a borda do molde, empregando para isso uma régua metálica ou uma colher de pedreiro adequada. Após

a desforma, os corpos de prova devem ser transportados em caixas rígidas contendo serragem ou areia molhada ou similar.

Os traços de concreto foram elaborados por meio de misturas experimentais com o intuito de avaliar a influência da heterogeneidade do corpo de prova de concreto, decorrente do processo de moldagem estabelecido na NBR 5738 (ABNT, 2015), na avaliação de sua resistência à compressão.

2.3 Orientação e corpos de prova seccionados

Os concretos foram fabricados com uma única classe de consistência S160 ($100 \text{ mm} \leq A < 160 \text{ mm}$) e relações água/cimento igual a 0,45; 0,55 e 0,65. Para cada traço, foram utilizados 18 corpos de prova, resultando um total de 54 corpos de prova cilíndricos de dimensões 100 mm x 200mm submetidos ao ensaio de resistência à compressão com idade de 28 dias, e outros 6 corpos de prova foram cortados e deram origem a 12 metades, que foram submetidas ao ensaio de resistência à compressão com idade de 28 dias de cada traço. Cabe ainda destacar que dos 54 corpos de prova íntegros submetidos ao ensaio de resistência à compressão, 27 foram ensaiados com as suas bases sobrepostas ao prato inferior da máquina, enquanto no exame dos demais 27 os topos localizaram-se sob o prato superior do equipamento.

2.4 Análise estatística paramétrica por meio de distribuições

Mudanças de variáveis adequadas permitem traçar um gráfico cartesiano para cada distribuição com o gráfico do modelo representado por uma linha reta. Para a distribuição q-Weibull, levando em conta que o q-logaritmo é a função inversa da q-exponencial, a Equação 12 é escrita como $y = \beta w + b$, com $y = \ln\left\{-\ln\frac{1}{2-q}[1 - F_q(x)]\right\}$, $w = \ln(x - x_0)$ e

$$b = -\beta \ln\left[\frac{\eta - x_0}{(2-q)^{\frac{1}{\beta}}}\right].$$

Os dados amostrais são resistências à compressão em MPa organizadas em ordem crescente e os valores de não confiabilidade $F_q(x)$ são estimados usando a aproximação de Bernard do *median rank* fornecida em (Johnson, 1951)

$$\widehat{F}_i = \frac{i-0,3}{n+0,4}, \quad (14)$$

onde n é a quantidade de corpos de prova, i é o número de ordem da falha variando de 1 até n . Para cada valor de resistência x_i nós temos $w_i = \ln(x_i - x_0)$ e $y_i = \ln\left\{-\ln\frac{1}{2-q}[1 - \widehat{F}_i]\right\}$. Os parâmetros da distribuição são calculados pela maximização do coeficiente de determinação R^2

$$R^2 = 1 - \frac{\sum_{i=1}^n [y_i - \widehat{y}_i]^2}{\sum_{i=1}^n [y_i - \bar{y}]^2}, \quad (15)$$

onde $\widehat{y}_i = \ln\left\{-\ln\frac{1}{2-q}[1 - F_q(x_i)]\right\}$ e $\bar{y} = \frac{\sum_{i=1}^n y_i}{n}$. Procedimentos similares de mudança de variáveis são utilizados para as distribuições q-Gaussiana e Normal.

3 RESULTADOS OBTIDOS E ANÁLISE

3.1 Comparação de distribuições

Os parâmetros das distribuições foram calculados para cada traço. Os traços são identificados pelos fatores água/cimento: $a/c=0,45$, $a/c=0,55$ e $a/c=0,65$. Todos os corpos de prova foram ensaiados à compressão aos 28 dias de idade.

As análises paramétricas de confiabilidade buscam um modelo matemático que melhor explique os dados amostrais. Uma vez estabelecido o modelo e seus parâmetros, as medidas de tendência central (por exemplo média), as medidas de dispersão (como o desvio padrão) e os valores probabilísticos limítrofes são todos calculados a partir do modelo e não das amostras.

A média de uma distribuição de probabilidade é o primeiro momento e está definida por:

$$\mu_x = \bar{x} = \int_{-\infty}^{\infty} xf(x)dx, \quad (16)$$

O desvio padrão é a raiz quadrada da variância e esta é definida como o segundo momento (ou momento de segunda ordem) em relação à média. Os momentos em relação à média são chamados de momentos centrais e os momentos que prescindem do cálculo da média são os momentos crus (a média é o momento cru de primeira ordem). O desvio padrão da variável aleatória x é:

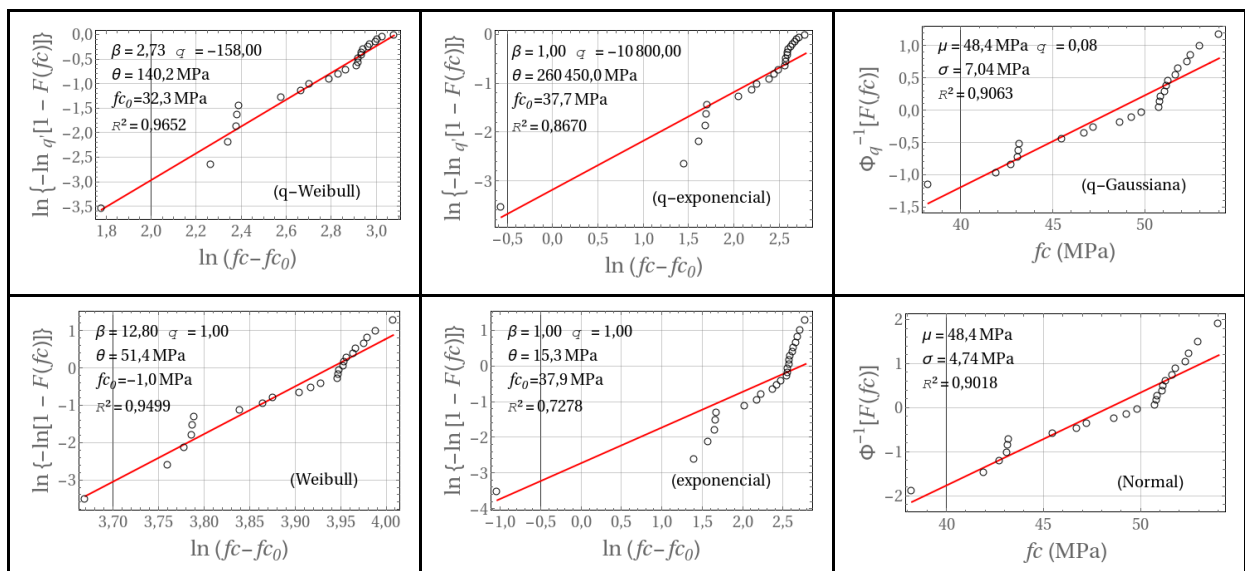
$$\sigma_x = \sqrt{\int_{-\infty}^{\infty} (x - \bar{x})^2 f(x) dx}, \quad (17)$$

Um detalhe importante é que nem todas as distribuições possuem todos os momentos, a integral pode resultar em infinito. De fato não há obrigatoriedade matemática da existência de momentos, especialmente os de ordem elevada. Fenômenos naturais como terremotos por exemplo, não possuem média (vide Borges (2004)).

A inspeção visual de como os pontos se posicionam em torno da reta representativa do modelo é a forma mais básica de comparação da qualidade dos ajustes das distribuições. O coeficiente de determinação se constitui numa maneira mais precisa de comparação. Quanto mais próximo da unidade, mais adequado é o modelo empregado.

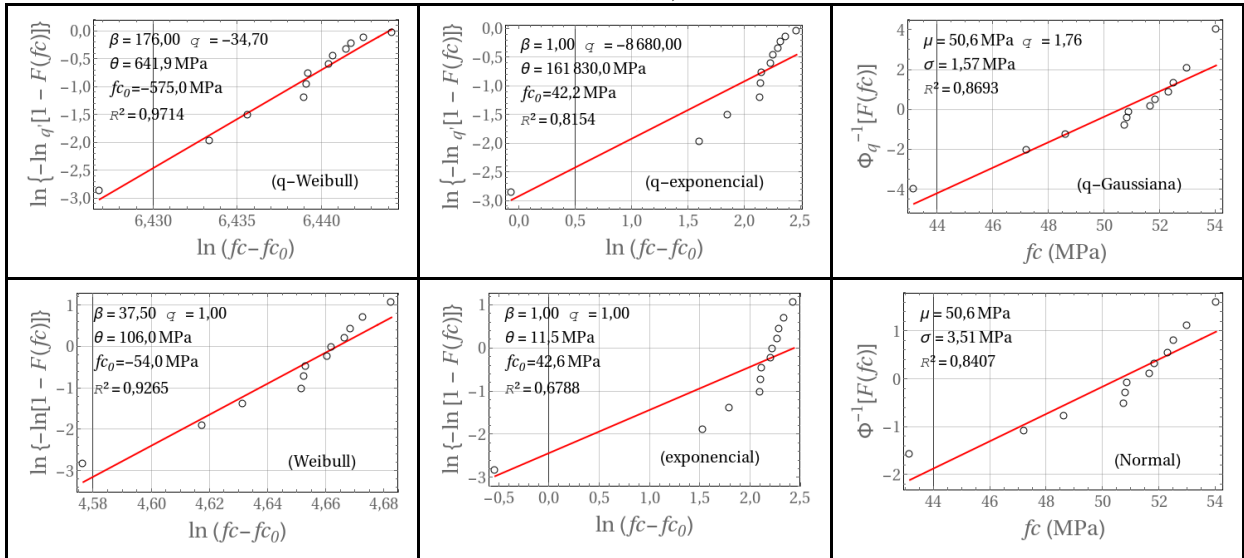
A Figura 1 mostra os ajustes das 6 distribuições testadas considerando todos os corpos de prova íntegros do traço a/c=0,45 ensaiados aos 28 dias de idade. Note que os coeficientes de determinação dos ajustes das q-distribuições são sempre maiores que os das distribuições originais. A distribuição q-Weibull foi a mais ajustada de todas. Isto se evidencia tanto por inspeção visual quanto por comparação de seu coeficiente de determinação R^2 .

Figura 1- Ajustes das distribuições para todos corpos de prova íntegros (28 dias a/c=0,45)



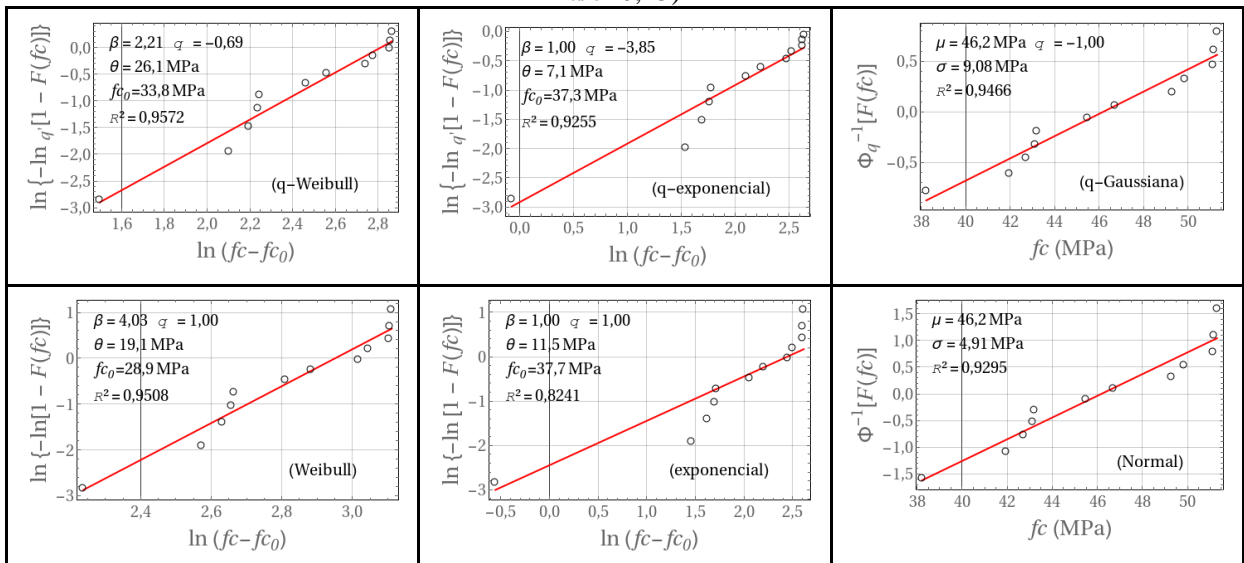
A análise dos resultados obtidos a partir dos corpos de prova com a base posicionada no prato inferior da máquina de ensaios (doravante representados por \downarrow) mostra o mesmo comportamento encontrado anteriormente, as q-distribuições melhores e a q-Weibull com o melhor resultado entre todas (vide Figura 2).

Figura 2- Ajustes das distribuições para os corpos de prova íntegros com orientação ↓ (28 dias, a/c=0,45)



A Figura 3 mostra os resultados para a posição ↑ como as mesmas tendências no que diz respeito à qualidade dos modelos.

Figura 3- Ajustes das distribuições para os corpos de prova íntegros com orientação ↑ (28 dias, a/c=0,45)



Observe que as distribuições exponenciais (exponencial e q-exponencial) apresentam dificuldades em modelar o problema. Isto é observado visualmente ou ainda por valores muito pequenos (negativos) do parâmetro φ . Observa-se também que em todos os casos a distribuição Weibull é melhor que a distribuição Normal.

Os coeficientes de determinação do modelo q-Weibull são superiores a todas as outras distribuições também para os traços a/c=0,55 e a/c=0,65. A distribuição Weibull apresenta

R^2 maiores que a distribuição normal em quase todos os casos, com exceção apenas para a análise englobando todos os corpos de prova para $a/c=0,65$.

Tabela 2- Coeficientes de determinação dos ajustes para os traços $a/c=0,55$ e $a/c=0,65$

Distribuição	$a/c=0,55$			$a/c=0,65$		
	Todos	↓	↑	Todos	↓	↑
q-Weibull	0,9827	0,9629	0,9895	0,9779	0,9600	0,9657
Weibull	0,9810	0,9334	0,9854	0,9645	0,9361	0,9656
q-exponencial	0,8370	0,8707	0,9676	0,8457	0,8908	0,8844
exponencial	0,7110	0,7379	0,9156	0,7321	0,8207	0,7686
q-Gaussiana	0,9758	0,8641	0,9618	0,9794	0,9396	0,9431
normal	0,9758	0,8637	0,9533	0,9651	0,9328	0,9427

As médias encontradas para a posição ↓ foram superiores às calculadas na posição ↑ segundo todas as distribuições empregadas. Isto é um forte indicativo que para as condições do ensaio, a orientação do corpo de prova interfere no resultado de resistência. Os valores dos desvios padrão (quando a distribuição permite o cálculo) são próximos quando comparados quanto à orientação e os das distribuições exponencial e q-exponencial são levemente maiores que as outras.

Tabela 3- Média e desvio padrão das distribuições ($a/c=0,45$ e 28 dias)

Distribuição	Média (MPa)			Desvio Padrão (MPa)		
	Todos	↓	↑	Todos	↓	↑
q-Weibull	48,3	50,4	46,1	4,46	3,56	4,55
Weibull	48,3	50,5	46,2	4,70	3,50	4,84
q-exponencial	49,7	51,5	46,5	6,96	5,38	5,33
exponencial	53,1	54,1	49,2	15,2	11,5	11,5
q-Gaussiana	48,4	50,6	46,2	4,56	∞	4,53
Normal	48,4	50,6	46,2	4,74	3,51	4,91

As distribuições exponencial e q-exponencial mais uma vez se afastam das demais para o traço $a/c=0,55$ (veja Tabela 4). As médias da distribuição q-Weibull são muito próximas das médias da distribuição normal (diferenças inferiores a 0,6%). Os valores dos desvios padrão para todos os corpos de prova e a orientação ↓ afastaram-se de 2,5% e 1,6% respectivamente. Para os corpos de prova orientados da forma ↑ a variação foi maior, alcançando 12,6%. Embora média e desvio padrão forneçam valores próximos para a maioria dos casos de comparação entre as distribuições q-Weibull e normal, a Tabela 2 mostra que o modelo q-Weibull tem coeficiente de determinação R^2 maior e é mais adequado aos resultados encontrados.

Tabela 4- Média e desvio padrão das distribuições ($a/c=0,55$ e 28 dias)

Distribuição	Média (MPa)			Desvio Padrão (MPa)		
	Todos	↓	↑	Todos	↓	↑
q-Weibull	35,9	36,2	35,6	3,68	4,41	3,67
Weibull	35,9	36,3	35,5	3,59	4,48	3,070
q-exponencial	37,1	37,4	35,7	5,59	6,082	3,10
exponencial	39,9	40,1	36,7	12,3	12,9	5,80
q-Gaussiana	35,9	36,4	35,4	3,59	4,64	4,54
Normal	35,9	36,4	35,4	3,59	4,48	3,26

Os resultados de média e desvio padrão do traço $a/c=0,65$ também estão próximos para a maioria das distribuições. Os valores dos desvios padrão diferem em no máximo 6,7% quando q-Weibull e a normal são comparadas. As médias são praticamente iguais e se afastam em até 0,3%.

Tabela 5- Média e desvio padrão das distribuições ($a/c=0,65$ e 28 dias)

Distribuição	Média (MPa)			Desvio Padrão (MPa)		
	Todos	↓	↑	Todos	↓	↑
q-Weibull	30,3	31,2	29,4	2,45	2,69	2,21
Weibull	30,3	31,1	29,4	2,29	2,37	2,21
q-exponencial	30,9	31,3	29,8	3,29	2,53	2,80
exponencial	32,5	32,5	31,1	7,23	5,33	5,94
q-Gaussiana	30,3	31,1	29,4	2,87	3,25	2,08
Normal	30,3	31,1	29,4	2,37	2,52	2,14

O índice de Akaike, O Critério de Informação Akaike (AIC) é um índice que pode auxiliar na comparação de modelos com diferentes números de parâmetros (Akaike, 1974). Supõe-se que o modelo mais eficiente seja aquele que possui o menor AIC. A tabela 6 apresenta os resultados. Com apenas 2 parâmetros a distribuição normal vence em 4 casos seguida da q-Weibull com 3 casos.

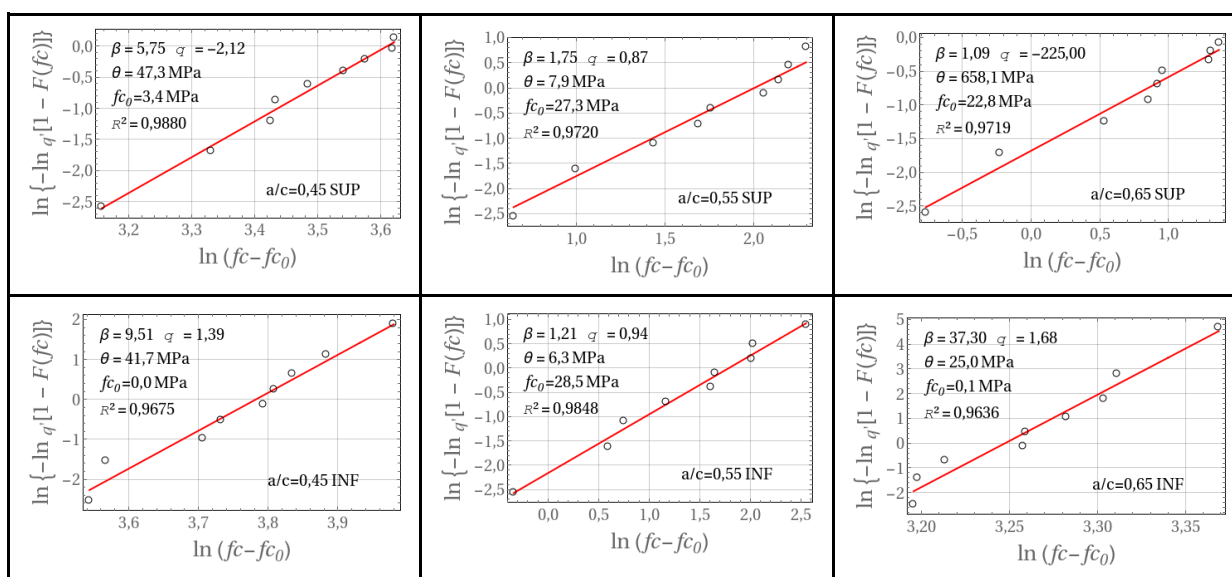
Tabela 6- AIC para os traços $a/c=0,45$, $a/c=0,55$ e $a/c=0,65$

Orientação	$a/c=0,45$			$a/c=0,55$			$a/c=0,65$		
	Todos	↓	↑	Todos	↓	↑	Todos	↓	↑
q-Weibull	-76,7	-34,0	-26,8	-73,7	-30,7	-27,9	-55,9	-3,8	-24,5
Weibull	-57,6	-20,4	-25,2	-80,8	-21,6	-39,8	-65,9	-22,1	-29,5
q-exponencial	-47,5	-16,4	-27,3	-42,6	-20,6	-35,7	-44,0	-22,7	-22,0
exponencial	-19,6	-6,4	-13,6	-18,1	-8,8	-22,4	-20,0	-13,4	-10,3
q-Gaussiana	-72,0	0,6	-44,0	-86,4	-15,3	-22,6	-68,7	-18,2	-31,5
normal	-54,4	-19,6	-29,4	-88,1	-21,5	-34,4	-79,3	-30,0	-31,9

3.2 Comparação entre camadas

Os corpos de prova divididos foram ensaiados à compressão e distribuições q-Weibull foram ajustadas aos resultados das partes inferiores e superiores. Esta distribuição foi escolhida por apresentar resultados melhores nas análises anteriores. Todos os coeficientes de determinação encontrados foram superiores a 0,96 indicando ajustes de muito boa qualidade (Veja Figura 4).

Figura 4-Ajustes das distribuições para os corpos de prova divididos



Todas as médias encontradas na parte inferior foram maiores que as da parte superior. O traço de maior variação foi $a/c=0,45$ com 22,6% de diferença. O traço $a/c=0,55$ apresentou resultados muito próximos de resistência com diferença entre camadas e 0,84%. Os coeficientes de variação diminuíram à medida em que o fator água/cimento aumenta, indo de 16,3% até 5,2%.

Tabela 7-Média e desvio padrão das distribuições ajustadas

a/c	Média (MPa)			Desvio (MPa)		Coeficiente de variação	
	Inferior	Superior	Varição%	Inferior	Superior	Inferior	Superior
0,45	43,5	35,5	22,6%	7,11	5,09	16,3%	14,4%
0,55	33,9	33,6	0,84%	4,26	3,47	12,6%	10,3%
0,65	26,4	25,3	4,53%	1,93	1,32	7,3%	5,2%

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A distribuição normal é o modelo probabilístico tradicionalmente usado para descrever

a ruptura à compressão de corpos de prova. Neste artigo, as distribuições q-Weibull, Weibull, q-exponencial, exponencial, q-Gaussiana e normal foram testadas quanto à qualidade de ajuste à valores de resistência de corpos de prova submetidos ao ensaio de compressão.

Três traços diferentes foram utilizados e em todos eles a distribuição que mais bem ajustada foi a q-Weibull. Os ajustes foram feitos utilizando o median rank e mudanças de variável, estes métodos são largamente empregados em análises de confiabilidade. Os corpos de prova foram rompidos com orientações diferentes. Em metade dos corpos de prova a base foi colocada sobre o prato inferior da prensa e no restante a o topo foi colocado sobre o mesmo prato. Os valores de resistência obtidos com a base posicionada no prato inferior da prensa foram maiores do que os encontrados com a orientação contrária (base voltada para o prato superior), independentemente do traço aplicado ou da distribuição modelada. Isto é um indicativo de que a orientação na máquina de ensaio pode alterar a resistência e que o corpo de prova não é homogêneo ao longo de seu eixo longitudinal (caso fosse não deveria haver resultado diferente).

Os corpos de prova foram divididos em metades iguais por uma seção transversal. As duas metades foram ensaiadas separadamente e observou-se que, na média, as resistências da metade inferior são maiores que as da metade superior. Tal diferença foi pequena para o traço $a/c=0,55$ (menos de 1%), mas foi de 4,5% no traço $a/c=0,65$ e alcançou 22,6% no traço $a/c=0,45$.

As razões pelas quais o traço $a/c=0,55$ apresentou resultados próximos para as partes superior e inferior ainda não são claras e merecem aprofundamento em estudos posteriores. Entretanto a aplicabilidade da distribuição Weibull e da sua generalização q-Weibull para tratar o fenômeno, assim como a falta de homogeneidade do corpo de prova parecem ser relevantes.

REFERÊNCIAS

AKAIKE, H. A New Look at the Statistical Model Identification, **IEEE Transactions on Automatic Control**, AC-19(6), pp. 716–723, 1974.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5738**: moldagem e cura de corpos de prova cilíndricos; procedimento. Rio de Janeiro, 2015. 9 p.

_____. **NBR 5739**: concreto - ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2007. 9 p.

_____. **NBR NM ISO 7500-1**: Materiais metálicos – Calibração de máquinas de ensaio estático

uniaxial – Parte 1: Máquinas de ensaio de tração/compressão – Calibração do sistema de medição de força. Rio de Janeiro, 2004. 17 p.

BAK, P. **How Nature Works**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

BERBERAN-SANTOS, M; BODUNOV, E N; VALEUR, B. History of the Kohlrausch (stretched exponential) function: Focus on uncited pioneering work in luminescence. **arXiv:0804.1814v1 [physics.hist-ph]**, 2008. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/0804.1814v1>>.

BORGES, Ernesto Pinheiro. **Manifestações Dinâmicas e Termodinâmicas de Sistemas Não-Extensivos**. Instituto nacional de Física do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Rio de Janeiro, 2004.

COSTA, U M S *et al.* An Improved Description of the Dielectric Breakdown in Oxides Based on a Generalized Weibull distribution. **arXiv.org**, 2007. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/cond-mat/0602515v1>>.

JOHNSON, L G. The Median Ranks of Sample Values in Their Population with an Application to Certain Fatigue Studies. **Industry Mathematics**, v. 2, p. 1–9, 1951.

MURTHY, D N Prabhakar; XIE, Min; JIANG, Renyan. **Weibull Models**. New York: John Wiley & Sons, Inc, 2004.

PHAM, H; LAI, C D. On Recent Generalizations of the Weibull Distribution. **IEEE Trans. Reliability**, v. 56, n. 3, p. 454–458, 2007.

SEO, D., SHIN, S. AND HAN, B. Reliability-based Structural Safety Evaluation of Reinforced Concrete Members, **Journal of Asian Architecture and Building Engineering**, November, pp. 471–478, 2010.

TSALLIS, Constantino. Possible generalization of Boltzmann-Gibbs statistics. **Journal of Statistical Physics**, v. 52, n. 1–2, p. 479–487, 1988.

WEIBULL, Waloddi. A Statistical Theory of the Strength of Materials. p. 45, 1939.

WEIBULL, W. A statistical distribution function of wide applicability. **Journal of applied mechanics**, p. 293–297, 1951. Disponível em: <<http://web.cecs.pdx.edu/~cgshirl/Documents/Weibull-ASME-Paper-1951.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

ZHAO, W., FAN, F. AND WANG, W. Non-linear partial least squares response surface method for structural reliability analysis, **Reliability Engineering & System Safety. Elsevier**, 161, January, pp. 69–77. doi: 10.1016/j.ress.2017.01.004, 2017.

ZHAO, H., YUE, Z., LIU, Y., LIU, W. AND GAO, Z. Structural reliability assessment based on low-discrepancy adaptive importance sampling and artificial neural network, **Proceedings of the Institution of Mechanical Engineers, Part G: Journal of Aerospace Engineering**, 231(3), pp. 497–509. doi: 10.1177/0954410016640820, 2017



ANÁLISE DE CONFIABILIDADE DE EQUIPAMENTO DE INSTALAÇÃO INDUSTRIAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

*Ana Luiza Brasileiro Costa¹
Celso Luiz Santiago Figueiroa Filho²
Edilson Machado de Assis³
Lucas Jordi Silva⁴*

RESUMO

Este artigo é uma continuidade da pesquisa de (Assis et al, 2016) apresentada na 19^o SEMOC, por meio de um aprofundamento nos últimos 10 meses do estudo realizado anteriormente em estações de elevação de esgotos na região metropolitana de Salvador. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de coleta de dados de falhas dos equipamentos quanto ao atendimento aos critérios para as análises de confiabilidade. Sendo assim foi realizada uma análise de confiabilidade de bombas centrífugas de esgotamento sanitário seguida de uma avaliação dos dados de falhas fornecidos por uma empresa prestadora do serviço. Foram elaboradas representações estatísticas da vida útil dos sistemas e equipamentos para a predição de alguns modos de falhas mais recorrentes. A distribuição de Weibull foi utilizada nesta análise para estabelecer um modelo matemático capaz de prever falhas nos componentes das bombas centrífugas das estações de tratamento de esgoto. As conclusões demonstram que os processos atuais de coleta de informações da manutenção não conseguem fornecer dados no formato adequado para serem usados nas avaliações da confiabilidade, e que o detalhamento destes dados tem como resultado um melhor ajuste dos modelos matemáticos de previsão das falhas.

Palavras-chave: Aquisição de dados. Confiabilidade. Bombas. Representações estatísticas.

ABSTRACT

This article is presents the continuity of the previous study of elevation stations in the metropolitan region of Salvador (Assis et al, 2016) presented at the 19th SEMOC. The objective of this work is to analyze the process of data collection of equipments failures in order to meet criteria for reliability analysis. The research focused on detailing the information obtained from maintenance reports in the last 10 months by deepening the causes for assessing the data collection process for reliability analysis. Thus, a reliability analysis of centrifugal sewage pumps was carried out, followed by an evaluation of the failure data provided by a water & treatment company. Statistical representations of the useful life of systems and equipment have been developed to predict some of the most recurrent fault modes. The Weibull distribution was used in this case to establish a mathematical model capable of predicting failures in centrifugal pump's components of sewage treatments plants. The conclusions

¹ Estudante do curso de Engenharia Civil da UCSal e bolsista de iniciação científica; email: eng.analuzabrasileiro@gmail.com.

² Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, é mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, doutorando em Engenharia Industrial pela UFBA e professor em engenharia mecânica na UCSal ; e-mail: celso.filho@ucsal.br.

³ Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador - UCSal, é mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, doutor em Engenharia Industrial pela UFBA e líder do grupo de pesquisa Confiabilidade e Risco na UCSal ; e-mail: edilson.assis@ucsal.br

⁴ Estudante do curso de Engenharia Mecânica da UCSal e voluntário de iniciação científica; email:LucasjordiSilva@gmail.com

show that current maintenance information collection processes are unable to provide data in the appropriate format to be used in reliability assessments, and that the detailing of these data results in a better fit of the mathematical models for predicting the failures.

Keywords: Data acquisition. Reliability. Pumps. Statistics representations.

1 INTRODUÇÃO

Prestadoras de serviço de águas e saneamento oferecem para à população um serviço básico de grande importância para a vida humana. É necessário adotar sistemas de captação, distribuição, tratamento e destinação final das águas e resíduos com confiabilidades adequadas ao risco tolerável de falha destes sistemas. Uma confiabilidade maior torna o sistema mais eficiente, reduzindo instabilidades e perdas do fluido transportado.

O conceito de confiabilidade de um sistema é definido como a probabilidade de um dispositivo executar a função desejada adequadamente durante um período de tempo pretendido. Nas condições de funcionamento encontradas, indica-se a capacidade geral de o sistema executar a função pretendida (Goel L.; Shrestha G., 2002).

Segundo Ramakumar (1993), confiabilidade de sistema é a probabilidade de o sistema funcionar, cumprindo a função para a qual foi projetado, dentro de um intervalo específico de tempo e sob condições preestabelecidas. As condições preestabelecidas para o funcionamento do sistema se referem a aspectos ambientais como umidade, temperatura, exposição à poeira, etc.

Segundo Troyer (2014) a engenharia de confiabilidade lida com a longevidade e confiabilidade de peças, produtos e sistemas. Tratando de controlar o risco e incorporar uma ampla variedade de técnicas analíticas para ajudar os engenheiros a compreender os modos de falha e os padrões dessas peças, produtos e sistemas.

Segundo Zhang et al (2014) a maioria das falhas em sistemas mecânicos são processos graduais, ao invés de súbitas ocorrências. O monitoramento de dados, que são continuamente ou periodicamente adquiridos, pode ser usado para inferir sobre o funcionamento do sistema. Quando um sistema falha, geralmente é revisado ou reparado para restaurá-lo ao funcionamento. Nestes casos os tempos de vida são adotados como iguais aos intervalos de tempo entre estados falhos adjacentes. Estes tempos podem ser coletados durante os ciclos de trabalho, falha e recuperação.

Existem dois tipos de dados que são frequentemente usados para prever falhas: dados de vida útil e dados de monitoramento de condições. Para a maioria dos métodos tradicionais

de análise de confiabilidade, a função de distribuição de falhas é estimada por dados históricos da vida útil e a falha a probabilidade em qualquer momento pode ser obtida. (Zhang et al, 2014).

Frequentemente utilizada pela engenharia de confiabilidade para estudar os tempos de vida, a distribuição de Weibull é ajustada a um conjunto de dados e permite uma análise paramétrica da confiabilidade e da função taxa de falhas.

Para Louit et al. (2009) falhas registradas incorretamente, falhas não registradas e pressupostos implícitos são comuns durante a coleta de dados, tais como: (i) falta de correlação em série entre tempos de inter-falhas, (ii) falta de heterogeneidade, (iii) falta de *outliers* e (iv) falta de dependências entre os tempos de falha. Além disso, os autores afirmam que a coleta de dados no campo é normalmente focada no gerenciamento de manutenção e não na confiabilidade, o que torna o conteúdo da informação fraco e enganador.

O objetivo deste trabalho é realizar uma avaliação do sistema de coleta dos dados de falhas de bombas centrífugas de esgotamento sanitário por representações estatísticas, análise probabilística para predição de falhas. Após as análises são propostas soluções para adequar este sistema para aplicações em avaliações de confiabilidade.

Este artigo complementa o trabalho apresentado na SEMOC 2016 com o título “Análise de confiabilidade de instalações industriais de recalque de esgotos por meio da distribuição Weibull”. É um aprofundamento nos últimos 10 meses do estudo realizado em estações de elevação de esgotos na região metropolitana de Salvador.

2 METODOLOGIA

O processo definido para avaliar os dados que são retirados diretamente do sistema existente de coleta de informações é composto por coleta, reorganização dos dados para levantamento dos tempos entre estados falhos, entrevistas com pessoal para correção das informações encontradas, verificação do modelo matemático, plotagem gráfica e análise dos resultados quanto à coerência com os modelos obtidos.

2.1 Origem dos dados

Os dados usados como referência neste trabalho tiveram origem no conjunto de todas as estações de bombeamento de esgoto da região metropolitana de Salvador na Bahia, incluindo cidades de Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho e Mata de São João. A

concessionária enviou planilhas baixadas do seu sistema de acompanhamento de ordens de manutenção do período de 2014 até 2016.

2.2 Processo de reorganização e coleta dos dados

O processo de organização de dados seguiu um conjunto de etapas a fim de realizar a preparação dos dados até a fase do cálculo e a análise dos resultados. Resumidamente estes passos foram:

- a) revisão os modos de falha;
- b) segregação das estações com maior número de falhas;
- c) eliminação das ordens de manutenção preventiva (serviços programados);
- d) eliminação dos modos de falhas com informações incompletas;
- e) divisão dos modos de falhas por características semelhantes;
- f) cálculo dos tempos entre falhas por modos de falhas semelhantes separadamente
- g) dos tempos entre falhas no *software* DIMEMA;
- h) apresentação dos resultados e discussão entre os interessados.

A Tabela 1 apresenta o estado em que foram enviadas as informações, ou seja, como são baixadas as informações do sistema computacional para a análise da equipe de manutenção. A planilha original era composta de mais colunas, mas apenas estas apresentadas na Tabela 1 tinham uso para as análises de confiabilidade.

Tabela 1 - Formato original do banco de dados de falhas

Equipamento	Cód. Causa (Descrição)	Início Avaria	Fim Avaria	Nome da instalação
Evaporador 01 - Motor	Curto-Circuito	00/00/00	00/00/00	ETE BAI - A
Gerador Móvel - 01 - Motor	Falha Operacional	00/00/00	00/00/00	ETE PC- A
Grupo Gerador - Motor	---	03/27/14	00/00/00	ETE PC- A
Grupo Gerador- Motor	Falha Operacional	12/01/14	12/01/14	ETE GV-R I-A
---	---	05/13/15	05/15/15	ETE GVR I-A
Gerador - Motor	Falha Operacional	11/06/14	11/06/14	ETE GVR I-A
Motor Diesel - Gerador	Problemas elétricos	06/20/15	06/20/15	BBV - A
Grupo Gerador Emergência - Motor	Temperatura Superior a Normal	03/28/15	03/28/15	BBV- A
E.E.Esgoto P F II - Camping	Problemas elétricos	03/21/15	03/21/15	BBV- A
Gerador Móvel - 02 - Motor	Falha Operacional	07/17/15	07/17/15	E.E.E AN 2
Grupo Gerador - Motor	Falha Operacional	20/10/14	20/10/14	ETE AN/ A
Alta Carga - Bolandeira	Falha Operacional	30/12/15	30/12/15	ETE AN/ A

Cabine de Jateamento	Falha Operacional	14/10/14	14/10/14	ETE AN/ A
Aagitador 06 - Motor	Curto-Circuito	00/00/00	00/00/00	ETE BAI- A
Aagitador 17 - Motor	Falha Operacional	05/16/15	05/16/15	ETE PC - A
ETE Paralela Park / Paralela	Problemas elétricos	14/12/14	14/12/14	ETE PC - A
Ponte Rolante - Translação	Falha Operacional	01/20/16	01/20/16	E.E.E AN 2
Ponte Rolante - Elevação	Problemas elétricos	07/18/15	07/18/15	E.E.E AN 2
Ponte Rolante - Translação	Extravasamento	00/00/00	00/00/00	ETE BA- A

A Tabela 2 é a versão trabalhada para um equipamento que é um elemento do sistema 'estações de bombeamento de esgoto'.

Tabela 2 - Formato reorganizado do banco de dados de falhas para o Modo de Falha 'Extravasamento'

Equipamento	Início Avaria	Fim Avaria	Nome da instalação
Painel Comando Força - Bomba 01	20/04/14	20/04/14	ETE PC - A
Painel Comando Força p/ Bombas	28/05/14	28/05/14	ETE AN / A
Painel Comando Força 01 - Elev.Emissário	14/06/14	14/06/14	ETE PC - A
Painel Comando Força - Bombas 01/02	21/09/14	22/09/14	ETE AN / A
Painel Comando Força p/Bombas	14/10/14	14/10/14	E.E.E AN 2
Painel Comando Força p/Bombas	16/10/14	16/10/14	E.E.E AN 2
Painel Comando Força p/ Bombas	20/10/14	20/10/14	E.E.E AN 2
Painel Comando Força para Bomba 01	20/10/14	20/10/14	ETE GC C
Painel Comando Força para Bomba 01	21/10/14	21/10/14	E.E.E AN 2
Painel Comando Força 02 - Elev.Emissário	22/10/14	22/10/14	E.E.E AN 2
Painel Comando Força - Bomba 01	05/11/14	05/11/14	E.E.E AN 2
Painel Comando Força Bombas 01/02	06/11/14	06/11/14	E.E.E AN 2
Painel Comando Força Bombas 01/02/03/04	24/12/14	24/12/14	E.E.E ML-C
Painel Comando Força 01 - Elev.Emissário	05/01/15	05/01/15	E.E.E AN 2
Painel Comando Força - Bomba 01	10/01/15	10/01/15	E.E.E AN 2
Painel Comando Força para Bomba 01	16/02/15	16/02/15	E.E.E ML-C
Painel Comando Força Bombas 01/02	27/03/15	27/03/15	E.E.E AN 2
Painel Comando Força p/as Bombas 01/02	27/03/15	27/03/15	ETE PC - A
Painel Comando Força Bombas	01/05/15	01/05/15	E.E.E AN 2

2.3 Modelagem de distribuição para dados de tempos de vida

O modelo matemático de Weibull é composto de até 3 parâmetros que precisam ser calculados a partir o conjunto de dados. O processo para estimar os indicadores é composto pelas etapas de:

- a) encontrar estimadores estatísticos de posição não paramétricos para a função acumulada de falhas $F(t)$ (ranking pela média, ranking pela Mediana, White Ranking);
- b) realizar por um processo de otimização para as variáveis modificadas de $F(t)$ e do tempo t (transformados para $\ln(-\ln(F(t)))$ e $\ln(t)$) a maximização do coeficiente de determinação R^2 ;
- c) analisar análise por plotagem gráfica verificando o ajuste do coeficiente;
- d) comparar os diferentes estimadores quanto ao melhor resultado para o coeficiente R^2 ;
- e) Selecionar os parâmetros pelos valores que maximizam o coeficiente de determinação R^2 .

Para realizar este processo foi usado um *software* DIMEMA de forma a acelerar as análises.

2.4 Estudo de Caso

A aplicação de referência usada neste trabalho foi feita sobre a estrutura da região metropolitana de Salvador de estações de bombeamento de esgotos. Incluem não só estações de elevação como também sistemas bombeamento nas estações de tratamento é um sistema com espalhamento físico entre estações que supera distâncias de 80 Km entre eles. As equipes de manutenção são setorizadas por região geográfica para maior eficiência e na rotina tem como elo apenas o setor de planejamento e controle da manutenção.

O sistema usado na empresa é o mais usado como ERP (Enterprise Resource Planning) nas empresas de médio e grande porte no Brasil. O sistema foi estruturado na sua implantação com uma lógica focada na facilidade de identificação dos seus equipamentos e para gerar os relatórios gerenciais de disponibilidade e de custos. Apesar da concessionária usar vários módulos dos sistema apenas o de manutenção foi usado para gerar os dados deste trabalho. Todo as ações de manutenção são primeiramente abertas na forma de uma Ordem de Manutenção neste sistema para depois serem realizadas. Após o serviço executado, os supervisores fecham as Ordens ou enviam aos planejadores de manutenção para fechá-las no sistema com as informações de tempo de execução.

A definição da falha ocorrida pode ter sua origem nas equipes de manutenção, de operação ou da engenharia. A definição da causa da falha e de qual elemento do sistema que estava em falha é apenas das equipes de manutenção.

3 RESULTADOS

A primeira constatação feita foi da falta dos tempos das máquinas em operação na lista de informações do relatório de manutenção. No sistema de coleta de informações existe a disponibilidade deste dado devido ao estado atual da automação das estações, porém o processo não considerou a necessidade deste dado para a equipe de manutenção. Foi necessária uma revisão das planilhas para posteriormente encontrar os tempos de operação entre estados de falhas dos equipamentos para aplicar nas distribuições estatísticas. Na Tabela 1 existem exemplos de Início e Fim de Avaria zerados, que foi uma das situações encontradas.

Um outro aspecto verificado foi a lógica usada para separar modos de falha, causas de falha, mecanismos de falha e o tipo de manutenção. É provável que essa confusão tenha se estabelecido devido a falta de comunicação entre os funcionários na verificação dos registros e na coleta de falhas. Um mecanismo de falha leva a um fator causal que se apresenta como um modo de falha que leva a um tipo de ação manutenção para vai corrigir, mitigar o efeito ou prevenir o problema. Esta sequência lógica de acontecimentos não estava clara nos lançamentos das informações.

Na planilha não estavam separados ações de correção após uma parada do sistema de ações de preventivas antes de ocorrência da falha. Se é realizada uma ação de manutenção preventiva ou uma ação programada para corrigir um defeito já ocorrido anteriormente, por definição não ocorreu uma falha. Nestes casos os dados devem ser suspensos, ou seja, estes tempos entre paradas dos sistemas não devem participar da avaliação de confiabilidade.

Também foi necessário descartar algumas análises de falhas as quais, devido às informações incorretas, incompletas ou incoerentes com o evento, não foram possíveis de serem aproveitadas. São informações que poderiam ser relevantes para avaliação de uma causa de falha ou para uma previsão de falha mais precisa e que foram perdidas no processo de coleta.

Um dos modos de falha identificados que geram informações incoerentes foi a falha comum do painel elétrico e do painel de comando. Em algumas estações de pequeno porte existe apenas um painel que é usado para as funções de comando, alimentação e proteção e em outras são painéis separados. No momento da categorização para realizar as estatísticas os lançamentos geram inconsistências devido aos relatos de campo com termos parecidos. Este exemplo seguiu o processo de reorganização dos dados e ao final foi possível gerar uma modelagem consistente.

Como primeiro levantamento foram separados os modos de falha que poderiam ser caracterizados como do operador da estação. Estes modos são mais genéricos, mas são a primeira referência para as avaliações da confiabilidade. A seguir são apresentados na Tabela 3 e nas Figuras 1 e 2 os resultados encontrados para dois modos de falha operacionais do sistema 'Estações de bombeamento de esgotos'.

Tabela 3 - Parâmetros obtidos para os modelos matemáticos por modo de falha da operação analisado

Modo de falha	β	θ (minutos)	t_0 (minutos)	R^2
Extravasamento	0.511	52696.991	699.587	0.9656
Quebra	0.372	24601.651	-17.019	0.9640

Figura 1 - Dados do modo de falha 'extravasamento' - aplicando Weibull com três parâmetros e o melhor estimador (mean rank) foram obtidos os parâmetros: $\beta = 0.511$; $\theta = 52696.991$ min; $t_0 = 699.587$ min; $R^2 = 0.9656$.

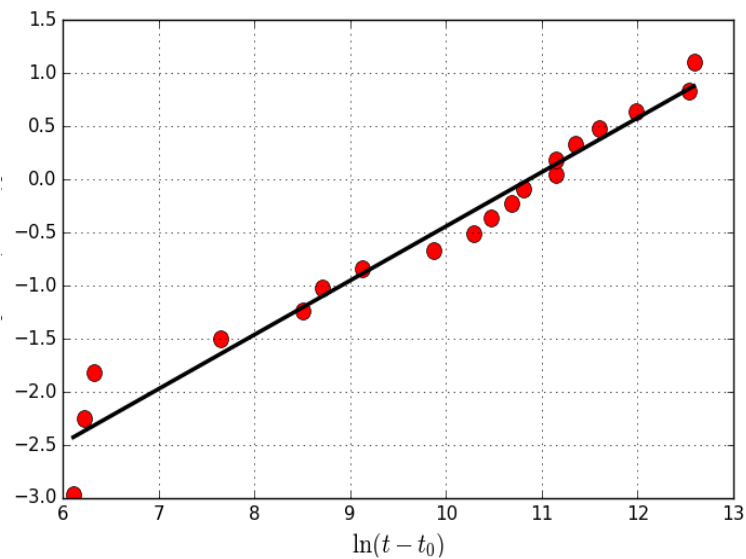
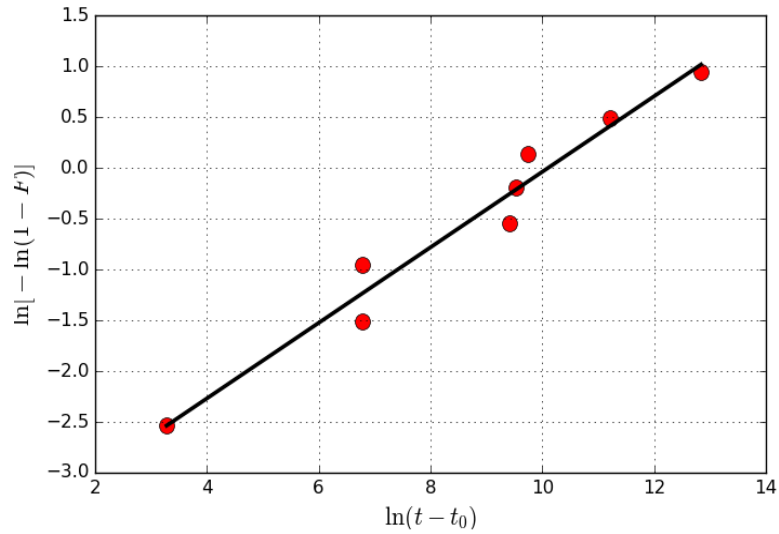


Figura 2 - Dados do modo de falha 'Quebra' - aplicando Weibull com três parâmetros e o melhor estimador (mean rank) foram obtidos os parâmetros: $\beta = 0.372$; $\theta = 24601$ min; $t_0 = -17.0$ min; $R^2 = 0.9640$.



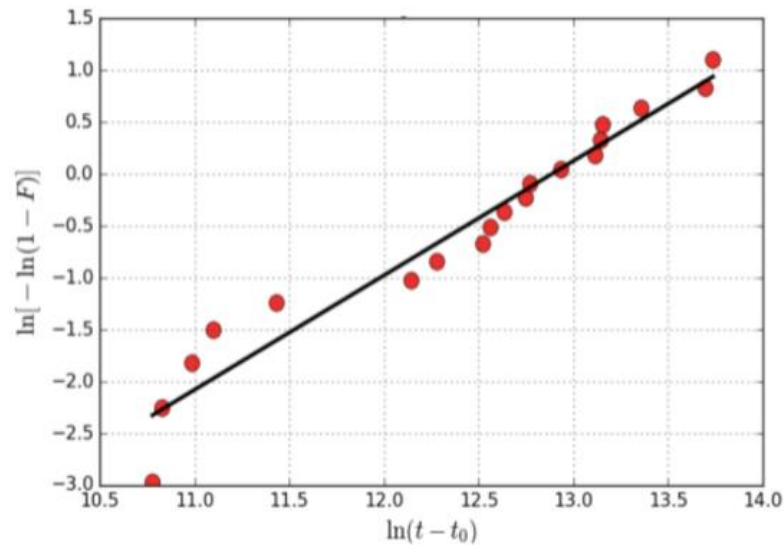
Em outro levantamento realizado foram separados os modos de falha que podem ser caracterizados como de elementos do sistema estação de bombeamento de esgoto. Na Tabela 4 são apresentados dois casos de falhas relacionadas a elementos do sistema que podem levar ao modos de falha 'Quebra' e 'extravasamento'.

Tabela 4 - Parâmetros obtidos para os modelos matemáticos por equipamento generalizado

Modo de falha	β	θ (minutos)	t_0 (minutos)	R^2
Bomba 01 da ETE I	0.740	107150.009	-965.309	0.9880
Painel de comando	1.10	395897.362	-47571.599	0.9475

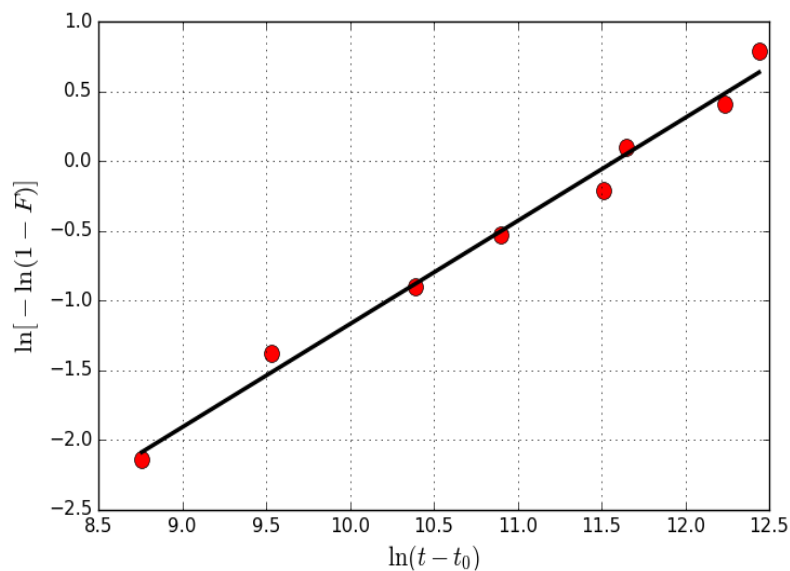
O modo de falha 'painel de comando' aparecia na coleta original no mesmo nível e categoria dos apresentados anteriormente. A Tabela 4 e a Figuras 3 mostram os resultados encontrados para este modo de falha.

Figura 3 - Dados do painel de comando por estações - aplicando Weibull com três parâmetros e o melhor estimador (mean rank) foram obtidos os parâmetros: $\beta = 1.10$; $\theta = 395897$ min; $t_0 = -47572$ min; $R^2 = 0.9475$.



A identificação do caso da falha da bomba 01 foi o desdobramento da análise para uma estação específica de uma bomba específica que gerou o modo de falha da operação 'Extravasamento'. A Tabela 4 e a Figuras 4 mostram os resultados encontrados para este equipamento que pode ter falhado por vários modos de falhas específicos que levaram ao extravasamento do sistema.

Figura 4 - Dados da Bomba 01 da ETE I - aplicando Weibull com três parâmetros e o melhor estimador (mean rank) incluindo todos os modos de falha ocorridos no equipamento, foram obtidos os parâmetros: $\beta = 0.740$; $\theta = 107150$ min; $t_0 = -965$ min; $R^2 = 0.9880$.



Apesar dos equipamentos apresentados na tabela 4 ser generalizado para o caso do painel de comando (referente a todas as estações) ou específico para o caso da bomba, o valor de R^2 foi dentro do esperado para aceitar o ajuste do modelo matemático escolhido.

No 2 casos os resultados encontrados demonstram equipamentos que já entram em falha quando iniciam a operação (t_0 negativo), indicando uma falha prematura dos componentes, e em geral resultados relacionados a problemas de projeto ou operação.

Outra verificação realizada foi sobre os reportes para um dos vários sub-sistemas das estações. A Tabela 5 sumariza os resultados encontrados dos parâmetros e do coeficiente encontrado para falhas reportadas nos sub-sistemas elétricos das estações que levaram a parada da estação de bombeamento.

Tabela 5 - Parâmetros obtidos para os modelos matemáticos por modo de falha analisado

Modo de falha	β	θ (minutos)	t_0 (minutos)	R^2
Painel elétrico	0.696	37371.703	-334.872	0.9857
Fusível queimado	0.636	108206.335	2461.0887	0.9889
Curto-circuito	0.230	5492.8755	1.246	0.9558
Problemas elétricos	0.264	641930.023	2671.187	0.8702

A seguir são apresentados os gráficos referentes aos quatro modos de falha encontrados para o sub-sistema elétrico nas Figuras 5, 6, 7 e 8.

Figura 5 - Dados do modo de falha 'painel elétrico' por estações - aplicando Weibull com três parâmetros e o melhor estimador (mean rank) foram obtidos os parâmetros : $\beta = 0.696$; $\theta = 37371.703$ min; $t_0 = -334.872$ min; $R^2 = 0.9857$.

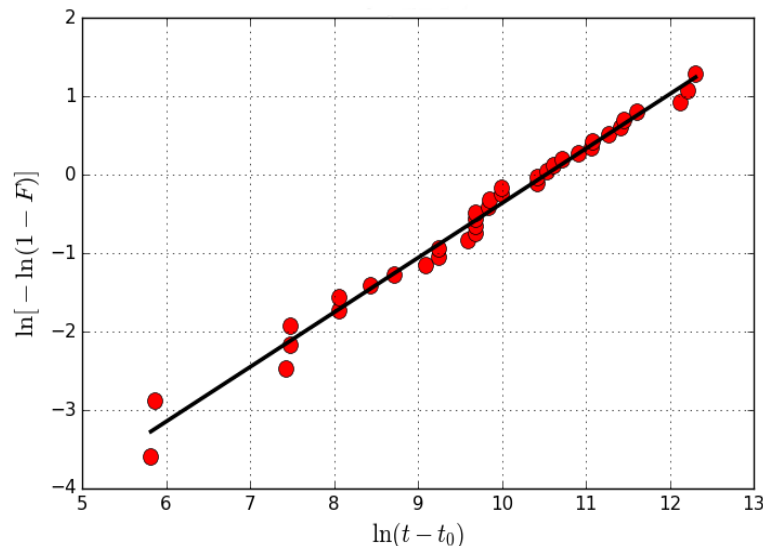


Figura 6 - Dados do modo de falha 'curto-circuito' - aplicando Weibull com três parâmetros e o melhor estimador (mean rank) foram obtidos os parâmetros: $\beta = 0.230$; $\theta = 5492$ min; $t_0 = 1.25$ min; $R^2 = 0.9558$.

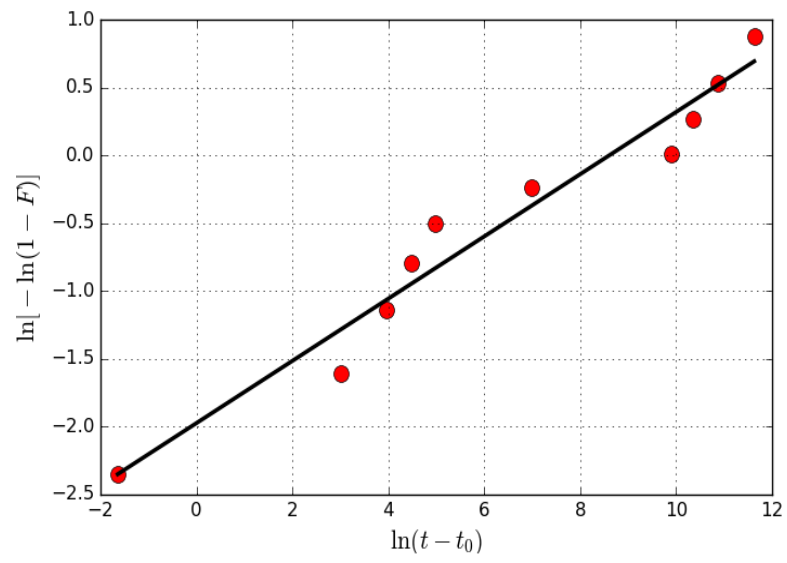


Figura 7 - Dados do modo de falha 'fusível queimado' - aplicando Weibull com três parâmetros e o melhor estimador (*mean rank*) foram obtidos os parâmetros: $\beta = 0.636$; $\theta = 108206$ min; $t_0 = 2461$ min; $R^2 = 0.9889$.

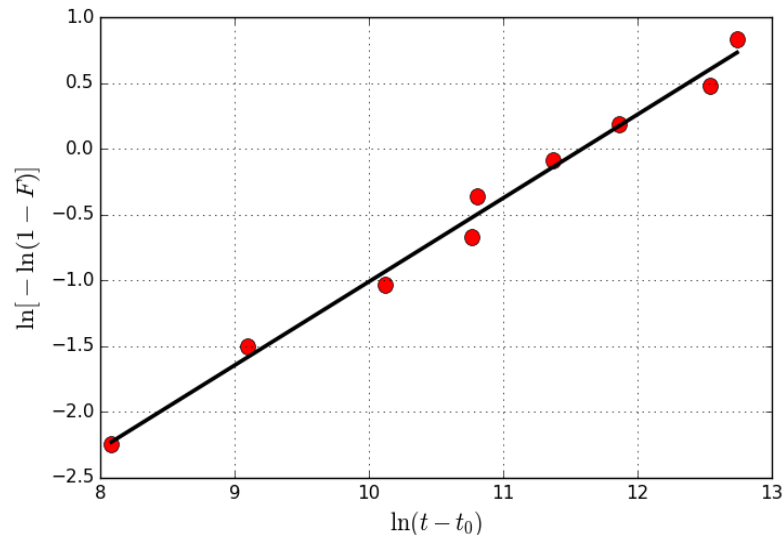
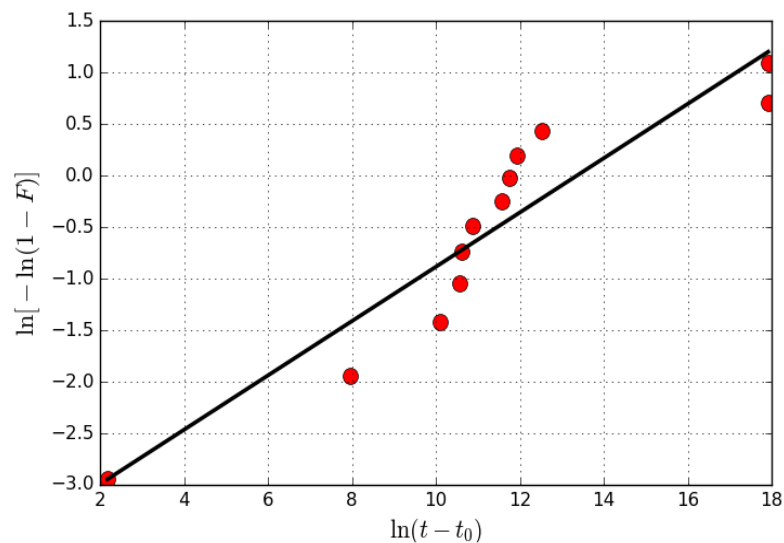


Figura 8 - Dados do modo de falha 'problemas elétrico' - aplicando Weibull com três parâmetros e o melhor estimador (*mean rank*) foram obtidos os parâmetros: $\beta = 0.264$; $\theta = 641930$ min; $t_0 = 2671$ min; $R^2 = 0.8702$.



Como é possível verificar na última coluna da Tabela 5, os resultados dos ajustes do modelo obtidos quando se declara um modo de falha genérico (problemas elétricos) comparado a um reporte de problemas elétricos mais específicos (Curto-circuito, queima de fusível) geram ajustes piores. Quanto mais específico os modos de falhas melhor é a adequação da distribuição.

A falha do Painel Elétrico não pode ser considerada um modo de falha, uma causa de falha ou um mecanismo de falha. O que está sendo declarado é o elemento do sistema que

falhou, que pode ter ocorrido por várias causas, vários processos que levaram a falha ou por modos de falha diferentes.

O modelo probabilístico de confiabilidade Weibull foi ajustado com sucesso na maioria dos dados tempos de operação entre estados falhos dos modos de falha analisados. Os coeficientes de determinação R^2 das análises alcançaram em sete das oito destas análises valores superiores a 0.94 indicando uma boa qualidade do ajuste.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O detalhamento dos dados de falha levou a resultados do ajustes ao modelo muito melhores ao encontrado no trabalho anteriormente apresentado em 2016 ($R^2 = 0.872$) que se aplicava a todos os modos de falhas de todas as estações. Isto demonstra que para ter uma melhor previsibilidade do momento de falhar a adequação dos dados de entrada é fundamental.

A necessidade de revisão das planilhas com os dados de falha apontam para uma série de inadequações, dentre elas:

- a) a coleta deveria ter o terno de falha Causa - Modo de falha- Efeito;
- b) as planilhas não informam de maneira segregada se o motivo da manutenção no sistema é por falha ou para a realização de atividades de prevenção do equipamento;
- c) as ordens de manutenção possuem datas, de início e término incoerentes com as datas de operação;
- d) os dados de tempo de operação do sistema não estão claramente definidos sendo necessária uma inferência pelos tempos de não operação;
- e) a falta de reportes de funcionamento e rotatividade de equipamentos nos locais (estação) da instalação;
- f) os modos de falhas declarados como causas;
- g) as falhas são cadastradas sem um detalhamento correto da identificação do equipamento;
- h) a falta de preenchimento dos acontecimentos em tempo real, ocorrendo diferenças de meses entre a data da ocorrência e seu registro;
- i) a falta de uma nomenclatura padronizada para as denominações de falhas e paradas.

É relevante mencionar que houve a oportunidade de entrevistar empresas que usam sistemas computacionais iguais ou semelhantes em outros setores econômicos (mineração, siderurgia, geração elétrica, transportes ferroviários, transportes terrestres). Como resultado destas entrevistas foi verificado que as outras empresas tem uma situação quanto ao seu processo de coleta de dados para as avaliações de confiabilidade muito parecida com as condições encontradas da empresa do estudo de caso. As entrevistas tinham uma preocupação

comparativa dos fatos, mas sem aprofundamento das causas seriam comuns a todos os setores ou mesmo similares às da empresa de referência.

5 CONCLUSÃO

Como foi demonstrado, para obter uma previsão da confiabilidade dos sistemas é necessário ter informações consistentes dos tempos de operação, coerentes com uma lógica de causa e efeito e desenvolver um detalhamento para representar melhor o evento de falha específico que ocorre. O processo proposto para análise dos dados mostrou ser consistente para aplicação a outras avaliações.

Através da observação dos aspectos mencionados, uma melhor metodologia de organização e padronização precisa ser aplicada na concessionária, pois como foi constatado a falta de padronização no sistema acarreta dificuldade da coleta e interpretação de dados.

Através dos dados apresentados neste trabalho pode-se observar a ineficiência de alguns equipamentos. Porém a identificação destes problemas só foi possível após a reorganização dos dados e da inferência de algumas condições sobre o levantamento dos dados na empresa, o que pode causar uma insegurança dos ajustes dos dados com a realidade.

Com uma melhor apresentação dos dados e uma determinação melhor das ineficiências do sistemas é possível priorizar as ações de manutenção evitando problemas diversos para a concessionária e conseqüentemente para a população atendida pela empresa.

Não foram esgotadas as causas que levam a atual situação, podendo vir a ser um objeto de estudo de novos trabalhos de aprofundamento.

Como foram verificadas situações em outras empresas de outros setores bem distintos dos sistemas de tratamento de esgotos, é possível generalizar os resultados encontrados, porém sem generalizar ainda as causas comuns das inconsistências dos dados.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Edilson M; COSTA, Ana L B; FILHO, Celso L S F. Análise de confiabilidade de instalações industriais de recalque de esgotos por meio da distribuição Weibull. In: SEMOC, 19, Salvador, 2016.

L. Goel, G.B. Shrestha, A versatile tool for electric substation reliability assessment, *Computers & Electrical Engineering* 28 (2002) 561–576.

Louit, D. M. and Pascual, R. and Jardine, A. K S, "A practical procedure for the selection of time-to-failure models based on the assessment of trends in maintenance data", *Reliability Engineering and System Safety* (2009), 1618--1628.

RAMAKUMAR, R. *Engineering Reliability: Fundamentals and Applications*. New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

Troyer, Drew, 2014. *Reliability Engineering Principles for the Plant Engineer*, 25. November. <http://www.reliableplant.com/Read/18693/reliability-engineering-plant>.

Zhang, Q., Hua, C., and Xu, G. A mixture Weibull proportional hazard model for mechanical system failure prediction utilising lifetime and monitoring data. *Mech. Syst. Signal Process.*, 2014, 43, 103-112.

Almalki, Saad J. and Yuan, Jingsong, "A new modified Weibull distribution", *Reliability Engineering and System Safety* (2013), 164--170.

Rausand, Marvin and Hsyland, Arnljot, "System Reliability Theory: Models, Statistical Methods, and Applications", *Wescon/96* (2004).



CULTURA DA PINHA (*ANNONA SQUAMOSA L.*) NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA BA E SUA EQUIDADE.

Adriano Pinto Galvão¹

RESUMO

O município de Presidente Dutra Ba, principal produtor de pinha da Bahia concentra se uma prática de cultivo cada vez mais tecnificado, esse mesmo, vem trazendo avanços econômicos e por outro lado uma parcela de impactos ambientais cada vez mais notórios. A equidade vem sendo perdida no município, onde valores culturais antes priorizados em uma cultura de subsistência vêm sendo trocada por grandes áreas cultivadas.

Palavras-chaves: Presidente Dutra. Equidade. Sustentável. Impacto.

SUMMARY

The municipality of Presidente Dutra Ba, the main pine nut producer in Bahia, concentrates on an increasingly cultivation practice, which has brought economic advances and, on the other hand, a share of environmental impacts that are increasingly notorious. Equity has been lost in the municipality, where cultural values prior prioritized in a subsistence culture has been exchanged for large cultivated areas.

Keywords: President Dutra, equity, sustainable, impact.

1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Em 1962, o então distrito de Lagoa de Canabrava foi emancipado com o nome de Presidente Dutra em homenagem ao ex-presidente Eurico Gaspar Dutra; localizada na região norte do Estado da Bahia, distante a 496 km da capital (Salvador) é conhecida no cenário nacional como sendo a capital mundial da pinha.

A população estimada do município nesse ano de 2016 é de 15699 habitantes, sendo que em 2010 era 13750. Sua área de unidade territorial é de 163,546 km² em 2015 e com densidade demográfica 84,07 hab/km² (IBGE, 2016).

Na Bahia seu principal produtor é a cidade de Presidente Dutra considerada a “Capital da Pinha” (CODEVASF, 2014), onde o cultivo é realizado tanto por pequenos agricultores,

¹ Engenheiro Agrônomo - Fazenda Ouro Branco. Distrito de Canaozinho, Presidente Dutra Ba. Mestrando em Planejamento Ambiental. UCSal; Salvador Ba. 2016.

que empregam, principalmente, a mão de obra familiar, e em maior número por médios e grandes produtores.

A cultura da pinha é sem dúvida de fundamental importância para a cidade gerando empregos diretos e indiretos. É utilizada mão de obra desde o manejo da planta através de poda, polinização, colheita até seu beneficiamento com embalagens, carregamento entre outros.

Com 700 hectares irrigados e 1.000 hectares em sequeiro (SEAGRI, 2010), a cidade de Presidente Dutra, localizada no Território de Irecê, com Latitude 11°18'15'' Sul, Longitude 41°59'12'' Oeste e Altitude de 672 o maior produtor do estado, sendo a pinha muito importante para o município, haja vista, por exemplo, a geração de, aproximadamente dois mil empregos diretos e dois mil indiretos, e de receita quatro vezes maior que o Fundo de Participação do Município.

Essa região possui características ideais para o cultivo da pinha, bem adaptada ao clima quente, pouca chuva, número de horas de incidência de raios solares e estação seca bem definida, onde, na safra (2008/2009) totalizou mais de 30 mil toneladas desse fruto, apresentando um aumento de 60% em relação ao ano anterior (SEAGRI,2010).

Atualmente são produzidos cerca de 50 mil toneladas por ano numa área de 45 mil hectares sendo metade em regime de sequeiro e a outra irrigada, o que gera cerca de 4 mil empregos diretos e indiretos correspondendo a 70 % de renda do município.

Em se tratando em aspectos produtivos, pode se afirmar que a maior viabilidade produção da pinha ocorre por meio de irrigação, onde pode se obter 2 safras por ano, fator esse que produz frutos em período de entre safra, conseqüentemente maior rentabilidade.

2 DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO X IMPACTOS AMBIENTAIS

A produção de pinha em Presidente Dutra é exportada para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Recife, Salvador e outros. O município é responsável por 90% da produção no Estado, possuindo atualmente nos pomares quase dois milhões de pés de pinhas plantados, os quais geram na economia do município mais de 14 milhões de reais por ano.

O cultivo da pinha no município alavanca o desenvolvimento da cidade, onde, pequenos produtores de pinha de sequeiro (produzida pela chuva) começam a se aprimorarem em sistemas mais tecnológicos deixando de lado todo o seu valor cultural de subsistência.

Muitas informações demonstram a importância da pinha para o desenvolvimento da economia da região e, principalmente, para os agricultores, entretanto; muitos produtores já sofrem com a escassez de água no subsolo o que acaba inviabilizando o cultivo irrigado.

A água captada para irrigação no município é na sua totalidade através de poços tubulares, onde não se tem avaliação previa da área do município com profissionais capacitados com geólogos, agrônomos.

Muitas propriedades do município se encontra com inúmeros poços tubulares centralizando grandes propriedades de terra irrigada, o que acaba desmistificando áreas que antes era habitada por pequenos produtores que utilizavam como forma de fonte de renda sustentável.

Há casos de muitos pequenos produtores que deram início ao desenvolvimento de suas propriedades com perfuração de poços tubulares para posterior irrigação da pinha e acabaram não tendo sucesso sendo obrigado a vender suas terras ou submissos a agricultores que tem muita água, resultando no aluguel da mesma, o que acaba marginalizando todo o desenvolvimento rural.

Quando se torna uma monocultura no município, a pinha como qualquer outra cultura necessita de cuidados especiais, dentre eles; o controle de pragas e doenças. Esse fato é tratado com desprezo pelos entes governamentais visto que ainda não há produtos registrados para a família da pinha de acordo com Correia e outros (1998).

Outro fato de suma importância para produção da pinha é a aplicação insumos e defensivos agrícolas. Esse último vale ressaltar a incidência de pragas principalmente em períodos secos e incidência de doenças em períodos de chuva.

Trata se de uma cultura de extrema aceitabilidade por parte do mercado consumidor e de alto valor oneroso. Por outro lado, não se tem incentivo para melhorar a qualidade da produção e conseqüentemente do produto que ira compor a mesa dos consumidores.

A aplicação de defensivos na cultura da pinha no município de Presidente Dutra esta sendo feita de forma desordenada, não se sabe o que está sendo combatido com determinado produto, uma vez que, o mesmo não tem indicação para essa cultura.

3 IGUALDADE DE DIREITO AMBIENTAL E CULTURAL DO CIDADÃO PRESIDUTENSE

O sistema de monocultura da pinha em Presidente Dutra trouxe um desenvolvimento pro município de forma a extinguir culturas de subsistência e tornar o povo cada vez mais

capitalista, onde, Henri Acselrad (2000) determina que é por meio de processos que novos fenômenos vão sendo construídos e expostos a esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como “ambientais”, e um esforço de unificação engloba-os sob a proteção do meio ambiente.

Com o desenvolvimento da cultura cria-se a urbanização da cidade, onde, de acordo com Ester Limonad (1999) deve ser compreendida como parte do processo geral de estruturação da sociedade e do território; um processo onde as desigualdades sociais e espaciais conjugadas a mobilidade espacial e setorial do trabalho contribuem para alterar o território.

O resultado de tudo isso é que pequenos agricultores estão deixando de plantar alimentos básicos para a sua sobrevivência (feijão, milho, mandioca, e outros), e em seus lugares estão apostando no plantio da pinha, acreditando que esta seja a solução para a sua estabilidade financeira, sem levar em conta os problemas que podem ser causados posteriormente pela monocultura.

Segundo Acselrad (2004), as abordagens convencionais seguem enfatizando os aspectos tecnológicos, legislativos e comportamentais relacionados a uma melhor gestão ambiental, sem estabelecer uma relação direta com a construção de uma cidadania mais justa ou com a consolidação de estratégias mais inclusivas e democráticas. Com isso há desenvolvimento da cidade e por outro lado perde-se toda a essência cultural.

A estratégia ancorada na noção de justiça ambiental, por sua vez, identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos, ou seja, o poder de grandes propriedades de terra na mão de poucos e a parcela de pequenos agricultores deslocando para a cidade para passarem por um processo de marginalização.

As novas condições gerais de produção e as tendências de distribuição espacial da população e das atividades produtivas contribuem para que a urbanização hoje se estenda além do assim chamado ambiente “construído”. (Limonad, 2005).

A pinha no seu desenvolvimento inicial pode ser consorciada com outras culturas como as de abóbora, melão, melancia e feijão-de-corda, sendo que estes não interferem no crescimento da planta; porém devido à falta de informação ou até mesmo de conscientização por parte de muitos agricultores, esses deixam de fazer o plantio da pinha consorciada com outras agriculturas e acabam contribuindo por implantar a monocultura em suas lavouras.

Não se pode negar que alguns agricultores que optaram pelo plantio somente da pinha tiveram, em um curto espaço de tempo, um rendimento bastante satisfatório em relação às

outras culturas, porém deve ser ressaltado o alto investimento que se faz necessário, principalmente na agricultura de pinha irrigada, que é a mais rentável das agriculturas em função de permitir a produção já a partir do segundo ano, embora a produção comercial só se efetive a partir do terceiro ano.

Ao observar a área agrícola do município, percebemos claramente a predominância do cultivo de pinhas em relação às outras lavouras, são centenas de hectares destinados somente ao cultivo da pinha, tendo como destaque o cultivo da pinha irrigada. O sistema de irrigação utilizado nas lavouras do município se dá através da perfuração de poços artesianos com profundidade entre 70 a 100 metros, onde a água é sugada do lençol freático através de bombas elétricas em sua maioria, que faz com que a água chegue ao tronco da planta através de mangueiras apropriadas para esse tipo de irrigação.

É notória a falta de uma política de sustentabilidade perante as práticas utilizadas pelos irrigantes de pinha e de outras lavouras no município. Sabe-se que hoje o município enfrenta um grave problema com a redução de água no lençol freático e, no entanto, aumenta-se o número de poços artesianos; fala-se em racionalização da água e o que observamos é o seu desperdício. O manejo inadequado e o aumento acelerado das plantações de pinha e de outras lavouras poderão levar, num futuro não tão distante, na escassez das águas subterrâneas, no aumento da degradação provocada pela monocultura e, sobretudo, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos que é lançado em grandes quantidades no meio ambiental.

4 CONCLUSÃO

Diante dos fatos mencionados é notório a necessidade da tecnologia e indispensável para melhoria de vida. A cultura da pinha em Presidente Dutra avançou muito tecnologicamente nos últimos anos, fator esse que vem desenvolvendo o comércio municipal e a rentabilidade de todos os adeptos a esse setor de produção. Por outro lado, faz-se necessária conscientização e noções de sustentabilidade, como também uso racional da água e solo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental - novas articulações entre meio ambiente e democracia, 2000. Disponível em < <http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/userfiles/17/file/JAnovasarticula-coes-%20ms.pdf> > Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. Justiça ambiental - ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-40.

CODEVASF (Brasília, DF). Censo frutícola da Codevasf, 2014. Disponível em <<http://www.codevasf.gov.br/frutic/faseprod.asp>> Acesso em 05 nov. 2016.

CORREIA, G. de A. F.; MARIA, C. S. A.; ASSIS, de F. C.; TAVARES, F. de S. **Instruções Técnicas para o Cultivo da Ateira**. Embrapa Agroindústria Tropical: Fortaleza. N° 01, dez./98, p.1-9.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil em síntese: município Presidente Dutra- BA. Disponível em <<http://cod.ibge.gov.br/MHS 2016>> Acesso em 05 nov. 2016.

LIMONAD, E. **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização**. GEOgraphia- Ano 1N.1-1999.

LIMONAD, E. **A Cidade Entre a Urbanização e a Sub-Urbanização do Território**. XI Encontro da Associação Nacional Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional- ANPUR. Salvador: 2005

SEAGRI – SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. Cultura- Pinha. Disponível em <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias>>. Acesso em 12 mar. 2015.

DESENVOLVIMENTO HUMANO: TECNOLOGIAS PARA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Ana Paula Mendes Geitenes¹

RESUMO

Neste trabalho são relacionadas e discutidas as alternativas tecnológicas para tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde. Trata-se de um estudo descritivo simples, de cunho bibliográfico e são caracterizadas essas tecnologias para tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde em países em desenvolvimento, visando a obtenção de informações para a elaboração de parâmetros de adequada gestão destes materiais. Os achados indicam que as alternativas tecnológicas para o tratamento dos RSS têm suas vantagens e desvantagens, no tocante ao gerenciamento do sistema, dos custos, do impacto ambiental e da eficiência de desinfecção. Cabe aos gestores dos RSS analisarem as necessidades exigidas pela instituição de saúde a qual representam e então decidirem por esta ou aquela tecnologia.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano. Tecnologias. Tratamento e disposição final dos resíduos de saúde.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, houve um aumento da preocupação com relação à gestão dos resíduos dos serviços de saúde (RSS) a nível mundial, tendo sido direcionado um esforço significativo no sentido da realização de uma gestão adequada e segura dos resíduos perigosos advindos dos serviços de saúde. Esta preocupação cresceu devido ao conhecimento obtido nas últimas décadas sobre os riscos impostos à saúde pública e ao meio ambiente por uma gestão inadequada dos RSS. Os resíduos gerados pelos serviços de saúde podem ser perigosos, tóxicos e até mesmo letais devido ao seu alto potencial de transmissão de doenças (MAVROPOULOS, 2010).

A contribuição de alternativas tecnológicas que viabilizem menor impacto ambiental sobre os meios físico, biótico e socioeconômico que constituem o meio ambiente, é uma necessidade urgente para a melhoria de qualidade de vida das populações sem a perda de qualidade de vida no atendimento prestado pelos serviços de saúde às populações.

¹ Discente do Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental(UCSAL), Professora assistente da Universidade Católica do Salvador.

Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter (ATLAS BRASIL, 2013).

O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre todas as pessoas, maior liberdade de expressão, entre outras. (ATLAS BRASIL, 2013).

A popularização da abordagem de desenvolvimento humano se deu com a criação e adoção do IDH como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB), hegemônico, à época, como medida de desenvolvimento (ATLAS BRASIL, 2013).

O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável (saúde), de ter acesso ao conhecimento (educação) e de poder desfrutar de um padrão de vida digno (renda).

Ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.

O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro.

A renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.

A relação positiva entre crescimento da renda e poluição é intuitiva, pois indivíduos com maior renda consomem mais e, portanto, geram, inevitavelmente, mais poluição. Sendo assim, a quantidade de resíduos que um habitante produz pode ser utilizada como indicativo de seu poder aquisitivo (DEMAJOROVIC et al., 2012).

A gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, resíduos sólidos são considerados como um dos componentes do saneamento básico, não tem merecido a atenção necessária por parte do poder público. Com isso, compromete-se cada vez mais a saúde da população, assim

como a degradação dos recursos naturais, do solo e dos recursos hídricos. A interdependência dos conceitos de meio ambiente, saúde e saneamento é hoje bastante evidente, o que reforça a necessidade de integração das ações desses setores em prol da melhoria da qualidade de vida da população brasileira (FEAM, 2008).

Tendo em vista a necessidade de uma destinação adequada para os resíduos dos serviços de saúde este estudo busca apresentar algumas alternativas tecnológicas relevantes para o tratamento e a destinação final dos RSS.

2 OS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Os resíduos de serviço de saúde constituem os resíduos sépticos os que contêm ou potencialmente podem conter germes patogênicos. São produzidos em serviços de saúde, tais como: hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias, clínicas veterinárias, postos de saúde etc. Este resíduo é constituído de agulhas, seringas, gazes, bandagens, algodões, órgãos e tecidos removidos, meios de culturas, animais usados em teste, sangue coagulado, luvas descartáveis, filmes radiológicos (GRIPPI, 2006).

Conforme explicitado acima por diversos autores, os resíduos de serviço de saúde (RSS) são oriundos das diversas atividades realizadas em unidades hospitalares que atendam a seres humanos, bem como, a animais não racionais, podendo esta, serem clínicas, laboratórios, farmácias, universidades que ofereçam cursos na área de saúde, dentre outros. Estes resíduos são classificados de acordo com sua origem, uma vez que, dependendo da unidade geradora, estes resíduos poderão ser encaminhados parte para reciclagem e compostagem, como papéis, plástico, papelão, vidro, lata, restos de alimentos, etc. e parte, encaminhado para incineração (o que seria o ideal, mas na realidade este não é o meio de destino mais utilizado), devido o seu alto grau de contaminação uma vez que em contato com o meio ambiente (solo, ar, água, animais – aqui incluídos todos os animais), pode ocasionar diversas enfermidades.

3 CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

O benefício da correta classificação dos resíduos de serviços de saúde (RSS) está em possibilitar a correta manipulação, por parte dos geradores, sem oferecer riscos aos trabalhadores, à saúde coletiva e ao meio ambiente.

De acordo com o Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (BRASIL, 2006) a classificação dos resíduos de serviço de saúde vem sofrendo um processo

de evolução contínuo, à medida em que são introduzidos novos tipos de resíduos nas unidades de saúde e como resultado do conhecimento do comportamento destes perante o meio ambiente e a saúde, como forma de estabelecer uma gestão segura com base nos princípios da avaliação e gerenciamento dos riscos envolvidos na sua manipulação.

A classificação para os resíduos de serviço de saúde, da RDC ANVISA nº 306/04, divide a geração de resíduos em cinco grupos, segue o Quadro 1.0 abaixo:

Quadro 1.0 - Classificação de RSS

Grupos	Especificação
A	Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção
B	Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente
C	Resíduos contaminados com radionuclídeos, provenientes de laboratório de análises clínicas, serviços de medicina nuclear e radioterapia.
D	Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares
F	Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como agulhas e lâminas de vidro, contaminados ou não.

Fonte: Adaptação de RDC ANVISA nº 306/04 e Resolução CONAMA nº 358/05

4 NORMAS E LEGISLAÇÕES REFERENTES AOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE

Segundo a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, normalização é a atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto. A ABNT possui algumas normas relativas ao controle dos resíduos dos serviços de saúde. Dentre estas, cabe destacar, conforme apresentado no Quadro 02:

Quadro 02: Relação das principais normas técnicas da ABNT sobre os resíduos de serviço de saúde.

Norma	Estabelece:
NBR 7.500	Símbolo de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de material;
NBR 7.501	Terminologia de transporte de resíduos perigosos;
NBR 7.503	Ficha de emergência para transporte de produtos perigosos;
NBR 7.504	Envelope para transporte de produtos perigosos
NBR 8.285	Preenchimento da ficha de emergência para o transporte de resíduos perigosos;
NBR 9.190	Classificação dos sacos plásticos para acondicionamento;
NBR 9.191	Especificação de sacos plásticos para acondicionamento;
NBR 12.807	Terminologia dos resíduos de serviço de saúde;
NBR 12.808	Resíduos de serviço de saúde;
NBR 12.809	Manuseio dos resíduos de serviço de saúde;
NBR 12.810	Coleta dos resíduos de serviço de saúde;
NBR 13.853	Coletoras para os resíduos de serviço de saúde perfurocortantes e cortantes.

Fonte: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10528&revista_caderno=5

Os resíduos dos serviços de saúde ganharam destaque legal no início da década de 1990, quando foi aprovada a Resolução CONAMA nº 006 de 19/09/1991 que desobrigou a incineração ou qualquer outro tratamento de queima dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde e de terminais de transportes e deu competência aos órgãos estaduais de meio ambiente para estabelecerem normas e procedimentos ao licenciamento ambiental do sistema de coleta, transporte, acondicionamento e disposição final dos resíduos, nos estados e municípios que optaram pela não incineração (BRASIL, 2006).

A Resolução CONAMA nº 283/01 dispõe especificamente sobre o tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde, não englobando mais os resíduos de terminais de transporte. Modifica o termo Plano de Gerenciamento de Resíduos da Saúde para Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS. Impõe responsabilidade aos estabelecimentos de saúde em operação e àqueles a serem implantados, para implementarem o PGRSS.

Esta situação levou os dois órgãos a buscarem a harmonização das regulamentações. O entendimento foi alcançado com a revogação da RDC ANVISA nº 33/03 e a publicação da RDC ANVISA nº 306 (em dezembro de 2004), e da Resolução CONAMA nº 358, em maio de 2005. A sincronização demandou um esforço de aproximação que se constituiu em avanço na definição de regras equânimes para o tratamento dos RSS no país, com o desafio de considerar as especificidades locais de cada Estado e Município (BRASIL, 2006).

5 GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE

O gerenciamento dos RSS constitui-se em um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar, aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando a proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde, dos recursos naturais e do meio ambiente. Deve abranger todas as etapas de planejamento dos recursos físicos, dos recursos materiais e da capacitação dos recursos humanos envolvidos no manejo de RSS.

O Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é o documento que aponta e descreve as ações relativas ao manejo de resíduos sólidos, que corresponde às etapas de: segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final. Deve considerar as características e riscos dos resíduos, as

ações de proteção à saúde e ao meio ambiente e os princípios da biossegurança de empregar medidas técnicas administrativas e normativas para prevenir acidentes.

O PGRSS deve contemplar medidas de envolvimento coletivo. O planejamento do programa deve ser feito em conjunto com todos os setores definindo-se responsabilidades e obrigações de cada um em relação aos riscos.

Devem fazer parte do plano ações para emergências e acidentes, ações de controle integrado de pragas e de controle químico, compreendendo medidas preventivas e corretivas assim como de prevenção de saúde ocupacional. As operações de venda ou de doação dos resíduos destinados à reciclagem ou compostagem devem ser registradas.

6 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo simples, de cunho bibliográfico. A coleta de dados foi alcançada por meio de informações junto às bibliotecas eletrônicas PUBMED e SCIVERSE (Science Direct e Scopus) – Elsevier, utilizando descritores relacionados ao desenvolvimento humano, ao gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde, às tecnologias para o tratamento e disposição final de RSS, entre os anos de 2005 a 2017.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tratamento dos resíduos sólidos de serviços de saúde pode ser feito no estabelecimento gerador ou em outro local, observadas, nestes casos, as condições de segurança para o transporte entre o estabelecimento gerador e o local do tratamento. Há várias formas de se proceder ao tratamento: desinfecção química ou térmica (autoclavagem, microondas, incineração).

O potencial de destruição de microrganismos infecciosos foi o primeiro critério comparativo, a relação de fatores que afetam a eficácia do tratamento relacionados para cada método de tratamento, os impactos ambientais provocados, redução do volume/peso dos resíduos tratados, quanto a forma de manuseio dos resíduos pós tratamento, tipo de tratamento adicional necessário antes da disposição final de cada método utilizado, dentre outros critérios. Os autores pesquisados divergem em alguns pontos comparativos, isto em virtude das tecnologias terem prós e contras para sua adoção (MAVROPOULOS, 2010).

Vários critérios de comparação foram utilizados para a demonstração das alternativas tecnológicas de tratamento dos RSS inseridas na Tabela 1.0.

Tabela 1.0 – Comparação genérica de tecnologias para os resíduos dos serviços de saúde

CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO	AUTOCLAVE / TRATAMENTO TÉRMICO ÚMIDO	ONDAS ELETROMAGNÉTICAS (MICROONDAS E ONDAS DE RÁDIO)	DESINFECÇÃO QUÍMICA	INCINERAÇÃO À ALTA TEMPERATURA
DESTRUIÇÃO DE MICROORGANISMOS INFECCIOSOS	Pode alcançar Nível III de destruição (bom)			Destroi totalmente (ótimo)
FATORES QUE AFETAM A EFICÁCIA	<p>Temperatura e pressão.</p> <p>Embalagem inadequada</p> <p>Fragmentação para melhorar a eficácia.</p> <p>Comprimento do ciclo de tratamento.</p> <p>Remoção incompleta do ar da câmara.</p> <p>Tamanho da carga de resíduos.</p> <p>Pode demandar fragmentação adicional para destruir objetos pontiagudos.</p> <p>Razões éticas contra a destruição de partes do corpo</p>	<p>Conteúdo de umidade</p> <p>Potência da fonte de microondas.</p> <p>Duração da exposição</p> <p>Composição da mistura nos resíduos.</p> <p>Fragmentação para melhorar a eficácia.</p> <p>Relatos de que a eficiência das microondas decresce se o conteúdo líquido dos resíduos for > 10%, conteúdo de metais > 1% ou peças de metal > 0,2kg.</p> <p>Pode demandar fragmentação adicional para destruir objetos pontiagudos.</p> <p>Razões éticas contra a destruição de partes do corpo.</p>	<p>Concentração química.</p> <p>Temperatura Valor do pH.</p> <p>Tempo de contato com os produtos químicos.</p> <p>Mistura adequada com os produtos químicos é importante a fragmentação.</p> <p>Desinfetantes podem ter interferência dos compostos orgânicos presentes nos resíduos.</p> <p>Pode demandar fragmentação adicional para destruir objetos pontiagudos.</p> <p>Razões éticas contra a destruição de partes do corpo.</p>	<p>Mistura adequada.</p> <p>Conteúdo de umidade dos resíduos.</p> <p>Enchimento da câmara de combustão.</p> <p>Tempo de permanência.</p> <p>A incineração destrói todos os objetos pontiagudos e torna os resíduos irreconhecíveis</p> <p>A incineração destrói todas as partes do corpo e torna os resíduos irreconhecíveis</p>
IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE	<p>Pode gerar compostos orgânicos voláteis tóxicos, formaldeídos, vapor de mercúrio e outras emissões atmosféricas não caracterizadas.</p> <p>Gera odores desagradáveis e sujeitos a objeções.</p> <p>Gera esgoto da condensação. O esgoto pode ser considerado como resíduo químico e tratado como tal.</p>	<p>Pode gerar compostos orgânicos voláteis tóxicos, formaldeídos, vapor de mercúrio e outras emissões atmosféricas não caracterizadas.</p> <p>Pode ser produzida uma pequena quantidade de esgoto pela condensação. O esgoto pode ser considerado como resíduo químico e tratado como tal.</p> <p>Pode gerar odores.</p>	<p>Pode gerar compostos orgânicos voláteis tóxicos, formaldeídos, vapor de mercúrio e outras emissões atmosféricas não caracterizadas.</p> <p>Desinfetantes podem reagir com resíduos químicos e produzir substâncias químicas desconhecidas.</p> <p>Será produzida uma grande quantidade de esgoto, considerado como resíduo químico e tratado como tal.</p>	<p>Compostos orgânicos voláteis tóxicos serão incinerados.</p> <p>Entretanto, podem ser formados dioxinas e vapor de mercúrio.</p> <p>Todos os poluentes atmosféricos devem ser removidos por equipamento apropriado para a redução da poluição.</p>
REDUÇÃO DO PESO DOS RESÍDUOS TRATADOS	Não pode reduzir o peso dos resíduos. O peso pode aumentar devido à adição de destruidor/valor ou produtos químicos.			A incineração reduz o peso dos resíduos em mais de 90%.
REDUÇÃO DO VOLUME DOS RESÍDUOS TRATADOS	Não pode reduzir significativamente o volume de resíduos a menos que seja utilizado fragmentador ou compactador após o tratamento.			A incineração reduz o volume dos resíduos sem fragmentação.
MANUSEIO DOS RESÍDUOS TRATADOS	Os resíduos tratados devem ser depositados em aterros ou incinerados. Os resíduos tratados que podem ter sido contaminados com quantidades residuais de produtos químicos, farmacêuticos, drogas citotóxicas devem ser adequadamente dispostos.			A cinza do fundo deve ser disposta em aterro sanitário.
TRATAMENTO ADICIONAL NECESSÁRIO ANTES DA DISPOSIÇÃO FINAL	<p>Fragmentação e compactação / enfardamento antes do envio para o aterro.</p> <p>Os resíduos devem ser secos ou transportados em veículos / containers impermeáveis antes do envio para o aterro.</p>	<p>Fragmentação e compactação / enfardamento antes do envio para o aterro.</p> <p>Os resíduos devem ser secos ou transportados em veículos / containers impermeáveis antes do envio para o aterro.</p>	<p>Fragmentação e compactação / enfardamento antes do envio para o aterro.</p> <p>Os resíduos devem ser secos ou transportados em veículos / containers impermeáveis antes do envio para o aterro.</p>	<p>Fragmentação e compactação / enfardamento antes do envio para o aterro.</p>
OUTROS CRITÉRIOS	A autoclave é um método tradicional de tratamento de culturas microbiológicas em laboratórios clínicos.	As instituições médicas estão familiarizadas com este método.	Algumas instalações exigem desinfetantes patenteados, o que pode ser caro e não flexível no uso de outros desinfetantes.	Existe potencial para a recuperação de calor. Pode tratar todos os tipos de resíduos médicos sem a necessidade de uma segregação rigorosa nos hospitais e clínicas.

Fonte: Elaboração das autoras

Com relação ao critério destruição de microrganismos infecciosos, os métodos de tratamento como autoclave, microondas e desinfecção química alcançam assim um bom nível de destruição desses agentes patogênicos.

Vários fatores podem afetar a eficácia do uso das tecnologias para tratamento dos RSS, tais como:

Autoclave: temperatura e pressão inadequadas, embalagem inapropriada podem afetar a penetração do vapor, muitas vezes se faz necessária a fragmentação para melhorar a eficácia, o comprimento do ciclo, a incompleta remoção do ar da câmara, objetos pontiagudos demandam de fragmentação adicional, após a desinfecção, em cargo da utilização de vapor d'água, pode acontecer um aumento do tamanho da carga de resíduo (peso/volume). Para tanto, algumas autoclaves congregam dispositivos mecânicos de compressão com o intuito de diminuir o volume e por razões éticas não se permite a utilização para destruição de partes do corpo (TAKAYANAGUI, 2005).

Microondas: o conteúdo de umidade, potência da fonte, duração da exposição, composição da mistura nos resíduos, fragmentação para melhorar a eficácia, a eficiência decresce se o resíduo apresenta conteúdo líquido > 10%, conteúdo de metais > 1% ou peças de metal > 0,2kg, pode demandar fragmentação adicional para destruir objetos pontiagudos e também por razões éticas não se permite a utilização para destruição de partes do corpo (TAKAYANAGUI, 2005).

Desinfecção química: depende da concentração química, da temperatura, valor do pH, tempo de contato com os produtos químicos, mistura adequada com os produtos químicos é, importante a fragmentação, desinfetantes podem ter interferência dos compostos orgânicos presentes nos resíduos, pode demandar fragmentação adicional para destruir objetos pontiagudos e também por razões éticas não se permite a utilização para destruição de partes do corpo (TAKAYANAGUI, 2005).

Incineração: mistura adequada, conteúdo de umidade dos resíduos, enchimento da câmara de combustão, tempo de permanência, destrói todos os objetos pontiagudos e todas as partes do corpo e torna os resíduos irreconhecíveis (TAKAYANAGUI, 2005).

Vários são os impactos ambientais para tratamento de RSS, as autoclaves, microondas e desinfecção química, são métodos que podem gerar compostos orgânicos voláteis tóxicos, formaldeídos, vapor de mercúrio e outras emissões atmosféricas não caracterizadas, somente as autoclaves e o microondas geram odores desagradáveis e sujeitos a objeções, gerando esgoto da condensação. O esgoto pode ser considerado como resíduo químico e tratado como tal (FEAM, 2008).

Na desinfecção química, os desinfetantes podem reagir com resíduos químicos e produzir substâncias químicas desconhecidas e será produzida uma grande quantidade de esgoto, considerado como resíduo químico e tratado como tal (FEAM,2008).

Os impactos ambientais do uso dos incineradores há formação de dioxinas e vapor de mercúrio e dos poluentes atmosféricos que devem ser removidos por equipamento apropriado para a redução da poluição (FEAM,2008).

Não há redução do peso dos resíduos tratados na autoclave, microondas e desinfecção química. O peso pode aumentar devido à adição do destruidor/valor ou produtos químicos. Já na incineração ocorre uma redução do peso dos resíduos em mais de 90%

Quanto ao volume dos resíduos tratados não reduzem, a menos que seja utilizado fragmentador ou compactador após o tratamento nas autoclaves, no uso de microondas e na desinfecção química, já na incineração ocorre redução do volume dos resíduos sem fragmentação.

Os resíduos tratados pelas autoclaves, no microondas e na desinfecção química devem ser depositados em aterros ou incinerados, já os resíduos que podem ter sido contaminados com quantidades residuais de produtos químicos, farmacêuticos, drogas citotóxicas devem ser adequadamente dispostas. Nos incineradores, a cinza do fundo deve ser disposta em aterro sanitário.

O tratamento adicional necessário antes da disposição final é a fragmentação e a compactação/enfardamento antes do envio para o aterro e os resíduos devem ser secos ou transportados em veículos/containers impermeáveis antes do envio para o aterro, no caso dos resíduos originados nas autoclaves, microondas e desinfecção química (BARTHOLOMEU, 2011).

A descontaminação com utilização de vapor em altas temperaturas (autoclavagem) é um tratamento que consiste em manter o material contaminado em contato com vapor de água. O processo inclui ciclos de compressão e de descompressão de forma a facilitar o contato entre o vapor e os resíduos. Este processo tem a vantagem de ser familiar aos técnicos de saúde, que o utilizam para processar diversos tipos de materiais hospitalares, é um método tradicional de tratamento de culturas microbiológicas em laboratórios clínicos (DIAZ, 2005).

Tratamento com utilização de microondas de baixa ou de alta frequência é uma tecnologia relativamente recente de tratamento de resíduo de serviços de saúde e consiste na descontaminação dos resíduos com emissão de ondas de alta ou de baixa frequência, a uma temperatura elevada (entre 95 e 105°C). Os resíduos devem ser submetidos previamente a processo de trituração e umidificação, as instituições médicas estão familiarizadas com o uso do microondas (DIAZ, 2005).

No caso da desinfecção química, algumas instalações exigem desinfetantes patenteados, o que pode ser caro e não flexível no uso de outros desinfetantes.

Os incineradores apresentam um potencial para a recuperação de calor, pode tratar todos os tipos de RSS sem a necessidade de uma segregação rigorosa nos hospitais e clínicas.

Quanto à disposição inadequada de RSS, por exemplo, despeja a céu aberto ou a queima não-controlada, aumenta o risco da propagação de infecções e da exposição a emissões tóxicas provenientes da combustão incompleta. Portanto, os resíduos dos serviços de saúde devem ser esterilizados ou incinerados antes de sua disposição (MAVROPOULOS, 2010).

Aterro sanitário é um processo utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo de forma segura e controlada, garantindo a preservação ambiental e a saúde pública. O sistema está fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas.

Este método consiste na compactação dos resíduos em camada sobre o solo devidamente impermeabilizado (empregando-se, por exemplo, um trator de esteira) e no controle dos efluentes líquidos e emissões gasosas. Seu recobrimento é feito diariamente com camada de solo, compactada com espessura de 20 cm, para evitar proliferação de moscas; aparecimento de roedores, moscas e baratas; espalhamento de papéis, lixo, pelos arredores; poluição das águas superficiais e subterrâneas.

Em vários países em desenvolvimento, os RSS são descuidadamente dispostos em lixões a céu aberto. Este é considerado um método inadequado de disposição de resíduos sólidos e se caracteriza pela simples descarga de resíduos sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente e à saúde. É altamente prejudicial à saúde e ao meio ambiente, devido ao aparecimento de vetores indesejáveis, mau cheiro, contaminação das águas superficiais e subterrâneas, presença de catadores, risco de explosões, devido à geração de gases (CH₄) oriundos da degradação do lixo (MAVROPOULOS, 2010).

A atual política da OMS (Organização Mundial da Saúde) reconhece a importância da redução e segregação efetivas dos RSS e também convocam a promoção de alternativas sem queima como uma estratégia de longo prazo (MAVROPOULOS, 2010).

No curto prazo, a política da OMS diz respeito a: maior reciclagem dos RSS, uso de dispositivos médicos livres de PVC e uso de alternativas de incineração de pequena escala para países de baixa renda.

No médio prazo, a política da OMS diz respeito a: redução das injeções desnecessárias, pesquisa sobre os perigos da dioxina e questões sobre incineração e exposição aos RSS.

No longo prazo, a OMS quer: aumentar o uso de tecnologias que não a incineração para a disposição final de RSS, apoiar países que desenvolvam e implementem planos,

políticas e legislação nacional sobre RSS, promoção dos princípios da gestão ambientalmente correta dos RSS, melhoria da alocação de recursos humanos e financeiros.

8 CONCLUSÃO

Com base numa análise das alternativas tecnológicas de países em desenvolvimento e na experiência dos autores, é evidente que a maioria dos países em desenvolvimento está cada vez mais consciente de que os RSS precisam de tratamento e destinação final adequados.

As políticas públicas de desenvolvimento nacional e regional devem incorporar uma visão mais proativa com a adoção da avaliação ambiental estratégica e o desenvolvimento de novos indicadores ambientais que permitam monitorar a evolução da ecoeficiência da sociedade. É importante, ainda, identificar ferramentas ou tecnologias de base socioambiental relacionadas ao desenvolvimento sustentável e responsabilidade total.

Todos os anos, são geradas quantidades relativamente grandes de resíduos potencialmente infecciosos e perigosos em estabelecimentos de saúde em todo o mundo. Infelizmente, a maioria dos países economicamente em desenvolvimento é limitada por uma série de fatores de gerenciamento adequado desses resíduos.

Do exposto, fica claro que as alternativas tecnológicas têm suas vantagens e desvantagens, no tocante ao gerenciamento do sistema, dos custos, do impacto ambiental e da eficiência de desinfecção. Cabe aos gestores dos RSS analisarem as necessidades exigidas pela instituição de saúde a qual representam e então decidirem por esta ou aquela tecnologia.

REFERÊNCIAS

ATLAS Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso: 30 jun. de 2017.

BARTHOLOMEU, D. B.; CAIXETA, J. V. Filho. **Logística Ambiental de Resíduos Sólidos**. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.182 p.

DEMAJOROVIC, J.; BENSON, G.R.; RATHSAM, A. A. **Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado**. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT11/jacupes_demajorovic.pdf>. Acesso em 15 jun. 2017.

DIAZ, L.F. et al. Alternatives for the treatment and disposal of healthcare wastes in developing countries. 25 (2005) 626–637.

FEAM- Fundação Estadual do Meio Ambiente. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde** / Fundação Estadual do Meio Ambiente. - Belo Horizonte: FEAM, 2008.

GRIPPI, S. **Lixo, reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

KOPP, M. P. et al. Gestão dos resíduos sólidos hospitalares: estudo de casos em hospitais do Rio de Janeiro e de São Paulo. **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 10, n. 13, p. 71-95, jan/jun. 2013.

MAVROPOULOS, A. **Estudo para gestão de resíduos de serviços de saúde no Brasil**, 2010. Disponível < www.abrelpe.org.br/arqfonts/estudo_gestao_saude.pdf >

NAIME, Roberto; SARTOR, Ivone; GARCIA, Ana Cristina. Uma abordagem sobre a gestão de resíduos de serviços de saúde. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 17-27, 2004.

PEREIRA, Suellen Silva. Resíduos de serviço de saúde: definição, classificação e legislação. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 93, out 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10528&revista_caderno=5>. Acesso em jul. 2017.

TAKAYANAGUI, A. M. M. **Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Saneamento saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Manole; 2005. p. 323-74.

TOWNEND, C.R. et al. Guidelines for the assessment of the sustainable use of resources and of wastes management at healthcare facilities. **Waste Management & Research** 2005; 23: 398-408.

INTERAÇÃO MEDICAMENTOSA CAUSADA PELOS FITOTERÁPICOS *ALLIUM SATIVUM*, *GINKGO BILOBA* E *VALERIANA OFFICINALIS* COM OUTROS MEDICAMENTOS

Cíntia Gomes de Santana¹
Patrícia Carla Barbosa Pimentel²
Mabel Barbosa Esteves³

RESUMO

No cenário atual onde é cada vez mais comum a busca por terapias alternativas e/ou complementares a tratamentos com medicamentos, a fitoterapia tem sido utilizada de forma intensiva e muitas vezes inadequada. Por ter origem em produtos oriundos de plantas medicinais, a fitoterapia muitas vezes é utilizada sem prescrição médica, pois acreditar-se que estas não possuem efeitos colaterais aos usuários por se tratar de produtos naturais. De fato, os fitoterápicos produzem resultados efetivos auxiliando na restauração, manutenção e promoção da saúde e do bem estar do paciente. Entretanto, os fitoterápicos podem promover interação com outros medicamentos, sintéticos ou não, e com isso, provocar aumento na resposta a ação esperada ou consequências inesperadas e indesejáveis levando a riscos graves que comprometem o bom funcionamento dos sistemas fisiológicos que compõem o organismo do ser humano. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica sobre possíveis interações medicamentosas envolvendo os princípios ativos do *Allium sativum*, *Ginkgo biloba* e *Valeriana officinalis* por se trata de fitoterápicos acessíveis comercialmente e indicados geralmente para tratamentos de hiperlipidemia e hipertensão arterial, distúrbios circulatórios e problemas de memória, insônia e ansiedade, respectivamente.

Palavras-chave: Fitoterapia. Interações medicamentosas. Drogas.

ABSTRACT

In the current scenario where the search for alternative therapies and / or complementary to drug treatments is increasingly common, phytotherapy has been used in an intensive and often inadequate way. Because it originates in products derived from medicinal plants, phytotherapy is often used without medical prescription, because it is believed that these have no side effects to users because they are natural products. In fact, herbal medicines produce effective results helping to restore, maintain and promote the health and well-being of the patient. However, herbal medicines may promote interaction with other medicinal products, synthetic or otherwise, and thus increase the response to expected action or unexpected and undesirable consequences leading to serious risks that compromise the proper functioning of the physiological systems that make up the human organism. This study is a literature review of possible drug interactions involving the active principles of *Allium*

¹ Bacharelada em Biomedicina, pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC).

² Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz e Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Farmácia; Iniciação Científica em Saúde e Meio Ambiente da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC).

³ Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Gama Filho, Mestrado e Doutorado em Química Biológica pelo Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Centro de Pesquisas Biomédicas – Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC).

sativum, Ginkgo biloba and Valeriana officinalis because they are commercially available herbal remedies and are generally indicated for treatments of hyperlipidemia and hypertension, circulatory disorders and memory problems, Insomnia, and anxiety, respectively.

Keywords: Phytotherapy. Drug interactions. Drugs.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual onde é cada vez mais comum a busca por terapias alternativas e/ou complementares a tratamentos com medicamentos, a fitoterapia tem sido utilizada de forma intensiva e muitas vezes inadequada. Por ter origem em produtos oriundos de plantas medicinais, a fitoterapia muitas vezes é utilizada sem prescrição médica, pois acreditar-se que estas não possuem efeitos colaterais aos usuários por se tratar de produtos naturais.

De fato, os fitoterápicos produzem resultados efetivos auxiliando na restauração, manutenção e promoção da saúde e do bem estar do paciente. Entretanto, esses podem promover interação medicamentosa com outros medicamentos, sintéticos ou não, e com isso, provocar aumento na resposta a ação esperada ou consequências inesperadas e indesejáveis levando a riscos graves que comprometem o bom funcionamento dos sistemas fisiológicos que compõem o organismo do ser humano.

O estudo teve com objetivo geral verificar a interação medicamentosa causada pelos fitoterápicos *Ginkgo biloba*, *Allium sativum* e *Valeriana officinalis*, com outros medicamentos descritos em literatura especializada na área de saúde, serão também abordadas também às ações, a farmacodinâmica e a farmacocinética, apresentando os efeitos fitoterápicos e colaterais. Tais fitoterápicos foram selecionados por serem medicamentos amplamente comercializados.

A utilização indiscriminada de medicamentos na atualidade, em especial, os fitoterápicos trazem à tona a discussão acerca dos perigos relacionados aos usos de medicamentos, de origem natural ou sintético, sem prescrição médica, como também das interações medicamentosas que podem ocorrer com a utilização de produtos de origem natural, mas que podem causar uma série de transtornos a saúde, quando associadas a determinados medicamentos. Pesquisas dessa natureza tornam-se relevantes, por ser um tema atual, e que permeiam outras discussões importantes como o uso racional de medicamentos.

ANTECEDENTES

As descrições antecedentes sobre plantas medicinais realizadas pelo homem recobram as escrituras e ao papiro de Ébers (ARGENTA et al., 2011); esse material foi descoberto nas adjacências da casa mortuária de Ramsés II, todavia pertence ao Egito, no século da Dinastia XVIII, e relata por volta de 100 doenças e a eficácia das ervas no seu tratamento bem como resultados efetivos. Foi identificado e inserido por Georg Ebers, sendo considerado pela primeira vez, em 1890, por H.Joachin.

A primeira definição sobre a utilização de plantas medicinais no Brasil foi realizada por Gabriel Soares de Souza, escritor do “Tratado Descritivo do Brasil”, em 1587. “O tratado retratava produtos medicinais usados por índios como “as árvores e ervas da virtude”. Com a vinda dos primeiros médicos portugueses ao Brasil, na colônia, diante da insuficiência de remédios utilizados na Europa, se fez necessária a compreensão da importância das plantas usadas pelos indígenas como medicamento (ARGENTA et al.,2011).

O maior entendimento das plantas medicinais no Brasil foi motivado por muito tempo pelos colonizadores, nativos e africanos. Nos dias atuais, as instruções e indicações sobre ervas de importância medicinal nos serviços de atenção básica a saúde aparenta estar em transformação, mas é indispensável uma modificação no modelo médico atual que deve consentir a adaptação da medicina tradicional para uma abertura á novas alternativas terapêuticas com resultados benéficos no auxílio da restauração da saúde do paciente como a fitoterapia (SARAIVA et al., 2015).

FITOTERAPIA

A fitoterapia é palavra que une dois radicais gregos: *Phyton*, que significa planta, e *teraphy*, tratamento. É, portanto, a terapia que define a aplicação de plantas medicinais em diversas formas farmacêuticas, sem o emprego de elementos ativos isolados, embora seja de origem vegetal (BRASIL, 2006).

Os Fitoterápicos são produtos capazes de atuar sobre receptores celulares promovendo alterações biológicas e fisiológicas a partir de componentes químicos presentes nos vegetais, em estado natural ou em preparações específicas; sendo assim pode se afirmar que todos os fitoterápicos possuem substâncias ativas capazes de atuarem sobre os receptores biológicos promovendo ação estimulatória ou inibitória (FERREIRA et al., 2014). É importante salientar que existe relação entre as definições de fitoterápicos e plantas medicinais, ambos têm conceituação diversa apesar de serem constantemente designados como sinônimos (FERREIRA et al., 2014).

São medicamentos formados por misturas complexas de compostos químicos, podendo ser ponderado por ações diversas e efeitos isolados, tais como os efeitos antagônicos ou sinérgicos com outros fármacos (TEIXEIRA e SANTOS, 2011); Além disso, muitos dos fitoterápicos possuem efeitos adversos diferentes, realizados através de estudos relacionados à análise de interações medicamentosas concomitante com outros medicamentos. Segundo Felten et al (2015) os fitoterápicos são produzidos pela matéria prima dos vegetais ativos e devem assim ser identificados e caracterizados pela capacidade de eficiência e dos perigos de toxicidade da sua utilização, bem como sua constância de qualidade e reprodutibilidade, portanto sua eficácia e segurança são sancionadas na farmacovigilância por meio de pesquisas etnofarmacológicas de uso e por documentações técnicas científicas em publicações ou em testes muito específicos.

IMPACTOS FISIOLÓGICOS

A utilização de plantas medicinais demonstrou no decorrer dos anos, que certas plantas desenvolvem substâncias potencialmente perigosas e, portanto, devem ser usadas com atenção aos perigos toxicológicos (JUNIOR e PINTO, 2005). Como exemplos destes efeitos adversos, tem-se o alho que pode provocar náuseas, vômitos, dermatite de contato. O uso excessivo de compostos com boldo pode promover irritação renal. O Sene ocasiona desconforto abdominal, perda de eletrólitos e água. Os fitoterápicos podem ainda provocar reações contrárias através das interações com outros medicamentos ou até mesmo alimentos (FERREIRA et al, 2014).

Com base no descrito, cabe questionar o mecanismo de interação dos fitoterápicos, *Ginkgo Biloba L*, *Allium Sativum*, *Valeriana Officinalis*, frente outros medicamentos.

Os fitoterápicos produzidos a partir dos compostos de alho, ginkgo biloba e valeriana tem importante relevância terapêutica, visto que tem potencial de promover respostas benéficas em casos de hipertensão arterial leve e estados de hiperlipidemia, problemas de memória e circulatórios, distúrbios do sono e ansiedade, respectivamente (NICOLLETI et al, 2007).

2 METODOLOGIA

O estudo trata de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo e de cunho exploratório, o qual teve como ferramenta, o material já publicado sobre em literatura especializada sobre o tema, no período de 2006 a 2016.

O levantamento dessas publicações foi realizado nos bancos de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BIREME), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Literatura Latino Americana e do Caribe em ciências da saúde (LILACS). Os artigos foram pesquisados no idioma português, inglês e espanhol, utilizando os descritores: interação medicamentosa, *Allium Sativum*, *Ginkgo Biloba* e *Valeriana Officinalis*.

Após as buscas realizadas, 33 artigos foram encontrados e selecionados de acordo com o título. Posteriormente, realizou-se uma análise criteriosa dos resumos e, por fim, foi feita a revisão integral dos artigos remanescentes. Durante a revisão completa, permaneceram os artigos que apresentavam algum dos fitoterápicos estudados que poderiam interagir com outros medicamentos.

Ao selecionar as fontes, foram consideradas como critérios de inclusão textos que avaliaram as interações dos medicamentos fitoterápicos e artigos que associavam fitoterápicos com outros medicamentos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O total de artigos encontrados e que mantinham alguma relação com os descritores; interações medicamentosas, alho, ginkgo biloba ou valeriana foram 33. Destes 33 artigos, 3 tratavam de valeriana officinalis, 3 tratavam sobre allium sativum, 3 tratava de ginkgo biloba L, 16 artigos tratavam de interação medicamentosa, 10 artigos falavam sobre interação medicamentosa, mas não tratavam sobre os fitoterápicos *Ginkgo biloba* L, *Allium Sativum* e *valeriana officinalis*.

Tabela 1- Artigos encontrados durante a pesquisa, por Tema e Ano.

QUANT. ARTIGOS	DESCRITORES	TÍTULO DO ARTIGO	REVISTA	ANO
3	Allium sativum	Importância do alho (<i>Allium Sativum</i> L.) na saúde humana.	Nutrição Brasil	2010
		<i>Allium Sativum</i> L. na prevenção e tratamento de doenças cardiovasculares.	Biologia e Farmácia (Biofar)	2012
		Uma abordagem dos efeitos terapêuticos do <i>Allium Sativum</i> (Alho) no sistema imunológico.	Revista Científica da FHO	2015
3	Ginkgo biloba	Interações entre fármacos e medicamentos fitoterápicos à base de ginkgo ou ginseng.	Revista Brasileira de Farmacognosia Brazilian Journal of Pharmacognosy	2008
		Phytoterapy: an intruduction to its history, use and application.	Rev. Bras. PL. Med.	2014
		A placebo Controlled, Double – blind, Randomized Trial of an Extract of <i>Ginkgo Biloba</i> for Dementia.	Jama	1997
3	Valeriana officinalis	Potenciais interações entre fármacos e produtos à base de valeriana ou alho.	Revista Brasileira de Farmacognosia Brazilian Journal of Pharmacognosy	2008
		<i>Valeriana Officinalis</i> : uma alternativa para o controle da ansiedade odontológica.	Stomatos	2010

		Valeriana Officinalis L., no tratamento da insônia e da ansiedade.	Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research	2015
9	Interação Medicamentosa	Plantas Medicinais: Cultura Popular Versus Ciência.	Vivências Ver. Eletrônica de Extensão da URI	2011
		Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.	Ministério da Saúde	2006
		C.M.M.A. utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu.	Ciência & Saúde Coletiva	2012
		Interações medicamentosas de fitoterápicos e fármacos: Hypericum perforatum e piper methysticum.	Revista Brasileira de Farmacognosia Brazilian Journal of Pharmacognosy	2005
		Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade.	Revista Brasileira de Farmacognosia Brazilian Journal of Pharmacognosy	2008
		A Fitoterapia e sua Inserção no Contexto da Atenção Básica.	Revista Saúde e Ciência on line	2015
		Interações Medicamentosas Associadas a Fitoterápicos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde.	Revista Inova Saúde	2015
		Uso Popular e Concepção sobre Plantas Medicinais.	Cad. Pesq.	2011
		Plantas Medicinais: Cura Segura	Química Nova	2005
6	Interação Medicamentosa	Farmacovigilância de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: uma breve revisão.	Revista Fitos	2015
		Principais Interações no uso de medicamentos fitoterápicos.	Infarma	2007
		A Implantação do programa de plantas medicinais e fitoterápicos no sistema público de saúde no Brasil: Uma Revisão de Literatura.	Ver. IPI	2015
		Interações medicamentosas potenciais em prescrições de pacientes hospitalizados.	Infarma	2003
		Fitoterápicos e Interações medicamentosas.	http://www.ufjf.br/proplamed/files/2011/05/Fitoter%C3%A1picos-e-Intera%C3%A7%C3%B5es-Medicamentosas.pdf	2016
		Livro: Rational phytotherapy A Physicians Guide to Herbal Medicine.	Fourth edition	2001

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 33 artigos encontrados nas bases de dados selecionadas, apenas 24 tratavam especificamente sobre o tema da pesquisa e atenderiam ao proposto nos objetivos do trabalho.

INTERAÇÕES: FITOTERÁPICOS X FÁRMACOS

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o conceito de planta medicinal está atrelado a todo e qualquer vegetal que contenha substâncias que possuam finalidades terapêuticas ou que ainda possam compor fármacos semissintéticos; um fitoterápico consiste, então, no produto da elaboração de dada planta medicinal com uma formulação específica (JUNIOR, PINTO e MACIEL, 2005).

Grande parte da população que utiliza terapêuticamente os compostos de plantas medicinais o faz com o propósito de evitar ou de integrar o uso destes com medicamentos pertencentes a alopatia, os quais são tidos como muito agressivos a fisiologia humana além de menos acessíveis financeiramente do que os fitoterápicos (LIMA et al., 2015).

Silveira, Bandeira e Arrais (2008), ressalta que os fitoterápicos devem ser utilizados com cautela, uma vez que, ainda que sejam drogas de origem vegetal, apresentam risco de toxicidade, especialmente a partir de interações medicamentosas com fármacos, e o índice de reações adversas tem crescido exponencialmente no Brasil. O uso simultâneo entre medicamentos fitoterápicos e fármacos pode promover interações medicamentosas nocivas ao organismo com consequências que envolvem a redução da resposta terapêutica de ambos, maximização de algum efeito adverso indesejado e até interferência direta no resultado de exames laboratoriais, levando a avaliação errônea por um laudo incorreto (LEAL; TELIS, 2015).

Cordeiro, Chung e Sacramento (2005) ressaltam se tratando de interações medicamentosas, a literatura de base remete a interferência de determinado fármaco na ação efetiva de outro, relação que também compreende a influência de um alimento numa ação medicamentosa; As interações podem ter caráter benéfico ao organismo quando sua ação auxilia no tratamento de patologias podendo reduzir efeitos adversos da medicação, prolongando o tempo de duração do efeito promovido pelo fármaco e pode ainda possibilitar a redução na dose do medicamento. Interações medicamentosas indesejáveis ocorrem quando viabilizam a redução no efeito ou uma resposta contrária à esperada, levando a uma elevação no surgimento de efeitos adversos e no custo da terapêutica; normalmente essas interações não são fáceis de serem detectadas e podem chegar a atuar diretamente na progressão de uma enfermidade. Existem fatores que influenciam nestes efeitos como predisposição genética, consumo de bebidas alcoólicas, fumantes crônicos e portadores de disfunções renal e hepática (SEHN et al., 2003).

As Interações entre fitoterápicos e fármacos, ou entre os componentes químicos que fazem parte da estrutura das plantas medicinais tem potencial para provocar mudanças nas concentrações plasmáticas do princípio ativo dos fármacos e desta forma alterar sua eficácia e segurança. Ainda se tratando das interações medicamentosas, estas podem se dar no âmbito da farmacocinéticas ou da farmacodinâmica.

Pela farmacocinética os ciclos que envolvem absorção, distribuição, metabolização e excreção do fármaco podem ser comprometidos, levando a situações de maximização ou diminuição dos efeitos desejados. Grande parte dos fármacos age a partir de sua ligação com receptores específicos e, de acordo com a relação farmacodinâmica, a presença simultânea num sistema fisiológico de fármacos e fitoterápicos pode ocasionar um nível de resposta alterada nos receptores com consequente modificação na resposta a partir de sinergismo ou antagonismo das substâncias presentes (ALEXANDRE; BAGATINI; SIMÕES, 2008)b.

Dentre uma variedade extensa de fitoterápicos a disposição em farmácias e até nos ambientes domésticos, a ginkgo biloba, o alho e a valeriana tem seus usos medicinais amplamente conhecidos, e pelo fácil acesso, devem ser melhor estudados no que concerne a seus mecanismos de ação e possíveis interações medicamentosas com outros compostos.

GINGKO BILOBA

Reconhecidamente, a ginkgo biloba foi descrita como uma árvore derivada da China, Coreia e Japão, vista por Charles Darwin como um fóssil vivo, um dos vegetais específicos mais ascendentes do mundo, com relatos de indicação de chás das folhas das árvores para fins medicinais durante o período de 1.436, no tempo da dinastia Ming (VOLKER E HANSEL, 2001). Para Alexandre et al., (2008)b. os componentes químicos de maior relevância na Ginkgo biloba são os flavonoides e os terpenóides, informação reafirmada por Bruning, Mosegui e Viana (2012) acrescentando ainda que o vegetal tem um número significativo de propriedades terapêuticas e antioxidantes que fornecem proteção contra o dano celular oxidativo por radicais livres nocivos; O fitoterápico retratado tem uma longa história de uso no tratamento de patologias do sistema circulatório e problemas de memória como o Alzheimer, uma vez que seu uso pode manter memória estimulada. Estudos laboratoriais demonstraram que a ginkgo biloba melhora a circulação sanguínea através da vasodilatação e auxilia na diminuição da viscosidade sanguínea ao deixar o sangue mais hialino (PIERRE LE BARS, 1997).

Segundo Teixeira e Santos (2011), a utilização simultânea de medicamentos fitoterápicos à base de ginkgo biloba com antiplaquetários ou anticoagulantes pode intensificar o risco de implicações hemorrágicas, por exacerbarem a fluidez sanguínea, além disso, o uso de ginkgo biloba poderá potencializar a ação do ácido acetilsalicílico presente em anticoagulantes como varfarina e heparina, além de anti-inflamatórios não esteroidais como ibuprofeno, aumentando o risco de sangramentos. A ginkgo biloba possui efeito antiisquêmico e ocasiona o relaxamento vascular por intermédio de óxido nítrico (FERREIRA et al., 2014). Nicoletti et al. (2007) retratam também que doses elevadas de ginkgo biloba podem promover hipertensão arterial quando administrado com alimentos que contem elevados níveis de proteína e as altas concentrações deste fitoterápico pode reduzir a fertilidade em homens e mulheres. A utilização crônica de compostos contendo ginkgo biloba paralelamente ao uso de antiinflamatórios também pode levar a sangramentos trato gastrointestinal (ALEXANDRE; BAGATINI; SIMÕES; 2008) b.

Tabela 2: Possíveis interações entre medicamentos a base de *Gingko biloba L.* e fármacos.

CLASSE FARMACOLÓGICA	FÁRMACO	POSSÍVEIS EFEITOS
Anticoagulantes orais e antiplaquetários	Varfarina	Aumento do risco de hemorragia
Antiinflamatórios	Ibuprofeno e Acido Acetilsalicílico	Aumento do risco de hemorragia
Antiipertensivos	Nifedipina	Aumento dos efeitos adversos o fármaco
Anticonvulsivantes	Valproato de sódio	Redução na eficácia do fármaco
Antipsicóticos	Haloperidol	Aumento dos efeitos terapêuticos

Fonte: (ALEXANDRE; BAGATINI; SIMÕES, 2008) b

ALHO

O alho (*Allium sativum*) é um fitoterápico ancestral; referências antecedentes a essa planta medicinal e culinária são detectadas em quadros de barros da suméria de 2.100 – 2.600 a.C. O alho era um medicamento interessante para os Egípcios antigos, destacando-se em 22 dos mais de 800 medicamentos listados no famoso papiro de Ebers (c.1550 a.C). Além das características antimicrobianas o alho foi aprovado pelos povos do Oriente e da Europa por suas implicações positivas nas patologias do sistema circulatório. Atualmente as aplicações de maior interesse são os efeitos antiateroscleróticos do alho que até então eram desconhecidos na medicina medieval e antiga (VOLKER e HANSEL, 2001). Contudo o alho é usado desde a época antiga com finalidades medicinais, devido basicamente aos seus parâmetros imunoestimulantes e antimicrobianos.

As pesquisas de Chagas et al. (2012) afirmam que atualmente já foram isoladas média de 30 substancias que compõem o *Allium sativum*, dentre estas estão compostos sulfurados e não sulfurados, sendo que a maior parte das respostas biológicas provocadas é consequência dos organossulfurados, dos quais os de maior relevância são a alina, a alicina e o ajoeno.

Tabela 3: Alguns compostos químicos do *Allium sativum* e sua atividade biológica.

Compostos Sulfurados	Atividade Biológica
Alina	Hipotensor, Antioxidante
Ajoeno	Hipolipemiante, Hipotensor, Antioxidante
Alicina	Antioxidante, Hipolipemiante
Compostos não Sulfurados	
Adenosina	Vasodilatadora, Hipotensora
Saponinas	Hipotensora
Selênio	Antioxidante

Fonte: Garcia Gómez & Sanchez Muniz,2000; Matsuura,2001.

O efeito terapêutico do alho tem eficácia comprovada em diversos sistemas fisiológicos, seu extrato é recomendado na dietoterapia de pacientes com imunossupressão, visto que pode estimular os mecanismos das imunidades celular e humoral. A ação benéfica do alho no sistema imunológico é também devido à alicina, que promove a proliferação de linfócitos T CD4+ e também dos macrófagos (LOZANO; BAGNE; DA HORA, 2015).

Uma dos efeitos mais conhecidos do alho é no combate a hipertensão arterial. A eficácia nesse quesito se dá pelo alho possuir mecanismos que liberam óxido nítrico, que tem ação vasodilatadora e outras suspeitas de que algumas das substâncias presentes no alho inibem a Enzima Conversora de Angiotensina (ECA), cuja principal função é converter a angiotensina I em angiotensina II que tem um potencial vasoconstrictor responsável pela hipertensão juntamente a outros fatores (CHAGAS et al., 2012).

Bordalo et al. (2010) ressaltam a importância dos componentes do alho como o selênio e compostos fenólicos viabilizam a eliminação de radicais livres por terem ação antioxidante enquanto outras substâncias são capazes de inibir a agregação plaquetária e deposição massiva de fibrina que juntos levam ao desenvolvimento da trombose e isquemia. O alho ainda é considerado cardioprotetor por auxiliar no tratamento de dislipidemias que podem gerar aterosclerose. Estudos concluíram que a ingestão de um dente de alho ao dia pode levar a redução efetiva de até 23 mg/dL dos níveis de colesterol LDL e total nos exames bioquímicos (CHAGAS et al., 2012).

O alho é capaz de exacerbar o efeito de medicamentos hipoglicemiantes (insulina) provocando uma redução exorbitante dos níveis de açúcar no sangue e também seu uso concomitante a administração do medicamento Saquinavir® (antirretroviral muito utilizado na terapia por HIV) induz a uma potencial redução na eficácia desse fármaco (NICOLETTI et al., 2007). De acordo com estudos deste autor, as reduções dos níveis de colesterol no sangue posteriormente a aplicação oral de suplementos incluindo alho, da mesma forma que a diminuição da hipertensão arterial, são aspectos que devem ser considerados e destacados, pois, serão intensificados quando utilizados com medicamentos que apresentem ações terapêuticas como corretores de dislipidemias (vastatinas) e os hipotensores (hidroclorotiazida), respectivamente.

VALERIANA

Valeriana officinalis é uma planta medicinal perene, cujo nome vem do latim “*valere*” que significa “bem estar”. Suas propriedades já eram estudadas no século IX por um médico egípcio e por volta do ano 1000 já se acreditava que poderia ser usada como medicamento

para tratamento de alterações e patologias neurológicas como a ansiedade e a epilepsia, somente a partir do final do século XVI passou a ser vista como eficiente no tratamento da insônia, o que ficou bem estabelecido no século XVIII (SOLDATELLI; RUSCHEL; ISOLAN, 2010).

A valeriana é utilizada no Brasil na composição de fitoterápicos para efeitos sedativos, ansiolíticos e tratamento da insônia. De suas raízes é extraído o óleo essencial que contém substâncias de finalidade terapêutica como valepotriatos (grupo químico instável de ésteres que possui atividade sedativa), ácido valerênico, flavonoides e aminoácidos livres como o ácido γ -aminobutírico (GABA). A administração terapêutica da valeriana promove uma elevação na síntese e concentrações de GABA nas fendas sinápticas, além de evitar sua degradação. O GABA é um neurotransmissor que tem papel no estresse e na ansiedade, agindo como principal inibidor do sistema nervoso central se ligando a receptores determinados levando a inibição que provoca sedação. A Valeriana contém ação sedativa que pode ser otimizado quando usada em conjunto com benzodiazepínicos (Rivotril, Diazepan), barbitúricos (Gardenal), narcóticos (Morfina), pequenos números de antidepressivos, álcool, e anestésicos propiciando assim maior tempo de sedação (NICOLETTI et al., 2007).

Segundo pesquisas de Vidal e Toledo (2015), a ação da valeriana como ansiolítica promove efeitos idênticos aos apresentados pelos pacientes que fazem uso oral de Diazepan®, sendo que, diferente deste último, a valeriana tem mínimo potencial de causar toxicidade e seus efeitos colaterais são imperceptíveis; Em relação a farmacodinâmica da valeriana, seu efeito auxilia na restauração do sono harmônico e natural, para pacientes com distúrbios do sono, após um período mínimo de uso entre 14 e 28 dias de terapia.

É importante ressaltar que no Brasil a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) submete todos os fitoterápicos a testes de qualidade, segurança, eficácia de ação e toxicidade; Estudos vêm sendo realizados pela indústria farmacêutica no desenvolvimento de pesquisas para se descobrir novos princípios ativos das plantas medicinais, assim como aprimorar aqueles já conhecidos com o objetivo de aumentar a sobrevida e a qualidade de vida das pessoas (FIRMO et al., 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a fitoterapia vem alcançando seu espaço entre as alternativas terapêuticas efetivas na promoção da saúde de muitos pacientes em todos os níveis de atenção básica à saúde. Portanto a perspectiva é que cresça ainda mais com as novas

descobertas científicas sobre o tema que se renova a cada dia; A interação fisiológica entre os fitoterápicos e os fármacos tradicionais deve ser mais profundamente pesquisada e caracterizada quanto a seus riscos, pois essa associação pode gerar resultados benéficos, pela potencialização do efeito sinérgico, ou resultados nocivos quando se tem um efeito contrário ao desejado e ainda com aumento de efeitos colaterais adversos. Esta revisão teve o objetivo de analisar apenas a literatura referente as interações medicamentosas do alho, valeriana e ginkgo biloba com outros medicamentos; no entanto, através de estudos mais recentes sabe se que o alho, a ginkgo biloba e a valeriana são vegetais cujas substâncias compõem muitos fitoterápicos bem comercializados por todo o mundo por terem ação eficaz em tratamentos de diferentes alterações biológicas. Entretanto plantas medicinais também possuem potencial de toxicidade além das variantes possíveis pelas interações medicamentosas. Deste modo, a divulgação de informações é essencial para o cuidado necessário no tratamento que deve trazer apenas resultados sadios as pessoas que se utilizam destes fitoterápicos.

REFERÊNCIAS

ARGENTA, Scheila Crestanello; ARGENTA, Leila Crestanello; GIACOMELLI, Sandro Rogério; CEZAROTTO, Verciane Schneider. Plantas Mediciniais: Cultura Popular Versus Ciência. **Vivências Rev. Eletrônica de Extensão da URI**. vol.7, n.12, p.51-60, 2011.

ALEXANDRE, RODRIGO F.; BAGATINI, Fabíola; SIMÕES, Cláudia M.O. Potenciais interações entre fármacos e produtos à base de valeriana ou alho. **Revista Brasileira de Farmacognosia Brazilian Journal of Pharmacognosy**. 18(3):455-463, 2008.

ALEXANDRE, Rodrigo F.; BAGATINI Fabíola; SIMÕES, Cláudia M.O. Interações entre fármacos e medicamentos fitoterápicos à base de ginkgo ou ginseng. **Revista Brasileira de Farmacognosia Brazilian Journal of Pharmacognosy**. 18(1):117126, 2008.b

BORDALO, Livia Azevedo; TEIXEIRA, Tatiana Fiche Sales; MARTINO, Hércia Stampini Duarte, RIBEIRO, Sônia Machado Rocha. Importância do alho (*Allium Sativum* L.) na saúde humana. **Nutrição Brasil**. 9(5), 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos. Brasília, DF. 2006.

BRUNING, Maria Cecília Ribeiro; MOSEGUI, Gabriela Bittencourt Gonzalez; VIANA, Cid Manso de Melo. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de cascavel e Foz do Iguaçu – Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**.17(10):2675-2685, 2012.

CORDEIRO, C.H.G; CHUNG, M.C; DO SACRAMENTO, L.V.S. Interações medicamentosas de fitoterápicos e fármacos: *Hypericum perforatum* e *piper methysticum*.

Revista Brasileira de Farmacognosia Brazilian Journal of Phamacognosy. 15(3):272-278,2005.

CHAGAS, Fabiana Campos; ZANETTI, Jaqueline Fonseca; DE OLIVEIRA, Vanessa Cruz; DONATINI, Raquel Dos Santos. Allium Sativum L. Na prevenção e tratamento de doenças cardiovasculares. **Revista de Biologia e Farmácia (Biofar)**. Issn 1983-4209 - vol. 07, n. 02, 2012.

FERREIRA, T. S; MOREIRA, C. Z; VICTORIANO, G; SILVA JR, W. F; MAGALHÃES, J.C. Phytoterapy: an introduction to its history, use and application. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Campinas, v.16, n.2, p.290 – 298, 2014.

FELTEN, Rafaela Dutra; MAGNUS, Karen.; DOS SANTOS, Lidiane; DE SOUZA, Alessandra Hubner. Interações Medicamentosas Associadas a Fitoterápicos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde. **Revista Inova Saúde**, Criciúma, vol.4, n.1,2015.

FIRMO, Wellyson da Cunha Araújo; DE MENEZES, Valéria de Jesus Menezes; PASSOS, Carlos Eduardo de Castro; DIAS, Clarice Noletto; ALVES, Luciana Patricia Lima; DIAS, Isabel Cristina Lopes; NETO, Marcelino Santos; OLEA, Roberto Sigfrido Gallegos. Contexto Histórico, Uso Popular e Concepção Científica sobre Plantas Mediciniais. **Caderno de Pesquisa São Luís**. V.18, especial, 2011.

Garcia Gomez, L. J.; Sanchez – Muniz, F. J (2000) Revisión: Efectos cardiovasculares del ajo (Allium Sativum L). **Arch Am Nutr**,50:219-229.

JUNIOR, Valdir F. Veiga; PINTO, Angelo C; MACIEL, Maria Aparecida M. Plantas Mediciniais: Cura Segura? **Química Nova**, vol.28, n.3, 519-528,2005.

LEAL, Leonardo Ramos; TELLIS, Carla Junqueira Moragas. Farmacovigilância de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: uma breve revisão. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, vol.9(4), 253-303,2015.

LIMA, Fagner Arruda de; DO BÚ, Emerson Araújo; SOARES, Monalisa Peixoto; DE ARAÚJO, Cristina Ruan Ferreira. A Fitoterapia e sua Inserção no Contexto da Atenção Básica. **Revista Saúde e Ciência on line**. 4(2):120-128, 2015.

LOZANO, Ana Flávia Quiarato.; BAGNE, Leonardo; DA HORA, Daisy Cristina Borges.Uma abordagem dos efeitos terapêuticos do Allium Sativum (Alho) no sistema imunológico. **Revista Científica da FHO**, Uniararas v.3, n.1/2015.

Matsuura, H. (2001) Saponins in garlic as modifiers of the risk of cardiovascular disease. **Journal of Nutrition**,131:1000S – 1005S

NICOLLETI, Maria Aparecida; JUNIOR, Marcos Antônio Oliveira; BERTASSO, Carla Cristina; CAPOROSSI, Patrícia Yunes; TAVARES, Ana Paula Libois Principais Interações no uso de medicamentos fitoterápicos. **Infarma**, v.19, nº 1/2,2007.

PIERRE, L. Le Bars, MD; MARTIN M. Kartz.; Nanci Berman; et.al. A placebo Controlled, Double – blind, Randomized Trial of an Extract of Ginkgo Biloba for Dementia. **Jama**,278 (16): 1327-1332,1997.

SARAIVA, Sarah Raquel Gomes de Lima.; SARAIVA, Henrique Cezar Costa; JUNIOR, Raimundo Gonçalves de Oliveira; SILVA, Juliane Cabral; DAMASCENO, Camila Mahara Dias; ALMEIDA, Jackson Roberto Guedes Silva; AMORIM, Elba Lúcia Cavalcanti. A implantação do programa de plantas medicinais e fitoterápicos no sistema público de saúde no Brasil: Uma Revisão de Literatura. **Rev.IPI**, vol.01, n.01, 2015.

SEHN, Rossano; CAMARGO, Aline Lins; HEINECK, Isabela; FERREIRA, Maria Beatriz Cardoso. Interações medicamentosas potenciais em prescrições de pacientes hospitalizados. **Infarma**, v.15, n. 9-10, 2003.

SILVEIRA, Patrícia Fernandes da; BANDEIRA, Mary Anne Medeiros; ARRAIS, Dourado Paulo Sérgio. Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade. **Revista Brasileira de Farmacognosia Brazilian Journal of Pharmacognosy**. 18(4):618 – 626, 2008.

SOLDATELLI, Mariana Varashin; RUSCHEL, Karoline; ISOLAN, Tânia Maria Pereira. Valeriana Officinalis: uma alternativa para o controle da ansiedade odontológica? **Stomatos**, v.16, n.30, 2010.

TEIXEIRA, João Batista Picinini.; DOS SANTOS, José Vinicius. Fitoterápicos e Interações medicamentosas. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/proplamed/files/2011/05/Fitoter%C3%A1picos-e-Intera%C3%A7%C3%B5es-Medicamentosas.pdf> Acesso em: 16 de nov de 2016.

VIDAL, Ranulfo José Lindolfo.; DE TOLEDO, Cleyton Eduardo Mendes. Valeriana Officinalis L., no tratamento da insônia e da ansiedade. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**, v.9, n.1, p.p. 78 – 83, 2015.

VOLKER, Schulz ; HANSEL, Rudolf; Tyler, Varro E. **Rational phytotherapy A Physicians Guide to Herbal Medicine**. Fourth edition, 2001.

PERFIL DA MORTALIDADE INFANTIL POR DIARREIA E GASTROENTERITES EM SALVADOR, BAHIA, 2005-2014

Bruna dos Reis Pereira¹
Grazielle Fioravanti²
Maísa Mônica Flores Martins³

RESUMO

Objetivo: o presente estudo visa analisar o comportamento da mortalidade infantil de menores de um ano por diarreia e gastroenterites na cidade de Salvador no período de 2005 a 2014. Métodos: trata-se de um estudo ecológico temporal, tendo como fonte dos dados os Sistemas de Informação em Saúde disponível no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Resultados: a mortalidade infantil em menores de um ano no período estudado apresentou tendência decrescente com maior concentração do coeficiente de mortalidade pós-neonatal evidenciando a relação desses óbitos com os fatores socioambientais analisados. Conclusão: a disseminação nacional dos programas e políticas de saúde, principalmente a campanha de imunização contra o rotavírus em 2006 pode ser apontada como um elemento de forte relação com o decréscimo significativo do coeficiente de mortalidade infantil a partir de 2006. Vale ressaltar a importância dos Sistemas de Informação em Saúde que possibilitam o monitoramento do estado de saúde da população e as condições socioambientais, assim como, apoiam as atividades de pesquisa e consequentemente, à criação de novas políticas e estratégias de saúde.

Palavras-chave: Mortalidade Infantil. Sistemas de Informação. Mortalidade. Diarreia Infantil.

ABSTRACT

Objective: This study aims to analyze the behavior of infant mortality of children under one year due to diarrhea and gastroenteritis in the city of Salvador from 2005 to 2014. Methods: this is temporal ecological study, having the data source Information Systems Available in the Department of Informatics of the Unified Health System (DATASUS). Results: infant mortality in children under one year of age presented decreasing trend, with a higher concentration of the post-neonatal mortality coefficient, evidencing the relationship with the socio-environmental factors analyzed. Conclusion: With national dissemination of health programs and policies, especially the rotavirus vaccination campaign in 2006, can be adapted to an element of force related to the significant decrease in the infant mortality rate of 2006. It is worth noting the matter of information In Health Systems that allow monitoring the health status of the population and social and environmental conditions, as well as support research activities, and consequently, the creation of new health policies and strategies.

Keywords: Child mortality. Information systems. Mortality. Childhood Diarrhea.

¹ Estudante de graduação de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador (UCSal). 41204-027, Salvador, BA, Brasil. E-mail: bruna.reis.pereira@hotmail.com

² Assistente Social e estudante de graduação de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador (UCSal). 40255-171, Salvador, BA, Brasil. E-mail: graziellefioravanti@gmail.com

³ Enfermeira, Professora da Universidade Católica do Salvador (UCSal), Doutoranda em Saúde Pública Pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Salvador, BA, Brasil. E-mail: maisamonica@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A atenção à saúde infantil é retratada com maior prioridade diante das ações de saúde das demais populações no Brasil, visto que as crianças apresentam uma maior fragilidade e dependência quando comparados aos adultos. A averiguação do coeficiente de mortalidade infantil (CMI) é essencial para a construção do conhecimento em saúde dessa população. Este coeficiente corresponde ao indicador que tem condições de melhor expressar os diferentes riscos de morte no primeiro ano de vida (PAIM et al., 1987).

A classificação desse indicador é estabelecida por uma relação entre o distanciamento ou aproximação dos valores obtidos nos países mais desenvolvidos, que geralmente apresentam taxas menores de 20%. A referência com as regiões mais desenvolvidas do mundo é devido ao fato desses países apresentarem menores índices de mortalidade e as melhores taxas de distribuição de renda, acesso a educação, saúde e outros demonstrando que os fatores socioeconômicos refletem significativamente nos padrões de saúde de uma sociedade e na determinação da saúde da criança (DUARTE, 2007).

Um dos agravos que mais contribuem para mortalidade infantil são a pneumonia e a diarreia, juntas são responsáveis por cerca de 40% de todas as mortes de crianças ao redor do mundo a cada ano, sendo a diarreia a segunda principal causa de morte entre essas crianças, havendo mais mortes por diarreia do que por AIDS, malária e sarampo juntas levando a um índice expressivo de quase um em cada cinco mortes, cerca de 1,5 milhões por ano (UNICEF & WHO, 2009).

No Brasil com base nos dados da lista de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP), fonte de dados que possui a intenção de avaliar a efetividade dos serviços prestados na Atenção Primária à Saúde (APS), avaliados a partir de 2008 (ano de publicação da lista), constatou-se que a pneumonia, as gastroenterites e a asma foram às principais causas de internações por condições sensíveis à atenção primária à saúde em crianças menores de cinco anos. Observou-se ainda que as Regiões Norte e Nordeste obtiveram as maiores taxas de ICSAP apresentando o menor produto interno bruto (PIB) per capita, as maiores taxas de analfabetismo, e condições desfavoráveis em relação a cobertura de esgotamento sanitário apresentando assim maiores taxas de mortalidade infantil (PEDRAZA; ARAUJO, 2017).

Diversos estudos sobre a mortalidade infantil vêm sendo produzidos ao longo do tempo. Em uma pesquisa de revisão de literatura ressalta que quase 50% dos principais estudos sobre a mortalidade infantil que são publicados no Brasil em periódicos da área de

Saúde Pública até 2006 são da Região Sudeste(DUARTE, 2007). Diante dessa perspectiva se faz necessário o desenvolvimento de estudos regionalizados sobre mortalidade infantil principalmente da Região Nordeste, levando em conta que esta região concentra um dos piores índices de desenvolvimento socioeconômico do país, sendo assim, mais fatores desfavoráveis à saúde, condições que favorecem ao aparecimento de doenças como a diarreia, que possui grande influência com fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais(DIAS et al., 2010).

Estudos sobre a mortalidade infantil e demais voltados à área de saúde, o pesquisador pode utilizar dos sistemas e das tecnologias de Informação que são ferramentas de fundamental importância para o controle das organizações de saúde.

Os sistemas de informação em saúde constituem-se em um conjunto de dados e informações que permitem aos profissionais e todas as pessoas envolvidas no âmbito da saúde, a produção de conhecimentos para sustentar o planejamento, o aperfeiçoamento e a tomada de decisões que contribuem para melhoria da qualidade dos serviços. A utilização de tecnologia possibilita integração dos dados e a padronização desses sistemas viabilizando a globalização, maior conectividade e acessibilidade às informações, além de contribuir para tornar o atendimento e os serviços de saúde mais eficazes e eficientes. Os sistemas e as tecnologias de informação em saúde fornecem suporte para a produção de pesquisas e trabalhos científicos à medida que esses sistemas são as principais fontes de coleta de dados secundários nas pesquisas em saúde (MARIN, 2010).

Perante este cenário, o objetivo do presente estudo é analisar a mortalidade infantil por diarreia e gastroenterites no município de Salvador no período de 2005 a 2014, esclarecendo os fatores que mais interferem e contribuem para o acontecimento e evolução dessas mortalidades. Essas informações são de suma importância para o reconhecimento da situação de saúde dos menores de um ano, que auxiliam e possibilitam a execução de medidas de prevenção e formulação de políticas de saúde que visem à redução da mortalidade infantil.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo ecológico temporal, de caráter descritivo, exploratório, no qual pretende-se observar a evolução da mortalidade infantil em um período de 2005 a 2014 por meio de dados secundários. Os dados foram obtidos através do Sistema de Informação em Saúde (SIS) que são instrumentos padronizados para o monitoramento e coleta de dados sobre

informações para análise e compreensão de importantes problemas de saúde. Esses dados foram coletados no Departamento de Informática do SUS (DATASUS), órgão responsável pelo desenvolvimento a gestão e manutenção dos sistemas de informação, disponibilizados em tempo real em uma plataforma virtual online. Através do Sistema Informação sobre Mortalidade (SIM), o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema de Informação Hospitalar (SIH), todos disponíveis na plataforma Datasus (BRASIL, 2017).

A cidade de Salvador tinha uma população de 2.675.656 habitantes e densidade demográfica de 3859.44 habitantes por km². Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o município apresenta 36,8% da população nessas condições. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 16 para 1.000 nascidos vivos, e 0,2 para cada 1.000 habitantes de internações devido a diarreias. O município apresenta 92,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017).

Foram incluídos todos os casos de óbitos ocorridos no período de 2005 a 2014 em crianças menores de um ano por doenças diarreicas e gastroenterites infecciosas de origem presumível, de crianças residentes no município de Salvador. Além disso, foram coletados e analisados dados de nascidos vivos no período de 2005 a 2014, e os casos de internações hospitalares pelo mesmo agravo e período a partir das Autorizações de Internações Hospitalar (AIH) de crianças residentes no referido município.

Para análise dos dados referentes aos óbitos, foram obtidos através do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), selecionando a categoria da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): de código A09 (diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível) que refere-se a causa dos óbitos em estudo. Para a coleta dos dados correspondentes ao número de nascidos vivos, foi utilizado o Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC).

Outro sistema de informação também utilizado nesse estudo foi como Sistema de Informação Hospitalar (SIH), foi possível analisar o índice de morbidade hospitalar a cada ano através do número de internações por diarreia e gastroenterites. Foram realizadas consultas ainda no DATASUS, informações socioeconômicas como trabalho e renda dos anos de 2005 a 2014.

Constituíram-se em variáveis e indicadores avaliados neste estudo:

- Coeficiente de mortalidade infantil (CMI) (nº. de óbitos em < 1 ano/total de nascidos vivos de mães residentes nessa área no referido ano x 1000 hab.)

- Coeficiente de mortalidade específico por causa (CMC)(nº de mortes por determinada causa (diarreia e gastroenterites) / população do referido sexo, residente de uma área x 1000 hab.)
- Coeficiente de letalidade (nº de óbitos por determinada doença (diarreia e gastroenterites) / nº de adoecidos x 100)

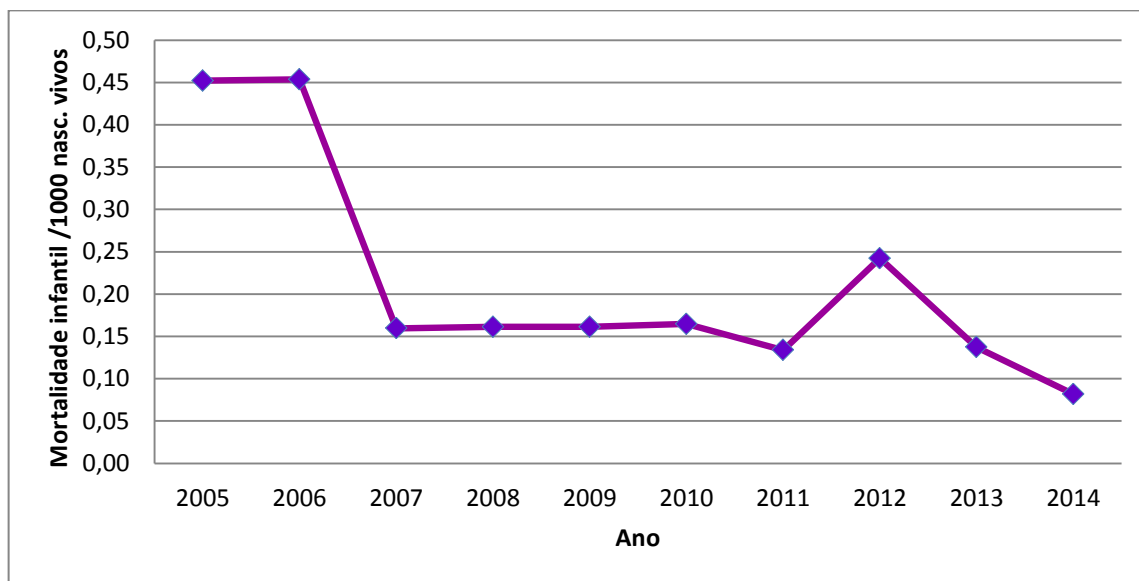
Foram calculados os coeficientes de mortalidade infantil (CMI) em diferentes períodos: neonatal precoce (0-6 dias de vida), neonatal tardio (7-27 dias) e pós-neonatal (28 dias a 364); coeficiente de letalidade e mortalidade específico por causa.

Para a observação e coleta dos dados utilizamos as tabulações efetuadas na Internet geradas pelo aplicativo TABNET, desenvolvido pelo DATASUS. Através do Microsoft Excel 2010[®] foram desenvolvidos gráficos e tabelas para a demonstração dos resultados. Como se trata de dados secundários de domínio público, a análise e aprovação de comitê de ética é dispensado.

3 RESULTADOS

No período 2005 a 2014 notam-se valores elevados nos dois primeiros anos estudados. O coeficiente de mortalidade infantil por diarreia e gastroenterites durante o período de 2005 e 2006 prevaleceu para ambos 0,45 óbitos por 1000 mil nascidos vivos. De 2007 a 2011 percebe-se que o coeficiente mostrou-se inferior ao registrado nos períodos anteriores com pequenas oscilações entre de 0,13 por 1000 mil nascidos vivos a 0,16 óbitos por 1000 mil nascidos vivos. Em 2012 houve um aumento significativo comparado aos últimos quatro anos de 0,24 óbitos por 1000 mil nascidos vivos, no entanto até 2014 os coeficientes foram se reduzindo de maneira gradativa alcançando 0,08 óbitos por 1000 mil nascidos vivos (Figura 1).

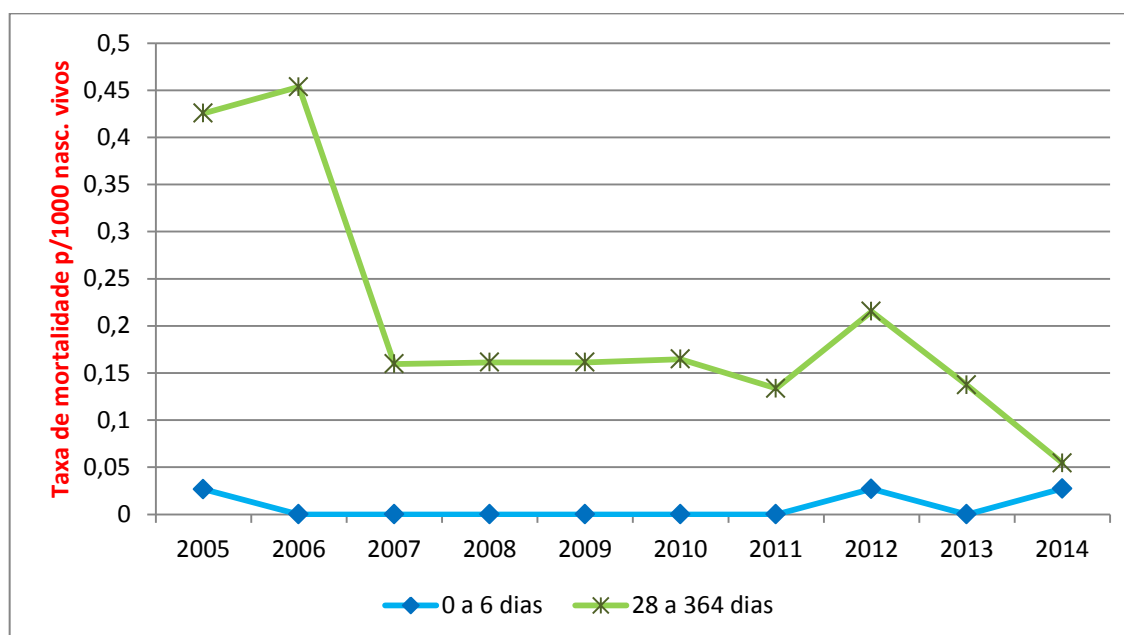
Figura 1. Coeficiente da mortalidade infantil por diarreia e gastroenterites de origem infecciosa presumível, no município de Salvador, Bahia, no período de 2005 a 2014.



Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos/SUS; Sistema de Informações sobre Mortalidade/SUS

Na análise do coeficiente de mortalidade infantil, o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) possibilitou verificar o período em que mais ocorreram óbitos em crianças com diarreia e gastroenterites. Nota-se que o predomínio da taxa de mortalidade, se destaca no período pós-neonatal (28 a 364 dias) atingindo durante 2005 e 2006 o valor mais elevado de 0,43 por 1000 mil nascidos vivos a 0,45 por 1000 mil nascidos vivos. Em 2007 houve um declínio nos coeficientes de 0,16 por 1000 mil nascidos vivos com pequenas variações permanecendo em 2011 com 0,13 por 1000 mil nascidos vivos. Em 2012 houve uma elevação nas taxas de mortalidade para 0,22 por 1000 mil nascidos vivos não ultrapassando os dois primeiros anos analisados. Em 2013 houve uma redução nos coeficientes apresentando 0,14 por 1000 mil nascidos vivos e no ano seguinte 0,05 por 1000 mil nascidos vivos. Em relação a mortalidade infantil precoce nota-se uma quantidade bastante reduzida comparada a pós-neonatal (Figura 2).

Figura 2. Coeficiente de Mortalidade Infantil Precoce e Pós- neonatal por diarreia e gastroenterites de origem infecciosa presumível, no município de Salvador, Bahia, no período de 2005 a 2014.



Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos/SUS; Sistema de Informações sobre Mortalidade/SUS

Analisando os dados que apontam a idade da mãe dessas crianças que foram a óbito por conta da enfermidade referida no estudo. Comparando o coeficiente de mortalidade (Tabela 1), com a seguinte tabela percebemos que nos dois primeiros anos em que os coeficientes de mortalidade infantil tiveram o seu período mais elevado a maioria das mães possuíam entre 20-34 anos em 2005 com 17,6%, mas vale ressaltar que nesse período ignoraram 82,4% a idade das mães. Em 2006, a maioria das informações também foi ignorada apresentando 64,7%. Nos demais anos, percebe-se a prevalência entre 20-34 apresentando maior frequência de notificações em 2014 com 66,7%.

Tabela 1. Distribuição dos casos de óbito por diarreia e gastroenterites de origem infecciosa presumível segundo a Idade das mães das crianças, no município de Salvador, Bahia, no período de 2005 a 2014.

Variáveis	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Idade da mãe (anos)										
< 20	0,0	11,8	16,7	33,3	16,7	16,7	20,0	11,1	20,0	0,0
20-34	17,6	11,8	50,0	16,7	33,3	33,3	60,0	55,6	0,0	66,7
35-44	0,0	11,8	0,0	16,7	0,0	16,7	20,0	11,1	40,0	33,3
Idade ignorada	82,4	64,7	33,3	33,3	50,0	33,3	0,0	22,2	40,0	0,0

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade/SUS

Em relação a escolaridade das mães e aos períodos de elevadas taxas de mortalidade (2005 e 2006) percebe-se que foram negligenciadas essas informações apresentando 76,5% em ambos os anos, no entanto das informações notificadas 11,8 estudaram de 4 a 7 anos e em 2006, 11,8% se dedicaram aos estudos de 8 a 11 anos. Em 2007 a 2011 predominou 50,0% correspondente a 8 a 11 anos de estudos. Vale ressaltar que de 2005 a 2013 houve a ausência de notificação o que impossibilita a resultados precisos. No ano de 2014 a maior frequência se apresentou no período de 4 a 7 anos de estudos (Tabela 2)

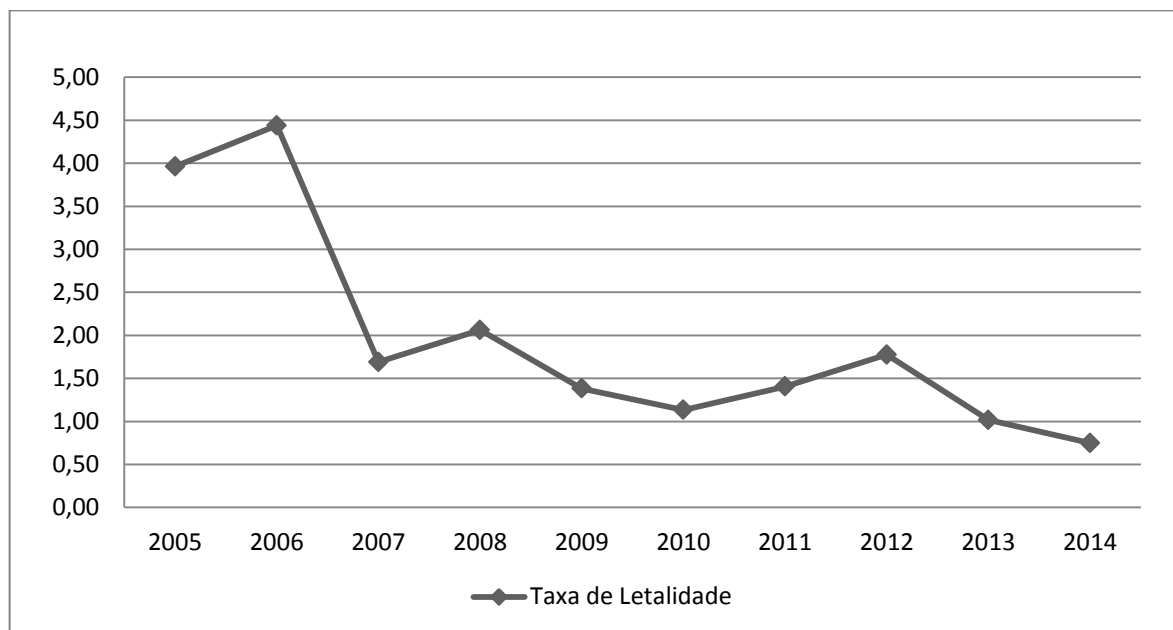
Tabela 2. Distribuição dos casos de óbito por diarreia e gastroenterites de origem infecciosa presumível segundo escolaridade das mães das crianças, no município de Salvador, Bahia, no período de 2005 a 2014.

Variáveis	2005 %	2006 %	2007 %	2008 %	2009 %	2010 %	2011 %	2012 %	2013 %	2014 %
Escolaridade da Mãe										
Nenhuma	5,9	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1 a 3 anos	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	20,0	0,0	20,0	0,0
4 a 7 anos	11,8	5,9	33,3	16,7	16,7	16,7	0,0	22,2	0,0	66,7
8 a 11 anos	5,9	11,8	16,7	0,0	16,7	50,0	40,0	33,3	20,0	0,0
12 anos e mais	0,0	5,9	0,0	0,0	16,7	0,0	20,0	22,2	0,0	33,3
Ignorado	76,5	76,5	50,0	50,0	50,0	33,3	20,0	22,2	60,0	0,0

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade/SUS

De acordo com a análise dos resultados (Figura 3) nota-se a gravidade da doença (diarreia e gastroenterites) através dos coeficientes de letalidade. Nos anos de 2005 e 2016 o risco de óbitos encontra-se elevados comparados aos outros anos estudados. Em 2005 a taxa de letalidade foi de 4,0%, seguido de 4,4% em 2006. Em 2007 os coeficientes de letalidade diminuíram para 1,7%, apresentando uma pequena elevação em 2008 com 2,1%. Em 2009 a 2011 houve um pequeno declínio entre 1,4% e 1,1% e apresentou uma pequena elevação em 2012 com 1,8%. A partir de 2013 e 2014 percebe-se uma redução significativa apresentando 0,7% o risco de óbito comparado aos primeiros anos estudados.

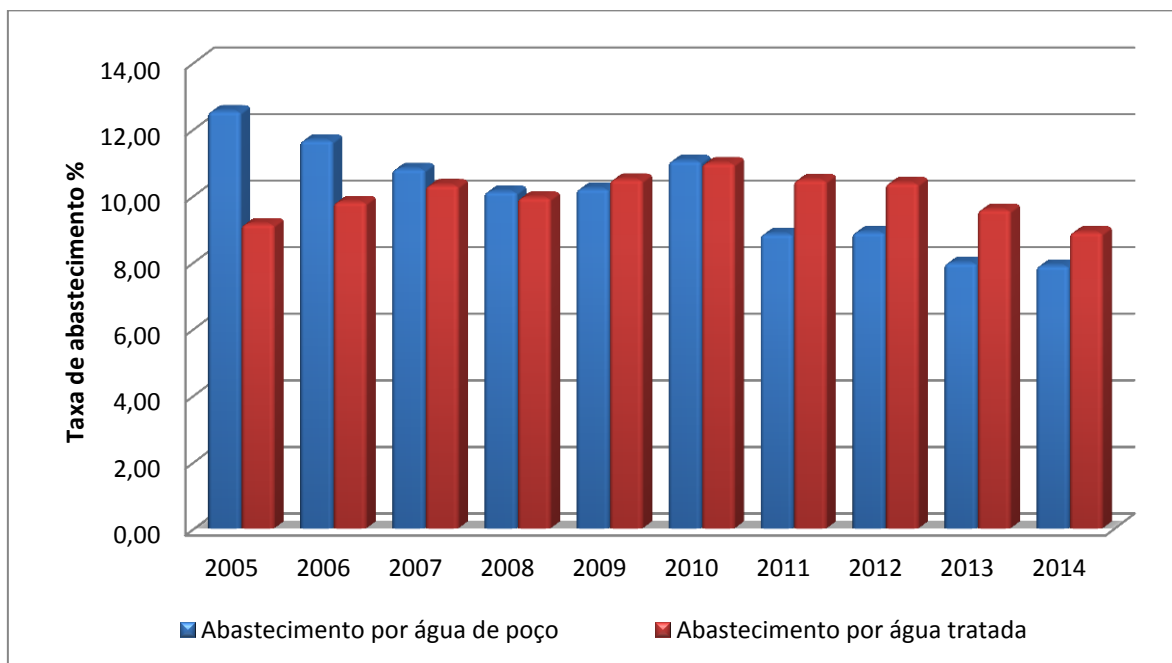
Figura 3. Evolução das taxas de letalidade por diarreia e gastroenterites, no município de Salvador, Bahia, no período de 2005 a 2014.



Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS); Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos/SUS

Em relação a distribuição da Situação de Saneamento do município de Salvador (Figura 4) observou-se que os anos de 2005 e 2006 apresentaram o maior índice de abastecimento por água de poço. Sendo o ano de 2005 com 12,54 % e em 2006 11,66%. Percebe-se que até 2008, o abastecimento por água de poço permanece elevado comparado ao abastecimento por água tratada. Somente a partir de 2010 que se percebem pequenas mudanças em que o abastecimento de água tratada se torna próximo ao abastecimento por água de poço. Nos anos seguintes de 2011 a 2014, observa-se que o abastecimento por água de poço apresenta declínio bastante significativo, enquanto verifica-se o aumento da cobertura do abastecimento por água tratada.

Figura 4. Distribuição da Situação de Saneamento do município de Salvador, Bahia no período de 2005 a 2014.



Fonte: Informações de Saúde/Demográficas e Socioeconômicas

4 DISCUSSÃO

Em Salvador, entre os anos de 2005 a 2014 o coeficiente de mortalidade infantil por diarreia e gastroenterites Brasil, apresentou declínio apesar das elevadas taxas de mortalidade nos anos de 2005 e 2006 principalmente nos casos de mortalidade infantil pós- neonatal (27-364 dias), as mortes pós-neonatais podem ser explicadas com base nos fatores extrínsecos relacionados à criança, como condições ambientais (existência dos serviços de saúde e da acessibilidade da população, abastecimento de água potável e saneamento básico adequado, poluição, entre outros.), e fundamentalmente as relações sociais que organizam a vida concreta das pessoas (moradia, trabalho, renda, nível de informação, proteção social, entre outros)(DUARTE, 2007).

A escolha da faixa etária (< 1ano) foi pelo predomínio de óbitos por esse agravo, desse quando no Brasil entre 2000 e 2011, foram notificados 33 milhões de casos de diarreia, a maioria em menores de 1 ano de idade (MENEGUESSI et al. 2015). Isso revela que este grupo possui uma maior predisposição para distúrbios hidroeletrólíticos e quadros clínicos mais graves, devido ao incompleto desenvolvimento do sistema imunológico, que propicia o aparecimento de infecções secundárias (DIAS et al., 2010).

No presente estudo foi verificada a direta relação desses determinantes com os resultados encontrados. Nos anos de 2005 para 2006 foram identificadas os maiores índices de mortalidade infantil pós- neonatal no período estudado (Figura 1). Nesse mesmo período (2005-2006) verifica-se que a distribuição do saneamento no município de Salvador apresentou alto índice de abastecimento por água de poço comparado ao abastecimento por água filtrada. O aumento dos índices de mortalidade infantil pós-neonatal por diarreia pode estar associado a ingestão de água, possivelmente contaminada proveniente de fossas sépticas (poços). A contaminação está associada ao escoamento das águas da chuva que pode transportar excrementos humanos e animais (DIAS et al., 2010).

A escolaridade materna é um fator que pode influenciar nos índices de mortalidade. Alguns estudiosos consideram a escolaridade materna como importante determinante da mortalidade infantil. O nível escolar materno está atrelado à qualidade da limpeza e hábitos higiênicos com a criança, certamente, mães que possuem um nível de escolaridade regular, conseqüentemente terão conhecimento dos programas de saúde existentes que irão proporcionar a qualidade dos cuidados com a saúde da criança em seus primeiros anos de vida (COSTA et al., 2007; FRANÇA et al., 2001; JOBIM & AERTS, 2008). Nos dados analisados (Tabela 1) não foi possível estabelecer esta associação considerando que a maioria dos dados quanto a escolaridade materna foram ignoradas.

O aumento das notificações relacionadas às internações por diarreia e gastroenterites no ano de 2005 para 2006 fizeram elevar as taxas de letalidade. No entanto, a partir de 2006 houve um declínio significativo dessas taxas. O antagonismo desses resultados pode estar relacionado com o maior acesso aos serviços de saúde, melhoria na qualidade do atendimento à criança, incentivo à terapia de reidratação oral (TRO) e ao aleitamento materno e outras ações por parte do serviço de saúde. Nesse mesmo ano o Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolveu uma grande campanha de vacinação contra o rotavírus a nível nacional; essa estratégia vem oferecendo proteção às crianças em seu primeiro ano de vida, mostrando-se efetiva para a prevenção e o controle da diarreia e gastroenterites (MENEGUSSI et al., 2015). Desta forma, percebe-se que os demais anos estudados apresentaram um declínio de suas taxas de mortalidade infantil devido à intensificação dessas campanhas, além da criação de novas políticas e estratégias de saúde.

5 CONCLUSÃO

Através desse estudo foi possível observar o comportamento da mortalidade infantil no município de Salvador, Bahia. As análises desses coeficientes reforçam a importância da utilização dos sistemas de informação para obtenção de informações e conhecimentos sobre a situação de saúde desse grupo etário. Os Sistemas de Informação em Saúde contribuem para o conhecimento e monitoramento do estado de saúde da população e as condições socioambientais, assim como, apoiam as atividades de pesquisa e produção de conhecimentos que possibilitam fornecer subsídios para orientar e definir o curso das ações governamentais, como a criação de programas e políticas de saúde.

Os resultados desse estudo reforçam o quanto é importante que acadêmicos gestores e profissionais da área de saúde conheçam os sistemas e suas finalidades, para que possam colaborar cada vez mais com a redução de negligências nas notificações, evitando também casos de subnotificações, aprimorando o sistema contribuindo para o fornecimento de dados cada vez mais fidedignos.

REFERÊNCIAS

COSTA, M. da C. N. et al. Mortalidade infantil no Brasil em períodos recentes de crise econômica. **Rev. Saúde Pública**, 2003; 37:699-706, 2003.

DIAS, D. M. et al. Morbimortalidade por gastroenterites no Estado do Pará, Brasil. **Rev. Pan-Amz. Saúde**, v. 1, n. 1, p. 53-60, 2010.

DUARTE, C. M. R. Reflexos das políticas de saúde sobre astendências da mortalidade infantil no Brasil: revisão da literatura sobre a última década. **Cad. Saúde Pública**, v. 23, n. 7, p. 1511-28, 2007.

FRANÇA, E. et al. Associação entre fatores socioeconômicos e mortalidade infantil por diarreia, pneumonia e desnutrição em região metropolitana do Sudeste do Brasil: um estudo caso-controle. **Cad Saúde Pública**, v. 17, n. 6, p. 1437-47, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo2000 [Internet]. Acessado em: 22 maio 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/salvador/panorama>.

JOBIM, R.; AERTS, D. Mortalidade infantil evitável e fatores associados em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2000-2003. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 1, p. 179-187, 2008.

MARIN, H. de F. Sistemas de informação em saúde: considerações gerais. **Journal of Health Informatics**, v. 2, n. 1, 2010.

MENEGUESSI, G. M. et al. Morbimortalidade por doenças diarreicas agudas em crianças menores de 10 anos no Distrito Federal, Brasil, 2003 a 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 4, p. 721-730, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). DATASUS. Acessado em: 19 maio 2017. 2017 Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/datasus>.

PAIM, J. S.; COSTA, M. da C. Decréscimo e desigualdade da mortalidade infantil: Salvador, 1980-1988. Bol. **OPAS**, v.114:415-28, 1993.

PREDAZA, D. F.; NEVES, A.E. M. Internações das crianças brasileiras menores de cinco anos: revisão sistemática de literatura.

UNICEF, WHO. Diarrhoea: why children are still dying and what can be done. New York:Unicef, Geneva: WHO, 2009. 58 p.



PERFIL DAS NOTIFICAÇÕES SOBRE TUBERCULOSE NO ESTADO DA BAHIA, NO PERÍODO DE 2010 A 2016

*Lais Silva Souza Muniz de Andrade¹
Nalgia Ines Silva Santos¹
Tassia Vitorina de Santana¹
Maísa Mônica Flores Martins²*

RESUMO

Objetivo: Descrever o perfil das notificações sobre tuberculose no estado da Bahia, no período de 2010 a 2016. Método: Trata-se de um estudo ecológico de caráter descritivo, exploratório, realizado a partir do Sistema de Informações de Agravos e Notificação do Ministério da Saúde, foi utilizado cálculos de frequência relativa e absoluta, taxas de incidência segundo as variáveis estudadas, os dados foram organizados de forma sistemática com confecção de gráficos em Excel. Resultados: No período estudado foram notificados 36.552 casos deste agravo, com a incidência de 1,94 casos/1.000 por habitantes, com predomínio do sexo masculino, pardos. É perceptível a relação do agravo com o HIV, diabetes, alcoolismo, e outras doenças. A macrorregião de saúde Leste apresentou percentual mais elevado de notificações. Conclusão: O estudo aponta que a incidência do número de notificações por tuberculose vem diminuído consideravelmente na Bahia. A qualidade de vida do indivíduo assim como seus hábitos e costumes estão estreitamente associados a tuberculose.

Palavras-chave: Tuberculose. Sistemas de informação. Epidemiologia. Fatores Socioeconômicos.

1 INTRODUÇÃO

A tuberculose é uma doença granulomatosa crônica de notificação causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*. Ela normalmente acomete os pulmões, mas pode afetar qualquer outro órgão ou tecido do corpo. Tipicamente, o centro do granuloma sofre necrose caseosa (ROBBINS, 2008).

A transmissão acontece basicamente através da saliva, respiração, fala ou qualquer outra forma de interação pessoal que possa enviar gotículas de saliva contaminadas, grandes concentrações de pessoas aliado à baixa imunidade são as principais formas de contágio (PAIVA, 2006).

¹ Estudantes de graduação de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador (UCSal). 41204-027, Salvador, BA, Brasil. E-mail: laisandrade@live.com

² Enfermeira, Professora da Universidade Católica do Salvador (UCSal), Doutoranda em Saúde Pública Pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Salvador, BA, Brasil. E-mail: maisamonica@gmail.com

É importante que a infecção seja diferenciada da doença. A infecção implica a colonização focal por um microrganismo, que pode ou não causar danos teciduais clinicamente significantes. Embora outras vias possam estar envolvidas, a maioria das infecções é adquirida através da transmissão direta de pessoa para pessoa por perdigotos com o microrganismo de um caso ativo para um hospedeiro suscetível (ROBBINS, 2008).

Pacientes que entram em contato com o bacilo pela primeira vez, geralmente crianças, desenvolvem um tipo de tuberculose conhecida como primária. No adulto, em pessoas que tiveram contato prévio com o bacilo, ocorre a tuberculose secundária. Consequência da reativação de um foco primário, ou através de novo contato com pessoas portadoras do bacilo, reinfeção.

A partir de um foco inicial, primário ou secundário, pode haver disseminação do bacilo, através da árvore traqueobrônquica, da corrente sanguínea ou linfática levando a formas isoladas, localizadas mais frequentemente na pleura, linfonodos, ossos, articulações, aparelho gastrointestinal, rins e sistema nervoso (ROBBINS, 2008).

O Ministério da Saúde fala que anualmente, são notificados cerca de 10 milhões de novos casos em todo o mundo, levando mais de um milhão de pessoas a óbito. Os aparecimentos de focos de tuberculose resistente aos medicamentos agravam ainda mais esse cenário (BRASIL, 2017).

No Brasil, trata-se de um sério problema da saúde pública, com profundas raízes sociais. É uma doença que apresenta grande relação com a pobreza, superpovoamento e doenças crônicas debilitantes.

Novos dados publicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no relatório global sobre tuberculose de 2016 mostram que os países precisam se mover mais rapidamente para prevenir, detectar e tratar a doença com o objetivo de cumprir as metas globais (FIOCRUZ, 2016).

Em países Europeus e Estados Unidos, já tem sido considerada como uma doença reemergente. O Brasil faz parte do grupo dos 22 países de alta carga priorizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que concentram 80% dos casos de tuberculose no mundo, ocupando a 16ª posição em número absoluto de casos (BRASIL, 2015).

Esse estudo é de extrema importância para a informação e conscientização da população que pode estar exposta a esta patogenicia, assim como, conhecimento geral da sociedade que pode estar lutando, junto com o Ministério da Saúde, a OMS para o combate da tuberculose. Além disso, esta pesquisa permite demonstrar ao profissional de saúde e aos futuros profissionais desta área a importância da utilização dos dados disponíveis nos sistemas

de informações em saúde (SIS) a fim de produzirem conhecimentos científicos capazes de embasar novas ações e medidas de controle para as doenças de notificação. Desse modo, este estudo tem por objetivo descrever o perfil das notificações sobre tuberculose no estado da Bahia, no período de 2010 a 2016.

2 METODOLOGIA

Foi realizado um estudo ecológico, de caráter descritivo a partir de dados secundários do período 2010 a 2016. Os dados foram obtidos através do Sistema de Informação em Saúde (SIS) que são instrumentos padronizados para o monitoramento e coleta de dados sobre informações para análise e compreensão de importantes problemas de saúde.

A unidade da federação segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o estado brasileiro com maior contingente de população negra, com um total de 14.016.906 habitantes, com densidade demográfica de 24,82 e composto por 417 municípios (IBGE, 2017).

Dados coletados no Departamento de Informática do SUS (DATASUS), órgão responsável pelo desenvolvimento a gestão e manutenção dos sistemas de informação, disponibilizados em tempo real em uma plataforma virtual online. Através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) disponível na plataforma Datasus (BRASIL, 2017).

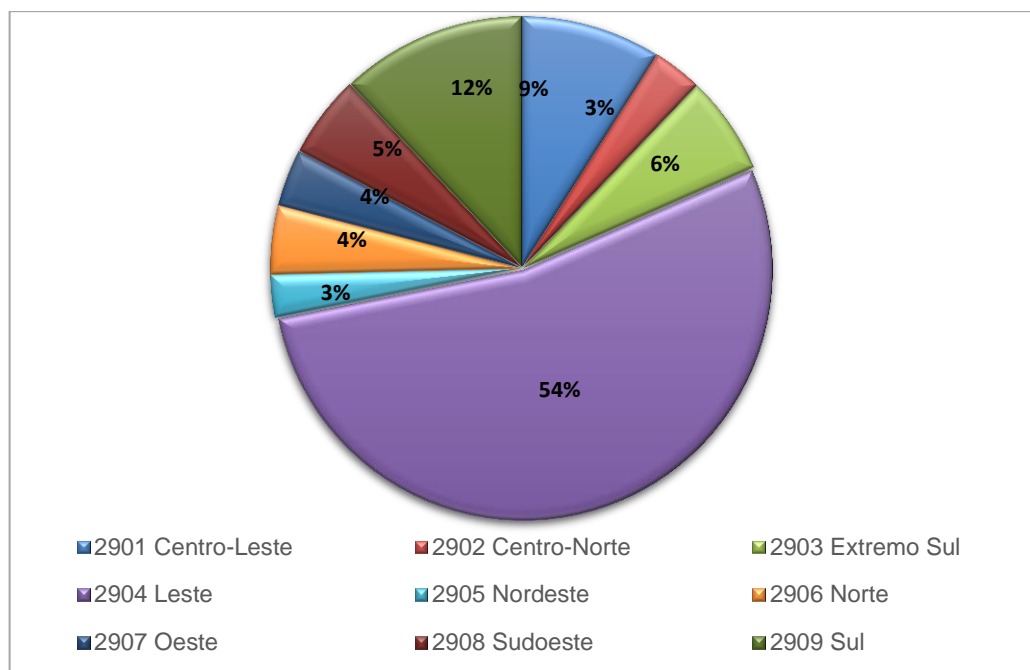
A obtenção dessas informações foi realizada por meio de inspeção e coleta de informações, baseado em dados de notificação de tuberculose no Sistema de Informação em Saúde (DATASUS), no Estado da Bahia.

A análise dos dados se deu a partir da análise de variáveis e indicadores de: sexo, macrorregião de saúde, casos confirmados e AIDS, alcoolismo, HIV, diabetes, por população e situação de rua e raça. Foram calculados os coeficientes de incidência, considerando: número de casos dividido pela população do estado da Bahia segundo o censo de 2010 multiplicado por 1000. Através do Microsoft Excel 2010[®] foram desenvolvidos gráficos e tabelas para a demonstração dos resultados. Como se trata de dados secundários de domínio público, a análise e aprovação de comitê de ética é dispensado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Bahia entre o ano de 2010 a 2016 ocorreram 36.552 notificações deste agravo, com a incidência de 1,94 casos/1.000 por habitantes. Vale ressaltar que 54% desses casos foram notificados na macrorregião de saúde Leste (Gráfico 1).

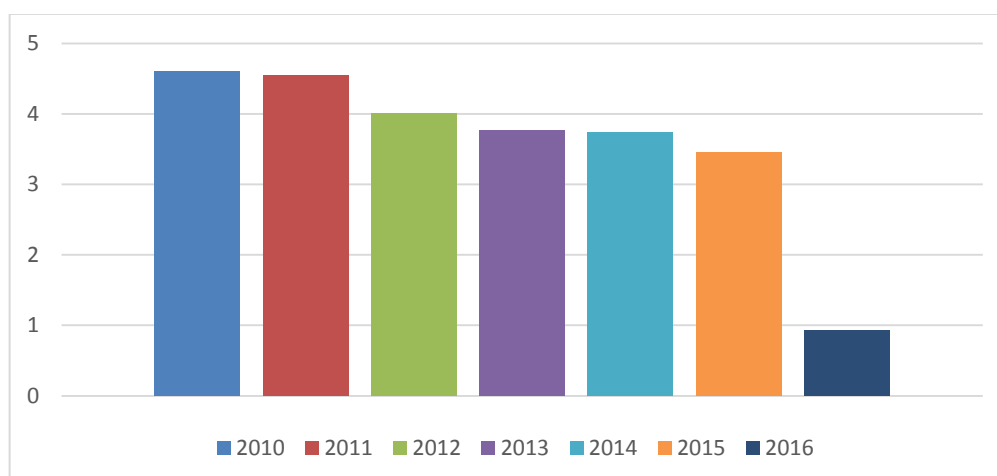
Gráfico 1. Porcentagem de casos de tuberculose confirmados notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação por Macrorreg.de Saúde, Bahia, 2010 a 2016.



Fonte: DATASUS/SINAN/MS

A incidência do número de notificações por tuberculose vem diminuindo consideravelmente de 2010 a 2016. Todavia, a Bahia ainda é o terceiro estado do país e o primeiro da região nordeste em número de casos de tuberculose, segundo dados da Secretaria Estadual de Saúde (SESAB) (Gráfico 2).

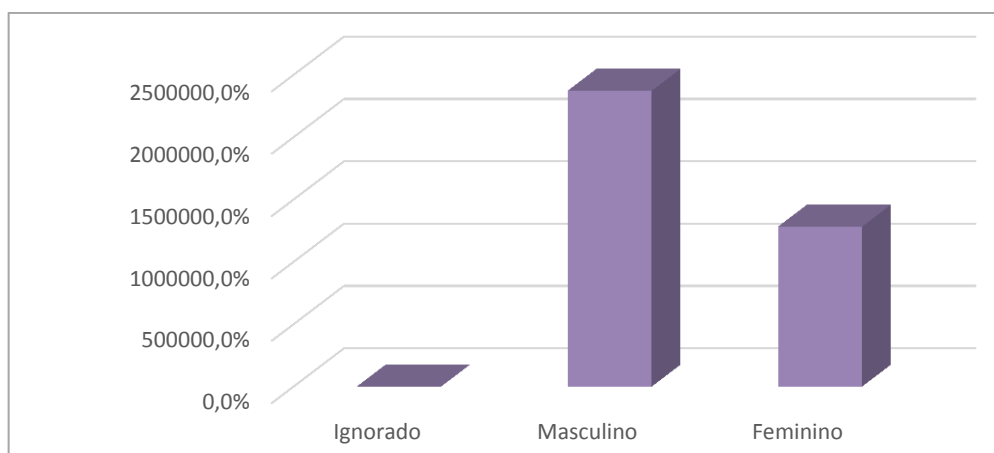
Gráfico 2. Incidência de casos de tuberculose confirmados notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Bahia, 2010 a 2016.



Fonte: IBGE/DATASUS/SINAN/MS

A tuberculose acaba atingindo prioritariamente os homens, segundo os dados o sexo masculino apresenta 10.898 casos a mais que o sexo feminino, pois eles geralmente são mais expostos ao risco, tem uma dieta mais desequilibrada, consomem mais bebidas alcoólicas, acessam menos os serviços de saúde e quando estão doentes abandonam o tratamento mais facilmente. Esses dados são preocupantes se analisarmos que a maioria das famílias brasileiras tem o homem como provedor do lar (Gráfico 3).

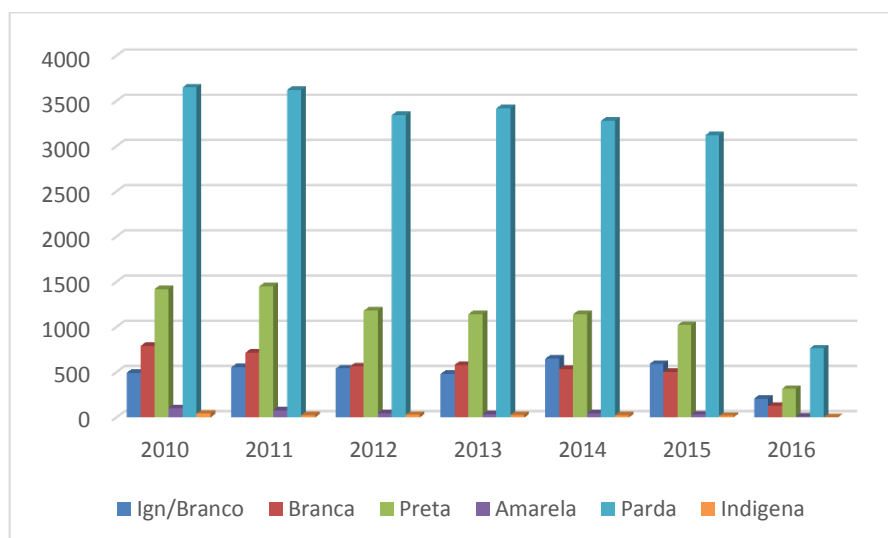
Gráfico 3. Porcentagem de casos de tuberculose confirmados por sexo notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Bahia, 2010 a 2016.



Fonte: DATASUS/SINAN/MS

Através da análise do gráfico ficou perceptível que a raça mais afetada pela doença é a parda, tendo apresentado a coluna extremamente mais elevada em relação as outras em todos os anos analisados mesmo no ano de 2016 onde foram notificados menos casos (Gráfico 4).

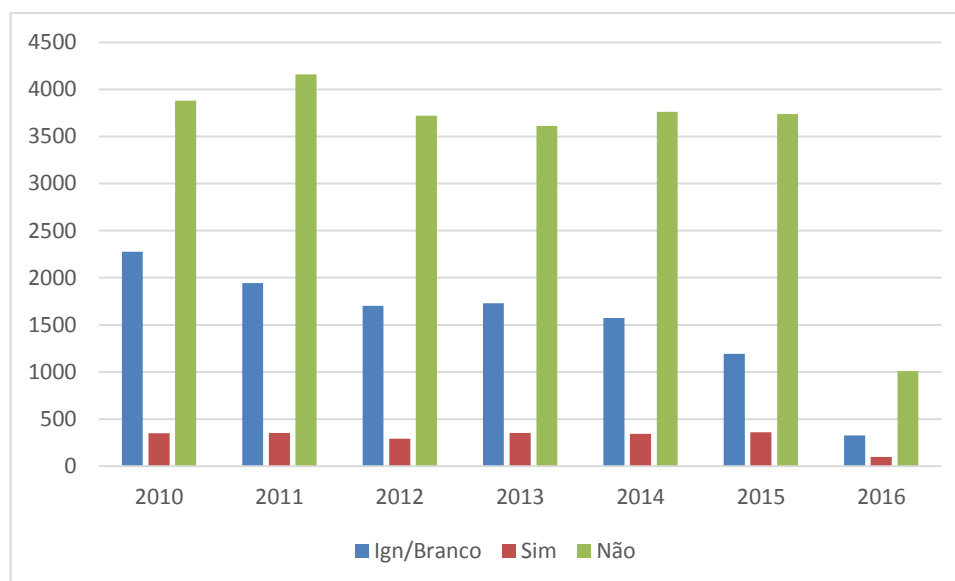
Gráfico 4. Casos confirmados notificados de tuberculose no Sistema de Informação de Agravos de Notificação por Ano Notificação e Raça, Bahia, 2010 a 2016.



Fonte: DATASUS/SINAN/MS

A maioria das pessoas que se infectam com a bactéria *Mycobacterium tuberculosis* não desenvolve a tuberculose vindo apresentar uma fase de latência, pois o sistema imune principalmente a imunidade celular atua combatendo a bactéria. Entretanto o indivíduo HIV positivo acaba tendo seu sistema imune comprometido, aumentando a probabilidade de vim a ter a tuberculose sendo está uma doença oportunistas, que se desenvolve mais rapidamente nas pessoas infectadas pelo HIV (BRASIL, 1997).

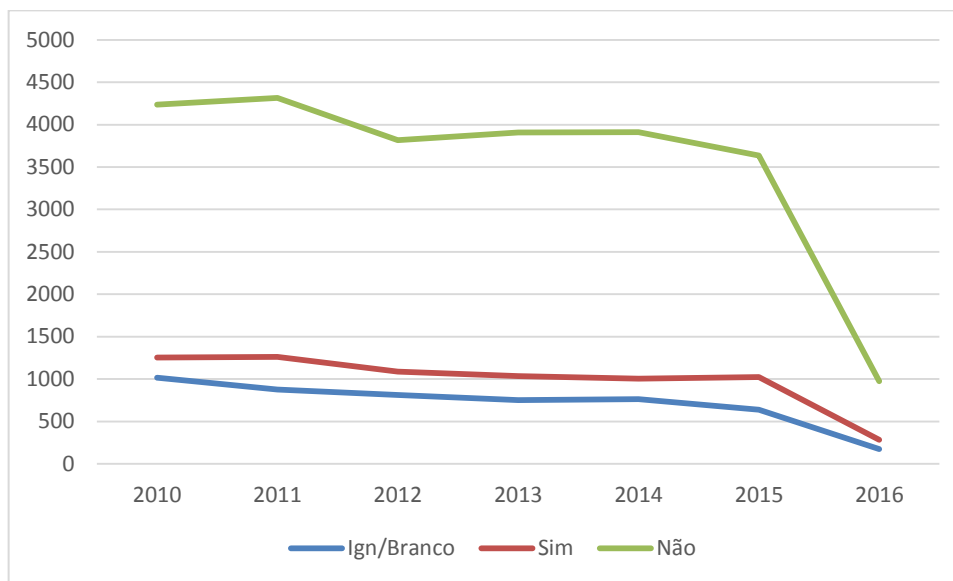
Gráfico 5. Casos confirmados notificados de tuberculose no Sistema de Informação de Agravos de Notificação por Ano Notificação e Aids, Bahia, 2010 a 2016.



Fonte: DATASUS/SINAN/MS

Pesquisas como a realizada por profissionais da Louisiana State University Health Sciences Center comprovam através de experimentos com animais que receberam álcool e tiveram decréscimo das células de defesa a relação entre tuberculose e alcoolismo. O estudo realizado por Márcia Caron-Ruffino e Antônio Ruffino-Netto (1979) através de um estudo epidemiológico de caso-controle sendo para cada caso selecionado um controle que possuísse características similares também comprova a associação entre a tuberculose e o álcool. No gráfico pode ser observado um número considerável de pessoas que fazem ingestão de álcool e apresentam a tuberculose.

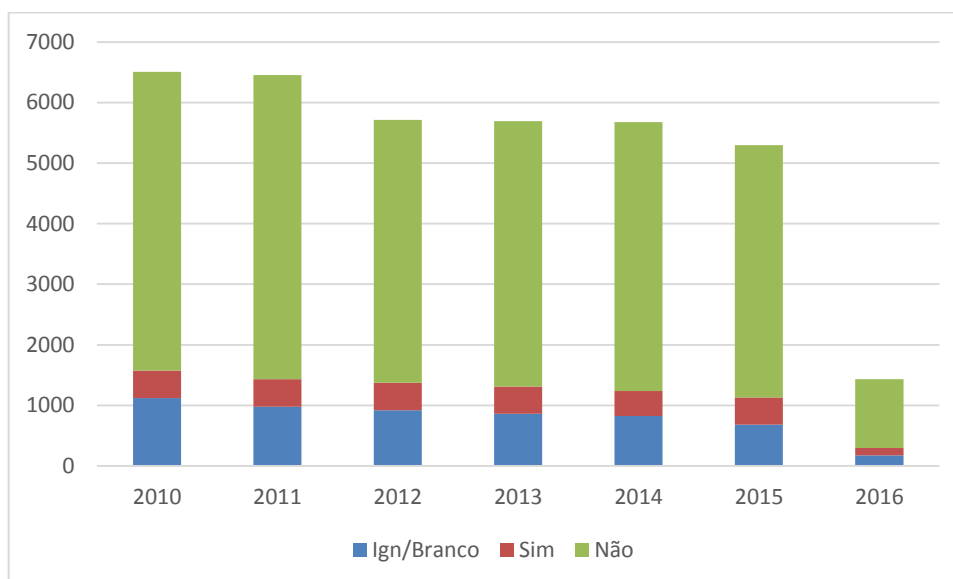
Gráfico 6. Casos confirmados notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação por Ano Notificação e Alcoolismo, Bahia, 2010 a 2016.



Fonte: DATASUS/SINAN/MS

Pacientes que apresentam diabetes tem um risco maior de contrair a tuberculose, a diabetes não controlada está associada a inúmeras complicações. A hiperglicemia e a diminuição da insulina interferem com a resposta imunológica, agindo diretamente na função celular dos macrófagos e dos linfócitos e alterando a função quimiotática, a fagocitose e a apresentação de antígenos. No gráfico fica perceptível a relação entre as duas doenças (SEISCENTO, 2017).

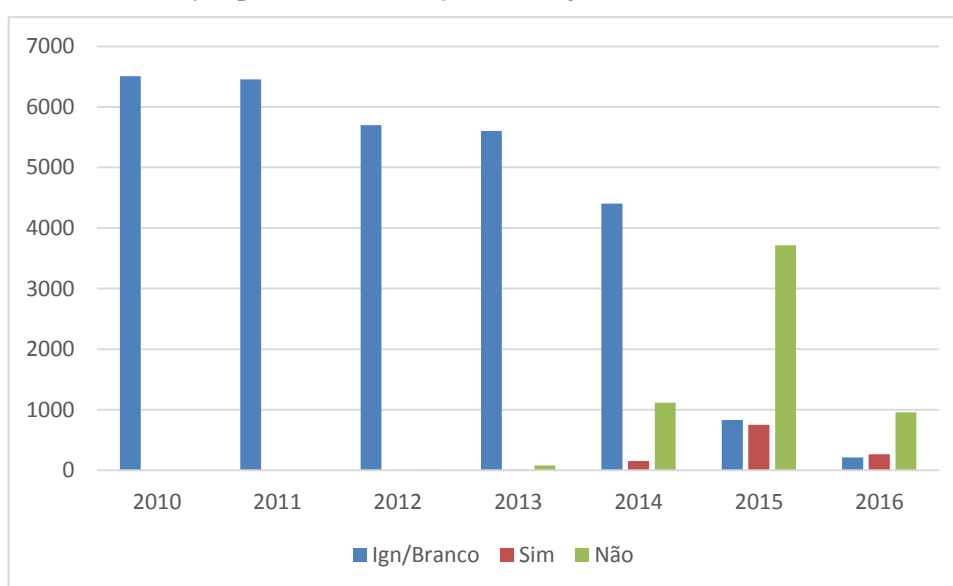
Gráfico 7. Casos confirmados notificados de tuberculose no Sistema de Informação de Agravos de Notificação por Ano Notificação e Diabetes, Bahia, 2010 a 2016.



Fonte: DATASUS/SINAN/MS

Analisando este gráfico pode ser observado o número elevado de casos ignorados, e que a partir de 2014 começa a ser registrado associações entre a tuberculose e tabagismo, na literatura encontra-se que fumar aumenta significativamente o risco de adoecimento e morte por tuberculose. O tabagismo aumenta o risco de tuberculose, pois os fumantes têm sua resposta imune diminuída e no trato respiratório ocorre a redução do clearance mucociliar aumentando a aderência das bactérias e rompendo o epitélio protetor, esses eventos deixam o organismo do ser humano mais vulnerável à infecção pelo *Mycobacterium tuberculosis* (RABAHI, 2017).

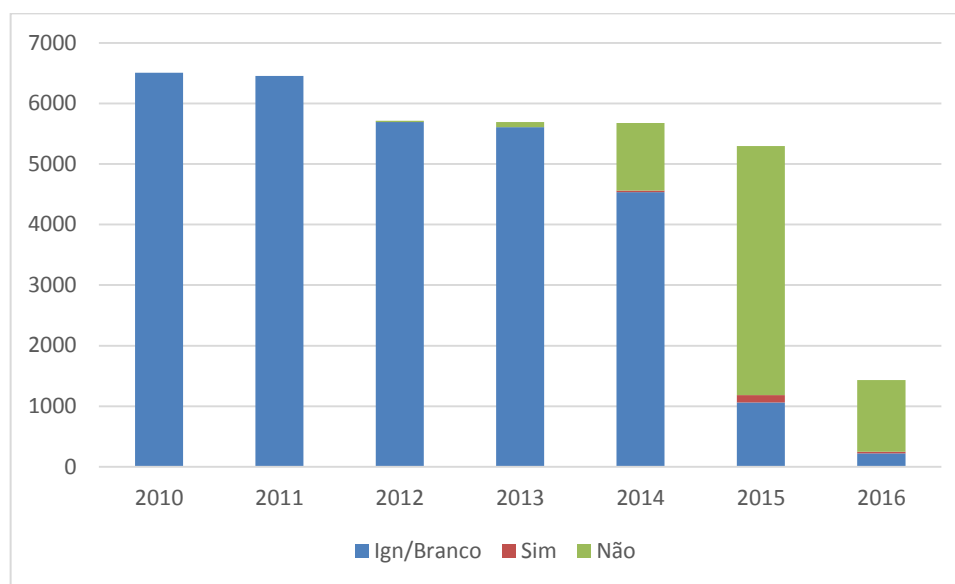
Gráfico 8. Casos confirmados notificados de tuberculose no Sistema de Informação de Agravos de Notificação por Ano Notificação e Tabagismo, Bahia, 2010 a 2016.



Fonte: DATASUS/SINAN/MS

Pessoas em situação de rua apresentam uma elevada taxa de incidência e de abandono ao tratamento, isto é, quando procuram assistência médica, esse fato nos leva a questionar até onde os dados a esse respeito estão fidedignos. Ainda mais se levarmos em consideração o fato de que as pessoas em situação de rua não possuem condições nem de ter alimentação nem higiene adequada, entrando no grupo de pessoas vulneráveis a doença estudada. É preocupante o número de ignorados apresentado.

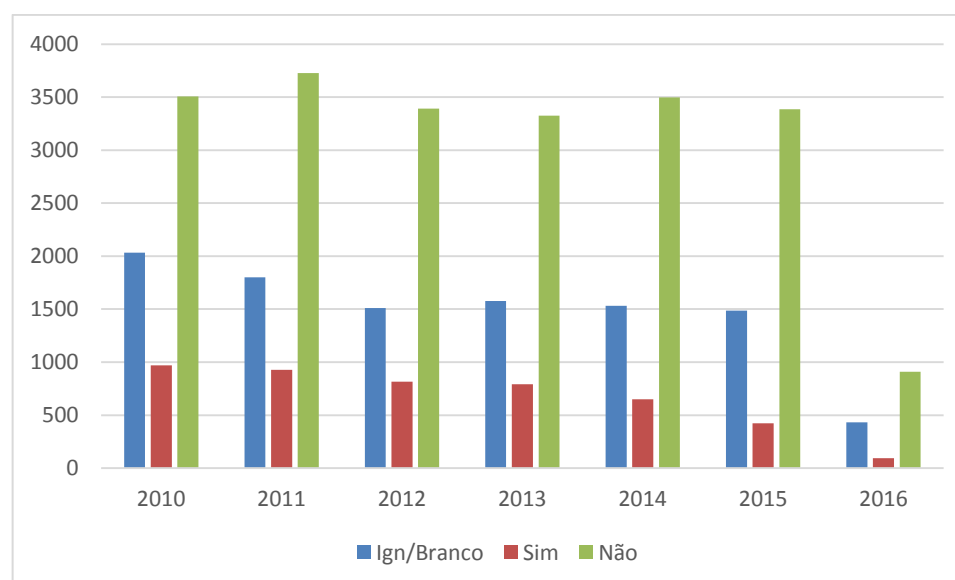
Gráfico 9. Casos confirmados notificados de tuberculose no Sistema de Informação de Agravos de Notificação por Ano Notificação e Pop. Sit. Rua, Bahia, 2010 a 2016.



Fonte: DATASUS/SINAN/MS

Através da análise do gráfico pode ser interpretado que não são raros os casos de tuberculose associada a outras doenças, assim como já foi explanado pode estar associada a doenças como a AIDS e diabetes.

Gráfico 10. Casos confirmados notificados de tuberculose no Sistema de Informação de Agravos de Notificação por Ano Notificação e Outra doença, Bahia, 2010 a 2016.



Fonte: DATASUS/SINAN/MS

A cura para tuberculose é alcançada através do tratamento com antibiótico, porém a interrupção do tratamento antes do período adequado, que é caracterizado pelo não comparecimento do doente ao serviço de saúde por mais de trinta dias consecutivos, leva ao

reingresso após abandono, no período estudado foram notificados 2.178 casos. Sendo que nessa situação existe a possibilidade da bactéria tornar-se resistente as medicações utilizadas no tratamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a tuberculose está estreitamente ligada a qualidade de vida da pessoa. Dessa forma indivíduos que estão em situação de pobreza, tendo uma alimentação inadequada, falta de higiene, ou aqueles que possuem hábitos como o tabagismo, alcoolismo, portadores de HIV, ou outras enfermidades que favoreçam a diminuição da defesa do organismo, acabam estando mais suscetíveis a apresentar tuberculose.

Verifica-se a importância da adoção de medidas preventivas pela população como uma dieta adequada, evitar ingestão de bebidas alcoólicas e o tabagismo, desenvolver um cuidado maior com as pessoas que já apresentam doenças como AIDS, diabetes, entre outras que atingem o sistema imunológico, para assim evitar que elas sejam acometidas também por tuberculose e tenham seu quadro agravado.

As principais limitações enfrentadas para o desenvolvimento do presente estudo foram inerentes ao uso de dados de fonte secundária, uma parte significativa das categorias de análise foi descartada por conta da incompletude de informações. Vale destacar que um dos pilares da vigilância em saúde é justamente a confecção de base de dados, as notificações podem ser realizadas por todos profissionais de saúde, atentando para informações fidedignas e com qualidade suficiente para realização de estudos epidemiológicos, caso contrário a realidade dos resultados obtidos será comprometida. A subnotificação se apresenta muitas das vezes como uma barreira para progresso deste tipo de estudos, caracterizando-se como um tema de grande relevância para a saúde pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Tuberculose. 2017. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/tuberculose>>. Acessado em: 17 Jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico: Detectar, tratar e curar: desafios e estratégias brasileiras frente à tuberculose. **Ministério da Saúde**, v. 46, n. 9, 2015. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/marco/25/Boletim-tuberculose-2015.pdf>>. Acessado em: 17 Jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. A tuberculose e o SIDA. 1997. Disponível em: <http://data.unaids.org/publications/irc-pub04/tbaidspv_pt.pdf>. Acessado em: 17 Jun. 2017.
CARON-RUFFINO, M. & RUFFINO-NETTO. Associação entre alcoolismo e tuberculose pulmonar. **Rev. Saúde pública**, São Paulo, 1979.

CISA. Centro de Informações sobre Saúde e Álcool. Álcool e tuberculose. 2017. Disponível em: <<http://www.cisa.org.br/artigo/700/alcool-tuberculose.php>>. Acessado em: 17 Jun. 2017.

FIOCRUZ. OMS lança Relatório Global sobre Tuberculose 2016. 2017. Disponível em: <<https://saudeamanha.fiocruz.br/oms-lanca-relatorio-global-sobre-tuberculose-2016/#.WWn15YTyvIU>>. Acessado em: 17 Jun. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Cidades. Perfil dos Municípios Brasileiros-2010. [citado 2017 julho 02]. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>>

MOUTINHO, Ivana Lúcia Damásio. **Tuberculose**: aspectos imunológicos na infecção e na doença. Disponível em: <www.rmmg.org/exportar-pdf/289/v21n1a08.pdf>. Acessado em: 17 Jun. 2017.

PAIVA, D. D. Patologia. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=231>. Acessado em: 17 Jun. 2017.

SEISCENTO, Marcia. **Tuberculose em Situações Especiais**: HIV, Diabetes Mellitus e Insuficiência Renal. Disponível em: <http://www.sopterj.com.br/profissionais/_revista/2012/n_01/06.pdf>. Acessado em: 17 Jun. 2017.

RABAHI, Marcelo F. **Tuberculose e Tabagismo**. Disponível em: <http://www.sopterj.com.br/profissionais/_revista/2012/n_01/11.pdf>. Acessado em: 17 Jun. 2017.

ROBBINS, V. K. et al. **Patologia Básica**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2008.

REFLEXÃO SOBRE A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA HUMANIDADE: A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO

Marcelo Magno S. Costa¹
Claudio César Cana Brasil²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as relações socioeconômicas do mercado, seu desenvolvimento e o propício de uma melhora do padrão de vida da sociedade ao qual fundamenta sua economia no empreendedorismo. As relações sociais pelo mercado criadas e a importância do mercado na manutenção da vida das pessoas. A análise da melhoria de vida da humanidade será feita em paralelo com o contínuo crescimento e abertura dos mercados ao empreendedorismo. Nações de diferentes lugares do globo servirão como parâmetro no estudo, também será analisado os caminhos percorridos pela tecnologia e sua conciliação com a qualidade de vida, preocupando-se em apresentar dados empíricos do Relatório do Fórum Mundial de Tecnologia, que avalia as consequências na vida das pessoas com a chegada de novas tecnologias.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano. Mercado. Papel do empreendedorismo e sua tecnologia na sociedade.

1 INTRODUÇÃO

O mercado é uma das formas mais puras e mais primitivas formas de socialização humana. (SIMMEL, George)

Hoje, é inegável evidenciarmos a qualidade de vida que nossa espécie possui. Em nenhum outro século já vivido pela humanidade se teve tanta facilidade de se ter uma boa vida como hoje temos. A palavra que resumidamente explica esse fato é o empreendedorismo.

O avanço do empreendedorismo foi iniciado há dois séculos atrás, durante a revolução industrial. Antes disso a humanidade travava uma luta diária para se permanecer viva. Na Inglaterra, um trabalhador vivia algo em torno de 4 libras esterlinas, e camponeses com

¹ Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Salvador. UCSAL. Pós-Graduando em Finanças na Fundação Getúlio Vargas. FGV. Atua no mercado como gestor de uma empresa do ramo de confecções.

² Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Salvador. UCSAL.

apenas 2 libras esterlinas por ano. O que nos faz concluir que praticamente metade da população inglesa vivia na mais pura miséria.

Na África subsaariana a condição de vida ainda era pior, essa região é uma importante chave para a levantarmos a tese de que a pobreza ainda existe em demasio, porque se ainda evidencia a falta de empreendedorismo e liberdade para com sua população, pois essa região é uma das mais que se assemelham a vida a qual era vivida no século 17.

O tempo de vida para das pessoas há duzentos anos atrás também não era dos mais extensos. No início do século 17 não havia uma única nação com expectativa de vida que superasse os 40 anos. Em alguns, inclusive, como a Índia, essa expectativa não passava dos 25 anos.

O Brasil, segundo dados do Banco Mundial saltou da média de 54,6 anos, em 1980, para 73,6 anos em 2012. Ou seja, o brasileiro ganhou em média 2 décadas a mais em sua expectativa de vida.

O comum a todos os aspectos de melhoria de qualidade de vida humana, seja ela no campo da educação, saúde, aumento da expectativa de vida, produção de alimentos e conforto e comodidade para a vida das pessoas é a presença da tecnologia motivada por ideais mercadológicos. A capacidade de inovação do empreendedorismo sempre foi a força motriz que conduziu o mercado a melhorias para vida do ser humano.

O ser empreendedor em sua essência ele está determinado para contribuir com a economia e de maneira direta, mesmo que em certos momentos inconscientemente, ele fornece um meio de poder contribuir socialmente.

2 O MERCADO E O SEU PAPEL

O que move a vida das pessoas é a esperança da continua da melhoria de vida para si e todos seus amigos e entes queridos que vivem à sua volta. Essa esperança é alimentada pelo avanço da tecnologia, que irão conduzir melhores métodos para medicina promovendo melhorias na saúde, maiores liberdades sociais. Conhecimento e meios de vida cada vez mais dignos. A crença é verdadeira, os dados empíricos a justificam. Os avanços do século passado apontam para a intrínseca ligação do aumento do índice de IDH com os avanços tecnológicos.

Podemos citar a diminuição da subnutrição de países pobres com o aumento do rendimento agrícola, maior distribuição e criação de novos e eficientes medicamentos, maior acesso as informações pela internet. Todo esse progresso, impacta na vida das pessoas de

maneira bem ampla. Assim, o mercador ou comerciante, movido apenas pelo seu próprio interesse egoísta, é levado por uma mão invisível a promover algo que nunca fez parte do interesse dele: o bem-estar da sociedade. (Smith, Adam)

O economista escocês, Adam Smith, há séculos atrás já nos atentava ao potencial do empreendedor a ofertar um melhor produto para seu cliente preocupado primeiramente com seu bem-estar pessoal, e com isso gerar uma consequência em cadeia de melhoria no bem-estar da sociedade.

Ranking IDH Global	País	IDH 2014
1	Noruega	0,944
2	Austrália	0,935
3	Suíça	0,930
4	Dinamarca	0,923
5	Holanda	0,922
6	Alemanha	0,916
6	Irlanda	0,916
8	EUA	0,915
9	Canadá	0,913
9	Nova Zelândia	0,913
11	Singapura	0,912
12	Hong Kong	0,910

Fonte: Relatório de desenvolvimento humano 2015.

Ranking desenvolvimento tecnológico	País
1	Finlândia
2	Singapura
3	Suécia
4	Holanda
5	Noruega
6	Suíça
7	EUA
8	Hong Kong
9	Reino Unido
10	Coréia do Sul
11	Luxemburgo
12	Alemanha

Fonte: Fórum mundial de tecnologia 2014.

Com os dados apresentados pelas tabelas, podemos comprovar a tese de que o desenvolvimento tecnológico propicia melhorias na qualidade de vida das pessoas. Dos 12 primeiros países listados no ranking de melhor IDH, 6 aparecem entre os 12 países mais bem ranqueados em tecnologia. É evidente a importância do incentivo à produção de tecnologia e o investimento estatal na própria. Não só investir recursos do contribuinte em pesquisas científicas e promover os avanços, mas adotar uma política de incentivo a empresas privadas.

Alguns países mais atrasados tecnologicamente possuem um processo demorado para aprovação de patentes. O que ocasiona uma natural falta de interesse por parte das instituições privadas com intuito de se beneficiar financeiramente como investimentos em uma nova tecnologia, por conta do longo processo de aprovação de patentes. O Brasil, por exemplo, demora em média 11 anos, para aprovação de uma patente.

3 O EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo tem sua origem na reflexão de pensadores econômicos do século XVIII e XIX, conhecidos defensores do *laissez-faire* ou liberalismo econômico. Esses pensadores econômicos defendiam que a ação da economia era refletida pelas forças livres do mercado e da concorrência. O empreendedorismo tem sido visto como um engenho que direciona a inovação e promove o desenvolvimento econômico (REYNOLDS, 1997; SCHUMPETER, 1934)

De acordo com os estudos de Portes (2005,) a terminologia empreendedorismo é derivada da palavra francesa *entrepreneur*, cuja origem remete ao século XVII, criada para classificar os estudos focados no empreendedor, seu perfil e suas origens. Segundo Endeavor Brasil, foi verificado que o empreendedorismo é um fomentador para a expansão econômica e competitividade do mercado nacional. Somando-se a isso, empreendedores geram empregos, dirigem e modelam a inovação, acelerando mudanças estruturais na economia.

O empreendedor não é tão somente um fundador de novas empresas ou o construtor de novos negócios. Ele é a energia da economia, a alavanca de recursos, o impulso de talentos, a dinâmica de ideias. Mais ainda: ele é quem fareja as oportunidades e precisa ser muito rápido, aproveitando as oportunidades fortuitas, antes que outros aventureiros o façam. O termo empreendedor — do francês *entrepreneur* — significa aquele que assume riscos e começa algo novo. (CHIAVENATO, Idalberto)

A Teoria da Motivação de Maslow. A teoria que também ficou conhecida como “Teoria da Pirâmide de Maslow” explica que a motivação está diretamente ligada às suas necessidades humanas hierarquicamente, ou seja, a partir do momento que a pessoa deseja algo, ela vai em busca de fazer as necessidades, com a obediência a sua ordem respectiva de acordo com a pirâmide, passo a passo. (FIALHO).

RANKING PAÍSES MAIS EMPREENDEDORES	PAÍS
1	Uganda
2	Tailândia
3	Brasil
4	Camarões
5	Vietnã
6	Angola
7	Jamaica
8	Botsuana
9	Chile
10	Filipinas

Fonte: Approved Index

O estudo feito por uma consultoria britânica revela que os países mais necessitados economicamente, que possuem fragilidades sociais são os que mais recorrem ao empreendedorismo. Até por questão da necessidade de buscar um meio de sustento diante das dificuldades de se obter emprego. O empreendedorismo é uma importante saída para aqueles que não tem muitas opções frente as adversidades e recorrem ao uso da criatividade comercial para se viver. O Chile é um país que contrasta com os outros ranqueados na lista, por ter um alto índice de IDH, uma economia liberal e ser o mais desenvolvido junto com o Brasil. O Chile é uma nação exemplo de liberdade para empreender, lá existe a cultura de ser empresário e há incentivos para isso.

4 TECNOLOGIA

A inovação tecnológica é um importante aliado no processo de desenvolvimento do mercado. É ela que dá as diretrizes para as melhorias e o continuo avanço das condições de empreender. Sempre na busca de facilitar o processo, visando gerar otimização dos resultados, maior eficiência e praticidade. Diante disso, compreendemos a necessidade dos estados incentivarem as pesquisas científicas e investirem de fato na produção de tecnologia visando

um ganho para a sociedade. A história comprova isso. Países desenvolvidos tecnologicamente com investimentos sólidos na área detém uma melhor qualidade de vida.

Países europeus e asiáticos dominam a lista dos países do mundo que mais investem em pesquisa e desenvolvimento como parcela do PIB, segundo a ONG Batelle: Israel, Finlândia, Coréia do Sul, Japão, Suécia, Dinamarca e Suíça. Todos países com alto IDH, nações com os maiores níveis de qualidade de vida do globo. O Brasil, por sua vez, se situa na posição de número 36 do ranking com míseros 1,3% do PIB destinado a investimentos em pesquisas nos campos de desenvolvimentos tecnológicos, segundo o senso divulgado pela ONG em 2013.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios vivenciados no cotidiano organizacional das empresas sugerem o desenvolvimento de estratégias inovadoras tecnológicas para possibilitar reflexões sobre a necessidade de maiores investigações em relação ao contexto do trabalho, envolvendo estratégias de gestão e as variáveis existentes entre a qualidade de vida e empreendedorismo. O trabalho é uma atividade que possibilita ao indivíduo seu autodesenvolvimento e desenvolvimento social, na medida em que é possível expor ideias, habilidades, conhecimento, além de proporcionar o aprendizado e satisfação pessoal e profissional. Diante disso, constatamos a característica inata do ser humano a buscar sempre melhores resultados, obter um constante aumento da qualidade de vida na busca do conforto, comodidade maior saúde.

O mercado está em atividade com esse propósito, em constante evolução a fim de conceder melhorias através dos avanços tecnológicos inseridos no ideal empreendedor da sociedade. Toda nação com ideias férteis para os ideais de mercado e do empreendedorismo estará sempre um passo mais próximo do ganho na qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. (2006) **Dando Asas ao Espirito Empreendedor**. 3ª edição, São Paulo, 2009

ENDEAVOR BRASIL. **Pesquisa empreendedores brasileiros**: perfis e percepções 2013. Disponível em: < [http:// info.endeavor.org.br/relatorio-empreendedores-brasileiros-perfis](http://info.endeavor.org.br/relatorio-empreendedores-brasileiros-perfis)> Acesso em 7 de junho de 2013.

FIALHO, F. A. P. A. **Empreendedorismo na Era do Conhecimento**. 2ª. Imp. Florianópolis: Visual Books, 2007.

PORTES, M. **O processo visionário e o desenvolvimento de características e habilidades empreendedoras**: O caso Lapidart Ltda. Belo Horizonte: Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, 2005. (Dissertação de Mestrado).

POTRICH, A. C. G.; RUPPENTHAL, J. E. Empreendedorismo na informalidade: um estudo de caso no Shopping Independência de Santa Maria-RS. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, n. 3, a. 8, jul-set, 2013, p. 145-158. Disponível em: <<http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/1011>>. Acesso em: 10 junho 2017.

RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho**: Evolução e Análise no nível gerencial. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SMITH, A. (1985) **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas, São Paulo, 2007.

< <http://blog.approvedindex.co.uk/2015/06/25/map-entrepreneurship-around-the-world/> >. Acesso em 09 de junho de 2017.

< <https://www.fastcompany.com/3066997/these-are-the-countries-with-the-most-determined-entrepreneurs> >. Acesso em 09 de junho de 2017.

< <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html> >. Acesso em 09 de junho de 2017.

RESISTÊNCIA DO CONCRETO: INFLUÊNCIA DA HETEROGENEIDADE DO CORPO DE PROVA

*Alex Victor Matos Gama¹
Ana Luiza Brasileiro Costa²
André Del Grande Borim³
Edilson Machado de Assis⁴
Isabela Almeida Miranda⁵
José Marcílio Vilasboas⁶*

RESUMO

Este trabalho visa analisar a influência da heterogeneidade do corpo de prova de concreto, decorrente do processo de moldagem estabelecido na NBR 5738 (ABNT, 2016), na avaliação de sua resistência à compressão. Os experimentos foram realizados em concretos fabricados com três relações água/cimento (0,45; 0,55; 0,65) e com classe de consistência S100, estabelecida na NBR 8953 (ABNT, 2015), tendo-se mantido constante o mesmo teor de argamassa seca (k) nas misturas. As propriedades avaliadas foram: resistência à compressão, porosidade efetiva e massa específica. A orientação física do corpo de prova na máquina, ou seja, colocação da base do corpo de prova sobre o prato inferior da máquina e a situação contrária, foi avaliada durante a execução do ensaio em virtude da diferença de resistência à compressão existente nas camadas que o constituem. Os resultados obtidos evidenciaram uma significativa influência da orientação física do corpo de prova na avaliação do potencial de resistência das amassadas produzidas.

Palavras-Chave: Resistência à compressão. Concreto. Porosidade. Heterogeneidade. Moldagem.

ABSTRACT

This work aims to analyze the influence of the heterogeneity of the concrete specimen, determination of the molding process established in NBR 5738 (ABNT, 2016) in order to evaluate its compressive strength. The experimental tests were carried out taking account three w/c water-cement ratio (0.45, 0.55, 0.65), with class S100 consistency as specified in brazilian standard NBR 8953 (2015), and the same dry mortar content in the mixtures. The evaluated properties were: compressive strength, effective porosity and specific mass. The physical orientation of the specimen in the machine, ie placing the base of the specimen on the lower plate of the machine and opposite situation, was evaluated during a test run due to the difference in compressive strength in the specimen's layers. The results obtained evidenced a significant influence of the physical orientation of the specimen in the avaluation of the potential resistance of the mixture.

Keywords: Compressive strength. Concrete. Porosity. Heterogeneity. Molding

¹ Graduando de Engenharia Civil na Universidade Católica do Salvador

² Graduanda de Engenharia Civil na Universidade Católica do Salvador

³ Graduando de Engenharia Civil na Universidade Católica do Salvador

⁴ Professor Doutor, Instituto de Ciências, Exatas e Engenharia da Universidade Católica do Salvador

⁵ Graduanda de Engenharia Civil na Universidade Católica do Salvador

⁶ Professor Doutor, Instituto de Ciências, Exatas e Engenharia da Universidade Católica do Salvador

1 INTRODUÇÃO

O artigo trata do procedimento recomendado pela NBR 5739 (ABNT, 2007) para realização do ensaio de resistência à compressão do concreto, a fim de Identificar a influência da heterogeneidade do corpo de prova neste exame. Em virtude da significativa variação de porosidade existente entre a 1ª e última camada de concreto do corpo de prova, o problema de pesquisa consiste em assegurar que os resultados dos ensaios de resistência à compressão, efetuados conforme a NBR 5739 (ABNT, 2007), possibilitem efetivamente à obtenção do valor resistência do exemplar mencionado na NBR 12655 (2015) e que este represente o potencial de resistência da betonada.

Consta no item 7.4.2 da NBR 5738 (ABNT, 2015) relativo ao adensamento manual, que o concreto deve ser introduzido no molde em camadas de volume aproximadamente igual e adensar cada camada utilizando a haste, que deve penetrar no concreto com o seu extremo em forma de semiesfera o nº de vezes definido em sua Tabela 1.

Assinala-se também que a primeira camada deve ser atravessada em toda a sua espessura quando adensada com a haste, evitando-se golpear a base do molde. Além disso, prescreve que o corpo de prova deve ser cuidadosamente centralizado no prato inferior observando-se o sentido de moldagem. Contudo, não há recomendação efetiva quanto à orientação do corpo de prova na máquina de ensaio no que concerne à necessidade da colocação de sua base sobre o prato inferior.

A heterogeneidade do corpo de prova decorre da estruturação física da forma, pois é constituída apenas de uma base inferior e de uma superfície lateral cilíndrica, bem como da sua moldagem em duas camadas. Salienta-se que esses parâmetros não são comumente levados em consideração na execução do ensaio de compressão. Segundo Petry (2004), a porcentagem de poros com diâmetros maiores que 50 nm diminui à medida que aumenta a profundidade da camada de concreto, fato que indica uma maior porosidade na superfície do concreto.

Cabe assinalar que no ensaio de determinação da resistência à compressão de um corpo de prova de concreto há uma série de circunstâncias, umas estranhas ao fenômeno da ruptura (forma do corpo de prova, idade, tipo de conservação prévia, condições em que se fazem as distribuições das forças aplicadas, tensões iniciais, etc.), outras inerentes ao próprio fenômeno (dimensões do corpo de prova, velocidade de aplicação das cargas e das deformações, etc.) que tornam praticamente impossível conhecer o seu valor exato. Os resultados dos ensaios devem, portanto, estar sempre referido às condições em que foram

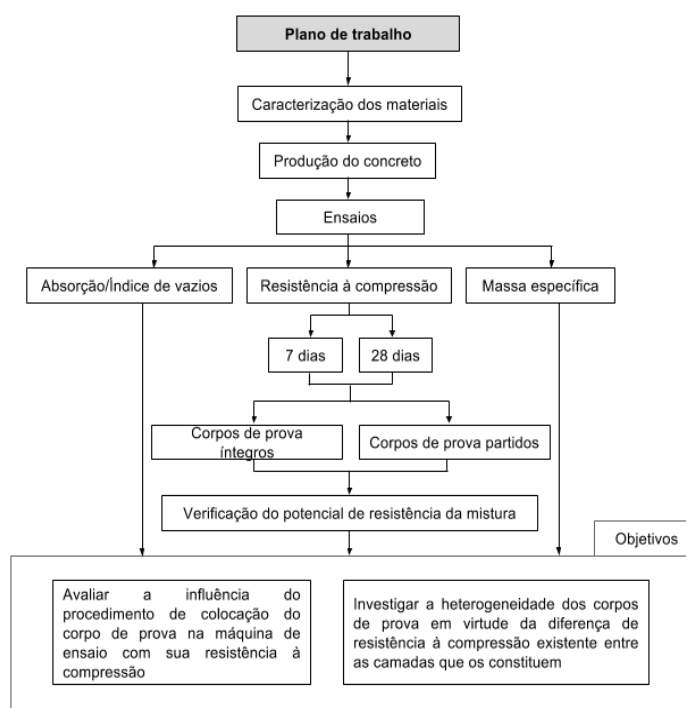
obtidos e, infelizmente, pouco se sabe ainda sobre a maneira de correlacionar todos estes fatores.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Programa Experimental

As atividades experimentais desenvolvidas para que o objetivo proposto neste trabalho fosse alcançado compreenderam a execução de ensaios laboratoriais, os quais visaram estudar as propriedades de concretos endurecidos, tais como: resistência à compressão, índice de vazios, absorção e massa específica. Cabe salientar que estas propriedades são consideradas indispensáveis para explicar a influência do processo de moldagem do corpo de prova e do seu procedimento de colocação na máquina de ensaio na avaliação do potencial de resistência dos concretos. Os ensaios foram realizados no Laboratório de Materiais de Construção Civil da Universidade Católica do Salvador (UCSal) e no laboratório de uma empresa que realiza ensaios tecnológicos em concreto. O plano de trabalho compreendeu as seguintes etapas: (a) moldagens de corpos de prova; (b) ensaios em concretos frescos e (c) ensaios em concretos endurecidos, o qual é ilustrado no fluxograma apresentado na Figura 1 e encontra-se descrito de forma pormenorizada.

Figura 1 - Etapas de trabalho realizadas na pesquisa



2.2 Caracterização dos Materiais Empregados

O cimento utilizado no programa experimental foi o cimento Portland CP II-Z 40 RS, cujos resultados das características físicas, químicas e mecânicas estão mencionados nas Tabelas 1 e 2. Com base nos dados obtidos, verifica-se que a amostra de cimento atendeu aos requisitos das NBR 11598 (ABNT, 1991) e NBR 5737 (ABNT, 1992) como CP II-Z 40 RS.

Tabela 1 – Características químicas do cimento CP II-Z 40 RS.

Análise Química	Métodos de Ensaio	Resultados	Requisitos Normativos (NBR 11578)
			(%) da massa
Perda ao fogo	NBR NM 18	3,19	≤ 6,5
Trióxido de Enxofre (SO ₃)	NBR NM 16	3,44	≤ 4,0
Resíduo Insolúvel (RI)	NBR NM 15	4,18	≤ 16,0
Óxido de Magnésio (MgO)	NBR NM 14	2,39	≤ 6,5

Tabela 2 – Ensaio físicos e mecânicos do cimento utilizado (CP II-Z 40 RS).

Parâmetros	Métodos de ensaio	Resultados	Requisitos normativos (NBR 11578 e NBR 5737)
Finura (peneira 75µm), %	NBR 11579	0,1	≤ 10,0
Expansibilidade a quente (mm)	NBR 11582	0,20	≤ 5
Área específica (m ² /kg)	NBR NM 76	393,8	≥ 280
Resistência à compressão (MPa)	01 dia	17,0	≥ 11,0
	03 dias	28,5	≥ 15,0
	07 dias	35,9	≥ 25,0
	28 dias	44,3	≥ 40,0

No programa experimental utilizou-se areia quartzosa, proveniente do areal Otomar localizado na Região Metropolitana de Salvador. O agregado graúdo, de origem gnáissica, foi oriundo da Pedreira Civil, cuja jazida também se situa nesta capital. As Tabelas 3 e 4 mostram os resultados dos ensaios de qualificação destes materiais com os respectivos métodos de execução.

Em função dos resultados obtidos e com base nos requisitos da NBR 7211 (ABNT, 2009), constata-se que a areia empregada neste experimento não se enquadrou na zona granulométrica utilizável devido ao teor de material retido acumulado na peneira com abertura de 1,18 mm ter sido inferior a 5%. Verifica-se ainda que o agregado graúdo não atendeu aos limites da zona classificada como 9,5/25, em virtude da porcentagem retida acumulada na peneira com abertura de 19mm ser inferior a 2.

Tabela 3 – Ensaios de caracterização do agregado miúdo.

Ensaio		Resultados
1 - Distribuição granulométrica (NBR NM 248)		
Peneira (NBR NM ISO 3310-1)	Porcentagem, em massa, retida	Porcentagem, em massa, retida acumulada
4,75 mm	0	0
2,36 mm	1	1
1,18 mm	1	2
600 µm	17	19
300 µm	46	65
150 µm	28	93
Módulo de finura		1,80
Dimensão máxima característica (mm)		1,18
2 - Massa específica (NBR NM 52)		2,63 kg/dm ³
3 - Impurezas orgânicas (NBR NM 49)		Mais clara do que a solução-padrão
4 - Materiais pulverulentos (NBR NM 46)		0,6%

Tabela 4 – Ensaios de caracterização do agregado graúdo.

Ensaio		Resultados
1 - Distribuição granulométrica (NBR NM 248)		
Peneira (NBR NM ISO 3310-1)	Porcentagem, em massa, retida	Porcentagem, em massa, retida acumulada
19 mm	0	0
12,5 mm	52	52
9,5 mm	40	92
6,3mm	7	99
4,75 mm	1	100
2,36 mm	-	100
1,18 mm	-	100
600 µm	-	100
300 µm	-	100
150 µm	-	100

Módulo de finura	6,92
Dimensão máxima característica (mm)	19
2 - Massa específica (NBR NM 53)	2,79 kg/dm ³
3 - Absorção de água (NBR NM 53)	0,7%
4 - Materiais pulverulentos (NBR NM 46)	0,2%

2.3 Características da máquina de ensaio

Para realização dos ensaios de compressão em concreto, foi utilizado uma prensa hidráulica de acionamento elétrico, sistema servo controlado, modelo 2401290, série 11659, com resolução de 0,01 tf e de capacidade máxima de 100 tf. O referido equipamento foi calibrado em 09/01/2017 e atende aos requisitos da NBR NM ISO 7500-1 (ABNT, 2004).

2.4 Produção dos concretos e moldagem de corpos de prova

Os traços de concreto foram elaborados por meio de misturas experimentais com o intuito de avaliar a influência da heterogeneidade do corpo de prova de concreto, decorrente do processo de moldagem estabelecido na NBR 5738 (ABNT, 2016), na avaliação de sua resistência à compressão. Além disso, foram realizados os ensaios de índice de vazios, absorção e massa específica. As composições e os dados dos concretos no estado fresco estão representados na Tabela 5.

Tabela 5 – Dados e composições dos concretos no estado fresco.

Traço	Proporções (em massa)	Relação água/cimento (em massa)	Consumo de cimento	Massa específica	Índice de consistência
	cimento : areia : brita	a/c	(kg/m ³)	(kg/m ³)	(mm)
T-1	1,000:1,231:2,351	0,450	483	2431	130
T-2	1,000:1,728:2,873	0,550	392	2413	160

Os concretos foram fabricados com uma única classe de consistência S160 (100 mm ≤ A < 160 mm) e relações água/cimento igual a 0,45; 0,55 e 0,65. Para cada traço, foram realizadas duas amassadas, tendo-se obtido na primeira 36 corpos de prova e 18 corpos de prova na segunda, resultando um total de 54 corpos de prova cilíndricos de dimensões 100 mm x 200mm. Destes 54: 36 foram submetidos ao ensaio de resistência à compressão (12 aos 7 dias e 24 aos 28 dias), enquanto dos 18, obtidos na segunda amassada, 6 foram submetidos aos ensaios de absorção, massa específica e índice de vazios (3 aos 7 e 3 aos 28 dias). Os 12 corpos de prova restantes foram cortados e deram origem a 24 metades, que foram submetidas

ao ensaio de resistência à compressão (6 aos 7 dias, 18 aos 28 dias). Sendo assim, foram confeccionados um total de 162 corpos de prova de concreto, cujos procedimentos de moldagem e cura obedeceram aos critérios da NBR 5738 (ABNT, 2015). Cabe ainda destacar que dos 108 corpos de prova (100 mm x 200mm) submetidos ao ensaio de resistência à compressão, 54 foram ensaiados com as suas bases sobrepostas ao prato inferior da máquina, enquanto no exame dos demais 54 os topos localizaram-se sob o prato superior do equipamento. Na Tabela 6 encontram-se as listas dos ensaios realizados com os correspondentes procedimentos normativos utilizados.

Tabela 6 – Plano de ensaios em concreto.

Ensaio	Idade	Quantidade de corpos de prova (n)					
		T-1 (S160)		T-2 (S160)		T-3 (S160)	
	dias	a/c = 0,450		a/c = 0,550		a/c = 0,650	
		Amassadas					
		1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a
Resistência à compressão, NBR 5739	7	12	3	12	3	12	3
	28	24	9	24	9	24	9
Índice de vazios/absorção/massa específica, NBR 9778	7	-	3	-	3	-	3
	28	-	3	-	3	-	3
Total de corpos de prova ensaiados por traço (n)		36	18	36	18	36	18
		54		54		54	

3 RESULTADOS OBTIDOS E ANÁLISES

3.1 Ensaios de índices de vazios, absorção e massa específica

Como descrito no capítulo anterior, a partir de misturas de concretos fabricados com a mesma consistência e com diversas relações água/cimento, esta pesquisa contemplou também os ensaios de absorção de água, através de imersão, índices de vazios e massa específica. Os resultados desses ensaios realizados em diferentes idades encontram-se na Tabela 7.

Tabela 7 – Resultados dos ensaios de absorção por imersão, índice de vazios e massa específica.

Traço	Índice de Consistência	Relação água/cimento (em massa)	Absorção por imersão (%)		Índice de Vazios (%)		Massa específica (g/cm ³)	
	mm		7 dias	28 dias	7 dias	28 dias	7 dias	28 dias
T-1	130	0,45	5,33	4,01	12,39	9,4	2,33	2,35
T-2	160	0,55	6	4,29	13,81	9,98	2,3	2,33
T-3	167	0,65	6,77	*	15,31	*	2,26	*

* Corpos de prova defeituosos

Os resultados obtidos indicam que:

- para uma mesma consistência e independente da idade dos ensaios, à medida que se diminui a relação água/cimento, os concretos apresentaram menor absorção (por imersão) e menor índice de vazios;
- mantendo-se constante a relação água/cimento e a consistência, a absorção (por imersão) e o índice de vazios dos concretos decrescem com o grau de hidratação da pasta;
- os valores de massa específica atendem aos requisitos estabelecidos pela NBR 8953 (ABNT, 2015) e decrescem gradativamente com o aumento da relação água-cimento.

Segundo Andrade (1992), a absorção de água por imersão (AA) dá indicação da qualidade e permeabilidade do concreto. Assim, a autora sugere:

- $AA \leq 4,5\%$: concretos duráveis;
- $4,5\% < AA \leq 7,0\%$: concreto bom, permeável e não adequado para ambiente agressivo;
- $AA > 7\%$: concreto permeável e inadequado para proteger a armadura por longo período.

Conforme Neville (2016), a maioria dos concretos de boa qualidade apresenta valores de absorção (AA) inferiores a 10%, enquanto outros pesquisadores limitam este valor a 5,0%.

Para Miyake (1994), no campo da construção civil, o índice de vazios do concreto é da ordem de duas vezes o da absorção de água. Os resultados obtidos nos ensaios realizados nesta pesquisa enquadram-se nesse intervalo.

3.2 Ensaios de resistência à compressão

Os resultados dos ensaios de resistência à compressão em diferentes idades encontram-se nas Tabelas 8 e 9.

Tabela 8 – Resultados dos ensaios de resistência à compressão em concretos (1ª amassada).

	Tensão de ruptura (individual) - MPa											
	T-1 (a/c = 0,450)				T-2 (a/c = 0,550)				T-3 (a/c = 0,650)			
	7 dias		28 dias		7 dias		28 dias		7 dias		28 dias	
	↑	↓	↑	↓	↑	↓	↑	↓	↑	↓	↑	↓
	-	26,3	-	43,2	-	26,0	-	27,9	-	18,0	-	27,4
	-	26,4	-	47,2	-	27,4	-	32,3	-	20,7	-	29,2
	-	28,0	-	48,7	-	27,6	-	33,2	-	21,9	-	29,9
	-	28,3	-	50,8	-	27,8	-	33,4	-	22,2	-	29,9
	-	29,2	-	50,8	-	28,8	-	37,4	-	22,4	-	30,2
	-	38,9	-	50,9	-	31,0	-	38,0	-	24,1	-	30,3
	31,7	-	-	51,7	22,8	-	-	38,2	22,2	-	-	30,5
	33,5	-	-	51,9	25,9	-	-	38,2	22,8	-	-	31,0
	34,5	-	-	52,3	27,1	-	-	38,8	23,4	-	-	32,3
	37,1	-	-	52,5	28,4	-	-	39,3	24,6	-	-	32,6
	39,5	-	-	53,0	29,8	-	-	40,1	25,5	-	-	34,6
	42,2	-	-	54,0	31,8	-	-	40,5	27,3	-	-	35,3
			38,2	-			31,2	-			25,5	-
			42,0	-			32,5	-			27,8	-
			42,7	-			32,8	-			27,9	-
			43,1	-			33,6	-			28,1	-
			43,2	-			34,7	-			28,5	-
			45,5	-			35,1	-			29,6	-
			46,7	-			35,2	-			30,0	-
			49,3	-			36,3	-			30,7	-
			49,8	-			36,6	-			30,8	-
			51,1	-			37,0	-			31,0	-
			51,2	-			38,8	-			31,5	-
			51,3	-			41,9	-			32,0	-
Tensão de ruptura média(MPa)	36,4	29,5	46,2	50,6	27,6	28,1	35,5	36,4	24,3	21,6	29,4	31,1
Desvio padrão (MPa)	4,0	4,8	4,4	3,0	3,2	1,7	2,9	3,8	1,9	2,1	1,9	2,2
Coefficiente de variação (%)	10,9	16,1	9,0	6,0	11,4	6,0	8,0	11,0	7,9	9,6	7,0	7,0
Intervalo de confiança (95%) da média, μ , (MPa)	32,3	24,5	43,4	48,7	24,3	26,3	33,6-37,3	34,0	22,3	19,4-23,7	28,2	29,7
	40,6	34,5	49,0	52,5	31,0	29,8		38,9	26,3		30,7	32,5

↑ A base do corpo de prova foi colocada sob o prato superior da máquina de ensaio.

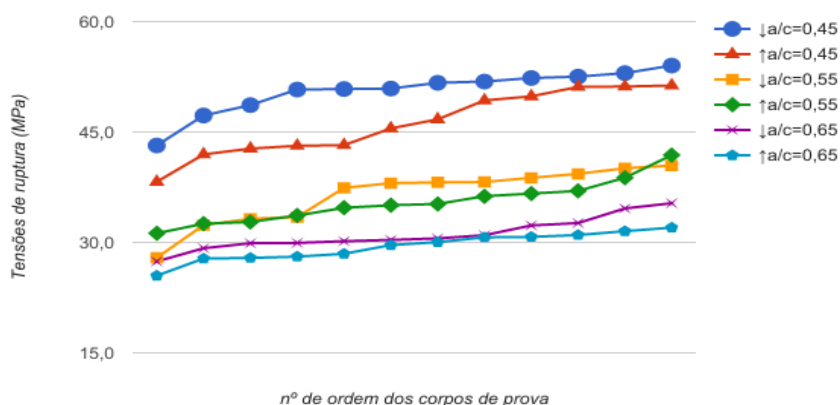
↓ A base do corpo de prova foi colocada sobre o prato inferior da máquina de ensaio.

Tabela 9 – Resultados dos ensaios de resistência à compressão em concretos (2ª amassada)

	Tensão de ruptura (individual de cada camada, corrigida para $h/d = 2$) MPa											
	T-1 ($a/c = 0,450$)				T-2 ($a/c = 0,550$)				T-3 ($a/c = 0,650$)			
	7 dias		28 dias		7 dias		28 dias		7 dias		28 dias	
	CI	CS	CI	CS	CI	CS	CI	CS	CI	CS	CI	CS
	36,4	36,0	45,1	39,1	27,8	16,7	31,7	33,1	19,6	21,5	25,0	23,6
	36,2	25,0	48,6	31,4	28,8	27,9	30,3	36,3	21,8	20,2	26,1	26,8
	27,9	24,8	44,4	34,4	38,8	28,8	36,1	37,2	24,9	22,0	24,5	24,5
			41,8	36,0			29,2	35,8			29,1	25,4
			35,4	37,9			33,7	31,5			26,1	26,5
			34,6	40,8			41,3	32,7			27,5	26,5
			53,5	40,7			30,6	29,2			27,3	25,2
			46,3	34,2			33,5	35,1			26,7	25,4
			40,7	26,9			36,0	30,0			24,6	23,3
Tensão de ruptura média (MPa)	33,5	28,6	43,4	35,7	31,8	24,5	33,6	33,4	22,1	21,2	26,3	25,2
Desvio padrão (MPa)	4,9	6,4	6,0	4,6	6,1	6,7	3,8	2,8	2,7	0,9	1,5	1,3
Coefficiente de variação (%)	14,5	22,5	13,9	12,9	19,1	27,6	11,2	8,5	12	4,4	5,8	5,0

CI refere-se à camada inferior, enquanto CS corresponde à camada superior do corpo de prova.

A Figura 2 mostra os valores das resistências à compressão, aos 28 dias de idade, dos corpos de prova moldados com as três relações água/cimento ($a/c=0,450$; $a/c=0,550$ e $a/c=0,650$). As curvas são traçadas após o ordenamento crescente dos valores de resistência. Às diferentes orientações dos corpos de prova na máquina de ensaio estão graficadas separadamente. Foi adotado o símbolo “↑” para representar a situação em que a base do corpo de prova foi colocada sob o prato superior da máquina e o símbolo “↓” para indicar a orientação contrária.

Figura 2 - Resistência à compressão (MPa) em ordem crescente, aos 28 dias de idade, dos corpos de prova moldados com diferentes relações água/cimento.

Com base nos resultados dos ensaios de resistência à compressão obtidos em concretos, pode-se assinalar o seguinte:

a) os valores dos ensaios aos 28 dias de idade estão compatíveis com os apresentados no texto da revista Comitê Técnico – CT 301 (2003, p. 20), considerando o tipo de cimento CP II Z 40-RS;

b) as tensões de ruptura dos corpos de prova da primeira amassada, cujas bases foram posicionadas sobre o prato inferior da máquina de ensaio (\downarrow), superaram às obtidas nos corpos de prova colocados de forma inversa (\uparrow), aos 28 dias de idade. Os acréscimos de resistência foram de 9,5%, 2,5% e 5,8% correspondentes aos concretos com relações água/cimento de 0,450, 0,550 e 0,650, respectivamente. Conforme Coutinho e Andrade (1995), esta diferença é particularmente acusada nos concretos com tensões de ruptura elevada, superiores a 40 MPa. Cabe salientar, contudo, que ocorreu aos 7 dias de idade um comportamento oposto nos ensaios dos concretos fabricados com relações água/cimento igual a 0,450 e 0,650;

c) em função dos valores obtidos nos ensaios da primeira amassada verificou-se que os coeficientes de variação não superaram a 15%, à exceção dos ensaios aos 7 dias em corpos de prova moldados com a/c igual a 0,450, cujas bases foram posicionadas sobre o prato inferior da máquina de ensaio, que apresentaram o coeficiente de variação de 16,1%. Assim sendo, constata-se que houve baixa dispersão dos ensaios, conforme (FONSECA; MARTINS, 1996);

d) em todas as misturas da segunda amassada, relativas aos corpos de prova fracionados em metades, foram observados que as tensões de ruptura, aos 7 e 28 dias de idade, das camadas inferiores (CI) superaram os resultados encontrados nas camadas superiores (CS). Os aumentos de resistência, aos 7 de idade, foram de 17,1%, 29,8% e 4,2% relativos aos concretos com relações água/cimento de 0,450, 0,550 e 0,650, nesta ordem. Já aos 28 dias de idade, apenas houve aumento significativo da resistência nos concretos com relações água/cimento 0,450 e 0,650, cujos acréscimos corresponderam a 21,6% e 4,4%, respectivamente;

e) com base nos ensaios da segunda amassada, constata-se uma média variabilidade dos resultados, haja vista que o maior coeficiente de variação (27,6%) é inferior a 30%. Assinala-se que a redução do tamanho do corpo de prova provocou um aumento da dispersão dos resultados, compatível portanto ao verificado por Neville (2016).

f) conforme a Figura 2, constata-se que na quase totalidade dos corpos de prova ensaiados, independentemente da relação água/cimento, as tensões de ruptura obtidas segundo

a orientação “↓” superam às encontradas nos ensaios em que a orientação é contrária (↑).

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS COMPLEMENTARES

Com base na análise dos resultados desta pesquisa, constata-se que o corpo de prova de concreto não é homogêneo. Cabe salientar que os ensaios de resistência à compressão em corpos de prova tratados conforme um procedimento normalizado fornecem resultados que mostram a qualidade potencial do concreto.

Assim sendo, sugere-se uma revisão da NBR 5739 (ABNT, 2007) acerca da necessidade do posicionamento da base do corpo de prova sobre o prato inferior da máquina, pois esse procedimento parece influenciar significativamente no resultado do ensaio.

Tendo em vista a importância dessa informação, aconselha-se a realização de demais ensaios com uma maior intensidade de amostragem, considerando os diferentes tipos de materiais empregados no mercado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5737**: cimento Portland resistentes a sulfatos. Rio de Janeiro, 1991. 5 p.

_____. **NBR 5738**: moldagem e cura de corpos de prova cilíndricos; procedimento. Rio de Janeiro, 2015. 9 p.

_____. **NBR 5739**: concreto - ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2007. 9 p.

_____. **NBR 7211**: agregado para concreto. Rio de Janeiro, 2009. 9 p.

_____. **NBR 7215**: cimento Portland - determinação da resistência à compressão. Rio de Janeiro, 1996. 8 p.

_____. **NBR 8953**: concreto para fins estruturais – classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência. Rio de Janeiro, 2015. 9 p.

_____. **NBR 9778**: argamassa e concreto endurecidos - determinação da absorção de água, índice de vazios e massa específica. Rio de Janeiro, 2009. 4 p.

_____. **NBR 11578**: cimento Portland composto. Rio de Janeiro, 1991. 5 p.

_____. **NBR 11579**: cimento Portland - determinação da finura por meio da peneira 75µm (nº 200). Rio de Janeiro, 1991. 3 p.

_____. **NBR 11582**: cimento Portland - determinação da expansibilidade de Le Chatelier. Rio de Janeiro, 1991. 2 p.

_____. **NBR NM 14**: cimento Portland - análise química – método de arbitragem para determinação de dióxido de silício, óxido férrico, óxido de alumínio, óxido de cálcio e óxido de magnésio. Rio de Janeiro, 2012. 10 p.

_____. **NBR NM 15**: cimento Portland - análise química - determinação de resíduo insolúvel. Rio de Janeiro, 2012. 3 p.

_____. **NBR NM 16**: cimento Portland - análise química – determinação de anidrido sulfúrico. Rio de Janeiro, 2012. 3 p.

_____. **NBR NM 18**: cimento Portland - determinação de perda ao fogo. Rio de Janeiro, 2012. 4 p.

_____. **NBR NM 46**: agregados - determinação do material fino que passa através da peneira 75 µm, por lavagem. Rio de Janeiro, 2003. 6 p.

_____. **NBR NM 49**: agregado miúdo - determinação de impurezas orgânicas. Rio de Janeiro, 2001. 3 p.

_____. **NBR NM 52**: agregado miúdo - determinação da massa específica e massa específica aparente. Rio de Janeiro, 2009. 6 p.

_____. **NBR NM 53**: agregado graúdo - determinação da massa específica, massa específica aparente e absorção de água. Rio de Janeiro, 2009. 8 p.

_____. **NBR NM 76**: cimento Portland - determinação da finura pelo método de permeabilidade ao ar (Método de Blaine). Rio de Janeiro, 1998. 2 p.

_____. **NBR NM 248**: agregados - determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro, 2003. 6 p.

_____. **NBR NM ISO 3310-1**: Peneiras de ensaio. Rio de Janeiro, 2010. 14 p.

_____. **NBR NM ISO 7500-1**: Materiais metálicos – Calibração de máquinas de ensaio estático uniaxial – Parte 1: Máquinas de ensaio de tração/compressão – Calibração do sistema de medição de força. Rio de Janeiro, 2004. 17 p.

ANDRADE, Maria Del Carmen. **Manual para Diagnóstico de Obras Deterioradas por Corrosão de Armaduras**. São Paulo: Pini, 1992. 104 p.

COMITÊ TÉCNICO CT-301 CONCRETO ESTRUTURAL. **Prática recomendada IBRACON**: Comentários Técnicos NB-1. 70 p. Apresenta comentário da NBR 6118:2003: projeto de estruturas de concreto procedimento. São Paulo: Ibracon, 2003.

COUTINHO, A. S; GONÇALVES, A. **Fabrico e Propriedades do Betão**. vol. III. Lisboa: laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC, 1995. 368 p.

FONSECA, J.S; MARTINS, G.A. **Curso de Estatística**. São Paulo: Atlas, 1996. 320p.
MIYAKE, E. T. **Determinação da permeabilidade a gás em concreto usado em repositórios para rejeitos radioativos**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência na Área de Reatores Nucleares de Potência e Tecnologia do Combustível Nuclear) – e Instituto de Pesquisas energéticas e Nucleares - Ipen, Autarquia associada à Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.pelicano.ipen.br>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

NEVILLE, A. M. **Propriedades do concreto**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016. 888 p.
PETRY, S. B. **Estudo da permeabilidade à água na camada de cobrimento de protótipos de concreto com altos teores de cinza volante**. 2004. Dissertação (mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, RS.



TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO: PROPOSTA DE UM PLANO DE GESTÃO CIRCULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA A CONSTRUÇÃO INDUSTRIALIZADA DE CONCRETO

*Fernandez, José Luiz Borja¹
Marchi, Cristina Maria Dacach Fernandez²*

RESUMO

Este trabalho mostra que diante das emissões de resíduos sólidos provenientes da construção civil, existe a possibilidade de organizar a cadeia produtiva de forma a reutilizar e reciclar resíduos da construção, que seriam destinados a aterros, como matéria-prima na construção industrializada. A proposta apresentada pretende atender diretrizes da agenda 2030 da ONU e estabelecer metas de sustentabilidades dentro de um ciclo de produção ecoeficiente. Esse estudo teve como etapas conhecer os mecanismos envolvidos na aquisição de matérias-primas seguida da fabricação, transporte e montagem de estruturas pré-fabricadas de concreto armado. Desta forma foi possível estudar as potencialidades do uso dos resíduos da construção civil. Neste trabalho, observou-se que a utilização de estruturas pré-fabricadas visa a economia de materiais, diminuição de resíduos, controle de qualidade e especialização da mão-de-obra. A aplicação de medidas racionalizadas aumenta o nível organizacional dos processos, que é à base da industrialização. Um dos benefícios do uso do concreto pré-moldado está relacionado à produção dos elementos que compõe a estrutura concentrada na fábrica, tendo como consequência a redução de resíduos dentro do canteiro de obra.

Palavras-chave: Agenda 2030. Ecoeficiência. Reciclagem. Resíduos. Construção civil.

ABSTRACT

This work shows that along emissions of solid residues that comes from civil construction, there is a possibility of organize a productive chain in order to reuse and recycle residual construction, which would be send to earthwork to be used as raw material to industrialized construction. This proposal intend to serve the diary of guideline 21 and establish goals of sustainability inside a cycle of coefficient production. This study had as steps, know the mechanism that involves the acquisition of raw material and also its manufacturing, transportation and mounting the structure of precast of concrete. In this way it is possible to study the potentiality of use the residual construction. We could also observe that the prefab structures aim to save materials, decrease residue, quality control and labour major. The application of rationalized measures increase the level of organization of the process, that is the base of industrialization. One of the benefits to use the precast is related to the production of the elements that arrange the structure of a factory. It has as a consequence the reduction of residue inside the construction work.

Keywords: Solid Waste. Industrialized construction. Ecologically eficiente. Recycling.

¹ Engenheiro, Professor da universidade Católica do Salvador, aluno do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), membro do grupo de pesquisa GAMDES. Avenida Pinto de Aguiar s/n, Campus de Pituacu, Salvador- BA, Tel. (71) 991621467, email: joselbf@hotmail.com.

² Administradora, Mestre em Planejamento Urbano e Doutora em geologia. Professora do programa de Pós Graduação da Universidade Católica do salvador (UCSAL), Líder do grupo de pesquisa GAMDES. Avenida Pinto de Aguiar s/n, Campus de Pituacu, Salvador-BA, Tel. (71) 999130968, email: cristina.marchi@ucsal.br

1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental da década de 80, provocada por um modelo de desenvolvimento insustentável ambientalmente e socialmente, onde o crescimento econômico estava dissociado da redução da pobreza e da capacidade de resiliência do planeta, provocando significativos impactos ambientais tais como: aquecimento global, consumo de energia, poluição da água e ar, aumento do consumo de matérias-primas não renováveis, geração de resíduos e exclusão social, motivou a Organização das Nações Unidas (ONU) a discutir um novo modelo de desenvolvimento que aliasse a atividade econômica com a sustentabilidade.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiada pela primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, publicou um documento fruto das discussões com os chefes de estado e público em geral chamado “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório de Brundtland”, propondo um novo modelo de desenvolvimento sustentável, definido no relatório como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p.46).

A partir do relatório de Brundtland, vários eventos foram organizados pela ONU definindo objetivos e metas para o alcance do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Apesar dos esforços dos estados membros para o alcance das metas traçadas nos documentos assinados nas conferências da Organização, em 2015, no Mundo, 13% da população vivia em extrema pobreza, 800 milhões de pessoas passavam fome e 2,4 bilhões de pessoas não tinha acesso a saneamento básico, segundo dados do 1º Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Em setembro de 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, organizada pelas Nações Unidas em Nova York, EUA, os líderes mundiais assinaram a agenda 2030, a partir dos resultados da RIO +20, com metas e objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) a serem alcançados nos próximos 15 anos. São metas ambiciosas como: erradicação da pobreza, desenvolvimento dos países pobres e em desenvolvimento, universalização do acesso ao saneamento básico e geração de empregos, dentre outras.

Para o sucesso da agenda 2030, o setor da construção civil é de fundamental importância na criação de infraestrutura resilientes, na promoção da industrialização e na construção de cidades sustentáveis, objetivos da agenda. Como o setor é o maior consumidor de recursos naturais não renováveis e o maior gerador de resíduos sólidos urbanos faz-se necessário a implantação de novas tecnologias no processo produtivo e o manejo

ambientalmente adequado dos resíduos ao longo da vida útil do produto, a fim de reduzir os impactos negativos da atividade.

A construção industrializada de concreto associada ao correto manejo de resíduos sólidos é importante para incorporar novas tecnologias no setor da construção civil, melhorando continuamente a produtividade e a qualidade dos produtos, reduzindo o consumo de recursos, material e humano, aumentando a eficiência dos processos de produção e a competitividade do setor e a vida útil do produto, possibilitando o desmonte da estrutura e o seu reaproveitamento. Este tipo de construção reduz o consumo de energia e de materiais-primas não renováveis, tornando os processos construtivos ambientalmente eficientes.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo propor um modelo ecoeficiente para o fluxo de resíduos da construção civil durante o processo produtivo da construção industrializada de concreto.

2 RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A Lei 12.305/2010 distingue resíduos de rejeitos, identificando os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania e conceituando rejeitos como “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada” (BRASIL, 2010, p.2).

Para efeito da Lei, os resíduos da construção civil são os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos.

A Norma Brasileira NBR.10.004 define resíduos sólidos como “resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e varrição...” (ABNT,1998, p.1). Classificando-os como:

a) Classe I - Resíduos perigosos; são os resíduos que apresentam periculosidade com as seguintes características: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade.

b) Classe II - Não perigosos.

- Classe II A - Não inertes: são resíduos que podem ter propriedades tais como: combustibilidade, solubilidade e biodegradabilidade.

- Classe II B – Inertes: qualquer resíduo que, quando amostrado de forma representativa e submetidos ao contato dinâmico e estático com água destilada ou desionizada, à temperatura ambiente, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados em concentrações superiores a padrão de potabilidade da água.

De acordo com a resolução do CONAMA N° 307, de 5 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, os resíduos sólidos da construção civil após a triagem, devem ser classificados da seguinte forma: CLASSE A: resíduos inertes que podem ser reutilizados e reciclados como agregado; CLASSE B: resíduos que precisam de processos industriais para a reciclagem; CLASSE C: resíduos para os quais não foram desenvolvidos tecnologias para a reciclagem; CLASSE D: resíduos perigosos oriundos do processo de construção.

Segundo dados da ABRELPE, publicados no “Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, 2014”, foram coletados aproximadamente 45 milhões de ton./ano de RCD, o que representa um aumento em relação a 2013 de 4,1% na coleta de resíduos da construção e demolição, índice superior ao crescimento da população no período, que foi de 0,9% , apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Quantidade total de resíduos da construção e demolição-RCD coletados no Brasil.

Região	Ano 2013		Ano 2014		Variação %
	RCD Coletado t/dia	Índice Kg/hab/dia	RCD Coletado t/dia	Índice Kg/hab/dia	
Brasil	117.435	0,584	122.262	0,603	4,11%
Norte	4.280	0,252	4.539	0,263	6,05%
Nordeste	22.162	0,397	24.066	0,428	8,59%
Centro Oeste	13.439	0,896	13.675	0,899	1,76%
Sudeste	61.487	0,728	63.469	0,746	3,22%
Sul	16.067	0,558	16.513	0,569	2,78%

Fonte: Adaptado ABRELPE, 2014.

Os dados divulgados pela ABRELPE não abrange a totalidade dos RCD gerados no Brasil, os números referem-se aos resíduos coletados pelo poder público em obras sob sua responsabilidade e em logradouros públicos. Não estão incluídos os RCD coletados sob responsabilidade dos geradores.

Segundo pesquisa de PINTO (1999), de 40% a 70% da massa total de resíduos sólidos urbanos gerados vêm da construção civil, provocando impactos negativos ao meio ambiente, prejudicando as camadas mais pobres dos centros urbanos.

Apesar dos RCD terem baixo risco ambiental, impactando o meio ambiente com intensidade menor que os resíduos orgânicos, devido as suas características químicas e minerais serem semelhantes aos agregados naturais, tendo como principal impacto o volume gerado, alguns problemas ambientais são acarretados pela incapacidade dos municípios brasileiros de gerenciar os volumes gerados de resíduos, tais como: poluição visual; inundações; alagamentos; perda de infraestrutura de drenagem por entupimento de galerias e assoreamento de canais; deslizamento de encostas; proliferação de vetores de doenças; dentre outros.

3 ECOEFICIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O Aquecimento global é evidente, provoca mudanças na temperatura dos oceanos e da atmosfera, degelo das calotas polares, aumento do nível do mar e das emissões de CO₂. A mudança no clima representa uma ameaça à humanidade, comprometendo o acesso à água potável, a produção de alimentos, a saúde, o uso da terra e o desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, surgiu, na conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, também conhecida como RIO 92, o conceito de ecoeficiência, ou seja, a necessidade de criar um novo modelo de desenvolvimento que aliasse a eficiência econômica com a eficiência ambiental. A partir da RIO 92 várias organizações tem pesquisado sobre o tema definindo o conceito de ecoeficiência como a produção de bens e serviços com menor impacto ao meio ambiente, que atendam as demandas da sociedade com qualidade, reduzindo, gradativamente, o consumo de matérias primas e energia.

Para a OECD (2012), o crescimento urbano dos países em desenvolvimento, associado ao crescimento econômico das últimas décadas, tem aumentado significativamente a emissão de CO₂.

A ecoeficiência na construção civil da America Latina pode ser analisada pela quantidade de recursos, principalmente os naturais, que atualmente os edifícios consomem, ou seja, 21% de água potável, 42% de energia elétrica, geração de 25% de CO₂ e produção de 65% de resíduos sólidos urbanos. Estima-se que a adoção de novas tecnologias na construção de edifícios com sistema construtivo ambientalmente responsável e eficiente no consumo de recursos, reduziria em 50% o consumo de energia, 40% o consumo de água, 39% a emissão de CO₂ e 70% a geração de resíduos sólidos (CESANO, 2013).

No Brasil, de acordo com o Banco Mundial, houve um aumento significativo na emissão de CO₂ por toneladas métricas per capita, passando de 0,65 em 1960 para 2,49 em 2013, representando um aumento de 283% (BANCO MUNDIAL, 2016).

Considerando que a indústria da construção civil é responsável pelo consumo de 75% dos recursos não renováveis do planeta e é responsável pela emissão de 50% do CO₂ na atmosfera, esse setor é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável.

No Brasil, em 2010, alguns objetivos da Agenda 21 como o do desenvolvimento sustentável, o da ecoeficiência e o da responsabilidade social das empresas foram inseridos na Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

Nas empresas, a ecoeficiência visa à incorporação de novas tecnologias no processo de gestão, aumentando a eficiência no uso dos recursos, através da não geração, reutilização, reciclagem e destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.

A geração de resíduos é o principal aspecto ambiental da construção civil, impactando o meio ambiente urbano de diversas formas. Materiais de construção produzidos a partir da reciclagem desses resíduos é a forma mais eficiente de reduzir impactos ambientais, otimizando o uso de energia e diminuindo o consumo de matérias-primas não renováveis. Na Europa a taxa média de reciclagem dos RCD atinge 50%, na Dinamarca chega a 89%, motivada pelo alto custo de disposição final e dos agregados naturais (TORRALBA e JALALI, 2010).

A partir das conquistas dos oito objetivos do milênio, que reduziram a população vivendo em extrema pobreza em mais de 50%, a agenda 2030, assinada por líderes dos estados membros da Organização das Nações Unidas, (ONU, 2015), ampliou de oito para dezessete objetivos, relacionados ao desenvolvimento sustentável e que traçam metas ousadas a serem cumpridas nos próximos 15 anos, apresentados na Figura 1.

FIGURA 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU, 2015.

Dentre as metas para 2030 temos: redução de 50% da população vivendo em extrema pobreza; acabar com a fome no planeta; acesso universal a saneamento básico; acesso

universal a serviços de energia; crescimento econômico anual de 7% do PIB nos países menos desenvolvido; emprego pleno; promover a infraestrutura para a promoção da industrialização inclusiva e sustentável; melhorar a eficiência dos recursos globais no consumo e produção, dissociando crescimento econômico da degradação ambiental; reduzir os impactos ambientais negativos nas cidades, prestando especial atenção a gestão de resíduos; alcançar o manejo ambientalmente saudável dos resíduos, ao longo de toda a vida útil do produto; alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, dentre outras (ONU, 2015).

Sem o desenvolvimento da construção civil os países em desenvolvimento não alcançarão as metas estabelecidas pela agenda 2030, a criação de infraestrutura para a industrialização, a construção de equipamentos para a melhoria da qualidade de vida das populações de riscos, bem como a construção de equipamentos para a universalização do acesso à energia e ao saneamento básico e a mitigação de impactos ambientais gerados pela industrialização e o crescimento da renda da população, dependem do setor.

Apesar da importância do setor para o desenvolvimento econômico e social dos países, contribuindo para o desenvolvimento regional com geração de emprego, renda e tributos, em contrapartida, o setor é o maior consumidor de recursos naturais e o maior gerador de resíduos sólidos urbanos. Para se alcançar o desenvolvimento sustentável, objetivo da agenda 2030, faz-se necessário uma mudança no modelo de produção atual, incorporando novas tecnologias de materiais e novos processos de gestão, que possibilitem a redução no volume de resíduos descartados e no consumo de matérias primas não renováveis.

A sustentabilidade na construção civil depende da escolha de materiais de construção mais duráveis, com baixa emissão de CO₂, produzidos a partir de agregados reciclados ou obtidos de fontes renováveis, de baixo consumo de energia e de materiais não tóxicos e não contaminantes.

4 A CONSTRUÇÃO INDUSTRIALIZADA DE CONCRETO

De acordo com Couto e Couto (2007) a industrialização na construção civil depende de organização, planejamento, continuidade na produção, repetição e eficiência no processo de produção, dentro de uma visão sistêmica da execução de uma edificação.

A construção industrializada de concreto no Brasil congrega as empresas de pré-moldados e pré-fabricados, de acordo com ABCIC, Associação Brasileira da Construção Industrializada de Concreto, que tem 50 empresas associadas. Em 2014 o setor produziu

1.035.628 m³ de concreto, sendo a capacidade instalada de 1.635.000m³, ou seja, o segmento trabalhou com ociosidade de 37% (ABCIC, 2015).

A NBR 9062/2006, que normatiza Projeto e execução de Estruturas de Concreto Pré-moldado, diferencia pré-moldado de pré-fabricado:

- Pré-Fabricado: elemento pré-moldado executado industrialmente, mesmo em instalações temporárias em canteiros de obra, sob condições rigorosas de controle de qualidade.

- Pré-Moldado: elemento moldado previamente e fora do local de utilização definitiva da estrutura, com controle de qualidade menos rigoroso que o elemento pré-fabricado.

Os principais clientes da construção industrializada são: Shopping Centers com 30,1%, Indústrias com 18,8% e Varejo com 11,9%, de acordo com dados da ABCIC apresentados no Quadro 2.

Quadro 2- Distribuição da produção, por tipo de obra, Brasil, 2015.

Tipo de Obra	Consumo %
Shoppings Centers	30,1
Indústrias	18,8
Varejo	11,9
Edifícios Comerciais	11,5
Centro de Distribuição e Logística	10,9
Infraestrutura e Obras especiais	8,4
Habitacional	5,3
Outros	3,0

Fonte: Adaptado de (ABCIC, 2015)

A produção de pré-moldados é majoritária, representando 81,6% do total, ou seja, a maior parte da produção é realizada em unidades específicas, fora do canteiro de obra (ABCIC, 2015).

O desenvolvimento da construção industrializada de concreto introduz novas tecnologias nos processos produtivos de construção de edificações aumentando a competitividade do setor da construção civil. Isso pode ser inferido nos estudos de Couto e Couto (2007) que apontam para inúmeras vantagens com a industrialização do segmento:

a) Produção em unidades industriais especializadas, com maior controle de qualidade;

- b) Redução de tempo na execução da estrutura;
- c) Grandes vãos sem apoio, melhorando a funcionalidade dos espaços, reduzindo o número de pilares e fundação;
- d) Redução em fôrmas, escoramentos e andaimes;
- e) Melhor segurança estrutural e do trabalho;
- f) Redução no consumo de energia;
- g) Maior reaproveitamento das fôrmas;
- h) Possibilidade de reutilização das estruturas;
- i) Redução da área de canteiro;
- j) Redução da produção de resíduos e ruído no canteiro;
- k) Menor impacto no trânsito local (COUTO E COUTO, 2007, p. 3).

A construção industrializada de concreto utiliza como matérias-primas principais os agregados minerais, cimento e aço. De acordo com dados de 2014, publicados pela ANEPAC, o consumo mundial de aço foi de 1,61 bilhões de toneladas, cimento de 4,18 bilhões de toneladas e de agregados 45,37 bilhões de toneladas; no Brasil, para o mesmo período, houve um consumo de 27 milhões de toneladas de aço, 70 milhões de cimento e 741 milhões de agregados minerais (ANEPAC, 2015).

A magnitude dos números divulgados pela ANEPAC representa uma preocupação com os impactos ambientais decorrentes do consumo de matérias-primas não renováveis em forma de agregados e de insumos para a produção de cimento e ferro. Sendo imprescindível a adoção de práticas ambientalmente adequadas no manejo dos materiais e resíduos da produção, para a redução do custo ambiental da construção industrializada de concreto.

5 METODOLOGIA

Pesquisa qualitativa de cunho exploratório, buscando ampliar os conhecimentos sobre os impactos ambientais causados pelo descarte dos resíduos no sistema de produção linear da construção industrializada de concreto, com o objetivo de apresentar uma proposição para o Fluxograma de Produção da construção industrializada de concreto.

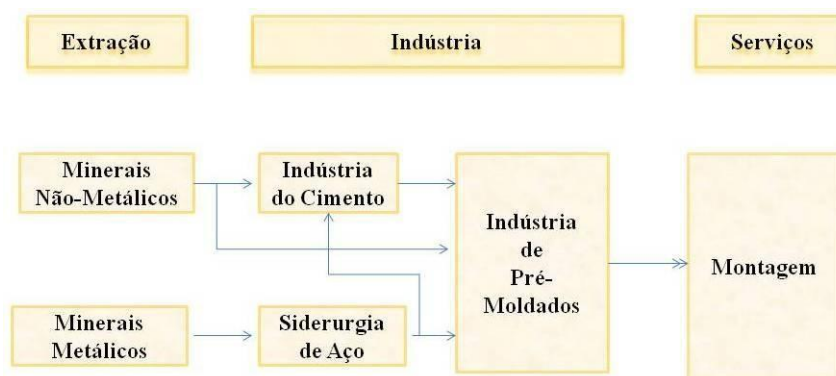
A tipologia da pesquisa quanto aos procedimentos será a bibliográfica, com coleta de dados de fontes secundárias, como ABELPE, SNIS, IBGE, ABCIC, CBIC, artigos científicos e teses sobre o tema.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção industrializada tem um papel importante na cadeia produtiva da construção civil, voltada para a industrialização dos processos de construção, buscando maior produtividade na execução dos elementos de concreto armado, diminuindo o desperdício de matérias-primas e de tempo.

Na base da cadeia produtiva da indústria está a mineração, fornecendo agregados, como areia e brita, e minérios para as indústrias de cimento e siderúrgicas, matérias-primas não renováveis, conforme pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 - Fluxograma da cadeia produtiva da indústria de pré moldados



Fonte: Elaborado pelos autores

Os impactos ambientais da mineração segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (2012) são divididos em cinco categorias: poluição da água, poluição do ar, poluição sonora, subsidência do terreno, incêndios e rejeitos.

Os minerais de emprego direto na construção civil (areia, brita e argila), por sua elevada participação nas obras de interesse social, habitação, saneamento e transporte, são considerados bens minerais de uso social e são responsáveis pela maior extensão dos impactos ambientais provocados pela mineração no Brasil.

As lavras de materiais para a construção civil são numerosas e de pequeno porte, instaladas, por questões mercadológicas, próximas aos centros urbanos, operando sem controle ambiental, muitas na clandestinidade (MACEDO, 1998).

A extração de areia em leito de rios, área de várzeas, margens de curso d'água e lagos, bem como a extração de rochas no alto dos morros ou encostas íngremes, atingindo nascentes, obstruindo cursos d'água e suprimindo a vegetação nativa, são comuns nas áreas de exploração (MECHI; SANCHES, 2010).

Na segunda etapa da cadeia produtiva da construção industrializada de concreto encontram-se as indústrias de transformação, cimento e siderúrgica, fornecendo cimento e aço para a produção das estruturas e artefatos de concreto. São inúmeros os impactos ao meio ambiente provocado pelas indústrias, sendo os mais significativos a geração de rejeitos e o consumo de matérias-primas não renováveis, uma parte das escórias de forno da siderurgia vai para a indústria de cimento amenizando o problema com o descarte de rejeitos.

Couto e Couto (2007) chamam a atenção para um grupo de estudo europeu que investiga novas tecnologias aplicadas à construção industrializada, intitulado de *Preventative Environmental Protection Approaches – PREPARE*. Este programa aponta potenciais benefícios ambientais no uso da construção industrializada, tornando o setor da construção civil mais sustentável e acarretando as seguintes reduções:

- 50% no consumo de água;
- 50% dos agregados graúdos;
- pelo menos 50% no consumo de energia.

Apesar das vantagens apontadas pelo Programa PREPARE, estudos desenvolvidos por Silva (2014) na cidade de Chapecó-SC, em empresas de construção industrializada, apontam para perdas em torno de 10% do concreto produzido e 5% do total de materiais utilizados na fabricação das peças, os principais fatores que geram perdas e resíduos na linha de produção e montagem são: revisão de projetos 60% e falhas na produção 20%.

O uso de novas tecnologias vem contribuindo para a melhoria dos sistemas e processos construtivos, reduzindo os impactos ambientais do setor da construção civil, apesar dos avanços tecnológico e mercadológico da construção industrializada existe ainda ineficiência na linha de produção, que provoca perdas e resíduos em quantidades expressivas e causam impactos com a geração e disposição final dos resíduos sólidos.

A Figura 3 apresenta o fluxograma de produção e montagem da construção industrializada de concreto sem a intervenção de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, encaminhando os resíduos provenientes da fabricação e montagem para a destinação final.

Figura 3 - Fluxograma da linha de produção da construção industrializada

Fonte: Elaborado pelos autores

Os resíduos gerados na construção industrializada tem alto potencial de reciclagem, por não ter contato com materiais contaminantes como: material orgânico, solo, tintas e solventes, papel, papelão e gesso. Os resíduos de classe A podem ser reciclado no próprio pátio da fábrica, gerando agregados de excelente qualidade mecânica por possuir cimento incorporado em seus grãos, podendo retornar a linha de produção gerando novos produtos, tais como: blocos para pavimento intertravado, meio fio, postes para cerca e tubos em concreto para rede de drenagem, os de classe B podem ser segregados e vendidos para cooperativas (SILVA, 2014). Vários estudos apontam para a viabilidade técnica e econômica da utilização dos agregados reciclados a partir de RCD, estes estudos são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Estudos relacionados a viabilidade técnica e econômica da utilização dos agregados reciclados a partir de RCD

Autores	Objetivo da Pesquisa	Resultados
Evangelista, Costa e Zanta (2010)	Análise das propriedades do concreto produzido com agregados naturais e reciclados.	A utilização de agregados reciclados em proporções devidamente dosadas pode melhorar as propriedades do concreto, como resistência a compressão e durabilidade.
Sales e Santos (2009)	Análise das características físicas e mecânicas de blocos para alvenaria sem função estrutural produzidos com agregado reciclado.	A resistência a compressão com blocos produzidos com agregados reciclados foi 50% superior aos blocos com agregados naturais
Motta (2005)	Análise dos aspectos físicos e mecânicos dos agregados reciclados em camadas de base, sub-base ou reforço do sub-leito de vias de baixo volume de tráfego.	Os resultados foram satisfatórios quanto ao uso dos agregados reciclados em pavimentação.

SCOTT HOOD (2006)	Análise da viabilidade técnica da utilização de RCD como agregado miúdo reciclado na confecção de blocos de concreto para pavimentação	Viabilidade para a substituição dos agregados naturais por agregados de RCD no teor de 25% na fabricação de blocos de concreto para pavimentação de áreas de pequeno tráfego.
-------------------	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerando a viabilidade técnica e econômica de produção e uso de produtos fabricados com agregados reciclados, apontada nos estudos citados no Quadro 3, é importante a implantação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos - PGRS, em consonância com a resolução do CONAMA 307/2002, onde os resíduos após a reciclagem voltam para a linha de produção em forma de insumos, reduzindo os impactos ambientais negativos relacionados ao descarte de rejeitos, consumo de recursos não renováveis e consumo de energia, além de reduzir custos com manejo dos rejeitos, gerando uma nova cadeia de valor com a produção de artefatos de concreto reciclados, melhorando a imagem institucional da empresa, como proposto na Figura 4.

Figura 4 - Fluxograma da linha de produção da construção industrializada com implantação do PGRS



Fonte: Elaborado pelos autores

Sendo a construção civil o maior consumidor de recursos naturais não renovados e o maior gerador de resíduos sólidos urbanos, implantar um modelo sustentável de produção no setor da construção industrializada de concreto, onde os resíduos sejam reciclados e transformados em insumos para a produção de produtos reciclados com menor custo econômico e ambiental, é um paradigma que deve ser adotado por toda a cadeia produtiva da construção civil, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, garantindo às próximas gerações a mesma condição de desenvolvimento que a geração atual.

7 CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho foi propor um fluxo de produção ecoeficiente que vise contribuir para a redução dos impactos ambientais na cadeia produtiva da construção industrializada de concreto, incentivando o desenvolvimento de novos sistemas de gestão ambiental, voltado para o reaproveitamento dos resíduos sólidos na linha de produção como insumos.

A construção industrializada de concreto é uma das soluções para aprimorar os sistemas construtivos, ajudando o setor da construção civil a enfrentar as atuais exigências de produção, de qualidade, ambiental e energética, tornando os sistemas mais eficientes economicamente e ambientalmente.

A implantação de um novo modelo de gestão de RCD, onde os resíduos da produção retornem, após a reciclagem, a linha de produção gerando uma nova cadeia de valor para a construção industrializada, reduzindo os impactos ambientais em toda cadeia produtiva é importante para redefinir o setor como indústria sustentável e ecoeficiente, atendendo ao art. 6º, incisos IV e V, da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

REFERÊNCIAS

ABCIC. Associação Brasileira da construção Industrializada de Concreto. Anuário ABCIC 2015. Disponível em www.abcic.org.br Acesso em set. 2016.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR.10.004: Resíduos sólidos- Classificação. Rio de Janeiro. 2004.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR.9062: Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado. Rio de Janeiro. 2006.

ABRELPE. Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2014. São Paulo.

ANEPAC. Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção. Relatório mercado 2014. Disponível em: <www.anepac.org.br>. Acesso em setembro de 2016.

BANCO MUNDIAL. Banco de dados do Banco Mundial. Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. Lei n. 12.305 – 02 agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução 307, de 05 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

CBIC. Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil. Disponível em: <www.cbic.org.br> Acesso em 03 Mai. 2015.

CESANO, D AND RUSSELL, J. (2013) ELLA Policy Brief: Green Building in Latin America. Evidence and Lessons from Latin America (ELLA), Practical Action Consulting, Lima Peru. 2013.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COUTO, M. C; COUTO, J. P. Os benefícios ambientais e a racionalização do efeito de aprendizagem na indústria de pré-fabricado. Congresso construção. Coimbra, Portugal. 2007.

PROGRAMA PREPARE (Preventative Environmental Protection Approaches), European Sustainability Grou. disponível em www.prepare-net.org. Acesso em outubro de 2016.

EVANGELISTA, P. P. A; COSTA, D. B; ZANTA, V. M. Alternativa sustentável para destinação de resíduos de construção classe A: sistemática para reciclagem em canteiros de obras. Ambiente Construído. V.10. N.3, P.23-40, Jul/Set. Porto Alegre. 2010.

IBAMA. GEO BRASIL 2002: Perspectivas do Meio Ambiente do Brasil. 2002. MACEDO, A. B. Dossiê recursos naturais: Recursos minerais não metálicos. **Estudos Avançados**. Vol.12. n.33. São Paulo, 1998.

MECHI, A. SANCHES, D. L. Impactos ambientais da mineração no estado de São Paulo. **Estudos Avançados**, Vol.24, N.68. USP. São Paulo. 2010.

MOTTA, R. S. **Estudo laboratorial de agregado reciclado de resíduo sólido da construção civil para aplicação em pavimentação de baixo volume de tráfego**. Dissertação de mestrado em engenharia de transporte, Escola Politécnica, USP. São Paulo. 2005.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development (2012). Green Growth and Developing Countries. Consultation Draft. Disponível em <<http://www.oecd.org/greengrowth/green-development/50559116.pdf>> . Acesso outubro 2016 ONU. Organização das Nações Unidas. 17 objetivos para transformar o nosso mundo. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>> . Acesso em maio de 2017.

PINTO, T. P. **Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana**. 1999. Tese Doutorado – Escola Politécnica, Usp, São Paulo.

SALLES, A. T.C; SANTOS, D. G. Aplicação de agregados reciclados de resíduos da construção em blocos pré-moldados de vedação. Encontro Nacional sobre Aproveitamento de Resíduos da Construção, feira de Santana, Bahia. 2009.

SCOTT HOOD, R. S. **Análise da viabilidade técnica da utilização dos resíduos da construção e demolição como agregado miúdo reciclado na confecção de blocos de concreto para pavimentação.** Dissertação de Mestrado. PPGEC/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SILVA, A. J. Reciclagem dos resíduos produzidos pela indústria de pré-moldados em concreto na região de Chapecó-SC. **Revista especialize on-line IPOG**, 8ª edição, nº.9, Vol.01. Goiânia, 2014.

TORGAL, F. P; JALALI, S. Dossier Eco-Eficiência dos Materiais de Construção. Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção. Portugal, 2010.

EIXO IV

**Sociedade e seus Movimentos - Grupos
Sociais e uso da Tecnologia**

ACESSIBILIDADE: IDOSOS E OS ESPAÇOS CIDADINOS DE SOCIABILIDADES

*Sheila Marta Carregosa Rocha*¹

RESUMO

Há um crescente número de idosos brasileiros habitando e trocando experiências nos espaços na cidade. Este estudo traz a experiência de idosos, que residem na cidade do Salvador, no Estado da Bahia, Brasil, entrevistados no mês de maio de 2014, num dos espaços urbanos mais frequentados por eles, a Praça da Piedade, como local de passagem, mas também de lazer e sociabilidade. A questão norteadora desta pesquisa consiste na percepção desse espaço se estaria adequado para o acesso da população sem obstáculos que possam ser a causa de mortalidade. Objetivando com isso analisar a acessibilidade da pessoa idosa ao espaço urbano. Verificou-se nas falas desses idosos que esse espaço específico é um ponto de encontro, mas que a acessibilidade é muito precária, por conta das ladeiras, da calçada desnivelada, do número cada vez mais crescente de pessoas que transitam pelo local, dos empreendedores informais que preenchem as calçadas das praças, da insegurança e demais obstáculos. O Poder Público municipal precisa repensar o espaço da cidade para a atuação livre e desimpedida dos seus atores sociais e empreender políticas públicas no sentido de viabilizar a acessibilidade dos idosos aos espaços urbanos.

Palavras-Chave: Acessibilidade. Cidade de Salvador. Idosos. Inclusão Social.

ABSTRACT

There is a growing number of elderly Brazilians living and exchanging experiences in the spaces in the city. This study brings the experience of the elderly, who live in the city of Salvador, in the State of Bahia, Brazil, interviewed in May 2014, in one of the urban areas most frequented by them, Praça da Piedade, as a place of passage, but Also of leisure and sociability. The guiding question of this research consists in the perception of this space if it would be adequate for the access of the population without obstacles that can be the cause of mortality. In order to analyze the accessibility of the elderly to the urban space. It was verified in the speeches of these elderly people that this specific space is a meeting point, but that accessibility is very precarious, due to the slopes, the uneven sidewalk, the increasing number of people passing through the place, informal entrepreneurs That fill the sidewalks of the squares, of insecurity and other obstacles. The Municipal Public Power needs to rethink the space of the city for the free and unimpeded performance of its social actors and to undertake public policies in the sense of making the accessibility of the elderly accessible to urban spaces.

Keywords: Accessibility. City of Salvador. Elderly. Social inclusion.

¹ Doutora no Programa de Família na Sociedade Contemporânea. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Especialista em Direito Civil (Fundação Faculdade de Direito – UFBA). Especialista em Psicopedagogia(UFRJ). Especialista em Metodologia do Ensino Superior com ênfase em Novas Tecnologias pela FBB. Bacharela em Direito (Estácio/FIB) e Licenciada em Letras Vernáculas (UCSAL). Professora do Curso de Direito da UNEB, campus XV, da UCSAL e do Centro Universitário Estácio da Bahia. Pesquisadora do NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITOS HUMANOS, Coordenado pela Profa. Dra. Vanessa Cavalcanti. Coordena o Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos dos Idosos da UNESA(FIB). E-mail: sheila.rocha@ucsal.br

1 INTRODUÇÃO

Segundo a FIOCRUZ, “os acidentes de trânsito/transportes e quedas(associadas com o ambiente viário, a exemplo das calçadas irregulares) ocupam os dois primeiros lugares nas causas de mortalidade de idosos”. As estatísticas relativas ao município de Salvador apontam ainda que os idosos que vão a óbito por causa de acidente de transportes (CID-10 V01-V99), para o ano de 2011 são 44.0, sendo masculino 28.00 e 16.00 feminino, sendo a proporção de 0.51% da causa de morte.

Existem algumas soluções que são pensadas em termos de o que seria uma cidade adequada e acessível aos idosos, então a Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu o “Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas”, em 2007, objetivando promover a melhoria na qualidade de vida dos idosos nas cidades. Nesse guia, defende que uma cidade amiga das pessoas idosas organiza suas estruturas e serviços de modo que incluam e sejam acessíveis a pessoas mais velhas, com diferentes necessidades e capacidades. Assim, o Guia considera oito áreas da vida urbana, que envolvem diretamente o desempenho da cidade “quanto às suas adaptações para a qualidade de vida dos idosos: espaços exteriores e edifícios; transportes; habitação; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; apoio comunitário e serviços de saúde.”

Quais seriam as adaptações que a cidade de Salvador na Bahia efetua para melhorar a qualidade de vida dos idosos? Esta é a problemática central do artigo que trata da acessibilidade da pessoa idosa ao universo da cidade.

A população da cidade do Salvador está estimada em 2.710.968 habitantes, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2013), e, conforme as análises, entre 2010 e 2020, a capital terá um crescimento médio anual de 0,73% (passará de 2.690.400 para 2.893.100). Na década seguinte, o avanço populacional anual deve cair para 0,32%, sendo que o número de moradores na capital deve chegar, em 2030, a 2.986.700. O estudo também indica ainda uma redução da população de 0 a 14 anos. Entre 2010 e 2030, o número de pessoas presente neste grupo etário deve cair 8,5% (passará de 567.600 para 519.900). De forma inversa, a previsão é de que a população com idade acima de 65 anos cresça mais de 147% (passe de 164.200 para 406.900). Em números absolutos, após 20 anos, a população feminina deve passar de 1.434.600 para 1.586.900 (avanço de 10,6%). Já o número de habitantes masculinos deve sair de 1.255.800 para 1.399.800 (avanço de 11,5%). Em 2011, 28,4% da população de Salvador é de Idosos, sendo 21,4% masculino e 35,2% feminino (PNAD, 2011).

Onde estão esses idosos na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia? Qual a relação desses idosos com a cidade do Salvador? Quais as ações que as Universidades desenvolvem para a

inclusão social desses idosos no espaço urbano? Essas indagações irão nortear este trabalho, desenvolvido para contribuir com a reflexão proposta pela XVII SEMOC, intitulada “Universidade: diálogos contemporâneos”, para a categoria: 16. Cidade, Acessibilidade e Inclusão-Social.

Analisando a logística do conteúdo pesquisado para a construção do artigo foi estruturada a seguinte formatação: metodologia; resultados; no primeiro capítulo, este trabalho discorre sobre a acessibilidade do idoso na cidade do Salvador; no segundo capítulo, sobre o trânsito do idoso pela cidade; conclusão.

2 METODOLOGIA

A abordagem preponderante deste artigo foi a qualitativa, no sentido de ouvir as vozes dos idosos que transitam pelo centro da cidade do Salvador, de investigar a acessibilidade ao e do local e discutir quais seriam as melhorias que viabilizariam uma melhor qualidade do acesso. (RICHARDSON, 2010, p.91) diz que “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas”.

A natureza quantitativa foi relevante no sentido de perceber as reivindicações desses idosos quanto ao espaço público e de inseri-los no contexto social de espaço de discussão. Na realidade, a pesquisadora invade os espaços de tráfego desses idosos para saber se as legislações estão sendo efetivamente cumpridas ou não. E além de colocá-los no cerne da discussão, envolvendo-os, observando-os e ouvindo-os para contribuição em futura política pública voltada para dar melhor acesso do idoso à cidade em que mora.

A pesquisa de campo ou coleta de dados foi realizada no mês de maio de 2014, no centro da cidade do Salvador, na Praça da Piedade e imediações, local de grande concentração de idosos, durante a semana e todo o dia. A escolha deveu-se à concentração de grupos de idosos na Praça, nas Igrejas, transitando pela Praça, que se desloca para as instituições bancárias, para as farmácias, consultórios médicos e comércio local. Foram utilizadas as técnicas da observação e da entrevista a dez idosos que circulam diariamente nessa Praça. O critério levado em consideração para a seleção desses idosos foi a frequência diária à Praça e as diversas finalidades, para as quais os idosos utilizam esse espaço urbano.

A entrevista foi precedida pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido lido para o idoso e anuído por ele, mediante assinatura, conservando o sigilo da sua identificação e dos

demais dados que, porventura, possam identificá-lo, por isto optou-se por uma análise geral e não específica.

Este artigo é um desdobramento do projeto de Pesquisa “Direitos Humanos dos Idosos”, aprovado através do Parecer de nº 566.982, pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Estácio da Bahia.

3 RESULTADOS

Foram 5 (cinco) idosas e 5 (cinco) idosos entrevistados na faixa dos 60 até 80 anos, residentes nas imediações do bairro da Piedade, em Nazaré, Barris, Campo Grande, Garcia e adjacências. São aposentados em sua maioria, contudo foram entrevistadas idosas que recebem pensão do marido falecido. Nenhum deles trabalha, a maioria tem como grau de instrução o primeiro ou o segundo grau incompleto. Não têm aparentemente limitação física para locomoção, mas se verificou os passos lentos, diminuídos e compassados de acordo com a idade.

50% locomovem-se através do transporte coletivo urbano e 50% a pé, pela proximidade da residência. A locomoção é autônoma, sem cuidador ou qualquer acompanhante. Os locais mais frequentados no centro da cidade são a Praça da Piedade, igrejas, consultórios médicos, bares e casa lotérica. Nenhum entrevistado frequenta grupo de terceira idade.

Os idosos apontaram algumas dificuldades de se chegar ao local, a exemplo do transporte coletivo urbano, cujos motoristas não param nos pontos, quando percebem que só existe idoso para utilizar o coletivo. Além do mais, o ingresso no coletivo também é complicado, porque o degrau é muito alto e o motorista não tem paciência de esperar o seu ingresso com segurança. Outra dificuldade é o atravessar as ruas, porque os semáforos são muito rápidos e quando chegam à calçada, o semáforo já abriu para os veículos cujos motoristas não aguardam o idoso alcançar a calçada com segurança. Outra dificuldade enumerada pelos idosos são os obstáculos, calçadas com buracos, muitas pessoas transitando, trabalhadores informais ocupando os espaços das calçadas, o mau cheiro das pessoas que dormem e moram na Praça, as ruas sujas exalando um odor fétido.

Geralmente a frequência é de segunda à sexta, das 8 às 17h, geralmente quando o comércio abre as portas. Nos finais de semana a frequência dos idosos é menor, pois podem passar o tempo com os familiares, vizinhos e amigos.

Os problemas apontados para dificultar à acessibilidade aos locais foram: a falta sinalização para indicar ruas, comércio, igrejas, etc.; a falta de rampas nas calçadas; os motoristas que não respeitam a sinalização; o tempo de sinal aberto é insuficiente para conseguir atravessar a rua; a falta de sinal para pedestres; o local para travessia tem buracos e piso irregulares e atualmente a insegurança é muito grande, inclusive com furtos e roubos muito crescente no local, cujas vítimas são pessoas idosas, principalmente, quando saem das instituições financeiras, e também homicídio vem ocorrendo.

Especificamente em relação à calçada, identificou-se que são irregulares e com buracos; muito inclinadas; estreitas, que obrigam a andar na rua; há árvores, lixeiras, bancos e grades. Também se verificou a presença de animais nas calçadas que atrapalham caminhar com tranquilidade; além de grande aglomeração de pessoas na calçada, próximo ao ponto do ônibus.

Dos entrevistados, apenas 3, dois idosos e 1 idosa já caiu na Praça da Piedade, porque se desequilibraram enquanto andavam.

A ladeira foi apontada como o local de grande dificuldade de acesso, principalmente, as ladeiras que ligam ao bairro de Santana e do Desterro.

Sugeriram a retirada dos obstáculos e a conscientização dos motoristas e pedestres no sentido de respeitar as limitações dos idosos.

4 DESENVOLVIMENTO

O espaço da cidade é um local de encontro. Encontros permanentes de vias públicas, de calçadas, de logradouros; e também encontros transitórios de pessoas, quer sejam pedestres ou de aquelas que estejam motorizadas. Esse espaço é uma garantia do exercício da cidadania, e do direito de todo cidadão a ir, permanecer e vir. Indubitavelmente é um espaço de liberdade social, limitada pelo Estado, para garantir a todos o direito à acessibilidade urbana.

A pessoa idosa transita pelas calçadas, pelas praças, pelas ladeiras, pelas ruas da cidade do Salvador. Nas praças, muitos encontros de idosos acontecem, principalmente, na Praça da Piedade, local central, cercado de instituições financeiras, igrejas, shoppings, farmácias e bastantes lojas e comércio de rua. Estas estão bem distantes das praias e dos parques.

Ao sair do espaço confortável de casa, o idoso se depara com a calçada, que o leva a vários caminhos; aos espaços de sociabilidades. A calçada é o primeiro espaço de aproximação do idoso com a cidade, mas também de um enfrentamento doloroso.

Etimologicamente o vocábulo “calçada” tem origem no latim, “*calcatúra, calcatúrae*”, cuja semântica consiste na ação de calcar, pisar, donde, calcanhar, calçada por sua função no andar.

A calçada para o pedestre é o local de segurança, fluidez e conforto. Assim como seu espaço de casa. Enquanto a calçada constitui um espaço público, onde todos têm o direito de transitar; a casa é um espaço privado, inviolável e também protegido pelo Estado.

Para que todos tenham acesso às calçadas é preciso que estejam em condições de trânsito, que é a real acessibilidade. Então se reflete sobre quais os requisitos para uma calçada atender às crianças, portadores de necessidades especiais como cadeirantes, deficientes visuais, idosos e gestantes?

O Município transferiu a responsabilidade de construção, modificação, manutenção para cada proprietário de residência, condomínio ou estabelecimento comercial. Sendo assim, surge a primeira dificuldade: a irregularidade e a falta de um padrão adequado. Eis o primeiro obstáculo à acessibilidade ao trânsito do idoso pela cidade: as calçadas desniveladas, sem pavimentação e com as mais variadas formas de intersecções. Além dos rebaixos de meio-fio, as rampas de acesso e os pisos escorregadios, quando não tem buracos na calçada. Assim, uma das formas de se discutir sobre a engenharia das calçadas é que ela tivesse uma padronização que atendesse às mais variadas pessoas com suas respectivas necessidades e que fosse competência do município e não do particular a sua construção e manutenção.

Sendo as calçadas planejadas ou não, esse espaço precisa sempre ser repensado para atender às necessidades da sociedade, que permanece em contínua mudança e progresso. Esse desenvolvimento urbano causa outras demandas tanto para a sociedade, quanto para o Estado.

Tecnicamente, (Fernandino (2006) *apud* Bittencourt *et al* 2008), denomina-se como desenho universal aquele que “atribui igualdade e justiça ao design de ambientes, permitindo, desta forma, sua utilização por qualquer pessoa, independente de idade e habilidade, dentro de um limite possível, sem que sejam necessárias adaptações especiais”.

O que se percebe é que a calçada deveria garantir o livre acesso de todas as pessoas, sem exceção, com qualidade nessa mobilidade, de modo que os obstáculos possam ser sanados e as pessoas possam transitar com autonomia e seguirem seu caminho.

A calçada leva ao caminho da praça. A praça é um ponto de encontro. Cercada de bancos, onde se pode sentar e conversar ou até mesmo jogar algum baralho ou dominó. É um local arborizado, que indica vários caminhos e possibilidades. Observa-se o movimento dos outros, o trânsito dos coletivos e dos automóveis, acompanha-se de perto o progresso passar, sob as lentes dos óculos com grau sempre avançando e dos cabelos cada vez mais clareando.

4.1 A acessibilidade do idoso na cidade

Etimologicamente, acessibilidade tem origem no latim *accessibile*, que é um adjetivo e significa “a que se pode chegar, alcançar, obter ou possuir, inteligível, compreensível, módico, moderado, razoável”.

A acessibilidade do pedestre no espaço das cidades pode ser compreendida como um fator de produtividade, competitividade para a região e qualidade de vida para a sociedade, na medida em que o acesso com conforto e segurança favorece e amplia o fluxo de pessoas aos bens, serviços e empregos ofertados pela economia urbana e promove a inclusão social através da equiparação de oportunidades. (ARAÚJO, 2011, p.21)

O espaço urbano justifica-se pela ocupação, transformação e ação humanas. "Na geografia urbana, a acessibilidade é vista de uma forma mais abrangente, relacionada à questão de inclusão social e da não segregação" (DORNELES,2006). Ressalta também que a acessibilidade espacial prevê soluções para as necessidades dos usuários. Na área da arquitetura, seria tudo que diz respeito ao acesso e interação do indivíduo com um ambiente.

Como projetar uma cidade? Para quais pessoas? Seres humanos projetando para outros seres humanos. “É preciso buscar uma cidade com ambiente saudável, mantida em condições adequadas que permitam deslocamento populacional e lazer sem riscos” (LIMA, 2013, p.3).

Qual seria a definição de acessibilidade? Segundo a Lei nº 10.098/2000:

Art. 2º (...)I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A acessibilidade consiste num meio, seguro e autônomo, que esteja ao alcance da pessoa idosa, cuja finalidade é de utilização dos mais variados e diversos espaços, quer sejam públicos ou privados. A legislação considera uma possibilidade e uma condição, contudo, a acessibilidade ultrapassa a ideia do possível e passa a coexistir com a realidade. A legislação municipal é mais enfática do que a lei federal, ultrapassando a barreira do possível e concretizando-a como uma condição para que o idoso utilize os espaços. Discute-se sobre a condição *sine qua non* para um trânsito seguro, sem ocasionar quedas e outros acidentes que impactem na saúde pública como um ato de violência contra a pessoa idosa.

Segundo a Lei Municipal de Salvador nº 7.400/2008, acessibilidade pode ser definida como:

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços

de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A NBR 9050/2004 (ABNT, 2004) repete a definição da legislação federal sobre a acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Estendendo a condição para o alcance, percepção e entendimento, no sentido de conscientização da pessoa idosa para a utilização adequada desse espaço, conduzindo-a para uma mobilidade urbana consciente e sustentável.

No urbanismo contemporâneo é essencial a noção do acesso dos recursos da cidade a todos. Trata-se de uma questão de direitos, o ‘direito à cidade’ pois não deve existir nenhum elemento, seja de natureza material, social, económica, cultural ou jurídica que possa impedir os indivíduos do acesso à cidade e aos seus espaços.(SOUSA, 2010, p.82)

Em contraponto à acessibilidade, as barreiras que são tratadas pela NBR 9050/2004 como “arquitetônica, urbanística ou ambiental como qualquer elemento que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano, seja este elemento natural, instalado ou edificado”. São obstáculos que precisam ser tratados, discutidos e analisados sobre sua real necessidade ou possível eliminação. Contudo a pessoa idosa precisa ser ouvida pela sociedade e pelo poder público, para que essas barreiras sejam superadas e/ou eliminadas.

4.2 Marco legal

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante o direito de todos à igualdade, no seu art. 5º e o direito à segurança, em seu art. 6º. Enquanto a igualdade é um direito individual, a segurança é um direito social. Há uma construção de direitos fundamentais desde a sua origem com a Declaração dos Direitos do Homem, documento internacional que marca o início da proteção aos direitos humanos e que irá repercutir na legislação de cada Estado estrangeiro. No Brasil, a Carta Magna o consolida na forma de direitos fundamentais civis e políticos materializados, a exemplo do art. 5º, enquanto que os direitos sociais, quando há uma intervenção estatal para promover o bem-estar social, um dos exemplos encontra-se no art. 6º.

O Estado brasileiro garante esses direitos a partir de legislação própria, quer seja nos âmbitos federal, estadual, municipal ou distrital. A acessibilidade na cidade encontra-se na legislação federal especificamente nas leis nº 12.587/2012, nº 10.098/2000 e no Decreto nº

5296/2004. A Bahia não tem lei referente à acessibilidade de forma específica. Apenas o município dispõe sobre a acessibilidade, não como uma lei específica, mas a Lei Municipal de Salvador nº 7.400/2008, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), e trata em alguns momentos sobre a acessibilidade.

A Lei nº 7.400/2008, em seu art. 8º, prevê como um dos objetivos: “V - promover a acessibilidade universal e estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, combatendo todas as formas de discriminação.” (grifo meu) Esta lei não diz expressamente sobre a acessibilidade do idoso, considerando-o como alguém que tenha uma mobilidade reduzida.

Quanto à urbanização das áreas precariamente construídas:

Art. 68. A urbanização de áreas ocupadas precariamente envolve a adequação de infraestrutura e serviços urbanos, sistema viário e acessibilidade, redefinições do parcelamento, criação e recuperação de áreas públicas, inserção de áreas verdes e de arborização de acordo com as seguintes diretrizes:

I - a urbanização de áreas ocupadas precariamente deve garantir a permanência da comunidade em seu local de moradia e a acessibilidade e circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

No Brasil, a legislação especial de proteção ao idoso sobre a acessibilidade encontra amparo no art. 38 da Lei nº 10741/03, relativo à moradia do idoso, que prevê: “III - eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso”. Pode-se então, utilizar uma interpretação extensiva da norma, para ampliar o espaço privado para o público.

A primeira dificuldade da pessoa idosa ao transitar pela cidade é quanto às calçadas. Na via de circulação do pedestre, para se chegar a qualquer estabelecimento residencial ou comercial, aos meios de transporte, é a calçada, que é um espaço de má conservação, desníveis, com muitos obstáculos, por conta dos ambulantes, mercadorias e lixos.

A NBR 9050 estipula que a acessibilidade - em edifícios, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, e ainda, meios de transporte, meios de comunicação de qualquer natureza e seus acessórios - atenda às pessoas portadoras de deficiência.

Na contramão da acessibilidade estão as barreiras, que podem ser arquitetônicas, de transporte e urbanística. Assim elas estão, muitas vezes, silenciosas, invisíveis, mas que causam consequências, muitas vezes, danosas à saúde do transeunte. Elas estão na própria estrutura da calçada; no acabamento inadequado; na inclinação excessiva; na altura; na descontinuidade da superfície; na vegetação; nos trabalhadores informais; nos animais que fazem as suas necessidades físicas; nas folhas das árvores que caem com a chuva e se

transformam em lama; na localização inadequada do ponto do coletivo urbano; na falta de sinalização; na lixeira; na ocupação do comércio; na má-conservação; rebaixamento para acesso de veículos; marquises; faixas; placas de identificação; e nos demais obstáculos que possam surgir.

Há previsão na NBR 9050/2004 (ABNT, 2004) de mobiliário urbano que se constitui de “todos os elementos, equipamentos, pequenas construções que possam ser utilizados ou não, podendo ser implantados em espaços públicos ou privados, autorizados pelo poder público”. Isto significa que os mobiliários urbanos não devam ser uma espécie de obstáculo para o livre acesso do transeunte, deve preservar a natureza, propiciar um momento de descanso ou de amparo para aqueles que estejam indispostos, mas também um espaço sobreposto de sociabilidade, um ponto de encontro para conversar e amizades.

A circulação das pessoas idosas nas calçadas pode ser feita de rampas, substituindo os degraus, segundo a NBR 9050/2004 (ABNT, 2004), a rampa “é qualquer superfície que apresente inclinação superior a 5%. A rampa permite a acessibilidade, entre pisos de níveis diferentes, de pessoas com mobilidade reduzida ou de cadeirantes, eliminando a ocorrência de degraus”.

Para viabilizar o trânsito da pessoa idosa pelas calçadas, é importante a preocupação com o piso, pois um piso derrapante pode causar consequências danosas à saúde da pessoa idosa. Segundo a NBR 9050/2004,

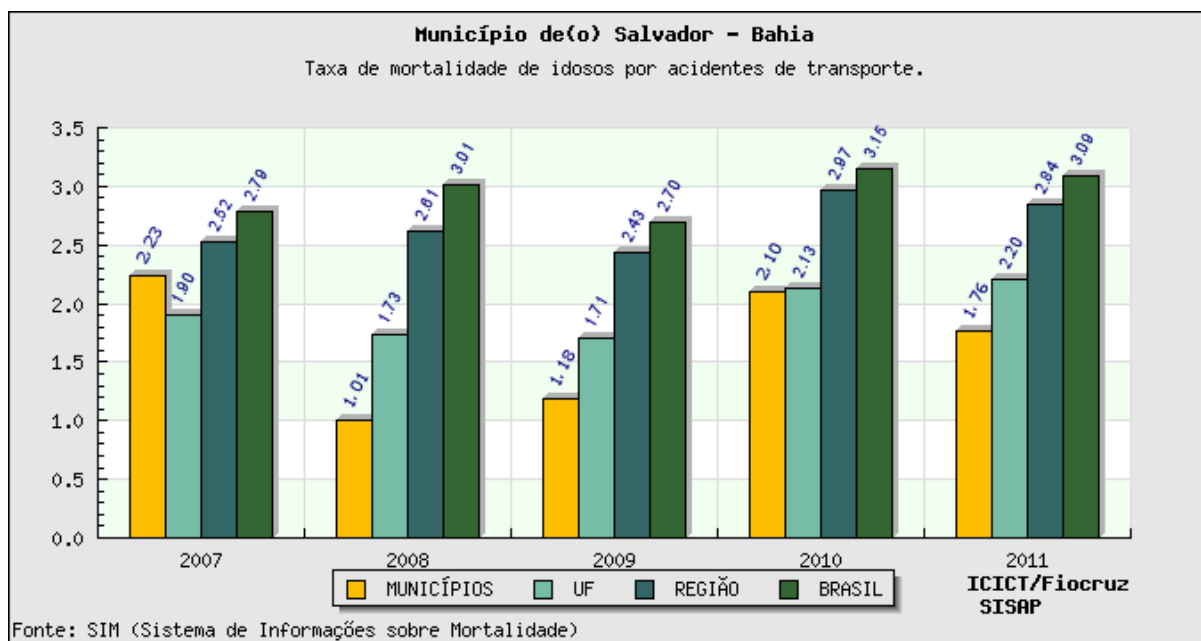
os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê), sendo as inclinações máximas para pisos externos: transversal de 3% (item 6.10.1) e longitudinal de 8,33%.

A lei nº 7.400/2008 também traz outro aspecto da acessibilidade, que é o acesso à saúde pública municipal das pessoas com deficiência, em seu art. 108, “X - garantia do acesso da pessoa com deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento sob regulamentos técnicos médico-hospitalares, normas técnicas de acessibilidade e padrões de conduta apropriados.” Poderia ter avançado para os idosos, contudo, timidamente, a legislação não traz essa previsão, deixando ao arbítrio dos intérpretes da lei essa extensão.

Entretanto, o legislador da CRFB/88, em seu art. 230, inciso II, traz a proteção do idoso à gratuidade do transporte público coletivo; bem como a lei nº 7.400/2008, em seu art. 135. “IV - ampliação e melhoria das condições de acessibilidade, prioritariamente através do sistema do uso do transporte coletivo urbano, de infraestrutura e segurança necessárias ao fortalecimento da atividade econômica e sustentação dos usos existentes.”

4.3 O trânsito do idoso pela cidade.

Uma das causas de mortalidade de idosos é o trânsito, segundo pesquisa da FIOCRUZ, conforme o gráfico abaixo:



Ainda que o município de Salvador, em 2011, comparado com o Estado da Bahia, a Região Nordeste e o Estado Brasileiro, apresente um percentual menor, de 1.76, há que se ter cuidado com o registro, porque aponta o trânsito como sendo uma das causas de mortalidade de idosos.

De maneira mais específica, a acessibilidade do idoso ao transporte encontra-se prevista no art. 39 da Lei 10.741/03: “Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares”. Com isso, a lei infraconstitucional ratifica o direito ao transporte, desde que “o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade”.

Além disso, há uma reserva de “10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos”. Preferencialmente não significa exclusivamente, e sim, o respeito da sociedade em relação ao idoso que adentre ao coletivo e obtenha a preferência ao assento. Esta questão legal, não impede que os demais assentos sejam moralmente destinados às pessoas idosas que excederam ao número permitido por lei.

O legislador do Estatuto do Idoso amplia o alcance da garantia do direito ao transporte, autorizando o poder público estadual e/ou municipal legislar sobre a matéria ampliando a gratuidade às pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos.

Quanto à acessibilidade ao transporte coletivo interestadual, a lei nº 10.741/03 reserva “duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos” ou um “desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos”.

E ainda, no art. 42, assegura a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo, e extensivamente à prioridade na fila para adquirir o bilhete do ônibus, também nos momentos do embarque e desembarque.

Outra forma de acessibilidade do idoso à cidade é quanto ao estacionamento para idosos, às vagas reservadas para idosos nos logradouros públicos não estão previstas na NRB 9050/2004, mas sim no art. 41 da Lei nº 10.741/03, “É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso”. Isto significa que as instituições públicas e privadas precisam se adaptar à regra para proporcionar à pessoa idosa a sua livre locomoção de ir, permanecer e vir. Este não consiste em um direito prioritário, mas sim absoluto, diferentemente da reserva dos assentos nos transportes coletivos urbanos, ônibus, metrô, etc...

5 CONCLUSÃO

Constatou-se que o centro da cidade do Salvador não é planejado nem adaptado para que os idosos possam se locomover com autonomia e segurança, porque o calçamento é muito antigo, os outros obstáculos são significativos para produzir uma sensação de insegurança.

Além da estrutura da Praça da Piedade e das adjacências, o acesso ao transporte coletivo urbano é uma das maiores reclamações dos idosos, porque nem o motorista o respeita, nem a sociedade, pois, inúmeras vezes têm jovens e adolescentes sentados nos assentos destinados, preferencialmente, aos idosos e não se levantam para cumprir com uma obrigação legal e, antes de tudo, moral.

Percebeu-se também que a irregularidade das calçadas ocorre porque a competência para o seu cuidado é de cada condomínio, residência ou outro tipo de estabelecimento, quando

deveria ser da Prefeitura, ainda que esta cobrasse uma taxa para a construção de uma calçada padronizada para as pessoas que tivessem dificuldades de locomoção, não somente os idosos.

Também se verificou que o trânsito não foi pensado nas pessoas que são lentas, e sim, naquelas que não podem aguardar, porque sempre estão atrasadas para os seus compromissos. A legislação parece não ser cumprida, até porque não existe fiscalização ou queixa pelas vítimas, porque não se tem cultura de respeitar o direito do outro.

Ademais, os idosos não participam das políticas públicas voltadas para eles, nem do plano diretor municipal que repensa a acessibilidade e mobilidade urbanas. Como não incluir nas discussões o seu principal ator: a pessoa idosa?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renata Mello Montenegro de. **Acessibilidade para pedestres no hipercentro de Belo Horizonte – MG**: ensaio metodológico para avaliação e mapeamento de calçadas / Renata Mello Montenegro de Araújo. Belo Horizonte, 2011. 189f.: il.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. São Paulo: ABNT; 2004. 97 p.

BITTENCOURT, Ana Lúcia Costa et al. **Acessibilidade Em Calçadas**: Modelo Para Verificação Em Projetos Básicos De Editais De Obras E Serviços De Engenharia Pelos Tribunais De Contas. Monografia apresentada à PUC/RJ para o Curso de Especialização em Auditoria de Obras Públicas do Departamento de Engenharia Civil. RJ:2008.

DORNELES, Vanessa Goulart. **Acessibilidade para Idosos em Áreas Livres de Lazer**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, 2006.

FIOCRUZ, Brasil. **Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso**. Disponível em <
http://www.saudeidoso.icict.fiocruz.br/index.php?pag=gra&uf=29&municipio=292740&uf_o=M&indicador=M24T0&B1=Gerar+gr%E1fico>. Acesso 20 jun. 2014.

LIMA, José Amaro Barcelos. **Humanização do Espaço Urbano**. IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão; de 20 a 22 de junho de 2013; ISSN 1984-9354.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUSA, Claudia Azevedo de. **Do Cheio para o Vazio**: Metodologia e Estratégia na Avaliação de Espaços Urbanos Obsoletos. Dissertação defendida na Universidade Técnica de Lisboa, em outubro de 2010, para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa: Portugal.



AGRICULTOR FAMILIAR E BIOCOMBUSTÍVEL: EM BUSCA DE UMA POLÍTICA INTERSETORIAL

Jandira Dantas dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo traz uma reflexão sobre a produção de biocombustível como prática econômica capaz de promover a inclusão social do agricultor familiar a partir do desenvolvimento do empreendedorismo social. Será feita uma análise de um artigo e outros autores que tratam da intersectorialidade como elemento essencial para o fortalecimento do indivíduo na sociedade. Nos textos consultados encontramos autores que apresentam um aprofundamento teórico sobre a matriz energética brasileira, a produção de biocombustíveis, a legislação brasileira, intersectorialidade e exemplos que favorecem o agricultor familiar na busca de sua inclusão social por meio de uma rede de apoio.

Palavras-chave: Biocombustível. Agricultor Familiar. Inclusão Social. Intersectorialidade

ABSTRACT

This article presents a reflection on the production of biofuel as an economic practice capable of promoting the social inclusion of the family farmer from the development of social entrepreneurship. An analysis of an article and other authors dealing with intersectoriality will be made as an essential element for the strengthening of the individual in society. In the texts consulted we find authors who present a theoretical background on the Brazilian energy matrix, the production of biofuels, Brazilian legislation, intersectoriality and examples that favor the family farmer in the search for their social inclusion through a support network.

Key words: Biofuel. Family farmer. Social inclusion. Intersectoriality

1 INTRODUÇÃO

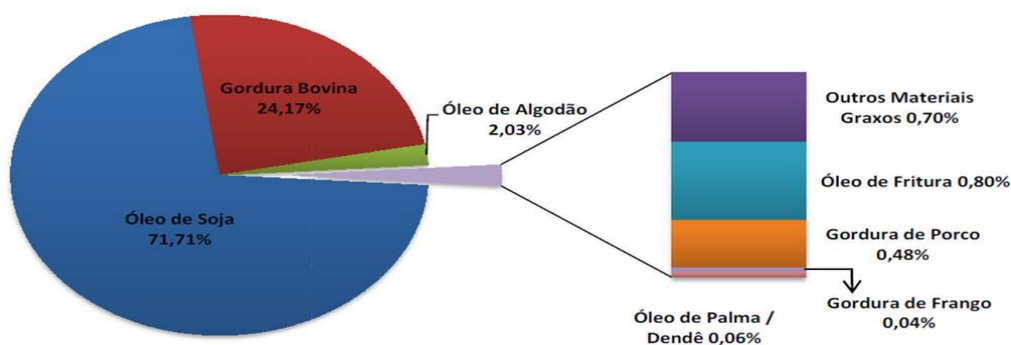
Discutir a questão dos biocombustíveis e o desenvolvimento sustentável deve-se partir do pressuposto de que os dois grandes propósitos de investimento no biocombustível parte da necessidade ambiental de minimizar a emissão dos GEE (Gases do Efeito Estufa) e a busca por soluções alternativas para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, em especial do

¹ Discente do Programa de Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania (UCSal), Mestra em Bioenergia (FTC-SSA), Psicóloga (FTC), Pedagoga (UESC), docente da Universidade Tiradentes (UNIT), docente na Faculdade Regional da Bahia (FARAL-UNIRB), docente na Faculdade Santo Antônio (FSA), docente da Educação Básica na Secretaria Estadual de Educação da Bahia, e-mail: jandirapedagoga@gmail.com

petróleo. Contudo, não é possível visualizar a preocupação do mercado econômico com a mão-de-obra que lida com a produção dos biocombustíveis. A grande preocupação é voltada para a aplicação da Lei nº 11.097/05 (trata do Programa Nacional de Produção de Biodiesel), que em linhas gerais, procura favorecer o pequeno produtor oriundo da Agricultura Familiar a partir de isenção de algumas taxas e incentivos na produção.

O grande interesse governamental na produção de biodiesel, inicialmente, foi com a cultura da mamona, mas, a referida matéria-prima não tem a eficiência e eficácia esperada para o mercado, sendo ultrapassada pela cultura da soja que atualmente é a matéria-prima principal na produção de biodiesel. (LEITE, 2007, p.04)

Fevereiro / 2014



Fonte: www.anp.gov.br/boletimmensal

Tendo em vista a cultura da soja e a necessidade de terras para sua produção, fica visível na entre linhas que a agricultura familiar vai enfrentar desafios para conseguir dominar esta produção. Pois, o agricultor não poderá utilizar sua propriedade apenas na produção de matéria-prima para o biodiesel, precisa destinar parte da terra à produção de alimentos. Surge então, um dos grandes debates no incentivo do plantio de matéria-prima para o biocombustível: garantir a produção de alimentos.

2 O AGRICULTOR FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE BIOCMBUSTÍVEL

Para a elegibilidade do biocombustível é importante perceber que existem duas responsabilidades que devem ser cumpridas: redução dos gases estufa e substituição do petróleo. Na primeira responsabilidade destaca-se a capacidade destas alternativas energéticas em absorver o carbono (CO₂) o que garante um excelente equilíbrio ambiental face aos combustíveis fósseis altamente poluentes e, a segunda responsabilidade nos permite prever

uma não-dependência do petróleo em longo prazo, apesar do Brasil apresentar grande reserva petrolífera e uma boa infraestrutura para a produção, distribuição e comércio do petróleo.

[...] o pico da produção mundial de petróleo já pode estar ocorrendo desde 2006 ou ocorrerá até 2010. Isso não significa que a oferta diminuirá imediatamente, mas que se ela se mantiver nos níveis atuais ou se crescer tanto quanto está prevista a expansão da demanda, as reservas existentes vão se esgotar mais rapidamente. (VIANNA, 2007, p.103)

Tendo em vista a possibilidade do esgotamento da produção de combustível fóssil devido a sua exploração, torna-se necessário o investimento em outra matriz energética que garanta a solidez no mercado internacional. Neste momento, o biocombustível é destaque, tanto pela experiência adquirida no programa do Proálcool (1975) quanto para atender ao apelo ambiental propagado pela ONU (através dos acordos internacionais) e entidades ambientalistas existentes.

O grande desafio está na inclusão social do agricultor familiar no desenvolvimento desta nova matriz energética associada ao empoderamento social e econômico de comunidades de baixa renda que vive da agricultura em especial no Norte e Nordeste do Brasil.

Mas, afinal, o que é o biodiesel? É um combustível que atualmente está adicionado ao diesel e comercializado nos postos de combustível para abastecimento de veículos automotores. Este produto é feito a partir da transesterificação de óleo vegetal e pode favorecer o desenvolvimento econômico assim que explorar a matéria-prima específica de cada região; vale lembrar que é uma energia renovável, pouco poluente e pouco emissor de CO₂.

Discorrer sobre os biocombustíveis nos torna capaz de possibilitar espaços para a inserção do trabalhador rural na política difundida pelo PNPB (Programa Nacional de Produção de Biodiesel) no que se refere às normas de adesão do agricultor familiar nesta produção. Contudo, é preciso fazer uma breve consideração de que nesta categoria de biocombustível o que temos em uso internacional são o etanol e o biodiesel, onde o primeiro possui mais experimentos e uso do que o segundo que apesar do avanço nas pesquisas, ainda não consegue competir em produção com o primeiro.

Logo após a crise do petróleo em 1973 o Proálcool foi criado em 1975 com a premissa de reduzir a importação de petróleo e de incentivar a produção de cana-de-açúcar. Dentre seus locais de produção, na década de 1980 o Estado de São Paulo consolidou sua liderança desenvolvendo tecnologias e, com o subsídio governamental, passou a exportar o álcool em

1978. Contudo, com a estabilização dos preços do petróleo (1986), houve uma redução nos investimentos e ocorreu a estagnação da produção; sem contar que entre 1980 e 1990 houve uma escassez de álcool carburante e o Brasil teve que importar para abastecer sua frota de veículos, diante disto, as montadoras reduziram a fabricação de carros a álcool e ao mesmo tempo, os usineiros passaram a destinar sua produção a fabricação de açúcar que para o mercado era mais rentável e estava em alta. (TERRA, 2005, p. 356)

Com o estudo da trajetória do etanol no Brasil, percebe-se que a produção de biocombustível passou por uma frustração inicial: a substituição do combustível fóssil. Entretanto, foi possível identificar que apesar das crises, o Brasil conseguiu desenvolver tecnologias de fortalecimento do etanol o que permite na atualidade sua adição em 25% a gasolina nos postos de combustíveis. Certamente, existe uma incidência menor da emissão do CO₂ quando desta adição, mas, fica claro ainda a dependência do petróleo para a sua utilização; mesmo com o advento dos carros com motor Flex em 2002.

O avanço tecnológico na produção de etanol no Brasil está consolidado, possibilitando ganhos na área industrial e produtividade agrícola, com o apoio da engenharia genética temos a cana modificada geneticamente que garante redução nos custos de produção.

A necessidade de discorrer sobre o etanol é para sinalizar que novos avanços tecnológicos foram aderidos a partir do Proálcool bem como a exploração de novas culturas para enriquecimento da matriz energética do país. Neste estudo, temos o biodiesel, que apesar de fracassos iniciais em substituição ao diesel, seu apogeu surgiu na Alemanha quando o mesmo tornou-se uma alternativa de fortalecimento da agricultura familiar e inclusão social. Para o Brasil isso era perfeito, pois se adequava às metas do governo de Luis Inácio Lula da Silva. Com este direcionamento temos em 2004 o lançamento oficial do Programa Nacional de Produção de Biodiesel e sua regulamentação pela Lei nº 11097/05.

O componente de inclusão social do programa foi estabelecido por meio do modelo tributário, visando favorecer a participação da agricultura familiar e desenvolver as regiões Norte, Nordeste e semiárida (Lei nº11. 116/05). A isenção dos tributos federais é total para o biodiesel produzido e para qualquer oleaginosa proveniente da agricultura familiar nessas áreas, e parcial se for produzido de qualquer matéria-prima obtida da agricultura familiar para as outras regiões do país. O acesso à isenção de tributos federais está, entretanto, condicionado à concessão do Selo Combustível Social às empresas de biodiesel [...] (CAMPOS, 2009, p.66)

Quando se afirma benefícios tributários é importante destacar que os mesmos apenas serão concedidos a partir da regulamentação do PNPB aos produtores industriais de biodiesel que tiverem o Selo Combustível Social. Para adquirir este selo, estes produtores deverão

comprar sua matéria-prima de agricultores familiares garantindo-lhes apoio técnico com estabelecimento de contrato. Até os financiamentos estão atrelados ao recebimento deste selo. Acredita-se que isto proporciona uma garantia ao agricultor familiar de que o produtor industrial irá consumir sua matéria-prima o que impede a sensação de insegurança na aquisição dos produtos oriundos desta prática agrícola.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em novembro de 2015 fez alterações para a aquisição do Selo Combustível Social no Diário Oficial do dia 27 quando baixou portaria aplicando novos cálculos para incentivo a aquisição de matéria-prima do Semiárido, comprar em locais no Centro-Oeste e Sudeste e na utilização de alternativas à soja na produção de biodiesel. Segundo o Coordenador-Geral de Biocombustíveis do MDA, André Grossi Machado, “a portaria não obriga a compra regional de oleaginosas, mas a proposta é incentivar as empresas a trabalharem com agricultores familiares locais e aumentar a aquisição de outras oleaginosas como canola, girassol, macaúba, mamona, etc.”

Segundo dados do MDA, atualmente, 42 empresas produtoras de biodiesel possuem a concessão do Selo Combustível Social, juntas elas comercializam aproximadamente 99% da produção nacional. No total, cerca de 85 mil agricultores familiares e 77 cooperativas são beneficiadas pelo Programa.

3 INCLUIR... É VIVER EM REDE

O artigo de PEIXOTO (2008) discute a questão da inclusão do agricultor familiar a partir da prática do cultivo de biocombustíveis e nos traz um exemplo sobre a possibilidade de uma articulação de competências institucionais para o desenvolvimento de práticas tecnológicas agroindustriais sustentáveis no âmbito da Agricultura Familiar e produção de Biodiesel. Com base neste autor, para ocorrer a inclusão social do agricultor familiar faz-se necessário um organismo que agregue novos parceiros para garantir o pleno desenvolvimento das atividades agrícolas, desde a capacidade técnica até a logística comercial. Desta forma, a ação deve partir da criação de uma **Rede** que fomentará o desenvolvimento tecnológico e agrônomico agregado a um amparo social pautado no associativismo e cooperativismo, tomando por base o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

No Brasil existe uma grande valorização do Poder Executivo que, segundo CARVALHO (2012) é decorrente dos direitos sociais terem sido implantados em períodos ditatoriais. Assim, o povo fica em busca de um messias político ou “salvador da pátria”. Esta forma de pensar enfraquece o legislativo que passa a ter um papel coadjuvante no

estabelecimento da democracia e construção dos direitos sociais, bem como inviabiliza o empoderamento dos movimentos sociais.

Com a dificuldade de compreensão do “fazer democrático”, a população necessita de ações localizadas e emergentes do poder público no que tange a resolução de problemas relacionados à saúde, educação e segurança. A promulgação de leis sobre a inclusão do agricultor familiar busca garantir o cumprimento da Constituição Cidadã de 1988 que informa: “todos são iguais perante a Lei”. Contudo, por questões culturais e históricas a sociedade precisa ser orientada a respeitar esta norma e direcionar que apenas através de políticas públicas que as contemple, é que as pessoas podem desfrutar de um alvorecer democrático e defensor da democracia que promova a igualdade de direitos e o respeito à dignidade humana; já garantido outrora na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).

Quando se trata de direitos e garantias fundamentais é preciso compreender que existem diferenças entre direitos e garantias. Os direitos são facultativos e juridicamente falando, estão à disposição das pessoas físicas ou jurídicas; contudo, as garantias se tratam de instrumentos colocados à disposição das pessoas para assegurar o uso, o gozo e a fruição dos direitos (CHAGAS, 2014).

Neste diálogo de garantia de direitos, torna-se importante destacar as características do Art. 5º da Constituição Federal: imprescritibilidade, inalienabilidade, irrenunciabilidade, inviolabilidade, universalidade, efetividade, interdependência e complementariedade. Neste estudo, será provocada a irrenunciabilidade. Esta característica revela que nenhuma pessoa pode abrir mão dos direitos e das garantias embora, em alguns casos, pode existir a desistência (CHAGAS, 2014).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinções de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes: [...]

VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta a recuar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

XXI – as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, tem legitimidade para representar seus filiados judiciais ou extrajudicialmente (CHAGAS, 2014, p. 69-71).

Para que as políticas públicas para o agricultor familiar sejam eficientes e eficazes, torna-se necessário pensar na intersetorialidade como uma atitude capaz de minimizar a burocracia na aquisição de serviços públicos. O indivíduo deve ser visto de forma integral e a

sua demanda ser tratada na totalidade e não, no fragmento, então, sugere-se: a intersetorialidade. Pensar a intersetorialidade permite inferir que o indivíduo será compreendido em sua totalidade posto que, para a resolução de algumas demandas faz-se necessário o apoio e empenho de diversos setores públicos para a resolução eficaz do problema apresentado. É preciso trabalhar em rede. Visto que, o agravamento da pobreza e das desigualdades sociais em decorrência da fragilidade do sistema brasileiro de proteção social, faz emergir a intersetorialidade como protagonista da política social contemporânea (MONNERAT, 2014)

Efetivamente, a concepção de intersetorialidade vincula-se primariamente à discussão de interdisciplinaridade que, por ser mais antiga e com maior produção bibliográfica, lhe serve de referência. Daí a importância da explicitação dos principais traços da interdisciplinaridade como o paradigma epistemologicamente mais trabalhado, embora não esgotado, da concertação de saberes com vista ao conhecimento mais denso e abrangente de realidades complexas (PEREIRA, 2016, p. 27).

O governo federal apresenta na atualidade alguns programas oficiais com desenho intersetorial, a exemplo do Programa de Saúde da Família e o Programa Bolsa Família. Todos estes programas procuram uma articulação intersetorial entre os diferentes setores responsáveis pela promoção das políticas sociais e públicas nos Estados da federação através do diálogo político. Por que não inserir o PNPB nesta articulação intersetorial? Provavelmente o envolvimento do poder público em ações como essa faria decolar projetos tais como o *Araguaiana Biodiesel*, citado neste trabalho

O MDA deveria ter uma ação intersetorial através de parcerias firmadas com diversos segmentos sociais e institucionais. A percepção do agravo à saúde em decorrência das condições de vida dos indivíduos, família, comunidade e trabalho pode ser uma ação intersetorial entre este e outros ministérios no fomento a prática da agricultura familiar.

Segundo Machado (2000) trabalhar na perspectiva da intersetorialidade possibilita a abertura de um espaço de diálogos e negociações de conflitos. O mundo vem passando por várias transformações e cada vez mais surge a necessidade de trabalhar com ações articuladas em prol da resolução/encaminhamento dos problemas sociais da população.

É importante sinalizar que este projeto desenvolvido no Pará apresenta uma inquietação da comunidade acadêmica que mobilizou um grupo de parceiros que objetivam desenvolver a agricultura familiar local com a diversificação de culturas, de mercados e empoderamento do produtor em vias de administrar miniusinas para dinamizar a economia estadual com a geração de renda de caráter sustentável.

Este projeto teve início em junho de 2006 quando um grupo de pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desenvolveu um projeto para estudar o biodiesel no Pará, com o intuito de incentivar a produção de culturas energéticas: girassol (principal), pinhão-manso e mamona na perspectiva da agricultura familiar. Atualmente este projeto chama-se *Araguaiana Biodiesel*, que apesar de manter coesa uma grande parte dos pesquisadores e instituições que participaram desde o estágio inicial do projeto, ainda não teve o desenvolvimento esperado, pois esperam o início das atividades práticas para sua real efetivação.

O projeto *Araguaiana* tem como premissa respeitar as condições culturais e ambientais dos produtores rurais o que nos remete à ideia de desenvolvimento sustentável. Ou seja, o homem deve explorar o meio ambiente de forma que permita às gerações futuras desfrutar dos aportes ambientais locais. Percebe-se claramente neste projeto, a partir da concepção de rede, o conceito de empreendedorismo social devido a sua busca por mudança sem alterar a identidade do sistema agrícola, procurando alimentar a família e promover a comercialização do excedente da produção.

Para atender a um dos objetivos primordiais do PNPB que é a redução na emissão dos GEE, fica claro que neste exemplo do Pará, uma das grandes preocupações é o desenvolvimento sustentável. Falar em sustentabilidade é fácil, mas, praticá-la, depende de infraestrutura e comprometimento socioambiental. Assim, fica sugestivo que o desenvolvimento de uma rede possibilitará ao agricultor familiar um status de empreendedor, pois terá toda a capacitação técnica e aporte legal para o escoamento de sua produção e em nenhum momento comprometerá o meio ambiente e a produção de alimentos.

Considerando o desenvolvimento sustentável e a Agenda 21, bem como os acordos internacionais a favor do meio ambiente, fica claro que aliar desenvolvimento e conservação de recursos é um dos grandes desafios da humanidade. Ou seja, explorar os recursos de forma planejada, racional e limitada sem destruir os recursos necessários à vida das gerações futuras. Contudo, a partir do exemplo de Araguaiana Biodiesel verifica-se o quanto é possível, mas, o comprometimento de todos da Rede deve ser até o fim, pois, no que foi relatado pelo autor estudado, o projeto ainda não decolou verdadeiramente em função da desistência de alguns parceiros. Então, para promover uma mudança estrutural nas questões ambientais primeiro devemos possibilitar uma mudança cultural capaz de valorizar o meio ambiente em detrimento do lucro exacerbado por ações empresariais industriais que não valorizem o desenvolvimento sustentável e quiçá a Agenda 21.

4 CONSIDERAÇÕES

Trabalhar a questão da inclusão a partir da matriz energética brasileira nos traz o único caminho possível: os biocombustíveis. Quando falamos em novas formas de geração de energia devemos articular possibilidades de desenvolvimento sustentável e fortalecimento do homem do campo.

Em todo o texto discorremos sobre a necessidade de preservação ambiental bem como, sobre a legislação brasileira que ampara e incentiva o agricultor familiar na produção do biodiesel. Fica claro que é necessário o desenvolvimento de novas pesquisas nesta área, que avança em especial a partir do Proálcool, para garantir o plantio de novas culturas oleaginosas e outras gerações de combustíveis (algas, bagaço). Contudo, não se pode perder de vista a inclusão social do agricultor familiar, tendo em vista a produção de biocombustível sem o comprometimento na produção de alimentos e, além disso, frisar que para o sucesso do agricultor é necessário uma visão empreendedora com apoio intersetorial do poder público.

O empreendedorismo social é um exemplo apontado na Rede Araguaiana a partir do artigo de Peixoto (2008) que sinaliza a necessidade de um grupo de apoio, denominado por ele de Rede, capaz de ofertar ao agricultor familiar toda a infraestrutura administrativa capaz de promover a inclusão social desejada. Verifica-se que a partir da instrumentalização direcionada pela Rede, numa visão intersetorial, o agricultor familiar será capaz de produzir com autonomia e promover a inclusão social.

A inclusão social do agricultor familiar no momento que o mesmo estiver na condição de empreendedor e amplamente amparado por um projeto intersetorial de caráter público percebe-se na produção de biodiesel, o caminho viável para esta inclusão. É importante ressaltar que o governo brasileiro dispõe de legislação fortalecedora deste empoderamento social quando atrela a aquisição do Selo Social às empresas que comprem produtos dos agricultores familiares e a busca constante de energia renovável e não poluente. Para uma melhor eficiência esta legislação deveria estar articulada com outras políticas sociais existentes em outros ministérios que promoveriam uma inclusão social ampla desde a segurança alimentar à saúde do agricultor e sua família.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHAGAS, Sylvia Oliveira. **Introdução ao Direito**. Aracaju: UNIT, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

LEITE, Rogério Cezar de Cerqueira; LEAL, Manoel Régis. **O biocombustível no Brasil**. São Paulo, Revista Novos Estudos – CEBRAP nº 78, p. 01-05, 2007.

MACHADO, L. A. **Construindo a intersetorialidade**. 2008. Disponível em: <Disponível em: <http://www.portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com>>. Acesso em: 5 mai. 2015.

MONNERAT, L.G. Intersetorialidade e Políticas Sociais: um diálogo com a leitura atual. **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

VIANNA, João Nildo de S. Os desafios da bioenergia para o desenvolvimento sustentável no Brasil. In: VIANNA (Orgs.), João Nildo e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **A Rede Paraense de Agricultura Familiar e Biodiesel**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 3, p. 375-384, set.-dez. 2008.

PEREIRA, K.Y. de L. Descentralização, Intersetorialidade e Interdisciplinaridade: elementos para uma nova Gestão e Operacionalização da Política de Assistência Social. In: TEIXEIRA, S. (org.) **Política de Assistência Social e Temas Correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016.

TERRA, Lygia. As implicações socioambientais do desflorestamento e o desenvolvimento sustentável. In: TERRA, Lygia. **Geografia geral e geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico**. São Paulo: Moderna, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-brasileiras-s%C3%A3o-destaques-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 13 jun. 2017.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Disponível em <http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/programa/producao_industrial>. Acesso em 30 dez. 2014.

ALIENAÇÃO PARENTAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA CONTEMPORANEIDADE

*Érica Santana Barros de Oliveira Nery Rodrigues*¹
*Teresa Cristina Ferreira de Oliveira*²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a alienação parental e a mediação de conflitos na contemporaneidade, para isso foram realizadas pesquisas exploratórias, descritivas, secundárias, estudos bibliográficos, de textos, livros e artigos científicos. As dissoluções conjugais estão cada vez mais crescentes, na atualidade, tendendo as uniões a serem menos duráveis. As famílias do século XXI, ao vivenciarem conflitos negativos terão a mediação para auxiliá-las a resolverem dificuldades e a enfrentarem questões. Diante dessa realidade, a mediação, meio alternativo de resolução de conflitos, por almejar a abertura ao diálogo, a valorização social, o entendimento sobre a Teoria dos Conflitos e a pacificação social, poderá colaborar em casos de alienação parental para o atendimento do melhor interesse da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Família. Alienação Parental. Dissoluções conjugais. Conflitos. Mediação.

1 INTRODUÇÃO

A família é a responsável pela formação dos processos de desenvolvimento psíquico, tendo extrema relevância no que concerne à condução da cultura. É no ambiente familiar que são aperfeiçoados modelos de convivência possibilitadores de um melhor aproveitamento dos potenciais humanos, estimuladores de uma sociedade mais harmônica e promotora do bem estar coletivo (LACAN, 2002; VASCONCELLOS, 2008).

Analisar as formas como o conceito de família vem sendo modificado, desde a época da colonização até a contemporaneidade é fundamental, para que haja uma maior compreensão sobre o processo de transformação dos papéis dos indivíduos que a compõe e das múltiplas causas que fazem com que a alienação parental esteja cada vez mais presente em pleno século XXI na sociedade brasileira.

¹ Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Salvador (UNIFACS). Pós-graduada em Psicologia Organizacional pela Universidade Salvador (UNIFACS). Bacharelada em Direito pela Faculdade Ruy Barbosa, campus Rio Vermelho. Autora. E-mail: ericanery2009@hotmail.com

² Advogada/OAB-BA, professora do Curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, especialista em Direito Civil (UFBA) e especialista em família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSAL). Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea; Mestra em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSAL). Orientadora do PICT; Membro dos grupos de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano. Co-autora. E-mail: teresacristinaadv@hotmail.com.

O Direito deve acompanhar as mudanças ocorridas no meio social, sendo extremamente relevante à ciência jurídica conceder tutela para as demandas advindas da sociedade. No século XXI, novos paradigmas tornam-se verdadeiros ideais do Direito de família dando-se importância à dignidade da pessoa humana (GONÇALVES, 2015). Assim, diferentes possibilidades de intervenções em situações tidas como conflituosas, principalmente no âmbito familiar, são amplamente discutidas como é o caso da mediação (BACELLAR, 2012).

A valorização das relações afetivos-comportamentais, na contemporaneidade, intensificaram a existência de conflitos familiares. Há um crescimento das dissoluções conjugais e conseqüentemente da prática da alienação parental (BUOSI, 2012). Diante desse contexto, o estudo do tema justifica-se mediante a necessidade de se ter uma melhor compreensão sobre o que acontece em casos de alienação parental, bem como sobre quais medidas podem ser tomadas para que seja efetivamente evitada ou até mesmo extinta em casos concretos.

Faz-se necessário tecer reflexões e investigações sobre um fenômeno que não é novo, polêmico, mas que traz múltiplos reflexos nos aspectos comportamentais, psíquicos, emocionais e jurídicos de todos os envolvidos. Trata-se da alienação parental prática cada vez mais frequente nas famílias brasileiras.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA BRASILEIRA E O DIVÓRCIO

A família romana organizava-se sob o princípio da autoridade, *o pater familias*, que era exercido sobre os filhos, a mulher, os escravos, podendo vendê-los, impor-lhes castigos e até penas corporais (GONÇALVES, 2015). Para Pereira (2006, p.195), “a evolução do conhecimento científico, os movimentos políticos e sociais do século XX e o fenômeno da globalização provocaram mudanças profundas na estruturação familiar”.

Nesse contexto, os acontecimentos sociais do século XX dão uma nova feição ao direito de família, principalmente com o advento da Constituição Federal de 1988. É importante destacar o papel da mulher para as mudanças ocorridas, esclarecendo-se que alguns fatos ensejaram novos modelos familiares, tais como a quebra da ideologia patriarcal, a revolução feminista, a redivisão sexual do trabalho e a evolução do conhecimento científico (TEIXEIRA, 2009; FARIAS; ROSENVALD, 2015).

No Brasil, a lei 6.515 de 26 de dezembro de 1977 faz com que o divórcio vincular, aquele que dissolve os vínculos conjugais vigore na sociedade brasileira. Com isso, haveria a

possibilidade de novos casamentos, de constituição de novas famílias em face da ocorrência de casos de dissoluções conjugais (GONÇALVES, 2015).

No passado havia o reconhecimento dos laços familiares por interesses financeiros ou por conveniências familiares. Atualmente há uma valorização da união por laços afetivos, gerando sentimento de confusão e culpa nos membros familiares (MORICI, 2008). Assim, a estrutura familiar acompanhando as mudanças sociais e adaptando-se às expectativas de seus componentes sofreu inúmeras transformações. Há uma reestruturação dos sistemas familiares, não mais admitindo-se como único modelo aquele formado pelo pai e pela mãe, unidos pelo casamento e pela prole comum (SANDRI, 2013).

Coelho (2011) ao discorrer sobre os diversos modelos de família, destaca diferentes estruturas familiares:

Centrada apenas no ambiente urbano, podem-se divisar os mais variados tipos: há os núcleos compostos pelo esposo, esposa e seus filhos biológicos; o viúvo ou viúva e seus filhos, biológicos ou adotivos; pai ou mãe divorciados e seus filhos, biológicos ou adotivos; esposo, esposa e os filhos deles de casamentos anteriores; esposo, esposa e o filho biológico de um deles havido fora do casamento; esposo, esposa e filho adotivo; casais não casados, com seus filhos; pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos, biológicos ou adotivos, de um deles ou de cada um deles; a homossexual e o filho da companheira falecida; avó e neto; irmãs solteiras que vivem juntas. (COELHO, 2011, p.20)

Ao analisar o século XXI evidencia-se a família como sendo fundada essencialmente em laços de afetividade. Há uma valorização de novos tipos familiares, independentemente de consanguinidade, decorrentes dos movimentos sociais ocorridos como o das mulheres na luta pela igualdade de direitos e dos casais homoafetivos pelo reconhecimento de suas uniões (DIAS, 2016).

O desafio que a contemporaneidade impõe ao jurista e ao direito é a busca por enxergar o ser humano em toda dimensão ontológica e não simplesmente como sujeito da relação jurídica. Nessa perspectiva, o homem deve ser colocado no centro das ciências jurídicas, havendo uma valorização do ser, tornando-se impossível compreender o Direito de família senão à luz da interdisciplinaridade, numa sociedade marcada por relações complexas, plurais e abertas (LÔBO, 2012; FARIAS; ROSENVALD, 2015).

Em uma união conjugal vários são os anseios em relação ao outro, bem como ao relacionamento em si. Todavia, muitas das expectativas criadas nessa relação não são reais, surgindo conflitos oriundos das insatisfações inerentes aos seres humanos envolvidos. Tal

situação conflituosa origina-se do choque existente entre aquilo que é dimensionado como desejado juntamente com o risco de que isso não possa ser mantido (BUOSI, 2012).

Outrossim, dependendo da forma como for feito o enfrentamento dos problemas, haverá a possibilidade de tal conflito ter valor positivo ou negativo para os envolvidos, representando amadurecimento no relacionamento ou risco para quem o está enfrentando (CARNEIRO; GARCIA, 2003; BUOSI, 2012).

A dissolução jurídica de um relacionamento não significa que os ex-cônjuges alcançaram a devida ruptura emocional. Quando existem filhos o fim do vínculo torna-se ainda mais complexo, pois apesar de existirem mágoas haverá uma constante necessidade de se manter contato com os ex-companheiros para a resolução das situações relativas à prole (BUOSI, 2012; RODRIGUES JÚNIOR, 2015).

Conflitos familiares não precisam necessariamente serem resolvidos com a intervenção do juiz. A cada dia há um crescimento da convicção do melhor equilíbrio entre os espaços públicos e privados. O redimensionamento do papel familiar na contemporaneidade direciona para um “retorno ao privado” (ALPA; BESSONE, 1990; LÔBO, 2012).

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a família passa a ser vista como base da sociedade, consoante artigo 226, tendo especial proteção do Estado. Por outro lado, o artigo 227 veio resguardar o direito à convivência familiar (LÔBO, 2012). No ano de 2002, o Código Civil adaptando-se a evolução social atualiza a regulamentação dos aspectos essenciais do direito de família à luz dos princípios e normas constitucionais (GONÇALVES, 2015).

O divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos, conforme artigo 1.579 do Código Civil. A dissolução conjugal apenas extingue os direitos e deveres dos cônjuges. Há de se manter a parentalidade, o amor, o carinho, o afeto, além do contato filial com o outro (NADER, 2016; CEZAR-FERREIRA, 2011; GONÇALVES, 2015).

3 A ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CARACTERÍSTICAS

Segundo Trindade (2010), Richard Gardner, Professor do Departamento de Psiquiatria Infantil da Universidade de Colúmbia foi o primeiro pesquisador a explicar o significado da alienação parental. Posteriormente, o tema fora amplamente propagado por toda a Europa, com as contribuições de François Podevyn.

Conforme o autor a Síndrome de Alienação Parental seria uma espécie de transtorno psicológico que apresenta variados sintomas dentre os quais a modificação da consciência dos

filhos. Diversas estratégias de atuação são amplamente utilizadas criando-se obstáculos que poderão causar a destruição dos vínculos existentes entre o genitor alienado e a prole.

Entretanto, Figueiredo e Alexandridis (2011) preferem denominar a Alienação Parental, como sendo a implantação de falsas memórias cujo o intuito seria distanciar o genitor alienado da criança ou do adolescente. Há uma falsa idealização de se estar protegendo os filhos para que não sejam detentores do mesmo sofrimento vivenciado por ele, o alienador.

Segundo Silva (2016), a Alienação Parental e a Síndrome de Alienação Parental diferenciam-se da seguinte maneira:

(a) A Alienação Parental seria um ato de indução para que a criança tenha ódio do pai ou da mãe alvo. Mensagens difamatórias e até mesmo falsas acusações de abuso sexual são fortemente utilizadas;

(b) A Síndrome de Alienação Parental (SAP) seria os sintomas que o filho poderá apresentar ou não diante dos atos de alienação parental.

A lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010 visa impedir a ocorrência da alienação parental. Tal prática pode ser visualizada de forma cotidiana nos casais que dissolvem os vínculos conjugais e que ainda estando magoados com o ex-cônjuges procuram causar o afastamento entre estes e os filhos menores (GONÇALVES, 2015). Apesar da existência de variadas discussões doutrinárias sobre a terminologia a ser empregada aos casos de alienação parental a referida lei estabelece no artigo 2º a seguinte conceituação:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie o genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Uma vez caracterizado o ato de alienação parental há a chancela para atuação direta dos Conselhos Tutelares, consoante artigos 136 e 129, incisos I a VII da lei n 8.069 de 1990. Poderá haver o reconhecimento do ato alienante tanto de forma autônoma quanto incidental independentemente da existência de requerimento específico, havendo a possibilidade do juiz determinar averiguação prática sobre a existência dele (SANDRI, 2013).

Mediante indícios de tais ocorrências poderá o magistrado estabelecer a realização de perícia psicológica na criança ou no adolescente, bem como a oitiva do Ministério Público. Haverá laudo pericial embasado em ampla avaliação englobando entrevista com as partes e exames documentais. Tal laudo deverá ser concluído em até 90 dias acompanhado das

medidas assecuratórias para a garantia da integridade psíquica da criança ou do adolescente. A parte procedimental terá tramitação prioritária de acordo com o artigo 4º da lei 12.318 (PINHO, 2009).

Verifica-se uma ampliação dos efeitos da lei nº 12.318 para os avós e quaisquer outras pessoas que sejam detentoras da guarda da criança ou do adolescente. Punições serão aplicadas para quem praticar falsa denúncia contra o genitor, contra familiares ou contra avós, visando o impedimento da convivência familiar saudável entre eles (GONÇALVES, 2015; ISAAC, 2010).

Ao reflexionar sobre tal problemática observa-se que o alienador dificilmente consegue fazer a devida separação entre a pessoa dele e a do filho, não reconhecendo que cada ser humano é único inclusive sua prole. São pais que ainda não conquistaram o estágio de diferenciação entre a morte conjugal da parentalidade (SANDRI, 2013; SILVA, 2016).

Ao analisar a esfera psicológica do genitor alienador há a constatação de tratar-se de uma pessoa superprotetora, por vezes com atitudes dissimuladas, portadora de forte sentimento de abandono e com vasta tendência à vitimização. Faz a caminhada da vida com alegações de ter sido alvo de tratamento injusto e cruel por parte do outro genitor. Busca fazer um despertar nos filhos para que estes acreditem que o genitor alienado não faz jus a nenhum tipo de afeto, confidenciando-lhes, com riqueza de detalhes, sentimentos negativos, bem como as más experiências vividas (SILVA, 2016).

Complementa a autora afirmando que há uma absorção por parte das crianças ou dos adolescentes de toda negatividade presente no genitor alienador estabelecendo-se uma espécie de pacto de lealdade. A dependência emocional e material são fatores geradores de tensão e medo de desagradar ou de se fazer qualquer oposição. Caso os filhos almejem quebrar tal pacto poderão ocorrer ameaças de abandono ou até mesmo de colocação para se viver com o outro genitor já desmoralizado.

Diante dessa realidade, conforme Silva (2016) constata-se o profundo constrangimento ao qual o filho é submetido o de ter que fazer a difícil escolha entre seus genitores num contexto onde existe parentalidade, vínculos, afetos, sonhos, experimentações, modelos de pessoas como fonte de inspiração, se estando em total contrariedade ao desenvolvimento psíquico saudável e do bem-estar emocional.

O artigo 5º, do Estatuto da Criança e do Adolescente assevera que crianças ou adolescentes não deverão ser objeto de negligência, violência, crueldade ou opressão, devendo-se aplicar punições em casos de ações ou omissões aos direitos fundamentais das mesmas.

3.1 Atos Alienantes e a Lei 12.318

O artigo 2º, da lei nº 12.318 nos seus incisos apresenta exemplificativamente alguns atos tidos como alienantes:

- I- realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
- II- dificultar o exercício da autoridade parental;
- III- dificultar o contato de criança ou adolescente com o genitor;
- IV- dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- V- omitir deliberadamente ao genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente; inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
- VI- apresentar falsa denúncia contra o genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
- VII- mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Evidencia-se que inúmeras podem ser as práticas de alienação parental. Nessa perspectiva, a lei nº 12.318 mediante caráter educativo e de conscientização parental buscou formas de garantir a integridade física, psicológica, mental e emocional dessas crianças ou adolescentes aliando preceitos estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ao determinar responsabilidades pertinentes à Família, ao Estado e a Sociedade (GONÇALVES, 2015).

Conforme mencionado autor, o artigo 6º da lei nº 12.318 estabelece que uma vez caracterizados os atos alienantes, bem como qualquer conduta que tenha o intuito de dificultar a convivência familiar da criança ou do adolescente com o genitor alienado poderá o magistrado de forma cumulativa ou não, analisando a gravidade do caso, tomar diversas medidas, quais sejam: advertir o alienador; ampliar a convivência familiar no que tange ao genitor alienado; aplicar multa ao alienador; estabelecer o acompanhamento psicológico ou biopsicossocial; inverter o regime de guarda ou determinar a sua aplicabilidade como compartilhada; fixar de maneira cautelar o domicílio da criança ou do adolescente ou até mesmo suspender a autoridade parental.

Mudanças abusivas de endereço ou sucessivas tentativas de se inviabilizar a convivência familiar poderão facultar ao juiz retirar crianças ou adolescentes da residência do genitor alienador para que com isso possam ocorrer alternâncias dos períodos de convivência, consoante artigo 6º, parágrafo único, da lei 12.318 (BUOSI, 2012). Já o inciso VII é bastante protetivo ao afirmar sobre a possibilidade de suspensão da autoridade parental. Tal medida

seria adotada como uma maneira de libertá-las das influências negativas do alienador para a garantia da saúde psíquica e emocional de todos os envolvidos (SILVA, 2016).

Apesar de existirem diversas consequências jurídicas a serem aplicadas em razão de tal prática, o alienador continua persistindo em agredir o direito à convivência familiar inerente ao filho devidamente legislado pela Carta Maior no bojo do artigo 227 e que consiste num dos critérios para a atribuição da guarda unilateral diante de casos de inviabilidade da forma compartilhada em que pese o prejuízo das relações com o genitor e com o grupo familiar, à luz do parágrafo segundo, do artigo 1.583 do Código Civil (PEREZ, 2010; SANDRI, 2013).

Acrescentam os autores que em relação à alteração ou a atribuição da guarda, será ela estabelecida preferencialmente ao genitor possibilitador da convivência da criança ou do adolescente com o outro. O descumprimento dos deveres correspondentes à autoridade parental, bem como decorrentes do exercício do poder de guarda ou tutela, poderão ensejar o cometimento de infração administrativa, conforme artigo 249, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

4 CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DA ALIENAÇÃO PARENTAL

A psicologia Junguiana fez a constatação de que a persona é oriunda de uma espécie de elo existente entre a personalidade pessoal do indivíduo e a sociedade cercada por anseios coletivos, por papéis determinados e por máscaras assumidas para a satisfação das expectativas sociais. Há uma introjeção dessas expectativas coletivas de tal maneira que a persona emergirá buscando imagens ideais de ser humano a serem apresentadas ao coletivo (FADIMAN; FRAGER, 1986; STEIN, 2004; REIS; MAGALHÃES, 1986; BARBEDO, 2009).

Para Jung, segundo os supracitados autores, na alienação parental o genitor alienador projeta no genitor alienado características pessoais indesejáveis, inúmeros defeitos e a culpabilidade pelo que lhe está acontecendo. As sombras seria a personificação dos traços pessoais reprimidos sendo algo considerado inferior para a personalidade humana. O ser humano ao buscar desenvolver-se deverá fazer um esforço para alcançar a almejada diferenciação entre a persona e a identidade pessoal.

A identificação parental com a persona ou com as sombras trará diversos prejuízos a saúde psíquica dos filhos. Para que a psique parental não traga comprometimento as crianças ou adolescentes será fundamental se fazer o reconhecimento das projeções sombrias de tal

forma que se possibilite a remoção das mesmas, mediante o enfrentamento dos lados indesejados que se farão notar no plano da consciência (ZWEIG, 2000).

Vários têm sido os debates entre profissionais clínicos e juristas sobre a Síndrome da Alienação Parental principalmente sobre a caracterização da mesma como síndrome ou não, haja vista não estar presente no DSM-V. Tais manuais listam diferentes categorias de transtornos mentais, bem como os critérios a serem utilizados para possíveis diagnósticos. Ao se aprofundar no assunto há a nítida constatação de que inúmeras síndromes apesar de existirem tanto para Médicos quanto para Psicólogos jamais apareceram em versões anteriores de DSM, quais sejam: a de Adaptação Paradóxica a Violência, a de Estocolmo e a Pré-menstrual (SILVA, 2016).

Para a psicanálise lacaniana (1974) o sintoma é um local de profundo sofrimento pois advém do cumprimento de um papel penalizador no qual a criança ou adolescente terá que responder aos desejos dos pais tendo que abdicar das próprias aspirações. Ele seria um enigma, a própria presença do inconsciente onde a posição da criança ou do adolescente seria sintomática. A doença causadora de todo sintoma na criança viria da “ estrutura familiar”, sendo assim, os pais necessitam serem tratados para que os sintomas problemas infanto-juvenis sejam dissipados (CHECCHINATO, 2007).

A mãe tem um papel primordial na vida dos filhos já que a valorização ou desvalorização que fará da figura paterna, das ordens emanadas, dos atos praticados deixam cicatrizes profundas na criança. Um posicionamento perverso materno no qual existem tentativas de se minimizar ou até mesmo de se eliminar a função paterna é bastante prejudicial, desestabilizando e devastando a subjetivação da prole já que a criança vivencia o conflito de afirmar-se com o ego ideal e o aprisionamento causado pelos desejos da mãe.

Outra psicanalista que concentra o conceito de subjetividade e de doença no mito familiar é Maud Mannoni (1971) ao seguir a linha freudiana na articulação do complexo de Édipo. Para ela a forma como a criança fora recebida e conduzida nas pulsões tem poder estruturante. Assim dois são os princípios propostos:

(a) Para se compreender a psicose é inexorável buscar entender a maneira como o sujeito fora aprisionado em feixes de palavras parentais antes mesmo do nascimento;

(b) A forma como a criança absorve as palavras mortíferas desde a mais terna infância causará graves desordens psicóticas.

Diante dessa realidade, Mannoni (1971) segue afirmando que apenas ao se desarticular o discurso parental sustentador da alienação dos desejos dos filhos é que eles como crianças ou adolescentes farão a grande conquista da própria subjetividade. Faz-se fundamental,

estabelecer a seguinte reflexão: Como o filho pode desejar estar próximo do genitor alienado se o desejo dos pais é mandamental e abafador? Resta-lhes alternativas meramente sintomáticas, quais sejam: a conformidade, a cópia ou a oposição.

5 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS CAMINHO PARA O SÉCULO XXI

No Brasil apesar da lei nº 12.318 ter sido sancionada em 2010 pelo então Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o artigo 9º fora vetado. Tal artigo permitiria a utilização da mediação extrajudicial como um meio alternativo para a resolução de conflitos no que tange aos casos de alienação parental. A argumentação utilizada fora a de que a apreciação da indisponibilidade do direito da criança ou do adolescente à convivência familiar conforme artigo 227 da Constituição Federal não comportaria negociações extrajudiciais para dirimir tais casos (GONÇALVES, 2015).

O monopólio jurisdicional trata-se de uma conquista histórica como forma de garantia da imparcialidade, da independência para o alcance da segurança jurídica e manutenção do estado de direito. O alto número de litígios familiares dentre outros que assolam o País fazem notar a crescente necessidade de se ter complementações para com a atividade jurisdicional típica (BACELLAR, 2012).

Conforme o mencionado doutrinador, não adianta haver o monopólio de todas as causas para serem mantidas em estoque e não julgá-las descumprindo-se com o legislado pela Constituição da República Federativa do Brasil à luz do artigo 5º, LXXVIII, no que tange ao princípio da razoável duração do processo. O ideal é a busca por conquistar um poder judiciário apto para resolver as demandas dos cidadãos, com respeito ao princípio da celeridade processual e da eficiência.

Complementa analisando que se o relevante é pacificar há a constatação da insignificância de questionamentos sobre se a resolução do conflito ocorreu pelo Estado ou por outros meios alternativos desde que eficientes. Fazem-se extremamente importantes ações integradas que estimulem os métodos consensuais extrajudiciais e judiciais, partindo-se da concepção de que o relevante é o encontro da paz social.

Alinhando-se às tendências verificadas em diversos ordenamentos e aplicadas em variadas Cortes de Justiças mundiais, a lei nº 13.105, denominada Código de Processo Civil prestigia significativamente os meios de solução consensual. Nesse sentido, o artigo 3º, parágrafo segundo, da supracitada lei estabelece que caberá ao Estado promover a utilização dos meios de solução consensual de conflitos. Ressalta no parágrafo terceiro que juízes,

advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público terão o dever de estimular a conciliação, a mediação, sem excluir outros métodos de solução consensual de conflitos (NEVES, 2016).

O artigo 1º, parágrafo único, da lei nº 13.140 conceitua a mediação como sendo atividade técnica exercida por terceiro imparcial que não dispõe de poder decisório tendo sido escolhido ou aceito pelas partes, auxiliando-as na identificação e no desenvolvimento de soluções consensuais. Para Vezulla (2015), na mediação procura-se alcançar uma programação futura da relação, atendendo-se às necessidades levantadas, com responsabilidades mútuas e conscientização. Não há pretensão em resolver problemas passados, mas o de trabalhar o presente considerando-se as experimentações vivenciadas, o relacionamento e a unicidade de cada ser.

A mediação não tem caráter terapêutico tratando-se do meio utilizado para transformar a visão negativa do conflito na cultura do diálogo, permitindo-se esclarecer situações, recuperar comunicações, eliminar ruídos e falhas no processo comunicacional. Buscará outros ramos do saber como a psicologia, a filosofia, a sociologia, a antropologia, entre outros para que estes conhecimentos adquiridos sejam possibilitadores de um maior entendimento sobre a complexidade humana, a multiplicidade de vínculos, a subjetividade, fortalecendo sua eficiência e aplicação (BACELLAR, 2012).

O atual Código de Processo Civil reconhece a importância social das questões familiares, destacando-as no capítulo X, através dos artigos 693 até 699. No início desse regramento, constata-se o grande estímulo à autocomposição, principalmente com o artigo 694, ao prever que nas ações familiares todos os esforços deverão ser direcionados para a solução consensual das controvérsias, cabendo ao juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação (NEVES, 2016).

Para o supracitado doutrinador é fundamental salientar que ações, as quais versarem sobre interesse da criança ou do adolescente, observarão procedimento previsto em lei específica, havendo a aplicação das disposições do capítulo X apenas no que for possível, de acordo com o parágrafo único, do artigo 693. Processos pertinentes aos casos de alienação parental ou a abuso permitirão ao juiz tomar o depoimento da criança ou do adolescente, acompanhado por especialista, à luz do artigo 699. Observa-se a grande relevância dada pelo meio jurídico às discussões concernentes à alienação parental.

A intensidade afetiva das relações conflituosas familiares dificulta o lidar com a mesma no que tange a busca por encontrar soluções que tragam satisfação às partes. Há uma ruptura da capacidade de se dialogar com o outro para a resolução de tal situação problema,

ensejando-se a intervenção de um terceiro imparcial e capacitado diante da forte subjetividade envolvida nos relacionamentos (RODRIGUES JÚNIOR, 2015).

Acrescenta afirmando que a maior complexidade e os múltiplos vínculos fazem com que a identificação do certo ou do errado, do justo e do injusto, nas relações familiares, seja uma tarefa árdua e quase impossível. Decisões judiciais farão com que pelo menos uma das partes fique insatisfeita. Haverá retorno aos tribunais buscando-se a propositura de ações revisionais que estabeleçam modificação de guarda, de horários de visita, entre outros.

Quanto ao papel do mediador, o artigo 165, parágrafo terceiro, da lei nº 13.105 é bastante esclarecedor ao afirmar que ele atuará de forma preferencial nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliando-as a compreender questões e interesses em conflito para que possam restabelecer a comunicação, identificando por si próprios, soluções consensuais proporcionadoras de benefícios mútuos.

No Brasil, tal meio alternativo de resolução de conflitos ganha relevância na contemporaneidade por se tratar de um processo transdisciplinar que objetiva fazer uma espécie de aproximação entre os envolvidos numa situação conflituosa, identificando necessidades intrínsecas de cada ser, levando-os a perceber o conflito como uma oportunidade para o encontro de possíveis soluções. Há de se utilizar técnicas específicas, o diálogo, bem como o empoderamento das partes, para que exerçam capacidades decisórias proporcionadoras de soluções criativas nas quais haverá ganhos mútuos e restauração de vínculos (BACELLAR, 2012).

A mediação de conflitos caracteriza-se por ser um eficiente meio alternativo na resolução dos litígios familiares, como nos casos de alienação parental, já que considerará a história de vida de cada um, as individualidades, preservando-se o aspecto emocional, bem como o respeito a subjetividade de cada ser. Facilitará aos pais em situações conflituosas, confrontar pontos de vista no que tange a guarda dos filhos, divórcio, entre outros. Poderá ser bem sucedida mesmo sem a realização de um acordo, bastando que tenha facilitado o diálogo entre as partes, despertando a capacidade de entenderem-se sozinhas (RODRIGUES JUNIOR, 2015).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito como ciência humana e social deverá acompanhar a evolução dos seres humanos, bem como da sociedade. Caberá ao poder judiciário na contemporaneidade estimular a utilização dos meios alternativos de resolução de conflitos, como a mediação, pois

assim, serviços serão prestados com maior qualidade, celeridade e efetividade, no que tange ao atendimento das demandas dos cidadãos.

A lei nº 12.318 de 2010 foi um grande marco contemporâneo, tornando-se indispensável na prevenção e no combate de falsas memórias implantadas. Com ela, vieram as sanções cujo intuito seria educar, bem como conscientizar sobre a importância de se preservar a integridade física, psicológica e emocional de todos os envolvidos e em caráter especial, das crianças ou adolescentes.

Verifica-se ao reflexionar sobre a alienação parental e mediação de conflitos na contemporaneidade que tal procedimento poderá colaborar na preservação e no atendimento do melhor interesse da criança ou do adolescente ao possibilitar a transformação da cultura do conflito na do diálogo e da pacificação social.

REFERÊNCIAS

ALPA, Guido; BESSONE, Mario. **Elementi di diritto Civile**. Milano: Giuffré, 1990.

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARBEDO, Claudia Gay. Alienação parental à luz da psicologia Junguiana: uma abordagem interdisciplinar. In: SOUZA, Ivone Maria Candido Coelho (coord). **Parentalidade: análise psicojurídica**. Curitiba: Juruá, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal Brasileira, de 05 de outubro 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2017

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Congresso Nacional, **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental (DOU de 27. 08. 2010). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> . Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Congresso Nacional, **Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o parágrafo segundo do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação parental: uma interface do direito e da psicologia**. Curitiba: Juruá, 2012.

CEZAR - FERREIRA, Verônica A. da Motta. **Família, separação e mediação, uma visão psicojurídica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

CHECCHINATO, Durval. **Psicanálise de pais: crianças, sintomas dos pais**. Rio de Janeiro. Cia de Freud, 2007.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de Direito Civil**. Família e Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das famílias**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. **Teorias da personalidade**. Coordenação da tradução Odette de Godoy Pinheiro. Tradução Camila Pedral Sampaio; Sybie Safdié. São Paulo: Harbra, 1986.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**, v. 6. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos psicologia*, [online] v. 8, n. 3, p.1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/sicelo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X20030003000300003-&Ing=pt&nrm=isso>. Acesso em: 8 mar. 2017.

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgio. **Alienação parental**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GARCIA, Maria L. T.; TASSARA, Eda T. de O. Problemas no casamento: uma análise qualitativa. *Estudo psicologia*. [on line], Natal, v. 8, n. 1, p.130, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=arttext&pid=S1413294X200-3000100014&Ing=en&nim=iso>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, v. 6. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LACAN, J. R. S. I. *Le Seminaire 1974 / 1975, seminário de 10 de dezembro de 1974*, p.7 (português).

_____. **Os complexos familiares na formação do indivíduo**. Trad. Marco Antônio Coutinho Jorge e Potigara Mendes da Silveira júnior. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A mediação nos processos de família ou um meio de reduzir o litígio em favor do consenso. In: ____ (coord). **Grandes Temas da atualidade: mediação, arbitragem e conciliação**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MANNONI, M. *Le Psychiatre, son "fou" et la psychanalyse*, Paris: Seuil, 1970. Edição brasileira: **O psiquiatra, seu "louco" e a psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

MORICI, Ana Carolina. Pós- modernidade: Novos conflitos e novos amigos familiares. In: MACEDO, Rosa Maria S. **Terapia familiar no Brasil e na última década**. São Paulo: Roca, 2008.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. V1: Direito de Família. 10. ed. Forense, 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo código de Processo Civil comentado artigo por artigo**. Jus Podivm, 2016.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Família, Direitos Humanos, psicanálise e inclusão social**. *Revista do Ministério Público*, Porto Alegre, n. 58, p. 195 - 201, 2006.

PEREZ, Elizio Luiz. Breves comentários acerca lei da alienação parental. In: DIAS, Maria Berenice (coord). **Incesto e alienação parental: realidades que a justiça insiste em não ver**. São Paulo: Revista dos tribunais, 2010.

PINHO, Marco Antônio Garcia de. **Nova Lei 12.318/10- Alienação Parental**. Jurisway. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=3329>. Acesso em: 16 abr.2017.

REIS, Alberto O. Advinçula; MAGALHÃES, Lúcia Maria Azevedo; GONÇALVES, Waldir Lourenço. **Teóricos da Personalidade em Freud, Reich e Jung**. Clara Regina Rappaport (coord). São Paulo: EPU, 1984.

RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. Mediação, Autonomia e Responsabilidade na dissolução conjugal. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (coord). **Grandes Temas da atualidade: mediação, arbitragem e conciliação**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SANDRI, Jussara Schmitt. **Alienação parental: o uso dos filhos como instrumento de vingança entre os pais**. Curitiba: Juruá, 2013.

SILVA, Denise Maria Perissini. **Mediação e guarda compartilhada: conquistas para a família**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

STEIN, Murray. **Jung o mapa da alma: uma introdução**. 12. ed. Tradução de Álvaro Cabral. Revisão técnica Márcia Tabone. São Paulo: Cultrix, 2004.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado, **Família, Guarda e Autoridade Parental**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

TRINDADE, Jorge. Síndrome da Alienação Parental (SAP). In: DIAS, Maria Berenice (coord). **Incesto e alienação parental: realidades que a justiça insiste em não ver**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. Valores na contemporaneidade da família brasileira: crise In:MACEDO, Rosa Maria S. **Terapia familiar no Brasil e na última década**. São Paulo: Roca, 2008.

VEZULLA, Juan Carlos. **Mediação responsável e emancipadora**. Disponível em:< <http://Vezulla.com.br>>. Acesso em 16 abr. 2017.

ZWEIG, Connie; Wolf, Steve. **O jogo das sombras**: iluminando o lado escuro da alma. Tradução Anna Maria Lobo. Rio de Janeiro: Raco, 2000.

BAIRRO DO COMÉRCIO EM SALVADOR/BA: DO APOGEU AO ESPAÇO CONSTRUÍDO VAZIO

Franklin Rami Cavalcanti Oliveira Regis¹

RESUMO

As incertezas e desafios da atualidade exigem de todos, uma reflexão constante e urgente a cerca da ocupação do espaço urbano. A cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, também teve que adaptar-se aos novos padrões de metrópole e com isso, seus bairros também refletem essas alterações e impactos. Um exemplo disto é o bairro do Comércio, que surgiu, concomitantemente, com a colonização da primeira capital do Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica, o artigo pretende analisar o fenômeno da ocupação e da desterritorialização do espaço escolhido como objeto de estudo e para tanto utilizou o método histórico e o de análise e síntese. Ao final dos estudos, foi possível concluir que necessário se faz reavaliar as ideias sobre territorialidade, sobre desenvolvimento e sobre suas relações. Destaque deve ser dado às questões referentes à emergência de novas territorialidades, balizadas na coesão e solidariedade, enquanto de possibilidade de interação com as demandas da globalização. Por lado também devem ser revistos os novos conceitos de desenvolvimento, sempre que possível, desvinculando-os das ultrapassadas concepções de crescimento e de progresso.

Palavras-chave: Salvador. Bairro do Comércio. Territorialidade. Desterritorialização. Desenvolvimento

1 INTRODUÇÃO

À medida que a estrutura econômica das sociedades vai se transformando, onde os setores secundário e terciário se sobrepõem ao primário, há uma mudança na distribuição demográfica, principalmente, no que concerne ao seu adensamento. Todo o processo de concentrações urbanas se intensificou a partir da revolução industrial e com ele houve a quebra dos padrões tradicionais da vida nas cidades. Mas de fato, esses novos processos impactam na paisagem urbana e qual o sentido que ela tem para as pessoas?

A cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, também teve que adaptar-se aos novos padrões de metrópole e com isso, seus bairros também refletem essas alterações e impactos. Um exemplo disso é o bairro do Comércio, que surgiu, concomitantemente, com a colonização da primeira capital do Brasil, a princípio tendo como atividade principal a instalação de um porto de exportação de produtos agrícolas não consumíveis localmente, bem

¹ Discente do Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL); Mestre em Responsabilidade Social e Desenvolvimento Humano (Fundação Visconde de Cairu). Especialista em Metodologia do Ensino, pesquisa e Extensão (UNEB). Bacharel em C. Contábeis e Filosofia. Coordenador de Curso – C. Contábeis (UNEB e UCSAL) e professor assistente UNEB e UCSAL.

como, porto de importação de utilidades que era incapaz de produzir para sua própria população. A partir de então Salvador e o bairro do Comércio, passam a ter um papel verdadeiramente urbano e nos anos seguintes acompanham todas as transformações advindas do fortalecimento das relações comerciais da idade média, da revolução industrial e da contemporaneidade.

As transformações pelas quais o mundo vem passando e que se intensificaram no final do século XX, nos induz a refletir sobre como sobreviver sem o conhecimento do que nos rodeia. Logo nos cabe questionar: Por que Salvador e suas novas áreas do centro se tornaram o que são? Será que se comparadas às modernas paisagens urbanas, são vistas como vulgares e desagradáveis?

Face ao exposto, necessário se faz descrever o desenvolvimento do aspecto urbano da cidade de Salvador e do Bairro do Comércio, de forma a explicar o seu aspecto atual. Para tanto as opções metodológicas da análise e síntese, bem como, a histórica nos conduzirão às respostas necessárias.

A pesquisa bibliográfica foi o procedimento metodológico adotado, com ênfase qualitativa, que possibilitou o diálogo com os autores: Milton Santos (2008), Edward Relph (1987), Rogério Haesbaert (2011), Sylvio Bandeira (2006), Américo Simas Filho (1982), Pedro Vasconcelos (2016), Laert Neves (1985), Maria Flexor e Peter Schweizer (2011), bem como, Marion Segaud (2016), Henri Lefebvre (2011) e Marcelo Lopes de Souza (2013). Essas fontes garantiram a fundamentação teórica necessária para o aprofundamento da temática.

O artigo apresenta duas seções. Na primeira, faz-se uma contextualização histórica do da criação do centro urbano de Salvador e do Bairro do Comércio. Já na segunda, buscamos identificar as influências da geografia e sociologia urbanas citados espaços.

A importância do estudo decorre da necessidade de se refletir sobre como as cidades se tornaram protagonistas de processos de crescimento econômico em âmbito mundial, evidenciando arranjos produtivos e empresariais dos mais variados, além de também fomentarem processos de identidade e pertencimento socioculturais.

A escolha do bairro do Comércio, como espaço urbano a ser investigado, decorre da aptidão pelos aspectos históricos e humanísticos, enquanto possibilidade epistemológica, associado ainda ao sentimento de responsabilidade pelo patrimônio histórico-cultural.

Fundamental no contexto soteropolitano, o bairro do Comércio exige hoje grande atenção dos agentes públicos e privados por ser crescente sua degradação e abandono, já que traz altas taxas de vacância.

2 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO BAIRRO DO COMÉRCIO EM SALVADOR

O bairro do Comércio, inicialmente, Bairro da Praia², na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, acompanha a historicidade desse centro urbano e é considerado o mais antigo centro de negócios do país. A escolha, por Portugal, do sítio para instalação da cidade, quando da instituição do regime de Governo Geral para o Brasil em 1549, fez com que por quase trezentos anos, Salvador e o bairro em questão fossem os espaços de maior importância econômica e estratégica para a consolidação da colônia recém-descoberta (SIMAS FILHO, 1982). No final do século XVI, Salvador aproveitava a valorização da região onde estava localizada e sua função portuária crescia, concomitantemente, com as funções administrativas e militares. Nesse cenário, onde hoje se localiza o Comércio, havia o escoamento da produção da cana-de açúcar, fumo, o tráfico negreiro, bem como atividades comerciais outras associadas às monoculturas e até 1763, quando há a transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, foi considerado o principal ponto de transações econômicas da colônia. (SANTOS, 2008). A demarcação geográfica tem como principal referência à região limítrofe ao Porto de Salvador, junto à Baía de Todos os Santos, na Cidade Baixa. Faz limite com a Baía, a oeste; com Sé, Pelourinho e o Pilar, a leste; com Santa Tereza a sul e com Água de Meninos, ao norte.

Ainda sobre a origem de Salvador, concomitantemente, com a criação do espaço urbano do Bairro do Comércio, vale destacar que a constante da história urbana desde a fundação da cidade evidencia sua função portuária, cuja atividade repercute nas distintas etapas da valorização do território, e que, em última análise, é o fato gerador de toda organização urbana. (VASCONCELOS, 2016)

Oportuno se faz destacar que ainda para Vasconcelos (2016), além da função portuária, o governo geral também se empenhou para consolidação do sistema defensivo da cidade. E aí cabe uma pergunta? Será que tal medida era, simplesmente, para se defenderem de invasores? Sem dúvida alguma, estudos apontam para essa necessidade, todavia, vale, também, admitir que já houvesse uma preocupação com o “território”, por mais polissêmico que seja o entendimento deste termo, uma vez que para Souza (1995, p.780), o território “[...] é fundamentalmente, um *espaço definido e delimitado* a partir de *relações de poder*”, quer

² Espaço inicialmente ocupado pelos portugueses quando do início da colonização de Salvador que se resumia a uma estreita faixa de terra próxima à montanha, que por suas condições possibilitava a fixação do homem, foi ocupada desde o início da construção da cidade, adquirindo importância pela função de porto, indispensável para as comunicações entre a nova metrópole, seu império e o próprio Estado do Brasil (SIMAS FILHO, 1982).

seja em relação aos habitantes do espaço urbano ou em relação à sanha predatória dos demais colonizadores europeus.”

Ao associarmos a criação de Salvador e a consolidação do Bairro do Comércio às necessidades defensivas e econômicas determinadas pela Cora Portuguesa, há convergência com que defende Souza (2013, p.87) sobre poder e território, uma vez que “[...] não é apenas o território que só pode ser concebido, concretamente, com a ajuda da ideia de poder, [...] também o poder só se exerce *com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território*”.

Sobre a necessidade de se territorializar um espaço, há a necessidade de se descobrir o porquê de controlá-lo:

Há, potencialmente, uma plêiade de motivações. O que se pode dizer, conforme eu já havia grifado e, 1995, é que essas motivações sempre estarão de algum modo conectadas ao substrato espacial material e, eventualmente, também aos próprios significados culturais atribuídos às formas espaciais, isto é, às imagens de lugar. **O desejo ou a cobiça com relação a um espaço podem ter relação com os recursos naturais da área em questão.** (SOUZA, 2013,p.88 – Grifo nosso)

Para o citado autor, o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, **o poder**. O que significa considerar, que

[...] o que determina o “perfil” do conceito é a *dimensão política* das relações sociais, [...]. Isso não significa dizer de jeito nenhum que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) ou a economia (o trabalho, os processos de produção e a circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam ‘contemplados’ ao se lidar com o conceito de território. (SOUZA, 2013, p. 88)

Com a vinda de imigrantes a partir da primeira metade do século XVIII, Salvador tem uma evolução demográfica, a qual se refletiu na paisagem pelo alargamento do quadro urbano e por conta disso ocorrem os primeiros aterros sistemáticos na região portuária do Comércio. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a economia baiana centrava-se no Recôncavo, em torno da Baía de Todos os Santos, e na cultura do cacau em Ilhéus uma vez que ali as atividades agrícolas mantinham a sustentabilidade econômica do Estado, voltada tanto para o consumo interno, como para a exportação. Esse aspecto fez com que houvesse o desenvolvimento das atividades do seu porto, bem como, a necessidade de ampliação das áreas do bairro com aterros sucessivos, entre 1860 e 1915. Os negócios bancários e as operações de câmbio passam a serem as principais atividades do bairro, a partir de 1939, e, por conta disso, a região do Comércio passa a abrigar bancos, casas de comerciais

das mais variadas, um comércio de alimentação e um grande número de escritórios, inclusive de advogados, atraídos pelo comércio grossista. Apesar da sua importância enquanto centro financeiro do Estado e com todas as melhorias de infraestrutura e construção de grandes prédios. (SANTOS, 2008)

Na década de 70 tem início, uma silenciosa e crescente tendência de expansão nos vetores norte e nordeste da cidade na região do Iguatemi e nítida decadência do bairro do Comércio. A partir de então nota-se uma acentuada depreciação do valor urbano de toda a área do Comércio, sendo nítida a degradação e deterioração da paisagem urbana, principalmente, pelo abandono e degradação de seus imóveis. Isso por que

A paisagem urbana atual e seu conteúdo humano, social e econômico exprimem, ao mesmo tempo, a evolução e o estado atual das funções urbanas. As funções antigas, presentes ou desaparecidas, marcam a paisagem atual pela presença de monumentos e velhas casas. Estas se degradam e, perdendo sua função de residência rica, abrigam hoje a população pobre. (SANTOS, 2008, p.95)

Esta relação entre paisagem urbana e os aspectos socioeconômicos, nos leva a admitir que as sensíveis transformações ocorridas nas cidades nas últimas décadas e os problemas que elas enfrentam na atualidade, exigem novas análises, bem como, novas e urgentes soluções. Neste sentido, de acordo com Neves (1985, p.13).

A despeito de ter o aspecto econômico papel essencial no incremento da sociedade urbana é importante refletir sobre o papel específico exercido pela cidade como cenário da vida dessa sociedade para se entender melhor o fenômeno da urbanização atual.

Ao tratar das transformações que vêm ocorrendo nas grandes cidades, mister se faz compreender que nos dias atuais e numa escala regional, uma metrópole terciária como a capital do Estado da Bahia, vai de encontro a uma periferia industrial, e

[...] na escala urbana, os grandes investimentos realizados no sistema viário, em grandes equipamentos privados e públicos, levaram à perda do caráter mononuclear de Salvador e a uma ampliação da diferenciação socioespacial, que resultou na formação de quase quatro cidades³ (VASCONCELOS, 2017, p.498).

³ **Primeira cidade:** a cidade original; **segunda cidade:** é composta pela parte sul da península e pela orla atlântica; **terceira cidade:** é aquela formada pela parte norte do centro histórico, alcançando o subúrbio ferroviário. **Já a quarta cidade,** equivale àquela que abriga os grandes conjuntos habitacionais próximos à BR 324 e Avenida Paralela.

3 AS INFLUÊNCIAS DA SOCIOLOGIA E GEOGRAFIA URBANAS NO BAIRRO DO COMÉRCIO

Da comercialização da cana-de-açúcar, ouro, fumo, algodão, café, cacau e outras especiarias, chegando à prestação de serviços, o bairro do Comércio em Salvador é reconhecido como um importante espaço de desenvolvimento urbano. Principal porta de entrada da cidade na primeira metade do século XX, o Comércio recebia da Baía de Todos os Santos os principais produtos agrícolas que movimentavam a economia baiana. O que gerou riquezas para o bairro, as quais eram visíveis na suntuosidade de seus casarões e prédios comerciais. Tal condição possibilitou uma ascensão econômica, que por sua vez fez com que Salvador se desenvolvesse como uma das principais metrópoles do país. No entanto, o polo econômico da cidade mudou seu eixo, passou da cidade baixa para a cidade alta, e Salvador cresceu contrariamente ao tradicional centro econômico do Comércio (SANTOS, 2008).

Muito importante o cenário acima, pois nos faz concordar com Relph(1987) ao asseverar que as paisagens são contextos visuais da existência cotidiana, contudo, supõe ele, que poucas pessoas utilizem frequentemente a palavra “paisagem” para descrever o que veem ao caminharem pela rua, ou de dentro de seus veículos. Logo, uma vez que o espaço urbano do Comércio hoje se encontra em visível estágio de abandono e depredação, nos cabe um olhar mais criterioso sobre seu papel enquanto espaço de grande relevância histórica, econômica e cultural para os soteropolitanos.

Tudo sugere que as paisagens são coisas óbvias. No entanto, quando tentamos analisá-las, logo se nos afigura que, em primeiro lugar, são tão familiares e envolventes que se torna difícil enquadrá-las numa perspectiva nítida e, em segundo lugar, que não podem ser facilmente desmontadas nas suas partes constitutivas, como os edifícios e ruas, sem perder o sentido da panorâmica geral. (RELPH, 1987,p.13)

Reconhecendo a importância da paisagem urbana na vida dos cidadãos, o que nos cabe então fazer para que a preservemos? Uma vez sendo as paisagens, simultaneamente óbvias e esquivas, sabemos intencionalmente o que são? Como resposta devemos admitir que “[...] até o momento em que temos de pensar e escrever sobre elas, ou modificá-las de alguma maneira e, então, tornam-se frágeis e enigmáticas”. (RELPH, 1987, p.13). Nesta mesma linha de pensamento, Santos (1996) aduz que a fim de imaginar a Geografia alimentando-se da mesma fonte que a poesia e a filosofia, considerar-se-á, inicialmente, o teor de uma “Geografia da existência” capaz de traçar o entendimento do espaço sob a noção de “espaço banal”.

Vale ressaltar ainda que a discussão em torno do conceito de paisagem é antiga. Desde a sistematização da Geografia como ciência no século XIX, esse termo tem merecido atenção quando se procura compreender a efetividade das relações sociais e naturais de um determinado espaço. Distintamente, o conceito de paisagem vem sendo utilizado em vários locais do planeta, onde nem sempre há convergência das abordagens científicas. Atualmente, a noção de paisagem tem sido para os geógrafos, o início para o entendimento das complexas relações entre o homem e a natureza, possibilitando projeções de uso, gestão do espaço e planejamento regional territorial. Os contextos socioculturais, as escalas de tempo e espaço onde as populações estão inseridas, contribuem para que haja diferentes concepções teóricas sobre paisagem.

Percebe-se, desse modo, que a área do Bairro do Comércio, reflete ainda três tipos de paisagem:

a) As atividades capazes de criar um quadro, e que o criam efetivamente, substituindo as velhas casas por novos imóveis funcionais, desse modo inaptos a serem habitados;

b) Outras atividades que utilizam o quadro, mas que por sua própria natureza expulsam a população, como é o caso das casas de importação e exportação que instalavam seus escritórios no térreo e utilizavam os andares superiores como depósito;

c) Por fim, o caso externo das casas absolutamente degradadas e, conseqüentemente, incapazes de abrigar pessoas, por mais miseráveis que sejam. (SANTOS, 2008)

Deduz-se deste modo, que neste caso, as paisagens acima não determinam modo de vida das pessoas que transitam ou residem na área em estudo, mas, certamente, em algumas situações os condicionam.

O racionalismo e o pragmatismo dos positivistas nem sempre poderão responder às inquietações decorrentes da relação entre o sujeito e o lugar que ocupa, isso porque, segundo Relph (1987.p.15)

Uma importante ilação a tirar desta vasta abordagem à paisagem é que, enquanto os livros sobre arquitetura, planejamento, desenvolvimento tecnológico e história têm pormenores valiosos, as melhores fontes de informação sobre a paisagem são as próprias paisagens.

Com base na constatação acima, é coerente admitirmos que nem sempre caberá à geografia física e demais ciências explicarem os fenômenos que ocorrem nos espaços urbanos, quer seja em relação à sua ocupação, densidade demográfica, desertificação, poluição sonora e visual etc. Assim, pondera Holzer (1993), que a “Geografia Fenomenológica” faz uma análise da relação visceral entre o homem e a terra.

A partir das considerações feitas, torna-se necessário estabelecermos outra forma de nos relacionarmos com o lugar, urge a compreensão do porquê ocorre a desterritorialização⁴. Nesse sentido, para que compreendamos o esvaziamento urbano do Bairro do Comércio, para Haesbaert (2011), as nossas próprias experiências pessoais, balizadas pelos ditames da globalização, nos induz a pensar que o mundo encolheu. Logo, fica cada vez mais plausível a ideia de mundo “sem fronteiras”, ou seja, não há mais distâncias, os meios de transportes facilitam cada vez mais nosso deslocamento físico e a tecnologia da comunicação nos aproxima, virtualmente, cada vez mais do que desejamos e precisamos.

Nesse sentido, para Haesbaert (2011, p. 35), sobre qual território estamos falando quando nos referimos a “desterritorialização”?

Se a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial- e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território. Para uns, por exemplo, desterritorialização, está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente, das fronteiras estatais - o território, aí, é, sobretudo, um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridação cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas - o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades.

Vimos assim que duas variáveis interferem no que se define como perda de vínculo com o espaço urbano: a noção de território e a globalização. Para Silva (2006), no atual contexto geográfico-econômico e social é preciso priorizar, sempre que possível, a análise da perspectiva do comportamento dos lugares e regiões, compreendidos, no contexto da territorialização, isso é, de “[...] unidades espaciais socialmente integradas e solidárias, diante dos processos de desenvolvimento em uma escala global” (p.24).

Para o pesquisador Sylvio Bandeira Silva (2006), quando se fala em organização social e dinâmica territorial, é imprescindível a discussão acerca das principais tendências hoje existentes sobre as escalas locais e regionais, bem como sobre os grupamentos sociais. Logo, para ele

É preciso, então, reavaliar as ideias sobre territorialidade e sobre o desenvolvimento e mais ainda sobre suas relações. No primeiro caso, devem ser privilegiadas as questões referentes à emergência de novas territorialidades, expressando coesão e solidariedade, com definição de prioridades para o futuro em diferentes escalas (nacional, regional e local) diante dos processos de globalização e, no segundo caso, devem ser revistos

⁴ Pode ser definido como uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento dos nossos territórios, havendo assim, uma perda de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, uma perda de acesso a territórios econômicos, simbólicos.

os novos conceitos de desenvolvimento diferenciando-os de superadas concepções e da definição de crescimento e de progresso.

Ao se referir aos grupamentos sociais e seu papel quanto ao fortalecimento da identidade e ao pertencimento do lugar, os cidadãos que de algum modo têm algum vínculo com a região do Bairro do Comércio, mesmo que , historicamente, esta região não tenha sido um espaço residencial (VASCOCELOS,2016;SANTOS, 2008), a citada a área , não permite que tais agentes se sintam engajados no seu processo de revitalização e requalificação urbanas uma vez que , segundo Henry Lefebvre (2001), sociedade urbana se generaliza, pois não há relação de proximidade. Também assevera que a realidade urbana se reordena e reinventa para a centralidade. Vale ressaltar ainda que este autor defende a ideia de que a cidade tem uma história e nela tem havido a produção da cidade, assim como há a produção de conhecimento, de cultura etc. O citado filósofo ainda defende que a forma, a função e a estrutura são os conceitos da cidade, mas não se deve priorizar nenhuma delas, ou seja, todas devem ser vivenciadas simultaneamente, para que assim se crie novas relações.

Já para Segaud (2016), do encontro entre as ciências sociais e espaços construídos, é possível propor quatro entradas que permitem entender os espaços tratados pela ação do homem: habitar⁵, fundar, distribuir e transformar são operações sobre e dentro do espaço que permeiam todas as sociedades. Para ele, a vida cotidiana, embora se prenda a muitos dispositivos materiais, nunca deve, contudo, ser reduzido à soma das características dos modos de vida.

Sobre a conscientização quanto “O Direito à cidade”, e, conseqüentemente, aos espaços de menores escalas, a exemplo dos bairros , oportuno se faz considerar que de acordo com Lefebvre(2001,p.113), as medidas que garantam a perfeita sintonia entre os cidadãos e o espaço urbano, só deixarão de ser utópicas se

[...] grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar disso, e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade.

Mas será que cabe apenas aos agentes sociais tal preocupação e iniciativa? Em resposta à este questionamento, assevera Lefebvre(2001,p.114), que isto também é papel do Estado, uma vez que “[...] as forças políticas assumam suas responsabilidades. Neste setor que

⁵ Historicamente, o Bairro do Comércio em Salvador, nunca teve como função principal a de servir de moradia, contudo, estudos históricos (VASCONCELOS, 2016; SANTOS, 2008) demonstram que algumas poucas pessoas que lá trabalhavam e por terem baixa renda, dormiam nos sótãos dos prédios que durante o dia, tinham função, essencialmente comercial/financeira.

compromete o futuro da sociedade moderna e dos produtores, a ignorância e o desconhecimento acarretam responsabilidades diante da história que é reivindicada.”

Para Lefebvre (2001), o capital e especulação financeira, tendem a interferir na relação do indivíduo com a cidade. Assim, é prudente discutirmos aqui, qual a sincronia entre capital e progresso. Sobre este termo, necessário se faz, compreender seus significados mais comuns, a fim de que se possa captar os possíveis vínculos entre ele e o desenvolvimento:

- a) O progresso expresso na preocupação do cristianismo com a ida para os céus;
- b) O progresso no sentido de emancipação do indivíduo em relação à família, ao clã e à tribo;
- c) O progresso manifesto na moderna democracia;
- d) O progresso expresso pelo aperfeiçoamento do conhecimento sobre os eventos da natureza;
- e) O progresso como liberação da *ordre naturel* da economia, prisioneira de regulações tradicionais, religiosas e políticas (FETSCHER, 1980, p.29-30 *apud THEIS, [s.d]*, p.258)

Deduz ainda o autor acima, que para se assimilar o real entendimento de progresso, necessário se faz admitir que o conceito *desenvolvimento*, herdeiro da economia clássica, associada, por sua vez, na alocação eficiente de recursos e em longo prazo, é estrutural na sociedade contemporânea e por conta disso, poder-se-á continuar falando de *desenvolvimento*, pelo menos nos anos iniciais do novo século.

Percebe-se assim que Desenvolvimento e Economia estão muito próximos e por conta disso, oportuno é a assertiva do Prof. Sylvio Silva (1976), quando ao se referir à *Teoria Centro-Periferia*, deduz que a mesma deve ser demonstrado em seus aspectos relativos à localização das atividades econômicas, já que permite uma visão dinâmica dos aspectos locais relativos aos três setores da economia, vistos em conjunto. Assim, a região central, exemplo do Bairro do Comércio em Salvador, tenderá a ser aquela que aglutinará quase todas as atividades econômicas, “[...] exercendo uma renovada atração sobre os novos investimentos em função das economias de escalas, da redução dos custos de transporte, das poderosas economias de aglomeração e das ‘economias de poder’ daí decorrentes” (p.13).

Ainda considerando os impactos da economia no espaço urbano, vale mencionar que segundo Fernandes (2013), as políticas multiescalares desencadeadas a partir da última década do século passado, coordenadas pelas regras rígidas do mercado, como também, pelo chamado *pós-fordismo* financeirizado, estruturam-se em diversos arranjos institucionais, políticos e técnicos e em formulações estratégicas de planejamento urbano e regional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi investigado, é possível admitir que a cidade de Salvador, quando fundada pelos colonizadores portugueses era uma criação harmônica, decorrente de fatores físicos e culturais confluentes. Trazia em si características de um fenômeno social, espontâneo, embora ligado às necessidades econômicas da sociedade da época. Junto à nova metrópole surge o bairro do Comércio, onde já no século XVI, tornou-se um espaço urbano cuja estrutura do comércio de bens e serviços atendiam às suas pretensões econômico-financeiras, bem como quanto ao fluxo e à composição da população da cidade.

A cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, é mais antiga e característica das cidades brasileiras. Idealizada para ser a capital do país, ao longo de três séculos foi a aglomeração urbana mais importante. Seu porto, por onde escoava a produção da agricultura comercial sempre teve destaque no escoamento dos produtos brasileiros, além de receber os que eram importados. Conseqüentemente, o espaço urbano ao seu entorno, o bairro do Comércio, acompanhou toda a ascensão comercial e financeira. Contudo, no último século, por conta de vários fatores internos e externos, a exemplo do eixo da economia nacional para o sul, a capital baiana viveu um período de estagnação, até que, por volta de 1940, a situação foi parcialmente revertida, fruto de um crescimento lento e de um novo dinamismo de sua atividade econômica.

As primeiras grandes intervenções urbanas no Comércio ocorrem no início do século passado e aí ocorrem aterros sistemáticos que embora elementares, são feitos no porto. Sobre o espaço na extensão da baía, surgem várias ruas: Conselheiros Dantas, Portugal e Miguel Calmon. Também nesse período, enquanto o Brasil dava início ao seu processo de industrialização, Salvador se ressentia da falta de recursos e investimentos financeiros, ou seja, a cidade continuava fiel ao seu antigo papel de porto e cidade comercial. A essa altura, a função portuária era o principal fator de desenvolvimento, progresso e aumento da densidade demográfica no bairro. Estudos revelaram que a função portuária explica a criação de um sítio, adaptado a ela própria. Com o passar do tempo, outros elementos naturais do sítio urbano que foram ocupados à medida que se dava a evolução urbana deram à cidade um dos elementos para a sua originalidade.

A partir da segunda metade do século XX, as atividades econômicas da região do Comércio abrigavam bancos, atividades bancárias, casas de comércio, atividade informal, comércio de veículos etc. O que se percebe nos dias atuais é que a paisagem e seu conteúdo humano, social e econômico evidenciam, ao mesmo tempo, a evolução e o estado atual das

funções urbana, assim as funções antigas, presentes ou desaparecidas, marcam a paisagem atual pela presença de monumentos e velhas casas, que por sua vez se degradam e abrigam pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A Sociologia e Geografia humana nos ajudam a compreender o fenômeno deste esvaziamento urbano, bem como, perceber os impactos desta nova paisagem aos cidadãos que por ali transitam ou que reconhecem no citado entorno, que por sua vez, é considerado sítio de relevante papel histórico e cultural. Logo, é possível compreender que apesar da intangibilidade das paisagens na região do Comércio, elas nascem num contexto de ideias fundamentais e de convicções sobre como o mundo local funciona e como poderá ser melhorado. Independentemente desta compreensão mais humanizada do espaço urbano, não se pode negligenciar o fato de que as cidades se tornaram progressivamente base e elos através dos quais se materializam amplos processos da acumulação capitalista contemporânea. Desse modo, necessário se faz reavaliar as ideias sobre territorialidade, sobre desenvolvimento e sobre suas relações. Destaque deve ser dado às questões referentes à emergência de novas territorialidades, balizadas na coesão e solidariedade, enquanto possibilidade de interação com as demandas da globalização. Por lado, também devem ser revistos os novos conceitos de desenvolvimento, sempre que possível, desvinculando-os das ultrapassadas concepções de crescimento e de progresso.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Ana. Decifra-me ou te devoro: urbanismo corporativo, cidade-fragmentos e dilemas da prática do urbanismo do Brasil. In: GONZALES, S. F. N; FRANCISCONE, J; P PAVIANE, A. **Planejamento e urbanismo da atualidade brasileira: objeto, teoria, prática.** São Paulo: Rio de Janeiro Livre Expressão, 2013.

FLEXOR, Maria Helena Ochi; SCHWEIZER, Peter José. Org. **Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural.** Salvador: EDUFBA, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

HOLZER, Werther. **Geografia humanista: uma revisão.** Rio de Janeiro, 1993. Disponível em <file:///D:/Downloads/6142-22342-1-SM.pdf> Acesso em : 16 jan.2017

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo :Centauro,2001.

NEVES, Laert Pedreira. **O crescimento de Salvador e das demais cidades baianas.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1985.

RELPH, Edward. **A paisagem urbana moderna**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987.

SIMAS FILHO, Américo. **Evolução urbana da cidade do Salvador de 1549 a 1800**. Salvador: Fundação Gregório de Matos. Separata da Revista de Cultura da Bahia, n.14, 1982.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade de Salvador**. 2 ed. São Paulo : Editora Universidade de São Paulo;Salvador ;Edufba, 2008.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. **Teorias de localização e de desenvolvimento regional**. [S.l.] : [s.n], 1976.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço**. Tradução: Eric R.R. Heneault. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira Mello e. **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. 2. ed. Salvador : EDUFBA, 2016.

THEIS, Ivo M. **Será possível continuar falando em “Desenvolvimento” no século XXI?** [S.l]: [s.n], [s.d]

BALANÇO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E EPISTEMOLÓGICA DA PERTINÊNCIA DA REALIDADE OBJETIVA EM PROCESSOS DE INCLUSÃO NO ENSINO – 2013 A 2016

*Cláudio dos Santos Costa¹
Kátia Oliver de Sá²*

RESUMO

Esse trabalho é parte de uma sistematização de resultados da primeira fase de uma pesquisa matricial que está sendo desenvolvida por uma rede de pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer – GEPEFEL/UCSal, intitulada: Balanço da produção do conhecimento: análise bibliométrica e epistemológica da pertinência da realidade objetiva para o avanço das áreas de Educação Física e Matemática – 2013 a 2016. O recorte que expomos nesse subprojeto tem como questão central nessa fase inicial da investigação a seguinte questão: No balanço da produção do conhecimento sobre a inclusão na área de Educação Física escolar, o que aponta a caracterização bibliométrica em artigos científicos no período 2013 a 2016? Para atender à comunicação dessa primeira fase da investigação temos como objetivo: Levantar e expor o balanço da produção do conhecimento de inclusão em Educação Física Escolar, considerando uma análise de caracterização bibliométrica de dezenove artigos científicos de Educação Física e Educação publicada em periódicos de *Qualis* A1, A2, B1 e B2, a partir de uma investigação exploratória do período de 2013 a 2016. A pesquisa proposta é do tipo documental indireta, tendo como base de análise de dados e informações, categorias da crítica dialética, a partir de exposição de sistematizações advindas de análises de dados e informações que abarcam procedimentos quantitativos e qualitativos, a partir de uma dada organização lógica.

Palavras-chave: Produção do conhecimento. Epistemologia. Bibliometria. Educação Física Escolar. Processos de inclusão no ensino.

1 INTRODUÇÃO

O balanço da produção do conhecimento que vem sendo desenvolvido por pesquisadores da área de Educação Física no Brasil evidencia que a unidade orgânica do conhecimento produzido deve estar vinculada de forma efetiva as problemáticas objetivadas,

¹ Professor Licenciado em Educação Física – UCSal, Especialização em Educação Especial Inclusiva - UNIASSELVI e membro do GEPEFEL/UCSal.

² Orientadora: Professora Licenciada em Educação Física pela UCSal, doutorado e mestrado em Educação pela FACED/UFBA e pós-doutorado e Filosofia e História da Educação pela FE/UNICAMP. Membro e coordenadora da linha – Epistemologia, História e política de educação Física, Esporte e Lazer do GEPEFEL/UCSal.

pedagogicamente pertinentes em estudos e pesquisas que tratam do processo de inclusão no âmbito das aulas de Educação Física. Sobre essa questão, Taffarel (2017, f. 21) coloca que na batalha das ideias voltadas à construção de alternativas para o avanço do ensino de Educação Física, no estágio atual do que vem sendo produzido e publicado é preciso levantar a crítica capaz de sintetizar a movimentação problematizada de questões cruciais que respondam à necessidade de avanço para o ensino de Educação Física.

Os interesses epistemológicos de fenômenos educacionais do campo da Educação Física Escolar registram que, em produções *stricto sensu*, publicações em periódicos e na literatura na área, não apontam proposições pedagógicas pertinentes que possam contribuir para a transformação da realidade que trata da inclusão nas aulas de Educação Física escolar. Portanto, há evidências em pesquisas que tratam de balanços da produção do conhecimento, que determinadas investigações não desenvolvem objetivações concretas que possam apontar contribuições que proponham mudanças pedagógicas em condições de alterar a realidade objetiva para o avanço da área³. (SILVA, 1997; SÁ, 2013; SANCHEZ-GAMBOA, 2017; HÚNGARO, OLIVEIRA, 2017; TAFFAREL, ESCOBAR, 2017; VIEIRA, PEÑA, 2017) Esse dado de realidade justifica a necessidade de investigar epistemologicamente as comunicações científicas publicadas em artigos científicos.

Taffarel e Santos Júnior (2017, p. 124) destacam, ao analisarem os resultados da investigação da pesquisa EPISTEFNORDESTE,⁴ que há uma tarefa necessária para se obter uma posição científica crítica sobre a produção do conhecimento em Educação Física, que diz respeito à necessidade de superação das concepções naturalista, biologicista, organicista, mecanicista e cartesiana que dicotomizam corpo e mente.

Para Sasaki (1997), a discussão no campo da educação sobre a inclusão social vem acontecendo e se efetivando em países desenvolvidos desde a década de 80. No Brasil, porém, somente a partir da Constituição da República Federativa de 1988 é que aumentou o número

³ No tratamento investigativo de ancoradouros conceituais a ser desenvolvido no processo de análise dos artigos científicos é possível verificar na segunda fase da investigação a diversidade do aparelho conceptual dos pesquisadores, quando promovem suas formas de dedução e induções sobre os objetos de investigação. Assim, é possível identificar a existência de uma rede ramificada de formas de atingir o objeto de conhecimento desenvolvido pelos pesquisadores, por meio do sistema da base lógica de pensamento produzido nas investigações, o que gera a realidade objetivada e sua pertinência em função das necessidades pedagógicas justificadas nas problemáticas, objetivos investigativos e resultados anunciados pelos pesquisadores.

⁴ Essa pesquisa temática, que se desenvolveu no período de 2012 a 2015, envolveu setenta e nove pesquisadores distribuídos em nove estados da região nordeste e pesquisadores colaboradores de do Sul e Sudeste; analisou objetivamente, a produção do conhecimento em Educação Física e verificou o impacto do sistema de pós-graduação das regiões sul e sudeste do Brasil na formação e produção de mestres e doutores que atuam nas instituições de ensino superior da Região Nordeste. As análises e resultados dessa pesquisa são particularmente importantes para o desenvolvimento investigativo desse projeto de pesquisa, que contou com coordenação no estado da Bahia com a profa. Dra. Kátia Oliver de Sá – UCSal.

de estudos voltados para essa área. Ainda, segundo Aguiar, no campo da educação formal eles tomaram corpo de forma mais sistemática, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.

O conceito de “inclusão” tem servido aos discursos de professores progressistas, mas também conservadores, assim como atende aos diversos posicionamentos político-ideológicos, gerando dificuldades para identificar suas filiações, considerando o que vem sendo produzido nas pesquisas. Ao mesmo tempo, tem sido tratado em oposição à exclusão.

Segundo Garcia (2004, f. 23) nas políticas públicas

o conceito inclusão, nas suas diferentes expressões (social, educacional, escolar, entre outras), aparece acompanhado de uma aura de “inovação” e “revolução”, até mesmo como “novo paradigma” social. Embora suas raízes pareçam estar em uma matriz de pensamento que explica de maneira mecânica as relações sociais, e de ter sido originado numa compreensão que privilegia a manutenção da organização social vigente, atualmente vem sendo usado como algo que pode superar a ordem social estabelecida. Em outros termos, é apresentado como solução para a exclusão social com o objetivo de refletir sobre as qualidades do conceito inclusão em exprimir uma realidade que possa suplantar o conjunto de condições sociais definido por exclusão social.

Sobre o conceito de exclusão, esta teria se modificado nos últimos anos, deixando de referir-se apenas aos grupos excluídos para focalizar também os processos que conduzem às situações de exclusão (OLIVEIRA, 2000 apud GARCIA, 2004, p. 25). Essa análise estaria relacionada ao novo conceito de pobreza, vinculado à ideia de vulnerabilidade e precarização das condições de vida. Contudo, a identificação de grupos e situações de exclusão tem provocado debates mais recentes em torno da produção de inclusão social, o que nos permite refletir ao tratar da área de Educação Física na condição de recuperar o que vem sendo tratado nas produções de investigação sobre Educação Física adaptada e/ou inclusiva.

Dessa forma, ao buscar compreender as políticas de inclusão no campo da educação e mais especificamente na área de Educação Física, percebe-se a necessidade de discutir o posicionamento de pesquisadores sobre os significados e sentidos que atribuem aos dois conceitos para verificar a pertinência em que se colocam para promover avanços pedagógicos.

Esse é um projeto de pesquisa que está situado em uma pesquisa matricial⁵ que está sendo produzida por um coletivo de pesquisadores em rede, cuja proposição vincula a formação de iniciação de pesquisa ao campo da epistemologia.

⁵ A proposta de pesquisa matricial é referência apontada pelos estudos de Demo (1997), enquanto uma pesquisa, cujo planejamento estratégico de investigação se remete a uma matriz lógico-histórica de problemas com três patamares de unificação: a) o metodológico, comum a todos os participantes; b) a problemática globalizada com fundamentos unificados; c) a permeação de teorias e práticas envolvidas, partindo de um diálogo crítico e

A primeira fase da investigação dessa pesquisa, que gerou esse trabalho tem como objetivo geral, promover um balanço da produção do conhecimento em artigos científicos publicados em periódicos brasileiros de Educação Física e Educação, considerando o período de 2013 a 2016, que sirvam à construção de análise bibliométrica, considerando a identificação e sistematização de elementos que contribuam para o balanço da produção do conhecimento nessa área específica.

Para a concretização desse objetivo na primeira fase da pesquisa, foram desenvolvidos os seguintes contextos: 1. Identificar produções de artigos provenientes de investigações publicadas em periódicos científicos de *Qualis* A1, A2, B1 e B2 e que trazem no título ou nas palavras-chave, no resumo, ou no corpo do texto a categoria - Educação Física adaptada e/ou inclusão em aulas de Educação Física escolar; 2. Elaborar banco de dados a partir da extração de elementos de artigos científicos, para levantar uma sistematização da caracterização bibliométrica⁶ dos artigos; 3. Elaborar uma análise explicativa sobre os achados e elaborar uma síntese para concreção desse trabalho científico.

Quanto ao material e método, a proposta de investigação foi desenvolvida para atender a uma fase parcial da pesquisa matricial, a partir dos seguintes passos metodológicos: A) Identificação e levantamento de dezenove produções de pesquisas sobre Educação Física adaptada ou inclusão em aulas de Educação Física escolar, publicadas em periódicos científicos da área de Educação Física, considerando o período de 2013 a 2016, cujos periódicos *online* de *Qualis* A1, A2, B1 e B2 encontram-se na Plataforma Sucupira do CNPq; B) Elaboração de banco de dados a partir de uma matriz bibliométrica, que promova o processo de sistematização e análise de dezenove artigos científicos, considerando elementos extraídos da origem da produção do conhecimento que são registrados nos próprios artigos. C) Elaboração de quadros, tabelas e gráficos contendo elementos de caracterização dos artigos para produção de processos de análises e sínteses.

criativo, a partir de dados da realidade que abarcam temas de relevância social, tratados em grupos e submetidos a uma rede de articulação de subprojetos de pesquisadores com interesses comuns. (DEMO apud TAFFAREL, 2010, p. 28) A pesquisa a qual nos referimos, tem o seguinte título: Balanço da produção do conhecimento: análise bibliométrica e epistemológica da pertinência da realidade objetiva para o avanço das áreas de Educação Física e Matemática – 2013 a 2016.

⁶ A caracterização bibliométrica diz respeito a um processo de análise que se desenvolve sobre um conjunto de elementos constitutivos da produção de artigos científicos publicados em periódicos, considerando: Título do artigo, denominação do periódico, *Qualis*, ano/publicação, autor(es), origem da pesquisa (universidade/grupo/linha) e agência de financiamento.

2 DESENVOLVIMENTO

A identificação de elementos que caracterizam a produção do conhecimento publicada em periódicos diz muito sobre o lugar da pesquisa, considerando indicadores que apontam quem está por trás da produção, em que época foi produzida, que objetos são tratados e se as pesquisas possuem financiamento de entidades de fomento, dentre outros elementos bibliométricos possíveis de serem reconhecidos.

Segundo Sánchez Gamboa (2007, p. 102) até a década de setenta do século passado, as pesquisas advindas da área de Educação Física eram esporádicas e estava vinculada a professores de Educação Física que buscavam em outros países a possibilidade de formação *stricto sensu*.

Na década de noventa, inicia-se nas Instituições de Ensino Superior, a promoção de novos modelos de áreas de concentração, centralizando as investigações em linhas de pesquisas. As novas iniciativas da época têm em comum a organização de grupos interdisciplinares, com ênfase na produção de pesquisas que se tornaram eixos centrais para organizações curriculares de cursos de formação em Educação Física.

As linhas de pesquisa organizam-se com finalidade de sistematizar a experiência do conhecimento acumulado, desenvolvendo novos projetos, que promovem novas propostas de investigações, ampliando assim, os quadros de formação *latu sensu* e *stricto sensu*.

Para Sánchez Gamboa (2007, p. 1009) a organização das linhas de pesquisa também propicia o surgimento de pesquisas em grupos, com integração de pesquisadores em diferentes níveis de desenvolvimento do pensamento científico. Entretanto, nem sempre a existência de linhas de pesquisa garante na Pós-Graduação a formação de grupos de pesquisadores. As produções muitas vezes são solitárias e desarticuladas.

Dentre as várias funções básicas dos grupos e núcleos de pesquisa existentes estão as ações voltadas à produção científica sobre a problemática própria de cada linha de pesquisa. Identificar a origem das produções nos permite obter o reconhecimento de quem são os pesquisadores que vêm tratando de determinadas problemáticas, qual a formação acadêmica, à que instituição e programas de pós-graduação encontram-se vinculados para o trabalho de produção de conhecimento, problemáticas abordadas, base teórica e se suas pesquisas obtiveram ou não recursos.

Na fase atual da pesquisa, é possível reconhecer as temáticas ligadas à questão da Educação Física adaptada e/ou da inclusão. Queremos não só reconhecer os focos temáticos dos artigos científicos, mas também se as produções partem de trabalhos individualizados ou

de grupos de pesquisa. Mediante a realidade mais atual, esse estudo pretende avançar para reconhecer a caracterização das produções que tratam do ensino da Educação Física Escolar para identificar posicionamentos epistemológicos e teóricos assumidos pelos pesquisadores, considerando a necessidade de reconhecer a pertinência com questões mais centrais que exigidas pelo campo escolar. Esse é um dos objetivos de relevância dessa pesquisa, cuja resposta em rede está articulada à questão central levantada na pesquisa matricial, cujo esforço de sistematização da caracterização do balanço da produção do conhecimento serão sistematizadas nas respostas parciais dessa comunicação científica.

3 RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA: OS ACHADOS

Em um quadro matriz foram levantados os elementos bibliométricos que nos permitiu fazer uma análise e interpretação dos resultados encontrados no balanço da produção, considerando:

Tabela 01 – Distribuição dos (03) periódicos de *Qualis* A1, A2, B1 e B2 que publicaram artigos sobre a inclusão de alunos em aulas de Educação Física - 2013 a 2016.

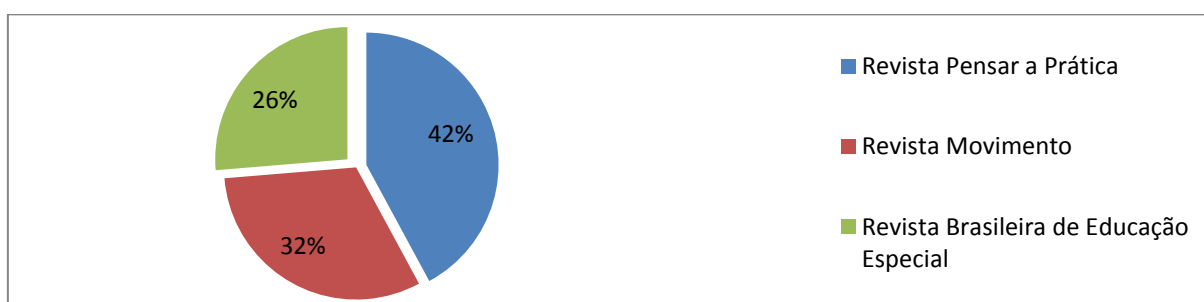
Qualis	Periódicos	Anos			
		2013	2014	2015	2016
A1	-	-	-	-	-
A2	Revista Movimento	3	0	0	3
B1	-	-	-	-	-
B2	Revista Pensar a Prática	2	5	1	0
B2	Revista Brasileira de Educação Especial	0	0	2	3
Total		5	5	3	6

Das dezenove produções analisadas, foi identificado que o maior quantitativo foi produzido no ano de 2016. No levantamento de dados realizados nos periódicos científicos brasileiros de 2013 a 2016, foi possível encontrar apenas três revistas científicas que tiveram publicações reconhecidas de *Qualis* de A2 e B2 no campo da Educação Física Escolar no que se refere a Educação Especial Inclusiva; não foi localizado produções em revistas de *Qualis* A1 e B1.

Um indicador que desfavorece a existência de produções sobre essa temática em periódicos de extrato A1 é proveniente da demarcação da identidade epistemológica da Educação Física pela CAPES, que define as produções da área na área 21. Conforme So e

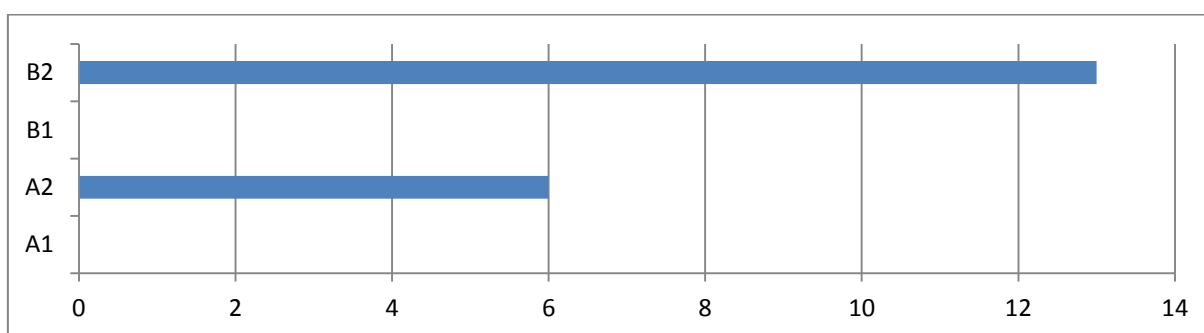
Betti (2016, p. 113) “Fica evidente que a CAPES adota um discurso bem definido de qual seria a identidade epistemológica da área, [...]”. Nessa revelação torna-se evidente o maior quantitativo de periódicos com extratos mais elevados se resume as referências das ciências médicas e ciências do movimento humano, ou seja, existe uma definição da Educação Física como uma ciência que divide seu objeto de estudo com outras áreas do conhecimento, o que dificulta os processos investigativos e de desenvolvimento da área. (SO e BETTI, 2016, p. 117-118)

Gráfico 01 – Quantitativo de produções por periódico



Os periódicos com maior número de publicações de artigos que tratam da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física são: Revista Pensar a Prática com (42%), a Revista Movimento teve (32%) e o periódico Revista Brasileira de Educação Especial que teve (26%) das produções levantadas.

Gráfico 02 – Quantitativo de produções por Qualis/CAPES



Resultados evidenciados nesse gráfico ressaltam a ausência de produções em Educação Física em revistas brasileiras de *Qualis* A1, como já comentado.

Identificamos que o maior número de produções foi em periódicos com estrato B2, somando treze (13) artigos; nos estratos A2 encontramos seis (6) artigos.

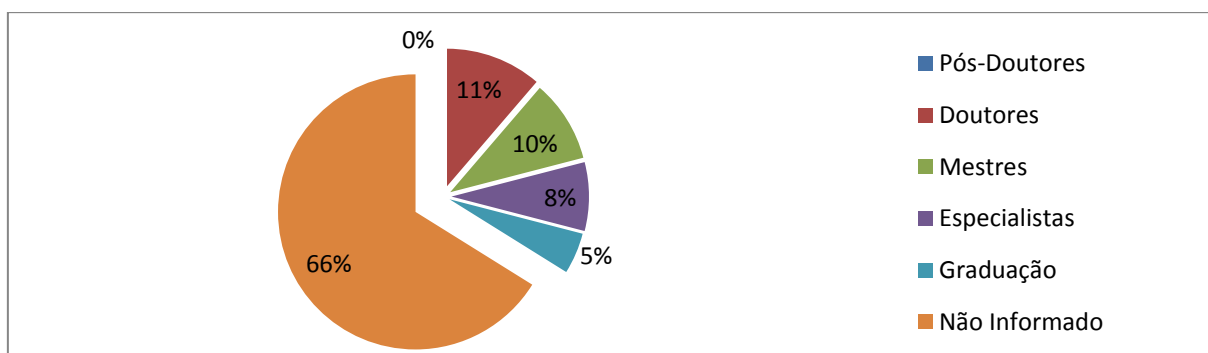
Quadro 01 – Distribuição do quantitativo de pesquisadores

Gêneros	Quantitativo
Masculino	23
Feminino	39
Total	62

Identificamos 62 pesquisadores envolvidos nas produções, sendo que o quantitativo de mulheres que produziram estudos voltados ao ensino Educação Física Especial Inclusiva superou os homens; os dados apresentam 23 do gênero masculino e 39 do gênero feminino.

Tabela 02 – Distribuição da formação dos pesquisadores

Formação dos pesquisadores	Quantidade
Pós-Doutores	00
Doutores	07
Mestres	06
Especialistas	05
Graduação	03
Não Informado (N.I)	41
Total	62

Gráfico 04 – Distribuição da formação dos pesquisadores

A partir de análise sobre a formação dos pesquisadores envolvidos na produção dos artigos, evidenciamos que não encontramos nenhum pesquisador com Pós-Doutorado; sete (7) possuem doutorado que correspondem a (11%), seis (6) possuem mestrado que corresponde a (10%), cinco (5) possuem especialização que corresponde a (8%); três possuem graduação que corresponde a (5%), e quarenta e um (41) dos pesquisadores não evidenciam dos artigos

analisados qual a sua titulação, considerando (66%); esses dados compromete a realização de uma análise mais exata do nível de formação dos pesquisadores que tratam dos estudos da Educação Física Especial Inclusiva.

Conforme, afirma Severino (2009, p. 20) “[...] é óbvio que os envolvimento dos alunos, tanto da pós-graduação como, aliás, da própria graduação, é extremamente relevante. Trata-se de ir consolidando uma tradição de trabalho coletivo, formando novos pesquisadores no interior do próprio grupo. [...]”.

Portanto, nos processos investigativos que envolvem a construção do conhecimento científico, é fundamental com o envolvimento e engajamento de todos os pesquisadores com diferentes graus de formação.

Tabela 04 – Distribuição do quantitativo de produções por estados, pesquisadores, por Universidades e por grupos de pesquisa

Origem dos pesquisadores			
Estados	Quantidade/ Produções	Universidades	Grupo de pesquisa
São Paulo	9	USP, Centro Universitário de Barretos, UNESP, UFSCar	Laboratório de Estudos do Corpo
Espírito Santo	3	UFES	LAEFA,
Minas Gerais	2	UFMG, UFJF	-
Paraná	1	UEL, UEOP	-
Santa Catarina	2	UESC	-
Goiás	1	UFG	-
Rio Grande do Sul	1	UFRGS	-
7	19	12	2

Os resultados da tabela acima apontam quais os estados do Brasil envolvidos na produção e o quantitativo de artigos publicados por cada estado; apontam, também, quais são as Universidades, Faculdades e grupos de pesquisas envolvidos nas produções.

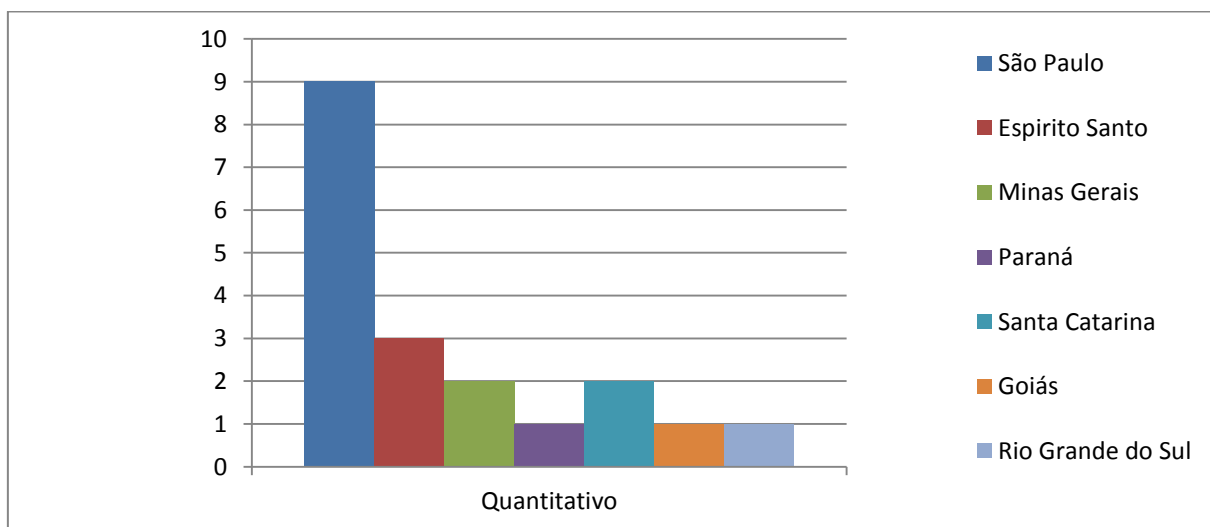
Os pesquisadores que produziram os artigos analisados são provenientes de Centros universitários, universidades Federais, Laboratórios e grupos de pesquisa, que se localizam nos sete (7) estados do Brasil: São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Rio Grande do Sul; Identificamos que os pesquisadores são provenientes de

doze (12) Universidades, Faculdades, Centros Universitários e Laboratórios (USP, Centro Universitário de Barretos, UNESP, UFSCar, UFES, UFMG, UFJF, UEL, UEOP, UESC, UFG, UFRGS). Além de uma pesquisadora que é da Faculdade do Porto em Portugal.

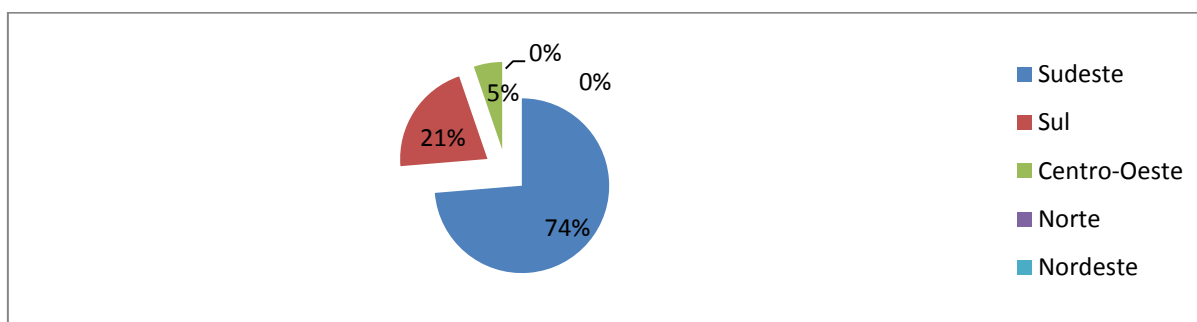
Conforme demonstra o gráfico, acima, localizamos apenas dois (2) Grupos de Pesquisa, que produziram conhecimento sobre Educação Física Escolar Inclusiva, o Laboratório de Estudos do Corpo e o LAEFA – Laboratório de Educação Física Adaptada. Vale evidenciar que segundo Severino (2009, p. 19) “[...] a delimitação e o desenvolvimento da investigação científica nos programas de pós-graduação precisam ser estruturados a partir de linhas de pesquisa: são estas que constituem a referência central para docência, para a definição dos núcleos de estudos, [...]”.

A existência dos grupos de pesquisa nos programas de pós-graduação contribui para formação de novos membros pesquisadores por meio do trabalho de pesquisa coletivo.

Gráfico 05 - Quantitativo de produções por estados do Brasil.



Os resultados revelam que São Paulo foi o estado que mais produziu conhecimento na área com (9) artigos, o Espírito Santo com (3), Minas Gerais com (2), Paraná com (1), Santa Catarina com (2), Goiás com (1) e Rio Grande do Sul com (1) produção de artigo em periódicos científicos. Podemos constatar que dos 26 estados existentes no Brasil, além do Distrito Federal, o número de estados que produzem conhecimento no Brasil sobre a Educação Física Escolar Inclusiva em periódicos científicos em estratos mais elevados analisados, ainda, são muito pouco.

Gráfico 06 - Quantitativo de produções por regiões do Brasil

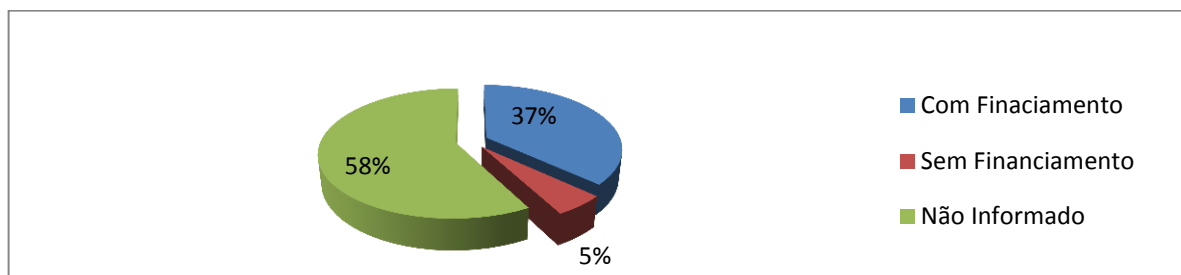
O gráfico, acima, aponta que 74% das produções correspondem a região sudeste e 21% correspondem a região sul do país; 5% das produções correspondem a região centro-oeste; nessa análise, os resultados indicam a falta de produções publicadas em periódicos das regiões Norte e Nordeste.

A progressão de produções científica contribui pra o avanço da ciência e para a transformação do homem. Por isso, vale ressaltar que são vários os fatores que contribuem para a falta de acesso da humanidade a produção do conhecimento, e uma delas podemos dizer que é a contradição existente entre capital e trabalho e a composição de um sistema que determina quem deve ser incluído ou excluído. (TAFFAREL, 2009, f. 3)

Tabela 05 – Financiamento da produção

Financiamento	
Com financiamento	7
Sem financiamento	1
Não informado	11

Com financiamento em modalidades diferentes, localizamos sete (7) produções das dezenove; dessas produções (1) destaca que não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização e onze (11) dessas produções não destacam nos artigos se receberam apoio financeiro ou não para a produção.

Gráfico 7 - Porcentagem sobre financiamento da produção.

Conforme resultado apresentado acima, 37% das produções publicadas em periódicos brasileiros que tratam da Educação Física Escolar Inclusiva receberam algum tipo de apoio financeiro para produzirem conhecimento; 5% destas evidenciou que não recebeu apoio financeiro; e, 58% das produções analisadas os pesquisadores não destacam se receberam ou não apoio financeiro para a produção do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O balanço da produção do conhecimento de Educação Física escolar, que trata do processo de inclusão no ensino, constitui esforço investigativo de importância para o desenvolvimento da área.

Mediante a análise realizada de artigos em periódicos de Educação e Educação Física no período de 2013 a 2016 reconhecemos que a ausência de periódicos brasileiros com estratos elevados se dá pelo marco epistemológico de interesses que vêm sendo regulados pela CAPES.

Nessa análise, há evidência de que somente doze trabalhos são declarados serem resultados de pesquisas coletivas, isso nos permite reconhecer a importância de pesquisa em grupos e laboratórios coletivos. Produções advindas de coletivos são mais enriquecidas e possibilitam o desenvolvimento da interdisciplinaridade, principalmente quando envolve pesquisadores de áreas diferentes.

Um dado que destacamos é a ausência de informação dos pesquisadores sobre a formação continuada, o que impossibilita o reconhecimento do grau de desenvolvimento do pensamento científico da área de Educação Física quando trata da inclusão.

Vale destacar que a região sudeste afirma a discrepância das políticas de financiamento para a existência dos programas de pós-graduação, quando é observado que (74%) dos artigos analisados são provenientes dessa região. Já a região norte e norte não

aponta nenhuma produção. Essa realidade nos permite indagar: Que determinações favorecem ao desenvolvimento das produções científica na área de Educação Física.

A análise bibliométrica desenvolvida nessa investigação nos instiga a avançar em uma pesquisa coletiva para reconhecer a pertinência dessas produções, considerando a objetividade que estas encerram para favorecer ou não ao avanço científico da área de Educação Física.

REFERÊNCIAS

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. 2004. (Tese em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, p. 227.

HÚNGARO, Marcelo; OLIVEIRA, Bruno Assis. A produção sobre o lazer no nordeste brasileiro: análise epistemológica de dissertações e teses de professores das IES da Região. In: SANCHEZ-GAMBOA, Márcia; SÁNCHEZ-GAMBOA, TAFFAREL, Celi. **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região**. Campinas – SP: Librum, 2017. 144 – 174 p.

LOVISOLO, Hugo. Mediação: Esporte de rendimento e esporte da escola. In: STIGGER, Marco Paulo; LOVISOLO, Hugo. **Esporte de rendimento e esporte na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, Rossana Valéria Souza e. **Pesquisa em Educação Física: Determinações históricas e implicações epistemológicas**. 1997. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas. 1997.

SÁ, Kátia Oliver de. **Projetos integrados de pesquisa em rede: Realidade e possibilidades da produção do conhecimento stricto sensu em educação física, esporte e lazer de professores que trabalham em cursos de Formação de professores de Educação Física no estado da Bahia – 1982 A 2012**. 2013. 147 f. Pós-doutorado em Educação. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2013.

SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio. **Epistemologia da pesquisa em educação**. 1996. Tese (Doutorado em Epistemologia). Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. 1996.

_____. Métodos mistos nas análises epistemológicas: balanço da produção do conhecimento em Educação Física no Nordeste brasileiro (1980-2013). In: SANCHEZ-GAMBOA, Márcia; SÁNCHEZ-GAMBOA, TAFFAREL, Celi. **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região**. Campinas – SP: Librum, 2017. 26 – 37 p.

_____. **Epistemologia da Educação Física: as interrelações necessárias**. Maceió: EDUFAL, 2007. 165 p.

SASSAKI, R. D. **Inclusão** - Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 156 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Pós-Graduação e pesquisa**: O processo de produção e de sistematização do conhecimento. *Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 9, n. 26, p. 13 – 27. Jan./abr. 2009.

SO, Marcos Roberto; BETTI, Mauro. **A identidade Epistemológica da Educação Física nos periódicos científicos dos estratos superiores do Qualis-CAPES**. *Motrivivência*. v. 28, n. 47, p. 109 – 127. maio/2016.

TAFFAREL, Celi N. Z.; ESCOBAR, Micheli Ortega. **Mas afinal, o que é Educação Física? Reafirmando o marxismo contra o simplismo intelectual**. Disponível em <http://www.faced.ufba.br/rescunho_digital/textos/724.htm>. Acesso em 15 mai. 2017.

TAFFAREL, Celi N. Z.; SANTOS JÚNIOR, Cláudio. Teorias do conhecimento e educacionais: crítica às concepções de política, programas, projetos e práticas educacionais no cursos de Educação Física no nordeste do Brasil. In: **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro**: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região. Campinas – SP: Librum, 2017.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Do trabalho geral ao trabalho pedagógico**: contribuição ao debate sobre o trabalho pedagógico na Educação Física. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 22, n. 35, p. 18-40, dez. 2010.

TAFFAREL, C. N. Z. **A prática pedagógica e a inclusão social**: um desafio da Educação Física. Disponível em: <http://rascunhodigital.faced.ufba.br>. 2009. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. Desporto educacional: realidade e possibilidades das políticas governamentais e das práticas pedagógicas nas escolas públicas. In: LUVISOLO, Hugo; STIGGER, Marco Paulo. **Esporte de rendimento e esporte na escola**. Campinas – SP: Autores Associados, 2009. 71 – 101 p.

VIEIRA, Ana Paula, PEÑA, Zuley Jhojana. Análises epistemológicas da pesquisa em Educação Física: balanço da produção do conhecimento no Rio Grande do Norte. In: SANCHEZ-GAMBOA, Márcia; SANCHEZ-GAMBOA, TAFFAREL, Celi. **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro**: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região. Campinas – SP: Librum, 2017. 370 – 381 p.

BALANÇO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E EPISTEMOLÓGICA DA PERTINÊNCIA DA REALIDADE OBJETIVA DO ENSINO DE JOGOS APLICADOS NA MATEMÁTICA – 2013 A 2016

*Elisangela Santos do Monte**
*Antonio Gilmar de Carvalho Santos***

RESUMO

Esse trabalho é uma sistematização de resultados da primeira fase de uma pesquisa matricial que está sendo elaborada por uma rede de pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer – GEPEL/UCSal. Tem como questão central: No balanço da produção do conhecimento de jogos aplicados ao ensino da matemática, o quê aponta a caracterização bibliométrica em artigos científicos no período de 2013 a 2016? Tem como objetivo nessa primeira fase de investigação levantar a realidade do balanço da produção do conhecimento da produção de artigos científicos a partir de análise bibliométrica para reconhecer a caracterização científica em que se coloca o ensino de jogos aplicados na matemática, considerando uma investigação do período de 2013 a 2016. A pesquisa proposta é do tipo documental indireta e desenvolve na primeira fase da investigação uma abordagem teórico-metodológica na linha da análise bibliométrica de nove artigos publicados em periódicos científicos de Matemática, Educação e Educação Física com *Qualis* A1, A2, B1, B2 e B3. A base da investigação é pautada em categorias da crítica dialética com exposição de sistematizações, análises de dados e informações que abarcam procedimentos quantitativos e qualitativos, a partir de uma dada organização lógica, que permite desenvolver articulações técnicas e procedimentais do campo da investigação proposta. Os resultados esperados da pesquisa se pautam no desafio de reconhecer elementos bibliométricos da caracterização da produção do conhecimento de artigos que tratam de jogos aplicados no ensino da matemática.

Palavras-Chave: Produção do conhecimento. Epistemologia. Realidade. Jogos e ensino de matemática.

1 JUSTIFICATIVA

O balanço da produção do conhecimento que vem sendo desenvolvido por pesquisadores da área de Educação Física no Brasil, evidencia que a unidade orgânica do conhecimento produzido deve estar vinculada de forma efetiva às problemáticas objetivadas e que estas possam expressar pertinência pedagógica que gere avanços para o desenvolvimento de ensino de conteúdos no âmbito do processo de escolarização.

* Professora licenciada em Matemática pela UCSal. Membro do GEPEFEL UCSal.

** Sociólogo, Mestre em Sociologia pela Universidade de Paris VIII. Sociologia pela Universidade de Paris VIII, membro pesquisador do GEPEFEL e docente da UCSal.

Interesses epistemológicos de fenômenos educacionais do campo da matemática vêm registrando em produções *stricto sensu*, publicações de periódicos e na literatura, que determinados problemas, objetivos e resultados de pesquisas publicadas em produções científicas não apontam proposições pedagógicas pertinentes que possam contribuir para a transformação da realidade de ensino dessa área de conhecimento. Portanto, há evidências em pesquisas desenvolvidas por outros campos de conhecimento, que tratam de balanços da produção do conhecimento, que determinadas investigações não desenvolvem objetivações concretas que possam apontar contribuições que proponham mudanças pedagógicas em condições de alterar a realidade de pertinência objetiva para o avanço das áreas de conhecimento dos currículos escolares¹. Esse dado de realidade justifica a necessidade de investigar bibliometricamente e epistemologicamente as comunicações científicas publicadas em artigos científicos.

A reflexão crítica que levantamos como hipótese desse estudo advém de severo questionamento de práticas pedagógicas que não levam em consideração as contradições explícitas e realçadas nesse século entre as instituições que promovem formação de professores de matemática e objetivos mais amplos de educação.

A crítica, portanto, que pode ser caracterizada pela pertinência da realidade objetiva do ensino de jogos na matemática aplicada ao processo de escolarização da Educação Infantil e Ensino Fundamental de primeiro ao quinto ano, coloca-se crucialmente sobre a discussão científica em que essa proposta de prática pedagógica de ensino vem sendo considerada; é fundamental verificar se esta ocorre fora da luta política e da reflexão por meio da prática efetiva de atividades que permitam o acesso à expressividade da linguagem matemática, refletindo sobre o significado e valores do mundo.

Mediante essa realidade, pretende-se investigar na produção de conhecimento que trata de jogos aplicados ao ensino de matemática, na primeira fase da pesquisa, elementos bibliométricos que apontam a caracterização da realidade objetiva dessa produção, considerando a possibilidade de apontar uma análise.

Considerando a primeira fase da investigação, que expomos nesse artigo, a proposta visa promover a partir do balanço da produção do conhecimento de artigos científicos

¹ No tratamento investigativo de ancoradouros conceituais a ser desenvolvido no processo de análise dos artigos científicos é possível verificar a diversidade do aparelho conceptual dos pesquisadores, quando promovem suas formas de dedução e induções sobre os objetos de investigação. Assim, é possível identificar a existência de uma rede ramificada de formas de atingir o objeto de conhecimento desenvolvido pelos pesquisadores, por meio do sistema da base lógica de pensamento produzido nas investigações, o que gera a realidade objetivada e sua pertinência em função das necessidades pedagógicas justificadas nas problemáticas, objetivos investigativos e resultados anunciados pelos pesquisadores.

publicados em periódicos brasileiros de Matemática, Educação Física e Educação, uma análise bibliométrica que desenvolve uma caracterização da produção levantada. Para a concretização desse objetivo geral, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: 1. Identificar produções de artigos provenientes de investigações publicadas em periódicos científicos de *Qualis* A1, A2, B1 e B2 e que trazem no título ou nas palavras-chave, ou no resumo, ou no corpo do texto a categoria - jogos aplicados ao ensino de matemática na escola; 2. Elaborar um banco de dados para compor um quadro com elementos extraídos dos artigos levantados para desenvolver uma análise bibliométrica. Quadro 01 - Indicadores bibliométricos – caracterização da produção dos artigos científicos.

Quanto aos materiais e métodos, a proposta de investigação nessa primeira fase foi desenvolvida a partir dos seguintes passos metodológicos, elencados abaixo, considerando:

A) Identificação e levantamento de nove produções de pesquisas sobre a aplicação de jogos no ensino de matemática, publicados em artigos científicos da área de Educação, Matemática e Educação Física, considerando o período de 2013 a 2016, cujos periódicos *online* de *Qualis* A1, A2, B1 e B2 encontram-se na Plataforma Sucupira do CNPq.

B) Elaboração de banco de dados a partir de uma matriz paradigmática², que abarca um processo de sistematização de dados para análise a partir de elementos bibliométricos.

C) Elaboração de quadros contendo elementos de caracterização dos artigos para produção de tabelas e gráficos para gerar processos de análises e a produção de texto científico para comunicação.

O processo de análise dos dados se apoia num sistema de categorias pautadas na abordagem crítica dialética, que visa apreender a estrutura complexa em que se substanciaram os pesquisadores ao produzirem suas propostas de pesquisas e em cujas proposições investigativas promoveram determinado caráter de natureza concreta para produzir conhecimento científico.

² Esse instrumento de caráter analítico e é adaptado para atender a especificidade do objeto dessa pesquisa, por já existir, previamente. A primeira versão desse instrumento foi construído a partir de unidades básicas propostos por Bengoechea e outros (1978 *apud* Gamboa, 1996, p. 50-58) que denominou de “*Esquema para el analisis paradigmático*” e que Gamboa adaptou para “*Esquema Paradigmático*”, em sua produção de tese. Para Sánchez Gamboa a unidade básica da análise paradigmática é sempre um processo de produção de conhecimentos, o qual sempre ocorre em todo processo de pesquisa científica. “Todo processo de produção de conhecimentos é a manifestação de uma estrutura de pensamento – qualquer que seja o nível de estruturação e coerência interna – que inclui o nível de estruturação e coerência interna – que inclui conteúdos filosóficos, lógicos, epistemológicos, teóricos, metodológicos e técnicos que implicam maneiras de agir e de omitir”. (BENGOECHEA et. al. 1978 *apud* GAMBOA, 1996, p. 54) Embora o termo “paradigma” tenha relações com determinadas propostas científicas que não consideramos nesse estudo, apenas fazemos referência de que o pesquisador Gamboa o utilizou em sua tese, fazendo ressalva do sentido específico em que o utilizou, considerando a necessidade de pautá-lo por novos contextos de pesquisa no campo da dialética. (1996, p. 61)

Destarte, a relevância dessa pesquisa se coloca na perspectiva de ampliar as propostas que analisam a produção do conhecimento na área de matemática para intervir em análises que possam contribuir para o avanço do ensino dessa área, considerando aspectos lúdicos que os jogos podem proporcionar na dinâmica pedagógica em sala de aula.

A sistematização desenvolvida é parte de um projeto de pesquisa que está situado em uma pesquisa matricial³ que está sendo produzida por um coletivo de pesquisadores em rede no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física, esporte e Lazer – GEPEFEL da Universidade Católica do Salvador - UCSal, cuja proposição vincula a formação de iniciação de pesquisadores no campo da bibliometria e da epistemologia.

2 DESENVOLVIMENTO

O jogo é uma função rica de sentido pedagógico. Segundo Huizinga (apud BRAZIL, 1988), o jogo enquanto princípio ativo elimina o mecanicismo. Os seres sociais quando jogam sempre é consciente de seu jogar. Para esse autor citado por Brasil (1988, p. 91): Desde modo, somos mais que seres racionais, pois o jogo é irracional, é superfúlo, é a afirmação do caráter supralógico de nossa situação no mundo.

Para esse pesquisador, a proposta de Huizinga sobre o jogo é muito ampla, pois toda ação humana é um jogo. Em seu ensaio de *homo ludens*, Brasil (1988, p. 92) destaca a grande contribuição de suas análises quando coloca o jogo na dimensão cultural.

As atividades no âmbito escolar que aplicam o jogo no tratamento de conhecimentos educacionais e com fins educativos destacam a importância da ludicidade como fator que contribui para os processos de aprendizagem.

Segundo Ferrari e outros (2014, p. 1003) a ludicidade aplicadas em processos de ensino, amplia de forma significativa o interesse dos estudantes pois cria uma dinâmica que favorece os processos interativos.

Outro estudo de fundamental importância a ser considerada nessa investigação é produzida por coletivo de pesquisadores em Santa Maria do Rio Grande do Sul, que tratam do enfoque de jogos pedagógicos no ensino da matemática, destacando processos educativos que

³ A proposta de pesquisa matricial é referência apontada pelos estudos de Demo (1997), que significa uma pesquisa, cujo planejamento estratégico de investigação se remete a uma matriz lógico-histórica de problemas com três patamares de unificação: a) o metodológico, comum a todos os participantes; b) a problemática globalizada com fundamentos unificados; c) a permeação de teorias e práticas envolvidas, partindo de um diálogo crítico e criativo, a partir de dados da realidade que abarcam temas de relevância social, tratados em grupos e submetidos a uma rede de articulação de subprojetos de pesquisadores com interesses comuns. (DEMO apud TAFFAREL, 2010, p. 28). A pesquisa matricial, a qual nos referimos, tem como título: Balanço da produção do conhecimento: análise bibliométrica e epistemológica da pertinência da realidade objetiva para o avanço das áreas de Educação Física e Matemática – 2013 a 2016.

valorizam e estimulam o raciocínio e a participação. Esse estudo vem sendo produzido por: Tatasch, Santos, Martinse Kruse (2014).

Esses pesquisadores destacam em seus estudos, o quanto no trabalho pedagógico com jogos aplicados ao ensino da matemática é possível desenvolver, além de apropriações significativas de conteúdos, estimular persistência da concentração lógica, desenvolvendo desafios raciocínios complexos.

Portanto, é fundamental, para além da caracterização bibliométrica das produções que tratam desse objeto, investigar a pertinência dos estudos, destacando elementos epistemológicos que possam contribuir para o avanço do ensino da matemática no âmbito escolar.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE PARCIAL DE RESULTADOS

Os resultados parciais dessa pesquisa se caracterizam nessa análise bibliométrica, considerando o conjunto de quadros, tabelas e gráficos expostos, a seguir.

No quadro abaixo, destacamos os periódicos levantados e a distribuição de artigos considerando os anos: 2013, 2014, 2015 e 2016.

Quadro 01 – Distribuição dos (05) periódicos de *Qualis* A1, A2, B1, B2 e B3 que publicaram artigos sobre do jogo no ensino de Matemática do ano de 2013 a 2016.

Qualis	Periódicos	Anos			
		2013	2014	2015	2016
A1	Boletim de Educação Matemática	1	0	0	0
A2	Revista Brasileira de Educação Especial	0	1	0	0
B1	-	-	-	-	-
B2	Revista de Educação, Ciências e Matemática	0	0	1	0
B3	Perspectiva da Educação Matemática	0	0	1	2
B3	Thaumazein	0	3	0	0
Total	5	1	4	2	2

No levantamento de dados realizado nos periódicos científicos brasileiros de 2013 a 2016 foi possível encontrar cinco periódicos científicos que tiveram publicações reconhecidas

de *QualisWeb/CAPES* de A1, A2, B2 e B3 no campo da Educação no que se refere aos jogos aplicados ao ensino de matemática.

Os periódicos com maiores números de publicações foi *Perspectiva da Educação Matemática* e *Thaumazein*, com 33,33 % cada, com um total de 6 artigos pertencentes a ambos; *Boletim de Educação Matemática* com 11,11 %, *Revista Brasileira de Educação Especial* 11,11 % e *Revista Brasileira de Educação Especial* com 11,11%.

Dos 09 artigos produzidos 06 são de *Qualis* B3. Foi identificado somente 1 artigo de *Qualis* A1, A2 e B2. Não existe nenhuma publicação em periódicos que possui *Qualis* B1.

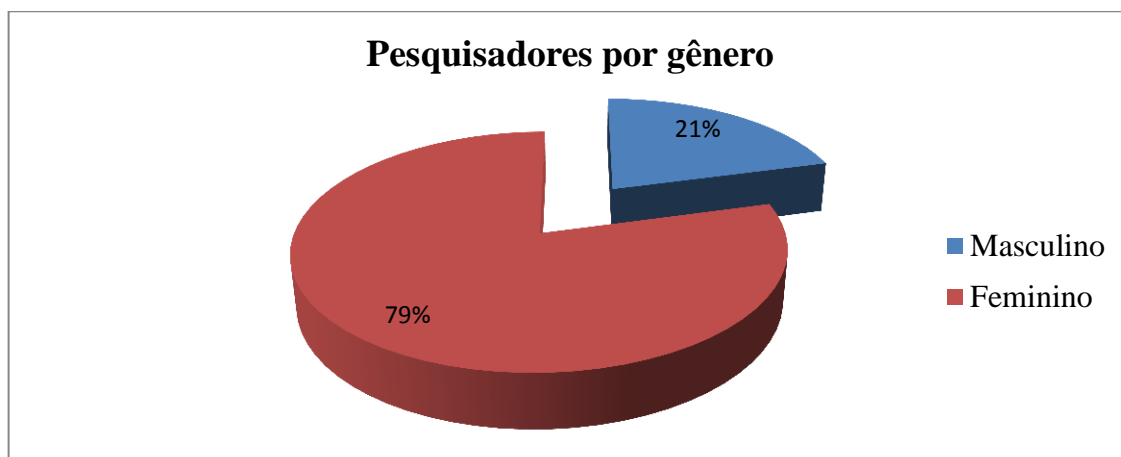
Nota-se que o maior número de publicações foi realizado no ano de 2014. E no quadro 1 pode-se observar que 3 destes, são pertencentes ao mesmo periódico *Thaumazein*. Os anos de 2015 e 2016 possuem duas publicações. 2013 é período permitem questionar a razão do porque tão poucas produções, quando a literatura da a área destaca a importância dos jogos aplicados aos ensino da matemática.

Quanto ao quantitativo de pesquisadores por gênero, destacamos:

Quadro 02 – Distribuição do quantitativo de pesquisadores por gênero.

Pesquisadores	
Gênero	Quantidades
Feminino	19
Masculino	5
Total	24

Gráfico 03 – Distribuição dos pesquisadores por gênero.



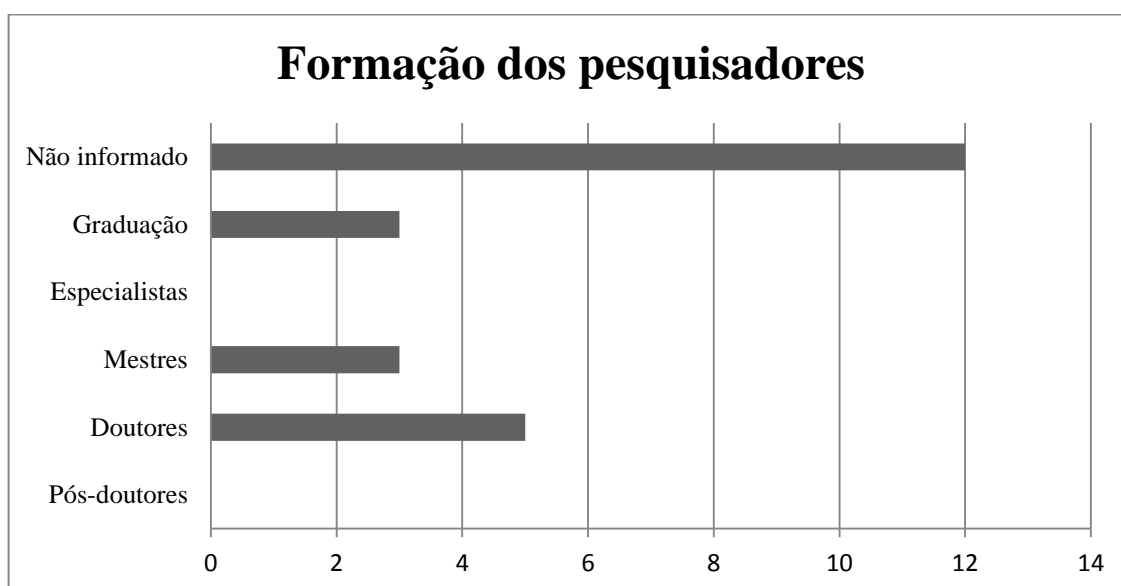
No quadro 02 e gráfico 03 é notável que o número de mulheres supera em cerca de 76,17 % o número de homens, a diferença entre os dois grupos são de 15 pessoas.

Quanto à distribuição da formação dos pesquisadores, destacamos:

Quadro 03 – Distribuição da formação dos pesquisadores.

Formação dos pesquisadores	Quantidade
Pós-doutores	0
Doutores	5
Mestres	3
Especialistas	0
Graduação	3
Não informado	12

Gráfico 04 – Distribuição dos pesquisadores em relação a sua formação.

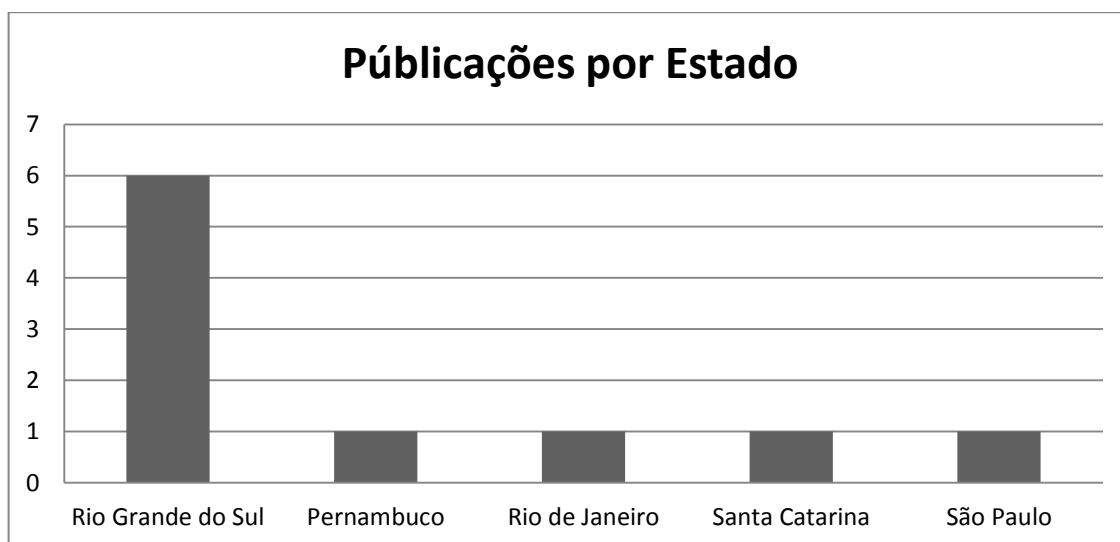


No quadro 03 e o gráfico 04 evidenciamos cinco pesquisadores possuem títulos de doutores, três de mestres, dois são graduandos. Não há especialistas produzindo conhecimento sobre esse objeto e nem pós-doutores; 50% não especificaram a sua formação. Esse dado nos permite reconhecer o grau de desenvolvimento da produção, considerando que a formação dos pesquisadores indica o grau de desenvolvimento das pesquisas.

Quanto à distribuição das produções por estado, destacamos:

Quadro 04 – Distribuição do quantitativo de produções por estados e por Universidades.

Publicações por Estado 2013 - 2016		
Estados	Universidades	Quantidade de artigos levantados
São Paulo	UFScar, UNESP	1
Rio Grande do Sul	UNIFRA, UFRGS, FURG	6
Pernambuco	UFPE	1
Rio de Janeiro	UFRJ, UFF	1
Santa Catarina	UFSC	1

Gráfico 05 - Distribuição das publicações por Estado

O destaque para maior quantitativo de produções é para o estado do Rio Grande do Sul, seguindo de dos demais estados que só identificamos uma produção. Outro ponto de destaque é a participação mínima da região Nordeste, representada pelo estado de Pernambuco e um maior domínio de estados na região Sul e Sudeste, isso por causa do maior número de Universidades localizadas nessas regiões. Faz-se uma observação referente a um artigo que possui a participação de dois pesquisadores de universidades federais de SC e RS, por esse motivo a atribuição da produção aos mesmos.

Quadro 05 – Distribuição dos pesquisadores em relação aos estados, Universidades e laboratório de pesquisa.

Origem dos pesquisadores			
Estado	Quantidade	Universidades	Laboratórios
São Paulo	3	UFSCar, UNESP	-
Rio Grande do Sul	15	UNIFRA, UFRGS, FURG	-
Pernambuco	2	UFPE	-
Rio de Janeiro	3	UFRJ, UFF	LANTE/UFF/UAB
Santa Catarina	1	UFSC	-

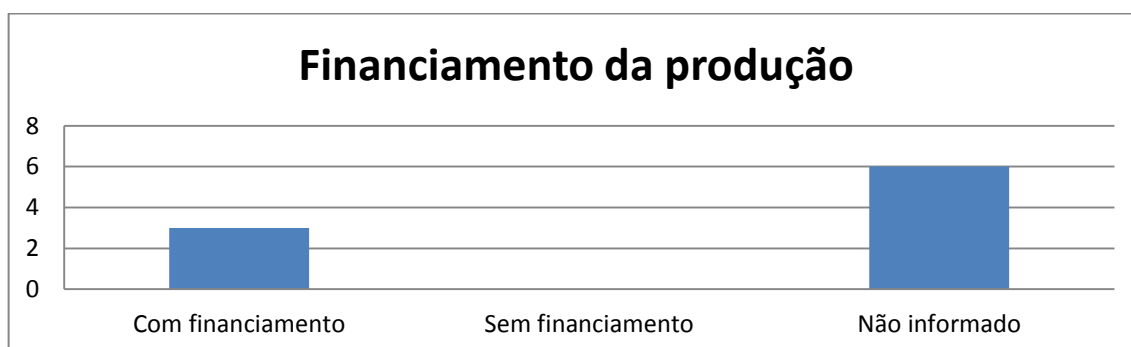
O quadro 05 refere-se à origem dos pesquisadores, considerando a origem por pertencimento ao estado, universidades e laboratório. O Rio Grande do Sul possui 62,5% dos pesquisadores, números impressionantes quando se realiza uma comparação com Santa Catarina que possui 4,17% do total. Não ficando tão atrás Rio de Janeiro e São Paulo com 12,5% cada e Pernambuco com 8,33% do total.

Quanto ao financiamento das pesquisas, destaca-se:

Quadro 06 - Dados sobre financiamento da produção.

Financiamento da produção	
Com financiamento	3
Sem financiamento	-
Não informado	6

Gráfico 06 – Dados sobre financiamento da pesquisa.



Das produções analisadas, identificamos 3 com financiamento e 6 não forneceram informações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O balanço da produção do conhecimento de artigos científicos publicados em periódicos de Educação Matemática, Educação Física e Educação no período 2013 à 2016 sobre jogos aplicados ao ensino da matemática, objetivou, através da análise bibliométrica reconhecer nos periódicos de *Qualis* A1, A2, B1, B2 e B3, elementos fundamentais de caracterização da produção. Os periódicos foram analisados não só pelo quantitativo como também pela periodicidade. Levou-se em conta o *Qualis* dos periódicos, regiões provenientes, a formação dos pesquisadores, universidades e informações quanto ao financiamento.

No período de 2013 a 2014 houve um aumento no quantitativo de publicações; todavia em 2015 ocorreu diminuição e em 2016 uma estabilização desses números. Dois periódicos são responsáveis por 66,67% das produções e são de *Qualis* B3, Evidenciando a necessidade de se dar mais atenção ao tema.

Destaca-se um maior número de produções em estados localizados nas Regiões Sul e Sudeste e apenas 11,11 % proveniente do Nordeste. No Sudeste, o Rio Grande do Norte se sobressai com 66,67 % das publicações e dessas 4 são provenientes do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), com 3 trabalhos que possuem financiamento; 50% dos pesquisadores indicaram a sua formação, sendo: cinco doutores, três mestres e três graduandos, que são das regiões Sul e Sudeste.

Além disso, há ausência de informações quanto ao financiamento das pesquisas, o que denota uma necessidade de maior investigação sobre editais públicos que estejam ou não abertos para o desenvolvimento dessa área.

REFERÊNCIAS

BRAZIL, Circe Navarro Vital. **O jogo e a construção do sujeito na dialética social**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1988. 162 p.

FERRAI, Najara Pinheiro; NEVES, Tânia Regina Pires; LÖBLE, Amanda Pereira et al. Jogos didático: O circuito na interdisciplinaridade. **Taumazein**. Santa Maria. Dezembro. V. 7, n. 14. p. 102 – 111, 2014.

SÁ, Kátia Oliver de. **Projetos integrados de pesquisa em rede**: Realidade e possibilidades da produção do conhecimento *stricto sensu* em educação física, esporte e lazer de professores que trabalham em cursos de Formação de professores de Educação Física no estado da Bahia – 1982 A 2012. 2013. Pós-doutorado em Educação. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2013.

SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvia. **Epistemologia da pesquisa em educação**. 1996. Tese (Doutorado em Epistemologia). Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.

TATSCH, Karla Souza; SANTOS, Lozieler Maria Moro; MARTIS, Andressa de Oliveira; KRUSE, Caren Luciana. Jogos pedagógicos no ensino da matemática. Santa Maria **Taumazein**. Dezembro. V. 7, n. 14. p. 94 – 101, 2014.

BALANÇO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E EPISTEMOLÓGICA DA PERTINÊNCIA DA REALIDADE OBJETIVA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – 2013 A 2016

Gabriel Soares dos Santos^{*}

Daniele Silva de Paulo^{**}

Antônio Gilmar de Carvalho Santos^{***}

RESUMO

Esse trabalho é uma sistematização de resultados da primeira fase de uma pesquisa matricial promovida por rede de pesquisadores que fazem parte do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer – GEPEFEL/UCSal, denominada: Balanço da produção do conhecimento: análise bibliométrica e epistemológica da pertinência da realidade objetiva para o avanço das áreas de Educação Física e Matemática – 2013 a 2016. Parte da seguinte questão: No balanço da produção do conhecimento em prática pedagógica, o quê aponta a caracterização bibliométrica em artigos científicos que tratam do ensino de Educação Física escolar no período 2013 a 2016? Tem como objetivo levantar a realidade do balanço da produção do conhecimento da produção de artigos científicos a partir de análise bibliométrica para reconhecer a caracterização científica em que se colocam propostas de prática de ensino na área de Educação Física escolar publicadas no período de 2013 a 2016. A pesquisa é do tipo documental e realiza análise bibliométrica em vinte artigos publicados em periódicos científicos da área de Educação e Educação Física com *Qualis* A1, A2, B1 e B2. A base da investigação é pautada em categorias da crítica dialética com exposição de sistematizações, análises de dados e informações que abarcam procedimentos quantitativos e qualitativos, a partir de uma dada organização lógica, que permite desenvolver articulações técnicas e procedimentais do campo da investigação proposta.

Palavras-Chave: Produção do Conhecimento. Educação Física Escolar. Bibliometria. Prática Pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

O balanço da produção do conhecimento que vem sendo desenvolvido por pesquisadores da área de Educação Física no Brasil evidencia que a unidade orgânica do conhecimento produzido deve estar vinculada às problemáticas objetivadas. Sobre essa questão, Taffarel (2017, f. 21) coloca que na batalha das ideias voltadas à construção de

^{*} Professor Licenciado em Educação Física – UNIME e membro do GEPEFEL/UCSal.

^{**} Professora Licenciada em Educação Física – ISBA e membro do GEPEFEL/UCSal.

^{***} Sociólogo com Mestrado em Sociologia pela Universidade de Paris VIII. Docente da UCSal e membro pesquisador do GEPEFEL/UCSal.

alternativas para o avanço do ensino de Educação Física, no que vem sendo produzido e publicado, é preciso levantar a crítica capaz de sintetizar o movimento problematizador de questões cruciais que respondam à necessidade de avanço para o ensino de Educação Física no âmbito escolar.

Os interesses epistemológicos de fenômenos educacionais do campo da Educação Física Escolar vêm registrando em produções *stricto sensu*, publicações de periódicos e na literatura na área, que determinados problemas, objetivos e resultados de pesquisas publicadas em produções científicas não apontam proposições pedagógicas pertinentes que possam contribuir para a transformação da realidade de ensino do esporte escolar. Portanto, há evidências de que determinadas investigações não desenvolvem objetivações concretas que possam apontar contribuições que proponham mudanças pedagógicas em condições de alterar a realidade de pertinência objetiva para o avanço da área¹. (SILVA, 1997; SÁ, 2013; SANCHEZ-GAMBOA, 2017; HÚNGARO, OLIVEIRA, 2017; TAFFAREL, ESCOBAR, 2017; VIEIRA, PEÑA, 2017) Esse dado de realidade justifica a necessidade de investigar epistemologicamente as comunicações científicas publicadas em artigos científicos.

Taffarel e Santos Júnior (2017, p. 124) destacam, ao analisarem os resultados da investigação da pesquisa EPISTEFNORDESTE,² que há uma tarefa necessária para se obter uma posição científica crítica sobre a produção do conhecimento em Educação Física, que diz respeito à necessidade de superação das concepções naturalista, biologicista, organicista, mecanicista e cartesiana que dicotomizam corpo e mente.

A crítica, portanto, que pode ser caracterizada pela pertinência da realidade objetiva do ensino do esporte na escola, coloca-se crucialmente sobre a discussão científica em que a prática pedagógica de ensino vem sendo considerada. É fundamental verificar se esta ocorre fora da luta política e da reflexão por meio da prática efetiva de atividades que permitam o

¹ No tratamento investigativo de ancoradouros conceituais a ser desenvolvido no processo de análise dos artigos científicos é possível verificar na segunda fase da investigação a diversidade do aparelho conceptual dos pesquisadores, quando promovem suas formas de dedução e induções sobre os objetos de investigação. Assim, é possível identificar a existência de uma rede ramificada de formas de atingir o objeto de conhecimento desenvolvido pelos pesquisadores, por meio do sistema da base lógica de pensamento produzido nas investigações, o que gera a realidade objetivada e sua pertinência em função das necessidades pedagógicas justificadas nas problemáticas, objetivos investigativos e resultados anunciados pelos pesquisadores.

² Essa pesquisa temática, que se desenvolveu no período de 2012 a 2015, envolveu setenta e nove pesquisadores distribuídos em nove estados da região nordeste e pesquisadores colaboradores de do Sul e Sudeste; analisou objetivamente, a produção do conhecimento em Educação Física e verificou o impacto do sistema de pós-graduação das regiões sul e sudeste do Brasil na formação e produção de mestres e doutores que atuam nas instituições de ensino superior da Região Nordeste. As análises e resultados dessa pesquisa são particularmente importantes para o desenvolvimento investigativo desse projeto de pesquisa, que contou com coordenação no estado da Bahia com a profa. Dra. Kátia Oliver de Sá – UCSal.

acesso à expressividade da linguagem corporal, refletindo sobre o significado e valores do mundo. (TAFFAREL, 2009, p. 87)

Mediante essa realidade, pretende-se investigar na produção de conhecimento que trata das práticas pedagógicas, a partir de elementos extraídos de uma matriz bibliométrica a caracterização mais geral dessa produção, considerando a possibilidade de apontar uma análise que destaque pedagogicamente limites e avanços para a área de Educação Física Escolar.

Destarte, a relevância dessa pesquisa se coloca na perspectiva de ampliar as propostas que analisam a produção do conhecimento na área de Educação Física, para intervir em análises que propõem a superação do ensino a partir de práticas pedagógicas na escola.

Esse é um projeto de pesquisa que está situado em uma pesquisa matricial³ produzida por um coletivo de pesquisadores em rede, cuja proposição vincula a formação de iniciação de pesquisa ao campo da investigação epistemológica.

A primeira fase da investigação dessa pesquisa, que gerou esse trabalho tem como objetivo geral, promover balanço da produção do conhecimento em artigos científicos publicados em periódicos brasileiros de Educação Física e Educação. A análise bibliométrica do período – 2013 a 2016 -, será utilizada para a construção, identificação e sistematização dos elementos caracterizadores desse desejado perfil, contidos no levantamento efetuado em vinte artigos científicos. Para promover a concretização desse objetivo na primeira fase da pesquisa, foram desenvolvidos os seguintes elementos: 1. Identificar em produções de artigos provenientes de investigações publicadas em periódicos científicos de *Qualis* A1, A2, B1 e B2 e que trazem no título ou nas palavras-chave, ou no resumo, ou no corpo do texto a categoria - prática pedagógica; 2. Elaborar banco de dados a partir da extração de elementos de artigos científicos, para levantar uma sistematização da caracterização bibliométrica⁴ dos artigos identificados; 3. Elaborar análise explicativa sobre os achados, construir síntese para explicitação dos resultados alcançados.

³ A proposta de pesquisa matricial é referência apontada pelos estudos de Demo (1997), enquanto uma pesquisa, cujo planejamento estratégico de investigação se remete a uma matriz lógico-histórica de problemas com três patamares de unificação: a) o metodológico, comum a todos os participantes; b) a problemática globalizada com fundamentos unificados; c) a permeação de teorias e práticas envolvidas, partindo de um diálogo crítico e criativo, a partir de dados da realidade que abarcam temas de relevância social, tratados em grupos e submetidos a uma rede de articulação de subprojetos de pesquisadores com interesses comuns. (DEMO apud TAFFAREL, 2010, p. 28) A pesquisa a que nos referimos tem como título: Balanço da produção do conhecimento: análise bibliométrica e epistemológica da pertinência da realidade objetiva para o avanço das áreas de Educação Física e Matemática – 2013 a 2016.

⁴ A caracterização bibliométrica diz respeito a um processo de análise que se desenvolve sobre um conjunto de elementos constitutivos da produção de artigos científicos publicados em periódicos, considerando: Título do artigo, denominação do periódico, *Qualis*, ano/publicação, autor(es), origem da pesquisa (universidade/grupo/linha) e agência de financiamento.

Quanto ao material e método, a proposta de investigação, nesse momento, atende à primeira fase da pesquisa em rede, a partir dos seguintes passos metodológicos: A) Identificação e levantamento de vinte produções de pesquisas sobre prática pedagógica, publicados em artigos científicos da área de Educação Física, considerando o período de 2013 a 2016, cujos periódicos *online* de *Qualis* A1, A2, B1 e B2 da área de Educação Física e Educação, encontram-se na Plataforma Sucupira do CNPq; B) Elaboração de banco de dados a partir de uma matriz bibliométrica, que promova um processo de sistematização e análise de dezessete artigos científicos, considerando elementos extraídos da origem da produção do conhecimento que são registrados nos próprios artigos. C) Elaboração de quadros, tabelas e gráficos contendo elementos bibliométricos de caracterização dos artigos para produção de processos de análises e sínteses.

2 DESENVOLVIMENTO

A identificação de elementos que caracterizam a produção do conhecimento publicada em periódicos diz muito sobre o lugar da produção das pesquisas, considerando indicadores que apontam quem está por trás dessa produção, em que época foi produzida, que objetos são tratados e se as pesquisas possuem financiamento de entidades de fomento, dentre outros importantes elementos bibliométricos possíveis de serem reconhecidos.

Segundo Sánchez Gamboa (2007, p. 102) até a década de setenta do século passado, as pesquisas advindas da área de Educação Física eram esporádicas e estavam vinculadas à professores de Educação Física que buscavam em outros países a possibilidade de formação *stricto sensu*.

Na década de noventa, inicia-se nas Instituições de Ensino Superior, novos modelos de áreas de concentração para a área, centralizando as investigações em linhas de pesquisas. As novas iniciativas da época têm em comum a organização de grupos interdisciplinares, dando ênfase à produção de pesquisas que se tornaram eixos centrais para organizações curriculares de cursos de formação em Educação Física.

As linhas de pesquisa organizam-se com finalidade de sistematizar a experiência do conhecimento acumulado, desenvolvendo novos projetos, que promovam novas propostas de investigações, ampliando assim, os quadros de formação *latu sensu* e *stricto sensu*.

Para Sánchez Gamboa (2007, p. 1009) a organização das linhas de pesquisa também propicia o surgimento de pesquisas em grupos, integrando e interagindo com pesquisadores de diferentes níveis de desenvolvimento do pensamento científico. Entretanto, nem sempre a

existência de linhas de pesquisa garante na Pós-Graduação a formação de grupos de pesquisadores. As produções muitas vezes são solitárias e desarticuladas.

Dentre as várias funções básicas dos grupos e núcleos de pesquisa existentes estão as ações voltadas à produção científica sobre a problemática própria de cada linha de pesquisa. Identificar a origem das produções nos permite obter o reconhecimento de quem são os pesquisadores que vêm tratando de determinadas problemáticas, qual a formação acadêmica, que instituição e programas de pós-graduação encontram-se vinculados para o trabalho de produção de conhecimento, que problemáticas tratam, em que base teórica desenvolvem seus objetos e se suas pesquisas obtiveram ou não recursos.

Nessa fase da pesquisa em que comunicamos esse trabalho é possível reconhecer as temáticas ligadas às práticas pedagógicas da área de Educação Física escolar e não só reconhecer os focos temáticos dos artigos científicos, mas também reconhecer se as produções partem de trabalhos individualizados ou de grupos de pesquisa.

Mediante a realidade mais atual, esse estudo pretende avançar para além da caracterização bibliométrica das produções que tratam da prática pedagógica para identificar posicionamentos epistemológicos e teóricos assumidos pelos pesquisadores, considerando a necessidade de reconhecer a pertinência com questões mais centrais que exigem o campo escolar, sobre a prática pedagógica de ensino da Educação Física no processo de escolarização. Esse é um dos objetivos de relevância dessa pesquisa, cuja resposta em rede atende à questão central levantada na pesquisa matricial.

3 RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA: OS ACHADOS

No quadro matriz (apêndice A) foram levantados os elementos bibliométricos que expõem uma interpretação dos resultados encontrados na produção analisada.

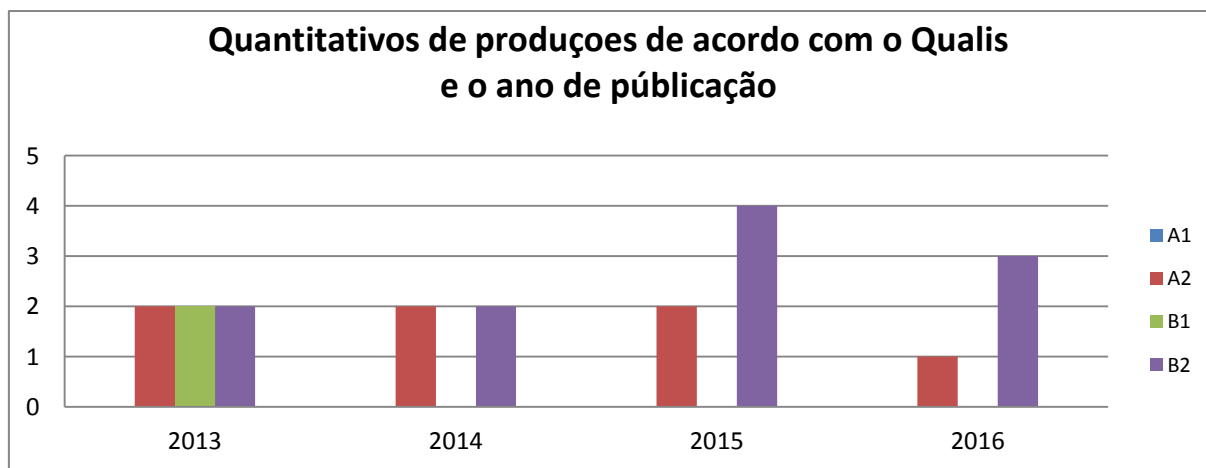
Tabela 01 – Distribuição dos (05) periódicos de *Qualis* A1, A2, B1 e B2 publicados em artigos que tratam de práticas pedagógicas voltadas para Educação Física escolar nos anos de 2013 a 2016.

Qualis	Quantidades de artigos	Anos			
		2013	2014	2015	2016
A1	0	0	0	0	0
A2	7	2	2	2	1
B1	2	2	0	0	0
B2	11	2	2	4	3
Total	20	6	4	6	4

Das vinte produções investigadas foi identificado que o maior quantitativo foi produzido no ano de 2013 e 2015.

Um indicador que favorece a inexistência de periódicos brasileiros com o mais alto extrato é a falta de demarcação da identidade epistemológica da Educação Física pela CAPES, considerando que a área é identificada no estrato 21, que abarca áreas de saúde. As pesquisas que possuem maior quantitativo de periódicos com estratos mais elevados se resumem aos referenciais das ciências médicas e ciências do movimento humano, ou seja, existe uma definição da Educação Física como uma ciência que divide seu objeto de estudo com outras áreas do conhecimento, o que dificulta os processos investigativos e de desenvolvimento da área. (SO e BETTI, 2016, p. 117-118)

Gráfico 01– Quantitativo de produções por Qualisweb/CAPES



Conforme resultados evidenciados acima no gráfico, há ausência de produções em Educação Física em revistas brasileiras de *Qualis* A1, que ocorre devido a composição da área 21 pela CAPES, onde a Educação Física divide espaço com a Fisioterapia, Fonoaudiologia e a Terapia Ocupacional; com isso, uma única avaliação é feita para todas as áreas de conhecimento contidas na área 21. (SO e BETTI, 2016, p. 113)

Identificamos que o maior número de produções foi em periódicos com estrato B2, somando (11) artigos; nos estratos A2 encontramos (06) artigos; B1(02) artigos.

Quadro 02 – Quantitativo de produções por Periódicos.

Periódicos	Qualis	Quantidades de artigos
Revista Movimento	A2	7
Revista Brasileira da Educação Física e Esporte	B1	2
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	B1	1
Revista Pensar a Prática	B2	6
Revista Brasileira de Ciência e Movimento	B2	1
Revista Motrivivência	B2	3
Total		20

Tendo como referência o quadro acima, identificamos o quantitativo de artigos publicados nos periódicos levantados para análise: A Revista Movimento publicou 7 artigos;; a Revista Pensar a Prática publicou 6 artigos; a Revista Brasileira da Educação Física e Esporte publicou 2, seguidos da Revista Brasileira de Ciências do Esporte e Revista Brasileira de Ciência e Movimento, com apenas 1 publicação.

Tabela 02 – Distribuição do quantitativo de pesquisadores por gênero.

GENERO	QUANTIDADE
FEMININO	31
MASCULINO	22
TOTAL	53

Quadro 02 – Distribuição do quantitativo de pesquisadores por gênero.

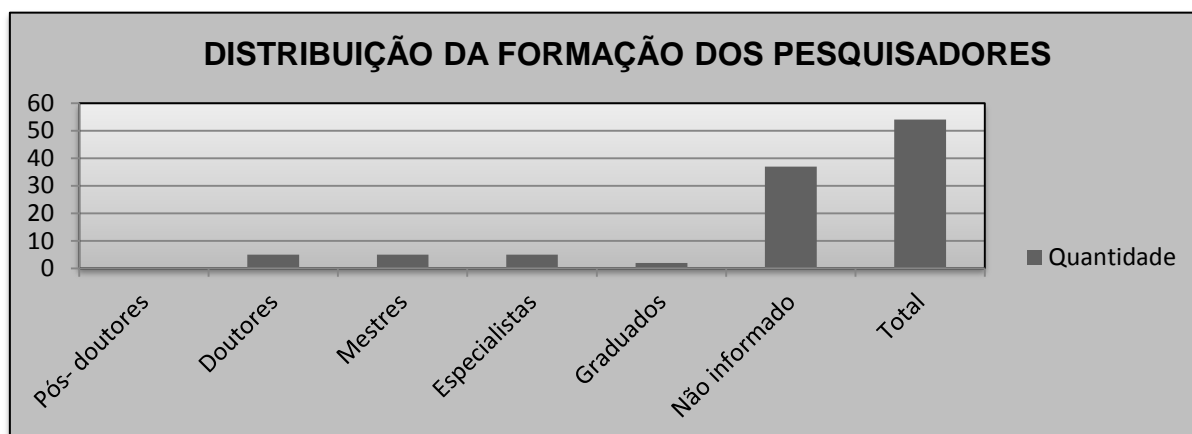
Através deste gráfico, podemos identificar a distribuição de gênero dos pesquisadores nos artigos publicados no período entre 2013 a 2016 sobre a temática prática pedagógica no

ensino de Educação Física. Foi constatada uma maior porcentagem do gênero feminino, com o total de 31 pesquisadoras e do gênero masculino 22, totalizando 53 pesquisadores.

Tabela 03 – Distribuição da formação dos pesquisadores

Tipo de formação dos Pesquisadores	Quantidade
Pós- doutores	0
Doutores	5
Mestres	5
Especialistas	5
Graduados	2
Não informado	37
Total	54

Grafico 03 - Distribuição da formação dos pesquisadores



Sobre a formação dos pesquisadores identificados: 37 pesquisadores não deixaram em evidência sua formação, considerando: mestres, doutores; especialistas totalizaram 5 e graduados foram 2 pesquisadores.

Conforme afirma Severino (2009, p. 20) “[...] é óbvio que os envolvimento dos alunos, tanto da pós-graduação como, aliás, da própria graduação, é extremamente relevante. Trata-se de ir consolidando uma tradição de trabalho coletivo, formando novos pesquisadores no interior do próprio grupo.[...]”.

Portanto, processos investigativos devem ocorrer com envolvimento maior de pesquisadores com diferentes graus de formação; isso favorece o desenvolvimento do pensamento e contribui para avanços coletivos. Por isso a falta de indícios de pesquisadores

com graduação ou em processo de graduação é um indicativo negativo para o avanço da formação na iniciação científica.

Quadro 4 - Distribuição do quantitativo de produções por estados

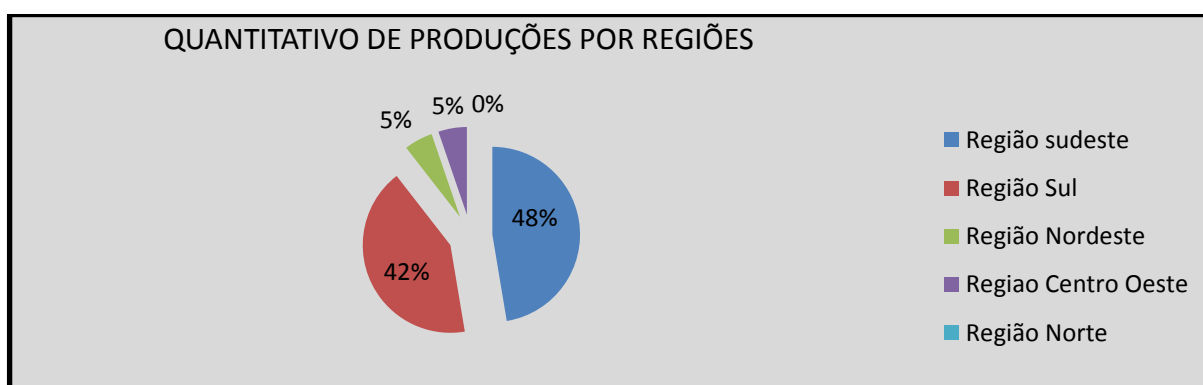
Estados brasileiros que mais publicaram nos estudos de práticas pedagógicas no período de 2013- 2016 e suas respectivas universidades.		
Estados brasileiros	Quantidade de artigos levantados	Universidades
Espírito Santo	3	UFES
Rio Grande do Sul	4	UFESM/CEFD/UNIJUI/UnC
São Paulo	4	UNICAMP/PUC/UNESP/UNJ
Santa Catarina	2	UCRC/UFSC
Bahia	2	UFBA/UESC
Paraná	2	UEM/GEFAC
Rio de Janeiro	2	UERJ/UFRJ/UGF
Mato Grosso do Sul	2	UFMT
TOTAL	20	-----

Mediante esta tabela, percebemos que a quantidade de artigos levantados em cada estado é bastante equivalente, apenas dois estados estão em destaque com 4 quantidades de artigos levantados, Rio Grande do Sul e São Paulo, seguido de Espírito Santo com 3 artigos, e os demais com 2, que são, Santa Catarina, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, totalizando 21 estados. Vale ressaltar que foi localizado um artigo da universidade do Porto em Portugal.

Tabela 05 - Quantitativo de produções por regiões do Brasil.

Regiões Brasileiras	Quantidade de artigos levantados
Região sudeste	9
Região Sul	8
Região Nordeste	1
Região Centro Oeste	1
Região Norte	0

Gráfico 05 - Quantitativo de produções por regiões do Brasil



O gráfico acima aponta que 48% das produções correspondem a região sudeste e 42% correspondem a região sul do país; 5% das produções correspondem a região centro-oeste e Nordeste, resultado alarmante é a falta de produções publicadas em periódicos das regiões Norte.

O desenvolvimento de produções científicas contribui pra o avanço da ciência e para a transformação do homem. Por isso, vale ressaltar que são vários os fatores que contribuem para a falta de acesso da humanidade a produção do conhecimento, e uma delas podemos dizer que é a contradição existente entre capital e trabalho e a composição de um sistema que determina quem deve ser incluído ou excluído. (TAFFAREL, 2009, f. 3)

Quadro 05 – Financiamento da produção

Artigos financiados	Instituição de financiamento	Total
O BRINCAR COMO DIÁLOGO/PERGUNTA E NÃO COMO RESPOSTA A PRÁTICA PEDAGÓGICA	CAPES	01
A INDENTIDADE PROFISSIONAL DO PROFESSOR: UM ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA	FCT	01
A EDUCAÇÃO FÍSICA, O DOCENTE E A ESCOLA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	CAPES/PROSUP 2	01
Artigos que não evidenciaram financiamentos	-	17

Considerando o quadro, acima, que caracteriza o financiamento das pesquisas, destacamos que 3 instituições foram financiadoras: CAPES, FCT e PROSUP, sendo que 17 artigos não informaram suporte financeiro para o desenvolvimento das investigações.

Reconhecemos que os pesquisadores precisam evidenciar se o artigo contou com algum financiamento ou não; essa indicação contribui para evidenciar como andam os investimentos no Brasil para o avanço do conhecimento científico nas Universidades/Programas de Pós-Graduação e seus grupos de pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os elementos bibliométricos sistematizados nos quadros, tabelas e gráficos, ressaltamos questões que nos levam a considerar: 1. Por que as regiões Norte, nordeste e centro-oeste aparecem no processo de regionalização das produções com uma disparidade

enorme em termos quantitativos, no que diz respeito à comparação com as regiões sul e sudeste? Será que as políticas de criação de programas de Pós-Graduação estão tendo consideração à realidade dessas regiões? Essas questões nos instigam a avançar em pesquisas que tracem essa realidade para reconhecer entraves que precisam ser superados.

Outro fator crítico nessa análise é que das 17 produções de pesquisa, somente 3 registram fonte de financiamento. Essa realidade nos aponta que poucos recursos vêm sendo alocados em editais que possam favorecer pesquisas nessa temática investigada.

A ausência de informes sobre a formação continuada dos pesquisadores em número de 37 dos 54 que publicaram artigos exige de nós que investigamos bibliometricamente as produções, um olhar para ter a necessidade de identificar porque há pesquisadores que não informam sua titulação nas produções que realizam. Esse dado nos permitiria reconhecer o grau de desenvolvimento científico, a partir das formações *lato sensu* e *stricto sensu*, além de poder reconhecer o envolvimento da graduação nas publicações. A identificação das articulações coletivas em programas de Pós-graduação e em grupos de pesquisa enriquece a formação de pesquisadores.

Mediante as análises realizadas esse estudo avança para reconhecer nessas produções, numa segunda fase da pesquisa, a pertinência em que se colocam os pesquisadores ao desenvolver cientificamente suas problemáticas, em vista ao avanço científico da área de Educação Física.

REFERÊNCIAS

HÚNGARO, Marcelo; OLIVEIRA, Bruno Assis. A produção sobre o lazer no nordeste brasileiro: análise epistemológica de dissertações e teses de professores das IES da Região. In: SANCHEZ-GAMBOA, Márcia; SÁNCHEZ-GAMBOA, TAFFAREL, Celi. **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro**: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região. Campinas – SP: Librum, 2017. 144 – 174 p.

SILVA, Rossana Valéria Souza e. **Pesquisa em Educação Física**: Determinações históricas e implicações epistemológicas. 1997. 278 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas. 1997.

SÁ, Kátia Oliver de. **Projetos integrados de pesquisa em rede**: Realidade e possibilidades da produção do conhecimento *stricto sensu* em educação física, esporte e lazer de professores que trabalham em cursos de Formação de professores de Educação Física no estado da Bahia – 1982 A 2012. 2013. 147 f. Pós-doutorado em Educação. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2013.

SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio. **Epistemologia da pesquisa em educação**. 1996. 154 f, Tese (Doutorado em Epistemologia). Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. 1996.

_____. Métodos mistos nas análises epistemológicas: balanço da produção do conhecimento em Educação Física no Nordeste brasileiro (1980-2013). In: SANCHEZ-GAMBOA, Márcia; SÁNCHEZ-GAMBOA, TAFFAREL, Celi. **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro**: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região. Campinas – SP: Librum, 2017. 26 – 37 p.

_____. **Epistemologia da Educação Física**: as interrelações necessárias. Maceió: EDUFAL, 2007. 165 p.

TAFFAREL, Celi N. Z.; ESCOBAR, Micheli Ortega. **Mas afinal, o que é Educação Física?** Reafirmando o marxismo contra o simplismo intelectual. Disponível em: http://www.faced.ufba.br/rescunho_digital/textos/724.htm. Acesso em: 15 maio 2017. 21 f.

TAFFAREL, Celi N. Z.; SANTOS JÚNIOR, Cláudio. Teorias do conhecimento e educacionais: crítica às concepções de política, programas, projetos e práticas educacionais no cursos de Educação Física no nordeste do Brasil. In: **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro**: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região. Campinas – SP: Librum, 2017. 118 – 143 p.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Do trabalho geral ao trabalho pedagógico: contribuição ao debate sobre o trabalho pedagógico na Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 22, n. 35, p. 18-40, dez. 2010.

VIEIRA, Ana Paula, PEÑA, Zuley Jhojana. Análises epistemológicas da pesquisa em Educação Física: balanço da produção do conhecimento no Rio Grande do Norte. In: SANCHEZ-GAMBOA, Márcia; SÁNCHEZ-GAMBOA, TAFFAREL, Celi. **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro**: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região. Campinas – SP: Librum, 2017. 370 – 381 p.

**BALANÇO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: ANÁLISE
BIBLIOMÉTRICA E EPISTEMOLÓGICA DA PERTINÊNCIA DA REALIDADE
OBJETIVA DE ESTUDOS DO LAZER PROMOVIDOS NO ÂMBITO DA
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR – 2013 A 2016**

*Cláudio dos Santos Costa**
*Kátia Oliver de Sá***

RESUMO

Esse trabalho é uma sistematização de resultados da primeira fase de uma pesquisa matricial que está sendo elaborada por rede de pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer – GEPEFEL/UCSal. Tem como questão central: No balanço da produção do conhecimento em esporte escolar, o quê aponta a caracterização bibliométrica em artigos científicos que tratam de estudos do lazer no ensino de Educação Física escolar, considerando uma análise bibliométrica do período de 2013 a 2016? A pesquisa tem como objetivo nessa primeira fase de investigação levantar a realidade do balanço da produção do conhecimento de artigos científicos a partir de análise bibliométrica para reconhecer a caracterização científica em que se colocam as propostas de estudos do lazer no âmbito do ensino de Educação Física escolar e que foram publicados no período de 2013 a 2016. A pesquisa é do tipo documental indireta e desenvolve nessa primeira fase da investigação uma abordagem teórico-metodológica na linha da análise bibliométrica em treze artigos publicados em periódicos científicos de Educação Física com *Qualis* A1, A2, B1 e B2. A base da investigação é pautada em categorias da crítica dialética com exposição de sistematizações, análises de dados e informações que abarcam procedimentos quantitativos e qualitativos, a partir de uma dada organização lógica, que permite desenvolver articulações técnicas e procedimentais do campo da investigação proposta. Os resultados esperados da pesquisa se pautam no desafio de reconhecer elementos bibliométricos que caracterizam a produção do conhecimento levantado.

Palavras-Chave: Produção do conhecimento. Educação Física Escolar. Bibliometria. Estudos do Lazer.

1 INTRODUÇÃO

O balanço da produção do conhecimento que vem sendo desenvolvido por pesquisadores da área de Educação Física no Brasil evidencia que a unidade orgânica do conhecimento produzido deve estar vinculada de forma efetiva às problemáticas objetivadas, que possam expressar pertinência pedagógica do conteúdo esporte escolar em aulas de Educação Física. Sobre essa questão, Taffarel (2017, f. 21) coloca que na batalha das ideias

*Professor Licenciado em Educação Física – UCSal, Especialização em Educação Especial Inclusiva - UNIASSELVI e membro do GEPEFEL/UCSal.

**Professora Licenciada em Educação Física – UCSal, com Mestrado e Doutorado pela FACED/UFBA e Pós-doutorado em História e Filosofia da Educação pela FE/UNICAMP. Membro pesquisadora e coordenadora da linha LEHPEL do GEPEFEL/UCSal e docente da UCSal.

voltadas à construção de alternativas para o avanço do ensino de Educação Física, no que vem sendo produzido e publicado é preciso levantar a crítica de modo a sintetizar o movimento problematizador de questões cruciais que respondam à necessidade de avanço para o ensino de Educação Física no âmbito escolar.

Os interesses epistemológicos de fenômenos educacionais do campo da Educação Física Escolar vêm registrando em produções *stricto sensu* e publicações em periódicos e na literatura na área, não apontam proposições pedagógicas pertinentes que possam contribuir para a transformação da realidade dos estudos do lazer no âmbito educacional. Portanto, há evidências em pesquisas que tratam de balanços da produção do conhecimento, que determinadas investigações não desenvolvem objetivações concretas que possam apontar contribuições que proponham mudanças pedagógicas em condições de alterar a realidade de pertinência objetiva para o avanço da área¹. (SILVA, 1997; SÁ, 2013; SANCHEZ-GAMBOA, 2017; HÚNGARO, OLIVEIRA, 2017; TAFFAREL, ESCOBAR, 2017; VIEIRA, PEÑA, 2017) Esse dado de realidade justifica a necessidade de investigar epistemologicamente as comunicações científicas publicadas em artigos científicos.

Taffarel e Santos Júnior (2017, p. 124) destacam, ao analisarem os resultados da investigação da pesquisa EPISTEFNORDESTE,² que há uma tarefa necessária para se obter uma posição científica crítica sobre a produção do conhecimento em Educação Física, que diz respeito à necessidade de superação das concepções naturalista, biologicista, organicista, mecanicista e cartesiana que dicotomizam corpo e mente.

A crítica, portanto, que pode ser caracterizada pela pertinência da realidade objetiva nos estudos do lazer, coloca-se crucialmente sobre a discussão científica em que a prática pedagógica de ensino vem sendo considerada; é fundamental verificar se esta ocorre fora da luta política e da reflexão por meio da prática efetiva de atividades que permitam o acesso à

¹ No tratamento investigativo de ancoradouros conceituais a ser desenvolvido no processo de análise dos artigos científicos é possível verificar na segunda fase da investigação a diversidade do aparelho conceptual dos pesquisadores, quando promovem suas formas de dedução e induções sobre os objetos de investigação. Assim, será possível identificar a existência de uma rede ramificada de formas de atingir o objeto de conhecimento desenvolvido pelos pesquisadores, por meio do sistema da base lógica de pensamento produzido nas investigações, o que gera a realidade objetivada e sua pertinência em função das necessidades pedagógicas justificadas nas problemáticas, objetivos investigativos e resultados anunciados pelos pesquisadores.

² Essa pesquisa temática que se desenvolveu no período de 2012 a 2015, envolveu setenta e nove pesquisadores distribuídos em nove estados da região nordeste e pesquisadores colaboradores do Sul e Sudeste que analisou objetivamente, a produção do conhecimento em Educação Física e verificou o impacto do sistema de pós-graduação das regiões sul e sudeste do Brasil na formação e produção de mestres e doutores que atuam nas instituições de ensino superior da Região Nordeste. As análises e resultados dessa pesquisa são particularmente importantes para o desenvolvimento investigativo desse projeto de pesquisa, que contou com coordenação no estado da Bahia da profa. Dra. Kátia Oliver de Sá – UCSal.

expressividade da linguagem corporal, refletindo sobre o significado e valores do mundo. (TAFFAREL, 2009, p. 87)

Mediante essa realidade, pretende-se investigar a produção de conhecimento que trata de estudos do lazer, a partir de elementos extraídos de uma matriz bibliométrica. A caracterização mais geral dessa matriz deverá apropriar-se de uma análise que destaque pedagogicamente limites e avanços para a área de Educação Física Escolar.

O lazer é um dos fenômenos socioculturais contemporâneos de alta relevância para a classe trabalhadora. Nesse momento histórico, sofre um processo de degeneração pela mercantilização massificada nas diversas ofertas de mercado. Essa realidade corresponde a um modelo de lazer adaptado a precarização e privatização. Portanto, é preciso compreender os interesses do lazer a partir da complexidade da economia política que se apodera das manifestações culturais, como o esporte, por exemplo, para mobilizar paixões, emoções, frustrações.

Segundo Taffarel (2005, p. 95): “Nas competições esportivas, isso fica evidente nas maneiras de controle ideológico via educação, com as campanhas de busca de talentos esportivos e de aceitação passiva da condição de não praticante ativo de esportes, na linha de ‘quem não joga assiste’”.

Estudos que promovem balanço da produção do conhecimento sobre estudos do lazer possibilitam o reconhecimento da sua compreensão para além das aparências. No âmbito da educação é preciso compreender o lazer como prática sociocultural que se desenvolve no plano das necessidades humanas e da economia ou estaremos promovendo na formação de nossas crianças e jovens um idealismo altamente destruidor do tempo que precisa ser conquistado para práticas de lazer.

Destarte, a relevância dessa pesquisa se coloca na perspectiva de ampliar as propostas que analisam a produção do conhecimento dos estudos do lazer para a área de Educação Física escolar, para intervir com propostas de superação do ensino em Educação Física a partir de esclarecimentos necessários sobre o seu significado, enquanto direito social.

Esse é um projeto de pesquisa que está situado em uma pesquisa matricial³ que está sendo produzida por um coletivo de pesquisadores em rede, cuja proposição vincula a formação de iniciação de pesquisa ao campo da investigação epistemológica.

³ A proposta de pesquisa matricial é referência apontada pelos estudos de Demo (1997), enquanto uma pesquisa, cujo planejamento estratégico de investigação se remete a uma matriz lógico-histórica de problemas com três patamares de unificação: a) o metodológico, comum a todos os participantes; b) a problemática globalizada com fundamentos unificados; c) a permeação de teorias e práticas envolvidas, partindo de um diálogo crítico e criativo, a partir de dados da realidade que abarcam temas de relevância social, tratados em grupos e submetidos

A primeira fase da investigação dessa pesquisa, que gerou esse trabalho tem como objetivo geral, promover no balanço da produção do conhecimento de artigos científicos publicados em periódicos brasileiros de Educação Física, considerando o período de 2013 a 2016, para levantar uma análise bibliométrica, considerando a identificação e sistematização de elementos que caracterizam a produção levantada de treze artigos científicos.

Para promover a concretização desse objetivo na primeira fase da pesquisa foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: 1. Identificar em produções de artigos provenientes de investigações publicadas em periódicos científicos de *Qualis* A1, A2, B1 e B2 e que trazem no título, nas palavras-chave, no resumo, ou no corpo do texto a categoria lazer voltados ao âmbito escolar; 2. Elaborar um banco de dados a partir da extração de elementos de artigos científicos, para levantar uma sistematização da caracterização bibliométrica⁴ dos artigos identificados; 3. Elaborar uma análise explicativa sobre os achados e elaborar uma síntese para publicar os resultados.

Quanto ao material e método a proposta de investigação está sendo desenvolvida para atender nesse momento, à primeira fase da pesquisa em rede, a partir dos seguintes passos metodológicos: A) Identificação e levantamento de treze produções de pesquisas sobre os estudos do lazer voltados para a educação publicados em artigos científicos da área de Educação Física, considerando o período de 2013 a 2016, cujos periódicos *online* de *Qualis* A1, A2, B1 e B2 da área de Educação Física, encontram-se na Plataforma Sucupira do CNPq; B) Elaboração de banco de dados a partir de uma matriz bibliométrica, que promove um processo de sistematização e análise de treze artigos científicos, considerando elementos extraídos da origem da produção do conhecimento que são registrados nos próprios artigos. C) Elaboração de quadros, tabelas e gráficos contendo elementos bibliométricos de caracterização dos artigos para produção de processos de análises e sínteses.

a uma rede de articulação de subprojetos de pesquisadores com interesses comuns. (DEMO apud TAFFAREL, 2010, p. 28) A pesquisa matricial a qual nos referimos tem como título: Balanço da produção do conhecimento: análise bibliométrica e epistemológica da pertinência da realidade objetiva para o avanço das áreas de Educação Física e Matemática – 2013 a 2016.

⁴ A caracterização bibliométrica diz respeito a um processo de análise que se desenvolve sobre um conjunto de elementos constitutivos da produção de artigos científicos publicados em periódicos, considerando: Título do artigo, denominação do periódico, *Qualis*, ano/publicação, autor(es), origem da pesquisa (universidade/grupo/linha) e agência de financiamento.

2 DESENVOLVIMENTO

A identificação de elementos que caracterizam a produção do conhecimento publicada em periódicos diz muito sobre o lugar da produção das pesquisas, considerando indicadores que apontam quem está por trás dessa produção, em que época foi produzida, que objetos são tratados e se as pesquisas possuem financiamento de entidades de fomento, dentre outros importantes elementos bibliométricos possíveis de serem reconhecidos.

Segundo Sánchez Gamboa (2007, p. 102) até a década de setenta do século passado, as pesquisas advindas da área de Educação Física eram esporádicas e vinculadas à professores de Educação Física que buscavam em outros países a possibilidade de formação *stricto sensu*.

Na década de noventa, inicia-se nas Instituições de Ensino Superior, novos modelos de áreas de concentração para a área, centralizando as investigações em linhas de pesquisas. As novas iniciativas da época têm em comum a organização de grupos interdisciplinares, dando ênfase à produção de pesquisas que se tornaram eixos centrais para organizações curriculares de cursos de formação em Educação Física.

As linhas de pesquisa organizam-se com finalidade de sistematizar a experiência do conhecimento acumulado, desenvolvendo novos projetos, que promovem novas propostas de investigações, ampliando assim, os quadros de formação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Para Sánchez Gamboa (2007, p. 1009) a organização das linhas de pesquisa também propicia o surgimento de pesquisas em grupos com integração de pesquisadores em diferentes níveis de desenvolvimento do pensamento científico. Entretanto, nem sempre a existência de linhas de pesquisa garante na Pós-Graduação a formação de grupos de pesquisadores. As produções muitas vezes são solitárias e desarticuladas.

Dentre as várias funções básicas dos grupos e núcleos de pesquisa existentes estão as ações voltadas à produção científica sobre a problemática própria de cada linha de pesquisa. Identificar a origem das produções nos permite obter o reconhecimento de onde são os pesquisadores que vêm tratando de determinadas problemáticas, qual a formação acadêmica, que instituição e programas de pós-graduação encontram-se vinculados para o trabalho de produção de conhecimento, que problemáticas tratam, em que base teórica desenvolvem seus objetos e se suas pesquisas obtiveram ou não recursos.

Nessa fase inicial da pesquisa em que comunicamos esse trabalho é possível reconhecer as temáticas ligadas aos estudos do lazer ligados a área de Educação Física escolar e não só reconhecer os focos temáticos dos artigos científicos, mas também reconhecer se as produções partem de trabalhos individualizados ou de grupos de pesquisa.

Mediante a realidade mais atual, esse estudo pretende avançar para além da caracterização bibliométrica das produções que tratam dos estudos do lazer no âmbito educacional para identificar posicionamentos epistemológicos e teóricos assumidos pelos pesquisadores, considerando a necessidade de reconhecer a pertinência com questões mais centrais exigidas pelo campo escolar sobre estudos do lazer no ensino da Educação Física. Esse é um dos objetivos de relevância dessa pesquisa, cuja resposta em rede atende a questão central levantada na pesquisa matricial.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO PARCIAL DA PESQUISA

No quadro matriz (apêndice A) foram levantados os elementos bibliométricos. Dados sistematizados nesse quadro permitem uma interpretação concreta dos resultados encontrados no balanço da produção

Tabela 01 – Distribuição dos (05) periódicos de *Qualis* A1, A2, B1 e B2 que publicaram artigos sobre os estudos do lazer voltados para educação do ano de 2013 a 2016.

Qualis	Periódicos	Anos			
		2013	2014	2015	2016
A1	-	-	-	-	-
A2	Revista Movimento	1	0	0	0
B1	Revista LICERE	1	3	1	3
B1	Revista da Educação Física	0	0	0	1
B2	Revista Pensar a Prática	1	1	0	0
B2	Revista Brasileira de Ciência e Movimento	0	0	1	0
Total	5	3	4	2	4

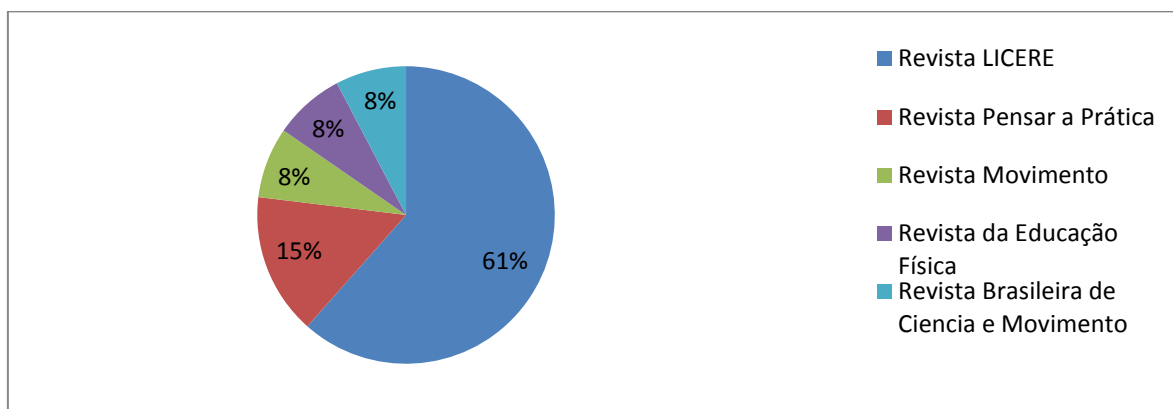
Das cinco produções analisadas, foi identificado que os maiores quantitativos foram produzidos nos anos de 2014 e 2016. De 2013 a 2016 foram identificadas cinco revistas científicas com publicações reconhecidas de *Qualis* A2, B1 e B2 que tratam de estudos de lazer no âmbito da Educação Física escolar. Portanto, não foi identificadas produções em revistas de *Qualis* A1.

A inexistência de artigos científicos sobre estudos do lazer publicados em *Qualis* A1 ocorre devido ao fato da área de Educação Física está localizada no *WebQualis* da CAPES na área de Saúde. Um indicador que desfavorece a inexistência de periódicos brasileiros com o mais alto extrato em estudos do lazer é devido ao fato de que a área de Educação Física está classificada na área 21, que divide o espaço com Fisioterapia, Fonoaudiologia e a Terapia

Ocupacional. Essa classificação é uma aferição da publicação de artigos pelo Sistema *Qualis* Periódicos.

Quanto à representação percentual do quantitativo da tabela, acima, expomos o gráfico abaixo:

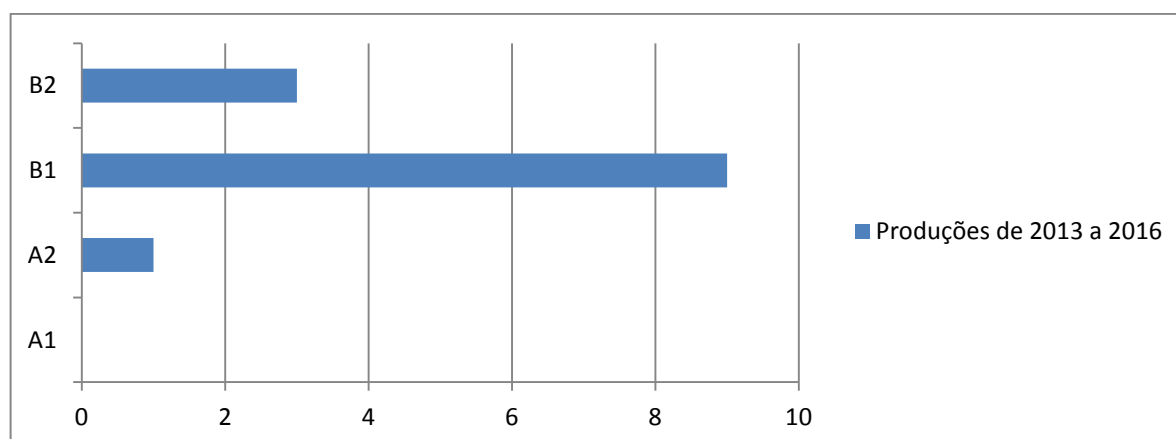
Gráfico 01 – Quantitativo de produções por periódico



O periódico com maior número de publicações foi LICERE, com (61%); o periódico, Revista Pensar a prática teve (15%); o periódico, Revista Movimento teve (8%); o periódico, Revista da Educação Física com (8%) e o periódico, Revista Brasileira de Ciência e Movimento com (8%) das produções levantadas.

Quanto ao quantitativo de artigos por estrato, destacamos:

Gráfico 02 – Quantitativo de produções por extrato *Qualis*/CAPES.



Quanto às produções em periódicos com a classificação dos *Qualis* pela CAPES, identificamos que o maior número de produções foi em periódicos com estrato B1, somando nove (9) artigos; nos estratos B2 encontramos três (3); nos estratos A2 encontramos um (1) artigo.

Na distribuição dos pesquisadores por gênero, destacamos:

Quadro 01 – Distribuição do quantitativo de pesquisadores

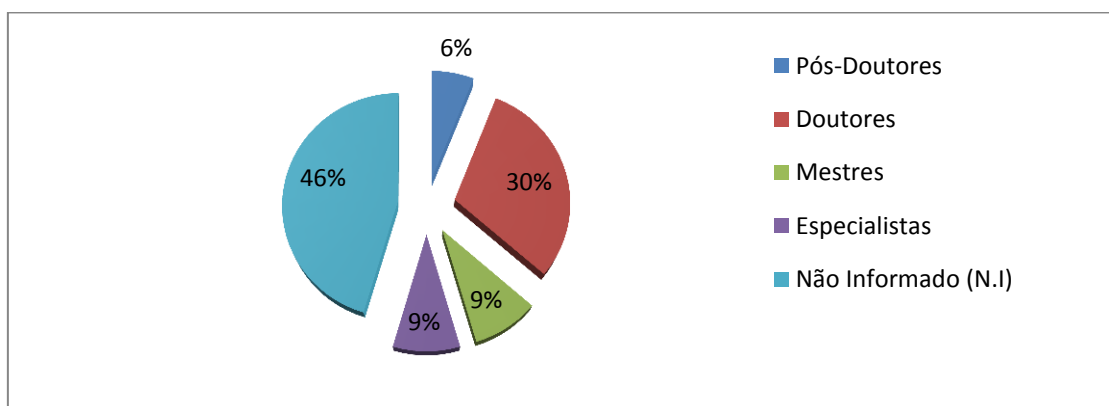
Gêneros	Quantitativo
Masculino	22
Feminino	11
Total	33

Identificamos 33 pesquisadores envolvidos nas produções, sendo que o quantitativo de homens que produziram estudos do lazer voltados para a educação é maior comparado ao número de mulheres; 22 pesquisadores são do gênero masculino e 11 do gênero feminino. Mediante ao resultado apresentado observa-se uma prevalência de pesquisadores homens assumindo a produção do conhecimento em estudos do lazer voltados para a Educação Física escolar.

Quanto à distribuição de pesquisadores e respectiva formação, destacamos:

Tabela 02– Distribuição da formação dos pesquisadores

Formação dos pesquisadores	Quantidade
Pós-Doutores	02
Doutores	10
Mestres	03
Especialistas	03
Não Informado (N.I)	15
Total	33

Gráfico 03 – Distribuição da formação dos pesquisadores

Nesse gráfico fica evidenciado (02) pesquisadores com Pós-Doutorado que corresponde a (6%), (10) possuem doutorado que correspondem a (30%), (3) possuem mestrado que corresponde a (9%), (3) possuem especialização que correspondem a (9%) e (15) dos pesquisadores não evidenciam dos artigos analisados qual a sua titulação; esses (15)

pesquisadores, que corresponde a (46%) das produções analisadas é um quantitativo bem representativo da ausência de interesse de pesquisadores revelarem os graus de formações.

Quanto à distribuição das produções por estados brasileiros, destacamos na tabela, abaixo, uma representação.

Tabela 04 – Distribuição do quantitativo de produções por estados, pesquisadores, por Universidades e por grupos de pesquisa.

Origem dos pesquisadores			
Estados	Quantidade/ Produções	Universidades	Grupos de Pesquisa
São Paulo	5	UNIMEP, UNICAMP, UNIESP, Universidade Anhanguera, USJT	GELC-Grupo de Estudo e Pesquisa em Lazer, Práticas Corporais e Cultura
Espírito Santo	1	UFES	-
Minas Gerais	2	UFMG, UFTM	NUCORPO – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Corporeidade e Pedagogia do Movimento
Paraná	2	UEM	Grupo de Estudos do Lazer
Rio Grande do Sul	1	UFRG, UFSM	-
Bahia	1	UESC	-
Brasília	1	UCB	-
Mato Grosso do Sul	1	Centro Universitário de Várzea Grande	-
Amapá	1	UNIFAP	NEPEFEL-Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer

Os resultados da tabela, acima, apontam quais os estados do Brasil envolvidos na produção e o quantitativo de artigos publicados por cada estado; apontam também quais são as Universidades, Faculdades e grupos de pesquisas envolvidos nas produções.

Os pesquisadores brasileiros que produziram os artigos analisados são provenientes de Centros universitários, Universidades Federais, Laboratórios e grupos de pesquisa, que se localizam nos nove (9) estados do Brasil: São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Brasília, Mato Grosso do Sul e Amapá. Identificamos que os pesquisadores são provenientes de quinze (15) Universidades, Faculdades, Centros Universitários e Laboratórios (UNIMEP, UNICAMP, UNIESP, Universidade Anhanguera,

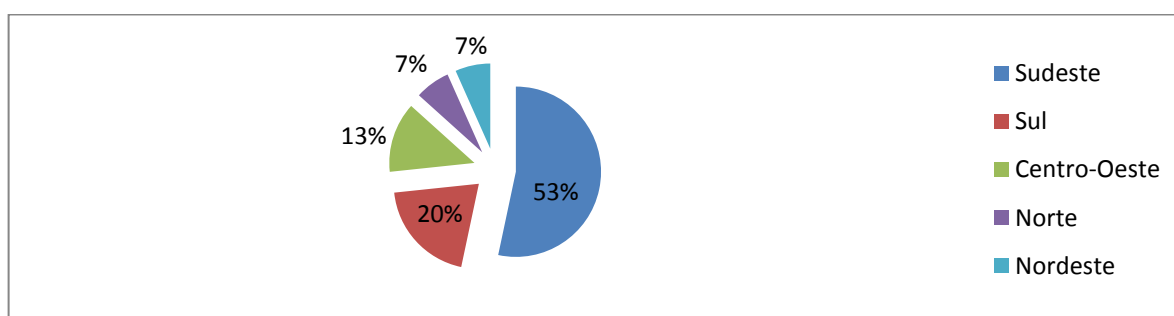
USJT, UFES, UFMG, UFTM, UEM, UFRG, UFSM, UESC, UCB, Centro Universitário de Várzea Grande, UNIFAP).

Na tabela 4 encontramos quatro (04) Grupos de pesquisa envolvidos nessa produção analisada, quais sejam: GELC – Grupo de Estudo e Pesquisa em Lazer, Práticas Corporais e Cultura, NUCORPO – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Corporeidade e Pedagogia do Movimento, Grupo de Estudos do Lazer, NEPEFEL - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer).

Os resultados revelam que São Paulo foi o estado que mais produziu conhecimento na área com cinco (5) artigos, o Espírito Santo com (1), Minas Gerais com (2), Paraná com dois (2), Rio Grande do Sul com (1), Brasília com (1), Mato Grosso do Sul com (1), e Amapá com a produção de (1) artigo.

Quanto à distribuição de artigos localizados por regiões brasileiras, destacamos:

Gráfico 06 - Quantitativo de produções por regiões do Brasil



Foi evidenciado que há 53% das produções que correspondem a região sudeste e 20% correspondem a região sul do país; 13% das produções correspondem a região centro-oeste e as regiões Norte e Nordeste apresentaram menor porcentagem com 7% de publicações em periódicos brasileiros.

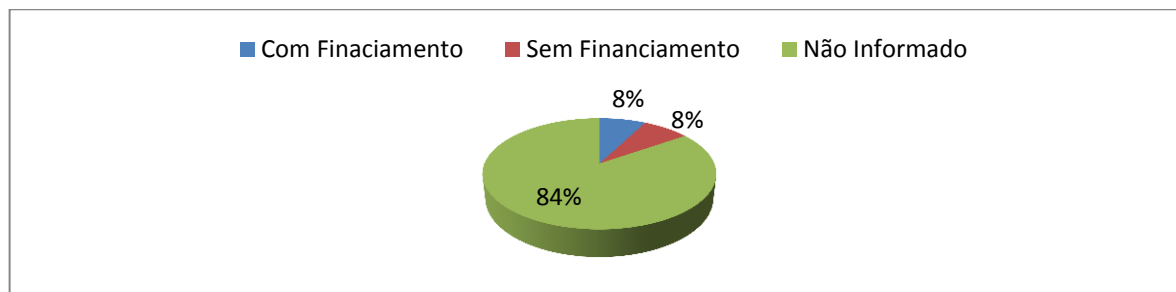
Quanto ao financiamento das produções analisadas, destacamos:

Tabela 05 – Dados sobre financiamento da produção.

Financiamento	
Com financiamento	1
Sem financiamento	1
Não informado	11

Com financiamento em modalidades diferentes, localizamos apenas uma (1) das treze produções, que não indicou nenhuma fonte de apoio financeiro.

Gráfico 7 - (%) Porcentagem sobre financiamento da produção



Conforme resultado apresentado acima, 8% das produções publicadas em periódicos brasileiros que tratam dos estudos do Lazer recebeu algum tipo de apoio financeiro; 8% evidenciou que não recebeu financiamento; e, em 84% das produções analisadas os pesquisadores não destacam se receberam ou não apoio financeiro para a produção do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No balanço da produção do conhecimento sobre os estudos do lazer voltados para a educação, considerando a caracterização bibliométrica realizada em artigos científicos que tratam de estudos do lazer no ensino de Educação Física escolar do período de 2013 a 2016, ficou evidente que a maioria dos estudos estão localizados na região sudeste, tendo o estado de São Paulo o que desponta em maior quantitativo de publicações. Essa realidade denota o estado de São Paulo sendo um dos estados brasileiro que lidera em número quantitativo de Programas de Pós-Graduação.

Nesse universo analisado de periódicos, os doutores assume a liderança em maior produtividade em estudos do lazer.

A ausência de informações de (11) pesquisadores sobre financiamento evidencia que muitas pesquisas não vêm sendo desenvolvidas por editais públicos. Por estar a Educação Física na área 21, esse indicador pode estar reafirmando que não cabe aos estudos do lazer a possibilidade de desenvolver estudos que possam ser financiados. Os objetos dessa área não se aproximam do que vem sendo indicado para estudos da área 21.

Essa realidade demonstra o quanto os estudos do lazer carecem de apoio para avançar em estudos e pesquisa mais consistentes que possam contribuir para o desenvolvimento desse conhecimento para a Educação Física escolar.

REFERÊNCIAS

HÚNGARO, Marcelo; OLIVEIRA, Bruno Assis. A produção sobre o lazer no nordeste brasileiro: análise epistemológica de dissertações e teses de professores das IES da Região. In: SANCHEZ-GAMBOA, Márcia; SÁNCHEZ-GAMBOA, TAFFAREL, Celi. **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro**: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região. Campinas – SP: Librum, 2017. 144 – 174 p.

SILVA, Rossana Valéria Souza e. **Pesquisa em Educação Física**: Determinações históricas e implicações epistemológicas. 1997. 278 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas. 1997.

SÁ, Kátia Oliver de. **Projetos integrados de pesquisa em rede**: Realidade e possibilidades da produção do conhecimento *stricto sensu* em educação física, esporte e lazer de professores que trabalham em cursos de Formação de professores de Educação Física no estado da Bahia – 1982 A 2012. 2013. 147 f. Pós-doutorado em Educação. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2013.

SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio. **Epistemologia da pesquisa em educação**. 1996. 154 f, Tese (Doutorado em Epistemologia). Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós-Graduação e pesquisa: O processo de produção e de sistematização do conhecimento. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 9, n. 26, p. 13 – 27. Jan./abr. 2009.

SO, Marcos Roberto; BETTI, Mauro. A identidade Epistemológica da Educação Física nos periódicos científicos dos estratos superiores do Qualis-CAPES. **Motrivivência**. v. 28, n. 47, p. 109 – 127. maio/2016.

_____. Métodos mistos nas análises epistemológicas: balanço da produção do conhecimento em Educação Física no Nordeste brasileiro (1980-2013). In: SANCHEZ-GAMBOA, Márcia; SÁNCHEZ-GAMBOA, TAFFAREL, Celi. **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro**: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região. Campinas – SP: Librum, 2017. 26 – 37 p.

_____. **Epistemologia da Educação Física**: as interrelações necessárias. Maceió: EDUFAL, 2007. 165 p.

TAFFAREL, Celi N. Z.; ESCOBAR, Micheli Ortega. **Mas afinal, o que é Educação Física?** Reafirmando o marxismo contra o simplismo intelectual. Disponível em: http://www.faced.ufba.br/resunho_digital/textos/724.htm. Acesso em: 15 maio 2017. 21 f.

TAFFAREL, Celi N. Z.; SANTOS JÚNIOR, Cláudio. Teorias do conhecimento e educacionais: crítica às concepções de política, programas, projetos e práticas educacionais no cursos de Educação Física no nordeste do Brasil. In: **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região**. Campinas – SP: Librum, 2017. 118 – 143 p.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Do trabalho geral ao trabalho pedagógico: contribuição ao debate sobre o trabalho pedagógico na Educação Física. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 22, n. 35, p. 18-40, dez. 2010.

TAFFAREL, C. N. Z. A prática pedagógica e a inclusão social: um desafio da Educação Física. Disponível em: <http://rascunhodigital.faced.ufba.br>. 2009. Acesso em: 13 jul. 2017.

VIEIRA, Ana Paula, PEÑA, Zuley Jhojana. Análises epistemológicas da pesquisa em Educação Física: balanço da produção do conhecimento no Rio Grande do Norte. In: SANCHEZ-GAMBOA, Márcia; SÁNCHEZ-GAMBOA, TAFFAREL, Celi. **Produção do conhecimento na Educação Física no Nordeste brasileiro: Impacto dos sistemas de Pós-Graduação na formação dos pesquisadores da região**. Campinas – SP: Librum, 2017. 370 – 381 p.



O BEIJO GAY NAS TELENOVELAS E SUA CONTRIBUIÇÃO NO ESPAÇO SOCIAL

Denis Harmony Santos da Silva¹

RESUMO

O espaço midiático possui, dentre tantos outros aspectos, o poder de influenciar a conduta e o costume do indivíduo em coletividade, possibilitando, com isso, um processo de re-significação ideológica e, conseqüentemente, comportamental. Neste sentido, o presente artigo busca evidenciar o poder da mídia (televisiva), e, concomitantemente, refletir sobre a construção midiática, estereotipada e, até certo ponto, cultural referente as questões homoafetivas dramatizadas nas telenovelas brasileiras. Tentando, assim, compreender os contextos, os diferentes modos de ‘ver-e-ouvir’ e, por conseqüente, os diversos complexos psíquico-sociais – identidade, estereótipos, preconceitos e discriminação. O trabalho apresenta, brevemente, alguns dos “personagens homossexuais” ritualizados nas novelas brasileiras, no período de 1974 a 2012/2013. Porém, destaca-se, pretensiosamente, e, de forma mais pontuada e analítica, os “personagens gays” criados pelo dramaturgo Walcyr Carrasco, na novela “Amor à vida”, exibida pela Rede Globo. Suscitando, com isso, os questionamentos e as contribuições do “beijo gay”, protagonizado pelos atores Mateus Solano e Thiago Fragoso, em 2012/2013.

Palavras-chave: Espaço midiático. Telenovela. Homossexualidade. Identidade. Personagens.

ABSTRACT

The media space has, among many other aspects, the power to influence the conduct and custom of the individual in collectivity, thus enabling a process of ideological and consequently behavioral re-signification. In this sense, this article seeks to highlight the power of the media (television), and, at the same time, to reflect on the mediatic, stereotyped and, to a certain extent, cultural construction regarding homoaffective issues dramatized in Brazilian telenovelas. Trying to understand the contexts, the different ways of seeing-and-hearing, and, consequently, the various psychic-social complexes - identity, stereotypes, prejudices and discrimination. The paper briefly presents some of the "homosexual characters" ritualized in Brazilian novels, from 1974 to 2012/2013. However, the "gay characters" created by the playwright Walcyr Carrasco, in the novel "Love for Life", exhibited by Rede Globo, stand out pretentiously and, more punctually and analytically. Thus, raising the questions and contributions of the "gay kiss", played by the actors Mateus Solano and Thiago Fragoso, in 2012/2013.

Key-words: Media space. Telenovela. Homosexuality. Identity. Characters.

¹ Licenciado em História (UCSal). Graduando em Geografia, com habilitação em licenciatura, pelo IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. <http://lattes.cnpq.br/8153168308982088> / denisharmony@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é muito pouco. Quando se tolera, apenas se concede, essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre outro. Deveríamos criar uma relação entre as pessoas da qual estivesse excluída a tolerância. (José Saramago)

A sociedade globalizada convive, constantemente, com os surpreendentes avanços tecnológicos e, concomitantemente, com uma complexa modernização de práticas, movimentos e relações sociais. Contudo, observa-se, em suma, que o sinônimo dessa globalização é a efemeridade, ou seja, o ser humano, dos tempos modernos, está ‘programado’ a desenvolver diariamente o tripé – **comprar, usar e descartar**, ficando quase inexistente o ato de namorar o objeto adquirido. Assim, a ideia de pertencimento e identidade torna-se fluída, como bem descreve Zygmunt Bauman².

Quem, em algum dia, no passado, poderia imaginar que a capacidade intelectual e de criação científica, tecnológica e artística do homem iria superar a sua própria razão de ser. Qual sujeito, do passado, teria o desembaraço de afirmar que em um curto período de tempo a tecnologia iria evoluir, de forma assustadora. Por outro lado, qual sujeito-histórico e social, do tempo presente, consegue mensurar como seria o mundo sem a globalização e sem os meios de informações ou sem a comunicação de fácil acesso.

Nessa perspectiva, a televisão é um bom exemplo para justificar o fabuloso desenvolvimento tecnológico, além de demonstrar o poder influenciador social, pois, sua comunicação consegue atingir a toda população e a todas as idades. Para Ivonaldo Pereira de Lima, “a televisão é o meio de comunicação presente praticamente em todos os lugares” (2010, p.3). Em seguida, ao citar Mandarino (2002, p.1), Lima completa: “a televisão não pode ser compreendida em si. Ela não é um instrumento puramente técnico, **o uso dela é político**” (2010, p.3, grifo meu).

Ora, se na década de 1930, já se tinha a clareza da potencialidade do televisor, devido a qualidade técnica dos componentes eletrônicos, em relação à época, atualmente a TV digital é uma realidade, ou seja, uma transmissão via satélite, que fornece imagens incrivelmente realísticas, fascinando ainda mais os telespectadores.

Porém, mesmo com todos os aperfeiçoamentos tecnológicos e sociais, as sociedades, de modo geral, ainda sofrem com uma guerra titânica entre ‘os avanços’ e ‘os fracassos’ dos tempos modernos. Neste sentido, e para exemplificar uns dos principais ‘fracassos’, a falta de

² Sociólogo polonês, iniciou sua carreira na Universidade de Varsóvia (Polônia), mas em 1968 foi afastado das suas atividades, na Universidade, e do país. Reconstruindo sua vida no Canadá, Estados Unidos, até se fixar na Grã-Bretanha, em 1971. É atualmente professor emérito de Sociologia das universidades de Leeds (Inglaterra) e Varsóvia. (ZAHAR, 2005)

sensibilidade e de identidade com o outro, ou com o diferente, são aparentemente normais, nas relações sociais, pois, no imaginário psíquico-e-simbólico, o outro/diferente desorganiza a ordem cultural/social que nos rodeiam.

Neste sentido, a mídia tem o poder influenciador de servir na contramão dessa esterilidade afetiva, presente na sociedade atual. A mídia pode/deve desenvolver um papel importante como interlocutora das diferentes identidades e dos diferentes valores e saberes praticados/produzidos na(s) sociedade(s) pluralizada(s), especialmente, no Brasil, pois, “o corpo do Brasil é multicolorido, sua alma não poderia ser monocromática: a cultura brasileira, constituída por múltiplas influências culturais explode em mil flores de tantas formas e tantos perfumes”. (RIBEIRO, 1998, p.51)

Por outro lado, se a “televisão desempenhou um papel central na consolidação de uma identidade nacional, graças ao seu fabuloso alcance e **penetração em todas as camadas sociais**” (RESENDE, 2008, p.9, grifo meu), a telenovela brasileira representa a principal interlocutora das diversidades culturais e identitária do país, e do mundo. Além, de corresponder a um terço de toda a programação televisiva. Neste aspecto, a telenovela tem a capacidade de ‘interferir’ e/ou de influenciar o comportamento e os valores do sujeito-social a partir do cotidiano dramatizado.

Assim, a telenovela se renova cotidianamente por dois motivos principais: *‘prender o público’*, mantendo uma boa audiência, neste sentido a novela é também publicidade, ou melhor, é um bem de consumo. O segundo motivo, é levar ao telespectador a reflexão e análise de temáticas e problemas sociais possibilitando, como já dito acima, a capacidade de ‘interferência’ e influência social, independentemente, das censuras morais impostas por parte da sociedade, considerada, por muitos, como conservadora ou por ‘hipócritas moralistas’.

2 O PAPEL DA MÍDIA E A CONTRIBUIÇÃO DAS TELENÓVELAS PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Se o olhar sobre a sociedade muda com o tempo e espaço, e se a “História é filha do seu tempo”³, como descreve Lucien Febvre⁴, é justo afirmar que os espaços midiáticos

³ FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI** (1942). Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴ Lucien Febvre nasceu em 1878, em Nancy (Região de Lorena, na França). Estudou na *École Normale Supérieure*, onde se formou em história e geografia. Doutorou-se, em 1911, e, alguns anos mais tarde, tornou-se professor de história moderna na Universidade de Estrasburgo (França). Em 1929, junto ao historiador Marc Bloch (1886-1944), fundou a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que deu origem à corrente

(televisão, cinema, etc.) e os recursos tecnológicos são os filhos do tempo presente, ambientado no espaço, chamado agora, e, portanto, a mídia é o “mando da vez”. Neste aspecto, os espaços midiáticos ditam moda, apresentando as tendências e marcas do momento; cria o modelo ideal de beleza, ao estabelecer uma simetria corpo-facial, fazendo com que determinado/a telespectador/a deseje ser ‘igual’ ao seu artista favorito; além, seduz visivelmente a vida protagonizada pelos artistas e personagens.

Segundo Thomas Tufte (1996), o espaço midiático é um **mediador cultural**, ou seja, é a capacidade de demonstrar a imensidade territorial, com suas diversidades, e misturar as tradições e inovações da modernidade, tendenciando, em certo ponto, uma manipulação da identidade cultural, ou da dita “cultura de massa”. Assim, parafraseando um pensamento popular, é bem verdade que “a arte dramatiza e representa em formas a própria vida”, ampliando, com isso, a famosa frase – “a vida imita a arte”, pois, o que ocorre em muitas das vezes é a arte imitando a vida.

Em entrevista à Revista da Cultura, uma publicação da Livraria Cultura, Matheus Nachtergaele, é enfático ao afirmar que: “acho que o **ator é esse ser que tenta ritualizar a vivência cotidiana ou a vivência natural** a cada encontro com comunidades” (grifo meu). Em seguida, ele completa: “acho que a sociedade precisa dos atores para ver ritualizada a sua experiência, seus mitos, seus tabus, para se horrorizar e para rir da condição humana”.

Outro fator importante a ser destacado foi salientado no trabalho de pesquisa de Guilherme Moreira Fernandes e Paulo Roberto Figueira Leal, *A Percepção da Identidade Homoafetiva em Telenovelas: as Recepções Massivas e da Audiência Folk em Perspectivas Comparadas*. Os autores destacam que, “**Certamente a telenovela é o gênero dramático mais consumido no Brasil**” (grifo meu). E justificam a afirmativa ressaltando que “a telenovela dita moda, influencia costumes, incita às reflexões sociais sobre os temas por ela abordados”. Reforçando assim, tudo que já destacamos até agora.

Mas então, o que é telenovela?

Novela significa “história curta”. Assim, “não tão longe quanto um romance nem tão curta como o conto – história usualmente curta, ordenada e completa, de fatos fictícios verossímeis” (CAMPADELLI, 1987, p.18 apud RESENDE, 2008, p.14). Porém, a denotação original da palavra foi ressignificada. Segundo o próprio Carlos Alberto Resende, “na

historiográfica conhecida como Escola dos Annales. Febvre dirigiu a revista até sua morte, em 1956. Disponível em: <www.editora3estrelas.folha.uol.com.br/autores/7139-lucien-febvre.shtml>. Acessado em 25 de abril de 2017, às 13h & 15min.

telenovela, a história é longa e se desenrola, quase sempre, por mais de cem capítulos, sete a oito meses”. O autor ainda completa: “o mais correto seria chamar de folhetim”, pois, contemplaria nominalmente o que é apresentado pela televisão brasileira.

Por outro lado, no que diz respeito ao aspecto técnico, “novela é entrecruzamento de diferentes histórias, manipuladas como fios de uma trança que se vai desenvolvendo” (CÂNDIDO, 1969, p.129 apud RESENDE, 2008, p.15), ou seja, a novela é a representação de diversas histórias, batizadas normalmente de “núcleos”, que vão se desenrolando e se entrelaçando, à medida que a dramaturgia toma forma, ou para satisfazer os desejos e anseios do seu público, até conseguir o desfecho final do drama.

3 UMA IDENTIDADE NACIONAL?

Para entender a construção simbólica dos temas abordados nas telenovelas, e acolhidos pelos telespectadores, se faz necessário, primeiramente, compreender o sentido dado à identidade. Segundo alguns pesquisadores, a identidade é uma construção, ou melhor, a identidade representa um conjunto de valores que o indivíduo vai acumulando em contato com seu meio. Para Ana Mercês Bock, “a identidade é algo mutável, em permanente transformação” (2008, p.209). Destacando, também, que “reconhecimento do eu se dá no momento em que aprendemos a nos diferenciar do outro. Eu passo a ser alguém quando descubro o outro” (Bock, 2008, p.208).

Por isso, quando Carlos Alberto Resende descreve em seu trabalho que “os últimos quarenta e oito anos, a televisão desempenhou um papel central na consolidação de uma **identidade nacional**, graças ao seu fabuloso alcance e penetração em todas as camadas sociais”, o autor, de alguma forma, está comungando com a teoria defendida por Bock, ou seja, a novela ao dramatizar o cotidiano está reconhecendo o outro como parte social. Já para Gabriel Priolli, a identidade brasileira está ‘centralizada’ graças às horas que os indivíduos dedicam em frente da televisão. “É nele que se vê os vários Brasis, a multiplicidade de nossos problemas, a diversidade de forma de expressão” (PRIOLLI, 2008 apud RESENDE, 2008, p.9).

Neste aspecto, mesmo sendo criticada pelos intelectuais ou por “revolucionários” da modernidade, entendendo as telenovelas como alienações ou manipulações das classes minoritárias, não se pode perder de vista os avanços ou as inclinações favoráveis das telenovelas nos assuntos das construções simbólicas da sociedade pós-moderna. Por outro

lado, nem sempre essa identidade nacional é apresentada enquanto reconhecimento, ocorrendo assim uma desvalorização cultural e social. Um bom exemplo, para ilustrar esse desmerecimento, são os estereótipos criados para os “personagens baianos”, sendo quase sempre caricaturados como figuras descansadas, preguiçosas, e de fala manhosa.

Neste sentido, a teledramaturgia deve ser considerada como ação política, pois, como aponta João Ubaldo Ribeiro, no livro, intitulado, “Política – quem manda, por que manda, como manda”, a política também é vista como arte, e “com razão. Pois, a política requer talento especial de quem pratica, uma sensibilidade especial, um jeito especial, uma vocação muito marcada. É, portanto, uma arte” (2010, p.16). Com isso, os estereótipos, os preconceitos e as discriminações ritualizadas nas novelas devem ser compreendidos como **atitudes**, ou tomadas de decisões efetivas. Vale destacar, contudo, que é necessário apresentar essas três qualidades juntas, pois, sintetiza parte da discussão proposta neste artigo.

Sendo assim, estereótipo, conceito bastante discutido pela Psicologia Social e analisando sobre diferentes definições, pode ser compreendida como julgamento *a priori*, um carimbo social para distinguir pessoas ou grupos. Porém, “o estereótipo é a base do preconceito” (RESENDE, 2008, p.25), e como o estereótipo “tem a ver com as imagens preconcebidas” (FERREIRA, 2000, p. 720 apud RESENDE, 2008, p.25), o preconceito é uma indisposição, ou melhor, é um mal-estar, é um julgamento previamente estabelecido sobre os aspectos negativos atribuídos pelos estereótipos. Por fim, surge a ação-prática fruto dessa indisposição, ou seja, a discriminação, de modo geral, é a conduta criminoso realizada pelo ser humano, em virtude do preconceito.

4 A CONSTRUÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NAS TELENOVELAS

Nos meados da década de 1960, surgem nas ‘telinhas’ dos brasileiros temas considerados, pela época, como tabus⁵ (a exemplo, do beijo na boca, expressões de sentimentos, etc.), na sua grande maioria, censurados e proibidos pelos militares, devido ao Regime Militar, em 1964, e atualmente sensibilizados como fortes apelos, pela chamada “censura moral”. Todavia, a dramaturgia do país não descansou e mesmo convivendo com todas as limitações “legais” e hipocritamente “morais”, a década de 1970 representa o início temporal para abordar o tema sobre a homossexualidade, ou sobre as diferentes formas da sexualidade, nas novelas.

⁵ Imposições e restrições ou escrúpulos costumeira ou tradicional imposto por um determinado grupo, ou classe social.

Assim, a novela **O Rebu**, em 1974, de Bráulio Pedroso, exibido pela Rede Globo, inaugura a abordagem do tema. Mesmo revelando um dos temas chaves (a homossexualidade) do folhetim no último capítulo, foi em *O Rebu* que o tema foi mencionado pela primeira vez. Outra novela que merece seu destaque é **Brilhante**, de 1981, de Gilberto Braga – o dramaturgo que mais criou “personagens homossexuais” na televisão brasileira –, exibido também pela Rede Globo, onde o tema, mesmo censurada pelos militares, é apresentado com uma seriedade diferenciada. Vale ressaltar, novamente, já que estamos falando sobre os avanços, que não foi apenas os temas abordados sobre homossexualidade que foram censurados. Todos os temas que não correspondiam aos “bons costumes” eram avaliados sobre a lei da censura prévia.

Contudo, em sua maioria das vezes, os “personagens homossexuais” (ou gay⁶) dramatizados nas novelas eram altamente estereotipados, por seus autores, com traços afeminados e/ou afetados, como foi o caso dos personagens Uálber, Diogo Vilela e Edilberto, Luiz Carlos Tourinho, na novela **Suave Veneno**, em 1999, exibido pela Rede Globo. Outro aspecto importante, e como consequência desse recurso de ‘carimbo’, é a indisposição preconceituosa e, conseqüentemente, a ação criminosa realizada contra os artistas que interpretam tais personagens ou a mutilação estabelecida por alguns telespectadores contra a novela.

Foi o que ocorreu com a atriz Silvia Pheiffer, ao interpretar a personagem Leila, em *Torre de Babel*, em 1998/1999, de Gilberto Braga. A atriz foi vítima de vários preconceitos.

Sílvia Pheiffer conta que não reagiu bem ao receber a notícia de que sua personagem seria cortada da trama. Contudo, para a atriz era pior o ato de ser constantemente podada, de não poder falar conforme o roteiro recebido. Ela conta, em entrevista à revista *Isto É Gente*, que na hora de gravar eram frequentes as alterações no roteiro em cima da hora. (...) A atriz também critica o preconceito dos telespectadores. (RESENDE, 2008, p.27).

Outra novela que trouxe, também, como tema de abordagem a homossexualidade e, conseqüentemente, também, sofreu com o estereótipo e o preconceito, foi *Senhora do Destino*, produzida pela Rede Globo, em 2004. Primeiro era notório a ‘heterotipação’ com o personagem Ubiracy, Luiz Henrique Nogueira, dando vida ao “personagem gay” caricaturado. Já as indisposições preconceituosas foram vividas na vida real e na dramatização pelas atrizes Mylla Christie e Bárbara Borges, respectivamente, com as personagens Eleonora e Jenifer.

⁶ Do latim *gaius*, do francês *gai* e do inglês *gay* – feliz, alegre, jovial, ou divertido – tomando no século XIX um sentido conotativo, para designar o indivíduo que mantém uma relação e/ou interesse ao sujeito do mesmo sexo (homem/mulher). Homossexual.

Contudo, nos últimos anos, até por uma necessidade de reconhecer a diversidade de gênero, para legitimar uma significativa camada da sociedade, embandeirado pela sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), e na tentativa de demonstrar que vivemos em um país democrático, já que a homossexualidade é uma realidade do tempo presente, o **quarto poder** – espaços midiáticos/telenovelas – vem recriando uma nova imagem para os “personagens gay”. Assim, em 2007, Gilberto Braga, na novela *Paraíso Tropical*, apresentava seus telespectadores com um casal gay desde o primeiro capítulo.

Na trama, Rodrigo, Carlos Casagrande, e Tiago, Sérgio Abreu, eram casados e viviam juntos há seis anos. Os dois representavam os gay’s “típicos da Zona Sul do Rio: Jovens, malhados, bem-sucedidos e “sem trejeitos” (RESENDE, 2008, p.38), ou seja, configuravam uma outra forma de ‘heterotipação’, mas, por outro lado, possibilitava um novo olhar sobre a construção simbólica criada, essencialmente, pela Rede Globo, nas teledramaturgias a respeito da homossexualidade.

Outro passo revolucionário dado pelo quarto poder foi realizado por uma novela que expressava ideias revolucionárias, tendo em vista que o enredo da novela descrevia o aprofundamento e censura do golpe militar, ocorrido no Brasil, desde 1964, perpassando os tempos mais obscuros da ditadura militar. A novela levantava as discussões sobre as mudanças de comportamentos vivenciadas na época, como feminismo, movimento hippie, as manifestações estudantil e artística, e em especial a homossexualidade.

Assim, foi ao ar pela primeira vez, em rede nacional, o beijo gay, transmitida pelo SBT, entre 2011/2012. A novela **Amor e Revolução** transmite o beijo entre as personagens Marcela, Luciana Vendramini, e Marina, Gisele Tigre. É necessário, contudo, destacar que a Rede Globo tinha ensaiado expor um beijo entre dois homens, em 2005, na novela *América*, de Glória Perez, mas ficou apenas no ensaio.

5 A NOVELA AMOR À VIDA E SEU IMPACTO

A novela *Amor à Vida*, do autor Walcyr Carrasco, começou como folhetim (do termo em francês, para designar a fragmentação de romance publicado dia a dia num jornal) e terminou sendo reconhecida enquanto interlocutora da quebra de paradigmas contra o conservadorismo brasileiro. Como em toda novela, veremos os protagonistas (“o mocinho e a mocinha”) sofrendo por várias adversidades, muitas das vezes provocadas pelo antagonista, e entre as “histórias” que seguem se entrelaçando nas vidas dos personagens, chegando ao

desfecho das tramas e, por fim, os protagonistas terminam como em conto de fadas – “felizes para sempre” – pois, depois que a novela escreve ‘fim’ não existe uma continuidade na vida dos personagens, para saber se esse ‘fim’ foi mesmo “felizes para sempre”.

Porém, em *Amor à Vida*, a história não foi bem assim. A princípio, em bem verdade que, os capítulos foram criados a partir do cotidiano estereotipado do gay, o personagem Félix, Mateus Solano, que além de representar em algumas cenas o homossexual afeminado, levará boa parte da novela a condição de vilão, ao sequestrar a filha da sua irmã. Ou seja, a primeira imagem apresentada aos telespectadores era de ‘uma *bicha afetada*, querendo ser homem, usando o argumento de ser vilão’. Já no outro núcleo da trama, aparecia à figura de mais dois personagens homossexuais, Niko, Thiago Fragoso, e Eron, Marcello Antony, que tinham como função, principal, amenizar a condição, imposta pelo autor, do personagem Félix. Além de trazer olhar mais social, tendo como preocupação debate sobre a adoção de criança por casais gay’s, na construção de uma família. Vale lembrar que a Rede Globo já tinha abordado este tema-real (adoção de crianças por casais homossexuais) na novela *Páginas da Vida*, em 2006, escrita por Manoel Carlos.

Para surpresa de todos, o autor amplia o olhar da discussão, levantando vários outros questionamento sobre a sexualidade no âmbito social. Aparecendo assim, questões como a homofobia, o preconceito, a aceitação, a construção da família por casais homoafetivos, e acima de tudo se desconstrói a figura tão sóbria do personagem Félix.

Sobre a homofobia e o preconceito, vem à tona quando, é revelada a verdadeira orientação sexual de Félix, seu pai, o personagem César, interpretado por Antônio Fagundes, médico e de família afortunada, demonstra claramente a postura de vergonha e repúdio contra o próprio filho. - “[...] *eu não tenho preconceito. Quem quiser ser gay que seja, não o meu filho. Não o Félix, que carrega o meu nome*”. Nessa mesma cena, César obriga a Félix ficar casado com Edth, Bárbara Paz, para tolerar a sua presença junto a família e para mantê-lo na coordenação do hospital.

No que tange a aceitação sexual (identidade), é notório perceber que Félix conviveu, durante anos (imaginário simbólico da novela), omitindo sua sexualidade, para dentro de si, o popularmente chamado de “dentro do armário”, mantendo estes anseios com um garoto de programa, mas permanecendo casado, com Edth. Outro momento, já na segunda metade da novela, que demonstra essa aceitação sexual do personagem Félix, foi apresentada nos diferentes encontros dele com o Niko, pois, segundo Félix, em uma das cenas, “*o carinho de amizade entre eles não poderia ser confundido*”, mas todos que assistiram a trama da Rede Globo percebiam claramente a “química” que rolavam entre os personagens.

Por fim, se faz necessário destacar uma característica única e singular em *Viver à Vida*, a novela trouxe à figuração de quatro “tipos” de gay’s ou identidades da homossexualidade. Ou melhor, era nítido reconhecer nos “personagens gay” as múltiplas personalidades dos homossexuais, do mundo real: Eron, advogado, representava o símbolo do homossexual “homem”, aquele que por causa da sua profissão e jeito de ser (não possuía trejeitos). Sendo visto como “homem” da relação. Félix, administrador de empresas, que possuía alguns trejeitos, mas por ser casado não poderia ser taxado, pois poderia manchar a honra da sua família e poderia comprometer seus planos de chegar à presidência do hospital da família. Niko, chefe e dono de restaurante, seria o personagem que mais se aproximava dos apresentados pela mídia, ou seja, “um gay assumido e afeminado”, mas que se destacava aos demais, por todo contexto ambientalizado pela trama. E Anjinho, Lucas Malvacini, um jovem modelo. E mesmo tendo poucas aparições durante a novela, desenvolveu uma importância impar e muito interessante, pois representou aqueles jovens que de alguma forma conseguem se aproveitar das oportunidades da vida, ou seja, jovem, lindo, cheio de vitalidade, que oferta prazer e carinho ao Félix em troca de ‘agrados’.

Somando a tudo isso, vale destacar que, o último capítulo deu média de 44 pontos de audiência e 71% de participação, segundo dados do Ibope⁷, correspondendo às expectativas publicitárias que investiram verbas para a novela e mantendo o padrão global de produções. No que tange o reconhecimento social do que é dramatizado nas novelas, Keila Simpson, vice-presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais), afirmou a parcela de contribuição de *Amor à Vida* para o grupo LGBT, considerando, por outro lado, a importância do contexto proposto na trama.

É claro que o movimento gay precisava desse espaço, desse beijo. Mas, acima de tudo, é uma vitória do ponto de vista do amor. Félix estava tão positivo, que o carinho foi apenas um detalhe. E cenas como esse não podem entrar gratuitamente nas novelas. Elas têm que ser, sempre, tratadas com naturalidade⁸.

⁷ A sigla de **Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística**, uma multinacional brasileira de pesquisas de opinião e estudos de mercado, com forte destaque para as pesquisas eleitorais e pesquisas de audiência televisiva. A palavra ibope é também utilizada com o significado de audiência ou prestígio. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/ibope/>>. Acessado em 24 de maio de 2017, às 08h.

⁸ MINUTOSERTÃO, blog de Augusto Ferreira – **O Impacto do primeiro beijo gay na teledramaturgia brasileira**. Publicado em 03/02/2014. Disponível em: <<http://minutosertao.cadaminuto.com.br/blog/augusto-ferreira/7687/2014/02/03/o-impacto-do-primeiro-beijo-gay-na-teledramaturgia-brasileira>>. Acessado em 25 de abril de 2017, às 09h & 20min.

6 O BEIJO GAY NO ESPAÇO PÚBLICO

A partir dessa breve descrição a respeito da construção midiática imposta aos telespectadores ao abordar a homossexualidade, perpassando pela sacralização do beijo gay nas telenovelas brasileiras – primeiramente em *Amor e Revolução*, do SBT, mas com uma visibilidade e crítica muito maior o beijo no último capítulo de *Amor à vida*, pelos atores Mateus Solano e Thiago Fragoso, da Rede Globo – surge a seguinte indagação: **é legal o beijo gay em espaço público?**

Logo após o silêncio de suspense ao assistir o capítulo final de *Amor à Vida*, o povo brasileiro deu lugar aos gritos de celebração a história de amor. O Deputado Federal, Jean Wyllys, do PSOL-RJ, destacou:

Vi o último capítulo aos prantos. A relação do Félix com o pai, César (Antônio Fagundes) me comoveu e, claro, o beijo me emocionou bastante pelo cunho social e político. Fiquei satisfeito, feliz, histórico. **Se faltasse o beijo, sobraria incoerência.** Walcyr coroou uma questão que muitos autores já vinham abordando⁹. (grifo meu)

Ao ler o trecho “Se faltasse o beijo, sobraria incoerência”, do discurso apresentado por Wyllys, os historiadores são obrigados a revisitar a síntese fórmula “se não há problema, há apenas o vazio”¹⁰, criada pelo historiador Lucien Febvre. Quer dizer, depois de uma harmonização contextualizada entre as histórias fictícias, escritas por Walcyr Carrasco, o possível fracasso desse esperado beijo significaria o ‘vazio’. Porém, foi especulado pelos conservadores que tal beijo representava a desconstrução da “verdadeira família”, a má educação juvenil e a ‘ilegalidade’ sociocultural “desse tipo de beijo” (o beijo gay).

Contudo, não existe nenhuma lei que censure o beijo, como também não existe uma distinção entre beijo hétero(sssexual) ou homo(sssexual), até porque, segundo a Constituição Federal, de 1988, no art. 5º - *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

No que se refere a exposição visual e/ou midiática do beijo, no artigo 221, também, da Constituição Federal, de 1988, existe um dispositivo, exclusivamente, voltado para os meios

⁹ MINUTOSERTÃO, blog de Augusto Ferreira – **O Impacto do primeiro beijo gay na teledramaturgia brasileira**. Publicado em 03/02/2014. Disponível em: <<http://minutosertao.cadaminuto.com.br/blog/augusto-ferreira/7687/2014/02/03/o-impacto-do-primeiro-beijo-gay-na-teledramaturgia-brasileira>>. Acessado em 25 de abril de 2017, às 09h & 20min.

¹⁰ FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI** (1942). Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

de comunicações sociais (jornais, rádios, televisão, etc.) que garante a promoção e reconhecimento social do sujeito.

Outro questionamento levantado acerca do “beijo gay” diz respeito a um suposto atentado ao pudor. Porém, tomando como base o Código Penal, pelo art. 214, revogada pela Lei nº 12.015, de 2009, alega que para se configurar um ato violento ao pudor ou estupro é necessário que alguém venha sofrer o constrangimento da prática de qualquer natureza sexual (sexo oral, vaginal, anal). Com isso, o beijo consentido e sexo forçado não podem ser associados.

Porém, há até quem ache que o “beijo gay” pode ser tachado de ato obsceno. Neste caso, advogado Carlos Alexandre Neves Lima, em seu blog – DIREITOS FUNDAMENTAIS LGBT – descreve quê:

Obsceno é o que choca pela vulgaridade, causa escândalo e fere os sentimentos honestos de quem o presencia. De fato, trata-se de uma questão subjetiva, não é muito simples, pois a definição do termo obscenidade pode variar mais ou menos, ou muito, conforme a pessoa, a comunidade, a cultura, o país e a época. Mas para o que interessa aqui, por tal definição, o beijo de língua em público não é obsceno, pois nele não há uma conotação sexual que transgrida o sentimento de decência da coletividade, apenas de afeto. **Assim, beijos e carícias moderadas praticadas por um casal não são atos obscenos**¹¹. (grifo meu).

E como já foi destacado acima, se a lei nos qualifica como “iguais” perante a ela, o “beijo e carícias moderados” é de igualdade a todos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após construir este breve cronológico e essa contextualização sobre a abordagem da homossexualidade nas telenovelas brasileira, observa-se que as telenovelas brasileiras ainda estão muito longe de atenderem os anseios sociais, especialmente aos grupos LGBT(s). Porém, é necessário considerar que durante esses dez últimos anos – 2006/2007 a 2017 – o quarto poder tem proporcionado um espaço de debate e reflexão e, conseqüentemente, tem contribuindo no processo de reconhecimento e valorização acerca das relações homoafetivas presentes no novo cenário social.

Claro que, mesmo ocorrendo o beijo entre os personagens Félix e Niko, no último capítulo da novela *Viver à Vida*, é evidente que ainda existe uma grande lacuna entre a

¹¹Disponível em: <http://carlosalexlima.blogspot.com.br/2010/10/homossexuais-podem-beijar-em-publico.html>. Acessado em 25 de maio de 2017, às 10h.

homossexualidade e os elementos da identidade homossexual apresentados nos espaços midiáticos, especialmente, exibidos pela Rede Globo, ao trazer personagens afetados e estereotipados, generalizando a imagem de um homossexual. Um bom questionamento a ser analisado, ainda nessa perspectiva, é: por que a mídia ainda não apresentou uma relação homofetiva consolidada, bem similar aos casais heterossexuais?

É bem verdade que na novela “Paraíso Tropical” (2007/Rede Globo), Gilberto Braga tentou consolidar este aspecto, porém, foi bem criticada. Pois, os personagens Rodrigo e Tiago, em alguns momentos da trama, mantiveram uma relação confundida a uma relação de ‘irmãos’, já que todos os demais casais heterossexuais forjavam o clímax perfeito (beijo na boca, cenas quentes, etc.). Outro dado importante é entender porque o tema como a homoparentalidade (adoção de crianças por casais homossexuais) é exibido apenas no último capítulo? – Como foram encenadas em “Senhora do Destino” (2004-2005/Rede Globo) e “Páginas da vida” (2006-2007/Rede Globo).

Por fim, e considerando que tal pesquisa poderá avançar ainda mais devido à complexidade dos contextos sociais analisadas até o presente momento, fica obvio que existem muito mais perguntas e questionamentos do que respostas. Por outro lado, vale ressaltar, a importância das telenovelas brasileiras enquanto elemento formativo, ao influenciar, de alguma forma, nos comportamentos das pessoas, e por abrir espaço para o debate do assunto, na possibilidade da reelaboração o pensamento coletivo, promovendo, assim, a transformação social.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. – 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERNANDES, Guilherme Moreira; LEAL, Paulo Roberto Figueira. **A Percepção da Identidade Homoafetiva em Telenovelas**: as Recepções Massivas e da Audiência Folk em Perspectivas Comparadas. Trabalho apresentado XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR, entre 4 a 7 de setembro de 2009.

LIMA, Ivonaldo Pereira de. A utilização da televisão como suporte metodológico no processo ensino-aprendizagem. **Anais do V Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas**: Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, Ética e Responsabilidade Social. Maceió, agosto 31 a 03 de setembro, 2010 [recurso eletrônico]/ Universidade Federal de Alagoas Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió: UFAL, 2010.

LIVRARIA CULTURA. **Revista da Cultura**. Edição 111. Brasília[?]: abril de 2017, 18-29. [Entrevista/ Matheus Nachtergaele – por Gustavo Ranieri].

RESENDE, Carlos Alberto. **Telenovela**: o discurso dos personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo. Brasília, Centro de Ensino Universitário de Brasília – UniCEUB, 2008 (monografia para conclusão do curso de Comunicação Social).

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, 188p.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. De boca perfumada a ouvidos dóceis e limpos. Ancestralidade Africana, tradição oral e cultural brasileira. **Itinerários**, Araraquara, n° 13, 51-66, 1998.

TUFTE, Thomas. “La television como mediador cultural: el caso de las telenovelas brasilenãs”. In: MELO, José Marques de (org.). **Identidade Culturais Latino-Americanas**: em tempos de comunicação global. São Bernardo do Campo: Umesp: 1996.

BREVE DEBATE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E O CASO DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)

*Osmaria Rosa Souza*¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir brevemente a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no Brasil, partindo de um estudo de caso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-Brasileira (UNILAB). Tendo em conta, principalmente, as especificidades de uma universidade que nasce no bojo da política externa do Governo Lula (2003-2010) na sua relação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Neste sentido, buscaremos evidenciar ainda que brevemente, a atuação desta política no âmbito de uma universidade pública internacional, no atendimento de estudantes estrangeiros/as/ africanos/as.

Palavras-chave: Política Nacional de Assistência Estudantil. UNILAB. Estudantes africanos/as.

ABSTRACT

This article aims to briefly discuss the National Policy on Student Assistance (PNAES) in Brazil, starting from a case study at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). Taking into account, in particular, the specificities of a university that is born within the ambit of the foreign policy of the Lula Government (2003-2010) in its relationship with the Portuguese Speaking African Countries (PALOP). In this sense, we will also try to highlight briefly the performance of this policy in the scope of an international public university, in the care of foreign students / Africans.

Keywords: National Policy on Student Assistance. UNILAB. African students.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em questão trata-se de um recorte do projeto de qualificação de mestrado, apresentado no PPG em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Pretendemos através dele, levantar algumas reflexões acerca do debate sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no Brasil, tendo como recorte, um estudo de caso na Universidade da /integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), levando

¹ Assistente Social. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, integrante do Grupo de Pesquisa Antropologia: Fronteiras, Espaços e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: mari.pamais@gmail.com

em consideração sua dimensão internacional de cooperação Sul-Sul com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Assim sendo, contextualizaremos o debate a nível nacional, levando em consideração a forma como a Política Nacional de Assistência Estudantil tem sido debatida e construída ao longo dos últimos anos, em seguida, trataremos especificamente da Política de Assistência Estudantil na UNILAB.

2 O DEBATE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

No contexto de expansão do número de vagas e do aumento de oportunidades de ingresso no ensino superior público, o que passamos a ver é uma participação ampliada de jovens estudantes que antes não tinham possibilidade de acessar essa modalidade de ensino. Nessa perspectiva e a partir das ações dos governos petistas para viabilizar a inclusão social dessa parcela da população brasileira, surgiu a necessidade de articular propostas que buscassem atender as novas demandas postas, decorrente do acesso dessa população, até então, excluída. É dessa forma que a grande questão que se faz presente é a permanente diligência pela permanência dos estudantes nas universidades.

Nesse sentido, a trajetória histórica da Política Nacional de Assistência Estudantil no país passa a se vincular à política de assistência social que foi ancorada nas lutas dos movimentos sociais pelo fim do regime militar no Brasil. Frente às lutas da época, surgem duas frentes políticas de discussões sobre assuntos educacionais, em especial sobre as questões relativas à assistência estudantil, em 1987, momento em que se deu o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), (VASCONCELOS, 2010).

Segundo Nascimento (2013), a assistência estudantil está fortemente vinculada ao Movimento de Reforma Universitária que se deu na metade do século XX formado pelos/as estudantes, intelectuais e comunidade acadêmica que reivindicavam a democratização da universidade e da sociedade. Tinham como principal meta a democratização das condições de acesso e permanência dos/as estudantes nas universidades públicas, com base em ações de assistência estudantil.

Ainda segundo Nascimento (2013), com recursos próprios, que muitas vezes eram provenientes de taxas de matrícula, as IFES começaram a estruturar programas de alimentação, bolsas e moradias universitárias e, nesse sentido, novas formas de organizações estudantis foram sendo criadas com intuito de lutar pela defesa das condições de acesso e permanência dos estudantes nas universidades com uma política de assistência estudantil que fosse, de fato, eficaz. Foi nesse período de transição para a democracia brasileira que ocorreram os primeiros encontros a nível nacional dos Pró-Reitores das IFES, que deu origem ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

O FONAPRACE, juntamente e com a ANDIFES, defendia a integração regional e nacional das instituições de ensino superior de forma a garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), dialogando com a perspectiva dos direitos sociais, com a finalidade de proporcionar aos estudantes as condições necessárias para a permanência e conclusão dos cursos (FONAPRACE, 2012).

Foi a partir das diversas denúncias quanto à falta de assistência por parte das universidades, que o FONAPRACE fez parceria com os/as estudantes para pressionar o governo a implementar uma política efetiva que garantisse a permanência dos/as estudantes nas universidades, uma política que pudesse assisti-los/as, garantindo os mecanismos necessários para a conclusão dos seus cursos. Foram várias as reuniões junto ao Ministério da Educação (MEC) onde a pauta que se fazia valer era a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O MEC passou a considerar a assistência estudantil como uma estratégia no combate às desigualdades sociais, compreendendo que a democratização das condições de acesso e permanência na universidade é um direito que devia ser levado a todos os brasileiros. Dessa forma, instituiu-se, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Este foi um grande marco na história do FONAPRACE, uma conquista para a Assistência Estudantil nas duas décadas de existência do Fórum. (FONAPRACE, 2012).

Assis (2013), buscando conceituar a expressão “Política de Assistência Estudantil”, nos traz que a mesma se caracteriza como ação assistencial. Neste sentido, busca atender as necessidades sociais básicas da população de forma que se insira no campo das políticas públicas de educação superior. Ela recebe o nome de “política” por se estruturar com base em um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações no campo das Instituições Federais de Ensino Superior (FONAPRACE, 2012).

Desta forma, entendendo que as políticas públicas que seguem na área da educação superior estão fortemente ancoradas nas mudanças sociais que esse ensino sofre com as mudanças de governos e alinhamentos político-estratégicos, nos cabe salientar que a mudança governamental dos anos 2000 se traduz em maior legitimidade das ações assistenciais. Citamos duas dessas políticas públicas atuais na área da educação superior e alguns programas, como: Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que, apesar de fortemente criticado pelos movimentos estudantis, devido não alterarem a ordem econômico-social vigente, foi um marco com relação à expansão das universidades no país.

Nascimento (2013) em seu artigo “A Assistência Estudantil Consentida”, nos traz uma reflexão acerca dessas mudanças governamentais que incorporam em suas ações projetos neoliberais para tratar da educação superior no país. Reconhecendo que, apesar de programas como o REUNI que vincula a assistência estudantil como uma de suas principais diretrizes e o FONAPRACE que teve grande papel enquanto mediador e articulador na criação do PNAES terem sido extremamente importantes e eficientes em muitas ações, eles atendem à mesma agenda neoliberal que orienta as propostas do governo federal. No caso do REUNI, isso ocorre justamente porque a assistência estudantil passa pelo processo de institucionalização nas IFES, e esse processo segue a lógica governamental posta que se vincula aos interesses dominantes, onde as universidades perdem sua autonomia. No caso do PROUNI, predomina a lógica da mercantilização da educação superior, onde o Estado se exime de conceber a educação como um bem público disposto na constituição Federal e passa a celebrar parcerias com a iniciativa privada. (BRASIL, 2010).

A categoria “assistência estudantil consentida” é trabalhada pela autora como uma forma de trazer a mudança que está a ocorrer no projeto de assistência estudantil, que foi historicamente construído pelas lutas dos movimentos sociais na educação, no contexto de contrarreforma universitária dos anos 2000. Este tipo de assistência estudantil se traduz num projeto que restringe ações, pois ele é definido dentro da agenda educacional dominante que defende, segundo Chauí (1999), uma universidade neoprofissional de modelo operacional que forma o sujeito tão somente para competição no mercado.

Para Leite (2012), o redesenho do sistema educacional das universidades, os condicionam em grandes executores das exigências de mercado, transformando a universidade e o próprio ensino em mercadoria. Ao capturar as subjetividades dos sujeitos desde o momento de inserção na instituição de ensino, preparando-o apenas como trabalhador para um mercado de trabalho, torna inativa a capacidade dos/as estudantes de se mobilizarem

enquanto sujeitos à margem de seus direitos, de forma que o sistema educacional, como um todo, o molda e retira toda a sua crítica e reflexão do processo educativo.

Ainda segundo a autora, o governo trabalha justamente na perspectiva de manter a ilusão das camadas subalternas de que a educação superior trará a possibilidade de ascensão. Se no contexto da ditadura militar, as camadas médias depositavam na universidade a possibilidade de mobilidade social vertical, agora, nos anos 2000, as populações que sempre viveram destituídas dessa possibilidade reclamam esse direito e centralidade para si. Ocorre que essa possibilidade de ascensão através do ensino público superior só se fará possível quando houver um trabalho efetivo do Estado junto a toda comunidade acadêmica no intuito de implementar políticas estudantis efetivas dentro das universidades, entendendo que a ampliação de vagas no ensino superior público compreende a criação de mecanismos para permanência dos estudantes nas universidades.

Conforme a autora, o REUNI, após sua expansão, vem possibilitando apenas políticas estudantis pobres para os pobres, pois é destinada somente aos estudantes tidos como “carentes”, ou seja, a expansão não foi pensada em termos de acesso democrático para a população brasileira e, ao pensar uma universidade que busca atender apenas uma parcela, aquela tida como a mais carente, e dentro dos limites neoliberais, a política direcionada a eles/as também será pobre, ditada dentro dos limites de seleção e das condicionalidades.

Trazer o conceito de gratuidade implica não só a ausência de taxas ou mensalidades, mas “a garantia de reais condições de estudo através de sistemas e mecanismos que permitam ao aluno condições de alimentação, transporte, moradia, disponibilidade de material de estudo”, (ANDES, 1996, p. 29). Acrescentamos ainda, que, dentro deste rol de direitos, se encontram o direito a cultura e ao lazer, dentre outros mecanismos de integração destas populações, dentro e fora da universidade.

Desta forma, a política de assistência estudantil não deveria jamais se limitar a criar mecanismos de seleção para programas que serão destinados unicamente à população de baixa renda. As ações tomadas no âmbito dessa política devem atender a as populações que, pela existência de programas como o REUNI, além das ações afirmativas sociais e raciais, chegam à universidade com um grande histórico de dificuldades, que só podem ser trabalhadas, na medida em que a universidade tratar estes novos/as estudantes, enquanto sujeitos de direitos.

Leite (2012) realizou uma pesquisa nos *sites* de 98 universidades federais e estaduais, sendo 59 universidades federais e 39 universidades estaduais. A autora traz algumas colocações importantes. A mesma identificou que em todas as universidades federais

pesquisadas existia uma Política de Assistência Estudantil e que isso se deve ao fato dessas universidades terem aderido ao REUNI em 2007, levando em consideração que o programa traz como uma de suas principais diretrizes a assistência estudantil; as universidades acabaram por aderir a implantação da política dentro dos sítios, isso é claro, aliado ao apoio financeiro que existia na época por parte do REUNI, e que hoje não existe mais.

A pesquisa mostra ainda, que algumas das universidades federais sinalizam no *site* a existência de assistência estudantil, mas o *link* não traz informações, ou aparece que a página está em construção. Já nas universidades estaduais, a assistência estudantil limita-se, não mais que à moradia e alimentação, sendo que a maior parte delas se localiza no Nordeste. Outra característica encontrada pela autora é que todas as universidades que possuem política de assistência estudantil vinculam sua concessão à comprovação de carência financeira. Além disso, existem bolsas para todas as atividades realizadas, mas não se permite o acúmulo de duas bolsas, ou seja, quem possui uma, não pode concorrer à outra.

Sintetizando as ideias da autora, o que devemos tomar como discussão é a concepção de gratuidade que as universidades encunham, pois a gratuidade no acesso ao ensino implica outras variantes que vão determinar o percurso desses/as estudantes que passam a acessar as universidades públicas. Entendendo, aqui, que a gratuidade no ensino implica “não só a ausência de taxas ou mensalidades, mas a garantia de reais condições de estudo através de sistemas e mecanismos que permitam ao aluno condições de alimentação, transporte, moradia, disponibilidade de material de estudo”; (ANDES, 1996, p. 29). A autora ainda nos dá a possibilidade de refletir sobre as ações dessas universidades, que parecem agir como se os/as estudantes que acessam as universidades na condição de pobre, deveriam permanecer pobres no percurso universitário, não se preocupando com os princípios do atendimento universal.

Ainda complementando as ideias da autora, no que concerne aos currículos das universidades públicas, não temos presenciado grandes mudanças quando se trata de incluir a temática étnico-racial nas salas de aulas. Mais ainda, temos que pensar as universidades de maneira mais global, já que o debate das ações afirmativas no Brasil, focou muito no acesso dos estudantes de graduação, ao contrário da experiência de outros países, como Estados Unidos e África do Sul, onde desde o começo o debate incluiu também os professores, por exemplo. (BARRETO, 2016).

A seguir, ao discutirmos a Política de Assistência Estudantil da UNILAB, trataremos com mais detalhes, a importância de se pensar também, as condições de permanência de estudantes que passam a ingressar nas universidades públicas federais, principalmente as universidades que nascem no Brasil, com o intuito de atender a interiorização, caso da

UNILAB e de várias outras pelo Brasil, isto porque a população que acessa estas universidades são provenientes de regiões predominantemente rurais e a acessar a universidade, para estas populações, torna-se um grande desafio econômico.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNILAB

Em 21 de abril de 2014 (NASCIMENTO, 2014), o que se percebeu no país foi as manifestações de estudantes em diversas universidades públicas. Além da causa direta ter sido os atrasos dos auxílios, denotou-se, também, que elas refletem a crise existente nas universidades públicas brasileiras provocadas pelas reformas ligadas ao REUNI. Há o aumento de número de vagas, aberturas de novos campus e cursos, mas estas ações não são executadas com a seriedade política que merecem: faltam planejamento, investimento e uma discussão democrática.

No Caso da UNILAB, essas manifestações foram, num primeiro momento, lideradas pelos/as estudantes africanos/as. Depois de uma Assembleia de todos/as os/as estudantes brasileiros/as e estrangeiros, montou-se uma pauta comum onde se puderam identificar suas demandas. Estas, além de reivindicar os atrasos de auxílios, trouxeram à tona outras carências ligadas a uma nova universidade que vem sendo implementada no interior de Ceará: falta de médicos, falta de água potável nos bebedouros coletivos, falta de um canal de comunicação, autoritarismo da gestão, falta de carteirinhas de estudantes, reivindicação para baixar os preços de ônibus e de casas perante a especulação imobiliária na cidade, falta de lazer, falta de creches, existência de práticas de machismo, preconceitos e racismo na cidade e na universidade. As manifestações dos/as estudantes, ocorridas em 22 de Abril de 2014, foram manchetes em alguns noticiários².

Em 26 de Fevereiro de 2015, a UNILAB cortou, de forma imediata, auxílios do Programa de Assistência aos Estudantes (PAES) sem comunicar previamente os/as estudantes. Em resposta à medida arbitrária por parte da universidade, os/as estudantes

²Alunos da UNILAB, no Ceará, estão sem auxílio moradia e protestam. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/04/alunos-da-unilab-no-ceara-estao-sem-auxilio-moradia-ha-quatromeses.html>;

Bolsa do MEC atrasa e alunos da Unilab entram em greve. Disponível em: <http://blogdoeliomar.com.br/bolsa-mec-atrasa-e-alunos-da-unilab-entram-em-greve>;

Estudantes não aceitam proposta e ocupação de reitoria da Unilab continua. Disponível em: <http://agenciabrasil.abc.com.br/educacao/noticia/2015-03/estudantes-nao-aceitam-proposta-e-ocupacao-de-reitoria-da-unilab-continua>;

ficaram ocuparam a reitoria da universidade por vários dias até que a gestão voltasse atrás da decisão.

A medida atingiu cerca de 360 alunos/as, dentre eles/as africanos/as e brasileiros/as do curso que também recebem o benefício do Programa Bolsa Permanência (PBP), destinado a discentes de cursos com carga horária média igual ou maior que cinco horas diárias. O valor da bolsa era R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Segundo a reitoria, a medida foi tomada devido a limitações orçamentárias com o objetivo de contemplar, com os auxílios, novos alunos que estivessem nos critérios de vulnerabilidade socioeconômica exigidos pelo PAES. O benefício pagava até R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais), dependendo do perfil dos/as estudantes. A UNILAB tentou fazer acordo com os/as estudantes propondo, em caso de atrasos do PBP, integrar os estudantes ao PAES e manter um teto de R\$730,00 (setecentos e trinta reais) em auxílios estudantis (somando o PBP com o PAES); porém, a universidade se dispôs a tomar essa medida por apenas dois meses com recursos próprios (Empresa Brasileira de Comunicação - EBC, 2015).

Houve ainda outra proposta por parte da universidade, que dependia do aporte de R\$1,5 milhão em emendas parlamentares, que foram garantidas. A universidade conseguiu manter o teto de R\$930,00 (novecentos e trinta reais) durante o ano de 2015, valor que já era fornecido aos estudantes antes dos cortes do PAES.

Aqui cabe trazer, a exemplo, que os cortes estão sendo adotados em outras universidades. Recentemente, 12 de março de 2015, mais de 300 estudantes da UFRJ lotaram o Conselho Universitário (CONSUNI) para impedir o corte nas bolsas de acesso e permanência anunciado pela Reitoria, além da garantia de que os estudantes moradores do alojamento fossem transferidos para o novo prédio de moradia estudantil assim que ele estivesse pronto. (Palavra Operária, 2015).

Os/as estudantes, depois de muita pressão, conseguiram fazer com que o CONSUNI voltasse atrás de sua decisão e reestabelecesse as bolsas sem processo seletivo, como haviam sendo fornecidas antes do corte.

Como o REUNI vem atendendo camadas da população, que até então, não acessavam o ensino superior, e que em sua maioria pertencem a família de baixa renda é quase automático, que após ingressar na universidade, praticamente todos/as estes estudantes, precisarão serem assistidos por auxílios e bolsas que visem a permanência destes, nas universidades. Vejamos:

O setor público, mais seletivo e com alta competição para ingresso na maioria dos cursos, passou então a receber a partir da década de 2000 uma maior proporção de estudantes de um “novo perfil”: vindos de escola pública, mais velhos, com o que chamamos de “trajetórias escolares não lineares”, isto é, que possivelmente não ingressaram no ensino superior imediatamente após a conclusão do ensino médio e talvez tenham tentado ingressar em diferentes cursos ou instituições antes de conseguirem efetivamente matricular-se numa instituição pública (HERINGER, 2014, p. 26)

O REUNI possibilitou a chegada de um novo público de alunos/as desde 2000, nas universidades estaduais e federais. Essa expansão das universidades trouxe desafios em termos de atendimento das necessidades específicas destes/as estudantes. Assim, os recursos financeiros passam a ser a grande pauta, pois se fez necessária a criação de mecanismos e políticas que permitam o apoio material aos/as estudantes de baixa renda, com a finalidade de que consigam se manter nos cursos.

O REUNI inclui mecanismos para adoção de políticas de ação afirmativa por parte das universidades. Com a finalidade de conseguirem inserir parcelas excluídas da população. Embora o governo não tenha assumido a política de ação afirmativa como bandeira legislativa, seu diálogo com o movimento negro no plano da política interna, resultou na instituição da Lei nº 10.639/03, na fundação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (MATILDE, 2015), e na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, reconhecendo o Brasil oficialmente como um país multirracial e multiétnico, onde pessoas de descendência africana estiveram e estão sujeitas a discriminação racial.

A lei faz com que o Estado assumira o seu dever de promover igualdade de oportunidades, bem como a inclusão dessas parcelas que foram excluídas historicamente da sociedade brasileira.

Segundo Malomalo (2010), este diálogo do governo com o movimento negro, permitiu a elaboração de políticas públicas em educação para negros e brancos pobres. Para o autor, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e a implementação de políticas de cotas sociais e raciais são respostas concretas dadas pelo governo petista e pelos Conselhos Universitários em relação às demandas da população negra.

Com a inclusão de novas parcelas da população, até então, excluídas, se faz necessário, pensar numa política transversal, no sentido da permanência e da não evasão. É necessário que se haja ações que motivem estes/as estudantes a permanecerem nas universidades, além disso, como a grande maioria são de baixa renda, identifica-se que grande parte deles/as, antes de ingressarem no ensino superior, complementava a renda familiar com

algum tipo de trabalho. A questão que deve ser discutida é como fazer com que este/a estudante opte por estudar ao invés de trabalhar?

O PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil é pensado justamente nesse sentido. Dentre suas funções, está a democratização das condições de permanência e conclusão da educação superior. Assim o PNAES desenvolve ações com vista a atender moradia; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esportes; educação infantil para filhos de estudantes; acesso; participação e aprendizagem de estudantes portadores de deficiência (BRASIL, 2010).

Segundo Feres (2013), nos primeiros anos, após a criação do PNAES, houve grande investimento por parte do governo petista, de forma que as universidades conseguiam atender as demandas postas. Ocorre que os anos que seguiram, com a criação do REUNI e sua expansão desordenada, sem planejamento, afetou seriamente o desempenho da Política dentro das universidades, pois a demanda de estudantes em situação de vulnerabilidade aumentou, mas os recursos destinados ao PNAES congelaram e também, foram reduzidos nos anos que se seguiram.

A situação da Política de Assistência Estudantil nas universidades tem enfrentado este problema e, embora defendamos uma política que vá além de concessões e auxílios materiais, sabemos que estes recursos são essenciais para que os/as estudantes de baixa renda consigam ter experiências exitosas durante sua formação.

Os problemas denunciados pelos movimentos de estudantes no Brasil e na UNILAB no que se refere o não atendimento de algumas demandas materiais que são postas, constituem uma violação dos direitos humanos, direitos internacionais e constitucionais. O material existente que vem nos auxiliando na elaboração deste trabalho, aponta que as universidades públicas brasileiras têm procurado atender as necessidades básicas e resolver os problemas de estudantes mediante o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que cada Pró Reitoria ligada aos assuntos estudantis e comunitários, busca cumprir seus objetivos. Para isso, serve-se da mão de obra qualificada dos assistentes sociais, psicólogos e/ou outros/as profissionais que lidam com os direitos sociais.

Os princípios que estruturam o PNAES são aqueles obtidos pelas conquistas democráticas do povo brasileiro em sua CF de 1988. O problema, na atualidade, é que os princípios que deveriam garantir os direitos sociais e culturais dos estudantes nas universidades brasileiras vêm sendo violados pelas práticas neoliberais existentes e os interesses eleitoreiros dos partidos no poder.

Nesse sentido, a UNILAB deveria ser uma universidade residencial e de tempo integral, porém acuada com a crise que afeta a expansão universitária pública brasileira, seus/as estudantes enfrentam alguns problemas similares aos de seus colegas de outras universidades não internacionais. Os problemas de ordem social, psicológicos, de saúde que os estudantes enfrentam na UNILAB são ou devem ser resolvidos pela Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) com ações integradas que busquem a intersectorialidade tanto dentro da universidade, como fora dela.

Esse momento que as universidades públicas federais estão passando reflete de forma extremamente gritante na gestão dos recursos da Política de Assistência Estudantil. De forma que, com menos verbas, eles atenderão menos estudantes, e até mesmo os que são atendidos passam por critérios de seleção que são, no mínimo, desumanos: os mais pobres entre os pobres. E esse é o rumo que a política de assistência social tem tomado no Brasil: políticas focadas para os segmentos mais vulneráveis da população brasileira.

Ao pensar a UNILAB enquanto instrumento de cooperação internacional, inserida em meio à crise econômica atual, é de extrema importância nos termos ao fato de que ela não deixa de passar pela mesma crise econômica que atravessa as demais universidades públicas brasileiras. Neste sentido, compreender quais são os mecanismos e critérios de avaliação utilizados pela universidade na assistência estudantil que se direciona, também, aos estudantes africanos, se faz demasiadamente importante.

Pensar numa UNILAB que surge através de acordos de cooperação entre Brasil e países africanos dos PALOP é pensar numa instituição que tem o dever de oferecer formação de qualidade e baseada em princípios de igualdade e equidade. Mais adiante, falaremos um pouco sobre a cooperação Sul-Sul e os fatores internos e externos que convergem na fundação da universidade.

A Política de Assistência Estudantil na UNILAB deve (ou deveria) ser diferente de qualquer outra existente nas demais universidades federais e estaduais. Isto porque ela é internacional, o que exige um comprometimento por parte de todos os/as agentes envolvidos/as para que este projeto de universidade, de fato, consiga atingir a integração internacional entre os povos.

Cabe salientar ainda, que os/as estudantes estrangeiros/as africanos/as estão ancorados por um acordo de cooperação entre o Brasil e seus países, o que faz com que tenham direito a atendimento integral por parte da Política de Assistência Estudantil, não devendo haver distinção entre brasileiros/as e estrangeiros. As diretrizes são claras no que se refere a função da UNILAB no Brasil, nos PALOP e no mundo.

4 CONSIDERAÇÕES PARA NÃO FINALIZAR

O que temos observado é que embora a UNILAB seja uma universidade internacional, ela não deixa de passar pela mesma crise econômica que atravessa diversas instituições públicas de ensino superior, no país. Ainda assim, defendemos aqui, uma Política de Assistência Estudantil que possa desenvolver ações no âmbito da universidade, sem que estas, sejam pensadas apenas a partir de auxílios. A política não apenas na UNILAB, mas em todas as universidades públicas, federais e estaduais, deve ir além da dimensão material, utilizando também, outros mecanismos de inclusão desses/as estudantes, na universidade e na comunidade.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo. Cortez, 2003
- BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social – fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social, 2006.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Disponível em: Acesso em 1 mar de 2015.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996** – Rio de Janeiro: Lamparina 2008.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set/ou/nov. 2003.
- FERES, J. e CAMPOS, L.A. O “discurso freyreano” sobre as cotas raciais: Origem, difusão e decadência. In: PAIVA, Angela R. (org.). **Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 116-148
- HERINGER, Rosana. Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil. **Revista TOMO**, 2014.
- LEITE, Janete Luzia. **Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?** Disponível em:
http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/4052/6485. Acesso jan 2015.
- NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência estudantil consentida**. Disponível em:
<http://www.andes.org.br/andes/print-revista-conteudo.andes?idRev=41&idArt=211>. Acesso em: 20 Jun. 2013.

NASCIMENTO, Clara Martins; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **O serviço social na assistência estudantil:** reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. Disponível em: <http://www.arcus-ufpe.com/files/artgfonaprace.pdf> Acesso em 01 jan 2015.

UNILAB. **Diretrizes Gerais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**, julho de 2010. Disponível em: http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf. Acessado em 10 mai. 2015.

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TRAZIDAS POR MEIO DE CONVÊNIO INTERNACIONAL

*Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi
Immanuel Darkwa
Pedro Yago Barreto*

RESUMO

Três dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU) se encontram relacionados aos resíduos sólidos urbanos. Atualmente, a geração dos resíduos é intensa em todo o mundo. Em 2010, a Lei 12305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, PNRS. Alguns objetivos deste Marco Regulatório estão em consonância aos do ODS. A questão das atividades exercidas por catadores de materiais recicláveis é tratada pela PNRS como fundamental para o adequado manejo dos resíduos sólidos, já que recolhem material descartado, que pode ser reaproveitado no processo produtivo, diminuindo o uso dos recursos naturais. A causa dos catadores de materiais reciclados foi levantada como prioritária para possível estudo conjunto entre a Universidade Católica do Salvador e o Trinity College, Irlanda. Este trabalho tem o objetivo de levantar quais são os maiores problemas operacionais enfrentados por catadores de materiais recicláveis no município de Salvador, visando dar prosseguimento à elaboração de um projeto de cooperação internacional em Inovação Social. Os métodos indutivo e dedutivo foram utilizados para a análise dos dados. Os resultados apontaram para duas possibilidades: o desenvolvimento de projeto para recuperação estrutural de galpões de reciclagem e o desenvolvimento de técnicas e equipamentos adequados para a realização das atividades destes trabalhadores. Os resultados preliminares encontrados servem para nortear possível acordo entre as duas instituições. Torna-se necessário aprofundar os estudos desenvolvidos e promover um maior diálogo entre as instituições parceiras.

Palavras-chave: Política Nacional de Resíduos Sólidos. Gestão Compartilhada. Resíduos Sólidos. Logística Reversa.

1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas – ONU tem representação fixa no Brasil desde 1947. Esta organização trabalha no sentido de obter uma resposta coletiva, coerente e integrada às prioridades e necessidades nacionais em torno da Agenda Pós-2015 e do marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Três dos dezessete ODS se encontram relacionados aos resíduos sólidos urbanos, tais quais o Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos; o Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis e o Objetivo 12. Assegurar padrões, de produção e de consumo, sustentáveis (ONU, 2017).

O meio ambiente, de forma direta ou indireta, se encontra inserido em quase todos ODS. Para chegar aos dezessete Objetivos eleitos, a ONU aderiu ao uso das redes abertas de

conhecimento, o chamado *crowdsourcing*, para a construção da agenda pós-2015, ou seja, por meio das mídias digitais e telefonia móvel, pessoas em todo o mundo puderam participar da definição das metas de combate à pobreza, inseridas no ODS. O *crowdsourcing* é considerado como uma Tecnologia Social.

É significativo o aumento de ações, de cunho participativo, relacionadas à Inovação e às Tecnologias Sociais, ao Associativismo, à Cooperação institucional e ao Voluntariado e que visam ampliar o bem estar do homem.

Um dos entraves que inibem o bem estar da sociedade, e se insere no Objetivo 6 da ODS, universalização do saneamento básico, é o impacto do descarte inadequado dos resíduos sólidos, que ocasiona doenças e poluição nas ruas, nas cidades, nas estradas, nos mananciais e até nas matas e nos manguezais. A geração dos resíduos é intensa em todo o mundo e esta é uma das preocupações da ONU.

O Brasil gera tantos resíduos quanto às nações ricas. O diferencial é que 41% destes resíduos ainda são destinados aos lixões (ABRELPE, 2016). Este tipo de destinação final não é mais possível no Japão, nos Estados Unidos, na Alemanha ou na Irlanda.

Em 2010, a Lei 12305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, PNRS. Alguns objetivos deste Marco Regulatório estão em consonância aos ODS e podem ser destacados: o incentivo à indústria da reciclagem e ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos; e, a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

O incentivo à indústria da reciclagem e ao desenvolvimento de melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos pode ser relacionado ao ODS 12, garantir padrões de produção e de consumo sustentáveis. Não menos importante que os demais, o Objetivo da PNRS relativo à integração dos catadores de materiais reutilizáveis nas atividades relacionadas ao ciclo de vida dos produtos se insere no Objetivo 11, que busca tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Por meio das inferências na compreensão e aproximação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e da Política Nacional dos Resíduos Sólidos brasileira (Lei 12305/2010), expressas por elementos valorosos ligados às reivindicações trazidas pela Agenda 21, o resultado que se quer demonstrar é a necessidade de obtenção de qualidade de vida para a atual e as futuras gerações.

A questão das atividades exercidas pelos catadores de materiais recicláveis é tratada pela PNRS como fundamental para o adequado manejo dos resíduos sólidos, já que recolhem material descartado, que pode ser reaproveitado no processo produtivo, diminuindo o uso de novos recursos naturais. Catadores contribuem para a reciclagem e se faz necessária à inserção de novos conceitos de valorização social e econômica desta categoria profissional, garantindo padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Padrões de produção e de consumo sustentáveis que levem em consideração a inovação e as tecnologias sociais. Para Diogo & Guerra (2013) a inovação social “é uma via efetiva e criativa para a resolução de problemas sociais, no sentido de melhorar o bem-estar social e promover o desenvolvimento” (DIOGO & GUERRA, 2013, p.142).

A Universidade, também possui papel importante para o desenvolvimento e o progresso de um país. Esta, como instituição, é uma das responsáveis pelo processo de criação e disseminação de novos processos, ideias, procedimentos e teorias.

Conceitos como inovação social ou humanitária, empreendedorismo social, voluntariado, dentre outros, vêm sendo trabalhados pelo *Trinity College University*, em Dublin, Irlanda. O Programa de Inovação Social (iHIA) busca fornecer um ambiente experimental e educacional para o desenvolvimento de novas técnicas e processos que contribuam para modificar situações-problema. Grupos de estudantes de diferentes países interagem, adquirem conhecimento e desenvolvem habilidades para a inovação e para a melhoria de situações que exigem mudanças, principalmente as sociais. Figura 1.0 abaixo:

Figura 1.0 – Estudantes Irlandeses e da Tanzânia elaboram projetos sociais



Fonte: <http://i-hia.com/the-model/>, 2017

A Universidade Católica do Salvador (UCSAL) está firmando um acordo com o *Trinity College* na busca do desenvolvimento de um projeto conjunto em Tecnologia e Inovação Social.

A causa dos catadores de materiais reciclados foi levantada como prioritária para um estudo em conjunto devido às ponderações feitas ao longo desta Introdução. Assim, diante do quadro exposto, este trabalho tem o objetivo de levantar quais são os maiores problemas operacionais enfrentados por catadores de materiais recicláveis no município de Salvador, visando dar prosseguimento à elaboração de um projeto de cooperação internacional em Inovação Social.

2 RESÍDUOS SÓLIDOS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLADOS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da Lei 12.305/2010 define resíduos sólidos como:

...material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010, p. 1).

A PNRS, artigo 42 do Capítulo V - Dos Instrumentos Econômicos, trata de diversas questões econômicas ligadas aos trabalhos que os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis desempenham. A Lei determina que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, dentre outras, as iniciativas de (III) implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda; (V) estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa; (VII) desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos; e, (VIII) desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Assim, a Lei 12305/2010 reconhece o trabalho que pode ser desempenhado pelos catadores de material reciclável, que possuem trajetória de atividades anterior à promulgação da Lei.

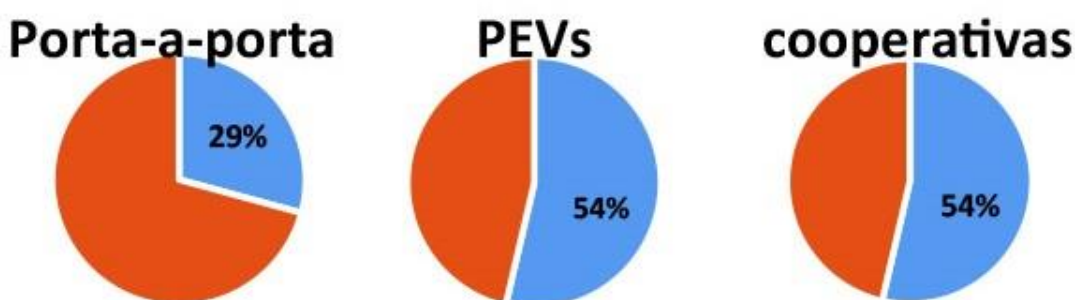
Desde outubro de 2002, a ocupação de catador de material reciclável se encontra regulamentada pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Esta profissão também é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e contribui para o aumento da vida útil dos aterros sanitários e para a diminuição da demanda por recursos naturais, na medida em que abastece as indústrias recicladoras para reinserção dos resíduos em suas ou em outras cadeias produtivas, em substituição ao uso de matérias-primas virgem.

Batista (2015) informa que desde a década de 80, foi intensificada a criação de associações e cooperativas de catadores. Estas iniciativas podiam ser por iniciativa de catadores ou por organismos governamentais e não governamentais. Para o autor, estes trabalhadores ao se organizarem, buscam,

... a melhoria nas condições de trabalho e da qualidade de vida, comercialização de maior volume de material reciclável, mobilização e sensibilização da sociedade sobre a realidade dos catadores, bem como para a necessidade da preservação ambiental e a contratação das associações e cooperativas pelo poder público, como forma de integrá-los ao processo de gestão dos resíduos sólidos (BATISTA, 2015, p.16).

A contratação das associações e cooperativas pelo poder público pode ser compreendida pela pesquisa Ciclossoft (CEMPRE, 2016), que aponta 54% dos municípios incentivando este tipo de coleta. Figura 2.0.

Figura 2.0 – Agentes executores de coleta seletiva



Fonte: Ciclossoft (CEMPRE, 2016).

A Ciclossoft (2016) assegura que a combinação de coleta porta-a-porta, pontos de entrega voluntária e coleta por cooperativas é o modelo de maior êxito para o município alcançar um maior volume de material para reciclagem. Afirma que a maior parte dos municípios ainda realiza a coleta por meio de PEV e de Cooperativas (54%), necessitando a coleta porta-a-porta de maior atenção por parte de gestores municipais (29%). Porém, os catadores de materiais recicláveis estão realmente sendo atendidos?

A página WEB do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - Mncr, denuncia ausência de apoio do poder público e das empresas. O dia 7 de junho é comemorado como dia Nacional dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável. O Mncr aponta que não tem o que comemorar.

Nosso objetivo de ter nossa categoria reconhecida e valorizada ainda esta distante da realidade. As Prefeituras e empresas querem fazer homenagens e celebrar o nosso profissionalismo, mas são poucos os que pagam corretamente pelo serviço que prestamos. A grande maioria dos nossos companheiros e companheiras se encontra nas ruas e nos lixões, sem direitos e esperança (<http://www.mncr.org.br/>, 2017).

Arantes & Borges (2016) asseguram que não existem estatísticas precisas sobre a atividade de catação no mercado de trabalho, causadas pela falta de registro e pelo caráter itinerante da atividade destes trabalhadores. Assinalam que a maioria deles são mulheres e possuem baixa escolaridade. Relatam, por meio de citações científicas, a forma preconceituosa que a sociedade considera a atividade e seus executores,

Velloso (2008) argumenta que os resíduos têm sido vistos como algo ameaçador e, por isso, depositados em locais distantes e, originalmente, inabitados. O contato com esse material estigmatiza os trabalhadores. Do mesmo modo, aqueles que sobrevivem do que é descartado pela sociedade são igualmente considerados descartáveis. Segundo Pereira e Teixeira (2011), são notados como vagabundos ou delinquentes. Essa representação possivelmente resulta da falta de interesse em compreender a situação da categoria e, por conseguinte, em modificar tal realidade (ARANTES & BORGES, 2016, p. 321).

Pelos argumentos acima expostos, há de se investigar qual é o cenário e quais são as necessidades para uma melhor gestão e operacionalização das atividades desempenhadas, para a efetiva integração das associações e das cooperativas pelo poder público na gestão dos resíduos, inclusive possibilidades de oferta de financiamento para a implantação de infraestrutura física, para a aquisição de equipamentos e para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos, como apregoa o Capítulo V, artigo 42, da PNRS.

A cooperação institucional, por meio de trabalhos e pesquisas acadêmicos de diferentes universidades, que detêm conhecimento científico-tecnológico, pode fornecer proposições para transformar o cenário em que vivem estes trabalhadores brasileiros.

3 A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO E DA COOPERAÇÃO

Práticas cooperativas e associativas necessitam de confiança. A cooperação requer interação, visão comum e decisão compartilhada entre atores, que podem ser empresas, organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e diversas esferas de governo.

A Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU) escolheu o dia cinco de dezembro para valorizar o trabalho voluntário em mais de 140 países. Em 1997 a ONU definiu que 2001 seria reconhecido como o Ano Internacional do Voluntariado, o “IVY”.

O Programa de Voluntários das Nações Unidas - UNV trabalha com as agências das Nações Unidas e outras organizações de desenvolvimento através das Delegações Nacionais do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) espalhadas pelo mundo. No Brasil, o relatório “Além do Bem – Um estudo sobre voluntariado e engajamento” estima que apenas 18% dos brasileiros praticam algum tipo de trabalho voluntário (SANTO CAOS, 2017).

Este estudo, apoiado pela ONU, coloca o Brasil na 7ª posição no ranking de voluntariado na América do Sul. O primeiro lugar é do Peru, com 26% da sua população atuando neste tipo de trabalho, conforme pode ser visto na Figura 3.0.

Figura 3.0 Ranking Regional de Voluntariado – América do Sul.

América do Sul	
Ranking regional	Voluntariado (%)
1. Peru	26%
2. Uruguai	21%
3. Bolívia	21%
4. Argentina	20%
5. Colômbia	19%
5. Paraguai	19%
Média	19%
7. Brasil	18%
8. Chile	16%
9. Equador	16%
10. Venezuela	13%

Fonte: World Giving Index, (2016) Apud Santo Caos (2017)

A média de voluntariado na América do Sul é de 19%. O Brasil precisa avançar mais na participação de atividades para promover o bem estar sócio ambiental. O incentivo a

cultura do voluntariado e da participação ativa nos interesses comunitários contribui para a construção de uma sociedade mais autônoma, democrática e sustentável.

O movimento cooperativo/associativo é reconhecidamente lócus de mudança social e desenvolvimento local. Aprimoramento de capital social. Pode ser expresso por ação voluntária, coletiva, de participação democrática de funcionamento, análise, discussão e execução participativa de projetos.

Putnam (1993) afirma que é importante a organização comunitária e o engajamento cívico, principais potencializadores do capital social, importante ferramenta para o desenvolvimento econômico. Assinala que o Estado tem o dever de proporcionar capital social através de políticas públicas criativas, que encoraje e criem condições favoráveis à livre organização dos agentes e instituições. Para o autor, a criação das condições à livre organização de agentes pode ser no sentido do desenvolvimento de sistemas horizontais de participação cívica, que favorecem o desempenho do governo e da economia. Este autor acredita que tanto os Estados como os mercados funcionam melhor em contextos cívicos.

Tendler (1998) discute o entusiasmo pela descentralização e participação na comunidade de desenvolvimento, onde governo local e sociedade civil se aproximam na busca de uma “dinâmica bidirecional de pressões para a *accountability*, resultando num governo melhor” (p.31).

Milani (2003), no seu estudo sobre as Teorias do Capital Social, constatou que, desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. Para Boiser (2003) a viabilidade de um alto nível de capital social é questionável, além de não garantir a superação de problemas específicos, nem combater subdesenvolvimento. Embora admita capital social como uma importante semente de desenvolvimento. Entretanto, não o considera mais relevante que outras formas de capital, uma vez que a pobreza e o desenvolvimento são fenômenos sistêmicos e complexos.

Para Marchi et al (2008) em resposta às transformações ocorridas no ambiente econômico brasileiro das últimas décadas, cujo desenvolvimento local apresenta-se como alternativa possível para a superação das desigualdades regionais e mazelas sociais, é necessária a interação entre prosperidade socioeconômica e níveis de associativismo e cooperação. O trabalho voluntário, quando estruturado formalmente, pode contribuir para um processo de mudança social.

Diante de diversas perspectivas a respeito de enfoques teóricos sobre voluntariado, trabalho comunitário e cooperação, visando o desenvolvimento sócio ambiental, verifica-se a necessidade de estudos que contribuam para a ampliação de formas e processos não somente

com a perspectiva econômica, mas que propiciem tecnologias para a ampliação do bem estar sócio ambiental.

Em 2017, foram dados alguns passos para firmar convênio de cooperação entre o *Trinity College* e o Programa de Pós Graduação em Planejamento Ambiental – PPGPA da UCSAL, para a elaboração de um projeto humanitário conjunto, entre os dois países. Entretanto, verificou-se a necessidade de se investigar qual tema seria aplicado para a formalização do convênio. Qual grupo de pessoas na cidade de Salvador estaria suscetível a ser trabalhado por este convênio? O Grupo de Pesquisa GAMDES entendeu que catadores de materiais recicláveis se encontravam inseridos nos padrões necessários para esta parceria.

4 MÉTODOS UTILIZADOS

A pergunta que norteou este estudo foi: qual é o cenário e quais são os maiores problemas operacionais enfrentados por catadores de materiais recicláveis no município de Salvador?

Para buscar respostas à problemática foram utilizados os métodos dedutivo e indutivo por meio da leitura e análise de artigos ligados ao tema e, de entrevista semiestruturada, composta por roteiro com tópicos gerais selecionados, aplicada junto à representante do Programa Recicle Já Bahia, que trabalha junto à vinte cooperativas de catadores de materiais recicláveis na Secretaria de Administração do Governo do Estado da Bahia.

André (1983) propõe a análise qualitativa de dados por meio de entrevista como "Análise de Prosa", e a caracteriza como,

... uma forma de investigação do significado dos dados qualitativos onde tópicos e temas vão sendo gerados a partir do exame dos dados e sua contextualização no estudo, sendo preciso que estes tópicos e temas sejam frequentemente vistos, questionados e reformulados, na medida em que a análise se desenvolve, tendo em vista os princípios teóricos e os pressupostos da investigação (ANDRÉ, 1983, p.57).

Após a aplicação e o levantamento dos dados da entrevista, o tratamento dos elementos seguiu o preconizado por Queiroz (1987), que alerta para a tarefa cuidadosa na escuta da gravação e para o trabalho minucioso da transcrição literal. Estas etapas foram complementadas pelos detalhes importantes da situação, não captados pelo gravador.

Finalmente, foi gerado, de forma indutiva, quadros com diversos tópicos tratados com a entrevistada. A análise dos dados foi qualitativa e permitiu ampliações e adaptações,

consubstanciadas pelo material teórico, ocasionando os retornos pretendidos pelo estudo e que são apresentados no item Resultados e Discussões.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho toma como premissa a necessidade de interação entre prosperidade socioeconômica e cooperação institucional que gere tecnologias e inovação social para minimizar problemas operacionais enfrentados por catadores de materiais recicláveis.

Dentro do contexto socioeconômico dos resíduos sólidos, o recorte adotado foi a busca do cenário que vivem os catadores de materiais recicláveis no estado da Bahia, afim de levantar possíveis entraves que dificultam as atividades destes trabalhadores. A estratégia para chegar a respostas para o problema foi obter informações trazidas pelo conhecimento e pela verbalização do entrevistado selecionado. Necessário se faz destacar que durante as análises da transcrição e da gravação realizadas, algumas interpretações foram revisadas, muitas vezes retornando às referências bibliográficas estudadas.

Com base nas respostas da entrevistada foi desenhado um cenário ligado às atividades dos catadores de materiais reciclados que se relacionam com o Programa Recicle Já Bahia. Foi construído quadros que sistematizaram as respostas dentre seis tópicos: Caracterização do Serviço Prestado por Cooperativados; Características dos Catadores Individuais; Modelo de Cooperação Adotado Estado/Cooperativas; Barreiras e Dificuldades; Existência de Dados Estatísticos e Possibilidades Vislumbradas pela Entrevistada. O quadro 1.0 apresenta, dentre outros elementos, a ausência de transações monetárias na execução do serviço (Quadro 1.0).

Quadro 1.0- Cenário dos Catadores de Materiais Recicláveis Segundo a Caracterização do Serviço Prestado por Cooperativados

TÓPICO	RESPOSTAS
<p>Caracterização do Serviço Prestado por Cooperativados</p>	<p>Eles fazem uma prestação de serviço que não tem troca de dinheiro entre as partes, recolhendo os materiais recicláveis. O lixo vale o quanto pesa. Você tem que ir nos grandes geradores. As cooperativas trabalham mais em condomínios, em shoppings, etc. Trabalham com grandes geradores para conseguir agregar mais material para conseguir sobreviver. Hoje a maioria delas usa caminhão. As cooperativas têm realidades diferentes, têm visões diferentes. Tem grupos que ficam sempre esperando, são passivos. Outras cooperativas têm um “tique” para negócio, apesar de não terem estudo e muitos serem analfabetos. Um ou outro tem o ensino fundamental.</p>

Fonte: Pesquisa junto ao Recicle Já Bahia, 2017. Elaboração dos Autores.

A remuneração de um serviço é importante incentivo para a sua consecução. No caso dos catadores, geralmente, a transação monetária é realizada a posteriori, pela cooperativa ou por atravessadores, donos de pequenos negócios ligados à catação, também chamados como sucateiros. Para Arantes e Borges (2013) este é um negócio com baixa rentabilidade, que pode ser explicada pela morosidade do processo de triagem do material conforme sua natureza. Este processo possui uso intensivo da mão de obra e a produtividade está relacionada mais ao fator humano do que à tecnologia ou ao gerenciamento do negócio.

Já a coleta feita por catadores individuais, que não se encontram associados às cooperativas, está direcionada para materiais de natureza mais específica, como papel, metal ou plástico, com catação solitária, com menos volume, gera menos recursos, utiliza equipamentos inadequados (Quadro 2.0).

Quadro 2.0 - Cenário dos Catadores de Materiais Recicláveis Segundo Características dos Catadores Individuais

TÓPICO	RESPOSTAS
Características Catadores Individuais	Se você vai individualmente buscar um pouco aqui e um pouco ali, não será um bom negócio. O catador que usa carrinho é aquele que está sozinho, que não trabalha em cooperativas e não quer ouvir falar disso. Geralmente ele é uma pessoa solitária, que não tem família para dar suporte e geralmente é usuário de droga. Os catadores de Salvador não têm a mesma realidade dos catadores do interior. Lá as ruas são mais tranquilas e é possível caminhar com uma carrocinha.

Fonte: Pesquisa junto ao Recycle Já Bahia, 2017. Elaboração dos Autores.

O Estado busca estimular a catação. Mas, seriam os meios utilizados pelo poder público aqueles que realmente podem incentivar este serviço? Mesmo porque, este mercado de trabalho é instável com alta rotatividade de mão de obra. O Quadro 3 expõe algumas ações que são promovidas pelo Programa Recycle Já Bahia.

Quadro 3.0- Cenário dos Catadores de Materiais Recicláveis Segundo Modelo de Cooperação Adotado Estado/Cooperativas

TÓPICO	RESPOSTAS
Modelo de Cooperação adotado Estado/ Cooperativas	Nós temos o programa de coleta seletiva dentro dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Temos dois modos de ação. A operacional, com as cooperativas e a educacional com os servidores públicos. Criamos uma comissão, que mobiliza os servidores. Também instalamos alguns equipamentos nas áreas comuns. Hoje trabalhamos com vinte cooperativas.

Fonte: Pesquisa junto ao Recycle Já Bahia, 2017. Elaboração dos Autores

A PNRS propõe no Capítulo V - Dos Instrumentos Econômicos, Art. 42. Que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento, inclusive remunerar os catadores pelos serviços prestados. A falta desse tipo de remuneração é denunciada pelo Mncr, que acredita que os trabalhadores auxiliam a coleta e, desta forma, devem ser compensados financeiramente.

Esta é uma dentre muitas limitações que sofrem estes trabalhadores para prosseguir nas suas atividades. O Quadro 4.0 apresenta outras barreiras expostas na entrevista:

Quadro 4.0- Cenário dos Catadores de Materiais Recicláveis Segundo Barreiras e Dificuldades para o Negócio

TÓPICO	RESPOSTAS
<p>Barreiras e Dificuldades Para o Negócio</p>	<p>Não tem um dia que não me liguem dizendo: "... Acabou tal coisa... me ajude nisso... ofício... preencha isso para mim... faça um contrato... Eles prestam bom serviço, porém é tudo muito empírico. Não seguem nenhum modelo administrativo ou de gestão. Tem cooperativa que possui até consultoria que apoia suas atividades para prestar serviços de excelência.</p> <p>A quantidade de material reciclável no serviço público está diminuindo por causa da informatização. Eles estão usando menos papel.</p> <p>As cooperativas elas precisam de mais apoio do governo, de apoio do poder público federal e municipal porque a estrutura em que eles trabalham, os galpões das cooperativas, correm o risco de cair na cabeça deles. A gente tem cooperativas que tem laudos periciais de que precisa desocupar o espaço porque corre risco de demolição.</p> <p>Como construir cooperativas a baixo custo? Como fazer um galpão baratinho utilizando a tecnologia? Utilizando o próprio material reciclável?</p> <p>Outra questão é a situação fundiária.</p> <p>Quanto à saúde eles precisam de apoio. Principalmente sobre o ergonômico. Como eles fazem o trabalho de triagem, sentando cada um de seu jeito.</p> <p>A quantidade de eletrônicos que temos é muito grande. Não existe nenhuma cooperativa que possa receber. O estado recebe dos órgãos e envia para o almoxarifado da SAEB, que é enorme. Eles vendem para indústrias em São Paulo em parceria com o instituto GE, que faz a intermediação do descarte do resíduo eletrônico. Eles só podem vender material para empresas que são certificadas ambientalmente. Em Salvador não tem nenhuma empresa. As cooperativas não têm estrutura para recolher esse material.</p>

Fonte: Pesquisa junto ao Recicle Já Bahia, 2017. Elaboração dos Autores

Quantidade de material reciclável reduzido, motivado pelo estímulo a não geração, infraestrutura ineficiente e inadequada para as atividades desempenhadas, mesmo quando as cooperativas conseguem financiamentos para construção de melhores instalações, surge a questão fundiária. Ausência de apoio para necessidades de saúde.

A saúde ocupacional dos catadores também é abordada por Arantes & Borges (2013), que apresentam a sua ausência como assunto constante na literatura vigente, ressaltam a carga física, o trato com o lixo e a rotina de tarefas como atividades que predisõem doenças ocupacionais como dores corporais, problemas osteoarticulares e hipertensão. Hoefel et al (2013) também tratam desse assunto, afirmam que, apesar da atividade de catação de resíduos possa até oferecer precário sustento, “...certamente trarão doenças e agravarão as condições de vida dessa população” (p.775).

Quadro 5.0 - Cenário dos Catadores de Materiais Recicláveis Segundo a Existência de Dados Estatísticos do Programa Recycle Já Bahia

TÓPICO	RESPOSTAS
Existência de Dados Estatísticos	Temos aqui dados que infelizmente não tenho tempo para processar - do cadastro social deles. Esse cadastro tem o nome, idade, quantidade de filhos menores de 10 anos, se recebem alguma assistência de programa social, quanto recebeu no mês, o valor do pró-labore, se a casa tem esgoto, etc. Não temos o numero exato de cooperados que trabalhamos. São 9 cooperativas que trabalhamos em Salvador. A cidade possui outras cooperativas que a gente não trabalha.

Fonte: Pesquisa junto ao Recycle Já Bahia, 2017. Elaboração dos Autores.

A falta de números estatísticos, que possam delinear a gravidade na vida e na saúde dessa população, dificulta também o conhecimento e a dimensão do problema. Arantes & Borges (2013) afirmam que não existem estatísticas precisas sobre o número de catadores, apenas a observação de que nos últimos 20 anos esses atores passaram a fazer parte do cenário das grandes cidades e despertaram o interesse dos pesquisadores.

A entrevista realizada e a literatura estudada promoveram um conjunto de elementos estimuladores, que desafiam e instigam à elaboração de projetos de cooperação junto aos catadores de materiais recicláveis.

O Quadro 6 demonstra algumas possibilidades para a melhoria de atividades de catação, de acordo com a interpretação do cenário descrito pela entrevistada.

Quadro 6.0 Cenário dos Catadores de Materiais Recicláveis Segundo Possibilidades Vislumbradas pela Entrevistada

TÓPICO	RESPOSTAS
<p>Possibilidades Vislumbradas pela Entrevistada</p>	<p>Desde o programa do governo federal CATAFORTE, eles começaram a trabalhar mais em rede. As cooperativas trabalhavam muito sozinhas, cada uma no seu quadrado. Mas tudo mudou a partir desse programa governamental, que tem como pré-requisito o trabalho em rede.</p> <p>Algumas cooperativas usam o caminhão que a prefeitura está emprestando para eles fazerem todos os procedimentos de coleta.</p> <p>Os geradores públicos já têm um novo olhar sobre a coleta seletiva e é muito positivo isso. As pessoas já querem e questionam também sobre a ação dentro das residências. O plástico, por exemplo, está mudando e não será daqui a 10 – 15 anos como conhecemos hoje. Não sei se você conhece a UHUL, que é um plástico biodegradável que é comestível e feito com algas. As coisas vão mudar e a tendência é reduzir e se reinventar.</p>

Fonte: Pesquisa junto ao Recicle Já Bahia, 2017. Elaboração dos Autores.

Finalmente, o Quadro 7.0 foi composto e incluiu Linhas de Ação promissoras, que podem estar inseridas dentro de um projeto de cooperação entre universidades e que promovam melhoria na vida e no bem estar da população estudada.

Quadro 7.0- Linhas de Ação a serem desenvolvidas

LINHAS DE AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROBLEMA PELO ENTREVISTADO	POSSIBILIDADES PARA PROJETOS
<p>Projeto Arquitetônico e de Engenharia de Galpões Sustentáveis</p>	<p>“os galpões em que eles trabalham, os galpões das cooperativas, correm o risco de cair na cabeça deles. A gente tem cooperativas que tem laudos periciais de que precisam desocupar o espaço porque corre risco de demolição”</p>	<p>Desenvolvimento de projeto para a recuperação estrutural dos galpões, com readequação dos espaços atendendo dos cooperados</p>
<p>Projeto para Hábitos de Saúde e Ergonomia</p>	<p>“... eles precisam de apoio. Principalmente sobre o ergonômico. Como eles fazem o trabalho de triagem, eles sentam lá, cada um de um jeito. É algo que eles não têm nenhuma preocupação. Não sei de nenhum trabalho feito da parte de saúde.”</p>	<p>Desenvolvimento de técnicas e equipamentos adequados a realização do trabalho de coleta em vias públicas e de triagem dos resíduos sólidos nos galpões.</p>

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo levantar quais os maiores problemas operacionais enfrentados por catadores de materiais recicláveis no município de Salvador. Os resultados apresentados demonstraram dois problemas, que podem ser aprofundados para dar

prosseguimento à elaboração de um projeto de cooperação internacional em Inovação Social. As linhas de ação levantadas se encontram em acordo com os Objetivos ODS (ONU) e os da PNRS (Lei 12305/2010) que dispõem sobre o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento de resíduos sólidos

Em conjunto, parceiros como o iHIA e a UCSal podem incentivar projetos que se caracterizem como inovação humanitária. Os resultados preliminares encontrados servem para nortear possível acordo entre as duas instituições. Importante aprofundar os estudos desenvolvidos e promover um maior diálogo entre as instituições parceiras, para que se torne realidade a via criativa e promissora de resolução dos problemas sociais e institucionais desses trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2015. São Paulo, 2016. 92 p.

ANDRÉ, M. E. D. A. (1983). Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, (45): 66-71.

ARANTES, Bruno Otávio; BORGES, Livia de Oliveira. **Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade**. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 319-337, 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 jun. 2017.

BAHIA. Recycle Já Bahia. Home. Disponível em: <http://www.reciclejabahia.sucab.ba.gov.br/index.html> Acesso: 15 mai. 2017.

BATISTA, Jânio A. **As relações entre o poder público e as associações de catadores à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos** – um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação e Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS). Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo, Bahia (UFRB). 85 p.

BOISIER, Sergio. **El largo brazo de Descartes: usos y abusos del concepto de capital social en las propuestas de desarrollo**. Comunicación al Seminario Taller “Capital social, una herramienta para los programas de superación de la pobreza urbana y rural”. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. Mimeografado.

CEMPRE. Pesquisa CICLOSOFT. [site]. CEMPRE, Brasil, 2016. Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclosoft/id/8>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

DIOGO, Vera; GUERRA, Paula. A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat. **Sociologia**, Porto, v. 25, p. 141-163, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192013000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 abr. 2017.

International Innovation and Entrepreneurship Summer School. Who we are. Disponível em: <http://i-hia.com/who-we-are/> Acesso: 16 mai. 2017.

HOEFEL Maria da Graça Fernando Ferreira Carneiro et al. Acidentes de trabalho e condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis no lixão do Distrito Federal. **Rev Bras Epidemiol**, 2013; 16(3): 764-85 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v16n3/pt_1415-790X-rbepid-16-03-00774.pdf. Acesso em: 10 jun 2017

MARCHI, Cristina M D F; SANTOS, Lilia; SILVA, Evelim S.; RAMOS, Lindinalva. Empreendimento Social: Construção de Alicerces para a Formação de uma Associação de Moradores - Mutá, Bahia. In: Anais da XI Semana de Movimentação Científica da UCSal, Salvador, 2008. Anais: “Agenda 21: compromisso com a vida”.

MILANI, Carlos. S. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil) http://www.adm.ufba.br/milani/CapSocial_DesLocal.pdf. 2003.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Dia Nacional de Luta do MNCR. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/>. Acesso em 12 jun. 2017.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES Fernanda Lira (org). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 562. p.

PUTNAM, R. The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, vol.4, issue 13. March, 21. 1993b.

QUEIROZ, M. I. P. (1987). Relatos orais: do "indizível ao "dizível". **Ciência e Cultura**, São Paulo, 39(3):272-283/4

SANTO CAOS CONSULTORIA; BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH. Além do Bem – Um estudo sobre voluntariado e engajamento. Disponível em: <http://santocaos.com.br/alemdobem/> Acesso em 10 jun 2017 TENDLER, Judith. Bom Governo nos Trópicos – uma visão crítica. Rio de Janeiro: Renvan, 1998.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil/> Acesso em 12 jun 2017.

CONCEITUANDO DEFICIÊNCIA: A EVOLUÇÃO NORMATIVA SOBRE O TEMA E SEUS REFLEXOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Milton Silva de Vasconcellos¹
Joacir da Costa Pereira²*

RESUMO

De maneira a melhor compreender os traços da constante luta contra as iniquidades sociais vivenciadas pelas pessoas com deficiência no Brasil, é imprescindível acompanhar o percurso histórico cultural e normativo que culminou na evolução desse movimento social nas últimas décadas, no intuito de observar as mudanças de percepção dos entes governamentais relativo a este grupo populacional e poder estabelecer um entendimento abrangente acerca da importância que as políticas públicas promulgadas e garantidas pelo poder público podem colaborar nas relações de pertencimento e usufruto das garantias fundamentais de cidadania a qual estas pessoas estão inseridas. Nesse intuito, o presente artigo tem como objetivo central realizar uma revisão bibliográfica acerca dos principais marcos teóricos e literários elaborados de acordo com o poder constituinte, no intuito de promover ações afirmativas e inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil, trazendo o ressignificado proporcionado pela substituição do modelo biomédico (ICIDH) pela concepção social da deficiência (ICF) como constante norte teórico dessa reflexão.

Palavras-Chave: Pessoas com deficiência. Evolução normativa. Modelo social. Inclusão social.

1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

De maneira qual seja possível prestar audiência e compreensão acerca de todo significado e abrangência concebidos pela inovadora aceção acerca do conceito de deficiência, firmadas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006 e promulgada no Brasil através do Decreto 6.949 de 2009 é imprescindível buscar a historicidade das formas de condução dos assuntos ligados a este tema na estrutura política brasileira, bem como formatar um panorama das constantes dificuldades enfrentadas por estas pessoas na participação em sociedade. Neste mesmo viés, é fundamental partir da análise a respeito da real absorção deste conceito na elaboração e implementação de políticas públicas que possam ter profundo alcance na equiparação de oportunidades.

¹ Advogado, Bacharel em Direito (FABAC), Professor universitário Especialista em Direito Público (Nassau), Bolsista da FAPESB, Mestrando em Políticas Sociais e Cidadania (UCSAL) miltonsvasconcellos@email.com.br

² Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física pela Universidade Católica do Salvador. Professor de Direitos Humanos do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado da Bahia. Mestrando em Políticas Sociais e Cidadania (UCSAL) joacir1980@gmail.com

Não obstante, definir um instituto parte do pressuposto de uma delimitação conceitual, nesse sentido para Erhardt (2009) conceituar e definir expressam ideias distintas, sendo o primeiro uma abstração do que não é essencial para se construir uma identidade, enquanto o segundo expressaria a delimitação dos elementos do conceito. A definição de deficiência nestes termos parte do conceito que se estabelece a esta ideia.

A importância atribuída a esta lógica perpassa sob a ótica de aceitação e efetivo envolvimento das pessoas com deficiência nas relações sociais mais primárias, uma vez que a percepção pela qual a deficiência possa ser compreendida ante as suas origens e circunstâncias, o que só é possível através do desvelar de um conceito adequado e abrangente, é a única maneira capaz de estabelecer o elo de acolhimento por parte da sociedade, bem como o grau de pertencimento com o qual essas pessoas estabelecem suas correlações com o mundo.

Nesse sentido, ao se aprofundar a aspectos distintos da história da deficiência, verifica-se que a propositura de um conceito desta condição altera-se com o tempo e, ganha matizes distintas a depender do olhar (científico) que se estabeleça; sendo assim, metaforicamente ao que se assemelha ao pensar no trabalho desenvolvido por dois pintores que produzem telas diferentes a partir da mesma perspectiva do objeto, distintas ciências produzem conceitos diversos sobre deficiência a partir do ângulo em que evidenciam o tema, sejam eles biológicos, físicos, sociais, morais e até mesmo metafísicos.

Dessa forma, no afã de se estabelecer uma noção conceitual sobre deficiência é que partimos, portanto do arcabouço teórico trazido pela miscelânea interdisciplinar de contribuições das ciências da saúde, da Sociologia, da Educação e do Direito.

1.1 O MODELO BIOMÉDICO DE DEFICIÊNCIA

A concepção predominante até mais da segunda metade do século XX apresentava a compreensão da deficiência enquanto um estado de patologia, o que produziu a materialidade daquilo que viria a ficar conhecido como modelo biomédico, onde a definição de pessoa com deficiência é relacionada à ideia de um distúrbio orgânico, ou mesmo um estado de disfunção do indivíduo.

Para esta linha de pensamento deficiência seria:

[...] a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a

exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. (AMIRALIAN et al., 2000)

Nesta abordagem, a deficiência viria a ser a consequência natural da lesão ao corpo, motivo pelo qual a “anormalidade” tinha como espectro a indicação de tratamento e consequentemente sua correção, dessa forma o “portador” teria condições de se adaptar ao modo como a sociedade é construída e organizada. Nesse contexto a deficiência seria compreendida como um problema unicamente do indivíduo.

Acerca do tema, Diniz (2007, p. 41) esclarece que através da publicação em 1980 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de um catálogo oficial de lesões e deficiências, é que surge a Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e *Handicap* (*International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps – ICIDH*), criando assim uma catalogação similar a já existente para as doenças (CID: classificação internacional de doenças), onde as lesões e deficiências seriam neste universo compreendidas. A intenção, mais do que simplificar o tema, era padronizar a terminologia internacional para fins de elaboração de políticas de saúde voltadas a esta área. Propondo tal padronização, a ICIDH passa a definir a tripartição conceitual lesão-deficiência-*handicap* como:

Lesão: qualquer perda ou anormalidade psicológica, fisiológica, anatômica de estrutura ou função.

Deficiência: qualquer restrição ou falta resultante de uma lesão na habilidade de executar uma atividade da maneira ou da forma considerada normal para os seres humanos.

Handicap: desvantagem individual resultante de uma lesão ou deficiência que limita ou dificulta o cumprimento do papel considerado normal. (DINIZ, 2007, p. 42)

Pouco a pouco e após muitas críticas, esse entendimento pautado no conceito biomédico foi cedendo lugar ao pensamento de que a exclusão experimentada pelas PcD, era em grande parte uma extensão das características organizacionais sociais contemporâneas, passando então a deficiência a ser compreendida como um extrato dos impedimentos físicos, organizacionais e atitudinais concernentes à sociedade, e não exclusivamente responsabilidade individual daquela pessoa que possui a deficiência. Diniz (2007, p. 43), catalogou tais críticas (em número de cinco) alegando que estas, viriam a inaugurar o conhecido modelo social de deficiência e amparado nesta ótica, podemos a seguir extrair os seguintes argumentos:

A primeira delas dizia respeito à representatividade: argumentava-se nesse sentido que a catalogação proposta pela OMS (o ICIDH) teria sido feita por pessoas que não possuíam nenhuma experiência *na* deficiência, mas sim apenas *sobre* deficiência, do que resultaria –

para os adeptos desta linha de oposição ao modelo biomédico – uma fronteira ética importante.

A segunda delas relaciona-se aos fundamentos morais do documento, pois ao se basear na expectativa do que seria um padrão de “normal”, cria-se, por via indireta uma noção de que tudo que não se encaixasse neste padrão seria passível de ser compreendido como “anormal”.

A terceira delas, ataca a suposta causalidade entre lesão e deficiência. Nesse sentido, enquanto a primeira geração de teóricos do modelo social da deficiência buscava por meio do materialismo histórico explicar a existência de uma opressão por meio dos valores centrais do capitalismo, outras visões passaram a compreender a deficiência com atributos corporais neutros, sendo a discriminação uma espécie de opressão sofrida pelas pessoas com impedimentos em ambientes com barreiras. (CORKER; SHAKESPEARE, 2002, p. 10 *apud* DINIZ; BARBOSA; SANTOS).

Acerca do tema, considera a doutrina:

Antes mesmo da ICIDH, o modelo social já mostrava imprecisões no sistema classificatório do modelo médico, o qual pressupunha que as desvantagens experimentadas pelos deficientes resultavam exclusivamente das suas lesões. O enfoque biomédico desconsiderava a hipótese inversa, isto é, a possibilidade de os contextos oprimirem as pessoas com lesões e as segregarem socialmente. (DINIZ, 2007, p. 45)

A quarta crítica formulada, volta-se a própria ICIDH como um tipo de intervenção no corpo do deficiente. Afirma-se isso, pois, como a ICIDH era uma espécie de expansão da CID, O discurso biomédico terminaria por propiciar uma maior possibilidade de ações medicamentosas sobre o corpo da pessoa com deficiência (uma vez que a deficiência era compreendida como um tipo de doença).

A quinta e última crítica citada tinha razões de ordem política. Neste sentido, uma vez que a catalogação proposta pela OMS compreendia a gênese das desvantagens nas lesões do próprio indivíduo, esse terminaria sendo um problema do indivíduo, exonerando-se assim de responsabilidade a sociedade e Estado. Nesse sentido, para Diniz (2007, p. 45) a perspectiva da deficiência compreendida pelo viés da responsabilidade do indivíduo, ou tragédia pessoal/limitação corporal significava que as ações prioritárias seriam medidas sanitárias, de reabilitação, e não de proteção social ou reparação da desigualdade. Essa visão corroborou para a construção de todo um modelo estatal calcado em um foco assistencialista, de natureza paternalista e excludente, voltado exclusivamente à reparação e ao escamoteamento da deficiência, esvaziando o valor da autonomia e da dignidade das pessoas (PcD) com deficiência enquanto indivíduo de direitos.

1.2 O MODELO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA

Para Diniz (2007, p.14) o advento do modelo social de deficiência tem ligação com o surgimento da Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação (UPIAS), articulando-se assim o elo entre resistência política e intelectual ao modelo médico de deficiência.

Nesse sentido, a estratégia era retirar a responsabilidade do indivíduo, passando então a deficiência a ser compreendida como um extrato dos impedimentos físicos, organizacionais e atitudinais concernentes à sociedade, e não exclusivamente responsabilidade individual daquela pessoa que possui a deficiência. Caminhando por esta nova lógica, a deficiência passou a ser encarada como um aspecto da condição humana assim como tantos outros.

Fundados numa forte inspiração com raízes no próprio materialismo histórico, a concepção do modelo social de deficiência, surge a contrapor-se a visão biomédica. Dessa forma, além de buscar justificar tal visão social numa tentativa de explicação da opressão por meio dos valores centrais do capitalismo, reage-se à ideia da inutilidade dos corpos com impedimentos face a lógica produtiva capitalista e muito pouco sensível à diversidade (DINIZ, 2007, p. 23).

Acerca do tema, discorre a doutrina:

Os corpos com impedimentos seriam inúteis à lógica produtiva em uma estrutura econômica pouco sensível à diversidade. Já o modelo biomédico afirmava que a experiência de segregação, desemprego, baixa escolaridade, entre tantas outras variações da desigualdade, era causada pela inabilidade do corpo com impedimentos para o trabalho produtivo. Hoje, a centralidade no materialismo histórico e na crítica ao capitalismo é considerada insuficiente para explicar os desafios impostos pela deficiência em ambientes com barreiras, mas se reconhece a originalidade desse primeiro movimento de distanciamento dos corpos com impedimentos dos saberes biomédicos (CORKER; SHAKESPEARE, 2002, p. 3).

Nesse sentido, parafraseando (COHEN, 2006, p.44) o advento de uma diferente compreensão reflete, mais do que o esgotamento de um paradigma anterior, mas também o surgimento de um consciente entendimento fruto de uma visão que relaciona a deficiência ao meio ambiente, decorrendo daí novos elementos para construção de uma nova forma de agir e pensar ante ao enfrentamento dos aspectos que geram iniquidades sociais.

Para Cohen (2000, p. 25), a deficiência é um conceito que pode sofrer grandes variações, desde um sentido cultural, social e até mesmo no sentido ambiental:

A deficiência pode ser uma situação que faz parte de um contexto cultural, social e ambiental das pessoas que a possuem. Também pode ser vista como um aspecto especial que oferece novas oportunidades para a experiência e o amadurecimento do nosso sujeito no mundo. Posturas corporais,

competências motoras e motricidades específicas podem revelar pontos de vista mais de acordo com uma nova ordem que libere o tratamento do corpo deficiente dos modelos de um padrão idealizado.

No exame ampliado desse contexto, a deficiência deixa de ser um problema e passa a ser compreendida como um atributo do indivíduo, uma característica deste, sendo um elemento essencial para compreensão das relações entre essas pessoas com o meio onde se inserem. Neste sentido, a noção de “acessibilidade”, enaltecida pela legislação deixa de ser uma mera previsão legal para que se concretize em direito fundamental, titularizado por legítimos sujeitos de direitos.

O modelo social da deficiência passou a ser o principal marco teórico dos avanços sobre deficiência – uma vez que concluiu que: não eram as lesões a principal causa das desvantagens, mas sim a opressão social aos deficientes.

2 SUJEITOS DE DIREITO: PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU PESSOA COM DEFICIÊNCIA?

Com a evolução do conceito de deficiência, observam-se reflexos também para definição de quem seriam essas pessoas. Nesse sentido a deficiência compreendida como uma desvantagem social propicia o debate acerca da definição correta destas pessoas, como bem pontua a doutrina:

Deficiente passou a ser um conceito político: a expressão da desvantagem social sofrida pelas pessoas com diferentes lesões. E nesse movimento de redefinição da deficiência, termos como “pessoa portadora de deficiência”, “pessoa com deficiência”, “pessoa com necessidades especiais”, e outros agressivos como aleijado, “débil mental”, “retardado”, “mongoloide”, “manco”, “coxo” foram colocados na mesa de discussões (DINIZ, 2007, p. 20)

Reflexo da evolução conceitual da expressão “deficiência”, o modelo social suscita uma preferência para definições de uma nomenclatura que denote a identidade na deficiência, razão pelo qual são rechaçadas denominações que sugiram a deficiência como uma propriedade apenas do indivíduo, mas não da sociedade.

Sendo assim, prevalece a compreensão da deficiência como parte essencial da identidade do indivíduo, sendo a crítica acerca da nomenclatura utilizada mais do que uma questão meramente estética, ela representa a consolidação de um projeto político onde a nomenclatura fosse representativa de um maior número possível de indivíduos que experimentam a deficiência como uma restrição social fruto de ambientes inacessíveis.

De se notar, portanto que não sendo a deficiência um “apêndice” do indivíduo, algo que se possa portar (ou não), descabida é a expressão “portador de necessidades especiais”, prevalecendo dessa forma a denominação “pessoa com deficiência”, onde a “pessoa” vem em primeiro plano ante a “deficiência”, expressão utilizada inclusive pela legislação internacional, denominando assim “sujeitos de direitos” de uma vida digna e orientando pela autonomia individual de maneira qual possa viabilizar a plena e efetiva inclusão destas pessoas na sociedade, uma vez que as habilidades dessas pessoas dependem das condições externas, que podem ser modificadas pela ação governamental.

3 EVOLUÇÃO NORMATIVA DA LEGISLAÇÃO VOLTADA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Partindo-se dos avanços propiciados pela constituição de 1988, até os atos infra legais, busca-se estabelecer uma lógica normativo-cronológica acerca da tutela jurídica voltada a pessoas com deficiência, corroborando assim (ainda que por via oblíqua), a formação de uma cultura de respeito a estes cidadãos, bem como dos temas correlatos a seus interesses.

3.1. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A redação constitucional de 1988 com suas vicissitudes, teve o mérito de criar um ambiente propício à valorização dos direitos sociais, como a educação, a alimentação, o trabalho, a moradia, a segurança, a saúde e o lazer, dentre outros que contribuem para a edificação da cidadania, tornando-os protegidos pelo arcabouço de obrigações do Estado Brasileiro e devendo ser ampliados e garantidos acima de qualquer outra prioridade; valorizações estas, que podem ser verificadas em diversas previsões da Carta Maior ao se tratar de pessoas com deficiência, convidando desta forma a uma análise sistemática de suas aspirações.

A primeira delas dá-se no art.7, inciso XXXI, quando o constituinte, ao versar sobre os direitos sociais, traz a vedação à discriminação de salários ou critérios de admissão do trabalho prestado por pessoa com deficiência:

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXI- Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência. (BRASIL:1988)

A segunda previsão expressa, dá-se por ocasião do art. 23 ,inciso II, ao discorrer sobre a competência da União:

23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (BRASIL:1988)

Neste caso, o constituinte insere no rol dos deveres da União o cuidado da saúde, assistência pública, proteção e garantia de pessoas com deficiência.

Ainda no mesmo Título III (Organização do estado), cumpre destacar também o art. 24, inciso XIV, quando o constituinte trata da competência comum dos Entes Federativos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL:1988)

Em sequência, cumpre destacar o art. 37, VIII, quando o constituinte estabelece a reserva de vagas para cargos e empregos públicos a pessoas com deficiência:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão. (BRASIL:1988)

Estabelecendo concretude ao citado comando constitucional, surge a lei 8112/90, que será abordada em momento cronológico posterior.

O Título VIII do texto constitucional também tem relevância para o presente debate, em específico, o art. 203, em seus incisos IV e V, onde a temática da assistência e seguridade social voltam-se à pessoa com deficiência:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL:1988)

Dos dispositivos citados, além da habilitação, reabilitação e integração de pessoas com deficiência à vida comunitária, destaca-se o benefício da prestação continuada (BPC), no

valor de um salário mínimo, voltado a pessoa com deficiência e ao idoso, desde que comprovem não possuírem meios de prover a própria manutenção, nos termos definidos pela lei.

A lei que se refere o disposto é a Lei 8742/93 que, de igual forma, será abordada em momento cronológico posterior.

Em síntese, a Constituição Federal aborda a temática “pessoa com deficiência” de maneira mais expressa em seis momentos, perpassando com isso a ideia e intuito inclusivo que os dispositivos buscam retratar, ora vedando-se discriminações de salários ou critérios de admissão do trabalho prestado por pessoa com deficiência (art. 7, XXXI), ora ao inserir na competência da União o dever de cuidado da saúde, assistência pública, proteção e garantia de pessoas com deficiência (art. 23, II), ora ao estender a todos os Entes Federativos o dever de proteção e integração social a estas pessoas (art. 24, XIV), ora ao estabelecer reserva de vagas para cargos e empregos públicos a pessoas com deficiência (art. 37, VIII), ora ao assegurar a habilitação, reabilitação e integração de pessoas com deficiência à vida comunitária, bem como a concessão do benefício da prestação continuada (BPC), concretizando dessa forma – após uma análise sistêmica de seus termos um propósito inclusivo, consentâneo ao ideal de construção de uma sociedade livre, justa e igualitária como preconizado pelo art. 3, inciso I da CFRB.

3.2 LEI 7853/89

Em sequência cronológica da legislação voltada a pessoa com deficiência, destaca-se a Lei 7.853/89, cujo conteúdo pode ser apreendido pela sua ementa:

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. (BRASIL: 1989)

Além da criação da Coordenação Nacional para integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), a referida lei prevê diretrizes ao Poder Público no sentido de assegurar o pleno exercício de direitos básicos a essas pessoas, em específico a educação (inciso I, art. 2), saúde (inciso II, art. 2), formação profissional e do trabalho (inciso III, art. 2) e recursos humanos (inciso IV, art. 2).

Tais diretrizes propiciam importantes medidas ao Poder Público, das quais se destacam na área de educação a inclusão de educação especial voltada a pessoas com

deficiência em escolas públicas e privadas, extensivo inclusive a unidades hospitalares (ou congêneres) em nível pré-escolar por prazo igual ou superior a um ano, bem como concessão de benefícios comuns a todos os demais estudantes, tais como material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo.

Na área de saúde, além de promoção de ações preventivas voltadas ao planejamento familiar e acompanhamento da gravidez, parto e puerpério da mãe e criança pessoa com deficiência, destacam-se a adoção de programas especiais em reabilitação e habilitação, bem como a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado.

Na área de formação profissional e do trabalho, destacam-se medidas voltadas a inserção nos setores público e privados de pessoas com deficiência, com especial previsão de políticas legislativas de reserva de mercado de trabalho em favor de pessoas com deficiência (fato que viria a ser concretizado um ano após, com o advento da lei 8112/90).

Na área de recursos humanos, citam-se o incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento voltadas a pessoa com deficiência, destacando-se a formação de professores de nível médio para a educação especial, e técnicos de nível médio especializados em habilitação e reabilitação.

3.3 LEI 8112/90

Concretizando o comando constitucional do art. 37, inciso VIII, a lei 8112/90 prevê em seu artigo 12, §2º o direito das pessoas com deficiência a participarem dos concursos públicos, por meio de uma reserva de vagas (o qual nos termos do artigo 5º, §2º será de até vinte por cento das vagas oferecidas no concurso).

Regulamentando tal previsão legal, forçosa a citação do Decreto 3298/99, o qual ao dispor sobre a “Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”, prevê em seu art. 37 que:

Art.37. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente. (BRASIL:1999)

De se notar que, apesar da lei de referência falar em um limite máximo de vinte por cento, o decreto regulamentador traz o parâmetro mínimo de cinco por cento, sendo este doravante o adotado em todos certames no país.

3.4 LEI 8213/91

Prevendo normas voltadas aos Planos de Benefícios da Previdência Social, esta lei destaca-se em importância ao tratar da reserva de vagas para PcD em empresas com cem ou mais empregados, consoante prevê o art. 93:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados, está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
 I - até 200 empregados... 2%;
 II - de 201 a 500... 3%;
 III - de 501 a 1.000...4%;
 IV - de 1.001 em diante. ...5%.(BRASIL: 1991)

Vale destacar que o conceito de deficiência para fins de concessão da referida cota ainda toma como parâmetro o modelo biomédico, conforme estabelecido pelo art. 3 do Decreto 3298/99 ao estabelecer como PcD uma categorização dividida em cinco tipos: a) deficiência física, b) deficiência auditiva, c) deficiência visual, d) deficiência mental e) deficiência múltiplas.

3.5 LEI 8742/93

Voltada a temática da Previdência Social, a referida lei 8742/93, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social notabiliza-se na sequência cronológica da evolução normativa voltada a PcD por regulamentar o art. 203, inciso V da CFRB, concretizando assim o benefício da Prestação Continuada, no seu art. 20, cuja redação foi alterada pela lei 12435/11, ao dispor:

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (BRASIL 1993)

O texto normativo tem sequência em seus onze parágrafos, dos quais cita-se apenas três para fins de valoração ao presente debate. Nesse sentido observa-se já no primeiro a delimitação conceitual de “família” para fins de concessão do benefício:

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput**, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto (BRASIL 1993)

Em sequência, o referido texto normativo, reitera o rompimento com a concepção de deficiência oriunda do modelo biomédico para conceituar pessoa com deficiência tomando como base toda e qualquer limitação que em interação com um ou mais obstáculos pode vir a obstruir a participação em vida social

§ 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL 1993)

Por fim, resta destacar a previsão do parágrafo terceiro, quando define a “incapacidade” da pessoa com deficiência tendo como parâmetro o critério econômico da renda *per capita* (renda familiar inferior a ¼ do salário mínimo)

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo (BRASIL 1993)

Em última etapa, importante marco da sequência normativa voltada a pessoa com deficiência, culmina com o advento da Lei 13146/15, Estatuto da Pessoa Com Deficiência, que em obediência aos compromissos firmados pelo Estado brasileiro por ocasião da CDPD, consolida a temática da “pessoa com deficiência” como matéria de direitos humanos³.

O referido Estatuto traz muitos pontos importantes para compreensão da realidade de pessoas com deficiência, destacando-se dentre outros a percepção biopsicossocial para avaliação da deficiência, sendo considerados fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.

Nesse sentido o art. 2 da referida lei define pessoa com deficiência de forma ampla, compreendendo-a como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode

³ Por força do parágrafo terceiro do art. 5 da Constituição Federal, “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com deficiência foi subscrita pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, que o aprovou e, posteriormente, com a promulgação do Decreto Presidencial nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 fez ingressar essa norma em nosso ordenamento jurídico.

obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Ao lado das “pessoas com deficiência”, o Estatuto amplia seu âmbito de incidência para alcançar também aqueles que trata como “pessoas de mobilidade reduzida”, aqui compreendido como aquelas pessoas que tenham, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, tais como o idoso, a gestante, a lactante, a pessoa com criança de colo e o obeso que não se encaixam numa pretensa definição tradicional de pessoa com deficiência, mas apresentam dificuldades que podem levar a óbices da sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o ponto culminante para elevação do discurso, bem como a amplitude de alcance das leis que asseguram direitos das PcD foi a modificação do conceito biomédico proposto pela ICIDH para o modelo social proposto pelo ICF, estabelecido na CDPD realizado pela ONU em 2006 e que teve o mérito de contar com grande participação dos atores sociais de direito no processo de discussão e elaboração das acepções ora elencadas, promovendo assim, futuras ações através da interpretação de leis e formulação de políticas públicas capazes de gerar maior inclusão social, autonomia e protagonismo em certas decisões de sua vida apesar das limitações impostas cotidianamente pela vida em sociedade.

Estas ações são alicerçadas no princípio da dignidade da pessoa humana e no fundamento de adaptar o meio ambiente e seus procedimentos para o acolhimento da pessoa com deficiência em todas as esferas da sociedade.

Muito embora, nas duas últimas décadas, seja evidente a evolução normativa que deu destaque a qualidade de vida, inclusão social e fomentação de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, fator indiscutivelmente estimulado pela mudança do conceito de deficiência, do escopo biomédico para um modelo social, infelizmente, no Brasil, ainda é grave o cenário de desigualdade social, fator que interfere como um dos principais agentes percussores da baixa acessibilidade aos recursos e serviços públicos em geral pelas pessoas com deficiências, sendo ainda irrefutável a necessidade de reflexões e ações mais coordenadas sobre as cumulativas consequências sociais advindas dos passos curtos do poder estatal para

lidar com esses aspectos; nessa acepção, é essencial a constante busca pela reafirmação e fiscalização do cumprimento dos direitos sociais das pessoas com deficiência, previstos nos documentos oficiais, de maneira que setores articulados da sociedade produzam e apliquem políticas públicas voltadas à busca de resolubilidade das circunstâncias críticas dominantes acerca da vulnerabilidade social vivenciada por essa população.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN Maria LT, Elizabeth B Pinto, Maria IG Ghirardi, Ida Lichtig, Elcie FS Masini e Luiz Pasqualin. Conceituando deficiência. **Rev. Saúde Pública**, 2000

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 14 Jun. 2017

_____. **Lei 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 14 Jun. 2017

_____. **Lei 7853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm. Acesso em 14 Jun. 2017

_____. **Lei 8112 de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm. Acesso em 14 Jun. 2017

_____. **Lei 8213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm. Acesso em 14 Jun. 2017

_____. **Lei 8742 de 7 de setembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em 14 Jun. 2017

CORKER, Mairiam; SHAKESPEARE, Tom. Mapping the terrain. **In: Disability/postmodernity: embodying disability theory**. Londres: Continium. p. 01-17, 2002

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, no. 11, dez. 2009

ERHARDT, A. C. **A realidade do direito enquanto problema definitório**. 2009. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/10/a-realidade-do-direitoenquanto-problema-definitorio>>. Acesso em: 13 jun. 2017



CONCEPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS NO ESTUDO DA CIDADE: UMA PROPOSTA.

*Valter Luiz dos Santos Marcelo*¹

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo apresentar as concepções teórico-conceitual e metodológica que norteará o desenvolvimento da tese com o título *Jequié, Bahia: dinâmicas e retrações*. A cidade de Jequié está localizada no Território de Identidade do Médio Rio das Contas, em uma área de transição entre a zona da mata e a caatinga e a 366 km de Salvador. Segundo dado do IBGE em 2010, Jequié contava com uma população total de 151.921 habitantes, sendo 139.425 residentes na área urbana, correspondendo a 92% da população. Buscaremos embasamento nos estudos de Horácio Capel Sáez, Mauricio de Almeida Abreu, Milton Almeida Santos, Osvaldo Bueno Amorim Filho, Pedro de Almeida Vasconcelos e Roberto Lobato Corrêa.

O artigo está dividido em quatro itens, no primeiro destacaremos propostas de periodizações; no segundo enfocaremos os papéis dos agentes; no terceiro chamamos atenção para as ações dos elementos do espaço; no quarto ressaltamos os processos e suas respectivas formas espaciais; no quinto abordaremos as ideias de cidades médias e finalizamos evidenciando a relevância de estudos e teorias no desenvolvimento de um trabalho de pesquisa.

2 PERIODIZAÇÕES: PROPOSTAS

Os estudos sobre cidades são amplamente analisados nos meios acadêmicos envolvendo diferentes profissionais de áreas do conhecimento entre os quais podemos mencionar os arquitetos, urbanistas, geógrafos, historiadores, sociólogos, antropólogos, entre outros, os quais utilizam diferentes abordagens teórico-conceitual-metodológicas.

¹ Discente do Programa de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal).

Pesquisar as dinâmicas e retrações de uma cidade nos remete a compreender as ações de eventos, elementos e agentes sociais que atuam na estruturação, reestruturação e desestruturação de uma cidade. Para tanto, é de fundamental importância recorrer a um referencial teórico-metodológico que forneça subsídios e dê conta de analisar as ações que materializaram e se materializam na cidade criando e recriando formas, estruturas e funções.

Na análise das trajetórias da cidade de Jequié, propomos elaborar uma periodização que possibilite identificar e reconhecer os períodos de dinamismo e retrações da cidade. Nessa perspectiva, recorreremos a autores que propõem elaboração de periodização em diversas escalas, entre os quais destacamos as contribuições de Milton Santos em seu livro *Por uma Geografia Nova* (1978) que já ressaltava “a necessidade de uma periodização” (p.207), e considerava “o espaço como acumulação desigual de tempos” (p.209).

Posteriormente, Santos no livro *Espaço e Método* (1985) propõe uma periodização em escala mundial, levando em consideração a modernização e destaca “cinco períodos: 1) O período do comércio em grande escala (a partir dos fins do século XV até mais ou menos 1620); 2) o período manufatureiro (1620 – 1750); 3) o período da Revolução Industrial (1750 – 1870); 4) o período industrial (1870 – 1945) e 5) o período tecnológico”. (p. 23).

Prosseguindo em suas reflexões sobre periodização, Santos, em seu trabalho *Metamorfoses do Espaço Habitado* (1988), aponta que a noção de periodização “nos leva a duas outras: a noção de regime e a noção de ruptura” (p. 82). Ele ressalta que “o regime é dado pelo conjunto de variáveis funcionando harmonicamente, ao longo de um pedaço considerável de tempo, mas cuja evolução não é homogênea. Há, sempre, desníveis entre as diversas variáveis” (p 82-83) “... Isto se mantém até o momento em que a organização deixa de ser eficaz. É aí que se dá uma ruptura, sinal de crise e de passagem a um outro período” (p. 83). O que nos leva a pensar nas nomeações das variáveis a serem elencadas.

Dando continuidade na elaboração de periodizações, Santos em seus estudos no livro *A natureza do espaço* (1996) propõe trabalhar o tempo e o espaço geográfico, relacionados com as técnicas, e ressalta a necessidade da “elaboração de outras periodizações a escalas menores”, não restringindo apenas a “uma periodização a escala de mundo”, destaca ainda que “as periodizações nos dão um tempo externo e um tempo interno a cada subespaço” (p. 42-42). É importante salientar que o autor leva em consideração a modernização como elemento marcante na elaboração das periodizações.

Nessa perspectiva, Santos & Silveira no livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (2001) propõem uma periodização para o território brasileiro e apresenta “a sucessão de meios geográficos no Brasil. Assim, ao longo da história da organização do

território brasileiro, três grandes momentos poderiam, grosso modo, ser identificados: os meios ‘naturais’, os meios técnicos e o meio técnico – científico – informacional” (p. 27). Em seguida, os autores apresentam “o primeiro período ‘natural’ ou ‘pré-técnico’ marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas” (p.27-28), “o segundo é ‘os sucessivos meios técnicos’ ou ‘período técnico’ que se dá com a mecanização e a tecnificação no território” (p.27-30) e “o terceiro período é a construção e difusão do meio técnico-científico-informacional [...] que se caracterizou pela revolução dos meios de comunicação e fluidez no território” (p. 28-47). A periodização proposta por Santos e Silveira foi embasada nos estudos elaborados sobre o Brasil desenvolvidos por alguns dos autores mencionados entre os quais destacamos: Argemiro Jacob Brum, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, entre outros.

Na perspectiva da escala urbana e metropolitana destacamos a contribuição teórica e metodológica que subsidia também a elaboração de uma periodização, como a que foi proposta por Mauricio de Abreu em seu livro *A evolução urbana do Rio de Janeiro* (1987). O autor elaborou uma periodização analisando a passagem da “cidade colonial à cidade capitalista”, já no século XIX. Prossegue sua análise do Rio de Janeiro até a década de 40 do século XX, quando tratou da passagem do “urbano ao metropolitano”, e analisou as transformações mais recentes, trabalhando na escala local e metropolitana. A análise foi realizada com base em fontes secundárias, ressaltando ainda, os elementos e agentes que atuaram no processo de estruturação do espaço urbano da metrópole brasileira.

Outra contribuição teórico-metodológica que pode ser aplicada tanto na escala do urbano como na escala regional e ressalta o papel da periodização foi a desenvolvida por Pedro de Almeida Vasconcelos publicada no trabalho, “Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica”, no livro *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira* (1999), onde propõe caminhos metodológicos para a geografia histórica urbana calçada em quatro etapas articuladas seguintes:

“1) Estabelecer uma periodização das longas durações, examinando as continuidades e as grandes rupturas, de acordo com os eventos históricos de maior importância para cidade em exame;

2) Examinar o contexto de cada período em análise, buscando retirar das fontes primárias e secundárias disponíveis, o que ocorreu de mais importante para a cidade, e que aspectos nas diferentes escalas (internacional, nacional, regional e local), podem ter causado impacto direto ou indireto na cidade;

3) Examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade, como o Estado, a Igreja, os Agentes Econômicos, os diferentes estratos da população etc., com papéis e pesos diferenciados segundo o período em exame;

4) Examinar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período, tomando como referência principal a cartografia original (e a iconografia existente), mas complementada pelas informações escritas (inclusive as estatísticas), e de preferência de fontes primárias” (p. 199).

As contribuições mencionadas ressaltam a relevância de elaboração de periodizações a partir da identificação de eventos os quais se materializaram em um determinado espaço e tempo. Com identificação dos períodos torna-se fundamental reconhecermos os agentes que atuaram e atuam na modelagem da cidade ou região em estudo.

3 OS AGENTES

No estudo das transformações urbanas ou no dinamismo e retrações de uma cidade, os autores e seus respectivos trabalhos selecionados destacam os papéis dos agentes internos e externos que atuam na produção da cidade.

Entre os autores destacamos as contribuições de Roberto Lobato Corrêa em seu livro *O espaço urbano* (1989) no qual identifica e analisa as estratégias e ações dos agentes sociais que fazem e refazem a cidade e cita: “a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os industriais e empresas comerciais” (p.12); “b) os proprietários fundiários” (p.12); “c) os promotores imobiliários” (p.12) os quais atuam na incorporação, gestão, financiamento, construção e comercialização; “d) o Estado e e) os grupos sociais excluídos” (p.12). Conclui com o exemplo do bairro de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro.

Em outra contribuição Corrêa no capítulo “O espaço urbano: notas teórico-metodológicas”, do seu livro *Trajetórias Geográficas* (1997) volta a destacar a “ação dos diversos agentes modeladores que produzem e consomem espaço urbano” (p. 146) entre os quais destacam: “proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, proprietários fundiários, promotores imobiliários, estado e grupos sociais excluídos” (p. 146). É importante ressaltar que as ações dos agentes são heterogêneas e conflituosas.

Posteriormente Corrêa publica o artigo “Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão” no livro *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* (2011) no artigo “a produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o

intraurbano [...] é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (p. 43), ressaltando ainda “os tipos ideais de agentes sociais; estratégias e práticas espaciais distintas e um único agente; estratégias e práticas espaciais semelhantes e diferentes agentes; os múltiplos papéis do Estado e novos e velhos agentes sociais” (p. 45-46) e chama atenção para os agentes sociais e a escala de atuação.

Nos estudos sobre a cidade do Salvador, Pedro de Almeida Vasconcelos no capítulo “Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial”, publicado no livro, *Explorações Geográficas* (1997), identifica e analisa a atuação dos “agentes modeladores” que transformaram a cidade no período colonial, foram os seguintes: (1) “a Igreja,” (p.249) através do Clero secular e regular; (2) “as ordens leigas” (p.254); (3) “o Estado” (p.256), através da Coroa Portuguesa e seus representantes e o papel das Câmaras; (4) “os Agentes Econômicos” (p.260), destacando os papéis dos proprietários rurais, dos comerciantes e financistas, dos artesãos e de outros agentes econômicos; (5) “a População e os Movimentos Sociais” (p. 249) e na conclusão destaca o papel da Igreja e do Estado nas cidades coloniais.

Na continuidade dos estudos sobre a capital baiana, Vasconcelos no texto “Salvador: Os agentes de seu desenvolvimento”, publicado no livro *Os lugares do mundo: a globalização dos lugares* (2000) destaca “as formas de estruturação e de expansão da cidade do Salvador, seus elementos estruturantes, e os principais agentes responsáveis pelos processos que resultaram nessas transformações” (p. 184), identificando cinco períodos de expansão da cidade e os agentes que atuaram nessa expansão, ressaltando os papéis da a) Igreja; b) a ordem leiga; c) o Estado; d) os agentes econômicos e e) a população de baixo poder aquisitivo.

No aprofundamento dos estudos sobre a metrópole baiana Vasconcelos no livro *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*, publicado em (2002) e republicado ampliado em (2016) cria uma metodologia específica para analisar uma metrópole com quase 3 milhões de habitantes, examinando sua longa duração de 450 anos a partir de uma periodização original, abordando:

“a) Os contextos históricos: as sínteses dos contextos históricos mundial, nacional, regional e local que marcaram a cidade e a sociedade de Salvador em cada período, nos seus aspectos políticos, ideológicos, econômicos, sociais e culturais. Nesse caso, os dados históricos têm um papel fundamental;

b) os agentes sociais: dando destaque aos principais agentes em cada período (internos e externos, individuais e coletivos) que tiveram os papéis mais importantes na construção da cidade e na organização da sociedade. Aqui, as questões econômicas e sociais são destacadas;

c) o desenvolvimento territorial da cidade: os períodos de expansão da cidade; o desenvolvimento espacial das partes da cidade, resultante do contexto histórico e do papel dos agentes no quadro espacial dado. Aqui a prioridade é dada à geografia urbana” (p. 21). No trabalho Vasconcelos chama atenção para os cuidados que o pesquisador deve ter com as fontes primárias e secundárias, bem como os mapas e manuseio de documentos.

4 OS ELEMENTOS DO ESPAÇO

Outra opção de análise de um determinado espaço foi proposto por Santos (1985) quando enumerou e definiu as funções dos elementos do espaço, entre os quais destacou: a) “os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedor de trabalho, seja na de candidatos a isso, trata-se de jovens, de desempregados ou não empregados” (p.6); b) “as firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias” (p.6); c) “as instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações,” como exemplo o estado, universidades, igreja entre outro (p.6); d) “o meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano” (p.6); e) “as infra estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, entre outros” (p.6). Cabe salientar que cada elemento do espaço está sempre variando de valor, este depende das atribuições e das condições de cada lugar.

5 OS PROCESSOS E FORMAS ESPACIAIS

Na análise dos processos e formas espaciais, destacamos os estudos desenvolvidos por Corrêa no livro *O espaço urbano* (1989), no qual o autor apresenta “os processos espaciais e as respectivas formas”: a) “centralização e a área central,” onde analisa a formação da área central e a zona periférica do centro; b) “descentralização e os núcleos secundários,” apresentando o processo de formação dos núcleos secundários de comércio e serviços; c) “coesão e áreas especializadas”, como formação de áreas especializadas de comércio e serviços; d) “segregação e áreas sociais,” comenta a formação da segregação residencial; e) “dinâmica espacial da segregação, como crescimento dos bairros de baixo poder aquisitivo” e

f) “inercia e as áreas cristalizadas,” como a permanência social de uso do solo urbano. (p. 37). Os respectivos processos e formas espaciais são derivados da atuação de agentes sociais.

Em outro estudo, Corrêa, no capítulo “Os processos espaciais e a Cidade”, publicado em seu livro, *Trajetórias Geográficas* (1997), identifica e analisa os seguintes “processos espaciais: I. centralização; II. descentralização; III. coesão; IV. segregação; V. invasão-sucessão e VI. inércia” (p. 122). Os processos e suas respectivas formas espaciais podem ser identificados e analisados tanto em grandes e médias cidades.

6 CIDADES MÉDIAS

Entre os estudos sobre cidades médias destacamos a contribuição de Santos no livro “Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional” (1994) onde o autor chamou a atenção para o crescimento do número “de cidades com mais de 100.000 habitantes, o novo limiar das cidades médias, que há três ou quatro décadas eram as que tinham cerca de 20.000 habitantes” (p.147-148), ressaltando a importância das “cidades médias como o lugar que passou a acolher maior contingente de classe média, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola que se moderniza” (p.148).

Nesse mesmo contexto, destacamos a contribuição de Corrêa no ensaio “Construindo o conceito de cidade média” (2007), onde o mesmo apresenta “pressuposto de uma específica combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano, por meio da qual se pode conceitualizar a pequena, média e a grande cidade, assim como a metrópole” (p. 23).

Nesta mesma perspectiva caminha Amorim Filho no artigo “Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias” (2007), elabora uma análise concisa de trabalhos sobre a temática e aponta os critérios para identificar uma cidade média, e destaca: “tamanho demográfico; capacidade de manter relações regionais; existência de equipamentos promotores de interações com as demais cidades da rede urbana; espaço urbano estruturado; existência de índice de qualidade de vida” (p. 73). Ressalta ainda a importância da observação das particularidades de cada região, inclusive sua evolução histórica. Para Amorim Filho, as cidades médias necessitam de uma maior intervenção por parte do Estado na elaboração de projetos de desenvolvimento, que atenuem a pobreza urbana e pensem a cidade regionalmente e nacionalmente.

7 CONCLUSÕES

As concepções teóricas e metodológicas apresentadas no trabalho foram frutos do levantamento bibliográfico de estudos sobre o objeto de pesquisa da tese e das discussões realizadas nas disciplinas ofertadas durante o semestre e serão ampliadas no decorrer das orientações e aprofundamentos de leituras sobre dinâmicas e retrações em cidade média.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

AMORIM FILHO, Osvaldo B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.69-87.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.23-33.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria Encarnação B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escala e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

VASCONCELOS, Pedro de A. **Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org).

Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 247-278.

_____. **Questões metodológicas na geografia urbana histórica.** In: VASCONCELOS, Pedro de A.; SILVA, Sylvio B. de M. (Org). Novos estudos de geografia urbana brasileira. Salvador: UFBA, 1999, p. 191-201.

_____. **Salvador:** os agentes de seu desenvolvimento. In: GONÇALVES, Neyde M. S.; SILVA, Maria A.; LAGE, Creuza S. Os lugares do mundo: a globalização dos lugares. Salvador: UFBA, 2000, p. 184-188.

_____. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana F.A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação B. **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: contexto, 2011, p. 75-96.

_____. **Salvador:** transformações e permanências (1549-1999). 2.ed. Salvador: EDUFB, 2016.

DEMOCRACIA, FETICHE, NEOLIBERALISMO E TRABALHO: O papel do Direito no atual estado de coisas

*Diego Gabriel Oliveira Budel*¹

RESUMO

Este artigo é um trabalho de pesquisa motivado pelos questionamentos acerca da democracia na atualidade e do caráter democrático da sociedade e das relações de poder que lhe são pertinentes inclusive no âmbito do Estado-nação tendo em mente a existência de uma influência recíproca entre sociedade e Estado. Mediante uma criteriosa pesquisa acerca da visão exposta em trabalhos acadêmicos e livros de cientistas políticos, sociólogos, filósofos e juristas objetiva-se elucidar no presente estudo como se caracteriza e se identifica em sua acepção ideal e no mundo dos fatos a democracia na qual estão inseridos o trabalho assalariado e o Direito. Mesmo sem a pretensão de esgotar o assunto, analisaremos o contexto atual da democracia com base em autores e grande parte adeptos da teoria crítica, percebendo o fetiche do capital e a sociedade do espetáculo, o Estado de exceção e a economia de saque global com base nos aspectos essenciais retirados de bibliografias especializadas sobre o tema.

Palavras-Chave: Democracia. Estado. Trabalho

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Democracia tem sido reificada no cotidiano da modernidade de maneira acrítica por uma grande parcela da sociedade, pela mídia e mesmo por alguns pensadores que em geral não abordam o tema da democracia em sua nuance mais prática, ou seja, voltada para aquilo que acontece na realidade, na vida e no dia-a-dia da sociedade e dos Estados. Sem olvidar que sua finalidade enquanto forma de governo passa por uma “irritação” que pode ser descrita como um fenômeno *sui generis* que converte seu apanágio de gestão de pessoas em uma gestão de coisas.

Para retratar ainda, que de maneira concisa, essa realidade fática com um olhar crítico não podemos deixar passar em branco a conceituação teórica e histórica, bem como o conseqüentemente o objetivo da forma democrática de governo. Somente assim é possível verificar se na realidade ela tem funcionado como deveria.

Existem fenômenos descritos por pensadores, como o fetiche do capital (baseado nas lições de Marx), o Neoliberalismo, a sociedade do espetáculo e outros, que presentes na modernidade, e embora não sejam uma novidade tão recente, vêm se acentuando e

¹ Advogado, Ex-Juiz-Leigo do TJ/BA, Bolsista da Fapesb no curso de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

influenciando cada vez mais o contexto em que a democracia se insere, a própria democracia, a sociedade e o trabalho assalariado.

A presença desses fenômenos (fetiche do capital, sociedade do espetáculo e economia de saque global) tem gerado pontos geográficos de agudização da crise econômica, ecológica, energética e conseqüentemente social, crise do capital e conseqüentemente do capitalismo que decorre dos efeitos inerentes a tais fenômenos e da contradição que se manifesta no risco sistêmico.

Com a elucidação dessa realidade e mediante uma reflexão crítica do contexto em que a sociedade e a democracia estão atoladas (que se adequa melhor ao caso do que “inseridas”) será possível perceber a ofensiva dos instrumentos de erosão do patamar mínimo de direitos laborais atualmente consolidados (em especial no Brasil) em favor da desregulamentação imposta pelo fetiche do capital. Vale ressaltar que ao nosso sentir segundo Robert Kurz (1995) que quando o capital e o mercado retiram a autonomia do Estado, submetem o Direito ao seu movimento cego que tem como um de seus efeitos o processo de juridificação que procura colocar todas as relações sociais na forma do direito para permitir que todo ser humano (na forma de mercadoria) possa ser objeto de relações contratuais no mercado. Esse movimento de regulamentação e desregulamentação é um paradoxo da modernidade que atende às necessidades de circulação do capital.

Tal ofensiva é retratada muito claramente na atual proposta de reforma trabalhista que tramita no Senado Federal sob o nome de PLC 38/2017 buscando desregulamentação do trabalho e diminuição, ou até mesmo supressão de direitos de todos que trabalham para auferir renda, especialmente no âmbito da relação de emprego, o que acarreta uma diminuição do patamar mínimo de direitos fixado para a parcela da sociedade que não vive do lucro fictício oriundo da valorização automática do valor (especulação e investimentos financeiros) e beneficia os grandes exploradores de mão de obra atualmente no Brasil.

1 DEMOCRACIAS OU REPRESENTAÇÕES OLIGÁRQUICAS DO PODER?

O conceito de democracia pode ser obtido com fundamento histórico-científico sólido com base no escólio de Patão e de Aristóteles abordado por Norberto Bobbio ao estudar as tipologias e formas de governo.

Para Platão são concebíveis cinco formas “básicas” de governo, duas puras e duas corrompidas e uma híbrida (por ser classificada com a mesma denominação tanto em sua forma pura quanto em sua forma corrompida), a forma pura do governo de muitos (ou o

governo do povo) para ele é (na teoria de Aristóteles a Politeia) é a Democracia, mas ele não escamoteia suas deficiências de ordem prática como veremos a diante.

Em substância, Platão também aceita que haja seis formas de governo; destas, porém, reserva duas para constituição ideal e quatro para as formas reais que se afastam, em grau maior ou menor, da forma ideal. Das quatro constituições corrompidas, a segunda, a terceira e a quarta correspondem exatamente às formas corrompidas das tipologias tradicionais — a oligarquia corresponde à forma corrompida da aristocracia, a democracia à "politeia" (como Aristóteles chamará o governo do povo na sua forma pura), a tirania à monarquia. (BOBBIO Apud Platão, 1988, p. 47)

Embora politeia seja referida aqui como a forma pura de governo, Bobbio irá se referir à politeia segundo Aristóteles como sinônimo de Constituição (Bobbio, 1998, p. 55). Ele descreve como ocorre a corrupção no governo Democrático após criticar o excesso de liberdade do homem democrático, como se observa das lições de Bobbio, é a divisão em facções que acaba por corromper essa forma de governo. “Como se manifesta a corrupção do Estado? Essencialmente pela discórdia.” (BOBBIO Apud Platão, 1988, p. 51)

Platão, como dito, tinha consciência plena de que na prática o modelo ideal das formas de governo não era implementado, havendo corrupção em todas as formas de governo conhecidas. “Todos os Estados que realmente existem, os Estados reais, são corrompidos - embora de modo desigual.” (BOBBIO Apud Platão, 1988, p. 45). Não devemos, portanto, nos surpreender com essa ausência de correspondência nos dias atuais, pois não obstante seja extremamente difícil implementar a forma democrática de governo em sua acepção ideal (se é que realmente é possível) a complexidade das sociedades da modernidade e suas vultosas populações dificultam ainda mais qualquer tentativa nesse sentido.

Em substância, Platão também aceita que haja seis formas de governo; destas, porém, reserva duas para constituição ideal e quatro para as formas reais que se afastam, em grau maior ou menor, da forma ideal. Das quatro constituições corrompidas, a segunda, a terceira e a quarta correspondem exatamente às formas corrompidas das tipologias tradicionais - a oligarquia corresponde à forma corrompida da aristocracia, a democracia à "politeia" (como Aristóteles chamará o governo do povo na sua forma pura), a tirania à monarquia. (BOBBIO Apud Platão, 1988, p. 47)

Ele descreve a Democracia, ressaltando seus pontos negativos no excesso de liberdade, que caracteriza seu cidadão.

Na democracia, ao contrário, o povo domina os que possuem bens, seja com o seu consentimento, seja com a força; sejam as leis guardadas ciosamente, sejam violadas, nunca se alterou essa denominação. (BOBBIO Apud Platão, 1988, p. 53)

Para Platão o governo do povo é a pior dentre as formas boas ou puras de governo, em contrapartida, sua forma corrompida é a menos pior dentre suas semelhantes, assim, não

apresenta diferença tão substancial entre sua forma pura e sua forma corrompida quanto as outras formas de governo.

A democracia está ao mesmo tempo no fim da série "boa" e no princípio da série "má". Além do mais, essa disposição pode servir para explicar por que a democracia tem um só nome: sendo a pior forma dentre as boas, e a melhor das más, não apresenta, nas duas versões, a diferença do governo de um só, que na versão boa é o melhor e na versão má é o pior. (BOBBIO Apud Platão, 1988, p. 53)

Aristóteles, por sua vez classifica as formas de governo de outra maneira. Das lições de Bobbio perceberemos que Aristóteles classifica as formas de governo em 6 tipos com base nos critérios de quem governa e como governa, resultando dessa classificação três formas boas e três formas más, ou seja, corrompidas (Bobbio, 1998, p. 56). Ao contrário do que muitos pensam com base no senso comum, que exalta a democracia como a melhor das formas de governo, a mais perfeita, e a salvo de críticas, sendo para muitos o norte a ser seguido para alcançar a melhoria progressiva da sociedade e do governo, para Aristóteles a Democracia é uma forma má de governo.

Chamamos 'reino' ao governo monárquico que se propõe a fazer o bem público; 'aristocracia', ao governo de poucos..., quando tem por finalidade o bem comum; quando a massa governa visando ao bem público, temos a 'polida', palavra com que designamos em comum todas as constituições... As degenerações das formas de governo precedentes são a 'tirania' com respeito ao reino; a 'oligarquia', com relação à aristocracia; e a 'democracia', no que diz respeito à 'polida'. (BOBBIO Apud Platão, 1988, p. 56)

Bobbio ainda nos adverte que por conta da confusão causada no leitor com a utilização do termo polida para designar a forma boa do governo de muitos, sendo polida sinônimo de politeia e portanto de constituição, Aristóteles em outra obra, a *Ética a Nicômaco*, resolve adotar para a forma boa do governo de muitos o termo “timocracia” em razão da falta de uma nomenclatura consagrada para designar a forma boa do governo de muitos. (Bobbio, 1998, p. 57)

Aristóteles valorou essas formas elaborando uma classificação hierárquica dessas formas de governo, partindo da melhor delas para a pior, “Com base nesse critério, a ordem hierárquica das seis formas é a seguinte: monarquia, aristocracia, politia, democracia, oligarquia, tirania.” (BOBBIO, 1998, p. 57)

O que chama a atenção nas lições de Bobbio e que nesse ponto do raciocínio nos interessa muito é a maneira que Aristóteles descreve a forma boa do governo de muitos.

No esquema, a "politia" corresponde à terceira forma - deveria consistir, portanto, no poder de muitos exercido no interesse comum. Mas, quando se chega à definição que lhe dá Aristóteles, encontramos coisa bem diferente: "A "politia" é, de modo geral, uma mistura de oligarquia e de democracia; via de regra são chamados de polidas os governos que se inclinam para a democracia, e de aristocracias os que se inclinam para a oligarquia". (BOBBIO Apud Platão, 1988, p. 60)

Nesse momento podemos olhar para História, e em especial para o momento atual da história (2017) e procurar por uma forma pura do governo de muitos. Decerto conclui-se que, como Platão, até onde podemos enxergar não há forma pura do governo de muitos (tampouco a mediana de Aristóteles entre Democracia e Oligarquia, pois, como veremos, é a segunda forma de governo que vêm prevalecendo sob o disfarce e com alguns instrumentos da forma democrática). Não verificamos um Estado em que a forma de governo não se encontre corrompida, não obstante tenhamos muitos que se autodesignam democráticos. E nem poderia ser diferente no contexto de gestão de coisas pelo Estado, reprodução de mercadoria, fetiche do capital e valorização do parecer.

Percebemos grupos se revezando no poder, as caras na política não costumam ser novas. Os sobrenomes menos ainda. Certos de que estamos diante de governos corrompidos, não podemos deixar de suspeitar que podemos estar lidando com governos oligárquicos. Mas há então um paradoxo? Governos democráticos e oligárquicos? Teríamos a “politia” de Aristóteles diante de nossos olhos?

Um arguto observador desse aspecto aparentemente paradoxal é Jacques Rancière (2014). Pedimos vênua para uma rápida digressão que consiste na ressalva de passagens na obra do referido autor que nos causa espécie e imediata discordância, entretanto, colocando o aspecto crítico em segundo plano, não podemos deixar de reconhecer a lucidez e a perspicácia do autor na leitura da forma de governo em que estamos inseridos.

Sendo assim, a palavra democracia não designa propriamente nem uma forma de sociedade nem uma forma de governo. A “sociedade democrática” é apenas uma pintura fantasiosa, destinada a sustentar tal ou tal princípio do bom governo. As sociedades, tanto no presente quanto no passado, são organizadas pelo jogo das oligarquias. E não existe governo democrático propriamente dito. Os governos se exercem sempre da minoria sobre a maioria. Portanto, o “poder do povo” é necessariamente heterotópico à sociedade não igualitária, assim como ao governo oligárquico. Ele é o que desvia o governo dele mesmo, desviando a sociedade dela mesma. Portanto, é igualmente o que separa o exercício do governo da representação da sociedade. (RANCIÈRE, 2014, p. 68)

Entretanto, o próprio Rancière, partindo de outro ponto de vista ao concluir o raciocínio traçado na obra, busca atenuar a passagem supracitada e demonstrar o que a Democracia deve minimamente buscar ser, que é um elemento de atenuação desse governo oligárquico, pois para Rancière, não obstante a ausência de limites do cidadão(ã) tipicamente democrático, esta “embalagem” democrática ao menos permite a troca do grupo no poder de tempos em tempos, além de esclarecer que:

A Democracia não é nem a forma de governo que permite à oligarquia reinar em nome do povo nem a forma de sociedade regulada pelo poder da mercadoria. Ela é a ação que arranca continuamente dos governos oligárquicos o monopólio da vida pública e da riqueza a onipotência sobre a vida. Ela é a potência que, hoje mais do

que nunca, deve lutar contra a confusão desses poderes em uma única e mesma lei da dominação. (RANCIÈRE, 2014, p. 121)

Ainda no âmbito da legitimação do estado de coisas em que nos encontramos, ao discorrer sobre os direitos sociais desta dita “democracia social” (também dita “democracia social burguesa”) em que nos encontramos, diante da ausência de sua efetivação, o jurista chega a qualificar em 2002 tais direitos como promessas que não se pretende cumprir, promessas para manter os seus destinatários silenciados na esperança eterna de uma justa distribuição dos resultados da produção de riquezas.

Seu objetivo, na verdade, não é depurar juridicamente as concepções de equidade e justiça, nem garantir formalmente a correção de desequilíbrios setoriais, das disparidades sociais e das diferenças regionais, mas apenas forjar as condições simbólicas necessárias para uma assimilação acrítica da ordem jurídica. (FARIA, p. 98, 2002)

Desconstruída então essa visão utópica da democracia idolatrada pelo senso comum, e demonstrada a aporia que é viver e enxergar a prática democrática em que os Estados nacionais e a sociedade estão inseridos, podemos seguir adiante e conhecer um pouco melhor o valor na forma mercadoria cujo poder regula a sociedade conforme vagamente se referiu Rancière.

2 O fetiche do capital e a sociedade do espetáculo

É nesse ambiente dito democrático (Pois não há liberdade, vez que a Política foi suplantada pela economia e pelo movimento cego do mercado, e segundo Hannah Arendt (2006) onde não há política não há liberdade, sendo que o que há é violência – e violência que salta aos olhos –. E nesse sentido o Estado social diminuiu a ausência de liberdade – característica do Estado liberal com sua igualdade formal - com o avanço das leis que promovem igualdade material, pois igualdade formal diante do poder social - e financeiro, decorrente do capital – se subverte em desigualdade e consequente ausência de liberdade como ressalta Sombra (2011), tornando o Direito algo tautológico por conferir direitos apenas a quem tem direitos (Arendt, 2006), e nesse contexto a racionalidade jurídica que impõe uma igualdade material torna mais verdadeiras que nunca as palavras de Henry Dominique Lacordaire “Entre os fortes e fracos, entre ricos e pobres, entre senhor e servo é a liberdade que oprime e a lei que liberta”.) que o capital, com ou sem crise, tem avançado sobre tudo que é humano e sensível, influenciando e se movimentando entre as sete “esferas de atividade” descritas por David Harvey (2011) conforme as necessidades do capital, as transpondo e

manipulando para fazer o capital circular, pois o capitalista já não é mais quem importa, agora o que importa é o capital, que de objeto passou a figurar na lógica da sociedade como um fim em si mesmo.

Enquanto a busca pelo capital destrói o meio ambiente e produz pobreza como consequência indissociável do processo de acumulação decorrente da contradição fundamental presente no risco sistêmico, a maior parte da humanidade passa pelo atual momento histórico permanecendo “dentro da caverna”, mas uma série de pensadores(as) têm chamado a atenção para o fetiche do capital na atual sociedade globalizada reprodutora de mercadorias. Esses pensadores(as), que serviram de base para o presente ensaio, a exemplo de Robert Kurz, Anselm Jappe, David Harvey, Giorgio Agamben, Jacques Rancière, Hannah Arendt, Marilena Chauí e outros, chamam a atenção, na grande maioria deles, para a irracionalidade destruidora desse fetiche banalizado e amplamente difundido, porém, pouco notado, negligenciando o risco sistêmico inerente à própria contradição do capital enquanto “processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro.” (HARVEY, 2011, p. 41).

Tais autores percebem o fenômeno e aprofundam sua análise que foi iniciada em observações constantes de passagens do escólio de Karl Marx, vejamos:

Na situação de inconsciência de si mesmo, o homem, em grande parte desligado das codificações genéticas, necessita de uma forma social de universalidade abstracta para poder agir como sujeito. A constituição inconsciente de tal universalidade abstracta pode (com Marx) ser chamada de fetichismo. (KURZ, 2002)

O próprio Robert Kurz faz uma análise do papel da religião na pré-modernidade e do fetichismo na modernidade, concluindo ao nosso ver que o fetichismo suplantou a religião, pois esta resta marginalizada diante da lógica desse culto ao valor que torna uma crença com efeitos práticos de milagres banais e cotidianos com mecanismos financeiros e econômicos que chegam a permitir a criação de valor abstrato a partir de valor, excluindo em muitos momentos o trabalho do processo de produção da riqueza por meio de sofisticadas manobras financeiras e especulativas.

O fetiche do capital domina o subconsciente das pessoas com uma racionalidade à moda liberal. Com pretensão de neutralidade prega a liberdade formal para que o ser humano uma vez inserido no processo de produção e consumo, portanto, reconhecido como solvente/consumidor, se torne um indivíduo cego que se comporta com base na lógica da reprodução de mercadorias, fazendo racionalização econômica da vida e interpretando pessoas, sentimentos e bens de valor inestimável como números, sem perceber que ele que é consumido pelo sistema. Toda essa “contabilidade do cotidiano” além de transformar o

trabalho em valor abstrato para controle e racionalização da troca de mercadorias, separa o trabalhador da sua força de trabalho, resgatando o antigo e superado conceito de que o trabalho e os direitos do trabalhador seguem a lógica do direito das coisas (Direito Civil) no inconsciente da grande massa. Não nos esqueçamos que a quase um século o Direito do Trabalho se tornou um ramo autônomo do Direito, se separando do Direito Civil justamente buscando dar a merecida importância para o “ser humano” pertinente a essa relação, como explica Supiot (1996).

Mas como a autovalorização do dinheiro - como "forma de representação" fetichista do trabalho abstracto convertido em cego objectivo tautológico da sociedade - só é possível com a mediação do mercado, isto é, só pode "realizar-se" em actos de compra e venda em massa, incluindo todas as pessoas sem excepção, foi preciso, assim, em contraste radical com a sociedade pré-moderna, impor também uma forma de sujeito sem excepção para todas as pessoas, forma esta homogénea, "igualitária" e ditatorialmente presa ao dinheiro. A realização da autovalorização fetichista do dinheiro, de facto, só é possível por meio do acto "livre" de vontade dos homens como sujeitos totais da compra e venda. Tal necessidade não se coaduna nem com os laços tradicionais nem com uma restrição a uma elite do "sujeito depositário" da forma fetichista da universalidade. A ascensão da nova constituição, dominada pelo fetichismo da mercadoria, surge assim, em retrospectiva, como libertação das coacções da constituição religiosa, como ênfase do igualitarismo e do "livre arbítrio"; no entanto, da perspectiva futura, tal revela-se como ofuscamento ideológico, pois este novo igualitarismo da forma do dinheiro total gera não só novas diferenças sociais e novos fenómenos tanto mais brutais de pobreza e de despojamento de todos os meios de produção, mas também novas e não menos brutais coerções. O "livre arbítrio" não é de modo algum "livre" em relação à sua própria forma - a forma da mercadoria e a forma do dinheiro - nem em relação às suas leis compulsórias, às quais as potencialidades e carências humanas não são menos sacrificadas que na constituição fetichista pré-moderna. A antiga submissão à tradição religiosa e às suas personificações é simplesmente substituída pela submissão (ainda mais desesperadora) ao poder impessoal e coisificado do dinheiro e das suas "leis", que, a exemplo das tradições religiosas da pré-modernidade, são cegamente aceites como leis naturais. (KURZ, 2002)

O crítico alemão deixa clara a alienação das massas pela (ir)racionalidade escravizadora imposta pelo valor de troca. Os dilemas que são artificialmente construídos no íntimo das pessoas corrompem a moral, a vida em sociedade, a relação do sujeito (em sua forma predicado) com a natureza e consigo mesmo. Todas essas relações são fortemente influenciadas pelo fetiche, gerando dilemas sucessivos e conflito interno, pois o “gestor de si mesmo” acredita ser outra pessoa que não ele mesmo (mediante a cega adoção da ideologia dominante). Está claro que o sujeito não sabe mais quem ele é. Mas isso sequer importa, pois como Retrata Jappe (1997) com base em Debord, diante da degradação do ser em ter e agora o reinado soberano do aparecer que é gerado pelo espetáculo.

É no contexto do fetiche, que reifica esse sistema insustentável (pois destrói recursos naturais para produzir uma determinada quantidade de valor abstrato/capital que é insuficiente para recuperar ou reconstituir o recurso utilizado) permeando o Estado democrático moderno

– encarregado, conforme Harvey, Kurz e outros, de custear a infraestrutura que permite a circulação do capital – em que surge a agudização das crises inerentes ao capitalismo (Harvey) e se nota de modo mais claro a economia de saque global.

Antes e durante a agudização das crises, o fetiche do capital é auxiliado e fomentado pelo sofisticado método de alienação e controle das massas conhecido por sociedade do espetáculo ou simplesmente espetáculo. Jappe (1997) apresenta o conceito de espetáculo com base em seu criador, Guy Debord, e elucida suas espécies, que são duas: o espetáculo difundido (ocidental e democrático) e o espetáculo concentrado (comum nos regimes totalitários e, por conseguinte, nas ditaduras do século XX sem fronteiras). Surgindo da combinação desses, o espetáculo integrado (aperfeiçoado e mais nocivo ainda). Pois nas palavras de Jappe (1997) “Sob a máscara da democracia, este remodelou totalmente a sociedade segundo a própria imagem, pretendendo que nenhuma outra alternativa seja sequer concebível.”

A técnica do espetáculo em suas classificações e aperfeiçoamentos ultrapassa a visão superficial do alcance dos meios de comunicação de massa como a televisão, como bem ressalta Jappe, mas envolve também esse aspecto. Entretanto chamamos a atenção para tal observação justamente porque Jappe cita a percepção do aperfeiçoamento do espetáculo em 1988, pelo próprio Debord, e ao tratar desse período ressaltamos que ele é anterior à popularização da internet (década de 1990) outro instrumento que serve de veículo para a aplicação da aludida técnica. Destarte,

Teve, porém, de admitir, em "Comentários Sobre a Sociedade do Espetáculo" (1988), que o domínio espetacular conseguiu se aperfeiçoar e vencer todos os seus adversários; de modo que agora é a sua própria dinâmica, a sua desenfreada loucura econômica a arrastá-lo em direção à irracionalidade total e à ruína. (JAPPE, 1997)

O espetáculo, com base nos ensinamentos de Jappe pode ser definido como uma sequência de imagens que cria uma realidade própria em que o indivíduo deseja se inserir. Tal sequência além de servir de baliza para suas ações mantendo a já conhecida situação de alienação, cria uma nova noção de realidade em que o que importa é a transmissão das imagens, mais do que a própria realidade, que é colocada em segundo plano, pois as pessoas não baseiam mais suas condutas nesta, baseiam na nova lógica estabelecida pelas imagens, que quando adotadas coletivamente pelos indivíduos suplantam a realidade e causam o fenômeno que estabelece a prevalência do parecer sobre o ser e o ter. Para ser fiel aos autores consagrados, mister trazer a citação literal.

Debord explica que o espetáculo é uma forma de sociedade em que a vida real é pobre e fragmentária, e os indivíduos são obrigados a contemplar e a consumir passivamente as imagens de tudo o que lhes falta em sua existência real (...) Têm de

olhar para outros (estrelas, homens políticos etc.) que vivem em seu lugar. A realidade torna-se uma imagem, e as imagens tornam-se realidade; a unidade que falta à vida, recupera-se no plano da imagem. Enquanto a primeira fase do domínio da economia sobre a vida caracterizava-se pela notória degradação do ser em ter, no espetáculo chegou-se ao reinado soberano do aparecer. As relações entre os homens já não são mediadas apenas pelas coisas, como no fetichismo da mercadoria de que Marx falou, mas diretamente pelas imagens. (JAPPE, 1997)

Assim, embora o espetáculo cause a degradação do ter, isso não pode nos levar a acreditar que o fetiche do capital teria sido superado por uma prevalência da lógica da aparência. Isso seria uma leitura equivocada da realidade, pois o valor abstrato continua conduzindo a racionalidade e a conduta na sociedade, o fetiche inclusive submeteu o Estado aos seus caprichos, e quanto ao espetáculo, como fenômeno essencialmente instrumental, trata-se de instrumento plenamente compatível com o fetiche do capital, formando um complexo de fenômenos que se fazem presentes na sociedade tanto em momentos de aparente normalidade como em momentos de crise. Cabendo ressaltar com base em Jappe (1997) que o espetáculo em Debord “não apresenta uma lógica própria” e “significa um "tornar-se abstrato" do mundo”.

3 O estado de exceção e a economia de saque global

Enquanto Giorgio Agambem retrata o Estado de Exceção saindo de sua acepção clássica de que aborda a discussão acerca do seu conceito por Carl Schmitt e Santi Romano, em que podemos resumir na restrição ou suspensão de direitos do povo, geralmente de liberdade, motivada no surgimento de uma necessidade do ponto de vista do Estado, Robert Kurz em “Os fantasmas reais da crise mundial” (2003), retrata como polos de crise extrema do capital regidos por autoridades absolutas retratam problemas decorrentes da lógica estabelecida pelo fetiche do capital, a exemplo da sociedade de risco, da economia de saque, da frieza para com o próprio eu e da pulsão de morte e autodestruição.

Nesse momento utilizaremos como mote para a abordagem do tópico um questionamento que relaciona os elementos que dão nome a ele: Quais as diferenças e as semelhanças entre os potentes nos quais a economia de saque global se agudiza e o estado de Exceção em Agamben?

Podemos responder tal indagação afirmando que a economia de saque ocorre em menor intensidade nos grandes centros capitalistas, mas se potencializa nas civilizações degradadas pelo deslocamento das crises sistêmicas (Harvey) decorrentes da contradição do Capital. Resta claro, com o desenvolvimento da economia de saque global (ainda que de

modo mais concentrado em alguns polos) que esse sintoma do sistema reprodutor de mercadorias é também uma consequência da superação da esfera política pela esfera econômica que suplantou a primeira.

Enquanto nesses estados, em que a crise não pode mais ser deslocada para o exterior, o fenômeno multifacetado baseado no fetiche do capital é auto-executado pelo movimento cego dentro da esfera econômica. Seus reflexos no aspecto psicológico dos indivíduos, são sentidos pelos jovens e os converte em guerreiros do apocalipse com sua pulsão de morte generalizada.

Ao mesmo tempo em que o fenômeno da economia de saque é globalizada e varia de intensidade geograficamente, o estado de exceção virou regra nas “democracias sociais” burguesas do ocidente variando sua intensidade, mas mantendo a essência irracional da lógica de criação de valor.

Os fenômenos são distintos, pois os potentados não conseguem manter a forma “democrática” legitimadora da dominação oligárquica (Rancière, 2014). Assim, enquanto neles não há qualquer esforço para manter a aparência democrática para o resto do mundo, no Estado de exceção (de Agamben) a distinção entre os três poderes é abolida com base na necessidade e na manutenção da ordem jurídica, porém mantendo a aparência democrática.

Percebe-se que embora distintos, os fenômenos se inter-relacionam, pois os potentados também são Estados de exceção, seja pela implantação do terror e da violência por meio da máquina estatal que é controlada pela potestade, ou como na regra geral da tendência do pós-guerra descrita por Agamben, em que o executivo exerce plenos poderes por delegação do legislativo, que caracteriza o Estado de exceção moderno, que “é uma criação da tradição democrático-revolucionária, e não da tradição absolutista” (Agamben, p. 16) e que se generalizou com base no paradigma da segurança como técnica normal de governo (Agamben, p. 28) transformando a república parlamentar em república governamental (Agamben p.32-33), se é que se pode falar em república quando se adota o adágio “necessitas legem non habet” – a necessidade não tem lei (Agamben, p. 40).

Outra semelhança entre a adoção do Estado de exceção e os potentados da crise é que ambos estão inseridos no contexto do fetiche do capital na sociedade produtora de mercadorias que, como dito, reifica o dinheiro e seu valor abstrato e amplia sua lógica para todos os aspectos da existência colocando tudo e todos em submissão ao cego movimento do mercado.

Se por um lado nos locais em que a crise ainda não se agudizou, a sociedade mantém uma aparência de normalidade mesmo diante do Estado de exceção moderno, por outro, nos potentados, todas as características negativas dessa lógica nefasta se amplificam, fazendo

eclodir a violência, a frieza e a pulsão de morte e autodestruição que estavam latentes e que também existem de modo oculto nos oásis capitalistas.

4 Neoliberalismo, trabalho e direito

Neoliberalismo é uma corrente politico-ideológica que ressuscita a ideologia liberal, porém com um “plus” das agências reguladoras. A ideologia liberal pregava a igualdade e o afastamento do estado do âmbito das relações entre os particulares. Com a superação do liberalismo em razão especialmente da desigualdade jurídica e econômica que ele permitia na prática (em contradição com sua teoria), surgiu o Estado de bem estar social. O neoliberalismo prega no dizer de Marilena Chauí (2017) a transformação dos direitos sociais em serviços, e aí se encaixam as tais agências reguladoras que fiscalizariam esses serviços.

O neoliberalismo passa longe de influir apenas nas políticas sociais. Ele prega uma mudança crucial no mundo do trabalho, pois ele visa a transformar o trabalhador(a) em uma espécie de empresa individual, que faz com que “o jovem trabalhador se veja como pequenos empresários que prestam serviços a uma outra empresa” (CHAUÍ, 2017). Em nome de uma meritocracia, tal ideologia pretende deixar com o trabalhador o risco decorrente da atividade, deixando-o exposto ao risco do mercado e da atividade, porém as benesses da atividade são na sua maior parte destinadas a integrar o patrimônio da empresa (tomadora do serviço) e não ao patrimônio do trabalhador(a).

Em razão da complexidade da ideologia neoliberal, é possível conceituá-la a partir de diversos prismas, por isso se torna relevante trazer conceitos de outros autores.

O neoliberalismo traz em seu receituário a diminuição do papel do Estado e o fortalecimento dos grupos privados; o favorecimento de medidas que facilitam a livre circulação do capital; a quebra dos monopólios estatais e das barreiras alfandegárias; a desregulamentação estatal da economia e a prevalência da *lex mercatória*, bem como a desregulamentação/flexibilização dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Essa concepção provoca um enfraquecimento enorme do Estado e fortalecimento geométrico dos poderes privados, que ganham poder econômico, social, político e jurídico, pois impõem aos Estados nacionais seus interesses por meio de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros. (VECCI, 2009, p.13)

Essa flexibilização das relações de trabalho podem ser sentidas pelos trabalhadores(as), e nesse sentido assume formas observáveis pela percepção da terceirização, da precarização, do trabalho informal, do *dumping* social e outros malefícios para o trabalhador que favorecem o acúmulo de capital, pois estão no caminho contrário da distribuição de renda. Por outro ponto de vista, o econômico, tal flexibilização gera

crescimento da pobreza, da fome e diversos outros problemas sociais. Tais efeitos nocivos, deletérios, são observados por diversos autores ao analisarem países em que essa ideologia foi implementada.

A flexibilização das relações trabalhistas, conforme já explicitado, é uma das receitas neoliberais. Pretensamente, afirma que a diminuição da proteção trabalhista visa a aumentar o investimento, o emprego e a competitividade das empresas. Com isso, propõe uma profunda “individualização” das relações de trabalho até o limite do politicamente possível, pregando a não-intervenção estatal nas relações individuais de trabalho, ou seja, postulando um afrouxamento da proteção estatal. Com isso, as relações individuais de trabalho voltam a se aproximar das relações civis, um retorno ao período anterior ao nascimento do direito do trabalho. Já as relações coletivas (travadas entre sindicatos de empregados e sindicatos de empregadores ou empresas) devem ser limitadas pelo Estado para impedir “práticas monopolistas” que não permitem o livre jogo da oferta e da procura. Como se percebe, aumenta-se o poder das empresas e diminui-se ao máximo possível a proteção dos trabalhadores, flexibilizando-se o trabalho e protegendo-se o capital. (VECCI, 2009, p.46)

Para sair da abstração vale a pena relatar casos concretos em que as políticas de flexibilização das normas trabalhistas, ou em outras palavras, a política neoliberal como um todo não conseguiu realizar as promessas que ensejaram sua adoção. Não são poucos os casos em que a política neoliberal gerou efeitos deletérios para a sociedade e para o país como um todo, acarretando o abandono dessas políticas. Vejamos alguns casos concretos apontados pela doutrina jurídica.

Por seu turno, Uriarte analisa, além do Brasil os casos da Argentina, Uruguai, Chile, Equador, Perú, Colômbia e Espanha, onde se comprova que a adoção de medidas flexibilizadoras da legislação trabalhista acabou resultando em maior desemprego. O mesmo fato é apontado por Baylos com relação à Espanha. Segundo o autor, as reformas trabalhistas realizadas na década de 80 na Europa apontavam que a legislação trabalhista rígida dificultava a criação de empregos. Assim, a Espanha adotou uma série de medidas flexibilizantes que resultaram em maior desemprego, o que levou ao abandono de muitas delas. (VECCI, 2009, p.46)

Resta claro que o trabalho e o direito do trabalho não devem ser regidos pela lógica do capital, analisados como valor e como números mediante uma racionalização que é rechaçada por juristas do campo justaltrabalhista e também por sociólogos, a exemplo de Robert Castel.

Parece, pois, que a condição da maioria dos que vivem do trabalho de seis braços não é garantida pelas proteções vinculadas ao trabalho regulado. Ela se caracteriza por uma vulnerabilidade de massa, engendrada pelo fato de que o trabalho não pode ser regulado sobre o modelo do mercado. (CASTEL, 1998, p.44)

Diante desse panorama científico e da verificação prática dos efeitos deletérios do neoliberalismo surge um natural questionamento: Se ele é tão ruim, por que prevalece?

Poderíamos simplesmente dizer que prevalece porque é a ideologia da classe dominante, mas isso contribui pouco para o debate científico. O que deve ser dito é que a finalidade dele não é alcançar o progresso, mas alcançar um comportamento passivo da massa

manipulada por meio de uma série de combinações de sofismas que criam uma coerência e racionalidade aparente, mas funciona como uma cortina de fumaça.

O Neoliberalismo, ao nosso ver, constitui um mecanismo de controle das ações das massas com base em teorias e assertivas superadas cientificamente, porém seu objetivo está longe de ser a correção científica, seu objetivo é apenas obter a aceitação acrítica de uma série de medidas impopulares e prejudiciais para a maioria dominada e que favorecem na circulação do capital uma acumulação facilitada desse capital pelo grupo dominante. Para isso suas assertivas precisam ser fáceis de explicar e de entender, mas tamanha facilidade na obtenção da resposta esconde sua ausência de correção para a dificuldade que se deseja sanar, porém é justamente esse o estado de coisas que a classe dominante deseja, pois a falsa resposta gera uma situação conveniente para a classe dominante beneficiada por problemas sociais como a má distribuição de renda e o acúmulo absurdamente grande de capital nas mãos de um número ínfimo de pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que houver de sensível se exaure com o recrudescimento da crise. Ela se agudiza e alcança um patamar destruidor, que se manifesta fisicamente, mas também no campo metafísico como deixa claro Robert Kurz. Os reflexos são teratológicos na economia, na sociedade e no plano psíquico dos indivíduos. O recrudescimento da crise igualmente intensifica a lógica do fetiche, gerando a frieza destruidora do sujeito assassino e suicida que é característico da economia de saque nessa sociedade de risco totalmente degenerada que assume a forma de potentados.

A redemocratização pode aparecer como panaceia ou o neoliberalismo como política messiânica. Nesse contexto de desespero as armadilhas não são poucas, mas sabendo (com base em Agamben) que a muito o Estado de Exceção se transformou em técnica de governo constante, pois considerada “temporária” com base na necessidade, leva à conclusão que essa conveniente “necessidade” é permanente não pode surpreender que nos potentados alguns não percebam que a liberdade não está mais ali, ou nunca esteve.

Diante do Estado de exceção permanente como técnica de governo, não podemos nos enganar e supor que não há lei, pois lei há, mas não há direitos, ao menos não todos os direitos, e muito menos o direito para todos.

Mas a crítica não pode se permitir tornar-se o alicerce que falta para a legitimação do estado de coisas, pois se há fragilidade teórica e o sistema está ou sempre esteve comprometido de modo irreversível, enquanto não sabemos para onde vamos ou como chegar lá, enquanto não há um instrumento efetivo de emancipação e um modelo de sociedade sustentável, não poderemos desdenhar dos instrumentos mitigadores do fetiche.

Enquanto a racionalização do processo produtivo e da vida atende à cega lei do mercado fomentada pelo fetiche do capital, o direito tem rachado as bases clássicas que ocultamente coadunam com a irracionalidade da valorização do valor. O pretense direito neutro que permite a calma manutenção do estado de coisas tem sido por cada vez mais desmascarado, tendo sua contradição exposta.

Novos mecanismos jurídicos inaugurados no pós-segunda guerra têm se desenvolvido com os avanços científicos da vertente moderna e progressista do direito, no âmbito juslaboral desde a autonomia do direito do trabalho, porém mais recentemente no âmbito do direito constitucional, que com sua posição privilegiada no ordenamento vêm puxando os outros ramos do direito em maior ou menor medida nesta direção mitigadora.

Tal movimento desejável e necessário, embora insuficiente dada à gravidade do (a) comprometimento (irracionalidade) do sistema, chama a atenção para a utilidade das instituições, que possuem uma força que não pode ser desconsiderada para fins de mitigação do fetiche do capital e da valorização imoral do valor abstrato, mas essa força também está um pouquinho em cada um de nós.

A sugestão, diante panorama em que se insere o direito na atualidade, é não desvincular a racionalidade material e os valores inerentes às normas na aplicação do direito, abrindo mão de qualquer pretensão de neutralidade para que se alcance a concretização da justiça social, mas não de qualquer justiça social, uma justiça social de valorização do ser humano, de modo a assegurar sempre a observação e tutela de sua dignidade, fazendo com que o Direito entenda qual é o seu campo de ação, que ele é vasto, mas não é ilimitado e que não admita os avanços da economia, da racionalização e do fetiche do capital. Mas tal missão não é fácil, vai contra a corrente em que a história está navegando, mas esse será, para os mais otimistas, o momento em que o Direito poderá (nas palavras de Walter Benjamin) puxar o travão da história e escová-la a contrapelo.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Oito exercícios sobre o pensamento político. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

BOBBIO, Norberto. Uma discussão célebre. In: **A teoria das formas de governo**. Brasília: UnB, 1988.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: Uma Crônica do Salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Tragédia do neoliberalismo**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TUrMh9-bsR0>>. Acesso em: 10/05/2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JAPPE, Anselm. **A arte de desmascarar**. 1997. Disponível em <<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/arte-de-desmascarar.html>>. Acesso em: 10/05/2017.

LACORDAIRE, Henri Dominique. Conférences de Notre-Dame de Paris, Henri Lacordaire, éd. Sagnier et Bray, 1848, p. 246. Disponível em <https://pt.wikiquote.org/wiki/Henri_Dominique_Lacordaire>. Acesso em: 20/05/2017.

PAUGAM, Serge (Coord.), **A Pesquisa Sociológica**. Petrópolis, Vozes, 2015.

KURZ, Robert. **O fim da política**: teses sobre a crise do sistema de regulação da forma mercadoria. 2002. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz105.htm>> Acesso em: 10/05/2017.

_____. Os fantasmas reais da crise mundial. In.: **A guerra de ordenamento mundial**. 2003. Disponível em <<http://www.obeco-online.org/rkurz175.htm>>. Acesso em: 10/05/2017.

_____. **A falta de autonomia do Estado e os limites da política**: quatro teses sobre a crise da regulação política. 1995. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz66.htm>>. Acesso em: 20/05/2017.

RANCIÈRE, **O ódio à democracia** (tradução: Mariana Echalar). São Paulo: Boitempo, 2014.

SOMBRA, Thiago Luís Santos. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações privadas**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

SUPIOT, Alain. **Crítica del derecho del trabajo**. Madrid: MTSS, 1996.

VECCHI, Ipojuacan Demétrius. **Contrato de Trabalho & eficácia dos direitos humanos fundamentais de primeira dimensão**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO: um conflito documentado no filme *Martírio*¹

Fernando Barreto Nunes Filho
Maïesse Pinto El Sayegh Nunes

Àqueles que não entendem nossa língua, vou traduzir. O povo Guarani era como um rio que corria lentamente em seu curso quando uma pedra gigante foi lançada dentro do córrego. A água espirrou para vários cantos. E os sobreviventes estão aqui hoje reunidos, diz o Guarani - Kaiowá Anastácio Peralta, sob olhares de concordância de seus 'parentes' da Argentina, Bolívia e Paraguai."²

O conceito de desenvolvimento, sinônimo de progresso, produtor de modernidade e solução para reduzir as desigualdades, vêm sendo objeto de muitas críticas. Algumas se concentram no fato das ações serem planejadas externamente, distante do local de aplicação. No atual momento político, econômico e social do Brasil, projetos de infra-estrutura e de expansão da fronteira agrícola vêm produzindo conflitos entre povos tradicionais e os agentes do desenvolvimento regional promovido pelo Estado.

Para muitos autores, tais como a professora Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP), o correto seria trabalhar com “territorialidades, enquanto processo de construção de um território em permanente conformação”. Essa abordagem abre espaço para a importância das narrativas orais para configurar a gênese e a história de um determinado território.

O documentário “Martírio”, do cineasta Vincent Carrelli, acompanhou durante duas décadas o processo de luta pela posse da terra entre o grupo Guarani Kaiowá e o agro-negócio na Macro-Região de Dourados (MS). O cineasta optou por denunciar os acontecimentos em vários festivais de cinema: 31º Festival de Mar del Plata (prêmio melhor longa); 49º Festival de Brasília (Prêmio especial do júri); 40ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo; 9ª Janela Internacional do Cinema, em Recife (melhor filme). Neste trabalho busca-se refletir sobre o conflito entre o desenvolvimento (agro-negócio) e o território (Guarani- Kaiowá), documentado nas imagens do filme “Martírio” (2016).

¹ Este texto toma por base o trabalho final da disciplina Território e Desenvolvimento, Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial (UCSAL), conduzida pelas Professoras Cristina Alencar e Laila Mourad.

² Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani>.

1 DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Um interessante levantamento sobre a temática de desenvolvimento e território foi realizada por Roberto Luís de Melo nos encontros nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Durante um longo período, os encontros foram estruturados sob forte hegemonia de pesquisas associadas ao desenvolvimento regional. Esta foi uma tendência, a qual, via de regra, defendia o papel do Estado como promotor do desenvolvimento.

A defesa de “uma agenda de crescimento a ser conduzida por um Estado forte, com a participação dos diversos atores sociais” é feita pelos professores Renato Boschi e Flavio Gaitá, com base em uma análise dos países latino-americanos na última década: “[...] cuja característica distintiva é o enfraquecimento da hegemonia neoclássica e uma retomada de trajetórias de intervenção estatal na economia”. (BOSCHI; GAITÁ, 2008, p. 305).

De forte inspiração Keynesiana, estes autores conceituam o Estado como “regulador das assimetrias do mercado e como garantia das condições de inclusão social” (2008, p. 306), e defendem um modelo de neodesenvolvimentismo: “a construção de um espaço de coordenação entre as esferas públicas e privadas, com o objetivo de aumentar a renda nacional e os parâmetros de bem estar social.” Neste modelo, “o papel das instituições adquire uma importância central [...] nos processos de realização das reformas necessárias”.

Uma crítica ao desenvolvimento regional conduzido pelo Estado é feita pelos professores Wesley Cantelmo (Governo MG), Carlos Lobo (UFMG) e Ricardo Alexandrino Garcia (UFMG) que questionam a ocupação dos “espaços participativos” pelas ideias desenvolvimentistas, próprias da reprodução capitalista, e propõem que “as populações passem a entender o seu papel de sujeito que, coletivamente, se apropria de seu potencial criativo e produza territorialidades diferenciais.” (2008, p. 367).

Para estes autores, as promessas de modernidade e de progresso tão somente sustentaram “uma estratégia de produção de território, própria de agentes hegemônicos no circuito capitalista de reprodução”. Para enfrentar esta situação, faz-se necessário um “resgate da noção territorialismo”. Eles reconhecem que, apesar da participação reivindicatória, os interesses daqueles agentes hegemônicos prevalecem. (2015, p. 366).

Neste sentido, os autores refletem sobre os projetos de desenvolvimento que foram promovidos pelos governos federais, como estratégia de produção de territórios. (p. 356), representaram uma narrativa capitalista/desenvolvimentista. (p. 357) e refletem “a sobreposição da agenda econômica capitalista sobre outras possíveis.” (p. 358). Colocando

como exemplo o “O caso do “Plano Amazônia Sustentável”, que contrapôs “os povos da floresta” aos interesses dos diversos setores capitalistas, propõem que “a efetiva apropriação dos espaços institucionais de decisão, indutores da produção do território, incrustados nos aparelhos de Estado, alertam para esforço desempenhado em favor de outras narrativas de produção de território.” (p 356-367).

Focalizando a situação de países do terceiro mundo, a professora Ester Limonad (UFF) (2013, p. 136) coloca em dúvida o “discurso único” do desenvolvimento como uma resposta a superação da pobreza [...] que desenharam programas, implementaram-se políticas [...]”. O desenvolvimento não se resumiria a:

um somatório de fatores ligados a processos socioeconômicos, como a formação de capital, disponibilidade de tecnologia, existência de políticas monetária e fiscal, de industrialização e desenvolvimento agrícola, comercial e empresarial; a fatores culturais e/ou institucionais, como a criação de instituições desenhadas para promover o desenvolvimento.
(ESCOBAR, 1995, p. 86-87 apud LIMONAD, 2013, p. 128).

O termo desenvolvimento, para esta autora, “abarca múltiplas dimensões e significados muito diferentes, que dependem, via de regra, do sujeito, do objeto e do alvo social do discurso do desenvolvimento“. Ela propõe que “formar cidadãos, construir uma consciência cívica, exige melhorar as condições de vida da população e da reprodução social, reconhecer e respeitar a diversidade social, o direito a diferença”.

Os dos mais fortes críticos da concepção de desenvolvimento, o professor Marcelo Lopes de Souza o (UFRJ), há mais de duas décadas defende “a necessidade de uma ‘teoria aberta’ para o desenvolvimento sócio-espacial”, que considere os aspectos político-filosófico e ético. (SOUZA, 1996, p. 5).

Na proposta desta “teoria aberta”, Souza utiliza a ideia de autonomia do filósofo francês Cornelius Castoriadis, a ser apresentada “enquanto um princípio ético e político norteador do desenvolvimento. Ele justifica que o uso deste princípio significa uma abertura da teoria “sobre novas bases, [...] mais complexa, uma vez que não mais se recorre a um elenco de indicadores pretensamente universais”. (SOUZA, 1995, p. 11).

A perspectiva teórica do desenvolvimento sócio-espacial, defendida por Souza (1996, p. 11), considera o espaço como um “produto social”, “um suporte para a vida em sociedade e, ao mesmo tempo, um condicionador dos projetos humanos; um referencial simbólico, afetivo e, também, para a organização política; uma arena de luta; uma fonte de recursos”.

Um interessante mapeamento dos vários discursos sobre o desenvolvimento foi feito pela professora Anete Ivo (UFBA) (2012), questionando se o novo intervencionismo massivo

e estratégico do Estado em políticas sociais (governos petistas) para os mais pobres aponta para um novo modelo de desenvolvimento.

A autora reconhece a “abertura das políticas públicas e, também, a inovação de atores sociais e políticos em novos arranjos voltados para os objetivos do bem-estar social e da cidadania, de uma perspectiva mais sustentada”. Haveria a emergência de novos atores e movimentos, na década de oitenta.

Para esta autora, essas lutas pressionaram por políticas públicas de acesso a bens públicos e fundiários (movimentos dos sem-terra, movimentos urbanos pela moradia, sem-teto, etc.), por melhoria das condições de vida (movimentos contra a carestia, entre outros) e por acesso a serviços públicos urbanos. Neste sentido, “o território incorpora um movimento de mão dupla: um espaço de realização de projetos coletivos e, do outro, ele é o lugar de intervenção das políticas, dos poderes públicos e dos agentes produtivos”.

A necessidade de incorporar novas abordagens foi sinalizada por Monte-Mor (2013) no seu levantamento dos encontros da ANPUR: “parecia não haver mais espaço na ANPUR para se discutir o ‘desenvolvimento econômico puro’, uma vez que agora surgiam novas questões candentes: a cultura, a questão social, e a temática da sustentabilidade. Neste sentido, no Encontro de Belém (2007) emergiram “estudos referentes à territórios tradicionalmente ocupados e a populações nativas e tradicionais, ausentes da maioria dos encontros e publicações da ANPUR [...]. Estes novos estudos foram moldando o conceito de territorialidade.

Este conceito, juntamente com as noções de território, desterritorialização e reterritorialização, é trabalhado pela professora Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP): “plural, uma vez que se reporta, como propomos, aos processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados – não necessariamente nessa ordem - sobre uma parcela do espaço que é transformada em território. “(GODOI, 2014, p. 9).

Para esta autora o correto seria trabalhar com “territorialidades, enquanto processo de construção de um território. Neste sentido, o aspecto processual merece destaque, pois confere ao território um caráter plástico, isto é, em permanente conformação; não se refere, pois, a uma construção definitivamente acabada”.

o território toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, tradição oral memória social [...] situações, como as mencionadas acima – de populações indígenas e quilombolas – em que o lugar segue sendo central para a organização social e a construção identitária

uma ligação a um lugar particular, é uma relação entre pessoas e se refere à organização do espaço carregada de história. (GODOI, 2014, p. 10-13).

2 MACRO-REGIÃO DE DOURADOS (MS): UMA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Conforme o site da Prefeitura de Dourados (MS): “antes da colonização, o município de Dourados era habitado pelas tribos Terena e Kaiwa”. “A colônia militar de Dourados foi fundada ‘em 10 de maio de 1891’, sob o comando de Antônio João Ribeiro, quando ocorreu a invasão paraguaia. “No final do século XIX famílias do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais’ iniciaram a palntação de erva-mate; “Em 20 de dezembro de 1935, com áreas desmembradas do município de Ponta Porã, [...] foi criado o município de Dourados;” atraindo muitos imigrantes (inclusive japonese), que se dedicaram ao cultivo do café;

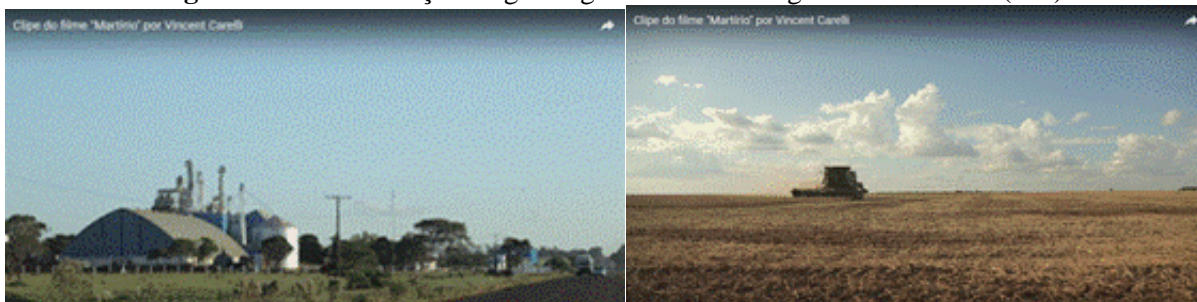
Desde o início que a Macro Região de Dourados destaca-se pela agricultura, com a produção de grãos de soja e milho; e a pecuária, com a criação de bovinos. A Proposta da Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, apresentou os seguintes objetivos: (p. 29)

Nas regiões menos desenvolvidas as maiores dificuldades de acesso a empregos de qualidade e aos serviços básicos contribuem para alimentar o círculo vicioso do atraso e para limitar as oportunidades de crescimento pessoal e profissional dos brasileiros que ali vivem. Buscar um desenvolvimento espacialmente mais equilibrado, respeitando e explorando sua diversidade, é fundamental para a integração e a coesão econômica, social e territorial do Brasil.

No que se refere ao agronegócio, o Plano considera que:

Nas cadeias do agronegócio, por exemplo, onde o País já é competitivo, se trata não apenas de continuar investimento em aumento de produtividade, mas de se avançar cada vez mais na utilização de práticas sustentáveis, bem como na exploração do potencial de toda a cadeia produtiva para promover o desenvolvimento local e regional, o que exige fortes investimentos em inovação. (p. 56)

Figuras 1 e 2 - Presença do agro-negócio na Macroregião de Dourados (MS)



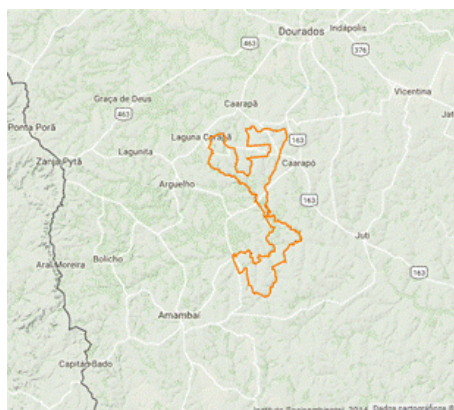
Fonte: Filme “Martírio”

3 O POVO GUARANI-KAIOWÁ

Os registros obtidos em investigações arqueológicas indicam que no século V (anos 400 d.c.) a cultura Guarani já teria se diferenciado da tupi e que no século X já havia presença dos Guarani-kaiowá “nas florestas tropicais das bacias do Alto Paraná, do Alto Uruguai e extremidades do planalto meridional brasileiro.” A experiência das reduções dos jesuítas no período sec. XVI a sec. XVIII, nas então Províncias paraguaias do Guairá (parte do Paraguai, São Paulo e Paraná atuais), Itatin (parte do atual Mato Grosso do Sul e Paraguai oriental), Paraná (parte do Paraná e de Santa Catarina) e Tapes (parte de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraguai, norte da Argentina), foram registrados em farta documentação. As perseguições dos bandeirantes deslocou o atual subgrupo Guarani Kaiowa ou Paĩ-Tavyterã do Itatin para a localização atual.³

Conforme o site povos indígenas no Brasil, os Guarani-Kaiowá, habitam a região do Mato Grosso do Sul, suas aldeias são distribuídas “por uma área que se estende até os rios Apa, Dourados e Ivinhema, ao norte, indo, rumo sul, até a serra de Mbarakaju e os afluentes do rio Jejuí, no Paraguai.”⁴

Figura 3 - Localização de uma das áreas Guarani- kaiowá



Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/549>

Atualmente, o cenário é de conflito aberto, conforme pode ser constatado nas Figuras 4 e 5, a seguir, documentado pelas emissoras locais de televisão:

³ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/549>.

⁴ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/552>.

Figura 4 - Ataque dos fazendeiros

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=dbp3hgrE7I4>.

Figura 5- Ataque dos fazendeiros

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=dbp3hgrE7I4>

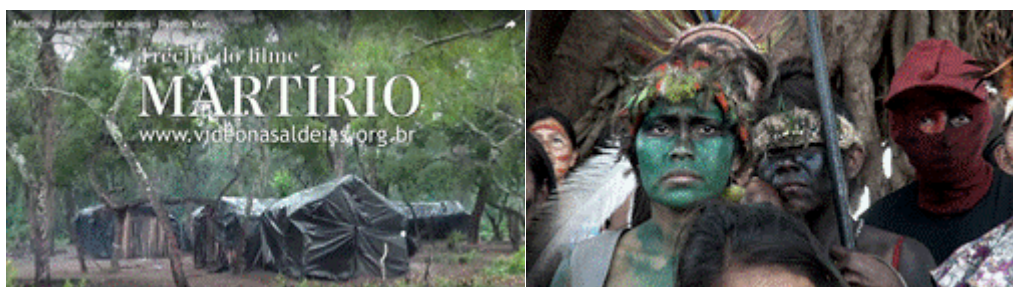
4 “MARTÍRIO”: QUAL O FINAL DO FILME?

O conflito entre a abordagem da natureza dos povos tradicionais e o desenvolvimento regional está documentado no longa metragem “Martírio”, (2016). No Mato Grosso do Sul, nos limites da fronteira com o Paraguai, o filme acompanha as tentativas dos Guarani Kaiowá de retornar para as terras de onde foram desalojados.

O diretor Vincent Carrelli é um militante pela causa indígena, trabalhando com vídeos durante quase 30 anos:⁵

Agora com essa tragédia com os Guarani Kaiowa, é preciso fazer algo, e o cinema é uma ferramenta poderosa, aprendi isso com Corumbiara. Não é por gosto que tenho tratado do tema da violência contra os índios, é por imposição dos acontecimentos.

⁵ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/martirio-um-filme-que-o-brasil-precisa-ver-7549.html>.

Figuras 6 e 7 -“Martírio: material de divulgação

Fonte: Filme “Martírio”

No processo de montagem o diretor valorizou as tomadas em campo. Esta montagem, objeto de algumas críticas nos jornais, intercalou imagens do documentário, com reportagens de televisão, mapas, e imagens de arquivo sobre a história dos índios no Brasil: colonização portuguesa; império; Guerra do Paraguai, período republicano; Governo Vargas, Regime Militar.⁶

Figuras 8 e 9- Imagens de arquivo

Fonte: Filme “Martírio”Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SY_mPpnKeM8.

O consultor do filme foi Tônico Benites, kaiowa, antropólogo e professor da UFGD, ajudou o diretor à conhecer o modo de vida dos Guarani Kaiowá:

Quinhentos anos de contato e eles ai, falando sua língua, praticando sua religião, fiéis a sua filosofia de não violência, resistindo, apesar das agressões sofridas ao longo dos séculos de colonização, de um processo contínuo de expropriação e exclusão. Conheci povos na Amazônia que perderam a sua língua em menos de trinta anos!⁷

⁶DANIEL, Felix. Documentário brasileiro causa impacto ao denunciar massacre dos Guarani Kaiowá. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/cinema/noticia/2017/04/documentario-brasileiro-causa-impacto-ao-denunciar-massacre-dos-guarani-kaiowa-9770519.html>.

⁷<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/martirio-um-filme-que-o-brasil-precisa-ver-7549.html>.

Conforme Vicente Carrelli, seu interesse pelo tema surgiu em 1988, quando estava interessado “nas grandes rezas que juntavam muitas comunidades num grande pátio”, e cada rezador colocava seu altar:

Naquele momento os rezadores estavam tomando a frente da resistência, já que os caciques tinham se tornado “gatos” (contratadores de mão de obra) das grandes usinas [...]⁸

Tenho filmagens desta época com grandes cerimoniais que hoje não acontecem mais por falta total de condições. É muito interessante traduzir os cantos Guarani Kaiowa, falam da paz, da luz resplandecente, da beleza das flores e da harmonia com a natureza, é uma poética religiosa, é preciso trazer tudo isso à tona.⁹

O grau de violência é muito alto, aumentando o número de mortes na Reserva indígena de Dourados:

Figuras 10 e 11- Violência e mortes



Fonte: Filme “Martírio”

O filme retrata, ainda, as condições precárias na beira das estradas, com a esperança de retornarem para as terras:

Figuras 12 e 13- Condições de vida



Fonte: Filme “Martírio” : Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4jNPwqjffj>.

⁸Idem.

⁹Ib.

Um aspecto importante a ser destacado é a natureza dos depoimentos dos Guarani Kaiowá: alguns em português, e muitos em guarani. A argumentação presente nas narrativas ilustra a relação com a terra e a comprovação da posse pela presença de antepassados enterrados:

Figuras 14 e 15 -Depoimentos na língua nativa



Fonte: Filme “Martírio”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4jNPwqjfj>

A apresentação dos argumentos de políticos da “bancada ruralista”, quando da tramitação da PEC 215, provocou muitas críticas. Contudo, a violência e a intolerância que estão presentes nas imagens, contribuem para a compreensão da gravidade do conflito:

Figuras 16 e 17 - Debate na Comissão de Agricultura



Fonte: Filme “Martírio”

Apesar da violência e da tensão presente durante as filmagens, um momento tocante é a dança das crianças: “aqui é o lugar onde nós vivemos, onde viveremos prá sempre”.

Figuras 18 e 19-.... e a crianças brincam



Será este momento idílico, que canta a luta dos Guarani kaiowá, um final feliz?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos autores que discutem o tema desenvolvimento e território ressaltam a necessidade de ouvir os envolvidos pelos programas de desenvolvimento. Esta necessidade é reivindicada pelos diretamente envolvidos. Resta saber se os principais interessados, as populações tradicionais, que vivem nos territórios atingidos pelas ações de desenvolvimento concordam com o remédio. E, principalmente, com a dosagem.

No caso específico dos Guarani kaiowá não houve a consulta, desde que nos séculos anteriores a civilização decidiu ampliar suas fronteiras. E esta ampliação ocorreu em vários momentos, com diferentes objetivos. Esta população tradicional foi alçada a condição de obstáculo à decisão de ocupação destas terras situadas nas imediações da fronteira do Brasil com o Paraguai. Como todo obstáculo, deveria ser removido. E removido pela violência.

O que está refletido no filme “Martírio” é que o agronegócio adota a mesma solução dos bandeirantes. O desenvolvimento não pressupõe território porque para seus agentes não há território algum. Para estes agentes, o território vai passar a existir com o progresso, quando aquelas terras forem incorporadas produtivamente nas estatísticas e indicadores da macrorregião de Dourados. E a população que tradicionalmente ocupava os territórios? Não interessa. Quem se importa com índios.

O final do filme não representou o final do martírio dos Guarani kaiowá. Conforme depoimento do diretor, na apresentação do filme 6º Cine Kurumin- Festival de cinema indígena, realizado em Salvador, de 12 a 16 julho de 2017, uma nova pressão está direcionada na área de saúde: a suspensão dos medicamentos para as reservas e para os grupos instalados na beira das estradas.

REFERÊNCIAS

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, maio/ago. 2008, p. 305-322,

CANTELMO, Wesley; LOBO, Carlos; GARCIA, Ricardo A. Territorialismo e a política de desenvolvimento: estratégias de produção do território no Brasil. **Caderno Metrópolis**, São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 355-370, nov. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3403>. Acessado em: 19 jun. 2017.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Raízes**, v.34, n.2, jul-dez /2014, pp. 8-16. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_339.pdf. Acessado em: 19 jun. 2017.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 7, volume 14 (1 e 2): 47-71 (2003).

IVO, Anete B.L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/ago. 2012.

LIMONAD, Ester. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais da Anpur – RBEUR**, v. 15, n.1, maio 2013, pp. 125-138.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. O tema do desenvolvimento no contexto da Anpur1: uma reflexão crítica preliminar. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais da Anpur – RBEUR**, v. 15, n.1, maio, 2013, pp. 107-123.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista TERRITÓRIO**, 1(1), 1996, pp. 5-22.

O ESPAÇO CEMITERIAL COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE ARTE, CULTURA E MANIFESTAÇÃO SOCIAL

*Giovanna Vitória Nunes de Oliveira Alves¹
Filipe Farias Rocha²*

RESUMO

No presente artigo, são feitas considerações acerca da reflexão, interpretação histórico-cultural, memória e a arte instalada nos cemitérios, que são capazes de atravessar séculos e gerações, ligando o passado e o presente. Através da reflexão do tema, uma nova percepção destes espaços possibilita o entendimento da utilização das necrópoles na atividade turística. Este artigo apresenta uma discussão decorrente do estudo, envolvendo a abordagem do cemitério como um espaço turístico, que está sendo realizado no desenvolvimento de pesquisa de Iniciação Científica do bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Jorge Amado/BA (UniJorge). O artigo se configura inicialmente através de considerações sobre o espaço cemiterial, sua construção histórica e cultural, suas transformações ao longo do tempo, passando pela temática de como a morte é compreendida pela sociedade, o porquê de transformar morte em arte, e concluindo com um debate sobre a permanência da morte no imaginário humano e a utilização do cemitério como atividade turística, denominada neste trabalho como “turismo cemiterial” ou “necroturismo”. São apresentados resultados preliminares obtidos através de pesquisa de cartografia bibliográfica e de palestras sobre arquitetura funerária e a arte fúnebre e cemiterial, para a construção das trilhas teórico-conceituais-reflexivas: arquitetura, cemitério e turismo. Os resultados percebidos aqui demonstram que, a reflexão sobre morte, interfere na ressignificação do espaço cemiterial e na consideração sobre a atividade turística no cemitério.

Palavras-chave: Arquitetura. Arte cemiterial. Arte Fúnebre. Cemitério. Social. Cultural. Morte. Turismo cemiterial. Necroturismo.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história das civilizações, o homem sempre se preocupou com a guarda e destinação dos restos mortais dos seus familiares, líderes, heróis, independente de crenças ou religiões. Este fato, ao longo dos séculos, foi sendo motivado por diferentes razões, mas sempre como um ato simbólico de cuidado, zelo, respeito, preservação de memória e significação da própria vida. Ao longo da vida, nós nos preparamos para a morte, nossa próxima morada.

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Jorge Amado/BA, Brasil.
E-mail: g.vitoria.n18@gmail.com

² Graduando em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Jorge Amado/BA, Brasil.
E-mail: filipefariasr@gmail.com

Este tema, apesar de pouco explorado e pouco divulgado, é de interesse da sociedade que pode, e deve considerar a arte cemiterial no leque das demais artes conhecidas. Na atualidade, vida e morte são entendidas como sentidos opostos e separados, onde a vida é vista como algo louvável, e a morte entendida como uma punição. Entretanto, conforme ressaltou o professor Francisco Senna, em sua palestra sobre Arquitetura Funerária, no Museu da Misericórdia/BA: “Vida e morte se completam, por isso esse tema é belo, e não árido”.

2 A MORTE CONSTRUÍDA HISTÓRICA E CULTURALMENTE

Através do estudo da história, notamos que as diversas civilizações percebiam a morte de forma diferente, variando da forma natural adotada na antiguidade clássica, até a forma dramática percebida atualmente na maioria das sociedades. Essas diferentes interpretações da morte fizeram com que, ao longo do tempo e do espaço, edificações e homenagens destinadas ao morto, construíssem um incrível conjunto de repertório sobre o tema.

Em um breve passeio pelo tempo, observamos que na Mesopotâmia, a religião era muito mais ligada à astrologia e à astronomia, o que originou os Zigurates. Construções mortuárias, os Zigurates tinham uma plataforma no seu topo, onde os corpos dos mortos eram colocados para que os abutres comessem suas carnes, para só depois enterrarem os ossos.

O cuidado com a alma, com a transcendência e com a passagem, está diretamente ligado à crença de cada um. No Egito antigo, acreditava-se na reencarnação, quando o espírito voltaria e se apropriaria dos corpos e bens que haviam sido preservados. O Egito antigo se consagrou pela arquitetura funerária de suas pirâmides, mastabas e complexos funerários. A Pirâmide de Gizé é considerada uma das sete maravilhas do mundo antigo ainda existente. As formas na arquitetura fúnebre egípcia estavam diretamente ligadas às classes sociais, onde a forma piramidal destinava-se aos faraós, e as mastabas destinavam-se às classes média e alta. As mastabas não eram construções muito grandes e havia grande quantidade delas. Tinham forma troncopiramidais, com um compartimento interno caracterizando uma capela funerária, e na parede em frente à porta desta capela, havia uma representação de outra porta, fictícia, simbolizando a ligação ao reino dos mortos, que, segundo a crença, facilitaria o regresso do morto ao reino dos vivos. As câmaras funerárias ficavam em posições bem mais inferiores, em um poço onde seria depositado o sarcófago. Hoje, repetimos este modelo em alguns mausoléus, como por exemplo, o da família Odebrecht, localizado no Cemitério do Campo Santo, e projetado pela arquiteta Lina Bo Bardi.

Na Índia, praticante da religião Hinduísta, desde os primórdios até hoje, se utiliza a pira como uma das práticas de tratativa em relação aos mortos. Nesta tradição, o corpo é queimado em espaço público e colocado em uma embarcação que segue flutuando em chamas sobre o mar, simbolizando o caminho pela eternidade. Gandhys ou pessoas consideradas sagradas foram sepultadas desta forma.

A sociedade da Grécia Antiga, assim como a dos Romanos, já enterrava seus mortos e construía os mausoléus. Os romanos faziam grandes cerimônias para seus mortos familiares.

Aproximadamente há 2.000 anos atrás, se deu início a sociedade cristã católica. Os primeiros cristãos eram enterrados nas chamadas catacumbas, que eram túneis para a retirada do tufo vulcânico usados pelos romanos como concreto nas construções. Por se tratar de uma região vulcânica, a segmentação da lava e poeira vulcânica formava uma espécie de cimento, que bem trabalhado, funcionava como um aglomerante na construção. Por cavarem muitos túneis, os romanos aproveitavam essas galerias para enterrar seus mortos, escavando as paredes, formando reentrâncias chamadas de *loculi*, onde se abrigava um ou mais corpos, dispostos um sobre o outro. Símbolos na cristandade identificavam que um cristão se encontrava jazido ali, entre eles o símbolo do peixe se dava pela era e signo de peixes e por Cristo ter sido um pescador de almas, e o cordeiro simbolizava o Cordeiro de Deus. O símbolo da cruz só veio a ser utilizado bem mais adiante.

Por muito tempo, a igreja era o lugar sagrado no qual as pessoas desejavam ser enterradas, e isso pode ser observado atualmente nos jazigos no chão e nas suas paredes. Como uma “geografia da morte”, quanto mais perto do altar a pessoa fosse enterrada, mais próxima de Deus estaria, e as pessoas de classes sociais menos favorecidas eram enterradas em espaços abertos ao lado da igreja, em covas coletivas. Entretanto, uma grande epidemia se deu no Brasil no século XVII, o que gerou em 1835 a aprovação de uma lei provincial que vetava o sepultamento nas igrejas e catacumbas e, diante deste fato, surgiram os cemitérios independentes na cidade do Salvador. Nestes espaços, muitas famílias de posses, construíram pequenos templos, tipo mausoléus. “As doenças (epidemias) provocavam alto índice de mortalidade, tornando inviável o enterramento no interior das igrejas, uma vez que não havia tempo suficiente para a total decomposição dos corpos” – Cemitérios do Seridó, século XIX: construindo de uma pesquisa.

Entre os anos de 1836 e 1844 foi instalado e inaugurado em Salvador o Cemitério do Campo Santo com aproximadamente 360.000 m². Em seguida, em 1839, foi aberto o Cemitério dos Ingleses, localizado na Ladeira da Barra e que hoje se encontra em ótimo estado de conservação. Em 1850, foram tornados públicos pela municipalidade, o Cemitério

da Quinta dos Lázaros, a Ordem Terceira de São Francisco (1857) e o Cemitério dos Israelitas (início do século XX), e em 1851, foi aberto o Cemitério dos Estrangeiros. No ano de 1855, no auge da epidemia da cólera morbo, os cemitérios públicos foram definitivamente estabelecidos na cidade.

Ainda no século XVII, se deu início um novo ritual da visita regular ao túmulo do morto, o culto da lembrança. A sociedade começa, principalmente a partir da Revolução Francesa, a cultuar seus heróis.

A partir do século XX, e até hoje, a verdade sobre a situação do enfermo passa a ser evitada, sendo preferível a ocultação para o mesmo e para a família. O antigo costume de morrer em casa é substituído pela hospitalização. O luto passou então a ser discreto, e as formalidades de sepultamento concluídas rapidamente.

O homem de hoje tem quatro sentimentos diante da morte: culpa, medo, fé e esperança.

3 POR QUE TRANSFORMAR MORTE EM ARTE? E POR QUE FALAR SOBRE ISSO?

Inicialmente precisamos conceituar “arte” como uma forma de expressar emoções, e um meio de expressão do mundo interior das emoções do artista, da mesma forma que a ciência é um meio de representação do mundo exterior. A arte preserva e amplia os horizontes humanos, é uma forma de eternizar a leitura do mundo que ela proporciona.

O filósofo La Rochefoucauld (1963, p. 18) afirmava que “Nem o sol e nem a morte podem ser encarados fixamente”, ambos perturbam e provocam medo ou encantamento às pessoas.

Mesmo estando associado ao sofrimento que a morte causa, é inegável a potencialidade que o cemitério possui para atividades no campo de pesquisa e de educação, bem como lazer através da atividade turística. E, além de seu caráter biológico, ela é um fenômeno social e psíquico que deve ser estudado de forma científica e não apenas mística.

Falar abertamente da morte define uma atitude moderna e destemida diante da vida, algo que denuncia um questionamento “científico” e uma atitude “tranquila” e resignada face a um momento que, um dia, espera-se, será decifrado como tudo mais. (DA MATTA, 1991, p.146).

A reflexão torna-se fascinante quando observamos os motivos pelos quais se cultua a exaltação aos mortos. Neste viés, passeamos pelo conceito de finitude da vida como um

fenômeno inevitável, porém, compreendido de diferentes formas na linha social e cultural da humanidade. Na atividade turística, nota-se um grande interesse no espaço cemiterial, não só pela arte e arquitetura do local, mas também pelo fascínio das histórias, informações e esperança que as pessoas ali homenageadas através dos túmulos e lápides, representam. O filósofo francês Albert Camus declara:

“Não amaremos talvez bastante a vida? Já reparou que só a morte desperta os nossos sentimentos? Como amamos os amigos que acabam de deixar-nos, não acha?! Como admiramos os nossos mestres que já não falam mais a boca cheia de terra! A homenagem vem, então, muito naturalmente, essa mesma homenagem que talvez eles tivessem esperado de nós, durante a vida inteira. Mas sabe por que somos sempre mais justos e mais generosos para com os mortos? A razão é simples! Para com eles, já não há obrigações. Deixam-nos livres, podemos dispor do nosso tempo, encaixar a homenagem entre o coquetel e uma doce amante: em resumo, nas horas vagas. Se nos impusessem algo, será a memória, e nós temos a memória curta. Não, é o morto que nós amamos nos nossos amigos, o morto doloroso, a nossa emoção, enfim, nós mesmos!” (CAMUS, 1956, p. 28).

4 A PERMANÊNCIA DA MORTE NO IMAGINÁRIO HUMANO

A vida é compreendida no tempo presente, mas ela precisa ser referenciada pela certeza do passado e pela perspectiva do futuro. Geralmente, ninguém está preparado para ser nada, e cair no esquecimento. Muitos se perguntam: “o que eu vou ser depois que eu morrer? Como as pessoas se lembrarão de mim?”. O “nada” é uma negação da particularidade humana, é o oposto do “tudo” que é a vida, e para superar essa negação, criamos a necessidade de ritualizar o momento da morte e uma personalização da lembrança através da sepultura.

Para reivindicar a permanência da vida e de sua memória, o homem se apropriou da imagem que através da arte imortaliza um momento ou alguém. Essa materialização da lembrança é uma forma de dizer “não” à morte, assim como também é uma forma de manifestação social.

Os cemitérios são verdadeiros exemplos da necessidade humana de manter viva a identidade cultural de determinado grupo, pois expressa a ideia de diferentes maneiras através de gárgulas, fotografias, símbolos e esculturas. Por preservarem a identidade social, visualizamos que as diferenciações sociais são bastante destacadas. O que significa que até a forma como nós somos enterrados é um reflexo do nosso órgão social e econômico: os

grandes monumentos são destinados aos grupos dominantes, enquanto a classe média e pobre vai para catacumbas decoradas modestamente.

As obras funerárias se configuram como discursos enriquecidos de mensagens e significados, que dialogam com as pessoas através da arte das pinturas, fotografias e esculturas que configuram o local como um espaço fascinante e convidativo que transcende o significado de morte como fim da vida.

5 TURISMO CEMITERIAL

Partindo do conceito que envolve todo um contexto histórico e social, quando o sepultamento passou a ser proibido dentro das igrejas, o ser humano começou, por meio do cemitério, a se expressar perante a morte, através da formação de uma arte tumular e arquitetura que reúne histórias de vidas. Assim, os cemitérios passaram a congregam diversas traduções e significados que sustentam a fantasia e esperança daqueles que os visitam.

O intitulado “necroturismo” busca desmistificar a ideia da visitação à cemitérios apenas para cerimônias fúnebres. Nem só de saudade se faz um cemitério. Não existe apenas dor. Um ambiente com tanta história, cultura e arte talvez não tenha sido dado seu devido valor pelo preconceito e desconhecimento das pessoas. Francisco Queiroz uma vez disse que “a arte fúnebre foi criada para homenagear os mortos, mas para os vivos desfrutarem dela”, sendo então uma proposta fundamental para a influência do turismo nesses verdadeiros museus abertos, berços de tão ricas memórias.

A arquitetura, de uma forma geral, promove o compartilhamento de valores e a representação histórica de uma época e, diante disso, os cemitérios são testemunhos do espaço social, artístico e até mesmo político, referentes aos períodos em que foram erguidos. A partir desta constatação, os cemitérios representam também o mundo dos vivos, abrindo as histórias de vida, sob a forma de arte tumular possibilitando a promoção da sociabilidade e convivência no local. Caracterizada como patrimônios de histórias de vida, a arte fúnebre reproduz e imortaliza realizações, conquistas e o próprio sentido da vida. Então por que classificá-la, em senso comum, como misteriosa, sombria ou que sujeita a tristeza devido à morte?

Quando superamos os tabus que comprometem o espaço cemiterial, podemos contemplá-lo como um ambiente onde se faz presente, sobretudo, identidade. Conseqüentemente, o necroturismo se torna uma manifestação social da arquitetura

cemiterial. O que torna interessante ressaltar diante dos objetivos desse projeto são os fins educativos e culturais que agregam conhecimento para aqueles que se aventuram. Sendo assim, se faz necessário compreender que o cemitério é uma esfera de sentidos, cultura, religiosidade, cidadania, sendo grande relevância para o turismo social.

A reflexão sobre a vida e a morte expressada através da simbologia existente na arquitetura cemiterial congrega uma forma especial de turismo, o que o diferencia do comum e revela um desejo maior por experiências memoráveis. Podendo-se dizer que, havendo uma ressignificação do olhar para os cemitérios, torna-se possível um novo pensamento sobre essa arte e conforta o espaço como propósito turístico e manifestação de cultura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, percebemos que à medida que refletimos sobre a morte, é possível enxergarmos os cemitérios como um lugar de cidadania, cultura, religiosidade e urbanidade, ou seja, um campo de sentidos, de significações e produções humanas, possibilitando o entendimento da utilização da necrópole para o turismo.

Ainda, percebemos que talvez não haja de fato uma aceitação diante do processo inegável que é a morte, mas sim uma conformidade que estimula o sujeito a reconsiderar sua existência e a ressignificar o cemitério, que, por sua vez, também reproduz relações de poder e expressão estética.

Considerando a cartografia bibliográfica, as palestras assistidas e os resultados preliminares da pesquisa, notamos que são necessários novos estudos para desfazer os estereótipos da percepção humana dos espaços cemiteriais, que por inúmeras vezes são vistos apenas como locais mórbidos. Desta forma torna-se de extrema relevância a discussão dos significados sobre o espaço funerário e sobre ações para a difusão do necroturismo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Liliane Rosa Gomes. **Turismo Cemiterial: O cemitério como espaço de lazer.** Monografia (Curso de Turismo). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

BORGES, Maria Elizia. **Imagens devocionais nos cemitérios do Brasil.** In: XI Encontro da associação Nacional de Pesquisa em artes plásticas, 2001, São Paulo. ANPAP na Travessia das Artes, 2001, São Paulo: ANPAP, 2001. v. 1 p. 10-15

FERREIRA, Liciane Rosseto. Turismo de *fait divers*: morbidez ou nekrophilia?. In: Netto, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Ed.). **Segmentação do Mercado turístico**: estudos produtos e perspectivas. Barueri: Manole. P. 1-2.

HAHNE, Letícia Conceição. **Estudo sobre a aplicabilidade do turismo cemiterial em Curitiba**. Escola de Negócio, Universidade Positivo (Monografia em Turismo), Curitiba, 2010.

HIPÓLITO, Paulo. **Uma breve história dos cemitérios**. 2011. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=148#_ftn8>. Acesso em out. 2014.

ISMÉRIO, Clarisse. Preservando o Patrimônio Cultural dos Cemitérios: Estudo sobre os cemitérios de Porto Alegre e Bagé. **Revista Memória em rede**, Pelotas, v. 3, n. 8, jan./jun. 2013. Disponível em: <www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede> Acesso em: 11 out. 2014.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1547600-pecas-de-teatro-vaio-aocemiterio-e-a-periferia-de-sao-paulo.shtml>>. Acesso em 25 de mar. 2017.

MENDES, Cibele de Mattos. **Práticas e Representações Artísticas nos cemitérios do Convento de São Francisco e Venerável Ordem Terceira do Carmo Salvador (1850-1920)**. 336 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, 2007.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Trad.: Neil R. da Silva. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 11. ed. São Paulo, SP: Papirus, 2005. 124 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). ISBN 8530806077.

PANOSSO NETTO A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010, 123p.

QUEIROZ, Francisco. **Os cemitérios históricos e o seu potencial turístico em Portugal**. Disponível em: <<http://21gramas.pt/Uploads/17480711200709.pdf>> Acesso em 30 mar. 2017.

PUERTO, Charlene Brum Del; BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Espaço cemiterial e Turismo: campo de ambivalência da vida e morte. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Rio Grande do Sul, Penedo, vol. 5, n. 1, p. 42-53, mar. 2015.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 357p.

ESPELHO, ESPELHO MEU: REFLEXÃO SOBRE A TRANSGENERIDADE E A ABORDAGEM RELACIONAL DA FAMÍLIA

Bianca Reis de Matos¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo trazer a diversidade a partir da reflexão acerca do emblemático assunto da transgeneridade associada à abordagem relacional da família passando por uma breve contextualização das relações de gênero a fim de levantar questionamentos e debates a respeito desta questão que é complexa, interdisciplinar e multifatorial. Faz-se necessária a contínua renovação de informações deste tema, já que está em constante mudança e inovação por diversas áreas como, por exemplo, as de saúde e humanidades. Enquanto cidadão comum, as pesquisas recentes podem auxiliar no andamento de leis e direitos humanos essenciais assim como no aceleração da prática de atitudes políticas e sociais protetivas. Há uma ação de responsabilidade social e consequentemente política nesta reflexão sobre a transgeneridade onde se espera que com esclarecimento e informação se possa contribuir também com as ações de combate ao preconceito, violência e quebra de paradigmas.

Palavras-chave: Diversidade. Relações de gênero. Transgeneridade. Abordagem relacional. Família.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo nasceu de inquietações provenientes de preconceitos, mitos e testemunho de violências virtuais e presenciais sofridas por indivíduos transgêneros. Falar sobre este assunto emblematicamente significa em uma ação de responsabilidade social e consequentemente política a fim de contribuir com o esclarecimento, as discussões e quebra de paradigmas. O ser humano é um ser complexo, biopsicossocial, multifacetado e misterioso. Quando o assunto é o psiquismo há sempre algo a ser estudado e explorado. A maioria das pessoas está acostumada aos gêneros masculino e feminino, às representações de homem e mulher, e à ideia da heterossexualidade como pré-condições humanas associadas à ordem de valores e de moralidades. Estas estão embasadas em uma complexa história de dominação territorial e econômica pautada também à noção sócio biológica. Durante muito tempo – e ainda hoje – o que não condiz à estas ideias acaba por experienciar entraves e desafios psicossociais. Ao longo da história as relações com a sexualidade e os gêneros vieram mudando de diferentes maneiras nas diversidades sociais e culturais do mundo. Porém,

¹ Bacharel em Psicologia, Equoterapeuta, Especialista em Psicoterapia Analítica Clínica e Mestranda do Programa de Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSal).

reconhece-se que temas que envolvem sexualidade, gênero, identidade de gênero e suas variações se configuram em - mais do que um desafio - uma transformação teórica com reforma cultural e social atual. A temática é por natureza interdisciplinar, sendo um campo a ser desbravado e trilhado, já que, encontramos em consistência materiais obsoletos e desatualizados, sendo estes ainda hostilizadores e discriminatórios. Atualmente pessoas vêm obtendo maiores informações e, conseqüentemente, liberdade, à respeito da expressão das identidades de gênero. Telenovelas, Documentários, Programas de auditório, Filmes, Documentários, Canais de vídeos como Youtube e Redes Sociais em geral costumam veicular com frequência e prodigalidade questões que discorrem e discutem o tema. Apesar disto, por este ser um assunto em debate e transformação faz-se necessária a produção científica sendo o artigo em questão uma possibilidade de explorar humildemente este conteúdo em associação a abordagem relacional da família a fim de abrir espaço para discussões e possíveis novas construções, já que evidentemente existem lacunas conceituais. A construção do artigo se deu através da busca de referências bibliográficas sobre transgeneridade, família e abordagem relacional da família em referências virtuais, livros e documentários. Além das produções, as ações sociais como movimentos de luta e esclarecimento autênticos contribuem para legitimação e implementação de leis conquistando benefícios. Sendo estas aquisições relevantes à promoção da garantia dos direitos humanos e políticas merecidas, assim como ações de proteção social essenciais.

2 RELAÇÕES DE GÊNERO E O TRANSGÊNERO

Dentro das infindáveis características idiossincráticas do humano encontramos diferenças peculiares que ultrapassam explicações lógicas e palpáveis causando assim – muitas vezes – instigante necessidade de exploração das preciosidades do “ser gente”. Dentre estas peculiaridades encontramos as representações e relações de gênero que se mostram tão diversas quanto as características físicas e de personalidade existentes.

Os gêneros e suas representações foram criados, ao longo do tempo, e influenciados pela cultura, história, interesses de dominação de classes com a prerrogativa da existência de comportamentos “esperados”, “previsíveis” e conseqüentemente aceitos ou não por diferentes meios.

O sexo se refere a diferenças biológicas entre homens e mulheres. O termo gênero é usado para diferenças entre homens e mulheres que resultam da socialização. Papéis de gênero são comportamentos que diferem entre

homens e mulheres devido a influências culturais ou aprendizagem (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p.398).

Apesar das concepções, o mundo passou – e vem passando - por diversas mudanças sendo composto por inúmeras configurações de sociedades. A variedade de civilizações existentes em épocas históricas próximas e até em igual período atesta a complexidade das relações de gênero.

Mudanças por orientação moderna podem comportar a tradição – sentido de transcendência e cultivo da memória -, assim como embasar-se na vigência de injustiças sociais, orientações narcíseas e desigualdades nas relações de gênero, que limitam idealizações sobre nexos entre sexualidade, prazer, amorosidade e responsabilidade social (CASTRO; MIRANDA; ALMEIDA, 2007, p. 48).

Teorias de gênero podem ser utilizadas para compreender fenômenos, mas também podem ser desfrutadas com intuito de moldar opiniões e dominar seres.

“A complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós – disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos (...)” (BUTLER, 2017, p. 13). A teoria de gênero vem mudando a visão a respeito da suposta – e extremamente frágil e questionável - lógica da sexualidade humana. O humano não é previsível nem exato. Ele é complexo, mutável, múltiplo, misteriosamente fantástico.

“Muitas sociedades estão convictas do que é a condição masculina e do que é a condição feminina” (STEARNS, 2007, p. 20). Mas, afinal, quais são as crenças desenvolvidas e conceitos criados em torno da feminilidade e masculinidade que fomentaram essa convicção?

Há diferenças na conformação física e psicológica de homens e mulheres, apesar disto,

(...) os homens e as mulheres são bastante parecidos em muitas coisas. Segundo a teoria evolutiva, as diferenças sexuais refletem diferentes problemas adaptativos enfrentados por homens e mulheres, e, isso é, de forma geral, apoiado pelas pesquisas. Como homens e mulheres enfrentam problemas adaptativos parecidos, eles são semelhantes na maioria das dimensões (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p. 398).

O sistema binário (homem e mulher) por muito tempo foi e em algumas instâncias sociais e culturais ainda é considerado modelo, pois de certa maneira é de fácil categorização e compreensão. Além disto, neste sistema criam-se também estereótipos de gênero alimentados ou não pela educação, mídia, cultura... “Parece que, por muito tempo, teríamos suportado um regime vitoriano e a ele nos sujeitaríamos ainda hoje. A pudicícia imperial figuraria no brasão de nossa sexualidade contida, muda, hipócrita” (FOUCAULT, 1999, p. 9).

Em adição, a filósofa Judith Butler (2017) traz como crítica o julgamento do indivíduo por uma interpretação meramente biológica ao afirmar que nossos corpos não são recipientes passivos pertencentes a leis culturais inexoráveis.

Dentro destas reflexões há uma complexa história de dominação territorial e econômica pautada também à noção sociobiológica e ao que Peres & Toledo (2011) chamam de biopoder.

(...) no âmbito da sexualidade, o biopoder é aquele que será responsável pela disciplinarização dos corpos e pela regulação dos prazeres, de modo que todos se voltem para a heterossexualidade e correspondam aos padrões de gênero e de desejo socialmente determinados para seu sexo biológico (PERES, TOLEDO, 2011, p. 264).

O biopoder influencia através de inúmeras variáveis diversas instituições como a instituição escolar, religião, família, intervindo na percepção das pessoas, através de discursos cotidianos e determinação de normas sociais.

Estas normas sociais cometem equívocos ao basear-se historicamente em algumas teorias, onde no início do século 20 travestis e transexuais eram retratados pela teoria psicanalítica como casos de perversões (patologia configurada em um desvio de comportamento sexual). “Do ponto de vista psicanalítico, os transtornos da identidade sexual de gênero levaram a princípio a rubrica da nosografia psiquiátrica do começo do século 20, segundo um critério prevalentemente descritivo e fenomenológico” (ARGENTIERI, 2009, p. 168).

Neste período surge uma das primeiras pessoas transexuais a entrar para a História: Lili Elbe (1882-1931). Ela viveu na efervescência dos questionamentos a respeito da sexualidade humana e seus mistérios e do desenvolvimento teórico da Psicanálise de Freud que ocorria no início de 1900.

Nos anos 20 Lili acabou ficando famosa por arriscar-se a fazer a cirurgia de redesignação sexual (mudança de sexo) nunca antes realizada na História. Ela foi uma mulher transexual que nasceu como Einar Wegener, famoso pintor casado com a também artista Gerda Wegener.

Na falta de uma modelo para posar em uma nova criação de Gerda a mesma pediu auxílio a seu marido (Einar) sugerindo que ele vestisse roupas femininas e posasse para a execução da arte. Após este fato, conflitos identitários provavelmente preexistentes e recalçados (reprimidos instintivamente no inconsciente), vieram à tona causando confusão psíquica e relacional de Einar com seu próprio corpo e sua relação matrimonial - até então heterossexual.

Lili tornou-se a persona (forma na qual uma pessoa se apresenta no mundo) de Einar que passou a se relacionar também com homens. Gerda acompanhou e apoiou todo o processo desordenado e transformativo do até então esposo. Com o passar do tempo, o desejo pela completude que pudesse associar com reciprocidade a ideação do seu corpo ao seu psiquismo fez com que ele passasse inicialmente pela castração cirúrgica realizada pelo médico Magnus Hirschfeld, e depois por diversas operações com Kurt Warnekros.

Ao tentar fazer uma cirurgia de implantação de útero e criação de uma vagina artificial Lili Elbe acabou falecendo.

Em 2015 foi lançado um filme batizado por “A Garota Dinamarquesa” ou “Danish Girl” que obteve algumas indicações ao Globo de Ouro de 2016 sendo elas melhor ator e atriz na categoria drama e melhor trilha sonora e, ao Oscar do ano de 2016 como melhor ator, melhor atriz coadjuvante, melhor direção de arte e melhor figurino. Como consequência a artista Alicia Vikander que interpretou Gerda Wegener levou a estatueta do Oscar de melhor atriz coadjuvante.

Ao longo da História podemos encontrar inúmeros casos de transgêneros que já foram estigmatizados por serem classificados como pervertidos, histéricos, como sujeitos acometidos por psicopatologias de algumas ordens como a disforia de gênero e registros no DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) incluindo o sufixo “ismo” que remete neste contexto à condição patológica.

Travestis e transexuais são populações que carregam uma imensa carga de preconceitos desde a sua aparição. Não se sabe ao certo como se iniciou o aparecimento dessa população no Brasil: acredita-se que tenha sido originado nos espetáculos teatrais nos anos 60 e 70, mas só temos conhecimentos mais gerais a partir da década de 70, em sua migração para Paris, e depois, em 1980, quando se noticiava os trabalhos desenvolvidos pelas trans brasileiras nas noites parisienses, especialmente no “Bouis de Bologne” (espaço onde ainda hoje existe uma grande concentração de travestis brasileiras que trabalham com prostituição em Paris) (SIMPSON, 2015, p. 9).

O movimento conhecido hoje como LGBTQI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero, queer e intersexuais) – antes LGBT - teve início em 28 de junho de 1969, quando um grupo frequentador do bar Stonewall Inn, em Nova Iorque, rebelou-se contra a situação de discriminação e represália que ocorria durante abordagens policiais realizadas em bares da cidade.

Este evento ficou conhecido como a Revolta de Stonewall sendo este marco inicial dos movimentos LGBT no país e no mundo.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 já traz que todos tem direitos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Há movimentos sociais que tem ideais libertários sobre o assunto: identidade humana. Neste, independente do corpo e ou função biológica a pessoa expressa-se socialmente e se identifica de forma particular e única com algum ou nenhum gênero, com o que quiser, sendo esta identificação não necessariamente a mesma na qual nasceu e foi registrada.

O corpo é uma situação e, assim sendo, “(...) não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva” (BEAUVOIR, 1949, apud BUTLER, 2007, p. 29)

Segundo a Scientific American (2016) os cérebros do homem e da mulher apresentam estruturas diferentes e os questionamentos atuais giram em torno da questão de “será que é possível discernir genética ou anatomicamente as bases de uma identidade transgênero?” De acordo com a Scientific American (2016) até o momento há sim alguma evidência a respeito da base genética trazendo indícios de que indivíduos transgênero apresentam as estruturas cerebrais com maiores similaridades ao gênero experienciado comparado ao biológico.

Com isto, pode-se então constatar que pensamentos e discursos que trazem a situação como escolha ou opção são equivocados. Já imaginou quão angustiante é a sensação de ter nascido no corpo errado e ou estar preso no próprio corpo? Este assunto têm surgido com frequência na mídia sendo uma temática relevante a ser discutida, elaborada e reelaborada.

3 TRANSGÊNERO

A raiz da palavra transgênero vem do prefixo “trans” que significa “através”, portanto o significado desta denominação corresponde à “além do gênero”.

Ao escrever transgênero o corretor da plataforma *Microsoft Word* não reconheceu a palavra e, ao clicar em cima dela com o botão direito do *mouse* para ver as opções possíveis encontrei transgênico e transcender. Sendo o transgênico um organismo com um ou mais genes transferidos artificialmente de outra espécie e a transcendência a possibilidade de ir além dos limites.

Mas, por que será que isso acontece/aconteceu? É um erro da plataforma? Pode até ser, mas considero que nesta simples situação observamos um reflexo do repertório que temos sobre a temática: poucas informações, lacunas e falta de registros.

Diante disso, poderia utilizar uma das opções: “ignorar tudo” ou “adicionar ao dicionário”. E, assim foi feita a segunda opção para que a terminologia transgênero fosse englobada no vocabulário do meu programa. Poderia “ignorar tudo”, porém esta não seria uma alternativa inteligente a ser alimentada socialmente: da evitação e desconsideração. Por quê? Porque lamentavelmente ainda encontro textos e livros em circulação – em pleno século XXI - onde são utilizadas terminologias deste assunto associadas à psicopatologia em discurso arcaico e deveras equivocado. Me deparo com situações complexas e extremamente delicadas de preconceito e falácias sem embasamento onde em vez de creditar direitos e dignidade aos envolvidos fomentam a intolerância sendo recorrentes também situações de violência física e psicológica.

Existem pesquisas em andamento e exploração de aspectos psicossociais e biológicos. Na Biologia a reprodução humana ocorre com a contribuição de pares para a fecundação

A mãe sempre contribui com um cromossoma X, enquanto o pai contribui ou com um X ou com um Y. Receber um X do pai fará com que o bebê seja menina, receber um Y fará com que seja menino. O desenvolvimento dos órgãos sexuais é a principal maneira pela qual homens e mulheres diferem. (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p. 398).

Porém no período de desenvolvimento intra-uterino humano temos pelo menos duas possibilidades de expressão corporal, sendo as gônadas (testículos e ovários) os primeiros órgãos sexuais a se desenvolver. Estes órgãos sexuais são totalmente indiferenciados nas primeiras quatro semanas do desenvolvimento.

“Os órgãos sexuais internos são bissexuais – eles contêm elementos de órgãos sexuais masculinos e femininos – até o terceiro mês de gravidez” (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p. 398).

Além do fato múltiplo constitucional do corpo as concepções de mulher, homem ou não-binário (nem homem, nem mulher) transcendem a suposta lógica biológica.

Embora por muitos anos se acreditasse que a socialização era o maior determinante da identidade de gênero de homem e mulher, as evidências atuais sugerem que a identidade e o desenvolvimento de gênero é uma complexa combinação de influências biológicas, sociais e culturais (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p. 398).

Com isto, pesquisas atuais têm trazido a transexualidade como uma das formas possíveis de expressão da identidade pessoal que, por ser subjetiva, se torna multifacetada e

dinâmica, na medida em que pode ser também alterada ao longo da vida, em função das vivências individuais (OLIVEIRA, 2015). Há uma descoberta do ser menino, menina, homem, mulher, nem um, nem outro...

Alguns artigos que antecedem o ano de 2016 colocavam a transgeneridade como transtorno psiquiátrico, porém pesquisas recentes demonstram que houve por anos grande falha na classificação, fazendo-se necessária a retirada da terminologia da lista de transtornos mentais da OMS.

Uma pesquisa de 2016 no México fez entrevista com 260 pessoas adultas transgênero com grande representatividade já que

o estudo de campo é um dos primeiros de muitos que já estão sendo feitos em diversos países como Brasil, França, Índia, Líbano e África do Sul, para serem apresentados em 2018 na discussão da 11ª versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da OMS (COSTA; VILELA; DOTTA; LOPES; OLIVEIRA, 2016)

E em contribuição poder assim, finalmente, retirar a transgeneridade da lista de doenças psiquiátricas.

Com esta alteração a ser realizada, em um futuro breve, novas políticas de saúde acabarão por ser implementadas a esta população auxiliando, também, no combate ao preconceito e estigma vivido por estas pessoas.

É importante salientar que, para algumas pessoas trans há o incomodo de ser “objeto” de estudo, pois veem a transgeneridade como um exercício de liberdade que transborda os limites e dimensões de um único eu.

No transgênero há um conflito na identidade de gênero onde a manifestação pode ocorrer na mais tenra idade, na puberdade, adolescência ou vida adulta, ou seja, em qualquer período da vida. Nesta questão na transgeneridade há uma negação do eu biológico onde a interpretação egóica (do ego, da consciência do indivíduo) em alguma instância não corresponde à corporal fazendo com que não haja paridade entre as interpretações do psiquismo em reconhecimento do corpo físico gerando em algumas pessoas angustias, questionamentos, sentimentos de inadequação e certa emergência pela transformação.

“Há muitas opiniões e pouca reflexão, enquanto a batalha continua, principalmente no terreno midiático, sob a forma de slogans e declarações públicas; entre os apelos repressores dos pensadores convencionais e as exigências das associações e grupos trans por direitos legais e civis” (ARGENTIERI, 2009, p. 168).

O determinismo biológico é um conceito reducionista e arcaico. Comprovado também pela ocorrência de pessoas transgênero que não sentem necessidade e ou desejo de

transfigurar-se encarando um procedimento hormonal e ou cirúrgico e até então definitivo de transição hormonal (tratamento hormonal) e redesignação sexual (transgenitalização ou mudança de sexo). A mudança é diversa e única sendo uma situação peculiar a ser explorada em consonância com o caso.

4 TRAVESTI, TRANSEXUAL E TRANSGÊNERO

Travestis, transexuais e transgênero carregam estigmas sociais. Existia uma necessidade de “adequação” destas pessoas que hoje não faz sentido diante da diversidade humana e relacional e acesso à informações sobre o assunto. Apesar disto, “O material clínico relativo a travestis e transexuais é necessariamente múltiplo e fragmentário” (ARGENTIERI, 2009, p. 169). Este material vem sendo constantemente atualizado, revisto e ressignificado.

A figuração travestida pode ser vivida por qualquer pessoa independente do sexo (designação biológica) e ou gênero. Na travestilidade há o desejo por vestir-se da mesma maneira do gênero complementar, mas não há a realização da cirurgia de redesignação sexual e, muitas vezes é um papel exercido por um indivíduo que deseja viver tanto o feminino como o masculino sem anular ou necessariamente optar por um deles. Vale ressaltar que apesar desta peculiaridade a identidade de gênero não tem lógica direta à Orientação Sexual nem Sexo biológico da pessoa.

Há diferenças entre transexuais e transgênero? Diante dos dados colhidos até o momento, estas nomenclaturas são utilizadas para se referir a uma mesma condição, ou seja, são consideradas sinônimas.

Diante do direito democrático da sexualidade, identidade e expressão de gênero o Ministério da Saúde do Brasil ampara estas pessoas viabilizando ações para travestis e transexuais com a promoção do processo transexualizador (tratamento específico de acompanhamento desta população) pelo Serviço Único de Saúde (SUS). O que representa grande conquista, já que anteriormente o suporte adivinha apenas de corporações particulares – onde se sabe que para a maior parte da população estes serviços são inegavelmente inviáveis.

Além do tratamento biopsicossocial feito por profissionais capacitados, pessoas *trans* por vezes precisam trabalhar algumas relações interpessoais, incluindo as relações familiares (importantes no processo de mudança, socialização e suporte emocional).

5 TRANSGENERIDADE NA ABORDAGEM RELACIONAL DA FAMÍLIA

A família é uma instituição em constante mudança e adaptação, que não saiu de moda e em contradição a algumas afirmações de teóricos e pesquisadores ela não está em decadência, mas em transformação. Além disto, fala-se com frequência em nossa sociedade contemporânea na terminologia famílias (plural), em demonstração à diversidade vivida, sendo o aporte interdisciplinar ferramenta essencial à ampliação e compreensão do ser humano nesta instituição.

“A família é um sujeito educativo, econômico, associativo e político” (DONATI, 2008, p. 33). O início e final da vida costumam se remeter a ela e apesar das dinâmicas de conflito e desafio ela continua sendo definida por muitas pessoas como lugar de segurança, proteção e afeto mesmo que de forma hipotética ou até mesmo ilusória em representação a um desejo social e ou pessoal.

Mesmo contra a volição há relações diretas e indiretas entre membros de uma família. A sociedade familiar sofre mudanças de paradigmas e necessita com frequência de atualizações. Donati (2008) trouxe como paradigma uma teoria “relacional” a fim de compreender fenômenos da sociedade.

“Esta interpretação revela-se fecunda no estudo de diferentes subsistemas da sociedade complexa, tendo já apresentado resultados especialmente significativos nas pesquisas em família, bem como na intervenção de operadores sociais nesse campo” (DONATI, 2008, p. 23).

Nesta abordagem Donati (2008) traz como proposta a valorização ampla das relações sociais na constituição do indivíduo. Portanto, sua proposta engloba a exploração dos fenômenos sociais trazendo-os também como relacionais.

A abordagem relacional da família de Donati (2008) favorece a pesquisa na área da transgeneridade, pois em sua teoria “(...) toda relação implica em uma troca, não somente de tipo econômico. Na relação tem origem uma ação recíproca entre sujeitos sociais, que geram ou atualizam um vínculo, que pode ser percebido e experimentado como recurso ou como amarra” (DONATI, 2008, p. 24).

A ação recíproca entre sujeitos sociais propicia o desenvolvimento da jornada de construção sócio-identitária da pessoa pela participação de diversos atores relacionais relevantes como colegas, amigos, parceiros, familiares.

Diante disto, o autor apresenta o termo *sui generis* (de seu próprio gênero ou espécie única), que corresponde à relação de reciprocidade estabelecida entre o ego e o alterego (outro ego de uma mesma pessoa).

O alterego pode ser uma identidade oculta com aspectos de difícil aceitação consciente para o indivíduo. Esta conceituação em conexão à transgeneridade nos remete à vivência do indivíduo transgênero, já que, há de certa maneira este múltiplo - minimamente binário - latente e emergente em relação mútua no psiquismo. O termo minimamente binário explicitado se dá pelo fato de que pode existir o sentimento de duas ou mais identidades de gênero no interior de um mesmo indivíduo.

Em alguma instância pode representar também uma transgressão social, quebra de convenções de determinado ordenamento ao sair de alguma forma daquilo que é “esperado” em algumas culturas.

Sobre as concepções sem conhecimento aprofundado “A intervenção deve ser sobre as relações e, a partir das relações, modificar a situação de sofrimento ou de risco dos indivíduos” (DONATI, 2008, p. 31).

Isto porque alguns problemas e situações de conflito enfrentados por indivíduos podem nascer das relações familiares sendo de forma não exclusiva um problema particular deles. Portanto, “A abordagem relacional deve dar vida a técnicas capazes de fazer com que as famílias sejam mais famílias, que consigam regenerar-se como famílias” (DONATI, 2008, p.32).

Nas relações interpessoais há interpelações e interpretações de ordem estética e fenotípica e, a respeito do impacto estético constata-se que a “olho nu” temos apenas algum acesso à expressão de gênero de uma pessoa, pois para ter o alcance da sexualidade teríamos que fazer um exame cromossômico e, para ter conhecimento sobre sua identidade de gênero teríamos que perguntar como e de que forma o indivíduo se identifica. Portanto, apenas o que temos alguma aproximação imediata é a expressão de gênero do indivíduo.

O gênero, sua expressão e identidade também não deixam de ser um conjunto de relações. A percepção do diferente se dá pela observação e possível comparação entre seres e ocasiões. Claramente existem questões, debates e contestações extremamente pessoais, crises exclusivas da personalidade do ser, porém as relações influenciam nas construções e reconstruções de estratégias de soluções de contratempos e resignificação de conflitos.

Fala-se muito do indivíduo, isto talvez, seja uma tendência da nossa sociedade ocidental, capitalista que fomenta e incita a individualização, mas pensando no ser em relação é importante também mencionar que este advém de uma família. Família esta que sofre em

variados graus. Trago este sofrimento não necessariamente como uma grande tormenta – sim, ela pode existir – mas como um processo real de frustração, desconstrução, reformulação que ocorre não somente nos casos de transgeneridade, mas em outras ocasiões, já que os pais, por exemplo, costumam projetar expectativas e formular planos para os filhos.

O outro também é espelho meu, é espelho dele mesmo e dos outros. Não nos vemos por inteiro fisicamente se não nos colocamos defronte a um espelho, mas cotidianamente refletimos e somos refletidos em outros, refletidos em relação. As construções que fazemos partem de diversas dimensões, mas também, dos olhares.

Na interação familiar há um constante jogo de desapontamentos e ressignificações, raramente os reflexos estão em sintonia com a ideiação psíquica que criamos de nós mesmos e dos nossos familiares. Com isto, a família é base de apoio, mas também lugar de conflito (sendo este entendido não somente na ótica negativa, mas também na construtiva e constitutiva do ser).

Portanto, a família é de fato muito importante no processo de transformação, mudança, compreensão, aceitação, respeito e influência relacional. A ferramenta relacional saudável pode ser vista como chave, porta e caminho para combater o preconceito, a violência e legitimar ações e implementação de leis em busca de benefícios, direitos e proteção social.

6 CONSIDERAÇÕES

A transgeneridade é uma condição emocional e comportamental da pessoa que não condiz à uma psicopatologia, mas a uma possibilidade psíquica da diversidade humana a ser estudada, explorada, compreendida e respeitada.

Uma pessoa pode ser feminina, forte, delicada, masculina, ou qualquer outra coisa que queira ser com a cabeça raspada, com maquiagem ou sem, com uma tatuagem na cara ou tatuagem alguma, com o corpo que quiser, uma roupa qualquer. Estética não determina personalidade, temperamento, caráter... A maneira de todo e qualquer ser humano – independente se este se identifica, de alguma forma, como homem, mulher ou não binário - independe de variáveis como essas que são rasas e invariavelmente contaminadas por estereótipos sócio histórico culturais normativos que tentam impor como o indivíduo “deve ou não se deve ser”.

As relações podem influenciar positiva ou negativamente no trato e discurso a respeito das diversidades, assim como no desenvolvimento do indivíduo. Assim como a abordagem

relacional pode trazer contribuições à compreensão e estudo da formação do indivíduo trazendo a família como sujeito social de interesses e transformações. Existem trocas particulares de cada relação familiar e ao mesmo tempo comuns a muitas famílias.

O tema sexualidade, identidade, expressão de gênero ainda são assuntos que carregam estigmas e preconceitos. Diante do direito democrático da sexualidade, identidade e expressão de gênero o Ministério da Saúde tem proporcionado ações para travestis e transexuais com a viabilização do processo transexualizador (tratamento específico de acompanhamento desta população) pelo Serviço Único de Saúde (SUS).

De acordo com os princípios fundamentais e direitos humanos todos tem direito à igualdade, liberdade e não-discriminação isso inclui também aspectos do indivíduo que envolvam sua sexualidade identidade e expressão de gênero. Estes princípios muitas vezes são criados, fomentados e disseminados no seio familiar e nas suas complexas relações. Por isso, o trabalho da família, suas relações e a transgeneridade são relevantes e essenciais.

REFERÊNCIAS

ARGENTIERI, Simona. Travestismo, Transexualismo, Transgêneros: identificação e imitação. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, 42 (77): 167-185, dez, 2009.

BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia. **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. 1. ed., São Paulo: Paulinas, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

COSTA, Larissa; VILELA, Pedro Rafael; DOTTA, Rafaella; LOPES, Raíssa; OLIVEIRA, Wallace. **Estudo no México prova que transexualidade não é transtorno psiquiátrico**. Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/29/estudo-no-mexico-prova-que-transexualidade-nao-e-transtorno-psiquiatrico/> > Acesso em 14 jun. 2017.

DONATI, Pierpaolo. **Família o Século XXI: abordagem relacional**. 1. ed., São Paulo: Paulinas, 2008.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade**. 13. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GAZZANIGA, Michael S.; HEATHERTON, Todd F. **Ciência Psicológica: mente, cérebro e comportamento**. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2005.

OLIVEIRA, Melissa. **Famílias Compostas por Pessoas Trans: o que muda nesta configuração familiar?**, 2015. Disponível em < <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/enlace06-01.pdf> > Acesso em 08 jun. 2017.

PERES, William Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. Dissidências Existenciais de Gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **PSICOLOGIA POLÍTICA**. VOL. 11. Nº 22. PP. 261-277. JUL. – DEZ. 2011

STEARNS, Peter. **História das Relações de Gênero**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2007.

SIMPSON, Keila. **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Ministério da Saúde: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa / Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Brasília/DF, 2015.

WALLIS, Claudia. **From the Editor: Gender and Matters of Identity**. Disponível em <<https://www.scientificamerican.com/article/from-the-editor-gender-and-matters-of-identity/>> Acesso em 22 mai. 2017.

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

*Vanuza Silva Souza da Conceição¹
Amílcar Baiardi²*

RESUMO

O presente artigo tem como objeto analisar a ação do Estado como fomentador das políticas públicas, trazendo diferentes abordagens acerca das concepções de Estado, das políticas públicas e sua evolução. Analisa as relações dos sistemas políticos com as sociedades, trazendo o pressuposto do princípio da subsidiariedade como categoria essencial para delimitar e direcionar a ação estatal no processo de formulação e implementação das políticas públicas.

Palavras-chave: Estado. Políticas públicas. Subsidiariedade.

1 INTRODUÇÃO

Entre as várias concepções sobre o surgimento e objetivos do Estado é possível afirmar que ele foi criado para atender os interesses públicos, agindo assim, como organizador desses interesses e como instrumento para manter a ordem e o bem estar da sociedade. Ele detém uma soberania essencial para estabelecer e instaurar os direitos sociais dos cidadãos.

No que diz respeito às políticas públicas, é mister que se tenha respostas às questões relativas a sua formulação, implementação e avaliação, quais os agentes envolvidos, os grupos de interesse, ou seja, entender a política em todas as suas dimensões. Essa compreensão se dá com maior excelência ao compreender de que Estado se está falando, pois com essa compreensão é possível fazer uma análise mais enriquecida e mais criticamente elaborada, sobre as bases que essas políticas estão sendo formuladas, o que permitirá um diagnóstico mais fidedigno sobre as reais causas que levaram essas políticas públicas a entrar na agenda oficial. Nestes termos, a eficiência e a eficácia dessas políticas públicas são fundamentais para que o Estado cumpra efetivamente sua função para com o cidadão, especialmente em relação

¹ Geógrafa, Mestra e discente do Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela UCSAL. E-mail: vanuzactep@yahoo.com.br

² Orientador, DSc em Economia, Universidade Católica do Salvador, UCSAL e Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador-BA. E-mail: amilcarbairdi@uol.com.br.

às demandas de necessidade básicas, entendido como direitos sociais, que vieram a ser ampliados a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Uma vez entendido o Estado na concepção acima, ou seja, como ente surgido para atender as necessidades da sociedade, e, portanto, capaz de intervir intermediando as competências e responsabilidades no sentido de providências essenciais aos cidadãos, lança-se mão do *princípio da subsidiariedade*, que pode direcionar sua atuação, podendo servir de modelo à estruturação dos poderes públicos. Tal princípio pode ser perfeitamente usado na solução de problemas pautados numa lógica hierárquica que vai do local até o global.

Neste artigo procura-se analisar a ação do Estado como formulador de políticas públicas, analisando também como se dá a influência dos agentes governamentais, dos vários sujeitos sociais e da sociedade em geral, abordando o princípio da subsidiariedade como meio de sanar determinadas incongruências claramente verificáveis.

2 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ESTADO

No conceito, origem e formação do Estado é possível encontrar explicações para ações de governo que se configuram atualmente com o que é chamado de políticas públicas de Estado, sendo, portanto, imprescindível fazer uma análise do modelo e elementos constitutivos e a evolução desses organismos para que também se possa entender o que contemporaneamente é denominado Estado. Conforme leciona o professor Amílcar Baiardi

O Estado é amplamente entendido como o modelo de ordenamento político hegemônico e, desde a segunda metade de século XX, tem sido tratado por autores a partir de diferentes ângulos: o da doutrina política, o da filosofia política, o da história e o da economia. [...] O entendimento da evolução dos sistemas ou organismos que precedem o que contemporaneamente se denomina Estado [...] requer um exame daquilo que foi definido por Bobbio (1985, p.3) como a grande dicotomia público/privado. Ou seja, a melhor compreensão de como se forma o que hoje se define como Estado só se torna possível quando se acompanha a evolução do direito de propriedade se opondo à ingerência do poder do soberano e a evolução do direito do soberano se exercendo sobre o direito privado, com vistas a criar condições de governabilidade (BAIARDI, 2016, p.12-13).

Essa dicotomia público/privado já remonta a uma característica notória de sistemas políticos e às relações com as sociedades organizadas, trazendo implícita a noção de funções e poder inerentes aos entes estatais.

Em Maquiavel (1983) a noção de Estado já traz uma forte associação da ideia de domínio de território sob formas de governos mais comuns, principado e república, é nesse

momento que essa categoria aparece consolidada. Mas é importante enfatizar que mesmo antes de Maquiavel escrever sua importante obra, O Príncipe, essa categoria já havia começado a se generalizar. No entanto, com a crise medieval é possível se falar de Estado com base nas formações políticas estabelecidas.

Em Marx, o estudo sobre Estado estaria em seus trabalhos futuros, no entanto, ele deixou duas importantes contribuições ao afirmar que na sociedade burguesa existiriam duas formas de governo: o estado representativo e o bonapartismo, ainda, que para ele o Estado tende a perpetuar suas contradições, e nunca superá-las como afirma Hegel (BAIARDI, 2016). Enfim, a partir do Estado moderno, as diferenças em torno das gêneses do Estado e da sociedade civil, permitem entender mais amplamente o âmbito das relações políticas, do princípio da territorialidade e ainda as diferentes obrigações da sociedade e a impessoalidade dos agentes públicos.

Estado de direito e o Estado social passam a ser duas categorias que caracterizam o Estado contemporâneo.

O Estado contemporâneo, que sucede o Estado moderno, agrega funções e adquire mais complexidade e se define pela coexistência do Estado de direito com o Estado social. Esta coexistência nem sempre é privada de conflitos uma vez que o Estado de direito representa as conquistas fundamentais do indivíduo, com inspiração nas revoluções burguesas, tais como liberdade pessoal, política e econômica, constituindo-se em um sistema de proteção contra a intervenção do Estado (GONÇALVES, 2000 *passim*; PEREIRA; BAIARDI, 2012, p. 168-174; BAIARDI, 2013, p. 232). (BAIARDI, 2016, p. 19).

Mais à frente serão tratados os conceitos de políticas públicas numa abordagem de Estado em ação, trazendo a contribuição do princípio da subsidiariedade.

3 CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÃO DO ESTADO

Antes de abordar os diferentes conceitos sobre políticas públicas, é importante falar da sua ontologia como área do conhecimento, para que assim fique mais completo o entendimento do objeto de estudo e o estado da arte. De acordo com Souza (2006) nasce nos Estados Unidos como disciplina acadêmica, que foca seus estudos na ação do governo e não na análise do papel do Estado e o papel dos governos como produtor de políticas públicas como aconteceu na Europa. Portanto, na Europa essa área do conhecimento vem como um desdobramento de estudos das teorias sobre o Estado, que segundo Frey (2000) esses interesses do estudo se intensificou pela ascensão da social democracia.

Portanto, para avaliação das políticas públicas a serem implementadas pelo governo, é de fundamental importância que se tenha uma compreensão sobre qual o Estado em que essas políticas estão inseridas para que se possa formar uma visão mais clara a respeito das diferentes ações e intervenções nesta área.

3.1 Os “pais fundadores” das políticas públicas e alguns conceitos trazidos por autores clássicos.

O conceito sobre políticas públicas sofreu evolução, e os diferentes autores trazem em seus postulados, visões diferenciadas que evidenciam “questões de fundo” sobre o significado dessas ações e as relações que se estabelecem entre Estado e sociedade em determinado período histórico. Souza (2006) denomina de “pais fundadores”, os primeiros teóricos a pensar políticas públicas como área do conhecimento.

Laswel (1936) Introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 1930, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesses e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio.

Lynn (1980) estabelece um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

Peters (1986) informa que a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

Mead (1995) trata de um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

Alguns fatores e aspectos nos conceitos sobre políticas públicas, podem esclarecer sobre orientações que um determinado governo assume. Portanto, políticas públicas aqui são

entendidas como o “Estado em ação”, que orienta seu projeto de governo, com vistas a setores específicos da sociedade (Jobert, Muller, 1987).

Os conceitos a seguir, remontam um enfoque ora estatista, ora multicêntrico que se diferenciam na percepção das políticas públicas como “governo em ação”:

Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Rua (1998) traz seu conceito distinguindo políticas públicas de decisão política:

Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Decisão política corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis (RUA, 1998, p.1).

Pretende-se assumir nesse trabalho a visão de Souza (2006), segundo a qual não existe uma única nem melhor definição de políticas públicas. Sintetizando os elementos principais das diversas definições e modelos sobre políticas públicas:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também (SOUZA, 2006, p. 20-45).

Os diferentes aspectos estão sempre referidos a um contorno de Estado no interior do qual eles se movimentam. Portanto torna-se importante em um estudo de análise de políticas públicas ressaltar a diferenciação entre Estado e governo, ou seja, políticas públicas – como acima definido - de decisão política.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

É antiga a relação entre os sistemas políticos e os agrupamentos humanos organizados. Essa relação hoje é muito clara quando se aborda o Estado e as relações sociais de determinadas formações sociais. Analisar a atuação estatal nas sociedades é hoje objeto de

interesse da maior parte das disciplinas que pretendam entender a formação do Estado e sua relação com o poder local em seus planejamentos e as estruturas que comprometeram suas transformações ou possibilitaram suas permanências. Assim como às singularidades expressas nesse poder e com a ampliação das funções do poder na contemporaneidade foram tornando mais complexas, que segundo Baiardi (2016, p.31):

No início tudo se restringia à defesa ou à ordem interna à comunidade, dando-se, via pacto, a legitimação do uso da força. Seguiram-se funções relacionadas ao ordenamento de ritos, aplicação de códigos e leis e relações externas, com outras *civitas* ou *polis*. Na antiguidade clássica, período grego-romano, os sistemas políticos fomentaram o comércio, os esportes, a educação e a cultura e incubiram-se, também, dentro de certos limites, do abastecimento, da saúde e da infraestrutura.

Portanto, essa extensão das funções do estado se estende até hoje, em consequência do surgimento dos estados-nação, sendo que o grau dessa extensão é determinado por diversos fatores como laicidade e o liberalismo político econômico. Em Aristóteles, a cidade está relacionada às questões de cunho geral, e a família às atividades de cunho cotidiano, definindo, também que o bem estar cabe ao poder público. Corroborando com Aristóteles, Tomás de Aquino, valida que cada pessoa é livre para decidir e ainda afirma que a vida solitária é exceção e que só se enquadra em conjecturas como os eremitas, anomalia mental, naufrágio ou isolamento. Aristóteles trata do estado real e Platão do estado ideal. Com as noções de Aristóteles já se pode perceber uma concepção de subsidiariedade, mas foi no início do século XVII que a subsidiariedade se estabeleceu mais incisivamente com a premissa de Althusius de que o fim do homem político é a simbiose. Porém, a subsidiariedade surge formalmente na Encíclica *Quadragesimo Anno*, pelo Papa Pio XI e mais tarde ampliada pelo Papa João XXIII.

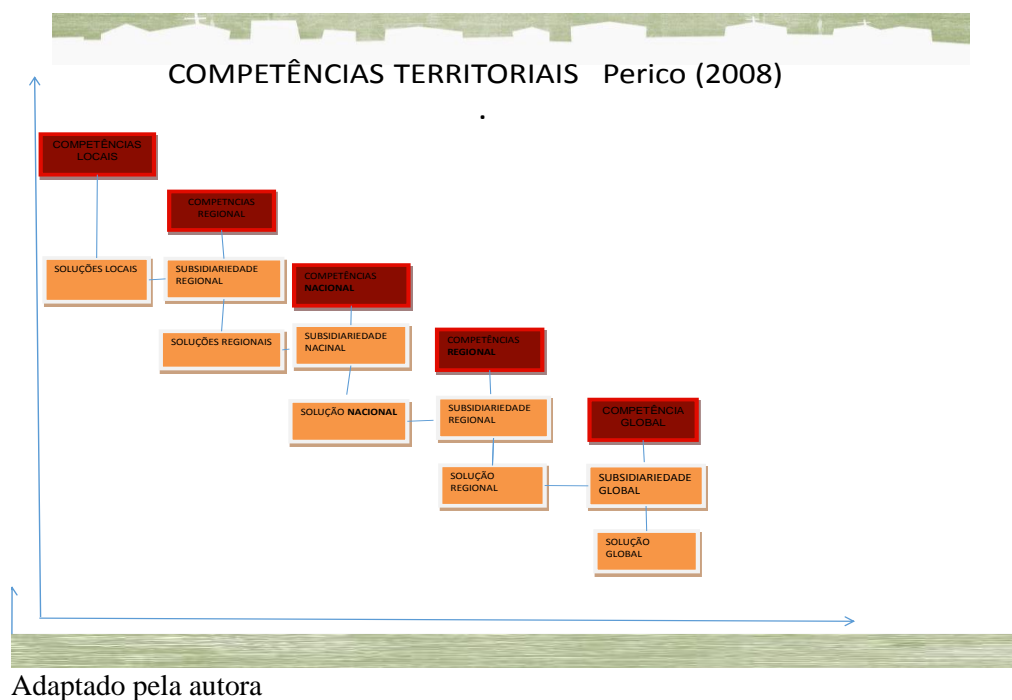
O Estado como poder público deve estar estruturado segundo este princípio na organização de suas funções, pois a subsidiariedade é um princípio que além de diretivo, tem a característica de regular as relações entre Estado e sociedade, definido por Torres (2001, p.35), como

[...] um princípio de divisão de competências e de cooperação, que procura definir os domínios próprios dos indivíduos, dos grupos intermediários e do Estado, exigindo que se atribuam as responsabilidades públicas às autoridades mais próximas dos cidadãos, que se encontram em condições de exercê-las de forma mais eficiente.

As liberdades individuais, as prestações positivas do Estado, a fim de corrigir as desigualdades sociais que estão intrinsecamente relacionadas com a implementação das

políticas públicas sob a ótica do princípio da subsidiariedade que implica em ações públicas que podem reconhecer fases de uma atuação que demarcam etapas de formulação e decisão, de gestão e execução, acompanhamento e controle social, (IICA, 2008, p.47).

A figura abaixo mostra uma hierarquia dessas fases baseada em uma lógica das competências a cada nível territorial, dentro de um marco da subsidiariedade.



Portanto se a capacidade local for limitada para viabilizar as soluções, estas podem ser convertidas a níveis regional, nacional ou internacional. Assim, o princípio da subsidiariedade enfatiza a importância da participação do indivíduo nos processos decisórios em que se concretiza a democracia e reafirma o empoderamento social, tornando assim, um elemento essencial na percepção e controle das ações públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas têm como finalidade promover o bem estar dos indivíduos, para isso é preciso que o Estado haja como ente promotor das mesmas. O maior ou menor grau de excelência nos resultados será determinado a depender da forma como as políticas são articuladas, implementadas e executadas, esses fatores estão atrelados intrinsecamente a forma de ação do Estado, que envolvem sua ideologia e os diferentes interesses em jogo. No entanto, o Estado tem o dever de agir quando os indivíduos se encontram em situação de

indignidade, para auxiliá-los com um mínimo existencial. Um dos caminhos promissores que pode contribuir para o bom direcionamento dessas ações é o princípio da subsidiariedade, contribuindo na promoção das ações, organização das funções e regulação das relações Estado/Sociedade, de modo que promova o bem estar social.

REFERÊNCIAS

BAIARDI, A.; OLIVEIRA, A. E. A.; SILVA, M.F. Que estado? Para qual modelo de desenvolvimento? In: BAIARDI, A.; MACÊDO FILHA, J.F.A. (Org.) **Estado, Sociedade e Território: abordagens interdisciplinares**, Salvador: Quarteto, 2016.

DI LORENZO, W. G. **Teoria do Estado de solidariedade: da dignidade da pessoa humana aos seus princípios corolários**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, Brasília, IPEA, 21, jun., 2000.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. *L'état en action*. Paris: PUF, 1987.

LOPES, André Luiz. **Noções de Teoria Geral Do Estado**, Escola Superior Dom Helder Câmara, 2010.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PERICO, Rafael Echeverri, **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA**. 2008.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. *O Estudo da Política: Temas Seleccionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SEVEGNANI, Joacir. **O Princípio da Subsidiariedade Como Delimitador das Políticas Públicas no Brasil**, 2007.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, 2006.

TORRES, Silvia Faber. **O princípio da subsidiariedade no direito público contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 35.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS EM TECNOLOGIAS: DESAFIOS E ENTRAVES.

*Joselito Silva do Espírito Santo*¹
*Orlivalda de Souza Reis*²
*Maria da Conceição Reis Teixeira*³

RESUMO

No presente texto, objetiva-se apresentar os resultados de investigação que analisou o programa de capacitação de professores do NTE/IAT em Tecnologias da Informação e Comunicação, sobretudo do docente de matemática tomando como referência os últimos dez anos (2003-2013). Além disso, almejou-se analisar como o professor capacitado tem socializado e usado em sua prática pedagógica os conhecimentos adquiridos na capacitação em TIC e qual a contribuição desses recursos para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem. O aporte teórico que norteou este trabalho foi a perspectiva crítico reflexiva de capacitação mediada pela leitura de Schön (2000), Freire (1993, 1997, 2000, 2005) e Alarcão (1998). Em Educação Matemática embasou-se teoricamente em Skovsmose (2007) e D'Ambrósio (2008), ou seja, enfatizando a essência da Matemática como uma das muitas estratégias desenvolvidas pela espécie humana para explicar e lidar com sua condição de humana. No que se refere à metodologia utilizada a pesquisa e análise realizada foi um estudo de caso. Para obter as informações necessárias ao desenvolvimento deste estudo optou-se percorrer os caminhos da pesquisa embasada na abordagem qualitativa por considerar a mais apropriada para tratar de temas referentes à educação.

Palavras-Chave: Formação. Capacitação. Tecnologias. Matemática.

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Através do presente artigo pretende-se apresentar um breve recorte da dissertação de mestrado em educação “*Formación de Profesores de Matemáticas en Tecnologías de la Información y Comunicación*” e que teve como objeto de investigação o programa de capacitação de professores do NTE/IAT em Tecnologias da Informação e Comunicação.

A aprendizagem intermediada pelo uso das novas tecnologias tem gerado uma profunda mudança no processo de produção do conhecimento, pois permite a busca e a troca de inúmeras informações e assuntos em geral. No entanto, não se deve acreditar que somente

¹ Licenciatura em Matemática pela UCSAL. Especialista em Educação Matemática também pela UCSAL. Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela UNEB. Mestre em Ciências da Educação – USAL. E-mail espir10@hotmail.com (AUTOR)

² Mestre em Estudos de Linguagens pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: orlivaldareis@ig.com.br (CO-AUTORA)

³ Doutora em Letras pela UFBA. Coordenadora do projeto de pesquisa “Edição e estudo de textos abolicionistas publicados em periódicos baianos” (CO-AUTORA)

com equipamentos tecnológicos será suficiente para um processo de ensino e de aprendizagem satisfatório. No âmbito da educação pública do Estado da Bahia o Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) vinculado ao Instituto Anísio Teixeira (IAT) é a referência na formação dos professores.

O presente estudo possibilitou investigar como vem sendo desenvolvido atualmente o programa de capacitação de professores do NTE/IAT em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), sobretudo do docente de matemática. Além disso, almeja-se analisar como este professor capacitado tem socializado e usado em sua prática pedagógica ou disciplina de matemática os conhecimentos adquiridos na capacitação em TIC. A capacitação deve ser ministrada quando há necessidade de se adquirir novos conhecimentos ou fazer certo uma tarefa que não estava sendo executada com perfeição ou também quando se deseja transmitir novos conhecimentos. Diante deste contexto as questões que ora se propõem são: Qual a real necessidade da capacitação em TIC? O professor está realmente transferindo para seu aluno o que aprendeu nos cursos do NTE/IAT? Diante das demandas da educação matemática, o professor consegue realmente ensinar seus conteúdos através das TIC? Como faz isso?

Vários pesquisadores como Lima (2007), Brito (2005) e Silva (2005) apontam que o NTE/IAT desenvolvia capacitações em TIC, mas as escolas tinham problemas na efetiva transferência destes conhecimentos para os alunos. Entre os diversos fatores apontam a falta de recursos e materiais de tecnologias da comunicação e informação e pessoal de apoio, ou seja, o professor não tinha nem recursos nem sabia como lidar com os equipamentos dependendo de um monitor na escola. Entre alguns educadores pairava também a concepção que poderia perder seu cargo para as máquinas e equipamentos de tecnologia. Hoje, qual a concepção do professor capacitado no NTE/IAT, tomando como referência os últimos dez anos (2003-2013) de formação? Como pensa atualmente o professor sobre as TIC, sua prática pedagógica e seu mercado de trabalho? Acredita que ensina ou aprende? Sendo o conhecimento matemático pouco democrático, qual o papel das tecnologias na concepção do professor de matemática e do aluno? Que estratégias o professor capacitado usa para socializar o conhecimento matemático através das tendências em educação matemática (modelagem matemática, resolução de problemas, história da matemática, etnomatemática e jogos) com o auxílio das TIC?

O objetivo geral neste estudo foi investigar como a capacitação em TIC do NTE/IAT está preparando os professores para a utilização destas ferramentas para o ensino específico dos conteúdos da Matemática e suas tendências (modelagem matemática, história da

matemática e jogos para resolução de problemas) e qual a contribuição desses recursos para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

No que se refere à metodologia utilizada, o pesquisador observou um grupo de professores no NTE/IAT em curso de capacitação em TIC com a finalidade de coletar dados sobre o conteúdo abordado e como esse está sendo ministrado. Além disso, foi verificada a formação do tutor que ministra o curso. A partir desse levantamento, o pesquisador selecionou 7 (sete) professores-alunos que ministram a matéria matemática. Essa escolha foi feita através de um questionário para verificar o perfil do professor, bem como sua formação acadêmica.

Inicialmente a pesquisa e análise foram realizadas sobre a prática de profissionais de ensino com experiência mínima de 10 anos em sala de aula. Após a observação, ao longo do curso esse professor será observado em sua unidade escolar. O pesquisador aplicou o questionário sobre a concepção e motivação do professor capacitado e de seus alunos. Também foram realizados registros escritos produzidos pelos sujeitos da pesquisa. Pretendeu-se observar entre cinco e dez aulas sobre os aspectos de transferência dos conhecimentos da capacitação para a prática do professor na visão do pesquisador. Além disso, verificar como esse docente usa as TIC na transposição dos conhecimentos matemáticos e nas estratégias de aprendizagem e tendências em educação matemática, ou seja, observar como esse professor usa TIC na modelagem matemática, na história da matemática e nos jogos para resolução de problemas, etnomatemática. No entanto, não foi possível aplicar esta etapa da metodologia porque os docentes cursistas não autorizaram que o pesquisador observasse suas aulas.

Dessa forma, a pesquisa foi um estudo de caso analisando os dados coletados no que se referem à motivação dos alunos com as instalações da escola, aos equipamentos tecnológicos e a aprendizagem dos conteúdos. Ao final da pesquisa foi realizada uma entrevista semiestruturada para saber dos professores se esses veem progresso no aprendizado da matemática com o uso das TIC.

Vale ressaltar que o estudo de caso busca retratar a realidade de forma profunda e mais completa possível, enfatizando a interpretação ou a análise do objeto, no contexto em que ele se encontra, mas não permite a manipulação das variáveis e não favorece a generalização. Por isso, o estudo de caso tende a seguir uma abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa busca investigar e interpretar o caso como um todo orgânico, uma unidade em ação com dinâmica própria, mas que guarda forte relação com seu entorno ou contexto sócio cultural.

A metodologia da pesquisa incluiu a revisão bibliográfica, onde serão revistos conceitos, metodologias e métodos como ferramentas que permitem caracterizar o uso de TIC pelos professores de Matemática.

Para obter as informações necessárias ao desenvolvimento deste estudo optou-se por percorrer os caminhos da pesquisa embasada na abordagem qualitativa por considerar a mais apropriada para tratar de temas referentes à educação. De acordo com Pievi (2009) geralmente os métodos qualitativos são os mais adequados para abordar questões de âmbito educativo devido ao seu caráter dinâmico. Nessa direção, afirma:

[...] la naturaleza de lo específicamente educativo es radicalmente diferente de los fenómenos físico-naturales, dado que no estamos ante una realidad fija, estable. Su carácter inacabado y constructivo implica que los sujetos co-construimos nuestra realidad, a la que “hacemos” y “reactualizamos” cotidianamente. (Pievi, 2009, p.145)

Vale ressaltar que os indivíduos sob a perspectiva do enfoque qualitativo são concebidos como agentes ativos que constroem a realidade em que se encontram imersos. Ademais, permite compreender em profundidade o contexto em que se produzem as práticas e os significados dos fatos relativos à educação.

De acordo com Lüdke (2003), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, supondo um contato direto e prolongado do mesmo com o ambiente e a situação que está sendo investigada, normalmente por meio de um trabalho de campo. Os dados coletados são predominantemente descritivos, levando em conta o fato de que o material obtido nestas pesquisas é predominantemente descrições de pessoas, situações, fatos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos assim como fotografias, desenhos e extratos de diversos modelos de documentos.

Com base na análise resultante deste estudo espera-se ampliar a compreensão acerca da integração das TIC no cotidiano escolar como potencializadora da aprendizagem de matemática e contribuir com futuras investigações de formação continuada de professores.

2 ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Esta seção é resultado da análise e das reflexões das observações realizadas no curso introdução à educação digital promovido pelo NTE/IAT no período de julho de 2013 até outubro de 2013. Essas observações foram realizadas não somente em aulas presenciais, mas também no ambiente virtual de aprendizagem *e-proinfo*. Além disso, foram entrevistados alunos e tutores após a conclusão do curso a fim de verificar como a formação em TIC's refletiu no planejamento e nas práticas pedagógicas ou didáticas destes docentes.

Vale reafirmar que esta pesquisa no NTE 01 foi motivada pela curiosidade de investigar como este núcleo vem desenvolvendo a capacitação em novas tecnologias,

sobretudo do professor de matemática e como esse professor está contribuindo para o processo de ensino e processo de aprendizagem dos alunos. Foi realizado um estudo de caso através da participação e observação direta em um curso específico oferecido pelo NTE 01.

Foi possível observar que os professores quando iniciaram o curso em introdução à educação digital pensavam as TIC só no que diz respeito às mídias digitais e se queixam que em suas escolas os laboratórios não são satisfatórios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico através destas novas tecnologias.

Quando os cursistas tiveram acesso aos textos de estudo durante a capacitação perceberam, direta ou indiretamente, que eles já estavam mergulhados nas TIC há muito tempo. Pois logo é exposto a gama de recursos tecnológicos que estão disponibilizados para todos professores, alunos e tutores, ou seja, toda sociedade. O que precisamos fazer é tomar conhecimento das boas maneiras de utilizar e se beneficiar destas ferramentas, ou melhor, essas mídias.

Também nos diálogos realizados no ambiente virtual do e-proinfo ficou registrado que muitas vezes o que veio para sala de aula foram as inovações tecnológicas, mas esses recursos são utilizados de maneira tão tradicional como antes de sua existência. Um bom exemplo é o processo avaliativo, mesmo o aluno acompanhando e desempenhando atividades via redes sociais ou blogs, suas avaliações são realizadas obrigatoriamente dentro da sala de aula através de instrumentos tão antigos ou tradicionais como nos anos 1970, por exemplo.

As inovações invadiram o ambiente escolar, o professor está se capacitando, mas na maioria das vezes não evoluíram para a modernidade e nas falas do ambiente virtual fica evidente pela quantidade de desculpas e justificativas que esses professores dão acerca da utilização das TIC em sua sala de aula. Pouco utilizadas de maneira consciente, já que inconscientemente ou sem planejamento terminam utilizando sem a devida orientação para que se torne ferramenta para aprendizagem.

Nesse contexto, o melhor exemplo é o processo avaliativo e muitos docentes não percebem que podem mudar a sua prática e que um laboratório de informática não é tão significativo e urgente como se pensava antes já que hoje o computador, *datashow* ou lousa eletrônica e a televisão são apenas algumas das muitas mídias digitais. As vídeos-aulas do *youtube* são cada dia mais utilizadas pelos alunos do ensino médio, principalmente, e esses são avaliados nos exames oficiais e escolares sem levar em conta essa nova maneira de aprender. Certamente as velhas avaliações não conseguem detectar o aprendizado do alunado, então mostram uma reprovação em massa.

Outro fato a ser considerado é que os professores em seu discurso são unânimes em afirmar que o aluno aprende de maneira superficial, mas todos percebem que os alunos dominam com certa autoridade as novas tecnologias digitais.

Essa capacitação tem a finalidade de educar o aluno e o professor para o uso correto das tecnologias da informação e da comunicação ou mídias digitais. Certamente quando iniciei a pesquisa não tinha essa visão tão ampla do uso das TIC, até pensava que pouco utilizávamos em sala de aula. Diante da reflexão acerca desse contexto, surgiram as primeiras questões que motivaram esse estudo: como era esse processo de capacitação? Quem recrutava esses professores para o curso? O que se ensinava nestas capacitações? Quem elaborava e planejavam o que ia ser ministrado neste curso? Como se definia o programa de capacitação?

No decorrer da pesquisa ficou perceptível que as novas tecnologias da informação e comunicação necessitam com urgência de profissionais capacitados no que diz respeito à pedagogia tecnológica, tais como as aulas ministradas através de projetos. Contudo, concluiu-se que com essa capacitação observada, analisada e pesquisada precisa de melhor planejamento. Outrossim, é necessário ministrar esses cursos na hora que o professor estiver trabalhando em sala de aula, ou seja, a carga horária do professor tem que ser dividida entre sala de aula e capacitação com um bom acompanhamento por parte do tutor/professor ou capacitador a fim de gerar uma motivação efetiva para o professor-aluno buscar aprender e levar para sua prática pedagógica os conhecimentos adquiridos por um longo espaço de tempo.

A capacitação em educação digital não somente tinha o objetivo de trabalhar os pressupostos de educação digital, mas também tentar familiarizar o professor aluno com a linguagem Linux (por ser o programa gratuito) o que contraria e afugenta muitos cursistas, pois esse pacote *office* ou de programas não são comerciais e difundido em Salvador e a maioria das pessoas trabalham com Windows.

Muitos professores não entendem e pensam que estão aprendendo tudo que já sabe e de maneira mais difícil. Além disso, o curso ministrado no NTE/IAT segue as diretrizes do PROINFO, instituição federal, e entra sutilmente em choque com a maioria dos professores cursistas, pois no curto espaço de tempo e com uma metodologia tradicional e conservadora pretende capacitá-los e fazê-los levar para sala de aula a metodologia de projetos. Dessa forma, a obtenção dos certificados está atrelada a elaboração de um projeto interdisciplinar, ao final do curso, para desenvolver as aprendizagens dos cursistas e levar para sua prática docente, as TIC de maneira significativa, inovadora e facilitar na aprendizagem dos alunos nas escolas. Então, esses professores que tiveram uma formação acadêmica tradicional se

sentem obrigados fazer um esforço grande para mudar suas práticas docentes, logo, o mais fácil é desistir da capacitação já que é muito esforço pela certificação que não garante retorno financeiro. Muitos revelam que frequenta a capacitação apenas pelo retorno profissional e pessoal já que os alunos, verdadeiros ativos digitais, não conseguem ficar quatro horas diárias sentados assistindo aulas dialogadas. Ao contrário, eles solicitam uma aula mais dinâmica, com imagens, som, efeitos e uma participação/interação nunca antes experimentada por esses professores.

3 PALAVRAS DERRADEIRAS

Diante de tudo que foi observado e vivenciado através desta pesquisa foi possível chegar a algumas conclusões. Quanto maior o tamanho da escola e os recursos e infraestrutura disponíveis mais proficientes é a utilização do computador e internet no processo de aprendizagem. Além disso, a presença do professor orientador de informática educativa favorece a utilização da tecnologia como ferramenta de aprendizagem.

A tecnologia deve ser integrada ao Projeto Político Pedagógico da escola, no seu monitoramento e avaliação e ao planejamento de atividades pelo professor. A maioria das escolas têm recursos materiais para fazer algum tipo de uso pedagógico do computador.

Apesar dos dados levantados sobre recursos e infraestrutura serem favoráveis, as escolas percebem como principais problemas: infraestrutura, formação de professores, problemas com acesso à internet. A formação oferecida não é percebida como suficiente e adequada, pois falta preparo para o uso da tecnologia focado na aprendizagem de conteúdos e no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos.

O número de professores que usam a tecnologia com seus alunos é ainda pequeno e este uso, se dá eminentemente no laboratório de informática. Na maioria das escolas, as atividades que utilizam tecnologia e são realizadas com os alunos têm pouca complexidade ou usam de recursos simples. Após a análise dos relatos das escolas pesquisadas, não foi verificado nenhum exemplo de utilização de tecnologia para o ensino e aprendizagem de um conteúdo específico que mereça destaque.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. Formação continuada como instrumento de profissionalização docente. In: Veiga, I. P. A. (org) **Caminhos da profissionalização do magistério**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

BRITO, Eleusa Sales. **O papel do professor no processo ensino- aprendizagem em um contexto tecnologicado**. Salvador: UNB, 2005.

D'AMBRÓSIO, U. **Educação Matemática. Da Teoria à Prática**. 7a Edição. Campinas: Papyrus, 2008.

_____. **Etnomatemática. Elo entre as tradições e a modernidade**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____ e Shor Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LIMA, Marineusa Santos. **As novas tecnologias no sistema educacional: um estudo de caso em uma escola de ensino médio em Salvador-Bahia**: UNB, 2007.

LÜDKE, H. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas – 6ª impressão**. São Paulo: EPU, 2003.

SILVA, Creuza Souza. **Software Educativo: levantamento da incidência de produção nas áreas do conhecimento para o ensino médio**. Anais do Seminário do Curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Sistemas de Educação a Distância, Salvador, 2005.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

SKOVSMOSE, Ole.. **Educação crítica: incerteza, matemática, responsabilidade**. Trad. Maria Aparecida V. Bicudo. São Paulo: Cortez, 2007.

IDENTIDADE, GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA TERRITORIAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Murilo Pinto Silva Santos¹
Cristina Maria Macêdo de Alencar²

RESUMO

A presente pesquisa é fruto de uma investigação desenvolvida a partir dos diálogos nos fóruns de discussões do Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento, Sociedade e Natureza, e também nas aulas da disciplina Estudos Avançados sobre Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, ao qual, pretende-se analisar a Política Territorial do Estado da Bahia no sentido de construção e fortalecimento da Identidade Territorial dos seus integrantes. Enquanto desenho metodológico, essa abordagem versará no estudo de caso e revisão de literatura, utilizando dados de natureza qualitativa e quantitativa. Para tal, fizemos uma breve análise do discurso disseminado por um órgão do governo do estado da Bahia, usando como marco analítico e comparativo, o município de Cachoeira, inserido na região do Recôncavo. No que tange os resultados, percebemos ineficácia enquanto proposta de desenvolvimento da população local, pois, propiciam muitas brechas, ao desconsiderarem os elementos culturais particulares de cada município, aglomerando-os de forma irregular em regiões que não condizem com sua realidade, promovendo uma relação impositiva de semelhanças inexistentes.

Palavras-chaves: Territórios de Identidade. Globalização. Identidade Territorial. Política Territorial. Recôncavo Baiano.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo tem o objetivo de analisar a Política Territorial – *Territórios de Identidade* – adotada pelo Governo do Estado da Bahia, que define os espaços geográficos pelas relações de proximidades municipais da economia, cultura e sociedade, consolidando-os em unidades territoriais, ao qual, subdividiu o estado em 27 territórios de identidade³.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Professor da educação básica na rede pública do estado da Bahia.

² Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL.

³ 1. Irecê 2. Velho Chico 3. Chapada Diamantina 4. Sisal 5. Litoral Sul 6. Baixo Sul 7. Extremo Sul 8. Médio Sudoeste da Bahia 9. Vale do Jiquiriçá 10. Sertão do São Francisco 11. Bacia do Rio Grande 12. Bacia do Paramirim 13. Sertão Produtivo 14. Piemonte do Paraguaçu 15. Bacia do Jacuípe 16. Piemonte da Diamantina 17. Semiárido Nordeste II 18. Litoral Norte e Agreste Baiano 19. Portal do Sertão 20. Sudoeste Baiano 21. Recôncavo 22. Médio Rio de Contas 23. Bacia do Rio Corrente 24. Itaparica (BA/PE) 25. Piemonte Norte do Itapicuru 26. Metropolitano de Salvador 27. Costa do Descobrimento (SEPLAN, 2017).

A divisão do Brasil em territórios foi uma política fomentada através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir da luta pela terra. Esse é o elemento que faz com que o Governo venha da escala federal até a estadual, arrumando os municípios como unidade de planejamento que articulem essas lutas. Na Bahia, o Governo local, começa com quatro territórios, representado pela figura, do então Governador Paulo Souto, e, portanto contrário à política do Governo Federal, o que gerou conflitos internos. Com a transição para o governo de Jaques Wagner, foi possível a ampliação para 27 territórios, onde o estado redefiniria suas Unidades de Planejamento.

Essa nova conjuntura político-administrativa deveria expressar o que se esperava do estado, porque toda locação de recurso vai ser a partir dessas Unidades de Planejamento, que durante muito tempo foram regiões econômicas, onde fica muito evidenciado que o interesse do estado era o crescimento econômico. Nesse sentido, Alencar (2011), complementa essa abordagem, ao afirmar que:

Periodiza-se esse processo a partir da adoção pelo governo do Estado da Bahia, dos Territórios de Identidade, como unidade de planejamento efetivada no Plano Plurianual da Administração Pública Estadual - PPA, para o período 2008 - 2011, instituído como lei estadual. Essa periodização se justifica por considerar-se que, da constituição dos Territórios Rurais à reestruturação do planejamento do Estado em Territórios de Identidade, transitou-se do reconhecimento da relevância do mundo rural com diversas expressões de ruralidade, - em meio à urbanidade legitimada pelo desenvolvimento por pólos urbanos regionais -, à reafirmação da hegemonia urbana, dando continuidade a um momento histórico que sugeria descontinuidade dessa hegemonia (Alencar, 2011, p. 49-50).

Dando continuidade ao já exposto, buscaremos identificar até qual ponto a compressão espaço-tempo, assim como, a supressão das fronteiras, ambas, fruto do processo global, suprimem as manifestações culturais, tradições e costumes dos municípios envolvidos.

O aporte metodológico foi construído sobre o viés da análise do discurso, referente à interpretação das categorias *Território* e *Território de Identidade*, disponibilizada no site oficial da Secretária de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN. Ao qual utilizamos como exemplificação e marco analítico-comparativo, o município de Cachoeira, cuja sua localização se insere na Região do Recôncavo Baiano.

A escolha por Cachoeira se caracterizou devido a questões práticas de aproximação e pertencimento, que permitiram o diálogo com os teóricos da globalização, a exemplo de Hall (2006), Milton Santos (2008; 2011), Ianni (2010) e Lipovetsky; Serroy (2011).

Esse artigo está organizado, através da presente introdução, seguido por quatro seções – *Contextualizando o Território de Identidade: O Recôncavo Baiano em Questão; Teoria*

Social e Globalização; Globalização e Identidade Territorial e Do geral para as partes: Analisando o processo identitário do Recôncavo Baiano a partir do município de Cachoeira –, das considerações finais e referências bibliográficas.

2 CONTEXTUALIZANDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE: O RECÔNCAVO BAIANO EM QUESTÃO

A região do Recôncavo Baiano foi durante muito tempo considerada uma das mais importantes para o desenvolvimento nacional, como sinaliza Pedrão (2013): “O Recôncavo foi a principal região da Bahia e das mais importantes do Brasil durante uns duzentos e cinquenta anos. Recentemente, mercê de uma industrialização conduzida pela exploração do petróleo, ganhou nova visibilidade” (Pedrão, 2013, p. 7).

A população do Recôncavo durante o período colonial sofreu muito devido à ambição portuguesa, que tinha como único interesse a exploração das riquezas dessas terras. Nos primeiros contatos estabelecidos com esse território, os portugueses observaram uma diversidade da fauna e da flora, além da presença de inúmeros indígenas. Mesmos que de forma prematura, desde a colonização essa região demonstrava sua importância para o cenário brasileiro.

Essa região é constituída por uma deslumbrante paisagem, com formações litorâneas, rios, cachoeiras, praias, mangues e por alguns trechos de mata atlântica. Grande parte dessa mata atlântica passou por um intenso processo de extinção, devido ao processo colonial, agravando-se posteriormente pela má utilização do solo, principalmente através da monocultura da cana-de-açúcar. Desde então, em função da ausência de políticas de preservação ambiental eficazes, e constantes fiscalizações, resumiram o que deveria ser um vasto cenário ecológico a pequenos espaços dessa vegetação.

Segundo critérios determinados pela Política Territorial do Estado da Bahia – Território de Identidade –, a região do Recôncavo da Bahia é composta por dezenove municípios⁴, dos quais, observamos entre eles, diferentes características relacionadas aos seus aspectos sociais, culturais e políticos. Sabe-se que a concepção de *território* adotada por essa política, define que:

⁴ Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (Seplan, 2017).

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SEPLAN, 2017).

Como observamos essa concepção destinada a caracterizar o território, não reflete a realidade, já que observamos entre os dezenove municípios diferenças nas relações culturais, política, econômica e populacional.

A ideia de identidade adotada pelo Governo da Bahia é consolidada através do viés do pertencimento, ao qual segundo Stuart Hall é o elementos que caracteriza o sujeito sociológico através da concepção de identidade, pois de acordo com essa perspectiva “a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade” (Hall, 2006, p. 11).

Segundo dados coletados a partir da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2012) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012), o Recôncavo Baiano tem como população total 576.658 habitantes, dos quais 399.168 residem na área urbana e 177.490 estão localizados na área rural. Este território possui uma área de 5.250,51 Km² e densidade demográfica de 2.599,47 hab/km². Dentre os municípios que o compõe, Santo Antonio de Jesus é o maior, com população de 90.949 habitantes, sendo o município de Dom Macedo o menor, com 3.873 habitantes.

Ainda neste sentido encontramos o município de Maragogipe, sendo o que possui a maior população rural deste território com 17.723 habitantes residentes na área rural, enquanto o município de Saubara possui a menor população rural do território com apenas 253 habitantes residentes na área rural. O município de Castro Alves possui a maior área deste território ocupando, com 762,98 Km² da área total deste território, e o município de Dom Macedo Costa ocupa a menor área do referido território com uma área de 93,22 Km².

Na próxima seção observaremos com certo aprofundamento, como as teorias da globalização vêm sendo construídas na perspectiva de explicar o processo de mundialização, assim como a manutenção da identidade, no intuito de conservação das raízes e costumes de uma determinada sociedade.

3 TEORIA SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO

No livro *Por uma outra globalização*, Milton Santos (2011) nos apresenta três perspectivas do processo de globalização, que sistematicamente poderíamos citar: a globalização em que somos induzidos a acreditar, ou seja, a *globalização como fábula*, a qual nos é passado a falsa ideia de uma dita aldeia global e redução das fronteiras, como se estivesse ao alcance de todos, observando também nessa perspectiva um mercado avassalador na homogeneização dos serviços pelos “atores hegemônicos”.

Em uma segunda perspectiva é apresentada a verdadeira globalização, denominada por ele como a *globalização como perversidade*, a qual se presencia um mundo altamente competitivo, caracterizado pela submissão as ações hegemônicas. E finalmente, a última, apresentada como *uma outra globalização*, onde ele propõe a ressignificação dos fundamentos sociais e políticos, com intuito de transformação da situação existente.

Essa abordagem introdutória se faz necessária, para entendermos como a globalização é passada para nós, pois comumente presenciamos a associação da globalização com as crescentes inovações tecnológicas, além da constante enxurrada de informações transmitidas pelos meios midiáticos, impactando de forma fragmentada na penetração de uma suposta modernidade nas culturas tradicionais, causando com isso a ruptura do tecido social e a consequente perda da identidade e das suas raízes.

É necessário evidenciar que essa investigação relacionada à construção e manutenção do processo de identidade, está pautada na concepção sociológica, a qual Hall (2006) define como:

[...] o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura (Hall, 2006, pp. 11-12).

Nesse sentido observamos explicitamente que o processo global acaba por causar um impacto sobre as identidades, característico do encurtamento entre as distâncias, onde eventos em lugares distintos terão reflexos variados.

Com isso, nos é deixado a seguinte incógnita: como manter a identidade e a cultura de raiz, em um mundo globalizado, onde as fronteiras geográficas e políticas são suplantadas pelos avanços tecnológicos da internet e meios midiáticos?

Segundo Ianni (2010), a cultura nesse caso exerce um papel dinâmico para garantia e sobrevivência dos grupos sociais que a portam. Tendo como função a aproximação desse grupo, resistindo às transformações advindas dos processos políticos, econômicos, internos e externos. Através da aproximação e interação com grupos diferentes ao assimilar ou resistir aos costumes, valores e crenças dos grupos dominantes, surgem às tensões e conflitos característicos da evolução histórica da humanidade.

O processo de globalização sugere a unificação da sociedade, excluindo desse processo às diversidades culturais regionais e locais, estabelecendo uma nova relação entre elas. Entretanto, mesmo que involuntariamente, o processo de mundialização tende a provocar uma valorização das tradições e o fortalecimento dos regionalismos fruto da identidade cultural de cada localidade.

Isso devido ao intuito de manter-se viva as tradições locais e regionais, unirem forças em todos os aspectos, para a manutenção de determinadas manifestação. Um exemplo claro disso, é o tradicional São João do Recôncavo, que aos poucos foi incorporando outros ritmos, ao qual, descontextualizava a sua tradição, tendo com isso interferência dos poderes públicos e movimentos sociais, em prol de assegurar suas tradições.

É notório que existe uma busca pelas particularidades e a ideia de diferença, que cada vez vem se intensificando em todas as regiões do planeta. Ressaltando que as pessoas participam de várias identidades ao mesmo tempo, e que muitas das vezes essas identidades são conflitantes entre si, podendo ser imposta de forma alienada pelas relações política.

Ao finalizarmos essa seção seria coerente explicitar que as sociedades modernas vivem uma relação dialética na persistência de conservarem as suas raízes ao mesmo tempo em que buscam a transferência dos sistemas simbólicos – de regiões para regiões, assim como para o exterior – permitindo acelerar o seu próprio desenvolvimento social e cultural.

4 GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADE TERRITORIAL

Na contemporaneidade existem correntes que defendem o processo global como sendo o fim da geografia proclamada pela desterritorialização das práxis sociais, bem como, o despreendimento humana do lugar enquanto singularidade. Em outra direção, há aqueles que visualizem uma reinvenção do local, à medida que se eleva a importância atribuída à diferenciação entre os lugares. Nessa direção, Silva e Silva (2006), sinaliza que:

Até a pouco tempo, as vantagens comparativas eram, sobretudo, potencialidades locais e/ou regionais que seriam fornecidas por recursos naturais e culturais diferenciados que normalmente redundariam em complexas especializações produtivas. Agora cresce a perspectiva das vantagens competitivas e estas dependem da capacidade organizacional dos lugares e regiões, de natureza sociopolítica, o que irá transformá-lo efetivamente em territórios (Silva e Silva, 2006, p. 162).

Dentre o conflito do local versus o global, o entendimento da construção de identidades culturais torna-se fonte de pesquisa para muitos, pois são essas identidades que personalizam os lugares num mundo globalizado. A temática da identidade é muitas vezes intocável, e devido a isso, faz-se necessário o resgate de símbolos de um dado lugar para se compreender melhor essa sociedade e conseguir mostrá-la para o mundo.

No tocante do fortalecimento da Identidade Local, essa política tem se demonstrado ineficaz, ao tentar expressar uma suposta homogeneização dos aspectos ambientais, econômicos, culturais e políticos, pois, cada município, por mais próximo que se encontrem uns dos outros, possuem dinâmicas sociais diferenciadas.

Nessa direção, Albagli (2004), afirma que a territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro. Ela resulta de um processo de socialização, da psicologia coletiva, da interação entre seres humanos mediados pelo espaço.

Endossando as afirmativas trazidas até esse ponto, Haesbaert (2004), indica que é necessário definir a concepção de território, para entendermos por qual processo de desterritorialização uma dada sociedade estará passando. O dinamismo das sociedades, têm-se apresentado enquanto um dos grandes desafios da contemporaneidade, ou seja, a busca por uma identidade própria que permita o reconhecimento pelos envolvidos em qualquer parte do mundo.

Um dos aspectos levados em conta na construção da identidade dos indivíduos é o simbólico, cuja relação com o seu território, e com a sua história, dentro de um contexto social mais amplo e de desenvolvimento coletivo. Entretanto, a identidade no âmbito regional, desenvolveu-se naturalmente e inevitavelmente para além das intenções individuais. São essas identidades que personificam os lugares dentro de um respectivo contexto global.

5 DO GERAL PARA AS PARTES: ANALISANDO O PROCESSO IDENTITÁRIO DO RECÔNCAVO BAIANO A PARTIR DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA

O município de Cachoeira está localizado na região do Recôncavo Sul, com uma população de 32.026 habitantes e uma extensão territorial de 395 km² (IBGE, 2010). Possuindo um contraste histórico entre batalhas pela independência da Bahia e o processo escravocrata.

A população deste município é composta por indivíduos de predominância negra, onde, grande parte desses habitantes é descendente das comunidades remanescentes de quilombos. Economicamente Cachoeira possui como principais fontes de renda o *Setor de Serviços*, seguido pelos setores *Industrial* e *Agropecuário*, consecutivamente.

O sistema educacional de Cachoeira é composto por escolas particulares, públicas – redes estadual e municipal –, cursos técnicos de enfermagem e hospedagem, cursinhos pré-vestibulares, universidade federal e faculdades particulares de ensino presencial e a distância.

Diante dessa breve explanação, convocamos a reflexão referente à supressão das fronteiras, mesmo que locais, tendo em vista que as particularidades do município de Cachoeira, no que tange sua população, construção social e modo de produção, não são observadas em nenhum outro município do território do Recôncavo, nem tão pouco dos demais municípios espalhados pelos outros *Territórios de Identidade* existentes. Nesse sentido Silva; Silva e Coelho (2008), nos alerta no sentido em que:

As desigualdades regionais expressam, sistematicamente, a combinação preferencial das questões relacionadas com a diferenciação e os desequilíbrios regionais na direção do social, ou seja, na diferenciação social que se reflete nos indicadores sociais relacionados com emprego, expectativa de vida, mortalidade infantil, saúde, educação, cultura, moradia, saneamento básico, segurança, liberdade, etc (Silva; Silva, 2008, p. 17).

Nesse sentido, Santos (2008) sinaliza que [...] os segmentos ou classes sociais criados ou reforçados pelas relações entre países ou regiões subdesenvolvidos com os países ou regiões desenvolvidos têm comportamentos diferentes face às exigências da vida econômica e social (Santos, 2008, p. 39).

Observamos também entre a população de Cachoeira a dependência existente em relação aos municípios maiores e com melhores infraestruturas, dos quais poderíamos citar os município de Feira de Santana – localizado no território do Portal do Sertão – e o município de Salvador, situado no território Metropolitano de Salvador, o que nos remete a reflexão de Ianni (2012), ao dizer que:

[...] Toda tecnologia, na medida em que é inserida na vida da sociedade ou no jogo das forças sociais, logo transforma-se em técnica social; podendo servir a distintas finalidades. Mas, como técnica monopolizada ou administrada pelos que detêm o poder, em sociedades atravessadas por desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, é evidente que ela tende a ser manipulada de modo a reiterar e desenvolver as estruturas prevalecentes, em suas diversidades e desigualdades (Ianni, 2010, p. 109).

A partir dessa afirmação, observamos a existência de uma estrutura formada, como meio de reproduzir desigualdades já existentes na estrutura social, e com isso criar uma relação de dependência com os que detêm o poder.

Nessa tentativa desenfreada de unificar os municípios através de um projeto de igualdade de tradições, costumes e manifestações, o Governo do Estado da Bahia, se esquece de algo que já foi questionado em seções anteriores, reafirmado agora por Lipovetsky; Serroy, que diz: [...] quanto mais o mundo se globaliza, mais certo número de particularismos culturais aspira afirmar-se nele (Lipovetsky; Serroy, 2011, p. 17). Reforçando que a homogeneização global e a fragmentação da cultura caminham lado a lado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Política de Territorial adotada pelo Governo do Estado da Bahia, traz consigo a perspectiva de globalização por meio de fábulas, onde, mesmo que a proposta seja unicamente de construir uma identidade regional, por outro lado, acarreta na submissão dos municípios de menor poder, em detrimento aos que detenham maior influência político-econômica.

Apesar da proposta desta pesquisa objetivar a busca por semelhanças que permitam o entendimento da aglutinação dos municípios inseridos na região do Recôncavo Baiano, que possuísse características próximas, não foram evidenciadas ao longo dessa investigação, tais convergências. Para tanto, denominamos essas contradições de *Semelhanças Invisíveis*, no intuito de proporcionar certo grau de especificidade, ao que cremos ser, um equívoco metodológico por parte da gestão estadual.

Com isso, aos poucos observaremos o desaparecimento das tradições e costumes, por meio da assimilação de novos elementos culturais que não os pertenciam. Com o propósito de homogeneizar as relações. No entanto, em sentido inverso a esse processo, tende de certa forma fortalecer as particularidades dos localismos culturais.

Não obstante, ao tentarmos analisar esse cenário, partindo de como a identidade vem sendo tratada, nos é fornecido subsídios importantes para um campo de reflexão das discussões referentes às questões territoriais, resultantes das amplas mudanças advindas das novas formações sociais, que estimulam uma reorganização ou ressignificação da identidade cultural, tendo como principal desafio a construção de um novo modelo, que possibilite diversificadas alternativas para contemplação dos municípios.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. p. 23-69. IN: LAGES, Vinícios; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ALENCAR, C. M. M.. Territórios de Identidade: disputas e cooperações entre rural e urbano. pp. 49-67. In: SILVA, S. B. de M. (Org.). **Estudos sobre dinâmica territorial, ambiente e planejamento**. João Pessoa: Grafset, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guaraeira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 28 nov. 2012.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PEDRÃO, Fernando. **Recôncavo, um estudo social regional**. Disponível em: <http://www.fernandopedrao.com.br/livros>. Acesso em 27 jan. 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Publicações da SEI**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=72&Itemid=110>. Acesso em 27 mai. 2012.

SEPLAN. Secretária do Planejamento do Estado da Bahia. **Política Territorial**. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>>. Acesso em 11 jun. 2017.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Reinventando o território: tradição e mudança na região do sisal – Bahia. pp. 161-183. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; COELHO, Araori Silva. **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros**. João Pessoa: Grafset, 2008.



A INFOINCLUSÃO COMO PROPONENTE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL ATRAVÉS DA INCLUSÃO DIGITAL

*Marinalva Batista dos Santos Neves
Christiane Andrade Regis Tavares*

RESUMO

Um desafio decorrente da contemporaneidade é incluir as pessoas e organizações digitalmente, essa é uma problemática que surge através de uma realidade concreta. Este artigo tem como objetivo geral: discutir a inclusão social através da infoinclusão de docentes na Educação básica, através das TIC. Como objetivos específicos, pretendemos: apresentar o processo educativo através de nuances da globalização; expor o conceito de infoinclusão como proponente de uma dimensão social, visando o exercício da cidadania; contextualizar a formação dos professores no aspecto da transdisciplinaridade. A opção metodológica foi a pesquisa documental. Constatamos que a globalização trouxe novos desafios à sociedade e que o uso das TIC poderá promover a inclusão social através da ação educativa. Autores como Bauman (2005), Agier (2011), Polanyi (200) e Santos (2002), dentre outros, contribuíram para a construção da análise e discussão dos aspectos definidos e aqui apresentados. Concluímos que se torna necessária uma formação docente que promova o acesso as TIC ultrapassando os limites da técnica.

Palavras-chave: Inclusão Digital. Infoinclusão. Sociedade da Informação. Transdisciplinaridade.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas 20 décadas, testemunhamos o aumento e aprofundamento do debate sobre a construção políticas cidadãs e a participação da sociedade unindo esforços para o desenvolvimento humano e a consolidação das democracias. Essa luta contribui para o reconhecimento e pertencimento, mas também, para os enfrentamentos, estranhamentos e disputas. A luta pela cidadania não é uma luta solitária, pois promove mudanças e trocas gerando riquezas, tanto na configuração de uma economia de bens simbólicos quanto na configuração de um mercado e uma indústria cidadã. Segundo Dagnino “A questão é como unir tudo isso gerando equilíbrios, ética e sustentabilidade” (DAGNINO, p.93). Sem dúvida é uma reflexão que precisa ser incorporada no discurso do processo formativo docente.

Uma maneira de socializar esses interesses antagônicos é através da escola. As concepções neoliberais passam a ocupar terrenos insuspeitados e é nesse obscurecimento do conflito que reside, fundamentalmente, a perversidade a que aludimos (DAGNINO, p.90) Entretanto, sua efetivação não se consolida numa sociedade afligida pela desigualdade e

exclusão, características próprias do capitalismo. Compreender estes enlaces sociais é vital a fim de não crermos em soluções efêmeras para os problemas processuais formativos em educação.

Nesta perspectiva foram implementados os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), pelo Ministério da Educação, proporcionando a formação de especialistas em informática na educação, cujo papel é disseminar a cultura midiática, aos docentes da educação básica do país. Em sua nova versão, o Programa instituído pelo Decreto nº 6300, de 12 de dezembro de 2007, postula: a instalação de ambientes tecnológicos nas escolas, a disponibilização de conteúdos e recursos educacionais multimídia e digitais por meio de Portais e a formação continuada de professores e outros agentes educacionais promovendo a inclusão digital na comunidade escolar. Entretanto, a informatização que está presente nas escolas nem sempre é referendada por um critério tecnológico ou pedagógico.

Este artigo tem, então, o seguinte problema: como democratizar o acesso as TIC aos docentes da Educação Básica, como mediadores do processo de ensino-aprendizagem, indispensável ao desenvolvimento das sociedades, das condições de vida e de acesso a bens e serviços? Como objetivo geral pretende-se discutir a inclusão social através da infoinclusão de docentes na Educação básica, através das TIC. Como objetivo específico, pretende-se apresentar o processo educativo através de nuances da globalização; expor o conceito de infoinclusão como proponente de uma dimensão social, visando o exercício da cidadania; contextualizar a formação dos professores no aspecto da transdisciplinaridade. A investigação será através de pesquisa documental.

2 EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL

A sociedade da informação trouxe a evidência algumas desigualdades. Segundo Agier (2011, p.174) a cidade contemporânea vive o paradoxo de ter sofrido para aproximar as pessoas, reduzindo “os custos da interação e do trabalho”, mas impondo segregação em seus “quadros impessoais, sistemas de proteção, organizações solitárias e narcisistas” (p.174). Educamos numa sociedade desigual e apesar de ser verdadeiro afirmar que a exclusão econômica possa ter como consequência a exclusão digital, não há uma relação direta entre a exclusão social e a exclusão digital, tendo em vista que nem todos os excluídos digitalmente também são excluídos economicamente. (BANDEIRA, 2000). Essa exclusão ultrapassa o simples saber digitar ou saber “navegar” na Internet, pois não se restringe a acessibilidade ou

conectividade. Referimo-nos à aquisição de um nível de competência, por parte dos sujeitos, que conduza à participação na comunidade e nas organizações de modo que possam gerir os espaços públicos e compartilhados para acesso à Internet. Desta maneira, uma educação promotora de inclusão digital é uma educação que parte do paradigma de sociedade fomentadora de cidadãos capazes de utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação para a transformação social, econômica, política e cultura (MORAN, 2000).

Em que consistiria incluir digitalmente? Incluir digitalmente significa facultarmos ao outro a possibilidade de se apropriar do conhecimento tecnológico, de maneira que, possa ao adaptar-se ao instrumento digital, modificá-lo, atribuindo um significado à ferramenta que o conduza à inserção socialmente. Não existem políticas públicas que assegurem efetivamente a inclusão digital para a educação básica. Nesse contexto, é preciso implementar estratégias eficazes a fim de promovermos uma sociedade globalizada, que promova o rápido e fácil acesso aos recursos tecnológicos, e à aprendizagem, o que é de importância substancial para essa nova realidade social e digital (BANDEIRA, 2000). Uma sociedade globalizada, regida por uma economia de mercado cuja expectativa é conduzir os seres humanos a se comportarem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários (POLANYI, 2000).

Nos dias atuais, como afirma Bauman, (2005, p.21) nos depararmos com a tamanha desigualdade social, onde se pode dizer que muitos tem pouco ou quase nada e que poucos tem tudo e que acaba levando os indivíduos a competirem entre si. Neste contexto a solidariedade é substituída pela competição, onde os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues a si mesmos, entregues a seus próprios recursos - escassos e claramente inadequados. A corrosão e a dissolução dos laços comunitários transformam-nos, sem pedir aprovação, no que Bauman (2005) denomina como indivíduo de jure (de direito), qual as circunstâncias opressivas e persistentes dificultam que alcancemos o status implícito de indivíduos (de fato) levando a tais cidadãos à exclusão social.

A exclusão social está presente no contexto das tecnologias tendo em vista o acesso não ser facultado a todos na comunidade. Ser excluído significa ser eliminável (e talvez já eliminado definitivamente) classificado como descarte de um “processo econômico” que afinal se reduz a realizar o mesmo trabalho e obter os mesmos resultados econômicos com menos força de trabalho e obter os mesmos resultados econômicos com menos força de trabalho e, portanto, com custos inferiores aos que antes vigoravam (Bauman, 2005, p.24). Além dos tido como cidadãos com necessidades especiais não serem beneficiados com os recursos e possibilidades de acesso a Sociedade da Informação, outros excluídos se agregam a esse grupo. Fazem parte dos excluídos ao acesso à internet os que se encontram em situação

de miséria, os habitantes de lugares longe dos grandes centros urbanos e as minorias étnicas. (SANTOS, 2002). As políticas públicas devem alcançar este universo de cidadãos, atendendo as necessidades e prioridades dos cidadãos, para além da territorialidade inserindo os indivíduos na sociedade de forma plena, buscando o desenvolvimento humano (DERTOUZOS, 1997).

Neste contexto, encontramos intelectuais que buscam o pensamento crítico a esse estado da vida contemporânea, divulgando ideários de um mundo diferente daquele em que vivemos apregoando uma visão otimista do futuro. Os projetos e programas de infoinclusão e o acesso universal a internet é condição necessária para se solidificar a democracia da sociedade da informação. As desigualdades na era da informação são decorrentes de fatores históricos, econômicos e políticos sustentados pela exclusão de uma parcela da sociedade que não tem acesso ou o tem de forma precária às tecnologias. Seria verdadeiro pensar que existe uma relação proporcional a premissa de que quanto maior for o índice de alfabetizados tecnologicamente, será maior a possibilidade de uma população mais criativa e conseqüentemente uma população que irá produzir tecnologia no país?

Um aspecto a ser considerado é a manutenção dos laboratórios de informática com acesso à Internet nas escolas públicas, com pessoal habilitado, com ampliação da capacidade da internet e com uma estratégia de uso público fora dos horários das aulas. Uma outra possibilidade de uso seria a fomentação de telecentros em espaços comunitários públicos e comunitários de forma gratuito e assistida que atenda todos os municípios brasileiros. A escola pode dar um grande contributo ao inserir as gerações mais novas. (GERMAN, 2000). Contudo, apesar dessa geração possuir maior facilidade e motivação em utilizar as TIC o interesse da população da terceira idade vem aumentando. É preciso discutir e propor formas de atender essa clientela.

Outro fator que dificulta o uso da Internet, pelas grandes camadas da população é o uso do inglês. Apesar de ser considerada língua universal, bem poucos, no Brasil, tem fluência, pois para a maioria da população se exige uma formação específica, paralela à educação básica. As escolas da rede pública de ensino no país não são dotadas de uma metodologia que permita aos seus alunos terem proficiência na língua inglesa. Tal realidade também se faz presente na rede particular de ensino, de um modo geral onde aqueles pertencentes à classe média buscam com seus próprios recursos suprir essa falta.

Outro segmento é as pessoas com necessidades especiais, que normalmente são excluídas socialmente e para as quais as TIC podem representar a abertura de novos espaços de inserção social. Estas pessoas requerem o desenvolvimento de tecnologias específicas que

sejam adequadas às suas necessidades (físicas, visuais, auditivas, mentais etc.) e o acesso facilitado a estes serviços. (BANDEIRA, 2000). Constatamos que o ritmo da evolução tecnológica tem agravado as diferenças e aumentado o potencial de exclusão da sociedade tornando-a cada vez mais heterogênea e desigual.

A Sociedade da Informação tem sido impotente ao dar resposta homogênea a questões socialmente diferenciadas de cada grupo ou indivíduo. Para romper com esse ciclo ela deverá ser criativa ao desenvolver respostas que atendam as necessidades e as aspirações das pessoas. A tecnologia é eficaz quando promove o desenvolvimento humano, a cidadania, a cultura e a sociedade. Essa é a característica da tecnologia integradora do ser humano. Mas se paradoxalmente são excludentes, elas também possuem um grande potencial de inclusão no seu meio. Nesse sentido, a sociedade mobilizada deve exigir do estado que cumpra a missão de garantir a cidadania através da equidade e promoção do bem estar para a sociedade, desenvolvendo através de recursos públicos informação para o exercício de cidadania (BANDEIRA, 2000; GERMAN, 2000).

3 INFOINCLUSÃO/INCLUSÃO DIGITAL

No Brasil, o que existe é uma cidadania distinta na qual a inclusão dos indivíduos ao Estado-Nação não sugere a igualdade legalística entre os cidadãos. A nossa concepção da cidadania adota o *status* imposto a camadas sociais particulares como maneira de atribuir relevância de direitos e a observância de especificidades sociais da ordem de raça, gênero, ocupação, propriedade, educação e renda, que são critérios empregados para sua repartição seletiva entre cidadãos diferentes. A cidadania, no nosso Brasil, não torna os cidadãos iguais, mas é um instrumento “para diferenciar e uma forma de distanciar as pessoas umas das outras” (Houston, 2013p. 23).

O conceito de infoinclusão deve incorporar uma dimensão social, visando fomentar o exercício da cidadania, para dar voz às comunidades e setores que normalmente não têm acesso à grande mídia. (LEVI, 2004). No plano político e de ampliação da cidadania, a participação vai depender cada vez mais da comunicação entre os membros de uma comunidade, como forma de superar os limites da consciência da vida cotidiana, pois sendo a realidade um todo, decompor em partes pode ajudar a estudá-la, mas sua compreensão adequada exige visão de conjunto. (DERTOUZE, 1997; PAIVA, 2005). Isto implicaria numa mudança de posicionamento em relação ao que constitui o propósito dos projetos de inclusão

digital, pois, possibilita, a sociedade manifestar suas demandas em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar. Esses sujeitos incluídos digitalmente, empoderados poderiam afirmar sua cultura e, conseqüentemente sua cidadania. Entretanto a exclusão só acaba no momento que o usuário concebe que o computador é instrumento de acesso à educação, ao pensamento crítico e cidadania exercida de forma plena. O fim não é disponibilizar tecnologia, mas sim a integração perfeita de indivíduos na sociedade. A inclusão dos usuários na mídia digital significa também gerar renda. (DELORS, 2000; DERTOUZOS, 2006).

As ações para contemplar mudanças devem ser iniciadas através do desenvolvimento de consciência por parte dos cidadãos investindo esforços para que a tecnologia possa corroborar para a construção de um novo modelo de educação. A tecnologia por não ser um fim em si mesmo não pode se restringir a aspectos como: acesso, a abertura de espaços e instalação de máquinas e conectividade. Estes são os pontos principais que viabilizam a democratização da informação e o exercício da cidadania na Internet. A infoinclusão deve ter com premissa possibilitar que a população não seja somente consumidores de informação, mas que sejam capazes de usar as tecnologias de Informação e Comunicação para a transformação social, econômica, política e cultural (GOMES, 2004; LEVI, 2004). Mas qual tipo de educação contemplaria tais aspectos em sua abordagem?

4 EDUCAÇÃO E TRANSDISCIPLINARIDADE

A educação transdisciplinar propõe a vivência da arte de aprender ou da arte de autoconhecer. Ela operacionaliza a proposta da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI (DELORS, 1998), que tornam os governamentais de todos os países do globo terrestre responsáveis pela educação. A perspectiva do desenvolvimento humano é vista a partir da vivência do autoconhecimento para a formação de uma humanidade mais pacífica e harmônica (DELORS, 1998). Nas palavras de Freire (2002, p. 48), “[...] no jogo constante de respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se.” De acordo com o autor, ao educar, o professor, numa postura dialógica para com o aluno, educa-se nas inter-relações desenvolvidas. E, por essa razão, professor e aluno são considerados sujeitos da educação.

Entretanto, segundo Dagnino (2014, p.93) a disputa entre projetos políticos distintos e aquilo que de fato caracteriza a existência da democracia como regime político, assume muito fortemente o caráter de uma disputa de significados, para referências que são aparentemente comuns (Dagnino, 2014, p.91). De um lado, temos uma visão de participação que tem no seu

centro a ideia da partilha do poder: a sociedade civil participa do poder, ela compartilha o poder, antes exercido monopolicamente pelo Estado. Essa visão foi um dos elementos centrais do projeto democrático participativo na sua origem e se traduziu como princípio, não necessariamente como prática sistemática, nas múltiplas instâncias participativas que compõem o que passou a ser designado como a “arquitetura da participação” brasileira.

5 QUALIDADE EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO DOCENTE

De acordo com Ramal (2002), com a aderência da sociedade ao ciberespaço mudanças estão ocorrendo no modo de pensar, de aprender e de se relacionar das pessoas. E segundo Ramal (2002, p. 12), a formação docente inicial não está dando conta disso. E complementa que “temos vários estudos em que o professor reconhece que a tecnologia é importante e ele quer utilizá-la. Tudo isso precisa ser integrado numa formação que alguns especialistas já chamam de “nova pedagogia” [grifo do autor]”. O desafio que gestores e professores têm, sobre como formar pessoas, pode ser respondido com a formação pedagógica que proporcione uma ação educativa, com os estudantes, no processo de ensino-aprendizagem de modo que priorize a organização social e a responsabilidade com a produção e o acesso ao conhecimento.

6 NOVAS TECNOLOGIAS NA ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A característica principal das "novas tecnologias" de comunicação (NTC) é a inclusão progressiva de processos digitais na sua veiculação, confecção e distribuição de suas informações (LEVI, 2004; MORAN, 2000). O termo se transformou numa designação genérica passada a designar os produtos e mídias surgidos nos últimos anos. Percebemos, então, que o termo “novas” designa uma qualidade, uma diferença ao substantivo “tecnologias”. De acordo com Moran (2000) deve existir integração das tecnologias e as metodologias de ensino de aplicações orais, tanto pela escrita como por audiovisual.

Assim, a disputa entre projetos políticos distintos e aquilo que de fato caracteriza a existência da democracia como regime político, assume muito fortemente o caráter de uma disputa de significados, para referências que são aparentemente comuns (Dagnino, 2014, p.91). De um lado, temos uma visão de participação que tem no seu centro a ideia da partilha do poder: a sociedade civil participa do poder, ela compartilha o poder, antes exercido

monopolicamente pelo Estado. Essa visão foi um dos elementos centrais do projeto democrático participativo na sua origem e se traduziu como princípio, não necessariamente como prática sistemática, nas múltiplas instâncias participativas que compõem o que passou a ser designado como a “arquitetura da participação” brasileira (Dagnino, 2014, p.93).

Assim, a definição de novo só "faz" sentido quando incorpora uma qualidade que não existia antes, ou ainda atualiza algo preexistente a "tecnologias". Dessa maneira, a compreensão das "novas tecnologias" deve ocorrer através da inclusão de paradigmas ao invés de reduzi-las a um processo de venda de produtos, de consumo, conceitos e troca (CASTELLS, 2000) Uma das questões mais importantes sobre o acesso a formas alternativas de informação, é que este fenômeno social e político acarreta implicações de ordem social e política: mudanças no acesso à informação, indicando e mobilizando diferentes graus e formas de acesso ao poder por diferentes grupos (BANDEIRA, 2000). Essa comunicação, entretanto, move-se, os conceitos de entendimento e agir comunicativo se relacionam àquele da emancipação, ampliando sua extensão para além do nível puramente biográfico. Estes conceitos são o centro da reflexão de Habermas. Enfim, há uma hierarquia de contextos do individual ao coletivo e deste ao contexto evolutivo social, e o contexto histórico é uma variável importante, na qual o conhecimento deve ser revisto na criação de novas condições determinantes da história (DELORS, 1998; FREIRE, 2003).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que a tecnologia digital deve ser levada ao alcance da sociedade, e consequentemente incluída na formação dos professores. Contudo, entendemos que a inclusão desta deve ser repensada e implementada levando em consideração a desigualdade social e econômica que poderá se agravar se toda a sociedade não for contemplada. Nesse sentido, o papel do professor é fundamental para ser o mediador dessas ações e a sua formação deve ter um embasamento nas TIC consistente de maneira a possibilitar o empoderamento deste, refletido na sua prática pedagógica. Enfim, a sociedade civil em parceria com iniciativa pública e privada poderá engajar-se para a superação do problema, pois a universalização do acesso passa fundamentalmente pelas políticas públicas associadas ao setor privado e a incentivos para o mercado. Isto exige soluções criativas de licitação de serviços para as comunidades mais pobres, com serviços subsidiados, realizados por empresas privadas, associações comunitárias e/ou ONGs. Entendemos que, se torna necessária uma formação

docente que promova o acesso as TIC ultrapassando os limites da técnica e que a educação transdisciplinar através de sua proposta de vivência através da arte de aprender ou da arte de autoconhecer pode ser uma possibilidade de cumprir este objetivo.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações e movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. 213p.

BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento local-regional**: determinantes e desafios contemporâneos. v.1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 151-185.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**, Zahar, 2005. p. 13-52.

BRASIL. Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO. Brasília: MEC/SEF, nº523, de 9 de abril de 1997.

_____.Presidência da República. **Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo.Brasília. 2007. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6300-12-dezembro-2007-566380-norma-pe.html>. Acesso em 30 abr. 2017

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.301p.

DAGNINO, E. “Diversidade cultural, cidadania e construção democrática”. In: Miguez, P., Barros. J.M., Kauark, J., (orgs). **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**. Salvador: EDUFBA, CULT, 2014. p.87 – 100.

DELORS, Jaques (Org). **Educação**: um tesouro a descobrir. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.123p.

DERTOUZOS, M. L. **O que será**: como o novo mundo da informação transformará nossas vidas . São Paulo: Companhia das Letras, 1997.176p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GERMAN, C. **O caminho do Brasil rumo a era da informação**. São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, [2000]. 243p.

GOMES, Elizabeth, **Exclusão digital**: um problema tecnológico ou social? Rio de Janeiro: trabalho e sociedade. Ano 2, nº especial. Dez. 2002 Disponível em <www.comunidades.mda.gov.br/o/4110370> Acesso em 18 mar. 2017.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T., BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000. 133p

PAIVA, Fabiana. **Democratização da informação ou inclusão digital?** Disponível em: <<http://gizmo.rits.org.br/apc-aa-infoinclusao/infoinclusao/artigos.shtml>>. Acesso em 13 abr. de 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAMAL, Andréia Cecília. **Educação na cibercultura**: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Milton. (Organização RIBEIRO, Wagner Costa). **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.



MOVIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: HISTORIA DE RESISTÊNCIA

Iraci Santos

1 INTRODUÇÃO

Na última década a população em situação de rua ganhou destaque nos meios acadêmicos e na mídia, mas é importante desmistificar o estigma e o preconceito que ainda é muito forte na sociedade, como destacou a antropóloga Alba Zaluar (1994, p. 23) “essas pessoas a quem chamamos população de rua”. Propõe-se neste artigo, apresentar uma breve contextualização histórica da exclusão social no Brasil, dados sobre esse grupo social que apresenta grande vulnerabilidade social e a sua organização no Movimento da População de Rua – MPR.

Historicamente, o Brasil foi um país essencialmente rural, de economia agroexportadora, mas especialmente na segunda metade do século vinte, com a crise econômica e a reestruturação produtiva ocorreu intensa migração da população das áreas rurais para os centros urbanos contribuindo para o crescimento acelerado das cidades. Nas palavras de Carvalho (2006),

em 1980, 67,6% dos brasileiros residiam em centros urbanos e em 2000 esse número chegou a 81,2% com sua concentração em um elevado e crescente número de centros de vários tamanhos e em algumas grandes aglomerações metropolitanas (CARVALHO, 2006, p. 07).

Com a industrialização, a estrutura da produção no país tornou-se mais dinâmica, porém, esse desenvolvimento teve um caráter desigual e excludente, não conseguindo incorporar a ampla oferta de trabalhadores, deixando um grande contingente deles como reserva de mão de obra. O cenário destacou que a dinamização da economia não é sinônima de inclusão social. Tocqueville (2003) que analisou a relação entre pobreza e desenvolvimento capitalista de diversos países europeus, concluiu que nações que alcançaram altos níveis de crescimento econômico apresentavam grande número de pessoas que recorriam à caridade, enquanto países com avanços mais modestos apresentavam um grupo menor de indigentes.

O aumento da população nas cidades gerou desigualdades de renda, de oportunidade, de trabalho, de acesso à saúde, à justiça, à escola, à cultura, à segurança, à nutrição e habitação, carência de serviços como transporte, lazer, saneamento básico, principalmente nas áreas densamente povoadas, os chamados bolsões de pobreza, denominados por Castel (2008, p. 64) de “bairros sensíveis”. Milton Santos (2008, p. 57) com muita competência nos explica que “o modelo de crescimento capitalista adotado pela maioria dos países subdesenvolvidos, somado à explosão demográfica, resultaram numa explosão urbana e concentração de riqueza e pobreza nas cidades”.

A partir dos anos 50, o país passou por um processo de industrialização e crescimento, com investimento do Estado nas áreas social e econômico, o que possibilitou o ingresso de um grande contingente da população ao trabalho e ao emprego formal, atendendo, assim, tanto às exigências da sociedade, quanto ao lucro do capital. Mas é importante assinalar que ainda assim persistiu um extenso excedente de mão de obra. Maria Lucia da Silva (2009, p. 68), assim descreve esse período de desenvolvimento “foram trinta anos de crescimento econômico e ampliação da cidadania pela via do quase emprego, consolidação de sistemas de proteção social e da preservação da democracia de massa”, os chamados por Behring e Boschetti (2007, p. 82) “anos gloriosos ou de ouro”.

Já os anos 80, ficaram conhecidos como a “década perdida”, por causa do esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil em função do crescimento da dívida externa - que provocou no país a desaceleração da economia e do crescimento, aumento da inflação, desemprego, precarização do trabalho, concentração de renda, aumento do exército industrial de reserva e declínio do movimento sindical, elevando a vulnerabilidade social de grande parte da população.

Na década de 90, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil aderiu de fato ao neoliberalismo, agravando o instável cenário social já existente no país, a partir das reformas orientadas pelas economias centrais e organismos internacionais, fundadas nas propostas do Consenso de Washington de abertura comercial ao mercado externo, privatizações e combate ao déficit fiscal do Estado com cortes de investimentos na área social.

Miguel (2016) destaca que

o discurso liberal apresentou-se, inicialmente, como um discurso igualitário – afirmando uma igualdade abstrata entre todos os seres humanos.... No entanto, esse igualitarismo é temperado tanto pela fácil aceitação das assimetrias sociais existentes, quanto pela afirmação da necessidade de introdução da desigualdade política para que a sociedade funcione. O direito

de igual participação política mostrou-se desde o início bastante limitado. (MIGUEL, 2016, p. 26-27).

No governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva o que se averiguou foi uma certa continuidade da política econômica e social do governo FHC. Ao tomar como base os estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), evidenciamos que as políticas adotadas pelo governo Lula, ao longo dos anos 2000, (como a manutenção das taxas de inflação baixa, política de valorização do salário mínimo, políticas de transferência de renda, expansão do crédito, aumento do trabalho formal e investimento público) impulsionaram o desenvolvimento do país. Mas o Brasil ainda se encontrava distante de alcançar uma sociedade salarial.

Quanto aos desafios lançados à classe trabalhadora, persiste o impasse de integrar ao mercado formal um significativo contingente da força de trabalho desempregada, além dos que exercem atividade no mercado informal, que são aquelas pessoas não cobertas pela proteção social e previdenciária.

Desde 2004, o Brasil vem combinando crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e aumento da renda domiciliar per capita. Mas, ainda assim, o país apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), os 10% mais ricos do país, detinham 43% do total da renda. Para o DIEESE (2012), nem as políticas sociais implementadas, nem o crescimento da economia isolado serão suficientes para promover a distribuição de renda no país; será necessária a efetivação de medidas que garantam a equidade.

O país, historicamente, apresenta grandes oscilações, constatamos o declínio das conquistas sociais, ao lado de avanços economicamente favoráveis. Conforme Pereira (2012), essa ambiguidade confere ao Brasil o título de país não propriamente pobre, mas injusto, ou campeão de desigualdades social, dada a secular defasagem entre seus feitos econômicos.

Na sociedade brasileira, os efeitos da crise no mundo do trabalho foram agravados pela adesão ao receituário neoliberal, surgido na Europa na década de 80. As restrições impostas às políticas sociais e o grande contingente de trabalhadores alijados do mercado somam-se ao histórico problema da pobreza, pois uma ampla parcela da população nunca foi beneficiada pelas políticas de proteção social previstas na Constituição Federal e Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e é empurrada da pobreza para a miséria. (BRASIL, 1988, 1993).

Como destaca Esping-Anderson (2000)

como ocurre en casi toda Europa, los estados del bienestar se comprometen a sostener los niveles actuales de igualdad y justicia social, el precio es el desempleo masivo; para reducir el desempleo, Europa parece abocada a abrazar la desregulación al estilo norteamericano. Esto producirá inevitablemente más pobreza e más desigualdad. (ESPING-ANDERSON, 2000, p. 12)

Nas ruas já não se encontram apenas os ditos “mendigos tradicionais”, a eles se juntaram os desvinculados do mundo do trabalho, pois como aponta Bursztyn (2003, p. 42) “emergem os ‘inimpregáveis’” pelo sistema econômico do mundo globalizado.

As diferentes formas de desigualdades presentes nas cidades são reflexos mais imediatos de um conjunto de fatores, como o analfabetismo, precarização e instabilidade no trabalho, desemprego e concentração de renda, somado ao ajuste econômico imposto pelo ideário neoliberal, que influenciou negativamente as políticas sociais, provocando o agravamento da exclusão e da pobreza, incidindo negativamente no tecido social da família. Aumenta o número de unidades familiares chefiadas por mulheres, de mães adolescentes, da violência doméstica, alcoolismo, drogadição e doença psiquiátrica.

Kliksberg (2001) ressalta que, na psicologia social,

afirma-se que, nessas situações altamente opressivas, as pessoas ou tendem a enfrentá-las até as últimas consequências ou a produzir os chamados mecanismos de “fuga”. Sendo sua expressão máxima a ruptura dos vínculos familiares, o que pode acarretar a saída de um membro para rua. (KLIKSBURG, 2001, p. 60)

Grande parte da sociedade associa o fenômeno da população em situação de rua a problemas individuais, de “sorte”, quase uma escolha pessoal, bem como a vê, também, como uma população de bêbados, drogados e preguiçosos, um caso de polícia, não relacionando sua situação a fatores de natureza socioeconômica, que fazem parte da lógica de acumulação do capital.

As pessoas em situação de rua são uma das expressões da questão social encontrada principalmente nos grandes centros urbanos. Escorel salienta (2003, p. 139) “que são personagens que narram suas trajetórias de múltiplas, constantes e cumulativas desvinculações”. Expõem o ponto de degradação que as condições de vida urbana atingem. Como destaca Pochmann (2003, p. 19) “a exclusão está ligada à negação de direitos na trama das relações sociais”.

2 CONCEITO DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O desabrigo tem uma longa e variada história no mundo; desde as cidades pré-industriais, várias são as definições que pretendem apreender essa problemática. Na atualidade, a diversidade de grupos encontrados na rua promove um debate acerca da sua conceituação.

São diversas as situações apresentadas pelas pessoas que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciários e psiquiátricos, deficientes, idosos, crianças e adolescentes. Antes do Decreto Federal n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009, Pousa Junior (2011) destaca como

a problemática do estudo do 'morador em situação de rua' tinha início com a própria conceituação jurídica de 'população de rua'. Este óbice sempre justificou por parte dos governos e responsáveis pela implementação de Políticas Públicas a dificuldade de criação de normas protetivas, específicas para o segmento, capazes de acompanhar o perfil e as características desta população e que pudessem, por fim, delimitando o grupo analisado, verificar suas reais necessidades. (POUSA JUNIOR, 2011, p. 01).

Em 23 de dezembro de 2009, com a promulgação do Decreto n° 7.053, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua em seu art. 1º, parágrafo único, considera esse segmento social como

um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009)

Neste artigo, adotaremos o conceito do Decreto n° 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009); a escolha dessa norma legal deu-se em função de o documento ser referência para todo o país.

3 PERFIL E CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA

Ao longo dos anos 90, com o incremento dessa população no Brasil, a academia passou a pesquisá-la, procurando analisar suas causas e condições de vida. Apresentamos uma síntese das principais características.

O perfil apresentado é muito semelhante nas principais cidades do Brasil, como predominância do sexo masculino, jovens em idade produtiva, negros, baixa escolaridade e provenientes da própria cidade onde vivem.

As pessoas em situação de rua tendem a estar próximas dos locais, onde pode obter alimentação, disponibilidade de produtos para vender, concentração de lojas, bares, restaurantes e de maior fluxo de pessoas. Áreas que indiretamente oferecem mais segurança e possibilidade de receberem doações e esmolas. Estas localidades acabam por coincidir com as características dos bairros centrais da cidade.

Sobre a sobrevivência dessa população nas ruas, os dados evidenciam que a maioria vive das atividades de recolher materiais como papéis, jornais, garrafas pet, lavar e vigiar carros, que garantem o ganho de algum dinheiro.

A maioria dos sujeitos em situação de rua desempenha atividade reconhecida e aceita como inclusiva: catar material reciclável, realizar atividade de reciclagem, lavar ou guardar carros, construção civil.

Quanto aos motivos que levam uma pessoa a viver nas ruas, se destaca as mudanças no mundo do trabalho e a ascensão de um modelo econômico de políticas de ajuste neoliberal, com forte influência no trabalho, na saúde, na educação, na habitação e na família.

Sobre as áreas de maior concentração desse público, os bairros centrais das cidades são majoritariamente os mais ocupados, por serem as regiões que oferecem condições de atender necessidades básicas de sobrevivência em função do comércio e da grande circulação de pessoas. Ivo (2008, p. 173) destaca que “a pulverização das práticas solidárias por iniciativas da entidade civil, ainda que produzam resultados particulares efetivos e válidos escapam à determinação de prioridades mais amplas pactuadas numa agenda pública”.

As atividades realizadas por esse segmento social são instáveis, os famosos “bicos”, as mais constantes estão relacionadas com a reciclagem (recolhimento de papel, papelão e lata), guarda e lavagem de carro, carregar e descarregar caminhão, encartar jornais, além de pequenos serviços na área da construção civil. É importante registrar que as características apresentadas foram registradas na população em situação de rua em diversas cidades do país como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre.

3.1 Movimento da População de Rua e suas conquistas.

Nos finais dos anos 70, foram registradas as primeiras iniciativas de organização da população em situação de rua no país. Para Sposati (1998), esse segmento social começa a

transição do estado de isolamento para o coletivo, um grupo com demandas comuns, sendo a falta de moradia a principal delas. Na década de 80, ocorreu o reconhecimento público desse segmento populacional, antes assistido apenas pela igreja, através da caridade, conquista que os tornaram alcançáveis pelas políticas públicas.

O ápice desse processo de organização foi a mobilização em torno da criação do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), durante um protesto contra o ataque que vitimizou quinze moradores em situação de rua, nos dias 19 e 22 de agosto de 2004, enquanto dormiam na Praça da Sé, centro de São Paulo. Naquela chacina, sete pessoas foram mortas com golpes na cabeça e oito ficaram feridas. Atos semelhantes foram registrados em vários pontos do país, os assassinatos ganharam grande repercussão nacional e internacional, mas, até hoje, não houve identificação e punição dos responsáveis. A violência vivenciada por esse segmento da população motivou a mobilização das pessoas que fazem da rua seu habitat de moradia e trabalho.

Em seu estudo sobre esta problemática, Pizzato (2012) destaca que o Movimento Nacional de População de Rua foi lançado publicamente em 2005, na cidade de Belo Horizonte, durante o 4º Festival do Lixo e Cidadania, em que o apoio do Movimento dos Catadores de Materiais foi fundamental para a consolidação e reconhecimento do MNPR.

Pizzato (2012), fazendo referência a Gohn, salienta o surgimento de um movimento inédito entre as classes populares, o dos moradores em situação de rua.

Seus atores são uma categoria social que antes era vista de forma individual, através da filantropia, como mendigos, e que agora assume caráter coletivo, pois são famílias inteiras que passaram a morar debaixo de pontes, viadutos e outros espaços públicos, devido ao empobrecimento, desemprego e à falta de uma opção barata para a locação. (GOHN, 1997, apud PIZZATO, 2012, p. 75)

Homens e mulheres formam o MNPR, tendo como objetivo principal, uma sociedade mais justa, com direitos e dignidade para todos, através de políticas públicas que priorizem as particularidades desses sujeitos e possibilitem uma vida digna para as pessoas que se encontram vivendo em extrema pobreza nas ruas. Para esse fim, elegeram os seguintes princípios balizadores: apoio mútuo interno, solidariedade com causas sociais, não violência, ação direta, democracia, igualdade e controle social.

O MNPR busca mostrar à sociedade as condições de risco e extrema vulnerabilidade social às quais está exposta a *população em situação de rua*, e avançar na luta por direitos, para alcançar os objetivos citados. Atualmente, mantém coordenações regionais nas cidades de Cuiabá, Brasília, Curitiba, Manaus, Natal, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Fortaleza,

Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, realizam encontros, fóruns de discussões, manifestações em Dias de Luta e participam do Conselho Nacional de Assistência Social e Monitoramento.

Em relação aos poderes públicos, a partir de 2004 – o atendimento das demandas desse segmento que antes era viabilizado de forma residual e precária por ações implementadas nos três níveis de governo – passou a fazer parte da agenda social do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

A pesquisa documental para análise do Movimento da População em Situação de Rua no Brasil indica os progressos desse movimento social, próximo de completar uma década, pois desenvolveu várias ações em prol da luta pela defesa dos direitos das pessoas que vivem na rua. Assim, organizou encontros, seminários e congressos, visando à mobilização desse público e ao fortalecimento do Movimento em torno da defesa dos seus direitos; realizou a primeira pesquisa nacional sobre esse segmento social viabilizando o conhecimento do quantitativo e características desse grupo, subsidiando, assim, a formulação de políticas sociais; participação nas instâncias institucionais, a exemplo do CNAS, GTI, que são fundamentais para que os direitos dessa parcela da população sejam reconhecidos, garantidos e efetivados com seu protagonismo, sendo porta-voz de suas reivindicações; constituição do Fórum Provisório da População em Situação de Rua, com o objetivo de fomentar o debate sobre essa problemática, nas principais capitais brasileiras; presença nas maiores cidades do país através da instalação de coordenações regionais; promulgação de normas que visam assegurar o acesso desse segmento social aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

3.2 Movimento População de Rua em Salvador

O processo de organização do Movimento de População de Rua, em Salvador, se iniciou com um grupo de pessoas em situação de rua, incentivados pela Pastoral da Rua de Minas Gerais e da Rede Rua de São Paulo a participarem de eventos em todo país, voltados para a discussão dessa problemática. A partir dessa experiência, as lideranças começaram a mobilização desse segmento na cidade, primeiramente pelos indivíduos que dormiam no bairro do Comércio, e logo depois expandiram as ações para outras áreas. Como destacou, em sua entrevista, *Irene, 46 anos, uma das lideranças do Movimento,

passamos um ano, toda segunda-feira a gente tava na rua no Comércio. No começo na “praça da mão”, na frente do SAC, depois no Aquidabã, na Piedade, a gente sentava e conversava com o pessoal. A gente levava uma garrafa com dois litros de refrigerante sentava e começava a discutir política com eles.¹

Em 21 de março de 2010, foi lançado o Movimento de População de Rua em Salvador, com a presença do Coordenador nacional e a participação 150 pessoas que vivenciavam a situação de rua. Inicialmente, as reuniões foram realizadas em diversos locais, como a Comunidade da Trindade, a Ação Social Arquidiocesana (ASA) e a Igreja Batista do García e essa variedade de locais provocava o esvaziamento dos encontros.

Em junho desse mesmo ano, em resposta à solicitação das lideranças do MPRS para a disponibilização de um espaço fixo nas dependências da Igreja, o Convento de São Francisco cedeu o antigo refeitório dos pobres, conhecido como “Chico”, que estava desativado, para instalação da sede do Movimento. Segundo a entrevistada “como a gente não tinha idéia de onde seria a próxima reunião, a gente tinha um esvaziamento muito grande, (...) as nossas reuniões eram com 10 a 15 pessoas, hoje, as nossas reuniões são com 130 pessoas”. O depoimento revela a dificuldade para mobilizar e organizar o Movimento, confirmando aspecto também identificado por Pinto (2007) que, em sua pesquisa afirma:

este movimento não é linear, não é completo, nem pleno. Possui falhas e obstáculos, como todo processo. Mas seu valor está em ser desempenhado por moradores de rua. (PINTO, 2007, p. 14).

Na atualidade, o MPRS conta com a colaboração de diversas instituições, como: as Voluntárias Sociais, o Projeto Ideal e o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, Defensoria Pública, Ponto de Cidadania, Projeto Corra para o Abraço que disponibilizam diversos recursos, inclusive, profissionais, como a secretária e o técnico de serviço social que trabalham na sede do Movimento.

Em sua declaração, Irene destacou que o mais importante é discutir sobre a população em situação de rua, fora do âmbito do assistencialismo, mas sim de políticas públicas. O Movimento está sendo muito solicitado para discutir quem é a população de rua e como se encontra hoje.

* Nome fictício, visando o sigilo da entrevistada.

¹“Praça da Mão”, como é chamada pelas pessoas em situação de rua a Praça Marechal Deodoro da Fonseca no bairro do Comércio, antigo centro financeiro de Salvador. Desde o ano 2000 o local é adornado por um monumento em forma de duas mãos entrelaçadas com mapas da América do Sul e Central em uma mão, em baixo relevo, e da Península Ibérica, em outra mão, do artista Kennedy Salles em homenagem a Associação Ibero Americana de Câmaras de Comércio - AICO. (Esculturas Urbanas, 18.06.2010).

Quanto às conquistas do Movimento em Salvador, a entrevistada ressaltou o lançamento do Projeto Bahia Acolhe, pelo Governo do Estado, como um grande avanço que potencializou o trabalho do MPRS e ampliou seu campo de ação para outros municípios, como Feira de Santana, Vitória da Conquista e Jequié, onde o projeto também foi implantado.

No que se refere aos desafios, o Movimento planeja ações voltadas para combater o estigma e o preconceito que ainda são muito fortes na sociedade, através de campanha informativa veiculada pela mídia escrita e falada em todo Estado, trabalhar a violência policial e fazer com que as Secretarias exerçam a intersetorialidade. De acordo com a liderança,

As Secretarias não sabem e não conseguem trabalhar de uma forma intersetorial, ainda é muito na sua panelinha, isso gera um desgaste enorme pro Movimento (...). Eu acho que o grande entrave é justamente isso, tirar as políticas do papel e fazer com que as secretarias possam começar a trabalhar de uma forma intersetorial, aí o Movimento vai poder fazer aquilo para que ele veio.

O Movimento promoveu avanços na capital baiana, podemos destacar a organização de eventos, entre eles a realização do 1º Congresso das *peessoas em situação de rua*, ocasião importante para a visibilidade e o fortalecimento desse segmento social; parcerias com instituições públicas e privadas visando à capacitação, moradia, posto de trabalho para atender às demandas desse grupo populacional; lançamento do Projeto Bahia Acolhe e do Caderno de Orientação para a implantação e funcionamento do Centro POP, iniciativas relevantes para ampliar e organizar os serviços de atendimento; instituição das Políticas Estadual e Municipal para a População em Situação de Rua que visam assegurar os direitos sociais desse público; criação da Fundação RUAATUA com o objetivo de consolidar o Movimento.

É importante destacar que o Movimento Nacional de População de Rua conseguiu importantes conquistas, que possibilitaram a saída dessa população da situação de absoluta invisibilidade, pois não eram percebidos pelos poderes públicos e nem por significativa parcela da sociedade. A partir da organização desse segmento social surgiram as primeiras normas com o objetivo de atender suas demandas, mas essas conquistas ainda são bastante insuficientes, promove um mínimo de assistência, como pernoite, alimentação, higiene pessoal, além de encaminhamentos para serviços de saúde, aquisição de documento e assistência social, não garantindo medidas que, de fato, viabilizem a inclusão social dos moradores em situação de rua.

Em relação à política de assistência direcionada aos pobres Simmel (1907) resalta

que o fim da assistência é mitigar certas manifestações extremas de diferenciação social, a fim de que a estrutura possa continuar a se fundar

sobre essa diferenciação... Mas, uma vez que o objetivo é o todo social (os círculos políticos, familiares ou sociologicamente determinados), não a qualquer razão para ajudar ao pobre senão a manutenção do *status quo* social. (SIMMEL, 1907, apud IVO, 2008, p. 174)

Na atual configuração da proteção e da Política de Assistência Social no Brasil é possível afirmar que a reparação das injustiças sociais só ocorrerá a partir da efetivação de políticas públicas que possibilitem o acesso a trabalho e renda, habitação, saúde, educação, segurança, lazer, a reinserção social plena.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade vivencia a situação de rua desde a época das cidades pré-industriais, era representada pela figura do mendigo que recebia os cuidados da família, vizinhança e comunidade, o que Castel (2009, p. 47) denominou de “proteção próxima”. Com o surgimento da industrialização capitalista houve mudanças na organização do trabalho, o que intensificou a migração da população rural para as grandes cidades. A economia urbana, no entanto, não foi capaz de absorver esse grande número de trabalhadores, formando o chamado “exército industrial de reserva”.

O agravamento da crise econômica nos anos 90, quando o governo de FHC implantou de fato as orientações do neoliberalismo no Brasil, o país passou por transformações na organização do aparato produtivo e do trabalho, além da restrição do orçamento das políticas públicas, piorando as condições sociais e acarretando o aumento do desemprego, influenciando no crescimento do número de pessoas que passaram a fazer das ruas seu local de moradia e sustento. Somaram-se, então, aos “mendigos tradicionais”, os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho.

Com as mudanças na proteção social do país, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a contar com um sistema universal de seguridade social formado pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, conquistas teóricas, que não se efetivaram plenamente na prática, deixando à margem uma grande parcela da população brasileira, parcela essa representada também pelas pessoas que vivem nas ruas.

No Brasil, o MDS (BRASIL, 2009) estima que 50.000 mil pessoas vivam nas ruas. Na Bahia, apesar da ausência de informações sobre o quantitativo desse segmento social no Estado, podemos citar as informações das pesquisas realizadas em Salvador. Em 2002, foram localizados oitocentas e dezoito moradores em situação de rua. Já em 2009, esse quantitativo

se expandiu para duas mil e setenta e seis pessoas. No mesmo ano, o censo nacional identificou na capital baiana três mil duzentos e oitenta e nove sujeitos nessa condição. Diante dos dados, envolvendo quase uma década, verificamos o acelerado crescimento desse contingente populacional no município soteropolitano.

O Governo Federal implementou algumas ações com o objetivo de atender às demandas apresentadas por esse grupo populacional, mas ainda é incipiente para tornar as políticas públicas alcançáveis para esse segmento. Considerando as informações colhidas no 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2009), atualmente

a grande maioria desta população não é atingida pela cobertura dos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais”. (BRASIL, 2009, p. 97).

Contudo, esse segmento social começa a se organizar no Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) que, atualmente, se faz presente nas principais cidades do país. O ápice desse processo de organização foi a mobilização em torno da criação MNPR, durante um protesto contra o ataque que vitimizou quinze moradores em situação de rua, nos dias 19 e 22 de agosto de 2004, enquanto dormiam na Praça da Sé, centro de São Paulo.

A pressão do MNPR levou os governos Federais, Estaduais e Municipais estabelecerem normativas objetivando a assistência para esse grupo social, sendo que entre os princípios estabelecidos destacamos a intersetorialidade que Monnerat e Souza evidenciam que “surge como uma estratégia alternativa de gestão social, muito embora sua implementação exija a superação de enormes desafios”.

O Marco Legal constituído, não consolidou o atendimento qualificado para essa parcela da população, o panorama apresentado revela uma rede socioassistencial incipiente. Em Salvador verificamos que os equipamentos sociais de atendimento desse público-alvo estão voltados basicamente para atender necessidades imediatas: pernoite, alimentação, banho e fornecimento de roupas, e às vezes objetos de higiene pessoal. O modelo de acolhimento é centrado no albergamento e as instituições não têm capacidade de atender o número de pessoas que fazem da rua seu habitat. Os serviços destinados a este público estão voltados basicamente para a sobrevivência, deixando em plano secundário medidas voltadas para a sua autonomia e reinserção social.

Com o atual cenário político, econômico e social mundial, assistimos a crise do estado de bem-estar social em países desenvolvidos. No Brasil o estado de bem-estar não se consolidou, mas o cenário não é diferente, o governo sinaliza com medidas que restringirá

cada vez a proteção social, uma grande parcela da população brasileira possivelmente continuará ou voltará à periferia das políticas sociais, incluído neste grupo os moradores em situação de rua.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais. **Diagnóstico sobre a População de Rua na Cidade do Salvador**. Salvador, 2002. 52 p. Pesquisa realizada em conjunto com a Secretaria de Trabalho e Ação Social e a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e histórias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução n.º 109, de 11 e nov. de 2009c. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p 1-2, nov. 2009. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas>. Acesso em 26 abr. 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar; pesquisa nacional sobre população em situação de rua**. Brasília; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; 2009. 240 p. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/2008>>. Acesso em: 25 set. 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei n. 8.748, de 7 de dezembro de 1993.
- BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- _____. **Globalização, metrópoles e crise social no Brasil**. EURE (Santiago. Impresa), Santiago de Chile, v. 32, n. 95, p. 5-20, 2006.
- CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DIEESE. **Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIESSE, 2012.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: Bursz, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 139-171.

ESPING-ANDERSON, Costa. **Fundamentos sociais de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel S. A, 2000.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2011.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume; Salvador.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. **Desigualdade e Democracia: o debate da teoria política**. Brasília: UNESP, 2016. p. 26-27.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 112, 2012. p. 729-753.

PINTO, Maira Meira. **Sou capaz: uma experiência de auto-organização de moradores de rua**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

PIZZATO, Rejane M. S. A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: DORNELLES, A; OBST, J; SILVA, M. (Org.). **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. 1. ed. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. p. 69-86.

POCHMANN, Marcio. **Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2003.

POUSA JUNIOR, Efren Fernandez. Moradores em situação de rua. Novas pesquisas censitárias e considerações. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 3017, 05 out. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/20145>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Relatório da pesquisa sobre a população de rua no município de Salvador - BA**/Prefeitura Municipal de Salvador. 1 ed. - Salvador: Programa Salvador Cidadania, 2009.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Ensaio sobre a pobreza**. Rio de Janeiro: Univercidade, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Os mais excluídos entre os excluídos. In: A população de rua: seminário sobre políticas públicas, 1998, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Fórum de População de Rua de Belo Horizonte, 1998. p. 129-149.

ZALUAR, Alba. Essas pessoas a quem chamamos população de rua. In: **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 151, p. 22.

MULHERES NEGRAS E OS ESPAÇOS VIRTUAIS: Uma análise comparativa da trajetória de *YouTubers*

Ana Júlia Sateles Vieira¹
Yasmin Sousa Carvalho²
Ana Carla Lima Portela³

RESUMO

Este artigo pesquisa a plataforma *YouTube*, com o recorte nas influenciadoras digitais negras e brancas, partindo da necessidade de reflexão e debate das trajetórias, a partir de relações sociais que transpassam as mídias digitais, a fim de entender a importância de representação nesses espaços para o progressivo fortalecimento da identidade negra. O trabalho utiliza como método a usabilidade da plataforma, suas técnicas, ferramentas e a análise das atividades dos usuários e como ela intercorre, entendendo o *YouTube* enquanto mídia digital e qual a sua disposição enquanto tal. O aporte teórico dialoga com L.S Espinosa e Leonardo Sousa como referências para o debate da tecnologia e redes digitais, além de C. Moore, N. S Souza, B. Hooks, L. Cardoso, K. Munanga, dentre outros que discutem a estruturação racista da sociedade, bem como sua relação com o sistema capitalista e a globalização. O trabalho busca a reflexão sobre a ingerência que as ferramentas *web* exercem atualmente e como estas podem propiciar que as criadoras dos canais sejam agentes da sua própria carreira, em conjunto com a organização da plataforma, a fim de destacar as diferentes trajetórias.

Palavras-chave: Racismo. Mulher. Estética negra. Juventude. Mídia digital.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade nos fez perceber o quão negra somos e o porquê nunca quisemos estar nesse local. A negação da negritude é parte da trajetória do negro na sociedade brasileira, visto que há uma carência de espaços de representação, o que faz da negação e do desejo de branqueamento componentes dessa condição ambígua:

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico (MUNANGA, 2004, p. 52).

¹ Discente do Curso de Ciências Sociais – Universidade Federal de Sergipe e Membro do grupo de Pesquisa Muanzi. E-mail: juliaanavieira1998@gmail.com

² Técnica em Informática – IFBA Campus Seabra. E-mail: carvalho.yasmin@outlook.com³

³ Professora efetiva do Instituto Federal da Bahia – Campus Seabra. Mestranda em Educação e Contemporaneidade - Universidade Estadual da Bahia e Pesquisadora no grupo de Pesquisa Muanzi. E-mail: anaportela@ifba.edu.br

O mito da democracia racial, base para a ideia de uma suposta unidade do povo brasileiro, não nos deixa perceber o racismo que rege as relações e impede que ocupemos locais de fala.

Ao longo do nosso crescimento pessoal e social fomos buscando respostas, éramos tratadas de maneira diferente dos colegas em escolas particulares majoritariamente constituída por brancos, onde nós éramos as únicas meninas negras na sala no ensino fundamental. Ao descobrir o movimento negro e passar por algumas experiências no movimento feminista e no ensino médio, descobrimos a importância de reconhecer como o preconceito se esconde e seus principais esconderijos. Nosso objeto de estudo nasce desta descoberta.

Quando se assume uma posição de consciência, percebe-se dores que não tinham nome, a exclusão enquanto grupo e não enquanto indivíduo. Há uma descoberta de que existem dores que são partilhadas. Falar sobre a comunidade negra, sobre representatividade é algo que sentimos necessidade, pois é reclamado por nossas experiências. A pesquisa se justifica pelas consequências que ausência de representatividade tem na vida das jovens negras.

As mulheres negras que buscam neste meio um reconhecimento e que procuram serem ouvidas por todos, tornam-se mais um eco nos milhares de visualizações que o *YouTube* recebe diariamente, sendo assim as discussões e os meios de combate aos preconceitos raciais devem ser abordados também nesta plataforma.

Nos últimos anos, a internet vem se tornando o mais poderoso meio de comunicação e interação social, deve-se analisar a repercussão deste meio como propagador da principal consequência do processo histórico do Brasil: o racismo. Nossa pesquisa revela que a rede pode combater o racismo, entretanto pode também ser propagadora do mito da democracia racial e esconder relações mediadas pelo ele também no ciberespaço.

2 METODOLOGIA

Nossa intencionalidade na informática é propor uma reflexão e disposição democrática, a fim de que a mídia digital assuma um papel social importante na contemporaneidade, proferindo muito sobre as relações humanas, tornando-se um objeto de análise importante. Adam Schaff (1995) expõe e nos faz refletir sobre o medo que todas essas transformações trazem por afetar as esferas da vida social.

Neste sentido, o objeto desta pesquisa, a comparação entre *YouTubers* negras e brancas, e o esforço metodológico que dela decorre para responder as questões formuladas, intencionam o uso dos conhecimentos na área de Informática para atender a demandas que ultrapassem às exigências do mercado, sem, entretanto, desconsiderá-lo. A pesquisa é fruto do desejo de ter a Informática como aliada para o entendimento de como o racismo opera em nossa sociedade, ou seja, na perspectiva de Schaff sem temê-la, mas crítica com o seu uso, a fim de impulsionar sua utilização para um mundo melhor.

Para atingir os objetivos propostos, fizemos uma análise comparativa de *YouTubers* negras e brancas, a partir de uma pesquisa qualitativa de *vlogueiras* sendo cinco brancas e cinco negras, expondo como o *YouTube* calcula a atividade dos usuários na rede. Adjunto a isso, a importância da usabilidade do *YouTube* para a interação dos usuários com os canais, como esses algoritmos de programação da colheita dessas atividades dos usuários foram importantes para isso, determinando como grupos acabam tendo mais popularidade do que outros e como essas informações inferem em debates mais amplos que transpassa a rede.

As ferramentas utilizadas são as mesmas utilizadas pela plataforma para usabilidade dos usuários na mídia, o cálculo da monetização, apesar do código que determina este cálculo ser secreto, há uma estimativa de que quanto maior a interação com o canal, maior será o valor recebido pelo usuário do canal monetizado, essa interação é permitida pelas seguintes ferramentas: Curtir/não curtir; Comentários; Visualizações; Inscritos; Tópicos.

A partir desses objetos, aliado ao tempo de canal, analisamos dez *YouTubers*, dentro de categorias relacionadas, onde se sabe, a partir na análise e uso da mídia digital e o centro de criação de *YouTube*, que para o sucesso ser alcançado alguns pontos fortes devem ser valorizados, por isso, a visibilidade a partir da atividade de seus usuários na plataforma, junto às ferramentas supracitadas e referências de J.R. Espinosa que destaca o *marketing* para uma melhor interação e resultado eficiente no trabalho exercido na plataforma é que a notoriedade é alcançada pelas criadoras dos canais. “*Cada um desses participantes chega ao YouTube com seus propósitos e objetivos e o modelam coletivamente como um sistema cultural dinâmico: o YouTube é um site de cultura participativa.*” (BURGESS; GREEN, 2009)

Quanto à abordagem, é uma pesquisa com base em conhecimentos onde pretendemos promover a ligação entre dados quantitativos e análise qualitativa, para promover uma interpretação da realidade e a partir leituras e embasamentos teóricos, entendermos a complexidade do nosso objeto e do que os dados revelam sobre o racismo na sociedade brasileira, especialmente para as jovens negras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O racismo vem da fenotipização de uma raça/etnia que transpassa séculos, expressado de forma consciente e inconsciente, enquanto o preconceito surge como forma de expressão do racismo, uma forma de fortalecê-lo, estabelecendo em simples relações. Esta noção de diferenciação humana, a qual é tão grande que quebra a barreira sexista para permanecer neste sistema de hierarquização de raças - estruturas sociais que garante a ascensão dos brancos - se faz assim porque se beneficia das expressões de preconceito para sustentar uma comodidade garantida por meio de uma gestão racializada da sociedade. *“Como formas de consciência historicamente construídas e determinadas, atemporais e englobantes, o racismo e sexismo perpassam todas as culturas e todas as civilizações.”* (MOORE, p.210, 2004).

A estruturação que vem de formas complexas, ressignificando-se de acordo com as demandas e relações sociais nos últimos tempos, ampliando seu alcance e impactos. O Youtube, como uma plataforma de compartilhamento de vídeos pode ser capaz de transformar pessoas em transformadores de opiniões. *“Mas, afinal, o que são estas mídias sociais? A palavra “social” associada à “mídia” relaciona-se às plataformas que colocam o usuário no centro. Mídias sociais podem ser vistas como facilitadores das nossas interações humanas já existentes – são meios que promovem a conectividade como um valor social”* (VAN DIJCK apud ESPINOSA, p. 15, 2016).

O site, desenvolvido em 2005, permite o carregamento de arquivos de vídeos, inicialmente sendo uma plataforma solo, mas em 2006 foi comprada pela empresa *Google*, devido ao desenvolvimento e reconhecimento rápido na internet da plataforma de *streams*. Assim usuários que possuíam uma conta do *Google*, podem agora acessar livremente o *Youtube*, sendo é permitido deixar sua opinião sobre os vídeos, compartilhá-los e colocar seus próprios vídeos. É um processo de entrosamento com outros usuários, que é dado com a publicação de comentários em murais e aqueles que desejam acompanhar determinado canal, pode se inscrever e acompanhar todas as atualizações em um mural individual.

Cada rede social *online* tem um aspecto principal de serviço, de função. O *YouTube* permite que o usuário da plataforma compartilhe em outras redes sociais, dando acesso a informações sobre os criadores de canais, promovendo a interação de pessoas de todo o mundo, acessando conteúdos produzidos por *vlogueiros* de vários países já que a plataforma recebe mais de um bilhão de acessos mensalmente e ainda quatrocentas horas de vídeos por minuto, de acordo com o centro de criação do *YouTube*, que reflete em conteúdos para todo e qualquer grupo, alcançando a quase todos os tipos de público.

No que se refere a geração de renda para os *YouTubers*, temos a monetização, que é um processo de geração de receita para o canal, onde cada visualização dos vídeos publicados é gerado determinada quantia em dinheiro, os anúncios expostos nas páginas também são uma maneira de ganhar dinheiro através do site, esse processo é gerenciado pela Google AdSenses, é uma alternativa para aqueles que desejam investir na carreira.

Com todos esses elementos inseridos e justificados para a criação e sucesso de um canal, selecionamos dez *YouTubers* negras e brancas para uma tabela com temas similares, organizadas por tempo de canal e obtemos os seguintes dados:

Visualizações nos últimos 30 dias	Criação	Uploads	Inscritos	YouTubers
NEGRAS				
2.724.771	26/03/2009	490	1.171.719	RayzaNicácio (Rayza)
166.253	08/10/2009	434	111.873	MaraisaFidéliz (BlzInterior)
16.880	05/07/2012	132	15.619	Ana Paula Xongani
1.921.518	04/11/2014	179	496.661	Ana Lídia Lopes (Apenas, Ana)
317.712	22/07/2015	95	180.076	Nátaly Neri (Afros e Afins)
BRANCAS				
2.158.032	13/06/2011	109	1.662.180	Maju Trindade
3.963.810	08/08/2011	475	3.898.167	Bianca Andrade (Boca Rosa)
445.161	02/09/2012	59	224.233	Mariana Sampaio
2.537.235	12/05/2014	279	1.117.077	Júlia Tolezano (JoutJout, Prazer)
2.601.804	20/082015	43	323.448	Tatá Estanieck

Fonte: Adaptado do site *SocialBlade*. Disponível em <<http://socialblade.com/youtube>>. Acesso em 12 abr. 2017.

Difícilmente mulheres negras, alcançam uma grande quantidade de acessos e ainda não recebem o título de maiores *YouTubers* brasileiras, por mais tempo de trabalho que ela

exerça na plataforma, como as *youtubers* Rayza Nicácio, com 1.171.719 e Bianca Andrade, com 3.898.167, a primeira teve seu canal criado em Março de 2009 e a segunda em Agosto de 2011 e ainda sim quem detém mais atividade de usuários e uma maior visibilidade é a criadora do canal Boca Rosa.

Quando indivíduos e coletividades, povos e nações, compreendendo nacionalidades, são levados a dar-se conta de que se definem, também ou mesmo principalmente, pela etnia, a metamorfose da etnia em raça, a transfiguração da marca ou traço fenotípico em estigma. (IANNI, 2004, p.22,grifos do autor apud. MOORE, 2007 p.214)

Dentro da mídia digital, mulheres brancas seguem ‘naturalmente’, com seus canais discutindo os mais diversos assuntos. Discute-se então o branqueamento e branquitude como sendo uma estruturação social, política e econômica do privilégio do ser branco. O branco desconsidera os privilégios que o racismo lhe confere, atribuindo as ações individuais sua trajetória de sucesso, a despeito do fracasso histórico da condição do ser negro, que é subalternizado e inferiorizado economicamente, culturalmente, afetivamente: *O racista se beneficia do racismo em todos os sentidos: econômica, política militar, social e psicologicamente. Não somente ele se sente superior, mas vive uma vida efetivamente superior à vida daqueles que ele oprime*” (MOORE, 2007, p. 212).

Na tentativa de se encaixar ao processo tecnológico e inserção nos meios virtuais, as *YouTubers* negras parecem aprender como necessário mudar aquilo que “esteja” fora do padrão, as estratégias de *marketing* as levam a uma alternativa que pode vir a conduzir a negação do ser negro. “O racismo se insere ainda no século XXI como excludente. Ele apenas se modifica na sua aplicação, mas a estrutura sistemática é a mesma”(MOORE, 2004).

Com todas as dificuldades e poucos acessos que encontram atualmente dentro da plataforma, elas procuram novas formas de abordagem e inovação em seus canais, recriar-se em sua potencialidade. Jovens negras, que tem seus canais no *YouTube*, diariamente, procuram recriar-se no discurso e abordagem, em uma mídia que possibilita a elas se tornarem grandes influentes, pautas diversas conectadas a identidade negra e a importância de se falar sobre isso. Paralelo a “oportunidade” fornecida nessa plataforma, que é uma ferramenta de trabalho, está engendrado, em sua atuação, um bloqueio nas relações entre os usuários da plataforma e os canais, que é na verdade uma transfiguração que tange a realidade para a *web*. As relações e negação de interação para com pessoas negras existe fora da rede e dentro dela.

Comentários racistas e de cunho preconceituoso são filtrados e retirados pela mídia digital que, recentemente, vem apoiando o trabalho dessas jovens *YouTubers* numa expectativa de aumentar o debate e promover eventos sobre a questão racial. Neusa Sousa

Santos, discute em *Tornar-se Negro* a descoberta de ser negro para um sujeito onde a vida toda o espelho não é o aliado em suas afetividades e relações sociais. Descobrir-se negro, então, dentro do *YouTube* é também uma estratégia de sobrevivência e articulação no meio digital, onde a estética negra torna-se uma ferramenta de trabalho e inovação no meio tecnológico.

Nilma Nilo Gomes (2002) trabalha como o cabelo e cor da pele são significativos no Brasil, onde o cabelo crespo significa não só um processo de inferiorização por parte do outro, como de valorização, recriação e reafirmação do ser negro, as *YouTubers* recriam-se interior e exteriormente ao inovar em conteúdos dos vídeos ligados a cabelo e maquiagens para pele negra, como Rayza Nicácio no vídeo “Desabafo: Cabelo ruim, boca grande e orelha estranha” (janeiro de 2016), onde, o emocional é perceptível no vídeo. Rayza Nicácio é hoje uma grande referência da discussão sobre cabelo na plataforma digital e fora dela, apesar de seu canal não ter enfoque no debate racial.

No meio entre as *YouTubers* o processo de transição do cabelo é abordado para convencer o público, uma ferramenta importante de empoderamento não só das espectadoras como das próprias protagonistas.

É importante então pensar em como esses canais, que através de vídeos vem se destacando nas mídias, traçam suas estratégias e pensam em sua estética, de forma que o caminho para o reconhecimento na plataforma precise ser pensado a partir das próprias dificuldades enquanto ser social, ser negro e mulher são fatores que em conjunto tornam a trajetória dessas *YouTubers* mais difíceis, e os mecanismos concedidos a elas são insatisfatórios para garantir o sucesso em suas carreiras, muitas delas buscam no *YouTube* oportunidades de mostrar o que fazem na vida real, afinal os meios de comunicação acabam por aproximar o virtual ao mundo palpável.

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelidas a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUZA, 1983, p. 18)

Ainda, numa transfiguração do que pode ser o debate racial no *YouTube*, Nátaly Neri em abril de 2017 discute- no seu canal Afros e Afins - a importância de ser *YouTuber* negro no Brasil e como cada *vlogueiro* negro se remonta e se insere no debate, indiretamente, sem necessariamente precisar estar o tempo todo discutindo racismo.

3.1 ATIVIDADE DOS USUÁRIOS E ARTICULAÇÃO DO CÓDIGO

A frequência de postagem de vídeos deve ser considerada tanto quanto o tempo de duração dos mesmos, visto que geralmente os canais postam vídeos em uma média de um a três vídeos por semanas, de acordo com o centro de criação do *YouTube*, vídeos que tem a média de 5 a 10 minutos ganham mais atenção por não cansarem os assinantes com vídeos longos e nem deixarem a desejar com tempo curto.

Os donos das plataformas e desenvolvedores de aplicativos estão produzindo agentes e forças sociais; eles podem exercer poder econômico e político para mudar ou sustentar as hierarquias existentes, e desenvolver as tecnologias necessárias para isso. (ESPINOSA,2016, p. 16)

Metadados são pontos de referências criados para poder-se analisar além do que os dados puramente expostos significam, seria o aprofundamento da informação para que haja uma melhor organização dos dados. No *YouTube* os metadados são estruturados, já que estão no sistema de classificação no sistema de gerenciamento de banco de dados e são importantes para o armazenamento e recuperação dos dados da plataforma, onde todas as informações publicadas na mídia são catalogadas.

Temos no *ranking* (ANEXO A. Figuras I) com os 100 maiores *YouTubers* brasileiros nos últimos tempos, informados no *SocialBlade*, um site sócio da plataforma que trabalha informando o crescimento dos canais. Dos cem canais, incluem canais de grupos, como Parafernália, e canais pessoais, como Whindersson Nunes. As atividades dos usuários, ou seja, o quanto eles passam divulgando o canal, comentando vídeos e interagindo com o criador do canal é que vai influenciar na posição e sucesso dos mesmos e a partir disso que será possível fazermos a análise das diferentes trajetórias das *YouTubers* e como isso acontece na plataforma.

Destes 100 canais listados, selecionando os canais de *YouTubers* solo, há apenas dois negros, e nenhum é de alguma mulher negra, por mais conteúdos variados e existentes que pessoas negras produzam no Brasil. Mulheres negras que tem seus canais há mais de oito anos, *YouTubers* negras que investem em equipamentos, abordagem, edição e temas de vídeos, ainda sim, não estão posicionadas no ranking.

A globalização teria tido como efeito, particularmente, o fato de espalhar, de maneira sistematizada, o ódio racial. A crescente e entusiasta participação das elites nacionais desses países no espetáculo mundial de homogeneização em aras do lucro desenfreado(MOORE, 2007, p.219)

Dentro da noção tecnológica, a mesma se vê coordenada pela gestão racializada, onde as relações humanas irão se alongar sendo expostas nos resultados das visualizações, inscritos, curtidas e popularidade de cada canal. No caso das *YouTubers* torna-se mais compreensível a popularização dos canais onde mulheres brancas são as protagonistas, onde as abordagens e conteúdos são mais tênues e amenos, enquanto algumas mulheres negras se veem condicionadas a falar sobre conflitos e procuram ainda sim abordar esses conteúdos de forma dinâmica.

As *YouTubers* escolhidas para análise na tabela foram estrategicamente pensadas na questão trazida por Nátaly Neri em seus vídeos, sobre a importância de perceber que pessoas negras dialogam de formas diferentes e suas abordagens não são a mesma, a fim de então não justificar o não sucesso desses *YouTubers* pela padronização do assunto “racismo”. Nátaly e Júlia Tolezano, por exemplo, negra e branca, respectivamente, abordam assuntos engajados e preocupados ao debate de gênero, mas quem possui resultados maiores dentro da plataforma é a carioca do canal Jout Jout Prazer.

O *YouTube* nos últimos anos em expectativa a esses debates, começou a promover eventos e projetos para exaltar a ocupação e cultura negra brasileira em sua rede, como o evento em Londres em 2016 chamado *YouTube Summit For Social Change*, onde inaugurou uma nova fase da plataforma para o combate de discursos de ódio e incentivar a produção de conteúdos engajados, promoveu no mesmo ano o *#YouTubeNegro*, um projeto que consistiu em incentivar o debate racial durante todo o mês de novembro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados que foram coletados, análises que foram feitas nos canais e na plataforma, de um modo geral, e do aporte teórico, no que tange a autonomia e inovação dos meios tecnológicos, concluímos que as mídias digitais, são um reflexo das relações que acontecem fora dela. Ou, ainda, um desdobramento dessas relações.

O engendramento da sociedade racista ainda perdura influenciando também as atividades nos canais, por isso é importante que essa plataforma continue apoiando *YouTubers* e ainda valorizando cada um dentro da sua noção de trabalho e abordagem individual. Também com a percepção de que as tecnologias atuais se moldam e acabam por refletir consequências de uma relação histórica anterior a todas as novidades de uma rede de compartilhamentos, que acabam por se tornarem globais. Este trabalho suscita indagações,

que nos fazem pensar e repensar o quão determinante o racismo é na vida desses indivíduos, tornando os objetos influenciados pela história e agentes da sua própria.

Revela ainda, os privilégios possuídos, de um grupo dentro plataforma, sobre outro, transparecido nos números posts no trabalho. Um trabalho como esse é chave para que os próprios criadores dos canais transponham sua zona de conforto, propiciando entre si debates como esses, a fim de que, nomes de mulheres negras apareçam em *rankings*, constituindo o reconhecimento e valorização do trabalho dessas pessoas. É importante repensar a organização de plataformas digitais para além dos algoritmos.

E para a juventude que integra esta plataforma e que é um dos maiores quantitativos entre estes influenciadores, é preciso pensar suas posições e contribuições com as novas tecnologias, trazer importantes debates e uma autocrítica vital para a construção de suas respectivas comunidades sociais, sendo elas no mundo virtual ou palpável. Essa visibilidade das *YouTubers* negras resultam, para a *web*, positivamente, pois a plataforma digital só tem a crescer, tanto no acesso dos jovens seguidores, que irão se sentir refletidos ao assistirem esses canais, quanto na amplitude que a mesma irá receber por apoiar debates como esse. Com o aumento de acesso desses usuários e atividade dos mesmos, conseqüentemente a mídia digital terá um retorno lucrativo, além de tornarem os donos de canais empreendedores e transformadores da sua trajetória com a conjuntura do *YouTube*.

Para, além disso, serão transformadores de uma dinâmica no crescimento das mídias digitais, incitando a cada desenvolvedor o que deve ser feito para sua dinâmica de trabalho e criação. Assim os usuários que utilizam da plataforma, seja para criar conteúdo ou ser um mero espectador, possam entrar em debates como este. Pois se as pessoas estão se inserindo cada vez mais no meio digital, é necessário então pensar neste meio e a inserção de lógicas pessoais no mesmo, para que não seja mais um ambiente favorável para atitudes de ódio aos grupos sociais minoritários, e por mais utópico que seja a ideia de combate deste tipo de intolerância em algo tão abrangente, são debates assim que permitem que os sujeitos se tornem agentes e modificadores da própria história.

*O pensamento é a força criadora, o amanhã é ilusório, porque ainda não existe. O hoje é real, é a realidade que você pode interferir, as oportunidades de mudança, tá no presente. Não espere o futuro mudar sua vida, porque o futuro será a consequência do presente.*⁴

⁴Trecho da música: A Vida é Desafio de Racionais Mc's

REFERÊNCIAS

BENEVENUTO, F. A.; Jussara M. ; Altigran S. S. **Explorando Redes Sociais Online: Da Coleta e Análise de Grandes Bases de Dados às Aplicações**, 2011.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, vol. 8 n.1, 2010.

ESPINOSA, Juliana Ribeiro. **YoutubersTeens: A Influência dos Vlogs As Novas Gerações**. UFRJ – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

HOOKS, Bell. Alisando Nossos Cabelos. **Revista Gazeta de Cuba: Unión de escritores y Artista de Cuba**, 2005.

LOPES, Joyce Souza. **Lugar de Branca/o e A/O “Branca/o Fora do Lugar”**: Representações sobre a branquitude e suas possibilidades de antirracismo entre negra/os e branca/os do/no Movimento Negro em Salvador-BA. Universidade Federal de Pelotas – Instituto de Ciências Humanas, 2016.

MOORE, Carlos. **O Racismo Através da História: Da Antiguidade à Modernidade**. 2007.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil: Entrevista a Kabengele Munanga. **Estudos Avançados**, vol.18, n. 50, 2004.

ROCK, Edi. A Vida É Um Desafio. In: Mc's, Racionais. **Nada como um Dia Após o Outro**. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. CD, faixa 10.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. Tradução Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Brasiliense, 1995.

SILVA, Ana Célia da. **Branqueamento e Branquitude** : Conceitos básicos na formação para a alteridade. SciELO Books. 2007.

SILVA, Leonardo Soares. **Youtube Brasil como Ferramenta de Participação Cidadã**. Universidade de Málaga. 2016.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Editora Graal, 1983.

RODRIGUES, H.W. GRUBBA, L.S. Informática, direitos humanos e sociedade: um caminho para a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 104, 2012.

ANEXOS A - CAPTURA DE TELA

Figura I. Ranking dos YouTubers com mais inscritos do Brasil (posição 1-21)

Sort by SB Score		Sort by Most Subscribed		Sort by Most Viewed	
RANK	SB SCORE	USER	*SUBSCRIBERS*	VIDEO VIEWS	
1	266	A whinderssonnunes	18.660,471	1,371,166,486	
2	764	A Porta dos Fundos	13.112,357	3,107,228,753	
3	8	A++ Canal KondZilla	12.327,685	5,505,371,742	
4	2,735	B+ CanalCanalha	12.250,915	777,689,720	
5	172	A rezendeevil	11.206,179	3,877,976,574	
6	3,441	B+ Sincominutos	10,325,294	827,289,444	
7	277	A Felipe Neto	9,867,011	955,776,629	
8	195	A AuthenticGames	9,175,476	3,703,514,465	
9	1,160	A- Parafernália	8,992,423	1,538,358,969	
10	751	A Galo Frito	8,988,526	1,244,924,623	
11	3,007	B+ Canal Nostalgia	8,912,221	702,792,604	
12	3,797	B+ EU FICO LOKO	7,975,347	590,166,111	
13	1,626	A- Manual do Mundo	7,771,507	1,343,276,210	
14	546	A TazerCraft	7,508,711	2,661,332,947	
15	14,953	B Você Sabia?	7,229,097	625,451,279	
16	86	A Galinha Pintadinha	6,650,782	5,220,080,539	
17	247	A AM3NIC	6,525,378	1,746,367,320	
18	1,418	A- Coisa de Nerd	6,475,580	1,466,490,798	
19	1,581	A- Everson Zoio	6,332,828	365,765,605	
20	7,352	B+ VenomExtreme	5,979,461	968,255,896	
21	1,649	A- Dani Russo Tv	5,950,637	241,856,497	

Fonte: SocialBlade. Disponível em <<https://socialblade.com/youtube/top/country/br/mostsubscribed>>. Acesso em: 12 abr. 2017.



NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E GÊNERO: ENTRE VIOLÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS.

Mariana Risério Chaves de Menezes¹
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti²

RESUMO

As novas tecnologias de comunicação e informação levantam debates sobre o seu alcance, bem como sobre as novas subjetividades que são engendradas em seu seio. Identidades, representações, hábitos, estereótipos e padrões circulam e ganham dimensões atuais e adequadas, ao passo que novas formas de relacionamento emergem pautadas em trocas imagéticas. Da veiculação de imagens pessoais e íntimas, desnuda-se a permanência da objetificação e sexualização do corpo feminino, fetichizado na sociedade espetacularizada. Por entre violências e enfrentamentos, os movimentos feministas em rede (ciberfeministas) se propagam, fazendo uso das características do meio, diversidade de usuárias (os), simultaneidade e transcendência de tempo e espaço.

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação resignificam as formas com que as pessoas se veem no mundo. A internet, meio mais significativo no âmbito de tais tecnologias, age na configuração de novas subjetividades identitárias, porquanto relativiza a concretude do indivíduo representado em rede, podendo este se complexificar em múltiplos perfis. Desta forma, as pessoas conjecturam e dispõem na rede uma face de si que se quer divulgada, apta a interagir.

A exposição da imagem na cibercultura, explicitada na circulação de fotografias pessoais demonstra uma cultura jovem de expressão interativa, linguagens que se sobressaem no mundo virtual, diretamente relacionadas ao sentido mais atraído por este espaço, a visão.

Momentos, hábitos e personas são expostos e criados, num ambiente paralelo que se aproxima da sociedade do espetáculo porquanto tudo que se é valorizado deve ser

¹ Discente do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador. Bolsista Fapesb 2014-2017. Realizou mobilidade estudantil na Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, Porto – Portugal, 2015. Email: mariana.riserio@hotmail.com

² Pós-doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca e doutora em Humanidades pela Universidade de Leon (Espanha). Docente investigadora do programa de doutorado e mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Brasil. Integrante do NEDH/UCSAL e do Instituto Jurídico Portucalense. Email: vanessa.cavalcanti@uol.com.br

amplamente mostrado, da mesma forma que só aquilo que ganha espaço na mídia deve ser apreciado.

Neste contexto, surge uma forma de se relacionar entre os jovens, funcionando na troca de mensagens íntimas (nudez ou sexual) por meio de comunicadores instantâneos. Além das controvérsias deste fato por si, sendo uma delas a não mensuração do participante sobre a dificuldade (ou impossibilidade) de se apagar um conteúdo lançado na internet, o fenômeno demonstrou reminiscências patriarcais na sociedade, ao passo que imagens de mulheres passaram a ser muito mais divulgadas e acompanhadas de conteúdo pejorativo sobre as mesmas.

Porquanto imagens masculinas possuem uma circulação ínfima, aplicativos de celular são bombardeados diariamente com conteúdo sexual/de nudez feminino e, neste âmbito, se configurou o fenômeno denominado como “pornô de vingança”, referindo-se à exposição de imagens femininas, por homens com as quais elas se relacionaram, como vingança face ao término do relacionamento.

Este quadro determina a dominação masculina ainda presente, que se desenrola por formas explícitas às mais sutis; Em violência simbólica (BOURDIEU, 2014), física, psicológica e violências sobrepostas (CAVALCANTI, 2015).

Entretanto, outro lado das novas tecnologias deve ser exposto e ressaltado, que consiste no seu uso para fins de mobilização social positiva, transcendendo barreiras de território e temporais.

2 DESENVOLVIMENTO

Através da abordagem qualitativa, com ênfase na análise de discurso (GILL, 2015) e fazendo uso da netnografia (KOZINETTS, 2014), se debruça sobre a cultura da exposição exacerbada das imagens pessoais no meio virtual, sendo esta relacionada à espetacularização da vida (DEBORD, 1997). Conforme o entendimento de Kozinets:

A netnografia é pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas, para agora também incluir a netnografia (KOZINETTS, 2014, pp. 61-62).

Toma como lócus de análise a cibercultura, entendida como a cultura engendrada no ciberespaço, fundada em uma nova forma de comunicação criada pela interconexão de computadores, conceito levantado por Pierre Lévy (2009). Onde são realizadas conglomerações múltiplas e positivas, mas também violações no campo dos Direitos Humanos.

Paula Sibilia, em “La intimidad como espectáculo” (2008), discorre sobre aspectos da cultura atual e sua representação na internet e como esta influencia dialeticamente aquela; A internet ressalta a possibilidade do usuário se tornar criador do mundo e de si, o que altera subjetividades.

Afirma que “nós” estamos revolucionando a sociedade da informação, ao passo que “nós” e não mais “eles” (os grandes meios de comunicação de massa tradicionais), através das produções autorais e amadoras lançadas na rede, modificamos as artes, a política, o comércio e as formas de se perceber o mundo (SIBILIA, 2008).

Ilustrando a dimensão que a vida do indivíduo comum tomou, Sibilia (2008) traz que a edição de 2006 da revista *Time*, trouxe como personalidade do ano “você”, ou, extensivamente, todos nós.

Portanto, para além da possibilidade da criação da internet propriamente dita, a exibição do eu na esfera virtual é tamanha e ramifica-se em diversas modalidades, da criação de avatares e identidades virtuais em jogos e simuladores ao alastramento de relatos autobiográficos em blogs e *websites*. Entretanto, pode isto representar um interesse genuíno e no sentido de desconstruir a idealização da vida das celebridades ou pessoas de relevo social, ou a banalização da esfera privada e enaltecimento da mediocridade (a virtualização aqui não é o foco, mas sobretudo a transmissão do real, do imediato, de corpos expostos em sua intimidade, revelando rupturas e relacionamentos).

Também é considerado por Sibilia (2008) que, num espaço de vasto oferecimento informacional, ideias criativas tornam-se mercadoria - em consonância com a ideologia capitalista vigente. Campanhas publicitárias também enaltecem os meios mercadológicos, como por exemplo as marcas que oferecem patrocínio aos *blogs* de grande repercussão social para que o(a) autor(a) as use e divulgue, de forma, muitas vezes, sutis e sedutoras. O que, paulatinamente, transforma o impulso criativo em cópias do mesmo.

Configura-se uma realidade audiovisual, multirreferencial, complexa e atrativa, onde o indivíduo comum dispõe do destaque principal, a sede de realidade antes depositadas na biografias e autobiografias de pessoas notáveis escolhidas, recai agora em relatos virtuais das

pessoas comuns (SIBILIA, 2008, p. 41), abrindo o âmbito privado de antes a uma, como define a autora, “extimidade”.

Já havia dito Guy Debord (1997), que a contemplação do que é midiaticamente divulgado substitui o real, numa lógica em que o vivido deve ser mostrado e só o que é exposto é digno de realidade, de ser vivido.

Em um contexto de hiper exposição da vida pessoal e repetição de estereótipo e discriminações sociais, toma forma na internet violências sobrepostas³ que têm como característica ferir a dignidade feminina, expondo intimidades e codificando as mulheres como um corpo espetacularizado, provocando consequências traumáticas. Ainda que fotos íntimas de homens possam vir a ser veiculadas, não engendram a cruel repercussão que ocorre com imagens femininas, o que desnuda a cultura patriarcal, de objetificação do corpo da mulher, alicerçada em uma cultura do espetáculo, a manutenção da violência de gênero e completa violação dos Direitos Humanos das mulheres, anteriormente desenvolvidos.

Conforme Heleiteth Saffioti (2004), a ordem patriarcal de gênero representa além de uma ideologia, uma estrutura de poder em detrimento das mulheres. Tal ordem é conduzida por preceitos que as depreciam e inferiorizam, as conduzem a um comportamento dócil, casto, cordato, sendo, o contraponto masculino e sua característica, a agressividade, a ideia de sobreposição e posse em relação ao corpo feminino que, quando não age conforme os seus desígnios pode sofrer violentas retaliações. Frise-se que “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido” (SAFFIOTI, 2004, p. 49). Evidencia-se que desde primórdios da história, há uma diferenciação de gênero com uma conseguinte opressão feminina, a sexualidade da mulher é subjugada e controlada, bem como o seu corpo, que é expressão desta sexualidade.

Portanto, sob um olhar mais acurado os corpos das mulheres permanecem, de forma majoritária, estigmatizado, sexualizado, objetificado e devotado ao prazer de outrem (MENEZES & CAVALCANTI, 2016).

Deste entendimento, surge a relação entre mulheres, territórios e corpos a serem consumidos, corpo fetichizado, objetificado e mercantilizado e vê-se na internet a construção (reprodução) deste mesmo cenário.

Ganha visibilidade, pois, o fenômeno do pornô de vingança, onde a exposição íntima na rede volta-se contra a figura feminina, dispondo-a de dignidade e autonomia. Seu corpo é

³ Cavalcanti & Gomes (2015).

atribuído ao parceiro com quem se relacionou, sendo um objeto de chantagem para este que, a ameaça de exposição, caso queira romper com o relacionamento, que deveria pressupor uma vontade mútua de estar junto. Face a esse fenômeno, também, existem projetos de lei em andamento, mas que encontram dificuldades tanto burocráticas quanto diante da própria complexidade da internet, sua auto regulação.

O contexto de surgimento da internet foi permeado por ideais libertários, estando no cerne da sua criação o vislumbre da divulgação do conhecimento e total liberdade de expressão. Esta arquitetura dificulta a regulação jurídica do meio, onde, apesar das investidas de vigilância dos Estados e da quebra de privacidade, fica distante do cidadão comum a proteção contra violações sofridas no meio.

Marcel Leonardi (2011) busca em seu trabalho uma regulação possível para a internet, analisando como se (re)configura a privacidade em espaço virtual.

Em lugar de celebrar nostalgicamente um passado mais simples, ou de reagir com perplexidade e estupefação ao desenvolvimento tecnológico, profetizando desastres, afigura-se muito mais importante encontrar maneiras de desenvolver e regular essas tecnologias, de modo que elas alcancem seus objetivos, mantenham sua utilidade e, simultaneamente, protejam a privacidade e outros direitos fundamentais (LEONARDI, 2011, p. 38).

Elucida que muitos autores do tema defendem não precisar da criação de uma tutela específica, vez que a internet não teria criado novos bens jurídicos. No entanto, defende que as consequências e a adequação da aplicação à realidade social engendrada pela internet não são mais as mesmas. “A Internet não exige apenas novas soluções jurídicas para os novos problemas; ela também afeta a *maneira* como os problemas e as soluções jurídicas devem ser analisados” (LEONARDI, 2011, p. 39).

Por fim, há que se dar valor ao enfrentamento propagado dentro do meio e que tem apresentado os mais significativos resultados, trata-se dos ciberfeminismos.

Os movimentos feministas, unidos ao aparato da internet, na diversidade de usuários, simultaneidades, largo alcance e atemporalidade desenham os ciberfeminismos, que propagam as condições femininas, relações profissionais entre mulheres e internet, seu acesso e, sobretudo, investidas ao enfrentamento à violência dentro do meio em que ela ocorre.

Interessa ao presente os contornos tomados pelo movimento Ciberfeminista, interessado nas questões da união entre cibernética e organismo (ciborgue), da biotecnologia, reprodução independente, inteligência artificial... bem como da publicização da voz feminina através das novas tecnologias de comunicação, utilização dos artifícios do meio, abordagem das relações

profissionais das mulheres e as tecnologias e a transposição do gênero fundada no anonimato proporcionado pela dinâmica do mundo virtual.

No trabalho “Ciberfeminismo: Novos discursos do feminismo em redes eletrônicas” (2009), Marina Gazire Lemos se debruça sobre a questão de como a utilização das novas tecnologias de comunicação, pelos movimentos sociais – com ênfase no feminista –, redimensiona a organização dos movimentos, abrindo novas construções do discurso e levando-os a um nível global e desterritorializado. Neste contexto, há uma multiplicidade de referências e identidades, condizente com a crise da identidade do sujeito moderno, centrado e positivista (HALL, 2001, apud LEMOS, 2009).

O ciberfeminismo remonta a um período anterior a *world wide web*, em redes eletrônicas e Intranets universitárias, por exemplo, da Austrália e da Alemanha (LEMOS, 2009), trazendo para a pauta a relação entre mulheres e profissões ligadas às novas tecnologias, a inserção das mulheres como usuárias do meio virtual, a circulação da palavra e a existência de uma rede de comunicação entre mulheres (MARTÍNEZ-COLLADO e NAVARRETE, 2007).

A configuração dos movimentos feministas relacionam-se à popularização dos meios de comunicação de massa, que criam subjetividades, elucidam representações, ao passo que alcunham lugares e papéis para as mulheres (LEMOS, 2009). Outrossim, estiveram relacionados, desde o seu firmamento, aos estudos culturais, que remontam aos anos 50s e que trouxeram questões relevantes sobre as identidades, o popular e a hegemonia e sobre ideologia (ESCOSTEGUY, 2010).

Tem na teórica Donna Haraway o seu grande referencial. A bióloga feminista questionou relações binárias dispondo da tecnologia como possível transcendência de tais relações. O seu Manifesto Ciborgue foi um marco para o questionamento sobre as relações entre mulheres e tecnologia. Neste caminho, os ciberfeminismos vêm dando respostas às violações, em páginas onde descrevem abusos e fontes de apoio (sendo psicológico, instruções jurídicas ou estabelecendo redes entre vítimas), incentivo ao uso das tecnologias por mulheres, bem como divulgando campanhas de prevenções e enfrentamentos⁴.

⁴ Vide a página de grande repercussão neste âmbito, “Think Olga”: www.thinkolga.com.

3 CONCLUSÃO

A internet redimensiona e ressignifica subjetividades, também dando amplidão a valores e condutas sociais, dentre as quais estereótipos e discriminações. O fato da divulgação de imagens femininas ganharem uma repercussão negativa imensurável, demonstra a reminiscência da cultura patriarcal, que subjuga as mulheres aos prazeres e desejos alheios, além de cravar nas vítimas máculas eternas, importa mencionar que algumas vítimas praticaram suicídio⁵.

Trata-se de um fenômeno recente que almeja consideração séria, acadêmica e comunitária, bem como da esfera jurídica. A sociedade, em especial a família, não se vê apta a suportar as vítimas, em parte pelo desconhecimento no que tange aos meandros da internet, mas, de forma significativa, por uma insuficiência do debate e prática acerca da educação sexual. Nesta carência de informações em ambiente seguro, a internet se configura um espaço aberto a erros e acertos, onde adolescentes apostam no escuro caminhos e escolhas concernentes a sua sexualidade.

Tal consideração elucida a necessidade de se pensar a internet como (possível) veículo educacional de informação, o que, apesar de demandar um filtro do usuário, se mostra promissor tendo-se em consideração o alcance do meio. Faz-se necessário, simultaneamente, que escolas e espaços educativos informais trabalhem com adolescentes o uso seguro e instrutivo do ciberespaço.

Neste contexto educacional, emergem os ciberfeminismos agindo de forma inteligente e eficaz no enfrentamento das violências virtuais. Desde campanhas educativas, prevenções e instruções para vítimas, expondo e propiciando redes de apoios, várias frentes vêm causando comoções sociais e levando ao concreto o que se configura no virtual. Campanhas virtuais têm modificado o comportamento social de mulheres, influenciando na auto estima, na coragem e no empoderamento.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

⁵ Matéria “Cyberbullying e casos de suicídio aumentam entre jovens”, 2014. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/cyberbullying-e-casos-de-suic%C3%ADdio-aumentam-entre-jovens>. Acesso em: 09/06/2017.

CAVALCANTI, V.R.S. & GOMES, G.E.B.C. Violência(s) portas adentro: categorias relacionais como gênero e famílias em foco interdisciplinar. In: BASTOS, A.C.; MOREIRA, L.V.; PETRINI, G. & ALCÂNTARA, M.A. (Orgs.). **Família no Brasil: Recurso para a pessoa e sociedade**. Curitiba: Juruá, 2015, pp.313-338.(B)

CAVALCANTI, V. R. S; MENEZES, M. R. C. Direitos e Tempos Virtuais: violências contra a mulher na cibercultura. **Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades** (Online), 2016.

COLLADO, Ana Martinez y e NAVARRETE, Ana. **Ciberfeminismo: também uma forma de ativismo**. 2007. Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=220&secao=desbunde>. Acesso em: 09/06/2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografia dos Estudos Culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica. Edição online, ampliada. 2010. Disponível em: <https://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/cartografias-dos-estudos-culturais-uma-versc3a3o-latino-americana.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2017.

GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.) **Pesquisa quantitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HARAWAY, Donna J. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia. Realizando pesquisa etnográfica on line**. Editoração eletrônica: Armazém Digital Editoração Eletrônica – Roberto Carlos Moreira Vieira. São Paulo. 2010. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=edi_AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=kozinets+netnografia+realizando+pesquisa&ots=2FLD_mimSg&sig=DvVu5PMWr_nzJNo71xSib3kJUdY#v=onepage&q&f=false . Acesso em: 09 jun.2017.

LEMONS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. São Paulo. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Mestrado em Comunicação e Semiótica, 2009.

LEONARDI, Marcel. **Tutela e Privacidade na Internet**. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: <http://leonardi.adv.br/wp-content/uploads/2012/01/mltpi.pdf>. Acesso em: 16 fev.2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo, SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SIBILIA, Paula. **La Intimidad como Espetáculo**. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A, 2008.

NOVO CONTEXTO EDUCACIONAL E FORMAÇÃO DOCENTE

*Juliana Vieira Barbosa da Conceição Teixeira¹
Tiago Pereira Muniz²*

RESUMO

Nos dias atuais, os professores se veem diante do que pode ser considerada, além de um grande desafio, uma oportunidade, utilizar as TDIC's (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) em sua práxis pedagógicas. E estes recursos estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e precisam ser vistos como ferramentas que auxiliam no processo de ensino aprendizagem. Considerando que a população está cada vez mais conectada, isto tem provocado mudanças marcantes e significativas, onde o compartilhamento de conhecimentos nas redes sociais (têm) se tornado um espaço de socialização e interação do conhecimento. Dentro destas mudanças ocorridas, é perceptível, também, uma mudança no fazer docente e nas ferramentas utilizadas em sala de aula, trazendo para essa rotina recursos que antes eram utilizados apenas no ensino online. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico, exploratório e explicativo onde foram coletados dados de fontes literárias e artigos científicos, além de periódicos trabalhados no transcórper da disciplina Formação docentes e docência online: subjetividades, interfaces e mediação, do curso de Mestrado da Universidade do Estado da Bahia sobre a temática abordada.

Palavras- chave: Nativos digitais. Sociedade tecnológica. Aprendizagem redes. TDIC's.

ABSTRACT

Nowadays, teachers are faced with what can be considered, besides a great challenge, an opportunity, to use the TDIC's (Digital Information and Communication Technologies) in their pedagogical praxis. And these resources are increasingly present in people's daily lives and need to be seen as tools that aid in the process of teaching learning. Considering that the population is increasingly connected, this has caused significant and significant changes, where information has acted passively, and sharing knowledge in social networks has become a space of socialization and interaction of knowledge. Within these changes, a change in teaching and in the tools used in class is also perceptible, bringing to these routine resources that were used only in online teaching. This is a bibliographic, exploratory and explanatory study where data from scientific sources and scientific articles were collected from the Scielo database, as well as periodicals that have been working on the course Teaching and online teaching: subjectivities, interfaces and mediation, from the Course at the University of the State of Bahia on the subject.

Key words: Digital natives. Technological society. Learning networks. TIDC's.

¹ Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. Bióloga Licenciada. Especialista em Gerenciamento de Recursos Hídricos pela UFBA e Especialista em Ecologia e Intervenções Ambientais pela UNIJORGE.

² Discente do Programa de Pós-Graduação [Mestrado] em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador. Especialista em Administração de Materiais e Logística pela Universidade do Estado da Bahia. Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia. Licenciado em Matemática. Professor da Universidade Católica do Salvador.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade cada vez mais tecnológica e a necessidade de incluir nos currículos escolares as habilidades e as competências para lidar com as novas tecnologias tem sido cada vez mais um desafio no fazer pedagógico, impulsionando diversas reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem. Nos dias atuais, os professores se veem diante do que pode ser considerada, além de um grande desafio, uma grande oportunidade, utilizar as das TDIC's (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação), como meio para construir e difundir conhecimentos, e ainda, concretizar a necessária mudança de paradigma educacional, centrando seus esforços com foco nos processos de criação, gestão e reorganização das situações de aprendizagem.

O novo fazer docente requer a utilização de recursos cada vez mais atrativos, e as TDIC's podem ser uma grande aliada, tendo como principal objetivo facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Segundo Järvelä (2006), as TIC's podem aumentar a autenticidade e o interesse; podem construir comunidades entre diferentes escolas, professores e grupos colaborativos; podem ajudar a compartilhar perspectivas entre os estudantes com conhecimentos diferentes; podem ainda, facilitar a utilização de modelos orientados de investigação e resolução de problemas com suporte a tecnologia para melhorar a aprender a aprender; e por fim, podem oferecer maneiras que possibilitam a interação em diferentes contextos de aprendizagem. As tecnologias sempre estiveram presentes na sociedade e, como tudo que é novo e/ou avançado, influenciam, de certa forma, na percepção e conceitualização do mundo.

Lévy (1999, p.172): Como manter as práticas pedagógicas atualizadas com esses novos processos de transição de conhecimento? Não se trata aqui de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e, sobretudo, os papéis de professor e aluno.

A consolidação de um novo paradigma na educação e a adoção de uma nova postura educacional implica na complexidade do meio social e exige um amplo domínio de conhecimentos e, conseqüentemente, uma apreensão de competências e habilidades.

Moacir Gadotti (2002, p.32), relata que:

[...] pelo avanço das novas linguagens as tecnologias precisam ser selecionadas, avaliadas, compiladas e processadas para se transformarem em conhecimento válido, relevante e necessário para o crescimento do homem como ser humano em um mundo sustentável e globalizado.

Infelizmente, esses avanços do uso das tecnologias em sala de aula, vêm sendo incorporados, de forma lenta, porém gradativa, na prática diária dos professores, ressaltando-se que não é apenas no fazer pedagógico mais também na estrutura física, comportamental e social.

A popularização da internet e os avanços tecnológicos têm-se tornado um grande aliado, cada vez mais comum nas instituições de ensino, e estes avanços transfiguram-se em um grande desafio para quem trabalha com educação, desafio este que precisa ser encarado como ferramenta, principalmente no fazer docente, que, por sua vez, precisa estar a eles conectado.

O saber docente requer a utilização de recursos que despertem cada vez mais o interesse do aluno pela aula, tendo como principal objetivo facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Nóvoa (1992) aponta que “a dinamização da investigação sobre a própria prática é um recurso de reflexão que oportuniza aos professores experiências de intervenção e transformação de suas ações em sala de aula”. As tecnologias sempre estiveram presentes na sociedade, e como tudo que é novo e/ou avançado, de certa forma influenciam na percepção e conceitualização do mundo.

Pierre Lévy (2000) enfatiza que “as tecnologias intelectuais são assim chamadas por não serem simples objetos utilizados nessa busca de compreensão da estrutura caótica social”. É sabido que todo processo ocorrido nas esferas da sociedade contemporânea reflete diretamente na escola, tornando imprescindível orientar o direcionamento para um novo perfil de professor para utilizar esses novos recursos como instrumentos pedagógicos e interativos a partir de sua inserção nos Projetos Políticos Pedagógicos da instituição, e logo nos seus planos de aula a fim de tornar-se um processo de desenvolvimento utilizando-os no seu desenvolvimento contínuo e na sua prática de sala de aula.

Este artigo foi realizado a partir de revisão bibliográfica e discussões propostas na disciplina Formação docente e docência online: subjetividades, interfaces e mediação, do curso de mestrado da Universidade do Estado da Bahia no Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGedu onde busca discutir o novo contexto educacional com ênfase na importância da utilização das TDIC’s não apenas no ensino online, como também no ensino presencial e na formação deste docente para que possa acompanhar as mudanças no sistema educacional.

2 O NOVO CONTEXTO EDUCACIONAL E SEUS DESAFIOS

Devemos considerar que a educação e o sistema educativo sempre passaram por diversas mudanças e adaptações, no entanto a partir do século XX os avanços tecnológicos oportunizaram a popularização no acesso à informação e trouxe como consequência a mudança na maneira como vivemos e, inevitavelmente, muda-se a maneira de como aprendemos, pois é uma sociedade que vive uma pós-modernidade com mudanças marcantes e significativas, por ser uma geração conectada e com acesso à informação nas mãos, que são compartilhados conhecimentos diariamente nas redes sociais. Conforme Alda (2012); “A nossa sociedade, atualmente, está em rede; e isso provocou mudanças marcantes. A aprendizagem não é mais individual, mas sim coletiva. O conhecimento é construído em grupo e incontestavelmente está mais acessível”.

Por muito tempo, o professor foi considerado o único participante ativo da sala de aula, era quem transmitia de forma unidirecional o conhecimento com autonomia baseando-se em um processo de ensino sem oportunizar grandes reflexões ou visão crítica dos conteúdos estudados.

Conforme Alda (2012, p. 2),

A educação tradicional era centrada no professor, fundamentalmente baseada em texto e excessivamente expositiva. Porém, a nova geração está acostumada a agir, em vez de passivamente assistir. Com a evolução das tecnologias e da sociedade, além das oportunidades de aprendizagem, os alunos também mudaram. Os alunos hoje são diferentes, e por isso, a era tecnológica necessita de um sistema educacional reformulado voltado para esses novos alunos, os ‘nativos digitais’.

Segundo publicado pelo jornal online G1, União Internacional das Telecomunicações (UIT), órgão da ONU, o Brasil é o país que possui a quarta maior população do mundo de “nativos digitais” e explanam que: “Enquanto não existe consenso na literatura do impacto exato que as tecnologias da informação e comunicação têm sobre os jovens, há consenso geral que as mídias digitais estão mudando o jeito como eles aprendem, brincam, socializam e participam da vida civil”.

Atualmente, a escola está constituída por indivíduos que têm comportamentos, atitudes e “falam” a linguagem baseados no mundo digital desde que nasceram. Para o educador e pesquisador Marc Prensky (2001), “esses jovens estão acostumados a obter informações de forma rápida e costumam recorrer primeiramente a fontes digitais e à Web antes de procurarem em livros ou na mídia impressa”.

Estes nativos digitais trouxeram para a escola um desafio que vai além da disponibilidade das ferramentas tecnológicas, o de introduzir adequadamente as TDIC's para facilitar o processo didático-pedagógico da escola, buscando aprendizagens significativas. Os estudantes dessa geração estão acostumados a obter informações de forma rápida e ao mesmo tempo interagir com diversas mídias em função de sua convivência diária com smartphone, tablete, computador, videogame, dominando a linguagem dos links e conexão à internet, praticamente desde que nasceram. Castells (2003) ressalta que as comunidades virtuais trabalham com base em duas características fundamentais comuns. A primeira é o valor da comunicação livre, horizontal. A segunda é a possibilidade dada a qualquer pessoa de encontrar sua própria destinação na rede, de modo que caso não encontre, “tenha a capacidade de criar e divulgar sua própria informação induzindo assim a formação de uma rede”.

No texto discutido “O cenário das redes sociais na contemporaneidade” trouxemos uma inquietação à “disputa desleal” entre conteúdo a ser ensinado na sala de aula e interação das redes sociais, uma vez que a tecnologia é vista como objeto de prazer e satisfação, partindo de que é função do professor cumprir com currículo dentro de um prazo. É necessário refletir sobre esta prática, pois não é apenas o cumprimento dos assuntos a serem estudados que devem ser consideradas, mas a significação na formação deste indivíduo e, ao contrário do que se pensa, as ferramentas tecnológicas são aliadas deste processo, e o que mais chama a atenção é o fato de que os nativos digitais compartilham, comentam, curtem e expressam os sentimentos através de recursos como “emotions” e esta é a nova forma de comunicar-se a qual proporciona uma relação significativa de aprendizagem. Na sociedade da informação a construção do conhecimento é diferente, já que o processamento das informações ocorre de forma hipertextual, contando histórias e revelando situações que se interconectam, são ampliadas e levam a novos significados relevantes, que são inesperadas ou que podem ser diluídas em ramificações de significados secundários. Assim, a construção é lógica e coerente e não segue uma trilha previsível e sequencial, mas pode se ramificar em diferentes trilhas possíveis (MORAN, 2000)

Considerando a inserção destas ferramentas no ambiente escolar, que não é o único desafio a ser encarada, a formação docente também deve ser destacada, pois o conhecimento e habilidade das tecnologias digitais pelo professorado interferem diretamente em sua prática e, conseqüentemente, na forma de o aluno conceber a aprendizagem. Ao refletir sobre as mudanças ocorridas na sociedade onde passa a ser chamada sociedade da informação, os processos de aquisição do conhecimento assumem um papel de destaque e exige um

profissional crítico, inovador, criativo, capaz de aprender a aprender, de pensar e agir, de trabalhar em grupo e de se conhecer como indivíduo.

Valente (1999 apud FARIA, 2004, p. 57) menciona que se trata de:

uma inovação pedagógica fundamentada no construtivismo sócio interacionista que, com os recursos da informática, levará o educador a ter muito mais oportunidade de compreender os processos mentais, os conceitos e as estratégias utilizadas pelo aluno e, com esse conhecimento, mediar e contribuir de maneira mais efetiva nesse processo de construção do conhecimento [...].

Assim, os processos tecnológicos exigem cada vez mais mudanças significativas no currículo escolar. Deve, portanto, ser considerados o contexto educacional, a subjetivação e as complexidades, ajudando a manter relações do sujeito em permanente mutação e a formação da educação a qual se consolida nos processos educativos em sala de aula. O fluxograma abaixo, representado na imagem 01, resume a discussão de classe realizada a partir da nossa compreensão acerca do currículo significativo na contemporaneidade.

Figura 1- Imagem ilustrativa criada a partir da discussão em sala. Texto: Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade.



Partindo do pressuposto de que os indivíduos que compõem a escola sejam protagonistas e sujeitos ativos, aptos a se apropriarem das tecnologias educacionais como mediadoras do seu próprio processo de aprendizagem, vale considerar que todo processo de mudança gera um impacto à medida que a sociedade se desenvolve e é capaz de transformar-se e adaptar-se através dos recursos tecnológicos, exigindo-se dos educadores uma nova postura frente à prática pedagógica. Conhecer as novas formas de aprender, ensinar, produzir, comunicar e reconstruir conhecimento é fundamental para a formação de cidadãos melhor qualificados para atuar e conviver na sociedade, conscientes de seus compromissos, expressando sua criatividade e transformando seu contexto.

Daí surgem alguns questionamentos como: Qual é o papel do professor na atualidade? Qual é o impacto do professor numa sociedade em rede, com tantas oportunidades de

aprendizagem? Se a atualidade impulsiona a uma nova forma de ensinar e de aprender significa dizer que cada vez mais o professor precisa estar conectado às diversidades tecnológicas compreendendo que ele é parte integrante neste processo? Como já mencionado neste artigo, todo processo de mudança na sociedade reflete diretamente na escola, impactando na prática diária do professor. Daí compreendemos que, atualmente, o papel docente exige o domínio de novas metodologias, técnicas e instrumentos, afinal uma sociedade em rede é uma sociedade conectada. Freire (1993) menciona que “O educador precisa estar à altura de seu tempo” e estar disposto a buscar sempre mais novos métodos, criar, inovar, pesquisar, e nunca ceder ao comodismo, é ser um educador crítico, reflexivo, que repensa a sua prática buscando favorecer cada vez mais o processo de ensino aprendizagem. Nóvoa (1992) afirma que Essa forma de docência promove novas perspectivas à emancipação profissional; a formação é um processo permanente que adquire consistência através da autonomia dos professores em sala de aula e do profissionalismo na integração das ideias entre os pares de escola.

Construir conhecimento sobre as novas tecnologias exige do educador o processo de formação continuada permitindo condições para o professor, entender por que e como integrar essas tecnologias na sua prática pedagógica e ser capaz de superar entraves administrativos e pedagógicos, possibilitando a transição de um sistema fragmentado de ensino para uma abordagem integradora voltada para a resolução de problemas específicos do interesse de cada aluno de forma a proporcionar condições para que o professor saiba recontextualizar e/ou ressignificar o aprendizado e as experiências vividas. Kenski (2007) afirma que a utilização das tecnologias na educação pode proporcionar a socialização da inovação, permitindo novas mediações entre o ensino do professor, o aprendizado dos alunos e os conteúdos abordados. Em uma das nossas discussões em aula no decorrer da disciplina sobre o texto ‘Professor e aluno: as redes sociais nas interfaces da sala de aula contemporânea’, foi revelado que existe um prazer e satisfação da tecnologia como objeto de aprendizagem, e que atualmente é impossível confrontar-se com aulas que se arrastem no um mar de monotonia.

Não é mais aceitável um professor acomodado, com aulas ultrapassadas que não atraem o jovem aluno já identificado com o uso das TDIC’s no mundo contemporâneo, conforme enfatiza Moran (2007). É o educador quem fará a mediação da relação do aluno com a informação a ser transformada em conhecimento, papel que consideramos de primordial importância ressaltar neste momento. Assim, as ferramentas tecnológicas devem ser vistas como grandes aliadas dos interesses didático-pedagógico, buscando sempre a referência do estudante, e a tecnologia como parte integrante, auxiliando nos intercâmbios de

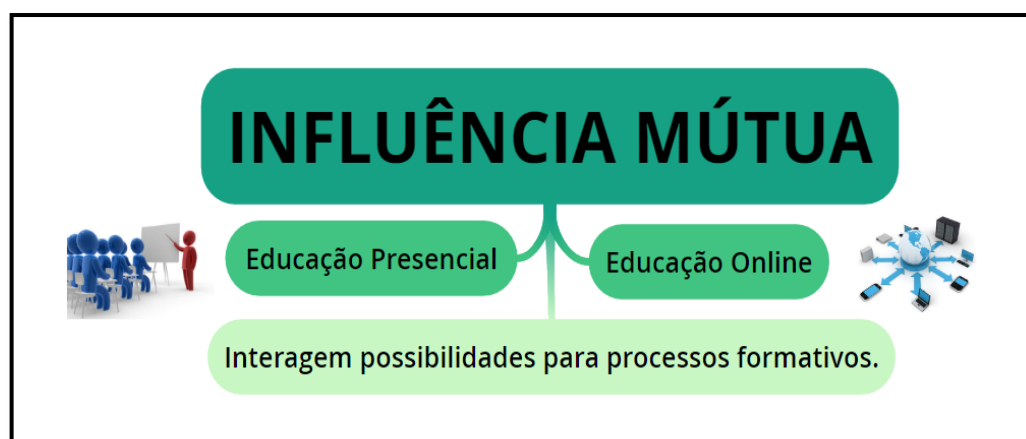
dados científicos e culturais de natureza diversa, tornando os ambientes de aprendizagem mais atrativos e dinâmicos, centrados na atividade dos alunos, na importância da interação social e no desenvolvimento de um espírito de colaboração e de autonomia. A educação precisa apontar possibilidades e realizar novos conhecimentos e práticas para encantar, entusiasmar, seduzir, surpreender, cativar e conquistar os estudantes a todo o momento, visto que o conhecimento se constrói a partir de constantes desafios, que excitam a curiosidade, imaginação e a criatividade.

Outro ponto discutido no decorrer da disciplina foi o uso dos recursos midiáticos dentro da sala de aula, onde foi enfatizado que a presença dessas linguagens impregnada em nossa sociedade favorece o olhar crítico e a reflexão comunicativa, facilitando a interdisciplinaridade na diversidade de conhecimentos que a escola oferece, tais como os contextos geográfico, histórico, linguístico, sociológico, científico, estatístico, etc. A forma multimídia de aprender e ensinar torna a aprendizagem menos rígida, permitindo conexões mais abertas, passando pelo sensorial, emocional e racional permitindo a criação de uma organização provisória, que se modifica com facilidade e que precisa de processamento múltiplo instantâneo e de respostas imediatas. Lévy (1993) salienta a importância da utilização da multimídia na educação. O autor reforça que todo conhecimento é mais facilmente apreendido e retido quando a pessoa se envolver mais ativamente no processo de aquisição de conhecimento. Portanto, graças à característica reticular e não-linear da multimídia interativa, a atitude exploratória é bastante favorecida. “É, portanto, um instrumento bem adaptado a uma pedagogia ativa” (LÉVY, 1993, p. 40). O que nos levou a refletir que este é um recurso usado no ensino online e que vem se tornando uma ferramenta indispensável no ensino presencial já que a construção do conhecimento é diferente, e o processamento das informações ocorre de forma hipertextual, contando histórias e revelando situações que se interconectam.

As experiências, dúvidas e as interações do conhecimento eram socializadas apenas em sala de aula, e a sociedade contemporânea proporcionou a conectividade para compartilhar o conhecimento em rede. Este contexto acaba por nos inserir em rede quebrando a forma linear de ensinar e aprender onde não cabe mais um currículo fragmentado, e sim um currículo movimentado e conectado, permitindo a troca de experiências. A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e formado. Nóvoa (1992).

A imagem 02 representa uma ilustração da educação presencial e educação online e a relação mútua do nosso conhecimento, fortalecendo a ideia da sua influência e possibilidades de interação dentro dos dois formatos.

Figura 2 - Ilustrativa criada a partir da discussão em sala. Texto: Docência e avaliação online: uma visão de suas especialidades e desafios



Sendo assim, destacamos que as ferramentas usadas no ensino online podem ser aproveitadas para o ensino presencial, podendo ser, cada vez mais, uma aliada na formação do intelecto, e os mesmos pressupostos são mesmos, onde visa aperfeiçoar e organizar a aprendizagem, e a educação tem o processo de formação no saber posicionar-se diante das teorias educacionais e na construção do sujeito, e assim fortalece a ideia de que não dá para separar a educação online de educação presencial.

Em discussão do texto ‘Docência e avaliação online: uma visão de suas especialidades e desafios’ de Lúcia Regina Goulart Vilarinho e Lina Cardoso Nunes, abordamos que a educação presencial se dá na relação professor-aluno e aluno-aluno, com o tempo e o espaço definidos fisicamente, e este formato tem se tornado cada vez mais digital, pois com o advento da popularização da internet passamos a utilizar outro espaço – “o virtual” na mediação da aprendizagem que demandam novos engajamentos na mediação da aprendizagem.

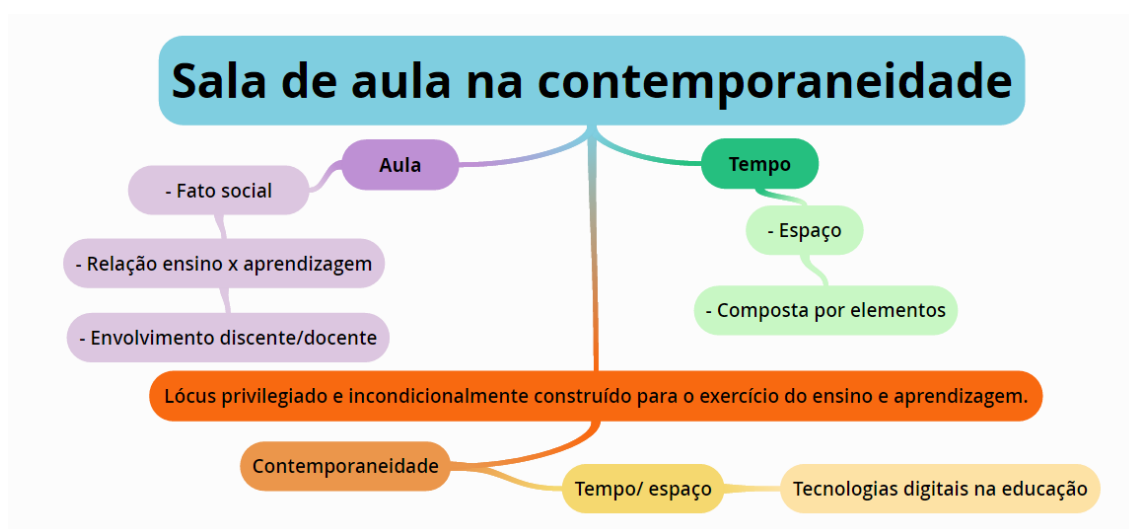
Falando de educação, seja ela presencial ou a distância, nos reportamos ao que disse Paulo Freire (FREIRE, 1983, p. 35):

Se a educação é dialógica, é óbvio que o papel do professor, em qualquer situação, é importante. Na medida em que ele dialoga com os educandos, deve chamar a atenção destes para um ou outro ponto menos claro, mais ingênuo, problematizando-os sempre. O papel do educador não é o de encher o educando com ‘conhecimento’, de ordem técnica ou não, mas sim, o de

proporcionar, através da relação dialógica educador-educando, a organização do pensamento correto de ambos.

Contudo, a sala de aula na contemporaneidade, ainda requer um planejamento onde valorize o espaço e o tempo para constituir a aprendizagem bem como a sua significação. A imagem 03 representa o mapa mental construído acerca de nosso entendimento de aula, de tempo e relevância das tecnologias neste processo.

Figura 3 - Mapa mental construído a partir da discussão em sala baseado no texto Sala de aula virtual: novos lugares e novas durações para ensinar e aprender.



Um exemplo a ser mencionado é o da nossa experiência de período acadêmico onde o material a ser usado era disponibilizado pelo professor em e o aluno procurava a copiadora para fazer uma cópia. Também usávamos o livro físico indicado e disponível em biblioteca, ou a disponibilidade deste material era encaminhada por e-mail, ou seja, já vivíamos a tecnologia, embora não fosse de forma não acessível a todos em suas residências, mas na universidade o ambiente tecnológico já era notável. Hoje com a visão não mais de aluno, e sim como docente o mundo acadêmico mudou completamente. O acesso, disponibilidade e interação dos assuntos a serem ensinados e aprendidos podem ser os mesmos, contudo o que muda é o modelo e a disponibilidade para o acesso da aprendizagem, e a plataforma do ensino online tem proporcionado esta mudança. Hoje, o docente disponibiliza o material de forma digital através de e-books, PDF e outros formatos de texto, a aula pode ser gravada e transmitida a qualquer momento, as discussões saem da estrutura física de quatro paredes e continua em uma sala de bate papo, chat ou num fórum de discussões, as imagens e os vídeos sugeridos ficam disponíveis através de links onde em um click o conhecimento é compartilhado e comentado, a biblioteca com os livros físicos ganham aliados tecnológicos

sem perder a sua característica. Tori (2010) dialoga com nosso pensamento afirmando que “Aos poucos, os recursos e as técnicas destinados inicialmente à educação eletrônica virtual foram sendo descobertos e aplicados pela educação convencional”. Assim, analisamos que os dois formatos de ensino são complementares e não opostos, e que isto aconteceu devido às experiências que são trazidas por professores que atuam no ensino online no intuito de melhorar o desempenho no ensino presencial preenchendo as lacunas um do outro.

Devemos destacar que o ensino online ainda é considerado como uns dos grandes dinamizadores das rupturas na área educacional, mas não se podem desconsiderar que o mundo tem como novos pilares os conceitos de tempo e de espaço, e que este paradigma se constitui em um novo sistema de referências, por meio da confluência em um conjunto de teorias, de ideias que explicam/orientam uma nova forma de viver, educar e de aprender sem dispensar o uso das tecnologias.

3 CONCLUSÃO

Através das discussões em sala e das análises coletadas neste estudo, conclui-se que não há como negar, a tecnologia faz parte do dia a dia da sociedade pós-moderna e isso impacta diretamente na relação professor e aluno e, conseqüentemente, no fazer pedagógico onde não cabe mais ao professor interagir conhecimentos em quatro paredes, e sim compartilhá-los através das redes virtuais de interações sociais.

Como educadores, não nos cabe mais o discurso de que as ferramentas tecnológicas e seus recursos devem ser apenas do ensino online. Hoje, sabemos que esta ferramenta, pode e deve também aproveitada para o ensino presencial, trazendo conseqüências positivas, tanto para a prática docente como para os processos de aprendizagem, ampliando as possibilidades de o professor ensinar e o aluno aprender. É importante evidenciar a necessidade da formação e aperfeiçoamento dos atores da educação para que a escola não perca seu sentido.

Considerando o novo perfil de aluno, os nativos digitais e os avanços tecnológicos, podemos elucidar que o ensino presencial e o ensino online são complementares, uma vez que as ferramentas e os seus recursos têm o mesmo fim, o conhecimento compartilhado, permitindo a interação do conteúdo ensinado e aprendido.

REFERÊNCIAS

ALDA, L. S. Novas tecnologias, novos alunos, novos professores? Refletindo sobre o papel do professor na contemporaneidade. In: XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM LETRAS: LÍNGUA E LITERATURA NA (PÓS-) MODERNIDADE, 12. 2012, Pelotas. **Anais do XII Seminário Internacional em Letras**. Pelotas, 2012. p. 1-6.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

FARIA, E. T. O professor e as novas tecnologias. In: ENRICONE, D. (Org.). **Ser Professor**. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.57-72.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Entrevista concedida à repórter Amália Rocha da TV Cultura**, em 1993, (gravada em vídeo).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, M. **A Boniteza de um Sonho**: aprender e ensinar com sentido. Abc educativo. Ano III, n. 17, 2002.

GOMES, H. S. **Brasil possui a 4ª maior população de ‘nativos digitais’ do mundo, diz ONU**. **G1 Online, Tecnologia e Games**. São Paulo, 08 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/10/brasil-possui-4-maior-populacao-de-nativos-digitais-do-mundo-diz-onu.html>. Acesso em: 09 fev. 2017.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**. Campinas: Papyrus, 2007.

JÄRVELÄ, S. Personalised learning? New insights into fostering learning capacity. In: ___. (Ed.). **Personalising education**. Paris: OECD/CERI, 2006.

LEVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade**. Disponível em <http://revpsico.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewArticle/139/173>. Acesso em: 09 fev. 2017.

MORAN, J.M. **A educação que desejamos**: Novos desafios e como chegar lá. São Paulo: Papyrus, 2007.

MORAN, J.M., MASETTO, M.T. e BEHRENS, M.A. (orgs.) **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NUNES, Lina Cardoso; VILARINHO, Lúcia Regina Goulart. Avaliação da aprendizagem no ensino online: em busca de novas práticas. In: SILVA, Marco; SANTOS, Edméa. (Org.). **Avaliação da aprendizagem em educação online**: fundamentos, interfaces e dispositivos, relatos de experiências. 1ed.São Paulo: Loyola, 2006, v. 1, p. 109-121.

PESCE, L. **Formação online de Educadores**: uma proposta dialógica. In: Salvador: Eduneb, 2012, Vol I, 218 p. 121-144.

PRENSKY, M.: **Digital Natives Digital Immigrants**. In: PRENSKY, Marc. On the Horizon. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October (2001a). Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em 09 fev. 2017.

TORI, R. Cursos híbridos ou blendedlearning. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Person Education do Brasil, 2009.



PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL: PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DA MATEMÁTICA¹

Ana Cristina Silva de Souza Baqueiro¹

RESUMO

Diante dos problemas socioambientais globais, é muito importante que as novas gerações possam ter, desde muito cedo, em seus currículos escolares a dimensão ambiental. A escola é o espaço que favorece o acontecimento desse processo. O objetivo deste artigo é identificar a percepção socioambiental dos alunos do 6º e 9º anos do ensino fundamental, de uma escola em Jauá, Camaçari-Ba, a fim de serem utilizados como forma de interação da Educação Ambiental e da Educação matemática. O levantamento de tais questões poderá proporcionar aos discentes uma maior sensibilização quanto à complexidade dos problemas socioambientais identificados.

Palavras-chave: Educação ambiental. Educação Matemática. Educação Crítica.

ABSTRACT

In the face of global socio-environmental problems, it is very important that the new generations can have the environmental dimension, very early in their school curricula. The school is the space that favors the event of this process. The objective of this article is to identify the socioenvironmental perception of 6th and 9th grade elementary school students from a school in Jauá, Camaçari-Ba, in order to be used as a form of interaction between Environmental Education and Mathematics Education. The survey of such questions may provide students with a greater awareness of the complexity of the socio-environmental problems identified.

Key-words: Environmental education. Mathematics Education. Critical Education.

1 INTRODUÇÃO

Desde muito cedo, nas escolas, “obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não a recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento”. (MORIN, 2001 p. 15). A busca por uma mudança no processo escolar faz-se urgente em nossos tempos.

¹ Graduada em Ciências Econômicas e Matemática, Esp. em Metodologia do Ensino Superior com ênfase em Novas Tecnologias (FBB) e em Ensino de Ciências e Matemática (UFRPE), Discente do Programa Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental (UCSAL). Professora da Rede estadual da Bahia e Prefeitura de Camaçari-Ba. E-mail: anacssouza@yahoo.com.br. Orientador: Prof. Dr. Moacir Santos Tinoco.

No ambiente escolar, o processo de ensino é fragmentado e isolado, imposto pelo modelo cartesiano, e parece ser desenvolvido com intuito de atender ao capitalismo, para a formação de mão de obra especializada tão útil e necessária ao processo de industrialização, sem observar as reflexões políticas, humanistas e morais. (SKOVSMOSE, 2013). Resultando na fragmentação de ideias; da compreensão da vida; do próprio ser; da cultura; das relações e inter-relações. Ir de encontro a esse processo requer mudança de paradigmas, como repensar a estrutura curricular, entre outras.

Paulo Freire (1996) salienta que o desenvolvimento do senso crítico contribuirá para uma prática mais significativa, entretanto foi o que menos se consolidou nos últimos anos em nosso ambiente escolar (DIAS, 2004).

Especializou-se tanto o conhecimento que retornar a compreensão do todo se torna uma tarefa difícil. A transversalidade, através de temas ambientais, dentre outros, surgem exatamente para facilitar tal processo.

A crise ambiental amplamente divulgada como global, não é uniforme quanto aos seus efeitos nocivos, seus impactos não são democráticos. O fortalecimento das comunidades afetadas por tais questões por meio de movimentos sociais tem representado um grande diferencial para amenizar o problema. A educação crítica voltada para a divulgação e/ou conhecimento desses fatos no ambiente escolar, desde muito cedo, fortalecerá ainda mais o desenvolvimento de mecanismos úteis para o equilíbrio ambiental.

O conhecimento de situações do mundo real principalmente em relação à educação ambiental para o ensino de Matemática entra em consonância com que nos ensina Freire (1996 p. 12), quando afirma ser preciso insistir “que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou a sua construção”. Para D’Ambrósio (1998), o importante é contemplar o nosso aluno com problemas expressivos da realidade ao invés de situações artificiais e repetitivas.

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo identificar a percepção socioambiental dos alunos do 6º e 9º anos do ensino fundamental, de uma escola em Jauá, Camaçari-Ba, a fim de serem utilizados como forma de interação entre Educação Ambiental e Educação matemática.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O desenvolvimento deste trabalho deu-se a partir de uma pesquisa quanti-qualitativa e exploratória. Para Minayo (2000, p. 22): “Os conjuntos de dados quantitativos e qualitativos

não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage, dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

A aplicação do questionário piloto ocorreu em maio de 2017, após submissão e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UCSAL), para alunos do sexto e nono ano do ensino fundamental no Colégio Municipal Centro Educacional Tancredo Neves (CETN) em Jauá, localizado em Camaçari, região metropolitana de Salvador-Ba. O questionário segundo Marconi & Lakatos (2004, p. 100) é “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”.

O questionário foi subdividido em três blocos a seguir: Bloco I – Perfil Socioeconômico; Bloco II – Concepção de Matemática e Bloco III – Concepções e Atitudes Ambientais.

As respostas do questionário foram tabuladas por ano escolar, utilizando-se a planilha eletrônica Excel®, que também auxiliou como ferramenta na produção de tabelas e gráficos.

3 RESULTADOS/ DISCUSSÃO

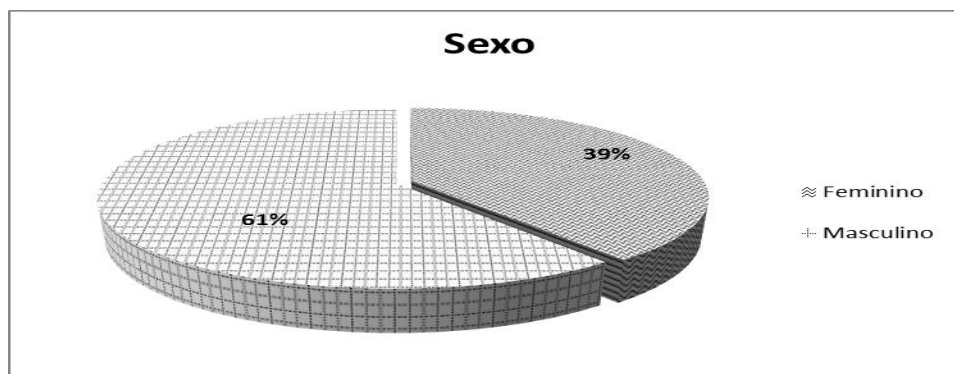
Bloco I – Perfil Socioeconômico

Dentre o total de alunos consultados 61% são do sexo masculino e 39% do sexo feminino. O mesmo não ocorreu com o percentual encontrado no censo IBGE 2010 quando o município de Camaçari apresentava percentual de 50% para os sexos da mesma faixa etária.

Quadro 1 – Sexo dos Alunos Consultados

Sexo	6º Ano		9º Ano		Total	
	F.A.	F.R. (%)	F.A.	F.R. (%)	F.A.	F.R. (%)
Feminino	11	37	13	42	24	39
Masculino	19	63	18	58	37	61
Total	30	100	31	100	61	100

Fonte: CETN, 2017.

Gráfico 1 – Porcentagem Alunos Consultados

Fonte: CETN, 2017.

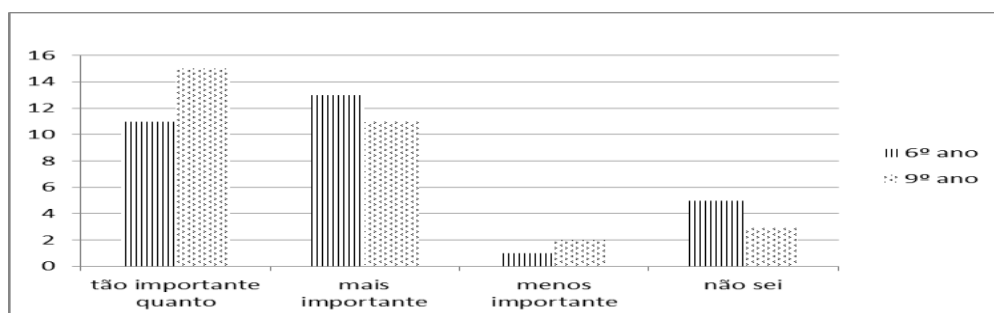
O público de interesse é composto por uma faixa etária homogênea (10-12 anos) para o 6º ano ($N = 4$; $\bar{x} = 1,3333$; $s = \pm 0,4794$) e faixa etária homogênea (14-16 anos) para o 9º ano ($N = 4$; $\bar{x} = 2,8387$; $s = \pm 0,6375$).

A maioria dos alunos do 6º ano e também os do 9º ano moram na comunidade desde que nasceram ($N = 4$; $\bar{x} = 3,1639$; $s = \pm 1,0982$). O deslocamento de casa para escola ocorre na maioria dos casos a pé tanto para os do 6º ano quanto os do 9º ano ($N = 4$; $\bar{x} = 3,6333$; $s = \pm 0,9736$).

Podemos observar que no caminhar da humanidade à família apresenta-se como um importante alicerce para a formação futura do indivíduo, contribuindo para sua socialização. (ARANHA, 1996). De modo geral a composição familiar, dos alunos pesquisados, é representada pela presença do pai e da mãe, sendo os mesmos responsáveis pela manutenção da casa ($N = 4$; $\bar{x} = 1,7049$; $s = \pm 1,0221$).

Bloco II – Concepção de Matemática

Tantos os alunos do 6º ano quanto os do 9º ano dizem apresentar uma ótima relação com a disciplina Matemática ($N = 4$; $\bar{x} = 2,1311$; $s = \pm 0,7632$). Entretanto, para os alunos do 6º ano a Matemática é vista como a disciplina mais importante da grade curricular ($N = 4$; $\bar{x} = 2$; $s = \pm 1,0504$), já para os alunos do 9º ano a matéria é considerada tão importante quanto às outras disciplinas ($N = 4$; $\bar{x} = 1,7742$; $s = \pm 0,9560$). A visão apresentada pela nono ano revela um amadurecimento quanto à importância da disciplina, uma vez que a matemática concorre para a exclusão e a reprodução das desigualdades sociais no ambiente escolar. (ROCHA, 2001).

Gráfico 2 – Visão da Matemática em relação às outras disciplinas

Fonte: CETN, 2017.

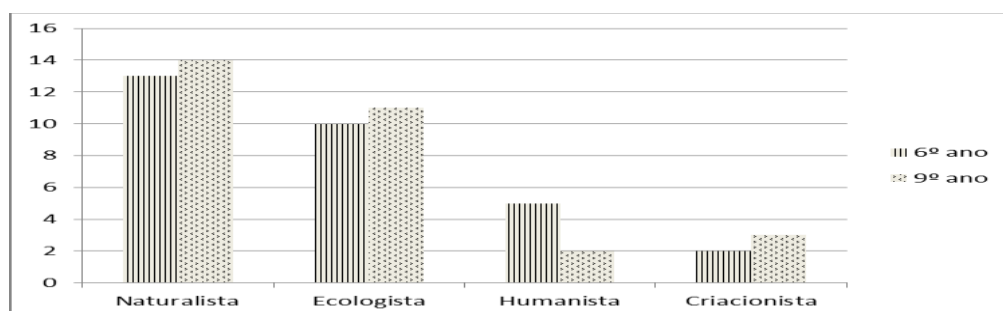
Ambos afirmam que conseguem relacionar a matemática aprendida na escola ao seu dia a dia ($N = 4$; $\bar{x} = 1,2295$; $s = \pm 0,6162$) e ainda acham ótima a proposta de abordar problemas ambientais na disciplina de matemática ($N = 4$; $\bar{x} = 2$; $s = \pm 0,7527$).

De acordo com os alunos pesquisados, é possível notar que o processo de aprendizagem da matemática aos poucos começa a ter um novo direcionamento, em outros tempos, teríamos uma desvalorização da disciplina, ocasionando uma dificuldade extra para o ensino da mesma.

É importante que os alunos aprendam desde cedo sobre o papel da matemática na sociedade com o propósito do exercício de cidadania, apoiando-se em reflexões de questões socioambientais.

Bloco III – Concepções e Atitudes Ambientais

De acordo com os dados obtidos os estudantes do 6º e 9º anos conseguem obter uma visão naturalista quando afirmam que meio ambiente é o mesmo que natureza, incluindo os seres vivos e os recursos (ar, água, solo e alimentos) ($N = 4$; $\bar{x} = 1,8333$; $s = \pm 0,9418$). Acreditam também que a responsabilidade de cuidar do meio ambiente é de todos ($N = 4$; $\bar{x} = 1,0164$; $s = \pm 0,1280$).

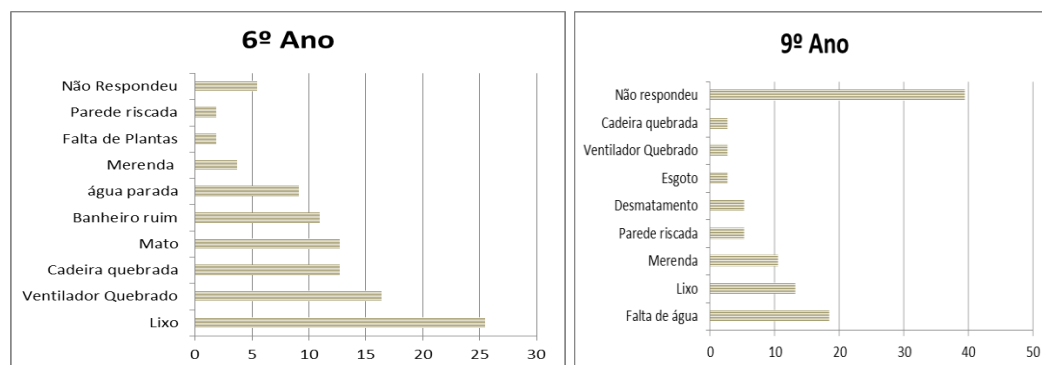
Gráfico 3 – Concepção de Meio Ambiente

Fonte: CETN, 2017.

Quanto à aprendizagem sobre meio ambiente deixam claro que está deve ocorrer a partir da idade pré-escolar ($N = 4$; $\bar{x} = 1,6557$; $s = \pm 0,8343$).

Nas respostas sobre problemas ambientais na Escola prevaleceu à ação antrópica sobre o meio ambiente. Os itens que receberam maior indicação foram: cadeira quebrada, ventilador quebrado, lixo, entre outros.

Gráfico 4 – Percepção dos Alunos de Problemas Ambientais na Escola

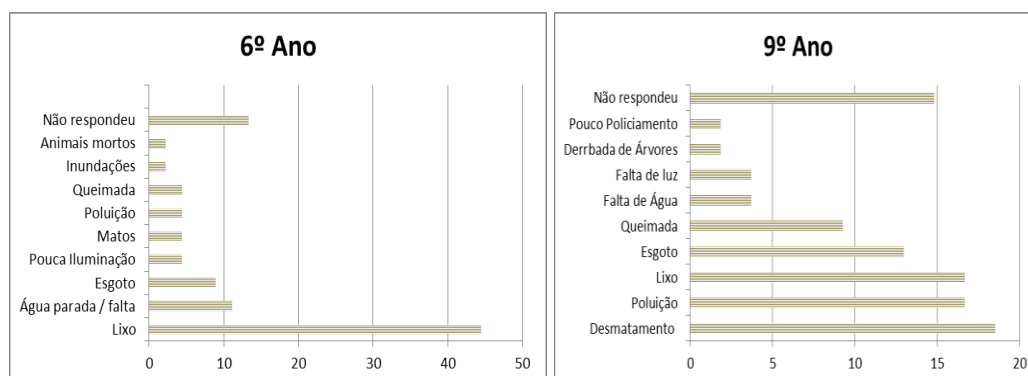


Fonte: CETN, 2017.

Fonte: CETN, 2017.

Nos problemas ambientais relacionados à Comunidade prevaleceu uma concepção naturalista de meio ambiente. Com destaque para problemas como: lixo, esgoto, poluição, desmatamento, entre outros. Não foram relatados problemas ligados à sociedade e ao meio ambiente.

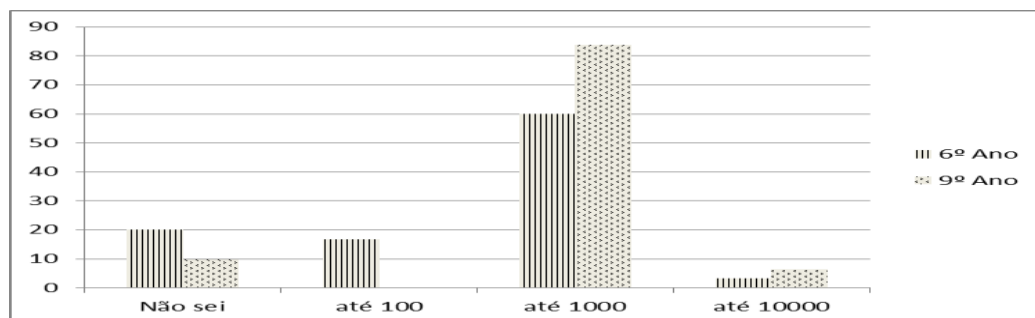
Gráfico 5 – Percepção dos Alunos de Problemas Ambientais na Comunidade



Fonte: CETN, 2017.

Fonte: CETN, 2017.

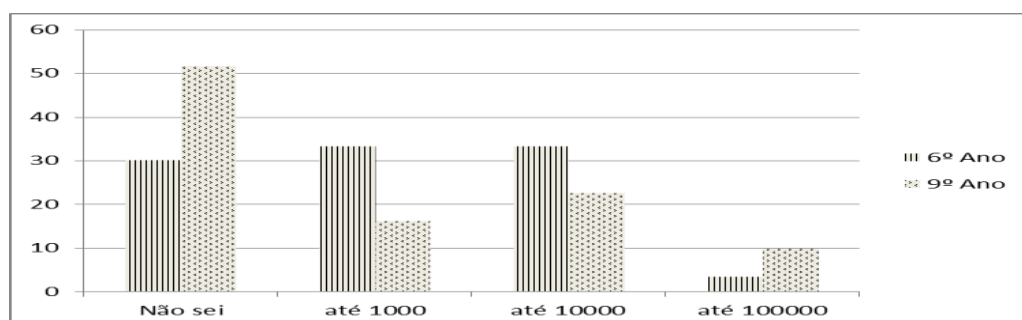
Na questão que aborda a quantidade de alunos no colégio neste ano, pode-se observar que em média 72% dos entrevistados estimaram aproximadamente 1000 alunos, muito próximo à realidade de matriculados em 2017 que foram 637 alunos segundo a direção o colégio.

Gráfico 6 – Estimativas da quantidade de alunos matriculados no Colégio em 2017

Fonte: CETN, 2017.

Já na questão referente à quantidade de habitantes em sua Comunidade os alunos não demonstram a mesma habilidade, pois utilizando média aritmética constatamos que 41% dos entrevistados simplesmente não responderam, ressaltando que esse percentual é ainda maior se levarmos em consideração apenas os alunos do 9º ano, ultrapassando assim os 50% sem responder, conforme gráfico 6, um problema já que os mesmos tiveram maior contato com a matemática, sendo aparentemente mais fácil fazer uma predição.

O mesmo aconteceu com a estimativa de habitantes em sua comunidade. Apresentaram um índice muito elevado para a não quantificação/predição de valores principalmente para os alunos do 9º ano, onde mais de 50% não responderam, conforme o gráfico nº 7.

Gráfico 7 – Estimativas de habitantes na Comunidade

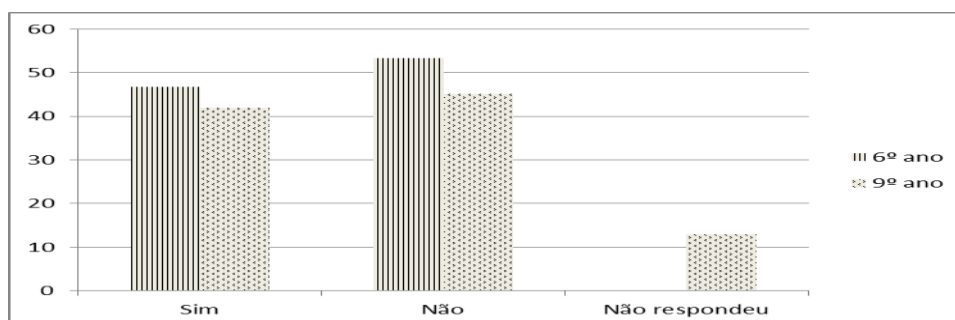
Fonte: CETN, 2017.

Importante salientar que a percepção da realidade por meio da matemática poderá contribuir para uma maior clareza dos fatos através da quantificação dos dados, uma melhor visualização dos impactos ambientais ocasionados, assim como das injustiças sócias ocorridas. Para (TALAMONI; SAMPAIO, 2003 p. 102) “Por exemplo, pode-se divulgar que um determinado local (floresta) foi desmatado, mas se não for quantificada a área atingida, não teremos noção precisa do impacto ambiental sofrido”.

Obter informações claras e concretas através da matemática contribui para um entendimento consolidado da realidade e isso faz toda diferença na construção de uma sociedade democrática. (BARBOSA, 2003).

Na pergunta referente ao reconhecimento em sua localidade sobre a existência de uma área de proteção ambiental ou unidade de conservação ou parque, os alunos em sua grande maioria não identificam essas áreas, conforme apresentado no gráfico nº 8 abaixo.

Gráfico 8 – Reconhecimento pelos Alunos de Área de Proteção Ambiental e/ou Unidade de Conservação



Fonte: CETN, 2017.

Importante salientar que do total dos entrevistados 49% em média não reconheceram, na localidade em que moram, área de proteção ambiental ou unidade de conservação, e 13% dos alunos do 9º ano não responderam.

Quanto à pergunta sobre o tamanho da área ou unidade de conservação, ficou claro que a mesma precisará de ajustes, alguns optaram por não responder e os que responderam apresentaram grande divergência nas respostas, com destaque para intervalo de 10 a 100 metros para os alunos do 6º ano ($N = 4$; $\bar{x} = 2,7727$; $s = \pm 1,0203$) e de 100 a 1000 metros quadrados para os alunos do 9º ano ($N = 4$; $\bar{x} = 2,84$; $s = \pm 0,9865$).

Devido a essas e outras dificuldades, o questionário sofrerá algumas alterações com intuito de procurar extrair o máximo possível de conhecimento dos alunos.

A busca por situações do mundo real principalmente em relação à educação ambiental para o ensino de Matemática entra em consonância com que nos ensina Freire (1996), quando afirma ser preciso insistir que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção. Para D'Ambrósio (1998) o importante é contemplar o nosso aluno com problemas expressivos da realidade ao invés de situações artificiais e repetitivas.

De nada adianta ficar falando de efeito estufa, camada de ozônio, matança das baleias, destruição da Amazônia, entre outros assuntos, se a realidade local não for considerada. Ali está a chance imediata de fazer valer os

direitos de cidadania, em busca da melhoria da qualidade de vida. Ali, no seu local, o indivíduo ou grupo poderá avaliar a competência de quem é responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros e ambientais. Ali, pode-se perceber se as decisões estão corretas, quem se omitiu e de que forma as coisas poderiam e/ou deveriam ter sido feitas, para assegurar um ambiente saudável às gerações presentes e futuras. (DIAS, 2004 p. 118).

A educação crítica voltada para a divulgação e/ou conhecimento desses fatos em ambiente escolar, desde muito cedo, fortalecerá ainda mais o desenvolvimento de mecanismos úteis para o equilíbrio ambiental.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho demonstrou que os alunos não reconhecem questões socioambientais em sua comunidade e apesar de afirmarem que correlacionam a matemática ao seu ambiente, ainda demonstram grandes dificuldades de representar matematicamente fatores recorrentes de seu dia a dia. Destacando a importância da matemática ao quantificar, enumerar esses problemas para uma melhor compreensão da realidade.

O grande desafio deste trabalho é possibilitar um aprendizado significativo. Ensinar ao invés de apenas transferir conhecimento, fragmentado e/ou descontextualizado, dificultando o processo educativo de formação e de desenvolvimento do ser humano consiste no desafio da escola atual. A Etnomatemática vem abrindo caminho por meio da modelagem para os problemas socioambientais que cercam o educando. Mudanças como a transferência do mesmo, de mero espectador dos acontecimentos, para participação ativa em seu processo de aprendizagem e que passem a refletir sobre as questões socioambientais que mais afligem a sociedade, pensar e propor soluções para sua resolução ou minimização dos mesmos é que dão significado para este estudo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.L.A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996. Disponível em <<https://docs.google.com/file/d/0B8jeXMvFHiD-b2NITWx1MIJpeEE/edit>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BARBOSA, J. C. **Modelagem Matemática e a Perspectiva Sócio crítica - II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA - GT MODELAGEM MATEMÁTICA** - Santos, novembro de 2003.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática**. São Paulo: Ática, 1998.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE -

<http://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/camacari/pesquisa/23/24304?detalhes=true&localidade1=292740>. Acesso em 20 mai.2017.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2001.

ROCHA, I. C. B. Ensino de Matemática: Formação para a Exclusão ou para a Cidadania. **Educação Matemática em Revista**, n. 9/10, p. 22-31, 2001.

SKOSMOSE, O. **Educação matemática crítica: A questão da democracia**. Tradução de Abigail Lins e Jussara de Loiola Araújo. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.



O PORTUGUÊS PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS NA BAHIA: AVANÇOS E DESAFIOS

*Robson Batista Moraes¹
Iracema Luiza de Souza²*

RESUMO

O ensino de PLE no mundo tem se expandido de forma bastante significativa nas últimas duas décadas, o que se reflete no acentuado número de publicações sobre este campo do saber, realizações de eventos acadêmicos, pesquisas em desenvolvimento, implementação de políticas públicas e linguísticas, difusão do português, e as numerosas defesas de trabalhos de pós-graduação produzidos na área de português a falantes de outras línguas. Diante desse cenário, o este trabalho pertencente ao campo da Linguística Aplicada tem como objetivo fazer o mapeamento das iniciativas de ensino de PLE no contexto baiano bem como também sublinhar as suas principais conquistas como: a implantação de uma Licenciatura em PLE na UFBA, programas de pesquisa e extensão, a criação do primeiro posto aplicador do Exame CELPE-Bras da Bahia na UFBA, além de iniciativas de ensino no âmbito da extensão na UEFS e UESC, ademais de outras instituições públicas e privadas que desenvolvem importantes trabalhos na seara do português para falantes de outras línguas. Para o levantamento dos dados dessa pesquisa, foram realizadas visitas em sítios virtuais, entrevistas com professores/pesquisadores e alunos dessas instituições, assim como a leitura minuciosa de trabalhos relevantes da área. Por fim, foram consultados textos de diversos estudiosos do ramo de ensino de PFOL para constituição de arcabouço teórico.

Palavras-chave: Ensino. Português L2/LE. Formação de professores. Bahia.

ABSTRACT

In the last two decades, the teaching of PLE (Portuguese as a Second Language) has been increased significantly in the worldwide, which is reflected in the large number of publications on this field of knowledge, academic events, research in development, implementation of public and linguistic policies, Portuguese language diffusion, and the large amount of postgraduate defense in the field of Portuguese to speakers of another languages. Towards that scenario, the present work, which is from the field of Apply Linguistics has as its main objective do the mapping of PLE teaching initiatives in the context of Bahia, as well as to highlight how its main achievements such as: an implementation of a PLE Degree in UFBA (Federal University of Bahia), research and extension, the creation of the first application post of the CELPE-Bras Exam in Bahia at UFBA, as well as the initiatives of teaching in the scope of extension at UEFS and UESC, in addition to other public and private institutions that developed important works in the field of Portuguese as a Second Language. In order to collect the

¹ Discente do Curso de Letras Vernáculas e Português para Estrangeiros do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador de IC da área de Ensino de Português (LE/L2) do grupo de pesquisa ProPEEP - (Português Para Estrangeiros) Programa de Pesquisa, Ensino e Extensão de Português, sob a coordenação da Profa. Dra. Iracema Luiza de Souza. E-mail: robsonbmoraes5@gmail.com

² Professora Associada 4 do Departamento de Letras Vernáculas da UFBA e Doutora em Sciences du Language Université Paris 8 Vincennes – Saint Denis (1996). Atua como docente na graduação e pós-graduação nas áreas de Ensino e Pesquisa de Português para Falantes de Outras Línguas, além de Linguística com ênfase em Sociolinguística, Linguística Aplicada e Análise do Discurso.

data of this research, were made access in web sites, interviews with teachers /researchers and students of these institutions, as well as a close reading of relevant works of this field. Finally, were consulted several texts written by scholars from the PFOL teaching in order to form a theoretical framework.

Keywords: Teaching. Portuguese. Foreign Language. Teacher Training. Bahia.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar aspectos de uma pesquisa em andamento sobre cenário de ensino do português a falantes de outras línguas no Brasil e, em especial, no estado da Bahia. A partir dessa amostragem do panorama existente, buscar-se-á apontar os principais avanços no que tange ao ensino e aprendizagem do português, bem como propor alternativas para superar os grandes desafios que ainda existem para uma maior promoção e difusão do português.

A língua é um elemento cultural muito importante para qualquer nação ou sociedade, pois ela possibilita a interação entre os sujeitos, facilita a mobilidade de indivíduos que precisam transitar em ambientes onde essa mesma língua é falada em algum contexto, além de representar a identidade social, regional, econômica e cultural dos falantes que se apropriaram de algum modo dessa língua, mesmo não sendo pertencentes ao território no qual ela é o idioma oficial ou nacional. Com base nessa reflexão, segue abaixo afirmativa sobre língua exposta por Almeida Filho (1993):

A língua mais do que objeto de ensino passa a ser a ponte, a dimensão mediadora entre sujeitos/mundos culturais, visto que o seu enfoque se dará nas relações de diálogo, no lugar da interação. Nesse sentido, a língua portuguesa é aquela que representa a nossa língua-cultura brasileira, a qual deve ser capaz de atuar como ponto de partida para a construção de ambientes de mediação cultural, de lugares de negociação e de partilha (ALMEIDA FILHO, 1993).

Na concepção de língua trazida por Almeida Filho (1993), é relevante expor neste trabalho sobre o avanço, difusão cultural e histórica de ensino de PLE em alguns contextos no âmbito mundial, nacional, e em especial na Bahia, e o papel fundamental do português para as relações socioeconômicas nos contextos dos quais a língua é veículo de qualquer que seja a relação. Desse modo, será apresentado nesse artigo um panorama geral das organizações e/ou instituições que desenvolvem relações internacionais usando como língua veicular a portuguesa. Entretanto, nosso principal objetivo de estudo/análise neste trabalho é mapear e refletir sobre quais os avanços e os desafios precisam ser enfrentados para uma maior difusão e promoção do ensino da língua portuguesa em solo baiano.

Segundo relatos do Ministério de Educação de Portugal, a língua portuguesa é a sexta língua materna, em nível mundial, e a terceira língua europeia mais falada no mundo, depois do inglês, espanhol, francês, alemão e de muitas outras.

O português é língua oficial de oito estados em quatro continentes (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste), o português é também língua de comunicação de doze das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), idioma obrigatório do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da Organização dos Estados Americanos (OEA), da União Latina (UL), da Aliança Latino-Americana de Comércio Livre (ALALC), da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), da Organização de Unidade Africana (OUA), da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMAO), e língua oficial da Comunidade de Desenvolvimento da Ásia Austral (SADC), Organização que integra a maioria dos países africanos do hemisfério sul. Além de ser também uma língua ensinada como LE, L2, língua de Herança, língua de integração, língua adicional, língua das relações econômicas, língua usada para conciliação de conflitos entre sujeitos, língua de imigração, além dos mais diversificados contextos de uso dessa relevante língua.

De acordo com a estudiosa Ortiz Alvarez (2011), o potencial de expansão da língua portuguesa no continente sul-americano pode ir além do crescimento populacional da região, que é extremamente significativo. Os ministros da Educação do MERCOSUL, por exemplo, adotou um programa de integração que prevê o ensino obrigatório do português como língua segunda nos países hispânicos, assim como o Espanhol como língua segunda no Brasil. E obviamente que nem sempre na prática essas políticas públicas são implementadas de forma plena e eficiente tanto no Brasil quanto nos países latino-americanos como propõe o programa. Por outro lado, essas políticas públicas também não são implementadas de forma efetiva, por falta de reivindicações aos políticos por parte da comunidade: professores, estudantes, pesquisadores e os falantes politizados e conscientes sobre a grande importância da promoção da língua portuguesa e espanhola nesses contextos da América Latina.

2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Na afirmativa de (ALMEIDA FILHO, 2011) o Ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE) tem história relativamente antiga para um país pós-colonial, mas a consciência de área profissional e científica não passa de duas décadas (20 anos). Para

Almeida Filho (2011), o ensino de língua existe no país desde a fundação das primeiras escolas jesuítas na primeira metade do século XVI, quando os portugueses tiveram que aprender a língua indígena e posteriormente ensinar a língua portuguesa (variante europeia) que era o idioma do dominador, e de forma violenta ensinaram e tentaram apagar a língua/cultura dos indígenas que já habitavam no território brasileiro. Com o objetivo de possuírem mais riquezas. Dos mais de 240 milhões de falantes de Português hoje, temos cerca de 200 milhões em território brasileiro. O português apesar de ser falado por milhões de indivíduos, ainda não ultrapassou de forma acentuada as suas fronteiras. Mas, quais os fatores que contribuem para a não expansão da língua além de suas fronteiras? O pós-colonialismo? Políticas públicas e linguísticas? Tomada de consciência e o desconhecimento sobre a área? Ou a existência de outras prioridades? Deixam-se aqui algumas interrogações.

Dentro dos países lusófonos, o Brasil constitui a maior e mais dinâmica economia, sendo ainda responsável pela grande maioria dos falantes de Língua Portuguesa como afirma (MENDES, 2011). Desse modo, só a partir de 1988 que alguns profissionais de línguas começaram a pesquisar a respeito do ensino e aprendizagem do português para estrangeiros. Na década de 90, iniciou-se oficialmente no Brasil, especificamente na Universidade de Brasília, onde foi criada a primeira graduação de Licenciatura de Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL), orientado para surdos, comunidades indígenas etc. Com o Programa de Ensino e Pesquisa para Falantes de outras Línguas (PEPPFOL). E posteriormente outras instituições criaram iniciativas de ensino em PLE como na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e no final dessa década, na Universidade de Caxias do Sul. E daí por diante outras Universidades aderiram essa iniciativa de ensino de português para estrangeiros, ressaltando que no Brasil ainda existe pouquíssimas Universidades que implantou o curso de português para estrangeiros como graduação para formação plena de professores. Desse modo, é importante sublinhar que atualmente ainda só existem três universidades brasileiras que oferecem cursos de graduação de Português para Falantes de outras línguas (PFOL), entre elas: a UNB, UFBA e a UNICAMP.

Esse quadro possibilita diversas reflexões sobre a pouca oferta dos cursos em PLE e a quantidade ainda crescente ou a pouca divulgação de pesquisas na área se compararmos com pesquisas desenvolvidas em outras línguas como: inglês francês, espanhol e Alemão. Sem considerar a escassez de mão de obra especializada para atuar como docente nesta área no Brasil e nos mais diversos contextos no mundo. Sabendo que por falta dessa mão de obra qualificada, em muitos contextos o português é ensinado por profissionais que não possuem formação especializada na área. O que é muito problemático, pois somente pelo fato de um

indivíduo ser nativo, dominar, ou ter fluência numa determinada língua, não significa que o mesmo esteja apto a ensiná-la de forma efetiva como faria um bom professor formado e especializado no ensino de português como língua estrangeira ou segunda língua.

3 AVANÇOS E DESAFIOS DO ENSINO DE PORTUGUÊS PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS NA BAHIA

A Bahia teve um papel e participação extremamente importante para o processo de ensino da língua/cultura portuguesa a falantes de outras línguas, além de ser também uma região precursora do ensino, promoção, projeção e difusão do português. Além disso, a terra baiana foi uma engrenagem motora relevante no processo de constituição da nacionalidade brasileira.

É surpreendentemente substancial afirmar que foi em solo baiano que se iniciou o processo de aquisição da língua portuguesa (variante europeia) pelos portugueses que chegaram nessa região, e de uma forma imposta e violenta ensinaram a sua língua materna aos habitantes da terra, os povos indígenas, através do sistema de catequização, com as primeiras escolas dos jesuítas na primeira metade do século XVI, como afirma Almeida Filho (2011).

Posteriormente, no período colonial a língua portuguesa, foi sendo ensinadas a falantes de outras línguas no contexto baiano, mas sofreu muitas influências de outras línguas, principalmente das línguas africanas vindas com as negras e negros escravizados, oriundos dos mais diferentes povos e contextos do continente africano. Sendo assim, a língua portuguesa ganhou um novo aspecto naquela sociedade.

O ensino de português a falantes de outras línguas na Bahia tem avançado de forma bastante significativa como é bem relatado nesse texto, mas é essencial expor que no cenário atual o grande marco desse processo foi a implantação da graduação de PLE na Universidade Federal da Bahia, no ano de 2006 em Salvador. Sendo a primeira do Nordeste, e segunda Universidade brasileira, após a UNB, a implantar esse curso no âmbito da graduação, além também da promoção do ensino de PFOL no plano da pesquisa e extensão. Ressaltando que a principal responsável por essa marco é professora do Instituto de Letras, a Profa. Dra. Iracema Luiza de Souza coordenadora do Posto Aplicador do CELPE-Bras, orientadora de professores em formação em PLE do NUPEL –Núcleo Permanente de Extensão em Letras, bem como Coordenadora do ProPEEP- Programa de Pesquisa, Ensino e Extensão de Português. Outra

professora que tem atuado de modo substantivo na promoção do ensino e da pesquisa em PLE é a Profa. Dra. Edleise Mendes, Presidente da SIPLE – Sociedade Internacional de Português-Língua Estrangeira na gestão (2011-2013/2013-2016), também responsável pelo grupo de Pesquisa LINCE - Núcleo de Estudos em Língua, Cultura e Ensino. Por fim, atua também na área o professor Dr. Ricardo Gualda, coordenador de ensino de PLE no PROFICI – Programa de Proficiência em Língua Estrangeira para Estudantes e Servidores da UFBA, que recebe os estudantes estrangeiros que vêm ao Brasil através de intercâmbios pelos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação e Pós-graduação (PEC-g e PEC-PG), os quais necessitam estudar português com o propósito de prestarem o exame CELPE-Bras, que ocorre em duas edições anualmente. Portanto, esses professores atuam no mesmo campo de ensino e pesquisa e tiveram a iniciativa de agregarem esforços para a maior propagação do ensino e pesquisa de PLE na Bahia e para o mundo.

As iniciativas de ensino de PFOL na Bahia, primeiramente em Salvador, corroboraram com diversos avanços para a promoção da língua portuguesa, pois foi mediante essas ações que houve também a instalação do Posto Aplicador do Exame CELPE-Bras em terras baianas, e que por sua vez oferece a maior oferta de vagas para o exame na região Nordeste, e representa o principal elemento difusor do ensino de português a falantes de outras línguas, que vêm à Bahia para estudar a língua-cultura e fazer esse importante exame.

É fundamental conhecer que existem outras universidades baianas além da UFBA que desenvolvem ações de ensino de português a falantes de língua estrangeira: a UEFS, localizada na cidade de Feira de Santana, que ensina e recebe em seu Campus estudantes intercambistas de diversas nacionalidades, a fim de aprenderem a cultura e a língua portuguesa em solo baiano para diversos fins, sejam profissional, acadêmico ou sociocultural.

A outra grande iniciativa de ensino de PFOL na Bahia é realizada no município de Ilhéus, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), na qual é ofertado curso de português para falantes de outras línguas no âmbito da pesquisa e extensão, onde são oferecidas aulas para estrangeiros residentes e intercambistas que desejem estudar a língua/cultura do Brasil e submeterem-se ao Exame Celpe-Bras. Nessa instituição, ao lado de atividades de ensino, desenvolve-se também a pesquisa em PLE, sob a coordenação do Prof. Dr. Eduardo Lopes Pires e conta com a colaboração da Profa. Dra. Isabel Cristina Michelan de Azevedo (UFS), e a participação de mestrandas e bolsistas de iniciação científica que fazem suas pesquisas sobre o Ensino de PLE, integrando o projeto de Pesquisa “Construção de Saberes relativos ao ensino de português como língua materna e como língua estrangeira”. Nesse contexto, fomentam-se o ensino e a investigação, estudantes que são orientados,

desenvolvem trabalhos, formam-se professores-pesquisadores desse tão importante campo do saber, além de ressaltar que existem disciplinas curriculares de PLE na graduação e na pós-graduação. Portanto, é primordial apontar que essas iniciativas de ensino de português para falantes de outras línguas contribuem de maneira relevante para a promoção, difusão e projeção da língua na Bahia, além de possibilitar mais reflexões sobre como tem sido o processo de ensino até momento, o material didático utilizado, buscando-se sempre o ensino-aprendizagem mais culturalmente sensível e com uma abordagem intercultural.

Diante do cenário atual mapeado nesse artigo sobre as significantes ações de ensino de português para falantes de outras línguas nos mais diversos âmbitos, é muito importante também refletir sobre os grandes desafios que ainda precisam ser superados para a maior projeção e promoção do ensino de PFOL no Estado da Bahia. Obviamente que romper desafios não é algo imediato nem muito fácil, mas buscar-se-á construir alternativas de políticas linguísticas e educacionais que efetivamente transformem ainda mais esse cenário.

Um dos grandes desafios a serem enfrentados são o desconhecimento e a tomada de consciência sobre a importância do ensino de português como língua estrangeira como vetor de difusão e promoção da língua na Bahia e ao redor do mundo. Desse modo, apresentam-se abaixo alguns dos principais desafios a serem superados:

- Iniciativas de políticas linguísticas e educacionais de implantação de cursos de graduação, pesquisa e extensão de PFOL em outras Instituições baianas de Ensino Superior;
- Adição de disciplinas obrigatórias e optativas de PLE nos currículos dos cursos de Letras da Bahia;
- Formação de professores habilitados e culturalmente sensíveis para ensinar PFOL;
- Criação de políticas públicas de novos acordos educacionais e culturais entre o Brasil e Universidades no exterior;
- Políticas linguísticas de promoção, difusão e projeção da cultura e do idioma português no mundo;
- Desenvolvimento e incentivo por parte dos docentes de desenvolvimento de novas pesquisas, eventos e trabalhos na área de PFOL.
- Construção de novos materiais didáticos que abordem de forma consciente a interculturalidade baiana e brasileira;
- Proposta de projeto de lei estadual de obrigatoriedade de inserção de disciplinas de ensino de PFOL nos Cursos de Letras nas IES na Bahia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É surpreendente a projeção do ensino de português para falantes de outras línguas na Bahia, que se desenvolve desde o início da colonização dos portugueses com a escola dos jesuítas no século XVI até os dias hodiernos. Esse considerável avanço do ensino de português para estrangeiros deu-se graças ao trabalho de diversos professores, pesquisadores, escritores, realizações de eventos, desenvolvimento e publicação de material didático, o acentuado crescimento de publicações de teses e dissertações sobre o tema, e a todos profissionais que de alguma forma trabalharam e somaram forças para a maior promoção, difusão e projeção do ensino de PFOL. Ademais, é importante sublinhar também as importantes ações de políticas públicas e linguísticas que foram criadas no último governo, sobretudo os acordos/alianças que o Brasil fez com os países da América Latina como a criação do MERCOSUL, e as relações socioeconômicas que o governo do Brasil constitui com diversos países de vários continentes no mundo.

Outra observação relevante no que tange aos avanços do ensino de PLE foi a criação da SIPLE- Sociedade Internacional de Português- Língua Estrangeira (1992), a criação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros construído pelo MEC e o MRE em 1998, que certifica o candidato/estrangeiro em quatro níveis de proficiência: Intermediário, Intermediário Superior, Avançado e Avançado Superior. Convém observar que atualmente existem 28 postos no Brasil, 58 no exterior, mas apenas 3 no Nordeste, sendo apenas 1 na UFBA, na Bahia.

Desse modo, é essencial relatar o grande e expressivo avanço no ensino de português a falantes de outras línguas no mundo, entretanto faz-se necessário refletir que ainda existe muito a ser desbravado nessa grande seara de ensino e promoção do português e, sobretudo, que seja reivindicado com mais ênfase, por parte da comunidade de PFOL, mais ações de políticas linguística que viabilizem uma maior difusão, promoção e projeção do português, principalmente a implantação de novos cursos de graduação em PLE na Bahia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de; LOMBELLO, Leonor C. (Org.). **O Ensino de Português para Estrangeiros: Subsídios para o planejamento de cursos e produção de materiais**. Campinas: Pontes Editores, 1989.

CUNHA, M. J. ; SANTOS, P. (Org.) Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros: Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas (PEPPFOL). Brasília: UnB, 1999.

BRASIL. Manual do candidato do Exame Celpe-Bras. Secretaria de Educação Superior/ Ministério da Educação, 2015.

BRASIL. Manual do aplicador do Exame Celpe-Bras. Secretaria de Educação Superior / Ministério da Educação 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 165p.

MENDES, Edleise; SOUZA CASTRO, Maria Lúcia. **Saberes em Português**: Ensino e Formação Docente. Campinas: Pontes Editores, 2008.

MENDES, Edleise. (Org.). **Diálogos Interculturais**: Ensino e Formação em Português língua estrangeira. Campinas: Pontes Editores, 2011.

ORTIZ ALVAREZ, M. L. **Língua e Cultura no Contexto de Português língua estrangeira**. Campinas: Pontes, 2010, PP, 53-78. Disponível em: <<http://www.celpebras.inep.gov.br/inscricao>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

SOUZA, Iracema Luiza de. **A Cultura Brasileira no Ensino de Português para Estrangeiros**. Salvador, 2004. Texto fotocopiado.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO SOBRE O ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Adilma Pinto Galvão¹

Maria de Fátima Pessoa Lepikson²

RESUMO

O presente artigo é resultante de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador defendida no ano de 2016. Discute, com base nas condicionalidades prescritas em legislação própria, a importância da intersectorialidade nas políticas de combate à pobreza. Após breve incursão teórica sobre questões relacionadas à pobreza, ao seu enfrentamento via políticas sociais focalizadas, apresenta elementos estruturantes do Programa Bolsa Família, dentre eles as condicionalidades e o seu desenho dependente da gestão intersectorial. Para isso, aponta a necessidade de planejamento articulado entre as políticas sociais e a determinação dos gestores políticos no que diz respeito ao enfrentamento da pobreza.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Condicionalidades. Intersectorialidade.

ABSTRACT

This article is the result of a master's thesis about the Post graduation in Social Policies and Citizenship Program of Catholic University in Salvador, defended in 2016. Discusses, based on the conditionalities prescribed in its own legislation, the importance of the intersectoral action in policies to combat poverty. After a brief theory about issues related to poverty and its confrontation by focused social politics, presents structural elements of the Bolsa Família Program. Among them, the conditionalities and the dependent design on the intersectoral capacities. For this reason, points out the necessity of a structured planning between the social policies and determination of the political managers in respect to face poverty.

Keywords: Bolsa Família Program. Conditionalities. Intersectoriality.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza na sociedade moderna, entendida então como um fenômeno de ordem estrutural, decorre do processo histórico em que convivem a acumulação capitalista e desigualdades sociais extremas.

¹ Assistente Social, graduada pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL/Ba. E-mail: adilmapinto@hotmail.com

² Doutora em Educação pela UFBA; Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania e da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador. E-mail: maria.lepikson@ucsal.br

No contexto atual da ordem capitalista as mudanças na esfera da produção e do mundo do trabalho na ordem neoliberal-financeira têm aprofundado a desigualdade social entre países e dentro dos próprios países atingidos pelo modelo capitalista de produção e reprodução de relações pautadas na exploração de uma classe sobre a outra. Segundo Yazbek:

[...] os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando marcas sobre a população empobrecida, o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância. (YAZBEK, 2012, p. 289)

Falar sobre pobreza, no dizer de Silva, M.B. (2014) significa “Entender que ela é expressão direta das relações vigentes na sociedade [...]” (SILVA, M.B., 2014, p.44). Compreender que é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas na carência de oportunidades, informações e direitos YAZBEK (2012, p.290 apud MARTINS,1991,p.15). Essa população, cujas condições mínimas de sobrevivência são contínuas e permanentemente se constitui, na sociedade hodierna, como objeto de enfrentamento de políticas sociais de formas “seletiva e focalizada” (BEHRING, 2009, p.48)

A focalização se constitui, no dizer de Galvão (2016), uma estratégia política pautada na oferta básica de serviços para satisfazer minimamente parcelas da população em condições de extrema pobreza. Segundo a autora:

A estratégia de focalização não é neutra. Ela possui critérios de classificação de atendimento destinado à pobreza. Essa classificação é realizada por instâncias governamentais através da seleção de indivíduos e de famílias que comprovem sua situação de pobreza. (GALVÃO, 2016, p. 43)

Com base na focalização das políticas sociais destinadas a indivíduos e famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o Estado intervém criando oportunidades de geração de renda com o objetivo de promover condições para que os pobres alcancem um padrão mínimo de sobrevivência. Mínimo esse que, segundo Pereira (2008) “tem a conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de que beiram a desproteção social [...]” (PEREIRA, 2008, p. 26)

Ainda considerando a questão da pobreza é de indiscutível relevância o papel das políticas sociais de educação e da saúde no seu enfrentamento. Considerando que está se discutindo o perfil das políticas sociais adotadas por um país que assume as estratégias

neoliberais, como é o caso do Brasil, as políticas então implementadas passam a se constituir como políticas mínimas, com redução de gastos, ou seja, do financiamento das políticas sociais. Desse modo a ação estatal se limita a assumir estratégias voltadas para o alívio dos sintomas da pobreza.

Paralelo às estratégias de focalização, a questão da intersectorialidade é um tema complexo que, diante da baixa efetividade das políticas sociais de carácter focalizado e setorial, suscita discussões sejam elas no meio acadêmico e/ou entre as instâncias de gestão de políticas públicas.

Diante de sua complexidade desse fenômeno, que tem lastros socioeconômicos, seu enfrentamento demanda que as políticas sociais sejam pensadas de forma articulada. Potyara Pereira, teórica de referência nas discussões sobre necessidades humanas básicas e sobre política sociais, ao defender a relevância da articulação das políticas sociais destaca que a intersectorialidade além de princípio norteador,

[...] tem sido considerada como: uma nova lógica de gestão, que transcende um único “setor” da política social; e/ou uma “estratégia” política de articulação entre “setores” sociais diversos e especializados. Além disso, relaciona à sua condição de estratégia, a intersectorialidade também é entendida como: instrumento de otimização de saberes; “competências e relações sinérgicas”, em prol de um objetivo comum; e “prática social”, compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de conquistas (PEREIRA, 2014, p.23, grifos do autor)

Com base nos determinantes no projeto neoliberal de redução da função social do Estado e da otimização, ou dizendo melhor, da economia dos recursos públicos destinados à população pauperizada, é que, com o discurso da minimização da pobreza, são implementados Programas de Transferência de Renda (PTRs) focados em indivíduos e famílias em situação de extrema pobreza.

Dentre esses programas, o Programa de Transferência de Renda Condicionada – o Programa Bolsa Família (PBF) se destaca como o mais abrangente programa social do Brasil cujo desenho aponta a para a focalização da pobreza e para a questão da intersectorialidade.

2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

No Brasil os programas de transferência de renda³ vêm se ampliando desde a década de 90. Estes são compostos por um conjunto de intervenções compensatórias de natureza focalizada na pobreza e na extrema pobreza e se pautam no desenho das condicionalidades. Elas são:

[...] majoritariamente fixadas no campo da educação: matrícula e frequência de crianças e adolescentes no sistema escolar e na saúde: frequência a atendimento básico e vacinação de crianças e adolescentes e realização de pré-natal, no caso de mulheres grávidas, são diretamente relacionadas com a concepção de pobreza. (SILVA, 2015, p.10)

Dentre os programas de transferência de renda implantados no Brasil é de inquestionável destaque o Programa Bolsa Família (PBF). Resultante da unificação dos programas de transferência de renda existentes na época (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação), a unificação desses programas é reconhecidamente uma inovação na medida em que objetiva proteger o grupo familiar em toda a sua composição (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004) e que articula necessidades básicas em um só Programa Federal. Regulamentado pela Lei⁴ nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, o PBF se materializa através de ações de transferência de renda articuladas às condicionalidades.

Para a articulação desses programas é que foi necessário concentrar sua gestão em um único ministério: “Foi admitido que o Ministério da Assistência Social⁵ poderia fazer a articulação entre os Programas de Transferência de Renda e a transversalidade destes com outros programas e políticas”. (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2004, p.135)

Tendo como estratégia a intersetorialidade de suas ações, de acordo com as determinações legais (MDS, 2015) o Programa tem como objetivo maior a superação do ciclo de reprodução intergeracional da pobreza das famílias em situação de extrema pobreza e atua de forma intersetorial nas seguintes dimensões: (i) promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda para as famílias; e (ii) acesso aos direitos sociais

³ Tem-se conhecimento das primeiras iniciativas de transferência de renda já na década de 30. Ao buscar uma saída para a questão do desemprego na década de 30, mais exatamente em 1935, após a primeira grande guerra mundial, os Estados Unidos implantaram programas de transferência monetária. Estes ocorriam através do repasse de auxílio financeiro destinado a famílias que possuíam crianças como dependentes. Nos países europeus, por sua vez, também na década de 30, foram criados Programas de Transferência de Renda como forma de benefício destinado a crianças, idosos, deficientes, inválidos e para aqueles indivíduos com baixos rendimentos. (MONNERAT et al., 2007)

⁴ Decreto nº 5.209 de 09 de janeiro de 2004, que cria e dá outras providências ao Bolsa Família, Artigo 4º que dispõe dos objetivos básicos do PBF em relação aos beneficiários.

⁵ No período do relatório o Ministério existente era da Assistência Social. Em seguida, no dia 23 de janeiro de 2004 passa a ser chamado de Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O relatório também sugere a articulação dos Programas de Transferência de Renda, ao Ministério do Planejamento e da Casa Civil, porém, tal responsabilidade na execução dos Programas seria assumida pelo MDS. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004)

básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social, por meio do cumprimento das condicionalidades.

Nessa mesma perspectiva de articulação intersetorial é que o Governo Federal assume a responsabilidade pelo desenho, normatização e repasse dos recursos do PBF. Este é coordenado pela SENARC⁶ do MDS. No que se refere à operacionalização do Programa, a SENARC estabelece diretrizes, critérios, benefícios, procedimentos e outros parâmetros operacionais. A Caixa Econômica Federal⁷ fica encarregada pelo repasse do benefício e as Prefeituras Municipais⁸ pela gestão e a operacionalização do Programa⁹.

O PBF focaliza os seus beneficiários nas famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 77,01¹⁰ mensais ou famílias com até 154,00 mensais. Os valores do benefício pagos às famílias variam de acordo com a renda apresentada por elas, dependendo do número de crianças, adolescentes, gestantes ou nutrizes que as compõem. Esses valores são distribuídos em duas categorias: benefício básico e benefícios variáveis. O benefício básico é único e designado para as famílias extremamente pobres com renda per capita de 77,01 com o valor de repasse de R\$ 77,00. Os benefícios variáveis são pagos no valor de R\$ 35,00, dependendo da renda familiar. Cada família pode acumular no máximo cinco benefícios variáveis. Os benefícios variáveis são divididos em: (i) Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de até 15 anos na escola; (ii) Benefício Variável Vinculado ao Jovem (Adolescente); (iii) Benefício Variável Vinculado à Gestante; (iv) Benefício Variável Vinculado à Nutriz; e (v) Benefício para Superação da Extrema Pobreza.

Para que as famílias recebam o benefício, é necessário o cumprimento das condicionalidades¹¹. O Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa

⁶ SENARC é responsável por coordenar, gerir, acompanhar e supervisionar a gestão do CadÚnico a nível nacional; expandir normas, regulamentos operacionais; Incentivar o uso do CadÚnico nos demais órgãos federais, estaduais e municipais; Responsável pela adoção de instrumentos de fiscalização e controle. (Decreto nº. 6.135 de 26 de junho de 2007). A SENARC disponibiliza para o município de forma rotineira informações o respeito das famílias cadastradas no CadÚnico e selecionadas no PBF, como também a informação de pagamento dos benefícios e expansão e inclusão de novas famílias no PBF (Portaria nº. 246, de 20 de Maio de 2005).

⁷ A Caixa Econômica Federal é responsável pelo desenvolvimento do processo de dados, organização e operação dos pagamentos do PBF, fortalecimento da base de dados para o acompanhamento e fiscalização. (Decreto nº, 5.209, de 17 de setembro de 2004)

⁸ As Prefeituras Municipais são responsáveis pelo cadastramento das famílias pobres do município. Através da assinatura do Termo de Adesão, o município compromete-se a gerir o Bolsa Família, inscrevendo as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O município é responsável pela qualidade e veracidade das informações prestadas, acompanhar as famílias em descumprimento de condicionalidades, e por disponibilizar infraestrutura para realização dos cadastros.

⁹ As responsabilidades dos três níveis federados são estabelecidas pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004.

¹⁰ Esses valores referentes ao PBF no período da pesquisa em 2016.

¹¹ A lógica das condicionalidades toma como base a Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. O artigo 1º dessa lei define o PBF como programa de transferência de renda com condicionalidades. Estabelece ainda que a

Bolsa Família/MDS (2010) justifica as condicionalidades do PBF como um mecanismo de acesso aos serviços fundamentais básicos.

O pressuposto é o de que filhos que têm acesso a melhores condições de saúde, educação e convivência familiar e comunitária do que seus pais tiveram, têm também aumentadas suas oportunidades de desenvolvimento social. Em outras palavras, as chances de terem uma vida melhor que a de seus pais são ampliadas. O principal objetivo das condicionalidades é, portanto, a elevação do grau de efetivação dos direitos sociais dos beneficiários por meio do acesso aos serviços básicos. (MDS, 2010, p.09)

Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2004), as condicionalidades permitem o acesso às demais políticas sociais, ao tempo que são contrapartidas das famílias para receberem o benefício.

Nesse sentido, esses programas se apresentam com uma dupla face: uma compensatória, representada pela transferência monetária, para permitir à sobrevivência imediata das famílias pobres, e outra de acesso às políticas universais, para oferecer condições de autonomização futura dessas famílias. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 132)

Apesar de amplamente criticadas, uma vez que envolvem questões de direitos conquistados e usados estrategicamente como mecanismos de pressão, as condicionalidades de saúde e educação referentes à frequência escolar, vacinação, acompanhamento nutricional de crianças e gestantes foram os principais fatores que contribuíram para melhoria dos indicadores, demonstrando a ampliação do acesso aos direitos da população beneficiária do Programa. Esta conclusão é destacada por seus defensores: “Raras são as análises que ressaltam os aspectos incontestáveis do Programa na tentativa de garantir direitos sociais e cidadania, valores fundamentais de uma sociedade.” (ZIMMERMANN & SILVA, 2006)

As condicionalidades são consideradas como o eixo da maior expressão da prática intersetorial do Programa Bolsa Família (SILVA, M.O.S., 2014). Estas exigem uma articulação, regulamentada nos documentos oficiais do Programa, entre as três principais áreas da política social brasileira: saúde, educação e assistência social.

Uma vez que a cobrança de condicionalidades está relacionada à frequência escolar, à adesão aos serviços de saúde e à forte presença da assistência ocorre em razão de ser a política que coordena o Programa, considerado nos documentos oficiais como intersetorial. (MONNERAT e SOUZA, 2014, p.45)

Para a operacionalização do PBF, a Portaria nº 551 de 09 de novembro de 2005 prevê dinâmica e mecanismos de gestão específicos. Em relação à saúde, o Estado deverá disponibilizar ações voltadas para o acompanhamento periódico das famílias beneficiárias,

concessão dos benefícios tem como condicionante o cumprimento das obrigações referentes à saúde e à educação.

registrar informações referentes ao acompanhamento das condicionalidades no sentido de ofertar condições para o cumprimento das condicionalidades pelas famílias. As famílias beneficiárias assumem o compromisso de garantir o processo de vacinação com regularidade e o controle do desenvolvimento da criança através do peso daquelas menores de sete anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos, se gestantes ou nutrizes, deverão realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. O cumprimento da agenda de saúde para famílias com gestantes, nutrizes ou crianças se dá a partir da participação nas atividades da Unidade de Saúde.

Na área da educação, o Ministério da Educação (MEC) deve disponibilizar vagas nas escolas e desenvolver mecanismos de acompanhamento da frequência escolar através do Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do Sistema Presença. O acompanhamento da frequência escolar é realizado por bimestre e as informações são disponibilizadas de forma sistematizada pela própria escola. As crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos devem estar devidamente matriculadas na rede de ensino e apresentar frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75% em relação à carga horária total prevista pelo MEC.

No que se refere à política de assistência social, as condicionalidades estão relacionadas às crianças e adolescentes com até 15 anos em situação de risco. Estas devem frequentar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), apresentando um mínimo de frequência (85% da carga horária mensal).

O Quadro (1) a seguir apresentado, detalha as condicionalidades e o público a ser atingido em cada uma das áreas que as embasam.

Quadro 1 - Condicionalidades do Programa Bolsa Família

Área	Compromissos/ Condicionalidades	Público Alvo
Educação	Matrícula e frequência mínima de 85% da carga horária mensal	Crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos
	Matrícula e frequência mínima de 75% da carga horária mensal	Adolescentes entre 16 e 17 anos beneficiários pelo BVJ
Saúde	Acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e do desenvolvimento das crianças	Crianças menores de sete anos
	Pré-natal para gestantes e acompanhamento para nutrizes	Gestantes e nutrizes
Assistência Social	Frequência de 85% no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI	Crianças e adolescentes até 15 anos beneficiárias do PETI/PBF

Fonte: Elaboração própria, a partir do Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família (2010).

Durante o período de acompanhamento e registro das condicionalidades de educação e de saúde, o Departamento de Condicionalidades (DECON-MDS/SENARC), responsável por articular as ações de gestão das condicionalidades no âmbito nacional¹², monitora o processo junto às diretorias do MEC e do Ministério da Saúde (MS). Na área de educação, o Operador Máster é responsável pelos registros e envio para a instância competente das informações relacionadas à observância (ou não) da condicionalidade de educação (frequência escolar) no Sistema Presença. A responsabilidade do município pelo envio e registro das informações da saúde (acompanhamento com informações sobre vacina, gestantes, pré-natal, nutrízes, peso), compete ao responsável pela Secretaria de Assistência à Saúde (SAS) Diretoria de Atenção Básica (SAS/DAB).

Como pode ser constatado, o acompanhamento intersetorial das condicionalidades exige uma articulação entre os organismos das áreas que pautam as condicionalidades. As áreas envolvidas nessa articulação são definidas pelo MDS a partir das políticas sociais que materializam esse processo. Para tal acompanhamento, torna-se necessário um fluxo contínuo de informações e monitoramento constante dessas políticas.

As informações dos beneficiários para o acompanhamento das condicionalidades exigem planejamento estratégico e articulação permanente entre os setores de políticas envolvidos para que os beneficiários do PBF sejam identificados e localizados pelas áreas de educação, saúde e assistência social, conforme pode ser apresentado no Quadro 2. Esse Quadro sintetiza as etapas acompanhamento das condicionalidades nas três políticas.

Quadro 2 - Etapas do acompanhamento das Condicionalidades pelas políticas de Saúde, Educação e Assistência Social

POLÍTICA / ATIVIDADES		RESPONSÁVEL
SAÚDE	EDUCAÇÃO	
Geração das informações sobre o público para Acompanhamento no Sistema de Condicionalidades (SICON) (semestral)	Geração do público para Acompanhamento no sistema de Condicionalidades (SICON) (bimestral)	Ministério do Desenvolvimento Social
Inserção no Sistema de Gestão do PBF na Saúde das informações das famílias	Inserção no Sistema Presença/PBF das informações das crianças e adolescentes	Ministérios da Saúde e da Educação
Distribuição dos Mapas de Acompanhamento	Acompanhamento da frequência dos alunos/PBF nas escolas	Municípios

¹² Na esfera estadual, a coordenação compete aos coordenadores estaduais do Programa Bolsa Família e nos municípios é de responsabilidade do gestor municipal do PBF, sendo este geralmente vinculado à Secretaria de Assistência Social.

Acompanhamento das famílias e coleta das informações	Distribuição dos formulários	Municípios
Registro do acompanhamento da saúde no Sistema	Registro de frequência no Sistema	Municípios
Troca de informações entre técnicos da saúde e gestor do PBF	Troca de informações entre técnicos da educação e gestor do PBF	Municípios
Consolidação das informações – MS/MDS (semestral)	Consolidação das informações – MEC/MDS (bimestral)	Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social
Repercussão pelo SICON		Ministério do Desenvolvimento Social
Registro do Recurso no SICON		Municípios
Registro do Acompanhamento Familiar no SICON		Municípios
Suspensão Temporária dos Efeitos do Descumprimento no SICON		Municípios

Fonte: Elaboração Própria a partir de informações do Guia para Acompanhamento das Condicionalidades (2010).

Para o cumprimento das etapas elencadas no Quadro 2, é primordial o papel do município no que diz respeito à materialização das condicionalidades relacionadas às áreas das políticas de saúde, educação e assistência social. A responsabilidade do município vai desde a coleta de informações, devidamente registradas, relacionadas a cada uma das famílias do PBF, até o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.

Nesse sentido, a intersetorialidade implica não só em uma atuação articulada nas áreas supracitadas, mas também em ações específicas que devem ser definidas e operacionalizadas em parcerias, da qual as famílias beneficiárias dependem não só do acesso às políticas de educação e saúde, por parte do Estado, como também da efetividade das informações/acompanhamento da consolidação do Programa.

Portanto, a intersetorialidade torna-se um instrumento estratégico de gestão das condicionalidades das quais depende, em grande parte o sucesso do Bolsa Família. [...] Assim sendo, possíveis problemas na gestão das condicionalidades podem limitar esse Programa na sua articulação com políticas estruturantes. (SILVA, M.O.S., 2014, p.175)

Para que o acompanhamento intersetorial surta o resultado desejado, o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda Resolução (CIT N° 07, de 10 de setembro de 2009) tem como objetivo pactuar, entre os entes federados, os procedimentos que garantam a oferta de serviços socioassistenciais com prioridade de atendimento às famílias beneficiárias do PBF. Para a garantia de prioridade de atendimento dessas famílias, o Protocolo considera que a segurança de renda deve ser associada a outras seguranças como convívio familiar, comunitário e de desenvolvimento da autonomia. Sendo assim, o Protocolo foi elaborado com base no reconhecimento de que apenas a transferência de renda não é suficiente para garantir a sobrevivência das famílias pobres.

Dessa forma, o acesso de indivíduos e famílias à transferência de renda deve ser associado à efetivação dos direitos à saúde e à educação. Para tal, os gestores públicos, principalmente, no nível municipal devem articular estratégias para que os serviços sejam capazes de atender às demandas da população, de forma continuada e articulada no sentido do diálogo entre as políticas sociais supracitadas no enfrentamento da pobreza.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto não fica difícil inferir que nos três níveis de governo a questão da intersetorialidade exige determinação política e articulação dos setores de políticas sociais envolvidos, especialmente as políticas de saúde, educação e assistência social. A intersetorialidade no âmbito dessas esferas deve oferecer serviços de modo que as famílias possam cumprir as condicionalidades determinadas. As ações intersetoriais devem, portanto, ultrapassar o caráter compensatório das políticas e assumir, de fato, o propósito de real enfrentamento da pobreza.

O Programa Bolsa Família como já mencionado, para o alcance dos seus objetivos, depende essencialmente da articulação intersetorial. Considerando essa dependência é que entendemos que, para que haja uma ação conjunta, as instituições devem promover planejamentos articulados entre as três esferas de governo e diferentes setores responsáveis pelo desenvolvimento do Programa. Sendo assim, a compreensão da questão relacionada aos propósitos da intersetorialidade se constitui um desafio crucial na execução do PBF.

Nesse processo, merece atenção especial por parte dos entes envolvidos, desde o seu planejamento à sua complexa operacionalização, a existência de infraestrutura, de

equipamentos e recursos humanos adequados e necessários à devida articulação entre os três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal).

Considerando a precarização das políticas sociais em decorrência do processo de minimização da função social do Estado, preconizado pelo ideário neoliberal e assimilado pelo Estado brasileiro, o desafio do trabalho intersetorial depende inquestionavelmente do posicionamento político dos gestores, no que diz respeito à universalização de políticas sociais e de sua efetivação com base em uma compreensão da indispensável articulação intersetorial entre as mesmas. Esta disposição e opção política por sua vez, deverão ser alvos de cobrança e controle social exercido por parte da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. Acumulação Capitalista, fundo público e Política Social. In: BOSCHETTI, I. et al. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004**. Institui o Programa Bolsa Família.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CIT, nº 07 de 10 de setembro de 2009**. Cria o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta o programa Bolsa Família.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Guia para o Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família**, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria GM nº 551, de 09 de novembro de 2005**. Regulamenta a Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Decreto nº 6.135 de 26 de Julho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria nº 246 de 20 de Maio de 2005**. Aprova os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa-Família, à designação dos gestores municipais do Programa e à informação sobre sua instância local de controle social, e define o procedimento de adesão dos entes locais ao referido Programa.

GALVÃO, Adilma Pinto. **O Programa Bolsa Família: um estudo sobre os efeitos do descumprimento das condicionalidades em Presidente Dutra-Ba.** Salvador, 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Salvador, 2016.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família.** Brasília, 2015. Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/fichadescritiva_12.pdf>
Acesso em 12 jan. 2016.

MONNERAT, G.L; SOUZA; R. G. de. Intersetorialidade e políticas sociais: um diálogo com a literatura atual. In: MONNERAT, L; ALMEIDA, M. L. T. de; SOUZA; R. G. de. (Org.). **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais.** São Paulo: Papel Social, 2014.

MONNERAT, G.L. et al. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência e saúde coletiva**, v.12, n. 6, p.1453-1462, 2007.

MONNERAT, G.L. A intersetorialidade das Políticas Sociais na Perspectiva Dialética. In: MONNERAT, L; ALMEIDA, M. L. T. de; SOUZA; R. G. de. (Org.). **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais.** São Paulo: Papel Social, 2014.

PEREIRA, P.A. **Necessidades Humanas: Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais.** São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, M.B. **Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo.** São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, M.O.S. O Bolsa Família: intersetorialidade-dimensão central na implementação e nos resultados do Programa. In: MONNERAT, L; ALMEIDA, M. L. T. de; SOUZA; R. G. de. (Org.). **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais.** São Paulo: Papel Social, 2014.

_____. A Pobreza enquanto categoria teórica de fundamentação e foco de intervenção dos Programas de Transferência de Renda na América Latina. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2015, São Luís. CDROM - Para Além da Crise Global: experiências e antecipações concretas. São Luís: UFMA, 2015.

SILVA, M.O.S.; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, M.C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.110, p. 288-322, 2012.

ZIMMERMANN, C.R.; SILVA, M.C. Concepções neoliberais nas políticas sociais brasileiras. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 64, set. 2006. Disponível em:<<http://www.espacoacademico.com.br/064/64zimmermann.htm>>. Acesso em 20 fev. 2016.

QUANDO O DANO É UM “MERO DISSABOR”?: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS PROFERIDAS PELO PODER JUDICIÁRIO DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE ANTE A MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA

*Giúlia Karine Vasconcelos Ribeiro **
*Andréa Santana Leone de Souza ***

RESUMO

O presente artigo científico tem por objetivo analisar as implicações decorrentes da aplicabilidade do uso do conceito de “mero dissabor”, diante das decisões judiciais proferidas pelo Poder Judiciário dos Estados da Região Nordeste, ante a má prestação do serviço de telefonia. A aplicação do conceito “mero dissabor” enseja a não responsabilização das operadoras de telefone, o que por vez encoraja e fortalece a má prestação do mencionado serviço. Adotou-se metodologia de abordagem qualitativa, com os seguintes procedimentos: revisão literária, revisão legislativa, busca administrativa e análise jurisprudencial. Revelou-se, por meio da referida análise, que no período de 1º de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, o Estado da Paraíba, dentre os da Região Nordeste, foi o qual mais aplicou o conceito de “mero dissabor” a fim de elidir a responsabilidade, a título de danos morais, das empresas prestadoras do serviço de telefonia.

Palavras-chaves: Mero Dissabor. Má-prestação. Responsabilização. Telefonia. Consumidor.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora desenvolvido objetiva analisar as implicações decorrentes da aplicabilidade do uso do conceito de “mero dissabor”, diante das decisões judiciais proferidas pelo Poder Judiciário dos Estados da Região Nordeste, ante a má prestação do serviço de telefonia.

Impende salientar que a aplicação do referido conceito, resta prejudicada a responsabilização, a título de danos morais, das operadoras de telefonia em virtude da má prestação e a precarização do serviço ofertado, visto que, conforme a jurisprudência do STJ¹, trata-se de aborrecimentos inerentes à vida em uma sociedade complexa - fatos comuns do dia

* Discente do Curso de Direito no Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE).

E-mail: giuliakvribeiro@hotmail.com

**Mestra em Direito (UFBA), discente do Programa de Pós Graduação em Direito (UFBA), Professora e Advogada. E-mail: andrealeoneadv@gmail.com

¹BRASIL. Superior Tribunal Justiça - REsp: 1399931 MG 2013/0281903-4, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 11/02/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/03/2014.

a dia- não sendo hábeis a atingir a esfera jurídica personalíssima do indivíduo, nem a repercutir no aspecto psicológico ou emocional.

Contudo, a não responsabilização, das empresas supraditas, encoraja e fortalece a má prestação do mencionado serviço, uma vez que não é observada uma das funções inerentes ao dano moral, qual seja o de prevenir e dissuadir a ocorrência de novos eventos danosos da mesma rubrica.

A precariedade do serviço ofertado restou demonstrada pela análise jurisprudencial (portal de serviços TJPB) - no período de 1º de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 - vez que o Estado da Paraíba, dentre os estados da Região Nordeste, foi o qual mais aplicou o conceito de “mero dissabor” a fim de elidir a responsabilidade, a título de danos morais, das empresas prestadoras do serviço de telefonia; bem como pela imperiosidade da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba instaurar a CPI da Telefonia.

Diante do exposto, revelou-se imperiosa a observância quanto aos danos causados aos consumidores pelas operadoras de telefonia, e a influência que o Poder Judiciário do Estado da Paraíba detém sobre a reiteração do evento danoso.

2 O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O PRINCÍPIO DA VULNERABILIDADE

O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor - CDC, em observância ao disposto pelo art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias², foi instituído pela Lei 8.078/90³. Trata-se de uma norma principiológica, de ordem pública e interesse social, havendo menção expressa no próprio Texto Maior quanto à proteção dos interesses dos consumidores (art. 5º, XXXII e art. 170, V).⁴

A referida premissa protecionista extrai-se do art. 1º da Lei 8.078/90, o qual dispõe que “O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.”

² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

³ BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 12 de jun. 2017.

⁴ TARTUCE, Flávio. O abuso de direito consumerista. As práticas abusivas vedadas pela lei 8.078/1990. E suas consequências práticas. In: TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito do consumidor: direito material e processual*– 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO, 2017, p. 504.

De antemão é imperioso trazer a baila o conceito de consumidor. Deste modo, conforme o art. 2º do CDC, consumidor é “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. Assim, “o principal qualificador da condição de consumidor é que deve ele ser destinatário final do produto ou serviço”⁵. Diante desta problemática, surgem teorias divergentes quanto à referida qualificação, vejamos:

A teoria finalista ou subjetiva foi a teoria adotada expressamente pelo art. 2º do CDC. Assim, entende-se como consumidor aquela figura em que é o destinatário fático e econômico, ou seja, o último da cadeia de consumo, bem como o que não utiliza do produto ou serviço para lucro, repasse ou transmissão onerosa, podendo ser pessoa jurídica ou física⁶.

De outro modo, a teoria maximalista visa ampliar a aplicação do CDC, conforme as lições de Marques⁷, a referida teoria concebe o consumidor como “destinatário fático do produto, aquele que o retira do mercado e o utiliza, consome”. Contudo, assevera Tartuce⁸ que “em algumas situações de patente discrepância, hipossuficiência ou vulnerabilidade, justifica-se a ampliação do conceito de consumidor e da relação de consumo”. Eis que surge neste cotejo a teoria finalista aprofundada ou maximalista mitigada.

Conforme exposto, a teoria finalista aprofundada, assentada pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, pauta-se na aplicação do art. 29 do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que trata-se do consumidor por equiparação. Para esta, a proteção conferida ao consumidor abrange a quem adquire bens e serviços para fins não econômicos, bem como para as pessoas jurídicas adquirentes de um produto ou serviço - consumidor por equiparação, quando demonstrada a sua vulnerabilidade frente ao fornecedor ou vendedor, ainda que não destinatária final do serviço⁹.

Considerando-se que as discussões concernentes à conceituação do consumidor restaram demonstradas, passa-se a asseverar a base principiológica do CDC. Assim é cediço que dentre os princípios fundamentais regidos pelo CDC, destaca-se o da vulnerabilidade do

⁵ TARTUCE, Flávio. Elementos da Relação Jurídica de Consumo. In: TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito do consumidor: direito material e processual*– 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO, 2017, p. 88.

⁶ TARTUCE, Flávio. Elementos da Relação Jurídica de Consumo. In: TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito do consumidor: direito material e processual*– 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO, 2017, p. 89.

⁷MARQUES, Claudia Lima. Campo de Aplicação do CDC. In: MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*. 5.ed. São Paulo: RT, 2013. p. 95.

⁸ TARTUCE, Flávio. Elementos da Relação Jurídica de Consumo. In: TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito do consumidor: direito material e processual*– 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO, 2017, p. 93.

⁹ BRASIL.TJDF. Acórdão n. 724712, Relatora Desª. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 16/10/2013, Publicado no DJe: 22/10/2013.

consumidor, preconizado no art. 4º, inciso I da Lei 8.078/90, uma vez que o legislador dotou aquele, em todas as situações, da condição de vulnerável nas relações de consumo. Trata-se de uma presunção legal, visto que a vulnerabilidade significa “uma situação permanente ou provisória, individual ou coletiva, que fragiliza, enfraquece o sujeito de direitos, desequilibrando a relação de consumo. Vulnerabilidade é uma característica, um estado do sujeito mais fraco, um sinal de necessidade de proteção”¹⁰.

Salienta-se que a proteção legal conferida pela Carta Magna, conforme esboçado em linhas anteriores, pauta-se na concessão de “[...] indiscutível superioridade jurídica para compensar a sua evidente inferioridade de fato”¹¹, o que por vez justifica o tratamento específico e diferenciado outorgado ao consumidor.

Diante da vulnerabilidade do consumidor, a doutrina e a jurisprudência (em específica do STJ) tem traçado as espécies de vulnerabilidade, sendo estas: a técnica, a jurídica, a fática e a intrínseca do consumidor, qual seja a informacional¹².

A vulnerabilidade técnica pauta-se na ausência de conhecimento específico acerca do produto ou serviço objeto de consumo, enquanto que a jurídica remonta-se na falta de conhecimento jurídico, contábil ou econômico e de seus reflexos na relação de consumo. No tocante a vulnerabilidade fática, trata-se de situações em que a insuficiência econômica, física ou até mesmo psicológica do consumidor o coloca em pé de desigualdade frente ao fornecedor¹³.

Quanto à vulnerabilidade informacional, esta se pauta na insuficiência de dados acerca do produto ou serviço capazes de influenciar no processo decisório de compra¹⁴. No entanto, Marques pondera que “a informação não falta, ela é abundante, manipulada, controlada e, quando fornecida, nos mais das vezes, desnecessária”¹⁵. Ainda neste sentido, a referida autora

¹⁰ MARQUES, Claudia Lima. Campo de Aplicação do CDC. In: MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*. 5.ed. São Paulo: RT, 2013. p. 97-98.

¹¹ COELHO, Inocêncio Mártires. Princípios da Ordem Econômica e Financeira. In: MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*, 4ª ed. rev. e atual.- São Paulo: Saraiva, 2009.

¹² BRASIL. STJ. REsp 1195642/RJ, j. 13.11.2012, Relatora. Min. Nancy Andriahi, DJe 21.11.2012

¹³ BRASIL. STJ. REsp 1195642/RJ, j. 13.11.2012, Relatora. Min. Nancy Andriahi, DJe 21.11.2012

¹⁴ BRASIL. STJ. REsp 1195642/RJ, j. 13.11.2012, Relatora. Min. Nancy Andriahi, DJe 21.11.2012

¹⁵ MARQUES, Claudia Lima. Campo de Aplicação do CDC. In: MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*. 5.ed. São Paulo: RT, 2013. p. 106.

contempla que a valorização jurisprudencial, no que concerne às aparentes informações, retira instrumentos de vulnerabilidade intrínsecos ao consumidor¹⁶.

3 A RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

De início, cumpre asseverar que até o advento da Lei Consumerista não havia legislação eficiente para regulamentar a relação de consumo, a fim de conferir proteção aos consumidores. Assim, os riscos de consumo corriam por conta do consumidor, uma vez que o fornecedor, tão somente, respondia em casos de culpa ou dano.

Assim, de modo revolucionador, o CDC consagrou como regra a responsabilidade objetiva e solidária dos fornecedores de produtos e prestadores de serviços, frente aos consumidores. A referida opção consagrada pelo diploma supradito intenta facilitar a tutela dos direitos do consumidor, em prol da reparação integral dos danos, constituindo um aspecto material do acesso à justiça¹⁷.

Neste sentido, Cavalieri¹⁸ expõe que o Código de Defesa do Consumidor esposou a teoria do risco do empreendimento, assim, “todo aquele que se dispunha a exercer alguma atividade no mercado de consumo tem o dever de responder pelos eventuais vícios ou defeitos dos bens e serviços fornecidos, independentemente de culpa”. Percebe-se, deste modo, que a responsabilidade é decorrente, tão e simplesmente, da prática de atividades empreendedoras.

Ainda neste sentido, o referido autor distingue “defeito” e “vício” no produto ou no serviço, vejamos:

O defeito é tão grave que provoca um acidente que atinge o consumidor [...]. O defeito compromete a segurança do produto ou serviço. Vício, por sua vez, é defeito menos grave [...] um defeito que lhe é inerente ou intrínseco, que apenas causa o seu mau funcionamento ou não-funcionamento¹⁹.

Considerando-se que o artigo, em comento, pauta-se na má prestação do serviço de telefonia, fixa-se, desde logo, a delimitação da responsabilidade civil pelo vício ou defeito do serviço. A responsabilidade pelo fato do serviço vem disciplinada no art. 14 do CDC²⁰. Nestes

¹⁶ MARQUES, Claudia Lima. Campo de Aplicação do CDC. In: MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*. 5.ed. São Paulo: RT, 2013. p. 108.

¹⁷ TARTUCE, Flávio. Elementos da Relação Jurídica de Consumo. In: TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito do consumidor: direito material e processual*– 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO, 2017, p. 75.

¹⁸ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de direito do consumidor*. 1ª ed – São Paulo: Ed. Atlas, 2008, p. 240

¹⁹ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de direito do consumidor*. 1ª ed – São Paulo: Ed. Atlas, 2008, p. 240-241.

²⁰ BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

moldes, o fornecedor responderá, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados. Há de asseverar que “os defeitos do serviço podem ser de concepção, de prestação ou de comercialização (informações insuficientes ou inadequadas sobre seus riscos).”.

Ademais, impende trazer a baila o entendimento de Cavalieri, no que concerne a indústria da responsabilidade civil, senão vejamos:

O campo da incidência da responsabilidade civil ampliou-se enormemente, chegando a representar a grande maioria dos casos que chegam ao Judiciário, principalmente nos Juizados Especiais. Fala-se hoje numa indústria da responsabilidade civil, com o que não concordamos. Não há indústria sem matéria-prima, de sorte que se hoje os casos judiciais envolvendo responsabilidade civil são tão numerosos é porque ainda mais numerosos são os casos de danos injustos²¹.

Extrai-se do entendimento posto que paralelamente ao crescimento do número de demandas indenizatórias, por vez revela-se, em números mais alarmantes, o crescimento dos casos de danos injustos. Nestes moldes, há de se asseverar que a má prestação de serviço, em específico de telefonia, por vezes gera a frustração e o descontentamento com o serviço ora prestado, atingindo, por óbvio, a esfera extrapatrimonial do consumidor, ou melhor, pode se dizer de toda uma sociedade consumerista, visto que o sentimento de descrédito e insatisfação é inerente ao consumidor brasileiro do referido serviço.

Com o intento de elucidar a referida afirmação, impende salientar que, tão somente no ano de 2015, foram registradas 4,09 milhões de reclamações pela ANATEL.²² No mais, é válido destacar que o registro supradito não contabiliza, de modo exauriente, os danos causados pelas operadoras de serviços, visto que, levando-se em consideração a vulnerabilidade informacional do consumidor, muitos destes desconhecem a função fiscalizadora que a Anatel exerce sobre as operadoras de telefonia.

4 DO DANO MORAL AO “MERO DISSABOR”

De acordo com as lições de Stolze²³, “um dos aspectos positivos da nova Codificação Civil Brasileira é justamente o reconhecimento formal e expresso da reparabilidade dos danos

²¹ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de direito do consumidor*. 1ª ed – São Paulo: Ed. Atlas, 2008, p. 239-240.

²² AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, Reclamações registradas na Anatel -2015. Disponível em: < <http://www.anatel.gov.br/consumidor/reclamacoes-na-anatel2>>. Acesso em: 20 de maio. 2017.

²³ GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil*, volume 3: responsabilidade civil— 10. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012, p. 109.

morais.”, vez que o art. 186 do CC dispõe que “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

Entende-se por dano moral lesão de direito que não tem conteúdo pecuniário, ou seja, “é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos da personalidade) [...]”²⁴. Há de asseverar que, conforme os ensinamentos do referido autor²⁵, a denominação “dano moral”, bem como “dano extrapatrimonial” não são tecnicamente adequadas para qualificar todas as formas de prejuízo não fixável pecuniariamente. Assim, o termo “dano não material” seria o mais apropriado para se referir a lesões do patrimônio imaterial.

Conforme assevera Cavalieri²⁶, existe uma multiplicidade de conceitos concernentes ao dano moral, sendo estes: conceito negativo, ou seja, danos que não tem caráter patrimonial; conceito positivo que aponta ser o dano moral a dor, o vexame, o sofrimento, o desconforto a humilhação; bem como o conceito à luz da Constituição, quanto a este, caracteriza-se o dano moral por dois aspectos: em sentido estrito (dano moral é violação do direito à dignidade, ou seja, “Qualquer agressão à dignidade pessoal lesiona a honra, constitui dano moral e é por isso indenizável”²⁷.) e em sentido amplo (refere-se aos diversos graus de violação dos direitos da personalidade, ainda que a dignidade não seja arranhada.).

Assim, há de se observar que é passível de caracterização do dano moral sem que se faça necessário qualquer vinculação a alguma reação psíquica da vítima, ou seja, pode haver a ofensa sem que o haja a dor, a tristeza e o sofrimento, uma vez que estes são consequências, e não causas do dano moral²⁸.

Superada as referidas elucidações doutrinárias acerca do conceito do dano moral, passa-se ao estudo das funções do mencionado dano. De pronto, impende salientar que o dano moral possui três funções básicas, sendo estas: compensatória, punitiva e preventiva, veja-se:

Dano extrapatrimonial tem três funções básicas: compensar alguém em razão de lesão cometida por outrem à sua esfera personalíssima; punir o agente causador do dano, e, por último, dissuadir e/ou prevenir nova prática do mesmo tipo de evento danoso, tanto especificamente em relação ao lesante como à sociedade em geral²⁹.

²⁴ GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil*, volume 3:responsabilidade civil— 10. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Saraiva, 2012, p. 111.

²⁵ GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil*, volume 3:responsabilidade civil— 10. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Saraiva, 2012, p. 112

²⁶ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil* - 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2012, p. 88-89.

²⁷ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil* - 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2012, p. 88-89

²⁸ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil* - 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2012, p. 90

²⁹ OAB-SC. A tríplex função do dano extrapatrimonial. Disponível em:<http://www.oabsc.org.br/artigos/triplice-funcao-do-dano-extrapatrimonial/119>. Acesso em: 14 de junho de 2017

Neste cotejo, a função compensatória do dano moral, em virtude da impossibilidade de recolocar o prejudicado no *statu quo ante*, ou seja, de não repor a vítima à situação anterior à lesão, transmuta-se em uma “função satisfatória, com a qual se procura um bem que recompense, de certo modo, o sofrimento ou a humilhação sofrida.”³⁰.

Quanto à função punitiva da responsabilidade civil, esta tem como destinatário o ofensor, deste modo, a prestação imposta ao ofensor gera o efeito punitivo pela ausência de cautela na prática de seus atos, persuadindo-o a não mais lesionar³¹. Contudo, há de asseverar que existe um dissenso na doutrina no que tange ao caráter punitivo da indenização pelo dano moral, vez que aduzem não existir regra escrita que preveja expressamente essa espécie de sanção³².

Por fim, a função preventiva “tem duplo objetivo: dissuadir o responsável pelo dano a cometer novamente a mesma modalidade de violação e prevenir que outra pessoa pratique lícito semelhante [...]”³³.

Contudo há de asseverar, conforme as lições de Cláudia Marques, que no que tange a responsabilização, a título de danos morais, nas relações consumeristas, esta não cumpre o seu papel pedagógico, nem sequer o punitivo, uma vez que o Judiciário Brasileiro tem aplicado indenizações pífias, o que por vez encoraja e fortalece a reiteração da má prestação, visto que é mais lucrativo ressarcir pifiamente aos poucos consumidores do que melhorarem a qualidade do serviço prestado.

O Brasil tem se caracterizado por indenizações pífias que não possuem efeito pedagógico nenhum, quanto mais punitivo, tanto que as ações envolvendo reiterados danos morais aos consumidores abarrotam o Judiciário, reclamações exatamente iguais e contra o mesmo tipo de prática comercial, que não muda apesar da constante condenação justamente porque é mais ‘lucrativo’ causar o dano a todos e ‘ressarcir pifiamente’ aos poucos consumidores que entram com ações e ganham³⁴.

Ainda no que concerne a obstrução ao direito subjetivo do consumidor à indenização por danos morais, eis que surge o “mero dissabor” ou “mero aborrecimento”. O mero dissabor, conforme as lições de Cavaliere, trata-se de irritação ou sensibilidade exacerbada que fazem parte da normalidade do dia a dia, veja-se.

³⁰ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil* - 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2012, p. 91

³¹ GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil*, volume 3:responsabilidade civil— 10. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo : Saraiva, 2012, p. 67.

³² CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil* - 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2012, p. 106.

³³ OAB- SC - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO SANTA CATARINA. A tríplice função do dano extrapatrimonial. Disponível em:< <http://www.oab-sc.org.br/artigos/triplice-funcao-do-dano-extrapatrimonial/119>>. Acesso em: 14 de jun de 2017.

³⁴ MARQUES, Cláudia Lima na apresentação da obra *Dano Moral no Direito do Consumidor*, de autoria de Héctor Valverde Santana. 2009, p.20.

Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos³⁵.

Nesta senda, considerando-se que a responsabilidade objetiva das operadoras de serviço de telefonia pauta-se no implemento dos requisitos: conduta, nexos causal e dano, há de se observar que a teoria do mero aborrecimento resta por prejudicar a indenização, a título de danos morais, dos consumidores do referido serviço.

Desta sorte, a exclusão da responsabilidade civil por conceber o dano como “mero dissabor”, assim como as indenizações pífias acabam por, conforme as lições de Cláudia Marques, criar uma lógica totalmente invertida uma vez que os “poucos” consumidores que lutam judicialmente pelos seus direitos são tidos, pela jurisprudência, como organizadores de uma “possível” indústria do dano moral³⁶.

5 APLICAÇÃO DO CONCEITO DE MERO DISSABOR PELO PODER JUDICIÁRIO NA REGIÃO NORDESTE

Dentre os procedimentos de pesquisa aplicados, adotou-se a análise jurisprudencial concernente aos Estados da Região Nordeste, referente ao período de 1º de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015. Os resultados obtidos foram oriundos dos portais de serviços: E-saj Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte; TJ Pernambuco, Paraíba, Piauí, Sergipe e Bahia; Jurisconsult Maranhão.

No Estado de Alagoas foram encontradas 13 (treze) ementas disponíveis, no entanto apenas 1 (uma) foi aproveitada. Já na Bahia, 31 (trinta e uma) foram encontradas, porém 3 (três) foram úteis. Em busca ao portal de serviço, E-saj Ceará, 8 (oito) ementas foram identificadas, no entanto 3 (três) foram usufruídas. Quanto ao Estado do Maranhão, 18 (dezoito) ementas foram disponíveis, no entanto 11 (onze) foram aproveitadas. O estado da Paraíba, liderando o “ranking”, disponibilizou, no portal de serviço TJ Paraíba, 101 (cento e uma) ementas, sendo que 42 (quarenta e duas) foram úteis. Já em Pernambuco, apenas 1 (uma) mostrou-se disponível, no entanto não foi útil. Ademais, os Estados de Piauí e Rio

³⁵ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil* - 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2012, p. 93.

³⁶ MARQUES, Cláudia Lima na apresentação da obra *Dano Moral no Direito do Consumidor*, de autoria de Héctor Valverde Santana. 2009, p.20.

Grande do Norte não apresentaram ementas disponíveis. E por fim, no Estado de Sergipe foi encontrada 1 (uma) ementa, no entanto esta não foi aproveitada.

Desta sorte, dentre os Estados da Região Nordeste, o Estado da Paraíba foi o qual mais aplicou o conceito de “mero dissabor” a fim de elidir a responsabilidade, a título de danos morais, das empresas prestadoras do serviço de telefonia ante a má prestação dos seus serviços, vez que cerca de 40% das demandas restaram improcedentes, em virtude da Corte de Paraíba vislumbrar como aborrecimentos inerentes ao cotidiano de uma sociedade complexa.

Dentre os assuntos mais recorrentes, nos anos de 2015, foi a interrupção e suspensão do serviço de telefonia. Não coincidentemente, um das razões exaradas pelo deputado estadual Aginaldo Ribeiro (PP) em 07 de Julho de 2008, diante da sua pretensão em protocolar um pedido de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia, foi justamente investigar as irregularidades na telefonia celular da Paraíba, que podem ter sido a origem das constantes panes no sistema, o que por vez ocasionam as interrupções dos serviços³⁷.

Na oportunidade ainda foi posto pelo referido deputado que “Há indícios de que as operadoras tenham vendido mais celulares que o autorizado. Por isso, não estariam prestando um serviço satisfatório aos clientes. O que acontece é que os usuários não conseguem completar chamadas, receber ligações durante horas [...]”.

A CPI da Telefonia foi instalada em 08 de Abril de 2015 e teve como objeto apurar especificamente a “responsabilidade por danos causados ao consumidor na prestação inadequada de serviços de telefonia móvel oferecidos pelas operadoras existentes e que atuam no Estado da Paraíba”³⁸. Salienta-se que no decorrer das investigações, foi pontuado pelo desembargador Marcos Cavalcanti que o TJPB iria colaborar com a CPI, uma vez que “São muitas reclamações que nos chegam através da telefonia móvel e isso vai ajudar nos trabalhos desta comissão”³⁹.

Cerca de dois anos após a referida instalação, em 16 de Dezembro de 2017, a CPI da Assembleia Legislativa da Paraíba apresentou o relatório final da Comissão, neste consta as irregularidades encontradas pela CPI, tais como: “indícios de sonegação fiscal, desrespeito a

³⁷ ALPB- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA, Aginaldo anuncia CPI da Telefonia Celular. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/1924/aginaldo-anuncia-cpi-da-telefonia-celular.html>>. Acesso em: 20 maio. 2017.

³⁸ ALPB- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA, A CPI da Telefonia recebe principais reclamações dos PROCONS. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/17837/cpi-da-telefonia-recebe-principais-reclamacoes-dos-procons.html>>. Acesso em: 20 maio. 2017.

³⁹ ALPB- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. Assembleia recebe apoio do TJPB na CPI da Telefonia Móvel. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/18227/assembleia-recebe-apoio-do-tjpb-na-cpi-da-telefonia-movel.html>> Acesso em: 20 maio. 2017.

legislação ambiental, violação do patrimônio histórico e descumprimento do compromisso de universalizar e ampliar a telefonia móvel e fixa.”. Há de asseverar que o referido relatório também pontou irregularidades no que tange ao papel fiscalizador da Anatel, uma vez que a mesma “não cumpre seu papel fiscalizador e que muitas vezes é conivente com as operadoras com a não aplicação de multas e com dados ‘maquiados’”⁴⁰.

Ademais, o relatório final também certificou que no que tange aos fundos das telecomunicações FUST, FISTEL e FUNTEL, estes não tem tido seus recursos utilizados, uma vez que cerca de R\$ 80 bilhões arrecadados não foram aplicados para universalizar o serviço de telefonia.

Insta salientar que o dito relatório foi entregue ao Ministério Público do Estado da Paraíba - MPPB⁴¹, à Polícia Federal⁴², ao Tribunal de Contas da União – TCU⁴³, bem como ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJPB, ⁴⁴. Na ocasião, o presidente do TJ ressaltou a importância do trabalho realizado pela CPI, bem como asseverou levar o “documento ao conhecimento dos demais desembargadores para que as providências podem ser tomadas. As operadoras devem dar o melhor de si na prestação do serviço”.

Diante do exposto, demonstra-se o porquê do Estado da Paraíba ter liderado, na Região Nordeste, quanto ao número de demandas concernentes a responsabilização, a título de danos morais, das empresas de telefonia. Nesta plaga, há de reiterar o entendimento posto por Marques⁴⁵, uma vez que o posicionamento deste Poder Judiciário, referente à concepção do dano como “mero dissabor”, acaba por incentivar, encorajar e fortalecer a má prestação de serviço das referidas operadoras, visto que é mais ‘lucrativo’ causar o dano a toda uma sociedade consumerista do que fazer investimentos a fim de propiciar uma melhor qualidade ao serviço prestado.

⁴⁰ ALPB- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA, CPI da Telefonia apresenta relatório final. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/20814/cpi-da-telefonia-apresenta-relatorio-final-e-indica-irregularidades-das-operadoras.html>> Acesso em: 20 maio. 2017.

⁴¹ ALPB- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA, CPI da Telefonia Móvel entrega relatório final das investigações ao MPPB. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/21360/cpi-da-telefonia-movel-entrega-relatorio-final-das-investigacoes-ao-mppb.html>>. Acesso em: 20 maio. 2017.

⁴² ALPB- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA, CPI da Telefonia entrega relatório das investigações à Polícia Federal. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/21424/cpi-da-telefonia-entrega-relatorio-a-policia-federal.html>> Acesso em: 20 maio de 2017.

⁴³ ALPB- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. CPI da Telefonia entrega relatório das investigações ao Tribunal de Contas da União. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/21452/cpi-da-telefonia-entrega-relatorio-das-investigacoes-ao-tcu.html>>. Acesso: em 20 maio. 2017.

⁴⁴ ALPB - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. CPI da Telefonia entrega relatório das investigações ao presidente do TJPB. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/21508/cpi-da-telefonia-entrega-relatorio-das-investigacoes-ao-presidente-do-tjpb.html>> Acesso: 20 maio. 2017.

⁴⁵ MARQUES, Cláudia Lima na apresentação da obra *Dano Moral no Direito do Consumidor*, de autoria de Héctor Valverde Santana. 2009, p.20.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar o presente estudo, restou evidenciado que o conceito de “mero aborrecimento” aplicado pelo Poder Judiciário acaba por encorajar e fortalecer o comportamento das operadoras de telefonia ante a má prestação dos serviços ofertados.

Assim, há de asseverar que a má prestação dos referidos serviços não se restringem a meros aborrecimentos inerentes ao cotidiano de uma sociedade complexa, visto que o mesmo detém o condão de atingir a esfera extrapatrimonial, violando, por óbvio, a dignidade do consumidor.

Deste modo, não se faz prudente que as decisões proferidas pelo Poder Judiciário da Região Nordeste deem guarida as irregularidades postas, e por mais uma vez obstrua o direito do consumidor em ter um serviço de telefonia de qualidade. Assim, faz-se imperioso que referido Poder atue como guardião dos direitos daqueles, ao invés de encorajar e fortalecer a má prestação do mencionado serviço, em específico do de telefonia.

REFERÊNCIAS

ANATEL. **AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**. Reclamações registradas na Anatel - 2015. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/consumidor/reclamacoes-na-anatel2>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ALPB- **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA**. Assembleia recebe apoio do TJPB na CPI da Telefonia Móvel. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/18227/assembleia-recebe-apoio-do-tjpb-na-cpi-da-telefonia-movel.html>> Acesso em: 20 mai. 2017.

ALPB- **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA**. CPI da Telefonia apresenta relatório final. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/20814/cpi-da-telefonia-apresenta-relatorio-final-e-indica-irregularidades-das-operadoras.html>> Acesso em: 20 mai. 2017.

ALPB- **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA**. CPI da Telefonia entrega relatório das investigações à Polícia Federal. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/21424/cpi-da-telefonia-entrega-relatorio-a-policia-federal.html>> Acesso em: 20 mai. 2017.

ALPB- **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA**. CPI da Telefonia Móvel entrega relatório final das investigações ao MPPB. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/21360/cpi-da-telefonia-movel-entrega-relatorio-final-das-investigacoes-ao-mppb.html>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ALPB- **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA**. CPI da Telefonia entrega relatório das investigações ao presidente do TJPB. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/21508/cpi->

da-telefonica-entrega-relatorio-das-investigacoes-ao-presidente-do-tjpb.html> Acesso: 20 mai. 2017.

ALPB- **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA**. CPI da Telefonica entrega relatório das investigações ao Tribunal de Contas da União. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/21452/cpi-da-telefonica-entrega-relatorio-das-investigacoes-ao-tcu.html>>. Acesso: em 20 mai. 2017.

ALPB- **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA**. A CPI da Telefonica recebe principais reclamações dos PROCONS. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/17837/cpi-da-telefonica-recebe-principais-reclamacoes-dos-procons.html>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ALPB- **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA**. Aguinaldo anuncia CPI da Telefonica Celular. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/1924/aguinaldo-anuncia-cpi-da-telefonica-celular.html>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal Justiça – STJ. REsp: 1399931 MG 2013/0281903-4, Relator: Ministro Sidnei Beneti, Data de Julgamento: 11/02/2014, T3 - Terceira Turma, Data de Publicação: DJe 06/03/2014.

BRASIL. Superior Tribunal Justiça - STJ. REsp 1195642/RJ, j. 13.11.2012, Relatora. Min. Nancy Andrighi, DJe 21.11.2012

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF. Acórdão n. 724712, Relatora Des^a. Ana Maria Duarte Amarante Brito, 6^a Turma Cível, Data de Julgamento: 16/10/2013, Publicado no DJe: 22/10/2013

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de direito do consumidor**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**, volume 3:responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo : Saraiva, 2012.

MARQUES, Claudia Lima. Apresentação. In: SANTANA, Héctor Valverde. **Dano Moral no Direito do Consumidor**, 2009.

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de Direito do Consumidor**. 5.ed. São Paulo: RT, 2013.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento** — Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

OAB-SC - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO SANTA CATARINA. **A tríplice função do dano extrapatrimonial**. Disponível em:< <http://www.oab-sc.org.br/artigos/triplice-funcao-do-dano-extrapatrimonial/119>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito do consumidor: direito material e processual**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO, 2017.

A QUARTA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A DISTINÇÃO ENTRE OS TEMPOS DE TRABALHO E TEMPOS DE NÃO-TRABALHO

*Pablo Fernandez Patterson*¹

RESUMO

O artigo busca averiguar a falsa premissa histórica de que a evolução mecânica e científica dos meios de produção contribuiria para a redução da intensidade do trabalho, gerando mais tempo social livre; de fato, o que verificamos hoje é que os avanços tecnológicos só geraram trabalho mais intenso, mais conectado, jornadas mais longas, com acúmulo de funções e responsabilidades, redução de postos de trabalho e avanço do tempo de trabalho sobre o tempo social, causando prejuízos à saúde do trabalhador.

Palavras-chave: Desconexão. Precarização. Revolução tecnológica. Emprego. Lazer.

ABSTRACT

The article seeks to ascertain the false historical premise that the mechanical and scientific evolution of the means of production would contribute to the reduction of labor intensity, generating more free social time; In fact, what we are seeing today is that technological advances have only generated more intense, more connected work, longer working hours, with the accumulation of functions and responsibilities, the reduction of jobs and the advancement of working time over social time, damaging the worker's health.

Keywords: Disconnection. Precariousness. Technological revolution. Employment. Leisure.

1 INTRODUÇÃO

O estudo traz um olhar sob as relações de trabalho ante os desafios da nova macroeconomia sem perder de vista aspectos históricos, culturais e sociais, a exemplo de flexibilização de normas trabalhistas que podem vir a representar, exclusivamente, a proteção do elo patronal em tempos de crise, em detrimento da classe operária. Ao examinar a precariedade nas novas relações de trabalho em razão da necessidade de desconexão do empregado cada vez mais sujeito a uma jornada *virtual* que se sobrepõe à jornada efetivamente pactuada, geralmente atrelada ao uso de novas tecnologias de comunicação que permitem essa telecommutação do labor, ensejando em trabalho continuado e excessivo, bem

¹ Advogado, Mestrando em Políticas Sociais e Cidadania – PPG/UCSal. E-mail: pablopatterson@gmail.com

como suas causas e efeitos, os reflexos operados sobre os trabalhadores submetidos a esse regime de extensão quase que *ad infinitum*, tanto sobre sua saúde física e psíquica, quanto a efeitos patrimoniais ou até mesmo sobre sua intimidade e vida privada, e demais fenômenos atrelados a essa nova realidade.

2 A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TEMPO NAS RELAÇÕES SOCIAIS

Robert Castel nos apresenta ao conceito de *ânsia do tempo* em seus estudos sobre a nova questão social, notadamente no confronto de novos direitos metaindividuais difusos e coletivos. Com muito apuro, demonstra que a vida no pós-modernidade impeliu uma nova marcha a todos os acontecimentos e seus reflexos sobre as relações humanas – e dentre eles a nova conjuntura social, que engloba também as relações de trabalho.

“Vivemos tempos de tempo escasso, em que ele parece fugir ao controle, e essa é uma sensação que atinge pessoas de todas as idades e já se configura um fenômeno do coletivo, despertando significativa produção sociológica de os anos 1980.” (ARAÚJO, 2014). Daí exsurge a presunção de que a adequação a esse novo pacto social prescinde, no campo de relações de trabalho, dentre tantas outras, na sujeição a uma jornada de trabalho que não se encerra com o fim do expediente, mas se perpetua no trajeto de volta do serviço para casa, no próprio lar, nos momentos de interrupção intrajornada e interjornada ou até ao longo de afastamento para gozo de férias ou licenças, quase sempre com emprego das novas tecnologias de comunicação acessíveis ao homem moderno.

A própria filosofia marxista acerca da teoria do tempo social ao analisar a mercantilização do trabalho, sua transformação em força de trabalho abstrata, demonstrando que o valor da força de trabalho é resultado direto determinado pelo tempo de trabalho utilizado. Desta forma, o tempo seria, em si, um bem, que ao ser negociado se torna mercadoria – e mais ainda, como define a autora, uma variável econômica estratégica.

A perenidade das reflexões marxistas acerca do tema é nítida, já que, até mesmo como definição legal em nossos dias, tempo de serviço é tempo à disposição do empregador², e não o tempo efetivamente trabalhado – sempre sob a égide da legislação social e seu enfoque protetivo à parte hipossuficiente da relação de trabalho. Assim, a definição de *jornadas de trabalho* tem o diapasão de disciplinar o valor de troca do labor em blocos temporais

² Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto Lei 5452 de 1º de maio de 1943: Art. 4º - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

limitados. Para Marx, os proprietários dos meios de produção material não pagam aos seus operários o inteiro tempo de trabalho despendido, mas apenas a cota correspondente à mera reprodução da força de trabalho, o que resulta na teoria da mais valia, e por sua vez, na exploração deste sobrevalor já que os meios de produção se apropriam desse tempo de trabalho empreendido, mas não efetivamente remunerado.

O trabalho moderno caracteriza-se por uma hiperpersonalização. Esta deu origem a uma fragilização importante dos assalariados, que se manifesta por um forte sentimento de precariedade, mesmo quando o emprego é estável, isto é, com contrato de duração indeterminada ou mesmo com um estatuto de funcionário público. A modernização do mundo do trabalho caracterizou-se essencialmente por uma individualização sistemática da gestão dos assalariados. E isso em resposta à grande comoção gerada por Maio de 68, que pôs em perigo os próprios fundamentos da ordem industrial capitalista.³

Esta precarização subjetiva se revela na manutenção de um constante estado de excitação e insegurança. Irrelevante se os empregados ocupam postos altos ou funções de piso, a constante avaliação, julgamento, comparação, exigência por excelência e por capacitação – e capacidade – permanente só resultam em um clima vantajoso ao tomador de serviços, que não logra esforços na manutenção desse ambiente de disputa e inquietude. Neste cenário, o fracasso não pode ser tolerado, o que é impingido nas mentes dos empregados. Assédio, angústia e o *burnout* se tornam constantes. Desta forma, resta patente que a insegurança nas relações de trabalho não se instauram apenas nos empregos instáveis – mas também na exasperação pela manutenção do trabalho a qualquer custo – inclusive, da saúde física e mental do trabalhador.

No que tange ao estudo da sobrejornada de trabalho e seus efeitos perniciosos, SINGER segue com a linha marxiana de que o Capital tende a negar ao trabalhador os elementos essenciais, tanto na sua remuneração quanto no tempo livre com seus familiares, atrelando-os à sua sobrevivência e reprodução, invadindo assim o *tempo social* do empregado. Neste espeque, Sílvia Maria de Araújo sustenta ainda que a mercantilização do trabalho, sua transformação em força de trabalho abstrata, demonstra que o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la, e ainda que esta diminui com os ganhos de produtividade e rebaixamento dos custos de produção de bens. Daí a importância do tempo que embasa inclusive a teoria da mais valia. Neste sentido:

Ao centrar a atenção sobre as relações entre concepções e representações do tempo, resguardando a centralidade do trabalho na estrutura da sociedade industrial, Marx inaugurou um tema recorrente até hoje. Também avaliou o poder de controle sobre o tempo de outros e os meios institucionais para

³ ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. (fls. 49)

exercê-lo, revelando a racionalização que reveste o tempo na modernidade, processo esse ressaltado nos estudos de Max Weber.⁴

O que seria, então, considerado como trabalho intenso?

A sociedade contemporânea é sacudida por uma onda de exigências cada vez maiores sobre os assalariados por mais trabalho e mais resultados. A própria revolução tecnológica – em que nos encontramos neste exato momento – contribui grandemente para que os indivíduos sejam cada vez mais sugados em suas capacidades de produzir mais trabalhos. Resumimos esse envolvimento superior dos trabalhadores seja física, seja mental, seja emocionalmente na expressão ‘mais trabalho’. Intensificar é exigir mais trabalhos e resultados superiores no mesmo espaço de tempo. Significa, portanto, aumentar a exploração do trabalho.⁵

Imperioso identificar os instrumentos empregados para aplicar a intensificação do trabalho. Dal Rosso elenca, dentre muitas, as que podemos destacar para este estudo: o alongamento das jornadas, o ritmo e a velocidade das atividades e o acúmulo de funções. Destaca ainda que os setores nos quais o trabalho se tornou ainda mais intenso a partir de 1990 foram o bancário, de telefonia e de comunicação – setores que empregam tecnologia de ponta – bem como os transportes rodoviários e os serviços de saúde e ensino privados. Isso demonstra que o processo de intensificação do labor é heterogêneo para cada atividade, considerando ramos tão diversos. Os processos se iniciariam, portanto, por iniciativa dos setores capitalistas privados mais modernos – como os três primeiros elencados acima – e aqueles afeitos a capitalismo mais tradicional seguiriam o processo mais lentamente. Isso conduz a teoria de são os grandes conglomerados os responsáveis pela introdução dos mecanismos de intensificação do labor, e uma dessas maneiras seria a mera aplicação de técnicas e tecnologias já empregadas em nações ainda mais capitalizadas, a exemplo de metodologias de falso incentivo, treinamento em reengenharia, *downsizing*, aquisição de software ou maquinário de forma a reduzir o quadro. Desta forma, surgiriam os ganhos de produtividade em face da concorrência, somando à evangelização do empregado como responsável pelo sucesso da empresa com o fim único de preservar o emprego, sem que haja real compensação extraordinária para esse feito.

⁴ ARAÚJO, Silvia Maria de, in CATTANI, Antônio (Org). *Trabalho: horizonte 2021*. Trabalho sem fim, tempo sem tempo. Porto Alegre: Escritos, 2014, (fls. 68-69)

⁵ DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008. (fls. 45)

3 DISTINÇÃO E SUPERPOSIÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO E TEMPO SOCIAL

Vivemos uma era em ritmo acelerado na qual as relações sociais sofrem alterações a ciclos cada vez menores. Os tempos de trabalho e de não trabalho estão cada vez mais acelerados, bem como os intervalos fluem com mais insipidez, com menor recompensa sensorial ao empregado. Essas alterações diuturnas prejudicam até mesmo o olhar avante, o planejar do futuro, tamanha a necessidade de se debruçar sobre o presente que escoar rápido entre nossas mãos. Quando não há longo prazo em vista (SENNET, 2000) o futuro se torna incerto e o agora alcança o status de tempo absoluto, o que leva à necessidade de consumi-lo exaustivamente. “Ganhar tempo” se torna uma obsessão e imposição social que esmaga a capacidade individual de fruí-los com tranquilidade e planejamento. O tempo de trabalho e de não trabalho se torna o centro das atenções, e economizar essa mercadoria é o alvo de manobras individuais e sociais para aproveitá-lo, inclusive ensejando cada vez mais a realização de múltiplas tarefas simultaneamente com efeito de tensão físicas e psíquicas advindas desses reiterados sacrifícios pessoais.

A separação entre tempo livre e tempo à disposição para o trabalho é cada vez mais tênue, dando azo a novas interpretações acerca do que seria o efetivo tempo de trabalho e criando novas modalidades de contrato baseados em compartimentação das unidades de tempo/serviço a exemplo do trabalho *on demand*, confluindo em sobreposição desses tempos de forma a tornar confusa a separação entre repouso e trabalho. Essa “confusão” se caracteriza pela ausência de limites em ambas contagens temporais, ou seja, o controle sobre o tempo efetivamente destinado ao trabalho é muito mais indolente e indireto, por vezes inexistente qualquer forma de controle gerando um estado de trabalho perpétuo, de submissão constante ao trabalho a qualquer hora, de qualquer lugar.

O processo de globalização estabeleceu como imprescindível a aplicação das novas tecnologias com o fim de alimentar a lógica de mercado e a competição extrema como uma condição inquestionável, com suas implicações na economia e na política internacional contemporânea. Esses avanços tecnológicos criaram profundas alterações a partir da revolução industrial inglesa, núcleo do processo industrial, inaugurando a primazia do trabalho mecanizado – a vapor – sobre o trabalho braçal. Já o segundo estágio tecnológico, a partir de meados do século XIX com berço nos Estados Unidos e na Alemanha, representou a submissão do trabalho mental de rotina pelo esforço repetitivo e em linha de produção, já com escopo na energia elétrica.

A Terceira Revolução Tecnológica representa o avanço das novas tecnologias de informação e sua ferramenta-símbolo é o computador, símbolo da comunicação como instrumento a serviço do mercado. As redes informacionais atravessam o globo facilitando a circulação do capital em detrimento das forças estatais, fragilizando sobretudo as economias incipientes baseadas na produção de commodities ou produtos primários, ainda extremamente dependentes destes fluxos de capital. Destarte o processo de globalização experimentado nos últimos quarenta anos, revela-se como crível a economia da informação, tendo com paradigma da produção o aumento dos níveis mundiais de desemprego, enquanto somente as nações mais ricas empregam essa tecnologia de forma a manter aquecida os seus mercados. As tecnologias contemporâneas vem sendo empregadas para reforçar a lógica do capitalismo global, expansão dos mercados e acumulação, provocando mudanças extremas nas relações de trabalho e gerando exclusão social. Nesta seara, afirma Milton Santos:

A globalização marca um momento de ruptura nesse processo de evolução social e moral que se vinha fazendo nos séculos precedentes. É irônico recordar que o progresso técnico aparecia, desde os séculos anteriores, como uma condição para realizar essa sonhada globalização com a mais completa humanização da vida no planeta. Finalmente, quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade. A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada.⁶

No que tange ao alongamento das jornadas, a tecnologia tem papel fundamental no acúmulo de tarefas sobre os ombros do empregado. Destarte a redução da jornada diária de 48 horas para 44 horas com a constituinte de 1988, evidencia-se que o trabalhador cumpre mais horas de serviço a cada década. Ainda assim, o labor persiste mesmo após o fim da jornada legal, especialmente e proporcionalmente para os empregados que possuam qualquer espécie de poder decisório ou de gestão, aliados a responsabilidades sobre o resultado da atividade econômica – algumas vezes, compensados por bônus ou participação nos lucros, mas essa não é a regra geral.⁷ Os estudos focam especificamente duas categorias: a dos bancos e finanças, e o ensino superior privado, que declinam claramente que a sua jornada se prolonga além daquela efetivamente pactuada, de forma a prestar seu mister com a eficiência necessária ao sucesso do empreendimento, para a primeira categoria; ou por pressão do núcleo social de trabalho, para a segunda categoria.

⁶ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.64-65

⁷ DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008. (fls. 109)

O segundo aspecto observado é a aceleração do ritmo e velocidade das atividades laborais, elementos chaves do toyotismo.⁸ O emprego da ameaça da “concorrência” justifica a exigência crescente da disposição integral ao ofício como elemento necessário à manutenção do emprego. Evidencia-se aí uma armadilha do próprio taylorismo: ao parcelar as tarefas e criar inúmeras novas funções – e profissões – surgiram sistemas hierárquicos complexos que prescindem de partilha do poder gerencial, estimulando a administração da empreitada em níveis de responsabilidade:

Existem inúmeros outros aspectos que podem ser mencionados como valores para os trabalhadores, como a construção de identidades profissionais, o status de determinadas profissões, e que estavam envolvidos com esses aspectos da organização das profissões. Pois bem, a exigência de polivalência, de flexibilidade e de reagrupamento de funções coloca em xeque toda essa estrutura historicamente construída em que as empresas também participaram, urdindo armadilhas para todos.⁹

Finalmente, resta falar sobre o acúmulo de atividades, resultado do efeito anteriormente ilustrado. Após o surgimento de diversas funções e profissões, o efeito natural seria o crescimento de postos de trabalho. Contudo, o emprego tecnológico foi alijado pelo ideal capitalista de mais lucro, resultando em efeito oposto: com novas máquinas – essencialmente a informática – menos pessoas poderiam desempenhar as novas funções, e agora o trabalhador tem que desempenhar mais tarefas no mesmo intervalo de tempo. Evidencia-se que a dinamização das próprias relações econômicas gera o resultado de mais trabalho – de forma a manter a competitividade como forma de ampliar os lucros – mas sempre em busca por redução de postos de trabalho no âmbito da atividade diretamente atingida, já que, em números absolutos, a força de trabalho cresce, bem como o exército de reserva, desde a crise do fordismo, inclusive incorporando novas atividades em novas áreas ainda não exploradas através dessa transnacionalização. Verifica-se, por exemplo, o surgimento de *call centers* de forma a condensar as funções de vendas de produtos e serviços, manutenção e reclamações, o que antes era prestado de forma centralizada, porém em departamentos diversos:

... está em curso um processo de intensificação do trabalho, particularmente nos ramos de atividade mais fortemente disputados pela competição capitalista internacional: mas tal processo não é homogêneo em todos os campos em que se manifesta, existindo uma diversidade de formas a fazê-lo empregada por tipos de atividade. Talvez a seguinte imagem possa auxiliar a compreensão. A estratégia central – já completamente desenvolvida naqueles negócios que concentram grandes volumes de capital – é única, fazer com

⁸ DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008. (fls. 113)

⁹ DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008. (fls. 117)

que o trabalho renda mais resultados no mesmo período de tempo considerado. Mas as táticas, o como fazer e as formas de intensificar o trabalho variam muito segundo os ramos de atividade econômica.¹⁰

Alcançamos a Quarta Idade da Máquina (ALVES, 2011). A matriz informacional dessa desenvolvida etapa do sistema é caracterizada por redes de comunicação, amparadas pelas TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) sempre aplicadas desde a produção industrial até o setor de serviços, atravessando as atividades de gestão.¹¹ Este é o resultado de um processo evolucionário oriundo do surgimento da sociedade global. Estas novas tecnologias contribuíram para a implementação de novas estratégias empresariais com o fulcro de internacionalizar a produção, flexibilizando ainda mais o capital e ampliando ainda mais a autonomia neoliberal nas economias nacionais.

Esta Quarta Revolução Tecnológica – representada pela ascensão das redes informacionais – se revela como o atual desdobramento da revolução tecnológica, representando a ruptura fundamental ou o “salto quântico” na evolução do maquinário do capitalismo.¹² Dela se constitui o ciberespaço e a rede interativa ou de controle da produção e da reprodução social, daí relevando-se como ferramenta fundamental não só ao controle, mas também à exigência da supramencionada qualificação extrema, e mais ainda, da imposição de consequências a quem não corresponder a essas exigências, propiciando o trabalho extremo e quase ininterrupto, sob fiscalização constante e sob a aura de impor ao empregado um temor em não cumprir uma espécie de quota atrelada ao resultado final da empreitada, sujeitando-lhe responsabilidade não só sobre o seu trabalho, mas sobre os resultados alcançados, sobre o lucro final. O empregado que não corresponde às expectativas não falha apenas como empregado, mas falha na vida, na sociedade, falha como indivíduo já que foi convencido de que ele também é o responsável pelo resultado direto da atividade econômica – e não somente por oferecer a sua força de trabalho, ou ainda, para ALVES (2011, fls. 76):

Os requerimentos sociotécnicos da nova máquina da Quarta Revolução Tecnológica se intervem na nova ideologia da ‘gestão por competência’, forma da subsunção formal-intelectual do trabalho ao capital sob o espírito do toyotismo. Segundo essa ideologia, a nova produção de mercadorias deve buscar dispor de ‘trabalhadores flexíveis’ para lidar com as mudanças no processo produtivo, enfrentar imprevistos (incidentes/eventos) e trabalhadores passíveis de serem transferidos de uma função a outra dentro da empresa, requerendo-se, para tanto, a polivalência e a constante

¹⁰ DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008. (fls. 150)

¹¹ ALVES, Giovanni: *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011. (fls. 69)

¹² ALVES, Giovanni: *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011. (fls. 71)

atualização de suas competências. Segundo os ideólogos do toyotismo, flexibilidade e polivalência é o que lhe dá a medida correta de sua empregabilidade...”

Consolidada a visão de que as novas tecnologias influenciam diretamente a nova sociedade do trabalho, verifica-se que esses enormes impactos no processo produtivo resultam em enormes transformações no sistema capitalista de produção nas últimas décadas. Como forma de adequação aos novos tempos, o modelo de empregado a ser alcançado é aquele polivalente, qualificado, inserido no contexto de responsabilidade pelo resultado final da empreitada, com autonomia e poder decisório. Sua recompensa, em parte, é retroalimentada pela própria reestruturação do sistema produtivo como forma de estímulo e integração ao novo mundo do trabalho, a suas novas regras. O empregado deve estar sujeito ao constante aperfeiçoamento e reciclagem, a afeição às novas tecnologias passa a ser não mais uma condição extra, mas sim condição básica e inerente para a prestação do labor. Essa nova modalidade de interseção laboral aparenta ceder ao empregado maior liberdade decisória até a sua conexão a empresas subsidiárias, empresas terceirizadas que desempenham atividades complementares, outros autônomos – consultores e especialistas, por exemplo – redes de fornecedores... o universo não pode ser mensurado. Contudo, essa conexão – transformada em algo diuturno ante o emprego das novíssimas tecnologias de comunicação com o fim de fornecer as informações necessárias para alimentar essa nova cadeia produtiva – não necessariamente agregam valor à mão de obra sob a via de pagamento de horas extraordinárias ou até mesmo bonificações, prêmios ou outras recompensas. O empregado, ao passar a se considerar gestor de sua força – ante a suposta autonomia que lhe é concedida – se submete de forma mais dócil ao sistema. Seus colegas de trabalho passam a se enxergar como ilhas de individualismo e competição, enfraquecendo ainda mais a unicidade que, em essência, sustenta o sistema sindical. Em verdade os empregados passam a ser tratados como mercadorias facilmente substituíveis, alijando o trabalho de sua condição de sustentáculo da cidadania.

4 MAIS TRABALHO COMO CONSEQUÊNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO

Sem a busca a um novo contrato social que volte a compartilhar democraticamente o trabalho, restituindo-lhe a capacidade de promover a interação do emprego humano com a revolução tecnológica, reproduzimos o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (1998):

O contrato social é a grande narrativa em que se funda a obrigação política moderna, uma obrigação complexa e contraditória porque foi estabelecida entre homens livres e, pelo menos em Rousseau, para maximizar e não para minimizar essa liberdade. O contrato social é assim a expressão de uma tensão dialéctica entre regulação social e emancipação social que se reproduz pela polarização constante entre vontade individual e vontade geral, entre o interesse particular e o bem comum. O Estado nacional, o direito e a educação cívica são os garantes do desenrolar pacífico e democrático dessa polarização num campo social que se designou por sociedade civil.¹³

As novas tecnologias, contrariando previsões centenárias, alimentam o distanciamento pois prestigiam a inclusão daqueles inseridos na sociedade de informação, e a exclusão dos ausentes. Aos primeiros são dirigidas todas as oportunidades, gerando um verdadeiro *apartheid* social. Um novo contrato social a ser perseguido deve incluir a legitimação, a interação e participação na política, sociedade e cultura. A globalização em seu formato atual somente consolida a posição dos grandes centros, notadamente os Estados Unidos, como força hegemônica inexorável, apenas representando uma nova roupagem do liberalismo de outrora. Assim sai fortalecido o discurso que prega o Estado mínimo, sua não-intervenção na economia e nos dilemas sociais.

A desregulamentação dos sistemas protetivos enseja a prevalência da negociação direta entre patrão e empregado, a ampla abertura de mercados com ilimitada liberdade ao comércio internacional num sistema que reduz as pessoas à condição de mercadorias e meros consumidores. A retração, a nível global, de direitos sociais afasta ainda mais as nações periféricas da autonomia para decisões com escopo internacional, redirecionando-as para organismos supranacionais como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, que agora se responsabilizam pela edição de metas e procedimentos a serem tomados pelas nações, enfraquecendo ainda mais a soberania dos Estados e acelerando o processo de privatização de empresas estatais sob a ótica de que o livre mercado regularia essas dinâmicas com isenção.

Muito pelo contrário: a lógica de mercado vigente traz muito mais conflitos do que soluções para as mazelas sociais, ampliando o abismo de desigualdades não só entre os cidadãos, mas entre as próprias nações. O que se vislumbra é que a revolução tecnológica vem sendo empregada para ampliar os níveis de desemprego e de pobreza ao invés de promover melhoria de qualidade de vida, redução das jornadas de trabalho e melhor remuneração aos trabalhadores.

¹³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar a Democracia*. Lisboa: Gradiva, 1998. p. 5.

Salta aos olhos, nas últimas décadas, a profunda modificação na divisão internacional do trabalho sob o comando dos centros capitalistas mundiais com o emprego do aparato provido pela nova Revolução Tecnológica. Esse processo gera ainda mais concentração de riqueza tanto nos setores produtivos quanto especulativos, concedendo poder inimaginável às corporações multinacionais. Em sentido contrário, boa parte das nações em desenvolvimento – como o Brasil – acaba se tornando mero canteiro de obras e/ou latifúndios dessas corporações, auxiliadas pelos mencionados organismos internacionais, ensejando em rebaixamento do custo do trabalho, tendo como resultado final ainda mais distorções na distribuição de renda. Em oposição, a China, outra nação periférica, com base em um regime planejado para o estado, contudo extremamente agressivo e monetarizado no campo econômico, tornou-se um dos grandes empreendedores globais.

Neste espeque, seriam os Estados os “*perdedores globais*” (KURZ, 1997), salientando que a globalização tem como ponto negativo a fragilização do estado nacional, que por sua vez, ao prestar sua contraparte ao sistema produtivo, ainda seria imprescindível, já que o mundo não é governado por corporações. O governo da unidade nacional é o responsável, grosso modo, pelo *welfare* dos seus cidadãos – e este deveria ser o resultado do intercâmbio com o sistema produtivo, após propiciar a infraestrutura adequada para a exploração da atividade econômica. No entanto, como ensina LUTZ, com o advento da 3ª Revolução Industrial a velocidade da racionalização eliminadora de trabalho suplantou a capacidade de expansão dos mercados. Desta forma, o mero fato dos mercados buscarem condições mais vantajosas para sua atividade – explorar matéria prima em nações de democracia frágil, beneficiar a matéria em locais onde a legislação ambiental é obtusa ou facilmente burlável, industrializar os bens onde a legislação trabalhista é menos coesa – só fragiliza o Estado como elo desta cadeia, por sua vez, causando prejuízo aos nacionais.

Este *novo poder* do capital na alocação dos fatores produtivos também resulta em luta contra o trabalho organizado e protegido, transformando a evolução tecnológica – que deveria primar por menos labor, mais eficiente e mais produtivo – em arma para alterar os *handicaps* na luta de classes, notadamente favorecendo os grupos capitalistas. A questão da soberania de mercado sobre a vontade do Estado já foi vergastada demasiado, imperando hoje o pensamento da escola austríaca do *laissez faire*. O objetivo seria transmitir ao cidadão a impressão de que ele, indivíduo, é incapaz de gerir seu destino, resignando-se – mas também de, paulatinamente, suscitar a ineficácia dos estamentos públicos para garantir a ineficácia do fornecimento dos serviços básicos prometidos aos próprios cidadãos sob a forma de pacto, advindo daí a necessidade de privatizar, terceirizar, alienar o bem comum, em verdadeiro

arrepio ao próprio conceito do pacto federativo – ou seja: o indivíduo trabalha, contribui e recebe a sua contraparte que seriam as salvaguardas sociais. Mas não é o que ocorre:

Trata-se aqui da contradição interna do próprio sistema moderno de produção de mercadorias, que se reproduz em níveis cada vez mais elevados: quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado; quanto maior a economia de mercadorias e de dinheiro, tanto maiores serão os custos anteriores, os custos secundários e os custos subseqüentes do sistema e tanto maior serão também a atividade e a demanda financeira do Estado.¹⁴

Ante o exposto, considerando-se o direito à desconexão como decorrente da constante imersão de novas formas de comunicação, poderia ser conceituado como “*o direito do trabalhador (teletrabalhador ou não) de permanecer desligado ou ‘desconectado’ do pólo patronal e da exigência de serviços em seus períodos de repouso, notadamente em virtude da possibilidade de interferências do tomador de serviços nesses lapsos de tempo diante da existência das novas tecnologias.* (OLIVEIRA, 2010, p. 64)”¹⁵ Não obstante, consoante o observado acima, não há conexão obrigatória entre trabalho intenso e conectado com as facilidades promulgadas pela revolução tecnológica, mas às vezes de mera disponibilidade quase que incessante para o próprio trabalho, ou nos dizeres de Souto Maior, que conceituaria como necessidade de desconexão: “*...trabalhar menos, até o nível necessário à preservação da vida privada e da saúde, considerando-se essencial esta preocupação (de se desligar, concretamente, do trabalho) exatamente por conta das características deste mundo do trabalho marcado pela evolução da tecnologia, pela deificação do Mercado e pelo atendimento em primeiro plano, das exigências do consumo.* (SOUTO MAIOR, 2011, p. 03)”¹⁶

O avanço neoliberal e a pressão dos mercados para um novo movimento do capital implicam, sob sua ótica, em redução de direitos sociais, dentre outros. Inserido neste contexto, há uma transferência de responsabilidade ao trabalhador – mais trabalhos, menos empregos – acerca dos resultados do empreendimento. Dentre a supressão de conquistas, resta imperioso salientar a necessidade de salvaguardas ao direito de se desconectar ao trabalho, assim preservando-se o tempo social e o trinômio saúde-intimidade-lazer como garantia da dignidade humana.

¹⁴ KURZ, Robert. *A falta de autonomia do Estado e os limites da política*. In *Os últimos Combates*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997. (fls. 101)

¹⁵ OLIVEIRA, Christina D’arc Damasceno. *O direito à desconexão do trabalhador: repercussões no atual contexto trabalhista*. *Revista IOB: Trabalhista e previdenciária*. Ano XXII, nº253. Julho de 2010. São Paulo.

¹⁶ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Do direito à desconexão do trabalho*. Disponível em: http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18466/Do_Direito_%C3%83%C2%A0_Desconex%C3%83%C2%A3o_do_Trabalho.pdf?sequence=2. Acessado em: set/2016.

Verifica-se ainda que inexistente paridade entre empregado e empregador que justifique a sublimação dessas garantias primordiais em prol de contratos firmados entre as partes. Nem mesmo a promessa tecnológica, à qual se acreditava, a cento e cinquenta anos atrás, que tornaria o trabalho obsoleto, foi capaz de romper a dualidade homem/máquina – o trabalho humano não pode se comparar ao automatizado, mas está longe de ser prescindível. Surge a necessidade de lidar com um novo ambiente de trabalho, em constante transformação, mais do que nunca pressionado por mais resultados de mercado – neste caso, impelindo labor mais intenso ao trabalhador.

Não há que se falar em omissão legislativa no enfrentamento a esses temas – ou que as mesmas resultariam obsoletas, já que a função primordial do Estado é a de promover o bem-estar, e não assegurar condições vantajosas à economia. Da mesma sorte, a ausência de tipificação em face do surgimento de novas tecnologias, novas funções, novos nichos de mercado só remete os trabalhadores às cartas de intenções de escopo amplo, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que cita em seu artigo XXIV: *“Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.”* No caso brasileiro, qualquer ameaça a estes direitos inerentes da pessoa humana ainda esbarrariam na nossa própria Carta Magna: *“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”*¹⁷ e ao estipular a duração do trabalho será de até oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, sendo de seis horas diárias quando realizado em turnos ininterruptos, ressalvados acordos coletivos.¹⁸

A imparável evolução tecnológica não pode representar desafio à Justiça, mesmo que ao legislador falte tempo – ou vontade social – para acompanhar tais mudanças. É preciso consciência de que novas tecnologias visam facilitar o labor, não perenizá-lo. Da mesma sorte, a atividade laboral não pode permanecer à mercê das intempéries do mercado, sendo

¹⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Art. 6º, *caput*: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

¹⁸ Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943); XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

imprescindível a salvaguarda dos direitos fundamentais da pessoa humana mesmo ante o império das vontades do capital.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- CATTANI, Antônio (Org). **Trabalho**: horizonte 2021. Trabalho sem fim, tempo sem tempo. Porto Alegre: Escritos, 2014.
- DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec/Unesp: 1999.
- KURZ, Robert. **A falta de autonomia do Estado e os limites da política**. In: Os últimos Combates. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, Christina D'arc Damasceno. O direito à desconexão do trabalhador: repercussões no atual contexto trabalhista. **Revista IOB: Trabalhista e previdenciária**, São Paulo, Ano XXII, nº253, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia**. Lisboa: Gradiva, 1998.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Do direito à desconexão do trabalho**. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18466/Do_Direito_%C3%83%C2%A0_Desconex%C3%83%C2%A3o_do_Trabalho.pdf?sequence=2>. Acessado em: set. 2016.

QUARTO DE DESPEJO: A AUTOFICÇÃO CONSTRUINDO O MITO DO ESCRITOR¹

*Priscila Goes da Silva*²

RESUMO

No presente artigo discutiremos sobre o conceito de autoficção, o fragmento que separa o empírico do imaginário no texto autobiográfico e a partir disso a construção da performance do autor. Essa discussão é feita por meio do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, buscando identificar elementos corroborativos de que essa obra comporta-se como autoficção.

Palavras-chave: Autoficção. Construção. Performance.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de autoficção foi criado pelo crítico e romancista francês Sergue Doubrovsky, que o compreende como uma ficção de si, e não a ficção do texto, ou seja, o autor através da sua escrita cria um “romance da sua vida”. Na autoficção o que se torna relevante não é o cotidiano ou as relações de quem escreve sobre si ou sobre o outro, mas o que, de fato, interessa a isso é o que está sendo construído através do texto, ou seja, o próprio mito do escritor, nele “o real não retorna em termos de trauma e sim de efeito” (KLINGER, 2006). O efeito do qual Klinger referencia, podemos observar no real escrito por Carolina Maria de Jesus.

De acordo com Luciene Azevedo (2007): “a autoficção é entendida como um apagamento do eu biográfico, capaz de constituir-se apenas nos deslizamentos de seu próprio esforço por contar-se como um eu, através da experiência de produzir-se textualmente”. Assim como o que está sendo escrito condiz com a realidade, quando analisada proximamente, pode coexistir, num paralelo, a própria ficção, pois o que está sendo relatado pelo escritor, é pela sua ótica e quando vista por outra, poderá sofrer modificações. Partindo desse princípio, tudo é ilusório, existe uma construção por parte de quem escreve e uma interpretação por quem lê, nota-se o entrelaçar do verossímil e inverossímil, que segundo

¹ “Autoficção é uma máquina produtora de mitos do escritor” (KINGLGER, 2006).

² Graduanda do curso de Letras da Universidade Católica do Salvador (UCSal).

Azevedo (2007) bagunça o horizonte do leitor, atenuando o espaço que fragmenta o vivido do imaginado.

A autora de *Quarto de despejo*, quando iniciou seu diário, não tinha a pretensão de ser escritora, escrevia porque gostava e valorizava a escrita e a leitura. Como podemos observar na citação a seguir:

O livro me fascina. Eu fui criada no mundo. Sem orientação materna. Mas os livros guiaram os meus pensamentos. Evitando abismos que encontramos na vida. Bendita as horas que passei lendo. Cheguei a conclusão que é o pobre quem deve ler. Porque o livro, é bússola que ha de orientar o homem no porvir (JESUS, 1996, p.167).

Quem possui a palavra detém o poder, através da palavra o sujeito pode estabelecer ou rasurar conceitos e preconceitos na sociedade, transformar a situação de um povo e até mesmo de uma nação, posteriormente a autora passou a ter essa noção e sabia que através de seus relatos poderia ocasionar alguma mudança, podemos observar essa consciência de Carolina ao ler as ameaças que ela profere aos seus vizinhos, ao dizer, pelo bem ou pelo mal, que os colocará em seu livro. Para esclarecermos melhor sobre isso, abordaremos a história da escritora em questão e posteriormente analisaremos a sua obra à luz do conceito de autoficção.

2 AS DIVERSAS CAROLINAS

Carolina Maria de Jesus nasceu no estado de Minas Gerais, onde cursou até o segundo ano do primário, posteriormente partiu para a grande São Paulo, onde se instalou na favela do Canindé, às margens do Rio Tietê. Trabalhou como doméstica, depois, por tristes anos, marcados pela pobreza e a fome, catou papelão para conseguir o seu sustendo e dos seus três filhos. No entanto, a condição que a escritora vivia não a impediu de ser uma grande mulher, em busca de voz por ela e seu povo: “o poeta enfrenta a morte quando vê seu povo oprimido” (JESUS, 1983, p. 38), nas pequenas ambições que demonstrava ter, estava presente o seu semelhante, como partícipe do digno pão de cada dia e uma casa construída com tijolos, mas também, em certos momentos, demonstra descontentamento ao deparar-se com a desolação dos moradores da favela: “No inicio são educados, amáveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. São diamantes que se transformam em chumbo” (p. 37). E profunda irritação em outros: “as mulheres da favela são horríveis numa briga. O que podem resolver com palavras elas transformam em conflito. Parecem corvos, numa disputa” (p. 54). Em seu

discurso, Carolina intercala entre esses polos, apresentando o olhar, majoritariamente, dúbio e o desejo intenso de voar para longe da favela, a qual considera como o quarto de despejo:

Quando estou na cidade tenho a impressão de que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludo, almofadas de cetim. E quando estou na favela tenho a impressão de que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 1983, p. 36).

A escritora encontrou, nos livros, o norte para a saída das angustias e tristezas que lhe causaram profundas cicatrizes, muitas delas expostas em seu diário, era uma mulher guerreira, que não se prostrava perante as adversidades e conseguia contemplar a beleza da natureza, mesmo quando a fome forçava-lhe enxerga-la pintada com a cor amarela - a cor da fome.

A escritora foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, em abril de 1958, quando cobria a abertura de um pequeno parque municipal, quando escutou Carolina de Jesus gritar com alguns intrusos na área, para que eles corressem dali ou ela os colocaria em seu livro, o jornalista perguntou-lhe do que se tratava, foi quando ela o levou na favela e mostrou-lhe todos os seus vinte cadernos. Quarto de despejo: diário de uma favelada foi publicado em 1960, o período dos relatos nele apresentados abrange de 15 a 28 de julho de 1955 e de 02 de maio a 01 de janeiro de 1960, vendeu mais de 10 mil exemplares nos primeiros três dias de lançamento e no ano de sua publicação vendeu o equivalente a Jorge Amado.

A voz que Carolina de Jesus pediu: “Hoje eu estou com frio. Frio interno e externo. Eu estava sentada ao sol escrevendo aqui e supliquei, oh meu Deus! preciso de voz” (JESUS, 1996, p. 152), foi-lhe concedida. Quarto de Despejo foi traduzido para 13 idiomas mundo afora e é extensamente estudado e discutido, mesmo depois de mais de cinco décadas, através da sua obra a autora tem uma extensa contribuição para as pesquisas na Academia, tanto no Brasil quanto no exterior. Quarto de Despejo surgiu como algo inusitado, bastante curioso e trouxe um alvoroço aos críticos, pois fugia do padrão acervo que compunha o cânone literário e das obras que concorriam a ele, foi lido, na época, por grandes nomes como Raquel de Queiroz, nisso foram levantadas diversas hipóteses sobre a obra e sua autoria, sendo até cogitado que se tratara de um pseudônimo. Porém pelos minuciosos detalhes e a própria fome descrita demasiadamente, fora descartada essa ideia. Como a própria Carolina de Jesus, trazendo autenticidade a sua obra, ressaltou: “É preciso conhecer a fome, para descrevê-la” (JESUS, 1983). Após o sucesso de vendas de Quarto de despejo, a autora lançou outra produção sua *Casa de Alvenaria*, que não obteve o mesmo sucesso, passando Carolina para o quase anonimato. No sítio que conseguiu comprar com as vendas do primeiro livro, a autora faleceu em 1977, esquecida e novamente em estado de extrema pobreza.

3 A CONSTRUÇÃO DE SI

Segundo Barthes (1999 *APUD DALCASTAGNÉ*, 2012) o escritor é o que fala no lugar do outro. Partindo do pressuposto que a literatura é um espaço representativo, onde interesses e perspectivas sociais estão entrelaçados, questionar quem é esse outro é de suma importância. Fazendo isso na obra de Carolina de Jesus, observamos o seu discurso no lugar *De dentro* (Lugar de fala), o qual Regina Dalcastagné retrata. Enquanto a mulher negra que é extensamente colocada nas obras literárias de uma forma preconceituosa, que precisa ser questionada e rasurada, a escritora Carolina de Jesus contraria isso e mostra o real a partir da sua ótica. Embora a sua obra tenha sofrido estigmas e discriminação, não sendo reconhecida como cânone e por muitos críticos foi considerada apenas como um relato, fugindo do literário, Carolina precisou recorrer a gêneros como o diário, a fim de estabelecer legitimação para a sua obra, muito embora, o livro ser carimbado como tal, não o traz qualquer legitimidade, ou seja, não é reconhecido como literatura. Antes de iniciar seus escritos, a escritora já tinha em mente a sua desvantagem: "Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder tempo" (JESUS, 1983, p. 25). Como podemos perceber Carolina de Jesus já sabia que seria necessária a legitimação "como escritora para poder construir uma representação de si mesma e daqueles que a cercam que se dignifique como literária" (DALCASTAGNÉ, 2012).

Relatando o cotidiano, Carolina de Jesus enfatiza a sua condição, demonstrando total descontentamento "Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gozar descanso." (p. 10). Mas quando conseguia mantimento para seus filhos, fosse através do seu trabalho ou por doações, a sua ansiedade ia-se embora, dando espaço à felicidade e à leitura: "O nervoso interior que eu sentia ausentou-se. Aproveitei a minha calma interior para eu ler. (...) Li um conto." (p. 10). "Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem." (p. 21). Observamos que através dessas leituras, a escritora conseguia aumentar seu vocabulário, conhecendo novas palavras e formas de desenvolver o hábito da escrita, que possuía diariamente e ainda o seu cuidado com as palavras, acontecendo, muitas vezes, a hipercorreção, que segundo Mattoso Câmara (2002) é a "equivocação no desejo de falar bem" quando se modifica, numa tentativa de correção, o que é da norma espontânea linguística. Em Carolina de Jesus existia o desejo de escrever bem, a preocupação com o uso correto do idioma, sendo assim as pessoas que a lessem, notariam essa sua habilidade, nisso vemos a

construção da imagem de escritora, a qual conhece a língua culta presente nos contos e romances lidos por ela.

Alessandra Querido (2012) diz que: “para analisarmos uma obra autobiográfica, temos que levar em consideração que o próprio (re)escrever a vida já é uma releitura e, assim sendo, passível de novas versões”. Na obra *Quarto de Despejo*, Carolina Maria de Jesus, relata o seu cotidiano na favela do Canindé; além da exaustiva fome e a experiência com seus vizinhos, alguns que são pivôs de brigas e confusões e outros que conquistam a sua amizade, em que a autora destaca as boas atitudes e bom coração; acreditamos que, em sua obra, Carolina constrói a própria imagem de si:

O que me aborrece é elas virem na minha porta para perturbar a minha escassa tranquilidade interior (...) mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. Sei dominar meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar meu caráter (JESUS, 1983, p. 13).

Quando o autor incorpora o autobiográfico, ele está usando uma estratégia para trazer eloquência à sua autobiografia e misturando as linhas que separam a realidade da ficção. O autor aparece não somente como o que cria a palavra impressa, mas como responsável pela performance e construção de si (AZEVEDO, 2008). Vemos ainda, a autora construindo a imagem do outro, quando traz o cotidiano de seus vizinhos, as relações pessoais e frisa o seu repúdio sobre os tais: "Enquanto os esposos quebram o barracão, meus filhos e eu dormimos sossegados. Não invejo as mulheres casadas da favela, que levam vida de escravas indianas" (JESUS, 1983, p. 14). Isso acontece “pois toda a contemplação da própria vida está inserida numa trama de relações sociais e por tanto, todo relato autobiográfico remete a um ‘para além de si mesmo’” (KLINGER, 2006). Klinger aborda, ainda, sobre a volta do autor da seguinte forma: “O sujeito que retorna nessa nova prática de escrita em primeira pessoa, não é mais aquele sujeito que sustenta a autobiografia: a linearidade da trajetória da vida estoura em benefício de uma rede de possíveis ficcionais”, ou seja, o autor abordando não como verdade absoluta, mas atuando provocativamente e brincando com o empírico, com o real.

Carolina de Jesus coloca-se num espaço distinto, um muro imaginário a separa dos outros favelados, ressalta as suas qualidades, a preferência pela escrita e seu gosto musical:

Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. (...) A noite enquanto elas pedem socorro, eu tranquilamente ouço valsas vienences. (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo (JESUS, 1983, p. 14 e 19).

Através dessa construção de si é projetado, na mente do leitor, a imagem de uma mulher que mesmo vivendo onde a fome é prevalente, consegue ser e viver a poesia, expressada em versos escritos no seu livro: "O céu já está salpicado de estrelas. Eu que sou exótica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido" (p. 28). A autora forma, na sua fala, um extrato que resulta no "mito do escritor (...). A noção do relato como criação da subjetividade, a partir de uma ambivalência a respeito de uma verdade prévia do texto" (KLINGER, 2006).

Eu sou muito alegre. Sou como as aves, que cantam apenas ao amanhecer. (...) Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevendo! (...) Eu cato papel, mas não gosto! Então eu penso: faz de conta que estou sonhando. (...) O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora (JESUS, 1983, p. 23; 26).

Na citação acima, observamos diversas Carolinas e com lados distintos, desde a catadora de lixo a intelectual, que além de escrever diariamente, também lê e mantém-se informada sobre o que acontece no mundo político-social e "a autora as constrói de forma a legitimar cada um desses lados" (QUERIDO, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Quarto de despejo* é rica em detalhes, as cenas são descritas de maneira que o leitor consegue imaginar tudo quanto está sendo lido, desde os detalhes do espaço até a sensibilidade da autora, embora em muitos momentos pare a dúvida, se o que ela está relatando é fantasioso ou de fato, aconteceu. Sobre o que é dito nos diálogos, se foi falado ou é algo que gostaria de ter sido dito no momento, bem como algumas atitudes suas e de quem ela faz menção. Em suma, podemos perceber "o efeito de tempo real produzido na escrita de si – uma "fome de real" – que é o suplemento de uma falta, que é o próprio real" (KLINGER, 2006); e a linha tênue separando o empírico do imaginário.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. Autoficção e Literatura Contemporânea. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 12, p. 2, 2008.

AZEVEDO, L. "Blogs e Autoficção". In: Encontro Regional da Abralic. **Anais**: São Paulo, 2007.

DALCASTAGNÈ, R. **Literatura Brasileira Contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: Horizonte, 2012.

JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo**: Diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 1983.

JESUS, C. M. de. **Meu Estranho Diário**. São Paulo: Xamã, 1996.

KLINGER, D. **Escritas de si e escritas do outro**. Autoficção e etnografia na literatura latino-americana contemporânea. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

QUERIDO, A. Autobiografia e autorretrato: cores e dores de Carolina Maria de Jesus e Frida Kahlo. **Revista Estudos Feministas**. Santa Catarina: 2012

O RÁDIO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA NAS ONDAS DA REDE/ IAT-SEC

Carlos Antônio Barros de Oliveira *

Geize Gonçalves Oliveira **

Joalva Menezes de Moraes ***

RESUMO

Esse artigo apresenta o projeto desenvolvido pela Rede Anísio Teixeira/Instituto Anísio Teixeira/Secretaria da Educação da Bahia para a Rádio Anísio Teixeira. Diz respeito ao programa Nas Ondas da Rede uma produção que é pautada a partir de conteúdos transmídias originários de pesquisas de educadores das diversas áreas do conhecimento. São doze episódios temáticos de caráter interdisciplinar, com licenças livres, que estarão disponíveis para educadores de todo país utilizarem como recursos pedagógicos, ainda com a possibilidade de alteração. Essa produção envolve estudantes e professores das escolas públicas baianas o que a torna um conteúdo contextualizado e regional. Além das mídias produzidas, os estudantes, através de formação específica, são estimulados a produzirem seus próprios conteúdos.

Palavras-chave: Rádio. Rádio Estudantil. Mídias e Tecnologias Educacionais.

1 INTRODUÇÃO

O Programa **Nas Ondas da Rede**, do Instituto Anísio Teixeira/Rede Anísio Teixeira, órgão formador da Secretaria Educação, refere-se a uma série temática, com produtos radiofônicos, concebidos e produzidos por professores da rede estadual de ensino da Bahia, com duração de 5 minutos, que abrangem as áreas do conhecimento, das diversas disciplinas escolares, numa perspectiva inter e transdisciplinar. Sua distribuição ocorre por meio da *web* e a Rádio Educadora FM, em parceria com o Instituto de Radiodifusão da Bahia/IRDEB. Esse produto objetiva ser mais uma mídia que pode ser utilizada como recurso pedagógico, potencializando a prática educativa.

A comunicação através das mídias a distância pode ser dividida em um antes e depois do advento do rádio. Os anos 30 do século XX viram surgir esse veículo que hoje – mesmo

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia; Pesquisador, Educador da Rede Anísio Teixeira Anísio Teixeira/Secretaria da Educação. E-mail: barroscar@gmail.com

** Especialista em Design e Conteúdo Digital, Pesquisadora, Educadora da Rede Anísio Teixeira Anísio Teixeira/Secretaria da Educação. E-mail: geizegoncalves@gmail.com

*** Mestra em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador; Pesquisadora, Educadora e Jornalista da Rede Anísio Teixeira Anísio Teixeira/Secretaria da Educação. E-mail: joalvamoraes@gmail.com

numa era onde o audiovisual predomina – ainda guarda um lugar privilegiado entre as maneiras de informar, educar e entreter no planeta. A Rede Anísio Teixeira - Programa de Difusão de Mídias e Tecnologias Educacionais da Rede Pública Estadual de Ensino atua por meio dos projetos **Plataforma Anísio Teixeira, TV e Rádio Anísio Teixeira e Blog Anísio Teixeira**, realizando ações de formação, produção e compartilhamento de mídias e tecnologias educacionais com professores e estudantes, no intuito de contribuir para apropriações tecnológicas éticas, críticas, colaborativas, lúdicas e contextualizadas nos processos de ensino e aprendizagem. Sua proposta pedagógica alia esses critérios à produção de conteúdos multimídia, softwares, processos e metodologias educacionais, construídos com base nos fundamentos pedagógicos e técnicos, que sejam compartilhados, por meio físico ou digital, sob licenças livres, que garantam o uso, o compartilhamento e a criação de obras derivadas, como: vídeos, animações, jogos, áudios, imagens, sites, jornais, revistas, softwares, modelos, sequências de ensino, planos de aula e etc. Toda a produção da tv, rádio e blog encontra-se no repositório de conteúdos educacionais, chamado Plataforma Anísio Teixeira, segundo colocado no prêmio nacional da Revista Rede, na categoria repositórios de conteúdos.

Assim, uma vez que o Instituto Anísio Teixeira/Rede Anísio Teixeira prioriza a formação, produção e compartilhamento de mídias educacionais, entende-se que a concepção de um programa de rádio estabelece uma importante forma de atingir essas metas.

O programa **Nas Ondas da Rede** apresenta três quadros, contando com a participação de estudantes e professores das escolas públicas baianas, em enquetes e entrevistas. Também oferece dicas culturais, trazendo lugares (quadro **Você já Foi?**) e filmes que tenham relação com o tema do episódio. Os locutores/apresentadores são professores da Rede Anísio Teixeira que atuam também como pesquisadores, produtores e roteiristas. O público alvo é a comunidade escolar e a contextualidade fica garantida nas entrevistas, nos temas escolhidos e na elaboração dos roteiros dos programas que são adaptados para fácil assimilação em curto espaço de tempo e associados aos fatos cotidianos que fazem parte da realidade da escola pública baiana.

Os programas pilotos tiveram como tema o Dois de Julho, o Internetês e Rádios Estudantis foram produzidos e finalizados no ano letivo de 2016. Como extensão desse produto, realizou-se um curso de formação para 20 (vinte) estudantes do Colégio Estadual Governador Roberto Santos, em Salvador, com o objetivo de estimular, capacitar, orientar e auxiliar na produção radiofônica. Ao final do curso, os estudantes aplicaram os conhecimentos adquiridos nos produtos da Rádio Web Estudantil CEGRS, existente nesse

colégio. Os conteúdos abordados, nessa formação, foram expostos em 8 horas, distribuídos em dois dias, seguindo essa divisão: Escolha do tema (pauta e pesquisa); Definição do formato (Enquete, entrevista, comentário, resenha, musical, radionovela, etc.); A lauda (redação de textos para os programas); Edição e softwares livres; Organização da grade de programação e Direitos Autorais e ECAD. Desta forma, essa ação da Rede Anísio Teixeira reforça seus princípios, ao produzir e compartilhar mídias e tecnologias educacionais, além de estimular a produção, tendo como protagonistas os estudantes de nossas escolas públicas. A missão não é apenas realizar, mas sim pesquisar, experimentar, produzir, compartilhar e formar. Certamente, a formação é o aspecto mais importante das atividades da Rede Anísio Teixeira, uma vez que oferece aos jovens dessas escolas possibilidades de expressar sua visão de mundo, sua realidade, seus anseios, tudo isso de maneira crítica, ética e autônoma. E esse é o papel primordial da educação: dar condições para que educandos criem asas e possam voar cada vez mais alto.

2 PRODUÇÃO TRANSMÍDIA

As pautas do **Nas Ondas da Rede** que estão sendo produzida ao longo do ano de 2017, são oriundas de pesquisas realizadas pela equipe de educadores da Rede Anísio Teixeira para uma produção transmídia. A partir de documentos pedagógicos, são produzidos conteúdos audiovisuais, radiofônicos e textos para o blog.

Desses documentos pedagógicos são elencadas pautas específicas para o quadro **Entrevista e Você Já Foi?**. Essas pautas produzidas passam a compor episódios temáticos, sendo assim os 12 novos episódios terão como temas:

- Homofobia;
- Incêndios;
- Engenharia/Arquitetura;
- Nossas Raízes;
- Fontes Históricas e Literatura;
- Inclusão;
- Ditadura da Beleza;
- Artes;
- Interior do Estado da Bahia;

- Águas da Bahia;
- Universo Feminino;
- Tribos e Suas Artes.

Dessa forma, as pautas para o quadro Entrevistas ficaram assim definidas:

- Homofobia - Professora e Ativista Marilu Dantas;
- Prevenção a Incêndios - Bombeiro João Paulo;
- O Poeta Castro Alves - Professor Lourival;
- Triângulos na Construção - Professor Targino Neto;
- Inclusão - Cíntia Barbosa, Vice-Diretora do Cas Wilson Lins;
- Papéis Interativos - Professor E Artista Plástico Ives Quaglia;
- Poesia Regional - Poeta e Pesquisador Narlan Matos;
- Fontes de Água - Professor Rodrigo Lopes;
- Envelhecimento Feminino - A Definir;
- Coral Afro-Indígena - Professor Nil Zuanys;
- Poesia Feminina - Poeta e Professora Daniela Galdino;
- Tribos e Artes - Arte Educadora Mary Dutra, do Circo do Capão.

Já as dicas do quadro Você Já Foi? ficaram as seguintes:

- Ensaio da Transbatukada (Passeio Público - Salvador);
- Elevador Lacerda (Salvador);
- Arquivo Público Do Estado Da Bahia (Salvador);
- Ponte Presidente Dutra (Juazeiro);
- Salas de Braille – Biblioteca Pública do Estado da Bahia (Salvador);
- Casa Anísio Teixeira (Caetité);
- Casa do Sertão (Universidade Estadual de Feira de Santana – Feira De Santana);
- Projeto Sempre Viva (Mucugê);
- Praia de São Tomé (Salvador);
- Aldeia Pataxó (Porto Seguro);
- NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher) – Universidade Federal da Bahia (Salvador);

- Largo de Santana (Rio Vermelho, Salvador).

A partir dessas definições, foi estabelecida a formatação de cada episódio, já acrescidas as questões das enquetes e as dicas de livros ou filmes de acordo com as temáticas específicas. O quadro com a estrutura final dos episódios ficou assim:

Quadro 1- Resumo dos Episódios do programa Nas Ondas da Rede

TEMA	ENQUETE	ENTREVISTA	DICA	VOCÊ JÁ FOI?
HOMOFOBIA	O QUE É LGBT?	HOMOFOBIA PROFESSORA E ATIVISTA MARILU DANTAS	DISCO DE ESTREIA DA BANDA “BAHIAS E A COZINHA MINEIRA”	ENSAIO DA TRANSBATUKADA
INCÊNDIOS	COMO VOCÊ EVITA INCÊNDIOS EM CASA?	PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS BOMBEIRO JOÃO PAULO	LIVRO “CENTRO ANTIGO DE SALVADOR – TERRITÓRIO DE REFERÊNCIA. PUBLICAÇÃO DA SEI, GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA.	ELEVADOR LACERDA (SALVADOR)
FONTES HISTÓRICAS E LITERATURA	O QUE SÃO FONTES HISTÓRICAS?	O POETA CASTRO ALVES PROFESSOR LOURIVAL FILHO	LIVRO “NEGROS CONTRA A ORDEM”, DE WILSON ROBERTO DE MATTOS	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (SALVADOR)
ARQUITETURA	ONDE VOCÊ VÊ TRIÂNGULOS NO SEU DIA A DIA?	TRIÂNGULOS NA CONSTRUÇÃO PROFESSOR TARGINO NETO	SÉRIE “O LEGADO DE PITÁGORAS”, DA TV ESCOLA	PONTE PRESIDENTE DUTRA (JUAZEIRO)
INCLUSÃO	O QUE É ACESSIBILID ADE?	CAS WILSON LINS PROFESSORA CÍNTIA BARBOSA	COMO ATIVAR A ÁUDIO- DESCRIÇÃO NA TV	SALAS DE BRAILLE – BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA (SALVADOR)
ARTES	QUE ARTE VOCÊ FAZ NA ESCOLA?	PAPEIS INTERATIVOS PROFESSOR IVES QUAGLIA	ESCOLA PARQUE, EM SALVADOR	CASA ANÍSIO TEIXEIRA (CAETITÉ)
INTERIOR DO ESTADO	QUE DIFERENÇA VOCÊ VÊ ENTRE O INTERIOR E A CAPITAL?	POESIA REGIONAL POETA E PESQUISADOR NARLAN MATOS	LIVRO “SER TÃO BAIANO – O LUGAR DA SERTANIDADE NA CONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE BAIANA”, DA PESQUISADORA CLÁUDIA PEREIRA VASCONCELOS	CASA DO SERTÃO (UEFS – FEIRA DE SANTANA)

ÁGUAS DA BAHIA	VOCÊ SABE DE ONDE VEM A ÁGUA QUE BEBE?	FONTES DE ÁGUA PROFESSOR RODRIGO LOPES	ARTIGO “ÁGUA NA REGIÃO NORDESTE: DESPERDÍCIO E ESCASSEZ”, DE ALDO DA C. REBOUÇAS.	PROJETO SEMPRE VIVA (MUCUGÊ – CHAPADA DIAMANTINA)
DITADURA DA BELEZA	O QUE É MULHER BONITA, PRA VOCÊ?	ENVELHECIMENTO FEMININO A DEFINIR	DOCUMENTÁRIO BARBIE: BELEZA DE PLÁSTICO	PRAIA DE SÃO TOMÉ (SALVADOR)
NOSSAS RAÍZES	QUAL É A SUA RAIZ? VOCÊ É NEGRO, ÍNDIO, BRANCO?	CORAL AFRO-INDÍGENA PROFESSOR NIL ZUANYS	FILME “O FILHO DE ERU”	ALDEIA PATAXÓ (PORTO SEGURO)
UNIVERSO FEMININO	QUE PROBLEMAS A MULHER ENFRENTA NO NOSSO PAÍS?	POESIA FEMININA POETA E PROFESSORA DANIELA GALDINO	PROGRAMA “MUITO PRAZER EPISÓDIO 02” TV ANÍSIO TEIXEIRA A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DA DIFERENÇA DE GÊNERO	NEIM (NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA MULHER) – UFBA (SALVADOR)
TRIBOS E SUAS ARTES	O QUE SÃO TRIBOS URBANAS?	CIRCO DO CAPÃO ARTE EDUCADORA MARY DUTRA	DOCUMENTÁRIO HIP HOP NA ONÇA – NOS PALCOS DA VIDA.	LARGO DE SANTANA (RIO VERMELHO, SALVADOR)

3 RECURSOS PEDAGÓGICOS RADIOFÔNICOS E LIVRES

Esses 12 episódios do programa **Nas Ondas da Rede** são produções livres com a licença *Creative Commons*, com a possibilidade de ser utilizado e modificado desde que preserve e divulgue a autoria. Estarão disponíveis para *download* no Portal Anísio Teixeira e também veiculados na Rádio Educadora FM.

Assim, essas mídias estarão à disposição dos professores para utilizarem como recursos pedagógicos interdisciplinares, característica que amplia sua capacidade de aplicação em sala de aula. O programa **Nas Ondas da Rede** é a prova de como a tecnologia pode estar a serviço da educação de forma eficaz e potencializadora.

REFERÊNCIAS

BAHIA, **Cartilha de Mídias e Tecnologias Educacionais**. Secretaria da Educação. Instituto Anísio Teixeira. Rede Anísio Teixeira. Salvador, 2013.

BRECHT, Bertolt. Teoria do rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2001.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo hipermidiático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica**. Covilhã, Portugal: LabCom, 2010. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110415-debora_lopez_radiojornalismo.pdf>.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. Rádio: interatividade entre rosas e espinhos. **Novos Olhares**, n.2, p.13-30, 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51314/55381>>.

Rádio Boa Nova. **Técnicas e Normas para Redação em Rádio**. Fundação André Luiz. Disponível em: <<http://www.espirito.org.br/portal/artigos/ednilsom-comunicacao/radio-redacao.html>>

WIKIPEDIA. **Creative Commons**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Creative_Commons>.

A REPRODUÇÃO ASSISTIDA NO BRASIL E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DE FAMÍLIA

*Poliana de Sousa Rodrigues*¹
*Aline Moerbeck da Costa*²

RESUMO

Os avanços na área da Biotecnologia vêm ocasionando mudanças significativas na formação familiar. Homens e mulheres, que por questões naturais ou sociais eram impossibilitados de realizar o desejo da procriação, atualmente veem na reprodução assistida a consolidação desse sonho. Entretanto, a ausência de lei específica no Brasil além de dificultar o acesso a esse tipo de serviço, promove um grande debate sobre as questões éticas e jurídicas envolvidas. O presente artigo tem por objetivo analisar o direito ao livre exercício do planejamento familiar, a reprodução assistida e seus desdobramentos nas novas configurações de família.

Palavras-chave: Reprodução Assistida. Planejamento Familiar. Novas Configurações de Família.

1 INTRODUÇÃO

As descobertas científicas e avanços na área reprodutiva trouxeram para o direito desafios pouco debatidos entre os juristas. Segundo Aguiar (2005), inúmeras modalidades de procriação humana, diversa da sexuada, têm gerado várias indagações não somente de ordem ética como no âmbito médico e jurídico.

A formação familiar sofreu profundas transformações em sua natureza, composição e concepção ao longo do século XX (LÔBO 2002). Isso levou o Estado a se interessar de forma mais efetiva pelos direitos relativos à família.

¹ Mestranda em Família e Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (2017). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador (2015) e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2005). Membro do núcleo de estudos e pesquisas sobre Direitos Humanos (NEDH- UCSAL).

² Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea, através da Universidade Católica do Salvador/UCSAL. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB. Membro do núcleo de estudos e pesquisas sobre Direitos Humanos (NEDH), da Universidade Católica do Salvador/UCSAL. Atualmente é membro suplente do Programa de Ações integradas e referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR), no Município de Feira de Santana. É membro do grupo de estudos e pesquisas científicas na Infância e Adolescência (NNEPA), do Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Graduada em Direito

A luta pelos direitos da mulher na sociedade, a emancipação econômica, o direito ao voto feminino e a afirmação profissional da mulher no mercado de trabalho foram fatores que contribuíram para a reformulação da família na contemporaneidade.

A difusão da pílula anticoncepcional na década de 1960 criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um destino, recriando assim o mundo subjetivo feminino e, aliado à expansão do feminismo, ampliou as possibilidades de atuação da mulher na sociedade. A pílula, associada ao trabalho remunerado da mulher, inauguraram um processo de mudanças substantivas na família. (SARTI 2002).

A reconfiguração do papel da mulher na sociedade e a consequente atenção do Estado contribuíram para uma mudança de paradigma nas relações familiares. Para Dias (2007), a família deixa de ser vista unicamente como uma unidade de caráter econômico, social e religioso para se firmar como um grupo de afetividade.

A partir destas referências, podemos observar que houve um largo processo de mudança tanto na composição familiar, quanto no papel de seus membros. Segundo Dias (2007), a Constituição de 1988 alterou profundamente a concepção jurídica da família, reconhecendo as mudanças ocorridas na sociedade e atribuindo-lhe relevância que, até então, o mundo jurídico encontrava dificuldade em resguardar.

A Constituição de 1988 consagrou o princípio da afetividade como paradigma na formação da família, trazendo para a esfera jurídica o escopo de uma realidade social. Os artigos 226 e 227 apresentam, para Carvalho (2015), os principais eixos modificadores dessa nova configuração de família, quais sejam: i) a igualdade em direitos e deveres do homem e da mulher na sociedade conjugal (art.226, §5º); ii) a igualdade absoluta dos filhos (art.227, §6º) e iii) a pluralidade dos modelos de família (art. 226, §§ 1º, 3º e 4º).

A reprodução assistida passa a ser debatida de forma mais efetiva no Brasil a partir de 1984, com o nascimento do primeiro bebê de proveta. Apesar dessas técnicas já serem utilizadas há mais de três décadas, o País não dispõe de lei específica, sendo os procedimentos regulados com base em normas técnicas do Conselho Federal de Medicina, o que tem sido causa de grande insegurança jurídica e será melhor aprofundado nesse artigo.

2 A REPRODUÇÃO ASSISTIDA NO BRASIL

As definições iniciais sobre reprodução assistida procuravam responder as questões voltadas às dificuldades relacionadas à saúde reprodutiva, tais como a infertilidade. O Comitê Internacional para Monitoramento da Tecnologia Reprodutiva Assistida (ICMART) e da OMS, divulgada no Novo Glossário revisado da Terminologia das Técnicas de Reprodução Assistida (TRA)³, em 2009, apresentou os conceitos de reprodução medicamente assistida e de infertilidade como:

Reprodução medicamente assistida- reprodução obtida por meio da indução da ovulação, estimulação ovariana controlada, desencadeamento da ovulação, procedimentos de TRA, inseminação intrauterina, intracervical e intravaginal com sêmen do marido/parceiro ou doador.

Infertilidade- doença do sistema reprodutivo definida pela falha de se obter gravidez clínica após 12 meses ou mais de coito regular desprotegido.

Porém com o avançar do uso das tecnologias reprodutivas por pessoas saudáveis, sem patologia, o conceito baseado unicamente nas definições médicas não se aplica mais. As diversas possibilidades reprodutiva na formação de novas famílias, que por questões sociais recorrem a essa técnica deve ser estudado.

No Brasil, as técnicas de reprodução assistida começaram a ser divulgadas a partir do nascimento do primeiro bebê de proveta em 1984. A Constituição Federal de 1988 vem reforçar em seu artigo 226⁴, a dimensão da entidade familiar, baseada mais no afeto, no amor e na dignidade do que em convenções sociais (COSTA, 2016)

O artigo 226, parágrafo 7º da Constituição Federal, ao dispor sobre o planejamento familiar, amparado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da maternidade/paternidade responsável, permitiu a introdução, ainda a introdução, da autonomia reprodutiva no sistema jurídico-constitucional, mais tarde, complementado pela lei nº 9.263/96 (ROCHA, 2016).

A lei do planejamento familiar LPF, ao privilegiar os laços sociais em detrimento do biológico, assegura direitos reprodutivos amplos e traz de forma expressa o debate sobre o uso das técnicas de reprodução assistida, haja vista seus artigos 1º, 2º e 3º⁵.

³ Disponível em <[http://www. http://redlara.com/aa_portugues/glossario.asp](http://www.redlara.com/aa_portugues/glossario.asp)> Acessado em 13.06.17.

⁴ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

⁵ Art. 1º O planejamento familiar é direito de todo cidadão, observado o disposto nesta Lei.

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal. Parágrafo único - É proibida a utilização das ações a que se refere o **caput** para qualquer tipo de controle demográfico.

Art. 3º O planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde.

O Código Civil em seu artigo 1.597, incisos III, IV e V, apresentam hipóteses de presunção de paternidade decorrentes de inseminação artificial.

Atualmente a reprodução assistida é regida por normas do Conselho Federal de Medicina que emitiu a primeira normatização em 1992 sendo revogada em 2010, 2013 e passando a vigorar com a redação dada em 2015, através da resolução 2121/2015, onde afirma que é permitido “o uso das técnicas de reprodução assistida para relacionamentos homoafetivos e pessoas solteiras, respeitado o direito a objeção de consciência por parte do médico”⁶.

No que se refere ao Sistema Único de Saúde – SUS a portaria nº 426/2005, institui a Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida. Definindo a realização de procedimento e técnicas, necessários à viabilização da concepção, apenas para casais com infertilidade.

As clínicas privadas de reprodução assistida vêm crescendo a cada dia. Dados do Sistema Nacional de Produção de Embriões – SisEmbrião⁷, apresenta um total de 141 unidades clínicas que realizam esse procedimento, tendo um total de 67.359 mil embriões congelados⁸.

O acesso a essas técnicas por pessoas que por motivos sociais e médicos, buscam realizar a materialização do sonho da maternidade e ou paternidade, é uma realidade social a ser estudada. A formação de novas famílias e suas implicações sócio jurídicas devem ser estudadas.

3 A FORMAÇÃO DA NOVA CONFIGURAÇÃO FAMILIAR, ADVINDA DO USO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA.

A família passou por diversas mudanças e transformações ao longo dos anos. Sua estrutura, constituição, definições e valores sofreram as mais diversas mudanças. O modelo de família patriarcal predominante no período colonial foi ficando para trás, tanto no aspecto jurídico no que diz respeito a legislações, quanto no aspecto social e constituição da família.

Sentimentos e demonstrações de afetividade que em modelos de família patriarcais não eram considerados importantes e, muitas vezes mantidos fora do casamento, hoje é

⁶ Resolução CFM nº 2.121. Inciso II, 2.

⁷ Criado em 2008, através da resolução nº 29 da Diretoria Colegiada da Anvisa e atualizada pela Resolução da Diretoria Colegiada – RDC – nº 23/2011.

⁸ Disponível em

<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33840/2817584/10%C2%BA+Relat%C3%B3rio+do+Sistema+Nacional+de+Produ%C3%A7%C3%A3o+de+Embri%C3%B5es++SisEmbri%C3%B5es/1121df4c-ab05-47e9-bae0-8dc283f36fbc>.

Acessado em 13.06.17

considerado um dos pilares para constituição do núcleo familiar, o qual ergue a matriz familiar.

Este novo modelo de entidade familiar, embasado na afetividade entre seus membros, foi que firmado pela CF/88, que, no caput do artigo 226, onde traz o mandamento de proteção à família, como base da sociedade, citando expressamente aquelas constituídas pelo casamento, pela união estável e a família monoparental. (COSTA, 2016).

A Constituição Federal de 1988 sem dúvida foi um grande marco para o Direito de Família, uma vez que estendeu a compreensão da definição de entidade familiar, que não mais se caracteriza apenas através do matrimônio; a família monoparental, a união estável heterossexual e a união homoafetiva surgem justamente como consequência e reflexos de novos modelos de família (COSTA, 2016; FACHIN, 2010)

Recentes dados do IBGE revelam um novo retrato das famílias, demonstrando que os laços de afetividade têm superado os laços consanguíneos, como exemplos temos a família monoparental, famílias recompostas e família homoafetiva. Neste contexto, a biotecnologia tem contribuído com a nova composição familiar. (COSTA, 2016; FACHIN, 2010; OTERO, 1999). Novas técnicas tem permitido uma nova forma de filiação, formando novas formas de estruturação familiar para casais que por diversos motivos não podiam atingir a sonhada realização de filiação.

De fato, a família contemporânea se apresenta com uma nova estrutura e as novas formas de família trazidas pela contemporaneidade (entidade monoparental e uniões homoafetiva) são, hoje, uma realidade cada vez mais frequente. Assim, normal que possa surgir nessas famílias à vontade de procriar, o que não seria viável através da conjunção carnal, sendo necessária assim a utilização de outros meios para tornar possível o sonho de muitas famílias da paternidade e/ou maternidade.

A filiação artificial tem demonstrado uma realidade cada vez mais natural e frequente entre casais. Apesar de ser ainda carente de base legal, há uma série de controvérsias éticas e jurídicos que estão aguardando posicionamento acerca do tema.

4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa com a utilização de fonte documental do tipo: 1. legislativa (marco legal internacional e nacional, jurisprudências e

política pública), 2. banco de dissertações e teses (artigos em periódicos indexados internacionais e nacionais), 3. revisão de literatura.

5 CONCLUSÃO

A mudança advinda na formação da família, a partir do uso das técnicas de reprodução assistida, vem cada dia mais tomando novas formas e contornos que precisam ser estudados.

Do ponto de vista jurídico, a ausência de uma lei específica sobre o tema promove uma verdadeira insegurança jurídica e o livre exercício de clínicas privadas que atuam de acordo com os princípios do capital, podendo passar por cima de valores éticos importantes nessa discussão.

Atualmente, a única orientação normativa é dada pelo Conselho Federal de Medicina através da resolução 2121/2015, que definem normas éticas para a categoria, não se configurando em norma geral com poder de vinculação jurídica.

Dessa forma faz-se necessário um debate urgente sobre as implicações éticas e jurídicas apresentadas pelo uso das técnicas de reprodução assistida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 426, de 22 de março de 2005. **Política Nacional de Atenção Integral à Reprodução Humana Assistida**. Brasília-DF, 2005a.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 38.806, de julho de 2005. **Regulamentação da política Nacional de Atenção Integral à Reprodução Humana Assistida**. Brasília-DF, 2005.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Código Civil Brasileiro**. Brasília-DF, 2003.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei do Planejamento Familiar nº 9.263**, de 12 de janeiro de 1996.

CARVALHO, D. M. de. **Direito das Famílias**. 4.ed., Editora Saraiva, São Paulo, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.121**. Normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida. 2015.

COSTA, A.P.C.A, Direitos reprodutivos, planejamento familiar e reprodução humana assistida no Brasil no atual estado da arte. **Caderno Ibero-Americano de Direito Sanitário**, 5(3):80-103, jul/set. Brasília, 2016.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil Famílias**. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

FACHIN, LE. Inovação e Tradição no Direito Contemporâneo sob o Novo Código Civil Brasileiro. In: Bastos, Eliane Ferreira (coord.). **Afeto e estudos familiares**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

OTERO, P. **Personalidade e Identidade Pessoal e Genética do Ser Humano**: um perfil constitucional da bioética. Coimbra: Almedina, 1999

ROCHA, M.P. **A reprodução assistida no Brasil na perspectiva dos direitos reprodutivos**. TCC (graduação em direito). Faculdade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M^a A. **Família**: Redes, Laços e Políticas Públicas, 4. ed. São Paulo: Cortez e IEE/ PUC – São Paulo, 2008.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS: RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA

ANÁLISES HISTÓRICO-CULTURAL, ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA DA
CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS COM ENFOQUE NO CARÁTER NÃO
PRESERVATIVO DE SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO PELOS SEUS HABITANTES E
SUAS POSSÍVEIS CAUSAS DESSE FENÔMENO.

*Bruna Andrade Silva*¹

*Jade Andrade Malta Santos*²

*Vitória Maria Barreto Rosendo*³

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo disseminar o conhecimento histórico-cultural, urbano e arquitetônico da cidade de Santo Antônio de Jesus para os seus cidadãos e, desta maneira, transformá-los em seres agentes do seu espaço público. A capital do recôncavo baiano ainda não é reconhecida como tal e com resultados da pesquisa identifica-se a sua potencialidade aliada a um enorme valor cultural. Todo esse conhecimento é divulgado para a população via página on-line, criando um espaço para perguntas e comentários com uma finalidade de gerar discussões salutares sobre a cidade como um todo.

Palavras-chave: Santo Antônio de Jesus. Arquitetura. Urbano. Histórico-cultural. Conhecimento. Página online. Patrimônio.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to disseminate the historical-cultural, urban and architectural knowledge of the city of Santo Antônio de Jesus to its citizens and, thus, transform them into agents of their own public space. The capital of the Recôncavo Baiano is still not recognized as such and, with results of the identified research, its potentiality allied with an enormous cultural value. All this knowledge is disseminated to a population by the online page, where the space for questions and comments is given for the purpose of generating healthy discussions about a city as a whole.

Keywords: Santo Antônio de Jesus, architecture, urban, historical-cultural, knowledge, online page.

¹ Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo, cursando o 4º semestre no Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), campus Paralela – Salvador, Bahia. Cidadã de Santo Antônio de Jesus – BA.

² Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo, cursando o 5º semestre no Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), campus Paralela – Salvador, Bahia. Cidadã de Santo Antônio de Jesus – BA.

³ Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo, cursando o 4º semestre no Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), campus Paralela – Salvador, Bahia. Cidadã de Irecê – BA.

1 INTRODUÇÃO

Ao realizar um apanhado bibliográfico sobre a cidade de Santo Antônio de Jesus, percebeu-se que há uma grande carência de análise e produção de pesquisas arquitetônicas, socioculturais e urbanísticas sobre ela.

Santo Antônio de Jesus é, sem dúvidas, a cidade mais importante do recôncavo baiano, entre outros fatores devido a sua localização em um ponto de confluência e intercâmbio entre vários municípios, além da proximidade da cidade do Salvador, capital do estado da Bahia.

Os índios Pedra Branca foram os primeiros habitantes do local, e, daquela terra, obtinham todo o sustento para a sobrevivência. A catequese jesuíta, a estação de trem, a feira livre, o cemitério, as praças, o comércio, sua gente, seus costumes... Todos estes fatores imprimiram em Santo Antônio de Jesus, fundada em 1880, um significado ímpar e marcaram sua história com provas concretas na arquitetura e no urbanismo. O passado, unido às marcas do presente, encanta e instiga a curiosidade de muitos que adorariam saber mais sobre esta pequena cidade, tão grande em história.

Ser a capital do Recôncavo Baiano imprime a Santo Antônio de Jesus destaque e importância, porém muito pouco da sua história é conhecida, inclusive pelas pessoas que a habitam. A relevância deste trabalho se caracteriza pela necessidade de fortalecer uma identidade arquitetônica e cultural que possa ser reconhecida e assimilada pela sua população e eternizada no registro da sua história.

Pretende-se, então, desenvolver, através da pesquisa de campo e bibliográfica, um acervo de conhecimento que nos permita transitar fluidamente pela história da cidade de Santo Antônio de Jesus, desde sua fundação e desenvolvimento, até os dias atuais.

Reconstruir uma narrativa do desenvolvimento da cidade sob um olhar arquitetônico e urbanístico, tornando acessível o saber de sua trajetória no passar do tempo e, através disso, incentivar o cidadão a se aproximar de sua cidade.

Envolver a população de diversas formas no processo de desenvolvimento do trabalho científico para que haja uma real percepção e apropriação histórica e cultural.

Isso é necessário, pois existe um déficit de análise do processo de desenvolvimento histórico e sociocultural da cidade, resultando em um município que desenvolve importante papel no cenário econômico do Recôncavo Baiano, mas que desconhece a fundo sua própria história.

A realização de um trabalho científico como este em uma cidade do porte de Santo Antônio de Jesus traz diversas consequências benéficas, tais como: a integração de parte da

população no decorrer do desenvolvimento do projeto, possibilitando a criação/resgate da consciência quanto à sua própria história enquanto cidade; o fortalecimento da identidade do município; desenvolvimento de vínculo social entre a população e o resgate de sua origem histórica.

A criação de um acervo, através da pesquisa e catalogação de informações sobre Santo Antônio de Jesus, garante que sua história fique preservada e que seja acessível a todos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Foi adotada uma metodologia de pesquisa exploratória onde o objetivo foi reunir todo o acervo bibliográfico histórico da cidade para, desta forma, poder ter um grande embasamento teórico referente à história da cidade e também de como a sociedade se desenvolveu desde a fundação de Santo Antônio de Jesus.

Além disso, utilizou-se documentações como mapas antigos e atuais da cidade e projetos de reformas disponíveis. A coleta de informações contou também com recursos como entrevistas com civis, registros fotográficos e áudio visuais.

Também foi criada uma página em rede social onde são feitas postagens diárias com dados culturais de Santo Antônio de Jesus e aberta à população para que a mesma possa interagir e tirar suas dúvidas sobre a história, o urbanismo e a arquitetura local.

2.2 Resultados

2.2.1 Análise sociocultural e urbana

Os resultados a seguir são oriundos de uma percepção da falta de apropriação cultural da população de Santo Antônio de Jesus para com sua cidade. O cidadão não se sente parte da mesma e do seu grande valor histórico, desta forma ele deixa de ser uma figura agente em sua comunidade. Todos os fatores socioculturais levaram o município a não preservar seu patrimônio material/imaterial e não se dá conta da sua forma urbana.

Foi pesquisado o porquê de uma cidade com uma arquitetura tão marcante, edifícios com grande valor histórico e um dos urbanismos mais desenvolvidos da região, não ser tão estudada, e conseqüentemente, a sua história não ser percebida pelos cidadãos.

Pelo questionário feito com 130 pessoas, 92,8% das pessoas consideram o seu conhecimento sobre a história da cidade médio ou baixo. Isso ocorre devido a uma falta de

instrução de ensino da história local. Essa falta de instrução foi confirmada quando, também em questionário, perguntou-se quantas pessoas foram ensinadas sobre a história da cidade e apenas 14,5% das pessoas tiveram em sua educação de base informações sobre a história local.

Outra prova da falta de conhecimento sobre Santo Antônio de Jesus aparece a partir da indagação de quantas construções históricas se é possível contar em sua zona urbana. Pode-se encontrar dezenas de construções na região, no entanto 88,6% das pessoas conseguem citar apenas de zero a sete construções.

Além da questão da falta de inclusão do tema no currículo escolar apontada anteriormente, nos locais públicos, edifícios tombados, etc., não possuem informações sobre os mesmos, deixando evidente, dessa forma, a falta de incentivo também dos órgãos públicos. Também há a forma como a cidade se encontra no presente momento, há praças mal cuidadas, poucas opções de lazer e uma urbanização focada apenas no centro da cidade, fazendo que as demais praças e bairros sejam desvalorizados.

Outro ponto interessante observado no questionário, é que poucas praças possuem variadas opções de lazer, 78,3% dos votantes escolheram a Praça Padre Mateus, localizada no Centro, o bairro mais movimentado e urbanizado da cidade. É uma consequência da forma que aconteceu seu crescimento, foram ocupadas inicialmente as áreas mais planas, onde está o Centro, a feira livre, Igreja Matriz, Praça Padre Mateus que incentivaram no crescimento e desenvolvimento da cidade, posteriormente foi-se expandindo para as áreas com a topografia mais acidentada as quais não é dada a devida atenção em relação a urbanização.

Sendo assim, é importante frisar que cada bairro possui suas peculiaridades e necessidades, portanto, não é viável propor as mesmas configurações para praças, calçadas, ruas, etc., pois possivelmente o resultado será negativo, porém, infelizmente é o que tem sido feito por conta do crescimento sem acompanhamento e devida atenção na maioria das cidades (Jacobs, 1961)⁴.

Segundo Santos (2012. p. 8), “Na realidade, o processo de transformação urbana de Santo Antônio de Jesus vem acontecendo, de acordo com a lógica da maioria das cidades brasileiras: de forma rápida e sem acompanhamento das infraestruturas necessárias.”

A feira livre da cidade se faz presente desde a Igreja do Padre Mateus, onde surgiu, com o objetivo de vender para as pessoas que estavam apenas de passagem pela cidade. Ela é de extrema importância para a população santo-antoniense, o que foi confirmado em

⁴ No livro *Morte e Vida de Grandes Cidades* está explanada esta questão com ênfase do primeiro ao sexto capítulo.

entrevista, onde 89,5% das pessoas acreditam que o grau de importância da feira para o município é alto. Ela também deu a Santo Antônio de Jesus as raízes do comércio, que foi se tornando cada vez mais especializado, principalmente depois do advento das rodovias.

A cidade passou então a crescer em torno deste comércio, 75,8% dos entrevistados acreditam que o comércio possui muito impacto sociocultural no desenvolvimento da cidade. Logo o comércio virou a prioridade dos governantes, deixando muitas vezes o lazer e a cultura para segundo plano. Muitos prédios antigos e históricos foram demolidos para dar lugar a casas comerciais, lojas, galerias e shoppings. Sempre houve na cidade um sentimento de modernização atrelado ao comércio forte, sendo o comércio a força motriz da cidade.

Há uma projeção de uma ‘cidade que se quer’, imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem, plano que pode vir a se realizar ou não. O que importa resgatar, do ponto de vista da história cultural urbana, é que a ‘cidade do desejo’, realizada ou não, existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e quis concretizar. “ – PESAVENTO, Sandra Jathay. “Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”.

No centro, onde se tem o comércio e se realizam as atividades mais importantes locais, fica a parte com maior poder aquisitivo da cidade e reina a especulação imobiliária e, quanto mais se distancia do comércio e se aproxima das rodovias, mais precário é o lugar. (Anexo 01).

Uma das características facilmente perceptíveis do município são suas ruas estreitas, que foram influenciadas a tal aspecto em decorrência da ferrovia que passava pela cidade, o que atualmente atrapalha o trânsito da cidade, juntamente com a falta da atualização de um fator importante para o bom funcionamento da mesma: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, que normalmente não é desenvolvido por uma empresa ou escritório público ou privado da própria cidade, que é familiarizado com suas atividades, e sim por uma empresa ou escritório de outro estado ou cidade.

2.2.2 Análise arquitetônica

Nota-se que a identidade cultural de uma cidade é dada pelas características desta ao longo do tempo, agregando valores simbólicos que posteriormente venham a contar sua história. Quando o foco está em obter esta identidade e a apropriação do caráter cultural se faz necessário à preservação dos elementos que construíram essa cidade e que constituem sua história. No processo desse reconhecimento encontram-se muitos impasses e um deles é a falta de interesse pela história local. Em SAJ é possível ver que isto acontece, muitos edifícios

que fizeram parte da história inicial do município foram derrubados ou reformados. O próprio processo de tombamento não apresenta uma política ativa quanto à preservação total destas obras arquitetônicas, nos diferentes níveis de tombamento há exigências distintas que vão de não violar a estrutura interna do edifício, ou seja, preservar suas paredes e elementos de vedação, até manter a fachada esteticamente original. Em muitos é fácil notar a mudança da estrutura interna e apenas a fachada remete à construção original.

A ausência da preservação de construções históricas contribui para que se perca a identidade do município, a falsa ideia de progresso atrelada à demolição de construções antigas e implantação de edificações cada vez mais ‘modernistas’ fazem com que o cidadão se esqueça da própria história e não se interesse em procurar conhecê-la. O desinteresse é justificado pela falta de conhecimento do tema dentro do ambiente escolar e a negligência das políticas públicas que, nas últimas décadas, utilizou erroneamente o termo ‘revitalização’ para degradar e extinguir elementos históricos de grande notabilidade como a Praça Padre Mateus que foi completamente modificada (anexo 05).

A falta do sentimento de patriotismo é a principal causa para esses acontecimentos, tanto a população quanto as autoridades estão desmunidas do senso de pertencimento a uma cidade com importância nítida no cenário histórico baiano. Santo Antônio de Jesus ainda possui edificações importantes, porém sem políticas de preservação do patrimônio não haverá como manter viva a história local.

Vocabulário Arquitetônico

A cidade de Santo Antônio de Jesus possui uma variedade arquitetônica provinda das várias influências que sofreu durante seu desenvolvimento. Por ser uma cidade importante do recôncavo baiano recebeu muitos estrangeiros e dessa forma as características de cada lugar foram sendo acrescentadas à sua arquitetura. Pode-se notar influência neoclássica e modernista, além de elementos soltos da arquitetura gótica.

Sobre o tombamento de alguns imóveis

Existe a documentação de edifícios históricos tombados pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC), que é parte integrante do Projeto Patrimônio Histórico, executado pela Secretaria da Indústria e Comércio - Coordenação de fomento ao turismo. Neste documento estão catalogadas apenas 10 edificações tombados pelo órgão, com graus de proteção que variam entre 1 e 2. O Sobrado Alves e Almeida, edifício de relevante interesse

arquitetônico, localiza-se em frente à praça Barão Rio Branco e foi a morada de Landolfo Alves de Almeida personagem político importante na Bahia no século XX

Aspectos Técnico-estruturais

Na planta original a divisão dos cômodos é dada por ambientes regulares com tamanhos não muito diferentes, lateralizados com divisão por corredor central.

Aspectos Funcionais e Representativos

Sobre a estrutura dos edifícios tombados percebe-se um padrão típico da época (século XVIII e XIX) para construções residenciais urbanas: possuindo na frente salões amplos e no fundo, ligados por um corredor central, os quartos. Apresentando características da arquitetura neoclássica com recuos frontais e laterais na localização dos lotes urbanos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa confirma através análises arquitetônicas, urbanas e socioculturais que há uma falta de apropriação cultural pela população e concluiu-se que isso acontece devido a fatores da educação de base, falta de informação histórica em locais públicos, má formação da cidade, e questões impostas com o lema de “modernização” na década de 1930-1950.

Como resultado principal deste trabalho conseguiu-se um princípio de conscientização social sobre a importância de conhecer a história da cidade via página em uma rede social com postagens que fazem uma recapitulação desta história através da revisitação ao passado arquitetônico e urbanístico, provocando assim um impacto no futuro do município.

REFERÊNCIAS

ALONSO PEREIRA, José Ramón. **Introdução à história da arquitetura**: das origens ao século XXI. Porto Alegre: Bookman, 2010. 384p.

ARANTES, Oflia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c2000. 192 p

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1975-2002. 7v.

FALCON, Francisco José Calazans; DEL PRIORE, Mary. **História cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2002. 115 p. ISBN 9788535209914.

FERNANDES, Ana; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). Territórios urbanos e políticas culturais. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA/Universidade Federal da Bahia**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Ano 2, número especial, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI**. Versão 3.0. Editora Nova Fronteira, 1999. Verbete “revitalização”.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2009. 72 p. (Coleção Ciências Sociais passo - a - passo 66). ISBN 9788571109278.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 348p.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo, SP: Parábola, 2006. 215 p.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

OLIVEIRA, Ana; COSTA, Alex. **Uma cidade, várias histórias**: Santo Antônio de Jesus (séculos XIX e XX).

OLIVEIRA, Debora. **Mobilidade para pequenas cidades**. Disponível em: <http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/12/mobilidade-para-pequenas-cidades-repasse-de-verbas-para-obras-250914-1.aspx> Acesso em: 30 mar. 2017.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009. 127 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

SANTANA, Suely; MATTOS, Wilson. **Trilhas do tempo/Trilhas da história**: Trabalho, cultura e sociedade em Santo Antônio de Jesus – BA.

SANTOS, Jaqueline Lima dos; Boechat, Patrícia. **Gestão e Planejamento Urbano**: Uma Análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santo Antônio de Jesus – BA, UNEB.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 132 p. (Turismo, Cultura e Lazer ; 3). ISBN 9788575260128.

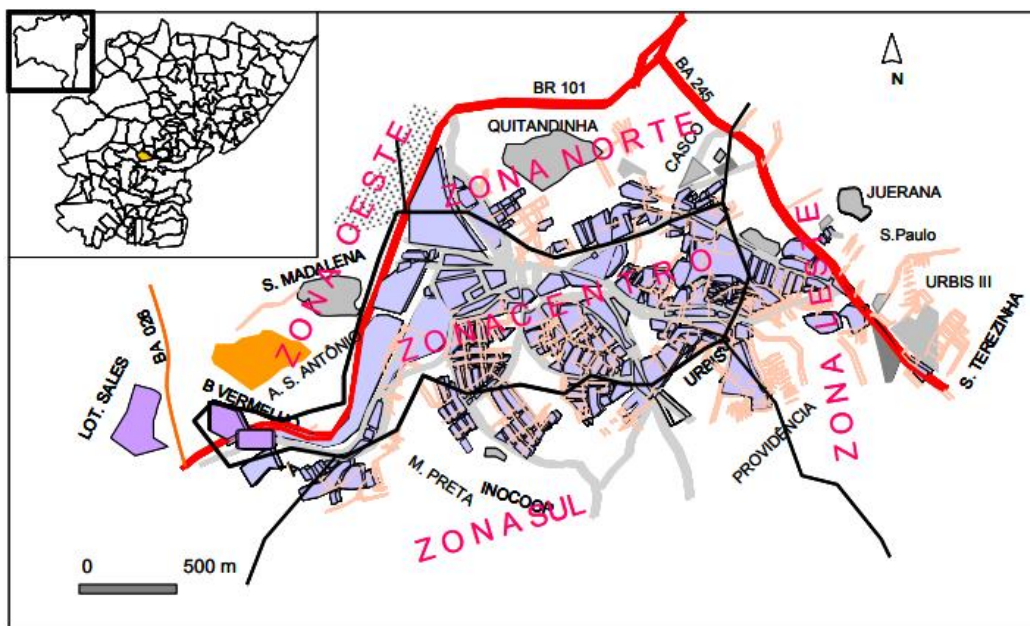
VALADÃO, H. **Santo Antonio de Jesus, sua gente e duas origens**. Santo Antonio de Jesus, 2005.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados.** Barueri, SP: Manoele, 2006.

ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1994.

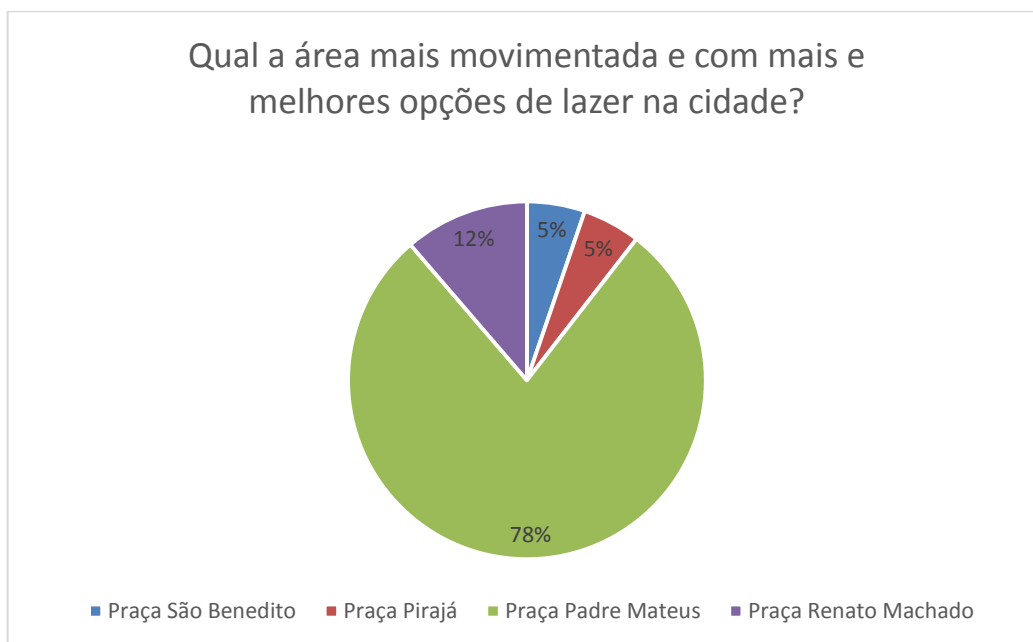
ANEXOS

Anexo 01 - Espaço Urbano de Santo Antônio de Jesus



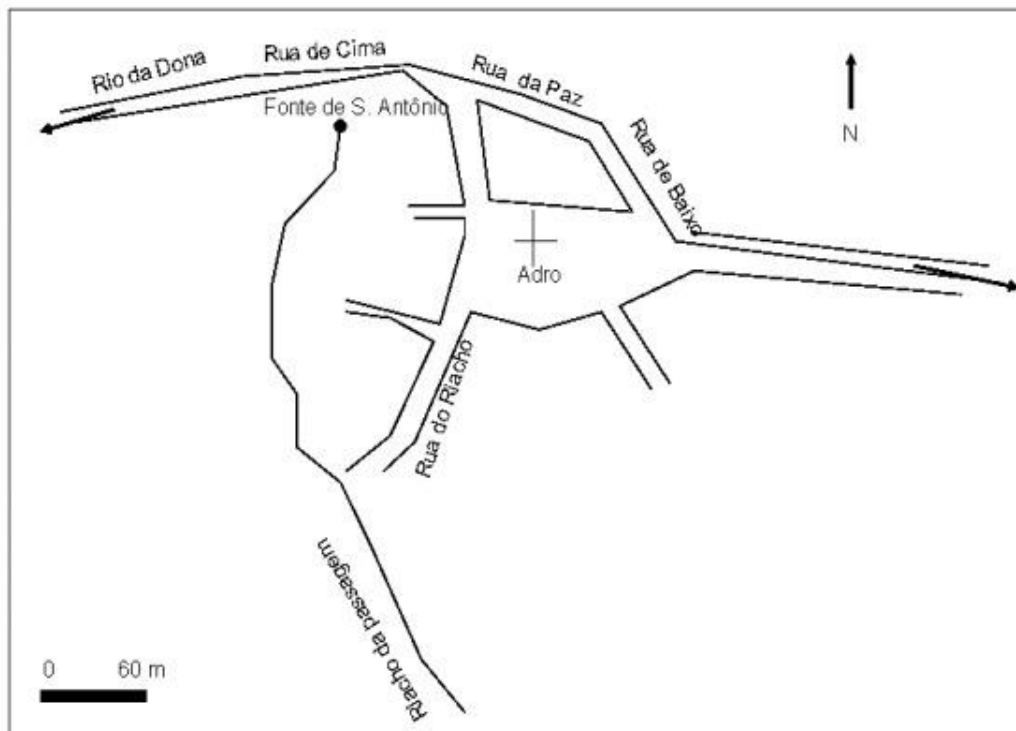
Fonte: Elaborado por Miguel Santos, 2011.

Anexo 02 - Gráfico de uma das pesquisas feitos pela população de Santo Antônio de Jesus



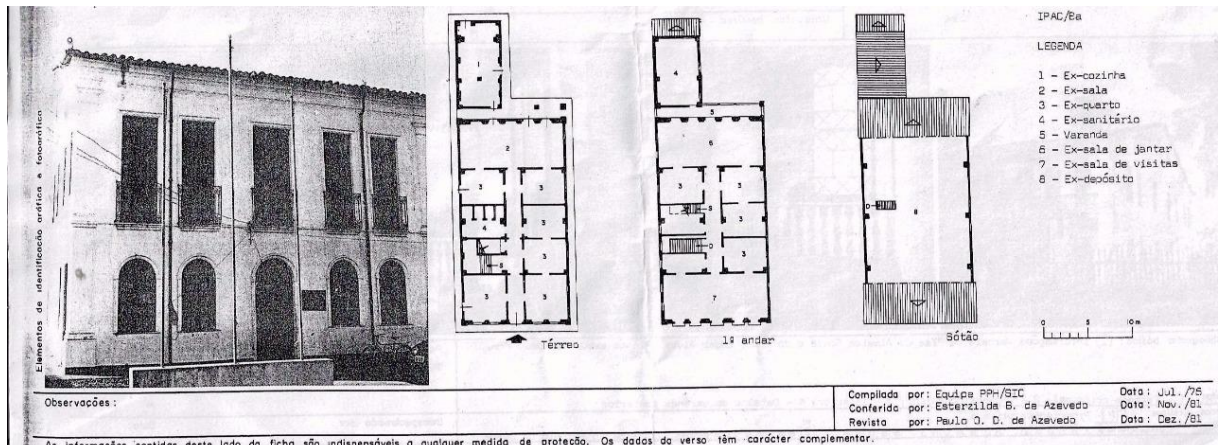
Fonte: Elaborado pela equipe Santo Antônio de Jesus: *Reconstruindo uma história*, 2017.

Anexo 03 - Núcleo urbano inicial de Santo Antônio de Jesus



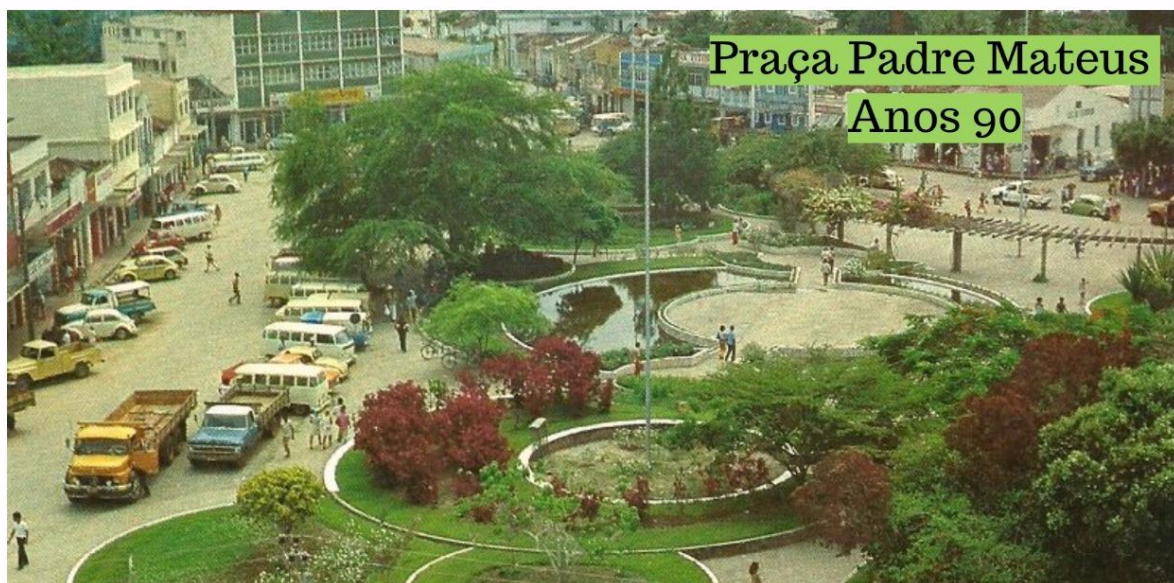
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em QUEIROZ, 1995.

Anexo 04 - Antigo Sobrado Alves e Almeida, atual posada Vila das Palmeiras



Fonte: BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, página 307, 1975-2002.

Anexo 05: Praça Padre Mateus em 1990 e pós reforma, em 2016



Fonte: Imagens do site Pirôpo News (acesso em 26 de junho de 2017) e montagem pela equipe Santo Antônio de Jesus: Reconstruindo uma história, 2017.

SISAL: POTENCIALIDADES E INTER-RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO

*Maria Gorete Borges Figueirêdo*¹

RESUMO

Esse trabalho objetiva refletir acerca das condições sociais de produção no semiárido da Bahia, buscando identificar a atividade produtiva de fibras naturais como o Sisal, pontuando a geração dos resíduos de biomassa enquanto potencialidade para aumento da renda da agricultura familiar visto trazer novas formas de inserção econômica, com construções alternativas para viabilizar novas oportunidades, despertando o interesse do Estado em repensar suas estratégias de modo a proporcionar um novo caminho para a região e favorecendo transformações sociais e elevação dessa região ao contexto econômico nacional. Sugere ainda o conceito de subsidiariedade como ferramenta a ser utilizada nessa reconstrução de políticas públicas.

Palavras-chave: Território. Semiárido. Resíduo. Biomassa.

1 INTRODUÇÃO

Constitui objeto deste artigo abordar o processo de transformação que o semiárido baiano vem passando nas últimas décadas, pontuando as condições de produção e a importância das fibras naturais, como o sisal, no Estado enquanto atividade agrícola-familiar e suas inter-relações com o território no qual está inserido. O território do sisal, recorte deste estudo, está localizado na região do semiárido baiano, congregando municípios caracterizados por uma economia de base agrícola, com a maioria da população estabelecida na zona rural e detentores de indicadores sociais bastante fragilizados.

Os dados serão avaliados de forma comparativa, abrangendo informações referentes à Bahia e ao Território de Identidade do Sisal, onde está inserida a maior oferta de resíduos do sisal. Os Territórios de Identidade-TI integram o conceito da nova divisão regional utilizada pelo Estado a partir de 2007. Essa regionalização foi “adaptada” a partir do modelo dos “Territórios Rurais”, adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), seguindo uma diretriz do governo federal, objetivando maior articulação no relacionamento entre o Estado e a Federação.

Ao se falar de território deve-se destacar que o seu conceito “é inseparável de cultura e

¹ Discente do Programa de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – UCSAL. Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano – UNIFACS. E-mail: gorette.figueiredo@gmail.com

contém os elementos de conflitos de interesses entre classes e estamentos da sociedade (...) o poder econômico gera o território...” (Pedrão 2009, p.27-28). Neste sentido uma divisão territorial leva em consideração as relações de poder praticadas em todos os níveis da estrutura social. É resultado das relações sociais exercidas pelos indivíduos, pelos grupos e pelas sociedades através de múltiplas formas de expressão, de gestão, de domínio, de apropriação, de identidade, de pertencimento (Raffestin; 1993).

Comparando-se os modelos de regionalização anteriormente adotados pelo Estado da Bahia, em Regiões Administrativas ou Regiões Econômicas, percebe-se que os limites dos territórios de identidade atuais são muito próximos dos limites adotados pelos modelos predecessores. Adicionalmente, alguns territórios levam o nome do município “pólo”, ou seja, a região e sua identidade são denominadas em função do papel de centralidade que de certos municípios no contexto regional. Assim pode-se questionar até que ponto a nova regionalização tem como princípio o critério de território e de identidade aqui apresentado.

Apesar de controversa, a regionalização por TI vem sendo adotada como elemento gerador de base de dados para o estado e sua delimitação será adotada neste texto para a análise dos dados no que se refere á distribuição espacial do sisal e, com isso, facilitar a comparação de dados em relação ao restante do Estado. O Território de Identidade do Sisal – abrange uma área de 21.256,50 Km² e população de 555.708 habitantes e é composto por 20 municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. Esse TI possui um grau de urbanização muito baixo (37% IBGE 2000) o que corresponde a praticamente a metade do grau de urbanização do Estado (64,9 % IBGE 2000), um dos fatores que retratam bem a identidade da região sisaleira como um território rural.

Apesar da relevância econômica e social para o semiárido baiano, a exploração do sisal (agave sisalana) trazido do México para o Brasil, ainda é realizada com baixo índice de modernização e capitalização resultando em altos custos e baixa produtividade. O cultivo do sisal é desenvolvido em pequenas propriedades, a extração da fibra é feita de modo semi-artesanal, sem condições adequadas de segurança, mesmo após o beneficiamento apresentar usos diversos desde a indústria de cordoaria, e até como matéria-prima na fabricação de celulose, e insumo na indústria farmacêutica.

A cultura de sisal foi introduzida na Bahia no início do século XX, mas a produção ganha importância a partir da década de 1930 quando o governo do Estado incentivou a cultura objetivando torná-la uma alternativa de desenvolvimento para a região (Silva e Silva,

2001). O desenvolvimento de substitutos sintéticos para o sisal, como o polipropileno, ocasionou uma retração no mercado global da fibra, no entanto o desenvolvimento da consciência ecológica e a demanda de consumidores de países desenvolvidos por produtos ecologicamente corretos a partir da última década do século XX impulsiona novamente o mercado. No início do século XXI, surgem novas aplicações para as fibras naturais em substituição às fibras sintéticas. (Passos, Dias e Cruz 2005)

De acordo com a RedeSist (2013) a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) objetivava identificar potenciais oportunidades para novos usos da fibra natural de sisal e consequente desenvolvimento regional. O sisal tem um grande potencial econômico e social para o Estado no sentido de promover oportunidades de geração de emprego e renda por meio de uma cadeia de serviços que absorve desde a mão de obra familiar na manutenção das lavouras, extração, processamento e beneficiamento da fibra expandindo-se para atividades industrialização de produtos derivados. A cultura do sisal é em algumas áreas do semiárido baiano a única possibilidade agrícola-familiar viável e o estudo da produtividade, permitirá a agregação de valor ao produto contribuindo para o desenvolvimento desta região.

O sisal, por sua vez, está inserido em um território, com características não apenas climáticas como também de composição social e econômica próprios. A análise da atividade produtiva, deste modo, deve perpassar pelas suas relações com o espaço que ocupa e modifica, e com os agentes que a compõem. Assim, diante da sua importância para o semiárido vamos abordar neste trabalho aspectos relativos ao sisal e suas inter-relações com o território, avaliando o desempenho da atividade, possibilitando comparações e permitindo proposições de melhorias.

2 FORMAÇÃO SOCIAL E CAPACIDADE PRODUTIVAS DO SEMIÁRIDO BAIANO

A perspectiva regional do desenvolvimento da região semiárida parte do condicionamento do sistema produtivo pelo meio físico. Não só por seus aspectos visíveis de ambiente como pela reprodução do sistema de recursos. A caracterização geral de semiárido denota um imenso espaço no Brasil com grande diversidade de condições de habitabilidade e para produção. Grandes variações de altitude e de qualidade dos solos levam a que se substitua a visão generalista da região por outra que registra a importância de manchas regionais com aptidão para uma produção variada e especializada.

A ocupação desse território e os modos de reprodução da população sertaneja foram determinados pela prevalência de grandes propriedades rurais, por contraposição abrindo espaço para uma variedade de formas de pequena produção, simplificadamente reduzidas à produção familiar, geralmente com baixa densidade nos usos do território. Na Bahia, em que o semiárido oficial está constituído de maior variedade de situações regionais, o desenvolvimento de mercadorias locais também é mais variado que noutras partes do país e esse modelo pré-industrial tornou-se objeto de interesse dos capitais que se comprometeram com a produção fabril, desenvolvendo um modelo produtivo que coloca o semiárido na produção capitalista indiretamente como produtor de matérias primas e provedor de mão de obra não qualificada.

A incorporação efetiva do semiárido no sistema do capital se realiza por meio da substituição das formas tradicionais de exploração pelo agronegócio. É preciso reconhecer que a distinção entre agricultura empresarial e agricultura camponesa, adiantada por Chayanov, já é a que estabelece o significado do agronegócio na produção capitalista. Na Bahia o agronegócio já surge como uma determinação da expansão do capital comercial que induz a produção de mercadorias comercializáveis.

Desenvolveu-se um duplo sistema de comercialização e uma divisão entre as lavouras e a caprinocultura praticadas por pequenos e médios produtores e as lavouras de mercadorias; e a pecuária dos grandes produtores e mercadorias exportáveis. Essa dualidade é mantida principalmente pela divergência na disponibilidade e uso de crédito, resultando na insuficiência de geração de renda dos pequenos produtores, de modo a terem que gerar parte de seus próprios bens de consumo, o que explica a permanência da produção de subsistência.

No caso da Bahia, a RedeAPL estruturada pelo estado no início dos anos 2000 fundamenta-se na definição adotada pela RedeSist, que define um Arranjo Produtivo Local (APL) como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que apresentam vínculos mesmo que incipientes (Cassiolato e Lastres, 2001) a RedeAPL, - expande esse conceito e, considera também que os **atores do aglomerado devem atuar em regime de estreita cooperação.**

Na teoria, estas aglomerações estimulam processos interativos de aprendizado em nível local, viabilizando o aumento da eficiência produtiva, melhoria de processos, redução de custos e aumento da produtividade, criando um ambiente propício à elevação da competitividade dos agentes atuantes na região, contribuindo para dinamização desses espaços econômicos (Santos, Diniz e Barbosa; 2004). Suzigan (2006, p. 12) afirma que “a

proximidade geográfica facilita a transmissão de novos conhecimentos caracterizados como complexos, tácitos e específicos para determinados sistemas de produção e inovação”.

3 O TERRITÓRIO DO SISAL

Compreende-se como o Território do Sisal, de acordo com o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira (CODES – Sisal), à região composta por 20 municípios: Monte Santo, Itiúba, Cansanção, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Tucano, Araci, Teofilândia, Biritinga, Ichú, Lamarão, Serrinha, Barrocas, Candeal, Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, Santaluz e São Domingos. Para efeito de análise de dados neste trabalho será utilizado à delimitação referente aos territórios de identidade.

Situado no semiárido baiano, o Território do Sisal possui uma extensão territorial de 18.414 km² - 3,3% da área total da Bahia. Dos 20 municípios, 8 possuem área superior a 1.000 km², 6 municípios estão entre 300 km² a 1.000 km², e 3 possuem área menor a 300 km², sendo o território caracterizado por municípios geograficamente grandes. Apesar da extensão, muitos municípios que compõem o território possuem população abaixo dos 10 mil habitantes e apenas 5 municípios possuíam mais de 50 mil habitantes. Com uma população total de 614.009 habitantes em 2010, o território representa 4,4% da população do Estado.

O IDH dos municípios varia de 0,50 a 0,64, sendo o município de São Domingos o que apresenta o melhor indicador, seguido de Valente, Serrinha e Retirolândia e os municípios com pior IDH são: Monte Santo, Araci e Biritinga. Todos os municípios apresentaram evolução deste indicador nos últimos 20 anos, passando da faixa média de 0.20 para os valores atuais, embora este indicador fique abaixo da média do Estado (0,660), indicando a situação desfavorável e de fragilidade social da região.

Estes dados refletem em outros indicadores, como a escolaridade da população com mais de 10 anos do território, onde 71% declararam não possuir instrução ou ter apenas o ensino fundamental incompleto enquanto que no Estado da Bahia este indicador correspondia a 59% segundo os dados do censo de 2010. Apenas 16,3% da população declarou ter ensino médio completo, superior incompleto ou superior no território, contra um total de 26% relativo á media do estado no mesmo censo (tabela 1). Comparando-se estes dados com os indicadores totais do estado, o território está aquém da média estadual no quesito educação.

Tabela 1 - Território de identidade do sisal - Escolaridade da população residente com mais de 10 anos - 2010

Grau de escolaridade	Pessoas	%
Sem instrução e fundamental incompleto	314314	71,8
Fundamental completo e médio incompleto	51785	11,8
Médio completo e superior incompleto	63577	14,5
Superior completo	7990	1,8
Não determinado	1594	0,4
Total	437666	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O grau de escolaridade reflete nas questões relacionadas à renda, tipo de ocupação e qualificação do trabalhador. Para avaliar estas questões no TI do sisal utilizamos dados provenientes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados- CAGED consolidados em informações anuais, que permitirão avaliar o saldo de empregos a cada ano da série, permitindo identificar períodos com aumento do contingente de trabalhadores com carteira assinada. Neste quesito observa-se que o saldo de empregos gerado pelo território no período não é representativo em relação ao total gerado pelo Estado - em média o território do sisal foi responsável apenas pela geração de 2,6% do saldo de empregos formais do Estado.

A faixa etária com resultados significativos em termos de geração de empregos formais no território é a de 18-24 anos, seguida de 25-29 e 30-39. Após os 40 anos observam-se saldos negativos, indicando um número maior de demissões que admissões. Este perfil, no entanto, acompanha o comportamento do saldo de empregos gerados para o estado como um todo (tabela 2).

Tabela 2 - Evolução do saldo de empregos celetistas, por faixa etária território do sisal e Bahia 2000-2010

Faixa Etária	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
18 a 24	438	666	595	996	1.023	754	550	229	610	742	951
25 a 29	142	371	299	690	375	314	9	10	117	173	267
30 a 39	153	272	169	653	464	328	-88	-130	207	225	90
40 a 49	-2	16	40	180	211	172	-62	-52	-20	12	-64
50 a 64	-16	4	17	15	38	85	-49	-30	-16	-65	-20
65 e mais	-4	-8	-8	-6	-11	-3	-13	-4	-3	-5	-5
Total	711	1.321	1.112	2.528	2.100	1.650	347	23	895	1.082	1.219
Bahia	28.760	11.719	34.925	24.395	50.029	61.488	22.750	55.984	38.124	71.176	91.402

Fonte: TEM-CAGED, 2001-2010.

Utilizando o Censo Demográfico de 2000-2010, observa-se que a evolução da taxa de desemprego no TI do Sisal sofreu significativa redução. E comparando o comportamento com o restante do estado, assume uma característica mais relevante, pois sua redução é superior á que ocorreu no Estado (tabela 3).

Tabela 3 - Taxa de desemprego - Território de Identidade, Bahia - 2000/2010

Taxa de desemprego	2000	2010
Território do Sisal	20,6	7,2
Bahia	18,4	10,9
Brasil	15,3	7,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, 2000/2010.

Analisando a taxa de desemprego por faixa etária, há uma redução nas faixas entre 2000-2010. Esta redução, não deve ser entendida como um aumento do contingente de ocupados em todas as faixas. Cruzando-se esses resultados com a tabela 2 - saldo de empregos por faixa etária, observa-se que o saldo nas faixas etárias acima de 40 anos é negativo, ou seja, houve mais demissão que admissão no período. Deste modo, a redução da taxa de desemprego para estas faixas provavelmente expressa a desistência em continuar buscando emprego ou a migração dos ocupados para atividades informais.

Tabela 4 - Taxa de desemprego, segundo faixa etária - Território de Identidade, Bahia - 2000/2010

Território de Identidade	De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos		De 30 a 39 anos		De 40 a 49 anos		De 50 a 59 anos		65 anos ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Sisal	34,8	8,5	32,3	13,4	24,9	13,7	18,8	11,2	7,3	1,6	0,0	0,0
Bahia	32,6	19,2	29,4	24,0	22,0	19,8	17,5	15,5	7,4	4,4	2,1	1,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, 2000-2010.

Analisando a ocupação no período 2000-2010 (tabela 5) há o aumento da ocupação com carteira assinada de 11,2% para 20,5%. E numa tendência contrária ao comportamento do estado, há um aumento da ocupação sem carteira (de 37% para 42,1%) e do trabalhador por conta própria (23,25 para 28,1%), permitindo a suposição de que parte dos trabalhadores formais dispensados nas faixas etárias superiores à 30 anos (tabela 2) migrou para ocupações precarizadas ou informais. Quanto ao rendimento dos ocupados por faixa de salários mínimos, observa-se entre 2000-2010 um aumento significativo dos ocupados que auferiram renda nas

faixas de até 1 salário (passou de 38,6%-2000 para 69,8%-2010), e redução nas demais faixas (tabela 6). Há redução nos que se declaravam sem rendimentos que passou de 27,1% - 2000 para 5,5%-2010. Este movimento reflete o resultado das políticas de renda mínima do Governo Federal, onde grande contingente de pessoas que não possuíam rendimentos passa a ocupar faixas de até um salário mínimo. Ressalte-se, que mesmo havendo melhoria de renda da população o território apresenta 70% da sua população sobrevivendo com até um salário mínimo, percentual superior á media do estado para esta faixa (53,7%).

Tabela 5 - Distribuição percentual, segundo a posição na ocupação - Território de Identidade, Bahia - 2000/2010

Território de Identidade	Com Carteira		Sem Carteira		Empregador		Conta-Própria		Não Remunerado		Outros	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Sisal	11,2	20,5	37,0	42,1	1,1	1,2	23,2	28,1	9,5	4,2	18,0	4,0
Bahia	25,5	36,0	34,6	30,3	2,1	1,5	25,0	25,0	5,8	2,7	7,0	4,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, 2000/2010.

Tabela 6 - Distribuição percentual dos ocupados, segundo a faixa salarial em salários mínimos – Território de Identidade, Bahia - 2000/2010.

Ocupados	Até 1 salário		Mais de 1 a 2 salários		Mais de 2 a 3 salários		Mais 3 a 5 salários		Mais de 5 a 10 salários		Mais de 10 a 20 salários		Mais de 20 salários		Sem rend.	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Sisal	38,6	69,8	19,0	18,1	6,0	3,3	5,2	2,2	3,1	0,9	0,7	0,2	0,2	0,0	27,1	5,5
Bahia	34,8	53,7	19,6	25,6	6,6	6,8	6,2	5,2	4,6	3,8	1,9	1,4	1,0	0,7	25,3	2,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, 2000/2010

4 POTENCIALIDADES DO SISAL

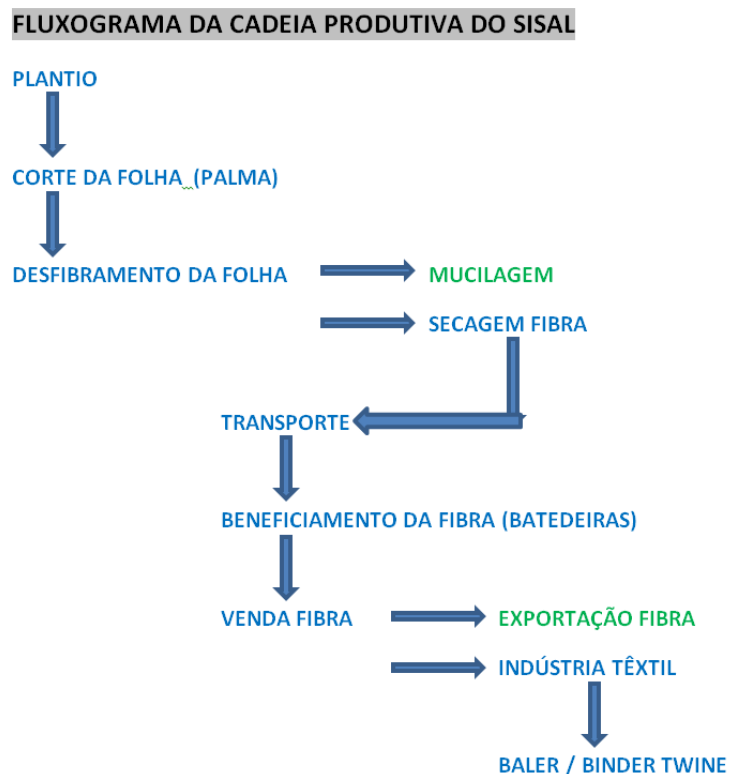
O sisal (Agave Sisalana) foi introduzido na Bahia, no município de Santa Luz, no início do século XX, por volta de 1910, tendo se adaptado bem às condições edafoclimáticas da região semiárida. A espécie mais comum no semiárido da Bahia é a Sisalana que gera por ciclo produtivo cerca de 150 a 200 folhas, leva três anos para a planta nova atingir o tamanho de poda. Após o período de início de poda esse processo ocorre sempre que a folha atinge um tamanho adequado ao corte, sendo que a planta tem uma vida útil em média de 10 anos. E todo esse processo é suscetível a problemas agrícolas como foi o caso de praga do sisal, um

fungo que matava a planta do sisal pela base (miolo) e contaminava outras plantas impedindo seu crescimento e consequente corte - isso ocorreu no início dos anos 2000.

Foi a presença desse fungo no Território do Sisal na Bahia que fez com que a EMBRAPA–Ba (Conceição do Coité) desenvolvesse uma planta híbrida que além de resistente, consegue produzir até 600 folhas, permitindo colheitas praticamente durante todo o ano, aumentando a produtividade da matéria-prima local. A produção de fibra de sisal se dá a partir da extração das folhas ou palmas da planta de sisal. Após o corte das folhas é feito o desfibramento das mesmas de forma manual passando folha a folha num equipamento rudimentar, comumente chamado “motor”.

A perda neste processo é de 95% em média visto o aproveitamento dar-se-á em 5% do peso da folha para a fibra o que evidencia o enorme potencial dos resíduos – suco e mucilagem advindos do desfibramento. O batimento ou escovamento é a limpeza da fibra seca e é realizado por empresas intermediárias, também conhecidas como “batedeiras”, que possuem máquinas com um cilindro de metal central que é acionado em alta rotatividade o que permite abrir a fibra seca. Nessa fase há uma geração de resíduo de aproximadamente 1% do peso do produto, devido a limpeza (BAHIA; 2007). A operação de batimento, feita pelos intermediários e, após o desfibramento, comercializam a fibra na forma bruta e é nesse estágio onde se dá o maior ganho sobre a fibra.

O território do sisal representa 95% da produção de fibra de sisal no Brasil, tornando o Estado da Bahia o maior produtor (2010). Esta atividade é fortemente impulsionada pela demanda externa por sisal e manufaturados, já que em torno de 85% da produção interna é destinada à exportação, embora ainda não se evidencie o aproveitamento integral da planta, tendo um percentual de resíduos elevado para qualquer sistema produtivo.

FIGURA 01 - Fluxo de produção do sisal

Fonte: Elaboração própria

Neste processo deve-se abordar a importância da estrutura de governança para o funcionamento do sistema produtivo do sisal e dos organismos de articulação cabendo destaque para a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), criada na década de 80 por um grupo de pequenos agricultores preocupados com a ação dos atravessadores na comercialização de seus produtos, e em 2002 a criação do CODES Sisal (Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira), que articulados com o Estado atenderam a demanda da sociedade na discussão das políticas públicas com os gestores locais. As ações adotadas e desenvolvidas conjuntamente ao longo dos anos 2000 tiveram como ponto focal garantir a permanência da família sertaneja no território do sisal através da transformação da exploração excludente da lavoura do sisal em uma prática agrícola com base na sustentabilidade socioambiental.

Por ser essa atividade a principal alternativa econômica da região do semiárido, a inovação tecnológica da cadeia produtiva e a busca de qualificação do capital humano são demandas que surgem e ratificam a necessidade repensar as políticas públicas que atendam às especificidades regionais emergentes do semiárido. A estrutura produtiva do sisal caracteriza-se por apresentar baixa remuneração para os trabalhadores; tecnologia rudimentar (cultivo/colheita/desfibramento); predominância de mão de obra familiar; precariedade das

condições de trabalho, segurança e saúde aliada à fragilidade de organização dos trabalhadores e ao descompasso nas ações governamentais de incentivo e abertura de créditos, assim como as demandas sociais existentes de utilização de todo potencial do sisal e expansão da cadeia produtiva e seu mercado.

Dessa forma, fica evidente que práticas de participação político-educativas e integração social visam promover a transformação do TI do sisal sob três categorias básicas:

- Informação: espaço e forma do agricultor familiar pensar e planejar sua produção de modo eficiente com aproveitamento total da planta;
- Valorização: espaço e forma do agricultor familiar gerar eficácia distributiva dos seus produtos disponíveis (estoques) na comunidade e novos mercados;
- Regulação: espaço e forma do agricultor familiar ter possibilidade de negociar no mercado a compra e a venda dos seus produtos em condições mais favoráveis, do que as até então eram praticadas.

Visando a integração e valorização da agricultura sisaleira foi iniciado um processo de reestruturação da produção agrícola familiar na região tratando modos de revitalização buscando a sobrevivência da mesma a partir da melhoria das condições de vida e diversificação de atividade, combinando com a pecuária. Para tanto, as condições de inserção familiar na ocupação de mão-de-obra devem ser vistas, pois sofrem alternância das condições do clima, do panorama político e da dinâmica do mercado.

O governo do estado estimulou e financiou pesquisas através de editais e convênios com universidades e fundações de pesquisa e obteve evidências do variado e rico potencial de uso dos resíduos em sua integralidade com possibilidade de expandir o uso do resíduo de biomassa para geração de etanol de segunda geração e energia. Fato esse que motivou o estabelecimento de um laboratório de biorrefino nas instalações do CEPED – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Camaçari/Ba, já em atividade.

Pensando nesse movimento do Estado trazemos o conceito de *subsidiariedade* enquanto um princípio segundo o qual o poder público só deve atuar quando a sua ação seja mais eficaz do que uma ação desenvolvida a nível hierarquicamente menor – regional/local ou individual, tendo explícita capacidade de nortear a **tomada de decisões tão próxima quanto possível do cidadão**, mediante a verificação constante de que a ação a empreender a nível comunitário se justifica relativamente às possibilidades oferecidas pelo nível nacional/regional/local. Este princípio foi formalmente estabelecido no Tratado de *Maastricht*, onde posteriormente institui a Comunidade Europeia está intimamente

relacionado com os princípios da proporcionalidade e da necessidade, que supõem que a ação da União não deve exceder aquilo que seja necessário para alcançar os objetivos do Tratado.

O significado e a finalidade do princípio da **subsidiariedade** residem na concessão de um determinado grau de autonomia a uma autoridade subordinada a uma instância hierarquicamente superior, nomeadamente de uma autoridade local ao poder central. Isto implica, portanto, uma repartição de competências entre diversos níveis de poder, princípio que constitui a base institucional dos Estados com estrutura federal. O ente maior não faz o que o ente menor pode fazer... confere legitimidade ao poder maior (União/Estado) para exercer os seus poderes quando os objetivos de uma ação não puderem ser realizados pelos Estados-Membros (Municípios/Distritos) de modo satisfatório e a ação em nível maior puder contribuir com valor acrescentado.

5 CONCLUSÃO

O sisal se mostrou uma cultura adaptada ao território promovendo oportunidades, sendo considerada como potencialidade ao semiárido. A eficiência produtiva de determinadas localidades é parte do processo de desenvolvimento, e desperta a compreensão e o entendimento do fenómeno da concentração de algumas atividades económicas em certa região, e os benefícios que decorrem dessa modificação da estrutura física e económica da mesma. No território do sisal percebe-se a influência do conceito de aglomeração na presença de algumas iniciativas dos atores locais buscando adquirir conhecimento, gerando inovações tecnológicas e formas diversas do uso do sisal na região. Essas nossas formas de uso se deram através de diversificação de produtos e de pesquisas financiadas pelo Estado que direcionam o potencial dos resíduos do sisal para desenvolvimento de subprodutos sendo um potencial económico para agricultura familiar. Estas iniciativas propiciaram crescimento local e regional, mas não o desenvolvimento.

Deste modo, embora tenham ocorrido iniciativas pontuais o semiárido precisa de uma política regional construída a partir da sua realidade atual, que traduza as necessidades reais locais e reflita os interesses da região assim como o envolvimento dos atores locais. Compreender a realidade contemporânea, transformada pela ampliação do mercado e das relações a partir do advento da globalização, e identificar os obstáculos que se apresentam na relação produtiva da cadeia do sisal, assim como ações estratégicas que possam ser respostas para os entraves que hoje se apresentam é essencial para o planeamento do desenvolvimento

regional do semiárido baiano, e desse modo assegurar a sobrevivência da cultura sisaleira no Estado.

A realidade social deve ser não só percebida, mas levada em conta, pois só a partir delas é que políticas públicas efetivas serão construídas, pois o desenvolvimento da produção acontece mediante transformações e mudanças na forma de ocupação do espaço e nas suas condições próprias de funcionamento, hoje abertas a um mercado globalizado.

Esta lacuna pode ser revertida pela adoção do conceito de subsidiariedade objetivando preencher, de modo efetivo, o espaço não ocupado pelo estado no que diz respeito a ações que podem e devem ser desenvolvidas pelos atores locais no atendimento das demandas sociais emergentes, fazendo então parceria de modo a favorecer políticas públicas mais eficazes para a região.

REFERÊNCIAS

BAIARDI, Amilcar. **Agricultura Familiar no Semiárido: fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável**. XLIV Congresso da SOBER, Fortaleza, Julho-2006. Disponível em < <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/145653/2/241.pdf>.> Acesso em: 1 dez. 2014.

BAHIA, Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação – SECTI. 2007. **Plano de Desenvolvimento do APL de Sisal da Bahia**. Salvador. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1247146642.pdf> Acesso em: 03 nov. 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. 2011. **Relatório Analítico Território de Cidadania do Sisal – Bahia. Feira de Santana, Bahia**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra043.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2013.

CASAROTTO Filho, Nelson. Amato Neto, João. Cooperação entre pequenas empresas, garantia mutualista e desenvolvimento regional: reflexões sobre sistemas de garantia de crédito, Florianópolis. **REAd** – Ed 57, Vol 13.

CASSIOLATO, José. Eduardo. Lastres, Helena. 2001. Arranjos e Sistemas Produtivos Locais na Indústria Brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro. v. 5. p.103-136.

CAVALCANTI, Thais Novaes. **O direito e promoção das capacidades da pessoa e o princípio da subsidiariedade**. PUC, São Paulo, 2012.

IBGE, **HOMEPAGE IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

SANTOS, Gustavo Galvão. Diniz, Eduardo. Barbosa, Eduardo. 2004. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 151-179.

HIRSCHMAN, Albert. 1961. **A Estratégia de Desenvolvimento Econômico**. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro.

KRUGMAN, Paul. 1991. **Geography and trade**. Cambridge: MIT Press.

MARSHALL, Alfred. 1982. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural.

MYRDAL, Gunnar. 1960. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: UFMG: Biblioteca Universitária.

NELSON, Richard. Winter, Sidney. 2005. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas. Editora da Universidade Estadual de Campinas.

PASSOS, Francisco Uchoa. Dias, Camila Carneiro. Cruz, Rossine Cerqueira. 2005. Capital social, competências e demandas tecnológicas de arranjos produtivos locais: o caso do APL de sisal em Valente. **E & G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 92-112.

PEDRÃO, Fernando, **As raízes superficiais da política agrícola**. A Tarde, dezembro, 1986.

_____, A sustentabilidade social e ambiental, **Revista Desenvolvimento Econômico**, Salvador, 2006.

_____. **Economia Política e Poder**: na periferia globalizada. Salvador: Editora Jus Podivm, 2009.

PERROUX, François. Nota sobre o conceito de pólo de crescimento. **A planificação e os pólos de crescimento**. Porto: Edições Rés, 1995.

PORTER, Michael. **Estratégia Competitiva**: Técnicas para análise da indústria e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

_____. *Competição Estratégias Competitivas Essenciais*. RJ – Campus, 1999.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REDESIST. Ferreira Júnior; Hamilton de Moura (coord). Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso: Síntese dos resultados, conclusões e Recomendações – *Nota técnica nº 07*. Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/documentos/docnorte>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

REVISTA SEAGRI do Governo do Estado da Bahia. V.9 n.2. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/Bahia_Agricola_v9_n2_completa.pdf>. Acesso em 1 dez. 2016.

SEI. **Os territórios rurais regionais, 2004**. Salvador, 2004.

SILVA, Silvio Bandeira de Melo; SILVA, Barbara Christine Nentwig. Reinventando o território: tradição e mudança na região do sisal – Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 3, n. 5, 2001.



SKOLORS: A DESCONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOCIAIS E O POLITICAMENTE CORRETO NA MÍDIA BRASILEIRA

*Alex Chaves Gomes*¹
*Ana Cláudia Souza e Sônia Regina Caldas*²

RESUMO

A mídia, em sentido amplo e diverso, é o espaço das práticas de consumo que demarca, na atualidade, padrões de beleza, estabelece modos de ser e de viver em torno do padrão ideal. Esse trabalho pretende mostrar a desconstrução do ideal de beleza através de diversos estereótipos por meio da análise da campanha publicitária da Skol que busca representar a diversidade dos tons de pele do povo brasileiro. A análise da campanha *Skolors* apresenta um olhar sobre o que tem sido denominado de “politicamente correto” e a polarização da sociedade nas mídias sociais a respeito da peça publicitária.

PALAVRAS-CHAVE: Estereótipos. Padrão de beleza. Politicamente correto. Mídia. Publicidade.

1 INTRODUÇÃO

A indústria e a mídia estão configuradas para a construção de um perfil estético que reflita apenas parte da diversidade presente em nossa sociedade, criando uma “estética ideal” que serve, de certo modo, de conforto psicológico em relação ao bem-estar do indivíduo. O esteticamente aceitável trouxe o prazer individual e também a satisfação em meio ao coletivo.

Através do empoderamento dos movimentos sociais (negros, feministas e LGBTQ’s), as pessoas começaram a se enxergar, ganhando voz ao reivindicar que suas identidades fossem também representadas e suas necessidades atendidas, dando abertura a lutas identitárias onde não se tinha espaço.

Vivemos um momento onde a quebra de tradições culturais e posições sociais, que favoreceram a estereotipia é enfoque em discussões nas mídias sociais a respeito do mercado de trabalho, dos direitos civis, da mídia tradicional, e conseqüentemente, nas tão

¹ Alex Chaves Gomes é discente do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Universidade Católica do Salvador (UCSal), e-mail: alexcgomes@hotmail.com.

² Ana Cláudia Gomes de Souza professora com graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1998), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2001) e doutorado em Antropologia pelo PPGA/UFBA (2016). Sônia Regina Caldas é professora com Licenciatura em Letras Vernáculas com Língua Estrangeira pela UFBA (1974), Bacharelado em Artes Plásticas UFBA (1981) Especialização em Análise do Discurso verbal e não-verbal UCSAL e Doutorado em Letras e Linguística na área de Literatura Comparada - Estudos Culturais pela UFBA (2003).

estereotipadas ações publicitárias do ramo cervejeiro. A presente comunicação pretende problematizar como o meio publicitário tem reagido com a produção de peças que possam incorporar esse debate, a exemplo da campanha *Skolors*, estudo de caso que será analisado na parte final desse artigo.

2 O DEBATE EM TORNO DOS ESTEREÓTIPOS E MÍDIA

Os estereótipos formam-se a partir de impressões que são categorizadas e que fazem criar falsas expectativas relativamente a determinada pessoa. Atribuímos características de grupos sociais a indivíduos e criamos expectativas com relação às atitudes dos outros.

Segundo o psicólogo Marcos Emanuel Pereira (2002), a repetição de comportamentos seria favorável à associação de um papel, e por fim um diagnóstico social. Essa análise enfoca que crenças são compartilhadas, sendo a sociedade o depósito da informação, além de admitir a importante influência da mídia, contribuinte para uma indústria cultural. O psicólogo acredita que os mecanismos envolvidos na formação dos estereótipos estão relacionados à memória, codificação das informações, afetos e processos automáticos controlados. Esses mecanismos seriam agentes na categorização do outro, e por seguirem critérios diversos, tornam distinta a observação de cada um. Pereira (2002) também aborda a família como uma forte influência na formação dos estereótipos, por exemplo, na evolução de uma criança, que todos os processos cognitivos, afetivos, motivacionais, sociais e culturais, estariam correlacionados aos contatos e experiências com as pessoas e agentes de socialização e, conseqüentemente, moldariam e definiriam a maneira como se percebe e se avalia o outro.

O estereótipo é utilizado na grande mídia porque promove uma identificação ou decodificação da mensagem mais rapidamente e sem esforço de reflexão, portanto, um dos recursos mais eficientes de manipulação. Se a publicidade influi de forma decisiva na maneira como entendemos e vemos a nossa realidade social de uma forma estereotipada, então resta nos questionarmos de que maneira estamos construindo a nossa visão de mundo, especialmente, em relação às crianças, já que esse processo de estereotipagem pode ser moldado na infância.

Os estereótipos que se referem aos papéis sexuais, raciais, profissionais e sociais, são os mais significativos, já que podem provocar sérios problemas nos grupos sociais representados de forma estereotipada, como os negros ou homossexuais. Com essas populações, via de regra, a mídia torna praticamente impossível uma identificação que seja

positiva, pois não são apresentados como personagens poderosos e bem-sucedidos, gerando uma rejeição facilmente relacionada com o cotidiano das pessoas.

3 OS ESTEREÓTIPOS E O PADRÃO DE BELEZA

Para os filósofos da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e Max Horkheimer (1947), a indústria cultural elimina as possibilidades artísticas e criativas em todas as esferas sociais, principalmente no universo da cultura. Tudo passa a ser padronizado, seguindo os modelos das indústrias capitalistas, com a produção em série, a mercantilização dos bens culturais, a padronização dos produtos e a criação de estereótipos. O padrão se impõe a partir do que é mais rentável para a indústria cultural e elimina tudo que é diferente. Somente é aceito no sistema aquilo que passa a ser incorporado de forma produtiva. Nesse sentido, a moda pode ser compreendida como um grande segmento da indústria cultural que reproduz o modelo dominante a partir de padrões estabelecidos, como o estereótipo do que é belo, do que é aceitável e do que deve ser consumido.

Esses elementos padronizados transmitidos pela mídia, através de novelas, filmes, revistas e demais fontes, referenciam um modelo comportamental ditando o físico ideal, a mais oportuna posição social, o vestuário mais elegante, entre outros. Ou seja, a imagem corporal de um indivíduo é sua representação interna que se baseia na busca de um padrão de beleza institucionalizado pelos meios de comunicação em massa, calcado em estilos de vida. Em geral, estes padrões estéticos afirmam a posituação do cabelo impecavelmente liso, pessoas “abaixo do peso” e uma pele clara para quem quer ser “bonito”.

A busca pela perfeição pode estar ligada ao desejo narcísico de nos sentirmos amados, inseridos e bem integrados em nosso grupo. A beleza como padrão é um meio em que as pessoas têm buscado para conseguir saciar-se sem nunca querer sair do foco central de toda a atenção desejada.

A nossa aparência estética não se limita à forma de nos apresentar, contamos ainda com a presença do impacto da impressão visual que não está reduzida ao que é bonito ou feio, e sim a categorias como gênero, idade, etnia e classe social, que são deduzidas num primeiro contato visual. A partir da avaliação estética, são construídas representações a respeito do outro, gerando expectativas de conduta de determinados papéis sociais.

Analisando uma sociedade racista, como a brasileira, a partir da ótica dos teóricos da Escola de Frankfurt, as marcas não acreditam que serão capazes de gerar desejo de compra

com modelos negros, e, ao mesmo tempo, não se preocupam em se identificar com homens e mulheres negras, pois não acreditam que esse é seu público alvo. Quando o assunto é tipo físico do corpo esteticamente aprovado, as questões são parecidas, as marcas não querem consumidoras gordas e, ao mesmo tempo, é difícil gerar desejo com uma imagem fora do padrão. Nas passarelas³ de moda e nas campanhas publicitárias continua sendo assim, majoritariamente magro, e o mesmo acontece com as celebridades do nosso tempo, que influenciam diretamente na percepção estética das mulheres.

Prova disso, é a campanha “Busca Pela Igualdade” da ONG baiana Desabafo Social, que revela um padrão em todos os bancos de imagens nos resultados de pesquisa para palavras genéricas como “família”. No banco de imagens *Depositphotos*, por exemplo, quando o termo genérico “pessoa” é pesquisado, quase todas as imagens mostradas estão relacionadas a pessoas brancas. O mesmo padrão foi encontrado em mais três bancos de imagens: *iStock*, *Shutterstock* e *Getty Images*, onde os termos “pele”, “família” e “bebê” foram pesquisados, respectivamente. Para encontrar uma quantidade considerável de fotos de pessoas negras, o termo “preto” teve que ser digitado antes dos outros termos. A campanha envolveu 5 milhões de pessoas no Brasil e até o momento a *Shutterstock* alterou seu mecanismo de busca e a *Depositphotos* está discutindo como mudar algoritmos globalmente.

4 O POLITICAMENTE CORRETO NA PUBLICIDADE

A expressão “politicamente correto” se tornou um palavrão em debates públicos, de tão enraizada no senso comum, torna-se difícil delimitar o conceito. Para uns, o politicamente correto aparece como a necessidade de cautela em relação a alguns epítetos, apelidos, denominações, que acabam humilhando uma outra pessoa, ou seja, aqueles que ficam do lado do conselho que os nossos pais davam: seu direito termina onde começa o do outro. Já para outros, o politicamente correto não passa de “mimimi”, que seria uma derivação de ressentimento, que acaba impossibilitando a liberdade do pensamento, causando uma espécie de censura.

O aparecimento da expressão “politicamente correto” nasceu na militância política pelos direitos civis, nos Estados Unidos, na década de 70, ele ganhou força nas universidades

³ Em 2016 o cantor Emicida impressionou o público com o desfile da sua marca no São Paulo São Paulo Fashion Week, levando atitude e diversidade, com a maioria dos modelos negros e gordos. (Fonte: <http://emails.estadao.com.br/noticias/moda-beleza,a-emocionante-estreia-de-emicida-na-spfw,10000084141>. Acesso: 15/07/17).

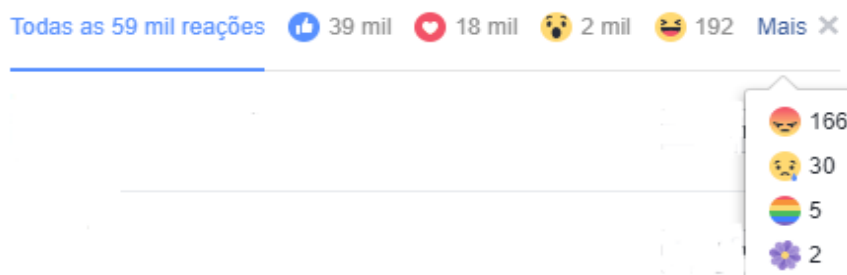
americanas nos anos 80 e desembarcou no Brasil pouco mais de dez anos depois. Prega que alguns termos sejam banidos do vocabulário para evitar manifestações preconceituosas de gênero, idade, raça, orientação sexual, condição física e social. A mania vem sendo incorporada pela sociedade, mas ferve o sangue de intelectuais, escritores e músicos cuja ferramenta de trabalho é justamente a palavra (JORDÃO, 2008). No Brasil, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado o livro *Politicamente Correto & Direitos Humanos (2004)*, escrito por Antônio Carlos Queiroz com apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. O livro foi recebido com bastante críticas negativas pela maioria dos jornalistas e acadêmicos e ficou popularmente conhecido como “cartilha do politicamente correto”. Os criadores, defendem-na e dizem que o objetivo foi apenas tirar de circulação termos que são discriminatórios contra negros, mulheres, homossexuais, portadores de deficiência física e outros grupos sociais. Após as negativas, por decisão do Presidente da República do Brasil na época, Luiz Inácio Lula da Silva, ordenou-se suspensa a distribuição do livro.

A publicidade tem voz direta na manutenção de discursos e comportamentos sobre a sociedade, na tentativa de impedir que a publicidade enganosa ou abusiva cause constrangimento ao consumidor ou a empresas, o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) tem a responsabilidade de defender a liberdade de expressão comercial. Com o politicamente correto ganhando força, os consumidores ficaram mais exigentes e passam a sugerir debate e julgamento de empresas que anunciam peças publicitárias discriminatórias. As queixas constantes fizeram com que o CONAR colocasse ao ar duas propagandas que, com cenas de humor, criticavam o excesso de reclamações. Nas duas publicidades criadas pela agência AlmapBBDO, questões ambientais, sexistas e raciais são ridicularizadas, ao final, uma voz diz que o CONAR é responsável por regular a publicidade no Brasil e todos os dias recebe dezenas de reclamações. "Muitas são justas; outras, nem tanto. Confie em quem entende. Confie no CONAR", diz a peça publicitária.

O politicamente correto, tão julgado pelo comercial, talvez seja uma forma de mostrar que não cabe a um grupo de pessoas determinar limites sobre a opinião dos outros. O que se deve tirar desse caso como uma lição, tanto para o CONAR quanto para outra qualquer empresa, é que de forma alguma pode-se haver censura sobre a liberdade publicitária, mas o respeito ao consumidor deve estar em primeiro lugar. O politicamente correto pode ser “chato”, mas é necessário e a regulação da publicidade junto com código de defesa do consumidor fazem parte dele (SPERINI, 2015).

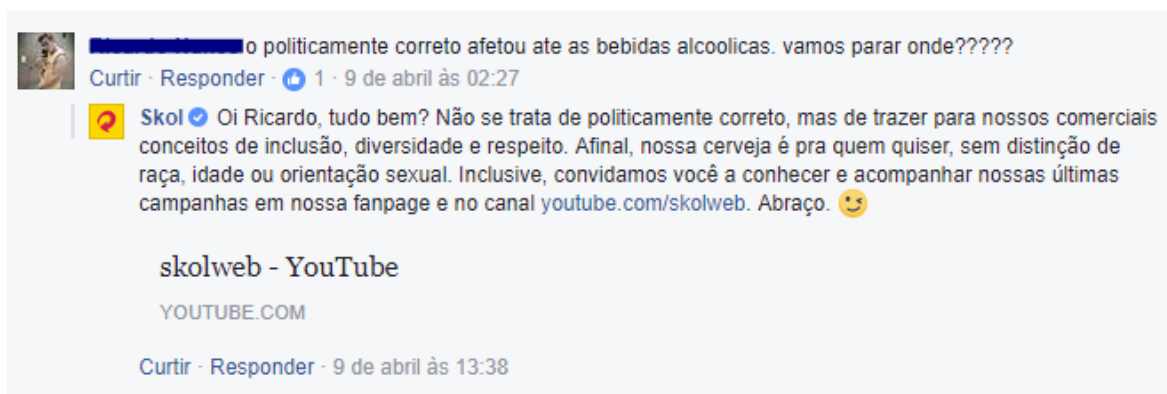
O histórico do discurso publicitário da Skol abusava do politicamente incorreto, onde a figura feminina era utilizada como objeto de diversão, sugerindo até conotação sexual. Além

disso, a aparição de negros era mínima, onde dificilmente eram representados em situações de destaque. Essa foi a fórmula das campanhas de outras cervejarias durante muito tempo, que de certa forma estabeleceram um grau de importância para a formação de opinião pública sustentando estereótipos sexistas e racistas até hoje. Tentando deixar para trás esse histórico, a agência reforça a modernização da marca Skol trazendo diversidade racial e de gênero em suas novas campanhas, abraçando uma comunicação mais inclusiva. Em especial, a campanha *Skolors*, em edição limitada, tratando-se de uma série com a ideia de representar a pluralidade de tons de pele de brasileiros e brasileiras em suas embalagens. Com essa estratégia, a agência e o anunciante atingiram seus objetivos com sucesso, trazendo uma linguagem inclusiva em termos de estereótipos, com uma aceitação surpreendente dos consumidores nas mídias sociais. Como pode ser verificado na quantidade de curtidas recebidas no *facebook*, conforme apresentado abaixo.

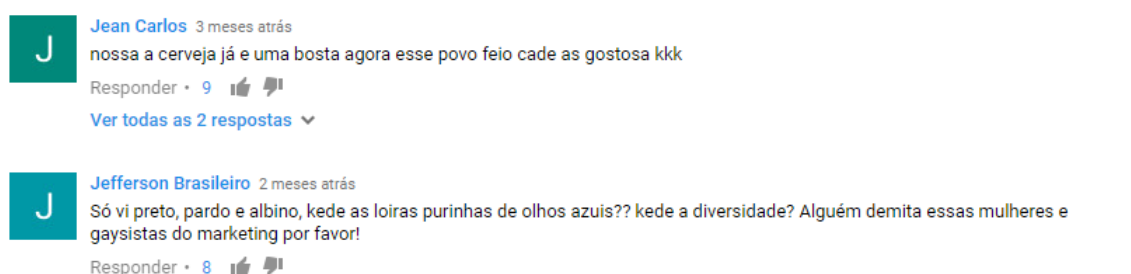


Fonte: Facebook (2017)

Apesar da grande aceitação dos consumidores, a resistência de grupos conservadores ainda é forte, onde até discursos de ódio são disseminados. A preocupação com relação a essas mensagens, diz respeito quanto ao que reflete sobre a intolerância da sociedade, que possibilita o ódio e o preconceito no espaço vivido. A facilidade de se manter no anonimato viabiliza a exposição dessa mentalidade preconceituosa e conservadora desses grupos nas redes sociais. A marca Skol acabou recebendo vários ataques misóginos, homofóbicos e racistas, e se posicionou mantendo o discurso da diversidade através de uma resposta padrão.



Fonte: Facebook (2017)



Fonte: YouTube (2017)

Os comentários livres encontrados *Facebook* revelam os discursos de ódio e de intolerância, ao tempo que apresenta um apego aos padrões estereotipados que estiveram sempre presentes na publicidade, revertido num discurso opressor maquiado de opinião. O conceito de liberdade de expressão acaba sendo deturbado quando esse discurso busca a eliminação do outro, pelo simples fato de ser diferente, corrompendo a liberdade de expressão em discurso de ódio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apontou a complexidade dos estereótipos e a sua influência no padrão de beleza diante da mídia e da indústria cultural, num processo de desconstrução estrutural de questões étnicas e patriarcais em relação ao consumo, destacando a relevância da campanha *Skolors* promovida pela marca de cerveja Skol, se posicionando a favor do politicamente correto.

Querendo ou não, a verdade é que a indústria vai para onde o dinheiro está e conforme o dinheiro vai para as mãos de jovens (consumidores) cada vez mais preocupados e capazes de questionar os padrões, mas a indústria está disposta a se mexer. Não importa se as

empresas dizem que não vão colocar mulheres gordas ou negras em suas peças publicitárias. Se ela começar perder dinheiro (anunciantes) por isso, rapidamente seus *castings* estarão cheios de modelos gordas e negras.

Portanto, o que deve ser ressaltado é o saldo positivo da representatividade de grupos sociais que foram invisibilizados pela mídia e pela indústria por não estarem nos padrões ditados por eles. Os movimentos sociais cobram, com razão, que as ações de publicidade sejam acompanhadas de medidas efetivas das marcas e empresas em prol da diversidade, sabendo que isso pode ser um excelente primeiro passo para a construção de um mundo mais justo e respeitoso para todas as pessoas. Quando a Skol fala de diversidade, ela está se posicionando, saindo de cima muro, abrindo o debate sobre discussões sérias e que precisam avançar na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Alan Pereira. **A Representação do Negro na Publicidade: Algumas Considerações**. 2012. Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqPics/1011340346P438.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.
- CASTRO, Patrícia Cristina Campos de. **O negro na publicidade e propaganda brasileira**. 2007. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social Com Habilitação em Publicidade e Propaganda, Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1556/2/20366688.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- COELHO, Marcelo. Politicamente fascista. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 18 maio 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/917484-politicamente-fascista.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- DESABAFO SOCIAL. **Desabafo social interfere no mecanismo de busca do maior banco de imagem do mundo**. Disponível em: <<http://desabafosocial.com.br/blog/2017/06/12/desabafo-social-interfere-no-mecanismo-de-busca-do-maior-banco-de-imagem-do-mundo/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- FERREIRA JUNIOR, Sergio do Espirito Santo; SAMUEL, Kristopher Jon Peter. **Redes de ódios sociais: a difusão de preconceitos contra gênero e orientação sexual no Facebook**. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/viewFile/26526/14224>>. Acesso em: 13 jul. 2017.
- FREITAS, Aiana. Conar critica politicamente correto, sofre reclamação e vai se autojulgar. **UOL**. São Paulo, 11 abr. 2014. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/11/consumidores-reclamam-e-conar-vai-julgar-anuncio-feito-pelo-proprio-orgao.htm#fotoNav=2>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

FREITAS, Verlaine. **Rodrigo Duarte, Teoria crítica da indústria cultural**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2004000100010>. Acesso em: 17 jun. 2017.

JORDÃO, Claudia. A invasão do politicamente correto. **Isto É**. São Paulo, 10 set. 2008. Disponível em: <http://istoe.com.br/8822_A+INVASAO+DO+POLITICAMENTE+CORRETO/>. Acesso em: 12 jul. 2017.

LEANDRO LEONARDO BATISTA; FRANCISCO LEITE (São Paulo) (Org.). **O Negro nos Espaços Publicitário Brasileiros: Perspectivas Contemporâneas em Diálogo**. 2011. Disponível em: <<http://www.casasemio.com.br/ckfinder/userfiles/files/negropublicidade.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

MURATA, Daniel. **Liberdade de expressão?** Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/daniel-murata/liberdade-de-opressao_a_21680770/>. Acesso em: 13 jul. 2017.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de. Representações do feminino na publicidade: estereótipos, rupturas e deslizos. In: GRUPO DE TRABALHO COMUNICAÇÃO, CONSUMO E IDENTIDADE - ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO - COMUNICON, 6., 2016, Santa Maria. São Paulo: **PPGCOM ESPM**, 2016. p. 1 - 15. Disponível em: <http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT2/GT02-MILENA_CRUZ.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

Pereira, M. E. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo, SP: EPU, 2002.

PINTO, Letícia Eloi; RIBEIRO, Marislei. **A Disseminação de ódio no Facebook e a influência do hater na pauta jornalística: Caso de racismo com a atriz Taís Araújo**. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0695-1.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

PONDÉ, Luiz Felipe. Sociologia do mimimi. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 04 abr. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2016/04/1757087-sociologia-do-mimimi.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto & Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), 2004. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

SAMPAIO, Rodrigo P. A. de; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Beleza, identidade e mercado**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000100008>. Acesso em: 17 jun. 2017.

SANTOS, Ana Pessoa; NICOLAU, Ayalla Simone. **Moda para além da medida - o Plus Size no mercado fashion: de uma visão frankfurtiana a perspectiva dos Estudos Culturais**. In: XVII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 17., 2012, São João Del-Rei. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos**

Interdisciplinares da Comunicação. Ouro Preto: Intercom, 2012. p. 1 - 12. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-0699-2.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

SOUZA, Priscila do Rocio Oliveira de. **O POLITICAMENTE CORRETO E A PUBLICIDADE: O CASO BRASILEIRO NO ANO DE 2012.** 2014. 58 f. Monografia (Bacharel) - Curso de Ciências Sociais., Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2014/03/Monografia-Priscila-do-Rocio-Oliveira-de-Souza.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

TERRITÓRIO, IDENTIDADE, URBANIDADE RURAL KAIMBÉ

*Alfons Heinrich Altmicks**

RESUMO

No escopo do debate sobre território, pertencimento e identidade de populações etnicamente diferenciadas, este artigo está circunscrito ao tema das relações entre populações indígenas e populações de entorno aos territórios indígenas, especialmente, no que se refere ao reconhecimento da identidade étnica, livre e autônoma, à afirmação cultural e ao pertencimento territorial dos povos indígenas do Nordeste da Bahia. Neste sentido, procurou-se elencar subsídios e contribuições teóricas que pudessem dar suporte à legitimação étnica Kaimbé, como produto de um meio rural altamente diferenciado e marcado pela convivência com elementos urbanos. Trata-se de um esforço teórico, cujo resultado deverá subsidiar uma investigação mais ampla sobre a natureza do território e da identidade indígena na Bahia.

Palavras-chave: Etnicidade. Identidade. Território. Urbanidade Rural. Kaimbé.

RESUMO

Ne l scopo de l debate subre políticas públicas zambolbidas para populaçones etnicamente defrenciadas, este artigo stá suscrito al tema de las políticas públicas que dében garantir ls dreitos a l'eidantidade étnica libre i outónoma, a l'afirmaçon cultural i al pertencimiento territorial de ls pobos andígenas. Assi, percura-se eilencar susídios i cuntribuïçones teóricas que puodan dar susídio a la legitimaçon étnica Kaimbé, como perduto dun meio rural altamente defrenciado i marcado pula cumbibência cun eilementos ourbanos d'entorno. Trata-se dun sfuorço teórico, cujo resultado deberá subsidiar ua ambestigaçon mais ampla subre la natureza de l território i de l'eidantidade andígena na Bahia.

Palabras chabe: Etnicidade. Eidantidade. Território. Ourbanidade Rural. Kaimbé.

1 INTRODUÇÃO

À época em que os europeus desembarcaram pela primeira vez nas Américas, havia algo entre 2 e 4 milhões de americanos nativos vivendo, aprendendo, laborando e manifestando a sua cultura em terras brasileiras. Em pouco mais de cinco séculos, este número foi reduzido a aproximadamente 400 mil pessoas, segmentadas em 220 povos

* Graduado em Comunicação Social (UCSal) e em Pedagogia (FAZAG). Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior (UCSal), em Educação e Novas Tecnologias (ESAB) e em Ludopedagogia (FETREMIS). Mestre em Ciências da Educação (USCar). Discente do Programa de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal). Docente integrante dos quadros da Universidade Católica do Salvador. E-mail: alfons.altmicks@ucsal.br

distintos, marcados pela heterogeneidade de manifestações culturais e de dinâmicas sociais (PAGLIARO, AZEVEDO e SANTOS, 2005). Conquanto as populações indígenas tenham apresentado um significativo crescimento nas últimas décadas, tal contingente ainda é consideravelmente pequeno, constituindo apenas 0,3% da população brasileira (CARVALHO e CARVALHO, 2012). A despeito disto, o impacto que a cultura e as tradições indígenas têm sobre a cultura nacional é inequívoco, representando um manancial importante para a assunção de uma identidade verdadeiramente brasileira.

É importante esclarecer que a heterogenia cultural indígena traz implicações sobre o processo de integração do indígena à sociedade de entorno. Com efeito, há uma miríade de nuances culturais a ser posta em causa quando se fala de cultura indígena. Cada povo carrega as suas idiosincrasias e especificidades que os tornam únicos. Como o desconhecimento do universo indígena é acintoso e sistemático no Brasil — constituindo um projeto de negação desta matriz étnica, conforme Oliveira (2011) —, a diversidade cultural é posta sob a égide de um indianismo genérico, no qual o indígena aparece como um silvícola seminu, parvo e ignorante.

Este reducionismo é subscrito nas concepções sobre a maneira como os indígenas se apropriam das instituições não indígenas, ressignificando-as. Embora não estejam plenamente inseridos na sociedade de entorno, os indígenas convivem e, em certa medida, incorporam instituições não indígenas, tais como a escola, o modelo de família, estrutura de saúde pública, etc. Obviamente, a maior parte dos povos indígenas não vive isolada da sociedade de entorno. Por isso mesmo, desenvolvem estratégias de convívio com essas instituições. Aos olhos dos não indígenas, estas estratégias de convívio parecem ratificar a versão reducionista do indígena como um ser inferior.

2 KAIMBÉ

Ao se transpor esta lógica para o plano das populações indígenas do litoral nordestino, é possível inferir que a maneira como estes povos têm se apropriado e ressignificado as instituições tem causado estranhamento aos não indígenas, cujas expectativas acerca dos indígenas não são contempladas. É o que ocorre, por exemplo, em relação às comunidades Kaimbé, constantemente questionadas na sua legitimidade indígena.

Os Kaimbé habitam a Serra do Massacará, no nordeste da Bahia. São cerca de 2.000 indivíduos² que ocupam pouco mais que 8.020 hectares de terra, reconhecidos pelo Fundação Nacional do Índio (FUNAI), localizados na microrregião do Semiárido II do estado, município de Euclides da Cunha, a 314 km da capital baiana, Salvador. O Território Kaimbé está completamente incluído no chamado “Polígono da Seca”, apresentando longos períodos de estiagem. A vegetação predominante é a caatinga, e as principais atividades econômicas são o plantio de feijão e milho e a criação de caprinos.

Segundo Queiroz (2013), embora os estudos paleoantropológicos praticamente inexistam na região, alguns indícios, recentemente encontrados em povoados próximos ao núcleo Kaimbé, apontam para o fato de que esta etnia já habitava o sítio entre os rios Itapicuru e Vaza-Barris, desde antes da chegada dos europeus em terras brasileiras. O contato entre os Kaimbé e os não-indígenas ocorreu no século XVII por ocasião da expansão territorial, promovida pela Casa da Torre, e não teria sido pacífico. Perseguidos pela Casa da Torre, os Kaimbé encontraram proteção entre os jesuítas, do que teria se originado a missão e o aldeamento da Santíssima Trindade de Massacará, em 1639.

O aldeamento do Massacará foi extinto em 1888, e os Kaimbé viveram dispersos e semi-integrados às populações não-indígenas até o final do século passado, tendo sido, até mesmo, considerados extintos. Em 1989, entretanto, a FUNAI designou uma comissão para estudar a demanda da etnia por um território próprio. O Território Kaimbé foi finalmente criado em 1996. O surgimento do Território Indígena do Massacará foi marcado por conflitos e por desconfianças, sobretudo acerca da legitimidade étnica dos Kaimbé.

Conflitos e desconfianças perduram até os dias atuais e são manifestados em termos pejorativos com os quais muitos não-indígenas da Região se referem aos Kaimbé - “Índios da cidade”, “Índios arrocheiros”, “caboclos de araque” etc. Os questionamentos sobre a legitimidade étnica dos Kaimbé se bipartem em dois eixos: críticas sobre a variada condição fenotípica da população Kaimbé, uma vez que é possível encontrar uma multiplicidade de tez e compleição física; e críticas sobre os seus hábitos de consumo, sobretudo no que se refere ao seu vestuário e uso de motos e celulares por parte da população Kaimbé.

² Há algum desacordo sobre este quantitativo. Segundo o censo promovido pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), seriam 1.002 indivíduos (dados de 2010). Para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), 1.030 indivíduos (dados de 2012). Optou-se pelo consenso local, segundo o qual haveria cerca de 2.000 indivíduos, por se entender estar mais próximo à realidade desta população. Este consenso é aceito, inclusive, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – Seção Baixo São Francisco.

3 URBANIDADE RURAL KAIMBÉ – CONCEITOS FUNDANTES

De acordo com Souza (1996), grande parte dos questionamentos sobre a legitimidade étnica dos Kaimbé advém do fato que esta população compõe os grupos indígenas que foram redivivos a partir da chamada “emergência étnica”, movimento que ganhou força nos anos de 1970 e que primou por reconhecer e oficializar a existência de grupos indígenas, alguns, inclusive, considerados desaparecidos. Embora não tenham mais memória da sua língua original e a despeito de terem perdido muito dos seus costumes, os Kaimbé se afirmaram como povo indígena e adotaram a sua identidade e o seu pertencimento com veemência.

No escopo deste artigo, o termo “pertencimento” é utilizado em duas asserções complementares: corroborando a crença que um grupo portador de identidade étnica formula sobre a origem - histórica, genealógica, religiosa ou cultural - comum entre os seus membros; e sinalizando a importância do território geográfico para a assunção dessa identidade étnica. Assim, o “pertencimento” dos Kaimbé, a um só tempo, legitima a origem comum daqueles indivíduos, dentro do manancial sociocultural que compõe a sua “indianeidade”, bem como também alude à sua “territorialidade” própria.

Esta opção conceitual toma como base o trabalho do antropólogo indiano Arjun Appadurai (2006), cuja concepção de “pertencimento” contém a relação intrínseca entre a cultura e a identidade étnica de um povo e seu território - de maneira que um processo de desterritorialização implica naturalmente o esfacelamento cultural de um povo e o conseqüente prejuízo para a sua identidade étnica, tal como ocorreu com os Kaimbé, entre os séculos XIX e XX. Desapropriados pelos conflitos fundiários da Região, os Kaimbé perderam, a um só tempo, a posse e a propriedade do seu território e da sua identidade, a ponto de terem sido considerados extintos.

Da mesma forma, é possível intuir relação similar entre cultura e identidade étnica e território nos trabalhos do geógrafo sino-americano, Yi-Fu Tuan, sobretudo na sua proposição de um conceito para o neologismo “topofilia”, qual seja, o conjunto de sentimentos manifestantes dos “[...] laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (1980, p. 107). A “topofilia” só é possível, porque existe previamente uma noção de pertencimento, fundamentada, por sua vez, nas experiências de identidade étnica e territorialidade presentes à história do indivíduo.

Por fim, uma vez mencionados os termos “Indianeidade” e “territorialidade”, é necessário ainda contornar-lhes os conceitos. Por “indianeidade”, entende-se a assunção de uma cosmovisão legitimamente indígena, tradutora da sua identidade étnica, do seu

pertencimento e da sua territorialização. Por “territorialidade”, toma-se o produto subjetivo do processo de ressignificação do território geográfico, por determinada etnia, de modo a dotar-lhe de sentido de pertencimento e de importância para o desenvolvimento de relações idiossincráticas, nos âmbitos afetivo, produtivo, político, cultural ou religioso.

As transformações trazidas do contato entre indígenas Kaimbé e sociedade de entorno confluem para a transposição de práticas urbanas aos ambientes rurais, processo ao qual Moquay (apud TOLEDO, GIATTI e PELICIONI, 2008) denominou “urbanidade rural”. Note-se que não se trata da incorporação do espaço rural pela cidade, muito menos da sobreposição da vida urbana ao ambiente rural. Muito pelo contrário, urbanidade rural representa a apropriação - e a ressignificação - do *know-how* próprio da cidade pelo ambiente rural, de maneira a preservar-lhe a autonomia e a tradição.

Na Serra do Massacará, território Kaimbé, certas características urbanas, como a circulação de motos, onipresença de aparelhos celulares, oferta de emprego, acesso a produtos industrializados foram assimiladas, mas ressignificadas, para atender aos conformes da identidade étnica e territorial Kaimbé, cuja cosmovisão legitima os conhecimentos tradicionais como pertinentes e incontestes. Essa cosmovisão mantém uma identidade rural, mesmo diante dos incrementos do mundo urbano.

Segundo Moquay (apud TOLEDO, GIATTI e PELICIONI, 2008), a urbanidade rural traduz um processo de adaptação das tradições às novas realidades impostas pelo contato com o universo urbano. No núcleo do Massacará, por exemplo, técnicos da área de Saúde ganharam status de consultores sobre as questões da comunidade, sobretudo porque eles podem barganhar melhorias para a população. Apesar de ocorrerem essas adaptações e a efetivação de lideranças nem sempre tão tradicionais, o bem do grupo é sempre almejado. Os indígenas Kaimbé procuram reforçar a identidade étnica e territorial, buscando obter o poder de decidir o destino das suas comunidades.

4 TERRITÓRIO KAIMBÉ

De acordo com Moquay (apud TOLEDO, GIATTI e PELICIONI, 2008), o conceito de território é indissociável da ideia de comunidade e luta por direitos. Nesse sentido, o caso dos Kaimbé é emblemático: as lutas pela demarcação das suas terras remontam à década de 1980, quando houve uma mobilização das lideranças indígenas Kaimbé e Kiriri em torno da demarcação das terras que, antes, pertenciam à fazenda Mirandela. Houve ocupações

violentas e muitas mortes, até que, enfim, o Governo Federal interveio e passou a regularizar a situação fundiária das duas etnias. De lá até os dias atuais, houve muitos avanços em relação ao reconhecimento de terras indígenas na região. Mas o direito à terra só foi legitimado pela organização e pelo pleito indígena.

Faria³ realiza a seguinte leitura:

[...] a terra, na visão do Estado, é um espaço homogêneo, meio de produção onde estão distribuídos recursos naturais. Na concepção indígena, terra é um mosaico de recursos materiais, morais e espirituais; seu território, além de conter dimensões sociopolíticas, também cotem uma ampla dimensão cosmológica [...]. A importância do território está no seu significado, pois as nações indígenas [...] constroem a sua identidade por meio da relação mitológica que mantêm com o território [...]. Trata-se de uma identidade criada em relação a uma geografia determinada. (2003, p. 4).

Segundo Carvalho⁴:

[...] o território indígena não se caracteriza fundamentalmente por estatuto de 'produtividade'. Os fatores que consideram essenciais para integrá-lo decorrem de coordenadas culturais particulares, oriundas das relações sociais de parentesco e organização social". (1997, p. 15).

É importante notar que o conceito de território não se subscreve a algo estático; pelo contrário, é profundamente devedor das ideias de movimento social, transformação produtiva, imaginário, cosmovisão, pertencimento. Para Toledo, Giatti e Pelicioni:

[...] a noção de território adquire [...] claramente valores sociopolíticos, e acredita-se que, dentre outros aspectos, são as ações sociais de mobilização que garantem o contínuo e permanente processo de construção de um território, pois sem essa ação social o território torna-se apenas um lugar. [...] A noção de território amplia-se podendo contribuir para a compreensão das práticas sociais, pois é por meio das relações com o outro, do confronto com o outro, que um território constitui-se na historicidade das relações sociais estabelecidas. [...]. (2008, p. 179).

Perante esta concepção de território - que supõe dialogia, dicotomia e prática social -, é necessário identificar as situações de conflito, presentes à Serra do Massacará: o mais evidente conflito ocorre entre indígenas e não-indígenas⁵, especialmente por conta do não-reconhecimento da indianeidade Kaimbé. O fato de que os Kaimbé tenham incorporado

³ Cf. FARIA, I. F. **Território e territorialidade indígena do Alto Rio Negro**. Manaus: Ed. Universidade Federal do Amazonas, 2003.

⁴ Cf. CARVALHO, M. L. B. **Saúde de populações indígenas: tendências após os impactos do contato**. 1997. 190 folhas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

⁵ A este conflito, outros se seguem, como o choque entre as gerações mais tradicionais e os índios mais novos, ou entre os Kaimbé católicos e os neopentecostais, homens e mulheres Kaimbé etc. No entanto, para os interesses deste artigo, não são relevantes e, portanto, serão suprimidos da análise.

elementos de urbanidade ao seu cotidiano só agrava as desconfianças sobre a sua origem étnica. Com frequência, os Kaimbé são instados a comprovar, perante a sociedade de entorno, a sua indianeidade, pois a população não-indígena os chama de “Caboclos de araque”, “Índios arrocheiros”, “índios da cidade”.

5 “ÍNDIOS DA CIDADE”: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A RURALIDADE ÉTNICA

Sobre as questões que envolvem elementos de urbanidade e ruralidade no cotidiano dos Kaimbé, é interessante analisar as ideias de Carneiro (2003). Para a autora, a Sociologia Rural tradicional matizou a ideia de sociedade moderna, dicotomizada pela presença de ambientes rurais e urbanos, realidades mais ou menos conformadas, porém, entre si, marcadas por franca oposição. Como apoio desta dicotomia, foram eleitos, basicamente, os critérios da experiência empírica (a diferença entre os espaços) e das expressões produtivas de ambos os espaços. Assim, pouco a pouco, os conceitos de “rural” e “urbano” foram se confundindo com os conceitos de “agrícola” e “industrial”. Essa confusão conceitual pautou a metodologia tradicional da Sociologia Rural até o ponto em que não mais pôde se sustentar, diante da riqueza e da pluralidade de manifestações socioprodutivas das sociedades rurais e urbanas contemporâneas.

Num primeiro momento, seguindo os ditames do evolucionismo social⁶, a Sociologia Rural tradicional tendeu a valorizar o espaço urbano, representante do desenvolvimento, em detrimento do ambiente rural, marcado pelo anacronismo e pela inércia. Segundo Giordano (apud CARNEIRO, 2003, p. 7), nesse sentido, o estudo do ambiente rural passou a ser instrumental, focando a evolução técnica e tecnológica da produção agrícola, como critério de desenvolvimento social e econômico do espaço rural, cuja inspiração seria o ambiente urbano.

A extensão natural da dicotomia – e da relação mutuamente excludente – entre o urbano e o rural, no que se refere aos povos etnicamente diferenciados, foi a suposta oposição entre os modelos civilizatórios citadino e indígena, em termos equivalentes à primeira relação dicotômica, quais sejam, a valorização do citadino em detrimento do indígena⁷. Por este motivo, enquanto preponderou a interpretação da Sociologia Rural tradicional no Brasil, as políticas públicas, formuladas pelo Estado, voltadas aos segmentos rurais, priorizaram o desenvolvimento da agricultura de larga escala e do hoje chamado “agronegócio”. Em contrapartida, outras formas produtivas vigentes no meio rural, inclusive aquelas que brotam

⁶ Herdada do Positivismo de Comte.

⁷ Evidentemente, tal oposição é extensiva a quaisquer outros povos etnicamente diferenciados.

das sociedades indígenas, foram simplesmente ignoradas e, praticamente, não compuseram o rol das políticas públicas dirigidas ao setor.

Os Kaimbé, à essa época⁸, encontravam-se desarticulados e espalhados por situações diversas de campesinato, tendo sido, até mesmo, considerados como uma etnia extinta. No momento em que ensaiaram pleitear garantias para a sua indianeidade, foram rechaçados, sob o argumento, dentre outros, de que não lograriam desenvolver uma atividade agrícola consistente, ainda que legitimados como indígenas. Com efeito, não havia políticas públicas que subsidiassem o modelo produtivo agrário, típico da tradição Kaimbé.

6 CAMPO IDÍLICO

A ênfase desenvolvimentista provocou, no ambiente rural, uma instrumentalização técnica e tecnológica, promovida por políticas públicas munidas desta concepção evolucionista. Como consequência, a produção agrícola se expandiu em nível industrial, conformando “desertos verdes” na paisagem rural⁹. A percepção de que, por um lado, a presença da agricultura em escala industrial não aliviava o problema da fome na sociedade e de que, por outro lado, acentuava os paradoxos ecológicos e socioambientais, fez com que o modelo evolucionista fosse questionado, abrindo espaço para interpretações de natureza mais idealista-humanistas.

A partir da década de 1980, o foco da discussão, então, deslocou-se para a ênfase no espaço rural, sem perder de vista a dicotomia rural x urbano. Engendrada, sobretudo, pelos antropólogos, esta interpretação colocou o ambiente rural como ideal de qualidade de vida. Note-se que se trata de uma ruralidade idílica, imaginária. A vida no campo representaria a simplicidade, a saúde, o afastamento das vicissitudes da sociedade urbana (consumo, ausência de valores humanos, violência, ritmo vertiginoso). Nesta corrente de pensamento, o espaço urbano representaria uma ameaça à vida no ambiente rural. Para os pensadores desta corrente, no lugar das características sociogeográficas, empiricamente verificáveis, o que distingue os espaços urbano e rural são as noções de pertencimento e identidade, os sistemas de valores e o imaginário compartilhado pelas populações.

⁸ Algo entre os anos de 1940 e 1980.

⁹ Os ambientalistas descrevem os desertos verdes como áreas de cobertura agrícola, ou de vegetação não-nativa, de larga escala, cujo manejo impede a existência da flora e da fauna nativas. Na Bahia, por exemplo, é possível encontrar grandes desertos verdes no Oeste e no Centro-Oeste do estado, na forma de plantações de soja.

Estes conceitos instauraram questionamentos sobre o papel do homem do campo e suas tradições produtivas, no espaço rural. Antes visto como alguém isolado, de pouca instrução e importância social secundária, o homem do campo tornou-se o “jardineiro da natureza” (CARNEIRO, 2003, p. 7), alguém cuja presença no meio rural seria critério de qualidade e proteção ambiental. Esta nova identidade do homem do campo, provocada por uma mudança no imaginário das populações, gerou uma ruptura entre os conceitos de produção agrícola e manutenção ecoambiental.

A sociedade passou a demandar novas formas de ocupação do espaço rural, menos destrutivas para a natureza e, ao mesmo tempo, pretendeu isolar os rincões ainda preservados da ação humana, a partir da adoção de reservas e parques ambientais. Sobre o agricultor, a ênfase das políticas públicas, agora, era a sua reinserção na paisagem camponesa, rejeitando o modelo desenvolvimentista agrícola. Aos poucos, o cerne da identidade do produtor agrícola foi se deslocando da esfera produtiva para o ambiente simbólico.

A passagem do ambiente rural como núcleo de produção de bens materiais para celeiro de bens simbólicos avocou uma nova forma de organização produtiva. Conquanto o espaço rural não devesse ser descaracterizado para dar lugar à expansão do agronegócio, ele deveria se manter, até certo ponto, virgem, original, para que se tornasse objeto de contemplação. A nova organização produtiva, com base na contemplação, revitalizou – ou mesmo reinventou – uma cultura rural, cuja exploração é altamente rentável, seja na forma do agroturismo, do turismo étnico ou da comercialização dos produtos culturais do campo, tais como a música, a moda ou a arquitetura.

Neste ponto, os Kaimbé começaram a ser valorizados, sobretudo porque se encaixavam, assim como os demais povos etnicamente diferenciados, no imaginário dos teóricos sobre o “jardineiro da natureza”, ou seja, o homem primevo, integrado ao ambiente rural ainda intocado ou pouco tocado. Os antropólogos acorreram ao município de Euclides da Cunha e à Serra do Massacará, munidos de todos os argumentos científicos possíveis, para legitimar a indianeidade dos Kaimbé. Em 1989, foi iniciado o processo de reconhecimento étnico deste povo e, em 1996, as suas terras foram demarcadas.

Não coincidentemente, sob a égide da interpretação idealista-humanista da Sociologia Rural, as políticas públicas propostas pelo Estado para os povos etnicamente diferenciadas vieram de encontro à iniciativa de demarcar as terras e isolar as populações, sem que subsídios fossem ofertados para o seu pleno desenvolvimento.

7 RURAL COMO “CATEGORIA REALIZADA”

Diante as duas interpretações promovidas pela Sociologia Rural, Carneiro (2003) opta por focar as questões da identidade e do imaginário, como fundadoras e mantenedoras da relação (e diferenciação) entre o rural e o urbano. Nas palavras da autora: “[...] consideramos mais proveitoso, em termos analíticos, orientarmos nossos esforços para buscar, a partir do olhar dos atores sociais, os significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção).[...]” (2003, p. 14). Os tecidos da ruralidade e da urbanidade se deslocam, então, da materialidade observada no campo e na cidade, para o nível do imaginário das pessoas, de onde podem ser experienciados, independente do lugar onde está o indivíduo (campo ou cidade). Não há dicotomia ou interpenetração, mas concomitância: os índios Kaimbé, por exemplo, carregam o seu pertencimento e a sua aldeia no Massacará até São Paulo urbana, para onde acorrem, em busca de trabalho.

É importante notar que a assunção de categorias subjetivas (idealizadas) de ruralidade e urbanidade, norteadoras de experiências e trocas simbólicas nos ambientes (materiais) rural e urbano, promovem novos nichos de atuação, conflitos e contradições entre as populações, porquanto evoquem aquilo que Pierre Bourdieu denominou “categoria social realizada”, ou seja, uma perspectiva, uma maneira de ver – política, ideológica e relacional – sobre a sociedade e sobre o lugar do próprio indivíduo nela. Desta “categoria social realizada”, brotariam as identidades e se sustentariam as reivindicações sociais. Carneiro, então, arremata: “[...] Nesses termos, consideramos que a noção de rural corresponde a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos. [...]” (2003, p. 15). Estes significados orientam e incidem diretamente sobre a maneira como as populações e os indivíduos lidam com o ambiente rural.

Carneiro traz uma importante consideração sobre a natureza do rural como “categoria social realizada”:

Nesse contexto, torna-se cada vez mais difícil pensar na noção de rural para qualificar um espaço ou a dinâmica das relações sociais num espaço. No entanto, essa dificuldade não nos parece estar presente na noção de localidade, já que esta não denota unicamente uma experiência espacial como definidora de um universo de relações sociais específicas. Em outros termos, a noção de localidade não define a natureza rural ou urbana de um grupo ou de suas práticas. (2003, p. 18).

A autora continua:

[...] a noção de localidade não se traduz simplesmente por um espaço fisicamente e socialmente ocupado. Ela seria útil justamente porque supõe

um espaço que é tido, por aqueles que o ocupam, como uma referência e como uma base física de um conjunto de relações sociais diversificadas (de trocas, de sociabilidade, de solidariedade, de disputas e de conflitos) que dão sentido à existência de seus habitantes, isto é, lhes dão uma referência identitária. [...]. (2003, p. 18).

Ao assumir essa perspectiva, a autora conduz a conceituação do rural e do urbano para os agentes do processo, as pessoas e os grupos sociais. No lugar de um espaço material, como base produtiva, o objeto de estudo é o espaço simbólico, advindo do imaginário e das noções fundamentais de pertencimento, mas com consequências óbvias na maneira como os indivíduos ou grupos sociais se relacionam (com o lugar e entre si mesmos). A ruralidade estaria matizada na maneira como os habitantes do rural se identificam a si mesmos, perante os “não-rurais”, independentemente do espaço material que ocupam, pois “[...] as fronteiras entre os territórios [rural e urbano] são, nesse sentido, móveis e podem até mesmo ser deslocadas de uma espacialidade física. [...]” (CARNEIRO, 2003, p. 20).

No que tange à identidade Kaimbé, entende-se que a sua indianeidade esteja situada no imaginário do grupo, como fundadora da relação entre o que é indígena e o que é não-indígena. Do conflito pela legitimação – primeiro das terras, depois da própria indianeidade – brota a identidade Kaimbé, atrelada ao seu território e mantida pela resignificação do arsenal urbano, presente ao cotidiano do grupo. A cosmovisão Kaimbé se reafirma neste amalgama pós-moderno de referências e modos de viver.

8 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Muito mais do que uma certidão, mais do que um quinhão de terra na Serra do Massacará, mais do que os traços fenotípicos (que podem ser de quaisquer cores ou compleições), o que define a identidade Kaimbé é sua indianeidade, manifestada no seu imaginário e na sua cosmovisão. Do conflito entre o ser Kaimbé e o não-ser Kaimbé, surgem as reinvenções de uma indianeidade que, se não pode ser originária, abraça, ao menos, uma indianeidade possível, entre veículos automotores, eletrodomésticos e aparelhos celulares. Estranhamente, esta é uma afirmação ainda necessária, em nome da legitimação de uma população acusada de usurpadora de um modelo étnico que subsiste apenas no ideário das pessoas.

Mal superada a aceitação dos Kaimbé como indígenas Kaimbé, outro impasse – derivado deste, em larga medida – é apresentado como ameaça ao pleno exercício da sua indianeidade: a carência de subsídios, na forma de políticas públicas, para o desenvolvimento

desta população, sobretudo, levando-se em conta a sua especificidade cultural. Se nos últimos anos de governos sociais-democráticos estas políticas não foram capazes do êxito desejado, agora, com um governo claramente neoliberal e de tendências atávicas, elas praticamente deixam de existir.

Ainda que, em anos recentes, os povos indígenas tenham galgado significativos degraus em direção à autonomia e à gerência dos seus recursos, a verdade é que o tem realizado quase à revelia do Estado. A despeito disto, contam com algum apoio das organizações não-governamentais, de segmentos da sociedade civil e das agências internacionais, estas, motivadas especialmente pela Resolução N^o. 30 do Conselho da União Europeia (de 30 de novembro de 1998), que afirma a urgência do acesso ao etnodesenvolvimento.

Etnodesenvolvimento implica uma autonomia política que o Estado Brasileiro, aparentemente, não está disposto a possibilitar aos povos etnicamente diferenciados, embora seja suposto na Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 231¹⁰. Cabe, portanto, aos próprios cidadãos indígenas a luta pelo reconhecimento dos seus direitos, constitucionalmente garantidos. E eles o têm feito, vide a ocupação, cada vez mais expressiva, dos cargos públicos, em todas as instâncias, por indígenas sócio e etnicamente comprometidos. Entre os Kaimbé, por exemplo, um cacique foi eleito vereador nas últimas eleições.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. *Fear of small numbers: an essay on the geography of anger*. Durham: Duke University Press, 2006. 176 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 2011.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade na sociedade contemporânea: uma discussão teórico-metodológica. In: **EL MUNDO RURAL**: transformaciones y perspectivas a la luz de la nueva ruralidad. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2003. CD-Rom

CARVALHO, Maria Rosário; CARVALHO, Ana Magda (Org.). **Índios e caboclos**: A História recontada. Salvador: EDUFBA, 2012

¹⁰ Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Maria Marla; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/Abep, 2005 (Col. Saúde dos Povos Indígenas).

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. 714 p.

QUEIROZ, Carine Monteiro de. As crianças indígenas Kaimbé no semiárido brasileiro. In: CÉSAR, América Lúcia; COSTA, Suzane Lima (Org.). **Pesquisa e Escola**: experiências em educação escolar indígena na Bahia. Salvador: Quarteto, 2013. 7-20 p.

SOUZA, Bruno Sales de. **Fazendo a diferença**: um estudo da etnicidade entre os Kaimbé do Massacará. Salvador, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. 164 p.

TOLEDO, Renata Ferraz de; GIATTI, Leandro Luiz; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Urbanidade rural, território e sustentabilidade: relações de contato em uma comunidade indígena no noroeste amazônico. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. XII, n.1, p. 173-188, jan.-jun. 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL

*Tâmara Leite Galvino de Almeida*¹

RESUMO

O presente estudo tem o intuito de refletir sobre as implicações das transformações societárias no mercado de trabalho dos (a) assistentes sociais. Considerando que o Serviço Social é uma profissão inserida no contexto societário e que sofre significativas mudanças sempre que esse altera, discute-se os determinantes histórico-conjunturais que modificam o cenário do mercado de trabalho profissional e, assim, alteram as demandas, funções, requisitos de qualificação e respostas profissionais. O texto centra-se em duas partes complementares e articuladas entre si. A primeira discorre sobre a profissão de Serviço Social e o contexto societário. A segunda analisa o mercado de trabalho dos (as) assistentes sociais a partir das pesquisas publicadas sobre o perfil do profissional de Serviço Social no Brasil. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo que tem como instrumento de análise livros, publicações e artigos sobre o tema.

Palavras-chave: Serviço Social. Transformações societárias. Mercado de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil vive hoje uma das maiores crises política e econômica da sua história. Em um cenário de investigações por corrupção, com destaque para Operação Lava Jato, que interfere diretamente na economia brasileira, o governo construiu uma argumentação ideológica de que o principal deflagrador da atual crise é o crescimento dos gastos públicos. Com isso, criou uma política de ajustes fiscais que atinge os direitos humanos, ambientais, sociais, culturais, trabalhistas e sindicais.

Essa realidade não se traduz apenas em um “pano de fundo” para o Serviço Social, ela significa importantes mudanças no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no cotidiano do exercício da profissão.

Nesse sentido, o presente estudo tem o propósito de refletir sobre as implicações das transformações societárias no mercado de trabalho dos profissionais de Serviço Social, e das conseqüências daí decorrentes, a partir de uma análise sobre o perfil dos(as) assistentes

¹ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Questão Social, Estado e Sociedade Civil da Universidade Católica do Salvador, Graduada em Serviço Social e Pós-graduada em MBA Executivo em Gerenciamento de Projetos.

sociais brasileiros divulgado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2004 e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2013.

Tais indicadores sinalizam uma tendência do mercado de trabalho desse profissional e, conseqüentemente, das demandas, funções, requisitos de qualificação e respostas, que serão analisados, refletidos e problematizados à luz do atual contexto.

Nessa perspectiva buscar-se-á alertar a categoria sobre os determinantes histórico-estruturais que atravessam o mercado de trabalho e, conseqüentemente o exercício profissional dos (as) assistentes sociais, a fim de evitar uma tendência ora fatalista, ora messiânica, do Serviço Social em tempos de crise e desmonte de direitos. Além disso, o presente estudo irá propor caminhos para a construção de um perfil profissional capaz de criar, formular e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais na atual conjuntura.

2 A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL E O CONTEXTO SOCIETÁRIO

Netto (1996) afirma que no início da década de noventa as transformações societárias no capitalismo tardio trouxeram importantes mudanças para a profissão de Serviço Social. Essa chegou nesta época com um acréscimo expressivo no número de unidades de ensino em Serviço Social no Brasil; com uma produção científica significativa; com um grande fluxo de produções bibliográficas próprias, para além da circulação de textos traduzidos; com uma revista profissional de grande circulação e, com uma considerável ampliação dos diálogos interdisciplinares. Além disso, o contingente profissional já somava cerca de sessenta mil assistentes sociais que, unidos, registravam conquistas, tanto em relação à representatividade junto aos organismos estatais, quanto em experiências associativas enquanto profissionais assalariados.

Na concepção do referido autor, estas alterações no campo profissionais são fruto da relação que se estabelece entre as transformações societárias, sua implicação na divisão sociotécnica do trabalho e o complexo cultural (teórico, prático e político) do Serviço Social que processa tendências e orientações profissionais diversificadas.

Destarte, pensar o Serviço Social no contexto societário atual exige o esforço de relacioná-lo com as modificações que ocorrem nas relações e condições sociais das classes fundamentais e, no direcionamento do Estado frente à sociedade. Trata-se de abandonar uma

visão endógena do Serviço Social, pretensamente voltada à “interioridade” da profissão, para refletí-la a partir da dinâmica da vida social. É nela que estão os limites e possibilidades para a atuação do (a) assistente social que, conforme afirma Iamamoto (2007, p. 21):

É uma ação de um sujeito profissional que tem competências para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

Nessa perspectiva, o (a) assistente social deve ultrapassar as rotinas e as burocracias institucionais para se tornar um profissional crítico e propositivo a partir da dinâmica societária, sem cair no heroísmo ou no fatalismo. Cabe a esse, aponderar-se da realidade para que, a partir dessa, possa traçar planos de trabalho.

A profissão deve ser compreendida como um tipo de trabalho na sociedade que sofre alterações toda vez que há mudanças no contexto societário. Sendo assim, reitera-se que é preciso levar em consideração o processo de produção e reprodução da vida social para refletir sobre as particularidades do fazer profissional.

Ainda segundo a referida autora, as recentes mudanças societárias, tais como: a minimização do Estado frente às respostas à questão social; a reforma previdenciária; a desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais, bem como, o surgimento das filantropias empresariais e organizações não-governamentais, trouxeram significativas mudanças para o Serviço Social. Nesse contexto, os profissionais passam a atuar na área de recursos humanos das empresas; na assessoria empresarial; na criação de condições favoráveis para manutenção da força de trabalho, de acordo com os requisitos contemporâneos, a exemplo do controle da qualidade; dentre outras. Tal fato, conforme explicita a autora:

Exige um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica, não só executiva, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o ‘tempo presente, os homens presentes, a vida presente’ e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2007, p. 49).

Diante dos impactos das transformações societárias, a categoria profissional também voltou-se à revisão dos parâmetros curriculares e, nesse sentido, vale salientar o avanço da proposta curricular do Serviço Social que apontou a questão social como base de formação sócio-histórica da profissão e sustentou que a “prática” deve ser tomada como trabalho, cujo exercício se encontra inserido em processos de trabalho. Tais alterações trouxeram significativas inflexões para pensar o exercício profissional do (a) assistente social nos diferentes contextos societários.

Conforme aponta Iamamoto (2007), pensar o Serviço Social como trabalho implica no reforço à perspectiva de que a “prática” profissional apenas pode ser compreendida a partir do desvelamento da dinâmica das instituições das políticas sociais e dos movimentos e lutas sociais. Ou seja, reitera-se que a “prática” deve ser entendida como uma especialidade do trabalho, participe de um processo de trabalho em que é possível realizar uma interconexão entre o exercício profissional do (a) assistente social e a prática social, à luz da ênfase em algumas categorias marxianas, até então menos centrais às análises.

Nesse sentido, a categoria processo de trabalho ganha centralidade através de seus elementos, quais sejam: matéria-prima ou objeto; meios e instrumentos de trabalho; o próprio trabalho ou atividade e o produto.

A prioridade atribuída à análise do objeto da ação profissional, ou as manifestações da questão social, reitera a concepção de que as respostas engendradas pela sociedade para enfrentar a questão social devem ser refletidas criticamente e compreendidas como relativas à situação de vida e trabalho das classes pauperizadas e seus desdobramentos sócio-políticos.

A identificação dos meios e instrumentos de trabalho supõe o conhecimento das condições disponibilizadas pelas instituições para o desenvolvimento do exercício profissional, tanto materiais como políticas, e os conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operacionais e das expressões históricas atinentes às especificidades das respectivas mazelas sociais, o que deve incluir a forma como os usuários dos serviços pensam, sentem e vivenciam a situação de exclusão e pauperização.

O terceiro elemento, ou o próprio trabalho, nessa proposta, deve ser pensado à luz da centralidade atribuída aos sujeitos que trabalham, ou considerando a condição de assalariamento e as opções políticas dos agentes profissionais, da capacidade destes colocarem em ação os recursos ou instrumentos disponíveis para a realização das atividades do trabalho.

Por fim, o produto dos processos de trabalho dos quais o (a) assistente social é parte, que se situa tanto na reprodução material da força de trabalho quanto no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais.

Ainda segundo com Yamamoto (2007a, p.70; grifos da autora):

Essa discussão sobre o processo de trabalho no Serviço Social gera indagações importantes que ajudam a pensar, a ampliar uma autoconsciência dos profissionais quanto ao seu trabalho. E, mais do que isso, permite ultrapassar aquela visão isolada da prática do assistente social como atividade individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social desse trabalho, (dessa prática) e lhe atribuem características particulares.

Dessa forma, o perfil do trabalho deste profissional é conformado pelo controle do empregador; pelas demandas dos sujeitos de direito e pela relativa autonomia posta ao assistente social, uma vez que o trabalho fica subordinado a um conjunto de determinantes histórico-sociais que escapam ao controle do profissional, sujeitando-o a limites socialmente objetivos, e também, à luz da noção de relativa autonomia.

Entretanto, ao aderir à perspectiva marxiana, que admite o duplo movimento da história configurado por determinismos e liberdade, visualiza-se a possibilidade de realização de um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

3 O MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

O último levantamento do perfil dos (as) assistentes sociais no Brasil foi promovido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) foi em maio de 2004 em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Na ocasião, a pesquisa foi realizada com os (as) assistentes sociais cujos registros estavam ativos nos CRESS das diferentes regiões do país totalizando um universo de 61.151 profissionais.

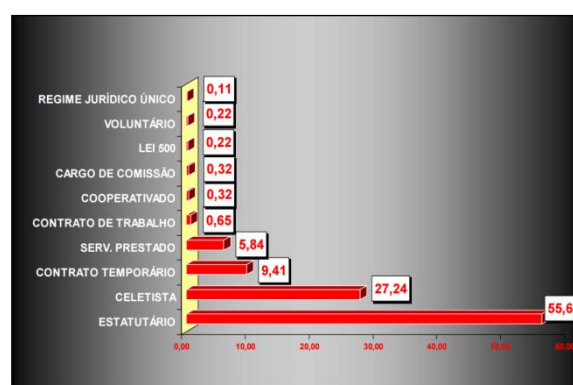
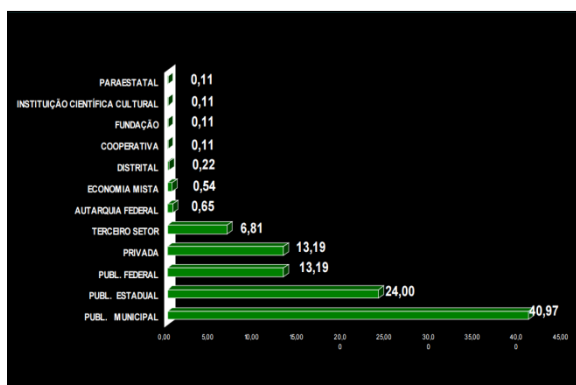
Naquela oportunidade, os resultados das pesquisas demonstraram que a categoria profissional do Serviço Social é predominantemente feminina (97%), com faixa etária entre 35 a 44 anos (38%) seguida de 25 a 34 anos (30%) e 45 e 59 anos (25%). A maioria dos(as) assistentes sociais professa a religião católica (67,65%), segue-se a protestante (12,69%) e a espírita (9,83%), 7,92% não apresentam incidência expressiva. Grande parte dos (as) assistentes sociais se identifica como heterossexual (95%), branca (72,14%), casada (53%) e possui filhos (as) (44%).

Ainda de acordo com o estudo, 78,16% desses profissionais atuam em instituições públicas de natureza estatal, sendo 40,97% no município, 24% no estado e 13,19% no âmbito federal. Outros (as) 13,19% trabalham em empresas privadas, seguido das instituições do terceiro setor que empregam 6,81% desses profissionais.

A grande maioria dos(as) assistentes sociais brasileiros (as) (77,19%) possui um vínculo empregatício, 11,74% não estão inseridos (as) no mercado de trabalho, 10,31% têm dois vínculos e apenas 0,76%, três.

Em todas as regiões do país, o principal tipo de vínculo é o estatutário (55,68%), menor que o índice relativo às instituições públicas (78,16%), seguido dos contratos com base na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), 27,24%, dos contratos temporários 9,41% e dos serviços prestados que representam 5,84%.

Figura 1 - Natureza da instituição do principal vínculo **Figura2** - Tipo do principal vínculo empregatício



O percentual de profissionais de Serviço Social que são contratados (as) como assistente social é de 85%. A jornada de trabalho predominante é de 40 horas, abrangendo 50,70% dos assistentes sociais, mais incidente nas instituições públicas municipais, seguido do terceiro setor e das empresas privadas, que também inclui os profissionais com carga horária superior às 40 horas (8,11%). A carga horária de 30 horas está presente na atuação de 28,65% dos profissionais.

O nível salarial, em salários mínimos, apresenta a seguinte ordem de maior incidência: R\$ 960,00 a R\$ 1.440,00 (45,19%); R\$ 1.680,00 a R\$ 2.160,00 (20,54%); maior que R\$ 2.160,00 (18,59%) e de até R\$ 720,00 (15,68%). No que diz respeito à renda familiar, prevalece a de mais de nove salários mínimos (37,12%).

A maioria dos assistentes sociais brasileiros (55,34%) não teve acesso à pós-graduação, 35,26% são especialistas, 6,49% mestres, 1,24%, doutores e 0,67%, pós-doutores.

No que se refere à participação em atividade política, 68% dos profissionais de Serviço Social não registram qualquer envolvimento e 32% afirmam algum tipo de participação, sendo: 44,80% em movimento da categoria de assistente social, 32,18% em movimentos sociais, 12,62% em movimento partidário e 10,40% em movimento sindical. A forma da participação é assídua em 54,08% dos (as) entrevistados (as) e em 45,92% é eventual, de modo que, 44% se declaram militantes de base, 30% são filiados e 26% dirigentes.

Sobre o conhecimento das legislações profissionais, os dados da pesquisa mostram que 96,37% das (os) assistentes sociais leram o Código de Ética, 90,55% conhecem a Lei de Regulamentação da Profissão, 56,11% não conhecem as diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social e apenas 32,73% têm ciência da tabela de honorários. É importante destacar que 60,31% da categoria acreditam que a legislação respalda o cotidiano profissional.

O percentual de assistentes sociais que participam de Conselho de Direitos ou de Políticas Sociais é de 30,44%, destes, 35,45% estão na área da assistência, 25,12% da criança e do adolescente, 16,67% da saúde, 7,98% do idoso, 6,57% dos direitos humanos, 4,23% da mulher e 1,41% do portador de deficiência.

Em 2015, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) divulgou uma nova pesquisa sobre o perfil dos (as) assistentes sociais brasileiros (as) no período de 2004 e 2013.

Contudo, é válido destacar que, para esse estudo as instituições envolvidas utilizaram as bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que consideram em seus respectivos grupos assistentes sociais e economistas domésticos, conforme Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de código 2516.

Sendo assim, os resultados aqui apresentados não se propõem a esgotar a análise do perfil dos (as) profissionais de Serviço Social e sim, utilizá-lo para refletir sobre as implicações das transformações societárias no mercado de trabalho dos (a) assistentes sociais.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2004 e 2013, o número de assistentes sociais² inseridos no mercado de trabalho geral³ mais que duplicou, cresceu de 96.535 para 204.747 em quase dez anos.

² Identificados por meio da CBO de código 2516 – ASSISTENTES SOCIAIS E ECONOMISTAS DOMÉSTICOS, conforme base de dados da PNAD-IBGE e da RAIS-MTE.

Em 2004, a maioria destes profissionais (36,4%) estava concentrada na região Sudeste, seguida pelas regiões Nordeste (17,4%), Sul (16,8%), Centro-Oeste (10,6%) e Norte (6,4%). Em 2013, foi possível verificar uma desconcentração de assistentes sociais nesta região (de 48,8% para 36,4%) devido a um aumento significativo na região Nordeste (de 17,4% para 29,5%) e pouco expressivo na região Norte (de 6,4% para 8,9%). As demais regiões também registraram redução, Sul (16,8% para 15,7%) e Centro-Oeste (10,6% para 9,5%).

A categoria profissional do Serviço Social prevalece predominantemente composta por mulheres, contudo, é válido destacar que entre o ano de 2004 e 2013, houve uma queda da participação feminina de 84,2% para 77,9%.

O percentual dos (as) assistentes sociais inseridos (as) no mercado de trabalho que se declaram negros (as) aumentou significativamente de 33,0% em 2004 para 44,8% em 2013. Ainda nesse período, a idade média desses profissionais mudou de 37,2 anos para 38,9 anos.

Entre 2004 e 2013, o crescimento do quantitativo de assistentes sociais ocupados foi mais significativo no âmbito municipal, responsável por 66% do total do aumento, elevando o percentual de 40,97% para 52,1%.

O tipo de vínculo mais expressivo entre os (as) profissionais contratados (as) é o estatutário (55,68%), seguido dos contratos com base na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), 27,24%, dos contratos temporários 9,41% e dos serviços prestados que representam 5,84%.

A taxa de sindicalização ou filiação a alguma entidade de classe e/ou movimento diminuiu significativamente de 29,7% em 2004 para 18,5%, apesar da média nacional de 16,0%, em 2013. Já o rendimento médio auferido aos profissionais de Serviço Social ocupados cresceu nas diferentes regiões do país, com exceção do Nordeste que registro queda de quase 10%.

Ainda com base nos rendimentos médios, com destaque para as atividades econômicas, observou-se que, a maior concentração de assistentes sociais é no serviço público municipal e no serviço social, entretanto, o rendimento era inferior à média da categoria, tanto em 2004 como em 2013.

³ Aqueles com 10 ou mais anos que desempenham alguma atividade econômica, de acordo com os critérios da PNAS do IBGE.

Região	2004	2013	Diferença (%)
Norte	1.628,76	2.154,84	32,3%
Nordeste	2.010,85	1.812,45	-9,9%
Sudeste	2.023,92	2.659,25	31,4%
Sul	2.169,29	2.248,17	3,6%
Centro-Oeste	2.010,76	2.295,51	14,2%
Assistente Social - geral	2.018,47	2.265,35	12,2%
Brasil - geral	1.083,29	1.624,74	50,0%

Fonte: Microdados PNAD, anos selecionados.
Elaboração: Subseção DIEESE CUT/Nacional

	2004	2013	%
Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	1.609,42	2.151,95	33,7%
Serviços Sociais	1.186,33	1.511,13	27,4%
Saúde Pública	1.801,43	2.991,90	66,1%
Administração do Estado e da política econômica e social - Estadual	3.048,12	3.504,73	15,0%
Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Estadual	3.045,14	3.174,39	4,2%
Assistente Social - geral	2.018,47	2.265,35	12,20%
Brasil - geral	1.083,29	1.624,74	50,00%

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme resultado das pesquisas realizadas sobre o perfil profissional do(a) assistente social, é possível inferir que, trata-se de uma categoria predominantemente branca e feminina, que nos últimos anos vem perdendo espaços para o contingente do público masculino e negro. A maioria católica (67,65%), heterossexual (95%), branca (72,14%), casada (53%) e com filhos (44%). A idade média tem alterado de 37,2 anos para 38,9 anos.

Grande parte dos (as) assistentes sociais está concentrada na região Sudeste (36,4%). Entretanto, assim como as regiões Sul (15,7%) e Centro-Oeste (9,5%), o percentual do contingente de profissional de Serviço Social desta área foi reduzido devido ao aumento do número de assistentes sociais nas regiões Nordeste (de 17,4% para 29,5%) e Norte (de 6,4% para 8,9%,).

Entre 2004 e 2013, o quantitativo de assistentes sociais ocupados mais que duplicou, saltou de 96.535 para 204.747. A maioria (55,34%) tem graduação, 35,26% são especialistas, 6,49% mestres, 1,24%, doutores e 0,67%, pós-doutores.

Apenas 32% dos profissionais de Serviço Social registram algum tipo de participação política como militantes de base (44%), filiados (30%) e dirigentes (26%), sendo: 44,80% em movimento da categoria de assistente social, 32,18% em movimentos sociais, 12,62% em movimento partidário e 10,40% em movimento sindical. A participação é assídua em 54,08%.

Mais de 90% das (os) assistentes sociais conhecem o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão. Entretanto, 67,27% não têm ciência da tabela de honorários e 56,11% não leram as diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social, apesar de 60,31% da categoria acreditar que a legislação profissional respalda o cotidiano.

Outro dado que merece destaque refere-se à presença de 30,44% de assistentes sociais no Conselho de Direitos ou de Políticas Sociais, com maior relevância nas áreas da assistência (35,45%), criança e do adolescente (25,12%) e saúde (16,67%)

A maioria dos profissionais de Serviço Social atua em instituições públicas de natureza estatal (78,16%), com destaque para a esfera municipal que registrou um aumento expressivo de 36% para 52,1%. Grande parte (85%) é contratada com a nomenclatura de assistente social, tem apenas um vínculo (77,19%), é estatutário (55,68%) e possui jornada de trabalho 40 horas (50,70%).

O rendimento médio cresceu timidamente (12,2%) no período de 2004 e 2013, de R\$ 2.018,47 para R\$ 2.265,35 registrando aumento nas diferentes regiões do país, com exceção do Nordeste que obteve queda de quase 10%.

Esse quadro sintético proporciona uma maior aproximação empírico-descritiva sobre as condições e relações sociais que circunscrevem o mercado profissional do Serviço Social. Contudo, devido à necessidade de atualização destes dados junto à categoria, não nos permite informações precisas sobre o atual perfil dos (as) assistentes sociais.

Dessa maneira, o propósito deste segmento consiste em indicar elementos para uma análise das implicações das transformações societárias no mercado de trabalho dos (a) profissionais de Serviço Social considerando que, trata-se de uma profissão inserida no contexto societário que sofre significativas mudanças sempre que esse altera.

Em 2010, o Brasil registrou seu maior crescimento do PIB dos últimos 20 anos, quando a economia cresceu 7,5%. Entretanto, nos anos seguintes, a economia brasileira apresentou profundas recessões e encolheu 3,6% no ano de 2016. Nessa perspectiva, tem-se um cenário de aumento do desemprego, estagnação da economia, cortes e investimentos e aumento da pobreza.

Nesse cenário de crise, a política de governo do atual Presidência da República construiu uma argumentação ideológica de que os gastos públicos seriam os principais causadores da crise. Dessa maneira, conseguiu aprovar a reforma trabalhista, a previdenciária e a PEC 55 que congela os gastos públicos por 20 anos. Na contramão desse processo, o governo deixa de arrecadar mais de R\$ 40 bilhões por ano por não enfrentar o grave problema da isenção de impostos sobre lucros e dividendos, que beneficia acionistas de grandes empresas.

Essas estratégias de desmonte de direitos têm incidido na dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade de classes cuja tendência consiste em transferir o bem-estar social ao foro privilegiado dos indivíduos e famílias, restando ao Estado à responsabilidade no alívio a

pobreza extrema. Sendo assim, verifica-se o agravamento da questão social, as novas formas de enfrentamento gestadas pelo Estado e as configurações do mundo do trabalho.

Se, por um lado, o adensamento das manifestações da questão social tendenciam a ampliação do mercado de trabalho do profissional, por outro, a desregulamentação e informalização das relações de trabalho, presentes em um cenário de crise, transfiguram fragilidades tanto no contrato de trabalho quanto nas condições e relações sociais que circunscreve o trabalho profissional do (a) assistente social.

Conquanto, é no movimento dessas transformações societárias que o mercado de trabalho dos assistentes sociais atribui novos contornos, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas demandas e requisições que exigem novas habilidades e competências desse profissional.

No momento em que os (as) assistentes sociais se inseriram em espaços sócio ocupacionais numa lógica de mercado em que vendem sua força de trabalho, estes sofrem significativas mudanças na condição de trabalho enquanto profissionais assalariados, assim como o significado social das atuações que são alocadas na reprodução das relações sociais.

Para entender o significado social da profissão de Serviço Social neste processo é preciso levar em consideração as contradições e mudanças que ocorrem no contexto societário bem como, os condicionantes desta conjuntura que interferem diretamente no exercício profissional. Desse modo, como uma profissão que faz parte dessa totalidade, o exercício profissional do Serviço Social é consolidado na dinâmica das relações sociais entre burguesia e proletariado.

Ao considerar o exercício profissional como trabalho inserido em processos de trabalho, as atividades profissionais são pensadas a partir da realidade sob a qual se encontra as possibilidades e os limites profissionais. Os efeitos sociais não derivam, exclusivamente, da atuação do profissional, inclui o contexto social e institucional no qual o profissional está inserido.

Assim, a atuação deste agente profissional é compreendida no confronto de interesses das classes fundamentais, ou mais precisamente, atendendo a uma classe mediante a outra. E, por ser alocado neste processo de antagonismo de classes, o (a) assistente social pode criar estratégias de atuação para o fortalecimento do proletariado ou da burguesia, sem jamais excluir as respostas a ambas. Segundo Yamamoto (2006), historicamente, este profissional tem atendido prioritariamente, mas não exclusivamente, à demanda da classe dominante.

Não obstante assalariados, como já mencionado, os (as) assistentes sociais possuem uma relativa autonomia na atuação profissional. Cabe a esse agente direcionar tal prática ao

fortalecimento da burguesia ou do proletariado. Iamamoto & Carvalho (2006, p. 121) defendem, nesse sentido que: “Trata-se de, a partir do jogo de forças sociais presentes nas circunstâncias de seu trabalho, reorientar a prática profissional a serviço dos interesses e necessidades dos segmentos majoritários da população, consolidando junto a elas novas fontes de legitimidade para o Serviço Social”.

Cabe ao agente profissional ter uma nítida apreensão dos efeitos da atuação profissional que lhe possibilite maior controle na direção da mesma, dentro dos limites socialmente estabelecidos. Além disso, é imprescindível que este agente subordine o exercício profissional às consequências políticas dessa prática. Desta maneira, o nível de desenvolvimento teórico-prático obtido pelos (as) assistentes sociais é o que irá condicionar suas respostas.

Assim, pensar o Serviço Social implica o esforço de inseri-lo no conjunto de condições e relações sociais que lhe conferem um significado tornando-o possível e necessário. Tal profissão não pode ser refletida independente do conhecimento da totalidade social; das organizações institucionais a que se vincula e da realidade social do sujeito.

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é pensar a profissão, e sua “prática”, a partir da conjuntura societária. Torna-se necessário que este profissional desenvolva sua capacidade de decifrar a realidade e elaborar propostas de trabalho criativas a partir de demandas que surgem no cotidiano. Além de propositivo, esse profissional deve ser crítico.

REFERÊNCIAS

CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil**. Elementos para estudo do perfil profissional. Brasília/Maceió, UCFESS-UFALCRESS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capitalismo financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007a.

QUEM SÃO OS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL? Disponível em:
<http://www.cntsscut.org.br/acontece/2493/cntss-cut-e-fenas-divulgam-pesquisa-sobre-assistentes-sociais-realizada-pelo-dieese> Acesso em: 04 jul. 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA E A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

*Christiane Andrade Regis Tavares
Marinalva Batista dos Santos*

RESUMO

O uso das tecnologias e os seus avanços são surpreendentes, tornando as atividades humanas mais cômodas e práticas em todas as esferas das nossas vidas, mas nem todos têm acesso ao campo da tecnologia. A escola faz parte do mundo e precisa cumprir sua função na formação de indivíduos que possam exercer plenamente sua cidadania, participando dos processos de transformação da realidade. Este artigo tem como objetivo geral, discutir a tecnologia como grande aliada das pessoas com necessidades educativas especiais. Como objetivos específicos, pretendemos refletir sobre o processo educativo por meio do estudo de políticas específicas; discutir o paradigma do novo na tecnologia e suas implicações políticas e sociais; e apresentar a educação com uso da acessibilidade como proponente da inclusão social. A investigação ocorreu por meio da pesquisa bibliográfica. Autores como Bauman (2005), Delors (1998), Agier (2011), Polanyi (2000) e Santos (2002), dentre outros, contribuíram para a construção da análise e discussão dos aspectos definidos e aqui apresentados. Concluímos que existe uma trajetória de obstáculos, conquistas e desafios que visam transformar a escola e construir uma sociedade para todos ultrapassando os limites da técnica.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Tecnologia assistiva. Transdisciplinaridade.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos e contextos, percebemos um crescimento e aprofundamento dos debates que tem como foco a elaboração de políticas voltadas à cidadania, que implicam a participação da sociedade que deve se organizar para que ocorra de fato o desenvolvimento humano atrelado à consolidação da democracia.

As lutas que configuram tal realidade contemporânea contribuem para a edificação do sentimento de pertencimento, o reconhecimento, o enfrentamento, o estranhamento e as disputas que estão imbricadas em todas as relações sociais que hoje se apresentam em nossa realidade. A luta pela cidadania não é uma luta solitária, pois promove mudanças e trocas gerando riquezas, tanto na configuração de uma economia de bens simbólicos quanto na configuração de um mercado e uma indústria cidadã. Segundo Dagnino(2014, p. 93) “A questão é como unir tudo isso gerando equilíbrios, ética e sustentabilidade”. Sem dúvida é uma reflexão que precisa ser incorporada no discurso da educação inclusiva conflito que

reside, fundamentalmente, a perversidade a que aludimos (DAGNINO, 2014, p. 90). Entretanto, sua efetivação não se consolida numa sociedade afligida pela desigualdade e exclusão, características próprias do capitalismo. Compreender estes enlaces sociais é vital a fim de não crermos em soluções efêmeras para os problemas processuais formativos em educação.

Este artigo tem, então, o seguinte problema: como a utilização das novas tecnologias contribuirá na formação de indivíduos com deficiência para que possam exercer plenamente sua cidadania, participando dos processos de transformação da realidade e desenvolvimento das sociedades, das condições de vida e de acesso a bens e serviços? Como objetivo geral pretende-se discutir a inclusão social por meio da utilização da tecnologia da acessibilidade de docentes na Educação básica, através das tecnologias assistivas. Como objetivo específico pretendemos refletir sobre o processo educativo através do estudo de políticas específicas; discutir o paradigma do novo na tecnologia e suas implicações políticas e sociais; apresentar educação com uso da acessibilidade como proponente da inclusão social. A investigação será através de pesquisa bibliográfica.

2 EDUCAÇÃO E A TRANSDISCIPLINARIDADE

A educação transdisciplinar propõe a vivência da arte de aprender ou da arte de autoconhecer em um contexto complexo de relações que tem como um de seus aspectos basilares a visão da totalidade de forma que suas partes se apresentem interconectadas e inter-relacionadas tornando-se um todo integrado. Ela operacionaliza a proposta da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI (DELORS, 1998), que torna os governamentais de todos os países do globo terrestre responsáveis pela educação. A perspectiva do desenvolvimento humano é vista a partir da vivência do autoconhecimento para a formação de uma humanidade mais pacífica e harmônica (DELORS, 1998). Nas palavras de Freire (2002, p. 48), “[...] no jogo constante de respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se.” De acordo com o autor, ao educar o professor, numa postura dialogizada com o aluno, educa-se nas inter-relações desenvolvidas. E por essa razão que o professor e aluno são considerados sujeitos da educação percebendo-se inseridos em um contexto e uma realidade como integrantes deste, percebendo-o e compreendendo-o de forma dialógica, holográfica e recursiva.

Entretanto, segundo Dagnino (2014, p. 93) “a disputa entre projetos políticos distintos e aquilo que de fato caracteriza a existência da democracia como regime político, assume muito fortemente o caráter de uma disputa de significados, para referências que são aparentemente comuns”. Temos uma visão de participação que tem no seu centro a ideia da partilha do poder: a sociedade civil participa do poder, ela compartilha o poder, antes exercido monopolicamente pelo Estado. Essa visão foi um dos elementos centrais do projeto democrático participativo na sua origem e se traduziu como princípio, não necessariamente como prática sistemática, nas múltiplas instâncias participativas que compõem o que passou a ser designado como a “arquitetura da participação” brasileira. Como vivenciar os princípios de uma educação promotora de auto conhecimento diante do que está posto?

3 O PARADIGMA DO NOVO NAS TECNOLOGIAS E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

A característica principal das "novas tecnologias de comunicação" (NTC) é a inclusão progressiva de processos digitais na sua veiculação, confecção e distribuição de suas informações (LEVY, 2004; MORAN, 2000). O termo se transformou numa designação genérica passada a designar os produtos e mídias surgidos nos últimos anos. Percebemos então que o termo "novas" designa uma qualidade, uma diferença ao substantivo "tecnologias". De acordo com Moran (2000) deve existir integração das tecnologias e as metodologias de ensino de aplicações orais, tanto pela escrita como por audiovisual.

Assim, a disputa entre projetos políticos distintos e aquilo que de fato caracteriza a existência da democracia como regime político, assume muito fortemente o caráter de uma disputa de significados, para referências que são aparentemente comuns (DAGNINO, 2014). De um lado, temos uma visão de participação que tem no seu centro a ideia da partilha do poder, pois a sociedade civil participa do poder e o compartilha. Tal postura era exercida monopolicamente pelo Estado sem a participação da sociedade civil. Essa visão foi um dos elementos centrais do projeto democrático participativo na sua origem e se traduziu como princípio, não necessariamente como prática sistemática, nas múltiplas instâncias participativas que compõem o que passou a ser designado como a “arquitetura da participação” brasileira (MORAN, 2000).

Assim, a definição de novo só "faz" sentido quando incorpora uma qualidade que não existia antes, ou ainda atualiza algo preexistente, as "tecnologias". Dessa maneira, a

compreensão das "novas tecnologias" deve ocorrer por meio da inclusão de paradigmas ao invés de reduzi-las a um processo de venda de produtos, de consumo, conceitos e troca (CASTELLS, 2000). Uma das questões mais importantes sobre o acesso e as formas alternativas de informação, é que este fenômeno social e político acarreta implicações de ordem social e política, pois ocorrem mudanças no acesso à informação, indicando e mobilizando diferentes graus e formas de acesso ao poder por diferentes grupos (BANDEIRA, 2000). Essa comunicação, entretanto, se move, os conceitos de entendimento e agir comunicativo se relacionam àquele da emancipação, ampliando sua extensão para além do nível puramente biográfico. Estes conceitos são o centro da reflexão de Habermas, pois há uma hierarquia de contextos do individual ao coletivo e deste ao contexto evolutivo social, e, o contexto histórico é uma variável importante, na qual o conhecimento deve ser revisto na criação de novas condições determinantes da história (DELORS, 1998; FREIRE, 2002).

4 EDUCAÇÃO, INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE

A sociedade da informação trouxe mais fortemente a evidência algumas desigualdades que já figuravam a realidade brasileira, porém não se faziam tão impertinentes no que se referem a constituírem em discussões intensas e periodicamente sistemáticas. Segundo Agier (2011, p.174) “a cidade contemporânea vive o paradoxo de ter sofrido para aproximar as pessoas, reduzindo ‘os custos da interação e do trabalho’ mas impondo segregação em seus quadros impessoais, sistemas de proteção, organizações solitárias e narcisistas”. Educamos numa sociedade desigual e apesar de ser verdadeiro afirmar que a exclusão econômica possa ter como consequência a exclusão digital, não há uma relação direta entre a exclusão social e a exclusão digital, tendo em vista que nem todos os excluídos digitalmente também são excluídos economicamente (BANDEIRA, 2000). Essa exclusão ultrapassa o simples saber digitar ou saber “navegar” na Internet, pois não se restringe à acessibilidade ou à conectividade. Referimo-nos à aquisição de um nível de competência, por parte dos sujeitos, que conduza à participação na comunidade e nas organizações de modo que possam gerir os espaços públicos e compartilhados para acesso à Internet. Desta maneira, uma educação promotora de inclusão digital é uma educação que parte do paradigma de sociedade fomentadora de cidadãos capazes de utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação para a transformação social, econômica, política e cultura (MORAN, 2000).

Em que consistiria incluir digitalmente? Incluir digitalmente deve ser entendido como o ato de facultarmos ao outro a possibilidade de se apropriar do conhecimento tecnológico, de maneira que possa adaptar-se ao instrumento digital, modificá-lo, atribuindo um significado à ferramenta que o conduza à inserção social. Não existem políticas públicas que assegurem efetivamente a inclusão digital para a educação básica. Nesse contexto, é preciso implementar estratégias eficazes a fim de promovermos uma sociedade globalizada, que possibilite o rápido e fácil acesso aos recursos tecnológicos e à aprendizagem, o que é de importância substancial para essa nova realidade social e digital (BANDEIRA, 2000). Uma sociedade globalizada, regida por uma economia de mercado cuja expectativa é conduzir os seres humanos a se comportarem de maneira tal, que tenha como foco atingir o máximo de ganhos monetários (POLANYI, 2000). Nos dias atuais, como afirma Bauman (2005, p. 21), “nos depararmos com a tamanha desigualdade social, onde pode se dizer que muitos têm pouco ou quase nada e que poucos tem tudo e que acaba levando os indivíduos a competirem entre si”. Neste contexto a solidariedade é substituída pela competição, onde os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues a si mesmos, entregues aos seus próprios recursos - escassos e claramente inadequados. A corrosão e a dissolução dos laços comunitários transformam-nos, sem pedir aprovação, no que Bauman (2005) denomina como indivíduo de jure (de direito), quais as circunstâncias opressivas e persistentes dificultam que alcancemos o status implícito de indivíduos (de fato) levando a tais cidadãos a exclusão social. A exclusão social está presente no contexto das tecnologias tendo em vista o acesso não ser facultado a todos na comunidade. Ser excluído significa ser eliminável (e talvez já eliminado definitivamente) classificado como descarte de um “processo econômico” que afinal se reduz a realizar o mesmo trabalho e obter os mesmos resultados econômicos com menos força de trabalho e obter os mesmos resultados econômicos com menos força de trabalho e, portanto, com custos inferiores aos que antes vigoravam (BAUMAN, 2005). Além disso, cidadãos com necessidades especiais não serem beneficiados com os recursos e possibilidades de acesso à Sociedade da Informação, outros excluídos se agregam a esse grupo. Fazem parte dos excluídos ao acesso à internet os que se encontram em situação de miséria, os habitantes de lugares longe dos grandes centros urbanos e as minorias étnicas (SANTOS, 2002). As políticas públicas devem alcançar este universo de cidadãos, atendendo as suas necessidades e prioridades, para além da territorialidade inserindo os indivíduos na sociedade de forma plena, buscando o desenvolvimento humano (DERTOUZOS, 1997).

Neste contexto, encontramos intelectuais que buscam o pensamento crítico a esse estado da vida contemporânea, divulgando ideários de um mundo diferente daquele em que

vivemos apregoando uma visão otimista do futuro. Os projetos e programas de acessibilidade e o acesso universal à internet é condição necessária para se solidificar a democracia na sociedade da informação. As desigualdades na era da informação são decorrentes de fatores históricos, econômicos e políticos sustentados pela exclusão de uma parcela da sociedade que não tem acesso ou o tem de forma não acessível às tecnologias. Seria coerente pensar que existe uma relação proporcional a premissa de que quanto maior for o índice de alfabetizados tecnologicamente, será maior a possibilidade de uma população mais criativa e conseqüentemente uma população que irá produzir tecnologia no país?

Um aspecto a ser considerado é a manutenção dos laboratórios de informática com acesso à Internet nas escolas públicas, com pessoal habilitado, com programas específicos, com ampliação da capacidade da internet e com uma estratégia de uso público fora dos horários das aulas. Outra possibilidade de uso seria o fomento à implantação de telecentros, com acessibilidade em espaços comunitários públicos e comunitários de forma gratuita e assistida que atenda todos os municípios brasileiros. A escola pode dar um grande contributo ao inserir as gerações mais novas através da acessibilidade de forma que venha a incluir essa camada da população (GERMAN, 2000). Contudo, apesar das dificuldades o interesse da população das pessoas com deficiência vem aumentando em utilizar as TIC. É preciso discutir e propor formas de atender esses sujeitos.

Outro segmento é composto por pessoas com necessidades especiais, que normalmente são excluídas socialmente e para as quais as TIC podem representar a abertura de novos espaços de inserção social. Estas pessoas requerem o desenvolvimento de tecnologias específicas que sejam adequadas às suas necessidades (físicas, visuais, auditivas, mentais etc.) e o acesso facilitado a estes serviços (BANDEIRA, 2000). Constatamos que o ritmo da evolução tecnológica tem agravado as diferenças e aumentado o potencial de exclusão da sociedade tornando-a cada vez mais heterogênea e desigual.

A Sociedade da Informação tem sido impotente ao dar resposta homogênea a questões socialmente diferenciadas de cada grupo ou indivíduo. Para romper com esse ciclo ela deverá ser criativa ao desenvolver respostas que atendam as necessidades e as aspirações das pessoas. A tecnologia é eficaz quando promove o desenvolvimento humano, a cidadania, a cultura e a sociedade. Essa é a característica da tecnologia integradora do ser humano. Mas se paradoxalmente são excludentes, elas também possuem um grande potencial de inclusão no seu meio. Nesse sentido, a sociedade mobilizada deve exigir do estado que cumpra a missão de garantir a cidadania por meio da equidade e da promoção do bem estar para a sociedade,

desenvolvendo através de recursos públicos informação para o exercício de cidadania (BANDEIRA, 2000; GERMAN, 2000).

5 A PERSPECTIVA INCLUSIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A perspectiva inclusiva da educação especial foi amplamente discutida durante a Conferência Nacional de Educação – CONAE/2010, que, em seu Documento Final, deliberou que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar do público alvo de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular. Este documento orienta os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, à participação, à aprendizagem e à continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas, tornando a escola acessível. (BRASIL, 2010, p. 132-134)

Atendendo a tais pressupostos, o Decreto nº 7.611/2011 corrobora as orientações para a construção de sistemas educacionais inclusivos, que garantam às pessoas com deficiência o acesso ao sistema regular de ensino. Para a efetivação do direito inalienável à educação, este Decreto, em seu art. 1º, incisos I e III, dispõe: *I – garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; III – não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência.* Nesse sentido, a modalidade de Educação Especial é parte integrante do ensino regular e não se constitui em sistema paralelo. A universalização do atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na faixa etária de 4 a 17 anos, na rede regular de ensino, atende ao compromisso assumido pelo Brasil, ao ratificar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Desse modo, a Convenção estabelece a educação inclusiva como direito inalienável das pessoas com deficiência. Dispõe ainda, dentre as medidas para sua efetivação, que assegurando um sistema educacional inclusivo em todos

os níveis, etapas e modalidades, os estados partes adotarão medidas de apoio necessárias no âmbito da educação regular.

Neste contexto, o Brasil avança com a elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que define a educação especial como modalidade transversal aos níveis de ensino, responsável pela oferta do atendimento educacional especializado aos educandos público alvo desta modalidade, matriculados em classes comuns do ensino regular.

Na última década, verificamos significativo crescimento com relação aos indicadores de acesso ao ensino regular em virtude da implementação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar. Podemos perceber a dimensão da acessibilidade ao verificar que em 2010 constata-se o acesso de 484.332 estudantes público alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, representando 69% do total de matrícula desta população. Este crescimento ocorre a partir do apoio à promoção da acessibilidade na escola, alcançando 83% dos municípios brasileiros por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais para a oferta do atendimento educacional especializado em 42% dos estabelecimentos de ensino com matrículas de estudantes público alvo da educação especial. Além disso, 28% dos prédios escolares foram adequados para atender aos requisitos de acessibilidade arquitetônica e foi implementada a rede nacional de formação continuada de professores na educação especial, por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB.(GARCIA, 2017)

6 RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS

A sociedade evolui a partir da dinâmica das forças econômicas, políticas e sociais que a constituem. Esta evolução traz a necessidade de nova organização das estruturas dos sistemas sociais comuns da sociedade, dentre os quais a educação escolar se caracteriza pela urgência de não só acompanhar estas mudanças e estar informada, mas de perceber e articular o seu papel social no pensar este desenvolvimento. Segundo a Declaração de Salamanca, as escolas inclusivas são apontadas como estabelecimentos potencializadores no “sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva” (UNESCO, 1994).

A proposta de uma Escola para Todos implica, em processo de reestruturação dos espaços que constituem a escola, envolvendo a gestão de cada unidade e dos próprios sistemas educacionais. A escola que adota uma postura inclusiva, segundo Sasaki (2007) é aquela que

providencia as diversas medidas de acessibilidade: acessibilidade comunicacional, metodológica, instrumental, pragmática, atitudinal e arquitetônica.

Para desenvolver as habilidades e competências dispomos de vários softwares. Poderíamos citar para a concentração e criatividade, memória e esquema corporal o HAGAQUE que é Software que permite ao aluno desenvolver a sua criatividade através da montagem de histórias em quadrinhos. É de fácil uso. Embora não tendo sido construído especificamente para pessoas com deficiência, o software dispõe de recursos que podem ser bem explorados por esses alunos, bem como por seus professores, facilitando no aprendizado pois o aluno aprende usando sua criatividade.

O COBPAINT é um software muito simples, elaborado para a educação de crianças com deficiência que, por suas limitações, não conseguem usar softwares de desenho. Para facilitar o seu uso por parte desses indivíduos, as ferramentas compõe-se de botões que são mostrados de forma ampliada, explorando o recurso de cores variadas, dentre outros (SASSAKI, 2007).

Existem metodologias específicas e a necessidade de softwares especiais projetados para a educação de alunos com síndromes ou com déficit cognitivo. Neste caso, o que deve ser avaliado são as características e necessidades tais como a capacidade de concentração, abstração, motivação, conhecimentos anteriores, entre outras. No mais, os procedimentos metodológicos, os recursos didáticos e as ferramentas de aprendizagem devem ser os mesmos utilizados com os outros alunos. Neste sentido, um software para crianças com síndrome de Down vai servir igualmente para outras crianças que estejam na mesma etapa em seu processo de desenvolvimento cognitivo ou vice-versa. Pode-se utilizar o dominó com letras e números, as cartelas com os nomes dos alunos da sala, jogo da memória dentre outros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações apresentadas explicitamos as múltiplas dimensões das tecnologias assistivas, concebidas como qualquer recurso ou forma alternativa para resolver problemas funcionais. Esta definição está referenciada na ação de reconhecer e valorizar as potencialidades humanas, se contrapondo à lógica de um modelo intervencionista centrado nas deficiências, restrições e não nas capacidades. Diante do dinamismo, a adaptabilidade e a capacidade do ser humano em criar, que reinventa e inventa modos e maneiras de agir, interagindo e desempenhando funções para que possa atuar em contextos diversos e

desafiadores. Procuramos mover barreiras de acessibilidade, detectando os problemas e encaminhando as soluções através do exercício da cooperação, o compartilhamento de ideias e o permanente respeito à diferença. Existe uma direção de obstáculos, conquistas e provocações que visam modificar a escola em prol da construção de uma sociedade com e para todos.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações e movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome. 2011. 213p.

BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento local-regional**: determinantes e desafios contemporâneos. v. 1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 151-185.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Zahar, 2005. p. 13-52.

BRASIL. **Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO** . Brasília: MEC/SEF, nº 523, de 9 de abril de 1997.

_____. Ministério da Educação. **Conferência Nacional de Educação – CONAE**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conae/> Acesso em: 14 mai. 2017.

_____. Presidência da República. **DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conae/> Acessado em: 14 mai. 2017.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: Acesso em: mar. 2011.

_____. Presidência da República. **DECRETO Nº -7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011/2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 21 mai. 2017

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo. Brasília. 2007. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6300-12-dezembro-2007-566380-norma-pe.html>. Acesso em 30 abr.2017

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.301p.

DAGNINO, E. “Diversidade cultural, cidadania e construção democrática”, in Miguez, P., Barros. J.M., Kauark, J., (orgs). **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**, EDUFBA, CULT, 2014. p.87 – 100.

DELORS, Jaques (Org). **Educação: um tesouro a descobrir**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.123p.

DERTOUZOS, M. L. **O que será: como o novo mundo da informação transformará nossas vidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.176p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 26 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GARCIA, Rosalba. Disponível em: **Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/07.pdf>>. Acesso em 20 abr.2017

GERMAN, C. **O caminho do Brasil rumo a era da informação**. São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, [2000].243p.

GOMES, Elizabeth, **Exclusão digital: um problema tecnológico ou social?** Rio de Janeiro: trabalho e sociedade. Ano 2, nº especial. Dez. 2002 Disponível em www.comunidades.mda.gov.br/o/4110370. Acesso em 18 mar. 2017.

HOLSTON,James. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**.São Paulo:Companhia das Letras, 2013.

LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T., BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000. 133p

PAIVA, Fabiana. **Democratização da informação ou inclusão digital?** Disponível em:< <http://gizmo.rits.org.br/apc-aa-foinclusao/foinclusao/artigos.shtml>>. Acesso em 13 abr. 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000.

RAMAL, Andréia Cecília. **Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org). São Paulo: Publifolha, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2007

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha.

O USO DO CINEMA NO CONTEXTO DA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

*Maria das Graças Auxiliadora Fidelis Barboza*¹

RESUMO

A necessidade de repensar a relação do Cinema² com a prática pedagógica, particularmente com o uso dessa arte na aula universitária exige o alargamento da compreensão sobre as diferentes linguagens e cultura assim como sobre os diferentes contextos e condição docente. Este trabalho é parte de uma pesquisa exploratória, cujo objetivo foi conhecer, caracterizar e analisar como ocorrem as relações e práticas de professores(as) universitários com o cinema, buscando traçar inicialmente um breve perfil, assim como saber de que maneira o cinema faz ou não parte de suas vivências profissionais ou seja, buscamos conhecer um pouco mais sobre uso do cinema em sua prática pedagógica em na sala de aula. A intenção foi analisar atividades com cinema - um dos mais emblemáticos produtos culturais das sociedades contemporâneas - desenvolvidas pelos docentes universitários em sua vida profissional. A pesquisa foi realizada entre 2014 e 2015 na Universidade Católica do Salvador. Para tanto, foi elaborado e aplicado um questionário com professores/as dos cursos de Licenciatura (História, Geografia e Matemática), Pedagogia e bacharelado em Engenharia. Os docentes pesquisados colocam sobre o cinema expectativas educacionais bastante ambiciosas. Entretanto, reservam um papel modesto para os filmes em suas práticas em sala de aula. Os professores revelaram dificuldades materiais, falta de espaço físico e apoio institucional no desenvolvimento de atividades que alterem papéis tradicionais de professores e estudantes.

Palavras-chave: Cinema. Aula universitária. Práticas pedagógicas e culturais.

1 INTRODUÇÃO

As transformações contemporâneas por que passa o ensino superior, nos convoca a fazer uma releitura do “mundo universitário” sem uma visão pessimista ou otimista desse cenário, porém, reflexiva e problematizadora. Esse é um desafio que se impõe para se compreender a educação de jovens e adultos na universidade. Assim, partimos do princípio de que estudos no campo da pedagogia universitária que pretenda analisar questões relacionadas à prática docente devem considerar o lugar, o modo e as condições em que se inscrevem esses desafios e tensões. Isso não implica somente o reconhecimento do ponto de partida, senão que constituem o âmbito que dá significação às práticas no ensino superior, ou seja, o contexto em

¹ Professora da Universidade Católica do Salvador. E-mail: fydias@hotmail.com

² Segundo COELHO no Dicionário Crítico de Política Cultural, (1997. p.109): “Quando se fala de cinema está se falando de um modo cultural, mas não necessariamente de filmes. [...] o cinema, mais especificamente a cultura do cinema, remete a domínio bem mais amplo”.

que a docência se situa, como seus atores convivem e se relacionam com esse espaço acadêmico-pedagógico e suas diferentes linguagens e culturas.

Nesse horizonte, estudos sinalizam para a complexidade e multireferencialidade que caracterizam a docência universitária, incluindo a trajetória profissional do(a) professor(a), o nível de formação, os saberes, as condições de trabalho e o atual perfil dos estudantes. Quanto ao “novo público” estudantil, de modo geral, além da heterogeneidade, que inclui idade, etnias, gênero, há também interesses e projetos de vida diversos. Isso exige um (a) professor (a) com disposições para atender a essas demandas. Outro desafio imposto ao docente é o domínio das tecnologias da informação e comunicação - TIC, o uso de recursos áudio visuais em suas aulas, etc.

Acerca dessas questões, Bastos (1998) salienta que estamos em um período de transição caracterizado pela existência de dificuldades e exigências de natureza diversa, em que desenvolver novas competências, aprender a lidar melhor com as emoções, mover-se da autonomia para a interdependência, estabelecer objetivos de vida, desenvolver a identidade, relações interpessoais e a integridade são apenas algumas das aquisições esperadas do estudante e, por conseguinte, de seus professores no ensino superior.

São desafios que vem gerando tensões no corpo docente, que esperam encontrar na academia ambiente favorável a produção do conhecimento, assim como, um modelo/perfil de estudante universitário nem sempre compatível com aquele real que têm diante de si na sala de aula. Algumas investigações ao buscarem explicações para os processos constitutivos da práxis pedagógica, não avançam na discussão sobre os processos produtores e práticas culturais dos docentes e sua relação com o cotidiano da sala de aula universitária. A esse respeito, Kenski (1996), chama a atenção ao afirmar que pertencemos a uma geração alfabética cuja aprendizagem se fez/faz por meio do texto escrito, da leitura do livro, do artigo. Segundo a autora somos analfabetos para a leitura das imagens, dos sons uma vez que nossa alfabetização é parcial e não total, ou seja, sabemos ler apenas os textos e não imagens, sons, movimentos.

Nesse contexto, é importante destacar que as linguagens artística e cultural se apresentam como fontes ricas de apreensão e compreensão da realidade, de simbolização do desejo, bem como de conhecimento e leitura dos códigos e símbolos com que o imaginário social se revela e se desvela possibilitando a transição de uma consciência ingênua para uma consciência crítica como defende Paulo Freire.

Tentando entender essa complexa questão, pesquisadores do campo da pedagogia universitária se deparam inevitavelmente com a necessidade de abordar aspectos relacionados às

diferentes formas de ser e de atuar como professor na atualidade a partir dos desafios das tecnologias da informação e comunicação, bem como da adoção de diferentes linguagens.

A arte, tal como a docência, ao mesmo tempo em que é condicionada pelo tempo e espaço que habita, busca superar esse condicionamento na medida em que envolve a criação e incita a ação reflexiva, tornando-se necessária ao sujeito que a constrói e que a aprecia como possibilidade. Ensinar envolve uma entrega. Como tal, exige-se sensibilidade e segurança naquilo que se pretende ensinar, como também compromisso consigo e com o outro, na busca de uma transformação pessoal e social, coletiva. Para Barboza (2013) ensinar exige arte, estética, uma boa dose de intuição, uma grande dose de conhecimento, de observação, de dedicação, de imaginação, de técnica e objetividade. Como bem expressou Paulo Freire (1996, pp. 26 e 29), “Ensinar exige rigorosidade metódica”, ao mesmo tempo em que “Ensinar exige estética.”

Nesse sentido cabe indagar: que lugar a arte - o cinema, a estética tem ocupado nas práticas educativas? E na vida dos nossos professores/as universitários? Que valores culturais estão sendo construídos com nossos estudantes jovens e adultos universitários?

A esse respeito, Galeffi (2011) afirma que, em nossa cultura ocidental moderna, marcada pela racionalização dos processos de conhecimento e pela mecanização das objetividades seriais, a sensibilidade foi sempre tratada como coisa menor ou secundária, não sendo devidamente reconhecida em seu funcionamento natural autopoiético. Em um mundo dominado por uma racionalidade tecnocientífica, a sensibilidade é tida como serva da razão. Sendo assim, a palavra estética precisaria ser destituída de sua significação instituída imediata e sofrer uma torção conceitual, para que pudesse significar algo efetivamente fundamental na formação humana em geral, em qualquer contexto e circunstâncias específicas.

Em sua obra *Cinema & Educação*, Duarte (2002), destaca que todo indivíduo, ao entrar em contato com o cinema, desenvolve o que Pierre Bourdieu chamou de “competência para ver”, a capacidade de analisar, compreender e admirar qualquer história transmitida em linguagem cinematográfica. Para esta autora, “[...] analisar filmes ajuda professores e estudantes a compreender (apreciar e, sobretudo respeitar) a forma como diferentes povos educam/formam as gerações mais novas” (P. 106). Além disso, o cinema nos desloca e nos convoca, desperta e expande nossa curiosidade. [...] reinventa o mundo, cria possibilidades e sensibilidade. E acima de tudo [...] pode nos humanizar e tornar mais humana a humanidade. (TEIXEIRA; BARBOZA; 2013, p. 70). É também uma forma de socialização dos indivíduos em instâncias culturais diferentes, é memória, inventividade para a produção de saberes. O cinema dá indícios sobre a forma como o indivíduo vê o mundo.

Face ao que vem sendo discutido, vê-se a relevância e ao mesmo tempo uma lacuna quando se trata das experiências de docentes universitários (objeto deste estudo) no âmbito do consumo cultural, se considerarmos a importância não somente dos laços que devem unir educação e cultura, como também o papel do (da) professor (a) como mediador (a) dos processos formativos dos (as) educandos (as).

Este artigo é parte de uma pesquisa exploratória³ realizada entre 2013 e 2014 em uma universidade privada confessional/comunitária. O objetivo foi conhecer, caracterizar e analisar como ocorrem as relações e práticas de professores(as) universitários com o cinema, buscando traçar inicialmente um breve perfil, assim como saber de que maneira o cinema faz ou não parte de suas vivências profissionais, ou seja, buscamos conhecer um pouco mais sobre uso do cinema em sua prática pedagógica em na sala de aula, a qual será abordada nas seções que se seguem.

2 A RELAÇÃO CINEMA/EDUCAÇÃO/PRÁTICA PEDAGÓGICA

Pensar a relação do Cinema com a prática pedagógica, particularmente com o uso dessa arte na aula universitária pelos docentes é de fundamental importância, pois, ambos podem ser utilizados como recurso para uma leitura crítica da realidade social onde estes sujeitos estão inseridos. A educação possibilita a formação de identidades, que levem ao pertencimento dos sujeitos a uma categoria de atores sociais na busca do fortalecimento da cidadania e direitos humanos. Já o cinema não pode ser separado deste processo de reconhecimento. Como um veículo de comunicação de massa, o cinema pode, dentre outros aspectos, modificar culturas, impor políticas e ideologias diferenciadas ao espectador.

No que tange a presença do uso do cinema nas escolas, nas universidades, em sala de aula, é recente. Ganha visibilidade a partir da década de 1990 visto inicialmente como momento de lazer e entretenimento. Aos poucos vai provocando e convocando os professores outro olhar sobre essa arte e sua relação com o processo de ensino e aprendizagem tradicionalmente pautado na exposição, na linguagem oral e escrita. Educar o olhar é reconhecer que o cinema traz para a sala de aula imagens, cores, som, movimento, entretenimento aguçando a curiosidade, a imaginação, a fantasia. Traz também o mundo, o cotidiano, a realidade, e com isso as alegrias e tristezas, a beleza, os afetos e desafetos, os

³ Este artigo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “**Enredos da vida, telas da docência: os professores e o cinema**”. Teixeira, Inês. CNPQ. 2014. Foi desenvolvido em parceria com o Grupo de Pesquisas em Formação e Condição Docente (PRODOC/FAE/UFMG).

conflitos, as harmonias, os amores e os desamores. O contato com o mundo do cinema é uma experiência única e marcante. Nesse sentido, o professor que decide trabalhar com o cinema na sala de aula deve ter claros os objetivos que almeja atingir e a forma como vai conduzir a discussão, para aspectos meramente superficiais que denota uma visão ingênua do mundo, se para uma reflexão mais crítica da sociedade tal qual proposta por Paulo Freire em seus estudos.

O cinema para Morin (2006) apresenta uma “linguagem poética e literária que nos leva diretamente ao caráter mais original da condição humana. Nesse sentido, podemos entender que ver filmes é uma prática social tão importante do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, antropológicas, filosóficas, sociológicas etc. Para este autor o romance e o cinema nos oferecem o que é invisível nas ciências humanas, pois estas ocultam ou dissolvem os caracteres existenciais, subjetivos, afetivos do ser humano.

Vale ressaltar, que o cinema não deve ser visto apenas como lazer, voltado para o consumo de massa, fonte de lucro ou que reforça a passividade do espectador. Na expressão de Tardif (2003, p.42). “Aprender a ver cinema é realizar esse rito de passagem do espectador passivo para o espectador crítico”.

Avançando nessa discussão, Duarte (2002) afirma que a arte cinematográfica exige o entendimento de que:

Diferente da escrita, cuja compreensão pressupõe domínio pleno de códigos e estruturas gramaticais convencionados. A linguagem do cinema está ao alcance de todos e não precisa ser ensinada, sobretudo em comunidades audiovisuais...(...) Mas isso não significa que devemos deixar o conhecimento da gramática cinematográfica para os especialistas. Ao contrário, conhecer os sistemas significadores de que o cinema se utiliza para dar sentido às suas narrativas aprimora nossa competência para ver e nos permite usufruir melhor e mais prazerosamente a experiência com filmes. (p.38).

Mais recentemente, vimos tentando compreender um pouco mais sobre a presença do cinema na sala de aula universitária, sua diversidade de mensagens, o fascínio que as imagens provocam nos sujeitos, assim como a relação de seu uso com a condição docente. Uma condição que na expressão de Teixeira (2006) se instaura na relação docente/discente e que se desenvolve nos cenários da materialidade, da cultura e da institucionalidade da escola, que se inscrevem, por sua vez, nos processos, estruturas e dinâmicas sócio históricos mais amplas. Para a autora, a condição docente se concretiza no exercício do trabalho de ensinar e aprender e de aprender ensinando – o labor educativo - que se associa não somente aos processos de formação de professores (as), mas, sobretudo às condições objetivas e subjetivas, materiais e

simbólicas das escolas e do exercício da docência, destacando-se as condições laborais sob as quais o trabalho docente se realiza.

Quanto aos processos formais e não formais, acadêmicos ou extra acadêmicos, iniciais e continuados da formação de professores(as), preocupa-nos, em especial, a formação estético-expressiva. Assim sendo, nos últimos anos O Grupo de Pesquisa em Formação e Condição Docente (PRODOC/UFMG) em parceria com outras IES (dentre elas a Universidade Católica do Salvador – UCSAL), tem desenvolvido pesquisas e atividades de cinema com professores (as), de cinema e docência, de escola e cinema, buscando articular a temática da educação e cinema. Na década atual, o cinema, ao lado de outras artes como a fotografia, imagens criadas com recursos das tecnologias, (tirinhas, charges) fontes documentais, vem aparecendo como recursos de pesquisas, completando outras estratégias de investigação.

Entendemos que a pesquisa social deve colaborar para uma melhor compreensão da vida social em seus múltiplos tempos e espaços, em suas diferentes manifestações, limites e possibilidades e entendemos ainda, que tal conhecimento poderá oferecer as bases para a superação dos problemas que desafiam a construção de uma sociedade de justiça do bem viver.

De outra parte, a vida nas sociedades contemporâneas, sociedades do espetáculo, sociedades da imagem, nas quais o cinema e o audiovisual têm lugar de destaque, interpela com as mais diferentes imagens e cenas dos indivíduos, sejam crianças, jovens, adultos ou mais velhos (TEIXEIRA, 2013). A educação do olhar, a leitura e alfabetização imagética passa a se constituir um desafio e mais uma responsabilidade da escola. Dito isso, nas vidas dos professores universitários nos interrogamos e buscamos compreender algo mais acerca de seus encontros ou mesmo de seus desencontros com o cinema ontem e hoje. Uma arte tão moderna que conheceram as gerações mais antigas, tempos remotos de suas vidas e que reencontram desta e daquela forma, neste e naquele dia assim como as novas e intermediárias gerações docentes.

De acordo com a autora acima, por uma razão e outra, aqui e acolá, nos tempos e espaços de suas vidas cotidianas, na sala de aula, na escola, em suas residências, nas salas de cinema, diante da TV ou onde quer que seja, docentes e discentes se encontram com as imagens em movimento, com o audiovisual, com o cinema. Mas não somente os docentes têm o cinema diante de si, pois que o cinema também os observa. O cinema olha os professores/as e os descobre inteiramente humanos. Apreende-os, compreende-os, captura-os em sua humana condição. Observados interroga-os, mirando-os em seus encontros e desencontros

com as crianças, adolescentes e jovens nos territórios da escola. O cinema olha os/as professores/as, reportando-se às salas de aulas, aos corredores, aos espaços escolares das relações do ensinar-aprender, do aprender-ensinando. Para a autora, o cinema olha os professores e penetra em suas alegrias e dores, angústias e satisfações, venturas e desventuras. Toca em suas dificuldades e realizações, nos sabores e dissabores do ofício de mestre. Penetra nas incertezas e dúvidas dos docentes em seus sempre inacabamentos. Suas incompletudes. O cinema olha os/as professores/as abrindo-se aos limites e potencialidades da docência, de forma atenta, sensível, cuidadosa. Com um olhar que indaga e inquieta. Um olhar que espreita e espera. Que anuncia e denuncia. Um olhar que surpreende. Isso é o que se pode ver, ouvir e pensar diante de alguns filmes da cinematografia contemporânea, cujos argumento e roteiro se desenrolam em torno da escola e seus sujeitos, de seus textos e contextos. Não quaisquer filmes, mas certo tipo de filmes e de cinema, que não é o do puro consumo, nos termos de Bergala (2008).

Este é o contexto e a problemática concreta que dá origem ao projeto de pesquisa que visou identificar, caracterizar e analisar as relações e vivências de docentes universitários com o cinema. De um lado, no que se refere às suas histórias profissionais e as formas pelas quais o cinema nelas se faz presente, buscando compreender as visões e concepções, os saberes e fazeres docentes acerca desta arte em sua prática pedagógica. De outro, interrogamos não somente a forma como o cinema se faz presente ou as razões de sua ausência no trabalho docente no cotidiano da universidade, como também os significados e sentimentos inscritos em seus encontros com o cinema e suas práticas cinematográficas ou com cinema na escola e fora dela.

Conhecer um pouco sobre os professores universitários no que se refere às suas práticas pedagógicas e profissionais e as formas pelas quais o cinema nelas se faz presente é importante. Esta análise pode contribuir na compreensão de suas visões e concepções, os saberes e fazeres docentes acerca desta arte em sua prática em sala de aula.

3 O CINEMA NO CONTEXTO DA PESQUISA

Por meio de um instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas, caracterizando como uma pesquisa exploratória. O questionário foi estruturado a partir de três eixos, a saber: *O cinema de cada um (a)*; *O cinema vai à universidade e Professores (as) no cinema e professores (as) fazendo cinema*.

O primeiro eixo analítico da investigação intitulado: *O cinema de cada um(a): viveres e memórias cinematográficas*, buscou levantar e analisar como o cinema está colocado nas histórias e vidas pessoais dos grupos de professores (as) investigados (as). Foram analisadas as práticas usuais, as experiências, o acesso e os significados, as concepções e as relações dos (as) professores (as) com o cinema em suas vidas, no passado e no presente, por meio da elaboração de memórias cinematográficas. Esta dimensão contempla não somente como os (as) docentes compreendem, definem e interpretam seus trabalhos educativo-pedagógicos com o cinema, mas também a presença ou possível ausência do cinema na vida pessoal dos (as) professores (as), visto que ambas as dimensões, pessoais e profissionais não podem ser separadas.

O segundo vértice de análise, intitulado *O cinema vai à universidade pelas mãos dos (as) professores (as)*, procurou rastrear, identificar e categorizar os projetos, trabalhos e atividades que envolvem cinema e educação, identificando professores (as) que realizam tais projetos, trabalhos ou atividades com certa regularidade, independente da maneira como o fazem, podendo variar desde a exibição de filmes até a produção de pequenos filmes com adolescentes e jovens alunos (as). O terceiro vértice ou eixo de análise intitulado *Professores (as) no cinema e professores (as) fazendo cinema*, está articulado aos anteriores, porém deles se distingue, pois, nele buscamos analisar e compreender quais os sentidos e significados os (as) professores (as) atribuem à docência propriamente dita, bem como as dificuldades, as tensões, as alegrias, realizações e conquistas dos (as) professores (as) são focalizadas, tendo o cinema como um recurso mobilizador desta discussão. As questões foram investigadas com grupos de professores (as) a partir de filmes ou produções cinematográficas que discutem a docência, trazendo em seu roteiro os (as) professores (as) de modo especial, a escola e seus sujeitos. Neste caso, os (as) docentes investigados (as) se viram como num espelho, vendo-se na tela.

A partir desses eixos foi elaborado o questionário em quatro blocos. O primeiro, denominado “*Dados de Identificação Pessoal*”, apresentava questões relativas às características pessoais dos (as) professores (as), tais como: sexo, etnia/cor, estado civil, número de filhos, cidade onde reside e trabalham, outros. No segundo bloco, as questões foram sobre a formação profissional e a situação de trabalho destes (as) professores (as), além de sua renda individual e familiar e tempo de atuação na docência. Já no terceiro bloco do questionário, foram abordadas questões relativas às práticas culturais dos (as) professores (as). No último bloco, os (as) professores foram questionados sobre o uso de filmes na escola. Nas respostas, relataram a frequência que utilizam filmes em suas aulas, mencionaram alguns filmes utilizados, explicitaram

como realizam o planejamento e execução destas aulas, além de suas maiores dificuldades ao desenvolverem tal trabalho.

Neste artigo, optamos por trabalhar parcialmente primeiro e o segundo eixo que busca apresentar sucintamente com uma breve caracterização dos atores implicados na pesquisa avançando um pouco mais para sua relação com prática pedagógica como poderá ser visto nas seções que se seguem.

4 DOS ATORES IMPLICADOS NA PESQUISA: UM BREVE PERFIL

O cinema pode oferecer férteis possibilidades educativas, horizontes possíveis de trabalhos em parceria, para o bem viver e o bem educar a conviver, uma aprendizagem coletiva e colaborativa. Com esta perspectiva a pesquisa foi desenvolvida junto aos docentes de uma universidade privada/confessional brasileira demarcando que o foco da pesquisa visa identificar e analisar os usos do cinema por docentes no ensino superior. Considerando o seu cunho qualitativo e exploratório não foi previsto um número mínimo de respondente. Interessava-nos a variedade de cursos, de formação, idade dos atores participantes da pesquisa, etc.

O questionário foi aplicado através de um contato direto com professores convidados a participarem da pesquisa. Todos inicialmente concordavam em participar, todavia quando analisavam a extensão do questionário alegam falta de tempo para responder tantas questões. Como se vê esse procedimento de resposta manual assim como a extensão do questionário dificultou a participação de um número maior de professores. Face essas limitações, a saída foi aplicar o questionário aqueles que demonstraram interesse e buscar atingir um público diferenciado. Participaram 15 docentes, que atuam em diferentes áreas de conhecimento, particularmente nos cursos: Engenharia, Matemática, História, Geografia e Pedagogia com idade que varia entre 40 a 45 anos (20%) entre 46 e 50 anos (33%) com idade acima de 55 anos (47%); sendo (73%) do sexo feminino e (27%) masculino. Essa considerável predominância do sexo feminino dentre os sujeitos pesquisados (a) confirma que nessa instituição a profissão docente continua sendo majoritariamente feminina, principalmente quando se trata de cursos de Licenciatura. Destes docentes apenas (25%) possuem titulação *Stricto Sensu*-mestrado e, apenas um professor possui doutorado o que denota a necessidade urgente de investir na qualificação e desenvolvimento profissional. A esse respeito, Almeida (2005)

ressalta que a formação profissional insuficiente pode ser um fator que limita ou impede as práticas culturais docentes.

No que diz respeito à cor, (47%) declararam ser pardo, (33%) branco e (20%) negros. Quanto ao tempo no magistério superior, (33%) dos (as) professores (as) lecionam de 10 a 20 anos, seguido por (47%) que são docentes de 21 a 30 e (20%) que estão nesta profissão a mais de 30 anos. A análise dos dados demonstrou que a maioria dos (as) professores (as) pesquisados (as) (67%) exercem a docência há mais de vinte anos indicando que há um vínculo duradouro com a instituição e vivência ao mesmo tempo em universidades públicas e privadas, assim como outras funções concomitantes a do magistério. Dos respondentes apenas (20%) possuem regime de trabalho que varia entre 20 e 40 horas semanais e (80%) estão na condição de “horista” nesta instituição. De modo geral, a maioria trabalha em três turnos em instituições e locais diferentes.

A predominância de professores horistas foi um dos fatores dificultadores da participação dos docentes que alegaram a falta de tempo para preenchimento dos questionários. Outro problema apontado no questionário revelam questões básicas como insuficiência de equipamentos e manutenção ineficiente, falta de espaço físico, falta de apoio técnico para orientação do uso dos recursos DVD, TV, Datashow, recursos esses que alterem de alguma forma os papéis tradicionais de professores e estudantes. A falta de equipamento em número suficiente e em condições adequadas de funcionamento integra o quadro de fragilidade material apontada pelos docentes. Para que essa questão seja equacionada é necessário em primeiro lugar que gestores reconheçam que as condições materiais da universidade impactam fortemente o desempenho de aprendizagem dos estudantes e, por conseguinte, a prática pedagógica, importante fator de qualidade na educação.

Com relação ao cinema na vida pessoal, 100% afirmaram assistir filmes com frequência distintas, destes (26%) veem semanalmente, (40%) quinzenalmente; (13%) diariamente e (20%) raramente. A maioria (47%) prefere assistir em casa. A preferência pelo gênero também diversifica entre: drama, documentário e histórico, comédia e somente um respondeu policial indicando a diversidade de gosto dos professores. Quanto à frequência com que trabalha o cinema em sala de aula, (33%) responderam que sempre, (47%) algumas vezes e (13%) raramente. Segundo suas respostas a média é um filme por unidade ou um por semestre.

Quanto à regularidade, os dados coletados demonstram que a maior parte dos (as) professores (as) realiza trabalhos e atividades com cinema ao menos duas vezes a cada semestre letivo, ou quatro vezes por ano escolar, além de ações realizadas individualmente ou por um grupo de docentes, sendo difícil a apuração desta frequência.

De qualquer modo, percebe-se que o cinema começa a fazer parte das estratégias metodológicas dos (as) professores (as) em sala de aula, seja para introduzir um conteúdo (específico 100%) seja para desenvolver no decorrer do assunto ou até mesmo para finalizar. De acordo com suas respostas não há necessariamente um momento específico. Os motivos para trabalhar o cinema vão desde o conhecimento de um filme, outras vezes para atender a solicitação e/ou indicação dos estudantes, como também para variar as atividades em sala. Talvez por essa razão conversemos sempre entre nós, professores sobre o cinema na aula universitária. Em artigo publicado na revista *Presença Pedagógica*, Teixeira e Barboza (2013) com o objetivo de incentivar o cinema na sala de aula fazem a indicação de cem filmes para docentes que poderão trabalhar na sala de aula. No caso particularmente desta pesquisa cabe indagar: Quais seriam os bons filmes para aprimorarmos nossa formação profissional e nossa docência? Quais seriam os filmes mais adequados para trabalhar com estudantes universitários? Que critérios adotar? Que filmes escolher?

Embora o cinema no ensino superior não tenha sido contemplado nos estudos de Fanfani (2005), este autor ressalta que em geral, a prática do cinema, teatro e demais “*produtos estéticos situados*” é sistematicamente mais frequente entre os professores/as do Ensino Médio, se comparado aos docentes do ensino Infantil e Fundamental. Podemos levantar várias hipóteses dentre outras, ao maior “*capital cultural*”, medido pela média de anos de escolaridade, como também as condições econômicas e sociais. Aqui, poderíamos incluir os docentes universitários.

Da mesma forma que os docentes observam o cinema eles o interrogam numa aproximação recíproca. Por vezes num afastamento recíproco, pois estando tão perto, o cinema e a universidade ainda estão também muito longe, lembrando o filme de Wim Wenders, intitulado "Tão longe e tão perto". Esta talvez seja também uma boa imagem para pensarmos como estão um para o outro, os professores, a docência e o cinema como sugere TEIXEIRA (2013).

O Projeto coordenado por esta autora do qual somos parceiros parte do pressuposto teórico-analítico de que os/as professores/as são sujeitos socioculturais, que se diferenciam dos demais grupos, categorias e segmentos de trabalhadores a partir de sua condição de docentes. Em outras palavras, a condição docente demarca os processos de construção identitária dos professores particularizando-os face a outros atores, segmentos e grupos sociais .

Retomando a temática do cinema, como essa arte se coloca nestes cenários e enredos da universidade e da docência hoje? Por que falar e pensar o cinema na educação, na escola, na universidade, na docência, no cotidiano da escola e nos processos educativos? O cinema

integra as mídias contemporâneas, nas quais as novas gerações estão enredadas. Assistir a filmes e mesmo fazer pequenos exercícios fílmicos pode ser uma parte significativa da formação e da experiência estética do sujeito contemporâneo, que nos remete à questão da sensibilidade e do belo, que integra, por sua vez, a questão do que alguns denominam como Educação do Olhar. É possível pensar, ainda, que a questão da estética nos direciona para a problemática da formação e do exercício da ética, visto que projetos de homem e hominização e a própria discussão da humanidade e do humanismo, e, portanto, do ato e dos processos educativos, estão implicados em questões destes dois domínios: ético e estético.

Mais especificamente, estamos nos referindo não a qualquer criação ou obra cinematográfica, ao cinema de puro consumo, nos termos de Alain Bergala (2008), mas a um cinema que muito além da indústria cultural, é uma criação artística, como também pode ser uma arte da memória, individual, coletiva, histórica. Pensamos em um cinema que pensa, que não é apenas transparência. Buscamos, ainda, uma discussão das relações entre Educação e Cinema, para muito além da utilização de filmes como recurso didático ou de modo meramente instrucional. Ao contrário, buscamos o cinema que participa da história não apenas como técnica, mas como arte e ideologia, como linguagem e fruição estética, um cinema que interroga ao mesmo tempo em que contempla e encanta a vida humana. O cinema como contemplação e deslocamento, como experiência onírica e transcendência. Pensamos que a criação cinematográfica é algo muito maior do que certa maneira de filmar, de posicionar e de usar a câmera, pois implica em maneiras de reconstruir e recriar a vida, podendo dela extrair-se tudo o que se quiser, inclusive imaginar novas e outras formas de vivê-la.

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

O cinema, o entendemos e o buscamos, por acreditar que o olhar cinematográfico enriquece o nosso olhar sobre a educação, sobre o processo de ensino e aprendizagem, sobre a relação arte e ciência. Tal como a literatura, a pintura, a música, ele pode ser um meio de explorarmos os problemas vivenciados no cotidiano da sala de aula como também aqueles mais complexos do nosso tempo e da nossa existência, expondo e interrogando a realidade em que vivemos, impedindo que ela nos obscureça e nos submeta. Nós, os professores universitários, formadores de futuros profissionais, buscamos o cinema que nos interroga, que nos leve a refletir, que favoreça novas formas de viver e habitar o mundo, outro mundo,

possível e necessário, um horizonte possível. Daí, também a simbiose que pode haver entre arte e educação, ética e estética nos terrenos da experiência e da aventura humana, nos processos educativos e fazeres docentes.

O cinema, no contexto da educação, da docência, pode ser entendido a partir de diversas dimensões-estéticas, cognitivas, sociais e psicológicas – inter-relacionadas com o caráter instrumental, de ao mesmo tempo *educar com e para o cinema, educar sobre o cinema*. Ou seja, a docência na sala de aula universitária pode abordar o cinema como instrumento, objeto de conhecimento, meio de comunicação e meio de expressão de pensamentos e sentimentos, entrelaçando arte/estética/ensino. Nossa hipótese é que o docente sabendo fazer uso do cinema com criatividade, suas aulas podem tornar-se mais atrativas e incitar os alunos a se colocarem como sujeitos históricos, construtores do conhecimento, produtores de cultura.

O acesso à escola e à universidade, um direito de cidadania, está cada vez mais em pauta. Por assim ser, na expressão de Teixeira (2013), os professores estão na cena, estão nos palcos das salas de aula e nas telas do cinema, tanto quanto nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos estão nas cenas e enredos da escola, da sala de aula. São ao mesmo tempo protagonistas e espectadores, como foi possível identificar em conversas informais com os atores de nossa pesquisa. É possível afirmar com base em depoimentos informais de professores e estudantes que o filme na sala de aula possibilita um aprendizado prazeroso. De um lado motiva o estudante a aprender, a refletir estabelecendo relações entre cenas do imaginário com o real, o concreto vivido no dia-a-dia. De outro lado favorece as estratégias de ensino do docente, desde a forma de abordar o conteúdo, como de avaliar. Como afirma Freire (1996, p.43) “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática”.

Nesse sentido, faz-se necessário oferecer condições de trabalho, assim como investir no desenvolvimento profissional do professor, uma vez que para acompanhar o mundo globalizado, com diferentes mídias interativas, ele/a precisa de uma permanente atualização.

Vê-se, que ainda há muito que percorrer, que problematizar, que investigar e tentar compreender no “mundo universitário” e sua relação com as experiências de vida pessoal dos/as professores/as. Entre o que ainda nos falta, entre as temáticas ausentes ou pouco consideradas na investigação sobre a docência está à problemática das práticas culturais docentes, nas quais se insere o cinema. Seja no que se refere às relações e experiências dos professores com o cinema, seja quanto à sua utilização na docência, no dia a dia da sala de aula da universidade, da escola.

Mediante estudos de perfis de professores, a exemplo do que foi realizado por Fanfani (2005) ou da pesquisa de Gatti (2008) sabe-se que são raros os docentes que frequentam salas de cinema e que se apropriam dos chamados bens culturais de um modo geral. Contudo, não há estudos disponíveis que investiguem esta problemática mais especificamente, examinando-a mais a fundo.

Sabe-se, ainda, mediante observações assistemáticas do cotidiano da sala de aula, da escola e da docência, que o cinema tem sido utilizado nas escolas, mediante a popularização do vídeo, dos DVDs e demais equipamentos e objetos necessários à exibição e produção de filmes, de cinema e até de programas a exemplo do “Salto para o Futuro”. Muitos docentes utilizam filmes em suas aulas, para ilustrar e ampliar os ensinamentos de determinados conteúdos, por exemplo. Entendemos que se o cinema for utilizado tão somente como um instrumento, este não passará de mais um recurso didático-pedagógico reduzindo, portanto, as múltiplas possibilidades de seu uso.

É importante ressaltar que a universidade trabalha com o saber sistematizado, e por meio deste pode elevar o conhecimento do sujeito a um patamar superior, ou seja, oferecendo uma formação ao estudante de modo que possa compreender e interpretar o mundo e particularmente o cinema. No que se refere à docência universitária, trata-se ainda, de observações e conhecimentos pouco sistematizados que deixam a descoberto os diferentes aspectos, questões e dimensões constitutivas das relações e diálogos possíveis entre educação e cinema, entre docência e cinema, entre sala de aula e cinema. Pouco se conhece acerca dos limites e possibilidades do cinema na universidade, inclusive como elemento que pode qualificar e aprimorar as relações entre docentes e discentes no dia a dia da universidade e das salas de aula.

Pensar outras possibilidades para a prática pedagógica em relação aos usos do cinema na aula universitária significa também pensar práticas pedagógicas estéticas, sensíveis e bem informadas que possam transformar os espaços físicos das salas de aula expandindo-se para outros espaços culturais. O cinema pode oferecer férteis possibilidades educativas, mediações em direção de compreensões criativas, abertas e transformadoras, horizontes possíveis para o bem viver e o bem educar – o que se deve aprender sem esquecer que nele também estão subjacentes situações e ideias, forma e expressões para desaprender. Parafraseando Fresquet (2012) temos que aprender e desaprender com o cinema.

A proposta é superar a oposição entre os modos de entender a arte em si e a arte instrumental, buscando educar o olhar cinematográfico de tal modo que as dimensões

cinema/arte/educação caminhem como fruição e conhecimento. Abertura ao diálogo com as diversas linguagens artístico cultural.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, M. G. A. F. **A Aula Universitária: coreografias de ensino**. Curitiba, PR: CRV, 2015.

BASTOS, M. A. **Desenvolvimento pessoal e mudança em estudantes do ensino superior: contributos da teoria da investigação e intervenção**. Tese de doutorado em Educação e Psicologia. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 1998.

BERGALA, A. **A hipótese-cinema**. Rio de Janeiro: Booklink; CINEAD-LISE-FE/UFRJ, 2008.

CARVALHO, E. J. “Cinema, história e educação”. In: **Revista do Departamento de Teoria e Prática. Universidade Estadual de Maringá**, Vol. 3, nº 5, Set/1998, p. 121-131.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**.1997. p.109, http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/CoelhoDicionario_critico_de_politica_cultural.pdf. Acessado em 21 out. 2015.

DUARTE, R. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FANFANI, E. T. **La condición docente: análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay**. Siglo XXI: Argentina, 2005, 324 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996

FRESQUET, A. **Cinema para aprender e desaprender**. Disponível em <<http://migre.me/bYeuT>> Acesso em 26 out. 2015.

GALEFFI, G. **Estética e Formação Docente: uma compreensão implicada**. Consultado em outubro 2015, de http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos/275.htm

GATTI, B. A. Formação de Professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010

KENSKI, V. M. O ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Didática: O ensino e suas relações**. São Paulo: Papirus, 1996.

MORAN, J. M., “O vídeo na sala de aula”. In **Revista Comunicação & Educação**. São Paulo, ECA-Ed. Moderna, [2]: 27 a 35, jan./abr. de 1995.

MORIN, E. **O cinema ou o homem imaginário**. Trad. Antonio Pedro Vasconcelos. Lisboa: Moraes, 1970.

_____. **A Cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertand, 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2003.

TEIXEIRA, Inês. Projeto de pesquisa: “**Enredos da vida, telas da docência: os professores e o cinema**”. CNPQ. 2012 – 2014.

TEIXEIRA, I. A. C. BARBOZA, M.G.A.F. Educar o Olhar: 100 filmes para o professor. IN: **Revista Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, MG: Mar/Abr, V. 19, 2013.

EIXO V

**Planejamento e Gestão para a Saúde Integral
e Desenvolvimento Humano**

ALTERNATIVAS DE TRANSPORTE COLETIVO EM LOCAIS COM TOPOGRAFIA ACIDENTADA: O CASO DAS FAVELAS BRASILEIRAS

*Kaíc Fernando Ferreira Lopes*¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta alternativas de transportes verticais como solução de acessibilidade em locais com topografia acidentada, focando nas favelas brasileiras. Estudos realizados ao longo dos anos constataram o aumento da população residente em assentamentos urbanos informais precários. Esses moradores realizam grandes esforços para terem acesso aos serviços básicos oferecidos pela cidade, tornando-os cada vez mais excluídos. A topografia acidentada é comum às favelas brasileiras, em especial situadas no Rio de Janeiro, dificultando a implantação do sistema convencional de transportes, ampliando as oportunidades do desenvolvimento do transporte informal. Para reduzir a incidência desse tipo de transporte e melhorar a mobilidade dos moradores, novas tecnologias de transporte público, como teleféricos e planos, estão podendo ser utilizadas em áreas de difícil acesso.

Palavras-chave: Relevo. Transporte vertical. Acessibilidade.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, ainda não há uma ampla discussão sobre soluções de transportes urbanos para a diminuição da pobreza e desigualdade, mesmo que em muitas cidades, principalmente as maiores, onde há muita desigualdade social em determinadas áreas, existam péssimas condições de mobilidade e que esse fator sirva como obstáculo para superar a exclusão social e a pobreza de cidadãos mais carentes do país (ITRANS, 2004).

Segundo o Instituto de Desenvolvimento e Informação em Transportes (2004, p. 04) “A mobilidade da população pobre nas grandes cidades brasileiras, medida pelo número médio de deslocamentos diários por pessoa, é muito baixa, indicando sérios problemas de acesso ao trabalho e às oportunidades de emprego”.

Locais com topografia acidentada, como encostas e morros, são comuns para a criação de favelas no Brasil, considerando que nas maiores cidades, locais com morros e encostas existem algum tipo de aglomeração urbana, na maioria ou em sua totalidade sem nenhum planejamento urbano, locais estreitos e vias íngremes diminuem a possibilidade de instalação

¹ Discente do Programa de Mestrado em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial na Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Planejamento e Gestão de Trânsito pelo Centro Universitário de Maringá. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: kaicfernando@outlook.com

de modos convencionais de transportes coletivos na maioria dos locais. Desta forma, são estudadas alternativas para a mobilidade nas favelas, entre elas está a tecnologia Cable-Propelled Transit (CPT), que é a tecnologia baseada em propulsão a cabo, utilizada como alternativa de transporte em massa não motorizado.

Em cidades brasileiras mais antigas como Salvador, ainda existem alternativas de transportes verticais que conseguem vencer acidentes topográficos, o antigo Elevador hidráulico da Conceição, hoje chamado de Elevador Lacerda e os Planos Inclinados são um bom exemplo, mesmo que os muitas vezes apenas utilizados na maioria das vezes como Ponto Turístico ou em desuso como os Planos Inclinados Pilar e Gonçalves, a falta de incentivo à integração dos modos de transportes e decadência do Centro da cidade, contribuem para a não utilização eficiente dos meios.

Desta forma, o presente artigo analisa os tipos de tecnologias já utilizadas nas cidades brasileiras, bem como os sistemas já em desuso que poderiam alavancar ainda mais o transporte por cabo no país e encontram-se sucateados comparando com a utilização em cidades de outros países com características parecidas, demonstrando os pontos de melhoria para as favelas brasileiras.

2 POLÍTICA DE MOBILIDADE URBANA NO BRASIL

Em 2001, por meio da Lei nº 10.257, foram estabelecidas, no Estatuto das Cidades, as diretrizes gerais da política urbana brasileira, bem como seus princípios básicos, que são o planejamento participativo e a função social da propriedade. O principal instrumento instituído pelo Estatuto da Cidade é o Plano Diretor, que é uma Lei Municipal e deve ser revista pelo menos a cada dez anos, devendo expressar a construção de um pacto social, econômico e territorial para o desenvolvimento urbano do município (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015).

O Plano Diretor deve incluir as diretrizes e quais são as áreas que serão utilizadas para sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais (BRASIL, 2012 Art. 42 B, Inciso III.). O Estatuto da Cidade prevê que os municípios com mais de 500.000 habitantes devem elaborar seu Plano de Transporte Urbano Integrado, e que este seja parte do Plano Diretor ou compatível com este (artigo 41 da Lei Federal nº 10.257 de 2001).

3 ACESSIBILIDADE NAS FAVELAS

A necessidade de proporcionar melhores condições para o desempenho dos deslocamentos de pedestres vem ganhando lugar de destaque em todo mundo. Isto vem fazendo com que os modos de locomoções não motorizados ganhem atenção crescente, principalmente quando se há algum tipo de barreira impedindo o ato de se deslocar. Sobre as Barreiras, Brasil (2004) *apud* Campêlo (2011), ressalta que elas são os entraves ou obstáculos que limitam ou impedem o acesso, a liberdade de movimentação, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

A barreira muitas vezes causada pela topografia local pode ser considerada um obstáculo para pedestres, principalmente para as pessoas com restrição de mobilidade. O pedestre tem o direito de circular em via pública sem correr riscos de atropelamento, sofrer com a poluição do local e sem reduzir sua mobilidade e acessibilidade (Monteiro, 2011). Logo, deve ocorrer o planejamento do espaço destinado à circulação de pedestres, considerando seu entorno, com a finalidade de proporcionar um deslocamento com segurança e sem obstáculos. Entretanto, a realidade nem sempre é essa, sendo ainda pior em nas vias internas das favelas.

Devido às características particulares de algumas comunidades, é possível também dizer que o problema da mobilidade está associado também a áreas de alta densidade construtiva e que muitas vezes estão localizadas em áreas de risco, sem nenhum ou quando há acesso viário e vielas estreitas que dificultam o acesso às regiões mais íngremes. Apesar do não obediência a um traçado linear, os becos e vielas acabam constituindo uma rede de circulação de pedestres, geralmente obedecendo a regras que se assemelham à malha viária da cidade, como por exemplo, vias principais e secundárias.

3.1 Desafios da mobilidade em favelas

Na maioria das vezes, existe dificuldade no planejamento de sistemas de transporte coletivo, como um sistema de ônibus, devido ao acesso dificultado às áreas, muitas vezes curvas fechadas e ruas estreitas em sua maioria, por conta da falta de planejamento das construções. Resolver o problema da mobilidade em favelas já consolidadas pode implicar em intervenções radicais, como a realização de desapropriações.

No Rio de Janeiro, através do programa Favela Bairro, foram abertas algumas vias, mas a dificuldade de acesso às áreas mais isoladas continua principalmente em trechos mais íngremes e com precariedade total. Diante disso, é preciso criar alternativas de transportes que

deem aos moradores acesso a outras partes da cidade, criando boas condições de circulação e acessibilidade visando sempre a conexão com os sistemas de transporte da região, respeitando assim o direito de ir e vir para que todos possam se locomover.

3.2 Meios de transportes existentes como alternativa para solução de acesso e mobilidade

Os Transportes verticais podem ser definidos como meios de deslocamentos mecânicos, apoiados, geralmente por cabos de aço que locomovidos diagonalmente, a exemplo das Passadeiras Rolantes ou Rampas Elétricas, Escadas Rolantes, Elevadores, Funiculares, Teleféricos e Planos Inclinados.

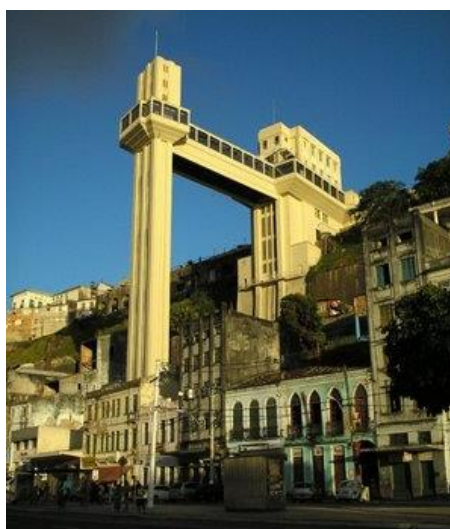
O Elevador é umas das soluções para vencer os desníveis em cidade com topografia acidentada. Muitas cidades o utilizam como solução para esta problemática, como por exemplo: Almada, em Portugal; Errenteria, na Espanha. Este mecanismo, de acordo com Almeida (1994) *apud* Jesus (2011), é um sistema composto por uma cabine, que se desloca em movimentos verticais, vencendo desníveis de 10 a 15 metros até os 300/400metros.

Devido aos acidentes topográficos em várias cidades brasileiras, surgiu a necessidade de se criar alternativas que promovessem a locomoção entre uma região e outra, como é o caso da cidade de Salvador, Bahia, que possui no Centro Histórico e antigo Centro Econômico um dos acidentes topográficos mais conhecidos do Brasil.

Visando demonstrar algumas alternativas de solução de mobilidade para acesso a locais mais altos que não seja apenas o transporte a pé, como é feito hoje na maioria das favelas com enormes escadarias e ladeiras, serão apresentados os tipos de transporte já existentes, que são capazes de vencer barreiras topográficas.

Elevador Lacerda

Primeiro elevador urbano do mundo e mais conhecido do Brasil, a estrutura possui 72 metros de altura e duas torres, vencendo o acidente topográfico chamado de Cidade Alta e Cidade Baixa, localizado na cidade de Salvador, estado da Bahia, tem a função de transporte público entra a Praça Cairu, na Cidade Baixa e a Praça Tomé de Sousa, na Cidade Alta e também cartão postal e um dos principais pontos turísticos da Capital Baiana.

Figura 1- Elevador Lacerda

Fonte: O autor, 2016.

Plano Inclinado Gonçalves

Também localizado em Salvador, é um dos Planos Inclinaados mais antigos da cidade, liga o bairro do Comércio ao Pelourinho, no Centro Histórico, possui duas cabines, cada uma com capacidade para 36 passageiros.

Figura 2- Plano Inclinado Gonçalves

Fonte: Prefeitura do Salvador, 2016.

Funicular de Montmartre

Funicular da colina de Montmartre, localizada no Norte de Paris. Segundo Jesus (2011), o funicular é normalmente constituído por dois carros e puxados por um cabo de aço, circulando sobre carris. Este meio funciona em sistema de vai e vem e frequentemente pela sua possibilidade de vencer grandes desníveis. O Funicular é constituído por dois carros que

se movem de forma independente, conseguindo assim vencer um desnível aproximado de 36 metros em menos de 1 minuto.

Figura 3 - Funicular de Montmartre



Fonte: Jesus, 2011.

3.3 Meios de transportes implantados em favelas brasileiras: Rio de Janeiro

Basta observar as principais favelas do Rio de Janeiro, ou apenas passar em frente a uma, como por exemplo, o Vidigal, que é possível ver uma diversidade de moto táxis e vans que realizam o transporte de moradores da região e turistas.

Diante dos exemplos já existentes no Brasil e em outras partes do mundo, um dos primeiros sistemas adotados foi o plano inclinado da favela Pavão-Pavãozinho, porém o uso dos moradores era apenas para o transporte de carga, como mercadorias e materiais de construção.

Figura 4-Plano inclinado Pavão-Pavãozinho



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

Seguindo o exemplo pioneiro da cidade de Salvador, foi planejado e construído no morro do Cantagalo no Rio de Janeiro, o elevador do Cantagalo, integrando o morro à estação do Metrô General Osório, o equipamento que vence uma altura de 64 metros, tem capacidade para trinta pessoas em cada uma das duas torres.

Figura 5- Corte do projeto do elevador do Cantagalo



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2010.

4 CONCLUSÃO

Para falar de mobilidade urbana em favelas é necessário levar em conta dois aspectos distintos, um é o espaço urbano dentro da favela e o outro é fora dela, na cidade. Cada um dos aspectos tem suas características próprias, cada espacialidade oferece uma mobilidade diferente aos moradores, mas é possível perceber que as viagens são desconectadas entre essas espacialidades, considerando também a situação de pobreza que muitas vezes impede o acesso aos meios de transportes formais e dignos ao ser humano.

Basta pesquisar para perceber que ainda é pequeno o número de deslocamentos por pessoas de baixa renda da população das grandes cidades do país. Em geral o índice de mobilidade é de 1,00, o que é considerado muito baixo, enquanto que na maioria dos casos pessoas com renda familiar acima de 20 salários mínimos possuem o índice de mobilidade igual ou maior que 3,00. Ressaltando que a mobilidade urbana é medida em relação ao número de viagens feitas por pessoa e por dia com relação à renda do usuário do transporte.

O que agrava a situação é que com a falta de acesso à mobilidade urbana, pessoas que vivem em áreas mais pobres acabam se privando do acesso a empregos e serviços essenciais à toda a população.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Edvete Matos; CARVALHO, Silvana Sá de. Mobilidade urbana em Salvador: da cadeira de arruar ao interminável metrô. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 7, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS (ANTP). **O Sistema de Informações da Mobilidade Urbana. Relatório comparativo**, 2008. Disponível em: <http://portal1.antp.net/site/simob/Lists/rltcmp3_7/rlt.aspx>. Acesso em: 14 mar. 2017

DELGADO, J. P. M. *et al.* **Avaliação da microacessibilidade e mobilidade do pedestre e das pessoas com necessidades especiais numa estação de transporte urbano, na cidade de Salvador, Bahia**. Salvador, 2007.

FREITAS, Ilce Marília Dantas Pinto de; DIAS, Gisnaia Sampaio de Camargo; SANTOS, José Lázaro de Carvalho; FIGUEIREDO, Wellington Correia de. Elevador Lacerda: muito mais do que um cartão postal, um eficiente modo de transporte. In: XVII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, 2009, Rio de Janeiro. **Anais do XVII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes**. Rio de Janeiro: 2009.

PASTOR, Talita Santos. **Análise dos fatores intervenientes na Localização do transporte vertical na Cidade de Salvador**. Trabalho monográfico apresentado na disciplina Seminário Monográfico da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo. Salvador. 2009.

PNMU. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 04 abr. 2017

OS BENEFÍCIOS DA TECNOLOGIA: A UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS INTELIGENTES DE TRANSPORTES NO AUXÍLIO DE INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS DOS TRANSPORTES

*Kaíc Fernando Ferreira Lopes*¹
*Camila Fernanda de Sousa Lopes*²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo destacar a importância dos Sistemas Inteligentes de Transporte para o Planejamento, melhoria do trânsito urbano e previsão do tempo de viagem para usuários de transporte público. Nele são apresentados exemplos de aplicativos que podem mudar a rotina de um usuário, com um simples aplicativo é possível planejar toda a rota e trajeto. Tais aplicativos hoje são considerados como benefícios para usuários e para a gestão e planejamento o tráfego. Promover a Mobilidade Urbana é um desafio na maioria das cidades, em todas as partes do mundo, cujo crescimento acelerado dos centros urbanos nos últimos anos e o aumento do número de transportes individuais no total de viagens motorizadas vem desconfigurando o papel das cidades. O planejamento dos transportes é um processo contínuo, no qual demanda uma formulação de um plano em que se divide num conjunto complexo de fatores, desde a locação de todo o sistema de mobilidade até os aspectos econômicos. Apresentadas as propostas diferentes de trânsito de pessoas, sejam elas a pé, de bicicleta, por meio de corredores exclusivos de ônibus, trens e metrô fica a reflexão de como elas podem ser utilizadas em harmonia e eficiência.

Palavras-chave: Trânsito. Fluidez. Demanda. Congestionamentos.

1 INTRODUÇÃO

Os transportes estão diretamente ligados à rotina da sociedade, seja pela necessidade de se deslocar ou para o transporte de cargas. Porém, a mobilidade vem sendo ameaçada até nos melhores sistemas de transportes do mundo pelo contínuo crescimento na demanda por deslocamentos. Em muitas áreas urbanizadas do mundo já não existem opções de construir rodovias adicionais para satisfazer à crescente demanda, devido à carência de terrenos adequados para construir, recursos financeiros limitados e também impactos ambientais.

Um dos motivos dos problemas atuais da falta de mobilidade urbana deve-se ao fato de o tempo de viagem estar cada vez maior, gerando impactos negativos na qualidade de vida

¹ Discente do Programa de Mestrado em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: kaicfernando@outlook.com

² Engenheira Civil pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal. E-mail: camilafernandalopes@hotmail.com

das pessoas e fazendo crescer cada vez mais os cursos ligados aos transportes. Sendo assim, é de fundamental importância que o planejamento e implementação de sistemas que monitorem as vias, congestionamentos, acidentes, qualidade do transporte e informações aos usuários, que são os chamados Sistemas Inteligentes de Transportes. De uma maneira geral, devem prover uma ligação inteligente entre os usuários dos sistemas de transportes, os veículos e a infraestrutura.

Os Sistemas Inteligentes compreendem o gerenciamento global do tráfego, empregam tecnologias em projetos que tentam reduzir o congestionamento das vias e garantir segurança, além de aplicar tecnologias avançadas em sistemas de sinalização (semáforos), segurança no trânsito e gerenciamento de congestionamentos e rotas. A implantação de sistemas auxilia motoristas, cidadãos que utilizam transportes e a gestão das cidades. No entanto, o que impede que as cidades brasileiras os utilizem com maior frequência?

Hoje os sistemas inteligentes de trânsito podem proporcionar através das tecnologias disponíveis integrar e planejar os semáforos de uma via aos mais complexos sistemas de bilhetagem eletrônica de redes de ônibus das cidades, diferente de outras época em países Europeus onde os sistemas eram manuais (LINARDI, 2007).

2 OS SISTEMAS INTELIGENTES DE TRANSPORTES

Segundo Teixeira (2010) “os ITS são oriundos da união da aplicação massiva da telemática e de ferramentas de gerenciamento e controle.”.

Hoje os sistemas se popularizam pelo nome de ITS (Intelligent Transport System, ou, em português, Sistemas de Transporte Inteligente). É importante destacar que foram os ITS que receberam os maiores investimentos nos Estados Unidos, Europa e Japão (GRAEML e GRAEML, 1997).

Um destaque para as Tecnologias ITS é seu caráter inovador, com potencial para aumentar a segurança, eficiência e mobilidade, além de aperfeiçoar o uso da capacidade viária existente, contribuindo muitas vezes para evitar gastos adicionais em expansão. Outro efeito relevante é propiciar um aumento de produtividade e competitividade nos negócios e promover a formação de novas parcerias entre os governos e os setores privado e acadêmico (TEIXEIRA et al ., 2010)

De acordo com o Departamento de Transportes dos EUA (USDOT) o ITS é composto de 16 tipos diferentes de sistemas tecnológicos, divididos em duas categorias: Infraestrutura inteligente e Veículos inteligentes. No quadro a seguir é possível visualizar essas categorias:

Figura 1- Visão geral dos Sistemas Inteligentes de Transportes

ÁREAS DE APLICAÇÃO DE ITS	
INFRAESTRUTURA INTELIGENTE	VEÍCULOS INTELIGENTES
1. Gerenciamento de Vias Arteriais	1. Sistemas de Prevenção de Colisões
2. Gerenciamento de Rodovias	2. Sistemas de Notificação de Colisões
3. Gerenciamento de Transporte Público	3. Sistemas de Ajuda aos Motoristas
4. Gerenciamento de Incidentes	
5. Gerenciamento de Emergências	
6. Pagamento Eletrônico	
7. Informação ao Usuário	
8. Gerenciamento da Informação	
9. Segurança e Prevenção de Acidentes	
10. Manutenção e Operação Viária	
11. Gerenciamento de Informações Meteorológicas	
12. Operações de Veículos Comerciais	
13. Gerenciamento de Cargas Intermodais	

Fonte: MEIRELLES (2007)

AQUINO et al. (2001) definiram o ITS como sistemas de transporte que se utilizam de tecnologias de informática, telecomunicações e controle automático, de forma a melhorar seu desempenho e produtividade. A partir desta definição abrangente, os autores listaram áreas de aplicações dentro do conjunto dos sistemas de transporte, sendo:

a) Sistema Avançado de Informações ao Viajante (Advanced Traveler Information Systems - ATIS): inclui serviços de informação, navegação e orientação aos motoristas e passageiros.

b) Sistema Avançado de Gerenciamento de Tráfego (Advanced Traffic Management Systems - ATMS): proporciona apoio ao planejamento de transportes, controle, fiscalização e gerenciamento da demanda.

c) Sistema Avançado de Segurança e Controle de Veículos (Advanced Vehicle Control and Safety Systems - AVCS) – se baseia na prevenção de acidentes e operação automática de veículos.

d) Operações de Veículos Comerciais (Commercial Vehicle Operation - CVO) – voltada ao gerenciamento e controle de frotas de veículos.

- e) Sistema Avançado de Transporte Público (Advanced Public Transport Systems - APTS) – aplica ITS ao gerenciamento do transporte público.
- f) Emergência (Emergency - EM) – monitora e gerencia cargas perigosas.
- g) Cobrança Eletrônica de Serviços.
- h) Segurança – busca aumentar a segurança em interseções.

A integração promovida pelos Sistemas Inteligentes de Transporte entre os elementos integrantes do sistema de transporte pode ser visualizada na Figura 2.

Figura 2 - Integração promovida por sistemas ITS



Fonte: ITS America, 2006

Sendo assim, é possível entender que os ITS possuem vários campos de atuação e são necessárias medidas de forma interdisciplinar para o bom funcionamento dos mesmos.

Figura 3 - Serviço nacional de ITS da Coreia do Sul



Fonte: Plano Diretor Nacional de ITS da Coreia do Sul, 2001

3 APLICAÇÕES DOS ITS NA REDUÇÃO DO TEMPO DE VIAGENS

A sociedade tem buscado cada vez mais adotar conceitos de mobilidade urbana que orientem ações necessárias para implementar políticas que permitam o acesso de forma eficiente às cidades, seja para lazer, turismo, cultura, educação ou trabalho. O tempo das viagens realizadas pelas pessoas impacta na mobilidade, de forma que se uma pessoa leva mais tempo para chegar a determinado local, por exemplo, passa a considerar o deslocamento ruim ou cansativo, gerando estresse e tempo perdido que muitas vezes são perdas com custo elevado. Pesquisas feitas nos transportes públicos mostram que usuários percebem a passagem do tempo, enquanto esperam o meio de transporte, como sendo de uma vez e meia a sete vezes mais lenta do que o tempo efetivamente gasto viajando no veículo (Guedes, 2005).

Existem vários fatores que podem ser agravados pelo tempo excessivo de uma viagem, além do fator humano, fatores econômicos, ambientais e físicos podem ser citados. O preço cada vez mais elevado de combustíveis, emissões veiculares também são exemplos. Aliado isso, quanto maior o período uma pessoa permanece se deslocando no trânsito, gera em sua atividade menor eficiência e maior indisposição. Dessa forma, é de fundamental importância a necessidade de reduzir o tempo das viagens no cotidiano das cidades.

Para isso existem sistemas que visam a redução do tempo de deslocamento e a forma como eles impactam de forma positiva no trânsito e na mobilidade urbana:

a) **Sistemas de informação ao usuário:** Serviços desenvolvidos para auxiliar antes e durante o deslocamento, fornecendo informações de tempo e distância de viagem, muitas vezes em tempo real, possibilita o condutor ou passageiro a planejar a viagem com o objetivo de reduzir o tempo de espera ou escolher a melhor rota evitando congestionamentos, por exemplo.

b) **Bilhetagem eletrônica:** Utilização de cartões inteligentes (smart card) para acesso aos transportes públicos, reduz o tempo de parada dos veículos, uma vez que o sistema faz a cobrança automática, além de reduzir o tempo de fila em um ônibus, por exemplo. Outra vantagem é a integração modal e tarifária.

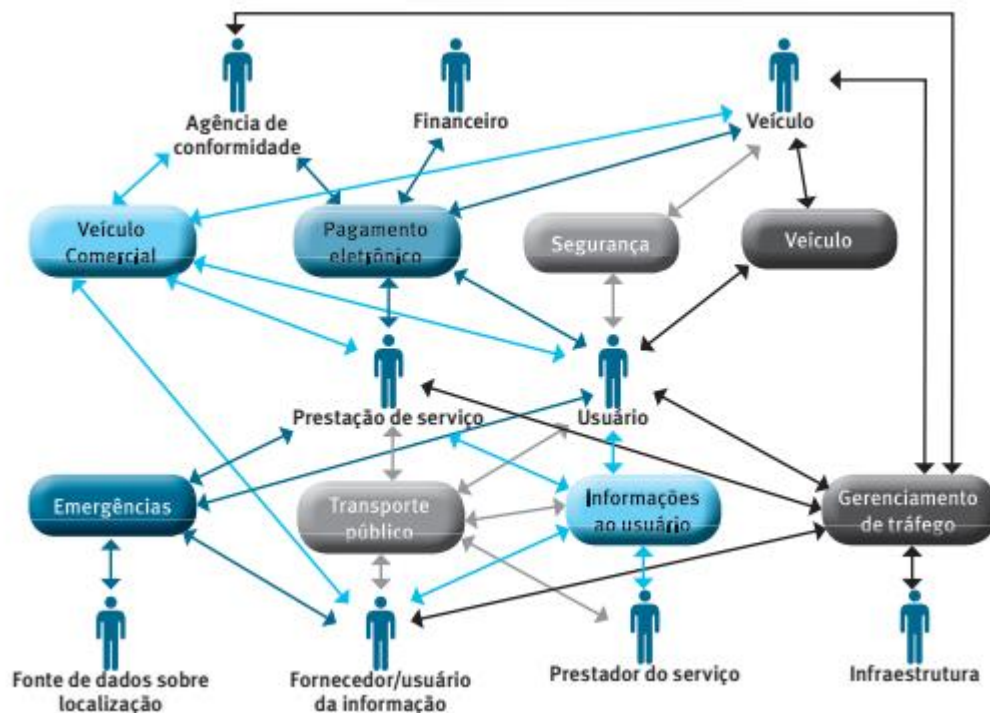
c) **Corredores BRT:** Vias expressas de exclusividade dos ônibus do Sistema, geralmente articulados e biarticulados, possuem apenas interferência com as vias em algumas interseções. Reduz o tempo de viagem do ônibus BRT (Bus Rapid Transit), pois está em uma via segregada dos demais veículos.

d) **Corredores BRS:** Corredores específicos para ônibus BRS (Bus Rapid Service) tem o objetivo de organizar o trânsito dando prioridade às faixas dos veículos do Sistema, reduzindo a interferência de outros veículos.

e) **Pedágio Automático:** Equipamento acoplado ao painel dos veículos com a finalidade de evitar filas em pedágios de estradas e estacionamentos, permitindo a passagem pelas cancelas sem precisar parar ou manusear dinheiro.

f) **Sistemas de Câmeras:** Monitoramento do tráfego feito com câmeras e sensores, com a finalidade de atender com maior eficiência quando necessário. Pode verificar quando há algum automóvel parado, apontando a necessidade de remoção do mesmo, reduzindo possíveis acidentes e congestionamentos.

Figura 4 - Representação básica do núcleo da arquitetura de referência de ITS



Fonte: ANTP, 2012

4 SISTEMAS INTELIGENTES DE TRANSPORTE PARA PREVISÃO DO TEMPO DE DESLOCAMENTO

4.1 Informações antes do início da viagem

São funções que tem como objetivo auxiliar o usuário no planejamento de viagens. Os sistemas permitem a escolha do modo e ou percurso mais rápido para que o usuário tome

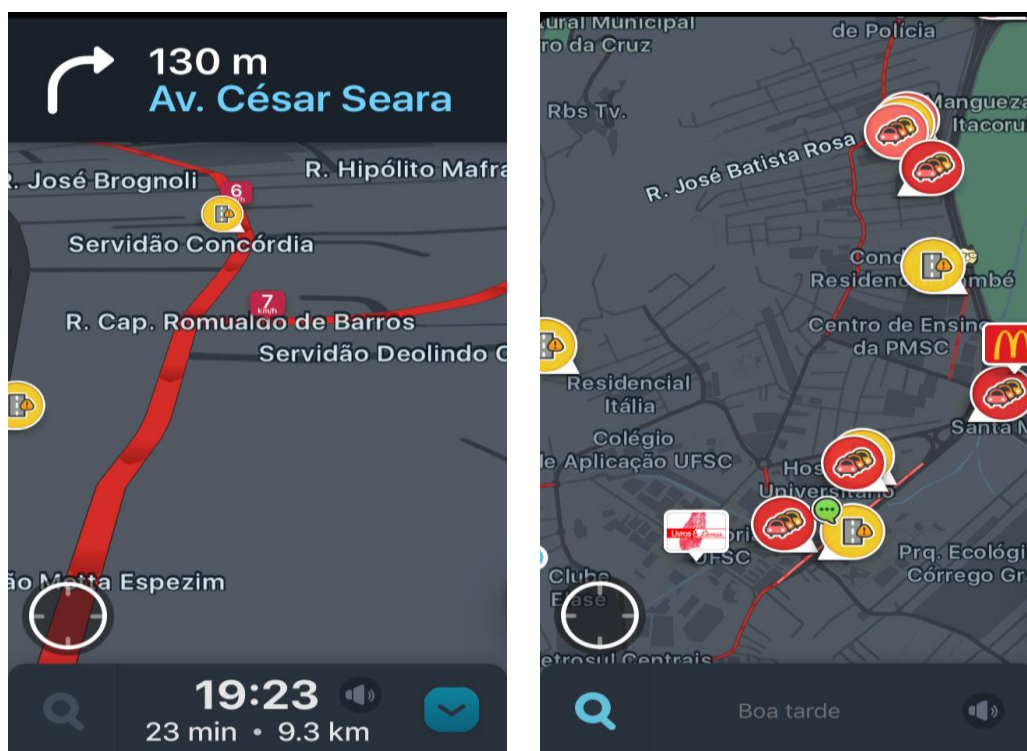
decisões, a partir do conhecimento das informações do melhor trajeto, previsão da chegada, transportes disponíveis e seus horários e até o custo da viagem.

Geralmente se referem a aspectos estáticos como linhas (rotas, programação horária, tarifas) de ônibus, localização de terminais de integração intermodal, serviços de transportes (táxis, trens, metrô, balsas), mapas e tarifas entre outras.

Um dos aplicativos mais populares entre os usuários é o Waze, a tecnologia do aplicativo é baseada na navegação por satélite, mas o aplicativo não é apenas um navegador de posição global comum, funciona como uma comunidade onde os usuários adicionam informações em tempo real referentes às condições das vias, acidentes, congestionamentos, velocidade máxima permitida e etc.

A aplicação possui interface moderna e amigável, além da interação com outros usuários, como mostra o exemplo na figura 5.

Figura 5 - Aplicativo Waze



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

Além de informações sobre o trânsito, os aplicativos utilizam dados recebidos de órgãos de transportes das cidades, sendo possível assim, definir as melhores linhas de ônibus para chegar a determinado local, por exemplo, bem como o trajeto a ser utilizado caso o usuário selecione a opção automóvel individual, tempo de espera em paradas de ônibus –

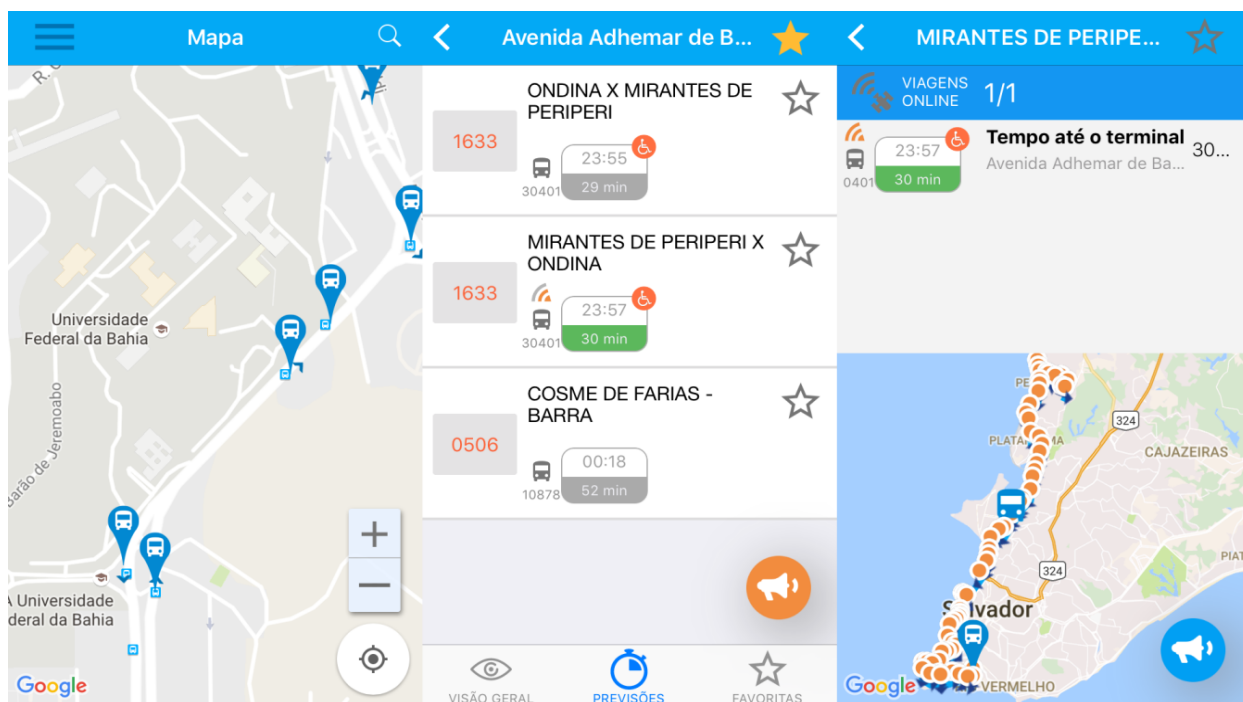
estima quanto tempo um ônibus levará para chegar onde o usuário está – além de estimar quanto se gastará com as tarifas.

4.2 Informações durante a viagem

Funções para auxiliar o usuário caso ele precise de informações complementares ao planejamento de viagem. Normalmente são informações dinâmicas, que auxiliam o usuário a monitorar e possivelmente modificar a viagem (alterando linhas, trajetos), disponibilizando orientação quanto à:

- Informação ao Viajante (Imediatamente Antes do Início da Viagem) - por exemplo: chegada do próximo ônibus.
- Informação ao Passageiro - por exemplo: Possibilita escolher os modos de transporte e conexões, com base nas condições do momento (condições de tráfego, congestionamentos, incidentes operacionais, acidentes, obras e outros).

Figura 6- CittaMobi - Aplicativo que fornece informações sobre o transporte coletivo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

5 CONCLUSÃO

Os Sistemas Inteligentes de Transportes são importantes para a gestão do tráfego e também pode ser bem utilizado no cotidiano da sociedade. É fundamental que sejam bem

planejados, com uma boa implementação e operação, respectivamente, gerando ambientes de modo a satisfazer à fluidez da mobilidade urbana, à rapidez dos serviços, à segurança da população e o bem-estar.

É necessário incentivar a utilização de transporte massificado, porém é necessário entender que os usuários precisam de serviços de qualidade, afinal, ninguém fica satisfeito em receber um serviço sem ter informações a respeito, principalmente atualmente onde todos tem um senso crítico cada vez mais apurado, tornando a exigência ainda maior.

Os sistemas de previsão do tempo de viagem quando analisados de forma abrangente possuem fundamental importância na mobilidade urbana, principalmente por serem móveis na maioria das vezes utilizados em Smartphones. Dessa forma, é necessário integrar cada vez mais os sistemas de transporte e trânsito aos usuários.

Devemos tomar como exemplo de países onde os Sistemas já são utilizados de maneira mais eficiente em prol da satisfação dos usuários, uma vez que todos podem sofrer com a falta de mobilidade.

REFERÊNCIAS

DOURADO, D. A. F.; CAMPOS, V. B. G. **Sistemas de Informação em Tempo Real no Gerenciamento da Demanda de Tráfego Urbano**. In: iV rio de transporte, 2006, Rio de Janeiro, 2006.

FEDER, Marcos; MEINECKE, Carla. Informação ao usuário em desvios de trânsito: o caso do túnel da Conceição em Porto Alegre. **Revista dos Transportes Públicos - ANTP - Ano 33 - 2011 - 1º quadrimestre**, pp. 91-102. Disponível em: <www.antp.or.gbr>. Acesso em: 15 dez. 2011.

GRAEML, Alexandre Reis; GRAEML, Felipe Reis ENEGEP. **A automação do tráfego de veículos** (tecnologia aeroespacial/militar x tecnologia de chão de fábrica) In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO XVII, 1997, Gramado, anais promovido pela associação Brasileira de engenharia de Produção, Gramado.

LADEIRA, M. C. M; MICHEL, F. D.; PAVANATTO, S. A. **Monitoramento da Operação de Transporte Público: O Caso de Porto alegre**. In: XXIII ANPET - congresso de Pesquisa e ensino em transportes, 2009, Vitória. Panorama Nacional de Pesquisa em Transportes, 2009. Rio de Janeiro, 2009.

LINARDI, F. **A origem do Semáforo: sinal de trânsito**. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/historia/origem-semaforo-sinal-transito-435369.shtml>>. Acesso em 01 dez. 2011.

LUCIO, D. R.; CHAVES, A. P.; STEINMACHER, I. F. Um aplicativo para dispositivos móveis voltados para usuários de transporte público. In: Encontro Paranaense de computação, 2011, Cascavel. **Anais Encontro Paranaense de Computação**. Cascavel: 2011.

MEIRELLES, A. Sistemas de Informações de Tráfego Urbano na Internet: Analisando a Experiência Estrangeira e sua Aplicação nas Cidades Brasileiras. In: XVI congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, 2007, Maceió. **Anais XVI congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito**. Maceió: 2007.

MONTEIRO, P. R. S. M; CAMPOS, V. B. G. Gerenciamento Técnico das Informações dos Dispositivos Eletrônicos de Controle de Velocidade. In: XVIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes, 2004, Florianópolis. **Anais XVIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes**. Florianópolis: 2004.

PEREIRA, W. F. **Utilização de Sistemas inteligentes de transportes para o Gerenciamento do tráfego Urbano no Brasil**. Programa de Engenharia de Transportes – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

TEIXEIRA, E. H. S. B; BARTH, J. V.; BARROS, P. L. **O aperfeiçoamento do transporte Público Brasileiro através da aplicação de Sistemas inteligentes**. Programa de Engenharia de Transportes – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA SOCIEDADE: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA E IMPLICAÇÕES SÓCIO – JURÍDICO.

*Erisângela Nunes Hohenfeld Santos*¹
*Teresa Cristina Ferreira de Oliveira*²

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo identificar e compreender a evolução dos direitos das pessoas com deficiência e abordar a educação no Brasil desde a chegada dos jesuítas até a contemporaneidade. As mudanças sociais, políticas e culturais que deram ensejo às diversas legislações constitucionais e infraconstitucional, apoiaram movimentos em prol de uma nova concepção em relação à educação inclusiva, reivindicando ações com o intuito de organizar o sistema educacional para torná-lo mais eficiente. A inclusão escolar é um dos temas mais debatidos atualmente, haja vista a posição ainda excludente da sociedade e a pouca efetividade dos dispositivos legais que apesar de décadas de estudos ainda precisam ser trabalhados de modo a concretizar as políticas públicas tornando-as viáveis e includentes. Conclui-se que com o surgimento dos direitos humanos, o poder público e a sociedade foram obrigados a reconhecer a diversidade como uma condição humana e a refletir sobre as mudanças de atitudes a fim de permitir a inclusão.

Palavras-chave: Educação. Inclusão escolar. Direitos humanos.

1 INTRODUÇÃO

Para discorrer sobre inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar é preciso que primeiro se faça uma análise antropológica referente à história da Educação no Brasil, com a sua conceituação, traçando uma linha cronológica de sua evolução, da construção do currículo e da lei de diretrizes e base da educação. Bem como, a construção constitucional da educação enquanto direito fundamental e das legislações infraconstitucionais.

A questão da educação inclusiva no Brasil começa com fatos que aconteceram na Europa do século XV, mais precisamente em decorrência da Reforma e da Contra Reforma

¹ Bacharelanda em Direito pela Faculdade Ruy Barbosa. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade São Bento da Bahia. Email: eri.hohenfeld@gmail.com. O presente artigo constitui o Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) de Erisângela Nunes Hohenfeld Santos no curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, apresentado em junho de 2017

² Advogada/OAB-BA, Professora do curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, especialista em Direito Civil (UFBA) e especialista em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSal). Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Discente do Programa de Doutorado em Família. Orientadora do PICT; Membro dos grupos de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano. Orientadora. Email: teresacristinaadv@hotmail.com

católica, que levaram os jesuítas, apoiados pelos portugueses, a se instalarem no Brasil em busca de novos fieis para a Igreja Católica. Portanto, para falar em educação inclusiva é necessário compreender como surgiu a escolarização no Brasil e quais os reflexos nos tempos atuais.

No decorrer da nossa evolução histórica a definição de deficiência foi se transformando. Tal fato permitiu inúmeros debates acerca do tema, sobre o prisma dos direitos humanos, no qual deveriam convergir para a propagação de políticas públicas e legislações com a finalidade de garantir o acesso de pessoas com deficiência as instituições de ensino regular.

Neste contexto, será discorrido acerca do direito à educação a luz dos princípios da igualdade, preceituada no art. 5º, e o da dignidade da pessoa humana, disposto no art. 1º, III, ambos da Constituição de 1988. Também será abordado a evolução dos fundamentos jurídicos, para a proteção do deficiente e seu reflexo no sistema educacional, as sanções previstas e sua aplicabilidade.

A implementação de leis com o intuito de erradicar a marginalização das pessoas com deficiência é um desafio e um ideal a ser perseguido, principalmente no meio escolar. As escolas, em sua grande maioria, não estão preparadas para atender adequadamente a criança com deficiência, pois as mesmas devem dispor de estrutura física adaptada e de professores qualificados para integrar o aluno em seu contexto social.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O processo de educação e escolarização em nosso país vem a séculos se modificando conforme o contexto social, econômico e cultural de cada época. Segundo Paiva (2016) o ensino no Brasil iniciou-se com os jesuítas, tendo por objetivo a catequização dos índios para transformá-los em servos da igreja, usando como ferramenta metodológica a linguagem oral para propagação do conhecimento que se fundava na ideologia colonizadora portuguesa.

O ensino jesuítico pautou-se na proteção e perpetuação da cultura portuguesa cristã, através do ensinamento mais sistematizado da cultura, usando como didática a reprodução e copia das letras e textos europeus, devendo os alunos saírem letrados e propagadores da sapiência europeia lusitana. Após a expulsão dos jesuítas, significativas mudanças na organização e constituição das escolas começaram a acontecer, através da chamada Reforma

Pombalina, idealizada pelo Marquês de Pombal e promulgada por Dom Pedro I com o Ato Institucional de 1834 (SILVA, 2015; FILHO, 2016).

Com a chegada do século XX, surge um grande movimento educacional, chamado de Escola Nova, baseando-se nas teorias de Pestalozzi e Rousseau, tendo como seguidores de suas ideias: John Dewey, Maria Montessori, Jean Piaget, Vygotsky e Wallon, na Europa, e aqui no Brasil tivemos como grandes difusores dessa nova perspectiva educacional Anísio Teixeira e Paulo Freire. Começa então, a preocupação em elaborar um planejamento que considerasse a forma do indivíduo obter conhecimento e fazer reflexões em relação ao que aprendia. Inverte-se o papel do aprendiz, que deixa de ser aquele que apenas escuta e reproduz o conhecimento, para alguém que pensa sobre o mesmo (PERES, FILHO, 2010).

A partir da redemocratização do país na década de 1980 a educação promovida nas instituições de ensino público passou a ser obrigatória em todo território nacional. O ensino fundamental foi delimitado o atendimento ao público de 7 a 14 anos, e tinha a duração de oito anos, atualmente essa cronologia foi ampliada para nove anos, passando a alfabetização fazer parte do ensino fundamental, sendo então a faixa etária a ser abrangida de 6 a 14 anos (CURY, 2016).

O autor evidencia que com a LDB de 1996 a educação passou a ser dividida em educação infantil, fundamental I e II, ensino médio e a educação de jovens e adultos, de acesso gratuito garantido pelo Estado. No decorrer desses vinte e um anos, a Lei de Diretrizes e Base da Educação passou por algumas emendas, destacando-se para o fortalecimento da educação inclusiva.

3 ESCOLA E EDUCAÇÃO

É fundamental entender a diferença entre educação e escola/escolarização. Apesar de aparentemente significarem a mesma coisa, já que a segunda, tem obrigação de promover a primeira, esta última não está restrita ao ambiente escolar, ou seja, não é só no estabelecimento de ensino que ocorre. Podemos dizer que na escola os conhecimentos propostos são sistematizados, que buscam preparar o indivíduo para a vida em sociedade e o desenvolvimento cognitivo (MARTINS, TAVARES, 2010).

De acordo com Rocha (2016), a palavra originária do grego *educere*, que significa educação, caminha por duas vertentes dependendo da teoria de aprendizagem adotada: a primeira coloca a responsabilidade do conhecimento no aluno, ou seja, depende de sua

capacidade orgânica e cognitiva para adaptar-se a estrutura rígida de currículo imposta pelo sistema educacional; na segunda o educando é o protagonista de sua aprendizagem, independente de qualquer limitação da pessoa.

Com base na LDB (2016) no seu artigo 2º, define educação como dever da família e do Estado, fundada em princípios a fim de permitir o crescimento do indivíduo para que este se torne um bom cidadão. De acordo com o dicionário do Aurélio (Ferreira, 2014), escolarização são os conhecimentos adquiridos na escola. O estudo de Cortella (2015) resume que a educação ocorre em qualquer ambiente, principalmente no familiar e por isso é mais abrangente que a escolarização, sendo esta uma parte da formação de um indivíduo.

O papel da escola consiste em permitir que a criança atue em um ambiente social que a estimule ao contato com experiências que possam promover o crescimento cognitivo e de habilidades que serão levadas para a vida fora da sala de aula. Porém, a maioria das instituições escolares usa o método tradicional de ensino, com currículos rígidos, homogêneos, segregadores, dificultando o processo de aprendizagem (MARTINS, TAVARES, 2010).

Brambatti (2010) corrobora que o modelo tradicional de escola, no qual preocupa-se apenas com a transmissão de conteúdos, não mais se adequa aos novos moldes e anseios sociais e pedagógicos. O espaço escolar deve ter a preocupação de formar a criança como um todo, levando em consideração a construção de valores, o respeito às diferenças, o desenvolvimento da capacidade de colocar-se no lugar do outro e promover debates sobre temas atuais a fim de colaborar com a identidade cidadã das crianças.

O papel da família também é muito importante no processo educativo. Martins e Tavares (2010) citam que as famílias não contemplam toda a formação de uma criança, por isso é imprescindível à complementação com a escolarização, já que no primeiro meio social que o indivíduo conhece não consegue contemplar globalmente sua formação e a escola passa a exercer o papel de coformador, dedicando-se ao ensinamento científico.

Para uma educação efetivamente inclusiva, Guerreiro et al (2013) ressalta que não é somente professores, gestores e demais funcionários da escola responsáveis pelos debates acerca das estratégias inclusivas, é preciso também que a família, a sociedade como um todo percebam o quanto o diálogo é importante para uma profunda reforma das ideologias educacionais.

Garcez (2016) corrobora que trabalhar na área educacional tendo como alicerce os princípios permiti a reestruturação das instituições para firmar e aprimorar o atendimento a

todos, gerando relações de diferentes indivíduos em um espaço previamente organizado, mutável e flexível.

4 AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E A EDUCAÇÃO

Ao longo de nossa história tivemos promulgadas diversas Constituições, porém nem todas tiveram a educação como um direito fundamental garantido pelo Estado. Exemplo disso é a Constituição de 1824, que dedicou apenas dois parágrafos referentes ao tema, um garantindo a educação gratuita a todos, e o outro disciplinando o que seria lecionado nas instituições de ensino, mostrando a pouca preocupação com matéria educativa. (KASSAR, 2015)

A Constituição de 1891 foi à primeira Carta Magna após a Proclamação da República e teve seu texto criticado pelos estudiosos da época, pois no tocante a educação retirou a gratuidade do ensino, preocupou-se somente como a aprendizagem das letras e das ciências, separou religião e educação tornando o ensino laico, rompendo definitivamente com os preceitos jesuíticos e delimitou de quem era a competência para legislar sobre questões educacionais (TEIXEIRA, 2014).

A Constituição de 1934 foi a primeira a dedicar um capítulo para disciplinar a Educação, nela previa que a educação era direito de todos e que deveria ser promovida tanto pela família como pelos poderes. O Estado cria o Conselho Nacional e Estadual de Educação, garantido o repasse de verbas para ser aplicado para manutenção e melhoria das escolas, e o auxílio a alunos necessitados (VASCONCELOS, VESPÚCIO, 2014).

O texto constitucional de 1937 liga à educação as ideias cívicas e a política econômica da época, permitindo que particulares pudessem explorar livremente a construção de instituições de ensino. Coelho (2010), afirma que na Carta Magna de 1946, ocorreu um resgate do pensamento dos constituintes de 1891 e 1934, no tangente a competência da União, delegando aos Estados o que fosse residual para legislar, mantém a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino “primário”.

O autor diz ainda que a Constituição elaborada no período da ditadura em 1964 foi restritiva: o acesso aos estabelecimentos de ensinos limitou-se a pessoas entre 7 a 14 anos, tirando o caráter universal do ensino; as escolas privadas se fortaleceram, a liberdade acadêmica foi cerceada e diminuiu o repasse dos recursos para as entidades educativas públicas.

Segundo o autor, com a redemocratização do país foi elaborada e promulgada a Constituição de 1988, passando a ser conhecida como a legislação mais social de todos os tempos por preocupar-se com o direito social, mais especificamente a garantia a educação, tratando-a como direito fundamental e subjetivo, sendo a priori ofertado gratuitamente ao ensino fundamental, e com a emenda nº59/09 esse subsídio passou a ser estendido também para a educação infantil e médio.

Xavier (2015) explica que, devido à Constituição de 1988, para garantir a educação como direito para todos, o Ministério da Educação instituiu as AEE na educação (Atendimento Educacional Especializado). Contudo, esse ensino não é igual ao escolar, nem tão pouco como um estabelecimento de complementação escolar. Trata-se de um ambiente onde os alunos poderão aprender novos conteúdos voltados para ampliar sua formação, sendo obrigatória a matrícula na escola regular.

Alves (2007) corrobora que a AEE representou uma grande conquista, uma vez que possibilitou a acessibilidade das crianças com deficiência nas escolas públicas. Porém, algumas críticas também devem ser colocadas, sendo as principais delas o despreparo dos professores e a ausência de uma equipe multidisciplinar, começando a ser mal utilizado segregando mais do que incluindo, sendo usado como “depósito” para que não as crianças com limitações físicas ou cognitivas não atrapalhassem na sala de aula.

5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para Zardo (2012) desde o surgimento da humanidade a deficiência é tratada como motivo para a exclusão social, fazendo com que as pessoas ficassem isoladas dos demais ou em determinadas culturas até fossem mortas. Com o crescimento do cristianismo uma pessoa deficiente era vista como pecadora e dependiam de caridade, sendo muitas vezes rejeitadas pela sociedade.

A autora explica que na idade moderna, com o surgimento do método científico, a deficiência foi justificada como algo patológico, no qual poderia ser curada com tratamento e medicamento, levando ao distanciamento social, uma vez que as pessoas ficavam isoladas em instituições. Com o crescimento industrial, passou a se acreditar que os deficientes tinham que ser normalizados para atuarem no mercado de trabalho.

Santos (2009) coloca que Vygotsky opôs-se a teoria organicista do desenvolvimento que foi adotada nas escolas, trilhando pelo caminho de que o processo de aquisição de

conhecimentos de um indivíduo com deficiência é igual aos considerados normais, uma vez que quando há uma limitação orgânica o próprio corpo procura se adaptar para realizar determinada atividade a fim de compensar o déficit.

O autor afirma que a atuação das famílias de crianças com deficiência no seu processo educativo é de extrema importância, pois ao dar suporte para a socialização permite o desenvolvimento de condições imprescindíveis para que ocorra a inclusão no espaço escolar, uma vez que a maneira como elas são vistas por seus pais irá refletir na interação com as demais pessoas.

De acordo com os estudos de D'Antino e Mazzotta (2011) a cultura de um povo pode começar ou fortalecer determinados padrões de estereótipos e símbolos sociais dentro de um determinado contexto no qual leva a discriminação, permitindo a sedimentação da exclusão e da segregação das pessoas, causando o que os psicólogos denominam de violência simbólica.

As autoras afirmam que, os indivíduos com deficiência diariamente sofrem violência simbólica de diferentes maneiras como, ações, sentimentos, falta de acessibilidade e isolamento. Corroborando Tiradentes (2015) que a forma como a escola está estruturada, uma vez que reproduz as ideologias da cultura predominante, leva a construção de vários obstáculos e com isso dificultando uma educação multidisciplinar e de inclusão.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), deficiência é o substantivo atribuído a toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Refere-se, portanto, à biologia do ser humano. A Convenção da ONU conceitua atualmente a pessoa com deficiência aquelas que possuam algum impedimento, seja físico, mental e intelectual, que em contato com obstáculos tenham sua participação prejudicada em comparação a outras pessoas (MADRUGA, 2016).

Durante muitos anos diversos conceitos foram criados para definir deficiência, sendo considerado o mais importante dentre eles o pensamento social. Tais ideias fizeram com que surgissem diversos debates sobre o tema, com o intuito de inserir as pessoas que tivessem alguma limitação na sociedade através da equidade, da construção de diretrizes políticas a fim de planejar programas e fazendo com que a discriminação passasse a ser considerada como violação da dignidade da pessoa humana (DINIZ, 2010).

Em decorrência da ausência do poder público em implantações de políticas públicas sem relação à educação inclusiva, foram criadas instituições privadas que eram especializadas no atendimento as pessoas com deficiência, destacando-se o Instituto Pestalozzi em 1926 (GAIO, MENEGHETTI 2012).

Afirmam as autoras que a abordagem pedagógica era pautada na teoria organicista, que compreendia o indivíduo como um ser dinâmico, em constante desenvolvimento através da combinação de fatores como a maturação orgânica, genética e a interação com o meio em que vive. Com isso, a pessoa adapta-se no decorrer de seu desenvolvimento de acordo com as experiências vividas ao meio em está inserido, levando a uma reorganização mental e adaptação física.

Zardo (2012) afirma que as discussões da educação inclusiva levou a estruturação de um sistema no qual os procedimentos educacionais valorizassem as diferenças, abandonando o modelo homogêneo, onde todos aprendem da mesma forma, para se pensar nos diversos caminhos da aprendizagem, respeitando as condições de cada indivíduo, tendo ganhado força nos anos de 1990, com o surgimento de políticas públicas voltadas para a educação, buscando a inclusão de pessoas com deficiência no curso regular de escolarização.

Na perspectiva de inclusão social, que engloba ações cujo intuito é permitir que as dificuldades de aprendizagem dos alunos possam ser atendidas, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) sugere que o currículo precisa englobar as necessidades dos alunos com deficiência. Devendo este ser flexível, mutável, adaptável para que atenda a todos os educandos e o processo de aprendizagem seja eficiente.

Miranda (2010) diz que com a descentralização dos níveis de ensino sendo delegado aos municípios a competência sobre a educação básica, cria uma grande dicotomia entre o que diz a lei e o que realmente acontece. Porém as instituições de ensino vêm procurando se adaptar as demandas impostas pelo poder público, mudanças essas que devem ocorrer tanto em seu currículo quanto em sua estrutura física e profissional, ficando evidente o quanto é complexo o processo de inclusão na escola.

6 MARCOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS: O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

O primeiro texto a abordar o tema sobre educação como um direito foi a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão, em 1793, tendo como principal proposta a garantia do ensino a todos. Segundo o estudo de Zardo (2012) a educação de pessoas com deficiência, enquanto direito, foi tema da construção de diversos documentos, tanto no cenário mundial quanto no interno, tendo como impulsionadores as manifestações sociais e a ampliação do conceito sobre os direitos humanos.

A autora cita que a publicação da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, representou grande avanço, uma vez que colocou a igualdade entre os povos e enalteceu os indivíduos. Com isso, abriu o caminho para romper com os padrões impostos pela sociedade que excluía as pessoas com deficiência, utilizando o documento como um norte na luta para a inserção desses indivíduos de forma efetiva.

Contudo, afirma Tavares (2012) que o Brasil mesmo tendo ratificado o documento, as mudanças ocorreram de forma lenta e sem muita expressividade, até a segunda metade da década de 80 do século XX, quando são criados o Comitê Nacional para Educação Especial, com o Decreto nº 91.872/85 e a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência pelo do Decreto nº 93.481/86.

Madruga (2016), afirma que com a Constituição de 1988 começou uma reorganização do Ministério da Educação com o intuito de expandir os ideais humanistas, o ensino especial passou a ser de responsabilidade da Secretaria Nacional de Educação Básica, foi promulgada o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de proteger a infância e o adolescente, estabelecendo em seu artigo 11º, parágrafo 1º e 2º, o acesso às instituições especializadas, fornecido pelo Estado de forma gratuita.

Em 1989, foi sancionada a Lei 7.853, conhecida como Lei do portador de deficiência, tinha por objetivo promover o total acesso aos direitos sociais e individuais para que estes pudessem alcançar as ações governamentais, previstas na Constituição e Convenções ratificadas pelo Brasil. De acordo com o Artigo 2º, inciso I, foi dedicado à área de educação as ações necessárias para a inclusão em todos os ciclos educativos tanto nas escolas públicas quanto nas particulares, além de permitir a matrícula compulsória (Madruga, 2016).

Mantoan (2004) diz que se constitui crime, previsto no artigo 246 do Código penal e no art. 8º da lei 7.853, com a sanção de reclusão de 1(um) a 4(quatro) anos e multa qualquer ação que represente negação, suspensão, adiamento ou cancelamento sem justificativa da matrícula seja em estabelecimento público ou privado, motivada pela deficiência da criança. Vale salientar que compete ao Ministério Público atuar como “custos legis” nesses processos.

Nos anos de 1990, alguns diplomas internacionais, como a Conferência de Viena, o Plano de Ação para a Década das Nações Unidas, a Conferência Mundial em Educação Especial, a Declaração de Salamanca e a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência reforçaram a concepção de educação enquanto um direito humano e o conseqüentemente fundamental, influenciando e estimulando a elaboração de políticas públicas em prol da democracia e da dignidade dos indivíduos (SCHMID 2011).

Miranda (2010) explica que em 1994, na cidade de Salamanca, aconteceu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, conhecida como Declaração de Salamanca, que teve como objetivo examinar a evolução das políticas aplicadas nas escolas para pessoas com deficiência, uma vez que seus participantes entendiam que só através da construção de um sistema de ensino democrático haveria efetiva inclusão.

Continua explicando a autora, que em seu texto final os governos se comprometeram a investir altos recursos para melhorar as instituições de ensino com a intensão de permitir a acessibilidade, o desenvolvimento de leis e ações públicas para garantir a matrícula de todos. Sendo considerado um marco na luta pela educação inclusiva, pois obrigou aos governos signatários a eliminar as barreiras para o acesso à educação dos deficientes.

No começo do século XXI tivemos como principal texto legal a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Para Zardo (2012) este foi o primeiro texto internacional aprovado como emenda constitucional no Brasil, a fim de reforçar e reconhecer os direitos dos indivíduos com deficiências, orientar ao combate da discriminação, fortalecer o respeito às diferenças e a busca da eficaz inclusão social.

Para a autora, a Convenção foi fortalecida com a publicação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e a Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, que assegurou a matrícula e o atendimento dos educandos por todos os meios de acessibilidade a todos.

Schmid (2011) explica que de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4, de 2008, foram instituídas ações a fim de organizar o apoio educativo eficiente no atendimento às necessidades dos alunos, como a estruturação das salas de recursos multifuncionais, sendo agora construídas nas escolas regulares, ou em centro públicos educacionais que possuam convenio com a Secretaria de Educação.

Destaca a autora que o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, implantado pelo Decreto nº 7.612/11 cujo foco foi o exercício global e igualitário dos direitos das pessoas com deficiência, sendo competência da União apoiado pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como os recursos financeiros vieram dos entes federativos e de órgãos que participaram do plano, desde que não estivessem ligados a orçamentos fiscais e de seguridade social.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência foi instituída a pós a publicação da lei a Lei 13.146/2015 com vigência a partir da *vacatio legis* de 180 dias a contar de 06 de julho de 2015. De acordo com

Farias (2016), o presente documento tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional e em conformidade com o procedimento do § 3.º do art. 5.º da Lei Maior.

O capítulo IV da lei traz especificamente o tema sobre educação, ratificando as convicções construídas ao longo da história em relação à educação para pessoas com deficiência. Disposto em quatro artigos, trata o tema como garantia fundamental, universal e isonômica, como explica Farias (2016). O autor esclarece que foi imposto ao Estado incluir o indivíduo no contexto educacional sem segregação, a composição de currículo comum e o acompanhamento, quando necessário, dos alunos visando à construção de um projeto político pedagógico pensado para acolher as dificuldades dos educandos.

Segundo Reuters (2016) mesmo sem ter entrado em vigor o estatuto já mobilizou os empresários dos estabelecimentos de ensino particular. O sindicato desse grupo imediatamente ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade, alegando que as atitudes adotadas pelas escolas que foram vetadas causariam forte impacto econômico o que poderia acarretar a falência de muitos estabelecimentos escolares. Contudo o STF indeferiu sobre o prisma de garantia dos direitos fundamentais.

O estudo sobre as legislações internacionais e nacionais mostra que mesmo com tantos movimentos e textos normativos sobre educação inclusiva, ainda é grande a dificuldade na elaboração de políticas públicas eficientes e unificadoras. Zardo (2012) alega que o foco das mobilizações deveria ser nos direitos humanos, e, além disso, que a educação inclusiva seja vista como a razão para modificar a prática pedagógica em busca da igualdade e da autonomia.

De acordo com Farias (2016) a Lei 13.146 é a consolidação de tudo o que o judiciário vinha julgando até então em defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos com deficiência, já que existem diversas lacunas nas políticas públicas e o consequente descumprimento dos poderes executivo do que determina as leis. O sancionamento do estatuto procurou trazer uma verdadeira igualdade entre todos, fortalecendo o combate a discriminação propostos em outros diplomas legais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento dos direitos humanos, o poder público e a sociedade foram obrigados a reconhecer a diversidade como uma condição humana, e partindo dessa

conscientização, perceber o quanto era necessário refletir sobre mudanças de atitudes que incentivassem a inclusão, que comportamentos como o de isolar, afastar ou agir como se não existisse deficiência estavam prejudicando enormemente o desenvolvimento psicossocial das pessoas.

A Constituição Federal de 1988, tendo como princípios a igualdade e a dignidade da pessoa humana, enfatiza a inclusão das pessoas com deficiência com o intuito de diminuir as desigualdades e promover o bem estar de todos. Contudo, depois de quase trinta anos de sua promulgação e sessenta e nove anos da Declaração dos Direitos Humanos, na prática o que percebemos é um distanciamento do que está assegurado pelos diplomas legais do que acontece na realidade. Com isso, é visível que não basta apenas o sancionamento de leis e normas reguladoras que determinem a inclusão se estas forem pouco expressivas em sua aplicabilidade.

A LDB reafirma e descreve detalhadamente como deveria acontecer o acesso dos indivíduos deficientes ao contexto escolar, mas, apesar de termos leis bem formuladas no sentido de promover a inclusão o que se vê na prática ainda está muito distante do que foi idealizado e garantido normativamente.

Diante do exposto, pode-se dizer que a educação inclusiva ainda é um grande desafio a ser superado no âmbito educacional e para que alcance o seu real propósito tem que envolver todos os sujeitos que participam do contexto educativo, e que o despreparo, a falta de informação, o preconceito fundado em ideias de incapacidade e as dificuldades estruturais não sejam uma justificativa para o descumprimento das leis e o desrespeito a diversidade humana.

Em nossa atualidade não cabe mais atitudes exclusivas. É urgente a necessidade de mudanças atitudinais e estruturais dos estabelecimentos de ensino, do Estado e da família a fim de promoverem a inclusão escolar das crianças com deficiência, tendo como ponto de partida o reconhecimento e a enaltecimento das diferenças, porque só assim haverá direito a educação.

Portanto, vê-se que é fundamental o Estado oferecer educação de qualidade, promovendo a reestruturação do sistema de ensino, disponibilizando recursos e capacitando os professores para atender a um público diversificado, como também é imprescindível que a escola reorganize seu currículo adaptando-o aos alunos, que a estrutura física permita acessibilidade a todos no estabelecimento de ensino, e não menos importante é que a família esteja imbuída no processo de inclusão, primeiramente aceitando que seu filho é diferente e em segundo denunciando os abusos praticados para que os responsáveis sejam devidamente punidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vera Lucia Rodrigues; PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto. **A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma.** 2007. Disponível em: www.actafisiatrica.org.br > Acessado em: 09 mai. 2017.

BRAMBATTI, Fabiana Fagundes. A importância da família na educação de seus filhos com dificuldades de aprendizagem escolar sob a ótica da psicopedagogia. **Revista do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU**, v.5, n.10, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acessado em: 6 fev. 2017.

_____. **Constituição Federal da República do Brasil de 1988.** Disponível <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 fev. 2017.

COELHO, Luiz Claudio Araújo. **A Educação nas Constituições Brasileiras.** Disponível em: <www.uni7setembro.edu.br/recursos>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CORTELA, Mario Sergio. **Educação x Escolarização- 2015** – Disponível em: <https://canaldoensino.com.br/blog/educacao-e-escolarizacao-quem-sao-os-responsaveis-nesse-processo>>, Acesso em: 15 abr. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação como desafio na ordem jurídica-500 anos de educação no Brasil/** organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Farias Filho, Cynthia Greive Veiga, 5ª edição, 2. Reimp. Belo Horizonte: Autentica- 2016

D'ANTINO, Maria Eloísa Famá, MAZZOTA, Marcos José da Silveira - **Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer.** 2011. Disponível em: <[www. Scielo.br](http://www.Scielo.br)> Acesso em: 3 de mai. 2017.

DINIZ, Debora. **Deficiência e Igualdade.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

FARIAS, Cristiano Chaves de et al. **Estatuto da Pessoa com Deficiência Comentado Artigo por Artigo.** Salvador: JusPodivm, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

FILHO, João Cardoso Palma. História da Educação Brasileira. Introdução; A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930) **Caderno de Informação: formação de professores, educação, cultura e desenvolvimento**, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, Pró – Reitoria de Graduação; Cultura Acadêmica, 2010.

FILHO, Luciano Mendes de Farias – **Instrução Elementar no Século XIX – 500 anos de educação no Brasil/**organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Farias Filho, Cynthia Greive Veiga, 5ª edição, 2. Reimp. Belo Horizonte: Autentica- 2016.

GAIO, Roberta; MENEGUETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

GARCEZ, Liliane - **Um histórico e as dimensões da educação inclusiva**. 2016. Disponível em: <diversa.org.br/uploads/arquivos/artigos/016005_liliane_garcez_2016_04_09.pdf. Acessado em: 09 mai. 2017.

GUERREIRO et al- **Os desafios da inclusão escolar no Século XXI** – 2013. Disponível em: < www.bengalalegal.com › Educação Inclusiva>Acessado em: 09 mai. 2017.

Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência [recurso eletrônico]. – 7. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/legislacao-pdf/legislacao-brasileira-sobre-pessoas-portadoras-de-deficiencia>.> Acessado em: 28 abr. 2017.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães. Uma Leitura da Educação Especial no Brasil. In: Gaio, Roberta; Meneghetti, Rosa G. Krob (Org.) **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva. In: Gaio, Roberta; Meneghetti, Rosa G. Krob (Org.) **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MARTINS, Sandra Veralúcia Marques; TAVARES, Helenice Maria. A família e a escola: desafios para a educação no mundo contemporâneo. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 256-263, 2010 – <Disponível em: catolicaonline.com.br/revistadacatolica>. Acessado em: 14 abr. 2017.

MIRANDA, Cleusa Regina Secco. **Educação inclusiva e escola : saberes construídos / Cleusa Regina Secco Miranda**. – Londrina, 2010. Disponível em: <www.uel.br/> Visualizado em: 24 abr. 2017.

PAIVA, José Maria de. **Educação Jesuítica no Brasil Colonial- 500 anos de educação no Brasil**/organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Farias Filho, Cynthia Greive Veiga, 5º edição, 2. Reimp. Belo Horizonte: Autentica- 2016.

PERES, Tírsa Regazzini. Educação Brasileira no Império. **Caderno de Informação: formação de professores, educação, cultura e desenvolvimento** - Universidade Estadual Paulista. Pró – Reitoria de Graduação, - São Paulo; Cultura Acadêmica, 2010.

REUTERS, Thomson. **Do direito fundamental à educação inclusiva e o estatuto da pessoa com deficiência**. Disponível em:< <http://www.ceaf.mppr.mp.br/>>. Acessado em: 30 abr. 2017.

SCHMID, Carolina Salvador. **O direito à educação inclusiva da criança com deficiência intelectual sob a ótica do direito da antidiscriminação**. 2011. Disponível em: <www.aacademica.org/repositorio.digital.uemg.frutal/27.pdf> Visualizado em: 25 abr. 2017.

SANTOS- Elias Souza dos et al - **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** - Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285.pdf>> Acessado em: 07 mai. 2017.

SILVA, José Carlos da. Os jesuítas e o ensino de filosofia no Brasil. In: BATTESTIN, Claude; DUTRA, Jorge da Cunha. **Diálogos entre filosofia e educação**. Rio Grande: FURG, 2015.

TAVARES, André Ramos. **Direito fundamental à educação**. 2012. Disponível em: www.anima-opet.com.br/. Acesso em: 15 abr. 2017.

TEIXEIRA, Marina Codo Andrade. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 26 abr. 2017.

TIRADENTES, Adrielly Rocha. Violência Simbólica no contexto escolar: discriminação, inclusão e o direito à educação. Revista Eletrônica do Curso de Direito - PUC Minas Serro – n. 12 – Agosto / Dez. 2015 – ISSN 2176-977X. Disponível em: <w.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/10903-43594-1-pb.pdf>. Acessado em: 10 mai. 2017.

VASCONCELOS Diogo de Teixeira, VESPÚCIO Carolina Rocha - **O direito à educação nas Constituições brasileiras** - Publicado em 07/2014. Elaborado em 05/2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos>. Acessado em: 13 abr. 2017.

XAVIER, Amanda Vanessa de Oliveira - **A inclusão da pessoa com deficiência na escola regular** – 2015. Disponível em: <artigos.netsaber.com.br/>, Acessado em: 09 mai. 2017.

ZARDO, Sinara Pollom - **Direito à educação: A inclusão de alunos com deficiência no ensino médio e a organização dos sistemas de ensino** - 2012 – Disponível em: repositorio.unb.br. Acessado em: 25 abr. 2017.

EIXO VI

Acessibilidade e Eficiência - Tecnologia a favor do Homem

AGENDA 2030 NO ÂMBITO MUNICIPAL: O DESAFIO DA SAÚDE AMBIENTAL EM SÃO FELIPE-BA

*Patrícia Carvalho Lefrançois*¹
*Vinnie Mayana Lima Ramos*²
*Cristina Maria Macêdo de Alencar*³

RESUMO

Desde a segunda metade do século XX, países tem intensificado as discussões acerca da pauta ambiental, sendo possível identificar uma relação intrínseca entre a qualidade ambiental e a saúde pública. Diante de um cenário cada vez mais crítico e preocupante, em 2015 as Nações Unidas adotaram a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – um conjunto de objetivos e metas a serem alcançados dentro de pouco mais de uma década. O Brasil ratificou o compromisso com a Agenda 2030, mas possui grandes desafios pela frente, como a promoção da universalização do acesso à água de qualidade e serviços de saneamento básico. Embora diversos avanços possam ser percebidos nas últimas décadas, ainda metade da população brasileira permanece excluída do saneamento básico. Os municípios são entes federativos estratégicos para a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e a consecução das arrojadas metas da Agenda 2030. Assim, o presente estudo tem como problema de pesquisa a seguinte indagação: é possível identificar pela pesquisa de campo a devida aplicação de políticas e acordos para o desenvolvimento da saúde ambiental local? Como objetivo geral, a pesquisa visa identificar por meio da pesquisa de campo percepções em torno da degradação ambiental que influenciam negativamente na saúde da população e tem como objetivo específico compreender o que leva a (in) execução de planos para a conservação e desenvolvimento da saúde ambiental, tendo o município de São Felipe como objeto de estudo.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Agenda 2030. Saúde Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Na última década, a parcela da população brasileira com acesso aos serviços de distribuição de água tratada passou de 81,7% em 2005 para 83,3% em 2015. No mesmo período, a população brasileira com acesso aos serviços de coleta de esgoto passou de 39,5%

¹ Advogada, professora de Direito Ambiental da Faculdade Dom Pedro II e Discente do Programa de Mestrado em Planejamento Ambiental pela UCSAL e membro do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza da UCSAL.

² Advogada, Especialista em Direito Público, Discente do Programa de Mestrado em Planejamento Ambiental, bolsista FAPESB, Membro do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza – DSN da Universidade Católica do Salvador.

³ Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador e Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental – UCSAL.

para 50,3%. Apesar desses avanços, o número de brasileiros sem acesso ao saneamento básico ainda é alarmante e a universalização do acesso à água é um desafio cada vez maior.

As discussões acerca da questão ambiental, especialmente no que tange a saúde ambiental, são frequentes e o Brasil figura no centro das atenções mundiais, tendo recentemente ratificado seu compromisso com a Agenda 2030 com importantes objetivos e metas a serem atingidos dentro de treze anos. Estudos técnicos indicam que o investimento em saneamento básico possui relação inversamente proporcional aos gastos com o sistema público de saúde. Pesquisas apontam que a degradação da qualidade ambiental resultam em aumento de doenças. Instrumentos normativos balizadores da atuação estatal já existem, assim como tecnologias estão disponíveis. O que justificaria então que cerca de metade da população não tenha acesso à rede de esgoto e tantos problemas ambientais continuem a ocorrer, comprometendo a saúde pública?

A esfera municipal possui papel estratégico na efetivação das políticas públicas, pois é no âmbito local que a vida acontece, onde o Estado está mais próximo do cidadão. Os municípios possuem autonomia e competência⁴ para lidar com questões de interesse local; suplementar a legislação federal e estadual; instituir, arrecadar tributos e aplicar suas rendas; criar, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, serviços públicos; prestar serviços de atendimento à saúde da população com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado; promover o adequado ordenamento territorial, dentre outras atribuições. Ocorre que, na prática, boa parte dos municípios não está adequadamente estruturada para promover o bem-estar de seus habitantes.

Nessa perspectiva nasce a indagação que norteia o presente estudo: é possível identificar pela pesquisa de campo a devida aplicação de políticas e acordos para o desenvolvimento da saúde ambiental local? Como objetivo geral, a pesquisa visa identificar por meio da pesquisa de campo percepções em torno da degradação ambiental que influenciam negativamente na saúde da população e tem como objetivo específico compreender o que leva a (in)execução de planos para a conservação e desenvolvimento da saúde ambiental em São Felipe.

Neste passo, este estudo justifica-se em razão do saneamento ser essencial para a devida qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos, por meio do adequado abastecimento de água, serviços de esgotamento sanitário e coleta de resíduos a fim de não se poluir e causar maiores danos para a população, haja vista ter sido constatado o aumento dos casos de

⁴ Diversas são as competências constitucionais municipais expressas: arts. 29 caput; 30, I a IX; 39 caput; 144, § 8º; 165; 182 caput; arts. 23; 179 e 180.

doenças provocadas pela falta de saneamento em São Felipe, muitas delas transmitidas por mosquitos, com destaque para a leishmaniose e dengue que entre os anos de 2001 e 2012 foram 11 casos confirmados de leishmaniose e 55 notificações de dengue, onde conforme os últimos três anos de análise o município não atingiu a meta de até 2015 ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças, ou seja, não houve a diminuição e nem a constância nos casos de doenças transmissíveis por mosquitos (PORTAL ODM, 2015).

Neste sentido, o presente estudo traz em seu primeiro tópico a fundamentação teórica, apresentando marcos mundial, nacional e local, bem como conceitos para assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. A segunda parte contém a metodologia para pesquisa de campo e a utilizada para o estudo em caso, posteriormente a caracterização do município de São Felipe, seguido pelos resultados observados em campo, sendo depois discutido. Por fim, as conclusões com as principais questões destacadas no estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As discussões acerca da temática ambiental vêm, desde a segunda metade do século XX ganhando espaço e atenção nas agendas dos governos em todo o mundo e também no Brasil. Entretanto, profundos desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais têm ocorrido nas últimas décadas, colocando em xeque o modelo de desenvolvimento atual. Por esse motivo as Nações Unidas firmaram em setembro de 2015, sob o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que incluem 169 ambiciosas metas. “Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (CEPAL, 2016).

Quadro 1: Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e
-

trabalho decente para todos.

9. Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis.

12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos*.

14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: CEPAL, 2016

O Brasil ratificou a Agenda 2030 e tem enormes desafios a superar. A opção pelo desenvolvimento sustentável se faz presente desde a Constituição Federal de 1988⁵ e desde então ocorreu uma série de inovações em matéria normativa, fruto do amadurecimento de estudos técnicos, experiências e debates.

No contexto brasileiro, especialmente no âmbito de pequenos municípios rurais, a falta de serviços de saneamento básico (como o abastecimento de água potável segura e a destinação de dejetos) ainda é grave. Segundo informações do SNIS (apud INSTITUTO TRATA BRASIL, 2014) a parcela da população brasileira com acesso aos serviços de distribuição de água tratada passou de 81,7% em 2005 para 83,3% em 2015. Já a parcela da população brasileira com acesso aos serviços de coleta de esgoto passou de 39,5% para 50,3% entre 2005 e 2015. O desafio de promover a universalização dos serviços de saneamento estão associados ao Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Todos no planeta devem ter acesso à água potável segura e acessível. Esse é o objetivo para 2030. A escassez de água afeta mais de 40% da população mundial, número que deverá subir ainda mais como resultado da mudança do clima e da gestão inadequada dos recursos naturais. É possível trilhar um novo caminho que nos leve à realização deste objetivo, por meio da cooperação internacional, proteção às nascentes, rios e bacias e

⁵ O artigo 225 da CF/88 é um dos pilares norteadores da atuação do Estado, estabelecendo o direito ao **meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental** e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público (e à coletividade) o dever de defendê-lo e preservá-lo para as **presentes e futuras gerações**. O dispositivo informa uma série de incumbências necessárias para garantir esse direito, relacionadas à preservação ambiental, à definição de espaços protegidos em todas as unidades da Federação, à exigência de licenciamento ambiental, ao controle de atividades que impliquem em risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente, à promoção da educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, à proteção da fauna e da flora e a vedação de práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 1988).

compartilhamento de tecnologias de tratamento de água. O ODS 6 coloca a devida centralidade sobre a água, um recurso primordial para o desenvolvimento sustentável, para a promoção do bem-estar das pessoas e comunidades, e para o crescimento sustentado da economia dos países. (PNUD, 2015)

O Objetivo 6 contempla metas específicas, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Metas associadas ao Objetivo 6 (Água potável e saneamento)
Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos
Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade
Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente
Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água
Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado 6.6 até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos
Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso
Fonte: PNUD, 2015

Água e Saneamento são intrinsecamente interligados e situam-se no cerne da saúde ambiental, definida pela Organização Mundial de Saúde como “todos aqueles aspectos da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que estão determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos no meio ambiente. Também se refere à teoria e prática de valorar, corrigir, controlar e evitar aqueles fatores do meio ambiente que, potencialmente, possam prejudicar a saúde de gerações atuais e futuras”(OMS, 1993).

Nesse sentido, o Brasil avançou ao editar a lei 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. A Política prevê princípios como universalização do acesso, abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas

para a melhoria da qualidade de vida etc, além de considerar conceitos essenciais, tratar sobre titularidade e demais institutos pertinentes ao saneamento básico (BRASIL, 2007).

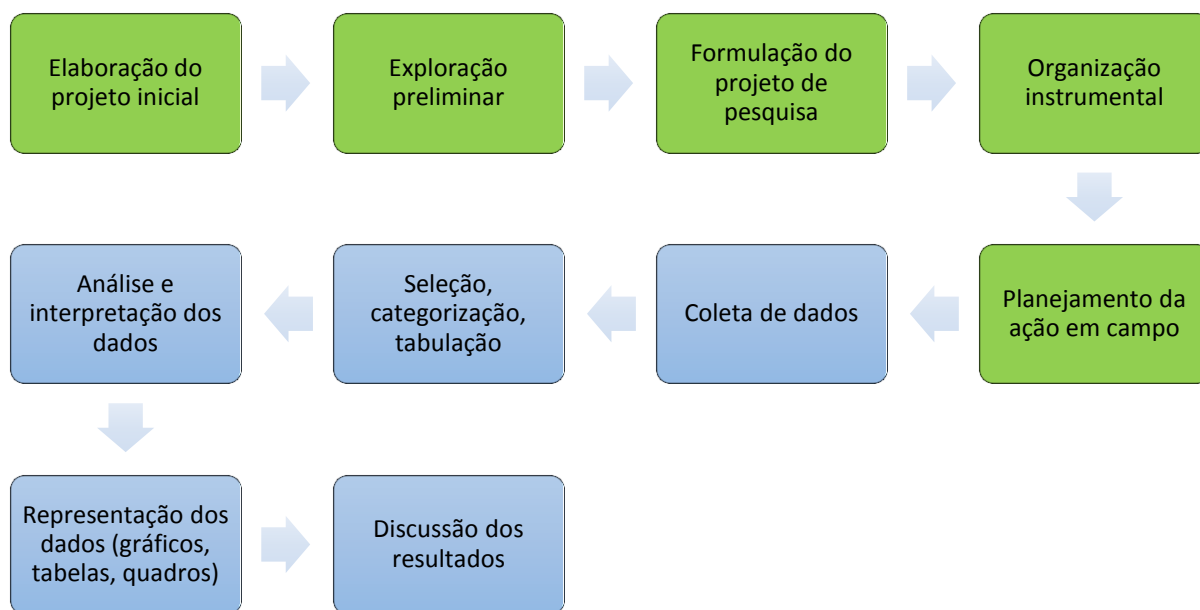
Entretanto, a despeito de alguns avanços, o Estado ainda não é capaz de satisfazer todas as demandas da comunidade porque as estratégias nacionais de melhoramento ambiental não contemplam o nível local como um espaço de intervenção preferencial, portanto carecem soluções nesse âmbito, especialmente pela debilidade institucional e a falta de gestão ambiental do nível municipal. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 1999).

A realidade é que em muitos pequenos municípios rurais não estão preparados para implementar as políticas públicas e a expansão dos serviços de saneamento e fornecimento de água de qualidade esbarram em diversos obstáculos, dentre os quais a falta de planejamento. Schwizer (2008) aponta algumas razões como imediatismo, desconhecimento, flexibilidade, incerteza quanto ao futuro e autocracia técnica. Assim, ocorre que nestes municípios os únicos instrumentos de planejamento presentes restringem-se a documentos básicos, como a lei orgânica do município e o plano diretor.

3 METODOLOGIA

A pesquisa de campo constitui etapa seguinte à fase exploratória de uma pesquisa qualitativa, na qual o pesquisador tem a oportunidade de se aproximar da realidade sobre a qual formulou a pergunta, estabelecer relações com as pessoas e assim construir um conhecimento empírico enriquecedor para a pesquisa (DESLANDES, GOMES e MINAYO, 2011). Para as ciências sociais, o trabalho de campo possui grande valor, pois nela é possível observar os fenômenos de forma espontânea e sem a interferência do pesquisador, tornando a pesquisa mais rica e profunda (ANDRADE, 1999).

A pesquisa de campo desenvolve-se basicamente através da observação direta dos fenômenos estudados e de entrevistas com informantes para obter explicações e interpretações do que ocorre no grupo em análise (GIL, 2009). Além da observação e de entrevistas, podem ser utilizadas outras técnicas de coletas de dados, de forma complementar, como filmagens e fotografias – “elas dão mais vida e beleza ao trabalho, além de mostrar com mais intensidade a realidade do objeto investigado” (ROCHA, LEAL e BOAVENTURA 2008, p. 93). O roteiro utilizado para realização da pesquisa de campo constituiu-se de duas etapas: uma de planejamento (em verde) e outra de execução (em azul), conforme apresentado a seguir:

Figura 1: Roteiro de pesquisa de campo

Fonte: Adaptado de Andrade (1999, p. 45 apud Rocha, 2008, p. 93) e Gil, 2009, p.129)

A etapa preparatória culminou no projeto de pesquisa, com a definição do tema, problema, objetivos, justificativa, referencial teórico e definição da metodologia, que incluiu pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Antecedendo a etapa de execução, houve a preparação para a visita de campo, com organização instrumental (celular com câmera e gravador, câmera digital e bloco de anotações) e planejamento da ação em campo. Buscou-se contatar pessoas indicadas por pesquisadores do grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN) para fornecer informações sobre o município e seus problemas socioambientais. Além disso, foram realizados contatos junto às secretarias municipais para agendamento de entrevistas com os gestores. Os locais visitados foram: a sede do município (zona urbana) e os distritos de Boa Vista e Vila Caráípe, localizados na zona rural.

Seguindo as orientações propostas por Deslandes, Gomes e Minayo (201), Rocha, Leal e Boaventura (2008), Cerro (2011) Gil (2009) e Lavelle e Dionne (1999), pesquisa de campo teve caráter exploratório e ocorreu em dois momentos distintos: em 12 de outubro de 2016 e entre 5 e 10 de junho de 2017. A primeira visita ao município teve como objetivo o reconhecimento do município, especialmente quanto aos aspectos naturais e que possibilitassem a compreensão do território como predominantemente rural ou urbano e os principais problemas socioambientais através da observação não participante. Buscou-se também identificar ameaças ao ambiente com potencial para geração de riscos à saúde, provocados pela ação antrópica e pela falta de planejamento ambiental.

A segunda visita contou com o auxílio de moradores locais contatados previamente, os quais proporcionaram o conhecimento de aspectos socioculturais da dinâmica local. Nesta segunda incursão foram realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas, aplicadas aos gestores públicos, vereadores e representantes da sociedade civil, como também aos municípios que nos receberam e os que espontaneamente se envolveram na pesquisa e, em alguns momentos, nos acompanharam ao longo de caminhadas de reconhecimento. Também foi utilizada a metodologia de observação participante com objetivo de compreender os aspectos culturais locais, proporcionando uma perspectiva valiosa para a elaboração do estudo.

Como o período da segunda visita foi maior, possibilitou o acompanhamento de acontecimentos relevantes para a pesquisa, como audiências públicas sobre o plano plurianual que ocorreram pela manhã na sede do município e outra à tarde no Distrito de Vila Caraípe, zona rural. A dinâmica realizada foi a de se analisar o plano de governo do atual prefeito e dividir as pessoas presentes e representantes do poder executivo em grupos de trabalho com temáticas sobre saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura etc. Após analisadas e discutidas, as demandas prioritárias eram apresentadas e registradas em ata para serem posteriormente incluídas no plano plurianual. Fato interessante que ocorreu no momento da divisão dos grupos de trabalho era que ninguém possuía o plano de governo do atual prefeito, momento em que a equipe de pesquisa cedeu o seu e assim deu-se prosseguimento a dinâmica.

3.1 Caracterização do objeto de estudo

O município de São Felipe-BA localiza-se na região de planejamento Paraguaçu, Região Administrativa – 31 Cruz das Almas e Microrregião geográfica 20 - Santo Antônio de Jesus no Recôncavo Sul da Bahia. Possui uma área de 206 km², com uma via principal de acesso, a BR 242, distante da capital, Salvador cerca de 161 Km. Faz divisa com os municípios de Conceição do Almeida, Santo Antônio de Jesus, São Felix, Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Cruz das Almas, Maragogipe e Nazaré (SEI, 2015).

Possui relevo acidentado, observada na Serra do Copioba uma altitude média de 195m acima do nível do mar. Os principais rios que banham o município Caraí, Jaguaripe, Copioba, Copioba Mirim. Seu território abriga dois importantes biomas ameaçados: a caatinga e a mata atlântica. Segundo dados da SOS Mata Atlântica (2013), atualmente restam apenas 2% da cobertura original da Mata Atlântica, totalizando 310 ha de floresta.

A história oficial do município inicia-se por volta de 1678, quando os irmãos Tiago e Felipe Dias Gato, parentes próximos de Bartolomeu Gato, grande fazendeiro em Maragogipe, partiram dessa localidade e ocuparam um aprazível sítio nas proximidades do Rio Copioba, às margens do Rio Pequim, erguendo as primeiras casas e plantações no fértil terreno, atraindo a vinda de novos moradores. Com o crescimento daquela povoação, cuidaram de erguer uma Capela em 1681, sob invocação dos apóstolos São Felipe e São Tiago, que se tornaram padroeiros da nova localidade.

Desde então, o pequeno povoado ficou conhecido pela designação de São Felipe das Roças, tal a quantidade de lavouras de mandiocas, fumo, cana-de-açúcar e cereais existentes. Mais tarde, talvez por terem verificados que as cabaceiras do Rio Copioba não estava muito longe do povoado, passaram a chamá-lo de São Felipe das Cabaceiras. (...) Em face do seu grande desenvolvimento, a povoação foi elevada à categoria de Vila e criado o município com a denominação de São Felipe e território desmembrado de Maragogipe pela Lei número 1.952, de 29 de maio de 1880, decretada pela Assembléia Legislativa Provincial e sancionada pelo Presidente da Província Dr. Antonio de Araújo Bucão. Sua sede foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-Lei Estadual nº 10724, de 30 de março de 1938, em obediência ao Decreto Federal nº 311, de 02 de março de do mesmo ano. (PREFEITURA DE SÃO FELIPE, 2010)

Em 2010, o IDH de São Felipe era de 0,616 (PNUD, 2013), considerado, entre as regiões de médio desenvolvimento Humano (IDH⁶ entre 0,5 e 0,8). Em 2000 o município tinha 56,9% da população abaixo da linha da pobreza⁷, percentual reduzido para 39,6% em 2010 (ODM, 2015). O índice de Gini para o mesmo período era de 0,473 (SEI, 2015)⁸. A participação dos 20% mais pobres da população na renda do município passou de 4,9% em 1991 para 2,8% em 2010; já em relação aos 20% mais ricos, a participação era de 53,2% - 19 vezes mais que à dos 20% mais pobres, revelando aumento da desigualdade no município.

A estimativa populacional para o ano de 2016 foi de 21.935 habitantes, e a projeção para 2030 é de 20.015 habitantes. A população é predominantemente rural (52,6% aproximadamente 10.480 pessoas), e majoritariamente formada por mulheres (10.222 habitantes do sexo feminino e 10.083 do sexo masculino). Apesar da maioria feminina, a participação de mulheres na política é muito restrita: apenas 33,7% dos candidatos a

⁶ O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – é sintetizado por três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, sendo que quanto mais próximo de 1 (um), maior é o nível de desenvolvimento do lugar analisado.

⁷ “A linha da pobreza” oficial utilizada no Brasil foi anunciada em 03 de maio de 2011: renda familiar per capita de R\$ 70 reais – atualizada, em maio de 2014, para R\$ 77 reais per capita. A linha de extrema pobreza foi estabelecida com base em parâmetros internacionais, como a linha do Banco Mundial de US\$ 1,25 PPP por dia, (*Purchase Power Parity* ou Paridade do Poder de Compra). (BRASIL,2014)

⁸ O índice de Gini mede a desigualdade na distribuição de renda, sendo que 0 (zero) indica total igualdade de renda e 1 (um) total desigualdade. Segundo dados da SEI, houve aumento da desigualdade social em São Felipe no período- entre 2000 e 2010, com Índice de Gini aumentado de 0,421 para 0,473.

vereadores em 2016 eram mulheres e a proporção de mulheres eleitas na Câmara de Vereadores foi de apenas 9,1%. (ODM, 2015) A população vem passando por um processo de envelhecimento, observando-se a redução da parcela de jovens entre 0 e 14 anos na população total em 41,4% e um crescimento nos demais estratos (SEI, 2015).

A taxa de analfabetismo do município é de 22,8% (acima da média estadual que é de 16,3%). Em 2010, 45% dos jovens entre 15 e 17 anos concluíram o ensino fundamental e apenas 31,2% dos jovens entre 18 e 24 anos concluíram o ensino médio. Quanto à carga horária de trabalho, 100% dos trabalhadores de 15 a 17 afirmou trabalhar entre 41 e 44 horas semanais; dentre os jovens entre 18 e 24 anos, o percentual foi de 91,4%. Apenas 19,3% dos moradores de áreas urbanas possuíam acesso à microcomputadores com internet em 2010; no meio rural a proporção cai para apenas 1,9% (ODM, 2015).

Quanto às condições de habitação, em 2010, apenas 8% dos domicílios apresentaram serviço de saneamento adequado (acesso à rede de esgoto e fossa séptica). O acesso à água pela rede geral atingia 46,6% dos domicílios (SEI, 2015). A mortalidade infantil cresceu entre 2000 e 2013: de 14,2 mortos por mil nascidos vivos para 67,8 mortos a cada mil nascimentos. Entre 2001 e 2012 foram registrados 55 casos de doenças transmitidas por mosquitos, principalmente dengue e leishmaniose.

O setor de serviços e comércio destaca-se na economia, seguido da produção agropecuária, sendo as principais culturas: mandioca, cana de açúcar, milho, fumo e laranja. Destaque também a existência de diversas Casas de Farinha e destilarias de aguardente. “O comércio local é, ainda, incipiente devido à proximidade com grandes centros comerciais, como Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. A atividade que mais movimenta o comércio é a Feira Livre realizada aos sábados no centro da cidade” (PREFEITURA DE SÃO FELIPE, 2010).

4 RESULTADOS

O trabalho envolvendo o município de São Felipe exigiu para se aprender mais sobre o local uma visita com conversa livre com os gestores públicos, representantes da sociedade civil e população a fim de se identificar problemáticas em torno do planejamento municipal para o desenvolvimento socioambiental, especialmente aquelas relacionadas com o saneamento básico. Inúmeras pessoas relataram sobre possíveis dificuldades em acessar

informações no município de São Felipe por possuir um poder local muito forte, no entanto, fomos surpreendidas positivamente com o tratamento e boa recepção dos gestores públicos.

Por meio da Lei Complementar nº 05/2007 (Plano Diretor) foram apresentadas as diretrizes para a elaboração do Plano de Saneamento Ambiental do Município dentro do prazo legal de 2 anos e revisto em até 4 anos trazidos na Lei de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), no entanto, verificou-se em pesquisa documental e em campo, que o Plano De Saneamento Ambiental de São Felipe não foi até o momento elaborado e, muito menos, implementado.

Nesta senda, todas as diretrizes, princípios e propostas constantes em um plano que visa a efetivação do direito à salubridade ambiental como direito social vinculado ao direito à vida e à saúde ficam comprometidos em todo o território do município. Inúmeros dos problemas hoje agravados no município já tinham sido identificados e nada foi feito até o momento: não são observadas as orientações para manuseio, tratamento e distribuição e coleta de água, esgoto e resíduos sólidos, acarretando inúmeros prejuízos para a saúde da população e gerando ambientes propícios para a proliferação de doenças.

Relatos da sociedade civil destacaram que diversas fazendas particulares possuem rios, no entanto, estes recursos encontram-se degradados em virtude de atividades tradicionais danosas ao ambiente, como queimadas, ao uso de agrotóxicos e à resistência dos agricultores em relação a novos métodos de plantio e colheita. Ao se consultar a gestão pública e representantes da sociedade civil, foi alegado que há técnicos disponíveis para dar orientações aos moradores e produtores rurais quanto às questões de plantio, manuseio do solo, dentre outras alternativas.

Foi identificada a situação precária da barragem do Copioba em São Felipe, onde a água encontra-se poluída, as margens desflorestadas e contaminadas por resíduos. Por conta da principal fonte de abastecimento do município encontrar-se comprometida, foi cogitada a possibilidade da Embasa trazer água da Pedra do Cavalo para consumo em São Felipe, o que não foi de todo abraçado pela sua população, haja vista o município possuir os recursos naturais para suprir esta necessidade por meio da revitalização do Rio e Barragem Copioba e demais rios.

Figura 2 - Barragem da Copioba

Fonte: As autoras

Foi também indicado em campo, que há no município número significativo de entulho e os métodos de coleta não são suficientes, causando transtornos para a população e poluição para a natureza. Outro grave problema identificado na zona urbana é a ocupação desordenada de áreas vulneráveis como margens de rios e topos de morro.

Figura 3 - Crescimento urbano desordenado em São Felipe-BA

Fonte: As autoras

Em campo foi percebido que os danos ambientais sofridos no município são conhecidos tanto pelos gestores públicos quanto pelos representantes da sociedade civil, que se revezam na política, ou seja, inúmeros danos que com o tempo só pioraram já tinham sido identificados, mas nenhuma ação foi feita para minimizar as agressões, agravando e tornando

a situação socioambiental de São Felipe alarmante, como quanto em relação a água e a utilização de agrotóxicos nas plantações.

Na fala dos secretários e membros de sindicato foi evidenciado que o Poder Público Partidário é forte e é motivo de entrave para o desenvolvimento socioambiental do município, ou seja, esta seria uma das maiores razões pelas quais as ações já propostas para o município de São Felipe não foram efetivadas: por conta de resistências e interesses político partidários.

5 DISCUSSÃO

O desenvolvimento sustentável entrou na pauta política do Brasil desde a década de 1970, sendo elevado ao status constitucional com a promulgação da Carta Magna de 1988. Em 2007 o Brasil edita a Política Nacional de Saneamento Básico. Dez anos depois, quase 50% dos domicílios brasileiros ainda não tem tratamento de esgoto adequado. A discrepância entre a teoria e a prática provoca o inevitável questionamento: será possível alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2030?

Se na esfera federal há fartos estudos e publicações, leis e informações disponíveis, no âmbito local, situado na esfera de atuação dos municípios, a realidade é diferente. A pesquisa de campo revelou que, no município de São Felipe, a comunidade ampla participação política e conhece os problemas relacionados à degradação ambiental. Os gestores municipais também tem ciência desses problemas, mas, ao mesmo tempo, não adotam ações eficazes para solucioná-los. Há uma grande resistência à efetivação do planejamento ambiental. Desde a concepção dos instrumentos até a adoção de medidas para sua implementação, o principal entrave constitui-se no elemento político.

Dessa forma, percebe-se a necessidade de desconstruir as barreiras políticas para que ocorra o engajamento dos gestores na tomada de decisões favoráveis à melhoria da qualidade do ambiente e da saúde pública.

6 CONCLUSÃO

São Felipe é um pequeno município rural e como diversos outros em nosso país passa por grandes dificuldades no que tange ao seu planejamento municipal e desenvolvimento sustentável, principalmente quanto à questão da água e saneamento produzindo significativos prejuízos para a sociedade e natureza. O município é o porta-voz das vontades e necessidades

da população, no entanto, enfrenta inúmeros desafios para que suas propostas sejam efetivas frente aos entraves político-partidários ou falta de investimento adequado para solucionar os problemas de determinada região.

Para São Felipe a questão da água e do saneamento é de grande relevância, visto ser um município, conforme pesquisa de campo, muito carente de infraestrutura para a adequada distribuição de água, esgotamento, coleta e destinação de resíduos, o que vem gerando muitos transtornos para a população que pela falta de alternativas acaba por poluir o meio ambiente e consumir água não tratada, além de exercer atividades que propiciam a proliferação de doenças.

Neste passo, foi possível identificar pela pesquisa de campo que a aplicação de políticas e acordos para o desenvolvimento da saúde ambiental local de São Felipe enfrentam fortes dificuldades para a sua efetivação, uma vez que ainda que os problemas sejam identificados e contemplados em instrumentos para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, os mesmos não são executados, deixando a população a mercê de doenças e da inexistência de serviços básicos para uma vida ambientalmente equilibrada.

Assim, foram percebidas em campo a grave degradação ambiental, realização de atividades e acúmulo de entulho que influenciam negativamente na saúde da população de São Felipe em razão da falta de efetividade para os instrumentos já existentes com objetivo para a conservação e desenvolvimento da saúde ambiental no município, sendo necessário, por sua vez, que haja maior interesse e possibilidades para que os gestores públicos municipais consigam concretizar as ações primordiais trazidas pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com ênfase na contribuição do bem-estar da população e conservação da natureza com vistas para alternativas dando finalidade aos recursos da natureza já utilizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. **Lei Nº 11.445, De 5 De Janeiro De 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm >. Acesso em: mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Saúde ambiental : guia básico**

para construção de indicadores / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa do Brasil**. Biênio 2015/2016. Brasília: Senado Federal Secretaria de Editoração e Publicações – Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. **Lei Nº 10.257, De 10 de Julho de 2001**. Institui o Estatuto da Cidade. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: abr. 2016.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável** (LC/G.2660/Rev.1), Santiago, 2016.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas dos remanescentes florestais**. 2013. Disponível em: <<http://mapas.sosma.org.br/>>. Acesso em: jul. 2017

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Definition of Environmental Health developed at WHO consultation in Sofia, Bulgaria**. 1993. Disponível em: <<http://health.gov/environment/DefinitionsofEnvHealth/ehdef2.htm>> Acesso em: mai 2017

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/meta.php?ods=6>>. Acesso em jun. 2017

PORTAL ODM . **Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Relatórios Dinâmicos Indicadores Municipais. São Felipe (BA) [internet]. Disponível em: <<http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA002029354/sao-felipe---ba>>. Acesso em 20 jun.2017.

PREFEITURA DE SÃO FELIPE. Site Oficial. Disponível em:<<http://saofelipe.ba.io.org.br/>>. Acesso em mai. 2017.

SÃO FELIPE. **Plano Diretor Participativo**. Disponível em <<http://www.saofelipenet.com.br/planodiretor>>. Acesso em: jun. 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS (SEI). **Indicadores Municipais. 2015**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2929107.pdf>. Acesso jun. 2017.

SCHWEIZER, P. J. Aplicação do Planejamento Estratégico na Gestão Municipal. In: Cristina Maria Macedo de Alencar e Peter José Schweizer. (Org.). **Transformações Territoriais: de rural a metropolitano**. 1ed.Campinas: Alinea Editora, 2008, v. 1, p. 168-19.

A ENCÍCLICA LAUDATO SI E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Shirly Damian Palomino ¹
Juan Carlos Rossi Alva ²

RESUMO

No mundo a importância dos valores ambientais tornou-se um tema decorrente o presente artigo visa analisar a relevância da carta encíclica papal Laudato Si redigida pelo Santo padre Francisco com o cuidado da casa comum dedicada ao meio ambiente e sua relação com o princípio constitucional do desenvolvimento sustentável previsto no artigo 225 da constituição federal do Brasil. O método utilizado é o dedutivo quanto às afirmações e apelos do Papa Francisco e da pesquisa exploratória e bibliográfica e na análise de interpretação da Encíclica papal sobre o cuidado de o bem contemplado no princípio de desenvolvimento sustentável. Propõe-se um análise e reflexão sobre a importância do princípio constitucional do desenvolvimento sustentável, verdadeira cláusula pétrea, direito fundamental consolidado no Direito Ambiental Brasileiro, como um instrumento indispensável para elaborar estratégias para defrontar os impactos ambientais indesejáveis, Uma vez conhecido os instrumentos de trabalho, foram apresentadas as noções conceituais, de encíclica, meio ambiente, e princípio, além de um análise da legislação brasileira sobre esse novo instituto jurídico. Posteriormente o princípio de desenvolvimento sustentável foi analisado a Luz da Constituição Federal de 1988, desta forma se pretendeu analisar a influência internacional, e sua importância na construção de futuras soluções para a problemática ambiental, nos diferentes cenários do mundo globalizado, a participação de movimentos internacionais em pro do meio ambiente, como também foram abordados os “entraves” da sustentabilidade. Porém o desafio para o Brasil está na tomada de consciência e na compatibilidade da política econômica que possa albergar crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Encíclica. Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável. Bem comum. Constituição Brasileira.

1 INTRODUÇÃO

A problemática ambiental, a degradação do meio ambiente, a poluição e a crise de recursos naturais, surgiu nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnologia dominantes. É nesse contexto que o dia 18 de maio de 2015 foi publicada a Encíclica *Laudato Si* (Louvado sejas) do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum a “mãe terra” que está sendo maltratada de forma irresponsável pelo uso e abuso de seus bens que nos foram dados, é o princípio do bem

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em Direito - UCSAL

² Coautor, Professor-Pesquisador do Mestrando em Planejamento Ambiental, Professor do Curso de Ciências Biológicas e Líder do Núcleo de Estudos em Biotecnologia e Conservação/ NEBIC - UCSAL

comum inseparável da ecologia integral é um direito fundamental, sendo uma posição firme do Santo padre que veio a relembrar a obrigação de consciência sobre o meio ambiente por parte da humanidade para os perigos que o nosso planeta enfrenta e para as ameaças provocadas pelo aquecimento climático, devido à destruição e maltrato a nosso bem comum.

O papa Francisco exorta a humanidade a uma mudança de atitude de consciência na busca de um desenvolvimento sustentável e integral diretamente relacionado com o princípio constitucional de desenvolvimento sustentável, contemplado no artigo 225 da Constituição do Brasil, direito fundamental considerado verdadeira clausula pétrea do ordenamento jurídico brasileiro.

No Brasil existe uma lentidão nas efetivas medidas normativas e punitivas que permitam deter as mudanças climáticas na legislação infraconstitucional relativa à proteção do meio ambiente; é nessa conjuntura que o papa Francisco através da encíclica *Laudato si* nos envia um mensagem com força moral para influenciar a toda a comunidade católica e de outras religiões, inclusive a pessoas sem filiação religiosa, afirmando: “O clima é um bem comum, um bem de todos e para todos. A nível global, é um sistema complexo, que tem a ver com muitas condições essenciais para a vida humana. Há um consenso científico muito consistente, indicando que estamos perante um preocupante aquecimento do sistema climático” (Francisco I, 2015,§23p.9)

O crescimento econômico é necessário, mas como promove-o sem esgotar os recursos, tanto o desenvolvimento sustentável como o crescimento econômico não podem colidir, a sustentabilidade aparece como um critério normativo para reconstrução da ordem econômica. Dessa forma que a Encíclica papal entra no cenário chamando atenção ante esse contexto paradoxal entre o desenvolvimento econômico e sua sustentabilidade exortando a toda a comunidade mundial católica ou não a repensar sobre o cuidado de nossa casa comum.

Será abordada a importância do princípio constitucional do desenvolvimento sustentável artigo 225, como condição a cuidado indiscutível do meio ambiente a nossa casa comum para as futuras gerações, sendo analisada a relação e influencia direta específica com o estabelecido na Encíclica *Laudato Si*, sendo abordado o capítulo IV, Uma Ecologia Integral, §156-158, numeral 4, “O princípio do bem comum”, e outros assuntos de relevância internacional.

Neste artigo busca-se analisar a importância da Encíclica do Papa Francisco I, fazendo um histórico de organismos e movimentos internacionais que teve seu início nos fins da década dos 60, considerada era do meio ambiente com a Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), e a Declaração do Rio de Janeiro sobre o

Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Convenção sobre a Biodiversidade (1992), o Protocolo de Kyoto (1997) relativo às metas a serem cumpridas pelos países desenvolvidos para a redução da emissão de gases do efeito estufa. Serão analisados os desafios que o Brasil deverá enfrentar para efetiva aplicação do princípio constitucional de desenvolvimento sustentável, verdadeiro direito fundamental, que engloba todo o sistema jurídico brasileiro o princípio da dignidade humana.

2 A CARTA ENCÍCLICA LAUDATO SI E O ARTIGO 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Um dos acontecimentos mais importantes do ano de 2015, a nível mundial, foi a publicação do tão esperado documento papal chamado “Encíclica *Laudato si*” traduzido “louvado sejas”, expressão que, no italiano do século XIII, foi utilizada por São Francisco de Assis em seu Cântico das Criaturas mostrando sua sensibilidade ecológica.

A encíclica que é um documento Ecumênico³ traz como tema reflexão a prioridade de cuidar de nossa casa comum, “a mãe terra”, que é o meio ambiente, sendo imprescindível preservá-lo e cuidá-lo para ter uma vida digna e pensar na construção de um mundo para as futuras gerações.

Conforme a Arquidiocese de Rio de Janeiro (2017) define a Encíclica como um documento de grau máximo das cartas pontifícias, tem um âmbito universal onde o papa empenha sua autoridade, como responsável pela igreja católica. A palavra encíclica deriva do grego “enkyklios” que significa “circular”, cabe ressaltar que o título de uma encíclica é o seu começo do texto na sua versão oficial em latim, e procura de forma genérica ensinar sobre um tema doutrinal ou moral, avivar a devoção ou informar aos fieis sobre eventuais perigos para a fé. Distintamente quando uma encíclica trata de temas de cunho político, social, econômicas elas são dirigidas normalmente a todos os católicos mais também a todos os homens e mulheres de boa vontade, não importando o tipo de consciência religiosa, ou ainda aqueles que não professam religião alguma.

Um dos pontos mais relevantes da mensagem do santo padre na Encíclica *Laudato Si* está relacionado à Ecologia Integral; que acolhe “O princípio do bem comum” expresso da seguinte forma:

³ Ecumenismo é o processo de busca unitário. O termo ecumênico provém da palavra grega οἰκουμένη (oikouménē), significa mundo habitado. Num sentido mais restrito, emprega-se o termo para os esforços em favor da unidade entre igrejas cristãs; num sentido lato, pode designar a busca da unidade entre as religiões.

122. Um antropocentrismo desordenado gera um estilo de vida desordenado. Na exortação apostólica *Evangelii gaudium*, referi-me ao relativismo prático que caracteriza nossa época e que é «ainda mais perigoso que o doutrinal». Quando o ser humano se coloca no centro, acaba por dar prioridade absoluta aos seus interesses contingentes, e tudo o mais se torna relativo. Por isso, não deveria surpreender que, juntamente com a omnipresença do paradigma tecnocrático e a adoração do poder humano sem limites, se desenvolva nos indivíduos este relativismo no qual tudo o que não serve os próprios interesses imediatos se torna irrelevante. Nisto, há uma lógica que permite compreender como se alimentam mutuamente diferentes atitudes, que provocam ao mesmo tempo a degradação ambiental e a degradação social.

156. A ecologia integral é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social. É «o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição».

157. O bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral. Exige também os dispositivos de bem-estar e segurança social e o desenvolvimento dos vários grupos intermédios, aplicando o princípio da subsidiariedade. Entre tais grupos, destaca-se de forma especial a família enquanto célula basilar da sociedade. Por fim, o bem comum requer a paz social, isto é, a estabilidade e a segurança de uma certa ordem, que não se realiza sem uma atenção particular à justiça distributiva, cuja violação gera sempre violência. Toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem obrigação de defender e promover o bem comum.

158. Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres. Esta opção implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra, mas – como procurei mostrar na exortação apostólica *Evangelii gaudium* – exige acima de tudo contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé. Basta observar a realidade para compreender que, hoje, esta opção é uma exigência ética fundamental para a efectiva realização do bem comum.

A encíclica *Laudato Si*, de modo geral foi muito esperada e teve grande repercussão mundial e gerou um grande debate na comunidade internacional, mais também teve seus críticos, por parte dos “céticos do clima”, dos setores mais conservadores e defensores do consumismo e do livre mercado.

O papa Francisco invoca a comunidade internacional a concretizar acordos que fixem a responsabilidade de cada estado, pela agressão causada ao meio ambiente, citando da seguinte forma no parágrafo 51:

51. A desigualdade não afecta apenas os indivíduos, mas países inteiros, e obriga a pensar numa ética das relações internacionais. Com efeito, há uma verdadeira «dívida ecológica», particularmente entre o Norte e o Sul, ligada a desequilíbrios comerciais consequências no âmbito ecológico e com o uso

desproporcionado dos recursos naturais efectuado historicamente por alguns países. As exportações de algumas matérias-primas para satisfazer os mercados no Norte industrializado produziram danos locais como, por exemplo, a contaminação com mercúrio na extracção mineral do ouro ou com o dióxido de enxofre na do cobre. [...] (FRANCISCO I 2015, p.19)

O Legislador Constituinte de 1988 dedicou especial atenção ao tema, reservando um capítulo da constituição, para tratar do meio ambiente no capítulo VI, Art.225, como um direito fundamental da pessoa humana, de vida digna (CF artigo I, inciso III). Destaca-se o Art.225: *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações”*.

O termo “todos” significa que qualquer pessoa é sujeito de direitos relacionados ao meio ambiente. Na linguagem jurídica o bem de uso comum abrange todos os bens (tudo que possa ser valorado) que não pertencem a ninguém especificamente, entretanto, que possam ser utilizados por qualquer um, sem qualquer ônus (como por exemplo: água, ar, luz solar, etc).

Assim o meio ambiente configura-se como objeto cujos benefícios devem ser distribuídos de forma igualitária entre todos, contrapondo-se a noção de interesse individual e apropriação privada cujos benefícios revertem-se unicamente em proveito do autor da apropriação.

Segundo Fiorillo (2011, p.65) destaca-se em alguns destes direitos e protegendo bens que não são susceptíveis de apropriação nem por pessoa física ou jurídica, pois este tipo de gênero de bem não se confunde nem com público nem privado, porquanto lhe cabendo ao poder público não sua propriedade, mas sim a possibilidade de gerencia-los,

O artigo 225 da constituição do Brasil trouxe uma nova visão antropocêntrica chamado de antropocentrismo alargado que busca aproximar ao ser humano com a natureza, pois coloca ao homem como integrante da comunidade biota, (MILARÉ, 2015), é sem dúvida alguma da convivência, do respeito, do cuidado, todas interligadas, é o que o santo padre chama do princípio do bem comum, princípio de dever que todos os cidadãos possuem, é a função ambiental caracterizada como um dever poder, esclarecendo que ao contrario da maioria das funções legalmente estabelecidas a função ambiental não é exclusivamente pública. Ou seja, seu exercício é outorgado a outros sujeitos além do estado.

Por conseguinte, o múnus (ou ofício ambiental) manifesta-se pelo comportamento do Estado e/ou do cidadão agindo este coletiva (associações ambientais, por exemplo) ou isoladamente (MILARÉ, 2015), é o cuidado de nossa casa, o meio ambiente, responsabilidades de todos sem exceção.

3 PRINCÍPIO E MEIO AMBIENTE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA NA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

O princípio do Desenvolvimento Sustentável é considerado um direito fundamental, ditos de terceira geração, incorporado nos textos constitucionais dos estados democráticos de Direito. É Sendo um direito fundamental, é um direito inato como o direito á vida a liberdade, etc. Trata-se realmente do valor, como o da pessoa humana e da democracia, se universalizou como expressão da própria experiência social de valor.

PRINCÍPIO

A palavra princípio, em sua raiz latina, *Principium* significa “aquilo que se toma primeiro”, designando início, começo, ponto de partida. (MILARÉ, 2015, p. 1064). É muito importante citar algumas definições de doutrinadores sobre a interpretação de princípio. Segundo José Cretella Jr (MILARÉ, 2015) princípio “São as proposições básicas, fundamentais típicas, que condicionam todas as estruturas subsequentes”. Ou como averba Celso Antônio Bandeira de Mello (MELLO apud MILARÉ, 2015):

Princípio é por definição mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a intelecção das diferentes partes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo.

Violar ao princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. É importante ressaltar que com o advento do pós-positivismo os princípios passaram de meras fontes de integração a espécie de normas jurídicas, dotados, portanto, de conteúdo normativo, o autor Amado (2012), define principio da seguinte forma:

Os princípios são normas jurídicas que fundamentam o sistema jurídico, com maior carga de abstração, generalidade e indeterminação que as regras, não regulando situações fáticas diretamente, carecendo de intermediação para a aplicação concreta. (AMADO,2012)

Devem ser pesados com outros princípios em cada caso concreto, á luz da ponderação casual (Princípio da Proporcionalidade). Ou seja, inexistente princípio absoluto. Eles se diferenciam das regras por ter maior grau de abstração, de indeterminabilidade, pela condição de *standart* e função morfogenética. Em que pese a inexistir hierarquia jurídica entre princípios e regras os primeiros são axiologicamente superiores, tendo as funções dimensional ou morfogenética (os princípios são fundamentos das regras), interpretativa, limitadora e integrativa.

Verifica-se a importância que destaca a constituição federal de 1988 sua preocupação com o meio ambiente, ecologicamente saudável, ao estabelecer em seus princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana Art. 1º, inciso III como fundamento destinado a interpretar todo o sistema constitucional, adotou explicitamente antropocêntrica, atribuindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país uma posição de centralidade em relação ao sistema de posituação do país. Por tanto o direito ao meio ambiente é um direito voltado à satisfação das necessidades humanas.

MEIO AMBIENTE

A definição de meio ambiente, no Direito Brasileiro, foi concebido pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, no seu artigo 3º, inciso I define o meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”

De fato a expressão ambiente é integrada de um conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais:

cuja interação constitui e condiciona o “meio” em que se vive. Daí porque a expressão “meio ambiente” se manifesta mais rica de sentido (como conexão de valores) do que a simples palavra “ambiente”. Esta exprime o conjunto de elementos; aquela expressa o resultado da interação desses elementos. (CUNHA JR, p. 2012).

Alguns estados federativos do Brasil optaram por inserir em suas leis um conceito próprio, a exemplo da Bahia que define meio ambiente da seguinte maneira:

a totalidade dos elementos e condições que, em sua complexidade de ordem física, química, biológica, socioeconômica e cultura, e em suas inter-relações, dão por suporte a todas as formas de vida e determinam sua existência, manutenção e propagação, abrangendo o ambiente natural e o artificial. (AMADO, 2012)

O meio ambiente não é visto apenas como a natureza intocada, um pedaço de terra que onde o ser humano é separado da natureza, mas como qualquer espaço, mesmo onde há

interação com o ser humano, suas modificações ao meio, sua cultura. A espécie humana é mais uma espécie fazendo parte do conjunto de espécies vivas da terra.

Historicamente as constituições anteriores à de 1988 não faziam referência a matéria relacionada ao meio ambiente: a constituição imperial de 1824 não fazia qualquer referência à matéria apenas cuidando da proibição de indústrias contrárias à saúde do cidadão (art.179, n XXIV), não entanto já se davam os primeiros passos.

A constituição de 1946, além de manter a defesa do patrimônio histórico cultural e paisagístico. A constituição de 1967 insistiu na necessidade de proteção do patrimônio histórico e paisagístico; disse ser atribuição da União legislar sobre normas gerais de defesa da saúde, sobre jazidas, florestas, caça, pescas e águas (art.8º, XVII, h) A carta de 1969, emenda outorgada pela junta Militar à Constituição de 1967, em seu art. 172 disse que “ a lei regulará mediante prévio levantamento ecológico, o aproveitamento agrícola de terras sujeitas a intempéries e calamidade” e que o “ mau uso da terra impedirá o proprietário de receber incentivos e auxílio do governo. Se introduz o vocábulo ecológico em textos legais (CUNHA Jr. 2014, p.183). Percebe-se como vá crescendo a necessidade ir adaptando as normas legais, dentro de uma nova visão constitucional plenamente adaptada aos interesses de uma sociedade.

4 O PRINCÍPIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A problemática global do meio Ambiente gira em torno da sustentabilidade, o tema se convertido em tema principal de debates, conferências, discussões jornalísticas, dentro das universidades, escolas e a pergunta é a mesma: como será possível sobreviver e sustentar-se? Quais as bases e com que meios será possível continuar mantendo-se e contribuindo para o desenvolvimento da raça humana? Haverá recursos para todos? (MILARÉ, 2015 p.59).

O adjetivo desenvolvimento sustentável existe há séculos, mas, como termo corrente do vocabulário econômico e ecológico, a data que aparece em sua certidão de nascimento é 1987. É daquele ano o relatório intitulado “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future) onde o desenvolvimento sustentável é concebido *como* “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (ONU, 2013).

O texto em que uma comissão formada pela ONU – é presidida pela então primeira ministra Noruega, Gro Harlem Brundtland – lançou as bases de um programa internacional

para conciliar o desenvolvimento econômico social com a conservação dos recursos naturais da terra, de modo a não espetar a conta da atual produção das riquezas nas futuras gerações. O desenvolvimento sustentável foi o signo sobre o qual transcorreu a Rio 92. Seu principal problema é, ainda hoje, ser uma daquelas belas idéias com as quais todos concordam, mas que se tornam um vespeiro na hora do desdobramento em medidas pratica (CEAN, 2013).

Dá-se a largada para falar do termo sustentabilidade a partir da década dos 70 na Conferência de Estocolmo, no entanto sua definição abrangente não permite determinar de forma científica o que é o desenvolvimento sustentável, isso ocorre por vários motivos, indo do impasse envolvendo os cientistas dos diversos ramos da ciência (economia, sociologia, meio ambiente, direito) sobre a melhor forma de abordagem do tema até a inexistência de uma forma eficaz e consensual entre os mesmos de se mensurar objetivamente a sustentabilidade (FREITAS, 2012).

No Brasil, o regime militar autoritário, liderou um grupo de países que pregavam tese oposta, isto é, a do “crescimento a qualquer custo”. Fundava-se tal perspectiva equivocada na ideia de que as nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento, por enfrentarem problemas socioeconômicos de grande gravidade, não deveriam destinar recursos para proteger o meio ambiente. A poluição e a degradação do meio ambiente eram vistas como um mal menor. O País vinha perdendo em média 18,6 mil km² de área verde por ano, segundo relatório sobre desenvolvimento sustentável divulgado em 19 de junho de 2002 pelo IBGE⁴. Atualmente a dilapidação tem aumentado a olhos vistos (MILARÈ, 2011 p.67).

Foi em 1973 que se cria a Secretaria Especial do Meio ambiente (SEMA), vinculada ao ministério do interior, que inicia suas atividades de forma discreta com educação ambiental (MMA, 2017).

Desse modo em 1981 foi decretada a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de meio ambiente, que veio a corroborar que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, é indispensável à sadia qualidade de vida, deve ser defendido e preservado pelo poder público e toda a sociedade civil (FIORILLO, 2011,p.128), criando-se o Sistema nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), dispondo a estrutura organizacional para gestão ambiental no Brasil, assim mesmo foi criado o Conselho Nacional do meio ambiente (CONAMA)⁵

⁴ O Estado de São Paulo, p. C-9, 20.06.2002.

⁵ O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90.

Define-se o artigo 225 da constituição do Brasil se reitera em estabelecer a existência de um bem como de uso comum do povo, o dispositivo fixa existência de uma norma vinculada ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, reafirmando ainda que todos são titulares desse direito, configurando-se uma nova realidade jurídica que não é público nem privado. Veiga (2008) afirma que a questão da sustentabilidade é essencialmente ética, pois, mesmo que prevista em leis, regulamentos e tratados, depende, para o alcance de resultados satisfatórios, do comportamento individual de cada ser humano e de sua consciência preservacionista. Dito de outra forma, a sustentabilidade é percebida como princípio jurídico, que vincula os sujeitos nas relações privadas e públicas, nacionais e internacionais.

Atento ao novel contexto que ora se desenhava em âmbito internacional, o legislador constituinte de 1988 observou que o crescimento das atividades econômicas merecia um tratamento novo, em consonância com os desígnios da preservação ambiental e, conseqüentemente, da garantia de um ambiente equilibrado às gerações presentes e futuras, destacando os seguintes artigos.

O Art. 170, inciso VI da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...]VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).

Dessa forma, o princípio do desenvolvimento sustentável possui como conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação a contento entre homens e destes com o seu ambiente, a fim de que as futuras gerações também tenham oportunidade de gozar dos mesmos recursos que hoje temos à disposição (FIORILLO, 2010).

Segundo o Instituto Arayara⁶ define a sustentabilidade como:

Sustentabilidade é um conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Propõe-se a ser um meio de configurar a civilização e atividade humanas, de tal forma que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam preencher as suas necessidades e expressar o seu maior potencial no presente, e ao mesmo tempo preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, planejando e agindo de forma a atingir pró-eficiência na manutenção indefinida desses ideais.

⁶ O Instituto Arayara de Educação para a Sustentabilidade é uma Associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, que objetiva apoiar a educação assim como o desenvolvimento social, ambiental, organizacional e institucional para a cidadania.

O Brasil devera enfrentar desafios na efetiva pratica do tripé da sustentabilidade (sociedade, economia e meio ambiente) é o que ecologia integral disciplina, sendo o grande entrave o propor modelos de consumo e produção que vise o bem de todos.

O mero crescimento econômico, calçado na mutilação do mundo natural e na imprevisão das suas funestas consequências - acabou por criar um antagonismo artificial e totalmente indispensável entre o legítimo desenvolvimento econômico e a preservação da qualidade ambiental. A falta de clareza sobre esta questão obscurece e dificulta a disputa, quanto a concepções e atitudes entre as diferentes forças da sociedade, por sua vez plasmadas em estratégias também diferenciadas quanto a projetos de desenvolvimento e suas respectivas, dimensões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas, jurídicas, culturais, educacionais, e ambientais, assim podemos compreender o porquê da confusão entre as noções de progresso, crescimento e desenvolvimento.⁷

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL INTERNACIONAL

Após a segunda guerra mundial, mas precisamente na década dos 60, os processos de degradação ambiental, sob várias modalidades, vão se alastrando. Nova crise, mais séria e global, desenha-se no horizonte para uma sociedade que, sem embargo, insiste em fechar olhos e ouvidos para a realidade. Nuvens pesadas encastelam-se sobre os destinos do planeta. Há um limite para o crescimento, como há um limite para a inconsciência. Mudanças climáticas como o efeito estufa, a chuva ácida, a degradação da camada de ozônio; acidentes ambientais como derramamentos de petróleo, acidentes nucleares como de Chernobil; avanços tecnológicos e a monocultura.

Uma nova disciplina se estava criando, em junho de 1972 na primeira conferencia Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente Estocolmo (Suécia), foi fundamental ainda que contou com a presença de apenas dos chefes de governo, o anfitrião sueco, o primeiro ministro Olof Palme, e Indira Gandhi, da Índia. Criaram-se órgãos e leis, e se lançou uma alerta sobre o destino conjunto da espécie humana e do planeta Terra. Aquele evento foi histórico e marcou o movimento que permanece atuante.

Em 1981, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como a Comissão Brundtland, foi criada para realizar

⁷ Sergio Roberto Martins, Antônio Carlos Porciúncula Soler e Alexandre melo Soares Instrumentos tecnológicos e Jurídicos para a construção da sociedade sustentável. O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. Org. Gilney Viana, Marina Silva e Nilo Diniz. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 159.

audiências ao redor do mundo e produzir um relatório formal com suas conclusões o chamado “relatório Brundtland” (ONU, 2013). O relatório final da Comissão foi intitulado “*nosso futuro Comum*” (*Our Common Future*), publicado em 1987. Neste documento o desenvolvimento sustentável é concebido e tornando-se parte da linguagem ambiental (CMMAD, 1987).

A relação sociedade-meio ambiente já estava expresso parcialmente na resolução 44/228, de 22.12.1989, da Assembleia Geral das Nações Unidas, quando foi convocada a Conferencia sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, nessa conferencia, o desenvolvimento sustentável foi adotado na declaração do Rio⁸ 92 e na Agenda 21⁹ como meta a ser buscada e respeitada por todos os países. O desenvolvimento sustentável é definido pela Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento como:

... aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades, podendo também ser empregado com o significado de melhorar a qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. (MILARÉ, 2015, p.77).

Esse novo direito fundamental vem conquistando espaço nas constituições mais modernas, como por exemplo, as de Portugal, de 1976 (Art. 66), da Espanha, de 1978 (Art.45) e na Constituição do Brasil em 1988, no artigo 225, é sem duvida, o principio transcendental de todo o ordenamento jurídico ambiental do Brasil, ostentando o status de verdadeira clausula pétrea.¹⁰ (MILARÉ, 2015). O desenvolvimento sustentável foi o signo sobre o qual transcorreram a Conferencia Rio 92, que ao menos produziu sete grandes resultados:

1. A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (contendo 27 princípios), destacando o principio nº 1. “Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Tem direito a vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”.
2. Agenda 21 – um plano de ação para o meio ambiente o desenvolvimento no século XXI
3. duas grandes convenções internacionais – a convenção- Quadro das nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)

⁸ Princípio 4: “Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste”

⁹ Segundo como consta do preâmbulo desse documento, “A humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração continuados ecossistemas de que depende nosso bem-estar”.

¹⁰ Constituição Federal Brasileira de 1988, art 60, §4º, IV

4. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB);
5. A Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS);
6. Um acordo para negociar uma Convenção Mundial sobre a Desertificação; e
7. A declaração de Princípios para o Manejo Sustentável de Florestal.

Os Princípios de Rio92 (Eco 92) reafirmaram as questões que haviam sido formuladas em Estocolmo. Após 20 anos da Rio92 chegaria a Conferencia das Nações Unidas Rio +20 que foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e também os dez anos da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu em Johannesburgo, África do Sul, no ano de 2002, e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

A Conferência Rio +20 teve como objetivo a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes. Os temas principais foram: A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Na Rio +20 os líderes fizeram um análise de tudo o que foi feito nos últimos vinte anos, renovando o compromisso mundial com o desenvolvimento sustentável; avaliaram quais as lacunas que ainda existem na execução dos acordos internacionais; abordaram os novos desafios emergentes e discutiram novas formas de recuperar os estragos que já fizemos em nosso planeta, sem deixar de progredir.

Uma das grandes discussões da conferência será sobre o papel de uma instância global que seja capaz de unir as metas de preservação do meio ambiente com as necessidades contínuas de progresso econômico, isto é, progredir sem agredir o meio ambiente. O resultado da Conferência Rio+20 foi um documento “O Futuro que Queremos”, documento considerado pela presidente Dilma Rousseff como um avanço em relação aos elaborados em outras convenções da ONU e como um fracasso por delegações de outros países e ONGs ambientais por ser pouco ambicioso. Tendo a crise financeira como pano de fundo, o desafio foi, essencialmente, estabelecer diretrizes para que crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental caminhem juntos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A encíclica papal enfatiza na sobrevivência da humanidade depende da proteção do mundo natural, mas que certamente pontos que já foram abordados nas diferentes discussões sobre desenvolvimento sustentável, mas que certamente muito pouco se fez.

O Brasil devera colocar em pratica o que está redigido no papel, como estado democrático Direito, o Principio de desenvolvimento sustentável nasce da preocupação de oferecer às futuras gerações as condições aos recursos naturais de que dispomos. A constante degradação ambiental se está tornando uma grave ameaça à qualidade de vida da humanidade, muitas vezes um caminho que não possui mais retorno com extinção de espécies, mudanças climáticas, etc. A Constituição Federal Brasileira de 1988 considera este principio como uma clausula pétreia pela importância que significa, ressaltando que todos têm direito ao meio ambiente meio ambiente equilibrado.

O Brasil terá que mudar radicalmente sua postura, colocar a questão ambiental no inicio e no centro de todas as políticas, para superar os grandes desafios do século XXI, se não for assim caminhará para a insustentabilidade. Só que custos ambientais e custos sociais costumam ter preços altos, ao longo do tempo, são limitados, e se esgotam, e mesmo quando a competitividade é assim obtida, a falta de escala para competir leva a outro obstáculo quase insuperável.

Em síntese, o grande desafio brasileiro para o século XXI será definir e executar uma política de desenvolvimento verdadeiramente sustentável – enfrentando inclusive a difícil tarefa de questionar os modelos de crescimento voltados unicamente para o econômico e descuidados do ambiental e social. Lembrando que por isso mesmo temos alguns dos piores indicadores de concentração de renda no mundo.

O meio ambiente que é patrimônio da sociedade atual e a futura, precisa crescer sim, mas de maneira sustentável, em harmonia e equilíbrio com o desenvolvimento econômico-social, a participação do governo no modo de garantir um mínimo de qualidade de vida para todos. No ultimo relatório do Programa para nações Unidas para o Desenvolvimento Humano o Brasil se manteve no posto 79º, que utiliza indicadores como saúde, renda e educação Brasil os índices de desenvolvimento humano não hão acompanhado o discurso de desenvolvimento econômico por parte de nossas autoridades.

Um racionalismo na preservação do meio ambiente, que não rompa com o modelo econômico, é imprescindível que o princípio de desenvolvimento sustentável seja eficaz o

argumento de uma posição cética que afirma tratar-se de “ecoterrorismo” afirmando que trata-se de um discurso alarmista, ficou sem sustento na realidade.

Reitera-se a cooperação de toda a comunidade internacional como foi promovido nos diferentes encontros internacionais sobre meio ambiente iniciando-se com a Conferencia Mundial sobre meio ambiente em Estocolmo em 1972 e concluindo com o Rio +20 em 2012; é possível construir um futuro baseado no progresso, na economia e na ciência, mas para isso, é necessário conscientização da sociedade Civil e Pública,

Reflexionar, ou ter a esperança de que “Todos” assumam o compromisso de cuidar de nossa casa comum, o Santo padre faz uma invocação o Brasil como estado democrático de Direito, líder em biodiversidade deve colocar em pratica o estabelecido na Constituição federal não ficando apenas no papel. O cuidado com nossa casa não pode esperar mais, o tempo continua passando, e a responsabilidade é de todos.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico Augusto di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 3. ed. Rio de janeiro: Forense, 2012.

ARQUIDIOCESE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <<http://arqrio.org/noticias/detalhes/3243/o-que-e-uma-enciclica>> Acesso em 10 jul. 2017.
BRASIL, Presidência da República Casa Civil Subchefia Para Assuntos Jurídicos LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm> Acesso em 20 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira> Acessado em: 16 jun. 2016.

BRASIL. Planalto, Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 10 jun. 2017.

BRASIL. Planalto, Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em 16 jun. 2016.

BRASIL. Planalto, Decreto Nº 97.632 de 10 de abril de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97632.htm> Acesso em 16 jun. 2016.

BRASIL. Planalto, Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em 16 jun. 2016.

CAVEDON, Fernanda de Salles. **Função Social e Ambiental da Propriedade**. Florianópolis: Momento Atual, 2003.

CEAN. Centro de Educação Ambiental de Niterói. Disponível em < <http://www.ibg-cean.org.br/educacao-ambiental/o-que-e-o-meio-ambiente>> Acesso em 15 abr. 2013.

CUNHA JR. Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Editora Saraiva 13. Ed. 2012.

FRANCISCO I, Encíclica *Laudato si*, Vaticano, 2015.189 p. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>

FREITAS, Ives Faiad. A sustentabilidade das cidades e o meio ambiente do trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3185, 21 mar. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/21334>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

MMA, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>>. Acesso em 10 jul. 2017

MILARÉ, Edis **Direito do ambiente**. 10 ed. Thomson Reuters, 2015.

NASCIMENTO, Meirilane Santana. Direito ambiental e o princípio do desenvolvimento sustentável. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 71, dez 2009.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Disponível em:< <http://www.observatoriodoclima.eco.br/a-enciclica-de-francisco-ponto-a-ponto/>> Acesso em 20 jun. 2017

ONU. 42/187. Report of the World Commission on Environment and Development, disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>

ONU, Conferencia das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, disponível em: <http://www.rio20.gov.br/?utm_campaign=Secretaria.Da.Comunicacao>. Acesso em 10 abr. 2013

O FUTURO QUE QUEREMOS. Disponível em: <<http://www.ofuturoquenosenqueremos.org.br/sustainability.php>>. Acesso em 10 abr. 2017

SARAIVA. Vade Mecum Saraiva. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SEIA, Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos. Artigo 5º, inciso I da Lei estadual 10.430/2006, do Estado da Bahia

da SILVA, José Afonso. **Direito ambiental Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

SOARES NETO, Paulo Byron Oliveira. Ética ambiental e o antropocentrismo. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIX, n. 150, jul 2016. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17526&revista_caderno=5>. Acesso em 01 jul. 2017.

SUSTENTABILIDADE, Educação para A Sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.sustentabilidade.org.br/default.asp>> Acesso em: 24 abr. 2013

WIKIPÉDIA. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ecumenismo>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

GÊNERO E CONSUMO DE DROGAS: UM OLHAR SOB O CUIDADO DE MULHERES USUÁRIAS DE CRACK

*Luana Malheiro*¹
*Fernando Meira*²
*Emanuelle Silva*³

RESUMO

Produzir aportes para o debate no que tange a temática de gênero e uso de drogas, focando na perspectiva das mulheres. Partiremos dos dados produzidos na pesquisa etnográfica realizada com mulheres usuárias de crack em situação de rua na cidade de Salvador, Bahia⁴, apresentando a complexidade de sua cultura de uso os seus vários contextos de vivências de violências e resistências. As narrativas apresentadas pelas mulheres usuárias de crack servirão como base para discorrer sobre duas questões importantes que serão tratadas no âmbito do presente módulo: as violências de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos entre mães usuárias de crack. Pretendemos auxiliar na adoção de um olhar de gênero sobre o cuidado com pessoas que usam drogas com fins a subsidiar a construção de estratégias de cuidado que possam desenvolver o olhar sensível às construções dos estereótipos de gênero e que possam atuar no sentido da garantia dos direitos dessas mulheres.

1 GÊNERO, UM CONCEITO INATO OU CONSTRUÍDO?

O conceito de gênero é um instrumento que nos ajuda a compreender as relações sociais, é também uma forma primeira de determinar a identidade de cada sujeito. O conceito de gênero se refere à construção cultural, enquanto o sexo se refere a características biológicas. Quando falamos de gênero, não estamos falando apenas de homens e mulheres, mas de todo um campo complexo onde a transgeneridade está incluída.

Primeiro, quando falamos no conceito de gênero, evocamos os trabalhos de Butler (1990) para afirmar o gênero como um processo interpretado e adquirido e não como um

¹ Bacharel em Antropologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA), especialista em Saúde Coletiva/ Mental pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e Discente do Programa de Mestrado em Antropologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA).

² Graduado em Medicina pela Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC) e Residência em Saúde da Família.

³ Graduada em Comunicação com Habilitação em Relações Públicas pela Universidade Salvador (UNIFACS); Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Possui especialização em Gestão em Direitos Humanos pela UNEB; Inovação, Sustentabilidade e Gestão do Terceiro Setor pela UNIJORGE/FAPESB e está cursando a Especialização em Teoria e Práticas Clínicas em Atenção Psicossocial aos Usuários de Substâncias Psicoativas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA

⁴ Tornando-se mulher usuária de crack: cultura de uso trajetória de vida e pânico moral no Centro da cidade de Salvador. Programa de Pós Graduação em Antropologia. UFBA. 2017 (em andamento).

conceito biológico inato. Para Butler, o gênero e também o sexo são construções culturais, que devem ser compreendidas no marco de cada cultura em específico. Scott é outra autora que nos ajudará a compreender gênero como um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 1989).

É possível ter uma leitura sobre as relações sociais e a prática do consumo de drogas em termos de gênero, tendo em vista que vivemos imersos em uma assimetria de gênero, que faz com que as mulheres estejam sempre em uma relação de subalternidade em relação aos homens. O poder em nossa sociedade se constitui a partir da supremacia masculina branca, neste contexto veremos que não só o gênero será determinante das relações de poder, mas também a raça, visto que o racismo é também estruturante das nossas relações de opressão social.

2 O QUE SIGNIFICA SER MULHER EM NOSSA SOCIEDADE?

A mulher em nossa sociedade recebe uma expectativa social com relação aos papéis socialmente destinados. Espera-se que as mulheres cumpram o papel de cuidadora da família, que se restrinja ao espaço do lar, que seja mãe e responsável pelo cuidado das crianças, que cumpra as tarefas domésticas, que seja responsável pela reprodução e etc. Durante muito tempo, as mulheres não possuíam direitos sociais básicos, como, por exemplo, o direito ao voto, a liberdade feminina é uma conquista que se realiza a partir do crescente empoderamento de mulheres que resolvem lutar pela garantia de direitos sociais básicos.

Segundo Simone de Beauvoir (1980, p.9) em seu livro *O Segundo Sexo* ela busca compreender que lugares sociais eram pertencentes *aos homens e que* lugares pertenciam as mulheres, quais mitos, construções sociais e de dominação, destinos biológicos, condições do ser, posições sociais, circunscrevem a figura do homem e a figura da mulher. Entre vários aspectos, Beauvoir também procurou entender essas diferenças em termos de educação e infância, relação com os pais, etapas do ciclo vital do ser humano, socialização na infância, etc.; alertando-se que a mulher era sempre tratada como o Outro, como secundário, daí o título “O Segundo sexo”, além disso, compreendeu que essas diferenças eram produzidas e mantidas no âmbito social e cultural. Dessa forma, ela afirma que a gente ou se torna mulher ou se torna homem, dado que uma série de significados culturais é inscrito num sexo dado (macho ou fêmea).

Dessa forma, a nossa sociedade, apesar dos avanços na organização social e política das mulheres, ainda é um ambiente hostil para as mulheres. Segundo dados da Fundação Perseu Abramo (2010) são 5 espancamentos a cada dois minutos no Brasil, 1 estupro a cada 11 minutos segundo o 9º Anuário da Segurança Pública/2015. Com relação ao feminicídio, ou seja, a morte de mulheres contamos 1 feminicídio a cada 90 minutos segundo dados do Ipea (2013), são 179 relatos de agressão por dia segundo o balanço da Central de Atendimento a mulher de janeiro a junho de 2015. Segundo o Mapa da Violência da Flacso (2015) são 13 homicídios femininos por dia em 2013, todos estes dados se refere ao Brasil, apontando que ainda vivemos em um contexto perigoso para as mulheres.

Por fim, Butler (2015 p.21) aborda a especificidade cultural singular dos significados de ser mulher em qualquer sociedade. A presunção política de ter que haver uma base universal para o feminismo que define o que é ser mulher a partir de uma base universal de dominação patriarcal e masculina acaba por presumir o que é ser mulher, como um sujeito universal do feminismo. Precisamos compreender a complexidade e diversidade imbuída no que é ser mulher em nossa sociedade, para que possamos nos debruçar sobre este tema precisamos ter em mente que mulher não pode ser presumida e definida a priori.

3 CONSUMO DE DROGAS ENTRE MULHERES

A temática do consumo de drogas entre mulheres nos fornece elementos para refletir a especificidade desta prática no contexto de uma sociedade construída a partir da desigualdade racial e de gênero. Refletir sobre o consumo de drogas entre mulheres, requer também perceber os imaginários sociais que constroem papéis sociais fixos para mulheres, circunscritos ao âmbito doméstico, sendo a mulher usuária de drogas considerada um desvio de uma determinada norma de gênero. Faz-se imprescindível tomar com maior profundidade a especificidade do universo feminino, pois acreditamos que não há como produzir uma intervenção no campo dos consumos de drogas sem considerar alguns marcadores sociais que se mostram como elementos estruturadores das relações sociais.

O imaginário social sobre mulheres usuárias de drogas esta permeado pelo discurso da loucura, promiscuidade, agressividade, e desajuste com o papel social dito feminino. Segundo Oliveira e Santos (2007) o consumo de drogas ilegais entre as mulheres leva consigo uma carga emocional de desgosto e medo do público, carga esta que está relacionada com a associação da (1) **concepção do consumo de drogas como um comportamento socialmente**

desviante (Becker,1966) e (2) **com os papéis sociais e culturais hegemonicamente destinados às mulheres**, quais sejam: *mãe, esposa e cuidadora da família*. Nesta perspectiva, a mulher que adota o consumo de drogas está contrariando tais normas sociais.

O consumo de drogas entre as mulheres será abordado no contexto da sociedade estado-unidense por Campbell (2000), que compreende a expectativa social de estímulo e indução a uma intensa pressão social sobre a mulher, para que ocupem o lugar que classicamente a supremacia branca heteronormativa tem tentado designar – mãe, esposa, dona de casa, sempre prontamente disposta a atender os desejos dos homens. Neste sentido, o consumo de drogas se mostra incompatível com a realização destes papéis sociais e segundo a autora: “o uso de drogas por parte das mulheres apresenta na cultura popular como um sintoma de outras formas femininas de desvios tais como a prostituição e o lesbianismo” (Campbell, 2000:154).

Apesar de a literatura científica evidenciar os danos individuais e sociais causados pela droga, associando principalmente o uso de crack a saúde materno-infantil (Mangaroni, 2010, Mangaroni e Oliveira, 2012, Yamaguchi, Cardoso, Torres e Andrade, 2008), pouco conhecimento científico se tem produzido e examinando a partir da perspectiva intersubjetiva e social, remetendo as vivências e os significados que o crack tem na vida destas mulheres, as múltiplas violações de direitos e as barreiras no enfrentamento dessa problemática.

Segundo dados da pesquisa nacional sobre o consumo de crack e outras drogas (SENAD, 2013) “*as mulheres usuárias de crack e/ou similares encontram-se inseridas em contextos de maior vulnerabilidade e apresentam baixa escolaridade, experiência cotidiana de viver em situação de rua, histórico de violência sexual, uso concomitante e intenso de drogas lícitas e ilícitas, uso infrequente de preservativos, troca de sexo por dinheiro e/ou drogas, entre outros elementos de vulnerabilidade individual e social*”. A trajetória dessas mulheres, marcada pela desigualdade de gênero e pela inserção social precarizada, se torna ainda mais adversa, no contexto do uso abusivo de drogas e sua inserção nas cenas de uso. A pesquisa aponta também que as mulheres costumam enfrentar barreiras relevantes quanto a acessar serviços de tratamento especializado, onde são, frequentemente, vítimas de discriminação e preconceitos, e têm suas necessidades específicas simplesmente ignoradas (Green, 2006).

É imprescindível ampliar o acesso a serviços de proteção à mulher, serviços da atenção primária, assistência social, saúde mental de maneira a atender as necessidades específicas dessas mulheres, criando um ambiente acolhedor que não produza discriminação e violência. Importante também é compreender a cultura de consumo de crack na perspectiva

das mulheres.

4 CULTURA DE USO DE CRACK ENTRE MULHERES USUÁRIAS DE CRACK

O contexto social das pessoas que usam crack tem ocupado calorosos debates no cenário político brasileiro, em suas mais variadas vertentes. Observamos atualmente a construção de um discurso que tem como foco a demonização da pessoa que usa crack, a partir do empreendimento de muitos setores sociais e da mídia que cumprem a função de disseminar uma ideia cristalizada, por exemplo, da mulher usuária de crack, sacizeira, violenta, promíscua, sem perspectivas de convívio social “normal”, abandonada nos atuais guetos, as cracolândias ou cenas de uso.

Observamos emergir no cenário brasileiro a figura “exótica” e caricaturada da mulher usuária de crack, perambulando nas cenas de uso, com decadente aparência, magra e sem higiene. No ano de 2007 há uma maior investida da mídia em pautar o fenômeno do consumo de crack. Enquanto reportagens noticiavam a epidemia do crack e o crescimento das cracolândias, nascia neste momento também a narrativa articulada pela grande mídia e reforçada por setores conservadores da nossa sociedade lançando foco sobre a mulher usuária de crack, pejorativamente conhecida em Salvador como *sacizeira*. No ano de 2014 surge a personagem chamada Larissa, usuária de crack da novela global “Verdades Secretas” representada pela atriz Grazi Mazzafera, neste mesmo ano a Rede Globo de Televisão lança uma grande série de reportagens que foi transmitida durante uma semana, a série denominada “Filhos do crack”, mostrava o poder devastador da droga em mulheres que não conseguiam cumprir a função social de ser mãe ao fazer o uso da droga.

No ano de 2015 a revista *Veja* e posteriormente a Rede Globo, faz uma reportagem com Loewy Marques, ex-modelo famosa, capa de revista que vivia na cracolândia paulistana e em paralelo com o anúncio do levantamento nacional sobre o uso de crack que indicava que 20 % das pessoas que usavam crack eram mulheres, começa a se constituir uma narrativa sobre essas mulheres, carregando um apelo dramático que auxiliava a constituir mitos como os “filhos do crack”⁵. Tanto a mídia jornalística, como a grande mídia televisiva produziam o

⁵ Filhos de mulheres usuárias de crack, foi tema do programa “profissão repórter” e alvo também do pânico moral na época. Boa parte da literatura médica sobre o tema incorpora esta categoria (Camargo e Martins, 2014) para se referir a um conjunto de sintomas apresentado pelo bebe em consequência do consumo de crack da sua mãe. Embora haja um consenso de que os filhos de mulheres usuárias de crack já nascem dependentes, a médica gaúcha Gabrielle Cunha demonstra que não há evidências científicas que comprovem tal afirmação (Cunha,

discurso do pânico e do medo, gerando informações com base em estereótipos que acabaram gerando uma violenta estigmatização, imersa em um contexto de múltiplas opressões.

Mais do que uma reflexão sobre essas pessoas, produziu-se um discurso centralizado na questão do crack, responsabilizando a droga por uma condição de miséria urbana. Milhares de homens e mulheres perambulando nas cenas de uso de crack, com uma invisível existência passam a ser foco da grande imprensa ganhando então uma notável visibilidade. Pessoas com vínculos sociais rompidos, fracassados na luta simbólica por reconhecimento, pessoas com suas trajetórias de vida marcada pela total ausência de políticas de proteção; conduzir nosso olhar para as cenas de uso de crack nos fez ver um pouco daquilo que estava encoberto.

Os territórios de consumo de crack passaram a ser alvo pesado de investidas da grande mídia, assim como também aconteceu no início do consumo de crack nos EUA (Reinerman e Levine, 1997): inúmeras reportagens passavam a retratar o flagelo social do consumo de crack construindo a figura do(a) usuário(a) como irrecuperável. Na época o próprio governo do Estado da Bahia lança a campanha em outdoors espalhados pela cidade com os dizeres: “Crack é cadeia ou caixão” apresentando esta noção baseada no senso comum de que uma vez que se inicia o consumo de crack o caminho é sem volta.

Apesar de alguns estudos epidemiológicos apresentarem a constatação de uma maior vulnerabilidade social entre mulheres usuárias de crack nas cenas de uso, estes estudos pouco abordam as narrativas destas mulheres, e principalmente a constituição da sua cultura de uso de crack.

Os poucos estudos qualitativos sobre esta população são estudos da área de saúde pública (Lima da Silva, 2000; Nappo, 2004 e Cruz, 2014) que apresenta um discurso muito focado da descrição de um comportamento patológico, que produz uma associação direta entre comportamento sexual de risco e dependência de crack, ou a prática da “baixa prostituição”⁶ e consumo de crack. Há uma importância crucial nestes estudos, pois foram os pioneiros a dar visibilidade a todo um contexto complexo das mulheres usuárias de crack, porém para além de pensar a mulher na perspectiva da intervenção das práticas de saúde para a resolução de uma questão apresentada circunscrita ao campo da saúde, cabe produzir uma reflexão que possibilite apresentar as diversas questões vividas na trajetória de vida dessas mulheres, no seu cotidiano nas cenas de uso até a constituição de uma cultura de uso de crack, os atravessamentos produzidos pela contra fissura (Lancetti, 2015) de uma sociedade que tem

2000), ela realiza desde 1994 estudos relacionando uso de drogas e gravidez e constata que bebês expostos ao crack durante o período fetal não nascem necessariamente dependentes da droga.

⁶ Refere-se a mulheres oriundas de extratos de baixo poder aquisitivo, e que na prostituição atendem o mesmo segmento populacional.

o seu Estado orientado para a repressão e criminalização da vida dessas mulheres. A complexidade da temática exige um olhar atento não só a questões de saúde, mas a questões relacionadas a desigualdade social, direitos humanos, justiça criminal, e tantas outras esferas que merecem investigações diversas em áreas de saberes distintas.

Em contraposição a estes estudos que focam no poder farmacológico da substância e nas questões relacionadas à saúde do corpo, há uma série de investigadores da antropologia que enfatiza a importância da interlocução de fatores biopsicossociais para que se tenha uma abordagem que dê conta da complexidade da questão (MacRae, 2004; Bucher, 1992; Romani, 1999; Becker, 1976; Velho, 1975) do uso de drogas. Os rituais sociais de uso são partes constituintes da cultura da droga, que deve ser analisado na investigação, ignorar a produção de cultura nos estudos envolvendo consumo de drogas, faria com que perdêssemos boa parte do conteúdo necessário para compreender determinados estilos de consumo de drogas. Partindo então do conceito antropológico de cultura, autores como Howard Becker (1966) e Edward MacRae (2004) formulam a noção de cultura da droga, um conjunto de entendimentos comuns sobre a droga, suas características e a maneira como ela pode ser melhor usada.

5 A CONSTRUÇÃO DO CUIDADO PARA MULHERES USUÁRIAS DE CRACK GESTANTES

No cotidiano de trabalho dos consultórios na rua, conseguimos sentir alguns impactos do resquício marcante que enviesa e atravessa nossa realidade social. Foi inicialmente em Belo Horizonte que observamos a institucionalização de algumas práticas do que chamamos de retirada de guarda das mães usuárias de droga ou em situação de rua. Nessa comarca, no ano de 2014 a promotoria de justiça da infância e da juventude lançou recomendações para que alguns profissionais das maternidades, sugerindo que se comunicasse a vara cível da infância e da juventude caso alguma mulher usuária de droga ou em situação de rua tivesse interesse em entregar seus recém-nascidos para adoção. Solicitou que informe àquele Juízo as situações de abandono de recém-nascido nos estabelecimentos de saúde, os casos de negligência e maus-tratos ao nascituro ou ao recém-nascido; as situações de mães usuárias de substâncias entorpecentes e os casos de gestantes que se recusam a fazer o pré-natal.

Tal situação pode ser exemplificada a partir de um caso que acompanhamos, de acordo com a recomendação do sistema jurisdicional da Bahia, a equipe do serviço social da

maternidade onde o filho do casal se encontrava é obrigada a notificar os partos de recém-nascidos vivos, filhos de mulheres em situação de rua, usuária de drogas, ou seja, que segundo parcela do Ministério Público se caracteriza como "situação de risco" para aquela criança. Neste caso, a equipe da maternidade elaborou um relatório, com as poucas informações que possuía sobre Usuária e acionou o Juizado de Menores, que abrigou imediatamente a criança. Mesmo contra a vontade do pai, o recém-nascido foi institucionalizado, indo para o abrigo inicialmente sem a declaração de nascido vivo (DNV).

A partir dessa recomendação observamos a institucionalização pelo Estado dessa prática já conhecida, da retirada da guarda dos filhos de mães usuárias de crack. É nesse sentido, e por vezes sob o discurso da proteção à criança que os profissionais das maternidades acionam os conselhos tutelares, sob recomendação do MP, para que se ponha em ordem e funcionamento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Aqui vale ressaltar que em 2016 o artigo 19 do ECA foi modificado, quando o trecho que determinava que toda criança e adolescente tinha o direito de ser criada num ambiente livre de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes foi suprimido do corpo do texto, sendo substituído pela recomendação de ser assegurado um ambiente que garanta o desenvolvimento integral dessa criança. Sendo assim, gostaríamos aqui de ratificar que as recomendações do MP não são ordens a serem cumpridas "às cegas", assim como não resultam em punição ao trabalhador da ponta caso não sejam seguidas. Dizemos isso, pois, sabemos de alguns trabalhadores que se sentem coagidos por alguns representantes do sistema jurídico.

Acreditamos que a recomendação de notificação desses partos fortaleça a institucionalização da prática da retirada de guarda por duas vias em especial; (1) por determinar previamente qual conduta a ser adotada frente à essas mulheres, como a construção de fluxos e protocolos que são orientados pelo estigma da usuária de crack; (2) pelo fortalecimento desse estigma por instituições como o MP. De certa forma observamos que alguns trabalhadores das maternidades de fato acreditam que aquilo que o MP define como risco social ou risco para abandono de fato o é, levando tais trabalhadores a se deparar com num conflito ético do cuidado, se naquele momento deve garantir o direito da criança ou da mãe, como se fossem antagônicos. Acreditamos que tais recomendações, no tocante às mulheres em situação de rua e/ou usuárias de crack, têm contribuído mais para o anti cuidado e maior estigmatização dessa mulheres do que para a defesa da ordem jurídica do regime democrático e dos interesses individuais e sociais indispensáveis. Na prática tem causado decisões precipitadas quanto ao afastamento das crianças recém-nascidas de suas mães sem uma profunda avaliação técnica

As recomendações nitidamente se inserem no paradigma do consenso social de pânico moral e discriminação da pessoa que usa crack, assim como no discurso alarmista e desumanizador que transforma pessoas usuárias de drogas em seres sem vontade, reféns de seu uso, não humanos, zumbis. Estas recomendações se referem ao uso de entorpecentes (utilizado como sinônimo de droga), logo incluiria o uso de maconha, álcool, cola, opiáceos e demais substâncias psicoativas, no entanto no cotidiano da ação em vários estados do Brasil, a referência é para mães usuárias de crack em situação de rua. Esta abordagem focada na mulher que usa crack em situação de rua se justifica em meio a um conjunto de concepções sociais difundidas pela mídia e incorporadas pelo judiciário sem qualquer crítica, tendo como resultado o controle social dessa população a partir do controle de natalidade, estratégia já utilizada em outro momento da história para o controle de mulheres negras (Davis,1982).

Vimos no município de Belo Horizonte as repercussões dessas recomendações, que de certa forma acreditamos ser a materialização institucional daquelas antigas práticas racistas, que se reproduzem em outros centros urbanos, como Salvador. A recomendação da promotoria de Minas Gerais inspirou outros Estados, do Brasil, fazendo com que em 2016 o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome preocupados com o aumento assustador dos casos de retirada de recém nascidos de suas mães usuárias de crack em situação de rua lança a Nota Técnica conjunta nº001/2016 (link da nota técnica) no sentido de apontar diretrizes, fluxo e fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e /ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém nascidos, entendendo que recomendações, oriundas de órgãos como o MP estão, por vezes, ocasionando decisões precipitadas quanto ao afastamento das crianças recém nascidas de suas mães sem uma avaliação técnica de cada caso.

Na nossa prática nos deparamos com um determinado fluxo que é orientador do itinerário de cuidado das mulheres gestantes em situação de rua ou usuárias de drogas que adentram as maternidades a procura do procedimento “parto”. Apesar de não estar nitidamente descrito e nem institucionalmente estabelecido, esse fluxograma é partilhado entre as maternidades sem muitas diferenças.

6 DROGAS, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Como já discutido anteriormente a história da humanidade é marcada pela utilização de substâncias psicoativas nos mais diversos contextos, propósitos e formas. As drogas e seu

consumo não foram desde sempre um problema para a sociedade. Elas são definidas como benéficas ou nocivas à sociedade a partir da cultura, valores e controles formais e informais da época.

A ocorrência do uso abusivo de drogas na contemporaneidade tem se constituído como um problema de pública relevância. No Brasil, um fator histórico torna esta realidade ainda mais dramática, pois há o reconhecimento superficial ou moralista sobre tal problema, junto com a ausência secular de políticas públicas efetivas voltadas para a solução ou construção de alternativas para minimizar essas situações problemáticas. Porém, nos últimos anos tem-se percebido alternativas de políticas públicas voltadas para diminuir, inibir e prevenir suas causas (PIRES, 2012; SANTOS, 2009).

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas, publicado em 2011, pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes – UNODC, mais de 200 milhões de pessoas no mundo todo, cerca de 5% da população entre 15 e 64 anos, fazem uso de drogas ilícitas ao menos uma vez por mês (UNODC, 2011). As estatísticas oficiais do Governo Federal justificam a necessidade de investimentos públicos nessa área. A Secretaria Nacional sobre Drogas, do Ministério da Justiça, realizou, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, um estudo que pudesse delinear o perfil da população usuária de crack e outras formas similares de cocaína fumada (pasta base, merla e “oxi”) no país e identificou que nas capitais do país e Distrito Federal, para a população desses municípios que consomem crack e/ou similares de forma regular, é na proporção de, aproximadamente, 0,81% (Intervalo de Confiança de 95% (IC95%): 0,76 – 0,86), o que representaria cerca de 370 mil usuários.

Quando estabelecido o recorte em relação ao tempo médio e frequência de uso e gênero (homem e mulher) a pesquisa da FIOCRUZ aponta um uso mais prolongado por parte dos homens, embora com frequências mais intensas por parte das mulheres. Entre os homens, o tempo médio do consumo de crack/similares foi de aproximadamente 83,9 meses (IC95%: 76,5-91,2) e entre as mulheres 72,8 (IC95%: 65,1-80,6). Com relação ao número de pedras usadas em um mesmo dia, as mulheres em média relataram consumir 21 pedras (IC95%: 10,8-31,9), enquanto os homens 13 pedras de crack/similares (IC95%: 11,7-15,0).

O tratamento de mulheres usuárias de *crack* tem sido um desafio às políticas públicas sobre drogas, pois apresenta características específicas que devem ser levadas em consideração. Alguns fatores de risco são apresentados por essas mulheres que usam crack, como experiências de violência ao longo da vida, eventos traumáticos, uso de drogas por demais familiares e baixa escolaridade (American Psychiatric Association, 2014; Diehl, Cordeiro & Laranjeira, 2011; Limberger & Andretta, 2015; Limberger, Nascimento,

Schneider & Andretta, 2016; Pedroso, Kessler & Pechansky, 2013). Além disso, é recorrente o uso concomitante do *crack* com outras drogas (Costa, Soibelman, Zanchet, Costa & Salgado, 2012), a prática da prostituição como maneira de obter *crack* (Pedroso et al., 2013) e o diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis (Correa, Matumoto, & Lonardi, 2008; Malta et al., 2008; Nappo, Sanchez, & Oliveira, 2011; Pinto, Tancredi, Buchalla, & Miranda, 2014; Von Diemen, De Boni, Kessler, Benzano, & Pechansky, 2010).

Diante desse cenário, a absorção das especificidades da população feminina nas políticas públicas sobre drogas é imprescindível e nos convida a refletir sobre o que tem sido pensado de serviços públicos de garantia de direitos dessas mulheres, refletindo com mais incidência nas estratégias que as auxiliem no enfrentamento do preconceito ao retornarem à vida profissional e familiar, garantindo sua autonomia e desmistificando a necessidade de se enquadrarem em um modelo social feminino (Bungay et al., 2010; Kuri et al., 2015).

7 INTERSECCIONALIDADES (GÊNERO E RAÇA) E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

A chamada Guerra às Drogas ou proibicionismo⁷, como mais comumente conhecido, tem produzido efeitos devastadores sobre os Países que adotam esse princípio, como base para pensar as políticas sobre drogas.

Os resultados e efeitos da adoção de uma política proibicionista são mais negativos do que o uso da droga em si. A violação de direitos humanos e a saúde pública sofrem o impacto desse modelo, seja com práticas abusivas do dito “tratamento”, pois as pessoas que fazem uso de drogas sofrem abuso físico e psicológico, seja na saúde pública, em que os investimentos na melhoria da qualidade dos serviços ofertados a essa população ficam aquém dos investimentos públicos voltados para a repressão no campo da segurança pública.

Ao adotar o proibicionismo, o Brasil e o mundo vêm produzindo efeitos devastadores na vida das pessoas que fazem uso de drogas ilícitas, principalmente aos grupos mais vulneráveis, as minorias étnico-raciais e as mulheres.

O consumo de drogas não tem o mesmo significado, necessidades e impacto entre

⁷ Conceituando o que vem a ser proibicionismo, Karam (s/d) afirma que, proibicionismo, em uma primeira aproximação, pode ser entendido, como um posicionamento ideológico, de fundo moral, que se traduz em ações políticas voltadas para a regulação de fenômenos, comportamentos ou produtos vistos como negativos, através de proibições estabelecidas notadamente com a intervenção do sistema penal – e, assim, com a criminalização de condutas através da edição de leis penais -, sem deixar espaço para as escolhas individuais, para o âmbito de liberdade de cada um, ainda quando os comportamentos regulados não impliquem em um dano ou em um perigo concreto de dano para terceiros (KARAM, s/d, p. 01).

homens e mulheres e não é representado socialmente da mesma forma. Focando nas especificidades das mulheres, podemos evidenciar, sob os mais variados aspectos, desde a metabolização diferencial do álcool e outras drogas nas mulheres, até a complexa inter-relação entre consumo de drogas e (des)inserção familiar e profissional, no contexto dos papéis sociais e de gênero de homens e mulheres.

As mulheres que usam drogas, especialmente as que vivem em situação de rua e fazem uso de crack, são alvo de julgamento machista sobre sua conduta e sofrem com políticas higienistas. O preconceito é reforçado quando, além de usuária de *crack*, a mulher é mãe. Nesse caso, ela passa a ser percebida como irresponsável e imoral, julgamento não formado tão fortemente sobre homens usuários que têm filhos (Cruz et al., 2014; Souza et al., 2014). De forma complementar, as mulheres costumam enfrentar barreiras relevantes quanto a acessar serviços de tratamento especializado, onde são, frequentemente, vítimas de discriminação e preconceitos, e têm suas necessidades específicas simplesmente ignoradas (Green, 2006).

O perfil das mulheres que usam crack e vivem em situação de rua, segundo a Pesquisa da FIOCRUZ (2011) é a seguinte: a idade média das mulheres usuárias de crack e/ou similares evidenciada na pesquisa foi de 29,60 anos (IC95% 28,38-30,81), enquanto os usuários de crack e/ou similares do sexo masculino tinham, em média, 30,47 anos (IC95% 29,74-31,21). A maioria das mulheres se declarou como não branca (78,56% [IC95% 72,04-83,90]), o que também foi observado entre os homens (79,33% [IC95% 75,50-82,69]). Dentre as mulheres, 44,5% (IC95%: 37,2-52,1) relataram já ter sofrido violência sexual na vida, enquanto que entre os homens, esse percentual foi bastante inferior, 7,0% (IC95%: 5,7-8,5).

Não há como negar que os avanços nas legislações e nas garantias de direitos são ainda insuficientes, pois persistem violações graves aos direitos humanos, como discriminação contra minorias e grupos vulneráveis (Trindade, 2009). Dessa forma, mulheres usuárias de *crack* sofrem diversos julgamentos: distanciam-se dos papéis sociais culturalmente esperados (esposa, mãe e cuidadora); sofrem com o preconceito presente nos diversos segmentos sociais e entre os próprios usuários (Oliveira, Paiva, & Valente, 2007; Romanini & Roso 2013; Souza et al., 2014) e são referidas como “sem-vergonha”, “que não cuidam dos filhos”, “que transmitem doenças” (Limberger & Andretta, 2015).

Outro aspecto a ser considerado é tendo em vista a violação de direitos e a discriminação, é necessário atentar para o número de mulheres negras usuárias de *crack* que são excluídas da sociedade (Alves, 2014) e resistem em buscar ajuda e tratamento por receio de humilhações (Cruz et al., 2014; Grella, 2007). Além disso, por receio do preconceito e pela

maior vulnerabilidade social e familiar, mulheres usuárias de *crack* encontram mais dificuldades do que os homens para se reinserir socialmente (Kuri, Alcaráz & Cáceres, 2015).

Na implementação de políticas sobre drogas é preciso que os gestores públicos e operadores das diversas políticas públicas de proteção social levem em consideração as dimensões de raça e gênero, criando assim, novos arranjos políticos, sociais, culturais e econômicos, tendo como desdobramento, portanto, a criação de políticas públicas que garantam os direitos civis e sociais dessas mulheres.

A categoria gênero é central na análise, execução e avaliação das políticas sobre drogas. Por conta disso são duas as formas de conceber gênero que se habilitam no momento de pensar políticas para as mulheres usuárias de crack, a fim de compreender como se constitui e se reproduz relações desiguais de poder, como formações sociais refletem assimetrias de gênero. A primeira diz respeito a uma categoria epistemológica, é uma perspectiva de gênero que parte do imaginário sexual e que se traduz no social impregnado de poder, e que se faz entendendo que todas as relações sociais se dão sempre a partir de uma noção de gênero e poder. A segunda diz respeito a uma categoria analítica, que é, fundamentalmente, relacional e que diz sobre a produção simbólica, no plano dos valores, das convenções de feminilidades e masculinidades que se dão em determinadas configurações sócio históricas (Bonetti e Fontoura, 2007). No entanto, esta categoria apenas não dá conta de compreender todas as dimensões das vivências dos sujeitos dessa investigação, mulheres, negras, em sua absoluta maioria.

Não é possível pensar políticas de garantia de direitos humanos de homens e mulheres usuárias de crack se a dimensão de raça não for levada em consideração na implementação desse instrumento de política pública. É importante salientar a devida observação de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2005), ao pontuar que o conceito de raça, aqui empregado, é plenamente sociológico, pois não precisa estar referido a um sistema de causação que requeira um realismo ontológico, não sendo necessário, para o autor, reivindicar nenhuma realidade biológica das 'raças' para fundamentar a utilização do conceito em estudos sociológicos. Sinaliza o autor que a raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural, sendo um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo determinado, razão pela qual a realidade das raças limita-se ao mundo social.

Nesse sentido, Guimarães (2005) aponta que a 'raça' se constitui não somente uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no país, mas é também

uma categoria analítica indispensável, na medida em que é a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’.

Prossegue o autor afirmando que a dispensa do conceito de ‘raça’ para compreender o mundo social necessitaria da confluência de três fatores: a) quando não houver identidades raciais, ou seja, quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta ou indiretamente derivados da ideia de raça; b) quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; c) quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis em termos tecnológicos, sociais e políticos, para a afirmação social dos grupos oprimidos (GUIMARÃES, 2005).

Quando se insere os conceitos de raça e gênero no campo das políticas sobre drogas tem-se o objetivo de incidir na equidade e igualdade de acesso as políticas de garantia de direitos para homens e mulheres, ou seja, promover o *Mainstreaming*.

Mainstreaming é uma estratégia para integrar os interesses e experiências, tanto de mulheres, quanto de homens, no desenho implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas econômicas e sociais, de sorte que mulheres e homens beneficiem igualmente. Igualdade e equidade de gênero são seus objetivos. O objetivo mais amplo é o pleno exercício e benefício de todos os direitos humanos (civis, políticos, sociais, econômicos e culturais) por todas as mulheres, homens e crianças (Bedlington *et al.*, 2004, p. 4, apud COSTA; SARDENBERG, 2008).

Assim é urgente que os gestores públicos e operadores das políticas sobre drogas compreendam o conceito de interseccionalidade. Com a categoria da interseccionalidade, Crenshaw (1994) focaliza, sobretudo, as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade, que “podem contribuir para estruturar suas experiências (as das mulheres de cor)” (Idem, p. 54). A interseccionalidade é uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade” (Idem, *ibidem*).

Dessa forma, a compreensão e aplicabilidade do conceito de Interseccionalidades (gênero e raça) se faz necessário, tendo em vista a necessidade de entender as diferenças e especificidades das demandas de garantia de direitos humanos das mulheres usuárias de crack, promovendo assim, a incidência qualitativamente e quantitativamente nos serviços e equipamentos no campo das políticas sobre drogas.

Crenshaw propõe a subdivisão em duas categorias: a “interseccionalidade estrutural” (a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a

experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências) e a “interseccionalidade política” (as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor) (cf. Idem, *ibidem*).

8 CONCLUSÃO

A partir das discussões compreendemos a importância de se refletir a especificidade do consumo de drogas entre mulheres, no sentido de produzir um cuidado que possa reverberar no universo cultural dessas mulheres. Importante salientar o caráter político desse cuidado, que necessita de disponibilidade para acolher as mulheres em suas idiossincrasias. É desse encontro, desse espaço relacional, desse resultado entre a necessidade de dialogar sobre as opressões de gênero e a disposição para a escuta, que se possibilita o ato do cuidado. Partindo da concepção de que o cuidado em si é imprescindível à autonomia dos sujeitos, particularmente o cuidado em saúde, podemos dizer que a o horizonte autônomo para as mulheres perpassa pelo encontro daquelas que lutam.

Por isso, pontuamos a importância da criação de espaços de diálogo para contribuir com o empoderamento feminino, a partir da formação política e da compreensão das políticas públicas que organizam serviços de proteção, direitos humanos e saúde da mulher, ofertados pelo Estado. A articulação e vinculação com os movimentos sociais que contribuam com a estratégia feminista, de caráter interseccional, considerando as questões inerentes ao racismo estrutural e as condições de pós colonizadas que vivemos, deve ser um horizonte no cuidado dessas mulheres. Espaços restritos a construir o “empoderamento” feminino através de oficinas pontuais de embelezamento e estética, apenas reforça o lugar historicamente construído para a mulher: é preciso que os serviços e dispositivos possam construir espaços permanentes de diálogo e acolhimento a relatos de violência contra a mulher com o objetivo de refletir junta a essas mulheres formas de enfrentamento.

Precisamos refletir na ampliação dos equipamentos previstos tanto na rede de proteção a mulher como na rede cegonha, para atender a especificidade das mulheres que são usuárias de drogas e estão em situação de rua. Para além da implementação dos serviços, para a ampliação da atenção integral a mulher em situação de rua que faz uso de crack, faz-se extremamente relevante promover encontros periódicos entre pontos chaves da rede de atenção a fim de debater e construir junto o cuidado específico voltado a esta mulher.

Neste sentido, encontros da rede de proteção a violência contra a mulher, com a rede de atenção ao uso de drogas da rede SUS, somada a rede SUAS, possibilita caminhos viáveis para a construção do cuidado efetivo. Além disso, observamos também a importância do diálogo estreito com os setores que compõem o nosso judiciário. Articulações com as defensorias públicas podem facilitar o acompanhamento de alguns casos complexos, assim como a aproximação com os conselhos tutelares pode evidenciar o fluxo de funcionamento de tal instituição.

É urgente a necessidade de pensarmos e elaborarmos políticas para além da lógica compartimentalizada que temos seguido, onde consigamos manter o respeito à especificidade e individualidade de cada sujeito e cada mulher no tocante as demarcações das opressões da supremacia branca heteronormativa, mas que também consigamos ter condutas que contemplem a totalidade da complexidade envolvida. Nesse sentido, as mulheres usuárias de drogas, que têm nítidas demarcações de raça e classe envolvidas nesse contexto, devem ser contempladas com um cuidado que seja orientado pelo cruzamento das diversas políticas que atravessam as vidas dessas mulheres, quais sejam, da saúde, assistência social, direitos humanos, cultura e segurança pública.

Pensar políticas sobre drogas na perspectiva da garantia dos direitos humanos das mulheres usuárias de crack perpassa pela participação ativa das beneficiárias da política. Essa participação pode e deve se dar no compartilhamento das impressões e trocas de saberes entre as usuárias, gestores públicos e profissionais que atuam nos equipamentos e serviços ofertados a essa população, promovendo, assim, uma intervenção mais qualificada e aderente às demandas dessas mulheres, que estão em sua maioria vivendo em situação de rua.

O sujeito que faz uso abusivo/nocivo de drogas é singular e isso não pode ser encarado diferentemente quando se trata de uma mulher e, por isso, deve ser protagonista das ações dirigidas a ela e a abstinência não pode ser o único objetivo a ser alcançado, só se assim a usuária desejar. As políticas sobre drogas devem ofertar as mulheres usuárias de crack diversas modalidades de atendimento socioassistenciais, tratamentos de saúde, ações de *advocacy* e de reinserção social, dando a possibilidade de essa mulher escolher a abordagem que melhor se adeque a sua vida e a seu momento.

As práticas de redução de danos devem ser cada vez mais estudadas para que novas estratégias de prevenção, reabilitação e reinserção social de/com e para essa população seja fortalecida, fomentando o exercício da cidadania.

Discutir os conceitos de gênero, raça e drogas é complexo, mas a pouca discussão e desconhecimento por parte da sociedade sobre essas temáticas tornam o problema social (uso

abusivo/nocivo de SPA) ainda mais difícil. É preciso investir em debates públicos, baseados em evidências científicas, para que minimizemos as opiniões pautadas nos aspectos morais, cristãos e machistas, trazendo resoluções no campo do “eu acho” a partir de experiências individuais.

Por fim, a atuação dos diversos instrumentos de políticas públicas, que tem como beneficiárias mulheres usuárias de crack que vivem em situação de rua, devem focar sua atuação em uma perspectiva intersetorial e de atenção integral, pois só assim contribuirão de forma efetiva na melhoria das condições de vida dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

BASTOS FIPM, Bertoni N. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?** [Internet]. Rio de Janeiro, RJ: ICICT/FIOCRUZ; 2014 [cited 2015 Sept 13]. Available from: http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/1_0019

BECKER, H. **Consciência, Poder e Efeito da Droga**. In: H. Becker .Uma Teoria da Ação Coletiva . Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp181-204

BECKER, H: **Outsiders studies in the sociology of deviance**. New York, The Free Press. 1966

BUCHER, R. e LUCCHINI, R. **À Procura de uma abordagem interdisciplinar da toxicomania**. In: BUCHER, R. Drogas e Drogadição no Brasil,. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992, p 181-204

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990. [[Links](#)]

Camargo, P. e Martins, M F. **Os efeitos do crack na gestação e nos bebês nascidos de mães usuárias: Uma revisão bibliográfica**. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 161-169, 2014

Campbell, NANCY. **Using Women: Gender, Drug Policy and Social Justice** (2000)Routledge, NY, London.

CRUZ, Vania Dias. **The experiences of women who use crack in the city of Pelotas RS**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Obstetrícia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

DAVIS, Angela. (1982), **Women, race and class**. Nova York, Vintage Books.

Green CA. **Gender and use of substance abuse treatment services**. Alcohol Res Health 2006; 29(1): 55-62

GRUND, J.-P. C. **Drug Use as a Social Ritual - Functionality, Symbolism and Determinantsof Self-Regulation**. Roterdã: Institut voor Vershavingsonderzock (IVO) Erasmus Universiteit,1993.

Joan Scott – **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989

Lima da Silva, Selma. Dissertação de mestrado: "**Mulheres da luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso de crack**", Faculdade de Saúde Pública - USP 2000.

Lancetti, A. **Contrafissura e Plasticidade Psíquica**. Políticas do desejo. Ed.Hucitec. SP. 2015

MACRAE, Edward. **Abordagem etnográfica do uso de drogas**. Disponível em:<www.giesp.ffch.ufba.br>

MacRae. **Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos**. In, TAVARES, Luiz Alberto, ALMEIDA; Alba Riva Brito de & NERY, Antônio (orgs.). Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo. Salvador – BA, EDUFBA, 2004.

MAUSS, Marcel. **As técnicas corporais**. In: Sociologia e Antropologia, São Paulo, Editora Cosac Naify, 2003 pp., 401-420.

MORAES, M.; CASTRO, R.; PETUCO, D. **Gênero e uso de drogas: contribuições para uma atenção integral á saúde**. Instituto PAPAI. PE.2011

MOUNTIAN, Ilana (2007). **Mujeres bajo Control**. Em Biglia B., San Martín C. (ed.). Estado de Wonderbra. Entretejiendo narrativas de feministas sobre las violencias de género. P.73-83. Virus Press: Barcelona. ISBN 978-84-96044-88-3

NAPPO, S.A. et al. **Comportamento de risco de mulheres usuárias de crack em relação às DST/AIDS**. São Paulo: CEBRID, 2004.

REINERMAN, C.; e LEVINE, H. G. **Crack in America - Demon Drugs and Social Justice**. Berkley: University of California Press; 1997.

Tuchman E. **Women and addiction: the importance of gender issues in substance abuse research**. J Addict Dis 2010; 29(2): 127-38.

VELHO, G. **Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia**. 1975.168p. Tese de doutorado em Antropologia Social- Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

ZINBERG, N. E. **Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use**. New Haven: Yale University Press, 1984.

A IMPORTÂNCIA DOS PLANOS DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A SAÚDE AMBIENTAL

Mayara Luíze Rebouças Nascimento Silva

RESUMO

O artigo apresenta através de levantamento bibliográfico, de abordagem descritiva, expor as competências das esferas de governo na formulação de planos de gestão de resíduos sólidos e suas etapas do manejo, através do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e pelo Conselho Nacional do Meio ambiente (CONAMA) a fim de demonstrar o adequado manejo dos resíduos. A Lei 12305/2010 estabelece a elaboração do plano de gestão integrada de resíduos sólidos para as esferas estaduais e municipais e o plano de gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil para as organizações que atuam no setor da construção civil. Apresenta um fluxograma sobre as esferas de atuação dos planos de gestão de resíduos sólidos e as principais etapas do plano de gerenciamento dos resíduos da construção civil. Conclui-se que, para a consolidação de um plano de gerenciamento de RSCC é necessária a conscientização dos gestores e de todos os envolvidos nas obras, visando garantir a efetividade das ações e permitir a fiscalização, assegurando o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Meio ambiente. Lei 12305/2010. Construção civil.

1 INTRODUÇÃO

Com a urbanização acelerada nas grandes cidades observa-se o aumento da quantidade de resíduos sólidos oriundos da construção civil, provocado por geradores de organizações públicas e privadas. Constata-se ainda que, o inadequado gerenciamento dos resíduos sólidos, acarreta impactos para o meio ambiente e a saúde ambiental.

Neste estudo, a saúde ambiental é considerada como parte da saúde pública, englobando os problemas resultantes dos efeitos que o ambiente exerce sobre o bem-estar físico e mental do homem e mostra como alternativa ao combate dos danos ambientais a gestão dos resíduos sólidos, tendo em vista seu crescimento e transtorno gerado ao ser humano, devido as práticas inadequadas do seu manejo. Assim, a geração de resíduos sólidos no Brasil avançou 1,7% de 2014 a 2015, enquanto a população cresceu 0,8% e a atividade econômica (PIB) retraiu 3,8% (ABRELPE, 2015), o que trás prejuízo, ao meio ambiente, a saúde e aumenta o déficit no índice desenvolvimento humano (IDH).

Mediante aos problemas enfrentados, para minimizar os avanços da poluição, em 2010, a Lei 12305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS. Alguns objetivos deste Marco Regulatório podem ser destacados, como o incentivo à indústria da reciclagem de materiais nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos que podem causar inúmeros impactos socioambientais sem sua destinação adequada.

Na busca da sustentabilidade ambiental é importante observar o conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos inserido na Política Nacional de Resíduos Sólidos a Lei 12305/2010 (BRASIL, 2010). Este conceito se refere a um conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

Ademais, a responsabilidade compartilhada fomenta a logística reversa que estimula a integração de catadores para o trabalho de coleta e reaproveitamento dos resíduos sólidos, sendo um instrumento de desenvolvimento econômico e social que fornece subsídio para o desenvolvimento humano, trazendo bem-estar à sociedade.

Inserido no contexto acima apresentado, este trabalho objetiva expor as competências e inter-relações das esferas de governo na formulação de planos de gestão de resíduos sólidos e apresentar as etapas de manejo inseridas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil – PGRCC, como instrumento de gestão e de gerenciamento ambientalmente adequados dos resíduos sólidos.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é estudo descritivo desenvolvido a partir das definições da PNRS – Lei 12305/2010. Tem cunho bibliográfico, já que se encontra baseado em artigos científicos e documentos técnicos – normativos nacionais e estaduais (legislação e normas) que regulamentam os planos de gestão de resíduos sólidos - PGRS.

3 OS PLANOS INSERIDOS NA POLITICA NACIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS

Um dos principais instrumentos para a efetivação dos Princípios que a PNRS se baseia é o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Este Plano contempla os diversos tipos de resíduos gerados, alternativas de gestão e gerenciamento passíveis de implementação, bem como metas para diferentes cenários, programas, projetos e ações correspondentes.

Dessa forma, cabe ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, em conjunto com órgãos dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, com a iniciativa privada, organizações não governamentais e sociedade civil preparar o do Plano Nacional de Resíduos Sólidos por meio do desenvolvimento de diagnósticos da situação atual dos diferentes tipos de resíduos, cenários macroeconômicos e institucionais e as diretrizes e metas para o manejo adequado de RS no Brasil e desta forma promover a saúde ambiental.

A elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), nos termos previstos do Art.16 da PNRS, é condição para os estados terem acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de RS, como também, para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento.

Assim, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode ser elaborado como Planos Intermunicipais, Microrregionais, de Regiões Metropolitanas e de Aglomerações Urbanas. O Plano é condição necessária para os municípios terem acesso aos recursos da União, destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos e podem ser elaborados com conteúdo mínimo.

Finalmente, e não menos importantes, surgem os Planos de Gestão Integrada ou de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGIRS, desenvolvidos por todas as organizações ligadas às: indústrias; atividades agrosilvopastoris; estabelecimentos de serviços de saúde; serviços públicos de saneamento básico; empresas e terminais de transporte; mineradoras; grandes estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço; construtoras; dentre outras, que devem entregar o PGIRS à órgão público municipal referenciado, visando o controle e a fiscalização, o qual deverá orientar quanto a estes procedimentos, quanto às penalidades aplicáveis pelo seu não cumprimento, assim como pela identificação dos responsáveis (Brasil, 2010).

Os Planos de Gestão são instrumentos instituídos pelo Marco Legal para dar apoio ao adequado gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos de forma compartilhada. O desenvolvimento dos Planos envolve diversas esferas e atores (Figura 1.0).

Figura 1.0 – Esferas dos Planos de Gestão de RS

Fonte: Lei 12305/2010. Adaptado pelas autoras

4 O PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL – PGRCC

O PGRS é instrumento jurídico que auxilia as organizações a gerir seus resíduos gerados. Para o Portal de Resíduos Sólidos (PRS, 2017) a “intenção de ter um documento como esse é ter segurança de que os processos produtivos em uma determinada cidade ou país, sejam controlados para evitar grandes poluições ambientais e as devidas consequências para a saúde pública e desequilíbrio da fauna e da flora”. Assim, poluição controlada propicia desenvolvimento humano sustentado.

Conforme sinalizado no item anterior deste estudo, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deve ser desenvolvido por todas as organizações. No âmbito das empresas de construção civil, este plano é considerado um documento técnico que identifica a quantidade de geração de cada tipo de resíduos proveniente de construções, reformas, reparos, demolições de obras civis e da preparação e escavação de terrenos.

Buscando minimizar os danos gerados pelos resíduos da construção e da demolição e obter resultados mais eficientes no manejo destes resíduos, o estado da Bahia definiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) – Lei 12.932/2014, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei 12.305/2010 e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) – Lei 447/2014, que propõem, dentre outros instrumentos, a

elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na Construção Civil (PGRCC) para os geradores, que serão submetidos ao licenciamento nos órgãos responsáveis.

Ademais, de acordo com a Resolução CONAMA n. 307 (2002), o gerenciamento de resíduos da construção civil é um sistema de gestão que propõe reduzir, reutilizar ou reciclar os resíduos sólidos, incluindo planejamento, responsabilidade e organização necessários à consolidação das etapas de manejo, previstas em programas e planos.

Nesse sentido, a fim de disciplinar e minimizar os danos gerados pela construção civil, a Resolução CONAMA n. 307 (2002) passa a estabelecer novas diretrizes para a gestão de resíduos sólidos da construção civil (RCC) classificando-os em classes como A, B, C e D.

Os de Classe A referem-se àqueles que podem ser reutilizados ou reciclados na própria obra como agregados; os da Classe B são aqueles que podem ser reciclados para outras utilizações, Classe C são aqueles que não podem ser reciclados ou recuperados e os da Classe D são aqueles considerados perigosos e capazes de causar riscos à saúde humana ou ao meio ambiente, se gerenciados de forma inadequada.

Diante desta classificação, esta Resolução define quais resíduos podem ser reutilizados e reciclados, assim como o grau de periculosidade para a destinação final.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010) ratifica a Resolução CONAMA, impondo o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que consiste em um conjunto de ações consolidadas e responsabilidades compartilhadas através das etapas de segregação, coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada dos resíduos.

Referente à Política Estadual de Resíduos Sólidos, os resíduos da construção civil são considerados aqueles gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis e também estão sujeitos à elaboração do PGRCC.

Este Marco Estadual enfatiza que, o poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Lei e recomenda aos geradores terem visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, quando devem considerar diversas variáveis, tais como: a ambiental, a social, a econômica, a tecnológica e a de saúde pública com controle social, sob a premissa do desenvolvimento sustentável. O PGRCC deve ter como objetivo prioritário, a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final adequada dos seus resíduos (Bahia, 2014).

As principais etapas de um projeto de gerenciamento de RCC podem ser verificadas na Figura 2.0:

Figura 2.0 Etapas do PGRCC



Fonte: Elaboração das autoras

Descrição das Etapas do PGRCC

- **Identificação do empreendimento** - é definida a localização do empreendimento, descrição da obra, número de trabalhadores e cronograma de execução da obra.
- **Diagnóstico** - é feita uma avaliação para conhecer os aspectos ambientais do local para traçar objetivos, linhas de ação e prevenir problemas futuros.
- **Caracterização dos resíduos sólidos** – Classificar os resíduos de acordo com a resolução CONAMA 307/2002, estimar a quantidade que será gerada e os procedimentos adotados.
- **Segregação** - Separar os materiais originados dos resíduos sólidos para que se possa determinar sua reutilização e aproveitamento.
- **Acondicionamento/Armazenamento** – O RCC devem ser armazenados em recipientes adequados até que atinjam um determinado volume para que possam ser transportados para o depósito final.
- **Coleta e Transporte** - Os resíduos são coletados e transportados por equipamentos adequados de acordo com as normas vigentes para serem encaminhados para a destinação final.
- **Tratamento** - na destinação final, os resíduos passam por tratamentos como compostagem e reciclagem para serem reutilizados novamente.

- **Disposição Final** - é processo de encaminhamento dos rejeitos (resíduos não reciclados) para o aterro sanitário.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho objetivou expor as competências e inter-relações das esferas de governo na formulação de planos de gestão de resíduos sólidos e divulgar suas etapas, expondo o conjunto de atividades e ações que auxiliam na redução dos danos ambientais.

Nesse contexto, a lei de crimes ambientais passou a responsabilizar aqueles que descartam os resíduos sólidos em locais inadequados tendo em vista as consequências causadas e a consciência de que desenvolvimento humano exige práticas ligadas ao correto manejo dos resíduos sólidos nas cidades.

Dessa forma, é de competência constitucional que os estados, os municípios e as organizações estejam de acordo com a Lei e apresentem seus planos de gestão de RS visando a saúde ambiental, tão necessária ao progresso do Brasil.

Contudo, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil requer uma ação integrada de diversos atores (gestores, sociedade e academia), e é imprescindível o controle e a fiscalização das atividades geradoras de resíduos sólidos da construção civil para a preservação do meio ambiente, melhorias na saúde pública e a promoção da educação ambiental visando o bem-estar e o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2015**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2015.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

BAHIA LEI Nº 12.932 DE 07 DE JANEIRO DE 2014. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivo>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Planalto, Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em 22 abr. 2017.

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da

construção civil. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

PRS – PORTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Gerenciamento de Resíduos. Disponível em:
<<http://www.portalresiduossolidos.com/planos-de-gerenciamento-de-residuos-solidos-pgrs/>>.
Acesso em 10 de jul. 2017.

VÍNCULOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE *BONDS IN PRIMARY ATTENTION TO HEALTH CARE*

*Amine Lopes Benevides*¹
*Fabianna Fonseca de O. Figueiredo*²
*Alcyone de Brito Sampaio*³
*Katia Nunes Sá*⁴

RESUMO

A Atenção Primária à Saúde (APS) visa à reorganização da atenção básica atuando no cuidado às pessoas por meio de equipes multiprofissionais de saúde. O desenvolvimento desta atividade induz à criação de vínculos entre a comunidade e a equipe de saúde, assim como entre os membros da família e equipe. O presente estudo discute como os vínculos entre os envolvidos na APS podem contribuir com a saúde na contemporaneidade. Realizou-se, como percurso metodológico, uma revisão narrativa de literatura nas principais bases de dados em saúde (PUBMED e SciELO), utilizando descritores da Biblioteca Virtual de Saúde (Decs/Mesh), publicadas de 1995 até 2017, por compreender o período da criação da APS no Brasil. Foram aceitos artigos nos idiomas português, inglês e espanhol. Os resultados apontam para a necessidade de compreender a família a partir de uma abordagem relacional, estendendo-a para a criação de vínculos entre equipes da APS e famílias assistidas e entre os membros da equipe de saúde. Os vínculos profissionais e relacionais na APS devem ser fortalecidos para que sejam saudáveis, favoreçam a manutenção da saúde dos profissionais e possam ser replicados nos contextos familiares.

Palavras Chave: Saúde da Família. Atenção Primária à Saúde. Relações Familiares. Relação Profissional-Paciente. Relações Interpessoais.

ABSTRACT

The Primary Health Care (PHC) aims reorganization of the basic care providing care to people through multiprofessional health teams. The development of this activity leads to the creation of links between the community and the health team, as well as between the members of the family and of the team itself. This present study argues how the presence of relational and occupational ties in PHC can contribute to contemporary health. It was realized as methodological path a narrative review of literatures on the main databases about health care (PUBMED and SciELO), using descriptors from the Virtual Health Care Library (Decs / Mesh), published from 1995 to 2017, by understanding the period of the creation of PHC in Brazil. We accepted articles in Portuguese, English or Spanish. The results point to the need of understanding the family from a relational approach extending itself to the

¹ Fisioterapeuta, Discente do Programa de Mestrado e Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea-UCSAL.

² Fisioterapeuta, Especialista em Saúde Pública com ênfase na Atenção Básica e em Fisioterapia na Ortopedia e Traumatologia, Discente do Programa de Mestrado e Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea-UCSAL, Professora da União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura – UNIME.

³ Fisioterapeuta, Especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva, Discente do Programa de Mestrado e Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea - UCSAL, Professora da União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura – UNIME.

⁴ Fisioterapeuta, Doutora em Medicina e Saúde Humana, Professora Adjunta da Universidade Católica do Salvador e da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.

creation of relationship between the PHC team and the watched families and between the members of the health care teams. The professional and relational bonds on the PHC must be fortified so they can be health, help the maintenance of the health of the professionals and so, being replicated to the familiar context.

Key Words: Family Health; Primary Health Care; Family Relations; Professional-Patient Relations; Interprofessional Relations.

1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) é um modelo de atenção à saúde, implementado pelo Ministério da Saúde a partir de 1994. Embora diferentes termos sejam adotados para referenciá-la, como: Programa de Saúde da Família (PSF), Estratégia Saúde da Família (ESF), Atenção Básica (AB), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) para uma compreensão mais ampla, no presente trabalho, se adotará o termo APS, conforme proposto por Simas e colaboradores (2016).

A APS objetiva a reorganização da atenção básica no país, de acordo com as diretrizes do sistema único de saúde (SUS): universalidade, equidade, integralidade, descentralização, resolutividade, regionalização, hierarquização, participação popular e complementaridade do setor privado. Atua no cuidado às pessoas por meio de equipes multiprofissionais de saúde e lança mão de diferentes ferramentas para diagnóstico, tratamento, prevenção, reabilitação e promoção de saúde (SIQUEIRA, 2015; BRASIL, 2017).

A estratégia adotada visa à reorientação do modelo assistencial, pautado em ações curativas, envolvidas em uma prática clínica de alto custo e verticalizada, para uma abordagem centralizada na Família. Em função deste deslocamento, o acesso da população aos sistemas de saúde se tornou mais universal, além de terem sido estabelecidos laços de corresponsabilidade entre os profissionais de saúde e a população (BRASIL, 1997). Estes laços estão intrinsecamente relacionados aos vínculos entre as pessoas envolvidas. Compreendê-los é de suma importância, uma vez que afetam, direta ou indiretamente, a saúde da população.

A APS poderia ter priorizado o contexto escolar, do trabalho ou do lazer das comunidades, entre outros ambientes da vida real dos cidadãos, o que induziria a outros vínculos afetivos. Questiona-se: por que a APS elegeu a família para ocupar este lugar central do cuidado? Que vínculos constituem as bases da APS? Como estes vínculos afetam a saúde dos brasileiros?

Na priorização da família como objeto para potencializar e fortalecer o SUS emergem diversos fenômenos, conscientes e/ou inconscientes, relacionados aos vínculos entre os membros das famílias; entre os profissionais de saúde e as famílias e entre os membros da própria equipe de saúde. O conhecimento sobre como estes vínculos afetam a própria APS pode contribuir com o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras para que as redes de serviços de apoio sejam efetivas (CARVALHO *apud* BRASIL, 2010). O objetivo do presente estudo foi identificar como os vínculos entre os envolvidos na APS podem contribuir com a saúde na contemporaneidade.

2 METODOLOGIA

Como percurso metodológico, realizou-se uma revisão narrativa de literatura envolvendo quatro fisioterapeutas que fazem parte do programa de mestrado e doutorado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador e que vivenciam, em suas práticas profissionais e de pesquisa, a atuação em saúde frente às comunidades. Os dados foram obtidos das principais bases de dados em saúde: PUBMED e SciELO. Foram adotados para as buscas os termos indicados pelo banco de descritores da Biblioteca Virtual de Saúde (Decs/Mesh).

A estratégia final da busca no Pubmed foi: (“Family Health” [Mesh]) OR “Primary Health Care” [Mesh] AND “Family Relations” [Mesh] OR “Professional-Patient Relations” [Mesh] OR “Interprofessional Relations”[Mesh]). Enquanto que no SciELO foi: “Saúde da Família” OR “Atenção Primária à Saúde” AND “Relações Familiares” OR “ Relação Profissional-Paciente” OR “Relações Interpessoais”.

Adotou-se o filtro de período de tempo de 1995 ao atual, por compreender o espaço temporal desde a criação da APS no Brasil. Foram aceitos artigos nos idiomas português, inglês ou espanhol. Os artigos não disponibilizados na íntegra nas bases de dados foram adquiridos por meio de contato direto com os autores por e-mail e dos periódicos Capes.

Três autoras foram responsáveis pela coleta de dados, realizada no período de fevereiro a maio de 2017, cada uma com foco específico em um vínculo identificado, a saber: (1) vínculos entre familiares; (2) vínculos entre as equipes e as famílias; e (3) vínculos entre os membros das equipes de saúde. A orientadora do projeto, última autora, sintetizou os achados em um único texto que foi revisado e aprovado pelas demais. As autoras declaram

não haver conflitos de interesse identificados na realização do presente estudo. Por se tratarem de dados públicos, não foi necessária submissão a nenhum comitê de ética em pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vínculos na Família

Sabe-se que é no contexto familiar, no ambiente em que se vive, que primeiro se compreende os processos de saúde/doença e que se desenvolvem estratégias de enfrentamento das enfermidades. Também na família estão as bases da proteção dos indivíduos, da educação e da promoção de atitudes preventivas. Essas intervenções geram muito maior impacto social do que as condutas terapêuticas. Nesse sentido, abordar a família oferece vantagens frente aos outros contextos sociais como escolas, ambientes de trabalho, igrejas e associações de bairros.

A família se constitui em um objeto altamente complexo, uma vez que esta exerce um serviço de fato para as pessoas e para a sociedade. Na forma micro de compreensão da família, ela exerce um papel de “recurso para a pessoa” (PETRINI, 2003, p.76, grifo nosso), pois responde às necessidades humanas e sociais básicas. A família também se apresenta como importante instituição formadora de valores, atitudes e padrão de comportamento (GALDANI, 2002).

Na forma macro de compreensão, é também considerada aporte para a organização econômica, além de significar um elemento essencial na estruturação da sociedade. É recurso para sociedade, pois as pessoas devem encontrar respostas justas a problemas e necessidades cotidianas. Além de ser uma fonte substituta, com função complementar no aporte para necessidades não oferecidas pelo Estado (GALDANI, 2002).

A família, ao longo do tempo, vem sofrendo alterações com redução na taxa de fecundidade, crescimento das uniões consensuais e aumento no número de divórcios ou separações. As sucessivas mudanças tornam a família um objeto de estudo necessariamente interdisciplinar que exige olhares multidisciplinares e intersetoriais.

Para conceituar família na pós-modernidade, Petrini, (2003) adverte que não basta ver a família como uma estratégia da natureza na qual o homem é acolhido e protegido até conquistar sua autonomia, visto que a mesma se apresenta como uma realidade simbólica, com experiência no nível psicológico, social, ético e cultural. Situações corriqueiras como: nascer, amar, gerar, trabalhar, adoecer, envelhecer e morrer; adquirem significados distintos quando vividos nos diferentes contextos das relações familiares (PETRINI, 2003, p. 77).

Torna-se relevante, portanto, uma delimitação do espaço conceitual de família na APS. O ministério da saúde necessita compreender o contexto familiar contemporâneo, para que as políticas sociais possam estar alinhadas com realidades e não com abstrações. O presente estudo apoia-se no conceito de família tanto como dados demográficos (IBGE, 2002), como na formação de redes de relações (DONATI, 2008).

A definição de família apresentada pelo IBGE (2002) trabalha com a unidade doméstica utilizando o critério domiciliar. “Nos domicílios particulares considera-se família: (1) a pessoa que mora sozinha; (2) o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica; (3) as pessoas ligadas por normas de convivência” (IBGE, 2002). Muitos profissionais envolvidos com a APS aplicam o conceito de família pautado no critério domiciliar.

Conforme análise feita por Nascimento (2013, p. 165), esta definição não inclui a família de modo pleno, mas a composição ou arranjos familiares no domicílio, visto que ignora as especificidades e diversidades de contextos culturais. Para Donati (2008), a definição de família, apresentada pelo IBGE tem por princípio a unidade doméstica e por critérios metodológicos, dados demográficos e estatísticos. Este modelo identifica a família como o conjunto de pessoas que compartilham uma unidade habitacional. Carece, portanto, de critérios capazes de reconhecer as características essenciais da realidade familiar.

Observa-se que as políticas públicas de saúde são universais e restritas, ao se basear no critério domiciliar. Este critério limita o foco em cada um dos membros familiares individualmente, homogeneizando as famílias e desconsiderando as especificidades e diversidades dos seus contextos culturais (BASTOS, 1998). Para que a formulação de políticas públicas empregue a centralidade na família é necessário superar esse direcionamento. As políticas sociais no Brasil passaram do indivíduo como objeto, para a ideia de família como objeto complexo (NASCIMENTO, 2013, P.185). Porém, carece de uma melhor definição do conceito de família adotado.

O desafio é traçar estratégias capazes de atender às necessidades específicas de saúde, considerando as contribuições que o próprio grupo, dito familiar, vem implementando durante sua organização e constituição, na perspectiva de construção de bens relacionais (DONATI, 2008). Tal abordagem nos fornece elementos para observar essa problemática, não como um problema meramente individual ou como soma de indivíduos formando um coletivo, um corpo orgânico. Mas no sentido de relações vivenciadas no contexto familiar frente à saúde/doença, de configuração relacional, que nunca esgota possibilidades e caminhos.

Entende-se que as situações principais vivenciadas pelas pessoas são geradas pelas relações sociais e, não somente, pela doença em si, considerando que, são essas relações que causam a doença e que, também, encontram suas soluções. Segundo Donati (2008, p. 94), “a relação familiar é aquela referência simbólica e intencional que conecta as pessoas enquanto gera e atualiza um vínculo entre elas como genitores (casal) e gerados (filhos)”.

No ambiente privativo das famílias, sabemos que as relações interpessoais são flutuantes. Amamos e odiamos profundamente nossos entes, vivenciamos afinidades e alegrias, mas também conflitos e ideias divergentes. Os vínculos entre familiares são frequentemente instáveis e sujeitos a “altos e baixos”, como tudo na natureza. As relações de afeto no contexto familiar, que dão a sensação de pertencimento a um “clã”, são fundamentais para a saúde de seus membros.

No campo da psicologia, a fundamentação teórica para a compreensão dos problemas de saúde que emergem em cada indivíduo é amplamente contextualizada na família. Doenças são alterações psicossomáticas que emergem do sofrimento humano frente às dificuldades relacionais. Do mesmo modo, no campo da educação, aprendizagem e rendimento escolar são profundamente apontados como reflexos das relações familiares. O modo como os membros da família se relacionam, com ou sem violência, competitivos ou colaborativos, apoiando-se ou boicotando-se mutuamente; estruturam o modo de operar as demais relações sociais e estão na gênese de diferentes perdas da saúde física e mental.

Vínculos entre Equipe de Saúde e Família

A APS é norteada pelos princípios da Política Nacional da Atenção Básica – PNAB, destacando-se nesta, o princípio do vínculo e continuidade, o qual se refere à construção de laços entre os profissionais de saúde e a população, com ações centradas na família (BRASIL, 2006). As equipes são compostas minimamente de um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e quatro ou seis agentes comunitários de saúde em uma área geográfica adstrita. Cada equipe deve ser responsável pela cobertura de 600 a 1.000 famílias. (BRASIL, 1997)

A equipe multiprofissional de saúde na APS tem como prioridade a construção dos vínculos com a população (BRASIL, 2006). É papel de toda a equipe compreender a família dentro do seu ambiente como agente participativo do processo de saúde. Assim, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) é o sujeito potencializador dessas ações, pois ele representa o elo entre a comunidade e a Unidade de Saúde, principalmente por fazer parte da própria população adstrita, sendo fundamental para o êxito do programa (MARTINS, 2008).

No entanto, o que se percebe é uma grande dificuldade no desempenho do papel do ACS, pois este se tornou um transmissor de informações, perdendo muitas vezes o caráter de promotor de saúde. As dificuldades revelam-se na expressão dos mesmos, de que não tiveram formação sólida para o desempenho competente da função e no reflexo da falta de habilidade da equipe multiprofissional em exercer a capacitação dessas pessoas. No intuito de integrar a saúde da família com os interesses sociais, individuais e coletivos da comunidade, o ACS tem a missão de ser mediador dos relevantes vínculos entre a equipe profissional de saúde e as famílias (PERREAULT, 2016).

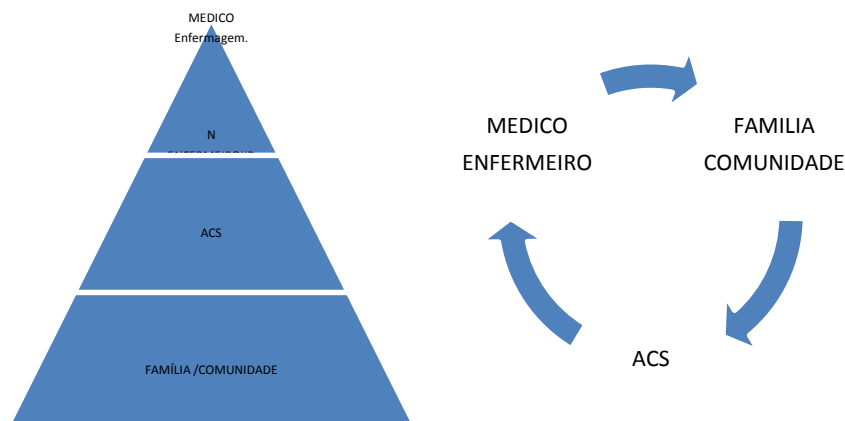
O vínculo pode ser entendido como uma construção de interesses, no qual a aproximação entre cada sujeito da família e a equipe de saúde permite o envolvimento entre as partes e concede o suporte necessário para a produção do cuidado em espaços de construção de conhecimento democráticos e resolutivos (ILHA, 2014; SCHIMITH, 2004). Cabe à equipe multiprofissional se envolver com a comunidade para entender como as famílias se compõem e quais ferramentas são necessárias para promover assistência em todos os níveis de complexidade, desde a promoção até a cura de processos de adoecimento.

O trabalho em equipe e suas ações na comunidade humanizam as relações e estreitam os laços com a população. É através da escuta qualificada, da identificação dos problemas individuais e da família que se cria um projeto coletivo e não individualizado, onde práticas fragmentadas e centralizadas deixam de ser o foco da assistência à saúde (MARTINS, 2008).

O modelo biomédico aprendido até hoje nos diferentes cursos de saúde (Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia, Fonoaudiologia, Nutrição, Terapia Ocupacional, Serviço Social, Educação Física, Biomedicina e Farmácia) dificulta a prática de atividades coletivas e humanizadas no dia a dia das Unidades de Saúde. Esse modelo acaba por contaminar não apenas universitários como também toda a população. Os próprios ACSs acreditam na hegemonia médica e no assistencialismo como forma de tratamento.

A geração de vínculos do processo do cuidado traz a aproximação e a responsabilização pelas necessidades dos pacientes advindas de ambas as partes, equipe e família (SCHIMITH, 2004). Quando se consegue estabelecer o vínculo entre a equipe e a família, quebra-se o conceito de hierarquia. A pirâmide hierárquica perde sentido e o usuário torna-se um ser humano que merece atenção e cuidado, mas que também é um elemento fundamental no processo de saúde, trazendo contribuições para todos, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1. Transposição do modelo hierárquico piramidal na APS para o diagrama horizontal, no qual, comunidade, agente comunitário de saúde e equipe interdisciplinar cooperam mutuamente.



Vínculos entre os Membros da Equipe de Saúde

Além dos vínculos internos entre os membros da família e destes com os ACS e com a equipe interdisciplinar de saúde, outros vínculos que permeiam este cenário são estabelecidos entre os membros das equipes de saúde. Uma das características mais importantes da APS é o trabalho em equipe, fundamental para a reorganização do processo de trabalho e possibilidade de uma abordagem mais integral e resolutiva para os problemas de saúde das comunidades.

A composição das equipes da APS vem sofrendo modificações ao longo do tempo. Inicialmente eram formadas por um médico, uma enfermeira, um auxiliar de enfermagem e cinco a seis agentes comunitários de saúde (ACS). A partir do ano 2000, as equipes passaram a contar com a atuação de um odontólogo e um técnico de higiene dental ou atendente de consultório dentário (SIQUEIRA, 2015; SILVA, 2005).

Em 2008, o Ministério da Saúde criou os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) com o objetivo de apoiar as ações da APS e ampliar a abrangência e resolutividade da promoção da saúde no país. A equipe do NASF é composta por profissionais de diferentes áreas de conhecimento (assistente social, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico especialista, nutricionista, psicólogo e terapeuta ocupacional) que atuam em conjunto com os membros das equipes de Saúde da Família.

As atividades desenvolvidas no campo da saúde não podem ser realizadas pela ação isolada de um único profissional. O trabalho desenvolvido pela equipe na APS, demanda a integração de ações dos profissionais através da interação e articulação de intervenções técnicas, levando à necessidade de recomposição dos trabalhos especializados, tanto no interior de uma mesma área profissional quanto na relação interprofissional (MARTINS, 2012; MOTTA, 2015).

As equipes multidisciplinares da APS enfrentam alguns obstáculos na sua prática profissional; como a não cooperação, estruturas muito hierarquizadas, disparidade social e alta rotatividade entre os membros da equipe, o que dificulta a efetividade do trabalho integrado e pode interferir na construção dos vínculos entre si e com os usuários do programa.

A presença de questões complexas como falta de investimentos e treinamentos consistentes nos recursos humanos, remuneração inadequada dos profissionais, contratação de profissionais não qualificados e sem perfil para atuar na APS e estruturas físicas e tecnológicas deficientes nas unidades de saúde, impedem que o trabalho se desenvolva satisfatoriamente, comprometendo a execução de um projeto comum que visa atender às necessidades em saúde dos usuários (SILVA, 2005; MOTTA, 2012).

A interação e a relação entre os membros da equipe da APS podem sofrer desgastes com o passar do tempo, levando à desmotivação do grupo e dificuldade de comunicação no interior da mesma. Os profissionais podem se isolar em seus “núcleos de competência” se restringindo apenas à transmissão de informações técnicas entre eles, sem o exercício da discussão crítica sobre as reais necessidades e problemas tanto da equipe quanto da população (THOFEHRN, 2006; MOTTA, 2015).

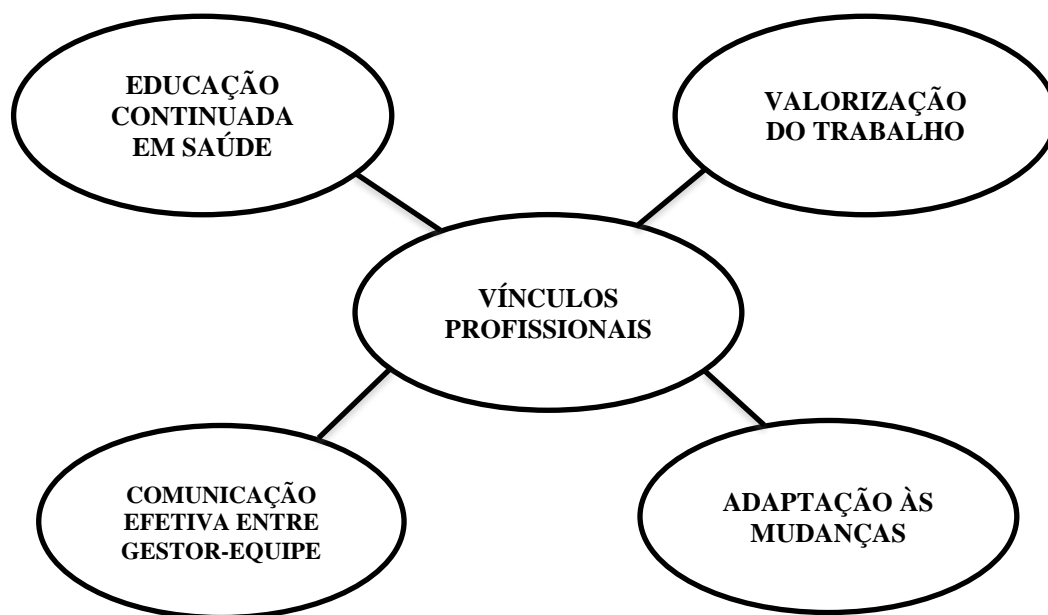
Estratégias como a realização de reuniões entre o gestor de saúde e os profissionais da equipe, permitindo espaços de fala e escuta e melhorando a comunicação entre o grupo, assim como, programas de educação permanente em saúde e a valorização e reconhecimento do trabalho do outro, podem favorecer a harmonia entre os colegas de trabalho e gerar relações profissionais saudáveis.

As dificuldades podem ser trabalhadas de uma maneira mais efetiva através da formação e afirmação de vínculos profissionais, entendendo que se trata de uma relação humana entre trabalhadores reunidos com o mesmo objetivo para um trabalho em conjunto. As relações entre os profissionais quando saudáveis funcionam como modelo relacional de qualidade que são replicados nos contextos familiares. Relações muito conflituosas, por outro lado, desmotivam a comunidade para o enfrentamento das dificuldades relacionais.

Para que os vínculos sejam construídos, deve haver maleabilidade e receptividade por parte da equipe as constantes mudanças que ocorrem nos serviços de saúde. No processo de formação de vínculos é necessário lembrar que as pessoas são diferentes, possuem posições individuais e coletivas próprias, que devem ser respeitadas para que se construam relações de trabalho saudáveis, além disso, é importante que cada membro da equipe identifique suas características pessoais e reflita sobre a necessidade de modificar suas relações (THOFEHRN, 2006; SILVA, 2005).

Acredita-se que os vínculos entre todos os membros das equipes multiprofissionais de saúde, envolvendo também os ACSs, precisam ser fortalecidos e desenvolvidos na perspectiva da saúde dos próprios profissionais que são modelos de saúde para as comunidades (Figura 2).

Figura 2. Modelo para a construção de vínculos profissionais saudáveis no trabalho em equipe.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco se tem tratado dos conflitos que emergem das relações interpessoais que permeiam os contextos da APS. Em parte, isto se deve à falta de instrumentos validados específicos para avaliar estes fenômenos disponíveis de modo universal; e, em parte, talvez expressem a negação das dificuldades que afetam as relações dos próprios pesquisadores e equipe de saúde. De todo modo, se observa uma evidente lacuna sobre pesquisas que aprofundem nos problemas reais enfrentados no dia-a-dia nas Unidades de Saúde e nos seios das famílias assistidas pela APS.

Diante do exposto, se reforçam as hipóteses de que os vínculos no seio das famílias contemporâneas, claramente relacionais, bem como entre as famílias e as equipes de saúde na APS e as relações entre os membros das equipes de saúde, afetam a saúde de todos os envolvidos. Deste modo, o impacto destes vínculos precisa ser medido e acompanhado, não por meio exclusivo de ações e práticas de saúde e de intervenções socioeducativas nas

comunidades, mas, principalmente, deve-se buscar medir como as relações interpessoais afetam a saúde das pessoas e das próprias equipes de saúde.

Tratar os vínculos afetivos entre os envolvidos com a APS é fundamental para que a estratégia funcione com oportunidades reais de desenvolvimento humano, de superação de conflitos e de criação de ambientes saudáveis. São em ambientes profundamente saudáveis que a saúde pode ser de fato produzida.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, A. C.S. & TRAD, L. A.B. O impacto sócio-cultural do Programa de Saúde da Família (PSF): uma proposta de avaliação. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 14(2): 429-435, abr-jun, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de Atenção Básica. Ministério da Saúde. Brasília, 2006.
- DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI**: abordagem relacional. Tradução João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.
- GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de Populações*, v. 19, n 1, jan-jun,2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 /mar./ 2017.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico: publicações do censo 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- ILHA, S. ET AL. Vínculo Profissional- Usuário em uma equipe da estratégia saúde da família. *Ciência cuidado Saúde*, V13(3), pp. 556-562, Jul/Set /2014.
- MARTINS, R. A; PEREIRA, B. D, et al. Relações Interpessoais, Equipe de Trabalho e seus Reflexos na Atenção Básica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, vol.36 no.1 supl.2 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2012
- MARTINS, J. S., GARCIA J.S., PASSOS, A.B. B.; Estratégia Saúde da Família: população participativa, saúde ativa. **Revista Enfermagem integrada –Ipatinga**. Unileste MG. V1-N1- Nov/dez 2008.
- MOTTA, S, LC ; SIQUEIRA- BATISTA, R. Estratégia Saúde da Família: Clínica e Crítica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, vol.39, n.2, p.196-207, 2015.

MOTTA, S, LC; SIQUEIRA- BATISTA, R. Bioética: afinal o que é isto? **Revista Brasileira Clínica Médica**, vol.10, n. 5, p.431-9, São Paulo, 2012.

MINISTERIO DA SAÚDE (MS). **Saúde da Família**: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília. MS, 1997.

MINISTERIO DA SAÚDE (MS). **Memorias da Saúde da Família no Brasil**. Brasília. MS, 2010.

NASCIMENTO. M. R. Família líquida: desafios para as políticas sociais. In: Alcântara, M. A. R; RABINOVICH, E. P; PETRINI, G. (Org.). **Família, natureza e cultura**: cenários de uma transição. Salvador: EDUFBA, 2013 p.163-187.

PERREAULT, M. ET AL. Programa de Saúde da Família: reflexões críticas à luz da promoção de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**. Jan/jun: 5(1); pp.159-179, 2016.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família**: um itinerário de compreensão. São Paulo: EDUSC, 2003.

SIQUEIRA-BATISTA, R; GOMES A, MOTTA L, et al. (Bio)ética e Estratégia Saúde da Família: mapeando problemas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 1, p 113-128, 2015.
SILVA, I. Z. Q. J; TRAD, L. A. B. O trabalho em equipe no PSF: Investigando a articulação técnica e a interação entre os profissionais, *Interface-Comunic, Saúde, Educ*, v. 9, n. 16, p. 25-38, 2005.

SIMAS KBF, SIMÕES PP, GOMES AP, COSTA AAZ, PEREIRA CG, SIQUEIRA-BATISTA R. (Bio)ética e Atenção Primária à Saúde: estudo preliminar nas clínicas na família do município do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. 21(5): pp.1481-1490, 2016.

SCHIMITH, M.D., LIMA M.A.D.S., Acolhimento e vínculo em uma equipe de saúde do Programa de Saúde da Família. **Caderno de Saúde Pública**, rio de janeiro, V20(6), pag 1487-1494, Nov/Dez 2004.

THOFEHRN, MB; LEOPARDI, MT. Teoria dos Vínculos Profissionais: um novo modo de gestão em enfermagem. **Revista Texto & Contexto Enfermagem**, vol. 15(3). pp. 409-17, 2006.

EIXO VII

Ética, Alteridade e Direitos Fundamentais

ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL: DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA BAHIA

*Núbia Sacramento*¹
*Jéssica Silva da Paixão*²
*Samanta Alves de Barros*³
*Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima*⁴

RESUMO

Identifica-se a crescente violência contra a juventude negra nas crescentes taxas de jovens mortos no país. Observa-se, igualmente, o aumento da aplicação da medida de internação nos casos de atos infracionais praticados por pessoas entre 12 e 18 anos, com perfil de baixa escolaridade, negros e pobres. O objetivo do presente artigo é identificar o perfil do adolescente autor de ato infracional na Bahia em publicações governamentais sobre violência e juventude nos anos de 2014 a 2016. Para elaboração deste estudo foram utilizadas a análise documental e a revisão de literatura, mediante abordagem de natureza qualitativa. Há escassez de dados oficiais públicos atualizados que permitam estabelecer um perfil complexo do adolescente em conflito com a lei, tais como, raça, gênero, nível de escolaridade e situação sócio econômica, sobretudo informações regionalizadas. Verificou-se, entretanto, que existe um perfil específico de adolescentes submetidos às medidas socioeducativa. O jovem negro é o mais atingido pelos reflexos da violência e da discriminação racial. O estudo aponta como necessário o investimento em tecnologia para levantamento e organização de dados, além da construção de indicadores para avaliação e monitoramento de políticas públicas e investimentos de recursos públicos. Este trabalho dialoga com os direitos humanos e com a perspectiva da estratégia da justiça restaurativa, dimensões que afirmam a defesa da dignidade da pessoa, independentemente de qualquer atributo.

Palavras-Chave: Adolescente. Ato Infracional. Discriminação Racial. Violência.

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/1990, ora com vinte e sete anos, garante os direitos fundamentais desse grupo populacional específico reconhecendo que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento. Visa o ECA assegurar o

¹ Discente do Curso de Direito na Universidade Católica do Salvador. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. E-mail: sacramento.n@hotmail.com

² Mestra em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Graduada em Direito. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. Advogada. E-mail: jessicapaixao.jus@gmail.com.

³ Discente do Curso de Direito na Universidade Católica do Salvador. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. E-mail: samantavsb@gmail.com.

⁴ Orientadora. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. Doutora em Saúde Coletiva (ISC-UFBa). Estágio pós-doutoral em Direitos Humanos (2012) e em Justiça Restaurativa (2017). Juíza de Direito aposentada. Docente do PPGFSC-UCSAL.

desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

O Art. 4º, informa que a responsabilidade da criança e do adolescente compreende a tríade, família, sociedade e Estado.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2014).

Contudo, é perceptível que, dentre aqueles que têm seus direitos violados, muitos pertencem à parcela negra da população. O racismo, o preconceito e a discriminação racial, são fenômenos com os quais a criança e o adolescente negro sofre, e esta realidade acaba por acentuar o processo de exclusão social desse grupo (VERONESE, LIMA, 2012).

Diante dessa realidade, foram criados instrumentos normativos internacionais em matéria de Direitos Humanos para assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes negros no Brasil. Em especial, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1965, com o intuito de promover a igualdade racial e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, que confere as crianças e aos adolescentes a titularidade de direitos fundamentais, cujo caráter é universal e se estende a todas as crianças, independente do recorte étnico-racial (VERONESE; LIMA, 2012; MÉNDEZ; COSTA, 1994).

Segundo Becker (1993), os indivíduos racionais se tornam criminais quando as conquistas obtidas através do crime, sejam financeiras ou de outro tipo, superam aquelas oriundas do trabalho em atividades legais, levando em consideração a probabilidade de detenção, assim como a severidade da punição.

Quando o adolescente comete uma conduta tipificada como delituosa, passa a ser chamado de adolescente infrator, porém essa conduta não representa apenas desvio de moral e valores, é o resultado do descaso público e civil agravado pela crise econômica-social. (TELLES, CARLOS, CÂMARA, BARROS, SUGUIHIRO, 2006; SARTI, 2007).

De acordo com o ECA, menores de 18 anos são penalmente inimputáveis. Em caso de infração de leis penais, este grupo não pode ser julgado, judicialmente, de maneira semelhante aos maiores de 18 anos. Os adolescentes autores de atos infracionais são submetidos a medidas socioeducativas, que podem ser em regime aberto (advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida) que em sua maioria são executadas

em conjunto pelo poder público e organizações da sociedade civil. Já as medidas restritivas de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional) dependendo da gravidade e/ou reincidência do ato infracional, são executadas por instituições públicas, ligadas ao Poder Executivo dos Estados. A aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente autor de ato infracional tem finalidade pedagógica e a compreensão do adolescente enquanto pessoa em desenvolvimento. Esse tratamento diferenciado é determinado pela doutrina da proteção integral, preconizada no ECA, que exige respeito e garantias de direitos humanos às crianças e aos adolescentes (MÉNDEZ, COSTA, 1994).

A iniciativa deste artigo busca conferir visibilidade aos dados referentes à parcela da população cujos direitos e garantias constitucionais são constantemente violados. A população jovem, negra e periférica é vítima de violência. Ocupa, sobretudo, posição de destaque nas crescentes taxas de homicídio. Dados do Mapa da Violência (2016), mostram que no ano de 2014, dos 4228 homicídios registrados na Bahia, 95.3% das vítimas eram homens jovens entre 15 e 29 anos. Já o estudo O Mapa do Encarceramento: Os Jovens do Brasil (2015) informa que na Bahia o total da população carcerária em 2005 era de 296.919 presos, dentre esses 283.994 eram homens, 96.288 eram jovens entre 18 a 29 anos de idade e 92.052 eram autodeclarados negros. Já em 2012, o número total da população carcerária passou para 515.482, os homens somaram 483.658, os jovens entre 18 e 29 anos 266.356, e os autodeclarados negros, 295.242. Esses dados demonstram o encarceramento da população negra como medida de erradicação da bandidagem.

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2010, a região brasileira com maior número proporcional de negros na população é o Nordeste. Dentre os estados nordestinos, a Bahia se destaca apresentando a maior proporção de negros na população (14,4%). Ainda segundo os dados do Censo IBGE 2010, em Salvador, capital baiana, a maior parte da população é negra ou parda na Região Metropolitana, 51,7% da população. O bairro da Liberdade, situado na periferia da capital baiana, é o maior em número de negros em toda a América Latina, dados estatístico mostram que mais de 75% dos habitantes são negros.

Segundo o IBGE, o negro representa o somatório daqueles autodeclarados como pardos e pretos. No estado da Bahia, existe uma concentração maior da população negra em consequência do período colonial. O processo de invasão e instalação dos imigrantes, juntamente com o povo negro trazido da África como mão de obra escrava, permitiu uma aglomeração maior na Bahia, uma vez que, Salvador foi a primeira capital do Brasil. A escravidão deixou marcas profundas na história do país, mesmo após a abolição da prática

com a Lei Áurea, oficialmente Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, que extinguiu a escravidão do Brasil. O povo negro não foi oportunizado e passou a viver a margem da sociedade, sendo que não houve nenhuma política de integração do mesmo naquela época.

As mazelas da escravidão ainda refletem na vida da comunidade negra e podem explicar a sobrerrepresentação do negro nos estratos sociais de mais baixa renda. O racismo, caso particular de discriminação em que o indivíduo sofre tratamentos diferenciados por sua cor da pele (ou raça), é uma das mais cruéis e presentes cicatrizes do processo de escravidão, pois além de segregar, bloqueia as possibilidades de ascensão social e econômica. Assim como em todo o território brasileiro, na Bahia, o racismo existe e persiste em todos os ambientes e se apresenta como movimento ideológico das classes dominante e constitui-se de forma velada, reproduzindo e disseminando livremente na sociedade o conceito de raça que sugere a valorização de um grupo humano perante outros. Assim, o objetivo do presente artigo é identificar o perfil do adolescente autor de ato infracional na Bahia em publicações governamentais sobre violência e juventude nos anos de 2014 a 2016.

Os procedimentos metodológicos utilizados para construção deste estudo são a análise documental e a revisão de literatura. Analisaram-se os estudos governamentais Mapa do Encarceramento: Os jovens do Brasil (2015); Mapa da violência 2016: Homicídios por arma de fogo e seus resultados e o Mapa da Violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil.

O processo de análise seguiu como critério reunir dados governamentais que contivessem dados referentes a aspectos de cor, raça, gênero e idade. Foi observado que os dados referentes a cor/raça só passaram a ser inseridos em pesquisas a partir do ano de 2002 através do (SIM/MS). A inserção dos informes de cor/raça no cenário nacional contribui para caracterização de um problema social, permitindo que órgãos, busquem em conjunto ações humanitárias e medidas protetivas. A revisão da literatura serviu de base para observação de como existe uma seletividade no sistema carcerário brasileiro e como essa seletividade pode impactar o sistema socioeducativo.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O genocídio da juventude negra é uma questão de saúde pública que reflete a violação sistemática dos Direitos Humanos. Os estudos governamentais Mapa da violência (2016): homicídios por arma de fogo e Mapa do encarceramento: Os Jovens do Brasil (2015)

oferecem um panorama de com a violência contra a juventude negra não esta restrita apenas aos homicídios, como também esta atrelada ao encarceramento.

O Mapa da Violência representa uma série de estudos publicados desde 1998. O estudo mais recente foi realizado no ano de 2014 e contém a evolução das taxas de mortalidade nos estados e municípios brasileiros com mais de 10.000 habitantes levando em consideração a população total e a população jovem (15 a 24) além dos critérios de raça e gênero. O estudo analisa as mortes causadas por homicídio, acidentes de transporte e suicídios. A publicação Mapa do Encarceramento: Os Jovens do Brasil (2015), realizado em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, é substancial na análise do tema. Dados relevantes tratam do crescimento da população carcerária no país no período compreendido entre os anos de 2005 e 2012. Assim como o mapa da violência, o mapa do encarceramento evidencia a seletividade que recai sobre segmentos específicos (jovens e negros) tanto no sistema carcerário quanto no sistema penal.

Os alarmantes números de homicídios na faixa etária compreendida entre 15 e 24 anos obtidos no mapa da violência, alerta que os jovens que chegam ao sistema socioeducativo representam a parcela de sobreviventes à violência latente dirigida a esse segmento da população. As informações levam à compreensão da inter-relação entre a proteção da infância e da adolescência na perspectiva social e familiar (MATOS; LEAL, 2006).

Através do estudo do “Mapa do Encarceramento: Os Jovens do Brasil”(2015), foi possível obter os dados relativos aos adolescentes em medida de internação, internação provisória e semiliberdade durante o período de 2011 e 2012. Com base nestes dados e com as estimativas populacionais para os respectivos anos, realizou-se o cálculo das taxas por 100 mil habitantes entre 12 e 17 anos. A taxa nacional de adolescentes cumprindo medida restritiva de liberdade correspondeu a 95 por 100 mil habitantes em 2011 (19.595 adolescentes) e passa para 100 adolescentes por 100 mil habitantes em 2012 (20.532).

De acordo com os dados obtidos através do mapa, no Estado da Bahia, em 2011, o total da população residentes na faixa de 12 a 17 anos era de 1.589.572 de habitantes e foram aplicadas 446 medidas socioeducativas. Já no ano de 2012, o total de habitantes na mesma faixa etária era de 1.561.928 e foram aplicadas 469 medidas resultando em uma variação de 7% de aumento de um ano para o outro. Enquanto que no país, no ano de 2011 a população entre 12 e 17 anos era de 20.604.847 de habitantes e obteve 19.595 medidas sócio educativas. Já no ano de 2012 a população na mesma faixa etária era de 20.543.118 de habitantes e foram

aplicadas 20.532 medidas socioeducativas. Obtendo uma variação de 5% no aumento da taxa nacional.

Dentre o total de nove Estados nordestinos, a Bahia ocupa em 2011 a posição de terceiro Estado com o maior número em total de medidas socioeducativas. Em 2012, o Estado ocupa a quarta posição em números totais de medidas socioeducativas. Pode-se observar que no Estado da Bahia houve um aumento da variação de adolescentes em medidas socioeducativas superior a média nacional.

Foi possível identificar no mapa do encarceramento, também, a porcentagem dos atos infracionais mais cometidos pelos adolescentes no Brasil no ano de 2012. Dentre eles, destaca-se o de roubo, correspondendo a 39% dos atos infracionais cometidos por adolescentes.

Analisando os atos infracionais por região e estado, em todas as unidades, com exceção do Rio de Janeiro, o roubo foi o principal ato infracional. O homicídio aparece como o segundo ato mais recorrente em quinze dos vinte e seis estados, sendo sete deles na região nordeste.

Com os dados do mapa foi possível concluir que, em nível nacional em 2012, a maioria dos adolescentes em medidas socioeducativas de restrição de liberdade estava em regime de internação (13.674 ou 67 a cada 100 mil habitantes adolescentes), respondiam pelo ato infracional de roubo (39%) e as medidas decretadas por homicídios se concentram nas regiões Norte e Nordeste. No Brasil, em 2012, apenas 11% dos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa restritiva de liberdade cometeram atos infracionais considerados graves, como homicídio e latrocínio.

De acordo com o levantamento realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2013), dos adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida socioeducativa de privação de liberdade, 95% eram do sexo masculino e cerca de 60% tinham idade entre 16 e 18 anos.

Na tentativa de traçar um perfil do adolescente autor de ato infracional, uma pesquisa realizada pelo IPEA e Ministério da Justiça (2003), mostra que mais de 60% dos adolescentes privados de liberdade eram negros, 51% não frequentavam a escola e 49% não trabalhavam quando cometeram o delito e 66% viviam em famílias consideradas extremamente pobre (IPEA, 2015).

Segundo Volpi (2001), possuímos um sistema de controle social que seleciona como alvo as pessoas desprovidas de capital para responsabilizar sobre a questão do delito e prover dessa maneira, uma resposta à sociedade. Diante dessa perspectiva, cria-se um discurso

determinista onde o jovem de baixa renda, oriundo de família desestruturada, com pouco ou nenhum acesso a educação, que devido as cicatrizes do longo processo de escravidão no país na maioria das vezes é negro, é visto pela sociedade como potencial criminoso. O que legitima a ação violenta policial no combate a erradicação desse grupo social. De acordo com Passetti (1995), é perigoso expor todos aqueles que vivem na situação de miserabilidade como criminosos ou infratores. A atualidade e relevância das estratégias que superem o modelo retributivo e tradicional está colocado por vários autores (KONZEN 2006; SALM; LEAL, 2012).

É importante observar que grande parte dos adolescentes que respondem medidas socioeducativas permanece em regime restritivo de liberdade por crime de roubo. Ou seja, há uma tendência na utilização de medidas punitivas sobre a população juvenil, nos mesmos modelos que ocorre atualmente com as políticas punitivas dirigidas aos adultos, embora haja o ECA que regule as medidas socioeducativas para a criança o adolescente e o compreende como pessoa em desenvolvimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escassez de dados relativos ao sistema de justiça juvenil é grande. A coleta de informação sobre o perfil destes adolescentes, quando ocorre, restringe-se geralmente aos dados superficiais. Através das informações contidas no mapa do encarceramento é difícil traçar um perfil destes adolescentes com informações mais detalhadas, como por exemplo, raça, situação sócio econômica, nível de escolaridade e gênero.

A vitimização da juventude trazida à luz pelos estudos do Mapa da Violência (2016) e do Mapa do Encarceramento (2015), mostra a vulnerabilidade em que os jovens se encontram, sobretudo aqueles que são homens, negros e moradores da periferia. A ausência e inacessibilidade de políticas públicas voltadas especificamente para esta parcela da população expõe a fragilidade do Estado na sua função como protetor, confirmando que as políticas de segurança e proteção de direitos, não estão voltadas para o contexto global da sociedade.

A seletividade do Sistema penal brasileiro é o reflexo da crença de que o crime sempre estar associado aos fatores de cor, condição social e gênero. Crença essa que não passa de uma estratégia de dominação de uma elite que encarcera e extermina a população negra através do aparelho do estado, a polícia, e das políticas públicas voltadas para a segregação social. O mais recente desejo dessa elite, fortalecido pela pressão midiática, é a redução da

maioridade penal. Desejo esse que vai de encontro com o ECA e com os Direitos Humanos que entendem a criança e o adolescente na condição de pessoa em desenvolvimento e que visa a proteção dos seus direitos fundamentais. Observa-se, assim, a aplicação desigual de regras e procedimentos judiciais para indivíduos de diferentes grupos sociais com reflexos para o agravamento das desigualdades sociais e a discriminação racial do grupo populacional mais provado de liberdade, o jovem negro.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales. *As elites de cor. Um estudo de ascensão social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Lei. 8069/1990. Senado Federal. DF. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 de janeiro de 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em 10 jun 2017.

CERQUEIRA, R. C Daniel; MOURA, Leandro de Rodrigo. **Vidas Perdidas e Racismo no Brasil**. Nº 10. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-pesquisas/nota-tecnica-vidas-perdidas-e-racismo-no-brasil.pdf>>. Acesso em 26 jun. 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista Antropologia**, vol.47, n.1. São Paulo, 2004.

KONZEN, Afonso Armando. **Socioeducação, Restauratividade e Tempo Ético: Desvelando Sentidos no Itinerário da Alteridade**. PUC – Rio Grande do Sul. Mestrado em Ciências Criminais. Porto Alegre, 2006.

MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MENDEZ, Emilio Garcia; COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Das necessidades aos direitos**. pte.2. São Paulo: Malheiros, 1994.

SALM, João; LEAL, Jackson. **A Justiça Restaurativa: multidimensionalidade humana e seu convidado de honra**. Sequência Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, p. 195-226, jul. 2012.

SARTI, C. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SILVA, Enid Rocha Andrade; OLIVEIRA, Raissa Menezes de. **O Adolescente em conflito com a Lei e o debate sobre a Redução da Maioridade Penal:** esclarecimentos necessários. Nº 20. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_ntdisoc_n20>. Acesso em 5 jul. 2017.

SOUSA, M. Gomes de Sousa Sônia. **Adolescentes autores de atos infracionais:** estudos psicossociais. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013. 202 p.

TELLES, Tiago; CARLOS, Viviani; CÂMARA, Mari Nilza; BARROS, Vera Lúcia, SUGUIHIRO. **Criminalidade juvenil:** a vulnerabilidade dos adolescentes. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. 2006.

VERONESE, Josiane; LIMA, Fernanda. **Os Direitos da Criança e do Adolescente:** A necessária efetivação dos Direitos Fundamentais. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2012. 245p.

WASELFISZ, Jacobo Julio. **Mapa da Violência 2012:** A cor dos homicídios no Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf>. Acesso em 05 jul. 2017.

WASELFISZ, Jacobo Julio. **Mapa da violência 2016:** Homicídios por arma de fogo. 2016. <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em :10 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2017.



O ADOLESCENTE: ALGUMAS LEITURAS SOBRE O ADOLESCER

*Evandro Luís Santos de Jesus*⁵

RESUMO

O presente trabalho “O adolescente: algumas leituras sobre o adolescer” decorre de conclusão de pós-graduação realizada na Universidade Católica de Salvador (2015) e tem como objetivo contextualizar algumas leituras singulares acerca do tema, visando permitir uma apropriação mais detida sobre o adolescer, com as suas características, muitas vezes desconhecidas no contexto social. Utiliza-se para a investigação, a literatura e a legislação vigente, relacionando-as com as políticas de proteção às crianças e aos adolescentes e a seara infracional.

Palavras-Chave: Adolescentes. Política Pública.

1 INTRODUÇÃO

Tem-se percebido o incrementar das discussões no Brasil no âmbito midiático sobre os adolescentes e a prática do ato infracional, depreendendo-se algumas análises, muitas vezes, em desacordo com a realidade.

Verifica-se, inclusive, que muitos argumentos são conduzidos pelos meios de comunicação no sentido de que a violência desenfreada que assola o país em muito se deve à participação prioritária dos adolescentes no seu cometimento, com requintes de perversidade. Daí a necessidade de ofertar uma reflexão sobre o adolescer e a sua relação com a violência.

2 O ADOLESCENTE: ALGUMAS LEITURAS SOBRE O ADOLESCER

2.1 O Adolescer

Cumpre, por conseguinte, adentrar no universo da adolescência propriamente dito. A palavra "adolescente" vem do particípio presente do verbo em latim *adolescere*, crescer. Já o particípio passado *adultus* deu origem à palavra "adulto". Em português, as palavras seriam

⁵ Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Graduado em Direito. Professor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia e Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Egresso da UCSAL. Especialista em Operacionalização do Sistema Socioeducativo, pela FACIBA e em Direito Administrativo, pela UFBA. Aperfeiçoamento em Direito, pela Escola de Preparação à Magistratura. Email: elsj75@hotmail.com.

equivalentes a "crescente" e "crescido", respectivamente. Apesar de considerarmos a fase da adolescência uma "invenção sociológica" relativamente recente, a palavra adolescente é cerca de cem anos mais antiga do que a palavra adulto (DICIONÁRIO Etimológico).

Pereira (2004) assevera que a palavra “adolescência” tem sua origem etimológica no latim *ad* (para) + *olescere* (crescer); portanto “adolescência” significaria, *stricto sensu*, “crescer para”.

Pensar na etimologia dessa palavra nos remete à ideia de desenvolvimento, de preparação para o que está por vir, algo já estabelecido mais à frente; preparação esta para que a pessoa se enquadre neste “à frente” que está colocado (Pereira; Pinto, 2003). É como se a adolescência fosse uma “fase” que tem que ser transposta para alcançar aquilo que é ideal. Há algum tempo que a adolescência tem sido vista como “o problema”, um momento de crise (RENA; BRANDÃO, 2003).

A sociedade ocidental vem reproduzindo a ideia acima esposada, limitando a compreensão da adolescência, como se esta se resumisse à puberdade, acreditando que somente as mudanças fisiológicas “comandam” este momento da adolescência, normatizando e “naturalizando” os possíveis conflitos através da noção de que esses estão atrelados a uma passagem de hormônios, menosprezando o sujeito de desejo que confronta seu lugar no mundo, através de discursos minimizadores do tipo “todo adolescente é assim”.

O próprio nome indica que é um momento de mudanças na vida do indivíduo não apenas em termos psíquicos e somáticos, mas influenciados também por fatores sociais, econômicos e culturais que irão incidir na adolescência, tornando cada ser único com as suas especificidades.

Conforme Rosa (2007), a possível assunção dos desejos pelo adolescente, deixando de ser objeto do outro, se dá mediante a superação de muitos obstáculos, externos e internos, com os quais precisa de tempo para significar, não sendo um processo linear, tão ao gosto dos cartesianos.

Assim, é preciso considerar que não existe uma mesma adolescência no tempo e espaço, mas várias, justificando um olhar com perspectiva bem mais ampla do que a tradicional, que coloca todos no mesmo lugar conceitual.

Segundo Becker (2003), o conceito da adolescência, como ele é hoje considerado, é bastante recente, noticiando que até o século XVIII a adolescência foi confundida com a infância e a noção do limite da infância estava mais ligada à dependência do indivíduo do que à puberdade, só passando a ter uma atenção com a ascensão da burguesia como classe dominante. Esse fato propiciou mudanças significativas na estrutura escolar, surgindo a

formação primária e a secundária, o que gradativamente foi permitindo a melhor distinção da adolescência em relação à infância e à fase adulta, passando a ser foco mais acentuado de atenção após a Segunda Guerra Mundial.

Para Ariès (2006), no período que antecedeu ao século XVIII, com especialidade a Idade Média, a infância era um período de transição, logo, ultrapassado que fosse o período estipulado, as crianças e/ou adolescentes na mais tenra idade já eram caracterizados como se fossem adultos de tamanho reduzido ou adultos em miniatura.

Com o advento da Constituição Federal pátria de 1988, as crianças e os adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, obtendo uma proteção integral com prioridade absoluta, consoante bem delineado no seu art. 227.

O Estatuto da Criança e do Adolescente esclarece quais seriam as pessoas definidas como crianças e adolescentes no seu art. 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Percebe-se que o tema adolescência é bastante recente e vem sendo objeto de pesquisa, em face das mudanças que propicia na vida do indivíduo, carecendo de análises mais profundas.

Conforme Silva, Viana e Carneiro (2011), a adolescência é caracterizada pela fase que vem depois da infância e antes da juventude. Esse período começa por volta dos doze anos e termina por volta dos dezoito. É um período em que o indivíduo sente prazer de manifestar seus gostos e preferências de forma exagerada. É uma fase cheia de questionamentos e instabilidade, que se caracteriza por uma intensa busca de si mesmo e da própria identidade, na qual os padrões estabelecidos são questionados, bem como criticadas todas as escolhas de vida feita pelos pais, buscando, assim, a liberdade e a autoafirmação.

A adolescência é, por conseguinte, um momento de transição na vida do indivíduo e que cada qual viverá por si, não sendo possível colocar todos os adolescentes na mesma condição existencial, tanto no aspecto temporal quanto espacial.

Segundo Saraiva (2010, p. 35), o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como um de seus princípios norteadores o reconhecimento de que crianças e adolescentes gozam de uma condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, expressos, por exemplo, em seus artigos 6º, 15 e 121, na esteira do mandamento insculpido no art. 227, § 3º, inc. V, da Constituição Federal, e que esta condição de pessoa em desenvolvimento é inquestionável e justifica a existência de um sistema diferenciado de atendimento desse segmento da população.

Segundo Becker (2003), esse fenômeno de passagem de uma atitude do adolescente de simples espectador para outra ativa, questionadora, irá gerar revisão, autocrítica e transformação, fundamental tanto para o desenvolvimento da sua própria personalidade quanto para o aperfeiçoamento da sociedade em que ele vive e que tais fenômenos são diferentes em cada sociedade, e inclusive nas mesmas, tomando em conta diversos fatores psíquicos, sociais, econômicos e culturais.

Vê-se, então, que a fase da adolescência é influenciada por fatores biológicos e/ou psicológicos, bem assim pelo ambiente familiar, cultural e social, inviabilizando a fatalidade dos conceitos meramente biológicos “filho de peixe, peixinho é” e/ou “pau que nasce torto nunca se endireita”, a justificar reflexões sobre cada ser humano que se encontra em tal fase de vida por si mesmo, com as suas especificidades. As transições se darão mais rapidamente ou não, tendo em vista a combinação na vida de cada adolescente dos mais variados fatores conjugados entre si.

Para Becker (2003) as desigualdades sociais e a injustiça social se refletem profundamente no cotidiano dos adolescentes, posto que muitos direitos e liberdades que eles querem, podem e precisam exercer lhes são negados.

Segundo o relatório sobre a *Situação da Adolescência Brasileira 2011* do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 661 mil lares são chefiados por adolescentes com idades entre 15 e 19 anos (UNICEF, 2011a).

Um adolescente pobre no Brasil de hoje, por exemplo, terá muitas vezes que ser arrimo de família, lutar por sobrevivência, procurando o que comer e/ou vestir, atingindo a perspectiva de vida do adulto mais cedo, diversamente de outros adolescentes que se encontram em condições financeiras mais abastadas, combinados os fatores de influência, fato que permitirá a possibilidade das suas adolescências perdurarem por muito mais tempo, indicando que cada pessoa tem a sua leitura de mundo e participação nele de forma própria e assim deverá ser considerada.

Segundo Saraiva (2010, p. 35), ainda funciona em nossa sociedade, produto da discriminação e do preconceito fomentados pela posição ideológica daqueles quem ainda distinguem crianças de menores, certa lógica de que os adolescentes excluídos atravessariam a adolescência diferentemente dos incluídos. O tratamento distinto que é dado aos jovens, a uns justificando e a outros implacavelmente cobrando uma postura adulta, para fazer chegar à triste conclusão de que seriam eles diferentes entre si.

Vê-se uma postura discriminatória contra o adolescente, no sentido de que mesmo sendo igual aos que não integram a casta dos excluídos, ou seja, é um ser humano

experimentando a adolescência, com as suas especificidades e que não recebe o mesmo tratamento de outro semelhante ao menos no adolecer. Ele, o excluído, não tem direito a adolecer, e passa a receber dos adultos uma cobrança como se adulto também fosse, e não adolescente o que se caracteriza uma lógica perversa, como bem ilustrou Saraiva (2010).

Becker (2003) assevera que é na adolescência que começamos a aprender a escolher livremente, um aprendizado que nunca termina, em face da constante evolução do ser humano, principalmente em virtude de tantas transformações ocorrendo de uma só vez, concluindo que o adolescente não é o futuro da pátria, nem é o presente, sua vida lhe pertence para vivê-la da maneira que escolher, como sujeito de direitos e as implicações que dela decorrem, possuindo direitos e deveres, com exercício de direitos nos limites da sua capacidade.

O que não se deve esquecer é que, consoante preconizado no art. 227 da Constituição Federal e bem delineado no art. 4º do Estatuto de Criança e do Adolescente, a responsabilidade do cuidado é de todos ali definidos.

Após refletir um pouco sobre o adolecer, cuidar-se-á de analisar as relações do adolescente com a violência numa perspectiva de aparente vulnerabilidade social e as políticas públicas de enfrentamento de tal contexto.

2.2 Adolescência – Violência – Exclusão social/inclusão social

Tem-se como imprescindível que o pensar sobre a política de proteção especial para os adolescentes em situação de risco pessoal e social inseridos no cenário de violência reinante, não pode desconsiderar os fatores que os conduzem a tais espaços, nas suas mais variadas dimensões sociais, políticas e psíquicas, fato que implica a necessidade de reflexão sobre temas intimamente ligados, como violência, exclusão social e violação de direitos humanos fundamentais.

O tema violência tem sido cada vez mais discutido, tendo em vista o seu aumento significativo, agora não mais apenas nas grandes metrópoles, mas também nas pequenas cidades e zonas rurais, conduzindo os sensíveis à busca das suas causas, tentando compreender o que as motiva existir, para além do cuidar das meras consequências, analisando-as, com o objetivo principal de permitir uma contribuição para dissecar toda a sua complexidade (ADORNO; BORDINI, 1991; CALDEIRA, 2000).

Segundo os dados da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) estima-se que, em 2009, os jornais impressos brasileiros publicaram 159.324 notícias sobre infância e

adolescência. De acordo com o monitoramento de mídia realizado pela organização, cada um dos 53 diários analisados publicou, em média, 3.006 textos sobre a temática (UNICEF, 2011b).

Para Minayo (2005), a violência é um fenômeno biopsicossocial complexo e dinâmico que acompanha toda a história e as transformações da humanidade, em que o espaço de criação e o desenvolvimento são a vida em sociedade. No entanto, a violência afeta a saúde ao provocar lesões e traumas físicos, agravos mentais e emocionais e diminuir a qualidade de vida das pessoas e das coletividades.

Para Espinheira (2004), por sua vez, a violência não é uma questão metafísica, mas uma construção social concreta. É tanto objetiva quanto subjetiva, mas opera objetivamente como um meio; é, portanto, instrumento e mecanismo, tanto quando é economicamente orientada assim como quando é uma questão de vingança.

Conforme Freitas, Souza e Calazans (2013, p. 68), a violência – no mundo, na escola, na família e na sociedade – contra os direitos das crianças e dos jovens é uma triste realidade. Há múltiplas variáveis relacionadas com essa condição.

As situações vivenciadas pelos meninos e meninas em situação de rua no Brasil, por exemplo, no imaginário reproduzido, consiste no fato de que a maioria é dotada de suposta periculosidade. Isso fez com que grupos de extermínio fossem encarregados de assassinar crianças e adolescentes como forma de limpar as ruas. Segundo dados da Polícia Federal de 1991, colhidos por Rizzini (1993, p. 59), 4.611 menores de 5 a 17 anos foram violentamente assassinados em 17 estados e no Distrito Federal, no período de 1988 a 1990.

Diante das estatísticas divulgadas pelos órgãos competentes, vem a mídia realçando uma sensação contínua de medo e insegurança. Com isso não se quer atribuir exclusivamente à mídia o incremento da violência, até porquanto múltiplos são os fatores, mas não se pode ignorar a sua contribuição singular para tanto e que dentro de um amplo espectro de fatores influentes, biológicos, sociais, pessoais, ou melhor, ainda, da conjugação complexa desses múltiplos fatores, a exposição à violência na mídia pode ser um deles, provocando excitação fisiológica, imitação, banalização e dessensibilização, alterando concepções de mundo (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2003).

Para Santos (1997), no Brasil as práticas violentas apresentam vínculos de continuidade, pois o fim do regime de exceção vivenciado não acarretou aos governos civis eleitos posteriormente a implementação de políticas capazes de reverter esse quadro e, nos dizeres de Rodrigues, Assmar e Jablonski (2003), de reduzir a agressão, introduzindo mais

modelos não agressivos no ambiente do indivíduo, estimulando a humanização do outro por intermédio do sentimento de empatia e reconsideração das faltas acaso cometidas.

Os adolescentes vêm sendo protagonistas de histórias não muito dignas de aplausos no Brasil, alternando-se nos papéis principais ora como vítimas, ora como autores de violência. Tal situação tem contribuído para o direcionamento de recursos para pesquisas, programas, projetos e políticas públicas, mas sem produzir o êxito idealizado.

Espinheira (2004) ilustra que há um tipo humano considerado desprezível: é jovem, homem, pardo/negro e pobre. É um tipo numerosíssimo e que quer viver intensamente, correspondendo a 70% dos baianos jovens do sexo masculino e é o tipo social que se constitui como a principal vítima de assassinatos em Salvador e na Bahia. Conclui que a destruição da juventude é terrível e que o Brasil se posiciona como um dos países mais cruéis do mundo que elimina uma proporção considerável de jovens que não têm oportunidade de ingresso no sistema formal de trabalho, ou seja, de construir a vida adulta dentro de padrões tomados como normais da sociedade.

O mapa da violência de crianças e adolescentes de 2012, do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), indica que na última década os números e as taxas de homicídio de crianças e adolescentes, já elevadas, cresceram ainda mais, passando de 8.132 assassinatos (taxa de 11,9%) em 2000 para 8.686 assassinatos (taxa de 13,8%) em 2010, para cada 100 mil crianças e adolescentes do País (WAISELFISZ, 2012).

A violência no Brasil, no que se refere aos assassinatos, atinge principalmente homens, pobres e negros, que têm de 15 anos a 24 anos, segundo o estudo *Avanço no Socioeconômico, Retrocesso na Segurança Pública, Paradoxo Brasileiro?*, de Luís Flávio Saponi, coordenador do Centro de Pesquisas de Segurança Pública da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) (GIRALDI, 2013).

Vê-se que os jovens brasileiros principalmente os de classes menos favorecidas, inseridos num contexto de exclusão social, são as principais vítimas da violência na atualidade, muito mais do que autores dela, principalmente na perspectiva dos adolescentes.

O atlas da exclusão social no Brasil indica que a economia nacional segue inserida entre os 15 países mais desiguais do mundo, com pobreza absoluta acima do aceitável e distante do pleno emprego de sua mão de obra, sinalizando, tardiamente, para a possibilidade de tratar da exclusão social em melhores condições, pois sustenta um dos maiores e mais importantes regimes democráticos do planeta, com potencial de ampliar o movimento de acumulação de capital e subordiná-los aos desígnios do conjunto da sociedade (GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2014).

Para Sequeira, Pinheiro e Soares (2010), é possível considerar uma situação de exclusão social quando constatamos a privação, ou seja, com a falta de acesso às oportunidades e recursos, ocasionando a ausência de cidadania, o que dificulta o acesso à cultura e as oportunidades socioeducacionais que favoreceriam o desenvolvimento pleno dos jovens.

Gomes e Pereira (2005, p. 5) mencionam que o termo exclusão social tem sentido temporal e espacial: um grupo social está excluído segundo determinado espaço geográfico ou em relação à estrutura e à conjuntura econômica e social do país a que pertence. No Brasil, esse termo está relacionado principalmente à situação de pobreza, uma vez que as pessoas nessa condição constituem grupos em exclusão social porque se encontram em risco pessoal e social, ou seja, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação).

Para Espinheira (2004), o campo da marginalidade é muito menor do que se supõe, e no quadro mais geral das estatísticas de assassinato há uma proporção considerável de pessoas eliminadas, sobretudo jovens, supostamente marginais.

Crescem as discussões sobre a questão da violência juvenil e as possíveis soluções para a mesma, apontando para o caminho da simplificação e do retrocesso, ou seja, propostas de penas mais duras e de redução da idade penal. Poucas são as iniciativas de resgatá-los, educá-los e torná-los cidadãos, retirando-os do cenário de vulnerabilidade social, vítimas de violência, legado de omissões originárias de herança histórica, cultural e política no Brasil (SAITO, 2001; SILVA, 2011).

O cenário muda quando a violência começa a invadir os condomínios fechados, fato que provoca comoção e reação da sociedade em busca de políticas de segurança e reivindicações para diminuição da violência produzida, mas até o limite de que não mais sejam incomodadas as classes mais abastadas. Continuando os excluídos no seu lugar de “excluídos”, “invisíveis”, embaixo do tapete, tudo está bom. Mas o fato é que não está e essa lógica perversa precisa ser repensada.

Medidas outras deverão ser adotadas pela sociedade e pelo Estado que não sejam apenas a repressão do jovem. Ele carece de mais políticas públicas que permitam a sua inclusão social e possam ter uma vida digna, para que não precisem lançar mão de símbolos nefastos como a arma para se tornarem visíveis da pior forma possível.

Para Fraga (2006), os discursos qualificando os jovens como os principais, quando não únicos, responsáveis pelo aumento progressivo da violência real, acarretam posicionamentos em que não são analisados mais amplamente os contextos nos quais é produzida toda a

violência, e se isentam como corresponsáveis pela sua produção importantes atores, notadamente aqueles atrelados aos organismos de repressão, contensão e os responsáveis pela implementação de políticas sociais preventivas ou reparatórias.

Esse processo é permeado por duas premissas lógicas. A primeira, que é a inserção, possibilita o acesso do indivíduo na sociedade, viabilizando e aumentando as suas escolhas. Isso ocorre através da reorganização da sociedade de forma a abrir espaço tornando as oportunidades equitativas e reforçadas (AMARO, 2011).

Já a segunda lógica do processo é a inclusão. Para considerar a inclusão social é necessário pensar na erradicação da exclusão social, fazendo a escolha de dois caminhos: um, em que os indivíduos excluídos se tornam cidadãos plenos; outro, em que a sociedade permite e acolhe a cidadania. Esse duplo processo pode ser chamado de integração, caracterizado pela interação entre as partes, construindo uma interdependência positiva, solidariedade e conflitualidade. Portanto, a integração permite ao excluído retornar ao relacionamento com outro indivíduo, a família e a sociedade enriquecendo esse conjunto com suas particularidades e mantendo sua individualidade que o diferencia dos outros (AMARO, 2011).

O fato, porém, de que mais acentuadamente o adolescente é vítima da violência do que autor da mesma, não elide a realidade da sua contribuição às avessas para a produção de tal mal social.

As crianças e adolescentes no Brasil sofrem muitas violações, no que toca aos seus direitos nos dias de hoje, e não vêem o que está normatizado em seu favor ser transmutado em políticas emancipatórias das suas condições de excluídos, de invisíveis.

3 CONCLUSÃO

Não se pode negar à sociedade brasileira que vivencie os sentimentos de medo, terror e ausência de esperança, produzidos pela violência que graça o nosso país frente a imagens tão chocantes propagadas nos diversos meios de comunicação, inclusive em relação aos adolescentes que a cada dia estão praticando mais atos infracionais.

De igual sorte, a mesma sociedade não poderá ter uma solução mais adequada à realidade dos adolescentes, em matéria de ato infracional, desconsiderando os mais variados contextos em que estão inseridos. Essa tarefa não é tão simples, daí a importância significativa da sensibilização para a causa dos adolescentes que praticam atos infracionais e a

busca da sua emancipação cidadã, trazendo-os para o centro do debate, como sujeito da sua própria história e não apenas como dantes, objeto de medidas.

Imprescindível, por conseguinte, debruçar-se sobre as potencialidades e necessidades dos Adolescentes e suas famílias, levando em conta o adolecer e as suas peculiaridades pessoais e sociais, permitindo a adoção de decisões que possam verdadeiramente atender para reais as necessidades do público alvo e contemplá-las, salvaguardando direitos, preservando vidas e a dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- ADOLESCENTE. In: **DICIONÁRIO Etimológico**. Porto: 7 Graus, 2008. Disponível em: <<http://www.dicionarioetimologico.com.br/adolescente/>>. Acesso em: 2 mai. 2015.
- ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. A socialização na delinquência: reincidentes penitenciários de São Paulo. **Cadernos Ceru**, São Paulo, n. 3, 1991.
- AMARO, Rogério Roque. **A exclusão social hoje**. Bahia: Academia da Venda, 2011.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BRANDÃO, E.R. **O debate contemporâneo sobre juventude**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- BRASIL. Casa Civil. **Constituição de 1988**. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 abr. 2014.
- BRASIL. Casa Civil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 8 abr. 2014.
- CALDEIRA, M. T. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed.34:EDUSP, 2000.
- ESPINHEIRA, Gey (Coord.). **Sociabilidade e violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do subúrbio ferroviário de Salvador**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2004.
- FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção de violência contra jovens. In: SALES, Mione; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREITAS, Katia Siqueira; SOUZA, Maria das Graças Galvão; CALAZANS, Márcia Esteves. Violência na escola e a gestão educacional. In: GOMES, Celma Borges (Org.). **Violência nas escolas: uma realidade a ser transformada**. Curitiba: Juruá, 2013.

GIRALDI, Renata. Homens jovens e pobres são os principais suspeitos e vítimas dos homicídios. **Agência Brasil**, Brasília-DF, 2 mar. 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-02/homens-jovens-e-pobres-sao-os-principais-suspeitos-e-vitimas-dos-homicidios>>. Acesso em: 3 mai. 2015.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>>. Acesso em: 3 mai. 2015.

GUERRA, Alexandre et al. In: GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Ronie Aldrin (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: 10 anos depois**. São Paulo: Cortez, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um problema de saúde pública. In: **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, 2005.

PEREIRA, Elcimar Dias. Adolescência: um jeito de fazer. **Revista da UFG**, Goiás, v. 6, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/juventude/adoles.html>. Acesso em: 3 mai. 2015.

PEREIRA, Elcimar Dias; PINTO, Joana Plaza. Adolescência: Como se faz? – apontamentos sobre discursos, corpos e processos educativos. Fazendo Gênero. **Grupo Transas do Corpo**, Goiânia, ano VII, n. 17, jul./out. 2003.

RENA, L.C.C.B. Projeto adolescente Cidadão: as oficinas como estratégias de intervenção com grupos adolescentes. In: **VI Congresso de Psicologia Escolar e Educacional em Salvador**, abr. 2003.

RIZZINI, Irene. (Org.). **A criança no Brasil hoje, desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1993.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia social**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROSA, Alexandre Moraes. **Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SAITO, M. I.; SILVA, L. E. **Adolescência: prevenção e riscos**. São Paulo: Atheneu, 2001.

SANTOS, J. V. T. dos. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, 9, p. 155-167, maio 1997.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil: adolescente e ato infracional**. 4. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SEQUEIRA, V. C.; PINHEIRO, A. C.; SOARES, A. C. M. Um estudo exploratório sobre experiências significativas no atendimento ao jovem autor de ato infracional e sua família no Estado de São Paulo. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 30, p. 343-362, 2010.

SILVA, Paulo Sérgio Modesto; VIANA, Meire Nunes; CARNEIRO, Stania Nágila Vasconcelos. O desenvolvimento da infância na teoria de Piaget. **Psicologia.pt**, Porto, 16 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0250.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2015.

UNICEF. **Situação da Adolescência Brasileira 2011**. O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília, DF: UNICEF, 2011a. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2015.

UNICEF lança relatório Situação da Adolescência Brasileira. **UNICEF Brasil**, Brasília-DF, 30 nov. 2011b. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/media_22244.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2015.

A ALIENAÇÃO PARENTAL E O EFETIVO DEFERIMENTO DA GUARDA COMPARTILHADA¹

Caio Galvão de Lucena de Araújo²
Teresa Cristina Ferreira de Oliveira³

RESUMO

O Artigo aborda os aspectos históricos, antropológicos, sociológicos e jurídicos da “Alienação Parental e o Efetivo Deferimento da Guarda Compartilhada”. Tem como objetivo analisar o ordenamento jurídico civil, sob a ótica constitucional, civilista. O estudo apoiar-se-á na doutrina, jurisprudência e na lei. Trata-se de uma abordagem descritiva predominantemente qualitativa. Concluiu-se que a Guarda Compartilhada auxilia na mitigação da Alienação Parental.

Palavras-chave: Dissolução. Alienação. SAP. Guarda Compartilhada.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho irá tratar da Alienação Parental e do efetivo deferimento da Guarda Compartilhada. O estudo apoia-se em uma análise histórica, antropológica, sociológica e jurídica da família. A partir do capítulo dois, será feita uma contextualização histórica dos primórdios até a Revolução Industrial, com mudanças profundas no seio familiar. No terceiro capítulo, será objeto de análise o processo do divórcio, seus aspectos e suas bases legais, até a fase contemporânea. No quarto capítulo, será analisado os tipos de Guarda e suas consequências aos menores. No quinto capítulo, será objeto de estudo o conceito de Guarda Compartilhada, seus direitos e deveres em relação ao menor. Já no sexto capítulo, será analisado o princípio do melhor interesse do menor. No capítulo sete, será abordada a Alienação Parental, a jurisprudência brasileira e a legislação estrangeira. O capítulo oito culminará com os reflexos da guarda compartilhada sobre a alienação parental. Trata-se de um tema de suma importância, pois atinge diretamente o seio familiar e possíveis danos que

¹ O presente artigo constitui o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Caio Galvão de Lucena de Araújo no curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, apresentado em junho de 2017.

² Discente do Curso de Direito pela Faculdade Ruy Barbosa. *E-mail:* caiolucena23@gmail.com.

³ Especialista em Direito Civil (UFBA) e especialista em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSal). Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), Discente do Curso de Doutorado em Família. Orientadora do PICT; Membro dos grupos de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano. *E-mail:* teresacristinaadv@hotmail.com.

possam ocorrer com os menores e seus responsáveis. Este artigo irá contribuir diretamente àqueles que procuram conceitos e jurisprudência sobre a matéria a ser abordada.

2 BREVE HISTÓRIA DA FAMÍLIA

A origem da família se deu nos primórdios da humanidade e devido ao baixo índice populacional se fazia todo o possível para a reprodução e sobrevivência da vida humana. Por possuir na época números inexpressivos de mulheres de um mesmo bloco cultural, fez-se necessária a busca por novos povos, culturas e até mesmo novas terras. (PENHA, 2008)

Do ponto de vista antropológico, pode-se dizer que ocorreu nas culturas primitivas um ‘fascínio pelo estranho’. Consistindo-se, a título de exemplo, na necessidade que se detinha da busca pelo desconhecido. Através desse choque de culturas é que a estrutura familiar começa a ser moldada, com a soma dos comportamentos distintos, da maneira de se comunicar e até mesmo da forma de se obter a sobrevivência. (ASSIS e KÜMPPEL, 2011)

Para Friederich Engels (1884), o homem, dentro do âmbito familiar, representava o burguês, enquanto a mulher, o proletariado. Essa comparação, à época, foi de suma importância para demonstrar, de maneira até mesmo política, que o homem exercia toda e qualquer forma de opressão à mulher. Visto que, numa correlação com a burguesia e o proletariado, este estava completamente submisso e sem direito a voz, e aquele exercia o poder de governança e administração.

Ao passo em que a humanidade foi evoluindo, a religião foi se tornando o sustentáculo de todas as famílias. Segundo Fustel de Coulanges (2002, p.57): “O que unia os membros das famílias era algo mais poderoso que o nascimento, o sentimento ou a força física: e esse poder se encontra na religião do lar e dos antepassados.”

Como de costume, à época, o homem obtinha o poder de mando na família. Este manto era dado por ser o gerador de sustento da sua casa, o único que trabalhava e que mantinha a sobrevivência da mulher e dos seus herdeiros. O pátrio poder – nome dado por ser o homem o detentor do comando familiar, foi dando espaço ao poder familiar, o qual surgiu com o advento da Revolução Industrial.

Em meados do século XVIII – XIX, com a Revolução Industrial, a família teve uma mudança estrutural muito forte. A alteração consiste na repartição das responsabilidades entre os demais membros, a mulher deixa de ser apenas uma subordinada e passa a trabalhar nas

fábricas de tecelagem, entre outros trabalhos, e os filhos deixam de seguir os caminhos que o chefe de família trilhou e buscam novas práticas laborais. (PENHA, 2008)

Segundo Venosa (2006), a introdução dos maquinários causou um rompimento com o trabalho familiar, como dito alhures, desfazendo os papéis preestabelecidos pela sociedade. Percebe-se, assim, o início dos rompimentos entre os laços familiares a partir da perda de poder que o antigo Chefe de Família detinha sob os demais membros.

Com a descoberta de um novo mundo, as mulheres, que antes detinham apenas a função de reproduzir e servir ao seu marido, começam a pensar, viver e perceber a injustiça acometida por elas e dessa forma passam a lutar por seus direitos e pela igualdade no lar e na sociedade.

Essa luta pela igualdade desencadeia uma série de consequências, tendo como instrumento de batalha os movimentos feministas e de jovens no século XIX. Com o reconhecimento perante a sociedade, pode-se dizer que o efeito não foi apenas *inter partes* tendo uma repercussão direta em cada núcleo familiar, em cada relacionamento. As conquistas mais evidentes foram a consolidação da união estável, a extinção do casamento sem a necessidade de se fundar em adultério e igualdade entre as proles. (PENHA, 2008).

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIVÓRCIO

Conforme dito alhures, foi a partir destes movimentos que as rupturas nos seios familiares foram ocorrendo. O Desquite era a solução cabível quando a manutenção da vida à dois não era mais viável, tendo como meio necessário para a sua materialização o processo judicial com o objetivo de ser determinada a guarda do menor, quando houvesse, e a respectiva pensão, além da partilha de bens. Neste caso, havia o impedimento na criação de novos vínculos conjugais, visto que não existia a possibilidade de dissolução do casamento, sendo apenas amparado pelo antigo Código Civil o não atendimento aos deveres matrimoniais. O referido instituto foi a primeira forma de dissolução conjugal, sendo, *a posteriori*, substituído pela Separação Judicial. (CHOHFI, 2010)

A Separação Judicial foi passo importante para a evolução do Direito da Família, sendo incluída na redação do artigo 284, no inciso IV do Código Civil de 1916 com o advento da lei 6.515/1977, dando possibilidade de a mulher casada propor a separação pela via judicial. Foi a partir da inserção desse instituto que a dissolução do matrimônio começou a ser viabilizada.

Este instituto possui dois vieses, quais sejam, o consensual, quando há acordo entre os cônjuges para que haja a dissolução do matrimônio e o litigioso, quando os litigantes não conseguem chegar a um denominador comum, devendo um dos cônjuges atribuir culpa ao outro pela dissolução.

No que tange ao Divórcio, este instituto já existia na antiguidade como forma de rompimento do vínculo matrimonial. Estava disposto nas legislações gregas e romanas, bem como no Código de Hamurabi. Entretanto, como a influência do catolicismo era exacerbada, houve uma rejeição da matéria. (CHAVES, 2013)

O presente instituto foi introduzido pela lei 6.515/77 e EC nº9/77, diferentemente da Separação, promove o fim do casamento de maneira definitiva, pondo termo aos deveres conjugais e aos efeitos civis do matrimônio religioso, conforme está disposto no artigo 24, *caput* da mencionada lei.

Foi através da PEC 28 de 2009 (a qual deu origem à EC nº66/2010), também conhecida como “PEC do desamor”, com a Emenda ao artigo 226, §6º da CRFB, que o divórcio direto passou a ser acolhido pelo ordenamento jurídico.

Tartuce (2013) cita ainda a conclusão de Zeno Veloso, o qual tece comentários pertinentes quanto a abolição da separação judicial ou extrajudicial, dando espaço à figura do divórcio, que irá romper o vínculo matrimonial e extinguir a sociedade conjugal.

“(…) numa interpretação histórica, sociológica, finalística, teleológica do texto constitucional, diante da nova redação do art.226, §6º, da Carta Magna, sou levado a concluir que a separação judicial ou por escritura pública foi figura abolida em nosso direito, restando o divórcio que, ao mesmo tempo, rompe a sociedade conjugal e extingue o vínculo matrimonial.”

Em contrapartida, à época da tramitação do mencionado projeto, ocorreram diversas resistências por parte das entidades religiosas, sendo esta a Igreja Católica, a qual propôs um período mínimo de 6 meses antes da dissolução pela via do divórcio, visando uma tentativa de reconciliação entre os cônjuges. E a bancada evangélica, no âmbito do legislativo, ameaçando até mesmo recorrer ao Conselho Nacional de Justiça. (CHOHFI, 2010)

3.1 DIVÓRCIO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Atualmente, o divórcio modifica o estado civil dos cônjuges, dando para estes um novo estado civil, o de divorciados. Por se tratar de direito personalíssimo, o presente instituto só poderá ser provocado por interesse das partes. O fato de o país ser laico foi um facilitador para a admissibilidade do divórcio no ordenamento jurídico. Isto porque os ditames canônicos

passaram a não mais possuir a verdade plena sobre a indissolubilidade do casamento. (CHAVES, 2013)

Com o passar dos tempos, assim como a sociedade, o Direito evoluiu e o Divórcio sofreu uma série de alterações para que pudesse se adequar ao novo contexto social. Uma das principais modificações está contida em seu processo, visto que, com o advento da lei 11.441/07 – Lei do inventário e divórcio, foi acrescentado ao antigo Código de Processo Civil de 1973 o artigo 1.124-A, agora enumerado no artigo 733 do Novo Código de Processo Civil de 2015.

O mencionado artigo traz em sua redação a possibilidade que os cônjuges têm em utilizar a via notarial, cartório, para dissolução consensual do matrimônio. Ocorre que, essa modalidade só poderá ser adotada quando não houver nascituro ou incapaz e observados os requisitos legais. Há que se mencionar, entretanto, que a referida lei em nada modificou o processo judicial nos casos em que o divórcio seja litigioso ou que, mesmo consensual, haja interesse de menor ou tenha nascituro envolvido, preservando-se então, o procedimento comum. (CHOHFI, 2010)

4 TIPOS DE GUARDA

É a partir da fixação da guarda dos filhos que há uma imposição de opção dramática para o menor e seus genitores, visto que após a dissolução afetiva um dos pais se torna o guardião, enquanto o outro mero provedor de alimentos, gozando apenas do direito de visita. Percebe-se assim, que o fim da sociedade conjugal afeta, de maneira reflexa, o bem mais precioso que os pais poderiam ter a criança. (CHAVES, {S.d})

Para Tartuce (2013), a guarda familiar deverá respeitar alguns princípios, dentre eles a afetividade e o melhor interesse do menor. A sua fundamentação está pautada em posicionamento de enunciados do STJ, bem como em julgados, como o REsp 469.914-RS. No caso mencionado, a avó de 80 anos requereu a guarda da neta que estava em sua companhia desde o nascimento. Não houve resistência por parte dos pais, que não teriam a mesma condição financeira para manter a criança. Ocorre que houve provimento do recurso que se fundou no art.33 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual trata que deverá prevalecer o interesse do menor, seja com seus genitores ou terceiros.

O Enunciado n.334 CTJ/STJ, dispõe que “A guarda de fato pode ser reputada como consolidada diante da estabilidade da convivência familiar entre a criança ou o adolescente e

o terceiro guardião, desde que seja atendido o princípio do melhor interesse.” Aliado a isso, o Enunciado n. 102 CJF/STJ esclarece que o termo “melhores condições” não está atrelado a quem poderia bancar as despesas com saúde, educação e lazer, mas sim o ambiente mais afetivo, em que a criança se sinta segura e bem quista. (TARTUCE, 2013)

Para que haja maior lucidez a respeito do tema, far-se-á necessária a distinção dos tipos de guarda que o ordenamento jurídico brasileiro adota.

4.1 GUARDA ALTERNADA

Este instituto, apesar de não ter sido tratado em matéria normativa, foi abordado em sede jurisprudencial e doutrinária. Nela o menor estará submetido a residir durante um período com um dos genitores e, logo após, em igual período, com o outro genitor, ficando consolidada a alternância de habitação entre as residências dos respectivos genitores. (ARAI, 2008)

Ocorre que, esta modalidade de guarda encontra relevante resistência por não oferecer ao menor um referencial de lar, trazendo grande desconforto à criança, que já possui uma escola fixa, amigos na vizinhança e até mesmo uma ruptura na sua rotina domiciliar. Observa-se, portanto, que o acolhimento do mencionado instituto para casos gerais fere o princípio do melhor interesse do menor. (OLIVEIRA, 2012)

4.2 GUARDA UNILATERAL

Conforme reza o artigo 1.583, §1º do Código Civil de 2002, a guarda unilateral é atribuída à um dos genitores ou à alguém que o substitua. Esta modalidade obriga o pai ou a mãe, que não a detenha, a supervisionar os interesses dos filhos, sendo sempre um dos genitores parte legítima para solicitar informações ou prestação de contas em assuntos que interfiram a saúde física e mental e a educação dos seus filhos. (TARTUCE, 2013)

A lei 13.058 de 2014, também conhecida como Lei da Guarda Compartilhada, adicionou ao artigo supramencionado a redação do parágrafo 5º o qual dispõe o direito de informação e supervisão do genitor não possuidor da guarda.

Encontrando óbice no parágrafo 2º do artigo 1.584 do CC/02, a guarda unilateral passou a possuir caráter subsidiário, sendo acolhida apenas nos casos em que um dos pais renuncie expressamente que não deseja ser o detentor da guarda do filho ou quando ficar demonstrado que apenas um dos genitores possui condições de sustentar o menor, sustento

esse que não é mais pautado na condição financeira, mas sim no que tange à educação, saúde e principalmente à afetividade. (TARTUCE, 2013)

A guarda unilateral possui duas ramificações, quais sejam a guarda unilateral consensual, a qual é tratada no corpo do artigo 1.584, §2º do CC/02, em sua parte final “§ 2º(...) salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor”. A outra ramificação está enquadrada na guarda unilateral litigiosa, que o próprio nome já diz, não há acordo entre os genitores em quem será o detentor da guarda. Essa será, muitas vezes, fruto de um divórcio litigioso em que os litigantes farão como pedido acessório o requerimento da guarda do menor.

5 CONCEITO DE GUARDA COMPARTILHADA

Esta modalidade possui o condão de dividir os direitos e deveres em relação ao menor, oferecendo condições de convivência satisfatória da criança com ambos os pais. Entende-se também, como a responsabilização conjunta dos genitores que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns. (TARTUCE, 2013)

Foi regulamentada com a promulgação da lei 13.058/2014, a qual dispôs sobre todos os critérios para a adoção da referida medida, sendo consolidada como regra entre as ações de guarda, com exceção de casos excepcionais, a título de exemplo a alienação parental, a qual será vista no tópico 7 do presente artigo.

Donald T. Saposnek (1991) discute a referida modalidade colocando em análise a real necessidade dos filhos. Entende que para a aplicação da guarda compartilhada funcionar com sucesso é crucial o estudo da relação do casal, se ocorrerá disputa pós divórcio, a idade dos menores, os estilos de temperamento e o relacionamento entre pais e filhos. É com a observância desses fatores que o autor entende a possibilidade de êxito da guarda compartilhada. Coadunam com este entendimento Howard Henrique Irving e Michael Benjamin (1991), após a realização de um estudo no Canadá.

O advento da referida modalidade é uma forma de respeitar e garantir a dignidade da pessoa humana e a proteção integral infanto-juvenil. Pensada puramente no menor, a guarda compartilhada auxilia o exercício do poder familiar com maior amplitude, anteriormente podado, bem como uma maior participação dos genitores no desenvolvimento dos filhos. (CHAVES, {S.d})

6 PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DO MENOR

Esse tema advém do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, sendo esta uma característica fundamental da atual Carta Magna. Foi instituído com o objetivo de proteger àqueles que se encontram em situação de fraqueza, dando ao menor o direito fundamental de ter as garantias morais e materiais, como preceitua o artigo 227 da Constituição Federal. A partir da Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU, a datar de 1959, que foi determinado que todas as ações que diziam respeito ao menor deveriam ter observância do mencionado princípio. (SOBRAL, 2010)

Fachin (1998) entende que esse princípio é significativo para a aplicação da lei, revelando assim, um modelo que tutela o menor como ser prioritário na relação pai-filho e não somente a instituição familiar. Para o referido autor, há de se observar os laços afetivos e o amor entre o detentor da guarda e o menor, bem como a habitualidade de dar amor e orientação. Partindo desse pressuposto, percebe-se que o princípio do melhor interesse do menor possui estreita relação com o princípio da afetividade.

7 ALIENAÇÃO PARENTAL

Segundo Hegel (1807), a alienação consiste na projeção do alienante no indivíduo atacado. O que ele chama de “negação da negação”, uma vez que cada termo é a negação do próprio termo oposto, ou seja, o alienante forjará uma espécie de realidade na qual deturpará e tentará, de qualquer modo, alcançar a consciência do alienado para que este compartilhe as informações lançadas. Hegel ainda diz que esta é uma luta extremamente perigosa, pois se trata da luta do alienante com o indivíduo atacado para que consiga negar toda e qualquer forma de expressão ou pensamento que não concorde.

Trazendo para o contexto da família, assim o faz o genitor alienante com o genitor alienado. A todo momento usará o menor, que ainda não tem uma consciência plenamente capaz de discernir, para projetar as suas ideias contra o alienado a fim de afastá-lo da vida social do filho. Fundamental a comparação com o Autor supramencionado, no que tange a aplicação da “negação da negação” no âmbito familiar, visto que o alienante estará introduzindo informações no universo abstrato do menor, conduzindo as suas ações e até mesmo indagações para uma realidade criada por este a fim de prejudicar o genitor alienado.

Para um melhor conhecimento sobre o tema, importante distinguir o que vem a ser a Alienação Parental e o que seria a Síndrome de Alienação Parental – SAP, visto que uma é

dada como causa da outra. Figueiredo e Alexandridis (2011), conceituam aquela como sendo a implantação de falsas ideias e memórias do genitor alienado, visando afastar o menor do convívio social, como forma de puni-lo ou de supostamente protegê-lo sob o argumento de que o mal causado ao genitor alienante fosse acontecer com o filho.

Já a Síndrome de Alienação Parental, apesar de já existir na década de 40, foi, em 1980, definida pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner como um distúrbio infantil que se manifesta em crianças e adolescentes que vivenciam as disputas de guarda entre os pais. Para o referido autor, fazendo um paralelo até mesmo com o já mencionado Hegel, esta síndrome se dá através da “lavagem cerebral” realizada pelo genitor alienante para que o menor rejeite o alienado.

Segundo o autor, a manifestação preliminar ocorre através da campanha pejorativa que a própria criança começa a fazer sobre o genitor alienado. Percebe-se, assim, que a SAP evidencia os seus primeiros sinais quando há a soma da instigação do alienante para que o menor repudie o alienado juntamente com os atos injustificados do filho.

Como todo transtorno psicológico, a Síndrome de Alienação Parental possui alguns sintomas que aparecem em conjunto, são estes: a campanha para denegrir o genitor alienado, racionalizações fracas, absurdas ou frívolas para a depreciação, falta de ambivalência, o fenômeno do “pensador independente”, apoio automático ao genitor alienador no conflito parental, ausência de culpa sobre a crueldade e/ou a exploração contra o genitor alienado, a presença de encenações ‘encomendadas’, propagação da animosidade aos amigos e/ou à família extensa do genitor alienado.

O psicólogo forense Deidre Conwayrand (1997), baseado também no trabalho de Gardner, faz um estudo sobre o surgimento e a evolução da incidência da SAP nas disputas pela guarda dos menores, sob a alegação de que a alteração da guarda unilateral e da presunção de tenra idade pela guarda compartilhada e o melhor interesse do menor fomentaram ainda mais as disputas pela guarda da criança nos casos de divórcio.

Dessa maneira vê-se que a alienação parental, como causa, é o estágio antecessor da Síndrome de Alienação Parental, consequência. Isso porque, conforme mencionado pelo Professor e Psiquiatra Gardner, a SAP ocorre de maneira mais gravosa, em que a alienação deixa de ser mera coadjuvante e passa a atuar como protagonista na relação entre os genitores e o menor. Atingindo até mesmo um grau de perturbação mental relevante, causando diversos malefícios para a criança.

7.1 JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

No ordenamento jurídico Brasileiro já existem diversos julgados no que tange a alienação parental e a mutação da guarda, visto que conforme legislação específica que trata o abuso psicológico do menor, uma das punições é a perda do direito de visitas com requerimento de acompanhamento psicológico do genitor alienante, e dependendo da gravidade, da criança.

No Rio de Grande do Sul, em 26.11.2014, a Relatora da 7ª Câmara Cível do TJRS, Sandra Brisolara Medeiros, ao julgar um caso de alienação parental cometida pela avó das menores para com a genitora destas, entendeu ser necessária a restrição ao direito de visitas da avó, bem como o acompanhamento psicológico da alienante. Isto porque, enquanto as crianças estiveram submetidas a guarda da avó, apresentaram fortes indícios da síndrome de alienação parental. O juízo *a quo* entendeu por bem que as filhas da genitora alienada fossem com ela viver, alegando que, com base em laudos psicológicos e documentos acostados, a mãe possuía plena condição de exercer o poder familiar. Destaque-se que a referida decisão foi toda pautada no princípio do melhor interesse do menor.

No tribunal do Rio de Janeiro, em 04/09/2014, o Relator Desembargador Sidney Hartung Buarque, da 4ª Câmara Cível, entendeu por negar provimento ao recurso interposto pela genitora alienante visto que, em sede de sentença de primeiro grau ficou comprovado, até mesmo por interceptações telefônicas, que esta praticava diversas formas de alienação parental por não ter superado o fim da sociedade conjugal. Além das interceptações, foram requisitados parecer de assistente social e laudo técnico. A fundamentação para negar provimento ao recurso da ré foi baseada sob a alegação de que esta estava ferindo direito fundamental de convivência familiar saudável, bem como cometendo abuso moral contra a criança. O princípio norteador de todo o processo foi o melhor interesse do menor, sendo aplicado ao deferir a guarda unilateral para o genitor alienado, com direito a visitas assistidas para a genitora alienante.

Em Brasília, a 5ª Turma do Tribunal de Justiça, através do Relator João Egmont entendeu por negar provimento ao agravo de instrumento interposto pelo suposto genitor alienado, o qual alega que a mãe do menor se mudou para Uberlândia a fim de dificultar a sua participação na criação e convivência da criança. Requereu, o alienado, a antecipação de tutela para que houvesse o deferimento da guarda compartilhada, bem como a fixação da sua residência como lar de referência para criança. O pedido de antecipação foi indeferido sob a fundamentação de que não existia prova inequívoca dos fatos alegados. Outrossim, a prova

técnica produzida confirma que a menor encontra-se bem cuidada e que as visitas feitas pelo genitor são importantes. A fundamentação do Relator pautou-se no melhor interesse do menor, visto que entende que a mudança da residência da criança causaria sérios desconfortos, inclusive a perda de uma referência.

7.2 LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA

Para o Direito Argentino, sendo o precursor na luta contra a oclusão do direito à convivência familiar, o genitor ou terceiro que impeça ou tente dificultar o convívio do menor com o genitor não guardião será punido sob a ótica da lei 24.270 de 13 de novembro de 1993, a qual classifica como crime tal conduta. Destaque-se que esta norma não está fundada na alienação parental, mas sim na preservação da convivência familiar e os laços de afetividade entre os menores e o genitor não possuidor da guarda.

O Direito Francês seguia a mesma ótica dos mencionados países, legislando apenas sobre o direito ao convívio familiar e punindo aqueles que impedissem ou dificultassem a sua realização. Ocorre que, com a proposição da lei 1710 de 2009, bem como a proposição da lei 3834 de 2011, houve uma alteração na forma de se interpretar as condutas de impedimento cometidas pelo genitor guardião, considerando os atos praticados como passíveis de alienação parental. Assim sendo o Direito Francês começa a punir, tanto na esfera cível quando na penal, mesmo que de maneira tímida, o genitor que venha a cometer qualquer ato atentatório ao convívio familiar entre o genitor alienado e o menor.

Por fim, na Bélgica o projeto de lei 5-520/1 de 20 de novembro de 2010, trouxe consigo alterações nos Códigos Civil e Penal com o objetivo de preservar o direito à convivência familiar nos casos em que os genitores são divorciados. Ainda sobre o mencionado projeto, este trata da SAP na ótica de Richard Gardner, expondo as formas de manifestação e o risco na hora de identificá-las. Nos casos em que for configurada a SAP ou a intenção de obstruir o direito à convivência familiar, o genitor alienante será penalizado com prisão e multa. (OLIVEIRA, 2012)

8 OS REFLEXOS DA GUARDA COMPARTILHADA SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL

Segundo Maria Berenice Dias (2010), ao pensar na guarda do menor automaticamente pensa-se em separação dos genitores. Entretanto, é de suma importância não deixar ou evitar

ao máximo que esse rompimento afete diretamente a vida da criança. O fim da sociedade conjugal não deve pôr termo ao direito à convivência familiar saudável. Sendo crucial que os filhos não se sintam objeto de revanchismo entre os pais.

Necessário salientar a observância ao princípio do melhor interesse do menor, visto que este rege todo o tema que vem sendo abordado. Foi com base nisso que a guarda compartilhada nasceu, permitindo que haja a oportunidade de ser acordada entre os genitores a modalidade mencionada como meio cabível para uma convivência saudável e equânime entre os pais e os filhos. Assim, mesmo existindo o referencial principal, sendo este o guardião que reside na casa em que o menor fixou moradia, fica a critério dos genitores a melhor forma de lidar com essa nova rotina. (PEREIRA, 2006)

Como pontua Waldyr Grisard Filho (2000), nesse modelo de guarda a intimidade nas relações entre pais e filhos não se perde, sendo a forma mais eficaz em se equilibrar a necessidade do convívio permanente entre os genitores e os menores, diminuindo os conflitos entre os ex-companheiros. Nesta senda, percebe-se que as chances de existir atos atentatórios ao psicológico do infante fica bastante reduzido, sendo até mesmo possível afirmar que a guarda compartilhada ajuda na recomposição mental da criança.

Entende-se ainda, que é a partir do exercício conjunto da educação e cuidados da prole que os pais afastam a incidência da SAP, a qual é extremamente presente nos casos de guarda exclusiva justamente por não existir a divisão de tarefas, a cooperação entre os genitores para melhor educar o menor e o convívio excessivo com o genitor guardião, o qual exerce um poder de persuasão significativo para com o filho, ficando o genitor que não detêm a guarda suscetível à ataques, mas principalmente por persistirem os conflitos do insucesso da vida à dois entre os pais. (ABRAHÃO, 2007)

A guarda compartilhada tem como principal escopo inibir a prática da Alienação Parental, que nasce de uma negação da parte de um dos cônjuges do término do relacionamento. Em regra, o guardião do menor é aquele que comete a maioria dos atos alienatórios com o intuito de vingança pessoal. A adoção do mencionado instituto é eficiente no que tange a prevenção da alienação, afastando da criança os transtornos psicológicos que eram gerados no passado. (PIRES, 2016)

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Alienação Parental, conforme já demonstrado no corpo deste artigo, esteve presente nos núcleos familiares desde os primórdios da humanidade, aflorando com a evolução da sociedade conjugal, mais precisamente a partir do momento em que as mulheres passaram a ter relevância no contexto social. Com o passar do tempo, estes atos atentatórios ao psicológico do menor começaram a tomar corpo, revelando ser um dos males do século. A Alienação começa de forma ingênua, dos gestos mais singelos aos de extrema agressividade. Como toda agressão mental, se feita de maneira sucessiva, se desenvolve e abre um quadro clínico de síndrome, sendo esta rotulada de Síndrome da Alienação Parental. Richard Gardner, pioneiro na matéria, trouxe para o contexto social aquela que seria a mais óbvia, porém mascarada, razão do acometimento da referida doença sendo esta a dissolução da sociedade conjugal. Objetivando uma solução para a mencionada alienação, o ordenamento instituiu a Guarda Compartilhada, a qual mitigou de forma expressiva as causas de Alienação Parental. Isso se deu pela divisão de tarefas referentes ao menor, trazendo para este a ideia de manutenção do direito ao convívio familiar saudável, bem como uma segurança ao poder familiar. Com a elaboração deste artigo, buscou-se analisar a alienação parental e o deferimento da guarda compartilhada como remédio normativo. Foram utilizadas leis, jurisprudências e doutrinas para que esta análise ocorresse de maneira elucidativa e objetiva a fim de explicitar a real necessidade em se manter a regra da Guarda Compartilhada. Recomenda-se este artigo para aqueles que queiram aprofundar o conhecimento sobre a Alienação Parental, bem como a Guarda compartilhada.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Olney Queiroz. Manual de antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2011. FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de direito civil**. 5ed., v.6. Salvador: Editora JusPodium, 2013.

BRASIL. **Código civil**: Capítulo XI - Da Proteção da Pessoa dos Filhos. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 09 mai. 2017.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei n. 12.318 de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm>. Acesso em: 09 abr. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (5ª Turma Cível). Agravo de Instrumento nº 20130020240170. Relator: João Egmont. **Pesquisa de Jurisprudência**, Acórdão, 11 dez 2013. Disponível em: <<https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/116045533/agravo-de-instrumento-agi-20130020240170-df-0024943-6120138070000/inteiro-teor-116045533?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (4ª Câmara Cível). Apelação Cível nº 02079598420108190001. Relator: Sidney Hartung Buarque. **Pesquisa de Jurisprudência**, Acórdão, 27 ago 2014. Disponível em: <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/139247239/apelacao-apl-2079598420108190001-rj-0207959-8420108190001?ref=topic_feed>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (7ª Câmara Cível). Apelação Cível nº 70059431171. Relator: Sandra Brisolará Medeiros. **Pesquisa de Jurisprudência**, Acórdão, 26 nov 2014. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/154838070/apelacao-civel-ac-70059431171-rs?ref=topic_feed>. Acesso em: 10 mai. 2017

CHOHFI, Roberta Dib. **A dissolução do vínculo conjugal na sociedade atual**. 2010. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI111470,71043-A+dissolucao+do+vinculo+conjugal+na+sociedade+atual> l>. Acesso em: 01 mai. 2017.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

GARDNER, Richard. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)? 2002**. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

OLIVEIRA, Mário Henrique Castanho Prado de. **A alienação parental como forma de abuso à criança e ao adolescente**. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PIRES, Cleiton. **Alienação Parental e a Guarda Compartilhada como Meio Preventivo**. 2016. Disponível em: <<https://cleitonpires.jusbrasil.com.br/artigos/332348680/alienacao-parental-e-a-guarda-compartilhada-como-meio-preventivo>>. Acesso em: 09 mai. 2017

SOBRAL, Mariana Andrade. **Princípios constitucionais e as relações jurídicas familiares**. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8400>. Acesso em: 09 mai. 2017.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito civil-Direito de família**. 8ed., v. 5. São Paulo: MÉTODO, 2013.

_____, Flávio. **O Princípio da Afetividade no Direito de Família**. Disponível em: <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/121822540/o-principio-da-afetividade-no-direito-de-familia>>. Acesso em: 09 abr. 2017. 18:20:45

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil- Direito de Família**. 4ed., v.6. São Paulo: Atlas, 2004.

A ALTERIDADE INDIANA: SUJEITOS PÓS-COLONIAIS NA FICÇÃO DE ANITA DESAI

Sandra de Jesus dos Santos ¹

O estudo sobre a escritora múltipla Anita Desai pretende analisar os limiares e os possíveis trânsitos entre a produção literária e a estrutura universitária na Índia contemporânea. Uma análise, a qual aborda, sobretudo, no romance *In Custody*(1984) e no conto *Studies in the park*(1978) os elementos de colonização do conhecimento e da arte, permeando instâncias midiáticas, universitárias e familiares numa Índia já independente. A narrativa pós-colonial da escritora e professora indiana, Desai, apresenta uma trama reflexiva acerca da figura do poeta e do professor na realidade social pós-independência. Desai mostra, mediante sua ficção, como a alteridade indiana foi marcada e ferida pela metrópole britânica. A narrativa desta intelectual traz uma atmosfera de sentimentos paradoxos, tendo como consequência um cenário de busca itinerante pela apreensão do inapreensível e pelo aprisionamento daquelas que não podem jamais estarem sob custódia: a palavra criativa e a auto-realização.

Oriunda de Mussoorie, na Índia, Anita Desai nasceu em 1937 e começou a fazer literatura bem cedo, escrevendo seu primeiro livro aos sete anos, chamado *Cry, o Peacock*, em 1963. Este seu primeiro trabalho literário já lhe proporcionou uma visibilidade como escritora de Língua Inglesa. Em seguida, ela escreveu outros romances, contos e, também, literatura infantil. Dentre seus vários livros de Anita Desai, destacam-se *Fire on the Mountain* (1977), com o qual ganhou o prêmio Winifred Holtby Memorial e *Clear Light of Day* (1980), *In Custody* (1984) e *Fasting, Feasting* (1999), os quais foram indicados para o Booker Prize. O romance *In Custody* foi transformado em filme em 1994. Em todos eles há uma diversidade de temas provenientes dos contrastes, dos limites e das resistências de uma Índia pós-independente. Desai aborda questões acerca das restrições da mulher indiana, acerca de

¹ Graduada em Letras Vernáculas e Língua Estrangeira Moderna (Inglês) pela UFBA e Discente do Programa de Pós-graduação [Mestrado] em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia. E-mail: irmasandra19@hotmail.com

conflitos políticos e linguísticos e, sobretudo, apresenta uma ficção, a qual tende a descolonizar as mentes pela descentralização dos saberes.

Como escritora de perfil múltiplo, Desai traz, para seus textos, suas vivências, mesmo que de modo indireto ou inconsciente, como professora, pois ela ensinou no Instituto de Tecnologia em Massachusetts, em Baruch e em Smith College. Como, também, traz sua experiência como crítica literária, pois Anita colaborou com ensaios críticos para *The New York Review of Books*, analisando e comentando trabalhos de outros escritores como, por exemplo, o de Neel Mukherjee² e o de David Shulman³.

Mesmo sendo uma grande romancista, Desai se destaca por uma contística marcante e eloquente, como é possível ver na coleção *Games at Twilight, and Other Stories* (1978), cujas narrativas tratam dos assuntos mais simples como brincadeiras de criança, como de densas questões existenciais. No presente artigo, serão analisados o conto *Studies in the park* (1978), o qual pode ser considerado uma metáfora do controle epistêmico, proveniente do Império Britânico no território indiano e o romance *In Custody* (1984), cuja trama revela os limites e potencialidades de uma Índia pós-colonial.

Embora seja uma poliglota, pois Desai fala Bengali, Hindi, alemão e inglês, ela escolheu a Língua Inglesa como meio de propagar sua literatura, talvez pelo poder de circulação e de alcance mundial que esta língua possui. A língua é poder e foi, principalmente, por meio dela, que os britânicos conseguiram impor seus costumes e sua cultura à nação indiana, assim como afirmam Baldwin e Quinn sobre a supremacia da língua no processo de colonização:

Language is a key issue in postcolonial theory and literary practice. Many writers and theorists argue that the colonizing country- in this case, Great Britain – imposed not only its institutions, values, modes of dress, and ideas on its colonies, but also the very essence of its communication system: language. (BALDWIN and QUINN, 2007, p.15)⁴

De acordo com Ashcroft et al (1989, p.122), há um debate contemporâneo a respeito do porquê de alguns escritores indianos preferirem escrever em Inglês e não em línguas vernaculares, podendo-se inferir, também, que é através desta mesma língua do colonizador,

² NeelMukherjee nasceu em Calcutá em 1970 ,formou-se em Escrita criativa na Universidade de Cambridge e dentre outros prêmios, ele ganhou o prêmioDSC de literatura asiática do sul 2016 pelo romance *The livesofothers*.

³ David Shulman é o Professor de Estudos Humanísticos na Universidade Hebraica de Jerusalém e um ativista em Ta'ayush, Parceria Árabe-Judaica. Ele recebeu o Prêmio Israelense de Estudos Religiosos em fevereiro de 2016.

⁴ *A linguagem é uma questão crucial na teoria pós-colonial e na prática literária. Muitos escritores e teóricos argumentam que o país colonizador - neste caso, a Grã-Bretanha - impôs não apenas suas instituições, valores, modos de vestir e ideias nas colônias, mas também a própria essência de seu sistema de comunicação: a linguagem.* (Tradução nossa)

que escritores pós-coloniais, como Anita Desai, buscam desconstruir um discurso colonizador e criar uma zona de resistência no e através do signo linguístico.

O conto *Studies in the park* (1978) narra a história de um adolescente indiano, preparando-se para fazer um importante exame, o qual lhe abriria portas para o Ensino Superior. Poderia se tratar de uma situação simples e cotidiana, se não fosse o fato de Suno, o jovem indiano, sentir-se pressionado pelos pais e pela sociedade a estudar sempre mais, ser sempre o primeiro nos estudos e, claro, conseguir êxito nos exames. Ao mesmo tempo, porém, que seus pais o obrigam a estudar, a casa de Suno tem muito barulho, dificultando sua concentração, por isso o jovem decide se unir a outros jovens para estudar em parque próximo de sua casa.

No King Edward's Park, contudo, também não consegue se concentrar e passa a observar os vários grupos que transitam por aquele ambiente. Nesta observação e autorreflexão, Suno percebe o quanto esta pressão no que tange aos estudos está sufocando-o e, como por um encontro epifânico, ao ver uma jovem muçulmana doente com um homem bem mais velho, o jovem estudante tem uma crise existencial e, diante da efemeridade da vida, desiste de fazer o exame, buscando uma liberdade que os paradigmas educacionais colonizadores estavam tirando dele.

Ao que tange ao tempo da narrativa, ele é cronológico, pois o enredo acontece em alguns dias anteriores ao exame, o qual Suno deve fazer. No que se refere ao espaço na narrativa, ele é real, pois se trata de Delhi, a capital indiana e, mais precisamente, o King Edward's Park, o qual é um local famoso na Índia, chamado também de Memorial da coroação por ter sido palco de homenagens para figuras ilustres do império britânico como a Rainha Victória, George V e Henrique VII. O conto tem dois espaços principais, a barulhenta casa de Suno e o movimentado parque, mas outros locais importantes para a cultura indiana são mencionados durante o enredo como, *Hardwar*, *Darya Ganj*, *Mori Gate*, *Chandni Chowk and Jama Masjid*.

Ao optar por locais reais da Índia, pode-se inferir que a autora tanto busca dar legitimidade ao seu texto quanto apresentar, ao leitor, lugares importantes do país, os quais, simplesmente, por existirem, já narram a história indiana por uma perspectiva de resistência. Também é possível perceber um hibridismo entre espaço particular e espaço público na história, pois a casa de Suno estava impregnada dos paradigmas de sua sociedade e, embora o parque fosse um espaço público, até mesmo no próprio nome, já mostra a força do império. Foi neste ambiente que o jovem estudante foi capaz de refletir sobre sua vida dentro de uma engrenagem epistêmica, aparentemente, silenciosa, mas não menos perigosa.

No conto, a autora utiliza algumas palavras em línguas indianas, colocando-as nas bocas de diversos personagens. Palavras como, dhoti, hai hai, Lala-ji, bul-buls, saris, borkhas and hus-mukh dão um tom de resistência à sua narrativa, a qual embora esteja, em sua maior parte, em língua inglesa, busca dar voz a uma cultura milenar e riquíssima, cuja identidade está marcada pelos rastros opressivos da colonização britânica.

Dentre os vários grupos de pessoas no parque, Suno presta atenção em um pequeno aglomerado de pessoas, o qual está discutindo sobre o conhecimento védico e sobre a filosofia hindu, nomes como Vedanta, Upanishads, Shanakaracharya and Bhagavat Puranas são mencionados. É possível perceber a tensão que a escritora pretende despertar ao contrastar o conhecimento acadêmico e ocidental com o saber espiritual e filosófico da cultura indiana. Enquanto a cultura do colonizador valoriza suas formas de conhecimento, as diversas formas de saber dos povos colonizados são reprimidas e subestimadas.

Ao olhar o título, é possível atentar para duas realidades metafóricas, a primeira é o vocábulo *Studies* o qual representa a colonização ideológica que o império instaurou no território indiano e a segunda metáfora é a construção adverbial *in the park*, a qual é tanto uma metonímia da Índia quanto, também, pode aludir, metaforicamente, a outros países colonizados como o Brasil, por exemplo.

Acerca do enredo do conto, de modo geral, pode-se afirmar que ele começa já *in media res*, com a descrição de Suno sobre seu pai, o qual está ouvindo o rádio em vários idiomas. O protagonista parece estar muito irritado com o barulho presente na sua casa e todos, sem exceção, são responsáveis por aumentar a algazarra. Este trecho é o primeiro parágrafo da narrativa:

Turn it off, turn it off, turn it off! First he listens to the news in Hindi. Directly after in English. Broom- broom-brrroom – the voice of doom roars. Next, in Tamil. Then in Punjabi. In Gujarati. What next, my god, what next? Turn it off before I smash it onto his head, fling it out of the window, do nothing of the sort of course, nothing of the sort. (DESAI, 1978 p.20)⁵

A introdução do conto, portanto, possui uma atmosfera de barulho e pressão, a qual aponta para paradigmas sociais cujo objetivo é incitar os cidadãos a serem políglotas, a fazerem universidade e ficarem submissos a um saber científico ocidental e moderno em detrimento dos saberes, não menos legítimos, da comunidade local. Tudo parecia girar em torno dos futuros exames, como se vê nesta fala da mãe do adolescente: “Suno, drink your

⁵ - Desligue, desligue isso, desligue isso! Primeiro, ele escuta as novidades em hindi. Diretamente depois em inglês. Broom--brrroom - a voz uqe vem da rua. Em seguida, em Tamil. Então no Punjabi. Em Gujarati. Em seguida, meu deus, o que vem depois? Desligue isso antes de eu destruí-lo, jogando-o para fora da janela, não faça nada do tipo certamente, nada do tipo.(Tradução nossa)

milk. Good for you, Suno. You need it. Now, before the exams. Must have it, Suno. Drink”⁶.(DESAI, 1978 p.21)

Há um momento na história, a qual pode ser considerada o clímax, pois já no parque, Suno, ao observar vários jovens lendo e estudando, percebe o quão violenta pode ser a ação de estudar quando os saberes são impostos e não dialogam com a realidade dos estudantes. Como o conto é em primeira pessoa, o leitor tem acesso à perspectiva do narrador-personagem, o qual também é o protagonista. A narrativa parece um grande solilóquio, no qual se pode entrar em contato com os pensamentos e as reflexões do jovem indiano, cujas impressões dentre outras revela sua insatisfação existencial, como no seguinte excerto:

I noticed the tension tightening the eyes and mouths of other students- they applied themselves more diligently to their books, talked less, slept less. Everyone looked a little demented from lack of sleep. Our books seemed attached to our hands as though by roots, they were a part of us, they lived because we fed them. They were parasites and, like parasites, were sucking us dry. (DESAI, 1978 p.27-28)⁷

Como em uma visão, ao ver uma mulher muçulmana, Suno tem um momento de epifania, o qual o conduz para uma clara percepção do sistema educacional e colonizador que o aprisiona e o mata de modo gradativo:

My studies, my family, my life- they all belonged to the dead and only what I had seen in the park had any meaning. Since I did not know how to span the distance between that beautiful ideal and my stupid, dull existence, I simply lay still and shut my eyes. (DESAI, 1978 p.31)⁸

Atentando para a finitude e a transitoriedade do conhecimento acadêmico e, também, de sua própria vida, Suno decide não fazer mais o que sua família e sua sociedade queriam que ele fizesse, mas opta por uma autorrealização, a qual é tão preciosa na cultura hindu. E ao final da narrativa, o clima de algazarra e pressão é transformado em clima de esperança e de liberdade, a partir de um sujeito que se descobriu para além de um sistema opressor e colonizante.

Até mesmo o léxico presente no conto reforça a ideia de que a autora aponta para uma descolonização das mentes por meio da descentralização de saberes hegemônicos. Palavras como, *book, student, study, school, and exams (BA/MA)* aparecem várias vezes na história e

⁶ "Suno, beba seu leite. Bom para você, Suno. Você precisa disso. Agora, antes dos exames. Deve tomar isso, Suno. Beba". (Tradução nossa)

⁷ Percebi que a tensão apertava os olhos e a boca de outros alunos - eles se aplicavam com mais diligência aos livros, falavam menos e dormiam menos. Todos parecem um pouco demente por falta de sono. Nossos livros pareciam anexados às nossas mãos como se fossem raízes, eles eram uma parte de nós, eles viviam porque nós os alimentamos. Eles eram parasitas e, como parasitas, estavam nos sugando.(Tradução nossa)

⁸ Meus estudos, minha família, minha vida - todos pertenciam aos mortos e só o que eu tinha visto no parque tinha algum significado. Como eu não sabia como abranger a distância entre esse belo ideal e minha existência estúpida e maçante, eu simplesmente me calava e fechava meus olhos. (Tradução nossa)

reitera o que disse Pennycook (2002, p. 69) sobre a importância da educação na formação do discurso colonial: “Education and education policy were a crucial site of colonial encounter and of the production of colonial discourse”.⁹

Em páginas seguintes do mesmo livro, o teórico Pennycook afirma que “Education was a crucial means for more effective governance of the people”¹⁰. (2002, p. 71). Era, pois, esse controle que o protagonista Suno sentia que o sistema educacional sob o qual ele estava, governava seus pensamentos, suas expectativas e seus sonhos. No que tange aos personagens do conto, o pai de Suno, o qual como sua mãe, também não tinha nome e, por isso, era apenas o *Father*, um homem estudado, poliglota, cujo objetivo era fazer seu filho se destacar nos estudos e na vida profissional. Cooptado pelo sistema vigente, o pai de Suno confirma a mentalidade do colonizador como uma única via de sucesso e realização. É possível ver isto através da descrição do próprio Suno:

My father laid his hand on my shoulder. I knew I was not to fling it off. So I sat still, slouching, ready to spring aside if lifted it only slightly. ‘You must get a first, Suno,’ he said through his nose, ‘must get a first, or else you wo’n’t get a job. (DESAI, 1978, p.28)¹¹

Embora o pai de Suno, como uma autoridade irrevogável, dentro de uma sociedade patriarcal, estivesse a todo o momento, pressionando seu filho a ser o melhor e o primeiro nos estudos, surge no meio da história, outra figura, o qual contrasta com as demandas da família e da sociedade indiana, marcada pelo discurso colonial. É o personagem *gram vendor*, homem simples, o qual vende seus grãos nos portões do parque King Edward’s Park e com a leveza de sua fala, chama a atenção do jovem Suno:

‘Exam troubles?’ asked a gram vendor who sat outside it, in a friendly voice. Not insinuating, but low, pleasant. ‘The park’s full of boys like you’, he continued in that sympathetic voice. ‘I see them walk up and down, up and down with their books, like mad poets. Then I’m glad I was never sent to school’... (DESAI, 1978, p.23)¹²

O contra discurso, posto nos lábios deste simples indiano, desestabiliza a crença de que a tão sonhada liberdade e a tão cara felicidade só estão presentes numa vida devotada aos

⁹ “A política de educação e a educação eram um local crucial do encontro colonial e da produção do discurso colonial”. (Tradução nossa)

¹⁰ A educação foi um meio crucial para um controle mais efetivo das pessoas. (Tradução nossa)

¹¹ Meu pai colocou a mão no meu ombro. Eu sabia que não era para fugir. Então eu me sentei quieto, espremendo, pronto para deixar de lado se eu levantasse apenas um pouco. “Você deve obter o primeiro lugar, Suno”, ele disse no nariz, “deve obter o primeiro lugar, ou então você não vai conseguir um emprego. (Tradução nossa)

¹² “Problemas de exames?”, Perguntou um vendedor de grama que estava sentado fora do parque, com uma voz amigável. Não insinuante, mas baixa, agradável. “O parque está cheio de meninos como você”, ele continuou com aquela voz simpática. “Eu vejo eles subir e descer, para cima e para baixo com seus livros, como poetas loucos. Então fico feliz por não ter sido enviado para a escola ...” (Tradução nossa)

livros e aos saberes acadêmicos ocidentais. Outro personagem, todavia, também será responsável pela descolonização mental de Suno e, o qual, para ele, será uma verdadeira epifania, ou seja, um momento de verdadeiro reconhecimento da realidade que o cerca. Quando, dentre tantos passantes no parque, Suno para e contempla uma jovem e pálida muçulmana com um senhor, o qual aparentava ser mais velho do que ela e, então, diz extasiado: “I saw her face (...). She was Young. (...) I could see she was dying”. (DESAI, 1978, p. 30)¹³.

A jovem mulher doente pode ser considerada uma metáfora dos povos colonizados, uma metáfora de uma Índia adoecida que caminha lado a lado com seu opressor, a partir uma ilusória sensação de que está sendo protegida, no entanto, continua sendo explorada e controlada por um colonizador, legitimado por suas ações, sutilmente, violentas e letais. Pennicook (2002) traz essa relação, a qual, muitas vezes, é feita entre o colonizador e o colonizado, isto é, o colonizador sempre representado por uma figura masculina, cujo estereótipo é de poder e racionalidade, já o colonizado, normalmente, é representado por uma figura feminina, a qual, por séculos, foi vista como incapaz e irracional. O teórico australiano salienta: “Not surprisingsly, perhaps, if colonizers constructed themselves as rational, and colonized, as irrational, it was not long before this view became linked to one of gender”. (PENNICOOK, 2002, p.61)¹⁴.

A narrativa *Sob Custódia* (1984), único romance da autora traduzido no Brasil, narra a história de um professor universitário de Mirpore, na Índia, o qual tem uma relação afetuosa com a língua e a literatura urdu, mas leciona no departamento de Hindi e, certo dia recebe a proposta de um amigo, dono de uma revista literária, gravar uma entrevista com um grande poeta de língua Urdu ainda vivo. Diante de sua vida medíocre, Deven não faz ideia da grande odisséia que será este encontro. Neste romance, tanto a questão dessas grandes línguas vernaculares será abordada quanto o conflito entre o saber poético e o saber institucional.

Sob Custódia (1988) é um romance permeado de hibridismos, pois há instâncias que coexistem de modo agonístico na Índia pós-colonial, tais como: Hindi x urdu; Academicismo x poesia; Obrigatoriedade x espontaneidade; Hindus x muçulmanos. E o próprio protagonista vê com sentimentos ambivalentes diante da missão que seu amigo Murad lhe atribui: “As mãos de Deven desabaram para seus joelhos, teve uma sensação de fraqueza, ao mesmo

¹³ "Eu vi seu rosto (...). Ela era jovem. (...) Eu podia ver que ela estava morrendo". (Tradução nossa)

¹⁴ "Não surpreendentemente, talvez, como os colonizadores se construíram como racionais e os colonizados, como irracionais, não demorou muito para que essa visão se ligasse a um gênero". (Tradução nossa)

tempo que um fulgor percorria-lhe o corpo com a ideia de escrever alguma coisa na primeira língua que aprendera na vida.”(DESAI, 1988, p. 14).

“O que a atenção à retórica e à escrita revela é a ambivalência discursiva que torna o ‘político’ possível”. (BHABHA, 2003, p. 50). A partir do que o teórico indiano afirma, pode-se inferir acerca do poder político-social presente no romance *Sob Custódia*, o qual, mediante o jogo de descentramento dos saberes e uma descolonização dos sujeitos, desperta reflexões no que tange à construção identitária dos indivíduos, enquanto vítimas, ora conscientes, ora inconscientes do sistema que os manipula, mesmo após uma oficial emancipação.

A partir de uma narrativa psicológica, Desai pode apresentar uma Índia híbrida e cheia de contrastes, a qual, por um lado possui um olhar sobre sua cultura filosófica hindu e, por outro lado, fita os olhos no presente e gradativo processo de descolonização. Assim como a maioria dos países pós-coloniais, a Índia possui um hibridismo cultural, o qual é entendido aqui, como um conceito que “somente como ambivalência ‘descentra’ a autoridade de sua posição de poder...” (ASHCROFT, 2007, p.11). E, pois, dentre alguns teóricos, os quais discutiram sobre o termo *hibridismo*, Bhaba (2003) traz uma importante contribuição ao afirmar:

[...] o hibridismo representa aquele “desvio” ambivalente do sujeito discriminado em direção ao objeto aterrorizante [...] O hibridismo é uma problemática de representação e de individuação colonial que reverte os efeitos da recusa colonialista, de modo que outros saberes “negados” se infiltrem no discurso dominante e tornem estranha a base de sua autoridade – suas regras de reconhecimento. (BHABHA, 2003, p. 165)

A Índia ainda não se “descolonizou” do Império Britânico. Mesmo com sua independência em 1947, a partir de lutas constantes e pacíficas, lideradas por personalidades como Mahatma Gandhi, e o povo indiano ainda convive com o modelo educacional deixado pela metrópole e com aspectos culturais deixados pelos ingleses.

No mundo globalizado é cada vez mais difícil possuir uma identidade “pura”, muito menos possuir uma identidade “puramente” nacional, primeiro porque a pureza, no que se refere aos sujeitos e às culturas, é um termo problemático e, por vezes, limitante e o segundo fator é a nova colonização que as grandes potências continuam fazendo hoje, na era pós-imperialista. Segundo Hall (2006, p.13), o sujeito pós-moderno não possui “uma identidade fixa, essencial ou permanente. [...] O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente”. Considerando o sujeito pós-colonial como um sujeito pós-moderno, pode-se inferir acerca da grande

complexidade identitárias desses sujeitos, os quais tiveram sua liberdade, sua língua e sua cultura usurpadas, de modo violento, pelo imperialismo britânico.

Atentando, pois, para a fronteira entre a poesia e o saber da academia, mostrada no romance *Sob Custódia*, pode-se inferir que o saber acadêmico é metáfora do opressor, isto é, o modelo de educação indiana reflete os saberes do colonizador, tendo em vista a importância e o poder da língua para um povo, como afirmaram Baldwin e Quinn (2007, p.12):

...languages, living patterns, and social organizations have often been altered and obliterated. This approach has been extended by some postcolonial critics (for example Spivak and Chatterjee) to include western skepticism, rationality and science. According to them, these habits of mind amount to “epistemic violence” on Third World countries. (BALDWIN and QUINN, 2007, p.12)¹⁵

Já o saber poético pode ser visto como metáfora de libertação, ou seja, a herança cultural indiana expressa o saber do colonizado. Esta asserção é, pois, confirmada em trechos do romance, no qual o protagonista Deven expõe seus sentimentos: “- Sou... apenas um professor, senhor – balbuciou -, e preciso lecionar para sustentar minha família. Mas a poesia – a língua urdu – são necessárias, preciso servi-las...” (DESAI,1988, p.42); “Percebeu que amava a poesia não por sua arte de tornar as coisas imediatas, mas porque as removia para uma posição onde se tornavam suportáveis.” (DESAI,1988, p.53).

A ficção de Anita Desai se enquadra na grande produção literária indiana da segunda metade do século XX, após a independência do país. Essa literatura, chamada de pós-colonial, apresenta o soerguimento de culturas massacradas pelo imperialismo europeu e é, pois, uma escrita capaz de gerar, de acordo com o que disse Said (1995, p. 479): “... uma experiência de atravessar fronteiras e mapear novos territórios em desafio aos limites canônicos clássicos, por mais que se deva reconhecer e registrar seus elementos de perda e tristeza”. E são muitas as marcas de sofrimento, deixadas pelos britânicos no território indiano, no entanto, a beleza, a sabedoria e a força desta civilização milenar compõem o caráter resiliente desse povo.

Said (1995) salienta o fato de a sociedade pós-colonial ser responsável por forjar escritores comprometidos com a realidade histórico-social de seu país, a partir da seguinte asserção: “Não creio que os escritores sejam mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas acho que estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história.” (SAID, 1995, p.21). Pode-se

¹⁵... línguas, padrões de vida e organizações sociais têm sido freqüentemente alterados e obliterados. Esta abordagem foi estendida por alguns críticos pós-coloniais (por exemplo, Spivak e Chatterjee) para incluir o ceticismo ocidental, racionalidade e ciência. Segundo eles, esses hábitos de mente equivalem a "violência epistêmica" nos países do Terceiro Mundo. (tradução nossa)

inferir, portanto, que Desai, através de sua ficção, tende a revelar uma Índia resistente ao discurso colonial e deseja descolonizar, sobretudo, as mentes dos sujeitos indianos.

Um dos temas mais significantes que podem ser extraídos da produção ficcional de Desai é o da subalternização do *outro* por uma mentalidade colonizadora e o da opressão por uma violência epistêmica, a qual desterritorializa a alteridade colonizada. Pois este tipo de colonização suplanta a conquista de território, tendo em vista o fato de que mesmo quando a Índia se tornou independente no final da primeira metade do século XX, ela não conseguiu se desvincular das amarras do poder britânico. E exercendo seu papel de intelectual, em uma Índia pós-independente, Desai apresenta estratégia de descolonização, aludindo para o que afirmou Said (2007 p.172): “O intelectual é talvez um tipo de contra memória, com seu próprio contra discurso que não permitirá que a consciência desvie o olhar ou caia no sono”.

A Índia é colônia dos ingleses desde o século XIX e só conseguiu sua independência recentemente, em 1947. Neste país de cultura milenar e de herança multifacetada (THAROOR, 2011), o estrago maior que o império britânico fez foi a colonização das mentes, a qual consiste em um pensamento de inferioridade que os povos colonizados costumam ter em relação à cultura, à língua e à educação dos povos colonizadores. Tanto a descolonização dos sujeitos quanto a descentralização dos saberes permeiam o conto *Studies in the park* (1978) e o romance *In Custody* (1984) da intelectual contemporânea, Anita Desai. E seus personagens, portanto, são como metáforas de uma subalternização, a qual persiste na Índia, produzindo indivíduos deslocados em seu próprio território.

“Mas a modernidade não é uma porta apenas feita pelos outros. Nós somos também carpinteiros dessa construção e só nos interessa entrar numa modernidade de que sejamos também construtores.” (COUTO, 2011, p. 44). Quando o autor moçambicano e, também, pós-colonial, Mia Couto, traz esta palavra de resistência e esperança, é possível inferir sobre a força de uma literatura, propositadamente, desconstrutora, a qual pretende recontar a história pelo viés do colonizado, pela ótica do oprimido, a fim de combater uma modernidade não homogênea e excludente.

Este artigo tende a ser uma oportunidade de aproximação analítico-crítica com a realidade da Índia e com suas representações literárias pela perspectiva de uma intelectual indiana, a fim de tentar romper com estereótipos e *orientalismos* (SAID,1977) institucionalizados. Assim, uma das metas desta pesquisa se enquadra nas palavras do teórico Homi Bhabha (2003, p.134): “Quero voltar-me para esse processo pelo qual o olhar de vigilância retorna como o olhar deslocador do disciplinado, em que o observador se torna o

observado e a representação “parcial” rearticula toda a noção de identidade e a aliena da essência”.

E é, portanto, este *olhar deslocador* do colonizado que aponta para outra razão pela qual esta pesquisa é importante. As narrativas de Desai são pós-coloniais e, a análise destas pode contribuir, de modo profícuo, para os estudos de pós-colonialidade, o qual tem se expandido desde a década de 70 do século passado, atentando, sobretudo, para a literatura de resistência, oriunda de países que sofreram o processo de colonização. A literatura pós-colonial é um amplo campo de estudos na contemporaneidade e tem sido uma grande possibilidade para nações do terceiro mundo, mediante criações e reflexões de seus próprios intelectuais, ressignificarem-se diante da hegemonia europeia. Mediante um ensaio crítico, Almeida, da Universidade Federal do Espírito Santo, salienta:

O pós-colonial constitui redes de pesquisa que procura dar visibilidade aos problemas que dos centros hegemônicos – e de suas redes conceituais – não interessa ver, verdadeiros pontos cegos que parecem resolvidos quando uma expressão é retirada de circulação – “terceiro mundo”, “periferia” – ou quando uma nova categoria redistribui novas relações – “império” e não mais “imperialismo”. (2004, p. 559)

O contra discurso, presente em narrativas pós-colônias, desestabiliza a crença de que as literaturas e os saberes ocidentais são os únicos válidos e os únicos capazes de possuírem caráter universal no que tange à representação de toda e qualquer cultura no mundo.

Outro motivo, pelo qual esta pesquisa se faz relevante, consiste na escolha de um corpus, o qual não está presente no cânone literário e, por isso, ainda é preterido no âmbito acadêmico. A partir do que afirmaram os autores de *The Empire Writes Back*, percebe-se o caráter subversivo da presente pesquisa:

So the subversion of a canon involves the bringing-to-consciousness and articulation of these practices and institutions, and will result not only in the replacement of some texts by others, or the redeployment of some hierarchy of value within them, but equally crucially by the reconstruction of the so-called canonical texts through alternative reading practices. (ASHCROFT et al 1989, p. 189)¹⁶

Este pensamento não aponta para o aniquilamento do cânone literário, mas para uma revisão e reconstrução deste, tendo em vista que o processo de canonização não é natural e tampouco ingênuo. Alguns textos foram considerados canônicos, sobretudo, porque foram lidos em escolas e universidades e, também, porque tiveram uma fortuna crítica; se, pois,

¹⁶ Logo, a subversão de um cânone envolve a conscientização e a articulação dessas práticas e instituições, e resultará não somente na substituição de alguns textos por outros, ou na redistribuição de alguma hierarquia de valor dentro deles, mas igualmente e fundamentalmente por meio da *reconstrução dos chamados textos canônicos através de práticas alternativas de leitura*. (Tradução nossa)

houver uma intensificação na leitura e na análise crítica de textos não europeus, não brancos, não masculinos, não heterossexuais e não ocidentais, o cânone não será extinto, pelo contrário, irá se ampliar e terá uma face heterogênea e multicultural.

O romance *Sob Custódia* é reconhecido como um romance de cunho político pela própria autora, a qual conta detalhes do processo de criação do seu livro em uma entrevista em Paris¹⁷:

AT: Então poderíamos dizer que, de alguma forma, este é um romance político, bem como, no sentido de que você está abordando estas questões através da poesia Urdu?

AD: Realmente, eu acho que quando se senta para escrever um livro, pelo menos, essa é a minha experiência, você não começa com as questões maiores. Você começa com alguns detalhes muito pequenos, os quais foram, de alguma forma, assombrando você, nos quais você tem pensado, meditado sobre. E essas são realmente as grandes questões. Você acabou de reunir todos esses pequenos detalhes deste mundo que você está imaginando, e os personagens que você está imaginando. E é somente quando está lá no papel que você olha para baixo e vê que realmente você desenhou um mapa de um mundo político também.

AT: E o mapa é muito a consequência do trauma dessa partição.

AD: Na verdade, três culturas diferentes, três mundos diferentes, desfizeram-se no dia histórico de 15 de agosto de 1947. A esquerda britânica. O Paquistão foi formado. E a Índia tornou-se um país transformado. Então, foi uma separação de três vias e o fato de nossa independência, é claro, foi algo pelo qual lutamos, e foi, com certeza, um dia de celebração. Mas nem todos os indianos estavam felizes com a divisão certamente.

Desai, na condição de uma intelectual contemporânea, mostra, em sua ficção, não só uma primorosa estética, como também, as instâncias de dominação, as quais atravessam os comportamentos familiares e sociais, revelando de qual forma o poder e o discurso colonial se exercem na cultura indiana. A autora mostra, no entanto, sua resistência ao sistema colonial, através da dimensão discursiva conforme a visão foucaultiana, para a qual o intelectual revela sua função, que consiste em “lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da verdade, da consciência, do discurso”. (FOUCAULT, 1984, p.71).

Mediante uma construção literária capaz de mesclar historicidade, ficção, discurso colonial e descolonização dos sujeitos, Anita Desai consegue desarticular as estratégias colonizadoras, as quais ainda persistem em uma era de pós- independência. Essa desarticulação, porém, ocorre através da língua, cuja força é ainda maior dentro da escrita criativa.

¹⁷ GUIGNERY, Vanessa; TADIÉ, Alexis, «In custody and beyond: a conversation with Anita Desai», *Études anglaises*, 3/2009 (Vol. 62). (Tradução nossa)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia. Crítica pós-colonial nos domínios de língua portuguesa: pautando desafios epistemológicos. **REALIS: Revista de estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais**. v. 2, n°.01, jan-jun 2012.

ASCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *Post-colonial studies: the key concepts*. 2. ed. London and New York: Routledge, 2007.

ASCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *The Empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. London and New York, Routledge, 1989.

BALDWIN, Dean; QUINN, Patrick J. *An anthology of colonial and postcolonial short fiction*. New York: Houghton Mifflin Company, 2007.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?: e outras intervenções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DESAI, Anita. **Games at twilight and other stories**. London: Vintage, 1998.

DESAI, Anita. **In Custody**. London: Heinemann, 1984.

DESAI, Anita. **Sob custódia**. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4. ed. 1984. (Biblioteca de filosofia e história das ciências; v. n° 7).

GUIGNERY, Vanessa; TADIÉ, Alexis, «In custody and beyond: a conversation with Anita Desai», **Études anglaises**, 3/2009 (Vol. 62).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira L. Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2006.

PENNYCOOK, Alastair. **English and the discourses of colonialism**. New York: Routledge, 2002.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward. O papel público dos escritores e intelectuais. In. **Humanismo e Crítica Democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.147-174.

SAID, Edward. **Orientalism**. London: Penguin, 1977.

THAROOR, Shashi. *India from Midnight to the Millennium and Beyond*. New York: Arcade Publishing, 2011.

ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL CONTRA A MULHER: UM OLHAR JURISPRUDENCIAL ACERCA DA LEGITIMAÇÃO DA DIGNIDADE DA MULHER NO AMBIENTE LABORAL¹

Karine Leite Simões²
Joana Rego Silva Rodrigues³

RESUMO

Este artigo apresenta o estudo do assédio moral organizacional contra a mulher, fenômeno resultante das discriminações oriundas da divisão sexual do trabalho. O objetivo principal consiste em analisar, sob a perspectiva da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, como o Poder Judiciário vem atuando no enfrentamento deste fenômeno. Para tanto, busca ainda, identificar as divergências e convergências entre assédio moral interpessoal e assédio moral organizacional, identificando este último enquanto forma de gestão excludente lastreada na discriminação de gênero. O presente trabalho compreende um estudo exploratório lastreado em pesquisa bibliográfica e documental, com análise e cotejamento de livros, revistas e artigos científicos, bem como de julgados do Tribunal Superior do Trabalho. Os resultados indicam que as decisões do Tribunal especializado têm contribuído no sentido de garantir a manutenção e a ascensão da mulher no ambiente laboral, por meio do reconhecimento e da legitimação de sua dignidade.

Palavras-chave: Assédio moral organizacional. Divisão sexual do trabalho. Discriminação de gênero. Dignidade da mulher.

ABSTRACT

This article presents the study of organizational moral harassment against women, a phenomenon resulting from the discrimination arising from the sexual division of labor. The main objective is to analyze, from the perspective of the jurisprudence of the Superior Labor Court, how the Judiciary has been acting in the face of this phenomenon. In order to do so, it also seeks to identify the differences and convergences between interpersonal harassment and organizational moral harassment, identifying the latter as a form of exclusionary management backed by gender discrimination. The present work consists of an exploratory study, based on bibliographical and documentary research, with analysis and comparison of books, journals and scientific articles, as well as judgments of the Superior Labor

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador. Endereço para correspondência eletrônica: karinelleite@hotmail.com

³ Professora orientadora do presente artigo. Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador, na linha Trabalho e Questão Social. Membro do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) desta mesma instituição. Possui especialização em Direito Médico pela Universidade Católica do Salvador (2015), especialização em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Baiana de Direito/JusPodivm (2012), e graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador (2006). Advogada na área de Direito do Trabalho e Direito Médico. Membro da Comissão de Direito à Saúde da OAB/Ba.. Endereço para correspondência eletrônica: joana_rsrodrigues@hotmail.com

Court. The results indicate that the decisions of the specialized court have contributed to the maintenance and promotion of women in the workplace by recognizing and legitimizing their dignity.

Keywords: Organizational moral harassment. Sexual division of labor. Discrimination of gender. Dignity of woman.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho exerce importante função, não apenas no aspecto social, mas também na perspectiva individual, na medida em que propicia ao ser humano a formação e afirmação da sua identidade, por lhe oportunizar o desenvolvimento de qualidades e capacidades pessoais. Assim, seja na produção de um bem, seja na realização de um serviço, a subjetividade do trabalhador é mobilizada, de modo que as suas qualidades passam a ser evidenciadas por meio do seu trabalho.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o ordenamento jurídico contribui sobremaneira na formação identitária do trabalhador, posto que exerce relevante papel ao lhe garantir condições mínimas de valorização do seu labor por meio da efetivação dos princípios constitucionais e trabalhistas.

Contudo, cumpre ressaltar que, historicamente, as mulheres/trabalhadoras não eram devidamente amparadas pela ordem jurídica, de modo que esta não lhes conferia a mesma dignidade e os mesmos direitos legitimados aos homens, principalmente no que concerne à execução de trabalhos reconhecidos como unicamente masculinos.

Nesse sentido, só a partir do Século XX, a proteção ao trabalho da mulher começa a ganhar notoriedade e reconhecimento. Nessa perspectiva, constata-se que os avanços das mulheres no mercado de trabalho, principalmente, no que tange à tutela jurídica, têm se concretizado à medida que há o enfrentamento da reprodução de tradições e valores de uma sociedade majoritariamente patriarcal, machista, sexista e misógina.

No entanto, ainda na atualidade, a mulher se esbarra com a desvalorização e inferiorização da sua força laboral, vez que o perfil prioritariamente requisitado pelo mercado de trabalho é o do trabalhador/homem, dotado de virilidade e dedicação integral ao labor. Nesse compasso, inclusive, muitos homens não aceitam a atuação das mulheres em atividades consideradas masculinas.

Portanto, por mais que se tenha constatado avanços significativos da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas, a aceitação do seu protagonismo é ainda assunto

bastante controvertido, resultando no acirramento da concorrência entre colegas e na consequente desumanização do ambiente laboral.

Por certo, tal fato é impeditivo para o desenvolvimento de comportamentos éticos de cooperação e solidariedade que deveriam reger as relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Assim, todo esse cenário deve ser considerado como paradigma para o estudo do assédio moral organizacional contra mulheres no presente trabalho de conclusão de curso. O abuso da faculdade do poder empregatício - quer seja pelo uso de práticas ofensivas à dignidade da trabalhadora, quer seja pela omissão negligente do empregador diante de reiteradas condutas desrespeitosas perpetradas pelos colegas de trabalho contra a mulher, configuram o assédio moral organizacional enquanto prática de gestão.

Nesse passo, no mundo corporativo, o assédio moral organizacional revela-se como “método de organização” deliberadamente praticado por muitas empresas. Nesse sentido, a lacuna legislativa sobre o aludido fenômeno aliada à pouca fundamentação doutrinária e sistematização jurisprudencial, justifica a escolha do mesmo como objeto de estudo para o presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Nesse esteio, tem-se como objetivo geral do presente artigo, investigar os fundamentos do assédio moral organizacional e sua intersecção com a discriminação contra as mulheres.

No que tange aos objetivos específicos, a presente pesquisa pretende identificar os comportamentos de gestão que são lastreados na discriminação de gênero no ambiente laboral. Busca ainda, demonstrar que o assédio moral organizacional contra mulheres é uma forma de gestão sistematizada e intencionalmente excludente.

Para tanto, faz-se necessário abordar estudos acerca da divisão sexual do trabalho no Brasil, bem como analisar as formas de discriminação de gênero no ambiente de trabalho. De igual modo, o presente artigo também apresenta o posicionamento dos tribunais em relação à proteção do trabalhador contra o assédio moral organizacional e a tutela da mulher/trabalhadora neste cenário.

Neste contexto, o artigo estrutura-se em três tópicos de investigação, além da introdução e das considerações finais. Inicialmente, o capítulo I estabelecerá um panorama sobre assédio moral interpessoal e assédio moral organizacional, bem como o contexto propício para seu desenvolvimento. Para tanto, será apresentado um breve esboço histórico, levando-se em consideração convergências e distinções entre os aludidos institutos.

Em seguida, o capítulo II estudará a condição da mulher no mercado de trabalho, a partir da interferência da divisão sexual do trabalho enquanto fator determinante para a

ocupação de cargos de chefia ou cargos secundários pelas mulheres nas empresas, demonstrando que o modo de gestão capitalista aproveita-se de uma desigualdade cultural para gerir suas empresas, perpetuando a discriminação de gênero.

Por fim, o capítulo III apontará o posicionamento jurisprudencial brasileiro acerca dos casos de assédio moral organizacional contra mulheres, de modo a ratificar o papel do judiciário enquanto garantidor e concretizador de reconhecimento e dignidade às trabalhadoras.

Nessa perspectiva, o presente trabalho de conclusão de curso entende que, ao evidenciar e propor uma discussão acerca do cenário de assédio moral organizacional que atinge tão intensamente as mulheres trabalhadoras no país, contribuirá para o reconhecimento e valorização do protagonismo da mulher no mercado de trabalho.

2 ASSÉDIO MORAL INTERPESSOAL E ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL

O assédio moral não é um fenômeno novo no mundo de trabalho, todavia, o olhar jurídico sobre o tema pode ser considerado recente. Nesse sentido, a juíza do trabalho Márcia Novaes Guedes assevera que “muito embora o assédio moral no trabalho seja definido como a pior forma de estresse social, somente nos últimos 10 anos do século XX é que foi identificado como fenômeno destruidor do ambiente de trabalho.”⁴

Outrossim, o assédio moral nas relações de trabalho apresenta-se deveras prejudicial à saúde dos profissionais vez que provoca instabilidade, medo e insegurança no local de trabalho. Nessa perspectiva, segue o posicionamento de Hádassa Ferreira:

[...] assim, dentro do contexto globalizado, além da ameaça do desemprego estrutural que assusta o mundo todo, do subemprego, da demissão, da extinção de postos de trabalho, os trabalhadores precisam estar preparados para participarem de uma competição desumana. Nela não existe nenhuma garantia de que sua dignidade, sob o aspecto de ser respeitado como pessoa humana, será observada e conservada, nem por seus superiores hierárquicos, nem pelo Estado, uma vez que a dinâmica do mercado exige uma total flexibilização dos direitos trabalhistas, muitas vezes resumida à verdadeira renúncia de direitos⁵.

Assim, depreende-se do excerto transcrito que o fenômeno do assédio moral apresenta-se no mundo globalizado do trabalho como elemento característico de uma engrenagem que nega veementemente a dignidade do ser humano.

⁴ GUEDES, Márcia Novaes. **Terror Psicológico no Trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2005. p. 24-25.

⁵ FERREIRA, Hádassa Dolores Bonilha. **Assédio moral nas relações de trabalho**. Campinas: Russel, 2004. p. 32-33.

Nesse contexto, é possível afirmar que a efetivação de ações que promovam a dignidade do trabalhador não é prioridade no contexto globalizado de produção capitalista. A violência psicológica, que resulta na latente ameaça de despedida, como visto no excerto acima, reverbera em constantes pressões para produção em larga escala em tempo reduzido. Esta realidade constitui-se em prática corriqueira nos ambientes de trabalho e demonstra a forma de controle comportamental dos trabalhadores de modo a usurpar-lhes a dignidade.

Nessa senda, a compreensão de como essa perversa dinâmica se alicerça e se perpetua no ambiente laboral é de suma importância para a conscientização, denúncia e combate a esse mal. Assim, faz-se necessário discriminar suas práticas e buscar meios para sua desconstrução, com a devida punição de seus agressores.

Por certo, no sentido de fazer cumprir o seu papel de garantidor de direitos no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, outro não é o posicionamento do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, senão o de reconhecer o assédio moral organizacional como prática abusiva e ilícita, a ensejar indenização por danos morais como forma de punição aos agressores que perpetuam tais condutas, conforme restará demonstrado no capítulo III do desse artigo.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO ASSÉDIO MORAL

Com o fito de promover um melhor entendimento a respeito do fenômeno em apreciação, o presente subtópico apresentará um sintético resgate do assédio moral desde seus primeiros estudos, atribuídos ao psicólogo Heinz Leymann. Assim, tem-se que o pesquisador alemão publicou estudo na década de 1980, a partir de pesquisas acerca das consequências da exposição do indivíduo a comportamentos humilhantes no ambiente laboral.

Avançando nos aludidos estudos, já na década de 1990, Leymann constatou a existência de casos de assédio moral em cerca de 3,5% da população ativa da Suécia (55% do sexo feminino e 45% do sexo masculino) e afirmou que de 10 a 20% dos suicídios estavam relacionados a conflitos oriundos de assédio moral⁶.

Além de influenciar outros tantos pesquisadores a buscarem as primeiras estatísticas a respeito da violência psicológica no ambiente de trabalho europeu, os dados alarmantes sobre assédio moral revelados na pesquisa de Leymann também motivaram a aprovação de uma lei

⁶ CALVO, Adriana. **O direito fundamental à saúde mental no ambiente de trabalho: o combate ao assédio moral institucional: visão dos tribunais trabalhistas.** São Paulo: Ltr, 2004. p. 48.

na Suécia, no ano de 1994, sobre a vitimação no trabalho – nesse contexto, denominada *mobbing*⁷.

Ainda no que diz respeito ao assédio moral na Europa, outra importante constatação foi realizada pela Associação Nacional de Vítimas de Assédio Psicológico no Trabalho na França: 70% das vítimas de assédio moral eram mulheres acima dos 40 anos e com formação superior, sendo os agressores individuais, em sua maioria, homens (74,5%)⁸.

Relevantes estudos sobre o assédio moral também foram escritos pela psicóloga e vitimóloga francesa Marie-France Hirigoyen, que trouxe a visão do referido fenômeno, a partir do olhar do ofendido. Nesta senda, segundo a pesquisadora é impossível estudar o fenômeno do assédio moral, sem considerar a dimensão ética da agressão. Para ela:

[...] es imposible estudiar este fenómeno sin tener en cuenta la dimensión ética o moral de la agresión, **porque lo que impera en el lado de las víctimas del acoso moral es la sensación de haber sido maltratadas, menospreciadas y humilladas injustamente.** [...] ⁹

Já no cenário brasileiro, a médica Margarida Barreto realizou pesquisa vanguardista sobre assédio moral no campo da medicina no ano de 2000. Tal trabalho obteve notoriedade devido ao seu pioneirismo dentro do campo da pesquisa científica no Brasil.

Sua pesquisa consistiu na investigação e constatação de que os ambientes de trabalho por ela analisados eram degradados de modo deliberado, com predomínio do medo, ameaças, discriminações, desqualificações e adoecimentos gerando um clima de guerra psicológica. Assim, nesse contexto, significativo número de trabalhadores relataram histórias de humilhação ao serem culpabilizados por terem, eventualmente, sofrido acidente de trabalho ou adoecido.

Isto posto, faz-se necessária a definição do conceito do instituto do assédio moral interpessoal, bem como sua distinção das demais espécies de assédio moral existentes, o que se destringará no subtópico a seguir.

2.2 ASSÉDIO MORAL INTERPESSOAL

O assédio moral pode ser definido como o reiterado comportamento ofensivo e lesivo à dignidade do trabalhador, perpetrado no sentido de acuá-lo, anulando-o em sua subjetividade, fazendo-o adoecer a ponto de pedir seu próprio desligamento da empresa.

⁷ Ibidem, p. 48.

⁸ LES ASSOCIATIONS d'aide aux victimes de harcèlement moral (mobbing) apud CALVO, ibidem, p. 49.

⁹ HIRIGOYEN, Marie-France. *Todo lo que hay que saber sobre el acoso moral em el trabajo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2014. p. 17.

Nesse compasso, a estudiosa francesa Marie-France Hirigoyen, já mencionada no presente trabalho, afirma que o assédio moral no trabalho é

toda conducta abusiva (gestos, palabras, comportamientos, actitudes) que atenta, por su repetición o su sistematización, contra la dignidad o la integridad física o psicológica de um trabajador y que pone em peligro su empleo o degrada el ambiente de trabajo.¹⁰

Em seus estudos, a vitimóloga atribui ao assédio moral a deteriorização do ambiente de trabalho, a diminuição da produtividade e o aumento das faltas. Assim, esse fenômeno nasce de uma dinâmica aparentemente inofensiva, mas que, ao se propagar e perdurar no tempo, torna-se altamente destrutivo.

Nesse contexto, o trabalhador assediado é atacado, acuado, inferiorizado e excluído de muitas atividades por longo período, vindo a adoecer e a apresentar depressão, cansaço, insônia, crises nervosas, bem como diversas síndromes associadas ao estresse no trabalho, como a síndrome *burnout* – que é a doença do esgotamento profissional.

Assim, com o olhar ainda voltado para o conceito de assédio moral, tem-se que Sônia Mascaro Nascimento o caracteriza como violência psicológica reiterada que atenta contra a dignidade do trabalhador. Senão vejamos:

o assédio moral se caracteriza por ser uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica, de forma repetitiva e prolongada, e que expõe o trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica, e que tenha por efeito excluir a posição do empregado no emprego ou deteriorar o ambiente de trabalho, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções.¹¹

Depreende-se do excerto acima transcrito que o assédio moral apresenta-se como conduta ilícita do empregador e/ou de seus prepostos, por ação ou omissão, por dolo ou culpa, de forma repetitiva e geralmente prolongada causando ofensa direta ao trabalhador. Ao assediado resta tão somente a exposição a situações humilhantes e constrangedoras durante a jornada de trabalho e exercício de suas funções.

Imprescindível registrar aqui que, embora muito recorrente no Brasil, o assédio moral no âmbito do trabalho ainda não é regulamentado pela legislação federal, haja vista nenhuma lei o criminalizar, estabelecendo penas para suas práticas.

Isto posto, considera-se de suma importância a identificação das modalidades de assédio moral para uma melhor compreensão do fenômeno. Assim, observa-se a seguinte

¹⁰ HIRIGOYEN, 2014, p. 22.

¹¹ NASCIMENTO, Sônia Aparecida Mascaro. **Assédio Moral no ambiente do trabalho**. Revista LTr, 68, agosto de 2004, p. 922-930

classificação: a) assédio moral vertical ascendente, que é quando um grupo de subordinados se insurge contra um chefe em razão de sua forma de chefiar, b) assédio moral vertical descendente, que se dá quando o superior deseja distinguir-se de seus subordinados ao valer-se de atos humilhantes e excludentes para com estes e c) assédio moral horizontal, também conhecido como simétrico, apresenta como agressores os próprios colegas de trabalho que estão no mesmo nível hierárquico.¹²

Ainda, quando o assédio moral é realizado concomitantemente por um superior e por pessoas que estão no mesmo grau de hierarquia na empresa, tem-se o assédio moral misto. Outrossim, tão nocivos quanto os demais tipos de assédio já mencionados alhures, são o assédio moral individual, feito especificamente contra uma pessoa e o assédio moral coletivo, realizado por um grupo contra uma determinada pessoa.

Assim, vencida a fase de caracterização dessa espécie de assédio moral, é necessário ainda apontar para o fato de que o mesmo ocorre contra todos aqueles considerados minoria em nossa sociedade, por não atenderem aos padrões de virilidade e dedicação exclusiva ao mundo do trabalho impostos pelo atual sistema de produção.

Desse modo, a garantia de um ambiente de laboral sem assédio e psicologicamente saudável é fundamental para a expressão do indivíduo no universo do trabalho, posto que a dignidade e a personalidade do trabalhador devem ser respeitadas pelo empregador, uma vez que o contrato de trabalho não possui o condão de lhe tirar esses bens e direitos pessoais, mas tão somente de trocar sua força de trabalho por um salário.

Uma vez caracterizado o assédio moral interpessoal, antes de avançar na leitura desta realidade a partir do recorte de gênero, que é o que se propõe o presente trabalho, faz-se necessária a análise deste fenômeno também sob a perspectiva de uma manifestação coletiva e sistematizada, de modo que, a seguir, passa-se a analisar o assédio moral organizacional.

2.3 ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL

Em linhas gerais, define-se o assédio moral organizacional como conduta abusiva reiteradamente praticada pelo empregador e/ou seus prepostos a fim de promover a acirrada e excessiva competição entre colegas no âmbito laboral, de modo a intensificar a produção e, conseqüentemente o lucro para a empresa. Nesse sentido, Adriane Reis de Araújo indica que o assédio moral organizacional é:

O conjunto de condutas abusivas exercido de forma sistemática durante certo tempo, em decorrência de uma relação de trabalho, e que resulta em vexame,

¹² CALVO, 2004, p.66.

humilhação ou constrangimento de um ou mais trabalhadores, com a finalidade de se obter o engajamento subjetivo do grupo às políticas e às metas da empresa, através da ofensa aos direitos fundamentais, podendo resultar em danos morais, físicos e psíquicos¹³.

Ocorre que tal prática, na contramão do desenvolvimento, culmina com o adoecimento ou agravamento da condição de saúde física e psíquica dos empregados, configurando-se assim, grave ofensa à sua dignidade.

Para Lis Soboll, o assédio moral organizacional configura-se como:

Interações entre o indivíduo e a organização ou a administração da empresa, as quais utilizam da violência e da hostilização, de forma continuada e crônica, na formulação de procedimentos e políticas organizacionais, na forma de mecanismos de gestão abusivos sem necessariamente existir um agressor personalizado¹⁴.

Dessa maneira, é possível inferir que o assédio moral organizacional, embora sistematizado e estudado há menos tempo que o assédio moral interpessoal, possui mesmo quilate de relevância, posto que, apresenta-se com contundente potencial ofensivo. É um comportamento generalizado da gestão e reconhecido pela política institucional da empresa. Nele, o agressor não é uma pessoa física, mas a própria pessoa jurídica empresarial.

Nesse sentido, cumpre registrar que o assédio moral organizacional enquanto forma articulada de gestão no mundo do trabalho globalizado, intencionalmente determina que o padrão do seu trabalhador seja aquele dotado de qualidades naturalizadas como masculinas, excluindo assim, a mulher do seu rol de atuação.

2.4 AS ESPÉCIES DE ASSÉDIO E SEU REFLEXO NO CONTEXTO LABORAL DA MULHER

No âmbito das discussões de gênero, cumpre registrar que o assédio moral organizacional contra a mulher é uma das principais chagas no mundo do trabalho. A conduta corrosiva anula as diferenças e impede o reconhecimento das mulheres pelo fruto do seu trabalho. Assim, tem-se que a divisão sexual do trabalho confere aos homens e às mulheres, espaços bem distintos. Para eles, são destinadas as funções da produção de bens e serviços

¹³ ARAÚJO, Adriane Reis de. **O assédio moral organizacional**. São Paulo: LTr, 2012. p. 61.

¹⁴ SOBOLL, Lis Andréa; HORST, Ana Carolina. O assédio moral como estratégia de gerenciamento: solicitações da forma atual de gestão. In : SILVEIRA, Marco Antonio Silveira (Org. principal); SZNELWAR, Laerte I.; KIKUCHI, Leticia S.; MAENO, Maria (Org.). **Inovação para Desenvolvimento de Organizações Sustentáveis: Trabalho, Fatores Psicossociais e Ambiente Saudável**. Campinas, SP: CTI (Centro de Tecnologia da Informação “Renato Archer”), 2013. p. 189. Disponível em: <<http://www.assedioorganizacional.com.br/downloads/inovacao-para-desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

imbuídas de um maior prestígio social. Para elas, resta o papel de reprodutoras e os cuidados com a casa e a família.

Desse modo, a discriminação de gênero estabelecida pela dinâmica acima referida se sustenta por meio da segregação dos papéis que, supostamente, homens e mulheres devem desempenhar na sociedade, bem como da hierarquização dos mesmos, haja vista que os trabalhos dos homens, nesses contextos, são mais valorizados que o trabalho das mulheres.

Nessa perspectiva, resta evidente que o mundo do trabalho globalizado requer do trabalhador qualidades consideradas naturalmente masculinas, tais como virilidade, força física, disponibilidade integral e irrestrita para o trabalho - por não gerar filhos, tampouco dedicar-se às tarefas do lar. Assim, o assédio moral organizacional exsurge como *modus operandi* para a manutenção deste *status quo*.

Lança-se mão dessa dinâmica para reforçar a excessiva e prejudicial competição nas relações de trabalho, provocando grave desequilíbrio ao meio ambiente laboral. Desse modo, aproveita-se da histórica condição da mulher enquanto reprodutora, cuidadora da família e realizadora das tarefas domésticas, para lhe deixar em segundo plano em relação ao homem, e, por conseguinte, em situação de inferioridade no que concerne ao mercado de trabalho.

Desse modo, é possível perceber o assédio moral organizacional como método que busca naturalizar e normalizar os comportamentos abusivos perpetrados pelo empregador. Nessa seara, comportamentos padronizados são impostos na intenção de se evitar possíveis conflitos oriundos da diversidade de identidade dos trabalhadores e, por conseguinte, do modo positivo ou negativo de reconhecimento de sua subjetividade.

Diante de tal cenário, conforme a trabalhadora apresente qualquer comportamento considerado inadequado e fora dos padrões, sua autoestima é deliberadamente minada pelo empregador. Surge aí o seu sofrimento psíquico, oriundo da exclusão gerada por esse tipo de violência.

Tem-se, assim, que o próprio empregador é o responsável pela violência psicológica implementada por meio do assédio moral organizacional. Ainda que não exerça ativamente e diretamente o papel de ofensor, uma vez que permita que as situações acima relatadas se perpetuem, automaticamente, o empregador deixa de cumprir o seu dever que é garantir um ambiente saudável e livre de violações aos direitos da personalidade.

Em se tratando do cenário europeu da década de 70 e do Brasil da década de 90, tem-se que, em razão das políticas de aumento de produtividade e eficiência, o modelo toyotista de produção foi implantado. Nesse contexto, todos os corpos são controlados pelo poder disciplinar, devendo ser *viris* em sua atuação.

Em tempo, é necessário frisar que o poder disciplinar é um desdobramento do poder empregatício que se vale do modelo de gestão do assédio moral para normalizar condutas, fixando um padrão de trabalhador. Desse modo, outra não é a intenção senão a de eliminar/excluir as trabalhadoras que não se adequam aos padrões de produtividade exigidos pela empresa por meio de uma exacerbada pressão que culmina com o desligamento da trabalhadora ou seu adoecimento.

Por esse viés, o mercado de trabalho remunerado torna-se local inóspito para as mulheres, que frente ao modelo de gestão operacionalizado por práticas configuradas pelo assédio moral organizacional, precisam se adequar e se moldar ao padrão forjado de masculinidade.

Conforme será visto de forma mais detalhada no capítulo a seguir, se observa que a realidade ora descrita impacta intensamente às mulheres, eis que são tradicionalmente excluídas dos cargos de liderança, recebem salários mais baixos que os dos homens, exercem atividades precárias, bem como adoecem mais física e psiquicamente.

3 A CONDIÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Mediante a constatação de que o alvo do assédio moral no Brasil é, em significativa medida, a mulher, faz-se imperativo analisar aspectos da divisão sexual do trabalho, bem como sua contribuição para a discriminação de gênero no ambiente laboral.

Assim, tem-se que o presente capítulo abordará aspectos relevantes sobre como a divisão sexual do trabalho está fortemente relacionada às identidades construídas para cada profissão ou trabalho a partir de categorizações como sendo atividades femininas ou masculinas, configurando-se engrenagem fundamental do assédio moral contra mulheres.

3.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

Para avançar no presente estudo, compreendendo melhor as questões de gênero, é necessário levar em conta os conceitos de masculino e de feminino. Assim, tem-se que o sociólogo francês Pierre Bourdieu analisou os aludidos conceitos, chegando à conclusão de que estes adquiriram significados de oposições homólogas, como alto e baixo, dentro e fora, duro e mole, claro e escuro como se essas oposições fossem capazes de suprir toda complexidade conceitual que permeia o aludido binômio. Assim, “tradicionalmente,

firmaram-se divisões arbitrárias entre os sexos, as quais são apresentadas como naturais e evidentes”.¹⁵

Nesse sentido, vejamos o quanto asseverado por Bourdieu citado por Borges:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação femininos.¹⁶

Nessa perspectiva, as trabalhadoras são assediadas e discriminadas quando, em seu lócus laboral, desempenham atividades tradicionalmente desenvolvidas por homens. Tal fato fomenta a divisão sexual do trabalho, as discriminações de gênero, bem como o assédio moral organizacional por meio de expressões de violência simbólica.

Por violência simbólica, Pierre Bourdieu a entende como “aquela que é suave e sensível às suas próprias vítimas, manifestando-se pela linguagem, propriedade corporal, estilo de vida”.¹⁷ Nesse contexto, tem-se que o patriarcalismo é uma estrutura/dinâmica que se encontra presente em todas as sociedades contemporâneas, sendo impulsionado pelo exercício da autoridade do homem sobre a mulher e os filhos, atingindo não apenas a família, mas a política, a cultura, bem como o universo do trabalho.

No entanto, constata-se que essa estrutura patriarcal vem sofrendo rupturas em virtude da inserção da mulher no mercado de trabalho remunerado e de sua conscientização política. Outro não é o cenário do século XIX, quando a mulher passou a deixar o espaço da casa – até então tido como seu único *locus* de trabalho – para atuar como operária. Nesse contexto, a mulher operária passou a ser tida como a antítese do feminino.¹⁸

Nesse contexto Borges ainda observa que nos períodos de greve, principalmente quando se buscava discutir as desigualdades salariais, as diferenças de gênero se evidenciavam ainda mais, e os pontos de discussão tendentes a valorização do trabalho da mulher não eram levados à pauta.

¹⁵ BORGES, Lara Parreira de Faria. **Espiando por trás da Persiana**: Um olhar sobre a discriminação traduzida em assédio moral organizacional contra mulheres. São Paulo: LTr, 2015. p. 124.

¹⁶ BOURDIEU apud BORGES, ibidem, p.124 -125.

¹⁷ BOURDIEU apud BORGES, 2015, p. 125.

¹⁸ BORGES, ibidem, p. 125

Nos últimos anos, é notório que a mulher tem ganhado cada vez mais espaço no mercado de trabalho, redundando em um aumento de seu poder de barganha na relação familiar. “Ainda assim, há discriminação perpetrada legal e culturalmente contra as mulheres devido ao medo de os homens perderem seus lugares privilegiados de poder”¹⁹. Nessa esteira, tem-se que, historicamente, a indústria têxtil foi a que primeiro absorveu a mão de obra feminina no final do século XIX, vez que a considerava barata e habilitada para o desempenho de tarefas manuais por demandarem destreza e rapidez, ao passo em que o uso, a manutenção e o manuseio de todo maquinário pesado era destinado aos homens.

Essas distinções de qualificação são fruto de uma construção social que segrega homens e mulheres. Desse modo, os empregos não qualificados, em regra, eram considerados “feminilizados” – um indicativo de que a ausência de qualificação era uma característica feminina.²⁰

Observa-se assim, que a divisão social do trabalho se alicerça sob a naturalização de vocações e habilidades femininas para trabalhos que exigem destreza, paciência e docilidade. As novas formas de organização do trabalho exigem qualificação e produtividade em uma arquitetura que direciona as mulheres para atividades menos qualificadas, dificultando a carreira profissional.²¹ Desse modo, ainda que demandem qualificação profissional e muito esforço, as atividades histórica e tradicionalmente tidas como femininas como as de cuidar e as de ensinar nem mesmo conferem às mulheres o mesmo status de atividades desempenhadas por homens. Por conseguinte, essa reiterada desqualificação da mulher no mundo trabalho, redundando em forte abalo à sua saúde física, mental e emocional.

Em tempo, tem-se que esses padrões de masculinidade e de feminilidade caracterizam os tipos de profissão que, em tese, são exercidos por homens e mulheres, refletindo diretamente na diferença salarial entre os mesmos. Corrobora com este entendimento, o fato de que, conforme já sinalizado, em regra, as mulheres recebem menores salários e ocupam em menor percentual cargos de chefia e de liderança, sendo o seu trabalho menos valorizado. Essas distinções são uma forma de blindagem dos homens contra a concorrência com as mulheres no mercado de trabalho.

¹⁹ CASTELLS. Manuel. **O poder da identidade**. V. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura. 7ª Reimpressão, Tradução: Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.169

²⁰ HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para empresa e a sociedade. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 197-199.

²¹ OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: CUT, 1999. p. 61.

Eleonora Menicucci de Oliveira assevera que a dificuldade das mulheres crescerem na carreira, mesmo nas profissões tradicionalmente femininas, decorre, em grande medida, das relações de poder entre os gêneros.

O significado social da desqualificação da capacidade das mulheres para assumirem cargos de direções ou chefias é tão forte para elas que chega a agir como processos destrutivos na construção de sua identidade, além do fato de que, para serem reconhecidas profissionalmente, são na maioria das vezes obrigadas a esforçarem-se muito mais que os homens que ocupam as mesmas funções que elas.²²

Eleonora Menicucci constatou ainda, no resultado de suas pesquisas, que o principal fator para desqualificar e retirar as mulheres dos postos de comando no mundo do trabalho são os filhos e o cuidado com a família.

Por oportuno, segundo o pensamento da citada autora, a mulher que tem filhos é vista com desconfiança em razão de um estereótipo criado pela divisão sexual do trabalho que confere às mulheres a responsabilidade pela reprodução e criação dos filhos, o que coloca suas outras atividades em segundo plano. Essa discriminação construída culturalmente gera os sentimentos de medo, angústia, vergonha e culpa, acompanhados do receio de perder o emprego e o local de trabalho que permite a socialização fora do ambiente familiar.²³

Desse modo, é possível asseverar que as mulheres são tidas como improdutivas, quando optam pela maternidade, pois, em tese, são as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos, o que reflete um suposto engessamento de sua mobilidade no mercado de trabalho. Ainda, para Eleonora Menecucci de Oliveira, as mulheres são alvo de preconceito e discriminação intrínsecas ao seu ciclo vital:

As mulheres são discriminadas por seus atributos biológicos relacionados ao seu ciclo vital, como menstruação, gestação, parto, puerpério, amamentação e menopausa. A escolha pela maternidade é um fator obstaculizante para a progressão na carreira, ainda que a legislação ofereça garantias, proteções e direitos às mulheres nessas condições. A maternidade funciona como estruturante negativa para a construção da carreira das mulheres, diferenciando-as daquelas que não têm filhos. Assim, a maternidade é vista como obstáculo para ações políticas mais organizadas pelas mulheres para a conquista de novos direitos no mundo do trabalho.²⁴

Essa construção cultural lastreada no raciocínio de que a mulher não pode dedicar-se integralmente ao universo do trabalho, sustenta a concepção da mulher como força de trabalho secundária. Assim, para dedicação exclusiva ao trabalho, em tese, a mulher tem que abdicar da dedicação à família.

²² Ibidem, p. 97.

²³ OLIVEIRA, 1999, p. 120-121

²⁴ Ibidem, p. 99-101

Noutro giro, é possível constatar que a desigualdade no universo do trabalho não se encontra somente entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres na medida em que algumas conseguem acessar profissões outrora tidas apenas como reservadas aos homens como medicina, advocacia e arquitetura. Nessa senda, é importante salientar que tal intento só se faz cumprir quando as referidas mulheres abrem mão da maternidade ou delegam as suas responsabilidades domésticas e o cuidado com os filhos a outras mulheres que assumem os papéis de cuidadoras, faxineiras, empregadas domésticas, ou mesmo às suas mães, sogras, irmãs, tias - em condição de desigualdade.

Desse modo, é preciso salientar que a aludida manobra das mulheres para sua inserção no mercado de trabalho, não elimina as desigualdades nessa complexa teia, tampouco contribui para o avanço na luta por igualdade, pois tão somente sabota as possibilidades de avanço no que tange as relações de gênero e de classe.

Outra questão a ser abordada é que mesmo que transfiram as tarefas domésticas a outras mulheres, a responsabilidade por delegar e fiscalizar a execução do trabalho continua sendo exclusivamente da mulher. Assim, diante deste cenário, não é difícil constatar que há uma forte crença cultural de que os homens possuem um maior status em relação às mulheres, mormente no tocante às profissões consideradas tradicionalmente desempenhadas por homens.

Desse modo, alguns atos praticados por organizações ensejam, claramente, a discriminação contra a mulher, configurando atentado sua à intimidade, à sua honra e à sua liberdade, ferindo contundentemente o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana insculpido no artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

Os rodízios de gravidez, a indução à realização de exame de esterilização e gravidez, além da não contratação em virtude da maternidade, bem como da dispensa em relação ao matrimônio são algumas das práticas extremamente aviltantes perpetradas por organizações ao longo dos anos contra a dignidade da mulher trabalhadora.

3.2 ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL E DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO

De acordo com o exposto em item precedente, a divisão sexual do trabalho funda-se no princípio da separação, segundo o qual há trabalhos femininos e trabalhos masculinos, e, no princípio hierárquico, que estabelece que o trabalho do homem seja mais valoroso que o da mulher.

Os aludidos princípios - que reduzem a concepção de gênero tão somente aos sexos biológicos e seus supostos atributos, e, por conseguinte, ao desempenho dos papéis sociais assumidos culturalmente - são vistos como naturais nos mais diversos modelos de sociedade e cultura. Assim, é possível concluir que às mulheres não será conferida a igualdade no mercado de trabalho até que haja um reconhecimento pela sociedade de que as questões de gênero são parte estruturante das organizações e empresas, posto que as mesmas perpetuam práticas de discriminação de gênero em seu lócus laboral.

Desse modo, tem-se que a virilidade, atributo tido como exclusivamente masculino, é fator determinante para exclusão das mulheres no que tange à ocupação dos cargos de maior prestígio e remuneração, frequentemente destinados aos homens. Nesse sentido, evidente que essa virilidade e o assédio às mulheres estão intrinsecamente ligados.

Por certo, as agressões machistas ou sexistas contra mulheres se manifestam por meio de ataques à feminilidade delas - seja pelos incontáveis insultos e grosserias que vulgarizam os órgãos genitais femininos, seja pelos abusos envolvendo tentativas de sedução da mulher, ferindo a sua dignidade ou mesmo tratando-as por histéricas no sentido pejorativo do termo.

Desse modo, ao analisar a preponderância da prática de assédio moral contra mulheres, Candy Florencio Thome assinala a utilização de subterfúgios discriminatórios, como o argumento de que a vítima passa por “variações hormonais”, na forma de estratégias defensivas para perpetuar a opressão na forma de assédio moral.²⁵

Neste particular, é válido ressaltar que, em que pese serem situações distintas e bem delineadas, sabe-se que, muitas vezes, o assédio moral acaba sendo confundido, inadequadamente, com o abuso do poder diretivo por meio da exigência de metas inatingíveis, rigor excessivo na cobrança de condutas, críticas em público, uso restrito de sanitários dentre outras limitações descabidas.

Ainda no que concerne aos estudos acerca do assédio moral organizacional contra mulheres, tem-se que no capítulo seguinte far-se-á breve levantamento sobre o entendimento jurisprudencial brasileiro a respeito do fenômeno, no sentido de promover a dignidade da mulher/trabalhadora.

²⁵THOME, Candy Florencio. **O assédio moral nas relações de emprego**. São Paulo:LTr, 2008. p. 106

4 O PAPEL DA JUSTIÇA BRASILEIRA ENQUANTO GARANTIDORA E CONCRETIZADORA DE RECONHECIMENTO E DIGNIDADE ÀS TRABALHADORAS

Ainda que não seja legalmente disciplinado no Brasil, o fenômeno do assédio moral organizacional apresenta contornos bastante definidos que o caracterizam enquanto prática de gestão ilegal, abusiva, capaz de retirar a dignidade dos trabalhadores de uma empresa, levando-os ao exaurimento de suas forças físicas e psíquicas.

Nessa seara o papel do Poder Judiciário se faz mais que necessário para suprir a lacuna e o silêncio da lei e efetivar a justiça no âmbito do Direito do Trabalho, assegurando às vítimas de assédio moral organizacional a devida reparação pelos danos sofridos ao longo de sua trajetória profissional. Para tanto, a jurisprudência pátria ampara-se nos dispositivos constitucionais, na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, bem como nos posicionamentos de pesquisadores e teóricos sobre o assunto.

Desse modo, é possível asseverar que a Constituição Federal de 1988 ampara diversos princípios garantidores dos direitos fundamentais inerentes a todos os seus cidadãos, verificando-se em seu artigo 5º a tutela do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, bem como do valor social do trabalho e da livre iniciativa, os quais constituem fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro e garantem direitos sociais aos trabalhadores.

Nesse sentido, registra-se que a dignidade é composta por um elemento objetivo, que é o reconhecimento de direitos fundamentais ao sujeito, bem como por um elemento subjetivo, que se define pelo reconhecimento do próprio sujeito e de sua identidade. Por conseguinte, a dignidade no trabalho apresenta também esses dois elementos, sendo o meio pelo qual o sujeito tem direitos garantidos para o desempenho de atividade remunerada e ao mesmo tempo auferir reconhecimento identitário pelas tarefas que realiza no ambiente de trabalho remunerado.

Outrossim, ao se pensar sobre o assédio moral organizacional contra mulheres, tem-se que o princípio da isonomia ou igualdade, é instituto jurídico fundamental garantidor de direitos e liberdades dos cidadãos trabalhadores. Ademais, nesse sentido é também a inteligência do artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de onde se extrai que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.”²⁶ De igual

²⁶ ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

modo, a Convenção 111 da OIT, da qual o Brasil é signatária, é outro balizador para o tratamento da discriminação em matéria de ocupação e emprego²⁷.

Ainda, na mesma seara, o artigo 1º da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres define a discriminação contra a mulher como sendo

Artigo 1º Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.²⁸

Dentre outros tantos dispositivos igualmente importantes, que aqui não foram contemplados, tem-se que o Poder Judiciário lança mão de amplo arcabouço jurisprudencial de modo a amparar o direito assegurado às vítimas de assédio moral organizacional. Neste contexto, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região decidiu pela condenação de empresa em danos morais, decorrentes do assédio moral organizacional praticado contra a trabalhadora. Em seu voto, o Relator sustentou que:

A realidade dos fatos demonstra com clareza que a reclamante não podia participar de cursos e seminários oferecidos pela reclamada, o que caracteriza típica discriminação com base no sexo (arts. 3º IV, 5º, I, da CF/88, art. 373-A, III, da CLT e Lei 9.029/95). Tal conduta discriminatória da empregadora acabava por autorizar, ainda que tacitamente, o desrespeito praticado por alguns empregados em face da autora, seja pela referência grosseira a aspectos físicos, seja mediante insubordinação. **A existência de um ambiente de trabalho discriminatório e humilhante para a autora decorria da inércia do empregador em combater duramente todos os atos discriminatórios e desrespeitosos, bem como da utilização pela própria empresa de critérios discriminatórios para a qualificação dos seus empregados.**

Assim, a adoção de advertência dos empregados, conforme se verifica às fls. 507-8, não era suficiente, configurando diligência com efeitos meramente formais, já que **na prática não havia uma política de promoção do respeito e da igualdade no ambiente de trabalho, tanto direcionada aos trabalhadores, como aos métodos de gestão do próprio empregador.**

Diante disso, **tem-se por caracterizado assédio moral praticado pelo empregador (política de discriminação com base no sexo) e pelos colegas de trabalho (reiteradas práticas abusivas e humilhantes), o que gera o direito à indenização por danos morais à reclamante**²⁹. (grifos nossos)

²⁷ BRASIL. Decreto nº. 62.150, de 19 de janeiro de 1968. Promulga a Convenção nº. 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62150.htm>. Acesso em: 02 jun. 2017.

²⁸ CONVENÇÃO sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - Cedaw 1979. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/11/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2017.

²⁹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho. 4. Região. RO 0001108-77.2013.5.04.0291, da 6ª Turma. Rel. Des. José Felipe Ledur. Porto Alegre, 1º jun. 2016.

Como exposto supra, observa-se que o entendimento do TRT 4ª região é no sentido de ratificar todo arcabouço teórico científico levantado por meio dos estudos da divisão sexual do trabalho, bem como de garantir a justiça com base nos fundamentos principiológicos constitucionais e do direito do trabalho.

Ademais, a preocupação com este fenômeno também é compartilhada pelo órgão de cúpula do Poder Judiciário trabalhista, o Egrégio Superior Tribunal do Trabalho (TST). Em julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, o TST manteve decisão exarada, no sentido de condenar a empresa ao pagamento de danos morais face ao assédio moral e discriminação de gênero sofrido pela trabalhadora, conforme se depreende do excerto a seguir, extraído do voto do Relator, o Ministro João Batista Brito Pereira, *in verbis*:

A prova testemunhal, de forma unânime, corroborou a alegação autoral. Os depoimentos confirmam que, durante a jornada e em razão do exercício do trabalho, **os empregados da primeira ré estiveram sujeitos a agressões verbais e, em certas ocasiões, físicas. Segundo o Sr. Marcos Pereira e o Sr. Rômulo Mello Bitencourt, as ofensas seriam "piores" em relação às mulheres.**

A primeira ré, também conforme os testemunhos, fora comunicada das ocorrências. Ao que consta, todavia, contentava-se em orientar seus empregados a pedir auxílio à PRF, localizada em torno de 200m do local de trabalho.

Não me surpreende o fato de os agressores não se intimidarem com a presença do posto da PRF, notadamente porque, mesmo à distância de 200m, era possível que as ofensas fossem perpetradas sem a possibilidade de pronta atuação de um policial rodoviário federal, principalmente em caso de ofensa verbal.

Cumpria à primeira reclamada adotar medidas que, conquanto não impedissem as agressões, reduzissem ao máximo a sua ocorrência e possibilitassem eventuais responsabilizações posteriores, o que poderia ser feito, por exemplo, pela presença de um vigilante no local e pela utilização de câmeras de segurança.

A primeira demandada, entretanto, manteve-se inerte, negligente, ilícito (CC, art. 186) que enseja o dever de indenizar (CC, art. 927).

O dano moral, na espécie, decorre da própria lesão aos direitos da personalidade da autora (CF, art. 5º, X), como a honra e a incolumidade física e psíquica, e independe de prova ("in re ipsa").

Na espécie, a ilicitude perdurou por toda a vigência do pacto laboral, 38 meses. Ademais, o sexo da vítima deve ser considerado ao arbitrar o valor a título de compensação, já que as mulheres sofriam agressões "piores", como sói acontecer na história da humanidade.

Diante do exposto, condeno a ré ao pagamento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de indenização por dano moral, o que faço em atenção à gravidade da ofensa (tendo como base o valor de R\$ 10.000,00 pelo período trabalhado) e à condições pessoal da vítima (acréscimo de R\$ 5.000,00 pelo fato de o gênero ser um fator que incendiava e covardia e a misoginia dos agressores).

[...]

Note-se que não há falar em prova dividida, como pretende a reclamada, mas sim de prova testemunhal apta a comprovar as alegações lançadas na preambular, além de não desmerecida pela recorrente, que possuía melhores meios de rebater os argumentos em juízo, comprovando que tomou as medidas necessárias para promover um meio ambiente de trabalho saudável³⁰.

Naturalmente, esta posição, observada no julgado supra, foi reiterada em diversos outros processos que guardam semelhança fática com o acima suscitado. Nesta perspectiva, vale consignar um outro julgado do Tribunal Superior do Trabalho, que reconheceu a existência do assédio moral organizacional com discriminação de gênero, a teor do trecho transcrito abaixo:

O M. Juízo a quo condenou o réu ao pagamento da quantia de R\$ 25.000,00 a título de compensação por assédio moral, com base nos seguintes fundamentos:

[...]

A prova testemunhal revela que a reclamante efetivamente foi ofendida enquanto trabalhou para a reclamada, **sofrendo assédio moral corporativo e sendo vítima de deslealdade e má-fé contratual.**

[...]

A testemunha Gisele contou que trabalhou para a reclamada por quatro meses em substituição a outra professora que estava em licença maternidade. No encontro que teve com o coordenador Célio e Errerias ouviu deles que **não era bom contratar mulheres porque ficam grávidas e têm que cuidar dos filhos, ausentando-se do trabalho e obrigando a contratação temporária de substituta e que os alunos reclamavam da troca de professoras durante o período letivo. Relatou, em acréscimo, que ouvia brincadeiras de cunho machista durante os intervalos das aulas e na presença de outros professores. Contou que ouvia comentários para as mulheres como "esta de cara feia porque a noite não foi boa..."**

[...]

Acrescente-se a divergência de informações entre Edson e Maurício sobre a participação da reclamante na viagem em Brasília e a prova testemunhal produzida pela empresa se apresenta artificial, fabricada para provar o contrário do que efetivamente ocorreu: **a organização empresarial assediou e aterrorizou os trabalhadores e os alunos, com especial atenção para as mulheres.**

[...]

A arrogância preconceituosa e humilhante da reclamada fica muito clara no depoimento da testemunha Gisele. **Revela que não houve qualquer pudor dos coordenadores em se referirem de forma depreciativa a condição da mulher no trabalho, usando como pretexto a professora que gozava de licença maternidade e o fizeram exatamente diante da professora que a estava substituindo.**

As brincadeiras de cunho machista, que a testemunha disse ser "comum" no ambiente de trabalho, não são normais. Podem ser frequentes, mas isto não significa que devam ser aceitas ou que não mereçam repreensão severa.

³⁰ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **AIRR-24187-86.2013.5.24.0046**, da 5ª Turma. Rel. Min. João Batista Brito Pereira. Brasília, 24 ago. 2016.

No caso dos autos está provado que o ambiente da empresa era hostil às mulheres, estivessem grávidas ou não, estivessem bem vestidas ou não, fossem competentes em suas atividades ou não.

A empresa moderna, vibrante e conectada com a liberdade e a igualdade não é conivente com atitudes discriminatórias, mas pratica a inclusão e a solidariedade entre professores, alunos e demais empregados. O apelido, a piada, a crítica depreciativa, quando se transforma em método de gestão implica dano psicológico ao trabalhador e obriga a reparação do prejuízo moral.

[...]

Diante das sutilezas da prova testemunhal e da gravidade dos fatos retratados nos autos, **considero que a reclamante sofreu dano moral decorrente de assédio corporativo e tem direito a indenização compensatória, uma vez ferida a sua dignidade, a sua intimidade e privacidade, nos termos do art. 5º, X da CF e 187 do Código Civil.**

[...]

Recorre o réu. [...].

Com razão apenas em parte.

Na esteira de tudo o que até aqui foi exposto, correta a r. sentença que reconheceu o direito à compensação por danos morais, pois estão caracterizados o ato ilícito - prática de "brincadeiras" vexatórias e humilhantes; culpa - ação do próprio empregador através de seu preposto (sr. Célio); e o dano - a violação à integridade física e psíquica da vítima.

[...]

As argumentações acima delineadas evidenciam a nefasta prática do assédio moral organizacional perpetrada contra as mulheres, no âmbito das empresas/organizações, como forma de gestão intencionalmente excludente e vexatória em relação às trabalhadoras.

Isto posto, tem-se que o presente trabalho entende que certamente, a atuação pedagógica e combativa dos Colendos Tribunais brasileiros tem demonstrado a preocupação em reprimir esse fenômeno e efetivamente condenar os seus autores, como forma de reparar todo o sofrimento e mal causados às suas trabalhadoras/vítimas.

Por outra via, observa-se que ainda há muito a ser feito para a efetiva e espontânea mudança de comportamento das organizações, no sentido de propor uma gestão que não necessite corroer a dignidade da trabalhadora, pelo simples fato de ser mulher e carregar consigo toda sua subjetividade.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho de conclusão de curso buscou tecer uma abordagem crítica acerca dos estudos sobre o assédio moral organizacional e sua relação com a discriminação de gênero. Assim, objetivou contribuir com a visibilidade sobre relevante problemática social, bem como suscitar questionamentos e impelir novas investigações sobre o fenômeno.

No decorrer dos estudos, verificou-se que há farto cabedal teórico-científico nas diversas áreas do conhecimento, que fazem uma intersecção com o Direito e prestam-se a validar o fenômeno enquanto forma de gestão abusiva e intencionalmente excludente das mulheres no mercado de trabalho.

A divisão sexual do trabalho e as relações sociais de gênero foram aqui, o ponto de partida para compreensão da dinâmica do assédio moral organizacional contra a mulher. Sob essa perspectiva observou-se que as mulheres carregam o estigma de reprodutoras e cuidadoras do lar, sendo esta, em tese, a justificativa para que lhes permitam tão somente a ocupação de cargos secundários nas organizações.

Nesse sentido, apurou-se ainda que a propositada obstrução de acesso das trabalhadoras aos cargos que gozam de um maior prestígio profissional nas empresas e organizações está intrinsecamente relacionada ao forte caráter patriarcal, machista, sexista e misógino da sociedade em que vivemos.

Assim, ao lançar luz sobre aspectos jurídicos relevantes do aludido fenômeno, identificou-se que, ainda que haja significativa lacuna legislativa a respeito do tema, a Justiça do Trabalho tem sido atuante quanto ao reconhecimento das práticas características do assédio moral organizacional contra a mulher/trabalhadora, condenando as organizações ao pagamento de indenizações por comprovadas ofensas à dignidade da mulher.

Com efeito, os ilustrativos episódios de preconceito de gênero evidenciados nos julgados apresentados no capítulo III deste trabalho de conclusão de curso, confirmam a assertiva proferida no parágrafo anterior. No entanto, deve-se atentar para o fato de que tais recortes representam tão somente a ponta de um enorme *iceberg*, posto que sinalizam a existência de uma questão social deveras complexa - o assédio moral organizacional contra a mulher, tema do presente artigo - que merece toda a atenção não só da justiça trabalhista, mas também das demais instâncias que colaboram para a formulação de políticas públicas de combate à violência contra a mulher.

Fato é que as frequentes demandas judiciais comprovam que o fenômeno estudado assumiu contornos preocupantes na sociedade globalizada do século XXI em face do seu potencial ofensivo à dignidade da mulher no mundo do trabalho, mormente porque fruto de abuso do poder empregatício.

Por certo, as práticas configuradas enquanto assédio moral organizacional contra a mulher, comprovadamente, abalam a sua saúde física e psíquica, não devendo, sob hipótese alguma, serem acolhidas pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Assim, ao identificar e efetivamente combater o fenômeno ora estudado nos casos concretos que chegam diuturnamente às suas cortes, a Justiça Trabalhista não só concede às mulheres/trabalhadoras o gozo dos direitos sociais que lhe são legitimados pelo ordenamento jurídico, mas também promove a justiça social pelo reconhecimento de sua identidade em um ambiente de trabalho justo e equilibrado.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Lara Parreira de Faria. **Espiando por trás da Persiana: Um olhar sobre a discriminação traduzida em assédio moral organizacional contra mulheres**. São Paulo: LTr, 2015.
- BRASIL. **Decreto nº. 62.150**, de 19 de janeiro de 1968. Promulga a Convenção nº. 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62150.htm>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- _____. Tribunal Regional do Trabalho. 4. Região. **RO 0001108-77.2013.5.04.0291**, da 6ª Turma. Rel. Des. José Felipe Ledur. Porto Alegre, 1º jun. 2016.
- _____. Tribunal Superior do Trabalho. **TST-RR-535/2004-001-03-00.2**, da 4ª Turma. Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen. Brasília, 15 fev. 2006. Publicado no DJ de 10 mar. 2006.
- _____. _____. **AIRR-24187-86.2013.5.24.0046**, da 5ª Turma. Rel. Min. João Batista Brito Pereira. Brasília, 24 ago. 2016.
- _____. _____. **RR-324-36.2011.5.09.0872**, da 3ª Turma. Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira. Brasília, 06 nov. 2013.
- CALIL, Léa Elisa Silingowschi apud MELO, Maria Aparecida Mendonça Toscano de. **Legislação do Direito do Trabalho da Mulher: uma perspectiva de sua evolução**. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6254>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- CALVO, Adriana. **O direito fundamental à saúde mental no ambiente de trabalho: o combate ao assédio moral institucional: visão dos tribunais trabalhistas**. São Paulo: Ltr, 2004.
- CASTELLS. Manuel. **O poder da identidade**. V. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura. 7ª Reimpressão, Tradução: Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONVENÇÃO sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher - Cedaw 1979. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/11/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2017.

FERREIRA, Hádassa Dolores Bonilha. **Assédio moral nas relações de trabalho**. Campinas: Russel, 2004.

GUEDES, Márcia Novaes. **Terror Psicológico no Trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2005.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para empresa e a sociedade. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Todo lo que hay que saber sobre el acoso moral em el trabajo* . Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2014.

NASCIMENTO, Sônia Aparecida Mascaro. **Assédio Moral no ambiente do trabalho**. Revista LTr, 68, agosto de 2004

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: CUT, 1999.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

SOBOLL, Lis Andréa; HORST, Ana Carolina. O assédio moral como estratégia de gerenciamento: solicitações da forma atual de gestão. In.: SILVEIRA, Marco Antonio Silveira (Org. principal); SZNELWAR, Laerte I.; KIKUCHI, Leticia S.; MAENO, Maria (Org.). **Inovação para Desenvolvimento de Organizações Sustentáveis: Trabalho, Fatores Psicossociais e Ambiente Saudável**. Campinas, SP: CTI (Centro de Tecnologia da Informação “Renato Archer”), 2013. p. 189. Disponível em: <<http://www.assedioorganizacional.com.br/downloads/inovacao-para-desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

THOME, Candy Florencio. **O assédio moral nas relações de emprego**. São Paulo: LTr, 2008.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO CASO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES EM SALVADOR

*Gilmar Santos de Brito*¹
*Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado*²

RESUMO

Considerando que o Brasil possui um dos mais altos índices de encarceramento e que a superpopulação carcerária tem implicação direta sobre a garantia de direitos para os presos, o presente trabalho tem como objetivo analisar a audiência de custódia como medida capaz de reduzir as taxas de prisões provisórias no Brasil no caso de crimes de tráfico de drogas. A pesquisa consistiu em análise de referências bibliográficas, bem como de pesquisa documental, baseada no levantamento e análise de decisões interlocutórias das audiências de custódia, seguindo o método dedutivo.

Palavras- chave: Audiência de custódia. Prisões provisórias. Medidas cautelares.

1 INTRODUÇÃO

A audiência de custódia é o primeiro momento de contato do preso com autoridade judicial, oportunidade em que é feito o controle da prisão em flagrante pelo Judiciário e se determina sobre a aplicação ou não de medidas cautelares.

Inicialmente verifica-se que o Brasil apresenta um quadro crítico sobre a superlotação das cadeias públicas. O CNJ assevera, com base no último censo realizado em 2014, que existia no Brasil 563.526 pessoas presas, das quais 42% eram presos provisórios. Entre 1990 e 2013, o crescimento da população carcerária foi de 507%, a segunda maior taxa de crescimento prisional do mundo, mas ainda há um déficit de 206.307 vagas no sistema carcerário³; e nem por isso os índices de violência diminuíram.

Desse modo, torna-se nítida a necessidade de adotar medidas que revelem uma política de desencarceramento. Algumas alternativas são apresentadas, como as medidas cautelares diversas da prisão, que por si só não funcionam, se o indivíduo preso em flagrante for abandonado nas cadeias públicas à espera de uma decisão sobre o seu direito à liberdade.

¹ Aluno do curso de Direito da Unijorge. Artigo apresentado para a 20ª SEMOC UCSAL.

² Orientadora. Mestre e Doutora em Direito Penal pela PUC de São Paulo e professora de Direito Penal pela Unijorge, UCSAL e UFBA.

³ Dados do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 10 set. 2016

Portanto, esse trabalho busca responder se a audiência de custódia é uma medida apta a reduzir as taxas de prisões provisórias nos casos de tráfico de drogas na cidade de Salvador, diante de todos os ditames legais, inclusive com decretação das medidas cautelares.

A abordagem do tema foi feita através de pesquisa teórica, por meio da análise bibliográfica a respeito do tema e questões correlatas; e pesquisa empírica, documental, realizada a partir da coleta e análise de decisões do Núcleo de Prisão em Flagrante, onde são realizadas as audiências de custódia em Salvador. Para viabilizar a pesquisa, foi feito um recorte em relação aos casos de supostas práticas de crimes de tráfico de drogas, pois revelam uma das maiores taxas de encarceramento.

A metodologia utilizada foi quantitativa, pois se valeu do uso de dados estatísticos, da pesquisa com os resultados e números das prisões no Brasil como um todo, da decretação de medidas cautelares em casos da suposta prática de crimes de tráfico de drogas em Salvador-BA. É também qualitativa, pois foi realizada análise do conteúdo do que foi coletado, anotado, tomado nota em participação em audiências de custódia que tiveram como objeto prisões em flagrante referentes à suposta prática do crime de tráfico de drogas. Diante disso, buscou-se, com a análise empírica das decisões, observar seus fundamentos para a decretação ou não da prisão provisória, e o quanto as audiências de custódia contribuem para o desencarceramento.

O trabalho inicialmente trata das medidas cautelares, com destaque para a prisão provisória, e suas hipóteses de cabimento e os princípios que devem lhe informar. Em seguida, são abordadas questões referentes à audiência de custódia, como informações pertinentes ao seu fundamento e previsão normativa. Por fim, discorre-se sobre a pesquisa empírica realizada a respeito das decisões sobre a decretação ou não da prisão provisória em casos de prisão em flagrante por tráfico de drogas e condutas afins no âmbito do Núcleo de Prisão em Flagrante, onde são realizadas as audiências de custódia, na cidade de Salvador-BA.

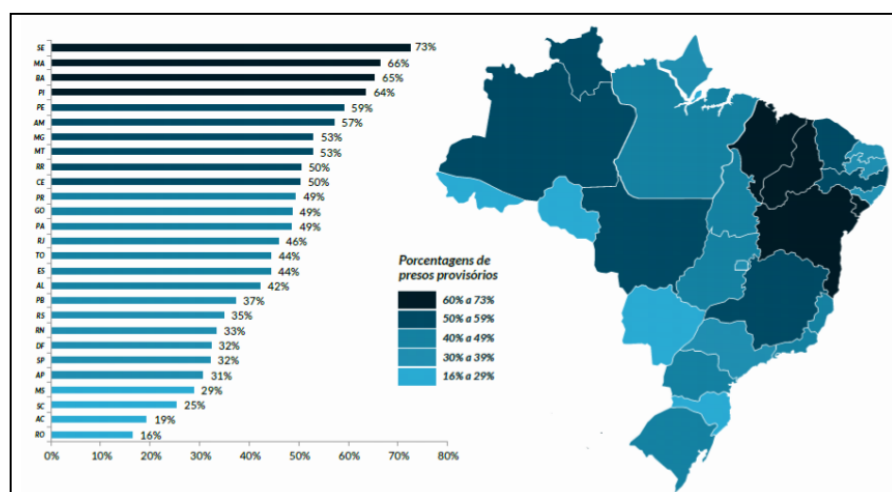
2 PRISÃO CAUTELAR: EXCEÇÃO À ANTECIPAÇÃO DE PENA E DE MEDIDAS CAUTELARES

Considerando que a liberdade de alguém que está sob investigação ou respondendo a um processo em razão da possível prática de um crime deve ser, em um primeiro plano,

garantida, a aplicação de qualquer medida que a restrinja deve estar revestida dos requisitos de cautelaridade, necessidade e legalidade.

No Brasil há um número expressivo de presos provisórios (em torno de 40%), muito próximo do número de presos que cumprem pena (60%) (BRASIL, 2016), o que por si só revela uma política encarceradora, pois a medida excepcional, em um momento em que deve se presumir a inocência, atinge quase o mesmo índice da punição que é aplicada após o trânsito em julgado da condenação, sintomas da ineficiência do Estado em relação às garantias fundamentais do processo penal e ao direito à liberdade. A Bahia, inclusive, é um dos Estados em que a taxa de presos provisórios supera a de condenados, conforme se verifica nos dados do INFOPEN (2014),

Figura 1 - Taxa de presos provisórios por unidades da Federação



Fonte: (BRASIL. Infopen, 2014, p. 22).

Pelo que se observa desses dados, a prisão tem sido aplicada como regra e não como exceção pela Justiça brasileira, acarretando a superlotação, na maioria das vezes em desrespeito a direitos e a garantias fundamentais.

O Brasil apresenta um quadro de crescimento da violência, apesar do número de prisões efetuadas terem aumentado; várias pesquisas apontam que a prisão ou medidas cautelares de prisão nem se aproximam de soluções e medidas que realmente o Estado precisa adotar para fazer operar no processo as garantias que são fundamentais, muito menos de transmitir à sociedade a sensação de bem estar, quando nada tem a pôr no lugar da segregação da prisão e sua banalização a aplicá-la sem respeitar direitos e garantias fundamentais.

Como asseverou Michael Foucault (1993, p. 37), “a prisão é odiosa medida”, que se tornou comum. Há que se considerar, entretanto, que em um Estado Democrático de Direito, a

prisão só deve ser adotada como medida última e não como mecanismo de antecipar a pena, como alerta Antonio Vieira (2016), afinal sua banalização e aplicação como se fosse definitiva viola os ditames previstos em lei, gera novos problemas e não atende às demandas que nela se depositam relacionadas ao controle social.

A vontade de resolver os problemas da ocorrência do crime através de uma medida cautelar, em que sua natureza jurídica não encontra fundamento nesse fim, não deve ser tolerada ou mantida, pois existem pressupostos e requisitos específicos para sua decretação e manutenção.

2.1 Medidas cautelares: definição e cabimento

As medidas cautelares são instrumentos previstos para garantir o processo, seu resultado útil ao final. Essas medidas “buscam garantir o normal desenvolvimento do processo e, como consequência, a eficaz aplicação do poder de penar. São medidas destinadas à tutela do processo” (LOPES JR., 2014, p. 804). Outrossim, a prisão é medida excepcional em relação às medidas cautelares, ou seja, é sempre (ou deveria ser) medida extraordinária e só deve ser decretada quando as outras medidas não forem suficientes à implementação do requisito.

O rol de medidas cautelares diversas da prisão foi incrementado com a Lei n. 12.403/2011, devendo o juiz sempre analisar a possibilidade de substituir a prisão por uma cautelar diversa, nos termos do art. 319 CPP. Há que se considerar que o primeiro pedido é de liberdade provisória, quando cabível, pois é a medida de contracautela por excelência adotada no Brasil, uma vez que a liberdade deve ser a regra, sua restrição, intervenção, excepcional. Por isso, Pacceli (2014, p.800-832), entende que a nomenclatura é equivocada, pois em verdade, a prisão é que é provisória, sendo a liberdade, a regra.

Destarte, o cabimento das medidas cautelares também exige o correto enquadramento dos pressupostos para sua decretação. Assim, só deverá ser aplicada condicionando-se à análise pormenorizada de cada situação fática, verificada sua fundamentação jurídica até concatenar com a correta e necessária consequência jurídica.

2.1.1 Prisão Provisória, Prisão em Flagrante e Prisão Preventiva

O tema “prisões” traz indubitavelmente a discussão sobre liberdade e em quais situações específicas pode a lei mitigar esse direito e, em interpretação extensiva benéfica aos cidadãos, também o pode fazer aos demais direitos individuais e coletivos. Preleciona John Rawls (1993, p.198): “O princípio do domínio da lei garante as liberdades. A cada dever

existe um direito. Cada pessoa está obrigada a respeitar a liberdade alheia. A prevalecer uma lei vaga e imprecisa, pode-se dizer que os limites da liberdade passam a ser incertos”.

A prisão provisória (cautelar, processual) é gênero que comporta as espécies de prisão preventiva e a temporária. A possibilidade de privação da liberdade antes ou durante o processo é admitida desde que jamais se afaste das garantias fundamentais, expressas nos princípios e normas processuais penais.

A prisão em flagrante é aquela que se opera no plano da ocorrência do delito, sua previsão normativa se encontra nos artigos 301 e seguintes do Código de Processo Penal. Pode ser efetuada por qualquer pessoa, até por sua própria natureza de se operar no momento da prática de crime, devendo, logo em seguida ser submetida ao crivo judicial para a sua homologação e decretação ou não de uma medida cautelar pelo juiz, a pedido do Ministério Público (art. 306, CPP). Parte da doutrina aponta que é uma medida precária ou de mera detenção, ou seja, não tem como função garantir o resultado final do processo. Como observa Lopes Júnior (2014, p.823), “não é uma medida cautelar pessoal, mas sim pré-cautelar”, pois se destina “a colocar o detido à disposição do juiz para que adote ou não uma verdadeira medida cautelar”.

De outra parte, temos a prisão preventiva, conhecida como prisão cautelar por excelência, é a forma mais autêntica de se garantir a eficácia do processo ou do julgado. O relevante para essa modalidade de prisão é que também deve ser decretada como exceção, ou seja, prender preventivamente deve ser aplicado quando as outras medidas cautelares diversas da prisão se mostrarem insuficientes. Esta se opera por requisição do Ministério Público ou do ofendido, por representação da autoridade policial ou ainda de ofício pela autoridade judiciária. Cumpre observar que essa modalidade de prisão cautelar só pode ocorrer durante o processo e não durante a fase de investigação policial.

Importa destacar que para haver sua decretação é necessário o preenchimento dos pressupostos de cautelaridade, os já citados “*fumus comissi delicti*” e “*periculum libertatis*” cumulado com, pelo menos, um dos requisitos de cautelaridade previstos no rol taxativo do artigo 312 do Código de Processo Penal:

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

A dogmática processual penal adota como primeiro requisito o *fumus comissi delicti*, ou “fumaça do cometimento do delito”, vale dizer, probabilidade do cometimento de um delito, pois ainda não é obrigatório sua certeza, a dúvida ou indícios nessa fase fazem com

que o processo prossiga, ou seja, indícios de autoria e prova suficientes da existência do crime e materialidade. E outro requisito cautelar é o *periculum libertatis*, ou perigo da liberdade do agente. Aqui repousa uma importante análise sobre necessidade cautelar, pois o perigo da liberdade não é requisito e sim o fundamento para a segregação cautelar. Traz no seu bojo, a “garantia da ordem pública”, como garantir que durante o processo o acusado não vai, por exemplo, ameaçar testemunhas, destruir provas, dentre outros. Há também a hipótese da “garantia da ordem econômica”, como sendo aquela que o sujeito não irá prejudicar a economia ou relações econômicas importantes; da “conveniência da instrução criminal”, ou seja, atenda requisitos específicos relacionados ao processo e que o acusado pode prejudicar, que é notória sua subjetividade, porém possível de se enquadrar como forma de acautelar a instrução criminal; bem como da “garantia da aplicação da lei penal”, que são garantias para o processo, afim de que o indivíduo não atrapalhe que se realize qualquer ato ou decisão na aplicação da lei.

Em suma, destaca-se que para o caso de prisão desnecessária, ou seja, se não preencher os requisitos, caberá o pedido de revogação da prisão e diante de vício de ilegalidade caberá o relaxamento dessa prisão. Não existe, pois, a prefixação de um prazo, essa prisão deverá seguir o fundamento que a gerou, necessária para cumprir a medida que a determinou, vale dizer, deve durar o tempo estritamente necessário para cumprir o objetivo que a ensejou.

2.2 Princípios que Informam a Prisão Cautelar

A proporcionalidade é o sustentáculo das medidas de prisão cautelar – e que deveria ser para qualquer uma – que se destine a bem cumprir o preceito de lei. Necessidade e adequação são, pois, postulados deste princípio, que, em hipótese alguma devem se distanciar dos atos do processo e sua necessidade de ser acautelado. Como bem lembra Lopes Júnior (2014, 812-825), nessa discussão se encontra de um lado a liberdade do indivíduo e de outro a necessidade de garantia da ordem pública, do processo, por exemplo. Por outro lado, há que se ponderar a intensidade da medida em relação à pena que o indivíduo, ainda que em tese, poderá cumprir. Sintetiza Badaró (2007, p.150):

Deverá haver uma proporcionalidade entre a medida cautelar e a pena a ser aplicada. Se a prisão preventiva, ou qualquer outra prisão cautelar, for mais gravosa que a pena que se espera ser ao final imposta, não será dotada de caráter de instrumentalidade e acessoriedade inerentes à tutela cautelar. Mesmo no que diz respeito à provisoriedade, não se pode admitir que a medida provisória seja mais severa que a medida definitiva que a irá substituir e que ela deve preservar.

Jurisdicionalidade e motivação são princípios norteadores do ato judicial (art. 93, IX, CF e 315, CPP). A ordem judicial e sua devida fundamentação devem seguir inseparáveis. Nesse âmbito até a prisão em flagrante é lastreada nesse princípio, vez que, passa por estes princípios e passa por crivo judicial para sua homologação ou relaxamento e conversão em prisão preventiva ou temporária.

A provisionalidade está relacionada a uma questão situacional ancoradas nos pressupostos do *fumus comissi delict e periculum libertatis*, não se admitindo que na ausência destes não se opere a segregação cautelar ou que seja mantida aquela outrora aplicada. A provisoriedade tem como base o fator tempo, importa salientar, tempo esse que deve ser curto. A Constituição Federal estabelece o direito fundamental da garantia da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII), o que nem sempre é observado.

Excepcionalidade é outro princípio que deve informar a adoção de uma medida cautelar. Não poderá ser regra a imposição dessas medidas, mas exceção (art. 282, par. 6º e inciso II, art. 310, CPP).

Pelo exposto, depreende-se que aplicação de medida de acautelamento do processo deve ser subsidiária e excepcional, a saber, quando outra medida menos drástica couber para o caso, entendimento também do que a principiologia determina.

3 AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

A audiência e custódia visa garantir o direito de toda pessoa presa ser conduzida sem demora à presença de um juiz de direito em até 24 horas. Nesta ocasião deverá estar presente também o advogado ou o Defensor Público e o Ministério Público. Então, o magistrado deverá verificar a ocorrência de quaisquer atos de tortura ou maus tratos que porventura tenha o preso sofrido e realizar o controle judicial sobre legalidade e necessidade da prisão (controle de convencionalidade, assim chamado por se realizar audiência de custódia por com base em tratados e convenções internacionais que o Brasil aderir).

Audiência de custódia foi o termo adotado no Brasil para significar o procedimento de apresentação imediata do preso à presença do Juiz de Direito. É o que prevê a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto San José da Costa Rica), do qual o Brasil é signatário desde 1992:

Artigo 7º - [...] 5. Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou

de ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.

O Decreto n. 678/92 cria a audiência de custódia, porém só ocorreu sua implementação, quando em 2015, o Conselho Nacional de Justiça passou a orientar o Poder Judiciário para que a medida fosse adotada.

Há que se ressaltar que a ADPF n. 347, julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 2015, determinou que o Poder Judiciário adotasse, no prazo de 90 dias, as audiências de custódia, como uma das medidas a enfrentar a crise prisional no país.

Assim, adota-se esse procedimento como forma de garantir a liberdade e evitar a prisão ou qualquer outra medida desnecessária.

Em Salvador, as audiências de custódia acontecem na Central de Flagrantes, no prédio da Polícia Civil, na Avenida ACM, região do Iguatemi, o que facilita o acesso ao transporte público e locomoção. Conta com duas salas amplas e climatizadas para realização das audiências. Nesse local, formaliza-se o flagrante e, então, a pessoa é encaminhada para a audiência de custódia⁴.

4 AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E DETERMINAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES EM CASOS DE TRÁFICO DE DROGAS EM SALVADOR

Em razão do problema a ser enfrentado no presente trabalho, entendeu-se relevante a utilização da pesquisa empírica para se buscar a resposta mais adequada às questões que dizem respeito ao aspecto das prisões provisórias e o papel da audiência de custódia.

A pesquisa então consistiu em observação das audiências, com anotações, seguida da produção de relatórios, bem como acesso às decisões judiciais monocráticas. Foram selecionadas sete audiências e suas respectivas decisões referentes a casos relacionados ao tráfico de drogas para realizar a análise proposta no objetivo do trabalho.

4.1 O Crime de Tráfico

⁴ Cumpre esclarecer que o TJBA foi o pioneiro no Brasil a criar um Núcleo de Prisão em flagrante após a determinação do Conselho Nacional de Justiça para implementação da audiência de custódia no Brasil em 2015. Publicação do CNJ em 2016 informa as melhorias operadas com a implantação da medida: “Além de possibilitar a apresentação do preso em flagrante rapidamente ao juiz e garantir o direito de ter a legalidade da prisão analisada, as audiências de custódia também geram economia para o Poder Público. De acordo com a Defensoria Pública da Bahia, entre setembro do ano passado e março de 2016, 1.347 pessoas foram liberadas após 2.007 audiências de custódia, o que resultou em economia de R\$ 3.686.765,94 ao estado. O valor considera o custo médio de R\$ 2.737,02 por preso a cada mês. A Defensoria Pública atuou em 70% desses casos.”

A escolha do crime de tráfico para o trabalho é feita diante da análise do número de pessoas presas por tráfico de drogas e condutas afins, ou seja, a ocorrência do crime na cidade. É importante observar a necessidade das medidas aplicadas a cada caso, de modo que, guarde a devida proporção com o que fora praticado, buscando aplicar um direito penal do fato e não do autor, ou seja, a pessoa deve ser punida por aquilo que cometeu e não por aquilo que se pensa que ela é. A título exemplificativo, quem apenas guarda não deve sofrer a mesma sanção, por exemplo, de quem vende, fabrica e transporta, dentre outras condutas.

A definição legal do crime de tráfico está no artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006, que inaugura o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD):

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar

A relação das drogas, substâncias psicotrópicas que causam dependência física ou psíquica, que têm a comercialização proibida no país, é uma Portaria da ANVISA (2012), SVS/MS n. 344/1998 e atualizada pela última vez em 2012 pela Resolução – RDC nº 39.

É importante observar que a postura encarceradora do Estado e a ideia da “guerra às drogas” tem movimentado o Judiciário de maneira que não se mostra possível sustentar os custos dessa mesma política que não investe em reabilitação, educação ou outras medidas para mitigar os problemas sociais e que encarcera de forma muito acelerada e em grande número.

4.2 Medidas Adotadas X Liberdade Provisória

Das sete audiências analisadas, três tiveram decisões em que, de imediato, concederam liberdade provisória porque ao serem presos em flagrante fora encontrada substância entorpecente em quantidade muito pequena, pelo que, para evitar a instrução do processo e não haver a persecução penal - considerando-se, inclusive, foram logo postos em liberdade e imposta medida de comparecimento periódico em juízo. Nesses casos os presos não apresentavam antecedentes criminais até a data da audiência de custódia.

Em mais uma das sete decisões, concedeu-se a liberdade provisória com aplicação de obrigação de comparecimento em juízo para cumprir compromisso perante o juízo e eventuais procedimentos necessários. Esse caso refere-se a um casal preso em suposta situação de tráfico em uma residência, com a quantidade de 5 gramas de crack e 8 gramas de cocaína, considerada pequena, sendo que ambos apresentavam antecedentes criminais por tráfico.

4.2.1 Concessão de liberdade provisória

Das sete decisões analisadas, em quatro foi concedida a liberdade provisória. Em três dessas, o magistrado de imediato verificou a pequena quantidade de drogas, que foi apontada como para consumo, e liberou os acusados para responder ao processo em liberdade. No quarto caso, um casal preso em flagrante em situação de tráfico, numa casa, apontada como local usado para comercializar drogas, o juiz entendeu não haver necessidade da segregação cautelar da prisão. Conforme aponta o julgado, (BAHIA, 2017):

Verifica-se que os conduzidos foram encontrados num imóvel abandonado, utilizado como "boca de fumo", local onde os policiais militares apreenderam 29 (vinte e nove) pedras de crack e 10 (dez) pinos de cocaína. Os conduzidos não ostentam bons antecedentes criminais, decerto, todavia, as circunstâncias e o local da prisão, isso sem olvidar da quantidade de droga apreendida, autorizam a concessão da liberdade provisória, em nome dos princípios da presunção de inocência e até mesmo da proporcionalidade [...].

Nestes casos, foram impostas medidas cautelares diversas da prisão de comparecimento bimestral e trimestral em juízo para prestar compromisso perante o juízo. Questiona-se, entretanto, o cabimento de tais medidas em todos esses casos.

4.2.2 Decretação da prisão

Nos demais três casos seguiu-se a necessidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva por conta das peculiaridades de cada prisão. Em um caso, o agente é preso na prática de venda de drogas, foi apontada pelo Ministério Público a insuficiência de outras medidas cautelares decretadas anteriormente e a reincidência (por crimes de homicídio, homicídio qualificado e dois crimes de roubo). Em outro caso, foram encontrados 98 pinos de cocaína, 68 trouxas de maconha e 32 pedras de crack junto com quantia de R\$ 682,00, que o preso alegou ter encontrado no lixo. No terceiro caso, o agente estava acompanhado de um menor que fugiu e fora encontrada a quantidade de 198g de maconha, 377g de crack e 82g de cocaína e uma arma tipo pistola. Contra ele consta antecedente por roubo de veículos.

As decisões de conversão da prisão em flagrante em prisão basearam-se na expressiva quantidade de substância entorpecente encontrada com o preso e também nos antecedentes criminais dos presos. É o que anotamos da primeira decretação da preventiva na decisão interlocutória:

As medidas cautelares diversas do *carcer ad custodiam*, previstas no art. 319, do Código de Processo Penal, não se mostram adequadas na espécie, sobretudo por conta da expressiva quantidade de entorpecentes encontrada

em poder de I.N.Q. Aliás, se as circunstâncias concretas da prática do crime indicam o envolvimento significativo do agente com o tráfico de drogas e, por conseguinte, a periculosidade e o risco de reiteração delitiva, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria.

Em um segundo caso, a quantidade das drogas (maconha e crack) e as circunstâncias da apreensão foram “indicativas da colaboração do investigado na traficância em larga escala”. A decretação da prisão visou, segundo consta na decisão, prevenir e reprimir a reprodução de novos crimes, pois o acusado estava respondendo a outro processo pela prática do crime de roubo e as cautelares diversas da prisão se mostraram insuficientes:

As medidas cautelares diversas do *carcer ad custodiam*, previstas no art. 319, do Código de Processo Penal, são, na espécie, insuficientes e incapazes para prevenir e reprimir a reprodução de novos crimes, deste ou de outra natureza. Chega-se a tal conclusão porque no dia 17/02/2017, T.J.O.S. foi preso e autuado em flagrante, acusado da prática dos delitos de roubo majorado pelo concurso de pessoas e corrupção de menores. Obteve (...) liberdade provisória, com os compromissos de comparecimento trimestral em Cartório e proibição de se ausentar da Comarca, sem prévia autorização judicial.

No terceiro caso, o magistrado decidiu com base na reiteração extensa de prática criminosa, insuficiência de medidas cautelares e gravidade de crimes cometidos como homicídio qualificado (BAHIA, 2017):

Em suma, as medidas cautelares diversas da prisão não se adequam à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e, sobretudo, às condições pessoais do flagrado, que ostenta histórico de envolvimento em crimes, sendo útil destacar que há em seu desfavor mandado de prisão preventiva, (...), denúncia do cometimento de homicídio qualificado. (...) também figura como acusado nos autos (...) na qual é apontado como autor de roubo, (...). A convalidação da prisão pré-cautelar em preventiva é providência legítima, a bem da ordem pública, tendo em vista que da vida pregressa do conduzido – evidenciada por sua extensa ficha de antecedentes criminais – sobressai fundado receio de reiteração criminosa, restando plenamente legitimada a decretação ou a manutenção da prisão preventiva.

Para a decretação foram verificados os indícios de autoria do crime de tráfico e materialidade com porte de expressiva quantidade de substância entorpecente e não apenas de circunstâncias anteriores, mas também se lastreou na comprovação por laudo técnico indicando que se tratava de cocaína e maconha que eram usadas para traficância.

Observa-se, portanto, de uma forma geral, em relação às sete decisões, que os juízes levam em consideração a conduta pela qual foi enquadrado no crime de tráfico de drogas e condutas afins, se possui contra ele antecedentes criminais ou se é reincidente, se medidas já

impostas anteriormente se mostraram insuficientes e se representa perigo ao ser posto em liberdade ou se irá fugir para não responder ao processo.

Nas decisões de concessão de liberdade provisória, o juiz age acertadamente ao verificar os pressupostos para concessão da liberdade ou decretação de preventiva, pois, não cumpria os requisitos de garantia da ordem pública, garantia da ordem econômica, conveniência da instrução criminal para manter presos. Pautaram-se em princípios informadores da proporcionalidade e da presunção de inocência.

Para as outras três decisões, houve a conversão da medida pré-cautelar em prisão preventiva; dessas, uma primeira decisão pauta-se na legalidade e necessidade da prisão e traz fundamento dos Tribunais Superiores para demonstrar o cabimento da mesma:

O efeito disruptivo e desagregador do tráfico de drogas, este associado a um mundo de violência, desespero e morte para as suas vítimas e para as comunidades afetadas, justifica tratamento jurídico mais rigoroso em relação aos agentes por eles responsáveis e que deve refletir na análise dos casos concretos. 4. Ordem denegada (STF. HC 105598/MG. Rel. Min. Rosa Weber. Julgado em 26/06/2012. DJe 12/09/2012).

Na segunda decisão, o envolvimento em larga escala com o tráfico, a corrupção de menores e a prática de outros crimes associados como roubo, que restou comprovado por seus antecedentes, demonstram a necessidade e urgência de o Estado intervir na situação. Pois, para o magistrado, o descumprimento das medidas cautelares anteriormente impostas também são indicadores de que o Estado não foi capaz de resolver ou dirimir os problemas da criminalidade com a prevenção e, portanto, precisa evitar a prática de novos crimes com a prisão.

A terceira decisão em comento aponta a reincidência, crimes mais graves associados como o homicídio qualificado e a participação em organização criminosa, diversos crimes já praticados que chegaram ao conhecimento do judiciário e desrespeito às medidas cautelares diversas da prisão impostas para que o indivíduo não cometesse crime. É o que se encontra fundamentado na decisão:

A imposição da cautelar extrema também pressupõe a presença concomitante do *fumus commissi delicti* consubstanciado pela prova da existência material do fato (típico, ilícito e culpável) e pelo indício suficiente da autoria ou da participação e do *periculum libertatis*, compreendido como o perigo concreto que o estado de liberdade do agente representa para a ordem pública ou a ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Verifica-se, portanto, uma forte influência do positivismo jurídico, pois ainda são tomadas como base as noções de defesa social e de periculosidade do indivíduo. Entretanto,

verificou-se, pela atuação dos juízes, que alguns avanços se concretizaram em termos de não prender provisoriamente sem obedecer ao mínimo critério legal, e, em certa medida, as audiências podem servir para diminuir o tempo de prisão ou o número de presos provisórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa, com base nas referências bibliográficas consultadas, identificou-se que as prisões são medidas últimas a serem aplicadas, que, se necessária a medida cautelar, devem ser adotadas prioritariamente aquelas diversas da prisão. Além disso, toda decisão que determine uma medida cautelar deve estar fundamentada no *fumus comissi delict e* no *periculum libertatis*, que se revelam nos requisitos estabelecidos na legislação processual penal.

Quanto às audiências de custódia, pesquisas apontam que sua adoção tem proporcionado avanços, verificando legalidade e necessidade da prisão, reduzindo o número de pessoas presas; e na garantia de direitos do preso, como integridade física, dentre outros.

Foi observado na pesquisa empírica que a audiência de custódia é uma medida que pode contribuir para a redução das taxas de prisões provisórias decretadas, e que nesse aspecto, se mostra relevante para afastar prisões ilegais e/ou desnecessárias.

No entanto, pela análise feita, inclusive com verificação das decisões das audiências, é nítido que apenas a referida medida não é suficiente para resolver os problemas das prisões provisórias, visto que se a celeridade pode contribuir para que alguns presos em flagrante fiquem menos tempo custodiados, se os requisitos para decretação das medidas cautelares não forem observados, e assim, a necessidade e a proporcionalidade das medidas cautelares não forem observadas, as cadeias públicas continuarão custodiando quem ali não deveria estar, e a garantia de direitos continuará sendo afetada.

REFERÊNCIAS

BADARÓ. Gustavo Henrique. **Direito processual Penal**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BAHIA. **Poder Judiciário do Estado da Bahia**. Comarca de Salvador. Núcleo de Prisão em Flagrante. Disponível em: <<http://esaj.tjba.jus.br/esaj/portal.do?servico=740000>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

BAHIA. TJBA inaugura nova sede do Núcleo de Prisão em Flagrante e Audiências de Custódia. **Diário da justiça eletrônico**. Salvador, BA, jan. 2016. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=95383:tjba-inaugura-nova-sede-do-nucleo-de-prisao-em-flagrante-e-audiencias-de-custodia&catid=55&Itemid=202>. Acesso em: 14 mai. 2017.

BRANDÃO. André Luis da Luz; OLIVEIRA FILHO, Enio Walcácer de. **Revista dos Tribunais**. Tocantins, vol. 977, 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso de **Habeas Corpus** substitutivo de recurso próprio nº 344989 RJ, da 5ª Turma. Relator Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 28 abr. 2016. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/339886445/habeas-corpus-hc-344989-rj-2015-0314333-8>>. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso de **Habeas Corpus** nº 127457 BA, da 2ª Turma. Relator Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 17 out. 2014. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:supremo.tribunal.federal;turma.2:acordao;hc:2015-06-09;127457-4747655>>. Acesso em 07 mai. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF nº 347**. Relator: Luís Roberto Barroso. Brasília, 09 set. 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo798.htm>>. Acesso em: 15 set. 2016.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. Vários tradutores. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIACOMOLLI, Nereu José. **O devido processo penal**– Abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica. São Paulo: Atlas, 2014.

IBCCRIM. Editorial sobre drogas e preconceitos. Análise da constitucionalidade sobre a incriminação do porte de drogas para consumo pessoal. Edição Especial, Out. 2012. Disponível em: <<https://www.ibccrim.org.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

KHAN, Karen Louise Jeanete; MENDRONI, Marcelo Batlouni. As medidas cautelares no processo penal brasileiro: reforma com a lei 12.403/2011. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 938, dez. 2013, p. 333–362.

LOPES JR, Aury. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOPES JR, Aury; PAVA, Caio. Audiência de custódia e a imediata apresentação do preso ao juiz: rumo à evolução civilizatória do processo penal. **Revista Liberdades**, São Paulo, edição 17, p.11, set. 2014.

PACCELI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2014.

ONU. Convenção Americana de Direitos Humanos – ONU, 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

ONU. Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos – ONU, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em 10 out. 2016.

PRADO, Daniel Nicory do. O tempo da audiência de custódia. Boletim-282-Maio 2016. Pesquisa empírica participante no núcleo de prisão em flagrante de Salvador. **Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigos/323-282-Maio2016>. Acesso em: 15 mai. 2017.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva. Lisboa: Presença, 1993.

ROSA, Alexandre Morais da. **Guia compacto do processo penal conforme a teoria dos jogos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

VIEIRA, Antonio. **Princípio da proporcionalidade e prisão provisória**. Disponível em: <<http://www.ibadpp.com.br/135/principio-da-proporcionalidade-e-prisao-provisoria-por-antonio-vieira>>. Acesso em 10 mai. 2017.

VIEIRA, Renato Stanziola. Prisão especial: cautelaridade e constitucionalidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. v. 79, jul. 2009. p. 209-250.

AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL “MORAR MELHOR” NO BAIRRO DA PAZ (SALVADOR/BA)

*Fernanda Brandão¹; Marlon Oliveira²; Felipe Canto³
Janynne Kêmille⁴; Aparecida Netto Teixeira⁵; Cristina Filgueiras Araujo⁶*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo avaliar a implantação do programa municipal morar melhor (Salvador/BA), fundamentado na requalificação de residências localizadas em bairros de baixa renda, sendo o estudo de caso realizado no bairro da paz. a implantação do programa morar melhor teve início em 2015, com vistas à redução do déficit qualitativo na cidade. O Bairro da Paz teve início na década de 1980, marcado por diversos conflitos, até que a população dessa comunidade conseguisse se consolidar no local. A metodologia de trabalho, de caráter qualitativo, constou de pesquisa bibliográfica e documental, bem como visita de campo; realização de oficina de sensibilização e entrevistas, buscando registrar a opinião dos moradores acerca da implantação do programa e da qualidade das intervenções. Como resultado, registra-se a satisfação parcial dos moradores do bairro da paz em relação às intervenções do programa morar melhor. Com o presente trabalho busca-se, pois enriquecer e despertar o interesse pela produção de novos estudos sobre intervenções em áreas populares de salvador, que contribuam para construir ações do poder público com participação ativa das comunidades.

Palavras-chave: Programa Morar Melhor. Bairro da Paz. Política habitacional. Habitação de interesse social.

INTRODUÇÃO

Em Salvador, a intensa industrialização a partir da década de 1950 seguida por uma enorme demanda por serviços, resultou em um crescimento econômico acelerado o qual, entretanto, não foi acompanhado pela implantação de infraestrutura compatível, a exemplo da

¹ Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo (UCSal); Bolsista de Iniciação Científica Fapesb; Integrante do Grupo de Pesquisa “Gestão Democrática da Cidade” (UCSal).

² Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo (UCSal); Bolsista de Iniciação Científica Fapesb; Integrante do Grupo de Pesquisa “Gestão Democrática da Cidade” (UCSal);

³ Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo (UCSal); Voluntário; Integrante do Grupo de Pesquisa “Gestão Democrática da Cidade” (UCSal);

⁴ Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo (UCSal); Voluntário; Integrante do Grupo de Pesquisa “Gestão Democrática da Cidade” (UCSal);

⁵ Profa Dra. Programa Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal); Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo (UCSal); Líder do Grupo de Pesquisa Gestão Democrática das Cidades (CNPq); Email: aparecida.teixeira@ucsal.br

⁶ Profa. Ms. Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UCSal), Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal); Integrante do Grupo de Pesquisa “Gestão Democrática da Cidade” (UCSal). Email: cristina.araujo@ucsal.br

disponibilização de espaços de moradia acessíveis economicamente para as faixas de menor renda, e da implantação de espaços públicos de convivência, redes de drenagem e esgoto, necessários à promoção da qualidade de vida no espaço urbano. (ARAUJO, 2013).

Face à insuficiência das políticas habitacionais que atendessem à demanda pelo espaço de morar destes imigrantes interurbanos, surgiram então as favelas e assentamentos informais, caracterizadas como formas precárias e provisórias de moradia, que se instalavam à revelia da cidade formal, mas com a complacência dos poderes públicos locais. (GORDILHO-SOUZA, 2001).

A autoconstrução e a informalidade, características desta produção do espaço urbano, foram e continuam sendo, embora em ritmo bem menos acelerado no início deste século, a solução encontrada para a redução do déficit habitacional quantitativo da metrópole baiana. O início desta luta pela conquista do espaço de moradia através das invasões inicia-se a partir da década de 1950, e acelera-se na década de 1960, com a implantação da Petrobrás e do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari.

A ocupação informal em Salvador se pautou em grande parte pela proximidade física do local de trabalho, aproveitando-se de vazios urbanos intersticiais (geralmente áreas em litígio judicial) e remanescentes de áreas de vegetação nativa, próximas à córregos de despejo de esgoto e lixo. Estas áreas, ou eram públicas, ou estavam à margem das iniciativas do mercado imobiliário formal e, por isso, foram crescendo e se densificando com a cumplicidade dos poderes públicos constituídos.

Essas ocupações informais se deram inicialmente nas áreas de várzeas, tendo sua população sido posteriormente expulsa, quando da implantação das vias de vale, direcionando-se para as áreas periféricas da cidade, representadas pelo Subúrbio Ferroviário e pela região do Miolo de Salvador. A partir do final da década de 1960, a expansão da periferia de Salvador vai se dar, principalmente, mediante a atuação do poder público estadual e municipal, com a implantação de conjuntos habitacionais e loteamentos para as faixas de renda de 3 a 5 salários mínimos, bem como da Avenida Suburbana. Com a intensificação dos fluxos migratórios registra-se a ocupação informal de áreas remanescentes localizadas no entorno desses empreendimentos. (ARAUJO, 2013)

Em 2015, nesse contexto de precariedade habitacional do município, a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), com o objetivo de reduzir o déficit qualitativo na cidade e requalificar as moradias localizadas em bairros de baixa renda implantou o *Programa Morar Melhor*. O programa previa a realização de pequenas obras de melhorias habitacionais

(reboco/pintura; troca da esquadrias; troca de conjunto sanitário e telhado - ecológico ou de cerâmica). (PMS, 2016).

O presente artigo apresenta o resultado de pesquisa de iniciação científica realizada de 2016/2017, que teve como objetivo realizar uma avaliação crítica do Programa Morar Melhor no bairro da Paz (Salvador/BA), em relação à demanda da comunidade e aos resultados obtidos. A avaliação do Programa servirá como fonte de dados para pesquisadores, moradores do local de estudo, gestores públicos, bem como para a melhoria do próprio programa.

O artigo está estruturado em dois tópicos. O primeiro aborda o desenvolvimento da pesquisa, relativamente aos aspectos metodológicos e os principais resultados alcançados. O segundo trata da discussão acerca dos desafios e potencialidades do programa, no contexto de precariedade habitacional da cidade de Salvador/BA.

1 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA “MORAR MELHOR” (BAIRRO DA PAZ – SALVADOR/BA)

No contexto da situação de precariedade habitacional da cidade de Salvador, conforme exposto anteriormente, a Prefeitura Municipal, visando intervir na melhoria física das unidades habitacionais em bairros de baixa renda, implantou o Programa Morar Melhor, em 2015. As intervenções abrangeram obras de revestimento (reboco); pintura de paredes; troca de esquadrias (portas e janelas); troca de conjunto sanitário e reforma de telhado (ecológico ou cerâmico). O morador poderia escolher até três intervenções, sendo o valor máximo previsto para cada unidade habitacional de R\$ 5.000,00. (PMS, 2016).

A definição dos bairros para a implantação do Programa considerou o nível de carência (a partir de dados do IBGE/2010) e a situação de precariedade habitacional. Nesse último caso, foram adotados os seguintes critérios: número de domicílios com alvenaria sem revestimento; número de moradores abaixo da linha de pobreza (renda nominal mensal domiciliar abaixo de R\$ 70,00); densidade demográfica; número de domicílios particulares permanentes famílias chefiadas por mulheres; domicílios ligados à rede de esgoto e Domicílios em situação de aluguel.

O Programa identificou 51 bairros considerados prioritários “por possuírem um menor número de benefícios municipais, governamentais e federais”. (PEREIRA NETO; GUIMARÃES, 2016, p. 4). Vale registrar que as habitações que se encontram em áreas de

risco, como por exemplo, casas em encostas ou sob linhas de alta tensão, foram excluídas do Programa.

Com investimento de R\$ 500 milhões, o programa já cadastrou 11.391 moradias que aguardam o início das obras dos imóveis. Até o momento, 16 bairros foram beneficiados, entre esses estão Nova Constituinte, Bairro da Paz, Liberdade, Calabar, Novo Marotinho, Sussuarana e Luís Anselmo. O bairro da Liberdade foi primeiro a ser autorizado oficialmente para dar início ao programa. (PMS, 2016)

Para a avaliação do Programa Morar Melhor adotou-se como recorte espacial da pesquisa o Bairro da Paz (Figura 1). A escolha do bairro se deveu aos seguintes fatores principais: - precariedade habitacional; - proximidade do bairro com a Universidade Católica do Salvador – UCSal, favorecendo o deslocamento dos estudantes para a visita de campo; - aproximação da universidade com a comunidade localizada no entorno; - as intervenções no bairro pelo Programa Morar Melhor já haviam sido finalizadas.

O bairro da Paz teve origem na década de 1980 mediante a invasão de uma fazenda, conhecido inicialmente como a invasão das Malvinas.⁷ Ao longo dos anos o bairro passou por diversas tentativas de expulsão da população em decorrência da valorização e especulação imobiliária na região, devido à mesma se localizar entre as avenidas Luís Viana Filho (Avenida Paralela) e Orlando Gomes, no litoral da cidade em ritmo de expansão urbana. (AZEVEDO, 2008).

Figura 1 - Demarcação/ Localização do Bairro da Paz



Fonte: www.googlemaps.com Acesso em: 26 nov 2016

Em 1982, a quantidade de migrantes cresceu significativamente, o que atraiu a atenção do poder público e da população do entorno. Os moradores mais antigos do bairro sofreram

⁷ A ocupação recebeu esse nome devido ao fato de que no mesmo período a Inglaterra e a Argentina guerreavam pela ilha das Malvinas, simbolizando a sua resistência contra o governo.

repressão por parte da polícia, muitas vezes através de confrontos diretos. A partir daí, o poder público municipal e as concessionárias de serviço público passaram a intervir no bairro, podendo-se registrar a regularização da oferta de energia elétrica pela Coelba em 1888, e a implantação de postos de assistência médica/odontológica, policial e vigilância. Nos anos 2000 as ações sociais ganharam uma maior repercussão, e a presença política se tornou freqüente, havendo assim uma grande mudança no tratamento dos moradores.⁸ (MATOS, DANTAS, 2013).

O bairro passou por diversas mudanças desde sua formação inicial, mas ainda existem grandes deficiências estruturais. Apesar de ser uma comunidade ativa e ser definida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) - um dos principais instrumentos de política habitacional para as áreas de baixa renda (TEIXEIRA, 2012) - no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, muitos habitantes ainda estão instalados em áreas de risco - encostas, áreas alagadas; próximo a adutoras e sob rede de alta tensão - dificultando as ações de regularização fundiária. Além disso, as ações até então realizadas pela Prefeitura tem sido incipientes e insatisfatórias, o que revela o quanto é necessário resolver os problemas de infra-estrutura do local.

A metodologia de pesquisa adotada, de caráter qualitativo, abrangeu o levantamento de dados e estudo de caso relativo à avaliação da implantação do Programa no Bairro da Paz. As técnicas de pesquisa adotadas foram: pesquisa bibliográfica e documental; - entrevistas semi-estruturadas com moradores e líder comunitário. As entrevistas continham questões relativas às informações sobre os moradores e a unidade habitacional; tipo de intervenção realizada; satisfação dos moradores quanto às intervenções realizadas. O universo de estudo foi composto por famílias beneficiadas pelo programa, selecionadas de forma aleatória e voluntária. Vale registrar que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da UCSal.

A pesquisa de campo abrangeu a realização de reunião com representantes do Conselho de Moradores no Bairro da Paz, com a participação dos pesquisadores e professoras orientadoras, ao Bairro da Paz, com o objetivo de planejar, junto aos líderes comunitários, a melhor maneira de realizar o mapeamento das residências inseridas no cadastro do Programa Morar Melhor. (Figura 2). A partir daí foram realizadas duas visitas técnicas à área de estudo

⁸ Nesse âmbito, foram implantados postos avançados de organizações não governamentais (ONGs) como a Santa Casa de Misericórdia da Bahia - Departamento de Ação Social- e a Fundação Dom Avelar- Suporte educacional - abrindo espaço para implantação de instituições como por exemplo, o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac), Balcão de Justiça e Cidadania do Tribunal de Justiça do Estado e, mais recentemente, o projeto Neojibá, que promove a inclusão social através da música.

pelos pesquisadores, com a participação de representantes do Conselho de Moradores, nas quais foram identificadas as unidades habitacionais contempladas pelo Programa Morar Melhor, bem como estabelecido contato com os respectivos moradores, de modo a sensibilizá-los para a realização da entrevista. (Figura 3).

Figura 2 – Reunião equipe de pesquisa com Conselho de Moradores do Bairro da Paz



Fonte: Acervo dos pesquisadores, 2017

Figura 3 – Pesquisadores em campo



Fonte: Acervo dos pesquisadores, 2017

Na segunda visita, a equipe de pesquisadores foi dividida em duas, com o objetivo de aumentar a produtividade no levantamento de campo. Utilizou-se um mapa e uma tabela padrão, tornando possível identificar a poligonal de estudo e as unidades habitacionais contempladas, com base na numeração estabelecida pelo programa (número das casas; localização). Além disso, foi possível estabelecer um primeiro contato com os moradores, que ocasionalmente estavam em suas residências, sendo coletado o nome e telefone dos mesmos.

A partir dessa visita pode-se constatar a distribuição das casas contempladas pelo programa no bairro, registradas em mapa elaborado pelos pesquisadores, com o propósito de verificar a fidelidade da poligonal utilizada pela Prefeitura. Constatou-se que as unidades residenciais contempladas estão localizadas bem próximas, e, em sua maioria, nas travessas da rua principal, as quais não constavam no mapa divulgado pela Prefeitura. Ainda em campo também foi possível fotografar algumas fachadas e ruas. Posteriormente, ocorreu uma segunda visita, essa de forma mais breve, com o intuito de coletar mais contatos e registrar fotos de residências que não haviam sido realizadas.

Figura 4 – Fachada da casa modelo do programa antes e depois da intervenção



Fonte: Google Earth e Acervo dos pesquisadores, 2017

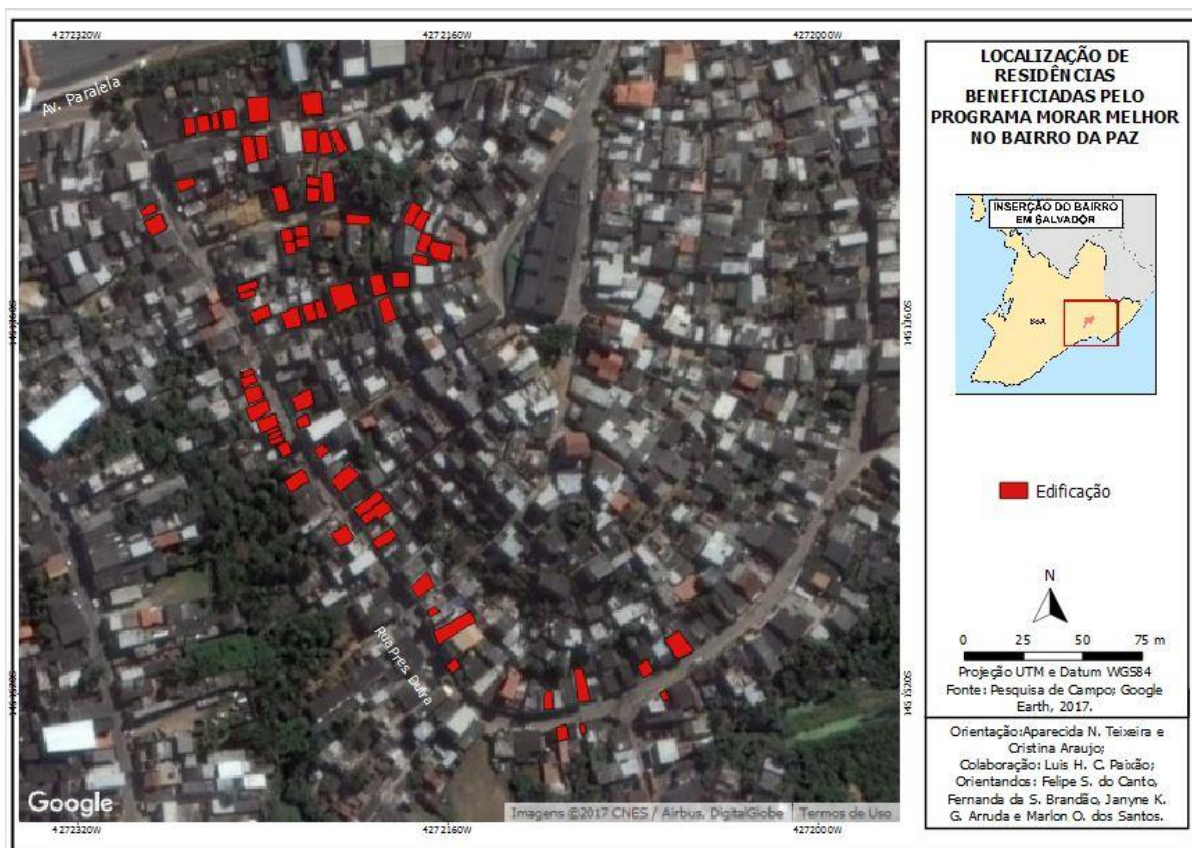
Todas as informações coletadas em campo foram compiladas e digitalizadas a fim de melhor organizar todos os dados. A partir daí, foi elaborada a ficha individual de cada unidade residencial, contendo nome, endereço do morador, numeração do programa e fotografias das residências, permitindo a visualização das fachadas anterior e posteriormente à implantação do Programa Morar Melhor, mediante a utilização da ferramenta *Google Street View*. (Figuras 4 e 5). Esses elementos foram de extrema importância no auxílio da seleção e contato dos moradores.

Figura 5 – Fachada da casa de número 12-037 do programa antes e depois da intervenção

Fonte: Google Earth e Acervo dos pesquisadores, 2017

Inicialmente, os domicílios foram demarcados a olho nu, sobre uma fotografia do mapa do bairro. Dos 201 lotes identificados em campo, foi possível localizar aproximadamente 80 unidades. As anotações foram transportadas para o Google Maps e, com o apoio da ficha individual, foi organizado um banco de dados. Produziu-se então, com o apoio do professor Luiz Paixão, um mapa a partir do programa QGIS na versão 2.8, em que se inseriu os dados do Google para arquivo vetorial (Figura 6). A elaboração do mapa temático com a integração das fichas das habitações resultou em um produto de excelência, ao inserir ferramentas tecnológicas na apresentação da pesquisa. A utilização do geoprocessamento trouxe alguns desafios para a equipe, mas no final foi de extrema importância para o referenciamento das habitações no local.

Figura 6 – Localização das unidades residenciais beneficiadas pelo Programa Morar Melhor – Bairro da Paz



Fonte: Acervo dos pesquisadores. Elaborado pelos pesquisadores com orientação do Prof. Luiz Paixão, mediante a utilização da ferramenta Google Earth, mai 2017.

A partir dos contatos obtidos, foi agendada a Oficina de Sensibilização com os moradores que se dispuseram a participar, realizada em 08 de abril de 2017. A oficina teve como objetivo registrar a opinião simples e clara dos moradores, na intenção de que os mesmos expusessem sua avaliação sobre a implantação do programa no bairro, mediante a realização das entrevistas. Além disso, tratou de esclarecer os participantes quanto ao conteúdo e objetivos da pesquisa, bem como sobre o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), particularmente quanto ao sigilo e garantia do anonimato dos participantes. Optou-se pela realização da oficina na Universidade Católica do Salvador (UCSAL), visando aproximar os moradores do bairro do ambiente universitário.⁹

Apesar do convite realizado mediante contatos telefônicos, bem como da confirmação de um número significativo de participantes, a oficina contou com a presença de um número reduzido de participantes. (Figura 7). Apesar disso, pode-se obter, sob o aspecto qualitativo,

⁹ A oficina foi organizada pelos pesquisadores, com o auxílio das orientadoras, sendo realizada no sábado, às 9h. A UCSAL disponibilizou o transporte para os moradores em ônibus e *coffee break*.

informações relevantes com as opiniões dos moradores acerca da implantação do programa Morar Melhor, objetivo principal dessa pesquisa, o que foi alcançado com êxito.

Figura 7 - Pesquisadores, orientadora e moradores do Bairro da Paz na oficina.



Fonte: Acervo dos pesquisadores, 2017.

A partir da realização das entrevistas, pode-se constatar que o Programa Morar Melhor, implantado pela Prefeitura Municipal de Salvador, apresentou uma proposta interessante de requalificação das moradias dos moradores do Bairro da Paz. Entretanto, de um modo geral, a implantação do programa não atendeu aos objetivos propostos, conforme opinião dos moradores entrevistados.

Quanto ao processo de seleção das unidades habitacionais registrou-se que “o cadastro foi feito meio que aleatoriamente, pois não haviam critérios para a seleção. Bastava se inscrever que eles colocavam uma placa com uma numeração nas casas e após a conclusão do serviço o morador entregava o seu comprovante de residência”. Um outro morador afirmou:

Na verdade, teve uma pesquisa de campo, teve uma pessoa lá que olhou toda a estrutura da casa para ver do que estava precisando e ver se ia se encaixar no programa. Como ele viu que ia se encaixar no Programa ele pegou o nome e contato da minha esposa e quando iniciou o projeto foi que ele deu continuidade a elaboração da melhoria. Ele esteve lá perguntando qual era a necessidade, mas também dentro do programa, assim dentro do valor o que poderia ser encaixado ali, no valor de R\$ 5.000,00, não poderia passar disso. Então ele viu a estrutura da casa, qual o local que poderia ter uma melhoria e foi anotando e depois voltou com equipe para executar o serviço. (Morador 1)

A satisfação dos moradores em relação às melhorias realizadas, em face da grande precariedade das habitações, foi parcial, considerando a falta de organização no desenvolvimento do programa e, em alguns casos, a desconsideração quanto às demandas dos moradores. Muitas obras necessárias não foram realizadas, apesar de, na avaliação dos

moradores, o valor total da obra não ter atingido o valor previsto pelo programa de R\$ 5.000,00:

Fiquei satisfeito realmente, mas faltou algo que tinha que fazer porque vamos supor, se é pra morar melhor tinha que dar um contrapiso, uma “ceramicazinha” no chão. É porque fizeram o que tava no padrão deles, entendeu [...] foi um vaso, duas portas, uma janela e a pintura, o reboco foi área pequena não deu pra gastar 5 mil na outra. Fiquei satisfeito mas podia melhorar mais [...] É contrapiso mesmo porque tem casas ai no chão, a minha mesmo tem a parte da cozinha que não tem, botei em uma parte e na outra faltou capital ai não teve. E também não podia rebocar teto [...] podia também melhorar mas eles não fizeram essa parte porque disse que tava fora e só era só reboco, um muro, pintura, vaso e telhado, que era o padrão deles. (Morador 2)

Ele perguntou o que eu queria que fizesse, eu falei que queria que consertasse o telhado, não consertou, eu falei pra botar uma porta na entrada de minha casa, que eu tenho um portão pra botar na porta, ele não botou. (Morador 3)

Eu fiquei satisfeito né, foi uma boa melhoria por que na verdade reduz os gastos, mas deixou a desejar numa parte de equipe [...] outra parte que deixou a desejar foi a pintura, por exemplo, que eu tive que analisar e o pintor disse que estava pronto, depois que fui verificar tinha várias falhas, parte sem pintar, a porta eu mesmo consegui tinta para finalizar o serviço. Faltou tipo um controle de uma pessoa por equipe tipo em cada rua, porque eu acredito que o encarregado era para várias ruas não existia uma especifico para cada rua para vir verificando se estava fazendo corretamente. Muitas vezes um funcionário estava fazendo um serviço o encarregado chamava ele e ele parava aquele serviço para fazer outro deixa incompleto ali e voltava no outro dia ou a tarde pra finalizar o serviço, na casa ainda (Morador 1)

O que não fizeram e poderia ter feito foi a mudança do telhado, onde ele mudou o telhado mas não pintou disse que não estava incluso no programa, sendo que como que é um valor de R\$ 5.000,00 por cada casa sendo que minha casa eu digo a você que ele não gastou 3 000 reais. Digo porque tenho noção pois trabalho com obra essas coisas. (Morador 4)

Não vou também falar só negativamente, vou falar o positivo porque foi uma boa melhoria porque tem muitas pessoas no bairro que não tem condições [...] o orçamento que elas têm, o salário só é mesmo para alimentação então esse programa ele foi positivo, rebocou casas de algumas pessoas que não tinha condições de rebocar, trocou telhados. Também, não vou chegar e dizer que foi só negativo. E reforçar só a questão de profissionais que não trabalhavam da forma correta. (Morador 5)

2 DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO PROGRAMA MORAR MELHOR (SALVADOR/BA)

O déficit habitacional qualitativo é notório na cidade de Salvador, e particularmente no Bairro da Paz, apesar do mesmo já ter sido alvo de outras ações do poder público municipal

relativamente à regularização fundiária e urbanização. Nesse contexto, o Programa Morar Melhor, baseado na melhoria física das unidades habitacionais, tem um conceito com grande potencial de sucesso e auxílio no que tange ao desenvolvimento social das classes menos favorecidas. Some-se a isso, o aspecto positivo relativo à utilização da mão de obra local para a realização das obras, conforme informado pelo Conselho de Moradores.

No entanto, conforme constatado na pesquisa realizada faz-se necessário uma maior maturação do mesmo quanto à forma de abordagem dos moradores, bem como a seleção das moradias. Os beneficiados precisam usufruir do projeto, e o processo de triagem precisa ser desenvolvido de forma a suprir igualmente as deficiências da comunidade. Além disso, o Programa possui muitas limitações, podendo-se destacar a falta de divulgação e discussão acerca dos objetivos e estratégia do programa com o Conselho de Moradores e a falta de transparência do projeto relativamente aos orçamentos das obras realizadas, de modo a utilização do valor proposto.

Um outro aspecto a ser registrado é a limitação do programa no âmbito do conceito de “moradia digna”, o qual não se restringe apenas a unidade habitacional, mas considera a infraestrutura urbana (água, energia, saneamento e drenagem, espaços de uso comum), a oferta de serviços básicos (saúde, escola, creche) e a segurança jurídica da posse. (MARINHO, 2008). De modo contrário, o programa enfoca apenas, e ainda assim de modo limitado, a melhoria física da unidade habitacional. Nesse sentido, além de ajustes na concepção do programa, o mesmo deveria ser implantado associado a outras intervenções, visando a qualificação do bairro e a melhoria da qualidade de vida dos moradores de forma ampla.

Vale registrar, por fim, a necessidade de estudos sobre a avaliação pós-ocupação relativamente à qualidade das obras realizadas, no tocante aos materiais utilizados, bem como ao trabalho realizado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Localizado em um vetor de expansão da cidade de Salvador, o Bairro da Paz protagonizou lutas em defesa do direito à localização de moradores de baixa renda em territórios centrais e privilegiados pela infraestrutura de boa qualidade na cidade. Por suas características e perfil dos moradores, foi eleito como uma das primeiras áreas a receber investimentos do Programa Morar Melhor, gerenciado pela Prefeitura Municipal de Salvador com vistas à requalificação de habitações de baixa renda.

Utilizando-se a metodologia de pesquisa de campo, registros fotográficos, aplicação de entrevistas com os moradores e elaboração de mapa temático, verificou-se que, do ponto de vista dos moradores, o Programa Morar Melhor não alcançou o objetivo proposto, qual seja de requalificar as residências e promover a qualidade de vida. Desse modo, o Programa Morar Melhor não atendeu às expectativas das famílias beneficiadas, por ter um viés assistencialista, sem levar em consideração as demandas reais da população.

Apesar de alguns relatos de satisfação parcial com a implementação de pequenas obras nas unidades habitacionais, a maioria dos moradores entrevistados registrou que as demandas mais necessárias não foram respeitadas, já que se apresentava um “cardápio” previamente estabelecido de obras que poderiam ser realizadas nas edificações. Dessa forma, observou-se que a metodologia utilizada pela PMS, ou por seus terceirizados, não respeitou a demanda real da comunidade, já que não houve participação dos moradores na definição dos serviços a serem realizados. Tal constatação leva à conclusão de que, patrocinados pelo poder público municipal, esses planos e projetos de requalificação física das unidades habitacionais, demonstram mais aderência às intenções políticas dos gestores envolvidos do que propriamente à implantação de estruturas qualificadas em bairros de baixa renda em Salvador.

Quanto à realização da pesquisa, faz-se necessário salientar a participação e compromisso demonstrados pelos pesquisadores bolsistas e voluntários, além do perfil inovador que a mesma detém ao apresentar os resultados dos levantamentos de campo em um mapa temático interativo, ferramenta sugerida pelos próprios estudantes e que muito enriquece o estudo. Além disso, o contato dos pesquisadores com a realidade do bairro promoveu a inserção dos mesmos no contexto do projeto, o que trouxe materialidade para a pesquisa além de permitir uma rica experiência para os estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS

PEREIRA NETO, Myron Peterson de Melo; GUIMARÃES, Aline Lago. O geoprocessamento no planejamento e execução de programa municipais: O caso do programa de melhoria habitacional Morar Melhor em Salvador, Bahia. In: **4º GEOALAGOAS**. Simpósio sobre a geotecnologia e geoinformação no Estado de Alagoas. Alagoas, 2016. p. 1 - 12.

PMS. Prefeitura Municipal de Salvador. Sucop - Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador. **Programa Morar Melhor renova a qualidade de vida dos baianos**. Disponível em: <<http://www.sucop.salvador.ba.gov.br/m/index.php/noticias/76-programa-morar-melhor-renova-a-qualidade-de-vida-dos-baianos>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ARAUJO, Cristina Filgueiras de. **Paralela XXI: A expansão urbana no vetor da Avenida Luis Viana Filho Salvador/BA – 1968 a 2013.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2013.

AZEVEDO, Umeru Bahia de. **Jovens Negros do Bairro da Paz Arte Política e Patuás.** Unicamp, 2008, 9-15. Disponível em : <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1299.pdf>. Acesso em 23 nov. 2016

GORDILHO-SOUZA, Ângela. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras - (Re)Qualificando a questão para Salvador-BA. In: **Cadernos MetrÓpole**, n. 5, São Paulo: EDUC, 2001.

MARINHO, Jefferson Luiz Alves. **Moradia digna: um direito de todos, um dever do estado, uma realidade de poucos.** XXI Encontro Regional dos Estudantes de Direito/Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária. Universidade Regional do Cariri – URCA. Ceará, 2008.

MATOS, Ana Cristina; DANTAS, Raymundo. Comunidade do bairro da Paz: uma experiência brasileira de combate à pobreza. **Revista Angolana de Sociologia** [Online], 2013; Disponível em: <<http://ras.revues.org/481>>. Acesso em 19 nov. 2016.

TEIXEIRA, Aparecida Netto. **As políticas públicas de habitação social no Brasil: avaliação recente da previsão do instrumento de ZEIS nos municípios brasileiros.** II Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social. Porto Alegre, 2012.

“CALA BOCA JÁ MORREU, QUEM MANDA NA MINHA BOCA SOU EU”: AS VOZES DOS TERREIROS DE RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NA LUTA PELA CONQUISTA E MANUTENÇÃO DE DIREITOS.

Celio Silva Meira¹
Silvana de Sá Carvalho²

RESUMO

O artigo proposto traz algumas reflexões sobre as lutas históricas e algumas conquistas, no limiar deste século, das populações de terreiros de religiões afro-brasileiras (Candomblé/Umbanda). O tema abordado refere-se à segregação urbana imputada sobre esses coletivos e destaca a luta destes na contemporaneidade por garantir e conquistar direitos historicamente negados.

Palavras-chaves: Religiões Afro-Brasileiras. Lutas. Conquistas de Direitos.

1 INTRODUÇÃO

Nas cirandas de rodas da nossa infância alguém ficava no centro gritando: “*Cala boca já morreu, quem manda na minha boca sou eu*”. O tempo ensinou-nos que era só uma musiquinha, não uma realidade, tentar calar o outro é uma constante, mas na vida aprendemos que “*quem por direito não é senhor do seu dizer, não se pode dizer senhor de qualquer direito*”. Também aprendemos que a vida conjuga-se no plural; a garantia de falar é um direito independentemente de qualquer entrave imposto pelas normas autoritárias criadas por uma sociedade preconceituosa que tenta, a todo o momento, calar as vozes das minorias sociais.

Santos (2010) denomina esta situação posta socialmente de “fascismo social”, onde as relações de poder se dão de forma extremamente desiguais em que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de viver da parte mais fraca, e distingue didaticamente três, que segundo o autor são as que mais claramente refletem a pressão da lógica de apropriação/violação sobre a lógica da regulação/ emancipação:

¹ Discente do PPGPTDS [Doutorado] da Universidade Católica do Salvador- UCSal. Membro do grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza - DSN.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe(2006). Professora da Disciplina Estudos Avançados sobre Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social - UCSal.

A primeira forma consiste no *fascismo do apartheid social*, trata-se da segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas, onde a segunda zona vive sob a constante ameaça da primeira, estas para se defenderem, transformam-se em castelos neofeudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (cidades privadas, condomínios fechados...) [...] a segunda forma é o *fascismo contratual* ocorre hoje frequentemente nas situações de privatização dos serviços públicos, da saúde, da segurança social, etc. [...] e terceira forma é o *fascismo territorial* que se dá sempre que atores sociais com forte capital patrimonial retiram do Estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses. (SANTOS; MENESES, 2010, p.37-38).

As contribuições postas no presente artigo têm como intuito principal expor algumas provocações feitas, no decorrer das aulas, da disciplina Estudos Avançados sobre Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social do Programa de Pós-Graduação da UCSal. A temática abordada refere-se à segregação urbana e social imputada sobre as Religiões de Matriz Africana, destacando a problemática da ausência efetiva de políticas públicas para os adeptos desse segmento religioso tão facilmente encontrado nas cidades brasileiras.

É provável que hoje em dia sejam raras as cidades brasileiras em que não haja pelo menos um terreiro. O terreiro, como é chamado o local de prática dos cultos afro-brasileiros como o candomblé e a umbanda, proliferam por toda parte e participam como instituição popularmente reconhecida e perfeitamente incorporada no cotidiano da vida urbana das cidades (SILVA, 1993, p. 33-34).

Para tanto, partimos da concepção de que os segmentos religiosos de origem africana demarcam uma posição espacial de grupo sociocultural do meio urbano, uma vez que suas práticas, bem como a sua cosmovisão, inserem-se em uma perspectiva cultural produzida no espaço da cidade.

Essas religiões são concebidas a partir de lógicas diferenciadas que diretamente marginalizam grupos socioculturais no espaço. Ora essa marginalização acontece a partir dos imperativos econômicos e políticos, ora pela rejeição e preconceito sobre práticas referentes aos simbolismos de outras culturas, além daquela fundada pela ideologia dominante. Estudar ou dar vozes a esses coletivos na contemporaneidade, segundo Scaramal (2011), visibilizam os sujeitos sociais que foram encobertos por práticas de preconceitos e intolerância no convívio social e em suas relações históricas, bem como no direito de reconhecimento identitário. Partindo deste pressuposto, é que este artigo tem como proposta apontar e discutir

as “vozes” dos praticantes do Candomblé/Umbanda e outros segmentos que ficaram calados, amordaçados durante séculos por um modelo ocidental europeizado de cultura dominante.

Precisamos reconhecer essas práticas culturais não como práticas menores de cultura, desprestigiadas, mas, que elas têm seu devido valor, uma vez que a cultura jamais deverá ser vista com um conceito único, mas, sempre no plural (CERTEAU, 1994). Seu conceito é polissêmico e adquirem definições variadas e múltiplas as práticas ordinárias (a forma como cada um de nós lidamos com a cultura), valoriza o sujeito individual na sua trajetória pelo mundo.

2 A FORMAÇÃO DO CANDOMBLÉ ENQUANTO SISTEMA RELIGIOSO INTEGRADO À NATUREZA

As experiências compartilhadas e as trocas simbólicas entre os negros africanos da diáspora, no século XVI, foram fundamentais para a formação do Candomblé³ que se estruturou nos Terreiros, lugar sagrado, na tradição afro-brasileira. “[...] as trocas de informações ritualísticas entre aqueles que partilhavam de certos pressupostos subjacentes devem ter feito uma contribuição importante para a formação de subsistemas culturais integrados. [...]” (MINTZ; PRICE, 2003, p.70). Devido esses intercâmbios culturais, não devemos pensar o Candomblé como classificações estáticas e rígidas das nações⁴ que as formaram, mas devemos entender que mesmo entre as nações africanas ocorreram um processo de trocas simbólicas e de saberes que se materializaram nos cantos, cores, comidas e nas mais diversas expressões dessa religião que se podem observar influências de vários lugares e de diferentes povos africanos e também indígenas. Segundo Bastide (2001, p. 30.), “o Candomblé do Brasil é o resumo de toda África mística”. Para Júlio Braga,

[...] o sistema religioso está profundamente impregnado de forças civilizatórias negro-africanas. Tudo isso corrobora para a compreensão do Candomblé como suporte permanente do processo de construção e revitalização da identidade do negro que se apropria constantemente e nem sempre de maneira consciente de um vasto e complexo conteúdo simbólico que remete, via de regra, às ocorrências históricas e na mesma dimensão aos mitos pretéritos que subjazem na memória coletiva e, conjuntamente, mito e

³ Religião estruturada no Brasil, a partir das várias nações africanas que viveram a diáspora do século XVI. Segundo Lima (2003), nada permaneceu intacto nessa experiência de travessia África – Brasil. O que ocorreu, foi uma reinterpretação e recriação dos simbolismos, dos mitos e dos ritos africanos em terras brasileiras.

⁴ Na Bahia, os terreiros de Candomblé são identificados, de modo geral, por nações. As mais conhecidas são as nações: Angola, Ketu e Gege. Essa classificação não corresponde a uma identificação rígida do lugar de origem dos africanos, visto que a experiência da diáspora proporcionou encontros culturais e étnicos de povos das mais variadas regiões da África. “Os negros introduzidos no Brasil pertenciam a civilizações diferentes e provinham das mais variadas regiões da África” (BASTIDE, 2001, p.30).

história, elaboram os caminhos da ancestralidade afro-brasileira (BRAGA, 1995, p. 20).

A vida no Candomblé é a expressão da natureza. Todos os Orixás⁵ estão intimamente ligados aos elementos naturais e se expressam através deles. No cotidiano dos terreiros de religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras, observa-se uma relação de cuidados que se têm com os recursos vegetais, que vai desde a obtenção das folhas ou ervas sagradas até o seu uso nos cerimoniais dos terreiros. A preocupação com a pessoa que cuidará delas, a forma de guardá-las entre outras. Há uma expectativa na certeza dos resultados, quer seja nos tratamentos de saúde, quer seja nas festas e rituais sagrados. O início de tudo que é a manipulação das folhas, tem que ser rigorosamente observado para que nada ocorra de errado. Essa reverência à natureza e às divindades que aí habitam, demonstra que o homem é apenas parte do conjunto natural e harmônico, um componente do todo complexo e organizado. “Esse complexo legado ancestral africano é um conjunto de saberes com ensinamentos de uma matriz não ocidental [...]” (SANTANA, 2006, p. 237). Esse legado se expressa, sobretudo, nas religiões afro-brasileiras, que se mantiveram como herdeiras das tradições dos saberes africanos, aqui no Brasil.

Esses saberes, oriundos desse universo afro, vêm, nos últimos anos, sofrendo uma degradação tanto por parte da sociedade judaico cristã, onde ainda impera o preconceito, como pelo próprio sistema capitalista que vem destruindo paulatinamente o meio ambiente na busca de lucros para satisfazer tal sistema, fazendo com que essas vozes se calem diante do processo destrutivo, na busca por lucros. As consequências são, visivelmente, perceptíveis no dia-a-dia do ser humano, por meio dos impactos ambientais, entendendo-se por impacto o desequilíbrio provocado por um choque, um “trauma”, resultante da ação do homem sobre o meio ambiente. Para Sene (2000), estes podem ser em escala local, regional e global, porém, os danos são sempre drásticos ao ser humano. Tomemos, por exemplo, a devastação de florestas por meio de queimadas, emissão de gás carbônico etc. Como consequência, temos a destruição da biodiversidade, genocídio e etnocídio das nações indígenas, erosão e empobrecimento do solo, redução dos índices pluviométricos, elevadas temperaturas, desertificação e proliferação de pragas e doenças.

⁵ Os orixás são ancestrais africanos que foram divinizados, mantendo uma inseparável ligação com os seres humanos. Segundo Pierre Verger o orixá é uma forma pura, axé imaterial, que se torna perceptível aos seres humanos, incorporando-se a um deles (VERGER, 2002).

3 SEGREGAÇÃO ESPACIAL E OS INSTRUMENTOS LEGITIMADORES DO PODER.

Villaça (1998) discute acerca da segregação urbana, de um modo geral, a partir da concepção de valor do uso do solo. Para o supracitado autor, a ideia de que a segregação seria uma consequência do valor do uso do solo, onde os mais baratos, dotados de condições inferiores de infraestruturas, são ocupados por aqueles que não dispõem de uma renda suficiente para adquirir imóveis em locais mais valorizados pelo capital imobiliário, estes só ocupados pelos indivíduos mais ricos da sociedade. Na verdade, ao invés de o valor do uso do solo causar a segregação, para Villaça (1998, p. 151) “os preços do solo é que são frutos da segregação”.

Assim, o processo de segregação – encarado pelo autor como uma tendência e não como um fato – seria uma consequência e não uma causa, sendo que as camadas mais abastadas ocupariam tanto as terras baratas quanto as terras mais caras. Corrêa (2001) nos chama atenção acerca do processo de *descentralização*. Discute a formação das novas centralidades e uma consequente valorização dos espaços que, outrora, eram ocupados por atores de médio e baixo poder aquisitivo e, com o passar do tempo, vai sendo paulatinamente ocupados por atores oriundos de uma renda mais elevada devido à intensa especulação imobiliária do solo, que vai ficando cada vez mais caro, à medida que a segregação acontece e as casas mais “luxuosas” vão se erguendo e transformando a paisagem do lugar. Com isso, fala-se também na auto segregação, onde a classe dominante se desloca para outras localidades não centrais, a fim de evitarem a marginalidade e a violência presente nos grandes centros urbanos, isolando-se em condomínios fechados afastados, mas com condições logísticas privilegiadas, muitas vezes, efetuadas pelo Estado, a fim de garantir plenas condições de mobilidades dos grandes proprietários de renda no que diz respeito ao acesso às áreas centrais e aos pontos comerciais da cidade. Nesses termos, Villaça define segregação como:

A alta concentração de camadas sociais em determinadas parcelas do espaço urbano. Isso significa que em nenhuma outra parte da cidade essa concentração é maior. Não significa que nessa parte haja predominância e muito menos exclusividade dessas camadas (VILLAÇA, 1997, p. 6).

Em suma, podemos entender a segregação como “um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano” (CORREA, 1995, p. 60). A consequência dessa supervalorização do espaço é que dificulta a permanência da população de baixa renda que outrora ocupava essas localidades. Uma vez que o padrão de vida muda, os impostos

umentam e a paisagem se transforma, levando as mesmas a serem expulsas pelo capitalismo financeiro dessas áreas que antes ocupavam.

4 AS VOZES DOS ILÊS⁶ E O PODER PÚBLICO

Os espaços de dedicação ao culto dos orixás, inquices⁷, caboclos dentre outras denominações a depender da nação - de candomblé⁸ a que este pertença, foi ao longo da história alvo das mais variadas perseguições. Desde o período escravocrata, passando pelas diversas perseguições policiais, ao longo do século XX até a contemporaneidade, com as diversas formas de intolerância, as religiões de matriz africana e afro-brasileiras se mantiveram vivas e resistiram enquanto um elemento formador da cultura brasileira.

Luhing (1996) num artigo publicado na Revista da USP, intitulado “*Acabe com este santo, Pedrito vem aí...*” *Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942*, nos apresenta uma radiografia daquele momento histórico acerca das perseguições às religiões do candomblé. Segundo a autora, naquele momento, o nosso país compartilhava da ideia do branqueamento de sua população e estava influenciado por teorias evolucionistas europeias:

Podemos até dizer que, na verdade, todos os textos e artigos recolhidos, referentes às “batidas” nos candomblés, são muito mais do que informações a respeito da chamada perseguição policial: são dados que nos informam sobre aspectos da cultura baiana que se tornaram tão importantes – apesar de todo o desprezo articulado naquela época -, hoje ocupando um lugar de destaque na cultura brasileira (LUHING, 1996, p. 208).

E ainda:

A través de uma breve leitura dos acontecimentos da época pesquisada, entendemos que o candomblé era de certa forma, o “bode expiatório” para um pensamento demasiadamente influenciado por teorias evolucionistas, em toda a Europa e divulgadas no Brasil pelas traduções das principais publicações. Teorias que formaram uma vertente de pensamento que não queriam reconhecer o valor da cultura negra e pretendia extingui-la (LUHING, 1996, p. 208).

Tendo esse segmento cultural religioso tem sobrevivido, graças ao que Michael De Certeau (1994) na obra *A Invenção do Cotidiano - artes de fazer* denomina de *Modelo Polemológico* (astúcias, táticas) subverter os mecanismos impostos, e é isso que

⁶ Denominação da casa de candomblé, geralmente seguida do nome do orixá protetor do terreiro (CACCIATORE, 1988, p. 143).

⁷ (banto), designação genérica das divindades em **congo-angola**. (CASTRO, 2001, p.255)

⁸ Denominação dada aos grupos étnico-religiosos que, através da língua litúrgica, dos ritos e mitos, distinguem os candomblés da Bahia. (CASTRO, 2001, p. 295)

historicamente as religiões afro-brasileiras têm feito, desde o período escravocrata onde nas senzalas as imagens de santos católicos serviam para esconder no seu interior os assentamentos das divindades africanas (o chamado santo do pau oco), passando pelas “batidas” policiais durante as primeiras e segundas décadas do século XX, chegando à contemporaneidade com as perseguições das igrejas neopentecostais, quando afirma em seus discursos a intolerância religiosa com estes segmentos, afirmando serem estes primitivos, bárbaros, menores.

Condizente com sua filiação africana, o candomblé/umbanda são religiões cujos conhecimentos são transmitidos oralmente pelos mais velhos. Não adianta ter pressa para aprender, pois o aprendizado ocorre como resposta às situações que surgem no cotidiano. Mais sábios são os mais velhos. “*Quando morre um africano idoso é como se se queimasse uma biblioteca*”. É com estas palavras que o poeta do Mali, Amadou Hampaté-Bâ (1980), resume o valor atribuído ao velho na sociedade tradicional africana, cuja principal função é transmitir, oralmente, às demais gerações, a cultura e a sabedoria popular vividas no seio de cada comunidade. Enquanto que na sociedade capitalista os mais velhos se tornaram um peso econômico e social e alvo crescente de desrespeito por parte de familiares e também do poder público.

Nos terreiros, são transmitidos oralmente os “segredos” religiosos, tais como fórmulas, receitas de comida de santo (são assim denominadas as comidas que se tornam oferendas aos orixás), letras de pontos cantados (cânticos religiosos cerimoniais), rezas, entre outros. Dessa maneira, o aprendizado torna-se necessariamente lento. Lentidão essa que se choca com os princípios ocidentais modernos de aprendizado rápido, mesmo que à custa de torná-lo cada vez mais superficial.

Com isso, a religião do candomblé acabou sendo estigmatizada por um modelo ocidental capitalista de sociedade, onde prima como dito anteriormente pelo lucro e nada, além disso. As vozes desses coletivos sempre foram caladas, suas bocas amordaçadas pelo preconceito e pelo desrespeito, o que levaram essas pessoas a sentirem medo e vergonha de professarem sua crença, fazendo com que muitas delas negassem seu pertencimento, sua fé, em nome de outro credo religioso. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) mostram que ao serem questionadas sobre “*qual a sua religião?*”, muitos candomblecistas se auto declararam católicos por terem vergonha do seu pertencimento (IBGE, 2010).

É claro que esses coletivos culturais religiosos alcançaram algumas vitórias, mas a realidade ainda está longe do ideal. Ainda vivemos o mito da democracia racial e, segundo o

IBGE (2010), precisaremos de, pelo menos, 20 anos de políticas afirmativas no Brasil para fomentar a igualdade entre negros e brancos. Atualmente, a população negra no Brasil ainda está em desvantagem em relação aos brancos em todos os itens, como violência, renda, educação, saúde, emprego, habitação e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo um relatório da ONU, não existe região ou estado brasileiro em que a condição de vida da população negra seja melhor do que a da população branca.

Alguns exemplos nos são elucidativos quanto às conquistas alcançadas pelas comunidades de terreiros ao longo das últimas décadas: na instância federal, o tombamento que segundo Brito (2016, p. 259) “trata-se de um instituto de direito administrativo consubstanciado em ato da administração pública, com o fim de preservar determinado bem material ou imaterial.” A exemplo, temos o do Terreiro da Casa Branca, sendo este o primeiro espaço religioso não católico tombado no Estado da Bahia, tendo o decantado processo de iniciado em 1982 e concluído em 14 de Agosto de 1986. É o primeiro Monumento Negro considerado Patrimônio Histórico do Brasil e tombado pelo *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)* (BRITO, 2016). É importante ressaltar que outros espaços religiosos seguiram o mesmo destino do supracitado terreiro. Os Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas que é uma concretização das conquistas da comunidade afro descendente no Brasil, fruto das várias e heroicas resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil Colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica. A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, onde os professores devem ressaltar, em sala de aula, a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

Já em instâncias estaduais, tomando como exemplo o Estado da Bahia, algumas ações foram implementadas no que tange á problemática em estudo: criação de órgãos estaduais que têm por objetivo a proteção dos direitos de indivíduos, Povos e Comunidades Tradicionais e grupos étnicos atingidos pela discriminação racial e demais formas de intolerância: Secretaria da Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) etc.

Além dessas ações, outras com abrangência territorial a nível local também têm se destacado em todo o Brasil, como a criação de comissões dos povos e das comunidades tradicionais, sociedades do culto-afro-brasileiros, que visam promover o respeito à

diversidade religiosa, o feriado de 20 de Novembro em homenagem ao dia da consciência negra. A criação desta data foi importante, pois serve como um momento de conscientização e reflexão sobre a importância da cultura e do povo africano na formação da cultura nacional e local de muitos municípios brasileiros.

5 À GUIZA DE UMA CONCLUSÃO

Para Lefebvre (1991), direito à cidade é muito mais do que a cidade existente. Lefebvre repudia o caráter alienante da própria pretensão de tornar os problemas urbanos uma questão meramente administrativa, técnica, científica, pois ela mantém um aspecto fundamental da alienação dos cidadãos: o fato de serem mais objetos do que sujeitos do espaço social, fruto de relações econômicas de dominação e de políticas urbanísticas, por meio das quais o Estado ordena e controla a população. Lutar pelo direito à cidade é romper com a sociedade da indiferença e caminhar para um modo diferencial de produção do espaço urbano marcado pelo florescimento e interação igualitária de diversos ritmos de vida, expressão das diferentes formas de apropriação do espaço, bem como das diferentes culturas que compõem o dia a dia das cidades.

Harvey (2014) discute que a ocupação do espaço público nunca foi tão debatida como neste início do século XXI, e é nas cidades que vemos acontecer os mais importantes movimentos de resistência e as rebeliões que clamam por mudanças na ordem política e social. Harvey afirma que o direito à cidade como direito de construí-la, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas, bem como a ideia que este direito não deve ser aguardado como uma dádiva ou presente, mas tomado pelos movimentos políticos e sociais. Ter direito à cidade vai muito mais além dos serviços básicos oferecidos à população pelos governos locais; direito à cidade é viver plenamente enquanto cidadãos da urbe. É poder usufruir todos e para todos de forma plena o real sentido dos nossos direitos, buscando uma resposta à crise da vida cotidiana na cidade, vislumbrando a criação de uma vida urbana alternativa, e que o direito à cidade não se restringia ao mundo racional/intelectual, mas que surge das ruas, dos bairros como um grito de socorro pelas pessoas oprimidas, não como uma eventualidade, mas como consequência da degradação da vida urbana. As reivindicações dos movimentos sociais revolucionários em grande parte assumem dimensão urbana, justamente contra a destituição da vida na cidade.

É dessa concepção de lutar por direitos que surge os movimentos do “povo de santo”⁹ que, ao longo da história, foram sempre subjugados e desqualificados enquanto cultura primitiva, bárbara, menor, em oposição à alta cultura, erudita. As conquistas deste segmento social são visíveis, no limiar do século XXI, porém, ainda é preciso muito mais, pois a nossa dívida histórica de negação de direitos com estes é imensa. Vários programas do governo, incluindo bolsas e cotas em universidades, tentam ressarcir parte desta dívida e inseri-los de vez, com respeito e dignidade, na sociedade, como continuidade da luta contra o preconceito e conquistas dos direitos dos afro-brasileiros. Porém, muito ainda falta a ser feito em prol destes coletivos. Diante disso tudo, que se faz necessário encorajar/ empoderar essas pessoas na luta por seus direitos que durante séculos lhes foram negados e permaneceram sem direito a voz, com as “bocas caladas/amordaçadas” e dizer sempre por mais que tentem calar suas vozes “*cala a boca já morreu, quem manda na minha boca sou eu*”. Propomos como uma guisa conclusiva o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2010) em que traz para a nossa contemporaneidade o pensamento *pós-abissal* conjuntamente com a *ecologia de saberes*, onde fez-se necessário o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos (interconhecimento) e que esses saberes precisam ser respeitados e que sejamos capazes de perceber a heterogeneidade dos saberes.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, R. **O candomblé da Bahia**: rito nagô. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz; revisão técnica Reginaldo Prandi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRAGA, J. **Na gamela do feitiço**: repressão e resistência nos Candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 1995.

BRASIL. **Lei 10.639/03**. Diretrizes Curriculares para o Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRITO, L. R. R. **A proteção legal dos Terreiros de Candomblé**: da repressão policial ao reconhecimento como patrimônio histórico-cultural. Salvador, BA: Kawo-Kabiyesile, 2016.

CACCIATORE, O. G. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. 3. ed. revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

CASTRO, Y. P. de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: ABL: Topbooks, 2001.

⁹ Adeptos das religiões afro-brasileiras, tanto pode ser do candomblé como da umbanda, etc.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano- artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

HAMPATÉ BÂ, H. **A tradição viva, em história geral da África**. Metodologia e pré-história da África. Organizado por Joseph Ki-Zerbo. São Paulo: Ática; UNESCO, 1980.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Senso demográfico** (IBGE, 2010).

LEFEBVRE, H. **O direito á cidade**. Tradução Rubens Frias. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, V. da C. **A família de santo nos candomblés Jejes-Nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupoais**. 2. ed. Salvador: Currupio, 2003.

LUHNING, Â. “Acabe com este santo, Pedrito vem aí...” Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 194-220, dez./fev. 1995/1996.

MINTZ, S. W.; PRICE, R. **O nascimento da cultura afro-americana**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

SANTANA, M. de. O legado africano na diáspora e o trabalho docente. In: AMARAL Jr., A.; BURITI, J. de (Org.). **Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. (Série Conhecimento e Instituições). 2. ed. São Paulo: ALMEDINA, 2010.

SCARAMAL, E. Notas bibliográficas sobre a história do candomblé em Goiás (2002-2010). **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, PR, v. III, n. 9, 2011. Disponível em: <<http://www.dhj.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

SENE, E. de; MOREIRA, J. C. **Espaço geográfico e globalização**. São Paulo Scipione, 1989. SILVA, V. G. da. O terreiro e a cidade nas etnografias afro-brasileiras. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 36, 1993.

VERGER, P. F. **Orixás deuses Iorubás na África e no novo mundo**. Tradução Maria Aparecida da Nóbrega. 6. ed. Salvador: Currupio, 2002.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997. **Anais...** Recife, 1997.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP; Lincoln Institute, 1998.

A CIDADANIA NA RUA

*Lívia Nascimento Vital*¹

RESUMO

O presente artigo objetiva evidenciar a cisão existente na cidadania brasileira que opõe duas categorias de pessoas por meio da atuação de um Poder Judiciário que aplica a lei de modo a administrar e manter as diferenciações subalternizantes, negando direitos fundamentais de preservação da vida e da saúde. Apontará, em seguida, para a possibilidade de construção de uma cidadania insurgente inclusiva a partir da ação política coletiva da população de rua.

Palavras-chave: Pessoa em situação de rua. Direito à saúde. Cidadania. Aplicação da lei.

ABSTRACT

The present article aims to highlight the split in Brazilian citizenship that opposes two categories of people through the performance of a Judiciary that applies the law in order to manage and maintain the subalternizing differentiations, denying fundamental rights to life and health. It will then point to the possibility of constructing an inclusive insurgent citizenship from the joint political action of the street population.

Keywords: Street person. Citizenship. Right to health. Application of the law.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo principal lançar luz sobre os sujeitos em situação de rua, ou seja, sobre pessoas sobre as quais recai uma indigência material e imaterial, no sentido de se encontrarem privadas da propriedade de bens materiais e também, em caráter principal, impedidas de uma comunhão com os demais membros da sociedade. Os matizes dessa luz representará as (im)possibilidades de uma cidadania.

A judiciliação de políticas públicas voltadas a atender necessidades básicas de pessoas em situação de rua compreende, grosso modo, o atendimento de demandas de refeição, higiene pessoal e abrigo, portanto, diz respeito à efetivação de direitos fundamentais que visam garantir de forma imediata e emergencial, a continuidade da vida e

¹ Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador – UCSal, mestranda em Políticas Sociais e Cidadania pela mesma instituição. Especialista em Direito do Estado e Direito Processual Civil pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

sáude dessas pessoas. Nesse sentido, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, órgão responsável pelo monitoramento do cumprimento das disposições referentes ao Pacto Internacional de Direito Econômicos, Sociais e Culturais – PDESC – entende que alimentação segura, nutrição e habitação adequadas, água potável segura e saneamento adequado estão dentre os chamados “determinantes subjacentes da saúde”².

A aplicação da lei é apontada por diversos estudiosos como elemento diferenciador da cidadania e, nesse sentido, Guillermo O’Donnell, ao analisar as poliarquias da América Latina, aponta algumas de suas deficiências, dentre as quais está a aplicação discricionária da lei, que é muito dura com os fracos, como meio eficiente de opressão, e leniente com os privilegiados que, ademais, possuem diversas estratégias para se furtarem à aplicação da lei. Ressalta o autor que estar sujeito à lei não é compreendido como “ser portador de direitos vigentes”, mas sinal de fraqueza social, situação que pode gerar violência do Estado ou de agentes privados poderosos. Chama atenção O’Donnell, ainda, para o acesso ao Poder Judiciário e a processos justos, e afirma que na maior parte da América Latina o Poder Judiciário é “distante, embaraçoso, caro e lento” e quando os desprivilegiados conseguem ter acesso à justiça sofrem diversas discriminações³.

É precisamente nesse cenário de diferenciações que se torna imperativa a discussão acerca das decisões judiciais em matéria de controle de políticas públicas voltadas à pessoa em situação de rua, bem como da (im)possibilidade de utilização do próprio Poder Judiciário através de ações coletivas voltadas à concretização de direitos do povo de rua como tentativa de superação de uma cidadania diferenciada que apequena esta parcela da sociedade brasileira.

2 INDIVÍDUOS E PESSOAS PERANTE A LEI E À JUSTIÇA NO BRASIL

No que concerne à aplicação da lei e as decisões judiciais que envolvem políticas sociais públicas voltadas a pessoa em situação de rua, afigura-se particularmente pertinente a distinção entre indivíduo e pessoa realizada por Roberto da Matta, diferenciação esta que o

² ONU. Alto Comissariado para os direitos humanos. The Right to Health. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/Factsheet31.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2017.

³O’DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)efetividade da Lei na América Latina: uma conclusão parcial in MÊNDEZ, J.E.; O’DONNELL, G., PINHEIRO, P.S. (Orgs.) *Democracia, violência e injustiça. O Não-Estado de direito no Brasil*. Paz e Terra, 2000, p. 345 e 346.

autor considera básica para compreensão da sociedade brasileira. Essas categorias, indivíduos e pessoas, nos ajudam na definição de um social dual⁴.

Assim, o sistema de pessoas, dado estrutural da nossa sociedade, funda um mundo altamente hierarquizado, pois esse mundo pertence às superpessoas e, segundo Roberto da Matta, o grupo superior engloba os inferiores falando em nome desses inferiores estruturais, sempre denominados de “povo”, cuja vontade – que ninguém precisa conhecer – é a vontade abrangente das pessoas que falam por ele. Continua o autor, afirmando que o papel mais utilizado pelas “pessoas” nas suas relações é a hierarquia⁵.

A categoria das “pessoas” cuida exclusivamente de tarefas políticas, estéticas e morais” e é desse sistema hierarquizado que surge a ideologia da bondade e da caridade, que constitui, segundo o autor, um dos pontos altos de nossas definições como povo. A caridade, nunca a filantropia, reforça as éticas verticais que, ligando um superior ao inferior pela patronagem e moralidade, permite muito mais a perspectiva complementar das relações hierárquicas do que as antagônicas⁶. O sistema pessoal funda-se, ainda, nas regras de respeito e honra, e tem pouca tolerância com a igualdade e o individualismo.

Nesse tocante, aliás, a prática da caridade e da filantropia vem sendo observada no Brasil⁷ desde o século XVI, com a existência de instituições voltadas para tal finalidade⁸ e, quanto à pessoa em situação de rua, mostra-se, muitas vezes, como único instrumento que viabiliza o acesso a recursos sociais e serviços urbanos⁹, embora encerre uma forma precária e inadequada de enfrentamento da extrema pobreza.

A relação verticalizada que se verifica na prática da caridade e da filantropia assume clareza solar quando se torna possível conhecer a opinião daqueles que prestam auxílio em relação aos que o recebem. Nesse sentido, de trabalho que considerou diversos pontos de distribuição de comida na cidade de São Paulo no início da década de 1990, realizada por instituições de orientação kardecista, católica e evangélica, podemos extrair a seguinte consideração:

O discurso dos patrocinadores das *bocas de rango* a respeito dos seus frequentadores fornece elementos que revelam forte conteúdo de natureza ideológica.

⁴ DA MATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e heróis. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997, p. 235.

⁵ Idem, p. 233 e 234.

⁶ Idem, p. 234.

⁷ Optou-se por generalizar em termos de Brasil, mas o texto trata especificamente de formas de atendimento à população de rua na cidade de São Paulo.

⁸ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.). **População de Rua, quem é, como vive, como é vista**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 117.

⁹ Idem, p. 128.

A opinião que os entrevistados têm sobre a população de rua é por vezes contraditória. No entanto, parte significativa deles distingue duas categorias gerais: mendigos e vagabundos, de um lado, e desempregados, de outro. *Mendingos, vagabundos e indigentes* são as pessoas que moram há um certo tempo na rua e se apresentam sujos e maltrapilhos. *Eu conheço vagabundo e mendigo só de olhar!* Nessa categoria são incluídos ainda alcoólatras, doentes mentais, criminosos e aidéticos. Observou-se que esse pensamento é mais comum entre os dirigentes espíritas. (grifos no original)

O trecho, além de lançar luz sobre faceta da caridade, remete à profunda discussão acerca da ética do trabalho como constitutiva da cidadania numa sociedade que adota o sistema de produção capitalista, pois se verificou que, dentre aqueles que recebem auxílio, existem os incluídos na categoria de trabalhadores e os dela excluídos – a estes últimos sempre atribuídas características mais depreciadoras -, remetendo-nos ainda à vocação nacional para proceder à distinções subalternizante.

Pois bem, após a ilustrativadigressão acima, necessária a recondução ao raciocínio de Roberto da Matta, segundo o qual avertente individualizante também existe entre nós, estando presente no nosso aparato legal, pois leis foram feitas para indivíduos. Segundo sustenta,

[...] o universo dos indivíduos é constituído daquele plano da impessoalidade das leis, decretos e regulamentos na sua aplicação e operação prática. É também o universo dos serviços mais automatizados do estado, sempre gratuitos, sobretudo no que diz respeito à saúde e à educação¹⁰.

O ditado brasileiro “aos indivíduos, a lei; às pessoas, tudo!” significa que quem está inserido numa rede importante de dependência pessoal, será satisfeito nos seus interesses; a quem está isolado e diante da sociedade sem mediações pessoais, a aplicação das leis impessoais será a via única.

É nesse sentido, de ruptura da cidadania brasileira em “pessoas” e “indivíduos”, que se insinua determinada corrente da jurisprudência brasileira que refuta a controlabilidade das políticas públicas voltada à pessoa em situação de rua pelo Poder Judiciário, sob o argumento da impossibilidade de interferência dessa esfera de poder estatal em atividades tipicamente administrativas, especialmente aquelas que pressupõem interferências na gestão do orçamento público, questão que pode também ser formulada sob o enfoque da teoria da separação dos poderes estatais que remota à Montesquieu.

A limitação representa severa condicionante à atuação jurisdicional no trato de tais políticas públicas e representa um ideário vencido a muito tempo, onde a imposição rígida de divisão de atribuições não mais se verifica em nenhum país do mundo, inclusive no Brasil,

¹⁰ DA MATTA, op. Cit., p. 135.

sendo diversas as situações que desmentem a aplicação dessa teoria¹¹. Sérgio Arenhart atenta, em texto que discute a tripartição dos poderes e o juiz como legislador positivo, que no Brasil adota-se o sistema de balanceamento de poderes, já tendo, inclusive, o STF se manifestado no mesmo sentido na ADI3046/SP. Assim, no Brasil o Judiciário tem a prerrogativa de interferir na atividade do Executivo e do Legislativo, para conformar a atuação destes¹² à norma constitucional e à lei.

O tema referente à judicialização de políticas públicas não é inédito e, muito embora persistam questões que carecem de profunda análise sistemática pela doutrina jurídica e demais atores do debate público e, por outro lado, de decisão pela Corte Constitucional, dentre elas podemos fazer referência ao fornecimento de medicamentos de alto custo – questão ainda pendente de julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal -, onde parece ser correto afirmar que a possibilidade do Poder Judiciário controlar políticas públicas está consolidada, ao menos em nível jurisprudencial. Prova disso é o teor do acórdão do Supremo Tribunal Federal no RE 607582, decisão tomada em sede de repercussão geral, no qual a Corte Constitucional ratificou o seu posicionamento no sentido de ser possível o bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos em ação judicial¹³.

A forma de diferenciação dos brasileiros entre aqueles que são merecedores da concretização de direitos sociais por intermédio da atuação do Poder Judiciário e aqueles que suportarão uma interpretação fria e inconstitucional da lei e mesmo de princípios constitucionais (independência dos poderes estatais), quando se trata da população de rua e do indeferimento de pedidos formulados em sede de ações judiciais que visavam garantir direitos mínimos como alimentação diária e abrigo seguro – muitas vezes, requisitos mínimos para manutenção da vida e da saúde, como faz prova as diversas notícias de pessoas em situação de rua que morrem em noites frias na região sul do país -, conduz a ideia foucaultiana de biopoder, como aquele poder que exerce o controle dos corpos e das vidas humanas através de mecanismos de poder e a partir de algumas determinantes, como raça e território, para controlar a população.

Como bem explica Achille Mbembe, o biopoder segrega as pessoas que devem morrer e as que devem viver. Operando na base de divisão dos vivos e dos mortos, esse poder se define em relação ao campo biológico, tomando o controle e no qual se insinua. Esse controle

¹¹ ARENHART, Sérgio Cruz. As Ações Coletivas e o Controle das Políticas Públicas pelo Poder Judiciário. In: MAZZEI, Rodrigo Reis; DIAS, Rita (Coord.). Processo Civil Coletivo. São Paulo: Quartier, 2005, p. 512.

¹² Idem, p. 513.

¹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário n. 607582. Recorrente: Estado do Rio Grande do Sul. Recorrido: Marina Carolina Moraes Paz. Relator(a): Min. ELLEN GRACIE. Julgado em 13/08/2010. Lex: jurisprudência do STF, v. 32, n. 381, 2010, p. 275 a 280.

se funda na divisão dos seres humanos em diferentes grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma ruptura biológica entre eles – é o que Foucault define como racismo¹⁴.

James Holston formula a noção de “cidadania diferenciada”, na qual “cidadania é uma medida de diferença e uma forma de distanciar as pessoas umas das outras”, não se baseando na equiparação de tipos de cidadãos, mas justamente na sua diferenciação. Essa cidadania considera que os outros merecem a lei – não no sentido de direito, mas lei como desvantagem e humilhação, “uma noção expressa com perfeição na máxima brasileira que diz ‘para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei’¹⁵.

O Brasil se configura num caso paradigmático de um tipo de cidadania comum e já experimentada por outras nações: aquela que administra as diferenças sociais legalizando-as de maneiras que legitimam e reproduzem a desigualdade. A cidadania no Brasil se caracteriza pela permanência de seu regime de privilégios legalizados e desigualdade legitimadas¹⁶. Assim é que

Não se trata de inoperância da lei (*unruleoflaw*), como um estudo caracterizou o direito no Brasil. Ao contrário, é um governo extremamente eficaz e persistente da lei. Mas essa lei tem pouco a ver com justiça, e obedecê-la reduz as pessoas a uma categoria inferior.¹⁷

Quando os tribunais pátrios decidem conceder tratamento diametralmente oposto ao que vem se consolidando em matéria de intervenção jurisdicional em políticas públicas a políticas voltadas à pessoa em situação de rua - negando a possibilidade de intervenção jurisdicional para efetivação de direitos básicos dessa população –, acaba por descortinar a existência de uma ruptura na cidadania brasileira, destacando o papel do Poder Judiciário como garantidor do *status quo*, perpetuando tal distinção por meio da aplicação da lei, afinal, as cidadanias (diferenciadas) são meios pelos quais os Estados reconhecem e administram algumas diferenças como sistematicamente proeminentes, ao legitimá-las ou igualá-las para propósitos distintos¹⁸.

¹⁴ MBEMBE, Achille. Necropolítica. Editorial Melusina, 2011, p. 21 e 22.

¹⁵ HOLSTON, James. A Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 23.

¹⁶ Idem, p. 22.

¹⁷ Idem, p. 44.

¹⁸ Idem, p. 28.

3 DEMOCRACIA LIBERAL E CIDADANIA

Dentre os caminhos possíveis, a discussão acerca da cidadania no contexto da pessoa em situação de rua perpassa pela compreensão da democracia liberal praticada no Brasil e como sua construção – da cidadania - está intimamente entrelaçada em uma das premissas críticas do regime democrático liberal, que é a soberania do mercado – e, portanto, a discussão se insere num debate também sobre o sistema de reprodução do capital no qual os indivíduos são medidos em razão da sua rentabilidade e solvência.

Com James Holston é possível entender como, a partir da década de 1960, a classe trabalhadora brasileira foi capaz de promover mudanças no desenvolvimento da cidadania a partir de transformações autoconstruídas da subjetividade e da própria cidadania. Holston afirma que desde a década de 1970 as classes trabalhadoras formulam nas cidades brasileiras uma cidadania insurgente que desafia o entrincheirado, por meio de uma autoconstrução das (e nas) periferias. A experiência nas periferias se torna contexto e substância de uma nova cidadania urbana – provações da moradia ilegal, construção de residências e conflitos de terra. Na perspectiva do autor, ao contrário de teorias sociais do século XIX e XX, as classes trabalhadoras não formaram cidadãos pelas lutas trabalhistas, mas pelas lutas pela cidade¹⁹.

Holston, ao comentar o governo do ex-presidente Lula, afirma que o consumo foi por este último enfatizado porque é crucial para o projeto de construção e montagem da casa própria ao qual o trabalhador pobre tem se dedicado desde a década de 1960. O consumo de utilidades e objetos domésticos teve origem e resultou em duas mudanças relacionadas ao desenvolvimento da cidadania: a) mudança na subjetividade: os trabalhadores assumiram a identidade de produtores e consumidores da vida urbana (na condição de construtores da cidade passaram a se entender como interessados na cidade, como contribuidores fundamentais para sua economia e essa identidade de parte interessada construiu a noção de pertencimento por meio da apropriação e da produção que consolidou, por sua vez, uma espécie de direito adquiridos sobre a cidade); b) exigência de novos direitos: incluem a proteção do consumidor, que se torna um componente importante da cidadania nos anos 1990. Seu significado mais importante é que eles significam uma alternativa ao “regime de cidadania brutalmente desigual do Brasil” (a norma histórica da cidadania promove exclusão, ilegalidade, violência, lógica do privilégio e deferência como base do pertencimento à nação –

¹⁹ Idem, p. 22.

e a classe trabalhadora em poucas décadas pôde construir uma força cívica capaz de fazer frente à tal construção histórica²⁰.

A partir das colocações acima, poderíamos afirmar, com certo conforto, que na democracia liberal brasileira a cidadania é construída a partir dos valores sociais do trabalho e do consumo – ambos inseridos numa determinada lógica de reprodução do capital - e essa conclusão reflete-se de forma especialmente problemática no trato da cidadania da pessoa em situação de rua, tendo em vista que, normalmente, esse indivíduo está excluído do mercado de trabalho formal (não se amolda, portanto, à construção clássica do que seja “o trabalhador”, este possuidor de um vínculo de trabalho e normalmente pertencente a categoria mais ou menos organizada) e não se constitui em consumidor, em virtude da sua inaptidão material.

Se o conceito de cidadania insurgente de James Holston está umbilicalmente ligado a uma formulação diferente da cidadania pela classe trabalhadora urbana, especialmente quando ela se apropria do lugar “periferia” num movimento de autoconstrução, não é menos verdade que a população de rua, normalmente percebida como “desocupada”, em razão da ausência de formalidade nas suas relações de trabalho, constitui-se em sua maioria por jovens e adultos que, de alguma forma, seja como recicladores, lavadores de carro, baleiros etc, exerce uma atividade, de sorte que podemos também inclui-los na categoria de trabalhadores urbanos, que também interferem nos espaços da cidade, os ocupam e os resignificam.

Nesse cenário, a ação (política) coletiva pode possibilitar a construção de uma cidadania insurgente popular e democrática²¹, por meio de lutas por direitos (abrigo, moradia, alimentação básica, higiene pessoal etc), inclusive por meio da utilização de instrumentos que usualmente são utilizados para legitimar as diferenças e mesmo decidir pela vida ou morte dessas pessoas no exercício do biopoder.

A ação coletivamente organizada é uma possibilidade para um agir político voltado para busca de uma vivência urbana suportável, ou seja, agregadora de direitos mínimos. Nesse contexto, a atuação de movimentos sociais – ainda que não autogeridos diretamente pela população de rua, tão fragilizada em virtude das diversas situações de rua verificáveis - não pode ser esquecida ou desmerecida. O Movimento Estadual de População em Situação de Rua de São Paulo ajuizou no ano de 2011 uma ação judicial em face do Município de São Paulo com o objetivo de compelir a municipalidade a fornecer infraestrutura a evento para

²⁰ Idem, p. 26 e 27.

²¹ A adjetivação se impõe aqui, pois, como o próprio Holston alerta, as cidadanias insurgentes não são necessariamente justas ou democráticas, populares ou socialistas, citando, por exemplo, o movimento de cidadania lançado pelo nazismo na Alemanha. Holston, op. cit., p. 62.

moradores de rua, concretizando, assim, direito fundamental expressamente inscrito na Constituição Federal de 1988, o direito de reunião (art. 5º, XVI)²².

A partir de tal exemplo percebe-se que, para além da urgência na concretização de direitos sociais que viabilizem a própria vida, a população de rua ainda deverá galgar os caminhos que a conduzam a fruição de direitos primários, como o direito de reunião e de locomoção sem constrangimento, formadores de um núcleo mínimo.

4 CONCLUSÃO

A partir da compreensão do atual sistema de reprodução social do capital, as constatações aludidas nesse trabalho não podem parecer mesmo surpreendentes, afinal “as categorias econômicas e político-jurídicas não são, em verdade, antagônicas, mas ao longo da história do moderno sistema produtor de mercadorias, as duas faces de um mesmo campo histórico”²³. Estando o campo econômico, nos tempos atuais, no controle ostensivo do público e do político, e concentrada as preocupações exclusivamente na solvência e rentabilidade dos sujeitos, a população de rua é colocada à margem de qualquer possibilidade de ação, já que não são percebidos como rentáveis ou solventes. Dentro dessa lógica perversa, direitos fundamentais básicos, notadamente aqueles mais intimamente ligados com a preservação da vida e da saúde, tais como alimentação, abrigo seguro e cuidados básicos de higiene pessoal, por conseguinte, são sistematicamente negados a tal parcela da população brasileira.

Como afirma Holston, a cidadania constitui mais do que uma instituição formal, mas “sua história vivida se desenvolve nas tensões entre produções conflitantes da vida social, na medida em que tanto motiva lutas pela inclusão e pela igualdade quanto alimenta desejos de exclusão profundos e comum”²⁴.

Ao assumir a produção ativa da vida social numa atuação coletiva – e se formos falar em emancipação, devemos advertir que ela somente pode surgir do convívio coletivo - que, sem dúvida, comportará conflitos e resistências, a população de rua pode pavimentar, a partir da própria rua, um caminho de construção de sua cidadania social. A insurgência tomará,

²² SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação n. 0012551-67.2011.8.26.0053. Apelante: Movimento Estadual de Pessoas em Situação de Rua de São Paulo. Recorrente: Município de São Paulo. Relatora: Cristina Cotrofe. Julgado em 25/09/2013. Publicado em 26/09/2013.

²³ CAVALCANTI, Vanessa; SILVA, Antonio Carlos da. Crise Global. Diálogos abertos e Teoria Crítica: por uma “aventura emancipatória”. Revista Dialética, vol6, ano 5, junho de 2015, p. 73.

²⁴ Idem, p. 48.

então, a forma de um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, porque desestabilizadora do *status quo* de privilégios cindidos, tornando possível o início de uma emancipação.

Essa emancipação não poderá passar ao largo das necessárias provocações às instâncias de poder constituídas e deverá buscar alterar profundamente as formas como o Estado brasileiro reconhece e administra as diferentes cidadanias, para que não mais legitimem a diferença e exclusão, mas conformem a aplicação da lei aos mandamentos constitucionais.

REFERÊNCIAS

ARENHART, Sérgio Cruz. As Ações Coletivas e o Controle das Políticas Públicas pelo Poder Judiciário. In: MAZZEI, Rodrigo Reis; DIAS, Rita (Coord.). **Processo Civil Coletivo**. São Paulo: Quartier, 2005.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário n. 607582. Recorrente: Estado do Rio Grande do Sul. Recorrido: Marina Carolina Morais Paz. Relator(a): Min. ELLEN GRACIE. Julgado em 13/08/2010. Lex: jurisprudência do STF, v. 32, n. 381, 2010.

CAVALCANTI, Vanessa; SILVA, Antonio Carlos da. Diálogos abertos e Teoria Crítica: por uma “aventura emancipatória”. **Revista Dialética**, vol6, ano 5, junho de 2015

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

HOLSTON, James. **A Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Editorial Melusina, 2011

O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)efetividade da Lei na América Latina: uma conclusão parcial in MÉNDEZ, J.E.; O'DONNELL, G., PINHEIRO, P.S. (Orgs.). **Democracia, violência e injustiça. O Não-Estado de direito no Brasil**. Paz e Terra, 2000.

ONU. Alto Comissariado para os direitos humanos. **The Right to Health**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/Factsheet31.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2017.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação n. 0012551-67.2011.8.26.0053. Apelante: Movimento Estadual de Pessoas em Situação de Rua de São Paulo. Recorrente: Município de São Paulo. Relatora: Cristina Cotrofe. Julgado em 25/09/2013. Publicado em 26/09/2013.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.). **População de Rua, quem é, como vive, como é vista**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

O COLETIVO PESSOA: A COMPLEXIDADE DO CUIDADO A FAMÍLIA COM UM MEMBRO DEPENDENTE QUÍMICO.

Vera Lucia Silva Santos ¹

RESUMO

Pensar a *família* é pensar um grupo característico, com responsabilidades no que remete ao afeto, aos cuidados entre seus membros, as relações estabelecidas. Para a Psicologia a *família* possui peculiaridades, é marcada por uma subjetividade e essas correspondem às relações envolvidas. A Constituição Federal de 1988 define a família como objeto de proteção e por isso ao longo das últimas três décadas vem estabelecendo políticas de proteção à mesma. Principalmente as famílias vistas como em situação de vulnerabilidade e risco, como aquelas em que há um membro ou membros usuários de drogas.

Palavras-Chave: Pessoa. Família. Relações Familiares. Políticas Públicas.

ABSTRACT

To think of the family is to think of a characteristic group, with responsibilities in which it refers to the affection, the care among its members, the relations established. For Psychology the family has peculiarities, is marked by a subjectivity and these correspond to the relationships involved. The Federal Constitution of 1988 defines the family as an object of protection, and for this reason, throughout the last three decades, it has established policies to protect it. Mainly families seen as vulnerable and at risk, such as those in which there are a member or members of drug users.

Keywords: Person. Family. Family Relations. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *Família* é um conjunto de pessoas, unidas por uma complexidade quanto a sua estrutura de base e que residem num mesmo domicílio. Para Antropologia, este conceito limitado é incapaz de abraçar a diversidade e complexidade da qual é composta a família brasileira (FONSECA, 2005). Para Bourdieu (1993) pensar *família* implica significar as representações culturais da mesma em seus aspectos singular e plural.

¹ Psicóloga, Discente do Programa de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea na Universidade Católica do Salvador – UCSAL Salvador, Ba – Brasil. Linha de Pesquisa: Família e Subjetividade. Especialista em Saúde Mental e Especialista em Clínica na Abordagem Gestalt-Terapia. E-mail: veralucia_psicoterapia@hotmail.com.

Para a Psicologia a *Família* é um sistema semiaberto (GOMES, 2007), em comunicação constante com seu meio interno e também com o externo. Assim, na teoria dos sistemas familiares, considera-se que há um emaranhado subjetivo e que os comportamentos existentes farão medida as formas de interação. (MINUCHIN, 2009).

No Brasil, do final da década de 1980 para os dias atuais a compreensão sobre família sofreu mudanças. Justamente pela sua dinamicidade, compreende-se que a família está em evolução, e que a todo o momento passa por mudanças organizando-se e reorganizando-se de acordo com os laços afetivos e não mais por tradições hierárquicas (CERVENY & BERTHOUD, 2009).

Assim retomando a perspectiva da heterogeneidade na qual estão inseridos os sistemas familiares brasileiros há que se pensar o fenômeno da Drogadição e nas formas em que este atinge os sistemas familiares. Não se trata só do usuário, estende-se aos sistemas envolvidos, família, amigos, ambiente laboral, escolar, à vida na sua diversidade ecossistêmica.

Guimarães e col. (2009) discorrem que o problema da Drogadição demanda soluções para um público bastante diverso. Pressões políticas oriundas do elevado nível de violência para repressão do tráfico de drogas; comunidades que desenvolvem projetos com o intuito de proteger seus jovens do envolvimento com as drogas e no seio familiar, “o desejo é de que o membro usuário deixe de causar problemas” (p. 350).

O fenômeno da drogadição remonta séculos de história e de populações do oriente ao ocidente. Perpassando pelas drogas farmacológicas, aquelas produzidas com o assentimento de governos em suas diversas esferas de atuação e pelas drogas de cunho diverso ao primeiro. Mas que pelo uso abusivo e excessivo, mais prejudicavam do que propiciavam o bem-estar esperado (VARGAS, 2008).

Após sua descoberta as substâncias capazes de alterar o estado de consciência do sujeito causando-lhe bem-estar, seja na condição de licitude ou ilicitude parece ganhar, para alguns, o direito (!?) de ações normativas reguladoras da prática. Assim a sugestão de algumas camadas sociais para legalização de substâncias, como a maconha, para objetivo de lazer.

Assim é razoável afirmar que o uso de substâncias psicoativas, devido a seus efeitos extensos as diversas camadas sociais, suscitaram a emergência e urgência de políticas públicas capazes de vencer os efeitos negativos da prática indiscriminada e do uso abusivo dessas substâncias bem como de seus efeitos extensos as famílias.

O presente trabalho pretende fazer um delineamento sobre o olhar a *família* do usuário de drogas. Não desconsiderando o usuário, mas tendo como objeto principal a família

reconhecendo na mesma a diversidade e complexidade dos vínculos estabelecidos e desenvolvidos, as relações entre pessoas, com base nas circunstâncias de se ter um membro dependente químico.

2 A PESSOA, AS RELAÇÕES, A FAMÍLIA.

O uso de substâncias químicas, ou “drogas”, é algo inerente à diversidade da cultura humana. Esteve presente nas culturas antigas, seja com o cunho recreativo ou medicinal, e se mantém presente até hoje com os mesmos propósitos mais o requisito que degrada a condição humana da pessoa usuária.

Aquele que faz uso de uma substância capaz de alterar seu estado de humor não o faz de forma aleatória, há algo de fundo abstrato que move, atrai ao uso da substância. Seja pelo prazer ou dor, alguma coisa se faz presente que não pode ser mensurada por meio da observação.

Carneiro (2008) diz que existe uma linha bastante frágil que marca cada cultura, e está relacionada à autonomia e a heteronomia das decisões humanas. Reconhecendo atos determinados ou proibidos em meio a uma vastidão de ações que podem ser ditas como puramente individuais.

Neste sentido as atitudes e valores individuais são consequências de determinações construídas socialmente, desta forma todo comportamento tem seu correspondente social equivalente. Incluindo o que refere a modos e juízos tão somente particulares. “Os gostos, modas, mentalidades, crenças, convicções e ideologias são socialmente constituídos e as decisões individuais, mesmo íntimas, obedecem, em última instância, a parâmetros coletivos” (CARNEIRO, 2008).

Fazer uso de uma substância química pode ser considerado uma escolha autônoma, que refere à pessoa, ou pode ser algo mais heteronômico, de outros, neste caso por indicações médicas. Ora o uso de substâncias psicoativas, para além das indicações médicas não é permitido legalmente em alguns países, dentre eles o Brasil. Neste caso a referência é para os tipos não liberados legalmente: maconha, crack, heroína, etc.

Autônoma ou heteronômica a escolha é feita por uma pessoa e esta é imbuída de características que a diferencia de outras criaturas. Para Dias (1996) o que diferencia a espécie humana das outras espécies é a característica da vontade. Os humanos são os únicos que possuem um arcabouço psicológico, capaz de manifestar desejos, fazer deliberações e “que possuem a capacidade de constituir desejos de segundo nível”.

O autor esclarece suas deliberações quando pontua níveis para o desejo. Mais especificamente discorre sobre desejos de primeiro e segundo nível bem como a volição de segundo nível. Por primeiro nível, entende-se o desejo de realizar o que se quer, e por desejo de segundo nível, quando “quer ou não, possuir um determinado desejo”. Consideremos como exemplo um usuário de drogas, já dependente da substância. O objeto de desejo dele é fazer uso da substância, pois esta fornece um estado de alteração de consciência prazeroso, que em alguns casos pode contrariar sua realidade: desejo de primeiro nível.

Contudo este mesmo usuário tem reflexos desagradáveis pós-uso. E passa a considerar deixar de usar o objeto que lhe causa dores físicas desagradáveis bem como o faz ser rejeitado socialmente: desejo de segundo nível. Para alcançar o objetivo do abandono da droga, este indivíduo recorre a várias estratégias para não ter constantes recidivas que lhe causam a sensação de fracasso. Assim ao ansiar pela resistência ao uso, esta pessoa se mostra capaz de volição de segundo nível. E mesmo que haja a recaída, ao permanecer determinado em alcançar seu objetivo final, estará satisfazendo o requisito para distingui-lo como pessoa: “possibilidade de constituir volições de segundo nível” (DIAS, 1996).

Ao aplicar a consideração anterior ao contexto *família*, e ponderar sobre esse mesmo princípio neste espaço de coletividade, é possível pensar que esse grupo, constituído de pessoas, é capaz de desenvolver convicções a partir de seus desejos e experiências constituindo assim volições de segundo nível atreladas à formação dos vínculos familiares.

Para Minuchin (2009) a *Família* é um sistema aberto, no qual os integrantes se relacionam, constituem laços emocionais e partilham enquanto juntos, histórias e experiências. Essa performance tem como meta preservar a o equilíbrio do grupo e também o desenvolvimento de habilidades e competências para lidar com os incessantes desafios propostos pelas mudanças que estão intrínsecas ao ciclo vital da vida.

Os desafios podem ser pensados como sendo os momentos de crise, que para serem superados precisam não só da manutenção da saúde mais também de um bom padrão relacional entre os integrantes da família e entre aqueles que são familiares no ambiente social de convivência. (SCABINI, 1992 apud PRATTA & SANTOS, 2007)

Desta forma, pensar vínculos familiares e as pessoas em relação remete a considerações acerca das relações sociais estabelecidas numa perspectiva menor, mas de grande significado. Seguindo este raciocínio Donati (2008), propõe a Teoria Relacional, um novo olhar para assimilar os fenômenos sociais em subsistemas diversos. A análise relacional tem como objeto as “relações sociais que se estabelecem entre sujeitos humanos ao interagirem nas diversas circunstâncias da vida social” (DONATI, 2008, p. 23).

Ao estudar as relações, a abordagem relacional vai ponderar sobre particularidades que são invisíveis, porém concretas que uni as pessoas num sentido para cooperação em prol de algo ou para o conflito em razão do convívio social.

3 AS PESSOAS DA FAMÍLIA: A CO-DEPENDÊNCIA

A abordagem relacional se faz um ótimo objeto para pensar a co-dependência familiar relacionada a um integrante dependente químico (DQ). Sobral e Pereira (2012) discorrem sobre a importância de analisar os vários fatores que podem interferir na vida da família com pelo menos um DQ. Tais análises podem facilitar o planejamento de ações psicossociais efetivas e integrais para este grupo.

Mas o que significa co-dependência? Esta se descreve como um transtorno emocional inerente a familiares ou a pessoas de convivência continua a usuários de substâncias psicoativas, jogadores patológicos e de pessoas com transtornos psiquiátricos.

A co-dependência é marcada por especificidades de comportamentos e pensamentos patológicos que levam ao sofrimento psíquico. São estes: raiva, ressentimento, descrédito, dor, impotência, medo do futuro, falência, desintegração, solidão diante do resto da sociedade, sensação de vulnerabilidade, sentir-se culpado pelo sofrimento do outro e da sua situação familiar e em momentos acredita que é vítima das atitudes do dependente químico (ZAMPIERI, 2004; MATOS *et al.* 2006; BALLONE, 2010 apud SOBRAL & PEREIRA, 2012).

Por se caracterizar um martírio para a vida do co-dependente, e não só do usuário de substâncias psicoativas, é impraticável desconsiderar a oferta de serviços qualificados com profissionais capacitados objetivando o suporte a esses familiares independente da presença do usuário principal.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA: O SUPORTE À FAMÍLIA.

Pensar a família, no Brasil, é relativamente novo. Final dos anos 1980 até o presente período, devido a uma diversidade de fatores envolvendo a organização da sociedade moderna. Antes disso, à família era o equivalente a uma serie de problemas no arranjo da sociedade moderna (DONATI, 2007).

Ocorria que para o Estado brasileiro, antes da constituição de 1988 e suas reflexões posteriores, as políticas existentes focavam o indivíduo, “o cidadão portador de direitos”. As mulheres nas décadas de 1960 e 1970 passam a receber um olhar diferenciado, surgem os clubes de mães, mantidos por administrações públicas municipais com o propósito meramente adaptativo, e com fins a facilitar a inserção feminina no mercado de trabalho (CARVALHO, apud DONATI, 2007, p. 220).

Diante do quadro de situações em que o Estado era chamado a intervir, surgem às políticas sociais pró-famílias. A percepção de que o cidadão brasileiro não tinha as competências e habilidades apropriadas para a compra e venda de bens e serviços exigidos pelo mercado devido às circunstâncias sociais desfavoráveis (pobreza) bem como, esse mesmo mercado, não tinha como produzir ou ofertar (DONATI, 2007).

Observa-se pelo descrito que a intervenção da administração pública parece ter caráter extenso ao de dar o suporte à família. Essa crítica tem origem no elevado número de programas assistenciais, seja nas áreas da saúde quanto da assistência social, que parecem ter como foco a família, mas que funcionam de forma descoordenada. E por tal configuração, atuam para manutenção de sobrevivência da família sem a pretensão de intervir para promover o “dinamismo de desenvolvimento autossustentável” (DONATI, 2007).

A realidade brasileira é um convite à elaboração de programas adequados as famílias que apresentam muito mais que problemas de fundo mercadológico. O objeto de interesse refere aos vínculos familiares, de caráter subjetivo – sentimentos, afeto, valores, crenças, ideais – construídos unicamente em relação.

Diante da necessidade de programas pertinentes ao auxílio das famílias e consequentemente dos indivíduos participantes, a “política pública” pretende intervir por meio de ações de órgãos da administração pública, amparados por determinação do Estado. Assim a política pública difere da “política social”, já que esta última pretende “orientar a medidas e decisões que um sistema social adota em matéria de bem-estar” (DONATI, 2007).

Donati (2007) afirma que uma política social para ser descrita como “familiar”, deve ser capaz de direcionar, a partir de estímulos, as relações familiares promovendo a responsabilidade do público-alvo frente às conjunturas da vida.

À vista disso o Estado tem se estruturado nas últimas duas décadas com políticas públicas e sociais para combater o uso e o abuso de substâncias químicas. Tais políticas pretendem a assistência à saúde do usuário de drogas e o restabelecimento e fortalecimento dos vínculos familiares tudo em favor do DQ.

De Menezes (2009) dispõe sobre a importância da família na Constituição Brasileira, ressaltando a pluralidade e a atenção aos direitos de personalidade tendo como base o *caput* do Art. 226 em que é posto a *família* como base da sociedade e por isso deve ter especial proteção do Estado. A *família* tem a função humanizante e como impulsor, o afeto e a solidariedade. Isto posto, fundamenta as políticas que se seguem numa tentativa de proteger essa instituição no que lhe é necessário em situações de risco, como a drogadição.

5 A POLITICA DE SAÚDE E AS DROGAS

O artigo 196 da Constituição Federal de 1988, da Saúde, diz que

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (CF.1988)

O relatório mundial da saúde – Saúde Mental: Nova Concepção, Nova Esperança (OMS, 2001 *apud* MS, 2003) pontua algumas recomendações básicas no que remete a ação na área da saúde mental/álcool e drogas. Para efeitos desse trabalho, pontua-se: promoção da assistência em nível de cuidados primários; promoção de cuidados comunitários; envolvimento da comunidade, famílias e usuários; atuação de forma integrada com outros setores; apoio às pesquisas dentre outros. Enquanto mecanismo brasileiro que atende a Legislação está o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD).

O CAPS AD trata-se de uma unidade de saúde especializada que visa o atendimento de pessoas que fazem uso abusivo de substâncias químicas: álcool e outras drogas. Neste espaço além do indivíduo propõe-se o atendimento aos familiares dos pacientes e ofertados o suporte necessário, além do esclarecimento de dúvidas que venham a ocorrer (BRASIL/MS, 2004).

6 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUPORTE A FAMÍLIA

Em 1993 é sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social, (Lei nº 8.742, 7 de dezembro de 1993). A mesma tem caráter não contributivo e pretende prover os mínimos sociais a serem realizados por um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, numa garantia ao atendimento das necessidades básicas. Garante a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado.

Como já é conhecido, o debate sobre o uso e abuso de drogas está em voga há alguns anos. E na perspectiva de avançar sobre essa questão, em 2010 o Governo Federal aprovou o *Plano Integrado de Enfrentamento Crack é possível vencer* que representou o carro chefe de uma significativa ação intersectorial do governo para organizar intervenções em três eixos: **prevenção, cuidados** - envolvendo áreas de saúde e assistência social - e **autoridade** envolvendo a segurança pública. (BRASIL/MDS, 2016)

Desta forma, em maio de 2016 foi lançado uma nota técnica e um caderno de orientações aos operadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas. Tais orientações visam direcionar as atividades nos seguimentos da Proteção Social Básica (PSB) no equipamento Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no seguimento da Proteção Social Especial no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (MDS, 2016).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre a “*Pessoa da Família*” surgiram devido a pouca literatura encontrada sobre o sofrimento da família que tem um integrante usuário de drogas. Há muitos registros sobre o cuidado a família para que esta seja capaz de receber, compreender e cuidar do seu membro dependente químico. Entende-se que enquanto “*peçoas*” esses familiares detém o direito de sofrer e que durante o processo sejam reconhecidos e acolhidos na sua dor, sem serem discriminados por suas ações sejam elas quais forem.

Há uma pretensão de estudar a subjetividade das famílias que possuem um integrante usuário de drogas, mas especificamente o membro adolescente. Não só pela representação da fase adolescência para o familiar, mais também a subjetividade envolvida desses familiares próximos, sejam eles os pais, cuidadores ou outros de relevância.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. À propos de la famille comme catégorie réalisée. Tradução de Elaine Pedreira Rabinovich In: actes de la recherche em sciences sociales. Vol. 100, décembre 1993. Pp.32-36 Disponível em: <http://www.persee.fr/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1993_num_100_1_3070>.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p Disponível em:<
http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoafederal.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em:
 <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas: Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas**. Brasília, 2016. Disponível em:
 <<file:///C:/Users/novo/Downloads/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnicas%20SUAS%20-%20C3%81lcool%20e%20outras%20Drogas.pdf>>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas** / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e AIDS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em:
 <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf>

CERVENY, Ceneide M. O; BERTHOUD, Cristiana, M. E. Ciclo vital da família brasileira. In: OSÓRIO, L. C; VALLE, Maria E. P e col. **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. **Drogas e cultura: novas perspectivas**. 2008
 DE MENEZES, Joyceane Bezerra. **A família na constituição federal de 1988: uma instituição plural atenta as direitos da personalidade**. Novos estudos jurídicos, v. 13, n. 1, p. 119-132, 2009. Disponível em:
 <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2722.pdf>>

DIAS, Maria Clara. O Conceito de Pessoa. **Discurso**, n. 27, p. 181-199, 1996. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/62734>>

DONATI, Pierpaolo,. **Família no século XXI: abordagem relacional**. Tradução de João Carlos DONATI. São Paulo: Paulinas, 2008. Coleção família na sociedade contemporânea.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e sociedade**, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005. Disponível em:
 <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/06.pdf/%3E%20Acesso%20em%2031%20de%20out.%202009>>

GUIMARÃES, Flávio L; COSTA, Liana F; PESSINA, Luciana M; SUDBRACK, Maria F. O. Famílias, adolescência e Drogadição. In : OSÓRIO, L. C; VALLE, Maria E. P e col. **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, José Carlos Vitor. **Manual de Psicoterapia Familiar** . Petropolis: Ed. Vozes, 1997.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Conceito de família. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>

LINS, M. R. S. W.; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. Drogadição na contemporaneidade: Pessoas, famílias e serviços tecendo redes de complexidade. **Psicologia Argumento**, v. 28, n. 62, p. 261-271, 2010.

MATOS, Maria Tereza Soares. Grupo de orientação familiar em dependência química: uma avaliação sob a percepção dos familiares participantes. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 32, n. 1, p. 58, 2014.

MINUCHIN, Salvador; NICHOLS, Michael P.; LEE, Wai-Yung. **Famílias e casais: do sintoma ao sistema**. Artmed Editora, 2009.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, MA dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em estudo**, v. 12, n. 2, p. 247-256, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a05>>

SILVA, Eroy Aparecida da et al. Drogas na adolescência: temores e reações dos pais. **Psicologia: teoria e prática**, v. 8, n. 1, p. 41-54, 2006.

SOBRAL, Carlos Alberto; PEREIRA, Paulo Celso. A co-dependência dos familiares do dependente químico: revisão da literatura. **Revista Fafibe On-Line**, p. 1-7, 2012. Disponível em: <<http://files.codependencia-quimica.webnode.com/200000001-6a68e6c5e0/N%C3%A3o%20h%C3%A1%20estudos%20satisfat%C3%B3rios%20sobre%20a%20co-dependencia.pdf>>

VARGAS, Eduardo V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. **Drogas e cultura: novas perspectivas**. 2008. Disponível em: <<http://repositorio.caminhosdocuidado.org/handle/handle/503>>

VASCONCELOS, Antonio Cleano Mesquita et al. Relações Familiares e Dependência Química: Uma Revisão de Literatura. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 19, n. 4, p. 321-326, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/viewFile/24316/15109>>

AS CONSEQUÊNCIAS PSICOJURÍDICAS NA VIDA DO FILHO (A) PELO ABANDONO AFETIVO DO PAI

*Ludmila Araújo Planzo Sandes*¹
*Teresa Cristina Ferreira de Oliveira*²

RESUMO

O presente trabalho tem como intenção analisar a ausência de um dos genitores, em especial a figura paterna, no desenvolvimento dos filhos e como deve ser observado essa omissão, suscetível de reparação pelo dano moral. Para encontrar as respostas, serão pesquisadas doutrinas, artigos de internet e jurisprudências de tribunais brasileiros. Inicialmente irá se abordar sobre a concepção de família, bem como a análise na Constituição Federal de 1988. Em seguida adentra-se nas relações familiares e como houveram mudanças em sua estrutura. Posteriormente será tratado a paternidade, como a presença ou falta da figura paterna interfere na vida do filho, assim como quais as consequências que o divórcio traz a essa criança, dando destaque ao abandono afetivo sofrido. O afeto é componente elementar das relações familiares, em especial, nas relações entre os pais e filhos. Logo após, inicia-se no âmbito da responsabilidade civil, para assim chegar ao debate sobre o tema significativo do trabalho, que tem acarretado debates tanto na doutrina como na jurisprudência, no caso em epígrafe o abandono afetivo por parte do pai, no poder de causar dano moral e psíquico aos filhos, gerando indenização por danos morais ao pai. Ao final da análise será demonstrado ao leitor uma conclusão do tema.

Palavras-chave: Família. Divórcio. Abandono Afetivo. Responsabilidade Civil.

ABSTRACT

This work is intended to analyze the absence of one of the parents, particularly the father figure, in the development of the children and how it should be noted this omission, susceptible to repair moral damage. To find answers, will be searched, internet articles, doctrines and jurisprudence of Brazilian courts. Initially, will discuss about the concept of family as well as the analysis in the Federal Constitution of 1988. Then enters the family relationships and as there have been changes in your structure. Will later be handled fatherhood, as the presence or lack of father figure interferes with the life of her son, as well as the consequences that divorce brings to this child, giving prominence to emotional abandonment suffered. The affection is elementary component of family relations, in particular, relations between parents and children. Soon after, in the context of liability, to get to the debate on the theme of the work, which has entailed discussions both in the doctrine as in jurisprudence, in the above case the emotional abandonment by the father, in the power of moral and psychological damage to children, resulting in compensation for moral damages to the father. At the end of the analysis will be shown to the reader a conclusion of the theme.

Keywords: Family. Divorce. Abandonment Affective. Civil Liability

¹ Discente do Curso de Direito (UCSAL). Autora.

² Advogada/ OAB-BA, Professora do Curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, especialista em Direito Civil (UFBA) e especialista em família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSAL).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda as consequências e a possibilidade de indenização por abandono afetivo do pai para o Filho. As constituições psíquicas, morais e afetivas dos filhos são indispensáveis para a conservação da harmonia e conseqüentemente a permanência saudável da relação com os pais. Assegurar a proteção dos direitos da criança e do adolescente, é de acordo com Constituição Federal Brasileira de 1988 dever da família, da sociedade e do Estado.

Quando a família, assim como a sociedade não cumprem seu papel perante a criança e ao adolescente, os deveres recaem sobre a figura do Estado, assim, os direitos das crianças/adolescentes devem ser tratados com prioridade, por serem fundamentais e indisponíveis.

Com fulcro no poder familiar, cabe aos pais perante os filhos, dar-lhes criação e educação, mantê-los em sua presença e guarda, dentre outros deveres, tais ações estão amparadas pela Constituição Federal de 1988.

Tais disposições devem ser compreendidas com base no Princípio da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse da criança, que é a garantia efetiva da proteção aos direitos inerentes a criança e ao adolescente.

Há uma vertente tanto jurisprudencial quanto doutrinária que entendem na possibilidade de indenização por abandono afetivo, alegando que amar o filho é uma aptidão, porém cuidar dele é um dever constitucionalmente amparado. Por ser um dever dos pais cuidar, eles defendem a corrente da indenização por danos morais pela falta de cuidado e de afeto, sendo desse modo possível a aplicação da responsabilidade civil.

Entretanto, há outra corrente que compreende na impossibilidade da indenização em consequência do abandono afetivo, eles entendem que a atitude do genitor é incorreta, mas acreditam que é apenas reprovada no âmbito moral e não deve ser atribuído nenhum valor a título de indenização em razão do pai não ter amor pelo filho.

Assim, argumenta-se quanto à aplicação de indenização em detrimento do abandono afetivo causado pela figura paterna.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A FAMÍLIA

Segundo Roudinesco (2003), a família é percebida como uma instituição humana duplamente universal, bem como associação de um fato de cultura e da natureza, considerando a ordem biológica da reprodução.

Para Sarti (2004), ao estudar a família abordamos as relações entre seus componentes e não apenas o indivíduo em si. Desse ponto de vista compreende que a formação da família muito tem a ver com história que é passada de geração em geração para os indivíduos que a compõe onde cada uma tem sua própria história, sendo assim analisadas de modo singular.

A definição de família não se consolida apenas pelos indivíduos unidos meramente por laços biológicos, mas sim pelos elos, como a afinidade, que criam na relação, e na ausência deles esse vínculo pode esfacelar. Claro que os laços biológicos unem a família, nesse caso a presença do elo também é fundamental para tal acontecimento. (SARTI, 2004).

O indivíduo que entende a importância do elo familiar passa a ter a capacidade de desenvolvimento do seu “eu” interior, Abreu, (2016, p.2), exemplifica a autoconfiança como consequência dessa transformação na vida da criança até as outras fases de crescimento.

Seguindo esses entendimentos, podemos perceber que a família é um conjunto de costumes, culturas, relações tanto individuais quanto grupais que fazem o indivíduo crescer pessoalmente e socialmente, sendo de extrema importância a presença dos pais no momento de crescimento que é justamente onde ele vai tirar a sua base para encontrar novos conhecimentos para toda a vida. (ROUDINESCO,2003; SARTI, 2004; ABREU, 2016).

Para Dessen (2007), é possível perceber que o vínculo afetivo se inicia justamente na relação familiar criada e na sua dinâmica, e através dela acontece a absorção de conceitos e posteriormente são aplicados no convívio com a própria família e com a sociedade.

É então nesse âmbito de família que a criança começa a aprender como conviver com pessoas diferentes dela, além do controle emocional que nessa fase da vida é importante ter para que futuramente, essa criança ao crescer tenha uma estabilidade emocional e desse modo ela possa constituir relações interpessoais saudáveis. (DESSEN, 2011).

2.1. Relações Familiares

Aqueles indivíduos cujo os vínculos são ausentes da sua vida, precisam de conexão para que possam ter uma permanência mais sólida, principalmente na relação familiar. Porém, como na contemporaneidade as relações são efêmeras é imprescindível, até mesmo para que haja uma convivência pacífica e harmoniosa, que alguns vínculos sejam afrouxados de maneira delicada.

Nesse sentido, Bauman (2004) busca compreender e explicar o porquê da necessidade do ser humano de segurar e ao mesmo tempo suavizar os vínculos estabelecidos previamente com outras pessoas, lhe causando certa fragilidade, principalmente nas relações afetivas.

O ser humano entra em conflito consigo mesmo ao questionar-se “como estabelecer um relacionamento ou - só por precaução - como rompê-lo sem dor e com a consciência limpa?” (BAUMAN, p.7), esse é o tipo de pergunta que norteia as relações atuais quando os envolvidos começam a perceber que o vínculo criado no início da “conexão”, como assim preferem estereotipar, está se rompendo. (BAUMAN, 2004)

No Brasil, as relações familiares são fundamentadas pelo Princípio da Efetividade, que faz referência direta ao Princípio da Dignidade Humana, presente no artigo 1º, III, da Constituição Federal. (DA CUNHA PEREIRA, 2006).

Analisando o comportamento das famílias atuais é possível de maneira bastante clara identificar que muitos dos valores ensinados tempos atrás foram esquecidos ou completamente ignorados.

Então segundo autora mencionada, é a partir desses comportamentos que começam a surgir os primeiros sintomas do abandono, mesmo que eles não sejam percebidos inicialmente, eles já estão presentes na criança/adolescente e a depender do relacionamento que tenham com os pais esses sintomas podem demorar a perceber o que está acontecendo com o filho.

Para Dessen (2007), por conta das mudanças que ocorreram na sociedade, as estruturas familiares acabaram sentindo esses impactos, e os indivíduos que a compõem tem se adaptado e se moldando para que haja um equilíbrio entre os costumes anteriores e atuais.

A família então, não pode ser aquela que apenas tem laços consanguíneos como elemento único da sua estrutura, devido a sua complexidade, mas sim aquela onde há um conjunto de elementos que influenciam na interação das relações. (DESSEN,2007).

Assim, não há como estabelecer de forma definida um padrão de família, por causa do número extenso de combinações e relações que existem, e que vão se modificando com o tempo, criando desse jeito novas relações familiares, auxiliando no desenvolvimento do indivíduo.

Conceito de Paternidade

De acordo com Costa (2016), como legado dos anos passados a estrutura familiar caracteriza-se pela autoridade masculina, sendo o pai o detentor econômico e político daquela prole, além de estar atrelado a manutenção perante os componentes da família. Enquanto a mulher era vista como um ser frágil, dependente e submissa do homem.

Em detrimento das décadas passadas, a figura do pai acabou se tornando estereotipada, como aquele que é severo e distante dos filhos, sendo incapaz de dar aos mesmo o amor, afeto, carinho que a mãe transmite. (COSTA, 2016).

Gomes e Resende (2004), compreendem que o distanciamento entre o homem e os demais membros do núcleo familiar denuncia-se na fragilidade do vínculo estabelecido entre pai e filho, principalmente quando se trata de crianças do sexo masculino.

Desse modo então, a presença do pai diante da criança apresenta a possibilidade de um equilíbrio idealizado como regulador de investimento da capacidade da criança no mundo real, ou seja, auxilia o desenvolvimento desse indivíduo, essa explicação foi bastante discutida por Freud através do Complexo de Édipo. É justamente essa presença paterna que irá permitir a passagem da criança do mundo familiar para o da sociedade. (GOMES e RESENDE, 2004).

Ao mencionar o Complexo de Édipo, os autores pretendem elucidar o desenvolvimento do indivíduo nos seus primeiros meses de vida até a adolescência é justamente nesse período que a presença paterna é importante, pois vai consolidar as relações afetivas do filho. Ainda nesse sentido a criança precisa nessa fase da vida da presença dos genitores para poder visualizar e construir em si mesma a figura desses vínculos e da convivência em família.

O pai então nesse período dará um impulso para a construção da personalidade do filho e acaba se destacando muito em decorrência da criança tomar ciência que ele é seu rival em relação ao objeto de desejo, no caso a figura da mulher, e a partir desse momento é estabelecido um diálogo que alavancará a autonomia do filho perante a figura da mãe, principalmente na fase da adolescência. (GOMES E RESENDE, 2004).

Assim, a paternidade constitui a possibilidade do homem de ampliar suas dimensões internas e renovar sua relação com a vida. Seguindo esse entendimento, as responsabilidades sociais que passam a ser impostas ao pai provedor também lhe trazem prejuízos no campo da subjetividade, diante das ações estabelecidas são exercidas sobre os rígidos parâmetros socioculturais. (DE ALMEIDA CARDOSO, 2009).

Na sociedade contemporânea, o status de pai não se relaciona diretamente com a questão biológica, mas sim com o vínculo afetivo estabelecido entre homem e criança. A figura do padrasto exemplifica perfeitamente tal situação, mesmo não tempo todo o amparo jurídico que o pai biológico (Poder Familiar) tem, o padrasto ou pai socioafetivo, como é denominado, mantém o dever similar quanto a criação e educação das crianças. (CHAVES E MOREIRA, 2016).

Para os autores mencionados, a presença do padrasto no âmbito familiar não exclui ou substitui o pai biológico, o que acontece é uma existência paralela de relações baseadas tanto nos laços genéticos quanto afetivos. Em casos onde o vínculo afetivo entre a criança e o padrasto é muito forte que nasce a paternidade socioafetivo, desse modo, é estabelecido a premissa que pai de verdade é quem realmente cria, e passou a ser reconhecida com a Constituição Federal de 1988.

3 DIVÓRCIO

A formação da conjugalidade é compreendida como um processo complexo abrangendo níveis múltiplos do relacionamento para então alcançar uma vida afetiva estável. Assim, pode-se dizer que a conjugalidade é o resultado de uma construção realizada em conjunto pelo casal unindo suas semelhanças e diferenças, esta, porém buscando sempre a ponderação.

Chega um determinado momento em que as diferenças são tão irreconciliáveis que começa o processo de rompimento da conjugalidade, ou divórcio, podendo causar danos perigosos e irreversíveis principalmente quando existem filhos envolvidos na situação. (FERES-CARNEIRO, 2010).

O divórcio elenca diferentes situações tanto na pessoa íntima do casal como na própria estrutura da família. Existem alguns casos que o casal acaba colocando o filho no meio do conflito, não se importando com sua saúde psíquica e como toda a situação pode prejudicar seu desenvolvimento, pensando apenas nos seus interesses individuais. (DE LA CRUZ, 2008).

O divórcio não altera os deveres e direitos que os pais tem para com os filhos, pois nem a união e muito menos a dissolução do casamento é condição para ter o poder familiar. Portanto, a relação jurídica entre pais e filhos não perdida quando se refere a autoridade parental e a sua titularidade. (DE LACERDA, 2014).

Segundo Pereira e Moreira (2016), o divórcio anula a relação conjugal, assim os laços que unem pais e filhos não são rompidos. Diante disso a estrutura familiar sofre modificações, sendo inevitável o distanciamento entre pai e filho, como acontece em alguns casos de forma involuntária. o filho ao ser abandonado sofre pela ausência paterna e conseqüentemente acaba sentindo-se culpado pelo divórcio.

Assim, fica compreendido que o filho diante do divórcio começa a enfrentar medo e dificuldades por ter que se separar de um dos pais, sendo assim, abandonados. E o medo da perda, principalmente da figura paterna, que acarreta a maioria das situações supramencionadas. (HACK; RAMIRES, 2010).

4 ABANDONO AFETIVO

Antes de falar de abandono afetivo é necessário que se tenha uma compreensão sobre o aspecto constitutivo da subjetividade, nesse caso, o afeto, e a partir dele que é possível fazer uma construção do indivíduo em sua totalidade, pois é a primeira forma de relacionamento que o ser humano tem ao nascer. (BAIROS, et al. 2011).

Então, a criança ao ser contemplada pelo afeto logo nos seus primeiros momentos, passa a ter condições de manter afinidades com outras pessoas, conseqüentemente trocando afeto e experiências. É importante ressaltar que esse afeto adquirido através do pai e da mãe ajuda na manutenção das emoções e as relações passam a ser mais sólidas e construtivas. (BAIROS, et al.2011). Parafraseando Freud, “A afetividade é o fundamento de todo o crescimento, relacionamento e aprendizagem humana.”. (apud ENDERLE, 1990, p.28).

O abandono afetivo não viola apenas o direito do filho de conviver com o pai no dia-a-dia, mas também o Princípio da dignidade, responsabilidade parental e afetividades, todos amparados pela Constituição Federal, Código Civil/2002 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente entende como abandono a falta dos pais no dever de dar sustento, guarda e educação. É constatado, que não se configura abandono afetivo quando há afeto e cuidado na relação pais-filhos, a condição financeira não influencia nesse quesito. (BRAGA, 2012).

Consoante, a função básica e fundamental que o pai deve ter com o filho vem sofrendo modificações, em especial, na relação afetiva entre eles. Fala-se em ausência afetiva aquela cuja distância emocional entre pai e filho ocorre mesmo quando ambos estão perto fisicamente, além desse conceito, a ausência ocorre justamente da separação conjugal. (CÚNICO,2014).

Segundo Hironaka (2006), o afastamento do pai de forma imotivada causa no filho problemas no âmbito psíquico acarretando deficiências quanto à formação da criança, não

apenas em detrimento da falta de afeto, como também do zelo que o pai deve transmitir ao seu filho.

Como preceitua Reis e Pinto (2012), a ruptura da relação entre pai e filho não ocorre com raridade, muito pelo contrário, são frequentes acontecimentos como esse. Isso ocorre em situações onde os pais se separam brigados e não querem estabelecer nenhum tipo de contato, não pensando no que esse tipo de comportamento pode afetar exclusivamente o filho.

Importante frisar que o vínculo afetivo não emana apenas da ligação sanguínea, mas sim da convivência, exemplo de situações como essa é a relação padrasto-criança, eles não possuem qualquer vínculo biológico em comum, porém em detrimento do convívio estabelecido passam a ter afeto um pelo outro. (ÂNGELO, 2008).

Para Dessen (2011), é através do vínculo afetivo criado dentro do âmbito familiar, em especial entre pais e filhos, que o desenvolvimento dessa criança se torna saudável e suas relações com outros indivíduos são positivas. Entretanto, quando acontecem conflitos dentro da família o vínculo afetivo pode trazer alguns problemas para a criança, a exemplo do abandono, onde há um rompimento da relação. Os pais nesse contexto desempenham no filho influência para a construção da relação afetiva.

Após o abandono o filho passa a apresentar síndromes ou até mesmo distúrbios que afetam diretamente seu lado emocional, a falta de habilidade para lidar com situações que envolvem mais pessoas, além de não saber administrar seus sentimentos. Desse modo, impossibilitando o desenvolvimento saudável para a criança. (SKAF, 2012).

5 RESPONSABILIDADE CIVIL

O Código Civil 2002 entende que a responsabilidade civil do Direito de Família é subjetiva, ou seja, a vítima tem o ônus de provar a conduta do agente, o dano causado, nexo causal, a culpa e a imputabilidade, para que possa ser discutido a obrigação de indenizar. (DA CUNHA PEREIRA, 2006).

Para Gonçalves (2012), a obrigação da responsabilidade civil é essencialmente indenizatória (ressarcitória ou reparadora). Desse modo, serve para assegurar o direito do lesado à segurança e além de servir também como uma espécie de sanção civil, de natureza compensatória, por meio da reparação do dano causado à vítima, punindo, assim, o lesante e dissuadir a prática de atos lesivos.

Alguns tribunais começaram a aplicar indenização por danos decorrentes do abandono afetivo por entenderem que a dor sofrida pelo filho é tão profunda que o mero pagamento de alimentos não chega nem perto da desestruturação causada pelo abandono paterno afetivo. Essas decisões são amparadas pelo Princípio da Dignidade Humana.

Quanto aos tribunais que entendem pela aplicação de indenização em decorrência do abandono afetivo, o Egrário Tribunal de Justiça de Minas Gerais, proferiu no dia 16 de janeiro de 2014, na Apelação Cível nº 10145074116982001, decisão favorável ao autor da ação, exposta adiante:

“APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE DANOS MORAIS - ABANDONO AFETIVO DE MENOR - GENITOR QUE SE RECUSA A CONHECER E ESTABELECE CONVÍVIO COM FILHO - REPERCUSSÃO PSICOLÓGICA - VIOLAÇÃO AO DIREITO DE CONVÍVIO FAMILIAR - INTELIGÊNCIA DO ART. 227, DA CR/88 - DANO MORAL - CARACTERIZAÇÃO - REPARAÇÃO DEVIDA - PRECEDENTES - 'QUANTUM' INDENIZATÓRIO - RATIFICAÇÃO - RECURSO NÃO PROVIDO - SENTENÇA CONFIRMADA. - A responsabilidade pela concepção de uma criança e o próprio exercício da parentalidade responsável não devem ser imputados exclusivamente à mulher, pois decorrem do exercício da liberdade sexual assumido por ambos os genitores. (TJ-MG - AC: 10145074116982001 MG, Relator: Barros Levenhagen, Data de Julgamento: 16/01/2014, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/01/2014)”

No tocante a Dignidade da Pessoa da Criança, prevista no artigo 227 da Constituição Federal, a família tem o dever de “assegurar com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer [...]”. Esse não é um dever apenas do Estado, mas também de terceiros e principalmente da família que é quem realmente deve dar um suporte maior a criança.

Mesmo existindo Tribunais entendendo haver a necessidade de reparação do dano em decorrência do abandono afetivo e moral causado pelo pai, alguns Magistrados continuam entendendo que não se pode obrigar um pai a ter amor, carinho e afeto pelo filho, assim, sendo responsabilizado apenas pelo sustento material, cumprindo sua obrigação. Esse posicionamento acontece pelo fato dos Magistrados acreditarem na possibilidade do afeto se transformar em algo rentável, ou seja, seria algo pleiteado a todo momento, e a justiça ficaria exacerbada de ações similares. (DA CUNHA PEREIRA, 2006).

Para De Lacerda (2014), o Estatuto da Criança e do Adolescente passou a acompanhar a evolução das relações familiares, assim o poder familiar é sinônimo de proteção aos filhos, transformando os pais detentores de cumprir deveres e obrigações.

Segundo Moreira e Toneli (2015), a grande maioria dos processos que tratam da questão do abandono afetivo pelo pai, não tem como finalidade a destituição do poder familiar do mesmo, mas sim, o vínculo afetivo que foi deixado de lado e conseqüentemente uma indenização pelos danos morais causados ao filho.

Hironaka (2006), defende que deverá ter um nexo de causalidade entre a conduta do pai e o dano causado sendo necessário, desse modo, uma verificação precisa e profunda de cada caso concreto, não podendo generalizar as situações mesmo que haja tamanha semelhança nos conflitos.

Contudo, se empregada de forma adequada a indenização por abandono afetivo, ela se tornará um meio importante para aplicação de um direito inerente a pessoa humana, ajudando principalmente na manutenção das relações familiares. (HIRONAKA, 2006).

Destarte, é possível que seja aplicada a responsabilidade civil ao pai que abandonou afetivamente o filho, porém, para que tal medida logre êxito é necessário que sejam preenchidos quesitos fundamentais, como a presença do dolo ou da culpa, o dano causado deve ser comprovado mediante perícia realizada, além da omissão do pai ser imotivada, ou seja, é preciso que se tenha configurado um nexo causal entre a atitude do pai e o resultado do dano psíquico e psicológico do filho. (SKAF,2012).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos novos paradigmas da estrutura familiar e suas relações, a afetividade se tornou elemento essencial para o próprio desenvolvimento do indivíduo, em especial na fase da infância e adolescência. Assim, a afetividade entre pais e filhos é desenvolvida através dos vínculos afetivos.

A ruptura das relações familiares atinge principalmente a base espiritual dos seus integrantes e posteriormente a personalidade deles, resultando em uma carência afetiva que pode comprometer o ciclo da vida desse indivíduo. Assim como essa quebra, a ausência de convivência paterna influencia diretamente no desenvolvimento da criança que não será eficaz e saudável, em decorrência dessa ausência.

Como demonstrado no trabalho o divórcio realizado de maneira conflitante causa no filho danos psíquicos, que em determinados casos é de difícil reparação. A alienação parental é uma das conseqüências que reflete o divórcio na vida do infante, nela um dos genitores que passa a ter a guarda do filho tenta de forma reiterada afasta-lo do relacionamento com o outro

genitor, a criança então passa a ter repulsa e conseqüentemente não quer manter nenhum vínculo, principalmente afetivo.

A alienação pode durar tempo indeterminado e levando a criança/adolescente a ter vários problemas no âmbito psicológico, e normalmente essa alienação é findada apenas quando o indivíduo cria sua própria independência do genitor alienante. Quando a alienação não se transforma em síndrome da alienação parental a situação pode ser revertida através do auxílio psicológico, terapêutico e até mesmo o Poder Judiciário pode interferir na situação para garantir os direitos inerentes a criança e ao adolescente.

Desse modo, resta claro e evidente que os filhos crescem e se desenvolvem no ambiente familiar onde encontram afeto tendo assim, uma formação psicológica estruturada, o que não ocorre quando o genitor se torna uma pessoa inexistente na vida dessa criança. No momento em que o pai se torna omissor perante sua prole, ele está transgredindo tanto o direito à dignidade da pessoa humana quanto seu direito da personalidade, sendo assim, passível de responsabilização civil.

Com efeito, o objetivo de se indenizar o filho pelo abandono afetivo causado pelo pai, é fazer com que ele identifique que o ato ilícito praticado afetou intensamente a vida da criança. Além da punição, o reparo indenizatório serve também como meio educativo para que outras situações de abandono afetivo não ocorram, assegurando a prole o crescimento completo e saudável na vida principalmente no âmbito psicológico, afetivo e social, onde estará de forma efetiva protegendo a dignidade humana.

Assim, ficou claro que a ausência afetiva paterna na vida do filho causa danos a sua personalidade e desenvolvimento, mesmo que o afeto não seja algo passível de pecúnia deverá ser reparado civilmente, e sirva de exemplo para que os pais não cometam ações como esta que venham posteriormente a prejudicar seus filhos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Elmar Silva de. **A família diante da díade afetividade e inteligência sob a óptica piagetiana**. 2016. SEMOC

ANGELO, Eduardo Murilo Amaro. "A responsabilidade civil dos pais por abandono afetivo dos filhos e o princípio da dignidade da pessoa humana." *Intertem* @ s ISSN 1677-1281 10.10 (2008).

BAIROS, Maristela; BELZ, Jaqueline de; MOURA, Caroline Weingärtner; OLIVEIRA, Sélia Gomes; RODRIGUES, Tânia Terezinha; SILVA, Stefani Cavalheiro; COSTA, Fátima

Terezinha da. **Infância e adolescência**: a importância da relação afetiva na formação e desenvolvimento emocional. 2011.

BRAGA, Júlio Cezar de Oliveira. **Abandono afetivo**: da urgência do diálogo entre direito e psicanálise. 2012.

BRASIL, Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990. ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, BRASÍLIA 1990. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 04 mai. 2017.

BRASIL,. Código Civil (2012). Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em 04 mai. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 04 mai. 2017.

CHAVES, Paula Rafaela Bastos; MOREIRA, Lucia Vaz de Campos. **Padrasto como pai socioafetivo**: análise das circunstâncias de sua pertinência e as implicações no ordenamento jurídico brasileiro. 2016. SEMOC.

COSTA, Iraneide Santos. O que é ser pai? O que é ser mãe? Um estudo a partir dos aportes teóricos da análise materialista do discurso. 2016. SEMOC

CRUZ, Ariadne de Araujo; DE BARROS, Fernando Sérvulo Mota; DE OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira. **Relações familiares**: os efeitos da hipermodernidade. 2016. SEMOC

CÚNICO, Sabrina Daiana; DORIAN, Mônica Arpini. "Não basta gerar, tem que participar?": um estudo sobre a ausência paterna." *Psicol. ciênc. prof* (2014): 226-241.

DA CUNHA PEREIRA, Rodrigo; SILVA, Cláudia Maria. Nem só de pão vive o homem. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 3, p. 667-680, 2006.

DE ALMEIDA CARDOSO, Edméia, et al. "Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor." **Rev Saúde Pública** 43.1 (2009): 85-90.

DE LA CRUZ, Ana Cristina. Divorcio destructivo: cuando uno de los padres aleja activamente al otro de la vida de sus hijos. *Diversitas*, Bogotá, v. 4, n. 1, p. 149-157, June 2008. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-99982008000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2017.

DE LACERDA, Bruna Rossi. **A indenização por abandono afetivo/ Bruna Rossi de Lacerda**. Curitiba:Escola de Magistratura do Estado do Paraná, 2014.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

DOMINGUES, Lucíola de Castro. A família em desordem. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2004, vol.20, n.4, pp.1131-1132.

ENDERLE, Carmem. **Psicologia do desenvolvimento** - o processo evolutivo da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FERES-CARNEIRO, Terezinha; DINIZ NETO, Orestes. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. *Paidéia* (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p.269-278, Aug.2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:18 abr. 2017.

GOMES, Aguinaldo José da Silva; RESENDE, Vera da Rocha. "O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea." *Psicologia: teoria e pesquisa* (2004): 119-125.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva,2012.

HACK, Soraya Maria Pandolfi Koch; RAMIRES, Vera Regina Röhnelt. Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro , v. 22, n. 1, p. 85-97, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652010000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2017.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. "Os contornos jurídicos da responsabilidade afetiva na relação entre pais e filhos—além da obrigação legal de caráter material." *Repertório de Jurisprudência IOB*. [SI] 3.18 (2006).

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. "Pressupostos, elementos e limites do dever de indenizar por abandono afetivo." *Repertório de Jurisprudência IOB* 3.13 (2006): 2.

MOREIRA, Lisandra Espíndula; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Abandono Afetivo: Afeto e Paternidade em Instâncias Jurídicas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 35, n. 4, p. 1257-1274, Dec. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401257&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 mai. 2017.

PEREIRA, Indiara da Silva; MOREIRA, Lucia Vaz de Campos. O envolvimento do padrasto nos cuidados e educação de seu enteado: estudo de caso. 2016.SEMOC.

REIS, Clayton; PINTO, Simone Xander. "O abandono afetivo do filho, como violação aos direitos da personalidade." *Revista Jurídica Cesumar-Mestrado* 12.2 (2012).

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia usp** 15.3 (2004): 11-28.

SKAF, Samira. "Responsabilidade civil decorrente de abandono afetivo paterno-filial." 27p.[SI]. Disponível em:<www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/arquivo/id/29157>. Acesso em 17 (2012).

TJ-MG - AC: 10145074116982001 MG, Relator: Barros Levenhagen, Data de Julgamento: 16/01/2014, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/01/2014: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/118756909/apelacao-civel-ac-10145074116982001-mg>>. Acesso: 23 mai. 2017.

A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN, UMA EXPECTATIVA DE IDENTIDADE FAMILIAR E SOCIAL.

*Andréa Paula dos Reis Santos Oliveira*¹
*Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima*²
*Silvia Oliveira Pereira*³

RESUMO

A Síndrome de Down é uma patologia humana de causas genéticas que desencadeia alterações físicas e atraso no desenvolvimento mental do indivíduo. Este trabalho visa identificar as dificuldades da família em aceitar a criança com essa patologia, razões emocionais e culturais de significação da pessoa humana. O procedimento metodológico utilizado consiste numa revisão bibliográfica sobre a aceitabilidade familiar da criança com síndrome de Down. Com a revisão, observou-se que foram produzidos estudos direcionados à busca pela educação inclusiva e ao acesso a tratamentos de saúde, sem abordar especificamente a incapacidade da própria família em re-significar os valores culturais de padronização do ser humano perfeito e criar uma nova identidade familiar de pertencimento, necessária à inclusão de seus filhos na sociedade.

Palavras-chave: Família. Síndrome de Down. Identidade.

ABSTRACT

Down Syndrome is a human pathology of genetic causes that triggers physical changes and delays in the mental development of the individual. This work aims to identify the family's difficulties in accepting the child with this pathology, emotional and cultural reasons for the human person. The methodological procedure used is a bibliographic review about the family acceptability of the child with Down syndrome. With the review, it was observed that studies were conducted aimed at the search for inclusive education and access to health care, without specifically addressing the family's inability to re-signify the cultural values of standardization of the perfect human being and create a new Family identity, necessary for the inclusion of their children in society.

Keywords: Family. Down Syndrome. Identity.

1 INTRODUÇÃO

Clinicamente a Síndrome de Down (SD) foi descrita pelo médico inglês John Langdon Down (1866). Em 1959 o médico francês Jerome Lejeune destacou que a SD era

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação [Mestrado] em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) UCSal-CAPES. Graduada em Direito. Pós-graduada em Direito Público. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos.

² Orientadora, Professora e doutora.

³ Co-orientadora, Professora.

desencadeada por causas genéticas. Pesquisas médicas destacam que a SD é causada por alterações cromossômicas envolvendo o par de cromossomos 21, apresentando uma Trissomia no DNA, ou seja, a presença de três cromossomas de um tipo específico (o normal são dois cromossomas), ocasionando alterações físicas e atraso no desenvolvimento mental. Na maioria dos casos há um número variável de deficiências à nascença, sendo frequente a ocorrência de mortes precoces. (Varela & Rodrigues, 1990).

O diagnóstico das Trissomias é possível durante a gestação, através de um rastreio pré-natal, com diversas análises e ecografias, e através de cálculo do risco de um feto ser afetado por uma determinada anomalia. Dividido em dois tipos, o positivo, quando o risco de aparecimento de anomalias é elevado e o negativo, quando este é reduzido. O risco de Trissomia 21 é estimado pela idade da mulher, quanto maior a idade, maior a probabilidade de ocorrer a deficiência, pelos valores das análises de sangue, Esta avaliação permite encaminhar os casais para consultas de aconselhamento genético, onde os pais são esclarecidos sobre as possibilidades de rastreio, de diagnóstico e prognóstico, bem como os possíveis tratamentos. Este rastreio permite à mãe decidir sobre a realização de testes de diagnóstico específicos que permitam detectar uma possível mutação (Palha, 2002).

Após o diagnóstico, é natural que o núcleo familiar seja acometido de dúvidas, apreensões e sentimento de impotência. O nascimento de uma criança com deficiência é um acontecimento traumático para a mãe e para a família. A criança portadora de Trissomia 21 é muito diferente do bebê idealizado, sendo necessário a aceitação do grupo familiar, frente a uma nova realidade. (Stray-Gundersen, 2001)

O novo membro da família está longe de corresponder os ideais do bebê imaginário, um depositário dos ideais parentais para os estudos, trabalho e apoio para os pais na velhice. O criança real nascida com SD desencadeia também um processo de muita angústia familiar. (Leitão, 1994). Após o nascimento a presença da SD é de fácil constatação, pois as características físicas são marcantes e visíveis, seja pelo formato dos olhos puxados e amendoados ou da língua proeminente, sem correspondência com os traços físicos familiares da parentalidade. (Stray-Gundersen, 2001).

“O mundo da relação EU-TU difunde-se em três esferas, sendo elas: **a vida com a natureza**, em que, mesmo que a natureza não emita uma resposta, o seu Eu está em relação com a natureza, isto é, a natureza se torna um Tu para o homem; **a vida com os homens**, a qual se constitui como uma relação recíproca onde “[...] Meu Tu atua sobre mim assim como eu atuo sobre ele [...]” (BUBER, 2001, p. 62); e, por conseguinte, **a vida com os seres espirituais**, em que se aprimora o Tu eterno (**grifo nosso**). Buber (1979)

O grande desafio instaurado no seio familiar é de aceitação da natureza dos acontecimentos, como assimilar a mutação genética de um de seus integrantes e encaminhá-lo para a convivência em comunidade. Buscaglia (1994). Se a família não está preparada para enfrentar esse novo desafio, certamente a criança não será conduzida à inclusão em sociedade, será alijada do convívio com outras crianças por receio de críticas e estigmas frente às diferenças. (Rutter, 1989 cit. por Pires, 1990).

Nesse sentido a tese de Levi Strauss (1982) que caracteriza a passagem de natureza para a cultura, "das hordias sub-humanas" à sociedade humana propriamente dita, pela constituição da família. O Ser humano é fruto dessa organização cultural que cria a figura da mãe e do pai com deveres, respeito e obediência, decorrentes não só da dádiva da vida biológica, mas sobretudo da assimilação dessa cultura e da interação com a sociedade.

2 METODOLOGIA

Neste artigo, foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio do método de estudo bibliográfico. A abordagem qualitativa mostra-se associada à interpretação e compreensão da realidade social e é utilizada com frequência para responder aos problemas levantados nas pesquisas sociais. Segundo Vergara (2008), na abordagem qualitativa, predominam aspectos relacionados à subjetividade e voltados para a visão individual dos sujeitos envolvidos, cujos resultados não são passíveis de generalização. O estudo bibliográfico foi direcionado aos principais autores estudiosos do tema Síndrome de Down na perspectiva de aceitação da criança como novo membro familiar e os desdobramentos de autoconhecimento e ressignificação de conceitos para enfrentar as dificuldades os preconceitos no processo de desenvolvimento cognitivo em busca da inclusão social.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

Ultrapassada a fase de choque e até à adaptação, os pais poderão duvidar do diagnóstico, sentir-se culpados, sentir cólera, ansiedade e tristeza ou confiarem nas suas capacidades e na esperança de superação. (Mazzet & Stoleru, 2003).

Segundo Pimentel (1997) sem o apoio familiar, a criança com a Trissomia 21 não se desenvolverá satisfatoriamente, será desde logo excluída, participará apenas das redes de apoio das entidades civis criadas para essa finalidade. A aceitação das limitações causadas

pela Trissomia 21 perpassa a noção de cuidado, exprime a potencialidade de enxergar-la a criança como ser humano que é, com possibilidades de desenvolvimento (independentemente das limitações físicas ou psíquicas) e com capacidade de interagir na sociedade sem estigmas ou discriminação.

“A mãe e a criança vivem juntas uma experiência. Sendo madura e fisicamente apta é a mãe que deve ser tolerante, compreensiva e portanto é ela quem produz a situação que pode, se tudo dê certo, resultar num primeiro vínculo que o bebê fará com um objeto externo”. Winnicott (1958)

O relacionamento entre mãe e filho, entre os pais não é estático e não comporta regramento, cada família terá o seu tempo de construção e maturação das relações. O que importa é perquirir se esse núcleo familiar restou preparado para suplantar essas dificuldades. A relação da criança com a mãe, começa antes do nascimento. Após o nascimento a mãe é vista, tocada, materializada, intensificando a comunicação e interação. Essa intersubjetividade profunda e intensa de reconhecimento destacada por Hegel (1992) - é o efeito fundamental nas relações interpessoais e sociais.

Mas, não havendo identificação familiar com criança com Síndrome de Down, não subsistirá a plena compreensão humana desse novo membro familiar e da luta pela vida digna a que tem direito. Nesse aspecto temos a sombra do pensamento de idealização do ser humano perfeito desconstituindo o discurso humano de inclusão social tão difundido socialmente pelas políticas públicas e a razão fundante da legislação pátria. Cole (2001).

“Tudo quanto é universal no homem depende da ordem da natureza e se caracteriza pela espontaneidade e que tudo quando está ligado a uma norma pertence à cultura e apresenta os atributos do relativo e do particular”. Lévi-Strauss (1982)

Em que pese hajam regramentos jurídicos para disciplinar o tema de inclusão social das pessoas com deficiência, esse fato não garante a mudança do sentimento coletivo de exclusão e preconceito. (Touraine, 1998, p. 203)

A mudança social se consubstanciará com a mudança do indivíduo ao se colocar no lugar do outro e vivenciar as dificuldades de sobrevivência, cultivando experiência necessária para interagir de modo a equacionar as diferenças e limitações de relacionamento porventura existentes para a construção de uma sociedade justa e solidária. E assim, aos poucos se consolidará uma nova cultura de convivência com as diferenças, trazendo pacificação também aos anseios familiares. (Glat e Blanco, 2007, p. 24).

No Brasil não há uma pesquisa estatística específica sobre o número de brasileiros acometidos com a Síndrome de Down, são difundidas estimativas pelo Ministério da Saúde de

que a cada 700 (setecentos) nascimentos, 1 (um) apresentará a Trissomia 21, ou seja, cerca de 270 mil pessoas. Onde estão essas pessoas? Certamente segregadas em uma existência limitada por padrões culturais de exclusão para evitar confrontos sociais. (D'Antino, 2001).

4 RESULTADOS

A literatura revela e identifica grande angústia e preocupação dos pais com o futuro das crianças com Síndrome de Down, quanto ao seu desenvolvimento cognitivo e possibilidade de sofrerem discriminação. (Gunn & Berry, 1989 cit. por Bettencourt & Pires, 2001).

As preocupações em termos de desenvolvimento, estão relacionadas com o fato dos pais desconhecerem qual será a evolução de seus filhos e até onde eles poderão chegar e interagir na sociedade, aliado à incerteza do desenvolvimento psicomotor e das limitações porventura existente na saúde. (Bettencourt & Pires, 2001).

À medida que a criança vai crescendo e por comparação com outras crianças, as diferenças começam a tornar-se notórias, necessitando de cuidados especiais. Buscaglia,(1994).

Na seara da educação inclusiva, os pais se deparam com escolas que não estão preparadas para receber estas crianças, por não disporem de meios necessários ao seu desenvolvimento, ou por não estarem abertas à diferença e não as aceita-la. A frequência escolar constitui uma fonte de esperança para que a criança com Síndrome de Down venha a conseguir bons níveis de desenvolvimento. “A responsabilidade pela resposta educativa a ser dada àqueles que apresentam necessidades educacionais especiais é deixada aos profissionais e professores dos serviços de apoio especializado” (Koll 2010).

Para que a criança consiga atingir um desenvolvimento, necessita de um apoio constante, dos pais, técnicos/professores e familiares, pois respondem muito mais às interações estabelecidas, sendo mais fácil para os pais viverem o seu papel de pais, casos mais complicados, em que sejam mais trabalhosos, o fato da criança apresentar um desenvolvimento mais lento que as outras crianças, também é uma fonte de angústia para os pais, no entanto à medida que vão tomando conhecimento que apesar de mais tarde a criança acaba por fazer as mesmas coisas, mas ao seu ritmo, a preocupação sentida vai desaparecendo progressivamente. Pimentel (1997).

No sentido de tentar mudar as mentalidades, os pais procuram preparar os irmãos de modo a que estes fiquem sensibilizados para a diferença e sensibilizem os colegas e amigos, e que estes possam proteger a criança, de situações ao qual a criança possa estar a ser alvo de gozo e discriminação e aprendam a acarinhá-la e aceitá-la tal como é. Por vezes existe nestas mães um confronto permanente com a situação de terem uma criança com Síndrome de Down, que as leva muitas vezes a minimizar, normalizar, relativizar e deste modo a alterar os seus esquemas de valores de modo a conseguirem lidar com a situação (Rutter, 1989 cit. por Pires, 1990).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mutação genética ocasiona limitações, mas sua humanidade é inata e portanto deve ser preservada dos estigmas da incapacidade de participação ativa em comunidade. Esse seria então o papel do núcleo familiar, estreitando laços além da consanguinidade, revelando a noção de pertencimento e identidade desses indivíduos. (D'Antino, 2001)

“Quando uma mãe diz a seu filho: "és a criança mais linda do mundo", o está introduzindo nesta dialética, da qual a criança, futuro adulto, jamais poderá escapar. A introdução do registro simbólico, através da problemática edípica, atenuará ou modificará estas imagens especulares, mas nunca conseguirá acabar com elas”. O Eu assim constituído é, para a teoria lacaniana, o ego ideal, diferente do ideal do ego. O ego ideal é uma imagem antecipatória prévia, o que não somos mas queremos ser. Imagem mítica, narcisista, cujo alcance persegue o homem incessantemente. Lacan (1998)

A prática da desconstrução desse ego ideal, da desmarginalização dos portadores da Síndrome de Down terá a família como ponto de partida. Reafirmando a identidade do indivíduo com sujeito de direito (D'Antino, 2001). Um caminho para mudança de paradigmas culturais em busca da verdadeira inclusão social, trazendo no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade. “A humanidade específica do homem e sua socialidade estão inextricavelmente entrelaçadas” (Berger e Luckmann, 1999, p. 75)

O primeiro contato da criança com novas atividades, habilidades ou informações deve ter a participação de um adulto. Ao internalizar um procedimento, a criança "se apropria" dele, tornando-o voluntário e independente. Decorrem da compreensão do homem como um ser que se forma em contato com a sociedade. Afirma que: "Na ausência do outro, o homem

não se constrói homem”, rejeitava tanto as teorias inatistas, segundo as quais o ser humano já carrega ao nascer as características que desenvolverá ao longo da vida, quanto as empiristas e comportamentais, que vêem o ser humano como um produto dos estímulos externos. Enfatizou que” a formação se dá numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade a seu redor” - ou seja, o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem. Essa relação não é passível de muita generalização; sendo essencial a interação que cada pessoa estabelece com determinado ambiente, a chamada experiência pessoalmente significativa. Vygotsky (2010)

Uma sociedade inclusiva tem o compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas com deficiência, construindo cidadãos produtivos, participantes, conscientes de seus direitos e deveres, diminuindo, assim, os custos sociais. Dessa forma, lutar a favor da inclusão social deve ser responsabilidade de cada um e de todos coletivamente, tendo a família como seu principal expoente de ressignificação de valores culturais e da construção e confirmação da identidade humana (Silva 1998).

A criança com Síndrome de Down espera uma resposta de sua própria família para a criação de sua identidade, personalidade e da construção da ideia de pertencimento na sociedade que está inserida, potencializando seus direitos e trazendo a efetividade de uma existência ativa e digna capaz de suplantar as limitações físicas e cognitivas. (Cole, 2001)

REFERÊNCIAS

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. Tradução de N. Auben. Z. Ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

BUSCAGLIA, L. **The disabled childrens and their parents: a counselling challenge**. New York: Holt, Rinehart and Winston. 1994.

COLE, M.; COLE, R. S. **The development of children**. 4. ed. San Diego: Worth Publishers. 2001.

CHIZZOTTI A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 135.

D'ANTINO, M. E. F. **Deficiência e a mensagem reveladora da instituição especializada: dimensões imagética e textual**. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia)-Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GONÇALVES, J.; NOGUEIRA, J.M. **O emprego das pessoas com deficiências ou incapacidade: uma abordagem pela igualdade de oportunidades**. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2012.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes. 1992.

KOLL, Marta de Oliveira. **Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento- Um processo sócio histórico**. São Paulo: Ed. Scipione,2010.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu. In: J. Lacan, Escritos. (V. Ribeiro, trad.; pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1966).1998.

LEITÃO, F. **Interação mãe-criança e atividade simbólica**. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação.1994.

LEITE, P.V. Inclusão de pessoas com síndrome de Down no mercado de trabalho. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v.5, n.1, p.114-129. 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As formas Elementares do Parentesco**. Tradução de M. Ferreira. Petrópolis: Vozes,1982.

LIPP, L.K.; MARTINI, F. de O.; OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M. **Desenvolvimento, escolarização e Síndrome de Down: expectativas maternas**. Paidèia, Ribeirão Preto, v.20, n.47, p.371-379, 2010 Boff, J., & Caregnato, R. C. A. (2008). História oral de mulheres com filhos portadores de síndrome de Down. *Texto & Contexto Enfermagem*, 17, 578-586. Buscaglia, L. (2006). *Os deficientes e seus pais*. Rio de Janeiro: Record.

MAZETT, P.;STOLERU, S. **Psicopatologia do latente e da criança pequena**. Lisboa: Climepsi Editores, 2003.

PALHA, M. (2002). Trissomia 21: Novos avanços na Intervenção. Disponível em <http://www.appt21.com>. Acessado em 09 mai. 2017.

PIMENTEL, J. Um bebé diferente. Da individualidade da interação à especificidade da intervenção. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.1997.

PIRES, A. Determinantes do comportamento parental. **Análise Psicológica**, 8 (4), 445-452.1990.

SILVA, S.F. **Experiências e necessidades de mães após o diagnóstico de deficiência mental do filho** . São Paulo (SP): Universidade Federal de São Carlos; 1998.

STRAY-GUNDERSEN, K. **Bebés com Síndrome de Down**. Lisboa: Bertrand Editora.2001.

VARELA, A., & RODRIGUES, A. **Síndrome de Down – Uma visão antropológica**. Educação Especial e Reabilitação.1990.

WINNICOT, D.N. **Da Pediatria à Psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.1978.



A CRIMINALIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO DO HIV E AS DISCUSSÕES NO CAMPO DA BIOÉTICA

*José Maurilon Santos Bomfim*¹

*Luana Barreto de Oliveira*²

*Ludmilla Khatarina Rocha de Lima*³

*Vera Lúcia Silva Santos*⁴

RESUMO

Este estudo teve como objetivo central analisar, a partir da literatura disponível, as possíveis repercussões da criminalização da transmissão do HIV. A Bioética, por sua natureza transdisciplinar, serviu de base para as discussões propostas, especificamente a Bioética de Proteção. O presente estudo analisou os impactos na saúde pública e buscou compreender a estrutura dos Projetos de Lei, bem como a jurisprudência penal no Brasil acerca do tema. Discute-se as implicações da criminalização da transmissão do HIV no sujeito, na sociedade e nas relações conjugais.

Palavras-chave: Criminalização, HIV, Bioética, Projetos de Lei.

ABSTRACT

This study aimed to analyze, from the available literature, the possible repercussions of the criminalization of HIV transmission. Bioethics, because of its transdisciplinary nature, served as the basis for the discussions proposed, specifically Bioethics of Protection. The present study analyzed the impacts on public health and sought to understand the structure of the Law Projects, as well as the criminal jurisprudence in Brazil on the subject. The implications of the criminalization of HIV transmission in the subject, in society and in marital relationships are discussed.

Key-words: Criminalization, HIV, Bioethics, Law Projects.

1. INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade Salvador (UNIFACS). Pós-graduando em Psicoterapia Analítica pelo Instituto Junguiano da Bahia (IJBA). Aluno Especial do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: jmaurilon.psi@outlook.com.

² Graduada em Direito. Pós-graduação em Direito Notarial e Registral pelo Instituto Brasileiro de Estudos e em Direito Civil pela Faculdade Baiana de Direito. Tabela Substituta no Tabelionato do 3º Ofício de Notas de Salvador/Bahia. E-mail: luanabarreto@gmail.com.

³ Graduada em Direito e Discente Bolsista (FAPESB) do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPQ/UCSAL). E-mail: ludy.k.lima@gmail.com.

⁴ Graduada em Psicologia pela Universidade Salvador (UNIFACS). Pós-graduação em Gestalt-Terapia e Saúde Mental. Discente do Programa de Pós-Graduação [Mestrado] em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: veralucia_psicoterapia@hotmail.com.

O presente artigo tem como objetivo central analisar, a partir da literatura disponível, as possíveis repercussões da criminalização da transmissão do HIV nas dimensões: coletiva e individual, sendo a segunda o cerne da discussão. A análise e proposta de reflexão acerca da temática será na perspectiva bioética por seu caráter transdisciplinar, característica primordial para o debate em questão.

O HIV é uma sigla de origem inglesa que em tradução para o português significa “Vírus da Imunodeficiência Humana”. Esse vírus é o causador da aids, ataca o sistema imunológico, responsável pela defesa do organismo. Ter o HIV não implica necessariamente no desenvolvimento da aids, há soropositivos que não apresentam sintomas e não desenvolvem a doença, no entanto, a transmissão do vírus pode ocorrer nos casos de: relações sexuais desprotegidas, compartilhamento de seringas contaminadas ou de mãe para filho. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014)

Segundo Godoi (2013), a aids esteve, inicialmente, restrita a grupos específicos: os homossexuais masculinos adultos, os usuários de drogas injetáveis e os hemofílicos. Diante desse cenário inicial, a autora acrescenta, desde o seu surgimento a aids está associada aos comportamentos socialmente inaceitáveis, o que contribuiu para o estigma e a discriminação (injusta), mesmo após décadas desde o primeiro registro da doença e apesar da constatação de que não existe mais distinção entre grupo de risco e grupo de não risco. O que se discute no presente artigo é a possibilidade da criminalização da transmissão do HIV vir a tornar-se mais um “peso” para as pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHA).

Segundo o Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS publicado pelo Ministério da Saúde (2016), os percentuais de casos de HIV notificados no ano passado pelo Sinan segundo a escolaridade foram: 1º) 28,3% ensino médio completo; 2º) 16,4% de 5ª a 8ª série incompleta; e 3) 24,7% ignorado. Este último dado dificulta uma análise com maior fidedignidade, contudo, os percentuais disponíveis já apontam um perfil com maior ocorrência de casos. Nesse cenário, a discussão em torno da criminalização ou não da transmissão do HIV precisa considerar o perfil das pessoas acometidas pelo vírus, sujeitos que em sua maioria não são assistidos em suas necessidades mais básicas, sendo uma questão de saúde pública.

O método utilizado na presente pesquisa é a revisão de literatura, conforme já foi mencionado, acrescenta-se também uma análise dos projetos de lei que propõem a criminalização da transmissão dolosa do vírus e a jurisprudência penal do Brasil. Considera-se as contribuições da bioética, especificamente a bioética de proteção, por seu caráter distinto do assistencialismo.

Entende-se que uma lei repercute diretamente na forma com que a sociedade encara a pessoa que vive com o vírus/doença, mas sobretudo discute-se as repercussões no olhar do próprio sujeito sobre a sua condição.

2 ANÁLISE DOS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA E NO ENFRENTAMENTO AO ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO

O relatório mais recente do Programa Conjunto das Nações Unidas (UNAIDS) que fez um levantamento entre os anos 2010 – 2016 dá conta de que no ano de 2016 em todo o mundo, cerca de 18,2 milhões de pessoas estavam em tratamento com antirretroviral, destes 910.000 (novecentos e dez mil) eram crianças. Este número refere-se a quase metade do número de pessoas vivendo com HIV no mundo. O relatório traz que há 34,9 milhões de adultos vivendo com HIV, destes 17,8 milhões são mulheres; crianças (< 15 anos) 1,8 milhões, totalizando 36,7 milhões de pessoas vivendo com HIV no planeta. Destes números, as mortes relacionadas à Aids de adultos 1,0 milhão, e crianças (<15 anos) 110.000 (cento e dez mil).

Uma grande preocupação das organizações governamentais e não governamentais em todo o mundo é a transmissão vertical, aquela de mãe para filho, de forma que as ações de atenção à saúde da mulher encontram-se há muito tempo voltadas à prevenção a esse meio de transmissão do vírus. Aponta-se que a realização de exames prévios e diagnóstico disponibilizados em tempo hábil para a administração dos medicamentos retrovirais minimizam os riscos de infecção. Discute-se que o acesso à medicação contra o vírus com o intuito de prevenir a transmissão da genitora para a criança teve aumento de 77% em 2015. Com isso houve redução de novos casos de crianças infectadas, cerca de 51%. (UNAIDS, 2016)

Sobre os números no Brasil, os dados da UNAIDS demonstram que por ser o país de maior população da América Latina, responde por 40% dos novos casos de infecção. Em contraponto, os países Argentina, Colômbia, Venezuela, Cuba, Guatemala, México e Peru, juntos detém 41% de novas infecções. Em 2015, no Brasil havia 830.000 (oitocentos e trinta mil) pessoas vivendo com o vírus HIV, e que, no mesmo ano, estima-se que 44.000 (quarenta e quatro mil) tenham sido infectadas pelo vírus e ainda que o número de óbitos estimado tenha sido de 15.000.

PEREIRA (2015) pontua que, no que tange as discussões em saúde pública, o combate à epidemia de HIV/Aids sempre é motivo de discussões sobre as formas de controle do vírus e consequentemente da síndrome. Atualmente o debate está em torno da criminalização ou não da transmissão sexual do vírus. Contudo, trata-se de uma discussão de saúde pública que envolve direitos não de um indivíduo, mas sim da coletividade. Desta forma, o debate deve ser ampliado ao discurso bioético que atenda não só a grupos, mas a sociedade.

2.1 A Saúde Pública e a Bioética

SOERENSEN & MARULLI (1999) discorrem que saúde pública é uma ciência que visa impedir a proliferação de doenças, com o objetivo de proporcionar a manutenção da saúde física, mental, social bem como a eficiência por meio de esforços conjuntos para o controle de infecções por meio de serviços médicos organizados com o intuito de diagnósticos precoces e tratamento preventivo. Soma-se ainda o aperfeiçoamento de equipamentos sociais que permitam a seguridade a cada indivíduo de um padrão de vida que lhe garanta à manutenção da saúde.

Neste arranjo, procura-se compreender as estruturas sociais em um aspecto macro, ou seja, visualizar a composição política, econômica e social.

A Bioética por sua vez, na perspectiva brasileira, busca realizações concretas em favor da justiça social, por meio de orientações politizadas e observações. Não se trata unicamente do social, direitos humanos têm papel principal nos argumentos bioéticos, e os dois – social e direitos humanos – têm lugar de destaque nas discussões em torno da Aids (GODOI, 2013).

É nessa perspectiva que se encontra o debate quanto à criminalização da transmissão dolosa do vírus HIV/Aids. Trata-se de um sujeito, uma pessoa que convive e vive num ambiente social e socializador, de modo que devem ser considerados os impactos sociais, culturais, jurídicos, mas, sobretudo, éticos e morais envolvidos com um olhar muito mais amplo.

Maia e Neto (2008) afirmam que estudos internacionais corroboram que a criminalização da transmissão do vírus HIV se trata de um problema de saúde pública por envolver aspectos em que se implica a dignidade, a moral e a subjetividade no que tange a alta probabilidade de pessoas vivendo com o vírus sentirem-se “criminosos” por sua condição de saúde.

Em quase quatro décadas de descoberta e epidemia no mundo, muito se avançou no tratamento para redução da carga viral a níveis indetectáveis. Evolução ainda no tratamento

de gestantes PVHA e no tratamento com antirretrovirais para evitar no parto a transmissão para o bebê. Avanços ainda no aspecto da assistência social também são verificados. Contudo, algo não foi superado. Refere-se aqui ao estigma existente às pessoas vivendo com o vírus, preconceito envolvido ainda em vários seguimentos sociais que reforça a opção por exercer o seu direito constitucional ao sigilo quanto a sua sorologia.

Diante disso, há uma discussão mais ampla que remete a aspectos que englobam os termos bem-estar e saúde. Tais palavras denotam elementos biopsicossociais, logo, a pessoa deve lograr em fatores e lugares que lhes trazem condição adequada para humanidade e a vida em sociedade: boas condições em educação, atendimento médico, acesso à cultura e ao lazer, religião, política e o que mais lhe favorecer para o bem individual e social dentro do enquadre ético e moral. É por este olhar que deve ser enxergada a pessoa vivendo com HIV/Aids, assim como o debate sobre a criminalização e suas repercussões, especialmente no âmbito da saúde pública (PEREIRA, 2015).

A vulnerabilidade socioeconômica das pessoas vivendo com HIV/Aids é um elemento crucial e diretamente relacionado à adesão ao tratamento, ao autocuidado, bem como no empoderamento para enfrentar o estigma e a discriminação. A UNAIDS destaca que PVHA latino-americanos são, em uma larga maioria, desassistidos nos itens cultural, social e econômico. Então, é fundamental indagar-se como podem desenvolver possibilidades de exercer direitos e deveres próprios, se lhes são desconhecidos o mínimo básico (saúde, educação, assistência social) para o constructo da dignidade humana?; direitos esses defendidos no âmbito da Bioética.

2.2 A Bioética de Proteção

A proteção defendida pela Bioética (Bioética de Proteção) difere da proposta paternalista. Nesta a proteção pretende dar a pessoa o necessário para que ela não só descubra suas potencialidades, como seja capaz de tomar suas próprias decisões, assumindo-as de forma responsável. Por isso a diferença do paternalismo, que coloca o outro numa posição infantilizada ou promove uma asfixia bloqueando seu desenvolvimento e tornando-o dependente.

SCRHAMM (2009) ensina que é no aspecto primeiro que se coloca a Bioética de Proteção como argumento contra a criminalização das PVHA, no Brasil. Pessoas que em sua grande maioria não têm acesso aos bens sociais e morais suficientes para capacitá-los ao

discernimento e assunção de ações ideais para formação de uma sociedade responsável, ética e moral.

A Bioética de Proteção tem aplicação direta a qualquer pessoa ou grupos de pessoas incapazes de defender-se moralmente e de praticar ações que lhes exigem autonomia por qualquer razão que não lhe seja da vontade e além de suas capacidades.

3 DISCUSSÃO SOBRE OS PROJETOS DE LEI QUE PROPÕEM A CRIMINALIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO DOLOSA DO VÍRUS NO BRASIL

A criminalização da transmissão do vírus do HIV é uma problemática complexa, uma vez que envolve aspectos sociais, éticos, médicos e jurídicos, já tendo sido invocada em outros momentos históricos, contudo, em face da pressão da sociedade civil, no tocante às discussões e, conseqüente, apresentação de dados acerca dos possíveis impactos, principalmente negativos, dessa criminalização, assim como de aspectos do processo legislativo no que concerne aos Projetos de Lei, que foram arquivados.

A análise deste tema envolve uma reflexão sobre a concepção atual de justiça, de direitos individuais, fundamentais e da saúde pública, sendo fundamental uma discussão transdisciplinar.

Para além dos diálogos que o presente artigo visa articular, faz-se necessário para contextualizar na atualidade o debate sobre a criminalização da transmissão do vírus HIV, e qual a compreensão de dolo neste íterim. Para isso, passa a expor uma breve síntese do que cada um dos Projetos de Lei em trâmite no Brasil que abordam de alguma forma o tema, propõem, embora todos estes, vale ressaltar, sejam de *per si* breves.

O Projeto de Lei 198/2015, que possui o mesmo teor do Projeto de Lei 130/99 arquivado sem votação, tem o objetivo de tornar crime hediondo a transmissão do HIV de forma consciente e deliberada. É importante frisar também que existem dois outros projetos de Lei pensados àquele, o de nº 1048/2015 que busca tipificar o crime de perigo de contágio de moléstia incurável e o de nº 1971/2015 que busca alterar do Artigo 131 do Código Penal para incluir a prática de transmissão do HIV como crime, punido com reclusão de 06 (seis) a 08 (oito) anos e multa.⁵

Neste sentido, importa esclarecer que tornar um crime hediondo não significa criar um crime, isto porque, embora não haja no Brasil uma lei específica sobre a criminalização da

⁵ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=945940>>. Acesso em 27 mai. 2017.

transmissão do HIV, observa-se que há enquadramento dessa conduta em alguns tipos penais, conforme decisões dos Tribunais no sentido de aplicação dos artigos 129 (ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem), 130 (contágio de moléstia grave), lesão corporal gravíssima e, em alguns casos, tentativa de homicídio, sendo este último, após exaustivos debates, já não mais aplicado. Fazer-se-á uma análise mais aprofundada desse reconhecimento jurisprudencial no Brasil adiante. (GUIMARÃES, 2016)

Os crimes hediondos são os especificados na Lei nº 8.072/1990, que trata com mais severidade o processo de execução penal desses, a exemplo de serem insuscetíveis de anistia, graça e indulto, fiança, se iniciarem necessariamente em regime fechado, dificultarem a progressão de regime, entre outras medidas.⁶ Entretanto, para além disso, é sabido que a expressão “crime hediondo” carrega um peso moral de grande impacto social, o que, de certo, reforçará o estigma e a discriminação contra as Pessoas Vivendo com HIV/Aids.

O PL 1048/15 propõe tipificar o crime de perigo de contágio de moléstia incurável. A justificativa apresentada pelo Autor não define o que considera como perigo, ensejando uma série de indagações acerca de quais condutas seriam criminalizadas, a exemplo de questões delicadas como a exposição por quem desconhece sua sorologia, assim como dos casais soro discordantes que assumem os riscos em suas relações.

Já o PL 1971/2015 visa alterar o artigo 131 do Código Penal para incluir especificamente a prática de transmissão proposital do vírus HIV como crime, punível com reclusão de 06 (seis) a 08 (oito) anos e multa. A justificativa do Autor traz uma série de alegações pautadas em exemplos isolados, que, embora mereçam proteção do Estado, devem ser analisadas dentro do contexto atual da epidemia, a fim de averiguar se, de fato, emerge como uma preocupação da coletividade.

Interessa ressaltar uma generalização trazida pelo legislador de associar a juvenilização da infecção como resultado de transmissão intencional. Ao sustentar no texto do projeto que tal medida é “emergencial para tentar coibir a proliferação da doença de forma proposital, razão pela qual deve o Estado rebater de forma severa, recriminando o transgressor com efetividade, para demonstrar a toda sociedade que não se admitirá que tal infração fique impune.”⁷, reitera a hipótese de que a justiça criminal seria a resposta mais eficaz para um problema de saúde pública.

⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm> Acesso em 27 mai. 2017.

⁷ Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1350088&filename=PL+1971/2015>. Acesso em 27 mai. 2017.

3.1 Uma análise da jurisprudência penal do Brasil sobre a temática

De acordo com o Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS publicado pelo Ministério da Saúde (2016), desde o início da epidemia de aids no Brasil até junho de 2016 foram registrados no país 842.710 casos de aids, sendo 548.850 (65,1%) em homens e 293.685 (34,9%) em mulheres. Observa-se um aumento do número de mulheres diagnosticadas entre 1980 até 2002, fenômeno intitulado feminização da AIDS no Brasil.

“O Brasil é um país que se destaca no cenário internacional por sua resposta à aids, tanto pelas ações realizadas em âmbito nacional quanto por sua cooperação com outros países em desenvolvimento.” (ONU, 2015) Com os medicamentos antirretrovirais disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, a PVHA que adere ao tratamento de forma adequada, pode ter a sua carga viral indetectável, e com isso reduzir a quase zero o risco de transmitir o vírus.

Em levantamento realizado no final do mês de maio de 2017 no portal eletrônico JusBrasil, que coleciona decisões de todos os Tribunais do país, utilizando-se as palavras “transmissão HIV AIDS crime” foram localizados cerca de 22 (vinte e dois) julgados que se tratavam de transmissão por via sexual, dado relativamente baixo quando confrontados aos indicadores estatísticos da epidemia, o que atesta não ser uma prática frequente, e sim atos isolados, em sua grande maioria associados a outros elementos, como a violência sexual enquanto foco da denúncia.

Outro importante fato que chamou a atenção nesse levantamento foi a disponibilização dos dados pessoais das partes envolvidas no processo. Constam nesses julgados os nomes completos dos denunciantes e denunciados, seguidos por seus depoimentos, o que fere gravemente o direito constitucional à intimidade e ao sigilo, visto que deveriam tramitar obrigatoriamente em segredo de justiça, conforme dispõe art. 189, III, do Código de Processo Civil Brasileiro, quadro preocupante e que ilustra possíveis repercussões na jurisprudência brasileira, com a exposição continuada e, sobretudo, inconstitucional dos envolvidos.

A possibilidade de leis com o intuito de criminalizar de forma mais severa a transmissão do HIV ou exposição ao vírus de forma consciente e deliberada merece uma maior e cautelosa reflexão por toda a sociedade civil, legisladores, juristas, profissionais da saúde, bem como usuários desse sistema, dada a necessidade de interlocução entre as garantias individuais e a defesa da saúde pública.

O Direito Penal é a *última ratio*, “...ou seja, como última opção de controle, tendo em vista o fracasso dos outros meios formais de controle social em relação à proteção dos bens da vida relevantes.” (ROBALDO, 2009). A partir da pesquisa jurisprudencial no âmbito

penal realizada e compartilhada neste artigo, compreendeu-se que a transmissão intencional do HIV, embora já seja reconhecida e punida juridicamente conforme discutido alhures, não tem ocorrido como cerne das ações penais, e sim uma consequência que emerge nos relatos de casos de violência sexual, com a infecção de fato ou com o risco pela exposição involuntária o qual foi submetido.

Dessa forma, faz-se necessário algumas indagações reflexivas. A Lei Penal direcionada à criminalização mais severa da transmissão do HIV encontra respaldo na saúde pública e nos princípios da bioética ou tão somente na busca objetiva do causador dos danos, de quem detém a culpa e de quem merece a punição? De que forma essa ação conseguiria diminuir casos de transmissão da doença?

3.2 Uma visão sobre o conflito do risco à transmissão do vírus e as relações conjugais

Compreende-se, ainda, a relevância em discutir se a transmissão considerada dolosa configura-se uma violação fática ao Estado ou à pessoa e ao relacionamento, reflexão fomentada a partir da lente restaurativa proposta pelo professor Howard Zehr:

Em seu cerne o crime é, portanto, uma violação cometida contra outra pessoa por um indivíduo que, por sua vez, também pode ter sido vítima de violações. Trata-se de uma violação do justo relacionamento que deveria existir entre indivíduos. O crime tem ainda uma dimensão social maior. De fato, os efeitos do crime reverberam, como ondas, afetando muitos outros indivíduos. A sociedade é uma parte interessada no resultado, e, portanto, tem um papel a desempenhar. Não obstante, essa dimensão social não deveria ser o ponto inicial do processo. O crime não é primeiramente uma ofensa contra a sociedade, muito menos contra o estado. Ele é em primeiro lugar uma ofensa contra as pessoas, e é delas que se deve partir. (ZEHR, 2008, p. 10)⁸

Dentro desse contexto, é fundamental a interlocução entre essas duas ciências: a Saúde Pública e o Direito, especificamente neste caso o Penal. Na seara da Saúde Pública, verifica-se a necessidade em entender as normas sociais que disciplinam o comportamento das pessoas, promover o bem-estar da saúde dos cidadãos com orientação para prevenção⁹. Já o sistema penal busca identificar objetivamente culpa, danos, infrator e, conseqüentemente, aplica-se a punição.

No que tange à prevenção ao vírus da Aids, a Saúde Pública evidencia a noção de responsabilidade solidária nas práticas sexuais e pela mudança de comportamentos de risco baseada na liberdade e na autonomia de decisão do indivíduo sobre o seu próprio corpo. As

⁸ Disponível em: <<http://www.amb.com.br/jr/docs/pdfestudo.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2017.

⁹ Disponível em: <http://www.inf.furb.br/sias/saude/Textos/objetivos_da_saude_publica.htm>. Acesso em 14 jun. 2017.

leis penais, por sua vez, têm o foco na identificação de autoria, responsabilidade individual e na observância de tais comportamentos pelo medo de punição legal.

A partir da revisão de literatura realizada e análise dos projetos de lei em tela, compreende-se que estes em nada contribuem para melhorar a situação da epidemia de HIV/Aids Brasil, acredita-se, inclusive, que afastará as pessoas dos serviços de saúde, sejam eles de testagem, diagnóstico ou tratamento, por medo da exposição e do julgamento moral.

Experiências decorrentes da criminalização e rígida penalização nos Estados Unidos e Canadá, onde são aplicadas penas rigorosas nos casos de omissão de sorologia para o(a) parceiro(a), resultaram em um reforço ao estigma e às práticas discriminatórias, principalmente às populações já culturalmente marginalizadas: mulheres, negros e homossexuais. (PEREIRA, et. al., 2015)

O estigma e a discriminação violam a dignidade humana, que pode ser demonstrado quando determinada pessoa é diminuída naquilo que a constitui como ser humano, quando é inferiorizado em relação aos demais membros da sociedade. Em outubro de 2005, a Conferência Geral da UNESCO adotou a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, que em seu artigo 11 trata expressamente “Nenhum indivíduo ou grupo deve, em circunstância alguma, ser submetido, em violação da dignidade humana, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a uma discriminação ou a uma estigmatização”.

A aludida Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos possui vários aspectos que devem ser analisados para aprofundar a reflexão sobre o tema proposto neste artigo, dentre eles a autonomia, o respeito pela vulnerabilidade e a integridade pessoal, liberdade, privacidade e não-discriminação.

Dessa forma, entende-se que haverá um aumento do estigma e da discriminação, uma vez que essas leis podem legitimar o isolamento social das PVHA, por colocá-las na condição de um vetor de danos, principalmente em sua conjugalidade, além de oportunizar ao outro que, ao vivenciar conflitos comuns à relação, torne o segredo conjugal da sorologia como uma espécie de arma de negociação e retaliação frente às desavenças.

Um relacionamento saudável é pautado na responsabilidade compartilhada pelas escolhas entre os sujeitos envolvidos, sobretudo no que tange à sua intimidade. Para Ramos, Silva e Caldato (1996) “a palavra intimidade tem origem no vocábulo latino *intimus*, que é o superlativo de *interus*, *de inter* e significa zona espiritual reservada de uma pessoa, também de um grupo ou de uma família”, através da qual ambos assumem os riscos decorrentes dos consensos estabelecidos, não competindo ao Estado intervir na esfera privada, exceto nos

casos em que houver qualquer forma de violência, atos esses que já são tipificados e puníveis legalmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo oportuniza algumas reflexões acerca da temática. Primeiramente, evidencia-se a identidade da pessoa vivendo com HIV/AIDS, conforme aponta o Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS publicado pelo Ministério da Saúde no ano de 2016, trata-se de pessoas com baixa escolaridade que em sua maioria desconhecem seus direitos. Esses sujeitos já estão marginalizados na perspectiva educacional, e agora, diante da possibilidade da aprovação da lei que criminaliza a transmissão do HIV, podem sofrer as consequências sociais do efeito colateral que uma lei nessa perspectiva irá lhes impor.

A transmissão do vírus HIV precisa ser discutida sob a perspectiva da saúde pública, pois envolve aspectos em que se implica a dignidade, a moral e a subjetividade dos sujeitos, conforme afirmam Maia e Neto (2008). Tornar as pessoas vivendo com HIV/AIDS criminosos em potencial não parece ser uma alternativa para a diminuição de casos de infecção, o contrário, o reforço ao estigma e a discriminação (injusta) imposto por essa lei podem comprometer a busca por auxílio e assistência.

A segunda reflexão que o artigo estimula refere-se à fragilidade dos projetos de leis citados no presente artigo. Em uma busca por decisões de todos os tribunais do país de casos que envolvam as palavras “transmissão, HIV, AIDS e crime” foram localizados cerca de 22 (vinte e dois) julgados, apenas. Essa evidência questiona se o caminho para combater o aumento nos casos de AIDS seria, de fato, a criminalização, pois percebe-se que se trata de um número relativamente baixo se comparado aos dados estatísticos da epidemia. Aponta-se os projetos de leis como frágeis por não corresponderem a uma necessidade social tendo em vista a quantidade de julgados.

No levantamento descrito no parágrafo anterior constatou-se que os dados pessoais das partes envolvidas no processo foram divulgados. A exposição inconstitucional dos envolvidos sugere mais um ponto que merece atenção, porque os casos não ocorrem em segredo de justiça? A revisão que fundamenta o presente artigo evidencia a forma preocupante que a lei penal vem se ocupando do tema, seria a divulgação uma forma de “disciplinar” os “criminosos” em potencial para as consequências da transmissão do HIV? Essas perguntas

reforçam a necessidade de uma interlocução entre as garantias individuais e a defesa da saúde pública.

A Lei Penal se ocupa do causador do dano, contudo, convém olhar para o dano desse suposto causador. A pessoa com HIV/AIDS convive com uma condição que requer o acolhimento e a atenção da saúde pública, reduzi-lo a um vetor de danos implica em mais uma pena além daquela que lhe foi imposta ao ser infectado. A criminalização impõe um olhar objetivo que pode dificultar a análise das questões subjetivas que envolvem a temática, não se discute os casos específicos em que o dano causado foi fruto de uma violência sexual, mas convida-se os autores dos projetos a uma revisão acerca do objetivo da lei. O diálogo precisa ser estendido a outras áreas do conhecimento para que seja possível ampliar o olhar sobre a PVHA.

Criminalizando a transmissão do HIV abrem-se outras discussões, como por exemplo, o filho que foi infectado pela mãe no nascimento ou durante a amamentação pode requerer uma indenização pelo suposto crime cometido por sua mãe? Os casais soro discordantes devem registrar legalmente um acordo em que assumem o conhecimento acerca da condição de saúde do (a) parceiro (a)? Nessa perspectiva de criminalização entende-se, então, que o sistema prisional pode garantir uma mudança comportamental? O direito penal deveria ser a última tentativa diante dos evidenciados fracassos anteriores, contudo, surge como uma resposta simples para um problema altamente complexo. A justiça criminal seria a resposta mais eficaz para um problema de saúde pública?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado. 1998.

_____. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>.

_____. **Boletim Epidemiológico HIV AIDS**. Ministério da Saúde. Brasília, DF. 2016. Disponível em:

<http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2016/59291/boletim_2016_1_pdf_16375.pdf>. Acesso em 01 jun. 2017.

_____. AIDS. Ministério da Saúde. Brasília, DF. 2014. Disponível em:

<<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/links-de-interesse/286-aids/9053-o-que-e-hiv>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

GODOI, Alcinda Maria Machado. **Criminalização da transmissão sexual do HIV: uma abordagem bioética**. 2013. 270 f., il. Tese (Doutorado em Bioética) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em:

<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/13238?mode=full>>

Acesso em 26 mai. 2017

Guimarães, Marclei da Silva. **Sobre a criminalização da transmissão do HIV no Brasil**.

Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <http://abiids.org.br/sobre-criminalizacao-da-transmissao-do-hiv-no-brasil/29572#_ftn1> Acesso em 26 mai. 2017.

MAIA, Cynthia M.F; NETO, Sebastião B.C. Qualidade de vida de portadores de HIV/aids assistidos por uma organização de apoio. **Estudos**, Goiânia. 2008 set/out; 35(5): 865-86.

Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/viewFile/1098/769>>

Acesso em 03 jun. 2017.

PEREIRA, Carla Rocha; MONTEIRO, Simone Souza. A criminalização da transmissão do HIV no Brasil: avanços, retrocessos e lacunas. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1185-1205, Dec. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312015000401185&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 mai. 2017.

RAMOS, Dalton. L. P. Bioética – Pessoa e Vida. Difusão Editora, 2009. Capítulo 2 **A pessoa e a vida humana: um fundamento para a Bioética**.

SGRECCIA, Elio. Manual de Bioética. I – Fundamentos e Ética Biomédica. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Capítulo 4 **A pessoa humana e o seu corpo**.

ROBALDO, José Carlos de Oliveira. **Direito Penal como *ultima ratio***. Disponível em <<http://www.lfg.com.br>> em 08 de abril de 2009> Acesso em 14 jun. 2017.

SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética da proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. **Revista Bioética**, v. 16, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/52/55>. Acesso em: 05 jun. 2017

SOERENSEN, Bruno; MARULLI, Katia B.B. Manual de Saúde Pública. Marília: UNIMAR; São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

UNAIDS. **Estatísticas**. Relatórios mais recentes do UNAIDS. Disponível em: <<http://unaids.org.br/estatisticas/>> Acesso em 14 jun. 2017.

ZEHR, H. Trocando as Lentes: Um novo foco sobre o crime e a justiça. 2. ed. São Paulo: Palas Athena, 2008. Cap. 10. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/jr/docs/pdfestudo.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2017.



DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA QUESTÃO DE ALTERIDADE

Guilhermina Elisa Bessa da Costa

O movimento pela inclusão no Brasil está atrelado à construção de uma sociedade democrática onde todos, sem distinção, tenham seus direitos garantidos de forma igualitária. Diante dessa realidade, é importante destacar a necessidade do respeito às diferenças; nesse sentido, justifica-se a imprescindibilidade do estudo da temática, em razão da abrangência da inclusão no contexto social. No entanto, existe um distanciamento entre o real e o ideal, embora no percurso histórico seja possível perceber que ocorreram mudanças, mas ainda é necessário que aconteça uma ressignificação da educação inclusiva no cotidiano escolar.

A proposta de educação inclusiva implica o reconhecimento das diferenças e as adequadas condições para que essas não sejam um obstáculo à formação [...]. A educação inclusiva, assim, não deve desconhecer as diferenças, mas proporcionar recursos para o cumprimento dos objetivos escolares (CROCHIK, 2012, p. 42).

Para compreender como ocorreu esse movimento pela inclusão, convém destacar as principais leis, diretrizes e decretos que defendem a educação inclusiva e as principais políticas públicas. Nessa trajetória, na década de 1980, reivindicações pela democratização do ensino, com mobilizações acerca do acesso à escola e a sua gratuidade, mas a ênfase era destinada para a formação em serviço dos professores envolvidos na Educação Especial, deixando uma lacuna na formação em nível superior para a educação inclusiva.

Nesse percurso, caminhando para uma breve análise da década de 1990, observou-se uma queda na procura pelo atendimento na rede pública, em virtude de não haver uma política de formação de professores para a educação inclusiva em nível superior com habilitações específicas, fato que dificultou a ampliação do processo de inclusão escolar.

Por isso, foi e ainda é necessário que os cursos de formação de professores possam promover a difusão dos conhecimentos no que tange às leis e decretos que fundamentam o movimento de inclusão, e aqui se destacam importantes documentos internacionais que

influenciaram a educação brasileira, a saber: os resultados da Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien (TAILÂNDIA, 1990).

Em 1994, na Espanha, ocorreu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, quando foi elaborado um marco para a educação inclusiva, que foi a Declaração de Salamanca. Esses documentos interferiram no dia a dia de algumas escolas, mas ainda não havia um aprofundamento e o processo de inclusão acontecia lentamente.

Seguindo nesse percurso histórico, é imprescindível destacar a Constituição Federal/88, que estabeleceu o Direito de as pessoas com necessidades especiais receber educação, preferencialmente na rede regular de ensino (inciso III do artigo 208 da Constituição Federal), objetivando a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade e o direito à educação comum a todas elas, através de uma educação inclusiva, em escola de ensino regular, como forma de assegurar, o mais plenamente possível, o direito de integração na sociedade. A partir da Constituição vai se delineando algumas mudanças na conjuntura educacional, mas que ainda precisava de uma difusão na sociedade e no cotidiano escolar.

Ao lançar o holofote para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, destacamos a ênfase destinada para a Universalização do ensino, igualdade de acesso e permanência na escola, com gestão democrática. É importante ressaltar a relevância da articulação da escola com a sociedade, para engajar-se em um entrosamento social em torno dos processos de aprendizagem que temos de desenvolver para formar cidadãos autônomos e aptos para as exigências que a contemporaneidade nos traz, evitando a exclusão. Por isso, é importante conhecer as políticas públicas existentes em nosso país, haja vista que

As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientam o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que visa a beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo (GLAT; NOGUEIRA, 2000, p. 27).

Ainda nesta direção, destacamos que, em 1999, o Decreto nº 3.298 foi regulamentado e a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definiu a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação Especial ao ensino regular. Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a

Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

A Convenção da Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício desses direitos e liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da Educação Especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Ao estudar os documentos legais, percebemos que se amplia o caráter da Educação Especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, prevista no seu artigo 2º. No Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, há um destaque interessante: que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

A proposta das Diretrizes para a formação de professores da Educação Básica, ressalta o papel do professor adiante da atual compreensão da educação, cujo foco é a formação para o exercício pleno da cidadania. Enfatiza-se nos deveres da docência “assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos” (BRASIL, 2000, p. 5).

Nessa mesma direção, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com deficiência, mas na realidade, percebemos que os encontros de planejamento e as semanas pedagógicas em alguns municípios ainda não se debruçam sobre tais debates e discussões.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à

escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de estudantes com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. Impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, é desenvolvido com o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos. O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola aos estudantes surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor de Libras, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e ratificada com força de Emenda Constitucional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto Executivo nº 6.949/2009, estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

O Decreto nº 6.571/2008, incorporado pelo Decreto nº 7.611/2011, institui a política pública de financiamento no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Visando ao desenvolvimento inclusivo dos sistemas públicos de ensino, este Decreto também define o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização e os demais serviços da educação especial, além de outras medidas de apoio à inclusão escolar.

Com a finalidade de orientar a organização dos sistemas educacionais inclusivos, o Conselho Nacional de Educação – CNE publica a Resolução CNE/CEB, 04/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica. Este documento determina o público-alvo da Educação Especial. Para complementar a referida resolução, no intuito de promover políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência, entre as quais, aquelas que efetivam um sistema educacional inclusivo, nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, instituiu-se, por meio do Decreto nº 7.612/2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

No que tange à legislação específica para a comunidade surda, destacamos o Decreto nº 5.296, que regulamenta a Lei nº 10.048 de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Política Nacional de Educação Especial e da educação inclusiva/MEC/SEESP (BRASIL, 2008). Nessa mesma direção, convém ressaltar a importante Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e o Plano Nacional de Educação (Congresso Nacional/Brasília/DF (BRASIL, 2010), que preconiza quanto à formação de professores para atuarem na educação com alunos da Educação Especial.

No que se refere, ainda, à Educação para surdos, destaca-se a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Após debates e lutas em prol da Lei supracitada, foi promulgado o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

A Lei supracitada tem contribuído para a expansão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS no contexto educacional e também para a inserção dos surdos na escola regular. Um destaque também para a inclusão da disciplina de Libras, nos cursos de graduação (licenciatura) e fonoaudiologia, possibilitando aos profissionais o contato com a LIBRAS e a sensibilização no que tange à comunidade surda.

1 IMPORTÂNCIA DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (LEI Nº13.005/2010): DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Em continuidade, citamos a Conferência Nacional de Educação – CONAE/ 2010, a Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, no inciso III, parágrafo

1º, do artigo 8º, e que determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantam o atendimento às necessidades específicas na Educação Especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Com base neste pressuposto, a meta 4 e respectivas estratégias objetivam universalizar, para as pessoas com deficiência (...), na faixa etária de 4 a 17 anos, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado. O AEE é ofertado preferencialmente na rede regular de ensino, podendo ser realizado por meio de convênios com instituições especializadas, sem prejuízo do sistema educacional inclusivo.

No que tange à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – 2004-2014, ressaltamos a meta 4, que destaca:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Assim sendo, o conhecimento acerca da legislação e dos marcos regulatórios vigentes em nosso país torna-se imprescindível, pois se observa que os cursos de formação de professores, da maneira como foram organizados, ainda tratam a educação inclusiva de formar generalista e é preciso que haja um aprofundamento no que concerne ao fazer pedagógico para a educação inclusiva. Conhecer e difundir as leis que regem a nossa educação é de fundamental importância para que os direitos das pessoas que precisam ser incluídas no contexto educacional sejam efetivados, pois trata-se de uma questão de ética e alteridade, diante da necessidade de oportunizar igualdade de direitos a todas as pessoas, sem distinção de raça, credo ou deficiência.

2 OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA) Nº 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015

No decorrer os anos, foi possível perceber as mudanças no que diz respeito à legislação voltada para a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Nesse sentido, convém sublinhar a relevância da difusão nos espaços acadêmicos e comunitários da Lei de Inclusão, instituída pela Presidência da República do Brasil corresponde à Lei nº

13.146, de 06 de julho de 2015: Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que destaca, no art. 3, os direitos de pessoas que utilizam a comunicação em LIBRAS e Braille, entre outras importantes conquistas para as pessoas com deficiência.

Diante da legislação apresentada, percebemos que houve avanço no que tange às políticas públicas, no entanto, fica evidenciado que ainda há um grande desafio a ser alcançado: aproximar as leis da realidade, a fim de torná-las reais na vida das pessoas, principalmente daquelas que necessitam de atendimento especializado. Por isso, precisamos divulgar os marcos legais, as políticas públicas em voga, principalmente para os educadores, para que possam divulgar para as famílias e orientá-las quanto aos seus direitos.

Desse modo, salienta-se a importância de que todos os profissionais das escolas estejam preparados para viver uma educação inclusiva e de qualidade, mormente os professores que atuam em sala de aula. É necessário ter um arcabouço teórico e metodológico para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma harmônica e adequada, estabelecendo parcerias constantes com os pais e com a comunidade, e, acima de tudo, acreditando que o movimento da inclusão social é imperativo, urgente e possível.

Nessa perspectiva, concordamos com Stainback (1999), quando afirma que

O que está em questão no ensino inclusivo não é se os alunos devem ou não receber, de pessoal especializado, de pedagogos qualificados, experiências educacionais apropriadas e ferramentas e técnicas especializadas das quais necessitam. A questão está em oferecer a esses alunos os serviços de que necessitam, mas em ambientes integrados, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades (STAINBACK, 1999, p. 25).

E com Tardif (2002), ao comentar que

[...] os professores são atores competentes sujeitos do conhecimento, tais considerações permitem recolocar a questão da subjetividade ou do ator no centro das pesquisas sobre o ensino e sobre a escola, de maneira geral. De fato, esse postulado propõe que se pare de considerar os professores, por um lado, com técnicos que aplicam conhecimentos produzidos por outros (por exemplo: os pesquisadores universitários, os peritos em currículo, os funcionários do Ministério da educação etc.), e, por outro lado, como agentes sociais cuja atividade é determinada exclusivamente por forças ou mecanismos sociológicos (TARDIF, 2002, p. 229).

Dessa forma, é preciso que ocorram mais debates sobre a formação de professores, alteridade, inclusão social e temas correlatos, com o intuito de buscar propostas efetivas de articulação entre a Universidade, as escolas municipais e estaduais e a comunidade. Além dos conhecimentos teóricos preconizados no mundo acadêmico, vivenciado nos cursos de licenciatura, é importante salientar a necessidade de realizar uma formação continuada, com

novas experiências de atuação profissional, tendo em vista as mudanças paradigmáticas que se tem enfrentado na atualidade.

Nesse entendimento, foi observado que, apesar de alguns avanços, ainda há um grande caminho a percorrer. Os cursos de graduação (licenciatura) precisam propor reformas curriculares, e principalmente nas ações pedagógicas, oportunizando que os atuais e futuros professores tenham conhecimentos para lidar com a diversidade em sala de aula e estejam preparados teórico e metodologicamente para tais desafios, na perspectiva de atender aos novos paradigmas da contemporaneidade.

Nesse sentido, Freire (1987, p. 10) defende que

A verdadeira reflexão crítica origina-se e dialetiza-se na interioridade da “práxis” constitutiva do mundo humano – é também “práxis”. Distanciando-se de seu mundo vivido, problematizando-o, “descodificando-o” criticamente, no mesmo movimento da consciência o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo de sua experiência. Testemunhando objetivamente sua história, mesmo a consciência ingênua acaba por despertar criticamente, para identificar-se como personagem que se ignorava e é chamada a assumir seu papel.

Nessa mesma direção, segundo Imbernón (2004, p. 69), a formação permanente dos professores experientes deve, para além da atualização científica, pedagógica e cultural, se ocupar da “[...] teoria para organizá-la, fundamentá-la, revisá-la ou combatê-la se preciso for”. É necessário que haja uma reformulação curricular em todos os cursos de licenciatura, já que nem todos contemplam esse componente no currículo. E, finalmente, que as políticas e reformas educacionais para formação de professores possam contribuir para fomentar conhecimentos adequados, com atitudes positivas e compromisso em levar adiante o paradigma inclusivo para as salas de aula.

A formação para a Educação inclusiva requer mudanças pedagógicas, arquitetônicas, culturais, procedimentais e atitudinais. Não basta que uma escola escreva no seu Projeto político e pedagógico que tem uma proposta de inclusão, é preciso todo um processo para que a inclusão deixe de ser um discurso. É urgente, em nossas escolas, que o processo de inclusão deixe de ser apenas um cumprimento dos dispositivos legais e marcos regulatórios e se torne uma realidade., para que as pessoas possam ter seus direitos garantidos em todas as áreas: acesso ao conhecimento, acesso a saúde, ao lazer, a cultura com vistas as alteridade e garantia de direitos.

3 DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: RELAÇÃO REFLEXÃO-AÇÃO-REFLEXÃO

Diante da urgência de implementar no cerne da sala de aula a inclusão escolar, é importante destacar que o ser humano necessita desenvolver sua autonomia e a capacidade reflexiva e dinâmica para estar atento às mudanças de paradigmas e também às exigências da sociedade contemporânea, principalmente as pessoas com deficiência, que devem ter seus direitos garantidos a partir da legislação vigente.

Nessa direção, é importante destacar a necessidade de investir na formação dos professores, ampliando inclusive o conceito de formação, muitas vezes vislumbrado apenas como acúmulo de conhecimentos, pois se trata de um processo multifacetado, amplo e que exige reflexão e concatenação de teoria e prática. A profissionalização docente deve primar por um processo formativo que valorize a alteridade.

Passa-se do conceito de formação como “[...] atualização científica, didática e psicopedagógica do professor para adotar um conceito de formação que consiste em descobrir, organizar, fundamentar, revisar e construir a teoria” (IMBERNÓN, 2004, p. 49). Sendo assim, é preciso que haja um envolvimento de todos os atores que fazem parte da formação dos professores, ressignificando os saberes da docência.

Nessa perspectiva, discutimos a necessidade da implementação de cursos e programas de formação continuada de educadores que atuam na Educação Básica de forma que haja um processo de estudo, reflexão e diálogo para implementar as mudanças indispensáveis no processo pedagógico e metodológico. Convém destacar a importância da formação de professores para essa realidade. Nessa direção, Zeichner destaca que

Os professores que são práticos reflexivos desempenham importantes papéis na definição das orientações das reformas educacionais na produção de conhecimento sobre o ensino, graças a um trabalho de reflexão na e sobre a própria experiência (ZEICHNER, 1993, p. 10 e 11).

O fato de a formação inicial, estabelecida pela legislação, não ser suficiente para o desenvolvimento das atividades inerentes à educação de estudantes com surdez requer investimento na profissionalização docente, estudo constante, diálogo, reflexão-ação-reflexão, tendo em vista que

Não podemos duvidar de que a nossa prática nos ensina. Não podemos duvidar de que conhecemos muitas coisas por causa de nossa prática [...]. Mas este conhecimento que ganhamos de nossa prática não basta. Precisamos ir além dele. Precisamos conhecer melhor as coisas que já conhecemos e conhecer outras coisas que ainda não conhecemos (FREIRE, 1993, p. 71).

Contudo, no cotidiano das escolas, verifica-se ainda uma discrepância entre o que preconizam os dispositivos legais e o que é efetivamente realizado na prática, mostrando uma distância entre o real e o ideal, pois ainda permanece um despreparo por parte do sistema regular de ensino para atender às demandas dos estudantes que necessitam ser incluídos por apresentarem deficiências, dificuldades de aprendizagem ou de comunicação, porque alguns professores ainda não tiveram acesso ao novo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

É imprescindível difundir o que está preconizado na Lei nº 13.176/2015 e torná-la acessível para professores, pais, estudantes, para que conheçam os seus direitos e possam lutar em sua escola, em seu bairro e em sua cidade por uma educação que efetivamente vislumbre a educação inclusiva como uma realidade, e com o apoio de toda a equipe escolar possa extrapolar os muros da sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante avaliar e fazer uma crítica do nosso contexto educacional que possa levantar questões e propor ações concretas no que tange à garantia de direitos quanto ao processo de inclusão, pois há muitas barreiras que precisam ser superadas: arquitetônicas, garantir materiais e mobiliários pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas, entre outros, e também no processo formativo dos professores.

A preparação para o processo de inclusão necessita se estender para todos os profissionais da escola e não apenas ao professor. Defendemos que as formações para a inclusão comecem na portaria da escola, percorra a cantina, a biblioteca e as salas da direção e coordenação. É importante que todos estejam preparados para interagir com os estudantes com deficiência e com surdez, influenciando também os estudantes ouvintes, por exemplo, a aprender princípios básicos para comunicação em LIBRAS, proporcionando elementos para enfrentar as novas demandas educacionais na atualidade na educação brasileira.

É essencial enfatizar a necessidade da reformulação dos cursos de graduação, a fim de adaptarem-se às Diretrizes curriculares Nacionais, ao Plano Nacional de Educação e à LDB nº 9.394/96. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente traz, em seu bojo, a ênfase na universalização do ensino, igualdade de acesso e permanência na escola, com gestão democrática.

Convém destacar a importância da difusão dos princípios, fundamentos e marcos legais da educação inclusiva. Diante dessa realidade, torna-se imprescindível apresentar nas

reuniões de planejamento como ocorre e como deve ocorrer o processo de inclusão, inserindo estudos teóricos e práticos, ampliando a visão de forma mais sistemática, tendo em vista que a inclusão requer preparação, estudos permanentes com vistas a uma visão mais clara da alteridade.

Nessa perspectiva, discutimos a necessidade da implementação de cursos e programas de formação continuada de educadores que atuam na educação em qualquer nível e nas diferentes instâncias, que se possa investir na organização e execução de uma prática pedagógica pautada na alteridade, capaz de implementar as mudanças imperativas na sala de aula, com ênfase no investimento da profissionalização docente.

Embora tenha ocorrido mudanças nos diferentes tempos e espaços, no que tange à aplicabilidade da legislação vigente e das políticas públicas de inclusão, é necessário valorizar os princípios da expansão dos conhecimentos e do respeito à diversidade no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial, MEC, SEESP, 2001.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.
- _____. Lei n. 13.146, de 06 de Julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília – DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 17 dez. 2016.
- _____. LEI 10.048 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2000, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10048-8-novembro-2000>>. Acesso em: 17 dez. 2016
- _____. LEI 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/842349.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.
- _____. MEC. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação e Cultura-MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016

_____. **Convenção Sobre Os Direitos Das Pessoas Com Deficiência** (ONU, 2006). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Congresso Nacional. Brasília/DF. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

CROCHIK, José León. Educação Inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica: In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVAO FILHO, Teófilo Alves (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EdUFBA, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

_____. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1993.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lúcio Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PIETRO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. **Educação Especial em contexto inclusivo: reflexão e ação**. Salvador: EDUFBA, 2011.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TAILÂNDIA. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem** Jomtien (Tailândia), 1990. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZEICHNER, Kenneth M. **A formação reflexiva do professor: Ideias e Práticas**. Tradução de Maria Nóvoa. Lisboa: Educa, 1993.

OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CONCEBIDO *POST MORTEM* À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Ana Paula Costa Cerqueira¹
Deivid Carvalho Lorenzo²

RESUMO

O presente artigo busca proporcionar uma reflexão acerca da necessidade de adequação da legislação vigente para com as novidades trazidas pelas técnicas de reprodução humana assistida versando sobre a concepção *post mortem* no âmbito do direito sucessório. Atualmente, esses filhos havidos por meio de embriões inseminados artificialmente em momento posterior à morte do genitor são tidos como filhos apenas para o Direito de Família, não prevalecendo o mesmo entendimento ao se tratar da questão sucessória. Sendo assim, observa-se que a lei ainda se mostra omissa diante de assunto tão atual. Através da utilização do método hipotético-dedutivo e do procedimento bibliográfico, analisando doutrinas, jurisprudências e legislações diversas, este artigo tem como finalidade discutir e analisar o presente tema, estabelecendo, ao fim, propostas de mudança, com base no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e no princípio da igualdade entre os filhos, necessárias para adequar o Direito de Família ao Direito Sucessório.

Palavras- chave: Reprodução Humana Assistida. Direito de Família. Direito Sucessório. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

1 INTRODUÇÃO

Consoante assegurado no artigo 1.798 da Lei 10.406/02, também denominado Código Civil, possuem legitimidade para suceder as pessoas já nascidas ou concebidas à época da abertura da sucessão.

Inicialmente, a concepção humana era realizada apenas por um modo: através do encontro dos gametas feminino e masculino no interior do corpo da mulher. Ao longo dos anos, as evoluções científicas fizeram nascer a possibilidade da fecundação ocorrer fora do corpo feminino, em uma proveta, sendo este material posteriormente introduzido no útero daquela que dará continuidade à gestação. A esta técnica deu-se o nome de reprodução humana assistida.

Esta inovação não abalou apenas o mundo científico, trazendo interferências também no mundo jurídico. Por este motivo, atento a esta novidade no campo da ciência, o legislador

¹ Discente do Curso de Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: annapaula_costa_@hotmail.com

² Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: deivid.lorenzo@ucsal.br

percebeu a necessidade de adequação da legislação vigente no Brasil a este novo momento, trazendo no artigo 1.597 do Código Civil a presunção de concepção na constância do casamento dada aos filhos havidos por meio de embriões excedentários decorrentes da concepção artificial homóloga e daqueles nascidos por meio de inseminação heteróloga, desde que haja prévia autorização do marido.

A utilização das técnicas de reprodução assistida, não obstante todas as discussões de cunho ético e religioso, trouxe esperanças para inúmeros casais impedidos de gerar seus filhos de forma natural. Como a ciência encontra-se em constante evolução, novas técnicas de implantação e conservação foram desenvolvidas surgindo assim a possibilidade deste material genético ser conservado a fim de ser implantado no útero da genitora após a morte do genitor. É desta novidade que nasceu o objeto de pesquisa a ser desenvolvido ao longo do presente artigo.

Nota-se que a inovação normativa trazida pelo Livro IV, intitulado “Do Direito de Família”, mostra-se incompatível com o Livro V, “Do Direito das Sucessões”. Isto porque, ao se deparar com a leitura dos artigos desses dois livros do Código Civil, é possível notar que esses filhos havidos por meio de embriões inseminados artificialmente serão considerados filhos para o direito de família, mas não para o direito sucessório. Ocorre que, em observância ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e ao princípio da igualdade entre os filhos, como permitir que tal divergência persista? Como admitir que os filhos concebidos *post mortem* não tenham direito ao patrimônio reunido pelo pai e deixado como herança aos filhos? Quais os fundamentos jurídicos e principiológicos que podem ser utilizados para assegurar este direito?

Embora a ideia de que um filho possa ser gerado anos após a morte do pai venha a causar estranheza, é preciso ter em mente que esta já é uma realidade do ponto de vista científico. Por este motivo, tem-se cada vez mais a necessidade de se adequar o ordenamento jurídico vigente no Brasil às realidades tão díspares daquelas existentes no momento da elaboração do Código Civil de 2002. O princípio da dignidade da pessoa humana, analisado concomitantemente ao princípio da igualdade entre os filhos, servirá como base para analisar quais as possibilidades de assegurar a este filho concebido *post mortem* os mesmos direitos sucessórios já assegurados aos filhos nascidos ou já concebidos no momento da abertura da sucessão.

Com o intuito de discutir e analisar o presente tema, será abordado na seção 1 deste artigo o conceito de reprodução humana assistida e suas técnicas, destacando as normas éticas trazidas pela Resolução nº 2.121/2015 do Conselho Federal de Medicina. A seção 2 trará

algumas considerações acerca do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e suas implicações no âmbito do direito sucessório. Na seção 3 será apresentada uma breve explanação sobre o direito sucessório, destacando quem são os legitimados por lei à sucessão, bem como a ordem de vocação hereditária. A seção 4 trará uma abordagem sobre os direitos sucessórios do concebido *post mortem* na legislação estrangeira. Por fim, a seção 5 tratará das propostas de inovação que deverão ser feitas na legislação pátria a fim de abarcar os direitos sucessórios do *concebido post mortem*. Será utilizado, para fins de elaboração deste artigo, o procedimento bibliográfico, através da análise de doutrinas, jurisprudências e legislações específicas.

A lei ainda se mostra omissa no que diz respeito aos direitos sucessórios do concebido *post mortem*, e esta obscuridade precisa ser sanada, pois não há como a legislação vigente continuar se abstendo por muito tempo diante de tema que se mostra tão presente e atual.

2 REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: CONTORNOS TÉCNICOS E ÉTICOS

2.1 MÉTODOS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

Entende-se por fecundação artificial, consoante Cipriani (2007), como sendo “os diversos procedimentos técnicos que visam a obter uma concepção humana de maneira diversa da união sexual do homem e da mulher”.

De início, é importante destacar que, segundo Cipriani (2007), o termo “embrião” refere-se ao óvulo fecundado em seus dois primeiros meses de desenvolvimento, sendo denominado de feto nos estágios subsequentes. Consoante o entendimento deste mesmo autor, este ser já possui características próprias, sejam elas de cunho genético ou biológico, possuindo seu próprio sistema imunológico, sendo a mãe uma mera fornecedora do ambiente adequado para que este novo ser se desenvolva.

Cipriani (2007) destaca duas técnicas de fecundação artificial classificadas de acordo com a modalidade do processo de fecundação: *in vivo* e *in vitro*. A técnica chamada de GIFT (*Gamete Intra-Fallopian Transfer* – transferência do gameta nas trompas de Falópio) é caracterizada pela introdução do material genético masculino diretamente nas trompas de Falópio, onde ocorrerá a concepção. Já na fertilização *in vitro*, a concepção ocorrerá fora do corpo da mulher, em uma proveta, sendo o embrião introduzido posteriormente no útero. O primeiro caso de reprodução humana assistida trata-se de Luisa Brown, nascida em 25 de julho de 1978, sendo conhecida como a primeira criança concebida em proveta.

Insta salientar que os termos “infertilidade” e “esterilidade” apresentam conceitos distintos. Quando a mulher, após a fecundação, por motivos diversos, não consegue prosseguir com a gestação, tem-se a infertilidade. Por sua vez, na esterilidade não há sequer a fecundação, podendo ter como origem problemas de ordem genética, hormonal, psicológica, dentre outros, por parte tanto da mulher, quanto do homem.

No decorrer do processo de inseminação artificial, alguns óvulos são fecundados, porém nem todos são implantados. Meirelles (2000) destaca que “o destino dos embriões ‘excedentes’ constitui séria questão que assume contornos éticos, sociais, jurídicos”. São chamados embriões excedentes aqueles não utilizados na técnica de reprodução humana assistida, ou por terem sido considerados inviáveis ou tão somente por terem ultrapassado o número máximo permitido para implantação.

Um destino dado aos embriões excedentes é a criopreservação, ou seja, congelamento em temperatura muito baixa. Entretanto, Meirelles (2000) destaca dois problemas que podem ser ocasionados por este processo de conservação. O primeiro deles tem relação com o risco a que está submetido o embrião devido à manipulação térmica, visto que, para sair da crioconservação, o embrião deve ser aquecido, para só assim ser utilizado. E o segundo problema, de cunho preponderantemente ético, está ligado ao fato de que este embrião não implantado se manterá vivo de forma indefinida, destacando, desta forma, a sua autonomia vital, por sobreviver fora do ventre, bem como a sua vulnerabilidade.

Segundo Cipriani (2007) “o embrião, desde a sua concepção, goza da propriedade da individualidade”. Para a filosofia, um indivíduo é um ser *indivisum in se e divisum a quolibet alio*, ou seja, indivisível em si e dividido de qualquer outro. Por esta razão, por ter status de indivíduo, tanto na esfera biológica quanto filosófica, o embrião não pode ser tratado como *res*, sendo manipulado e descartado de forma aleatória, sem observar os direitos que lhe são garantidos por desfrutar do princípio da individualidade, sendo então considerado um ser individualizado com essência humana.

2.2 BASES NORMATIVAS PARA A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA

O Código Civil de 2002 traz no bojo do seu artigo 1597³ as hipóteses de presunção de filiação, fazendo menção, em três de seus incisos, às técnicas de reprodução humana assistida.

³ Art. 1.597, CC. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal; II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento; III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido; IV - havidos, a qualquer tempo, quando se

Consoante dispõe o artigo supramencionado, em seu inciso III, há presunção de concepção na constância do casamento dos filhos havidos por fecundação artificial homóloga, ainda que o cônjuge tenha falecido. Isto porque, entende-se por fecundação homóloga aquela realizada com o material genético do genitor. Ainda no que tange a este tipo de concepção, também há presunção de filiação para aqueles filhos havidos a qualquer tempo, desde que se tratem de embriões excedentes.

No que diz respeito à fecundação heteróloga, que é aquela havida mediante a utilização do material genético de um doador, só há presunção da filiação nos casos em que haja a prévia autorização do cônjuge. Esta autorização prévia pode ser revogada apenas até o momento da concepção, não sendo permitida a revogação *a posteriori*.

O Provimento nº 52 de 14 de março de 2016 da Corregedoria Nacional de Justiça trouxe importante avanço no que tange ao registro de nascimento e emissão da certidão aos filhos nascidos por meio de reprodução humana assistida, tanto nos casos de fertilização *in vitro* como nos de gestação por substituição. Anteriormente à publicação deste Provimento, o registro dessas crianças só podia ser feito por meio de decisão judicial. Isto porque, a maternidade devidamente comprovada assegurava os laços de parentesco, sendo considerada mãe aquela que gestou e pariu a criança. Sendo assim, com o advento de tal medida, filhos de casais homoafetivos ganharam o direito de ter no registro o nome do casal, não havendo a distinção entre os ascendentes. Consoante o artigo 2º, § 2º, “nas hipóteses de gestação por substituição, não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo – DNV”. Insta salientar que, em concordância com o disposto no Código Civil, para os casos de reprodução humana assistida *post mortem* faz-se necessária a apresentação de autorização prévia específica do falecido para a utilização do material genético que fora preservado.

De acordo com o artigo 2º do Provimento, para que seja feito o registro e a emissão da certidão de nascimento, é necessário que sejam apresentados os seguintes documentos: declaração de nascimento vivo (DNV); declaração com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando a técnica adotada, o nome do doador ou da doadora, com registro de seus dados clínicos de caráter geral e características fenotípicas, assim como o nome dos seus beneficiários; certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento,

tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga; V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.

escritura pública de união estável ou sentença em que foi reconhecida a união estável do casal.

Para os casos de doação voluntária de gametas ou de gestação de substituição, o §1º do mesmo artigo ressalta que deverão também ser apresentados: termo de consentimento prévio, por instrumento público, do doador ou doadora, autorizando, expressamente, que o registro de nascimento da criança a ser concebida se dê em nome de outrem; termo de aprovação prévia, por instrumento público, do cônjuge ou de quem convive em união estável com o doador ou doadora, autorizando, expressamente, a realização do procedimento de reprodução assistida; termo de consentimento, por instrumento público, do cônjuge ou do companheiro da beneficiária ou receptora da reprodução assistida, autorizando expressamente a realização do procedimento.

É defeso aos oficiais registradores, conforme determinação da ministra Nancy Andrighi, à época Corregedora Nacional de Justiça, a recusa ao registro dessas crianças geradas por meio de reprodução assistida, sejam elas filhas de casais homoafetivos ou heterossexuais, sob pena de responder a processo disciplinar.

No que tange aos embriões excedentes, o Supremo Tribunal Federal demonstrou por meio da ação direta de inconstitucionalidade nº 3.510, a constitucionalidade do art. 5º da Lei 11.105/05, também intitulada Lei de Biossegurança, que trata deste tema. Consoante o disposto neste artigo, é permitida a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* não utilizados no procedimento, desde que seja para fins de pesquisa e terapia. Contudo, certas condições devem ser atendidas: os embriões devem ser inviáveis ou devem estar congelados há três anos ou mais. É importante destacar a necessidade do consentimento dos genitores para que estes embriões sejam utilizados para tal fim, além da expressa vedação em lei da comercialização deste material biológico, sendo sua prática tipificada como crime no artigo 15⁴ da Lei nº 9.434 de 4 de fevereiro de 1997.

A questão do embrião humano ainda é tratada de forma tímida pela legislação brasileira. A Lei de Biossegurança aborda este tema de forma muito restrita, trazendo em seu bojo, consoante dispõem os arts. 1º e 3º, normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, cultivo, produção, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, pesquisa, comercialização, consumo, liberação e descarte de

⁴ Art. 15, Lei 9.434/97. Comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano: pena – reclusão, de três a oito anos, e multa, de 200 a 360 dias-multa. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem promove, intermedeia, facilita ou auferir qualquer vantagem com a transação.

organismos geneticamente modificados e seus derivados de forma geral, tratando assim de toda entidade biológica capaz de reproduzir ou transferir material genético, cujo material fora modificado por qualquer técnica de engenharia genética.

3 A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA À LUZ DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

O Conselho Federal de Medicina, órgão criado em 1951, atua na área de fiscalização e normatização da prática médica, conforme o disposto na Resolução nº 1.998/2012, que aprova o regimento interno do presente órgão.

Como forma de orientação no que tange à utilização das técnicas de reprodução humana assistida, visto que o Brasil carece de legislação que trate especificamente sobre o tema, o Conselho Federal de Medicina publicou, por meio da Resolução CFM nº 2.121/2015, uma série de normas éticas visando nortear a conduta médica. De antemão, insta salientar que conforme o disposto na resolução supracitada, a infertilidade humana apresenta-se como um problema de saúde trazendo reflexos no âmbito médico e psicológico, sendo as técnicas de reprodução humana assistida (RA) um contundente avanço tecnológico propício a sanar esta problemática.

Contudo, alguns princípios gerais devem ser considerados durante o processo de utilização das técnicas de RA. Inicialmente, cabe assegurar a probabilidade de sucesso do procedimento bem como a inexistência de risco grave à saúde da paciente e do indivíduo a ser gestado. Como norma instituída pelo Conselho Regional de Medicina, as pacientes deverão ter idade não superior a 50 anos, sendo permitido que tal limite seja excedido somente perante decisão devidamente fundamentada pelo médico responsável.

É vedada a manipulação genética a fim de determinar caracteres genotípicos e fenotípicos, bem como a utilização de oócitos humanos (óvulos imaturos) para finalidade diversa da procriação humana. Em caráter excepcional são permitidas apenas manipulações que visem evitar o aparecimento de doenças futuras para a criança fruto da gestação por intermédio das técnicas de reprodução humana assistida.

As pessoas capazes, bem como as solteiras e os casais homoafetivos, podem ser submetidos às técnicas de RA, sendo dada ao médico, nos dois últimos casos, a discricionariedade para se abster de realizar o procedimento em tela, segundo princípios próprios.

Ademais, a questão da capacidade é suscitada no artigo 5º do Código Civil Brasileiro, *in verbis*:

Art. 5º. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I – pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, ou mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II – pelo casamento;

III – pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V – pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

No que se refere à doação dos gametas ou embriões, a Resolução 2.121/2015 prevê a impossibilidade de doação em caráter lucrativo ou comercial. Mister ressaltar que deve ser obedecido o sigilo das identidades dos envolvidos, seja do doador ou receptor. Impõe-se a idade limite de 35 anos para doações de gametas femininos e 50 anos para gametas masculinos. Incumbe às clínicas onde as doações serão feitas manter registrado os dados clínicos juntamente com amostra de material dos doadores.

O médico assistente é o titular da escolha dos doadores, respeitando, sempre que possível, uma compatibilidade entre doador e receptor. É permitida a doação temporária de útero, também denominada gestação de substituição, para os casos de união homoafetiva ou quando inviável a gestação por parte da doadora de material genético. Nesses casos, aquela que abrigará em seu ventre o concepto deverá ter laço de parentesco até o quarto grau com um dos pacientes.

Os embriões excedentes devem ser criopreservados, ou seja, congelados em temperatura muito baixa, sendo dado aos pacientes o poder de decidir mediante documento escrito qual a procedência a ser tomada com os embriões. Por fim, tem-se que o material genético criopreservado pode ser usado nos casos de reprodução assistida *post mortem* mediante autorização prévia do falecido.

4 O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana vem expresso na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 1º, III, *in verbis*:

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e dos Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana.

Consoante Stolze e Pamplona (2016), este princípio é o mais importante inserido na Constituição Brasileira, sendo garantidor não apenas da simples sobrevivência, mas também do direito da vida em plenitude, sem intervenção privada ou estatal.

Dias (2013) diz que “o princípio da dignidade da pessoa humana é o mais universal de todos os princípios”, sendo ele o ponto de partida de todos os outros princípios. É entendido como um limitador da atuação do Estado, bem como um norteador de sua ação, garantindo os direitos necessários para uma existência digna de cada indivíduo.

Para Farias e Rosenvald (2012),

o postulado fundamental da ordem jurídica brasileira é a dignidade humana, enfeixando todos os valores e direitos que podem ser reconhecidos à pessoa humana, englobando a afirmação de sua integridade física, psíquica e intelectual, além de garantir a sua autonomia e livre desenvolvimento da personalidade.

Ainda segundo Farias e Rosenvald (2012), em decorrência deste princípio, tem-se que a vida humana é intangível, tendo como consequência desta premissa o respeito à integridade física e psíquica do ser humano, a aceitação de que há pressupostos materiais e patrimoniais necessários para assegurar uma existência mínima e o respeito à liberdade e a igualdade.

Meirelles (2004) diz que “o reconhecimento do homem como sujeito de dignidade é elemento fundante da ordem jurídica brasileira atual”, sendo a dignidade da pessoa humana, considerada pela Constituição Federal de 1988 como ponto determinante a tornar legítimo o ordenamento jurídico brasileiro, uma das bases do Estado Democrático de Direito. Por esta razão, a Constituição trata da inviolabilidade do direito à vida como um direito fundamental.

O fenômeno da constitucionalização do Direito Civil, segundo Cunha Júnior (2012), surgiu com a Constituição de 1988, sendo marcado pela adequação das normas e institutos do Direito Civil aos princípios constitucionais.

Insta salientar que, consoante Farias e Rosenvald (2012), o Direito Civil continua tendo *status* de direito privado, sendo apenas seus contornos regulados pelas normas constitucionais. Sendo assim, define-se como Direito Civil Constitucionalizado o conjunto de regras e princípios relativos à proteção da pessoa, que regula a vida privada, abarcando desde valores intrínsecos à existência do próprio ser humano até a tutela de interesses patrimoniais. Com isto, tem-se que os problemas que cercam o direito privado, tutelados pelo Direito Civil,

ganharam a proteção das normas e princípios constitucionais. Assim, Farias e Rosenvald aduzem que “o Texto Constitucional, sem sufocar a vida privada, conferiu maior eficácia aos institutos fundamentais do Direito Civil, revitalizando-os, à luz de valores fundamentais aclamados como garantias e direitos fundamentais do cidadão”.

Farias e Rosenvald (2012) destacam a distinção existente entre constitucionalização e publicização do Direito Civil. Entende-se por publicização do Direito Civil o fenômeno decorrente da intervenção estatal em assuntos da esfera privada a fim de regular a relação existente entre as partes, evitando possíveis desequilíbrios de cunho econômico, onde a parte detentora de maior poder sobrepõe seu desejo diante das demais. Em contrapartida, a constitucionalização do Direito Civil pode ser definida como a transposição de princípios e normas de direito privado para a seara constitucional. Insta salientar que a constitucionalização do Direito Civil não tem a finalidade de tornar de ordem pública normas de caráter essencialmente privado.

Nas palavras de Gonçalves (2013), “a expressão direito civil-constitucional apenas realça a necessária releitura do Código Civil e das leis especiais à luz da constituição”.

Diante do exposto, nota-se que o fenômeno da constitucionalização do Direito Civil foi responsável por dar uma nova roupagem aos postulados jurídicos, adequando-os, desta forma, às novidades da sociedade moderna, cobrindo as relações privadas com o manto da proteção estatal, tendo como princípio basilar o direito do ser humano em ter uma vida digna, com seus direitos e deveres protegidos pelo ordenamento jurídico.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE DIREITO SUCESSÓRIO

5.1 LEGITIMIDADE PARA SUCEDER E ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

O Direito Sucessório tem seu amparo no artigo 5º, XXX da Constituição Federal:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXX – é garantido o direito de herança.

De início, faz-se válido estabelecer distinção entre capacidade e legitimidade. Segundo Dias (2016), a ausência de capacidade está ligada a uma proibição imposta pela lei diante da qual certa pessoa é impedida de intervir em uma relação jurídica. Já a ausência de legitimidade configura-se na inaptidão para praticar determinado ato ou negócio jurídico.

Vale ressaltar ainda que capacidade sucessória e capacidade civil são institutos diferentes. Para Dias (2016), a capacidade civil é “o poder de ação no mundo jurídico”. Já a capacidade sucessória diz respeito à possibilidade de figurar como herdeiro. O artigo 1.798 dispõe que são legitimados para suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão. Tem-se por aberta a sucessão no momento da morte daquele que figura como autor da herança, sendo seus bens transmitidos desde logo aos herdeiros legítimos e testamentários, conforme o disposto no artigo 1.784⁵ do Código Civil.

Há no ordenamento jurídico brasileiro duas categorias de herdeiros que são beneficiários do princípio da *saisine*: os herdeiros legítimos e os testamentários. Entende-se por herdeiro legítimo aquele que está descrito no rol do artigo 1.829⁶, ou seja, aqueles integrantes da ordem de vocação hereditária, sendo eles os descendentes, ascendentes, cônjuge sobrevivente e colaterais. Nota-se que, ainda em notório descompasso com a realidade das novas configurações de família existentes no Brasil, o Código Civil não traz no bojo do seu artigo 1.829 a figura do companheiro como sendo um herdeiro legítimo. Insta salientar que, embora a sucessão seja regida por um artigo diferente para os casos de união estável⁷, há entendimento jurisprudencial conferindo ao companheiro o mesmo *status* de cônjuge, dando a ele o direito de ocupar o terceiro lugar na ordem de vocação hereditária.

APELAÇÃO CÍVEL UNIÃO ESTÁVEL - HERANÇA DO COMPANHEIRO - ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA. 1. Em união estável, ocorrendo o óbito de um dos companheiros, o sobrevivente ocupa o terceiro lugar na ordem de vocação hereditária, recebendo todos os bens adquiridos na constância da convivência. 2. Os irmãos do falecido não são seus descendentes e sim colaterais, o que os coloca, na linha de vocação hereditária, atrás do companheiro sobrevivente. 3. Recurso conhecido e improvido. (TJ-ES - AC: 47030038740 ES 47030038740, Relator: CARLOS HENRIQUE RIOS DO AMARAL, Data de Julgamento: 29/11/2005, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/02/2006)

Por outro lado, os herdeiros testamentários são aqueles que herdaram por força de testamento. Classificam-se como herdeiros a título universal, figurando como coerdeiros do todo ou de parte da herança, sem ter inicialmente os seus bens determinados; ou a título

⁵ Art. 1.784, CC. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

⁶ Art. 1829, CC. A sucessão legítima defere-se na seguinte ordem: I – aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II – aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III - ao cônjuge sobrevivente; IV – aos colaterais.

⁷ Art. 1.790, CC. A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições seguintes: I – se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho; II – se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles; III – se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço daqueles; III – se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança; IV – não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.

singular, como no caso dos legatários, que desde o início aparecem no testamento como herdeiros de bens individualizados pelo *de cuius*. Consoante o previsto no artigo 1.799 do Código Civil, podem ser chamados a suceder na sucessão testamentária: a) os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão (filiação eventual); b) as pessoas jurídicas; c) as pessoas jurídicas, cuja organização for determinada pelo testador sob a forma de fundação.

A capacidade sucessória está restrita a pessoas físicas. As pessoas jurídicas possuem apenas legitimidade passiva, ou seja, podem receber bens por meio de testamento desde que já estejam devidamente constituídas, tendo como exceção os casos em que o próprio testador determina a criação de fundação a ser destinatária da herança. Conforme destaca Dias (2016), os seres inanimados ou irracionais, como animais e santos, não tem capacidade sucessória, não podendo então ser contemplados na sucessão testamentária.

Por fim, cabe destacar que consoante o artigo 1.801 do Código Civil não podem ser nomeados herdeiros e nem legatários: a) a pessoa que, a rogo, escreveu o testamento, nem o seu cônjuge ou companheiro, ou os seus ascendentes e irmãos; b) as testemunhas do testamento; c) o concubino do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de cinco anos (este item não se aplica à união estável); d) o tabelião, civil ou militar, ou o comandante ou escrivão, perante quem se fizer, assim como o que fizer ou aprovar o testamento.

5.2 A INADEQUAÇÃO DA CONDIÇÃO SUCESSÓRIA DO EMBRIÃO CONCEBIDO POST MORTEM NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO

A legislação pátria estabelece que os legitimados a suceder são aqueles já nascidos ou concebidos no momento da abertura da sucessão⁸. Insta salientar que, como exceção a esta regra, há o caso da prole eventual, atualmente denominada filiação eventual, que, consoante dispõe o artigo 1799, I, são “os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão”, possuindo legitimidade para a sucessão testamentária. Destaca-se que este herdeiro esperado tem um prazo de dois anos para ser concebido, conforme previsto em lei. Passado este prazo, os bens que foram reservados a ele em testamento será distribuído aos herdeiros legítimos, a menos que disposição diversa tenha sido dada pelo testador.

⁸ Art. 1.798, CC. Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.

O *droit de saisine*, conforme preleciona Stolze e Pamplona (2016), teve origem no Direito Medieval, visto que nesta época fora instituído o costume de devolver ao senhor a posse dos bens que eram do servo, quando este vinha a falecer. Pelo princípio da *saisine*, conforme dispõe o artigo 1.784 do Código Civil, “aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários”. Isto porque, consoante o entendimento de Dias (2015), os bens que eram do titular da herança não podem restar sem dono, sendo transmitidos aos herdeiros legítimos, que são aqueles determinados por lei, e aos testamentários. Vale ressaltar que, apesar dessa transmissão ocorrer no exato momento da morte, é garantido por lei o direito à renúncia da herança, tendo eficácia *ex tunc*, desde que não seja feita em parte, sob condição ou termo (data futura e certa), bem como conste expressamente de instrumento público ou termo judicial.

Embora pelo princípio da *saisine* seja necessária a existência de herdeiros nascidos ou já concebidos para que haja a transmissão da herança, Dias (2015) defende que o concebido *post mortem* ocupa a classe dos herdeiros necessários, sendo, por este motivo, injustificada a sua exclusão do direito à herança quando não estipulada em testamento. Para a autora, exigir a existência de um testamento para dar a este filho o direito que lhe é inerente é ferir o chamado princípio constitucional da igualdade entre os filhos, *in verbis*:

Art. 227,CF/88. (Omissis)

§6º. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Em contrapartida, Stolze e Pamplona (2016) entendem que, em nome do princípio da segurança jurídica, na falta de legislação específica que trate sobre o tema, a legitimidade sucessória do embrião deve ser posta no mesmo *status* da filiação eventual. Ou seja, o embrião somente seria legitimado a suceder caso fosse implantado no útero materno no prazo igual ou inferior a dois anos. Tendo a implantação ocorrida após este prazo, a criança seria considerada filha para o Direito de Família mas não para o Direito Sucessório. Segundo os autores, embora esta não seja a solução adequada para o problema em questão, a não estipulação de um prazo legal acarretaria grave prejuízo ao direito dos demais herdeiros, sejam eles legítimos ou testamentários, prolongando de forma interminável a finalização do procedimento de inventário.

Permissa venia, negar ao embrião implantado *post mortem*, seja ele por meio de fecundação homóloga ou heteróloga, o direito da legitimidade sucessória constitui uma afronta ao princípio da igualdade entre os filhos, anteriormente mencionado. Não há como

enxergar duas categorias de filhos: os herdeiros necessários e os herdeiros unicamente testamentários.

Este tema ainda divide opiniões entre os doutrinadores. Contudo, atendendo à premissa de que o Direito deve acompanhar as evoluções científicas e sociais, o Enunciado 267 da Jornada de Direito Civil dispõe que:

A regra do art. 1.798 do Código Civil deve ser estendida aos embriões formados mediante o uso de técnicas de reprodução assistida, abrangendo, assim, a vocação hereditária da pessoa humana a nascer cujos efeitos patrimoniais se submetem às regras previstas para a petição de herança.

Meirelles (2004) aduz que os embriões humanos e as pessoas nascidas pertencem à mesma natureza. Desta forma, ao embrião também é devida a mesma proteção jurídica no que tange ao direito à vida e à dignidade humana. No entendimento da referida autora, ao compreender essa similitude entre embrião e pessoa humana, torna-se desnecessária a criação de leis que garantam ao embrião o direito a ter a proteção jurídica, visto que estas leis dificilmente acompanhariam a rapidez com que as técnicas biocientíficas evoluem, tornando-se de logo obsoletas.

Decerto, é importante frisar que o movimento da constitucionalização do Direito Civil assume importante papel na ótica do embrião concebido *post mortem*. Primeiro, por permitir que se tenha um novo olhar para este fenômeno que se torna cada vez mais frequente: filhos que foram concebidos após o falecimento do genitor. É necessário olhar para esta criança como um sujeito de direitos e obrigações, detentora da mesma proteção jurídica que é dada a um filho que tenha sido concebido de forma diversa. Segundo, para viabilizar discussões no sentido de poder dar a este filho os direitos sucessórios que lhes são devidos, visto que é desarrazoado aceitar que há filhos que só teriam seu direito a suceder preservado caso tenha sido contemplado em testamento.

6 DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CONCEBIDO *POST MORTEM* NA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA

A reprodução humana assistida é uma realidade recorrente em outros países do mundo, não apenas no Brasil. Consoante Aguiar (2005), essa prática originou-se em países com baixas taxas de natalidade, especialmente nos países escandinavos.

Hodiernamente, segundo o entendimento da autora supracitada, pode-se explicar o aumento de casos em que são utilizadas técnicas de reprodução humana assistida à luz de dois

fatores: o fator econômico e a vaidade pessoal. O primeiro fator está ligado à necessidade de disponibilizar uma determinada quantia para financiar o alto custo do tratamento a fim de satisfazer o desejo de ter filhos. Já o segundo fator relaciona-se com o desejo dos pais de acompanhar todo o processo de gestação da criança, optando assim pela reprodução assistida em detrimento à adoção.

Segundo Montalbano (2012), o primeiro caso de tentativa de inseminação artificial *post mortem* data-se do ano de 1984, na França, tendo como protagonista o casal Corine Richard e Alain Parpalaix. Sabe-se que Alain, ao descobrir um câncer nos testículos, decidiu retirar seu material genético para ser usado em um processo de inseminação artificial após o tratamento. Ocorre que a doença, além de deixá-lo estéril, também o levou à morte. Diante da ausência de leis à época que regulassem esta situação, visto que não havia nenhum documento por parte do falecido autorizando a entrega do material genético a outra pessoa, o banco de sêmen negou o pedido de Corine para ter acesso ao material do marido. Após uma batalha judicial, o tribunal francês concedeu o direito à viúva, porém, devido ao decurso do tempo, o material genético não mais pôde ser utilizado para fins de inseminação artificial.

Ao contrário do que ocorre no Brasil, países do continente europeu como Portugal e Espanha possuem legislações próprias destinadas a disciplinar a respeito da utilização de técnicas de reprodução humana assistida. Em Portugal, a lei que regula a utilização das técnicas de reprodução assistida é a Lei nº 32/2006, que fora posteriormente alterada pelas Leis nº 59/2007, nº 17/2016 e nº 25/2016.

A primeira alteração trouxe modificações na parte penal da lei original, inserindo o artigo 43-A para tratar da responsabilidade penal das pessoas coletivas e equiparadas⁹. A segunda alteração garantiu o acesso de todas as mulheres às técnicas de reprodução humana assistida, permitindo que as mulheres férteis também possam se submeter a tais procedimentos, independente do estado civil e da orientação sexual. Anteriormente, apenas podiam se submeter à reprodução humana assistida aquelas mulheres que tivessem diagnóstico de infertilidade. Além disso, o artigo 6º trazia como beneficiários apenas as pessoas casadas que não se encontrem separadas judicialmente ou de fato, ou aqueles casais heteroafetivos que vivam em condições análogas às dos cônjuges por um prazo mínimo de dois anos. Por fim, a terceira alteração trata da regulamentação da gestação de substituição, medida antes proibida, nos casos de ausência de útero, lesão ou doença neste órgão capaz de impedir uma gravidez. Consoante a Lei nº 25/2016, na gestação de substituição, pelo menos

⁹ Artigo 43-A, Lei 59/2007. As pessoas colectivas e entidades equiparadas são responsáveis, nos termos gerais, pelos crimes previstos na presente lei.

um dos gametas deve ser dos beneficiários, sendo proibida a doação de qualquer ovócito por parte da gestante de substituição.

No que tange à inseminação artificial *post mortem*, a legislação portuguesa em vigor (Lei 32/2006) dispõe, em seu artigo 22¹⁰, que após a morte do marido ou companheiro, é defeso a mulher usar o material genético do falecido, mesmo que tenha havido o consentimento do mesmo para o ato de inseminação. Ademais, dispõe o artigo que o homem que movido pelo fundado receio de esterilidade futura retirar seu sêmen para ser utilizado posteriormente para fins de inseminação da esposa ou companheira, terá seu material genético destruído caso venha a falecer. Por fim, aduz o referido artigo que é permitida a transferência *post mortem* do embrião a fim de que seja realizado um projeto parental definido por escrito antes do falecimento do genitor, desde que haja decorrido o prazo considerado ajustado à adequada ponderação da decisão.

Porém, o artigo 23¹¹ traz que na hipótese de descumprimento do disposto em lei e havendo a inseminação *post mortem*, será garantida a presunção da paternidade, sendo a criança considerada filha do falecido. Entretanto, caso a mulher tenha contraído novas núpcias ou viva em união de fato com outro companheiro há pelo menos dois anos contados à data da inseminação, tendo o mesmo dado seu consentimento para tal ato, então, nos termos do artigo 1839¹², item 3, do Código Civil português, o atual cônjuge ou companheiro da mulher inseminada será considerado pai da criança. Consoante Aguiar (2005), “o Código Civil, em seu art. 1839, nº 3, impede o cônjuge que deu o consentimento à inseminação artificial de vir, mais tarde, a impugnar a paternidade, com fundamento na dissociação entre a paternidade biológica e a civil”.

A Lei nº 14/2006, que regulamenta a aplicação das técnicas de reprodução humana assistida na Espanha, tem como objetivo a aplicação regular dessas técnicas na prevenção e

¹⁰ Artigo 22, Lei 32/2006. Inseminação post mortem. 1 – Após a morte do marido ou do homem com quem vivia em união de facto, não é lícito à mulher ser inseminada com sêmen do falecido, ainda que este haja consentido no acto de inseminação. 2 – O sêmen que, com fundado receio de futura esterilidade, seja recolhido para fins de inseminação do cônjuge ou da mulher com quem o homem viva em união de facto é destruído se aquele vier a falecer durante o período estabelecido para a conservação do sêmen. 3 – É, porém, lícita a transferência *post mortem* de embrião para permitir a realização de um projecto parental claramente estabelecido por escrito antes do falecimento do pai, decorrido que seja o prazo considerado ajustado à adequada ponderação da decisão.

¹¹ Artigo 23, Lei 32/2006. Paternidade. 1 – Se da violação da proibição a que se refere o artigo anterior resultar gravidez da mulher inseminada, a criança que vier a nascer é havida como filha do falecido. 2 – Cessa o disposto no número anterior se, à data da inseminação, a mulher tiver contraído casamento ou viver há pelo menos dois anos em união de facto com homem que, nos termos do artigo 14, dê o seu consentimento a tal acto, caso em que se aplica o disposto no nº 3 do artigo 1839 do Código Civil.

¹² Artigo 1839, nº 3, Código Civil português. 3. Não é permitida a impugnação de paternidade com fundamento em inseminação artificial ao cônjuge que nela consentiu.

tratamento de doenças genéticas, além de regulamentar os pressupostos e requisitos para a utilização dos gametas e pré-embriões humanos criopreservados.

O artigo 9º da referida lei trata da situação de premoriência do marido. Nesses casos, tem-se que não se pode determinar legalmente a filiação, nem tampouco reconhecer o efeito de qualquer relação jurídica entre o filho nascido pelas técnicas de reprodução humana assistida e o falecido, na hipótese em que ainda não tenha havido a implantação do embrião no útero da mulher na data da morte do marido. Porém, é dada ao marido a possibilidade de prestar seu consentimento por meio de escritura pública, permitindo que seu material genético seja utilizado nos 12 meses subsequentes a sua morte, para fins de inseminar artificialmente sua esposa. Insta salientar que este consentimento pode ser revogado a qualquer tempo anterior a realização do procedimento. Tal consentimento é presumido nos casos em que a mulher já tenha sido submetida às técnicas de reprodução humana assistida em momento anterior à morte do cônjuge.

Cabe destacar que, anteriormente, sob o manto da Lei espanhola nº 35, de 22 de novembro de 2008, conforme explicita Aguiar (2005), havia permissão para a inseminação artificial *post mortem* desde que o marido houvesse consentido por meio de escritura pública ou testamento, sendo seu material genético utilizado no prazo máximo de seis meses a contar do momento da sua morte.

Por fim, cabe destacar a questão do embrião humano na legislação francesa. Consoante Mintier (2005), “o direito francês se baseia em uma distinção fundamental entre a categoria jurídica das ‘pessoas’ e a das ‘coisas’”. Para esta legislação, o embrião humano não é classificado nem como pessoa e nem como coisa, não sendo, portanto, nem sujeito e nem objeto de direito.

As leis de 29 de julho de 1994 estabeleceram uma série de medidas a serem tomadas com relação ao embrião humano. Porém, segundo Mintier (2005), há uma incoerência ao analisar essas leis, visto que ora o embrião é tratado como pessoa, ora como coisa. Ainda assim, pode-se dizer que a legislação francesa consegue abarcar grande parte das questões atinentes ao embrião humano, servindo como uma espécie de Estatuto.

No que tange aos embriões *in vitro*, é proibida a utilização para fins comerciais, bem como de experimentação. É permitida por lei, conforme dispõe Mintier (2005), a doação de embriões, sendo, neste caso, “necessária a intervenção do juiz para verificar as condições de acolhimento do casal receptor ‘nos aspectos familiar, educativo e psicológico’”.

Dispõe Albuquerque Filho (2005) que a inseminação artificial *post mortem* é vedada na França, perdendo efeito assim o consentimento que fora externado ainda em vida.

Consoante o artigo 725¹³ do Código Civil francês, para suceder, é preciso que já exista no momento da abertura da sucessão, ou então já tenha sido concebido, resguardando ainda aqueles cuja ausência seja presumida nos termos do artigo 112¹⁴ da mesma lei. Porém, destaca o referido autor que há uma proposição de lei visando complementar o artigo 725 a fim de resguardar os direitos sucessórios do concebido post mortem, acrescentando no dispositivo a possibilidade do marido falecido ter expressado a sua vontade por ato notarial, dando como condição que a inseminação seja feita até 180 dias da morte do genitor.

7 PROPOSTAS DE INOVAÇÃO NA LEGISLAÇÃO PÁTRIA PARA ABARCAR OS DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CONCEBIDO *POST MORTEM*

De acordo com o disposto no artigo 2º do Código Civil brasileiro, “a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. Insta salientar que, por nascituro, entende-se como sendo aquele que ainda está por nascer.

Os legitimados a suceder, consoante o disposto no já mencionado artigo 1.798 do Código Civil, são aqueles nascidos ou já concebidos no momento da abertura da sucessão. Deste modo, conforme já exposto em linhas anteriores, o concebido *post mortem* apenas pode figurar como herdeiro testamentário.

Aguiar (2005), com maestria, destaca que

Sugerir legislação a ser adotada na área biomédica, em especial com referência à procriação humana assistida, impõe um labor *sui generis*, no sentido de que ao legislador compete definir, com exatidão, o que é pessoa e qual o estatuto do embrião humano.

O Estatuto do Nascituro, que ainda se encontra como um Projeto de Lei (PL 478/07), traz em seu bojo algumas disposições que de certo influenciarão na interpretação que atualmente é dada aos direitos sucessórios daquele filho que fora concebido por meio de técnicas de reprodução humana assistida após a morte de seu genitor. De início, o referido Projeto de Lei de autoria de Luiz Bassuma e Miguel Martini estabelece que a lei tem por objetivo a proteção integral do nascituro. O artigo 2º dispõe que nascituro é o ser humano concebido, mas ainda não nascido, incluindo ainda nesse conceito os seres humanos

¹³ Art 725 Pour succéder, il faut exister à l'instant de l'ouverture de la succession ou, ayant déjà été conçu, naître viable. Peut succéder celui dont l'absence est présumée selon l'article 112.

¹⁴ Lorsqu'une personne a cessé de paraître au lieu de son domicile ou de sa résidence sans que l'on en ait eu de nouvelles, le juge des tutelles peut, à la demande des parties intéressées ou du ministère public, constater qu'il y a présomption d'absence.

concebidos *in vitro*. Consoante o artigo 3º, a personalidade jurídica do nascituro é adquirida mediante o nascimento com vida, sendo, porém, sua natureza humana reconhecida desde a concepção, tendo assim proteção jurídica através deste estatuto, bem como das leis civil e penal.

Dispõe o artigo 7º que “é vedado ao Estado e aos particulares discriminar o nascituro, privando-o da expectativa de algum direito, em razão do sexo, da idade, da etnia, da origem, da deficiência física ou mental ou da probabilidade de sobrevivência”. Da análise deste artigo, surge a seguinte questão: excluir o nascituro do rol de herdeiro necessário não seria o equivalente a privá-lo, não de uma mera expectativa de direito de herança, mas de um direito já consolidado, visto que seu genitor já faleceu?

Diante disto, tem-se no artigo 17¹⁵ a maior probabilidade de mudança no que tange ao tema em voga neste capítulo. O referido Estatuto dá ao nascituro a legitimidade para suceder. Ora, se nascituro para efeitos do estatuto é o ser humano já concebido, então teremos que o embrião, que é o fruto desta concepção, terá direito a figurar como sucessor legítimo na ordem de vocação hereditária. Desta forma, o filho concebido *post mortem* terá seu direito à herança assegurado, independente de disposição testamentária. Sendo assim, entrando em vigor o referido Estatuto, será necessária uma mudança no artigo 1.798 do Código Civil, excluindo deste dispositivo a obrigatoriedade da concepção já ter ocorrido no momento da abertura da sucessão.

Insta salientar que em momento algum o Projeto de Lei 478/07, denominado Estatuto do Embrião, proíbe ou traz qualquer discriminação acerca da concepção ser feita após a morte do genitor. Mais uma vez o legislador fechou os olhos para um tema crescente, atual e carente de normas norteadoras em nosso ordenamento jurídico, dando assim margem a diversas interpretações subjetivas de cunho doutrinário. Sendo assim, a fim de tentar sanar mais esta omissão e partindo da premissa de que a ausência de proibição em lei para a realização de determinado ato corresponde a sua permissão, pode-se auferir que o nascituro protegido por este Estatuto, que tem legitimidade para suceder, abrange aquele embrião que fora fecundado em momento posterior a abertura da sucessão. Dessa forma, o embrião concebido *post mortem* poderá ser considerado herdeiro necessário, bem como os outros descendentes, tendo assim o direito a receber a parte que lhe é devida por herança sem a necessidade de expressa previsão em testamento. Diante disto, veríamos a aplicação do princípio da igualdade entre os

¹⁵ Art. 17. O nascituro tem legitimidade para suceder.

filhos vigorar nesta relação, eliminando as diferenças ainda existentes entre essas “categorias” de filhos.

Ademais, esta definição de nascituro proposta pelo Estatuto traz também a possibilidade de interpretação mais ampla do artigo 2º¹⁶ do Código Civil. Consoante Mendonça (2013), em seu artigo intitulado “Direitos sucessórios derivados da inseminação artificial *post mortem*”, a doutrinadora Maria Helena Diniz propôs em um projeto de lei a alteração do artigo 2º do Código Civil brasileiro, de forma que o termo “nascituro” fosse substituído pelo termo “embrião”, tendo afirmado que “na vida intrauterina tem o nascituro e na vida extrauterina tem o embrião, concebido *in vitro*, personalidade jurídica formal, no que atina aos direitos da personalidade, visto ter carga genética diferenciada desde a concepção”. Desta forma, a personalidade civil, que começa do nascimento com vida tendo a lei posto a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, será analisada olhando-se também o embrião como sendo sujeito dotado de expectativa de direito à vida, à imagem, à integridade física e aos demais direitos da personalidade, sendo destinatário da devida proteção jurídica.

Consoante o entendimento de Aguiar (2005), este artigo merece modificação a fim de permitir que aquele que ainda não nasceu tenha assegurada a sua proteção, garantindo-lhe, desta forma, que não sejam tratados como *res*. Sendo assim, a referida autora sugere a seguinte redação para o artigo supracitado:

Art. 2º. A pessoa humana é sujeito de direitos desde a concepção. A atribuição de direitos patrimoniais está condicionada a que o concebido nasça vivo.

Parágrafo único. O Juiz pode, de ofício ou a requerimento de qualquer pessoa, adotar as providências necessárias a assegurar a existência da pessoa não nascida, *in vitro* ou *in útero*, desde que haja algum perigo de dano iminente à vida.

Outra contribuição proposta por Aguiar (2005) no que tange a inserções na legislação brasileira vigente sobre o tema da procriação humana assistida, refere-se à fixação da maternidade, destacando a autora a importância de acrescentar o seguinte artigo:

Art. A maternidade será presumida pela gestação.

Parágrafo único. Cessa a presunção estabelecida no caput deste artigo, quando utilizada técnica de procriação assistida, caso em que a maternidade será estabelecida em favor daquela que se valeu da assistência médica para a gestação.

É inegável que há uma necessidade de se propor inovações na legislação pátria vigente a fim de abarcar os direitos sucessórios do concebido *post mortem*, sanando esta lacuna na

¹⁶ Art. 2º. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

legislação brasileira vigente atualmente. Não há como admitir a possibilidade de que o concebido *post mortem* seja considerado filho para o Direito de Família, mas não para o Direito Sucessório. A alternativa mais viável para tentar solucionar este problema é buscar adequar a lei ainda omissa aos princípios abraçados pelo ordenamento jurídico nacional, dando maior destaque ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao princípio da igualdade entre os filhos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de técnicas de reprodução humana assistida serviu como caminho para realizar o sonho daqueles que, por razões diversas, não podiam gerar seus filhos de forma natural.

A constante evolução científica trouxe a possibilidade de que os gametas retirados em vida fossem criopreservados com a finalidade de serem implantados após a morte do genitor, ocorrendo assim a chamada inseminação *post mortem*. Com isso, o mundo se viu diante de uma realidade completamente inusitada: filhos que foram gerados após a morte de seus pais. E como toda mudança que causa impacto na sociedade vem atrelada à necessidade de normas que a regulem, o Direito brasileiro se deparou diante desta lacuna ainda não tratada de forma completa no Código Civil.

De fato, insta salientar que o Direito de Família amparou esses filhos, regulando no bojo deste Código a questão da presunção da paternidade, consoante pode ser observado no artigo 1.597. Porém, o mesmo não aconteceu com o Direito Sucessório. Desta forma, não obstante o princípio constitucional da igualdade entre os filhos disponha no artigo 227 da Constituição Federal que “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”, nasceu a questão de filhos que eram assim considerados para o Direito de Família mas não para o Direito Sucessório.

Analisando tão somente a letra da lei, verifica-se que o filho concebido após a morte do seu genitor não é considerado herdeiro legítimo, visto que a legitimidade para suceder é apenas garantida às pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão. Desta forma, só poderia figurar como herdeiro testamentário, analogamente ao disposto em relação à chamada filiação eventual.

Conforme o que já fora apresentado no decorrer deste artigo, é possível notar que a legislação brasileira vigente ainda permanece omissa diante desta realidade. Diante disto, na ausência de normas que possam suprir esta carência, a questão da reprodução humana assistida, bem como da concepção *post mortem*, é tratada por meio da Resolução 2.121/2015 do Conselho Federal de Medicina. É importante destacar que, nesta Resolução, a situação do concebido *post mortem* ainda é tratada de maneira tímida, tendo este documento, como finalidade principal, nortear a conduta médica através de uma série de normas éticas.

Segundo Cipriani (2007), o embrião humano tem *status* de indivíduo. Desta forma, lhe são devidos os direitos garantidos aos seres humanos, sendo coerente atribuir os direitos de cunho patrimonial ao nascimento com vida, não podendo, portanto, ser tratado como *res*. Sendo assim, mesmo o embrião ainda não implantado merece proteção jurídica, por ali haver um ser dotado de carga genética própria. E este embrião carrega informações referentes ao seu genitor, independente dele estar ou não vivo.

Não é ilógico pressupor que a retirada do sêmen para conservação em laboratório esteja atrelado a um desejo posterior de ter filhos. Desta forma, mesmo que esta inseminação ocorra após a morte do genitor, em respeito à autonomia privada, ao princípio constitucional da igualdade entre os filhos e ao princípio da dignidade da pessoa humana, nada mais justo do que dar a este filho igualdade de tratamento perante aos demais, concedendo a ele o direito de herdar os bens de seu pai, independente de disposição testamentária.

Com a finalidade de preencher este vazio no ordenamento jurídico atual, o presente artigo, à luz de disposições doutrinárias e legislações estrangeiras, trouxe propostas de inovações à legislação pátria a fim de abarcar os direitos sucessórios do concebido *post mortem*, dando um destaque especial a mudanças que podem ser realizadas nos artigos 2º e 1.798, ambos do Código Civil brasileiro. É inegável que tais mudanças, caso sejam observadas e implantadas, trarão uma maior segurança jurídica, regulando situações na qual a legislação se mostra omissa.

Por fim, insta salientar a importância de que seja revisto o então Projeto de Lei 478/07, também denominado Estatuto do Embrião, a fim de que sejam feitas inserções no que tange aos direitos sucessórios do concebido *post mortem*, item ainda omissa no referido projeto.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Mônica. **1958 – Direito à filiação e bioética**. Mônica Aguiar. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ALBUQUERQUE FILHO, Carlos Cavalcante de. **Fecundação artificial *post mortem* e o direito sucessório**. Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/8.pdf>. Acesso em 16 nov. 2016.

CIPRIANI, Giovanni. **O embrião humano: na fecundação, o marco da vida** / Giovanni Cipriani. – São Paulo: Paulinas, 2007. – (Coleção ética)

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional**. Editora JusPodivm, 2012.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das sucessões** / Maria Berenice Dias. – 4. ed ver., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** / Maria Berenice Dias. – 9. ed. rev., atual e ampl. de acordo com: Lei 12.344/2010 (regime obrigatório de bens) : Lei 12.398/2011 (direito de visita dos avós). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de direito civil**, volume 1: parte geral e LINDB / Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal. Editora JusPodivm: 2012.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**, volume 7: direito das sucessões / Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona filho. – 3. ed. ver. e atual. de acordo com o novo CPC – São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, volume 1: parte geral. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Lei nº 32/2006 de 26 de julho – Publicada no Diário da República, 1ª série – nº 143 (Portugal)

MARTÍNEZ, Julio Luis. **Células-tronco humanas**. In: MARTÍNEZ, Julio Luis (Org). **Aspectos científicos, éticos e jurídicos**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIRELLES, Jussara. **A vida humana embrionária e sua proteção jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MENDONÇA, Carla. **Direitos sucessórios derivados da inseminação artificial post mortem**. jusBrasil-Artigos. Site: <http://carlamendonca.jusbrasil.com.br/artigos/111915092/direitos-sucessorios-derivados-da-inseminacao-artificial-post-mortem?ref=topic_feed.>. Acesso em 11 nov. 2016.

MONTALBANO, Ana Caroline Oliveira. **Inseminação *post mortem* e seus reflexos no direito de família e sucessões**, 2012. Disponível em <<https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/48>>. Acesso em 11 nov. 2016.

Resolução CFM nº2.121/2015 – Publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117

SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Bioética, biodireito e o Código Civil de 2002** / Maria de Fátima Freire de Sá e Bruno Torquato de Oliveira Naves, coordenadores. – Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

Vade Mecum compacto / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Juliana Nicoletti. – 13. ed. – São Paulo: Saraiva, 2015.



DISCUTIR COM OS JOVENS, NO ENSINO MÉDIO, RACISMO, BAIANIDADE E DEMOCRACIA RACIAL

*Gustavo Ribeiro de Araújo*¹
*Lúcio Gomes Dantas*²

RESUMO

Esta comunicação visa apresentar o projeto pedagógico denominado de “Identidades: multiplicidade e exclusão em torno da ‘baianidade’: do racismo científico ao mito da democracia racial”, do Colégio Marista Patamares, Salvador, Brasil. Aborda as identidades culturais, sob o olhar étnico-racial, no conjunto da “baianidade” e seus desdobramentos nos aspectos das desigualdades sociais. Teve início há quatro anos e se encontra em atividade até o momento. Destina-se aos estudantes do 2º ano do Ensino Médio, no componente curricular de Geografia, articulado interdisciplinarmente com Cultura Religiosa, Filosofia, Sociologia e História. O referido projeto objetiva compreender o conceito de identidade e as modificações nas relações de inclusão e exclusão sociais. Metodologicamente o projeto é composto por ciclos de atividades, cujo objetivo principal é vivenciar o espaço da cidade de Salvador na perspectiva sócio-histórica das diferenças e das construções subjetivas do racismo, historicamente vinculado ao negro. Para isso, desenvolvem-se seminários temáticos com leituras críticas de autores das áreas da Sociologia, Antropologia e História; aulas interdisciplinares e preparação para o trabalho de campo; aula de campo, aonde se vivencia, no espaço da cidade, a cultura local e, por último, a produção textual com instalações artísticas dentro do ambiente escolar. Como resultados constatam-se benefícios pedagógicos aos estudantes, ao permitir o olhar crítico sob diversas áreas do conhecimento, sobretudo sob a égide das Ciências Sociais. Por fim, toma-se consciência de como o processo do racismo no Brasil se construiu e se perpetua nos dias atuais; além de possibilitar aos estudantes maior sensibilidade às vulnerabilidades sociais e às percepções críticas das desigualdades sociais no contexto do território baiano.

Palavras-chave: Identidade. Democracia racial. Baianidade. Racismo.

1 CONTEXTO E REALIZAÇÃO

Esta comunicação versa sobre o projeto “Identidade(s): multiplicidade e exclusão em torno da ‘Baianidade’ - do racismo científico ao mito da democracia racial”. Foi construído por um grupo de professores do Colégio Marista Patamares, na cidade de Salvador, Bahia –

¹ Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). Licenciado em Geografia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Bacharel em Ciências Sociais – Antropologia - pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Colégio Marista Patamares, Salvador, BA; Colégio mantido pela União Norte Brasileira de Educação e Cultura (UNBEC). E-mail: gustavo.patamares@marista.edu.br.

² Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Salvador (UCSal). Diretor do Colégio Marista Patamares, Salvador, BA; Colégio mantido pela União Norte Brasileira de Educação e Cultura (UNBEC). E-mail: lucio@marista.edu.br.

Brasil, no ano de 2014. A ideia seminal deu-se no componente curricular de Geografia, mas se interligou, de imediato, a outros componentes curriculares. Aborda a temática da identidade, sob o olhar étnico-racial, no conjunto das alegorias da “baianidade”, enquanto expressão da formação da sociedade brasileira, em sua complexidade, multiplicidades de aspectos e lugar social das diferentes etnias nesse processo de formação.

O projeto se desenvolve no primeiro e segundo trimestres de cada ano letivo, levando em consideração que, em Salvador, quase sempre o ano letivo inicia no mês de fevereiro, com um pequeno recesso de quinze dias no mês de junho, e vai até dezembro. Esse projeto se destina aos estudantes do 2º ano do Ensino Médio e tem como característica socioeconômica jovens oriundos de classe média e alta de Salvador. Conta com apoio de uma equipe pedagógica composta de vice-direção educacional, coordenação pedagógica, coordenação de Pastoral e tem como professor líder, Gustavo Araújo, professor de Geografia e Sustentabilidade. Além desses, contribuem para o referido projeto os professores de Cultura Religiosa, Sociologia, Filosofia e História. Como se observa, configura-se um projeto interdisciplinar dentro da área de Ciências Humanas.

Acreditamos que esses componentes curriculares ajudam na interpretação dos temas relacionados ao projeto. Como disse Geertz (1989, p. 19) em seus estudos sobre interpretações culturais, “as ideias teóricas não aparecem inteiramente novas a cada estudo: como já se disse, elas são adotadas de outros estudos relacionados e, refinadas durante o processo, aplicadas a novos problemas interpretativos”. Diante das discussões que se presencia nos dias atuais sobre a relação sociedade e grupos étnicos diferenciados, importante, nesse sentido, compreender o conceito de identidade cultural, o que permeia os laços de inserção em alguns grupos e as modificações no âmbito da pós-modernidade, bem como as relações de inclusão e exclusão no seio cultural (HALL, 2006).

Para tanto, o caso da Bahia e da expressão “baianidade”, torna-se o ponto inicial para a compreensão deste conceito e sua relação com a nossa formação, enquanto atores sociais. Além de fomentar nos estudantes uma reflexão acerca do lugar da diferenciação étnica do Brasil, a partir da construção do conceito de identidade e exclusão, que historicamente define o papel e o lugar do pensamento ocidental europeu e africano na composição da população brasileira, utilizando o processo socioantropológico, histórico e geográfico da Bahia.

Nessa linha de pensamento, por “baianidade” compreendemos como os signos e símbolos que caracterizam o universo cultural que compõe os sujeitos sociais que convivem dentro do Estado da Bahia, de forma que tais características os diferenciam dentro do caleidoscópio brasileiro (NOVA, 2010). No complexo cultural brasileiro, a identidade baiana

se coloca como um *habitus*³ (BOURDIEU, 1983) que predispõe certas maneiras de agir e pensar que se colocam como marcas identitárias frente à diversidade simbólica do Brasil. Nesse sentido, as metáforas da “baianidade” nos remete a necessidade de compreender o lugar histórico da população negra no Brasil, no que tange à pobreza e à discriminação com sua espacialidade no território brasileiro, utilizando a cidade de Salvador, Bahia, como lócus identitário dessa reflexão.

Dessa maneira, as identidades se desenvolvem em contextos marcados por relações de poder, conforme Castells (1999) apontou. Portanto, a “baianidade” acabou por se reforçar como marca identitária a partir de um olhar renovado sobre a cultura afro-brasileira, sustentada por um projeto midiático que transforma tais influências a partir dos interesses da economia (OLIVEIRA, 2002). Nesse sentido, a baianidade se constrói dentro de um projeto específico, pautado no uso dos símbolos associados à identidade negra para o turismo, gerando, como consequência, a exclusão dos outros espaços de construção da identidade da Bahia; como por exemplo, o sertão nordestino (VASCONCELOS, 2008). Vale ressaltar ainda que, mesmo se utilizando desses símbolos para a reafirmação a partir da música - como o *axé music* - e da estética negra, a exclusão de afrodescendentes no contexto da Bahia deste mesmo imaginário provoca, no mínimo, uma contradição.

Assim, compreender que o espaço da desigualdade social e de classes, atrela-se à dimensão étnico-racial, e seus desdobramentos produzem apontamentos para a compreensão da construção das relações de racismo no país. A partir dessa construção conceitual, podemos entender por que se observa ao longo da História do Brasil uma divisão social pautada nas relações desiguais étnicas. Além disso, compreender o lugar do negro no projeto de brasilidade se faz necessário, para, assim, perceber a divisão de classe social e exclusão a partir desse olhar. Uma vez que consideramos que o ser humano se implica em seu contexto cultural e como este produz significados de interpretações.

Nessa linha de pensamento, buscamos orientar nossos estudos com base no antropólogo Geertz (1989, p. 4), por nos situar no campo interpretativo dos contextos culturais, em nosso caso, oriundos do espaço geossocial de Salvador, Bahia. Assumimos, dessa forma, a cultura da baianidade como uma teia rica de “expressões sociais enigmáticas”, a procura de significados em sua superfície.

³ Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, *Habitus* significa “[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas” (Cf. BOURDIEU, 1983, p. 65).

2 DIÁLOGOS PERTINENTES

Diante das discussões que presenciamos nos dias atuais sobre a relação sociedade e grupos étnicos diferenciados, entendemos identidade como aquilo que permeia os laços de inserção em grupos e as modificações no âmbito da pós-modernidade e a as relações de inclusão e exclusão em torno deste processo. Por identidade cultural, baseamo-nos em estudos de Hall (2006, p. 12-13), sobretudo quando o referido autor dissecou o sujeito pós-moderno. Pois, segundo ele, a identidade cultural desse sujeito se torna fragmentada, composta de várias identidades, “algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas”. Tornando-se uma “celebração móvel” em meio à crise e em direção do que há por vir. Igualmente, estudos de Bauman (2001) também nos inspiram para compreender a sociedade do efêmero, do transitório, desvinculada, imediatista e pragmática, “líquida” e “fluida”.

Para complementar o conceito de identidade, necessário no âmbito escolar nos embasar de qual concepção curricular o colégio adota. No escopo do currículo escolar, os efeitos que os grupos excluídos de nossa sociedade têm apresentado, conseguem, de certa forma, resistir às práticas, às políticas e aos movimentos conservadores de opressão sobre esses grupos. Baseando-nos em Apple, Buras e outros (2008), para significar a concepção de currículo sob essa vertente. Percorremos nossos propósitos baseados na concepção de currículo nestes autores, por estes desenvolverem reflexões que coadunam com a concepção de currículo muito próxima da que vivemos no Colégio. Ou seja, um currículo onde as (dis)tensões de poder e lutas educacionais se forjam no contexto escolar e que possibilitam à palavra aos “subalternos” da História. Sobre ainda este tema, ao construirmos o projeto tínhamos em mente o currículo sob a égide da justiça social.

Quando dissecamos e selecionamos os núcleos dos conteúdos, dentro do projeto, por meio de conceitos como identidade, preconceito, “baianidade” e racismo, no fundo queremos apresentar aos estudantes parcelas dessa realidade, como objeto de estudo, para se converter em grandes urgências e preocupações no contexto escolar para se construir uma nova cidadania. Diante disso, importante a iluminação que Torres Santomé (2013, p. 67) nos traz quando afirma que “os novos vínculos de cidadania devem se basear mais em compromisso com projetos de futuro do que em compartilhar origens geográficas e tradições do passado”. Para tanto, o caso da Bahia e da expressão “baianidade” se torna o ponto inicial para a compreensão deste conceito e sua relação com a formação dos atores sociais. Os Maristas, como instituição escolar comprometida com a justiça, possibilitam para os professores, o

exercício profissional de que seja debatido o currículo sob a égide de princípios éticos como integridade, tolerância, respeito, humildade, responsabilidade, solidariedade, dentre outros valores que sustentem um currículo mais humanizador.

A partir desta construção conceitual, observamos ao longo da História do Brasil, uma divisão social pautada nas relações desiguais étnicas. O lugar do negro no projeto de brasilidade se faz necessário, para, assim, perceber a divisão de classe social e exclusão a partir desse olhar. Vale ressaltar que este tipo de discussão se torna cada vez mais necessário no ambiente escolar, uma vez que a Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008) inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Além dessa lei preconizar o já exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2004) e das orientações e ações para educação das relações étnico-raciais (BRASIL, 2006).

Contudo, essas novas diretrizes e orientações situam-se no campo das políticas de reparações, de reconhecimento e valorização da cultura negra, seu legado e importância, possibilitando a essa população o ingresso, a permanência e o sucesso na educação escolar. Tais perspectivas visam combater com mais ênfase o processo de construção do racismo no Brasil, com vistas à valorização da identidade negra na formação do povo brasileiro para, assim, buscar integrar a cultura negra sem criar estereótipos negativos de preconceitualização. Complementando, visam diminuir, ainda, o racismo no Brasil e valorizar o papel do negro na sociedade brasileira e integrando o negro sem estereótipos de preconceitualização.

Sobre o racismo, segundo Sansone (2004), a construção em torno da etnia no Brasil se deu de maneira hierarquizada, com consequências sociais para a população negra, no que tange o seu lugar na sociedade. A verticalização do racismo do branco sobre a população negra confunde com a própria construção da identidade desse povo em terras baianas. Estudos sobre o processo histórico do lugar social na população negra no Brasil, e especialmente na Bahia, remontam a períodos anteriores, a exemplo de antropólogos brasileiros e americanos, citados pelas pesquisadoras Nucci (2005) e Oliveira (1987), tais como, Donald Pierson, Melville Herskovits, Ruth Landes, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Edson Carneiro, Florestan Fernandes, dentre outros.

Conforme Munanga (2000), racismo se associa a uma crença de que critérios fenotípicos, traços hereditários e físico-biológicos provocariam diferenças na constituição cognitiva e cultural de grupos sociais. Ou seja, haveria uma diferenciação racial entre os seres humanos. Embora a Antropologia se esforce para retirar de seu estatuto o termo, substituído

pela etnia. Tudo nos leva a crer que as consequências desse modelo de desigualdade ainda permanecem no senso comum (SANSONE, 2004).

Sabemos que a História do Brasil é marcada pelo processo de colonização e que deixou profundas marcas na organização da sociedade, marcada pela desigualdade étnico-racial, produzindo o racismo e a diferenciação por classes sociais (TELLES, 2003). Podemos situar este processo com mais precisão a partir da compreensão do uso da Sociologia para fins de dominação, com a forte influência da Biologia nas chamadas teorias do racismo científico, darwinismo social e evolucionismo social (SCHWARCZ, 1993). No Brasil, essas teorias ganharam na perspectiva do combate à mestiçagem e miscigenação como um vetor de desenvolvimento econômico para o País. Tal ideologia se materializou no incentivo à migração europeia, na tentativa de reduzir geneticamente a influência negra e indígena na sociedade brasileira (SKIDMORE, 1976).

Embora não conste em nenhuma de suas produções acadêmicas, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre⁴, ao sugerir que a mestiçagem é algo positivo na constituição da sociedade brasileira, acaba por cunhar a ideia de democracia racial. Este autor segue a escola culturalista, em que a cultura é algo ensinado e transmitido como garantia da estrutura social existente. Ou seja, os costumes em uma dada sociedade, pode não ter o mesmo significado, uma vez que os códigos morais não formam uma regra universal. A diversidade toma lugar da padronização e passa a perseguir a ideia até então predominante do evolucionismo cultural (LEHMANN, 2008), como via de combate à perspectiva fortemente discriminatória que esta possuía.

É fato, no Brasil, que a população negra continua a ocupar os piores indicadores de pobreza, de violência e de vulnerabilidade social. Isso, fortemente, sedimenta o conceito de democracia racial brasileira. O que já passou a ser problematizado por Fernandes (1978) e Skidmore (1976), uma vez que a miscigenação se tornou característica da formação da sociedade brasileira. Tal processo não se refletiu em políticas de inserção da população negra nos circuitos econômicos do Brasil, ocasionando assim, oportunidades desiguais e empobrecimento econômico desse grupo social, sobretudo nas periferias. Isso reforça o depoimento de um estudante, depois da aula de campo, ao observar que

Em relação ao subúrbio é onde vimos realmente uma decadência econômica enorme e principalmente uma falta de aplicação de verbas públicas. Tais como, investimentos em passeios, postes de iluminação, sistemas de esgoto, além de pontos de ônibus quebrados e escolas com condições visivelmente precárias.

⁴ Freyre nos remete a essa discussão em seus célebres livros *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, onde o autor discorre sobre a importância desse híbrido cultural na formação da sociedade brasileira.

Além disso, o que ainda se manifesta com forte discriminação e disputa por vagas de trabalho, traduzindo em taxas de ocupações em subempregos e situação de desamparo, característica que o Florestan Fernandes chama de racismo “à brasileira” (FERNANDES, 1978).

3 O ALCANCE DO PROJETO

Como objetivo geral queremos compreender o lugar da diferenciação étnica do Brasil, a partir da construção do conceito de identidade e exclusão, que historicamente define o papel e o lugar do pensamento ocidental europeu e africano na composição da população brasileira. Para o alcance específicos, o projeto prever analisar e investigar o processo histórico brasileiro de construção identitária, para inferir criticamente sobre os aspectos que permeiam a nossa formação. Também pretende enriquecer a visão de mundo, estabelecendo um referencial sobre os diferentes séculos e décadas sobre a formação da sociedade brasileira e, em especial, a baiana. Além de compreender o conceito de identidade a partir da Bahia, como parte integrante e expressão do Brasil, através de um estudo do contexto sócio-histórico-cultural e geográfico do espaço da cidade e sua multiplicidade.

Para uma compreensão mais atenta desse Projeto, resolvemos explicitar objetivos de cada componente curricular:

a) Geografia - Reconhecer os espaços de territorialidade e apropriação dos espaços da cidade, como lugar da pobreza e da discriminação, espaços de reconhecimento e da exclusão da cidade. Refletir a partir das relações étnicas na cidade de Salvador, como locus privilegiado do modelo de exclusão presente no Brasil.

b) História - Compreender historicamente os processos de exclusão dos grupos nativos e africanos na construção da cidade de Salvador, reconhecendo os espaços dessa diferenciação nos dias atuais.

c) Cultura Religiosa - Compreender a forma como as diferentes experiências religiosas coexistiram historicamente, percebendo a “disputa no campo simbólico” em torno do lugar dessas experiências na sociedade atual.

d) Filosofia - Desconstruir a ideia de uma Filosofia alicerçada meramente no imaginário, no metafísico, e sinalizar para o espanto filosófico presente no dia-a-dia, no exercício empírico; o qual possibilita a transmissão e assimilação de valores interdisciplinares

e transculturais, que podem agregar na formação humana dos jovens em torno do mito da democracia racial.

e) **Sociologia** - Reconhecer as nuances e as estruturas simbólicas sociais que proporcionam as diferentes formas de compreensão do racismo na sociedade atual, fruto de uma construção sócio-histórica a partir das desigualdades de relações étnicas em Salvador.

3.1 Percurso trilhado

Metodologicamente o projeto é composto de ciclos de atividades, cujo objetivo principal é vivenciar o espaço da cidade de Salvador como resultado de uma construção sócio-histórica das diferenças, que acabam por evidenciar aspectos de exclusão do processo de formação da identidade do baiano e do Brasil. Para isso, conta com as seguintes atividades:

a) **Seminários temáticos** – os estudantes apresentam temas, previamente articulado pelo professor de Geografia, por meio de seminários. Sobre esta modalidade metodológica, estes são avaliados, parcialmente, no primeiro trimestre. São distribuídos textos acadêmicos de Bauman (2009), Laraia (2007), Nova (2009), Pedrão (2009), Pinheiro e Silva (2004), Santos (2000, 2006), Santos (2004), Souza (2011), Tuan (1980) e Vasconcelos (2008), para situar a dimensão da atividade e mobilizar o conhecimento científico entre os estudantes.

Também explicitamos a metodologia de apresentação dos seminários, com critérios relacionados à aprendizagem, organização, didática, sequencia pedagógica e apresentação. Os textos apresentados visam instrumentalizar o discente quanto aos conceitos e necessidades para a aula de campo.

b) **Aula interdisciplinar** – nessas aulas, apresentamos a temática a partir de uma discussão interdisciplinar, bem como orientamos os estudantes para o trabalho de campo, utilizando-se do referencial da Antropologia a partir de uma aproximação etnográfica. Como se trata de uma pesquisa social, baseamo-nos em trabalhos de Minayo (2010a, 2010b), por esta preparar plenamente o pesquisador social para a entrada em campo, bem como instrumentalizar sobre a coleta de dados e suas análises. Nesse sentido, focamos o cuidado com o outro, a visão científica versus a visão etnocêntrica, orientando o modo do olhar etnográfico e a compreensão do que é a autoridade etnográfica no trabalho de campo.

c) **Aula de campo** – com duração dos turnos matutino e vespertino, vivenciamos a discussão no âmbito da cidade de Salvador, visitando os espaços de construção histórica e atual das desigualdades sociais, onde a pobreza material e as contradições fruto do processo

étnico racial desigual se fazem presentes, como os espaços do Pelourinho, da Feira de São Joaquim e do Subúrbio Ferroviário.

Inicialmente, os estudantes analisam a Feira de São Joaquim como *lócus* da ancestralidade e identidade africana, observando os corpos, comércio e o processo econômico e cultural. Sobre isso, parece pertinente a observação de um discente quando este relatou que “após um contato maior torna-se perceptível que o que parece desorganização para mim, para os feirantes é muito simples e organizado. Em formato labiríntico dividem-se os lotes de venda”. Já uma outra estudante, assim se expressou: “para os consumidores da classe média alta, não se apresentou de forma a agradar os requisitos de requinte, como limpeza ou organização visível”.

Em seguida, ao adentrar no Pelourinho, refletimos sobre o espaço de desigualdade étnico-racial, aonde se consolida o lugar do negro do ponto de vista histórico. Para isso, visitamos a Ordem Terceira da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, às portas do Carmo. Vale salientar que a cidade de Salvador, no período Colonial, iniciava-se no portão do mosteiro de São Bento, atual rua Chile, e finalizava no Portão do Carmo. Disto isto, comparamos a referida Ordem Terceira da Irmandade com a Igreja e Convento da Ordem Primeira de São Francisco, esplendor do barroco com sua simetria e ouro empreendidos em sua construção.

Depois, os estudantes vão ao subúrbio ferroviário de Salvador, conjunto de vinte e dois bairros ligados pela malha ferroviária, que parte da estação Calçada até o bairro de Paripe. Nesse percurso se percebe a contradição da área de adensamento populacional negro e de classe socioeconômica baixa. Com ocupações de encostas desordenadas, porém com belezas naturais típicas da região da Baía de todos os Santos. A atividade finda com uma reflexão acerca dos processos sócio-históricos e culturais que conectam a pobreza econômica e a vulnerabilidade social ao racismo no Brasil.

d) **A culminância do projeto** se dá com instalações artísticas no ambiente escolar para que a comunidade educativa possa refletir sobre o tema e sentir as experiências dos estudantes envolvidos. Essa expressão artística sensibiliza os visitantes quanto aos contextos dos espaços geográficos de Salvador estão eivados de multiculturalismo, mas também marcado pela discriminação social e étnica.

Para se efetivar todas essas atividades, prevemos um cronograma de atividades em que possamos lograr êxitos com os objetivos propostos. As atividades sempre ocorrem entre os meses de abril a junho. Para o bom desempenho das atividades previstas, contamos com recursos humanos de vários setores do colégio, as vice-direções educacional e administrativa,

coordenação pedagógica, como apoio pedagógico e logístico. Os professores que organizam as atividades, sejam elas na própria sala de aula ou extra-sala. A tesouraria e o financeiro organizam o pagamento da aula de campo, realizada em parceria com uma empresa terceirizada para eventos externos ao colégio. Para isso, o estudante paga uma taxa para a aula de campo.

Como recursos materiais necessários, contamos com salas de aulas com recursos audiovisuais para os seminários dos estudantes; o teatro para a aula interdisciplinar e o investimento financeiro. Com relação aos demais investimentos, o colégio assume os valores das horas extras dos professores, sobretudo na aula de campo.

A avaliação do projeto se dá de forma processual, com diálogos informais entre professores, coordenadora pedagógica e alunos, para que haja um balizamento de possíveis mudanças de rotas, caso necessite no processo de construção das atividades. Ao final, distribui-se um questionário estruturado para professores e estudantes possam avaliar o projeto como um todo. Para os discentes os conteúdos oriundos das atividades formam os escores para a avaliação do primeiro e do segundo trimestre. Configurando-se, assim, da seguinte maneira:

- a) Primeiro trimestre: Seminários apresentados em sala de aula e resumo da aula interdisciplinar; e
- b) Segundo trimestre: participação na aula de campo e intervenção no colégio. Expressão por meio de murais, painéis fotográficos, construção de instalações artísticas e vídeos documentários.

Importante ressaltar que, para além da avaliação, este projeto contempla o Projeto Educativo do Brasil Marista, em que preza pela formação dos jovens por uma “cultura de solidariedade e da paz”, por meio de uma educação integral. Formando, assim, cidadãos academicamente competentes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e cristã (UMBRASIL, 2010). Destacamos ainda, que a atividade contempla conteúdos importantes da Matriz Curricular Marista, em toda a extensão de Ciências Humanas e suas tecnologias (UMBRASIL, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como limites, o projeto deve ser pensado como um movimento de compreensão inicial acerca de uma temática complexa e semiótica. Portanto, o fato de centrar uma

atividade com base etnográfica e antropológica é apenas um ponto de partida, devendo-se estimular no estudante a necessidade de posicionar perante o processo de racismo no Brasil. Porém, houve mudanças ou encaminhamentos decorrentes da prática relatada, no sentido de perceber a importância da participação de outros setores do Colégio Marista Patamares, principalmente o da Pastoral. Esta passou a contribuir com a atividade por conta de ações internas atrelando a discussão proposta pelo projeto ao sentido de espiritualidade como projeto pastoral.

Partindo do conceito de experiência próxima e distante (GEERTZ, 1989), sendo o primeiro a capacidade de conceituar vivências e conceitos sem esforço, e o segundo um movimento de especializar a compreensão a partir da observação participante, os estudantes, na entrada em campo, percebem com maior clareza a dimensão da etnia atrelada à condição de miséria econômica e de vulnerabilidade social, tornando-se mais sensíveis à realidade que o cerca, buscando promover o diálogo intercultural baseado no respeito, crescimento mútuo e nas relações em pé de igualdade entre diferenças culturais, étnicas e sociais; como preza o Projeto Educativo do Brasil Marista (UMBRASIL, 2010).

Creemos que conceito de etnia é um conceito confortável na literatura, mas não muda a realidade e os efeitos do racismo que estão fundamentados na crença da hierarquia das raças e na relação direta entre traços biológicos e morais. Isso verticaliza as relações de poder, o que faz a escola repensar a sua atuação frente os discentes. Sobretudo, na cidade de Salvador, onde habita, majoritariamente, uma população negra. Sobre a desconstrução de relações de poder e racismo, o projeto parece despertar no estudo o senso crítico e ajudá-los na formação mais humanística. Nesse sentido, vale o depoimento de um estudante ao final do trabalho, quando este afirmou: “o trabalho de baianidade foi um dos mais importantes em toda a minha vida escolar, desde me fazer perceber diferenças exorbitantes em relação a coisas materiais até ajudar na minha formação como ser humano para encarar a vida”.

Dessa forma, ao final das atividades, constatam-se benefícios pedagógicos aos estudantes, por permitir o olhar crítico sobre o processo do racismo no Brasil, compreendendo que, por conta dos movimentos históricos de exclusão da população africana, o lugar no negro afrodescendente, em sua grande maioria, é o da vulnerabilidade social e da desigualdade social. O projeto ainda permite significativa melhoria nas relações interpessoais, seja no Colégio seja junto às famílias, ampliando os conceitos relacionados à área de Ciências Humanas. Fomenta-se, assim, a construção de um cidadão crítico e reflexivo para com a sociedade que o cerca, articulando competência acadêmica com valores humanos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W; BURAS, Kristen L et al. **Currículo, poder e lutas educacionais**: com a palavra, os subalternos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2017.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a Educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 09 abr. 2017.

_____. **Lei nº 11.654 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11654.htm. Acesso em: 16 abr. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

GEERTZ, Clifford James. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 21. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LEHMANN, David. Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 369-385, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832008000100015. Acesso em: 18 abr. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010a. (Saúde em Debate, 46).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b. (Temas Sociais).

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. (org.). **Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói, RJ: EdUFF, 2000. p. 15-34. (Cadernos PENESB, 5).

NOVA, Luís Henrique Sá da. Baianidade contemporânea: traços históricos, limitações atuais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 6., 2010, Salvador. **Anais...** Salvador: FACOM/UFBA, 2010.

NUCCI, Priscila. Contrapontos: Roger Bastide, Ruth Landes e Edison Carneiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12. **Anais...** Belo Horizonte, 2005.

Disponível em:

<http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=54&Itemid=171>. Acesso em: 18 abr. 2017.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. DONALD Pierson e a Sociologia no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 35-48, jan./jun. 1987.

OLIVEIRA, Paulo César Miguez de. **A organização da cultura na “Cidade da Bahia”**. 2002, 347f. Tese. (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

PEDRÃO, Fernando. A urbanização voraz em Salvador. **Revista VeraCidade**. Salvador, ano IV, n. 5, p. 1-11, out. 2009. Disponível em:

<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v5/pdf/artigo1.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

PINHEIRO, Délio José Ferraz; SILVA, Maria Auxiliadora da (Org.). A cidade e seus símbolos. In: _____. **Visões imaginárias da cidade da Bahia: diálogos entre a geografia e a literatura**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 21-29.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador/Rio de Janeiro: EdUFBA; Pallas, 2004.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. Geografia e literatura nas obras de Milton Santos e Jorge Amado: o estudo da cidade de Salvador. In: PINHEIRO, Délio José Ferraz; SILVA, Maria Auxiliadora da (Org.). **Visões imaginárias da cidade da Bahia: diálogos entre a geografia e a literatura**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 95-104.

SANTOS, Milton. O mundo como fábula, perversidade e possibilidade. In: _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4. ed. São Paulo: Record, 2000. p. 17-22.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Marcio Nicory Costa. Metamorfoses da continuidade: balas, acarajés e “banhos” – três comércios da feira de São Joaquim. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: FFCH/UFBa, 2011.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Ford, 2003.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social**: o cavalo de Tróia da Educação. Porto Alegre: Penso, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

UNIÃO MARISTA DO BRASIL (UMBRASIL). **Projeto Educativo do Brasil Marista**: nosso jeito de conceber a Educação Básica. Brasília: UMBRASIL, 2010.

_____. **Matrizes Curriculares do Brasil Marista**. Componente curricular Geografia. Brasília: UMBRASIL, 2012.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. Ser-tão baiano: a baianidade e a sertanidade no jogo identitário da cultura baiana. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT). 6., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FACOM/UFBa, 2008.

DO AFETO À AFETIVIDADE JURÍDICO OBJETIVA

*Fernanda Daltro Costa Knoblauch*¹

RESUMO

Tomando por base a proteção que a Constituição Federal de 1988 busca dar à dignidade da pessoa humana, este trabalho expõe a necessidade do reconhecimento da afetividade como princípio constitucional implícito, aplicável ao Direito das Famílias. Para tanto, busca fazer uma abordagem multidisciplinar acerca dos conceitos de afeto e afetividade, tecendo paralelos e expondo diferenças, chegando ao que se convencionou chamar de afetividade jurídica objetiva. Esta opção em entender a afetividade como princípio basilar do núcleo familiar leva a uma supressão de quaisquer tipos de discriminação pelo Estado e pelo Direito em relação às entidades familiares não-matrimonializadas, fundadas, portanto, nos vínculos afetivos. Desta forma, será examinada a construção do conceito jurídico da afetividade.

Palavras-chave: Afeto. Afetividade. Princípio da afetividade. Direito de família.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como escopo apresentar um estudo multidisciplinar do afeto e da afetividade, investigando de qual forma tais conceitos foram apreendidos e positivados na seara jurídica, pelo ordenamento jurídico brasileiro. Há que se notar as semelhanças e diferenças da compreensão jurídica da afetividade para as compreensões elencadas pelas demais ciências humanas e sociais.

Toma-se como ponto de partida para esse estudo afirmações feitas por Rafael Cerqueira Fornasier no artigo “Amor e vínculo conjugal” no sentido que:

A experiência e a concepção afetivas tendem cada vez mais a serem interpretadas sob a égide da emoção. Fala-se do amor de modo que este passa a ser qualquer expressão afetiva, como vivencia de emoções entre duas ou mais pessoas, sem nenhuma distinção ética de seu conteúdo. No âmbito jurídico, chega-se a falar de direito absoluto ao afeto, como se isso fosse a máxima manifestação da liberdade dos sujeitos, fundamentando os arranjos familiares afetivos. (FORNASIER, 2016, p.90)

¹ Advogada. Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Direito Previdenciário pela Faculdade Baiana de Direito. Discente do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). e-mail: fernandaknoblauch@gmail.com.

Objetiva-se, desta forma, analisar a literatura, sobretudo jurídica, fazendo-se uma revisão na doutrina acerca do que se entende por afetividade e de qual forma tal conceito, conforme apropriado pelo Direito, se relaciona com as relações familiares.

Por possuir natureza qualitativa, a seguinte pesquisa busca descrever e interpretar a forma de apreensão dos conceitos de afeto e de afetividade pelo mundo jurídico. Quanto às técnicas e procedimentos metodológicos, optou-se pela realização de pesquisa teórica, priorizando a construção de conceitos específicos pertinentes à afetividade no Direito de Família, tendo sido precedida de processos discursivos e argumentativos. A abordagem também se faz por meio de pesquisa documental, buscando uma análise de conteúdo, com o conseguinte reexame de teorias já existentes no ordenamento, objetivando-se o encontro de novas interpretações.

O procedimento de pesquisa aplica a tipologia jurídico-prospectiva, explorando premissas e condições relativas ao tema, com intuito de verificar o estado da arte, no Brasil, acerca do tema afetividade. Para tanto, faz-se necessária a utilização de dados primários e secundários, bem como de outras fontes jurídicas tradicionais.

2 A AFETIVIDADE NO MUNDO JURÍDICO

Para que se possa tentar realizar uma conceituação do afeto e da afetividade no mundo jurídico há que se investigar, a princípio, de qual forma as transformações sociais ocorridas no século XX e início do século XXI impactaram a sociedade e a família.

Como a família é reflexo da sociedade na qual está inserida, certamente sofreu os influxos desses movimentos, passando por uma verdadeira transição paradigmática que lhe ocasionou mudanças estruturais e funcionais. (CALDERON, 2013, p. 397).

Em sua obra “Princípio da Afetividade no Direito de Família” Ricardo Calderón apresenta rebuscado estudo acerca do constante processo de transição paradigmática pelo qual passam as famílias ao longo do tempo, tomando como recorte o final do século XX e o início do século XXI. Busca o autor referenciar essa mudança de paradigma da família-instituição para a família-instrumento. Semelhante terminologia pode ser notada, também, na leitura da obra “Da monogamia a sua superação como princípio estruturante do Direito de Família”, de autoria de Marcos Alves da Silva: “A superação da família-instituição pela família-instrumento, assim definida em razão de seu objetivo de proporcionar o desenvolvimento da personalidade de seus integrantes [...]”. (SILVA, 2013, p. 265). Desta forma, enuncia

Calderón um decréscimo de influências externas, tais como religião, Estado, interesse sociais, dentre outras, e em contrapartida o aumento da percepção de que a família deve ser entendida como espaço de realização afetiva de seus integrantes (CALDERÓN, 2013, p. 01)

Em mesmo sentido, enuncia Paulo Lôbo a mesma mudança paradigmática, a qual trata como “concepção revolucionária”:

A concepção revolucionária da família como lugar de realização dos afetos, na sociedade laica, difere da que a tinha como instituição natural e de direito divino, portanto imutável e indissolúvel, na qual o afeto era secundário. A força da afetividade reside exatamente nessa aparente fragilidade, pois é o único elo que mantém pessoas unidas nas relações familiares. (LÔBO, 2016, p. 123)

De princípio, há que se afirmar, com plena certeza, que a família precede o Direito. Por essa ordem de precedência, pode-se supor que é o Direito que deve se manter atento às transformações sociais e nas relações, e não a família que deva buscar se adaptar às categorias jurídicas já postas. Neste sentido, manifesta-se com propriedade Carlos Alberto da Mota Pinto:

A família é uma realidade natural e social, cuja existência material, psicológica e moral se manifesta, antes de mais nada, em planos ou domínios da vida estranhos – íamos escrever anteriores – ao plano jurídico. (PINTO, 2005, p. 158)

Complementa Rodrigo da Cunha Pereira:

A família não é fruto da natureza, mas da cultura. Por isso, ela pode sofrer inimagináveis variações no tempo e no espaço, transcendendo sua própria historicidade. O Direito não pode fechar os olhos a esta realidade. E por mais variações que a família sofra, em seu cerne estará sempre o valor mais seguro, e do qual nenhum ser humano pode abrir mão, essencial a adultos e crianças: o amor, a afetividade. (PEREIRA, 2016, p. 19)

Partindo dessas premissas, uma moderna definição do que seria, portanto, o Direito de Família (ou Direito das Famílias, em acepção mais pluralista) pode ser encontrada na obra de Giselda Hironaka. Para a autora:

Destarte, Direito de Família é o ramo do conhecimento que visa justificar as relações de família consanguínea, civil ou afetiva sob a orientação dos princípios constitucionais de proteção à dignidade da pessoa humana, de solidariedade familiar, de igualdade entre os filhos, de igualdade entre cônjuges e companheiros, de afetividade e de função social da família, entre outros corolários desses. (HIRONAKA, 2016, p. 62)

Neste momento, cumpre-se notar que, muito embora o recorte dado a esta produção seja eminentemente jurídico, por opção, tem-se consciência de que a família, antes de tudo, deve ser entendida como fenômeno cultural, social e sociológico. Desta forma, pode e deve a família ter sua realidade fática estudada por outros campos de conhecimento, a exemplo da

psicologia, sociologia e antropologia; da mesma forma busca-se tratar do afeto, que pode ser interpretado de diversas formas a depender tanto do campo de conhecimento enquanto ciência quanto da abordagem que pretende dar o pesquisador.

Em rápida pesquisa feita na internet podem ser encontradas diversas definições para o que seria “afeto”. A título de exemplo, cita-se definição constante na Wikipédia, famoso site de amplo alcance; consta que “‘Afeto’ (*affectus* ou *adfectus* em latim) é um conceito usado em filosofia por Spinoza, Deleuze e Guattari, o qual designa um estado da alma, um sentimento.” Por sua vez, o site Dicionário Online de português traz algumas definições para o substantivo afeto: “Sentimento de imenso carinho que se tem por alguém ou por algum animal; amizade [...]. “; “Sentimento e emoção que se manifestam de muitos modos”; “[Psicologia] Um dos três tipos de função mental, juntamente com a volição e com a cognição. ”; “Estado emocional que se relaciona com a formação da pulsão. ”

No âmbito das ciências humanas, inúmeros autores também se propuseram a tratar do tema do afeto. Destacam-se alguns posicionamentos de grande relevância doutrinária. Há que se notar o desafio apontado por Fornasier:

No âmbito dos afetos, o grande desafio da contemporaneidade aparenta ser a comunicação do aspecto passional do afeto com o caráter ponderado do vínculo e isso, segundo Botturi (2009), se concretiza por meio da busca de uma raiz comum. (FORNASIER, 2016, p. 91)

O próprio Botturi, em trecho de sua obra destacado por Fornasier, busca realçar essa aparente relação de oposição e convergência entre a razão e a afeição:

O prevalecer social da racionalidade analítica e calculadora técnico-científica tende a assimilar cada forma de racionalidade e a estranhar o afetivo na esfera do racional; a afetividade, por sua vez, sendo sempre menos em comunicação com critérios racionais ontológicos e axiológicos, se desenvolve em termos sempre mais subjetivos e anônimos. (BOTTURI, 2013 *apud* FORNASIER, 2016, p. 91)

Não me causa estranhamento, portanto, que o Direito cause um certo desconforto na comunidade acadêmica ao buscar um recorte jurídico num tema eminentemente tratado na seara do emocional e sentimental. Neste momento, há que se atentar a uma sutil diferença no tratamento dado aos vernáculos “afeto” e “afetividade”:

Afeto e afetividade, embora dividam a mesma origem, não se confundem: a afetividade é a dinâmica das relações afetivas, é a constante transição dos sentimentos humanos entre os mundos interno e externo; afeto é sentimento. (ANDRADE, 2013 *apud* CALDERÓN, 2013, p. 321)

É buscando “simplificar” tal confusão que Paulo Lôbo (2009) busca encontrar um sentido jurídico para a afetividade, da forma como presente no ordenamento jurídico

brasileiro (o que será visto mais adiante). Na esteira de seu pensamento, e com muito brilhantismo, é que Calderón sustenta o termo “princípio da afetividade jurídica objetiva”.

Ipsi literis:

Na proposta que ora se sustenta, o princípio da afetividade jurídica objetiva está presente no nosso sistema jurídico com incidência no direito de família brasileiro. Sua objetivação exclui da análise do direito aspectos subjetivos da afetividade e centra sua verificação da presença de fatos signo-presuntivos que a manifestem. Seu substrato envolve relações de cuidado, entreajuda, respeito, comunhão de vida, convivência, manutenção da subsistência, educação, proteção, carinho etc. (CALDERÓN, 2013, p.320)

Partindo desta proposta, o autor se põe, ainda, a estabelecer mais algumas distinções, visando facilitar a compreensão do recorte que impõe em sua obra. “A procura por tais distinções e definições objetiva afastar o risco de enfraquecimento do próprio princípio por excessiva subjetividade e ausência de fundamentação.” (CALDERÓN, 2013, p. 323). Busca, portanto, distinguir a afetividade jurídica (e, portanto, tendente a uma objetividade) de outros conceitos de afetividade exteriores ao Direito (mas não menos importantes). Para dar esteio à sua proposta, apresenta três importantes detalhamentos:

No 1º detalhamento, ele cumpre justamente um cuidado metodológico, ao diferenciar a noção do afeto (que não possui uma conceituação puramente jurídica) da de afetividade, no sentido de manifestação, expressão fática do sentimento de afeto. Dada essa primeira distinção, parte o autor em busca de um maior aprofundamento do termo afetividade, subdividindo-o em duas dimensões: subjetiva e objetiva. No 2º detalhamento, informa que a dimensão subjetiva não interessaria ao Direito, posto que diretamente relacionada a fatores individuais psíquicos; logo, a dita afetividade subjetiva nada mais era que o afeto em si, ou seja, sentimento. Por sua vez, deve cuidar o direito da dimensão objetiva da afetividade, por mim já referida, que seriam as condutas externalizadas pelo sujeito. “Ou seja, o direito não estaria regulando sentimentos, mas sim apenas valorando fatos representativos, tidos como relevantes para o ordenamento.” (CALDERÓN, 2013, p. 322). Para o mundo jurídico, demonstrada (e provada) a afetividade objetiva, a subjetiva (o afeto como sentimento em si) resta presumida. Por fim, no 3º detalhamento faz referência ao termo socioafetividade, concordando com o proposto por Lôbo (2009, p. 454) no sentido de que seria esta um fato jurídico decorrente da manifestação social da afetividade (objetiva).

3 A AFETIVIDADE JURÍDICA OBJETIVA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Explicada como deve ser feita a apreensão do termo ‘afeto’ no mundo jurídico, sob o recorte de ‘afetividade jurídica objetiva’, há que se indagar de qual forma essa afetividade vem sendo entendida e reconhecida dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Conforme é sabido, o Direito é um constructo social, resultante das constantes reestruturações das sociedades; portanto, mutável, e de forma alguma pode ser entendido como um conceito fixo, metafísico. Desta forma, não se pode quedar inflexível (ou imune) às transformações sócio históricas.

No centro do ordenamento jurídico brasileiro encontra-se a Constituição federal, que trata de um vasto conjunto de matérias, e que deve submeter os regramentos inferiores a um critério de validade, que é a compatibilidade com o texto constitucional.

A Constituição da República de 1988 reescreveu o Direito de Família no Brasil (e não só ele), retirando do Código Civil de 1916 e demais normas a centralidade do sistema de Direito Civil, posto incorporar no texto constitucional os valores normativos e comandos precisos que passaram a informar o Direito pós-1988, permitindo (quicá exigindo) que os problemas humanos e suas regulações ordinárias fossem e sejam interpretadas à luz da Constituição, e não ao contrário. (HIRONAKA, 2016, p.46)

A Constituição, em seu bojo, apresenta diversas normas, que podem ser tanto regras quanto princípios, a depender de seu conteúdo. Enquanto a regra comporta suporte fático hipotético mais determinado e fechado (trabalha com hipóteses de incidência por meio da subsunção), os princípios apresentam tal suporte fático hipotético mais indeterminado e aberto. “No mundo contemporâneo, os princípios, em razão de sua ductilidade e adaptabilidade, são os instrumentos jurídicos apropriados para lidar com as mutações sociais, contribuindo para o avanço da sociedade e para a afirmação dos valores de justiça. (LÔBO, 2016, p. 108)

Os princípios constitucionais podem ser expressos (quando positivados no texto constitucional explicitamente), ou implícitos, quando muito embora não estejam escritos no texto da carta magna, sua existência e validade possa ser extraída da leitura da própria Constituição. Segundo aponta Calderón (2013, p. 289), no Brasil existem três principais correntes doutrinárias no que se refere ao status da afetividade na Constituição.

Uma primeira corrente reconhece a afetividade como princípio implícito do Direito de Família. A integram: Luiz Edson Fachin “E pensar sobre a socioafetividade inevitavelmente acarreta uma reflexão sobre o conteúdo principiológico da afetividade” (2011, p. 12), Rodrigo da Cunha Pereira “Independente do embate entre velhas e novas concepções, assim caminha a

família. Em outras palavras, a afetividade ascendeu a um novo patamar no Direito de Família, de valor e princípio.” (2005, p. 190), Maria Berenice Dias “A afetividade é o princípio que fundamenta o Direito de Família na estabilidade das relações socioafetiva e na comunhão de vida [...]” (2015, p.52), Maria Helena Diniz “[...] Princípio da afetividade, corolário do respeito da dignidade da pessoa humana, como norteador das relações familiares e da solidariedade familiar. ” (2011, p. 38), Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho “Todo o moderno Direito de Família gira em torno do princípio da afetividade.” (2011, p. 87), e também Paulo Lôbo (2016, p. 110), Rolf Madaleno (2011, p. 95), Flávio Tartuce e José Fernando Simão (2011, p. 50-53), Caio Mário da Silva Pereira (2011, p. 58-59), Adriana Maluf (2010, p. 43) e Carlos Roberto Gonçalves (2011, p.24), estes apenas a título de exemplo.

Já a segunda corrente é aquela que, muito embora reconheça a importância da afetividade e do afeto para as famílias, considera o afeto apenas como valor jurídico, sem natureza principiológica. Como expoentes desta corrente, temos: Paulo Nader “A necessidade de desenvolver a afetividade e o sexo aproxima os casais, proporcionando continuidade da espécie, mas é a razão, associada à experiência, que os orienta no planejamento da vida em comum, na criação e educação dos filhos. ” (2011, p. 06), Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald “A família do novo milênio, ancorada na segurança constitucional, é igualitária, democrática e plural (não mais necessariamente casamentária), protegido todo e qualquer modelo de vivência afetiva e compreendida como estrutura socioafetiva, forjada em laços da solidariedade. ” (2010, p. 10), Eduardo de Oliveira Leite “[...] no cenário de um novo Direito de Família que surge, pujante, viril e livre, não mais atrelado ao estéril formalismo, reprodutor de fórmulas ultrapassadas, mas vinculado às novas conquistas de um ser humano preocupado com a supremacia do afeto, da sensibilidade e do Amor. ” (2005, p. 195) e Fábio Ulhoa Coelho “A família (...) parece finalmente destinar-se para sua vocação de espaço de afetividade. Nessa função, ela representa uma organização social insubstituível. Por enquanto. ” (2011, p. 20), a título de exemplo.

Por fim, há ainda uma terceira corrente, que argumenta que o afeto não deve ser objeto do Direito; ou seja, repele expressamente qualquer perspectiva principiológica à afetividade. Posicionam-se neste sentido: Gustavo Tepedino “Nos escombros da desconstituição da família inexistem certamente amor e afeto – que, de resto, não se constituem em princípios jurídicos e, por isso mesmo, carecem de força coercitiva. ” (2005, p. iv), Regina Beatriz Tavares da Silva “O afeto é relevante nas relações de família, mas não se pode olvidar que o direito de família tem embasamento em direitos e deveres e não em sentimentos e emoções

(...)” (2011, p. 35 e 43), Roberto Senise Lisboa “No seu sentido lato, a afeição e o respeito possuem, conforme definido, um sentido diferente. Não são propriamente critérios jurídicos a serem utilizados para a fundamentação de solução jurídica dada a um problema familiar. ” (2010, p. 46), e Marco Túlio de Carvalho Rocha “Uma vez que no sentido filosófico-científico ‘afeto’ tem consonância com ‘sentimento’, o Direito não pode ser chamado a protegê-lo incondicionalmente, uma vez que muitas de suas manifestações contrariam os valores fundamentais da ordem jurídica. Além disso, o Direito somente regula a conduta humana exteriorizada. ” (2009, p. 61). Acredita-se que os questionamentos levantados por estes autores originam-se do não-conhecimento da chamada afetividade jurídica objetiva, tema já explorado neste trabalho, e que distingue, com certa clareza o afeto enquanto sentimento da afetividade enquanto objeto jurídico.

4 CONCLUSÃO

A afetividade, conforme entendida por grande parcela da doutrina brasileira, difere-se do afeto em si. Vislumbrada a diferenciação entre o que se convencionou chamar de “princípio da afetividade jurídica objetiva” e afetividade subjetiva (ou o afeto em si) e tomados esses termos como conceitos jurídicos, não se identifica óbice ao estudo do tema seguindo um recorte jurídico. A afetividade jurídica não intenta averiguar a existência de questões subjetivas ou sentimentais; cuida de observar fatos externados em relações intersubjetivas, isso tudo de uma forma bastante objetivada.

É importante que o Direito (seguindo caminho já trilhado pelas demais ciências humanas e sociais) se aproprie, também, do termo afeto, e cuide de estudar, tentar entender e normatizar a afetividade como princípio, pois sua função no ordenamento é precípua para o reconhecimento de diversas situações fáticas já existentes (e, por falta de regulamentação, muitas vezes legadas a um espaço de não-direito), a exemplo da paternidade socioafetiva e das novas formas familiares (ambas em processo de reconhecimento), dentre outras.

REFERENCIAS

ANDRADE, Renata Cristina Othon Lacerda de Andrade. Aplicabilidade do Princípio da Afetividade às Relações Paterno-Filiais: a difícil escolha entre os laços de sangue e o afeto sem vínculos. In: ALBUQUERQUE, Fabíola Santos; EHRHARDT JR., Marcos; OLIVEIRA, Catarina Almeida de (Orgs.). **Famílias no direito contemporâneo**. Recife: Podivm, 2010.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. **Princípio da Afetividade no Direito de Família**. Rio de Janeiro: RENOVAR, 2013.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: família, sucessões**. 4ª. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 5.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10ª. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DICIO, Dicionário Online de Português, 2009 - 2017. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/afeto/>>. Acessado em 15 mai 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. v. 5: Direito de Família 26ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FACHIN, Luiz Edson. **Questões Controvertidas da Jurisprudência sobre Paternidade Socioafetiva**. Palestra proferida na XXI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em 23 de novembro de 2011, na cidade de Curitiba/PR.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. 2ª. ed., rev. amp. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FORNASIER, Rafael Cerqueira. **Amor e Vínculo Conjugal**. Coleção: Estudos sobre Família – Relações Familiares volume 2. (orga) MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. Curitiba: CRV, 2016, p. 90-109.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. Direito de Família. v. VI. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. v. 6, Direito de Família, 8ª. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **O Conceito de Família e sua Organização jurídica**. In: coordenador Pereira, Rodrigo da Cunha ; Farias Cristiano Chaves de ... [et al.]. **Tratado de direito das famílias**, Belo Horizonte: IBDFAM, 2016, 1070 p. il

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito Civil Aplicado**. v. 5. Direito de Família. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil**. v. 5. Direito de família e sucessões. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. A Socioafetividade no Direito de Família: a persistente trajetória de um conceito fundamental. In: DIAS, Maria Berenice et al. (Coords.). **Afeto e Estruturas e Familiares**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

_____. **Direito de Família e os Princípios Constitucionais**. In: coordenador Pereira, Rodrigo da Cunha ; Farias Cristiano Chaves de ... [et al.]. **Tratado de direito das famílias**, Belo Horizonte: IBDFAM, 2016, 1070 p. il

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 4ª. ed., rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas Modalidades de Família na Pós-Modernidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil 2: Direito de Família** – atualizada por Regina Beatriz Tavares da Silva. 41ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**. 5ª. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Direito de Família, v. 5, 19ª. ed., rev. e atual. por Tânia da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios Fundamentais Norteadores para o Direito de Família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. **Teoria Geral do Direito Civil**. 4ª. Ed. Atual. por Antônio Pinto Monteiro e Paulo da Mota Pinto. Coimbra, 2005.

ROCHA, Marco Túlio Carvalho. **O Conceito de Família e Suas Implicações Jurídicas: teoria sociojurídica do direito de família**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SILVA, Marcos Alves da. **Da Monogamia. A sua superação como Princípio Estruturante do Direito de Família**, Curitiba: Ed. Juruá, 2013.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil: Direito de Família**. v. 5. Op. Cit., São Paulo: Método, 2011.

TEPEDINO, Gustavo. **Bases Teóricas Para o Novo Direito de Família**. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, Padma, v. 23, jul./set. 2005.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. 2002. Disponível em:
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Afeto_\(filosofia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Afeto_(filosofia))>. Acessado em: 15 mai 2017.

DUMPING SOCIAL E MOBILIDADE REGIONAL

Rangel Evangelista Freitas ¹
Vander Luiz Pereira Costa Junior ²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo traçar o fenômeno no *dumping* social e sua mobilidade regional. Aponta a nova conjuntura econômica alcançada com o advento do capitalismo e suas peculiaridades no trato do labor humano. Reforça que o *dumping* social tem despertado acalorados debates no cenário internacional diante das inúmeras controvérsias acerca das reais intenções das nações desenvolvidas e subdesenvolvidas no seu enfrentamento, assim como o organismo internacional legitimado para combater eventuais conflitos. Expõe acerca do diálogo entre o direito interno brasileiro e as normas internacionais apresentadas pela Organização Internacional do Trabalho no enfrentamento desse fenômeno além de ressaltar o exemplo da China como maior usurpadora dos direitos laborais mínimos e desrespeito à dignidade da pessoa humana, com enfoque no fato de que os maiores entraves na concretude das normas *soft law* não estão vinculadas à ausência de propósitos na proteção dos seres humanos em uma perspectiva global, mas sim, no desinteresse em romper laços com a maior economia em ascensão.

Palavras-chave: Globalização. Dumping social. Organização Internacional do Trabalho. Organização Mundial do Comércio. China.

RÉSUMÉ

Cette étude vise à retracer le phénomène au « dumping social » et sa mobilité régionale. Il montre les nouvelles conditions économiques obtenus avec l'avènement du capitalisme et de ses particularités au travail humain. Souligne que le *dumping* social suscite des débats houleux en la scène internationale sur les nombreuses controverses lié a les intentions réelles des pays développés et sous-développés en son combat, ainsi comme l'organisme international légitimée pour régler les possibles conflits. Au cours d'étude, nous allons exposer le dialogue entre le droit national brésilien et les normes internationales présenté par l'Organisation internationale du Travail pour faire face à ce phénomène et à souligner l'exemple de la Chine comme un usurpateur majeur des droits du travail et de la faute de respect à la dignité humaine. C'est important souligner que nous allons nous concentrer sur le fait que les plus grands obstacles à la concrétisation des normes du droit de Solf ne sont pas liés à l'absence de but à protection des êtres humain, en une perspective globale, mais en le manque d'intérêt pour la rupture des liens avec la plus grande économie à la hausse.

Mots clés: Globalisation. Dumping social. Organisation Internationale du Travail. Organisation Internationale du Commerce. Chine.

¹ Orientando. Bacharelado em Direito pela Universidade Católica do Salvador.

² Orientador. Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador. Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador.

1 INTRODUÇÃO

O direito internacional sempre foi recheado de calorosas discussões acerca do trabalho e sua relação com as normas de cunho social. Constantemente, disputas entre países desenvolvidos e as nações subdesenvolvidas são postos em pautas a fim de otimizar a relação capital *versus* trabalho, onde, ao final, objetiva-se reconhecer as duas matérias ventiladas como essenciais na contemporaneidade.

Com efeito, verificando-se a diversas facetas assumidas pelo capitalismo no decorrer do século XX, é notória a necessidade de um debate mais robusto e eficiente ante as atrocidades ocorridas nos últimos anos e a exigência de uma postura mais significativa dos legitimados para tal propósito.

O presente trabalho buscou acalorar essas discussões, apresentando em seu primeiro tópico esclarecimentos acerca das novas características assumidas pelo capitalismo após o advento da revolução industrial e o nascimento da globalização, revelando que na atualidade, os Estados necessitam rever os padrões laborais adotados a fim de evitar um colapso social e econômico.

O segundo tópico foi movido pelo interesse em entender o nascedouro dos organismos internacionais legitimados para atuarem em uma perspectiva internacional, traçando um histórico entre a primeira manifestação global em prol da tutela dos direitos laborais mínimos apresentados no Tratado de Versalhes, até o nascimento da Organização Internacional do Trabalho e a Organização Internacional do Comércio, cujo enfoque se pautou nas diversas discussões acerca do foro competente para atuar em face dos eventuais conflitos, assim como as propostas apresentadas pelos estudiosos quanto a melhor solução a ser empreendida.

O conceito de *dumping* social, sua análise no cenário internacional e as especificidades quando analisados nos diversos contextos internacionais foram tratados no terceiro tópico. Nesse, as diversas medidas utilizadas pelos Estados e organismos internacionais foram explanados com a conceituação do que seriam as normas *soft law* e *hard law*, sendo finalizada com a problemática acerca da impossibilidade de intervenção direta nos territórios dos países lesantes, acendendo, ainda, a necessidade de uma mobilização internacional no combate a este fenômeno por meio de uma atuação integrada de todos.

Nessa mesma linha de ideias se debruçou o quarto tópico, todavia, numa análise do direito interno brasileiro e seu diálogo com as normas internacionais de proteção dos direitos dos trabalhadores. Nele foi analisado que o ordenamento jurídico pátrio acolheu o capitalismo como modelo econômico adotado ao tempo em que reconhece a necessidade de atendimento

da justiça social, apesar os entraves e dificuldades para por em prática o que foi garantido constitucionalmente.

Na sequência, como a proposta consistia em uma análise numa perspectiva internacional, o quinto tópico adentrou, mesmo que de forma singela, à realidade chinesa, demonstrando que a realidade social vivida por aquele país não tem sido vista internacionalmente com a relevância que merece.

Ademais, questionamentos nasceram quando se verificou que nenhuma nação/organismo do globo têm empreendido esforços no sentido de retirar os milhares de chineses dessa condição sub-humana, apesar da existência dos inúmeros mecanismos desenvolvidos no decorrer das últimas décadas no combate as diversas formas de *dumping*.

O trabalho foi concluído no sexto tópico, onde foi possível visualizar que a real intenção dos Estados não está diretamente ligada a proteção do homem como ser digno de proteção individualizada e do labor como elemento indispensável ao desenvolvimento social saudável, mas, sim, na manutenção das diversas relações com uma das maiores economia do globo, em prol da ampliação do capital.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO, LIVRE INICIATIVA E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

A trajetória humana no tocante aos contextos econômicos e sociais sempre foi marcada por diversas conjunturas e adversidades, principalmente a partir da revolução industrial, quando os mecanismos tecnológicos foram introduzidos e o labor humano sofreu significativa alteração.

Nesse diapasão, o descompasso entre a realidade vivida pelos operários no início do XX e o previsto nas legislações vigentes à época, ocasionaram o surgimento de movimentos em prol da defesa dos direitos daqueles trabalhadores.

Esse seria o gene do que posteriormente foi adotado pelas constituições de cada país que almejava a promoção do bem-estar da população ante a fragilidade social e o controle das grandes empresas no mercado que se capitalizava.

Partindo das premissas expostas, antes de adentrar nos assuntos acerca do fenômeno do *dumping* social e suas implicações sociais e econômicas, impõe-se o dever de esclarecer o conceito de globalização e livre iniciativa sob um olhar dos direitos sociais presentes nas sociedades.

Discorrendo sobre o conceito geral de globalização, João Marcelo Vela assevera que:

A globalização pode ser compreendida como a fase de expansão que o capitalismo atingiu na atualidade, impactando a economia, a política, a cultura e o espaço geográfico. Se no capitalismo comercial iniciado no final do século XV, com as grandes navegações e o colonialismo, diferentes partes do mundo passaram a estabelecer maiores relações, nos séculos seguintes essas relações se intensificaram conforme as novas tecnologias possibilitaram o avanço da produção industrial e do comércio mundial. A globalização é, sobretudo, econômica, e caracteriza-se pelo conjunto de mudanças no processo de produção de riquezas, nas relações de trabalho, no papel do Estado, nas formas de dominação sociocultural e pela facilitação dos fluxos de pessoas, capitais e informações ao redor do mundo. (2016)

Seguindo essa linha, compreende-se que a globalização exerce um papel preponderante na ligação entre os povos, se apresentando como uma realidade inevitável e necessária na atualidade. Não há como visualizar uma sociedade sem tais características, em que tudo passou a ser negociado a qualquer tempo, independente de fuso-horário e cultura pertencente a cada nação, inserindo, inclusive, países com histórico de isolamento e autonomia das suas economias.

No tocante à livre iniciativa, conforme Tavares, ela é visualizada “na abertura jurídica concedida aos particulares para competirem entre si, em segmento lítico, objetivando o êxito econômico pelas leis de mercado e a contribuição para o desenvolvimento nacional e a justiça social”. (TAVARES, 2011).

No entanto, nem sempre as empresas se comportam da forma ética e honesta como deveriam. A ausência de controle rígido sobre suas atividades e circulação do capital fez surgir outra consequência presente precipuamente nos Estados em que o liberalismo passou a ser difundido com a mínima intervenção interna ou externa.

Nesse passo, a fim de atender aos anseios dos mercados cada vez mais interligados e sem a criação de mecanismos capazes de gerir a forma de atuação no mercado internacional, surgiu aquilo que Robert Kurz, definiu como “contradição estrutural entre mercado e Estado”. Segundo esse teórico

(...) a globalização acarreta uma nova contradição estrutural entre o mercado e o Estado. De fato, por meio da internacionalização do estoque de capital, o capital foge ao controle estatal e diminui as receitas públicas. Por outro lado, o capital globalizado depende mais do que nunca de uma infra-estrutura funcional (portos e aeroportos, estradas, sistemas de transporte e comunicação, escolas, universidades, etc.) que, como antes, deve ser organizada por iniciativa estatal. A globalização retira do Estado os meios financeiros imprescindíveis para o próprio desenvolvimento da globalização. (KURZ, 1995).

A proliferação do capitalismo globalizado e a inserção da livre iniciativa desenfreada fizeram nascer entre os diversos Estados a necessidade de uma regulamentação da atuação das

multinacionais perante a sociedade civil. Tal regulamentação se constitui em um fator essencial para a própria continuidade do sistema capitalista e manutenção de uma concorrência justa tanto para as empresas envolvidas, como para os trabalhadores que a compõem.

Assim sendo, foi em meio a essa ebulição de acontecimentos que as nações refletiram acerca da importância da regulação da concorrência na dinâmica social que a acompanhava, posto que apesar do avanço do liberalismo, a necessidade de considerar o labor humano como merecedor de tutela jurídica também adquiriu notório reconhecimento.

Traçado o delineamento básico acerca da globalização e suas implicações no cenário comercial internacional, cujas consequências perpassam desde a concorrência exercida pela livre iniciativa comum à maioria dos Estados, até a análise no labor humano como fonte de realização como ser, cumpre agora tecer esclarecimentos acerca das instituições ou organismos internacionais legitimados a intervirem nos países de forma mais robusta e eficaz. É o que se realizará no tópico seguinte.

3 O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) E ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) NO COMBATE AO DUMPING SOCIAL

O avanço do neoliberalismo no século XX exigiu que os Estados criassem mecanismos que visassem à regulamentação e controle nos mercados, visto que, conforme mencionado alhures, o capitalismo trouxe consigo uma série de interações entre todas as nações do globo, possibilitando um intercâmbio cultural, logístico e econômico entre todos os povos. (LAU, 2015)

Com efeito, verificando que esse avanço poderia provocar práticas abusivas por parte das multinacionais que cada vez mais expandiam seus mercados e internacionalizam seus capitais, os países desenvolvidos, principalmente, viram a necessidade de criação de mecanismos capazes de controlar as medidas socioeconômicas adotadas.

Dessa feita, a primeira tentativa de criação de um documento de abrangência internacional que objetivasse a proteção à livre concorrência e a implantação de padrões mínimos de trabalho foi o Tratado de Versalhes, criado em 1919 na França, com o propósito de oficializar o fim da primeira guerra mundial entre as nações europeias por meio da promoção da paz social.(FERNANDEZ, 2014).

A participação de organismos sindicais nesse documento teve significativa relevância, posto que foi por meio de suas reivindicações que as primeiras Declarações e Convenções internacionais direcionadas às classes trabalhadoras foram instituídas.

Dentre as principais inovações do multicitado Tratado, tem-se a criação da Organização Internacional do Trabalho, fundada com a função precípua de delinear a pacificação entre os povos por meio da incansável busca por justiça social.

No que tange à conceituação e finalidade da Organização Internacional do Trabalho – OIT, obtempera Cecato:

Os preceitos da OIT – sua Constituição e suas Convenções – tornam-se o modelo da regulação das relações de trabalho e do estabelecimento dos direitos sociais, fixando-se na base a construção do Estado do Bem Estar Social. É, efetivamente a partir da criação dessa Organização, que os Estados adotam, mais sistematicamente, normas e medidas de proteção ao trabalhador, tanto no nível constitucional (a partir de então, de caráter social) quanto no infraconstitucional. Os direitos ao trabalho; a salário justo e equitativo; ao descanso (intra e inter-jornada; semanal e anual); à liberdade sindical; à negociação coletiva e à greve, além dos relativos à seguridade social, são contemplados nos ordenamentos nacionais. Em princípio, encontra-se completo o quadro dos direitos laborais como mínimo indispensável à salvaguarda da dignidade do trabalhador, conquanto não garantidamente respeitados (CECATO, 2007).

Ademais, corroborando sobre as políticas implementadas pelas nações no século XX, a fim de diminuir os abusos cometidos pelas nações no que concerne aos direitos laborais mínimos, imperioso mencionar a Carta de Havana elaborada na década de 40, cuja finalidade consistia em expandir o comércio internacional e firmar compromissos no sentido de erradicar condições deploráveis no âmbito laboral. Nesta linha de pensamento, noticia Leandro Fernandez:

A Carta de Havana, engendrada no âmbito da Conferência Internacional sobre o Comércio e o Emprego, apresentava, dentre outras propostas, a criação da Organização Internacional do Comércio e o compromisso dos países signatários de erradicar, no âmbito de seus territórios, condições degradantes de trabalho. Reafirmou-se, aqui, a ideia de que a produção de bem sem o respeito a padrões sociais dignos traduz-se numa prática nociva ao comércio internacional. (FERNANDEZ, 2014, p. 105).

No entanto, apesar dos consideráveis avanços que tal medida poderia promover, a Carta sofreu rejeição dos Estados Unidos da América, maior potência econômica e política à época, e, conseqüentemente, a Organização Internacional do Comércio nunca saiu do papel.

Nesse mesmo período, foi instituído o Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio – GATT, compreendido como a medida mais significativa e exitosa no combate ao

dumping que começava a surgir, ao passo em que implementava manobras capazes de reduzir os entraves comerciais entre os países.

Entretanto, observa-se que, mesmo após muitas tentativas no decorrer da segunda metade do século XX, somente com a implementação, em 1995, da Organização Mundial do Comércio concatenada com os preceitos da OIT, foi possível a criação de medidas consideravelmente mais robustas, ainda que seu alcance não tenha se apresentado, lamentavelmente, tão eficaz em âmbito global. (FERNANDEZ, 2014).

Acerca de tais dificuldades dos mecanismos adotados pelas nações, preleciona Leandro Fernandez:

Desde então o tema das cláusulas sociais vem sendo sistematicamente discutido nas diversas Rodadas do GATT. Todavia, não se obtiveram, até hoje, consideráveis avanços na matéria, em decorrência da ausência de consenso internacional sobre a implementação de tais cláusulas. Têm-se observado duas tendências em face de tais circunstâncias: a utilização de atos unilaterais no âmbito do comércio internacional e a inclusão, em acordos regionais, de cláusulas sociais. (FERNANDEZ, 2014, p.105).

No que toca a Organização Mundial do Comércio – OMC e a sua tentativa de criação de medidas capazes de permitir uma livre concorrência justa, ao tempo em que exigia ajustes nas legislações dos países signatários a fim de tornar vigentes as diretrizes ditas como necessárias a manutenção de padrões laborais mínimos, importante apontar que segundo parte dos teóricos, uma possível obscuridade no que concerne as reais intenções dos Estados desenvolvidos deve ser levada em consideração.

Tais argumentos advêm do fato de que, para uma parcela significativa das autoridades dos países com menor poder econômico e social, os países ricos que possuem multinacionais com sede em seus territórios não estão interessadas em questões humanitárias envolvendo direitos constantes nas mais diversas cartas e instrumentos internacionais, mas sim, na introdução de monopólios em prol da ampliação do seu capital.

Logo, nações como os EUA sustentam que a imposição dessas medidas nunca será realmente eficaz enquanto todos os governos exploradores não estiverem dispostos a assumirem seus papéis como responsáveis pela harmonia comercial e social.

Leandro Fernandez menciona que:

A grande dificuldade das cláusulas regionais, no tocante ao *dumping* social, é exatamente a incapacidade de vincular países não signatários a padrões mínimos laborais, revelando-se assim como a imposição unilateral de restrições, uma solução precária. EUA e UE são os principais defensores da ampla inclusão, em instrumentos de comércio internacional, de cláusulas sociais. Argumentam que os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento

obtêm injustas vantagens competitivas valendo-se da utilização de mão de obra em condições degradantes.

A seu turno, há países do Sul que alegam que as preocupações humanitárias dos países desenvolvidos apenas escondem, em verdade, interesses de ordem econômica. Sustentam que as cláusulas sociais propostas não passam de novas investidas protecionistas, a fim de assegurar a predominância econômica destes. (FERNANDEZ, 2014, p.108).

Há de convir que a ausência de consenso por parte dos Estados tem provocado prejuízos para todos os envolvidos, principalmente para as empresas que buscam cumprir seu papel na promoção do bem estar de seus funcionários, em benefício daquelas que em vez de cumprirem sua função, ficam arquitetando manobras jurídicas em prol da manutenção desse “câncer” social.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela OIT na luta pela proteção dos direitos dos trabalhadores é o fato de que suas medidas não possuem poder sancionatório para as nações infratoras, visto que as convenções apresentadas por ela são adesão voluntária.

Assim sendo, mesmo diante de um eventual descumprimento e instauração de reclamações por descumprimento promovida pelos demais Estados-Membros, a única consequência seria a exposição perante o cenário mundial de que tal nação não tem cumprido os compromissos assumidos ao ratificar determinado tratado ou convenção.

Com efeito, após se verificar que a implantação de medidas meramente declaratórias e pedagógicas não estava sendo respeitadas pelas empresas transnacionais, os Estados passaram a idealizar formas mais robustas e imperativas com o intuito de combater o *dumping* social, que naquela altura se ampliava e adquiria contornos cada vez mais trágicos e selvagens na busca desenfreada por lucro.

Como exemplo, podemos mencionar as discussões ocorridas na Rodada de Cingapura em 1996. Acerca do tema obtempera Ana Isabella Lau:

(...) a Noruega aliou-se aos Estados Unidos visando incluir padrões mínimos de condições de trabalho a ser adotado por todos os países envolvidos nas relações de comércio internacional, como forma de equilibrar suas relações. Ocorre que a questão não foi solucionada, por força dos argumentos trazidos pelos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. No fim da Rodada, a Declaração Ministerial foi no sentido de que a OMC não era competente para interferir nas relações de trabalho, devendo a questão ser tratada pela OIT. (LAU, 2015)

Nessa esteira, entendendo que a eficácia dependeria da parceria com outros organismos de grande relevância internacional, os países passaram a contar com o apoio da OMC, cuja conjuntura possibilita a aplicação de sanções às nações infratoras.

Tais sanções se dão por meio da imposição de cláusulas sociais em suas legislações. Em poucas palavras, cláusulas sociais são medidas de natureza positiva e negativa que visam a proteção do trabalhador no âmbito das relações internacionais, possibilitando a inclusão de uma espécie de “selo” para os países que cumprem seu papel em prol do respeito a livre concorrência e aos direitos humanos, bem como a criação de embargos econômicos que proíbam as importações de produtos das empresas que não observem as condições dignas de trabalho previamente estabelecidas e por elas assumidas (FERNANDEZ, 2014). Ademais, possibilitam aos consumidores o direito de escolher quais os produtos disponíveis no mercado estão em consonância com as regras laborais ditas como essenciais a uma vida digna.

Logicamente, por se tratar de medidas com potencial de causar um impacto muito grande nas relações internas e externas dos países, o tema acerca das cláusulas sociais se apresenta bastante conturbado. Segundo Lafer isso ocorre por que:

(...) nele se mesclam preocupações com a “concorrência desleal”, respostas políticas à agenda da opinião pública ao problema muito mais complexo do desemprego estrutural nos países desenvolvidos, por força da lógica de uma economia globalizada; sensibilidades éticas em matérias de direitos humanos, hoje prevaletentes no campo dos valores em escala mundial, e fundamentados receios de que tudo isso se converta em novas formas de protecionismo, prejudiciais aos países em desenvolvimento. (LAFER, 1998, p.35).

Nessa esteira, o envolvimento direto da OMC quando da busca pela proteção do mercado internacional, por meio do monitoramento do cumprimento de medidas laborais mínimas, constantemente é alvo de acalorados debates.

Os países desenvolvidos – que apoiam a implantação de medidas mais severas, afirmam que não adianta a implantação de modelos sociais mínimos para uns, ao passo que outros países negligenciam tais fundamentos, tornando os documentos sem efeito e ampliando ainda mais as desigualdades nas transações comerciais. Nas palavras de Sena Junior, os representantes dessas nações afirmam que “o argumento principal é que, considerando-se a mobilidade internacional de capital e tecnologia, os governos de países com melhores condições trabalhistas seriam pressionados pelas empresas a adotar condições inferiores” (SENA JUNIOR, 2003, p.116).

A seu turno, para as nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, incluindo o Brasil, a real intenção daqueles estados não está atrelada a promoção do bem-estar social, mas sim na tentativa de proteger seus mercados e permitir que seu produto final possa ser consumido em grande escala.

Os países do sul revelam, ainda, que uma de suas principais vantagens perante as demais nações com vultoso poder econômico está na sua vasta mão-de-obra. Sendo assim, a criação de embargos por meio da imposição de cláusulas sociais seria um atentado direto a um dos princípios defendidos fervorosamente pela OMC, qual seja, a livre concorrência.

Outra questão bastante discutida por esses países é acerca da definição do foro competente para desenvolver e aplicar as sanções advindas da inobservância das multilaterais cláusulas sociais. Nas palavras de Amaral Junior

O objetivo de dotar a OMC de competência punitiva nessa área exprimiria o protecionismo das nações desenvolvidas receosas da perda de vantagens comparativas em certos domínios. Finalmente, tratar a desobediência a Direitos Trabalhistas como simples práticas desleais de comércio importaria em reverter a noção de Direitos Humanos. Seria equipará-la a expedientes econômicos voltados ao aumento da competitividade, graças ao desvirtuamento das regras de mercado, e não visualizá-la como obstáculo à realização da dignidade humana (AMARAL JÚNIOR, 1999).

Diante disso tudo, é notório que há argumentos plausíveis tanto de um lado quando do outro, porém, o que deve ser levado em consideração é que o fenômeno do *dumping* social possui peculiaridades bastante significativas, não podendo ser tratado exclusivamente em seu contexto comercial ou mesmo social. Sobre isso, preceitua Leandro Fernandez:

[...] toda a discussão em torno do *dumping* social está intimamente relacionada com a própria razão de ser do direito do trabalho. Os preceitos éticos de reconhecimento do valor intrínseco do homem que migraram para as Constituições contemporâneas, bem como a consagração da valorização do labor humano constante em tais textos, simplesmente inviabilizam qualquer tentativa de reduzir o tema a meras questões de ordem financeira e comercial. O direito ao trabalho digno, afinal, constitui-se em verdadeira projeção dos direitos humanos. (FERNANDEZ, 2014, p.109)

Noutro turno, não adianta exigir somente da OIT uma postura no sentido de combater as atrocidades cometidas em fase dos trabalhadores, visto que quando da sua criação não havia e ainda não é permitido o uso de força impositiva perante Estados que descumprem os seus comandos. Neste sentido, alguns estudiosos do tema, dentre eles Amaral Junior propõem a seguinte solução:

As evidências sugerem a necessidade de se dotar a OIT de um sistema sancionatório mais efetivo, voltado simultaneamente para a consecução de objetivos éticos no domínio dos valores e para a repressão das infrações aos direitos trabalhistas enquanto direitos humanos. Mais do que prever medidas punitivas, utilizadas apenas em situações excepcionais é necessário que a reforma a ser introduzida vise a contemplar programas mais ambiciosos de cooperação técnica, abrangendo a reformulação da legislação doméstica, a imposição de penalidades mais severas às transgressões cometidas, o aperfeiçoamento dos instrumentos de ação estatal, estímulos a campanhas de educação pública, desenvolvimento de processos produtivos mais eficientes,

programas de erradicação da pobreza e de alfabetização (AMARAL JÚNIOR, 1999, p. 215).

Nessa perspectiva, é de clareza solar que, conforme mencionado acima, a solução mais acertada seria a utilização de uma luta integrada entre a OMC e a OIT no combate às práticas nocivas executadas pelos países lesantes, intensificando, ainda, os diálogos entre as nações do norte e do sul. Acerca do tema continua Amaral Junior:

As contramedidas e sanções econômicas seriam usadas unicamente na hipótese de fracasso de outros meios menos drásticos. Inicialmente, deveria ser levado a efeito um programa de cooperação técnica administrado pela OIT. Programas de certificação se destinariam a assegurar que os produtos elaborados com a violação dos Direitos Trabalhistas não participassem do comércio internacional. A aplicação das contramedidas e sanções econômicas teriam lugar em situações extremas, intensificando-se no decorrer do tempo. (AMARAL, 1999).

Ainda sobre as possíveis soluções, obtempera Vera Thorstensen:

Uma outra alternativa, que tem sido fortemente considerada, é dar mais força política à própria OIT, que já vem desenvolvendo um longo trabalho nessa área, e que é a única organização internacional tripartite, com a presença de governos, empresários e trabalhadores. A grande questão é como dar “os dentes do GATT” à OIT. (THORSTENSEN, 1998).

Como se verifica, o tema se reveste de elevada complexidade, no entanto, analisando-se as peculiaridades apresentadas por cada nação, bem como as esboçadas pelos organismos internacionais responsáveis pela sua implementação, quais sejam, OIT e OMC, faz-se necessário entender que o direito internacional do trabalho deve ser visto sob uma nova conjuntura, na qual as nações percebam que o respeito a direitos sociais mínimos não é um entrave ao seu crescimento econômico, mas sim, a porta de entrada para uma evolução econômica muito grande tanto na seara social quanto na financeira.

4 O DUMPING SOCIAL, A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS BÁSICOS X AUTONOMIA ESTATAL E POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA

Quando uma sociedade verifica que em seu contexto há um reiterado desrespeito aos direitos laborais básicos em prol do crescimento a todo custo, ao passo em que reduz significativamente a possibilidade de oferta por parte da concorrência em função da sua conduta desleal restaria configurado o *dumping* social.

Nas precisas palavras de Leandro Fernandez, *dumping* social nada mais é que:

(...) modalidade de concorrência desleal consistente na comercialização de mercadorias ou serviços a preços inferiores àqueles normalmente praticados

no mercado, obtidos mediante a reiterada utilização de mão de obra em condições inadequadas a padrões laborais mínimos, gerando danos sociais. (FERNANDEZ, 2014, p.85).

Esse fenômeno advém do *dumping* comercial e adquiriu, na atualidade, contornos cada vez mais perigosos, tornando-se tão nocivo que se não combatido de forma eficaz e com solidez, tende a desencadear uma série de consequências para os diversos povos que por muitos séculos travaram árduos conflitos em prol da consolidação de direitos laborais mínimos e respeito à livre concorrência.

Nas palavras de Souto Maior, a necessidade de discussão desse tema em uma esfera global se reveste de extrema relevância posto que:

Não estamos, pois, tratando de mera delinquência patronal, de um ato que tenha repercussão apenas nas esferas individuais do agressor e o ofendido, ainda que receba repúdio social. Trata-se de uma prática organizada, deliberada, que atinge, reflexamente, o sistema econômico, com prejuízo difuso para toda a sociedade (SOUTO MAIOR; MOREIRA; SEVERO, 2014, p. 20).

Nessa linha, percebe-se que os danos oriundos dessa prática vão além do ambiente de uma multinacional e até mesmo da vida do trabalhador, vítima direta da violação provocada, refletindo em um conflito social que urge por uma solução holística de todos os envolvidos, Estados–Empregadores–Empregados, estes, por sua vez, sob tutela dos órgãos internacionais idealizados para solucionar eventuais conflitos, quais sejam, a OIT e OMC (subsidiariamente).

No tocante a esta problemática, Ana Isabella Lau prescreve que:

O vínculo entre comércio e trabalho mostra-se ainda mais complicado em âmbito internacional, uma vez que se exige necessariamente uma observância dos diferentes estágios de desenvolvimento dos Estados, bem como uma análise das discrepâncias culturais entre eles. É certo que a prática do *dumping* social reflete uma relação direta entre o desenvolvimento do país e as condições de trabalho a que são submetidos seus trabalhadores. Em outras palavras, os direitos trabalhistas controlam o custo final do produto, haja vista que, em países em desenvolvimento, nos quais a legislação trabalhista é mais branda que em países desenvolvidos, o custo da mão de obra é menos oneroso, o que possibilita um preço mais atraente do produto final. (LAU, 2015).

Um dos maiores desafios das multinacionais, bem como da OIT e a OMC no cenário comercial internacional é adequar a realidade laboral a social sem intervir de forma a prejudicar a livre concorrência, nem extrapolar os limites inerentes a garantia e cumprimento de preceitos fundamentais constantes nos tratados e convenções aos quais as nações são signatárias.

Conforme explanado no tópico anterior, a controvérsia acerca dos legitimados para solucionar a problemática do *dumping* social adquire contornos ainda mais complexos, ante a impossibilidade de intervenção internacional direta nos Estados diante da flagrante exploração da mão de obra de sua população.

É de conhecimento de todos que cada nação é soberana em seu território, cuja hipotética invasão por países estrangeiros desencadearia uma crise diplomática de proporções inimagináveis.

Com efeito, é de convir que em razão da problemática do *dumping* social no contexto internacional, a solução mais acertada no que toca aos conflitos econômicos e sociais está na implementação e fortalecimento de normas *soft law* e a tentativa de otimizar as determinações ali prescritas com as *hard law* naturais em cada país.

A primeira consiste nas declarações e documentos que estabelecem princípios e parâmetros almejados pelas nações na promoção do bem estar social, geralmente apresentados como os códigos de conduta, ISO social e os selos sociais, por exemplo.

Já o *hard law*, é conceituado como as normas cogentes vigentes em cada nação e como tal, comportam uma rigidez natural em face do cenário internacional, exigindo, nas palavras de Leandro Fernandez “à criação de instrumentos mais fluidos, adaptáveis as conformações socioeconômicas rapidamente modificáveis” (2014, p. 95).

Nessa perspectiva, o OIT elaborou a convenção 81 sobre Inspeção do Trabalho, cujas funções, nas palavras de Clênio de Sousa Resende, se pautam na seguinte problemática:

- (i) garantir a aplicação das disposições legais, em particular através de visitas de inspeção, bem com a investigação de reclamações e análises materiais, técnicas e administrativas; (ii) fornecer informações e conselhos técnicos aos empregadores, trabalhadores, e às respectivas organizações; (iii) chamar a atenção da autoridade competente para as deficiências ou abusos não abrangidos pelas disposições legais existentes. (RESENDE, 2014, p.63).

Assim, verifica-se que a estrutura e finalidade da aludida convenção construiu-se com audaz potencial protetivo dos direitos dos trabalhadores, todavia, também resta evidente que os próprios Estados não investem em medidas capazes de concretizar tais acordos firmados e frear as práticas de *dumping* social executadas pelas multinacionais.

A justificativa para essa conduta, segundo as nações em desenvolvimento, incluindo o Brasil, vem da ideia de que em razão da vasta mão de obra e conseqüente diminuição no valor dos salários, a balança entre elas e os países desenvolvidos - detentores de moderna tecnologia -, se equilibraria.

Nessa esteira, imperioso rememorar os ensinamentos de Pinho Pedreira acerca da importância do combate ao *dumping* social e internacionalização da problemática:

É preciso reconhecer que cada norma do Direito do Trabalho constitui um acidente, um obstáculo, um impedimento para tratar do trabalho como uma mercadoria sujeita às leis do mercado. Querer tirar todas as rigidezes equivale a querer destruir o Direito do trabalho. (SILVA, 2004, p.93)

Ainda sobre isso, preleciona Leandro Fernandez,

Os preceitos éticos de reconhecimento do valor intrínseco do homem que migraram para as Constituições Contemporâneas, bem como a consagração da valorização do labor humano constante em tais textos, simplesmente inviabilizam qualquer tentativa de reduzir o tema a meras questões de ordem financeira e comercial. O direito ao trabalho digno, afinal, constitui-se em verdadeira projeção dos direitos humanos. (FERNANDEZ, 2014, p. 139).

Diante de tudo isso, ante a impossibilidade de intervenção direta nos territórios, da inserção a todo custo de normas *soft law* em face da recusa dos países em assinarem e/ou ratificarem os tratados apresentados pela OIT, as organizações internacionais constantemente debatem acerca dos melhores mecanismos de promoção dos direitos laborais sem deixar de lado as peculiaridades socioeconômicas de cada nação.

Logo, necessário se faz internalizar que a necessidade de mobilização internacional no combate ao *dumping* social não deve ser visto como um fardo às nações, mas sim como a chance de criação de uma nova era pautada no crescimento econômico concatenado com a garantia dos direitos fundamentais a uma vida digna.

5 O DIÁLOGO ENTRE AS FONTES NORMATIVAS INTERNACIONAIS E O DIREITO BRASILEIRO NO QUE TANGE AS PRÁTICAS DO *DUMPING* SOCIAL

Visto o conceito de *dumping* e suas modalidades comercial e social, importante tecer algumas considerações acerca deste fenômeno no ordenamento jurídico brasileiro.

A primeira vez em que o Brasil se manifestou acerca do *dumping* social foi em 15/12/1994, quando aprovou por meio do decreto nº 30, a Ata Final da Rodada do Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT.

Posteriormente, em meados de 1995, foi aprovada a lei federal 9.019/95 e o Decreto 1.602/95, cujos textos apresentam, dentre outras medidas, o conceito de *dumping* e dão outras providências.

Com a promulgação da Constituição democrática de 1988, o Brasil passou a adotar uma postura mais protetiva para os trabalhadores, ao passo em que tenta neutralizar os

entraves comerciais apresentados pelas multinacionais instaladas em seu território quando o assunto é a valorização do labor humano sem a perda do capital proporcionado pelas mesmas.

Com efeito, constata-se que, assim como em diversos estados alienígenas, no Brasil os relatos de *dumping* social também vêm percebidos e, nas palavras de Solto Maior, merecem destaque porque:

O descumprimento deliberado do direito do trabalho pode ser considerado uma questão de interesse social, motivando a intervenção do Ministério Público, na medida em que, principalmente no que tange às regras de segurança e medicina do trabalho, esta atitude gera um grande custo social, representado pelo acréscimo vertiginoso de doenças e acidentes do trabalho, além de poder ser visto como uma forma de se estabelecer uma concorrência desleal entre as empresas, incentivando o *dumping* social numa perspectiva interna. (MAIOR, 2002).

O interesse interno na promoção advém do fato de estar expressamente previsto em diversos dispositivos constitucionais, principalmente nos artigos 6º e 7º que tratam diretamente dos direitos laborais mínimos.

Ademais, acerca da possibilidade de ampliação e inserção de novas normas de direito internacional, que tenham por objetivo a promoção do bem-estar social, a Carta Magna trouxe consigo no seu artigo art. 5º, §2º e 3º, garantias de que, tratados alienígenas que versarem sobre direitos humanos que se submeterem a ritualística por ela prevista e aprovadas, teriam forma de Emendas Constitucionais.

Com efeito, percebe-se na própria literalidade do texto constitucional, o interesse em acolher o labor humano traçando mecanismos protetivos mínimos de acordo com o pensamento apresentado pelas organizações internacionais, demonstrando, de pronto, a tentativa de diálogo entre o previsto nas normas internas e alienígenas.

Não obstante a menção aos direitos laborais mínimos e a abertura para possíveis alterações do acordo com a evolução natural da humanidade, a Constituição Democrática de 1988 também buscou tutelar a livre-iniciativa elevando-a ao patamar de princípio constitucional, determinando em seu artigo 170, a necessidade de diálogo direto entre as regras que determinam a valorização do labor humano e respeito a livre-iniciativa. Tudo isso numa perspectiva de garantia de direitos sociais mínimos ao passo em que reconhece o capitalismo como mecanismo econômico imposto pelo país.

Acerca do tema, assevera Leandro Fernandez:

Consectário lógico de tal opção é que a concorrência não é repudiada pela Constituição de 1988, mas, ao revés, por ela protegida. Não é possível, contudo, ao empresário, valer-se de toda espécie de estratégia competitiva para maximizar seu lucros. Deverá, no exercício da livre-iniciativa, pautar-se por padrões de comportamento ético e de boa-fé. (FERNANDEZ, 2014. 87).

A partir dessa análise, verifica-se o notório interesse do direito interno brasileiro em atender ao mesmo tempo o grito social de promoção e busca por um patamar existencial mínimo digno e o respeito a livre iniciativa, demonstrando-se com isso, a consequente relevância das discussões acerca das práticas adotadas pela categoria patronal, a fim de coibir e combater a prática do *dumping* social pelos setores responsáveis para administrar e coibir tais conflitos.

No entanto, imperioso ressaltar que o combate a este fenômeno deve se revestir de muita cautela quando da aplicação de eventuais punições aos envolvidos por parte do Poder Judiciário, visto que para restar comprovada a sua ocorrência, em respeito aos princípios mencionados acima, há necessidade de visualização de prejuízos aos trabalhadores ocorridos de forma reiterada e em grande escala, bem como que a potencial fragilidade na concorrência afeta significativamente o modelo econômico adotado pelo país.

Após a constatação dos danos sociais e econômicos praticados pelas empresas e a presença deste “câncer” necessário se faz a reafirmação, por parte do Judiciário, das garantias constantes no texto constitucional.

Ainda que de forma tímida para a realidade vivenciada na contemporaneidade, assim tem se posicionado nossos tribunais, senão vejamos:

REPARAÇÃO PECUNIÁRIA – CARÁTER PEDAGÓGICO – DUMPING SOCIAL – CARACTERIZAÇÃO – longas jornadas de trabalho, baixos salários, utilização de mão de obra infantil e condições de labor inadequadas são algumas modalidades exemplificativas do denominado *dumping* social, favorecendo em última análise o lucro pelo incremento de vendas, inclusive de exportações, devido à queda dos custos de produção nos quais encargos trabalhistas e sociais se acham inseridos. “As agressões reincidentes e inescusáveis aos direitos trabalhistas geram um dano à sociedade, pois com tal prática desconsidera-se, propositalmente, a estrutura do Estado Social e do próprio modelo capitalista com a obtenção de vantagem indevida perante a concorrência. A prática, portanto, reflete o conhecido “*dumping* social” (1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, Enunciado n. 4). Nessa ordem de idéias, não deixam as empresas de praticá-lo, notadamente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, quando infringem comezinhos direitos trabalhistas na tentativa de elevar a competitividade externa. (...) Nesse contexto, verifica-se que restará caracterizado o *dumping* social quando a empresa, por meio da burla na legislação trabalhista, acaba por obter vantagens indevidas, através da redução do custo da produção, o que acarreta um maior lucro nas vendas. Logo, representa uma prática prejudicial e condenável, haja vista uma conduta desleal de comércio e de preço predatório, em prejuízo da dignidade da pessoa humana. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Quarta Turma. 00866-2009-063-03-00-3. RO. Relator: Desembargador Júlio Bernardo do Carmo. Data do Julgamento: 19/08/2009. Data da publicação: 31/08/2009.

Delineadas tais as premissas, antes de finalizar as discussões acerca do *dumping* social no contexto internacional, importante tecer considerações no tocante ao procedimento aplicado no Brasil para coibir tais práticas.

Visualizada a existência do *dumping* social em determinado cenário laboral, descobertas por denúncias efetuadas pelo Ministério Público, por exemplo, compete ao Judiciário, após cumpridas as formalidades de distribuição processual e os princípios do devido processo legal e ampla defesa, proferir decisão fundamentando o *quantum* indenizatório a ser fixado.

Nesse ínterim, segundo Rafael Viola, a indenização pertinente ao caso deve se debruçar, ainda, nos seguintes critérios: “lucro auferido pelo ofensor, condição econômica e grau de culpabilidade, quantidade de pessoas lesionadas etc. (2008, p. 403).

No entanto, conforme exaustivamente demonstrado no decorrer deste trabalho, não se está diante de qualquer violação patronal aos direitos de seus trabalhadores, cuja consequência seria a reparação dos prejuízos porventura existentes e satisfação do direito perseguindo, mas sim, de uma prática de proporções negativas gigantescas se vistas em um contexto a médio e longo prazo.

Acerca dessa problemática, obtempera Leandro Fernandez

Os danos sociais decorrentes da prática de *dumping* social estendem-se por toda a coletividade. A nocividade da conduta atinge os empregados cujos direitos laborais foram burlados e a empresas concorrentes do ofensor, as quais são submetidas a condições injustas de disputa por mercado e, por vezes, acabam por valer-se da mesma prática. Numa perspectiva de longo prazo, a precarização das condições de trabalho afeta o poder de compra de diversos setores sociais, fragilizando o mercado consumidor. (FERNANDEZ, 2014, p.175).

Saliente-se que no momento da decisão advinda da prática do *dumping* social, o magistrado deverá atentar-se ao valor auferido pelo lesante. Ressaltando que aquela conduta se reveste de expressiva repulsa social, geralmente executada de forma desleal e injusta em face de seus concorrentes, cuja prática por vezes é propositalmente mascarada pelo suposto “cinismo” da desinformação.

Logo, o montante fixado deve ser proporcional ao dano causado à coletividade, não excedendo aos limites da própria empresa, nem tão ínfimo ao ponto de recair na impunidade, e, ao final, retirar do capital ilícito do ofensor o seu tão esperado lucro.

Superada a questão da fixação do *quantum* indenizatório, imperioso tecer considerações acerca do destino dado à indenização.

A princípio, discutia-se sobre a possibilidade da condenação ser revertida em lucro para o lesado diretamente, no entanto, a doutrina especializada no assunto tem entendido que este fenômeno atinge em seu âmago não o indivíduo em si, mas sim toda a coletividade, cujos direitos tutelados são extrapatrimoniais transindividuais.

Leandro Fernandez assevera que

O bem jurídico tutelado, ao aplicar-se a condenação em comento, não é de ordem individual. A reparação dos danos dessa natureza sofridos pelo demandante há de ser realizada nos moldes tradicionais, como o pagamento das verbas trabalhistas que lhe foram negadas e, se for o caso, com a imposição de indenização por danos morais. Entretanto, não se coaduna com a própria construção da figura dos danos sociais a pretensão de tutelar direitos transindividuais por meio da destinação do valor da condenação ao autor da demanda laboral. (FERNANDEZ, 2014, p.184)

Em sede de direitos transindividuais, a legislação brasileira, mais especificamente, a Lei n. 7.998/90, instituiu a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Fundo este vinculado ao Ministério do Trabalho, cuja função precípua é a coleta e armazenamento dos valores recolhidos nas condenações revertendo-os na promoção do bem-estar da classe trabalhadora e no incentivo a criação de um modelo econômico que vise a ampliação do capital sem a deturpação de direitos laborais mínimos.

Estabelecidos esses esclarecimentos acerca do fenômeno do *dumping* social no direito interno, em que se constatou a busca pelo Poder Judiciário de extirpar do contexto social tais conflitos em prol da consolidação de todos os tratados sobre direitos humanos ratificados, bem como acender nas empresas o sentimento de que a promoção do bem-estar social só eleva o nível da produção e da qualidade de vida dos trabalhadores, resvalando a médio prazo na redução dos custos da mão de obra e a longo prazo, no aumento lícito e justo do capital, cumprindo-se, desse modo, os princípios defendidos pela Carta Magna.

6 A FORÇA DO TRABALHO NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: CASO CLÁSSICO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS BÁSICOS

Quando se fala em precarização do labor humano, excesso de informalidade e abrupto crescimento econômico nos últimos anos, não há referência maior entre todas as nações senão a República Popular da China.

Após o emblemático processo de crescimento vivenciado na segunda metade do século XX, a China passou a se utilizar da sua farta mão de obra em prol do crescimento econômico a fim de torná-la uma grande potência mundial. Nesse ritmo, mesmo diante do

sacrifício de significativa parcela da população, a nação oriental engendrou um audacioso progresso.

Nesse contexto, após as políticas expansionistas introduzidas por Mao Tsé-Tung, muitos direitos foram relativizados e, em razão do período de fechamento para o mundo estrangeiro que durou anos, milhares de pessoas sofreram e sofrem em decorrência da forma peculiar de interpretar os direitos humanos básicos adotada pelo gigante oriental.

No mesmo passo, outros países que passaram a implementar as medidas sociais e econômicas propostas pela OMC e OIT, se viram desfavorecidas em comparação a ela, conforme preleciona Kaway e Vidal

Esses países têm percebido que arranjos institucionais que ajudaram a proteger seus trabalhadores, durante as décadas de 50 e 60, transformaram-se em grandes empecilhos atualmente, comprovando que o excesso de rigidez destrói empregos levando os capitais a criar oportunidades onde há mais flexibilidade, e estão sofrendo as conseqüências do *dumping* social. (KAWAY e VIDAL, 2010)

Juridicamente falando, percebe-se que a República Popular China ainda detém um peculiar sistema de avaliação, recepção e aplicação justa de direitos, em que, por motivações variadas, a exemplo das religiosas, muitas organizações internacionais não detêm de liberdade para circularem pela nação a fim de atender aos apelos da sua população. (PINHEIRO, 2009).

No tocante aos absurdos escancaradamente praticados pelo governo chinês em face da sua população, obtempera Pinheiro:

(...) em 1993, o chefe da delegação chinesa na Conferência Mundial das Nações Unidas, Liu Huagio, declara que diferentes países possuem diferentes noções sobre direitos humanos e que nenhuma nação pode impor sua própria visão para as outras. (PINHEIRO, 2009).

Tal pronunciamento se deu em razão de uma denúncia de violações de direitos humanos mínimos efetuada pelos Estados Unidos, onde o gigante asiático sustentou a sua forma peculiar de tratar os direitos humanos, assegurando que não se tratavam de violações, mas sim da conjuntura estrutural do país e de autoconcepções de harmonia e prosperidade.

Conforme mencionado no tópico dois desse trabalho, o *dumping* traz diversas conseqüências desastrosas e indubitavelmente de fácil percepção. Atingindo tanto a classe trabalhadora de forma direta ao violarem comezinhos direitos humanos, quanto toda a coletividade, ocasionando a quebra de inúmeras empresas locais e multinacionais e a impossibilidade de concorrência com os produtos que o agente lesante põe no mercado as custas de vidas humanas.

Segundo Leandro Fernandez

Não é difícil perceber que as consequências, numa primeira escala, atingem tanto os trabalhadores submetidos diretamente a condições violadoras de seus direitos quanto aqueles que laboram perante empresas de setores afins, além, é claro, das próprias empresas vítimas de concorrência desleal. A longo prazo os efeitos são mais nefastos, repercutindo no poder de compra de diversos setores sociais e na própria viabilidade do modelo econômico. O Estado, por sua vez, tende a arrecadar menos, diante das consequências empresariais acima delineadas, e necessita realizar maiores gastos em investimentos sociais. (FERNANDEZ, 2014, p.105)

Ainda sobre as consequências econômicas do *dumping* social, pontua Solto Maior que

Este modelo de precarização gera um efeito “bola de neve”. Cada vez mais pessoas são afastadas do mercado produtivo. Por consequência, mais dinheiro é necessário para financiar a proteção social. Entretanto, dentro de uma lógica de concorrência internacional, o capital interno não pode ser dirigido para o social. Não se sabe como financiar a proteção social. (MAIOR, 2008)

Diante disso, questiona-se o porquê dos organismos internacionais não engendrem mecanismos capazes de frear essas práticas em países como a República Popular da China, onde absurdos são escancaradamente praticados em face dos milhões de trabalhadores, citando como exemplo, o caso emblemático das fábricas chinesas da Foxconn, responsáveis pela produção de peças para as gigantes multinacionais como Apple e Nokia, cujas denúncias posteriormente divulgadas internacionalmente apontaram que dentre as cláusulas do contrato de trabalho, constava uma denominada “termo de não-suicídio”.

Tais medidas foram adotadas após a companhia ganhar destaque internacional por ter em seu quadro funcional 13 colaboradores que se suicidaram em um prazo de um ano, supostamente acometidos pela exaustão da rotina de trabalho.³

No entanto, mesmo diante dos diversos abusos relatados, da notória repercussão criada internacionalmente, verifica-se por trás das medidas criadas pelos Estados e seus conselhos, bem como pelas Organizações Internacionais, a exemplo da OIT e OMC, que a ausência de resultados realmente palpáveis e concretos está intimamente ligada ao cinismo de todas as nações do globo, visto que, conforme demonstrado no decorrer desse trabalho, meios para combater existem e são muitos, porém, nenhum Estado está realmente interessado em interromper as inúmeras parcerias comerciais com o Grande Dragão Asiático e sua economia com crescimento médio anual estipulado em 9% ao ano.⁴, e, conseqüentemente elevar seu capital, em prol de uma vida digna ou mesmo do mero bem-estar dos quase 3 bilhões de seres

³ Reportagem produzida pelo Tablóide britânico Daily Mail, disponível em: <https://tecnoblog.net/64348/funcionarios-da-foxconn-na-china-tem-que-assinar-clausula-de-nao-suicidio/>.

⁴ Informação extraída do Sítio eletrônico do IPEA, disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1513:catid=28&Itemid=23. Acesso em 17/11/2016

que, apesar de não viverem nos territórios dos que fecham os olhos e negligenciam tais vidas, “ainda” pertencem a mesma raça, qual seja, humana.

7 CONCLUSÃO

Falar de *dumping* social é uma das tarefas mais árduas para os juristas, economistas e demais estudiosos na atualidade, visto que o seu nascedouro está intimamente ligado a diversos fatores sociais, econômicos, diplomáticos e acima de tudo humanístico, cuja gênese advém do descompasso entre a realidade vivida pelos operários no início do XX e o previsto nas legislações vigentes à época.

Nessa perspectiva, conclui-se das ponderações apresentadas nesse trabalho que a globalização já está enraizada na vida de todos, e, como tal, necessita ser revista para melhor atender aos anseios da sociedade civil e do empresariado, garantindo-lhes, ao menos, o mínimo necessário para a manutenção de uma vida digna àqueles e o lucro diante do vasto investimento depositado para esses.

Logo, considerando o papel preponderante da globalização nos mercados internacionais na interligação entre os povos, possibilitando o desenvolvimento do capitalismo como modelo econômico adotado por grande parte das nações, houve a necessidade de discussão acerca dos mecanismos capazes de impedir abusos decorrentes do abuso do liberalismo, ante a necessidade de considerar o labor humano como merecedor de proteção jurídica.

Nesse sentido, os Estados passaram a desenvolver meios que visassem à regulamentação e controle nos mercados. O gene disso foi a criação do Tratado de Versalhes na primeira metade do século XX, cujos ideais visavam a criação de medidas socioeconômicas adequadas a manutenção e fomento da paz social por meio do trabalho.

Posteriormente, surgiu o Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio – GATT, compreendido como a medida mais significativa e exitosa no combate ao *dumping* que começava a surgir, ao passo em que implementava manobras capazes de reduzir os entraves comerciais entre os países.

Com passar dos anos, foram engendrados novos mecanismos de combate as diversas modalidades de *dumping*, dentre elas a criação da Organização Mundial do Comércio - OMC com suas tentativas de criação de medidas capazes de permitir uma livre concorrência justa e leal.

Em torno dessa temática, imperioso mencionar a real intenção dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos no tocante ao combate às formas degradantes de trabalho, visto que, enquanto os mais ricos sustentam a imposição de medidas *antidumping* mais rígidas, e, conseqüentemente, tornam as normas *solf law* imperativas, os mais pobres alegam que o real interesse daquelas nações não está ligada a promoção do bem-estar dos trabalhadores, mas sim, na tentativa de proteger seus mercados e permitir que seu produto final possa ser consumido em grande escala.

Outra questão bastante discutida pelas nações é acerca da definição do foro competente para dirimir e aplicar as sanções advindas da inobservância de multicitadas cláusulas protetivas. Alguns defendem a OIT como foro competente para resolução de conflitos internacionais, ao passo em que tantos outros, asseveram que a OMC tem o dever de atuar na promoção do bem-estar social por meio do controle e monitoramento econômico, utilizando-se, para tal atribuição, do seu eficaz sistema de solução de controvérsias.

Esses debates surgem porque não adianta exigir da OIT, isoladamente, uma postura no sentido de combater as atrocidades cometidas em fase dos trabalhadores, visto que quando da sua criação não havia há autorização para o uso de força impositiva perante Estados que descumprem os seus comandos.

Atualmente, a competência para mediar tais conflitos acerca da prática do fenômeno do *dumping* social pertence a OIT (LAU, 2015), todavia, é de clareza solar que, conforme mencionado no presente trabalho, a solução mais acertada seria a utilização de uma força integrada entre a OMC e a OIT no combate às práticas nocivas executadas por todos os países, intensificando os diálogos entre as nações do norte e do sul.

O fenômeno do *dumping* social, que “consiste na comercialização de mercadorias ou serviços a preços inferiores mediante a reiterada utilização de mão de obra em condições inadequadas” (LEANDRO FERNANDEZ, 2014, p. 168) adquiriu, na atualidade, contornos cada vez mais perigosos, tornando-se tão nocivo que se não combatido de forma eficaz e com solidez, tende a desencadear uma série de conseqüências para os diversos povos que por muitos séculos travaram árduos conflitos em prol da consolidação de direitos laborais mínimos e respeito a livre concorrência.

Nessa linha, percebe-se que os danos são muitos e transcendem o ambiente laboral ou mesmo a vida do trabalhador, vítima direta de tal prática, necessitando com isso, de uma solução holística de todos os setores, visto que tais debates estão longe de uma solução a curto prazo, e necessitam serem iniciados urgentemente.

Como em todos os lugares, o *dumping* social existe no Brasil, no entanto, diferente de muitos países subdesenvolvidos, a nação sul-americana é signatária de diversos tratados e convenções acerca da proteção do labor humano e busca pela promoção do bem-estar social, elevando-as ao patamar de emenda, conforme dispõe o art. 5º, §§ 2º e 3º da CF/88.

Não obstante a proteção aos direitos laborais mínimos, Carta Magna também buscou tutelar a livre-iniciativa, elevando-a ao patamar de princípio constitucional, tudo isso numa perspectiva de garantia dos direitos sociais básicos e do capitalismo como modelo econômico adotado.

Porém, distante da realidade brasileira está a República Popular da China, cujas características no que toca a problemática dos direitos trabalhistas geralmente estão vinculadas a precarização do labor, excesso de informalidade e exploração em todas as suas formas.

O grande Dragão Asiático alega suposta peculiaridade do trato daquilo que os demais países decidiram nomear como direitos humanos dignos de tutela. Todavia, mesmo sabendo das práticas abusivas adotadas pelo governo chinês, dos diversos escândalos praticados e noticiados internacionalmente, indaga-se o porquê da não aplicação de medidas mais robustas e cogentes.

Tais questionamentos levam a crer que este debate está longe de uma solução, mas, como visto, a humanidade permanece inerte no combate a esse “câncer” social diante do fato de que mais vale se manter nessa cegueira social, vendo milhares de seres humanos morrendo de exaustão em razão da precarização do trabalho, a romper parceiras econômicas com a gigante nação oriental.

REFERÊNCIAS

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Cláusula social e comércio internacional. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). **O cinquentenário da declaração universal dos direitos do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999

BRASIL. Decreto n. 591, de 06 de julho de 1992. **Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em: 30/09/2016.

_____. **Organização Internacional do Trabalho. Escritório no Brasil**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/457>>. Acesso em: 16 out. 2016.

CECATO, Maria Áurea Baroni. Direitos humanos do trabalhador: para além do paradigma da declaração de 1998 da O.I.T. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Universitária, 2007.

DI SENA JÚNIOR, Roberto. **Comércio internacional e globalização: a cláusula social na OMC**. Curitiba: Juruá, 2003.

FERNANDEZ, Leandro. **Dumping social**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

IPEA, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1513:catid=28&Itemid=23. Acesso em 17 nov. 2016

KAWAY, Mina, VIDAL, Pedro Walter G. Tang. **Dumping social: As normas de trabalho e sua relação com o comércio internacional**. Disponível em: <http://declatra.com.br/MyFiles/Artigos/Artigo20CIC3A1usula20Social.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

KURZ, Robert. **O fim da economia nacional**. A globalização e a longa despedida do mundo das nações. Revista Folha de São Paulo. São Paulo, 1995.

LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

LAU, Ana Isabella. A cláusula social no comércio internacional: a interação entre a OMC e a OIT no combate ao dumping social. **Revista Direito e Deenvolvimento**, João Pessoa. Jan/jun, 2015.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Por um pacto social**. RDT, n.1, jan./2008, p.18;

PINHEIRO, Rosana Machado. **Produção e circulação de marcadoras no círculo China-Paraguai-Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). FURGS, 2009, Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16895/000707088.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

REPORTER, DailyMail. **You are not allowed to commit suicide: Workers in Chinese iPad factories forced to sign pledges**. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-1382396/Workers-Chinese-Apple-factories-forced-sign-pledges-commit-suicide.html>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **O estado atual dos princípios do direito do trabalho**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA. V.11, Jan./Dez. 2004.

TAVARES, André Ramos. **Direito constitucional econômico**. 3. Ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 256.

VELA, João Marcelo. **“Globalização”**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/globalizacao/>. Acesso em 25 set. 2016.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA

*Laís de Almeida Veiga*¹

*Jéssica Silva da Paixão*²

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima^{*}

RESUMO

A educação em Direitos Humanos (EDH) visa formar sujeitos de direitos através dos valores que instigam a dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais constitucionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) revelou um marco diante do longo processo de desenvolvimento da história humana. A Justiça Restaurativa (JR) representa um novo paradigma de justiça prioriza as necessidades de todos os envolvidos em um conflito. O objetivo deste artigo é discutir como a Justiça Restaurativa e suas práticas podem ser estudadas e refletidas a partir da Educação em Direitos Humanos. A metodologia abordada é de natureza qualitativa, mediante a revisão de literatura, a revisão legislativa e a revisão nacional acadêmica *stricto sensu*, por meio de levantamento realizado na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBCT) através da inserção das palavras-chave “Justiça Restaurativa” e “Educação em Direitos Humanos”. De acordo com a pesquisa, verificou-se que a JR se articula com o tema da Educação em Direitos Humanos, visto que tende a estimular o respeito mútuo entre os indivíduos, reafirmando, sobretudo, a sua dignidade. Diante do levantamento da produção nacional *stricto sensu*, foram encontrados apenas 05 dissertações e 01 tese com as palavras-chave JR e EDH. Embora a produção sobre JR e EDH concomitantemente ainda não seja tendência significativa. Dada a relevância da estratégia JR e a necessidade de promover EDH, conclui-se que se justificam estudos que busquem reflexões e promovam debates teóricos, análise e divulgação de práticas da JR no país, tendo como parâmetro a EDH.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Justiça Restaurativa. Direitos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

A efetividade do modelo criminal vigente, com foco na punição, vem sendo questionada há várias décadas por teóricos ligados a correntes abolicionistas, da vitimologia e da criminologia (SICA, 2006; ACHUTTI, 2007). Questionam, portanto, se o modelo puramente retributivo é adequado para responsabilizar os infratores, evitar novos crimes e proporcionar assistência às vítimas.

¹ Discente do Curso de Direito na Universidade Católica do Salvador. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família.

² Mestra em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). Graduada em Direito (UCSal). Pós-graduanda em Políticas Públicas e Socioeducação (UNB). Advogada.

(*) Orientadora. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. Doutora em Saúde Coletiva (ISC-UFBa). Estágio pós-doutoral em Direitos Humanos (2012) e em Justiça Restaurativa (2017). Juíza de Direito aposentada. Docente do PPGFSC-UCSAL.

A Justiça Restaurativa (JR), constitui um novo paradigma de justiça em expansão no Brasil desde o início do século XXI. Visa-se, assim, atender às necessidades das vítimas e dos ofensores em um conflito, baseado em valores como a colaboração, o respeito, a atenção às necessidades das partes, a voluntariedade, a urbanidade e a comunidade como peça fundamental e interessada na construção de uma cultura pautada em ações não violentas.

A Educação em Direitos Humanos, de acordo com Teófilo (2011), é um instrumento para o alcance da paz e do respeito, analisando os Direitos Humanos em todas as etapas do ensino, de modo a considerar a alteridade como preceito fundamental. Assim, as técnicas autocompositivas de resolução de conflito devem ser trabalhadas de maneira dinâmica no processo de aprendizado. A relação entre JR e EDH pode ser entendida mediante a leitura de Pamplona,

O propósito do presente estudo é discutir como a Justiça Restaurativa e suas práticas podem ser estudadas e refletidas a partir da Educação em Direitos Humanos. Destaca-se, assim, o respeito à dignidade da pessoa humana como princípio constitucional fundamental para a vida social e promoção da justiça enquanto valor.

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa. Para desenvolver o estudo, foram desenvolvidas a revisão de literatura, a revisão legislativa e a revisão da produção acadêmica nacional *stricto sensu*. Salienta-se que este trabalho se integra ao projeto de Justiça Restaurativa desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (UCSAL-CNPq), coordenado pela orientadora.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

2.1 Educação em Direitos Humanos

Tendo por base a Constituição Federal de 1988, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta das Nações Unidas, a Educação em Direitos Humanos visa possibilitar circunstâncias adequadas de modo que todos os indivíduos sejam livres de qualquer hipótese de exploração (MONTEIRO, 2015).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 objetiva proporcionar direitos básicos a todas as pessoas, independente da nacionalidade (CADEMARTORI, 2012). Sabe-se que a educação é essencial na construção da personalidade, sendo consagrada na Constituição Federal de 1988 como um dos direitos sociais da segunda geração de Direitos, e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 26º, designando que a educação

“deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais”.

A EDH conforme Bezerra (2008), requer educar os indivíduos para novos valores, para uma sociedade mais humana. Práticas que ensinem a cidadania, a alteridade e o diálogo consensual e solidário são essenciais para tanto. Constitui, assim, um instrumento mais eficaz para o crescimento individual, sendo integradora à dignidade humana por auxiliar o ser humano ao conhecimento e ao saber (CLAUDE, 2005).

Na concepção de McCowan (2015), através da EDH uma pessoa pode assumir uma postura de respeito pelo outro em suas mais variadas expressões, também saber discernir os objetivos de pessoas pertencentes a outras comunidades, etnias ou mesmo de outra nação, livre de ofensas ou humilhações pelas diferenças, sendo os direitos firmados diretamente pelas ações. Ao conceber a aprendizagem pela ação, questiona sobre os espaços de formação, contudo enfatiza que as formas de educação formal e também não formal ainda são necessárias, sim, pela falta de consciência nas relações dentro da sociedade.

Como frisa Felipe Bley Folly (2011), em 2003 no Brasil foi estabelecido o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos no Brasil, desenvolvido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos com o auxílio de pesquisas de Universidades Públicas. De acordo com o PNEDH, a EDH objetiva a concepção de uma nova mentalidade coletiva, que vise a solidariedade e o respeito às diferentes culturas. Pretende, ainda, acabar com o preconceito, com a intolerância, a discriminação e a violência, de modo que se reflita a liberdade, a igualdade e a justiça (PNDH 3). Sobre este tema, dispõe ainda Luiz Perez Aguirre que educar para os Direitos Humanos é instruir que também há o “outro”, que é tão legítimo quanto o “nós”, ao qual deve-se respeito e tolerância, acima de tudo.

No ano de 2007 é assegurado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em consideração à educação como um ponto essencial na promoção dos direitos humanos, que é necessário formar agentes públicos e sociais para atuação nos campos formais ou não da educação, saúde, justiça, segurança e outros; pontuando que cabe à educação enorme relevância nesse processo, sobretudo pela busca do desenvolvimento das potencialidades humanas e valorização às realidades que são excluídas socialmente, e também pela busca de uma cidadania mais plena e consciente dos direitos nos âmbitos dos valores humanos, meio ambiente e justiça social.

A Justiça Restaurativa, por sua vez, valoriza os processos de ouvir e falar sobre as desavenças nos mais diversos níveis, tão importantes para a construção e manutenção de relações saudáveis entre os seres, possibilitando a estes, além de tudo, uma forma de educar

baseada no diálogo com o outro, com vistas para um desenvolvimento mais completo (SALM; LEAL, 2012). Discutindo a relação entre Educação em Direitos Humanos e Justiça Restaurativa Pamplona, Silva-Neto e Lima (2016) integram a discussão dos princípios e fortalecem a perspectiva da dignidade e da participação da comunidade. Esta ênfase é abordada por Monteiro, Costa e Lima (2016) no prefácio comum.

2.2 Justiça Restaurativa

Com o intuito de solucionar conflitos e promover a paz, de modo a atender ao que é necessário de cada parte do litígio, a Justiça Restaurativa surge como um novo modelo de jurisdição, tendo como grande marco no Brasil a Resolução 12 de 2002 da ONU e a Resolução 225 de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, que tratam sobre os Princípios Restaurativos e sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no Poder Judiciário, respectivamente.

No Brasil, se iniciaram no ano de 2005, em projetos pilotos nas cidades de Porto Alegre, Brasília e São Paulo (ORSINI, 2013). Desde então outros projetos vem sendo desenvolvidos constantemente em outros estados do país em diferentes Regiões.

No ano de 2016, O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), lançou a Resolução nº 225/2016, dispendo sobre os princípios orientadores deste novo paradigma, como a corresponsabilidade, a reparação de danos, o atendimento às necessidades dos envolvidos no litígio e a voluntariedade. Importa destacar acerca deste último, pois é de extrema importância que a prática da JR ocorra de modo voluntário para todas as partes envolvidas, conforme frisa a Resolução 2002/12 da ONU, artigo 13, “c”:

13. c) Nem a vítima nem o ofensor deverão ser coagidos ou induzidos por meios ilícitos a participar do processo restaurativo ou a aceitar os resultados do processo (ONU, 2012).

E ainda, conforme a resolução 225/2016 do CNJ:

Art 1º, III: As práticas restaurativas terão como foco a satisfação das necessidades de todos os envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a ocorrência do fato danoso e o empoderamento da comunidade, destacando a necessidade da reparação do dano e da recomposição do tecido social rompido pelo conflito e suas implicações para o futuro. (CNJ, 2016).

Howard Zehr (2008), um dos principais pesquisadores acerca do tema, pontua que na visão restaurativa, os crimes causam um dano às pessoas e aos relacionamentos, ao contrário da justiça penal tradicional, que lida com o crime apenas visando à ofensa contra o Estado. Na JR, o principal intuito é fazer com que ambas as partes se integrem ao processo, dando voz a

vítima, que por sua vez assume uma posição a parte do processo no sistema criminal comum. O autor pontua, ainda, que a JR objetiva a reparação do delito e cura para as vítimas.

As práticas restaurativas podem ocorrer de diversas formas e a mediação, o círculo e a Conferência são algumas delas. A mediação se institui no encontro entre a vítima, o ofensor, e as partes que se envolveram em algum conflito, sob a presidência de um mediador treinado e capacitado para tanto. O Círculo, também chamado de Círculo de Paz, é uma roda de conversas na qual cada participante tem a oportunidade de falar, bem como de escutar os outros, no qual um facilitador também contribui no decorrer da situação. Já a Conferência é presidida por um coordenador, que organiza os encontros a fim de proporcionar diálogos no intuito de reparar o dano causado (MEIRELLES, YAZBEK, 2014).

Os autores Salm e Leal (2012), abordam cinco pontos para os processos restaurativos: o conflito como uma oportunidade criativa, em que se vai trabalhar as questões do conflito e isso gera aprendizagem para ambas as partes envolvidas; a justiça como processo criativo, pois o processo busca soluções entre todas as pessoas, sendo que a partir da emissão da opinião de todos há o estabelecimento de um caminho de resolução; a ação curativa, já que visa o reconhecimento dos atos e o que contribuiu para a situação havendo possibilidades grandes de conscientização, podendo, sim, a justiça acontecer; a responsabilidade holística, visto que a partir das falas é estabelecido o que deve ser cumprido, levando em consideração todas as pessoas e relações comunitárias, e cada um assume seu dever no acordo; a construção da comunidade, pois busca-se através dos rompimentos as construções, o que fortalece toda a sociedade para se organizar face às situações conflituosas que podem surgir entre os seres humanos.

Este modelo jurisdicional integra em conjunto o ofensor, a vítima, a comunidade, e todos os indivíduos que foram afetados pelo delito, de modo que cada um destes tem a sua função no processo restaurativo. Salienta-se, entretanto, que deve-se alcançar a satisfação das necessidades de todos estes para que a justiça seja efetivamente alcançada. Contudo, o sistema não propõe a exclusão do Direito Penal – e sim uma complementação ao mesmo, no intuito de perfazer a pacificação social.

2.3 Educação em Direitos Humanos e Justiça Restaurativa

A Justiça Restaurativa se relaciona amplamente com a Educação em Direitos Humanos, pelo fato de propor a resolução dos conflitos por meio do diálogo, exercitando o

lugar a fala e a permissão da escuta. É dada à vítima, finalmente, a oportunidade de expor seus sentimentos e suas necessidades principais, bem como ao infrator.

A EDH implica em muitos benefícios sociais, permitindo uma mudança de atitudes e condutas perante a comunidade. As pessoas, desse modo, tendem a respeitar as opiniões alheias e a se por no lugar dos outros, independente das diferenças culturais, o que pode vir a evitar tendências agressivas e conflituosas (MCCOWAN, 2015). O mesmo vale para as práticas da JR, onde as partes tem a oportunidade – de forma completamente voluntária – de solucionar problemas de uma forma mais humana, onde não necessariamente é extinto o processo penal comum, mas sim complementado.

De acordo com Zehr (2008), a justiça se realiza quando o crime é compreendido por aqueles que foram afetados e também que afetaram uma pessoa. Assim, faz-se preciso a preservação do diálogo. Para tanto, os facilitadores do processo atuam junto com os participantes da situação, os quais devem ser os principais a contribuírem para a resolução do crime.

Como se pode perceber, a Justiça Restaurativa é construída por intermédio de seres, não sendo uma estrutura pronta a ser seguida, mas sendo um processo aberto para o diálogo e para novas estratégias emancipatórias humanas. Salm e Leal (2009) enfatizam que o ser humano é multidimensional e para se desenvolver plenamente deve ser considerado seus variados aspectos e não ser rotulado por uma determinada visão. Desse modo, as propostas de Justiça Restaurativa valorizam o ser integral quando busca escutá-lo, sem omitir seus atos agressores, mas ajudando-o a se conscientizar de seu comportamento e se transformar buscando sua melhoria.

A Justiça Restaurativa é, portanto, um caminho para construção de estratégias preventivas ao crime, visto que propõe dar voz a vítima, ao contrário do que estamos acostumados a ver no sistema tradicional, onde a mesma é usualmente deixada de lado para que o Estado decida a vingança necessária ao infrator. Assim, aponta-se para a necessidade de políticas acerca desse tema, de modo a repensar o Direito Penal contemporâneo, buscando sempre a interligação com os Direitos Humanos.

É cabível mencionar que, segundo pesquisas de Silva (2015), a validade dos Direitos Humanos está intrinsicamente relacionada com a legitimidade da instituição para além das boas intenções e objetivos éticos expostos em muitos discursos, pois dessa maneira os direitos humanos podem ser legalmente assegurados e sustentados através das obrigações e responsabilidades estabelecidas por normas institucionais.

Assim, a construção de currículos e propostas educacionais que priorizem os direitos da pessoa humana, tendo como exemplo a implementação dos princípios da Justiça Restaurativa torna-se necessário no contexto educacional, visto ser um processo que busca considerar todas as partes envolvidas em conflitos quando abre espaço para a expressão sobre os atos praticados. A partir das falas, é estabelecido o que deve ser cumprido e cada um deve assumir seu dever no acordo para a construção do próprio indivíduo bem como da comunidade, fortalecendo todos para o andamento da vida e formas de se organizar face às situações conflituosas passíveis de surgir entre os seres humanos.

3 REVISÃO ACADÊMICA NACIONAL *STRICTO SENSU*

Para a elaboração do levantamento completo da produção nacional *strito sensu*, utilizou-se como ferramenta a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Criada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, a BDTD, lançada oficialmente no ano de 2002, tem como reunir as teses e as dissertações defendidas no país e por brasileiros no exterior.

Esse trabalho de pesquisa foi feito tomando como base o período compreendido entre 2003 a 2016, tendo em vista que os estudos sobre Justiça Restaurativa, que versa sobre os Princípios Básicos para Utilização de Programas de Justiça Restaurativa. O levantamento foi realizado em Junho de 2017.

A pesquisa foi realizada mediante a inserção das palavras-chave “Educação em Direitos Humanos” e “Justiça Restaurativa”. Encontrou-se, a partir disto, 05 dissertações e apenas 01 tese que versavam sobre o tema. Nota-se que desses trabalhos, 04 foram realizados em Universidades Públicas, enquanto 02 foram estudados em Universidades Privadas.

Os trabalhos identificados sobre Justiça Restaurativa e Educação em Direitos Humanos estão relacionados a variados âmbitos do conhecimento: o Direito, a Psicologia, o Serviço Social e a Educação. Detalha-se que as dissertações e as teses localizadas sobre Justiça Restaurativa e Educação em Direitos Humanos resultam de estudos em diversas áreas do conhecimento, promovendo um diálogo interdisciplinar com o Direito. Encontrou-se através do levantamento, deste modo, 1 dissertação da área do Direito, 2 da Psicologia e 2 do Serviço Social, e a única tese identificada foi da área da Educação.

Com vistas nisso, observa-se que o diálogo interdisciplinar envolvendo estudos sobre a JR e a EDH é de fundamental importância para o aprofundamento das discussões, bem como

para o surgimento de novas pesquisas, com contribuições de diversas áreas do conhecimento, em buscas de superações sociais, no que diz respeito à realização dos direitos humanos no interior dos contextos da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido, a Justiça Restaurativa é um paradigma que se alinha à perspectiva dos Direitos Humanos, propondo o protagonismo das pessoas envolvidas em um conflito e refletindo acerca da repercussão dos danos causados para todos, inclusive à comunidade. Faz-se necessário, assim, entender o próximo como um indivíduo de direitos, assim como a si próprio.

A JR, por meio de suas práticas, é ideal para dar voz à vítima, que vem sendo calada na justiça comum, na qual o conflito fica completamente nas mãos do Estado, pouco importando a situação do ofendido. As práticas de Justiça Restaurativa são capazes de propiciar uma política criminal mais inteligente e criativa, proporcionando uma conscientização mais efetiva da sociedade e do réu acerca do problema causado (TEÓFILO, 2013). Assim, a EDH em sintonia com a JR ações necessárias ao estabelecimento de um novo paradigma de justiça.

Para tanto, os currículos educacionais devem prever a valorização dos Direitos Humanos, bem como dos saberes diversos, reconhecendo a pluralidade manifestada pela cultura popular no sentido de buscar a formação de sujeitos conscientes do que é justo segundo a lei e de todo processo cultural no qual se está inserido. Busca-se, assim, a construção de novas formas de políticas direcionadas aos direitos da pessoa humana.

Pesquisas voltadas para a temática da Educação em Direitos Humanos e da Justiça Restaurativa são muito importantes pelas contribuições acadêmicas e ampliação das discussões sobre o tema, visto que o conhecimento é a iniciativa mais sólida para a prática de ações concretas voltadas para o ser humano na valorização de sua dignidade.

A respeito da revisão nacional *stricto sensu*, nesse trabalho, concluiu-se que, não obstante ainda seja escassa a produção acadêmica nacional a integrar ambos os temas, configura-se justificada e crescente a produção que dialoga sobre JR e EDH. Novas pesquisas sobre as práticas restaurativas e o potencial emancipatório da Educação em Direitos Humanos constituem, entre outras, formas contemporâneas de superar o paradigma da justiça retributiva.

REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, Daniel. **A crise do processo penal na sociedade contemporânea: uma análise a partir das novas de administração da justiça criminal**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- AGUIRRE, Luiz Perez. **Educar para os direitos humanos: O Grande Desafio Contemporâneo**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/aguirre.htm>>. Acesso em 03 jul.2017.
- BEZERRA, Sônia Maria Albuquerque. **Educação em Direitos Humanos e a Mediação Escolar como Instrumento que Possibilita a Prática do Aprendizado em Direitos Humanos**. Fundação Edson Queiroz - Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Dissertação de Mestrado. Fortaleza, 2008. Disponível em: <<https://uolp.unifor.br/uolp/conteudosite/F106634173/Dissertacao.pdf>>. Acesso em 04 jul. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.
- CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart; GRUBBA, Leilane Serratine. **O embasamento dos direitos humanos e sua relação com os direitos fundamentais a partir do diálogo garantista com a teoria da reinvenção dos direitos humanos**. Rev. direito GV, São Paulo , v. 8, n. 2, p. 703-724, Dec. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322012000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 jul. 2017.
- CLAUDE, Richard Pierre. **Direito à educação e educação para os direitos humanos**. Sur, Rev. int. direitos human., São Paulo , v. 2,n. 2,p. 36-63, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452005000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 jul. 2017.
- CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 2002/12**. 24 de Julho de 2002. Disponível em: <<http://justica21.web1119.kinghost.net/j21.php?id=366&pg=0#.WR3fiZLyvcs>>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução 225/16**. 31 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n225-31-05-2016-presidencia.pdf>. Acesso em 01 jun. 2017.
- FOLLY, Felipe Bley. **Direitos Humanos e Educação**. Quando a Pedagogia do Outro subverte o Direito do Mesmo. Universidade Federal do Paraná - Dissertação de mestrado. Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25727/Dissertacao%20Felipe%20Bley%20Folly%20-%20Pos-Banca1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 01 jul. 2017
- MCCOWAN, Tristan. **O direito humano à aprendizagem e a aprendizagem dos direitos humanos**. Educ. rev., Curitiba , n. 55, p. 25-46, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000100025&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jul. 2017.
- MEIRELLES, Cristina Assumpção. YAZBEK, Vania Curi. **Formatos Conversacionais nas metodologias restaurativas**. In: Justiça Restaurativa em ação, p.121. Dash Editora. São Paulo, 2014.

MONTEIRO, David de Oliveira Monteiro. A Justiça de Proximidade como Instrumento de Educação em/para Direitos Humanos: por uma (des)construção de dogmas a partir da vítima. In: BRAGA, Romulo Rhemo Palitot; SILVA, Maria Coeli Nobre da. **Direito Penal da Vítima: Justiça Restaurativa e Alternativas Penais na Perspectiva da Vítima**. Curitiba: Juará, 2015.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto Souza Lara. Dez anos de práticas restaurativas no Brasil: a afirmação da justiça restaurativa como política pública de resolução de conflitos e acesso à justiça. **Responsabilidades**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. Disponível em:
http://as1.trt3.jus.br/bdtrt3/bitstream/handle/11103/2631/adriana_sena_dez_anos_praticas_restaurativas.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 de Junho de 2017.

PAMPLONA, Josineide Gadelha; Medeiros, Josineide Gadelha Pamplona; SILVA-NETO, Nirson Madeira; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. Educação em Direitos Humanos e Justiça Restaurativa: integrar a justiça juvenil. In: Aída Maria Monteiro Silva; Graça Santos Costa; Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima. **Diálogos sobre Educação em Direitos Humanos e Educação de Jovens e Adultos**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 99-111

PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

SALM, João; LEAL, Jackson da Silva. **A Justiça Restaurativa: multidimensionalidade humana e seu convidado de honra**. Sequência (Florianópolis) no.64 Florianópolis jul. 2012. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552012000100009&lng=pt&nrm=iso>
 SICA, Leonardo. **Justiça restaurativa e mediação penal: o novo modelo de justiça criminal e de gestão do crime**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

SILVA, Aída Maria Monteiro; COSTA, Graça Santos; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira (Orgs). **Diálogos sobre Educação em Direitos Humanos e Educação de Jovens e Adultos**. Salvador: EDUFBA, 2016

SILVA, Ana Tereza Reis da. **Educação em direitos humanos: o currículo entre o relativismo e o universalismo**. Educ. Soc. vol.36 no.131 Campinas abr./jun. 2015 Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200461&lng=pt&nrm=iso>

TEÓFILO, Anna Mayra Araújo. **Educação em Direitos Humanos e Justiça Restaurativa: Cruzamentos Paradigmáticos de Reforma da Justiça Criminal**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015. Disponível em:
 <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/8334>>. Acesso em 10 jun. 2017.

TEOFILO, Anna Mayra Araújo; BRAGA, Rômulo Rhemo Palitot. Educação em Direitos Humanos e Justiça Restaurativa. **Revista Prima Facie**, v. 12, n. 22, ano 12, jan-jun. João Pessoa, 2013.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a Justiça**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

O ERRO MÉDICO E A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO PELO DANO

*Sandra Crispina Franca Conrado Santana*¹
*Fernando Sérvulo Mota de Barros*²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar a responsabilidade civil do médico frente à culpa e suas excludentes. A pesquisa foi realizada mediante revisão de literatura na seara do direito civil e do direito médico, bem como das normas regulamentadoras da medicina. Os resultados demonstram que os danos sofridos pelos pacientes podem gerar responsabilização do médico, ressalvando as excludentes de culpabilidade. Cada caso deve ser analisado sob o prisma do devido processo legal.

Palavras-chave: Responsabilidade civil do médico. Erro médico. Direito médico. Código de ética. Indenização.

ABSTRACT

The objective of this study is to study the doctor 's civil liability for guilt and its exclusion. The research was carried out by means of literature review in the field of civil law and medical law, as well as the regulatory norms of medicine. The results show that the damages suffered by the patients can lead to the doctor being held accountable, except for those who are guilty. Each case must be analyzed under the prism of due process.

Keywords: Medical liability of the physician. Medical error; Medical law. Code of ethics. Indemnity.

1 INTRODUÇÃO

Conforme a sociedade foi se organizando, a noção de responsabilidade foi sendo construída ao passo que foi instituída a culpa àqueles que mantinham condutas consideradas danosas naquele grupo. Atualmente, as atividades humanas são permeadas de responsabilização, seja por obrigação legal, seja por convenção entre as partes.

No que se refere a culpa atribuída aos erros médicos, no entanto, não pode restringi-la, apenas, aos atos de negligência, imprudência ou imperícia, mas, também, deve se estender o olhar sob as condições do ambiente no qual o profissional está inserido. A desigualdade social

¹ Bacharela em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal).

² Discente do Programa de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal); Administrador com Habilitação em Análise de Sistemas (FAVIC); Advogado OAB/BA. Membro do grupo de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano (UCSal).

e a má administração pública acarretam na carência de estruturas e materiais necessários para a realização de procedimentos que respeitem a dignidade da pessoa humana.

Diante deste cenário, o erro médico tem-se evidenciado em decorrência não só da inexistência de material adequado, mas pela falta de corpo técnico necessário na assistência procedimental. Isto ocasiona àquele profissional uma maior e mais rápida exaustão, ao tempo que aumenta a espera entre atendimentos ou, até, na recusa destes.

Deste modo, no Brasil, o erro médico tem sido caracterizado, principalmente, pela falta de responsabilidade e zelo dos médicos, pois tendo a vida como o maior bem do ser humano, esta deve ter tratamento digno, favorável à sua manutenção, devendo ser tratada com prioridade, traspassando o código de ética médica.

Ocorre que a identificação de um erro médico pode ser muito difícil, sobretudo pela solidariedade profissional, a qualquer custo. Entretanto há tutela jurídica sobre a manutenção e indisponibilidade da vida, bem como sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, fazendo surgir assim o princípio da reparação integral do dano por conta da análise dos pressupostos da responsabilidade civil.

Portanto, o presente artigo propõe a estudar a responsabilidade civil do erro médico, levantando os métodos de responsabilização utilizados pela seara do direito civil para delimitação da culpabilidade do profissional, distinguindo entre o que se entende sobre dano indenizável e não indenizável.

Conforme tudo quanto exposto e o crescente aumento de ações indenizatórias envolvendo o erro médico, cometidos por estes ou terceiros envolvidos no procedimento, verifica-se então a importância sobre a temática. Neste intuito o presente artigo tem como objetivo geral analisar a responsabilidade civil do médico diante o cometimento de erro e as formas de sua prevenção ou reparação.

No presente trabalho foi utilizado o procedimento exploratório, por meio de revisão bibliográfica como técnica, tendo como fonte principal da pesquisa o estudo feito a partir de livros doutrinários que tratam acerca da responsabilidade civil, em especial, dos médicos, além da doutrina, jurisprudência e trabalhos científicos.

Por fim, o estudo em tela não pretende encerrar a discussão, visto que estas se mantem ainda como geradoras de grandes controvérsias, se delimitando apenas em levantar soluções baseadas no entendimento jurídico, doutrinário e jurisprudencial.

2 RESPONSABILIDADE CIVIL

Segundo Gonçalves (2011, p. 41) “o vocábulo responsabilidade origina-se do latim *respondere* que encerra a ideia de segurança ou garantia da restituição ou compensação do bem sacrificado”.

A responsabilidade civil, na legislação Brasileira, está firmada no Código Civil de 2002 como resposta a quem comete ato ilícito por meio de ação ou omissão, seja de forma voluntária, negligente ou imprudente, violando direito e causando dano à outrem, mesmo de cunho exclusivamente moral.

Filho (2012) conceitua responsabilidade civil a partir do sentido etimológico, o qual se expressa a ideia de obrigação, dever, contraprestação e encargos. Deste modo, a responsabilização é um dever que alguém tem de reparar o prejuízo decorrente da violação de outro dever jurídico. Assim, o transgressor deverá ser responsabilizado ao ressarcimento de todo prejuízo causado por sua conduta.

Para Diniz (2003), a responsabilidade civil se dá na aplicação de medida coercitiva ao autor do fato, a fim de reparar o dano moral ou patrimonial causado a um terceiro envolvido.

O princípio da dignidade da pessoa humana é uma das bases que a responsabilidade se sustenta, em proteção a má conduta alheia. Ela não se resume a um valor estipulado em petição ou sentença, mas possui um sentido cultural, moral, religioso, ou seja, é uma aglomeração do trabalho de diversas gerações.

Chaves, Rosenvald e Netto (2016) trazem que, a dignidade é protetiva por garantir a todo cidadão um tratamento respeitável, cuidando da sua integridade física e psicológica. É também promocional da vida humana, pois traz a ideia de facilitar as condições de vida com liberdade e respeito. Desta forma o Estado, através do princípio da dignidade humana, permite que o homem possa sobreviver de forma a não ter seus direitos livremente violados.

No campo da responsabilização civil médica alcançou-se uma nova dimensão cultural da dignidade em relação aos aspectos éticos como a responsabilidade médica na relação com pacientes que optam pelo exercício da liberdade religiosa, de consciência, sexual e autonomia existencial. (CHAVES, ROSENVALD e NETTO, 2016).

Os autores também tratam sobre o princípio da reparação integral, onde mostram que o seu objetivo é a restauração do estado de saúde anterior ao dano sofrido pelo paciente. Obviamente se trata de um eufemismo, visto que dificilmente a condenação vai preencher a plenamente os danos sofridos pelo paciente.

O princípio da reparação integral está transcrito no art. 944 do Código Civil brasileiro de 2002, trazendo no seu enunciado que “a indenização mede-se pela extensão do dano.” De acordo Chaves, Rosenvald e Netto (2016, pag.49): “O artigo relaciona toda uma dimensão dos danos sofridos pelo paciente com a sua devida reparação, sem a punição (pena), devido que a sua literalidade a reparação esta ligada aos efeitos danosos sobre a vítima, independente do dolo ao da culpa do médico que ocasionou.”

Ainda em conformidade com os autores, o princípio realiza-se de duas formas: *reparação natural* – com a substituição do bem prejudicado e; *pecúnia* – reparando os danos sofridos pelo ofendido por meio de valor pecuniário correspondente, ambas previstas no art. 947 do Código Civil de 2002.

Portanto conclui-se que a noção jurídica de responsabilidade é pressuposta de uma atividade danosa de um autor o qual viola norma jurídica legal, subordinando-se, assim, às consequências de seu ato danoso, por meio de uma obrigação reparatória.

2.1 Pressupostos da responsabilidade civil

Os pressupostos da responsabilidade civil, no entendimento majoritário da doutrina, concentram-se em quatro: ação ou omissão (conduta humana); culpa ou dolo do agente (elemento subjetivo); ação e o dano (nexo de causalidade); e a imputação da responsabilidade (quem tem a responsabilidade).

2.1.1 Ação ou omissão (conduta humana)

Diniz (2003, pag. 37) define a conduta humana como “ato humano, comissivo ou omissivo, ilícito ou lícito, voluntário e objetivamente imputável, do próprio agente ou de terceiro, (...) que cause dano a outrem, gerando o dever de satisfazer os direitos do lesado”.

Conforme leciona Gagliano e Filho (2015, pág. 69), o núcleo fundamental da conduta humana é “a voluntariedade, que resulta exatamente da liberdade de escolha do agente imputável, com discernimento necessário para ter consciência daquilo que faz”.

2.1.2 Culpa ou dolo do agente (elemento subjetivo)

No campo da culpa, Gonçalves (2015) traz que, o conceito exige a imputabilidade moral, sendo admitida somente mediante prova de imprudência, imperícia e negligência. Neste sentido, o artigo 186º do Código Civil de 2002 trouxe os elementos culpa, dano e nexo causal, fazendo-se entender que o ilícito indenizatório, refere-se à toda conduta humana

praticada por pessoa imputável que, violando um dever jurídico e causando prejuízo à outrem, gera uma obrigação de restituição.

De acordo com Chaves, Rosenvald e Netto (2016, pág.196/197), a presunção de culpa define-se como um procedimento processual de inversão do ônus da prova. Portanto, o ofensor deve demonstrar que o dano não decorreu de sua vontade, mas sim, de situação adversa, como força maior, fato exclusivo da vítima ou de terceiro.

2.1.3 Ação e o dano (nexo de causalidade)

A relação da ação com o ilícito é o liame entre o ato lesivo do agente e o dano ou prejuízo sofrido pela vítima, ou seja, se a ação não for ocasionada por ato do agente acusado, não formará a relação de causalidade.

A Constituição Federal assegura no caput do artigo 5º e inciso X o direito a reparação do dano, seja ele moral ou material, decorrente da violação de um direito. Já O Código Civil brasileiro de 2002 não traz expressamente o conceito de dano e nem trata do que seriam as lesões tuteladas pelo ordenamento jurídico. Desta maneira o legislador optou por um sistema aberto, que prevalece o regulamento de cláusula geral de reparação. (CHAVE, ROSENVALD e NETTO, 2016 pág.238).

Gagliano e Filho (2015, pág. 78) conceituam o dano ou prejuízo como uma “lesão a um interesse jurídico – patrimonial ou não, causado por ação ou omissão do sujeito infrator”. Assim, tem-se o dano como um requisito indispensável para a caracterização da responsabilidade civil, pois sem a ocorrência dele não haveria o que ser indenizado ou ressarcido e, conseqüentemente, nem o que e quem responsabilizar.

Quanto à responsabilidade civil subjetiva, Netto (2008, pág. 79) elenca que se caracteriza quando “alguém, agindo ou se omitindo culposamente, causa danos à terceiro, que serão indenizáveis se houver um nexo causal entre o dano e a conduta culposa”.

3 A EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE MÉDICA

De acordo com Soares (2015), desde o início da vida em sociedade, o homem passou a assimilar técnicas de cura e diagnósticos das doenças que atormentavam a sua vida, tendo a humanidade antiga a admirar e ter uma grande estima pelos médicos que salvavam suas vidas de algum cometimento.

Iniciando-se pelas tribos xamãs, depois com os curandeiros e então com os sacerdotes, a religião foi um fator predominante no desenvolvimento da medicina, podendo ser vista até os dias de hoje. A primeira estruturação surgiu na mesopotâmia, onde se falava nos comportamentos da saúde, em que Deus era considerado o dono da cidade e os sacerdotes das águas o que consideravam como o representante divino e administrador geral, ou seja, as crenças influenciaram a saúde do povo como, por exemplo, a proibição do cuspir ou urinar na rua para evitar contaminação da água, a qual traria malefícios para o povo, tendo em vista que consideravam todas as doenças com fruto de pecado (SOARES, 2015).

No Egito a medicina era exercida por sacerdotes especializados. Considerados como médicos, somente a parte economicamente privilegiada da população tinha acesso a eles. Assim surgiram duas classes da medicina: a medicina empírica e a popular. O que proporcionou o desenvolvimento da medicina foi o hábito egípcio de manter registro das informações, pois a técnica de embalsamento foi desenvolvida por conta da tradição religiosa, a qual não permitia a execução de autópsia por ser considerado pecado mortal (PANASCO, 1984).

Panasco (1984) ainda afirma que o Código de Hamurabi foi o primeiro documento a tratar diretamente do problema do erro médico, nos seus artigos 218, 219 e 226. As penas severas para aqueles profissionais que cometiam erros em seus procedimentos cirúrgicos, as quais iam de amputação dos dedos das mãos, até a morte. Nesta época, o que importava era a cura completa.

A Responsabilidade civil médica surgiu quando o homem percebeu que a cura das doenças não era só um ato divino, mas, sim, um ato realizado também por pessoas com determinadas habilidades e práticas. Nesse momento a realização da cura de doença ou algo do tipo passou a ser vista como uma profissão, que então surgiu a necessidade da responsabilização por sua prática.

No direito romano, o evento morte começou a ser descartado como fator de culpa, transferindo a responsabilização somente pelos atos que precederam o momento da morte, no sentido de identificar a existência de culpa ou dolo do agente. Entretanto, somente no direito francês, que se identifica um dos primeiros julgados reconhecendo a possível condenação de um erro médico a partir da aplicabilidade da teoria da perda de uma chance (MELO, 2008).

Hoje quase não temos mais a imagem clássica do médico: o médico da família, que frequentava a casa e era íntimo do grupo familiar. As relações tornaram-se impessoais e massificadas, firmamos contratos de adesão com empresas de saúde.

3.1 Obrigações da relação médico-paciente

França (2006), ao falar da relação médico e paciente traz o Código de Ética Médica como base para se extrair o entendimento acerca dos deveres e obrigações impostas aos médicos no exercício de suas atividades profissionais que, no caso do não cumprimento, configurará infração aos pressupostos e princípios ético-morais da profissão.

O artigo inaugural do código de ética Médica estabelece que:

A medicina é uma profissão que tem por fim cuidar da saúde do homem, sem preocupações de ordem religiosa, racial, política ou social, e colaborar para a prevenção da doença, o aperfeiçoamento da espécie, a melhoria dos padrões de saúde e de vida da coletividade.

Exigem-se outros deveres que dizem respeito à responsabilidade e postura do médico no exercício da sua profissão como: o de informação; o de colocar-se à disposição e empregar todos os recursos disponíveis em prol da vida; o de disponibilização da documentação médica do paciente; e o de não abandono do paciente, devendo acompanhá-lo no tratamento. (FRANÇA, 2006, pág.105)

O dever de informar, previsto no art. 34 do Código de Ética Médica, refere-se a obrigação de informar e aconselhar o paciente, os familiares e responsáveis legais no que tange a enfermidade sofrida e suas peculiaridades, bem como os riscos existentes, possíveis complicações e efeitos colaterais provocados pelo tratamento.

Conforme Chaves, Rosenvald e Netto (2016, pág.789/790), o dever da informação clara e precisa reflete, em particular, na relação de consumo existente entre os serviços médicos contratados e a sua prestação, atingindo tanto o médico quanto a instituição que ele esteja. A ideia é de proteção ao paciente o qual, encontra-se, na maioria das vezes, em situação desequilibrada por desconhecer as técnicas, procedimentos e medicações utilizadas. Neste caso, também podem ser destinatários das informações os familiares ou até mesmos outros médicos ou hospitais para onde o paciente foi transferido.

Galiano e Filho (2015, pág.277) trazem o dever de prevenção do médico com pacientes que não aceitam determinados tratamentos específicos. Neste cenário a questão é se o médico pode ou não ser responsabilizado civilmente por um dano causado a pacientes que recuse ser submetidos a determinado procedimento como, por exemplo, transfusão de sangue em pessoa testemunha de Jeová, por afronta a crença da sua fé religiosa.

Entretanto, diante de vários debates em torno dessa situação, surgiu a resolução nº 1.021/80 do CFM para ministrar as transfusões de sangue em pacientes adultos contra a sua vontade clara e expressa, o que causa grandes transtornos à esses pacientes.

Frente a esta problemática, Stolze e Pamplona (2015, pag.278) elencam três premissas básicas que devem ser analisadas. A primeira seria o direito de disposição sobre o próprio corpo, que pertence inteiramente ao paciente, de forma que, o médico fica impossibilitado de ministrar qualquer tipo de tratamento ou medicamento sem a sua concordância ou permissão, com a ressalva em casos de iminente perigo de vida. Quanto a segunda, estaria relacionada ao direito à liberdade religiosa é garantido pela Constituição Federal de 1988, no seu art. 5, VI e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Já na terceira, por eles elencada, refere-se a vida humana, também assegurada pela Constituição Federal de 1988, no seu art.5, caput, onde expressa que todos possuem o direito à vida, sendo vedada a sua livre disposição. Nesta razão que o ordenamento não legaliza práticas de aborto e eutanásia, pois a vida é um bem personalíssimo e indisponível. Portanto, o Estado manifesta seu interesse em prolongar a vida das pessoas, em face da importância do ser humano diante da sociedade.

Tendo Gagliano e Filho (2015), a convicção de que, no caso da realização de transfusão de sangue em pacientes que não aceitam esse tipo de tratamento, prevalece o direito à vida, por ser o bem maior a prevalecer sobre todos demais direitos, inclusive ao da liberdade religiosa.

Ainda segundo os autores, nos casos dos pacientes maiores e capazes, sendo ausente o risco de vida, a negativa do paciente quanto ao consentimento deve ser respeitada sob pena do médico ser responsabilizado por constrangimento ilegal.

Os doutrinadores também salientam que, nas situações de iminente risco a vida, o médico deverá realizar o procedimento necessário para resguardar a vida do paciente, independentemente de seu insucesso. Havendo o falecimento do paciente, nestes casos, o profissional não deverá ser responsabilizado, visto se encontrar em estrito cumprimento legal do seu dever, conforme a interpretação do vigente Código de Ética Médica.

É dever ético e legal do médico de manter sigilo sobre os fatos e histórias que, por ventura, tenha tido conhecimento durante o exercício da sua profissão. As exceções para quebra do sigilo profissional estão vinculadas as situações de extrema relevância e necessidade para proteção à vida do paciente ou de terceiro a ele vinculado, bem como nos casos de apuração de fatos e outras requisições judiciais, notificação de doenças infectocontagiosas e tratamento de risco aos seus parentes.

O médico deve ter cuidado de nutrir total respeito pela vida do ser humano, exercendo sempre sua função em benefício do paciente. Veda-se, sob qualquer hipótese, usar dos seus conhecimentos e o exercício da sua função para causar sofrimento moral, físico ou que atente

contra a dignidade e integridade da pessoa, conforme os arts. 6º e 14º do Código de Ética Médica.

3.2 Responsabilidade pessoal do médico: obrigações de meio e de resultado

Na obrigação de meio, em princípio, o médico buscará uma possível solução imediata ou a melhoria do quadro clínico do paciente. Neste caso, o profissional aplicará todo seu conhecimento, prática e habilidade, no entanto, sem garantir resultados específicos e definitivos, pois estes dependem de outros fatores como: resposta e a reação do organismo do paciente em virtude das medicações administradas e; estado físico e psicológico, tipo de moléstia sofrida, dentre outros.

Sendo a atividade médica considerada uma obrigação de meio, ela sofre outras interpretações em virtude da área de atuação, a exemplo dos cirurgiões plásticos. O motivo para tal se deve pela atuação destes não se limitar ao acompanhamento do paciente, mas por uma conduta específica aplicada para a obtenção do resultado esperado, ou seja, o médico buscará atingir o grau mais próximo do demonstrado e negociado ao paciente. Se assim não fosse, indubitavelmente não haveria consentimento do paciente. (GAGLIANO e FILHO, 2015)

Sobre esta perspectiva, pode-se invocar os ensinamentos de Stoco (2007, pág. 556/557):

A obrigação do médico pode ser de meios, como geralmente é, mas também pode ser de resultado, como quando faz um Raio X, um check up, aplica ondas de calor, dá uma injeção, faz transfusão de sangue, procede a determinada esterilização necessária ou, como já nos referimos, no caso da cirurgia plástica estética. Também há possibilidade da obrigação do médico ser de resultado quando assume expressamente a garantia da cura.

Nestas situações, os referidos profissionais são contratados de acordo com a sua especialidade em prol de um determinado objetivo desejado. Desta forma, caso este não seja alcançado, quer seja total ou parcial, considera-se obrigação não adimplida, havendo presunção de culpa e inversão do ônus da prova, cabendo ao paciente apenas comprovar que não foi obtido o resultado esperado.

Com clareza explica Stoco (2007, pág. 557):

Em se tratando de cirurgia meramente estética não há como deixar de afirmar a obrigação de resultado do médico. Não se pode deslembrar que a responsabilidade de que cogitamos é contratual. Enquanto na atividade tradicional o médico oferece serviços de atendimento através de meios corretos e eficazes, comprometendo-se a propiciar a seu paciente todo o esforço, dedicação e técnicas, na atividade de cirurgião estético, o médico

contrata um resultado previsto, antecipado e anunciado. Não ocorrendo este, salvo nas intercorrências e episódios que atuem como elidentes de sua responsabilidade, cabe exigir-lhe o adimplemento da obrigação de resultado assumida.

3.3 O erro médico e a responsabilidade civil médica

O erro médico trata-se de uma falha profissional praticada pelo médico, podendo gerar responsabilização de ordem civil, penal, além de sanções administrativas perante o respectivo conselho de classe, o qual poderá aplicar medidas de advertência, suspensão ou até cancelamento do registro profissional.

França (2007, pág. 237) traz os tipos de erro na ordem da responsabilidade:

O erro médico, no campo da responsabilidade, pode ser de ordem pessoal ou de ordem estrutural. É estritamente pessoal quando o ato lesivo se deu, na ação ou na omissão, por despreparo técnico e intelectual, por grosseiro descaso ou por motivos ocasionais referentes às suas condições físicas ou emocionais. Pode também o erro médico ser procedente de falhas estruturais, quando os meios e as condições de trabalho são insuficientes ou ineficazes para uma resposta satisfatória.

Diante do citado código ético, torna-se vedado ao médico causar dano ao paciente, seja por ação ou omissão, podendo ser caracterizado como *imperícia* – sendo necessário constatar a inaptidão, ignorância, falta de qualificação técnica, teórica ou prática, ou ausência de conhecimentos elementares e básicos da profissão, *imprudência* – pressupondo-se por uma ação precipitada e sem cautela ou *negligência* – quando deixa de tomar uma atitude ou apresentar conduta que era esperada para a situação. A responsabilidade médica é sempre pessoal e não pode ser presumida.

Também é impedido ao profissional deixar de assumir a responsabilidade sobre o procedimento médico que o mesmo indicou ou do qual participou, mesmo quando o paciente foi assistido por outros médicos. A ele também atribui-se responsabilização ao deixar de assumir qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que solicitado ou consentido pelo paciente ou por seu representante legal.

Por fim, veda-se a não prestação atendimento em setores de urgência e emergência, quando for de sua obrigação fazê-lo, por expor a vida de pacientes a risco de morte, mesmo respaldado por decisão majoritária da categoria.

Para Gagliano e Filho (2015), o Código Civil de 1916 já previa a responsabilização civil subjetiva pelos danos decorridos da atividade médica *lato sensu*, estabelecendo aos médicos, cirurgiões, dentistas, parteiras e farmacêuticas a obrigação de reparar o dano sempre que da, sua atividade profissional, acarretasse na morte, no impedimento de execução do

serviço laboral, na inabilitação de servir ou em novo ferimento no paciente, por meio de conduta imprudente, imperita ou negligente.

4 AÇÕES INDENIZATÓRIAS POR RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA

A reparação indenizatória, por parte de quem deu causa ao prejuízo de outrem, está prevista claramente nos artigos 949 a 951 do Código Civil de 2002:

Art. 949. No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.

Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

Parágrafo único. O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

Art. 951. O disposto nos arts. 948 949 e 950 aplicam-se ainda no caso de indenização devida por aquele que, no exercício de atividade profissional, por negligência, imprudência ou imperícia, causar a morte do paciente, agravar-lhe o mal, causar-lhe lesão, ou inabilitá-lo para o trabalho.

Em relação às ações indenizatórias enfrentadas pelos médicos, segundo Canal (2014, pág.288), cada vez mais torna-se comum os pacientes pleitearem uma compensação em virtude de supostos danos experimentados.

Esporadicamente, o erro médico é caracterizado no percurso do processo, sendo que, em maior parte das vezes, constata-se a existência da culpa concorrente entre o médico e o paciente ou exclusiva de uma das partes, por função das condutas durante ou após o tratamento realizado. (CANAL, 2014)

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo registra, por ano, mais de três mil denúncias recebidas, sendo que 25% deles envolvem supostos atos médicos caracterizados como imperícia, imprudência ou negligência do profissional.

Conforme Chaves, Rosenvald e Netto (2016), o Código Civil trata da responsabilidade civil dos profissionais de saúde, de modo extenso. O direito brasileiro não estipula os níveis de culpa, fazendo com que a responsabilidade seja atribuída de forma subjetiva ao médico, pois a indenização é justificada pelo dano causado e não pelo grau daquela, conforme predispõe o art 944 do CC/2002. (CHAVES, ROSENVALD e NETTO, 2016)

4.1 Excludentes de Responsabilidade Civil Médica

Se um médico comete erro drástico ou manifesto, este deve ser obrigado a indenizar o paciente lesado, entretanto poderão existir casos nos quais a responsabilidade do médico poderá ser excluídas, gerando a improcedência da ação civil e penal e, conseqüente, extinção da sua punibilidade.

4.1.1 Iatrogenia

A lesão iatrogênica, como regra geral, não gera a responsabilidade civil ou penal para o médico e nem ao hospital, exceto quando ocorre o descumprimento do dever legal de informação ou quando resultar de uma omissão ou atuação culposa do médico. (HALFELD, 2011)

Nesse diapasão, têm-se o ensinamento de Melo (2008, pág. 127), que diz:

A maior gama de iatrogenias não implica a responsabilidade profissional, tendo em vista que são previsíveis ou decorrentes de fatores individuais e próprios de cada paciente. Sabemos que as pessoas são diferentes entre si, em maior ou menor proporção. Ademais, o estado físico e psicológico de cada doente varia em razão das especificidades orgânicas, de tal sorte que a sensibilidade e reação podem ocorrer, sem qualquer relação de causa e efeito com a atuação do médico, à técnica empregada ou ao medicamento ministrado. Desde que o paciente tenha consentido, desde que tenha sido previamente informado e esclarecido sobre as possíveis conseqüências iatrogênicas, ainda que venha a ocorrer dano, não se poderá falar em responsabilizar o profissional.

Segundo Stoco (2007, pág. 588), existem três tipos de pressupostos de iatrogenia:

- 1- lesões previsíveis, sabendo-se que o procedimento implica em seqüela (exemplos: cirurgias mutiladoras, como: amputações de membros (visíveis), gastrectomias, colecistectômicas,, apendicectomias (não visíveis);
- 2- lesões previsíveis, porém inesperadas, podendo o procedimento acarretar lesões inerentes à técnica (Exemplos: reação alérgica em decorrência do uso de contrastes radiológicos);
- 3- lesões decorrentes da falha do comportamento humano no exercício da profissão, caso em que as falhas são passíveis de suscitar o problema da responsabilidade legal do médico (Exemplo: confusão da veia safena com a artéria femural durante cirurgia de varizes, levando à gangrena).

Logo, diante desses pressupostos, não ocorrerá ato ilícito, pois apesar de tratarem de lesões causadas por ato médico, não são oriundas de negligência, imperícia ou imprudência, mas sim, de medidas substanciais, necessárias a preservação da vida.

4.1.2 Fato de terceiro

Ocorre nos casos em que a ação, independente de ser dolosa ou culposa, é cometida por terceiro alheio a relação. Equipara-se a culpa exclusiva da vítima e ao caso fortuito e a força maior, na irretocável medida de sua imprevisibilidade, que são os elementos a restringir o dever de indenizar. Nestes casos, uma força exteriorizada à relação médico-paciente, viola o nexo de causalidade entre a conduta do agente e o resultado lesivo. (HALFELD, 2011)

4.1.3 Intercorrência médica ou complicação

Quando da ocorrência de evento inesperado em procedimento médico. Qualquer procedimento médico, do mais simples ao mais complexo, todos os pacientes estão sujeitos a complicações inesperadas, o que não causa necessariamente um erro médico. (HALFELD, 2011)

Mesmo que o médico realize o procedimento corretamente, seguindo todos os padrões de segurança e todas as normas técnicas, cada paciente pode ter reações orgânicas diferenciadas ao tratamento, podendo um paciente ser mais susceptível a determinado remédio, infecção ou mesmo podem ter variações anatômicas diversas.

4.1.4 Culpa exclusiva da vítima

É prevista nos caso em que o dano é gerado pelo próprio paciente, sem intervenção do médico para a ocorrência do evento danoso. Neste caso não há que se falar em nexo causal, resultando na exclusão da responsabilidade civil médica. (HALFELD, 2011)

O doutrinador Melo (2008, pág. 51) traz um conceito claro:

A culpa exclusiva da vítima no caso de erro médico será identificado como aquele comportamento sem o qual o evento danoso não teria se materializado. Se o paciente adota posturas que agravam o seu estado de saúde u descumpre deliberadamente as prescrições, e com isso não obtém o restabelecimento e ocorre o óbito, evidente que o insucesso do tratamento não se poderá imputar ao médico, tendo em vista que foi a conduta do paciente a causa determinante do resultado funesto. Logo, não haverá nexo de causalidade entre atividade médica e o evento danoso que pretenda indenizar. E há toda uma lógica para assim se considerar. Se foi a vítima quem provocou o evento danoso, tendo o agente sido tão somente instrumento pelo qual o mal se materializou, evidentemente que não há falar-se em indenização. Neste caso, não há liame de causalidade entre a ação perpetrada e o resultado lesivo, sendo o caso de irresponsabilidade do agente.

4.1.5 Caso fortuito e força maior

Nestes casos há ruptura do elo entre o ato do agente e o evento lesivo ocorrido, não existindo assim, ação ou omissão culposa do agente. O que ocorre é um fato inesperado, incapaz de ser evitado, não só pelo médico, mas por qualquer pessoa que estivesse naquela situação. Essa ocorrência viola o nexos de causalidade na esfera da responsabilidade. (HALFELD, 2011)

Nesse pensamento afirma Melo (2008, pág. 53):

O caso fortuito está diretamente relacionado com os eventos alheios à vontade das partes, tais como: greves, motins, guerras, dentre outros. Já a força maior é fato que decorre de eventos naturais, como, por exemplo, raios, inundações e terremotos. De toda sorte, o Código Civil trata os dois institutos da mesma forma, na fazendo nenhuma distinção entre eles, ao preceituar: “O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir” (art. 393, parágrafo único).

Portanto, para a caracterização do caso fortuito ou de força maior, é indispensável que a situação possa se revestir de inevitabilidade, imprevisibilidade ou irresistibilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida é o principal bem jurídico tutelado pela Carta Magna de 1988, tornando a atividade médica uma profissão de extrema importância para sua manutenção com qualidade, o que a torna alvo de grandes controvérsias no campo da responsabilidade civil do médico. Isto em face de possíveis erros que possam ocorrer no exercício de sua profissão, os quais podem causar danos fatais e irreparáveis à vida do paciente.

Desde a antiguidade a responsabilidade civil do médico já era tratada. Naquela época, o que importava era a cura, sendo que o insucesso traria responsabilização àquele, conforme o Código de Hamurabi, primeiro documento a tratar sobre o erro médico, o qual previa diversas penas aos que cometessem lesões corporais e mortes à escravos ou animais.

No que tange a responsabilidade civil, esta é uma obrigação imputada a determinada pessoa, tornando-a responsável pelos seus atos, quer tenha atuado por ação ou omissão voluntária, violando direito alheio e causando-lhe dano. A responsabilidade, portanto, tem como pressuposto uma atividade danosa realizada que viola norma jurídica legal, subordinando-se, assim, às consequências do seu ato por meio da obrigação de reparar.

O erro médico é uma falha profissional do agente, podendo ser responsabilizado civilmente ou penalmente, além das sanções administrativas do Conselho Federal ou Estadual

de Medicina, que, a depender da gravidade do erro, poderá resultar no cancelado de seu registro profissional. Portanto é a conduta inadequada que supõe uma inobservância técnica capaz de produzir dano à vida ou à saúde de outrem, mediante comprovação de conduta imperita, imprudente ou negligente.

A relação médico e paciente, que trata o Código de Ética Médica, traz deveres e obrigações que norteiam os médicos no exercício de suas atividades profissionais como: o dever de informação sobre o procedimento para os pacientes e familiares; o de colocar-se à disposição do paciente; o de empregar todos os recursos disponíveis ao paciente e à sociedade; o de dar acesso à documentação médica; o de acompanhar o paciente, independente do prognóstico e de não abandoná-lo; e o de respeito a questão religiosa, conforme o que consta na Resolução nº 1.021/80 do CFM, a respeito das transfusões de sangue em pacientes adultos contra a sua vontade clara e expressa.

Diante de seus deveres e obrigações, tem-se que nenhum médico pode assumir a obrigação de curar ou de salvar, principalmente em estado grave de saúde ou terminal, por mais competente que ele seja. O que deve ser feito é proporcionar aos pacientes todo o cuidado necessário, conforme o código de ética da classe e resoluções pertinentes.

Assim, sendo a medicina uma profissão praticada pelo homem, tendo como o bem mais precioso a vida, a sua prática deve ser exercida com responsabilidade, honestidade e ética, de forma a empregar todos os ensinamentos e técnicas disponíveis em prol deste bem, respeitando a dignidade da pessoa humana. Entretanto, caso não ocorra, sua conduta deverá ser objeto de responsabilização, com aplicação das devidas medidas cabíveis.

REFERÊNCIAS

NETTO, Felipe Peixoto Braga. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso dia 10 abr. 2016.

BRASIL, Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm> Acesso dia 10 abr. 2016

BRASILIA, **CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA**. A Resolução CFM nº 1.931, de 17 de setembro de 2009. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>>_Acessado em 13 abr. 2016, às 12h50min.

BARRETO, Cássia, MESQUITA, Lília, MANCHESTER, Edla (Assessoria Jurídica). **COMPARATIVO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA CREMEB – Seminário**. Disponível em: <http://www.bahiana.edu.br/upload/COMPARATIVO_CODIGOS_ETICA_MEDICA_CREMEB.pdf>. Acessado: 31 mai. 2016, às 23h00min.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Diferença entre Negligência, Imprudência e Imperícia. Postado por: Editor NJ \ 8 de julho de 2013 \ Disponível em: <<http://www.nacaojuridica.com.br/2013/07/diferenca-entre-negligencia-imprudencia.html>> Acessado em: 14 nov. 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. Vol.7. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FARACO, Marcela. **Direito Médico: o Erro Médico e as ações indenizatórias enfrentadas pelos Médicos e demais profissionais da Medicina**. Disponível em: <<http://marcelafaraco.jusbrasil.com.br/artigos/142894575/direito-medico-o-erro-medico-e-as-acoes-indenizatorias-enfrentadas-pelos-medicos-e-demais-profissionais-da-medicina>> Acessado em: 23 mai. 2016.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; NETTO, Felipe Peixoto Braga. **Curso de Direito Civil-Responsabilidade Civil**. Conforme o Novo CPC.3. ed. revista atualizada- Salvador:Ed.JusPodivm,2016.

FERNANDES, José Nilton Lima. **Erro Médico e Responsabilidade Civil**. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5527>Acessado em 13 jul. 2016,

FRANÇA, Genival Veloso de. **Direito médico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil**. V. III. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. .

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro 4**. Responsabilidade Civil. 10ª ed. São Paulo. Editora: Saraiva, 2015.

HALFELD, Taciana Márcia de Araújo. **Responsabilidade Civil Médica**. Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FADI Curso de graduação em Direito. Disponível em: <<http://www.unipac.br/site/bb/tcc/tcc-8a19f9fa5cad9e7edc518e85752e63df.pdf>>. Acessado em 10 set. 2016.

IGNÁCIO, Aline Letícia. **Responsabilidade Civil Decorrente de Erro Médico**. Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” Faculdade de Direito de Presidente Prudente-SP. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/194/194>>. Acessado: 20 mar. 2016.

MANSUR, Nacime, AYER, Reinaldo. **O médico e a justiça**. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 2006.

MARTIN, Leonard Michael. **O Erro Médico e a Má Prática nos Códigos Brasileiros de Ética Médica**. Disponível em: <http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/462/345> Acessado em 13 out. 2016,

MELO, Nehemias Domingos de. **Responsabilidade Civil por Erro Médico: Doutrina e Jurisprudência**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Daniele Ulguim. **A responsabilidade civil por erro médico**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3580 RT, 2007.> Acessado: 23 mai. 2016.

PANASCO, Wanderby Lacerda. **A Responsabilidade Civil, Penal e Ética dos Médicos**. Editora: Forense, 1984

POLICASTRO, Décio. **Erro Médico e suas Consequências Jurídicas**. Del Rey: 3. ed. Belo Horizonte, 2010.

PORTO ALEGRE, **Conselho Regional De Medicina Do Estado Do Rio Grande Do Sul Código De Ética Médica**: Resolução CFM nº 1.931/2009; Código de Processo Ético-Profissional: Resolução CFM nº 2.023/2013 / Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul - Porto Alegre: Stampa Comunicação, 2014. 64p.; 14 x 21 cm I. Medicina - Ética - Código. II. Título: Código de Processo Ético-Profissional. Disponível em: <http://www.cremers.org.br/pdf/codigodeetica/cem_e_cpep.pdf>. Acessado em: 13 2016, às 12h50min.

PRETEL, Mariana. **Da Responsabilidade Civil do Médico – A Culpa e o Dever de Informação**. OAB-148ª Subseção de Santo Anastácio. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/subs/santoanastacio/institucional/artigos/da-responsabilidade-civil-do-medico-2013-a-culpa-e>>. **Acessado**: 10 de abril de 2016, às 14h00min.

REIS, Camila Coimbra de Oliveira. **Responsabilidade Civil por Erro Médico nas Perspectivas do Médico, do Hospital e do Estado**. 2007. 64 p. Monografia (Especialização em Direito Civil e Processual Civil) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Presidente Antônio Carlos, Barbacena, 2007.

SOARES, Luiz. **História da Medicina**. Publicado em 27 de Janeiro de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t3GewjFoGy0>> Acessado em 10 de Agosto de 2016, às 08h50min

STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil Doutrina e Jurisprudência**. 7ª ed. São Paulo-RT, 2007.

TELLECHEA, Julia Jardim. **Erro Médico e Responsabilidade Civil**: Quando o Médico também é vulnerável. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2013_1/julia_tellechea.pdf>. Acessado: 26 de abril de 2016, às 15h: 15 min.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

*Naiane Ribeiro Bezerra*¹
*Maria Auxiliadora Lisboa Moreno Pires*²

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi relatar as observações e experiências vivenciadas através do Estágio Curricular Supervisionado (ECS) de Matemática, para o Ensino Fundamental, do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na Escola Municipal Faustino Dias Lima, situada em Feira de Santana, Bahia. Este relato é sobre as observações da rotina escolar na unidade de ensino. Constatamos que através das experiências adquiridas no ECS tornou-se de fundamental importância para o processo de formação docente no âmbito escolar, visto que nós futuros professores temos a oportunidade de vivenciar na prática a realidade escolar e dessa forma contribuir para o desenvolvimento profissional do licenciando em Matemática. Tal experiência amplia o significado de atuação profissional para o licenciando, pois complementa toda sua formação acadêmica e assegura a qualidade dessa formação como direito fundamental.

Palavras-chave: Cotidiano escolar. Estágio Curricular Supervisionado. Docência. Formação Inicial.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de relatar observações e experiências vivenciadas na Escola Municipal Faustino Dias Lima no Ensino Fundamental II, contemplando o 7º e 8º ano do turno vespertino, durante o componente curricular Estágio Supervisionado I, do curso de Licenciatura em Matemática, da Universidade Estadual de Feira de Santana, situada em Feira de Santana, Bahia, durante o período de setembro a novembro de 2016, sendo realizadas atividades de observação da rotina escolar.

O Estágio supervisionado é uma exigência da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 nos cursos de formação de docentes, configurando um instrumento de interação entre escola/comunidade/universidade, contribuindo para a formação do futuro docente.

A experiência do estágio supervisionado é fundamental no processo de formação docente, visto que os futuros professores têm a oportunidade de vivenciar na prática a

¹ UEFS, E-mail: bezerra_naianeribeiro@hotmail.com

² UEFS /UCSAL, E-mail: auxpires@terra.com.br

realidade escolar e dessa forma contribuir para o seu desenvolvimento a respeito da área de futura atuação profissional.

O Estágio Supervisionado é a oportunidade de se colocar em prática o que foi vivenciado no percurso da formação, uma vez que, é um período onde se pode analisar e discutir elementos importantes para a escolha da construção da futura prática docente. Sendo que, o estágio é um período de vivência, reflexões e construção de saberes, que é relevante nesse processo de formação inicial. Por conseguinte, o estágio supõe uma relação pedagógica entre quem já é profissional graduado e o futuro profissional em formação.

As seções deste artigo estão organizadas do seguinte modo: a próxima seção, a segunda, intitulada, *Histórico e caracterização do campo de estágio*; na sequência temos, *A importância do Estágio Curricular para a formação docente*; na quarta, *Reflexão e análise do processo de Estágio*, seção na qual apresento os aspectos metodológicos das aulas observadas; na sétima seção, *Relatando experiência vivenciada no Estágio Curricular Supervisionado*, nesta apresento as experiências por mim vivenciadas e as contribuições da mesma para minha formação acadêmica; e por fim as *Considerações finais*.

2 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO

O componente curricular, Estágio Curricular Supervisionado de Matemática I foi realizado na Escola Municipal Faustino Dias Lima (FDL), localizada na Avenida 02, do conjunto Feira VII s/n, Bairro Tomba, Zona Urbana de Feira de Santana.

A escola funciona em todos os períodos com aulas de 50 minutos de duração, sendo Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) pela manhã, Ensino Fundamental I (4º e 5º ano) e Ensino Fundamental II (6º ao 8º ano) à tarde e turmas de Educação para Jovens e Adultos (EJA), no período da noite.

A Escola Municipal Faustino Dias Lima, surgiu da grande demanda das turmas de alunos que concluíam a 4ª série, na Escola Municipal José Raimundo Pereira de Azevedo, que oferecia apenas o Ensino Fundamental I. Atendendo aos pedidos da comunidade local a escola Faustino Lima foi criada e passou a oferecer o Ensino Fundamental II. Os alunos, inicialmente foram transferidos para duas pequenas escolas particulares, alugadas pela Prefeitura, no Bairro Panorama, e que não apresentava estrutura física para comportar o grande número de alunos foram relocados, posteriormente, para a nova unidade escolar, após dois anos de funcionamento de forma precária e muitas reivindicações ao prefeito da

época Sr. José Ronaldo de Carvalho, que aproveitando um terreno ocioso existente no Conjunto Feira VII, construiu o prédio da Escola Municipal Faustino Dias Lima.

A inauguração ocorreu no dia 05 de março de 2005 com a presença de autoridades como governador do Estado da Bahia da época Dr. Paulo Souto, Secretários estaduais e municipais, alunos e professores.

O nome da instituição é uma homenagem que o Prefeito o Senhor José Ronaldo de Carvalho prestou ao Senhor Faustino Dias Lima, por ter uma participação destacada na vida pública no Estado da Bahia e ser o seu mentor na política, tendo exercido, dentre outras funções, o cargo de Secretário de Finanças, da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, durante o período de 1967 a 1971, exercendo, também, o cargo de Secretário Municipal de Administração, no exercício de 1971 a 1972, vinculado à Secretaria da Fazenda do Estado, exerceu os cargos de inspetor Fiscal da Secretaria da Fazenda.

A designação da referida escola se confirma pelo decreto de nº. 6.941, de 02 de maio de 2005. A mesma atende alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e a EJA - Educação de Jovens e Adultos, entre as mais diversificadas disciplinas. É cadastrada no MEC através do número 29441757.

A instituição na sua infraestrutura física conta com oito salas de aula, a área comum para os alunos é composta por um pátio interno, enquanto que o espaço externo tem uma área poliesportiva descoberta e desgastada para os 646 estudantes distribuídos pelos três turnos. Apesar da quantidade de alunos, a escola não conta com refeitório, somente com uma cantina pequena para que a merenda escolar seja distribuída, o que acontece diariamente. O auditório tem a capacidade para aproximadamente 60 alunos, enquanto que o laboratório de informática contém 10 computadores com acesso a internet. A biblioteca não é de livre acesso para os alunos, visto que a mesma se encontra fechada por falta de bibliotecário, repleta de livros, tendo como requisito apenas um cadastro para que se possa usufruir e o empréstimo dos livros ocorre com a autorização dos professores. Já para o laboratório de informática, o docente precisa reservar com antecedência para que o utilize, mesmo que não aconteçam aulas periódicas.

Além dos espaços físicos já citados, a escola possui, a saber, uma sala de coordenação, uma sala de reuniões, uma sala de professores, uma sala de vice direção, uma sala de direção, uma secretária, uma sala de xerox, um almoxarifado, um depósito para lanches, uma cozinha equipada, cinco banheiros e uma sala do projeto mais educação, é importante ressaltar que a escola não possui quadra esportiva e a estrutura física da escola encontra-se degradada.

O relacionamento de pais e professores acontece em reuniões bimestrais, sendo que convites particulares, eventualmente, são expedidos, para tratar de um aluno, em particular.

A direção da escola passou por uma mudança de gestão, onde a atual diretora foi indicada pela Secretaria de Educação no início deste ano letivo, o que acarretou a reconstrução do Projeto Político Pedagógico (PPP). Já o Regimento Interno, foi construído entre a Secretaria de Educação e a Instituição, sendo consultado sempre que necessário para o Conselho de Classe, ou qualquer outra casualidade.

3 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

O Estágio Curricular Supervisionado é uma etapa de grande importância no processo de formação docente, pois tem como finalidade unir o que já foi estudado dentro da universidade, isto é, permite a integração entre a teoria e a prática, adquirindo e aperfeiçoando os conhecimentos e habilidades essenciais no exercício da profissão.

Nóvoa (1995) comenta que, deve-se pensar na formação de professores, englobando as dimensões iniciais e continuadas, podendo articular a Universidade e a Escola, ressaltando a sua carreira profissional, sua competência, a aprendizagem profissional, o currículo e a metodologia do professor.

De fato, percebo que o estágio é uma das possibilidades do aluno conhecer a si mesmo, suas potencialidades, habilidades e competência relacionada à sua futura profissão. Os professores da escola cooperam com seu saber, conhecimento e suas experiências, na convicção de melhorar a qualidade social na escola, já que a escola é uma instituição social que colabora para a formação crítica dos alunos.

O professor evolui profissionalmente na medida em que acontece a troca de experiências com situações vividas no ambiente escolar, ressalto que as experiências não acontecem só no ambiente escolar e com os alunos, mas sim com toda a comunidade escolar que é formada por pais, funcionários, alunos, gestores e outros professores, e nas relações estabelecidas com seus alunos e a si mesmo. Sendo necessário que a formação inicial deste, esteja voltada para as demandas escolares, estreitando os conhecimentos e competências adquiridas para o desenvolvimento deste processo.

Para que o Estágio Supervisionado contribua efetivamente com a formação do futuro professor, Fazenda (1991) afirma que a interação entre teoria e prática tem sua devida

importância na formação do professor, pois possibilitará que haja uma conexão entre a interpretação de conceitos, facilitando um entendimento dos conteúdos, aliando-os à prática, tornando-os de maior entendimento tanto para o docente quanto para seus alunos.

Segundo Andrade (2005, p.1):

Não é suficiente, para ser professor, saber os conteúdos dos manuais e dos tratados; conhecer as teorias da aprendizagem; as técnicas de manejo de classe e de avaliação; saber de cor a cronologia dos acontecimentos educativos; nomear as diversas pedagogias da história. Para ser professor é preciso conhecer sua missão – ajudar os alunos a ver e compreender a realidade, expressar-se e expressar a realidade, descobrir e assumir a responsabilidade de ser elemento de mudança dessa realidade.

Notoriamente, o professor deve ter domínio perante tudo isso que foi posto por Andrade (2005), mas não deve limitar-se a apenas isto, é preciso, também, conhecer e vivenciar a escola, e saber qual o contexto social que a sua escola está inserida, pois desta maneira o professor saberá o público que está atendendo e assim, planejar quais as suas futuras posturas e decisões que colaborem para o avanço do aluno na sua aprendizagem, entretanto, ser professor é mais do que saber as técnicas de manejo do conteúdo, mas sim, saber como transformar as dificuldades encontradas na sala de aula em oportunidades de aprendizado para esses alunos, desta forma é através de situações reais, que o licenciando poderá conhecer, compreender e aplicar na realidade escolhida, a união de teoria e prática, tornando a aprendizagem significativa.

No caso da licenciatura em Matemática, em especial, o educador matemático deve ser capaz de tomar decisões, refletir sobre sua prática e ser criativo na ação pedagógica, reconhecendo a realidade em que se insere. Mais do que isto, ele deve avançar para uma visão de que a ação prática é geradora de conhecimentos.

Nessa linha de abordagem, de acordo com as diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura (Brasil, 2002) o estágio é essencial nos cursos de formação de professores, possibilitando desenvolver: a) uma sequência de ações aonde o aprendiz vai se tornando responsável por tarefas em ordem crescente de complexidade, tomando ciência dos processos formadores; b) uma aprendizagem guiada por profissionais de competência reconhecida.

Contudo, estratégias desse tipo podem auxiliar na busca da superação entre a teoria e a prática no Estágio, visando integrar aspectos entre as mesmas na formação do futuro professor. Em razão disso, no seu processo de formação vai construindo suas ações, com ajuda de profissionais que contribuem consideravelmente neste processo de aprendizagem.

4 REFLEXÃO E ANÁLISE DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Realizei o período de observação na unidade de ensino, em duas salas, uma de 7º ano, e uma de 8º ano regida por uma professora licenciada em Biologia, no turno vespertino, da Escola Municipal Faustino Dias Lima.

Logo no primeiro contato, tive uma excelente recepção vinda das professoras e de todos os funcionários da instituição, trazendo sempre que solicitadas informações pertinentes à sala de aula, assim como todo o cotidiano escolar. Pude observar em duas turmas com realidades diferentes, a começar pelas atitudes da professora e pelo perfil das turmas. Iniciei meu estagio no final III Unidade até a metade da IV unidade devido ao calendário acadêmico da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Na turma do 6º ano foi nítida a rebeldia e falta de interesse dos alunos. A professora usava como recurso para suas aulas apenas o quadro branco e piloto, e o livro didático, em todas as suas aulas, pois os assuntos que a mesma ensinava eram compatíveis com os dos livros da série em questão. Ao conversar com a mesma, essa nos relatou que costumava utilizar jogos de raciocínio lógico como material de apoio de aula. No entanto durante o período em que acompanhei suas aulas, não a vi em nenhum momento utilizando outros materiais didáticos, a não ser livro didático, caderno, quadro branco e piloto.

Atribuimos às dificuldades enfrentadas pela regente, uma vez que a professora não possui a formação matemática necessária para a condução das atividades em relação ao ensino de Matemática. A professora está assumindo um componente curricular na escola que não condiz com sua formação em Biologia. A falta da formação específica compromete o desenvolvimento de atividades, a professora não consegue ter ideias ou até mesmo contato com experimentos aprendidos durante a graduação na área de Matemática. Observamos o esforço da professora na superação das dificuldades e por vezes, a mesma mostrava certa segurança nos conteúdos ensinados em sala de aula.

No decorrer das aulas, a professora continuava a repetir suas aulas, ao chegar à sala, fazer chamada, colocar um resumo no quadro, esperar os alunos copiarem (ou não), e depois verificar e corrigir as atividades propostas era a rotina dessas aulas. Era perceptível o desinteresse dos alunos em prestar atenção na aula ou no que a professora estava dizendo, inclusive numa turma com 37 alunos, poucos deles faziam as tarefas de casa e/ou de classe, até mesmos os que aparentemente se mostrava quietos. Para que seus alunos trabalhassem em grupo, a docente pedia sempre para que eles fizessem uma série de atividade, a qual ela selecionava do livro didático em sala de aula, e quando terminassem passar essa atividade de

caneta em grupo para que pudessem devolvê-la, apesar dos alunos estar disposto em grupos, cada um fazia a sua em seus cadernos.

A realidade da turma do 8º ano, na sala de aula, era outra, diferente. A minha primeira percepção foi a de que os alunos eram extremamente inquietos.

Quando a professora chega à sala de aula é acolhida pelos estudantes. Ao longo das aulas, pude observar que isso era devido ao respeito e ao mesmo tempo medo que eles tinham em relação à professora.

Na primeira aula por mim observada, a professora aplicou uma atividade prática, onde trabalharam em grupo para resolver questões sobre polinômios, e logo após explicaram como chegaram ao resultado. A atividade desenvolvida consistia em montar o quebra cabeça e em seguida encontrar o valor da expressão, lembrando que nesta atividade os alunos não podiam consultar nenhum material didático, a saber, lápis, borracha, caderno, livro, caneta, entre outros.

Na atividade em questão, a professora passava pelos grupos, entregava uma questão envolvendo polinômios, e o resultado era discutido oralmente, após os alunos falarem o resultado à professora iria até o quadro e resolvia a questão junto com eles, para conferir se os resultados encontrados pelos alunos estavam corretos, ao termino dessa fase da atividade, a docente pede que cada equipe retirasse um papel contido numa caixa de sapato, e fizesse a leitura para todos e em seguida apresentasse o resultado. À medida que os alunos iriam falando o resultado, a professora socializava os erros e acertos. No total foram sorteadas dezoito questões, que contemplavam diferentes conteúdos matemáticos.

Nas aulas seguintes, a mesma dava continuidade aos conteúdos da disciplina, a sala sempre disposta em filas, e à medida que lecionava o conteúdo, solicitava que os alunos realizassem atividades selecionadas do livro didático utilizado, como meio de avaliar se os alunos havia compreendido o conteúdo em questão. Já para atividade avaliativa, a docente escolhe o modelo tradicional, a saber, somativo ou classificatório, o qual cria um ambiente competitivo, e o resultado são alunos desmotivados, que estudam em busca de boas notas, quando o ensino poderia estar desenvolvendo muito mais do que isso.

Diante da realidade vivenciada a regente, adotava como modelo de aula o *paradigma do exercício*, pois primeiro ela apresenta ideias matemáticas e em seguida resolve questões sobre o conteúdo ministrado, em seguida auxilia os alunos na resolução dos exercícios propostos por ele, sendo que as questões não eram tão abstratas, o que facilitaria a compreensão dos alunos. Porém percebia que os alunos apresentavam bastantes dificuldades

para responder o exercício, muito deles não resolvia nenhuma das questões propostas pela professora.

Segundo Skovsmose (2008) o *paradigma do exercício* enquadra a estrutura de trabalho usado – aulas teóricas e práticas onde os conteúdos a serem ensinados e aprendidos são para resolver os exercícios formulados. Contudo o papel da professora nas aulas observadas, é expor ideias e técnicas, para em seguida os alunos trabalharem com resolução de exercícios, nos quais vão existir uma e apenas uma resposta correta, neste tipo de abordagem o tipo de material utilizado é o livro didático, nos quais é produzida por autoridades externas a sala de aula.

Skovsmose (2008) em estudos sobre cenários para investigação distingue diferentes tipos de referência, nas quais estão ligadas com a prática desenvolvida em sala de aula: Exercícios ou cenários para investigação, que são constituídos de referências a matemática pura, referências a semi-realidade, e referências a realidade.

A prática desenvolvida nas aulas observadas faz-se referência a matemática pura, no *paradigma do exercício* onde só aparecem questões relacionadas com a matemática pura, como por exemplo: efetue o seguinte polinômio: $(15X - 7Y + 4Z) + (-8Y + 3Z - 9X)$, são questões clássicas da matemática.

Nesse cenário descrito a docente em questão sempre se põe na zona de conforto, em nenhum momento ela se arriscava a convidar o aluno, para que questionamentos apareçam, quebrando o *paradigma do exercício* e saindo da sua zona de conforto.

No entanto a experiência vivenciada no âmbito escolar foi muito produtiva e enriquecedora, pois me deu subsídios para pensar, qual será o meu futuro papel enquanto educadora matemática e perceber qual o melhor ambiente de aprendizagem a ser utilizado em sala de aula, e, portanto é de suma importância saber que meu papel é auxiliar os alunos na construção do conhecimento e não simplesmente reproduzir modelos já esgotados nas salas de aulas tradicionais do ensino da Matemática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência obtida na realização do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado de Matemática I, do curso de Licenciatura em Matemática, foi fundamental para a formação inicial do professor de Matemática. Componentes curriculares que fundamentam, orientam e contribuem para a formação do licenciando são indicados nos

documentos legais que normatizam o funcionamento do curso, bem como o projeto pedagógico do curso de licenciatura em Matemática que construído coletivamente com professores, alunos do curso direcionam as ações para a qualidade efetiva do curso de formação inicial dos professores. Nesse processo o estágio curricular supervisionado tem um importante papel, pois se constitui a espinha dorsal do próprio curso, é o curso acontecendo de modo organizado, planejado, situado com as tendências contemporâneas para uma formação de futuros professores com competências e habilidades que assegurem uma inserção no mundo do trabalho de modo pleno, eficiente e eficaz.

Posso afirmar que através desse processo pude perceber quanto é importante o componente curricular Estágio Supervisionado no curso de licenciatura, em especial para os licenciandos que ainda não regem salas de aulas, pois, tal componente permite aos estudantes da graduação contato direto com a sala de aula, além de proporcionar compreensões relativas às interações acerca da dinâmica da relação entre professor/aluno, aluno/aluno e entre outras, que ocorre no âmbito escolar.

Ao termino deste componente curricular, constato que, conhecer a realidade de uma instituição escolar é de grande importância, o convívio com meus futuros colegas de profissão foram extremamente enriquecedores, pois pude vivenciar a rotina do cotidiano escolar, assim como ter certeza da minha escolha profissional, e repensar minha percepção sobre o ambiente escolar e sobre a própria educação. Tal experiência ampliou o significado de atuação profissional para mim, pois complementa minha formação acadêmica, como também me confere subsídios para entender a importância de uma formação continuada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Arnon M. de. O Estágio Supervisionado e a Práxis Docente. In: SILVA, Maria Lucia S. F. da. (Org.). **Estágio Curricular: Contribuições para o Redimensionamento de sua Prática**. Natal: EdUFRN, 2005. Disponível em: www.educ.ufrn.br/arnon/estagio.pdf. Acesso em: 12 out. 2016.

ANDRÉ, M., LUDKE, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1988. 99p.

BRASIL. Lei n.1.302/2001 de 06.11.2001. Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional para os Cursos de Matemática. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gráfica do Senado seção 1, p.15, março 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES13022.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.

FAZENDA, I. C. A. et al. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. Campinas, SP: Papirus, 1991.

NÓVOA, A. O Passado e o Presente dos Professores. In: **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 2003.

SKOVSMOSE, O. Educação Matemática Crítica. Campinas: Papyrus, 2001.

A FALSA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL

*Evandro Luís Santos de Jesus*¹

RESUMO

O presente trabalho “A falsa proteção das crianças e dos adolescentes durante o início do século XX no Brasil” decorre de estudos e tem como objetivo ilustrar uma singela consideração sobre o tema em comento. Busca enfrentar de maneira sintética a contextualização histórica das vivências de crianças e dos adolescentes em situação de risco pessoal e social no período em análise, descrevendo nos moldes propostos a ambivalência contida nas medidas adotadas pela sociedade para, aparentemente, protegê-los, quando em verdade os punia e protegia de fato era a si mesma deles, violando frontalmente os direitos fundamentais da pessoa humana. A argumentação permitirá a melhor compreensão do fato. Utiliza-se para a investigação, a literatura e a legislação pátria, relacionando-as com as políticas de proteção às crianças e aos adolescentes.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes. Sociedade. Violência.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a falsa proteção das crianças e adolescentes no início do século XX no Brasil e tem como objetivo entender e dar maior visibilidade aos aspectos relativos a tal temática, contribuindo para um debate mais acurado e uma reflexão sobre as ações e omissões do Estado em detrimento dos interesses e necessidades das crianças e adolescentes em situação de exclusão social.

2 A proteção das crianças e dos adolescentes no Brasil no início do século XX

O início do século XX foi marcado pela ocorrência de mudanças significativas na realidade brasileira, tais como o fim da escravidão, a urbanização e o incremento das

¹ Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Graduado em Direito. Professor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia e Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Egresso da UCSAL. Especialista em Operacionalização do Sistema Socioeducativo, pela FACIBA e em Direito Administrativo, pela UFBA. Aperfeiçoamento em Direito, pela Escola de Preparação à Magistratura. E-mail: elsj75@hotmail.com

atividades industriais, sem a devida contrapartida social, comprometendo substancialmente as vidas de crianças, adolescentes e suas famílias desassistidas de políticas reparatórias.

Visualizaram-se em tal momento histórico, as consequências da ausência de ações concretas que buscassem reparar os males produzidos pela exclusão social, fazendo com que muitas crianças e adolescentes passassem a viver nas ruas a amedrontarem os integrantes de pequenos grupos de privilegiados de uma sociedade oligárquica.

Cumprir registrar que tal segmento social recebia um aparente apoio estatal, com implementação de medidas ditas protetivas com a finalidade declarada de cuidar das pessoas que viviam nas ruas, como muitas crianças e adolescentes, mas, em verdade, tais ações eram de fato repressivas e protegiam, em verdade, os setores privilegiados da sociedade à época.

Em que se mensure tal circunstância fática, a reflexão sobre o tema em apreço é matéria obrigatória para a compreensão não apenas das circunstâncias de vida das crianças e adolescentes excluídas socialmente naquela oportunidade, bem como as consequências funestas de tais ações e omissões repercutidas nos tempos hodiernos.

As duas primeiras décadas do regime republicano representaram um período ímpar para a história da urbanização e da industrialização no país.

Alguns fatores contribuíram para que ocorresse o incremento urbanístico e os relativos à industrialização, tais como o fim da escravidão, sem nenhuma política de inclusão, associado à chegada significativa da mão de obra imigrante, resultando numa profunda transformação do quadro social no país (Santos, 2008).

A Cidade de São Paulo, por exemplo, conheceu um crescimento populacional sem precedentes em sua história. Com cerca de trinta mil habitantes em 1870, passaria a abrigar uma população de 286 mil habitantes em 1907 (Santos, 2008).

A multiplicação desenfreada de tais estabelecimentos, sem a implementação de políticas estruturantes não poderia produzir outro resultado que não fosse a ocorrência de uma explosão demográfica, fazendo com que muitas pessoas vivessem em cortiços, ambientes insalubres e sem saneamento, o que favoreceu a ocorrência de pestes, epidemias e mortes.

Diante de tal quadro, não poderia deixar de ocorrer um crescimento significativo do contingente dos excluídos e, dentre estes, os rotulados como “menores” em condição de rua, muitos vivendo em tais espaços, abandonados à própria sorte e/ou azar, praticando atos denominados de “vadiagem” e “gatunagem”, caracterizados como perigosos.

A exclusão leva ainda à vivência do abandono, da recusa e da privação coletiva, em suas várias formas de relação: econômica, social, cultural e política. Pode-se entender como mecanismo de segregação simbólica tratar as crianças e os adolescentes como "menores".

Tal rejeição deste segmento significativo da sociedade remete a uma condição dos seus integrantes de inferioridade, denotando possibilidades restringidas, principalmente no que se refere à expressão de sentimentos, desejos, sonhos e à liberdade de transitar no espaço público.

As crianças e adolescentes em risco social continuam vivenciando situações de violência responsáveis pela legitimação das relações de poder, nas quais o mais vulnerável é subjugado. Tais relações se estabelecem calcadas no abuso de drogas, nas agressões físicas e morais, rejeição, abandono, prostituição e exploração do trabalho infantil (Wanderley, 1999).

Segundo Rizzini (2008), as classes mais abastadas passaram a temer, não apenas as crianças e adolescentes que estavam nas ruas, senão também o fato de que as classes populares pudessem adquirir consciência de sua força coletiva e buscassem os seus direitos, tidos como inexistentes. A leitura de realidade por parte das classes mais abastadas era que estavam diante de uma encruzilhada, qual seja, o incremento do processo civilizatório, ante o aumento da população que traria consigo um povo conhecido pela indolência, pelos vícios, avessos ao trabalho, débeis física e moralmente, além de ignorantes e promíscuos.

No que toca às crianças e adolescentes em situação de rua, muitos se encontravam na prática de atos similares a crimes e contravenções penais, como meio de sobrevivência, obtendo por parte do Governo e da própria sociedade olhares direcionados para tal realidade, num misto de amor e ódio.

É de bom tom salientar que aquelas crianças e adolescentes em situação de rua que viviam da mendicância e da prática de atos similares a furtos e roubos, muitos, ainda, eram prostituídos.

Importa registrar, consoante Rizzini e Rizzini (2004), que os meios de comunicação incrementavam a estigmatização dos adolescentes, pois os denominavam como “gatunos” e “vadios” que perturbavam o sossego das famílias de bem e ameaçavam a estabilidade pública, razão pela qual precisavam ser combatidos pela polícia e/ou institucionalizados, retirando-os do convívio social, em nome da moral e da boa educação que as famílias paulistanas não mais observam nas ruas.

As crianças e os adolescentes, conforme visto, sofriam violências físicas e morais e eram estigmatizados, rotulados como seres menores, diversos dos demais e que precisavam ser retirados do contexto social para não contaminá-lo e, em certos casos quando não praticassem atos infracionais, fossem insertos na pedagogia do trabalho e assim, tornar-se-iam mão-de-obra para as indústrias.

O indivíduo estigmatizado tende a ter crenças maculadas sobre a sua identidade, produzindo efeitos maléficos em relação ao seu desenvolvimento pessoal e social, sem a devida orientação psicossocial. Segundo Goffman (2013), a vergonha de si mesmo se torna uma possibilidade central, passando a ter auto-ódio e auto depreciação, quando frente a frente consigo mesmo.

É evidente que a institucionalização pura e simples, retirando as crianças e adolescentes do convívio com a sociedade, sem políticas públicas que buscassem satisfazer o que de fato precisavam, qual seja, a sua inclusão social, nos moldes em que foi ilustrado até então, ao revés, de trazê-los para o contexto da igualdade inculca nos mesmos a consciência de que eram diferentes, inferiores aos demais concidadãos e que não estavam insertos no mesmo espaço destes.

A infância até então esquecida passou a ser percebida mais detidamente no início do regime republicano, em virtude dos fatores já noticiados.

Os seres invisíveis passaram a ter visibilidade, nos passeios, nas ruas e avenidas das cidades com as suas aparências imundas incomodando os segmentos sociais marcados pela cultura da agressividade e menosprezo pelos seres humanos, principalmente dos negros e pardos, recém libertos da escravização no Brasil.

As ruas passaram a ser o local de sobrevivência em razão da miséria e da fome, bem assim de lazer de crianças, adolescentes e mulheres, excluídos do contexto social.

Digno de nota que as apreensões das crianças e adolescentes encontradas nas ruas, eram recheadas de violência policial, pois além da prisão, eram encarcerados juntamente com criminosos adultos (Rodrigues, 2003).

A Questão social, à época, era definida como uma “questão de polícia” pelo primeiro Secretário de Segurança do País, o Senhor Washington Luís (Santos, 2008), ao invés de ser analisada na real dimensão, buscando visualizar o que produzia tanta desigualdade e os meios para combater tais discrepâncias.

Ainda, no cotejamento das respostas policiais para as questões sociais, em 1890, por intermédio do Decreto n. 847, foi promulgado o primeiro Código da República e, representando a cultura da época, assim dispunha.

Art. 27. Não são criminosos:

§ 1º Os menores de 9 anos (*sic passim*) completos;

§ 2º Os maiores de 9 e menores de 14, que obrarem sem discernimento(...);

(...) Art. 30. Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais (*sic*), pelo tempo que ao juiz parecer, com tanto (*sic*) que o recolhimento não exceda à idade de 17 anos.

Assim, os maiores de 9 anos e menores de 14, que praticassem atos infracionais com discernimento do que faziam, seriam recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz parecesse adequado, contanto que o recolhimento não excedesse à idade de 17 anos.

Além da questão do discernimento, no âmbito da resposta policial, podem ser citadas outras modalidades de violência, dentre as quais, não existia separação na contenção entre meninos e meninas, submetendo as meninas a outros constrangimentos físicos e morais.

Outra violência praticada durante o período analisado tem-se a relativa à rotulação dos indivíduos como “vadios” e “capoeiras”. Estes receberam até um capítulo repressor especial no primeiro Código Penal da República, a seguir evidenciado.

Capítulo XIII -- Dos vadios e capoeiras

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal;

Pena -- de prisão celular por dois a seis meses.

Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Constata-se que existia toda uma repressão contra as pessoas em situação de rua, com uniformidade de tratamento por parte do Estado, com utilização da violência e institucionalização como instrumento de resolução dos problemas sociais, sem considerar que careciam mais de políticas públicas de atenção básica, assistencial e de proteção especial para que pudessem ter oportunidades iguais que não tiveram ao longo de todo o período de escravização neste país do que de repressão.

Os discursos dos juristas da época em comento, por sua vez, contribuíram para a repressão estatal, pois estava em vigor as teorias sobre a criminalidade, com a previsão da intervenção do Estado na recuperação, numa cruzada pela infância, infância esta associada ao crime, inclusive hediondos, gerados a partir do berço ou herança do crime, segundo as suas taras malfazejas.

A violência não era direcionada apenas para as crianças e adolescentes que estavam nas ruas, na medida em que existia uma “democratização” das péssimas condições de vida naquela época da Velha República nas grandes cidades.

A necessidade de incremento dos recursos e de sobrevivência no meio familiar e a cultura da época da pedagogia do trabalho fizeram com que muitas crianças e adolescentes

dos segmentos mais pobres da sociedade, tivessem que começar a trabalhar muito cedo, sem nenhuma proteção especial, sofrendo muitos acidentes e agressões à sua saúde física e psicológica, diminuindo muitas vezes as suas perspectivas na vida.

Além do trabalho infantil, a miséria e a falta de políticas públicas concretas no final do século XIX e início do século XX, fizeram com que muitas crianças fossem internadas, quer seja para tentarem ser salvas da morte pela falta de comida, quer seja para terem alguma oportunidade profissional.

O Estado não assumia a responsabilidade pela institucionalização de crianças em tal período, sendo tal atividade assumida pelas Santas Casas de Misericórdia, que as recebiam, sem identificação dos seus genitores, nas conhecidas rodas dos expostos e assim o fizeram até 1950, quando foram extintas as últimas no Brasil, nas Cidades de São Paulo e Salvador, passando tal atividade a ser assumida pelo Estado (Marcílio, 2003),

Além da roda dos expostos, existiam os Institutos Disciplinares criados pela Lei n. 844/1902, para atenderem os criminosos menores de 21 anos, bem assim os “pequenos mendigos, vadios, abandonados maiores de 9 anos e menores de 14 anos” que lá deveriam ficar até completarem 21 anos (Santos, 2008).

Percebia-se que existia um elevado número de institucionalizações sem que ocorresse a implementação de políticas públicas inclusivas com vistas a combater ou minimizar as condições de pobreza de grande parte da população.

O que se via em verdade, com o incremento da institucionalização de crianças e adolescentes, segregando-os do convívio social, com a sustentação de que o Estado e a Sociedade da época estavam buscando a proteção dos mesmos, era a sociedade e o Estado, por seus representantes, protegendo-se deles. O pensamento social à época oscilava entre assegurar direitos ou se defender dos menores (Amin, 2013).

O que se via, de fato, eram violências (físicas e emocionais, inclusive com a separação da família e da comunidade) praticadas contra crianças e adolescentes menos favorecidas e/ou excluídas socialmente, chanceladas pelo Estado, por intermédio de ações com o aparente manto da proteção, mas que, em verdade, terminavam por reprimir o segmento dito protegido e protegia realmente eram os poucos integrantes da sociedade brasileira.

3 CONCLUSÃO

O crescimento da indústria, do comércio e do mercado de serviços, no início do século XX aconteceu, desconsiderando os direitos básicos de determinados seres humanos (escravos e imigrantes), produzindo o incremento da miséria, da exclusão social e da violência contra vastas camadas populacionais, com prioridade para as crianças e adolescentes, seres em condição peculiar de desenvolvimento.

O sentimento moderno de infância surgiu nas três primeiras décadas, porém não coexistiu com medidas protetivas e implementação de políticas públicas tidas como imprescindíveis para atacar as necessidades sentidas pelo todo social, principalmente o segmento mais carente, fato que precisa ser considerado, com a precípua finalidade de reverter tal contexto histórico e social.

REFERÊNCIAS

AMIN, Andréa Rodrigues. Evolução Histórica do Direito da Criança e do Adolescente. In: MACIEL, Kátia, Coordenadora. **Curso de Direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

Rizzini, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2.ed.rev. São Paulo: Cortez, 2008;

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A infância esquecida: Salvador 1900 – 1940**. Salvador: EDUFBA, 2003;

SANTOS, Marco Antonio Cabral. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del org. **História das crianças no Brasil**. 6.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: B. Sawaia (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes.

A GÊNESE DO TERRITÓRIO E SUA RELEVÂNCIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

*Tatiana Larissa Mendes Sampaio **
Amílcar Baiardi ¹

A importância do estudo sobre o território se deve ao fato da sua vinculação indispensável à configuração do que se entende hoje por Estado, este elemento, o território, é uma das peças chave para que se estabeleçam os requisitos que resultam o Estado, segundo o entendimento doutrinário.

Embora as relações com o território tenham se desenvolvido de formas diversas a depender do Estado em questão (domínio, império, propriedade, direito, uso, etc.), o ponto de convergência entre todos eles é a existência, de um território.

A origem do Estado está, indubitavelmente, relacionada a mudanças no modelo de vida das primeiras comunidades, quando os agrupamentos familiares se desenvolvem e se constituem em grupos maiores que trocam a vida nômade, praticada por milhares de anos em decorrência da necessidade de buscar alimentos, ficando à mercê das condições naturais na batalha pela sobrevivência, pela vida sedentária.

Nos primórdios, quando o homem vivia em dependência absoluta das forças da natureza, a sua principal ocupação era a sobrevivência. A busca pelo alimento foi o condutor do ritmo, das práticas e até da cultura do homem primitivo. A necessidade de sobreviver fortaleceu a ideia da vida em coletividade, onde as possibilidades de proteção e alimentação eram maiores.

A extensão da família, como trânsito a um outro princípio, é, na existência, tanto o simples desenvolvimento num povo, numa nação, que por isso tem uma origem natural comum, como a reunião de coletividades familiares dispersas, seja pela força de um chefe, seja pelo consentimento livre, reunião que é requerida pelas exigências que comunizam ou pela recíproca ação em que elas são satisfeitas²

* Discente do Programa de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e, professora de Ciência Política e Teoria Geral do Estado no Curso de Graduação em Direito, UCSal.

¹ Doutor em Ciências Humanas, Pós-doutor em História da Ciência e da Tecnologia, Professor do Programa de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, UCSal.

² Hegel. Princípios da filosofia do Direito . p. 167

A vida social se desenvolve como fruto de interesses recíprocos, onde a força resultante do trabalho coletivo supriria de maneira mais eficiente as carências básicas dos indivíduos, como um processo natural e histórico, seguindo os ensinamentos da Escola Histórica de Edmund Burke. Neste sentido, sobre o nascimento das cidades, Platão discorre que a cidade é consequência destas insuficiências pessoais em dominar as forças da natureza na luta pela sobrevivência, de acordo com o sistema de carências descrito por Hegel³:

O que causa o nascimento a uma cidade, penso eu, é a impossibilidade que cada indivíduo tem de se bastar a si mesmo e a necessidade que sente de uma porção de coisas; ou julgas que existe outro motivo para o nascimento de uma cidade?⁴

Com o domínio da agricultura, um dos maiores desafios para a sobrevivência foi superado, vez que o homem agora já dispõe de algum controle sobre a natureza com o plantio de alimentos. A agricultura foi a grande responsável pela mudança no sistema de vida e também pela noção de propriedade da terra. Esta, ganhando cada vez mais importância, agora denominada território, ao ápice de ser elencada como elemento indispensável para configuração do Estado.

Segundo o professor Baiardi, a evolução da sociedade principiada com a agricultura conduz à superação dos vínculos do sangue, nos grupos ampliados – cidades. Para as comunidades menores ele continua tendo relevância.

... a Sociedade – aqui definida como o agrupamento humano que se forma e se os laços de sangue e nem os de religião – evolui, saindo do plano do clientelismo e do personalismo, próprios de uma sociedade com resíduos de patriarcalismo e patrimonialismo, para ingressar no plano da impessoalidade e do equilíbrio⁵ mantém após o estado da natureza e no qual não mais prevalecem

O elemento geográfico “terra” por seu turno não se confunde com o elemento jurídico “território”, embora tenham sido usados como sinônimos em diversas ocasiões. Intentaremos neste esboço apresentar alguns aspectos que fundamentam tal distinção e corroboram com a ideia da necessidade do reconhecimento deste elemento indispensável do Estado, mas indo mais avante no sentido de estender a noção de território a outros entes que não os Estados, ou seja, por ser elemento definidor da nacionalidade – todas as nações dentro de um Estado fazem jus ao seu território, atribuindo-lhes assim todas as prerrogativas que lhe são inerentes.

³ Fabio Brych. Filosofia do Direito: uma introdução ao pensamento político de Hegel.

⁴ Platão. A República. P. 70

⁵ Baiardi. Estado e sociedade no controle das despesas governamentais: uma nova gestão contemporânea. P. 231

1 O SIGNIFICADO DE TERRITÓRIO NA LITERATURA CLÁSSICA

A origem do território está intimamente ligada ao surgimento da propriedade, embora os primeiros grupos sociais não se considerassem “donos” da terra, faziam uso dela e a defendiam contra invasores, a posse era mantida de acordo com a potencial capacidade de sua defesa. A sacralidade da terra retarda muito a percepção da propriedade imobiliária, segundo Gilissen⁶:

O solo é sagrado, divinizado; ele é a sede de forças sobrenaturais. Um laço místico, por vezes materializado por um altar, existente entre os homens e os espíritos da terra, e também com os mortos, os antepassados enterrados neste solo.

...

O chefe, de resto, não deve ser considerado como o proprietário do solo; posse da comunidade, as parcelas são repartidas pelo chefe entre as famílias, geralmente por um curto lapso de tempo. Não existe apropriação por prescrição aquisitiva; qualquer que seja a duração da detenção de uma parcela, ela deve sempre retornar à comunidade. Não há terras vagas.

O Direito antigo não distinguia posse de propriedade, posteriormente os romanos o fizeram criando a Teoria da Posse, embora neste momento esta conceituação não seja fundamental ao nosso propósito, a exemplo a afirmação de Hegel sobre o surgimento da propriedade como sinônimo de posse:

Que a coisa pertença àquele que foi cronologicamente o primeiro a tomar posse dela é uma regra supérflua que se compreende por si mesma, pois um segundo não poderia tomar posse do que já é propriedade de outro.⁷

Ainda em Gilissen vemos que o processo de sedentarização generaliza a tomada da posse da terra de modo cada vez mais permanente, porque no momento anterior, enquanto o nomadismo ainda era a regra, os rebanhos (que eram comunitários) faziam com que as pastagens fossem consideradas como pertencentes ao grupo – ainda que temporariamente.

Na República platônica não há qualquer referência à formação do território, ele apenas trata da cidade já formada, sua construção, administração e governo, dentre outros.

Começarei por tentar convencer os chefes e os soldados, em seguida os outros cidadãos, de que tudo o que lhes ensinamos, educando-os e instruindo-os, tudo aquilo de que julgamos ter o conhecimento e a experiência, não passava, por assim dizer, de sonho; que, na realidade, eram então formados e criados no seio da terra, eles, as suas armas e tudo o que lhes pertence; que, depois de os ter formado inteiramente, a terra, a sua mãe, lhes deu a luz; que, por isso, devem considerar a região que habitam como a sua mãe e ama, defendê-la contra quem a atacar e tratar os outros cidadãos como irmãos, filhos da terra como eles⁸.

⁶ Gilissen. Introdução histórica ao Direito. P. 45

⁷ Hegel. Op. Cit. P.51

⁸ Platão. Op. Cit. Págs.15-46.

E continua:

Sócrates — Portanto, um homem une-se a outro homem para determinado emprego, outro ainda para outro emprego, e as múltiplas necessidades reúnem na mesma residência um grande número de associados e auxiliares; a esta organização demos o nome de cidade, não foi?⁹

Na Política aristotélica se estabelecem diversos critérios para a fundação da cidade (localização, tamanho, relações comerciais, segurança, etc), porém não há referência à aquisição do território. Como se o território fosse imanente do Estado, importando mais sua dimensão e localização do que seu significado.

Quase o mesmo é o que deve ser dito de seu território. A medida mais conveniente é, sem dúvida, a que satisfaz mais do que suficientemente às suas necessidades, consistindo a suficiência em tirar de seu solo todo o necessário e não haver falta de nada. Assim, o território será fértil em todo gênero de produção e extenso o bastante para que seus habitantes possam nele viver livremente e à vontade, contendo-se nos limites da temperança¹⁰.

A aquisição do território (como qualquer outra propriedade) se dá pelo uso que é feito da terra, de acordo com Moraes¹¹ a valorização do espaço ocupado pelo homem, através de suas interferências, agregam valor ao solo, mudam a paisagem, num processo cumulativo.

Tal teoria é inaugurada por Locke, atribuindo o direito de propriedade àquele que, empregando seu esforço e trabalho, faz uso da coisa, ou seja, se apropria, com o consentimento tácito dos demais.

Aquele trabalho estabeleceu uma distinção entre eles e o bem comum; ele lhes acrescentou algo além do que a natureza, a mãe de tudo, havia feito, e assim eles se tornaram seu direito privado.¹²

Ainda em Locke encontramos a explicação de que a demarcação dos primeiros territórios estava baseada no consenso entre os vizinhos, que acordavam sobre o estabelecimento das fronteiras:

Mas à medida que as famílias aumentavam e a indústria ampliava suas reservas, suas posses se ampliaram segundo suas necessidades; mas isto não vinha acompanhado, em geral, da propriedade permanente das terras de que se serviam os interessados, até que um dia eles se uniram, estabeleceram-se em conjunto e construíram cidades; então, por consentimento, pouco a pouco começaram a fixar as fronteiras de seus diferentes territórios, entraram em acordo sobre os limites entre eles e seus vizinhos e, através de leis internas, estabeleceram as propriedades dos membros daquela sociedade¹³.

⁹ Idem. P. 71

¹⁰ Aristóteles. A Política. P.53

¹¹ Antonio Carlos Robert Moraes. Bases da formação territorial do Brasil. Págs. 17-21

¹² Locke. Segundo Tratado sobre o governo civil. P.42

¹³ Idem, p. 45

Após a fixação num determinado espaço geográfico, com as ações e eventos que criam uma identidade, acrescida de um grande número de elementos para a identificação daquele povo que pertence àquele lugar, o território vai ganhando maior relevância no sentido de condição definidora de pertencimento.

Acreditamos que as condições geográficas são influenciadoras diretas no processo de desenvolvimento de um determinado povo, pois na maior parte das comunidades habitantes de regiões inóspitas ou com grandes adversidades, o homem tem que desenvolver tecnologias para superar tais adversidades e, conseqüentemente, sobreviver.

Diametralmente oposta é a condição de desenvolvimento de povos de regiões agradáveis e com abundância de víveres, onde não há necessidade do despendimento de grande força para se sobrepor à natureza, gerando assim pouca tecnologia para tal intento, a exemplo trazemos os povos indígenas das regiões isoladas no Brasil, que por ter solo fértil, clima ameno, fartura de fauna e flora cria a condição propícia ao baixo desenvolvimento de tecnologias que os coloca numa condição semelhante ao período neolítico, onde o uso dos metais ainda era desconhecido. Nesse sentido já observava Montesquieu:

O calor do clima pode ser tão excessivo que o corpo estará completamente sem forças. Então o abatimento passará para o próprio espírito; nenhuma curiosidade, nenhuma iniciativa nobre, nenhum sentimento generoso; as inclinações serão todas passivas; a preguiça será a felicidade; a maioria dos castigos serão mente difíceis de suportar do que a ação da alma, e a servidão menos insuportável do que a força de espírito necessária para conduzir a si mesmo¹⁴.

...

Os legisladores da China tiveram dois objetivos: quiseram que o povo fosse submisso e tranqüilo e que fosse trabalhador e industrial. Pela natureza do clima e do solo, ele tem uma vida precária; só se garante a vida com muita indústria e trabalho. Quando todos obedecem e trabalham, o Estado está numa boa situação. A necessidade e, talvez, a natureza do clima deram a todos os chineses uma inconcebível avidez pelo lucro; e as leis não pensaram em freá-la¹⁵.

No tocante à visão sociológica podemos perceber a existência da relação direta da vontade (determinação) com a produção cultural para o estabelecimento e reconhecimento de um território, pois ainda que inicialmente a eleição de um território se deva a elementos objetivos, como adequação da localização, fontes de água, possibilidade de defesa, entre outros, posteriormente a permanência se dá em decorrência de elementos subjetivos, como o apego à terra, crenças e referências sagradas com aquele solo e a cultura, tomando-se por fundamento Barbosa:

¹⁴ Montesquieu. O Espírito das leis. Livro XIV, cap. II, p. 107.

¹⁵ Idem. Livro XIX, cap. XX, p.148

Cada grupo social é portador de signos de referência e códigos sociais inseridos em determinados territórios. Podemos dizer que o território é um espaço/tempo demarcado por intencionalidades humanas, cujas identidades possuem fluxos de correspondência e intensidades plurais, principalmente no tocante a afirmação individual e de grupos na sociedade urbana.¹⁶

Para a conceituação no campo geográfico para Fernandes, o termo possui um significado multidimensional que decorre da transformação do espaço através da intencionalidade das relações sociais estabelecidas:

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades *composicionais e completivas* dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade.¹⁷ (grifos do autor)

Na análise de Milton Santos o território é configurado, dentre outras, pela paisagem e o espaço, importando mais o uso que é feito pelo homem destes espaços e as interferências nele realizadas.

Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico¹⁸.

Na doutrina da teoria do Estado, o território é elemento essencial para a configuração do Estado, juntamente com o povo e o poder. Tradicionalmente sem o território estaremos diante de uma nação, e não de um Estado, neste sentido se pronunciaram Dallari, Bonavides, Azambuja, Bastos, dentre outros doutrinadores pátrios.

O território ultrapassa a ideia de espaço geográfico e alcança o status de elemento caracterizador da nacionalidade. Ou seja, ter um espaço geográfico que fosse ocupado por um determinado povo seria fundamental para a sua caracterização enquanto nação – não apenas os elementos culturais, históricos, religiosos, normativos.

¹⁶ Jorge L. Barbosa . Cultura e território como política pública.

¹⁷ Bernardo M. Fernandes. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.

¹⁸ Milton Santos. A natureza do espaço. P. 83

Para Oliveira¹⁹: “Nas últimas décadas do século XX o território deve ser visto como um patrimônio da nação, e não a sua razão de ser. A partir da re-imaginação da identidade nacional em nova base, multifacetada e multiétnica.”

Ainda segundo o autor, o território é um dos fundamentos sobre o qual se constrói a identidade política.

O processo de construção identitária se perfaz no desenrolar da história, do contexto individualizado em cada grupo. O espaço geográfico ganha assim características únicas, que podem desenhá-lo num determinado período

Em face deste equacionamento, a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um *território*. Este envolve a relação de uma sociedade específica com *seu* espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial²⁰.

2 TERRITÓRIO E IDENTIDADE NACIONAL

A ideia da nacionalidade surge a partir do surgimento das primeiras sociedades, o pertencimento ao clã/ tribo representa a própria sobrevivência e no evoluir histórico, a atribuição de uma série de prerrogativas, a exemplo dos cidadãos atenienses e romanos.

A cidadania ateniense equivale ao conceito de nacionalidade, até porque se trata de uma cidade-estado, onde os cidadãos eram detentores de poderes exclusivos, diferentemente da população restante.

O direito de julgar e deliberar cabe a todos ou apenas a alguns, e isso sobre todas as matérias, ou somente sobre algumas. Por aí se pode ver a quem convém o nome de cidadão em cada lugar. É cidadão aquele que, no país em que reside, é admitido na jurisdição e na deliberação. É a universalidade deste tipo de gente, com riqueza suficiente para viver de modo independente, que constitui a Cidade ou o Estado. Comumente, o costume é dar o nome de cidadão apenas àquele que nasceu de pais cidadãos. De nada serviria que o pai o fosse, se a mãe não for. Em alguns lugares, vai-se ainda mais longe, até dois avôs ou a um grau maior²¹.

A nação é uma realidade sociológica. É uma entidade de direito natural e histórico. Conjunto homogêneo de pessoas ligadas entre si por vínculos permanentes de sangue, idioma,

¹⁹ Ivan Tiago M. Oliveira. Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil. P. 59

²⁰ Moraes. Op. Cit. P.17

²¹ Aristóteles. Op. Cit. P. 29

religião cultura e ideais.²² No âmbito jurídico, é a detentora da soberania e possuidora da autodeterminação.

O conceito de nação nasceu como uma criação artificial, com o surgimento dos primeiros Estados nacionais, fortalecido no séc. XVIII para simbolizar a unidade popular nas lutas contra o absolutismo.

Reale define desta forma a nação enquanto representação do espírito que agrega um determinado povo por força de vínculos muito mais duradouros e fortes:

A Nação é uma realidade, não é uma noção artificial, nem uma simples ficção política. Existe como uma formação cultural histórica. Ao contrário do que diz Jellinek, ela possui uma realidade exterior, resultante de fatores múltiplos, de ordem econômica, racial, lingüística, religiosa, etc., mas sobretudo de ordem histórica, por todos esses laços sutis e fortes que ligam os homens estabelecidos em um mesmo território com uma comunhão de usos e costumes. Representa, pois, também, um valor de ordem espiritual, que Renan viu renovar-se perenemente como um “plebiscito de todos os dias.”²³

E continua:

Devido ao fato inegável da Nação constituir uma realidade, o grau mais alto de integração social até hoje alcançado convivência humana, e ao fato não menos importante de que a Nação já contém em esboço ou em forma latente a personalidade estatal, que só se torna completa mediante o ordenamento jurídico, é que se costuma dizer que a Nação é titular da soberania.²⁴

Para Maluf os fatores subjetivos são preponderantes para o estabelecimento do conceito de nação, e esta é uma entidade de direito natural e histórico.

Como se vê, sobre os fatores objetivos concorrentes preponderam no conceito de Nação, os fatores subjetivos, mais ou menos imponderáveis. Com efeito, a humanidade compõe-se de um conjunto de grupos distintos, os quais se localizam em certas e determinadas regiões do globo terrestre. Fatores éticos, étnicos, históricos, geográficos, políticos, econômicos, etc., determinam esses agrupamentos e lhe dão continuidade. A sua permanência demorada em determinada região acaba por imprimir nos indivíduos particularidades somáticas e psíquicas que os distinguem dos outros grupos humanos. O clima, a alimentação, a água, o próprio cenário geográfico no seu conjunto, se encarregam de esculpir a alma e o corpo dos elementos humanos, imprimindo-lhes esses caracteres psicofísicos comuns que identificam uma raça e configuram uma personalidade coletiva. A homogeneidade do grupo cria aquela *solidariedade dos semelhantes* a que alude Spencer; estabelece um *parentesco espiritual*, na expressão de Hauriou, determinando uma sólida comunhão de idéias, de sentimentos e de aspirações, a par do apego ao torrão natal.²⁵ (grifos do autor)

²² Eva M. Lakatos. Sociologia geral, p. 366.

²³ Miguel Reale. Teoria do Direito e do Estado, p.172-173. No mesmo sentido Guilherme P. de Moraes. Direito Constitucional: Teoria do Estado, p.12 e Marcelo Figueiredo. Teoria Geral do Estado, p.38-39.

²⁴ Reale. Op. Cit.. 135

²⁵ Sahid Maluf. Teoria geral do Estado, p. 32.

Na opinião de Bonavides a nação é um conceito plurisignificante, segundo o conceito voluntarístico baseado em princípios de ordem moral, cultural e psicológica, independente da presença de todos os elementos caracterizadores, dos quais o mais importante é a língua sem a qual a comunicação e a transmissão da cultura é pouco eficiente. De acordo com Mancini, estabelece o princípio que “toda nação tem direito de tornar-se um Estado”²⁶

Para Mancini a nação é “*una società naturali di uomini, da unità di território, di origine, di costumi e di língua, conformata di vita e di coscienza sociale.*”²⁷

Decorre deste conceito a organização do próprio Estado e a sua relação com os grupos internos. Se tomado por fundamento o conceito naturalístico de raça a estrutura nacional será baseada em princípios excludentes e racistas.

De acordo com o pensamento de Fischbach²⁸ as minorias deverão estar protegidas sob o manto da Norma Fundamental, que disporá de relativa autonomia cultural dentro do Estado ao qual estão politicamente unidas.

Háblase de Estado nacional, cuando el Estado y la nación coinciden. Si en un Estado se agrupan individuos pertenecientes a diversas nacionalidades, se habla de Estados de nacionalidades (por ejemplo, Checoslovaquia). Especial importancia há adquirido actualmente, desde la guerra mundial, la cuestión de las < minorias nacionales >. La mera opresión de las minorías por la fuerza no debe juzgarse desde el punto de vista del derecho, sino desde el de la moral, porque la protección eficaz de aquéllas solo puede emanar de una organización superestatal.

A importância do conceito de nação para Dallari, se traduz na necessidade da maior integração do povo de um determinado Estado com o objetivo da redução dos conflitos decorrentes da diversidade étnica e cultural existentes nos Estados plurinacionais.

Esse plurinacionalismo, significando a existência, dentro do mesmo Estado, de grupos sociais claramente distintos por sua cultura e por seus costumes, tem influência sobre a organização do Estado, que procura a unidade jurídica respeitando os valores fundamentais do homem, devendo, assim, conciliar a igualdade jurídica e a diversidade cultural.²⁹

Como se pode perceber após a amostragem dos mestres, a nação está ligada ao território, precisa dele para estabelecer suas bases, formar seus vínculos, sua história, neste sentido Oliveira afirma que o território desempenha papel basilar na construção da identidade nacional³⁰ e o “sentimento de pertencimento a uma comunidade política é formado a partir de “comunidades imaginadas”, pensadas no coração administrativo da nação”.

²⁶ Paulo Bonavides. Ciência Política, p.79-86.

²⁷ Pasquale Mancini. Diritto Internazionale, p.21

²⁸ Oskar G. Fischbach. Teoría general del Estado, p. 106-108.

²⁹ Dallari. Elementos de Teoria Geral do Estado, p. 136

³⁰ Oliveira. Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil. p.54

Ainda segundo o autor, o território, e não a sociedade, é traço definidor da nacionalidade, quando analisa as condições da monarquia e da escravidão no Brasil as quais moldaram o discurso identitário.

A necessidade da tolerância nacional para Brito³¹ é fundamental no reconhecimento da existência de uma realidade pluriétnica no Estado, já que a homogeneidade, segundo ele, é um mito forjado pelo surgimento dos Estados nacionais absolutistas que suprimiram os grupos étnicos, criando assim a ideia de unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualidade nos impulsiona a reavaliar o papel do território, este elemento fundamental do Estado é também elemento essencial para o exercício da cidadania, pois aquele que pertence a um determinado lugar tem o dever de participar ativamente nas decisões sobre a condução administrativa do mesmo.

Gomes³² analisa a importância da relação do território com a cidadania e a utilidade do entendimento de como as disputas territoriais contribuem para o seu exercício, para ele:

A cidadania não é, portanto, simplesmente uma representação dos indivíduos dentro do Estado-Nacional, e, sem dúvida, um fenômeno muito mais complexo que incide no quadro da dinâmica territorial cotidiana da sociedade, Assim, se estas diferenças existem, elas não são sinalizadas apenas pelo vago sentimento de nacionalidade em relação ao Estado, elas são vividas cotidianamente e referidas ao quadro territorial imediato onde deixam marcas, onde inscrevem seus códigos territoriais (de acesso, de hierarquia, de valorização, etc.). As discussões sobre cidadania e a democracia não podem portanto ignorar mais que estas noções possuem uma dimensão espacial ontológica e fundadora.

A identidade nacional advém desta multiplicidade de fontes, construída ao longo da trajetória histórica de cada povo num processo contínuo e inacabado que, neste contexto do novo papel do Estado desenhado pela formação das federações de Estados, no irreversível encaminhamento para a formação da comunidade global, assume papel relevante para o fortalecimento da ideia do nacionalismo legítimo.

Nacionalismo este que não se restringe a uma bandeira, antes é o reflexo da ligação de um povo às suas origens, as quais são construídas dentro de um espaço geográfico específico – o seu território. Como foi explanado anteriormente, é o território um dos fatores

³¹ Antonio José Guimarães Brito. Estado nacional, etnicidade e autodeterminação. In: Elementos de antropologia jurídica. P 59-73

³² Paulo C. da Costa Gomes. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: O exemplo canadense.p.50

determinantes dos comportamentos de um povo, porque como foi dito, as práticas e muitos dos costumes de um povo surgem como necessidade da adequação/domínio da terra e, posteriormente se incorporam à cultura popular.

Retirar um povo do seu território, ou as interferências externas ao povo para regular o uso do território (sob os mais diversos aspectos) é um atentado contra a própria nacionalidade e não deve ser tolerado.

A percepção da multinacionalidade é medida necessária para os Estados que, como o Brasil, são compostos por várias nações, para que haja o efetivo reconhecimento das mesmas e a respectiva atribuição dos direitos a elas inerentes, em especial o direito ao território próprio dentro do território federal.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch, Baby Abrão. São Paulo: Nova cultural, 2000. (Os pensadores)

AZAMBUJA. Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 26. ed. Rio de Janeiro: Globo, []

BAIARDI, Amílcar. Estado e sociedade no controle das despesas governamentais: uma nova gestão contemporânea. In: RINGEL, S. (org.) **Abordagens gerenciais no mundo contemporâneo**. Salvador: Quarteto, 2013.pags 231-245.

BOBBIO, Norberto. *et al.* **Dicionário de Política**. 11.ed. Brasília: UNB, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed rev. Atual. 11ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2002.

BRITO. Antônio José Guimarães. Estado nacional, etnicidade e autodeterminação. In: COLAÇO, Thaís Luzia(org.). **Elementos de Antropologia Jurídica** Florianópolis: Conceito Editorial, 2008. Págs. 59-73

BURNS. Edward McNall. **História da civilização ocidental**. Trad. L. Machado. 3. Ed. 4ª reimp. Porto Alegre: Globo, 1975.

CASTRO. Flávia Lages de. **História do Direito**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 20. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1998.

ENGELS. Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Ciro Miranda. São Paulo: Escalada, []

FISCHBACH, Oskar Georg. **Teoría general del Estado**. Trad. Rafael Bueno Tapia. Buenos Aires-Barcelona:Editorial Labor,1929.

GILISSEN, John. **Introdução histórica ao Direito**. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich.**Princípios da filosofia do Direito**. Trad.

JONAPA, Francisco Javier Juarez. **Teoria General del Estado**. Tlalnepantla, Estado de México: Red Tercer Milenio, 2012.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1985.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Rio de Janeiro:Vozes.[]

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. 15. ed.rev. atualizada pelo prof. Miguel A. Malufe Neto. São Paulo: Sugestões Literárias, 1984.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Trad. Jean Melvilla. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Obra-prima de cada autor – série ouro)

MORAES, Guilherme Penã de. **Direito Constitucional: Teoria do Estado**.2 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

MORAES. Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

Orlando Vitorino. São Paulo : Martins Fontes, 1997.(Clássicos)

PLATÃO. **A República**. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Os Pensadores)

REALE, Miguel. **Teoria do Direito e do Estado**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SANTOS. Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec,1997.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José L. Bolzan de. **Ciência política e teoria do estado**. 5. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

Referências virtuais

BARBOSA, Jorge L.. **Cultura e território como política pública**.Disponível em : http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/arquivos_noticias/File/artigo%20cultura%20e%20teritorio.pdf Acessado em 03/02/2014

BRYCH,Fabio . **Filosofia do Direito: uma introdução ao pensamento político de Hegel**. Disponível em: </http://www.ambito-

Juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2602>. Acessado em 31/03/2016

FERNANDES, Bernardo M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Disponível em: <http://osal.clacso.org/espanol/html/documentos/Fernandez.doc>. Acessado em 03/02/2014

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: O exemplo canadense.** Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/02_5_gomes.pdf. Acessado em 26/05/2016

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios À Multiterritorialidade.** Disponível em: // <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acessado em 31/05/2016

MANCINI, Pasquale I. **Diritto Internazionale.** Roma: Unione Tipografica Manuzio, 1905. Disponível em: //<https://archive.org/stream/dirittointernaz00piergoog#page/n5/mode/2up> Acessado em 30/05/2016.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil.** Disponível em: // <http://www.urutagua.uem.br/015/15oliveira.htm> Acessado em 26/05/2016.

A IMPORTÂNCIA DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA DO PLANO DE SAÚDE PÚBLICA CONCERNENTE AO PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

*Vanessa Mascarenhas de Araújo*¹

RESUMO

Esse artigo objetiva demonstrar a necessidade da eficácia e da eficiência do Plano de Saúde Pública referente ao Projeto Nacional da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte em prol do Bem-Estar da população local da área de influência do respectivo empreendimento. Propõe suscitar a reflexão do Projeto UHE Belo Monte à luz das Expressões do Poder Nacional, com ênfase não somente na Expressão Política e Econômica, mas também na Expressão Psicossocial, sobretudo no que diz respeito à garantia do direito à saúde em decorrência dos impactos ambientais negativos ocasionados pela construção da represa sobre este, tais como exacerbação, dispersão ou introdução de doenças e agravos de saúde, principalmente, as doenças de transmissão hídrica, as transmitidas por vetores que proliferam na água e as predispostas pela migração. Constata-se que a construção da Hidrelétrica de Belo Monte é um Objetivo de Estado (OE) que está voltado ao Objetivo Fundamental (OF) Progresso, e também ao bem-comum. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, norteada por fontes bibliográficas que embasaram os seguintes conceitos: projeto UHE Belo Monte; direito à saúde; Expressões do Poder Nacional; Objetivo Nacional; ações políticas e estratégicas; eficácia e eficiência.

Palavras-chave: Saúde Pública. Projeto Belo Monte. Política. Objetivo Nacional. Poder Nacional.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the need for Public Health Plan's effectiveness and efficiency regarding the Belo Monte Hydroelectric Dam National Project, on behalf of the welfare of the local population from the influence of the respective project. It proposes raising the reflection of Belo Monte Dam Project in light of the Expressions of National Power, with emphasis not only on the Economic and Policy expressions, but also in psychosocial expression, particularly with regard to guaranteeing the right to health as a result of the negative environmental impacts caused by the construction of the dam on this, such as exacerbation, dispersion or introduction of diseases and health disorders, especially the waterborne diseases, vector-borne proliferating in water and the predisposed by migration. It notes that the construction the Belo Monte Hydroelectric Dam is a State Objective which faces the Progress' Fundamental Objective, and also the welfare of the human person. It is a qualitative research, guided by bibliographical sources that supported the following concepts: Belo Monte Dam Project; right to health; Expressions of National Power; National Goal; policies and strategic actions; effectiveness and efficiency.

Keywords: Public Health. Belo Monte Project. Policy. National Goal. National Power.

¹Mestranda em Direito Público pela Faculdade de Direito da UFBA. Pós-graduanda em Direito Processual Civil pela UCSAL. Especialista em Política e Estratégia pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Delegacia da Bahia, ADESGBA/Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Membro do grupo de pesquisa Processo Constitucional e Direitos Fundamentais da UCSAL certificado pelo CNPq. Advogada Monitora do Serviço de Apoio Jurídico da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

1 INTRODUÇÃO

Ao mesmo tempo em que se identifica a relevância da execução do projeto da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo no cenário nacional atual, percebe-se a importância da eficiência e da eficácia do seu respectivo Plano de Saúde Pública para prevenir e controlar impactos ambientais gerados sobre a saúde da população da área de influência da construção do referido empreendimento.

Conforme destaca a Norte Energia (2011)², empresa responsável pela construção da represa, o projeto UHE Belo Monte é estruturante para a política nacional de expansão da geração de energia elétrica, de modo a satisfazer, nos próximos anos, o imperativo da modicidade tarifária e a segurança energética do país. Trata-se, pois, de um projeto de grande vulto e que precisa ser executado juntamente com demais ações estratégicas que venham a mitigar os impactos ambientais negativos ocasionados no decorrer dessa execução, a fim do Poder Executivo “aliar o máximo de eficácia ao mais alto nível ético, tanto na identificação e estabelecimento dos objetivos, quanto na sua conquista e manutenção” (ESG, 2014, p. 13).

Dessa forma, a questão norteadora deste presente estudo foi a seguinte: o projeto UHE Belo Monte está sendo executado à luz da Expressão Psicossocial do Poder Nacional? Parte-se da hipótese de que apenas a Expressão Econômica esteja sendo considerada na execução desse projeto; outra suposição é a de que, tanto o Poder Público, quanto o empreendedor responsável pela execução do projeto estejam estabelecendo medidas para mitigar ou compensar os impactos ambientais sobre a saúde da população.

Nesse sentido, o presente trabalho de pesquisa teve como objeto de estudo o Plano de Saúde Pública concernente ao projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte, de modo a demonstrar a importância da sua eficácia e da sua eficiência, haja vista a sua finalidade: fortalecer os serviços da rede de saúde municipal da área de influência da usina hidrelétrica através de parcerias com gestor municipal, estadual e federal.

A pesquisa teve como base teórica principal a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) no tocante aos conceitos Objetivos Nacionais (ON), Expressões do Poder Nacional, ações políticas e estratégias, somada a revisão literária jurídica no que diz respeito ao conceito direito à saúde, além de outras fontes teóricas que embasaram os termos eficácia, eficiência e o projeto UHE Belo Monte.

² Constante no documento **Usina hidrelétrica de Belo Monte. Conhecendo a UHE Belo Monte**. Brasília.

2 PROJETO UHE BELO MONTE À LUZ DO PODER NACIONAL

O projeto UHE Belo Monte foi retomado pelo Governo Federal após autorização do Congresso Nacional mediante Decreto Legislativo N.º 788/2005³, com vistas a promover o setor energético brasileiro, e, conseqüentemente, a fortalecer o desenvolvimento socioeconômico do país quando do Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte. Através desse projeto nacional, o governo acrescentará mais de 11 mil megawatts (MW) de capacidade instalada à matriz energética nacional (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2011).

Segundo Norte Energia (2011), o sistema energético brasileiro é atendido fundamentalmente pela geração hidrelétrica, correspondendo ao percentual de 80% (oitenta por cento), sendo complementado por usinas térmicas e fontes alternativas, como energia eólica e biomassa. Para o referido consórcio, a hidroeletricidade é a fonte energética que oferece condições mais favoráveis para promover o crescimento socioeconômico, “em termos de custo (competitividade econômica), viabilidade ambiental, baixo índice de emissão de gases do efeito estufa e confiabilidade no suprimento” (NORTE ENERGIA, 2011).

Em verdade, a importância do aludido projeto reflete no crescimento das economias, que exige uma maior utilização de energia pelas indústrias e pelo comércio, motivando a nação investir em novas fontes energéticas para não estagnar o avanço econômico (AMADO, 2014). De acordo com a Eletrobrás (2009), o Governo Federal tem planos de produzir mais energia até o ano de 2030, sendo que o projeto Belo Monte integra um desses planos, bem como representa 5,5% (cinco e meio por cento) do que o Brasil precisa atualmente. Ademais, a sua retomada deve-se a um dos objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), programa criado em 2007 pelo Governo Federal, cujo objetivo foi promover “a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.”⁴

Ante o exposto, e embasando-se na doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), verifica-se que, o referido projeto se insere nas Expressões do Poder Nacional, precipuamente na Expressão Política, vez que se trata de um projeto que está em atendimento à Vontade Nacional; na Econômica, vez que busca satisfazer as necessidades vitais da população, além

³ Autoriza o Poder Executivo a implantar o Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte, localizado em trecho do Rio Xingu, no Estado do Pará, a ser desenvolvido após estudos de viabilidade pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

⁴ Disponível em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> Consultado em outubro de 2015.

de proporcionar o crescimento econômico da Nação; na Científica e Tecnológica, por se tratar de um projeto de recurso hídrico, o que envolve conhecimento, exploração, aperfeiçoamento e controle dos Recursos Naturais para o fortalecimento do Poder Nacional, bom como por ser um projeto de grande vulto, que deve ser desenvolvido mediante análise de impacto ao meio ambiente; e, por fim, na Psicossocial, vez que, no decorrer da sua execução, faz-se necessário que os Níveis de Bem-Estar sejam garantidos à pessoa humana, em destaque, a saúde.

3 O DIREITO À SAÚDE

O direito à saúde é imprescindível a todos, sem distinção de qualquer natureza, e está diretamente ligado ao direito à vida, bem maior de toda pessoa humana. Segundo Aristóteles (384-322, A.C.), a saúde é preferível à força e à beleza, pois a primeira é inerente tanto ao úmido como ao seco, tanto ao quente como ao frio — em suma, a todos os constituintes primários de um animal, ao passo que as outras são inerentes ao que é secundário, sendo a força uma característica dos tendões e dos músculos, enquanto a beleza, segundo se supõe geralmente, consiste numa certa simetria dos membros. A Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua esse direito fundamental como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946), tendo o Governo a responsabilidade pela saúde da sua Nação.

Nesse sentido, a Carta Magna Brasileira de 1988, precisamente no artigo 196, estabelece que a saúde, além de ser um direito de todos, é dever do Estado, o qual é “garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços” (CRFB, 1988, art. 196) a fim de promovê-la, protegê-la e recuperá-la.

Conforme dispõe o artigo 197 do aludido documento constitucional, as ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, enquanto que a execução pode ser realizada diretamente ou mediante terceiros, pessoa física ou jurídica de direito privado, objetivando, assim, concretizar o direito fundamental em comento.

É através do Sistema Único de Saúde (SUS), conjunto de ações e serviços federais, estaduais, distritais (DF) e municipais, que o Poder Público cumpre esse dever, regendo-se por princípios, tais como da descentralização, com direção única em cada esfera de governo; e do atendimento integral, com prioridade para as ações e serviços preventivos (SILVA, 2013).

Constitui, pois, uma das prioridades do Estado reconhecer “as necessidades relativas à sobrevivência e à forma de vida tida por boa no contexto de uma sociedade” (ESG, 2014, p. 58), devendo controlar e fiscalizar as ações e serviços destinados a isso, conforme destaca o constitucionalista José Afonso da Silva⁵.

3.1 O Plano de Saúde Pública concernente ao Projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: importância da sua eficácia e da sua eficiência

Embora seja atribuição do Poder Público efetivar o direito à saúde, a Constituição pátria facultou a assistência à saúde à iniciativa privada (CRFB, 1988, art. 199), de modo que instituições privadas podem participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio. Um exemplo disto é o Plano de Saúde Pública referente ao projeto da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, que tem como escopo contribuir para o fortalecimento dos serviços da rede de saúde municipal da área de influência da usina hidrelétrica através de parcerias com gestor municipal (Secretarias Municipais de Saúde), estadual (Secretaria de Estado da Saúde) e federal (Ministério da Saúde) propondo o desenvolvimento de três programas, a saber: Incentivo à Estruturação da Atenção Básica à Saúde; Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças; e Ação para o Controle da Malária.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2011), o projeto UHE Belo Monte está em consonância com o compromisso nacional de assegurar o desenvolvimento sustentável, além de propiciar uma nova fonte de energia elétrica importante com o intuito de gerar o crescimento econômico e demográfico do país, bem como melhorar as condições de vida das comunidades locais. Em contrapartida, conforme Estudos de Viabilidade, composto pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), documentos elaborados pelo empreendedor responsável do referido projeto, a construção dessa grande represa na região de Altamira, Bacia do Rio Xingu, estado do Pará, Brasil, gera impactos ambientais que afetam a saúde da população residente nos municípios que compõem a Área de Influência Direta (AID) da UHE Belo Monte e aquela atraída pelo empreendimento. Dessa forma, o objetivo do Plano de Saúde Pública consiste em estabelecer um conjunto de medidas que contribuam para mitigar ou compensar impactos, tais como a dispersão ou introdução de doenças e agravos de saúde, principalmente as doenças de transmissão hídrica,

⁵ Segundo o autor (SILVA, 2013, p. 838), se a Constituição atribui ao Poder Público o controle das ações e serviços de saúde, significa que sobre tais ações e serviços ele tem integral poder de dominação, que é o sentido do termo controle, mormente quando aparece ao lado da palavra fiscalização.

as transmitidas por vetores que proliferam na água e as predispostas pela migração. Dentre as doenças transmissíveis e não transmissíveis destacam-se:

a malária, as leishmanioses tegumentar e visceral, dengue, febre amarela e outras arboviroses, esquistossomose, filarioses, tuberculose, hanseníase, infecções e parasitas intestinais, hepatites virais, febre tifóide e outras salmoneloses, leptospirose, cólera, infecção pelo HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, etc. As doenças não transmissíveis mais frequentes em impactos ambientais de projetos hidrelétricos são: intoxicações por mercúrio, por cianobactérias, por agentes poluentes e outros; pragas de mosquitos; acidentes e violência como acidentes de trabalho e de trânsito, violência doméstica e as decorrentes da criminalidade, e desordens psicossociais como estresse, abuso de álcool e drogas ilegais (NORTE ENERGIA, 2011, p. 157).

Tendo em vista os impactos ambientais negativos sobre a saúde da população local da área de influência do empreendimento elencados acima, observa-se a importância da eficiência e da eficácia do aludido Plano de Saúde Pública a fim de preveni-los, bem como a fim de potencializar os impactos positivos e, conseqüentemente, proporcionar a valorização do Homem, origem, meio e fim do Desenvolvimento, síntese das aspirações e interesses nacionais (ESG, 2014, p. 14), “centro de todas as preocupações, para o qual devem ser orientadas as políticas e as estratégias” (ESG, 2014, p. 15).

De acordo com Richard Boyle (1989), a eficiência e a eficácia são os principais indicadores de desempenho organizacional, sendo esta, no entendimento de Peter Drucker (1964), a coisa certa, o resultado, o objetivo; enquanto que aquela corresponde ao fazer certo, o meio para se atingir um determinado resultado.

No tocante aos serviços prestados à população, para Carlos Pimenta (1998), a eficiência é considerada como ampliação desses serviços, de forma a proporcionar satisfação do Homem em relação a estes e aos indicadores de desempenho no setor público. Nesse sentido, pode-se afirmar que a eficiência do Plano de Saúde Pública diz respeito à execução de todos os programas que o integram de forma plena, correta de modo a satisfazer à população ao garantir o acesso à saúde; enquanto que a eficácia diz respeito ao seu objetivo, à sua missão, qual seja: fortalecer os serviços de saúde da rede municipal da área de influência da UHE Belo Monte para viabilizar ações de vigilância epidemiológica, monitoramento e controle de vetores; além de prevenir o aumento de casos de malária na região de implantação do empreendimento.

Dessa forma, a importância desses dois indicadores – eficácia e eficiência – do Plano de Saúde Pública revela-se, sobretudo, na expressão psicossocial do Poder Nacional, onde abrange:

[...] pessoas, ideais, utopias, instituições, normas, estruturas, grupos, comunidades, recursos e organizações, integrados num vasto complexo orientado para o alcance de objetivos sociais valiosos situados no seu campo de interesse, ou além, que podem satisfazer às necessidades, os interesses e as aspirações da sociedade (ESG, 2014, p. 51).

O objetivo social valioso *in casu* é o bem-comum, sendo a saúde, “se não o mais importante, pelo menos o mais notório elemento” (ESG, 2014, p. 58). Nas palavras de André Ordacgy (2007), a saúde encontra-se entre os bens intangíveis mais preciosos do ser humano, digna de receber a tutela protetiva estatal, uma vez que se consubstancia em característica indissociável do direito à vida; sendo, portanto, “um direito fundamental do Homem, que deve ser fruí-la e conservá-la em seu benefício e da coletividade” (ESG, 2014, p. 59).

4 ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O *acesso à justiça* corresponde não somente a um direito fundamental social, mas, necessariamente, corresponde ao núcleo, ao “ponto central”⁶ da ciência processual contemporânea. No que diz respeito ao princípio do acesso à justiça para a tutela de interesses transindividuais, conforme bem destaca Ada Pellegrini Grinover), este tem dimensão essencialmente coletiva e social, haja vista não atender de forma exclusiva um cidadão específico, de modo a nortear a solução de controvérsias limitadas ao círculo de interesse dessa pessoa, mas a uma coletividade (GRINOVER, 2007, p. 29). Seja no processo individual, seja no processo coletivo, de fato, o acesso à justiça corresponde à efetividade das decisões judiciais.

Após a fase postulatória, a fase do saneamento e da organização do processo (Seção IV, art. 357, CPC-2015), e a fase probatória ou instrutória (Capítulo XI, Da audiência de instrução e julgamento; Capítulo XII, Das provas, CPC-2015), o processo segue para a fase decisória (Capítulo XIII, Da sentença e da coisa julgada, CPC-2015). Conforme já destacado anteriormente, esta fase é atribuída ao Poder Jurisdicional do Estado, podendo resultar na não resolução de mérito quando incorrer nas hipóteses previstas nos incisos do art. 485, do CPC-2015; ou na resolução de mérito nas hipóteses previstas nos incisos do art. 487, do CPC-2015. Nas lições de Cândido Dinamarco, os *provimentos judiciais* são declarações de vontade do

⁶ Nas lições de Mauro Cappelletti *in* Acesso à Justiça, tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Fabris, 1988, p. 13, o “acesso” é, além do direito fundamental social, o ponto central da moderna processualística, estudo que “pressupõe um alargamento e aprofundamento dos objetivos e métodos da moderna ciência jurídica”.

Estado-juiz, sendo os atos realizados pelo juiz de primeiro grau as *sentenças* (de mérito ou terminativas), *decisões interlocutórias* e *despachos* (DINAMARCO, 2009, p. 504). A decisão do juízo do primeiro grau (sentença) tem como *elementos essenciais* os seguintes: *relatório* (que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo – art. 489, I, CPC-2015); os *fundamentos* (em que o juiz analisará as questões de fato e de direito – art. 489, II, CPC-2015) e, por fim, o *dispositivo* (em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem – art. 489, III, CPC-2015). Segundo o inciso IV do §1º do art. 489 do CPC-2015, qualquer decisão judicial (sentença, interlocutória ou acórdão) não estará fundamentada caso o juízo respectivo “não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.” Neste caso, o dispositivo em comento não se refere tão-somente às decisões proferidas pelo juiz do primeiro grau, refere-se às decisões no sentido *lato sensu*, conforme entendimento de Arruda Alvim: “o juiz, durante o procedimento, profere *decisões*. “Decisões”, *lato sensu*, no sistema do Código de Processo Civil, podem ser consideradas como o gênero, constituindo-se as sentenças e as “decisões” *stricto sensu* (decisões interlocutórias) nas suas espécies. Uma e outras, nos tribunais, têm a forma e o *nomen iuris* de acórdão. Todas as *decisões*, portanto, devem ser fundamentadas em observância a todos os argumentos apresentados pelas partes, sobretudo, àqueles que tendem a definir a conclusão elaborada pelo(s) julgador(es).

Ademais, O §3º do art. 489, do CPC-2015, estabelece que “A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da de boa-fé.” Desta forma, a *decisão*, em sentido *lato sensu*, não basta, pois, ser interpretada em observância a todos os argumentos apresentados pelas partes, envolvendo as questões fáticas, as provas colacionadas aos respectivos autos, e as questões de direito; deve-se somar ao princípio da boa-fé. De acordo com Nelson Nery Junior e Rosa Andrade Nery, a inclusão da boa-fé no dispositivo em comento faz “crer que a interpretação da decisão judicial não deverá se pautar pela distorção do que foi dito pelo juiz – o que caracterizaria litigância de má-fé por desvirtuamento da verdade dos fatos (CPC 80 11). A rigor, todavia, a inclusão é desnecessária, já que a boa-fé é referência fundamental para todos aqueles que atuam no processo, de forma ainda mais clara do que ocorria no CPC/1973 (CPC 5º)”⁷. Parece que a inclusão do princípio da boa-fé não é “desnecessária” por tal motivo, caso contrário, as normas fundamentais que foram inclusas no novo código de processo civil, por este mesmo

⁷ NERY JUNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 1157.

raciocínio, também não seriam necessárias no que dizem respeito ao comportamento dos sujeitos processuais perante a relação jurídica processual. Conforme enunciado n.º 378 do FPPC: “A boa-fé processual orienta a interpretação da postulação e da sentença, permite a reprimenda do abuso de direito processual e das condutas dolosas de todos os sujeitos processuais e veda seus comportamentos contraditórios.” Ressalta-se que, o texto de uma sentença ou decisão final da causa encerra um enunciado normativo, do qual se extrai a norma jurídica – resultado da interpretação que se faz de um texto normativo. De qualquer decisão de extrai a norma jurídica concreta, individualizada que resolve um determinado caso concreto; como também é possível extrair uma norma geral, construída a partir do caso concreto, que serve de modelo para casos semelhantes – constituindo em precedentes a serem seguidos em casos sucessivos.⁸ Dessa forma, interpretar a decisão judicial de acordo com a boa-fé é interpretá-la, ao máximo, de acordo com os limites da relação jurídica processual respectiva, devendo considerar a vontade das partes, a sua intenção, além dos usos e costumes locais. Nesse sentido: “Havendo dúvidas na interpretação do dispositivo da sentença, deve-se preferir a que seja mais conforme à fundamentação e aos limites da lide, de acordo com o pedido formulado no processo.”⁹

É inegável a complexidade do Caso Belo Monte: por tratar de um dos objetivos fundamentais do Estado Brasileiro, mas, sobretudo, por tratar de direitos fundamentais das comunidades tradicionais e locais afetadas diretamente com a obra da usina hidrelétrica em comento. De fato, cabe ao Estado Brasileiro, detentor do poder uno e indivisível - emanado do povo -, atuar, neste tipo de caso concreto, de forma a adequar o projeto de recurso hídrico que se diz necessário à nação brasileira à efetividade dos direitos fundamentais daqueles que são afetados diretamente. A partir do momento em que não haja cumprimento por parte do Poder Executivo no que diz respeito a esta adequação, após acionado, cabe ao Estado-juiz, mediante decisão estrutural, adjudicar direitos, bem como programar a execução do decidido.

Assim, através do *processo jurídico social*, adequando a sua estrutura aos princípios e limites constitucionais pátrios, pode-se ter a efetividade dos direitos fundamentais mediante decisões estruturais. Faz-se necessário compreendê-las como um dos mecanismos de efetivação dos direitos fundamentais substanciais.¹⁰

⁸ CUNHA, Leonardo Carneiro da. Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil. Teresa Arruda Alvim Wambier, et al (coord.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 1237.

⁹ STJ, REsp 1.149.573/DF, 3ª T., rel. Min. Nancy Andrighi, j. 28.08.2012, *DJe* 11.10.2012.

¹⁰ Conforme destacado por Wilson Alves de Souza, *in* Jurisdição, garantias, direitos e deveres fundamentais., p. 21, 2014, a efetivação dos direitos nem sempre acontece, o que torna “indispensável a previsão de direitos fundamentais processuais, como um dos mecanismos de tentativa de efetivação dos direitos fundamentais substanciais”.

Ao qualificar o Estado como personagem garantidor da efetividade dos direitos fundamentais pretende-se demonstrar que, todos os seus “Poderes” exercidos por distintos órgãos têm o dever, no exercício das suas respectivas funções, sejam típicas, sejam atípicas, garantir e concretizar os direitos fundamentais.

Em verdade, o princípio da separação dos poderes encontra-se consagrado na Lei Maior como “um dogma fundamental, essencial à existência e sobrevivência de um Estado preocupado com os direitos fundamentais” (CUNHA JR., 2016, P. 883). Não obstante, o referido princípio não pode ser interpretado de forma rígida, considerando tão-somente a *independência* dos poderes em separado, inexistindo qualquer tipo de subordinação, mas também a *harmonia* entre os órgãos do Poder político, no sentido de que haja um controle mútuo entre eles, visando ao “equilíbrio necessário à realização do bem da coletividade e indispensável para evitar o arbítrio e o desmando de um em detrimento do outro e especialmente dos governados” (SILVA, 1998, p. 114). Dessa forma, nada obsta que um poder limite outro poder visando à efetividade dos direitos fundamentais. Nesse sentido, “esse sistema de interferências recíprocas, encerrado na conhecida fórmula *checks and balances*, já havia sido apontada por Montesquieu [...] como uma providência necessária para que um poder pudesse limitar o outro poder”(CUNHA JR., 2016, p. 883).

Remetendo ao Poder Judiciário, notadamente à figura do Estado-juiz, este tem como função típica a judiciária, no entanto, nada obsta a este fiscalizar, por exemplo, atos do Poder Executivo a fim de garantir a efetividade dos direitos fundamentais.

A atividade jurisdicional configura-se em um dos *institutos fundamentais* formulados pelo enunciado doutrinário (Ciência ou Filosofia)¹¹, neste caso, pela Teoria Geral do Processo. A esta, portanto, cabe à formulação do seu conceito jurídico fundamental, que deve corresponder ao cenário atual (Estado Constitucional), de modo a adequar essa atividade essencial para o desenvolvimento do fenômeno jurídico processual às transformações do Direito Processual (legislação processual - regras e princípios), bem como às transformações da sociedade, que busca a efetividade concreta da justiça, a pacificação social. Nas lições de Fredie Didier Jr., a *jurisdição* corresponde a função atribuída a terceiro imparcial com o fito de realizar o Direito de modo imperativo e reconstutivo, ao tempo em que reconhece/efetiva/protege situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão

¹¹ Nesse sentido, Dinamarco (et.al., Teoria Geral do Processo, 29ª ed., SP: Malheiros Editores Ltda., 2013, p. 29) diz que: “conhecer o processo e conhecer sua teoria geral é estar consciente de que toda essa ciência gira em torno da *jurisdição* exercida pelo juiz, da *ação* que o demandante exerce ao provocar o exercício da jurisdição, da *defesa* que o demandado tem o direito de opor à pretensão do demandante e do *processo* mediante o qual o juiz exerce a jurisdição, o autor exerce a ação e o réu, a defesa”.

insuscetível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível (DIDIER JR., 2016, p. 153).

Portanto, tanto as modificações na legislação processual, quanto na sociedade, são de extrema importância para a “(re)formulação” de um conceito jurídico fundamental de *jurisdição*. Não se pode concebê-la meramente como instrumento de resolver um conflito de interesses entre as partes, substituindo suas vontades pela vontade da lei, sendo este o tradicional entendimento doutrinário¹². Deve-se entender a atividade jurisdicional à luz dos valores e as normas fundamentais constitucionais, que, por sua vez, refletem nos fatos sociais. Daí a relação do poder jurisdicional do Estado com a efetividade dos direitos fundamentais.

Os direitos fundamentais são compreendidos como aqueles positivados na Lei Maior pátria, seja a norma de direito fundamental tanto uma regra, quanto um princípio.¹³ Conforme destaca Ingo Wolfgang Sarlet, tais direitos constituem parâmetro hermenêutico e valores superiores de toda a ordem constitucional e jurídica, indo ao encontro da melhor tradição do constitucionalismo na esfera dos direitos fundamentais (SARLET, 2009, p. 66). Seja de qualquer dimensão, o poder público e os particulares encontram-se necessariamente vinculados a eles, quanto àquele, vale destacar a vinculação dos órgãos do Poder Judiciário:

No que concerne à vinculação aos direitos fundamentais, há que ressaltar a particular relevância da função exercida pelos órgãos do Poder Judiciário, na medida em que não apenas se encontram, eles próprios, também vinculados à Constituição e aos direitos fundamentais, mas que exercem, para além disso (e em função disso) o controle da constitucionalidade dos atos dos demais órgãos estatais, de tal sorte que os tribunais dispõem [...] simultaneamente do poder e do dever de não aplicar atos contrários à Constituição, de modo especial os ofensivos aos direitos fundamentais, inclusive declarando-lhes a inconstitucionalidade.

Embora essa vinculação do poder público aos direitos fundamentais não esteja previsto de forma expressa na Constituição pátria, ao contrário do que dispõe a Constituição de Portugal¹⁴, o dispositivo constitucional referente à aplicabilidade imediata das normas

¹² Este entendimento tradicional doutrinário é ressaltado pelo processualista civil Daniel Amorim Assumpção Neves *in* Manual de Direito Processual Civil. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010, p. 3.

¹³ Nesse sentido, Robert Alexy (*in* Teoria dos Direitos Fundamentais, tradução de Virgílio Afonso da Silva, SP: Ed. Malheiros, 2014, p. 144) destaca que, compreender as normas de direitos fundamentais apenas como regras ou apenas como princípios não é suficiente: “Um modelo adequado é obtido somente quando às disposições de direitos fundamentais são atribuídos tanto regras quanto princípios”.

¹⁴ Posiciona-se Ingo Wolfgang Sarlet (Op. cit., p. 365): “Diversamente do que enuncia o art. 18/1 da Constituição Portuguesa, que expressamente prevê a vinculação das entidades públicas e privadas aos direitos fundamentais, a nossa Lei Fundamental, neste particular, ficou silente na formulação do seu art. 5º, par. 1º, limitando-se a proclamar a imediata aplicabilidade das normas de direitos fundamentais.”

definidoras dos direitos e garantias fundamentais – art. 5º, § 1º, CF/1988 - legitima essa vinculação, sendo dever do poder público respeitar e promover os direitos fundamentais.

A decisão estrutural refere-se a um dos institutos jurídicos timidamente utilizados no campo do direito processual civil brasileiro¹⁵ que, especificamente, é necessária e adequada quando se está diante de situações jurídicas complexas, a exemplo, no campo da tutela coletiva. Trata-se de uma decisão judicial que é prolatada não perante uma estrutura clássica do processo civil brasileiro – caracterizada pela *bipolarização*; direitos contrários bem definidos e estabelecidos das partes, cabendo ao magistrado julgar sobre *aquilo* e nos exatos *limites daquilo* que é apresentado pela parte autora, em observância ao princípio da demanda; mas sim de um provimento judicial estrutural que se dá perante relações jurídicas complexas, sejam reguladas pelo direito privado, sejam reguladas pelo direito público (ARENHART, 2016). No tocante à análise da tutela coletiva à luz do direito processual brasileiro¹⁶, seja através do CPC/1973, seja através do CPC/2015, devem ser consideradas as regras e princípios dispostos na lei processual que podem ser utilizados no âmbito da tutela coletiva, haja vista o código de processo civil (tanto o de 1973, quanto o de 2015) não estabelecer um procedimento próprio, ditando suas regras e peculiaridades, para o processo em comento, o qual foi consolidado com o advento da Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/85), posteriormente, aperfeiçoado com o advento do Código da Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) no que se refere à tutela dos direitos coletivos, difusos e os direitos individuais homogêneos (direitos fundamentais da terceira dimensão – de titularidade coletiva e difusa, os *transindividuais*), sendo previsto, além na CF/88, nas demais leis infraconstitucionais (ECA, Estatuto do Idoso, dentre outras). Por outro lado, verifica-se também que é necessária adequar os institutos jurídicos a serem adotados no processo coletivo (em razão da sua peculiaridade), onde se discute, por exemplo, direitos sociais, a tutela do patrimônio público do Estado, que acaba por interferir na gestão da política pública. Nas lições de Sérgio Cruz Arenhart a respeito da decisão estrutural, destaca-se a *structural injunctions*, concebidas pela doutrina norte-americana:

¹⁵ Exemplo de medidas estruturais relatada por Sérgio Cruz de Arenhart, *in* Processo estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão, p. 11: “[...] tratamento dado à questão da mineração do carvão na área de Criciúma/SC.11 Em 1993, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública (autos n. 93.8000533-4) junto à Justiça Federal de Criciúma, pretendendo impor às rés (mineradoras e a União, perfazendo um total de 24 réus) a realização e a concretização de um projeto de recuperação ambiental da região degradada pela mineração.” Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/piykooailsreu61/29_aula_serjio_arenhart_01.docx?dl=0>. Acesso em setembro de 2016.

¹⁶ Conforme destaca Humberto Dalla Bernardina de Pinho: “O direito processual brasileiro, originalmente filiado às tradições dos ordenamentos de linha romano-germânica, foi concebido em bases eminentemente individualistas, refletindo a mentalidade e as necessidades da sociedade daquela época”. (Direito Processual Civil Contemporâneo, São Paulo: Saraiva, 5ª ed., p. 709).

Percebeu-se que muitas decisões sobre questões coletivas exigem soluções que vão além de decisões simples a respeito de relações lineares entre as partes. Exigem respostas difusas, com várias imposições ou medidas que se imponham gradativamente. São decisões que se orientam para uma perspectiva futura, tendo em conta a mais perfeita resolução da controvérsia como um todo, evitando que a decisão judicial se converta em problema maior do que o litígio que foi examinado (ARENHART, 2016).

Verifica-se que, os pontos que a distinguem das demais são decorrentes da postura do magistrado perante a situação jurídica a ser enfrentada; ou seja, a intervenção judicial dar-se-á “por meio de técnicas criativas, capazes de, ao menos, servir como centelha inicial do aperfeiçoamento de instituições e políticas públicas.” (ARENHART, 2016). Dentre os pontos que a diverge das demais, estão: a prolação da primeira decisão (mais genérica, *principiológica*, que “terá como principal função estabelecer a “primeira impressão” sobre as necessidades da tutela jurisdicional” (ARENHART, 2016) e, em momento posterior, a exigência de outras decisões a fim de solucionar “problemas e questões pontuais surgidas na implementação da ‘decisão-núcleo’, ou para a especificação de alguma prática devida” (ARENHART, 2016) - *provimentos em cascata*; a decisão estrutural pode impor um plano de ação, ou delegar a criação de um plano a ser implantado por uma entidade pública ou privada; a necessidade de constante fiscalização a fim de acompanhar o cumprimento das medidas estabelecidas pelo Poder Judiciário, sendo limitado pela *justificação* da decisão judicial, vez que o poder estatal deve atuar de maneira razoável, proporcional e legítima (ARENHART, 2016). Nas lições de Owen Fiss, o sistema de reforma estrutural não tem o cunho individualista, tampouco é caracterizado pela não participação do Poder Judiciário nas questões de política pública. O aludido autor esclarece a respeito do modelo de adjudicação nos seguintes termos:

Adjudication é um remédio tradicional na jurisprudência anglo-americana, mas, mormente no passado, sua ação se limitava a suspender ou evitar algum evento isolado. Entretanto, nas mãos do Poder Judiciário federal que optou pela liquidação do sistema de discriminação por tipo de raça e pela reorganização das burocracias que o implicavam, a *injunction* deixou de ser um instrumento para interromper um evento discreto qualquer, para se tornar o meio formal em virtude do qual o juiz dirige e rege a reconstrução continuada das instituições – a “*injunction estrutural*” (FISS, 2004).

Para o autor, a adjudicação consiste em um processo social através do qual os juízes dão sentido aos valores públicos. Nestas decisões não se impõem uma única consequência, tendo um “vencedor” e um “perdedor”, mas, sim, há amplitude das medidas determinadas e a variação do conteúdo da decisão ao longo do tempo – em razão da modificação das condições da causa, como forma de atender ao interesse público/dos direitos fundamentais: “É preciso

um juiz que, consciente de seu papel e prudente no exercício da jurisdição, tenha condições de oferecer à sociedade uma solução factível e razoável, no sentido de refletir da melhor maneira possível os valores públicos que devem ser o fim último da jurisdição” (ARENHART, 2015). Faz-se necessário, pois, desmitificar a rigidez do princípio da separação dos poderes a fim de que o poder jurisdicional possa ser exercido de forma a atender de forma eficiente e eficaz o princípio do acesso à justiça, que diz respeito não somente à *porta de entrada*, mas também a *porta de saída* (SOUZA, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado, verificou-se que, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, assim como foi a Usina Hidrelétrica de Itaipu, corresponde a um Objetivo de Estado (OE), uma vez que traduz “a visão prospectiva que a sociedade nacional tem de seu futuro mediato ou imediato e a efetiva vontade de ver concretizadas suas aspirações” (ESG, 2014, p. 11), ultrapassando os compromissos que caracterizam a ação governamental, estando voltado para o atendimento de necessidades, interesses e aspirações de alta relevância para a conquista, consolidação e manutenção dos Objetivos Fundamentais (OF), sobretudo, do Progresso. No entanto, faz-se necessário que, no decorrer da construção desse grande empreendimento nacional, o Plano de Saúde Pública, bem como outras ações estratégicas, sejam eficientes e eficazes a fim de mitigar os impactos ambientais negativos causados, a exemplo, sobre a saúde da população local da área de influência da represa.

Considerando ainda o Método para o Planejamento Estratégico da ESG, verificou-se que o referido Objetivo de Estado foi identificado na Fase Política, precisamente na etapa Concepção Política, fixado a partir do Cenário Desejado/Normativo, o qual:

contempla os Eventos que o Decisor pretende que ocorram, ou não, devendo para isso realizar esforços no sentido de que esses eventos venham a ocorrer, de maneira que os seus propósitos finais sejam alcançados. É normativo, pois passa a representar a vontade do Decisor que deverá ser colocada em prática por intermédio de um conjunto de ações (normas) que serão posteriormente estabelecidas (ESG, 2014, p. 37).

A partir da escolha do Cenário Normativo (*in casu*: o governo acrescentará mais de 11 mil megawatts (MW) de capacidade instalada à matriz energética nacional), e já fixado o Objetivo de Estado correspondente (construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no trecho do Rio Xingu, região Amazônica) foram estabelecidas, posteriormente, as ações estratégicas, opção estratégica e as diretrizes estratégicas, resultando no referido projeto UHE

Belo Monte, com seus objetivos específicos, metas individualizadas, recursos previstos, órgãos e entidades responsáveis pela execução e pelo controle, “bem como os mecanismos, instrumentos e pontos de controle que contemplam o acompanhamento, a avaliação e a realimentação das Fases e Estágios já desenvolvidos, para fins de atualização e correção” (ESG, 2014, p. 50), quando necessário. Tais procedimentos de acompanhamento, avaliação e realimentação para atualização e correção do projeto UHE Belo Monte é verificado no Plano de Saúde Pública, que fora desenvolvido e que vem sendo executado por meio de parcerias com gestor municipal (Secretarias Municipais de Saúde), estadual (Secretaria de Estado da Saúde) e federal (Ministério da Saúde) a fim de mitigar os impactos sobre a saúde da população, em prol do Bem-Estar da pessoa humana, levando em consideração que o Método de Planejamento Estratégico é “um processo dinâmico, permanente e continuado de racionalização das decisões políticas e das ações estratégicas decorrentes” (ESG, 2014, p. 59); é um instrumento que potencializa e orienta Equipes de Planejamento na busca da eficiência e eficácia, e, por fim, é um meio capaz de conduzir ao melhor emprego do Poder Nacional, sendo, desta forma, uma técnica de otimização no estabelecimento de Objetivos Nacionais.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Christian Mendez. Constituição, Economia e Desenvolvimento. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**. Curitiba, 2009, n. 1, Ago-Dez. p. 24-49.

AMADO, Frederico Augusto di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

ARENHART, Sérgio Cruz. Decisões estruturais no direito processual civil brasileiro. Disponível <https://www.academia.edu/9132570/Decis%C3%B5es_estruturais_no_direito_processual_civil_brasileiro> Acesso em abr. 2017

ARISTÓTELES, 384-322 A.C. **Os Pensadores. Tópicos; Dos argumentos sofisticos**; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; traduções de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. A. Pickard. – São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. **EPE – MINISTÉRIO**. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/leiloes/documents/leil%C3%A3o%20belo%20monte/belo%20monte%20-%20fatos%20e%20dados%20-%20por.pdf>> Acesso em ago. 2015.

_____. **Norma Operacional da Assistência – NOAS**. Brasília, DF, Ministério da Saúde, Portaria nº 373, de 27 de fevereiro de 2002.

_____. NORTE ENERGIA. **Usina hidrelétrica de Belo Monte. Conhecendo a UHE Belo Monte.** Brasília: 2011.

CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à Justiça.** Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Fabris, 1988.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – ESG. Manual Básico. **Elementos Fundamentais.** Volume I. Rio de Janeiro, 2014.

_____. Manual Básico. **Assuntos Específicos.** Volume II. Rio de Janeiro, 2014.

_____. Manual Básico. **Método para o Planejamento Estratégico.** Volume III. Rio de Janeiro, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini Grinover. Direito Processual Coletivo. In: JORDÃO, Eduardo Ferreira; DIDIER JR., Fredie Souza (Org.). **Teoria do processo:** panorama doutrinário mundial. Salvador: JusPodivm, 2007.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) – 1946.** USP. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>> Acesso em agosto de 2015.

ORDACGY, André da Silva. **A tutela de direito de saúde como um direito fundamental do cidadão.** Disponível em <http://www.dpu.gov.br/pdf/artigos/artigo_saude_andre.pdf>. Acesso ago. 2015.

PIMENTA, C. C. A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. **Revista de Administração Pública**, 32 (5), 173-199, set./out. 1998.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional.** 36. ed., rev. e atual. Editores Malheiros. São Paulo, 2013.

SOUZA, Wilson Alves de. **Acesso à justiça.** Salvador: Dois de Julho, 2011.

_____. Jurisdição, garantias, direitos e deveres fundamentais. **Estudos de Direito Processual: um enfoque sob a ótica do acesso à justiça.** Wilson Alves de Souza; Aldo Ribeiro Britto et al (coord.) – Salvador: Ed. Dois de Julho, 2014.

A INTERFERÊNCIA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL NO DIREITO À DESCONEXÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

*Patrícia Faneca Correia*¹
*Vander Luiz Pereira Costa Junior*²

RESUMO

O presente artigo pretende abordar os efeitos do capitalismo nas relações de trabalho, através de um breve estudo da acumulação flexível e das modificações impostas por ela no mundo laboral, alcançando o direito à desconexão nas relações de trabalho. A temática tem viés interdisciplinar e necessita de conceitos da Economia, do Direito e da Sociologia para seu melhor entendimento, visto que não há amparo legal específico no sistema normativo brasileiro. Alguns tribunais vêm atribuindo indenização por dano existencial em virtude do desrespeito à desconexão laboral, tomando por base a doutrina e a jurisprudência italiana. É imperiosa a necessidade de elaboração de normas atinentes à proteção do direito à desconexão, para que o trabalhador possa usufruir do tempo necessário à sua existência humana. Foi utilizado o método hipotético-dedutivo (Popper), que inicia-se pela percepção de uma lacuna dos conhecimentos, possibilitando o levantamento de elementos para a propositura de reformas legais na seara laboral, vez que a existência digna do trabalhador deve ser preservada pelos empregadores e garantida pelo Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Acumulação Flexível. Direito do Trabalho. Jornada de Trabalho. Direito à Desconexão. Dano Existencial.

ABSTRACT

This article aims to address the effects of capitalism on labor relations, through a brief study of the flexible accumulation and the changes imposed by it in the world of work, reaching the right to disconnect in labor relations. The topic has interdisciplinary bias and needs concepts of economics, law and sociology for its better understanding, since there is no specific legal support in the Brazilian normative system. Some courts have been awarding compensation for existential damages due to the lack of respect for work disconnection, based on Italian doctrine and jurisprudence. The need to elaborate norms concerning the protection of the right to disconnection is imperative, so that the worker can enjoy the time necessary for his human existence. The hypothetico-deductive method (Popper) was used, which begins with the perception of a knowledge gap, enabling the collection of elements for the introduction of legal reforms in the labor market, since the dignified existence of the worker must be preserved by the employers And guaranteed by the Democratic State of Law.

Keywords: Flexible Accumulation. Labor Law. Working Hours. Right to Disconnect. Existential Damage.

¹ Orientanda. Discente do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador.

² Orientador. Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador. Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva abordar os efeitos do capitalismo nas relações de trabalho, através de um breve estudo da acumulação flexível e das modificações impostas por ela no universo laboral. Para tanto, far-se-á uma análise histórico-conceitual da jornada de trabalho, com o objetivo de explicitar o caminho percorrido para assegurar uma existência digna ao trabalhador, fundada no princípio da dignidade da pessoa humana e no valor social do trabalho.

Analisa-se aspectos da economia no tocante à acumulação flexível, assim como as mudanças trazidas pela tecnologia, a partir de limites inexoráveis como o tempo e o espaço, que modificam sobremaneira a vida do trabalhador, produzindo mais-valia. Ademais, o Direito à Desconexão é apresentado com as suas características e as consequências que pode trazer para a vida do cidadão-trabalhador, se desrespeitado. Na esteira da violação do referido direito, adentra-se no quesito reparação, afinal direitos violados devem ser reparados, o que vem acontecendo através do reconhecimento do chamado dano existencial, uma espécie de dano moral.

O método hipotético-dedutivo (Popper), que inicia-se pela percepção de uma lacuna dos conhecimentos, foi utilizado para o desenvolvimento do trabalho, possibilitando o levantamento de elementos para a propositura de reformas legais, notadamente na seara laboral, vez que a existência digna do trabalhador deve ser preservada pelos empregadores e garantida pelo Estado Democrático de Direito.

2 JORNADA DE TRABALHO

A jornada compreendida como “tempo diário em que o empregado tem de se colocar em disponibilidade perante seu empregador, em decorrência do contrato” (DELGADO, 2005, p. 835) – consiste na discussão central entre o capital e o trabalho, pois é do excesso deste tempo à disposição que brota o lucro, consoante descreve Marx (2014).

Segundo Harvey (2013), a mais-valia é a diferença entre o valor pago ao trabalhador pela jornada de trabalho e o valor produzido pelo trabalho, é o valor excedente. O trabalhador não recebe o equivalente ao que foi produzido e daí tem-se o lucro.

Ademais, a jornada de trabalho pode ser estendida sem que o salário do trabalhador lhe traga ganhos proporcionais, fato este que ocasionará o surgimento da chamada mais-valia absoluta; objetivando maximizar os lucros, o empregador pode fazer uso da tecnologia, sem

que a jornada do trabalhador seja reduzida, o que eleva a produtividade, gerando a chamada mais-valia relativa.

A questão tem diversas implicações, três das quais são aqui destacadas: afeta a qualidade de vida, pois interfere na possibilidade de usufruir ou não de mais tempo livre; define a quantidade de tempo durante o qual as pessoas se dedicam a atividades econômicas; estabelece relações diretas entre as condições de saúde, o tipo e o tempo de trabalho executado (DAL ROSSO, 2016, p. 1).

Historicamente, em virtude da igualdade formal e do Laissez-faire, quando falava-se apenas em igualdade perante a lei - todos eram subordinados ao crivo da lei - , não há períodos em que a jornada tenha sido mais elevada do que durante a revolução industrial capitalista. O trabalho foi elevado até o ponto máximo da resistência humana, não poupando sequer mulheres e crianças, que constituíam mão de obra ainda mais barata.

Este cenário degradante, apesar da insegurança em que se encontrava a classe trabalhadora, levou à luta de classes, que pretendeu oportunizar ao trabalhador vida além das paredes das fábricas, o que era impossível diante da jornada extenuante, que muitas vezes chegava a 16 (dezesseis) horas.

A introdução da luta de classes marca uma ruptura radical com os alicerces da teoria econômica clássica e contemporânea. [...] A história foi palco de uma luta monumental e permanente em torno da duração da jornada de trabalho, da semana de trabalho, do ano de trabalho (férias pagas) e da vida de trabalho (a idade de aposentadoria), e essa luta perdura até hoje (HARVEY, 2013, p. 138).

A pressão da classe trabalhadora fez com que o sistema se visse compelido a recuar na exploração do ser humano, justamente no que lhe é mais caro. Neste sentido, as primeiras normas limitadoras da jornada de trabalho, por exemplo, são oriundas da Inglaterra e da França e estipulavam jornada máxima de 12 (doze) horas para homens e de 10 (dez) horas para mulheres e crianças.

No início do século XX, alguns países adotaram a jornada de 8 (oito) horas, a exemplo do Uruguai (1915); Suécia (1915); Equador (1916) e Rússia (1917). Apesar disso, o marco principal da efetivação da jornada laboral de 8 horas aconteceria em 1919, com a criação do Tratado de Versalhes, a criação a Organização Internacional do Trabalho – OIT e a promulgação da Convenção n. 1, em Washington.

No Brasil, alguns decretos, os primeiros datados de 1932, instituíram limitações à jornada laboral. Em 1940 aconteceu a unificação, com o advento do Decreto-lei 2.308, que seria incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943, estipulando jornada diária de 8 (oito) horas.

Iniciou-se uma nova era, onde os direitos sociais foram sacrificados e a classe trabalhadora sofreu uma série de derrotas. Os governos de Reagan e Thatcher “permitiram o fortalecimento do neoliberalismo, política econômica que se escora no individualismo em detrimento dos direitos coletivos, na primazia do mercado e na ausência do Estado no âmbito das questões sociais e trabalhistas” (COSTA JUNIOR, 2016, p.32).

3 ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

No início do século passado, em 1914, o fordismo era o meio de produção vigente, tendo sido concebido por Henry Ford, que convencionou o dia de trabalho de 8 (oito) horas pela recompensa de 5 (cinco) dólares para os trabalhadores da linha de montagem de carros em Michigan.

Caracterizado pela produção em massa de bens homogêneos, uniformes e padronizados, grandes estoques e redução de custos através dos salários, o fordismo lidava com trabalhadores que realizavam uma única tarefa devido ao alto grau de especialização necessária. O trabalho era organizado de forma vertical, estando o planejamento dissociado da execução eximindo o trabalhador da responsabilidade pela atividade desempenhada, transformando-o em mera engrenagem do processo de produção. O Estado exercia papel regulador através de políticas regionais e nacionais.

[...] entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo do trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho (ANTUNES, 2015, p. 35).

No período chamado de pós-guerra, os EUA expandiram seu mercado consumidor, tendo levado seus produtos e instalado fábricas na Europa, o que proporcionou o crescimento da economia americana, já que a capacidade de produção e de consumo se igualou.

[...] com o término da Segunda Guerra Mundial em 1945, a reconstrução da Europa em farrapos reverberou no aquecimento do mercado mundial, criando espaço para escoar os produtos em massa. O conflito bélico permitiu o auge do capitalismo fordista, sobretudo dos EUA, bem como o desaparecimento temporário da superprodução (COSTA JUNIOR, 2016, p. 28).

No final da década de 1960, a Europa e o Japão estavam reconstruídos, “seus mercados internos estavam saturados e o impulso para criar mercados de exportação para os

seus excedentes tinha de começar” (HARVEY, 1992, p. 135), assim deixaram de ser mercados consumidores da indústria americana e passaram a disputar mercados com o antigo fornecedor.

Em consequência, as décadas de 1970 e 1980 foram um período de reestruturação econômica e de readaptação social e política. Em meio a tantas oscilações e incertezas, a organização industrial e a vida social e política começou a tomar novas formas. Essas mudanças representaram os primeiros sinais da passagem para um sistema de acumulação diferente, inteiramente novo chamado por Harvey de acumulação flexível.

[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas...” (HARVEY, 1992, p. 140).

A acumulação flexível é fruto da necessidade de manutenção do capitalismo, como sistema vigente, mesmo após o esgotamento do fordismo. Assim, o capital se adequa às novas condições do mercado e se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos produtos e dos mercados.

O mercado, até então regulado pelo Estado, precisava de um novo modo de regulamentação, que fosse adequado às demandas do período. Diferentemente do modelo fordista, que tinha padrões rígidos, com a crise a acumulação passou a ser flexível; sendo flexível o mercado, exigiu flexibilidade no processo de produção e da força de trabalho, o que não seria possível sem uma legislação flexível, o que ocasionou a desregulamentação do sistema jurídico anterior, que tinha perfil rígido (RAMOS, 1997).

As mudanças impostas para preservar a produção capitalista, associadas com o desenvolvimento da tecnologia, ocasionaram mudanças relevantes no mundo do trabalho. Na atualidade, as tecnologias de informação e comunicação possibilitam o desenvolvimento das atividades laborais a qualquer tempo, de qualquer lugar.

4 DIREITO À DESCONEXÃO

O termo foi introduzido nos mundos acadêmico e jurídico, em 2003, pelo jurista SOUTO MAIOR:

[...] ao falar em desconexão faz-se um paralelo entre a tecnologia e o trabalho humano, com o objetivo de vislumbrar um direito do homem de não trabalhar, ou como dito metaforicamente, o direito a se desconectar do trabalho.

O tema pode causar estranheza para muitos, especialmente no momento em que 14 milhões de brasileiros encontram-se sem emprego.

O direito a desconexão, pode ser traduzido como o direito de não trabalhar, ligado à limitação da jornada de trabalho. Trata-se de um bem da vida, que não se confunde com o direito fundamental ao lazer, mas é etapa necessária para alcançá-lo. “A desconexão precederia o lazer, sendo este uma complementação daquela, e de certo modo confundir-se entre si” (SILVA, 2015, p. 11).

A tutela do tempo livre é de fundamental importância para o desenvolvimento do ser humano (CALVET, 2005).

[...] busca-se na revalorização do lazer como fator de elevação do ser humano e como viabilizador do resgate das relações afetivas na esfera da vida privada doméstica, uma alternativa para a cura da sociedade que abarrotada consultórios com síndromes de pânico e outras manifestações depressivas em geral (CALVET, 2005, p. 75).

Tendo esclarecido o sentido da desconexão aqui tratado, cabe apresentar um contraponto existente com a sociedade e o desemprego. A violação do direito aqui apresentado, devido ao excesso de jornada, entra em conflito com interesses pessoais e coletivos, visto que enquanto alguém trabalha excessivamente, abandonando segmentos da vida que o fazem humano, outro encontra-se desempregado.

[...] enquanto uma parcela da população não tem acesso ao trabalho e isto põe em risco a sua sobrevivência, uma outra parcela, não menos considerável, está se matando de tanto trabalhar ou alienando-se no trabalho! (SOUTO MAIOR, 2003, p. 21).

O direito à desconexão não está limitado exclusivamente ao uso das tecnologias, há casos de desrespeito à jornada laboral, que decorrem da anuência legislativa, assim como da interpretação equivocada dos tribunais, apesar do regramento constitucional no inciso XIII, do art. 7 fixar a jornada diária e semanal, assim como as possibilidades de flexibilização, não deixando brechas para ampliar os limites estabelecidos, quer pelo legislador, ou mesmo pelo particular.

Sem a pretensão de esgotar as normas e súmulas que não coadunam com a Constituição, acerca da jornada de trabalho, vale apresentar algumas situações que contribuem para o desrespeito do direito ora analisado, o direito à desconexão.

Apesar da jornada diária estabelecida constitucionalmente ser de 8 horas e a semanal de 44 horas, algumas categorias profissionais como porteiros, enfermeiras, caminhoneiros e empregados que exercem cargo de confiança são comumente submetidos a jornadas excessivas, muitas vezes com respaldo do TST, conforme pode ser observado através da súmula 444, abaixo transcrito:

É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.

Também a CLT traz regras que excepcionam matérias de ordem pública, a exemplo do art. 59, caput e §2º. O primeiro permite o acréscimo de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregado e empregador, ou mediante contrato coletivo de trabalho. O segundo permite a dispensa do acréscimo de salário, se por força de acordo ou convenção coletiva, o excesso de horas trabalhadas em um dia for compensada, desde que não exceda, no período de 1 (um) ano, a soma das jornadas semanais, nem seja ultrapassado o limite de 10 (dez) horas diárias, trata-se do banco de horas.

O art. 62 do diploma celetista exclui do regime de controle de jornada os empregados que exercem atividade externa incompatível com fixação de horário de trabalho, os gerentes (exercentes de cargos de gestão), os diretores e chefes de departamento ou filial; apesar de gozarem de situações diferenciadas, necessitam de desconexão para que possam dar conta de suas vidas, além do aspecto laboral.

No ano de 2012, foi julgado o processo RR-64600-20.2008.5.15.0127, que discutiu questões atinentes ao sobreaviso, tendo o Tribunal Superior do Trabalho se posicionado pela preservação do direito à desconexão, conforme pode-se observar no excerto “a concessão de telefone celular ao trabalhador não lhe retira o direito ao recebimento das horas de sobreaviso, (...) e lhe retira o direito à desconexão do trabalho”.

O processo nº TST-AgR-E-ED-RR-52500-09.2012.5.17.007 que discutia excesso de jornada de um motorista, resultou em pagamento de danos morais, como pode ser observado no mérito “o reclamante trabalhava de 6h às 22h, seis dias por semana, com 1h40min de intervalo intrajornada (...), restando patente a configuração do dano”.

Além do desrespeito à jornada de trabalho, o desrespeito às férias, acidente de trabalho, e, trabalho análogo a escravo são situações que afetam o direito à desconexão do trabalhador, não sendo o rol taxativo.

O direito aqui discutido ainda não encontra previsão legal específica no ordenamento jurídico brasileiro, carecendo de delimitação dos seus contornos para possibilitar aos Tribunais a prolação de sentenças que apontem para reparações mais justas. Observa-se que os preceitos constitucionais, assim como o controle de jornada previsto na Carta Magna e na Consolidação das Leis trabalhistas, além dos princípios que protegem o trabalho e a dignidade da pessoa humana são o arcabouço normativo utilizado para a proteção do referido direito. Alguns tribunais vêm atribuindo indenização por dano existencial em virtude do desrespeito à desconexão laboral.

5 DANO EXISTENCIAL

A teoria do dano existencial é oriunda do Direito Italiano, tendo sido cunhado por Paolo Cendon e Patrizia Ziviz, na década de 1990; foi introduzida no Brasil através de estudos de Flaviana Rampazzo Soares, nos anos 2000.

O dano existencial, mais claramente na década de 1990, foi identificado com a nomenclatura atual e referida, sendo considerado como aquele que causa uma modificação prejudicial, total ou parcial, permanente ou temporária, seja a uma atividade, seja a um conjunto de atividades que a vítima do dano, normalmente, tinha como incorporado ao seu cotidiano e que, em razão do evento lesivo, precisou suprimir, modificar ou delegar a sua realização (SOARES, 2007, p. 18).

Trata-se de uma espécie de dano imaterial ou extrapatrimonial, que se distingue do dano moral, apesar de ser uma de suas espécies e, muitas vezes, ser confundido com este.

O dano moral e o dano existencial são danos imateriais, porém são diferentes entre si, [...] o primeiro diz respeito ao íntimo da pessoa, afetando negativamente sua moral, já o segundo afeta a vida cotidiana da pessoa, seja em seu espaço individual ou no relacionamento com outras pessoas (OLIVEIRA, 2015, p. 27).

Pode ocasionar danos ao projeto de vida e danos à vida de relação. No primeiro caso, as escolhas feitas pela pessoa, que conduzirão a realizações futuras restam lesionadas, gerando frustrações pela impossibilidade de realizar sonhos e objetivos, “o projeto de vida deve ser algo que possa concretizar-se, e não algo que esteja fora do alcance comum, como por exemplo, viajar até a lua ou tornar-se um artista em algo que não tem habilidade” (OLIVEIRA, 2015, p. 19).

Como não há regramento específico para o dano existencial, a doutrina e a jurisprudência tem se utilizado de interpretações da legislação e de experiências do direito comparado para o seu reconhecimento. Assim, é imprescindível observar os preceitos constitucionais, o princípio da dignidade da pessoa humana, os direitos da personalidade e os direitos humanos. No âmbito das relações de trabalho, é importante considerar o princípio da proteção ao trabalhador (*in dubio pro operario*), norteador das relações laborais, objetivando minimizar as diferenças existentes entre empregado e empregador.

Para que esteja configurado o dano existencial nas relações de trabalho, faz-se necessária a existência dos elementos constitutivos do dano moral, a saber: ação ou omissão do agente (culpa), ocorrência do dano e nexos de causalidade; além dos elementos caracterizadores do dano existencial, que são o dano ao projeto de vida e à vida da relação.

O dano existencial frustra os objetivos da pessoa como ser humano dotado de vontade de concretizar sonhos e realizações em sua vida. [...] ocasiona lesão à relação que a pessoa precisa para desenvolver-se pessoal, social e psicologicamente, fazendo com que a mesma mude suas relações de uma forma negativa (OLIVEIRA, 2015, p. 17).

O empregador que ocasionar o dano existencial deve ser responsabilizado, mas para tanto é preciso comprovar o dano, assim como os efeitos negativos trazidos para a vida do trabalhador. O *quantum* indenizatório deve ser fixado considerando a dimensão do dano e a capacidade patrimonial do empregador, para que tenha efeito pedagógico, o que pode desestimular a reincidência.

A condenação em casos comprovados de dano existencial torna-se necessária porque é um meio de educar o empregador a fim de que este tenha consciência do ato ilícito que cometeu e não o pratique novamente (OLIVEIRA, 2015, p. 54).

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho – TST, em 4 de novembro de 2015, negou provimento ao recurso de revista, condenando o empregador ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização:

INDENIZAÇÃO POR DANO EXISTENCIAL. JORNADA DE TRABALHO EXTENUANTE. O dano existencial consiste em espécie de dano extrapatrimonial cuja principal característica é a frustração do projeto de vida pessoal do trabalhador, impedindo a sua efetiva integração à sociedade, limitando a vida do trabalhador fora do ambiente de trabalho e o seu pleno desenvolvimento como ser humano, em decorrência da conduta ilícita do empregador. O Regional afirmou, com base nas provas coligidas aos autos, que a reclamante laborava em jornada de trabalho extenuante, chegando a trabalhar 14 dias consecutivos sem folga compensatória, laborando por diversos domingos. Indubitável que um ser humano que trabalha por um longo período sem usufruir do descanso que lhe é assegurado, constitucionalmente, tem sua vida pessoal limitada, sendo despicienda a produção de prova para atestar que a conduta da empregadora,

em exigir uma jornada de trabalho deveras extenuante, viola o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, representando um aviltamento do trabalhador. O entendimento que tem prevalecido nesta Corte é de que o trabalho em sobrejornada, por si só, não configura dano existencial. Todavia, no caso, não se trata da prática de sobrelabor dentro dos limites da tolerância e nem se trata de uma conduta isolada da empregadora, mas, como afirmado pelo Regional, de conduta reiterada em que restou comprovado que a reclamante trabalhou em diversos domingos sem a devida folga compensatória, chegando a trabalhar por 14 dias sem folga, afrontando assim os direitos fundamentais do trabalhador. Precedentes. Recurso de revista conhecido e desprovido.

(TST - RR: 10347420145150002, Relator: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 04/11/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/11/2015)

No Brasil, a jurisprudência acerca do dano existencial vem se construindo, tomando por base a experiência da Itália, que é reiteradamente citada, por ser pioneira na discussão do assunto, ora em tela. Além disso, o conceito de dano moral vem sendo reinterpretado pelos Tribunais, o que oportuniza o reconhecimento do dano existencial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do Direito deve estar atrelado ao desenvolvimento da sociedade. Neste caminho, o Direito do Trabalho está entre os ramos da ciência jurídica que mais sofre interferência das dinâmicas do capitalismo, que interfere diretamente na vida dos trabalhadores, devido à sua busca incessante por lucro.

A jornada de trabalho está no cerne da discussão entre o capital e o trabalho, afinal é do manejo deste tempo que o lucro é originado. No decorrer da história da humanidade, muitas lutas de classe foram travadas na tentativa de adequar o tempo dedicado ao trabalho às demais necessidades humanas.

Como resultado, no início do século XX, convencionou-se o dia de trabalho de 8 (oito) horas. À época, o planejamento das atividades laborais estava dissociado da execução, deixando o trabalhador na posição de engrenagem do processo, uma espécie de extensão das máquinas que operava. O modelo fordista esperava criar um ser humano mais disciplinado e formatado para o consumo, de forma a reinvestir seus ganhos com o trabalho nos bens de consumo produzidos com o seu suor, retroalimentando a engrenagem capitalista.

Este modelo vigorou até o período chamado de pós-guerra, quando a Europa e o Japão já reconstruídos, retomaram seus espaços no mercado mundial. Associado a isso, a crise do

petróleo de 1973 também contribuiu para a crise capitalista que se instalou, a crise da superacumulação.

As décadas seguintes foram de reestruturação econômica e de readequação social e política, resultando em um sistema de acumulação diferente, a acumulação flexível, apoiada na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Posteriormente, por conta dos elevados investimentos realizados na aquisição de máquinas modernas, o que reduziu os lucros, obrigou o capital a buscar nova alternativa para sobreviver. Assim, as estruturas vinculadas à produção de massa foram reduzidas, levando à redução e posterior eliminação dos estoques, o que conseqüentemente levou à redução dos custos de produção.

O novo cenário exigia o auxílio do Estado, auxiliar do capital, para apresentar nova regulamentação adequada às demandas do período. Assim, iniciou-se uma era de flexibilizações, nos mercados, no processo de produção, inclusive na força de trabalho, o que não seria possível com o sistema jurídico anterior.

A flexibilização foi possível graças ao advento das tecnologias digitais, que encurta distâncias e possibilitam o desenvolvimento das atividades laborais a qualquer tempo, de qualquer lugar.

O uso das tecnologias, especialmente aquelas que oportunizam conexão em tempo real, implantou um novo cenário laboral que modificou a relação do trabalhador com o dono do capital, o empregador. Neste cenário, as atividades laborais acompanham o trabalhador a qualquer hora, a qualquer lugar, o que atinge o direito à desconexão, o direito do homem de ocupar-se em ser o humano do homem, prejudicando seus projetos de vida.

A desconexão é gênero do qual o lazer é espécie, este é precedido por aquela, sendo seu complemento, apesar de confundirem-se. É um preceito constitucional que pode ser alcançado através do direito ao lazer e a saúde, sendo imprescindível ao desenvolvimento do ser humano.

A violação do direito à desconexão conflita com interesses pessoais e coletivos, afinal enquanto alguém trabalha excessivamente, outra pessoa encontra-se desempregada.

Muitas são as hipóteses de violação do direito à desconexão, o que é potencializado devido à inexistência de legislação específica no ordenamento jurídico brasileiro, carecendo de delimitação dos seus contornos. O assunto é tratado com base em estudos sociológicos e psicológicos, a discussão jurídica ainda é incipiente e se confunde com o direito ao lazer.

Alguns tribunais vêm atribuindo indenização por dano existencial em virtude do desrespeito à desconexão laboral. A teoria do dano existencial é oriunda da Itália, tendo sido introduzida no Brasil nos anos 2000. É uma espécie de dano imaterial ou extrapatrimonial, que se distingue do dano moral, apesar de ser uma de suas espécies e de muitas vezes ser confundido com ele.

O dano existencial pode ocasionar danos ao projeto de vida e à vida de relação do trabalhador, o que pode acontecer de diversas formas. Como ainda não há regramento específico para o assunto, a doutrina e a jurisprudência tem se utilizado da legislação e de experiências do direito comparado para o seu reconhecimento.

A comprovação do dano e os efeitos negativos trazidos para a vida do trabalhador devem ser comprovados para que o empregador seja responsabilizado através da fixação do quantum indenizatório proporcional à dimensão do dano e à sua capacidade patrimonial, para que tenha efeito pedagógico, evitando assim a reincidência.

Ocorre que no Brasil, ainda não há legislação específica sobre o tema. Assim, os Tribunais têm julgado com base na experiência da Itália, que é pioneira no assunto e através da reinterpretação do dano moral.

É imperiosa a necessidade de elaboração de normas atinentes à proteção do direito à desconexão, para que o trabalhador possa usufruir do tempo necessário à sua existência humana, para que possa, como diz Chico Buarque na música Primeiro de Maio, apressar a caminhada para acordar a namorada, sendo que ai a pressa não é ditada pela esteira da fábrica, é a pressa por ser homem, por ser humano, pela sua existência plena.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Consolidação das Leis Trabalhistas. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm>. Acesso em: 05 mai. 2017.

----- . Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 06 mai. 2017.

----- . Código Civil Brasileiro (2002). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CALVET, O. A. A eficácia horizontal imediata do direito social ao lazer nas relações privadas de trabalho. São Paulo. 2005.

COSTA JUNIOR, V. L. P. **Os jovens operários da advocacia: Um estudo sobre a precarização do trabalho nos escritórios de contencioso de massa.** Salvador: 2016.

DAL ROSSO, S. **Jornada de trabalho: duração e intensidade.** Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400016>. Acesso em 06 abr. 2017.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2005.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

-----. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

-----. **Para entender O Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, L. S. de. **O dano existencial nas relações de trabalho.** Cacoal: 2015.

RAMOS, A. L. Acumulação flexível & Direito do Trabalho. **Revista de Ciências Humanas**, v. 15, n. 22, Florianópolis: Ed. IFSC, 2º SEM./1997.

SILVA, W. B. Da. **O Direito à Desconexão: um direito fundamental ao não-trabalho aplicável aos gerentes bancários.** Porto Alegre: 2015.

SOARES, R. S. **Dano Existencial: uma leitura da responsabilidade civil por danos extrapatrimoniais sob a ótica da proteção humana.** Porto Alegre: 2007.

SOUTO MAIOR, J. L. **Do Direito à Desconexão do Trabalho.** Disponível em <http://trt15.jus.br/escola_da_magistratura/Rev23Art17.pdf>. Acesso em 05 mai. 2017.

"LEIXAI À MULHER O TRAUMA": CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM SALVADOR E ANÁLISE DE SENTENÇAS SOB UM ENFOQUE DE GÊNERO

Flávia Costa Cohim Silva ¹

RESUMO

Esta pesquisa, meu trabalho de conclusão de curso, analisa 35 sentenças em processos de estupro proferidas em Varas Criminais de Salvador, entre 2009 e 2016, marco temporal definido devido à lei 12.015/09, que uniu ao crime de estupro o atentado violento ao pudor. Questionamos as concepções de estupro para os/as juízes/as soteropolitanos/as. Buscamos perceber o que são violência, consentimento e atos libidinosos, além de entender de que modo os papéis de gênero das mulheres-vítimas e homens-autores influenciam nas sentenças. Refletimos também porque alguns setores dos movimentos feministas, ante o Judiciário com tais visões de estupro, recorrem a pautas penais.

Palavras-chave: Estupro. Poder Judiciário. Direito Penal. Criminologia Crítica. Criminologia Feminista.

ABSTRACT

This research, my course conclusion monograph, analyzes 35 sentences in rape cases handed down in Salvador's Criminal Courts between 2009 and 2016, a time frame defined by law 12,015/09, which linked the crime of rape with the violent attack on the modesty. We question the conceptions of rape for the soteropolitan judges. We seek to understand what violence, consent and libidinous acts are, and understand how the gender roles of women-victims and men-authors influence sentences. We also reflect that some sectors of the feminist movements, before the Judiciary with such visions of rape, resort to criminal guidelines.

Keywords: Rape. Judiciary Power. Penal Law. Critical Criminology. Feminist Criminology.

1 O QUE O JUDICIÁRIO ENTENDE POR ESTUPRO E VIOLÊNCIA?

As 35 sentenças do Judiciário soteropolitano analisadas, no que se refere ao ato de estupro em si, demonstram uma visão bastante limitada em relação ao próprio ato físico, por haver um entendimento de que sexo e estupro se igualam. Nas sentenças, o estupro é tratado como se fosse sexo, cuja função é satisfazer os desejos libidinosos de homens incontroláveis. O estupro também é sobre sexo, mas é antes, e *principalmente*, sobre violência e dominação. O não entendimento do estupro como uma violação do corpo feminino faz com que outros

¹ Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Advogada. Discente do Programa de Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA).

atos de invasão do corpo da mulher sejam descartados ou classificados como tentativa de estupro, pelos juízes².

Em um dos processos, a vítima declara: "que após ter sido despida foi apalpada em suas partes íntimas pelo acusado, tendo este exigido que ficasse de costas; que não houve a concretização da conjunção carnal". Este caso foi classificado, pelo juiz, como tentativa de estupro, baseado nesta declaração, devido a não ocorrência de conjunção carnal. Portanto, há uma definição, por parte do juiz, de quais atos podem ser considerados estupro e quais atos não atentam à dignidade sexual da mulher para assim serem reputados.

Esse entendimento é manifestado de outras formas. Em duas sentenças, as vítimas sentem-se envergonhadas em falar sobre o ocorrido com homens – um policial, em um caso, e o patrão, em outro. Muitas mulheres têm vergonha de falar sobre o acontecido, escolhem o silêncio, por conta do estigma de ser uma vítima de violência sexual. O entendimento dos juízes nos casos mencionados é de que a vergonha reside no fato de tratar-se de matéria sexual, e a moral sexual dominante não permite que mulheres falem de *sexo*, em especial com homens.

Por enunciar uma identificação entre estupro e sexo, o Judiciário entende o homem autor da violência como um sujeito incapaz de controlar seus instintos sexuais, como um animal. Isso é perceptível ao examinar a parte dispositiva das sentenças, onde, ao analisar e justificar o motivo do crime, todos os juízes que o fizeram apontaram: "satisfazer a própria lascívia", "obter satisfação sexual", "satisfazer sua libido". Primeiro, há uma necessidade de se encontrar o motivo da prática do crime³ como se fosse um desvio, em vez de um comportamento recorrente, alicerçado numa opressão estrutural, que impõe às mulheres violências cotidianas. Segundo, o crime é tratado como um desvio de natureza sexual, de homens com desejos sexuais incontroláveis.

Para Martha Esteves (1989, p. 25), "[é] nos momentos de conflito que os papéis sexuais e os valores relacionados aos comportamentos ficam mais explícitos". E o discurso do Judiciário, no curso dos processos, evidencia: o papel da mulher ainda é de objeto, deve servir à satisfação sexual do homem. Essa compreensão é extremamente problemática, pois, ao colocar o homem como incapaz de controlar sua libido, recorrendo até à violência para satisfazê-la, dá à mulher a responsabilidade sobre a conduta sexual masculina. E, se ela é responsável, deve deixar evidente que *não consentiu*. Em vez de buscar que se prove que foi

² Há juízes e juízas nas varas criminais das sentenças analisadas, porém, seguimos a norma da língua portuguesa, de colocar o plural no masculino, nestes casos, para evidenciar uma voz masculina ou, ao menos, androcêntrica.

³ A necessidade de se investigar o motivo do cometimento de crimes é uma marca da criminologia sustentada no paradigma etiológico, que ainda fundamenta o discurso hegemônico do Judiciário.

dito "sim", se pede que a prova seja sobre a negativa. A negativa não pode deixar dúvidas. Pois, se há dúvidas para o juiz, possivelmente houve dúvidas para o homem – e é ele quem precisa ter sua lascívia contida.

Uma das 35 sentenças selecionadas e analisadas indica a contradição do discurso do Judiciário. Uma condenação na qual o juiz não teve dúvidas sobre a negativa da vítima (portanto é uma mulher "inocente"), ex-companheira do réu. O depoimento da vítima em delegacia sugere o caráter de poder e dominação de que é revestida a violência sexual.

Que depois de muita insistência de R. a declarante aceitou em acompanhá-lo até a residência do mesmo [...]; Que ambos entraram, R. fechou o portão, bateu o cadeado e tirou a chave, determinando que a declarante tirasse as suas vestes e disse-lhe: - **Agora você vai me pagar. Lembra do tempo atrás? Daqui você não sai viva. Vou dar um tiro na sua boca e lhe jogar na ribanceira. Não adianta gritar, pois ninguém vai lhe ouvir;** Que R. tirou as vestes da declarante, deu-lhe vários tapas no rosto, jogou-lhe um balde com água, mandou-a deitar-se, mantendo com a mesma relação sexual a força e em seguida determinou que virasse em decúbito ventral e praticando sexo anal; Que a declarante implorava a R. que não a usasse pelo ânus, pois tinha problema de prisão de ventre [...]; Que consumado o ato sexual, R. determinou que a declarante praticasse sexo oral no mesmo. (grifos nossos)

O juiz, ao arguir o motivo do crime, registrou: "os motivos que levaram à prática criminosa também são desfavoráveis, pois emerge dos autos que o réu praticou o delito para se vingar de desentendimentos que ocorreram quando se relacionava com a vítima". Há um reconhecimento, portanto, ainda que desafinado do discurso hegemônico, de que o estupro transcende o ato sexual – não é relativo à libido, mas ao poder que o homem tem sobre a mulher. Esse poder é individual, mas também estrutural: pois os homens, enquanto legisladores, juristas, policiais e juízes, têm o poder de dizer o que é o estupro, o que é violência e qual mulher recebe o *status* de vítima.

O discurso hegemônico nas sentenças, todavia, ainda descreve o estupro como um desvio de homens incapazes de controlar seus desejos sexuais e que por isso recorrem ao sexo à força com mulheres descuidadas que encontram nas ruas, em vez de homens comuns que fazem parte de uma estrutura de poder e dominação. Quando o homem sob o qual recai essa acusação é esse homem comum, a suspeita sobre o relato da mulher é ainda mais forte. Por fim, há também uma visão restrita de quais atos físicos podem ser definidos como sexuais e, portanto, podem ser considerados estupro. E cabe aos juízes fazer essa definição.

O parâmetro do que é violência – e, antes, se houve violência – relaciona-se com a concepção dos julgadores do que é estupro e, especialmente, quem são seus sujeitos: se o

"estuprador" é o homem estranho andando na rua, criminoso, com tendência a cometer crimes sexuais, ele possivelmente agirá com muita violência.

Impende ressaltar que, consoante exsurge do bojo probatório contido nos autos, a ofendida foi **submetida a violento ataque sexual**, sendo seviciada com requinte de crueldade, ensejando graves reflexos psicológicos, como ela própria relata [...].

É dada relevância, porém, à violência física. Nas sentenças condenatórias, a análise acerca da violência e de sua gravidade é feita ao final, quando da fixação da pena. As circunstâncias e consequências do delito são consideradas mais ou menos graves, a depender do grau de violência física imposta à vítima. Este entendimento sugere, por vezes, que o próprio estupro não é uma violência.

Mesmo em casos de condenação, o que possivelmente indicaria violência para uma mulher (para além da violência do próprio estupro) não é entendida de forma tão óbvia pelo juiz, ou é minimizada: "que no momento do fato o acusado não esboçou ameaça física ou verbal contra a declarante, senão lhe puxar pelo braço". Uma mulher ser puxada pelo braço na rua, por um homem estranho, como no caso sob exame, não é uma ameaça? Entendemos que seja, inclusive, uma ameaça explícita. Contudo, a definição de ameaça, como a de violência, é feita sob uma perspectiva masculina.

Essa incompreensão ou minimização acerca das violências que permeiam um estupro não se desvelam apenas no momento em que se busca saber como foi o ato. No momento de fixação da pena, ao avaliar as consequências do crime, alguns juízes concluíram acerca de sua gravidade: "as consequências do crime são ainda desconhecidas, com probabilidade grande de ter causado sérios danos psicológicos na ofendida". Ainda: "consequências extrapenais do crime: Não houve consequências gravosas.". Essas afirmações são espantosas: como haver dúvidas sobre as graves e sérias consequências de um crime desse porte?

A resposta é que, da mesma maneira que o próprio conceito de estupro, a concepção de violência (que abrange também a grave ameaça, evidentemente) é determinada por homens. Importa considerar que todos os crimes são definidos a partir de um olhar masculino, todavia, o estupro é perpassado principalmente pelo gênero, é uma violência cometida por homens contra mulheres.

Catharine MacKinnon fala de como o entendimento do que seja violência nos casos de estupro não pode ser tomado num ponto de vista masculino.

O nível de força aceitável é julgado começando logo acima do nível definido pelo que é visto como um comportamento sexual masculino normal, incluindo o nível normal da força, em vez de definir pelo significado de violação para a vítima, ou para as mulheres. (MACKINNON, 1989, p. 173).

Ao determinar um parâmetro do que pode ser violência, como, por exemplo, utilização de muita força física, há uma automática exclusão de uma série de outros casos de estupro, além de uma emissão de mensagem a essas mulheres-vítimas dizendo-lhes que não sofreram violência, ou sofreram uma violência "menor". E esse parâmetro é, reiteramos, definido por homens numa perspectiva masculina. Além de se pronunciarem sobre um sofrimento vivenciado especialmente por mulheres, os julgadores ditam quais mulheres podem dizer que seu sofrimento é real.

2 LEI 12.015/09: ATOS LIBIDINOSOS É ESTUPRO?

A lei 12.015, de 07 de agosto de 2009, trouxe algumas modificações à Parte Especial do Código Penal, em especial no que se refere aos crimes sexuais. Uma alteração foi relativa à redação do tipo penal "estupro", que absorveu em seu tipo o crime de atentado violento ao pudor e neutralizou o gênero referente à vítima de estupro. Para Vera Andrade (1996), a neutralização do gênero encobre o fato de que o estupro é uma violência de gênero, ou seja, é um crime comumente cometido por homens, contra a sexualidade das mulheres⁴, devido à hierarquia de gênero em que vivemos. "Adicionalmente, o gênero neutro oculta que o que é ou não estupro segue-se construindo desde um ponto de vista masculino". (ANDRADE, 1996, p. 106).

O antigo crime de atentado violento ao pudor tratava de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, praticando atos libidinosos diversos da conjunção carnal, ou seja, outros atos físicos diversos da penetração vaginal. A conjunção carnal sempre teve maior destaque dentre todos os atos sexuais. "Para a heterossexualidade, paradigma sexual da supremacia masculina, o crime de estupro é centrado na penetração." (MACKINNON, 1989). Além de ser mais comum a conjunção carnal deixar vestígios, deve-se atentar que estes crimes, ao contrário do que pretende demonstrar as supramencionadas modificações legislativas, não nasceram para proteger a liberdade sexual da mulher. Na Exposição de Motivos do Código Penal, revela-se quanto aos crimes contra os costumes⁵ "são os mesmos crimes que a lei vigente conhece sob a extensa rubrica 'Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor'".

⁴ De acordo com dados do IPEA (2013), 97,5% das vítimas adultas são do sexo feminino e 96, 66% dos agressores de vítimas adultas são do sexo masculino. (CERQUEIRA e COELHO, 2014).

⁵ Com a mencionada lei, houve uma modificação do Título VI, que antes se referia a crimes desta natureza como sendo "Dos crimes contra os costumes", sendo intitulado agora como "Dos crimes contra a dignidade sexual".

O crime de estupro nasce para legislar sobre a cópula vagínica, responsável pela reprodução no seio de uma família. Martha Esteves (1989, p. 31) explica que

possibilitava-se o estabelecimento e a difusão de um determinado tipo de norma sexual e honra feminina; contribuía-se para diminuir o número de nascimentos ilegítimos (o homem assumia sua responsabilidade), para a proteção de famílias que tivessem educado suas filhas dentro dos padrões estabelecidos pela Justiça, ou ainda para afastar a possibilidade de uma mulher não higienizada constituir família (caso ela não conseguisse provar que era "suficientemente honesta" a ponto de punir seu agressor com o casamento ou prisão).

Ao unir todos os tipos de atos sexuais à conjunção carnal, juntamente às outras mudanças, busca-se reconhecer uma proteção voltada à mulher e sua liberdade sexual. Contudo, ainda persiste um entendimento acerca da conjunção carnal como uma violência mais grave – há, aliás, uma espécie de *gradação da gravidade da violência*.

Os discursos dos juízes sobre os atos libidinosos diversos da conjunção carnal, e, também, da penetração anal, variam entre o não reconhecimento da violência e o reconhecimento, a depender dos sujeitos envolvidos e quais papéis sociais eles cumprem. O reconhecimento, porém, pode configurar tentativa de estupro em algumas situações – o que sugere, justamente, a *gradação da gravidade da violência*. As incursões sobre o corpo das mulheres são tratadas como violências "menores", "menos graves". Aliás, essa diferenciação é inicialmente feita no próprio tipo penal, ao separar conjunção carnal de outros atos libidinosos. A definição do que é crime é feita posteriormente, pelo juiz na sentença.

Percebemos, na análise das sentenças, que a análise dos sujeitos envolvidos no fato tem maior relevância que o fato em si, de modo que o reconhecimento ou não da violência é precedido pela aceitação, por parte dos julgadores, da mulher como vítima e do homem como agressor. Em geral, se ambos cumprem os papéis sociais que os permitam receber tais rótulos, os juízes reconhecem os atos diversos da conjunção carnal como estupro.

3 CONDENAÇÕES E ABSOLVIÇÕES

Os crimes sexuais, em geral, ocorrem na clandestinidade, tendo como atores apenas autor e vítima, sem testemunhas. Podem deixar vestígios materiais, se há conjunção carnal ou anal, por exemplo, embora não seja a regra. Contudo, esses vestígios materiais podem apontar, no exame médico-pericial, a ocorrência de uma violação ou apenas que houve um encontro sexual, sem necessariamente concluir que houve violência física. Dessa forma, no decorrer do processo, é comum que os julgadores se deparem com um laudo pericial

inconclusivo e a palavra da suposta vítima *versus* a palavra do suposto autor do crime. O foco do julgamento, então, volta-se para o fato e para os sujeitos e seu passado comportamental.

Ou seja, há um reconhecimento por parte dos julgadores, sustentados nos juristas e na jurisprudência, que é elemento importante de convencimento não a análise dos fatos, nem mesmo a análise do comportamento subjetivo dos envolvidos no momento do fato, mas a análise subjetiva pretérita destes. Essa apreciação da vida passada dos sujeitos é extremamente frágil, devendo dar ao juiz a sensação de "veracidade e honestidade", critérios pouco claros e muito conectados a uma convicção íntima de cada julgador. Esses critérios muito abertos e pouco definidos dão margem a arbitrariedades.

Há uma espécie de pré-julgamento, pois o que se depreende das sentenças é um exame do perfil social da mulher-vítima e do homem-autor, antes de se analisar o fato, antes de se proceder ao exame do fato sob a luz das regras processuais penais – antes de analisar depoimentos, interrogatórios e outras provas. O que se depreende é o oposto: se a mulher-vítima e/ou o homem-autor cumprem seu lugar no processo, todos os elementos serão utilizados para reafirmar este lugar.

Das condenações

Nas vinte sentenças condenatórias analisadas, pôde-se observar que o escrutínio do julgador é maior sobre a figura do acusado. Encontrou-se um padrão: o acusado cumpre o estereótipo do "criminoso" denunciado pela criminologia crítica⁶. Em geral, o homem é também estranho à vítima, abordando-a em espaços públicos. Em outras situações, o acusado e a vítima se conhecem, mas a vida pregressa do réu desagrada o julgador, como é evidenciado ao longo das sentenças, além de a vítima cumprir certos estereótipos positivos femininos. Em alguns casos, o réu também confessa.

Dividimos os casos em três categorias: os casos em que os acusados são pessoa em situação de rua, os casos em que os acusados violentaram mais de uma vítima, e os casos em que os acusados não têm essas características tão marcantes, mas seguem o padrão de criminoso. Juntam-se, nestes casos, as análises superficiais sobre a figura da vítima, que cumprem importantes papéis sociais simbólicos, a simbologia do feminino aceito pelo senso

⁶ A criminologia crítica denuncia que a criminologia clássica, que ainda impera no Judiciário, seleciona as condutas consideradas criminosas, as pessoas que podem ser consideradas criminosas ou vítimas. A construção dessa figura para seleção dos sujeitos no mundo real se estrutura a partir das relações sociais capitalistas, racializadas, generificadas etc. No Brasil, a figura do homem criminoso é o homem negro, periférico, das classes socioeconômicas baixas, sem trabalho, com trabalho informal ou subempregado.

comum jurídico como próprio de uma vítima (mãe, velha ou cristã), de modo que são favoráveis à vítima.

Das absolvições

Neste trabalho, quinze sentenças absolutórias foram encontradas e analisadas, contudo a maioria não forneceu maiores detalhes sobre o ocorrido ou os sujeitos. Nos debruçamos sobre quatro sentenças, cuja exposição dos fatos é minuciosa e o discurso do julgador sobre os sujeitos é mais evidente. Elas demonstram que o julgamento se fundamenta principalmente no comportamento sexual presente ou progresso da mulher vítima – apenas em uma delas se aprecia a vida e comportamento do homem, pois o perfil do suposto agressor, médico de classe média, é bastante destoante do estereótipo do criminoso/estuprador. Nos casos dos decretos condenatórios, o olhar do juiz é voltado para o autor do crime e seu *status* social é negativo. Nos casos das sentenças absolutórias é todo o oposto: o foco volta-se à vítima.

Realmente, as duas testemunhas acima indicadas não presenciaram a prática delitiva, nem a vítima, peça fundamental para esclarecer os fatos, foi ouvida nesta esfera judicial, tornando a prova frágil para a condenação do 1º acusado, que não pode ser responsabilizado pelo evento delituoso descrito na peça acusatória, como, ao final, reconheceu a Promotoria de Justiça, destacando, ainda, que ninguém presenciou a execução dos supostos delitos, sendo forçoso reconhecer a inexistência de elementos seguros para uma condenação. **Ademais, segundo as duas únicas testemunhas trazidas pela Acusação, a vítima fazia programas sexuais, não tinha ferimentos, sangramento ou sinais de violência, e o local do fato era utilizado para o uso de entorpecentes, deixando uma sensação de insegurança no tocante à verdade real dos fatos, o que reforça a tese absolutória, exatamente por falta de prova confirmatória, não podendo alguém ser condenado com base em simples acusações da vítima, que, além de não ter sido ouvida nesta esfera judicial, não possui a necessária credibilidade.** [...]Não devo duvidar das palavras da ofendida, mas a conduta adotada por ela enfraquece a credibilidade de suas declarações, tendo em vista afirmar a mesma na Delegacia ser garota de programa [...]. (grifos nossos)

Vera Andrade (2012) faz uma análise da lógica da seletividade no sistema penal, sistema esse que escolhe os atores e condutas a serem punidos, mas sob a perspectiva da vítima. Ou seja, há também, por parte do sistema, uma seleção das vítimas que poderão ser consideradas como tais. E essa seleção, no caso específico de crimes sexuais, ocorre de acordo com o que a autora chama de "lógica da honestidade", uma sublógica da seletividade. Há uma divisão entre mulheres honestas e desonestas, na perspectiva da moral sexual dominante. A prostituta é o símbolo máximo das mulheres desonestas. Estas não são dignas de proteção pelo sistema, pois não se conformam aos padrões impostos pelo patriarcado.

O sistema penal não se assenta na lógica da igualdade, ao contrário do que afirma, mas na lógica das diferenças, as "diferenças “reguladoras” - assentadas no preconceito, na discriminação e na estereotipia - e não diferenças “emancipatórias” - assentadas em subjetividades, necessidades e interesses femininos" (ANDRADE, 1996, p. 108).

Do consentimento

Um questionamento inicial é: como comprovar se realmente houve negativa, se os acontecimentos em geral se sucedem no terreno da intimidade? Nas sentenças analisadas, o discurso do Judiciário sobre os comportamentos prescritos e proscritos às mulheres conduziu à conclusão de que para que sejam consideradas vítimas elas devem seguir um procedimento para dizer não. A reação delas à suposta violência indica se, de fato, negaram o consentimento. Como elas devem reagir?

Ademais, **não é crível que tenha havido consentimento quando dos autos se extrai que a vítima, na primeira oportunidade em que teve de fugir do local dos fatos, aproveitando-se de que o acusado caíra no sono, dirigiu-se imediatamente à Delegacia de Polícia** mais próxima a fim de registrar ocorrência, tendo, inclusive, pedido ajuda a policiais que encontrara no meio do caminho, saindo no encalço do acusado, que foi preso em flagrante. (grifos nossos).

Com efeito, não há dúvidas, pois, que a vítima foi constringida a praticar conjunção carnal seguida de ato libidinoso (sexo anal), por mais de uma vez, **mediante grave ameaça exercida pelo emprego de uma faca, posto que o corte na sua mão esquerda comprova a resistência séria, efetiva e sincera de uma mulher em uma típica atitude de autodefesa.** (grifos nossos).

No caso destes autos, a decisão condenatória se lastreia nas palavras preponderantes da ofendida, em consonância com a do policial que depôs na segunda fase da persecução criminal, notadamente na **confirmação das vestes rasgadas que comprova a violência e ao mesmo tempo o dissenso da vítima manifestada pela inequívoca resistência.** (grifos nossos).

O procedimento para dizer não, então, se comprova como a reação que inegavelmente é uma negativa: numa perspectiva masculina. Há uma uniformização da negação, que deve representar, em especial, resistência física: as vestes devem estar rasgadas, manchadas de sangue; o corpo deve apresentar hematomas, cortes, qualquer marca que indique uma reação firme e contrária. No imaginário dos julgadores, não há espaço para outras respostas a agressão, ignorando que diferentes pessoas reagem de diferentes formas a diferentes situações. Nem todas as mulheres fogem imediatamente e dirigem-se a uma delegacia – algumas esperam dias, semanas ou meses para romper com o silêncio.

4 REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE FEMINISMOS E DIREITO PENAL

Entendemos que há uma espécie de pré-julgamento sobre os sujeitos – autor e vítima – do crime, de acordo com os estereótipos que devem cumprir para assim ser considerados. Esses estereótipos são construídos de acordo com o senso comum sexista, racista e classista, e estão presentes no íntimo do julgador.

A partir da análise subjetiva, se dá a condenação ou absolvição, e então o juiz parte para a análise de outros elementos do processo (como a palavra da vítima ou o laudo de exame de corpo de delito) para construir o discurso da sentença. Esses elementos são manuseados para justificar a condenação ou a absolvição.

Outro elemento utilizado, não apenas para justificar o decreto condenatório ou absolutório, mas também para orientar os juízes sobre as definições dos conceitos legais (estupro, consentimento, violência, atos libidinosos) é a doutrina jurídica. As produções dos juristas (homens quase que em sua totalidade) tem por fulcro explicar sobre a legislação e preencher suas lacunas conceituais. No caso do estupro, crime cometido majoritariamente por homens contra mulheres, mais uma vez são homens definindo o que é ou não violência, definindo seus contornos. É retirado das mulheres, em sua perspectiva, o poder de dizer.

É diante desse quadro que se apresenta que problematizamos os feminismos recorrerem ao direito penal como forma de proteção às violências. Um dos motivos, que se faz imperioso considerar, é o fato dos feminismos, como outros movimentos sociais de esquerda, fazerem eco aos reclames por punitivismo, lei e ordem, advindos dos setores conservadores da sociedade. Não é suficiente, porém, pois ignora as justificativas desses mesmos movimentos do uso simbólico do direito penal. Há um apelo sedutor da proteção penal. Ademais, busca-se o direito penal, pois se crê na força de seu discurso para moldar comportamentos.

Os feminismos, por outro lado, em geral ainda não procedem a reflexões críticas radicais e profundas acerca do sistema penal e carcerário, em especial seu caráter racista: as feministas negras, em diversas pautas, denunciam não poderem recorrer a esse mesmo sistema por proteção. Essas reflexões se fazem imperiosas, particularmente ao se notar as articulações políticas em torno do recrudescimento do Estado penal⁷. É importante que nossas vozes não se afinem àquelas.

⁷ Isso ficou demonstrado na votação do projeto de lei do feminicídio, cuja votação na Câmara, articulada pelas lideranças dos partidos, deu-se em regime de urgência. Além disso, cada caso de violência paradigmático, como o de estupros coletivos, faz com que parlamentares apresentem propostas de aumento de pena ou de criação de novos tipos penais. Antes da votação da redução da maioria penal, para convencimento de feministas

Entendemos que as mulheres, ao buscarem proteção do sistema penal em crimes marcadamente de gênero, muitas vezes são novamente violentadas. Sabemos que o processo penal rouba das vítimas o protagonismo na resolução de suas questões. Contudo, achamos imprescindível, em um processo de empoderamento individual e coletivo, que as mulheres escolham como resolver suas questões: elas devem estar conscientes do funcionamento do sistema, mas livres, caso escolham utilizá-lo.

Simultaneamente, consideramos urgente e imperioso que os movimentos feministas procedam a investigações radicais e profundas do punitivismo, inclusive das promessas de benefícios que os atraem, mas que são falaciosas. Com isso em mente, faz-se necessário, também, propor alternativas ao direito penal para solucionar suas questões. Entretanto, em um mundo pautado no sistema penal, onde a maior parte dos conflitos privados (cuja maior parte das vítimas são mulheres e crianças) se soluciona no privado, é compreensível que a via escolhida seja a punitiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera R. P. **Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina?**. Sequência, Florianópolis, v. 33, p. 87-114, 1996.

_____. **Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Nota Técnica. Brasília, 2014.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FACIO MONTEJO, Alda. **Cuando el género sueña cambios trae (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal)** – San José: ILANUD, 1992.

MACKINNON, Catharine. **Towards a Feminist Theory of the State**. Harvard University Press. Cambridge, Mass. 1989.

(também por parte de feministas) recorreu-se ao argumento de jovens com menos de 18 anos que cometeram estupros.

O LIMITE ENTRE A PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS E O DIREITO À INTIMIDADE NA DIVULGAÇÃO DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS DA OPERAÇÃO LAVA JATO

*Isaane Sodré de Oliveira dos Santos*¹

RESUMO

A Constituição Federal prevê a garantia ao sigilo das comunicações, tutelando, assim, o direito à vida privada. No entanto, autoriza sua restrição em casos de investigação criminal ou instrução processual penal, estabelecendo sua regulamentação por lei especial (Lei nº 9.296/96). Diversos fatos ocorridos no âmbito da Operação Lava Jato geraram grande repercussão no meio social e jurídico. Um deles diz respeito à interceptação telefônica, utilizada como meio de prova no processo penal. Entre outras coisas, assistiu-se o Direito à vida privada ser afetado em nome do combate à corrupção e do interesse público, por exemplo. Assim, diante da necessidade de se garantir a dignidade dos indivíduos investigados questiona-se o limite da publicidade das gravações realizadas. Para tanto, foi utilizada pesquisa bibliográfica, bem como, documental, que consistiu na coleta e análise de jurisprudência nacional relacionada ao tema.

Palavras-chave: Direito à vida privada. Operação Lava Jato. Interceptação telefônica. Publicidade.

ABSTRACT

The Federal Constitution predict the right to secret of communications, thus protecting the Right to Privacy. However, it authorizes an exception to the aforementioned right in cases of criminal investigation or criminal procedural instruction, regulated by a special law (Law 9.296/96). In “Lava Jato Operation” occurred many facts that reverberated discussion on both social and legal areas. One of these facts concerns the telephone interception, used as evidence in criminal proceeding. It was possible to perceive that the Right to Privacy affected in the name of fighting corruption and public interest, for example. This paper questions about the limit of the publicity of the procedural acts and the right to dignity of the people investigated. Thus, was used the bibliographical research and documentary research through national jurisprudence.

Keywords: Right to Privacy, Lava Jato Operation, telephone interception, publicity.

1 INTRODUÇÃO

O nascimento da maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil deu grande evidência ao processo penal no país. A repercussão que gerou no âmbito

¹ Discente do curso de Direito da Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq pelo grupo de pesquisa: Repensando o Direito Penal Contemporâneo, orientado pela Prof(a) Dra. Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado.

jurídico, bem como, perante a população, proporcionou a expectativa de um processo que gerasse resultados efetivos, ou seja, a condenação dos acusados. Essa busca por justiça e pela verdade fizeram surgir diversas condutas por parte dos aplicadores do direito, que muitas vezes, violaram princípios e garantias constitucionais e processuais penais.

Em 2009 teve início uma investigação de crimes de lavagem de dinheiro que envolviam doleiros e deputados. A partir daí as interceptações telefônicas começaram a ganhar grande importância como meio de prova nesse caso, vindo posteriormente, em julho de 2013 a revelar a existência de quatro organizações criminosas. Assim, com o desenvolvimento das investigações, em 2014, deflagrou-se a Operação Lava Jato.

A grande publicidade que se deu às investigações, bem como, o escândalo do desvio de bilhões de reais da maior estatal do país, a Petrobrás, fez surgir na população um sentimento de revolta e ao mesmo tempo a aclamação por justiça e sanção dos envolvidos. Além disso, os meios midiáticos sobrecarregavam os indivíduos de informações que nem sempre eram compreendidas, mas que no desenrolar do processo foram conquistando lugar na opinião pública.

Esse interesse popular parece ter contribuído, ainda mais, para a grande publicização da Operação e de fatos descobertos, principalmente, de interceptações telefônicas. Assim, a partir de trechos de conversas telefônicas trazidos ao conhecimento do povo, opiniões e críticas se formaram em torno dos envolvidos, juízes, promotores e, principalmente, dos réus. Figuras de violões e heróis foram criados no imaginário popular.

No entanto, os impactos dessa situação no ordenamento jurídico não foram levados em consideração, pois apesar da publicidade dos atos processuais ser um dos princípios do processo, há que se resguardar outros pressupostos fundamentais, como a intimidade dos sujeitos envolvidos, o estado de inocência dos indivíduos antes de uma sentença transitada em julgado, a necessária imparcialidade do juiz, bem como, os elementos do sistema acusatório.

A partir daí considerando a questão da publicidade dos atos processuais em face da tutela do direito à intimidade nessa investigação, surge o seguinte questionamento: até que ponto a publicidade dos atos processuais deve legitimar afrontas à dignidade dos indivíduos investigados?

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é analisar os limites da restrição do direito fundamental ao sigilo das comunicações diante da necessidade de produção de provas através da interceptação telefônica na Operação Lava Jato.

Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica que consistiu no levantamento e análise de obras nacionais, estrangeiras e periódicos, além de pesquisa documental realizada por meio da jurisprudência nacional.

Para enfrentamento do problema, inicialmente, será abordado o tema do sigilo das comunicações e a previsão constitucional para sua restrição, em seguida será analisada utilização telefônica como meio de prova no processo penal com a finalidade de alcançar à verdade processual. Logo após, serão tratadas as garantias processuais penais, destacando os princípios da presunção de inocência, do juiz imparcial e da publicidade e sigilo. Por fim, será analisada a questão do limite entre a publicidade dos atos processuais e o direito à intimidade.

2 O DIREITO FUNDAMENTAL AO SIGILO DAS COMUNICAÇÕES E SUA RESTRIÇÃO

A Constituição Federal de 1988 prevê diversos direitos individuais e sociais, além de garantias em seu artigo 5º e ao longo do texto. No entanto, eles não são absolutos, pois a própria Carta Magna abre espaço para sua limitação, como é o caso do sigilo das comunicações. Entre eles, há um rol de direitos fundamentais, que, na definição de Dimitri Dimoulis e Leonardo Martins (2011) tem por finalidade “limitar o exercício do poder estatal em face da liberdade individual”.

Dentre esses direitos de caráter essencial, destacam-se o direito à privacidade e intimidade, que tem o objetivo de proteger a dignidade e a personalidade dos indivíduos. J.J. Canotilho e Vital Moreira (2007, apud Sarlet, p. 441), afirmam que essa proteção “analisa-se principalmente em dois direitos menores: (a) o direito a impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e familiar e (b) o direito a que ninguém, divulgue as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem”.

No caso do sigilo das comunicações, o que se tutela é tanto liberdade de comunicação em si, como a proteção à vida privada dos comunicantes. Diante disso, escreve Sarlet (2015):

O que se protege constitucionalmente é em primeira linha o processo comunicativo intersubjetivo, no sentido da reserva das comunicações pessoais em face do conhecimento pelo Estado ou por terceiros, independentemente da maior ou menor importância do conteúdo da comunicação. (SARLET, p.458, 2015)

Portanto, pode-se dizer que o direito à intimidade e à privacidade é garantido, também, pelo sigilo das comunicações. Visto que, quando o segredo da comunicação é infringido afeta

diretamente a vida privada dos interlocutores e conseqüentemente sua dignidade. No entanto, eles não são absolutos, por isso, o constituinte estabeleceu regras para sua restrição.

Na visão de Geraldo Prado (2012), é essencial diferenciar restrição de suspensão do exercício de direito fundamental. Por um lado, a ação de restringir atinge parcialmente o direito durante determinado período de tempo, enquanto que suspender, paralisa ou impede o exercício desse direito por algum tempo, admitida apenas no caso de estado de defesa. Assim, essa distinção é relevante no que tange a interceptação, pois de um lado está a defesa da dignidade da pessoa humana através da proteção da intimidade e privacidade e de outro lado está a busca pela efetividade do processo penal.

Dessa forma, percebe-se que a restrição da garantia do segredo das comunicações tem a finalidade de assegurar outros interesses, como a possibilidade de efetivação do processo penal. Salienta-se que a regra é a proteção do sigilo, sendo exceção seu rompimento, por isso há critérios previamente estabelecidos para que se evite arbítrios pelo Estado ou terceiros.

Em seu artigo 5º inciso XII, o texto constitucional traz autorização para quebra do sigilo de comunicação, porém, impõe requisitos para sua ocorrência, são eles: a necessidade de ordem judicial, regulamentação legal especificamente em casos de investigação criminal ou instrução de processo penal. A Constituição, assim, determina critérios para a restrição do direito ao sigilo e institui uma reserva legal, ou seja, a exigência de lei que regule tal hipótese. As reservas legais, para Alexy (2014, p. 282), não são restrições em si, mas “apenas fundamentam a possibilidade jurídica das restrições”.

A Lei reguladora foi editada em 1996. Apesar da autorização constitucional que permitia a quebra de sigilo telefônico, ela só poderia ocorrer legitimamente após a criação desse dispositivo, de modo que todas as interceptações realizadas antes da Lei 9.296/1996 são consideradas ilícitas.

Além de a Constituição estabelece que a quebra do sigilo só é permitida quando for fruto de autorização judicial, a Lei nº 9.296/96 estabelece a necessidade de motivação desse ato, devendo haver indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal, cabível quando a prova não puder ser feita de outra maneira e o crime investigado ser punido com pena de reclusão.

3 A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL PARA BUSCA DA VERDADE PROCESSUAL

A interceptação telefônica é um meio de prova no processo penal, sendo uma medida cautelar utilizada para se chegar à verdade processual. Diferente da escuta telefônica, pois enquanto essa é a captação feita por terceiro, com a anuência de uma das partes envolvidas, aquela trata-se de uma captação de conversa feita por terceiro, sem a ciência dos interlocutores.

A expressão interceptar significa, no sentido jurídico, “tomar conhecimento” (GOMES, 1997, p. 95), “intrrometer-se em comunicação alheia” (NUCCI, 2013, p. 432), ou seja, se inteirar de algo que está sendo comunicado por terceiro, descobrindo o conteúdo da conversa.

Segundo Luiz Flávio Gomes (1997), por ser o meio pelo qual pode-se comprovar um delito ou o envolvimento de alguém em ato ilícito, a interceptação é fonte de prova, sendo exercido por uma medida cautelar de apreensão impropria, que, como escreve GRINOVER (1996, p. 152), “por elas se apreenderem os elementos fonéticos que formam a conversa telefônica”. A operação técnica de interceptar é o meio executivo dessa medida, ou seja, a fonte de prova que tem como resultado uma gravação, essa que será o meio de prova a ser introduzido no processo, sendo sua transcrição o meio documental a ser apreciado pelo juiz.

Diante disso, faz-se necessário compreender a definição de prova, entendo-a como “instrumento por meio do qual se forma a convicção do juiz a respeito da ocorrência ou inoocorrência de certos fatos” (GRINOVER, 1996, p. 106). Portanto, são meios para fazer crer numa verdade dos fatos, uma vez que “o processo penal tem uma finalidade retrospectiva, em que, através das provas, pretende-se criar condições para a atividade recognitiva do juiz acerca de um fato passado” (LOPES JUNIOR, 2013, p.538). Surgindo aí a convicção que resultará na sentença.

As fontes de prova podem ser as pessoas ou objetos que segundo Giacomolli (2016, p.196) deve ter “idoneidade suficiente a fornecer resultados valorativos ao julgador, de onde são extraídos os dados cognoscitivos, a prova em si”. Por sua vez, os meios para se chegar até elas, acrescenta o autor, “são os mecanismos ou instrumentos processuais utilizados para introduzir no processo os elementos emanados das fontes de prova”.

A finalidade da prova, então, é chegar a uma verdade, que a depender do sistema processual adotado, poderá ser real ou processual. Aury Lopes (2013, p. 566) afirma que, a busca pela verdade real é um mito forjado pela inquisição, e esse perdura até os dias atuais,

por outro lado, as garantias constitucionais e processuais, direcionam o processo no sentido de uma verdade processual.

Essa tentativa de alcançar a verdade dos fatos justificaria as mais diversas espécies de provas, mesmo não previstas na legislação, visto que, a finalidade suprema seria a verdade. No entanto, há um risco na busca por essa verdade real, pois, no passado, essa preocupação em chegar à verdade dos fatos, legitimou a postura inquisitorial na Idade Média, que ainda deixa traços nos sistemas processuais penais atuais.

Ferrajoli afirma que, tanto na historiografia como no Direito, “a conclusão tem, portanto, o valor de uma hipótese de *probabilidade* na ordem da conexão causal entre o fato aceito como provado e o conjunto dos fatos adotados como probatório”, pois, acrescenta:

A verdade processual fática é, na realidade, um tipo particular de verdade *histórica* relativa a proposições que falam de fatos passados, não diretamente acessíveis como tais à experiência; enquanto a verdade processual jurídica é a verdade que podemos chamar de classificatória, ao referir-se a classificação ou qualificação dos fatos históricos comprovados conforme as categorias subministradas pelo léxico jurídico e elaboradas mediante a interpretação da linguagem legal. (2006, p. 54)

A busca por tais acontecimentos pretéritos que não são experimentáveis diretamente, mas que formam a convecção do juiz deve levar em conta a observância do que é admissível ou não no procedimento probatório “sob o ponto de vista da política legislativa, na encruzilhada entre a busca da verdade em defesa da sociedade e o respeito a direitos fundamentais que podem ver-se afetadas por esta investigação.” (GRINOVER, 1996, p. 116)

Assim, cabe diferenciar as classificações das provas no processo. Em “Dos delitos e das penas”, Cesare Beccaria (2015, p. 33), distingue as provas do delito em perfeitas e imperfeitas. As primeiras são aquelas que não deixariam dúvidas da responsabilidade do fato delituoso. Por sua vez, as provas imperfeitas, são aquelas que “não excluem a possibilidade de inocência do acusado”.

No entanto, o ordenamento jurídico brasileiro prevê algumas espécies, tomando as definições de Aury Lopes (2013, p. 593), para diferencia-las. Segundo o autor, a prova ilegal é o gênero do qual são espécies a prova ilegítima e a prova ilícita. Sendo a prova ilegítima aquela que ocorre quando há “a violação de uma regra de direito processual penal no momento da sua produção em juízo, no processo.” Já a prova ilícita, “é aquela que viola regra de direito material ou a Constituição no momento da sua coleta, anterior ou concomitante ao processo, mas sempre exterior a este.”

Para além disso, a análise da busca da prova traz a tona a questão dos sistemas processuais e os métodos legitimados por eles para se chegar à verdade, uma vez que: “a

gestão/iniciativa probatória é fundante do próprio sistema, atribuir a gestão e o poder de ter iniciativa probatória ao juiz funda um sistema inquisitório e, como consequência, afeta o próprio regime legal das provas”(LOPES JUNIOR, 2013 , p. 540).Nesse caso, tanto a atividade investigativa como julgadora ficam monopolizadas pelo juiz, que tem a imparcialidade afetada no processo, uma vez que participando do processo investigativo, ele já estará enviesado e direcionará tanto a investigação como a decisão para o caminho que melhor abarcar suas pressuposições. Dessa forma, a limitação na produção de provas ganha importância no sistema acusatório que deve ser adotado no Estado Democrático de Direito.

4 PRINCÍPIOS E GARANTIASREAGENTES DO PROCESSO PENAL

A observância dos princípios processuais penais é essencial à concretização do processo justo e devido. O *duo process of law* estabelece pressupostos que limitam a atuação arbitrária do Estado e é dele que provém todos os outros princípios. Esses que são compreendidos por Humberto Ávila (2005, p. 70), como “normas imediatamente finalísticas [...] para cuja aplicação se demanda uma avaliação da correlação entre o estado de coisa a ser promovido e os efeitos decorrentes da conduta havida como necessária à sua promoção”.

Nas palavras de Oliveira (2009, p. 4), um processo justo “deve ser um processo construído sob os rigores da Lei e do Direito, cuja observância é imposta a todos os agentes do Poder Público, de maneira que a verdade ou verossimilhança (certeza, enfim) judicial seja o resultado da atividade probatória licitamente desenvolvida”. O processo deve ser, portanto, um instrumento de garantia, respeitando a regularidade dos procedimentos.

O direito brasileiro adotou princípios que regulam o processo, visando proteger os direitos individuais. Para tanto, legitima-se, por exemplo: a presunção de inocência, o contraditório, a ampla defesa, o juiz natural, a motivação das decisões judiciais, a jurisdicionalidade, a imparcialidade do juiz, a publicidade e sigilo, entre outros. Serão observados no presente estudo, apenas, os três últimos.

Na visão de Ferrajoli (2006, p. 49), o juízo penal é um saber-poder, caracterizado pela combinação entre conhecimento e decisão. Ao propor a Teoria do Garantismo Penal (1989), o citado autor, afirma que o modelo garantista corresponde a um modelo limite, ideal, que nunca será realizável, uma vez que a verificação jurídica dos pressupostos legais nunca será absolutamente certa e objetiva, visto que o juiz não é uma máquina automática. No entanto, esse Sistema Garantista traz pressupostos fundamentais para reduzir o arbítrio do juiz e limitar

seus atos no decorrer do processo, estabelecendo, então, dez axiomas que “não descrevem o que ocorre, mas prescrevem o que deve ocorrer; não enunciam as condições que um sistema penal efetivamente satisfaz, mas as que deva satisfazer” (FERRAJOLI, 2006, p.90).

Das dez premissas, o autor reconhece como a principal garantia processual, sendo o pressuposto para todas as demais, a da jurisdicionariade, expressa pelo axioma A7 *nulla culpa sine iudicio*. Podendo ser compreendida em sentido estrito, entende-se que “o juízo é simplesmente uma exigência do conjunto das garantias penais ou substanciais”. Já em sentido lato “é requerido o conjunto das garantias processuais ou instrumentais”. (FERRAJOLI, 2006, p.495)

O núcleo fundante de um sistema processual penal está na atribuição de poderes instrutórios/investigatórios ao juiz afeta o princípio da imparcialidade desse, uma vez que ao definir as provas e os meios probatórios, o mesmo já parte de um juízo pré-determinado do que pretende encontrar.

Se opera um primado (prevalência) das hipóteses sobre os fatos, porque o juiz que vai atrás da prova primeiro decide (definição da hipótese) e depois vai atrás dos fatos (prova) que justificam a decisão (que na verdade já foi tomada). (LOPES JUNIOR, 2013, p.128)

Dessa forma, não há como garantir a imparcialidade judicial, ocorrendo uma afetação dos elementos essenciais à um processo penal democrático. Esse processo que é realizado através do juiz, que uma vez parcial, contamina todas as demais garantias constitucional e processualmente estabelecidas.

Não se fala aqui em neutralidade, visto que, todo indivíduo é uma construção histórica, cultural, familiar e carrega consigo crenças, valores, que influenciam o modo de pensar sobre as coisas. Sendo impossível alcançar a neutralidade, no entanto, é imprescindível a tutela do princípio da imparcialidade, uma vez que, “corresponde exatamente a essa função de terceiro que o Estado ocupa no processo, por meio do juiz, atuando como órgão superordenado as partes ativa e passiva”. (LOPES JUNIOR, 2017, p. 62)

No que tange ao princípio da publicidade e sigilo, o art. 5º, LX, da Constituição Federal/88 estabelece a publicidade dos atos processuais como regra, sendo admissível a exceção nos casos de interesse social e de defesa da intimidade. Pode-se afirmar a existência de dois tipos de publicidade, a interna, que diz respeito às partes e a externa, referente ao público, a sociedade em geral. Esse princípio relaciona-se com o modelo acusatório, visto que, o inquisitorial torna sigiloso a maioria dos atos procedimentais.

No entanto, apesar da regra ser a publicidade e o sigilo ser a exceção, há limites na revelação dos atos processuais, assim, deve existir uma razoabilidade entre sua divulgação e a proteção dos direitos protegidos. “Ademias, o publicizar o acontecer judicial não é transformar as audiências e os julgamentos em um *reality show* judicial para a mídia angariar dividendos em suas diversas perspectivas (comercial, ideológica, política, v. g.) ”. (GIACOMOLLI, 2016, p.400)

5 A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA NA OPERAÇÃO LAVA JATO, ENTRE A PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS E O DIREITO À INTIMIDADE

Não há dúvidas que um dos meios de prova mais utilizados na Lava Jato, ao lado da delação premiada, foi e é a interceptação telefônica, a própria Operação nasceu a partir do monitoramento das conversas do doleiro Carlos Habib Chater,² que revelaram a existência de quatro organizações criminosas relacionadas entre si.

Como já mencionado, a partir dessa investigação que envolvia lavagem de dinheiro, a interceptação telefônica se tornou importante fonte para tais investigações. Não se pretende aqui, questionar sua necessidade processual, mas sim, a utilidade processual da divulgação do conteúdo que delas resultaram.

De acordo com Ada Pelegrini (1997, p.28),

[...] as interceptações telefônicas representarem, sim, um instrumento às vezes insubstituível no combate aos crimes mais graves, mas também uma insidiosa ingerência na intimidade não só do suspeito ou acusado, mas até de terceiros, pelo que só devem elas ser utilizadas como *ultima ratio*.

Luiz Flávio Gomes (1997, p. 85) aponta que a relevância da interceptação telefônica no Brasil não é recente, pois muitas vezes assumiu “uma forma reprovável de invasão à privacidade alheia”. Um exemplo claro disso foram as inúmeras violações à privacidade que ocorreram durante a ditadura militar e essa atividade de menosprezo à dignidade humana inúmeras vezes foi acatado pela convivência popular.

Outro exemplo, esse atual, no contexto da Lava Jato, foram as conversas obtidas através de interceptação do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com aliados políticos incluindo a então presidente Dilma Rousseff. O conteúdo dessas comunicações veio a público e causaram repercussão em todo território nacional, no âmbito político e social, provocando o questionamento sobre a legalidade da ação do juiz bem como a

² Informação obtida através do site do Ministério Público Federal.

violação de direitos e garantias constitucionais e processuais. Tal movimentação se deu, pelo teor da conversa interceptada, que além de não ter ligação direta com o objeto da investigação, visto que a substância da comunicação se tratava de um ajuste político, estava irregular, pois o juiz já havia decretado o fim da quebra do sigilo, que apesar de necessitar de certo tempo para não mais capitar as informações, não deveriam ter sido publicadas, uma vez que foram colhidas após a determinação judicial de interrupção das interceptações telefônicas.

Nesse caso, o juiz Sérgio Moro justificou sua decisão em quebrar o sigilo das comunicações, bem como, em trazer a público o conteúdo da interceptação telefônica, a partir do discurso do interesse público. Entretanto, em decisão do Superior Tribunal Federal, o ministro Teori Zavascki argumentou que o interesse público não pode ser utilizado para justificar a suspensão do sigilo das conversações telefônicas interceptadas. São relevantes os fundamentos que afirmam a ilegitimidade da decisão do magistrado de primeiro grau:

A lei de regência (Lei 9.269/1996), além de vedar expressamente a divulgação de qualquer conversação interceptada (art. 8º), determina a inutilização das gravações que não interessem à investigação criminal (art. 9º). Não há como conceber, portanto, a divulgação pública das conversações do modo como se operou, especialmente daquelas que sequer têm relação com o objeto da investigação criminal. Contra essa ordenação expressa, que – repita-se, tem fundamento de validade constitucional – é descabida a invocação do interesse público da divulgação ou a condição de pessoas públicas dos interlocutores atingidos, como se essas autoridades, ou seus interlocutores, estivessem plenamente desprotegidas em sua intimidade e privacidade.³

Na visão de Nucci (2013, p. 434), a preservação do conteúdo derivado da interceptação deve ser mantida em segredo de justiça, restringindo o acesso ao juiz, membros do Ministério Público e advogado do indicado ou acusado. Assim, assegura-se o cumprimento do inciso LX do art. 5º da Constituição que permite a restrição da publicação dos atos processuais com o objetivo de tutelar a intimidade do investigado ou o interesse social.

Observa-se que, apesar de haver um direito à informação exercido em sua grande parte pela imprensa, deve-se considerar caráter fundamental da preservação da intimidade das pessoas, portanto, “quando alguns fatos forem precisamente ligados à personalidade e à dignidade da pessoa humana, não devem ser divulgados pela imprensa, sob o pretexto de haver liberdade de informação.” (NUCCI, 2013, p. 435)

Geraldo Prado (2012) afirma que as decisões jurídicas não são politicamente neutras, entretanto, a ausência de neutralidade não pode se confundir com admissão de parcialidade.

³ Decisão ratificada em 31 de março de 2016, sete ministros votaram no total da decisão e dois ministros, Luiz Fux e Marco Aurélio divergiram no que dizia respeito a prerrogativa de foro e remessa dos autos ao STF. Medida Cautelar na Reclamação 23.457 Paraná.

Leonardo Augusto Marinho Marques (2016), alerta, por exemplo, que houve divulgação seletiva dos resultados das interceptações, atenta:

Dados criteriosamente selecionados foram repassados para a imprensa, para atingir resultados pragmáticos: (a) chamar a atenção de futuros investigados para o avanço da investigação, como forma de incentivá-lo a fazer novas delações; (b) conquistar a opinião pública, para imunizar o trabalho contra a crítica por eventual abuso. De outro lado, provas importantes permaneceram submetidas ao mais absoluto segredo, mesmo durante a fase de produção de prova. Por exemplo, as gravações de conversas telefônicas e os vídeos das delações premiadas. (p. 206)

Essas motivações revelam uma atuação parcial do juiz, bem como a utilização do princípio da publicidade dos atos processuais como legitimador de tais arbítrios. Diante disso, percebe-se que o direito à intimidade e à privacidade foi suplantado por decisões seletivas que se por um lado revelava conteúdos que repercutiam midiaticamente, de outro mantinha em segredo várias informações das quais a população nunca terá ciência. Dessa forma, o juiz parcial conduziu não só as investigações, bem como a opinião pública.

Essa parcialidade do juiz, não condiz com o princípio processual da imparcialidade que garante um processo devido e justo. Essa inobservância pode ramificar-se em outras violações de princípios imprescindíveis ao processo no Estado Democrático de Direito.

Diante do que foi exposto, pergunta-se: que interesse público é esse, que legitima a violação de direitos fundamentais? Esse interesse público diante do interesse particular deve justificar a interceptação e sua divulgação a ponto de expor a vida privada dos investigados?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interceptações telefônicas realizadas no âmbito da Operação Lava Jato, revelam a inobservância do juiz no que tange ao direito fundamental à vida privada. No caso em que houve a interceptação da conversa entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então presidente Dilma Rousseff aponta que o direito a intimidade e à privacidade independem dos sujeitos interlocutores. Pois a exposição dos investigados ou réus, no âmbito penal ao método de quebra do sigilo das comunicações por meio das interceptações, atinge diretamente a dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, apesar da previsão do princípio da publicidade dos atos processuais, esse deve ser limitado quando em face do direito à vida privada dos envolvidos no processo. Assim, o sigilo das comunicações deve ser regra e a interceptação telefônica, uma exceção.

Conclui-se, então, que o interesse público não deve ser utilizado como motivação de atos que impliquem a exposição de investigados do processo, de modo que a publicidade em torno do conteúdo das interceptações telefônicas não pode ser utilizada com interesses que não os realmente processuais.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 4. ed. rev. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Paulo M. Oliveira. 2 ed. São Paulo: Édipo, 2015.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: teoria do garantismo penal**. 2.ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

GIACOMOLLI, Nereu. **O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: 2016.

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raúl. **Interceptação telefônica: lei 9.296, de 24.07.96**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

GRINOVER, A. P; FERNANDES, A. S; MAGALHÃES FILHO, A. **As nulidades do processo penal**. Malheiros editores, 5. ed. São Paulo: 1996.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O regime brasileiro das interceptações telefônicas. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 2007, jan./mar. 1997, p. 21-38. Disponível e: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46935/46291>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. **Direito processual penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARQUES, Leonardo Augusto Marinho. Interceptação telefônica e obscurantismo inquisitório: o que aprender com a Lava Jato? **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v.122, set/out. 2016, p. 205-227.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 7.ed. Rev. atual. Ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, Êugenio Pacelli. **Curso de Processo Penal**. 11.ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009, p.4.

PRADO, Geraldo. **Limite às interceptações telefônicas e a jurisprudência do superior tribunal de justiça**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2012.

SARLET, Ingo. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

Informações sobre a Operação Lava Jato encontradas no site do Ministério Público Federal. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico/por-onde-comecou>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

Medida Cautelar na Reclamação 23.457 Paraná. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Rcl23457.pdf>>. Acesso em: 2 de jun. 2017.



A MÃE TERRA COMO NOVO PARADIGMA PARA TEORIA GERAL DO DIREITO: REFLEXÕES SOBRE *PACHAMAMA*

*Natalie Coelho Lessa*¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o conceito de Pachamama (Mãe Terra) como novo paradigma para Teoria Geral do Direito. O reconhecimento da natureza como sujeito de direitos no novo constitucionalismo latino-americano pelas Constituições pluralistas do Equador e da Bolívia, além de ser inédito na história dos povos colonizados da América do Sul, significa uma necessária revisão da epistemologia clássica eurocêntrica/positivista da Teoria Geral do Direito. Compreender o significado desta mudança de perspectiva em relação à Pachamama é mudar o olhar sobre o conceito mercantilista/liberal de propriedade/coisa. Essa virada biocêntrica através do reconhecimento da natureza como sujeito de direito, inaugura um constitucionalismo voltado para valores ecológicos e coloca Pachamama como base para sustentar todos os outros direitos pessoais e sociais, sem hierarquia, mas como sistema vivo e autopoietico.

Palavras-chave: Pachamama. Teoria Geral do Direito. Constitucionalismo Ecológico. América Latina.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the concept of *Pachamama* (*Mother Earth*) as a new paradigm for the General Theory of Law. The recognition of nature as a subject of rights in the new Latin American constitutionalism by the pluralist Constitutions of Ecuador and Bolivia, in addition to being unprecedented in the history of the colonized peoples of South America, means a necessary revision of the classical Eurocentric/positivist epistemology of Theory General of Law. Understanding the meaning of this change of perspective in relation to *Pachamama* is to change the look on the mercantilist / liberal concept of property. This biocentric shift through the recognition of nature as a subject of law, inaugurates a constitutionalism focused on ecological values and places *Pachamama* as the basis for sustaining all other personal and social rights, without hierarchy, but as a living and autopoietic system.

KEYWORDS: Pachamama. General Theory of Law. Ecological Constitutionalism. Latin America.

¹ Advogada trabalhista. Especialista em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG) e pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Discente do Programa de Pós-Graduação [Mestrado] da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: nataliecoelho8@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

“Não continuem dando as costas à mãe Terra” - Papa Francisco

O papa Francisco publicou em junho de 2015 a Carta Encíclica intitulada “Sobre o cuidado da casa comum”², sob inspiração na invocação de São Francisco, que, no Cântico das criaturas, recorda que a terra, a nossa casa comum, “*se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços*”.

Para Comparato³, São Francisco de Assis, através da ideia de fraternidade universal pregava que os humanos não seriam somente todos filhos de um mesmo pai, mas essa fraternidade era igualmente partilhada com todas as criaturas de Deus, viventes ou não, sendo o próprio corpo humano um elemento da natureza. Essa mesma concepção é lembrada pelo papa Francisco na encíclica que alerta os humanos para a tarefa urgente de olhar para a natureza com respeito.

Na mesma carta solene, de cunho social, doutrinária e dogmática, o primeiro papa não europeu em 1200 anos⁴, posiciona a igreja sobre o tema da *mãe terra*, alerta para a crise do antropocentrismo moderno e para a necessidade de uma conversão ecológica que respeite a casa comum. Além do forte conteúdo ético, a encíclica ambiental do chefe do Estado Vaticano, tem sua relevância enquanto documento internacional recente que versa sobre os cuidados para com a natureza. O papa, natural da Argentina, é uma voz que vem enfrentando o debate ecológico sobre a necessidade de cuidar da *mãe terra*. Em sua viagem pela América Latina em 2015 o papa alertou sobre os perigos da terra sem direitos:

Há algo claro, não podemos seguir dando as costas à nossa realidade, a nossos irmãos, a nossa mãe Terra (...) Crescemos pensando apenas em cultivar, que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados talvez a espoliá-la (...), e por isto entre os pobres mais abandonados e maltratados está nossa oprimida e devastada Terra.⁵

O discurso do papa Francisco, de forma empática, se alinha à noção de *Pachamama* proposta pelo novo constitucionalismo latinoamericano. A importância política da encíclica para o mundo é substancial e assume um papel de comunicação importante diante da crise ambiental. Através de um discurso revolucionário, anticapitalista, biocêntrico e ecológico o papa alerta a humanidade, invocando o exemplo de São Francisco de Assis para a necessidade

² CARTA ENCÍCLICA. *Laudato si' do Santo Padre Francisco: Sobre o cuidado da casa comum*. Disponível em: < <http://w2.vatican.va/content/vatican/it.html> > Acesso em: 20 de mar. 2017.

³ COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁴ Primeiro papa latino-americano.

⁵ Disponível em: <<http://www.em.com.br>>. Acesso em: 20 de mar. 2017.

de cuidado com a casa comum. Um marco fundamental para uma instituição tão conservadora e tradicional como é a igreja católica.

Boaventura de Souza Santos também adverte neste sentido para o grande problema comum da humanidade – a crise ambiental:

Por um lado, a conversão do progresso em acumulação capitalista transformou a natureza em mera condição de produção. Os limites desta transformação começam hoje a ser evidentes e os riscos e perversidades que acarreta, alarmantes, bem demonstrados nos perigos cada vez mais iminentes de catástrofe ecológica.⁶

Essa mesma mudança de paradigma abordada pelo papa, com vistas a enfrentar também a crise ambiental, ocorreram alguns anos antes nas novas constituições latino-americanas que romperam com os padrões do constitucionalismo liberal e incluíram uma série de conteúdos e conceitos desconhecidos para a doutrina clássica.

De acordo com Leonardo Boff⁷, as constituições modernas, são fundadas no contrato social de cunho antropocêntrico, não incluindo o contrato natural que é a relação do ser humano com a terra. Para o autor, o novo constitucionalismo latino-americano de natureza ecológica, incluiu os direitos da natureza e afirmou os direitos da terra. Mesmo se tratando de uma experiência positivista, a história da Bolívia e do Equador revelam a quantidade de pessoas que precisaram lutar e até mesmo morrer por essas conquistas.

Wolkmer, lembra que a colonização foi implementada também no campo jurídico e na epistemologia do novo mundo, através de uma roupagem imposta que não cabia numa realidade tão distinta da europeia:

(...) Na América Latina, tanto a cultura jurídica imposta pelas metrópoles ao longo do período colonial, quanto as instituições jurídicas formadas após o processo de independência (tribunais, codificações e constituições) derivam da tradição legal europeia, representada, no âmbito privado, pelas fontes clássicas dos Direitos romano, germânico e canônico. Igualmente, na formação da cultura jurídica e do processo de constitucionalização latino-americanos pós-independência, há de se ter em conta a herança das cartas políticas burguesas e dos princípios iluministas inerentes às declarações de direitos, bem como provenientes agora da nova modernidade capitalista, de livre mercado, pautada na tolerância e no perfil liberal-individualista. Nesse sentido, a incorporação do modo de produção capitalista e a inserção do liberalismo individualista tiveram uma função importante no processo de positivação do Direito estatal e no desenvolvimento específico do Direito público das antigas colônias ibéricas. Cabe reconhecer que o individualismo liberal e o ideário iluminista dos Direitos do Homem penetraram na América

⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*: 14. Ed. São Paulo: CORTEZ, 2013. p. 51.

⁷ BOFF, Leonardo. *Constitucionalismo Ecológico na América Latina*. 2013. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2013/05/11/constitucionalismo-ecologico-na-america-latina>>. Acesso em 20 de mar. 2017.

hispânica, no século XIX, dentro de sociedades fundamentalmente agrárias e, em alguns casos, escravagistas, em que o desenvolvimento urbano e industrial era praticamente nulo. Desse modo, a juridicidade moderna de corte liberal vai repercutir diretamente sobre as estruturas institucionais dependentes e reprodutoras dos interesses coloniais das metrópoles.⁸

Todo o processo jurídico e político de criação das novas constituições latino-americanas foi um grande “não” ao modelo liberal clássico implantado na América Latina. Depois da “independência”, as constituições desses Estados subalternos receberam importação de doutrina estrangeira. O novo constitucionalismo, mesmo que ainda positivista, deve ser considerado revolucionário por tentar encontrar soluções jurídicas apropriadas e adequadas para seus próprios problemas, através da sua própria voz.

Essa nova baliza para o campo jurídico no mundo, foi marcada pelo princípio da soberania popular que guiou todo o processo das constituições pluralistas do Equador e da Bolívia, frutos das assembleias constituintes comprometidas em acolher a vontade soberana e conquistada a ferro e fogo pelos diversos povos indígenas e afrodescendentes.

A antiga tradição do século XIX que pensava num estudo comum entre todos os ramos do direito buscando uma unidade do direito positivo e das normas jurídicas está sendo oxigenada pelos novos caminhos que vem sendo trilhados pelos Estados pós-coloniais.

O novo constitucionalismo inova a teoria geral do direito, pois inaugura novos conceitos, que na verdade são conceitos milenares da cultura andina, no mundo jurídico. A inovação jurídica nada mais é do que a positivação daquilo que foi negado aos povos latino-americanos durante séculos. As vozes, nas novas constituições plurinacionais, muitas vezes remetem à cultura ancestral.

Neste artigo, analisaremos a categoria de *Pachamama* como sujeito de direito nas constituições plurinacionais do Equador e da Bolívia e sua importância para a teoria geral do direito.

2 PACHAMAMA E SUA FUNÇÃO SIMBÓLICA

Pensar na função simbólica do conceito de *Pachamama*, no campo jurídico, exige uma apresentação do seu significado para os povos da América Latina. Não pretendemos defender que o conceito de *Pachamama* seja universalizado na teoria geral do direito, mas refletir

⁸ WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo crítico e perspectivas para um novo constitucionalismo na América Latina*. In: WOLKMER, Antônio Carlos; MELO, Milena Petters (Orgs.). *Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 22-23

através dos exemplos da Constituição boliviana (2009)⁹ e equatoriana (2008)¹⁰ sobre a quebra do paradigma individualista burguês onde a natureza é tratada como simples propriedade (objeto/mercadoria) e sobre o novo olhar da natureza como sujeito de direito.

2.1 SIGNIFICADO DE PACHAMAMA E SUAS INTER-RELAÇÕES

*Pachamama*¹¹ é uma deidade para o povo *Quechua*¹² que traz em si o sentido de *terra mãe* sustentadora da vida.¹³ Honrada como padroeira da agricultura, que protege os seres vivos e os permite viver graças aos seus recursos naturais. Representa o poder da nutrição, fertilidade e abundância.

A palavra *Pachamama* é composta de duas palavras. “*Pacha*” é um termo *aymará* e que significa “terra, tudo, todos, mundo, universo, tempo, época” e “*Mama*” que é traduzida como mãe.

O culto ao princípio feminino gerador e nutridor da vida (*deusa mãe*), está presente em inúmeras culturas, desde os tempos remotos. Esse tema tem sido objeto de estudo de diversos autores da mitografia que identificaram em diversas partes do mundo simbologias que denotam um significado comum de reverência à *mãe terra*.

Al igual que en otros pueblos amerindios, entre los quechuas la tierra tiene un sentido amplio, de muchas significaciones; es el principio creador femenino en el mundo, participa en la creación de seres que pueblan el espacio de personas, animales, plantas. Tiene bajo su amparo a los seres vivos, la fertilidad del suelo; está vinculada a las montañas, a las cuevas y al agua. Su significado es sagrado y se relaciona con el principio femenino creador de la naturaleza y del cosmos. El nombre Pacha Mama implica tiempo, espacio y universo a la vez, y constituye la médula de la filosofía quechua. Pero la madre-tierra es creadora y mortal, lo que explica la actitud solícita que tienen hacia ella los pueblos ancestrales.¹⁴

⁹ BOLÍVIA, Constituição (2009). *Nueva Constitución Política de Estado*. Disponível em: <<http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

¹⁰ EQUADOR. *Constitución del Ecuador*. 2008. Disponível em: <http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf> Acesso em: 09 set. 2016.

¹¹ Mit. (Madre Tierra). Dios totémico de los Inkas representado por el planeta Tierra, al que se le ofrecían ofrendas. El brindis era con ella en las ceremonias agrícolas y ganaderas, y que aún superviven en la actualidad en el mundo andino. || Etnohist. Templo del Urin Qosqo o mitad inferior de la ciudad del Qosqo. Estaba ubicado en la parte S de la actual Avenida Garcilaso, en el barrio de Pumaqchupan. DICCIONARIO. *Quechua- Español- Quechua Qheswa- Español- Qeswa Simi Taqe*. Academia Mayor de la lengua Quechua Qheswa Simi Hamut'ana Kurak Suntur. Segunda edición. CUSCO, Perú, 2005. Disponível em: <<http://www.illa-a.org/cd/diccionarios/DicAMLQuechua.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2017.

¹² Quechua é a língua comum dos povos da América do Sul.

¹³ PAREDES, M. Rigoberto. *Mitos, supersticiones y supervivencias populares de Bolivia*. La Paz: Arno Hermanos, 1920.

¹⁴ ALMEIDA, Ileana. *El Estado Plurinacional y el Sumak Kawsay*. Quito, 2012. Disponível em: <<http://redciecuador.wordpress.com/2012/03/06/el-estado-plurinacional-y-el-sumak-kausay>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

A ponte entre as diversas culturas é tão forte que podemos ir da mitologia grega, onde o planeta vivo é representado como *Gaia*, filha de *Caos* e *Uranus*, até o Candomblé da Bahia, onde, até os dias atuais, é cultuado o orixá *Onilé*.

De acordo com Reginaldo Prandi, *Onilé*, é o orixá que representa o planeta terra. Seu mito é encontrado em vários poemas de ifá:

A humanidade não sobreviveria sem *Onilé*. Afinal, onde ficava cada uma das riquezas que *Olodumare* partilhara com filhos orixás? "Tudo está na Terra", disse *Olodumare*. "O mar e os rios, o ferro e o ouro, Os animais e as plantas, tudo", continuou. "Até mesmo o ar e o vento, a chuva e o arco-íris, tudo existe porque a Terra existe, assim como as coisas criadas para controlar os homens e os outros seres vivos que habitam o planeta, como a vida, a saúde, a doença e mesmo a morte". Pois então, que cada um pagasse tributo a *Onilé*, foi a sentença final de *Olodumare*.¹⁵

Aqui poderíamos discorrer sobre centenas de representações mitológicas e significados para diversos povos que se conectam com a noção de reverência e respeito à *pachamama*, como *Erda*¹⁶, *Danu*¹⁷, *Prithivi Devi*¹⁸, *Haumea*¹⁹, porém vamos nos conter ao estudo da positivação de *Pachamama* nas experiências jurídicas do novo constitucionalismo latino-americano e sua importância para teoria geral do direito.

A intenção ao invocar essas inter-relações é apenas apontar como a noção de *mãe terra*, *Pachamama*, *Oníle*, *Gaia*, etc., são concepções adotadas em várias civilizações de forma holística.

Leonardo Boff, também destaca a relação de *Pachamama* com as novas concepções científicas:

Aliam esta ancestral tradição, eficaz, da cultura andina que vai da Patagônia ao México à nova compreensão derivada da cosmologia contemporânea, da biologia genética e molecular, da teoria dos sistemas que entende a Terra como um superorganismo vivo que se autorregula (autopoiesis de Maturana-Varela e Capra) de forma a sempre manter a vida e a capacidade de reproduzi-la e fazê-la coevoluir. Esta Terra, denominada de *Gaia*, engloba todos os seres, gera e sustenta a teia da vida em sua incomensurável biodiversidade. Ela, como Mãe generosa, deve ser respeitada, reconhecida em suas virtualidades e em seus limites e por isso acolhida como sujeito de

¹⁵ PRANDI, Reginaldo. *Os orixás e a natureza*. Disponível em: <<http://www.uniaoestrelaguia.com.br/textos/natureza.pdf>>. Acesso em 17 mar. 2017. Acesso em: 17 mar.2017.

¹⁶ *Mãe Terra* cultuada entre os povos nórdicos.

¹⁷ *Danu* é reverenciada como Senhora da Terra ou a grande mãe na Irlanda.

¹⁸ Aquela que a tudo sustenta no hinduísmo.

¹⁹ *Haumea* é a Mãe Terra, ancestral do Havaí. Seu nome é formado por *hau*, que significa "dirigente" e *mea*, "a terra vermelha" "aquela que se metamorfoseava sempre que quisesse, daí seu título de "A deusa das metamorfoses" e "a deusa com milhares de formas".

direitos – a *dignitas Terrae* – base para possibilitar e sustentar todos os demais direitos pessoais e sociais.²⁰

Ressalte-se que em nenhuma das concepções citadas, há uma relação em que a natureza é concebida como propriedade privada, como simples objeto de troca, que pode ser devastada. Para os diversos povos que de alguma forma reverenciam e louvam a mãe terra e seu poder gerador de alimentos como condição de sobrevivência humana, não há uma visão utilitarista da natureza, mas uma visão sagrada, como uma espécie de reconhecimento dos limites humanos.

3 A RECONSTRUÇÃO PARADIGMÁTICA DA NATUREZA NO MUNDO DO DIREITO

Refletir sobre as mudanças paradigmáticas e decisões judiciais que colocam a natureza como sujeito de direito é meditar sobre as visões de mundo, em diversas culturas, que não se curvaram diante de um pensamento único e universal sobre o direito. É lembrar que o campo jurídico, de acordo com Bourdieu, é um lugar de concorrência pelo monopólio de dizer o direito:

A reivindicação da autonomia absoluta do pensamento e da ação jurídicos afirma-se na constituição em teoria de um modo de pensamento específico, totalmente liberto do peso social, a tentativa de Kelsen para criar uma <<teoria pura do direito>> não passa do limite ultra consequente do esforço de todo o corpo de juristas para construir um corpo de doutrinas e de regras completamente independentes dos constrangimentos e das pressões sociais, tendo nele mesmo o seu próprio fundamento.²¹

Neste sentido, a proposta purificadora de Kelsen, para Warat, cristalizou a teoria geral do direito, tornando-a inquestionável. Ao definir a epistemologia jurídica e a dogmática geral, criou-se através da “teoria pura do direito” uma ditadura da certeza no campo jurídico onde as bases metodológicas, o sistema conceitual e as categorias gerais foram padronizadas. O autor afirma que esse marco para a teoria geral do direito proposta por Kelsen apresentou um grau de que adaptabilidade tão grande que, depois dela, é tarefa difícil compreender a lógica da dogmática jurídica sem suas referências analíticas.²²

²⁰ BOFF, Leonardo. *Constitucionalismo Ecológico na América Latina*. 2013. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2013/05/11/constitucionalismo-ecologico-na-america-latina>>. Acesso em 20 de mar. 2017.

²¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11ª ed.- Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007. p. 209.

²² WARAT, Luís Alberto. *Epistemologia e Ensino do Direito*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. p. 227.

Para a professora Marília Muricy²³, a teoria pura proposta por Hans Kelsen, que buscou em Kant sua base para pureza metódica, é uma tentativa de tirar a substância do direito. Tal assepsia buscou a autonomia da ciência do direito e, em nome da pureza, o esvaziou, subtraindo todo conteúdo social. Para ela, Kelsen forma um arcabouço epistemológico positivista que vai dar suporte ao projeto de modernidade capitalista em nome da racionalidade. O pluralismo do mundo real e os valores tinham que estar do lado de fora da ciência jurídica para que essa, assim como o capitalismo, pudesse ser global.

Nas palavras do professor Ricardo Maurício Soares:

O positivismo jurídico é aquela doutrina segundo a qual não existe outro direito senão o positivo. A passagem da concepção jusnaturalista à positivista está ligada à formação do Estado moderno que surge com a dissolução da sociedade medieval. Ocorre, assim, o processo de monopolização da produção jurídica pelo Estado, rompendo com o pluralismo jurídico medieval (criação do direito pelos diversos agrupamentos sociais), em favor de um monismo jurídico, em que o ente estatal prescreve o direito (...)²⁴

De acordo com Comparato²⁵, Kant, um dos pais do iluminismo, com seu imperativo categórico, propôs uma lei geral, universal e abstrata que deveria se aplicar a todos os povos em todos os tempos. O fundamento da razão pura, portanto, partiu do pressuposto da separação radical entre o mundo do ser e o do dever-ser, rejeitou-se categoricamente o método de se procurar justificar a lei moral pelos costumes, ou pelo exemplo das boas ações.

O novo constitucionalismo latino-americano e a concepção de justiça a partir do biocentrismo, questionam profundamente essas bases do direito tradicional universalizado, patronizado e muitas vezes inquestionado devido ao seu status de ciência pura. As categorias jurídicas tradicionais e positivistas são postas em cheque, muitas vezes por vozes presentes na cultura milenar dos povos que não tem uma visão utilitarista da natureza como propriedade, nem do homem como centro do mundo e que resistem a uma ideologia capitalista, preservando seus próprios valores. A separação entre direito, moral e política é questionada.

A nova visão biocêntrica a partir do direito não é apenas um fenômeno na América Latina. Recentemente, no dia 20 de março de 2017, a alta corte do Estado de Uttarakhand, no norte da Índia, reconheceu dois rios sagrados, o *Ganges* (“*Ganga Maa*”) e o *Yamuna*, como

²³ MURICY, Marília. *Racionalidade do direito, justiça e interpretação. Diálogo entre a teoria pura e a concepção luhmanniana do direito como sistema autopoiético*. In: *Hermenêutica plural: possibilidades jusfilosóficas em contextos imperfeitos*/ organizadores Carlos Eduardo de Abreu Boucault, José Rodrigo Rodriguez: São Paulo: Martins Fontes. 2002. - (Coleção tópicos)- Vários autores.

²⁴ SOARES, Ricardo Maurício Freire. *Elementos de teoria geral do direito*. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 159

²⁵ COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

sujeitos de direitos²⁶. Nesses rios adorados pelos hindus são praticados os rituais sagrados. De acordo com as crenças hindus, um mergulho no Rio Ganga pode lavar todos os pecados. Os rios *Ganga* e *Yamuna* são centrais para a existência de metade da população indiana e sua saúde e bem-estar. Eles têm proporcionado sustento físico e espiritual aos indianos desde tempos imemoriais. Essa decisão surgiu devido ao alto nível de poluição e porque esses rios estavam morrendo.²⁷

A sentença foi inspirada depois que a Nova Zelândia reconheceu, no dia 16 de março de 2017, o rio *Whanganui*²⁸, o terceiro mais longo do país, como rio sagrado para o povo *maori* como sujeito de direitos²⁹.

Essas decisões inéditas demonstram o início de uma reconstrução paradigmática da natureza como sujeito de direito no campo jurídico internacional. Elas começam a romper a tradição do sistema capitalista onde, segundo Edson Fachin, a categoria de sujeito de direito é nuclear, por ser o sujeito quem ocupa a função “de colocar em movimento bens, coisas, ou interesses.”³⁰

Para o autor, a categoria de sujeito de direito na visão antropocêntrica/positivista, significa o ingresso no plano do direito, ou seja, ter titularidade. Conforme a tradição legal, só existe relação jurídica entre pessoas, porque as coisas, não tem “vontade”. “*E isto legitima indivíduos a se apropriarem de quase tudo e definir o querer e o não querer: eis o contrato social. Equívoco em vão.*”³¹

Para Michel Miaille, “*quando se diz que o sujeito de direito tem poderes sobre a coisa, melhor seria dizer que ela é mercadoria em relação a ele.*”³². Para o autor³³, a noção de sujeito de direito é apresentada no direito de forma abreviada e lacônica, esgotando a matéria mais “natural”: “*o que é mais lógico, afinal, do que ser o homem o centro do mundo jurídico e ser, pois, em primeiro lugar, o dado básico do sistema de direito?*”

O jurista continua com o seguinte questionamento: “*Que pode haver de mais natural, de mais lógico, que separar assim, na natureza e na sociedade, as coisas das pessoas?*”. Para

²⁶ Writ Petition (PIL) No.126 of 2014. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/0BzXilfcxe7yuM3VRWTZDeTmSGc/view>>. Acesso em 23 mar. 2017.

²⁷ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/meio-ambiente/por-preservacao-ambiental-rios-ganges-vira-pessoa-juridica-na-india-21091646>>. Acesso em 23 mar. 2017.

²⁸ O nome maori do rio é *Te Awa Tupua*.

²⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/nova-zelandia-concede-personalidade-juridica-a-rio-venerado-por-maoris.ghtml>>. Acesso em 23 mar. 2017.

³⁰ FACHIN, Luz Edson. *Teoria Crítica do Direito Civil: à luz do novo Código Civil Brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. p.146.

³¹ Op.Cit

³² MIAILLE, Michel. *Introdução crítica ao direito*. 3. ed. Lisboa: Estampa, 2005. p.162-163.

³³ Op.Cit

ele, a questão é mais complexa e de fato o é, pois essa relação entre a coisa e a pessoa depende da visão de mundo e de circunstâncias históricas. E alerta que a regra jurídica não tem em vista a coisa em si mesma, mas antes, o direito que eventualmente se tem sobre essa coisa.

Miaille diz que o direito real- o que tem por objeto uma coisa, é definido como absoluto e oponível a todos, existindo em relação a todas as pessoas, cujo exemplo típico é o direito de propriedade:

O proprietário tem “poderes” sobre certa coisa, simbolizada pelo tríptico, citado sempre em latim: “*usus, fructus et abusos*”, isto é, o direito de usar, de receber frutos e de dispor da coisa. Esta localização dos direitos reais permite distingui-los dos direitos pessoais que permitem a uma pessoa exigir qualquer coisa de outra pessoa.³⁴

A noção de propriedade está diretamente ligada ao que se entende por natureza e a relação do homem com ela. A concepção predominante do início da modernidade e até os dias atuais é uma dicotomia aguda que separa sujeito/ objeto- e se coisifica, escravizando, para depois mercantilizar. Para a visão andina, assim como para o hinduísmo e para São Francisco de Assis as pessoas não estão separadas da natureza, mas fazem parte dela, são filhas de *Pachamama* (para os povos andinos) ou *Mahadevi* (para os hindus). Tudo está conectado entre si por uma rede cósmica, tudo está relacionado.

Conforme apresenta Tamaio³⁵, há uma diversidade na forma de compreender a natureza, vejamos:

Concepções de natureza	
Romântica	<i>Visão dualista (homem X natureza), sempre harmônica, enaltecida, maravilhosa, com equilíbrio e beleza estética, algo belo e ético.</i>
Utilitarista	<i>Também dualística, interpretada como fornecedora de vida e de recursos ao homem (leitura antropocêntrica)</i>
Científica	<i>Abordada como uma “máquina inteligente e infalível”; generalizante, forma muito ampla, vaga e abstrata: “tudo é natureza”.</i>
Naturalista	<i>Que se refere a tudo que não sofreu ação de transformação pelo homem (as matas, bichos, os alimentos, entre outros);</i>
Socioambiental	<i>Desenvolve uma “abordagem histórico-cultural”, reintegrando o homem à natureza e, muitas vezes, o homem surge como responsável pela degradação ambiental.</i>

³⁴ Op.cit.

³⁵ TAMAIO, Irineu. *O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental*. – São Paulo: Annablume: WWF, 2002.

Invocar a visão de mundo dos antepassados, ou a chamada concepção socioambiental na classificação de Tamaio, em decisões judiciais é uma forma no mínimo crítica de confrontar o império do direito europeu positivado em suas colônias subalternas.

Para Ramiro Ávila Santamaría³⁶ nenhum teórico do direito, clássico ou contemporâneo, quando define o direito subjetivo, amplia o status a outros seres que não sejam humanos. Por isso a natureza não tem sido titular de direitos subjetivos na clássica tradição da teoria geral do direito.

La consecuencia de este principio es que la naturaleza requiere de los seres que la habitan, y los seres no podrían vivir sin la naturaleza. Además, el ser humano no está en la naturaleza —o la naturaleza alberga al ser humano—, sino que el ser humano es la naturaleza. No se puede desintegrar el concepto de ser humano con la naturaleza, ambos son uno, de ahí que hacer daño a la naturaleza es hacerse daño a sí mismo.³⁷

O reconhecimento da natureza como sujeito de direito nas constituições latino-americanas, o reconhecimento das juridicidades comunitárias, do estados plurinacionais, propõem uma perspectiva decolonial. Os movimentos indígenas foram os grandes responsáveis por essas perspectivas e propõem um outro direito para além do estatal. São pautas contra hegemônicas dos movimentos sociais indígenas e camponeses desses países que deram fundamento para esses direitos.

O conceito de *Pachamama* está positivado e expresso tanto na Constituição do Equador, quanto da Bolívia. De acordo com Nuria Belloso Martín:

A América Latina passa por um momento muito rico de construção de identidades constitucionais. Os mais recentes movimentos constitucionalistas, resultaram em constituições que valorizaram a participação democrática e enfatizaram identidades de grupos anteriormente invisibilizados. (...) O constitucionalismo latino-americano rompe com um paradigma e se apresenta como novo em seu movimento pós-colonial, de ruptura com conceitos hegemônicos que se cristalizaram no pensamento das sociedades modernas.³⁸

Portanto, o novo constitucionalismo latino-americano é ao mesmo tempo uma ruptura com a tradição legal europeia e com as propostas de neocoloniais propostas pelo capitalismo de livre mercado. A compreensão desta proposta, assim como o estudo de decisões recentes

³⁶ SANTAMARIA, Ramiro Ávila. *El derecho de la naturaleza: fundamentos*. 2010. Disponível em: <<http://repositorionew.uasb.edu.ec/bitstream/10644/1087/1/%C3%81vila-%20CON001-El%20derecho%20de%20la%20naturaleza-s.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

³⁷ Op.cit.

³⁸ MARTÍN, Nuria Belloso. *Del neoconstitucionalismo al (nuevo) constitucionalismo latinoamericano*. In: *O Direito em Transição*. Organizadores: Ricardo Maurício Freire Soares, Antônio Rosalvo Batista Neto.- Salvador: Ed. Dois de Julho, 2016. p. 205

fundamentadas nesta perspectiva são importantes para o estudo da teoria geral do direito na atualidade.

3.1 PACHAMAMA NO EQUADOR (CONSTITUIÇÃO DE MONTECRISTI DA REPÚBLICA DO EQUADOR)

A Constituição do Equador, de outubro de 2008, convocada pelo presidente Rafael Correa, respaldada por uma consulta popular e aprovada em referendo, foi a primeira constituição no mundo a consagrar direitos à *Pachamama* ou natureza, considerando-a como sujeito de direito. O novo texto trouxe mudanças paradigmáticas para o campo jurídico. Ela inova com uma visão biocêntrica do mundo, ressaltando a importância das sabedorias de todas as culturas. O capítulo 7º foi integralmente dedicado aos Direitos da natureza:

Capítulo séptimo- Derechos de la naturaleza

Art. 71.- La naturaleza o *Pacha Mama*, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos. Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública el cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observaran los principios establecidos en la Constitución, en lo que proceda. El Estado incentivará a las personas naturales y jurídicas, y a los colectivos, para que protejan la naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema.

Art. 72.- La naturaleza tiene derecho a la restauración. Esta restauración será independiente de la obligación que tienen el Estado y las personas naturales o jurídicas de Indemnizar a los individuos y colectivos que dependan de los sistemas naturales afectados. En los casos de impacto ambiental grave o permanente, incluidos los ocasionados por la explotación de los recursos naturales no renovables, el Estado establecerá los mecanismos más eficaces para alcanzar la restauración, y adoptará las medidas adecuadas para eliminar o mitigar las consecuencias ambientales nocivas.

Art. 73.- El Estado aplicará medidas de precaución y restricción para las actividades que puedan conducir a la extinción de especies, la destrucción de ecosistemas o la alteración permanente de los ciclos naturales. Se prohíbe la introducción de organismos y material orgánico e inorgánico que puedan alterar de manera definitiva el patrimonio genético nacional. *Art. 74.-* Las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades tendrán derecho a beneficiarse del ambiente y de las riquezas naturales que les permitan el buen vivir. Los servicios ambientales no serán susceptibles de apropiación; su producción, prestación, uso y aprovechamiento serán regulados por el Estado.

Ainda não existe um amplo desenvolvimento doutrinário e jurisprudencial sobre os direitos da natureza (*Pachamama*) como existem em outros direitos, devido à sua recente positivação. A seguir vamos comentar um pouco sobre a jurisprudência do Equador.

O primeiro caso jurídico na história que reconheceu a natureza como sujeito de direito ocorreu no Equador com o *Rio Vilacamba*. A *ação de Proteção*³⁹ foi proposta por dois cidadãos estrangeiros Richard Frederick Wheeler e Eleanor Geer Huddle. Eles foram morar no Equador em 2007 e adquiriram uma propriedade perto do rio para começar um projeto de vida no campo de forma sustentável e comunitária, plantando alimentos orgânicos.⁴⁰

No ano de 2008, o Governo Provincial de Loja (GPL), através da Empresa Pública Vial Sur executou a obra de ampliação da via Vilcabamba - Quinara, sem realizar nenhum estudo de impacto ambiental, além de não contar com licença ambiental. Ao realizar a ampliação da estrada foram depositadas pedras e material de escavação às margens do rio que provocaram graves danos ambientais, especialmente ao rio. Foi usada a dinamite e os escombros foram lançados no rio. Devido aos impactos das obras, ocorreram graves inundações e o desmembramento de margens que afetaram inclusive a propriedade de Norie e Richard.

O processo durou bastante tempo. A sentença, somente em segunda instância, foi prolatada em favor dos direitos do rio. Nela a empresa foi obrigada a pedir desculpas públicas⁴¹, a reparar o dano causado ao rio e a realizar o devido licenciamento ambiental.

O juiz demonstrou, através da sua decisão, alinhamento com os preceitos constitucionais sobre os direitos da natureza e a “democracia da terra”, levando em consideração os direitos das futuras gerações dentre outros princípios. Ele chega a comparar a mercantilização da natureza como no passado foi a escravidão de seres humanos, vejamos:

(...) La importancia de la Naturaleza es tan evidente e indiscutible que cualquier argumento respecto a ello resulta sucinto y redundante, no obstante, jamás es de olvidar que los daños causados a ella son “daños generacionales”, que consiste en “aquellos que por su magnitud repercuten no sólo en la generación actual sino que sus efectos van a impactar en las generaciones futuras”. También es oportuno citar lo que el economista Alberto Acosta, Presidente de la Asamblea Nacional Constituyente del Ecuador, dijo: “Urge entender que el ser humano no puede sobrevivir al margen de la naturaleza que por cierto contiene cadenas alimentarias indispensables para la vida de la humanidad. El ser humano forma parte de ella, no la tienen ahí como si fuese una ceremonia en la que el ser humano resulta el espectador...Cualquier sistema legal apegado al sentido común, sensible a los desastres ambientales que hoy en día conocemos, y aplicando el conocimiento científicos modernos –o, los conocimiento antiguos de las culturas originarias– sobre como funciona el universo, tendría que prohibir a los humanos llevar a la extinción a otras especies o destruir a propósito, el

³⁹ Tramitação do processo número 11121-2011-0010. Disponível em: <<http://www.funcionjudicial>> Acesso em: 12 de mar. 2017.

⁴⁰ SUÁREZ, Sofia. *Defendiendo la naturaleza: retos y obstáculos en la implementación de los Derechos de la naturaleza- Caso rio Vilacamba*. Quito, Equador: Friedrich-Ebert-Stiftung. Ago./2013. Disponível em <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/10230.pdf>> Acesso em 25 de mar. 2017.

⁴¹ Diario Crónica de la Tarde en la edición del 20 de junio de 2011.

funcionamiento de los ecosistemas naturales. (...) En esta línea de reflexión algunas premisas fundamentales para avanzar hacia lo que se denomina como “la democracia de la Tierra” son: a) Los derechos humanos individuales y colectivos deben estar en armonía con los derechos de otras comunidades naturales de la Tierra. b) Los ecosistemas tienen derecho a existir y seguir sus propios procesos vitales. c) La diversidad de la vida expresada en la Naturaleza es un valor en sí mismo. d) Los ecosistemas tienen valores propios que son independientes de la utilidad para el ser humano. e) El establecimiento de un sistema legal en el cual los ecosistemas y las comunidades naturales tengan un derecho inalienable de existir y prosperar situaría a la Naturaleza en el nivel más alto de valores y de importancia. (...) Vendrá el día en que el derecho de la Naturaleza sea, por conciencia de todos y todas, cumplido, respetado y exigido. Y ojala no sea tarde. Todavía estamos a tiempo para que nuestras leyes reconozcan el derecho de un río a fluir, prohíban los actos que desestabilicen el clima de la Tierra, e impongan el respeto al valor intrínseco de todo ser viviente. Es la hora de frenar la desbocada mercantilización de la Naturaleza, como fue otrora prohibir la compra y venta de los seres humanos. (Publicado en la página de la Asamblea Nacional Constituyente del Ecuador el 29 de febrero de 2008. Reproducido en el semanario *Peripecias* N° 87 el 5 de marzo de 2008.).⁴²

Apesar da retórica contundente, a sentença infelizmente não foi cumprida pela empresa em sua integralidade, pois os danos causados ao rio não foram reparados. Os escombros não foram removidos das águas.

Para Sofia Suárez, a análise do caso revelou também o pouco conhecimento das autoridades públicas e dos cidadãos a respeito da existência destes direitos e a falta de especialização dos operadores de direito em temas ambientais.⁴³

Em outro caso semelhante, no Equador, os acionantes interpuseram as medidas cautelares constitucionais contra o ato administrativo ditado pelo GAD Municipal de Santa Cruz, cujo objeto é a construção e regeneração da avenida Charles Darwin. Os acionantes assinalam que para a realização desta obra se requer a licença ambiental por parte da autoridade ambiental, o que não foi realizado. A resolução do caso, afirmou os seguintes posicionamentos quanto aos direitos da natureza:

Resolução: “[...] Os direitos da natureza, o *in dubio pro natura* e o princípio da precaução são indiscutível sustento normativo para ponderar e suspender a execução da obra que não conta com a permissão da autoridade ambiental, ato administrativo impugnado (...) o ato administrativo carece de sustento jurídico constitucional, legal e regulamentário (...). O que se afirma é que o direito fundamental, neste caso o direito da natureza, é basicamente um direito de categoria constitucional e que, por sua superioridade hierárquica, vincula diretamente a todos, sejam estas entidades públicas ou pessoas privadas e dentre as públicas, não cabe nem se pode excetuar as entidades

⁴² Tramitação do processo número 11121-2011-0010. Disponível em: <<http://www.funcionjudicial>> Acesso em: 12 de mar. 2017.

⁴³ Op cit.

públicas autónomas descentralizadas, portanto as mesmas se encontram sujeitas ao que ordena a Constituição e aos referidos direitos fundamentais, entre eles o direito fundamental da natureza conhecido como direito coletivo o de terceira geração (...): A diferenciação e a discriminação, sendo o direito da natureza de tipo fundamental e a autonomia dos governos autónomos descentralizados simplesmente uma norma operativa constitucional, a fundamental está por cima da operativa, por lógica elementar.⁴⁴

O Equador foi o primeiro país na América-Latina a incluir no seu texto constitucional os direitos de *Pachamama* e também o foi pioneiro em reconhecer o “direito de um rio a fluir” no caso do *Rio Vilcabamba*. A ineficácia dessa decisão judicial demonstra que seu cumprimento depende diretamente de fiscalização por órgãos especializados no tema, além do amplo conhecimento destes direitos pela população.

3.2 PACHAMAMA NA BOLÍVIA

“O muere el capitalismo, o muere la Madre Tierra, buscar una salida intermedia es enganar al mundo” - Evo Morales

A nova Constituição Política do Estado (NCPE) foi promulgada em 7 de fevereiro de 2009, após consulta popular com 61,43% dos votos. Com a sua promulgação a Bolívia ganhou uma extensa constituição de 411 artigos. Era a primeira Constituição boliviana legitimada diretamente pelo povo e tinha como identidade as lutas sociais, principalmente as indígenas. Sua aprovação promoveu uma mudança radical no país e entrou para história.

O processo constitucional boliviano não foi uma concessão dos setores dominantes, mas sim uma luta por direitos travada pelo povo. No “Massacre de Pando”⁴⁵ em 11 de setembro de 2008, foram assassinados 22 camponeses que eram a favor da nova constituição.

A Constituição boliviana (2009) inovou, no seu preâmbulo ao incorporar novos princípios e valores referentes à *Pachamama* que traduzem a meta de viver com harmonia e equilíbrio em relação à natureza. O discurso “pro Madre Tierra” foi um dos temas centrais nas expressões do Presidente Evo Morales desde que chegou ao poder em 2006 e está presente no preâmbulo da Constituição plurinacional:

El pueblo boliviano, de composición plural, desde la profundidad de la historia, inspirado en las luchas del pasado, en la sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio, y con la memoria de nuestros mártires, construimos un nuevo Estado. (...) En tiempos inmemoriales se

⁴⁴ Manual de normas y jurisprudencia de derechos de la naturaleza y ambiente. Defensoría del Pueblo de Ecuador. Disponível em: < <http://repositorio.dpe.gob.ec/handle/39000/105>>. Acesso em 14 mar. 2017.

⁴⁵ Relatórios da ONU apontam que “houve em Pando uma violação em massa dos Direitos Humanos”.

erigieron montañas, se desplazaron ríos, se formaron lagos. Nuestra amazonia, nuestro chaco, nuestro altiplano y nuestros llanos y valles se cubrieron de verdores y flores. Poblamos esta *sagrada Madre Tierra* con rostros diferentes, y comprendimos desde entonces la pluralidad vigente de todas las cosas y nuestra diversidad como seres y culturas. Así conformamos nuestros pueblos, y jamás comprendimos el racismo hasta que lo sufrimos desde los funestos tiempos de la colonia.⁴⁶

A Bolívia reconhece, assim como o Equador, a natureza como sujeito de direitos, através da *Ley Marco de la Madre Tierra (lei nº 71 de 21 de dezembro de 2010)* y *Desarrollo Integral para Vivir Bien* e na *Ley de Derechos de la Madre Tierra (nº 300 de 15 de outubro de 2012)*.

Na lei nº 71/2010- *Lei de direitos da Mãe Terra*, são previstos os seguintes direitos da *Pachamama*:

- 1- *Direito à vida;*
- 2- *Direito à diversidade da vida;*
- 3- *Direito à água;*
- 4- *Direito ao ar limpo;*
- 5- *Direito ao equilíbrio,*
- 6- *Direito à restauração;*
- 7- *Direito de viver livre de contaminação de qualquer resíduos tóxico.*

Na Lei boliviana nº 300 de 15 de outubro de 2012- “*Ley marco de la Madre Tierra y desarrollo integral para vivir bien*”, a *Mãe Terra* é definida no art. 5º, como sistema vivente dinâmico conformado pela comunidade indivisível de todos os sistemas de vida e de seres vivos, inter-relacionais, interdependentes e complementares, que compartilham de um destino comum. *Pachamama* é considerada sagrada; a que alimenta; a casa que contem, sustenta e reproduz dos os seres vivos, os ecossistemas, a biodiversidade e as sociedades orgânicas e os indivíduos que a compõem.

A natureza jurídica da *Mãe Terra*, como sujeito coletivo de interesse público, é definida no art. 5º da Lei 071/2010:

Para efectos de la protección y tutela de sus derechos, la Madre Tierra adopta el carácter de sujeto colectivo de interés público. La Madre Tierra y todos sus componentes incluyendo las comunidades humanas son titulares de todos los derechos inherentes reconocidos en esta Ley. La aplicación de los derechos de la Madre Tierra tomará en cuenta las especificidades y

⁴⁶ Preamble da constituição da Bolívia - BOLÍVIA, Constituição (2009). *Nueva Constitución Política de Estado*. Disponível em: <<http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

particularidades de sus diversos componentes. Los derechos establecidos en la presente Ley, no limitan la existencia de otros derechos de la Madre Tierra.

No artigo 4º da lei 300/2012, que trata dos princípios, destaca-se a noção de compatibilidade e complementaridade de direitos, obrigações e deveres. São interdependentes, o direito da *Mãe Terra* (como sujeito coletivo de direito de interesse público), os direitos coletivos e individuais das nações e povos (indígenas, camponeses e comunidades afro bolivianas), os direitos fundamentais (civis, políticos, sociais, econômicos e culturais). A lei afirma que os direitos da *Pachamama* não devem estar subordinados a nenhum outro.

A lei também inova com o princípio da *não mercantilização* das funções ambientais da *Mãe Terra*. Para esse princípio, as funções ambientais e processos naturais dos componentes e sistemas de vida da *Mãe Terra* não são considerados como mercadorias, mas sim como presentes da sagrada *Mãe Terra*. O mesmo princípio é elencado também na Lei nº 71 de 21 de dezembro de 2010- *Lei de direitos da Mãe Terra*, que afirma a não mercantilização dos sistemas de vida, nem dos processos que a sustentam, não podendo fazer parte do patrimônio privado de ninguém.

O dispositivo prevê também como princípio o da *Responsabilidade Histórica*, onde o Estado e a sociedade devem assumir a obrigação de impulsionar as ações que garantam a mitigação, reparação e restauração dos danos de magnitude aos componentes, zonas e sistemas de vida da *Mãe Terra*.

A “*Ley marco de la Madre Tierra y desarrollo integral para vivir bien*” no art.6º, traz uma visão de viver em harmonia e equilíbrio com a *Mãe Terra* e elenca como valores do *Viver Bem*: saber crescer, saber se alimentar, saber dançar, saber trabalhar, saber comunicar-se, saber sonhar, saber escutar e saber pensar como um horizonte alternativo ao capitalismo.

Entre os mecanismos das duas leis, inovam a *defensoria da Mãe Terra*, cuja missão é zelar pela vigência, promoção, difusão e cumprimento dos direitos da *Mãe Terra*, um fundo de justiça climática que estabelece que as terras fiscais devem ser distribuídas com preferência a mulheres e povos indígenas, buscando a eliminação dos latifúndios.

Na Lei boliviana nº 30/2012 “*Ley marco de la Madre Tierra y desarrollo integral para vivir bien*”, estabelece ainda que os delitos contra a natureza são imprescritíveis e sem benefício de suspensão temporal:

Artículo 44. (SANCIÓN PENAL). I. En delitos relacionados con la Madre Tierra, no habrá lugar al beneficio de la suspensión condicional de la pena.

El reincidente será sancionado con la agravación de un tercio de la pena más grave. II. Los delitos relacionados con la Madre Tierra son imprescriptibles.

O art. 13 da mesma lei proíbe a produção, o uso, liberação e a comercialização de sementes transgênicas no território boliviano, além de ressaltar a importância da soberania alimentar:

Artículo 13. (SABER ALIMENTARSE PARA VIVIR BIEN). El Estado Plurinacional de Bolivia promoverá el derecho a la alimentación y a la salud con soberanía y seguridad alimentaria, considerando complementariamente en el saber alimentarse todos los objetivos del Vivir Bien, mediante los siguientes aspectos principales: (...) Acciones para evitar la mercantilización de los recursos genéticos, la privatización del agua, la biopiratería y el traslado ilegal de material genético, así como la participación de monopolios y/o oligopolios en la producción y comercialización de semillas y alimentos.

Artículo 24. (AGRICULTURA, PESCA Y GANADERÍA). Las bases y orientaciones del Vivir Bien, a través del desarrollo integral en agricultura y ganadería son: (...) Desarrollar acciones de protección del patrimonio genético de la agrobiodiversidad, prohibiendo la introducción, producción, uso, liberación al medio y comercialización de semillas genéticamente modificadas en el territorio del Estado Plurinacional de Bolivia, de las que Bolivia es centro de origen o diversidad y de aquellas que atenten contra el patrimonio genético, la biodiversidad, la salud de los sistemas de vida y la salud humana.

Foi a *Via Campesina* que trouxe para o debate público, durante a Cúpula Mundial da Alimentação em 1966, em Roma, o conceito de *soberania alimentar*, tornando-o importante no debate sobre alimentação a nível mundial. Esse conceito considera que, para ser livre e exercer seu direito de autodeterminação, um povo precisa ser soberano; e essa soberania pressupõe, necessariamente, o direito à alimentação de acordo com as decisões, os saberes e os modos de vida do próprio povo.

De acordo com a definição oficial da *Via Campesina Internacional*:

A soberania alimentar é definida como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (DOCUMENTOS POLÍTICOS DE LA VÍA CAMPESINA).⁴⁷

A Soberania Alimentar se apresenta também como um novo paradigma criado pelos movimentos sociais camponeses que afirma o direito dos povos de autodeterminar sobre seu próprio sistema alimentício e produtivo, colocando aqueles que produzem, distribuem e

⁴⁷ DOCUMENTOS POLÍTICOS DE LA VÍA CAMPESINA, 2008. Disponível em: <<http://www.viacampesina.org>>. Acesso em 01 fev. 2010.

consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares e por cima das exigências dos mercados e das empresas, defendendo os interesses das futuras gerações.

A constituição do Estado plurinacional é o resultado, em parte vitorioso, das lutas recentes contra a mercantilização dos recursos naturais. A guerra da água (2000), contra a privatização dos recursos hídricos em Cochabamba e guerra do gás (2003), em decorrência da tentativa de venda do gás natural boliviano aos Estados Unidos, a “batalha da coca” em face da tentativa de erradicação da folha de coca, demandada pela política externa dos Estados Unidos, foram as bases populares da nova constituição. O povo negou o neoliberalismo e a imposição exterior de um direito a favor do mercado. A afirmação da soberania popular no processo constitucional foi a principal marca da nova constituição na Bolívia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É uma ilusão jurídica pensar que apenas o fato do atual reconhecimento da *mãe terra* como sujeito de direito, em algumas constituições latino-americanas, significa uma proteção eficaz em relação aos direitos da natureza. O discurso teórico sobre *Pachamama* é apenas um acalanto, diante das violências simbólicas, epistêmicas e ambientais sofridas pelos povos latino-americanos. O que não deixa de produzir uma sensação de bem-estar e provocar debates, algo extremamente positivo diante de uma realidade mundial que conta com toda espécie de retrocessos em termos políticos e ecológicos.

A falta de conhecimento sobre o tema dos direitos da natureza pode ser detectada pela falta de ampla jurisprudência e efetividade desses direitos. A formação e a capacitação das autoridades públicas e dos operadores da justiça, tanto no Equador como na Bolívia e em outros países do mundo, são os primeiros passos para garantir que direitos de *Pachamama* saiam do papel. Quanto mais pessoas tiverem conhecimento dos direitos da natureza, haverá mais possibilidades de acesso à justiça e maior também será a pluralidade de interpretações constitucionais.

Formar instâncias judiciais e servidores especializados nos temas ecológicos é um ponto central para resolução efetiva e eficaz nos casos em que os direitos da natureza são violentados.

Outro ponto que deve ser enfrentado é a falta de efetividade da sentença que visa a reparação da natureza degradada. Afinal como reparar e fiscalizar esse reparo? Como calcular o dano causado quando se trata de violências potenciais que as futuras gerações irão sofrer?

O direito em sua essência não foi idealizado para promover mudanças estruturais na base do sistema de produção capitalista que está enraizado no tratamento da natureza como mercadoria (*commodities*), porém, ele continua sendo um instrumento. Não obstante seja utilizado com todo seu peso positivista pela elite global interessada apenas em manter seus privilégios, ele pode ser um campo de disputa. E povos andinos disputam. Se esses povos latinos antes não eram escutados, agora são responsáveis por uma nova epistemologia jurídica, pelo novo constitucionalismo latino-americano ecológico.

Foi louvável o esforço popular para incorporar nas constituições do Equador e da Bolívia a concepção de *Pachamama* como sujeito de direito. Essa perspectiva latina abala as estruturas positivistas modernas e questiona toda ideia de pureza na teoria geral do direito. O debate enriquece o meio acadêmico colocando várias perguntas/problemas para o direito.

O novo constitucionalismo latino-americano urge ser estudado e debatido com maior profundidade no âmbito das universidades. É preciso olhar para suas experiências recentes, suas jurisprudências e suas influências que repercutem no mundo. Precisa-se compreender seu significado para o direito na atualidade e suas verdadeiras possibilidades de efetivação, pois a crise ambiental, que envolve a crise alimentar e hídrica, está apenas começando.

Afinal, será que é possível conciliar caminhos opostos? O sistema capitalista de produção, baseado no consumismo e na produção à base de *commodities* tem como finalidade e meta preservar o meio ambiente? Existe capitalismo ecológico? Em que sentido as novas constituições latino-americanas biocêntricas podem contribuir para achar uma saída para a crise alimentar? É possível pensar numa revolução ecológica? Será o capitalismo o grande mostro que vai acabar com a natureza?

Meditemos sobre a mensagem de São Francisco e sobre o direito dos rios a fluir.

A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE E O DESAFIO FRENTE A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA FUNDAC.

*Cinara Agda Lisboa de Souza*¹

*Liana Almeida de Arantes*²

*Ana Maria Fraguas Garcia*³

RESUMO

A Medida Socioeducativa de Semiliberdade - MSEL vem enfrentando dificuldades em sua execução em todo o âmbito nacional devido à sua complexidade, pois todos os atrativos externos acabam por seduzir o adolescente em cumprimento da mesma, contribuindo para sua reincidência na prática de ato infracional. Prevista no artigo 120 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, a semiliberdade é destinada a adolescentes autores de ato infracional, cuja avaliação da autoridade judicial julgue procedente como etapa inicial, de transição ou de regressão na determinação do cumprimento da Medida. Um dos maiores desafios dessa fase do desenvolvimento humano e da Medida de Semiliberdade é saber lidar com conceitos de liberdade, autonomia e limite, que ligados a situações críticas de vida, influenciam na identidade em construção do adolescente, o qual, em sua totalidade, tem acarretado conflitos profundos. Preocupada com as dificuldades na execução dessa medida, a Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, através de sua Gerência de Atendimento Socioeducativo – GERSE, vem instrumentalizar de forma coerente, apropriando-se de sua experiência de muitos anos na execução dessa medida e de acordo com as novas demandas apresentadas pela sociedade, todas as ações a serem desenvolvidas durante o processo sociopedagógico desta execução. A perspectiva deste artigo será abordar a inclusão social, e a construção de um projeto de vida que tente reintegrar o adolescente à família e à sociedade, desmistificando a medida socioeducativa de Semiliberdade.

RESUMEN

La medida socio-educativa de semilibertad -MSEL viene su lucha en el funcionamiento en todo en todo el país debido a su complejidad, porque todas las atracciones externas terminan por seducir a la

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Especialista em Operacionalização do Atendimento Socioeducativo, Faculdade de Ciências da Bahia – FACIBA/Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Presidência da República – SJDH/PR. Atualmente desenvolve atividades na Escola do Sinase, na Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC, como Analista Técnico e Instrutora nos cursos de formação. E-mail: cinaragda@hotmail.com

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL. Especialista em Administração Hospitalar, Universidade Federal da Bahia - UFBA. Especialista em Terapia Comunitária, SEDES, Mestre em Gestão Social, Escola de Administração da UFBA. Atualmente desenvolve atividades na Escola do SINASE da FUNDAC – Fundação da criança e do adolescente, como Assistente Social e é docente na UNIME - E-mail : lianarantes@yahoo.com.br

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL. Especialista em Administração e Planejamento de projetos sociais pela Universidade Veiga de Almeida- RJ. Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela UNEB - Universidade do Estado da Bahia. Atualmente desenvolve atividades na Escola do SINASE da FUNDAC – Fundação da criança e do adolescente, como Assistente Social E-mail : nikafraguas@gmail.com.

adolescente en cumplimiento de la misma, contribuyendo a su repetición en la práctica de la ley ". Previstas en el artículo 120 del estatuto la semilibertad es dirigida a adolescentes autores de acto ofensivo, cuya evaluación de la autoridad judicial considere infundada como paso inicial de la transición o la regresión para determinar el cumplimiento de la medida. Uno de los mayores retos de esta etapa del desarrollo humano y el alcance de la gama libre es capaz de tratar con los conceptos de libertad, autonomía y límite, que vinculado a la crítica situaciones de la vida, influyen en la identidad en construcción, que, en su totalidad, ha ocasionado conflictos profundos. Preocupado por las dificultades en la aplicación de esta medida, la Fundación para los niños y adolescentes FUNDAC a través de su gestión de servicios educativos-GERSE, viene a entrenar constantemente, tomando posesión de muchos años de experiencia en la aplicación de esta medida y de acuerdo a las nuevas exigencias de la sociedad, todas las acciones a desarrollar durante el proceso sociopedagógico de esta medida. Dirigiéndonos a la perspectiva de este artículo inclusión social y la construcción de un proyecto de vida para reintegrar al adolescente en la familia y la sociedad, Desmitificando la medida socio-educativa de Semilibertad.

1 DELINQUÊNCIA E A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE

O termo delinquência, por definição é mais ligado ao ramo do direito, vez que sua explicação decorre do fato de haver transgressão de normas. Contudo, o que hoje se considera como delinquente, em outro local ou momento, pode ter conformidade legal. Esta definição é, portanto, contextual, culturalmente e historicamente determinada.

O conceito de delinquência juvenil recebe inúmeras acepções, sempre considerando todo tipo de comportamento anti-normativo e para João d'Oliveira Cóias (CÓIAS, 1995, p.58) “são comportamentos anti-normativo que integram infrações jurídico penais”, isto é, são condutas qualificadas pela lei como crime.

Devido ao seu caráter complexo, multidisciplinar e multifacetário, o fenômeno da delinquência juvenil não apresenta na literatura uma conceituação universalmente validada. Muitos ramos de estudos, como psiquiatria, sociologia, antropologia, direito e psicologia, dentre outros, por via de diferentes métodos de investigação buscam complexificar a análise desta problemática, geralmente com o ponto em comum: a percepção da amplitude do fenômeno.

A natureza sancionatória, intrínseca às medidas socioeducativas, não deverá prevalecer sobre o seu caráter pedagógico, pois sua execução está subordinada à garantia de direitos, bem a ações que promovam a emancipação e a formação da cidadania do adolescente em cumprimento de medida. O ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente sinaliza que a maioridade penal se dá aos dezoito anos completos, isto é considera-se criança para efeito da referida lei a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente, aquela entre 12 e 18 anos completos de idade.

Isto é, o ECA estabelece então que a aplicação jurídica, antes de punir o adolescente, busca socioeducá-lo, o que consiste na sua reintegração familiar e comunitária, devendo levar em conta, em sua aplicação individualizada, a capacidade do jovem de cumpri-la, bem como as circunstâncias e a gravidade da situação. Tem assim na sua intencionalidade um caráter educativo e punitivo. Ao tempo em que buscam responsabilizá-lo, buscam também dar-lhe meios para seu desenvolvimento enquanto cidadãos.

É importante salientar que há algumas semelhanças entre atos ilícitos praticados por jovens e por adultos, no que diz respeito às formas e causas, muito embora haja um tratamento específico ao jovem, bem como uma legislação diferenciada, considerando sua condição peculiar de pessoa em fase de desenvolvimento. O que caracteriza bem essa diferença nos jovens é a necessidade de autoafirmação, trazida pela aquisição de prestígio através da prática de atos ilícitos.

Destarte, verificada a prática do ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar as seguintes medidas, socioeducativas aos adolescentes:

I – **ADVERTÊNCIA** - Trata-se de mera admoestação verbal feita ao adolescente, a qual é reduzida a termo.

II – **OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO** – encontra-se prevista no art. 116. É aplicável aos atos infracionais de reflexos patrimoniais.

III – **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE** – prevista no art. 117, do ECA. Consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos congêneres.

IV – **LIBERDADE ASSISTIDA** – art. 118, do ECA. Destina-se a auxiliar e orientar o adolescente. O caso será acompanhado por pessoa capacitada, designada pela autoridade.

V – **SEMILIBERDADE** – está prevista no art. 120, do ECA. É admissível como início ou como forma de progressão para o meio aberto. Comporta o exercício de atividades externas, independentemente de autorização judicial. É obrigatória a escolarização e a profissionalização. Não comporta prazo determinado, devendo ser aplicadas as disposições a respeito da internação, no que couber. Deverá ser revista a cada seis meses (art. 121, § 2º, subsidiariamente). Como regime e política de atendimento, entende-se aquela medida sócio-educativa destinada a adolescentes infratores que trabalham e estudam durante o dia e à noite recolhem-se a uma entidade especializada.

VI – **INTERNAÇÃO** – medida prevista no art.121, do ECA. É medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar

de pessoas em desenvolvimento. Terá prazo máximo de três anos, com avaliação a cada seis meses. Aos 21 anos a liberdade é compulsória.

Cabe ressaltar que, o conjunto de medidas socioeducativas vai de encontro com o senso comum que atribui aos atos praticados por adolescentes uma total ausência de resposta social, bem como de responsabilização. De fato, este pensamento não encontra amparo na realidade normativa do Estado brasileiro. Porém, a sua difusão fomenta o senso de insegurança social e incita a discussão a respeito da redução da maioria penal, muito mais por desconhecimento de grande parte da sociedade sobre as previsões legais do ECA. Neste caso daremos ênfase maior à medida socioeducativa de semiliberdade.

2 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A SEMILIBERDADE

A Medida Socioeducativa de Semiliberdade, prevista no Art. 120 da Lei 8.069/90⁴, é o regime que antecede o regime de privação de liberdade, no que diz respeito ao cerceamento do direito de ir e vir do educando e é menos gravosa que a medida de internação, caracterizando-se como uma privação parcial da liberdade, garantindo, todavia, ao adolescente o direito de realizar as atividades relacionadas à escolarização e à profissionalização externamente, independente de autorização judicial. Essa característica da medida de semiliberdade possibilita a sua readaptação ao convívio social, se percebendo como parte da comunidade e da sociedade e estimulando sua pro atividade.

Os programas de atendimento socioeducativo em semiliberdade deverão obedecer a critérios e diretrizes para garantir o desenvolvimento pessoal e social do adolescente, identificando potencialidades e habilidades, estimulando a sua autonomia, possibilitando a aquisição de competências pessoais e relacionais, cognitivas e produtivas, conforme o disposto na Resolução 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – o qual estabelece parâmetros para a execução das medidas socioeducativas e pela Lei 12.594/2012.

Inequivocamente, se a ausência de políticas públicas é uma triste realidade para a juventude de uma forma geral, é também especialmente para os adolescentes autores de atos infracionais. Muitos deles somente são incluídos na rede de proteção, quando adentram o sistema de justiça da infância e adolescência. Tornam-se desta forma visíveis para serem

⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 publicado em 13 de julho de 1990.

incluídos no sistema educacional, ou em programas de atividades profissionalizantes. Trata-se de uma distorção, terem os adolescentes que permanecer no sistema socioeducativo, para que seus direitos fundamentais sejam garantidos. Surge, assim, uma política voltada especificamente para adolescentes, sendo criado em 2006, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

De acordo com o SINASE, as unidades deverão estar estruturadas para prestar um atendimento de cunho pedagógico e garantista dos direitos fundamentais dos adolescentes em cumprimento de medida. Os parâmetros arquitetônicos e o projeto pedagógico norteador da ação socioeducativa, deverão estar alinhados e contribuir para o desenvolvimento pessoal, relacional afetivo e social do adolescente, respeitando-se as exigências de gestão, ambiência, socioeducação e segurança.

Neste sentido, para uma efetiva execução do atendimento socioeducativo em semiliberdade, dever-se-á ter especial atenção à sua gestão e ao seu financiamento. Conforme o Art. 227, § 1º da Constituição Federal, “o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas”. A Lei 8069/1990 prevê o compartilhamento da responsabilidade em relação ao desenvolvimento da política de atendimento e do seu financiamento nas três esferas de governo. No caso das medidas privativa e restritiva de liberdade, a sua execução está sob a competência do governo estadual e no Estado da Bahia a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC é o órgão responsável pela execução da medida de semiliberdade, através da gestão direta e com a celebração de convênios com Organizações não Governamentais, fazendo a gestão das unidades de semiliberdade de forma direta ou compartilhada.

Essas ações demandam o atendimento regionalizado, respeitando a preservação dos vínculos familiares e comunitários, além de promover a articulação com a rede socioassistencial, cumprindo o que determina a Lei 12.594/2012, Art. 23, Inc. II, que dispõe sobre a responsabilidade social, considerada especialmente sua contribuição para a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico do adolescente e de sua família, combinado com o Inc. III, que estabelece a comunicação e o intercâmbio com a sociedade.

Neste escopo, a ação socioeducativa se delinea na elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento – PIA, instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente, cujo planejamento contará com a sua participação e da respectiva família, o qual considerará as habilidades, potencialidades e circunstâncias

personais da vida de cada adolescente, assumindo a tarefa de desenvolver suas competências e contribuir para a construção de um projeto de vida proativo e autônomo.

Para tanto, a articulação do programa de semiliberdade com a rede socioassistencial se destaca com bastante relevância, pois através de ações articuladas e integradas se definirão estratégias para o enfrentamento dos desafios e vulnerabilidades que se apresentem no desenvolvimento desse projeto de vida, contribuindo para potencializar as competências individuais desses educandos. Conforme Neves (2009, p. 163),

O atendimento social considerado a partir do sistema de rede facilita a circulação de informação, promove uma tomada de consciência coletiva, além de possibilitar uma visão geral, incluindo o levantamento de recursos, potencialidades e demais fatores capazes de permitir a melhor efetivação das ações norteadoras do sucesso referente ao desempenho institucional direcionado ao atendimento social.

Compreende-se, deste modo, a importância da integração das políticas sociais e da atuação dos CREAS⁵ na execução da política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida de semiliberdade, em situação de vulnerabilidade social e o desenvolvimento de suas potencialidades. Neste sentido é relevante mencionar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 19).

As atividades devem possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas e contribuir para a inserção, reinserção e permanência dos jovens no sistema educacional e no mundo do trabalho, assim como no sistema de saúde básica e complementar, quando for o caso, além de propiciar vivências que valorizam as experiências que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos jovens, estimulando a participação na vida pública no território, ampliando seu espaço de atuação para além do território além de desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

Assim, o conhecimento e o mapeamento dessa rede são indispensáveis, considerando que as ações previstas se desenvolverão para além dos muros das unidades de atendimento socioeducativo, compreendendo a medida socioeducativa como um interstício na vida desse adolescente. Essas ações, articuladas com outros atores sociais, oportunizaria a melhora na qualidade do atendimento, garantindo direitos, transformando o atendimento em um rico instrumento reforçador do protagonismo juvenil.

⁵ CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

3 A MEDIDA DE SEMILIBERDADE NA BAHIA

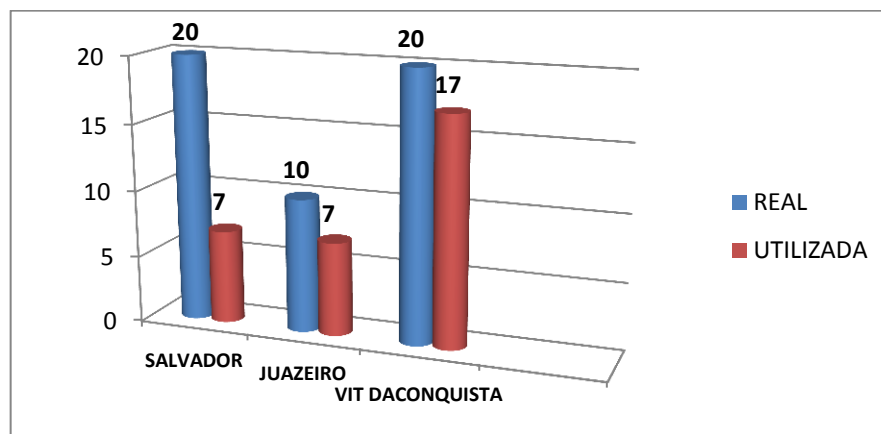
A Fundação da Criança e do adolescente (FUNDAC) é o órgão responsável por coordenar, no âmbito do estado da Bahia, a execução da política de atendimento ao adolescente envolvido em ato infracional e em cumprimento das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.

A FUNDAC foi criada em 1991 através da lei 6.074 que transformou a antiga Fundação de Assistência de Menores no Estado da Bahia (FAMEB), criada em 1976. É vinculada à Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), mas é uma fundação com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, com sede e foro na cidade de Salvador e jurisdição em todo o território do Estado.

É reconhecida como entidade governamental de proteção dos direitos dos adolescentes, de acordo com o art.227 da Constituição Brasileira, acolhe adolescentes entre 12 a 21 anos incompletos, realizando o Atendimento Socioeducativo em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

A Fundação da Criança e do Adolescente- FUNDAC localizada no bairro de Brotas - Matatu, na Rua das Pitangueiras, Nº 26 A tem por finalidade a promoção da política estadual de atendimento socioeducativo, voltada à garantia dos direitos humanos de adolescentes aos quais se atribui a autoria de atos infracionais, desde a fase de apuração até o momento pós-cumprimento de medidas, contribuindo para o processo de responsabilização e emancipação cidadã.

Dentro da sua estruturação, conta com 03 Unidades de Semiliberdade, uma na capital do Estado, em Salvador, uma na cidade de Juazeiro e outra na cidade de Vitória da Conquista. A unidade de Salvador, denominada *Case Brotas* foi fundada no ano de 1993 e localiza-se no mesmo espaço da administração central da FUNDAC, tem capacidade para 20 educandos, tendo 07 atualmente em cumprimento de medida. A unidade de Vitória da Conquista foi fundada em 2008, é denominada *Na Varanda (em regime de gestão compartilhada)*, tendo capacidade para 20 educandos e contando atualmente com 17 em cumprimento de medida. Já a Unidade de Juazeiro, denominada *Gey Espinheira* tem capacidade para 10 educandos, contando com 07 em cumprimento de medida.

Figura 1 - CAPACIDADE DAS UNIDADES DE SEMILIBERDADE NA BAHIA

Fonte: Dados fornecidos pelo SIPIA – Sistema de Informação para Infância e Adolescência. Acesso em 7 jun.17.

Figura 2 - Case Brotas – Salvador-Ba

4 A MEDIDA DE SEMILIBERDADE

Dentre as medidas socioeducativas sob a responsabilidade da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC a medida de semiliberdade conforme o art. 120 do ECA é bastante desafiadora, não apenas para a equipe de profissionais que a acompanham, mas principalmente para o adolescente porque há uma coincidência entre a relativa liberdade ofertada pela medida e a fase peculiar de desenvolvimento vivenciada pelo jovem. O jovem em semiliberdade dorme na unidade, mas tem o dia livre para atividades de estudo ou profissionalização. Este pode experimentar diariamente “tentações” visto que a ressignificação do seu projeto de vida, está além dos muros da unidade: participação das atividades de projeto sociais, aulas do ensino formal, lazer de maneira geral, enfim o processo socioeducativo de semiliberdade propicia ao educando o retorno ao convívio familiar e comunitário progressivamente.

Um dos maiores desafios dessa fase do desenvolvimento humano e da Medida de Semiliberdade é saber lidar com conceitos de liberdade, autonomia e limite, que ligados a situações críticas de vida, influenciam na identidade em construção do adolescente, o qual, em sua totalidade, tem acarretado conflitos profundos no caráter e na personalidade de grande parte deste contingente, frente a desafios da drogadição, do crime organizado, das transgressões em suas várias manifestações da violência explícita, como roubos, furtos, assédios, dentre outros aspectos.

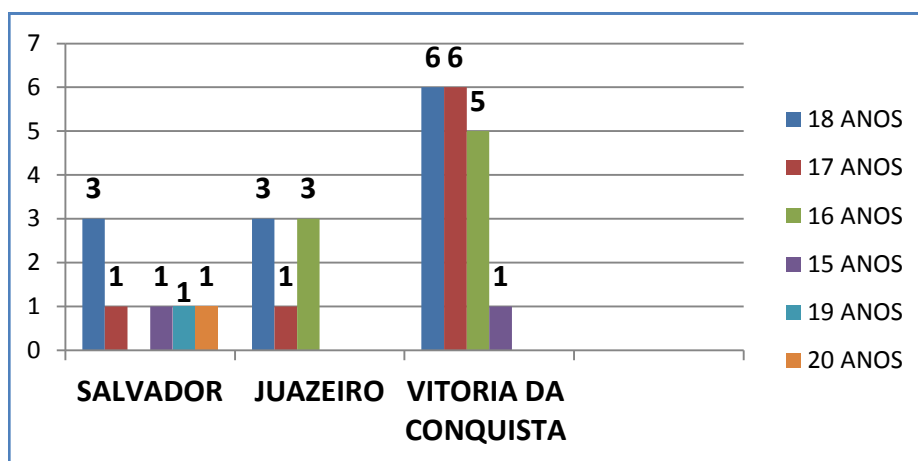
Preocupada com as dificuldades na execução dessa medida, a Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, através de sua Gerência de Atendimento Socioeducativo – GERSE, visa se instrumentalizar de forma coerente, apropriando-se de sua experiência de muitos anos na execução dessa medida e de acordo com as novas demandas apresentadas pela sociedade, todas as ações a serem desenvolvidas durante o processo sociopedagógico da mesma. A FUNDAC através da equipe da Coordenação de Regionalização e os profissionais das unidades de semiliberdade (Salvador, Juazeiro e Vitória da Conquista) está atualizando a sua metodologia de trabalho para melhor adequação as mudanças sociais.

A proposta é atender adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade, que, enquanto regime de atendimento, afigura-se importante em duas posições na estratégia do atendimento ao adolescente autor de ato infracional, devendo ser a última alternativa antes que se recorra à privação da liberdade e a primeira alternativa, quando se pensa na progressão de regime para os adolescentes que se encontram internados. Sua implementação se vale elementos de ação socioeducativa do regime de internação e também dos que são próprios do regime de liberdade assistida.

O ferramental teórico-prático utilizado está embasado pela dimensão pessoal com a Pedagogia da Presença⁶, pela dimensão cidadã com o protagonismo juvenil e pela dimensão produtiva com os pilares da educação, os códigos da modernidade e os valores sociais e culturais do indivíduo; portanto, em todas as diretrizes pedagógicas sugeridas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

Hoje o perfil do jovem em cumprimento de medida socioeducativa na Bahia, nos revela:

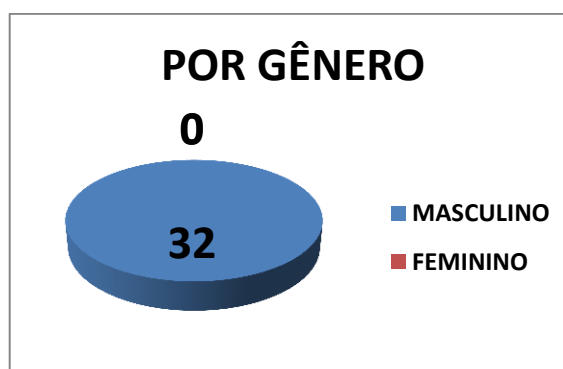
⁶ É uma metodologia criada por Antonio Carlos Gomes da Costa, que propõe que o educador torne-se presença afetiva e construtiva na vida do educando.

Figura 3 - DADOS DE FAIXA ETÁRIA DOS ADOLESCENTES EM SEMILIBERDADE

Fonte: Dados fornecidos pelas unidades de semiliberdade

Este fato suscita refletir que os jovens com idade mais avançada também se associem a atos com maior gravidade, sendo cooptados, por exemplo, a comandar locais de tráfico, estando mais expostos a serem surpreendidos pela polícia. Assim, neste processo existe a mediação de adultos, através das quadrilhas, crescendo assustadoramente os números da criminalidade juvenil, já que o senso comum ainda cultiva a errônea ideia de que para adolescentes não existe lei, colocando-os a frente das práticas criminosas como um escudo a encobrir ações de adultos.

[...] o motivo pelo qual os jovens [...] aderem às gangues é a busca de respostas para suas necessidades humanas básicas, como o sentimento de pertencimento, uma maior identidade, autoestima e proteção, e a gangue parece ser uma solução para os seus problemas em curto prazo. (ABRAMOVAY; et al, 1999).



Conforme explicitado o gráfico acima contém dados de perfil do segmento de acordo com o gênero. E nos revela que 100 % dos educandos pertencem ao sexo masculino.

Isso denota que os jovens, inegavelmente, recebem forte influência do contexto social em que se inserem, por um lado com a banalização da violência e por outro com uma carga cultural que sinaliza que praticar atos ilícitos é atitude eminentemente masculina.

Nesse sentido, Arpini (2003 apud JOVCHELOVITCH, 2000), observa que “as representações sociais são mais do que um agregado de representações individuais, afirmando que as primeiras são mediações das experiências, valores e informações que circulam num determinado contexto”. No caso do Estado da Bahia, não há unidade feminina para o cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade. Temos hoje 28 adolescentes do sexo feminino na CASE feminina, sendo 06 em Internação Provisória e 22 já sentenciadas em internação, nenhuma em semiliberdade.

5 CONCLUSÕES

Atualmente a FUNDAC vem atualizando os referenciais metodológicos não apenas da semiliberdade, mas também de todas as ações socioeducativas, sua proposta pedagógica assim como todos os Regimentos Internos das unidades de medida de internação e semiliberdade e também a revisão da matriz curricular de formação inicial e continuada do sistema socioeducativo buscando a correspondência com os fenômenos reais de uma sociedade cada vez mais plural.

O regime de semiliberdade necessita de um olhar diferenciado sobre seu modelo, já que cerceia parcialmente o direito de ir e vir, ao tempo em que propõe oportunidades de mudança de vida e crescimento dos educandos.

Por mais presentes e instrumentalizadas que se tornem, as equipes multidisciplinares de acompanhamento não conseguirão dar conta das exigências de cumprimento desta medida de múltiplas variáveis e com consequentes mazelas sociais ou das dificuldades estruturais crônicas, que escapam inteiramente ao controle dos programas de semiliberdade, tais como: o desemprego, a influência da violência, o assédio dos traficantes, a falta de estrutura comunitária, a incompetência do sistema escolar em lidar com as diferenças individuais e com o universo simbólico dos socialmente excluídos, bem como as limitações institucionais, geradas pela incompletude da Fundac e das fragilidades da rede de apoio.

Por fim é imperiosa e inadiável a implementação de programas de semiliberdade descentralizados - em mais Comarcas ou, no mínimo, em cada região ou Seção Judiciária - de forma a assegurar que esta medida socioeducativa possa beneficiar a mais adolescentes cujas

existências correm o risco de serem indelevelmente marcadas pela internação - muitas vezes, indevida - em unidades superlotadas e, portanto, ineficazes e destrutivas, bem como lhes garantir o direito de permanência nas proximidades da família natural e da comunidade de origem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; et al. **Gangues , galeras, chegados e rappers**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

COIAS, João de Oliveira; et al. **Actas do congresso: os jovens e a justiça**. Lisboa: Apport, 1995.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NEVES, Marília Nogueira, **Rede de Atendimento Social: Uma Ação Possível?**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009 – Disponível em: <www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica>. Acesso em 26/05/2017.

O MONITORAMENTO ELETRÔNICO E A EXECUÇÃO PENAL

*Hosannah Pereira de Santana Filho*¹
*Ângelo Maciel Santos Reis*²

RESUMO

O presente artigo científico consiste na análise dos aspectos teóricos que norteiam a aplicação do monitoramento eletrônico em sede de execução penal. Desta forma, a Lei 7.210/84, conhecida como Lei de Execuções Penais (LEP), vai além da teoria unificadora da pena, atribuindo, o caráter retributivo, preventivo e uma natureza humanista à sanção penal. Entretanto, ao examinar dados do Levantamento de Informações Carcerárias (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, INFOPEN, 2014), percebe-se um descompasso entre a teorização da humanização e seu implemento, sendo evidente o desrespeito às regras dos regimes de cumprimento de pena. Todavia, Com o advento tecnológico, há uma possível solução para a problemática supramencionada, o chamado monitoramento eletrônico. Esta tecnologia foi introduzida na ordem jurídica brasileira através da Lei 12.258/10, abarcando as hipóteses taxativas das saídas temporárias em regime semiaberto e da prisão domiciliar. Apesar de ter a constitucionalidade questionada, o monitoramento eletrônico, mesmo com um rol limitado de hipóteses de aplicação, modificou o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, tornando mais efetivo o regime semiaberto. Diante do exposto, o presente trabalho utiliza-se do método da pesquisa bibliográfica, tendo como suas principais fontes: livros, artigos, dados e informações governamentais, a fim de sustentar a contribuição do monitoramento eletrônico para o respeito da dignidade da pessoa humana do apenado.

Palavras-chave: Monitoramento eletrônico. Execução penal. Direito Penal.

ABSTRACT

The following article consists on the analysis of theoretical aspects that guide the application of the electronic monitoring in penal execution. In that sense, the law 7.210/84, also known as Law of Penal Executions (LEP), goes beyond the unified theory of punishment, attributing, besides the retributive and preventive character, a nature which is humanistic to the criminal penalty. However, by examining the data collected from the information collection regarding the jail system (MINISTRY OF JUSTICE, INFOPEN, 2014), we notice a mismatch between the theorization of humanization and its implementation, becoming evident the disrespect to the rules of the sentence. Nevertheless, with the technological advances there is a potential solution to the problem mentioned above and it is called electronic monitoring. This technology was introduced in the Brazilian judicial order by the Law 12.258/10, encompassing the assumptions of possible temporary exits to semi-open system and to house arrest. Despite the fact that its constitutionality is questioned, electronic monitoring, even with a limited number of applications, modified the decision of the Supreme Court, making the semi-open system more effective. Based on the information provided above, the following article utilizes the biographic method, using as its main sources: Books, Articles, data and government provided information, with the main objective to support the contribution of the electronic monitoring system in order to respect the human dignity of the distressed.

Key words: Electronic Monitoring; Penal Execution; Criminal Law; Penalty theory.

¹ Acadêmico em direito pela Faculdade Ruy Barbosa. E-mail: hosannahfilho@gmail.com.

² Advogado/ OAB-BA nº 32.011, Professor do Curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, especialista em Ciências Criminais (UFBA). Mestre em Direito Público (UFBA). E-mail: angelomaciel@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral do presente é analisar a aplicação do monitoramento eletrônico em sede de execução penal, através do método da pesquisa bibliográfica, tendo como suas principais fontes: livros, artigos, dados e informações governamentais.

Ademais, consiste como objetivos específicos deste artigo científico: uma breve análise das funções justificadoras da pena, o exame do monitoramento eletrônico, incluindo seu contexto histórico e sua aplicabilidade e, por fim, o estudo do tema em sua perspectiva constitucional.

Percebe-se que a Lei 7.210/84, conhecida como “Lei de Execuções Penais” (LEP), atribui também uma natureza humanista à pena (MARCÃO, 2015).

Todavia, segundo conclusão do Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2012) é perceptível o desrespeito às regras dos regimes de cumprimento de pena, sendo raros os estabelecimentos adequados para o cumprimento em regime semiaberto.

Nesse sentido, ao passo em que os condenados no semiaberto sofrem as consequências jurídicas de como no fechado estivessem, a ressocialização será inalcançável, produzindo, na verdade, efeito contrário, aumentando, assim, o grau de reincidência (MARCÃO, 2015).

Com o advento tecnológico, há uma possível solução para a problemática supramencionada, o chamado monitoramento eletrônico. Esta tecnologia foi introduzida na ordem jurídica brasileira através da Lei 12.258 de 15 de junho de 2010, abarcando as hipóteses taxativas das saídas temporárias em regime semiaberto e da prisão domiciliar.

Embora a Lei 12.258/10 apresente um caráter inovador, o dispositivo teve sua constitucionalidade questionada, em razão da privacidade e dignidade do apenado, ao passo que representa um controle estatal àqueles que já estariam fora do ambiente carcerário.

Desta forma, ocorre uma evidente subsunção da ponderação principiológica, sendo aplicável a teoria dos princípios de Alexy (2015), a qual retira o caráter imperativo dessa espécie normativa, atribuindo-os um condão de orientar a aplicação do direito.

Outrossim, o tema aqui exposto mostra bastante pertinência, visto que se relaciona diretamente com a efetivação de um regime penal, almejando, através da construção acadêmica, contribuir com o respeito à dignidade do condenado.

2 ALGUNS ASPECTOS SOBRE AS TEORIAS DA PENA

A pena consiste em uma intervenção Estatal na liberdade do indivíduo (FERRAJOLI, 2002). Em outras linhas, ainda segundo Ferrajoli (2002, p. 199), a pena é “o poder de uma comunidade política qualquer de exercitar, uma violência programada sobre um de seus membros”.

Em relação à necessidade punitiva, os primeiros questionamentos acerca das funções da sanção penal, tiveram como resultado as teorias absolutas ou retributivas. A ideia das teorias absolutas esteve relacionada aos Estados autoritários, compreendendo a pena como um mal, um castigo, ou seja, a pena teria um fim em si mesmo, o punir seria sua própria finalidade (BITENCOURT, 2012).

Segundo Ferrajoli (2002), o grande equívoco da doutrina retributiva consiste no fato desta focar somente na motivação da pena, abordando-a como um instituto sem utilidade, concepção bastante perigosa. Isto posto, as penas limitavam-se a meros castigos cruéis.

A ruptura com essa concepção surge no iluminismo, através das chamadas teorias relativas ou utilitaristas. Essa corrente busca o questionamento sobre a utilidade da pena, entendendo-as como um meio e não mais um fim (QUEIROZ, 2008).

Nas palavras de uma das grandes referências do período iluminista, Cesare Beccaria (1764, p. 30):

Como pode um corpo político, que, longe de se entregar às paixões, deve ocupar-se exclusivamente com pôr um freio nos particulares, exercer crueldades inúteis e empregar o instrumento do furor, do fanatismo e da covardia dos tiranos? Poderão os gritos de um infeliz nos tormentos retirar do seio do passado que não volta mais, uma ação já cometida? Não. Os castigos têm por fim único impedir o culpado de ser nocivo futuramente à sociedade e desviar seus concidadãos da senda do crime.(BECCARIA, 1764, p. 30)

O utilitarismo é analisado em duas diferentes perspectivas, a esfera de prevenção, podendo ser geral ou especial e a natureza das prestações, podendo ser positiva ou negativa (QUEIROZ, 2008).

Levando em consideração o pensamento de Ferrajoli (2002), o questionamento a respeito da utilidade da pena é um pressuposto necessário a toda e qualquer doutrina penal sobre os limites do poder punitivo do Estado, entretanto, por si só não é suficiente para um direito penal ideal.

Devido a essa e outras críticas, surgem às teorias ecléticas ou unificadoras, as quais combinam o caráter da retribuição com o da prevenção a fim de suprir as deficiências de cada teoria já abordada.

Os pensadores de destaque nessa corrente são Claus Roxin (1993) e Luigi Ferrajoli (2002).

Roxin (1993) compactua com a ideia da prevenção geral negativa e positiva, além de afirmar a natureza subsidiária do direito penal, enquanto Ferrajoli (2002) acredita somente na prevenção geral negativa prevenindo não apenas futuros delitos, mas, também, os futuros castigos injustos.

De encontro às teorias aqui expostas, existem as teorias deslegitimadoras, compreendidas em dois grandes grupos, a doutrina abolicionista e a minimalista radical (FERRAJOLI, 2002).

O que caracteriza essas teorias é a negação de qualquer justificação ou legitimidade a intervenção punitiva do Estado. Entretanto, o que as diferenciam é a forma com que deverá ser extinto todo o sistema penal. Enquanto as teorias abolicionistas acreditam na extinção imediata, as minimalistas radicais defendem a extinção gradual (FERRAJOLI, 2002).

Por outro lado, há um meio termo entre a abolição de qualquer forma punitiva e a efetivação real das funções justificadoras, a chamada “humanização da pena”. O precursor do pensamento da humanização nas penas, na verdade, foi o já mencionado Cesare Beccaria (1764) no Iluminismo, ao se posicionar contra penas cruéis e insegurança jurídica. Entretanto, a problematização maior sobre o tema se dá com os unificadores, especificamente com o garantismo de Ferrajoli (2002).

O ordenamento jurídico brasileiro, além de adotar a teoria eclética sobre a pena, incorpora expressamente a humanização na Lei de Execuções Penais (LEP). No entanto, ao analisar os dados do INFOPEN (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014) e do mutirão carcerário realizado pelo CNJ (2012), percebe-se resultados completamente opostos à ideia de humanização mencionada por Marcão (2015), no início do presente trabalho.

É correto afirmar que um dos problemas cruciais para essa disfunção penal, identificados pelos dados acima mencionados, é a ineficiência do regime semiaberto derivada da insuficiência de vagas no mencionado regime (MARCÃO, 2015).

3 DOS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA

Os regimes de cumprimento de pena vão definir o grau de intervenção do Estado na liberdade do indivíduo.

Devido à necessidade da existência de uma gradual socialização do apenado, a ideia de sistema hermeticamente fechado não atende às funções do direito penal, existindo, assim, um mecanismo de progressão, dividido em três regimes, do mais interventivo ao menos interventivo, respectivamente, o fechado, semiaberto e aberto (QUEIROZ, 2008; BITENCOURT 2012).

Ao tratar de ressocialização, cabe enfatizar a importância do regime semiaberto. Como já exposto neste trabalho, o referido consiste no regime intermediário entre a total privação de liberdade e o contato com a sociedade. Os apenados, nesse regime, possuem em tese uma característica em comum, um grau intermediário de sociabilidade, sendo que para uma parcela destes, será o primeiro contato com o ambiente externo até alcançar a liberdade.

No sistema penitenciário nacional existe uma disponibilidade quantitativa de vagas no regime semiaberto. Segundo dados do INFOPEN (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014), essa disponibilidade era em 2014, de 66.596 vagas face à quantidade de 89.639 detentos.

Havia um entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (STF), a favor da permanência destes apenados na penitenciária, estabelecimento de cumprimento do regime fechado. O fundamento utilizado era o fato de a execução penal possuir um cunho *pro societate* e não *pro reo*, ilustrado no *Habeas Corpus* 87985-SP de 22 de fevereiro de 2006, tendo como relator, o Ministro Celso de Melo, retirado do site do referido tribunal.

Contudo, nota-se um caráter de constrangimento ilegal dessa jurisprudência, ao passo que a manutenção de um detento, beneficiado pelo direito subjetivo constitucional de progressão, no estabelecimento penal correspondente ao regime anterior, fere o artigo 33 § 1º do Código Penal (MARCÃO, 2015).

Com o advento da Lei 12.258/2010, a qual introduziu o monitoramento eletrônico no ordenamento brasileiro, ocorreu uma mudança no referido entendimento do STF, este que será analisado em tópico posterior.

4 DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO

O monitoramento eletrônico é gênero ao qual comporta diversas espécies, dentre elas o bracelete, cinto e a tornozeleira eletrônica (GRECO, 2012).

A finalidade desses dispositivos é o controle do deslocamento do apenado, por meio da tecnologia GPS (*geographical positioning system*), em português sigla para sistema de posicionamento global (MARCÃO, 2015).

Ainda seguindo Marcão (2015), as informações serão enviadas para uma central, ao qual será informada qualquer movimentação fora do raio pré-determinado judicialmente.

É importante enfatizar a exclusividade do judiciário para determinar e fiscalizar o uso do referido monitoramento. Ressalta-se também a necessidade de visitas e orientações periódicas realizadas pelo juízo competente.

Outrossim, em relação ao surgimento do mencionado dispositivo no ordenamento brasileiro, vale ressaltar, que este não ocorreu de forma abrupta, houve uma serie de discussões, acompanhado de uma rápida evolução histórica do monitoramento eletrônico.

4.1 Breve Evolução Histórica do Monitoramento Eletrônico do Mundo e no Brasil

Apointa-se o juiz Jack Love, do estado do Novo México, como o difusor da ideia de monitoramento utilizada atualmente por ter realizado a primeira aplicação jurídica do dispositivo, na forma de bracelete eletrônico (GRECO, 2012).

O referido monitoramento começou em apenas cinco apenados, na cidade de Albuquerque, crescendo de uma forma surpreendente. Cinco anos depois, 2.300 pessoas utilizavam o monitoramento eletrônico em trinta e dois estados dos EUA, alavancando, ainda mais, alguns anos depois, ao atingir o numero de 95.000 beneficiados no ano de 1988 (OLIVEIRA, 2012).

Ainda segundo Oliveira (2012), percebe-se que, com esse enorme crescimento, diversos países adotaram o uso do referido monitoramento, sendo uma atual realidade em Portugal, Suíça, Nova Zelândia, França, Israel, Taiwan, dentre outros. Já na América Latina, a pioneira na implantação do equipamento foi à cidade de Buenos Ares.

No Brasil, o monitoramento eletrônico foi introduzido tardiamente, no ano de 2010, após muitas discussões em sede de processo legislativo, por meio da Lei 12.258.

Para uma plena compreensão é necessário contextualizar o momento em que a Lei foi criada. Ao analisar o INFOPEN (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014), o qual aponta a população carcerária em 2010, de 496.251 detentos para 281.520 vagas, havendo um excedente de 214.731 presos.

Diante da situação, nota-se a motivação do legislador de solucionar o problema da superlotação dos estabelecimentos penais, através da implementação da tornozeleira eletrônica, a qual permite o controle do detento fora dos estabelecimentos penitenciários.

Contudo, ao determinar o rol de situações cabíveis, limitaram-se as hipóteses de saída temporária no regime semiaberto e da prisão domiciliar. Ambos tratam de casos onde a pena é cumprida fora do ambiente carcerário (MARCÃO, 2015).

Com a tornozeleira eletrônica já introduzida no ordenamento, em 2011, surge a Lei 12.403, a qual permite o uso do equipamento na fase processual, como espécie de medida cautelar. Desse modo, surge mais uma possibilidade de medida cautelar diferente da prisão preventiva, contribuindo como medida anti-encarceramento (OLIVEIRA, 2012).

4.2 Das Hipóteses Cabíveis Para o Monitoramento Eletrônico na Execução

Como já mencionado, as hipóteses cabíveis para o uso do monitoramento eletrônico na execução penal são a saída temporária no regime semiaberto e prisão domiciliar.

A saída temporária consiste no direito subjetivo, obtido pelo preso em regime semiaberto, após cumprir um sexto da pena, caso seja reincidente o requisito será de um quarto da pena, além de necessariamente, independente de reincidência, apresentar bom comportamento atestado pelo diretor do estabelecimento ao qual se encontra (MARCÃO, 2015).

Já a prisão domiciliar, é uma modalidade de cumprimento de pena no regime aberto, abarcando hipóteses taxativas em Leis. São elas segundo o art, 117 da LEP, os casos de condenado maior de 70 anos, acometido de doença grave; apenada com filho menor ou deficiente físico ou mental ou gestante. Já o CPP, no seu art, 318, adiciona a possibilidade desta modalidade de prisão para homens, caso seja o único responsável pelos cuidados de filho de até 12 anos de idade incompletos (MARCÃO, 2015).

Levando em consideração o caráter taxativo do referido rol, em sede de execução, só poderão ser beneficiados pelo uso do monitoramento eletrônico os detentos nas condições acima expostas.

Por conseguinte, é correto afirmar a existência de uma limitação imposta pela Lei 12.258/2010, ao fixar apenas duas hipóteses no rol de cabimento, entretanto, esse pequeno rol foi o suficiente para mudar o entendimento das duas cortes superiores brasileiras.

4.3 Âmbito de Aplicabilidade da Lei 12.258/2010

Diante do problema da ausência de vagas no regime semiaberto, o monitoramento eletrônico surge como uma possível solução.

Muito embora a progressão *per saltum* seja vedada em nosso ordenamento, conforme a Súmula de nº 491 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a outra corte superior do país, o Supremo Tribunal Federal, entendeu que é direito subjetivo do condenado aguardar em regime aberto até surgimento de vagas no regime semiaberto, ilustrado pelo HC109244 de 01 de agosto de 2011, tendo como relator o Ministro Ricardo Levandowski, retirado do site do referido tribunal.

O próprio STJ compactuou com o entendimento do STF acima exposto. Como exemplo, o HC314106 de 03 de fevereiro de 2015, retirado também do site do referido tribunal, de relatoria da ministra Laurita Vaz.

Vale ressaltar que esse entendimento se tornou objeto da Súmula Vinculante de nº 56 de 08 de agosto de 2016, retirada do site institucional do STF, com o seguinte teor:

A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.

Ao possibilitar o aguardo no regime aberto, subsuma-se assim em uma das hipóteses possíveis para o monitoramento, a prisão domiciliar.

Desta forma, percebe-se que, os tribunais superiores ao seguirem o presente entendimento, não consideram esta hipótese como progressão *per saltum*, visto que este aguardo em regime aberto possui caráter temporário, não efetivando a progressão propriamente dita.

5 O MONITORAMENTO ELETRÔNICO E A ORDEM CONSTITUCIONAL

À *prima facie* o monitoramento eletrônico consiste em uma interferência na liberdade e na privacidade do apenado, indiciado ou réu, ao passo que monitora todos os seus passos e delimita uma área de deslocamento permitida.

Diante disso, para analisar a constitucionalidade da Lei 12.258/10, faz-se necessário analisar cada suposto direito violado separadamente, realizando uma ponderação principiológica diante da dignidade da pessoa humana.

5.1 Monitoramento eletrônico e o direito a privacidade

O direito à privacidade é tutelado pelo art. 5º, X, da Constituição Federal, que carrega a seguinte disposição: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das

pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Ao analisar o texto constitucional percebe-se que a privacidade é gênero na qual comporta diversas espécies, como o direito a intimidade, a honra e a imagem.

Nesse sentido, para da Cunha Jr. (2013), a privacidade consiste na faculdade de cada indivíduo determinar o grau de intromissão de estranhos na sua vida particular e familiar, ou seja, seria então o direito de estar só e ser deixado em paz. Já José Afonso da Silva (2014) adota o posicionamento de que a privacidade é todo aquele conjunto de informações as quais os indivíduos podem mantê-las sob sua exclusividade ou comunicar a qualquer pessoa.

Deste modo, ao contextualizar o direito a privacidade e monitoramento eletrônico, é correto afirmar que as tornozeleiras limitam o exercício pleno do supramencionado direito.

Todavia, vale ressaltar que os indivíduos os quais utilizam o dispositivo não estão no gozo da sua liberdade plena, tornando perfeitamente proporcional a mitigação da sua privacidade, visto que, esta possui a finalidade de assegurar outros direitos fundamentais, como serão vistos no próximo tópico.

5.2 Monitoramento eletrônico e a dignidade da pessoa humana

A dignidade da pessoa humana é um direito fundamental, conceituado por Sarlet como a qualidade intrínseca de cada ser humano que o faz merecedor de respeito por parte do Estado e da comunidade.

Diante do conceito acima formulado, é pertinente reforçar que a dignidade da pessoa humana atua, sobretudo, como um limitador do poder punitivo estatal.

Ao analisar o cumprimento de pena à luz do referido preceito, percebe-se que o apenado deverá ter suas garantias existenciais mínimas respeitadas.

Nesse sentido, vale ressaltar que os defensores da inconstitucionalidade da Lei 12.258/2010, fundamentam seu posicionamento na suposta violação da dignidade da pessoa humana, ao passo que o monitoramento seria mais uma forma de controle do indivíduo por parte do Estado.

No entanto, o monitoramento eletrônico, como já foi apresentado, não surge apenas como mais uma forma de controle estatal, surge também como mais uma possibilidade de cumprimento de pena neste conturbado sistema de execução penal brasileiro, abrindo o leque para posicionamentos como o da já tratada no tópico 4.4, a Súmula Vinculante nº 56.

Segundo Sarlet (2011), a dignidade da pessoa humana é um complexo, portando diversas dimensões. Com isso, faz-se necessário, ao analisar um instituto diante deste preceito fundamental, abordar todo o seu contexto, inclusive suas consequências.

Deste modo, ao passo que a tornozeleira surge como um mecanismo de suporte à efetivação de um regime penal, esta contribui para o fortalecimento do respeito à dignidade da pessoa humana do condenado.

5.3 Ponderação principiológica

A teoria dos princípios de Alexy (2015), a qual retira o caráter imperativo das normas princípios, atribuindo-os um condão de orientar a aplicação do direito, reconhece ser indiscutível a ocorrência de conflitos entre princípios em qualquer ordenamento jurídico.

Antes de efetuar à referida ponderação, faz-se necessário a conceituação de princípio e se os valores aqui expostos encaixaram-se, como exemplos, dessa espécie normativa.

O princípio consiste em uma espécie de norma, a qual ordena a realização de algo dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes. Sendo conceituados assim, como mandamentos de otimização, ocorrendo sua satisfação em graus variados, a depender do cenário fático e jurídico pertencente em um determinado ordenamento (ALEXY, 2015).

Nesse sentido, segundo Barroso (2010) a dignidade da pessoa humana, embora não possua caráter absoluto, é um valor imponderável.

Desta forma, nas palavras de Alexy (2015, p. 113-114):

Por isso, é necessário que se pressuponha a existência de duas normas da dignidade humana: uma regra da dignidade humana e um princípio da dignidade humana. A relação de preferência do princípio da dignidade humana em face de outros princípios determina o conteúdo da regra da dignidade humana. Não é o princípio que é absoluto, mas a regra, a qual, em razão de sua abertura semântica, não necessita de limitação em face de alguma possível relação de preferência.

Com base no exposto, ao analisar a aplicação do monitoramento eletrônico, é possível ponderar a privacidade e a liberdade diante do princípio da dignidade humana, entretanto, essas ponderações devem ser norteadas a partir de um valor imponderável, entendido por Alexy (2015) como regra da dignidade.

Destarte, obedeceria sim ao preceito da dignidade humana, o controle do indivíduo através do referido monitoramento, ao passo que evitaria o encarceramento inconstitucional do indivíduo em regime semiaberto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que, conforme foi estruturado, o presente trabalho expõe, em diferentes perspectivas, a aplicação do monitoramento eletrônico na execução penal brasileira. Pretendendo, assim, contribuir para a efetivação do regime semiaberto, o qual apresenta ineficiência de vagas, conforme já exposto (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, INFOPEN, 2014).

Deve-se retomar à teoria unificadora da pena adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, a qual entende como funções da pena a retribuição a um mal, a prevenção de futuros delitos e a ressocialização do condenado.

Ademais, é correto afirmar que, para a redução da reincidência, faz-se necessário, além do cumprimento das medidas educativas da LEP, que os regimes de cumprimento de pena sejam efetivos, visto que os referidos também são cruciais para a ressocialização do apenado.

Com o advento do monitoramento eletrônico, surgiu uma possibilidade dentro do sistema de execução penal, o qual, segundo Marcão (2015), apesar de limitada somente às hipóteses de saída temporária no regime semiaberto e da prisão domiciliar foi suficiente para uma mudança sensível na jurisprudência dos tribunais superiores brasileiro.

Nesse sentido, foi adotado o entendimento de que, inexistindo vaga no regime semiaberto, poderia o apenado ficar temporariamente em regime aberto, na modalidade prisão domiciliar, sendo monitorado através da tornozeleira eletrônica, conforme Súmula Vinculante nº 56.

Por fim, ao analisar o monitoramento eletrônico à luz da ordem constitucional, percebe-se que, apesar de mitigar a liberdade e privacidade do apenado, a tornozeleira contribui para a garantia da dignidade humana, ao passo que possibilita uma alternativa ao problema da insuficiência de vagas no regime semiaberto.

Segundo Alexy (2015) toda ponderação principiológica será norteadada por um preceito imponderável da dignidade humana. Assim sendo, o monitoramento eletrônico contribui para o respeito ao referido preceito.

Ao analisar o presente, percebe-se que os autores aqui expostos foram suficientes para o esclarecimento e estudo do tema. Todavia, a pesquisa não resta esgotada, existindo a possibilidade de exame de outras questões, a fim de ampliar a perspectiva do tema, contribuindo para a efetivação da execução penal.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. p 113-114.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro, Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. p 86.

BARROSO, Luiz Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação**. 2010. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. 1764. Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/eb000015.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p 128-158.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 27 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Secretaria de Editoração e Publicações, 1988. p 9-11.

BRASIL. Lei Federal nº 7.210, de julho de 1984. **Lei de Execuções Penais – LEP** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm >. Acesso em: 28 abr. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 314106/RS – Rio Grande do Sul. Relatora: Ministra Laurita Vaz de 03 de fevereiro de 2015. **Pesquisa de Jurisprudência**. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/deciso/es/toc.jsp?livre=314106&&b=DTXT&thesaurus=JURIDICO&p=true>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 491 da S3-Terceira Sessão de 8 de agosto de 2012. **Pesquisa de Jurisprudência**. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?livre=per+saltum&&b=SUMU&thesaurus=JURIDICO&p=true>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* nº 109244/SP – São Paulo. Relator: Ministro Ricardo Levandowski de 01 agosto 2011. **Pesquisa de Jurisprudência**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000142628&base=basePresidencia> >. Acesso em: 3 mai. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* nº 87985/SP – São Paulo. Relator: Ministro Celso de Melo de 22 de fevereiro de 2006. **Pesquisa de Jurisprudência**. Disponível

em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14783470/medida-cautelar-no-habeas-corpus-hc-87985-sp-stf>>. Acesso em: 3 mai. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante nº 56. Relator: Ministro Gilmar Mendes, de 08 de agosto de 2016. **Pesquisa de Jurisprudência**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=3352>>. Acesso em: 3 mai. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Mutirão Carcerário do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/relatorio-mutirao-carcerario-sp-2012.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 7.ed. Salvador: Juspodivm, 2013, p. 670-690.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 199-226.

GRECO, Rogério. **Monitoramento Eletrônico**, 2012. Disponível em: <<https://rogeriogreco.jusbrasil.com.br/artigos/121819870/monitoramento-eletronico>>. Acesso em: 8 mai. 2017.

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**, São Paulo, Saraiva, v. único, 13ª ed. 2015. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/27915679/curso-de-execucao-penal-renato-marcao-13-edicao-pdf---374-paginas---2015>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN**. Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf> Acesso em: 25 abr. 2017.

OLIVEIRA, José Roberto Rochel de. **A Monitoração Eletrônica como Medida Cautelar no Processo Penal**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.gecap.direitorp.usp.br/files/monografias/A_monitorao_eletrnica_como_medida_cautelar_no_processo_penal.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2017.

QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal Parte Geral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v.1, 2008, p 82-105; 356-373.

ROXIN, Claus. **Problemas Fundamentais de Direito Penal**. 2. ed. Lisboa: Veja, 1993. p 33-45.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p 208.

A MORAL, A ÉTICA E O VALOR HUMANO NA FILOSOFIA DE FARIAS BRITO

*Bruno Nascimento dos Santos*¹

RESUMO

O presente artigo se dedica à uma exposição da filosofia de Raimundo de Farias Brito, diante de seus enfoques acerca dos temas da realidade social brasileira de sua época. Em tempos de crises na sociedade, nos valores éticos, todos, segundo ele, advindos de filosofias que perverteram o sentido da própria pessoa humana. Com isso ele vai desenvolvendo seu pensamento sempre voltado à tentativa de resgatar a integridade do homem de seu tempo enquanto traça um sistema expondo como a humanidade ocidental se deparou com tal crise.

Palavras-chave: Farias Brito. Ética e Moral. Valor Humano. Filosofia Brasileira.

1 INTRODUÇÃO

É um tema controverso e como tal merece um espaço importante e sempre maior dentro do tempo atual e das instituições de ensino, isso para que mais discussões sobre o assunto sejam ensejadas e haja no Brasil o reconhecimento devido à sua própria filosofia. Antes ainda é preciso tomar plena consciência de que não se pode equiparar os séculos de edificação de pensamento, sendo o Brasil é um país relativamente novo comparado a toda Europa. Apesar de breve temos uma história marcada, e tal brevidade evidentemente torna reduzido o tempo, que se pode dizer que é necessário para construção da reflexão filosófica própria para um lugar. Mas mesmo assim o Brasil não é estéril de pensamento, há um edifício teórico e conceitual que foi construído muito próximo daquilo que o país viveu e pensou no seu período de formação, que se pode considerar como a época da formação da identidade cultural, social e intelectual do Brasil, já independente.

Como em qualquer parte do mundo, no Brasil a filosofia é reflexão e busca de inteligibilidade, a partir dos princípios constitutivos da realidade. É busca de fundamentação, de justificação e de descobrimento. A exigência filosófica é exigência do espírito que se atormente no esforço de alcançar a sabedoria. (CRIPPA, et al, 1978, p. 9)

Não se pode negar que a existência do filósofo se passa também dentro de um tempo e de um espaço bem delimitado e que de vários modos o conduz a se identificar com certas tendências e temas filosóficos. Por isso que para uma compreensão exata de como surgem determinados pensamentos e concepções antes se faz necessário considerar os fatores, sejam externos, internos, psicológicos, familiares, sociais, para de certo modo justificar o porquê e o como tais temas são trabalhados. Mas mesmo que se esforce para se libertar das condições históricas, espaciais e culturais, o filósofo, mesmo querendo alcançar a universalidade de seu pensamento, sempre deixará as marcas da particularidade no que produz, criando assim uma forte tensão entre essa tendência natural e a vontade que não quer que ela transpareça com suas marcas em seus conceitos filosóficos.

[...] embora a universalidade da filosofia seja indiferente a pessoa do filósofo, ela *não exclui* a pessoa do filósofo. O que se concebe como problema filosófico supõe a sua historicidade no sentido de que a autoconsciência implica a existência histórica do filósofo bem como do estudante de filosofia, dentro de um contexto cultural. (CERQUEIRA, 2002, p. 29)

2 A PROBLEMÁTICA QUE MARCA O NACIONAL

Os problemas filosóficos por si só, funcionam como a energia necessária para a filosofia permanecer em constante renovação e em plena atividade a muitos séculos. Se por acaso se esgotassem os problemas e o homem se desse por satisfeito pelas respostas que já tem, seria o fim do caminho filosófico sempre em movimento, no problema está a alma da filosofia. São os problemas sempre constantes que garantem a perenidade da filosofia. Mas é preciso que entre os problemas haja a distinção para que se possa perceber que cada um deles é melhor compreendido analisando paralelamente o espaço e o tempo, que são expressões singulares, para uma melhor compreensão tanto das questões quanto das respostas porventura surjam.

E quanto aos problemas, constituem o elemento animador da história da filosofia. Partindo de determinada perspectiva, os filósofos cuidam de dar-lhes feição renovada. A temática da época impõe que sejam considerados de ângulos novos e insuspeitados. Assim, deve-se aos problemas a constituição e o aprofundamento sucessivo da consciência filosófica. (PAIM, 1987, p. 3)

O ganho da filosofia está justamente na variedade de tempos e lugares onde ela foi semeada e de onde colheram-se os frutos, o adubo fertilizante são os problemas que germinam espécies diferente de uma mesma planta: a filosofia. Poucas pessoas têm predisposição suficiente para resolver problemas dos outros. O aforismo célebre “o problema é seu” clarifica

isso. O esforço reflexivo dos pensadores brasileiros cuidou primariamente dos problemas nacionais, isso cria uma filosofia nacional, que se preocupa com as questões de casa, isso não é primazia brasileira, é uma primazia filosófica, é assim desde o primeiro indivíduo que em seu tempo foi atormentado pela inquietação da busca pelas respostas. E como salienta Miguel Reale em trecho citado por Antonio Paim em *História das Ideias Filosóficas no Brasil* (1987)

Quando pesar no espírito de nossos pensadores toda a força do presente, não como instante imediato e fugaz, mas como a concreção de nosso passado e de nosso futuro; quando vivermos realmente inseridos na problemática de nossas circunstâncias, natural e espontaneamente, sem sentirmos mais a necessidade de proclama-lo a todo instante, quando houver essa atitude nova, saberemos conversar sobre nós mesmos e entre nós mesmos, recebendo ideias estrangeiras como acolhemos uma visita que nos enriquece, mas não chega a privar-nos da intimidade de nosso lar. (REALE, apud PAIM, 1987)

Eis uma perfeita definição do filósofo que responde com maestria a situação colocada por tantos historiadores e comentadores sobre a questão do Brasil perante a filosofia. Tal afirmação toca no cerne da crítica geral dos que são avessos ao reconhecimento do que seja filosofia brasileira. O Brasil não foi privado de seus próprios problemas e conseqüentemente isso não privou de uma filosofia independente e sua.

O que dá o tom que se reveste de característica são os problemas que as filosofias nacionais dão preferência. “ainda que a Filosofia aspire a uma validade universal, é impossível safar-se à influência do nacional. Há, portanto, um ‘nacional’ fruto da influência do tempo e da terra: da História – que condicionam de certa forma as vivências das ideias e doutrinas. (CAMPOS, 1998, p. 11)

3 FARIAS BRITO E A ÉTICA E A MORAL EM SUAS OBRAS

Raimundo de Farias Brito nasceu em 24 de julho de 1862 no município de São Benedito no estado do Ceará. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife no ano 1884 e exerceu em vários lugares as funções de professor, advogado e promotor, sem deixar de ser filósofo, polemista e poeta. Não são poucos os rendimentos e as críticas que deveras lhe são feitas, mas é pouco provável que se possa negar o fato que sua contribuição é de todo modo ímpar na atividade filosófica brasileira.

O autor em questão sempre deu, aos que se encontraram com suas obras, as provas de sua vocação filosófica, como muitos comentadores preferem chamar. Amava a filosofia à qual sentira-se chamado e sempre por suas vias quis alcançar o conhecimento. Buscou ver, diante

de si, respondidas tantas questões proeminentes que lhe apareciam. Suas reflexões evidenciam como é necessário manter uma posição eminentemente crítica ante qualquer doutrina que venha diminuir a pessoa humana e conseqüentemente seu valor. O modo como Farias Brito pensou segue a linha de uma concepção muito própria sobre a filosofia. Ele crê que a formação do conhecimento intelectual e a compreensão de inúmeras questões a serem resolvidas precisam antes passar pelo crivo acentuado da filosofia. Seria ela quem melhor conseguiria estar relacionada com praticamente todas as áreas do saber humano, isto faz dela a verdadeiramente capaz de gerir uma autêntica resposta aos dramas e as crises (sobretudo em relação ao homem) de então.

A nobre busca de Farias Brito pode até parecer pretensiosa, pois seu empenho em derrubar certas doutrinas tinha a finalidade clara de, sobre elas, erigir um alicerce sólido. Seu intuito era acompanhar o reerguimento e a regeneração uma sociedade decadente. Aqui cabe ver o que ele próprio afirma em *O Mundo Interior* “E a morte a que assistimos é não a da verdade, mas a das doutrinas de demolição de que resultou a anarquia moderna e cuja missão está terminada.” (BRITO, 2006a, p. 111)

Farias Brito era um homem preocupado com as questões de seu tempo e se encontrava em uma perene busca por se atualizar ao polo de filosofia da época que era a Europa. Foi criticado e dado por pretencioso ao querer dar respostas que, segundo os críticos, estavam à altura somente dos pensadores europeus que acompanhavam do centro dos debates filosóficos e não de um professor do Ceará que acabava de lançar seu primeiro volume de *A Finalidade do Mundo* (1895). Seus pensamentos revelam a verdade que é consabida, o filósofo não consolida teorias como um anexo do tempo que vive, não estão à parte, mas diretamente relacionadas à sua realidade. Como sintetiza João Montenegro na Introdução da edição do Senado Federal de *A verdade como regra das ações*: “As circunstâncias do seu tempo o arrastavam para isso. O período final do Segundo Império, o desassossego geral, o desmoronamento dos valores monárquicos, a questão religiosa, tudo conspirava contra a velha ordem e propiciava os ideais republicanos” (MONTENEGRO, 2005)

É neste ambiente imerso na crise que Farias Brito está inserido com sua atividade de filósofo. Vivendo entre a Filosofia e o Direito, a moral e a ética tornam-se para ele temas recorrentes de seus pensamentos e ideais filosóficos, tal qual era o rumo para onde caminhava a filosofia na época.

Segundo a opinião de Fred Gillette Sturm, a originalidade de Farias Brito consiste no fato que ele se transformou no interprete da crise cultural brasileira oitocentista (que culminou com a abolição da escravatura e a

proclamação da república), situando-a no âmbito de uma crise da cultura ocidental que remonta ao Renascimento (CERQUEIRA, 2002, p.202)

Farias Brito vai se fazer compreensível apenas sob a luz dos problemas que se construíram a partir do pensamento da filosofia ocidental. Um grande analista de seu trabalho, o filósofo americano Fred Gillette Sturm² faz essas citações de Cruz Costa³ em uma comunicação sobre o filósofo no IV Congresso Nacional de Filosofia: “Crise intelectual, crise moral, crise social, crise religiosa, eis os temas da filosofia trágica de Farias Brito”. “Para ele, na nossa terra, tudo é crise, tudo anarquia.” Farias Brito tem plena consciência que a crise da existência humana é real, presente e influente no modo de viver do homem em seu tempo. Tal crise seria o vetor que acarretou todas as outras crises. O plano da meditação de Farias Brito está em algo a mais que somente uma interpretação das razões existenciais pelas quais se vê a precária situação e condição desastrosa onde está o ser humano.

Vivendo em tal situação, o pensador impõe-se a missão de elaborar pela via filosófica uma tentativa de saída para o caos instaurado e reorientar a sociedade. Não era uma particularidade do Brasil, mas o estado que aqui se encontrava era resultado da crise dos valores ocidentais. Evidentemente não tinha a pretensão de querer resolver os problemas da humanidade, mas era quase que coagido, a buscar respostas e o caminho não podia ser outro, senão o da filosofia. Ao longo dos breves 54 anos em que Raimundo de Farias Brito viveu sobre a Terra, sua atividade intelectual não se estabeleceu apenas em sua mente, desceu ao papel, para que hoje chegasse ao conhecimento de todos o resultado que mais pode-se chamar de um legado, legado de uma mente fértil sempre em movimento e inquieta, mas que pôde conceber e dar à nação brasileira os seus problemas em forma de filosofia.

4 A ANÁLISE DA MORAL DE FARIAS BRITO

Em *A Verdade como Regra das Ações*, o autor cearense traça um percurso sobre das noções de ação e das leis de finalidade e de causalidade para enfim fazer sua análise da moral. Logo no II capítulo, ele faz a distinção entre *homens* e *fatos da natureza* apresentando que respectivamente um age e outro se move. Em ambos é possível se verificar que existem operações diferentes, nisto torna-se possível compreender que fica a mecânica ocupada pelo

² Fred Gillette Sturm é o norte americano responsável pelo reconhecimento da originalidade do trabalho filosófico Farias Brito no Brasil. Por ocasião do IV Congresso Nacional de Filosofia realizado pelo Instituto Brasileiro de Filosofia que foi dedicado ao filósofo em 1962, ele fez uma comunicação sobre o existencialismo em sua filosofia

³ João Cruz Costa (1904 - 1978) foi um filósofo e catedrático na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Entre seus trabalhos se destacam os que ele versa sobre o desenvolvimento da filosofia no Brasil

estudo dos movimentos da natureza, e resta à moral o estudo das ações humanas. Em suma, “A moral é a ciência das ações”⁴ completando como diz Farias Brito: “Esta distinção é claríssima e consiste nisto: que o movimento dos corpos se realiza inconscientemente, ao passo que as nossas ações são feitas com consciência. ” (BRITO, 2005, p. 75) A tese em questão aqui não se preocupa com a parte teórica da moral, antes se debruça sobre esta, de vista como um ideal conduta, moral prática que regula e ordena os atos humanos. O que rege tais ideais é a razão, alerta Farias Brito: “Viver conforme a moral é viver conforme a razão, isto é, conforme os princípios que a razão estabelece” (BRITO, 2005, p. 75). A moral “base das civilizações” é resultado direto da tomada da consciência que impõe uma regulamentação das ações como o autor mesmo diz “produto da inteligência”. Também numa definição bem clara propõe “De toda a forma pode-se definir a moral nestes termos: é a norma de conduta imposta pela própria consciência. ” (BRITO, 2005, p. 76)

Ora, a consciência que vai formar a legislação moral é possível apenas mediante uma assimilação primeira dos conceitos da consciência de si. Sem esta chave de leitura não se vai compreender como formar qualquer norma de conduta. No entanto não bastará somente conhecer a si, é imprescindível o conhecimento do mundo, sem o qual uma concordância moral não será possível. Para isto é preciso que tal conhecimento vá aumentando sempre para que de fato se depare com o real sentido e significado da existência, pois no homem urge a necessidades das respostas para os seus questionamentos, como assegura Thadeu Weber: “Se eu não sei o que sou e para que estou no mundo é claro que não vou compreender qual será minha norma de conduta. O conhecimento de si e do mundo é necessário para saber como agir” (WEBER, 1985, p. 58).

Pode-se usar até esta concepção britiana para compreender a crítica ao materialismo moderno que ele faz. Se tudo nada mais é que matéria, a moral perde seu sentido de existir. O materialismo encarrega-se de negar até toda filosofia metafísica quando esvazia o homem e o encarcera somente no corpo. Estão aí negadas as condições de possibilidade de a moral existir. Sem a consciência racional norteadora durante tantos séculos não haveria este princípio regulatório para o homem. Este percurso é eminentemente filosófico, pois é nutrido pelo conhecimento e por fim sem ele só encontraríamos a barbárie impune e livre a correr solta pelo mundo.

Ora, o materialismo é a afirmação da força e a negação da consciência. É, pois, evidentemente a negação da ordem moral, uma vez que não se pode

⁴ Esta frase é parte do título do segundo capítulo de *A Verdade como Regra das Ações*, como se encontra no texto “A moral como ciência da ação. A moral como ideal da conduta. O direito como complemento da moral. Distinção entre a moral e o direito. ”

conceber ordem moral sem consciência. E quando se queira interpretar a consciência debaixo do ponto de vista mecânico, explicando-a como um fenômeno material entre as outras manifestações da matéria, neste caso, como explicar a liberdade? Como explicar a vida moral e o princípio da responsabilidade em um mundo onde domina a necessidade mecânica? (BRITO, 2012c, p.17)

Para Farias Brito o materialismo se enveredou por um caminho onde não se importou com as consequências certas e se estendeu para muito além de onde poderia alcançar. Transformando a matéria como princípio supremo, como prefere chamar Farias Brito, dogma, dogma do desespero, verdade indubitável e inteiramente fechada, não se abre espaço para a consciência e sua ação. Deste modo ele considera é que a matéria, no entanto, como força sem consciência, não pode ser um dado que possa retirado do homem porque assim ele perderia sua capacidade de se reconhecer como tal. A vida própria perde seu valor, é apenas uma agregação da matéria, não o princípio animador, mas é colocada como um reles anexo da matéria mesma. Para que então a moral? Para quê regras de conduta? Com a perda do valor da vida, a própria moral perde seu sentido, sua razão, sua existência e sua função – instaura-se o caos, que neste caso já é esperado.

“[...] a moral como norma de conduta imposta pela própria consciência. ” Como diz Weber, é mais que necessária, pois o homem não é bem-intencionado e é natural sua tendência para o mal é capaz de gerar a desestabilidade da ordem social. O retorno para tal ordem, é plausível quando a consciência transforma a moral em norma de conduta, conseqüentemente, em leis. Esse também é o lado do magistrado Farias Brito, formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, e até o subtítulo de uma de suas obras revela essa vertente do filósofo: *A Verdade como Regra das Ações – Ensaio de filosofia moral como introdução ao ensino do Direito*. Numa sociedade de somente matéria, sem vida e sem consciência plena, que espaço há de restar para a moral? Retiraram a consciência, e se preparou o desastre que acometeu a sociedade por tantas décadas.

5 O CONHECIMENTO DE SI E O EXISTENCIALISMO NO PENSAMENTO DE FARIAS BRITO

Eis a chave para compreender a filosofia britiana. O conhecimento de si é o problema que vai à ânsia de respostas sobre como interpretar o espírito humano. Desde que Sócrates, o conhecimento de si vem sendo recorrentemente colocado como busca universal. O ser procura se auto compreender e sua existência sobre a terra está cruzada sobre a subjetividade da

questão. O ser do homem está sempre se encontrando com um perene processo de produção de si mesmo, e tal atividade só pode ser efetivada partindo da capacidade de conhecimento de si. Essa busca íntima parece anteceder a própria filosofia, esse existencialismo sempre se preocupando com as questões do ser do homem movimentam todas as indagações que inquietam o espírito humano. Sturm, como um dos maiores estudiosos da obra de Farias Brito assim propõe:

Minha tese diz apenas que há em Farias Brito, nos seus motivos, e na sua interpretação da situação humana – social e individual – um paralelo, do ponto de vista básico, com o existencialismo atual; e que há na metodologia proposta por ele, e no programa filosófico anunciado por ele, um paralelo com a fenomenologia atual (STURM, 2008)

A proposta de Sturm em seu trabalho sobre o autor brasileiro o coloca bem onde lhe é mais característico o nome de filósofo brasileiro. Esse é o argumento básico de todo julgamento favorável sobre Farias Brito: sua originalidade enquanto tradutor da vida social e dos elementos de sua época que são transformados em filosofia. Essa “interpretação da situação humana social e individual” põe em questão as duas análises que o brasileiro faz. Na dimensão social, Farias Brito interpreta a situação da moral, na individual, o ser do homem, e o conhecimento dele sobre ele mesmo. Está se falando da consciência de si, todavia numa situação de retorno. O homem moderno, deveria ser aquele que por sua vez fosse capaz de buscar a perfeição e dominar as coisas, para isso é preciso que ele seja consciente de si, entretanto, para dominar as coisas, antes é necessário que ele saiba dominar a si mesmo. Em suas palavras:

O destino do homem, como o destino do espírito em geral, é aperfeiçoar-se, e dar a maior extensão possível às suas energias, e alcançar, em todas as manifestações de sua atividade, o mais alto grau de desenvolvimento; numa palavra: é dominar. Mas é preciso distinguir duas espécies de domínio: o domínio do homem sobre a natureza e o domínio do homem sobre si mesmo. O primeiro alcança-se pelas ciências da matéria; o segundo, pela ciência do espírito ou pela Psicologia. Mas se um destes dois domínios deve ter preponderância sobre o outro, decerto é ao domínio do homem sobre si mesmo que cabe este privilégio, pois é daí que dependem a disciplina e a ordem, e tais são as condições essenciais e fundamentais de todo o progresso, como de todo o desenvolvimento. (BRITO, 2006 p. 89-90)

O que Farias Brito apresenta em seu pensamento é um problema fundamental, o de compreender o espírito humano. A partir daí é necessário, segundo ele, que sejam distintas as formas de domínio. O homem somente será capaz de dominar-se quando ter a consciência de si. Desenvolvendo essa dimensão, aí sim, estará ele adequado para partir em direção do domínio de todo resto. Havia a consciência de si, mas que fora perdida, talvez por todo o caráter negativo da natureza humana que a Idade Média colocou. O essencial nesta época,

marcada pelo existencialismo⁵ é então o retorno dessa consciência de si. Acontecendo como esperava Farias Brito, que vai propiciar o novo revigoração moral, o homem vive, e segundo ele “viver é tomar consciência da existência”.

6 O MATERIALISMO: VETOR DA RUÍNA E DA CRISE MORAL

Em sua obra *Noções de História da Filosofia*, o Pe. Leonel Franca dedica a última parte do livro ao estudo crítico da filosofia brasileira. Num tópico discorre sobre alguns aspectos da filosofia britânica, mas faz uma relevante colocação acerca do âmbito social que vivia Farias Brito. Apresentando a realidade por trás de todas as crises, que alastradas consumiam o homem, o Pe. Franca revela o que, segundo o filósofo, estava sendo princípio de toda desordem.

O fim que se propõe nosso pensador [Farias Brito] é eminentemente moral. Lançando um olhar em derredor de si vê o filósofo o mundo a debater-se na mais terrível das crises que ainda o convulsionaram. Crise intelectual, manifestada pela anarquia das ideias, pela implacável crítica demolidora que tudo destrói e nada reedifica. Pelo ceticismo estéril e escarinho. Crise moral, provocada pelo interesse erigido em norma suprema de ação pelo utilitarismo invasor, pelo domínio do egoísmo sobre o amor e a dedicação. Crise social que avulta na grande revolução preparada por todas as causas anteriores e que nos ameaça, terrível e eminente como cataclismo destruidor. Crise religiosa enfim, acusada pelo esmorecimento geral da fé nos povos e nos indivíduos. Qual a causa deste estado anormal das coisas? “Toda esta confusão e desordem da sociedade contemporânea, a ignorância do nosso destino moral, o esquecimento de nossos deveres para com os sofrimentos de nossos semelhantes... tudo isto não é senão produto inevitável, a consequência necessária, fatal da impiedade moderna, o resultado prático da vitória do materialismo do qual só pode ser logicamente deduzido como critério das ações o interesse” (FRANCA, 1990, p. 314-315)

Farias Brito no cume da civilização em crise e decadência moral denuncia – Está na hora de renovação e reconstrução dos valores morais, como assim percebemos em sua fala:

[...] é que o momento é de renovação e reconstrução; é que o momento é de revigoração moral, sendo certo que a época de demolição e desmoração chegou a seu termo e um ideal novo anuncia as aproximações de sua entrada no mundo (BRITO, 2006a, p. 106)

Não bastaria chegar ao fim da era da demolição, mais que isso era importante trabalhar sobre o entulho social onde devia erguer-se o novo edifício moral. O principal responsável por isso, não seria outro, senão o homem, o primeiro afetado pela perda dos valores morais. E o momento esperado e oportuno para que isso acontecesse, é quando o homem vai adquirindo a

⁵ Aquiles Côrtes Guimarães publicou um trabalho em 1979 intitulado *Farias Brito e as Origens do Existencialismo no Brasil*. Onde ele delibera sobre o lado da análise existencial de Farias Brito.

tal consciência de si. É segundo ele, a humanidade que vai como que acordando de um pesadelo, é uma luz que desponta no horizonte anunciando o dia que vai chegar⁶ dando fim ao aniquilamento iminente que vai arrastar o homem à sua própria ruína.

O problema moral recebeu uma relevância especial no pensamento de Farias Brito. Ele percebeu que era exatamente neste aspecto que a humanidade estava desorientada; consequência de uma concepção materialista do mundo introduzida pelos filósofos modernos. (WEBER, 1985, p. 57)

Antes surge para ele a pergunta – Qual foi a causa desse desmoronamento de valores e instauração de uma crise de tal proporção? – Assim, ele então considera que o espírito humano passou por uma revolução desde a Renascença quando Deus foi separado na natureza. Com isso vão o dogmatismo e as crenças tradicionais, resta então, depois dos grandes sistemas modernos (Bacon, Kant, Descartes, Comte e outros) apenas o materialismo, vetor dessa ruína moral. Com sua precedência sobre elementos constitutivos do homem como espírito e mente coloca toda causalidade na matéria. É, segundo a concepção britiana, a “filosofia do desespero” que não gera nada mais que “obras de desespero” e o resultado é o que ele então encontrava em seu tempo. Em suas palavras:

É por isto que, sob o domínio do materialismo que, nos nossos dias, força é confessar, se tornou – a doutrina dominante e a filosofia dos sábios –, o espetáculo que deveria oferecer-nos o mundo, não poderia deixar de ser este a que realmente assistimos, da dissolução moral e da ruína dos caracteres, sinal certo de uma volta fatal e inevitável à barbaria. (BRITO, 2006a, p. 108)

Isso afeta profundamente Farias Brito, homem carregado de senso espiritual. Ao se deparar com um modo de pensar que desconsidere a crença no espírito, ele vai de encontro a esta, que por ele é denominada filosofia do desespero⁷. Como diz para demonstrar que seu resultado é trágico traz consigo uma forte carga pessimista quando diminui e retira todo sentido da vida humana, sendo ela no materialismo, uma agregação da matéria. Esvazia a justificação da vida, apaga a existência depois da morte.

Tudo é matéria – proclama a filosofia moderna. E isto é aparentemente uma fórmula vã, mas, em sentido real, vale por uma revolução e no fundo quer dizer: fez-se de novo o caos e em toda a extensão infinita do espaço estabeleceu-se o império da confusão e da desordem. O mundo fez-se trevas; a vida perdeu todo o seu sentido e todo o seu valor; e uma noite impenetrável encerrou os horizontes do espírito. Para os que sentem, quer dizer, para os que sofrem, para os que estão sujeitos ao nascimento e à morte, só o sofrimento impõe-se como verdade. O desespero torna-se a única palavra da

⁶ “É como se a humanidade acordasse do pesadelo de uma longa noite de delírios e de trabalhos insanos, em luta contra fantasmas desconhecidos e contra a iminência do aniquilamento universal, é com verdadeiro deslumbramento que contempla a luz que desponta no horizonte, anunciando a claridade do dia.” (BRITO, 2006, p. 107)

⁷ “Tal é a conclusão última e a síntese final do materialismo. Por onde se vê que esse sistema é a forma mais completa e perfeita do que poderia chamar-se a filosofia do desespero.” (BRITO, 2006a, p. 107)

vida. E uma tristeza mortal invade o coração do homem, inconsciente em face da natureza sensível, mudo e impassível em face do cadáver do espírito e da desordem do cosmos. (BRITO, 2006a, p. 106)

No entanto há uma saída. Se existem as obras do desespero, existem também as obras do espírito. Isto é importante de lembrar porque em Farias Brito, o espírito é o princípio do conhecimento, há um ideal de reconstrução da sociedade aflita que só pode ser realmente aplicável caso seja compreendido como uma obra do espírito. Por isso considerar o conhecimento de si. Este elemento a ser reconhecido não é um ente físico, fato que seria muito limitado, mas é um ser espiritual e muito mais profundo que o materialismo poderia supor.

Desse ponto de vista, encontramos-lo entusiasta de uma “reação contra o materialismo e a positividade brutal dos últimos tempos”, opondo-se ao cientificismo e ao ideal estético de “descrever a realidade nua e crua”, considerando excreção “uma escola de poesia chamada *científica*, como uma espécie de romance – o romance experimental. (CERQUEIRA, 2002, p. 203-204)

O homem enquanto matéria, por assim dizer, teria uma compreensão rápida e praticamente nada pormenorizada, um olhar puramente superficial. A existência humana sobrepõe a matéria que somente vê corpos reduzindo à forma externa das coisas. É isto que Farias Brito mais quer evidenciar em sua obra; a finalidade do mundo está mais além que apenas compreender somente matéria, é compreender o espírito.

7 CRÍTICA AO POSITIVISMO⁸ E A SAÍDA PELA FILOSOFIA DO ESPÍRITO

A doutrina positivista estava presente no Brasil⁹, há quem afirme que essa filosofia de Comte fora bem melhor recepcionada no Brasil, que na Europa. Farias Brito se opõe a tal corrente e apresenta seus motivos, o autor cearense tratou logo de procurar dar-lhe um fim em meios às suas reflexões filosóficas. Thadeu Weber, em sua tese, assim coloca a visão britiana sobre a doutrina de Comte:

A tentativa de solução para o problema da reorganização das sociedades em face à anarquia presente que merece um maior exame de Farias Brito é o positivismo de Augusto Comte. Foi a mais “ambiciosa”. Só pretendeu falar

⁸ O positivismo é a doutrina filosófica, política e sociológica proposta por Auguste Comte (1798 - 1857) surgida na França no começo do século XIX. Seria um resultado sociológico do iluminismo, afasta por sua vez a metafísica e a teologia afirmando toda sua base nas ciências como fonte única e autêntica de todo conhecimento.

⁹ As primeiras manifestações do positivismo no Brasil em todo decorrer do século XIX e se dão em meios matemáticos e da engenharia e se desenvolve durante o período imperial. Há uma obra de João Camilo de Oliveira Torres de título *O Positivismo no Brasil*, que trata necessariamente de sua formação e desenvolvimento nas terras brasileiras.

em nome da ciência como quem tudo deve regular e, por conseguinte, reorganizar as sociedades. (WEBER, 1985, p.26)

O positivismo como dizia o pensador nordestino em *O Mundo Interior*, era uma “alavanca de destruição” pois esta corrente, junto com o criticismo kantiano estava associada ao materialismo e ao pessimismo. Ambas acabaram por conduzir à crise moral que a sociedade se encontrava. A pretensão de reorganizar as sociedades acabou por destruí-las, agora o que resta é almejar as tentativas de reconstrução e reedificação moral destas sociedades. Diante desta precariedade do mecanismo degenerado, Farias Brito se lança a fazer um novo fundamento para erguer a estrutura basilar que se torna uma nova coluna que sustente tal edifício.

Benedito Nunes, um dos maiores estudiosos de sua obra, destaca na Revista do Livro, 25, ano VI, março de 1964: [Farias Brito] empenhou-se a fundo na demolição do Positivismo, que impregnou a mentalidade dos nossos republicanos históricos, e na crítica das formas mecanicista e evolucionista do Materialismo do século XIX. Pretendia erguer sobre os escombros dessas doutrinas uma Filosofia do Espírito, capaz de contribuir para a regeneração da sociedade. (ALCÂNTARA, apud BRITO, 2006a)

Pronto, fora identificado o problema em questão e suas consequências, cabe agora cogitar qual seria a via de acesso à tal reconstrução. Farias Brito elabora uma tese na qual ele pudesse basear esse seu anseio, pessoal e social, já que o inquietava tal situação caótica como se encontrava em seu tempo.

“E eu digo: esse dogma é o da filosofia do desespero. E realmente dizer: tudo é matéria – é desesperar de compreender o espírito. O materialismo, de fato, é uma filosofia que só acredita no corpóreo e no tangível. Tal filosofia não pode acreditar no espírito” (BRITO, 2006a, p.114) O materialismo não deixou aberta nenhuma via que possibilitasse o acesso ao espírito. Em certo ponto desesperou a humanidade que acabou por entrar em tão profunda crise por perder um referencial fundamental. As religiões por sua vez estavam defasadas. A crítica moderna implodiu lentamente o edifício religioso, mesmo que este ainda se encontrava dentro da realidade, mas conseqüentemente, fora do alcance de dar as respostas que o mundo precisava. Restava uma válvula de escape, uma saída de emergência para que tudo não sucumbisse sobre a humanidade – a filosofia.

Farias Brito assim, assume o que se pode chamar de ato de coragem. Levando em conta que a cultura brasileira em partes, apenas faz criticar sua própria cultura, para muitos é inconcebível que um brasileiro, nordestino e ainda por cima interiorano pudesse contestar a grande modernidade imaculada e ainda por cima, afirmar uma saída para a crise que a idade moderna havia desconsiderado. Não bastava exclusivamente de filosofias, mas de uma

filosofia voltada para o espírito. “Dogmatismo positivo” como chama o próprio filósofo em contrapartida do “dogmatismo negativo” que é o próprio materialismo que juntamente com outras modalidades de ceticismo, desorientou o espírito humano.

Mas é tempo de gritar: basta. O fato mesmo da desorganização geral e da situação aflitiva a que se acha reduzido o mundo é suficiente para provar que um ideal é necessário para a vida; e esse ideal não poderá compreender-se nem explicar-se senão como obra do espírito, pois o espírito é o princípio mesmo do conhecimento e a fonte de todo o ideal. Por onde se vê que o espírito é a verdade das verdades. E a vida mesma não é senão a realização objetiva e a manifestação visível do espírito. (BRITO, 2006a p. 115)

Ao perceber a vida como esta manifestação do espírito, outrora esquecido pelo modernismo, Farias Brito denuncia que está mais que na hora de reaver o valor humano da vida. Desse modo em sua última obra *O Mundo Interior* ele reúne e identifica tudo como essencialmente metafísica. Essa noção espiritual que deve agora orientar o caminho ao conhecimento que se torna assim condição *sine qua non* para a resolução dos problemas, sobretudo pelo conhecimento de si.

Notamos que o conceito de espírito assume relevância toda especial no pensamento de Farias Brito. Isto porque ele salienta uma volta para a realidade interior e o conhecimento desta, em oposição a uma pura exteriorização presente nas doutrinas então vigentes. O conceito de espírito é a “ossatura” comum de todo pensamento humano. Daí sua importância. É por isso que a ciência do espírito é a “ciência das ciências” O estudo do espírito como sendo a base do “edifício do pensamento”, é um fato que se impõe sem a menor dúvida. Negá-lo seria negar-se a si mesmo. (WEBER, 1985, p. 79)

8 CONCLUSÃO

Farias Brito não aceitaria tal dissociação completa entre espírito e matéria, negando a atividade do espírito. A existência material do homem pressupõe um estado de espírito que é interior, um mundo interior como ele intitula sua última obra, que também coroa suas concepções acerca do homem e do espírito. O conhecimento que as vias do espírito podem oferecer para as melhorias das condições da vida humana partem antes de tudo de dentro do próprio homem que vive uma plena crise existencial frente ao mundo. Com isso a proposta britiana consiste basicamente em fazer que o homem reflita sobre sua existência em crise, volte-se para dentro de si mesmo, ignore a ditadura da exterioridade material e encontre-se com o ideal que conduz a ultrapassar as barreiras que a modernidade lhe impôs.

REFERÊNCIAS

BRITO, Raimundo de Farias. **A Verdade como Regra das Ações: Ensaio de Filosofia Moral.** Edições do Senado Federal, vol. 51, Brasília, 2005 (1905)

_____. **O Mundo Interior, Ensaio sobre os Dados Gerais da Filosofia do Espírito.** Edições do Senado Federal, vol. 52, Brasília, 2006a (1914)

_____. **A Base Física do Espírito,** Edições do Senado Federal, vol. 53, Brasília, 2006b (1912)

_____. **A Finalidade do Mundo, Tomo I: Estudos de Filosofia e Teleologia Naturalista.** Edições do Senado Federal, vol. 183A, Brasília, 2012a (1895)

_____. **A Finalidade do Mundo, Tomo II: Estudos de Filosofia e Teleologia Naturalista.** Edições do Senado Federal, vol. 183B, Brasília, 2012b (1899)

_____. **A Finalidade do Mundo, Tomo III: Estudos de Filosofia e Teleologia Naturalista.** Edições do Senado Federal, vol. 183C, Brasília, 2012c (1905)

CERQUEIRA, Luís Alberto. **Filosofia Brasileira: Ontogênese da Consciência de Si.** Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **O Sentido Interno do Tempo no Pensamento Brasileiro: Farias Brito.** Revista Filosófica de Coimbra, nº 24, p. 491-498, 2003

CRIPPA, Adolpho, et al. **As Ideias Filosóficas no Brasil: Séculos XVIII e XIX.** Convívio, São Paulo, 1978

FRANCA, Leonel. **Noções de História da Filosofia.** 24. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990

PAIM, Antonio. **História das Ideias Filosóficas no Brasil.** 4 ed. São Paulo, Convívio, 1987.

STURM, Fred Gillette. **O Significado Atual do Pensamento Britânico.** 2008 (1962), Disponível em: <<http://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com.br/2008/06/o-significado-atual-do-pensamento.html>> Acesso em 30 nov. 2016.

VITA, Luís Washington. **Panorama da Filosofia no Brasil.** Porto Alegre, Globo, 1969.

WEBER, Thadeu. **A Filosofia como Atividade Permanente em Farias Brito.** Canoas, La Salle, 1985.

UM OLHAR EDUCACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DO LEGAL AO REAL

*Tereza Joelma Barbosa Almeida*¹
*Ana Sueli Teixeira de Pinho*²

RESUMO

A degradação ambiental tem se tornado uma preocupação constante na vida das pessoas, pensando-se nestas questões, percebe-se a relevância de uma educação formal que possibilite a efetivação da Política Nacional e Estadual de Educação Ambiental. Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico - PPP, o plano de ação dos gestores, o regimento escolar unificado e o livro de ocorrência de uma escola pública, buscando compreender a Concepção de Educação Ambiental subjacente nos referidos documentos, construídos para orientar o trabalho pedagógico dos docentes, bem como, a relação estabelecida pela comunidade escolar sobre esta temática com as questões de depredação escolar. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, utilizando-se como dispositivo a pesquisa documental, que nos permitiu constatar a ausência de relação, por parte da comunidade escolar, entre os danos causados ao patrimônio escolar e a educação ambiental praticada na escola e a necessidade de definição de medidas educativas mais eficientes e planejadas a fim de transformar a realidade educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Depredação Escolar. Políticas Públicas Educacionais. Projeto Político Pedagógico.

1 INTRODUÇÃO

A problemática da degradação ambiental, que se estabeleceu em nível mundial, tem introduzido preocupações na sociedade que vão desde a necessidade de redução do consumo de bens pela humanidade, que por sua vez é estimulado por um modelo econômico capitalista, até a criação de alternativas para o cuidado com o meio ambiente, pensando-se na sua preservação e conservação até a melhoria da qualidade de vida no planeta. Percebe-se nesse

¹ Licenciada em Ciências Biológicas pela Faculdade Jorge Amado – Salvador - BA. Especialista em Análises Clínicas pela UCSal. Especialista em Educação Ambiental pela UNINTER. Discente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental [Mestrado] da Universidade Católica do Salvador - UCSal. Professora da Rede Estadual de Ensino da Bahia.

² Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Professora da Universidade Católica do Salvador (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Curso Graduação em Pedagogia). Assessora Acadêmica no Instituto Anísio Teixeira – IAT. Líder do Grupo de Pesquisa Docência e Gestão em Educação – GRUDGE e membro do Grupo de Pesquisa Autobiografia, Formação e História Oral – GRAFHO.

atual contexto social a urgente necessidade de mudança de atitudes e busca de valores humanos que nos conduzam a uma ética do cuidado para reger as relações sociais e ambientais, em toda sua complexidade, cabendo a educação um papel crucial nesse processo.

No ambiente escolar a problemática ambiental é identificada nos aspectos de depredação disponibilizados por alguns estudantes, onde se observa constantemente carteiras quebradas, paredes riscadas, fechaduras de portas arrancadas, descargas e torneiras de banheiro danificados, retratando uma total ausência de consciência e sensibilização estudantil para com as questões ambientais.

Em termos jurídicos, temos um importantíssimo instrumento legal que expressa a obrigatoriedade da inserção da Educação Ambiental, seja na educação informal ou no ensino formal em todos os níveis e modalidades. Trata-se da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/99, na qual se propõe o ensino de valores que possam propiciar mudanças comportamentais nos indivíduos, de cuidado e proteção do ambiente.

A educação por sua vez, conta com leis específicas, Política Nacional de Educação (PNE), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que orienta uma Política Estadual de Educação (PEE), que por sua vez, guiam a construção de outros documentos também legais construídos pelas instituições de ensino, como Projeto Político Pedagógico (PPP), Plano de Ação dos Gestores, Regimento Escolar Unificado, que trazem para a realidade escolar o proposto pelo teor da lei. Tais documentos devem buscar contemplar as demais leis afins, como o PNEA, considerando a obrigatoriedade do conteúdo expresso pela mesma.

Entendendo que nem tudo que é “legal”(âmbito da lei) é realmente o “real”(teoricamente planejado no PPP, Plano de ação dos gestores, regimento escolar, para ser executado dentro das escolas). Tal reflexão se torna fundamental para propiciar a comunidade escolar clareza e coerência na sua organização política, social e educacional, tendo em vista aspectos importantes contemplados no teor das leis educacionais, assim como, em outras leis e documentos afins a luz da literatura científica.

Com esse olhar, pretende-se neste artigo analisar o Projeto Político Pedagógico - PPP, o plano de ação dos gestores, regimento escolar e o livro de ocorrência de uma escola pública, buscando compreender a Concepção de Educação Ambiental subjacente nos referidos documentos, construídos para orientar o trabalho pedagógico dos docentes, bem como, a relação estabelecida pela comunidade escolar sobre esta temática com as questões depredação escolar, expressa nos documentos consultados.

Este artigo surge, portanto, a partir de reflexões postas para construção da dissertação, correspondendo a um recorte da pesquisa de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, que está em andamento, que parte do princípio ético do cuidado do meio ambiente.

O respectivo artigo encontra-se organizado tomando como ponto inicial um breve histórico dos percursos da Educação Ambiental e sua inserção enquanto política pública educacional, identificando a posteriori a concepção de educação ambiental preconizada nos documentos (PPP, Plano de ação dos gestores, Regimento Escolar e livro de ocorrência) de uma escola pública, correlacionando com os aspectos de depredação escolar a luz do que aborda a literatura científica sobre essa temática em questão.

2 A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Os rumos da Educação Ambiental começam a ser realmente definidos a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, onde se atribuiu a inserção da temática da Educação Ambiental na agenda internacional.

No Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Nº 6.938 do 31 de agosto de 1981, em seu artigo 2º, inciso X, afirma a necessidade de promover a “Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”.

Em 1987, o Ministério da Educação e Cultura – MEC aprovou o Parecer 226/87 do conselheiro Arnaldo Niskier, que reafirma a necessidade de inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º Graus (BRASIL, MEC, 2016).

A Constituição Federal, de 1988, reconheceu o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros à Educação Ambiental e atribuiu ao Estado o dever de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (art. 225, §1º, inciso VI).

Em 20 de dezembro de 1996 foi sancionada a LDB 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No inciso II do artigo 32, a Lei estabelece a necessidade de “compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (BRASIL, LDB, 1996). No

entanto, esta definição ainda não cumpre o que estabelece a própria Constituição Federal, vez que a LDB não contemplou a temática da Educação Ambiental no texto da Lei.

Após dois anos de debates, em 1997 e 1998, respectivamente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) referente aos primeiros e segundos ciclos e os PCN relativos ao terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Os PCN se constituem em um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e/ou comunidades elegerem outros de importância relevante para sua realidade (BRASIL, PCN, 1997).

A LDB ao propor a ideia de conhecimento e compreensão do mundo físico e natural, restringe-se à ideia de fatores físicos, biológicos e socioeconômicos, este último ao referenciar-se aos valores em que se fundamenta a sociedade, atualmente capitalista. Ideia essa que se consolidada como tema transversal, meio ambiente, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. O distanciamento dessas ideias da proposta pela Constituição Federal, que pretende promover a Educação Ambiental para a preservação do Meio Ambiente, nos leva a constatar que nessa fase de transição educacional ainda não se tem a apropriação conceitual da Educação Ambiental.

A Política Nacional de Educação Ambiental instituída em 1999 vem elucidar esse conceito, ao propor a Educação Ambiental, para além da compreensão e conhecimento do mundo físico e natural, ao propor o ensino de valores que venham a propiciar mudança comportamental do indivíduo, de cuidado e proteção desse ambiente. Não bastando apenas conhecer e compreender, é necessário que a educação contribua para mudanças atitudinais nos discentes, alicerçados no ensino de valores éticos e de cuidado do planeta.

Assim, em 1999 foi sancionada a Lei nº 9.795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que veio reforçar e qualificar o direito de todos à Educação Ambiental, indicando seus princípios e objetivos, os atores e instâncias responsáveis por sua implementação, nos âmbitos formal e não-formal, e as suas principais linhas de ação.

A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e dentre outras coisas altera no seu artigo 29 o parágrafo 7º do artigo 26 da LDB nº 9.394/1996, cujo caput estabelece que os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, por uma parte diversificada, devido as características regionais e locais da sociedade, da

cultura, da economia dos educandos. A alteração referida estabeleceu que “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios”. Em 2016, este parágrafo sofreu nova alteração com a Medida Provisória nº 746, ficando com a seguinte redação “a Base Nacional Comum Curricular disporá sobre os temas especiais que poderão ser incluídos nos currículos de que trata o caput”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já referida anteriormente, e que está na sua segunda versão, ainda a ser regulamentada pelo CNE, se constitui numa exigência colocada para o sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996; 2013), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Brasil, 2009) e pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), e deve se constituir como um avanço na construção da qualidade da educação. Para o Ministério da Educação, o que deve nortear um projeto de nação é a formação humana integral e uma educação de qualidade social. (BRASIL, BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, 2016).

A BNCC (2016), ainda destaca que, ao eleger a educação ambiental como Tema Especial, almeja-se articular direitos e objetivos de aprendizagem em torno das questões socioambientais, de tal forma que os currículos escolares sejam capazes de debater a continuidade da vida de todas as espécies, inclusive a humana, no planeta.

É esse reconhecimento que justifica o papel da Educação no processo de transformação do conhecimento e da relação do ser humano com a natureza, pois é ela quem promove a construção de um saber ético fundado na consciência de que o humano é ao mesmo tempo indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie (MORIN, 2011).

3 DESENHO METODOLÓGICO

O estudo foi realizado em uma escola pública estadual, situada no município de Ribeira do Pombal-BA, a 299km de Salvador.

Do ponto de vista metodológico trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois considera a realidade social como o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante e que essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações. (MINAYO, 2001).

A pesquisa realizada foi de natureza exploratória, vez que tais pesquisas são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Sendo um tema pouco explorado, possibilitou criar maior familiaridade sobre o assunto, a partir do levantamento e análise documental (GIL, 2008).

Como dispositivo de pesquisa foi utilizada a análise de documentos, aqui entendidos como essenciais para a prática pedagógica, vez que, normatizam e orientam a vida escolar dos sujeitos, bem como, todo o processo educativo na instituição de ensino, revelando a identidade escolar e sua organização política pedagógica.

A pesquisa documental é um método de compreensão e produção do conhecimento científico acerca de determinados recortes da realidade, a partir da análise de documentos. Entende-se por documento todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. (SILVA et al, 2009)

Nessa concepção, os documentos analisados foram: Projeto Político Pedagógico, Plano de Ação dos Gestores, Regimento Escolar Unificado e o Livro de Ocorrência, identificados como relevantes para compreensão do objeto de estudo a que se propõe esta pesquisa.

Foram recortados excertos que evidenciassem ideias para compreensão do objeto de estudo desta pesquisa, os quais fossem também possíveis confrontar com o proposto pelas leis e documentos legais e por clássicos da literatura científica.

Para análise buscou-se focar na concepção de educação ambiental da comunidade escolar e a relação estabelecida sobre esta temática com as questões de predação escolar.

4 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRECONIZADA NOS DOCUMENTOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA: PONTOS E CONTRAPONTOS.

4.1 Projeto Político Pedagógico (PPP)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, considerou para sua elaboração todos os documentos que orientam a organização do trabalho da escola disponibilizados pela SEC-BA, dos quais destaca-se o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia (ProEASE), Projetos FACE/AVE/TAL, DANCE, EPA, Programa Mais Educação (Educação em Tempo Integral).

Identifica-se claramente no PPP analisado, que se tratou de uma construção coletiva, conferindo-lhe seu caráter democrático, buscando compartilhar das ideias e propostas previstas na Política Nacional de Educação e documentos afins, na perspectiva de uma melhoria da qualidade do ensino no contexto escolar. No entanto, não se identificou nas ideias expostas no PPP o proposto pela Política de Educação Ambiental para a Educação Básica, no seu teor mais aprofundado com relação ao eixo temático.

A visão da escola proposta pelo PPP (2016) sobre Educação Ambiental se orienta pelo que está proposto no Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia (ProEase), que tem por objetivo fortalecer e orientar a Educação Ambiental nos sistemas de ensino em consonância com a Política Nacional e com a Política Estadual de Educação Ambiental, Lei nº 12.056, 2011 (ProEase, 2014). Estando intimamente ligada com a definição de Educação Ambiental presente na Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, apresenta em seu art. 1º: Entende-se por EA os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Na Matriz Curricular de Referência proposta pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (anexo do PPP), o currículo está estruturado considerando uma base nacional comum e uma parte diversificada, na parte diversificada identifica-se a presença da disciplina, Meio Ambiente, para o ensino fundamental do 6º ao 9º ano (PPP da Unidade de Ensino, 2016).

A presença da disciplina, Meio Ambiente na matriz curricular contraria o que determina a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, pois, segundo a lei, este tema não deve ser tratado como disciplina na educação básica, uma vez que o que se deseja é que esta temática seja tratada como conteúdo interdisciplinar, ou seja, por todas as disciplinas.

Jacobi (2005), destaca a necessidade de uma crescente internalização da questão ambiental, um saber ainda em construção, demanda um esforço de fortalecer visões integradoras e que busquem um tratamento interdisciplinar para a Educação Ambiental. Apontando a necessidade de elaboração de propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de atitude e práticas sociais, desenvolvimento de conhecimentos, capacidade de avaliação e participação dos educandos.

Nesse sentido a definição de objetivos claros e bem delimitados é de fundamental relevância. Assim sendo, pode-se observar ao analisar o respectivo documento que a escola define como objetivo geral no PPP (2016) foi: Construir um espaço físico, pedagógico, político e cultural de formação de sujeitos de plena cidadania e de consciência crítica, capazes

de produzir e compartilhar os conhecimentos, transformando-os em aprendizagem significativa. (PPP da Unidade de Ensino, 2016)

Com relação aos pontos críticos da escola, entre os vários apontados pela comunidade escolar, principalmente no que se refere a estrutura física, indicam que não há preocupação na conservação das instalações, por parte dos alunos, e ainda destacam também a falta de projetos inovadores, por parte dos professores, que garantam o sucesso dos alunos, aumentando o seu desempenho escolar e o seu envolvimento com a própria comunidade local e escolar e uma articulação maior com a SEC/Bahia (PPP da Unidade de Ensino, 2016).

O outro ponto importante que merece destaque no PPP é o desafio da qualidade do ensino, apontado pela escola colocando como obstáculo para o ensino a estrutura física da escola. Os aspectos físicos são colocados no PPP como empecilho para um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, e é definido como meta primordial pela comunidade para sua melhoria, expressa no objetivo geral do respectivo documento.

A deficiência de infraestrutura nas escolas segundo Satyro e Soares (2007, p.07) afeta diretamente a qualidade da educação. Prédios e instalações inadequadas, a inexistência de bibliotecas, espaços esportivos e laboratórios, a falta de acesso a livros didáticos, materiais de leitura, a relação inadequada ao tamanho da sala de aula e o número de alunos, são problemas que influenciam diretamente no desempenho dos alunos.

Assim sendo, a infraestrutura da escola é um aspecto que merece considerável atenção, principalmente no que se refere aos aspectos de depreciação, vez que, é percebido e identificado no PPP a falta de colaboração dos discentes para manutenção dos espaços escolas em condições adequadas. Nesse sentido, vale destacar a necessidade de se trabalhar os valores humanos, atitudes e comportamentos nos estudantes para o cuidado do ambiente escolar.

Com esse olhar destaca-se outro aspecto importante observado no PPP no que se refere aos valores humanos apontados como essenciais no processo educativo. No entanto nota-se que a gestão escolar vislumbra a melhoria dos índices de avaliação internos como objetivo essencial a ser perseguido pela instituição. A preocupação da gestão em melhorar os indicadores da escola e o Ideb é reforçada em vários parágrafos do PPP. Além de referir-se aos pais e alunos em várias situações textuais como clientes, evidenciando uma forte influência de uma visão empresarial que tem se estabelecido durante anos dentro da educação, conduzindo a todos a focar mais resultados expressos nas avaliações externas (Prova Brasil, Enem), como garantia de uma educação de qualidade. As exigências educacionais para se atingir as metas do Ideb (focada no ensino de conteúdos), se contrapõe ao aprimoramento do educando como pessoa humana (ensino de valores).

Outra situação observada no PPP, trata-se da necessidade evidenciada pela comunidade escolar de desenvolvimento de um plano de ação, com metas estabelecidas a partir do diagnóstico realizado no PPP, que permita alcançar os objetivos desejáveis, para sanar os pontos críticos da Unidade de Ensino, mais uma vez é citada a estrutura física da escola.

Destaca-se, ainda, que uma das atribuições do corpo docente mencionado no PPP, é responsabilizar-se pela conservação de todos os espaços físicos, bem como de materiais existentes na escola e que são patrimônio de uso coletivo; sendo que uma das atribuições do corpo discente, bem como, dos seus pais e responsáveis, é zelar pela conservação de todos os espaços físicos, bem como de materiais existentes na Escola e que são patrimônio de uso coletivo. Cabendo ao pessoal de serviços gerais também, responsabilizar-se pela conservação e uso adequado do material de limpeza; verificar, diariamente, as condições de ordem e higiene de todas as dependências, móveis, utensílios e equipamentos da escola, comunicando à direção possíveis alterações (PPP da Unidade de Ensino, 2016).

Verifica-se que no parágrafo acima que a conservação dos espaços físicos da escola é colocada como dever e responsabilidade a ser compartilhada entre todos.

Embora a escola destaque no seu PPP como um dos pontos críticos da escola a falta de colaboração por parte dos estudantes para a conservação dos espaços físicos e materiais escolares, ressaltando a responsabilidade de todos pela conservação destes espaços físicos, apontando os valores humanos como essenciais no processo educativo, a mesma não indica nem estratégias e nem tampouco metas para atingir estes objetivos, uma vez que, não há registros de capítulos no PPP da Unidade de Ensino (2016) referente essa etapa do Projeto Político Pedagógico.

Genebaldo Freire destaca que uma Educação Ambiental para ser efetiva, deve promover, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimentos, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e à melhoria da qualidade ambiental. Sendo necessários proporcionar os conhecimentos necessários à compreensão do ambiente, de modo a promover uma consciência social capaz de gerar atitudes que alterem os comportamentos. (DIAS, 1991)

Constatar tal situação em tempos atuais nos mobiliza a debruçarmos nosso olhar e esforços na tentativa de repensarmos nossas práticas educativas, na perspectiva de uma Educação Ambiental alicerçada nos valores humanos.

4.2 Plano de Gestão

Em se tratando do plano de gestão a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) orienta que o Plano de Gestão deve ser discutido com toda a comunidade escolar, complementando a proposta inicial com ações futuras, compartilhadas com o Colegiado e comunidade escolar, dentro de um período de execução previsto para 04 (quatro) anos, tendo em vista a melhoria dos seus resultados educacionais. As informações registradas devem conter dados reais da UEE que possibilitem a elaboração de um Plano de atuação, sendo articulado com o Projeto Político Pedagógico – PPP e o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, observando-se os recursos disponíveis na UEE, oriundos das várias instâncias de Governo (BAHIA, SEC, Elaboração do Plano de Gestão, 2016).

Trata-se de um documento construído pelos gestores e entregue ao Núcleo Regional de Educação no ato da posse. No Plano de ação dos novos gestores, eleitos pela comunidade escolar democraticamente, identifica-se como um dos problemas da unidade escolar na gestão anterior o desenvolvimento de poucas atividades para preservação e manutenção do patrimônio escolar. A atual gestão propõe criar uma cultura de preservação do patrimônio escolar, utilizando como estratégias a realização de projetos de conscientização com o envolvimento da comunidade escolar, visando a preservação do patrimônio. A meta da atual gestão entre outras é preservar o patrimônio escolar, reduzindo gastos com reparação do espaço escolar, a partir de 2016. Como ações de intervenção pretende criar o Projeto Preservação do Patrimônio Público Escolar: Revitalização escolar – Direito de usar, dever de preservar (Plano de Gestão da Unidade de Ensino, 2016).

Nota-se, no entanto, que os gestores não fazem relação desta ação educacional para com a temática da Educação Ambiental e a complexidade destes saberes. Nem tampouco, para com a Política Nacional de Educação Ambiental, não se fazendo nenhuma referência importante com relação as questões da problemática ambiental no plano de gestão.

Almeida e Pinho (2016) revela que não estamos politicamente organizados, na perspectiva da educação ambiental, uma vez que se observa um distanciamento entre os termos e conceitos trazidos nos documentos que orientam a educação ambiental e as leis das políticas em educação. Esta constatação permitiu identificar uma pouca valoração e priorização das questões sobre educação ambiental, determinadas por uma Política Nacional de Educação Ambiental.

Essa percepção educacional nos convida a refletir sobre nossa prática pedagógica, requerendo um olhar mais crítico e politizado principalmente no que se refere as questões voltadas para a Educação Ambiental.

4.3 Regimento Escolar Unificado

No que se refere ao regimento escolar unificado que foi instituído pela portaria nº 5.872/2011 pelo sistema Público Estadual de Ensino. No capítulo IV do respectivo regimento, no seu artigo 38 define que o regimento escolar corresponde à organização do ensino visando à estruturação do currículo referenciado, da matrícula, do ano letivo, do calendário escolar, da sistemática de avaliação e da regularização da vida escolar (BAHIA, SEC, Regimento Escolar Unificado, 2011).

No cap. II, Seção I, art. 33, o referido regimento, informa que o currículo da Educação Básica nas etapas fundamental e do ensino médio é formado por uma base nacional comum, uma parte diversificada e, ainda, por projetos e programas interdisciplinares eletivos. Ainda no § 1º “As bases e os projetos que compõem o currículo de que trata o caput devem se fundamentar em princípios éticos, políticos e estéticos, estar integrados e articulados com as áreas do conhecimento por ele abarcadas, englobando os aspectos da vida cidadã, quais sejam: a saúde, meio ambiente, trabalho, ciência, tecnologia, sexualidade, vida familiar e social, cultural e linguagens” (BAHIA, SEC, Regimento Escolar Unificado, 2011).

No cap. I, no art. 32, do mesmo regimento, determina que o projeto político-pedagógico deve ser um instrumento indispensável à organização e funcionamento da unidade escolar, expressando a sua identidade e definindo as bases políticas, filosóficas e pedagógicas que fundamentam a sua ação educativa no exercício da sua autonomia pedagógica e administrativa, com vistas à garantia do padrão de qualidade no processo educativo (BAHIA, SEC, Regimento Escolar Unificado, 2011).

4.4 Livro de Ocorrência da Instituição de Ensino

No livro de ocorrência da escola, identifica-se diversos registros realizados pelos gestores, de situações de danos ao patrimônio provocados pelos alunos, além de agressões físicas e verbais entre colegas.

O descaso com o patrimônio escolar é nitidamente evidenciado nas ocorrências do livro da escola, embora a gestão cotidianamente tome as medidas cabíveis previstas pelo

regimento escolar unificado, como advertência verbal, comunicado aos pais e suspensão, estas situações se repetem constantemente.

No entanto, observa-se no livro que o número de ocorrências registradas é bem maior com relação a desentendimentos entre professor e aluno, e entre os estudantes que vão desde a agressão verbal a física. Muitos dos aspectos de depredação não se encontram registrados no livro de ocorrência, devido a represálias sofridas pelos estudantes que assistem a estas ocorrências e preferem omitir os casos por medo dos mesmos. Fato este constatado cotidianamente quando os estudantes são questionados sobre tais aspectos de depredação, deixando nas entrelinhas e expressão corporal o medo de se posicionarem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a escola tome como concepção de educação ambiental o proposto pelo ProEase (2014), que se orienta pela Política Nacional e com a Política Estadual de Educação Ambiental (lei nº 12.056, 2011), nota-se no texto do PPP diversos fragmentos contraditórios que denuncia uma certa incompreensão e apropriação por parte da comunidade sobre a concepção de Educação Ambiental. Fato este, observados na escolha por parte da escola da disciplina Meio Ambiente, a utilização equivocada da palavra preservação, entendendo que preservar para a biologia é manter intocável, enquanto que conservar consiste no uso, mantendo algo protegido sem trazer danos físicos ou estruturais. Além de não apresentar projetos permanentes e continuados para a construção de valores, atitudes e conhecimentos voltados para uma efetiva Educação Ambiental.

A realização deste estudo nos permitiu ainda perceber uma ausência de relação entre os danos causados ao patrimônio escolar com a questão da educação ambiental, vez que, pensar na complexidade da educação ambiental permeia um olhar para as questões locais como ponto de partida para as questões globais. Entendendo que cuidar eticamente do ambiente onde se vive, colabora para a preservação e conservação do meio ambiente e para desenvolver no aluno atitudes de respeito ambiental. É fundamental que o estudante compreenda seu lugar, seu papel e sua responsabilidade socioambiental, conferindo-lhe consciência ambiental, nesse sentido a escola se constitui como espaço social importante para se adquirir tais valores.

O estudo permitiu, ainda, que constatássemos que as advertências verbais e outras medidas educativas previstas no regimento escolar eram insuficientes para conter as atitudes

depredação do ambiente escolar praticadas por alguns estudantes, nos levando a compreender que a mudança de atitude e consciência ambiental só será possível mediante projetos educacionais que consigam sensibilizar o estudante, resgatando valores éticos de cuidado e respeito ao outro e ao ambiente escolar.

Entendendo que pensar em Educação Ambiental vai além de se pensar na preservação e conservação do ambiente, envolve outros valores e análises mais complexas, implica pensar nas desigualdades sociais, culturais, econômicas que favorecem uma educação específica para um certo grupo, marginalizando outros, gerando conflitos nas relações pessoais nos mais diversos contextos sociais, inclusive no ambiente escolar.

O professor nesse contexto deve ser um agente sensibilizador, que desperte no estudante uma postura reflexiva e crítica, de comprometimento e responsabilidade, ensinando o aluno a conviver com as diferenças, com respeito e tolerância, percebendo e valorizando o ambiente escolar dentro de uma Educação Ambiental humanizadora, que se apropria do local para compreender o global no qual está inserido com sua devida valoração.

É imprescindível que o PPP disponha de todas as ações necessárias e em especial no que se refere a temática da Educação Ambiental, para que se pense em práticas pedagógicas voltadas ao comportamento de depredação disponibilizado por alguns alunos neste ambiente. Reconhecemos, nesse contexto, a importância da relação entre o político e o pedagógico, para que o PPP não se torne um projeto cheio de intenções e desprovido de ações.

Ensinar o estudante a cuidar do ambiente em torno, demanda tomada de ações que os mobilize nas reflexões de suas ações, propiciando sensibilização e afloramento de sentimentos, confronto de ideias, que os levem a tomada de decisões para o cuidado do ambiente escolar.

O cuidado do ambiente por parte dos estudantes pode ser, portanto, um exercício prático constante, orientado e planejado nas práticas pedagógicas como uma forma de Educação Ambiental que visa promover a mudança comportamental dos discentes.

Da teoria à prática muitas mudanças necessitarão ocorrer e essa transformação precisa ocorrer inicialmente no professor, sendo fundamental um olhar especial para a formação acadêmica do docentes licenciados, onde o aprendizado de conhecimentos sobre Educação Ambiental torna-se essenciais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. J. A e PINHO, A. S. T. A intertextualidade entre a política de educação ambiental e as políticas públicas de educação básica. **Pontos de Interrogação**, v. 6, n. 2, jul.-dez., p. 13-30, 2016.
- BOFF, L. **Do iceberg à arca de Noé**. O nascimento de uma Ética Planetária. 2 ed. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2010.
- BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Orientações para Construção do Plano de Ação dos Gestores**. Disponível em: <<http://www.institucional.educacao.ba.gov.br>>. Acesso em: fev. de 2016.
- BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Orientações para Construção do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Ensino**. Disponível em: <<http://www.institucional.educacao.ba.gov.br>>. Acesso em: fev. de 2016.
- BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia – ProEASE**. 2ª ed. Salvador: SEC 2015. 131 p.
- BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **Proposta Preliminar**. Segunda Versão. Ministério da Educação. Abril, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto 4.281, de 25.06.2002. Regulamenta a Lei n o 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a **Política Nacional de Educação Ambiental**, e dá outras providências. DOU 26.06.2002.
- BRASIL. Lei 6.938, de 31.08.198. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. DOU 02.09.1981.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20.12.1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. DOU 23.12.1996.
- BRASIL. Lei 9.795, de 27.04.1999. **Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**. DOU 28.04.1999. Brasil. Lei 10.172, de 09.01.2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências**. DOU 10.01.2001.
- BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. **Instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC**; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Propostas de Diretrizes da Educação Ambiental para o ensino formal** – Resultado do II Encontro Nacional de representantes de EA das Secretarias Estaduais e Municipais (capitais) de Educação – 2001.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Tbilisi, 1972.** Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 20 de ago. de 2016.

DIAS, G. F. **Enfoque.** Em Aberto, Brasília, v. 10, a 49, jan./mar. 1991

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACOBI, P. R. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005

MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília, 1998.

MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: **Apresentação dos Temas Transversais - Ética.** Brasília, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORADILLO, E. F. e OKI, M. C. **C Educação Ambiental na Universidade: Construindo Possibilidades.** Quim. Nova, Vol. 27, No. 2, 332-336, 2004.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MMA. **Ministério do Meio Ambiente.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2016.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004

SATYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005.** Brasília: IPEA, 2007.

SILVA, L. R.C, et al. **Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente.** IX Congresso Nacional em Educação – EDUCERE. III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 de outubro de 2009 – PUCPR.



UM OLHAR SOBRE A MATEMÁTICA FINANCEIRA ACERCA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

*Joelma da Silva dos Santos*¹
*Luciana Santana Costa*²
*Luciano Reis de Santana*³

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade abordar a reforma do ensino médio trazendo um pouco de como foi o ensino médio, como está sendo e como ficara com a reforma. Diante disto, fizemos um breve levantamento da reforma do ensino médio dos nove estados da região nordeste que é nosso foco principal de pesquisa, pois contém o estado da Bahia. Discutimos sobre a importância da matemática financeira e como a mesma pode influenciar na formação do cidadão.

Palavras-chave: Cidadão. Matemática Financeira. Reforma do Ensino Médio.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem com o propósito, analisar os impactos da reforma do ensino médio nos assuntos relacionados à matemática financeira. A escolha desta pesquisa é devido à grande discussão que vem sendo feita sobre como ocorrera a inclusão dessa nova reforma, quais os efeitos em que a mesma pode causar.

Este trabalho tem com a finalidade falar sobre o ensino médio ontem, hoje, amanhã e tratar dos aspectos principais dessa reforma. É devido à grande discussão sobre a reforma do ensino médio e a mudança na estrutura do ensino, esta proposta dará oportunidade ao estudante escolher a área de conhecimento para aprofundar seus estudos, a nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas e outra parte flexível, com o objetivo de aproximar cada dia mais a escola da realidade dos estudantes, assim deixando o mesmo mais apto ao mercado de trabalho.

Nesta pesquisa, também abordamos a importância da matemática financeira, nas aulas de matemática. Sendo que a mesma poder ser utilizada em vários contextos do nosso cotidiano. Em seguida, vamos falar sobre os 9 estados que compõem a Região Nordeste e

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: joelmajj.26@gmail.com.

² Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: lusantanacosta@outlook.com.

³ Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: lucianoreis155@gmail.com

como reagiram com a reforma do ensino médio e como as suas secretárias se posicionarão em relação a nova estrutura de ensino. Logo, depois falaremos sobre alguns problemas do cotidiano dos seres humanos, que está totalmente ligado a matemática financeira.

O currículo do novo ensino médio será norteado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória e comum a todas as escolas (da educação infantil ao ensino médio). A pesquisa terá como foco a matemática financeira que tem como objetivo reforçar aos alunos a importância do ensino da matemática financeira no ensino médio, bem como os benefícios de sua correta utilização na vida adulta.

2 O ENSINO MÉDIO NO BRASIL: HOJE E AMANHÃ

2.1 O Ensino Médio No Brasil: Hoje

Sabemos que o ensino médio representa a última etapa da educação Brasileira, esta etapa é de grande importância para a formação dos jovens, o mesmo tem sido alvo de debates em diferentes espaços, um dos pontos que estão em pauta é a grande evasão dos estudantes no ensino médio, mais de 39% de alunos do ensino médio do Brasil traz que a situação financeira é o maior empecilho para concluir os estudos e 13,6% afirmam ter problemas em conciliar trabalho com a escola, a partir dos estudos feitos pode-se perceber que quando maior a renda dos estudantes mais eles avançam nos estudos.

A partir de pesquisas constatadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que pela primeira vez, a nota de matemática do ensino médio ficou em 267 pontos, a nota mínima esperada era de 350 pontos. Em 20 anos de avaliação, a nota mínima maior tirada foram 271 pontos. O estudante brasileiro nunca compreendeu tão pouco, os números esclarecem a falência de um sistema de ensino que leva 700 mil jovens, a cada ano, a desistir do ensino médio antes de encerrar o ciclo básico.

Na maioria das vezes os alunos não conseguem relacionar os conteúdos matemáticos na sua vida cotidiana, isso pode ser causado pela falta de atenção e dispersão de alguns alunos em sala de aula e também pode ocorrer do professor não conseguir mostrar uma aplicação da matemática no cotidiano do aluno.

No entanto, é necessário que o professor estimule os estudantes para que possam perceber como a matemática está ligada ao seu dia a dia. Uma área da matemática que mostra aos alunos uma melhor aplicação no seu dia a dia é a matemática financeira, podendo

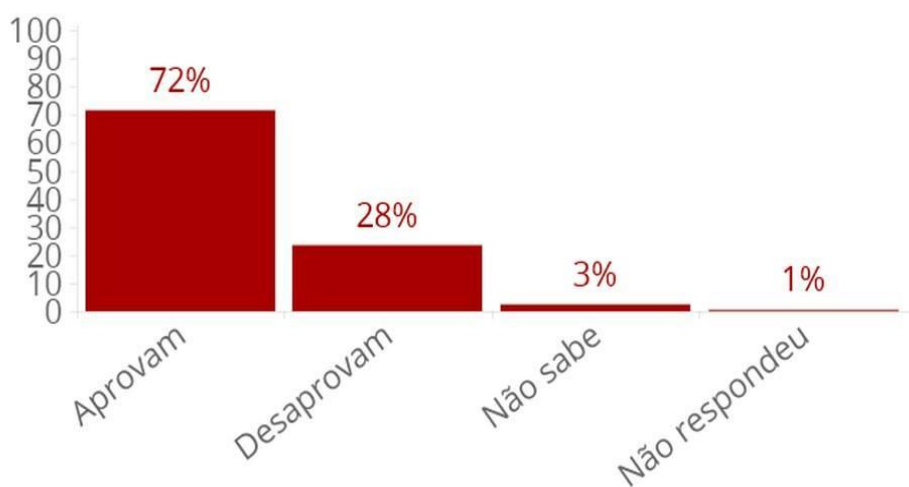
vivenciar situações de compra, venda, pagamento à vista, pagamento parcelado, juros, desconto e outras situações possam precisar da matemática.

Desta forma para tentar estagnar as dificuldades na educação no Brasil o presidente Michel Temer a caráter de urgência estabeleceu uma medida provisória, limitando a possibilidades de debates sobre as mudanças que afetarão todos os estudantes com a reforma do novo ensino médio.

A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura da grade curricular do ensino médio. A mesma é proposta como o instrumento de grande importância para a melhoria da educação no país. A reforma aconselha uma flexibilidade na grade curricular, um novo modelo consentir que o estudante escolha sua área de conhecimento para aprofundar seus estudos.

A partir da publicação da BNCC, os sistemas de ensino terão o ano letivo seguinte para estabelecer o cronograma de implantação das principais alterações na Lei e iniciar o processo de implantação a partir do segundo ano letivo. O texto aprovado permite, ainda, que as redes autorizem profissionais com notório saber para ministrar aulas exclusivamente em disciplinas dos cursos técnicos e profissionalizantes.

Desta forma a nova reforma do ensino médio tem um intuito de alavancar a educação porém terá seus prós e contras, será que essa educação será de qualidade com professores de notório saber? Será que todas as escolas terão infraestrutura e investimentos para que os alunos permaneçam em tempo integral? Este assunto tem muitos questionamentos que precisam ser debatidos e analisados. Com isso, foi feita uma pesquisa encomendada pelo MEC questionando se os brasileiros se aprovam ou desaprovam a reforma.



Fonte: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/72-aprovam-proposta-de-reforma-do-ensino-medio-diz-pesquisa-ibope.ghtml>

Esta pesquisa abrangeu uma quantidade média de pessoas, com o intuito de saber opiniões acerca da ampliação dos números de escolas em tempo integral, em relação a escolha do aluno entre o ensino regular e profissionalizante, sobre as disciplinas que serão obrigatórias entre outras ações.

2.2 O Ensino Médio No Brasil: Amanhã

O ensino médio brasileiro necessita de mudanças, a qual foi proposta pelo governo através da reforma que é uma mudança na organização do sistema atual do ensino médio, onde essa mudança tem como principal finalidade a melhoria no sistema da educação brasileira e a melhora no aprendizado dos alunos, já que puderam perceber através de pesquisas como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que é o principal indicador da qualidade do ensino básico, que o índice de aprendizagem dos alunos não estava acontecendo de uma forma esperada.

A reforma do ensino médio pretende começar a valer na prática a partir de 2019, mesmo que alguns lugares não tenham o ensino em tempo integral, mas deverão organizasse para que cumpram as medidas propostas em relação às organizações das disciplinas e sua carga horária, para o ensino médio. A nova organização da estrutura do ensino médio terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outra parte flexível.

A medida da reforma do ensino médio foi autenticada pelo atual presidente do Brasil Excelentíssimo Michel Temer na cerimônia no Palácio do Planalto. Onde esta medida aumenta a carga horária anual das escolas, que não terá só o ensino médio, mas também o ensino técnico, o qual no novo modelo permitirá que os estudantes escolham a área do conhecimento para aprofundar os seus estudos, na qual em cinco anos a carga horária deverá ser de 1.000 horas por ano, onde antes era de 800 horas por ano. No ensino integral, a meta é dobrar a quantidade de vagas em três anos. O relator do texto no Senado, senador Pedro Chaves, disse que o Governo Federal vai priorizar escolas com os menores índices de rendimento.

A mudança na estrutura do ensino médio será dividida em duas partes, uma parte todas as escolas terá que comprimir, pois será obrigatória e outra parte será flexível, com o objetivo de aproximar as escolas da vida dos estudantes, assim o aluno poderá seguir o caminho de suas aptidões e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no

mundo do trabalho, ou seja, ficou definido que a reforma torna flexível o conteúdo que será ensinado aos alunos, mudando a distribuição do conteúdo das 13 disciplinas habituais ao longo dos três anos do ciclo, dando novo peso ao ensino técnico e incentiva a ampliação de escolas de tempo integral.

A reforma do ensino médio é organizada da forma que 60% da carga horária sejam ocupadas obrigatoriamente por conteúdos comuns da BNCC, enquanto os demais 40% serão optativos conforme a oferta da escola e interesse do aluno, que poderá nomear prioridades de acordo com a área de formação desejada em uma das cinco áreas de interesse: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. As disciplinas obrigatórias serão de língua portuguesa e de matemática, além disso, a língua inglesa, que não era obrigatória segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), passará a ser a partir do sexto ano do ensino fundamental sendo que terá disponível no ensino médio outras línguas estrangeiras.

A reforma do ensino médio em tem como objetivos na matemática em foco na matemática financeira que os alunos: Apliquem seus conhecimentos matemáticos em situações diversas, na compreensão das demais ciências, de modo que a matemática seja vista em vários contextos da sua vida; Compreender a matemática como ciência, com sua linguagem própria e estruturada lógico-dedutiva; Estabelecer relações entre conceitos matemáticos de um mesmo campo e entre os diferentes eixos (Geometria, Grandezas e Medidas, Estatística e Probabilidade, Números e Operações, Álgebra e Funções), bem como entre a Matemática e outras áreas do conhecimento; Desenvolver a autoestima e a perseverança na busca de soluções, trabalhando coletivamente, respeitando o modo de pensar dos/as colegas e aprendendo com eles/as; Analisar criticamente os usos da matemática em diferentes práticas sociais e fenômeno naturais, para atuar e intervir na sociedade; Recorrer às tecnologias digitais para descrever e representar matematicamente situações e fenômenos da realidade, em especial aqueles relacionados ao mundo do trabalho.

Não sabemos exatamente se as mudanças que estão acontecendo servira para uma melhor qualidade do ensino para os estudantes do ensino médio, já que tempos antes de se falar na reforma do ensino médio, foram congelados os gastos na educação no período de 20 anos, então ficamos com o seguinte questionamento como podemos ter uma escola em tempo integral, se os gastos com a educação estão congelados?

Ainda não podemos dizer o que vai acontecer com o ensino médio, com esta reforma. Mas esperamos que ela possa proporcionar aos alunos uma melhora no seu aprendizado, assim o mesmo poderá desenvolver melhor o seu raciocínio lógico e ter, mais êxitos.

3 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA REGIÃO NORDESTE

Neste tópico iremos abordar a reforma do ensino médio em cada estado que compõem a região nordeste, em relação a forma como eles agiram com essa Medida provisória (MP). Mas iremos dar uma ênfase maior, ao estado da Bahia que é o nosso foco principal, nesta pesquisa. A **Região Nordeste** é a terceira maior região do Brasil e a maior em número de estados, possui nove: Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia.

Alagoas

O estado de Alagoas debate a forma de como irar estruturar as mudança, na qual um estado de tão diferentes realidades pode dar o mesmo nível de organização e estruturação em diferentes ambientes. O vice Secretário de Educação Luciano Barbosa, diz o seguinte "Temos que mapear a carência de profissionais em determinadas regiões do alto sertão alagoano, médio sertão, zona da mata, de cada região".

O estado teve o segundo pior IDEB em 2015 de 2,8. Logo, necessita de grandes mudanças, para que os alunos tenha um nível de aprendizagem esperado pelos órgãos de ensino, ou até mesmo maior.

Ceará

A secretaria de Educação do Ceará (Seduc), que concentra mais de 400 mil estudantes em sua rede, avalia a medida como um grande retrocesso na educação brasileira. Sobre a reforma, o secretário de Educação do Estado, Idilvan Alenar, tece duas considerações.

Maranhão

“O Governo do Maranhão compreende que qualquer medida no âmbito da educação precisa ser tomada a partir de uma ampla discussão e diálogo com todos aqueles que fazem o dia a dia da escola, portanto, o que estamos realizando nesses dias é conclamando a sociedade para o diálogo aberto e transparente, ouvindo as instituições, professores, alunos e gestores sobre a MP. Dessa forma, avançaremos para uma educação de qualidade e com resultados significativos para a formação dos maranhenses”, pontuou o secretário Felipe Camarão.

Paraíba

Cerca de 2% das escolas estaduais da Paraíba oferecem ensino médio integral, conforme dados da Secretaria de Estado da Educação (SEE). Das 384 escolas com salas de ensino médio, apenas oito oferecem o serviço - sendo 1,4% dos estudantes têm acesso à educação integral. No total, são 1.500 estudantes matriculados em turmas nas escolas integrais de um total de 106.642 alunos no ensino médio da rede estadual.

De acordo a Secretaria de Educação há um planejamento para que em 2017 as vagas de ensino médio em tempo integral sejam ampliadas para 20 escolas, contemplando um total de 3.500 alunos. Com a reforma do ensino médio do governo federal, o desafio da Paraíba é inserir em 2018 os demais 103.142 estudantes do ensino médio no ensino integral.

Pernambuco

O estado de Pernambuco é uma referência pelo Ministério da Educação na implantação do tempo integral no ensino médio. Atualmente, de acordo o secretário de Educação Fred Amâncio, 43% das escolas funcionam com uma jornada de sete horas por dia. Logo, os estudantes ficam mais tempo na escola e têm atividades no turno oposto.

O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Fred Amâncio, destacou o fato de a reforma ajudar a tornar a escola mais atrativa aos estudantes brasileiros. Segundo Amâncio, a flexibilidade do ensino médio está alinhada também com o Plano Nacional de Educação, que apresenta metas para a melhoria do sistema educacional.

O secretário Fred Amâncio atribui ao tempo integral o fato de o ensino médio do estado ter saído da 21ª posição, em 2007, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e ter alcançado o topo do *ranking*, em 2015, junto com São Paulo, na última divulgação.

Piauí

Não foram encontradas muitas pesquisas relacionadas como o estado do Piauí vai estruturar suas escolas, depois da reforma do ensino médio. Só há poucas informações dizendo que a carga horária vai ser aumentada.

Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte possui o segundo pior IDEB do país, aonde a evasão escolar chega a 12,5% e cerca de 55mil jovens estão fora da escola, adequar a rede de ensino

para a reforma será particularmente desafiador e as mudanças não devem ser sentidas em um futuro próximo.

Sergipe

No estado de Sergipe, a reforma do ensino médio já começou. O professor e dirigente do SINTESE, Paulo Fernandes Lira, explicou que o Governo do Estado de Sergipe já está em processo de implantação da jornada em tempo integral na educação pública. Num primeiro momento, a Secretaria de Estado de Educação (SEED) tentou transformar algumas escolas da rede em tempo integral, porém, algumas delas se negaram a aceitar a medida, e então a SEED buscou outras novas unidades de ensino para implantação da medida.

Bahia

A partir da divulgação da medida provisória que estrutura um novo currículo do ensino médio no Brasil a Secretaria Estadual da Educação (SEC) promovera três mesas redondas até o fim do ano para discutir as mudanças que serão implantadas na Bahia. Essa mesa de debates percorreram os seguintes assuntos: O aumento da carga horária, as disciplinas obrigatórias, as disciplinas que se tornaram optativas, investimentos nas escolas, discutir se os professores estão preparados para tão mudança, entre outros questionamentos que estarão em pauta no momento.

Sabemos que os pontos principais da reforma estão na ampliação em tempo integral, à carga horária que passará de 800 horas por ano para 1.400 horas. Além disso, ao invés de 13 disciplinas obrigatórias fixas, o novo currículo vai ser guiado por uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que deve manter as disciplinas comuns para a primeira metade dos três anos organizadas em Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e formação técnica. Na segunda metade do Ensino Médio, o aluno escolherá as disciplinas que irá cursar de acordo com sua aptidão.

De acordo pesquisas, sabemos que toda mudança requer gastos, e esta implementação terá um grande impacto no orçamento. O governo informou que vai investir R\$ 1,5 bilhão, porém esses recursos serão divididos entre os estados. A Bahia será responsável por definir como será o novo modelo do Ensino Médio. Esse foi um dos pontos destacados pelo secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

Porém não saberemos se esta reformulação no ensino médio será eficaz, pois para ter mudanças na educação brasileira, os órgãos da educação precisarão resolver a condição da estrutura física da escola para poder ter o ensino integral, a precariedade na rede escolar, a

formação de professores e a contratação de novos profissionais. Os sistemas estaduais e municipais não darão conta da mudança se não houver investimento em educação, investimentos estes que se tornaram contraditórios com a PEC 241 que congela por 20 anos os gastos da educação.

O governo do estado divulga uma estimativa que, até 2022, 400 das 800 escolas de Ensino Médio do estado já estejam ofertando carga horária em dois turnos, atingindo, assim, 50% da meta proposta pelo Ministério da Educação. Em 2012 foi assegurada pela Secretaria De Educação Do Estado Da Bahia a educação integral, em parceria com o Ministério da Educação, por meio de programas como o Programa Mais Educação, Ensino Médio Inovador entre outros projetos. Os municípios da Bahia que já tem a educação integral a partir desses projetos são: Bom Jesus Da Lapa, Seabra, Serrinha, Itabuna, Teixeira de Freitas, Juazeiro, Barreiras entres outros municípios, por tanto são aproximadamente 34 escolas com educação integral na Bahia.

4 A IMPORTÂNCIA DA MATEMÁTICA FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO

O ensino de matemática nas salas de aulas que envolvem o conteúdo de matemática financeira é de suma importância para os estudantes do ensino médio, pois a matemática financeira permite aos alunos perceber o quanto é importante relacionar a matemática com seu cotidiano.

É importante que o aluno do Ensino Médio compreenda a Matemática Financeira aplicada aos diversos ramos da atividade humana e sua influência nas decisões de ordem pessoal e social. Tal importância relaciona-se o trato com dívidas, com crediários à interpretação de descontos, à compreensão dos reajustas salariais, à escolha de aplicações financeiras, entre outras. (PARANÁ, 2008, p.60)

A matemática financeira caracteriza sua importância para os estudantes do ensino médio, pois o mesmo estará perto de ingressar no mercado de trabalho e assim começar a utilizar o dinheiro com mais frequência e além de tudo, terá a oportunidade de conhecer cálculos que irá ajudar de alguma forma no seu cotidiano.

Segundo Leal e Nascimento (2008, p.2), através dos conteúdos que envolvem a matemática financeira que o estudante pode adquirir o conhecimento, o qual possibilitara o mesmo a decidir as formas de utilizar seu dinheiro.

A matemática financeira tem um aspecto muito positivo em relação ao ensino e aprendizagem, que é a sua grande aplicação no dia a dia do aluno, envolvendo em questões do

seu cotidiano. Onde o professor poderá desenvolver a matemática juntamente com outras disciplinas, mostrando ao aluno o qual é importante aprender sobre a matemática para o seu dia a dia.

A seguir veremos alguns exemplos da matemática financeira no nosso cotidiano:

Porcentagem

Porcentagem ou percentagem é usada para calcular descontos, acréscimo de preços, quantidade, números, lucros e etc. Ao número $p\%$ associamos a razão $\frac{p}{100}$, ou seja, tomamos p partes de um todo que foi dividido em **100** partes iguais.

1 - Problema

Uma pessoa vai fazer uma compra no valor de R\$ 4000, usando o que tem depositado na caderneta de poupança, que está rendendo a 1% ao mês. Ela quer saber, do ponto de vista financeiro, qual plano de pagamento é o mais vantajoso:

- Pagar à vista;
- Pagar em duas prestações iguais de R\$ 2005 cada uma.

Solução:

Pagando à vista: toda a quantia de R\$ 4000 será gasta.

Pagando em duas prestações de R\$ 2005: como a caderneta de poupança utiliza o sistema de juros compostos, após o pagamento da primeira prestação sobrar a quantia de R\$ 1995, que renderá juros de 1% até o pagamento da segunda prestação. Veja:

$$1\% \text{ de } 1995 = 19,95$$

$$M = 1995 + 19,95 = 2014,95$$

$$2014,95 - 2005 = 9,95$$

Logo, o segundo plano de pagamento é o melhor, pois ainda sobrar a quantia de R\$ 9,95 enquanto no pagamento a vista sobrar zero.

Juros Simples

Podemos escrever um problema de juros simples assim: Se um capital C , aplicado a taxa $i\%$ ao período, no sistema de juros simples, rende juros j , no fim de t períodos, então: $i \times C = \text{juros obtidos no fim de 1 período}$ $\times t = \text{juros obtidos no fim de } t \text{ períodos} \Rightarrow j = C \times i \times t$. E o montante é; $M = C + j$, ou seja o capital mais o juros.

2- Problema

O capital de R\$ 530 foi aplicado a taxa de juros simples de 3% ao mês. Qual o valor do montante após 5 meses?

Solução:

3% de R\$ 530 = $0,03 \times 530 = \text{R\$ } 15,90$ (juros em 1 mês)

5 x R\$ 15,90 = R\$ 79,50 (rendimento em juros simples ao fim de 5 meses)

R\$ 530 + R\$ 79,50 = R\$ 609,50 (montante)

Após 5 meses o montante será de R\$ 609,50.

Juros Compostos

O regime de juros compostos é o mais comum no sistema financeiro e, portanto, o mais útil para cálculos de problemas do dia-a-dia. Os juros gerados a cada período são incorporados ao principal, para o cálculo dos juros do período seguinte.

Chamamos de capitalização o momento em que os juros são incorporados ao principal.

Após três meses de capitalização, temos:

1º mês: $M = P \cdot (1 + i)$

2º mês: o principal é igual ao montante do mês anterior: $M = P \times (1 + i) \times (1 + i)$

3º mês: o principal é igual ao montante do mês anterior: $M = P \times (1 + i) \times (1 + i) \times (1 + i)$

Simplificando, obtemos a fórmula:

$$M = P * (1 + i)^n$$

Obs.: A taxa i tem que ser expressa na mesma medida de tempo de n , ou seja, taxa de juros ao mês para n meses.

Para calcularmos apenas os juros basta diminuir o principal do montante ao final do período:

$$J = M - P$$

3- Problema

Calcule o montante de um capital de R\$6.000,00, aplicado a juros compostos, durante 1 ano, à taxa de 3,5% ao mês. (Use $\log 1,035=0,0149$ e $\log 1,509=0,1788$).

Solução:

$P = \text{R\$ } 6.000,00$

$t = 1 \text{ ano} = 12 \text{ meses}$

$i = 3,5 \% \text{ a.m.} = 0,035$

$M=?$

Usando a fórmula, $M = P * (1 + i)^n$, obtemos:

$$M = 6000 * (1 + 0,035)^{12} = 6000 * (1,035)^{12}$$

Fazendo $x = (1,035)^{12}$ e aplicando logaritmos, encontramos:

$$\text{Log } x = \text{log } 1,035^{12} \Rightarrow \text{log } x = 12 \text{ log } 1,035 \Rightarrow \text{log } x = 0,1788 \Rightarrow x = 1,509$$

Então $M = 6000 \cdot 1,509 = 9054$.

Portanto o montante é R\$ 9.054,00

Equivalência de capitais

O valor de uma quantia depende da época a qual ela é referida. Sendo assim a principal questão da matemática financeira é deslocar quantias no tempo. E a formula fundamental da equivalência de capitais é:

Para obter o valor futuro, basta multiplicar o atual por $(1 + i)^n$.

Para obter o valor presente, basta dividir o valor futuro por $(1 + i)^n$

4- Problema

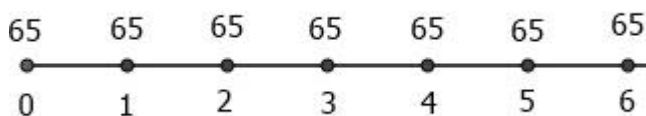
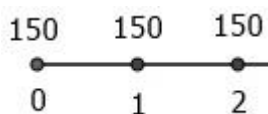
Helen tem duas opções de pagamento na compra de um televisor:

- a) 3 prestações mensais de R\$ 150 cada;
- b) 7 prestações mensais de R\$ 65 cada.

A primeira prestação é paga no ato da compra em ambos os casos. O dinheiro vale 2% ao mês para Helen. Qual é a melhor opção de compra?

Solução:

Os esquemas de pagamentos são:



A título de comparação, vamos determinar o valor dos dois conjuntos de pagamentos na mesma época; por exemplo, na época 2. Então temos:

$$V1 = 150(1+0,02)^2 + 150(1+0,02) + 150 = 459,06 \text{ e}$$

$$V2 = 65(1+0,02)^2 + 65(1+0,02) + 65 + \frac{65}{1+0,02} + \frac{65}{(1+0,02)^2} + \frac{65}{(1+0,02)^3} + \frac{65}{(1+0,02)^4} = 446,43$$

Agora sabendo os valores de $V1 = R\$ 459,06$ e $V2 = R\$ 446,43$.

A melhor opção para Helen é fazer o pagamento em 7 prestações.

Equivocadamente, muitas pessoas acham que a o primeiro esquema é melhor, pois o total pago é de R\$ 450, ao passo que no segundo esquema o total pago é de R\$ 455, mas não levam em consideração as atualizações e capitalizações feitas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Problema no processo de ensino e aprendizagem do ensino médio, da educação brasileira, fez com que o governo toma-se uma medida provisória para a melhora na educação. Tendo como propósito a melhora da qualidade de ensino, com isso reformulando a estrutura do ensino médio.

A matemática financeira é de suma importância para os cidadãos, tanto no contexto da sala de aula, quanto no cotidiano do mesmo. Portanto, é de grande importância que a matemática financeira esteja presente no novo currículo do ensino médio. Desta forma aguardaremos notícias sobre a reforma do ensino médio, como será implantada nas escolas e quais vão ser as contribuições para o processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

72% Aprovam Proposta De Reforma Do Ensino Médio, Diz Pesquisa Ibope Foram Entrevistadas 1.200 Pessoas, Entre 30 De Outubro e 6 de Novembro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/72-aprovam-proposta-de-reforma-do-ensino-medio-diz-pesquisa-ibope.ghtml>>. Acesso em: 15 jun.2017.

BA Prevê Ensino Médio Integral Em 50% Das Escolas Estaduais até 2022. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/09/ba-preve-ensino-medio-integral-em-50-das-escolas-estaduais-ate-2022.html>>. Acesso em: 16 jun.2017.

Conheça as Mudanças Que Ocorrerão No Ensino Médio. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/02/conheca-as-mudancas-que-ocorrerao-no-ensino-medio>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

Educação – Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-reforma-do-ensino-medi.ghtml>>. Acesso em 17 jun. 2017.

Entenda a Reforma Do Ensino Médio. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

Estados Pedem Mais Tempo e Dinheiro Para Implementar Reforma Do Ensino Médio. Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/novas-escolas-de-educacao-em-tempo-integral-2017>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

Evolução Do Ensino Médio No Brasil- Disponível em: <www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EP07.pdf>. Acesso em 17 jun. 2017.

Governo e Rede Particular Discutem Reforma do Ensino Médio em Audiência pública – Disponível em: < <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/educacao/governo-e-rede-particular-discutem-reforma-do-ensino-medio-em-audiencia-publica> >. Acesso em 18 jun. 2017.

LEAL, C. P.; NASCIMENTO, J. A. R. **Planejamento Financeiro Pessoal**. Brasília: 2008.

Matemática Financeira: Um Conhecimento Importante e Necessário Para a Vida das Pessoas – Disponível em: < <https://secure.upf.br/pdf/2008IdoJoseSchneider.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2017.

Mudanças No Ensino Médio Nas Escolas Baianas Serão Discutidas Em Três Encontros No Estado. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/bahia/noticia/mudancas-no-ensino-medio-nas-escolas-baianas-serao-discutidas-em-tres-encontros-no-estado/?cHash=d8c25b90e8549198e8c740ce24f0fff6>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

Novo Ensino Médio – Dúvidas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01>. Acesso em: 25 abr. 2017.

O Ensino Médio No Brasil. Disponível em: <<http://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/o-ensino-medio-no-brasil>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Matemática**. Curitiba, SEED, 2008.

Seduc: Reforma No Ensino Médio é Um Grande Retrocesso – Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/seduc-retrocesso-1.1622584>>. Acesso em 18 jun. 2017.

Sem Investimento, Reforma Do Ensino Médio Pode Piorar Desigualdade, Dizem Especialistas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/sem-investimento-reforma-do-ensino-medio-pode-piorar-desigualdade-dizem-especialistas.ghtml>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

O OUTRO E O DIREITO À NÃO LIBERDADE

*Danilo Miranda Ribeiro*¹

*Georgeocohama Duclerc Almeida Archanjo*²

RESUMO

Este trabalho se insere no campo da filosofia jurídica e política com o escopo de debater o valor da liberdade frente a existência de um outro sujeito que detém direitos e deveres. A proposta consiste em uma visão interdisciplinar para auxiliar uma melhor compreensão sobre a possibilidade a direito de ser livre, o que é um dos pontos fundamentais para o debate sobre o homem, na contemporaneidade. A partir da análise do conceito de liberdade como não interferência, de Isaiah Berlin, explicitar-se-á a tensão do Estado, da ética e do direito em relação à liberdade irrestrita. Ao articular a liberdade com estruturas que demandem a consideração de um outro, será possível compreender que a vida social guarda certas incompatibilidade com um direito geral à liberdade, ante a necessidade de restringir certas condutas para que a harmonia e o interesse geral seja garantido.

Palavras-chave: Liberdade. Direito. Sociedade.

ABSTRACT

This work falls within the field of legal and political philosophy with the aim of discussing the value of freedom versus the existence of another person who has rights and duties. The proposal consists of an interdisciplinary view to help a better understanding about the possibility of a right to be free, which is one of the fundamental points for the debate on the man, in the contemporaneity. From Isaiah Berlin's analysis of the concept of freedom as non-interference, the tension of the state, of ethics and of law in relation to unrestricted freedom will be made explicit. In articulating freedom with structures that demand the consideration of another person, it will be possible to understand that social life has certain incompatibility with a general right to freedom, given the need to restrict certain behaviors so that harmony and the general interest are guaranteed.

Key words: Freedom. Law. Society.

1 INTRODUÇÃO

A liberdade consiste em um dos valores mais buscados pelo homem no decorrer da história. Regimes políticos, manifestos e constituições, das mais diversas ideologias, tratam a liberdade com tamanha centralidade que são definidos em correspondência ao tratamento dispensado a este bem humano.

¹ Discente do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador. E-mail: danilo25br@gmail.com – Autor.

² Graduado em Direito, Educação Física e Filosofia, mestre em Ciências Sociais pela UFBA, procurador aposentado da UNEB, advogado e professor de Filosofia na UCSal. E-mail: ocohama@uol.com.br – Orientador.

Conforme ensina o professor Dirley da Cunha Jr., o direito à liberdade é prerrogativa fundamental do ser humano, ao criar a possibilidade de autodeterminação ou de se guiar pela sua própria consciência em direção ao objetivo que julgar melhor para si. (DA CUNHA JÚNIOR, p. 702, 2012).

A própria busca por uma sociedade justa é acompanhada da discussão sobre a liberdade, a exemplo do que ocorre com o liberalismo-igualitário de Rawls (2002), corrente libertária ética de Nozick (1991) ou do comunitarismo, defendido por Walzer (1999). Kukathas, teórico político da Universidade de Oxford, no início de seu ensaio sobre a liberdade reconhece que os escritos sobre teoria política contemporânea, em sua maioria, estão a discutir sobre qual o significado adequado de liberdade e qual seu peso e reivindicações a serem levados em conta pelas instituições (KUKATHAS, 1995, p. 685).

Neste movimento, o filósofo Isaiah Berlin (2002) propõe interessante análise da liberdade que serve como uma linguagem comum para que se possa debater com clareza tema com tamanha importância. Ou seja, o pensador não se inclina a buscar um conceito de liberdade a partir de uma exame linguístico, pragmático ou semântico, mas pretende criar um idioma comum para o debate. Dentre inúmeras concepções, Berlin destaca e desenha uma importante distinção conceitual entre dois tipos de liberdade, que são retratadas em sua acepção positiva e negativa, o que seria suficiente para a articulação das ideias políticas discutidas na contemporaneidade.

Não proponho discutir a história dessa palavra proteica ou seus mais de duzentos sentidos registrados pelos historiadores das ideias. Proponho examinar não mais que duas de suas acepções – mas elas são centrais, com muita história humana atrás de si, e ousar dizer, ainda por acontecer (BERLIN, 2002, p. 229).

A liberdade em sua acepção positiva consiste na liberdade do indivíduo em decidir o seu destino, assumir as rédeas sobre sua vida e decisões e estabelecer a lei que regerá seu próprio ser (BERLIN, 2002, p. 236). Esta forma de liberdade corresponde ao sujeito que toma a si mesmo como referência para a sua ação, o que em muito se assemelha ao reclamo do iluminismo: “Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do iluminismo.” (KANT, 1992, p. 11).

Já a liberdade em sua acepção negativa é caracterizada pelo princípio da não interferência (BERLIN, 2002, p. 234), ou seja, sempre levará os obstáculos alheios ao indivíduo no seu cálculo. Esta categoria de liberdade se configura pela ausência de barreiras externas à concretização dos ideais de cada sujeito, à moda do perfil oitocentista da autonomia privada (RUZYK, 2009, p. 29). Ante a ausência de liberdade negativa, resta somente a

totalitariedade de um soberano, no entanto, se a liberdade negativa for totalmente adotada, sem que quaisquer amarras fossem postas sobre as ações do homem, haveria a desordem, algo incompatível com a vida em sociedade.

Mesmo autores que centralizam em seu raciocínio a aceção negativa de liberdade, entendem como impossível a existência de uma sociedade justa e que inexista qualquer restrição à ação humana. Nozick (1991), participante da corrente do libertaríssimo ético, busca afastar qualquer violação e restrição aos direitos individuais, porém, entende que a vida em sociedade reclama, necessariamente, um Estado que no mínimo garanta a segurança de seus cidadãos e a justiça nas trocas, pois, de outra forma, haveria a injustiça e barbárie.

O ponto é que a liberdade negativa é objetivo e garantia de muitos regimes políticos. Porém, se a escolha principal for pela vida harmônica em sociedade, não haverá como escapar de limitação a recair sobre a ação do homem, em prol da possibilidade de vida em coletividade. Se a escolha for em direção à proibição de ofensa aos direitos alheios, com o fim de garantir a harmonia social, de partida a atividade de criar obstáculos aos comportamentos lesivos será aceita.

2 AUTORIDADE DO ESTADO SOBRE A AÇÃO DO HOMEM

A restrição à liberdade negativa (BERLIN, 2012) é assunto já discutido por Hobbes (1979), que via a necessidade de um aparato estatal robusto, que fosse capaz de controlar o indivíduo e seu potencial de causar danos ao outro. A possibilidade de tolher a liberdade individual com o fim de assegurar a vida em sociedade, se constitui como um grandes debates que se extrai do pensamento de Hobbes (1979).

O raciocínio exposto em Hobbes (1979), se utiliza do conceito de Estado de natureza, em que o ser humano seria livre para viver estritamente de acordo com seus desejos, buscando primordialmente a preservação de sua vida e a satisfação de seus apetites. Não existiriam regras a limitar os comportamentos ou autoridades para dissuadir as atuações injustas. Haveria apenas o império de quem se mostrasse mais forte em determinada oportunidade.

Com isto se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens (HOBBS, 1979, p. 75).

Dessa forma, um conflito por um bem insignificante poderia justificar o sacrifício de uma vida (Hobbes, 1979, p. 75). Em razão da ausência de um poder comum capaz de criar

harmonia, a consequência seria um conflito perpetuo entre os interesses conflitantes, dando origem à guerra de todos contra todos, que compreenderia um

[...] estado de insatisfação, onde o homem não se contenta só com a sua conservação, vivendo constantemente desconfiado do outro, pois há uma tendência de todos aspirando ao poder, obrigando-se a dominar os demais, apoderando-se dos seus bens, vive-se a condição natural da humanidade descrita por Hobbes. (WOLLMANN, 1993, p. 39).

Como uma opção em favor da vida segura, surge a premissa de que a sociedade necessitaria de instituições que freiem e compatibilizem as pulsões de seus integrantes à vida partilhada. Este é o argumento que Hobbes (1979) move para justificar a existência do Estado. Segundo o referido autor, não por uma solução racional de como melhor gerir os recursos que se decidiu viver em sociedade, mas por medo da morte violenta.

Portanto, a criação do Estado foi uma forma de reprimir as condutas antissociais dos indivíduos, ao exterminar a guerra de todos contra todos, que era latente no Estado de Natureza, e proporcionar a segurança.

Faz sentindo pensar no estado de natureza como uma condição anterior às sociedades organizadas, porém, mais do que um livro de história que tenta explicar o surgimento do Estado, o pensamento de Hobbes (1979) pode ser interpretado como uma advertência. O estado de natureza seria um experimento mental sobre quais as consequências de não se estabelecer regras de convivências que possam guiar a conduta do homem em direção à vida harmônica em sociedade.

A legitimidade da soberania se daria pela sua capacidade de amparo em razão de um temor da vulnerabilidade. Schmitt (2008, p. 52) sintetiza que o protejo logo obrigo é o *cogito ergo sum* do estado, já que nenhuma forma de ordem ou legalidade é possível sem que exista obediência ao soberano, que seria concretizada em razão da proteção e em detrimento da liberdade do indivíduo.

Ou seja, foi com o escopo de garantir a segurança que se abdicou da liberdade negativa do Estado de Natureza e, sob a perspectiva de necessidade de segurança, o Estado foi fundado. Isto foi o que possibilitou a criação de inúmeras técnicas voltadas ao desestímulo de práticas antissociais, a exemplo do delito: um ato voluntário que, por ser prejudicial à ordem da sociedade, deveria ser reprimido com pena e restituição (CARNELUTTI, 2015, p. 48).

Nesse caso, a opção pela fuga da insegurança própria ao Estado de Natureza levaria à adoção de uma força ligada à ideia de autoridade, que seria responsável e capaz para afastar a vida do Estado de Natureza e criar aquiescência à norma, que se tornaria necessária

[...] porque os vínculos das palavras são demasiado fracos para refrear a ambição, a avareza, a cólera e outras paixões dos homens, se não houver o medo de algum poder coercitivo. O qual na condição de simples natureza, onde os homens são todos iguais, e juízes do acerto de seus próprios temores, é impossível ser suposto (HOBBS, 1979, p. 82).

A lógica hobbesiana (HOBBS, 1979) se direciona à opção de institucionalizar conflitos e submeter a ação humano ao crivo do Estado soberano, com a admissão de que a liberdade negativa poderá ser apequenada em virtude do bem comum. Fora do Estado soberano não haviam regras a serem seguidas, o indivíduo era livre para praticar quer atos justos ou injustos. Agora, sobre a sombra da autoridade estatal, o indivíduo recebe o dever de agir em consonância ao que for decidido pela entidade com poder para escolher pelos outros.

3 O CAMINHO DA ÉTICA

Por conseguinte, há outro momento tão essencial quanto a justificação de um Estado para a vida das sociedades, com ênfase daquelas comunidades que se dizem democráticas e aceitam a participação popular. Este momento surge quando se interroga sobre qual é a melhor maneira de se viver. É um questionamento que remonta a tradição da filosofia moral e importa pela necessidade de escolha de um caminho em detrimento de muitos outros.

Este problema é, por excelência, de ordem ética, vez que a ética é um raciocínio compartilhado no esforço de aprimorar a convivência em sociedade, “Mas seu entendimento e compreensão implicam também em um esforço intelectual, porque é um pensamento sobre a vida partilhada, sobre as relações” (BARROS FILHO, p. 19).

Assevera-se que a resposta é pouco importante. O que é crucial para o que discute no presente trabalho é o fato que deve haver uma resposta, ou seja, é necessário que se decida qual é o caminho correto e qual é o caminho que deve ser excluído da possibilidade de ação do outro, o que será feito através de restrições à liberdade do sujeito.

Com a inteligência voltada à melhora da vida com o outro, Aristóteles (2015) consagra a política como atividade essencial para a vida em sociedade, pois esta é a perícia que designa quais as ciências que o Estado deve acolher e que os cidadãos devem aprender. É, também, sob a alçada da política que as outras perícias se desenvolvem e são acionadas, vez que sua finalidade é o bem humano. A arte da política teria um fim superior, mesmo que geralmente incerto: a ação justa e a conservação da ordem do Estado, com “[...] a maior das preocupações, a saber, fazer os cidadãos tais que se tornem excelentes e capazes de ações admiráveis.” (ARISTÓTELES, 2015, p. 37).

Portanto, a política seria a arte de escolher um caminho comum bom e justo a ser seguido, algo essencial para Aristóteles, pois empenhou suas forças com a missão de investigar qual o sentido do bom e da justiça política (ARISTÓTELES, 2015, p. 131). Isto não por uma questão contemplativa, mas porque o caminho para o bem é a reflexão sobre uma vida que se concretiza. As disposições éticas necessitariam ser levadas à prática justa para que se constituam virtuosas (ARISTÓTELES, 2015, p. 49).

Vale destacar que a discussão aristotélica sobre a justiça é essencialmente um debate para a sociedade, vez que a justiça é sempre relativa a outrem. É um bem que pertence tanto a quem age quanto a quem sofre a ação, pois se concretiza na relação com o outro. Fazer juízos sobre a justiça só encontra razão quando houver relação entre indivíduos, pois, é na ação em comunidade que se faz a justiça, nunca individualmente (de si para si) (ARISTÓTELES, p. 121).

No debate sobre o agir correto, Aristóteles encontra nas leis uma possibilidade de trazer uma guia prático da ação correta ao homem, vez que:

As leis pretendem estender-se a toas as coisas e visam, assim, ora o interesse comum a todos ora o interesse dos melhores de todos, ou ainda dos que obtiverem uma posição de domínio, que está baseada na excelência ou numa qualquer outra forma de distinção (ARISTÓTELES, 2015, p. 119).

Importa esclarecer que a ação ética é exercida pelo homem livre, que tem o poder sobre si mesmo, em oposição ao que acontece por sobreposição externa ou sem deliberação prévia (CHAUI, 1995). No entanto, a ética consiste em vinculação sobre a ação do homem e base de justificação para a adequação de um agir que se mostre desviante, em razão do convívio social harmônico.

Nestes termos, o pensamento aristotélico entende que o agir correto deve ser guiado conforme a justiça, que pode ser conhecida pela análise das leis, já que foram confeccionadas com o escopo de uma educação que oportunize a vida em sociedade (ARISTÓTELES, 2015, p. 120). Nestes termos, há um agir adequado dentre muitos outros incorretos.

Portanto, a ação ética, também, reclama uma clara renúncia à liberdade, vez que a vida harmônica em sociedade necessita da busca de um agir correto, a ser indicado pela política ou outra instancia reconhecida, que deverá ser acolhido, em detrimento de inúmeras outras escolhas. Dessa vez, não por uma questão de força, medo ou autoridade, mas por razões éticas, de harmonia social que o agir não será mais livre. É para que a vida em sociedade seja boa que o homem terá que respeitar certos ditames no momento de decidir o curso de sua ação.

4 IMPOSSIBILIDADE DE UM DIREITO À LIBERDADE

A linha de raciocínio exposta por Aristóteles não passa pela autoridade do Estado, como se faz em Hobbes (1979), porém, ainda é transparente a opção de restringir o campo de ação do homem com vistas à harmonia social. Logo, seja pela ideia de um Estado autoritário ou de uma ética que direcione o homem à ação justa, a vida em sociedade pressupõe que certas condutas sejam promovidas em detrimentos de outras que serão rejeitadas.

Neste ponto, perante o fato de que a sociedade reivindica interferir sobre a ação de seus integrantes, a questão sobre a existência de um direito à liberdade se torna pertinente e adequada, já que não se pode “[...] conceber qualquer atividade social desprovida de forma e garantias jurídicas, nem qualquer regra jurídica que não se refira à sociedade.” (REALE, 2012, p. 2).

De partida, esta seria uma pergunta fadada ao insucesso, posto não se poderia assegurar o direito à liberdade ao mesmo tempo que é função do direito diminuir o raio da ação humana. Bentham (1843, p. 302) explica que o mesmo direito que pode lutar pela garantia de certas liberdades, será aquele que criará comandos positivos e restrições, o que será convertido em ofensas à liberdade negativa. Ou seja, a restrição à liberdade é algo inevitável, já que será pelo preço da liberdade do indivíduo que se realizará a criação de direitos, imposição de obrigações, concretização de deveres de segurança e outras pretensões coletivas (BENTHAM, 1843, p. 301).

Conforme Raz (2011), o direito à liberdade de um indivíduo carece da criação de um ambiente propício para o desenvolvimento da vida autônoma por parte dos membros da sociedade. Acontece que o direito à liberdade irrestrita de um indivíduo, *per si*, não beneficiaria os demais integrantes da comunidade a ponto de justificar a sujeição de muitos à liberdade de um. Dessa forma, Raz conclui que

A autonomia pessoal pode ser um ideal moral a ser perseguido por ação política, entre outros meios. Serve para justificar e reforçar vários direitos derivativos que defendem e favorecem aspectos limitados da autonomia pessoa. Mas, em si mesma, na plenitude de sua generalidade, ela transcende aquilo a que qualquer indivíduo tem direito. Dito de outra maneira: pode-se negar a uma pessoa a oportunidade de ter uma vida autônoma, através do funcionamento e instituições sociais e por ação individual, sem que quaisquer dos seus direitos sejam derrotados ou violados (RAZ, 2011, p. 229).

Outro importante teórico que pensa sobre o direito à liberdade é Ronald M. Dworkin (2002), um defensor do liberalismo. Dworkin afirma a inexistência de um direito à liberdade

e a centralidade do direito à igualdade, não à liberdade, para a corrente liberal, muito embora, em contradição ao que possa indicar a própria nomenclatura.

Dworkin (2002) fornece a visão de que os direitos consistem em um meio de defesa ao utilitarismo. São certos trunfos a serem opostos contra a pretensão do governo de privar o indivíduo de seus direitos, mesmo que o interesse geral seja no sentido da privação (DWORKIN, 2002, p. 294). Ou seja, os direitos tem a capacidade de prevalecer sobre as metas sociais, vez que desempenham uma forma de resistência do indivíduo face as pretensões fundadas no interesse geral, a menos que muito relevantes ou urgentes. Logo, no caso de existir o direito à boa alimentação, o Estado não poderia privar a alimentação de um indivíduo em razão de beneficiar o interesse geral.

Se direito geral à liberdade fosse assegurado e considerado, à moda da liberdade negativa de Berlin (2002), como um não constrangimento, haveria o direito de transitar numa determinada rua com um carro na direção e com a velocidade que bem se entendesse, pois faria parte do prerrogativa à não interferência. No entanto, será totalmente justificável a decisão da prefeitura em determinar a velocidade máxima que se pode transitar em certa pista, através do interesse geral pouco relevante de organizar o trânsito.

O argumento de Dworkin (2002) é que interesses sociais com pouca relevância e importância são capazes de reprimir o direito à liberdade. Como os direitos são trunfos com a capacidade de resistência frente aos interesses gerais, e a liberdade não resiste a metas irrelevantes, não há como cogitar a existência de um direito geral à liberdade (DWORKIN, 2002, p. 414).

É possível que exista um interesse geral à liberdade, mas não faz sentido afirmar a existência de um direito geral à liberdade. Toda lei importa em um comando positivo ou obrigação, o que acabar por tolher a liberdade negativa. Logo, se a liberdade fosse um direito, cederia a todo momento a metas sociais não relevantes, o que não se adequa à configuração de trunfo, que é a possibilidade de resistência frente a objetivos coletivos. Como não é trunfo, a liberdade é impedida de ser reconhecida como um direito.

O que há são direito a certas liberdades, com um âmbito de atuação específico, a exemplo da liberdade religiosa e de expressão, que são determinados trunfos que podem ser opostos a metas sociais (DWORKIN, 2002, p. 426).

Portanto, não há um direito à liberdade, no qual a liberdade de expressão ou religiosa seria apenas uma parte. O que existe são direitos a precisas liberdades, com a ressalva de que

A argumentação em favor de uma liberdade específica, pode ser, portanto, totalmente independente da argumentação em defesa de qualquer outra, e

não existe incoerência previa ou mesmo falta de plausibilidade em se tomar a defesa de uma delas ao mesmo tempo que se questiona a outra (DWORKIN, 2002, p. 427).

Nestes termos, a liberdade negativa não pode escapar às limitações necessárias à aplicação da lei por um argumento de que existe um direito genérico à liberdade, não obstante o direito possa garantir certas liberdades específicas. Quando uma lei impõe um comando positivo ou restrição, diminui o raio de ação do homem e ofende a liberdade. Porém, a restrição à liberdade encontra fundamento e justificativa no interesse social e não enfrenta óbice a qualquer direito à liberdade.

5 CONCLUSÃO

A luta por muito do que se chama de liberdade, é apenas uma defesa da legalidade. No Brasil, o próprio vernáculo constitucional reivindica ao cargo da lei as restrições à liberdade, ao frisar que ninguém será obrigado a nada ausente determinação legal, conforme art. 5º, II, da CRFB/88 (BRASIL, 1988). Dessa forma, as violações à liberdade que não tiverem seu fundamento da lei não devem ser consideradas à luz do Estado brasileiro.

Assim, o que se buscou realizar foi uma reflexão no sentido de que a vida social exclui a possibilidade de um direito irrestrito à liberdade, seja pela necessidade do Estado em garantir a segurança, de escolher qual a melhor maneira de se viver em conjunto ou por não existir qualquer direito à liberdade.

Fixar limites à liberdade é algo próprio à vida social. A possibilidade de liberdade não é no sentido de que se poder fazer qualquer coisa sem que exista interferência externas à ação, mas no sentido de que se pode utilizar seus recursos e potencialidades de maneira legítima (DWORKIN, 2010).

Dessa forma, senão pela existência de um direito à liberdade, as sociedades reclamam por um direito à não liberdade, no qual haveria uma justa limitação à ação do outro, para que a convivência em sociedade se torne favorável e possível. A restrição à liberdade é necessidade do homem que vive em sociedade, é preciso para promover e proteger a igualdade e coesão, o que justifica as limitações da liberdade.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução do grego e notas de António C. Caeiro. Lisboa: Quetzal Editores, 2004.

BENTHAM, Jeremy. **The works of Jeremy Bentham, now first collected: under the superintendence of his executor, John Bowring**. Edimburgo: William Tait, 1843.

BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. In: HARDY, H.; HAUSHEER, R. (orgs.). **Estudos sobre a humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARNELUTTI, Francesco. **Como nasce o direito**. São Paulo: Líder, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

DA CUNHA JÚNIOR, Dirley. **Curso de direito constitucional**. 6ª ed. rev., amp. e atual. – Salvador: Juspodivm, 2012.

DE BARROS FILHO, Clóvis. **A filosofia explica as grandes questões da humanidade**. São Paulo: Leya, 2013.

DWORKIN, Ronald. **A Justiça de Toga**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HOBBS, Thomas. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1979.

KANT, Immanuel. O que é o Iluminismo. In: **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1992.

KUKATHAS, Chandran. **Liberty**. In: GOODIN, Robert E.; PETTIT, Philip (eds.). *A companion to contemporary political philosophy*. Oxford: Blackwell, 1995.

NOZICK, Robert. **Anarquia, Estado e Utopia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1991.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução Almiro Pisetta, Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAZ, Joseph. **A moralidade da liberdade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Liberdade(s) e Função**: Contribuição crítica para uma nova fundamentação da dimensão funcional do Direito Civil brasileiro. Tese (Doutorado Programa de Pós Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SCHMITT, Carl. **The concept of the political**: Expanded edition. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

WALZER, Michael. **As esferas da justiça**. Editorial Presença, 1999.

WOLLMANN, Sérgio. **O conceito de liberdade no Leviatã de Hobbes**. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

O PENSAMENTO MARXIANO E SUA EFETIVIDADE NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA, SEGUNDO PAOLO SYLOS LABINI

*Amílcar Baiardi*¹

RESUMO

O presente trabalho se propõe a fazer uma breve narrativa dos fundamentos e evolução do pensamento de Karl Marx e especular sobre sua atualidade e efetividade na análise da economia contemporânea, a partir da visão de Labini. Paolo Sylos Labini era considerado um economista ricardiano heterodoxo que soube valorizar a contribuição de Marx. O impacto da obra de Marx nas ciências sociais tem levado a que a mesma venha sendo dogmaticamente reinterpretada e tem reforçado a incapacidade dos marxistas dialogarem com outras visões. Como consequência se tem utilizado suas contribuições de forma não diacrônica, como se as mesmas tivessem valor permanente, independente do contexto na qual foram escritas. Esta suposta permanência do valor explicativo das categorias marxianas, denominada transposição mecânica de sua teoria para a atualidade, tem gerado críticas, algumas respaldadas em rigorosa heurística e contextualização objetiva e outras mais motivadas por razões ideológicas. O método utilizado consistiu em leitura, questionamentos e interlocução crítica, envolvendo material documental e bibliográfico relacionado às críticas de Piero Sraffa e Sylos Labini, a Marx

Palavras-chave: Karl Max. Críticas ao Marxismo. Contemporaneidade do Pensamento Marxiano.

ABSTRACT

The present paper aims to give a brief narrative on the foundations and evolution of Karl Marx 's thinking and to speculate on its relevance and effectiveness in the analysis of the contemporary economy, from the perspective of Labini. Paolo Sylos Labini was considered a heterodox Ricardian economist who appreciated the Marx's contributions. The impact of Marx's work on the social sciences has led to it being dogmatically reinterpreted and reinforcing the inability of Marxists to dialogue with other visions. As a consequence, his contributions have been used in a non-diachronic way, as if they had permanent value, regardless of the context in which they were written. This supposed permanence value of the explanatory Marxian categories, denominated in the present as mechanical transposition of his theory, has generated critics, some supported in rigorous heuristics and objective contextualization and others more motivated by ideological reasons. The method used consisted of reading, questioning and critical interlocution, involving documentary and bibliographical material related with Sylos Labini and Piero Sraffa critics, addressed to Marx's economic vision.

Keywords: Karl Marx. Critics to the Marxism. Contemporary of Marxian's Thinking.

¹ Doutor em Ciências Humanas, Pós-doutor em História da Ciência e da Tecnologia, Professor do Programa de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, UCSal.

I INTRODUÇÃO

Karl Marx nasceu em 05/05 de 1818, na cidade de Trier, Alemanha, fundada pelo imperador romano Augusto, no ano 16 a.C., como Augusta Treverorum. Conhecida como “Roma do Norte,” Trier é considerada a mais antiga cidade germânica. Karl era filho de Heinrich Marx e de Henriette Presburg, descendendo de uma família de rabinos. Seu pai era culto, não religioso, e professava ideias liberais. Inicia estudos secundários em 1830 e em 1835 ingressa na universidade de Bonn, no curso de direito. Como estudante sempre sobressaiu, destacando-se por escritos que revelavam grande preocupação social. A obra intelectual de Marx é expressiva.

Escreveu e publicou muito, desde artigos de revistas e jornais até tratados.

O seu pensamento evoluiu de escritos mais jornalísticos e panfletários até profundas reflexões sobre a sociedade, a história e a economia. Marx foi considerado, em pesquisa realizada pela BBC de Londres, como o maior filósofo de todos os tempos. Associava a prática com a teoria, na medida em que entendia que sua produção literária era um guia para a práxis.

Sua obra intelectual, é resultado de 5 grandes influências: A **primeira** é de Epicuro, que concebeu e divulgou o conceito de ‘materialismo’, como essência de tudo no mundo material e também influenciador do mundo das ideias. A **segunda** é dos evolucionistas, Spencer e Darwin, cujas obras estavam voltadas para a biologia, mas foram trazidas por Marx para explicação da sociedade humana. (GABRIEL, 2013; INSTITUTO DE MARXISMO LENINISMO DO CC DO PCUS, 1983)

A **terceira** é da Filosofia Alemã, sobretudo Kant e Hegel. Seus escritos, segundo Botttomore (1988, p. 252-262), convenceram Marx quanto a um destino evolutivo para a humanidade, não por meio por meio de um progresso linear, de uma categoria a outra, até um ponto final previamente dado, de onde não se pode mais avançar, mas sim através de conflitos e das contradições entre a evolução das forças produtivas e as relações de produção. Estas influências levaram Marx a conceber o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico. Para Kant o destino evolutivo seria imanente à propensão humana a se aperfeiçoar e para Hegel o processo seria resultado de sucessivas tentativas, erros e acertos, da dialética, portanto. (GABRIEL, 2013; FOSTER, 2005; BOTTOMORE, 1988; INSTITUTO DE MARXISMO LENINISMO DO CC DO PCUS, 1983)

A **quarta** provém dos economistas clássicos, entre eles Smith, Ricardo e Stuart Mill, que defendiam ser a quantidade de trabalho necessária para a produção de bens, mercadorias, a fonte do valor dos mesmos. Foi com base nesses autores e nas suas pesquisas que Marx

construiu sua Teoria da Mais Valia. (MARX, 1968 e 1982) E por último, a **quinta**, foi obtida na forma de inspirações políticas de pensadores socialistas, de três séculos: Thomas More e Tommaso Campanella com suas obras utópicas, século XVI; Fichte e sua sociedade racional inspirada em Kant, fins do século XVIII e Saint Simon, Fourier e Robert Owen, denominados socialistas utópicos, e Sismondi, Rodbertus e Karl Marlo, denominados socialistas ricardianos, todos do século XIX.² (GABRIEL, 2013; MARX, 1968; INSTITUTO DE MARXISMO LENINISMO DO CC DO PCUS, 1983)

Com base nessas influências Marx se propôs um plano de pesquisas que incluía toda a economia política e temas correlatos, mas que ficou incompleto. A não conclusão se deve ao fato de Marx ter saúde fragilizada, haver enfrentado dificuldades para sobreviver e porque, segundo Rosdolsky (1977), o seu método de pesquisar e escrever exigia a construção prévia de um *Rough Draft*, um Grundrisse, ou seja, um borrão que consistia de uma revisão histórica e analítica completa de conceitos e teorias de interesse para o tema. Deixaram de ser escritas as seguintes obras anunciadas: “A Síntese da Sociedade Burguesa no Estado”, “As relações Internacionais e a Divisão do Trabalho”, e “O Mercado Internacional e as Crises”.

A matéria prima para o Livro 1 de “O Capital” foi constituída pelo segundo fascículo de “A Crítica da Economia Política”, pelos “Manuscritos Econômicos de 1861-63” e “Manuscritos Econômicos de 1863-66”, e referenciado teoricamente por um outro trabalho de grande envergadura, três volumes integrados em sete cadernos. Este foi intitulado para efeito de publicação pelos seguidores de Marx como *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, e publicado em língua portuguesa pela Boitempo Editorial, com o seguinte título: “Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política” (2015). Esta obra magistral, para Marx não passava de um rascunho, um *draft*. (GABRIEL, 2013; MARX, 1982; INSTITUTO DE MARXISMO LENINISMO DO CC DO PCUS, 1983)

Vale a pena ressaltar que o suposto para dar sustentação teórica ao capítulo sobre a “A Mercadoria”, o primeiro de “*O Capital*”, era a existência de uma sociedade de produtores e mercadores simples, como primeira etapa do desenvolvimento das várias civilizações. (MARX, 1968, p. 87-93)

Ocorre que Marx não tinha provas cabais da existência dessa sociedade e sua intuição se dá com base nas reflexões de Hegel sobre o nascimento da sociedade civil ao tratar da filosofia da história e da filosofia do direito.

² A diferença entre socialistas utópicos e ricardianos se deve a que estes últimos utilizavam argumentação baseada em evidências econômicas, com fundamentação na obra de David Ricardo.

O método de Marx tem a peculiaridade de propor que a compreensão completa de funcionamento do mercado na sociedade capitalista, permitiria reconstruir o funcionamento de mercados e a organização social em formações pré-capitalistas. Para ele, a “anatomia do homem permite entender a anatomia do macaco”.

Marx constrói seu método a partir de incursões teóricas e idas e vindas à *práxis* revolucionária, sendo seu período mais fértil aquele de seu exílio em Londres, quando travou contato com a cultura material de várias civilizações, no *British Museum*.

A propriedade do método de Marx, que está baseado na lógica, na cultura material da pré-história e em outras evidências, é propor uma periodização histórica consistente e inteligível, cujo primeiro estágio seria o comunismo primitivo, seguindo-o outras formas pretéritas de organização da produção e do consumo que antecederam o capitalismo plenamente constituído e que, a depender da obra³, seriam definidos como modos de produção ou formação social dos tipos escravista, sociedade antiga, feudal, mercantil, capitalista pré-industrial etc.

Marx é considerado superado por muitos autores que escrevem sobre economia, sociologia e mesmo sobre filosofia. Em economia, segundo Labini (1977, 1984 e 1994) de Marx se retém, como de validade para o conhecimento econômico atual, a importância do Progresso Técnico na concorrência e os supostos da Dinâmica e Acumulação Capitalista. Para o autor, Marx da etapa concorrencial não viu o surgimento da etapa monopolista e do capital financeiro no estágio no qual é tratado por Hilferding (1961). (BOTTOMORE, 1988; MARX, 1982; INSTITUTO DE MARXISMO LENINISMO DO CC DO PCUS, 1983; ROSDOLSKY, 1977)

As mudanças ensejadas pelas várias revoluções científico-tecnológicas, reduziram o papel da classe operária nas transformações políticas e sociais, até porque durante a expansão do capitalismo ela se reduziu em tamanho, em magnitude, em decorrência da taxa de crescimento do capital constante (máquinas e equipamentos), ser maior que da taxa de crescimento do capital variável, onde se insere o dispêndio com força de trabalho, gerando, o que Ricardo pioneiramente classificou, como desemprego estrutural. Uma decomposição da população economicamente ativa, PEA, nos países industrializados, mostra que os trabalhadores fabris tenderão a decrescer numericamente, segundo Dahrendorf (1980). Segundo Honneth (2017), o próprio entendimento da possibilidade do advento do socialismo,

³ Grundrisse e über *Formen workapitalischer Produktion*.

tem mais sustentação no que Schumpeter e Weber, que nada tinham de socialistas,⁴ suspeitaram, que no Marx deixou como legado. Há certo consenso atual que os excluídos na contemporaneidade já não são os trabalhadores fabris, mas sim aqueles que não conseguem acessar a condição de trabalhadores industriais, cada vez mais adaptados a negociar a mais valia relativa na forma de participações nos resultados.

A importância contemporânea de Marx hoje se reduz à epistemologia - o método de pesquisa de Marx ainda é bem aceito - à história econômica e à história do pensamento social. Se as suposições de Marx quanto à concentração de riqueza como resultado do processo de acumulação no capitalismo se confirmaram, as tendências de empobrecimento da classe trabalhadora não seguiram o mesmo caminho, como demonstra McCloskey (2014), ao analisar a obra de Piketty (2014).

O presente trabalho procura estabelecer análise de controvérsias na história do pensamento econômico, visando divulgar e dar utilidade ao debate na área da história da ciência, como sugere Bauer (1999). Sua importância decorre da necessidade de fazer conviver nas ciências sociais vários paradigmas, na medida que nenhum deles tem poder explicativo definitivo e exclui os demais. O que se deve fazer nas palavras de Lipset (1985), é buscar a convergência metodológica. O mesmo inicia com uma breve narrativa das vicissitudes da atividade intelectual de Karl Marx e em continuação passa a especular sobre a atualidade e efetividade do pensamento do autor na análise da economia contemporânea, a partir da visão de Paolo Sylos Labini, economista heterodoxo e considerado ricardiano, que soube valorizar a contribuição de Marx, juntamente com Piero Sraffa e Joseph Alois Schumpeter. A metodologia utilizada consistiu, nos limites de tempo espaço, em Revisão Sistemática da Literatura (RSL), disponível sobre tema devidamente delimitado e que foca, tão somente, a crítica de Labini a aspectos econômicos da obra de Marx e não à obra em si.

II A OBRA DE MARX E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Há um dito comum, de autoria desconhecida, que diz que Marx foi um bom analista e um mau conselheiro. Nesta afirmação está embutida a ideia que Marx recomendou a revolução social anticapitalista, o que não é exato. Ele a via como inevitável, inexorável, e sua conclusão decorria do seu método de pesquisa, que ele chama de “O Método em Economia Política”, que é uma combinação somente possível mediante uma abordagem dialética, na

⁴ Para Honneth, (2017), malgrado as diferenças de convicções em relação à Marx, Max Weber e Schumpeter encaravam o socialismo como um desafio intelectual que acompanharia para sempre o capitalismo.

qual ele mescla duas forças: uma que se aproxima da epistemologia galileana, exemplificada do circuito abstrato-concreto-abstrato, que contempla uma ida à práxis (experimento) armado de uma teoria e um retorno à teoria a ser enriquecida pela práxis, e outra referida à essência revolucionária e des-estruturante da dialética hegeliana.

A força da dialética é testemunhada pelo próprio Marx no posfácio da segunda edição de “O Capital”, quando o autor diz conceber toda positividade como negação de si própria, como antítese da sua tese e como construção da própria desconstrução. A superioridade da dialética reside, portanto, na íntima natureza da criatividade, decorrente da metamorfose transformativa incessante. A passagem do abstrato ao concreto e a volta ao abstrato, não é senão que um permanente rebatimento entre a teoria e a prática, por meio de uma constante retroalimentação virtuosa. A utilização do método em Marx requer um aprendizado e uma atitude que sugere ceticismo e humildade epistemológica, porque nem sempre as evidências favorecerão os supostos ou hipóteses de partida da investigação (ARAÚJO FILHO, 2008; GORENDER, 1985; CARDOSO, 1990).

Então, admitindo-se que a dialética pode ter validade na abordagem do objeto de pesquisa e no estabelecimento das etapas de procedimento da investigação, necessariamente não relatadas na ordem em que foram realizadas, como salienta Marx (1982), como argumentar que o pensamento marxiano já não dá conta da realidade da economia contemporânea? Obviamente que a resposta vem do próprio Marx, uma vez que o mesmo deixa claro ao longo de sua obra que é a dinâmica objetiva do desenvolvimento do capitalismo que estabelecerá condições ou não para o advento do socialismo e do comunismo. Nesta dinâmica, além das crises cíclicas haveria que se considerar a subjetividade da classe trabalhadora, que deveria ter em cada momento, “pernas” e “cabeça” para dar concretude estratégica às transformações do sistema capitalista. (CINGOLANI, 2015)

Na medida em que a totalidade, a ciência e a dialética sejam os três pilares do pensamento marxiano, daí derivando a proposta política e epistemológica da análise crítica do sistema capitalista, acompanhada de utopia transformativa, constata-se que o discurso marxista mecanicista perdeu capacidade de dar resposta porque deixou de utilizar estes instrumentos de análise para entender as transformações do sistema capitalista. Lenin (1982) já chamara atenção sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo no mundo, sugerindo que o mercado mundial enseja permanentes mudanças, com ascensão e declínio de grandes potências e das suas influências, o que exige um rigoroso acompanhamento analítico das novas formas de organização produtiva.

Marx pesquisou o capitalismo da metade do século XIX, desconheceu o do fim deste século, bem como as transformações que viriam no século XX. O século de Marx é o século do “Manifesto do Partido Comunista”, publicado em 1848, e não o século XX e muito menos XXI, que se encontra bastante modificado, tanto em relação ao sistema produtivo como em relação à sociedade. Do capitalismo no qual o empresário supervisionava a fábrica, evoluiu-se para o capitalismo da sociedade por ações, tudo alavancado pelas mudanças técnicas trazidas pelos combustíveis fósseis, pela química, pela eletricidade etc. As transformações tanto produtivas como gerenciais tiveram curso durante o século XX, com os paradigmas toyotistas, de flexibilização produtiva, outsourcing etc., ultrapassando o fordismo e o taylorismo.

Coube a Hilferding em “*Il Capitale finanziario*”, no ano de 1909 e em um momento no qual os capitalismo norte-americano e europeu atravessavam uma crise financeira e bancária de grandes proporções, descrever as primeiras mudanças na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo oligo monopolista. Para Hilferding (1961):

La caratteristica del Capitalismo "moderno" è data da quei processi di concentrazione che, da un lato, si manifestano nel "superamento della libera concorrenza", mediante la formazione di cartelli e trusts, e, dall'altro, in un rapporto sempre più stretto fra capitale bancario e capitale industriale. In forza di tale rapporto, il capitale assume (...) la forma di capitale finanziario, che rappresenta la sua più alta e più astratta forma fenomenica. Lo schema mistico che vela in genere i rapporti capitalistici raggiunge qui il massimo della impenetrabilità (HILFERDING, 1961 p. 3).

A característica do capitalismo "moderno" é dada por processos de concentração que, por um lado, se manifestam em "superar a livre concorrência", através da formação de sinais e relações de confiança, e, por outro, estabelecem uma relação cada vez mais próxima entre capital bancário e capital industrial. De acordo com essa narrativa, o capital assume (...) a forma de capital financeiro, que é a sua forma fenomenal mais alta e mais abstrata. O padrão místico que orienta as relações capitalistas em geral, assume aqui a máxima impenetrabilidade” (tradução do autor).

Assim, é legítimo admitir que Marx é um homem de seu tempo, fortemente influenciado por Hegel e que concebeu sua fenomenologia à época de Napoleão. Por essa razão, seu sistema histórico-político, baseado em uma crença em uma trajetória evolutiva para a humanidade, ignora temas que só emergiriam no século XX, como a psicologia e a questão ambiental. Sobre esta última, deve-se admitir que Marx emite um juízo de que algo não iria dar certo com a excessiva urbanização e concentração da vida humana nas cidades. Este fenômeno que tem início com a Revolução Industrial, levaria à “falha metabólica”, uma não restituição de dejetos recicláveis ao campo. As observações sobre a “falha metabólica”, são destacadas nas referências ao metabolismo e às pesquisas de Justus Von Liebig, constantes

em “O Capital”, *Grundrisse*, e “Crítica da Economia Política”, entre outros, segundo Foster (2005).

Marx fez suas pesquisas como cientista social sem recorrer à magia ou a profecias, tendo como objeto a sociedade capitalista que tinha diante dele, não podendo ir muito além de cogitar cenários para seu futuro. Entre esses cenários estava o comunismo como a única organização social capaz de reaproximar o homem da natureza, ultrapassados a alienação e o lucro desenfreado e adotando o planejamento produtivo visando as concretas necessidades humanas.

O papel dos pesquisadores contemporâneos que se interessam pelos mesmos temas é tentar compreender Marx com os recursos teóricos e com o método de pesquisa que ele deixou como herança, procedendo as adaptações e mediações sugeridas por Gorender (1985) e Cardoso (1990).

III O PENSAMENTO DE MARX NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

Por fim deve-se passar a analisar o que dos escritos de Marx sobre economia podem, segundo Paolo Sylos Labini, ter alguma utilidade para entender o capitalismo contemporâneo. As críticas de Paolo Sylos Labini, são objetivas e desprovidas de ranços ideológicos ou simples antipatia. Isto porque Labini não era um pensador conservador e porque muito se inspirou na obra econômica de Marx, retirando dela elementos importantes para sua teoria sobre o oligopólio.

Sylos Labini encontrou em Marx elementos para fundamentar suas ideias, que também têm inspiração em Sraffa e Schumpeter, todas elas concernentes a uma percepção essencial e seminal do processo econômico, vendo-o sob a perspectiva de uma espiral e não sob uma perspectiva de arco.⁵

Ao lançar o debate sobre a contemporaneidade da obra de Marx, Sylos Labini não tinha a intenção de se juntar ao coro de críticos do marxismo no momento da queda do Muro de Berlin, mas sim propor uma análise crítica de um autor que, para além do juízo pontual, para além da sua mensagem política, pode ser considerado um dos maiores expoentes da tradição clássica e precursor de Keynes no desenvolvimento da macroeconomia moderna. Criticando Marx ao nível político e ético pelo caráter determinista da visão materialista-

⁵ A concepção espiral é a dinâmica que supõe ser a perpetuação do desenvolvimento econômico dependente de que parte do rendimento líquido do sistema seja investido. A concepção em arco é a estática que vê o processo econômico como a culminação de todas as atividades econômicas, sem preocupação com o que que aconteceria a seguir.

histórica, que não deixa espaço para a liberdade e nem para iniciativa individual, mas mantendo o seu parecer positivo sobre Marx economista, Sylos Labini se posiciona como socialista liberal, influenciado pela obra de Marx. Em realidade ele contesta o determinismo do socialismo científico de Marx e do programa revolucionário a esse associado

Labini (1984, p 48) teria dito:

não sou marxista, mas não sou um adversário ou inimigo de Marx e considero simplista e inaceitável tanto a posição de adesão, como a da rejeição de Marx, considerado como um todo (tradução do autor).

Sylos Labini recusava a ver a obra de Marx como um todo indivisível, cabendo em relação a ela uma adesão total ou uma rejeição total. Para Labini, defender o reducionismo que se expressa em:

quem não é por mim é contra mim., é uma atitude que pode caber em uma religião, mas não em uma análise crítica e científica.” (LABINI, 1984, p 48). (tradução do autor)

Labini escreveu um texto em 1991 com este exato propósito: proceder um balanço da obra de Marx. Sua crítica foi amplamente divulgada em publicação de 1994, um ensaio intitulado “*Carlo Marx: è tempo di un bilancio*”. Em suas considerações de apoio e de crítica à obra de Marx, esteve fortemente influenciado pelos seus professores e mentores em Cambridge e Harvard, respectivamente Piero Sraffa e Joseph Alois Schumpeter. De Sraffa (1951), Labini retoma a interpretação crítica da teoria valor-trabalho. De Schumpeter (1982, 1984), incorpora o olhar do economista austríaco sobre a dinâmica ciclo-tendência proposta por Marx, posteriormente desenvolvida pelo próprio Labini.

Labini concordava que Sraffa demonstrara cabalmente a inutilidade de uma teoria do valor-trabalho, ao propor um sistema de preços relativos que garantia o equilíbrio reprodutivo do sistema sem passar necessariamente pelo valor contido nas mercadorias, estimado com base no tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Para Sraffa, seria suficiente conhecer as condições técnicas de produção. (CINGOLANI, 2015)

Segundo Labini, o problema da transformação do valor em preço não admite soluções algébricas e nada se perde abandonando-se a teoria do valor-trabalho de Marx. Para o autor, essa teoria baseia-se em uma visão estritamente determinista da natureza e das condições técnicas de produção, que são consideradas como um dado, enquanto que em um mundo real se produz visando o comércio e o lucro e não para atender as necessidades teóricas. Demais, Marx, na sua abordagem, o que se explica pelo estado da arte do conhecimento sobre mercado na época, tratou de forma estanque a produção, a distribuição, a troca e a reprodução.

Para Sylos Labini, Marx acreditava ser capaz de tratar separadamente o problema do valor, uma vez que o preço de produção estabeleceria uma ligação estrita e inequívoca entre os valores (medidos em horas de trabalho), e os preços no mercado, abstraindo a estrutura desta instituição, visto que não conheceu as várias formas de concentração, como concorrência imperfeita e oligopólio. Estas propostas baseiam-se na suposição de que são elegíveis, simultaneamente, duas equivalências: por um lado, entre a soma dos valores e a soma dos preços de produção; por outro, entre o valor excedente total e os lucros totais. De outro modo, para Marx os preços não seriam determinados independentemente dos valores, nem os valores independentemente dos preços. Marx, malgrado exegeses posteriores em sua defesa e que se referem a um possível sistema temporal único, vide Gontijo, (2005), entendia que ambos, preços e valores, podem ser representados como um sistema de equações simultâneas. Para Labini, (1994), em se excluindo o caso de uma formulação irrealista, essas duas equivalências não podem existir simultaneamente: se é verdade a primeira é verdade a segunda, e vice-versa. De onde se conclui que a teoria do valor-trabalho formulada por Marx, não tem aplicação prática (CINGOLANI, 2015; LABINI, 1984 e 1994).

Enquanto criticava Marx por sua teoria do valor-trabalho, Sylos Labini foi atraído pela sua concepção da dinâmica, em especial nas suas ligações com o desenvolvimento econômico, visto como um processo endógeno, gerado pelas mesmas forças que regulam esta dinâmica. Este aspecto é claramente evidente a partir de seu artigo com o título *Il problema dello sviluppo economico in Marx e Schumpeter*, "O problema do desenvolvimento econômico em Marx e Schumpeter. (SYLOS LABINI, 1977) A leitura que Labini faz de Marx é fortemente influenciada pela leitura que desse mesmo autor foi feita por parte de Schumpeter, que foi professor de Sylos Labini em Harvard (CINGOLANI, 2015).

Marx é visto como como pioneiro no estudo da dinâmica da economia capitalista. Fazendo uso da contribuição de Schumpeter sobre os movimentos da economia quando este define o estado estacionário e de equilíbrio como mero exercício teórico, Sylos Labini enfatiza a originalidade da teoria do ciclo econômico de Marx, entendida como uma teoria do desenvolvimento, que vai além de uma simples teoria da crise do capitalismo. Para Sylos Labini, (1977), Marx é claramente ciente da existência do ciclo de negócios. O crescimento econômico na sociedade capitalista assume a forma de ciclos, com sua repercussão sobre o ciclo de emprego dos trabalhadores. O ciclo advém da acumulação de capital, que retroalimenta a composição orgânica do capital (nos manuais de economia a composição orgânica é aproximadamente equivalente à intensidade capitalista, ou relação do gasto/investimento).

A elevação da composição orgânica do capital – que é a razão capital constante / capital variável, $\frac{C}{V}$, sendo C o capital constante, que expressa em valor a composição técnica do capital ou a soma de tudo que é dispendido em insumos e máquinas, e V o capital variável, que expressa em valor a soma dos dispêndios destinados ao pagamento de salários - provoca um aumento da produtividade, que é o incremento de produto por unidade de trabalho. Isto se dá porque C cresce a uma taxa maior que o aumento de V, tendo como consequência o incremento do desemprego estrutural, o aumento do “exército de reserva” de trabalhadores assalariados.

Para Marx, com o aumento do desemprego ocorre a redução da massa salarial e a diminuição da demanda agregada, determinando uma crise de superprodução, com queda dos lucros, redução de investimentos, diminuição da atividade econômica, subconsumo e a estagnação, encerrando um ciclo. A retomada da acumulação em um novo ciclo, dependeria de uma forte tendência neutralizadora, que poderia ser uma inovação redutora do custo unitário de produção, elevando a taxa de lucro, ou uma intervenção no mercado, que reestabeleça níveis de demandas anteriores à crise. Neste famoso insight, Marx é também claramente consciente da singularidade do problema ciclo e do problema do desenvolvimento.

Segundo Labini, o esquema da reprodução ampliada de Marx, que se dá em uma fase do ciclo e como tendência ao longo dos ciclos, antecipa Keynes, Kalecki e a literatura do crescimento econômico que emerge no século XX, na identificação das condições para o crescimento, em um modelo de dois setores.

Marx realiza a famosa simplificação da economia em dois setores, o de bens de capitais e o de bens de consumo, não crendo que a estrutura produtiva se reduzisse a isso, mas apenas para, didaticamente, mostrar que nesta relação intersetorial poderia haver a reprodução simples, quando a mais valia fosse totalmente consumida, e a reprodução ampliada, quando parte dela fosse poupada e se convertesse em investimento (CINGOLANI, 2015; LABINI, 1984 e 1994; MARX, 1968, 1982; SCHUMPETER, 1984).

Mesmo com essas limitações, a dinâmica econômica de Marx influenciou fortemente a visão de Sylos Labini sobre o comportamento da economia e ele tentou completá-la no plano conceitual, alargando-a na análise dos mercados oligopolizados e integrando-a no plano político a uma visão reformista. Labini discute de modo detalhado os esquemas de reprodução e dos preços de produção de Marx, utiliza exemplos de aplicação e os confronta com os esquemas elaborados por Sraffa, que propunha reparos e mediações à obra de Marx. Sylos

Labini deu um tratamento bastante didático à estas demonstrações que, eram usadas em suas aulas.

É possível cogitar que foi Schumpeter quem chamou atenção de Sylos Labini sobre a contribuição de Marx para a dinâmica econômica, por meio das leis dos movimentos da economia capitalista. As críticas ou reparos de Schumpeter a essas leis, juntamente com as críticas de Sraffa à teoria do valor, serviram a Sylos Labini para contestar o determinismo do socialismo científico de Marx e o programa revolucionário a esse associado. Em essência, Sylos Labini desenvolve uma argumentação econômica que confirma a crítica ética e política feita a Marx pelos socialistas liberais, campo no qual Sylos Labini se inseria, ao lado do famoso cientista político e filósofo italiano, Norberto Bobbio (OLIVEIRA, 2016; (CINGOLANI, 2015).

Labini admitia que no campo socioeconômico, os dois principais erros de Marx tinham sido a tese da tendência para a proletarização das sociedades modernas e o empobrecimento da classe trabalhadora. Essas teorias foram contrariadas pelo surgimento e desenvolvimento de debates, posteriormente publicados na forma de livro pela editora Laterza, do já referido ensaio, “*Carlo Marx: è tempo di un bilancio*”, publicado em 1994. Mais recentemente McCloskey (2014) confirma essa percepção de Labini quanto ao não empobrecimento da classe trabalhadora nos países industrializados.

De acordo com Labini (1994), em Marx há que se separar as duas verdades: A primeira concerne à verdade absoluta, válida à priori independentemente das circunstâncias históricas. A segunda seria a verdade contingente, verificada posteriormente em um particular contexto histórico. (CINGOLANI, 2015) Para Calogero (1967) um bom exemplo dessa sistemática é o conceito de valor de uso, que pertence à primeira categoria, e o conceito de valor de troca, que se baseia sobre a quantidade de trabalho socialmente necessário, que variaria ao longo da história, dependendo, portanto, do estado da arte das técnicas de produção, do desenvolvimento das forças produtivas.

Sylos Labini acreditava que no longo prazo, na plenitude do tempo, como costumava dizer, poderiam ocorrer transformações econômicas, sociais e políticas que levassem a mudanças do capitalismo para o socialismo. Contudo, entendia que estas mudanças seriam radicalmente diversas daquelas prospectadas por Marx e, se ocorressem, mais próximas das cogitadas por Joseph Alois Schumpeter e Max Weber. (HONNETH, 2017) Segundo o primeiro destes autores, em decorrência de uma possível maturidade política de partidos socialistas que refletisse utopias do passado e que entendesse como essencial a democracia e, de acordo com o segundo, em consequência da ação social bem conduzida, da racionalidade

essencial e não formal e da cooperação orgânica e não mecânica. Para Weber o socialismo não irromperia de revoltas e nem teria como causas crises econômicas, pauperização da classe trabalhadora e a concentração econômica. Poderia sim advir da progressiva ampliação das sociedades por ações, do excessivo controle burocrático e da jurisdição do Estado sobre a produção. (SCHUMPETER, 1984; DIGGINS, 1999 p. 288)

Não obstante esses pensadores sejam considerados por alguns autores como posicionados em uma zona mais conservadora dentro de um amplo espectro político, tanto Schumpeter como Weber, não excluía, mesmo a contragosto, possibilidades de organização socialista da produção, advindas de reformas essencialmente democráticas e como respostas às mudanças nas estruturas e dinâmicas sociais. (HONNETH, 2017).

Dentro do amplíssimo arco de pensadores que criticam o marxismo, alguns com fundamentação e equilíbrio, como Raymond Aron (2016) em “O ópio dos intelectuais” e Norberto Bobbio (1997) em “*Né con Marx, né contro Marx*” e outros, focando sua crítica muito mais na vulgata marxista que na genuína obra de Marx, como é o caso do filósofo Olavo de Carvalho (2000 p.88), Sylos Labini deve merecer um tratamento particular.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paolo Sylos Labini merece um destaque na história econômica e no campo das controvérsias na ciência em razão do posicionamento ético, que suscita antigas ideias relacionadas à equivalência moral e ao ethos do homem de ciência. Labini deve ser valorizado pelo rigor com que analisa as contribuições de Marx e pela argumentação não mecanicista, recusando-se a assimilar as contribuições, sem esforços de mediação.

Marx, a rigor, jamais afirmou haver concebido um sistema final, ontologicamente fechado. São inúmeras as tentativas que fez de dialogar com os pensadores do seu tempo e no prefácio do primeiro volume de “O Capital”, página 7 da edição em português de 1968, registra que críticas científicas seriam bem-vindas e que os preconceitos não o impedirão de seguir seu caminho.

Partindo desta abertura, as críticas de Sylos-Labini foram científicas, objetivas e promoveu a reabilitação da tradição clássica feita por Sraffa e aprofundou a leitura feita por Schumpeter sobre a dinâmica em Marx, confirmando suas percepções por meio de resultados empíricos em suas estimativas econométricas sobre as equações do preço de produção. Ao mesmo tempo, em linha com os seus escritos anteriores, em toda a sua análise crítica da obra

de Marx, Sylos Labini não deixa de registrar que encontrara na mesma, muitas ideias frutíferas.

Na avaliação de Labini, restariam como merecedoras de atenção na referida obra, em alguns casos meramente como história econômica e em outros como instrumentos analíticos, as seguintes abordagens: i) sobre classe sociais no desenvolvimento do capitalismo; ii) sobre o tecido produtivo com base em relações intersetoriais; iii) sobre o papel do setor financeiro no processo de acumulação; iv) sobre a importância do progresso técnico e a sua influência na dinâmica econômica, nela incluindo a relação ciclo-tendência; v) sobre os esquemas de reprodução e vi) sobre a dependência da trajetória.

REFERÊNCIAS

ARAUJO FILHO, W.D. **Gênese do pensamento galileano**. São Paulo: Livraria da Física Editora, 2008.

ARON, R. **O ópio dos intelectuais**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

BAUER, H. H. **Beyond Velikovsky: The history of a public controversy**. Normal: University of Illinois Press, 1999.

BOBBIO, N. **Né con Marx, né contro Marx**. Roma: Editori. Riuniti, 1997.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988

CALOGERO, G. **Il metodo dell'economia e il marxismo. Introduzione alla lettura di Marx**. Bari: Laterza, 1967.

CARDOSO, M. L. Para uma leitura do método em Karl Marx: anotações sobre a “introdução” de 1857. **Cadernos do ICHF, n. 30**. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1990.

CARVALHO, O. de. **O jardim das aflições**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 1995.

CINGOLANI, M. Sylos Labini su Marx: implicazioni per la politica economica. **Moneta e Credito**, v. 68, n. 269, p. 81-147, 2015.

DAHRENDORF, R. Is the work society running out of work? **Omega**, v. 8, n. 3, 1980, p. 281-285.

DIGGINS, J. P. **Max Weber, a política e o espírito da tragédia**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx, materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

GABRIEL, M. **Amor & capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GONTIJO, C. A transformação de valores em preços segundo o Sistema Temporal Único: uma apreciação crítica. **Economia**, v.9, n.1, 2008, p. 215-243.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

HILFERDING, R. **Il Capitale finanziario**, a cura di PIETRANERA, G. Milano: Feltrinelli, 1961.

HONNETH, A. **A ideia de socialismo, tentativa de atualização**. Lisboa: Edições 70, 2017.

INSTITUTO DE MARXISMO LENINISMO DO CC DO PCUS. **Karl Marx, biografia**. Lisboa: Edições Avante, 1983.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIPSET, S. M. (Ed.). **Consensus and conflict: Essays in political sociology**. New Jersey: Transaction Publishers, 1985.

McCLOSKEY, D. N. Measured, unmeasured, mismeasured, and unjustified pessimism: a review essay of Thomas Piketty's *Capital in the twenty-first century*. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, 7(2), p. 73-115, 2014.

MARX, K. **O capital (Crítica da economia política)**, Livro 1, Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MESSORI, M. **Schumpeter, antologia di scritti**. Bologna: Il Mulino, 1984.

OLIVEIRA, S. A. M. **O socialismo liberal na filosofia de Norberto Bobbio**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

ROSDOLSKY, R. **The making of Marx's Capital**. London: Pluto Press Limited, 1977.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

_____. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SRAFFA, P. Introduction to Ricardo's principles. In: **Ricardo's Works, Vol. 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 1951

SYLOS LABINI, P. Il problema dello sviluppo economico in Marx e Schumpeter. In: SYLOS LABINI, P. **Problemi dello sviluppo economico**. Laterza, Roma-Bari, 1977, p. 19-73.

SYLOS LABINI, P. Alcune riflessioni critiche su Marx e Keynes. In: GRAZIANI A., CECHELLA A., SYLOS-LABINI P. e LOMBARDINI L. (a cura di), **K. Marx e J.M. Keynes cent'anni dopo. Due economie a confronto**. Pisa: ETS, 1984.p. 47-62.

SYLOS LABINI, P., & BECATTINI, G. **Carlo Marx: è tempo di un bilancio**. Roma-Bari: Laterza, 1994.

WEBER, M.; BEDESCHI, G.; CACCIARI, M. **Sul socialismo reale**. Roma: Editora Savelli, 1970.

PORNOGRAFIA DE VINGANÇA E SEUS REFLEXOS SOCIOJURÍDICOS

*Clara Janaina dos Santos*¹
*Teresa Cristina Ferreira de Oliveira*²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal discutir a crescente demanda da chamada Pornografia de Vingança, considerada como uma prática indevida, tendo em vista à natureza de expor a intimidade de pessoas na internet. Para tanto foram utilizadas pesquisas exploratórias, descritivas e secundárias. Este fenômeno pode ser entendido como um tipo de crime cibernético, originado pelo ambiente virtual, estando inserido em um universo mais célere, amplo e ilimitado. A pornografia de vingança não possui legislação própria que venha a criminalizá-la no Brasil, entretanto, sua prática pode ser entendida como ofensiva ao direito a honra, imagem e intimidade das vítimas que, segundo dados estatísticos, são predominantemente mulheres.

Palavras-chave: Pornografia de Vingança. Violência de Gênero. Privacidade. Tipificação.

1 INTRODUÇÃO

Foi no contexto das novas tecnologias que se originou a Revenge Porn, ou em tradução livre Pornografia de Vingança, terminologia que surgiu nos sites de relacionamentos da internet, para descrever a prática desrespeitosa de ex-companheiros (as) em expor a intimidade de seus parceiros, através de compartilhamentos, divulgações e publicações de fotos e vídeos na internet, ato motivado como forma de vingança pelo término de seus relacionamentos.

Logo a pornografia de vingança pode ser considerada como um tipo de Cibercrime, cuja definição é atribuída aos delitos praticados por meios da internet, sua capitulação normativa poderá ser determinada pelos dispositivos legais já existente, apenas o que muda é o meio em que o crime foi cometido, pois a finalidade de praticar o ato ilícito defeso em lei permanece igual aos delitos que não foram cometidos na internet, ou seja, em um ambiente virtual.

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa (FRB). E-mail: clarajanaina13@gmail.com.

² Advogada/OAB-BA, Professora do curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, especialista em Direito Civil (UFBA) e especialista em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSal). Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Discente do Programa de Doutorado em Família (UCSal). Orientadora do PICT; Membro do grupo de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano. Co –autora. Email: teresacristinaadv@hotmail.com

Dados estatísticos revelam que no Brasil a maioria das vítimas da pornografia de vingança não-consentida são mulheres; estes dados servem apenas para ratificar que a sociedade brasileira apresenta em sua estrutura basilar uma cultura machista, a qual o homem dominante e viril, a todo momento, tenta impor sua superioridade e poder para oprimir as mulheres.

2 PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: ORIGEM E CONCEITO

O termo Pornografia de Vingança, deriva da expressão em inglês “revenge porn”, é utilizado para definir casos em que uma pessoa sofre exposição não consentida de suas fotos e vídeos íntimos, figurando como responsável pela divulgação do conteúdo erótico, em sua maioria, o ex-companheiro (a), o principal objetivo do agente causador é expor a vítima, através da rápida viralização do conteúdo, e assim causar estragos sociais e emocionais a sua vida (BUZZI, 2015).

O primeiro caso que ganhou repercussão nas redes de comunicação tratando do tema divulgação de conteúdo íntimo, ocorreu nos Estados Unidos na década de 80, com o casal Lajuan e Billy Wood que decidiram tirar fotografias sem roupa e armazená-las, para que eventualmente apenas o casal pudesse lembrar do momento (FREITAS, 2015).

Entretanto tiveram a privacidade e intimidade violada por seu amigo e vizinho Steve Simpson que, em momento oportuno, invadiu a residência do casal Wood e ao encontrar as imagens decidiu enviar, apenas as fotos da Senhora Wood, para uma famosa revista americana conhecida como “Beaver Hunt”, que costumeiramente recebia fotos nuas de modelos amadoras e cuja destinação se daria ao público masculino.

Conforme Mortágua foi no ano 2000 que o pesquisador italiano Sérgio Messina notou uma crescente movimentação nos grupos de fóruns da Usenet, umas das principais redes de comunicação de computadores, em que seus usuários publicam artigos em newsgroups (grupos de notícias), tratando de uma nova classificação de pornografia, nominada por Messina como “Realcore Pornography” (pornografia amadora) que seriam fotos e vídeos de ex-namoradas(os) dos usuários do site, compartilhadas entre os próprios membros (BUZZI, 2015).

No ano de 2008 alguns sites e blogs começaram a considerar a existência de um novo tipo de pornografia, a não-consensual, passando a se dedicar apenas a expor conteúdo desse “gênero”. Para Vitória Buzzi a declaração feita pelo site XTudo, em sua página oficial, de que

semanalmente vinha recebendo reclamações de mulheres que não haviam autorizado a divulgação de vídeos feitas pelo site, e alegavam ser vítimas de seus ex-parceiros, os responsáveis pela divulgação, propulsionou este tipo de pornografia não-consensual.

Mister salientar que até o ano de 2010 não havia legislação que pudesse coibir a prática da revenge porn (FREITAS. 2015). Por não estar defesa em lei a divulgação desses conteúdos era permitida, por esse motivo, sites foram criados com a estrita finalidade de propagar a pornografia de vingança.

Foi publicado pelo jornal britânico Daily Mail online, em 16 de novembro de 2010, a primeira condenação pela prática de divulgação de fotos íntimas; narra o tabloide que o jovem neozelandês Joshua Ashby, de 20 anos, após a ruptura de um relacionamento que durou 5 meses, publicou no perfil de sua ex-namorada na rede social Facebook, uma foto da jovem em frente a um espelho completamente nua e disponibilizou a publicação à todos os 500 milhões de usuários em todo o mundo; o juiz responsável pelo caso Andrew Becrof fez analogia a legislação vigente, à época, para adaptá-la ao crime cometido na era digital.

De forma pioneira nasce na República das Filipinas a Lei da República nº 9995, mais conhecida como Lei de Voyeurismo Anti-foto e Vídeo de 2009, assinada em 15 de fevereiro de 2010; em suma, a legislação criminaliza o ato de vender, publicar, distribuir, difundir, reproduzir e copiar, conteúdos visuais ou audiovisuais que contenham cenas de sexo, nudez ou exposição de partes íntimas. Para tanto o ato praticado pelo agente ativo independe do consentimento da vítima, ou seja, nos casos de exposição íntima não-consentida (pornografia não-consentida) a lei se aplicará.

Em janeiro de 2014, Israel criou a primeira lei que especificamente tratava da pornografia de vingança, a proposta foi escrita pela deputada Mk Yitat Kariv, em seu teor a lei determina que o crime será considerado como assédio sexual, estipulando a pena de cinco anos a quem praticar o delito (BUZZI, 2015).

No Brasil um dos primeiros casos de exposição íntima não-consentida, que culminou com a condenação do agressor, ocorreu em 2006. A jornalista Rose Leonel, moradora da cidade de Maringá, no Paraná, teve sua intimidade exposta por seu ex-companheiro Eduardo Gonçalves da Silva, como uma forma de se vingar pelo término do relacionamento.

Eduardo, compartilhou via e-mail, para mais de 15 mil destinatários, fotos íntimas de Rose, não satisfeito, pagou pessoas para que fossem distribuídos panfletos nas ruas com as fotos da vítima, fez cópias das imagens em cds e entregou em condomínios residenciais da cidade, e ainda divulgou informações pessoais de Rose nas redes sociais. Tanto Rose como seus familiares tiveram a intimidade violado, pois Eduardo ao disponibilizar as informações

personais desta, também inseriu o número do telefone celular do filho de 11 anos da vítima, que sofreu intimidações.

Após registrar vários boletins de ocorrência, por até ser perseguida publicamente pelo ex-companheiro, para a proteção de Rose, foram aplicadas medidas protetivas em analogia a Lei Maria da Penha. Como desfecho ao caso, a justiça condenou o agressor pela prática dos delitos de Difamação e Injúria, atribuindo a Eduardo a pena de pouco mais de 3 anos de reclusão, no entanto a pena foi convertida em pagamentos mensais de 1.200,00 reais, até o término da condenação.

Atualmente no Brasil, apesar da existência do Marco Civil da Internet, instituído em 25 de agosto de 2015, não há na legislação brasileira vigente um dispositivo específico que regule o crime de Pornografia de Vingança, em sua maioria, à prática do delito é feita analogia aos Crimes contra Honra, regulados pelo Código Penal Brasileiro, ou a legislações existentes que tratam da violação do direito à imagem ou privacidade.

2.1. Pornografia de vingança como crime cibernético

A sociedade brasileira do século XXI vivencia uma era digital, informatizada, o advento da internet e suas “maravilhas” ocasionou mudanças, afetando diretamente a vida do homem. As ações e costumes foram modificados, ou melhor, revolucionados, a agilidade e dinamismo oferecidos por esse meio de comunicação, o fizeram ser eleito como o segundo meio de comunicação mais utilizada em todo o país, conforme levantamento pelo IBGE, no ano de 2014, cerca de 26% dos entrevistados afirmaram utilizar a internet todos os dias (BRAGA, 2014)

Entretanto essa revolução causada pelo advento da internet se deparou com uma sociedade despreparada, carente de uma Educação Digital, que poderia proporcionar a utilização correta, eficaz e seguro, deste meio de comunicação. Nessa perspectiva o ambiente virtual como um universo, em que tudo é mais rápido, ágil e ilimitado, gera entre os usuários da rede a sensação de liberdade e anonimato. Diante desse contexto surgem os chamados Crimes Cibernéticos, cuja terminologia possui significado distinto dos Crimes de informática.

Os Crimes de Informática podem ser considerados como fruto de um ato ilícito praticado por meio do uso do computador, ou outro dispositivo eletrônico, cuja consumação ou perpetração do delito independe da utilização da internet, já os Crimes Cibernéticos ou Cibercrimes podem ser entendidos como todo ato ilícito praticados por meio da internet

(crime próprio), ou ainda, quando a internet for utilizada como intermédio a prática do delito (crime impróprio), (SILVA,2017).

Cibercrimes são aqueles oriundos de uma conduta ilícita praticada na internet ou por meio desta, cuja tipificação se aplica por analogia, a legislação já existente no ordenamento jurídico; no entanto há delitos que só poderão ser realizados no âmbito virtual, os quais não seria possível adequar especificamente as legislações que vigora no mundo físico (OLIVEIRA, 2013).

Nessa perspectiva é possível afirmar que a revenge porn (pornografia de vingança), se origina no ambiente virtual, pois deriva da prática de disseminar na internet fotos e/ou vídeos, contendo cenas de sexo ou nudez, de uma determinada pessoa, em sua maioria ex-companheiros (as), esta pratica é considerada como pornografia não-consensual, por não haver a permissão da vítima quanto a divulgação do conteúdo exposto. (BUZZI, 2015).

3 ASPECTOS SOCIAIS E A PORNOGRAFIA DE VINGANÇA

3.1 Breve conceituação sobre gênero na sociedade brasileira.

A ideia de androcentrismo como uma visão neutra para reduzir a raça humana ao termo “o homem” a qual teoricamente se incluíam todos os gêneros sexuais existentes, se descaracteriza na sociedade contemporânea, e passa a ser utilizada simbolicamente para justificar a predominância do gênero masculino. Nessa perspectiva a sociedade brasileira se organiza revestida de simbolismos, se estruturando em categorias sociais que classificam quais ocupações podem ser exercidas por determinado sexo, como cada gênero deve se comportar ou qual ocupação caberia a cada um deles (BOURDIEU, 2012).

A construção da divisão dos gêneros se inicia ainda na infância, período em que são estabelecidos quais funções e prerrogativas serão inerentes a cada sexo, sendo considerado como fruto de um trabalho psicossomático (BOURDIEU, 2012). Até os quatro primeiros anos de vida as crianças não distinguem suas atitudes, ou seja, não há um comportamento preestabelecido conscientemente caracterizador de gênero ou sexualidade, elas apenas tentam permanecer no estado de felicidade pós desmame, para tanto, se comportam de maneira a tentar atrair atenção de seus genitores se utilizando de comportamentos de exibição e sedução (BEAUVOIR, 2009).

Em um dado período da infância, os genitores iniciam a orientação para a construção dos signos menino ou menina, homem ou mulher, os quais são estabelecidos valores culturais

opostos, que irão nortear a criança em seu desenvolvimento. Enquanto as crianças do sexo masculino são orientadas para demonstrar sua força física, ações de dominação, virilidade (ainda que precoce) e a não subordinação, as crianças do sexo feminino recebem uma orientação adversa, voltada para o sentimentalismo, dependência, passividade e submissão. (BOURDIEU, 2012).

A juventude é uma fase determinante para a construção da formação biológica entre os gêneros, período em que se inicia, na puberdade, a mudança dos aspectos físicos (corporais) caracterizadores do sexo, a exemplo da mulher os seios começam a se destacar, ocorre a menstruação e conseqüentemente as alterações hormonais que afetam seu humor, tornando a jovem mais frágil, delicada, e oprimida por não saber lidar com a mutação de seu corpo. (BEAUVOIR, 2009.)

O homem em sua construção como “ser” é preparado para ocupar e exercer uma função superior ao sexo feminino, a naturalização da predominância da ordem masculina para Bourdieu (2012, p. 33) [...] “Ihe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada”.

Assim, é correto afirmar que a predominância masculina, e suas formas de dominação, derivam de uma construção social naturalizada; o homem é preparado para exercer a figura do dominante/viril, a virilidade masculina, pode ser atribuída a capacidade de combate e ao exercício da violência (a virtude como honra). (BOURDIEU, 2012).

3.2 Pornografia de vingança e violência de gênero

A violência de gênero se apresenta na sociedade como uma construção cultural, devendo ser considerada como todo e qualquer ato que ensejar a violação de um direito fundamental, e que claramente seja exercido como expressão do poder de um sexo sobre o outro, não se limitando apenas a violência física exercida, mas também a violência sexual, econômica, psicológica e moral. Para Guimarães e Dresch (2015, p.4) “[...] a violência contra a mulher possui algumas características que a diferencia das demais formas de violência, e são elas: a hierarquia de gênero; a relação de conjugalidade ou afetividade entre os envolvidos, e a habitualidade da violência”.

O Datafolha realizou no ano de 2016 uma pesquisa para medir os índices de violência praticados contra a mulher no Brasil; os dados indicaram que uma em cada três mulheres sofre algum tipo de violência. De forma alarmante, foi possível constatar que a cada hora

cerca de 503 mulheres foram vítimas de violência física, o equivalente 29% (4,4 milhões) de mulheres por ano; cerca de 8% (3,9 milhões) das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de ofensa sexual.

A pornografia de vingança pode ser considerada no Brasil como um tipo de violência de gênero, segundo dados estatísticos a maioria das vítimas do delito são mulheres. Os Indicados Helpline, criados pela instituição sem fins lucrativos Safernet Brasil, demonstram que no ano de 2016, das 300 ocorrências registradas, via chat ou e-mail, cujos casos travavam de vítimas de Sexting ou Exposição Íntima, cerca de 202 se destinaram a pessoas do sexo feminino e 98 ao sexo masculino.

4 EXPOSIÇÃO ÍNTIMA: NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

4.1 Direitos à privacidade: intimidade, honra e imagem.

A Constituição Federal de 1988 consagra em seu artigo 5º inciso X, a inviolabilidade do direito à privacidade do indivíduo, de forma a alcançar todas as manifestações da esfera íntima, privada e da personalidade da pessoa. A proteção ao direito da privacidade, em seu fundamento, é uma faculdade que cada pessoa possui de impedir a intromissão de estranhos a sua vida particular e familiar, bem como ao acesso a informações que tratem da privacidade e intimidade de cada indivíduo, ainda obsta a divulgação de informações que permeiam as manifestações existenciais do portador do direito (CUNHA JÚNIOR, 2013).

O direito à intimidade é considerado como direito subjetivo autônomo; a intimidade nesse caso é tratada como “a vida secreta ou exclusiva” que uma pessoa reserva para si, sem haver repercussão social. Dirley da Cunha (2013, p. 688), explica que o direito à intimidade “é, em suma, o direito de proteção dos segredos mais recônditos do indivíduo, como a sua vida amorosa, a sua opção sexual, o seu diário íntimo, o segredo sob juramento, as suas próprias convicções”.

O Direito à Vida Privada permite ao indivíduo manter em “segredo” a sua vida familiar, seu ambiente de trabalho e o relacionamento com seus amigos, ou seja, a vida privada corresponde a um viver entre outras pessoas, mas mantendo uma reserva. Já o Direito à Honra, resguarda os atributos pertinentes à reputação e ao bom nome de cada pessoa, a violação deste direito é considerada como crime, e encontra amparo legal no Código Penal Brasileiro, parte especial, que trata dos crimes contra honra (CUNHA JÚNIOR, 2013).

Quando o legislador se refere a imagem faz referência a qualquer representação que contenha os traços físicos das pessoas, podendo ser considerado pinturas, fotos, desenhos, vídeos, em suma qualquer representação de uma pessoa; o Direito à Imagem protege o aspecto físico pessoal, impedindo a sua divulgação não consentida.

Se houver violação a privacidade a Constituição Brasileira assegura a vítima o direito de ser indenizada por danos morais e/ou materiais. Para o direito a palavra dano está relacionada a lesão a um bem jurídico; o dano material ocorre quando houver lesão ao patrimônio do ofendido; e o dano moral quando houver ofensa a pessoa como ser humano, o dano moral não atinge o patrimônio do ofendido, mas sim seu direito a personalidade (GONÇALVES, 2012).

4.2. Lei Maria da Penha

O Brasil, no combate à violência contra a mulher, elaborou a lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha; nas palavras de Maria Berenice Dias a lei surgiu para “resgatar a cidadania feminina”, já que o período anterior a esta, foi marcado pela violência doméstica praticada contra a mulher, fato que não recebia a devida atenção da sociedade e da legislação brasileira.

A Lei nº 11.340/06, consagra em seu artigo 5º, que serão consideradas violência doméstica e familiar contra a mulher, as ações e omissões baseadas no gênero, que ocasionam a “morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Mister salientar o inciso III, do mencionado artigo, que considera como casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, aqueles ocorridos em “qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação”.

O inciso III, do artigo 5º da Lei Maria da Penha, se mostra passível de aplicação a casos de pornografia de vingança não consentida, pois a legislação reconhece que a violência contra a mulher não está restrita ao ambiente doméstico e/ou familiar, resguardando o direito a outros tipos de vínculo afetivo que podem ser marcados por situações de violência de gênero, por exemplos, nos casos de namoro ou noivado; aqui o nexos de causalidade se dará pela relação íntima de afeto (DIAS, 2007).

O artigo 7º da Lei 11.340/06, de forma explicativa, elencam em seus incisos de I a V, os tipos de violência a serem considerados como atentadores a mulher. São eles:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a **violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-

estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações[...]; III - a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força[...]; IV - a **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (grifos atribuídos)

Quanto a vingança pornográfica não-consentida, é possível constatar a existência de características que imprimem a violências psicológica e moral, relatadas pela norma protetiva à mulher, isso se for observado que as vítimas podem sofrer ameaças antes da publicação do conteúdo íntimo, ato que conseqüentemente acarreta a manipulação, intimidação e humilhação da mulher; levando-a ao isolamento e ocasionando prejuízos a sua saúde psicológica. (BUZZI, 2015).

O artigo 22º e seguintes da legislação assegura a vítima o direito de pleitear medidas protetivas de urgência, o §1º do referido artigo, ainda prevê a possibilidade de outras medidas de urgência extraídas de legislação diversa; sobre este aspecto, Vitória Buzzi (2015, p.76) relate que “embora o artigo 22 não preveja solução específica para os casos em que a violência é praticada com a utilização de meios eletrônicos, seu parágrafo primeiro deixa claro que o juiz poderá lançar mãos de outros expedientes previstos na legislação em vigor”.

Atualmente, no congresso nacional brasileiro, tramita o projeto de lei nº 5.555/2013, criado pelo deputado João Arruda, objetivando que a lei nº 11.340/06 seja alterada. O projeto visa criar mais um mecanismo de combate a condutas ofensivas praticadas na internet, ou outro meio de propagação de informação, que viole o direito da mulher. A principal modificação a Lei Maria da Penha, se daria pela inserção do inciso IV ao artigo 7º da referida lei, que passaria a dispor:

Art. 7º

VI – violação da sua intimidade, entendida como a divulgação por meio da Internet, ou em qualquer outro meio de propagação da informação, sem o seu expresso consentimento, de imagens, informações, dados pessoais, vídeos, áudios, montagens ou fotocomposições da mulher, obtidos no âmbito de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade”.

Outras alterações seriam atribuídas a Lei Maria da Penha, tais como: a inserção do termo “à comunicação”, as diversas garantias elencadas pelo artigo 3º (da norma vigente); e a criação do §5º, que seria atribuído ao artigo 22 da lei, visando a possibilidade do magistrado

ordenar, de ofício, a remoção de conteúdo que viole a integridade da mulher, no prazo de 24 horas. O projeto segue em tramitação e, por hora, aguarda a aprovação do Senado Federal.

4.3 Crimes Contra Honra

O Código Penal Brasileiro trata dos chamados crimes contra honra, que podem ser considerados como aqueles que derivam da ofensa de um bem jurídico imaterial inerente à pessoa humana. A Constituição Federal, em seu artigo 5º inciso X, de forma expressa, garante a inviolabilidade do direito à honra; o que nas palavras de Fernando Capez (2012), garante a pessoa o direito de “ não ser ultrajado em sua honra, pois o seu patrimônio moral também é digno da proteção”.

Em sua maioria os crimes de pornografia de vingança não-consensual se enquadram nas tipificações descritas pelos crimes de Difamação e Injúria, artigos 139 e 140 do Código Penal. O delito de Difamação está previsto no artigo 139, caput, do Código Penal, este descreve aplicabilidade da pena de detenção de 3 meses a 1 ano, e multa, ao agente que imputar a uma pessoa fato ofensivo à sua reputação; neste caso será atingida a honra objetiva do indivíduo, guardando relação com o juízo de valor feito pela sociedade a pessoas. (CAPEZ; BITENCOURT, 2012).

Quanto ao delito de Injúria inculpada no artigo 140, caput, do Código Penal, responde o agente que injuriar alguém atendendo-lhe a dignidade ou o decoro, sendo atribuída a pena de 1 mês a 6 meses de detenção, ou multa; aqui será tutelado pelo direito penal a honra subjetiva da vítima, que consiste no sentimento pessoal de cada um em razão de seus atributos morais; injuriar seria uma manifestação de desrespeito ou ultraje a dignidade e decoro de uma pessoa (CAPEZ; BITENCOURT, 2012).

Para Fernando Capez (2012) a injúria simples pode ser manifestada por diversas formas de expressão, podendo o agente praticá-la por meio de gestos, palavras, símbolos, figuras, atitudes e entre outras; em suma, poderá ser praticada por todos os meios idôneos para manifestação de pensamento. Nesta linha, o delito se amolda perfeitamente aos casos de pornografia de vingança, se considerado que o autor do fato utiliza as redes sociais, que se enquadraria como um meio de manifestação de pensamento, para ofender a dignidade e/ou decoro da vítima, através de publicações de imagens e vídeos.

Ademais, os delitos de difamação e injúria, segundo a Lei 9.099/95, podem ser considerados como infrações de menor potencial ofensivo, por possuírem pena máxima não superior a um ano, atribuindo a competência julgadora aos Juizados Especiais. Infelizmente

nesses casos o agente não se manterá preso, mesmo que conduzido à delegacia por flagrante de delito; sendo também passível ao Ministério Público, após analisar o Termo Circunstanciado, na denúncia, pleitear pela suspensão condicional do processo no período de 2 a 4 anos, conforme artigo 89 da lei.

4.4 Marco Civil da Internet

A Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet ou Constituição da Internet, é responsável por estabelecer princípios, garantias e direitos para o uso da internet no Brasil, bem como por determinar os parâmetros a atuação estatal neste ambiente; contudo a lei não regula os delitos praticados na internet. Carlos Oliveira (2014, p.5) explica que “o Marco Civil não é (e nem quis ser) uma ilha normativa deserta, isolada das demais fontes jurídicas; ele é um dos vários pontos de irradiação normativa que disciplina o comportamento dos indivíduos no mundo virtual”.

O Capítulo II, que trata dos direitos e garantias dos usuários da internet, em seu artigo 7º, inciso I, assegura à “inviolabilidade da intimidade e da vida privada” do usuário, determinando que à sua proteção é resguardado pleitear indenização por dano material ou moral, decorrente da violação do direito.

Antes do advento do Marco Civil da Internet havia o entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça que a retirada de conteúdo constante em redes sociais que seja ofensivo a pessoas, deveria ocorrer no prazo de 24 horas, contados a partir da notificação do provedor da internet, sob pena de responder civilmente pelos danos causados. Entretanto a Lei 12.965/14, começou a tratar da responsabilidade por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, estabelecendo em seu artigo 18 que o provedor da internet não será responsabilizado pelos danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros (OLIVEIRA, 2014).

Em seguida o artigo 19 estabelece que, excepcionalmente, o provedor da internet será responsabilizado por causa de terceiro se, apenas se, após determinação judicial não tomar as providências adequadas para a remoção do conteúdo exposto. O parágrafo 3º, deste artigo, determina que nos casos de ressarcimento de danos, causados por exposição de conteúdo na internet que viole a honra do indivíduo, deve ser tratado nos Juizados Especiais.

O artigo 21 da Lei 12.965/14, trata da chamada responsabilidade solidária dos provedores da internet, aqui o legislador pugna pela tutela da privacidade da vítima, assegurando a ela o direito de pleitear pela retirada do conteúdo exposto de forma

extrajudicial; o provedor deve ainda disponibilizar informações, a vítima, sobre a identificação do autor das publicações, podendo responder subsidiariamente se não o fizer.

Entretanto, quanto a esta responsabilização, há uma celeuma que paira sobre a decisão do legislador ao estabelecer, no parágrafo único do artigo 21, da lei 12.965/2014, que “a notificação no caput deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido.”, ou seja, a vítima deverá identificar desde logo quem foi o responsável pela divulgação do conteúdo erótico na rede, sob pena de seu direito a ingressar com um pedido judicial ser considerado nulo.

Essa manobra do legislador se mostrou inadequado, tendo em vista que a internet é um ambiente rápido, onde um clique faz toda a diferença e nesses casos, em questões de segundos, vários compartilhamentos podem ser feitos, dificultando a identificação exata do responsável, e obstando o direito da vítima que pode demorar dias para conseguir a retirada dos conteúdos da rede, ou na maioria dos casos nem conseguir retirar o conteúdo divulgado.

5 UMA ABORDAGEM SOBRE O AMOR E RELAÇÕES FRÁGEIS

Em relação a fragilidade dos laços humanos em seus relacionamentos, já afirmava o brilhante sociólogo Zygmunt Bauman (2004, p.17), “não se pode aprender a amar”. O amor é um sentimento que não possui um período para nascer ou findar-se, se mostra como uma reação espontânea, inerente às relações de convívio humano. Existem pessoas que são mais “propensas” ou “vulneráveis” ao sentimento de amar ou apaixonar-se.

Com um olhar crítico é possível observar nos relacionamentos atuais uma crescente reação nas pessoas que se dizem gozar do estado de amor; estas acreditam que podem, e às vezes conseguem, amar mais de uma vez, e mesmo em estado de vivência de um “amor”, possuem a expectativa de poder passar por uma outra experiência amorosa futura. Tudo isso se fundamenta na credulidade do ser humano de que o amor se apresenta como uma habilidade adquirível, e que por isso é possível possuir o domínio desta habilidade através do exercício constante de amar. (BAUMAN, 2014).

Assim fazendo uso dessa “habilidade de amar” compulsivamente, o ser humano acredita que pode terminar um relacionamento e começar outro do zero, e na tentativa de se chegar ao amor perfeito e possuir a habilidade aprimorada, a pessoa se torna incapacitado para amar. Com a liquidez do saber amar, exercida através da habilidade adquirida, o ser humano

se torna mecânico, monótono, passa a repetir sua habilidade como hábito, não conseguindo vivenciar em cada relacionamento uma nova experiência, incapaz de extrair um aprendizado com aquele amor vivenciado (BAUMAN, 2014).

É nesse contexto social dos amores líquidos, que a chama pornografia de vingança está inserida; uma pessoa deposita confiança, característica inerente ao estado das relações humanas, e uma outra, munida desse “amor”, adquirido através da “habilidade de amar”, acaba mergulhando em uma relação de plenitude momentânea, e num dado momento quando o relacionamento finda-se, não são encontradas características que se assemelha ao “amor construído”, como o cuidado, vontade de preservar ou proteger a pessoa amada.

Com o término do relacionamento, um dos parceiros ao resolver se vingar do outro decide expor a intimidade do ex-companheiro, e as características que seriam atribuídas ao amor como “um estímulo a proteger, alimentar e abrigar” (BAUMAN, 2014, p. 24), deixam de existir. Os laços são quebrados, e o que resta é a mágoa de uma vítima que além de sofrer pelo término de um relacionamento, vê sua intimidade exposta, tem sua privacidade violada e a certeza de que não vivenciou um “verdadeiro amor”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de amores construídos em bases instáveis e fragilizadas, as relações inter partes se mostram cada vez mais vazias de sentimentos, a interpretação errônea do que é amar, faz com que sentimentos como proteção, cuidado e afeto, sejam esquecidas ao término de um relacionamento; principalmente se este relacionamento foi construído em cima da crença de que uma das partes, ocupa uma posição dominante e superior na relação, em razão a posição ocupada pelo outro.

E ainda mais, se todo esse contexto estiver inserido em um universo digital, em um mundo de possibilidades em que uma pessoa, ao término de uma relação, resolve expressar a sua insatisfação ou indiferença, em razão do sentimento de uma outra, e tenta destruir e desmoralizar sua vida e imagem, utilizando de mecanismos tecnológicos para expor a intimidade de sua ex-companheira na internet.

Como muita já foi dito é possível enxergar o fenômeno da Pornografia de Vingança, no Brasil, como mais um mecanismo de violência de gênero, já que na maioria das vezes as mulheres ocupam o lugar de vítimas. É possível entender esta constatação, se considerarmos que o homem é eleito, biologicamente e através de uma construção social naturalizada,

superior a mulher, visto como um ser dominante, fato que reduz a mulher a condições de vulnerabilidade pela simples condição do gênero.

A legislação brasileira é protecionista e possui mecanismos específicos para coibir os delitos praticados contra a mulher, na chamada Lei Maria da Penha. No entanto não há uma legislação específica para trata dos delitos praticados na internet, ou praticados na internet contra a mulher, apenas é possível fazer analogia a legislação já existente e tentar enquadrar aos casos de pornografia de vingança a estas.

Em sua maioria a prática é enquadrada nos casos de crimes contra honra, como difamação ou injúria, cujas penas cabíveis demonstram ser insignificantes, tendo em vista a repercussão causada pelo delito, e ainda se considerarmos que a estes são classificados como crimes de menor potencial ofensivo; instaurados através de termo circunstanciado e levados a conciliação.

Apesar do advento do Marco Civil da Internet não é possível dizer que houveram grandes avanços para ajudar as vítimas a conseguirem identificar e punir os culpados, ainda mais se analisarmos a redação do o parágrafo único, do artigo 21, desta lei, que parece ignorar o fato da rápida circulação de matérias na internet, impossibilitando a vítima a identificar o autor da publicação, para eventualmente notificar o provedor responsável, e pleitear extrajudicialmente a retirada do conteúdo.

Por fim, vimos que este artigo, objetivou esclarecer e tornar mais conhecido o fenômeno da Pornografia de Vingança, mostrando suas nuances, desde seu contexto histórico, aos aspectos sociais que permeiam as maiores vítimas dessa prática. Também foram apresentados os dispositivos legais que podem ser aplicáveis aos casos de reveng pon.

REFERÊNCIAS

Attorneys of the Philippines. **Anti-Photo And Video Voyeurism Act Of 2009**. Disponível em: <https://attorney.org.ph/legal-news/257-anti-photo-and-video-voyeurism-act-of-2009>. Acesso: 24 mar. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Traduzido. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 2004.

BRAGA, Juliana. Segundo meio de comunicação mais usado é internet aponta pesquisa. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2014/03/segundo-m-eio-de-comunicacao-mais-usado-e-internet-aponta-pesquisa.html> . Acessado em: 10 mai. 2017

BARRETO, Alessandro Gonçalves. **Manual de Investigação Cibernética: á luz do Marco Civil da Internet**. Rio de Janeiro. Ed. Braspot, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Volume único. 1ª Edição. Nova Fronteira, 2009.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: dos crimes contra pessoa, parte especial 2**. 12 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11ª Edição. Bertrand, 2012.

BUZZI, Vitória De Macedo. **Pornografia de Vingança: contexto histórico-social e abordagem no direito brasileiro**. Centro de Ciências Jurídicas. Publicado em: 21.07.2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133841>. Acesso: 09 mar. 2017.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte especial 2**. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

CUNHA JÚNIOR, Dirley. **Curso de Direito Constitucional**. 7ª ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

Daily Mail. **Jilted lover makes legal history as he is jailed for posting naked picture of ex-girlfriend on Facebook**. Disponível: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-1329812/Joshua-Ashby-Facebook-user-jailed-posting-naked-picture-ex-girlfriend.html>. Acesso: 20 mar. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. A afetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista Tribunais, 2007.

FREITAS, Kamila Katrine Nascimento. **A Pornografia de Vingança e a culpabilização das vítimas pela mídia**. Artigo Científico. Natal, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Iara/Desktop/TCC/A%20Pornografia%20de%20Vingança%20e%20a%20culpabilizaçã%20das%20vítimas%20pela%20mídia.pdf> . Acesso: 20 mar.2017.

FERRARE, Bruno. SOPRANA, Paula. **Pornografia de vingança: crime rápido, trauma permanente**. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2016/02/pornografia-de-vinganca-crime-rapido-trauma-permanente.html> Acesso: 16 abr. 2017.

GONCALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. **Responsabilidade Civil**. Volume 4. Editora Saraiva: São Paulo, 2012.

MORTÁGUA, Marilise Gomes. **AS GENIS DO SÉCULO XXI**. Artigo Científico. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/as_genis_do_seculo_xxi.pdf. Acesso: 11 mar. 2017

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias. **Aspectos Principais da Lei nº 12.965 de 2014, o Marco Civil da Internet: subsídios à comunidade jurídica**. Texto para discussão 148. Senado Federal, 2014.

Portal R7. **Cultura do estupro: jornalista teve a vida destruída por "pornografia de vingança"**. Disponível em: <http://noticias.r7.com/reporter-em-acao/videos/-cultura-do-estupro-jornalista-teve-a-vida-destruida-por-pornografia-de-vinganca-20062016>. Acesso: 16 abr. 2017.

Revista Exame. **Os números da violência contra mulheres no Brasil**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>. Acesso: 16 abr. 2017.

Safer Net. **Helpline**. Disponível em: <http://new.safernet.org.br/helpline>. Acesso: 26 mar. 2017.
SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. Crimes Cibernéticos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

The Times of Israel. **Israeli law makes revenge porn a sex crime**. Disponível em: <https://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&sl=en&u=http://www.timesofisrael.com/israeli-law-labels-revenge-porn-a-sex-crime/&prev=search>. Acesso: 25 mar. 2017.

PRÁTICAS RESTAURATIVAS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E FAMÍLIA: REFLEXÕES SOBRE A LITERATURA.

*Ludmilla Khatarina Rocha de Lima*¹
*Monique Sena Pinheiro*²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o potencial das práticas restaurativas para a resolução de conflitos familiares, sob a perspectiva dos direitos fundamentais. Tal contexto apresenta-se, neste trabalho, imbricado em angulações para o campo da psicologia, e, deste modo, possui caráter interdisciplinar, ainda que mediado por diálogo conciso. Abarca temáticas que aludem a relevância da sociabilidade, como fator preponderante de ressignificação das relações sociais intrafamiliares, as quais, na atualidade, por não serem manifestadas de modo assertivo, têm extrapolado os muros domiciliares para a ambiência jurídica. Realizadas tais considerações, por fim, cumpre mencionar as questões atinentes às práticas restaurativas, como alternativas congruentes para estabelecer a dimensão das relações humanas, cada vez mais pacificadoras, em uma perspectiva de construção de uma cultura de paz.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Práticas Restaurativas. Conflitos familiares. Direitos Fundamentais. Relações sociais. Construção da Paz.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the potential of restorative practices for the resolution of family conflicts, from the perspective of fundamental rights. In this work, this context is imbricated in angulations for the field of psychology, and, thus, has an interdisciplinary character, although mediated by concise dialogue. It encompasses themes that allude to the relevance of sociability, as a preponderant factor in the re-signification of intra-family social relations, which, at present, because they are not assertively manifested, has extrapolated the domiciliary walls to the legal ambience. Finally, it is necessary to mention the issues related to restorative practices, as congruent alternatives to establish the dimension of human relations, which are becoming more and more pacifying, In a perspective of building a culture of peace.

Keywords: Restorative Justice. Restorative Practices. Family conflicts. Fundamental rights. Relationship partners. Peacebuilding.

¹ Graduada em Direito e Discente do Programa de Pós-Graduação [Mestrado] em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Bolsista FAPESB. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPq/UCSAL) e do Núcleo de Estudos em Justiça Restaurativa. E-mail: ludy.k.lima@gmail.com.

² Graduada em Psicologia pela UNIME Itabuna. Pós-graduada em Avaliação Psicológica. Discente do Programa de Pós-Graduação [Mestrado] em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPq/UCSAL) e do Núcleo de Estudos em Justiça Restaurativa. E-mail: moniquesenapinheiro@gmail.com,

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir o potencial das práticas restaurativas para resolução de conflitos familiares, a partir de uma revisão de literatura abordando as palavras chave Justiça Restaurativa, Práticas Restaurativas, Família, conflitos familiares e Direitos Fundamentais, em indexadores nacionais e internacionais.

O Brasil, embora tenha sido por muito tempo um país culturalmente litigioso, tem apresentado nos últimos anos novas estratégias para tratamento das demandas, a fim de evitar a judicialização, quando possível.

Apesar de métodos como a conciliação e a mediação terem sido introduzidos gradualmente no Judiciário brasileiro, estas se solidificaram com a entrada em vigor em 2016 do novo Código de Processo Civil, que determinou a criação de Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos, prática que já vinha sendo realizada pelos estados aliada à proposta de outros projetos de democratização do acesso à justiça.

Dentro deste cenário de abarrotamento do Judiciário, emerge uma diversidade de conflitos familiares que necessitam de uma análise complexa dada a extensão dos seus danos, e, por isso, ações mais profundas que lidem com o conflito sob outra perspectiva, considerando todos os sujeitos envolvidos e suas singularidades.

Os conflitos familiares apresentam intensa carga emocional. Cada demanda judicializada se desdobra para além do objeto processual inicialmente apresentado. Um divórcio, por exemplo, raramente se restringe à dissolução daquela união. A figura dos filhos surge como um vetor de discussões: guarda, convivência, alimentos, alienação parental, assim como o resistente exercício da partilha dos bens adquiridos em comunhão.

Todas essas questões são delicadas, haja vista envolverem sentimentos, expectativas, decepções, e a horizontalidade no seu tratamento pode ser compreendida como uma estratégia para fazer com que os indivíduos envolvidos se reconheçam enquanto protagonistas da situação, tenham percepção sobre suas responsabilidades e da dimensão que os seus atos causaram ao outro.

Essa perspectiva de responsabilização e alteridade é apresentada pela Justiça Restaurativa, novo paradigma de justiça que se contrapõe à Justiça Retributiva oriunda no Direito Penal. Contudo, abordaremos no presente trabalho o termo Práticas Restaurativas, por tratar-se de um conceito mais amplo e que melhor comporta a temática a qual ora se propõe a refletir, qual seja os conflitos familiares e direitos fundamentais.

2 JUSTIÇA RESTAURATIVA: REFLEXÃO HISTÓRICA SOBRE O CONCEITO E AS PRÁTICAS RESTAURATIVAS.

Inicialmente, faz-se necessário remeter-se ao surgimento das práticas restaurativas., tendo em vista que, embora seja considerado um novo paradigma de justiça, sua origem está nas práticas ancestrais. Conforme traz Dias e Martins:

(...) vestígios das práticas nos códigos de Hammurabi (1700 a.C.) e de Lipit-Ishtar (1875 a.C.) que prescreviam medidas de restituição para os crimes contra os bens; bem como nos códigos Sumeriano (2050 a.C.) e o de Eshunna (1700 a.C.) previam a restituição nos casos de crimes de violência (Van Ness & Strong, 1997). (Jaccound, 2005, p. 164) Contudo, os modelos de justiça restaurativa são concepções modernas remontando o século XX. Sendo certo, que a justiça restaurativa é um movimento novo que surgiu frente às críticas do sistema penal hodierno (retributivo-punitivo).

Marshall define Justiça Restaurativa como "um processo onde todas as partes ligadas de alguma forma a uma particular ofensa vêm discutir e resolver coletivamente as consequências práticas da mesma e a suas implicações no futuro." Conforme o Projeto Justiça 21 do TJ RS, a Justiça Restaurativa "operativamente, materializa-se mediante um conjunto de práticas de resolução comunitária de conflitos e problemas, derivadas de tradições ancestrais – representativas da máxima capacidade de coesão e pacificação social."

A resolução judicial de conflitos apre- nta algumas características que têm desafiado a busca de superação: em razão de sua dinâmica adversarial, reforça o tensionamento e o distanciamento entre as partes; sujeita-se a mecanismos de controle formal que a tornam mais demorada; por ser tecnicamente refinada, torna-se significativamente onerosa. Resulta daí que uma determinada situação de conflito pode (e costuma) manifestar-se em juízo por meio de inúmeros processos judiciais, mobilizando diferentes áreas de jurisdição, sendo que a composição judicial isolada de cada um desses processos comumente resulta limitada à composição da lide jurídica, sem superação da lide sociológica. (Justiça 21)

No sistema vigente de Justiça Retributiva, não apenas aplicada ao âmbito penal, a punição institucional pela figura do Estado chama para si a competência para estabelecer a responsabilização do indivíduo, não levando em consideração os fatores emocionais e sociais, bem como as repercussões daquele ato sobre a vida dos afetados pelo conflito. Nas palavras do professor Howard Zehr, no sistema atual, o conflito é compreendido como uma violação ao Estado através das suas leis, e não uma violação às pessoas e aos relacionamentos.

No Brasil, a prática da Justiça Restaurativa tem se desenvolvido há cerca de dez anos. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou em 31 de maio de 2016 a Resolução n. 225, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário.

A referida Resolução conceitua a Justiça Restaurativa como:

(...) constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado (...)

Determina que as práticas restaurativas serão coordenadas por facilitadores restaurativos capacitados em técnicas autocompositivas e consensuais de solução de conflitos próprias da Justiça Restaurativa, podendo ser servidor do tribunal, agente público, voluntário ou indicado por entidades parceiras. Além disso, visarão a satisfação das necessidades de todos os envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a ocorrência do fato danoso e o empoderamento da comunidade, destacando a necessidade da reparação do dano e da recomposição do tecido social rompido pelo conflito e as suas implicações para o futuro. (CNJ, 2016)

A atuação provocada pelo Tribunal se desenvolverá através da participação dos envolvidos, das famílias e das comunidades, da atenção às necessidades legítimas da vítima e do ofensor, da reparação dos danos sofridos, assim como o compartilhamento de responsabilidades e obrigações entre ofensor, vítima, famílias e comunidade para superação das causas e consequências do ocorrido.

Os princípios que orientam as práticas da Justiça Restaurativa são a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade. A observância a todos eles é fundamental à eficácia das práticas restaurativas. (ibid.)

O procedimento restaurativo é conduzido por um facilitador que coordena os trabalhos de escuta e diálogo entre os envolvidos, por meio da utilização de métodos consensuais na forma autocompositiva de resolução de conflitos, pautados nas diretrizes da Justiça Restaurativa, mantendo o sigilo, a confidencialidade e a voluntariedade do ato, bem como o entendimento das causas que contribuíram para o conflito, as consequências que o conflito gerou e ainda poderá gerar o valor social da norma violada pelo conflito. (ibid.)

As práticas restaurativas buscam integrar, ainda, pessoas ligadas direta ou indiretamente ao conflito, que possam ser responsáveis pelo fato, tenham sido afetadas ou possam vir a sofrer as suas consequências, além daqueles que possam, de alguma forma, cooperar para que não haja reincidência do fato danoso.

3 A NECESSIDADE DE UMA NOVA VISÃO SOBRE OS CONFLITOS INTRAFAMILIARES E A OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Ao passo que os conflitos intrafamiliares se tornam cada vez mais complexos, evoca-se a necessidade em ampliar discussão sobre a importância da sociabilidade nas relações humanas. Com a maçante implementação da cultura das relações sociais competitivas e, desta forma, individualizadas, replica-se no ambiente familiar dinâmicas similares.

É importante salientar que “A competitividade aqui é aquela que se estabelece entre pessoas. Tal competitividade necessita a exclusão de alguém e se transforma num darwinismo social, com a vitória do mais forte.” PLONER (2008, pg. 13). Neste sentido, verifica-se que:

As relações de sociabilidade passam por uma nova mutação, mediante processos simultâneos de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização, de ocidentalização e de desterritorialização. Como efeito dos processos de exclusão social e econômica, inserem-se as práticas de violência como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea. (Santos, 1999, pg. 20).

As práticas de violência como norma social não são destinadas apenas aos casos veiculados pelas grandes mídias, com tonicidade muitas vezes sensacionalista. A naturalização do litígio, por exemplo, como alternativa adequada para resolução de conflito, consiste em registrar, em certa medida, uma marca da violência como norma social.

Em uma perspectiva psicológica, os conflitos oriundos de contextos intrafamiliares, podem sinalizar disfunção na regulação das emoções. À medida que são alteradas as emoções de um sujeito, negativamente, a implicação para o surgimento de divergência com os outros, torna-se mais propenso.

Assim, conforme afirmam LEAHY (2013) “Os indivíduos que lidam com experiências estressantes vivenciam as emoções em intensidade crescente (...).” Os sujeitos, de modo geral, não são ensinados, durante os processos de desenvolvimento psicológico, a solucionar conflitos com desempenho social satisfatório. Desta forma:

Uma vez que as emoções de ansiedade, tristeza ou raiva surgem, formas problemáticas de lidar com sua intensidade podem determinar se as experiências estressantes vão leva-lo a novos comportamentos problemáticos. A desregulação emocional pode incita-lo a queixar-se, provocar e atacar, ou afastar-se dos outros. (...) Os estilos problemáticos de enfrentamento dos problemas podem reduzir temporariamente a agitação (p. ex., beber álcool reduz a ansiedade a curto prazo), mas também prejudicar a administração das emoções posteriormente. Leahy (2013, pg. 20).

O referido autor menciona oito estratégias para lidar com as emoções: confrontação, a exemplo da assertividade, distanciamento, autocontrole, busca de apoio social, aceitação de responsabilidade, fuga-esquiva, resolução planejada dos problemas e reavaliação positiva.

De fato, esse tipo de sistema para auxiliar os sujeitos a manejar experiências de cunho relacional, não é algo disponibilizado em larga escala. Este é um dos fatores que propiciam a instalação de conflitos nos ambientes domésticos. Entretanto, há outros aspectos importantes a serem considerados.

Um deles se direciona a contextualização dos fatores de sociabilidades nas relações humanas. Este tipo de concepção situa as pessoas mediante ponderamento interdisciplinar, e, portanto, ampliam-se os contingentes que influem nas experiências interpessoais.

As sociedades complexas da atualidade, derivadas de uma economia cada vez mais globalizada e tecnológica, estão gerando um impacto, ainda não completamente aferido, que atinge todos os setores das organizações sociais e, também, a subjetividade e as relações interpessoais. O esvaziamento dos ideais libertários, o abandono das utopias, a supremacia do liberalismo e o declínio dos movimentos sociais parecem ter possibilitado a formação racional do individualismo exacerbado e da prática do consumismo como valor maior. Del Prette (2011, pg. 11).

Ainda no intuito de relevar as circunstâncias dos contingentes que atuam sobre as organizações dos sujeitos em sociedade, menciona-se, mais uma vez o liberalismo como mola propulsora das práticas comportamentais da contemporaneidade.

O pensamento liberal, ao partir da definição de ser humano como “indivíduo”, centraliza tudo no “eu”, no sujeito da proposição. Perdemos a dimensão relacional e como consequência mistificamos o verdadeiro sentido de ética. Chegamos, assim, a absurdos sociais como os que vivemos hoje, em que um terço da população não possui seus direitos garantidos e nos blasonamos como éticos, ou como um país onde exista ética. Por incrível que pareça, quem vai decidir se somos, ou não, éticos, são os outros. Isso parece chocante e de fato o é, dentro da cosmovisão egocêntrica e individualista, como é a cosmovisão do liberalismo. Ploner (2008, pg. 17).

Tais mudanças de paradigmas incentivam condutas nas sociais, orientadas em práticas comportamentais inadaptativas, que, por sua vez, configuram-se como autênticas fomentadoras de processos litigiosos.

Litígios podem ser derivações de processos relacionais fracassados. É, então, inevitável, assim como foi aludido na última citação, para tratar da dimensão da relação, evocar a dimensão da ética, já que uma depende da outra para se manifestar.

Neste tocante, pode-se referir à ponderação ética quanto às problemáticas apresentadas às instâncias jurídicas, demandadas por conflitos familiares, as quais, poderiam ser suprimidas por competências e habilidades sociais, devidamente aplicadas ao contingente domiciliar.

Entretanto, o cenário dos relacionamentos intrafamiliares, constatados na atualidade, divergem significativamente do ideal, se pensados a partir de parâmetros éticos.

Quanto a conhecimentos resultados das ciências psicológicas, a respeito de características de comportamento social competente (como práticas que contemplem condutas éticas), apresentam-se em constante desenvolvimento e atualizam-se ao passo que as sociedades se ressignificam.

Há devida tendência, no campo da psicologia, em estudar os aspectos comportamentais com espectros para a dimensão pessoal, ainda que a própria compreensão de comportamento recruta dimensões para o contexto situacional e, portanto social.

Torna-se, então, relevante pontuar que apesar da psicologia ser pioneira neste tipo de pesquisa, outros campos compõem investimento para compreensão das dinâmicas humanas relacionais. Daí, repercute a necessidade de diálogos interdisciplinares sobre a sociabilidade nas relações humanas. A Semiótica, a Comunicação e a Antropologia Cultural contribuem substancialmente para o entendimento das gêneses dos conflitos interpessoais.

Embora o acesso ao conteúdo ocasionador das problemáticas intrafamiliares, seja de suma importância, assim como, congregar estudos para a disseminação da sociabilidade, torna-se indispensável pensar estratégias para resolutividade dos conflitos, já que estes desencadeiam prejuízos imensuráveis (seja de ordem, afetiva, material e/ou moral).

Os fatores de saúde mental e desenvolvimento humano, podem ser considerados resultantes da qualidade da interação social. Portanto, se há ambiente propício à manutenção de hábitos fundamentados em violência, logo resultará para a saúde mental, prejuízo em algum nível. Se há prejuízo sobre a saúde mental, há implicação necessariamente na condição relacional dos sujeitos.

As dificuldades ocasionais nas relações interpessoais não são consideradas distúrbios ou patologias; porém, certamente, diminuem a qualidade de vida das pessoas, requerendo intervenções preventivas, e educacionais. Entretanto, quando essas dificuldades evoluem, tanto em frequência e duração episódicas, como na generalização das situações cotidianas, elas requerem intervenção terapêuticas imediatas. Del Prette (2011, pg. 12).

4 CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ E DIREITO DE FAMÍLIA

Embora tenham suas origens na ancestralidade, através de rituais aborígenes, os processos circulares foram se adaptando ao longo do tempo, através de princípios e práticas contemporâneas utilizados nos métodos para transformação dos conflitos, “nas práticas restaurativas, na comunicação não-violenta, na escuta qualificada e na construção de

consenso, para o alcance de soluções que expressam as necessidades individuais e, ao mesmo tempo, as do grupo.” (PRANIS, 2010)

O ato de se reunir em círculos remonta à ideia de interconexão existente entre os indivíduos, além de favorecer o sentimento de pertencimento, a construção de uma rede de apoio e fortalecimento de vínculos. Todos esses elementos podem auxiliar na resolução de problemas.

Tal prática é realizada através da partilha de histórias significativas entre as pessoas, haja vista que cada indivíduo tem uma história, e que essa, de algum modo, oportuniza o aprendizado de uma lição, especialmente àquelas de se relacionam com o fato que desencadeou o conflito em discussão.

Nas palavras de Daicoff (2015) “O processo de círculo traz mais vozes à mesa, a saber, família extensa, amigos e apoiantes, aumentando assim a tomada de decisão do grupo.”

Os princípios norteadores do processo circular estão diretamente relacionados a aqueles necessários e de suma relevância à resolução de disputas no direito de família.

A estratégia de oportunizar a fala e a escuta ativa às partes envolvidas no conflito lhes propicia a compreensão acerca da dimensão do dano causado ao outro, o que ilustra a necessidade de se “trocar as lentes” (Zehr, 2008) sobre a situação, ampliando as formas de responsabilização, oferecendo uma outra forma, mais humana e pessoal, de se lidar com os tão delicados problemas de família, sem a determinação vertical do Estado como meio mais correto e justo de se resolvê-los.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo a prevenir adoecimento mental e conseqüentemente, prejuízos no desempenho social das pessoas, há de convir a necessidade em adotar, práticas que enalteçam valores imperativos para a manutenção dos vínculos afetivos. Desta forma, é possível criar espaços favoráveis para o desenvolvimento de relações sociais saudáveis.

(...) o compartilhamento é maximizado pela existência do vínculo, e que este é, simultaneamente, fortalecido pelo compartilhamento, em uma relação construtiva dialética. Compartilhamento do quê? Daquilo que é construído na própria interação social: atribuição de sentido a objetos, a palavras e outros códigos, saberes e competências – a essência da vida sociocultural. O vínculo, persistente no tempo, favorece a continuidade dessas coisas socialmente construídas, que por sua vez favorecem o fortalecimento dos vínculos e possivelmente seu desdobramento em outras relações. Carvalho (2016, pg. 570).

O desinteresse, ou mesmo o despreparo dos sujeitos para lidarem com situações conflituosas, resulta, geralmente, em práticas contrárias à cultura de paz. Este, é um dos inúmeros motivos para que os processos sociais e suas dimensões de complexidade se apresentem com um formato equivocado.

Pautado na cultura da violência, em vez da sociabilidade harmônica, do interesse no imediatismo, em vez da resolutividade com ganhos duradouros e no desejo de vingança, em vez da restauração do dano.

Portanto, é clarividente a necessidade de proteção aos direitos fundamentais dentro das relações familiares. Nas palavras de Pereira (2007, p. 19):

(...) não se pode negar que, em última análise, cabe ao Judiciário papel indispensável na efetiva garantia dos direitos fundamentais em cada situação concreta que lhe seja submetida à apreciação. Nas relações de família, não menos relevante-e, na verdade, mais íntimos do indivíduo que se expõem à interferência do Estado por meio do juiz. (...) Desde os mais singelos exemplos de desrespeito à individualidade até os mais graves casos de violência doméstica, as agressões aos direitos fundamentais se escondem sobre o manto da inviolabilidade da privacidade da esfera familiar.

É neste sentido que as práticas restaurativas, há muito praticadas em países como Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos, nos mais diversos espaços, Justiça Criminal, comunitária, escolar e familiar, têm sido amplamente difundidas no Brasil e fomentada pelos órgãos do Judiciário pela sua aplicação e conhecimento, especialmente, por todos os agentes que atuam diretamente e indiretamente na resolução de conflitos.

Analisar os conflitos familiares a partir de uma perspectiva de construção de paz, que preserve os direitos fundamentais, é um movimento necessário e de suma relevância para enfrentar as complexas dinâmicas da atualidade de modo a abranger, e, quiçá, preservar, todos os aspectos relacionais que envolvem os laços entre os indivíduos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 225**. 31 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3127>> Acesso em 01 jun. 2017.

CARVALHO Ana M. A. **Vínculos e redes sociais familiares e institucionais**: Uma reflexão conceitual. *Psicologia em Estudo*, vol. 11, núm. 3, 2006, pp. 589-598, Maringá. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2871/287122092015.pdf> Acessado em: 02 jul. 2015.

DAICOFF, Susan Swaim. Families in circle process: Restorative Justice in Family Law. **Family Court Review**. 2015. Disponível em:

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/fcre.12164/epdf?r3_referer=wol&tracking_action=preview_click&show_checkout=1&purchase_referrer=www.google.com.br&purchase_site_license=LICENSE_DENIED> Acesso em 04 jul. 2015.

DEL PRETTE Zilda A. P. **Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho/** Zilda A. P. Del Prette, Almir Del Prette. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DIAS, Daniel Baliza; MARTINS, Fábio Antônio. **Justiça Restaurativa: os modelos e as práticas.** Disponível em: <idespbrasil.org/arquivos/Artigo_81.pdf> Acesso em 03 jul. 2017.

LEAHY Robert L. **Regulação emocional e psicoterapia: um guia para o terapeuta cognitivo-comportamental/** Robert L. Leahy, Dennis Tirch, Lisa A. Napolitano; tradução: Ivo de Oliveira – Porto Alegre: Artmed, 2013.

LOBO, Paulo. Direito de família e os princípios constitucionais. In: **Tratado de direito das famílias.** Belo Horizonte: IBDFAM, 2015.

PEREIRA, Sumaya Saady Morhy. **Direitos fundamentais e relações familiares.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

PLONER, Kátia Simone. **Ética e paradigmas na psicologia social/** Katia Simone Ploner, Lísia Regina Ferreira Michels, Luciane Maria Schindwein, Pedrinho A. Guareschi . Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854.pdf> Acessado em: 02 jul.2015.

PRANIS, K.; BOYES-WATSON, C. **No coração da esperança: Guia de práticas restaurativas.** Porto Alegre: TJ-RS/AJURIS, 2011.

PRANIS, K. **Processos Circulares.** São Paulo: Palas Athena Editora, 2010.

SANTOS Jose Vicente Tavares. **Novos processos sociais globais e violência.** São Paulo em Perspectiva, vol. 13, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a02.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Justiça 21.** Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/tribunal_de_justica/corregedoria_geral_da_justica/projetos/projetos/justica_sec_21/J21_TJRS_cor.pdf> Acesso em 30 mai.. 2017.

ZEHR, H. **Justiça Restaurativa: teoria e prática.** 1. ed. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ZEHR, H. **Trocando as Lentes: Um novo foco sobre o crime e a justiça.** 2. ed. São Paulo: Palas Athena, 2008.



A PRESENÇA DA DÁDIVA NA VIDA DOS(AS) MORADORES(AS) DE UM BAIRRO POPULAR DE FEIRA DE SANTANA – BA

*Franciele Engelmann¹
Giancarlo Petrini²*

RESUMO

Busca-se refletir sobre a presença da dádiva na formação e no cotidiano dos(as) moradores (as) do bairro popular George Américo de Feira de Santana - BA. Com base em relatos colhidos em entrevistas realizadas com moradores (as) e líderes religiosos(as) de cinco denominações religiosas, presentes desde o início deste espaço geográfico e que nele se fixaram em momento posterior, procura-se identificar formas mediante as quais a dádiva se fez e ainda hoje se faz presente no cotidiano das relações ali vivenciadas.

Palavras-chave: Dádiva. Ocupação. Dias atuais.

1 INTRODUÇÃO

O bairro George Américo de Feira de Santana – BA, é fruto de uma ocupação urbana que aconteceu no ano de 1987, quando milhares de pessoas e famílias ocuparam o antigo e desativado campo de aviação da cidade. Em meio às precárias condições cotidianas, não raro acompanhadas por confronto com as autoridades municipais, a dádiva se fez presente, ora contribuindo para a vivência entre os(as) moradores(as), ora dificultando-as. De forma análoga, acontece nos dias de hoje. A finalidade deste artigo é refletir sobre a presença da dádiva no bairro, enfocando dois momentos: a ocupação e os dias atuais.

A reflexão apresentada no contexto deste trabalho constitui-se parte integrante da dissertação de mestrado *Religião e Dádiva na efetivação de um projeto de moradia no bairro George Américo – Feira de Santana – BA*, desenvolvida no programa de Pós-graduação Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador – BA, no ano de

¹ Psicóloga graduada pela UFPR – Universidade Federal do Paraná, Especialista em Psicologia Analítica e Religião Oriental e Ocidental pelo ICHTHYS – Instituto de Psicologia e Religião, Mestra em Família na Sociedade Contemporânea na UCSAL – Universidade Católica do Salvador, Doutoranda nesse mesmo Programa. Bolsista Fapesb. E-mail: psifran@yahoo.com.br. Autora.

² Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea na UCSAL - Universidade Católica do Salvador. E-mail: jcpetrini@terra.com.br. Co – autor.

2014. A coleta de dados compreendeu os seguintes instrumentos: observação de campo; um roteiro de entrevista semiestruturado; pesquisa bibliográfica concernentes à formação do bairro; Fontes Textuais, como as Cartas elaboradas no período da ocupação; Notícias e Manchetes apresentadas pelo Jornal Feira Hoje, que articulava fatos do cotidiano da ocupação; Fontes Visuais, imagens relacionadas ao passado e aos dias atuais; um encontro sobre a Memória da Ocupação realizado na ESPA (Associação Casa do Renascimento: Educação para Saúde)³.

Foram entrevistadas vinte e cinco pessoas, cinco de cada uma das seguintes denominações religiosas: Assembleia de Deus, Batista Manancial, Católica, Candomblé e Internacional da Graça de Deus, incluídas nestas, o/a líder religioso/a, selecionados/as na observação de campo. Dentre os(as) entrevistados(as), moradores(as) presentes desde a ocupação e que ali se fixaram em momento posterior, o que contribuiu para identificar a presença da dádiva na ocupação e nos dias atuais. As entrevistas realizadas nos espaços religiosos ou nas residências dos participantes, conforme escolha destes(as), seguiram-se à apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo gravadas e posteriormente transcritas. Para proteger as identidades dos participantes, foram-lhes atribuídos nomes fictícios, garantindo sigilo e confidencialidade.

2 A DÁVIDA

O estudo da dádiva ou do dom foi introduzido nas Ciências Sociais pelo estudo clássico de Marcel Mauss (2001), *Ensaio sobre a Dádiva* (2001)⁴. Neste, o autor aborda as trocas que acontecem sob a forma de presentes, obrigatoriamente dados e retribuídos.

Conforme Sigaud (1999), as investigações de Marcel Mauss, relacionam-se a um campo mais amplo de estudo sobre o regime do direito contratual e os sistemas de prestações econômicas entre grupos das sociedades ditas primitivas e arcaicas. Ao estudar as trocas, o autor, segundo Sigaud (1999), orienta-se por duas questões: Qual a regra de direito e de

³ O encontro foi coordenado por Maria Theresia Seewer que, embora não mais pertencente à uma congregação religiosa, ainda é carinhosamente chamada de Irmã Marcela. Constitui-se em uma das memórias vivas da história do bairro. Durante muitos anos, acompanhou o cotidiano da ocupação e hoje coordena com uma equipe a ESPA (Associação Casa do Renascimento: Educação para a saúde), onde se realizam atividades na área da medicina alternativa e educação popular, situada no bairro Campo Limpo, ao qual no passado se circunscrevia o antigo campo de aviação da cidade, hoje bairro George Américo. O nome de Marcela é aqui apresentado com seu consentimento, pois segundo ela, participou de outras pesquisas sobre a história do bairro.

⁴ Também conhecido como *Ensaio sobre o Dom: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas*. Publicação original: *Essai sur le don: forme et raison de l' échange dans les sociétés archaïques*, na revista *L'Année Sociologique* nos anos 1923-24.

interesse que faz com que, nas sociedades ditas arcaicas, o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força há na coisa dada que faz com que o destinatário a retribua?

Com base nos estudos orientados pelo método comparativo entre determinadas áreas geográficas - Polinésia, Melanésia, Noroeste Americano - Mauss (2001), explicita que nas economias e direitos que precederam os sistemas atuais, são as coletividades que estabelecem trocas. Sobre as trocas instituídas entre tribos e clãs, o autor salienta:

O que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de mais, amabilidades, festins, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, cujo mercado não é senão um dos momentos, em que a circulação das riquezas mais não é do que um dos termos de um contrato mais geral e muito mais permanente (Ibid., p. 55).

Mauss (2001) reconhece que o *hau*, o espírito do doador, é ideia central no direito maori da Polinésia, proporcionando condições para que o elo jurídico criado pela transmissão de alguma coisa converta-se em laço de almas. Com base no jurista Tamati Ranaipiri, o autor escreve:

Os *taonga* e todas as propriedades rigorosamente ditas pessoais têm um *hau*, um poder espiritual. Vocês dão-me um, eu dou-o a um terceiro; este dá-me um outro, porque é forçado pelo *hau* do meu presente; e eu sou obrigado a dar-vos essa coisa, porque é preciso que eu devolva o que é, na realidade, o produto do *hau* do vosso *taonga* (Ibid., p.64).

Para o autor, “O que, no presente recebido, trocado, obriga, é o facto de a coisa recebida não ser inerte. Mesmo abandonada pelo doador, é ainda qualquer coisa dele” (MAUSS, 2001, p.64). Aquilo que se dá, se recebe ou se retribui, articula aspectos do doador e do donatário: “Se damos as coisas e se as retribuimos é porque nos damos e nos retribuimos” (p.115).

Nessa perspectiva, aceitar um presente de alguém é aceitar algo de sua essência, sendo necessário retribuir o que constitui parcela de sua natureza e substância. Diferente da ótica mercantil, cujo vínculo se esgota no ato do pagamento, os laços contraídos nas trocas dadas estabelecem um nexos entre doador e donatário que se prolonga no tempo. Na contrapartida, recusar-se a dar e recusar-se a receber, “equivale a declarar guerra, é recusar a aliança e a comunhão” (Ibid., p. 68).

Godbout (2002), um dos estudiosos do pensamento de Marcel Mauss, pontua que o dom moderno pode apresentar características que o diferenciem do arcaico. Enquanto nas manifestações do dom arcaico, o dar, receber e retribuir são momentos constituintes de uma dada relação, no dom moderno pode presentificar-se apenas um desses instantes, o que lhe

possibilita o caráter voluntário, sem obrigação de retorno, como o que acontece no que se vivencia na relação com os estranhos. Tais vivências compreendem, dentre outras, a doação de sangue e de órgãos; as dádivas articuladas frente às catástrofes naturais; as dimensões que atravessam os grupos de autoajuda (Alcoólicos Anônimos, Pastoral da Criança, Economia Solidária); os voluntariados; as dádivas de tempo: escuta, visitas àqueles(as) que não as podem retribuir (doentes, idosos...).

A relevância das relações pessoais e o comprometimento da personalidade constituem-se no ponto comum entre o dom arcaico e o moderno. O que atravessa o dom é o vínculo que existe entre as pessoas. “Esta relação entre ‘doador’ e ‘receptor’ tem como consequência que se dirigem à pessoa de um modo diferente, no âmbito de relações reguladas pelo próprio laço e não de normas exteriores à relação” (GODBOUT, 1999, p. 104). Na ótica do dom, a sociedade é uma “uma rede constituída pela soma das relações únicas que cada membro mantém com os outros” (Ibid., p. 105).

Cumprido destacar que, na base da dádiva estão motivações que se presentificam nas relações estabelecidas. Neste sentido, Machado (2004), traz uma contribuição importante, quando apresenta os significados que lhe são atribuídos por diferentes línguas:

Em inglês, a palavra correspondente é *gift*, que significa presente. Em alemão, *gift* significa veneno. Em holandês, a mesma palavra (*gift*) significa tanto presente quanto veneno. Em sueco, *gift* também significa veneno, ou então serpente venenosa, ou, ainda, casamento. Em norueguês, *gift* quer dizer veneno, enquanto *gifte* é um verbo que significa casar. Em grego, a palavra correspondente à dádiva é *dosis*, que também significa parte, porção (p.38).

Desta feita, a dádiva pode apresentar uma dimensão benéfica como não benéfica. Há de se levar em conta, as intenções e os significados que permeiam as relações, as motivações que orientam as tomadas de posição das pessoas envolvidas nos contextos relacionais, “é justamente um pormenor – a dose – que distingue o remédio do veneno” (Ibid.). Machado (2004) identifica o suborno e a compra de votos como dádivas corrompidas, pois se constituem em trocas empreendidas exclusivamente em prol de lucros pessoais. Em perspectiva semelhante, Lanna(1995), em sua investigação sobre troca e patronagem no nordeste brasileiro, apresenta a concessão de empregos públicos em troca de apoio político, venda a fiado com a finalidade de obter votos e a manipulação das trocas pelo patrão, indistinta muitas vezes da violência e da arbitrariedade, resultando em salários baixos e em acumulação de capital.

Abordado o conceito de dádiva, voltemos nosso olhar ao bairro George Américo, no intuito de identificar as dádivas presentes na ocupação deste espaço geográfico, e as que se manifestam entre os(as) moradores nos dias atuais.

3 AS DÁDIVAS PRESENTES NO BAIRRO GEORGE AMÉRICO

3.1 As dádivas na ocupação

A ocupação das antigas terras do campo de aviação da cidade de Feira de Santana reuniu milhares de pessoas e famílias em busca de um pedaço de chão para fixar moradia e proporcionar melhores condições de vida àqueles (as) com quem conviviam. Conforme relatos dos(as) entrevistados(as), muitos realmente eram carentes e buscavam uma moradia para si e/ou sua família; outros, porém, aproveitavam-se da situação, ocupavam um ou mais terrenos, vendiam-no(s) em prol de lucro pessoal, o que ocasionava brigas, discórdias e inclusive mortes entre os(as) moradores(as):

As pessoas às vezes vinham de outro bairro de carro, e escondiam o carro próximo. E aí vinham a pé com uma sandália de cor num pé e de outra em outro pé, só pra dizer que eram pobrezinhas (Débora, 60 anos, depoente católica, em 23/05/2014).

Quando começou cada um demarcou seu terreno. Teve pessoas que pegou um lote muito grande e dividiu pra família, outras pessoas que vendiam muito terreno. Tem pessoas que eu acho que enricou com esse negócio de vender terreno, pegavam e passavam pra outro e recebiam. E muita gente brigava, um matava o outro e aquela coisa era por terra, cada um queria defender o seu (Marcos, 38 anos, depoente batista, em 20/06/2014).

Nos relatos acima, pode-se identificar motivos que geravam trocas não construtivas entre os(as) ocupantes, proporcionavam desentendimentos, desunião e inimizade entre os(as) mesmos(as).

No contexto da ocupação, também aconteceram trocas que possibilitaram ajudas mútuas entre as pessoas que ali estavam. Significativo nesse contexto foram os mutirões de construção das casas, realizados depois de feito o cadastro dos(as) mais carentes de recursos, conforme ilustra o relato abaixo:

Reunia uma quantidade de gente e ia fazer a casa de Maria, aí Maria juntava com outra quantidade de pessoas fazia um mutirão na casa de João e assim sucessivamente... Nós tínhamos que trabalhar em comunidade pra poder receber a casa, ficávamos tipo numa fila, entendeu? Gradativamente cada pessoa ia recebendo a sua, e quando chegou a minha vez eu já tinha trabalhado muito para as outras pessoas. Tínhamos reunião na igreja católica pra definir quem no próximo mês ia receber a casa, quem ia ficar responsável pelo alimento, responsável pra ir buscar o material de

construção enfim, essas coisa tudo (Rute, 48 anos, depoente da Assembleia de Deus, em 28/06/2014).

Os mutirões foram uma iniciativa da comissão (constituída por dez pessoas da AMBACLA- Associação dos Moradores do Campo Limpo e das CEBs – Comunidades eclesiais de base e dez pessoas da ocupação, que constantemente se reunia para discutir e acompanhar o cotidiano da ocupação) e possibilitaram trocas no sentido de aproximar os(as) ocupantes, promover a convivência, partilhar alimentos, vivenciar o espírito comunitário:

Geralmente nós cozinávamos assim: escolhíamos uma casa específica, na casa de Maria domingo... Todo mundo levava algo, por exemplo, se eu ficasse responsável pelo arroz, eu levava o meu arroz e lá a gente cozinhava junto, a outra levava o feijão, a outra levava a carne a outra levava o tempero e era tudo organizado (Rute, depoente da Assembleia de Deus, 48 anos, em 28/06/2014).

Com base nos relatos de depoentes, identifica-se que motivações diversas atravessaram as trocas estabelecidas entre os(as) ocupantes, ora aproximando e possibilitando uma convivência de ajuda mutua, ora afastando e inscrevendo divergências entre eles(as).

3.2 As dádivas nos dias de hoje

Segundo relatos dos(as) participantes da pesquisa, os(as) moradores (as) do bairro, estabelecem trocas entre si, em diferentes contextos relacionais:

Você não troca só coisas materiais, mas o teu tempo, dar de você pro outro, parar pra ouvir o outro e isso está além do dinheiro, do comprar, do material. As pessoas do bairro têm isso e eu acho que é muito mais no sentido do imaterial do que do material mesmo (Rebeca, 53 anos, depoente batista, em 24/06/2014).

Um certo dia eu fui pra igreja e eu deixei uma panela no fogo, um feijão. Esse feijão queimou que chega, saiu fumacero pras casas dos vizinhos... E uma coisa que eu achei tão interessante, que eu fiquei tão regozijada foi que a minha vizinha ela nem sabia que eu estava na igreja e não sabia onde eu estava, mas ela saiu mandando alguém ali e ali pra descobrir onde eu estava pra não acontecer o pior em minha casa, isso tem a ver com a troca, né?... E eu achei que isso foi um amor que tinha que acontecer pra esse amor nascer (Susana, 52 anos, depoente da Assembleia de Deus, em 01/07/2014).

Dádivas, nas falas das depoentes, manifestam-se na dimensão da escuta e do cuidado, dimensões essas que se forjam mediante os mais variados momentos de convivência diária.

Os líderes religiosos sentem que os moradores do bairro vivem o espírito da dádiva em suas relações cotidianas:

Eu me sinto bem entre eles porque são um povo muito hospitaleiro e essa parte do dom a gente percebe no meio desse povo (Tiago, 53 anos, líder religioso da Assembleia de Deus, em 15/07/2014).

Eu acho que eles não tinham onde morar, mesmo que alguns saíram, chegaram outros. Hoje eles estão acolhidos, estão ali com o seu teto. Então eles aprenderam que devem ajudar outras pessoas também (Isabel, 60 anos, líder religiosa do Candomblé, em 03/07/2014).

Nas falas dos líderes religiosos, evidências da hospitalidade, uma das expressões do dom encontradas, segundo Mauss (2001), em diferentes culturas. Ainda aspectos relacionados à aprendizagem: quando se foi amparado no passado, tal experiência pode ser internalizada como desejo de ajudar quando alguém necessitar de algo ou estiver em situação semelhante àquela que foi vivenciada.

Identificou-se também que nas trocas que acontecem entre os(as) moradores(as), presentificam-se aspectos do dom moderno: a ausência do desejo de retorno (GODBOUT, 2002), conforme ilustram os relatos abaixo:

Quando a gente tem o amor a gente faz, mas não quer nada em troca, confia, a gente nunca pensa em fazer o bem e querer ele de volta (Agar, 48 anos, depoente católica, em 29/06/2014).

Quando eu paro para ouvir as pessoas ou alguém para pra me ouvir ou você para pra fazer qualquer coisa que seja pra alguma pessoa lá do bairro ou pra outra pessoa, você de primeiro não está pensando no que essa pessoa pode lhe dar de retorno. Você está fazendo aquilo porque dentro de você há essa coisa do dar, do compartilhar, do interagir, do ajudar, essa coisa da gratuidade e isso não traz um questionar primeiro do que recebo eu em troca disso (Rebeca, 53 anos, depoente batista, em 24/06/2014).

Cumprer destacar que, a religião aparece na fala de alguns(as) entrevistados(as), como um dos elementos que mais contribui para a vivência da dádiva:

A própria Palavra [Bíblia] diz que é dando que se recebe, então a gente está sempre trocando (Susana, 52 anos, depoente da Assembleia de Deus, em 01/07/2014).

Todavia, quando a religião não promove o respeito à diversidade religiosa, especificamente em relação ao Candomblé, ela própria pode criar distâncias e enfraquecer a convivência cotidiana entre os(as) moradores(as):

se eu chego num pessoal que é cristã [evangélico] e eu sou do candomblé, eu não sou bem aceita porque eles acham que o que eu estou fazendo é errado. Eu não acho que o que eles estão fazendo é errado, é certo. Pra mim todas as religiões são bem-vindas, mas eles acham que eu estou errada porque eu estou no candomblé, que eu estou do lado errado, praticando errado, que eu não vou pro céu, porque se Jesus voltar não vai me levar porque eu estou no candomblé e lá é errado, lá não é certo, não deve-se adorar imagens (Raquel, 45 anos, depoente do Candomblé, em 07/07/2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em nosso estudo identificamos que a dádiva, esteve presente na formação do bairro George Américo de Feira de Santana – BA e ainda hoje continua presente nas relações estabelecidas entre os(as) moradores. Sendo o dom atravessado por motivações, identificamos que na origem deste espaço geográfico, relações pautadas em motivos de interesses exclusivamente pessoais (ocupar o espaço em prol da venda de lotes), corroboraram para gerar intrigas, discórdias e inclusive mortes entre os(as) ocupantes; na contrapartida, identificamos trocas regidas por ajudas mútuas (mutirões), que contribuíram para aproximar as pessoas, proporcionaram convivência e comprometimento na edificação das casas, independente de religião.

No que diz respeito aos dias atuais, trocas continuam se estabelecendo no cotidiano, entre os(as) moradores(as), podendo estreitar e fortalecer a convivência, como o que acontece nas situações de cuidado e escuta para com outrem, como podem também, distanciar, excluir e promover conflitos relacionais, como quando não há o respeito à diversidade religiosa, que no contexto de nossa investigação, diz respeito ao Candomblé.

REFERÊNCIAS

- GODBOUT, J. Homo donator versus homo *oeconomicus*. In: MARTINS, P. H. **A dádiva entre os modernos**: Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LANNA, M. P. D. **A Dívida divina**: troca e patronagem no nordeste brasileiro. São Paulo, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.
- MACHADO, J. N. **Conhecimento e Valor**. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.
- SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do ensaio sobre o dom. **Revista Mana** 5.(2) p. 89 à 124, 1999.



O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO: ENTRE A FORMAÇÃO DO ESTADO E A APORIA DA CIDADANIA.

*Maíra Souza Calmon de Passos*¹

RESUMO

O trabalho em voga é uma abordagem epistêmica sobre a formação do Estado como instituição de um poder dominante, sua frágil soberania em uma sociedade produtora de mercadorias, e a construção da cidadania de um povo em um sentido poliárquico, como fatores de deslegitimação do princípio da supremacia do interesse público em detrimento do interesse privado do cidadão precário, insolvente e destituído de autonomia pessoal, a partir de uma visão crítica e social.

Palavras-chave: Estado. Poder. Capital. Cidadania. Interesse Público.

ABSTRACT

The present work is an epistemic approach on the State construction as an institution of dominant power, its fragile sovereignty in a commodity-producing society, and the construction of people citizenship in a polyarchical sense, as factors of delegitimization of the principle of Supremacy of the public interest to the detriment of the private interest of citizen in need, insolvent and deprived of personal autonomy, critic and social vision.

Keywords: State. Power. Capital. Citizenship. Public interest.

1 INTRODUÇÃO

A investigação gira em torno do princípio da “Supremacia do Interesse Público sobre o Interesse Privado” como axioma basilar do direito público e da *existência* do Estado.

Em que pese tal entendimento, o estudo em tela dirige-se pela deslegitimação de tal princípio. Um dos argumentos apontados, inicialmente, é sobre a formação do Estado, como uma instituição historicamente desenhada para o exercício do poder dominante, que, em tempos atuais, coincide com a “força” do “apoteótico” capital identificada na presente sociedade produtora de mercadorias, razão por que não pode mais o Estado ser compreendido como representante de uma vontade geral para a justificação de seus comandos, vale dizer,

¹ Discente do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador- UCSAL. Especialista em ciências criminais pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2012). Defensora Pública do Estado da Bahia. Atualmente, Titular da 5ª Defensoria Pública Extrajudicial de Fazenda Pública da comarca da capital. Email: maira.passos@defensoria.ba.def.br

como porta-voz do Interesse Público, principalmente quando este é colocado como sobrepujante ao Interesse do cidadão precário e insolvente.

Invoca-se, também, como sustentação da ilegitimidade do princípio objurgado que o interesse público, tão manobrado como fundante das ações estatais, não pode ser obtido por fórmulas matemáticas, porquanto é um “dado” vago e impreciso cuja definição depende de uma valoração subjetiva que é conferida às instâncias de poder, assim, à uma elite que desconhece a realidade e o contexto de vida do cidadão precário e insolvente

Nesse condão, trago alguns estudos sobre a cidadania brasileira pelos quais se conclui que o processo peculiar de construção da nossa cidadania foi sempre excludente e desigual, e que, apenas, a cidadania política de incorporação ou pertencimento ao Estado-nação foi efetivada e generalizada a todos os membros que a compõe. Destarte, não é possível falar-se em uma cidadania plena (política, civil e social), o que reflete no modelo de democracia que temos, e, por conseguinte, em uma precária representação da chamada “vontade geral”.

Outrossim, afasta-se o pensamento de que a *lei* é a grande tábua de valores da qual se extrai o real sentido de justiça, igualdade e proteção de um povo. Ao reverso, evidencia-se que a lei e todo o sistema legal em que ela é vociferada nada mais é que a representação do discurso retórico de uma força dominante que, especificamente no Brasil, é feita para perpetuar desigualdades e legitimar privilégios.

Nessa toada, quando há o conflito de interesses do Estado - com seu discurso falacioso da primazia do interesse público – e da pessoa, aqui chamada de cidadão precário, porque não exerce qualquer cidadania e porque sua vulnerabilidade não é só social, mas jurídica – as instâncias de poder diante da ponderação cujo um dos interesses em jogo não é reconhecido por elas, tendem a pender, em regra, pelo interesse –dito- público.

2 O ESTADO COMO UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL HISTÓRICA PARA A INSTITUIÇÃO DE UM PODER

O Estado² sempre existiu. Não se trata de uma realidade contemporânea nem de uma construção da classe burguesa. (HARVEY, 2005).

² “A denominação dessa ‘ordem’ como ‘Estado’ apareceu, como a versão mais aceita, após a obra de Maquiavel, *O Príncipe*, ganhando uso a expressão por juristas, quando o Estado passou a ter sua organização formalizada em Lei de forma permanente e duradoura”. (BONAVIDES, 2015, p.40-41.) Assim, na Grécia Antiga, a sociedade política organizada era chamada de *polis*. Em Roma, *civitas*. Na Idade Média, utilizava-se termos como *principados* e *reino*, sendo que para os povos germânicos, *reich* e *staat*. (MORAIS, 2011).

O Estado, como instituição de poder, é uma realidade que remota à antiguidade. Nesta época, o Estado antigo era a personificação do poder com bases divinas ditada por um único titular (faraó, rei, imperador). Essa dominação era exercida na concentração das cidades, inversamente ao que ocorreu no período medieval, quando o poder foi exercido de forma pulverizada, em pequenos feudos sob um sistema rural. Esse modelo de organização social surgiu com a dissolução do império romano, modificando a concepção de Estado como centro de coação e decisão sobre um povo. A única unidade de sistema que se manteve nesse período foi a religiosa.

Naturalmente, o ciclo medieval também teve seu fim. Fatores como o desenvolvimento dos mercados além dos feudos diante da crescente produção agrícola, o paulatino fim da servidão, revoltas camponesas, o nascimento da nova classe burguesa, bem assim a necessidade de integração dos comércios por meio de ferrovias seguras e unidade monetária foram determinantes para o declínio do Feudalismo e o surgimento de uma centralização política que proporcionasse o crescimento do comércio. (MORAIS, 2011).

Nessa oportunidade, o senso de “soberania” fez-se avultar e o Estado moderno a germinar. A burguesia aliou-se à nobreza que, por sua vez, selou aliança com as autoridades eclesiásticas, e, assim, o Estado Absoluto e Monárquico foi instituído sob a égide do discurso divino, fulcrado na teoria teológica, pela qual o poder do monarca emanava da vontade de Deus, logo, sem limites perante os súditos. (BONAVIDES, 2015).

O Estado absolutista passou por um segundo momento quando o monarca desfez os laços de divindade, quais eram um entrave para sua pretensão, eis que devia fidelidade aos superiores eclesiásticos cujos interesses passaram ao longo do tempo a colidir com os interesses da realeza. (BONAVIDES, 2015).

Com efeito, segundo Morais (2011) o poder soberano não podia mais se justificar por questões sobrenaturais que estavam além da razão humana. Foi, então, que a teoria do filósofo inglês Hobbes, com sua obra *leviatã*, na qual afirmava a instintiva propensão humana a autodestruição, porquanto o homem, em seu estado natural, não seria um ser social e, sim, o lobo de si mesmo (*homo homini lúpus*), conseguiu sustentar a continuidade do exercício do poder calcado na primeira versão do *contratualismo social*, pelo qual, fictamente, as liberdades humanas eram cedidas ao Estado Absolutista, que em troca lhes garantiriam a segurança e “conservação” para viverem em sociedade. (MORAIS, 2011).

Em movimento, a burguesia, no incipiente capitalismo, ganhava força e autonomia. Por outro lado, o Estado Absoluto afundava em guerras beligerantes que comprometiam a prometida estabilidade social. Nesse passo, o pensamento iluminista e antropocêntrico já

formatado nas consciências humanas e expressos em obras como o *Espírito das Leis* de Montesquieu e o *Contrato Social* de Rousseau (BONAVIDES, 2015) impulsionaram o fim do Absolutismo com a Revolução Gloriosa (1688-1689) na Inglaterra e a Revolução Francesa de 1789. (MORAIS, 2011).

Esse influxo histórico da burguesia em busca de um Estado cujo poder fosse limitado para sua real ascensão foi conjugado ao ideário iluminista da razão, da igualdade, da liberdade e da “soberania” expressos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Essa ideologia bem esboçada pelos burgueses que à época almejavam o poder político, quando, então, o alcançaram, levaram a efeito seus próprios interesses, negando em prática a universalização dos princípios propagados. (GABARDO; HACHEM, 2010).

Assim o foi, assim o é.

Em que pese a apropriação das teorias iluministas pelo movimento burguês, *Rousseau* acreditava que os homens eram iguais e nasciam livres e que nenhum poder poderia ser exercido sobre a organização social senão pela soberania popular e por uma *vontade geral* exercida diretamente pelo povo, como senhores de suas próprias liberdades. (GABARDO; HACHEM, 2010).

Entretanto, como os titulares da própria liberdade não podiam, ao mesmo tempo, exercer suas soberanias, fora, assim, utilizada a fórmula da *representação*, qual não fora criação de Rousseau, vez que entendia que “A soberania não pode ser representada pela mesma razão pela qual não pode ser alienada; ela consiste na vontade geral e a vontade geral não se representa: ou é ela mesma ou é outra; não há meio-termo”. (ROUSSEAU apud MELLO, 2010, p.48).

Em compasso com o pensamento contratualista de Rousseau, Montesquieu de forma mais pragmática, teorizava que todo o poder tende a ser abusivo, por isso uma forma de limitá-lo seria “fracioná-lo”, a fim de que as parcelas do poder se controlassem mutuamente. Nesse sentido, houve a tripartição do poder - legislativo, executivo e judiciário. (MELLO, 2010).

Há de notar, porém, que foi na doutrina de Rousseau e de Montesquieu que as bases do Estado de Direito contemporâneo foram construídas, e, como tal, servem até os dias atuais como *legitimadoras* da ação estatal e do direito administrativo em torno do qual fora construído, posto que os ideais de liberdade e igualdade traçados por eles tinham uma conotação social intrínseca. Logo, como qualquer teoria, é servível de justificação para fundamentar atos de dominação. Com efeito, uma “consciência coletiva” é criada para sustentar os atos de poder do Estado, os quais não se alicerçam na “pura dominação”.

De forma mais apurada, sintetiza o autor José Joaquim Calmon de Passos (2003, p.85):

Porque é inviável a estabilidade social alicerçada apenas na pura dominação, e porque é do interesse de todos o sobreviver com o mínimo de segurança no presente e alguma previsibilidade do futuro, elabora a consciência coletiva determinado imaginário, que podemos denominar de *ideologia*, justificador do sistema de dominação institucionalizado.

A mudança do Estado Absolutista ao Estado de Direito é paradigmática. E, sua passagem é transcrita por autores e doutrinadores como um grande rompimento com as formas opressoras de poder. Esse entendimento, no entanto, é algumas vezes contrastado, por eles mesmos, com posições reconhecedoras de que o Estado de Direito continuou a ser um mecanismo de *poder* cujo controle é feito pela *lei*, sobretudo a *lei constitucional*, considerada como a “verdadeira” expressão de uma vontade geral.

Em passagens, Bonavides (2015), conquanto não fale explicitamente que o Estado de Direito é uma forma de organização social pela qual setores dominantes legitimam seu poder, reconhece que ele é fruto e consequência de uma disputa de *poder*. Afinal, é o próprio poder.

Igualmente, Mello (2010, p.49-50), assim traduz “[...] De resto, a história política da humanidade é a história da luta dos membros da coletividade contra os detentores do Poder”.

Em resumo, reconhece-se que o Estado é uma instituição de poder, mas que, na modernidade, tal poder é limitado pela vontade do povo estampada em *Lei*. Ora, quem cria, aplica e executa a lei senão o próprio Estado? Negar isso é o mesmo que entender que o poder legislativo, o poder Judiciário e o poder Executivo não compõem o Estado e que a fórmula da *representação* é, por certo, garantidora dos anseios e interesses da população.

Considerando que essa dinâmica de poder que se sucede historicamente na formação dos Estados repercute em todas as suas instâncias, quais sejam a Executiva, legislativa e Judicial, o controle sobre tal poder é um controle de si mesmo. Portanto, a “força” dominante sempre prevalece.

Pretende-se afirmar com isso que em qualquer Estado que uma vez existiu, sejam os Estados Antigos, sejam os Feudos, seja o Estado Absolutista, seja o Estado de Direito em sua versão Constitucional e Democrática, *todos*, são a expressão de um poder dominante, e, como tal, visam seus próprios interesses, os quais dada a época histórica se revelam por diferentes feitos.

3 A REAL SOBERANIA DO ESTADO (DE DIREITO) EM UM SISTEMA DE PRODUÇÃO DE MERCADORIAS

Tratada a questão do Estado (de Direito) como organização social para a instituição de um poder dominante, que fundamenta sua legitimidade na ideologia ou “imaginário da consciência coletiva” do pacto social, pelo qual, acredita-se, que a expressão do povo, por meio da representação, é rubricada em lei; passemos, agora, à sua contextualização no universo atual e real, em que a força dominante não é mais vista a nível de interesses de classe.

A dominação em voga é uma força fluída, crescente, invisível. É a força do capital. Esta como nenhuma outra é capaz de influir e se sobrepor a qualquer interesse humano, pelo que não importa mais as “posições antípodas” de ideais políticos, econômicos e de classes. Pois, atualmente, as clássicas oposições, como “o mercado e o Estado”, “a economia e a política”, “o capitalismo e o socialismo”, “o liberalismo e o intervencionismo”, todas, pertencem ao mesmo “sistema de referência”, qual seja, à “forma de mercadoria da sociedade”, como descortinou o autor Robert Kurz (1995, p.91-93).

Com efeito, nenhuma forma de Estado ou “planejamento estatal” existe senão sob as leis do mercado, bem assim as regras do mercado só persistem com o apoio da organização estatal. São dois polos do mesmo “campo histórico”, e a expansão desse sistema de reprodução de mercadorias depende da expansão das atividades de Estado, que o autor divide em cinco níveis.

Nessa esteira, a primeira atividade de Estado elencada por ele que precisou ser alargada conforme o recrudescimento dos efeitos sistêmicos da evolução do capital foi a “juridificação” (Verrechtlichung). As relações sociais foram transformadas, e, assim, as abstrações legais tradicionais não mais serviram de parâmetro para condução e disciplina dessas novas interações entre os “sujeitos modernos do Direito”. (KURZ, 1995).

A segunda atividade de Estado que o citado autor alemão traz é a relacionada com os “problemas sociais e ecológicos” que a irracionalidade do capital provoca ao deixar rastros funestos. A questão social, sem dúvida, merece uma abordagem mais detida nessa hora, pois o presente trabalho é exatamente compreender a posição do sujeito vulnerável e excluído desse sistema de produção de mercadorias, cujo valor da sua humanidade é substituído por um valor

que não lhe é inerente, qual seja, o valor econômico que se dispensa em um “*trabalho abstrato*”³ e/ou em um consumo além da sobrevivência.

O grande problema social da modernidade é o desemprego. A racionalização da economia com a minimização dos custos e a maximização dos lucros associada aos avanços tecnológicos, os quais não são direcionados para o enfrentamento desse problema, ao reverso, são um fator a mais para o agravamento, exigem do Estado uma “demanda financeira crescente”. (KURZ, 1995, p.98).

Outra questão social na modernidade que amplia as tarefas do Estado são as relações familiares e geracionais que não permitem mais um âmbito de segurança. Esses vínculos foram fragilizados e o Estado assumiu a tarefa do amparo às crianças, idosos, doentes e necessitados. Tal múnus não é absorvido pela “economia de mercado”, pois, pela sua própria finalidade, dispensa qualquer atividade que produza valor humanístico e sem venalidade. (KURZ, 1995). Deveras, esse é um encargo financeiro a mais para o Estado.

Segundo Harvey (2011, p.107), as relações familiares mudaram com a própria evolução do capital, em que indivíduos dotados de habilidades únicas foram transformados em “trabalho abstrato”, levando também à inclusão (exclusão) de um grande número de mulheres no mercado de trabalho, alterando, por certo, as relações familiares e os vínculos seguros que a presença da mulher em casa trazia.

O problema ecológico decorrente da voracidade do capital que tende a tudo transformar em valor econômico também recai ao socorro do Estado, visto que o acesso aos substratos naturais não pode ser comercializado, nem restringido a quem possa pagar, é uma necessidade humana, um direito de todos. Assim, os “custos ecológicos” são também suportados pelo Estado. (KURZ, 1995).

A terceira atividade estatal crescente e que exige um alto investimento financeiro são “os agregados infra-estruturais”, os quais não obstante indispensáveis à atividade industrial e mercadológica não são incorporados à produção empresarial pela mesma lógica da racionalidade, razão por que a construção de rodovias, sistemas de tráfego, abastecimento energético, sistema de comunicação, formação profissionalizante por meio de escolas e

³ Explica Anselm Jappé, em uma entrevista, que o trabalho, antigamente, era um meio para se alcançar um determinado fim, ou melhor, uma determinada necessidade. O trabalho do camponês tinha o fim de produzir alimento, o trabalho do alfaiate tinha o fim de criar uma roupa, o trabalho do padre tinha o fim de realizar um “serviço de Deus”. Na atualidade, o trabalho não tem mais esse valor concreto, é “abstrato”, pois qualquer trabalho que se realize tem um único fim que é “dá dinheiro” (receber e devolver este dinheiro à economia de mercado), para se enquadrar em uma sociedade de consumo, de aparência, de espetáculo. O trabalho não é mais o meio para a satisfação de uma necessidade. Como disse Jappé “Um trabalho é um gasto de energia que se mede em tempo”, a substância do trabalho é medida em hora e em quantidade de dinheiro, critérios que são comuns a qualquer trabalho, eis o *trabalho abstrato*. (COELHO, 2013).

universidades (para mão-de-obra qualificada), centros de pesquisa, tratamento do lixo, etc. são financiados pelo dinheiro público. (KURZ, 1995).

O quarto nível de assunção do Estado está relacionado à sua atividade empresarial como “produtor de mercadorias” por empresas estatais. Essa configuração do Estado, anota Kurz (1995, p.100), ocorreu em maior alcance nos países de modernização tardia, onde a máquina estatal precisou alavancar o “trabalho abstrato” na “tentativa de estabelecer uma conexão com os países desenvolvidos”. Tais empresas, em que pese a ideologia da privatização, mantiveram-se estatizadas, sobretudo as não rentáveis, haja vista novamente a racionalização do mercado, em que socializa-se as perdas e privatiza-se os lucros.

O quinto nível da economia estatal trazido por Kurz (1995, p.101-102) é “a política de subsídios e o protecionismo”. Essas medidas visam a permanência das empresas transnacionais no território nacional, evitando suas fugas diante da concorrência estrangeira. Em uma economia globalizada, os países tornaram-se “refêns” das multinacionais para mantê-las em suas fronteiras, o que acaba por refletir na perda de receitas tributárias e no inchaço das finanças públicas.

Deveras, após a incursão sobre os cinco níveis de atividades estatais (“lei da quota crescente do Estado”) em coexistência com o sistema reprodutor de mercadorias, infere-se, com maior clareza, o entendimento de que a *força do capital* e o Estado pertencem ao mesmo “campo histórico”. Assim, como bem elucida Kurz (1995, p.102):

[...] quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado; quanto maior a economia de mercadorias e de dinheiro, tanto maiores serão os custos anteriores, os custos secundários e os custos subsequentes do sistema e tanto maior serão também a atividade e demanda financeira do Estado. Em todos os países, a quota do Estado equivale hoje, em média, a cerca de 50% do produto social bruto, e, em todo o Mundo, mais da metade da população depende direta e indiretamente da economia estatal.

A coexistência da força do capital e do Estado não se dá sem prevalência ou hierarquia (KURZ, 1995). Como foi possível depreender dos níveis crescentes das atividades e demandas financeiras estatais, é perceptível que o Estado está condicionado a atender aos interesses desse sistema de mercadorias, e, não, como outrora se discursou, no sentido de que o Estado era uma instituição voltada aos interesses de uma classe dominante (afirmativa esta que não pode ser de todo negada, porquanto o sistema de reprodução de mercadorias ainda beneficia uma classe dominante, que, por óbvio, detém o capital).

Somada a essa expansão da atividade estatal, qual precisa ser acompanhada de investimentos públicos para manter o funcionamento desse sistema, outra questão se avulta para revelar a submissão do Estado ao fluxo do capital, qual seja, a necessidade dele próprio

obter “dinheiro” para financiar os custos públicos que avolumam com suas crescentes atividades. Explica Kurz (1995, p.103):

O dinheiro é, portanto, o meio universal e total (simultaneamente, o fim em si da modernidade, tão abstrato quanto absurdo), que abrange também o pólo estatal-político. Ocorre que o Estado não possui nenhuma faculdade de criação de dinheiro, mas depende estruturalmente de que a sociedade civil ganhe uma quantidade suficiente de dinheiro ‘no mercado’, de modo que se possa financiar também a atividade crescente do Estado.

A necessidade de dinheiro pelo Estado para que suas finalidades sejam cumpridas implica em algumas *contradições sistêmicas*. Veja que ao mesmo tempo que o Estado precisa injetar dinheiro para viabilizar as etapas de produção da mercadoria, tem que retirar dinheiro (abschöpfen) da circulação de capital dessas etapas para, então, financiá-la. Sucede que, o único financiamento “regular” do Estado é a tributação, direta ou indireta, das rendas do mercado, as quais não crescem na mesma proporção que “os custos antecipados, os efeitos secundários e os problemas subsequentes da produção de mercadorias – e, com isso, as atividades necessárias do Estado -”. (KURZ, 1995, p.104).

Desta feita, a equação das receitas *versus* despesas públicas não fecha. Nesse condão, “então, a expansão das finanças públicas pelo caminho regular da tributação não somente ameaça restringir, mas sufocar a continuação do processo do mercado”, pois o Estado não pode prover a base mercadológica do processo de reprodução de mercadoria sem, no mesmo compasso, eliminá-la, discorre Kurz (1995, p.104).

Diante disso, surge como alternativa ao financiamento do Estado, além dos insuficientes tributos que seu poder de soberania lhe gera, o crédito “junto aos participantes da sua economia nacional”, e, com ele, o seu *endividamento*. Torna-se, então, o Estado um agente “comum do mercado financeiro”. (KURZ, 1995, p.105) que busca empréstimos para financiar suas despesas, uma vez que sua renda “regular” não as satisfaz. Sob essas análises, tem-se que sua “soberania” não coincide mais com seu poder de autonomia, visto que sua dependência perante o mercado financeiro cresce junto com a razão de acumulação e reprodução de capital desse sistema, como bem sinalizou o autor:

Demonstrou-se há muito tempo, na prática, que, por obra do dinheiro, o Estado é uma instância fundamentalmente desprovida de autonomia diante do mercado e que a política, por sua vez, diante da economia, constitui uma esfera também fundamentalmente desprovida de autonomia. (KURZ, 1995, p. 108).

A falta de autonomia do Estado da qual disserta o autor nada tem a ver com o seu gerenciamento político como alguns levam a crer. Os custos sistêmicos do Estado resultam do

“nível civilizatório da modernidade”, da incoerência (KURZ, 1995) e *autofagia* do próprio sistema.

Essa contradição recai de forma avassaladora sobre o cidadão ou cidadã precária, excluídos, e, aqui, com toda a pertinência conjectural, “insolventes”, na medida em que este específico cidadão ou cidadã aos “olhos desse sistema de mercadorias” é, apenas, um encargo para o Estado, haja vista não produzir renda tributável com o seu “trabalho abstrato”, nem servir de expansão ao capital financeiro com o seu consumo rasteiro. Assim, à vista desse sistema, este cidadão e cidadã são destituídos de qualquer “valor”. À toda evidência por Kurz (1995, p.110), destaca-se:

Há certamente alguns *headliners* da economia de mercado que estão dispostos a liquidar o nível civilizatório para as massas humanas já não mais rentáveis, em virtude de sua falta de ‘financiabilidade’, enviando essas massas à barbárie. Com essa medida, espera-se, provavelmente, poder continuar operando uma reprodução capitalista com ajuda de uma minoria global em ‘ilhas de contradição’.

Ocorre que, levar a “massa humana” à barbárie social não resolve o problema dos custos sistêmicos do Estado. Pois, a redução dos custos com programas sociais e assistenciais aumentará os “custos de segurança”. É trocar um problema pelo outro. Isso sem adentrar na questão da “humanidade”, como valor em si mesmo, que está se perdendo na civilização moderna.

Bem, após toda a abordagem trazida e elucidada pelos autores referenciados, no intuito de entender a posição do Estado (de Direito) no sistema de reprodução de mercadorias ou sistema capitalista, qual opera em uma busca incessante de acumulação de capital cuja sobrevivência depende de um crescimento composto de 3% (HARVEY, 2011), o que só é possível em razão das incoerências do seu próprio funcionamento de “racionalização eliminadora” do trabalho, que enxuga, por seu turno, a expansão do capital, e, por conseguinte, o financiamento do Estado; infere-se, nitidamente, que este não é um “fenômeno cíclico, mas um fenômeno estrutural [...] que a própria modernidade produtora de mercadorias se aprisionou”. (KURZ, 1995, p.113).

Dessume-se, portanto, que o Estado (de Direito) continua a ser a expressão de um poder dominante, ou melhor, de uma “força” dominante, pois “poder” pressupõe a existência de pessoas ou grupo, mas, *in casu*, estar-se a falar de algo que não se vê nem se pega, que, no entanto, permeia e influi toda a civilização moderna, desconstituindo o ser humano do seu valor humanístico e transformando-o em mais uma peça de mercadoria, cujo “valor” que lhe é

dado, e, assim *resguardado*, é o valor-poder de sua capacidade de geração de renda e consumo.

Nesse contexto em que o Estado (de Direito) tem como função primordial manter o funcionamento deste sistema de produção social de capital, os fins públicos que ele persegue, certamente, estão longe de atender os interesses reais, sejam eles individuais e coletivos, do cidadão não só precário e hipossuficiente, mas acima de tudo “insolvente”, vale dizer, destituído de qualquer “valor” empregado por esta sociedade de mercadorias. Rejeitar essa inferência é não ter uma devida compreensão de um sistema que é regulado pela força do capital e que se sobrepõe não só às débeis fronteiras de um Estado Nacional como também à sua perda soberania (autonomia).

Assim, considerando que o Estado (de Direito) é o desencadeamento desta nova era, eis que inserido e submetido a este quadro sistêmico; qualquer estudo que se pretenda realizar sobre suas funções, finalidades e princípios que o norteiam devem perpassar por esta prévia compreensão global, pois como dito por Cavalcanti e Silva (2015, p.77) ao parafrasear Kurz, “a globalização de uma nova crítica social deve ser tão transnacional como o próprio capital para o pensamento crítico triunfar frente a torpeza e redefinir o conceito de humano, do simplesmente humano”.

4 A CIDADANIA PLENA COMO CONDIÇÃO DE AUTONOMIA PESSOAL PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Há quem entenda que um país democrático é aquele que passa por eleições livres e competitivas, em uma visão estritamente “politicista”, desvinculada da capacidade de *autonomia pessoal* que seus cidadãos dispõem como consequência direta do grau de desenvolvimento, igualdade e Justiça de uma nação. (O’DONNELL, 2000).

A democracia em um sentido menos romantizado e que retrata as experiências de um país segundo O’Donnell (2000) a partir da análise sistêmica da sua organização social e política, no que tange à concretização da igualdade entre seus membros é, atualmente, definida como *Poliarquia*. Termo este incorporado ao vocabulário da ciência política e que define um estágio avançado de democratização, no sentido de igualdade e *autonomia pessoal* de seus cidadãos. (NUNES, 2003).

Uma compreensão crítica sobre democracia (Poliarquia) resvala diretamente no conceito de cidadania, e, por consequência, numa visão que está além do sentido politicista do termo, vale dizer, que perpassa também por um entendimento social e jurídico.

No mundo legal que disciplina as relações jurídicas, a “autonomia pessoal” e paridade com o *alter* é resultado de uma *igualdade formal*, em que todos os cidadãos são tidos como “pessoa legal”, e, portanto, responsável por seus atos na hora que assume obrigações contratuais, civis, criminais, administrativas, e em todas as áreas de sua vida no mundo social. (O’DONNELL, 2000).

Ademais, essa concepção simplória e desgarrada da realidade do cidadão precário mascara o conjunto *real* de capacidades que ele, de fato, detém, o que, certamente, implica na acepção do termo democracia. Assim, O’Donnell (2000, p. 340) remata:

Se a privação de capacidades decorrente da pobreza extrema significa que muitos enfrentam enormes dificuldades para exercer sua autonomia em muitas esferas de sua vida, parece haver algo errado, em termos tanto morais quanto empíricos, na proposição de que a democracia não tem nada a ver com esses obstáculos socialmente determinados.

Holston (2013) define a cidadania brasileira pela combinação de dois fatores. A cidadania formal, em termos de incorporação ao Estado-Nação, e uma cidadania excludente e desigual quanto a distribuição de direitos, em que cidadãos específicos gozam de privilégios (chamada por Holston de *cidadania diferenciada*). Anota ele que esse tipo de cidadania desigual e includente foi coerente aos princípios mantidos pelo Estado brasileiro desde o seu começo.

Nesse sentido, as diferenças sociais são niveladas quando o cidadão é compreendido como pertencente ao Estado-nação; e quanto à cidadania para o gozo de direitos, a diferenciação serve como mecanismo de desigualdade e exclusão (HOLSTON, 2013).

Considera Holston (2013) que no Brasil a ideia de justiça consiste em um tratamento de igualdade na lei (formal), pelo que a própria lei pode fundar parâmetros de desigualdades, conferindo direitos a uns e não a outros, como medida compensatória de desigualdades (no sentido de ser mais justo). Alerta ele, entretanto, que esse mecanismo de compensação das desigualdades como justiça apenas reforça as desigualdades sociais existentes. Observa, ainda, que o desigual pode ser o grupo da elite, que não é injustiçado, e que pode ser tratado desigualmente sob o argumento de uma diferença ilegítima. Por essa lógica, permitiu-se que os alfabetizados monopolizassem a cidadania política. O direito à prisão especial continua até hoje ser exercido sob a égide desse mesmo discurso, conferindo tratamento privilegiado e desigual à elite.

Destarte, sob esse olhar lúcido, conclui o autor que a lei não é elaborada para corrigir e transformar as desigualdades existentes, e, sim, para reproduzir e fortalecer a perpetuação da desigualdade e autorização de privilégios, o que reforça o entendimento esposado aqui neste trabalho de que o sistema legal de um país é uma mera retórica e legitimação de um poder dominante. (HOLSTON, 2013).

Teresa Caldeira (2000) define a democracia do Brasil como *disjuntiva*, porquanto embora haja uma democracia política e direitos sociais “razoavelmente legitimados”, o componente civil é marcado pela “deslegitimação”, pois, como a autora arrima em algumas perspectivas de seu estudo, “o sistema judiciário é ineficaz, a justiça é exercida como um privilégio da elite, os direitos individuais e civis são deslegitimados e as violações dos direitos humanos (especialmente pelo Estado) é rotina”. (CALDEIRA, 2000, p.375).

Assim, o gozo de uma cidadania plena associa-se a conjunturas políticas, civis e sociais inclusivas, é dizer, em que a participação do processo de construção do Estado nessas três esferas seja consciente e capacitante a todos os cidadãos. Bem assim, que as desigualdades sejam menos intensas e que as distâncias sociais não permitam “padrões de relações autoritárias” entre os privilegiados- digo, todos que exercem o efetivo poder nas instâncias estatais-, e os demais, a ponto daqueles não entenderem estes como sujeitos de direitos. Esse tipo de distorção, entretantes, não pode ser corrigido pelo sistema legal, porquanto não é a lei “uma técnica racionalizada para ordenar as relações sociais” equitativamente, e, sim, como bem define O’Donnell (2000, p. 356-357) é “uma condensação dinâmica de relações de poder”.

5 A INAFASTÁVEL IMPRECISÃO DO “INTERESSE PÚBLICO” QUE SUSTENTA O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO NA CONDUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO (DE DIREITO)

O maior expoente do princípio da Supremacia do interesse público é o autor Celso Antônio Bandeira de Mello (2010), o qual entende ser este um princípio geral de Direito inerente a qualquer sociedade, porquanto condicionante de sua existência.

Essa premissa da superioridade do interesse público sobre o interesse individual, a princípio, justifica-se pela segurança que uma sociedade organizada traz, o que só ocorre pelo pacto social traçado nas Teorias contratualista da formação do Estado, em que as pessoas se

unem e concedem parcela de seus direitos ao Estado para este protegê-las em uma organização pacífica e harmoniosa.

Sucede que, a identificação do interesse público sobrepujante ao interesse privado é uma das primeiras questões de entraves que legitimam o princípio aqui objurgado. Para Mello (2010, p.96) o interesse público, representado pela Administração, é o “interesse do todo, ou seja, do próprio conjunto social”, o que, “nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto partícipe da sociedade (entificada juridicamente no Estado)”.

Em que pese todo poder argumentativo, forçoso é reconhecer que ao falarmos em “interesse”, caímos em um discurso abstrato e de grande peso subjetivo. E quando o adjetivamos como “público”, tendo como base a sociedade – berço de uma pluralidade de interesses muitas vezes antagônicos – acabamos, em última análise, a permitir ao gestor público, na atuação administrativa, um poder demasiado.

A imprecisão do termo resulta exatamente da impossibilidade de coadunar os mais variados interesses de diversas classes e núcleos sociais. A falta de homogeneidade de valores dentro de uma sociedade implica em inúmeros “interesses – dito – públicos”.

Ademais, como bem sustenta Justen Filho (2005) entender o interesse público como o interesse da “sociedade”, sem uma configuração própria, colocando-o em supremacia aos interesses privados, dá margem ao enfraquecimento democrático, sobretudo em países como o Brasil cujos direitos civis dos cidadãos precários são, de fato, já fragilizados.

Diante disso é que doutrinadores modernos e auspiciosos negam a primazia do dito “interesse público” sobre o privado. Em contrapartida, para a solução dos conflitos de tais interesses, trazem a técnica da ponderação, tendo como vetor orientador o princípio da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana. (SARMENTO, 2005).

A despeito da necessária ponderação dos interesses, em qualquer conflito, mediante o princípio da proporcionalidade, não se afasta nessa hora o aspecto da *valoração* feito por aqueles que detém o poder e cuja noção de direitos e valores está pautada dentro das formalidades da vida e da legalidade do sistema jurídico, o que não se coaduna com a realidade do cidadão precário.

Desta feita, essas instâncias de poder, conduzidas por uma elite, cuja noção de direitos e valores estão fincados em uma realidade abissalmente distinta das vividas por pessoas excluídas e carentes, *não* conseguem valorar o genuíno interesse dos cidadãos precários haja vista não serem comuns aos seus.

Outrossim, e o que avulta como mais problemático é a dimensão *real* da dominação da força do mercado sobre o Estado em uma sociedade cuja apoteose é o valor do capital, de sorte a reduzir os fins do Estado aos fins últimos do processo de geração e acumulação do capital, transformando “sujeitos de direitos” em “sujeitos modernos de produção de mercadoria”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas formulações teóricas sobre o Estado de Direito- que deu curso ao Direito Administrativo, e, por sua vez, ao princípio da Supremacia do Interesse Público - carecem de fundamentação empírica e revelam muito mais uma aspiração afastada da realidade pela qual é possível teorizar.

Deveras, atribuir à lei e às instâncias dos três poderes a legitimidade para afirmarem o “interesse público” que deve prevalecer inexoravelmente sobre o interesse privado de cidadãos precários e insolventes, que são historicamente excluídos da formatação do Estado, é manter e *agravar* a perpetuação da desigualdade e injustiças sociais que marcam o nosso país.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Teoria geral do estado**. São Paulo: Malheiros, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed.34/Edusp – Editora da universidade de São Paulo, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CAVALCANTI, Vanessa; SILVA, Antonio Carlos. Diálogos abertos e teoria crítica: por uma “aventura” emancipatória. **Revista Dialética**, v. 6, ano 5, p.66-78, jun. 2015. Disponível em: <http://revistadialetica.com.br/wp-content/uploads/2015/06/revista_dialetica_vol6.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

COELHO, Alexandra Prado. O que faremos se o sistema não conseguir criar trabalho? **Público**, 2013. Disponível em: <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/o-que-faremos-se-o-sistema-ja-nao-conseguir-criar-trabalho-26412168>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. O Suposto caráter autoritário da supremacia do interesse público e das origens do direito administrativo: uma crítica da crítica. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves. (Coord.).

Supremacia do interesse público e outros temas relevantes do direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2010.

HARVEY, David. A Teoria Marxista de Estado. In: _____ (Org.). **A produção capitalista do espaço.** São Paulo, 2005.

_____. O capital evolui. In: _____ (Org.). **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente:** disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Tradução Claudio Carina; revisão técnica Luisa Valentini. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2013.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2005.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. In: **Revista Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, maio de 1995. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MORAIS, Márcio Eduardo da Silva Pedrosa. Sobre a evolução do estado: do estado absolutista ao estado democrático de direito. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2833, 4 abr. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18831>>. Acesso em: 12 jun. 2017

NUNES, Nelia Ferraz Moreira. Poliarquia: um conceito moderno de democracia. **Revista Vértice**, v. 5, n. 1, jan./abril, 2003. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20030001>>. Acesso em: 26 maio 2017.

O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na america latina: uma conclusão parcial. In: MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sergio (Orgs). **Democracia, violência e injustiça:** o não-estado de direito na america latina. Tradução, Ana Luiza Pinheiro, com exceção do capítulo de autoria de Guillermo O'Donnell traduzido por Octacilio Nunes. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **Direito, poder, justiça e processo:** julgando os que nos julgam. Rio de Janeiro: forense, 2003.

_____. **Ensaio e artigos.** Organizadores: Fredie Didier e Paula Sarno Braga. Salvador: Juspodivm, 2014. v. I.

SARMENTO, Daniel. Interesses públicos versus interesses privados na perspectiva da teoria e da filosofia constitucional. In: _____ (Org.). **Interesses públicos versus interesses privados:** desconstruindo o princípio da supremacia do interesse público. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.



O PROCESSO DE RESTAURAÇÃO DOS AZULEJOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVIII, NA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – CACHOEIRA – BA.

*Luciene Pires Lisboa*¹
*Maria Auxilliadora Lisboa Moreno Pires*²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal analisar o processo de restauração dos azulejos portugueses do século XVIII, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário – Cachoeira – BA. A pesquisa de caráter qualitativo aproxima-se da pesquisa histórica e, tem sua gênese nos trabalhos desenvolvidos na restauração dos painéis azulejares da Igreja, no estudo sobre os azulejos portugueses, como elemento histórico do acervo cultural representativo do país bem como um olhar diferenciado a partir da revisão de trabalhos sobre interpretações das linhas de atuação na restauração da arte da azulejaria portuguesa do século XVIII respaldada nos conceitos definidos pelos teóricos cientistas da restauração. A pesquisa incluiu visitas a fundações, centros documentais e consultas a acervos particulares, de instituições públicas e privadas para os estudos dos documentos originais. A pesquisa bibliográfica sobre os azulejos portugueses do século XVIII dado a escassez de informações escritas sobre esse tema, para conhecimento pelo público foi aprofundada e ampliada com a identificação de diferentes aspectos envolvendo a restauração das peças azulejares o que resultou em novas análises e interpretações da importância da obra.

Palavras Chave: Azulejos. Restauro. Preservação. História.

1 INTRODUÇÃO

O século XVIII foi o grande século do azulejo no Brasil. Na Bahia, no Recife e no Rio de Janeiro é onde se encontram os mais antigos exemplares de azulejos no Brasil. Os azulejos encontrados até hoje na Bahia são os mais belos exemplares, com ornamentação geométrica, magníficas formas entrelaçadas, laçarias, arabescos e motivos florais, a arte da criação dos azulejos é contada e cantada em múltiplas histórias e versões, que envolvem práticas socioculturais no tempo e no espaço.

Este estudo tem sua gênese nos trabalhos desenvolvidos na restauração dos painéis azulejares da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, com a finalidade de desenvolver um estudo na perspectiva de analisar a importância histórica dos azulejos portugueses do século

¹ UFBA, e-mail: lisboapires@gmail.com

² UCSAL, e-mail: auxpires@terra.com.br

XVIII pertencente ao acervo patrimonial da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, no município de Cachoeira – BA que trouxesse os azulejos portugueses do século XVIII, como elemento histórico do acervo cultural representativo do país e um olhar diferenciado acerca dos estudos sobre os azulejos.

A arte da restauração do patrimônio arquitetônico sempre foi do meu interesse como profissional da área, como forma de obter um conhecimento através da pesquisa de natureza histórica, documental, visando ampliar saberes sobre o campo teórico, nesta área. São muitas as inquietações relacionadas à forma de estudos sobre os azulejos, como uma arte secular decorativa, que remonta à Idade Média daí a opção de estudar os painéis de azulejos portugueses, em particular, o acervo patrimonial da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário.

Assim, as primeiras aproximações com o tema central desta pesquisa (os azulejos portugueses do século XVIII), foram se constituindo objeto de estudo, de imediato, através de reflexões sobre a trajetória profissional como arquiteta presente nas lembranças das diversas vezes em visitas as igrejas, sacristias, claustros, pátios e salas de palácios, aqui na Bahia.

A literatura apresenta o Patrimônio Cultural constituído por todos os Bens Móveis e Imóveis considerados importantes por razões históricas, arquitetônicas, artísticas, além de sítios e paisagens da natureza de caráter excepcional.

De interesse histórico o acervo azulejar da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Cachoeira - BA constitui um dos exemplares mais significativos, considerados por renomados historiadores da arte e especialistas nacionais e internacionais como um dos mais importantes da arte brasileira.

Os painéis azulejares barrocos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, representa bem a arte do azulejo português na sua forma decorativa, destacando-se a riqueza cromática, a monumentalidade, o sentido cenográfico e a integração com a arquitetura e esse rico acervo que constitui a história do nosso estado.

2 A PROBLEMÁTICA E AS QUESTÕES DA PESQUISA REALIZADA

A pesquisa buscou contribuir com a divulgação de estudos sobre os azulejos portugueses do século XVIII, não somente sua importância como bem patrimonial, histórico e artístico e cultural, bem como, pela necessidade da restauração como forma de preservação da memória, além do conhecimento das técnicas restaurativas, nas suas diversas etapas.

Diante do exposto a temática abordada neste trabalho se justifica, devido ao pensar sobre a produção artística secular por meio dos painéis azulejares do século XVIII, e aos fatos que enriquecem o conhecimento e a tradição dos povos é possível considerar que estudos como esse contribuem para o resgate cultural, histórico, reveladores do pensamento da humanidade através das cenas e configurações apresentadas em grandes painéis que mostram a história sagrada, as cenas simbólicas e reais que revelam aspectos da evolução da sociedade, valorizando a memória e o patrimônio cultural brasileiro. A problemática desse estudo centralizou toda discussão em torno do seguinte questionamento: Qual a importância da restauração dos painéis de azulejos portugueses do século XVIII, pertencente ao acervo patrimonial da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, no município de Cachoeira – BA?

Para a construção desse estudo direcionamos todo percurso da investigação realizada por objetivos que buscaram, sobretudo, as seguintes finalidades: investigar a importância histórica dos azulejos portugueses do século XVIII, pertencente ao acervo patrimonial da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, no município de Cachoeira – BA; descrever os azulejos portugueses do século XVIII, como elemento histórico do acervo cultural representativo do país; analisar a azulejaria existente na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, no município de Cachoeira, além de avaliar as técnicas de utilização no processo de restauração para salvaguarda dos painéis azulejares definidos como elemento histórico do acervo cultural brasileiro.

3 QUADRO TEÓRICO

Citando Certeau (1998, p.77) a pesquisadora Castro (2011, p.23) reafirma que a história define-se a partir da relação da linguagem com o corpo social, da “relação com os limites que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala”. Certeau (1982, apud Castro, 2011, p.27) afirmou que a articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade e que levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história, porém, é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser legendária (ou “edificante”), nem atópica. Compreender a importância histórica, cultural e social que representa o acervo de azulejos da Igreja de N. Senhora do Rosário para os habitantes do município de Cachoeira do patrimônio artístico é extremamente relevante para todos os habitantes e moradores da cidade.

Ainda citando Castro (2011, p.23) concordo que não podemos modificar o passado mais podemos através do conhecimento do passado perceber a sua importância e influência sobre o presente, à medida que tal conhecimento evolui se transforma e se ressignifica continuamente no presente.

Machado (2011, p.67) informa que o primeiro registro da azulejaria no Brasil remonta ao período entre 1620 e 1640. As primeiras peças de cerâmica vidrada vindas de Portugal ornamentaram o Convento de Santo Amaro em Olinda, Pernambuco. Utilizados principalmente na arquitetura religiosa, sendo o período entre os séculos XVII e XVIII, o de maior importância histórica para o Brasil. Nesse período foram enviados de Portugal grandes quantidades de azulejos portugueses para ornamentarem claustros, sacristias, pátios e salas de palácios.

Machado (2011) ressalta que no ano de 1737, chegam de Portugal os painéis monumentais da capela-mor do Convento de São Francisco, na Bahia, que se constitui no mais vasto repositório de azulejos portugueses sob um mesmo teto, depois de São Vicente de Fora, na capital portuguesa.

Do mesmo modo, José Valadares e Pedro Moacir Maia, no magnífico exemplar, *Azulejos: reitoria da Universidade Federal da Bahia* (2003 às páginas 20 e 21), sobre o azulejo no Brasil, destacam que da mesma forma que em Portugal, o século XVIII, do ponto de vista de quantidade, foi o grande século do azulejo no Brasil citando vários espaços onde painéis de natureza diversa, como painéis narrativos, de ex-votos, exemplares de maior ou menor perfeição, que ilustram a evolução do azulejo no Portugal setecentista. Ainda, acrescenta que “na região do Recôncavo, para só citar uma cidade, temos em Cachoeira tanto a primorosa Ordem Terceira do Carmo como os da matriz, num tamanho gigante, como não se depara em outras igrejas”. (Valadares & Maia, 2003, p.21).

4 OS CRITÉRIOS DO RESTAURO EM BASES CIENTÍFICAS

Cada época guarda em si o segredo dos que viveram o momento, no seu próprio tempo. Foi assim no passado, com os que nos antecederam e encontraram seus caminhos nos tempos de vida vividos. Hoje pensamos no passado (re) interpretando-o, pois como diz o historiador é impossível beber duas vezes na mesma água do rio. O tempo passa e carrega o passado modificado para o presente e para o futuro mais ainda. São novos olhares que revêm os acontecimentos sob um novo modo de pensar e para entender e preservar é preciso

mergulhar nas fontes que originou o pensamento e a necessidade de compreensão das explicações escondidas na fina névoa que separa o que vivemos e experimentamos o que trouxemos recuperado do passado e do que precisamos no futuro para viver.

Viollet-le-Duc foi um dos grandes mestres do restauro que atuou, sobretudo numa época que a restauração foi se firmando como ciência principalmente em função das grandes transformações ocorridas por toda Europa no século XVIII influenciadas diretamente pela Revolução Industrial, e, com as mudanças na sociedade por conta dos eventos econômicos, políticos e sociais influenciados pelo Iluminismo, a Revolução Francesa. Nesta época o sentimento de proteção aos edifícios e ambientes históricos se fortalece provocando debates e uma preocupação maior sobre o destino de edifícios do período, tão danificados no decorrer do século XVIII e no início do século XIX. A partir da segunda metade do século XIX os critérios de Restauro foram se unificando e se pondo em bases científicas, a partir de fatos históricos ocorridos principalmente na Inglaterra, França e Itália.

Para Viollet-le-Duc (2006) toda porção da obra preenche uma função e possui uma ação e ressalta que o arquiteto

Deve agir como o cirurgião habilidoso experimentado, que somente intervém em um órgão após ter adquirido o conhecimento completo de sua função e depois de ter previsto as conseqüências imediatas ou futuras de sua operação. Se for aleatório, mais vale que se abstenha. Mais vale deixar morrer o doente que o matar. (Viollet-le-Duc, 2006, p.68).

É preciso buscar, examinar, coletar todas as informações que nos ajude a compreender o valor histórico, artístico, científico e sentimental de um patrimônio a ser preservado, a ser restaurado seja um patrimônio tombado ou não.

São muitas as dificuldades enfrentadas pelo Arquiteto e a importância de trabalhos como encontramos na obra de Viollet-le-Duc é a atualidade de muitas das suas formulações e sua aplicabilidade nas intervenções de restauro atuais: a pesquisa histórica do edifício, a sua aparência, o estudo do projeto original como fonte de conhecimento para resolução de problemas estruturais, a importância dos levantamentos detalhados da condição existente, levantamentos arquitetônicos e fotográficos, mapeamento de danos, diagnóstico do estado de deterioração dentre outros aspectos.

Outro ponto de vista, do teórico do restauro, Camilo Boito (1984), refere-se ao pensamento que remete a uma reflexão, quando afirma, com toda clareza, que:

A arte do restaurador se assemelha àquela do cirurgião. Seria melhor (quem é que não vê?) que o frágil corpo humano não tivesse jamais necessidade de sonda, de bisturi e de faca; mas não são todos que aceitam que é melhor ver morrer o parente ou o amigo em lugar de aceitar cortar-lhe um dedo ou de usar uma perna de madeira. (BOITO, 1984, p.47)

Já na Teoria da Restauração, outro também conceituado pensador do restauro, Cesare Brandi (1906 – 1988), afirma: se as condições da obra de arte forem tais a ponto de exigirem sacrifício de uma parte da sua consistência material, o sacrifício, ou, de qualquer modo, a intervenção, deverá concluir-se segundo aquilo que exige a instância estética. E será essa instância a primeira em qualquer caso, porque a singularidade da obra de arte em relação aos outros produtos humanos não depende da sua consistência material e tampouco da sua dúplice historicidade, mas da sua artisticidade, donde se ela se perder, não restará nada além de um resíduo.

5 A HISTÓRIA DOS AZULEJOS

Segundo afirma José Valladares (2003) em *Azulejos: Reitoria da Universidade Federal da Bahia*, ensina-se a Enciclopédia Britânica que já os egípcios da II Dinastia (2980-2900 a.C.), a dinastia fundada pelo faraó Zoser e servida pelo gênio de Imhotep – faziam uso da cerâmica esmaltada na decoração das paredes.

No vale do Tigres-Eufrates, mais a leste, o processo era também conhecido e até mais estimado, empregando-se tijolos pintados e vidrados. São famosos os frisos de animais de animais dos palácios caldeus, babilônicos e assírios. Na Síria e na Pérsia, apareceram, quase ao mesmo tempo.

No século XIII, as cidades de Rhages e Veramine, ambas na Pérsia, tornaram-se centros afamados pela sua produção, tanto ornamentação externa como para a ornamentação interna dos edifícios. Usavam também ladrilhos de formato irregular, que eram colocados segundo a técnica do mosaico, cada peça de uma cor, o desenho se formando mediante a justaposição dos diferentes ladrilhos, conforme o plano previamente elaborado.

No sentido em que o entendemos modernamente, somente no século XIV foi que o azulejo se estabilizou, ou seja, o azulejo de forma regular – quadrada, retangular ou poligonal, a forma quadrada.

5.1 O AZULEJO EM PORTUGAL

O azulejo, ladrilho quadrado de terracota, constitui a forma de decoração mais amplamente empregada na arte nacional portuguesa, utilizado de modo contínuo ao longo de sua história, um período que remonta à Idade Média, como vimos anteriormente. Há cinco

séculos que a azulejaria ocupa uma posição de relevo entre as artes decorativas de Portugal e, apesar de ter sofrido múltiplas influências ao longo da sua história, desenvolveu ali características específicas entre as quais merecem destaque a riqueza cromática, a monumentalidade, o sentido cenográfico e a integração na arquitetura.

O azulejo português teve seu vigor constantemente renovado, refletindo o ecletismo dinâmico de uma cultura expansiva e aberta ao diálogo. Abraçou a lição dos artesãos mouros, inspirados pelas cerâmicas de Sevilha e Valência; adaptou mais tarde as fórmulas ornamentais do Renascimento italiano, enquanto reconhecia o exotismo da porcelana oriental chinesa; e depois de um período efêmero de inspiração holandesa, criou painéis com histórias fictícias em azul e branco que propiciaram uma assimilação perfeita desses elementos tão variados.

De acordo com (Gustavo de Matos Sequeira, Inventário Artístico de Portugal); Portugal foi um dos lugares do mundo onde o azulejo atingiu aceitação mais fervorosa, vindo a ser um elemento decorativo quase obrigatório, tanto nas igrejas como nos edifícios públicos e residências particulares. A partir dos começos do Seiscentismo, tornou-se um elemento essencial de ornamento.

Citando José Queiroz - Cerâmica portuguesa, 231, (apud Valladares e Maia), informa que:

O azulejo é a expressão característica de nossa nacionalidade, o símbolo jovial de nosso povo”. ”Foi e é”, acrescenta, “a decoração predileta do interior e exterior da casa.” E justifica, com espírito observador e bastante lirismo: Exposto ao ar livre, é risonho; tocado de sol, é festivo; dentro do aposento, tranquiliza a criatura, dá-lhe bom humor, preserva-a da invernia inclemente e do tórrido verão.

A partir do último quartel do século XVII, vários fatores provocaram transformações na estética do azulejo. Os navegadores portugueses que retornavam do Oriente divulgaram a faiança chinesa azul e branca, que rapidamente conquistou o gosto dos países do Norte da Europa, visto anteriormente, estendendo-se aos países meridionais. A policromia dos azulejos foi, então, substituída pelo monocromatismo.

6 A CIDADE E A FREGUESIA VILA DE N. S. DO ROSÁRIO DO PORTO DE CACHOEIRA.

Originou-se do povoado à margem esquerda do rio Paraguaçu, em terras de Gaspar Rodrigues Adorno. Ganhou enorme importância no século XVIII por causa de sua condição

de centro comercial de uma região que incluía o rio Iguape e era passagem para vilas e povoados dos sertões do rio São Francisco.

A partir da constituição desse povoado, iniciou com João Rodrigues Adorno o processo mais estável de povoamento, que incentivou a vinda de outros moradores, criando condições para a expansão e diversificando suas atividades, sendo por isso considerado como um consolidador da futura cidade, surgida em torno da residência que remodelou no Alto da Ajuda e da pequena igreja que seria depois a Matriz primeira da Freguesia. Deste trecho, considerado a mancha matriz, a expansão urbana foi-se processando em direções diversas direções até que fossem tomadas iniciativas de arruamento, principalmente na área em que estava sendo construído o primeiro estabelecimento carmelita da comunidade.

A cidade de Cachoeira surgiu, portanto, se desenvolveu, modificou e cresceu graças ao rio Paraguaçu, como indica a segunda parte de seu nome: Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. O Paraguaçu é a ligação de Cachoeira com a Baía de Todos os Santos, como dito anteriormente, inserindo-se em uma unidade geográfica e econômica maior, o Recôncavo Baiano. Foi através deste porto que saiu em direção à Europa, durante séculos, o maior produto, que fez da Vila uma das mais populosas e ricas do Brasil no século XIX. Foi pelo porto que o ouro e os diamantes vindos da Chapada Diamantina e das Minas gerais embarcaram para Salvador, e de lá para o mundo. Foi, enfim, por este porto que foram exportados o fumo e a cachaça, que iam diretamente para o Golfo de Benin, na África, lá trocados pela maior riqueza que o país já recebeu e que caracteriza a história e a cultura do recôncavo: milhões de africanos, que traziam consigo sua história, suas lembranças, técnicas agrícolas, conhecimentos medicinais e artísticos, línguas, comidas, divindades e a maneiras de cultuá-las. A Igreja Matriz teve a sua primitiva sede na atual Capela de N. S. d'Ajuda, sobre a invocação de Nossa Senhora do Rosário, que se tornava a padroeira.

A Capela d'Ajuda representa a igreja mais antiga de Cachoeira. Sua história se confunde com a da própria cidade, pois ali no Largo da Ajuda que Álvaro Rodrigues Adorno fez a primeira tentativa de ocupação do local, em 1595. Como sempre faziam os portugueses para marcar sua presença em um local, Adorno mandou erguer, onde hoje é a Capela d'Ajuda, uma ermida a Nossa Senhora do Rosário. O primeiro engenho de açúcar da região fora construído anos antes, poucos quilômetros Rio Paraguaçu acima. Mas os índios donos da terra continuaram a atacar os portugueses, não deixando que povoada crescesse até meados do século XVII, quando o Capitão-Mor Gaspar Rodrigues Adorno veio combater-los.

Seu filho João Rodrigues Adorno reconstruiu a primeira casa (que era uma fortificação, devido a guerra e a capela em 1673. No ano seguinte o povoado se tornou a

Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, e a pequena capela foi elevada a Matriz.

Em 1698 a Freguesia foi elevada a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. A região era próspera por causa do açúcar e do comércio, tornando-se a segunda vila da Província da Bahia. Com o aumento do número de habitantes e da sua importância política e econômica, foi necessário construir uma nova Matriz, que ficou pronta alguns anos antes de 1750. A antiga matriz ficou abandonada até 1801, quando os músicos da cidade começaram lá a devoção a N. S. da Ajuda.

7 METODOLOGIA

Para implementação da pesquisa foi utilizado os estudos de autores como Bogdan e Biklen (1994) que apresentam conceitos sobre as pesquisas qualitativas pertinentes a concepção de pesquisa para este estudo.

Estes autores abordam e analisam a pesquisa qualitativa a partir de características que podem ou não estarem presentes nos estudos desta natureza: a fonte direta de dados é o ambiente natural; a investigação qualitativa é descritiva; há um maior interesse pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; os dados são analisados de forma indutiva e o significado que os participantes da pesquisa atribuem a suas experiências é de importância vital. Tomou-se, também, a abordagem histórica de pesquisa defendida por Foucault (2000), Aróstegui (2006), dentre outros que propõem a reconstrução histórica como fonte de produção de conhecimento. Os dados foram recolhidos e analisados no município de Cachoeira, no estado da Bahia na Igreja católica - Matriz de Nossa Senhora do Rosário onde foram identificados os conjuntos de azulejos portugueses do Séc. XVIII é um dos objetivos da pesquisa.

Através da pesquisa histórica, de maneira a se alcançar a formulação do contexto que direcionou a compreensão para se atingir os objetivos propostos, de acordo com o plano de estudo estabelecido na pesquisa referente aos azulejos artístico portugueses da igreja.

O estudo seguiu o direcionamento mais efetivo no que se refere aos estudos de documentos originais, bens patrimoniais e pesquisa bibliográfica por considerar -se que há um número bastante significativo de informações escritas sobre os azulejos portugueses do século XVIII, necessitando de uma nova interpretação que tenha como viés de análise a conservação e restauração dos bens históricos.

A pesquisa incluiu visitas a fundações, centros documentais e consultas a acervos particulares, de instituições públicas e privadas para os estudos dos documentos originais. A pesquisa bibliográfica sobre os azulejos portugueses do século XVIII dado a escassez de informações escritas sobre esse tema, para conhecimento pelo público necessita ser aprofundada e ampliada com a identificação de outros professores para análise e interpretação de suas obras.

O projeto de construção da memória sobre o conjunto arquitetônico dos azulejos portugueses do século XVIII, na cidade de Cachoeira visa, sobretudo, no processo de construção e organização explicitar, organizar, produzir conhecimento sobre a importância histórica desse patrimônio cultural do país.

Consulta a documentos históricos, livros, acervo literário dos órgãos responsáveis pelo tombamento e fiscalização das intervenções nos monumentos históricos a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC, ao inventário da obra de restauração do acervo azulejar executada pela empresa Mehlen Construções, responsável pela restauração do conjunto dos azulejos.

Em síntese, apresenta-se a estruturação metodológica utilizada na fase de pesquisa do estudo em questão com relação aos procedimentos operacionais distribuído em fases logicamente planejadas e operacionalizadas no intuito de nortear a busca do alcance dos objetivos previstos.

Na primeira fase foi selecionado materiais para dar suporte teórico e metodológico à pesquisa. A pesquisa bibliográfica, do tipo documental, foi realizada em periódicos, livros, teses, dissertações, sites, bem como, a estrutura e delineamento da pesquisa baseados em visitas ao local, para estudo do conjunto arquitetônico localizado da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, no município de Cachoeira, Bahia.

Na fase seguinte visou-se a (re) construção de uma história cultural, social acerca dos azulejos: Essa fase foi marcada pela exploração das fontes já selecionadas na fase anterior, incluindo as visitas e entrevistas com historiadores, restauradores, bem como, as discussões epistemológicas do tema e delineamento entre as dimensões teóricas e metodológicas que envolvem a temática, e uma discussão acerca da importância cultural do patrimônio arquitetônico religioso.

Em outra fase, posteriormente realizou-se a exploração epistemológica do tema sobre azulejaria portuguesa. Pretendeu-se dimensionar o estudo na tentativa de identificar na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, através do acervo azulejar, constituinte do bem artístico de relevância, integrado ao monumento, buscando, sobretudo, caracterizar os azulejos

portugueses do século XVIII, como elemento histórico do acervo cultural representativo do país, apoiadas pelos estudos históricos de pesquisadores na área.

Na última fase realizou-se a análise das contribuições de vários estudiosos sobre os azulejos portugueses. Esta foi a fase da sistematização dos resultados encontrados e a discussão sobre a importância histórica, artística e cultural dos painéis de azulejos portugueses do século XVIII pertencente ao acervo patrimonial da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, no município de Cachoeira – BA e suas relações com a memória, à preservação da história cultural do país, numa relação possível e enriquecedora para o campo educacional, e também sociocultural e histórico.

8 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da investigação realizada para elaboração desta pesquisa buscou como objetivo central analisar, a importância histórica dos azulejos portugueses do século XVIII, pertencente ao acervo patrimonial da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, no município de Cachoeira – BA, além de averiguar a azulejaria existente na Igreja Matriz, descrever os azulejos portugueses do século XVIII, como elemento histórico do acervo cultural representativo do país; bem como avaliar as técnicas de utilização no processo de restauração, para salvaguarda dos painéis azulejares, definidos como elemento histórico do acervo cultural brasileiro. O que apresento nesse artigo é um recorte do trabalho realizado onde destaco alguns aspectos, dados e resultados bem como as análises principais.

Como afirmado na introdução desse estudo: a literatura consultada apresenta o Patrimônio Cultural constituído por todos os Bens Móveis e Imóveis considerados importantes por razões históricas, arquitetônicas, artísticas, além de sítios e paisagens da natureza de caráter excepcional.

Assim sendo, os bens protegidos pelo tombamento, pelo seu caráter de bem patrimonial, não podem ser destruídos, mutilados ou descaracterizados, sendo assim, os Bens Culturais de interesse histórico de suma importância, como o acervo azulejar da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário – Cachoeira – BA, constituente de 13000 peças de azulejos portugueses do século XVIII, em painéis iconográficos, correspondentes a um dos exemplares mais significativos, considerados por renomados historiadores da arte e especialistas nacionais e internacionais como um dos mais importantes da arte brasileira, não poderia ficar sem o seu resgate, uma vez que, os azulejos apresentavam-se em estágio de degradação bastante avançado.

A justificativa, portanto, das intervenções nesses painéis artísticos e seculares, ou seja, as obras de Restauração e Conservação do acervo azulejar, deveram-se às precárias condições de conservação das peças, com sério risco de perda do acervo, acometidos principalmente pela presença de umidade, sais solúveis, conforme ensaios realizados antes, na etapa do projeto e na fase inicial da restauração.

A intervenção restaurativa dos seus painéis iconográficos surgiu como forma de garantir a preservação da integridade física do acervo, através da iniciativa e financiamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, responsável pela conservação patrimonial e salvaguarda dos bens culturais, elaborou o plano executivo e financiou as obras de restauro. Tal intervenção pode permitir agir a tempo de neutralizar o avanço das patologias acometidas nos azulejos, desse significativo acervo, evitando assim o seu arruinamento completo.

Destaca-se aqui, a qualidade dos serviços, através da empresa executora das obras de restauração e sua equipe multidisciplinar que executou os serviços de restauro de forma satisfatória. O cuidado e a preocupação demonstrados pelos participantes, da equipe envolvida no processo da restauração dos painéis azulejares, buscou sempre a melhor forma de se conseguir executar os serviços de maneira segura e com alta qualidade técnica.

A dificuldade na remoção criteriosa dos azulejos artísticos iconográficos dos painéis, através do levantamento e estudo dos resultados das pesquisas mais recentes na área, utilizando-se equipamentos e ferramentas que produzissem a melhor solução para remoção dos azulejos.

Outro ponto destacado no estudo pela equipe, foi à concepção de uma central de dessalinização para atender a demanda do volume de água destilada necessária no processo de dessalinização das peças de azulejos, como forma de agilizar o andamento desta etapa da obra. Os ensaios de resistências das placas cimentícias, para fixação dos azulejos restaurados em painéis com altura de 5.00 m na Nave da Igreja (condição rara e especial encontrada em igrejas brasileiras). Devido a esse aspecto, foram executados esses ensaios de resistência para se garantir a segurança absoluta do suporte, no qual, foram fixados os painéis azulejares.

As obras de Conservação e Restauração dos azulejos portugueses do século XVIII da Igreja Matriz do Rosário, tornaram-se um grande desafio e risco por parte de todos os envolvidos no processo de revalidar as ações empregadas no objetivo de manter-se a integridade, composição iconográfica de tão significativo acervo artístico e histórico e resultou no resgate e salvaguarda do acervo azulejar de grande relevância para a Matriz, para

a cidade de Cachoeira e seus habitantes, dos baianos, brasileiros, uma vez que, o município de Cachoeira traz consigo o título de “Cidade Monumento Nacional”.

Espera-se que, as aplicações técnicas necessárias de salvaguarda dos azulejos seculares restaurados, na perspectiva atingida, da garantia de sua integridade e estabilidade dos materiais, técnicas e sistemas construtivos, para que se possam transmitir a autenticidade dos valores culturais, no contexto histórico e artístico.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J; GEWANDSZNADJER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 2004.

ABREU, Org. Carol de. **Anchieta: A Restauração de um Santuário**. Rio de Janeiro: 6ª C.R./IPHAN, 1998.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BAHIA, Secretaria da Indústria e Comércio, IPAC-BA, **Inventário de proteção do acervo cultural**, Salvador, 1982

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa. Publicações Europa-America, 1941.

BOITO, Camilo. **Os Restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1984**. Tradução Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008 - Artes & Ofícios.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004 - Artes & Ofícios.

CASTRO, Marize. **O silencioso exercício de semear bibliotecas**. Natal: Una, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN, Ministério da Cultura. **Cachoeira: Vivências e Compreensões do Patrimônio Cultural.**

MACHADO, Maria Lúcia. **Interiores no Brasil, a influência portuguesa no espaço doméstico.** São Paulo: Editora Olhares, 2011.

NETO, Clovis Ramiro Jucá; FILHA MOURA, Maria Berthilde. **Vilas, cidades e territórios: o Brasil do século XVIII.** João Pessoa: UFPB/PPGAU, 2012.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **Tecnologia da Conservação e da Restauração: materiais e estruturas: um roteiro de estudos.** Salvador: EDUFBA, 2006.

ROCHA, Nádia Maria Dourado. **Cachoeira e Cachoeiranos: uma bibliografia,** Centro Cultural João Antônio de Santana, 2001.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2008.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. **Azulejos do Século XIX – Um projeto de restauro.** Olinda, 2008.

TIRAPELI, Percival. **Arte Sacra: Barroco Memória Viva.** São Paulo: UNESP, 2005.

VIOLLET- LE - DUC, Eugéne Emmanuel. **Restauração.** Tradução Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006 - Artes & Ofícios.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): UMA POLÍTICA SOCIAL DE ACESSIBILIDADE AO ENSINO SUPERIOR

*Carla Morais Chaves das Neves*¹
*Marina Tereza Meira de Almeida*²
*Dirley da Cunha Júnior*³
*Sheila Marta Carregosa Rocha*⁴

RESUMO

A educação formal no Brasil fica a cargo do Estado, em seus três níveis da Federação, que compreende a União, os Estados-membros e os Municípios, cada qual com sua competência constitucional delimitada. Não obstante, o setor privado colabora com o público para contribuir na formação do cidadão e sua qualificação para o trabalho. O presente trabalho propõe uma discussão sobre a política pública voltada para a inserção das pessoas de baixa renda no ensino superior, assim como seu alcance, seus benefícios e os reais interesses para sua implantação e execução. Para tanto, utilizou-se a metodologia de abordagem qualitativa, através de análise bibliográfica, cujo método indutivo inicia-se na exposição da política pública, com a apresentação dos números coletados do Ministério da Educação. Portanto, apropriou-se de uma fonte secundária de dados coletados e no levantamento de referencial teórico que permitisse essa discussão, para ampliar e possibilitar outras leituras e diálogos tanto entre as autoras e os Professores Orientadores, e demais leitores que se interessem pela temática.

Palavras-chave: Política Pública. Educação. Ensino Superior. Instituições Privadas. PROUNI.

¹ Discente do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador. Membro do Núcleo de Pesquisa em Processo Constitucional e Direitos Fundamentais – UCSAL. E-mail: carlaneves_95@hotmail.com

² Discente do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador. Membro do Núcleo de Pesquisa em Processo Constitucional – UCSAL. E-mail: marinameira15@gmail.com

³ Professor Orientador. Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa/Portugal. Doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP. Mestre em Direito Econômico pela UFBA. Professor Associado da Universidade Federal da Bahia (UFBA) onde leciona Direito Constitucional nos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado. Professor Adjunto da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), onde leciona Direito Constitucional, Direitos Fundamentais e Efetividade dos Direitos Sociais nos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado. Professor Adjunto e Coordenador do Núcleo de Direito do Estado e da Pós-Graduação em Direito Público da Faculdade Baiana de Direito. Conferencista e autor de diversas obras jurídicas. Juiz Federal da Seção Judiciária da Bahia. Ex-Procurador da República (1995-1999). Ex-Promotor de Justiça do Estado da Bahia (1992-1995).

⁴ Professora Orientadora. Pós-doutorado em curso na Universidade do Porto/Portugal em Sociologia e na UCSAL em Família na Sociedade Contemporânea. Doutorado e Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea – UCSAL. Especialização em Metodologia do Ensino Superior, Direito Civil e Psicopedagogia. Bacharela em Direito. Licenciatura em Letras Vernáculas. Na área acadêmica, é professora e pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia, Campus XV e XX; da Universidade Católica do Salvador e do Centro Universitário Estácio da Bahia. Integrante do núcleo sobre Direitos Humanos (NEDH – UCSAL). E-mail: sheila.carregosa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O PROUNI – Programa Universidade para Todos, foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Consiste numa **política pública afirmativa e inclusiva** que viabiliza a ampliação do acesso à Universidade, especialmente para atender as pessoas de baixa renda, em cumprimento do dever constitucional atribuído à União para promover a educação de nível superior. A Lei instituiu o programa, regulou a atuação das instituições de ensino superior, os critérios de seleção dos bolsistas, os tipos e modalidades das bolsas e vinculou o Prouni ao Ministério da Educação (MEC) como responsável pela sua gestão.

Conforme o MEC (2015), a finalidade do Prouni foi assegurar o acesso de pessoas de baixa renda ao ensino superior no País, por meio de concessão de bolsas de estudos em instituições particulares de educação. Atualmente, o programa oferta bolsas integrais e parciais que custeiam, respectivamente, 100% e 50% das mensalidades, por meio de isenção fiscal para as instituições que aderem ao programa.

Portanto, o intuito é garantir iguais oportunidades de estudo e formação, em cumprimento das exigências do Estado Social, de modo a assegurar a todos existência digna nos ditames da justiça social. Para atingir este objetivo, os candidatos devem atender aos critérios socioeconômicos de seleção.

O processo de seleção dos bolsistas é realizado com base nos resultados obtidos no ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio e no perfil socioeconômico dos candidatos. As vagas são ofertadas aos estudantes egressos do ensino médio de rede pública, ou da rede particular que tenham sido bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, como também se destinam aos professores da rede pública de ensino da educação básica que possuem o magistério para os cursos de licenciatura. Os dados coletados pelo MEC entre os anos de 2005 a 2014 demonstram uma evolução na execução da política pública e uma crescente adesão das pessoas e interesse em se qualificar para concorrer em, pelo menos, igual oportunidade no mercado de trabalho (Ministério da Educação e Cultura, 2015).

2 DADOS CRESCENTES DA DEMANDA E OFERTA DE BOLSAS

Conforme análise nos dados gráficos disponibilizados pelo MEC (2015), constatou-se o crescente aumento no acesso ao ensino superior nas instituições privadas. Os gráficos

mostram que, no primeiro ano do Prouni (2005), o número de inscritos foi de 422.531. Essa demanda foi aumentando nos primeiros semestres de cada ano. Neste contexto, teve destaque o 1º semestre de 2011 como o período com a maior quantidade de candidatos inscritos no histórico de seleção (1.529.299). Em 2014, o número referente ao primeiro semestre do ano foi de 1.259.285 concorrentes.

O PROUNI faz parte da política nacional de educação superior, na qual tem a função de promover a expansão do acesso da população de baixa renda a esse nível de ensino. Ele está em vigor desde o segundo semestre de 2004. Sua lógica de funcionamento consiste em oferecimento de bolsas de estudo gratuitas pelas IESP⁵ para as pessoas enquadradas nos critérios de seleção, em contrapartida da isenção tributária concedida pelo governo federal às empresas. (SOUZA E MENEZES, 2014).

Desde a criação do Prouni, em 2005, também o número de bolsistas contemplados vem aumentando gradativamente em cada seleção. Em 2005, ingressaram nas instituições pelo programa 112.275 alunos, sendo 71.905 bolsas integrais e 40.370 bolsas parciais. Já em 2014, o número de bolsistas foi de 306.726, sendo 205.237 bolsas integrais e 101.489 bolsas parciais. De positivo percebe-se que, com o aumento da demanda, houve um proporcional aumento na disponibilização de bolsas, demonstrando uma preocupação governamental de ampliar o acesso à Universidade (MEC, 2015).

Os gráficos analisados apresentam que em todos os anos os números de bolsas integrais foram maiores que os números de bolsas parciais. Ao comparar o ano de 2005 com o ano de 2014, observa-se que 173% de estudantes a mais usufruíram desta oportunidade, ingressando na Universidade. Sobre a acessibilidade ao ensino superior por meio de bolsas Prouni, o MEC, destaca que, desde a criação do programa, em 2005, até o processo seletivo de 2014.2, foram beneficiados cerca de 1,4 milhão de estudantes, dentre estes 70% com bolsas integrais.

Ao analisar a quantidade de bolsistas por modalidades de ensino, os gráficos indicam que o maior número destas é do tipo de ensino presencial. Em 2014, 85% dos estudantes pertenciam a este grupo, enquanto, apenas 15% dos estudantes estavam matriculados nos cursos EAD – ensino a distância.

Ao demonstrar a divisão de bolsas por **região** do País, vê-se que o Sudeste foi a região mais favorecida, com porcentagem alarmante de bolsas. Em 2014, possuía 50% das bolsas, seguido do Sul com 19%, do Nordeste com 15%, Centro-Oeste com 10% e Norte com 6%. Por sua vez, em relação à divisão das bolsas por **sexo**, 53% pertenciam ao sexo feminino e 47% ao sexo masculino. Portanto, existe aqui um ponto nefrálgico do programa no que tange

⁵ A sigla IESP significa Instituições de Ensino Superior Privadas.

ao critério de seleção que, por sua vez, pode não ser o mais adequado, porque termina tratando os iguais desigualmente, ferindo flagrantemente o princípio da isonomia.

Segundo dados do MEC, sobre o processo seletivo de 2015, a maioria dos beneficiários do programa são estudantes autodeclarados brancos que contemplam 45,8% das vagas ofertadas, enquanto os bolsistas autodeclarados negros preenchem apenas 12,6% das bolsas disponibilizadas. Tais dados provocam grandes indagações e questionamentos sobre o pensamento que vigora na sociedade, relativamente ao fato de a oportunidade de acesso ao ensino superior por meio do Prouni ser vinculado tão somente à inserção de negros nas IESP.

3 FORTALECIMENTO DO ACESSO AS COTAS

Por outro lado, o autor Moraes (2011) defende que o Programa Universidade para Todos foi institucionalizado com objetivo de democratizar o ensino superior e cessar com a cultura de prevalência da classe alta nas universidades, possibilitando que estudantes oriundos de escolas públicas ou bolsistas de instituições privadas, com menor poder aquisitivo, ingressem no ensino acadêmico. Dessa forma, o tema também abrange uma discussão sobre as cotas raciais no Brasil, que é uma reivindicação que faz parte de uma luta do movimento social e que deve ser enfrentada no contexto das políticas de ação afirmativa que visam a combater as desigualdades sociais que foram construídas historicamente.

Dentro do Prouni há um auxílio chamado de bolsa permanência que possui o intuito de promover o fortalecimento do programa ao evitar a desistência destes estudantes beneficiários, pela falta de condições financeiras para permanecer ali. A bolsa permanência é um benefício instituído pela Lei nº 11.180/2005, e constitui um auxílio financeiro com valor máximo equivalente ao disponibilizado pela política federal de bolsas de iniciação científica. É concedida somente ao beneficiário do programa com bolsa integral, cujo curso frequentado tenha grade de, no mínimo, 6 (seis) semestres e carga horária igual ou superior a 6 (seis) horas diárias de aula.

Todavia, Moraes (2011) evidencia que esse benefício não é o bastante para garantir a permanência dos estudantes na faculdade, pois atende a um número consideravelmente pequeno de alunos, tornando-se ineficaz diante da realidade dos participantes. Portanto, o autor considera o Prouni uma política pública de ação afirmativa que não se preocupa com a permanência dos estudantes, pois além de não existir um auxílio financeiro que abranja uma maior parcela dos bolsistas, não há o acompanhamento devido desses estudantes. O Programa,

no entendimento do autor, só se importaria com a entrada de estudantes na universidade, sem considerar os custos necessários para a efetiva permanência. Considerando inclusão social não apenas como a garantia do acesso à universidade, mas a permanência e a qualidade do processo de formação profissional desse cidadão.

A Lei 11.096/2005 dispõe que é obrigação das instituições de ensino fazer a reserva de vagas para estudantes portadores de deficiência e indígenas, sendo de responsabilidade do Prouni integrar estes estudantes. Apesar disso, Moraes (2011) ressalta que não há nenhuma política de acessibilidade exigida para as IESP participarem do programa, nem fiscalização para que se certifique a preservação das condições necessárias para a permanência de tais cotistas. No que tange aos indígenas, faltam políticas de inclusão destes a uma realidade, às vezes, totalmente distinta da que viviam até então. O apoio e assistência a esses estudantes seriam de fundamental importância para a real democratização do ensino superior.

4 O INTERESSE ECONÔMICO PÚBLICO-PRIVADO

Enquanto o Ministério da Educação afirma que a finalidade do programa é cumprir com o compromisso social ao fortalecer a ascensão de brasileiros(as) ao ensino superior, autores como Souza e Menezes (2014) contrapõem esta afirmação ao defenderem que a real motivação para a criação do Prouni foi atender aos interesses das próprias instituições privadas que pressionaram o Governo, a fim de solucionar a situação da ociosidade de vagas disponíveis nas faculdades e universidades privadas do Brasil. No início da última década, havia cerca de 740 mil vagas não preenchidas no ensino superior privado. Dessa forma, o governo termina indiretamente injetando verba para as empresas privadas. Desconfia-se, assim, do real e potencial objetivo da política pública. Nesse jogo de interesses, o objetivo principal deveria ser qualificar o povo.

As bolsas são ofertadas gratuitamente em sua integralidade ou na modalidade gratuito parcial para os estudantes. No entanto, em contrapartida, as Instituições de Ensino Superior Privadas que participam do Prouni possuem o direito de isenções tributárias, de acordo com sua categoria institucional. Na negociação das bolsas entre o Governo e as instituições privadas, os tributos envolvidos são: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). Essa parceria pública-privada faz a economia gerar num fluxo de caixa interessante para as

IES's e um negócio para o governo que termina selecionando pessoas, quando, na realidade, deveria proporcionar acesso à educação para todos.

Há muito que fazer para a implementação de uma política de democratização e de inclusão social no ensino superior brasileiro. É preciso entender que democratizar o acesso significa também garantir a permanência. Ampliar o acesso por meio de cotas ou ações afirmativas não é apenas colocar negros e pobres dentro da universidade. É preciso dar-lhes condições para nela permanecer com sucesso e concluir seus cursos. Democratizar a universidade pública, no Brasil não pode se restringir ao estudo sobre os aspectos socioeconômicos.(FACEIRA, 2004, p. 15-16).

No Brasil o acesso à educação de qualidade é afetado desde de o ensino básico, o Governo deixa de cumprir com a obrigação prevista no art. 6º da Constituição da República Federativa Brasileira (1988), capítulo II – Dos Direitos Sociais, acumulando este déficit na educação ao longo do ensino básico, fundamental e médio. Este fato é alarmante, pois é motivo pelo qual compromete a qualidade do ensino superior, visto que, é um sistema que corrobora com a má formação dos profissionais.

Casali e Mattos (2015) apontam que grande parte dos autores criticam a isenção de tributos que são concedidas às IESP que se vinculam ao Prouni, pois consideram como mais um privilegio cedido pelo Governo brasileiro ao setor privado, sobretudo porque nem todas as faculdades e universidades que fazem parte do programa são entidades sem fins lucrativos, figurando as instituições com fins lucrativos como aquelas que têm aumento expressivo no número de bolsistas e, conseqüentemente, uma maior isenção tributária.

Deste modo, os autores como Souza e Menezes (2014) apresentam uma discussão com perspectiva contrária à defendida pelo MEC acerca dos benefícios e interesses atendidos pelo Prouni. Nessa direção também rumam Casali e Mattos (2015), ao demonstrarem em seus estudos que nos três anos anteriores à criação do Prouni, a quantidade de vagas ociosas das Instituições de Ensino Superior Privadas aumentou em proporções alarmantes. Motivo pelo qual impulsionou a implantação do Prouni para atender os interesses destas instituições e, posteriormente, todas as modificações realizadas no regimento do programa se deram para favorecer as IESP, em detrimento dos benefícios dos estudantes aos quais as vagas se destinavam.

Nessa perspectiva, se posiciona Faceira, 2004 “O Programa Universidade para Todos surge, assim, como excelente oportunidade das instituições privadas enfrentarem as ameaçadas pelo peso das vagas excessivas”. Temos que ter o cuidado em perceber a quem beneficia essa política pública, pois o “lobo pode estar disfarçado na pele de cordeiro”.

5 A CONSTITUCIONALIDADE DO PROUNI DECLARADA PELO STF

A Constitucionalidade do Programa Universidade para Todos foi objeto de discussões na esfera jurídica, por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 3330, 3314 e 3319, propostas, respectivamente, pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Partido Democratas e a Federação Nacional dos Auditores-Fiscais (FENASFISP). Entretanto, a ADI 3319 não foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal por ausência de legitimidade ativa da Federação Nacional dos Auditores com base no Art. 103, IX da Constituição Federal e jurisprudência consolidada. Além da inserção da ADI 3314 na ADI 3330, em razão de dispor do mesmo objeto.

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade fundamentam-se na ausência dos pressupostos para adoção de Medida provisória pelo Presidente da República, ou seja, relevância e urgência, que chega a contaminar a lei de conversão, visto que esta já nasceria padecendo de vício de inconstitucionalidade. Além de arguirmos que a lei de conversão invade competência de lei complementar e desrespeita o princípio da isonomia, legalidade, autonomia universitária e do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

Todavia, a pretensão não foi acolhida pelo STF.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em julgar improcedente a ação direta, o que fazem nos termos do voto do Relator e por maioria de votos, em sessão presidida pelo Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas. Vencido o Ministro Marco Aurélio. Impedida a Ministra Cármen Lúcia. ” (STF - ADI: 3330 DF, Relator: Min. AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 03/05/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-055 DIVULG 21-03-2013 PUBLIC 22-03-2013).

Por maioria, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente da ação direta, com destaque para o voto do Ministro Joaquim Barbosa que defendeu a constitucionalidade do Programa, a sua relevância para a redução das desigualdades sociais e da ociosidade das vagas em universidades privadas e, ainda, evidencia que não há violação aos princípios constitucionais da autonomia e da igualdade, pois a filiação das universidades é ato de vontade, não de obrigação, bem como o processo para seleção dos beneficiários é legítimo. O voto vencido foi o do Ministro Marco Aurélio que defendeu a ausência de relevância e urgência para edição de Medida provisória e, conseqüentemente, a inconstitucionalidade derivada da lei de conversão.

6 CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, é inegável reconhecer que o Prouni possui falhas a serem corrigidas, como é perceptível em relação a distribuição de bolsas por região do País que é manifestamente desproporcional, demonstramos por meio de análise realizada em dados gráficos de informações disponibilizados pelo MEC, evidenciando o maior favorecimento da região Sudeste do Brasil que possui uma quantidade de bolsas é fortemente desigual em relação às outras regiões, com base nesses dados acredita-se que pode haver uma distribuição de vagas mais igualitária diminuindo essa desproporção tão alta entre os Estados.

Outro ponto considerado crítico foi a contraposição entre os interesses econômicos das Instituições de Ensino Superior Privadas e o interesse de promover ensino superior de qualidade público com vagas em Instituições Estaduais e Federais, este problema foi analisado ao apontar que o surgimento do programa também foi motivado pela quantidade de vagas ociosas nas instituições particulares, enquanto haviam grandes demandas nas instituições públicas. Então indagou-se qual foi a real motivação para investir em empresas privadas em detrimento de investimentos em instituições públicas para aumentar o número de vagas no ensino superior público.

Um terceiro aspecto apontado como déficit que precisa ser aprimorado foi a necessidade de uma fiscalização realizada pelo MEC direcionada para a qualidade do ensino das instituições vinculadas ao programa com a preocupação de garantir que formem profissionais qualificados para que possam concorrer em um mesmo parâmetro no mercado de trabalho, crítica que refere-se à educação e a qualidade do ensino das universidades em si, portanto abrange também aqueles graduandos que não são beneficiários do Prouni.

Sem dúvidas, as discussões destes problemas são imprescindíveis para incitar o seu melhoramento, por se tratar de um programa jovem que ainda tem muito a ser aperfeiçoado. Porém, as críticas expostas não desprezam os grandes resultados positivos da implantação desta política pública no Brasil que proporciona qualificação profissional de estudantes que antes não tinham essa oportunidade, houve a inclusão social destes e o aumento de suas expectativas no âmbito social, profissional e econômico. (CASALI e MATTOS, 2015).

Os dados apresentados desconstruíram o pensamento vigente no que tange as cotas para negros, constatou-se que, na verdade estudantes beneficiários autodeclarados negros correspondem à minoria dos bolsistas, visto que, a maior porcentagem de vagas é preenchida por candidatos autodeclarados brancos. Ressalta-se que o Programa Universidade para Todos,

também destinou vagas para estudantes indígenas, sendo estas cotas importantes para a afirmação desta população que é considerada uma minoria invisível.

O Prouni cumpre a sua função como política pública de ação afirmativa, de modo que, atende ao seu objetivo de conceder oportunidades de inserção no ensino superior, todavia aqui foi analisado por outros pontos de vista apresentando prós e contras do programa. Ao considerar os benefícios da sua implantação indica-se a necessidade de aprimorar aspectos como a administração, fiscalização, distribuição e manutenção, dessa forma, amplia-se a possibilidade de haver no Brasil melhor qualidade na educação, sendo justa e eficiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 14 jan. 2005. Seção 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11096-13-janeiro-2005-535381-norma-11096-pl.pdf> Acesso em: 06 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11180.htm Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão Ação Direta de Inconstitucionalidade: ADI 3330 DF. Relator: Britto, Ayres. Publicada no DJ de 21-03-2013. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/sob_o_numero_2659378 Acesso em: 24 mai. 2017.

CASALI, Alípio Márcio Dias; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. Análise de estudos e pesquisas sobre o sentido social do Programa Universidade para Todos (PROUNI), 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n88/1809-4465-ensaio-23-88-0681.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

FACEIRA, Lobelia da Silva. **Programa Universidade para Todos: Política de Inclusão Acadêmica e Social? Novo Enfoque** Disponível em: <http://www.castelobranco.br/sistema/novo-enfoque/files/07/06.pdf> Acesso em: 23 mai. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Manual do Bolsista Prouni. Brasil: Sisprouni, 2015. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/manual_bolsista_prouni.pdf Acesso em: 23 mai. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Representações Gráficas: Bolsistas por raça. Brasil: Sispruni, 2015. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_raca.pdf> Acesso em: 12 mai. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Revista ProUni. Brasil: Sispruni, 2015. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Revista_ProUni/Revista_ProUni.pdf> Acesso em: 23 mai. 2017.

MORAIS, Fernando Antônio de Andrade. O Prouni e a promoção da inclusão social. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10252>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SOUZA, Márcio Rodrigo de Araújo; MENEZES, Monique. Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando?. **Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 609-634, jul./set. 2014.

A REALIDADE DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA RELEITURA A PARTIR DA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

*Lorena Silva dos Santos ¹
Joana Rêgo Silva Rodrigues ²*

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o princípio da dignidade da pessoa humana e a realidade da escravidão na contemporaneidade brasileira. O objetivo geral consiste em analisar a relação entre o trabalho análogo ao de escravo na atualidade e a persistente violação à dignidade dos trabalhadores, no Brasil. Especificamente, busca-se realizar uma breve contextualização histórica da escravidão e da condição análoga a de escravo, e com isso ponderar sobre a evolução do processo de escravidão no país e a visão que se tem deste fenômeno na atualidade. O presente trabalho objetiva ainda identificar os elementos que contribuem ou incentivam a existência e perpetuação do trabalho em condições degradantes e indignas, demonstrando o total descompasso dessa realidade com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Busca-se, ao final, apresentar a visão dos órgãos e Instituições que laboram no combate à esse fenômeno e os instrumentos jurídicos por eles utilizados para tal intento. Consiste o presente artigo na utilização de análise de bibliografias, retiradas da base de dados da internet e de artigos, livros e periódicos em PDF. Assim, pretende-se com o presente estudo promover e ampliar a discussão acerca dessa grave realidade que aflige a tantos trabalhadores brasileiros.

Palavras-chave: Escravidão contemporânea. Trabalho análogo a de escravo. Dignidade da pessoa humana.

ABSTRACT

The present work deals with the principle of the dignity of the human person and the reality of slavery in Brazilian contemporaneity. The general objective is to analyze the relationship between slave-like work today and the persistent violation of the dignity of workers in Brazil. Specifically, it seeks to carry out a brief historical context of slavery and the analogous condition of slavery, and with that to ponder the evolution of the slavery process in the country and the view that has of this phenomenon in the present time. The present work also aims to identify the elements that contribute to or encourage the existence and perpetuation of work in degrading and unworthy conditions, demonstrating the total mismatch of this reality with the constitutional principle of the dignity of the human person. In the end, it seeks to present the vision of the organs and institutions that work to combat this phenomenon,

¹ Discente do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador.

² Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador, na linha Trabalho e Questão Social. Membro do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) desta mesma instituição. Possui especialização em Direito Médico pela Universidade Católica do Salvador (2015), especialização em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Baiana de Direito/JusPodivm (2012), e graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador (2006). Advogada na área de Direito do Trabalho e Direito Médico. Membro da Comissão de Direito à Saúde da OAB/Ba.

and the legal instruments used by them for such an attempt. This article is based on the use of analysis of bibliographies, taken from the internet database and from articles, books and periodicals in PDF. Thus, it is intended with the present study to promote and broaden the discussion about this serious reality that afflicts so many Brazilian workers.

Keywords: Contemporary slavery. Slave-like work. Dignity of human person.

1 INTRODUÇÃO

A prática do trabalho análogo ao de escravo tem sido cada vez mais utilizada no Brasil, violando todos os direitos garantidos ao trabalhador, bem como agredindo diretamente a dignidade da pessoa humana.

Muito embora existam órgãos e instituições empenhados a combater e erradicar essa ação, ainda é latente tal atividade no país e extenso o caminho a ser percorrido para a possível redução dessa realidade. O Ministério do trabalho e Emprego³ é um dos órgãos que compõe a linha de frente na luta contra este problema, eis que vêm, há anos, através de grupos de fiscalização, resgatando diversos trabalhadores dessa situação de “escravidão” contemporânea. Neste particular, aponta este mesmo órgão que, nos anos de 1995 a 2010, foram resgatados de contexto de trabalho em condições análogas à de escravos; 36.601 trabalhadores.

Assim, a escolha do tema se dá, entre outros motivos, em razão da insatisfação quanto à impunidade dessa prática no país, a qual configura neste sentido, o total desrespeito à dignidade humana dos trabalhadores.

Sucintamente, entende-se trabalho análogo ao de escravo como um trabalho em condições degradantes, desumanas, indigna, na qual afeta a liberdade do trabalhador, limitando seu poder de escolha devido ao uso de forças e ameaças praticadas pelo empregador. No particular, vale ressaltar que o empregado na relação contratual se enquadra na posição de hipossuficiente, devendo ser apresentadas pelo empregador boas condições de trabalho, visando eliminar ou reduzir a exploração daquele de quem detém o poder do capital sobre o homem, trabalhador, que dispõe sua força de trabalho.

A configuração desse tipo de trabalho na atualidade é oriunda de elementos históricos que remontam à época da escravidão, quando antes da Lei Áurea era legalizada a utilização de mão de obra escrava. Neste sentido, o presente trabalho, que se encontra estruturado em três capítulos, além das considerações finais, já se inicia, no primeiro capítulo, fazendo uma

³ AZEVEDO, 2010. P. 5.

necessária contextualização histórica da escravidão no Brasil até chegar sua configuração na atualidade, buscando definir o que é trabalho escravo contemporâneo.

Já no segundo capítulo buscou-se tratar acerca dos direitos sociais constitucionais do trabalhador, bem como delinear o importante princípio da dignidade pessoa humana, no intuito de demonstrar as formas de coisificação do homem, qualificada como abuso aos direitos do ser humano e afronta ao direito do trabalho.

Coube, portanto, ao terceiro e último capítulo materializar a compreensão do trabalho análogo ao de escravo dos dias atuais, a partir da violação do referido princípio, analisado no capítulo antecedente. Ainda neste momento, reputou relevante a presente pesquisa, abordar as estratégias de atuação dos órgãos e institutos que buscam combater o trabalho em condição análoga a de escravo, objetivando expor que é possível ao menos reduzir tal prática no país, a partir de uma fiscalização consistente e implementação de métodos de aplicabilidade da lei.

Segundo LAKATOS (1992) a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, auxiliando na análise das pesquisas ou na manipulação de suas informações. Cumpre informar que foi esta, a metodologia utilizada para elaboração do presente trabalho, eis que utilizou-se de dados da biblioteca da Universidade, bem como da base de dados da internet de artigos, livros e periódicos em PDF.

A importância do presente trabalho se dá em razão da possibilidade de expor a realidade de trabalho de uma parcela da classe trabalhadora no país, paltado no intuito de analisar esse cenário na perspectiva da contemporaneidade, posto que, embora seja assunto de debate na mídia e redes sociais, ainda compõe um contexto que parece distante ao conhecimento de muitas pessoas. Assim sendo, é importante aclarar as violações sofridas pelo cidadão na qualidade de trabalhador e sujeito de direito, bem como corroborar com a aplicação das medidas realizadas pelos sujeitos responsáveis pelo combate a tal ação, tendo em vista que a prática do trabalho “escravo” contemporâneo no Brasil precisa ser amplamente combatida.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E SUA CONFIGURAÇÃO NA ATUALIDADE

Para que se possa compreender adequadamente como se apresenta a chamada escravidão contemporânea no país, juridicamente definida como trabalho análogo ao de

escravo, faz necessário realizar, ainda que brevemente, uma análise histórica acerca da escravidão no Brasil.

2.1 Aspectos históricos da escravidão

Com efeito, é por meio de relatos históricos da escravidão dos povos antigos e do Brasil colonial, até o século XXI, que se entende possível compreender o nascimento desse fenômeno na atualidade.

De acordo Meltzer (2004)⁴, a escravidão teve sua origem na Grécia e Roma Antiga, iniciada em função das guerras, na qual o vencedor possuía o direito de escravizar o vencido. Havia ainda o direito de poder escravizar aquele a quem estivesse contraído dívidas, sem obter pagamento, podendo a partir de então ter direito sobre seu corpo. Nesse período inicial da escravidão, possuir um escravo era meio de possuir status; mas no período seguinte passou a ser um meio de enriquecer as elites e servir pelo funcionamento dos serviços públicos.

No que concerne ao Brasil, a escravidão teve sua origem na chegada dos portugueses, quando eles começaram a utilizar mão de obra escrava negra que vinha da África. Os escravos chegavam em navios negreiros, em condições precárias de saúde e higienização. Além de servirem para serviços domésticos e nas lavouras, serviam inclusive como mercadoria, podendo ser vendido ou trocado. Vê-se nesse momento que o negro – qualificado como escravo – possuía características de um objeto, não havendo a possibilidade de possuir direito.

Neste contexto, cumpre observar que a escravização no Brasil inicialmente, teve como elemento fundante de subjugação, a cor da pele, cor negra, diferentes dos europeus colonizadores, que eram brancos. Assim, por ser de costume da época, devido as suas características, os negros eram submissos aos senhores de engenho. No entanto, com o passar do tempo, devido aos desgastes e a insatisfação da posição à qual se viam, os escravos começaram a se rebelar, e muitos se dispuseram a fugir para os quilombos – locais de refúgio dos escravos –, tentando assim se afastar da realidade da escravidão a que estavam sujeitos, e também dos capitães do mato que os perseguiam constantemente.

Concomitante à realidade delineada acima, segundo Pedroso Velloso e Fava (2006)⁵, períodos após o início da escravidão no Brasil, ainda antes da abolição da escravatura, chegaram imigrantes suíços e alemães para trabalhar em fazendas de café. Essa imigração inicialmente era financiada pelo governo, mas posteriormente o governo deixou de arcar com tais custos, e esses imigrantes ao chegar ao país, já chegavam contraindo dívidas com os

⁴ SIQUEIRA, 2010. p. 129.

⁵ SIQUEIRA, 2010. p. 130.

donos das fazendas de café, cabendo-lhes pagar a dívida com o esforço exaustivo de trabalho. Iniciava-se com isso, por assim dizer, o que mais tarde seria percebido como uma nova modalidade de escravidão.

Essa espécie de “escravidão por dívida” também ocorreu com outros tipos de trabalhadores, em outros momentos históricos. A escravidão por dívida, conhecida no ordenamento jurídico como “*truck system*”, ocorre no momento em que o aliciador vai à busca de trabalhadores em sua terra natal, propondo emprego com remuneração plausível e boas condições de trabalho. Este trabalhador ao sair de sua terra natal, conduzido pelo empreiteiro, já chega ao destino com dívidas a pagar provenientes do deslocamento, materiais de trabalho, hospedagem e alimentação, estando desse modo sujeito a trabalhar para pagar essas referidas dívidas e afins. Ocorre que, não bastasse, ao ter que laborar para quitar a primeira dívida contraída, esses trabalhadores acabavam acumulando outras dívidas, ficando quase que inviável a possibilidade de pagamento, tendo em vista que as dívidas são incompatíveis com o que ele passa a receber como pagamento.

Todo esse contexto originou-se no período da ditadura militar, no momento em que o governo apoiou o agronegócio, aumentando a demanda por mão de obra no campo e abrindo espaço para que essa prática do “*truck system*” fosse possível. No entanto, em verdade, vale salientar que este cenário vem se perpetuando até os dias atuais, configurando o que se entende, na perspectiva rural, por escravidão na contemporaneidade⁶, a qual, como visto acima, inicia-se com a promessa de boas condições de trabalho e garantia de emprego e se concretiza e perpetua como uma verdadeira prisão, onde são subjugados ora, não ao feitores e senhores de engenho diretamente, mas aos grandes empregadores, igualmente donos de terra e, sobretudo, exploradores de uma mão de obra que tende a ser ludibriada com a chance de manter o seu sustento a partir de um trabalho digno.

Assim, compreendido o histórico do fenômeno da escravidão, acima delineado, mister se faz relacioná-lo mais detidamente com as demais perspectivas escravistas na atualidade, onde o trabalho, realizado sob imposição de condições degradantes e indignas, passa a ser definido e denominado de condição análoga a de escravo, conforme se verá no tópico seguinte.

⁶ SIQUEIRA, 2010. p. 130.

2.2 Condição análoga a de escravo

Importantes autores como Adônia Antunes Prado, Cícero Rufino Peneira, José Afonso da Silva e Ricardo Rezende Figueira, já se debruçaram a estudar e descrever a realidade de escravidão no país. De acordo com esses estudiosos, trabalho escravo contemporâneo é um trabalho involuntário, iniciado por meio de aliciamento, no qual, devido à vulnerabilidade em que se encontram – tendo em vista que estão distantes de sua cidade e no ato do deslocamento contraíram dívidas –, praticam o labor de maneira degradante, estando sujeito a privação de sua liberdade, aliados a má condições de trabalho, alimentação, higienização, além da efetivação da violência física e moral; tendo como principal princípio atingido não apenas o princípio da liberdade, e sim o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Portanto, trabalho análogo ao de escravo é o trabalho forçado, em que além de haver a restrição da liberdade do trabalhador, há o exercício laboral em condições degradantes e extenuantes, com jornadas exaustivas, na qual o empregado se sente obrigado a trabalhar, devido à necessidade de permanecer empregado, permitindo assim, involuntariamente a afronta à sua dignidade. Esse tipo de trabalho em condição análoga a de escravo submete o trabalhador a situações precárias de higienização, saúde, alimentação e acomodação. O exercício desse trabalho no Brasil está relacionado à precariedade de acesso ao mercado de trabalho, a falta de qualificação profissional e a necessidade que o empregado tem de sobreviver e sustentar a si e a sua família. Azevedo (2010) corroborando com este entendimento, relaciona diretamente as condições degradantes à violação a dignidade do trabalhador.

Haverá condições degradantes de trabalho quando houver desrespeito aos direitos indisponíveis dos trabalhadores. Mas não qualquer desrespeito, haverá condições degradantes quando houver desrespeito grave a ponto de ferir a dignidade do trabalhador, quando suas necessidades mais básicas são desconsideradas, fazendo com que o tratamento a ele dispensado pareça mais com o tratamento dado a uma coisa (AZEVEDO, 2010; p. 28).

Além disso, vale esclarecer que jornada exaustiva é caracterizada pelo trabalho diário que foge às regras da legislação trabalhista, esgotando o trabalhador, como visto acima no trecho consignado. Ademais, a jornada exaustiva expõe o trabalhador à falta de segurança e riscos à saúde, pois jornadas longas deixam o indivíduo com reflexos e raciocínio mais lentos, submetendo-o a riscos de acidentes e problemas de saúde relacionados à fadiga.

De acordo com a repórter Akemi Nitahara⁷, o Brasil é o quarto no mundo em acidentes de trabalho. Em abril de 2016 a Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região informou que ocorre, por ano, mais de 700 mil acidentes de trabalho no país. Afirma ainda que grande parte dos acidentes de trabalho ocorre ao final da jornada, inclusive quando se está fazendo horas extras, devido ao corpo fadigado.

Em consonância com o entendimento ora esposado, Melo (2003)⁸ afirma que condições análogas à de escravos são condições péssimas de trabalho e de remuneração, com restrições a autodeterminação do trabalhador. São a título de exemplo a intermediação fraudulenta, a submissão a condições precárias pela falta ou pelo inadequado fornecimento de boa alimentação e água potável; a existência de alojamentos sem condições mínimas; o não fornecimento dos instrumentos para o exercício do trabalho dos equipamentos de proteção individual; o não cumprimento da legislação que rege o trabalho humano.

Desse modo, constata-se que há diversas maneiras de conceituar o trabalho análogo ao de escravo. Dentre elas a definição do tratado internacional da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1926; a conceituação da Organização Internacional do Trabalho, por meio de convenções voltadas a abolição do trabalho escravo; a conceituação da convenção complementar sobre abolição da escravatura, tráfico de escravos e das instituições e práticas análogas à escravatura, em 1956, bem como a legislação brasileira, em seu código penal.

O primeiro tratado internacional firmado pela liga das Nações Unidas⁹ define escravidão como o estado e a condição do indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, alguns ou todos os atributos do direito de propriedade.

Vale mencionar que a escravidão sempre foi severamente combatida pelo Direito internacional, eis que compreendida como atuação intensamente violadora do arcabouço conceitual dos próprios direitos humanos. Assim, o Direito Internacional é absoluto quanto a sua proibição, por consectário lógico, tal proibição integra o direito cogente e é inderrogável.

Ainda na perspectiva internacional, para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), descrito na convenção de nº 29, em seu artigo 2º, trabalho forçado é todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de livre e espontânea vontade. Por sua vez, a OIT, conforme convenção complementar sobre abolição da escravatura define essa condição também em seu artigo 7º, onde se lê que “escravidão” é o estado ou a condição do indivíduo sobre o qual se exercem todos ou partes

⁷ AGÊNCIA BRASIL, 2016.

⁸ FIGUEIRA, 2013. p. 19-20.

⁹ FIGUEIRA, 2004, p. 36.

dos poderes atribuídos ao direito de propriedade, retomando assim a perspectiva de coisificação do trabalhador, antítese, portanto, dos argumentos que lhe conferem dignidade enquanto ser pessoa humana que trabalha.

Deste modo, não há dúvidas que o trabalho em condição análoga ao de escravo viola leis, bem como os direitos humanos e os próprios direitos sociais do trabalho, pois, fere, sobretudo, a dignidade da pessoa humana. Muito embora tal prática seja proibida e punida no país, observa-se que esta realidade, conforme já denunciado anteriormente, ainda persiste nos dias atuais, ainda que transmutada através de outros aspectos e características, porém em afronta intensa e direta ao princípio da dignidade humana desses trabalhadores.

Desse modo, antes de realizar essa releitura contemporânea da escravidão no país, a partir da compreensão desse princípio da dignidade humana que compõe a linha mestre do nosso arcabouço doutrinário constitucional, se faz necessário, naturalmente, analisar ainda que brevemente, a evolução dessa escravidão e como se apresente na atualidade no Brasil.

2.3 A escravidão no Brasil, na atualidade

Ao tratar de evolução da escravidão no país, faz-se necessário uma equiparação do período anterior ao atual, pois é devido a aspectos sociais de cada momento histórico da sociedade que se constrói o Direito, este que acompanha o tempo, mudando de acordo com a cultura e necessidade de cada época.

Os trabalhadores que se submetem a trabalhos análogos ao de escravo assemelham-se com os imigrantes alemães e suíços no que tange ao fato de terem contraído dívidas no âmbito do próprio trabalho. Entretanto, naquela época, esses imigrantes não laboravam em condições degradantes, e embora trabalhassem para quitar seus débitos, não tinham sua alimentação cerceada, eis que podiam plantar para sua própria subsistência e, embora vivessem em localidade simples, não estavam sob condições precárias de higienização.

Estas características em muito se diferem do cenário vivido por aqueles que são submetidos ao trabalho “escravo” hoje. Isto porque, na atualidade, os empregadores, além de tudo, ainda submetem o trabalhador, como suscitado anteriormente, justamente a condições degradantes, onde há falta de higienização, alimentação, e muitas vezes, água potável. Tomando como referência esta realidade acima citada, seria possível, portanto, afirmar que o trabalhador escravo de hoje se assemelharia mais com o próprio escravo, negro, da época da escravidão pelos portugueses.

Por sua vez, fazendo o esforço contrário de diferenciação, cumpre observar que talvez a maior diferença entre o escravo de antes e este trabalhador, ora também marginalizado pela sociedade, seja a cor da pele, a qual era, antes, preponderante para qualificar essa condição de submissão escrava, enquanto que hoje, o elemento definidor muitas vezes é a sua origem, estando relacionado à economia e ao estado social do trabalhador.

Há ainda, outra diferença quanto à recepção dessa prática pela sociedade escravocrata da época, eis que a escravidão de outrora era legalizada, tendo sido proibida apenas após a abolição da escravatura, em 1888. Enquanto que a “escravidão” atual é proibida, firmada em diversos preceitos legais, e, embora exista legislação que configure ilícita tal ato, ainda se faz impune esta prática no país.

De acordo com FIGUEIRA (2013) existem duas modalidades básicas de trabalho escravo. A primeira é quando não há nenhuma alusão ao cerceamento da liberdade de locomoção, a segunda é quando o ir e vir é restringido. Submeter o indivíduo a trabalhos forçados, à jornada exaustiva ou a condições degradantes de trabalho configura a atividade à condição análoga à de escravo, qual refere-se à restrição da liberdade e locomoção. A caracterização da submissão a trabalho forçado é tanto pela utilização de coação física quanto moral, ambas consideradas como crime; sendo qualificada como tipo penal o uso de ameaça ou trabalho contra vontade ou escolha do trabalhador. Há casos em que essa liberdade é cerceada pelo fato de ter retido seus documentos pessoais, restrição de meio de transporte, vigilância ostensiva, sob uso de força ou chantagem.

Atualmente, se configura como crime qualquer ato praticado que se configure o exercício de trabalho análogo à de escravo, ainda que não exista a privação da liberdade. A legislação brasileira, em referência ao código penal no seu artigo 149, considera como trabalho análogo atividades alternativas, sendo característica do ato ilícito a jornada exaustiva, e/ou condições degradantes, e/ou restrição da liberdade.

Art. 149: Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregado ou preposto: Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – Cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – Mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – Contra criança ou adolescente;

II – Por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem (BRASIL, 1943).

O código penal também assegura o direito do trabalhador, no que tange a frustração do seu direito, explanado no artigo 203 do referido código.

Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:

Pena – detenção, de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Na mesma pena incorre quem:

I – Obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço, em virtude de dívida;

II – Impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais e contratuais.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência mental (BRASIL, 1943).

Considerando esta visão conferida pelas normas acima, a respeito do crime em que se constitui a escravidão moderna, constata-se que ele se inicia a partir da restrição do estado de liberdade do trabalhador, mas não é uma liberdade apenas no sentido de locomoção, mas sobretudo, liberdade no sentido de poder de escolha.

Uma vez compreendida os caminhos e percursos que o fenômeno da escravidão passou até chegar a sua configuração na atualidade, faz-se mister analisar, a seguir, a caracterização do princípio da dignidade da pessoa humana, eis que conforme será observado no último capítulo do presente artigo, o trabalho escravo no Brasil hoje, se configura essencialmente pela afronta a este importante e marcante princípio constitucional.

3 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ENQUANTO MARCO ESSENCIAL PARA O DIREITO DO TRABALHADOR NO BRASIL

Neste momento faz necessário, para compreensão adequada da violação de leis e direitos do trabalhador, trazer a definição e origem do direito do trabalho, dos direitos sociais, bem como demonstrar quais os direitos agregaram-se aos trabalhadores e como se configura a violação da constitucionalidade humana, no tocante à sua dignidade.

3.1. Direitos sociais do trabalho

Segundo José Cairo Júnior (2015), trabalho é uma utilização da força do trabalhador, o qual possui objetivo de receber uma retribuição, no intuito de prover sua manutenção e de sua família; constitui a ação humana em que há o desprendimento de energia de uma pessoa designada a um determinado fim.

Com o tempo, em razão dos marcos da Constituição Mexicana, em 1917, e da constituição de Weimar, em 1919, trazendo o surgimento do constitucionalismo social, fora permitido maiores garantias aos direitos dos trabalhadores, tendo como primeiro documento histórico o tratado de Versalhes, responsável pela formalização da criação da OIT, garantindo que o trabalho não seria apenas uma mercadoria.

Os Direitos trabalhistas brasileiros surgiram¹⁰ da concentração proletária nos centros urbanos, qual decorreu da revolução industrial, no início do século XX, justificando seu atraso devido à utilização legal da mão de obra escrava. Neste período, o presidente Getúlio Vargas, querendo contribuir para a autonomia do Direito do Trabalho, editou medidas legislativas, regulamentando relações de determinadas categorias profissionais e atribuindo alguns direitos aos trabalhadores. Ele reuniu as medidas legislativas já existentes em um único diploma legal, aprovado em 1943, a CLT, sendo estatuto básico legal do trabalhador brasileiro.

Com mais de 70 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), as mudanças são frequentes e importantes para o direito do trabalho, tendo em vista que ela surgiu como uma necessidade constitucional, inserindo os direitos trabalhistas na legislação brasileira. Importante destacar que as mudanças que ocorreram foram devidas à proteção da dignidade da pessoa humana.

Assim, na perspectiva constitucional, os direitos dos trabalhadores são garantidos em diversos artigos, entre eles está o artigo 6º, que dispõe sobre os direitos sociais, quais sejam a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Já o artigo 7º assegura ainda atividades que visem à melhoria de sua condição social, salário mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Os direitos sociais buscam, dessa forma, a qualidade de vida dos indivíduos, garantindo a efetivação da dignidade humana, vez que é assegurada as condições materiais indispensáveis para que ocorra o pleno gozo dos seus direitos. Vale salientar que ainda há

¹⁰ JUNIOR. 2015. Pág. 52-53.

outras leis, não constantes no mesmo diploma legal, de suma importância para os Direitos trabalhistas, dentre elas estão a lei nº8036/90, tratando do FGTS; lei nº5889/73, regulamentando o trabalho rural; a lei nº605/49, qual trata do descanso semanal remunerado e outras.

Desse modo, ao tratar dos direitos sociais do trabalhador, a partir da compreensão do direito constitucional, se faz necessário analisar a definição, caracterização e importância da dignidade da pessoa humana, a seguir explanada.

3.2 Da dignidade da pessoa humana

Mediante definição de BARROSO (2010), a dignidade humana constitui um valor axiológico, ligado à ideia de bom, justo, virtuoso. Posiciona-se juntamente a outros valores centrais para o Direito, como justiça, segurança e solidariedade; tornando a dignidade uma justificação moral dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, considerada como um valor fundamental que se viu convertido em princípio jurídico de estatura constitucional e como fundamento normativo para todos os direitos fundamentais. Do princípio da dignidade humana, em aceitação compartilhada por diversos países, é vedado a tortura, o trabalho escravo ou as penas cruéis.

A dignidade, mediante definição de Kant¹¹, tem por fundamento a autonomia, significando a manifestação de vontade – livre –, a capacidade do indivíduo de se autodeterminar, mediante determinadas leis. Como salienta o autor, para tudo que existe no mundo, ou se lhe é atribuído determinado preço ou, dignidade. Assim, na medida em que as coisas possuem preços, podem ser substituídas por outras equivalentes; porém, quando uma coisa está acima de todo preço, não podendo ser substituída por outra equivalente, esta possui dignidade.

Segundo SILVA (2000), a dignidade da pessoa humana está no centro da ordem jurídica brasileira, pelo fato de conceber a valorização da pessoa humana como sendo razão fundamental para estrutura de organização do Estado e para o Direito, constituindo dever do Estado respeitar, proteger e promover as condições que viabilizem a vida com dignidade. O entendimento que se adquire com a dignidade humana é que existirá, a partir do respeito a ela, uma vida com liberdades mais amplas, liberdades estas, frise-se tão necessárias, inclusive no espaço do trabalho.

¹¹ *Apud*, V. Immanuel Kant, Fundamentação da metafísica dos costumes, 2004, p. 67, 75-77, 79.

A dignidade possui três aspectos¹² essenciais; a) o valor intrínseco, b) a autonomia e, c) o valor social da pessoa humana. Valor intrínseco é um valor que não tem preço, refere-se a um valor objetivo que independe das circunstâncias pessoais de cada um, não podendo assim ser retirada nem perdida, independentemente da ação, conduta e capacidade do indivíduo, sendo adquirida a partir do nascimento. Dessa qualidade intrínseca resulta a integridade física, na qual tem como direito inviolável a proibição da tortura, do trabalho escravo ou forçado, das penas cruéis e o tráfico de pessoas.

No que concerne à autonomia, esta, segundo entendimento de BARROSO (2010) está ligado à manifestação de vontade do indivíduo; sendo permitido ao indivíduo desenvolver sua personalidade de modo autêntico. Neste contexto, já o valor social da pessoa está ligado à igualdade, à liberdade e à capacidade que o indivíduo possui de exercer sua cidadania, bem como satisfazer suas necessidades físicas e psíquicas.

Nesta ordem, o Supremo Tribunal Federal¹³, enquanto guardião supremo da Constituição se manifesta de forma direta em defesa ao princípio da dignidade, quando defende e reafirma que são invioláveis a integridade física e moral dos indivíduos, sendo proibida a tortura, o tratamento desumano, degradante ou cruel.

Desse modo, uma vez compreendido os aspectos conceituais e doutrinários sobre a dignidade da pessoa humana enquanto princípio fundamental, bem assim, no capítulo antecedente, havendo delineado claramente a narrativa histórica e evolução do processo de escravidão observado no Brasil, passa-se ao objetivo central do presente trabalho; apresentar a violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, e por consectário lógico; a afronta à dignidade dos trabalhadores como elemento definidor e revelador da situação de escravidão contemporânea no país.

4 A REALIDADE DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA INTERPRETADA A PARTIR DA AFRONTA À DIGNIDADE DOS TRABALHADORES

A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagrou e assegurou o direito ao trabalho com dignidade, no qual garante ao trabalhador condições plausíveis de trabalho,

¹² *Apud*, V. Immanuel Kant, fundamentação da metafísica dos costumes, 2004, p. 77; *apud*, V. Charles Taylor, Apolítica do reconhecimento. In: *Argumentos filosóficos*, 2000 e Axel Honneth, Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: Jessé Souza e Patrícia Mattos (orgs.), *Teoria crítica no século XXI*, 2007. Para uma perspectiva diversa, v. Nancy Fraser, Reconhecimento sem ética? In: Jessé Souza e Patrícia Mattos (orgs.), *Teoria crítica no século XXI*, 2007.

¹³ *Apud*, STF, DJ 22 de no. 1996, HC 71.373/RS, Rel. Min. Francisco Rezek, Rel. p/ acórdão Min. Marco Aurélio.

qualidade e caracterização do ser, possuidor de direitos, visando a sua dignidade humana e valorização pessoal, conforme exposto em seu artigo XXIII.

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2009).

Nesta perspectiva, entende-se que o homem tem direito ao trabalho, mas a um trabalho digno, que não o coloque em condições de risco ou degradantes e que apresente boas condições de labor. Há ainda que se falar que da percepção do salário, eis que todo ser humano que realiza atividade laboral possui o direito de ser remunerado em razão do seu esforço e suor de seu trabalho.

Para PEREIRA (2009) mais importante que o princípio da liberdade, eventualmente, atingido é o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana no que tange ao plano material e moral, de modo que é deste princípio que devem derivar todos os outros, pois, não se pode dar ao trabalhador, que é ser humano detentor de direitos, tratamento análogo ao de coisa ou de mercadoria.

Nas relações trabalhistas a dignidade do trabalhador só será garantida de forma plena, como deve ser, se todos os direitos forem observados e respeitados, envolvendo, por conseguinte, a proteção da sua integridade física, por meio de equipamentos de proteção, local e horário de descanso, água potável, higienização, e demais condições humanas e plausíveis a todo e qualquer trabalhador. Além do respeito, obviamente, à todas as normas e determinação de condutas expedidas pelo Ministério do Trabalho e emprego, nas suas normatizações de saúde e segurança do trabalhador.

Rúbia Zanotelli de Alvarenga¹⁴ traz um entendimento acerca do direito fundamental digno e o trabalho em condição digna.

Não existe direito a vida digna se o homem não for livre e não tiver acesso ao direito fundamental ao trabalho digno. Se o direito do trabalho não for assegurado, não existirá dignidade humana que sobreviva, pois, o direito do trabalho surgiu para exaltar a dignidade da pessoa humana do trabalhador e como fonte de melhoramento da condição humana. É o trabalho regulado e digno que integra o homem na sociedade e contribui para a plena realização da personalidade do homem (ALVARENGA, 2009, p. 705-718).

¹⁴ *Apud*, ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. *Heremênutica Jurídica e Direitos Humanos Sociais do Trabalhador*. Revista Ltr, São Paulo, v. 73, n. 6, p. 705-718, 2009.

Ora, a dignidade do homem está também na perspectiva de se sentir útil, capaz de exercer qualquer atividade em que sustente o seu sentido de liberdade, bem como a capacidade de exercer seu trabalho de modo digno, eis que é do esforço do seu trabalho, e da sua livre escolha, cumulada com a iniciativa, que se busca uma melhor condição de vida. O trabalho digno, em caráter competente à dignidade do trabalhador é que o insere na sociedade e estimula à realização da sua personalidade.

Mesmo com o constitucionalismo, outras leis, convenções e demais formas de assegurar o direito do trabalhador existem como instrumentos no combate a prática do trabalho análogo ao de escravo. Todavia, embora existam direitos, deveres e garantias legais, há ainda muito que caminhar para que se consiga combater efetivamente ou reduzir drasticamente a incidência de tal ilicitude.

O trabalho análogo ao de escravo, a verdadeira afronta à dignidade dos trabalhadores, representa uma escravidão atualizada, realizando-se a partir do momento em que o trabalhador é enganado, ludibriado por falsas promessas de seu empregador. É um trabalho sujeito a condições degradantes, precárias, exaustivas e forçadas que fere a Constituição Federal e todas as leis que amparam o direito do trabalhador.

O que permite a configuração e existência de tal prática no país é, ainda, o fato de existir uma classe que possui pouco conhecimento acerca, inclusive e principalmente, de seus direitos, que se subestima a essas condições. A falta de instrução e educação formal influencia nesse fenômeno, pois, muitas vezes aqueles que se submetem a estas condições, o fazem porque não possuem instruções suficientes para se insurgir e, conseqüentemente, exigir esses seus direitos e garantias, que na maioria das vezes sequer sabem que existem. Outro elemento que influencia é a falta de interesse da sociedade como um todo, genericamente falando, que em certo modo não se interessa pelo tema. Deixando assim de se formar a necessária pressão e repreensão popular para que se evite tal prática. É nesse momento que se percebe a necessidade de atuação de ações conjuntas que contemplem a educação, informação e geração de renda.

Neste sentido, para que esse fenômeno seja erradicado, é importante entender que ele não ocorre apenas em lugares isolados e remotos, para que haja erradicação do problema, da violação dos direitos dos homens, faz-se necessário que Estado e sociedade atuem juntos, buscando por meio de órgãos, instituições e entidades erradicar ou reduzir tal prática no país.

4.1 O combate e erradicação ao trabalho análogo ao de escravo no país.

Neste último item, serão apresentados então, os elementos e meios de combate à erradicação do trabalho escravo contemporâneo, bem como os posicionamentos dos órgãos atuantes, amparando essas discussões nas legislações aplicáveis. Será analisado de que forma a atuação desses agentes permitem levar o suporte necessário aos trabalhadores no tocante a persistente violação aos seus direitos, por eles vivenciada.

O surgimento dos elementos de combate à prática do trabalho análogo ao de escravo no Brasil teve início em 1995, quando foi reconhecida pela comunidade internacional a existência dessa prática de trabalho no país. Esses elementos fazem parte do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que tem como membros o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério Público do Trabalho, policial federal e polícia rodoviária federal, bem como o Ministério Público Federal¹⁵.

De acordo com o artigo 626 da CLT, é dever das autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, fiscalizar o devido cumprimento das normas de proteção ao trabalho. Desse modo, o Ministério do Trabalho e Emprego tem a incumbência de promover o desenvolvimento da cidadania na relação laboral, permitindo ao trabalhador o exercício de seus direitos e deveres civis e sociais.

Para auxiliar tal atividade é necessária a utilização de medidas de fiscalização, combate e repressão, por meio do grupo que possui a especialização de fiscalização móvel, pretendendo tornar efetiva a determinação legal do Direito do trabalhador.

Além disso, insta ressaltar que o Ministério Público da União, por meio do Ministério Público do Trabalho, tem a incumbência de defender a ordem jurídica do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis; tendo a função de atuar judicialmente e extrajudicialmente na defesa dos direitos coletivos e individuais cuja competência seja da justiça do trabalho, dando maior atenção às questões que tratem de erradicação do trabalho infantil, trabalho forçado e escravo e combate a qualquer forma de discriminação no mercado de trabalho¹⁶.

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel é formado por auditores fiscais do trabalho, delegados, agentes da Polícia Federal e procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT). Há casos em que se acresce ao quadro, membros da Procuradoria Geral da República, do IBAMA e do INCRA. Este grupo realiza operações de busca, com o intuito de reduzir as

¹⁵ AZEVEDO, 2010. Pág. 5.

¹⁶ ALMEIDA, p. 4-6.

pressões ou ameaças sobre a fiscalização local, almejando combater ou reduzir a prática da utilização da mão de obra escrava.

No ano de 2003 foi lançada uma política visando a eliminação dessa prática de trabalho no país, por intermédio do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, este, integrado por vários ministérios e representantes de entidades não governamentais¹⁷. O Plano permanece em vigor até dos dias de hoje, e o Governo Federal divulga por semestre o nome de pessoas físicas ou jurídicas que fazem uso da mão de obra com características análogas ao de escravo, tornando público, conseqüentemente, também para a OIT, nomes de países que violam as suas convenções.

Essa portaria expediu e, seguindo o percurso histórico da implementação das medidas de combate, no ano seguinte, a portaria nº540, em seu artigo 2º, passou a definir a possibilidade de inserir o nome do infrator no cadastro de infratores somente após a conclusão do processo administrativo originário dos autos de infração lavrados no decorrer das inspeções. Tornou possível, portanto, verificado artigo 4º da presente portaria, a exclusão do nome, se observado a mudança na conduta do agente infrator no lapso temporal de dois anos, sendo esse período monitorado pela inspeção do trabalho. Além disso, nessa mesma Portaria, no §2º, diz que, pagos as multas e débitos trabalhistas e previdenciários, o nome é passível de retirada do cadastro, se houver comprovado a não reincidência do ilícito.

Embora o presente trabalho entenda que a Portaria acima descrita, representa, em certo modo, um retrocesso ou, no mínimo, uma flexibilização das medidas tomadas na complexa via de combate ao trabalho escravo contemporâneo, outras medidas continuaram a ser tomadas no intuito de tornar o tema passível de conhecimento cada vez mais e, para uma maior parte da sociedade.

Neste desiderato, agregou-se aos meios de combate, como vínculo informativo, a ONG Repórter Brasil. Esta que, atuando em paralelo com demais veículos de comunicação para publicação de notícias, artigos e reportagens, contribuiu bastante para o aumento da discussão do tema na grande mídia. Cumpre registrar que a ONG tem o objetivo de combater injustiças e eventuais violações aos direitos fundamentais do homem; fortalecer a livre atuação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil; promover a educação e a comunicação como meios para transformação social, entre outros¹⁸.

¹⁷ *Apud* publicação da revista digital Domtotal.com – especiais: servidão humana, entrevista com Leonardo Sakamoto, cientista político da ONG Repórter Brasil, datada de 23.01.2011, no artigo intitulado: “Pobreza, a mãe do trabalho escravo”.

¹⁸ *Apud* REPÓRTER BRASIL. A história da Repórter Brasil. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/conteudo.php?id=138>>.

Posteriormente, em 2008, buscando trazer mais elementos combatentes à prática de trabalho escravo contemporâneo, a CUT, entidade sindical, se uniu ao Plano Nacional de Erradicação de Trabalho Escravo, propondo monitorar as ações empreendidas de erradicação, permitindo a troca de informações entre as empresas e sindicatos envolvidos¹⁹.

Já no plano prático, o Ministério Público do trabalho, sendo instituição permanente e essencial para a função jurisdicional do Estado, utiliza-se de cinco instrumentos para garantir a efetividade dos direitos constitucionais e trabalhistas aos trabalhadores resgatados, quais sejam a ação anulatória, a ação civil pública, a ação preventiva, o inquérito civil público e o termo de ajuste de conduta.

Sucintamente, cumpre esclarecer que a *ação anulatória* existe para objetivar o direito do trabalhador acerca da violação do direito da liberdade, estando assegurada pela lei complementar nº 75/93; a *ação civil pública* tem previsão constitucional, estando disposto no art. 129, tendo ainda previsão infraconstitucional na lei nº 7347/85, visando preservar o tutelado (na perspectiva coletiva), tendo em vista a violação dos seus direitos; a *ação preventiva* é a forma extrajudicial que busca efetivar as garantias dos trabalhadores, com medidas que tem a finalidade de trazer ao conhecimento público a situação de cada indivíduo, dando espaço a sociedade por meio de audiências públicas, palestras, seminários e demais atividades que tragam a ciência da realidade vivida do trabalhador em condições escravizadas; o *inquérito civil público* tem previsão legal na lei nº 17.347/85, sendo medida prévia ao ajuizamento da Ação Civil Pública, tendo por finalidade apurar os fatos, por meio da instauração, instrução e conclusão; e por fim, o *termo de ajuste de conduta*, este que é previsto na lei complementar nº 75/93, de caráter extrajudicial, possui o intuito de reparar situações em que ocorra a violação dos direitos dos trabalhadores e que venham a causar lesões, além de possuir caráter pedagógico.

No ato de políticas de reinserção, inclusão e assistência, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apresenta seis medidas benéficas, dentre elas a assistência emergencial – no que tange a alimentação e hospedagem, até finalização da ação fiscal –; seguro desemprego especial – na qual o trabalhador resgatado recebe, em três parcelas, o seguro desemprego no valor de um salário mínimo, possuindo ainda o direito de ser encaminhado para qualificação profissional e recolocação no mercado de trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego –; prioridade de inserção no Programa Bolsa Família; sistema de acompanhamento e combate ao trabalho escravo – qual permite registrar denúncias de trabalho escravo ao MTE,

¹⁹ ALMEIDA, p. 14.

sendo instrumento de monitoramento de fluxos migratórios de mão de obra escrava, com objetivo de tornar um instrumento de integração de instituições estatais e não governamentais envolvidas com a erradicação do trabalho escravo²⁰.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do trabalho escravo ainda é algo frequente no cenário laboral brasileiro. Isso, em razão de diversos fatores que a propiciam, tais como; a falta de divulgação suficiente acerca das referidas práticas, a impunidade, a reincidência, o desrespeito para com as legislações brasileiras e principalmente o descaso e a patente, ora denunciada, violação quanto a dignidade da pessoa humana. Vale mencionar ainda, que esses reflexos são provenientes da realidade em que se encontra o país no que tange a desigualdade social e econômica.

A problemática dessa questão está na falta de equidade de renda, pois no país a sociedade é composta por uma pequena população muito rica e outra parte, maior, com pouquíssimo ou nenhum recurso econômico. Eis então a oportunidade para que essa prática ilegal se estabeleça no ambiente de trabalho, tendo em vista que esses empregadores são a classe social rica, os latifundiários, fazendeiros, donos de construções civis, empresas e empreiteiras, enquanto do outro lado, se posicionam os trabalhadores, estes que sempre buscam uma qualidade de vida melhor, um sustento razoável, se subjugando a condições absolutamente inadequadas de trabalho e vivenciando diariamente a violação, de forma perversa, à sua dignidade humana.

Ainda neste contexto, a oportunidade de ilicitude se encontra justamente no fato de que o trabalhador se encontra numa posição de vulnerabilidade completa, este que, muitas vezes, não consegue o labor suficiente para suprir a sua necessidade financeira e se vê encurralado na situação de desespero.

De acordo com dados da OIT, atualmente há cerca de 21 milhões de pessoas submetidas à trabalho “escravo” contemporâneo no mundo todo. No Brasil, este trabalho está presente na pecuária, produção de carvão, cultivo de cana de açúcar, indústria têxtil e construção civil.

Ao tratar da contextualização histórica, da condição análoga ao de escravo, do processo de escravidão na modernidade, a caracterização e violação da dignidade humana, bem como os elementos de combate, torna perceptível o quanto ainda é distante e extenso o

²⁰ ALMEIDA, p. 6-7.

caminho a ser perseguido para a erradicação desse problema que aflige a tantos trabalhadores no país.

Entre as constatações ora apresentadas, vale mencionar que a impunidade ocorre também em razão da localidade onde se encontram as empresas ou fazendas que fazem uso do trabalho em condições indignas. Grande maioria estão em locais de difíceis acesso e geralmente muito distante dos centros. Muitos trabalhadores se atrevem a fugir, ainda que colocando sua vida em risco – já que são monitorados 24 horas pelos “gatos” ou preposto da empresa, com a utilização de armas de fogo, tendo ainda, nos casos de fazendas, que desviar dos animais selvagens – para tentar pedir socorro. Alguns conseguem denunciar a prática ao MTE e a partir de então tem sua história mudada.

Nesse viés, conforme visto, é de se observar que o Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com seus órgãos, entidades e instituições estão compondo uma importante “banca de defesa”, na linha de frente de combate ao trabalho “escravo” contemporâneo no Brasil. Suas medidas de prevenção e erradicação tem surtido diversos efeitos, tanto é que há um número significativo de trabalhadores resgatados dessa situação indigna. Observou o presente estudos e, conforme visto em momento específico, quando a denúncia é feita, esses órgãos resgatam os trabalhadores escravizados e, uma vez livre, o trabalhador recebe o pagamento de seus direitos, devendo ao empregador pagar multas e indenizações por ter utilizado de tal prática em sua propriedade, podendo inclusive gerar a prisão dos responsáveis.

Entretanto, quando o empregado retorna à sua cidade, acaba encontrando a mesma situação que deixara. Por essa razão, é que se vê a necessidade de ações conjuntas que contemple a prevenção, no tocante a educação, informação e geração de renda; a assistência, para que exista o pagamento dos direitos devidos a cada trabalhador; e a repressão, sendo punido o criminoso e havendo a compensação financeira do trabalhador.

Destaca-se, inclusive, que boa parte da população ainda desconhece ou resiste a acreditar a existência de tal prática de trabalho no país e por outro lado, sabe-se que o próprio congresso às vezes barra medidas mais efetivas pois, os próprios políticos são, muitas vezes os empregadores que cometem esta prática. Há ainda o lobe da bancada ruralista no congresso, a quem essas medidas são completamente contrárias aos seus interesses.

É certo que ainda há muito o que se trabalhar no tocante a esta temática no país, tendo em vista que ainda existem muitos trabalhadores submetidos à essa situação de escravidão. No entanto, espera o presente trabalho haver contribuído para discussão do tema, evidenciando aspectos importantes que precisam ser observados diante do propósito de

efetivamente combater e extirpar essa prática do nosso país. Sobretudo, demonstrando que para isso, faz-se necessário antes de tudo, compreender a própria realidade de escravidão no país, hoje, não mais pelo viés da cor, ou da falta de liberdade no sentido estrito, mas, a partir de um critério mais amplo e ao mesmo tempo, profundo; o da violação à própria dignidade humana do trabalhador.

REFERÊNCIAS

_____. Decreto – Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. **Presidência da República. Brasília, DF, 7 de dezembro de 1940.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Decreto – Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. **CLT. Consolidação das Leis Trabalhistas. Presidência da República. Brasília, DF, 1º de maio de 1943.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Decreto Legislativo nº66, de 1965. **Convenção Suplementar Sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura** (1956). Artigo 7º. Câmara Federal. DF. 6 de janeiro de 1966. Promulgadas pelo Decreto nº58.563 de 1º de junho de 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvSupAboEscTraFescInstPraAnaEsc.html>>. Acesso em: mar. 2017.

_____. OIT. Organização Internacional do Trabalho. Nº 29. **CONVENÇÃO CONCERNENTE A TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO ADOTADA PELA CONFERÊNCIA EM SUA DÉCIMA-QUARTA SESSÃO.** Genebra, 28 de junho de 1930 (com as modificações da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946). Presidência da República. Brasília, DF. 28 de junho de 1930. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d41721.htm>. Acesso em: abr. 2017.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil é quarto no mundo em acidentes de trabalho, alertam juízes.** 28 de abril de 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-04/brasil-e-quarto-do-mundo-em-acidentes-de-trabalho-alertam-juizes>>. Acesso em mai. 2017.

ALMEIDA, André Henrique de. **Mecanismos de combate ao “trabalho escravo contemporâneo”.** Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=11299&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: mai. 2017.

AZEVEDO, Flávio Alexandre Luciano de. **O TRABALHO SOB CONDIÇÕES DEGRADANTES É ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA.** Artigo Científico apresentado à Universidade Tiradentes como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Aracaju. 2010. Disponível em: <<https://www.sinait.org.br/arquivos/artigos/artigo96e4987f37faf88989138a11f99795b6.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação.** Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: mar. 2017.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Privação da liberdade ou atentado à dignidade: **escravidão contemporânea/organizadores:** Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado, Edna Maria Galvão, -1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X. 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=UIkQBAAQBAJ&pg=PT70&lpg=PT70&dq=audi+patr%C3%ADcia.+a+escravid%C3%A3o+n%C3%A3o+abolida&source=bl&ots=kTttutNkLi&sig=msEjVxILCrb9ybJaiRmUG49-x5A&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwigrIGRoITTAhUCjpAKHXPgAVQQ6AEIKTAC#v=onepage&q=audi%20patr%C3%ADcia.%20a%20escravid%C3%A3o%20n%C3%A3o%20abolida&f=false>>. Acesso em: mar. 2017.

GUERRA, Sidney. **O princípio da dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial.** Organizadores: Sidney Guerra, Lilian Márcia Balmant Emerique. Revista da faculdade de Direito de Campos, Ano VII, nº 9, dezembro de 2006. Disponível em: <<http://fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista09/Artigos/Sidney.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

JUNIOR, José Cairo. **Curso de Direito do Trabalho – Direito individual e coletivo do trabalho.** 10ª Ed. Salvador. Editora Jus Podivm. 2015.

MANFREDINI, Aryanna. Trabalho – Teoria e prática. Principais Temais Discutidos na Justiça do Trabalho. Organizadores: Aryanna Manfredini, Renato Saraiva. Salvador. Editora Jus Podivm. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** Organizadores: Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Kakatos. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed.

NERES, Cássia Dantas. **Trabalho Análogo ao de Escravo no Brasil Contemporâneo: Uma Prática Errônea que fere o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.** Organizadores: Cássia Dantas Neres, Cleidilene Lima Rodrigues. Boletim Jurídico, Uberaba/MG. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=3987>> Acesso em: mai. 2017.

PAULO, Vicente. **Resumo de Direito do Trabalho.** Organizadores: Vicente Paulo, Marcelo Alexandrino. 6ª Ed. Editora Impetus. 2007.

PEREIRA, Cícero Rufino. **O Trabalho Escravo e Infantil e a Dignidade da Pessoa Humana.** Revista Ltr, São Paulo, v. 73, n. 10, 2009.

PESSOA. Eudes André. **A Constituição Federal e os Direitos Sociais Básicos ao Cidadão Brasileiro.** Disponível em: <[ANAIS – 20ª SEMOC, Salvador, p. 1871 - 1893, 23 a 27 de outubro de 2017 | ISSN 2526-1568](http://www.ambito-</p>
</div>
<div data-bbox=)

juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9623>. Acesso em: mai. 2017.

ROVER, Tadeu. **CLT sofreu quase 500 mudanças em 70 anos**. Revista Consultor Jurídico, 28 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-abr-28/consolidacao-leis-trabalho-sofreu-500-mudancas-70-anos>>. Acesso em: mai. 2017.

SILVA, José Afonso da. **Poder constituinte e poder popular**. São Paulo: Malheiros, 2000.

SIQUEIRA, Túlio Manoel Leles de. **O TRABALHO ESCRAVO PERDURA NO BRASIL DO SÉCULO XXI**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, MG - Brasil Ano 1 n. 1 1965-2011 Semestral ISSN 0076-8855 1. Direito do Trabalho - Brasil 2. Processo trabalhista - Brasil 3. Jurisprudência trabalhista – Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_82/rev_82.pdf>. Acesso em: março de 2017.

UNIC. Rio. 005. Agosto. 2009. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: mai. 2017.

REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE DEMOCRACIA

*José Santos de Jesus*¹

RESUMO

Este trabalho deriva de uma pesquisa bibliográfica que buscou apresentar como os principais conceitos de democracias têm sido definidos em recentes pesquisas de dissertações e teses mais recentes catalogadas, encontradas no banco de teses e dissertações do *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC). No referido banco de dados, foram encontradas 142 teses e dissertações, cuja palavra democracia aparecia em seus títulos de capa. Dessa forma coletamos e analisamos os 09 primeiros trabalhos acadêmicos (08 dissertações e 01 tese) que apareceram na lista de busca do banco de dados da CAPES. Todos os trabalhos foram defendidos no ano de 2016. Constatamos nessas obras que os seus autores recorreram a variados conceitos de democracias. Foi possível perceber que embora os conceitos de democracias se aproximem e se distanciem, em determinados momentos, entretanto eles permanecem como um grande desafio que consigam englobar todos os aspectos e variáveis das democracias no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Democracia. Cidadania. Estado. Governo.

ABSTRACT

This work stems from a bibliographical research that sought to present how the main concepts of democracies have been defined in recent researches of dissertations and more recent theses, found in the thesis and dissertations database of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), A foundation linked to the Ministry of Education (MEC). In this database, 142 theses and dissertations were found, whose word democracy appeared in their cover titles. In this way we collected and analyzed the first 09 academic papers (08 dissertations and 01 thesis) that appeared in the search list of the CAPES database. All the works were defended in the year of 2016. We can see in these works that their authors have used various concepts of democracies. It was possible to realize that although the concepts of democracies approach and distance themselves at certain moments, however, they remain a great challenge that can encompass all aspects and variables of democracies in the contemporary world.

Keywords: Democracy. Citizenship. State. Government.

¹ Discente do Programa de Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (PPGPSC/UCSAl). Mestre em Administração Estratégica pela Universidade Salvador (UNIFACS, 2006). Pedagogo formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 1998). Atualmente é o diretor da Escola Municipal Cônego Orlando Teles e conselheiro do FUNDEB.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A democracia é uma forma de governo que teve a sua origem e prática na Grécia Antiga (demo=povo e kracia=governo). Portanto, a democracia, existe desde a antiguidade (PEREIRA, 216). Essa forma de governo foi desenvolvido em Atenas (uma das principais cidades da Grécia Antiga). Embora Atenas seja considerada a matriz da democracia, nem todos podiam participar nesta cidade. Mulheres, estrangeiros, escravos e crianças não participavam das decisões políticas da cidade. Portanto, esta forma antiga de democracia era bem limitada.

Segundo Bobbio (1988), a discussão, na Grécia sobre forma de governo é muito antiga, e vale anotar que neste tipo de debate não há consenso sobre qual seria o melhor modelo político, se a monarquia (governo de um), oligarquia (governo de poucos) ou a democracia (governo de muitos). Ele lembra como exemplo um dos capítulos de “Uma discussão célebre”- Teoria das Formas de Governo que permite a reflexão uma visão mais madura sobre as diversas formas apontados pelos personagens.

O capítulo acima mencionado, começa uma discussão contida no livro "História" de Heródoto. A discussão é fictícia, mas demonstra um elevado grau de conhecimento político dos gregos, já que nela discute-se as diversas formas de governo, especialmente as três aqui citadas, constatando à luz da história, que a nomenclatura democracia também foi e é considerada por alguns como uma acepção negativa de forma de governo. Portanto, uma contraposição ao ideal de Liberdade, ou seja, *ex parte principis*.

Entretanto, o termo "democracia" tem como significado o modelo-padrão de um Estado constitucional, que oferece a garantia do império da lei e de vários direitos e liberdades civis e políticas e é governado por autoridades, que devem necessariamente incluir assembleias representativas, eleitas por sufrágio universal e por maiorias numéricas entre todos os cidadãos, em eleições realizadas a intervalos regulares entre candidatos e/ou organizações que competem entre si. Os historiadores e os cientistas políticos podem recordar-nos, e com razão, de que esse não é o significado original de democracia e de que com certeza não é o único.

Ainda segundo Pereira (2016), embora a ideia seja antiga, ela passou a tomar corpo no mundo moderno após a Segunda Guerra Mundial, quando uma parcela de povos, inclusive do Brasil, passou a questionar muitos regimes de governos autoritários. Com a modernização industrial pós-guerra, as ideias de democracia assumiram uma forma mais concreta

(GOYARD-FABRE, 2003, p. 45). De acordo com Rousseau (2013, p. 70), a democracia é a forma de governo em que o Soberano confia o governo à totalidade ou à maior parte do povo.

Neste sentido, Silva (2005, p. 425) assim entende a democracia como sendo por si um valor-fim, mas meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem, compreende-se que a historicidade destes a envolva na mesma medida, enriquecendo-lhe o conteúdo do evoluir social, mantido sempre o princípio básico de que ela revela um regime político em que o poder repousa na vontade do povo.

De acordo com Silva:

Democracia, é um conceito de complexo significado, baseado na noção de um grupo político na qual todas as pessoas têm o direito de compartilhar dos procedimentos políticos e de discutir ou definir políticas igualmente e, no sentido moderno, na qual determinados direitos são universalizados a partir dos princípios de livre-arbítrio e dignidade humana. O conceito de democracia, embora estreitamente eternizado na ideia de lei e ao constitucionalismo, não se resume à equidade legal, e do mesmo modo está ligado ao acesso a espaços e benefícios sociais diversos, isto é, igual para todos (SILVA, 2005).

Para Held (1987), o conceito ateniense de democracia exigia a participação direta do cidadão nas decisões que diziam respeito aos assuntos do Estado. Implicava num compromisso geral da virtude cívica, na dedicação à cidade-estado republicana e subordinação da vida privada aos assuntos públicos e ao bem comum. Celebrava a ideia de um corpo ativo de cidadãos, todos envolvidos no processo de auto-governo, ao passo que os governadores deveriam ser governados e vice-versa. Exaltava-se o princípio governamental da participação direta, no qual a lei do Estado seria a lei dos cidadãos, fundamentada pela força do melhor argumento e não por meros costumes ou pela força bruta. Assim, a democracia ateniense pode ser justificada pela máxima de que os cidadãos devem gozar de igualdade política para serem livres para governar e, por sua vez, serem governados.

Embora Aristóteles sustente que a democracia é a forma de governo à qual a ideia de cidadão, como aquele que pode ser juiz e magistrado, melhor se adequa, isso não significa que ele compreendesse a democracia como a melhor forma de governo. A democracia surgiu quando, devido ao fato de que todos são iguais em certo sentido, acreditou-se que todos fossem absolutamente iguais entre si (ARISTÓTELES, 2009, p. 81).

A democracia indiana é radicalmente diferente do formato do Partido Comunista chinês, e os dois têm pouco em comum politicamente com o Zimbábue ou a Finlândia. Nos Estados Unidos, por exemplo, a maioria da população, profundamente ligada ao igualitarismo radical e a um antiestatismo também radical, como pesquisas de opinião mostram, defende de

fato serviços de saúde para todos, mas resiste ferozmente à perspectiva de que o governo deveria prestar tal serviço.

Em síntese, para Bobbio (1988) o problema do desenvolvimento da democracia no mundo contemporâneo não é apenas quem vota, mas onde se vota e se delibera coletivamente, pois é no controle democrático do poder econômico que, segundo ele, se vencerá ou se perderá a batalha pela democracia socialista.

Portanto, existem várias formas de democracia na atualidade, porém as mais comuns são: direta e indireta. Na democracia direta, o povo, através de plebiscito, referendo ou outras formas de consultas populares, pode decidir diretamente sobre assuntos políticos ou administrativos de sua cidade, Estado ou país. Não existem intermediários (deputados, senadores, vereadores). Esta forma não é muito comum na atualidade. A democracia indireta (ou democracia representativa), ou, consoante com Rancière (2014), à luz dos contributos de Aristóteles e Políbio sobre as formas mistas de governo, uma “oligarquia democrática” onde os cidadãos elegem seus representantes, os quais serão responsáveis pela tomada de decisões em seu nome. Este é o processo mais comum de tomada de decisão nos governos democráticos, e por isto é também chamado de mandato político.

Em geral, a democracia é exercida, na maioria dos países, de forma mais participativa. É uma forma de governo do povo e para o povo. Entretanto, é proeminente, não obstante, resgatar o asseverado por Hobsbawm (2001), que fala que na era do homem comum, todo governo é governo do povo e para o povo, embora não possa, em qualquer sentido operacional do termo, ser exercido pelo povo.

A ideia de democracia não é algo pronto e definitivo. A história nos mostra que ela muda conforme o lugar e a época. E é justamente esse o objetivo desse trabalho, mostrar como o conceito de democracia foi definido em recentes pesquisas de dissertações e teses do ano de 2016, isso nos mostra que o conceito de democracia se modifica devido a cultura, a necessidade de um povo, os valores e, dependendo do lugar e da época a democracia é algo que varia através dos tempos e eivada de contradições.

Hobsbawm (2007, p. 103) analisa:

Se a eleição popular é o critério principal da democracia representativa, até que ponto se pode falar da legitimidade democrática de uma autoridade eleita pela terça parte do eleitorado potencial, como é o caso do Congresso dos Estados Unidos, ou, como no caso de governos locais na Grã-Bretanha ou do Parlamento europeu, por algo como 10% ou 20% do eleitorado? Ou até de um presidente dos Estados Unidos eleito por pouco mais da metade dos 50% dos americanos com direito a voto? (HOBSBAWM, 2007)

Para Hobsbawm (2007), a participação nas eleições parece estar caindo na maior parte dos países de democracia liberal.

Held (2007), anunciou dois principais grupos de modelo de democracias: as clássicas e as contemporâneas. As democracias clássicas são: a liberal protetora, a liberal desenvolvimentista, a desenvolvimentista radical, a desenvolvimentista liberal, e a democracia direta. Quanto aos modelos contemporâneos existem a competitiva elitista, a pluralista, a nova direita e, a nova esquerda.

No início do século XX a diversidade e a pluralidade de ideologias não eram tão evidentes quanto na sociedade atual, conquanto já considerava-se o diálogo não expressamente, mas a discussão em busca de um acordo, como algo necessário a democracia. Para Kelsen (1998, p.101) a democracia seria um governo que se legitima não pela verdade, mas pelo consenso. O autor defende que a síntese dos princípios da liberdade e da igualdade são características distintivas da democracia.

2 DISCUTINDO MAIS SOBRE CONCEITO DE DEMOCRACIA

A Democracia é uma invenção. E, sendo uma invenção, pode-se mesmo dizer que a Democracia é artificial, no sentido de que ela é um artifício humano e um artefato político, moldado por palavras e atos que aparecem na interação entre pessoas ou uma idéia extravagante, conforme Rancière (2014) que não coaduna, perspectiva dialética, com um sistema de produção de mercadorias em que o sujeito histórico é suplantado pelo sujeito predicado. Sua particularidade é abrir, volta e meia, uma brecha nos sistemas de práticas autocráticas.

Mouffe (2005) e Castoriadis (2002, p. 216), autores de diversos matizes concordam que Democracia é, fundamentalmente, “a luta contra todas as formas de poder autocrático”; e, na época atual, contra o poder autocrático da tecnocracia de grandes empresas e da burocracia de grandes governos centralizados. Essa luta é empreendida, desde sempre, com vistas à autonomia e à liberdade. Entretanto, sob os auspícios de um sistema autoritário homogêneo.

Entretanto o que vemos hoje, na Grécia e na Itália, é o reconhecimento de que o processo democrático é inteiramente subserviente ao mundo financeiro. A democracia é atirada pela janela, para que você possa criar o nexo estado-finança, que irá resolver a situação – ou, pelo menos, é assim que se espera. E eles não sabem como estabilizar as coisas. Em muitos casos, estão piorando a situação (POGGI, 2012).

De acordo com Carta (2014), essa confusão é o resultado do fato de a democracia poder significar coisas extremamente diferentes e contraditórias. A direita norte-americana pensou que a democracia era boa para os iraquianos: a democracia no Iraque seria como aquela no Ocidente. Mas como a antidemocrática direita norte-americana pode exportar a democracia? Obviamente, eles estavam completamente errados. Não há paradoxo porque a própria ideia que os americanos tinham de democracia foi instrutivo. É Isso que emerge da famosa declaração de Donald Rumsfeld² diante dos saques após a queda de Saddam: a liberdade é uma bagunça, é anarquia.

Para, Hobsbawm (2001), a democracia e a anarquia, o nacionalismo e o terrorismo, o Estado nacional e as organizações transnacionais, a guerra e a paz, a violência e a ordem pública, o poder da mídia, o futebol e a cultura contemporânea com seus efeitos nem sempre positivos. As dúvidas e os problemas que abalam a democracia, e a tragédia ainda não superada do terrorismo, não são tratados apenas como questões teóricas, mas como assuntos concretos ligados diretamente à vida cotidiana, influenciando, por exemplo, no aumento da violência urbana, no nível de empregos, nas próximas eleições e, na relação imediata com as contradições do sistema de reprodução social do capital.

A democracia não é antagonista do capitalismo porque a propriedade privada é um pilar fundamental da economia de mercado. Somente no estado democrático de direito ela tem a proteção máxima. O mesmo vale para outros importantes sustentáculos do capitalismo. Desta forma, apenas quando em conjunção com a democracia o capitalismo pode se desenvolver de forma plena.

Essas experiências possuem graus de institucionalização e trabalham com aspectos de ampliação do escopo da democracia, como promoção de transparência, da abertura de dados governamentais, de diálogo com os cidadãos(ãs), dentre outros. Mesmo em relações não-cooperativas entre Estado e sociedade civil, iniciativas podem ser desenvolvidas por esta de modo a apresentar àquele demandas societais que não são capazes de se expressar, ou de se expressar em sua magnitude, por outras vias de acesso ao Estado.

A ideia de articulação entre democracia direta e representativa apareceu pela primeira vez no patrimônio histórico do marxismo, através do austro marxista Max Adler que propôs a integração do parlamento e dos conselhos operários, por perceber que a democracia direta sozinha poderia facilmente descambar em uma democracia corporativista (ADLER, 1976). A

² Donald Henry Rumsfeld (Evanston, 9 de Julho de 1932) é um empresário e político norte-americano. Ele serviu como o 13º secretário de Defesa dos Estados Unidos durante a presidência de Gerald Ford e do presidente George W. Bush. Em: <https://www.biography.com/people/donald-rumsfeld-9466907>.

questão reaparece na obra do marxista italiano Pietro Ingrao, ao tentar aprofundar o conceito togliattiano de democracia progressiva. Mas, a grande novidade de Ingrao em relação ao austro marxista Max Adler, seria a possibilidade de construirmos os pressupostos de uma hegemonia da classe trabalhadora antes mesmo da conquista do poder estatal. Portanto, sem consonância a partir da década de 1990. Expresso com o esgotamento dos mecanismos de compensação, em decorrência da terceira revolução industrial, da microeletrônica, conforme elucidado por Burkart Lutz, 1994.

Não é assim casual que a ‘democracia proletária’ ou ‘socialista’, que Lenin apresenta como encarnação do novo poder, apareça como algo radicalmente diverso do conjunto das instituições democráticas de tipo ‘consensual’ ou ‘pactista’, que caracterizam o que ele chama – sempre depreciativamente – de ‘democracia burguesa’. Para Lenin, longe de ser fruto de um ‘pacto’ ou ‘a forma específica da ditadura do proletariado’ (como para o último Engels), ‘a república democrática é o melhor invólucro político de que pode se revestir o capitalismo. (COUTINHO, 1987, p. 44).

Analisando o contexto brasileiro, Coutinho (1987) compreende que a superação da desigualdade social e a inclusão das massas como protagonistas no processo democrático é um passo para a efetiva democratização, mas é apenas o primeiro de uma longa e interminável caminhada: A democracia só realizará seu valor universal no Brasil se essas grandes massas de excluídos forem incorporadas ao processo social como autênticos protagonistas considerando a contradição fundamental do processo de acumulação do capital.

Para Jose e Leite (2012) democracia é algo substantivo, não só no terreno econômico-social, mas no sentido político, pois temos de construir mecanismos que permitam a participação crescente de massas organizadas na gestão do poder. A democracia é necessariamente alguma coisa que se aprofunda e que combina indissolúvelmente reformas políticas com reformas econômicas e sociais.

Para Inglehart e Welzel (2009, p. 18)

A democracia não é simplesmente o resultado de uma barganha entre elite inteligente e engenharia constitucional. Ela depende de orientações fortemente enraizadas entre as próprias pessoas”. Nesse sentido, a teoria formulada interpreta a mudança sociopolítica contemporânea como um processo de desenvolvimento humano, que faz com que os cidadãos dêem cada vez mais valor à liberdade humana e à autoexpressão. Os argumentos principais da teoria associam o desenvolvimento socioeconômico ao estabelecimento de valores pós-materialistas, os quais favoreceriam a instauração de regimes democráticos (INGLEHART; WELZEL, 2009).

O processo de redemocratização demanda diversas situações e peculiaridades que definem o modelo de democracia instalado em determinado país. Vê-se por todo o acima exposto, que se trata de uma brevíssima narrativa, que o conceito de democracia vem sendo

construído e reconstruído ao longo do tempo, repensando-se as suas modalidades (representativa, participativa, deliberativa, etc). Isso ocorre, não só porque a cognição dos analistas sobre o sistema, sobre as instituições e sobre a cultura política evoluiu e permite conclusões mais aprofundadas, mas, principalmente, porque a democracia não é um modelo estático, acabado, demanda a pressuposição de permanente transformação.

Para a democracia é necessária a efetividade, também, de direitos civis e sociais, o que faz com que democracias que têm uma forte rede de direitos políticos, possa ter uma qualidade limitada por sua fragilidade quanto às demais formas de direitos (O'DONNELL, 1996). A democracia, em suma, deve se constituir em um sistema legal que minimamente apoie os direitos participativos e as liberdades políticas e que prescreva a proibição de que qualquer pessoa ou instituição esteja acima da lei. O que se conclui disso é que o cidadão – agente sujeito de direitos políticos, civis e sociais – não é inferior ao governante ou ao Estado, mas sim se subordina à lei da mesma forma que estes e, por isso, tem direito legal de ser tratado com respeito e equidade como qualquer outro cidadão, empossado em cargo/função pública ou não.

A transparência das informações públicas, contudo, é hoje indissociável da ideia de democracia e, após ser amplamente consagrada na Constituição Federal de 1988, vem sendo objeto de constante reivindicação por parte da sociedade, para que se torne realidade, conforme será abordado em seguida. A ideia de democracia é hoje indissociável da ideia de pleno acesso às informações públicas, por meio do qual os indivíduos podem conhecer os atos do governo, formar seus juízos, emitir opiniões, fazer suas escolhas e atuar no espaço do controle social.

Desse modo, se a Democracia procura, assim como o liberalismo, tornar equivalentes o estatuto de cidadão e os direitos humanos, ela o faz em favor de “estender a igualdade do homem público a outros domínios da vida comum” e, ao mesmo tempo, “para reafirmar o pertencimento dessa esfera pública incessantemente privatizada a todos e qualquer um”, como vai insistir Rancière (2008, p. 75). No entanto, o que todos os democratas, sejam de esquerda ou de direita, sabiam – e que Arendt (2003), de forma nenhuma negaria – é que a igualdade política, alcançada por meio de direitos iguais e da consequente emancipação legal e política, não só se mostra ineficiente no que diz respeito a equalizar as condições de vida das pessoas – sejam condições materiais ou o reconhecimento social de grupos oprimidos –, como em geral apenas confirmam o *status quo* daqueles que, antes, por meio de privilégios ou de condições sociais especiais, já gozavam dos principais benefícios que a igualdade pretende distribuir a todos.

Assim, ao compreendermos a Democracia como uma forma de governo no mundo atual, é inevitável que tenhamos de lidar com o problema de como fazer a inclusão e a ampliação do conflito latente de interesses do *dēmos* diante dos desafios da representatividade política e das desigualdades sociais e, sobretudo, com o fato de que Democracia e Liberalismo fundiram-se a tal ponto que passaram a complementar-se como legitimação um do outro. Afinal, como atesta Held (2007, pp. 24; 270), inspirado em Crawford Brough Macpherson, todos os modelos recentes de Democracia (em suas variantes “elitista competitiva”, “legal”, “deliberativa” e “participativa”) são devedores ou mesmo variantes teóricas diretas do modelo clássico de Democracia liberal representativa.

3 CONSIDERAÇÕES

O Conceito da democracia tem uma estrutura de desenvolvimento dentro de uma visão sócio-política De acordo com Sartori, (1996) A democracia deve ser concebida e construída antes de ser observada. Notemos que, historicamente, as democracias devem ser definidas como estruturas capazes de permitir que as demandas dos cidadãos, através de uma série de dinâmicas envolvendo a população eo estado alcance uma gama de direitos. A definição de democracia é um processo complexo, uma vez que existe uma extensa literatura conceituada a partir de diferentes perspectivas, manutenções, a medições e a aplicações nas sociedades contemporâneas.

A democracia tem sido defendida e justificada sob a idéia de que aproxima-se do intervalo visto como uma série de valores positivos. Estes seriam "igualdade política, liberdade, próprio desenvolvimento moral, o interesse comum, um compromisso moral de decisões justas, ligação, levando em consideração o interesse comum, utilidade social, a satisfação das necessidades e decisões eficientes (GOERTZ, 2011).

Nas principais visões conceituais acerca da democracia percebemos três elementos básicos conforme estabelecido por Lopes, (2010): em primeiro lugar, isso está ligado essencialmente a um princípio de legitimidade na noção de participação, que trata de nomear uma fonte de autoridade cuja conotação reconhecido é o "governo do povo"; em segundo lugar, estabelece-se como um sistema político, possuidor de procedimentos institucionais, potência de transmissão através da representação e, em terceiro lugar, deve ser interpretado como aspiração para um ideal, que permite a projeção.

Com base nestes elementos buscamos abordagens teóricas sobre o significado da democracia, que nos permitiram lançar as bases para uma discussão inicial, como pré-condição para a completa aplicação da inteligência na solução de problemas sociais.

REFERÊNCIAS

ADLER, Max. **Conselhos operários e revolução**. Coimbra: Centelha, 1976.

ARENDRT, Hannah. O que é Liberdade? In: **Entre o passado e o futuro. Oito exercícios sobre o pensamento político**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006, p. 188-220.

ARENDRT, Hannah. **O que é política?**. Tradução de Reinaldo Guarany. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BOBBIO, Norberto. Aristóteles. In: **A teoria das formas de governo**. Brasília: UnB, 1988, p. 55-63.

_____ **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRAZ, Daniela Cristina. **A Noção de democracia na obra de Carlos Nelson Coutinho como intelectual e militante**' 28/09/2016 127 f. Mestrado em Ciências Sociais. Instituição de Ensino: Universidade do Oeste do Paraná, Toledo Biblioteca Depositária: Biblioteca da Unioeste/Campus de Toledo.

BARRANTES, Erika Maria Medina. **Coesão social e democracia: nova formulação para a construção do desenvolvimento no mundo globalizado..** Doutorado em Relações Internacionais. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: IRI-USP

CABRERA, Valeria Cabreira. **Cultura Política e Adesão à Democracia: Uma análise a partir da percepção do cidadão brasileiro sobre direitos humanos**. 11/03/2016 159 f. Mestrado em Ciência Política Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pelotas, Pelotas Biblioteca Depositária: Biblioteca do ICH - UFPel - <http://wp.ufpel.edu.br/ich/>.

CARTA, Gianni. A falácia democrática. A falácia democrática. Entrevista Jacques Rancière. In: **Carta Capital**, 2014. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/819/a-falacia-democratica-198.html>> Acesso em abr. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Mateus Braga **Contra a Democracia? A Teoria da Ação de Hannah Arendt à luz do Pensamento Político Contemporâneo / Mateus Braga Fernandes; orientador Paulo César Nascimento**. -- Brasília, 2016. 258 p.

- GOERTZ, G. **Social science concepts a user's guide**. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HELD, David. **Modelos de Democracia**. Tradução de Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Paideia, 1987.
- HELD, David. **Modelos de democracia**. Tradução de María Hernández Díaz. 3. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2007.
- HOBBSAWM, Eric. A falência da democracia. **Folha de S. Paulo**, 09 de Setembro de 2001 (Caderno Mais!). Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0909200105.htm>> Acesso em mar. 2017.
- _____ **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução de José Viegas. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Tradução de Hilda Nara Lemos Pantoja Coelho; revisão técnica Benício Vieiro Schimidt. São Paulo: Francis, 2009.
- JOSÉ, Emiliano e LEITE, José Corrêa. Entrevista com Carlos Nelson Coutinho. In: **Revista Teoria e Debate**, edição 51, jul. 2002.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LOPEZ, Gonzalez F. La Democracia como concepto Sociopolítico. In: **TEORÍA POLÍTICA Y GESTIÓN PÚBLICA**. Santiago de Chile: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2010.
- MACPHERSON, C. B. **Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Tradução de Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- O'DONNELL, Guillermo. **El estado burocrático-autoritario. Triunfos, derrotas y crisis** Buenos Aires, Argentina, Editorial de Belgrano, 1996.
- PATEMAN, Carole. **Teorias recentes da democracia e o 'mito clássico'**. In: Participação e Teoria Democrática. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PEREIRA, Jessica Voigt Quintino. **É pra valer?** Experiências da Democracia Digital Brasileira: Um estudo de caso do Marco Civil da Internet' 28/01/2016 142 f. Mestrado em Ciência Política. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- POOGI, Tatiana. **Faces do extremo: uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América (1970-2010)** / Tatiana Poggi. – 2012. 437 f.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social** – princípios do direito político. Bauru: Edipro, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **Será que a arte resiste a alguma coisa?** Tradução de Mônica Costa Netto. Disponível: em <<https://we.riseup.net/assets/94242/versions/1/sera%20que%20a%20arte%20resiste%20a%20alguma%20coisa%20ranciere.pdf>>. 2008. Acesso: abr. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. Democracia, República, representação. In: **O ódio à democracia** (tradução: Mariana Echalar). São Paulo: Boitempo, 2014, p. 67-90.

RODRIGUES, Igor Moura. **A ideia de crise de representatividade e a democracia participativa como estrutura de (re)legitimação do exercício do poder político.** 24/02/2016 141 f. Mestrado em Direito Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: Faculdade de Direito da UFC.

SILVA, Guilherme Raimundo da. **O processo judicial no estado democrático de direito: entre celeridade e legitimidade.** 08/03/2016 134 f. Mestrado em Direito Instituição de Ensino: Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre Biblioteca Depositária: FDSM

SILVA, José Afonso da, **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 25.ed. São Paulo, Malheiros, 2005.

SILVA, Marcos Wilian da. **A participação como princípio constitucional na República Bolivariana da Venezuela: análise de um modelo de democracia'** 07/04/2016 119 f. Mestrado em Ciências Sociais Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo Biblioteca Depositária: Biblioteca da Unioeste/Campus de Toledo.

SOUZA, Paulo de Tarso Fernandes de. **Jurisdição e democracia** – uma crítica ao pensamento liberal de ronald dworkin' 25/08/2016 136 f. Mestrado em Direito Constitucional. Instituição de Ensino: Universidade de Fortaleza, Fortaleza Biblioteca Depositária: UNIFOR.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.
YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Por Amor ao Mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt.** [Trad.: Antônio Trânsito]. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997 [orig. 1983].

REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA NA ESCOLA PÚBLICA

*Andrea Oliveira D'Almeida*¹

RESUMO

O texto discute Educação e Políticas Educacionais, sob o enfoque jurídico, através da análise de dois grandes marcos legais: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96. Debate a Gestão Democrático-Participativa e as suas implicações, ressaltando a importância da participação da comunidade escolar e local no processo da gestão educacional e da conquista da autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola pública. Apresenta a melhoria da qualidade do ensino e a promoção da cidadania através da educação como fatores resultantes da implantação de uma gestão democrático-participativa e da realização da função social da escola pública.

Palavras-chave: Gestão democrático-participativa; Escola pública; Qualidade de ensino; Cidadania

1 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Desde a década de 90, as políticas educacionais têm dado ênfase na melhoria do sistema de ensino e da escola pública, visando à formação de cidadãos éticos, competentes, críticos e comprometidos com a realidade social.

Para analisar as atuais políticas públicas em educação é necessário estabelecer como marcos centrais a Constituição Federal de 1988 – CF88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96).

Nesse sentido, pode-se afirmar que:

O capítulo da educação na Constituição de 1988 é o mais detalhado de todos os textos constitucionais anteriores que, de uma forma ou de outra, trataram da educação no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases, por sua vez mantém o espírito da Carta Magna, detalhando seus princípios e avançando no sentido de encaminhar orientações gerais para o sistema educacional. A importância de conhecer a base legal decorre do fato de que esta, embora por si não altere a fisionomia do real, indica um caminho que a sociedade deseja para si e quer ver materializado. (VIEIRA, 2006, p. 29).

¹ Mestre em Políticas Sociais e Cidadania – UCSAL/BA, Especialista em Direito Civil e Processo Civil - UNESA/RJ e em Didática do Ensino Superior – FABAC/BA, Professora de Direito da FABAC – Mauricio de Nassau e Analista Judiciária do Tribunal Regional Federal – TRF – 1ª Região. E-mail: andrea.almeida@trf1.jus.br - Autora.

O Art. 205 da Constituição Federal define a educação da seguinte forma:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

Resta claro que a própria Carta Constitucional determina que a educação é um dever do Estado, da Família e da Sociedade que será efetivado, conjuntamente, visando à construção da cidadania e à inserção no mercado de trabalho.

Maria da Glória Gohn (2009, p.36) alerta que:

A escola pode ser pólo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada, e as lutas pela educação, o alicerce dessa nova história. A participação da sociedade civil nas lutas pela educação não é para substituir o Estado, mas para que este cumpra seu dever: o de propiciar educação de e com qualidade para todos.

A Lei nº 9394/96, apesar de surgir no Brasil num contexto político econômico de uma sociedade globalizada e neoliberal, traz em seu bojo o ideal de um sistema educacional mais democrático e inclusivo, mesmo esbarrando, em muitos momentos, nas limitações e entraves de ordem Financeira.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8069/90) garante o acesso e a permanência das crianças à escola e possibilita, também, o acesso dos alunos, pais e professores à elaboração das propostas educacionais da escola.

O Art. 53 do ECA determina o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Para Oséias Oliveira (2006), o ECA conclama a sociedade civil, o Poder Público e a família para a responsabilidade de garantir o cuidado e a proteção infanto-juvenil, sendo um instrumento legal de grande importância para a preservação dos direitos e manutenção dos deveres das crianças e adolescentes brasileiros.

A educação pode ser entendida como um processo civilizatório que forma o indivíduo para a vida e para o trabalho, começando em casa com a família e prosseguindo na escola, a partir dos valores culturais da comunidade, segundo Carlos Alberto Xavier (2005).

Dentre os vários princípios que regem o ensino brasileiro, elencados no Art. 3º da LDB/96, ressalte-se a importância da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da valorização do profissional da educação escolar, da gestão democrática do ensino público e da vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais como indispensáveis para a construção da cidadania através da educação.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO

Desde o início da década de 80, o movimento em favor da descentralização e da democratização da gestão das escolas públicas vem encontrando espaço e apoio nas reformas educacionais e na legislação. (LÜCK et al., 2005).

A CF 88 e a LDB/96 dispuseram sobre a gestão democrática do ensino público como um dos princípios norteadores da educação brasileira e as legislações dos sistemas de ensino Estaduais e Municipais, a partir de então, implementaram a descentralização administrativa, a eleição dos diretores, a gestão colegiada, a participação da comunidade escolar e local, a autonomia das escolas, visando garantir a eficiência e eficácia do sistema público de ensino, ou seja, uma escola pública de qualidade, democrática e cidadã para todos os brasileiros.

Segundo Luciana Marques (2006), desde 1980, as forças progressistas reivindicaram que a gestão escolar seja democrática, combatendo o centralismo, o autoritarismo e as práticas clientelistas e excludentes, seja participativa atribuindo responsabilidades à comunidade escolar e local contribuindo para a construção da cidadania.

E, também, (2006) afirma que:

Neste cenário nas décadas de 80 e 90, parece ganhar força, tanto em nível acadêmico como no das políticas educacionais, a discussão da democracia participativa como forma de garantia da democratização das relações que se estabelecem na escola, particularmente, em sua gestão. No entanto, percebe-se que o tema não se apresenta de forma consensual. Se para os defensores da agenda neoliberal a defesa da participação se coloca com o fito da desresponsabilização do Estado para com as políticas sociais, para os setores progressistas a democracia participativa é entendida como forma de alargamento dos direitos sociais. (MARQUES, 2006).

Marques (2006) acrescenta, ainda, que as políticas educacionais, que visam implementar a democracia em escolas da rede pública, buscam, também, construir um espaço público democrático em resposta aos anseios da sociedade civil que exerce o controle social sobre a escola pública e a educação através da gestão democrático-participativa do ensino que é um fator essencial à transformação da sociedade.

A gestão democrática, para Carmem Bahia (2008, p.119), “é uma forma de gerir uma instituição, de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia”.

A gestão democrática da escola pública visa melhorar a administração, o gerenciamento da escola e a qualidade do ensino público. (ANTUNES, 2002).

Kátia Freitas (2000) traça o perfil dos gestores educacionais no sistema e na escola pública, ressaltando que eles devem desenvolver habilidades para planejar, identificar e

resolver, problemas, de modo participativo, em gestão financeira, em liderança democrática, currículo e relações interpessoais.

De acordo com Carlos Roberto Cury (2005), a gestão democrática da educação “é, ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência”.

3 PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA ESCOLAR

A participação possui estreita vinculação com o processo de descentralização e pode ser um mecanismo indispensável à democratização do poder público, constituindo-se num espaço vital para o fortalecimento da cidadania. (JACOBI, 2000).

Maria Célia Dalberio (2008) acredita que a democracia na escola somente será real e efetiva quando contar com a participação da comunidade escolar e local, planejando, discutindo, refletindo, decidindo, acompanhando as questões administrativas, pedagógicas e financeiras.

José Carlos Libâneo (2004, p.102) destaca que:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação.

Os Arts. 13 e 14 da LDB/96 tratam da participação dos profissionais de educação e da comunidade escolar e local no Plano Diretor da Escola – PDE, no Plano Político Pedagógico –PPP, através de conselhos escolares ou equivalentes.

Katia Freitas (2000, p. 288) ressalta que:

A referida legislação educacional dos 12 últimos anos do século XX (Constituição Federal/88, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96,) incluiu novos personagens como corresponsáveis diretos pela educação e demandou participação ativa das comunidades escolar e local, dos conselhos escolares e dos professores na elaboração do projeto pedagógico e na tomada de decisões relativas a temas de importância capital para a escola. O mesmo espírito de colaboração está expresso também no Decreto 6.094/07, que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Convocar a participação da comunidade escolar e local significa ouvir gestores, professores, funcionários, alunos, pais, familiares, moradores do bairro, enfim, toda a chamada equipe escolar.

Lück et al. (2005) frisa que é necessário preparar a comunidade escolar para a gestão democrática, capacitando os integrantes da comunidade e que os gestores escolares devem promover um ambiente propício à participação plena no processo social escolar, contribuindo para o desenvolvimento da consciência social crítica e sentido de cidadania.

O Art.15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional confere às escolas públicas autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Denota-se que a autonomia escolar é construída a partir da participação ativa e efetiva da comunidade escolar e local nas esferas pedagógica, administrativa e financeira.

A autonomia escolar não se resume à eleição direta dos diretores, pois existem, além da eleição, diversos instrumentos democráticos que possibilitam o exercício da autonomia na escola como: o Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres, o Conselho de Classe, dentre outros.

Em relação à importância da eleição direta dos diretores da escola pública, Heloísa Lück (2000, p. 22) diz que:

A escolha do diretor escolar, pela via da eleição direta e com a participação da comunidade, vem se constituindo e ampliando-se como mecanismo de seleção diretamente ligado à democratização da educação e da escola pública, visando, assegurar, também, a participação das famílias no processo de gestão da educação de seus filhos.

Quanto ao Conselho Escolar, tido como uma das principais estratégias da gestão democrático-participativa, pode-se considerá-lo como um órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador das questões pedagógicas, administrativas e financeiras relativas à escola. Trata-se de um espaço institucional de diálogo, reflexão e discussão entre os vários membros-conselheiros, possibilitando a gestão democrático-participativa da escola pública e contribuindo para o aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico da escola, a melhoria da qualidade do ensino e à promoção da cidadania.

O Conselho Escolar é formado pelo diretor, representantes dos professores, de funcionários da escola, pais alunos e membros da comunidade local que deliberam sobre o gerenciamento, funcionamento da escola, a eleição dos diretores, a elaboração do Plano Diretor da Escola - PDE e a construção e constante reconstrução do Plano Político Pedagógico - PPP.

O PDE trata das questões administrativas, financeiras e pedagógicas que envolvem a escola e o PPP dispõe sobre o processo ensino-aprendizagem, vislumbrando uma melhor qualidade da educação.

O Conselho Escolar participa de todas as etapas do PPP, desde a elaboração, aprovação, execução até a avaliação, transformando o plano pedagógico num legítimo instrumento democrático que direciona os rumos da escola em relação à proposta pedagógica, ao currículo, à qualidade do ensino, dentre outras questões relevantes.

Para Maria Célia Dalberio (2008, p. 5), o PPP:

[...] orienta o processo de mudança, direcionando o futuro pela explicitação de princípios, diretrizes e propostas da ação para melhor organizar, sistematizar e dar significado às atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Além do mais, a sua dimensão político-pedagógica pressupõe uma construção coletiva e participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares.

Então, evidencia-se que, ao cumprir a sua função fiscal, o Conselho Escolar exerce o controle social na escola pública que possui autonomia de gestão financeira.

O Conselho de Classe, segundo Dalberio (2008, p. 7), deve se preocupar em: “como o processo ensino-aprendizagem acontece, conduzindo a avaliação da aprendizagem do aluno, mas também do trabalho do professor e da equipe escolar como um todo.”

Dalberio (2008, p. 7), também, esclarece que:

[...] a instituição de associação de Pais e Mestres torna-se oportuna para incentivar as famílias a participarem da escola, não só nas festas ou com trabalho, mas discutindo, refletindo e buscando soluções para seus problemas. Mas, para tanto, é preciso dar oportunidade de participação aos pais e esclarecê-los e convencê-los da importância de sua participação interventiva.

Por fim, o Grêmio Estudantil é uma organização colegiada que deve ser participativa e dinâmica, onde os estudantes aprendem a ler criticamente o seu mundo, conhecer e lutar pelos seus direitos, cumprir os seus deveres, enfim, aprender a ser cidadão. (DALBERIO, 2008).

4 QUALIDADE DE ENSINO E CIDADANIA

O Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172/2001) tem como objetivos:

- a-) a elevação global do nível de escolaridade da população;
- b-) a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- c-) a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e
- d-) democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (PNE, 2001, p. 16).

Genuíno Bordignon (2005, p. 12) afirma que:

A gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas públicas se coloca hoje como um dos fundamentos da qualidade da educação, como exercício efetivo da cidadania. E aqui se situa um dos maiores desafios dos educadores: a democracia, assim como a cidadania, se fundamenta na autonomia. Uma educação emancipadora é condição essencial para a gestão democrática. Escolas e cidadãos privados da autonomia não terão condições de exercer uma gestão democrática, de educar para a cidadania. A abordagem da gestão democrática do ensino público passa pela sala de aula, pelo projeto político-pedagógico, pela autonomia da escola.

Um ensino público democrático visa garantir tanto o acesso, quanto a permanência dos alunos na escola, evitando, assim, a evasão, o abandono dos estudantes e a repetência. Entretanto, para atingir tal fim, é indispensável que o ensino tenha qualidade educacional e social para que a escola pública possa cumprir a sua função social.

De acordo com Katia Freitas e Sônia Pilla (2006, p.18), “A máxima ‘oportunidades para todos’ só é inclusiva se considerar que pessoas diferentes, com dificuldades e experiência distintas, precisam alcançar de fato os mesmos patamares de educação de qualidade”.

A gestão democrática da escola, a formação e a valorização dos educadores são fatores determinantes para a qualidade social que, segundo Pablo Gentili (1998) deve estar associado à qualidade educacional, formando, assim, sujeitos críticos, criativos e preparados para o pleno exercício da cidadania.

Anísio Teixeira, educador baiano e pensador de porte e renome internacionais, defendia a reconstrução educacional através de uma escola pública de qualidade para todos sem distinção, ricos e pobres, enfim, todos com igualdade de oportunidades. Ele sofreu influência do pensamento de John Dewey que compreendia a educação como único meio realmente efetivo para a construção de uma sociedade democrática.

Teixeira (1994) foi um dos precursores da visão Deweyniana no campo educacional brasileiro e segundo ele, só existirá democracia, no Brasil, quando se montar no País a máquina que prepara as democracias que é a escola pública, instituição conscientemente planejada para educar (voltada para a iniciação intelectual e no trabalho), de formação de hábitos de conviver, de participar de uma sociedade democrática, justa e igualitária, cujo soberano é o próprio cidadão.

Clarice Nunes (2000, p.9) considera que:

Realçar a contribuição de Anísio Teixeira para a educação brasileira é, de certa forma, prestar uma homenagem não apenas a este grande educador, que pagou um alto preço pela defesa concreta e intransigente de que a educação não é privilégio, mas também tratar a educação de ângulo que mais a dignifica: o do direito social e da democratização de um ensino de qualidade, o da pesquisa qualificada e comprometida com os problemas sociais, o da

organização de homens e instituições a serviço da reinvenção da ciência, da cultura e da política, da própria sociedade brasileira.

Anísio Teixeira foi pioneiro em implantar escolas públicas no Brasil, conclamando todos à reflexão de que somente uma escola de qualidade, democrática e cidadã, garantirá o progresso do país. Portanto, afirmar a contemporaneidade de seu pensamento significa acreditar na possibilidade da construção da cidadania através da educação, ou seja, de uma escola pública democrática, cidadã e de qualidade para todos.

A escola deve ser um espaço de convivência democrática, onde as crianças podem aprender a viver e a conviver com a complexidade dos dias atuais e onde os educadores podem praticar e difundir os princípios da vida cidadã, tornando-se, deste modo, numa verdadeira Escola Cidadã.

Portanto, segundo Dorneles, Vitale e Pinto (2006, p. 104):

É nesse sentido que as lições de Paulo Freire e da Educação Popular ganhou força, evidenciando a íntima relação entre educação e cidadania, isto é, entre um processo que, por um lado, desenvolva aprendizagens para a compreensão da realidade em que vivemos, extremamente complexa, e que, por outro, permita a reflexão sobre as formas de intervir sobre ela.

Francisco Weffort (1995, p. 99) entende que:

A escola que se abre à participação dos cidadãos não educa apenas as crianças que estão na escola. A escola cria comunidade e ajuda a educar o cidadão que participa da escola, a escola passa a ser um agente institucional fundamental do processo da organização da sociedade civil.

Desse modo, a escola pública poderá não apenas contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também, poderá ser um espaço privilegiado para o exercício da democracia participativa e da cidadania consciente e comprometida com a transformação social. (MEC/SEB, 2005).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Araújo, Pluig e Arantes (2007), o ideal é que o entorno da escola se transforme em espaços de aprendizagem, de promoção e de garantia de direitos, deveres e da cidadania, rompendo os limites físicos dos muros escolares, incorporando os recursos da cidade e, prioritariamente, do entorno escolar. E, isso, pressupõe uma nova maneira de pensar o papel da escola, mudando de paradigma, revisando os papéis dos diferentes agentes educacionais e proporcionando uma abertura da escola para acolher a diversidade da

população que a compõe, tornando-se, então, parte integrante da vida dos estudantes e da comunidade local.

A escola pública tem como função social formar pessoas, construindo valores, atitudes e conhecimentos capazes de torná-los cidadãos críticos, éticos e participativos. Cidadãos não apenas no momento do voto, mas no momento de assumir a sua condição de sujeitos, atores sociais, seres políticos, capazes de questionar, criticar, reivindicar, participar, sendo comprometidos e engajados com a sua realidade social. (FREIRE, 1998).

A Gestão Democrático-Participativa da Escola Pública é um grande passo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática e o grande desafio para uma Educação de qualidade e cidadã para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Angela. “Aceita um Conselho? – Como organizar o Colegiado Escolar”. In: **Guia da Escola Cidadã**, vol. 8. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002.

ARAÚJO, Ulisses F.; PLUIG, Josep Maria; ARANTES, Valéria Amorim. **Educação e valores: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

BAHIA, Carmem de Britto. **Gestão Escolar e Educação Integral: um estudo da experiência atual do Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Salvador – Bahia – Brasil**. 2008. 192f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Bahia.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão Democrática na Educação. In: **Gestão Democrática da Educação**. Boletim 19, 2005, p. 03-13.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 06 jan. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Ética e Cidadania – Construindo Valores na Escola e na Sociedade. Brasília: MEC/SEB, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=503&Itemid=492>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. Plano Nacional da Educação. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em: 10 jan. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Princípio da Gestão Democrática na Educação: gestão democrática da educação pública. In: **Gestão Democrática da Educação**. Boletim 19, 2005, pg. 14-19.

DALBERIO, Maria Célia Borges. Gestão Democrática e Participação na Escola Pública Popular. In: **Revista Iberoamericana de Educação**. Ed. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, La Ciencia y la Cultura (OEI), nº 47/3, 2008, p. 01-12.

D'ALMEIDA, Andrea Oliveira. Educação e Cidadania: aspectos jurídicos e sociais. In: **Revista Jurídica da Seção Judiciária do Estado da Bahia**. Ano 7, n. 9. Salvador: TRF-1ª Região, 2008, p.143-156.

DORNELLES, Denise Freitas; VITALE, Denise; PINTO, Isabela Cardoso de Matos. **Educação para cidadania e o controle social das políticas públicas**. In: Gest. Ação. Salvador, v.9, n.1, p.103-117, jan/abr 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREITAS, Katia Siqueira de. Uma Inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar. In: **Aberto**. Brasília, v. 17, nº 72, 2000, p.47-59.

_____. PILLA, Sônia. **Gestão democrática da educação**. In PRADIME: programa de apoio aos dirigentes municipais de educação. Cadernos de textos nº 3. Brasília, MEC, 2006.

GENTILI, Pablo. A qualidade social como contraposição à qualidade total: reflexões de Pablo Gentili. In: **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 8, n. 1, p. 121-140, jan/jun.1998.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a partir de 1970. In: **Ecco S – Revista Científica**. São Paulo, v. II, n. 1, 2009, p. 23-38.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação, ampliação da cidadania e participação. In: Educação e Pesquisa. v. 26, n.2, São Paulo, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 5.ed, Goiânia, Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de gestores. In: Aberto. Brasília, v. 17, n.72, 2000, p.11-33.

_____. FREITAS, Katia Siqueira de; GIRLING, Robert; KEITH, Sherry. A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MARQUES, Luciana Rosa. Caminhos da democracia nas políticas de descentralização da gestão escolar. In: **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. v. 14, n. 53, Rio de Janeiro, 2006.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. In: **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 73, Dezembro 2000.

OLIVEIRA, Oséias Santos de. Gestão Democrática na Escola Brasileira: enfoque das políticas públicas recentes em educação. In: **Revista de Educação do IDEAU** – Instituto do Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai, v.1, nº 2, Setembro- Dezembro 2006, Getúlio Vargas, RS: Editora IDEAU, 2006.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação não é privilégio**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação e gestão: extraindo significado da base legal. In: **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. LUCE, Maria Beatriz e MEDEIROS, Isabel Pedroso de, (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

WEFFORT, Francisco. Escola, participação e representação formal. In: L.Z. da Silva ; J. C. de Azevedo (Org.). **Paixão de Aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de. **Educação e cultura na escola pública do Brasil**. In: CONFERÊNCIA REGIONAL DA AMÉRICA LATINA SOBRE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, Bogotá, 28 a 30 de Novembro de 2005.

AS RELAÇÕES ENTRE OS BRICS, A EDUCAÇÃO, A FORMAÇÃO DOCENTE E ÉTICA

*Franklin Rami Cavalcanti Oliveira Regis*¹

RESUMO

As incertezas e desafios da atualidade exigem de todos, uma reflexão constante e urgente a cerca dos reais valores existenciais e profissionais. Neste sentido, a Educação insere-se no foco das discussões, por ser o principal meio de formação cognitiva e de socialização. Logo, pode tornar real a reconstrução do ser humano e da sociedade. Isto tem pressionado, amplamente, a vontade coletiva em compreender o papel da Educação, da formação docente e da Ética, como exigências para uma nova consciência planetária. Por meio de pesquisa bibliográfica, o artigo pretende analisar a Educação Superior, como agente propulsor da nova sociedade emergente, tendo em vista a integração do mundo acadêmico, do desenvolvimento humano e da responsabilidade social, considerando as influências das políticas públicas praticadas pelos países que compõem o bloco de países denominado BRICS. Constatou-se que para a Educação, educadores (as) e seus compromissos éticos frente às demandas sociais, alcancem melhores resultados, é fundamental que, além da aquisição de conhecimentos, a docência na universidade procure desenvolver as capacidades de reflexão, de crítica, de interpretação dos significados das transformações e de aprendizagem ao longo da vida, para que os profissionais que adentrarão ao mercado busquem não apenas atender as demandas do mundo neoliberal, mas, principalmente, daquelas pertinentes à natureza humana, ou seja, o compromisso com a formação de profissionais-cidadãos com base em valores éticos e morais é o essencial da responsabilidade social das instituições educativas.

Palavras-chave: Educação. Educação superior. BRICS. Ética. Desenvolvimento Humano.

1 INTRODUÇÃO

A associação entre desenvolvimento e sustentabilidade vem sendo nas últimas décadas alvo de constantes releituras, uma vez que para muitos ambos parecem polissêmicos, incompatíveis e excludentes, daí sua associação com a Educação, Ética e Universidade. A partir de tal constatação, necessário se faz admitir que os termos “desenvolvimento” e “sustentabilidade” possuem em si a mesma importância e desafios para as atuais incertezas do mundo contemporâneo e que assim o sendo referidos termos não devem ser entendidos sob o olhar de uma esperançosa revolução ou pela concretização do sonho neoliberal da economia

¹ Discente do programa de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL); Mestre em Responsabilidade Social e Desenvolvimento Humano; Bacharel em Filosofia e Ciências Contábeis

globalizada, mas sim como questões, que estão além dos princípios, valores sociais e políticos que tendemos a lhes conferir. Mas de fato, qual os seus reais sentidos e significados?

O bloco de países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul), vem implementando políticas públicas na área da Educação, e tomam para si o desafio de superar os paradigmas em torno da citada questão e para tanto defendem a ideia de que a formação de uma nova consciência em torno do progresso da humanidade deve considerar além das práticas de gestão vigentes e cada vez mais valorizadas no contexto neoliberal, a emergente e imprescindível discussão em torno do papel da educação no processo formativo de uma nova consciência planetária onde a ética, os valores morais e hominização se tornem reais.

Temos conhecimento de que as questões associadas ao desenvolvimento social estão cada vez mais sendo discutidas e exigidas, uma vez que o mundo empresarial já percebe que não mais poderá continuar utilizando os recursos naturais e a força produtiva do ser humano, sem preocupar-se em minimizar os impactos de suas atividades ao meio ambiente e à sociedade, sendo necessária para isso, a compreensão de que crescimento econômico-financeiro deve caminhar lado a lado com as questões pertinentes às esferas humanas e ambientais.

Face ao exposto, necessário de faz admitir que no cenário atual das organizações e estratégia de negócios, mister é a necessidade de discussão sobre o processo formativo das Instituições de Ensino Superior, já que é nesta fase que se molda perfil profissional, o qual certamente não deve estar pautado apenas nas questões tecnicistas que visam atender as demandas do mercado em detrimento daquelas associadas ao Ser Humano, pois se assim o for não haverá a apropriação “[...] do nosso direito de assumirmos a responsabilidade pela construção de um desenvolvimento humano, compreendido como processo de cuidado-cura de uma ancestral doença psicológica, que contamina produzindo a violenta crise sócia globalizada [...]” (SOARES, 2007, p. 57)

A pesquisa bibliográfica foi a opção metodológica adotada, com ênfase qualitativa e descritiva, que possibilitou o diálogo com autores: Ashley (2002), UNESCO (2014), Barreto (2005), Brasil (1996,2011), Buarque (2003), Freire (1992, 1996,2011), Mutim (2007), Magalhães (2007), Raupp (2008), Rocha (2008), Santos (1995), Sá (1977), Soares (2007) e Teixeira (2000). Estas fontes garantiram a fundamentação teórica necessária para o aprofundamento da temática.

O artigo apresenta duas seções. Na primeira, os possíveis conceitos da Educação e suas repercussões na formação docente; na segunda, buscamos identificar as influências dos

BRICS na formação universitária, da ética e da Contabilidade na formação de uma nova consciência planetária sobre desenvolvimento humano.

A importância de se refletir sobre a formação docente reside na possibilidade de que sejam investigados elementos para o entendimento e a concretização das práticas formativas, acreditando que a partir dessas será possível repensar os cursos de formação superior e contribuir para as discussões em torno do desenvolvimento humano.

2 O QUE É ISSO, A EDUCAÇÃO?

A Educação segundo Anísio Teixeira (2000, p.100), “ [...] é o permanente esforço de redireção da própria natureza. É a natureza na sua grande aventura de ordem, de utilidade e de beleza, em uma permanente reconstrução de si mesma. Educação é a natureza que se faz arte”. Ao falarmos de Educação chega-nos quase que instantaneamente o desejo de compreender como se dá a formação daqueles que assumem o desafio de mediar o processo de construção de conhecimento nas escolas, universidades e demais espaços. Isso porque entendo que no fenômeno educacional evidencia-se o papel cada vez mais importante do educador, fato este que lhe exige competências, dedicação e motivação. Corroborando referida assertiva temos que

[...] *formar* é muito mais do que puramente *treinar* o educando no desempenho de destrezas, e por que não dizer também da quase obstinação com que falo de meu interesse por tudo o que diz respeito aos homens e às mulheres, assunto de que saio e a que volto com gosto de quem a ele se dá pela primeira vez[...]. (FREIRE, 2011, p. 16)

Seguindo a mesma linha de pensamento, só que agora sob inspiração de Anísio Teixeira temos que “ A educação reverte-se, assim, constatemente, sobre si mesma, confirmando o seu caráter de largo, indefinido processo, cujos meios e fins se confundem, como se confundem os da natureza e da vida” (2000, p.103)

Quando se fala em docência , chega-nos a ideia de “ como ensinar” e, via de regra “ ter didática” associa-se à ideia de dominar técnicas de ensinar. Se somos educados ao longo de nossa formação escolar por docentes que tiveram uma formação para tal desafio e que muitos não aderiram aos compromissos éticos de sua profissão, necessário se faz admitir que os professores de nível superior, via de regra, aprenderam a ensinar, ensinando. A experiência de ensinar é uma das formas de aprender a ser professor. Mas nem sempre significa que desse ensino resulte aprendizagem, isto por que

[...] É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (FREIRE, 2011,p.24)

A partir da concepção freiriana destacada acima, compreendemos que a formação acadêmica voltada para os contextos da sustentabilidade e do desenvolvimento humano exige o entendimento de que o processo de preparação docente esteja pautado no fato de tomar a experiência de ensinar como um ponto de partida para uma análise crítica da mesma .

As demandas contemporâneas clamam por novos conhecimentos e eles por uma nova postura quanto à formação profissional docente. O conhecimento visto como grande motor da economia neoliberal faz com que a educação passe a ser o centro das grandes questões nos fóruns em que se analisa o foco da responsabilidade de propiciar as condições de possibilidade de potencializar a sociedade econômica global. Assim, infelizmente, o que vemos são os conhecimentos serem produzidos a serviço do capitalismo, consumismo e massificação de uma cultura hedônica. Esta realidade vai de encontro à histórica concepção de educação voltada ao social e ao desenvolvimento humano integral. Ou seja, à formação de cidadãos e profissionais dotados de sensibilidade ao que tem valor para a coletividade. Neste sentido Soares (2007,p.63) aduz que

[...] Esta compreensão destaca que o desenvolvimento humano trata do desenvolvimento do ser humano, e não do desenvolvimento econômico do PIB e de outras economias como a bélica ou a tecnológica , ou qualquer outra.[...] a ação educativa a serviço deste desenvolvimento tem que ultrapassar toda e qualquer concepção filosófica pedagógica de educação utilitarista, que vê a pessoas como um recurso/agente-econômico de lucratividade.

Os paradoxos existentes na formação de docentes e profissionais tornam perceptíveis os novos modos de produzir e utilizar os conhecimentos, que por sua vez alteram significativamente o campo da docência. Percebemos de um lado o uso de novas tecnologias e das redes eletrônicas de comunicação e informação que ao mesmo tempo em que dinamizam o processo de transmissão e disseminação do conhecimento, criam abismos, entre educador e educando, educando e educando, educando e mundo, uma vez que a possibilidade de troca de experiências e estreitamento das relações dialógicas ao invés de palavras, olhares, sorrisos, espanto e admiração se limitam conexões de cabos, fios e softwares. Tal constatação vai de encontro ao pensamento de que

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do

outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém (FREIRE, 2011,p.25)

De acordo com Sobrinho(2009), a educação superior não deve submeter-se às demandas do mercado, da globalização excludente e consumista, para ele “ A formação em valores, crítica e reflexiva, é o necessário contraponto dessa tendência à função profissionalista e ao ativismo instrumental a que muitas vezes a educação superior se entrega, na esteira da economização da vida” (p. 28). Afirma ainda que o conhecimento que tem valor formativo de cidadania não é o que conta restritamente pelo seu valor de utilidade às empresas, contudo, é expressão da liberdade que dá forma ao sujeito social e tem sido causa de crescimento da humanidade.

Pelo visto, parece possível superar as dificuldades até agora abordadas se houver a análise das contradições que o professor contemporâneo enfrenta. As mesmas decorrem do choque entre as práticas do professor atual e as imposições direcionadas ao professor ideal, referido raciocínio se apoia no pensamento do educador suíço do século XVIII Pestalozzi em que “As faculdades do homem têm de ser desenvolvidas de tal forma que nenhuma delas predomine sobre as outras”.

3 OS BRICS, A UNIVERSIDADE E A ÉTICA COMO INSTRUMENTOS BASILARES DO DESENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Relatório da UNESCO(2014) , trata de como nos últimos anos, Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul – os BRICS – transformaram o mapa mundial da educação, ao levar milhões de pessoas à escola, estabelecer centros de ensino de classe mundial, promover inovações e compartilhar experiências e conhecimentos. É constituído por quatro capítulos, todos de mesma autoria, onde no primeiro se discute sobre os sistemas educacionais dos BRICS, no segundo, o desenvolvimento de habilidades e políticas de educação profissional do citado grupo de países, logo em seguida, o compromisso profissional dos BRICS em educação e desenvolvimento de habilidades e , por fim, recomendações para cooperação traduzindo sua experiência e fundamentação sobre o método científico, em abordagens que se complementam.

A UNESCO(2014) traz reflexões sobre a cooperação em educação e o desenvolvimento de habilidades tanto entre os países BRICS, quanto entre eles e outros países em desenvolvimento. Neste capítulo, os especialistas da UNESCO, elencam inúmeras recomendações sobre:

- Como fortalecer os sistemas educacionais tendo em vista a qualidade e a igualdade;
- Quanto ao objetivo de excelência na educação superior;
- Como melhorar o desenvolvimento de habilidades para o crescimento, de forma a beneficiar a todos;
- Como a cooperação dos BRICS pode promover o progresso mundial da educação.

A partir das propostas de Educação defendidas pelos BRICS, cabe confrontá-la com o que pensava indiano Jiddu Krishnamurti (1986 apud SOARES, 2007, p. 49)

[...]Mas há uma revolução totalmente diferente e que precisa ser levada a cabo para podermos emergir da série infindável de ansiedades, conflitos e frustrações em que estamos enredados. Essa revolução precisa começar, não com teoria e ideação, que acabam por revelar-se inúteis, mas sim com uma transformação radical na própria mente. Essa transformação só pode ser realizada por meio da educação correta e do desenvolvimento total do ser humano. [...]

Soares (2007) complementa sua abordagem sobre educação nos informando que alguns teóricos da educação a exemplo de Delors, entendem que a educação do século XXI só poderá dar conta da função de capacitar o ser humano, se construir um processo pedagógico que esteja alicerçado nas seguintes modalidades fundamentais de aprendizagem : *aprender a conhecer, aprender a viver juntos, aprender a fazer e aprender a ser.*

Nesta perspectiva, o significado da vivência do autoconhecimento está muito ligado “[...] à consciência de uma responsabilidade social participativa, que tem como base a realização de uma responsabilidade pessoal autoconsciente, a serviço do desenvolvimento humano, compreendido como cuidado com a existência do serhumanohumanidade”. (SOARES, 2007, p. 66)

Tais esclarecimentos acabam por relacionarem-se a responsabilidade social, já que a Educação que nos liberta dos condicionamentos mecanizados e alienadores para sociedade contemporânea, nos possibilita uma autonomia crítica não só no âmbito individual e profissional , mas também para a coletividade

[...] o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, de modo amplo ou alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. (ASHLLEY, 2002, p.6-7)

O Relatório da UNESCO de 1972- *Aprender Ser*, organizado por Edgar Faure, destaca a necessidade de termos um *novo humanismo*, pois devemos compreender que a

sobrevivência da humanidade, depende, principalmente, da construção de um processo educativo que leve o aprendente, “ através da vivência do autoconhecimento a conquistar a capacidade equânime de conduzir os conhecimentos científicos para a elevação, a expansão e o cuidado com a vida ”. (SOARES, 2007, p. 66)

Aqueles que se propõem, então, a serem educadores no contexto das atuais concepções precisam estar atentos às demandas que lhe trazem a arte de ensinar e sem dúvida alguma isso é uma prática transdisciplinar. Neste sentido, ao se reportar a Basarad Nicolesco sobre a educação transdisciplinar Soares(2007,p.95) aduz que

[...] a abordagem disciplinar ilumina a pesquisa disciplinar, proporcionando ao ser humano condições para desenvolver uma nova maneira de se relacionar com o processo de produção e aquisição do conhecimento. Ele afirma que da mesma forma como a transdisciplinaridade não é antagônica à disciplinaridade, ela também não é antagônica, mas complementar às pesquisas multi, pluri e interdisciplinar.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a educação superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Nota-se que não é pequena a responsabilidade atribuída às instituições brasileiras de ensino superior, que comumente padecem da falta de recursos para desenvolver satisfatoriamente seu papel, tanto no âmbito acadêmico quanto no social, não obstante o Plano Nacional de Educação (2001) assevere expressamente que:

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento

sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educativa, institucional e social, é fundamental o apoio público.

Corroborando com tal pensamento, Buarque (2003) afirma:

O mundo, em inícios do século XXI, passou por uma imensa desarticulação ideológica, que incluiu uma enorme dissociação política e uma desigualdade social maciça. Frente a essas transformações radicais, a universidade ainda representa patrimônio intelectual, independência política e crítica social. Graças a essas características, a universidade é a instituição mais bem preparada para reorientar o futuro da humanidade.

Já Santos (1995 *apud* ROCHA, 2008, p. 103-104) analisando a situação da universidade brasileira, identifica três crises que a afetam, sendo a primeira delas a

[...] crise de hegemonia resultante das contradições entre funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe foram atribuídas. De um lado, a produção da alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos necessários à formação das elites de que a universidade se tinha vindo a ocupar desde a Idade Média. Do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. A incapacidade da universidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias levou o Estado e os agentes econômicos a procurar fora da universidade meios alternativos de atingir esses objetivos. Ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, a universidade entrou numa crise de hegemonia.

Analisando a crise da universidade brasileira, Santos (1995) e Rocha (2008) apresentam alguns fatores aos quais ela se relaciona. Dentre esses fatores destaca-se o avanço da doutrina neoliberal, que, conforme afirmam se impôs como modelo global de economia capitalista. Para Rocha (2008), “Com a doutrina neoliberal a educação deixou de ser um bem público à disposição da sociedade e passou a ser um produto que se pode consumir pela via de mercado”. Esta mudança, o referido autor denomina de “mercantilização da educação”. Além disso, observa que, com a adoção da política neoliberal, a educação superior deixou de ser uma prioridade nas políticas de Estado e afirma que essa perda de prioridade foi antes de tudo

[...] o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais como a educação, a saúde, a assistência social etc., frente à necessidade de manter sob controle a política econômica e garantir o cumprimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). [...] Os acordos com o FMI levaram o governo brasileiro a adotar uma postura de redução dos gastos públicos com a educação superior e, concomitantemente, a abertura do mercado da educação superior ao setor privado através da concessão de bolsas de estudo para estudantes em instituições de ensino privado. (ROCHA, 2008, p. 104)

A concepção acerca do conceito, elementos e características do processo ensino-aprendizagem não é uniforme ao longo do tempo. Este processo evoluiu da atividade centrada na figura do professor como detentor e transmissor do conhecimento (este entendido como um conjunto de saberes acabados a serem aceitos e internalizados sem nenhuma reflexão ou questionamento), onde o aluno é caracterizado como um sujeito passivo que simplesmente absorve o que lhe é ensinado, até as concepções atuais que põem no centro do processo o educando como um ser reflexivo e crítico, capaz não apenas de absorver saberes prontos, mas de ser sujeito ativo na construção de seu próprio conhecimento, sendo este conhecimento objeto de transformações constantes. (ROCHA, 2008)

Tais concepções são ainda um desafio e sugerem mudança de visão e de atitude por parte de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Aqueles que se propõem, então, a serem educadores no contexto das atuais concepções precisam estar atentos às demandas que lhe trazem a arte de ensinar.

Ressaltamos ainda que segundo Mutim(2007), a universidade pode atuar no campo da educação formal e comunitária articulando processos educativos como elementos facilitadores da promoção do desenvolvimento local sustentável. Para tanto deve permitir o acesso dos trabalhadores, gestores e comunidade ao embasamento técnico-científico.

Em sua conceituada obra “Pedagogia da Autonomia”, Freire (1996) argumenta que para que o ensino-aprendizagem para se tornar eficaz, é preciso que o professor esteja consciente de que: “Não há docência sem discência, ensinar não é transferir conhecimento e ensinar é uma especificidade humana”.

Por outro lado, ao educando também se faz necessária uma mudança de postura, a fim de que esteja devidamente inserido no processo ensino-aprendizagem admitindo, tal qual propõem as novas concepções a seu respeito, que é um ser “[...] inconcluso, consciente de sua inconclusão e seu permanente movimento de busca do ser mais”. (FREIRE, 1997, p. 42)

Por fim, verifica-se a necessidade de mudanças de paradigmas no que se refere ao desenvolvimento do processo de educação, que precisa ser visto com uma relação dialógica entre os sujeitos, conscientes de si mesmos e do outro, da qual resultam não apenas a aquisição, mas também a produção do conhecimento e o desenvolvimento das habilidades necessárias para sua utilização no contexto social. Neste sentido, podemos destacar a afirmação de Magalhães(2007), onde a educação ambiental (EA) demanda consciência, conhecimento, habilidades e participação. Aduz ainda que “esse saber-fazer”, deve ser construído de forma coletiva, já que é fundamental para a efetivação da prática da referida

modalidade de educação em nível mundial. Também afirma que a EA deve ser vista como uma estratégia educativa longe de ser uma educação moral, cívica ou ecológica.

Ao falarmos de Educação, sem dúvida não podemos dissociá-la das questões éticas. Isso porque, estudos sobre questões relacionadas ao modo de ser e de agir do homem em sociedade sempre estiveram em pauta na humanidade. Logo,

Conhecer e entender os conceitos e a evolução dos estudos sobre ética e responsabilidade social pode colaborar de forma decisiva para que as empresas, em geral, tenham consciência de suas obrigações com a sociedade, que vão além de pagar salários e impostos.(MORAES; et al , 2008,p.12).

Daí a necessidade de se enfatizar a responsabilidade da ética no exercício profissional, uma vez que “ Sublimar esta responsabilidade igualmente àqueles e àquelas que se acham em formação para exercê-la.(FREIRE, 2011,p.17).

Para que se possa, de fato, compreender o real significado da ética para a garantia da hominização da sociedade, necessário de faz resgatar o seu conceito :

Etimologicamente, as duas palavras possuem origens distintas e significados idênticos. *Moral* vem do latim *mores*, que quer dizer costume, conduta, modo de agir;enquanto *ética* vem do grego *ethos* e, do mesmo modo, quer dizer costume, modo de agir. [...] Contudo, alguns autores, entre eles A.S. Vásques, admitem que, apesar do estreito vínculo que as une, elas são diferentes. Constituem-se em realidades afins, porém diversa (PASSOS, 2004, p.22)

Ao se falar da Ética, como característica de uma nova ordem moral, a referida autora (p. 28), afirma que é necessário respeitar-se a “ [...] *pluralidade dos valores*, porque a liberdade só pode manifestar-se eficazmente quando existe igualdade de oportunidades. A *diferença* precisa ser reconhecida na ordem dos valores e dos afins.”

Já o educador Anísio Teixeira(2000, p.102), ao abordar a ética no campo da educação nos informa que:

O exercício da inteligência, que compete ao homem no quadro da harmonia natural, é, de tal maneira, eminentemente individual e pessoal, tão pessoal e individual quanto a digestão dos alimentos que ingere ou a circulação do sangue que o nutre. Ninguém pode pensar por ele, ou por ele experimentar, ou educar-se por ele. Tais processos são personalíssimos e tudo quanto se pode fazer é sugerir, facilitar, dirigir e corrigir.

Por fim, deve-se pontuar para que se vença esta crise de valores e de fragilização moral dos dias atuais,

[...] não devemos lutar contra a *individualidade* e sim contra o individualismo. As qualidades individuais devem ser respeitadas e assumidas dentro da esfera pública, criando condições para que seus anseios e desejos possam ser realizados, desde que não se transformem em egoísmo e individualismo. (PASSOS, 2004, p.30)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conta do que fora apresentado podemos compreender que a garantia de um mundo sustentável, desenvolvido nos moldes de uma consciência coletiva e responsavelmente correta e justa, precisa pautar-se no entendimento de que os ideais de desenvolvimento no último século desfiguraram a expressão utópica de progresso e por que não de felicidade. Neste sentido devemos compreender a , imprescindibilidade, de uma nova leitura sobre o que venha a ser Educação, Ética e formação acadêmica. Sem dúvida alguma por ser o meio que o homem tem encontrado para compreender a si mesmo e que está ao seu redor, a Educação é fundamental para que educador e educando possam estar conscientes de sua capacidade e direito de posicionarem-se de maneira autônoma e criadora frente aos desafios dos dias atuais, a fim de que se torne real a construção de uma sociedade mais solidária, onde o progresso seja a forma de promover o resgate das grandes camadas sociais excluídas do bem viver, sempre respeitando a preservação dos recursos naturais e demais espécies do planeta.

Muito importantes e propositivas as ações dos BRICS, quando pautadas na necessidade de fazer-se uma revisão das políticas de desenvolvimento de habilidades , uma vez que analisam as estratégias e os quadros nacionais de qualificação, além de detalharem as reformas da educação e da formação profissional. O foco das discussões deve centrar-se aos impulsos que alavancam o crescimento econômico e a coesão social. Dá-se destaque também ao fato de que o futuro crescimento econômico e social dependerá da melhoria dos níveis de qualidade da população, que por sua vez está envelhecendo, ou, ainda, aumentando rapidamente. Vale ressaltar também o grande potencial para a colaboração entre os BRICS dada a sua ênfase comum no crescimento dos níveis de habilidades, para que deste modo, se possam transformar as suas economias e criar empregos de qualidade.

De posse do que fora discutido sobre o processo formativo de educadores quer seja via licenciaturas ou bacharelados e seus compromissos éticos frente às demandas sociais, é fundamental que, além da aquisição de conhecimentos, a docência na universidade procure desenvolver as capacidades de reflexão, de crítica, de interpretação dos significados das transformações e de aprendizagem ao longo da vida, para que os profissionais que adentrarão ao mercado, busquem não apenas atender as demandas do mundo neoliberal, mas principalmente daquelas pertinentes à natureza humana, ou seja, o compromisso com a formação de profissionais-cidadãos com base em valores éticos e morais é o essencial da responsabilidade social das instituições educativas.

O educador que abraça o social e ético, precisa muito mais que de um mero treinamento para o exercício tecnocrático tão exigido pelo mercado. Precisa ter uma formação que vá além das fragmentações do conhecimento disciplinar e do trabalho e esteja aberto às atividades que se desenvolvem cada vez no âmbito da transdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de setembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação, Brasília(DF): 1996. Disponível em : <http://planalto.gov.br/ccivil/03/Leis/L9394.htm>. Acesso em : 09 jul. 2011

_____. **Lei nº 10172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Legislação, Brasília(DF): 2001. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/2001/1072.htm>. Acesso em : 09.jul. de 2011

BUARQUE, C. **Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior +5**, UNESCO, 23-25 de jun. de 2003. Disponível em : <http://dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000035.pdf>. Acesso em : 08 jul. 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS. EUA, 1948. Disponível em : http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm . Acesso em : 01 ago. 2012

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo : Paz e terra, 1996 e 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 25 ed. São Paulo : Paz e terra,2002.

MUTIM, Avelar Luiz Bastos. Educação ambiental e gestão de sociedades sustentáveis :análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do desenvolvimento local sustentável.**Revista da FAEBA**. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I, Salvador, vol. 16, nº 28, jul/dez 2007.

MAGALHÃES, Luiz Marconi Fortes. Educação ambiental e sociedades sustentáveis: um saber-fazer para as pessoas viventes no mundo contemporâneo. **Revista da FAEBA**. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I, Salvador, vol. 16, nº 28, jul/dez 2007.

OLIVEIRA, Washington Carlos. Cidadania participativa. In._____. **Referenciais para uma prática educativa singular e plural : Ludicidade no Acampamento Verde**. 2007. Tese de Doutorado da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, p. 169-180,190-224.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. BRICS: Construir a educação para o futuro. Paris : 2014 .

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002296/229602por.pdf>. Acesso em : 14 ago.2015.

RAUPP, E.H. **Desenvolvimento Sustentável: A Contabilidade num Contexto de Responsabilidade Social de Cidadania e de Meio Ambiente**. VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul Gramado-RS, 2001. Disponível em: http://www.astecor.com.br/materia_tecnica/contador/cat_contador_respons_social_meio_ambiente%20.doc. Acesso em 08 jul. 2011.

ROCHA, José Cláudio. **A reinvenção solidária e participativa da universidade**: um estudo sobre as redes de extensão universitária no Brasil. Salvador:EDUNEB, 2008.

RIEDEL, Ulisses. **As causas da miséria e sua superação** : reflexões. 1ª Ed. Brasília(DF): Editora União Planetária, 2011.

SÁ, A. L. **Introdução á Contabilidade Ambiental**; Site: <http://www.lopesdesa.com.br/>, 2008. Disponível em: <http://www.lopesdesa.com.br/>. Acesso em 26 Fev. 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da Contabilidade**.São Paulo : Atlas, 1997.

SOARES, Noemi Salgado. **Educação transdisciplinar e a arte de aprender**. 2ª Ed. Salvador: Edufba, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação**: a escola progressiva ou a transformação da escola. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REPÚBLICA JUVENIL: ALTERNATIVA COMO ESPAÇO DE EMPODERAMENTO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA.

*Daniella Cerqueira Bonfim de Sousa*¹
*Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva*²

RESUMO

O regime de abrigo é previsto por lei como medida provisória e excepcional, infere-se que os (as) jovens quando não são reinseridos (as) ao convívio familiar e comunitário permanecem nas instituições de acolhimento. Pressupõe que tais jovens não são empoderados a exercerem atividades que permitam assumir autonomia em suas vidas. Assim, este trabalho objetivou analisar os parâmetros assumidos pelos abrigos no município de Salvador para a permanência do jovem em regime de abrigo quando inicia a maioridade, uma vez que se interroga: Qual o destino dos adolescentes quando completam a maioridade? Quanto à metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica com base nos estudos dos instrumentos legais, dentre outras fontes de pesquisas, além do estudo de caso com dados coletados no Ministério Público da Bahia – Programa Retorno ao Lar da Promotoria da Infância e Juventude. Portanto, foi possível identificar as articulações das esferas do Estado quanto à consolidação dos direitos da criança e do adolescente, com vistas aos jovens que completam a maioridade institucionalizados em abrigos municipais, bem como a viabilização de políticas públicas que indiquem alternativas, como a república juvenil, um espaço provisório para que o jovem tenha autonomia à gerir sua própria vida.

Palavras-chave: Abrigo. República Juvenil. Empoderamento. Direito da Criança e do Adolescente.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar os parâmetros assumidos pelos abrigos no município de Salvador - Ba para a permanência do jovem em regime de abrigo quando completa a maioridade, uma vez que se interroga qual o destino destes adolescentes, tendo em vista que o regime de abrigo é previsto por lei como provisório e excepcional conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Pretende-se resgatar um breve histórico sobre a visão da sociedade referente à pessoa menor de idade, especificamente àquelas que convivem em regime de abrigo, tendo

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador – UCSal, Graduada em Gestão Pública Municipal pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: daniellabonfim@gmail.com

² Professora Orientadora. Doutora em Administração (UFBA), Mestre em Economia (UFBA), Pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior (CEPOM), Graduada em Economia (UCSal) e Ciências Contábeis (UNEB). Professora de Gestão Democrática e Participativa no curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal (EAD) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-UAB). E-mail: mvalesca.ufba@gmail.com

como referência as leis (CF/88 e o ECA) e com os Parâmetros para o Funcionamento de Entidades que Desenvolvem Atendimento em Regime de Abrigo, sobretudo destacar a intervenção das esferas do Estado para o empoderamento do adolescente/ jovem.

O trabalho apresenta aspecto relevante quanto ao contexto histórico que envolve o público alvo e abordará o conjunto das expressões da desigualdade social e sua interferência no processo de empoderamento à autonomia de vida do jovem maior de idade, quando este não possui o perfil para permanecer em regime de abrigamento, uma vez que o abrigo possui perfis como o aspecto provisório (tempo) que destoa acerca da permanência dos jovens quando não são reinseridos ao convívio familiar e comunitário, permitindo conjecturar que tais instituições utilizem da força de trabalho deste jovem, a partir dos vínculos fortalecidos no período de abrigamento.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desse estudo foram levantados a partir de pesquisa bibliográfica sobre a temática, por perceber que este instrumento de pesquisa permite um aprofundamento sobre elementos que subsidiam a apresentação do trabalho, corroborando ou refutando trabalhos existentes, além de estudo de caso, a partir dos acompanhamentos realizados ao público alvo documentado nos arquivos do Ministério Público da Bahia, especificamente na Promotoria da Infância e Juventude.

Portanto, este artigo permite também refletir acerca do olhar da sociedade/Estado ao menor de idade em regime de abrigo, bem como as ações que podem potencializar a autonomia dos adolescentes/jovens quanto completam a maioridade e que não foram reinseridos ao convívio familiar e comunitário, seja em família de origem ou substituta, à inserção em medida provisória como República Juvenil, uma alternativa de espaço para empoderamento do sujeito.

2 A INFÂNCIA À MARGEM NO BRASIL

A infância nem sempre foi pensada de forma ampliada contemplando as necessidades para favorecer o crescimento e desenvolvimento infante - juvenil.

Historicamente a infância perpassa sobre uma sociedade que mundialmente se contrapõem as reais necessidades da criança e do adolescente que em muitos casos são explorados ao trabalho, ao sexo, quando também são usados para o tráfico de drogas, dentre outras atrocidades que vitimizam este público, “como se não bastasse as mudanças pelas quais passam, o mundo real fazem delas suas tenras vítimas: a crescente fragilização dos laços

conjugais, a explosão urbana com todos os problemas decorrentes de viver em grandes cidades, a globalização cultural, a crise do ensino ante os avanços cibernéticos, tudo isso tem modificado, de forma radical, as relações entre pais e filhos e entre crianças e adultos” (DEL PRIORE, 2007).

E corrobora Ramos (2007, p. 22):

[...] apesar de o Brasil ter sido “descoberto” oficialmente em 1500, suas terras só começaram a ser povoadas a partir de 1530[...] crianças também estiveram presentes à epopéia marítima. As crianças subiam a bordo e somente na condição de ³grumetes ou ⁴pagens, como órfãs do rei enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da Coroa, ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de alguns parentes. Em qualquer condição, eram os “miúdos que mais sofriam com o difícil dia – a dia em alto mar.

As crianças e adolescentes foram usados como escravos, na guerra na indústria, no trabalho infantil e ainda são acometidas por diversas formas de negligência e de maus tratos. Ao longo do tempo na sociedade brasileira, o cenário modificou-se do período Colônia, Império à República, e com o regime político democrático direcionado a ofertar garantias ao indivíduo, ainda traz consigo crueldades geradas no seio familiar, nas relações sociais e na relação de poder.

A sociedade capitalista produz em suas relações a desigualdade social e as suas manifestações causam a vulnerabilidade social e de famílias numerosas postas à condição desumana que diz respeito à condição psíquica, social e econômica, como retrata Passeti (2007, p. 349):

[...] A difusão da ideia de que a falta de família estruturada gestou os criminosos comuns e os ativistas políticos, também considerados criminosos, fez com que o Estado passasse a chamar para si as tarefas de educação, saúde e punição para crianças e adolescentes. Por isso é que desde o tempo dos imigrantes europeus [...] até os imigrantes nordestinos [...], o Estado nunca deixou de intervir com o objetivo de conter a alegada delinquência latente nas pessoas pobres. Desta forma, a integração do indivíduo na sociedade, desde a infância, passou a ser tarefa do Estado por meio de políticas sociais especiais destinadas às crianças e adolescentes provenientes de famílias desestruturadas, com o intuito de reduzir a delinquência e a criminalidade.

Por diferentes “formas” e de diferentes “olhares” as crianças e adolescentes foram “cuidados” pela sociedade e pelos responsáveis “legais” de acordo com a época, que violavam

³ Os grumetes, em geral crianças entre nove e dezesseis anos, sofriam constantemente maus tratos e abusos sexuais por parte dos marinheiros e oficiais. Órfãos eram embarcados compulsoriamente e obrigados a migrar rumo às colônias de além-mar.

⁴ Já os pagens dificilmente eram importunados por marinheiros, sendo respeitados, principalmente porque eram originários de famílias da baixa nobreza ou relacionados com tais famílias, realizavam tarefas mais brandas, mas assim como os grumetes, sofriam no processo de formação e aprendizagem.

“direitos” e embora estes “direitos não existissem como atualmente”, não se importavam com as demandas e necessidades apresentadas por este público, negligenciando as questões de ordem moral, físicas, biológicas e sociais. O percurso histórico revela que este público era considerado menos importante por apresentar fragilidade na relação de poder e pelos significados que os adultos ofertavam nas relações sociais.

Ainda no processo de formação de crianças e adolescentes, famílias que possuíam em seu seio ⁵menores de idade e que apresentava ínfima condição social e econômica são marginalizadas pelas condições de suas famílias. Historicamente percebe-se que as instituições familiares fragilizam-se devido às implicações postas aos adultos/pais e a vulnerabilidade que, especificamente, as famílias de baixa renda enfrentam em busca de acesso à sua manutenção, mas, não somente as questões de espaços geográficos e “esperanças incontestáveis” permeiam a vida dos humanos e sim as relações sociais que inviabilizam e dificultam o acesso dos excluídos à vida digna, como ressalta Passetti (2007, p.348)

[...] com a proclamação da república esperava-se um regime político democrático orientado para dar garantias ao indivíduo [...] Veio um século no qual muitas crianças e jovens experimentaram crueldades inimagináveis. [...] com isso surgiu uma nova ordem de prioridades no atendimento social que ultrapassou o nível da filantropia privada e seus orfanatos para elevá-la as dimensões de problema de Estado com políticas sociais e legislações específicas.

Percebe-se que a ação do Estado/sociedade anula-se, encontrando no sujeito a culpabilidade pela não projeção da família organizada e nos padrões estabelecidos pela sociedade, e assumida pelo próprio Estado, ainda com perspectiva de controle, opondo-se a atenção aos direitos sociais.

Assim as relações de poder perpassam de geração para geração, apresentando correlação de forças nas camadas sociais e sujeitos de direitos que permanecem à margem da sociedade, em destaque para os idosos, crianças e adolescentes, negros, mulheres deficientes, etc. No Brasil, o regime democrático de direitos pela Constituição Federal de 1988 contempla nos princípios fundamentais preconizando uma sociedade mais justa e equânime, a qual se destaca no artigo 6º da Constituição Federativa:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

⁵ A autora abstrai as diversas nomenclaturas designadas às crianças e adolescentes no corpo deste artigo, tendo em vista que no decorrer da histórica, a este público foram dados nomes diversos conforme a sua época. Desta forma, pretende-se chamá-los de crianças e adolescentes e acima dos 18 anos de idade citará como jovens, uma vez que não contemplam mais a idade do adolescente conforme o ECA.

Entretanto, o histórico social que permeia o olhar do Estado à criança e ao adolescente e das famílias ao longo dos anos, evidencia barreiras, uma vez que o Estado com discurso que fortalecia através de políticas paternalista, o qual a família não possuía capacidade de orientar e educar os filhos, desenvolveu ações de controle e contenção social, sem atentar para a preservação dos vínculos afetivos com práticas constantes de destituição do pátrio poder e suspensão provisória, fortalecido pela ideologia, apontando as camadas da sociedade consideradas de baixa renda incapazes de promover a educação dos filhos.

No século passado, o sistema de proteção e assistência a este público devido a sua condição de pobreza estava fadado à condição de “prender para proteger, ou seja, a condição econômica era fator crucial para estabelecer o público que ocupariam as instituições de abrigo, conforme o código de menores na década de 70 que apresentava dispositivo de intervenção do Estado sobre a família, o qual possibilitou ao Estado recolher crianças e jovens em situação irregular e condená-los ao internato até a maioridade.

A infância ainda marginalizada pela condição socioeconômica vulnerável era alvo dos espaços asilares, utilizando por exemplo , um dos modelos como a “Roda dos Expostos”, como afirma Rizzini (2008, p. 111):

Durante o século XVII e parte do século XIX, predominava a prática essencialmente caritativa de zelar pelas crianças pobres, que se materializava no ato de recolher crianças órfãs e expostas. O melhor exemplo desse modelo foi a “*Roda dos Expostos*” – instituição que acolhia crianças através de um mecanismo que impedia a identificação de quem ali as abandonava. Estas instituições espalharam-se pelos países católicos, sendo implantados no Brasil por volta de 1730, através da Santa Casa de Misericórdia. [...] a existência da roda dos expostos não mais poderia ser tolerada: por um lado ela constituía um atentado à moralidade ao incentivar uniões ilícitas, que resultavam em filhos ilegítimos, [...] era sabido que na época de escassez, os pais entregavam os seus filhos às Rodas para aliviarem - se do encargo de criá-los.

A promulgação da Constituição de 88, que preconiza a promoção social, sobretudo no acesso aos direitos sociais, bem como destaca os deveres da família, da sociedade e do Estado de assegurar com prioridade absoluta, os direitos das crianças e dos adolescentes, fortalecido com o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/1990, que discorre sobre os princípios que deve nortear as condições que favorecem o crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente, associadas ao CF/88, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS ao Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, além dos Parâmetros para o Funcionamento das Entidades que Desenvolvem Atendimento em Regime de Abrigo e de todos os parâmetros legais que protegem este público, percebe-se que o adolescente/jovem ainda permanece órfão

ou desabrigado, pois as políticas públicas ainda não contemplam a sua necessidade quando estes completam a maioridade.

Segundo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária refere que:

Atenção especial deve ser dada aos adolescentes nos programas de acolhimento institucional, sobretudo àqueles cujas possibilidades de reintegração a família de origem foram esgotadas e têm reduzida as possibilidades de colocação em famílias substitutas⁶, face às dificuldades de se encontrar famílias para os mesmos, o atendimento para os mesmo deve-se perseverar no apoio ao fortalecimento dos vínculos comunitários, na qualificação profissional e na construção do projeto de vida, bem como estar fundamentado em metodologia participativa que favoreça o exercício do seu protagonismo.

Ou seja, por ora recaem sobre os abrigos as responsabilidades de promover a condição de reinserção, mas com mínimas e efetivas alternativas ofertadas pelo Estado para promover o protagonismo e empoderamento do sujeito em espaço como República Juvenil. Ora, se o abrigo possui perfis como idade, gênero, além de se tratar de um espaço provisório e excepcional, como não pensar em espaço que possua perfil adequado ao adolescente/jovem quando este completa a maioridade, permitindo a este público acompanhamento psicossocial, inserção ao programa de primeiro emprego, capacitações, em espaço de diálogo e referências com pessoas do mesmo perfil, visando gerar autonomia de vida em espaço onde os vínculos afetivos não estejam “enraizados” devido ao tempo de abrigo e quiçá rompendo com exploração de trabalho juvenil.

A partir destas considerações teóricas, é possível apresentar um estudo de caso referente ao adolescente institucionalizado, que por nove anos, não foi reinserido ao convívio familiar e comunitário e sem perspectiva de reinserção em família extensiva e substituta.

3 ESTUDO DE CASO

Em 2004, o Ministério Público do Estado da Bahia - MPBa na Promotoria da Infância e Juventude com a implantação do Programa Retorno ao Lar - Programa implantado pela Promotora Dra. Lícia Cavalcante, objetivou a inserção de crianças e adolescentes abrigados ao convívio familiar e comunitário em famílias de origem, extensiva ou substituta em cumprimento com o ECA art. 93 que prevê o regime de abrigo como medida excepcional e provisória.

⁶ Forma de colocação em família substituta por meio de adoção.

O Ministério Público junto a Defensoria Pública do Estado da Bahia, Juizado da Infância e Juventude, Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e adolescentes – CMDCA e Conselhos Tutelares firmaram a parceria com o Termo de Cooperação Técnica entre os representantes sociais, além da supracitada rede para garantir direitos a este público alvo, abarcando atender os abrigados e familiares à inserção familiar e comunitária.

Este Programa composto por equipe técnica psicossocial (assistentes sociais, psicólogos (as) e estagiários) realizou a época, o levantamento de 16 (dezesseis) abrigos localizados no município de Salvador-Ba, bem como cadastros dos menores abrigados e suas condições sociohistórico e familiar, por meio de visitas institucionais em abrigos, além de visitas domiciliares em abordagem individual e grupal com o intuito de verificar condições da família, processo de abrigamento, sobretudo os laços afetivos, condição *sine qua non* para o retorno ao lar, uma vez que a vulnerabilidade de recursos materiais não se caracteriza motivo para a suspensão ou perda do pátrio poder, conforme ECA art. 23º.

Em janeiro de 2005, o Programa acompanhou o menor de idade L.R.S, nascido em 1995 e institucionalizado no abrigo Ajuda Social à Criança, desde os 07 anos de idade, devido à rejeição familiar, negligência, maus tratos e fragilidade dos laços afetivos com a genitora Sra. Flor⁷ (suspeitava-se ser fruto de violência sexual). Destaca-se que a criança desconhecia o genitor, que segundo a genitora, impôs teste de DNA para comprovação de paternidade.

Destaca-se que, o abrigado recebia atenção do avô materno Sr. Ramos⁸, porém idoso e doente não ofertava condições de promover o crescimento e desenvolvimento do menor de idade. Durante o período de abrigamento, foram realizadas visitas domiciliares, onde se percebeu resistência da genitora em receber o menor de idade em residência.

Realizado abordagem individual com demais membros da família, especificamente com a tia materna Sra. Flora⁹ que verbalizou sobre o histórico do adolescente¹⁰ e dos irmãos, ressaltando que a genitora somente convive com uma filha, dos três filhos biológicos que tivera (irmãos do menor L.R.S) com diferentes genitores e que tais filhos foram encaminhados para adoção.

É válido mencionar que, a genitora e demais familiares, após acompanhamento por cinco anos pelo Programa, visitava com periodicidade o adolescente no abrigo, a família fora estimulada a participar do processo de reinserção ao convívio familiar e comunitário. O

⁷ Utilizado pela autora nome fictício para preservar a identidade do familiar.

⁸ Utilizado pela autora nome fictício para preservar a identidade do familiar.

⁹ Utilizado pela autora nome fictício para preservar a identidade do familiar.

¹⁰ O menor de idade quando acompanhado pelo Ministério Público da Bahia pelo Programa Retorno ao Lar já estava na adolescência. No levantamento do contexto sociohistórico e processo de abrigamento considera-se o período de institucionalização do mesmo desde os seus 07 anos de idade.

Programa Retorno ao Lar partia do pressuposto que a visita é o cerne de um plano para a reinserção familiar.

Após alguns encontros, ora do menor de idade com a família, ora da família no abrigo, a genitora decidiu não acolher o adolescente L.R.S. no seio familiar por alguns motivos, sobretudo no que tange a condição afetiva. Conforme registros em relatórios psicossociais, a genitora verbalizava que “desejo tê-lo de volta, mas não possuo condições financeiras “(sic), em discurso contraditório, pois ao mesmo tempo apresentou o adolescente para adoção.

Ainda durante o acompanhamento em visitas institucionais, percebido que o adolescente não mais nutria afeto pela genitora, rejeitando a condição de retorno ao lar e que após diversas tentativas de adoções frustradas, recebia apoio de uma advogada, que não o adotou devido a situações que desfavoreceram o processo de adoção, mas o mantinha nas condições econômicas, bem como um casal que o apadrinhou, porém não o assumir em lar.

Assim, ofertado acompanhamento pelo Programa Retorno ao Lar ao menor de idade de 2005 a 2010, além de visitas já supracitadas, também na produção de relatório psicossocial com pareceres técnicos, oitivas com família e dirigentes do abrigo com a promotoria da infância e juventude, após visita domiciliar e institucional, o qual a 3ª Promotoria da Infância e Juventude concluiu que não foi possível restabelecer o vínculo afetivo com a família de origem e determinou que o abrigo inserisse o institucionalizado em atividades profissionalizantes, já que o mesmo completara 16 anos de idade, além de permanecer estimulando o fortalecimento do vínculo junto à rede familiar, mesmo considerando a fragilidade do vínculo, objetivando o não rompimento da relação com demais membros da família.

Destaca-se que, durante o acompanhamento com a família do adolescente L.R.S foi percebido que, sobre o aspecto econômico, a genitora apresentara condições de recebê-lo ao convívio familiar e comunitário, pois possuía imóvel próprio e renda, mas o aspecto afetivo foi determinante no que tange a reinserção, uma vez que não havia na estrutura familiar de origem¹¹ condições de pertencimento, embora a família extensiva¹² (tia Flora e o avô materno) nutrirem pelo adolescente afeto, não apresentavam condições de saúde.

Durante o regime de abrigamento, após a ação desenvolvida pelo Programa Retorno ao Lar foi informado pela instituição que o adolescente havia evadido do abrigo, sendo desconhecido o seu paradeiro e informado à rede de proteção para as medidas cabíveis.

¹¹ Família de origem ou nuclear: Núcleo familiar composto pelos pais e filhos, pai e filho; mãe e filho.

¹² Família extensiva: Composta pelos avós, tios(as) primos (as), irmãos e cunhados;

4 DISCUSSÃO

A ação planejada da rede de proteção que visava à reinserção familiar e comunitária não foi o suficiente para aproximar mãe e filho, mesmo com a atuação de equipe técnica que no período de acompanhamento aproximou a família de origem e extensiva do abrigado, com intuito de promover a reinserção familiar e comunitária do adolescente que estava institucionalizado desde os seus 07 anos de idade.

O Programa debruçou-se de forma a desenvolver com o abrigo e família ações planejadas na tentativa de preservar a relação familiar, mas foi percebido que os sentimentos acarretados pela separação e maus tratos ao adolescente por parte de quem deveria cuidar e promover o crescimento e desenvolvimento do menor de idade afetou profundamente o adolescente que na condição de vitimizado sofreu com separação e a frustração por não mais sentir parte do seio familiar.

A promoção e desenvolvimento de ações que estimulasse a participação da família por parte da equipe técnica do abrigo no processo de reinserção familiar, não foi plausível, durante a institucionalização do menor de idade.

As noções comumente dos profissionais dos abrigos e demais esferas de atendimento ao público que são excluídos do seio familiar ou de qualquer outra instituição, público este que foram vítimas atores de uma sociedade injusta e desigual, e inclui também a família, em muitos momentos preferem manter-se com noções pré-concebidas a subjugar pela aparência sem avaliar o contexto histórico e compreender como ocorrem as relações sociais.

Mas, compreende-se que não há “únicos culpados”, existem responsabilidades amparadas por leis que estabelecem direitos e deveres do Estado, da sociedade e família e que todos são responsáveis pelos indivíduos menores de idade que não possui condições exclusivas de responsabilizar-se pelos seus atos e decisões, uma vez que ainda apresenta-se em processo de crescimento e desenvolvimento, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e consoante com os princípios fundamentais regidos pela Constituição Federal de 88:

Art. 4º É dever da família, da comunidade e da sociedade em geral do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Quanto as instituições de abrigamento que seguem respaldadas pela Constituição Federal de 88, de acordo com os princípios e determinações amparados pelo ECA e pelo CMDCA que deliberou no uso das atribuições legais embasadas nas Leis Municipais nº

4.231/90 em assembléia juntamente com o MPBa quanto aos Parâmetros para o Funcionamento das Entidades que Desenvolvem Atendimento em Regime de Abrigo que dispõe:

Art. 2º A entidade de abrigo tem como premissa maior o bem estar dos abrigados, através da reaproximação e fortalecimento dos vínculos familiares. A manutenção da medida de abrigamento só deve ocorrer nas situações em que se verifique a inviabilidade, temporária ou definitiva, do retorno ao lar ou a inserção em família substituta.

Art. 22º Proporcionar ao abrigado a retomada dos vínculos familiares, quando possível, o acesso à cidadania, o resgate da auto-estima, a construção de um projeto de vida, os meios de avançar nos estudos e de conquistar uma profissão, visando o seu desligamento.

Diante do estudo de caso realizado, percebe-se que os trabalhos desenvolvidos pela equipe técnica devem ser efetivos e constantes, tendo em vista o fortalecimento dos vínculos afetivos entre o abrigado e a família, com vistas à reinserção familiar e comunitária, associado à atuação da rede de proteção e as políticas públicas que favorecem condições de manutenção de vida. Ainda, pressupõe que o tempo em abrigo tende não favorecer a inserção das crianças e adolescentes ao convívio familiar e comunitário, uma vez que os vínculos se fragilizam diante das mesmas condições que favoreceram a inserção do menor de idade em regime de abrigamento. Com o abrigamento, as condições da família não tornam melhor, os fatos que acometeram o abrigamento da criança e do adolescente “podem” não mais acontecer.

Desta forma, os Parâmetros ainda apresentam tópicos norteadores que favorecem a atuação da equipe técnica do abrigo com a finalidade de promover com olhar ampliado, crítico e reflexivo nas abordagens que contribuam no processo de reinserção, como a receptividade aos familiares dos abrigados, bem como o desdobramento que o processo de visitação pode desencadear.

Portando, as ações integradas junto à rede de proteção, acessibilidade às políticas públicas, sem a intersetorialidade das políticas públicas voltadas a este público, associado às abordagens constantes, reflexivas e respaldados na ética e olhar ampliado à família e ao abrigado deve ser parâmetro para a atuação do abrigo, previsto no art. 26º inciso I dos Parâmetros para o Funcionamento das Entidades que Desenvolvem Atendimento em Regime de Abrigo:

Art. 26º - Apoiar as famílias dos abrigados, oferecendo acompanhamento social, encaminhando para inserção em programas de auxílio/proteção à família com a retaguarda por parte do Poder Público, organizando reuniões ou grupos de apoio e discussão.

Destarte, no caso apresentado pelo adolescente L.R.S., não obteve-se êxito no processo de reinserção familiar e comunitária, devido a fragilidade dos vínculos junto a família de origem, não sendo possível mensurar quanto a possibilidade de reinserção em família extensiva, ou seja, o adolescente já aos 16 anos ainda estudava em ensino fundamental sem perspectiva de inserção em família substituta¹³, bem como inserção no mercado de trabalho, que ora fora indicado pelo MPBa, após finalização do acompanhamento do Programa Retorno ao Lar, apresentando indicações de desligamento ao completar a maioridade, conforme prevê o Art. 36º dos Parâmetros:

O desligamento, que deve ocorrer aos dezoito anos de idade, nem sempre pode se dar apenas por esse critério, sendo muito mais determinante a realidade do abrigado (escolaridade, oportunidade de profissionalização, estado emocional, situação resolvida com o serviço militar, ingresso no mercado de trabalho).

Mas, no caso do adolescente L.R.S., considerando os fatores determinantes à realidade do abrigado, qual o papel que este adolescente realizaria no abrigo (caso não tivesse evadido), já que o critério idade indicava desligamento conforme os Parâmetros? E ainda respeitando a condição escolar e de profissionalização que o mesmo não concluiu e nem foi inserido, que permitiria a permanência do mesmo no abrigo, questiona-se: o que fazer para promover ações de desligamento e empoderamento à vida adulta? Quais são as falhas das redes de proteção, do Estado, sociedade e família na atenção ao sujeito que ainda segue em fase de desenvolvimento.

Contudo, as questões supracitadas são relevantes e devem ser repensadas, uma vez que a o Estado deve efetivamente manter o olhar para a criança e o adolescente de forma individualizada e ampliada respeitando questões que favoreçam a continuidade na vida adulta, uma vez que na fase infato-juvenil este público foi rejeitado e sofreu maus-tratos, sendo negado pela família que o gerou sem perspectiva desde a sua infância, permanecerá negado pelo Estado caso não possua alternativas de reinserção ao convívio familiar e comunitário?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da temática exposta, percebe que o público infante - juvenil ao longo da história sobre a infância no Brasil perpassou sobre pesares que no decorrer dos anos o olhar modificou-se de acordo com as dinâmicas sociais, sobretudo de ordem econômico e político.

¹³ Forma de colocação em família substituta por meio de adoção.

O cenário político foi ponto crucial para o debate de diversos grupos e atores sociais no que tange a provocar mudanças significativas com medidas protetivas, visando o crescimento e desenvolvimento, bem como a participação do Estado, sociedade e família que outrora não apresentavam como os mesmo ideais atuais.

Mas, percebe-se que as atrocidades cometidas à este público ainda permanecem, sobretudo nas camadas mais vulneráveis. Assim, vislumbra-se a necessidade de efetivação de políticas públicas que promovam a autonomia e o protagonismo, sobretudo dos adolescentes/jovens quando completam a maioridade e não foram reinseridos ao convívio familiar e comunitário, seja em família de origem, extensiva ou substituta.

Portanto, se faz também necessária uma fiscalização efetiva e assíduas às entidades de abrigo, objetivando verificar as ações de desenvolvimento a este público, bem como capacitação de profissionais possibilitando o desenvolvimento de ações estratégicas e participativas, além de pesquisas que identifique o quantitativo de abrigados em idade que contemple a inserção em Repúblicas Juvenis, pois ações integradas com vistas à promoção social que abarquem os princípios fundamentais são ferramentas importantes contra ações que prejudique ainda mais vidas que desde cedo sofreram com o abandono familiar e social.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . **Constituição Federativa do Brasil 1988**. Acessado em: 10 fev. 2014.

DEL PRIORE, Mary. Organizadora e PASSETTI, Edson. **Historias das Crianças no Brasil**. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

Estatuto da Criança e do Adolescente – **ECA**. Lei Federal 8. 069/1990.

Estudo de caso realizado com a Assistente Social Eunice Bastos que atua no Centro e Apoio Operacional à Criança e Adolescente – CAOCA na Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público da Bahia. **Registros coletados dos arquivos do extinto Programa Retorno ao Lar 2004 a 2012**. Salvador-Ba.

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Disponível em: <http://9cndca.sdh.gov.br/download/plano%20nacional%20de%20convivencia%20familiar%20e%20comunitaria.pdf>. Acessado em 10 fev. 2014.

Parâmetros para o Funcionamento das Entidades que Desenvolvem Atendimento em Regime de Abrigo. Disponível em:

<http://www.mpba.mp.br/atuacao/infancia/convivencia/parametros.asp>. Acessado em 10 fev. 2014.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido. Raízes Históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil.** 2ª Ed. Ver. – São Paulo: Cortez, 2008.

A REVOLTA COMO RESPOSTA AO ABSURDO: UMA BUSCA PELO RECONHECIMENTO DO SUJEITO ÉTICO-MORAL.

*Sheila Santos Rolemberg*¹

RESUMO

O presente trabalho se propõe a apresentar, de forma ensaística e alegórica, análise crítica contemporânea sobre o acesso à Justiça numa realidade de crise de valores e reconfiguração da organização política, considerando o paradoxo dos direitos humanos na modernidade, de forma a enfatizar a interrelação entre ética e instituições. Para isso, tomaremos como pano de fundo a trama trazido pelo filme “Trash – A esperança vem do lixo”. A pesquisa bibliográfica toma por fundamento autores como Arendh, Camus, Cardoso, Hessel, Hobsbaw, Jappe, Kurz, Lowe, Savater e Zizek.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Ética. Alteridade. Direitos Humanos.

ABSTRACT

The present work proposes to present, in an essay and allegorical way, contemporary critical analysis on access to justice in a reality of crisis of values and reconfiguration of political organization, considering the paradox of human rights in modernity, in order to emphasize the interrelation between Ethics and institutions. For that, we will take as background the plot brought by the film "Trash - Hope comes from the trash". Bibliographical research is based on authors like Arendh, Camus, Cardoso, Hessel, Hobsbaw, Jappe, Kurz, Lowe, Savater and Zizek.

Keywords: Modern State. Capitalism. Democracy. Socio-Spatial Organization.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem por finalidade apresentar, de forma ensaística e alegórica, análise crítica contemporânea sobre o acesso à Justiça numa realidade de crise de valores como uma das consequências do atual estágio da crise estrutural do capital e reconfiguração da organização política, considerando o paradoxo dos direitos humanos na modernidade, de forma a enfatizar a interrelação entre ética e instituições. Para isso, tomaremos como pano de fundo a trama trazido pelo filme “Trash – A esperança vem do lixo”.

¹ Pesquisadora bolsista da FAPESB. Advogada. Discente do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador - UCSAL. Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Guanambi. Bacharela em Direito pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Email: ssrolemberg@gmail.com

Em breve síntese, a produção nos apresenta aos garotos Rafael, Gardo e João Gabriel (mais conhecido como Rato), as quais vivem rodeados pela pobreza e miséria em um lixão da cidade do Rio de Janeiro, local no qual trabalham e habitam. Após Rafael encontrar uma carteira em meio aos despejos do aterro sanitário, os adolescentes entram na mira do policial Frederico e do político corrupto Santos. A carteira, que pertencia a José Ângelo, guarda código capaz de revelar todo um sistema de corrupção envolto na trama, além da história de vida do próprio Ângelo e de uma outra personagem muito importante na trama, José Clemente, advogado e ativista que foi preso em decorrência de perseguição política. Os meninos encontrarão apoio na empreitada nas figuras da voluntária Olivía e do padre Ricardo, mesmo que não tenha sido de imediato, que passam a tentar contar a história deles para o mundo.

O filme inicia com a cena de Rafael com uma arma imposta sobre a cabeça de um homem e recebendo orientações de alguém que sugere que dispare a arma e mate a pessoa, de forma que faça com ele o que ele faria consigo, numa alusão à Lei de Talião, “Olho por olho, dente por dente.” Está posto aí, logo de início, o embate ético trazido durante toda a trama e que será retomado ao final da produção. Em seguida, são apresentados fragmentos de um vídeo protagonizado pelos três amigos, os quais são retomados durante o filme, dando-se especial destaque de início à fala de Rafael que menciona “Já tive medo. Não tenho mais”.

A ficção se desenrola em meio a muita dinâmica e velocidade das cenas, além da inexistência de uma ordem cronológica para os acontecimentos dos fatos, o que enriquece o trabalho e a trama. Importante atentar, também, para a trilha sonora que nos envolve, instiga e complementa o conteúdo do trabalho.

Partindo da concepção de que a ética não pode esperar a política para a globalização de uma nova crítica social (SAVATER, 2003), avalia-se que os problemas éticos estão diretamente correlacionados com a vivência humana, interessando à ética o viver bem a vida humana. Entender alguém como semelhante implica sobretudo a possibilidade de compreendê-lo a partir de dentro. Considerar o outro como sujeito ético moral é fugir da barbárie, é humanizar as relações.

A questão que se impõe é se seria possível humanizar as relações quando se prescinde de um objeto externo (mercadoria/dinheiro) para que as relações se estabeleçam dentro do atual sistema de reprodução, acumulação e circulação do capital. Como vislumbrar compreensão, reconhecimento e dignidade por meio da busca de sentido, unicidade e clareza em um mundo desprovido de razão?

O presente trabalho foi elaborado em forma de ensaio à título de avaliação final da disciplina “Ética, Instituições e Direitos Humanos” do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania – 2016.2, ministrada pelo professor Antônio Carlos da Silva e apresenta especial relevância para a proposição do questionamento quanto à proposta de um projeto de República Emancipatória por meio do reconhecimento do sujeito ético-moral em exercício da alteridade e concretização de direitos humanos.

2 ALTERIDADE E DIREITOS HUMANOS: PELO RECONHECIMENTO DO SUJEITO ÉTICO MORAL

Difundida ocidentalmente é a ideia de que aos seres humanos são atribuídos direitos essenciais e inalienáveis, com especial destaque aos direitos à vida e à integridade física, sugerindo-se o reconhecimento irrestrito de todos os indivíduos como detentores desses direitos (paradoxo da modernidade). O ideal, entretanto, apresenta-se, em verdade, como uma contradição ou um paradoxo relativo, conforme passaremos a explicitar.

O sistema de reprodução capitalista, que se apoderou do modo de vida econômico do mundo globalizado e da vida social e privada dos indivíduos, apresenta o Estado como subproduto e o sistema político apenas como mais uma das peças de sua engrenagem, de forma que, parafraseando HOBBSAWM (2001, p. 05), “o consumidor toma o lugar do cidadão”. Acabam por ser considerados “supérfluos” os indivíduos não rentáveis na produção mercantil, adjetivação perpetrada por Jappe (2013), haja vista que a lógica do sistema capitalista valoriza apenas os sujeitos capazes de contribuir para o funcionamento do próprio sistema.

O estágio atual do sistema de reprodução, circulação e acumulação de capital vem desconstruindo a identidade do indivíduo, que deixa de ser percebido como ser humano, na acepção histórica do termo, passando a ser objetificado, deixando de ser sujeito para tornar-se predicado. O ser humano é equiparado, assim, estritamente ao ser solvente, sendo a este, e somente a este, atribuídos os direitos inalienáveis, reconhecendo KURZ (2003) a existência do que ele chama de paradoxos dos direitos humanos por meio da Tese do Reconhecimento pelo Não Reconhecimento:

É verdade que o universalismo ocidental sugere o reconhecimento irrestrito de todos os indivíduos, em igual medida, como "seres humanos em geral", dotados dos célebres "direitos inalienáveis". Mas, ao mesmo tempo, é o mercado universal que forma o fundamento de todos os direitos, incluindo os direitos humanos elementares. A guerra pela ordem do mundo, que mata

peçoas, é conduzida em prol da liberdade dos mercados, que igualmente mata peçoas e, com isso, também em prol dos direitos humanos, visto que estes não são imagináveis sem a forma do mercado. Temos de lidar com uma relação paradoxal: *reconhecimento por meio do não-reconhecimento*, ou, inversamente, *não-reconhecimento justamente por meio do reconhecimento*.” (KURZ, 2003, p. 2)

Dentro deste contexto, dispõe ZIZEK (2010, p. 16) sobre a incompletude da interpretação sintomática marxista baseada na luta de classes quanto à universalidade dos direitos humanos:

A interpretação sintomática marxista pode demonstrar, de forma convincente, o conteúdo que fornece à noção de direitos humanos o seu específico giro ideológico burguês: os direitos humanos universais são, com efeito, o direito dos homens brancos proprietários a trocar livremente no mercado, explorar trabalhadores e mulheres, e exercer dominação política. Esta identificação do conteúdo particular que hegemoniza a forma universal é, contudo, somente a metade da história. Sua outra metade crucial consiste em fazer uma questão suplementar ainda mais difícil: aquela sobre a emergência da própria forma de universalidade. Como – em que condições históricas específicas – a universalidade abstrata se tornou um “fato da vida (social)”? Em que condições os indivíduos se experimentam a si mesmos enquanto sujeitos de direitos humanos universais? Aqui reside o ponto central da análise de Marx do “fetichismo da mercadoria”: em uma sociedade na qual predomina a troca de mercadoria, os indivíduos, em sua vida diária, fazem referência a si mesmos e aos objetos que encontram como personificações contingentes de noções universais abstratas. O que eu sou, em relação às minhas experiências sociais e culturais concretas, é vivenciado como contingente, pois o que me define fundamentalmente é a capacidade universal “abstrata” de pensar ou de trabalhar. Do mesmo modo, qualquer objeto que possa satisfazer meu desejo é vivenciado como contingente, pois o meu desejo é concebido como uma capacidade formal “abstrata”, indiferente à multiplicidade de objetos particulares que podem, mas sem nunca conseguir completamente, satisfazê-lo. (ZIZEK, 2010, p. 16)

Com fito na construção de uma alegoria, podemos fazer alusão ao filme “Trash” por meio de suas cenas mais marcantes, as de violência. Seja quando José Ângelo é torturado até a morte para que confessasse onde escondeu o dinheiro e o livro caixa roubados do deputado Santos, para quem trabalhou durante anos e de quem obteve total e irrestrita confiança, seja a cena em que Rafael é torturado por policiais para confessar que achou a carteira no lixão e o que nela continha. Mas em especial esta última.

Isto porque, travava-se de um adolescente de apenas 14 (quatorze) anos de idade, pobre e desprotegido, que não tinha ninguém a quem ele pudesse recorrer de imediato e que poderia verdadeiramente lhe conferir proteção e guarda, além dos amigos Gardo e Rato, que também se tratavam de adolescentes em situação de risco. Analisando a situação de Rafael no momento em que é tirado à força do lixão, violentado ao extremo tanto física quanto psicologicamente, resta nítida a ideia de que a banalização da violência perpetrada por

representantes do Estado decorre da objetificação do “ser humano”, evidentemente descartável, até porque aquele indivíduo não era rentável para o sistema, constituindo apenas mais uma engrenagem.

O jovem é arremessado dentro de um veículo em movimento, onde está com as mãos amarradas e encapuzado, enquanto o mandante do ato, o policial Frederico, que por poucas vezes é chamado pelo nome, talvez intencionalmente para uma despersonalização em estreita relação à linguagem orwelliana, se encontra em outro automóvel ouvindo música clássica. Mesmo sob tortura e bastante machucado, Rafael se nega a revelar qualquer outra informação quanto à carteira e tem sentenciada sua pena de morte.

As cenas descritas nos levam a refletir sobre a compreensão da atual adaptação das pessoas à existência em uma sociedade desprovida de regras de civilização. Argumenta HOBBSAWN (2013, p. 1) que após cerca de 150 (cento e cinquenta) anos de declínio secular, a barbárie esteve em ascensão durante boa parte do século XX, não havendo qualquer indício de declínio. O referido autor define a “barbárie” tomando duas vertentes distintas:

(...) entendo que a “barbárie” signifique duas coisas. Primeiro, a ruptura e o colapso dos sistemas de regras e comportamento moral pelos quais todas as sociedades controlam as relações entre seus membros e, em menor extensão, entre seus membros e os de outras sociedades. Em segundo lugar, ou seja, mais especificamente, a reversão do que poderíamos chamar de projeto do Iluminismo do século XVIII, a saber, o estabelecimento de um sistema universal de tais regras e normas de comportamento moral, corporificado nas instituições dos Estados e dedicado ao progresso racional da humanidade: à Vida, Liberdade e Busca da Felicidade, à Igualdade, Liberdade e Fraternidade ou seja lá o que for. As duas coisas estão agora acontecendo e reforçam seus respectivos efeitos negativos em nossas vidas.

Tendo esse conceito em vista, acredita o referido autor que os valores herdados do Iluminismo do século XVIII evitam o total declínio nas trevas, atentando, contudo, para o fato de que, diante das circunstâncias de desintegração social e política, continuaremos a vislumbrar declínio da civilidade e crescimento da barbárie, frente ao desmantelamento das defesas erigidas pelo Iluminismo, e o pior de tudo é que passamos a nos habituar ao desumano. A barbaridade hoje nos parece insignificante se comparada a questões mais importantes como ganhar dinheiro (HOBBSAWN, 2013, não paginado).

No filme, a ideia de resistência ao declínio dos valores herdados pelo Iluminismo é expressa nas figuras de João Clemente, advogado, ativista político e dito defensor dos interesses do povo, e José Ângelo, assessor de confiança do deputado Santos, sobrinho de Clemente, que elaborou plano para revelar o esquema de corrupção do deputado, inspirado pelas ideologias do tio e motivado pela prisão deste. Em visita ao presídio em que Clemente

está interno, Garlo revela o conteúdo da carta escrita por Ângelo a ele, que pede ajuda ao adolescente para que seja concretizado o plano elaborado por Ângelo. Na oportunidade, José Clemente faz menção ao Hino “A Internacional” – “De pé, ó vítimas da fome”, escrito por um dos membros da Comuna de Paris.

A ideia de crise de valores é tratada por CHAUI (2007), ao considera-la produto da modernidade, entendida a pós-modernidade como uma figura última da própria modernidade. Essa crise de valores, que pode ser entendida como expressão na linguagem cotidiana do desaparecimento do dever-ser, do decoro, da compostura no comportamento dos indivíduos e na vida política, é concebida numa acepção filosófica como sendo a presença simultânea de três níveis do pensamento sobre a ética:

Na filosofia contemporânea a “crise” transpõe na existência simultânea de três linhas principais do pensamento sobre a ética, resumidas por Agnes Heller: a niilista (baseada no relativismo historicista e etnografia), que nega a existência de valores morais dotados de racionalidade e de universalidade; a universalista-racionalista (de origem iluminista), que afirma a existência de uma normatividade moral com valor universal porque fundada na razão; e a pragmática, que considera que a democracia liberal tem sido capaz de manter com suficiente sucesso os princípios morais da liberdade e da justiça no que tange às grandes decisões sobre a vida coletiva. Em nosso cotidiano, lembra Heller, somos bombardeados pelos três pontos de vista, ainda que se excluam reciprocamente, e sua presença simultânea constitui o sintoma do que chamamos “crise” dos valores morais. (CHAUI, 2007, p. 488-489)

Evidencia-se, assim, que a realidade social da pós-modernidade (como faceta da modernidade) é tecida por micropoderes, capilares e disciplinadores da vida privada e socio-política, afirmando-se que o poderio do Estado é ilusório e ilusória a dominação de classe, isso em decorrência da falência da razão, a qual sustentava a importância de constituir o poder político como esfera pública impessoal separada da sociedade civil e capaz de regulá-la por intermédio do Estado.

A instituição e o poderio desses micropoderes restam evidentes na trama do filme, quando, por exemplo, os meninos orientados por Rato, que sugere que os policiais devem estar interessados na chave contida na bolsa, vão à estação metrô e, por conta da presença de policiais no local, têm que passar pelos bueiros da estação para chegar aos armários e são interpelados por jovem adulto que domina o local, de modo que eles são obrigados a pagar pela possibilidade de transitar no local.

Revela-se ainda essa realidade social na cena em que o padre Ricardo recebe a visita de outro membro da igreja na paróquia, momento em que é cientificado quanto a uma decisão do clero que, conforme interpretação do próprio padre, foi tomada para silenciá-lo diante das injustiças e corrupção que presenciava. Outro exemplo do exercício de micropoder pode ser

evidenciado quando Gardo, em visita a João Clemente no presídio, é persuadido pelo carcereiro a pagar propina para a obtenção da bíblia do presidiário, chave para desvendar o enigma deixado por José Ângelo.

Partindo da ideia de descentramento, de substituição das macroinstituições e dos macropoderes por microinstituições e micropoderes, estrutura-se um discurso sobre o poder como estratégias disciplinadoras de dimensão metafísica e capilar, sem qualquer relação com a dominação de classe, fortalecendo a crítica dos valores de modo a dar fundamento a uma ética racional universalista. A questão que emerge é se essa pretensa ideologia seria possível, haja vista que a concepção antiga dita que a ética se realiza pelo comportamento virtuoso entendido como ação em conformidade com a natureza do agente e dos fins por ele perseguidos, de forma que “cada ser, segundo seu grau de perfeição e de realidade, possui um lugar próprio que determina sua natureza, seu caráter, seus comportamentos e suas ações”. Mesmo com a o advento do cristianismo, a ideia de ética ainda se correlaciona com a de “pertencimento de cada ser humano a uma ordem universal cuja hierarquia determina para cada um de nós as virtudes que nos são próprias”. (CHAUI, 2007, p. 491-493)

Antes de refletir sobre a associação entre ética e cosmos disposta por Marilena Chauí, importa a reflexão sobre a Tese I da obra “Walter Benjamin: aviso de incêndio” de Michel Lowy. Logo na fase inicial da obra, o autor alerta para um dos temas centrais da obra de Walter Benjamin, que seria a associação paradoxal entre o materialismo e a teologia.

Concebido o materialismo histórico como abordagem metodológica do estudo da sociedade, da economia e da história, por meio da qual se entende que as mudanças sociais que se passam no decorrer da história de uma sociedade não são determinadas por ideia ou valores, mas pela realidade material que molda diferentes sujeitos, o que em uma sociedade capitalista traduz-se em situação econômica, infere o autor que para que o “verdadeiro” materialismo histórico se sobreponha ao materialismo mecânico e “triunfe” é preciso adquirir um duplo sentido: interpretar corretamente a história a partir da visão dos oprimidos, e não mais dos opressores; e vencer o próprio inimigo histórico, as classes dominantes. (LOWY, 2005, p. 41-42)

Some-se a isso o suporte da teologia. Para Benjamin, que define que o conceito de teologia está ligado ao de rememoração e de redenção messiânica, componentes essenciais ao novo conceito de história, a teologia estaria a serviço do materialismo na luta dos oprimidos, devendo servir para reestabelecer a força explosiva messiânica revolucionária do materialismo histórico – ativação espiritual do materialismo pela teologia (LOWY, 2005, p. 44-45). Elucida o autor:

É preciso levar a sério a idéia de que a teologia está “a serviço” do materialismo – fórmula que inverte a tradicional definição escolástica da filosofia como *ancilla theologiae* (serva da teologia). Para Benjamin, a teologia não é um objetivo em si, não visa à contemplação inefável de verdades eternas, e muito menos, como poderia a etimologia levar a crer, à reflexão sobre a natureza do Ser divino: ela está a serviço da luta dos oprimidos. Mais precisamente, ele deve servir para restabelecer a força explosiva, messiânica, revolucionária, do materialismo histórico- reduzido, por seus epígonos, a um mísero autômato. O materialismo histórico ao qual se refere Benjamin nas teses seguintes é aquele que resulta dessa vivificação, dessa ativação espiritual pela teologia. (LOWY, 2005, p. 45)

Antes de pedir que outro policial procedesse à execução, Frederico ouve Rafael orar e pergunta se o jovem sabe como José Ângelo morreu. O adolescente lhe responde: “Deus lhe abençoe!”. O papel da orientação teológica, possivelmente concebida pelos meninos na paróquia estabelecida em meio ao lixão, é retomada por diversas vezes durante o desenrolar da trama. João Gabriel, que furta (ou pega emprestado) dinheiro da paróquia para pagar o suborno exigido pelo carcerário para a entrega da bíblia (a própria bíblia é referência) se questiona se Deus o perdoará. Rafael ao ter em mãos a bíblia, no decorrer da fuga da polícia, esbraveja “Quem tem fé, consegue o que quer!”.

CHAUÍ (2007, p. 493) atenta, entretanto, para a exposição da integração entre ética e cosmos a riscos, preparando, assim, para as dificuldades a serem enfrentadas na modernidade. Destaca, de início, o deslocamento do campo da liberdade, tomando por fundamento Hannah Arendt, que transmutaria da pólis, haja vista que liberdade se trataria de um conceito essencialmente político para os antigos, para o interior de cada um com o cristianismo. O cristianismo, assim, teria despolidizado a liberdade e, ao interiorizá-la, a moralizou. Ademais, o cristianismo tornou a liberdade uma luta contra a transcendência, já que exige a submissão da vontade humana a uma outra vontade, e subordina o ideal de virtude à ideia do dever e da obrigação, decorrência da submissão à vontade divina. “Salvação e pecado introduzem um paradoxo insolúvel para a liberdade de escolha: como exercer o livre-arbítrio num mundo predeterminado pela onipotência e onisciência da vontade divina?” (CHAUÍ, 2007, p. 494).

Para Hanna Arendt (2006, p. 158) a razão de ser da política é a liberdade, e o seu campo de experiências é a ação. Sem a experiência da liberdade enquanto realidade mundana e tangível, o homem sequer poderia vislumbrar a ideia de liberdade interior, não-política, isto porque, somente começamos a tomar ciência da liberdade na nossa relação com os outros.

Entendendo que a ética não pode esperar a política para a globalização de uma nova crítica social, SAVATER (2003) a partir do conto sobre Robson Crusóé infere que os problemas éticos estão diretamente correlacionados com a vivência humana, ou seja, na

relação de homens com outros homens, interessando à ética o viver bem a vida humana. Chega, enfim, a questionar “em que consiste tratar as pessoas como pessoas, ou seja, humanamente?” (SAVATER, 2003, p.74). À pergunta, responde da seguinte forma: “consiste em tentar colocar-se em seu lugar. Entender alguém como semelhante implica sobretudo a possibilidade de compreendê-lo a partir de dentro, de adotar por um momento seu próprio ponto de vista” (SAVATER, 2003, p.74). Concebe-se, assim, tomando por fundamento o autor, que considerar o outro como sujeito ético moral é fugir da barbárie, é humanizar as relações.

Mas é possível humanizar as relações quando se prescinde de um objeto externo (mercadoria/dinheiro) para que as relações se estabeleçam? Compreensão, reconhecimento e dignidade: como buscar sentido, unicidade e clareza em um mundo desprovido de razão? É preciso o rompimento com a universalidade abstrata da forma mercadoria, de forma a se repensar as categorias Estado e propriedade.

Para ARENDT (2006, p. 160) a liberdade prescinde da libertação das necessidades da vida, para, em seguida, além disso, requer o encontro de outros homens que se encontrem no mesmo estado e um espaço público comum, “ou seja, um mundo politicamente organizado, no qual os homens livres se pudessem integrar através da ação e da palavra” (*sic*). Isto porque, “sem uma esfera pública politicamente garantida, a liberdade fica sem espaço para emergir”. A liberdade está intimamente ligada à política, sendo coincidentes. Atenta a autora, entretanto, para o seguinte fato:

Contudo, e à luz da nossa experiência política actual, é precisamente esta coincidência entre política e liberdade que não podemos tomar como garantia. A ascensão do totalitarismo, a sua reivindicação de ter subordinado todas as esferas da vida às exigências da política e a sua permanente insistência em não reconhecer os direitos civis, principalmente o direito ao privado e ao alheamento da política, leva-nos a pôr em dúvida não só essa coincidência entre política e liberdade, mas até a própria compatibilidade de ambas. (*sic*)

Dentro desse contexto, dispõe CHAUI (2007, p. 507) ao apontar o despotismo como consequência da tomada do espaço público pelo privado, que a liberdade dos cidadãos constitui elemento de distinção entre o exercício arbitrário do poder e o exercício em conformidade com a justiça e com as leis².

² “Se Xenofonte, no econômico, ainda procura na figura do despotes o exemplo para o governante e se Platão, no Político, ainda tem como referência o modelo do rei patriarcal, Aristóteles, ao contrário, é o primeiro pensador a afirmar a diferença de natureza entre a cidade, esfera pública, e a família, esfera privada, e o primeiro a diferenciar de modo rigoroso o poder despótico e o poder político, isto é, o poder patriarcal dos antigos chefes e reis e o poder dos cidadãos e dos governantes políticos, diferença que para ele passa pela autoridade que se exerce em vista dos interesses particulares de seu detentor e a autoridade que é exercida em vista do bem viver e

Rafael ao ser perguntado por Olivia quanto à justificativa de estar fazendo o que eles estavam fazendo responde: “Porque é certo!”. Como conceber liberdade no posicionamento ético e político do ser não liberto das suas necessidades vitais?

Na visão de Anselm Jappe, o capitalismo proporcionou uma autodestruição social tão grave, que ainda se fosse possível trazer o conceito do “agir coletivo” da política para os dias de hoje, este não daria conta do tamanho do estrago. A consequência do fetichismo da mercadoria estabeleceu uma relação entre o indivíduo e o mundo diferente da construção antropológica e sociológica do ser humano de outrora.

Seria possível vislumbrar um projeto de República Emancipatória? Resta evidente que, em decorrência da objetificação procedida pelas formas de existência fetichistas, precisasse de uma radical alteração no seu modo de sentir e pensar (poiésis) para poder agir (práxis). Essa mudança só poderá acontecer com o rompimento das formas de poder existentes, pois a permanência de estruturas republicanas mistas não nos permite romper com a realidade construída. Toda forma de governo é uma forma de manutenção da estabilidade do poder, mesmo a melhor forma delas (ex parte principes), o que impossibilita o debate sobre liberdade (ex parte populis).

Vale retomar a ideia de Platão, todos os Estados são corrompidos. Seria possível, desta forma, que o Estado de fato promova o desenvolvimento e a justiça social? Talvez a resposta esteja na desobediência civil.

O Estado, como subproduto do sistema de reprodução, circulação e acumulação do capital não serve os interesses dos seres humanos, ele se tornou administrador “das coisas” e não uma (Res) pública.

As cenas finais do filme retomam a cena inicial, onde Rafael está com uma arma de fogo imposta sobre a cabeça de um homem, sendo orientado por uma voz a atirar e fazer com ele o que ele uma vez tentou fazer consigo. O home ajoelhado ao chão é Francisco e a voz é a de Gardo. E naquele momento era expresso “o medo do outro, opaco, anônimo, que só podia ser contido pela repressão brutal e indiferenciada” (CARDOSO, 2010, p. 87). Considerando nos dizeres de Maquiavel que “os fins justificam os meios, desde que não haja recursos”, a postura de Rafael e de seus amigos na busca da concretização dos planos de José Ângelo, podem ser consideradas dentro da ética? “Fear no more, it’s accomplished” (Frase utilizada

do interesse da coletividade ou da comunidade. Em outras palavras, a diferença entre poder exercido pela vontade arbitrária do senhor e o poder exercido em conformidade com a justiça e com as leis, exercício que exige, pressupõe e repõe a liberdade dos cidadãos.

por José Angêlo na carta para João Clemente). Rafael decidiu por não atirar no seu algoz, nos fazendo retomar a um dos dizeres de Sócrates “É melhor sofrer a injustiça que praticá-la.”

Podemos correlacionar a produção com um chamamento perpetrado por Hessel na obra “Indignai-vos!”, pois o maior inimigo é a indiferença. A indignação é um sentimento universal, sem objeto fixo ou determinação política determinada (2011, p. 4-5). Remontando ao Mito de Sísifo escrito por Albert Camus em 1941, temos que diante do absurdo, devemos de alguma forma metafórica, nos revoltar, pois a “revolta” é a consciência de nossa condição sem resignação. Aceitar o absurdo é aceitar a morte, e o suicídio não é a resposta adequada, mesmo que a consciência quanto à tragédia possa levar à morte em vida (CAMUS, 2004).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da construção de uma alegoria, propõe-se uma análise crítica contemporânea sobre o acesso à Justiça numa realidade de crise de valores e reconfiguração da organização política, considerando o paradoxo dos direitos humanos na modernidade (paradoxo relativo), de forma a enfatizar a interrelação entre ética e instituições.

Apesar de difundida ocidentalmente o ideal de que aos seres humanos são atribuídos direitos essenciais e inalienáveis, este se apresenta como uma contradição inserta numa realidade de crise de valores, que pode ser entendida como expressão na linguagem cotidiana do desaparecimento do dever-ser, do decoro, da compostura no comportamento dos indivíduos e na vida política.

Concebendo-se que a ética não pode esperar a política para a globalização de uma nova crítica social (SAVATER, 2003), avalia-se que os problemas éticos estão diretamente correlacionados com a vivência humana, interessando à ética o viver bem a vida humana. A questão que se impõe é se seria possível humanizar as relações quando se prescinde de um objeto externo (mercadoria/dinheiro) para que as relações se estabeleçam.

Necessário, assim, o rompimento com a universalidade abstrata da forma mercadoria, de maneira a se repensar as categorias Estado e propriedade, haja vista que o Estado, como subproduto do sistema de reprodução, circulação e acumulação do capital não serve os interesses dos seres humanos. A desobediência civil é colocada, então, como possível resposta e inspiração para a proposta na construção de uma República Emancipatória.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. Desobediência Civil. In: **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 51-90.

ARENDDT, Hannah. O que é Liberdade. In: **Entre o passado e o futuro: oito exercícios sobre o pensamento político**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006, p. 155-182.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CHAUI, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Ética – vários autores**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 488-557.

HESSEL, Stéphane. **Indignai-vos**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **A Falência da democracia**. Folha de São Paulo, 09 de setembro de 2001. (Caderno Mais!). Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0909200105.htm>. Acesso em 12 mar. 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

JAPPE, Anselm. **Política sem política**. Disponível em <http://sibila.com.br/cultura/politica-sem-politica/9870>. Acesso em: 26 mar. 2016.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política. In: **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 91-115. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm>. Acesso em 26 mar. 2016.

KURZ, Robert. **O fim da política**: teses sobre a crise do sistema de regulação da forma mercadoria. 2002. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz105.htm>. Acesso em 26 mar. 2016.

KURZ, Robert. **Os paradoxos dos Direitos Humanos: inclusão e exclusão na modernidade**. Disponível em: < obeco.planetaclix.pt/rkurz116.htm >. Acesso em: 04 ago 2016.

LOWY, Michel. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVATER, Fernando. **Política para Amador**. Barcelona: editorial Ariel, 2007.

SAVATER, Fernando. **Ética para Amador**. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.

ZIZEK, Slavoj. **Contra os Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/6541>. Acesso em: 04 ago 2016.

SEXUALIDADES E DIVERSIDADE DE GÊNEROS NA ESCOLA: NARRATIVAS E INTERLOCUÇÃO ENTRE CATEGORIAS NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO.

*CAMPOS, Pollyanna Rezende*¹
*CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon*²

RESUMO

O estudo visa propiciar maior aproximação entre conceitos, atitudes e reflexões sobre o processo constitutivo de identidades de jovens do 3º ano do ensino médio de uma escola da rede pública de Salvador. Relato de experiência socioeducativa o intuito é abrir diálogos e proporcionar integração na cultura da paz e de vivências mais respeitadas, tolerantes e promotoras de Direitos Humanos, assim como distanciar-se de práticas preconceituosas e violentas a fim de compreender e saber conviver com as diversas formas de identidades de gêneros e sexualidades dentro do ambiente escolar. Tendo como inserção metodológica a delimitação por abordagem qualitativa, ademais de pautar-se em observações empíricas participativas do cotidiano escolar com auxílio da “cartografia social”. Também acrescenta-se revisão sistemática de literatura envolvendo categorias relativas ao estudo com ênfase nas Ciências Sociais e Humanas. Os resultados demonstram que a maioria dos jovens tem vivências e experiências altamente intolerantes com agravos em situação de violências sobrepostas e cotidianas que comprometem o aprendizado e as relações interpessoais nos diversos convívios sociais.

Palavras-chave: Diversidade de gêneros. Sexualidades. Violências. Juventudes. Escola.

ABSTRACT

The aim of this study is to foster greater familiarity with concepts, attitudes and reflections that allow the process of identity of youngsters of the 3rd year of high school in a public school in Salvador to have a more respectful and less prejudiced experience in order to understand and Know how to live with the various forms of gender identities and sexualities within the school environment. It was developed with a qualitative methodology based on empirical observations of daily school life with the help of "social cartography". The results show that most of the young people have experiences and experiences that are highly intolerant of grievances in situations of overlapping and daily violence that compromise learning and interpersonal relationships in different social relationships.

Keywords: Diversity of genders. Sexualities. Violence. Youth. School.

¹ Discente do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador/UCSAL. Membro do núcleo de estudos sobre Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq), da Universidade Católica do Salvador/UCSAL. Professora da Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia. E-mail: pollyannarcampos@gmail.com.

² Pós-doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca, Espanha (CAPES e CNPq). Doutora em Direitos Humanos, Universidade de Leon. Na área acadêmica, é professora e pesquisadora da Universidade Católica do Salvador no Doutorado e Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Integrante do núcleo de estudos sobre Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq) e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Portugal). E-mail: vanessa.cavalcanti@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

As inúmeras questões em torno da diversidade de gêneros e sexualidades não envolvem apenas informações ou conhecimentos, mas sobretudo os valores e o posicionamento crítico e político diante da atual multiplicidade nas formas de viver e de ser. Demonstram uma “ecologia de saberes” (Santos, 2007: 4), necessitando mais enveredar pelo delineamento de um pensamento abissal e redutivo. Quando o tema é sexualidades e juventudes, não há como distanciar-se da dinâmica e das múltiplas possibilidades identitárias e de alteridade³. A partir das observações realizadas no ambiente escolar, tanto dentro da sala de aula, assim como no pátio em momentos de socialização, comumente nos deparamos com falas e brincadeiras altamente preconceituosas e muitas vezes naturalizadas entre os jovens, pois são posicionamentos e posturas ainda muito arraigadas em nossa cultura patriarcal, machista e sexista.

O estudo visa propiciar maior familiaridade com conceitos, atitudes e reflexões que possibilitem o processo constitutivo de identidades de jovens do ensino médio de uma escola da rede pública de Salvador. Isso conecta-se à ideia de expor um relato de experiência socioeducativa, vivenciada como investigadora-docente e assinala o intuito é abrir diálogos e proporcionar integração na cultura da paz (Borges, 2013 e 2015) e de vivências mais respeitadas, tolerantes e promotoras de Direitos Humanos (Cavalcanti & Silva, 2015), assim como distanciar-se de práticas preconceituosas e violentas a fim de compreender e saber conviver com as diversas formas de identidades de gêneros e sexualidades dentro do ambiente escolar, para que tenham uma vivência mais respeitosa e menos preconceituosa a fim de compreender e saber conviver com as diversas formas de identidades de gêneros e sexualidades dentro do ambiente escolar.

O estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem epistemológica crítica e de metodologia qualitativa, com base em observações empíricas participativas e integradas ao cotidiano escolar com auxílio da “cartografia social” (Kastrup & Passos, 2013; Oliveira & Paraíso, 2012). A instrução e construção do projeto de integração se deu a partir do desenvolvimento de uma atividade interdisciplinar com os jovens que possuem a faixa etária entre 16 a 24 anos, regularmente cursando o 3º ano do ensino médio, no turno matutino do Colégio Estadual Clériston Andrade, situado no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Durante

³ Vale aqui retomar uma citação do artigo de Santos (2007: 4): A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica.

uma dinâmica didático-pedagógica com enfoque interdisciplinar, realizada pelas educadoras de Biologia e Inglês, cujo conteúdo programático foi “Sexualidades”, no qual as educadoras expuseram nas paredes da sala oito situações que ilustravam casos de diversidades de gêneros e sexualidades. Como instrumentalização, foram subdivididos em grupos de no máximo cinco pessoas e criar/vivenciar situações “simuladas” sobre diversidade e sexualidades, gerando ambiência e situação geradora de debates. Havia não só de compreender, levantar questões, mas sugerir pelo menos duas soluções (pautadas em categorias de tolerância, não-violência, respeito, identidade e alteridade).

Antes de iniciarem a visitação nas situações, as educadoras esclareceram as definições de Gênero Biológico, Identidade de Gênero, Orientação/desejo Sexual e performatividade, pois perceberam que esses conceitos ainda não estavam claramente definidos para jovens, ressaltando que a atividade prima o RESPEITO a todos os indivíduos, acima de qualquer coisa.

No decorrer de suas discussões eles estavam sendo observados e cientes que as educadoras estavam tomando nota de suas narrativas e que as utilizariam nesse trabalho, dada a importância para o referido estudo de seus “pensamentos e linguagens referidas à realidade, os níveis de suas percepções desta realidade, a visão de mundo, em que se encontram envolvidos com o tema gerador” da atividade proposta. (FREIRE, 2017)

2 SEXUALIDADES E GÊNEROS

Se considerarmos que sexualidade é inerente à vida humana e, portanto, um direito e parte das expressões individuais, o ideal seria que esse tema fosse conversado abertamente a fim de que as pessoas tivessem maior consciência dos seus direitos sexuais e reprodutivos e o exercessem (identidades), na sua plenitude, de forma responsável, respeitando as escolhas de outrem (alteridade). Entretanto, frente às problemáticas, preconceitos e grandes tabus que ainda cercam a abordagem do tema, mesmo diante da necessidade de larga discussão, percebe-se que ainda pouco é tratado, tanto na esfera educacional quanto na familiar.

Em muitos casos, nas relações familiares não se consegue suprir, informar e criar espaço para atender às necessidades de diálogo e informação por não se sentirem à vontade, nem tão pouco preparadas para tratar/abordarem o tema com suas crianças e jovens. Emerge daí a necessidade e relevância de ocupar assento e eixo programático dentro do ambiente escolar e da educação formal que “além da prevenção, a escola pode colaborar com

o pensar sobre vários constituintes da sexualidade e evitar violências em seu nome”, pois no contexto escolar circulam as mais diversas curiosidades e anseios ligados à sexualidade, e este “é tema que tem prioridade para os jovens, que provoca debates, polêmicas, interesse e atenção” (CASTRO; ABRAMOWAY; SILVA, 2004: 38 e 305).

A discussão da temática da sexualidade engloba todas as possibilidades em explicar os efeitos da vida humana, como se os reduzisse apenas aos efeitos hormonais, da genética e cromossomos sexuais, dos instintos da reprodução ou das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Mas não se pode deixar de lado as expressões corporais em vivenciar prazer e afeto, os comportamentos sexuais, as identidades de gêneros ou as orientações sexuais que, sobretudo, é uma construção que envolve um processo de aprendizado e reflexão por meio do qual se consegue elaborar a percepção de quem somos, onde tudo vai depender das relações socioculturais no qual tais jovens estão submetidos.

Por tais razões, princípios educacionais que objetivam a construção de uma educação sexual compreensiva, ou integral, múltipla, aberta, completa e diversa, problematizam a produção que se dá culturalmente a partir de experiências das pessoas, correlacionadas com os corpos, prazeres, sensações, linguagens, representações, desejos, identidades, crenças, etc. Posto isso, a questão que envolve as sexualidades na escola, não devem apenas limitar-se na materialidade e funções biológicas (hormônios, órgãos sexuais, reprodução, gravidez, entre outros temas), mas compreendê-la e dialogar com as formas singulares e plurais de vivê-la. (SILVA, 2015, p.120).

Castro, Abramoway e Silva (2004) consideram que sexualidade não é tema curricular de alguns, mas sim linha de preocupação de todos, e que requer cuidado consciente, principalmente dos adultos que se relacionam e que têm papel relevante na vida dos jovens. Mesmo por que muitas violências decolam de reconstruções do sexual, de ressignificações do corpo, de relações afetivas e da libido e se reforçam por estereótipos e discriminações contra o outro.

Mas, e a diversidade de gênero? O que vem a ser? Como definir gênero? Assim, como a sexualidade, a questão de gênero também perpassa por todos. Limitamo-nos a tratar na atividade dos conceitos de “gênero biológico”, no qual se refere à anatomia sexual do indivíduo, às características sexuais primárias - os órgãos sexuais que cada ser possui. Destarte gênero biológico se resume ao masculino ou feminino pela presença dos órgãos genitais.

“Identidade de gênero” que engloba os variados aspectos da vida social, que está relacionado com a forma de como o indivíduo se vê, se sente, se identifica, se apresenta para si e para a sociedade.

Dessa forma, reduzimos a classificação em “Cis” ou “Trans”. No qual, Cis derivado do latim, que significa “do mesmo lado”, então “Cis” ou “Cisgênero” é a pessoa que nasceu com determinado órgão genital e se expressa socialmente por sentir-se/vestir-se/comportar-se/aparentar/apresentar-se como aquilo que a sociedade define próprios para indivíduos que possuem tal órgão. Ao passo que “Trans” ou “transgênero” é o contrário disso, designa os indivíduos que realizam transito entre um gênero e outro. Ou seja, são pessoas que apesar de terem nascido com determinado órgão genital, não possuem expressões de gênero e/ou papel de gênero e/ou identidade de gênero em consonância com aquilo que a sociedade espera para alguém que nasceu com aquele órgão.

Ao passo que “orientação sexual” refere-se ao sexo das pessoas no qual o indivíduo escolhe como objetos de desejo e afeto, sendo reconhecidas três classificações: Heterossexuais – pessoas que se atraem e se relacionam sexualmente com pessoas do sexo oposto; Homossexuais - pessoas que se atraem e se relacionam sexualmente com pessoas do mesmo sexo e Bissexuais – pessoas que se atraem e se relacionam sexualmente com ambos os sexos.

Para além dos conceitos e classificações, o mais importante é que os jovens tenham uma visão e um pensamento mais plural e diverso,

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gêneros diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 1997, p. 23).

É a partir do reconhecimento e da legitimidade de suas diferenças que se tem cada vez mais a percepção do importante papel estratégico da educação para a diversidade. Assim, a pluralidade passa a ser vista como um fator essencial para garantia da inclusão, promoção da igualdade de oportunidades e enfrentamento de preconceitos, discriminações e violências, especialmente no que se refere às questões de gênero e sexualidade.

As características fundamentais a essa sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia, ou um desconhecimento induzido pelas interdições; correspondem às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade. (FOUCAULT, 2015, p.77)

3 NARRATIVAS E INTERLOCUÇÕES: QUANDO @S JOVENS SE EXPRESSAM

Diante das situações ofertadas na atividade percebemos que as narrativas e interlocuções de jovens produziam suas construções identitárias durante as discussões no grupo e essas foram indicativas de preconceitos/pré-concepções e violências veladas e explicitadas. Porém, registravam no papel a ser entregue às professoras, soluções ordenadas de outra maneira, distintas das que discutiam no grupo e como na própria fala/expressão de uma deles: “politicamente corretas, mas diferente do que realmente pensam”.

A seguir apresentamos algumas das situações fictícias criadas pelas próprias educadoras e algumas das narrativas que as mesmas captaram, em suas observações. Esse registro mostra a delineamento de uma “cartografia” e expressões relativas ao grupo trabalhado. Serão apontadas como discursos possíveis (situações e narrativas):

Situação 1: “Sou mãe de duas lindas crianças: uma menina de oito anos e um menino de cinco anos. Notei que meu filho tem se comportado de forma diferente: ele não quer mais brincar com os meninos, jogar bola, nem tão pouco usar as próprias roupas dele. Insiste até em falar e se comportar como uma menina. Até as roupas da irmã ele quer usar! Será que é sou uma fase? O que devo fazer?”

Diante dessa situação a maioria dos grupos que discutiam a possível solução para a circunstância se quer se deu conta de se tratar de uma criança de cinco anos de idade e seus discursos altamente machistas e violentos, tais como esse diálogo entre dois colegas de uma das equipes:

Jovem1: – Não posso fazer uma onda dessa, porque é muito pesado, se é meu filho quebro ele de porrada!
 Jovem2: – Se meu pai nunca me bateu, porque eu iria bater num filho meu?
 Jovem1: – Mas você é viado por acaso?
 Jovem2: – Não!
 Jovem1: – Por isso nunca precisou apanhar!
 Jovem2: – Mas bater não batia não, levaria num brega então!”.

Agora diante da mesma situação o diálogo entre três jovens de outra equipe:

Jovem1: – Dava tanta porrada na cabeça dele até ele se concertar. Ele ia ter que fazer o que eu quisesse, eu como mãe? Se depois de 18 anos ele quisesse, se já tivesse na casa dele, ele até podia virar gay, mas longe de mim!
 Jovem2: – Isso é só costume gente! Deve ser porque via a irmã mais velha! Se colocar no eixo, dá umas porradas, desde cedo assim, dá jeito, concerta mesmo!
 Jovem3: – Esse pra mim foi o caso mais difícil, como explicar e interferir na sexualidade de uma criança de cinco anos?
 Jovem1: – Você como mãe tem que interferir sim! Explicar a ele que e fazer ele entender que se ele nasceu com *pinto*, é homem e tem que se comportar

como homem, gostar de coisa de homem, não deixar ele usar rosa, pois não é cor de homem!

Jovem2: – Isso é só costume! Tem que explicar a ele que não é assim... Se você não fizer nada... Entrega seu filho ao ‘*viadismo*’ e se ele não for mesmo? E aí? Desperdiçou a vida da criança!”.

Diante de tais narrativas, constata-se com facilidade como a cultura machista impera na sociedade contemporânea, como o comportamento conservador, a relação de poder, os estigmas, os rótulos, os preconceitos estão enraizados nos pensamentos e atitudes dos jovens.

De acordo com LOURO:

Vale a pena observar, que o que se coloca aqui é mais do que um problema de atitude. Essa é uma questão que se enraíza e se constitui nas instituições, nas normas, nos discursos, nas práticas que circundam e dão sentido a uma sociedade – nesse caso, a nossa. (Louro, 2007, p. 204)

Situação 2: “Tenho dezesseis anos e estou no 1º ano do ensino médio. Comecei a me interessar por um amigo. Estudamos juntos desde o 6º ano. Mas sou homem, não quero ser gay. Estou até pensando em sair do colégio. O que faço?”

Dentre os discursos, a maioria está conectada com a mesma ideia:

“Seria vergonhoso se fosse comigo!”

“Todo gay nunca quer ser gay, mas muitos não conseguem sair da situação. Ele tinha que se afastar desse demônio, procurar um médico, sair do colégio, ir morar em outro lugar, sei lá...”

“Ele tá com problemas psicológicos, se ele tá na dúvida se quer ser homem ou não, ele está perturbado, tá doente! Tem que ir para um psiquiatra.”

“Precisa de orientação profissional, procurar um doutor!”

Essa foi outra situação que nos chamou atenção, pois a maioria das equipes sugeriu a procura de um médico psiquiatra ou ajuda/apoio psicológico, na tentativa de ‘curar’ o menino da situação. Fato que evidencia que muitos dos jovens ainda veem a homossexualidade como uma patologia, porém desde o dia 7 de maio de 1990, na revisão da lista internacional de doenças, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais do Código Internacional de Doenças. A decisão também eliminou o uso do sufixo ‘ismo’, desvinculando a orientação sexual da ideia de enfermidade.

Ainda de acordo com essa situação apenas duas narrativas não se configuraram tão extremistas:

“Oh gente! Essa reação que estamos tendo é achar que isso não é certo! Como se fosse um mal, mas não é um mal! Imaginem como a mente desse menino tá? Tudo isso por causa dessas reações preconceituosas!”

“Tem que mandar ele se envolver com uma menina, uma mulher, se ele não gosta é porque ele é gay mesmo e aí ele tem que se aceitar e pronto!”

Mas ainda assim percebe-se a presença marcante do discurso machista. Ou talvez de uma “dialética domesticada” (Freire, 2017).

Situação 3: Essa foi uma situação real retirada pelas educadoras da internet: Corey 14 anos, foi designada homem ao nascer, mas que se identifica com o gênero feminino e é uma mulher. Sob as normas e regras que a sociedade cumpre, ela seria forçada a usar o banheiro dos homens. Portanto, eu não estaria confortável mandando ela para o banheiro dos homens se ela fosse minha filha. Se a menina da foto abaixo fosse sua filha, você se sentiria confortável em obriga-la a usar o banheiro masculino?

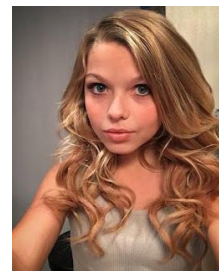


Foto: Meg Bitton / Facebook

“Quem for ‘trans’ não pode estudar numa escola que só tenha banheiro masculino e feminino, pois não poderia usar nenhum deles pra não chocar os alunos ou criar confusões. Ela tinha que procurar uma escola que tivesse banheiro unissex”.

“Eu deixaria ela ir para o banheiro feminino pra ver se ela vendo as ‘coisas’ femininas não se empolgava e voltava a ser normal”

“Se fosse filho meu nunca estaria com essa aparência! Nasceu homem ia ter que ser homem!”

“Tinha que implementar um banheiro ‘trans’!”

Diante de tantas narrativas similares as poucas que acabam sendo mais coerentes e sem tantos estigmas se destacam, como o diálogo abaixo:

“Jovem1: – Acho que não seria agradável para as meninas que estivessem no banheiro e entrasse um menino. É complicado!”

“Jovem2: – Oxi! E quem vai saber que é um macho aí? Vai abrir as pernas dela antes de entrar no banheiro é? Ou vai pedir identidade para entrar no banheiro agora é?”

“Jovem1: – É mesmo! Vai da cabeça dela, ela tem o livre arbítrio! Se ela quiser usar o feminino poderia e se quisesse usar o masculino também poderia, já que ela tem um ‘pinto’, ainda acho que lá que ela tinha que mijar”.

“Jovem2: – Os governantes deveriam criar leis mais igualitárias que pudesse liberar ela entrar no banheiro feminino sem essa confusão”.

De todas as situações a que mais conseguiu reunir soluções à favor e sem muitos preconceitos foi a abaixo relacionada:

Situação 4: “ Eu amava trabalhar lá. Era a mais antiga da equipe, treinava as meninas novas que chegavam na empresa. Até que um dia acabei falando para uma das garotas sobre uma ex-namorada minha. Nada demais, devo ter apenas desabafado. Ela contou ao meu chefe que me chamou ao final do expediente e disse que precisava me dispensar. Chegou a me dizer

que não sabia mais se me colocava no vestíário feminino ou no masculino. Eu era ainda muito imatura, só conseguir ficar sem ação e chorar muito” O que deveria ter feito?

“Que absurdo! Ser demitida só por ser lésbica! Isso não pode! Deveria ter processado o chefe e a empresa. Foi muita agressão. Muito Preconceito!”

“Devia ter denunciado ele! Ir numa delegacia! Isso é crime!”

“Nos dias de hoje não existe mais isso não... Justiça nele!”

Paradoxalmente essa foi a única situação em que os jovens se mostraram solidários com a diversidade de gênero presente na situação. Divergindo de todas as narrativas, o que intrigou as educadoras e aproveitaram essa inconsonância para debater as soluções que permearam a atividade na qual o nível de intolerância, com as imposições heteronormativas, através de seus mecanismos de controles e censuras, determinaram as narrativas carregadas de *práxis* violentas e preconceituosas. Acreditando que possam semear algo diferente a partir do diálogo, que de acordo com Freire, 2017:

É uma exigência existencial. Ele (o diálogo) é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não sendo um ato de reduzir-se a depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2017, p.109)

Essa foi justamente a proposta da atividade, semear uma reflexão mais humanizada, pois ainda de acordo com Freire (2017) “não há palavra verdadeira que não seja *práxis*. Daí então dizer que a palavra verdadeira seja transformar o mundo”, uma transformação onde a identidade de gênero, a orientação sexual, a etnia, a religião, classe social, ou qualquer que seja a característica não se sobreponha ao direito do indivíduo de viver da forma como se sente melhor e acha que será feliz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vivências e aproximações no cotidiano de jovens estudantes, o objetivo mais do que pedagógico era ampliar debate e uso de categorias consubstanciadas sobre sexualidades e diversidade no espaço escolar público. Os resultados apontam que se faz necessário urgente, abrangente e permanente discussão e reflexão a cerca dos estigmas da sexualidade humana. E que o caminho inicial para essa abordagem é a educação de gênero e sexualidades de forma ampla e não apenas a cerca de estudos sobre anatomia de sistemas reprodutores e Doenças Sexualmente transmissíveis, como é feito na maioria dos casos nas escolas, nas aulas de

ciências biológicas, ou brevemente nas aulas de sociologia, e não como um tema transversal e multidisciplinar como prescreve o volume 10 dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s. (BRASIL, 1997), que deixa claro que o tema deverá ser inserido na escola perpassando todas as disciplinas, rumo ao exercício pleno da cidadania.

Estabelecer de forma mais extensiva e possibilitar maiores debates a cerca da negatividade do preconceito sexual é a diretriz que oportunizará uma convivência mais harmoniosa, diversa, socialmente igualitária e justa. Como bem nos lembra Louro:

[...] sem a sexualidade não haveria curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender. Tudo isso pode levar a apostar que teorias e políticas voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar a educação num processo mais prazeroso, mais efetivo e mais intenso. (LOURO, 2004, p.72).

A educação não engloba apenas transmissão de conhecimento. É muito mais que informar; educar é formar, é estar atento à parte afetiva e social do adolescente e de seus familiares. Ultrapassa os limites de um pensamento abissal e exige aproximação de sabres, viveres e fazeres, confluindo também para educar para a convivência, a tolerância e à dignidade da pessoa humana. Isso remete à ideia de educar para e pelos Direitos Humanos (Cavalcanti & Silva, 2015).

Diferente concepção da educação é defendida por Freire (2017, p. 31), reconhecer-se dentro de qualquer processo e, especialmente no recorte dado a este trabalho, especificamente no processo de educação escolar é parte do caráter transformador da educação, fazendo-a libertadora através da “consciência crítica”.

Salientando que o pensamento crítico é também, uma das finalidades propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para a etapa final da educação básica, o Ensino Médio, que pretende “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. (BRASIL, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996). Portanto, a desconstrução do preconceito e a promoção de Direitos Humanos, incluindo sexualidades, são caminhos ainda a serem matizados e percorridos no campo da Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal nº. 9.394/96. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em 06 jul. 2017.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acessado em 10 jul. 2017.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.

CAVALCANTI, V. R. S.; SILVA, Antonio Carlos da. Para e pelos direitos humanos: perspectivas e debates sobre violência, educação e agendas. In: GOMES, Celma Borges. (Org.). **Em busca de uma cultura da não violência nas escolas**. Salvador: Edufba, 2015, pp. 1-12.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber,. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** .63 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GOMES, Celma Borges (Org.). **Violência nas Escolas**: em Busca de uma Cultura da não Violência. Curitiba: CRV, 2015.

GOMES, Celma Borges (Org.). **Violência nas Escolas**: uma realidade a ser transformada. Curitiba: Juruá, 2013.

KASTRUP, V. & PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal, Revista Psicologia*, v. 25 (2), p. 263-280, Maio/Ago. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas Às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46, p. 201-218. Dez 2007.

OLIVEIRA, T.R. & PARAÍSO, M. **Mapas, dança, desenhos**: a cartografia como método de pesquisa em educação. *Pró-posições*, v. 23, n. 3 (69), pp. 159-178, set./dez 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, Outubro 2007, pp. 3-46.

SILVA, Karine Nascimento. **Fala garot@! Sobre sexualidades nas famílias e nas escolas**: vozes que ecoam e transgridem. Dissertação (Família na sociedade contemporânea)184f. Salvador. Universidade Católica do Salvador – UCSal, 2015.

VÍNCULOS NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: REFLEXÕES A PARTIR DE DONATI E LEVINAS.

*Amine Lopes Benevides*¹
*Katia Nunes Sá*²

RESUMO

O presente estudo discute o lugar da família contemporânea na formação de vínculos, considerando a relação com o outro como essência de toda vinculação humana. Lança mão do conceito de Alteridade a partir da obra Totalidade e Infinito, de Emanuel Levinas (1980) e da abordagem relacional, a partir da obra Família no século XXI, de Pierpaolo Donati (2008). Realizou-se uma revisão de literatura fundamentada nas obras citadas e em comentadores. Os resultados apontam que tais concepções são significativas para uma delimitação do espaço conceitual de família e para compreender como se dão os vínculos e as relações com a diferença nas famílias contemporâneas. Ressalta-se que os vínculos relacionais nas famílias devem ser fortalecidos para que sejam saudáveis, a partir da responsabilidade para com o Outro.

Palavras-chave: Família Contemporânea. Abordagem Relacional. Alteridade.

ABSTRACT

The present study argues the place of the contemporary family on the formation of bonds considering the relationship with the other as essence of all human bonds. Makes use of the concept of Otherness starting from the book Totality and infinity by Emanuel Levinas (1980) and of the relational approach starting from the book Family in the XXI century by Pierpaolo Donati (2008). Was realized a revision of literature based on the studies cited and in commentators.

The results point that such conceptions are significant to an delimitation of the conceptual space of family and to understand how are make the bonds and the relation with the difference in the contemporary families. Hilighting tha the relational bonds in the family should be fortified for being health staring from the responsibility for the other.

Key-words: Comtemporany Family. Relational approach. Otherness

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre família envolvem as mais diversas análises devido ao seu aspecto interdisciplinar. A família é reconhecida como uma instituição social complexa, que ao longo do tempo vem sofrendo alterações com a redução na taxa de fecundidade, o crescimento das

¹ Fisioterapeuta, Discente do Programa de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, UCSAL.

² Fisioterapeuta, Doutora em Medicina e Saúde Humana, Professora Adjunta da Universidade Católica do Salvador e da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública

uniões consensuais e o aumento no número de divórcios ou separação (IBGE, 2002). As sucessivas mudanças tornam a família um objeto de estudo para as diversas áreas do conhecimento.

Uma breve reflexão sobre o pensamento do sociólogo e filósofo italiano Pierpaolo Donati, a partir da obra “Família no século XXI abordagem relacional” (2008), permite considerar, como categoria de análise, a abordagem relacional que propõe que as relações sejam pensadas por meio da relação Eu-Tu. Nessa mesma direção, se alinha o pensamento do filósofo judeu Emanuel Levinas, a partir da obra “Totalidade e Infinito” (1980), considerando como a categoria de análise a relação de alteridade de outrem: Eu-Outros.

Estabelece-se então, a partir dessas abordagens, um confronto com a concepção de família sustentada pelas individualidades que marcam as relações humanas contemporâneas, com ênfase na liberdade e na igualdade em detrimento da solidariedade (PETRINI; DIAS, 2016). Sabemos que as relações entre as pessoas são por demais complexas, visto que a relação do eu não é consigo mesmo, nem entre eu e outro, mas entre diversas pessoas numa existência no plural, como destaca Gomes (2008).

Observa-se a importância da reflexão da Alteridade e da Abordagem Relacional considerando a relação com o outro como essência de toda vinculação humana. Considera-se que a compreensão destes aspectos pode ser significativa para uma delimitação do espaço conceitual de família, bem como pode ajudar a compreender como se dão as relações com as diferenças e os vínculos relacionais nas famílias contemporâneas. O objetivo deste estudo foi desenvolver uma releitura dos conteúdos das obras “Família no século XXI: uma abordagem relacional” de Pierpaolo Donati (2008) e de “Totalidade e Infinito” de Emanuel Levinas; especificamente no que se relaciona aos vínculos presentes nas relações entre membros das famílias contemporâneas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta revisão narrativa da literatura buscou confrontar os pensamentos de Pierpaolo Donati e de Emanuel Levinas. Para o desenvolvimento das reflexões foram extraídos das obras “Família no século XXI: uma abordagem relacional” e “Totalidade e Infinito” os conteúdos que tratavam especificamente dos problemas envolvidos com os vínculos presentes nas relações entre os membros das famílias contemporâneas.

Alternou-se a técnica de leitura flutuante e leitura focada na busca de padrões reiterados e contradições. Elaborou-se uma matriz de dados com base nas dimensões de Interesse que geraram as categorias do estudo. As categorias foram discutidas entre as autoras e as divergências foram dirimidas por consenso.

2.1 Abordagem Relacional e Família

A família constitui um objeto altamente complexo, uma vez que esta exerce um serviço de fato para as pessoas e para a sociedade. De forma micro, a família é um “recurso para a pessoa” (PETRINI, 2003, p.76, grifo nosso), pois responde às necessidades humanas e sociais básicas. A família também se apresenta como importante instituição formadora de valores, atitudes e padrões de comportamento (GALDANI, 2002).

De forma macro é também considerada aporte para a organização econômica, além de significar um elemento essencial na estruturação da sociedade. A família é recurso para sociedade, pois permitem respostas justas a problemas e o atendimento de necessidades cotidianas de seus membros. Além de ser uma fonte substituta complementar das necessidades não oferecida pelo estado (GALDANI, 2002).

Observa-se que é relevante a delimitação do espaço conceitual de família para não simplificar um objeto tão complexo. Pontuando que a definição de família, apresentada pelo IBGE adota a unidade doméstica e o critério domiciliar, a família é identificada como um conjunto de pessoas que compartilham uma unidade habitacional. Esta definição, na verdade, não é capaz de expressar seu verdadeiro significado. Ela carece de critérios capazes de reconhecer as características essenciais da realidade familiar (DONATI, 2008, p.14).

Além disso, sabe-se que é no contexto familiar, a partir do ambiente em que se vive, que primeiro se compreende os processos de inserção na sociedade. Nesse sentido, a família apresenta um papel importante que não pode ser delegada para outra instituição, oferecendo vantagens frente aos outros contextos sociais como nas escolas, nos ambientes de trabalho, nas igrejas e nas associações de bairros.

É fundamental valorizar a relação familiar em si, com análises sempre da interação e comunicação, buscando os aspectos ontológicos e antropológicos que surgem como um *locus* de manifestação única e primária. A ação familiar elucubra na construção da identidade de cada pessoa e, conseqüentemente, reflete-se no seu desempenho social. Donati elabora um conceito de família propriamente relacional. “Como lugar-espaco (casa), célula da sociedade (por analogia orgânica como o organismo biológico), modelo (padrão simbólico), relação

social (isto é, como ação recíproca que implica intersubjetividade e conexões estruturais entre sujeitos)” (DONATI, 2008).

Donati (2008) utiliza-se do conceito de Lévi-Strauss, de família como fenômeno universal presente em qualquer tipo de sociedade, nas mais simples e naquelas extremamente complexas. Em parte, se a família se contrai, em parte, ela se expande. Em parte ela se simplifica ou se torna mais complexa, segundo as condições históricas e culturais. Ela se configura como a união, mais ou menos durável, socialmente aprovada, de um homem, uma mulher e seus filhos (LÉVI-STRAUSS apud DONATI, 2008, p.49). Mas isto é um modelo que tem sido frequentemente alterado nas condições contemporâneas.

A abordagem da família “padrão” fornece elementos para analisar que ela não pertence nem à ordem dos indivíduos, família como pessoa meramente individual, nem à ordem da estrutura social, como soma de indivíduo ou coletivo um corpo orgânico, mas de relações sociais que se estabelecem entre sujeitos humanos vivenciadas no contexto familiar. Entende-se que a configuração relacional nunca esgota as possibilidades, com isso, observa-se como a família se constitui, como se rompe considerando o peso das relações, qual a capacidade de estabelecer vínculos (DONATI, 2008, p.93).

Segundo Donati (2008, p. 94) “a relação familiar é aquela referência simbólica e intencional que conecta as pessoas enquanto gera e atualiza um vínculo entre elas como genitores (casal) e gerados (filhos)”. Com isso, observa-se a presença de dois eixos que a família utiliza: a conjugalidade e a generatividade.

O desafio posto é traçar estratégia capaz de atender às necessidades específicas, considerando as contribuições que este grupo, dito familiar, vem implementando durante a sua própria organização e constituição na perspectiva de construção de bens relacionais. Esta categoria nasceu nos anos 80, primariamente pela insatisfação com uma dicotomia entre público e privado que separa e classifica qualquer tipo de bem num ou noutro domínio.

Donati alerta para a existência de outro gênero de bens que se caracteriza pela sociabilidade (PETRINI; DIAS, 2016, p.27). Os bens relacionais são produzidos e fruídos em conjunto por quem deles participa; que ocorre em benefício dos participantes sem que ninguém dentre eles possa apropriar-se dele sozinho. São exemplos destes contextos: a família, a amizade, uma rede de pessoas que produzem em condições de paridade, uma associação civil pró-social. Quando há produção de bens relacionais em que são regidas, por motivos de responsabilidade, a família torna-se um espaço para construção de toda vinculação humana.

2.2 Alteridade e Família

Para conceituar família na contemporaneidade não basta avaliá-la como uma estratégia da natureza, por exemplo, os laços sanguíneos que ligam as pessoas. Há uma realidade simbólica com experiência no nível psicológico, social, ético, cultural e de vinculação que se dá na relação com o outro (PETRINI, 2003). Petrinni e Dias (2016) ao observar mudanças ocorridas na dinâmica da família na contemporaneidade, entre às quais: a derrota do patriarcado, com os direitos concedidos às mulheres e criança; as relações entre pais e filhos, destacam a redefinição existente e um afrouxamento nos vínculos de pertencimento entre estes. Tais mudanças apontam para um fenômeno que os autores classificam como privatização da família que, embora represente um maior reconhecimento da autonomia dos sujeitos, trás um risco familiar que é a fragilização dos vínculos sociais.

O egoísmo do homem individualista contemporâneo direcionado para o consumismo e o modelo competitivo da sociedade desencadeia uma ruptura nas relações com perdas de referências que fragilizam as relações e vínculos na família.

A ruptura do homem com Deus, com a natureza, com o outro e até consigo mesmo, abordada por Levinas (1980) se dá na medida em que o mesmo se sente desobrigado a rever seus pensamentos, valores e atos. (GOMES, 2008). Segundo Levinas (1980, p.25), a identificação do Eu, em sua existência no mundo, não se produz como uma monótona tautologia “Eu sou Eu”, mas com a dinâmica concreta de identificação.

Segundo Levinas (1980, p.24), a alteridade e a heterogeneidade radical do outro só é possível se o outro é realmente o outro em relação a um termo cuja a essência é permanecer no ponto de partida, servir de entrada na relação, ser não relativa, mas absoluta. Um termo só pode permanecer absolutamente no ponto de partida da relação como Eu. A alteridade, na compreensão de Levinas (1980), consiste em se abrir para relação com o outro, não passível de intelecção e compreensão, mas justo o que do outro escapa ao sistema englobante, da razão que está fora da totalidade.

O pensamento de Levinas (1980) não foi desenvolvido para criar uma nova ética, nem mero segmento de normas socialmente estabelecidas, mas para pensa-la como um ordenamento que vem a mim no encontro face a face com o outro. Neste sentido, um movimento “para-o-outro” é uma relação com a alteridade de outrem que me convoca à responsabilidade de modo a não reduzir experiências humanas reais ao campo das competições e opiniões egoístas, mas das relações (Gomes, 2008).

Diante disso, Levinas (1980) levanta um questionamento se o mesmo produzindo-se como egoísmo pode entrar em relação com um outro. E descreve que outrem vai além da imanência do eu que a relação metafísica não pode ser uma representação propriamente dita, porque dissolver-se-ia no Mesmo. Toda representação se deixa essencialmente interpretar como constituição transcendental. O absolutamente outro é outrem, que vai além da imanência do eu; não faz número comigo. A alteridade de outrem: não outro eu, mas outro que o eu (1980, p. 26)

Através da ética da alteridade torna-se possível que os membros das famílias ascendam para a diversidade e conflitos de seus membros e possam se abrir para o outro. Em especial, para que o outro me apresente como diferente, como desigual, que mereceu ser respeitado exatamente como se encontra sem indiferença, descaso, repulsa ou exclusão pelos seus particulares.

Na família contemporânea deve-se advertir que as relações se tornaram mais complexas, pois há existência de pessoas no plural e não há conformidade entre elas. No ambiente privativo das famílias, sabemos que as relações interpessoais são flutuantes. Amamos e odiamos profundamente nossos entes, vivenciamos afinidades e alegrias, mas também conflitos e ideias divergentes. Para pensar o fortalecimento das relações\vínculos no contexto familiar torna-se necessário analisar os signos e significados da relação com a diferença ou com a alteridade. São os signos e significados que fundamentam as práticas cotidianas no seio familiar e na sociedade.

A ética da Alteridade em Levinas (1980) propõe ao homem contemporâneo uma saída da totalidade do ser em si mesmo, do fechamento, para se abrir à exterioridade, ao outro, rumo ao infinito e a transcendência do outro. A alteridade de outrem é a revelação do infinito e do absolutamente além. Pensar o infinito é desejá-lo. Levinas (1980, p.22) descreve o desejo como desejo do absolutamente outro. A generosidade é alimentada pelo desejado e, neste sentido, a relação não é o desaparecimento da distância, não é a aproximação ou a captação de mais perto da essência da generosidade e da bondade. Na verdade, a relação positiva vem do afastamento, da separação, porque se alimenta, por assim, dizer, da sua fome.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura individualista direcionada para o consumismo e o modelo competitivo da sociedade atual vem promovendo uma ruptura nas relações e favorecendo conexões sem

consistência, sem a formação de vínculos mais profundos. Nas famílias contemporâneas, os quartos dos filhos e os banheiros são individuais, cada membro come em sua hora oportuna, assiste seu filme preferido no seu quarto, conversam com amigos nos seus celulares e poucos são os momentos de compartilhamento de ideias e de valores.

Se no seio familiar as relações e os vínculos se reduzem dia após dia, como se pode esperar que nos demais ambientes sociais seja diferente? Existe uma clara invasão do privado no coletivo. E isso começa na família. Cada um cuida de si, pensa por si, a partir de buscas individuais de informações disponíveis na internet. O que as pessoas não se dão conta é que as informações da internet são manipuladas por mentores dos comportamentos de massa que levam indivíduos a terem cada vez menos liberdade, cada vez a se tornarem mais consumistas, cada vez mais individualistas e menos relacionados com o outro.

Os dados aqui trabalhados fornecem elementos conceituais relevantes para compreender a família contemporânea não como soma de pessoas, “Eu” na sua singularidade, nem como um coletivo, um corpo orgânico, mas nas relações vivenciadas que propõem a pluralidade de um “Nós “ com abertura para a alteridade transcendente, de configuração relacional, que nunca esgota possibilidades e caminhos. Observa-se como a família se constitui e como se rompe, considerando o peso das relações e a capacidade do estabelecimento de vínculos.

Diante do exposto, reflexões sobre a ética da alteridade é um convite aos membros das famílias contemporâneas a uma abertura para a diversidade, uma abertura para o outro, em especial para que o outro se apresente diferente, desigual, que merece ser respeitado tal como é.

A abordagem relacional por seu lado, possibilita que a relação familiar traga referência simbólica e intencional para conectar pessoas enquanto gera e atualiza um vínculo entre elas. Há produção de bens relacionais que são regidas por motivos de responsabilidade. Neste caso, a família torna-se um espaço essencial para a construção de toda vinculação humana e social.

Tratar os vínculos afetivos na família é fundamental para o desenvolvimento humano, pois os vínculos relacionais apresentam-se como uma necessidade estrutural do sujeito, de superação de conflitos e de criação de ambientes saudáveis. Vínculos relacionais permitem que seus membros saiam da totalidade do ser em si mesmo, do fechamento, e se abram à exterioridade, ao outro, rumo ao infinito e à transcendência do outro.

A família é o *locus* de manifestação, única e primária, em que suas ações se refletem na construção da identidade de cada pessoa, repercutindo, conseqüentemente no seu desempenho social.

REFERÊNCIAS

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI**: abordagem relacional. Tradução de João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de Populações**, v. 19, n 1, jan-jun,2002. Disponível em:< <http://www.scielo.br/>> Acesso em: 12 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Publicações do censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Tradução de José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70,1980.

PETRINI, J.C.; DIAS, M. **Relações conjugais e familiares na sociedade contemporânea**. IN: MOREIRA, Lucia (Orgs.). **Relações familiares**. Volume 2. Curitiba: Editora CRV, 2016.

GOMES, Carla Cirlene Cardoso Lisboa. **Levinas e o outro**: a ética da alteridade como fundamento da justiça. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Departamento de Direito PUC; 2008. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso junho de 20017.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família**: um itinerário de compreensão. São Paulo: EDUSC, 2003.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE INTRAFAMILIAR: A PERSPECTIVA DA RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESSOR¹

*Danielli Rocha dos Santos²
Teresa Cristina Ferreira de Oliveira³*

RESUMO

A presente pesquisa trata sobre a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher. O artigo possui como objetivo verificar sobre a possibilidade da ressocialização do autor da violência doméstica a partir de medias socioeducativas, bem como refletir acerca dos danos causados à mulher que sofreu violência em plano familiar. Deste modo, dispõe sobre a avaliação da viabilidade da realização de um projeto que por intermédio da justiça restaurativa faça com que o agressor se conscientize dos danos causados à vítima, e em toda a estrutura familiar. Ao passo em que verifica como ocorre a viabilização de um trabalho multidisciplinar através de profissionais capacitados como base para resolução de conflitos. A linha de pesquisa se deu desde a conceituação da violência até a possibilidade e a eficácia da ressocialização do agressor em casos de crimes de menor potencial ofensivo. Foram utilizadas fontes primárias e/ou secundárias de pesquisa. A mediação na justiça restaurativa é o grande trunfo para a evolução do benefício atinente à restauração dos vínculos familiares.

Palavras-chave: Família. Violência doméstica. Ressocialização. Mediação. Reeducação.

1 INTRODUÇÃO

“Eu quero ser tudo que sou capaz de me tornar”.
(Katherine Mansfield)

Lamentavelmente ainda há um significativo aumento quanto a incidência da violência doméstica e familiar contra a mulher. São várias as espécies de classificação da violência. E, o que torna pertinente e inquietante ao abordar essa temática é a ausência da força das leis, leis estas que foram especialmente desenvolvidas e voltadas para a proteção da mulher.

¹ O presente artigo constitui o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Danielli Rocha dos Santos no curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, apresentado em junho de 2017.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Ruy Barbosa (FRB). *E-mail:* daniellilaisa@gmail.com.

³ Advogada/OAB-BA, Professora do curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, especialista em Direito Civil (UFBA) e especialista em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSal). Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Discente do Programa de Doutorado em Família. Orientadora do PICT; Membro dos grupos de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano. Orientadora na elaboração de seu TCC. *E-mail:* teresacristinaadv@hotmail.com.

É certo que ainda há muitas barreiras que o direito feminino tem de enfrentar, são lutas diárias e ainda há muito o que se conquistar. O receio e a dificuldade que a vítima encontra em denunciar a violência, seja por ameaça do parceiro, ou por não ter amparo familiar ocasiona ainda mais a inércia em relação a não resolução dos casos. O agressor ora fica impune, ora responde judicialmente pela agressão cometida. O que ocorre frequentemente é a condenação do autor do dano, sem que haja a viabilização da sua reinserção no meio social e familiar, de modo que não há conscientização da dimensão das consequências que foram geradas a partir da agressão, tornando assim difícil a sua ressocialização.

O tema foi adotado por ter o objetivo de servir de alguma forma para tentar buscar alguns porquês da ocorrência da violência intrafamiliar. Tem como inspiração o projeto *Tempo de Despertar*, fundado em Taboão da Serra, na cidade de São Paulo. Traz como proposta um apanhado de novidades, de modo que no que cerne a sua implementação caberia um estudo mais aprofundado.

A justiça restaurativa nesses casos tem o propósito de garantir a eficácia das leis e causar demasiado benefício tanto para vítimas quanto para os agressores que se mostrarem dispostos a reinserção no meio social, ao participarem de projetos de reeducação. O projeto inspiração desse artigo traz consigo um apanhado de novidades, de modo que no que cerne a sua implementação caberia um estudo mais aprofundado.

2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E PATRIARCADO.

“E eis que de repente ela resolve então mudar. Vira a mesa. Assume o jogo. Faz questão de se cuidar. Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro... hoje, ela é um também”.
(Pitty)

Existem duas correntes que versam sobre essa temática, a primeira é classificada como a da dominação masculina, a esta incumbe o fato de que ser mulher relativiza a sua condição e capacidade, tornando-a basicamente um ser cujo a sua função primordial é tão somente a da reprodução. Essa rotulação meramente biológica resulta no contraste de hierarquia entre o feminino e o masculino. A mulher configura-se no papel de reprodutora e que nasce para se debruçar aos cuidados dos “outros”. A este modo temos a figura da mulher como um ser destituído de sua autonomia. (OLIVEIRA, 2012).

Nesse cenário, Oliveira (2012), demonstra que há uma grande problemática no que tange à mulher ser cúmplice da violência que recebe, tal comportamento advém de um olhar intrínseco, onde nada tem a ver com a sua escolha ou vontade, mas sim de uma subjetividade como sujeito a ela elencada.

A segunda corrente é intitulada de dominação patriarcal. Deste modo, destaca o autor que nessa instância a mulher é um indivíduo autossuficiente, porém, possui enraizada culturalmente a dita submissão vitimada ao controle do homem, sendo esse o seu superior, em outras palavras identifica-se aqui a dominação patriarcal como fato historicamente social.

As mulheres saem do papel de cúmplices para serem tidas como vítimas. Elas se submetem à violência não porque permitem, mas porque não possuem não ao menos poder para deliberar consentir com algo. (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2007).

Acerca do patriarcalismo, as autoras entendem que a violência contra a mulher emerge de uma cultura enraizada no corpo social, a qual é identificada como parte do ranço patriarcal. Tem-se como referência o poder e a hierarquia. Essas características eram justificativas de reações e condutas de cunho impetuoso. O homem, considerado como detentor de todo o arsenal de liderança, braveza e de domínio sob o lar. Nesse sentido nada obstante essa dessemelhança intrinsecamente natural, por conta do ranço patriarcal, infelizmente ela foi e continua a ser constituída pelas instituições sociais.

A ideologia de gênero está diretamente ligada à diferenciação entre dois tipos de contrato, o social e o sexual. A relação patriarcal não só diz respeito à hierarquização e as condições de poder, elas propositalmente fazem parte de um Estado que está erroneamente habituado em classificar e manter tabu do patriarcalismo. Deste modo a mulher se ver inconscientemente cúmplice ao concordar com o termo patriarcado em vez de utiliza-se da discriminação por gênero é o que ocasiona no seu consentimento inconsciente de que o dito patriarca seja realmente o detentor do poder daquelas relações, uma vez que os movimentos feministas avancem e que haja uma verdadeira distinção entre o patriarcado e a violência de gênero. Sendo assim, melhores serão a suas teorias de desconstrução de paradigmas referentes à violência (SAFFIOTI, 2004).

A questão de gênero, poder e submissão são as determinantes para a instituição de um ciclo que se não for impedido poderá vir a contribuir para que as futuras gerações sejam atingidas. (AGUIAR; GÉA; NEVES, 2009)

2.1 A Lei 11.340/2006

*“Oração do dia: Por graça e misericórdia
àquelas que estão cansadas de serem fortes,
mas não lhes resta outra escolha”.*
(Abigail Aquino)

A lei 11.340 que entrou em vigor dia 22 de setembro de 2006 intitulada de Lei Maria da Penha estabeleceu uma fase de preceitos afirmativos e de esperança para a mulher brasileira. A referida lei é bem mais do que o avanço do diploma legislativo, é também uma grande conquista para a mulher. A lei Maria da Penha possui um teor de representatividade, com o cunho de dar enfoque na violência doméstica e familiar contra a mulher com a finalidade substancial de diminuir a morosidade judicial, utilizar medidas despenalizadoras, decrescer a impunidade com o escopo principal de salvaguardar os direitos da mulher, bem como os da entidade familiar. (ALVES, 2006)

A Lei Maria da Penha está compatível com a Convenção Interamericana de Belém do Pará, que tem como alvo central a extinção de todo e qualquer tipo de discriminação contra a mulher. O propósito é de proteger a mulher da violência cometida no ambiente doméstico. A sua caracterização independe do vínculo familiar, ou seja, para que seja reconhecido o ato violento não é necessário que a agressão seja cometida somente por companheiro, cônjuge ou namorado, mas sim por qualquer ente que esteja sob o convívio familiar. (PASSINATO, 2010).

3 BREVE EVOLUÇÃO DOS TIPOS DE FAMÍLIA

*“Que pretendes, mulher?
Independência, igualdade de condições...
Empregos fora do lar? És superior àqueles que procuras imitar.
Tens o dom divino de ser mãe.
Em ti está presente a humanidade!”*
(Cora Coralina)

No que se refere à família pode-se distingui-la em algumas etapas de classificação. Inicialmente a aquisição, manutenção e transmissão de um patrimônio eram base familiar conhecida como tradicional. Sendo o patrimônio norteador das relações familiares tidas como tradicionais, as ligações afetivas e sexuais dos futuros cônjuges eram negligenciadas e tratadas de forma alheia a vontade da mulher. Nesse contexto emerge a autoridade patriarcal considerado provedor, disciplinador e principal referência familiar, cujo respeito e obediência

dos outros entes familiares perante ele não seria passível de questionamento. (ROUDINESCO, 2003).

A partir disso Roudinesco (2003), destaca o surgimento da família moderna com o advento e propagação do movimento romancista, cuja base poética está pautada no amor platônico e na importância de cultivar e valorizar os sentimentos. Dessa forma inicia-se o processo de descaracterização da imagem da autoridade patriarcal em detrimento à valorização da afetividade nos laços familiares.

No que cerne às famílias pós-modernas, ou contemporâneas, a autora destaca que com crescimento da influência matriarcal na composição da base familiar tanto financeira quanto ética e moral a autoridade patriarcal decadente, passa a ser fonte de divergências que em algumas ocasiões geram conflitos e violência no âmbito familiar. A ruptura do paradigma patriarcal já enraizado na sociedade predominantemente machista vem trazendo novos desafios de adaptação sociocultural para aqueles indivíduos que não admitem a perda do poder e da imagem de figura dominante, autoritária e soberana no lar.

A família dialoga constantemente com a sociedade em uma troca cultural contínua adaptando-se aos valores e aos novos modos de viver e entender o amor e a sexualidade. A dinâmica das relações familiares é diretamente influenciada pelas recentes mudanças socioeconômicas e o crescente aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho. (PETRINI, 2003).

3.1 A violência contra a mulher no meio intrafamiliar.

*“Nasci em tempos rudes. Aceitei contradições, lutas
e pedras como lições de vida e delas me sirvo.
Aprendi a viver”.*
(Cora Coralina)

Abordar sobre o contexto da violência intrafamiliar abarca compreender o seu surgimento, no qual adveio de um contexto histórico psicossocial e é essencial que se perceba como processam as relações entre os entes familiares, bem como os aspectos relacionais interpessoais da família. É considerável o entendimento de que a ocorrência da violência não é algo natural, mas que é estabelecida e conduzida a outras gerações. Tal fato se dá quando os paradigmas de violência se mostram nas relações entre os componentes das entidades familiares e a partir dessa identificação passam a desvendar as cicatrizes de sua história anexo a uma conjuntura histórico-cultural (FERRARI; VECINA, 2002).

Por saber que a violência intrafamiliar teve sua formação com a verificação de um cenário histórico e com a interferência de uma abordagem psicológica e social cabe reconhecer que as causas dos episódios violentos não podem indicar uma única justificativa. Para Ferrari e Vecina (2002) é necessário que se tenha uma visão mais abrangente a partir da análise de atributos e características pessoais que formaram de acordo com a criação doméstica os comportamentos dos indivíduos sem contar com a interferência de circunstâncias sociais e socioeconômicas.

Quando uma família é identificada pela ocorrência da violência intrafamiliar, esta terá que receber um amparo especial não só dos serviços de atenção à família, mas em particular do serviço social, uma vez que essa entidade acaba por absorver condutas violentas que intervêm na função social, no alicerce, nos cuidados da mulher e dos seus filhos (AGUIAR; GÉA; NEVES, 2009).

Na violência intrafamiliar contra a mulher encontram-se classificadas algumas modalidades nas quais se enquadram o gênero, o poder e a cultura. Essas três formas são as mais acentuadas dentro do rol de outros tipos e classificações. A violência de gênero é a que mais nos chama atenção em relação às outras, visto que possui peculiaridades relacionadas e fundadas no patriarcalismo, onde encontramos a relação dominado, versus dominador. Existe um processo de socialização dos indivíduos, no qual ver-se cravado o machismo, e o poder que esse exerce ao liderar o lar faz com que sua palavra seja a final em qualquer decisão. (HERCULANO; SQUIZZATTO; ROMERA, 2011).

Para as autoras (2011), a percepção desse tipo de comportamento emerge de uma cultura na qual encontram-se fatores outros que fortalecem a relação de dominação desde tempos de outrora até os dias atuais. Esses ditos fatores foram de cunho preponderante para a instauração desse “costume” onde a sociedade ver-se calada e refém diante da violência doméstica.

Como decorrência de aspectos advindos da família tradicional, os sujeitos da geração de hoje se veem num entrave onde há um significativo obstáculo entre dispor de uma firmeza emocional, psicológica e afetiva, visto que tal condição se torna indispensável para encarar desafios que a sociedade vai impor no percorrer dos anos. (PETRINI, 2003).

Assim, entende-se por violência intrafamiliar ações que levem à desarmonia do lar, que tire a paz dos membros familiares, ou até mesmo quando seja constatada violação à integridade física, psicológica, e ao pleno e livre direito de evolução, em relação a todos os quesitos da vida do indivíduo, que neste caso será a vítima desse processo. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Os profissionais que atuarão nos casos em que o conjunto familiar sofre terão que realizar uma análise de ponderação onde será abordada a realidade em praticada por cada família. Para o Ministério da Saúde (2002) todos terão suas necessidades atendidas de acordo com a observação da dificuldade de cada ente, a fim de que estes fiquem a par da problemática em que estão envolvidos. O objetivo é que a conscientização venha abarcar a todos, não tão somente agressor que, diante dessa ótica, para uma possível mudança da realidade que estão enfrentando.

No que se refere aos fatores que contribuem para a agressão, as condições que colaboram para que a mulher permaneça numa relação conflituosa, desgastante e dolorida é a pergunta mais frequente acerca desse assunto. No âmbito da justificativa da ocorrência da violência sabe-se que difícil se torna à sua explicação, pois há inúmeros fatores os quais fomentam o comportamento do agressor. (FONSECA; LUCAS, 2006)

4 CONSTRUÇÕES NA PERSPECTIVA DA RESSOCIALIZAÇÃO.

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.”
(Bertolt Brecht)

4.1 A justiça restaurativa

A definição da justiça restaurativa em casos de ressocialização possui uma difícil definição, pois o seu surgimento se deu a progressivamente e não há muito tempo. Considera-se uma nova área de atuação de equipe multidisciplinar no qual através de estudos e análises críticas sobre o assunto e sobre os casos reconhece e tem a responsabilidade de restaurar o mal propiciado às famílias, as vítimas, tal como a sociedade em vez de considerar apenas a punição do agressor como principal saída para a solução dessas questões (PRUDENTE; SABATEL, 2008).

Prudente e Sabatel (2008) consentem que compete ao facilitador o comando e o uso de técnicas restaurativas. Para que se conquiste o resultado desejado é necessária a utilização de acordos no que se refere à mediação, a reunião familiar/comunitária ou as congregações de caráter decisório.

Interessante se faz o uso de tal mecanismo a fim de moderar os impactos do crime cometido, ao passo em que a sua interpretação visa amenizar a relação conflitante que fora instaurada no ciclo daquela família.

Pensam as autoras que as necessidades emocionais merecem bastante atenção, pois é onde verifica-se o momento crucial de fazer com que esse indivíduo se conscientize do que fez e as consequências de seus atos. A escuta ativa da mediação é indispensável, é o que torna a justiça restaurativa um dispositivo eficaz. Ao passo em que se tem por via de uma rigorosa manutenção das técnicas restaurativas a possibilidade de haver uma sociedade civil melhorada.

4.2 Análise sobre a reeducação do agressor

“Renda-se, como eu me rendi. Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei. Não se preocupe em entender, viver ultrapassa qualquer entendimento.”
(Clarice Lispector)

A execução de políticas públicas passa por uma avaliação do Estado ao perceber se há necessidade ou não acerca da sua incorporação, quais os meios seriam utilizados e qual o custo para o ente estatal. De acordo com a existência de todos os projetos já implantados, faz-se indispensável o uso de medidas sociais para a prática de eventuais pois a reeducação é o caminho para a tentativa de êxito no que tange à restauração do agressor (GOMES; NADER, 2014).

Deve-se reconhecer que a expressão violenta do homem tem a ver com tudo o que ele passou na sua vida até a fase adulta, significa dizer que é um conjunto de todas as opressões vividas, especialmente na fase da infância que é principal fase de formação da identidade do indivíduo. Gomes e Nader (2014) consentem que essas inquietudes provocam no sujeito uma sensação de bloqueio no que cerne interação familiar, principalmente com a sua companheira seus filhos, pois ele se vê numa posição hierarquicamente superior e a partir daí canaliza e direciona as suas frustrações nos entes familiares desencadeando na violência intrafamiliar.

Sabe-se da importância crucial que o Estado tem de preservar a vida das vítimas de violência, no entanto, mesmo com todo o acervo de leis e garantias, tais como as que estão compostas na Constituição Federal e toda a luta travada pela mulher durante o processo histórico, principalmente com o advento da marcante da Lei Maria da Penha não foram o suficiente para que houvesse diminuição da violência doméstica (GENOVEZ; LEÓN; MASCARENHAS; SALES; STELLET, 2012).

Para os autores, observa-se que a Lei Maria da Penha versa sobre a punição física do agressor, sem que seja levada em conta a sua avaliação moral, isso desencadeia na não eficácia do sistema punitivo. A reeducação é o mecanismo no qual através da desconstrução

dos padrões impostos pelo corpo social tem-se a esperança de reeducar o agressor, e tal medida socioeducativa possui grandes probabilidades de obter sucesso. É importante reconhecer que somente a punição não basta, temos que falar da reparação dos danos, danos estes que foram causados na família com a decorrência dos conflitos.

Ainda nessa esteira, acreditam os autores que a família é considerada uma entidade jurídico social, e reconhece-se que para o restabelecimento desta deve haver um cuidado especial. O Estado não se mostra apto a resolver toda a problemática que envolve as questões familiares e isto implica na não funcionalidade do mecanismo judiciário.

As medidas despenalizadoras concebidas pela Lei que instituiu o JECRIM (Juizado Especial Criminal), vão de encontro às pretensões de um certo número de vítimas pois, o que se quer na verdade é que esse agressor identificado como crimes de menor potencial ofensivo não seja tão somente atribuída com a detenção, o que se deseja é que haja um trabalho em conjunto da polícia em companhia com a justiça (IZUMINO, 2004).

Conforme Izumino (2004), o encarceramento do agressor definitivamente não contribui para a sua ressocialização. É realmente necessário que haja outras alternativas que se leve em conta a possibilidade de despenalização, assim como disponibiliza a legislação. Para que isso ocorra faz-se mister o uso de uma outra vertente para que ocorra a resolução dos conflitos de modo que haja uma consonância com a possibilidade de pacificação social.

Com as práticas de ressocialização os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher demonstram que foram muitos os ganhos após a sua implementação, mas que tiveram também certos ônus na sua aplicabilidade, pois há que se reconhecer que há ainda deficiência na preparação dos profissionais envolvidos, uma vez que a equipe multidisciplinar tem de estar devidamente preparada para a inserção das práticas de mediação que serão realizadas com os implicados no processo, sobretudo é de cunho indispensável que haja boa vontade e a participação de vítima e agressor (AQUINO; COSTA; SOUZA, 2009).

Entende as autoras que para suprimir tal deficiência na funcionalidade é preciso que se monte uma equipe onde os profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde estejam a par de suas funções, e que façam cada um, na sua especialidade uma reflexão e estudo a fim de que se encontre a melhor solução para a resolução dos conflitos. Além desses profissionais, há também a colaboração de entes públicos governamentais ou não, entidade acadêmica, bem como a participação da comunidade.

O pertinente na utilização do mecanismo da justiça restaurativa no entender das autoras é de que tanto autor quanto a vítima precisam de acolhimento de atendimentos pela equipe multidisciplinar. Mesmo o agressor sendo beneficiado de certa forma com o trabalho

desses profissionais este não deixará de ser responsabilizado, pois há toda uma orientação e supervisão dos órgãos participantes. Essas experimentações viabilizaram a uma avaliação minuciosa a fim de que se busque compreender as causas da agressão, o que colabora na no trabalho da equipe, bem como funda um conjunto de critérios de cunho reparatório.

4.3 Da possibilidade de eficácia e o projeto inspiração

*“A noite não adormece nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono onde lágrimas suspensas virgulam o
lapso de nossas molhadas lembranças”.*
(Conceição Evaristo)

Há uma ótica direcionada para o futuro, para além do que somente punir o agressor. Fazê-lo pensar sobre as causas e motivos daquela agressão, bem como a tentativa de solucionar a desarmonia causada é o fator principal da técnica da escuta ativa, do diálogo e da cooperação (PRUDENTE; SABATEL, 2008).

São raros os centros de reeducação, já que há um certo receio da sociedade em relação a ressocializar o agressor, normalmente querem vê-lo penalizado pelo ato que cometeu, contudo, a investida nesses casos é de prevenção e controle da reincidência, uma vez que a ressocialização do agressor caminha lado a lado com as medidas protetivas pode-se considerar a possibilidade de eficácia desses recursos. (CARVALHO; SILVA, 2015).

Na região metropolitana de São Paulo, mais precisamente em Taboão da Serra no ano de 2015 foi instituído o projeto Tempo de Despertar, liderado pela Promotora de Justiça Gabriela Manssur. O projeto tem como finalidade através de medidas socioeducativas reeducar o agressor. A sua viabilização está em conformidade com a resolução nº 128/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde institui aos Tribunais de Justiça implantação de coordenadorias Estaduais das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (VASCONCELOS, 2015).

Nos dizeres de Vasconcelos (2015), a prática do projeto Tempo de Despertar obteve um desfecho significativo de aceitação e de sucesso na cidade de Taboão da Serra. O programa trabalha diretamente com o agressor, o que possibilita a tentativa da desconstrução do machismo, o que o grande paradigma intrínseco na sociedade. Todos os agressores respondem a inquérito, ou seja, a sua participação não o exclui das suas responsabilidades penais. O índice de reincidência dos autores de violência na primeira experiência foi baixíssimo, de acordo com o monitoramento dos agentes envolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Escolha, entre todas elas, aquela que seu coração mais gostar,
e persiga-a até o fim do mundo. Mesmo que ninguém
compreenda, como se fosse um combate. Um bom combate, o
melhor de todos, o único que vale a pena. O resto é engano,
meu filho, é perdição.”*
(Caio Fernando Abreu)

Abordar esse tema tão sensível nos faz refletir que a educação é sim o passo primordial para a transformação das pessoas, uma vez que esse trabalho seja realizado com atenção, empatia com o próximo e que tenha por fim o anseio de mudança no que cerne esse cenário tão desolador que é o da violência doméstica contra a mulher.

As formas de encarar, a efetividade do combate às violências cometidas infelizmente ainda é um preocupante problemática em relação ao corpo social de todo o mundo. Por maior que seja a apologia do tema abordado e a complexidade do assunto há que se levar em conta que existe o instituto da justiça restaurativa no qual é o perpetuador da resolução de conflitos e que traz através da mediação técnicas e alternativas que venham possibilitar e garantir a eficácia por meio do restabelecimento dos vínculos que foram rompidos por conta da relação conflituosa.

O trabalho do mediador, facilitador que, no processo de ressocialização e reeducação acompanhado de uma equipe multidisciplinar tem o condão de fazer com que o agressor realize uma reflexão profunda da violência cometida, bem como verificar a possibilidade da mudança comportamental desse ofensor.

Uma vez que o ciclo de violência é rompido e o autor é responsabilizado e conscientizado pode-se observar uma significativa diminuição de reincidência e é o que torna o projeto operativo, garantindo assim a sua eficácia. Para pesquisas futuras, identifica-se a necessidade de investigações quantitativas e qualitativas que ampliem e aprofundem o estudo sobre a violência contra a mulher no ambiente intrafamiliar: a perspectiva da ressocialização do agressor.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Quelen Brondani de; COSTA, Marlene Moraes da; PORTO, Rosane Carvalho. **Justiça Restaurativa Nas Relações De Gênero: Recurso Adicional Na Mediação De**

Conflitos Envolvendo Mulheres Em Situação De Violência Doméstica. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/saladeimprensa/noticias/2009/0413a.htm>>. Acesso: 02 mai. 2017.

Alves, Eliana Calmon. "A Lei Maria da Penha." Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva (2015): 25-34.

BOBBIO, Noberto, 1909 - **A era dos direitos**; Tradução de Carlos Nelson Coutinho. - Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Constituição (1998), **Princípios fundamentais**, artigo 1º, § III.

Cavalcanti, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica: análise da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/06.** Salvador: JusPODIVM, 2012.

CIDH. **Corte Interamericana de Direitos Humanos.** Disponível em <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>> Acesso em: 20 abr. 2017.

Conselho Nacional de Justiça, **tipos de violência.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>>. Acesso em 19 mar. 2017.

Conselho Nacional de Justiça. **Projeto Tempo de Despertar.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/6d2j>> Acesso em 06 mai. 2017.

DIAS, Maria Berenice. MB Dias - São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2007. Disponível em: <http://www.mariaberenicedias.com.br/uploads/17-a_lei_maria_da_penha_na_justi%EA.pdf> Acesso em: 22 abr. 2017.

HERCULANO, L. R. F; SQUIZZATTO, E, P. S; ROMERA, V. M. **Violência intrafamiliar contra a mulher.** Intertem@s Social. Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/4227/3985>. Acesso em: 21 mar. 2017.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra a mulher no Brasil: acesso à Justiça e construção da cidadania de gênero.** In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Centro de Estudos Sociais-Universidade de Coimbra. 2004.

GÉA, Aline Rodrigues; DAS NEVES, Aline Santos; AGUIAR, Tassiany Maressa Santos. **A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A MULHER.** ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 4, n. 4, 2009. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1594/1512>. Acesso em 2 mai. 2017.

Oliveira, Anderson Eduardo Carvalho de. **Atendimento a homens autores de violência contra a mulher: Lacunas, desafios e perspectivas/Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira – Salvador, 2012.**

Oliveira Ana Paula Garcia, Cavalcanti Vanessa Ribeiro S. **Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas.** Ver Bras Crescimento Desenvolv Hum 2007;17(1):39-51

PASINATO, Wânia. Lei Maria da Penha Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 2, p. 216-232, 2010.

Projeto de Lei Tempo de Despertar. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/tempodedespertar__1.pdf. Acesso em 13 mai. 2017.

PRUDENTE, Neemias Moretti; SABADELL, Ana Lucia. Mudança de paradigma: justiça restaurativa. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 8, n. 1, p. 49-62, 2008.

Resolução do Conselho de ministros, nº48/104, das Nações Unidas, de 20 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm> Acesso em 26 mar. 2017.

SECRETARIADE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Proposta para Implementação dos Serviços de Responsabilização e educação dos Agressores.** Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/drsantos/Meus%20documentos/Downloads/servico-de-responsabilizacao-do-agressor-pos-workshop.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, violência.** São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. - (Coleção Brasil Urgente).

SILVA, CAROLINE DE BRITO. **ANÁLISE DA APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI 11.340/2006 CUMULADAS COM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DO AGRESSOR.** 2016.

VASCONCELOS, Jorge. Agência CNJ de notícias. Conselho Nacional de Justiça. Projeto Tempo de Despertar. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/6d2j>> Acesso em 06 mai. 2017.

AS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL EM SALVADOR/BA.

*Aparecida Netto Teixeira
Emerson Silva Serra
Mariane Carolina Gomes da Silva Rocha*

RESUMO

A partir da luta progressista pelo direito à moradia e da consolidação de tal garantia constitucional como direito basilar, foi possível implementar no Brasil o Estatuto da Cidade, em 2001, que abarca diversos instrumentos jurídicos concernentes à habitação de interesse social, dentre os quais, se destaca o instrumento de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social. O referido instrumento objetiva a regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários, por meio de políticas públicas. O objetivo do presente trabalho é avaliar a aplicação de tal instrumento, bem como a implementação de políticas públicas em áreas selecionadas na cidade de Salvador/BA, a partir da visão das respectivas comunidades. Para tanto, utilizou-se a metodologia qualitativa com base na realização de entrevistas e visitas “*in loco*” em quatro ZEIS de Salvador/BA, quais sejam: Nova Constituinte, Bairro da Paz, São Marcos e Centro Histórico. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UCSal, após o qual foram realizadas as entrevistas junto aos representantes das respectivas comunidades selecionadas. A análise comparativa das entrevistas tratou de identificar, principalmente, aquelas áreas que mais avançaram relativamente ao empoderamento das comunidades relativamente ao instrumento. Os resultados da pesquisa apontam que a regulamentação do instrumento vem sendo feita de modo insatisfatório, no que concerne ao entendimento das comunidades. Conclui-se que se faz mister um maior interesse público para a regularização dessas áreas, bem como uma resposta mais efetiva da administração pública, considerando as poucas ou inconclusivas respostas do aparelho estatal frente às demandas das comunidades.

Palavras-chave: Zona Especial de Interesse Social. Habitação de Interesse Social. Políticas Públicas. Centro Histórico. Bairro da Paz. Nova Constituinte. São Marcos.

1 INTRODUÇÃO

Os preceitos da função social da propriedade, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e regulamentados pelo Estatuto das Cidades de 2001, podem ser sintetizados em um dos mais importantes instrumentos de políticas públicas de inclusão social – a Zona Especial de Interesse Social. Conforme afirma LEVY (2014, p. 227) “as ZEIS, no contexto da regularização fundiária, é a forma encontrada pelo Estatuto da Cidade para dar conta da expansão desordenada que a especulação imobiliária provoca, e que cria vazios geográficos e expulsão dos mais pobres para áreas mais periféricas, com grande impacto na prestação de serviços públicos, que precisam ir para cada vez mais longe”.

No que se refere aos estudos relativos às ZEIS constata-se, de um modo geral, o privilégio de tratamento da temática a partir da ótica da atuação do Estado, quer seja sob o aspecto da legislação - relativamente à previsão legal do instrumento em Planos Diretores, Planos Municipais de Habitação ou Leis específicas - quer seja sob os aspectos dos programas e políticas municipais. Nesse contexto, o presente trabalho, diferentemente da quase totalidade dos estudos recentes relacionados à avaliação das ZEIS, busca identificar qual a compreensão das comunidades relativamente a importância, ou não, do instrumento na inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população moradora, bem como acerca das parcerias e projetos públicos implantados.

A metodologia adotada, de caráter qualitativo, abrangeu a pesquisa bibliográfica e documental, bem como o estudo de caso em quatro ZEIS de Salvador, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com os representantes das respectivas Associações de Moradores. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSAL. O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) foi assinado por cada participante, com a autorização para a gravação das entrevistas. Após a coleta e tratamento dos dados levantados, foi efetuada a análise descritiva dos dados.

Foram selecionadas ZEIS previstas no Plano Diretor Municipal de Salvador (2008), nas quatro principais porções do território municipal (Miolo - ZEIS 63/São Marcos; Subúrbio Ferroviário - ZEIS 86/Nova Constituinte; Centro Histórico - ZEIS 114/Pelourinho; Orla Atlântica - ZEIS 81/Bairro da Paz) - tendo como critérios o nível de precariedade habitacional e de infraestrutura; engajamento comunitário; existência de projetos/estudos executados e/ou em andamento, realizados pela Prefeitura Municipal. Nesse caso, foram coletadas informações junto à SINDEC (Secretária de Infraestrutura e Defesa Civil), e a Fundação Mario Leal Ferreira (autarquia vinculada a SUCOM - Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município), responsável pelo planejamento urbano de Salvador.

Nesse contexto, a presente pesquisa visa traçar um panorama das ZEIS em Salvador, sob a perspectiva de suas respectivas comunidades, visando contribuir com a avaliação acerca dos avanços e desafios relativamente à problemática habitacional em Salvador, e ainda subsidiar estudos correlatos.

2 AS ZEIS EM SALVADOR NA VISÃO DE SUAS RESPECTIVAS COMUNIDADES

Este tópico tratará da pesquisa de campo realizada nos bairros supracitados, realizada juntamente com os seus representantes locais. Nele será abordada a visão de cada comunidade no que concerne ao instrumento de ZEIS, assim como informações sobre projetos desenvolvidos no bairro, sua participação na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2008), necessidades locais e avanços apresentados.

2.1 São Marcos - ZEIS n.º 63

Trata-se de bairro popular localizado na região do Miolo de Salvador, formado a partir de ocupações espontâneas terras, tendo se originado a partir do bairro de Pau da Lima, o qual teve como origem uma das antigas fazendas da família real portuguesa.

A partir da entrevista realizada no bairro com o representante da AMPLI (Associação dos Moradores de Pau da Lima), responsável também pela área correspondente ao bairro de São Marcos, o bairro não possui nenhum plano ou ordenamento de bairro que faça a previsão deste referido instrumento urbanístico, e conforme o entendimento do representante local não há uma discussão profunda da comunidade juntamente com os setores públicos sobre essa questão. Além disso, afirma que não há, na comunidade, o conhecimento sobre tal instrumento, o qual fica restrito apenas a algumas lideranças, objetivando melhorias para o bairro.

Em relação aos projetos em desenvolvimento, o representante da Associação salientou que no bairro encontra-se em andamento a implantação do projeto PAT-Prossanear (Programa de Assistência Técnica ao Prossanear - Programa de Saneamento Básico para População de Baixa Renda)¹, cujas obras encontram-se em fase de finalização, com término previsto para o final de 2016. Fez algumas críticas a outros projetos como a construção da Via Expressa na área correspondente ao Barradão, assim como a duplicação da Avenida Gal Costa. Para o representante essas obras somente irão beneficiar a parte comercial da cidade, fluindo melhor o trânsito. Entretanto, outros projetos poderiam ser implementados, conforme fica explícito em sua fala:

A via expressa que vai favorecer, eu entendo, mais ao Esporte Clube Vitória. Não tenho nada contra, mas não está discutindo a questão da moradia, a mobilidade urbana de fato para o cidadão que podia ser esses canais que a gente tem aí dentro das baixadas, das vielas; discutindo as vias de acesso

¹ Esse projeto objetiva como fundamento basilar a ampliação dos serviços de saneamento básico às populações de baixa renda, estabelecidas em locais insalubres com assentamentos extremamente precários e em áreas de riscos.

para as pessoas ter acesso a uma viatura da polícia, a um Samu para buscar as pessoas lá em baixo, que ainda sobe de cadeira quando tá doente. Então podia abrir esses acessos de serviços, então não tem.

Conforme apontado na entrevista, o bairro necessita de intervenções na questão da mobilidade urbana. Quanto aos projetos em implantação foi citado o “Morar Melhor” (poder público municipal) que irá atender a quase 3.000 moradias. Trata-se de projeto de pequenas reformas, para aquelas casas que não estejam em área de risco, e que não sejam alugadas. A obra de reforma tem valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), abrangendo itens como pintura, reboco, inserção de telhado, ou uma reforma de algum cômodo da casa.

Além desse projeto o bairro também conta com o Programa “Casa Legal”. Uma forte crítica feita pelo representante da Associação ao Programa é o fato do poder público não ter uma delimitação eficaz das áreas, quer sejam pertencentes ao Município ou ao Estado, inviabilizando assim que alguns moradores participem do programa “Casa Legal”.

O Casa Legal é a pessoa ter o título de posse. Agora existe assim uma crítica que eu faço que é quando o programa Casa Legal veio ele não delimitou a área dizendo qual era a área do Município e qual a área do Estado, e as pessoas tá tudo confusa. Quando procura a Prefeitura ela diz “essa área aqui a gente não sabe de quem”. Então podia antes de vir, fazer um estudo e dizer “até essa área aqui é da Prefeitura e essa área aqui a gente identifica que é do Estado, então procure o Estado para dar o título de posse, a da Prefeitura a gente tá dando.”

Foi salientado pelo representante que, quando esses projetos são implementados no bairro não há sequer alguma menção sobre o instrumento de ZEIS e sobre o bairro ser delimitado como tal. Além disso, afirma que não houveram mudanças significativas no bairro até os dias em curso. Segundo o mesmo, não há qualquer sentimento de segurança jurídica por parte dos moradores sobre a questão de desapropriação. Nas hipóteses de desapropriação os moradores lutam por uma indenização justa, correspondente ao valor real do imóvel, ou a construção de outra moradia para que eles possam ser deslocados, sendo que ocorrem muitos casos de desapropriação no bairro. Parte da comunidade considera as residências como “suas”, por pagarem o IPTU. Todavia, outra parte possui um enorme receio de perda do imóvel.

Desapropriado, porque justamente não tinha título de posse ninguém tinha [recibo] de compra e venda como rendeiros, e aí você não pode quando o governo ou a Prefeitura vem construir, estabelecer quanto vai pagar. Então a gente que tem que lutar pra quanto que ele quer pagar. Porque na verdade, quando eles vem desapropriar as casas eles querem dar qualquer coisa. Agora não, a gente exige das lideranças que quando esse poder público vir construir, eles não desabriguem as pessoas, mas dê habitação pras pessoas, ou no local ou construa imóvel pra deslocar essas pessoas pra outra moradia.

Quando indagado sobre a participação da comunidade no processo de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, o representante da Associação declarou que não houve participação alguma, ficando a comunidade excluída desse processo.

Ao ser questionado sobre a demora para a finalização do projeto PAT-Prossanear, o representante local afirmou que a maior dificuldade encontrada está na vontade política de fazer e concluir o projeto, porque segundo ele o recurso financeiro está disponível na Caixa Econômica Federal. O representante falou sobre o projeto de forma bastante empoderada, com muito orgulho, por ser, para ele, uma reparação a esta comunidade que sofreu bastante ao longo do tempo, demonstrando as diversas lutas para a continuidade do projeto:

Eu digo sempre que é uma reparação história para a cidade de Salvador para aquelas pessoas que receberam todo o aterro sanitário de lixo de Salvador. Então é uma reparação história de fazer o trabalho que tem de fazer naquela localidade né?. Mas graças a Deus com muita luta a gente vem tocando as obras com todo amor lá, com todo vapor.

Segundo informações do representante da Associação estava previsto para serem entregues no projeto 580 moradias, mas houve uma redução e a previsão atual é de 456 moradias, sem prazo definido para entrega. Já estão concluídas 230 moradias, que estão em fase de finalização e entrega aos moradores que residam em cima do canal (área de risco). A prioridade será dos moradores do canal, por ser a área de risco e os moradores nas casas de madeira, seguindo os critérios de prioridade - idosos e deficientes - para posteriormente serem entregue aos demais.

2.2 Nova Constituinte - ZEIS n.º 86

Esta ZEIS está localizada no Subúrbio Ferroviário de Salvador, tendo sua ocupação iniciada em 1988. Este bairro é fortemente marcado pela degradação do meio ambiente, falta de infraestrutura e exclusão social.

Conforme a entrevista realizada com o representante da Associação de Moradores de Nova Constituinte, podemos alinhar diversas informações a respeito do empoderamento da comunidade com o instrumento de ZEIS. Quando indagado sobre a existência de um ordenamento de bairro que faça a previsão deste referido instrumento urbanístico, foi salientado que não há a sua existência, tendo sido delimitada somente uma poligonal que demarca parte do bairro, contudo não abrangendo toda a sua extensão.

No que concerne ao empoderamento da comunidade ao instrumento de ZEIS, ficou claro que a comunidade possui algum conhecimento e que entende sobre as garantias legais que este instrumento traz, decorrente dos inúmeros debates ocorridos no local para a

elaboração do Plano de Bairro Participativo, com participação da população, sendo o mesmo coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação/Sehab (gestão 2005/2008), e elaborado pela UNEB (Universidade Estadual da Bahia). Trata-se de um projeto piloto, pioneiro na cidade de Salvador, desenvolvido com o intuito de fortalecer e consolidar a cidadania, gerando assim inclusão social, além de buscar atender às necessidades e anseios da própria comunidade. Ao se verificar as necessidades locais, projetos poderiam ser aplicados de forma a respeitar as características específicas inerentes ao bairro, promovendo assim democracia e cidadania. (TARSI, 2015).

Conforme ponderou o representante da Associação:

Bom, depois do Projeto do Plano Diretor e desse movimento das ZEIS e do próprio Plano de Bairro a comunidade passou a ter um instrumento como um documento legal, e a gente avançou em algumas questões, porque a comunidade entendeu essa questão das ZEIS, Zona de Interesse Social. Então a gente sempre nas discussões da Prefeitura no Governo do Estado, sempre aborda essa situações que a gente é uma ZEIS, Zona de Interesse Social, e que precisa receber melhorias.

No que diz respeito aos projetos em desenvolvimento no bairro, o representante da Associação salientou que existem obras de intervenção do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a serem realizadas pelo governo estadual, conjuntamente com o governo federal, abrangendo diversas questões, quer sejam construções de habitações de moradias populares; construção de Centro Comunitário, quadra poliesportiva e outros equipamentos públicos. Além disso, está prevista a obra de drenagem no Rio do Paraguari, que se faz de forma urgente, visto ser um rio que alaga o bairro constantemente, trazendo muitos prejuízos e transtornos.

Ao versar sobre a drenagem do Rio Paraguari é importante tratar da questão das habitações precárias que foram construídas no entorno, conforme fala do entrevistado ao dizer que “eles estão drenando o rio, porque o rio tava assoreado, tava habitado com moradias de palafitas, eles retiraram essas moradias”. Os moradores dessa área de risco foram removidos e inseridos pela CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) no aluguel social, até que novas habitações sejam construídas. Quando indagado sobre o prazo dado pelo poder público o representante local nos informou que tomou ciência sobre o prazo de dois anos, o que de fato eles não acreditam, uma vez que existem moradores no aluguel social aguardando as moradias há mais de dez anos. É mister expor que quando os responsáveis chegam no bairro para realizar tais interferências não há qualquer menção sobre o instrumento de ZEIS, sendo apresentados somente como projetos políticos.

Quanto às habitações a comunidade também registra a implantação do projeto municipal “Morar Melhor”, que identifica casas com necessidades de restaurações e realiza os devidos reparos, com uma verba de cerca de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por moradia.

Um problema habitacional grave no bairro é a existência de mais de 500 famílias com construções habitacionais em local de risco, como por exemplo, construções feitas casas construídas em barranco, casas feitas de papelão e taipa. Em função disso há a previsão da construção de aproximadamente 298 habitações, sem prazo algum definido para tal. O bairro possui em média 100 famílias no aluguel social há nove anos, e que cobram a construção de suas moradias até os dias em curso.

Conforme identificado na entrevista, ocorreram diversas mudanças significativas no bairro desde 2008, dentre elas pode-se destacar a construção de seis ruas, além de mais doze que estão em construção; a construção de uma quadra poliesportiva, de uma escola de educação infantil e uma escola de ensino fundamental e uma praça.

Ao tratar sobre a segurança jurídica de suas casas o representante da Associação informou que eles não possuem o receio de perda, por terem o sentimento de posse e pertencimento do local que é fortalecido com um termo de concessão de uso que eles têm desde 2008, conforme o representante da Associação explicita:

A gente tem um título de posse desde 2008. O município começou a incrementar essa política, nem todos tem. Mas a boa parte tem, é uma concessão de uso. Tem um cara aqui que estava na palafita de papel, de papelão, ele brigou e questionou e disse que era dele e que ele tinha direito e prevalece um sentimento de pertencimento forte.

A comunidade participou de forma intensa na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador de 2008, dando sugestões e propostas nas diversas audiências realizadas, tendo como um fruto desta participação a construção do CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil), que foi uma das suas propostas apresentadas.

Infelizmente, conforme identificado na entrevista, o Plano de Bairro de Nova Constituinte nunca foi implementado de fato, quer seja por questões de desinteresse público, quer seja pela implantação de projetos executivos já existentes. Os moradores anseiam por um espaço para dialogar e praticar atividades e continuam em luta para que ao menos o Centro Comunitário (uma das propostas do Plano de Bairro) seja implementado.

Quanto à regulamentação do bairro como ZEIS, o representante da Associação declarou que eles ainda lutam por isso, mas que infelizmente não há o interesse para que seja feito isso, conforme sua própria fala: “A última informação que a gente estava acompanhando

é que precisava ser aprovado na Câmara Municipal, mas eles dizem que não tem muito interesse da parte dos legisladores municipais”.

2.3 Pelourinho - ZEIS n.º 114

Em 2007, teve início uma nova fase de intervenção estatal no Centro Antigo, com implantação do Plano de Reabilitação Participativo (governo federal e governo estadual), com objetivo de implantar uma nova política de forma a proporcionar um elo entre o lado econômico, social e física (estrutural) da área, com intuito de promover a economia, além de revitalizar os casarões, com foco na população de camadas mais carentes. Nesse contexto, com a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em 2008, a área correspondente aos casarões que integram a sétima etapa do Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (1992) foi inserida como ZEIS n.º 114, possibilitando proteções legais estabelecidas pelo instrumento, com vistas à regularização da localidade.

Conforme entrevista realizada com o representante da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), diversos apontamentos podem ser traçados. A respeito do instrumento de ZEIS, apesar de ser notório o conhecimento acerca de tal instrumento por parte da Associação, não há um estatuto ou ordenamento de bairro em que haja previsão de tal instrumento jurídico, nem posicionamento do poder público para levar adiante o conhecimento acerca do instrumento referido para a comunidade. Foi apontado como início do processo de regularização da ZEIS em 2007, os projetos destinados à promoção da habitação de interesse social, com recursos do Ministério das Cidades, destinados à regularização da 7ª Etapa.

Quanto ao conhecimento a respeito do Plano Diretor de Salvador (2008), fora afirmado por parte do representante da AMACH que:

A comunidade desconhece o PDDU nesse sentido, se reconhece como relação vizinhança/conjunto (coletivo – da localidade, e também em relação de trabalho). O morador enxerga “ZEIS” até o elevador Lacerda, por exemplo, pois é onde tudo foi reformado/restaurado. Também tem a questão de imóveis que não é ZEIS, a exemplo de imóveis na rua São Francisco que não é ZEIS. Se observa qual imóvel é ZEIS, por numeração, identificação por imóvel e não por rua. Há um pequeno conhecimento em torno de ZEIS, porém, necessita de mais reuniões, debates, informações levando esse conhecimento.

Tal trecho da entrevista demonstra certa “confusão” acerca do entendimento quanto ao instrumento de ZEIS, sendo notória a visão de que imóveis para ZEIS seriam os destinados à habitação social, e não como uma totalidade da área protegida por tal instrumento.

Ainda a respeito do PDDU de Salvador, foram questionadas as mudanças ocorridas na comunidade desde 2008. Em relação à habitação foi citada a ocupação dos casarões e a entrega das casas (casas de passagem/aluguel, aguardando o imóvel ficar pronto). Já no que concerne à infraestrutura, agravou-se tal âmbito, por conta dos muitos entulhos (de restaurantes, por exemplo). Nada houve de mudança de natureza educacional, foi citado, inclusive, um projeto do governo de criação de creche que não foi cumprido.

Dentre os projetos existentes na ZEIS 114, existem: o da Cozinha Comunitária do Pelourinho; Projeto de Habitação de Interesse Social; Ponto de Cultura da Bahia (SECULT), dentre outras parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Companhia de Ação Regional. Contudo, não há parceria com o privado, tampouco menção do instrumento de ZEIS, quando os responsáveis por tais interferências intercedem junto à comunidade.

Em relação à economia local, apenas a Cozinha Comunitária foi apontada como um grande avanço, sendo que inexistente um conselho gestor, conforme relatado na entrevista:

Tampouco existe uma Diretoria do Centro Antigo de Salvador preocupado. Ocorrem ações isoladas, falta transparência e diálogo com e entre o Poder Público. As secretarias não conversam entre si para se buscar as ações em conjunto, e não consegue atingir meta nenhuma, nem educacional, porque a secretaria de Educação não vem para dentro do Centro Histórico saber o que está acontecendo.

Quanto à segurança jurídica por ser uma área de ZEIS, restou evidente que a segurança de ter uma moradia digna, sem medo de expulsão, advém do TAC (Termo de Acordo e Compromisso), um mecanismo destinado à promoção de habitação de interesse social aos moradores do Centro Antigo, representados pela AMACH, definido na 7ª Etapa. Desse modo, a segurança jurídica é trazida pelo acordo firmado com o poder público, e não por ser uma área definida como ZEIS. Os termos de concessão de uso ainda estão “via cartório”. Conforme afirmado em entrevista tal informação adveio da CONDER, já que pouco se discute sobre o desenvolvimento comunitário ou social do bairro. Em suma, os moradores consideram as residências como suas por conta do TAC, e da luta do movimento social da Associação de Moradores, e assim, não há sensação de possível perda.

Retornando ao assunto PDDU, foi afirmado que houve participação da Associação na elaboração do Plano Diretor de Salvador de 2008, com o envio das necessidades locais e também nas últimas ações relativas ao PDDU de Salvador. Não há conhecimento por parte da Associação a respeito de Decreto Municipal de regulamentação da poligonal de ZEIS, sendo que o encaminhamento dado pela Associação de Moradores para a efetiva regulamentação de

ZEIS centram-se em pedidos/ofícios ao Ministério Público, CONDER, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Diretoria do Centro Antigo, porém, com quase nenhuma resposta.

2.4 Bairro da Paz - ZEIS n.º 81

Os moradores de Bairro da Paz iniciaram seu processo de resistência em 1982, quando invadiram uma área (fazenda) considerada valiosa e objeto de especulação imobiliária, por estar situada na Avenida Paralela e ter uma parte (“do fundo”) vizinha à orla atlântica. A ocupação sofreu muita oposição do governo, chegando a haver a transferência dos chamados invasores, para outras áreas de Salvador, tais como Fazenda Coutos 3, com diversos embates com a força policial. (CORREIA e LAGE, 2005). Após muita luta e resistência para se manterem na localidade, com a criminalização da ocupação nos mais diversos meios de comunicação pelo poder público e supostos proprietários, não mais existe atualmente a ocupação das Malvinas, mas sim o Bairro da Paz, com número de moradores superior a 50 mil habitantes, com um comércio razoável, que atende à população, mas com deficiências na oferta de infraestrutura urbana.

Durante a entrevista realizada com representante do Conselho de Moradores do Bairro da Paz foi afirmado que não há estatuto ou ordenamento de bairro com previsão do instrumento de ZEIS, e que a poligonal traçada pela Prefeitura para delimitar a área de ZEIS do Bairro da Paz não contempla o bairro inteiro. A comunidade mal compreende o tema de Plano Diretor e não se enxerga como ZEIS; não se define como ZEIS.

Em relação aos projetos atuais em Bairro da Paz, foi afirmado pelo representante do Conselho de Moradores que:

Antes o poder público era proibido de atuar no Bairro da Paz. Hoje, existem 2 (duas) escolas municipais de ensino fundamental e um projeto de escola estadual do ensino médio, barrada por conta da grilagem. Também existe atuação do programa morar melhor (municipal) em que identificou as casas a serem reparadas, em torno de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por moradia. Tem o projeto de restauração da bacia das mangabeiras e Rio Jaguaribe – vai atender em média 100 (cem) moradias, mas não há estudo completo. É um consórcio promovido pela Conder, mas sem estudo de impacto ambiental e social.

A questão da grilagem afirmada pelo representante do Conselho de Moradores de Bairro da Paz diz respeito aos grandes empresários que “contratam” pessoas de diferentes locais, inclusive de outras cidades, para ocuparem determinadas áreas de interesse imobiliário a fim de se passarem como moradores, e assim conseguir usucapir a localidade invadida. Porém, trata-se de meio escuso e que barra a destinação da área para promoção social dos

verdadeiros moradores da ZEIS de Bairro da Paz, criando um entrave jurídico, impedindo, portanto, prosseguimento de projetos, como escolas. Também foi apontada como uma questão problemática a dos alugueis, em que há pessoas “de fora” se inscrevendo em projetos de luta por moradia no Bairro da Paz.

Conforme registrado pela entrevista, desde 2008 até os dias atuais, houve mudanças significativas em diversas áreas no Bairro da Paz, em relação à economia e educação, com avanço no poder aquisitivo e aumento do número de moradores, com ensino superior, inclusive. Houve a implantação das faculdades no entorno do bairro com criação de cursinho pré-vestibular para os moradores do bairro. Também foi estabelecida a parceria com a Coelba, com aulas de informática para a comunidade. Quanto à infraestrutura foi realizada a pavimentação e complementação da rede de esgoto, e melhoria do sistema de correios, sendo que a numeração das casas foi uma luta da comunidade, com ação direta da mesma (a própria comunidade identificou e numerou as ruas e casas).

Contudo, em relação à moradia, pouco ou nada se avançou, com algumas tentativas frustradas. Foi citada a pretensão de se regularizar, nos anos de 1997/98, por conta da visita do Papa João Paulo II e em 1999/2000, o “retrato do Bairro da Paz”, com planejamento de bairro. Existiu o projeto, mas não foi efetivado/concluído.

Ainda que seja uma área definida como ZEIS, há insegurança por parte de seus moradores quanto à perda de suas casas. Parte da população sente-se insegura quanto ao instrumento de Concessão Especial de Uso para fins de Moradia, ofertado pelo poder municipal. Algumas pessoas assinaram e sentiram-se seguras por deterem tal documento; outros se afligiram e não assinaram, demonstrando, assim, a falta de esclarecimento por parte do governo em se fazer entender para a comunidade. Esta demonstra sua desconfiança quando se trata de medidas públicas. Estas concessões fazem parte do “Programa Casa Legal”, projeto destinado à regularização fundiária da Prefeitura de Salvador.

Quanto à participação da comunidade no processo de elaboração do PDDU (2008) foi informado que os representantes do Conselho de Moradores de Bairro da Paz foram para audiência pública, contudo, não houve a sessão. Foi pontuado pelo representante do Conselho que não teve preocupação em contatar o Conselho de Moradores.

3 AVALIAÇÃO GERAL DAS ENTREVISTAS

A partir da aplicação das entrevistas e a sistematização dessas informações, diversas críticas podem ser traçadas, delimitando assim uma avaliação sobre as semelhanças entre os bairros, seus avanços, assim como os desafios que cada comunidade vivencia.

Quanto à existência de Estatuto ou ordenamento de bairro em que haja previsão do instrumento de ZEIS, nenhuma das comunidades estudadas possui tal previsão. Tal situação tem correlação, inclusive a respeito do próprio entendimento da comunidade a respeito do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, sendo um ponto em comum entre as comunidades a falta de conhecimento a respeito da referida lei, pois não se “enxergam” como ZEIS, à exceção de Nova Constituinte, na qual foi elaborado o Plano de Bairro.

No que diz respeito aos projetos ou privados desenvolvidos em tais áreas não há se quer menção do instrumento de ZEIS para a aplicação de tais obras. Os projetos são elaborados e implantados sem levar em consideração o referido instrumento urbanístico.

Em relação aos avanços ocorridos a partir de 2008 até os dias vigentes, o Bairro da Paz e Pelourinho se apresentam de forma distinta, pois enquanto que o Pelourinho (ZEIS 114) avançou em relação à regularização de moradia, os avanços em relação aos âmbitos econômico, habitacional e infraestrutura foram ínfimos. Já na ZEIS de Bairro da Paz, conforme constatado na pesquisa, foram registrados avanços na economia, educação e infraestrutura, com implantação de escola, projetos culturais, Todavia, no que diz respeito à construção de moradias os avanços não foram tão significativos, pois a área não foi devidamente regulamentada, sendo que vários locais ainda são objeto de litígio, que atuam de forma que refletem na segurança jurídica quanto à posse.

Em contrapartida, na ZEIS 114 há uma segurança jurídica mais consolidada entre os moradores por conta de regulamentação urbanística/fundiária, ao contrário de Bairro da Paz em que paira uma insegurança jurídica a respeito de moradia entre uma grande parcela dos indivíduos que ali residem.

Ainda tratando dos avanços ocorridos desde o período supracitado, em São Marcos, segundo a pesquisa, há a finalização do projeto PAT-Prossanear. Todavia, há uma enorme necessidade no bairro de intervenções na questão da mobilidade urbana, visto que a sua falta inviabiliza diversos serviços a população local, como por exemplo, o atendimento médico de urgência. Portanto, houve um grande avanço no âmbito da moradia, e os avanços em relação à economia, e infraestrutura não foram relevantes.

De forma diferente as mudanças que ocorreram em São Marcos, em Nova Constituinte dentre seus principais avanços pode-se destacar a construção de seis ruas, além de mais doze que estão em construção; a construção de uma quadra poliesportiva, de uma escola de educação infantil e uma escola de ensino fundamental e uma praça. Este bairro possui mais de 500 famílias com construções habitacionais em local de risco, conforme informações retiradas da entrevista, e decorrente a isto há a previsão da construção de aproximadamente 298 habitações, todavia tais habitações ainda não foram construídas, e não há se quer algum prazo definido para tal projeto. Portanto, houve um grande avanço na questão de infraestrutura, educação e lazer, e os avanços referentes à moradia ainda não podem ser palpáveis.

No que diz respeito à segurança jurídica de suas habitações os moradores de São Marcos e Nova Constituinte se assemelham em alguns pontos, visto que em São Marcos parte da comunidade considera as suas residências como suas, por pagarem o IPTU, mas outra parte possui um enorme receio de perda do imóvel. Já em Nova Constituinte seus moradores não possuem o receio de perda, por terem o sentimento de posse e pertencimento do local que é fortalecido com um termo de concessão de uso que eles têm desde o ano de 2008.

Quanto às áreas pesquisadas, registra-se a enorme semelhança entre Nova Constituinte e São Marcos, relativamente à construção irregular de habitações em locais de risco, sejam em locais próximos a canais de água, rios ou encostas. Ambos locais são marcados pela precariedade na construção das habitações, e por representar isto um enorme risco aos seus moradores.

O Pelourinho, por estar localizado no centro da cidade de Salvador, e por ser uma área de importância histórica e turística, possibilitou que a discussão acerca questão da habitação social no centro tenham tomado repercussões que extrapolaram o movimento interno da Associação de Moradores, tendo sido palco de interferências de outros órgãos, com destaque para a atuação do Ministério Público Estadual. Essas interferências externas contribuíram de forma concisa, visto que acabaram fazendo frente ao poder público para que fosse feita a regularização desta área.

Outro ponto importante que pode ser registrado, ainda tratando do Pelourinho, refere-se ao fato de que o bairro é tombado pelo Patrimônio Histórico, e os seus casarões pertencerem a Administração Pública e a Igreja Católica, o que de certo modo facilitou a regularização das moradias, e assim houve a aplicação quase que totalmente efetiva de instrumentos jurídicos, podendo ser citado o TAC (Termo de Acordo e Compromisso), e o Termo de Concessão Especial de Uso para fins de moradia. Contraopondo-se a essa questão tem-se o Bairro da Paz, objeto inclusive de litígio, em que não se tem certeza jurídica a

respeito de qual natureza é aquela área, (se é uma área privada ou da administração pública), fato agravado pela questão da grilagem citada pelo representante do Conselho de Moradores, meio ilícito utilizado por empresários e políticos para tomar partes desta área tão cobiçada pelos grandes empreendedores imobiliários e outros setores empresariais por se tratar de uma área estratégica e de alta valorização.

Nova Constituinte possui um enorme avanço no que diz respeito ao empoderamento da comunidade com o instrumento de ZEIS, diferentemente de São Marcos. O bairro de Nova Constituinte ao longo de sua história foi marcado por lutas, assim também como São Marcos. A diferença entre ambos está no debate na própria comunidade sobre a questão de ZEIS, e sobre a segurança jurídica que o instrumento traz, presente em Nova Constituinte e inexistente em São Marcos. Em Nova Constituinte houve a elaboração do Plano de Bairro participativo, que contou com a participação direta de toda comunidade, o que favoreceu o debate, a discussão de ideias e a disseminação do conhecimento sobre ZEIS, o que não ocorreu em São Marcos já que este não conta com um Plano de Bairro participativo, apesar de dispor do Projeto do Pat-Prosanear.

Destaca-se os avanços técnicos ocorridos na ZEIS 114 (Pelourinho), relativamente ao instrumento, podendo ser citada: a delimitação de poligonais; destinação de casarões para habitação social. Já no Bairro da Paz os avanços foram mais de ordem socioeconômica, uma vez que as maiores intervenções ocorridas nesta área tinham principalmente a finalidade do combate a violência e a pobreza. No Pelourinho as intervenções diziam mais respeito aos imóveis já construídos e seculares.

Em Nova Constituinte apesar de todo o empoderamento da comunidade com o instrumento de ZEIS, infelizmente o Plano de Bairro não soube ser aproveitado pelo poder público, e os avanços se restringem somente a sua urbanização e drenagem do Rio Paraguari, estando ainda à construção de casas em fase de debate e discussão. Tal fato ocorreu de forma diferente em São Marcos, já que apesar de não haver o pleno conhecimento da comunidade sobre o instrumento de ZEIS, contou com a implantação de projeto piloto de urbanização de favelas no Brasil, em parceria com a própria comunidade, e que nos dias atuais encontra-se em fase de conclusão, bem como a construção de casas para deslocamento dos moradores de áreas de risco.

Quanto ao Bairro da Paz há um notório desinteresse da administração pública pela sua regularização de forma plena, limitando-se apenas à emissão de títulos, que ocorre de igual modo em Nova Constituinte e São Marcos. Paralelamente pode-se inferir que existe esse interesse em regularização no Pelourinho, por ser uma área de turismo e que gera lucros aos

cofres públicos. Tal política adotada demonstra a valorização para geração de valores feita pelos entes públicos, e confronta diretamente o cerne para o surgimento do instrumento de ZEIS, que é justamente garantir a função social da propriedade, tornando as cidades justas e equilibradas, valorizando e garantindo a manutenção da população nos seus locais de moradia.

Quanto à participação na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, somente a comunidade de São Marcos, conforme informações retiradas nas entrevistas, não participou deste processo. Todavia os demais bairros enviaram propostas e participaram de forma sistemática em seu projeto de elaboração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das entrevistas realizadas nos bairros com representantes locais, diversas diretrizes podem ser aduzidas. Todos os bairros são fortemente marcados por lutas, e anseios por melhorias locais, visto que ainda possuem diversas áreas com habitações de risco, e locais sem condições básicas de habitação. Fica nítido que ainda há um longo caminho a ser seguido, em direção ao avanço e empoderamento da própria comunidade com o instrumento de ZEIS, conforme pode ser constatado na pesquisa de campo.

A regulamentação do instrumento de ZEIS em Salvador/BA, referendado no PDDU/2008, vem sendo feita de modo insatisfatório. A partir da análise das informações coletadas e das entrevistas, foi constatado que em todas as ZEIS pesquisadas, existe pouco ou nenhuma proximidade do instrumento em relação à comunidade, com exceção para a ZEIS 114, que está muito à frente das demais em termos de regularização fundiária e realização de projetos de habitação social. Nenhuma das comunidades tem previsão de ZEIS em estatuto ou regulamento de bairro. Os projetos (públicos ou privados) quando se destinam a tais localidades não fazem referência ao instrumento de ZEIS.

A promoção de debates nas comunidades demonstra ser extremamente necessária e urgente para a compreensão e empoderamento da população local com o instrumento de ZEIS. Além disso, a promoção da elaboração do Plano de Bairro participativo nas respectivas ZEIS é uma forma satisfatória para o apontamento das necessidades locais da comunidade, além de estimular o seu conhecimento sobre questões relevantes e importantes. Entretanto, faz-se necessário que a efetiva implantação dos projetos e programas definidos no Plano de

Bairro, através da dotação de recursos financeiros e da articulação das diversas instâncias (federal, estadual e municipal).

REFERÊNCIAS

CORREIA, Marcelo A.; LAGE, Creuza S. Bairro da Paz: Da resistência à sobrevivência. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: OBSERVATÓRIO GEOGRÁFICO AMÉRICA LATINA, 2005.

LEVY, Wilson. O Direito Urbanístico em discussão - As Zonas Especiais de Interesse Social. **Revista de Direito da Cidade**, v. 06, n. 01, 2014.

SANTOS, E. et al. **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Bacias**. Salvador: CIAGS/UFBA/SEMA, 2010.

SOUZA, Angela Maria Gordilho; TEIXEIRA, Aparecida Netto; SANTO, Maria Tereza Gomes do Espírito. **O desafio da regulamentação de ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social**. XII Encontro da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, maio de 2007.

UNEB. Universidade Estadual da Bahia. **Plano de Bairro de Nova Constituinte: Cartilha**. Salvador: EDUNEB, 2010.

TARSI, Elena. Considerações sobre políticas de requalificação das Zeis com participação dos habitantes: limites e desafios para as áreas metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 461-480, nov. 2015.

TEIXEIRA, Aparecida Netto. **Zeis em Áreas Centrais: O caso do Centro Histórico de Salvador (CHS)**. Urbi Centros: morte e vida dos centros urbanos. Salvador, 2012.

ZANIRATO, Silvia H. A Restauração do Pelourinho no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil. Potencialidades, Limites e Dilemas da Conservação de Áreas Degradadas. História, Cultura e Cidade. **Revista Historia Actual**, v. 14, p. 36-42, 2007.

